SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 06 de Fevereiro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3464

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
DISPENSA Nº 002/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) smartphone modelo iPhone 16, novo, original, lacrado e com garantia de fábrica, destinado ao uso institucional da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP.
CONTRATADA: CARLOS INFORMATICA E CURSOS LTDA (CNPJ: 27.359.673/0001-99)
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 5.888,00 (cinco mil oitocentos e oitenta e oito reais) para o objeto desta Dispensa.
FUNDAMENTO: Artigo 75 inciso II, da Lei 14.133/2021.
RATIFICO nos termos do artigo 72, da Lei 14.133/2021 a Dispensa de Licitação nº 002/2026, em conformidade com o Termo de Referência e o Parecer Jurídico, emanado pela Assessoria Jurídica.

Francisco Beltrão, estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS TURATTO
Presidente - AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:C0036784

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO_DE_RATEIO_032_2026_GUAIRA

Página 1 de 7 Contrato de Rateio nº 032/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE GUAIRA Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE GUAIRA, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 77.857.183/0001-90, com sede Av. Cel. Otávio Tosta, 126 - Centro, Guaíra - PR, 85980-000, ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gileade Osti, brasileiro, casado, RG: 9.442.675-8 SESP, CPF/MF nº 048.468.559-70, residente e domiciliado Rua Ministro Gabriel Passos, 735 – Centro - 85.980-107, autorizado pela Lei Municipal nº 2412/2025, de 05 de junho de 2025, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 7 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 7 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e

financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 4 de 7 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 63.989,74 (cinquenta e nove mil, setecentos e cinco reais e dezesseis centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 5.332,48 (cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 5 de 7 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Elemento de Despesa: Valor (R$) Fonte 3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público R$ 63.989,74 R$ 63.989,74 R$ 63.989,74 R$ 63.989,74 505 TOTAL R$ 63.989,74 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o título será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, Página 6 de 7 prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam Página 7 de 7 ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

GILEADE OSTI
Prefeito Municipal de Guaira

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:1D5F8DA2

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 040-2026 - JAGUAPITÃ

Página 1 de 8 DOTAÇ Contrato de Rateio nº 040/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade

de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Manoel Ribas, 200, Centro, Jaguapitã, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edison Rodrigues de Almeida, brasileiro, casado, RG: 3.969.352-6 SESP, CPF/MF nº 520.117.719-00 , residente e domiciliada Rua Maranhão, nº 327 autorizado pela Lei Municipal nº 020/2020 de 29 de julho de 2020, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. Página 2 de 8 II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: COMPETE AO CIEDEPAR: Página 3 de 8 a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 4 de 8 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 39.993,59 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 3.332,80 (três mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 5 de 8 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA Valor (R$) Fonte 3.1.71.70.11.00 R$ 16.663,33 1.000 3.1.71.70.13.00. R$ 7.300,23 1.000 3.1.71.70.46.00 R$ 1.540,07 1.000 3.3.71.70.14.00 R$ 227,40 1.000 3.3.71.70.30.00 R$284,25 1.000 3.3.71.70.33.00 R$ 341,10 1.000 3.3.71.70.35.00 R$ 0,95 1.000 3.3.71.70.36.00 R$ 659,46 1.000 3.3.71.70.37.00 R$9,48 1.000 3.3.71.70.39.00 R$12.670,43 1.000 3.3.71.70.47.00 R$ 66,33 1.000 4.4.71.70.51.00 R$ 37,90 1.000 4.4.71.70.52.00 R$ 192,66 1.000 Total do rateio R$39.993,59 1.000 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 01 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); Página 6 de 8 § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os

motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: Página 7 de 8 As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Página 8 de 8 Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Jaguapitã.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:B1E27B6E

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 48-2026 - LUNARDELLI

Página 1 de 8 Contrato de Rateio nº 048/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE LUNARDELLI Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE LUNARDELLI, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 78.600.491/0001-07, Avenida Dom Pedro II, 195 - Centro - Cep: 86.935-000 , ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Wanderlei Marson Sardi, brasileiro, casado, RG: 3432474-3 SESP, CPF/MF nº 454.487.109-30, residente e domiciliado , Av. Sete de Setembro, 549, Lunardelli - PR autorizado pela Lei Municipal nº 1452/2025, de 17 de janeiro de 2025, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 8 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 8 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer

inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; Página 4 de 8 g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 23.996,15 (vinte e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quinze centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 1999,68 (um mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Página 5 de 8 Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Elemento de Despesa: 08.031.12.361.0095.2.107 – 3.3.71.70.00.00 Valor (R$) Fonte Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 23.996,15 1000 TOTAL R$ 23.996,15 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de Página 6 de 8 notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Página 7 de 8 CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês.

IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

SR. LUIZ WANDERLEI MARSON SARDI
Prefeito Municipal de Lunardelli

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:61CB6E15

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 006/2025

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 006/2025

Partes: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NPC e VIGENT CONSTRUÇÕES LTDA: Aditivo de substituição do impermeabilizante e redução de valor. Com fundamento no Processo Digital nº 015/2026, datado de 04/02/2026, acordam as partes, nos termos da lei n° 14.133/21, pela substituição do insumo CM-30 pela Emulsão Asfáltica para Imprimação (EAI), situação que acarretou a redução do valor total da contratação para R$ 209.700.875,73. As demais condições estipuladas originalmente permanecem inalteradas. Data e assinaturas.

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:3B7C9887

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONVOCAÇÃO 006/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PROFESSOR

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu - Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 449/2018 e 511/2020 e Comissão designada através do Decreto n° 3387/2025, torna público a **Convocação** da candidata classificada do Processo Seletivo Simplificado na função de Professora, a ser contratada, com a respectiva classificação em atendimento as normas estabelecidas no Edital n° **001/2025**, para comparecem no prazo de 24 horas a contar da publicação desta convocação, junto a Secretária de Educação para manifestar sua aceitação conforme Item 9.9 do Edital n° 001/2025, sendo que após aceitação o candidato terá prazo constante no Item 10.2 para apresentação da documentação constante no referido Edital:

EDITAL 001/2025
Área de atuação: Atuar na Educação Infantil e ou Ensino Fundamental Anos Iniciais

Candidato(a)	Classificação
Cleonice Terezinha Totti	21°

Boa Esperança do Iguaçu - PR, 04 de fevereiro de 2026

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:C4BB9313

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3442, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 3442, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Divulga o calendário de feriados e estabelece os dias de recesso e de ponto facultativo do ano de 2026 no Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:Art. 1°. Ficam divulgados os dias de feriados nacionais e municipais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no Município de Boa Esperança do Iguaçu para o ano de 2026, a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:
- 1º de janeiro (quinta feira), Confraternização Universal, feriado nacional;
- 2 de janeiro (sexta feira), recesso;
- 16 e 17 de fevereiro (segunda e terça feira), Carnaval, ponto facultativo;
- 18 de fevereiro (quarta feira), Quarta-Feira de Cinzas, ponto facultativo até as 14 horas;
- 2 de abril (quinta feira), ponto facultativo;
- 3 de abril (sexta feira), Paixão de Cristo, feriado nacional;
- 20 de abril (segunda feira), ponto facultativo;
- 21 de abril (terça feira), Tiradentes, feriado nacional;
- 26 de abril (domingo), Dia do Município, feriado municipal;
- 1º de maio (sexta feira), Dia do Trabalho, feriado nacional;
- 4 de junho (quinta feira), Corpus Christi, ponto facultativo;
- 5 de junho (sexta feira), ponto facultativo;
- 25 de julho (sábado), Dia do Colono, feriado municipal;

- 7 de setembro (segunda feira), Independência do Brasil, feriado nacional;
- 12 de outubro (segunda feira), Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;
- 28 de outubro (quarta feira), Dia do Servidor Público, ponto facultativo
- 2 de novembro (segunda feira), Finados, feriado nacional;
- 15 de novembro (domingo), Proclamação da República, feriado nacional;
- 20 de novembro (sexta feira), Dia da Consciência Negra, feriado nacional;
- 21 a 31 de dezembro, recesso;
- 25 de dezembro (sexta feira), Natal, feriado nacional.

Art. 2º. O disposto no Artigo 1º deste Decreto aplica-se à todas as repartições públicas municipais, exceto as que por sua natureza prestam serviços essenciais que exigem horário de expediente diferenciado, conforme cronograma e escala das secretarias e departamentos.
Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:341CBD34

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3447, DE 05 FEVEREIRO DE 2026

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 449/2018, Edital 001/2025 de Abertura e Edital 004/2025 de Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Professor,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a senhora **Maristela Delazari Begnini,** portadora da carteira de identidade nº. 10.079.327-0-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº. 066.191.819-02, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado 001/2025, para cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil-Ensino Fundamental Anos Iniciais, Nível I - Classe "A", para desempenhar as atividades junto a Secretaria Municipal de Educação, vinculada a Escola Municipal Clóvis Cunha Vianna, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 05 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:15C26F31

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - ARP 8/2025

Ata de Registro de Preços 8/2025
Termo Aditivo: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 005/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: EDINEIA PEREIRA DE SOUZA LOURENCO 05039160992, ESTABELECIDA NA AVENIDA DEMÉTRIO PINZON, Nº 305, CENTRO, NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, máquinas e equipamentos agrícolas da frota municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, pelo período de doze meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 05/02/2026 à 05/02/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:A4794047

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - ARP 9/2025

Ata de Registro de Preços 9/2025
Termo Aditivo: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 005/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: 58.877.840 CLAUDINEI DOS SANTOS, ESTABELECIDA NA AVENIDA VEREADOR VALMIR ANTÔNIO ALEXANDRE, Nº 249, CENTRO, NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, máquinas e equipamentos agrícolas da frota municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, pelo período de doze meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 05/02/2026 à 05/02/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.
Givanildo Trumi, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:11289BD8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas da Câmara Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, convoca toda a sociedade chopinzinhense e os demais vereadores desta Casa de Leis, para a **Audiência Pública referente à avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2025, bem como a avaliação do Plano Municipal de Saúde do 3º Quadrimestre de 2025**, a ser realizada no dia **25 de fevereiro de 2026, às 18h30min**, nas dependências da Câmara Municipal, sita à Rua Diogo Antônio Feijó, 4073, Centro, anexo ao Banco do Brasil, município de Chopinzinho – PR.

Chopinzinho, 05 de fevereiro de 2026.

Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas:

EDILSON FRANCISCO POSSERA
Presidente

LOI CENI
Vice-Presidente

PROF. IVO PATEL
Membro

Publicado por:
Gezica Bertoldi
Código Identificador:8F622BF2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 96-2026 - CESSÃO DE SERVIDOR ANDERSON MARINHO DE MELLO REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 96/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo nº 91 da Lei Complementar nº 068/2012, de 02 de fevereiro de 2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Termo de Convênio n. 02/2026 celebrado entre o Município de Chopinzinho/PR e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Fórum da Comarca de Chopinzinho, o servidor Anderson Marinho de Mello, matrícula funcional nº 603-2, ocupante do cargo de Agente Administrativo, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos que segue:

§1° O período de disponibilidade se inicia em 04 de fevereiro de 2026, podendo ser prorrogado de acordo com o Termo de Convênio firmado entre as partes.

§2° Fica o Município de Chopinzinho, Paraná, responsável pelos encargos, subsídios ou proventos do mesmo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:ACED0573

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 97-2026 - RETORNO LICENÇA SAÚDE SERVIDORES LIDIA POSSO

PORTARIA Nº 97/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o memorando eletrônico nº 4898/2024

CONSIDERANDO a perícia médica realizada no dia 05 de fevereiro de 2026 junto ao médico do trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO que a servidora Lidia Posso, matrícula funcional nº 1663-5, retornará ao trabalho na data de 09 de fevereiro de 2026, a qual estava afastada para tratamento de saúde desde 06 de agosto de 2025.
Art.2°. A servidora, por recomendações médicas, terá a jornada de trabalho reduzida para 4 horas diárias, por tempo indeterminado, sem prejuízo de convocação para nova avaliação a qualquer momento
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:11053239

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 98-2026 - NOMEAÇÃO LOTAÇÃO ALINE LETICIA PINTO

PORTARIA Nº 98/2026

Nomeia servidor temporário e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, visto os resultados finais do Processo Seletivo Público Simplificado, realizado de acordo com Edital de Abertura nº 080/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Aline Leticia Pinto, RG nº 14.***.*92-7 SESP/PR, chamada através do Edital de Convocação nº 007/2026, para exercer o cargo Temporário de Psicólogo 40h, percebendo vencimentos mensais correspondentes ao nível básico do cargo efetivo, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º. Lotar a servidora Aline Leticia Pinto, matrícula funcional nº 3904-1, ocupante do cargo Temporário de Psicólogo 40h, junto à Secretaria de Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos/Departamento de Gestão SUAS/Divisão de Proteção Especializada Média Complexidade/CREAS, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E DIREITOS HUMANOS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALI
Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7FDC7BA7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 99-2026 - REVOGA PORTARIA-CONCEDE FÉRIAS BEATRIS DA SILVA

PORTARIA Nº 99/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO os despachos 7 e 8 do Memorando 006/2026, da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria 93/2026 que concedia férias à servidora Beatris da Silva, matrícula funcional nº 2397-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Cuidador Social, referente ao período aquisitivo de 07 de junho de 2024 a 06 de junho de 2025.
Art. 2º. Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora Beatris da Silva, matrícula funcional nº 2397-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Cuidador Social, referente ao período aquisitivo de 07 de junho de 2024 a 06 de junho de 2025, para fruição de 02 a 31 de março de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:5F93CE98

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 35/2026 - DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N° 35, 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições públicas municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei; e,

CONSIDERANDO que o Carnaval, neste ano, será no dia 17 de fevereiro de 2026 (terça-feira);

CONSIDERANDO a Portaria MGI nº 11.460/2025, de 29 de dezembro de 2025, expedido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Gabinete da Ministra, publicado em 30/12/2025, Edição 248, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído PONTO FACULTATIVO nos dias 16 de fevereiro (segunda-feira), 17 de fevereiro (terça-feira) e 18 de fevereiro (quarta-feira), pela manhã, para os servidores da Administração Pública Municipal do Poder Executivo.

Art. 2º Fica alterado o horário de funcionamento das repartições públicas da Administração Pública Municipal do Poder Executivo, no dia 18 de fevereiro de 2026 (quarta-feira), passando a ser das 13h às 17h.

Art. 3º Os Secretários deverão elaborar e dar transparência da escala de trabalho e de atendimento dos serviços públicos essenciais, que não poderão sofrer descontinuidade.

Parágrafo único. O horário de trabalho realizado em regime de escala nos dias de ponto facultativo não gera à Administração o ônus de pagamento de hora extra, considerando que o Carnaval não se trata de feriado nacional, mas sim ponto facultativo.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:7B7E3B78

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.995.414/001-60, com sede administrativa na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, Chopinzinho/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, doravante denominado **CEDENTE,** com fundamento no **art. 15 da Lei Orgânica do Município**, que autoriza o uso de bens municipais por terceiros mediante cessão, quando houver interesse público devidamente justificado,
e
A **CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 77.774.511/0001-95, com sede na Rua Diogo Antônio Feijó, nº 4073, Centro, Chopinzinho/PR, CEP 85.560-000, neste ato representada por sua Presidente, Lídia Posso, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO INTERESSE PÚBLICO
A presente cessão de uso atende ao interesse público, considerando a necessidade da **Câmara Municipal de Chopinzinho**, no exercício de suas funções **legislativa, fiscalizatória e institucional**, de dispor de meio adequado para o deslocamento de vereadores, servidores e assessorias no cumprimento de agendas oficiais, reuniões, audiências, capacitações e demais compromissos inerentes às atividades do Poder Legislativo.
O uso do veículo contribuirá para a **eficiência administrativa** e o regular funcionamento das atividades, sendo o bem utilizado **exclusivamente para fins institucionais**, com observância das normas de controle, responsabilidade e zelo pelo patrimônio público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a **cessão de uso, a título gratuito**, de bem móvel de propriedade do Município de Chopinzinho, **mediante interesse público devidamente justificado**, nos termos do art. 15 da Lei Orgânica Municipal, consistente no seguinte veículo:

• **Marca/Modelo:** Volkswagen Voyage
• **Placa:** BCC-8944
• **Demais características:** conforme cadastro patrimonial municipal

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE
O veículo ora cedido será utilizado **exclusivamente para atender às necessidades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Chopinzinho**, sendo vedada sua utilização para fins particulares ou diversos do interesse público.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO
A presente cessão de uso é realizada por **prazo indeterminado**, podendo ser revogada a qualquer tempo pelo CEDENTE, mediante comunicação prévia, por escrito, à CESSIONÁRIA, sem que disso decorra qualquer direito à indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES
Compete à CESSIONÁRIA:
I – Zelar pela boa conservação e adequado uso do veículo;
II – Arcar com as despesas decorrentes de sua utilização, tais como combustível, manutenção, consertos, multas e demais encargos;
III – Responsabilizar-se civil, administrativa e criminalmente por danos causados ao veículo ou a terceiros, decorrentes de sua utilização;
IV – Devolver o veículo ao CEDENTE sempre que solicitado, nas mesmas condições em que o recebeu, ressalvado o desgaste natural pelo uso regular.

CLÁUSULA SEXTA – DA PROPRIEDADE
A cessão de uso não implica, em hipótese alguma, transferência de propriedade do bem, permanecendo o veículo como patrimônio do Município de Chopinzinho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO
O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse público ou por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Chopinzinho/PR, 03 de fevereiro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal de Chopinzinho

LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:4A57A105

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 15/2026

REPUBLICAR
PORTARIA Nº 15/2026
DE 05/01/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a servidora Andreia Palombarine dos Santos Donato, matrícula nº. 423, inscrita no CPF nº 036.954.399-80, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, no período de 05

de fevereiro de 2026 a 24 de fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Converter em pecúnia 10 (dez) dias das férias da mesma, sendo do dia 25 de fevereiro de 2026 a 06 de março de 2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de janeiro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:A3092899

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 16/2026

PORTARIA Nº 16/2026
DE 02/02/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIO (A) DE CARGO DE EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a funcionária Ester Themistocles Campos, matrícula nº. 474, inscrita no CPF nº 028.176.269-40, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período de 05 de janeiro de 2026 a 03 de fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:99A20586

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 17/2026

PORTARIA Nº 17/2026
DE 02/02/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a servidora Dirceia Mangolin Ramos, matrícula nº. 1160, inscrita no CPF nº 043.269.309-26, ocupante do cargo de Assessor III, no período de 02 de fevereiro de 2026 a 03 de março de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:F76BD347

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 18/2026

PORTARIA Nº 18/2026
DE 02/02/2025

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias ao servidor Marcos de Oliveira Finoti**,** matrícula nº. 410, inscrito no CPF nº 906.252.009-00, ocupante do cargo de Tratorista , no período de 09 de fevereiro de 2026 a 10 de março de 2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:23C8AADE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03-2026

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

A população em Geral do município de Cruzeiro do Iguaçu-Estado do Paraná, para participar de **Audiência Pública** que realizar-se-á na data de **20 de Fevereiro de 2026**, a partir das **14hs00min**, nas dependências da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu-PR, sito Avenida 13 de Maio, 768, centro, para prestação de contas referente

as Metas Fiscais do Poder Executivo do 3º quadrimestre de 2025 em atendimento a Lei nº101/2000, em conformidade com o disposto no § 4º do Art. 9º: ***"§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais."***

Sala da presidência, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte seis.

VOLNEY RUFFATTO
Presidente da Comissão De Finanças e Orçamento

JULIANO MORELLI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:3A05B776

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05022026, DISPENSA 01/2026 do Poder Legislativo Municipal.

Contratante Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – PR

Contratado PALADINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS E ADESIVOS LTDA

CNPJ: 0*.4*4.2*0/0**1-0*

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a **confecção de adesivos colantes personalizados**, contendo os nomes dos Vereadores, destinados à fixação em **placa de alumínio no Plenário da Câmara Municipal.**

Valor: R$ 372,00 (Trezentos e setenta e dois)
Prazo de Vigência: Até o dia 04/02/2028
Data de Assinatura: 05/02/2026

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:34D14971

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6394-2026

DECRETO Nº 6394/2026

Nomeia JUSSARA LARSEN para o Cargo Temporário de Professora.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1168/2017** de **27/06/2017** e, em fase do resultado do Processo Seletivo Simplificado para o Provimento de Cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos da Normativa nº **003/2025** de **26/11/2025**.

D E C R E T A:

Art.1o – Fica nomeada **JUSSARA LARSEN**, portadora do RG:**5.977.***-***, para exercer o Cargo em Caráter Temporário de **"Professora"**, Classe **A** - Nível **01**, com carga horária de quarenta horas semanais, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**, a partir do dia **02** de **fevereiro** de **2026**.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria Deadministração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:63C517EE

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6395-2026

DECRETO Nº 6395/2026

Nomeia CLENIR FURST DIDOMENICO para o Cargo Temporário de Professora.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1168/2017** de **27/06/2017** e, em fase do resultado do Processo Seletivo Simplificado para o Provimento de Cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos da Normativa nº **003/2025** de **26/11/2025**.

D E C R E T A:

Art.1o – Fica nomeada **CLENIR FURST DIDOMENICO**, portadora do RG:**9.871.***-***, para exercer o Cargo em Caráter Temporário de **"Professora"**, Classe **A** - Nível **01**, com carga horária de vinte horas semanais, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**, a partir do dia **02** de **fevereiro** de **2026**.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria Deadministração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:9B89591A

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6396-2026

DECRETO Nº 6396/2026

Nomeia LETICIA PILATTI para o Cargo Temporário de Professora.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1168/2017** de **27/06/2017** e, em fase

do resultado do Processo Seletivo Simplificado para o Provimento de Cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos da Normativa nº **003/2025** de **26/11/2025**.

D E C R E T A:

Art.1o – Fica nomeada **LETICIA PILATTI**, portadora do RG:**13.258.***-***, para exercer o Cargo em Caráter Temporário de **"Professora"**, Classe **A** - Nível **01**, com carga horária de quarenta horas semanais, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**, a partir do dia **02** de **fevereiro** de **2026**.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:F67054EE

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6397-2026

DECRETO Nº 6397/2026

Nomeia THAIS DE OLIVEIRA GUEDES para o Cargo Temporário de Professora.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1168/2017 de 27/06/2017 e, em fase do resultado do Processo Seletivo Simplificado para o Provimento de Cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos da Normativa nº 003/2025 de 26/11/2025.

D E C R E T A:

Art.1o – Fica nomeada THAIS DE OLIVEIRA GUEDES, portadora do RG:9.987.***-*, para exercer o Cargo em Caráter Temporário de "Professora", Classe A - Nível 01, com carga horária de vinte horas semanais, lotada na Escola Municipal Foz do Chopim, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria deAdministração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:306C7771

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7698-2026

PORTARIA Nº 7698/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte **(20)** horas semanais a **Professora ZÉLIA MACHINISKI**, portadora do RG:**6.797.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **3977/2018** de **15/02/2018**, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:8A148C0D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7699-2026

PORTARIA Nº 7699/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte horas semanais a **Professora SIMONI GREGOLON GRASSI**, portadora do RG:**7.949.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **2784/2012** de **01/03/2012**, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:D3F9D672

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7700-2026

PORTARIA Nº 7700/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte **(20)** horas semanais a **Professora ROSELI LUZIA DE SOUZA**, portadora do RG:**8.041**.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **4456/2020** de **03/02/2020**, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:01B39B2E

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7701-2026

PORTARIA Nº 7701/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte horas semanais a **Professora ELAINE MARIA MENEGATI**, portadora do RG:**9.859.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **2381/2010** de **01/07/2010**, lotada na **Escola Municipal Paulino Gaidzinski – Educação Infantil e Ensino Fundamental**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:5A3BED4A

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7702-2026

PORTARIA Nº 7702/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte horas semanais a **Professora CLEUVANIA TOSETTO MARIOT**, portadora do RG:**7.599.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **2623/2011** de **01/04/2011**, lotada na **Escola Municipal Paulino Gaidzinski – Educação Infantil e Ensino Fundamental**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:7AF28A37

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7703-2026

PORTARIA Nº 7703/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte horas semanais a **Professora ANDRIANA MÜLLER FRANCISCHINI**, portadora do RG:**7.171.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **2383/2010** de **02/07/2010**, lotada na

Escola Municipal Paulino Gaidzinski – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas eResponsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:9C1D90D4

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7704-2026

PORTARIA Nº 7704/2026

Concede Turno Suplementar.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Decreto nº **6221/2025** de **13/11/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Turno Suplementar** em caráter excepcional de **02/02/2026** a **31/12/2026**, com carga horária de vinte horas semanais a **Professora LEONILDE VIEIRA DOS SANTOS**, portadora do RG:**6.694.***-*,** integrante do "Quadro Próprio do Magistério", nomeada através do Decreto nº **3203/2014** de **03/02/2014**, lotada na **Escola Municipal Foz do Chopim**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:F3BD5A78

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7705-2026

PORTARIA Nº 7705/2026

Designa Pregoeira(o), Agente de Contratação e Equipe de Apoiodo Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 68 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Federal nº 11.246 de 27 de outubro de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, para exercerem a função de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Cruzeiro do Iguaçu, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

NOME	CPF:	FUNÇÃO
KELLI MORESQUI	***.665.549-**	Agente de Contratação/ 1º Pregoeira
DIOSSER FERNANDES ZENEWICH	***.223.569-**	Agente de Contratação/ 2º Pregoeiro
MARIA DE LOURDES HETKOWSKI VIEIRA	***.901.069-**	Equipe de Apoio
ALEXANDRE TIEZZI ZUNTINE	***.914.268-**	Equipe de Apoio
VANDO VITOR SOARES DE ALMEIDA	***.235.989-**	Equipe de Apoio
SIRLEI DA ROCHA	***.610.679-**	Equipe de Apoio
TATIANE APARECIDA DO PRADO GULHAK	***.203.249-**	Equipe de Apoio

Parágrafo Único - Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - As funções do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio estão descritas no Decreto Federal nº. 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário e, em especial a Portaria nº **7520/2025** de **13/11/2025**, a Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:8A34DB8F

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7706-2026

PORTARIA Nº 7706/2026

Designa servidora responsável pela Ouvidoria da SecretariaMunicipal de Saúde.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ALESSANDRA DAMAZIO FREITAS**, portadora do RG:**14.251.***-***, CPF**:***.979.729-****, nomeada através do Decreto nº **6288/2025** de **11/03/2025**, ocupante do o Cargo em Comissão de **"Assessora Setorial"**, como responsável pela Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário e, em especial a Portaria nº **7146/2025** de **15/05/2025**, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:E5C481EC

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7707-2026

PORTARIA Nº 7707/2026

Designa servidor responder como Coordenador Municipal de Arboviroses junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar o Servidor **PEDRO RODRIGUES LISBOA**, portador do RG:**6.586.***-*,** para realizar além de suas atividades normais e costumeiras também responder como Coordenador Municipal de Arboviroses junto ao Setor de Vigilância Sanitária e Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Iguaçu.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário e, em especial a Portaria nº **5302/2021** de **14/07/2021**, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:A9DF61C0

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE SUPRESSÃO

Município de Cruzeiro do Iguaçu Estado do Paraná
cnpj 95.589.230/0001-44

SEXTO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022
CONTRATO N° 002/2023

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO, 906, inscrita no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor Jean Carlos Cardoso, portador do RG: 78895187 CPF: 034.526.049-00, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA, CNPJ n° 76.030.717/0001-48, localizada no Município de Toledo, Estado do Paraná, com sede na rua Santo Campagnolo, n° 1200, sala 202, neste ato, representada pelo Sr.(a). João Luiz de Macedo Junior, (gerente de Negócios), portador da Cédula de Identidade. ° 5.406.041SSP/PR, devidamente inscrito no CPF n° 857.230.619-68, ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei nº 8.666/93, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do TOMADA DE PREÇOS nº 006/2022 e pelas cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
LICENCIAMENTO, não exclusivo, dos direitos de Uso de cópia dos SISTEMAS, em módulo objeto, de propriedade da CONTRATADA, relacionados no ANEXO N° do EDITAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU-PR, Nº 006/2022 – TIPO TOMADA DE PREÇO.
CLÁUSULA SEGUNDA: DE VALOR
Fica suprimido o valor de R$: 37.188,58 (trinta e sete mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), referente glosa de valor de serviços não utilizados ao ITEM 14-**Módulo de Tramitação de Processos e Protocolo.**

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelo termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o primeiro Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 27 de Janeiro 2026.

Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.	Equiplano Sistemas LTDA
JEAN CARLOS CARDOSO	***JOÃO LUIZ DE MACEDO JUNIOR***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1 - _____
Nome:
CPF/MF nº

2 - _____
Nome:
CPF/MF nº

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:42007B3B

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90010-2026 – UASG **985473**

EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR. torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com as condições particulares do Edital, Decretos Municipais nº5581/2024,5584/2024, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria para Contratação de empresa especializada para aquisição Guarda chuva personalizado para adulto na cor Rosa, para a realização do Evento do Dia Internacional da Mulher, conforme a Lei Municipal 1651/2026.Mulher, conforme a Lei Municipal 1651/2026.
DATA E HORA DE ABERTURA: 24 de fevereiro de 2026 às 08h00min.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço global por lote
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

Edital na íntegra à disposição dos interessados: O Edital e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através: No Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=CRUZEIRO%20DO%20IGUA%C3%87U&status=todos&pagina=1
No site oficial do Município com endereço eletrônico:**www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:ACCD7316

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90011-2026 – UASG **985473**
A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR. torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com as condições particulares do Edital, Decretos Municipais nº5581/2024,5584/2024, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria Contratação de serviços de transportes escolar intermunicipal destinado a atender munícipes matriculados em cursos de graduação, especializações, profissionalizantes, técnicos e supletivo na Cidade de Francisco Beltrão-PR.

DATA E HORA DE ABERTURA: 26 de fevereiro de 2026 às 08h00min.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço global por item.
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

Edital na íntegra à disposição dos interessados: O Edital e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através: No Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=CRUZEIRO%20DO%20IGUA%C3%87U&status=todos&pagina=1
No site oficial do Município com endereço eletrônico:**www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3191-1330.

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:1839DEEB

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO DE DISPENSA 005-2026

EXTRATO DE DISPENSA Nº 005/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE FORNECIMENTO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR DISPENSA 005/2026
	JPL UTILIDADES LTDA CNPJ: 29.306.965/0001-99
OBJETO:	Dispensa de Licitação para Aquisição de itens de decoração para eventos de encerramento dos grupos de Reuniões do público assistido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa de Cruzeiro do Iguaçu/PR.
VALOR TOTAL:	R$ 11.007,67 (onze mil sete reais e sessenta e sete centavos).
DOTAÇÃO:	3.3.90.30.00.00 Material de Consumo.

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:A5BA04BB

SECRETARIA DE FINANCAS
INEXIGIBILIDADE

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 006/2026
Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, o Jean Carlos Cardoso, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei Federal 14.133/2021, artigo 74, §1º.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 05/02/2027.
**VALOR R$:**R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
OBJETO: Locação de espaço físico, da Sala Comercial nº 01, localizada na Rua Luiz Constantino / Esquina com a Avenida 26 de Abril, edificada sobre o Lote Urbano nº 01, da Quadra 58, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, matrícula n° 33.221, com área total de 44,62 m², de propriedade da senhora Luana Maria Acorsi Zarth, inscrita no CPF: 063.454.129-37, para instalação da Sede do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, criado pela Lei Municipal nº 1622/2025.
CONTRATADA: Luana Maria Acorsi Zarth, inscrita no CPF: 063.454.129-37..
CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 006/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR	
	CONTRATADA: Luana Maria Acorsi Zarth, inscrita no CPF: 063.454.129-37..	
OBJETO:	**Locação de espaço físico, da Sala Comercial n° 01, localizada na Rua Luiz Constantino / Esquina com a Avenida 26 de Abril, edificada sobre o Lote Urbano n° 01, da Quadra 58, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos, matrícula n° 33.221, com área total de 44,62 m², de propriedade da senhora Luana Maria Acorsi Zarth, inscrita no CPF: 063.454.129-37, para instalação da Sede do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, criado pela Lei Municipal nº 1622/2025.**	
VALOR TOTAL:	R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)	
FUNDAMENTO LEGAL:	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 74, §1º da Lei Federal 14.133/2021.	
DOTAÇÃO:	03 Sec. Da Administração	
	001 04.122.0003.2007 3.3.90.36.00.00	Atividades administrativasDesenvolvimento das ações administrativasOutros Serviços de Terceiros Pessoa Física

HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026
Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 006/2026, em favor Luana Maria Acorsi Zarth, inscrita no CPF: 063.454.129-37., com o valor de R$: 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) .

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:34DF8DFA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 2195/2026

DECRETO Nº 2195/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 949,83 (novecentos e quarenta e nove reais com oitenta e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	112	05.001.0012.0361.0150.1005.3449052000000000000	00104	949,83
			Total		**949,83**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	82	05.001.0012.0361.0061.2013.3319011000000000000	00104	949,83
		Total	**949,83**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
104	949,83	0,00	0,00
Total	**949,83**	**0,00**	**0,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a publicação de 29/01/2026 edição 3458.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 05 de fevereiro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daise Balotin
Código Identificador:9E5BE07A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO
TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°15/2025, ORIUNDO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO 48/2024, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES E A EMPRESA NILMAR SUCHENSKI 03886028992.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Joaquim Bonetti, n° 579, Centro de Enéas Marques-PR, inscrita no CNPJ sob o número 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Edson Lupatini, brasileiro, portador do RG sob n° 49383932 e inscrito no CPF n° 861.204.419-72, residente e domiciliado neste Município e;
CONTRATADA: NILMAR SUCHENSKI 03886028992, inscrita no CNPJ sob nº 17.605.707/0001-24, com sede na Rua Machado de Assis, Nº 1097, bairro Centro, no Município de Enéas Marques/PR, representado por, NILMAR SUCHENSKI, inscrito no CPF nº 038.860.289-92, residente e domiciliado na Rua Machado de Assis, Nº 1097, bairro Centro, no Município de Enéas Marques/PR.
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO refere-se a ata de registro de preço n° 15/2025 que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de empresa especializada, prestação de serviços de desmontagem, montagem e consertos de pneus, aquisição de pneus novos, câmaras de ar, protetores e demais produtos, ressolagem/recapagem e vulcanização de pneus, cambagem de rodas, balanceamento, alinhamento de direção e geometria, limpeza e higienização completa de veículos leves, pesados e maquinas pesadas, tal como serviços elétricos e manutenção de ar condicionado, com fornecimento de peças, componentes e materiais de consumo, lanternagem, chapeação, funilaria e pintura, bem como aquisição de filtros de óleo, lubrificantes, lubrificantes hidráulicos, fluidos, aditivos, graxas, visando a manutenção preventiva e corretiva da frota pertencente do município de Enéas Marques-PR
CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: Pelo presente apostilamento, e com fundamento no Art 136, inciso III, da Lei n° 14.133/2021, e conforme instrumento de alteração de empresário individual, registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 20260345440 na data de 04/02/2026, NIRE 41801501770, altera-se a razão social da empresa:
§1º A razão social passa a ser NILMAR SUCHENSKI;
CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço originária e não alteradas por este instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA: Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021 e Regulamentação Municipal.
Enéas Marques, 05 de fevereiro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Renosto
Código Identificador:F628079C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 8/2026 de 28/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES	
04.007		DIVISAO DE URBANISMO E SERVICOS RODOVIARIOS	
04.007.26.782.0041.1.010		REEQUIPAR O SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
63 - 4.4.90.52.00.00	1050	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000,00
63 - 4.4.90.52.00.00	1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	170.000,00
Total Suplementação:			420.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 28 de Janeiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elson de Araujo Costa
Código Identificador:B6DBA2D2

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ABRE CREDITO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 7/2026 de 16/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 33/2025 de 17/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE	
05.001		DIVISAO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
05.001.20.608.0010.1.108		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITARIOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA – RECURSOS MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	
401 - 4.4.90.52.00.00	6016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	297.000,00
		Total Suplementação:	297.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 2.4.1.9.51.0.1 Transferência Especial da União - Principal - Fonte: 6016	297.000,00
Total da Receita:	297.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 16 de Janeiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elson de Araujo Costa
Código Identificador:D9700647

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ABRE CREDITO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2/2026 de 09/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 29/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$192.824,85 (cento e noventa e dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
08.001		DIVISAO DE EDUCACAO	
08.001.12.361.0015.1.105		CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA - ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	
398 - 4.4.90.51.00.00	1028	OBRAS E INSTALAÇÕES	192.824,85
		Total Suplementação:	192.824,85

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.2.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	192.824,85
Total da Receita:	192.824,85

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 9 de Janeiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elson de Araujo Costa
Código Identificador:2E9B0BFD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ABRE CREDITO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 3/2026 de 09/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 30/2025 de 17/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES	
04.007		DIVISAO DE URBANISMO E SERVICOS RODOVIARIOS	
04.007.26.782.0022.1.106		PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES	
399 - 4.4.90.51.00.00	31994	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.000.000,00
		Total Suplementação:	4.000.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.08 CONVÊNIO Nº 1683/2025 - SECID - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO	4.000.000,00
Total da Receita:	4.000.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 9 de Janeiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elson de Araujo Costa
Código Identificador:9B791656

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ABRE CREDITO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE FENIX
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 4/2026 de 09/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 30/2025 de 17/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$101.921,59 (cento e um mil e novecentos e vinte e um reais e

cinquenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES	
04.007		DIVISAO DE URBANISMO E SERVICOS RODOVIARIOS	
04.007.26.782.0022.1.106		PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES	
399 - 4.4.90.51.00.00	1050	OBRAS E INSTALAÇÕES	101.921,59
Total Suplementação:			101.921,59

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 9 de Janeiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elson de Araujo Costa
Código Identificador:20D2B158

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ABRE CREDITO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Exercício: 2026
Decreto n° 9/2026 de 28/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 32/2025 de 17/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$12.300.000,00 (doze milhões, trezentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMBIENTE	
05.001		DIVISAO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
05.001.26.608.0010.1.107		PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS - SEAB	
402 - 4.4.90.51.00.00	31995	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.300.000,00
Total Suplementação:			12.300.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.09 CONVÊNIO Nº 953/2025 - SEAB - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO DE	12.300.000,00
Total da Receita:	12.300.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE FENIX, Estado do PR, em 28 de Janeiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elson de Araujo Costa
Código Identificador:A1B9B14F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 26/2021 - J. C. DA SILVA SANCHES E CIA LTDA.

TERMO DE ADITIVO

10º Termo aditivo do contrato 26/2021 decorrente da Pregão nº 20/2021 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINA.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. **EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR**, e a empresa **J. C. DA SILVA SANCHES E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 27.595.865/0001-02, com sede no endereço central, 54, centro, fênix-pr neste ato representada por **EMILIANE FREIRE DE AGUIAR**, portador do RG nº 88784235, portador do CPF sob nº 04914214946, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de valores na importância de **R$ 597.666,83 (quinhentos e noventa e sete mil, e seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos)**, A contratação ocorre em função dos serviços possuírem natureza continuada, imperiosos à administração para o desempenho de suas atribuições. Salienta-se que a interrupção desta prestação de serviços poderá comprometer a continuidade das diversas atividades que ocorrem na Administração Municipal e a contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir que a prestação de serviços de motoristas e Operadores de maquinas com fundamentação no Art. 57, II, e Art. 65, I, b, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix 30 de janeiro de 2026.

Município De Fênix	J. C. Da Silva Sanches E CIA LTDA
Contratante	Contratada
EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR	***EMILIANE FREIRE DE AGUIAR***
Prefeito Municipal	CPF: 04914214946
	Representante Legal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:4DCAD8E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 06/2023 - CAROLINE BARBIERI CORREIA

TERMO DE ADITIVO

5º Termo aditivo do contrato 06/2023 decorrente da Inexigibilidade nº 03/2023 de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NUTRICIONISTA, ODONTOLÓGICO, FONOAUDIÓLOGO(A) e PSICÓLOGO(A), 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **CAROLINE BARBIERI CORREIA**, inscrita no CNPJ sob nº. 19.781.022/0001-64, com sede no endereço Av. Dr. Joaquim Vicente De Castro, 509, Centro, Fênix-Pr neste ato representada por

CAROLINE BARBIERI CORREIA, portador do RG nº 8.471.132-2, portador do CPF sob nº 063.672.929-00, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do prazo de vigência para término em 30/12/2026. Com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os serviços possuem natureza continuada e a interrupção desta prestação de serviços de Nutricionista poderá comprometer a continuidade do mesmo. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir que a serviços de Nutricionista com fundamentação no Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 30 de dezembro de 2025.

Município De Fênix	Caroline Barbieri Correia
Contratante	Contratada
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***CAROLINE BARBIERI CORREIA***
Prefeito Municipal	CPF: 06367292900
	Representante Legal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:288A36A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10/2023 - WELLIDA KAWANY DA SILVA MELLO.

TERMO DE ADITIVO

5º Termo aditivo do contrato 10/2023 decorrente da Inexigibilidade nº 03/2023 de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NUTRICIONISTA, ODONTOLÓGICO, FONOAUDIÓLOGO(A) e PSICÓLOGO(A), 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **W K DA SILVA MELLO**, inscrita no CNPJ sob nº 47.234.979/0001-26, com sede no endereço Rua Boa Ventura Soares, 458, Vila Verde, Fênix-Pr neste ato representada por **WELLIDA KAWANY DA SILVA MELLO**, portador do RG nº 123616120, portador do CPF sob nº 107.012.869-46, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do prazo de vigência para término em 31/12/2026. Com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os serviços possuem natureza continuada e a interrupção desta prestação de serviços de Psicóloga poderá comprometer a continuidade do mesmo. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir que a serviços de Psicóloga com fundamentação no Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 30 de dezembro de 2025.

Município De Fênix	W K Da Silva Mello
Contratante	Contratada
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***WELLIDA KAWANY DA SILVA MELLO*** CPF: 10701286946
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:7838C5DB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10/2023 - WELLIDA KAWANY DA SILVA MELLO.

TERMO DE ADITIVO

6º Termo aditivo do Contrato 10/2023 decorrente da Inexigibilidade nº 03/2023 de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NUTRICIONISTA, ODONTOLÓGICO, FONOAUDIÓLOGO(A) e PSICÓLOGO(A), 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **W K DA SILVA MELLO**, inscrita no CNPJ sob nº. 47.234.979/0001-26, com sede no endereço Rua Boa Ventura Soares, 458, Vila Verde, Fênix-Pr neste ato representada por **WELLIDA KAWANY DA SILVA MELLO**, portador do RG nº 12.361.612-0, portador do CPF sob nº 107.012.869-46, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de valores na importância de R$ 31,345.56 (trinta e um mil e trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os serviços possuem natureza continuada e a interrupção desta prestação de serviços de Psicóloga poderá comprometer a continuidade do mesmo. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir que a serviços de Psicóloga com fundamentação no Art. 65, I, b, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix 05 de janeiro de 2026.

Município De Fênix	W K Da Silva Mello
Contratante	Contratada
EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR	***WELLIDA KAWANY DA SILVA MELLO***
Prefeito Municipal	CPF: 10701286946
	Representante Legal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:E2ACBF19

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 6/ 2023 - CAROLINE BARBIERI CORREIA.

TERMO DE ADITIVO

6º Termo aditivo do contrato 6/ 2023 decorrente da Inexigibilidade nº 3/2023 de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NUTRICIONISTA, ODONTOLÓGICO, FONOAUDIÓLOGO(A) e PSICÓLOGO(A), 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **CAROLINE BARBIERI CORREIA**, inscrita no CNPJ sob nº. 19.781.022/0001-64, com sede no endereço Av. Dr. Joaquim Vicente De Castro, 509, Centro, Fênix-Pr, neste ato representada por **CAROLINE BARBIERI CORREIA**, portador do RG nº 8.471.132-2, portador do CPF sob nº 063.672.929-00, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de valores na importância de R$ 31.345,56 (trinta e um mil, trezentos e quarente a cinco reais e cinquenta e seis centavos). Com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os serviços possuem natureza continuada e a interrupção desta prestação de serviços de Nutricionista poderá comprometer a continuidade do mesmo. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir que a serviços de Nutricionista com fundamentação no Art. 65, I, b, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 05 de janeiro de 2026.

Município De Fênix	Caroline Barbieri Correia
Contratante	Contratada
EURIDES MOLINA TASCA JUNIOR	***CAROLINE BARBIERI CORREIA***
Prefeito Municipal	CPF: 06367292900
	Representante Legal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:DA3FB3A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026 - PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026.

O Município de Fênix torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 25 de fevereiro do ano de 2026**, na plataforma www.licitanet.com.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Rural Bela Vista do Ivaí	Pavimentação em CBUQ	58.919,75 m²	480 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Fênix e na plataforma www.licitanet.com.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

NILSON CRISTIANO MEIRA ALEIXO
Agente de Contratação

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:A39DDCD4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026 - HORUS - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA – CNPJ: 59.048.127/0001-23

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

DATA DE EMISSÃO: 05/02/2026

FORNECEDOR: HORUS - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA – CNPJ: 59.048.127/0001-23

OBJETO: Inscrição da Capacitação Continuada: PAIF - Prática sobre o Trabalho Social com Família no CRAS.

ITENS

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	VALOR	VALOR TOTAL
1	Inscrição da Capacitação Continuada: PAIF - Prática sobre o Trabalho Social com Família no CRAS.	UNIDADE	3	1.390,00	4.170,00

EMBASAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 Art. 74, III contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:7D106FBD

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
72/2026

PORTARIA Nº 72/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar na data de 02 de fevereiro de 2026 o servidor, **CASSIO BRESSAN TONIELLO,** matricula nº 10868, para exercer suas atividades funcionais no Departamento de Finanças
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:30615DB5

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
73/2026

PORTARIA Nº 73/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar por motivo de aposentadoria conforme benefício nº 2352072845 na data de 02 de fevereiro de 2026**, LUCIMAR BARBIERI MOTA,** do cargo de **Professor Regente,** do quadro de servidores efetivos do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:8FC6C153

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
74/2026

PORTARIA Nº 74/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Ampliação da Jornada de Trabalho de vinte horas no cargo de professora, a Servidora, **ELIZABETH DE AMORIM,** portador (a) do CPF nº 099.597.969-30, **na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves e Escola Municipal Bela Vista do Ivaí,** em substituição temporária na forma do Art. 88 da Lei Municipal nº 09/2024**,** na data de 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:F0EC1E0C

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
75/2026

PORTARIA Nº 75/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **ALTAIR HILDEBRAND,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 04/06/2024 a 03/06/2025 a ser usufruída de 05 de fevereiro a 06 de março de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:CE65FE71

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
76/2026

PORTARIA Nº 76/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **JULIO CESAR RODRIGUES CHAVES,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 24/01/2025 a 23/01/2026 a ser usufruída de 05 de fevereiro a 06 de março de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 05 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:0DC87458

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
77/2026

PORTARIA Nº 77/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Ampliação da Jornada de Trabalho de vinte horas no cargo de professora, a Servidora, **ELISANGELA DOS SANTOS FRANÇA,** portador (a) do CPF nº 062.858.119-03, **na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves e Escola Municipal Bela Vista do Ivaí,** em substituição temporária na forma do Art. 88 da Lei Municipal nº 09/2024**,** na data de 06 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:A42CCF77

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 01 CMDPI

RESOLUÇÃO N°. 01/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo à ILPIs (Instituição de Longa Permanência para Idosos) – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - 01/01/2024 até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do Município de Fênix/PR no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº14/2017 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 05 de fevereiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo à ILPIs (Instituição de Longa Permanência para Idosos) – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - 01/01/2024 até 31/12/2024.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

ROSELI SOARES DE CARVALHO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Welder Cristian do Lago Calixto
Código Identificador:27C9D5DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 02 CMDPI

RESOLUÇÃO N°. 02/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023– Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do Município de Fênix/PR no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº14/2017 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 05 de fevereiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023– Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

ROSELI SOARES DE CARVALHO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Welder Cristian do Lago Calixto
Código Identificador:DA53E3EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 03 CMDPI

RESOLUÇÃO N°. 03/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - 01/01/2024 até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do Município de Fênix/PR no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº14/2017 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 05 de fevereiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - 01/01/2024 até 31/12/2024.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

ROSELI SOARES DE CARVALHO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Welder Cristian do Lago Calixto
Código Identificador:83C0D94D

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOUÇÃO 04 CMDPI

RESOLUÇÃO N°. 04/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023– Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, do Município de Fênix/PR no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº14/2017 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 05 de fevereiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do município de Fênix ao Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023– Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI – PR, anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Fênix, 05 de fevereiro de 2026.

ROSELI SOARES DE CARVALHO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Welder Cristian do Lago Calixto
Código Identificador:EE79C364

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 88/2026

Prorroga o prazo para conclusão de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 598/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Portaria nº 598/2025, de 15 de dezembro de 2025, que instaurou Sindicância Administrativa para apuração de fatos ali descritos;

CONSIDERANDO a solicitação formal da Comissão de Sindicância, que aponta a necessidade de realização de diligências complementares, oitivas e demais atos indispensáveis à completa apuração dos fatos;

CONSIDERANDO que o prazo inicialmente concedido mostrou-se insuficiente para a conclusão adequada dos trabalhos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 598/2025, a contar do término do prazo originalmente concedido.
Art. 2º A Comissão deverá apresentar o relatório final conclusivo ao término do prazo ora prorrogado, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 05 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:106BBFA9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
4ªATA DE SESSÃO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 01/2026
Aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026, às 16h:16min, na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – PR, reuniu-se a Comissão responsável pelo Credenciamento nº 01/2026, destinado à **contratação de Leiloeiro Público Oficial**, para a realização da sessão de julgamento e habilitação dos interessados.
A sessão foi conduzida pelo Agente de Contratação **Marcos Teixeira Costa**, contando com a participação dos demais membros da Comissão: **Luciano Aparecido Marquetti, Joice Oliveira Soares** e **Leiliane Timóteo**.
Aberta a sessão, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelos leiloeiros interessados, em conformidade com as exigências constantes do Edital nº 01/2026. Após a conferência e verificação da regularidade da documentação exigida para fins de habilitação, a Comissão deliberou pelo **julgamento e habilitação** dos seguintes leiloeiros públicos oficiais, conforme quadro abaixo:

Nº	Leiloeiro	Matrícula	Situação
40	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO	24/405-L	HABILITADO
41	CLEVER ELMES MILANI	16/283-L	HABILITADO
42	DANIEL RIBAS ROSA FRAHM	18/301-L	HABILITADO

Diante do exposto, a Comissão declara **habilitados** os leiloeiros acima relacionados, por atenderem integralmente às exigências do Edital nº 01/2026.
Fica **aberto o prazo para interposição de recursos**, nos termos do item **8.9.2 do Edital nº 01/2026**, o qual estabelece que: *"O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão."*
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.
Nossa Senhora das Graças – PR, 05 de fevereiro de 2026

MARCOS TEIXEIRA COSTA
Agente de Contratação

LUCIANO APARECIDO MARQUETTI
Membro da Comissão

JOICE SOARES DE OLIVEIRA
Membro da Comissão

LEILIANE TIMOTEO
Membro da Comissão

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:4D2EFDFB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026. Fica REVOGADO, em todos os seus termos, por interesse da Administração, com fundamento no inciso II, art. 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Pregão Eletrônico nº 04/2026, referente ao Processo Licitatório nº 03/2026, cujo objeto é a Contratação de serviços médicos em regime de plantão, com disponibilização de médicos generalistas para atendimento contínuo (24 horas por dia) aos usuários do SUS no Pronto Atendimento Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, pelo período de 12 meses. A justificativa da revogação encontra-se devidamente motivada nos autos do processo administrativo. Dê-se ciência aos interessados, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para eventual interposição de recurso, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021. Após o cumprimento das providências legais, DETERMINE-SE a instauração de novo processo, com as adequações necessárias. Nossa Senhora das Graças/PR, 04 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:F74312B5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°01/2026

ESPÉCIE: Fornecimento.
REF.: Pregão Eletrônico n°53/2025.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa Elite Comercio De Maquinas E Veiculos Ltda.
CNPJ n°59.248.333/0001-87.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é Aquisição de 2 veículos utilitários 0 km, referentes a itens que restaram desertos no Pregão Eletrônico nº 44/2025, destinados ao atendimento do Termo de Convênio nº 565/2025 – SEAB/DESAN, que visa à implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos no Município de Nossa Senhora das Graças.

DO VALOR: R$113.000,00(cento e treze mil reais).

DA VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2026 á 04 de fevereiro de 2027.

DATA DE ASSINATURA:04/02/2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:C4CEAB1B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°02/2026

ESPÉCIE: Fornecimento.
REF.: Pregão Eletrônico n°53/2025.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa Ssbarcar Veiculos Ltda.
CNPJ n°35.445.821/0001-16.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é Aquisição de 2 veículos utilitários 0 km, referentes a itens que restaram desertos no Pregão Eletrônico nº 44/2025, destinados ao atendimento do Termo de Convênio nº 565/2025 – SEAB/DESAN, que visa à implantação da

Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos no Município de Nossa Senhora das Graças.

DO VALOR: R$180.000,00(cento e oitenta mil reais).

DA VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2026 á 04 de fevereiro de 2027.

DATA DE ASSINATURA:04/02/2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:616F3D65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MENEZES GAS COMERCIO DE GAS LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	5/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	05/02/2026
e) Objeto da Homologação:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em recargas de 13 kg e 45 kg, bem como de vasilhames, destinados ao atendimento das diversas Secretarias Municipais e da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná. A contratação será realizada sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023.

04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
27.812.0012.2.903. - Incentivo ao Esporte Amador
08.244.0008.2.131. - Manter a Assistência Social.
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.245.0008.2.135. - Manter as Atividades do CRAS
06.182.0000.2.145. - Manter a Segurança Patrimonial

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: MENEZES GAS - COMERCIO DE GAS LTDA
CNPJ/CPF: 20.126.563/0001-38

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
01	gás refino de petróleo tipo: gás liquefeito de petróleo - glp, uso: doméstico complemento: carga de gás p-13 com regime de troca do botijão (recipiente) vazio pelo botijão cheio. botijão contendo 13 kg de glp.	70	R$ 116,9000	R$ 8.183,0000
02	gás refino de petróleo tipo: gás liquefeito de petróleo - glp, uso: doméstico complemento: carga de gás p-45 com regime de troca do botijão/cilindro (recipiente) vazio pelo botijão cheio. botijão contendo 45 kg de glp.	52	R$ 492,0000	R$ 25.584,0000
03	casco botijão para gás uso doméstico, capacidade: cerca de 13 kg, complemento: certificado pelo inmetro.	12	R$ 219,0000	R$ 2.628,0000
04	casco botijão para gás uso doméstico, capacidade: cerca de 45 kg, complemento: certificado pelo inmetro.	10	R$ 938,0000	R$ 9.380,0000

Valor Total Homologado - R$ 45.775,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 05 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:3AD3AEF5

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 75/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Manter a função gratificada da portaria 467/2024, ao servidor Adevanir Zanela, matrícula nº 08,- Diretor da Escola Municipal Francisca Sabino Ruiz, em acordo com a Lei 711/2014, Artigo 74 II,§ 1º.
E conceder 10% de gratificação, às servidoras/professoras: Luciana de Carvalho da Silva, matrícula 942, e Marcela Lopes Pinaffi, matrícula 949, em acordo com a Lei 711/2014, Art.74, V.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:7EF9E6CB

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 76/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

***R E S O L V E*:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 30% (trinta por cento), à servidora Edna Pereira de Mendonça Reis, matrícula nº 736, na função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil: Professora Luiza Cuba de Oliveira, em acordo com a Lei 947/2022, Artigo 72 II,§ 1º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:2D376DB7

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 77/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear à servidora: Maria Lucia de Carvalho, matrícula 744, para a função de Supervisora, 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil – CMEI: Professora Luiza Cuba de Oliveira, em atendimento de 4 a 5 anos de idade (Pré-Escola) e conceder 20% (vinte por cento) de gratificação em conformidade com a Lei 947/22, art.72, inciso IV,§ 2º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:278F88F5

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 78/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear à servidora: Marlei Tomé, matrícula 737, para a função de Supervisora, 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil - CMEI: Professora Luiza Cuba de Oliveira, em atendimento de 0 a 3 anos de idade (Creche) e conceder 20% (vinte por cento) de gratificação em conformidade com a Lei 947/22, art.72, inciso IV,§ 2º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:6C79C1D3

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 81/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 71/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nomear a servidora Juliana Marchioreto Iani**,** matrícula 944**,** na Função de Assessoramento Técnico da Secretaria Municipal de Educação, fundamentado na Lei Municipal nº 711/2014, Art.74 III, §2º, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, bem como conceder gratificação correspondente a 100% (cem por cento) do nível que estiver exercendo."
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:EC00D4AF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
EXTRATO DISPENSA 10/2025

EXTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MUDANÇA E REALOCAÇÃO ESTRUTURAL, ABRANGENDO: DESMONTAGEM, RETIRADA E ACONDICIONAMENTO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS BENS MÓVEIS; AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS; TRANSPORTE ATÉ O NOVO ENDEREÇO DA CÂMARA MUNICIPAL; REMONTAGEM, INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TODO O MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS; REMOÇÃO, DESMONTAGEM E REINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS; AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO; BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS À COMPLETA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FUTURA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JORGE D'OESTE, PR.

FORNECEDOR: L J DA COSTA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 13.845.582/0001-59.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JORGE D´OESTE – PR.
VALOR - R$ 60.570,00 (Sessenta Mil Quinhentos e Setenta Reais)
VIGÊNCIA: 26/12/2025 a 25/12/2026.
Data da Assinatura: 29/12/2025.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente do Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste - Paraná

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:15E5A7B9

CAMARA DE VEREADORES
REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, O DISPOSTO NO ART. 135, INCISO I, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE TRATA DA AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA DOAÇÃO DE SANGUE, E ESTABELECE MEDIDAS DE INCENTIVO

ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 01/2026

Regulamenta, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste, o disposto no art. 135, inciso I, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que trata da ausência ao serviço para doação de sangue, e estabelece medidas de incentivo à doação voluntária.

Rosane Fatima Lotti, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D`Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal**;**

CONSIDERANDO o disposto no art. 135, inciso I, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que autoriza a ausência ao serviço, sem prejuízo, por um dia, para doação de sangue;
CONSIDERANDO que a doação de sangue é ato de solidariedade social, fundamental à manutenção dos estoques dos hemocentros e à preservação de vidas;
CONSIDERANDO o interesse público em fomentar ações de cidadania, responsabilidade social e valorização dos servidores públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica regulamentada, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, a concessão de 01 (um) dia de afastamento ao servidor público efetivo ou comissionado, sem qualquer prejuízo remuneratório, para fins de doação voluntária de sangue, nos termos do art. 135, inciso I, do Estatuto dos Servidores.
Art. 2º. O afastamento previsto nesta Portaria:
I – deverá ser previamente comunicado à chefia imediata, sempre que possível, para fins de organização dos trabalhos;
II – dependerá de posterior comprovação mediante apresentação de documento oficial emitido por hemocentro ou instituição de saúde legalmente habilitada, constando a data da doação;
III – será concedido no próprio dia da doação.
Art. 3º. O dia de afastamento para doação de sangue:
I – não será considerado falta;
II – não implicará desconto remuneratório;
III – não prejudicará direitos funcionais, vantagens ou contagem de tempo de serviço.
Art. 4º. Com o objetivo de incentivar a doação voluntária de sangue, o Poder Legislativo:
I – promoverá campanhas internas periódicas de conscientização sobre a importância da doação de sangue;
II – divulgará informações sobre requisitos, locais e períodos adequados para doação junto aos hemocentros da região;
III – poderá, mediante disponibilidade administrativa, organizar ações institucionais de mobilização coletiva de servidores para doação;
IV – poderá, autorizar o uso do veículo oficial do Legislativo para transporte dos servidores e vereadores até o hemonúcleo mais próximo.
Art. 5º. Recomenda-se que as chefias imediatas adotem postura colaborativa e incentivadora, compatibilizando o exercício do direito previsto no art. 135, I, com a continuidade do serviço público.
Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D' Oeste, Gabinete da Presidência, aos cinco dias do mês de fevereiro de 2026.

ROSANE FATIMA LOTTI
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:0107681A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3 TERMO CONTRATO 102/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 102/2023**, parte integrante do(a) Processo inexigibilidade nº 18/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**EVS SERVICOS DE SAUDE LTDA – CNPJ nº.** 51.994.224/0001-05
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto o Reajuste com a variação do IGP-M (índice Geral de Preços Mercado da Fundação Getúlio Vargas).** **Item 01: de R$ 624,55 (seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 631,87 (seiscentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos) o plantão.** **Item 02: de R$ 422,61 (quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 427,56 (quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos) o plantão.** **Item 03: de R$ 420,12 (quatrocentos e vinte reais e doze centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 425,04 (quatrocentos e vinte e cinco reais e quatro centavos) o plantão.** **Item 04: de R$ 624,55 (seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 631,87 (seiscentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos) o plantão.** **Item 05: de R$ 371,32 (trezentos e setenta e um real e trinta e dois centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 375,67 (trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) o plantão.** **Item 06: de R$ 358,24 (trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 362,44 (trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) o plantão.** **Item 07: de R$ 468,41 (quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 473,90 (quatrocentos e setenta e três reais e noventa centavos) o plantão.** **Item 08: de R$ 468,41 (quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 473,90 (quatrocentos e setenta e três reais e noventa centavos) o plantão.**
Prazo de vigência	**10/10/2026**
Prazo de execução	**10/10/2026**
Data assinatura	04/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:597B240A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3 TERMO CONTRATO 89/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 89/2023**, parte integrante do(a) Processo inexigibilidade nº 17/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**INLIFE SAUDE LTDA – CNPJ nº.** 38.542.520/0001-07
Objeto:	**Os valores foram reajustados pelo índice IGP-M (FGV)** **Item 01: de R$ 625,57 (seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 632,90 (seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos) o plantão.** **Item 02: de R$ 423,30 (quatrocentos e vinte e três reais e trinta centavo) o plantão, fica reajustado passando a R$ 428,26 (quatrocentos e vinte e seis e oito reais e vinte e seis centavos) o plantão.** **Item 03: de R$ 420,81 (quatrocentos e vinte reais e oitenta e um centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 425,74 (quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) o plantão.** **Item 04: de R$ 625,57 (seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 632,90 (seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos) o plantão.** **Item 05: de R$ 371,93 (trezentos e setenta e um real e noventa e três centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 376,29 (trezentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos) o plantão.** **Item 06: de R$ 358,83 (trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 363,04 (trezentos e sessenta e três reais e quatro centavos) o plantão.** **Item 07: de R$ 469,18 (quatrocentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 474,68 (quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) o plantão.** **Item 08: de R$ 469,18 (quatrocentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) o plantão, fica reajustado passando a R$ 474,68 (quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) o plantão.**
Prazo de vigência	**04/09/2026**
Prazo de execução	**04/09/2026**
Data assinatura	04/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:7B26C54A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATAS 13 A 20

PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 70/2025
O Município de São Jorge D´Oeste/Pr, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º nº 3927/2023, torna público o(a)**REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços técnicos educativos através da prática de OFICINAS EDUCATIVAS E DE AMPARO SOCIAL, em diversas áreas de socioeducativas de interesse público social, para atender as demandas relacionadas aos projetos assistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher do Município de São Jorge D'Oeste/PR**, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico n.º**70/2025**., com prazo de execução/vigência de 12 (doze) meses.

Ata nº	Empresa Detentora	CNPJ Nº.	Valor R$
13/2026	42.628.280 MARIA EDUARDA BADER DALMOLIN	42.628.280/0001-27	83.200,00
14/2026	ANGELA MARCIA RODRIGUES DE SOUZA 03830174918	22.047.928/0001-64	94.745,00
15/2026	AWRA SOLUCOES CRIATIVAS LTDA	40.198.276/0001-40	57.005,00
16/2026	GERSON ESMERIO GIUSTI	03.876.819/0001-05	137.100,00
17/2026	LUCIANA FREIESLEBEN 04551849928	38.387.843/0001-65	44.995,00
18/2026	MARCIO DOUGLAS DA SILVA 03661882910	27.138.298/0001-57	30.000,00
19/2026	PINHEIRO DO PARANA SERVICOS LTDA	57.923.939/0001-45	100.000,00
20/2026	VIGORE SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	19.224.408/0001-75	195.000,00

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico http://pmsjorge.com.br
São Jorge D" Oeste/Pr, 04/02/2026 –

GELSON COELHO DO ROSÁRIO –
Prefeito.

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:0C7DEADF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 13/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 13/2026 Pregão/N°. 81/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	MALKUT E BOHN LTDA- CNPJ nº. 10.868.068/0001-40
Objeto	**Contratação de empresa especializada em consertos de aparelhos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros utensílios elétricos, para atender as demandas de todas as Secretarias Administrativas do município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 145.600,00 (Cento e Quarenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais)
Prazo de execução	12(Meses), até 04/02/2027
Prazo de vigencia	até 04/02/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 04/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:7FA93C65

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO TERMO DE RESCIÃO CONTRATO 99/2025

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

Termo aditivo:	**TERMO RESCISÃO AO CONTRATO Nº. 99/2025**, parte integrante do(a) Processo inexigibilidade nº 38/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**LAR DE IDOSOS BOM JESUS GALVAO LTDA – CNPJ nº.** 34.790.982/0001-84
Objeto:	**Fica pelo presente termo rescindido, a contar da data da assinatura, o Contrato n° 99/2025, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D`OESTE e a empresa LAR DE IDOSOS BOM JESUS GALVAO LTDA, referente a Contratação direta por INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso I do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa LAR DOS IDOSOS BOM JESUS GALVAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.790.982/0001-84, localizada a Av. Sete de Setembro, nº 1570, Centro, CEP. 89.838-000, Galvão/SC, especializada na prestação de serviços de acolhimento de longa permanência de idosos que necessitam de cuidados especiais, para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social e da Mulher.**
Data assinatura	05/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:5055E88B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4860 KELIANE ZUANAZZI

DECRETO Nº 4860/2026

Exonera a Sra. Keliane Zuanazzi, do cargo temporário Enfermeira.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a Sra. **KELIANE ZUANAZZI,** portadora do CPF n.º 085.233.939-94, do cargo temporário de Enfermeira.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:519D25FE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL 4 2026 - CONVOCAÇÃO PSS

EDITAL Nº 4, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

O PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 037, de 13 de junho de 2025, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado;
CONSIDERANDO a classificação final e homologação divulgados pelo Edital nº 045 de 28 de julho de 2025;
CONSIDERANDO o memorando nº 030/2026, tramitado no sistema de protocolo digital, da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO as exonerações dos servidores matriculados sob o nº 133-3, nº 1158-4 e nº 1160-6;
CONSIDERANDO licença prêmio da servidora matrícula funcional sob o nº 988-1, concedida pela Portaria nº 013/2026;
CONSIDERANDO a designação da servidora matrícula funcional sob o nº 1263-7 para desempenhar a função de Suporte Pedagógico junto a Escola Municipal Padre Felipe, concedida pela portaria nº 011/2026;
CONSIDERANDO a abertura de 01(uma) nova turma para o ano letivo de 2026, junto a Escola Municipal Padre Felipe;

CONSIDERANDO a desistência da candidata classificada em 7ª colocação, sob a inscrição nº 115;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR o candidato abaixo relacionado para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Saudade do Iguaçu, até o dia **10 de fevereiro de 2026,** no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h às 17h, para manifestar o interesse em assumir a vaga e apresentar a documentação relacionada neste Edital.

CARGO: PROFESSOR – TEMPORÁRIO - PSS:

Classificação	Inscrição	Nome
12º	52	Marines Barbiero Trindade

Art. 2º - O candidato convocado no ato do comparecimento deverá apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Carteira de Trabalho;
e) Número de Inscrição no PIS/PASEP;
f) Certificado de Reservista (para sexo masculino);
g) Certidão de nascimento/casamento;
h) Certidão de nascimento de filhos menores de 18 anos, se houver;
i) Carteira de vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
j) Cópia do comprovante de residência (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
k) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
l) Originais e cópias dos comprovantes que foram apresentados na prova de títulos e tempo de serviço;
m) Original e cópia da CNH-Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" para o cargo de Operador de Máquinas e categoria "D" para Motorista.
n) Originais ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público dos títulos e documentos encaminhados de forma digital no Formulário Eletrônico de Inscrição;

II – Originais dos documentos relacionados a seguir:

a) 01 foto 3x4 colorida e recente;
b) Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município;

c) Certidão de Quitação Eleitoral;
d) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo Foro da Justiça Federal
emitida através do site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php.
e) Atestado de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual, no domicílio onde o candidato reside, expedida através do site: http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102.
f) Certidão Negativa para Efeitos Civis, do Cartório Distribuidor da Comarca onde resida (expedida, no máximo, há trinta dias de sua apresentação).
g) Original e cópia do comprovante de inscrição no órgão de Classe Fiscalizador do exercício profissional.

III – Declarações em formulário próprio a serem fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos:
a) Declaração de não acúmulo ilícito de aposentadoria, emprego ou função pública;
b) Declaração de bens e valores;
c) Declaração de Parentesco;
d) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público;
e) Ficha de dados cadastrais devidamente preenchida.

Art. 3º - O não comparecimento dos convocados por este Edital até o prazo de 10 de fevereiro de 2026, resultará em perda automática da vaga.
Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:C273FF68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026
Processo Adm: Nº 11/2026

Objeto:aquisição de serviços de capacitação para atender o Programa Primeira Infância, Deliberação nº 047/2022 – CEDCA/PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 8.082,00(oito mil e oitenta e dois reais):INSTITUTO FRANK DUARTE LTDA(26779309000115) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 no valor total de R$ 8.082,00 (oito mil e oitenta e dois reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:CCB6363D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 32/2026

Portaria Nº 32, de 04 de Fevereiro de 2026.

Designa servidor para responder interinamente pelas atribuições técnicas de engenharia e assinatura de Alvarás de Construção, em razão de férias do Engenheiro Civil Municipal.

A Prefeita do Município de Abatiá, Estado do Paraná, SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público (art. 37 da Constituição Federal);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regular tramitação dos processos de licenciamento, análise técnica e expedição de Alvarás de Construção no âmbito municipal;
CONSIDERANDO o afastamento do servidor ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, em razão de férias regularmente concedidas;
CONSIDERANDO que o cargo de Fiscal de Obras e Posturas integra o Grupo Ocupacional Superior do quadro permanente do Município, com atribuições correlatas à fiscalização e controle urbanístico, conforme a Lei Municipal nº 625/2014;
CONSIDERANDO que o servidor designado possui formação superior em Engenharia Civil e registro ativo junto ao CREA/PR, atendendo aos requisitos técnicos e legais para o exercício das atividades profissionais;
RESOLVE
Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA NETTO**, matrícula nº 1000310, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, portador de diploma de Engenharia registro ativo no CREA nº PR-21832/D, para responder interinamente pelas atribuições técnicas do Engenheiro Civil Municipal.
Art. 2º Compete ao servidor designado, exclusivamente durante o período da substituição:
I – análise e aprovação de projetos de engenharia e arquitetura;
II – emissão de pareceres técnicos;
III – assinatura de Alvarás de Construção, Habite-se e certidões correlatas;
IV – demais atos técnicos indispensáveis ao licenciamento urbanístico.

Art. 3º A designação vigorará exclusivamente no período correspondente às férias do titular do cargo, cessando automaticamente com seu retorno.

Art. 4º O servidor responderá tecnicamente pelos atos praticados, nos termos da legislação profissional e administrativa aplicável.

Art. 5º A presente designação possui caráter temporário, não configurando provimento ou alteração definitiva de cargo, podendo eventual gratificação observar previsão legal específica.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeita, em 04 de Fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:6CC133AD

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 007/2024

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR/PR

Objeto: Atividades de regulação dos serviços de saneamento de abastecimento de água e de coleta de esgoto no âmbito da área do Município de Abatiá – Pr.
Valor: R$ 1,00 (um real), por residência, a título de Preço Público de Regulação dos serviços de água e esgoto.
Valor Mensal: R$ 2.613,00 (dois mil, seiscentos e treze reais)
Valor Total: R$ 31.356,00 (trinta e um mil, trezentos e trinta e seis reais).
Vigência: **31.12.2034.**
Dotação Orçamentária: 01.001.17.122.00012-001- 3.3.90.39.00.00

Data: 30 de janeiro de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA –
Diretor SAMAE

VALTER LUIZ BOSSA –
Diretor Executivo/CISPAR-PR

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:E6C77EB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 011/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 011/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 1.890.000,00 (hum milhão oitocentos e noventa mil reais) e dá outras providências.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e a Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025 (LOA), e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.
DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente no valor de **R$ 1.890.000,00 (hum milhão oitocentos e noventa mil reais)**, nos termos dos artigos 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964 e o artigo 10 da Lei Municipal nº 1.284/2025.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:
11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
001 – Departamento de Serviços Urbanos
15.451.0039.1.006 – Melhoramento Urbano

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	11065	Obras e Instalações	**R$ 1.890.000,00**
Total			**R$ 1.890.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 11065 – Pavimentação Convênio 805/2023.

Art. 4º- O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 7º Lei Municipal de n° 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 05 de fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:AB76363C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 010/2026 - CONCESSÃO DE FERIADO MUNICIPAL E PONTO FACULTATIVO

DECRETO nº 010/2026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre Concessão de Feriado Municipal e Ponto Facultativo"

Considerando, a necessidade de regulamentar o expediente nas Repartições Públicas Municipais.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei OrgânicaMunicipal ...

Resolve baixar o seguinte **DECRETO**

ART. 1º - Considerando o Feriado de Carnaval, fica decretado nas Repartições Públicas Municipais, nos dias:

• **16/02:**Segunda-feira de Carnaval – Ponto Facultativo;
• **17/02:**Terça-feira de Carnaval - Feriado
• **18/02:**Quarta-feira de Cinzas – Ponto Facultativo.

§ 1º - Com exceção dos serviços essenciais como Saúde, Limpeza Pública, Vigilância (Diurna/Noturna) e Coleta de Lixo que obedecerão a escala de serviços.

§ 2º - O retorno das atividades normais de atendimento ao público será no dia **19 de Fevereiro de 2026.**

ART. 2º - Este Decreto entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 05 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:7DB8C430

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 107/2026 - EXONERAÇÃO: CHEFE DE ADMINISTRAÇÃO - ADILSON DOS SANTOS RAMOS

PORTARIA nº 107/2026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração de Servidor Público Municipal ocupante de cargo comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º – Exonerar, o Sr. **ADILSON DOS SANTOS RAMOS**, do cargo comissionado de Chefe de Administração, que ocupava nesta Prefeitura.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 05 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:CE40B3AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2026 - ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR CONCURSO PÚBLICO - NANCI DE LIMA OLIVEIRA

PORTARIA nº 108/2026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão de Servidora Pública Municipal por Concurso Público e da outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais, considerando...
a) Os princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal;
b) O disposto no inciso II, do art. 37 e no parágrafo primeiro do art. 169 da Constituição Federal:
c) O disposto nos Arts. 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000);
d) A Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;
e) A existência de recursos financeiros e disponibilidades para o município arcar com a respectiva despesa;
f) A necessidade de funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.
g) Concurso Público CP – nº 01/2022.
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica admitida a Sra. **NANCI DE LIMA OLIVEIRA,** portadora da RG nº 29.490.583-2 SP, para exercer o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, com vencimentos de "Nível 100 – CE-02".
PARAGRAFO PRIMEIRO – Tendo como atribuições do cargo: Executar trabalhos de preparação e serviços de chá, água e café, merenda escolar, efetuar limpeza nas dependências de órgãos públicos, como banheiros, salas de aula, executar serviços auxiliares de construção e conservação de logradouros e vias públicas, auxiliar na conservação de sinaleiras e abrigos, executar tarefas de capina em geral, efetuar serviços de carga e descarga de caminhões, executar tarefas de abertura e fechamento de valas e de assentamento de canos auxiliares em medições com trena, balizamentos e nivelamento, executar tarefas auxiliares de carpintaria, construção e conservação de obras, executar trabalhos de limpeza em geral, remoção e arrumação de móveis e utensílios e de serviços de alimentação e higiene das crianças, zelar e cuidar da conservação de prédios municipais, efetuar a coleta do lixo domiciliar, executar serviços de recauchutagem de pneus e câmaras, abastecer veículos e máquinas, executar tarefas auxiliares de levantamentos topográficos, lubrificação e troca de óleo e filtros em viaturas, máquinas, equipamentos, executar outras tarefas afins.
PARAGRAFO SEGUNDO – A mesma cumprirá o Estágio Probatório, conforme o que prevê o Art. 34 da Lei Municipal nº 465/1994.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 05 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:8780F633

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 - REPUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 - REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS (PARALELA, GENÉRICA OU ALTERNATIVA) PARA OS VEÍCULOS PESADOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h00min do dia 05/02/2026 até às 08h00min do dia 23/02/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: às 09h00min do dia 23/02/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MAIOR DESCONTO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - POR LOTE)

LOCAL: www.bllcompras.org.br - BLL

O Edital completo estará disponível nos *sites* www.bllcompras.org.br, www.agudosdosul.pr.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail licitacao@agudosdosul.pr.gov.br

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:F44A2FFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 84, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 84, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026
O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representantes da Administração;
R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do Convênio celebrado com o Instituto Água e Terra – IAT, os seguintes servidores:

I – Gestora do Convênio:
DESIGNAR a servidora **GABRIEL DE FREITAS VALENTIM**, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 9.221.848-1 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº ***.822.769-** MÉDICO VETERINARIO, para atuar como **Gestor** do Convênio do Município de Agudos do Sul com o Instituto Água e Terra – IAT.

II – Fiscal do Convênio:
DESIGNAR o servidor **EVERSON LUAN ADOLPHATTO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 514.103- SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob **nº *.591.649-**, Secretário Municipal de Agricultura, para atuar como Fiscal do referido Convênio, em conjunto com a Gestora designada no artigo anterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 05 de fevereiro de 2025.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:7BA06E71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 014/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 014/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 014/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA FRATELLI COGNATA ALIMENTOS EIRELI.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS**".

Prazo: O contrato terá vigência e execução de 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 109.714,00 (cento e nove mil, setecentos e quatorze reais).**

Data de Assinatura: 22.01.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.306.0018.6.011 Programa de Alimentação Escolar PNAE – Ensino Fundamental
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 289
3.3.90.32.00 – 1107 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 289
3.3.90.32.00 – 1042 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 289
12.306.0019.6.012 Programa de Alimentação Escolar PNAE – Ed.Infantil Creche
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 331
3.3.90.32.00 – 1107 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 331
3.3.90.32.00 – 1042 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 331
12.306.0019.6.013 Programa de Alimentação Escolar PNAE – Ed.Infantil Pré Escola
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 332
3.3.90.32.00 – 1002 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 332
3.3.90.32.00 – 1102 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 332
3.3.90.32.00 – 1107 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 332
3.3.90.32.00 – 1042 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 332

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:2CAF9B3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 006/2026

PROTOCOLO 0018.000021027/2025

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO TÉCNICA AOS PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO",** a favor da empresa **VERRINO COELHO DE CONGRESSOS E CAPACITAÇÕES LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 37.811.797/0001-17,** com o valor global de **R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Família, Mulher e Desenvolvimento Social. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 05 de fevereiro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:D0B95D56

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2021

Número Do Processo: 0018.00000740/2026.

OBJETO: Contratação de agencia de publicidade e propaganda para prestação de serviços publicitários, limitados às atividades previstas no caput e §1º, do art. 2º, da Lei 12.232/2010.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.

As partes, de comum acordo, prorrogam ao prazos de execução e vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 04 de fevereiro de 2026 e finalizando-se em 04 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Há saldo de contrato de R$295.373,87 (23/01/2026) e as despesas do presente Termo Aditivo serão custeadas pelas dotações orçamentárias conforme informação da Secretaria Municipal da Fazenda às fls. 47-51.

Data da Assinatura: 24/01/2026.

Almirante Tamandaré, 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:1DEC3A25

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 096/2022

Número Do Processo: 0018.000018367/2025.
OBJETO: Atendimento de 1 (um) infante, Wallace Tome, em regime de 24 horas, acolhimento institucional encaminhado pelo poder executivo e poder judiciário.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E PEQUENO COTOLENGO DO PARANÁ – DOM ORIONE.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato Administrativo nº 096/2022, com o consequente reajuste do valor global e mensal do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.

As partes de comum acordo procedem a prorrogação do Contrato Administrativo nº 096/2022, pelo período de 12 (doze) meses, de 26 de dezembro de 2025 a 26 de dezembro de 2.026, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DO REEQUILÍBRIO.

Fica aditivado o valor de R$ 51.276,24 (cinquenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) ao contrato original.

Parágrafo Primeiro. Em decorrência do aditamento, o valor global do Contrato Administrativo nº 096/2022, que era de R$ 92.723,76 (noventa e dois mil, setecentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos), passa a ser de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Parágrafo Segundo. O valor mensal do contrato passa a corresponder a R$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo que os novos valores terão vigência retroativa à data do requerimento administrativo, ou seja, a partir de 22 de outubro de 2025.

Data da Assinatura: 21/12/2025.

Almirante Tamandaré, 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:20CD6BF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 050/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1°. REVOGAR a Portaria 662/2025 de 02 de abril de 2025.

Art. 2º. NOMEAR a Sra. ANGELA REGINA CZELUSNIAK, RG nº 3.XXXX94-5/PR, CPF nº 015.XXXXX9-58, para o cargo comissionado de CHEFE DE NÚCLEO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO com no mínimo 40 horas semanais, símbolo CC-06, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 05 de fevereiro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:20C85CEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 051/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1°. REVOGAR a Portaria 116/2025 de 08 de janeiro de 2025.

Art. 2º. NOMEAR a Sra. BRUNA JUNGLES PACHECO, RG nº 12.XXXXX3-4/PR, CPF nº 103.XXXXX9-00, para o cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com no mínimo 40 horas semanais, símbolo CC-05, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 05 de fevereiro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:407ACAA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026.

O MUNICÍPIO de Altamira do Paraná torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 23 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Cristalina	Pavimentação em CBUQ	36.000 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Altamira do Paraná e na plataforma BLL COMPRAS no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Altamira do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:16D39F8D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

O MUNICÍPIO de Altamira do Paraná torna público que fará realizar, às 14 horas do dia 23 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rodovia João Rocha Ribeiro	Construção de Barracão Industrial	420,00 m²	540 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura **Municipal de Altamira do Paraná no endereço eletrônico: Portal Transparência** e na plataforma BLL COMPRAS. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Altamira do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:05F19AF2

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 02/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CONTRATADA: DEVANIR JOSÉ DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº X.458.387-X SSP/PR e inscrito(a) no CPF sob o nº XXX.760.609-XX, residente e domiciliado na Av. Jaime Canet, nº 18, Cidade Altamira do Paraná, Estado do Paraná.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a Rescisão do Contrato de Prestação de serviços em regime especial por tempo determinado nº 03/2025, celebrado em 14/07/2025, para o exercício do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS (TEMPORÁRIO), com carga horária de 40 horas semanais.

DA RESCISÃO: A rescisão contratual da prestação de serviços em regime especial por tempo determinado nº 03/2025, vinculado ao Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 001/2025, encontra amparo no Art. 18, inciso II, da Lei Municipal nº 608/2019.

DA JUSTIFICATIVA: O motivo da rescisão da contratação, nos termos da Lei nº 608/2019, se dá por iniciativa do contratado.

DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica rescindido o referido contrato temporário, com efeito, a partir de 04/02/2026.

Altamira do Paraná, PR 05 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:FB7813A6

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 097/2026

SÚMULA: Concede licença prêmio regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 05 (cinco) de fevereiro de 2026, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, à servidora **NEUVANIA DE CARVALHO DE SOUZA**, matrícula funcional nº **12971**, exercendo o cargo efetivo de AUX. SERVICOS GERAIS, lotada no Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo de 17/07/2018 à 16/07/2023, conforme Lei 130/2005, Seção VII, Artigo 91.*
***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:7CD30D99

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 098/2026

SÚMULA: Concede licença prêmio regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO à servidora **MARISA LEDO CARVALHO,** matrícula funcional nº **508334**, exercendo o cargo efetivo de PROFESSOR, período vespertino, lotada na Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling, conforme Lei 131/2005, seção VII, Artigo 92, de acordo com os períodos abaixo;*

PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO DE FÉRIAS
13/08/2012 à 12/08/2017	60 DIAS	05/02/2026 à 05/04/2026
13/08/2017 à 12/08/2022	30 DIAS	06/04/2026 à 04/05/2026

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:2BE7ECD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2025 ID 3316

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2025 ID 3316

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E QUANTITATIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026 ID 3316 FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE AMAPORÃ E A EMPRESA GENESSI SANTINA TIEPPO.

OBJETO: Registro de Preço, do tipo menor preço por item, para futuras e parceladas AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE PADARIA, SALGADOS E DOCES, ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ PR.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: GENESSI SANTINA TIEPPO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.167.619/0001-11 sito à Avenida Jaime Canet Junior, n° 91, Centro, CEP 87850-000, cidade de Amaporã, Estado do Paraná.
PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA (art. 84): O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Décima Segunda da Ata de Registro de Preços n° 017/2026 ID 3316, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 05 fevereiro de 2026, vigente, portanto, até 05 de fevereiro de 2027, com fundamento legal no art. 84, da Lei 14.133/21.

VIGÊNCIA:05/02/2026 a 05/02/2027.

PRORROGAÇÃO DO QUANTITATIVO (art. 141, decreto 222/2023): O quantitativo do termo aditivo será renovado em sua totalidade original, conforme previsto no decreto municipal 222/2023 em seu art. 141, sendo o mesmo valor inicial da ata.

VALOR: R$ 104.038,00 (Cento e quatro mil e trinta e oito reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

02.001.04.122.0003.20063390300000 - Material de Consumo

05.001.04.122.0003.20103390300000 - Material de Consumo

05.001.04.122.0003.20123390300000 - Material de Consumo

05.002.04.121.0003.20293390300000 - Material de Consumo

05.002.04.123.0003.20263390300000 - Material de Consumo

06.001.15.452.0007.20343390300000 - Material de Consumo

07.001.04.122.0003.20453390300000 - Material de Consumo

07.001.12.361.0013.20433390300000 - Material de Consumo

07.001.12.365.0013.20483390300000 - Material de Consumo

07.002.13.392.0011.20553390300000 - Material de Consumo

07.002.27.812.0011.20543390300000 - Material de Consumo

08.001.10.122.0003.20593390300000 - Material de Consumo

08.001.10.301.0010.20603390300000 - Material de Consumo

08.001.10.302.0010.20613390300000 - Material de Consumo

08.001.10.304.0010.21023390300000 - Material de Consumo

08.001.10.305.0010.20973390300000 - Material de Consumo

08.001.10.303.0010.20763390300000 - Material de Consumo

06.002.20.608.0008.20373390300000 - Material de Consumo

06.002.18.542.0008.20383390300000 - Material de Consumo

09.001.08.122.0003.21073390300000 - Material de Consumo

09.001.08.244.0014.21203390300000 - Material de Consumo

09.001.08.244.0014.21403390300000 - Material de Consumo

09.001.08.244.0014.21413390300000 - Material de Consumo

09.001.08.243.0014.61143390300000 - Material de Consumo

Amaporã/PR, 05 de fevereiro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:0527FD7A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026– ID 3616

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002//2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

Contratado: SANTA MEMORIA - EDUCACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **17.838.680/0001-10**.

DO OBJETO:
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de capacitação prática e teórica com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, destinada aos profissionais que atuam no serviço de acolhimento em família acolhedora (sfa).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD (horas)	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	
01	Capacitação sobre atuação do conselho tutelar, articulação com as políticas municipais, sistema de justiça e encaminhamentos.	12 horas	R$ 302,57	R$ 3.630,84	
02	Capacitação sobre o serviço de família acolhedora (SFA): implementação e execução do SFA. Atribuições da coordenação e equipe técnica, articulação com as políticas municipais, sistema de justiça e encaminhamentos.	12 horas	R$ 302,57	R$ 3.630,84	
TOTAL				**R$7.261,68**	

DO VALOR:
O Valor Total do presente contrato é de **R$ 7.261,68** (Sete mil e duzentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos)**.**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais do exercício de 2026, e Superavit do exercício 2025, através das dotações abaixo:

09001081220003210733390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento após recebimento das respectivas etapas de realização de despesa, junto da Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias parcela única.

DA VALIDADE:
-O Prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

Amaporã/PR, 05 de fevereiro de 2026.

Município De Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:FE5E1A43

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Menor Preço Por Lote

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos no trajeto Amaporã ⇄ Paranavaí, em regime intermunicipal, nos termos do Anexo I deste edital, para atendimento aos estudantes regularmente matriculados nos níveis previstos na Lei Municipal nº 1.118/2025
Valor Máximo de **R$ 810.000,00**

Data da sessão: 26/02/2026
Horário: 09h00min (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as **08h59min** do dia **26/02/2026.**
Local de Realização do Pregão: (https://comprasbr.com.br/)

Amaporã/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ROSÂNGELA ALEXANDRE DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:14619043

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 28/2026

DECRETO No 28/2026

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1o – Prorrogar a validade do Processo Seletivo Simplificado contido no Edital nº 033/2025 de 21 de julho de 2025, e homologado pelo Edital nº 035/2025 de 31 de julho de 2025 para os cargos de Tec em enfermagem, Enfermeiro, médico 40h, médico 20h e Odontólogo pelo prazo de mais 06 (seis) meses.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos ao dia 28/01/2026.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 5 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:FE97A8F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

EDUCAÇÃO
EDITAL N° 001/2026 – B

HOMOLOGAÇÃO FINAL

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com base no art. 15º da Lei Municipal 379/2006, e considerando a necessidade de contratar professores concursados, detentores de um (01) turno, para ministrarem aulas extraordinárias na rede municipal, divulga a relação nominal do resultado final referente ao Edital 001/2026.

Classifica:

Classificação	Nome	Pontuação
1º	Irene Moraes Fabris	90 pontos
2º	Zelia Vieira de Miranda Messina	80 pontos
3°	Daiani Lopes Pedroso Nascimento	40 pontos
4º	Thais de Oliveira Felipe Simões	40 pontos
5°	Camila Crepaldi	30 pontos
6°	Edimara Menezes Camapum	20 pontos

Anahy, 05 de fevereiro de 2026

ROSELI APARECIDA SIMÕES MIRANDA
Diretora do Departamento de Educação
Port. N° 4.526/2021

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:567C081A

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.253/2026.

Concede Licença Especial a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 87 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Prêmio remunerada de 03 (três) meses ao servidor efetivo Edwagno Pereira, portador do RG 4.660.894-1/PR, ocupante do cargo de motorista, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 1546-1, por ter completado quinquênio de efetivo exercício na função pública, referente ao período aquisitivo 2021/2025; no período de 04 de fevereiro à 03 de maio de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:1A78E7A2

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.254/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor comissionado Henrique de Rezende Taveira, chefe de divisão, portador do RG. 10.581.968-4/PR, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 12081-1, 1/2 (meia) diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	04 de fevereiro de 2026.
Destino:	Londrina/PR
Objetivo:	Transportar com o veículo TRACKER placa: SEP1B95, o paciente Nathan Gabriel de Camargo e acompanhante, para internamento no Hospital Infantil Sagrada Família.
Protocolo nº	072/2026
Quant. de Diária:	1/2 (meia) diária.
Valor da meia diária:	R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A79441AD

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.245/2026.

Nomeia servidora para função de Suporte Pedagógico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº. 384/2006 de 12/12/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Leonilda Mendes Goes Soares, portadora do RG. 3.536.043-3/PR, Professor Classe C, lotada no Departamento Municipal de Educação, matrícula funcional nº 6815-1, para função de Suporte Pedagógico na Escola Municipal Vinicius de Moraes, no período vespertino, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Parágrafo Único. O cargo de professor permanecerá vago enquanto responder pela função ora nomeada.

Art. 2º Pelo exercício da função deverá cumprir jornada de 20 (vinte) horas semanais, percebendo seus vencimentos conforme a referência VII classe "C".

Art. 3º Conceder 10% (dez por cento) de gratificação, sobre o vencimento-base.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:17FCD2DB

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.246/2026.

Nomeia servidora para função de Suporte Pedagógico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº. 384/2006 de 12/12/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Leonilda Mendes Goes Soares, portadora do RG. 3.536.043-3/PR, Professor Classe C, lotada no Departamento Municipal de Educação, matrícula funcional nº 6815-4, para função de Suporte Pedagógico na Escola Municipal Vinicius de Moraes, no período vespertino, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Parágrafo Único. O cargo de professor permanecerá vago enquanto responder pela função ora nomeada.

Art. 2º Pelo exercício da função deverá cumprir jornada de 20 (vinte) horas semanais, percebendo seus vencimentos conforme a referência V classe "C".

Art. 3º Conceder 10% (dez por cento) de gratificação, sobre o vencimento-base.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C12379CA

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.247/2026.

Atribui aula extraordinária a professora do quadro do Magistério do Município de Anahy.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Artigo 15 da Lei 379/2006.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora municipal Irene Moraes Fabris, portadora do RG. 4.092.304-7/PR, ocupante do cargo de professora Classe "C", matrícula funcional nº 8095-4, a carga horária de 20 (vinte) horas-aula extraordinárias no período vespertino, na Escola Municipal Vinicius de Moraes, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Pelas aulas extraordinárias a professora receberá o equivalente a R$ 2.433,88 (dois mil e quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:B86EB89E

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.248/2026

Atribui aula extraordinária a professora do quadro do Magistério do Município de Anahy.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Artigo 15 da Lei 379/2006.

RESOLVE:

Art. 1º Atribui-se à servidora municipal Zelia Vieira de Miranda Messina, portadora do RG 5.862.892-1/PR e ocupante do cargo de professora Classe "C", matrícula nº 11304-5, a carga horária de 20 (vinte) horas-aula extraordinárias no período vespertino, na Escola Municipal Vinicius de Moraes, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Pelas aulas extraordinárias a professora receberá o equivalente a R$ 2.433,88 (dois mil e quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:D22382E3

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.249/2026.

Atribui aula extraordinária a professora do quadro do Magistério do Município de Anahy.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Artigo 15 da Lei 379/2006.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora municipal Daiani Lopes Pedroso Nascimento, portadora do RG. 9.475.329-5/PR, ocupante do cargo de professora Classe "C", matrícula funcional nº 11630-4; a carga horária de 20 (vinte) horas-aula extraordinárias no período matutino, no CMEI Anna Limpo Felisberto, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Pelas aulas extraordinárias a professora receberá o equivalente a R$ 2.433,88 (dois mil e quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:E1BBDE06

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.250/2026.

Atribui aula extraordinária a professora do quadro do Magistério do Município de Anahy.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Artigo 15 da Lei 379/2006.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora municipal Thais de Oliveira Felipe Simões, portadora do RG. 10.777.002-0/PR, ocupante do cargo de professora Classe "C", matrícula funcional nº 8796/3; a carga horária de 20 (vinte) horas-aula extraordinárias no período matutino, no CMEI Menino Jesus, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Pelas aulas extraordinárias a professora receberá o equivalente a R$ 2.433,88 (dois mil e quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:380F6601

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.251/2026.

Atribui aula extraordinária a professora do quadro do Magistério do Município de Anahy.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Artigo 15 da Lei 379/2006.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora municipal Camila Crepaldi, portadora do RG. 14.245.641-9/PR, ocupante do cargo de professora Classe "C", matrícula funcional nº 12012-2; a carga horária de 20 (vinte) horas-aula extraordinárias no período matutino, no CMEI Menino Jesus, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Pelas aulas extraordinárias a professora receberá o equivalente a R$ 2.433,88 (dois mil e quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:08444568

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.252/2026.

Atribui aula extraordinária a professora do quadro do Magistério do Município de Anahy.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Artigo 15 da Lei 379/2006.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora municipal Edimara Menezes Camapum, portadora do RG. 14.578.261-9/PR, ocupante do cargo de professor Classe "C", matrícula funcional nº 11680-5; a carga horária de 20 (vinte) horas-aula extraordinárias no período matutino, no CMEI Menino Jesus, com início em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Pelas aulas extraordinárias a professora receberá o equivalente a R$ 2.433,88 (dois mil e quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:CE28CBDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNPESPA

Ata da reunião ordinária do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá (FUNPESPA), realizada às quinze horas do dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões do FUNPESPA. Acompanharam e participaram da reunião: André Henrique Dassie, Presidente do FUNPESPA, Adriana de Fátima Pereira Salustiano, Contadora, Luiz Eduardo de Lima Generoso, Advogado, e Kaike Monteiro Borges, Controlador Interno. Do Conselho de Administração participaram Leônidas de Resende Teixeira, Aurenilson Cipriano, Mikaely Alves Moreira, Marissol Angélica Félix, Stephanie dos Santos Papini Souza e Taciana de Souza. Do Conselho Fiscal teve a participação de Denise Andreoti Mendes, Flávia Maria da Silva e Fernando Previato Bazzo. Justificaram as ausências: Glaucia Aparecida da Silva Prezoto (motivo férias), Magna Cristina Marchioni Benfica (motivo saúde), Neide Aparecida Cavalcante Nardoni e Silvane Marcela Mazur (motivo de trabalho). A ata da reunião anterior foi aprovada pelos Conselheiros e publicada na edição nº 3434 de 24/12/2025, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná. André iniciou a reunião apresentando os dados relativos aos investimentos, sendo que no mês de dezembro o FUNPESPA obteve um retorno positivo no mês, no valor de R$ 709.496,14 (setecentos e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e quatorze centavos) sendo que desse montante R$ 603.545,05 (seiscentos e três mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos) foi retorno da renda fixa, R$ 31.112,10 (trinta e um mil cento e doze reais e dez centavos) retorno da renda variável e R$ 74.838,99 (setenta e quatro mil oitocentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos) retorno no segmento de investimentos no exterior. A Bolsa brasileira fechou dezembro de 2025 em alta moderada. O Ibovespa subiu 1,29% no mês e encerrou o ano aos 161.125 pontos, após ter renovado recordes no início de dezembro. No acumulado de 2025, o índice avançou 33,95%, impulsionado pela entrada de capital estrangeiro e pela expectativa de queda dos juros em 2026. Setores como construção, vestuário e intermediários financeiros foram os destaques do ano, refletindo o otimismo com a melhora das condições econômicas. Mesmo com alguma realização de lucros no fim do mês, dezembro consolidou um ano muito positivo para a Bolsa. Em 31/12/2025 o saldo da carteira do FUNPESPA era de R$ 84.857.907,51 (oitenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e sete mil novecentos e sete reais e cinquenta e um centavos). A carteira está distribuída da seguinte forma: 77,11% em renda fixa, 20,57% em renda variável e 2,31% em investimentos no exterior. A gestão e administração dos recursos se encontram alocadas desta forma: 41,19% no Banco do Brasil; 37,10% na Caixa Econômica Federal; 18,81% no Itaú Unibanco e 2,90% no Sicredi. A meta atuarial (IPCA + 5,47% a.a.) no mês de dezembro ficou em 0,80% e o retorno foi de 0,84%. No ano a meta fechou em 9,97% e o retorno em 15,83%, o que representa em valores o total de R$ 11.719.850,38 (onze milhões setecentos e dezenove mil oitocentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos). Foi apresentado e depois aprovado pelos Conselheiros, o Parecer do Comitê de Investimentos da competência de dezembro de 2025. Adriana apresentou os dados do balanço do mês de dezembro de 2025, em que o total de entradas foi de R$ 3.550.521,99 (três milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos) que são receitas advindas da soma da parte funcional dos servidores ativos (Prefeitura, Funpespa, Câmara e Samae), inativos e pensionistas, da parte patronal (Prefeitura, Funpespa, Câmara e Samae), rendimentos de aplicações, compensação previdenciária, aporte atuarial, parcelamento, assim como a transferência que a Prefeitura repassa para pagamento das aposentadorias e pensões de sua responsabilidade menos a variação negativa das aplicações. Os repasses referentes às contribuições funcional e patronal estão maiores porque no mês dezembro foram pagos os valores referentes a novembro, dezembro (SAMAE, Câmara e FUNPESPA) e 13º salário. Sendo que a parte funcional e patronal da Prefeitura referente dezembro será pago no início do ano. Na sequência apresentou o total das saídas: R$ 3.631.194,16 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil, cento e noventa e quatro reais e dezesseis centavos) que são as despesas com as aposentadorias, pensões, folha de pagamento, o PASEP, despesas de manutenção como água, luz, telefone, os sistemas, as assessorias, aluguel, diárias e compensação previdenciária. Os valores também estão maiores por causa do pagamento da folha do 13º salário dentro do mesmo mês, assim como as despesas de contrato que geralmente são pagas no início do mês já foram pagas dentro da competência, em dezembro. Considerando as entradas e saídas constatou-se um déficit de R$ 80.672,17 (oitenta mil, seiscentos e setenta e dois reais e dezessete centavos). A receita da taxa de administração foi de R$ 82.418,90 (oitenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa centavos) e a despesa foi de R$ 99.891,67 (noventa e nove mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos). Sobre o aporte atuarial, o município pagou o valor faltante no total de R$ 731.821,81 (setecentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos) no mês de dezembro. O balanço financeiro de dezembro de 2025 foi aprovado por unanimidade. Havendo qualquer dúvida, Adriana pediu para nos encaminhar. Desde a data da última reunião tivemos a concessão dos seguintes benefícios: no dia 19/12/2025 pensão por morte para o Sr. Antonio Alves Correia, pelo falecimento da servidora aposentada, Aparecida Lucas Dias Correia; no dia 13/01/2026 aposentadoria por idade para Moacir Aparecido da Silva, no cargo de Motorista (Escolar/Ambulância) e aposentadoria por tempo de contribuição para José Ronaldo Xavier, no cargo de Médico e no dia 22/01/2026 pensão por morte para Ana Lucia dos Santos Xavier devido ao falecimento de José Ronaldo Xavier. André informou que o FUNPESPA conseguiu a renovação do Certificado Pró-Gestão RPPS no Nível 1 por mais três anos, com vencimento em 05 de janeiro de 2029. André enfatizou que durante este ano será feito um trabalho para buscar alcançar o Nível 2 no ano que vem e que conta com a participação e envolvimento da equipe e conselheiros. Sobre a Política de Investimentos, informou que devido a nova resolução do Banco Central, a Resolução CMN nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025, os Regimes Próprios de Previdência Social devem adequar sua Política de Investimentos à nova resolução até o dia 1º de fevereiro de 2026, pois houve mudanças nos limites e percentuais dos artigos e também em restrições e vedações. André apresentou os pontos principais da Política de Investimentos do FUNPESPA para o ano de 2026, elaborada pelo Comitê de Investimentos em conjunto com a consultoria em investimentos Crédito e Mercado, com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025. A estratégia alvo em renda fixa ficou definida em 73,56% (setenta e três vírgula cinquenta e seis por cento). Em renda variável, investimentos estruturados e Fundos de Investimentos Imobiliários 26,44% (vinte e seis vírgula quarenta e quatro por cento). Pela nova resolução, por termos o certificado Pró-Gestão RPPS podemos aplicar somente nos seguintes artigos: em renda fixa 100% nos art. 7º I, 7º II e 7º III e 5% no art. 7º IV. Em renda variável, estruturados, Fundo de Investimento Imobiliário e Investimentos no Exterior somos vedados e podemos até 10% em empréstimos consignados. Sobre os valores que temos nos artigos em que somos vedados, temos o prazo de dois anos para resgatá-los da carteira ou a outra opção é conseguirmos alcançar o Nível II do Pró-Gestão RPPS para não ficarmos desenquadrados. A meta de rentabilidade do FUNPESPA para o ano de 2026, definida pelos atuários, ficou fixada em 5,46% (cinco vírgula quarenta e seis por cento) ao ano somado a inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A Política de Investimentos para o ano de 2026 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Agora serão recolhidas as assinaturas, publicada e enviada ao Ministério da Previdência Social. O Relatório de Controle Interno das áreas mapeadas referente ao segundo semestre de 2025, elaborado para atender ao nível 2 do manual Pró-Gestão RPPS, foi apresentado e depois aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Foi aprovado também o Relatório de Ouvidoria referente ao quarto trimestre de 2025. Sobre o Termo de Parcelamento nº 00076/2008, instituído pela Lei Municipal n.º 1.834/2008, o Ministério da Previdência encaminhou uma notificação

por e-mail no dia 19/12/2025 concordando que o referido parcelamento estava quitado, sendo assim foi dado baixa no sistema CADPREV e no dia 22/12/2025 foi emitido o novo Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP com data de validade até o dia 20/06/2026. O Advogado do Fundo, Luiz, comentou sobre um novo processo judicial que foi ajuizado contra o FUNPESPA. É um processo de pensão por morte, cujos pais buscam a concessão de pensão por morte em razão do falecimento de sua filha, que era servidora municipal. Administrativamente o benefício foi negado, em razão de não ter sido comprovada a dependência econômica, visto que o genitor recebe outro benefício previdenciário do INSS. Em sede judicial, o advogado explicou que foi concedida tutela antecipada para que o Fundo implante o benefício de pensão por morte, antes do julgamento da ação. Luiz explicou que interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão, pedindo efeito suspensivo da decisão que concedeu a tutela, porém foi negado. Portanto, o Fundo deverá implantar o benefício de pensão por morte aos genitores da servidora falecida, ainda que a ação esteja em trâmites iniciais. A próxima reunião ficou agendada para o dia 25 de fevereiro de 2026, às 09h00. A continuação da leitura e revisão da Lei 2.194/2011 ficou para a próxima reunião. Sendo o que tinha a tratar, o Presidente André Henrique Dassie agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião, a qual foi redigida por mim, Mikaely Alves Moreira, Secretária, com a anuência e aprovação de todos e será enviada para publicação no Diário Oficial.

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Presidente do FUNPESPA

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:F48CDE90

GABINETE DA PREFEITA
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

Autorizo a dispensa de Licitação nº 007/2026, a despesa e emissão de empenho para a empresa **BELABRU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **03.353.258/0001-60**, no valor **R$ 485.900,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e novecentos reais),** para **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MOVEL TIPO B, ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA) DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ GRANDE - CIDASG, CONFORME RECURSO SESA - RESOLUÇÃO 1.357/2025, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** em conformidade com o art. 74, caput, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado pelo Decreto nº 9.858/2023.

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:3D5297F6

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.076 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora Rosângela Miguel Iga.

***EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,*

DECRETA:

***Art. 1º** - Fica concedida **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, à servidora **ROSÂNGELA MIGUEL IGA**, lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora do RG nº *.*39.656-* - SESP/PR, inscrita no CPF sob nº **5.642.329-**, com o cargo de Professora - (1º Padrão - NV05-11).*

***Art. 2º** - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será feita pelo disposto no Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.*

***Art. 3º** - O valor do provento de aposentadoria será de R$ 5.971,36 (cinco mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos), referente à competência Janeiro/2026.*

***Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:1EDB75C3

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.077 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora Vânia Cristina Zenerato Martucci.

***EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,*

DECRETA:

***Art. 1º** - Fica concedida **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, à servidora **VÂNIA CRISTINA ZENERATO MARTUCCI**, lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora do RG nº *.*29.047-* - SESP/PR, inscrita no CPF sob nº **8.127.109-**, com o cargo de Professora - (2º Padrão - NV05-15).*

***Art. 2º** - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será feita pelo disposto no Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.*

***Art. 3º** - O valor do provento de aposentadoria será de R$ 6.985,68 (seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), referente à competência Janeiro/2026.*

***Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:26B6EE45

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.078 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor Carlos Roberto Claro de Carvalho.

***EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,*

DECRETA:

***Art. 1º** - Fica concedida **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, ao servidor **CARLOS ROBERTO CLARO DE CARVALHO**, lotado no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portador do Registro Geral - CPF nº **6.944.819-** - SESP/PR, com o cargo de Motorista - IV-FX1-15.*

***Art. 2º** - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será feita pelo disposto no Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.*

***Art. 3º** - O valor do provento de aposentadoria será de R$ 5.372,27 (cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e sete centavos), referente à competência Janeiro/2026.*

***Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:556AD606

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.079/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 256.800,00 (duzentos e cinqüenta e seis mil oitocentos reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
1168 - 4.4.90.52.00.00	3519	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.244.0023.2.083.		Manter o Programa Bolsa Família - IGD - PSB	
1199 - 4.4.90.52.00.00	3940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
10.003.08.244.0023.2.088.		Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS	
1200 - 4.4.90.52.00.00	3949	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.800,00
		Total Suplementação:	**256.800,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:874F3C89

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 2º, 3° E 4° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
M.L. COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **05/02/2026** e término em **04/02/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores, na importância de **R$ 112.879,00** (cento e doze mil e oitocentos e setenta e nove reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Os valores deste instrumento foram ajustados conforme a variação do IPCA, a partir da data da proposta, aplicando-se o percentual acumulado no período.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 05.02.2026

Pregão Eletrônico n° 105/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

MARIA LAURA ALTERMANN PALOMAS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:F8FCBDEE

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 2º, 3° E 4° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
S.S ESTAMPARIA E COMERCIO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **05/02/2026** e término em **04/02/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores, na importância de **R$ 300.148,00** (trezentos mil, cento e quarenta e oito), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Os valores deste instrumento foram ajustados conforme a variação do IPCA, a partir da data da proposta, aplicando-se o percentual acumulado no período.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 05.02.2026

Pregão Eletrônico n° 105/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

SANDER SOARES
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:FDEEBD75

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 2º E 3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
Z3 COMERCIAL LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **05/02/2026** e término em **04/02/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 22.762,00** (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 05.02.2026

Pregão Eletrônico n° 105/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

JOSE CARLOS BOLDARINE
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5A831843

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.826 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora Pública Municipal, **SILVIA RENATA CARVALHO DE CAMPOS**, ocupante do cargo de **EDUCADORA INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 03 (três) meses, iniciando em 03 de fevereiro de 2026, com término em 02 de maio de 2026, referente ao período aquisitivo: 24-08-2009 a 23-08-2014, com a respectiva remuneração, conforme art. 1º da Lei nº. 1.661/2007, que alterou o art. 111 da Lei nº. 1.170/1993.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de fevereiro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F1EC5E1B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.827 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 20 dias de férias finais, a partir do dia 23 de fevereiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **CLAUDENIRA DALVA DA COSTA** ocupante do cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 27-05-2024 a 26-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:B30919F4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.828 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 02 de março de 2026, a Servidora Pública Municipal **SILVIA OKABE ALVES VALENTIM** ocupante do cargo de **PSICOLOGO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 03-02-2025 a 02-02-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:CC365355

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.829 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de março de 2026, a Servidora Pública Municipal **IVONE ALMEIDA MARQUES** ocupante do cargo de **PSICOLOGO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 22-11-2023 a 21-11-2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:378AF430

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.830 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de março de 2026, a Servidora Pública Municipal **MARCIA ARLINDO** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO,** referente ao período aquisitivo: 02-04-2024 a 01-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:53A2CAA4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.831 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de março de 2026, ao Servidor Público Municipal **JURACI BERNARDINO ALVES** ocupante do cargo em comissão de **SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER,** referente ao período aquisitivo: 04-01-2025 a 03-01-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:45C66850

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.832 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a Portaria nº. 19.831 de 05 de fevereiro de 2026, a qual concedeu 30 dias de férias, a partir do dia 02 de março de 2026 ao Servidor Público Municipal Juraci Bernardino Alves,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, a partir do dia 02 de março de 2026, o Servidor Público Municipal **MARCOS ANTONIO APARECIDO CIPRIANO**, para exercer interinamente a função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER** durante o período de férias do Servidor acima mencionado.

Art. 2º. Não decorrerá ao nomeado, direito de acréscimo aos seus subsídios.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá,
Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5F225BA6

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.833 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de março de 2026, a Servidora Pública Municipal **INGRID JENIFER MAZZARO** ocupante do cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 12-04-2024 a 11-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5A50398B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.834 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de março de 2026, ao Servidor Público Municipal **FRANCISCO ESTEVAM NETO** ocupante do cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 01-11-2018 a 31-10-2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:69009F96

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.835 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 16 de março de 2026, a Servidora Pública Municipal **DANIELA APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 01-03-2024 a 28-02-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E7E6814A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º,19.836 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a Portaria 18.882, de 27 de Janeiro de 2025, que constituiu a Comissão recebimento de equipamentos, bens materiais e serviços em geral objeto de licitações.

CONSIDERANDO a necessidade de acrescentar servidores.

RESOLVE:

Art. 1º. Incluir na atual Comissão composta pelos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente tendo como finalidade o recebimento de equipamentos, bens materiais e serviços em geral objeto de licitações, acrescentando os funcionários abaixo relacionados:

Servidora **POLIANA BELONI RODRIGUES** portadora do CPF *639*43495* Junto a Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5D423ADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PARA VEÍCULOS PESADOS /MAQUINAS INCLUSIVE TRATOR/ ÔNIBUS/ MICRO ONIBUS VANS E CAMINHÕES, VEICULOS LEVES INCLUSIVE KOMBI, PARA DIVERSAS SECRETARIAS E FUNPESPA.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 06/02/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 27/02/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 27/02/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes
ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:270F4B44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2024

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra. Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente ao item nº 02, a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/gji-wspw-msh).

Às Empresas:

- CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA
- CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA

INÍCIO DA SESSÃO: às 09h:00min do dia 09/02/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/gji-wspw-msh)

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:07DB2241

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 059/2024

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra. Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente aos itens nº 01, 02 e 03, a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/tey-bcoe-tqo).

Às Empresas:

- ASFALTOS DO PARANA IND. E DIST. DE DERIV. DE PETROLEO LTDA
- CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA
- COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO

INÍCIO DA SESSÃO: às 11h:00min do dia 09/02/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/tey-bcoe-tqo)

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:3563C88D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 106/2024

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra. Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente ao item nº 09, a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/bmn-wbes-zyq).

Às Empresas:

- CHEVROMAIS COMÉRCIO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES LTDA EPP.
- FIRENZE PNEUS LTDA
- WINES REIS COMERCIAL LTDA

INÍCIO DA SESSÃO: às 10h:00min do dia 09/02/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/bmn-wbes-zyq)

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:CCCFD218

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – 03/02/2026.

Aos três dias do mês de fevereiro dois mil e vinte e seis (03/02/2026), equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde deu as providencias para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, hibrida, presencial e on line, plataforma Google Meet. Dando a abertura na reunião iniciada às 16:10 horas, o presidente dá as boas-vindas, ministra a oração do Pai Nosso e segue com a aprovação da ata da reunião anterior, que foi enviada no grupo dos conselheiros, whats App. A reunião segue com a apresentação e discussão da pauta. 1) Agenda para realização da Audiência Pública do terceiro quadrimestre de 2025.2) Informação da programação do Evento Verão Maior Paraná em Andirá. A reunião discorre com os conselheiros agendando o dia 27 de fevereiro de 2026 as 15:00 horas no recinto da Câmara de Vereadores a realização da Audiência Pública do terceiro quadrimestre do ano de 2025, meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. A reunião discorre com a Secretária Gabriela e a Enfermeira Mayara informando da programação para a realização do Evento Verão Maior Paraná em Andirá, programado para o dia 07 de março , no Parque Jardim do Lago Mario Bonacin, seguem detalhando as ações que serão realizadas no evento com a participação das demais Secretarias Municipais, e toda a equipe da Secretaria da Saúde, narram que será disponibilizado ônibus para transportar a população dos bairros para participarem do evento, e ainda que terá a participação da Feira da Lua, shows musicais, palestras educativas, e várias atividades para a população que estará participando do evento, durante as explicações, os conselheiros manifestam suas opiniões, sugestões a respeito da realização do evento. A reunião prossegue, a Secretária Gabriela informa sobre o andamento do Processo Seletivo para contratação de Fisioterapeuta, explicando que em decorrência do afastamento da fisioterapeuta Ana Flavia que está de licença sem remuneração de dois anos, e da fisioterapeuta Caroline, licença de seis meses para Doutorado Sanduiche no País da Austria, teve a necessidade de realizar um processo seletivo para contratação de fisioterapeutas, por tempo determinado de acordo com os períodos das licenças das fisioterapeutas, a Secretária Gabriela comunica também da contratação de motorista para repor a vaga do servidor Moacir Aparecido da Silva que se aposentou, contratação do processo seletivo que está vigente. Discorrendo a Secretária Gabriela narra sobre a questão dos atendimentos médicos da Unidade Dr.João Adirson Ramos, da questão das filas da madrugada para o agendamento de consultas, Gabriela explica que em decorrência do pedido de exoneração do Médico Thiago Makiyama Freitas, do programa Mais Médicos do Ministério da Saúde, que tinha carga horária de 40 horas semanais, o Ministério da Saúde desde o mês da exoneração do Dr.Thiago já está na ordem do 6º (sexto) chamamento dos médicos aprovados no programa, os convocados desistem e informam que não vem assumir a vaga no município, Gabriela informa também que a Secretaria está fazendo o chamamento dos médicos do concurso vigente desde quando o Dr.Thiago avisou do seu desligamento , portanto os convocados não assumem , teve convocados médicos de 20 horas e 40 horas. Gabriela segue explicando que no fim do mês de janeiro foi convocada a Doutora Fernanda do concurso público iniciando os atendimentos no dia 02 , segunda-feira, relata que o sistema de agendamento de consultas está sendo reorganizado para a Doutora Fernanda e Doutor Tiago Pereira, ambos com carga horária de 20 horas, mas Gabriela informa que ainda os tramites de contratação de médicos está em andamento, para regularizar os agendamentos de consultas da unidade Dr.João Adirson e da unidade Dr.Luiz Antonio, por conta do óbito do Doutor José Ronaldo Xavier. Diante das explicações , a Secretaria Gabriela relata ainda que os usuários da unidade não aderem a reorganização do agendamento para as consultas, eles insistem em chegar na unidade no horário da madrugada, relata que na Vila Americana tem pessoas que aproveitam da situação e cobram de pacientes para ir pegar senha na fila, explica que estas pessoas já foram informadas pela administração que não podem praticar esses serviços, mas insistem em manter os serviços de cobrar dos pacientes para pegar senhas. Os conselheiros tecem comentários e debatem amplamente a situação dos agendamentos de consultas das unidades de saúde, manifestam suas opiniões da questão destes agendamentos, várias colocações para que seja ajustado a situação das agendas de consultas médicas, os conselheiros percebem que as unidades de saúde que tem uma população mais vulnerável, são as unidades que as agendas de consultas médicas não congestionam, o conselheiro Valdeir enaltece a fisioterapeuta Caroline que estará representando o município de Andirá no Doutorado, especialização em joelhos, e dos benefícios que a capacitação ofertará para os pacientes atendidos na Clínica Municipal da Fisioterapia. Não havendo mais nada a constar, eu, Ivana Aparecida Costa Nunes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde, Valdeir Antonio Junior. Andirá/Pr, 03 de fevereiro de 2026. Presentes: Valdeir Antonio Junior,Magali Soave de Oliveira,Ivana Aparecida Costa Nunes, Gabriela Fantinatti de Campos Carvalhatti, Mayara Oliveira Miranda Paludetto, Solange de Fatiam da Costa Barbosa. On Line :Andreza Soares Manfrim, Lucinéia Aparecida da Cruz, Viviane Millani Teixeira Hatori, Marli Borges, Marilia Russo Zanin, Alexandre Mendes Pereira, Fabiana Freire, Amanda Panier de Godoi. Os demais conselheiros justificaram suas faltas.

VALDEIR ANTONIO JUNIOR
Presidente do Conselho Municipal da Saúde.

IVANA APARECIDA COSTA NUNES
Secretária Executiva do Conselho Municipal da Saúde.

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9FAB3A59

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2026

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **187/2025**
Pregão Nº **28/2025**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA E PÁ CARREGADEIRA), COM FORNECIMENTO DE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E ENCARGOS OPERACIONAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

EMPRESAS VENCEDORAS:

D. FERREIRA DOS SANTOS EIRELI- CNPJ: 21.819.434/0001-98.
VIGÊNCIA: 04/02/2026 a 03/02/2027

VALMIR SANCHES RIBEIRO- CNPJ: 06.785.365/0001-55.
VIGÊNCIA: 05/02/2026 a 04/02/2027

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

REPRESENTANTES LEGAIS:

DOUGLAS FERREIRA DOS SANTOS
VALMIR SANCHES RIBEIRO

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:D7CC97F4

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA – AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÕNICO Nº 28/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 187/2025

O Aviso de Resultado de Licitação pregão 28/2025 de 23 de dezembro de 2025, publicada na edição nº 3434, de 24 de dezembro de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP tem pelo presente, por lapso de digitação, a seguinte correção:

ONDE SE LÊ:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 173/2025.

LEIA-SE:

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 187/2025

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:51407D44

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA N° 1.466 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**		
Fiscal Substituto:	**RICHARD GUILHERME FERRAZ MENDES**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**002-2026**	**Vigência:**	**04/02/2026 A 03/02/2026**
ID DA ATA:	**003-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**28/2025**		
Contratado:	**D. FERREIRA DOS SANTOS EIRELI.**		
Objeto:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA E PÁ CARREGADEIRA), COM FORNECIMENTO DE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E ENCARGOS OPERACIONAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.**		
Valor:	**R$ 55.200,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos reais)**		

Fiscal Titular:	**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**		
Fiscal Substituto:	**RICHARD GUILHERME FERRAZ MENDES**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**002-2026**	**Vigência:**	**05/02/2026 A 04/02/2026**
ID DA ATA:	**004-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**28/2025**		
Contratado:	**VALMIR SANCHES RIBEIRO**		
Objeto:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA E PÁ CARREGADEIRA), COM FORNECIMENTO DE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E ENCARGOS OPERACIONAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.**		
Valor:	**R$ 59.700,00 (Cinquenta e nove mil e setecentos reais)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:E24F2D0B

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA Nº 1.471 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o que dispõe o art.116 da Lei Municipal nº 1.170/93.
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal **RODRIGO FARIA DIAS**, Licença de dois anos sem remuneração para tratar de assuntos particulares. Iniciando no dia 05 de fevereiro de 2026, com término em 04 de fevereiro de 2028.O referido Servidor é ocupante do cargo de **TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO.**
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 05 de fevereiro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:6F99A115

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: EMPRESA YOUR SONG LTDA
CNPJ: 09.576.266/0001-51

OBJETO: Contratação da Banda "Madeira", artistas reconhecidos no cenário musical regional, para a realização de apresentação artística durante o evento "Carnaval de Antonina 2026", no dia 13 de fevereiro de 2026, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular da prestação de serviço artístico.

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

ASSINADO PELA: SRA. ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, PREFEITA DE ANTONINA – PR, SR. THIAGO AFONSO DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SR. SANDRO OVSIANY DA SILVA PELA EMPRESA YOUR SONG LTDA.

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:BAE10790

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 017/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: EMPRESA D.L.P. NASCIMENTO LTDA
CNPJ: 09.604.412/0001-05

OBJETO: Contratação da banda "Bora Rolê", artistas reconhecidos no cenário musical regional, para a realização de apresentação artística durante o evento "Carnaval de Antonina 2026", no dia 16 de fevereiro de 2026, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular da prestação de serviço artístico, conforme descrito no Termo de Referência

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

ASSINADO PELA: SRA. ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, PREFEITA DE ANTONINA – PR, SR. THIAGO AFONSO DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SR. DANTE LUIZ PINTO DO NASCIMENTO PELA EMPRESA D.L.P. NASCIMENTO LTDA.

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:2091D9B8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 018/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: EMPRESA YOUR SONG LTDA
CNPJ: 09.576.266/0001-51

OBJETO: Contratação da Banda "Coração Brasil", artistas reconhecidos no cenário musical regional, para a realização de apresentação artística durante o evento "Carnaval de Antonina 2026", no dia 17 de fevereiro de 2026, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular da prestação de serviço artístico, conforme descrito no Termo de Referência

VALOR: R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

ASSINADO PELA: SRA. ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, PREFEITA DE ANTONINA – PR, SR. THIAGO AFONSO DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SR. SANDRO OVSIANY DA SILVA PELA EMPRESA YOUR SONG LTDA.

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:B7413ACB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 007/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: EMPRESA TABLA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI
CNPJ: 31.692.027/0001-16
OBJETO: Contratação da Banda "Clover", artistas reconhecidos no cenário musical regional, para a realização de apresentação artística durante o evento "Carnaval de Antonina 2026", no dia 16 de fevereiro de 2026, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular da prestação de serviço artístico, conforme descrito no Termo de Referência

VALOR: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

ASSINADO PELA: SRA. ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, PREFEITA DE ANTONINA – PR, SR. THIAGO AFONSO DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SRA. DAPHENE ZANDONA MARTINS PELA TABLA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI.

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:B4B7200E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 52/2026 - EXONERA CHEFE DE DIV ADM - SEC ESP DA MULHER - ANA PAULA BROSKA

DECRETO Nº 52/2026, de 05 de fevereiro de 2026

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA – SEC ESPECIAL DA MULHER

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - Fica exonerada, **ANA PAULA BROSKA ,** RG n° 9.961.254-1 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA – SEC ESPECIAL DA MULHER – SIMBOLO CC2,** em **05/02/2026**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no Art. 1°, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:60C5DC98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2026 – PATROCÍNIO DO CARNAVAL DE ANTONINA 2026 RESULTADO DA LEITURA DAS PROPOSTAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO
EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2026 – PATROCÍNIO DO CARNAVAL DE ANTONINA 2026

RESULTADO DA LEITURA DAS PROPOSTAS

Ao sexta dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, os técnicos da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico reuniram-se para a leitura das propostas conforme Edital de Chamamento Público 001/2026, publicado na edição 3443 do Diário Oficial dos Municípios em 08/01/2026, visando o obter PATROCÍNIO DO CARNAVAL DE ANTONINA 2026, conforme Termo de Referência. Os técnicos informam que a empresa **PORTO PONTA DO FELIX S/A**, foi a que apresentou ação de patrocínio que consiste no aporte de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para ser utilizado na realização do Carnaval de Antonina 2026, tendo como cota de patrocínio a categoria Bronze, sendo considerada APTA para realizar tal patrocínio.
Do resultado apresentado acima, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data dessa publicação, devendo ser protocolado na Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, localizada na Rua Antônio Mendes, 290 – Praça Carlos Cavalcanti, s/n – Centro, Antonina/PR.
A Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico não se responsabilizará por recursos não enviados em razão de problemas particulares das empresas.
Os recursos serão analisados pelos membros da Comissão e o relatório da Comissão de Seleção do Chamamento Público poderá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer jurídico a critério do Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico.
Após parecer jurídico caberá a decisão ao Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, com os recursos a ela inerentes.
Sem mais nada a declarar, firmo-o presente.

Antonina, 05 de fevereiro de 2026.

THIAGO AFONSO DE SOUZA
Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:87323CB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 046/2026 - EXONERAR, EM 31/01/2026 A PEDIDO, A(O) SERVIDOR(A) KAUE LANDUCCI SANT ANA , MATRICULA Nº 6392 , DO CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA – (20 HORAS) – CONTRATADO PSS 001/2025

PORTARIA Nº 046/2026, de 04 de fevereiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Protocolo n. 1373/2026

Resolve:

Exonerar, **em 31/01/2026** a pedido, **a(o)** Servidor(a) **KAUE LANDUCCI SANT ANA , Matricula nº 6392** , do cargo **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA – (20 HORAS) – Contratado PSS 001/2025,** considerando o Requerimento Protocolo nº 1274/2026

Declarar vago o cargo público de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA – (20 HORAS)** no Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 04 de fevereiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:30847A50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 047/2026 - LOTAR, MARIA ANTONIA RODRIGUES COSTA, AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO - DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 047/2026, de 04 de fevereiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme Protocolo nº 605/2026

RESOLVE:

LOTAR, a servidora abaixo relacionado na **Secretaria Municipal de Finanças – Divisão de Fiscalização em 05/01/2026.**

MARIA ANTONIA RODRIGUES COSTA, Agente Fiscal Tributário

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 04 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:21AF538A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 048/2026 - DESIGNAR, OS SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

PORTARIA Nº 048/2026, de 04 de fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Memorando nº 003/2025 da Sec de Finanças/Divisão de Fiscalização e Protocolo nº 845/2026,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para exercer as funções discriminadas, na Comissão de Fiscalização de Créditos Tributários a partir de 06/01/2026.

JULIO CESAR PINHEIRO DOS SANTOS – Agente Fiscal Tributário – Função: Recuperação de créditos tributários e dívida ativa.

PAMELA ASSUMPÇÃO DOS SANTOS – Agente Fiscal Tributário – Função: Recuperação de créditos tributários e dívida ativa.

MARIA ANTONIA RODRIGUES COSTA – Agente Fiscal Tributário – Função: Recuperação de créditos tributários e dívida ativa.

Os Servidores designados farão jus ao recebimento de uma gratificação por encargos especiais, durante a sua permanência na função designada, conforme Decreto nº 134/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo revogando as demais disposições em contrário. Em especial a Portaria nº 149/2025.

GABINETE DA PREFEITA em, 04 de fevereiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2625538F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 049/2026 - EXONERAR, A PEDIDO, EM 02/02/2026 A(O) SERVIDOR(A) ANA CAROLINA COCA DA SILVA LOPES, MATRICULA Nº 6373 , DO CARGO PROFESSOR(A) I – (20 HORAS) – CONTRATADO PSS 001/2025

PORTARIA Nº 049/2026, de 04 de fevereiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Protocolo n. 1389/2026

Resolve:

Exonerar, a pedido, Em 02/02/2026 **a(o)** Servidor(a) **ANA CAROLINA COCA DA SILVA LOPES, Matricula nº 6373** , do cargo **PROFESSOR(A) I – (20 HORAS) – Contratado PSS 001/2025,** considerando o Requerimento Protocolo nº 1389/2026

Declarar vago o cargo público de **PROFESSOR(A) – (20 HORAS)** no Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 04 de fevereiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6948EDB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 050/2.026 - EXONERAR, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA - JANE RICARDO RAMOS , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 050/2.026, de 04 de fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme protocolo nº 1476/2026.

Resolve:

Exonerar, a(o) Servidor(a) **JANE RICARDO RAMOS , Auxiliar de Serviços Gerais – Matricula nº 894,** por motivo de aposentadoria, **em 04/02/2026.**

Declarar vago o cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais no Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 04 de fevereiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:29E64D51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de gás liquefeito de petróleo em botijão de 13kg e 45kg, bem como vasilhames, reguladores, mangueiras e abraçadeiras, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: EDSON MARTINS GIMENES ME, CNPJ/MF: 04.620.716/0001-42.
VALOR REGISTRADO: R$ 86.066,60 (oitenta e seis mil e sessenta e seis reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/02/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:4AD67E26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de gás liquefeito de petróleo em botijão de 13kg e 45kg, bem como vasilhames, reguladores, mangueiras e abraçadeiras, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: TRANSPORTE E COMERCIO DE GÁS PAIÃO LTDA, CNPJ/MF: 74.069.964/0001-22.
VALOR REGISTRADO: R$ 160.050,00 (cento e sessenta mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/02/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:AB268B6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 061/2025

MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 061/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: ID FARMA LTDA, CNPJ/MF: 46.796.127/0001-60;
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão consensual do Contrato Administrativo nº 061/2025, cujo objeto consistiu na aquisições medicamentos para atendimento de demandas da Farmácia Básica do Centro de Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO: A rescisão contratual em questão encontra fundamento no disposto no artigo 138, inciso II, da Lei n° 14.133/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS: As partes elegem o foro da Comarca de Astorga, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas deste termo.
SIGNATÁRIO: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Igor Expedito Tomas
DATA DA RESCISÃO: 04/02/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:76877FE5

MUNICÍPIO DE ASTORGA DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS
AVISO CONCORRÊNCIA Nº001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026.
O Municipio de Astorga/Pr torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 27 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma www.gov.br/compras,
CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vias urbanas do Distrito de Santa Zélia	Pavimentação em CBUQ	18.971,00 m²	530 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Astorga e na plataforma www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Astorga, 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANA ANTONIETA BRANDOLIM
Diretora do Departamento Licitação

Publicado por:
Patricia Albertini Camargo Fernandes
Código Identificador:F00E3D62

MUNICÍPIO DE ASTORGA DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS
AVISO CONCORRÊNCIA Nº002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026.
O Municipio de Astorga/Pr. torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 02 de março do ano de 2026, na plataforma www.gov.br/compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Distritos de Tupinambá e Içara	Pavimentação em CBUQ	20.150,6 m²	450 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Astorga e na plataforma www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Astorga, 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANA ANTONIETA BRANDOLIM
Diretora do Departamento Licitação

Publicado por:
Patricia Albertini Camargo Fernandes
Código Identificador:EEAF1210

MUNICÍPIO DE ASTORGA DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2025
(REGISTRO DE PREÇOS)
(RETIFICADO)

A Prefeita do Município de Astorga - PR, no uso de suas atribuições legais; considerando a inexistência de recursos pendentes de julgamento; torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do objeto do presente certame, à empresa abaixo:

K3BBB COMERCIAL E SERVICOS LTDA., CNPJ: 11.128.236/0001-24, sagrou-se vencedora dos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121,122, 123, 124,126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 169 170, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 209, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 231, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245 pelo valor total de R$ 230.395,75 (Duzentos e trinta mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos)

- HOMOLOGA DESERTOS os itens nº 20, 32, 38, 44, 46, 47, 64, 84, 85, 102, 114, 168, 172, 196, 200, 201, 203, 207, 208, 210, 213, 224, 225, 228, 230, 232 e 233.

- HOMOLOGA FRACASSADOS os Itens nº 48, 52, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 86, 101, 104, 105, 107, 115, 125, 132, 136, 139, 147, 152, 155, 164, 166, 171, 174, 211, 212, 219 e 234.

Astorga, 28 de Janeiro de 2026.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia Albertini Camargo Fernandes
Código Identificador:2E40F812

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
CONVOCAR as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2023, para comparecer na **Prefeitura Municipal de Astorga - Departamento Municipal de Gestão de Pessoas, no período de 12/02/2026 a 13/02/2026**, munidas dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Cópia do Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- Cópia do CPF dos dependentes menores;
- Cópia do comprovante de conclusão do curso exigido no Edital de Concurso;
- Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- Cópia do Cadastro no PIS / PASEP;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;
- Certidão Criminal;
- Comprovante de residência;
- 1 foto 3 x 4.

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação das candidatas.

CARGO: ARQUITETO

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Loana Kauana Marostica	**95,50**	**2º lugar**

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20H

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Mariana Sturzbecher Wehrmann	**58,50**	**7º lugar**

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:AC5E9C2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 120/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E
DESIGNAR a servidora **PAULA VAVIANE MATTOS E SILVA**, nomeada para o cargo de **Assistente Social, Nível 20-A**, pela Portaria n.º 026/2026, de 16/01/2026, de acordo com o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Astorga – Lei n.º 1.232/94-E, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social - CREAS, a partir de 05 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:8B317C9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 121/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E
DESIGNAR a servidora **MARIANA BEZERRA DE MELO**, nomeada para o cargo de **Assistente Social, Nível 20-A**, pela Portaria n.º 027/2026, de 16/01/2026, de acordo com o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Astorga – Lei n.º 1.232/94-E, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Idosos e Pessoas com Deficiências, a partir de 05 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:6099D1C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 122/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E
DESIGNAR o servidor **HERON ROGER CARDOSO**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Vigia, Nível 02-A, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde, com início em 14 de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:E8DC5645

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 119/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

EXONERAR, a pedido, a servidora **JULIANA BORGES**, portadora do CPF sob n.º 063.450.589-04, do cargo de provimento efetivo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO, Nível 12-A**, permanecendo até o dia 28 de fevereiro de 2026, conforme requerimento protocolado sob nº 1194/2026, de 03/02/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 03 (três) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:A0177C38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 123/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 1.352/2025, de 13 de novembro de 2025;

R E S O L V E

CONCEDER ao servidor **SEBASTIÃO APARECIDO DA SILVA**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Servente de Obras, Nível 04-O, **LICENÇA PRÊMIO**, relativa ao período aquisitivo de 04/06/2006 a 03/06/2011, sem prejuízo de sua remuneração, com base no artigo 109, da Lei nº 1.232/94-E (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município), com início em **04 de fevereiro de 2026** e **término em 03 de março de 2026,** conforme requerimento protocolado sob n.º 1-27191/2025, de 23/12/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 04 (doze) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:9701C03C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e tratamento, através de incineração e destinação final de resíduos infectantes do grupo "A" dos cemitérios municipais da Sede, Bugre e São Luiz do Purunã, de acordo com a CONAMA 358/05 e RDC nº 222/2018.

Venho por meio deste comunicar aos interessados que o Pregão Eletrônico Nº 002/2026 está **"SUSPENSO"** mediante a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para análise e conclusão técnica acerca da impugnação imputada ao presente edital.

Após as conclusões constantes no parecer técnico e julgamento da pregoeira, será republicado novo edital, respeitando-se os prazos legais de publicidade, com nova data para abertura da sessão.

Balsa Nova/PR, 05 de fevereiro de 2026.

SUÉLI LUCIANE ROECKER DE SOUZA
Pregoeira
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Sueli Luciane Roecker de Souza
Código Identificador:456C23AB

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: ADN ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS LTDA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem.
VALOR: Até R$ 26.552,25 (vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1031-3.3.90.39.00.00.1002.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 04 de fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:1CE4F69F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 56/2026

PORTARIA N.º 56/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do processo administrativo nº 30778/2025;
RESOLVE:
Art. 1º - Arquivar o procedimento de sindicância nº 30778/2025, com fulcro nos termos da Lei 1.306/2023, com fundamento no Art.58.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Balsa Nova, em 05 de fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:6271467E

GABINETE
DECRETO Nº 023/2026

DECRETO Nº 023/2026

Súmula: *"Regulamenta a Política Municipal de Educação Especial Inclusiva no âmbito do Município de Balsa Nova, em conformidade com os Decretos Federais nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, e nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o art. 208, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO o art. 27 da Lei nº 13.146/2015, que assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis;

CONSIDERANDO os Decretos Federais nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025;

DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentada, no âmbito do Município de Balsa Nova, a Política Municipal de Educação Especial Inclusiva, assegurando-se o direito à educação em sistema educacional inclusivo aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º A Educação Especial constitui modalidade transversal, integrada ao ensino regular, sendo ofertada preferencialmente em classes comuns da rede municipal de ensino.

Art. 3º A implementação desta Política observará os princípios da simplicidade administrativa, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência administrativa e adequação à capacidade técnica, financeira e operacional do Município.

CAPÍTULO II - DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Art. 4º O Atendimento Educacional Especializado – AEE é atividade pedagógica de caráter complementar ou suplementar à escolarização, não substitutiva à matrícula e à frequência na classe comum.

Art. 5º O AEE será ofertado, prioritariamente:
I – nas unidades escolares da rede municipal; ou
II – de forma centralizada, em unidade de referência definida pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o AEE poderá ser ofertado por meio de parcerias com instituições sem fins lucrativos especializadas, observada a disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO III - DO ESTUDO DE CASO

Art. 6º A identificação do estudante como público da educação especial será realizada por meio de estudo de caso pedagógico, de natureza administrativa e pedagógica simplificada.

Art. 7º O estudo de caso conterá, no mínimo:

I – identificação das barreiras enfrentadas pelo estudante no contexto escolar;
II – levantamento das necessidades pedagógicas e de apoio;
III – definição das estratégias educacionais e de acessibilidade.

§ 1º A realização do estudo de caso independerá de diagnóstico, laudo ou documento emitido por profissional de saúde.

§ 2º Documentos técnicos existentes poderão ser utilizados apenas como subsídio.

CAPÍTULO IV - DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E DA IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

Art. 8º A identificação do estudante que necessite de AEE, apoio escolar ou ambos será realizada por atuação pedagógica interdisciplinar, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Considera-se equipe multidisciplinar o conjunto de profissionais da Secretaria Municipal de Educação, composto, no mínimo, por:

I – pedagogo(a);
II – psicólogo(a);
III – professor(a) da unidade escolar, quando necessário.

§ 1º A equipe multidisciplinar atuará de forma flexível, conforme a disponibilidade de profissionais do Município, vedada a exigência de composição fixa ou permanente.

§ 2º A atuação da equipe multidisciplinar possui natureza exclusivamente pedagógica, não clínica ou diagnóstica.

Art. 10. A identificação do estudante poderá considerar:

I – observação pedagógica sistematizada;
II – registros escolares;
III – relato da família ou do responsável legal;
IV – análise funcional realizada pela equipe multidisciplinar;
V – documentos técnicos existentes, quando apresentados.

Parágrafo único. É vedada a exigência de laudo médico como condição para matrícula, acesso ao AEE ou oferta de apoio escolar.

CAPÍTULO V - DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI

Art. 11. O Plano Educacional Individualizado – PEI é o instrumento pedagógico de planejamento individualizado do estudante público da educação especial, elaborado a partir do estudo de caso.

Art. 12. O PEI deverá:

I – definir objetivos pedagógicos individualizados;
II – orientar as práticas pedagógicas na sala comum;
III – indicar estratégias de ensino, recursos pedagógicos e adaptações razoáveis;
IV – prever formas de acompanhamento e revisão periódica.

Art. 13. O PEI será elaborado pela equipe pedagógica da unidade escolar, com apoio da equipe multidisciplinar, quando necessário, e independerá de diagnóstico ou laudo médico.

Parágrafo único. O PEI integrará o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

CAPÍTULO VI - DO PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE

Art. 14. O Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE será elaborado quando houver indicação de Atendimento Educacional Especializado, devendo estar articulado ao PEI.

Art. 15. O PAEE constitui instrumento pedagógico específico do AEE e deverá:

I – detalhar os objetivos do atendimento no AEE;
II – definir estratégias pedagógicas complementares ou suplementares;
III – indicar recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva;
IV – prever formas de acompanhamento e avaliação do atendimento.

Art. 16. O PAEE não substitui o PEI nem o planejamento da sala comum.
Parágrafo único. O PAEE integrará o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

CAPÍTULO VII - DO USO DE LAUDO OU DOCUMENTO TÉCNICO EXISTENTE

Art. 17. Na hipótese de o estudante possuir diagnóstico, laudo ou relatório emitido por profissional de saúde, o documento poderá ser considerado apenas como subsídio pedagógico, observado que:

I – não será exigido;
II – não substitui o estudo de caso;
III – não vincula automaticamente a concessão de apoio escolar.

Parágrafo único. Na ocorrência de divergência entre o laudo e a avaliação pedagógica, prevalecerá a avaliação pedagógica, devidamente fundamentada.

CAPÍTULO VIII - DO PROFESSOR DO AEE

Art. 18. O AEE poderá ser realizado por professor integrante do quadro municipal ou designado conforme necessidade.

Art. 19. Considera-se atendido o requisito mínimo de formação, para fins deste Decreto:

I – Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e da classe especial:
considera-se atendido o requisito quando o profissional possuir habilitação legal para o exercício da docência e formação continuada em Educação Especial ou Educação Inclusiva, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.
II – Professor(a) de apoio escolar:
considera-se atendido o requisito quando o profissional possuir ensino médio completo e formação específica na área da Educação Especial ou Educação Inclusiva, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação poderá promover ou exigir participação periódica em ações de formação continuada, capacitação ou atualização profissional.

§ 2º O profissional de apoio escolar não substitui o professor nem assume responsabilidade pelo planejamento ou avaliação pedagógica do estudante.

CAPÍTULO IX - DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 20. O profissional de apoio escolar atuará quando indicado pelo estudo de caso, de acordo com as necessidades educacionais do estudante.

Art. 21. Compete ao profissional de apoio escolar prestar apoio:

I – na locomoção, higiene e alimentação, quando necessário;
II – na comunicação e interação social;
III – no uso de recursos de acessibilidade.

§ 1º A atuação do profissional de apoio escolar não se confunde com funções pedagógicas ou de docência.

§ 2º A oferta do profissional de apoio escolar independerá de laudo médico.

Art. 22. O profissional de apoio escolar poderá ser servidor efetivo, contratado ou designado entre servidores existentes, desde que comprovadamente capacitado ou em processo de formação continuada promovida ou reconhecida pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO X - DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 23. Excepcionalmente e de forma temporária, quando comprovada a impossibilidade de frequência do estudante à classe comum, poderão ser adotadas formas alternativas de atendimento educacional, sem prejuízo da vinculação do estudante ao sistema municipal de ensino.

§ 1º A impossibilidade de frequência deverá ser fundamentada em estudo de caso pedagógico, analisada pela equipe multidisciplinar e registrada em parecer pedagógico.

§ 2º O atendimento educacional excepcional poderá ocorrer:

I – em sala de AEE;
II – em unidade educacional de referência;
III – em atendimento educacional domiciliar ou em local alternativo;
IV – por meio de parceria com instituição especializada sem fins lucrativos, quando necessário.

§ 3º O atendimento excepcional não caracteriza exclusão do sistema educacional, não substitui a matrícula na rede municipal e será revisto periodicamente.

§ 4º O atendimento excepcional terá caráter fundamentado, excepcional e, sempre que possível, temporário.

CAPÍTULO XI - DA REAVALIAÇÃO, DA RESPONSABILIDADE E DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 24. As situações de atendimento educacional excepcional serão reavaliadas pela equipe multidisciplinar, no mínimo uma vez por ano letivo, ou sempre que houver alteração significativa no quadro do estudante.

Art. 25. As ações previstas neste Decreto possuem natureza educacional e pedagógica, não substituindo atendimentos clínicos, terapêuticos ou assistenciais, cuja responsabilidade permanece nos respectivos sistemas.

Art. 26. A execução das ações previstas neste Decreto observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação poderá implementar as medidas previstas neste Decreto de forma gradual e progressiva, conforme a capacidade administrativa, técnica e financeira do Município.

CAPÍTULO XII - DA VEDAÇÃO À SEGREGAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. É vedada qualquer prática de exclusão, recusa de matrícula ou segregação educacional do estudante, ainda que sob justificativa de deficiência ou condição de saúde.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir portarias e orientações complementares para a execução deste Decreto.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 05 de fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:74A538B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 .
O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, torna público que às 08:30 horas do dia 02 de março de 2026, na plataforma Compras Governamentais - https://www.gov.br/compras/pt-br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de: OBJETO: Veículo tipo Van 16(15+1) lugares; QUANTIDADE: 1; VALOR TOTAL:R$ 433.833,33 ; PRAZO: 120 dias. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Bandeirantes e na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.
Bandeirantes-PR, 05 de fevereiro de 2026.

CLAUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

Publicado por:
Weslley Rodrigo Ramos Pires
Código Identificador:E6D77BDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
PORTARIA Nº. 018-2026

PORTARIA Nº. 018-2026

Súmula:Nomeia o Sr. GUSTAVO HENRIQUE ARNAUT BRAZ, para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO – CC1 da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz-PR, e dá outras providências.

O**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, Estado do Paraná, o Sr. **ANDRÉ DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º– **NOMEAR** no dia **05-02-2026,** o advogado Dr.**GUSTAVO HENRIQUE ARNAUT BRAZ**, portador do **RG. 13.***.***-0/SSP-PR**, **CPF/MF. 108.***.***-37**, e inscrito na **OAB/PR sob nº 127.673**, para exercer o cargo de provimento em comissão de**ASSESSOR JURÍDICO – CC1**, integrante da estrutura administrativa desta Casa de Leis.

Art. 2º– O nomeado cumprirá jornada de trabalho de **20 HORAS SEMANAIS**, fazendo jus aos vencimentos estabelecidos na legislação municipal vigente.

Art. 3º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz – Paraná.
Barbosa Ferraz/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:D1197A8A

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ -PR E ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ.

TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ -PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE OUTRO, **ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ,** PARA A REALIZAÇÃO DA **CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ-, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 35.537.104/0001-14, COM SEDE NA RUA MACHADO DE ASSIS, Nº 871 - CENTRO, NA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO.**

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Avenida Presidente Kennedy nº 363, Centro, CEP: 86.960-000, inscrito no CNPJ sob n° nº 76.950-062/0001-26, **POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CARLOS ROSA ALVES** e **ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n.**35.537.104/0001-14**,com sede/domicílio na(o) RUA MACHADO DE ASSIS, Nº 871 - CENTRO, NA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ-PR**,** neste ato representada(o) por **LILLANDRA CRYSTINA CAETANO** inscrito no cpf nº 023.954.849-69, residente e domiciliada na cidade de Barbosa Ferraz – Pr, doravante denominada simplesmente de **ENTIDADE**, por esta e melhor forma de direito, celebram o presente **TERMO DE FOMENTO**, com o objetivo de realizar a **CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ-, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 35.537.104/0001-14, COM SEDE NA RUA MACHADO DE ASSIS, Nº 871 - CENTRO, NA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO.** que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução do CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ-, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 35.537.104/0001-14, COM SEDE NA RUA MACHADO DE ASSIS, Nº 871 - CENTRO, NA CIDADE DE BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO**.** consoante Plano de Trabalho aprovado que é integrante deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO

Transferir os recursos financeiros à entidade consignados na cláusula quarta do presente Termo de Fomento, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à Entidade;
Assinalar prazo para que a entidade adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste, sempre

que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de sua prorrogação, a requerimento da entidade, por motivo justificado;
Ceder o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do tribunal de contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Manter atualizados seus dados junto ao **MUNICÍPIO**;
Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**, que não poderão se destinar a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira desta Parceria e no Plano de Trabalho, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
Ressarcir ao **MUNICÍPIO** os recursos recebidos, através desta Parceria, quando se comprovar a sua inadequada utilização;
Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguro em geral, eximindo o **MUNICÍPIO** de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
Arcar, a título de contrapartida, com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO**;
Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados, cujos recursos tenham origem nas disposições desta parceria;
Prestar contas de todos os recursos recebidos do **MUNICÍPIO**, na forma prevista nas cláusulas seguintes e em instruções específicas;
Fornecer ao **MUNICÍPIO**, no prazo por esta estipulado, documentos, dados e informações que lhe forem solicitados sobre o objeto desta parceria;
Manter recursos humanos, materiais e equipamentos de acordo com a legislação vigente, adequados e compatíveis com o atendimento que se obriga a prestar, com vistas ao alcance do objeto desta parceria;
Devolver aos cofres da Prefeitura municipal os valores não utilizados.
A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução.
Deverá constar cedido pela entidade como anexo do termo de fomento o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 - A presente Parceria vigorará por **10** meses, contados a partir da data de sua celebração, podendo ser renovado, desde que comprovada a necessidade para o Município e desde que a Entidade não tenha apresentado problemas no desenvolvimento do Programa, Projeto ou Atividade, assim como no tocante à documentação e à Prestação de Contas.

CLAUSULA QUINTA –DA DOTAÇÃO

5.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão por conta da Dotação Orçamentária vigente em 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
09001043640013211133504300000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

CLAUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

- Por força da presente parceria o **MUNICÍPIO** repassará à **ENTIDADE** a importância de **R$ 350 (trezentos e cinquenta mil reais).**
§ 2º Os recursos transferidos serão mantidos pela Entidade Parceira em conta bancária específica, somente sendo permitidos créditos oriundos da parceria e saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.
§ 3º Os recursos da Parceria, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:
I - Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
§ 4º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente, aplicados no objeto da Parceria, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
§ 5º O repasse de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto da Parceria obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o Cronograma de Desembolso, como parâmetro para sua elaboração e definição das parcelas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A **ENTIDADE** prestará contas ao **MUNICÍPIO**, na forma fixada em regulamento. Enquanto o regulamento não for editado, a prestação de contas reger-se-á de acordo com as seguintes disposições:
7.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
– Extrato da conta bancária da entidade;
- notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
-Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
7.3 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
- Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Relatório de execução financeira do termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
7.4 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.
7.5 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
- Os resultados já alcançados e seus benefícios;
- Os impactos econômicos ou sociais;
- O grau de satisfação do público-alvo;
- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
- Aprovação da prestação de contas;
- Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
7.7 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
7.8 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:
- Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
7.9 - As prestações de contas serão avaliadas:
- Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
Omissão no dever de prestar contas;
Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
- Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
7.12 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLAUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

8.1 O controle e a fiscalização da execução da presente Parceria ficarão sob o encargo da Secretaria de Educação e cultura e/ou através da **Comissão** de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA NONA – DA PROIBIÇÃO

9.1 Fica expressamente vedado à **ENTIDADE**:
A transferência ou redistribuição à outras Entidades, congêneres ou não, dos recursos oriundos da presente Parceria;
A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida nesta Parceria, ainda que em caráter de emergência;
A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência;
A realização com despesas com taxas bancárias, multas, juros, ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
A realização de despesa de publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO

10.1 - Qualquer irregularidade no cumprimento das obrigações oriundas da presente Parceria autorizará o **MUNICÍPIO** a exigir da **ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ** o seu saneamento, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem a regularização reclamada, serão imediatamente suspensos novos repasses, sem prejuízo de ser considerado rescindida esta Parceria, a juízo do **MUNICÍPIO**, na forma prevista na cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - A inexecução total ou parcial da presente Parceria enseja sua rescisão, a juízo do **MUNICÍPIO**, cabendo à **ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE BARBOSA FERRAZ**, sem prejuízo das sanções previstas em lei, devolver o saldo não utilizado das quantias recebidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de cobrança judicial dos valores apurados, acrescidos, nesta hipótese, de juros e correção monetária.
§ 1º – Constitui, particularmente, motivos para perda do Termo de Fomento a constatação das seguintes situações:
– Descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o Programa, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;
– Cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.
§ 2º A Parceria poderá ser rescindida unilateralmente por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito com antecedência de 10 (dez) dias.
§ 3º – Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os participantes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que viger este instrumento, creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
§ 4º - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além de estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) Dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

12.1. As partes elegem o foro da Comarca de Barbosa Ferraz para a solução de qualquer pendência decorrente da presente Parceria, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
12.2. A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgãos encarregados de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;
E, por estarem ajustadas, assinam o presente Termo de Fomento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

BARBOSA FERRAZ-PR, 29 de janeiro de 2026.

Prefeito Municipal De Barbosa Ferraz	Associação Dos Estudantes De Barbosa Ferraz
CARLOS ROSA ALVES	***LILLANDRA CRYSTINA CAETANO***

FABIO CAPARROZ
Secretario Municipal De Administração

SIMONE PETERNELLI
Secretaria De Educação E Cultura

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:7F3FEC24

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ -PR E ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ - (APABARF)

TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ -PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DE OUTRO, **ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF),** PARA A REALIZAÇÃO DA **CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), INSCRITA NO CNPJ: Nº 53.273.610/0001-25, COM SEDE NA RUA GOIÁS, Nº717, BAIRRO CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Avenida Presidente Kennedy nº 363, Centro, CEP: 86.960-000, inscrito no CNPJ sob n° nº 76.950-062/0001-26, **POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CARLOS ROSA ALVES** e ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), INSCRITA NO CNPJ: Nº 53.273.610/0001-25, COM SEDE NA RUA GOIÁS, Nº717, BAIRRO CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR**,** neste ato representada(o) por LUCINEIA OGEIKA DE SOUZA inscrito no cpf nº 202.574.718-71, residente e domiciliada na cidade de Barbosa Ferraz – Pr, doravante denominada simplesmente de **ENTIDADE**, por esta e melhor forma de direito, celebram o presente **TERMO DE FOMENTO**, com o objetivo de realizar a **CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), INSCRITA NO CNPJ: Nº 53.273.610/0001-25, COM SEDE NA RUA GOIÁS, Nº717, BAIRRO CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO.** que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução do CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), INSCRITA NO CNPJ: Nº 53.273.610/0001-25, COM SEDE NA RUA GOIÁS, Nº717, BAIRRO CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO**.** consoante Plano de Trabalho aprovado que é integrante deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO

Transferir os recursos financeiros à entidade consignados na cláusula quarta do presente Termo de Fomento, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à Entidade;
Assinalar prazo para que a entidade adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de sua prorrogação, a requerimento da entidade, por motivo justificado;
Ceder o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do tribunal de contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Manter atualizados seus dados junto ao **MUNICÍPIO**;
Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**, que não poderão se destinar a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira desta Parceria e no Plano de Trabalho, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
Ressarcir ao **MUNICÍPIO** os recursos recebidos, através desta Parceria, quando se comprovar a sua inadequada utilização;
Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguro em geral, eximindo o **MUNICÍPIO** de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
Arcar, a título de contrapartida, com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO**;
Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados, cujos recursos tenham origem nas disposições desta parceria;
Prestar contas de todos os recursos recebidos do **MUNICÍPIO**, na forma prevista nas cláusulas seguintes e em instruções específicas;
Fornecer ao **MUNICÍPIO**, no prazo por esta estipulado, documentos, dados e informações que lhe forem solicitados sobre o objeto desta parceria;
Manter recursos humanos, materiais e equipamentos de acordo com a legislação vigente, adequados e compatíveis com o atendimento que se obriga a prestar, com vistas ao alcance do objeto desta parceria;
Devolver aos cofres da Prefeitura municipal os valores não utilizados.
A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução.
Deverá constar cedido pela entidade como anexo do termo de fomento o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 - A presente Parceria vigorará por **10** meses, contados a partir da data de sua celebração, podendo ser renovado, desde que comprovada a necessidade para o Município e desde que a Entidade não tenha apresentado problemas no desenvolvimento do Programa, Projeto ou Atividade, assim como no tocante à documentação e à Prestação de Contas.

CLAUSULA QUINTA –DA DOTAÇÃO

5.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão por conta da Dotação Orçamentária vigente em 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07001206040010136433504300000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

CLAUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

- Por força da presente parceria o **MUNICÍPIO** repassará à **ENTIDADE** a importância de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

§ 2º Os recursos transferidos serão mantidos pela Entidade Parceira em conta bancária específica, somente sendo permitidos créditos oriundos da parceria e saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

§ 3º Os recursos da Parceria, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:

I - Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

§ 4º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente, aplicados no objeto da Parceria, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º O repasse de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto da Parceria obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o Cronograma de Desembolso, como parâmetro para sua elaboração e definição das parcelas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A **ENTIDADE** prestará contas ao **MUNICÍPIO**, na forma fixada em regulamento. Enquanto o regulamento não for editado, a prestação de contas reger-se-á de acordo com as seguintes disposições:

7.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

– Extrato da conta bancária da entidade;

- notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

- Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

- Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

- Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

-Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.3 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

- Relatório de execução financeira do termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.4 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

7.5 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- Os resultados já alcançados e seus benefícios;

- Os impactos econômicos ou sociais;

- O grau de satisfação do público-alvo;

- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- Aprovação da prestação de contas;

- Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.7 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.8 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

- Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

- Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

7.9 - As prestações de contas serão avaliadas:

- Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

- Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

Omissão no dever de prestar contas;

Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

- O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

- Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho,

conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
7.12 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLAUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

8.1 O controle e a fiscalização da execução da presente Parceria ficarão sob o encargo da Secretaria de meio ambiente e/ou através da **Comissão** de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA NONA – DA PROIBIÇÃO

9.1 Fica expressamente vedado à **ENTIDADE**:
A transferência ou redistribuição à outras Entidades, congêneres ou não, dos recursos oriundos da presente Parceria;
A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida nesta Parceria, ainda que em caráter de emergência;
A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência;
A realização com despesas com taxas bancárias, multas, juros, ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
A realização de despesa de publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO

10.1 - Qualquer irregularidade no cumprimento das obrigações oriundas da presente Parceria autorizará o **MUNICÍPIO** a exigir da ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, o seu saneamento, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem a regularização reclamada, serão imediatamente suspensos novos repasses, sem prejuízo de ser considerado rescindida esta Parceria, a juízo do **MUNICÍPIO**, na forma prevista na cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - A inexecução total ou parcial da presente Parceria enseja sua rescisão, a juízo do **MUNICÍPIO**, cabendo à ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS DE BARBOSA FERRAZ, (APABARF), sem prejuízo das sanções previstas em lei, devolver o saldo não utilizado das quantias recebidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de cobrança judicial dos valores apurados, acrescidos, nesta hipótese, de juros e correção monetária.
§ 1º – Constitui, particularmente, motivos para perda do Termo de Fomento a constatação das seguintes situações:
– Descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o Programa, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;
– Cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.
§ 2º A Parceria poderá ser rescindida unilateralmente por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito com antecedência de 10 (dez) dias.
§ 3º – Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os participantes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que viger este instrumento, creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
§ 4º - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além de estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) Dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

12.1. As partes elegem o foro da Comarca de Barbosa Ferraz para a solução de qualquer pendência decorrente da presente Parceria, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
12.2. A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgãos encarregados de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;
E, por estarem ajustadas, assinam o presente Termo de Fomento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

BARBOSA FERRAZ-PR, 29 de janeiro de 2026.

Prefeito Municipal De Barbosa Ferraz	Associação Dos Protetores Dos Animais De Barbosa Ferraz
CARLOS ROSA ALVES	***LUCINEIA OGEIKA DE SOUZA***

FABIO CAPARROZ
Secretario Municipal De Administração

EDUARDO MATHEUS SANCHES
Secretario De Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:07452FCF

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR E LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA

TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, E DE OUTRO **LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA, PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/0001-50, COM SEDE NA RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO. EMENDA PARLAMENTAR Nº 202428740007- RESOLUÇÃO Nº 06-2025- CMAS.**

MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Avenida Presidente Kennedy nº 363, Centro, CEP: 86.960-000, inscrito no CNPJ sob n° nº 76.950-062/0001-26, **POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CARLOS ROSA ALVES**, e **LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. **06.989.129/0001-50**, com sede/domicílio na(o) **RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR,** neste ato representada(o) por **HELENA DA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINEZ**, doravante denominada simplesmente de **ENTIDADE**, por esta e melhor forma de direito, celebram o presente **TERMO DE FOMENTO**, com o objetivo de realizar a **CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/0001-50, COM SEDE NA RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À REFERIDA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO.** que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução da **CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CÁSSIA INSCRITA NO CNPJ: Nº 06.989.129/0001-50, COM SEDE NA RUA OSVALDO CRUZ ESQ. COM AV. REPÚBLICA DA ARGENTINA, S/N, VILA NOVA, BARBOSA FERRAZ-PR, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO. EMENDA PARLAMENTAR Nº 202428740007- RESOLUÇÃO Nº 06-2025- CMAS.** Consoante Plano de Trabalho aprovado que é integrante deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO

2.1 Transferir os recursos financeiros à entidade consignados na cláusula quarta do presente Termo de Fomento, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
2.2 Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à Entidade;
2.3 Assinalar prazo para que a entidade adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de sua prorrogação, a requerimento da entidade, por motivo justificado;
2.4 Ceder o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do tribunal de contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

3.1. Manter atualizados seus dados junto ao **MUNICÍPIO**;
3.2 Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**, que não poderão se destinar a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira desta Parceria e no Plano de Trabalho, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
3.3 Ressarcir ao **MUNICÍPIO** os recursos recebidos, através desta Parceria, quando se comprovar a sua inadequada utilização;
3.4 Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguro em geral, eximindo o **MUNICÍPIO** de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
3.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
3.6 Arcar, a título de contrapartida, com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO**;
3.7 Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados, cujos recursos tenham origem nas disposições desta parceria;
3.8 Prestar contas de todos os recursos recebidos do **MUNICÍPIO**, na forma prevista nas cláusulas seguintes e em instruções específicas;
3.9 Fornecer ao **MUNICÍPIO**, no prazo por esta estipulado, documentos, dados e informações que lhe forem solicitados sobre o objeto desta parceria;
3.10 Manter recursos humanos, materiais e equipamentos de acordo com a legislação vigente, adequados e compatíveis com o atendimento que se obriga a prestar, com vistas ao alcance do objeto desta parceria;
3.11 Devolver aos cofres da Prefeitura municipal os valores não utilizados.
3.12 A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução.
3.13 Deverá constar cedido pela entidade como anexo do termo de fomento o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 - A presente Parceria vigorará por 12 meses, contados a partir da data de sua celebração, podendo ser renovado, desde que comprovada a necessidade para o Município e desde que a Entidade não tenha apresentado problemas no desenvolvimento do Programa, Projeto ou Atividade, assim como no tocante à documentação e à Prestação de Contas.

CLAUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO

5.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão por conta da Dotação Orçamentária vigente em 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
04003082410005129333504300000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

CLAUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

6.1 Por força da presente parceria o MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE a importância de R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)
§ 2º Os recursos transferidos serão mantidos pela Entidade Parceira em conta bancária específica, somente sendo permitidos créditos oriundos da parceria e saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.
§ 5º Os recursos da Parceria, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:
I - Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
§ 6º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente, aplicados no objeto da Parceria, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
§ 7º O repasse de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto da Parceria obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o Cronograma de Desembolso, como parâmetro para sua elaboração e definição das parcelas.

CLAUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A **ENTIDADE** prestará contas ao **MUNICÍPIO**, na forma fixada em regulamento. Enquanto o regulamento não for editado, a prestação de contas reger-se-á de acordo com as seguintes disposições:
7.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I – Extrato da conta bancária da entidade;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
7.3 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para

o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
7.4 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.
7.5 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
7.6 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - Aprovação da prestação de contas;
II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
7.7 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
7.8 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
7.9 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
lll - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) Omissão no dever de prestar contas;
b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
7.10 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
7.11 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
7.12 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLAUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

8.1 O controle e a fiscalização da execução da presente Parceria ficarão sob o encargo desta Secretaria
e/ou através da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA NONA - DA PROIBIÇÃO

9.1 Fica expressamente vedado à ENTIDADE:
9.1.1 A transferência ou redistribuição à outras Entidades, congêneres ou não, dos recursos oriundos da presente Parceria;
9.1.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida nesta Parceria, ainda que em caráter de emergência;
9.1.3 A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência;
9.1.4 A realização com despesas com taxas bancárias, multas, juros, ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
9.1.5 A realização de despesa de publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

CLAUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 - Qualquer irregularidade no cumprimento das obrigações oriundas da presente Parceria autorizará o **MUNICÍPIO** a exigir do **LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA** o seu saneamento, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem a regularização reclamada, serão imediatamente suspensos novos repasses, sem prejuízo de ser considerado rescindida esta Parceria, a juízo do **MUNICÍPIO**, na forma prevista na cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial da presente Parceria enseja sua rescisão, a juízo do MUNICÍPIO, cabendo à **LAR DOS IDOSOS SANTA RITA DE CASSIA**, sem prejuízo das sanções previstas em lei, devolver o saldo não utilizado das quantias recebidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de cobrança judicial dos valores apurados, acrescidos, nesta hipótese, de juros e correção monetária.
§ 1º – Constitui, particularmente, motivos para perda do Termo de Fomento a constatação das seguintes situações:
I – Descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o Programa, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;
II – Cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.
§ 2º A Parceria poderá ser rescindida unilateralmente por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito com antecedência de 10 (dez) dias.
§ 3º – Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os participantes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que viger

este instrumento, creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
4º - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além de estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) Dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

12.1. As partes elegem o foro da Comarca de Barbosa Ferraz para a solução de qualquer pendência decorrente da presente Parceria, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2. A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgãos encarregados de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;
E, por estarem ajustadas, assinam o presente Termo de Fomento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

BARBOSA FERRAZ-PR, 28 de janeiro de 2026.

Prefeito Municipal De Barbosa Ferraz	Lar Dos Idosos Santa Rita De Cassia
CARLOS ROSA ALVES	***JOAO EDER CONEGLIAN***

RITA DE CASSIA SILVERIO ALVES
Secretária Municipal De Ação Social

FABIO CAPARROZ
Secretario De Administração

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:1A1FA80F

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 5/ 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 75 - IV - a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **DISPENSA** em favor CHANSON VEICULOS LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 03.326.331/0003-76, com sede/domicílio na(o) Rua Arthur Thomas, 910, apartamento 1201, Zona 01, CEP: 87013-250, Maringá PR. - OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PEUGEOT PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO DE 40.000 KM DO VEICULO: EXPERT, PLACA: TBH-2F35; INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS, EM ATENDIMENTO DA GARANTIA TÉCNICA.**
Pelo **VALOR DE R$** 2.344,27 (dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos

BARBOSA FERRAZ, PR – 05/02/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **DISPENSA Nº 5/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:F553E299

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 3/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 74 - III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor GESTAO TECNICA-PROJETOS TECNICOS, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO URBANO LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 40.977.301/0001-94, com sede/domicílio na(o) TRAVESSA ANA NERI, nº 115, JARDIM ALBINO BIACHI , Apucarana- PR, CEP: 86.802-100.- OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS COMPLETOS DE ENGENHARIA, INCLUINDO ESTUDOS, MEMORIAIS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, DESENHOS, CÁLCULOS E DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA FUTURAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO MUNICÍPIO, EM RUAS SEM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA OU EM PEDRA IRREGULAR DO MUNICÍPIO, PARA APROVAÇÃO JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO PARANÁ.**
Pelo **VALOR DE R$: 100.000,00 (cem mil reais)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 05/02/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 3/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:F73998C1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 09/2026

Declara luto oficial no Município de Barbosa Ferraz pelo falecimento do ex-Prefeito e ex-Vereador Odílio Balbinotti, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o falecimento do ex-Prefeito Municipal e ex-Vereador Odílio Balbinotti, ocorrido em 04 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados ao Município e à coletividade durante o exercício de seus mandatos eletivos, períodos nos quais contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento institucional, administrativo e social deste Município;

CONSIDERANDO que sua trajetória na vida pública projetou reflexos na história política e administrativa de Barbosa Ferraz e do Estado do Paraná, pautando-se por ações voltadas ao interesse público e ao bem comum;

CONSIDERANDO ainda que o falecimento do ex-Prefeito gera comoção geral da comunidade local e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela notável perda;

CONSIDERANDO que o luto oficial constitui manifestação solene de respeito, pesar e homenagem por parte da Administração Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado Luto Oficial no Município de Barbosa Ferraz/Pr, por 03 (três) dias contados desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito Municipal Odílio Balbinotti.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz/Pr, 05 de fevereiro de 2026

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:EA370B48

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
EDITAL 002/2026 CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NAIR CONEGLIAN GASPAROTTO, C M E I

CONFORME LEI Nº 2648/2023 que estabelece normas e critérios objetivos para o atendimento à demanda de vagas para crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Barbosa Ferraz. A Secretária de Educação no uso das atribuições que lhe são conferidas,
Resolve:
Convocar os pais ou responsáveis pelos(as) menores abaixo relacionados, comparecer na **Secretaria de Educação**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, munidos dos documentos obrigatórios para efetivação da matrícula.
INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Os cadastros convocados não comparecerem ao chamamento e não apresentarem **comprovante de trabalho** serão reposicionados na lista de espera.
Para CONFIRMAÇÃO DA VAGA para o ano letivo de 2026, o responsável legal deverá, obrigatoriamente, apresentar:
Carteira ou comprovante de trabalho de todos os adultos que residem com a criança;
Certidão de nascimento da criança;
RG e CPF dos responsáveis;
Declaração de vacina;(caso haja disponibilidade da mesma)
Comprovante de residência atual.

INFANTIL 0
CATARINA DA SILVA NEVES
MAYA ROLZÃO DE MELO

INFANTIL 1
SAMUEL NEVES RODRIGUES
NOEMI ALVES GARCIA VILAR DE AMORIM
MAYLA VITORIA SOUZA PIMENTA
GABRIEL PONTES MEIRELES
LUIZ MATTEO DUENHAS
JOSE ANTONIO SCHULER DOS REIS CORNELIO
ANTONIO ANDRADE AQUINO
NOAH CORDEIRO DE OLIVEIRA

INFANTIL 3
GUSTAVO HENRIQUE SOUZA DE OLIVEIRA
ALLANA BASAGLIA DOS SANTOS
LAURA CREMONEZI
GABRIEL MACHADO BELINATO
GUSTAVO FERNANDES DE BRITO
JOSÉ FELIPE OLIVEIRA SILVA
GIOVANNA RODRIGUES FRAGOSO
ISAC PAULINO DE LIMA

Barbosa Ferraz, 05 de Fevereiro de 2026.

SIMONE PETERNELLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:F51892F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº .010/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº .010/2026

SÚMULA: - DISPÕE SOBRE O RECESSO MUNICIPAL E O PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DO CARNAVAL NO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Sr. **CARLOS ROSA ALVES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,
CONSIDERANDO que o Carnaval é uma festividade tradicional no país, impactando o funcionamento das repartições públicas e do comércio local;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o expediente no âmbito da Administração Pública Municipal e a conveniência de conceder ponto facultativo para os servidores públicos municipais;
CONSIDERANDO ainda a importância de facultar ao comércio local a decisão sobre o funcionamento durante o período carnavalesco, respeitando a legislação trabalhista vigente;

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado **recesso municipal** nas repartições públicas do município de Barbosa Ferraz nos dias 16 e 17 de fevereiro, e no período matutino do dia 18 de fevereiro de 2026, recomeçando o expediente às 13:00 horas, em razão das festividades de Carnaval, excetuando-se os serviços públicos essenciais, que deverão manter escala de plantão para atendimento à população
Art. 2º - Fica estabelecido **ponto facultativo** para o funcionamento do comércio local nos dias 16 e 17 de fevereiro, e no período matutino do dia 18 de fevereiro de 2026 até as 14:00 horas, conforme PORTARIA MGI Nº 11.460, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025 publicada no Diário da União que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026, cabendo aos estabelecimentos comerciais a decisão sobre a abertura ou fechamento, observadas as disposições da legislação trabalhista.
Art. 3º - Os órgãos e entidades que desempenham serviços contínuos e essenciais, em especial os desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Hospital Municipal e coleta de lixo, deverão organizar suas escalas de trabalho de forma a garantir o atendimento à população.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.

Barbosa Ferraz, 05 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:672587F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2026

EDITAL Nº 010/2026

De: 05/02/2026

Súmula: Convocação de candidatos aprovados em Concurso Público Municipal nos termos do Edital nº 01.001/2024 - Concurso Público nº 001/2024, homologado pelo Edital nº 09.001/2024 em 04/07/2024.

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **Carlos Rosa Alves**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e nos termos do **Edital de Concurso Público n° 01.001/2024, Concurso nº 001/2024 publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná em 10/04/2024.**

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, por ordem de classificação, aprovados para o cargo de provimento efetivo cujo resultado foi homologado através do **Edital de Homologação de Classificação Final nº 09.001/2024**, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 04 de julho de 2024, **para comparecer durante o período PRAZO MÁXIMO DE 15 DIAS ÚTEIS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESSE REFERIDO EDITAL**, das 09:00 as 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, sito a Avenida Presidente Kennedy, 363, centro, Barbosa Ferraz –Pr, **munidos de fotocópia devidamente autenticada de toda documentação (anexo I) e originais**, além da declaração de não cumulação de cargos ou empregos públicos - art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal - **(anexo II)**, para fim de serem apreciados tais documentos e somente após serem nomeados, assinarem o Termo de Posse e entrarem no exercício de suas funções**,** de acordo com a respectiva lotação dentro das prioridades, necessidades e conveniência da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz.

Cargo: **AGENTE ADMINISTRATIVO II**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/NOME

06º Rosenilda Emerick Ramos— 6º Ampla Concorrência

Esclarece por oportuno, que **o não comparecimento no prazo do presente Edital, implicará em reconhecimento de DESISTÊNCIA TÁCITA**, do classificado, autorizando o Poder Executivo Municipal, se for conveniente para a administração, convocar outro candidato, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação. Esclarece finalmente, que a **apresentação de documentação incompleta ou fraudulenta, implicará na sua imediata exclusão do certame**, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis a espécie.

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, em 05 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER APRESENTADA
FOTOCÓPIAS E ORIGINAIS
FOTOCÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE (RG);
FOTOCÓPIA DO CPF;
FOTOCÓPIA DO PIS/PASEP;
FOTOCÓPIA DA CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
FOTOCÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR;
FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA OU DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR (SE DO SEXO MASCULINO);
FOTOCÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO/CASAMENTO;
FOTOCÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
FOTOCÓPIA DO CPF DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO (DIPLOMA) DE ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA O CARGO;
FOTOCÓPIA DO REGISTRO DO CONSELHO DE CLASSE EXIGIDO PELO CARGO;
FOTOCÓPIA DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (SE POR EXIGENCIA DO CARGO);
FOTOCÓPIA DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO, SEM ABREVIATURAS COM BAIRRO E CEP;
01 (UMA) FOTO 3X4 RECENTE;
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL;
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR. LOCAL DE RESIDÊNCIA OU DOMÍCILIO DO CANDIDATO;
DECLARAÇAO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO (ANEXO II) DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO);
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO PRIVADO CONFORME PRESCRITO NO ART. 32 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NO DECRETO ESTADUAL N° 4.202 DE 30 DE MAIO DE 2001, NA LEI ESTADUAL N° 13.047 DE 16 DE JANEIRO DE 2001 E NA LEI N° 8.429 DE 02 DE JUNHO DE 1992;
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL;
EXAME MÉDICO DE CAPACITAÇÃO FUNCIONAL, EMITIDA PELO MÉDICO DO TRABALHO;
DEMAIS EXAMES MEDICOS COMPLEMENTARES SERÃO EXIGIDOS EM CONFORMIDADE DO LAUDO PCMSO DO MUNICÍPIO **(Consultar Departamento de Recursos Humanos do Município)**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO CUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____,
Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **NÃO exerço** nenhum cargo ou emprego público que se enquadre nos **impedimentos legais previstos no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal**, e ainda que **NÃO infrinjo** o disposto no **art. 37 inciso 10 da CF com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 quanto aos proventos de aposentadoria**, **AUTORIZANDO** o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da minha nomeação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público. Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.
*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**

Barbosa Ferraz, Pr, em _____de _____de 2026.

_____
Declarante

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:C344FCF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 027/2026

PORTARIA N° 027/2026
De: 05/02/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de João Batista de Almeida Junior do cargo em comissão e dá outras providências".

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° -Exonerar, a pedido, em 02 de fevereiro de 2026, **JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR portador do CPF nº 074.XXX.XXX-79** que ocupava o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Comunicação**, símbolo CC-4, nos termos da Lei Municipal 2.734/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 20/03/2025, nomeado (a) pela Portaria nº 020/2025.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 05 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:89480AEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 028/2026

PORTARIA N° 028/2026
De: 05/02/2026.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração, a pedido, da servidora Donizette de Cassia Silva Pasquim ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências".

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° - Exonerar, a pedido, em 02 de fevereiro de 2026**, DONIZETTE DE CASSIA SILVA PASQUIM, matrícula 502002,** ocupante do cargo efetivo de **Professor (a)**, admitido (a) em 17/06/2013 pelo concurso público Edital nº 031/2009, nomeada pelo Decreto nº 038/2013 de 14 de junho de 2013.

Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 02 fevereiro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz Pr, 05 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:9447A3B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
FÉRIAS JOÃO P. CRUZ

PORTARIA Nº. 272/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE:***

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 20 (vinte) dias para o servidor público da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, SR. **JOÃO PENTEADO DA CRUZ**, investido no cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, referente ao período aquisitivo de: 07/02/2024 a 06/02/2025, com período de gozo de 09/02/2026 a 28/02/2026.

Art. 2º. Conforme solicitação fica também concedido ao servidor um abono pecuniário de férias de 10 (dez) dias de acordo com o Art. 99, Parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/1993.

Art. 3º. Esta Portaria passa a vigorar a partir desta data.

Art. 4º. Revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Certifique-se e Publique-se.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente
2025/2026

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:196193FC

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 1911/2026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração por término de contrato por tempo determinado a servidora cargo temporário de Professora de Educação Infantil/ Ensino Fundamental Anos Iniciais - PSS que abaixo especifica e dá outras providências.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o contrato temporário Nº 01/2024 de 05/02/2024, com vencimento em 04/02/2026.

DECRETA:

Artº. 1º – Fica EXONERADA do quadro de servidores públicos municipais, a partir de 05/02/2026, a Srª. JOCIMARA MUNIZ DONHA DE OLIVEIRA – Matr. 360672, cargo temporário de Professora de Educação Infantil/ Ensino Fundamental Anos Iniciais - PSS nomeada desde 05/02/2024, conforme Extrato de contrato nº. 01/2024 de 05/02/2024 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 2956 de 07/02/2024*).

Artº. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:C9B5D842

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 03.23/2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL RETIFICADO nº. 03/2025 de 08/05/2025 **"Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré – PR".** para os cargos de: PSICÓLOGO EDUCACIONAL,

MONITOR DE ALUNOS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, OFICINEIRO DE PINTURA, OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA, OPERADOR BRAÇAL, COVEIRO, CADASTRO RESERVA OFICINEIRO DE MÚSICAS E FANFARRAS, CADASTRO RESERVA DE PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490 A 501)*.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205)*.

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 03/2025 de 08/05/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490 a 501)*.

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 03.06/2025 de 26/06/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/06/2025 – Edição 3307 – págs. 457 a 459*).

CONSIDERANDO o Ofício nº 009/2026 de 15/01/2026 protocolado sob o nº 014/2026 em 26/01/2026 solicitando convocação de um servidor para o cargo: Professor de Artes - PSS.

CONSIDERANDO a Portaria nº 017/2026 de 03/02/2026 concedendo Fim de Lista a candidata.

CONVOCA a candidata aprovada para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 03/2025 (PSS), a saber:

PROFESSORA DE ARTES – 20 HORAS:

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	CLASSIFICAÇÃO:
ALDA MARIA AGUIAR CRUZ	02/02/1967	2ª

A candidata acima relacionada deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **06/02/2026 à 10/02/2026**, munida de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 03/2025 no art. 13 em seus itens 13.3). conforme abaixo descrito.

13.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXO MASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG e/ou CNH;
CARTÃO DO CPF;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA (NAS
ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA;
CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO NA COOPERATIVA SICREDI.

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via e-mail e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no item 13.1 do art. 13 do Edital de abertura RETIFICADO nº. 03/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:B822D16C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 018/2026, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Edital nº. 01/2024 de 19/02/2024 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 19/02/2024 – Edição 2963 – págs.535à573*), realizado em 28/04/2024 e 19/05/2024 (provas objetivas) e nos dias: 15 e 16/06/2024 (avaliação provas práticas), homologação do resultado em 28/06/2024, Edital de Convocação nº. 55.01/2026 de 30/01/2026 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 02/02/2026 – Edição 3460).*

CONSIDERANDO rigorosamente a ordem de classificação:

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR a partir de 06/02/2026, o servidor Srº Rafael Lima Zanão – aprovado no Concurso Público Edital nº. 01/2024, para exercer o cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA **(**1º *colocado – Vaga A/C*).

Art. 2º – A verba remuneratória de **Técnico de Informática** – será em conformidade com o Nível/Ref. 11 (conf. anexo I e III págs. 26e95 da Lei nº. 821/2023 de 18/09/2023 – Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário e Regime Previdenciário - RGPS.

Art. 3º – O servidor admitido no caput do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, podendo haver rescisão do contrato de trabalho por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 4º – O servidor em questão, tem o prazo de 15 dias para tomar posse, contados da data de publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais 5 dias, a requerimento do interessado (conf. Art. 18 §1º Lei nº. 16/1993 de 23/09/1993).

Art. 5º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré - PR, em 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:CDCE8FD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025

Ofício nº. 40/2026 Barra do Jacaré-PR, 04 de fevereiro de 2026

Gabinete do Prefeito

Anulação do Pregão Eletrônico nº 48/2025

Considerando o Parecer Jurídico nº 19/2026, exarado pela Procuradoria Jurídica Municipal, bem como os demais documentos constantes dos autos, em especial a solicitação formal da Secretaria Municipal de Agricultura, Agropecuária e Meio Ambiente e a manifestação da empresa declarada vencedora do certame, venho, por meio deste, requerer a anulação do Pregão Eletrônico nº 48/2025, e, por consequência, do contrato dele decorrente.
Conforme devidamente fundamentado no parecer jurídico supracitado, restou constatada a existência de vício insanável de legalidade no instrumento convocatório, consistente na ambiguidade da descrição do objeto licitado, o qual foi definido como "instalação de torre de internet (incluso materiais)", sem a necessária clareza quanto à inclusão ou não do fornecimento da própria torre, elemento essencial do objeto.
Tal imprecisão violou os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, comprometendo a correta formulação das propostas e a validade do procedimento licitatório desde a sua origem.
Registre-se, ainda, que a própria Secretaria demandante reconheceu a falha na elaboração do edital e manifestou-se favoravelmente à anulação do certame, com o objetivo de resguardar o interesse público e evitar prejuízos à Administração e à empresa contratada. Do mesmo modo, a empresa vencedora apontou equívoco na interpretação do objeto contratual, decorrente da falta de clareza do edital.
Diante desse cenário, e em observância ao poder-dever de autotutela da Administração Pública, consagrado na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a anulação do procedimento mostra-se medida necessária e juridicamente adequada para restaurar a legalidade administrativa.
Assim, determino que este Departamento adote as providências necessárias para a formalização da anulação do Pregão Eletrônico nº 48/2025, com a devida motivação, promovendo-se os atos subsequentes, inclusive a publicação oficial do ato administrativo, para que produza seus efeitos legais.
Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.
Atenciosamente,

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5A6E83CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 07/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 26/02/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para a Contratação de clínica para prestação de serviços médicos na área de Ginecologia e Obstetrícia, a serem realizados em clínica devidamente licenciada no Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, conforme programação e necessidade estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.
Valor Total: R$ 429.048,00 (Quatrocentos e Vinte e Nove Mil e Quarenta e Oito Reais).
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 10/02/2026 às 08h30min do dia 26/02/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 26/02/2026 às 08h59min do dia 26/02/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 24/02/2026.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital Nº 07/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO estará à disposição dos interessados a partir do dia 06/02/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.
Barra do Jacaré/PR, 05/02/2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:C08FB12B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR2/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do **Pregão Eletrônico Nº PR2/2026.**
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.***
2. DATA DE ABERTURA: Dia 24/02/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 5 de fevereiro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:C3803589

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 016/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026

SÚMULA: *Declara luto oficial pelo falecimento do Dr. Mateus Scheitt, Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - É declarado luto oficial no Município de Bela Vista da Caroba, pelo período de três dias, contado da data de publicação deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento do Dr. Mateus Scheitt, Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, em 05 de fevereiro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:CB9019FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
LICITAÇÕES EXCLUSIVAS A PARTICIPAÇÃO DE BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 25 DE FEVEREIRO de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital, para o
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. A PEDIDO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por item).
Valor total R$ 50.976,08 (CINQUENTA MIL, NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E OITO CENTAVOS).
Entrega das propostas e documentações: até o dia 25 de FEVEREIRO de 2026 às 08h00min (horário de Brasília
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 05 de fevereiro de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:42BCDF69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 67/2026

DECRETO Nº 67/2026
O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Dispõe sobre a autorização condicionada para custeio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs e de despesas relacionadas à capacitação técnica no âmbito do Programa Mais Engenharia, no Município de Boa Ventura de São Roque, estabelece critérios, limites e condicionantes para sua execução, e afasta a caracterização de vínculo com a Administração Municipal.
O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o Município de Boa Ventura de São Roque é signatário do **Programa Mais Engenharia**, por meio do **Convênio nº 4500078519**, cujo objeto visa ao fortalecimento da capacidade técnica institucional da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO que a execução do referido convênio demanda a atuação de profissional legalmente habilitado, responsável pelo desenvolvimento de atividades técnicas de engenharia compatíveis com o interesse público municipal;
CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977**, que estabelece a obrigatoriedade de registro de **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** para a execução de serviços técnicos nas áreas da engenharia;
CONSIDERANDO que o custeio das ARTs constitui despesa acessória, necessária e diretamente vinculada à regularidade legal das atividades desenvolvidas no âmbito do convênio;
CONSIDERANDO que a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização técnica do profissional vinculado ao Programa Mais Engenharia podem gerar ganhos de eficiência, economicidade e qualidade técnica para a Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO que a participação em cursos, capacitações, treinamentos, seminários ou estudos técnicos promovidos por **órgãos ou entidades da Administração Pública,** inclusive conselhos profissionais de natureza autárquica, somente se justifica quando comprovadamente relacionada ao interesse público e às atividades do convênio;
CONSIDERANDO a necessidade de estrita observância das normas constitucionais, legais, orçamentárias, financeiras, contábeis e administrativas aplicáveis à despesa pública, bem como das orientações e decisões do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR**;
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizada, **em caráter excepcional, condicionado e discricionário**, a assunção, pelo Município de Boa Ventura de São Roque, das despesas relativas às **Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs**, registradas junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR, exclusivamente quando vinculadas às atividades técnicas desenvolvidas no âmbito do **Programa Mais Engenharia**, decorrente do **Convênio nº 4500078519**.
Art. 2º A autorização de que trata este Decreto aplica-se ao profissional **Gabriel Sandrin Teixeira**, **Engenheiro Civil**, bolsista do Programa Mais Engenharia, inscrito no **CREA-PR sob o nº 227.598/D**, enquanto perdurar sua atuação junto ao Município e desde que haja efetiva vinculação das atividades ao objeto do convênio.
Art. 3º Poderá ser autorizado, **a critério exclusivo da Administração Municipal**, o custeio de despesas com deslocamento, incluindo diárias, passagens, transporte e demais despesas legalmente admitidas, para fins de participação do profissional referido no art. 2º em **cursos, capacitações, treinamentos, seminários ou estudos técnicos**, desde que cumulativamente:
I – sejam promovidos ou ofertados por **órgãos ou entidades da Administração Pública, inclusive conselhos profissionais de natureza autárquica**;
II – guardem relação direta e comprovada com as atividades técnicas desenvolvidas no âmbito do Programa Mais Engenharia;
III – apresentem justificativa formal de interesse público e benefício ao Município;
IV – observem integralmente a legislação municipal que regula a concessão de diárias e despesas de deslocamento.
Art. 4º A autorização para cada deslocamento e respectivo custeio de despesas dependerá, obrigatoriamente, de **ato administrativo específico**, mediante **Portaria**, precedida de manifestação do setor competente, na qual deverão constar, no mínimo:
I – a identificação do evento ou atividade;
II – a justificativa técnica e administrativa do interesse público;
III – o período, local e valores autorizados;
IV – a indicação da dotação orçamentária correspondente.
Art. 5º O custeio das despesas previstas neste Decreto:

I – não gera direito adquirido, expectativa de direito ou habitualidade;
II – não possui natureza remuneratória, salarial, indenizatória permanente ou de vantagem pessoal;
III – fica condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira;
IV – poderá ser suspenso ou revogado a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração.
Art. 6º A execução das despesas autorizadas por este Decreto ficará sujeita à **prestação de contas**, com comprovação documental da participação, da finalidade pública e dos resultados obtidos, observadas as exigências do controle interno municipal e do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR**.
Art. 7º O custeio das despesas de que trata este Decreto, inclusive o pagamento de ARTs, diárias, passagens ou quaisquer outras despesas nele previstas, **não implica, em nenhuma hipótese**, o reconhecimento ou a constituição de **vínculo empregatício, funcional, estatutário, previdenciário, contratual ou de qualquer outra natureza** entre o profissional beneficiário e o Município de Boa Ventura de São Roque, restringindo-se exclusivamente aos limites e finalidades do Convênio nº 4500078519.
Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município, consignadas no orçamento vigente, respeitados os limites legais e podendo ser suplementadas, se necessário, na forma da legislação aplicável.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos enquanto vigente o Convênio nº 4500078519, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 05 de fevereiro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:3100CFC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 11/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 11/2026.
PARTES:
CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR**
CONTRATADO: RHR ATACADO E VAREJO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita RUA SANTA CATARINA, 0, Floresta, SALA:11;BOX:F, Joinville/ SC, CEP: 89212212, inscrita no CNPJ n.º 51.231.745/0001-00
OBJETO (S): AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLAR, MOCHILAS, ESTOJOS E UM KIT BÁSICO COM MATERIAIS ESCOLAR CONFORME DEMANDA DE CADA ETAPA DE ENSINO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 45.800,00 (Quarenta e Cinco Mil e Oitocentos Reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.
PERÍODO/VIGÊNCIA: Até 04 de fevereiro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04/02/2026.
FORO: Pitanga - Pr.
Boa Ventura de São Roque, 04/02/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***RAFAEL CLAUDIO DE ALMEIDA***
Prefeito Municipal	CNPJ sob n.º 51.231.745/0001-00

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:ACDB2F44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1/2026 - FMPS.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1/2026 - FMPS.
CONTRATANTE : O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR
CONTRATADO : COPPINI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.729.009/0001-40, sita na Rua Porto Alegre, 351, Sala 01 - Centro - Santa Helena/PR, CEP 85.892-015
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DESTINADO À REALIZAÇÃO DE CÁLCULOS, SIMULAÇÕES E CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES VINCULADOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, DE MODO A ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS, ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR – FMPS.
VALOR CONTRATUAL: R$ 5.650,00 (Cinco Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais).
PERÍODO/VIGÊNCIA : Até 04 de fevereiro de 2027
DATA DA ASSINATURA : 04/02/2026.
FORO : Pitanga - Pr.
Boa Ventura de São Roque, 04/02/2026.

NESTOR KENEAR	***MOACIR COPPINI***
Prefeito	Coppini & CIA LTDA
	CNPJ sob n.º 08.729.009/0001-40

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:DD6679CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 989/2026

LEI Nº 989/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Concede reposição salarial aos servidores efetivos, temporários, inativos, pensionistas, cargos em comissão, exceto os do quadro do magistério e agentes políticos, bem como fixa o vencimento mínimo municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica concedida reposição salarial aos servidores efetivos, temporários, inativos, pensionistas, cargos em comissão, exceto os do quadro do magistério e agentes políticos, **em 4,26% (quatro virgula vinte e seis por cento).**

Parágrafo único. A referência aplicada para a reposição foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 (doze) meses, ou seja, janeiro de 2025 a dezembro de 2025 (https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php).

Art. 2º. Fica fixado o vencimento mínimo municipal no importe de R$ 1.783,10 (um mil setecentos e oitenta e três reais e dez centavos), correspondente ao salário mínimo nacional vigente acrescido de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 134 da Lei nº 181/2015.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:3EE4720C

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 991/2026

LEI Nº 991/2026
Data: 05/02/2026
SÚMULA: Regulamenta a fixação do piso salarial dos Agente Comunitários de Saúde e dos Agentes de Controle de Endemias para o exercício 2026, nos termos da Emenda Constitucional nº 120/2022, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica regulamentado o vencimento mínimo, dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Controle de Endemias (ACE) desta Municipalidade, em R$ 3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais), conforme previsão da Emenda Constitucional nº 120/2022, publicada em 06 de maio de 2022.

Parágrafo único. Os vencimentos que estiverem abaixo do piso salarial ora fixado serão elevados até o valor mínimo, os que porventura já sejam superiores serão mantidos no mesmo valor, sem a incidência de qualquer vantagem pela fixação ora regulamentada.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:D8A4F31F

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 992/2026

LEI Nº 992/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Fixa o valor da Bolsa Auxílio paga aos Estagiários, para o exercício 2026, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica fixado o valor da Bolsa Auxílio paga aos estagiários com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no valor de R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:5CCB69CF

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 993/2026

LEI Nº 993/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a custear parcialmente despesas, ceder veículos e realizar repasse financeiro à Associação Boavistense dos Estudantes Universitários e Congêneres – ABEUC, para apoio ao transporte de estudantes universitários, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas de transporte e ceder veículos para estudantes integrantes da **Associação Boavistense de Estudantes Universitários e Congêneres- ABEUC** de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 06.115.325/0001-04, exclusivamente para realização e pagamento de despesas referentes ao transporte de estudantes até a cidade de Cascavel - Paraná, para o exercício do ano de 2026, conforme calendários das universidades e instituições de ensino.

Art. 2º. Serão cedidos ou ficaram à disposição da ABEUC os seguintes veículos integrantes da frota pública municipal:

I – VEÍCULO PAS/ÔNIBUS, IVECO/MASCA ROMA R, ano/modelo 2025/2026, Renavan nº 01470323394, cor BRANCA, combustível DIESEL, chassi nº 93ZK61RMZT8717385, placa UBF-0D53, com capacidade para 45 passageiros.

II - veículo pas/ônibus, scânia/Busscar El buss r, ano de fabricação/modelo 2000/2000, Renavam 00742527441, chassi 9BSK4X2BFY3517402, placa KRE-8703, com capacidade para 46 passageiros.

III – VEÍCULO PAS/ÔNIBUS M.BENZ/M.POLO PARADISO R, ano/modelo 2006/2006, placa CPN-7G11, cor branca, Renavan 00904060470, com capacidade para 38 passageiros;

IV - FIAT DUCATO ENGESIGMIC, ano/modelo 2018/2018, cor cinza, placa BCN-2472, Renavan 0116856688-3, com capacidade para 15 passageiros;

V - MARCO POLO/VOLARE V8L, ano/modelo 2016/2017, cor prata, placa BBC-7605, Renavan 0110896950-7, com capacidade para 28 passageiros;

VI - MERCEDES BENZ/SPRINTER M, ano/modelo 2018/2019, cor branca, placa BCI-4528, Renavan 0116053325-0, com capacidade para 28 passageiros;

VII - MARCO POLO/VOLARE V8L, ano/modelo 2016/2017, cor prata, placa BBC-7604, Renavan 0110750937-5, com capacidade para 28 passageiros;

VIII – VW/VOYAGE 1.6L MB5, ano/modelo 2019/2020, cor BRANCA, placa BDW2C68, Renavam nº 01222445023, com capacidade para 05 passageiros;

IX – I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3, ano/modelo 2022/2022, cor BRANCA, placa SDP6J78, Renavam nº 01302032125, com capacidade para 05 passageiros.
§ 1º. Os veículos ônibus descritos nos incisos I, II e III ficarão a disposição exclusiva da ABEUC para o transporte dos alunos. Ao passo que os veículos descritos nos itens IV, V, VI, VII, VIII e IX realizarão o transporte de alunos de maneira intercalada com a Secretaria em que estiverem lotados.

§ 2°. Caso o número de alunos a ser transportado não necessite da capacidade de transporte dos veículos mencionados no parágrafo anterior, poderão ser utilizados pela ABEUC os veículos descritos nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX deste artigo, dependendo do número de estudantes a ser transportado, os quais serão utilizados esporadicamente tão somente para evitar que o veículo ônibus transporte poucos passageiros.

Art. 3º. Todas as despesas de manutenção, conserto ou reforma dos veículos cedidos, bem como a contratação e pagamento de seguro, tributos, licenciamento e outras despesas necessárias ao bom funcionamento dos veículos, ficarão por conta do Município.

§ 1º. Como forma de auxílio aos estudantes, o município arcará com a compra e pagamento de até 3.200 (três mil e duzentos) litros mensais de óleo diesel para abastecimento dos veículos cedidos a ABEUC, ficando o restante do combustível necessário para ao transporte de responsabilidade da ABEUC.

§ 2°. A contratação e o pagamento de salários e demais encargos trabalhistas, tributários e previdenciários dos motoristas dos veículos cedidos, serão de responsabilidade exclusiva da ABEUC, isentando o município de qualquer responsabilidade.

§ 3°. Sempre que necessário a realização de manutenção preventiva ou quando surgir problemas mecânicos nos veículos cedidos, a ABEUC deverá informar o município o mais breve possível.

§ 4°. Os valores descritos no parágrafo 1º serão disponibilizados por 11 (onze) meses. E, em caso de não utilização da totalidade de litros disponibilizadas no mês, o saldo não ficará acumulado para os meses posteriores.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar **repasse financeiro mensal à ABEUC, no valor de até R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)**, pelo período de até **11 (onze) meses**, destinado **exclusivamente ao custeio de despesas de manutenção da Associação**, diretamente relacionadas à execução das atividades de apoio ao transporte dos estudantes universitários.
§ 1º. Os recursos previstos no *caput* poderão ser utilizados, entre outras despesas correlatas, para pagamento de materiais, serviços de apoio administrativo, despesas operacionais e demais custos indispensáveis ao funcionamento da Associação, **vedada a utilização para pagamento de remuneração de dirigentes ou distribuição de resultados**.

§ 2º. O repasse ficará condicionado à apresentação mensal de **prestação de contas simplificada**, contendo demonstrativo das despesas realizadas e documentos fiscais correspondentes.

§ 3º. O repasse de que trata este artigo não gera vínculo trabalhista, previdenciário ou de qualquer outra natureza entre o Município e a Associação ou seus membros.

Art. 5º. A **Associação Boavistense de Estudantes Universitários e Congêneres- ABEUC**, para ter o direito ao incentivo desta lei deverá apresentar ao Município a seguinte documentação:

I - Relação dos alunos que irão utilizar os serviços, indicando o estabelecimento matriculado e o curso que irá frequentar, e o período de início e término das aulas;

II - Apresentar trimestralmente relatório do número de alunos transportados;

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, na seguinte conta:

11.001.12.361.0009.2068 Manutenção das ações do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:7BF28C4A

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 994/2026

LEI Nº 994/2026
Data: 05/02/2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder apoio financeiro à Associação Boavistense de Esporte e Lazer – ABEL para custeio de despesas relacionadas à participação da equipe de futsal representante do Município de Boa Vista da Aparecida na Série Bronze do Campeonato Paranaense de Futsal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder apoio financeiro à **Associação Boavistense de Esporte e Lazer – ABEL**, inscrita no **CNPJ sob o nº 55.864.781/0001-54**, com sede na **Av. Tupi, nº 535, Centro, no Município de Boa Vista da Aparecida/PR**, entidade sem fins lucrativos, **declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 940/2025**, com a finalidade específica de custear despesas relacionadas à participação da equipe de futsal representante do Município de Boa Vista da Aparecida na **Série Bronze do Campeonato Paranaense de Futsal**, competição oficial de âmbito estadual.

Art. 2º. O valor total do apoio financeiro autorizado por esta Lei será de **R$ 24.351,83 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos)**, assim distribuído:

I – **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** provenientes de recursos do Poder Executivo Municipal;
II – **R$ 4.351,83 (quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos)** oriundos da **Emenda Impositiva nº 13/2025**.

Art. 3º. Os recursos de que trata esta Lei deverão ser utilizados **exclusivamente** para despesas diretamente vinculadas à participação da equipe na competição mencionada no art. 1º, compreendendo, entre outras indispensáveis ao cumprimento do objeto:
I – taxa de inscrição da equipe na competição;
II – despesas de transporte;
III – despesas operacionais estritamente necessárias à participação na Série Bronze do Campeonato Paranaense de Futsal, conforme plano de trabalho previamente aprovado.
Art. 4º. O repasse dos recursos será formalizado mediante a celebração de **instrumento jurídico próprio**, observada a legislação vigente, especialmente quanto à apresentação e aprovação de **plano de trabalho** pela entidade beneficiária.

Art. 5º. É **expressamente vedada** a utilização dos recursos públicos previstos nesta Lei para:

I – pagamento de salários, gratificações, prêmios, bonificações ou quaisquer vantagens individuais a atletas, dirigentes ou terceiros;
II – despesas de caráter pessoal;
III – finalidade diversa daquela prevista no plano de trabalho aprovado e nesta Lei.

Art. 6º. A entidade beneficiária deverá apresentar **prestação de contas** da aplicação dos recursos recebidos, na forma, prazos e condições estabelecidos no instrumento jurídico firmado e na legislação aplicável.

Art. 7º. A equipe participante deverá atuar **em representação oficial do Município de Boa Vista da Aparecida**, podendo ser exigidas, como contrapartida institucional, ações de interesse público, tais como:

I – utilização do nome, brasão ou identidade visual do Município em uniformes e materiais oficiais;
II – participação em eventos esportivos, ações comunitárias ou atividades de incentivo ao esporte promovidas pelo Município.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementada caso necessário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:B273197A

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 995/2026

LEI Nº 995/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Autoriza a destinação de uso de bem móvel integrante da frota municipal ao Conselho Tutelar do Município de Boa Vista da Aparecida/PR, e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNCIPAL, **EDUARDO JOSÉ HENRICHS**, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **destinar, a título gratuito**, o uso de bem móvel integrante da frota municipal ao **Conselho Tutelar do Município de Boa Vista da Aparecida/PR**, órgão permanente e autônomo previsto no art. 131 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para o exercício de suas atribuições institucionais.

Art. 2º. O bem móvel objeto da destinação de uso é o seguinte:

a) **01 (um) veículo FIAT/ARGO TREKKING 1.3**, ano de fabricação **2025**, modelo **2026**, combustível **álcool/gasolina**, cor **branca**, categoria **oficial**, placa **UBH2G87**, chassi **9BD358AGUTYR05106**, Renavam **01474507031**, de propriedade do **Município de Boa Vista da Aparecida/PR.**

Art. 3º. O veículo referido nesta Lei será utilizado **exclusivamente para atividades institucionais do Conselho Tutelar**, vedado seu uso para fins particulares ou estranhos às atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. Compete ao Conselho Tutelar, sob a coordenação administrativa do órgão municipal ao qual estiver vinculado:

I – zelar pela guarda, conservação e correto uso do veículo;
II – comunicar imediatamente ao Município qualquer dano, avaria ou sinistro;
III – manter controle de uso, mediante registro dos deslocamentos realizados
IV – permitir vistorias sempre que solicitado pelo Município.

Art. 5º. As despesas decorrentes do uso do veículo, **inclusive a contratação e manutenção de seguro**, bem como combustível, manutenção e demais custos operacionais, **correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município**.

Art. 6º. É **vedada a cessão, transferência ou empréstimo do veículo a terceiros**, sob qualquer forma, sem prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. A destinação de uso prevista nesta Lei **não transfere a propriedade do bem**, permanecendo o veículo vinculado ao patrimônio do Município de Boa Vista da Aparecida/PR, podendo ser revertido a qualquer tempo por interesse público devidamente justificado.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:0961441B

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 996/2026

LEI Nº 996/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Revoga a Lei Municipal nº 900/2025, que estabelece normas de utilização e define valores de cobrança para aluguel dos centros sociais do Município de Boa Vista da Aparecida/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica **revogada**, em todos os seus termos, a **Lei Municipal nº 900/2025**, que estabelece normas de utilização e define valores de cobrança para aluguel dos centros sociais do Município de Boa Vista da Aparecida/PR.
Art. 2º. Os pedidos de locação dos centros sociais **formalizados e devidamente deferidos** até a data da publicação desta Lei **serão mantidos**, respeitando-se as condições originalmente autorizadas.

Art. 3º. Fica **vedada a realização de novos pedidos de locação**, bem como a autorização para utilização dos centros sociais públicos para quaisquer datas **posteriores à vigência desta Lei**.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:21FA22A0

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 997/2026

LEI Nº 997/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de reposição dos Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para o período do exercício financeiro do ano de 2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, aprovou e Eu, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica concedida reposição aos subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para Exercício de 2026 em 4,26% (Quatro vírgula vinte e seis por cento) a partir de 1º de janeiro de 2026, de conformidade com Artigo 4º da Lei 823/2024, de 04 de Abril de 2024.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:2ECA58D6

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 998/2026

LEI Nº 998/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de reposição dos subsídios dos Vereadores para o exercício de 2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, aprovou e Eu, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica concedida reposição dos subsídios mensais dos Vereadores, para Exercício de 2026, em 4,26% (Quatro vírgula vinte e seis por cento) a partir de 1º de janeiro de 2026, de conformidade com Artigo 2º da Lei 824/2024, de 04 de Abril de 2024..

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:575DBB09

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 006/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 006/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: JOSÉ MARIA BALONEKER.

OBJETO: Locação de imóvel comercial, para funcionamento provisório do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Boa Vista da Aparecida, localizado na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, nº 28, sob a matrícula nº 12.135 do Registro de Imóveis da Comarca do Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

VALOR DO CONTRATO: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 06 (seis) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: LEANDRO JORGE MORESCO.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de fevereiro de 2026.**

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:D35C2DDF

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 26.577.464 FERNANDO ELYAS DE AVILA LOCH.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NECESSÁRIAS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DE TODOS OS VEÍCULOS, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS PESADOS DA FROTA MUNICIPAL..

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência da ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de fevereiro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:3619B436

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: 26.847.838 MAURICIO ZORZI.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NECESSÁRIAS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DE TODOS OS VEÍCULOS, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS PESADOS DA FROTA MUNICIPAL..

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência da ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses, ou seja, até o dia 10 de fevereiro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de fevereiro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:4EFDA3C9

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: LUIZ ANTONIO CORSO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NECESSÁRIAS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DE TODOS OS VEÍCULOS, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS PESADOS DA FROTA MUNICIPAL..

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência da ata de registro de preços por amis 12 (doze) meses, ou seja, até o dia 10 de fevereiro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de fevereiro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:09F57078

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: SIDYCAR AUTO PEÇAS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NECESSÁRIAS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DE TODOS OS VEÍCULOS, VANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS PESADOS DA FROTA MUNICIPAL..

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência da ata por mais 12 (doze) meses, ou seja, até o dia 20 de fevereiro de 2027

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de fevereiro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:8701A099

LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2025
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN E PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS DO REGISTRO DOS MOVIMENTOS ARRECADADOS PARA O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**.**

EMPRESA - HABILITADA	SITUAÇÃO
COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO FRONTEIRAS DO PARANA, SANTA CATARINA E SAO PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP	CREDENCIADA

Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:E227E5C2

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2025 SERVIÇO PÚBLICO EDITAL Nº 62/2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2025
Serviço Público
Edital nº 62/2026 - Data: 05/02/2026

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, o Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONSIDERANDO o Edital de Convocação 51/2026,
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. Tornar público a ELIMINAÇÃO dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2025, que trata o Edital nº 01/2025 – Serviço Público, homologado pelo Edital 23/2025 de 05 de novembro de 2025, diante do **NÃO COMPARECIMENTO** para apresentação da documentação necessária exigida para o provimento do respectivo cargo, conforme segue:

Cargo: PROFESSOR					
INSC.	**NOME**	**D. de Nasc.**	**N.F**	**Class. Ampla Concorrência**	**Class. Pardos e Negros**
429	Juliana Martins Furtado	04/05/2004	55,35	81º	
661	Adriana Aparecida Bueno Schutz	17/02/1980	54,50	82º	

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:495DF14F

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2025 SERVIÇO PÚBLICO EDITAL Nº 63/2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2025
Serviço Público
Edital nº 63/2026 - Data: 05/02/2026

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, o Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONSIDERANDO o Edital 62/2026 que eliminou os candidatos convocados por não comparecimento para apresentação da documentação necessária;
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2025, que trata o Edital nº 01/2025 – Serviço Público, homologado pelo Edital 23/2025 de 05 de novembro de 2025, para apresentação da documentação necessária ao provimento do respectivo cargo, conforme segue:

Cargo: PROFESSOR					
INSC.	NOME	D. de Nasc.	N.F	Class. Ampla Concorrência	Class. Pardos e Negros
1.433	Luciana Brandão	06/08/1986	51,75	89º	
774	Eliane Weber	24/02/1986	51,75	90º	

Art. 2º. Fica convocada a candidata acima descrita para comparecer na Divisão de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo IMPRORROGÁVEL de **05 (CINCO) dias úteis, após sua publicação**, em horário das **07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas**, munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):
a) Cédula de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido no Edital 01/2025;
l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
m) Comprovante de endereço atual;
n) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
o) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
p) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF.
Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
q) exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função.
r) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pelo Município de Boa Vista da Aparecida - PR no ato da convocação.

OBSERVAÇÕES:
a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
b) Além dos documentos listados acima, o Município de Boa Vista da Aparecida - PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.
Parágrafo único:O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste Edital de convocação **será considerada como desistência tácita e eliminação pelo não comparecimento**, e se **não puder apresentar a documentação solicitada será considerada desclassificado**.
Art. 3º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:85EFF423

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 44 2026

DECRETO nº 44/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração por pedido da servidora municipal efetiva ocupante de cargo efetivo e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO os requerimentos sob nº 70/2026 de 05 de fevereiro de 2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido de servidora municipal efetiva, abaixo relacionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Exoneração
1180525	Celia Regina Peres Weierbacher	Oficial Administrativo	05/02/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:CDABFE2D

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 46 2026

DECRETO nº 46/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de servidores municipais aprovados em Concurso Público Municipal 01 2026 – Serviço Público, para ocuparem os cargos efetivos e da outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Ficam Nomeados os Servidores Públicos Municipais Efetivos, em estágio probatório pelo período de 03 (três anos), aprovada no Concurso Público Municipal nº 01/2025, conforme abaixo relacionados:

	Servidor (a)	CPF	Cargo	Admissão
	Karla Oliveira Rodrigues	442.480.318-09	Professor	05/02/2026
	Osmar da Cruz	015.207.528-30	Professor	05/02/2026

	Servidor (a)	CPF	Cargo	Admissão
	Fabieli de Martini	070.804.349-63	Psicólogo	05/02/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:F90FAD68

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 47 2026

DECRETO nº 47/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração por pedido de servidor municipal ocupante de cargo efetivo e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento nº 74/2026 de 05 de fevereiro de 2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido de servidor municipal efetivo, abaixo relacionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Exoneração
1178512	Gabriel Henrique Caimi	Auxiliar Técnico de Esporte	05/02/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:A7A5E195

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 15 2026

PORTARIA nº 15/2026
Data: 05/02/2026

SÚMULA: Concede pagamento referente ao acordo administrativo de adicional de periculosidade e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Concede pagamento de quitação retroativa referente aos últimos 05 (cinco) anos de periculosidade, referente ao acordo feito entre as partes mediante processo administrativo indenizatório, ao Servidor Municipal **VALDAIR SUTIL DO ROSÁRIO**, ocupante do cargo de Guardião, no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em 10 (dez) parcelas de R$ 500,00 (quinhentos reais) a iniciar no mês subsequente a assinatura do acordo feito em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:B27C42C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 003/2026 - AMPLIAÇÃO DE VAGAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190
Cep: 85.780-000 – Boa Vista da Aparecida – Estado do Paraná.Telefone: 45-32871516 – Fax: 45-32878300 – E-Mail: semedbva@gmail.com

EDITAL 003/2026

Tem o presente a finalidade de divulgar vagas para ampliação de jornada de professores do Quadro Próprio do Magistério, Ensino Fundamental, Séries Iniciais e Educação Infantil para as vagas de turmas remanescentes professor PAEE (Professor de Apoio Educacional Especializado), **conforme Instrução Normativa nº 06 e 07/2025** e uma vaga em virtude do **art. 49, do Plano de Cargos, Carreiras, Remuneração e de Valorização dos Profissionais do magistério.**
A ampliação será realizada conforme especifica:
Local: Secretaria Municipal de Educação
Dia: 06/02/2026
Horário: 16:00 h
A distribuição seguirá por ordem conforme Art 42 § 5º do **Plano de Cargos, Carreiras, Remuneração e de Valorização dos Profissionais do magistério.** do Município de Boa Vista da Aparecida.

Boa Vista da Aparecida – PR, 05 de Fevereiro de 2026.

NILSON RENÊ VICENTE
Secretário Municipal de Educação
Decreto 017/2025 Doe 03/2025

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:81CF8C13

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA - BUSCA ATIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2025 – BUSCA ATIVA / SEMED

A Secretária Municipal de Educação do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

I. a Constituição Federal de 1988, especialmente os Artigos 205 e 206, que tratam do direito e princípios da Educação.
II. a Emenda Constitucional 59/2009 que estabeleceu o ano de 2016 como prazo para a universalização da oferta da educação básica obrigatória para todas as crianças e adolescentes, com idades entre 4 e 17 anos.

III. a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
IV. a Lei 12.796/2013 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e determinou que os municípios devem recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como jovens e adultos que não concluíram a educação básica.
V. a Lei 11.274/2006 que determinou a ampliação do ensino fundamental para nove anos, obrigando o ingresso das crianças nesta etapa da educação aos 6 anos de idade.
VI. a Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década 2014/2024.
VII. a Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
VIII. a Lei nº 18.492/2015 - Plano Estadual de Educação do Paraná para decênio de 2015 a 2025;
IX. a Lei nº 081/2015. - Plano Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida para decênio de 2015 a 2025;
X. o dever de garantir a matrícula e a permanência dos estudantes nas Unidades Educacionais e adoção de medidas de combate e prevenção ao absenteísmo e abandono escolar;
XI. a necessidade de sistematização das ações e encaminhamentos de forma que, cada caso de criança sem matrícula ou com infrequência seja reportado e receba o encaminhamento adequado;
XII. a necessidade de orientar as instituições da Rede Municipal de Ensino quanto à obrigatoriedade da busca do aluno ausente e a padronização dos procedimentos desse processo na rede municipal de ensino, resolve:

CAPÍTULO I
A BUSCA PELO ALUNO COM INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Art. 1º Estabelecer orientações para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para a implementação do processo de busca ativa escolar e ao aluno ausente como mecanismo que assegure o acesso, a permanência e o sucesso da aprendizagem aos estudantes matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A sistematização das ações de busca ativa escolar, busca ao aluno ausente e o desenvolvimento de ações ao enfrentamento da evasão e abandono escolar com identificação, registro, controle, acompanhamento e mobilização social para garantir o acesso de crianças à escola e assegurar o recenseamento escolar contínuo no âmbito da Rede Municipal de Ensino preconizado nesta Instrução Normativa será organizado a partir dos seguintes e distintos fluxos de atendimento:
I. Análise sistematizada e anual dos dados do censo escolar, no que tange à matrícula dos educandos, com vistas à identificação de alunos que não efetuaram a sua rematrícula;
II. Promoção das ações cabíveis para reintegrá-los às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
III. Acompanhamento da frequência dos estudantes por meio das informações obtidas no Registro de Classe;
IV. Acompanhamento da frequência dos estudantes por meio do sistema de atualização diária Power BI;
V. Acompanhamento da frequência dos estudantes por meio do sistema de atualização SERP;
VI. Identificação e atuação imediata junto a pais/responsáveis legais de alunos que apresentarem ausência injustificada por 3 (três) dias consecutivos e/ou 7 (sete) dias alternados no período de 30 dias;
VII. Identificação de alunos que abandonaram a escola, promovendo as ações cabíveis para reintegrá-los às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO II
IDENTIFICAÇÃO E ATUAÇÃO EM CASOS DE INFREQUÊNCIA

Art. 3º As Equipes Gestoras de todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino deverão assegurar o controle sistemático da frequência dos estudantes nas Unidades Educacionais.

Art. 4º Caberá à Equipe Docente realizar o registro diário da frequência dos estudantes às aulas em instrumento ou sistema próprio.

Art. 5º Em caso de ausência injustificada por 3 (três) dias consecutivos 7 (cinco) faltas/dias alternados no período de 30 dias o docente deverá informar a equipe pedagógica da Escola/CMEI, utilizando o Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida, conforme ANEXO I da presente Instrução Normativa.
Parágrafo Único: Em caso de ausência justificada por motivos particulares o responsável legal do educando deverá justificá-la perante registro em ata na unidade escolar, este deve estar ciente dos prejuízos pedagógicos que poderá acarretar a ausência do educando.

Art. 6º Os procedimentos a serem adotados no registro do Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência seguirão a seguinte ordem:
1. Secretaria da escola/CMEI: preenchimento do item número 01 (um);
2. Docentes: preenchimento do item número 02 (dois);
3. Coordenador e/ou Diretor: dá continuidade ao processo de busca ao aluno ausente, preenchendo os itens 03 a 08, e adoção das seguintes ações visando o retorno imediato do aluno à escola/CEMEI:
a. Realizar contato com a família do aluno por ligação telefônica em horário comercial;
b. Ligação telefônica, fora do horário comercial;
c. Entrega da convocação por escrito aos pais ou responsáveis pelo estudante, por um dos membros da comunidade escolar ou de vizinhança, caso haja condições amigáveis para isto;
d. Realização de visita domiciliar que será organizada pelo diretor da instituição de ensino, determinando os responsáveis pela execução desta ação. ANEXO III

Art. 7º Os procedimentos acima deverão ser sucessivos, e em caso de êxito no contato com a família do aluno, deverá ser realizada reunião no espaço escolar, registrada em ata, com o pai ou responsável legal pelo aluno ausente, buscando levantar as causas da infrequência, possíveis formas de enfrentamento desta, dando ciência aos pais ou responsável legal quanto ao direito da criança e dever da família na escolarização;

Art. 8º Após o levantamento das informações cabe ao Diretor e Coordenador da Unidade Educacional:
a) Informar aos docentes atuantes com o aluno acerca das informações levantadas;
b) Traçar estratégias, no âmbito de atuação da equipe de gestão da escola/CMEI e docentes atuantes com o aluno, para o enfrentamento da infrequência;
c) Quando os procedimentos constantes no ANEXO I item 03 aos 07 não obtiverem sucesso, a equipe de gestão da escola/CMEI deverá seguir o item 08 do Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência;

Art. 9º Caso a situação de infrequência permaneça, o Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência deverá ser encaminhado para o Conselho Tutelar, o qual executará o constante no item 09 do Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência;

Art. 10 A partir da devolutiva do Conselho Tutelar a equipe de gestão da escola/CEMEI deverá executar as ações previstas no item 10, encaminhado para a Rede de Proteção o qual tomará as providências posteriores.

CAPÍTULO III
ANÁLISE SISTEMATIZADA ANUAL DOS DADOS DO CENSO PARA AFERIÇÃO DE CASOS DE ALUNOS QUE NÃO REALIZARAM SUA MATRÍCULA PARA O ANO LETIVO SUBSEQUENTE

Art. 11 Competirá às Secretarias das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, sob a coordenação do setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, a promoção da análise sistematizada e anual dos dados do censo escolar oficial, no que tange à matrícula dos educandos, para verificação de eventuais casos de alunos que não realizaram sua matrícula para o ano letivo subsequente.

§ 1º - Em caso de localização de aluno para o qual não foi localizada rematrícula, cabe à a direção/secretaria da unidade escolar o contato com as famílias.
§ 2º - Caso a direção da unidade escolar não logre êxito na promoção da matrícula dos alunos evadidos, deverá a mesma oficiar ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, dando ciência a tais órgãos sobre a referida situação, nos termos da legislação em vigor.
§ 3º - O setor de Documentação Escolar deverá ser comunicado pela direção da escola sobre as ações implementadas, independentemente do sucesso na obtenção da rematrícula dos alunos, com o fim de alimentação dos competentes cadastros e/ou para a promoção de outras medidas atinentes ao resgate escolar do aluno.

CAPÍTULO IV
IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS DA FAIXA OBRIGATÓRIA DE MATRÍCULA QUE ABANDONARAM A ESCOLA OU NÃO REALIZARAM A PRIMEIRA MATRÍCULA

Art. 12 Deverá a Secretaria de Educação avaliar as ferramentas tecnológicas, manuais, guias e demais materiais disponíveis, incluindo possível chamada pública e configurar os arranjos para funcionamento das estratégias inerentes à Busca Ativa Escolar, adotando-os oficialmente para a implementação dos trabalhos especificados nesta Instrução Normativa.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Educação utilizará, além dos dados do Censo Escolar, a relação do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, como referência para a aferição das matrículas de alunos na faixa obrigatória de frequência (4 a 17 anos).
§ 2º - O relatório detalhado produzido será encaminhado às Unidades Educacionais para verificação no Sistema Estadual de Registro Escolar quanto à matrícula de todos as crianças da faixa etária atendida.

§ 3º - Em caso de existência de crianças na relação para as quais não tenha sido localizada matrícula no Município, a Secretaria de Educação deverá realizar a busca dos alunos evadidos ou sem matrícula, por meio de visitas domiciliares, recorrendo ainda, se necessário, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar, e em não obtendo êxito, acionando a Rede de Proteção.

§ 4º - Caso ainda não tenha sido alcançado sucesso na localização das crianças ou na obtenção da rematrícula dos mesmos, a situação deverá ser encaminhada pela Secretaria de Educação ao Ministério Público.

Secretaria Municipal de Educação, 10 de novembro de 2025.

NILSON RENE VICENTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 017/2025

Anexo I
PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AOS CASOS DE INFREQUÊNCIA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA DA APARECIDA- PR

A – DADOS DA ESCOLA- Preenchimento da Secretaria Escolar:
Nome da Escola: _____
Endereço: _____
Telefone:_____/_____E-mail: _____
Diretor(a): _____Secretário(a): _____
Coordenador (a): _____

1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ALUNO(A):
Nome: _____CGM: _____
Data de Nascimento:_____
Idade:_____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço Residencial: Rua: _____Nº _____
Bairro:_____( ) zona Rural ( ) Zona Urbana
Telefone(s): _____
Local de trabalho do pai/mãe: _____
Telefone(s):_____/_____
Endereço de contato (parente ou conhecido): _____
Ano:_____ Turma:_____
Ed. Infantil ( ) 0 a 3 ( ) 4 4e 5 anos
Ens. Fundamental ( )
Ens. Fundamental ( ) ano_____ ( ) EJA
Integra o(s) Programa(s): ( ) Bolsa Família ( ) Transporte Escolar ( ) Espaço Cuidar:

PREENCHIMENTO PELOS PROFESSORES:
Quando identificadas 3 (três) faltas/dias consecutivos ou, 7 (sete) faltas/dias alternados, no período de 30 (trinta) dias.

DATA	DISCIPLINA	PROFESSOR (A)	BIMESTRE	MOTIVO DAS FALTAS	FONTE DA INFORMAÇÃO	ASSINATURA

OBSERVAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DO (A) ESTUDANTE (SINAIS DE ALERTA, DINÂMICA PESSOAL E SOCIAL ETC.)

PROVIDÊNCIAS DA COORDENAÇÃO ESCOLAR:

ENCAMINHAMENTOS EFETUADOS PELO COORDENADOR (AS) (constando data e
discriminação do encaminhamento)

O responsável compareceu: ( ) sim ( )não Data / /

PROVIDÊNCIAS DA EQUIPE GESTORA: CONTATO COM OS RESPONSÁVEIS

DATA	INSTRUMENTOS UTILIZADOS – RECADO, TELEFONEMA, CARTA REGISTRADA, VISITA DOMICILIAR, ENTREVISTA NA ESCOLA.	RESPONSÁVEL PELOS CONTATOS

O responsável compareceu ( ) sim ( )não Data / /

MOTIVOS IDENTIFICADOS PARA AS FALTAS:
Dificuldade de aprendizagem ( ) Falta de transporte ( )Resistência do aluno ( ) Doença ( ) Problema de relacionamento. escolar ( ) Distorção idade/série ( ) Carência material
( ) Outros: _____
PROCEDIMENTOS DA ESCOLA FRENTE AOS MOTIVOS IDENTIFICADOS
(Entrevista com os familiares, encaminhamentos para a rede de atendimento, encaminhamento da situação de violação de direitos ao Conselho Tutelar, plano de recuperação de frequência e aproveitamento, dentre outros):

_____

RETORNO DO ALUNO À ESCOLA EM : / /
ASS. DO DIRETOR (A):

NO CASO DO ALUNO NÃO RETORNAR À ESCOLA: REGISTRO DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ENCAMINHADO EM:
_____/_____/_____

ASS. DO DIRETOR(A):

ENCAMINHAMENTO PELA ESCOLA AO CONSELHO TUTELAR EM: / /

Ass:

NO CONSELHO TUTELAR:
Recebimento em_____/_____/_____ Ass: _____

PROCEDIMENTOS EFETUADOS PELO CONSELHO TUTELAR (datas + meios de contato com a família: entrevista, visita domiciliar; medidas protetivas e aos pais – artigos 101 e 129 do ECA - aplicadas):

_____ _____ _____ _____ _____
ALUNO RETORNOU À ESCOLA: Devolução DO PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AOS CASOS DE INFREQUÊNCIA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
EM: /_/_ Ass:
ALUNO NÃO RETORNOU À ESCOLA. Encaminhar esse PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AOS CASOS DE INFREQUÊNCIA À REDE DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.
Data de recebimento e assinatura do Coordenador da Rede:

____/_____/_____, _____

Providências tomadas:

Retorno do PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AOS CASOS DE INFREQUÊNCIA
em: /_/_. Encaminhamento à Secretaria de Educação.

ANEXO II
CONVOCAÇÃO AOS PAIS SOBRE O ENFRENTAMENTO AOS CASOS DE INFREQUÊNCIA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA DA APARECIDA
Senhores Pais,
Considerando o número elevado de faltas do (a) seu (a) filho(a) às aulas, convocamos Vossa Senhoria para se fazer presente na Escola/CEMEI para uma importante reunião, no dia ...../...../..... às horas.
Salientamos que esse mecanismo faz parte de ações para busca do aluno ausente e o desenvolvimento de ações ao enfrentamento da evasão e abandono escolar acompanhamento e mobilização social para garantir o acesso de crianças à escola no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Nesse caso observou-se que o aluno..... regularmente matriculado na Escola ..... no período …….. apresenta..... (*faltas*) injustificadas.
Informamos que caso a situação de infrequência permaneça, o Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência será encaminhado para o Conselho Tutelar, para adoção de medidas cabíveis.
Atenciosamente,

Boa Vista da Aparecida, ...de.....de 20.....…

(nome do diretor) (nome do coordenador)

Diretor(a) Coordenador(a)

ANEXO III
NOTIFICAÇÃO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS SOBRE O ENFRENTAMENTO AOS CASOS DE INFREQUÊNCIA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA DA APARECIDA

Ao Senhor (a):
..... (nome)
..... (endereço)

Prezado Senhor (a):
Notificamos Vossa Senhoria que seu(a) filho(a)..... apresenta
número elevado de faltas injustificadas.
Alertamos que, caso a situação de infrequência permaneça, serão adotadas as medidas cabíveis, considerando ser o acesso e permanência do(a) aluno(a) na escola, direito da criança previsto, entre outras legislações, na Constituição Federal, especialmente nos Artigos nº 205, nº 206 e nº 208, e nos Artigos nº 53, nº 54 nº 55 e nº 56 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
Esta medida visa sobretudo evitar que ocorra prejuízo educacional ao (a) aluno(a), e a garantia do aproveitamento escolar adequado.
Solicitamos, assim, sua presença na Escola no dia ...../...../....., às horas.

Boa Vista da Aparecida, ... de ..... de 20.....

(nome do diretor) (nome do coordenador)

Diretor(a) Coordenador(a

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:DFA8DDD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA - FORMAÇÃO CONTINUADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2025

Dispõe sobre a Formação Continuada dos Professores no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida.

A Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a presente Instrução Normativa, que estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos para a organização da Formação Continuada dos Professores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 1º – Da Finalidade
A presente Instrução Normativa tem por finalidade regulamentar a organização, participação, acompanhamento e registro da Formação Continuada dos Professores, garantindo sua implementação sistemática e alinhada às políticas educacionais vigentes, ao Plano Municipal de Educação, à BNCC e ao PPP das unidades escolares.

Art. 2º – Do Amparo Legal
A Formação Continuada dos profissionais da Rede Municipal fundamenta-se na seguinte legislação:
I – Constituição Federal de 1988, Art. 206, VI;
II – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, Arts. 61, 62 e 67;
III – Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 (Metas 15, 16 e 17);
IV – BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017);
V – Resolução CNE/CP nº 02/2019 – Diretrizes para Formação Docente;
VI – Plano Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida;
VII – Normativas emitidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º – Dos Objetivos da Formação Continuada
I – Objetivo Geral
Promover a formação permanente dos professores para qualificar a prática pedagógica e aprimorar a aprendizagem dos estudantes.
II – Objetivos Específicos
I – Atualizar conhecimentos pedagógicos, curriculares e tecnológicos;
II – Fortalecer a prática reflexiva e colaborativa;
III – Qualificar o planejamento e a avaliação;
IV – Desenvolver competências para o uso de plataformas educacionais;
V – Acompanhar políticas como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Art. 4º – Das Diretrizes
A Formação Continuada obedecerá aos seguintes princípios:
I – caráter sistemático, contínuo e pautado em necessidades reais;
II – alinhamento ao PPP, BNCC e diretrizes da Secretaria;
III – articulação entre teoria e prática;
IV – valorização da profissionalização docente;
V – integração de formações internas e externas.

Art. 5º – Da Organização das Formações

§1º As formações ocorrerão conforme o Calendário Escolar Oficial emitido pela Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida.
§2º A carga horária será definida anualmente e poderá incluir:
I – reuniões pedagógicas;
II – oficinas, seminários e cursos;
III – formações da Secretaria Municipal de Educação;
IV – formações de programas nacionais, como o CNCA;
V – treinamentos sobre plataformas educacionais oficiais.

Art. 6º – Das Formações Ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação
§1º As formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação são obrigatórias e compõem a jornada de trabalho docente.
§2º A participação dos professores será registrada em ata, listas de presença e sistemas de registro utilizados pela Secretaria.
§3º Os conteúdos estudados nas formações serão socializados e integrados ao planejamento pedagógico das unidades escolares.

Art. 7º – Da Utilização de Plataformas Educacionais
As formações continuadas deverão incluir estudos, práticas e acompanhamento pedagógico do uso das plataformas oficiais adotadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º-A – Plataforma Matific
§1º A formação deverá contemplar:
I – exploração dos recursos e ferramentas;
II – integração das atividades ao planejamento semanal;
III – análise dos relatórios e indicadores de aprendizagem;
IV – uso dos dados para intervenção pedagógica.

Art. 7º-B – Plataforma Educa Juntos
§1º A formação sobre a plataforma Educa Juntos deverá abranger:
I – uso das ferramentas de comunicação escola–família;
II – acompanhamento das atividades dos estudantes;
III – registro pedagógico digital;
IV – alinhamento ao currículo municipal e ao PPP.

Art. 7º-C – Plataforma CNCA (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada)
§1º A formação abordará:
I – estudo dos materiais formativos oficiais;
II – aplicação das orientações nas práticas de alfabetização;
III – uso dos instrumentos diagnósticos do Ministério da Educação;
IV – participação nas ações formativas previstas no Programa.

Art. 8º – Da Articulação entre Formações Internas e Externas
As formações internas das escolas deverão articular-se às formações externas das plataformas e da Secretaria, garantindo continuidade pedagógica, coerência metodológica e aplicação prática dos conteúdos estudados.

Art. 9º – Das Responsabilidades
I – Da Secretaria Municipal de Educação
I – planejar, promover e acompanhar as formações;
II – emitir calendários e orientações;
III – garantir acesso às plataformas e materiais.

II – Das unidades escolares
I – organizar cronogramas internos;
II – registrar as formações em atas e documentos oficiais;
III – acompanhar a aplicação prática das formações.

III – Dos professores
I – participar ativamente das formações;
II – aplicar metodologias estudadas;
III – registrar e refletir sobre sua prática;
IV – acompanhar indicadores das plataformas educacionais.

Art. 10 – Da Avaliação das Formações
A avaliação considerará:
I – participação e engajamento docente;
II – registros pedagógicos e reflexivos;
III – impacto no planejamento e na aprendizagem dos estudantes;
IV – uso dos dados das plataformas educacionais.

Art. 11 – Dos Registros
Os registros das formações deverão constar em:
I – atas;
II – diários de bordo;
III – relatórios de acompanhamento;
IV – planejamentos;
V – sistemas digitais da Secretaria.

Art. 12 – Das Disposições Finais
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e passa a compor os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida.
Casos omissos serão resolvidos pela Secretaria MunicipaldeEducação.

QUADRO DE REGISTRO DAS FORMAÇÕES			
Formação	**Período de realização**	**Carga horária**	**Público alvo**
Alfabetização e Letramento	03/02/2025	8 h Presencial	Professores da Rede Municipal de Ensino de 1º e 2ºs anos, Pedagogos e Diretores
Leitura e Produção de Texto	03/02/2024	8 h Presencial	Professores da Rede Municipal de Ensino de 3º, 4º e 5ºs, Pedagogos e Diretores
Espaço, tempo, quantidade, relações e transformações.	03/02/2025	8 h Presencial	Professores da Rede Municipal de Educação Infantil de 0 a 5 anos, Pedagogos e Diretores
Palestra TEA Crises e Birras	27/05/2025	4 h Presencial	Professores da Rede Municipal de Ensino, Pedagogos e Diretores
Educação Especial e Autismo	29/07/2025	8 h Presencial	Professores da Rede Municipal de Ensino, Pedagogos e Diretores
Educa Juntos – Alfabetização – 1º e 2º anos	Março a Julho	40 h On line	Professores da Rede Municipal de Ensino de 1º e 2ºs anos.
Educa Juntos – 3º ao 5º anos	Março a Julho	40 h On line	Professores da Rede Municipal de Ensino de 3º ao 5ºs anos.
Educa Juntos – Alfabetização – 1º e 2º anos	Agosto a Novembro	40 h On line	Professores da Rede Municipal de Ensino de 1º e 2ºs anos.
Educa Juntos – 3º ao 5º anos	Agosto a Novembro	40 h On line	Professores da Rede Municipal de Ensino de 3º ao 5ºs anos.
Educa Juntos LEEI -	Fevereiro a Maio	40 h On line	Professores da Educação Infantil.
Educa Juntos Gestão	Março a Julho	40 h On line	Diretores, Pedagogos e Coordenadores Pedagógicos.
Educa Juntos Gestão	Agosto a Novembro	40 h On line	Diretores, Pedagogos e Coordenadores Pedagógicos.
Formação Continuada AMOP: Gestão, Alfabetização e Língua Portuguesa	Março a Setembro	40h Presencial	Coordenadores Pedagógicos.
Como agir em Situações de Revelações Espontâneas ou Suspeita de Violência no Ambiente Escolar.	14/10/2025	4h Presencial	Professores da Rede Municipal de Ensino, Pedagogos e Diretores

Secretaria Municipal de Educação

13 de novembro de 2025

NILSON RENE VICENTE
Secretário Municipal de Educação
Dec. 017/2025 – 03/01/2025

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:45425853

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA - RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 04/2025

Dispõe sobre a implementação da Iniciativa Municipal de Reforço e Recomposição das Aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida e estabelece seus objetivos, critérios de atendimento, metodologia pedagógica e mecanismos de avaliação.

O(A) Secretário(a) Municipal de Educação de Boa Vista da Aparecida,
no uso de suas atribuições legais, e
Considerando:
I – a **Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)**, que assegura a igualdade de condições para o

acesso e permanência na escola (art. 3º), a obrigatoriedade de estratégias de recuperação contínua (art. 24, V, "e") e o dever do Estado de garantir padrões mínimos de qualidade (art. 4º, IX);
II – o **Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)**, especialmente as metas que tratam da alfabetização, ampliação da aprendizagem, equidade educacional e garantia da permanência com qualidade (Metas 1, 2, 3, 5 e estratégias associadas);
III – a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que define competências essenciais e objetivos de aprendizagem a serem assegurados a todos os estudantes;
IV – as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para o Ensino Fundamental, que orientam políticas de intervenção pedagógica e acompanhamento contínuo da aprendizagem;
V – a necessidade de ações estruturadas voltadas à recomposição das aprendizagens, em razão de defasagens evidenciadas por avaliações diagnósticas, formativas e externas;
VI – a importância de estabelecer diretrizes claras e uniformes para a organização pedagógica das ações de reforço e recomposição da aprendizagem;
RESOLVE expedir a seguinte Instrução Normativa:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º
Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista da aparecida , a **Iniciativa Municipal de Reforço e Recomposição das Aprendizagens**, destinada a promover o desenvolvimento das competências essenciais previstas na BNCC e reduzir defasagens identificadas nos estudantes da Educação Básica.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS
Art. 2º São objetivos da iniciativa:
I – promover a recomposição das aprendizagens essenciais, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar;
II – reduzir desigualdades educacionais mediante atendimento pedagógico complementar;
III – assegurar que todos os estudantes desenvolvam as habilidades previstas para sua etapa/ano, conforme as orientações curriculares municipais e a BNCC;
IV – apoiar docentes e escolas no uso de práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V – acompanhar sistematicamente o progresso dos estudantes, garantindo intervenções oportunas e contínuas;
VI – fortalecer a articulação entre ensino regular, reforço escolar e estratégias de apoio pedagógico.

CAPÍTULO III – DOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO
Art. 3º
Poderão participar da iniciativa os estudantes:
I – que apresentem déficits de aprendizagem identificados por **avaliação diagnóstica** aplicada no início do período letivo;
II – que demonstrem dificuldades persistentes verificadas em **avaliações formativas e registros pedagógicos**;
III – que apresentem desempenho abaixo do esperado em **avaliações externas oficiais** (municipais, estaduais ou nacionais);
IV – que estejam em situação de **defasagem idade-ano**;
V – indicados pelos professores, Conselhos de Classe ou equipe gestora, mediante justificativa pedagógica registrada.
Art. 4º
O atendimento será organizado pela unidade escolar de acordo com:
I – Disponibilidade de horários e espaços;
II – Formação de grupos flexíveis;
III – oferta preferencial em contraturno, sem prejuízo das estratégias no turno regular.

CAPÍTULO IV – DA METODOLOGIA PEDAGÓGICA
Art. 5º

A iniciativa adotará metodologia pedagógica baseada nos seguintes princípios:
I – **Avaliação diagnóstica inicial**, destinada a identificar lacunas de aprendizagem e orientar o planejamento;
II – **Planejamento pedagógico individualizado ou por grupos de habilidades**;
III – **grupos pedagógicos flexíveis**, formados conforme o nível de domínio das competências e revisados periodicamente;
IV – Aplicação de **intervenções focadas nas habilidades essenciais**, priorizadas pelas matrizes curriculares municipais e pela BNCC;
V – Uso de metodologias ativas, práticas contextualizadas, resolução de problemas, alfabetização na perspectiva do letramento e fortalecimento da aprendizagem matemática;
VI – Utilização de **recursos didáticos diversificados**, incluindo tecnologias educacionais, materiais complementares e sequências didáticas estruturadas;
VII – acompanhamento contínuo e feedback imediato ao estudante.

CAPÍTULO V – DOS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO
Art. 6º
A avaliação dos estudantes participantes ocorrerá mediante:
I – **avaliações formativas**, realizadas semanal ou quinzenalmente, registradas em instrumento próprio da unidade escolar;
II – **avaliações diagnósticas intermediárias**, para monitoramento da evolução;
III – **avaliação final**, destinada a verificar a recomposição das habilidades priorizadas;
IV – elaboração de **relatórios bimestrais** contendo:
presença e participação;
b) avanços observados;
c) intervenções realizadas;
d) recomendações para continuidade do processo;
V – análise dos resultados consolidados pela Secretaria Municipal de Educação para tomada de decisões e aprimoramento da política.

CAPÍTULO VI – DAS RESPONSABILIDADES
Art. 7º Compete às unidades escolares:
I – Organizar turmas, horários e registros da iniciativa;
II – planejar as ações pedagógicas conforme esta Instrução Normativa;
III – manter registros atualizados de frequência, atividades e evolução dos estudantes;
IV – Comunicar às famílias os objetivos e a importância da participação;
V – encaminhar relatórios periódicos à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Garantir formação continuada aos docentes envolvidos;
II – fornecer materiais de apoio e orientações técnicas;
III – realizar o monitoramento e avaliação da política;
IV – assegurar condições para sua execução.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 10
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Boa Vista da Aparecida, 25 de novembro de 2025.

NILSON RENE VICENTE
Secretário(a) Municipal de Educação

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:FF54374A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 01/2026

AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO Nº 01/2026
Fica prorrogada a data de abertura do Pregão Eletrônico nº 01/2026, **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIO-X MÓVEL, PARA**

ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ESPECIFICAMENTE DIAGNÓSTICO AOS PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL SANTA JULIA, para o dia 24 de fevereiro de 2026, às 08:30 horas, devido alteração do descritivo do item e alteração do prazo de entrega o edital.

1º - Fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 24 de fevereiro de 2026, às 08:30 horas;
2º - Pelo presente ato ficam intimados os licitantes da decisão estabelecida no artigo anterior.

Bocaiúva do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO
Agente de Contratação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:6235C101

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 10/2026

NA EDIÇÃO Nº 3463, Código Identificador: 09172F5E do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, publicado no dia 05 de fevereiro de 2026.

ONDE SE LÊ:
1º - Fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 20 de janeiro de 2026, às 08:30 horas;
LEIA-SE:
1º - Fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 20 de fevereiro de 2026, às 08:30 horas;

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:435D14EE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 72/2025

NA EDIÇÃO Nº 3463, Código Identificador: C3E508EC, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, publicado no dia 05 de fevereiro de 2026.

ONDE SE LÊ:

1º - Fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 20 de janeiro de 2026, às 13:30 horas;

LEIA-SE:

1º - Fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 20 de fevereiro de 2026, às 13:30 horas;

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:BB2AC97F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOGAÇÃO - PREGÃO Nº 69/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	69/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	05/02/2026
Objeto da Licitação:	Aquisição de equipamento rodoviário sendo lote 1 – caminhão plataforma fixa sobre chassi, 6x4, modelo/fabricação 2024/2025, novo zero km, potência mínima 280cv, plataforma com comprimento total, sem considerar a rampa mínimo de 6.500mm, largura total da plataforma mínima de 2.600mm, raspas com acionamento hidráulico e demais características técnicas constantes no modelo 07.

Fornecedores com itens Homologados:
1) NORDICA VEICULOS S/A inscrito no CNPJ/CPF Nº 77.997.187/0001-74 no valor total dos itens vencidos de R$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais).

Bocaiúva do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO
Secretário Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:7B037171

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5814/2026

Designa Servidora para a função de Secretária de Unidade Escolar.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora VANIA MARIA DA SILVA Matrícula nº 336, nomeada pela Portaria nº 772/2005 de 06/10/2005, lotada no Cargo de *"Professora anos Iniciais"*, para responder pela função de Secretária de Unidade Escolar, com gratificação correspondente a 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico, em conformidade com a Lei nº 571/2013 de 26 de setembro e alterações posteriores, Art. 39, Inciso II, item a §2º.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 04 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D762AB07

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 1/2025
EDITAL Nº 20/2026– CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a lei Orgânica de Bom Jesus do Sul, a Lei nº 803/2017 e a Lei 1138/2024 e tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, conforme Edital nº 6/2025,

RESOLVE:

Convocar os candidatos descritos a seguir, classificados no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 1/2025, aberto pelo edital nº 1/2025

homologado pelo Edital nº 6/2025 e retificado pelo Edital nº 13/2025, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, à Rua São Paulo nº 185, Centro, no Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de 06/02/2026 à 19/02/2026 no horário de expediente, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, munidos de documentos constantes no subitem 2 deste Edital, para contratação temporária conforme segue:

Inscrição	Candidato	Cargo	Pontuação	Classificação
012/2025	LENITA PINTO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14,00	10°

Os candidatos convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, munidos dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou simples, desde que neste caso, os candidatos apresentem o original para conferencia no local da entrega nos prazos abaixo descritos:
cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
cartão PIS/PASEP;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;
ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, na data da posse;
ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparo pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12, da Constituição Federal.
declaração de que não recebe nenhum benefício pelo Regime de previdência Própria –RPPS, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo II);
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes da tabela do item 2 deste Edital;
carteira de Habilitação categoria D para o cargo de motorista e categoria C para o cargo de Operador de Máquinas;
declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;
Número de Conta Bancária;

O candidato considerado inapto nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem a realização dos mesmos serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado – PSS.

A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes das respectivas contratações temporarias.

O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio, e protocolar impreterivelmente em 02 (dois) dias úteis da sua convocação, de acordo com o item 8.8 do Edital 1/2025. Após, não serão aceitos pedidos de final de lista.
O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do concurso, passando a ser chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Bom Jesus do Sul-PR, 05 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7507AA7E

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 2/2025
EDITAL Nº 12/2026– CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a lei Orgânica de Bom Jesus do Sul, e as Leis Municipais nº 803/2017, nº 1118/2023, nº 1138/2024, e nº 1159/2025 e tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, conforme Edital nº 10/2026,

RESOLVE:

Convocar os candidatos descritos a seguir, classificados no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 2/2025, aberto pelo edital nº 1/2025 homologado pelo Edital nº 10/2026, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, à Rua São Paulo nº 185, Centro, no Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de 06/02/2026 à 19/02/2026 no horário de expediente, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, munidos de documentos constantes no subitem 2 deste Edital, para contratação temporária conforme segue:

Inscrição	Candidato	Cargo	Pontuação	Classificação
017/2025	ADRIANA CHAVES DE JESUS	**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**	12,5	14º

Os candidatos convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, munidos dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou simples, desde que neste caso, os candidatos apresentem o original para conferencia no local da entrega nos prazos abaixo descritos:
cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
cartão PIS/PASEP;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;
ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, na data da posse;
ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparo pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12, da Constituição Federal.
declaração de que não recebe nenhum benefício pelo Regime de previdência Própria –RPPS, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo II);
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes da tabela do item 2 deste Edital;
carteira de Habilitação categoria D para o cargo de motorista e categoria C para o cargo de Operador de Máquinas;
declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;
Número de Conta Bancária;

O candidato considerado inapto nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem a realização dos mesmos serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado – PSS.

A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes das respectivas contratações temporarias.

O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio, e protocolar impreterivelmente em 02 (dois) dias úteis da sua convocação, de acordo com o item 8.8 do Edital 1/2025. Após, não serão aceitos pedidos de final de lista.

O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do concurso, passando a ser chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Bom Jesus do Sul-PR, 05 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:02A45CED

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 1-2026

RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 1/2026

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento nos artigos 74 e 86 da Lei nº 14.133/21,

RATIFICA, a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da empresa **GOT SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.456.359/0001-10, com sede na Rua José Alencar, n° 200, Centro, Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, para que a mesma forneça licenciamento de uso, implementação, customização, treinamento, suporte técnico e manutenção continuada do software SuperCota, solução tecnológica integrada que utiliza inteligência artificial para automação da fase interna dos processos licitatórios, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021.

E autorizo o empenho da despesa no valor de **R$ 49.690,64 (quarenta e nove mil, seiscentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos)**, em favor da Empresa **GOT SOLUÇÕES LTDA**, cujo pagamento far-se-á 30 (trinta) dias após a aquisição do bem e a emissão de nota fiscal, de acordo com a proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 05 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:469DC961

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 2-2026

RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 2/2026

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento nos artigos 74 e 86 da Lei nº 14.133/21,

RATIFICA, a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da empresa **MÉTODO SYSTEN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.346.478/0001-17, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, n° 3.380, Sala 102, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para que a mesma forneça equipamentos de videomonitoramento, novos e de primeiro uso, destinados a ampliação e modernização do sistema de monitoramento (Câmera Bullet com LPR).

E autorizo o empenho da despesa no valor de **R$ 16.796,57 (dezesseis mil setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos)**, em favor da Empresa **MÉTODO SYSTEN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, cujo pagamento far-se-á 30 (trinta) dias após a aquisição do bem e a emissão de nota fiscal, de acordo com a proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 05 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DFA3EF66

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL 001/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 1423/2026

"Dispõe a regulamentação da lei Municipal nº. 1152/2025 de 21 de março de 2025, que trata da concessão de ajuda de custo para estudantes de ensino superior de graduação, cursos técnicos e cursos preparatórios, residentes no Município de Bom Jesus do Sul e dá outras providencias."

HELIO JOSE SURDI, Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da Lei Municipal nº 1152/2025 publicada em 21 de março de 2025.

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação da Comissão de Avaliação, composta por servidores municipais e membros dos Estudantes.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°. Regulamenta os requisitos para concessão do auxílio financeiro a que se refere a Lei Municipal nº. 1152/2025 e a forma de divisão e repasse da ajuda de custo recebida pelos alunos de curso superior, técnico ou preparatório, referente ao exercício financeiro 2026.

CAPÍTULO II
DO INGRESSO AO PROGRAMA

Art. 3°. As inscrições para o programa de ajuda de custo serão realizadas através de Edital, de acordo com cada grupo de estudantes em conformidade com os critérios estabelecidos no presente Decreto Regulamentar, em duas etapas de seleção, sendo:

I – Etapa 1 – Primeira Chamada: Referente ao primeiro semestre, selecionará estudantes que manifestarem adesão ao programa no período compreendido entre 09/02/2026 a 13/02/2026.
II – Etapa 1 – Segunda Chamada: Referente ao primeiro semestre, selecionará estudantes que manifestarem adesão ao programa no período compreendido entre 09/03/2026 a 13/03/2026.

III – Etapa 2 – Primeira Chamada: Referente ao segundo semestre, selecionará estudantes que manifestarem adesão ao programa no período compreendido entre 13/07/2026 a 17/07/2026.

IV – Etapa 2 – Segunda Chamada: Referente ao segundo semestre, selecionará estudantes que manifestarem adesão ao programa no período compreendido entre 10/08/2026 a 14/08/2026.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO

Art. 4°. Ficam nomeados para integrar Comissão de Avaliação, nos termos da Lei Municipal nº. 1152/2025 de 21 de março de 2025, os seguintes membros indicados:

I – Representantes do Poder Público:

Alcione Mazzocato
Juliana Beatriz Andreolla Dambrós
Marilene Pinheiro Cabral Deola

II – Representantes dos Estudantes:

Gabriel Mazzocato da Rosa
Izadora Bueno Duarte

CAPÍTULO IV
DO AUXÍLIO ESTUDANTE

Art. 5°. O auxílio financeiro de que trata o art. 1º tem por finalidade exclusiva a ajuda de custos aos estudantes beneficiados e consiste no pagamento mensal dos seguintes valores:

I - Para estabelecimentos de ensino distantes do Município Sede até 20 Km - R$ 160,00 (cento e sessenta reais);

II - Para estabelecimentos de ensino distantes do Município Sede de 21 Km até 50 Km - R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

III - Para estabelecimentos de ensino com distância do Município superior à 50Km - R$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

Parágrafo Único. Os valores acima previstos serão distribuídos conforme à necessidade de utilização de transporte, nos seguintes parâmetros:

I - Para alunos que comprovarem utilização de transporte de até 3 dias semanais, farão *jus* ao percentual de 50 % (cinquenta por cento) dos valores repassados.

II - Para alunos que comprovarem utilização de transporte superior a 3 dias semanais, farão *jus* ao percentual de 100 % (cem por cento) dos valores repassados.

III – Para os alunos que permanecem na cidade sede da instituição de ensino que frequentam, farão jus ao percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores repassados.

Art. 6°. Caso seja necessário, a administração fará o pagamento retroativo da ajuda de custo ao aluno devidamente inscrito, conforme estabelecido no edital de inscrição, considerando as datas de primeira e segunda chamada de ambos os semestres.

Art. 7°. O referido auxílio terá como termo inicial o mês de fevereiro de 2026 e termo final dezembro de 2026.

Parágrafo Único. O referido auxílio será deferido aos estudantes que frequentam instituições de ensino em localidades nas quais a administração não forneça transporte público.

CAPÍTULO V
DA OPERACIONALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS E DOS PRAZOS

Art. 8°. O valor da ajuda de custo será repassado aos estudantes matriculados, na proporção preferencial definida no art. 4º, de acordo com a distância de sua Instituição de Ensino e a frequência semanal de seu curso, que tiverem suas inscrições deferidas pela Comissão de Avaliação, composta por servidores municipais e membros dos Estudantes, que deverá avaliar a veracidade das informações prestadas e averiguar eventuais denúncias de irregularidades.

Parágrafo primeiro. O pagamento da ajuda de custo será efetuado via transferência bancária mensalmente diretamente na conta do estudante beneficiado ou seu representante legal, na proporção estipulada no art. 4º, até o décimo dia de cada mês, iniciando-se março de 2026.

Parágrafo segundo. A interrupção do curso deverá ser comunicada imediatamente pelo beneficiário ou por seu representante legal, sob pena de devolução do montante recebido indevidamente.

Parágrafo terceiro. A constatação de que o estudante está a receber e/ou recebeu valor, sem, contudo, estar frequentando as aulas ensejará a suspensão da concessão da ajuda de custo, podendo, portanto, o estudante ser notificado a devolver o valor recebido indevidamente.

Parágrafo quarto. A critério da Administração, mediante conveniência, poderá ser alterado os valores iniciais, conforme o número de alunos matriculados.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9°. A prestação de contas dos recursos correspondentes ao primeiro semestre deverá ser entregue a administração no período compreendido de 15/07/2026 a 30/07/2026 e a prestação de contas referente ao segundo semestre deverá ser entregue a administração no período compreendido de 15/12/2026 a 30/12/2026.

Art. 10. Para a prestação de contas, o estudante deverá comprovar:

I – Que no último semestre de estudo, não tenha sido reprovado em três ou mais disciplinas no semestre anterior.

II - Demonstração de que o curso frequentado é regular e está autorizado pelo órgão público competente;

III - Demonstração de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) por parte do estudante beneficiado;
IV - Declaração de matrícula;
V - Comprovante de residência.

Art. 9°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 05 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B4663BEF

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL 001/2026

EDITAL Nº 001/2026
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO PARA OS ESTUDANTES DE BOM JESUS DO SUL/PR
1ª CHAMADA - PERÍODO DE INSCRIÇÕES – 09/02/2026 a 13/02/2026.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº. 1152/2025 de 21 de março de 2025 regulamentada através do Decreto nº 1423/2026, torna público que estão abertas, de acordo com que estabelece o presente Edital, as inscrições para o Processo de Seleção da Concessão de Ajuda de Custo para estudantes de ensino superior de graduação, cursos técnicos e cursos preparatórios, para o primeiro semestre do ano de 2026.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem como objeto a seleção de estudantes residentes no Município de Bom Jesus do Sul/PR, para o recebimento

da ajuda de custos prevista na Lei Municipal nº. 1152/2025 de 21 de março de 2025, conforme os seguintes parâmetros:

Para estabelecimentos de ensino distantes do Município Sede até 20 Km - R$ 160,00 (cento e sessenta reais);
Para estabelecimentos de ensino distantes do Município Sede de 21 Km até 50 Km - R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
Para estabelecimentos de ensino com distância do Município superior à 50Km - R$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

1.2. Para alunos que comprovarem a frequência na Instituição de Ensino de até 3 dias semanais, farão jus ao percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores repassados.

1.3. Para alunos que comprovarem a frequência na Instituição de Ensino superior a 3 dias semanais, farão jus ao percentual de 100% (cem por cento) dos valores repassados.

1.4. Para os alunos que permanecem na cidade sede da instituição de ensino que frequentam, farão jus ao percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores repassados.

2. DO PÚBLICO ALVO
2.1. A ajuda de custos é destinada aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, cursos técnicos e cursos preparatórios, residentes no Município de Bom Jesus do Sul que atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital cumulado com as disposições estabelecidas junto a Lei Municipal nº. 1152/2025 de 21 de março de 2025 e Decreto Regulamentar nº 1423/2026.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes do presente Edital estão previstas no Orçamento Municipal para o exercício de 2026, conforme estipulado na Lei Municipal nº. 1152/2025 de 21 de março de 2025.

4. DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO

4.1. O pagamento da ajuda de custo será efetuado via transferência bancária preferencialmente na conta do estudante beneficiado ou seu representante legal, até o dia dez de cada mês.

4.2. A abertura da conta bancária deverá ser providenciada preferencialmente pelo estudante ou representante legal, caso não a possua.

4.3. A atualização dos dados bancários e endereço são de responsabilidade do estudante, que deverá realizá-la na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A ajuda de custo é destinada ao estudante público alvo constante no item 2 deste Edital que atendam os seguintes requisitos:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Comprovar ser residente no Município de Bom Jesus do Sul;
Comprovar ser eleitor no Município de Bom Jesus do Sul e estar em dia com as obrigações eleitorais;
Ser estudante de curso de ensino superior de graduação nas modalidades presencial ou semipresencial, cursos técnicos ou cursos preparatórios e estar devidamente matriculado no semestre da concessão;
Estar cursando sua primeira formação em nível superior;
Não possuir pendência, de qualquer natureza, junto ao Município de Bom Jesus do Sul;

6. DOS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA PLEITEAR O AUXÍLIO ESTUDANTE

6.1 Devem ser anexados à ficha de inscrição, para comprovação do preenchimento dos requisitos necessários, os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada, acompanhados de cópias simples:

RG e CPF;
Comprovante de matrícula em Instituição de Ensino;
Comprovante de residência (caso resida em imóvel alugado, cópia do contrato de locação) e comprovante de cadastro ativo na saúde;
Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral para os que se qualificam;
Declaração firmada acerca da veracidade das informações prestadas, com sua ciência sobre as penalidades criminais em caso de falsidade.

7. DA MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO ESTUDANTE E VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO

7.1. O estudante contemplado deverá realizar a prestação de contas conforme estipulado no Art. 10º do Decreto Regulamentar nº 1423/2026, comprovando os seguintes requisitos:

Que no último semestre de estudo, não tenha sido reprovado em três ou mais disciplinas no semestre anterior;
Demonstração de que o curso frequentado é regular e está autorizado pelo órgão público competente;
Demonstração de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) por parte do estudante beneficiado;
Declaração de matrícula;
Comprovante de residência.

8. DO RESULTADO FINAL

8.1. O resultado final dos Contemplados de cada chamada do Processo de Seleção da Ajuda de Custo 2026 será divulgado pela Comissão, constando os nomes completos dos/as estudantes com suas inscrições deferidas, preferencialmente em ordem alfabética e local de ensino referente.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FEB586A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, XXV da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** o(a) candidato(a) relacionado(a) abaixo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2024, à comparecer, **até o dia 12 de fevereiro de 2026**, das 8h às 11h e das 13:30h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, localizada na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Rua Cândido Merlo, nº 290, para entrega de toda a documentação exigida no item 20.9, do Edital nº 01/2024, do Concurso Público nº 01/2024 e encaminhamento aos exames médicos admissionais, para efeito de tomar posse no respectivo cargo, sob pena de perda da vaga e convocação dos demais candidatos aprovados.

AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

Classificação	Inscrição	Nome
8º	123924	ANA LUIZA DE CAMPOS

EDUCADOR SOCIAL – FINAL DE FILA

Classificação	Inscrição	Nome
1º	122249	SILAS RICARDO PEREIRA DA SILVA

MERENDEIRA

Classificação	Inscrição	Nome
3º	122646	LENIZE SALETE CLARO SERATTO

PROFESSOR 20 HORAS

Classificação	Inscrição	Nome
7º	123896	JOANA CLARA CADORE

Bom Sucesso do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:EBABB874

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.786, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para suprir a dotação orçamentária abaixo especificada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
03.00	**Depto de Administração e Planej.**		
03.02	**Divisão de Recursos Humanos**		
28.846.0000.0.001	**Manutenção e Controle do PASEP**		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributiva	1052	1.000,00
TOTAL			**1.000,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício, conforme o previsto no parágrafo primeiro no inciso II do Art. 43 da Lei 4.320/64, e no Art. 4º inciso VI da Lei Municipal nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:
I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 1.000,00 (mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1712.51.01 (187)	Cota Parte Compens. Financ. Recursos Minerais - CFM	1052	1.000,00
	TOTAL		**1.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:00ACF94E

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.787, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a notificação de lançamento dos créditos tributários referentes à cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo, fixa prazos e estabelece a forma de pagamento para o exercício de 2026.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas disposições do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 21, de 24 de outubro de 2012, e suas alterações,
DECRETA:
Art. 1º Fica fixado o prazo para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2026, conforme abaixo:
Pagamento à vista, em cota única, com desconto de 10% (dez por cento), até o dia **11 de maio de 2026**;
Pagamento parcelado, em **03 (três) parcelas**, com vencimento nas seguintes datas:
1ª parcela: até **10 de junho de 2026**;
2ª parcela: até **10 de julho de 2026**;
3ª parcela: até **10 de agosto de 2026**.

Parágrafo único. O parcelamento somente poderá ser efetuado quando o valor de cada parcela não for inferior a **01 (uma) Unidade Fiscal Municipal – UFM**, equivalente a **R$ 25,80 (vinte e cinco reais e oitenta centavos).**
Art. 2º O pagamento da Taxa de Coleta de Lixo, referente ao exercício de 2026, será efetuado em até **06 (seis) parcelas**, com vencimento nas seguintes datas:
1ª parcela: até **10 de junho de 2026**;
2ª parcela: até **10 de julho de 2026**;
3ª parcela: até **10 de agosto de 2026**;
4ª parcela: até **10 de setembro de 2026**;
5ª parcela: até **13 de outubro de 2026**;
6ª parcela: até **10 de novembro de 2026**.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em **05 de fevereiro de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:4B41EF60

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 047, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Altera o artigo 1º da Portaria nº 477, de 26 de setembro de 2025, e da outras providências.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, com fundamento nas disposições da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Altera o artigo 1º da Portaria 477, de 26 de setembro de 2025, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para análise, revisão e apresentação de propostas do Estatuto dos Servidores Públicos e da Lei dos Cargos de Provimento em Comissão e de outras providências, constituída pelos seguintes membros:"

SERVIDOR	MATRICULA	FUNÇÃO
Valentina Rosecler Marinhuk	401-4/3	**PRESIDENTE**
Andreia Zanella	498-7/5	**MEMBRO**
Cilmar Francisco Pastorello	466-9/1	**MEMBRO**
Elisana Pillonetto	511-8/3	**MEMBRO**
Fernando da Silva	675-0/2	**MEMBRO**
Loidir Salvi	537-1/5	**MEMBRO**
Juliane Nunes da Silva Nesi	539-8/4	**MEMBRO**
Lidiane de Mello Faversani	366-2/6	**MEMBRO**
Ronise Jane Ravanelli de Oliveira	81-7/2	**MEMBRO**

Art. 2º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos por mais 60 (sessenta) dias.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:404566B0

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 048, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Jucimar Girardello de Freitas, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 492-8/3, ½ (meia) diária de viagem, para o dia 06 de fevereiro de 2026, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para a Cidade de Céu Azul – PR, com veículo oficial, transporte de paciente até o Hospital Bom Samaritano.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:02A185DC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO 01/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO FEITA PELA PROPONENTE
ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA e SARANDI TRATORES LTDA

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 01:30h00min, na sala de reuniões da Divisão de Licitações e Contratos, reuniram-se a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio do Município, para proceder à apreciação e julgamento da impugnação, interposto pelas empresas **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 22.087.311/0001-72, através do email com o protocolo de nº 2025/08/292311 na data de 22/08/2025, e da empresa SARANDI TRATORES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 77.266.575/0001-85, através do protocolo 2026/02/292822.**A empresa **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA** solicita que seja feita a substituição de alguns itens constantes no termo de referencia os quais são os seguintes: **exigiu-se o presente Edital, que além dos requisitos mínimos para o bom funcionamento do equipamento licitado, que o equipamento possuísse, conforme Características Técnicas do Equipamento, arquivo em anexo, do referido Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2026, como: N° de marchas à frente 2 marchas a frente e 2 marchas a ré e; Carga operacional 880Kg, itens que desclassificariam a ora impugnante e demais empresas, conforme ficará demonstrado. EXIGÊNCIA DO EDITAL: N° de marchas à frente 2 marchas a frente e 2 marchas a ré; NOSSA MÁQUINA: 1 a frente e 1 marcha a ré. A exigência de "2 marchas a frente e 2 marchas a ré" para uma transmissão expressamente definida como "hidrostática" é, portanto, tecnicamente incongruente e imprecisa. Tal especificação desconsidera a natureza intrínseca do funcionamento de uma transmissão hidrostática e pode levar à exclusão de equipamentos que, embora perfeitamente adequados e eficientes, não se enquadram nessa descrição de marchas discretas. Características Técnicas do Equipamento, arquivo em anexo, do referido Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2026, para o lote/item n° 01 – Mini Carregadeira: *1 a frente e 1 marcha a ré ou 2 marchas a frente e 2 marchas a ré*, ou que seja retirada tal exigência, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante e de outras empresas participarem deste certame. E também quanto ao peso operacional da máquina onde o edital exige 880Kg e a empresa possui a maquina com 703Kg. A empresa requer que seja alterada**
as exigências previstas no referido Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2026, para o lote/item n° 01 – Mini Carregadeira, aqui atacado e especificado, para que ao final o produto objeto da licitação não possua especificações que impeçam o impugnante e seus concorrentes de oferecerem seus equipamentos, devendo ser revisto todas as exigência mínimas alhures descritas, frente a disposição atacada, permitindo a participação do equipamento da empresa impugnante, porque patente o atendimento às exigências quanto às especificações técnicas, assistência técnica e reposição de peças e interesse coletivo da ampla participação no certamente, que traz grande economia e vantagem para o Ente Público. A empresa SARANDI TRATORES LTDA questiona: **que equipamentos com 865 kg, como o equipamento Liugong desta licitante e os equipamentos de 880 kg de carga operacional pertencem rigorosamente à mesma classe de máquinas e guardam total compatibilidade com os demais requisitos de potência (60 HP) e peso em ordem de operação (2.900 kg) fixados pelo Município, sendo a diferença de apenas 15 kg -correspondente a menos de 1,8% da capacidade total — absolutamente irrelevante e imperceptível na execução prática das atividades de terraplenagem ou no uso dos implementos exigidos, como a vassoura recolhedora e a capinadeira. Alega que ressaltar que a redução para 865 kg não compromete o uso da caçamba de 0,38m³ nem a operação do sistema hidráulico de alto fluxo.** Com orientação do jurídico do município, em conjunto com a comissão de apoio e os responsáveis pela elaboração do descritivo, esclarecemos que o referido equipamento é objeto de convênio com a SECID. O descritivo do equipamento foi previamente encaminhado para análise, juntamente com os orçamentos, os quais demonstram que não há restrição à competitividade, uma vez que mais de três empresas atendem às especificações do edital. As descrições constantes no Termo de Referência foram aprovadas pela SECID para fins de liberação do convênio, sendo essas, portanto, as descrições adotadas. Sendo assim decidem **INDEFERIR as impugnações das empresas ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA e SARANDI TRATORES LTDA.** Faz-se necessário ainda frisar que as contratações públicas visam, primordialmente, ao atendimento do interesse público, e não exclusivamente aos interesses das empresas interessadas em fornecer produtos à Administração Pública. Assim, diante da decisão da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, será dado prosseguimento ao processo licitatório, mantendo-se o edital e a data de abertura da licitação, a qual permanece designada para o dia **09/02/2026**, às **09h00**, a ser realizada por meio do site **www.gov.br/compras/pt-br**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira, por sua Equipe de Apoio e pelos responsáveis dos respectivos setores.

JOSIANE FOLLE
Progeria

YONARA BEATRIZ DE ARAUJO PENSO
Apoio

VALENTINA R. MARINHUK
Apoio

CARISE REGINA NESELLO
Apoio

FABIANA MAGÁLI NOVADZKI
Apoio

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:DF86E28E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 03//2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026
PROTOCOLO 2025/12/292680
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CNPJ nº 80.874.100/0001-86.

CONTRATADO/CREDENCIADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR
CNPJ/MF sob o nº 75.110.585/0001-00

OBJETO: A presente contratação tem como objeto a aquisição de serviço técnico especializados de capacitação, por meio da execução do programa "Política com Propósito e Inovação – Programa Rede de Vereadores", ofertado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE/PR, visando à qualificação da Assessora Jurídica do Presidente da Câmara Municipal, Drª. Cassiane Gemi da Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul – PR., conforme especificações.

Item	Descrições do Item	Valor Unit. (R$)	Valor Total Máximo (R$)
1	Curso de Política com Propósito e Inovação – Programa Rede de Vereadores".	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
Valor total R$ 5.000,00			

VALOR: **5.000,00(cinco mil reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à contar com o nº 01.00 Câmara Municipal; 01.01 Câmara de Vereadores; 10310001200.1 Atividades Operacionais do Legislativo; 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 579.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inciso III, da Lei nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:8ADF8BAE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2025
CONTRATADA: ECO STORE – PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA - ME
CNPJ: 37.082.371/0001-70
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **25 de fevereiro de 2026 à 24 de fevereiro de 2027**. O valor total das aquisições de kist de materiais escolares personalizados, segue sendo de **R$78.760,00** (setenta e oito mil, setecentos e sessenta reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 06.00 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 154520006.2012 Atividades operacionais da divisão de obras e serviços urbanos 33.90.39 outros serviços de terceiros pessoa jurídica– Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Despesa: 559.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Bom Sucesso do Sul - PR, 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:3849A406

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2025
CONTRATADA: NAIZ & SILVA LTDA - ME
CNPJ: 28.636.965/0001-94
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **25 de fevereiro de 2026 à 24 de fevereiro de 2027**. O valor total das aquisições de kist de materiais escolares personalizados, segue sendo de **R$80.150,00** (oitenta mil, cento e cinquenta reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 06.00 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 154520006.2012 Atividades operacionais da divisão de obras e serviços urbanos 33.90.39 outros serviços de terceiros pessoa jurídica– Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Despesa: 559.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Bom Sucesso do Sul - PR, 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:AD90F628

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 02
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2025
CONTRATADA: FABIO MENEGAZ 07557539923 - MEI
CNPJ: 43.492.690/0001-56

Cláusula Primeira – Vigência

Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **24 de fevereiro de 2026 à 23 de fevereiro de 2027**. O valor total dos serviços de borracharia e aquisições de colarinhos e câmeras para os veículos utilitários, leves e pesados, segue sendo de **R$12.185,00** (doze mil, cento e oitenta e cinco reais).

Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária

Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 06.00 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 154520006.2012 Atividades operacionais da divisão de obras e serviços urbanos 33.90.39 outros serviços de terceiros pessoa jurídica– Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Despesa: 591.

Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quarta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:BF23EE81

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2026 - INEXIGIBILIDADE 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2026

INEXIGIBILIDADE 02/2026 – (Processo Licitatório 06/2026). DATA DO AVISO: 27/01/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: INTEGRAÇÃO ASSESSORIA E TREINAMENTO EDUCAIONAL EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME - CNPJ: 46.339.580/0001-47.

OBJETO: A Contratação dos Serviços para a Prestação de Serviços de Capacitação Presencial, a ser realizada nas dependências da Prefeitura Municipal, envolvendo a execução de dois cursos presenciais, com carga horária de 4 (quatro) horas cada, totalizando 8 (oito) horas, destinados aos profissionais da área educacional do Município, conforme descritivo abaixo:

Item	Descrição
1	Tema 1: Os sons das letras e a consciência fonológica na alfabetização; Tema 2: Ambiente Escolar à luz da Legislação.

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação dos serviços a Contratante pagará a Contratada o valor de **R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)**.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As da seguinte Dotação Orçamentária: nº 09.00 - Departamento de Educação, Cultura e Esportes; 09.01 - Divisão de Ensino; 1236100102.029000 Atividades operacionais de ensino fundamental 5% e 25% 33.90.39 – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 648.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 03 **(três) meses**, contados a partir da sua assinatura

Bom Sucesso do Sul, 05 de fevereiro de 2026**.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:7B34D446

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº57/2025
CONTRATADA: ADRIANE DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 57.600.606/0001-85

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Rescisão Unilateral tem por fundamento o Art. 137, inciso VIII, cumulado com o Art. 138, inciso I, § 1º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e de todos os elementos constantes na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente Termo tem por objeto a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº57/2025, que contém o seguinte conteúdo: aquisições de material de limpeza.

CLÁUSULA TERCEIRA – MOTIVAÇÃO

A rescisão unilateral da presente ata de registro de preços consiste no comunicado por parte da empresa que informa estar em grande dificuldade financeira, operacional e de entrega, o que causa incapacidade momentânea de fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Em cumprimento ao estabelecido na legislação, assino o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas e determino que a empresa seja comunicada do teor desse documento.

Bom Sucesso do Sul - PR, 05 de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:691F2872

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 09/2026

EMENTA: EXONERAR A PEDIDO DO CARGO/EFETIVO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Acatar o pedido de exoneração da **Sra. CLAUDINEIA DEORACKI PICAGEVICZ**, inscrita no CPF: 073.***.119-22, do cargo/efetivo de Professora.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Janeiro sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 05 de fevereiro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:83DE165D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 05/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA - PR, torna público, que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo **Menor Preço por LOTE**, para **AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA A VILA RURAL BOA CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAFEARA-PR.** Com abertura no dia 26/02/2026, às 08h00min (Horário de Brasília), na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3625-1000, das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m ou email **licitacao@cafeara.pr.gov.br**.

Cafeara-PR, 05 de fevereiro de 2026

MARCELO GALVÃO
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:D4BEB65E

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2026
PREGÃO ELETRONICO 02/2026

EXTRATO DE ATA 09/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: MARIA DO CARMO PONTIN CALVO - MATERIAIS DE CONSTRUCAO
CNPJ/MF sob o nº 11.386.360/0001-90, no valor de R$ 513.000,00 (Quinhentos e Treze Mil Reais).

EXTRATO DE ATA 10/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: BF3 TINTAS LTDA.
CNPJ/MF sob o nº 55.818.205/0001-70, no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

EXTRATO DE ATA 11/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: TRIUNFO ILUMINACAO LTDA.
CNPJ/MF sob o nº 56.004.897/0001-86, no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).

Fundamento Legal: Lei nº 14133/21
Data de Assinatura: 05/02/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA, COM JULGAMENTO PELO MAIOR DESCONTO POR LOTE, APLICADO SOBRE OS VALORES DA TABELA SINAPI/PR – INSUMOS DESONERADA, CONFORME ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) E ANEXO II (RELAÇÃO DE ITENS E VALORES).
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:43D424E7

GOVERNO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026
Pregão Nº. 02/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Pregão nº 02/2026, de 16/01/2026, para o qual tem como objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA, COM JULGAMENTO PELO MAIOR DESCONTO POR LOTE, APLICADO SOBRE OS VALORES DA TABELA SINAPI/PR – INSUMOS DESONERADA, CONFORME ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) E ANEXO II (RELAÇÃO DE ITENS E VALORES)." pelo critério de maior desconto por lote, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
BF3 TINTAS LTDA CNPJ Nº 55.818.205/0001-70 no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), MARIA DO CARMO PONTIN CALVO - MATERIAIS DE CONSTRUCAO CNPJ Nº11.386.360/0001-90 no valor de R$ 513.000,00 (Quinhentos e Treze Mil Reais), TRIUNFO ILUMINACAO LTDA CNPJ Nº 56.004.897/0001-86 no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais),o valor total da contratação será de R$ 618.000,00 (Seiscentos e Dezoito Mil Reais).

Cafeara - PR, trinta dias de janeiro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"
Cafeara – PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:2BD84C3D

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CAFEARA- PR

Resolução nº 01/2026 – CMDPI

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, com base na Deliberação 024/2023, no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Cafeara- PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei municipal Nº 487/2017, e considerando a deliberação plenária em 04 de fevereiro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a prestação de contas do recurso de Incentivo Incentivo **Paraná Viaja Mais 60**, Deliberação 024/2023, oriundo do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referente ao ano de 2024.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafeara, 05 de fevereiro de 2026.

LEONICE APARECIDA BORALLI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:DA11B518

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CAFEARA- PR

Resolução nº 02/2026 – CMDPI

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR, no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Cafeara- PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei municipal Nº 487/2017, e considerando a deliberação plenária em 04 de fevereiro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a prestação de contas do recurso de Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), oriundo do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referente ao ano de 2024.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafeara, 05 de fevereiro de 2026.

LEONICE APARECIDA BORALLI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:1590E105

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES –
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026 –
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **TONELO METALURGICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 24.578.780/0001-10, endereço RUA INTES DOLAR FONTANA, 120 - CEP: 85415000 - BAIRRO: PARQUE SÃO PAULO, CIDADE Cafelândia/PR E-MAIL: tfmetalurgica@hotmail.com, TELEFONE: 45-3241-3080,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, LUIS CARLOS TONELO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COBERTURAS E ESTRUTURAS METALÚRGICAS, ACOMPANHADO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 486.640,00 (Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Seiscentos e Quarenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e LUIS CARLOS TONELO
Vigência: 05/02/2026 a 04/02/2027.
Data da Assinatura:05/02/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3A84309D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES –
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO TERMO DE PERMISSAO DE USO Nº 007/2021 – CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO TERMO DE PERMISSAO DE USO Nº 007/2021 – CONCORRÊNCIA Nº 003/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito em Exercìcio, Sr. Odair Luiz Correa, , nomeado pelo Termo de Posse, em 02/01/2026, matrícula nº 767322696, em pleno exercício de seu mandato e funções.
Contratado: CHARLES PEREIRA ROCHA 06711239989, inscrita no CNPJ sob n° 26.217.401./0001-91, com sede na Vila do Sossego, S/N, Bairro: Zona rural , Cidade Cafelandia/PR, neste ato representada por seu sócio- administrador Sr. CHARLES PREIRA ROCHA.
Objeto: Fica rescindido, de comum acordo entre as partes, a partir da presente data o termo de contrato de concessão de uso n° 007/2021, firmado entre as partes já qualificadas em epígrafe, oriundo do processo licitatório na modalidade Concorrencia n° 003/2021, conforme artigos 77 ao 79 da Lei 8.666/93, cujo objeto constitui em Exploração de atividade comercial na Sala nº 004, localizada na Praça Brasilia, destinado a Aulas de Violão.
Assinaturas: Odair Luiz Correa e Charles Pereira da Rocha
Data da Assinatura Rescisão: 27/01/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:A118D736

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DESPACHO CREDENCIAMENTO N° 007/2025 - MÉDICOS

DESPACHO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2025
CREDENCIAMENTO Nº 007/2025
Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, na modalidade credenciamento, destinado à contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de Clínico Geral, visando assegurar o atendimento da demanda no âmbito da Estratégia de Saúde da Família – ESF, nos dias e horários estipulados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a ser cumprida de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme Anexo I – Termo de Referência.
Considerando os pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação do Credenciamento, composta pelas servidoras Danieli Axionov, Sueli Kempner e Josiane Jeske, restou constatado que as empresas constantes abaixo atendem às exigências de habilitação previstas no Edital.

Nº	Nome/Razão Social	CNPJ/CPF
01	AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.458.003/0001-22
02	DIOSTI ABEU SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	58.008.845/0001-03
03	ENZO NAPOLI HAMAMOTO – CLÍNICA MÉDICA	08.581.140/0001-02

Nº	Nome/Razão Social	CNPJ/CPF
04	G PISELO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	55.490.565/0001-96
05	LC GERMANO ATENDIMENTOS MÉDICOS LTDA	53.283.095/0001-64
06	MCS SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	55.713.009/0001-31
07	MULLER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	60.190.426/0001-87
08	PRESVUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	31.487.038/0001-64
09	SILVA & OLIVEIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	41.589.370/0001-93

Considerando, ainda, que o Edital prevê inicialmente o credenciamento imediato de 08 (oito) prestadores de serviços, contudo, conforme decisão da Comissão, verificou-se a necessidade atual de 09 (nove) credenciados para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, e havendo 09 (nove) empresas devidamente habilitadas, todas serão convocadas para a prestação dos serviços objeto do credenciamento.

Registre-se, por oportuno, que, conforme parecer da Comissão, as empresas SILVA & SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.551.660/0001-03; S. H. SCHWARZ CLÍNICA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 62.830.218/0001-20; e NANDI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.794.779/0001-96, não atenderam ao requisito previsto no item "k" do Edital, qual seja: "Comprovação de experiência mínima de um ano em Unidade de Saúde da Família (USF), mediante apresentação de declarações de serviços prestados, contratos, certidões ou documentos equivalentes".

Dessa forma, considerando que serão convocados todos os credenciados habilitados até a data de 04/02/2026, não há necessidade de realização de sorteio público, conforme previsto no item 3.1 do Edital.

Por conseguinte, os requerimentos de credenciamento recebidos a partir de 05/02/2026 permanecerão em fila de espera, até que se complete o período de 06 (seis) meses de prestação de serviços dos atuais credenciados habilitados, em observância às disposições constantes do item 3 do Edital.

Encaminhem-se os autos ao Departamento de Contratos para formalização das contratações e, na sequência, à Secretaria Municipal de Saúde, para ciência e adoção das providências necessárias à convocação dos credenciados.

Cafelândia/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal n° 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:60402823

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 081/2026 - DRH

PORTARIA N. º 081/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Especial de 45 (quarenta e cinco) dias a Servidor Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença Especial de 45 (quarenta e cinco) dias, a Servidora **MARCIA IVONE GRIGIO**, matricula 007219-1, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **COZINHEIRA**, referente ao quinquênio 2018/2023, no período de 02/02/2026 a 18/03/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 05 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:76191E25

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 082/2026 - DRH

PORTARIA N. º 082/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Especial de 03 (três) meses a Servidor Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença Especial de 03 (três) meses, a Servidora **KELY CRISTINA AMARANTE BARTZIKE**, matricula 007385-1, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR 20 HORAS**, referente ao quinquênio 2016/2021, no período de 02/02/2026 a 02/05/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 05 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:88481F0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 083/2026 - DRH

PORTARIA N.º 083/2026-DRH

SÚMULA: Exonera por término de contrato Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 05/02/2026 pelo término do contrato, a Servidora **BRENDA DA COSTA STANKIEVICZ** matrícula 767322733**,** contratada para ocupar o Cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO 30 HORAS - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 05 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:3EA2E728

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 002.2025 - CREDENCIAMENTO OFICINAS CASA DA CULTURA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2025
CREDENCIAMENTO N° 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2025
Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de oficinas artístico-culturais, de acordo com as necessidades do Município de Cafelândia/PR.

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, interessados em prestar serviços de oficinas artístico-culturais, de acordo com as necessidades do Município de Cafelândia/PR. O presente edital contempla as áreas culturais, categorias e modalidades, com respectivos valores, conforme **Anexo I – Termo de Referência.**

Nº	Nome/Razão Social do Credenciado	CNPJ	Lotes Credenciados
01	18.718.101 ARIEL AUGUSTO ZONTA	18.718.101 /0001-68	LOTE 01: 004 LOTE 02: 001, 002

Cafelândia, 05 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3E97C855

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 029.2025 - CREDENCIAMENTO MÉDICOS CLINICO GERAL

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 029/2025
CREDENCIAMENTO N° 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2025

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços médicos serviços médicos na especialidade de Clínico Geral, visando assegurar o atendimento da demanda no âmbito da Estratégia de Saúde da Família – ESF.

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos CLÍNICO GERAL para assegurar o atendimento da demanda no Estratégia de Saúde da Família - ESF, nos dias e horários estipulados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, com carga horária de 40 horas semanais, a ser cumprida de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, em UBSs do município, conforme Anexo I – Termo de Referência.

Nº	Nome/Razão Social do Credenciado	CNPJ
01	AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.458.003/0001-22
02	DIOSTI ABEU SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	58.008.845/0001-03
03	ENZO NAPOLI HAMAMOTO – CLÍNICA MÉDICA	08.581.140/0001-02
04	G PISELO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	55.490.565/0001-96
05	LC GERMANO ATENDIMENTOS MÉDICOS LTDA	53.283.095/0001-64
06	MCS SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	55.713.009/0001-31
07	MULLER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	60.190.426/0001-87
08	PRESVUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	31.487.038/0001-64
09	SILVA & OLIVEIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	41.589.370/0001-93

Cafelândia/PR, 05 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:BDC57FA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 029

DECRETO Nº 029/2026

SÚMULA: Estabelece Feriado e Recesso nas repartições públicas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFORNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

D E C R E T A :

Art. 1º - FICA DECRETADO recesso administrativo o dia 16/fevereiro/2026 (segunda-feira), feriado o dia 17/fevereiro/2026 (terça-feira) – feriado nacional - "Carnaval", e recesso administrativo até as 12:59 o dia 18/fevereiro/2026 (quarta-feira), em todos os órgãos e entidades componentes da Administração Pública Municipal.

Art. 2º – Setores essenciais como saúde e limpeza pública urbana, funcionarão em regime de escala.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 05º dia do mês de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:02C9CED1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 11/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025 DISPENSA Nº 57/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 11/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
MODALIDADE DISPENSA Nº 57/2025

OBJETO: Aquisição de materiais visitas domiciliares dos Técnicos em ACS.
FORNECEDOR: D M R BICAS
CNPJ/CPF: 41.141.952/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: Davison Machado Rodrigues Bicas
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 3.874,75
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 05/02/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:3E7C3CCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 12/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025 DISPENSA Nº 57/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 12/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
MODALIDADE DISPENSA Nº 57/2025

OBJETO: Aquisição de materiais visitas domiciliares dos Técnicos em ACS.
FORNECEDOR: 60.424.559 ANA LUISA FARIAS
CNPJ/CPF: 60.424.559/0001-70
REPRESENTANTE LEGAL: Ana Luisa Farias
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 3.996,25
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 05/02/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:A0660A3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/ 2026 DISPENSA 04 /2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/ 2026
MODALIDADE Dispensa [[Nº 4/ 2026

OBJETO: Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025, para aquisição de AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA – Marca CATERPILLAR – modelo 140GC – no valor de R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais), por meio do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU
FORNECEDOR: PARANA EQUIPAMENTOS S A
CNPJ/CPF: 76.527.951/0012-38
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO CARVALHO GRADE
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.093.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 05/02/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:F1808EAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 14/2026 DISPENSA 05-2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 14/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/ 2026
MODALIDADE Dispensa Nº 5/ 2026

OBJETO: Aquisição de Mochilas para as Equipes ESF.
FORNECEDOR: LEATHER CALIFÓRNIA BAG
CNPJ/CPF: 40.195.441/0001-00
REPRESENTANTE LEGAL: NIVALDO DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 17.940,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 05/02/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7978307C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

OBJETO: Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025, para aquisição de AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA – Marca CATERPILLAR – modelo 140GC – no valor de R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais), por meio do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU.

RAZÃO DA DISPENSA: A aquisição de um Motoniveladora nova, item 01 da ata de registro de preços do Pregão Eletrônico nº 015/2025, ata de registro preços 011/2025, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal do Alto Uruguai em conformidade com a autorização n.º 01199/2025 - data 12/01/2026. A compra será realizada por adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 015/2025 realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal do Alto Uruguai, com o objetivo de aprimorar as operações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. A aquisição visa melhorar a eficiência na movimentação e remoção de materiais em espaços limitados, beneficiando a manutenção de estradas e outros serviços públicos, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região. A aquisição da Motoniveladora nova também trará benefícios para produtores rurais, facilitando o acesso aos mercados e serviços essenciais. A análise dos preços registrados na Ata demonstra a vantagem econômica dessa aquisição, considerando não só o custo inicial, mas também a qualidade, durabilidade e sustentabilidade dos equipamentos. A medida, portanto, busca garantir melhor qualidade de vida aos munícipes e progresso para a comunidade.
Por fim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração realizar a compra sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios. **VALORES:** O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais).
Fornecedor: PARANA EQUIPAMENTOS S A
CNPJ: 76.527.951/0012-38
VALOR: R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 86, inciso 2.º

Califórnia, 05 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:EBD78219

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

OBJETO: Aquisição de Mochilas para as Equipes ESF.

RAZÃO DA DISPENSA: A contratação visa fornecer um equipamento de trabalho essencial, adequado e padronizado para os Agentes de Saúde, Agentes de Endemias, Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros, Dentistas e Auxiliar de Dentista, Equipe E-multi, cujas atividades são majoritariamente realizadas em campo, por meio de visitas domiciliares. O fornecimento de mochilas de qualidade garante o suporte logístico e a segurança necessária para o exercício pleno das suas funções.
O trabalho dos ACS e ACE exige o transporte diário de diversos materiais essenciais, tais como: ACS: Fichas de cadastro e acompanhamento, pranchetas, cadernetas de gestantes e crianças, material educativo, balanças portáteis (em alguns casos), medicamentos básicos de uso pessoal.
ACE: Material de coleta e identificação de larvas (tubos, pipetas), larvicidas, EPIs leves (luvas, óculos), material de orientação de campo e mapas de área.
Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros: Materiais para curativos, esfigmomanômetro, estetoscópio, Glicosímetro, entres outros.
Equipe E-multi destinada ao transporte seguro e organizado de equipamentos de trabalho, materiais clínicos, e itens de informática (notebook/tablet) pelas Equipes Multiprofissionais, facilitando as ações em campo e visitas domiciliares.
Dentista e Auxiliares destinada ao transporte de materiais educativos para orientações em escolas, grupos da 3ª Idade, de Gestantes, entre outros.
A aquisição das mochilas para os profissionais da Saúde não é um mero benefício, mas uma necessidade de fornecimento de Equipamento de Trabalho Essencial e de Proteção à Saúde do Trabalhador. Esta contratação está alinhada com as normas de Saúde e Segurança do Trabalho (NRs) e garante a eficiência na execução das políticas de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, que dependem diretamente da atuação segura e organizada destes profissionais em campo.
Por fim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração realizar a compra sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios. **VALORES:** O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **R$17.940,00 (dezessete mil, novecentos e quarenta reais).**

Fornecedor: LEATHER CALIFÓRNIA BAG
CNPJ: 40.195.441/0001-00

VALOR: R$ 17.940,00 (DEZESSETE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

Califórnia, 05 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:F5B20A6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 057/2025

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 057/2025

OBJETO: Aquisição de materiais visitas domiciliares dos Técnicos em ACS.

RAZÃO DA DISPENSA: O presente processo de registro de preços se dá devido a necessidade continua de aquisição de materiais hospitalares, tal solicitação se dá devido a necessidade de repor estoque nos próximos 12 meses, assim suprindo estoque e as condições de atendimento a demanda, afim de promover o atendimento com excelência aos munícipes.
No caso em questão se verifica o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme segue:
[...]
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
Por fim, ressalta-se que, a aquisição dar-se-á pela modalidade licitatória denominada DISPENSA, em sua forma ELETRÔNICA, tendo como critério de julgamento e classificação das propostas, MÉDIA ARITMÉTICA.
VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 7.871,00 (sete mil, oitocentos e setenta e um reais).
Fornecedor: D M R BICAS
CNPJ: 41.141.952/0001-02

Fornecedor: 60.424.559 ANA LUISA FARIAS
CNPJ: 60.424.559/0001-70
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021
DATA: 05/02/2026

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:93BC8F05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2193

LEI N° 2193/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração do valor do Benefício Eventual de Aluguel Social previsto no art. 18 da Lei Ordinária Municipal nº 1.955/2022 e dá outras providências.

Art.1ºO art. 18 da Lei Ordinária Municipal nº 1.955, de 30 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 18. O Benefício Eventual de Aluguel Social de que trata esta Lei será concedido às pessoas e famílias no valor máximo de 2,94 (dois vírgula nove quatro) Unidades Fiscais do Município, visando atender situações emergenciais decorrentes de calamidades públicas que causem desalojamento ou retirada da família de sua residência, bem como o desabrigamento de pessoas ou famílias vítimas de violência, configuradas por adventos de risco e danos à integridade pessoal e familiar, mediante apresentação de medida protetiva, quando cabível."

Art.2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Ordinária Municipal nº 1.955, de 30 de agosto de 2022.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,
Aos 05 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:49E1032B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026 RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 04/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 04/2026

DO OBJETO: Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025, para aquisição de AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA – Marca CATERPILLAR – modelo 140GC – no valor de R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais), por meio do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU.

Fornecedor: PARANA EQUIPAMENTOS S A
CNPJ: 76.527.951/0012-38
VALOR: R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 86, inciso 2.º

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **Valor Total: R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais).**

Ratifico a Dispensa para a Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025, para aquisição de AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA – Marca CATERPILLAR – modelo 140GC – no valor de R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais), por meio do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:95351684

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 05/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 05/2026

DO OBJETO: Aquisição de Mochilas para as Equipes ESF.

Fornecedor: LEATHER CALIFÓRNIA BAG
CNPJ: 40.195.441/0001-00
VALOR: R$ 17.940,00 (DEZESSETE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá

ultrapassar o valor global de **Valor Total: R$17.940,00 (dezessete mil, novecentos e quarenta reais).**

Ratifico a Dispensa para a Aquisição de Mochilas para as Equipes ESF.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:E896B657

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 057/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 057/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025

DO OBJETO: Aquisição de materiais visitas domiciliares dos Técnicos em ACS.
FORNECEDOR: D M R BICAS
CNPJ: 41.141.952/0001-02
VALOR: R$ 3.874,75 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021

FORNECEDOR: 60.424.559 ANA LUISA FARIAS
CNPJ: 60.424.559/0001-70
VALOR: R$ 3.996,25 (três mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **R$ 7.871,00 (sete mil, oitocentos e setenta e um reais).**

Ratifico a Aquisição de materiais visitas domiciliares dos Técnicos em ACS.

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:D46DC8A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2024

MINUTA – TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVELTERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AOCONTRATO ADMINISTRATIVO Nº163/2024, CELEBRADO ENTRE OMUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA E AFELCAM OBRAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, com sede em Califórnia PR, inscrito no
CNPJ sob nº 75.771.279/0001-06, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a)
Paulo Sergio Chileide, nomeado pela Ata de Posse nº 0014132, inscrito(a) no
CPF sob nº 049.302.529-46, portador(a) da carteira de identidade nº
049.302.529-46 e de outro lado a Empresa FELCAM OBRAS LTDA, inscrito(a)
no CNPJ sob nº 49.183.297/0001-67, com sede em Apucarana/PR, neste ato
representada por ANDERSON ANTONIO RONCAGLIO, inscrito(a) no CPF sob
nº 017.152.659-71, portador(a) da carteira de identidade nº 5551451-8, residente
e domiciliado(a) no(a) cidade de Apucarana, com fundamento na Lei Federal nº
14.133/2021, assegurados os princípios administrativos da defesa, contraditório,
razoabilidade e proporcionalidade;
Considerando o contrato administrativo nº 163/2024, datado de19/10/2024, tendo por objeto a contratação de empresa para PAVIMENTAÇÃOE RECAPEAMENTO ASFALTICO EM DIVERSAS VIAS URBANAS;
Considerando que foi garantido à empresa FELCAM OBRAS LTDA o
direito à ampla defesa e o contraditório, oportunidade em que foi(ram) apresentada(s) alegação(ções) pela contratada, devidamente analisada(s) e
entendida(s) como procedente(s) pela área técnica e por esta autoridade, nãohavendo nenhum fato novo ou justificativa capaz de afastar a conclusão pelarescisão amigável da avença;
RESOLVE:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido amigavelmente a partir de 29/01/2026, o Contrato nº163/2024, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 014/2024, firmado com aempresa FELCAM OBRAS LTDA – CNPJ: 50.101.316/0001-48 acerca daexecução/aquisição – Pavimentação e recapeamento asfáltico em diversas viasurbanas – Travessa Maringá.
CLÁUSULA SEGUNDA
A presente rescisão se dá pelo Município de Califórnia/PR, com amparo
no artigo 137, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA
O resumo deste instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial
do Município.
O presente termo foi lavrado em duas vias de igual teor e forma, perante
as testemunhas ao final identificadas.

Califórnia/PR, 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:9877FCD2

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 002/2026 - CMDI

Conselho Municipal de Direitos do Idoso
Califórnia / PR
Lei Municipal nº 2160/2025
Rua 17 de Dezembro, 149 – 86.820-000 – F: (43) 3429-1242

RESOLUÇÃO 002/2026

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 2160/2025 de 04/08/2025;
Considerando que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 230 que "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida";

Considerando que o Estatuto do Idoso estabelece a Garantia da Proteção Integral e dos Direitos Fundamentais aos Idosos;

Considerando a Lei Federal n° 8.842 de 1994 que instituiu a Política Nacional do Idoso que assegura os direitos sociais e amplo amparo legal a pessoa idosa;

Considerando a Lei Municipal nº 2160/2025 de 04/08/2025 que institui o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/PR, reunido ordinariamente em 05 de fevereiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1° - APROVAR a Prestação de Contas – Anual 2024 – Incentivo Paraná Viaja Mais 60 – Deliberação 024/2023 – Deliberação CEDIPI 1/1.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026.

JULIANA ELIZA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:A3B34D44

SECRETARIA DE SAUDE
MINUTA CONVENIO

MODELO DE CONVÊNIO (PAPEL TIMBRADO DA PREFEITURA)

CONVÊNIO Nº...../2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de** California, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.771.279/0001-06, com sede à Rua 17 de dezembro, 149, nesta cidade de Califórnia - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da cédula de identidade RG n.º 9.306.997-8 PR e do CPF n.º 049.302.529-46, residente e domiciliado em Rua Ivai, 717 e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em quatro parcelas de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 05.001.10.301.0010.2023, elemento de despesa – 3.3.72.30, Fonte: 303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo,

entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF:

.....

2 – Nome, cargo e CPF:

.....

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:CDFB3E01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N.º 03/2025 - PMCS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a **Homologação**, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/21, do procedimento licitatório modalidade **CONCORRÊNCIA N.º 03/2025 - PMCS** cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS – PROPOSTA TRANSFEREGOV 040550/2025**, e **Adjudicação** à empresa **SERGIO S V DE OLIVEIRA CONSTRUCOES,** no CNPJ n.º **41.887.713/0001-04**, sediada na Rua Nossa Senhora Aparecida, S/Nº, Parque Industrial - Cep: 85.148-000, no Município de Campina do Simão, estado do Paraná, vencedora do **Lote 01**, com valor global de **R$ 2.592.000,00** (Dois Milhões Quinhentos e Noventa e Dois Mil Reais).

Campina do Simão - PR, 05 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:1856306E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2026-PMCS

R A T I F I C A Ç Ã O E A D J U D I C A Ç Ã O

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos MEMORANDOS, JUSTIFICATIVA, ETP, TR, PARECER JURÍDICO e, segundo os termos do art. art. 74, da Lei 14.133/21, **RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação n.º 01/2026,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DA LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DA GESTÃO DO SUAS EM PLATAFORMA WEB E MOBILE CONTEMPLANDO FORMAÇÃO CONTINUADA, INFORMATIZAÇÃO E CONEXÃO ENTRE PROFISSIONAIS DO SUAS"** e **ADJUDICO** o objeto à empresa **JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA** inscrita no **CNPJ sob o nº 08.582.479/0001-23** com Valor Global de **com valor global de R$ 24.200,00 (Vinte e Quatro Mil e Duzentos Reais).**

Campina do Simão - PR, 05 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:D8740D7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 15 TERMO DO CONTRATO Nº.160/2023

Termo de aditivo n° 15 Termo do contrato nº.160/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E CONTRA TERCEIROS, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL. decorrente de Pregão n° 142/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob nº. 90.180.605/0001-02. Constitui objeto do presente termo aditivo, a Inclusão de Endosso de 03 (três) veículo sendo Renault Master Acessibilidade tipo R, **ano/modelo 2025/2026 chassi nº 93YF62S06TJ429515;** veículo Renault Master MSU, ano/modelo 2025/2026 **chassi nº 93YF62S0XTJ309121;** e veículo Renault Master Acessibilidade tipo R, **ano/modelo 2025/2026 chassi nº 93YF62S05TJ429487,** pertencente a frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde o acréscimo de valor no importe de R$ 13.082,94 (treze mil, oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos) aproximadamente 3,36% do valor atualizado, com fundamento no art. 65, I "b" c/c art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93. Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1BC5B5EF

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 16 TERMO DO CONTRATO Nº. 97/2019

Termo de aditivo n° 16 Termo do contrato nº. 97/2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM 24 (VINTE E QUATRO) ÔNIBUS URBANOS E 02 (DUAS) VANS (EXCETO KOMBI), PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS RESIDENTES NESTE MUNICÍPIO QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS E RURAIS, CMEIS MUNICIPAIS, ESCOLAS ESTADUAIS E ESCOLA ESPECIAL DA ZONA URBANA, ATÉ 04 (QUATRO) ÔNIBUS RODOVIÁRIOS E ATÉ 04 (QUATRO) ÔNIBUS URBANOS PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS EM ATIVIDADES EXTRACURRICULARES, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DESTE EDITAL. decorrente de Pregão n° 82/2019, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a RELIANCE TRANSPORTES LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 03.028.945/0001-00. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato 97/2019 em mais 06 (seis) meses, ou seja, de 04/02/2026 à 03/08/2026, com fundamento no artigo 57, § 4º da Lei de Federal nº8.666/93. Fica acrescido o total de 58.740 quilômetros no Item 1 (cód. 56871 - TRANSPORTE ESCOLAR: 17 ÔNIBUS URBANOS COM MOTORISTAS), com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Federal nº 8.666/93, resultando a quantia de R$ 768.319,20 a ser agregada ao valor total do referido item, o qual representa aproximadamente o percentual de 24,7 % de acréscimo. Para novo período, o valor será de R$ 5.424.245,40 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos). Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:79D51E59

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 106/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 106/2025
Processo nº 538/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, ADJUDICO e HOMOLOGO o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 106/2025, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA A CAPTURA DE IMAGENS E ÁUDIOS, FRACASSADOS NO PG N° 83/2025, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ASSUNTOS JURÍDICOS , CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
D&B INFORMATICA COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA - MATRIZ	29.767.790/0001-17	R$ 19.049,00
J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA -ME	11.300.287/0001-91	R$ 12.608,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 05/02/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:6A215015

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 6/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 6/2026
Processo nº 19/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 6/2026, que tem por objeto INSCRIÇÃO NO CURSO "CONTROLE INTERNO NA PRÁTICA: DO PLANEJAMENTO À ATUAÇÃO" DESTINADO AOS SERVIDORES: RICARDO SOARES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) – MATRÍCULA N°131611, PABLO GRUDZINSKI (ASSISTENTE TÉCNICO) – MATRÍCULA N° 328975, e ELIS MARINA MILANI DE OLIVEIRA (ASSESSORA JURÍDICA DE GABINETE) MATRÍCULA – 329290, A SER REALIZADO EM CURITIBA/PR, NOS DIAS 04,05 E 06 DE FEVEREIRO DE 2026, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CONTROLE INTERNO NA PRATICA LTDA	48.725.098/0001-70	R$ 4.770,00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 05/02/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:C37C93A7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO ENFERMEIRO Nº 03

A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná em virtude de que as candidatas classificadas em 05º e 07º lugar assinaram o requerimento de Final de Lista, chamadas através do Edital de Chamamento nº. 02, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição nº. 3447, página nº. 54 de 14/01/2026, **CONVOCA** as candidatas abaixo relacionadas aprovadas para o cargo de Enfermeiro, para que no **PERÍODO DE 04 A 13 DE FEVEREIRO DE 2026**, compareçam no Departamento de Gestão de Pessoal munidos dos documentos (conforme item 20.3 do Edital nº. 002/2025) **no prazo estipulado acima**, no horário das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, sito à Praça Bento Munhoz da Rocha, 30 - Centro - Campina Grande do Sul - Departamento de Gestão de Pessoal.

A designação do local para exercer as atividades ficará condicionada às necessidades das unidades básicas de saúde e departamentos do Município de Campina Grande do Sul e será definida pela Secretária Municipal da Saúde.

O não comparecimento à presente convocação até a data acima mencionada, será conside-rado como desistente da vaga ofertada.

Função	Nome	Classificação
ENFERMEIRO	MODALIDADE AMPLA CONCORRÊNCIA	
	ESTER MENEZES VITENA	11º
	ANA PAULA PEREIRA	12º

Nº. de Vagas	Local
02	Secretaria Municipal da Saúde

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6DD16BEF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR Nº 08

A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, em virtude de que a candidata classificada em 115º lugar assinou o requerimento de Final de Lista, chamada através do Edital de Chamamento nº. 06, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição nº. 3456, páginas nº. 85 e nº. 86 de 27/01/2026 e a candidata classificada em 116º lugar assinou o requerimento de Final de Lista, chamada através do Edital de Chamamento nº. 07, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição nº. 3458, páginas nº. 88 e nº. 89 de 29/01/2026, **CONVOCA** as candidatas abaixo relacionadas aprovadas para a função temporária de Profissional de Apoio Escolar (PAE), para que no **PERÍODO DE 04 A 13 DE FEVEREIRO DE 2026**, compareçam no Departamento de Gestão de Pessoal munidas dos documentos (conforme item 13.6 do Edital nº. 001/2025) **no prazo estipulado acima**, no horário das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, sito à Praça Bento Munhoz da Rocha, 30 - Centro - Campina Grande do Sul - Departamento de Gestão de Pessoal.

A designação do local para exercer as atividades ficará condicionada às necessidades dos estabelecimentos de ensino do Município de Campina Grande do Sul e será definida pela Secretária Municipal da Educação.

O não comparecimento à presente convocação até a data acima mencionada, será conside-rado como desistente da vaga ofertada.

Função	Nome	Classificação
Profissional de Apoio Escolar (PAE)	MODALIDADE AMPLA CONCORRÊNCIA	
	ANDRESSA RODRIGUES DA SILVA	117º
	JULIANA MARTINS	118º

Nº. de Vagas	Local
02	Secretaria Municipal da Educação

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0EE7B676

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

MARYLIA GABRYELA MARIANO DE ABREU - R.G.: nº. 8.797.910-5-PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Comunicação, responsável em assessorar o Departamento de Comunicação do Município, com o desenvolvimento de artes, designers, material de divulgação e apoio à promoção das políticas públicas municipais; assessorar o Prefeito Municipal no relacionamento com a imprensa, bem como formular subsídios para os pronunciamentos; exercer as atividades de cerimonial dos eventos oficiais; realizar a cobertura fotográfica dos eventos institucionais; gerenciar a presença digital do Município nas redes sociais, websites e outros meio digitais; desenvolver ações para divulgar informações institucionais e aproximar a administração pública da sociedade; promover uma comunicação clara, eficiente e alinhada aos objetivos institucionais, com fiel observância às normas legais vigentes, junto à Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Jurídicos, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7FC226AF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 105/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

CLAUZIN CARDOSO DE ARAÚJO - R.G.: nº. 5.489.520-8-PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Atividades Operacionais, responsável em coordenar em conjunto com as equipes imprevistos relacionados a atrasos ou falhas operacionais; coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas por equipes operacionais da Administração Pública, garantindo que os processos diários sejam executados de forma eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas; atuar na resolução de problemas operacionais a partir da identificação de gargalos e proposição de soluções ao superior hierárquico, no Centrode Artes e EsportesUnificados - CEU Deonysio Zanetti, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7550B779

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

LAIS LAMMERHIRT - R.G.: nº. 15.398.495-6-PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Administrativo, responsável em coordenar e gerenciar a equipe administrativa de um órgão ou departamento, com vistas a garantir a organização, eficiência e a boa execução das funções de apoio à gestão pública municipal; coordenar o desenvolvimento de estudos técnicos preliminares para aquisição de bens e serviços do Departamento que lhe for atribuído; coordenar ações que identifiquem oportunidades de economia de escala, para

viabilizar a realização de contratações conjuntas ou centralizadas que reduzam os custos e aumentem a eficiência da máquina pública; coordenar ações de delineamento de paradigmas para menor pulverização das contratações públicas, no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:08AA279D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

DAIANE APARECIDA BELLI SALA DA SILVA - R.G.: nº. 9.139.064-7-PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador II, responsável em coordenar as demandas específicas da fiscalização municipal, contribuindo com os processos de fiscalização, organização documental e demais atribuições correlatas, no Departamento de Fiscalização Tributária, junto à Secretaria Municipal de Administração, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6EE42DB5

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento do Servidor protocolado sob nº. 798/2026;

E X O N E R A

A pedido do Servidor **JIAN CARLOS HARTT VIDIGAL - Matrícula nº. 329181,** ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D0532119

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento do Servidor protocolado sob nº. 814/2026;

E X O N E R A

A pedido do Servidor **DENY MAYER MACHADO - Matrícula nº. 329416,** ocupante do cargo efetivo de Secretário Escolar, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:64A7AF46

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 110/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.401/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **ELIZABETE MUNIZ DOS SANTOS - Matrícula nº. 329409,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Serviços Compartilhados, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2D50C858

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 111/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.440/2026;

R E S O L V E

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho da contratada **GESIANE ALVES DA ROSA MIRANDA - Matrícula nº. 328595,** ocupante da função temporária de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:4CCD3B31

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.451/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **LETICIA DE LIMA - Matrícula nº. 329254,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:58EB4AF8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 113/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública Municipal, em observância aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que o exercício da função de Pregoeiro, nos termos da legislação aplicável, não pressupõe dedicação integral ou exclusiva, admitindo a organização funcional da jornada de trabalho de modo compatível com outras atribuições administrativas;

Considerando que a designação ora pretendida não implica prejuízo ao regular desempenho das funções já atribuídas ao servidor, devendo as atividades ser planejadas e executadas de forma a garantir a plena continuidade dos serviços públicos sob sua responsabilidade;

Considerando o interesse público, a economicidade, a eficiência administrativa e a necessidade de evitar a paralisação ou o atraso dos procedimentos licitatórios, indispensáveis ao regular funcionamento da Administração Municipal;

Considerando, por fim, o caráter excepcional e temporário da presente designação, com prazo determinado, condicionada à manutenção das circunstâncias fáticas e administrativas que a justificam;

D E S I G N A

Art. 1º Fica o Servidor Rafael Carlos Berleze – Matrícula nº. 325958, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo – Nível B07 da Tabela de Vencimentos Anexo XIV da Lei Complementar nº. 07/2012, designado para exercer a Função Gratificada de Agente de Contratação, junto ao Departamento de Compras, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, sem prejuízo da função gratificada que já exerce.

Art. 2º A designação de que trata o artigo anterior dar-se-á de forma compatível com o exercício da Função Gratificada de Coordenador do Departamento de Compras e Licitação, atualmente desempenhada pelo servidor, não implicando prejuízo ao regular desempenho das atividades administrativas sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. A compatibilidade funcional decorre da correlação material entre as atribuições da coordenação exercida e as atividades inerentes à função de Pregoeiro, ambas inseridas no âmbito dos procedimentos licitatórios, bem como do fato de que o exercício da função de Pregoeiro não exige dedicação integral ou exclusiva.

Art. 3º A presente designação justifica-se, ainda, pela insuficiência momentânea de servidores devidamente capacitados para o desempenho da função de Pregoeiro, caracterizando-se como medida excepcional, adotada em estrita observância ao interesse público.

Art. 4º A designação terá prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa formal da autoridade competente, desde que mantidas as condições fáticas, administrativas e o interesse público, podendo, ainda, ser revogada a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração.

Art. 5º Os efeitos da presente designação retroagem ao dia 01 de fevereiro de 2026.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:AA0D9AA3

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando a Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabeleceu normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando o Decreto Municipal nº. 1.949/2023, de 27 de fevereiro de 2023, que regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito municipal;

Considerando o art. 2º da Portaria SEGES/MGI nº. 1.769, de 25 de abril de 2023, que prevê a regência de processos licitatórios anteriores a 29 de dezembro de 2023 pelas leis antigas durante toda a sua vigência;

Considerando o Decreto Municipal nº. 2.139, de 20 de dezembro de 2023, que ratifica a Instrução Normativa Conjunta nº. 07/2023 sobre procedimentos de fiscalização e gestão de contratos e recebimento de materiais, serviços e obras;

R E S O L V E

Art. 1º Designar os servidores listados nos Anexos I a XIV desta Portaria para atuarem como Fiscais de Contratos e Atas de Registro de Preços, no âmbito de suas respectivas Secretarias, a partir da presente data até 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º A designação do fiscal responsável por cada novo contrato ou ata de registro de preços específico será formalizada e publicada juntamente com o extrato do contrato ou ato autorizativo na imprensa oficial, considerando a área técnica e/ou atuação do servidor.

Art. 3º As atribuições dos Fiscais de Contratos estão previstas na legislação vigente, incluindo o acompanhamento e a verificação da execução do objeto contratual, a comunicação de irregularidades e o ateste de documentos fiscais para pagamento.

Art. 4º Os contratos e atas de registro de preços vigentes na data de publicação desta Portaria ficarão automaticamente sob a responsabilidade dos servidores designados nos anexos, conforme suas respectivas Secretarias e áreas de atuação.

Art. 5º Designar os servidores VALDOMIRO LOPES DOS SANTOS (matrícula nº. 328993) e VIVIANE CECCON (matrícula nº. 161951), para, em conjunto com os servidores relacionados no Art. 1º, serem responsáveis pelo recebimento de materiais no Município.

Art. 6º Os recebimentos de materiais, serviços e obras junto às Secretarias Municipais ficarão sob responsabilidade dos servidores indicados no Art. 1º desta Portaria, vinculados à respectiva área de atuação e competência técnica.

Art. 7º Os recebimentos de materiais no Departamento de Almoxarifado do Município, ficarão sob responsabilidade do servidor VALDOMIRO LOPES DOS SANTOS.

Art. 8º Os recebimentos de materiais, serviços e obras junto às Secretarias Municipais, ficarão sob responsabilidade dos servidores indicados no Art. 1º desta Portaria.

Art. 9º Nos motivos de afastamentos previstos em lei, o responsável pelo recebimento será o Secretário da Pasta.

Art. 10º As atribuições dos Fiscais de Contratos e responsáveis pelo recebimento de materiais, serviços e obras estão previstas na Instrução Normativa Conjunta nº. 07/2023, ratificada pelo Decreto Municipal nº. 2.139, de 20 de dezembro 2023, da seguinte forma:
I - Atribuições dos Fiscais de Contratos em geral (produtos e serviços): Artigos nº. 11, 12 e 18 da IN nº. 07/2023;
II - Atribuições dos Fiscais de obras e serviços de engenharia: Artigos nº. 11, 12, 13, 18 e 19 da IN nº. 07/2023;
III- Atribuições dos Fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada ou não, sem dedicação exclusiva: Artigos nº. 11, 12, 14, 18 e 20 da IN nº. 07/2023;
IV- Atribuições dos Fiscais de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva: Artigos nº. 11, 12, 15, 16, 17, 18 e 20da IN nº. 07/2023;
V- Atribuições dos Fiscais de serviços de transporte: Artigos nº.11, 12, 18 e 21 da IN nº. 07/2023;
VI – Atribuições da Comissão de Recebimento: Artigo nº. 43 da IN nº. 07/2023; - Procedimentos de recebimento de materiais e serviços: Artigos nº. 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 e 46 da IN nº. 07/2023;
VII – Procedimento de recebimento de obras: Artigos nº. 47 a 52.

Art. 11º Fica revogada a Portaria nº. 013, datada de 08 de janeiro de 2026, publicada na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº. 3446, páginas nº. 54 à 55 de 13/01/2026.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Anexo I: Secretaria Municipal de Administração:

• **GABRIEL SALCEDO GOVONI**– matrícula nº. 328419;
• **MARCOS ANDRÉ ALVES DE SOUZA**– matrícula nº. 159971;
• **ROSIANE DALPRÁ**– matrícula nº. 25501;
• **SANDRA MARA SQUIDINO MARTINS**– matrícula nº. 159621;
• **SUELEN DA CUNHA RIBAS**– matrícula nº. 160121.

Anexo II: Secretaria Municipal da Cultura:

• **ADRIANA FERNANDA DA ROCHA GAVRON**– matrícula nº. 181201.

Anexo III: Secretaria Municipal da Educação:

• **ERENILDA BATISTA**– matrícula nº. 327407;
• **MARCIA CRISTINA PAVELIK HATHY**– matrícula nº. 116731;
• **NAIARA FRANCA SANTOS**– matrícula nº. 329037;
• **NELCI COVALSKI CAPOTE**– matrícula nº. 204861.

Anexo IV: Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Racial:

• **FERNANDO JOSÉ VIDOLIN**– matrícula nº. 329223;
• **ROSIANE DALPRÁ**– matrícula nº. 25501.

Anexo V: Secretaria Municipal da Saúde:

• **ADRIANA HORZEY DE SOUZA VOLTOLINI**– matrícula nº. 290331;
• **EDNA DO ROCIO SPERANCETA**– matrícula nº. 328997;
• **IZABELA REGINA LIMA RAMOS BROCH**– matrícula nº. 329337;
• **JESSICA MONIK TENEDINI**– matrícula nº. 328969;
• **JOSIANE LUNARDON**– matrícula nº. 290411;
• **JOYCE BERGAMINI JUREKI**– matrícula nº. 328977;
• **KARLA BUSNARDO DE SOUZA SERRANO**– matrícula nº. 1430301;
• **LUCIANO DA SILVA NOGUEIRA**– matrícula nº. 155041;
• **RAFAEL DE ARAÚJO FLORENTINO**– matrícula nº. 328946;
• **SANDRA DOS SANTOS BARROS**– matrícula nº. 329001;
• **VIVIAN PRISCILA DE ALMEIDA**– matrícula nº. 131101;
• **YARA BATISTA DA LUZ**– matrícula nº. 327453.

Anexo VI: Secretaria Municipal da Tecnologia, Inovação e Transformação Digital:

• **DANILO GUSTAVO TAVERNA**– matrícula nº. 154901;
• **JEAN ANDREY RODRIGUES**– matrícula nº. 326884.

Anexo VII: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

• **JAQUECELI ESQUEDINO MAURICIO**– matrícula nº. 153601.

Anexo VIII: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

• **ANDRESSA MARIA KICHE COSTACURTA**– matrícula nº. 329100;
• **NELSON VAGNER DE SANTI**– matrícula nº. 157681;
• **SILMARA TAYS ANDRADE GONÇALVES DOS SANTOS**– matrícula nº. 67341.

Anexo IX: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável:

• **ANA PAULA BISCARO DE MATOS**– matrícula nº. 148851.

Anexo X: Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Jurídicos:

• **SAMANTA RIBEIRO DE LIMA**– matrícula nº. 329442.

Anexo XI: Secretaria Municipal de Infraestrutura:

• **ABNER DE SOUZA CORDEIRO**– matrícula nº. 329175;
• **ANDRÉIA MARINA TREVISAN DEL ZOTTO**– matrícula nº. 329003;
• **DANIELE FIGUEIREDO DA CRUZ**– matrícula nº. 106261;
• **FRANCIELE ZAVADZKI HABINOSKI**– matrícula nº. 329018;
• **WILLIAN MISAEL OLIVEIRA REIS**– matrícula nº. 325063.

Anexo XII: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança:

• **MARCELO ADRIANO ASSIS DE SOUZA**– matrícula nº. 188051;
• **SILMARA LIMA DE AZEVEDO**– matrícula nº. 66611.

Anexo XIII: Secretaria Municipal de Urbanismo:

• **ADENIR SILVANO**– matrícula nº. 326774;
• **JANAINE ESQUEDINO MAURICIO**– matrícula nº. 161871;
• **LAURI AUGUSTO BAHLS**– matrícula nº. 328947;
• **WILLIAN MURILO ANDREATA**– matrícula nº. 329430.

Anexo XIV: Procuradoria Geral do Município:

• **JOICE CECCON DE GODOY** – matrícula nº. 202731.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:5709F666

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 115/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 39/2026 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 2.114/2026;

E X O N E R A

A partir da presente data, a Gratificação de Preparação de Merenda, da Servidora **RUTH ELIZA DE SOUSA – Matrícula nº. 156361**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Nível C13 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:90DCB7CB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 116/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 39/2026 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 2.114/2026;

E X O N E R A

A partir da presente data, a Gratificação de Preparação de Merenda, da Servidora **SOLANGE FERREIRA BORGES – Matrícula nº. 325308**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Nível C09 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:99FF573B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 117/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 39/2026 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 2.114/2026;

E X O N E R A

A partir da presente data, a Gratificação de Preparação de Merenda, da Servidora **TAILA DE ANDRADE – Matrícula nº. 260691**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Nível C11 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012.

Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:8C241FE6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 118/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.201/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **DAIANE ROCHA DA SILVA - Matrícula nº. 329412,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Serviços Compartilhados, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:9DB03ADE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 119/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.501/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **AGNAN ADRIAN CRISANTO DA SILVA - Matrícula nº. 329304,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Infantil – Classe Ensino Médio - Nível 01 da Tabela de Vencimentos Anexo V da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E6DC0409

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 120/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

E X O N E R A

A Servidora **LUANNY FREITAS - Matrícula nº. 329292,** ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico Consultivo, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D9A88240

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 121/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

E X O N E R A

A Servidora **CATIANE DEOLA - Matrícula nº. 329216,** ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico da Educação, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2D568020

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 122/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **KELI CORADIN - Matrícula nº. 328943,** ocupante do cargo de Agente Político de Secretária Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Workshop 2026 – Parcelamento do Solo Metropolitano"**.
VI	Período da viagem;	Dia 04 de fevereiro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1656F8E4

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 123/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao Servidor **LAURI AUGUSTO BAHLS - Matrícula nº. 328947,** ocupante do cargo em comissão de Diretor III, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Workshop 2026 – Parcelamento do Solo Metropolitano"**.
VI	Período da viagem;	Dia 04 de fevereiro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2A2A4CD0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 124/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO - Matrícula nº. 329289,** ocupante do cargo em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Workshop 2026 – Parcelamento do Solo Metropolitano"**.
VI	Período da viagem;	Dia 04 de fevereiro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:DCFA437D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 125/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.516/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **LARISSA CECCON SANTANA - Matrícula nº. 329261,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador Administrativo, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 03 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 03 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7966679B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 126/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

LUANNY FREITAS - OAB/PR: nº. 118180, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico da Educação, responsável em assessorar e prestar o suporte legal à Secretaria Municipal da Educação, de modo a garantir a conformidade das ações com a legislação em vigor; Auxiliar na análise das questões legais envolvendo políticas educacionais, gestão escolar ou recursos públicos livre e vinculados; assegurar que programas e ações educacionais estejam em conformidade com leis como a LDB, ECA e outras regulamentações pertinentes; representar a área educacional em audiências e reuniões jurídicas, quando solicitado; auxiliar no acompanhamento jurídico das metas do Plano Municipal da Educação; auxiliar no assessoramento das questões de recursos humanos da Educação; auxiliar nas respostas e informações a órgãos internos e externos sobre questões relacionadas à Educação do Município; assessorar na revisão da legislação municipal que envolve as políticas educacionais; atender com urbanidade as pessoas e desenvolver as demais atividades que lhes forem conferidas pelo superior hierárquico em consonância com os princípios norteadores da Administração Pública, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 04 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:DE2188AA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 127/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 21/2026 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 21/2026;

E X O N E R A

A partir da presente data, da função gratificada de Coordenação de Formação Continuada, na Secretaria Municipal da Educação, a Servidora **EXPEDITA ESTEVÃO DA SILVA - Matrícula nº. 127771,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 09 do Quadro do Magistério Municipal.

Campina Grande do Sul, 04 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:376B24C1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 128/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao Servidor **PABLO CAVALLI GRUDZINSKI - Matrícula nº. 328975,** ocupante do cargo em comissão de Assistente Técnico, lotado no Setor de Controle Interno, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,25 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 501,75 (Quinhentos e um reais e setenta e cinco centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"CONTROLE INTERNO NA PRÁTICA: DO PLANEJAMENTO À ATUAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 04 a 06 de fevereiro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 04 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2E3E003F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 129/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e tendo em vista o resultado do concurso público municipal realizado na forma Edital nº. 002/2025 de 09 de junho de 2025.

NOMEIA

ISRAEL FAUSTINO DOS SANTOS - R.G.: nº. 112.510.544-55-PR, para prover o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro - Nível A01 da Tabela de Vencimentos Anexo XIV da Lei Complementar nº. 07/2012 (carga horária de 40 (quarenta) horas semanais), ficando o ora nomeado com o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse a partir da presente data (Art. 16 § 2º da Lei Municipal nº. 09/2004).

Campina Grande do Sul, 04 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:48234399

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 131/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 2.531/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **CRISTINA DA SILVA PEREIRA - Matrícula nº. 328958,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Serviços Compartilhados, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 04 de fevereiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:F173EAB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO (NOVA DATA) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados, sob a forma de execução indireta, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atuação como orientador social e assistente educacional, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e da Secretaria Municipal de Educação e Esporte do Município de Campo do Tenente – PR. Data: 25/02/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com. Campo do Tenente, 05 de fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:32A723B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 050/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Rafael Mai Santos, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Planejamento Urbano, matrícula nº 15831, no período de 19 de Fevereiro de 2026 a 28 de Fevereiro de 2026, e também de 19 de Outubro de 2026 a 28 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 06 de Janeiro de 2025 a 05 de Janeiro de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:3EA02E17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 056/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 108.900,00 (Cento e oito mil e novecentos reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 1108.900,00 (Cento e oito mil e novecentos reais), como segue:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
06.181.1020.2.090 – Manutenção Das Atividades Da Secretaria			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0887	108.900,00
TOTAL			**108.900,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação, no valor de R$ 108.900,00 (Cento e oito mil e novecentos reais), proveniente da fonte: 0887.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 05 de fevereiro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:2859962F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 057/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.1.003 – Const. Ampli. e ref. Das Unidades CMEIS e Esc. Municipais			
4.4.90.51.00.00	Obras e instalações	3898	396.000,00
TOTAL			**396.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), proveniente da fonte: 3898.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 05 de fevereiro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:ED6E5A9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

O Município de Campo Magro torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 26 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, por lote da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Bairro Samambaia, Campo Novo	Pavimentação CBUQ	20.183,31 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Campo Magro e na plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, www.bnc.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Campo Magro, 05 de fevereiro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:701B067D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

O Município de Campo Magro torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 27 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, por lote da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Ângelo Menegusso	Pavimentação CBUQ	11.160,36 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Campo Magro e na plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, www.bnc.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Campo Magro, 05 de fevereiro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:AB7B829D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2026 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: MINERAÇÃO BATEIAS LTDA
CNPJ: 82.618.810/0001-70

OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de saibro de boa qualidade, proveniente de pedreira ou jazida devidamente licenciada, isento de matéria orgânica, com boa distribuição granulométrica, destinado à manutenção e recuperação de estradas vicinais e rurais do Município de Campo Magro/PR.
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 706.000,00 (Setecentos e seis mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:B88B88D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 005/2026

PROTOCOLO 0647/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM**, **ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO PARA A CERIMÔNIA DE FORMATURA DA GUARDA MUNICIPAL,** em favor de **BANDA HAPPY DAY LTDA,** inscrita no **CNPJ 08.737.135/0001-46**, com o valor global de **R$ 36.100,00 (Trinta e seis mil e cem reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Patrimonial e Transito. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 05 de fevereiro de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:7951EC6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 006/2026

PROTOCOLO 0703/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é**: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS DE SINALIZAÇÃO, PLACAS DE INAUGURAÇÃO, FACHADA, ESTRUTURA E MATERIAL GRÁFICO INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA SOLENIDADE DE FORMATURA DA GUARDA MUNICIPAL,** em favor de **CARLOS MOISES DA CONCEICAO MEDEIROS,** inscrita no **CNPJ 64.082.958/0001-51**, com o valor global de **R$ 59.000,00 (Cinquenta e nove mil reais)**, conforme solicitação do Gabinete do Prefeito. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 05 de fevereiro de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:8126FAA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 129/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar os fatos relatados no **Memorando** n°172/2026.
Art. 2º Nomear Comissão de Processo Administrativo, a qual será composta pelos seguintes membros:
MARIA EDITH SCISLOWSKI – Agente Administrativo
EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO – Agente Administrativo
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
Art. 3º A presente C.P.A. ficará sob a presidência da Sra. **EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO** e reunir-se-á por convocação da mesma, e terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 03 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E64F6AA5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 130/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **HILMA CRISTINA KELLER,** brasileira, inscrita no CPF nº 123.xxx.xxx-02, ocupante do cargo efetivo de **FISIOTERAPEUTA–** Nível 11, matrícula: 4122-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **24/02/2025 a 24/02/2026**, como segue:

- 03/03/2026 a 12/03/2026
- 23/11/2026 a 12/12/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 04 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:AB727F8F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 131/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **JOSIANE DA COSTA**, brasileira, inscrita no CPF nº 068.xxx.xxx-98, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM –** Nível 16, matrícula: 3664-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **23/03/2024 a 23/03/2025**, como segue:

- 23/02/2026 a 24/03/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do prefeito, 04 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:CE4A59BB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 170/2026 DATA: 05/02/2026

Reconduz o mandato e substitui membros do Comitê Municipal do ProgramaCampoForte: Candói Desenvolvido – CFCD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI (PR), no uso de suas atribuições legais e constitucionais em conformidade com a Lei Municipal nº 1.619 de 08 de junho de 2021 e suas alterações;

D E C R E T A:

Art. 1º Reconduz, nos termos do § 3º, Art. 22, da Lei Municipal nº 1.619/2021, o mandato dos membros do Comitê Municipal do Programa Campo Forte: Candói Desenvolvido, nomeados pelo Decreto n° 16 de 20 de fevereiro de 2025 assim como, substitui os membros conforme a seguir:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E FOMENTO (OU A QUE VIER A SUBSTITUI-LA).

Titular: JONILSON ANTONIO DE ARAÚJO, substituto de CAROLINE BORDIGNON DO ROSA
Suplente: ANDERSON ALEXANDRE MALAGGI

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E PROJETOS (OU A QUE VIER A SUBSTITUI-LA);

Titular: *CHARLES ELOI ECHER, substituto de RAFAEL MORGENTALE DISCONZI*
Suplente: HELIO DA SILVA PADILHA

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO (OU A QUE VIER A SUBSTITUI-LA);

Titular: CAROLINE BORDIGNON DO ROSA substituta de JONILSON ANTONIO DE ARAÚJO
Suplente: MICHELE MENEGUEL DA SILVA

Art. 2ºA Presidência do Comitê CFCD será exercida automaticamente pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Fomento. Na ausência deste, assume a Presidência o representante da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Projetos, sendo que o suplente dessa Secretaria assume, nesse caso, a titularidade na reunião do Comitê CFCD.
Art. 3º As atribuições do Comitê CFCD, serão aquelas constantes na Lei Municipal nº1.619de 8 de junho de 2021,
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:996CACB9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 171/2026 DATA: 05/02/2026

Substitui membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI (PR), no uso de suas atribuições legais e constitucionais, especialmente a Lei Municipal nº 1.353 de 05 de dezembro de 2016,

D E C R E T A:
Art. 1º. Substitui membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural -CMDR, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: CAROLINE BORDIGNON DA ROSA **substituído por**
Titular: JONILSON ANTONIO DE ARAÚJO

Art. 2º. Os demais membros permanecem inalterados de acordo com o Decreto 363/2023, 432/2024 e 012/2025.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D09E1FF0

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAas autoridades, os representantes de classes e a sociedade em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 12 de Fevereiro de 2026, com início às 14:00 horas, na sede da Câmara Municipal, situada a Av. Alfredo Antônio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros, tendo como pauta:

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da LDO referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025 (Art. 9º parágrafo 4º da LRF);

2. Prestação de Contas da Educação referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025;

3. Prestação de Contas da Saúde referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025;

4. Prestação de Contas Assistência Social, incluindo Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025;

Candói, 19 de janeiro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zenilda de Fátima Pereira
Código Identificador:796D7438

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E FABIANE TRENTO INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - ME

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 286/2026

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E FABIANE TRENTO INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - ME

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI,** estado do paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói-PR, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 expedida pela SESP/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **FABIANE TRENTO INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 10.206.689/0001-69, com sede na Rua Manoel Lopes de Oliveira, n° 2451, Sala D, Centro, CEP 85.140-000, Candói/PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pela Srta. FABIANE TRENTO, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o n° 042.968.319-76, portadora da cédula de identidade civil RG n° 84544051 expedida pela SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Eugênio Bayer, s/n, Bairro Santa Clara, CEP 85.140-000, Candói/PR, endereço eletrônico: financeiro@agorainove.com.br, em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Prorrogação dos prazos e do valor do contrato nº 062/2021, decorrente da Ata Registro de Preços nº 145/2021, do Pregão Presencial nº 050/2021 cujo objeto é a "Contratação de links de internet para execução do projeto "CANDOICONECTADO", instituído através do Programa de internet Acesso Gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 57, inciso II e IV da Lei Federal nº 8.666/1993 e conforme previsão na cláusula 3.1 e 4.1 do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

Trata-se de prestação de serviço continuo de links de internet para execução do projeto "CANDOICONECTADO" instituido através do Programa de Internet Acesso Gratuito, e o preço continua compatível com o praticado no mercado, por tanto vantajoso a manutenção do contrato.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Fica prorrogado por mais 5 (cinco) meses, o prazo de vigência e execução do contrato constantes em sua cláusula 6.1, passando extinguir-se em **08 de julho de 2026.**

CLÁUSULA QUINTA

DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prorroga-se o valor do contrato constante em sua cláusula 3.1, **R$ 10.533,40** (dez mil, quinhntos e trinta e tres reais e quarenta centavos), em parcelas sendo pagas mensalmente no valor de **R$ 2.106,68** (dois mil, cento e seis reais e sessenta e oito centavos).

Considerando o reajuste previsto na clausula 5.1. do contrato, sendo aplicado o índice do IST, acumulado dos últimos 12 (doze), aplicando-se assim um reajuste de **3,32%** sobre o valor unitário

As despesas decorrentes deste termo aditivo, serão suportadas pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Municipal - 2026, com fonte de recursos na seguinte funcional programática:
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.0002.2006 - MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SA
00530 00000 E 04.001.04.122.0002.2006 - 3390400000

CLÁUSULA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.:

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:591F6940

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 359/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2026

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preço de ração para alimentação dos peixes do lago municipal. **VALOR ESTIMADO**:**R$ 9.995,00** (nove mil e novecentos e noventa e cinco reais). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por item. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 23/02/2026 - 08:30h**. OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através do protocolo digital acessível no sitio eletrônico https://candoi.govbr.cloud/portalacesso/login.aspx ou do e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 04/02/2026 por **Silvestre Gonçalves Ferreira Filho**, Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C92DBA20

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO PROCESSO Nº 273/2026

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 273/2026

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E HILARIO BERNARDO DA SILVA TRASNPORTES.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria de Administração, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói - PR, CEP 85.140- 000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói - PR, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 expedida pela SESP/SC, e **HILARIO BERNARDO DA SILVA TRASNPORTES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 29.899.017/0001-04, com sede administrativa na Chácara Estrada Rio Bonito, s/n, anexo sala 02, comunidade Três Palmeiras, Região Rural, CEP 85.140-000, Candói-PR, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. HILARIO BERNARDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 495.917.119-72, portador da cédula de identidade civil RG nº 3677745-1 expedida pela SSP/PR, com residência e domicilio na Avenida Abilio Fabriciano de Oliveira, nº 2113, Jardim Farah, CEP`85.140-000, Candói-PR, endereço eletrônico: hilariobernardo29@gmail.com, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O objeto deste termo aditivo é a prorrogação do prazo do contrato nº 016/2025 decorrente do Pregão Eletrônico nº 095/2024 decorrente da ata de registro de preços nº 028/2024 e a proposta do contratado, Processo Licitatório nº 4.308/2024, que trata do "fretamento de veículos destinados ao transporte rodoviário escolar municipal".

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

O presente termo aditivo deu-se início a partir do memorando n° 2.798/2025 encaminhado pela Secretária de Educação, o qual esse consta anexado aos autos do Processo Administrativo nº 273/2026.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Conforme previsto em contrato e solicitação da Secretária de Educação o qual consta no Autos do Processo Administrativo, Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato constante da cláusula 2.1, por um período de mais 12 (doze) meses.
- Fim da vigencia e execução: **11 de fevereiro de 2027.**

CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prorroga-se o valor global do contrato em **R$ 207.401,90** (duzentos e sete mil, quatrocentos e um reais e noventa centavos).
O valor diário foi reajustado conforme previsto no edital, utilizando-se o índice INPC como parâmetro de correção, resultando em um reajuste de 4,40**%.**

Segue os itens:

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
16	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 42 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Igrejinha x Lagoa Seca. Período: Integral. Itinerário: Saída da Fazenda do Remi, Fazenda Bethato, Fazenda Peruzo, Capão da Laje, Fazenda Arthur, Fazenda Jandir, Sítio do Síbio, Fazenda São Rafael, Fazenda Capão Redondo, Fazenda Limoeiro, BR 277 até a Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo e Colégio Estadual do Campo de Lagoa Seca. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 120	DIA	215,00	964,66	207.401,90

	km.				

As despesas das parcelas vincendas em 2026 serão pagas com os créditos orçamentários da dotação relacionada a seguir consignadas na LOA (Lei Orçamentária Anual) conforme classificação abaixo.

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)
002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR
12.782.0005.2019 - MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR
01530 00000 E 06.002.12.782.0005.2019 - 3390330000

CLÁUSULA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:109434EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 004/2026

Com o presente **convocamos** o(a)s candidato(a)s abaixo relacionado(a)s, aprovado(a)s no Concurso Público Municipal, referente ao Edital de Concurso Público nº 001/2025, homologado pelo Edital nº 17.001/2025, para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Capitão Leônidas Marques, com vistas a nomeação e posse nos respectivos cargos efetivos, observado as seguintes condições:

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1.1.O(A)s candidato(a)s relacionado(a)s no Anexo I deste edital, após receber(em) a convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR., situada na Av. Tancredo Neves, 502 – Centro – Capitão Leônidas marques – PR., no prazo de até **03 (três) dias úteis**, no horário compreendido entre às 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o(a) candidato(a) terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II deste Edital.

1.3.Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.4.O não comparecimento nos termos do item 1. acima, implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1.O(A)s candidato(a)s deverão apresentar os exames clínicos necessários de acordo com o cargo a ser ocupado, quando da realização do exame médico admissional, realizado por um Médico do Trabalho, atestando a aptidão física e mental para o exercício do cargo.

3. DA AVALIAÇÃO PARA PcD e AFRODESCENDENTE

3.1. O candidato na condição de pessoa com deficiência, mesmo que aprovado e classificado no Concurso Público, por ocasião de sua convocação para contratação, será submetido a uma avaliação por uma Junta Médica para comprovar a compatibilidade da deficiência com as atividades a serem exercidas.

3.2. O candidato a vaga de afrodescendente mesmo que aprovado e classificado no Concurso Público, será avaliado pela Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendente, a ser instituída pela Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques.

4. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4.1.A publicação do ato de nomeação se dará por meio de Decreto, publicado no Órgão oficial do município.

5. DA POSSE

5.1. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, o(a)s candidato(a)s deverão se apresentar na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, PR., para serem empossado(a)s e receberem instruções sobre o local de trabalho para os quais serão designado(a)s.

Capitão Leônidas Marques-PR, 05 de fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATO(A)

CARGO: Motorista
Local: Sede
Candidato(a):

- Cristina de Fátima do Nascimento Rukat

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

I - Cédula de Identidade (R.G.);
II - Certificado de reservista, quando couber;
III - Título de eleitor;
IV - Certidão de quitação eleitoral;
V -- Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
VI - Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "C' ou "D", conforme o cargo;
VII - Certidão de nascimento ou casamento;
VIII - Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, quando couber;
IX - Uma foto 3X4 recente, tirada de frente;
X - Comprovante de escolaridade, conforme o caso;
XI - Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, quando couber;
XII - Atestado de sanidade física e mental, atestando a capacidade para o exercício do cargo;
XIII - Certidão de antecedentes criminais, tirada junto ao fórum da Vara Criminal da Comarca onde reside o futuro servidor(a);
XIV - Certidão negativa criminal federal;
XV - Declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública, salva em casos de acumulação legal prevista no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
XVI - Declaração de que está no gozo dos direitos políticos;
XVII - Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora, ou demissão por justa causa;
XVIII - Declaração de Bens e Valores;
XIX - Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
XX - Comprovante de inscrição do PIS/ PASEP ativo vigente (Extrato C.E.F. ou Bco. do Brasil);
XXI - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
XXII - Comprovante de Residência atual;
XXIII - Comprovante de pagto. da anuidade do órgão fiscalizador do exercício profissional e documento de registro no órgão de classe (cópia), quando couber;

Obs: Apresentar original e cópia dos documentos. As cópias deverão ser legíveis, sem corte de parte do documento. Os documentos menores poderão constar na mesma folha.

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:A37F5692

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 006/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2026.

Processo Adm. Nº 019/2026.
Solicitação Nº 015/2026.
Fundamentação: Art. 72, inc. VI, 74, caput, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, nº502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, senhor *MAXWELL SCAPINI.*

CONTRATADA: INTEGRAÇÃO ASSESSORIA E TREINAMENTO EDUCACIONAL EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, localizada na Rua Itaquatiaras, nº 608, bairro Santa Cruz, CEP: 85.806-300, Município de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 46.339.580/0001-47.

OBJETO: Contratação de serviços especializados para a realização de palestra formativa sobre o tema "Ambiente Escolar à luz da legislação educacional e da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD", destinados aos servidores da rede municipal de educação de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 015/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: O valor total é de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias úteis da emissão da fatura/cobrança, ***acompanhada das CND do FGTS, Federal (Unificada), Municipal e Trabalhista devidamente válidas***.

O faturamento deverá ser emitido para MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, pessoa jurídica de direito público, com sede a Avenida Iguaçu nº 502 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 76.208.834/0001-59, contendo no campo observação número do processo/licitação.
Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 23, de 02/03/2001.
A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (**Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);**
Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (**Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);**

VIGÊNCIA: Até 03 (três) meses, a partir da data do Termo Contratual.

CÓD. DOTAÇÃO: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 216 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.39.00;**
*** 240 – 06.008.12.365.1019.2138.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:BD393D71

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

AVISO DE LICITAÇAO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a confecção e fornecimento de placas personalizadas de sinalização institucional para o novo Hospital Municipal, bem como para a execução de fachada em ACM (Aluminium Composite Material), com aplicação de letras em PVC e implantação de identificação em acrílico para pronto atendimento e ambulatório com iluminação reversa (backlight), incluindo criação, produção, fornecimento, instalação e todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, em atendimento a solicitação nº 025/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 28.871,97 (vinte e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e sete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 24.02.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 24.02.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por lote***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:BD7E9188

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL 4.277/2026

SÚMULA: *Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.026.*

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.768 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor de R$ 870.365,74 (oitocentos e setenta mil, trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) destinado às dotações orçamentárias:

24005154510349141333390300000 – Material de Consumo – FR 301000 – R$ 60.000,00
24005154510349141344490510000 – Obras e Instalações – FR 301000 – R$ 490.344,00
30002236950356240433390300000 – Material de Consumo – FR 301000 – R$ 80.000,00
30002236950356240533390390000 – Outros Serv. Terc- PJ - FR 000963 – R$ 190.021,74
24001257520335240833390300000 – Material de Consumo – FR 301000 – R$ 50.000,00

Art. 2º -Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior serão utilizadas as formas constantes no artigo 43, parágrafo 1.º, Incisos I, II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 conforme especificado nos parágrafos 1º e 2º do presente artigo.

§1º - Superávit Financeiro registrado na Fonte 01000 – Recursos Ordinários (Livres)
no valor de R$ 680.344,00(seiscentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e quatro reais);

§2º - Excesso de Arrecadação da receita 172999010100000000 – Convênios – SETU no valor de R$ 190.021,74 (cento e noventa mil, vinte e um reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis/PR, 05 de fevereiro 2.026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Lima
Código Identificador:867458C6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026 PROCESSO INTERNO Nº 03/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**SAM BUSINESS LTDA - CNPJ 22.644.513/0001-78**
Objeto	Contratação de apresentação artística do DJ Jirayauai, no dia 05 de setembro de 2026, em evento denominado XV FRUTFEST
Vigência do Contrato	04/02/2026 à 04/10/2026
Valor Contratual	**R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 04 de fevereiro de 2026.

NILTON JOSÉ TELES Secretario Municipal De Turismo E Cultura
Contratante
SAM BUSINESS LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:6A3A2F0B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2026 CONCORRÊNCIA Nº 08/2025 PROCESSO INTERNO Nº 171/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**F P DO NASCIMENTO, CNPJ 10.611.181/0001-46**
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção, melhorias e adequações prediais com fornecimento de mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (sem desoneração), doravante denominada SINAPI
Vigência do Contrato:	05/02/2026 à 05/02/2027
Valor Contratual:	**R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**

Dotação Orçamentária
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
F P DO NASCIMENTO
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:2F29A22E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 PROCESSO INTERNO Nº 202/2024

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 46.344.050/0001-97**
Objeto:	Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender a estrutura administrativa
Vigência do Contrato:	05/02/2026 à 05/05/2026
Valor Contratual:	**R$ 579,90 (quinhentos e setenta e nove reais e noventa centavos)**

Dotação Orçamentária
24.001.04.122.0331.2.482.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:967C1D85

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2026 CONCORRÊNCIA Nº 4/2025 PROCESSO INTERNO Nº 157/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA, CNPJ 07.248.071/0001-57**
Objeto:	Contratação de empresa cadastrada junto a Copel para prestação de serviços comuns de engenharia elétrica com fornecimento de materiais, equipamentos e projetos para ampliação e manutenção da rede de média e baixa tensão, iluminação pública em espaços públicos próprios e serviços correlatos, mensurados por Unidade de Serviço (US)conforme Manuais Técnicos da Copel
Vigência do Contrato:	05/02/2026 à 05/02/2027
Valor Contratual:	**R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais)**

Dotação Orçamentária
24.001.25.752.0335.2.408.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE
Secretária Municipal de Administração e Comunicação Contratante
STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:E692A869

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025 PROCESSO INTERNO Nº 18/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**FABIANE PORTELA BARBOSA, CNPJ 43.826.156/0001-39**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Esporte e Lazer e Assistência Social
Vigência do Contrato:	05/02/2026 à 05/02/2027
Valor Contratual:	**R$ 98.224,29 (noventa e oito mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.001.08.243.0076.6.104.3.3.90.39.00.00. - 946 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.430.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretária Municipal de Educação – Contratante
FABIANE PORTELA BARBOSA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:FFDA0E21

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025 PROCESSO INTERNO Nº 18/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**ULISSES RIBEIRO DA SILVA-ME, CNPJ 27.022.704/0001-11**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Esporte e Lazer e Assistência Social
Vigência do Contrato:	05/02/2026 à 05/02/2027
Valor Contratual:	**R$ 56.322,20 (cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos)**

Dotação Orçamentária
28.001.08.243.0076.6.104.3.3.90.39.00.00. - 946 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.430.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2026.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretária Municipal de Educação
Contratante
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-ME
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:56DE8505

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 PROCESSO INTERNO Nº 003/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
OBJETO: Contratação de apresentação artística do DJ Jirayauai, no dia 05 de setembro de 2026, em evento denominado XV FRUTFEST.
VALOR CONTRATADO: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, Inciso II da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: SAM BUSINESS LTDA – CNPJ Nº 22.644.513/0001-78

Fica ratificado o presente processo de **INEXIGIBILIDADE**, conforme dados acima.

Carlópolis, 04 de fevereiro de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:32A2679D

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 012/2026-DP

Súmula: - "Nomeia ocupante para cargo efetivo, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. - Nomear o seguinte cidadão para ocupar o respectivo cargo *efetivo*, a partir de 06 de fevereiro de 2.026:

MARCOS HENRIQUE RIBEIRO, portador da cédula de identidade RG nº. 10.xxx.xxx-0—SESP-PR, inscrito no CPF/MF 078.xxx.xxx-59, para o cargo de Professor;

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis-Pr, 05 de fevereiro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:8FE44B36

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 025/2026-DP

Súmula: - "*Convocação de Classificada para o cargo de Técnica em Enfermagem em Ampla Concorrência, conforme Edital do Concurso Público 001/2024".*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Técnica em Enfermagem, em Ampla Concorrência:

Ampla Concorrência	
Candidato	**Classificação Final**
RAUANE MARINA TAVARES PEDROSO	08

Art. 2º. Da lotação, conforme ordem de apresentação da documentação:
I – Técnica em Enfermagem:
Secretária Municipal da Saúde
Parágrafo único: A nomeação será realizada, após a candidata apresentar a documentação completa de admissão, em que o Departamento de Recursos Humanos não necessite solicitar mais nenhuma documentação ou correção. Em nenhuma hipótese, será atribuído o direito a vaga com apresentação de documentação parcial ou incorreta, levando-se em consideração, sempre, a ordem de classificação do concurso.
Art. 3º. *A* candidata deverá apresentar a documentação no prazo máximo de 15 dias corridos, a partir da data da publicação do presente ato.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.
Cumpra-se.
Carlópolis, 05 de fevereiro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:B7BD9A9E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 026/2026-DP

Súmula: - "Designa Servidores Efetivos, para compor a Coordenação Pedagógica de Escolas Municipais."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. - Designar os seguintes servidores para compor a Coordenação Pedagógica, a partir de 01 de fevereiro de 2026:
I)- VANIA BENTO DE BARROS RIBEIRO, portadora da cédula de identidade RG nº. 10.xxx.xxx-6-SESP-PR, inscrita no CPF/MF 074.xxx.xxx-10, Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Cívico Militar José Salles com a carga a horária de 20 horas.
II)- JORGE MATHEUS FERNANDES DE CAMARGO, portador da Cédula de identidade RG nº 10.xxx.xxx-8- SESP-PR, inscrito no CPF/MF 090.xxx.xxx-05, para compor a função de Coordenador Pedagógico na Escola Municipal Cívico Militar Benedito Rodrigues de Camargo, com a carga horária de 20 horas.
III)- SUELEN DE FÁTIMA NATAL COELHO, portadora da Cédula de identidade RG nº 7.xxx,xxx-0 SESP-Pr, inscrita no CPF/MF 072.xxx.xxx-05, para compor a função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Cívico Militar Benedito Rodrigues de Camargo , com a carga horária de 20 horas.
Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 05 de fevereiro de 2.026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:607B6852

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4.276 DE 05 DE JANEIRO DE 2026

SÚMULA: *"INSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF), NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

O Prefeito Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, em especial o disposto no inciso IV do artigo 68, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, que trata do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
DECRETA
Artigo 1º - Instituir a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito deste município, com o objetivo de promover a articulação intersetorial entre as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, visando ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e ao desenvolvimento de ações complementares.

Artigo 2º - A Comissão Intersetorial do PBF será composta pelos seguintes membros:

SECRETARIA	**MEMBRO**	**CARGO**
Secretaria Municipal de Assistência Social	Leonardo Silva Sanches	Coordenador da Comissão
Secretaria Municipal de Saúde	Joyce Sales Almeida Ormeneze	Representante
Secretaria Municipal de Educação	Ana Maria de Lima	Representante

Artigo 3º - A Comissão Intersetorial do PBF terá as seguintes atribuições:

I - Monitorar o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, especialmente no que se refere à frequência escolar e à agenda de saúde;

II - Analisar os resultados consolidados após cada período de acompanhamento das condicionalidades;

III - Propor e encaminhar ações integradas para o enfrentamento de situações de não cumprimento ou ausência de acompanhamento das condicionalidades;

IV - Realizar reuniões periódicas, com registro de presença e atas detalhadas, para planejamento e execução de ações intersetoriais;

V - Manter atualizadas as informações da Comissão no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Artigo 4º - A Comissão Intersetorial será coordenada pelo Coordenador do Programa Bolsa Família, conforme disposto na Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:E342117D

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4.275 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: *"Declaração de utilidade pública áreas de terras de propriedade do Município de Carlópolis/PR para construção de obras públicas e da outras providências."*

O Prefeito Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, em especial o disposto no inciso IV do artigo 68;

DECRETA

Artigo 1º- Fica declarada de utilidade pública, para fins de licenciamento ambiental, a área urbana, registrada na matrícula 13.826, propriedade do Município de Carlópolis/PR, conforme projetos e requerimentos arquivados na municipalidade, em cuja área será para implantação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), situado na Rua Adorema Ana Rech, s/n, Centro.

Artigo 2º- A área declarada de utilidade pública pelo presente decreto abrange as seguintes coordenadas:

Artigo 3º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:50818423

EXECUTIVO MUNICIPAL
SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A Prefeitura Municipal de Carlópolis, torna Público que irá requerer ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada – LAS, para licenciamento ambiental de empreendimento imobiliário urbano, a ser implantado na Lote 1, Quadra C, no Loteamento Parque Comercial Industrial Centenário, em Carlópolis/Paraná.

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:09A28249

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 03/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal Ademar Luiz Burckhardt, inscrito no CPF 065.XXX.XXX-01, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**, estabelecida na Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário CEP 85819-110, Cascavel/PR, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 78.680.337/0001-84, neste ato representada pelo Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos o Sr. Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti, inscrito no CPF 461.XXX.XXX-68 ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital da **Inexigibilidade nº 01/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO, DESTINADO A PREENCHER VAGAS E CADASTRO DE RESERVA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa deverá realizar:
a) Elaboração do edital;
b) Elaboração das provas;
c) Aplicação das provas;
d) Conferencia das provas;
e) Resposta de eventuais recursos;
e) Divulgação do resultado.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderá ser considerada uma nota de corte, para que os candidatos sejam considerados classificados.
PARÁGRAFO QUARTO - Deve prever os cargos de Nível Fundamental o número de 25 questões objetivas de múltipla escolha com quatro alternativas, sendo somente uma correta. Com provas de Português 5 questões, 5 de Matemática e raciocínio lógico; 5 questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades, e 10 questões de conhecimento Específicos do emprego público, conforme especificado no Termo de Referência.
PARÁGRAFO QUINTO - Prova com o número de 30 questões objetivas de múltipla escolha com quatro alternativas, sendo somente uma correta. Com provas de Português 5 questões, 5 de Matemática e raciocínio lógico; 5 questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades, e 15 questões de conhecimento Específicos do emprego público, conforme especificado no Termo de Referência.
PARÁGRAFO SEXTO - Prova para os cargos de Nível Superior o número de 35 questões objetivas de múltipla escolha com quatro alternativas, sendo somente uma correta. Com provas de Português 5 questões, 5 de Matemática e raciocínio lógico; 5 questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades, e 20 questões de conhecimento Específicos do emprego público, conforme especificado no Termo de Referência.
PARÁGRAFO SÉTIMO - Provas objetivas serão aplicadas em dois períodos (parte da manhã e na parte da tarde), no município de Catanduvas - PR.
PARÁGRAFO OITAVO - Provas devem ser previstas para ser aplicadas em um único dia e num período no município de Catanduvas - PR.
PARÁGRAFO NONO - As provas deverão ser elaboradas de forma completa com todas as etapas desde a inscrição até a homologação do certame;
PARÁGRAFO DÉCIMO - Auxilio na elaboração de todos os Editais que deverão ser publicados no Diário Oficial do Município;
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O Cronograma para realização do Concurso deve ser feito de comum acordo com esta Coordenadoria, a fim de ajustar todas as atividades do certame e dos prazos legais a serem observados na forma da legislação aplicável os quais cumpriremos rigorosamente; desde que não conflite com outros concursos já em andamento;
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As provas devem ser elaboradas por profissionais capacitados, tendo a responsabilidade da elaboração, revisão, acompanhamento e responder a todos os recursos interpostos pelos candidatos.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 80.100,00 (oitenta mil e cem reais).**
PARAGRAFO SEGUNDO – A previsão é de 01 até 550 candidatos inscritos e com inscrição deferida. Caso o número de inscritos ultrapasse o previsto, será pago um adicional de 40,00 (quarenta reais) por candidato excedente acima de 550 CANDIDATOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
I - 60% do valor contratado em cinco dias após a homologação das inscrições;
II - 30% do valor em cinco dias após a realização das provas objetivas; e,
III - 10% do valor em cinco dias após a homologação final do concurso.
b) Somente com emissão da nota fiscal, cuja qual deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal (ou documento equivalente) deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal (ou documento equivalente) qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal **(ou documento equivalente)** somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.12.2105.2.005	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1525

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e
LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade do contrato é de 180 dias.
I - O prazo de realização do concurso é de no máximo 120 (cento e vinte) dias, devendo ser respeitados os prazos estabelecidos em lei, para cada uma das fases.
PARAGRAFO SEGUNDO – Os prazos de lei deverão ser observados.
PARAGRAFO TERCEIRO – LOCAL DO EVENTO: Cidade de Catanduvas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de

todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1.1 - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
1.3 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação;
1.4 - Efetuar o pagamento devido pela contratada dos serviços prestados, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, de seus Anexos e do contrato;
1.5 - Comunicar oficialmente a contratada qualquer falha ocorrida, consideradas de natureza grave.
E ainda,
1.6 - Fornecer à CONTRATADA a documentação e os dados necessários à execução dos serviços contratados, bem como prestar por escrito às informações especificas que visem esclarecer ou orientar a correta prestação dos serviços;
1.7 - Realizar ato designando os membros da comissão/banca organizadora do processo de seleção com indicação da qualificação profissional de seus membros os quais serão nomeados pelo órgão e publicados em Diário Oficial, conforme a orientação trazida na IN 142/2018, ART.11, I, "a".
1.8 - Fornecer os cargos que irão compor o certame, contendo nome do cargo, quantitativo, descrição sumária das atividades atinentes ao cargo, salário, carga horária semanal e escolaridade exigida.
1.9 - Fornece toda a legislação de criação e normatização dos cargos objeto do concurso, regularizada e vigente, com os dados constantes do subitem anterior.
1.10 - Publicação do edital de abertura, edital de homologação das inscrições e homologação do resultado final e classificação do concurso no Diário Oficial.
Obs.: As despesas com publicações veiculadas no Diário Oficial serão de responsabilidade do Órgão Contratante.
1.11 - Publicações nos órgãos oficiais do município - através de um link para consulta e acesso pelo Candidato
1.12 - Definir o cronograma para a realização do Concurso Público;
1.13 - Disponibilizar à CONTRATADA, o número de conta bancária para a arrecadação dos valores das inscrições.
1.14 - Enviar diariamente à CONTRATADA, arquivo de retorno com pagantes, para a baixa das inscrições.
1.15 - Aprovar Edital de Abertura.
1.16 - Promover a divulgação e fiscalização do Concurso Público;
1.17 - Fornecer locais, com ventilação adequada, sendo o(s) mesmo(s) devidamente limpo(s) e equipado(s) com carteiras padrão adulto em quantidade de acordo com o ensalamento, para a aplicação das Provas Objetivas; O(s) local(is) de aplicação deverá(ão) ser informado(s) pela CONTRATANTE à CONTRATADA, no máximo até a divulgação

provisória do Edital de Deferimento das Inscrições, garantindo tempo hábil para a realização dos processos.
1.18 - Deverá a CONTRATANTE realizar e se responsabilizar pela vistoria do local de aplicação, através de Termo de Vistoria com as informações solicitadas pela CONTRATADA.
1.19 - Aprovar e publicar os editais, gabaritos e resultados, juntamente com a CONTRATADA;
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
2.1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
2.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
2.3 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
2.4 - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital;
2.5 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
2.6 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
2.7 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
2.8 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução;
2.9 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
E ainda,
2.10 - Elaboração de todos os Editais e aplicação das Provas Objetivas do Concurso Público;
2.11 - Realização das Inscrições Online com emissão da taxa de inscrição, no sítio da CONTRATADA;
2.12 - Formular lista de presença por sala;
2.13 - Elaboração das questões para a Prova Objetiva, com a respectiva confecção do caderno de provas, envolvendo conhecimentos específicos da função, a critério da Comissão Organizadora do Concurso Público, a ser aplicada no Município de CATANDUVAS, garantindo o sigilo e segurança indispensáveis a lisura do teste seletivo;
2.14 - Correção da Prova Objetiva, através de leitura óptica de marcas, com fornecimento das notas obtidas pelos candidatos;
2.15 - Aplicação da prova objetiva em local adequado indicado pela CONTRATANTE;
2.16 - A CONTRATADA deverá apresentar equipe técnica com profissionais qualificados para elaboração das questões atinentes a cada área do Concurso Público.
2.17 - Contratação, instrução e pagamento de equipe de profissionais necessários à boa realização do certame público, para a operacionalização do mesmo, composta por fiscais de sala (01 (um) fiscal por sala), fiscais volantes, fiscais detector (sexo masculino e feminino – de acordo com a quantidade de sanitários), zeladora, porteiro, profissional de saúde, representante do prédio e coordenador nomeado pela CONTRATADA, os quais atuarão na aplicação das provas.
2.18 - Fornecer a cópia das Provas Objetivas para o MUNICÍPIO, no dia seguinte à aplicação da prova, em formato PDF;
2.19 - Emitir parecer referente a possíveis recursos administrativos, nos critérios em que a CONTRATADA for responsável;
2.20 - Fornecer a relação de candidatos inscritos para que o MUNICÍPIO efetue a homologação (em mídia digital);
2.21 - No decorrer do Concurso Público, fornecer a relação de todos os candidatos inscritos, com todos os dados contidos no formulário de inscrição (em especial: inscrições homologadas, locais de prova, provas e gabarito, aprovadas na prova objetiva, por cargo, em ordem alfabética, classificação final, arquivo de dados contendo informação do candidato e arquivo de dados contendo cargo, vagas e o resultado final, em mídia digital);
2.22 - Durante cada etapa do Concurso Público todos os dados relativos aos membros da comissão examinadora, cargos oferecidos no Edital de abertura, candidatos inscritos e aprovados devem ser encaminhados em mídia de acordo com as exigências da Instrução Normativa atual que dispõe sobre o envio de atos de admissão de pessoal e o layout exigido pelo Sistema Integrado de Atos de Pessoal — Módulo Admissão — SIAP — Versão atualizada;
2.23 - No dia da prova, disponibilizar recipientes individuais para que os candidatos possam colocar os seus pertences, como relógios, celulares e quaisquer outros objetos que não os solicitados para a realização do exame;
2.24 - Será de sua total responsabilidade todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como, por todas as despesas necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamento, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem. Necessários ao cumprimento das obrigações decorrente desta contratação, isentando integralmente o MUNICÍPIO;
2.25 - Conservar as folhas de respostas e exemplares de Caderno de Questões pelo prazo mínimo de validade do Concurso Público;
2.26 - Receber, examinar, emitir parecer e dirimir dúvidas nos casos de recursos ou medidas judiciais relacionadas à seleção pública;
2.27 - Respeitar toda a normatização pertinente à proteção aos hipossuficientes (idosos, portadores de necessidades especiais, etc.) em todas as etapas do Concurso Público;
2.28 Garantir a integridade física dos candidatos durante a realização do Concurso Público, protegendo-os de situação de risco;
2.29 - Disponibilizar uma Central de Atendimento ao Candidato, para prestar esclarecimento e sanar as dúvidas quando necessário;
2.30 - Disponibilidade de consulta ao candidato de todas as etapas do teste seletivo quanto as: inscrições, recursos, datas, horários e locais da realização das provas, divulgação dos gabaritos oficiais, recursos quanto aos gabaritos, notas obtidas em cada uma das disciplinas das provas, resultado final e recursos dos resultados finais, nos critérios em que a CONTRATADA for responsável.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas - PR, 05 de fevereiro de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná
PROF. DR. CARLOS ALBERTO PIACENTI
Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos
CPF: 461.xxx.xxx-68

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:D22AFB7F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 012/2026

DECRETO Nº 012/2026

Súmula: Exonera servidora, a pedido, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora CAMILA MARIA HANEL BAZZO, do cargo de Professora, CPF nº ***.811.229-**, matricula nº 100212-0.
Art. 2º - Fica declarado vago, o respectivo cargo ocupado pelo servidora mencionada no artigo anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:BC45AC66

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 013/2026

DECRETO Nº 013/2026

Súmula: Exonera servidora, a pedido, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ADRIANA LIMA HARTECOF POTRATZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, CPF nº ***.444.639-**, matricula nº 100099-3.
Art. 2º - Fica declarado vago, o respectivo cargo ocupado pela servidora mencionada no artigo anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05/02/2026 conforme pedido expresso da servidora, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:2ADB5776

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO PICK UP CD PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME CONVÊNIO Nº 1636/2025 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID.
EMPRESA: PINHEIRO S VEICULOS LTDA
CNPJ: 01.692.763/0001-03
ENDEREÇO: Av T-09, nº 500, QD. J-17 LT-02, CEP 74.150-300, Setor Marista, Goiânia/GO.
VALOR TOTAL: R$ 284.000,00 (duzentos e oitenta e quatro mil reais).
PRAZO ENTREGA: Entrega em até 90 dias. A vigência é de 30 dias, além do prazo contratual.

Catanduvas - PR, 05/02/2026.

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:C85D04A8

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO: REPASSE DE VERBAS AO CONSAMU, PARA: A) FIRMAR TERMO DE REPASSE DE VERBAS MUNICIPAIS PARA CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, ESTATUTO SOCIAL DO CONSORCIO DE SAÚDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANÁ (NOS TERMOS DO CONTRATO DE RATEIO 9/2026 DO CONSAMU – SENDO O VALOR DE R$ 522.848,40), B) FIRMAR TERMO DE REPASSE DAS VERBAS ESTADUAIS RECEBIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL, AO CONTRATADO, E QUE DEVERÃO POSTERIORMENTE SER REPASSADAS AO CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANÁ, (NOS TERMOS DO CONTRATO DE RATEIO 52/2026 DO CONSAMU – SENDO O VALOR DE R$ 190.405,20), E, C) FIRMAR TERMO DE REPASSE DAS VERBAS FEDERAIS RECEBIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL, AO CONTRATADO, E QUE DEVERÃO POSTERIORMENTE SER REPASSADAS AO CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANÁ, (NOS TERMOS DO CONTRATO DE RATEIO 88/2026 DO CONSAMU – SENDO O VALOR DE R$ 341.936,40).
EMPRESA: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CNPJ: 17.420.047/0001-07
ENDEREÇO: Rua Uruguai, nº 283, Centro, Cascavel/PR, CEP 85.805-510.
PREÇO: O valor de cada contrato é estabelecido conforme o número de habitantes, sendo assim, preestabelecido pelo próprio CONSAMU, além de que é determinado – no caso de verbas estaduais e federais – por cada ente federativo, sendo assim distribuídos/determinados:
CONTRATO 9/2026 – CONSAMU – Verbas Municipais R$ 522.848,40
CONTRATO 52/2026 – CONSAMU – Verbas Estaduais R$ 190.405,20
CONTRATO 88/2026 – CONSAMU – Verbas Estaduais e Federais R$ 341.936,40
PRAZO: 31/12/2026.

Catanduvas – PR, 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:7E9CDFBA

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 012/2026

PORTARIA Nº 012/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em observância a Lei Orgânica do Município, face ao contido no art. 138, inciso XVIII, bem como o regulamentado pelo Decreto 099/2009 e considerando que o (s) requerente (s) atende (m) aos requisitos exigidos para deferimento do pedido,
RESOLVE
Art. 1º) - Conceder licença especial pelo período de três meses, ao (s) Servidor (es) abaixo relacionado (s):

Nome	CPF nº	Matricula	Cargo	Período da Licença
Camilla Radel Marcolin	***.283.079-**	99660-2	Psicóloga	09/02/2026 a 09/05/2026

.
Art. 2º)- O (s) Servidor (es) nominado (s) e beneficiado (s) com a licença especial deverá (ão) retomar suas atividades no primeiro dia útil subseqüente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:664D2D89

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 11/2026 - CONCEDE JHE

PORTARIA Nº 11/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
Considerando a solicitação formal e expressa da Secretaria Municipal de Educação, em que alega "necessidade e urgência" na reposição de professores para a concessão de jornada de horas estendida,
Considerando a previsão legal contida no artigo 38 e seguintes da Lei nº 210/2021,

RESOLVE
Art. 1º) Conceder "Jornada de Horas Estendida (J.H.E.)", com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, considerando o acúmulo de cargos com a devida compatibilidade de horários, ao(s) seguinte (s) servidor(es):

Nome	Matricula	Cargo	Início da Concessão	CH JHE
Dayane Cristina dos Santos	100161-2	Professor	09/02/2026	20

Parágrafo único: A jornada de horas estendida, na forma de ampliação da jornada de trabalho, não se constitui em horas extras e por ser de cunho eventual e transitório, não se incorpora aos vencimentos, não gera estabilidade ou direito de conversão em cargo efetivo.

Art. 2º) A (s) concessão (ões) acima, será (ão) automaticamente encerrada (s) quando do recebimento de comunicado expresso da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, informando a desnecessidade da continuidade de extensão da jornada solicitada e aqui concedida ou por solicitação expressa do servidor beneficiado, nos termos da Lei nº 210/2021.

Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:217EE4CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 025/2026

DECRETO Nº 025/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a atualização dos preços públicos para a prestação de serviços com equipamentos rodoviários do Município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º da Lei Municipal nº 553, de 22 de novembro de 1977, que autoriza o Poder Executivo a reajustar anualmente os valores referentes à prestação de serviços com equipamentos e máquinas do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a recomposição dos valores dos referidos preços públicos, em razão do aumento dos custos operacionais, de manutenção e dos insumos relacionados aos equipamentos, visando à preservação do equilíbrio econômico-financeiro das contas municipais;
DECRETA:
Art. 1º Ficam atualizados, para o exercício de 2026, os valores dos preços públicos devidos pela execução de serviços prestados com o equipamento rodoviário do Município, que passam a vigorar conforme a tabela a seguir:

SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR (R$)
Motoniveladora	Hora	250,00
Pá Carregadeira	Hora	280,00
Retroescavadeira	Hora	300,00
Máquinas Similares	Hora	250,00
Caminhão	Quilômetro Rodado	8,50
Caminhão de Terra	Carga	100,00
Auto Fossa	Serviço	80,00
Caminhão Pipa	Serviço	200,00
Retirada de Entulhos	Serviço	100,00
Caçamba	Locação	40,00

Parágrafo único. O valor fixado para a utilização de caçamba refere-se a um período de 2 (dois) dias de uso, devendo a sua retirada ser efetuada no terceiro dia.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, em 05 de fevereiro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:3AA17D61

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2026 - ID Nº 1426

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2026 - ID Nº 1426
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: REYMATEX DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA
OBJETO: Adesão uniformes da Ata de Registro de Preços N° 003/2025, Processo Licitatório n°005/2025 realizada pelo Consórcio Público Intermunicipal CIDRUS
VALOR GLOBAL: R$ 389.507,90 (Trezentos e Oitenta e Nove Mil, Quinhentos e Sete Reais e Noventa Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2026

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:9B198638

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2026 - ID Nº 1526

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2026 - ID Nº 1526
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº2/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: CONTAGIE SISTEMA DE APRENDIZAGEM LTDA
OBJETO: Implantação do Sistema Contagie de Aprendizagem, com os produtos e serviços descritos, incluindo todos os custos operacionais da atividade e os tributos incidentes, através de Contratação direta por inexigibilidade de Licitação
VALOR GLOBAL: R$ 269.997,00 (Duzentos e Sessenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Sete Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2026

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:A5725978

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2026 - ID Nº 1626

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2026 - ID Nº 1626
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

CONTRATADO: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA
OBJETO: Processo Licitatório para a aquisição das coleções Projeto TEMA Tempo de Mais Aprender: Letramento e Alfabetização Linguística e Acerta Brasil Supera IDEB, incluindo os produtos e serviços descritos, bem como todos os custos operacionais e os tributos incidentes, por meio de Contratação Direta, fundamentada na modalidade de inexigibilidade de licitação.
VALOR GLOBAL: R$ 256.588,00 (Duzentos e Cinqüenta e Seis Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2026

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:B0D3AEC9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2026 - ID Nº 1826

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2026 - ID Nº 1826
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: ROSANA ALVES TRINDADE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT UNIFORME DE CAPOEIRA ADULTO E INFANTIL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR.
VALOR GLOBAL: R$ 8.999,00 (Oito Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2026

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:1D03658A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
PORTARIA N.º 003/2026

Disciplina os procedimentos de comprovação periódica de vida dos aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV, regulamenta a adoção prioritária de mecanismos digitais de identificação biométrica por intermédio da plataforma GOV.BR, estabelece modalidades presenciais e excepcionais de comprovação de vida, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, descritas no Anexo III da Lei Complementar Municipal n.º 003/2022, com redação dada pela Lei Complementar Municipal n.º 008/2025;
CONSIDERANDO o dever permanente da Administração Pública de resguardar a legalidade, a moralidade e a eficiência na gestão dos recursos previdenciários, prevenindo a ocorrência de pagamentos indevidos ou irregulares, especialmente aqueles decorrentes da manutenção de benefícios após a extinção do direito, notadamente em razão do óbito do beneficiário;
CONSIDERANDO que constitui obrigação legal dos aposentados e pensionistas manter atualizadas as informações cadastrais junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV, a fim de assegurar a verificação contínua da subsistência das condições ensejadoras do benefício, bem como possibilitar a fidedignidade dos registros administrativos e a adequada realização das avaliações e estudos atuariais do Regime Próprio de Previdência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, de forma periódica, sistematizada e transparente, os procedimentos de comprovação de vida dos beneficiários, inclusive mediante a incorporação de soluções tecnológicas e ferramentas digitais de identificação biométrica, conferindo maior segurança, eficiência, economicidade e confiabilidade aos mecanismos de controle previdenciário, com a devida publicidade das regras e prazos aplicáveis;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º A presente Portaria disciplina os procedimentos de comprovação periódica de vida dos aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV, regulamentando a adoção prioritária de mecanismos digitais de identificação biométrica por intermédio da plataforma GOV.BR, instituindo modalidades presenciais e excepcionais de validação cadastral, e estabelecendo diretrizes administrativas destinadas à preservação da regularidade, segurança e integridade da gestão previdenciária.
Art. 2º Os procedimentos ora instituídos têm por finalidade:
I – assegurar a fidedignidade das informações cadastrais dos beneficiários;
II – certificar a manutenção das condições legais para percepção dos benefícios previdenciários;
III – prevenir pagamentos indevidos ou fraudulentos;
IV – resguardar o erário; e
V – contribuir para o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município.
Art. 3º A comprovação de vida constitui obrigação de caráter pessoal e periódico dos beneficiários, configurando requisito indispensável à continuidade do pagamento dos proventos de aposentadoria e das pensões por morte.
Art. 4º As disposições desta Portaria aplicam-se a todos os aposentados e pensionistas vinculados ao CERRO AZUL PREV, sem prejuízo da adoção de procedimentos complementares ou diligências administrativas específicas que se mostrem necessárias à adequada verificação da situação cadastral ou da existência do beneficiário.
Art. 5º A execução dos procedimentos previstos nesta norma observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais, bem como as normas gerais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.
CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS DE COMPROVAÇÃO PERIÓDICA DE VIDA
Art. 6º A comprovação de vida dos aposentados e pensionistas vinculados ao CERRO AZUL PREV constitui procedimento administrativo obrigatório, de caráter periódico, destinado a certificar a existência do beneficiário, resguardar a continuidade legítima dos pagamentos previdenciários e prevenir desembolsos indevidos decorrentes de óbito não comunicado, fraude ou qualquer irregularidade cadastral.
§ 1º A Administração poderá instituir calendário anual ou escalonado de convocação para a realização da prova de vida, mediante publicação no site eletrônico oficial, mural institucional e demais meios de comunicação disponíveis.
§ 2º A divulgação pública do calendário supre a notificação individual, sem prejuízo do envio de avisos eletrônicos, mensagens ou outros meios de comunicação complementar aos beneficiários cadastrados.
Seção I
Da Prova de Vida por Meio Digital
Art. 7º A prova de vida será realizada, prioritariamente, por meio digital, mediante utilização da plataforma GOV.BR, com autenticação por reconhecimento biométrico facial e integração aos sistemas oficiais de gestão e controle dos Regimes Próprios de Previdência Social, especialmente o CADPREV, ou outros que vierem a substituí-lo.
§ 1º O procedimento digital compreenderá a identificação eletrônica do beneficiário, a validação biométrica de sua identidade e o registro automático da confirmação de vida nos sistemas administrativos do Instituto.

§ 2º A realização da prova de vida por meio digital não acarretará quaisquer ônus financeiros ao beneficiário.
§ 3º Considerar-se-á regularmente comprovada a vida do beneficiário após a confirmação do registro eletrônico no sistema previdenciário.
Art. 8º O Instituto promoverá, de forma mensal, contínua e sistemática, o cruzamento de informações com bases oficiais de registro civil, notadamente o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC, bem como com outras bases públicas ou governamentais disponíveis, com a finalidade de detectar óbitos, inconsistências cadastrais ou indícios de irregularidade.
§ 1º Identificada informação de óbito ou fundada dúvida quanto à existência do beneficiário, o pagamento do benefício poderá ser preventivamente suspenso até a conclusão da apuração administrativa.
§ 2º Antes da suspensão preventiva de pagamento, sempre que possível, será realizada tentativa de comunicação ao beneficiário ou responsável legal por meio dos contatos constantes do cadastro, facultando-se prazo razoável para esclarecimentos, ressalvadas as hipóteses de indício relevante de fraude ou óbito confirmado.

Seção II
Da Prova de Vida Presencial

Art. 9º. Na hipótese de impossibilidade técnica, ausência de acesso a meios digitais, limitação tecnológica, condição pessoal impeditiva ou outra circunstância devidamente justificada, a comprovação de vida poderá ser realizada de forma presencial, mediante comparecimento do beneficiário à sede do Instituto, com preenchimento de formulário próprio e apresentação dos seguintes documentos:
I – documento de identificação com foto, válido em todo o território nacional, emitido nos últimos 10 (dez) anos; e
II - comprovante de endereço, emitido nos últimos 90 (noventa) dias, em caso de alteração.
§ 1º O atendimento presencial poderá ocorrer mediante agendamento prévio, observadas as orientações administrativas expedidas pela Administração.
§ 2º A assinatura do formulário específico constituirá declaração formal de vida, sujeitando o declarante às responsabilidades legais cabíveis quanto à veracidade das informações prestadas.
§ 3º O Instituto poderá promover mutirões, atendimentos itinerantes ou parcerias com órgãos municipais para facilitar o acesso dos beneficiários à prova de vida presencial.

Seção III
Das Modalidades Excepcionais de Prova de Vida

Art. 10. Quando justificada por circunstâncias especiais, mediante apresentação de laudo médico que comprove impossibilidade de locomoção ou incapacidade civil, poderão ser adotadas modalidades excepcionais de comprovação de vida, a critério da Administração, tais como:
I – videoconferência;
II – visita domiciliar;
III – representação por curador, tutor, guardião ou procurador legalmente constituído.
Parágrafo único. O representante legal responderá pela autenticidade das informações prestadas, nos termos da legislação vigente.

Subseção I
Da Prova de Vida por Videoconferência

Art. 11. A prova de vida por videoconferência será realizada por meio de agendamento prévio feito pela Administração, quando justificada por circunstâncias especiais, mediante apresentação de laudo médico que comprove impossibilidade de locomoção ou incapacidade civil.
§ 1º Após agendamento, o beneficiário receberá, pelo contato indicado no cadastro do CERRO AZUL PREV, o link de acesso à videoconferência, data e horário para sua realização.
§ 2º Será considerada realizada a prova de vida quando da execução completa do atendimento com boa qualidade de vídeo e áudio e após o envio do comprovante por e-mail ao beneficiário ou seu representante legal.

Subseção II
Da Visita Domiciliar

Art. 12. A comprovação de vida através de visita domiciliar somente será realizada quando justificada por circunstâncias especiais, mediante apresentação de laudo médico que comprove impossibilidade de locomoção ou incapacidade civil, ou a critério da Administração devido ao risco de fraude.
§1º É dever do responsável legal manter atualizado o laudo médico que ateste a dificuldade de mobilidade ou a deficiência mental grave que limite o acesso a um dos meios de prova de vida definidos anteriormente.
§2º Após agendamento, o beneficiário receberá, pelo contato indicado no cadastro do CERRO AZUL PREV, a data e horário da realização da visita.
§ 3º O comparecimento domiciliar de servidor público do CERRO AZUL PREV poderá ser realizado sem aviso prévio quando houver risco concreto de fraude ou fundada suspeita de irregularidade, devidamente motivada em processo administrativo.
§4º A ausência do beneficiário acarretará a suspensão do pagamento do benefício até que se efetive nova visita com a comprovação de vida.

Subseção III
Da Representação por Curador, Tutor, Guardião ou Procurador Legalmente Constituído

Art. 13. A comprovação de vida por intermédio de curador, tutor, guardião ou procurador legalmente constituído somente será admitida em caráter excepcional, quando devidamente justificada por circunstâncias especiais que impeçam o comparecimento pessoal ou a utilização de meios digitais pelo beneficiário, mediante apresentação de laudo médico recente que ateste, de forma expressa, a impossibilidade de locomoção ou a incapacidade civil para a prática de atos da vida civil.
§ 1º A representação deverá ser comprovada mediante a apresentação da documentação legal pertinente, conforme o caso, especialmente:
I – termo de curatela, tutela ou guarda expedido por decisão judicial válida;
II – procuração pública com poderes específicos para representação perante o CERRO AZUL PREV e para fins de comprovação de vida;
III – documentos de identificação oficial com foto do representante e do representado; e
IV – demais documentos ou formulários exigidos administrativamente pelo Instituto.
§ 2º O representante firmará declaração formal de responsabilidade e veracidade das informações prestadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade, fraude ou simulação.
§ 3º A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir diligências complementares, atualização documental ou a realização de prova de vida por outro meio idôneo, sempre que houver dúvida fundada quanto à autenticidade da representação ou à existência do beneficiário.
§ 4º A utilização da modalidade prevista neste artigo não dispensa a reavaliação periódica das condições que ensejaram a representação, podendo o Instituto convocar o beneficiário para recadastramento presencial ou digital quando cessados os impedimentos.

Seção IV
Das Demais Situações Excepcionais

Art. 14. O beneficiário em situação repentina de internação hospitalar, com mobilidade reduzida ou que não esteja em condições de praticar atos da vida civil, poderá realizar a comprovação de vida quando convocado, provisoriamente, por meio de declarante, com validade de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, desde que sejam observadas as demais regras aplicáveis às hipóteses previstas nesta portaria.
§ 1º Para fins previstos no caput deste artigo, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – atestado médico emitido com data inferior a 90 (noventa) dias, contendo a justificativa da dificuldade de locomoção ou internação hospitalar do beneficiário, ou laudo médico, emitido com data inferior a 90 (noventa) dias, comprovando que o beneficiário não possui discernimento para praticar atos da vida civil, assinados e com carimbo do profissional e do seu registro no Conselho Regional de Medicina – CRM; e
II – documento original de identificação do declarante ou responsável com foto, válido em todo o território nacional e emitido nos últimos 10 (dez) anos.
§ 2º O declarante ou responsável deverá assinar o formulário disponível no site do CERRO AZUL PREV, em nome do beneficiário, atestando a veracidade das informações declaradas, sob as penas da lei.
§ 3º Em caso de beneficiário que não esteja em condições de praticar atos da vida civil, deverá ser providenciado a nomeação pelo juízo competente de um curador para realização da prova de vida definitiva.

Art. 15. Para o caso de beneficiário que esteja cumprindo pena de reclusão, deverá ser realizada a comprovação de vida por intermédio de um declarante, com observância às regras e apresentação de documentos previstos para as hipóteses disciplinadas por esta portaria, acrescidos dos seguintes documentos:
I – declaração de permanência da respectiva unidade prisional emitida no ano da prova de vida, devidamente assinada pelo Diretor da Unidade Prisional, com carimbo de identificação do órgão emissor e certidão de execução criminal, emitida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais competente;
II – formulário de prova de vida, disponível no site do CERRO AZUL PREV, assinado pelo representante legal ou declarante; e
III – documento original de identificação do representante, com foto, válido em todo o território nacional, emitido nos últimos 10 (dez) anos.
Parágrafo Único. O responsável ou declarante estará sujeito às mesmas condições previstas ao beneficiário e seu representante legal quanto à veracidade das informações declaradas, sob as penas da lei.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A comprovação de vida constitui obrigação periódica do beneficiário e condição indispensável para a manutenção do pagamento do benefício previdenciário, devendo ser realizada nos prazos, na forma e pelos meios estabelecidos pela Administração.
Art. 17. O descumprimento da obrigação no prazo fixado poderá acarretar a suspensão do pagamento do benefício, precedida, sempre que possível, de comunicação prévia ao beneficiário por meio físico, eletrônico ou editalício, assegurado prazo para regularização, ressalvadas as hipóteses de óbito confirmado, fraude, má-fé ou risco imediato ao erário, situações em que a suspensão poderá ser imediata.
Parágrafo único. A suspensão igualmente poderá ser determinada diante de indício de óbito ou da ausência de atendimento às requisições administrativas destinadas à confirmação da condição de vida do beneficiário.
Art. 18. Constatado o falecimento do beneficiário, o pagamento do benefício será cessado de forma definitiva e imediata, sem prejuízo das providências administrativas cabíveis.
Art. 19. Os valores percebidos indevidamente em decorrência de dolo, fraude ou má-fé deverão ser integralmente restituídos ao erário, em parcela única, devidamente atualizada, nos termos do art. 74 da Lei Municipal n.º 032/2007.
Parágrafo único. Quando o pagamento indevido decorrer exclusivamente de erro administrativo, poderá ser autorizado o ressarcimento parcelado, mediante desconto mensal não superior a 30% (trinta por cento) do valor do benefício.
Art. 20. O responsável legal pelos pensionistas com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, tutelado, curatelado ou menor sob guarda, deverá providenciar o cumprimento do que determina os artigos anteriores.
Parágrafo único. É dever dos responsáveis legais, incluídos o curador, tutor ou guardião do menor pensionista, informar ao CERRO AZUL PREV eventuais alterações da representação legal, o óbito ou a perda de condição de invalidez, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, até a regularização da informação, além da sujeição do responsável às penas previstas em lei.
Art. 21. Aos beneficiários ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa quanto aos atos administrativos de suspensão, cessação de pagamento ou cobrança de valores, facultada a apresentação de justificativas, documentos e requerimentos de revisão, na forma da legislação aplicável.
Art. 22. A prestação de informação falsa, a tentativa de burlar os mecanismos de verificação ou a utilização indevida de terceiros para simular a comprovação de vida sujeitará o responsável às medidas administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive restituição de valores eventualmente percebidos de forma indevida.
Art. 23. O tratamento de informações pessoais e de dados biométricos dos beneficiários observará, de forma estrita, as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, bem como os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e confidencialidade.
Parágrafo único. O acesso aos dados de que trata o caput ficará restrito aos servidores autorizados do CERRO AZUL PREV e aos órgãos competentes, exclusivamente para fins de tratamento administrativo, vedada a utilização para finalidade diversa da prevista em lei ou regulamento.
Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução desta Portaria serão dirimidos pela Diretoria Executiva do CERRO AZUL PREV, mediante decisão administrativa motivada, observado o ordenamento jurídico vigente.
Art. 25. Fica revogada a Resolução n.º 006, de 16 de abril de 2024.
Art. 26. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI
Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul/PR

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:20CA601D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001-2026

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O Município de Cerro Azul, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 05 de março do ano de 2026, na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vias urbanas no município de Cerro Azul/PR	Pavimentação – Bloco de Concreto/Paver	16.424,23 m2	540 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura de Cerro Azul e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp**.**
Informações adicionais, duvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Cerro Azul, 05 de fevereiro de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:23B27E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2026

MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O Município de Cerro Azul, torna público que às 09:00 horas do dia 02 de março de 2026, na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital para a aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Caminhão Caçamba Basculante 6x4	1	R$ 838.333,33	150 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura de Cerro Azul e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp**.**

Informações adicionais, duvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Cerro Azul, 05 de fevereiro de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:C7A16DA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CONCEDER 3 (TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL, POR CONTA DE 5 (CINCO) ANOS DE SERVIÇO ININTERRUPTOS PRESTADOS A ESTA MUNICIPALIDADE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI ROCHA OBLADEN, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA EFETIVO.

PORTARIA N° 133, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder 3 (três) meses de Licença Especial, por conta de 5 (cinco) anos de serviço ininterruptos prestados a esta Municipalidade, a servidora pública municipal Marli Rocha Obladen, ocupante do cargo efetivo de Professora Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 30 da Lei Municipal n° 05/2017, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Cerro Azul,

RESOLVE:

ART 1° Conceder 3 (três) meses de Licença Especial, por conta de 5 (cinco) anos de serviço ininterruptos prestados a esta Municipalidade, a servidora pública municipal Marli Rocha Obladen, ocupante do cargo de Professora Efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, período aquisitivo 21/03/2017 a 26/05/2020 e 01/01/2022 a 26/10/2023, para usufruir a partir do dia 03 de fevereiro de 2026 a 02 de julho de 2026.

ART 2° Esta Portaria entra em vigor a partir desta data

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de fevereiro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:C24968FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL 02.001-2026 - DEFERIMENTOS DAS INSCRIÇÕES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - CONTRATAÇÃO DE ARQUITETO, ENGENHEIRO CIVIL E TÉCNICO INDUSTRIAL EM EDIFICAÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026
Edital nº 02.01/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com amparo na Lei Orgânica do Município, e ainda, com fulcro no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante as condições estipuladas neste Edital, TORNA PÚBLICA o Deferimento das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Ficam DEFERIDAS as inscrições relacionadas deste edital, referente às inscrições dos candidatos de vagas destinadas à Ampla Concorrência (AC):

Tabela 1 - Arquiteto (AC)

INSCRIÇÃO	NOME
54	Aline Cristina da Silva Lucas Rocha
56	Angria de Paula Santos da Silva
47	Beatriz Aparecida Honório de Lima Grossl
22	Bruna Pappi D'agostin
33	Dionathan Miranda Pruni
49	Gabriela Prestes Ribeiro de Faria
70	Isabela Risson Vicentino
55	João Vicente Machado Schmitz
29	Juliano de Souza
38	Larissa Rocha Gonçalves
36	Leonardo Valadares Galhardo
68	Luana Lisboa da Mota
66	Maria Claudina Ferraz de Souza
23	Miguel Ângelo Levinske Mendes
26	Paulo Sergio Teixeira
46	Rubens Ansaloni Barbosa
34	Sergio Dos Santos Ferreira
28	Yoni De Souza Do Valle

Tabela 2 – Engenheiro Civil (AC)

INSCRIÇÃO	NOME
24	Adão Carneiro Firmino
39	Adriano Franco de Lima
44	Alessandro da Silva Specht
50	Arissa Stefany Nanami
31	Bruno Alexandre Silveira de Galvão
32	Cesar Augusto Gonçalves de Brito
37	Cledson Marques de Souto
64	Dalton Giordano Zabandzala
42	Edivaldo da Silva Cruz
59	Erick Patrick Ferreira Rodrigues
67	Felipe de Camargo Cantelli
65	Felipe de Oliveira Manchur
30	Fernanda da Rosa da Silva
41	Fernando Célio Monte Freire Filho
62	Giuliana Ribeiro Protzek
27	João Horácio Moraes David
58	José Luiz Facholi Bendassolli
57	José Dídimo dos Santos
69	João Gustavo Lemos Silva
63	Kemily Lopes
25	Lucas Galvão Kuns
53	Marcelo Muniz
61	Marcus Vinicius dos Santos Souza
43	Matheus Dubas Vieira
40	Pedro Augusto de Oliveira Lima
45	Roberto José dos Santos

Tabela 3 – Têcnico em Edificaçõesl (AC)

INSCRIÇÃO	NOME
60	Emanuelle Cristina Pereira dos Santos

Art.4º Quanto ao indeferimento da inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 01 (um) dia, contados a partir da data de publicação deste Edital. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio, disponível no Edital de Abertura 001/2026, ANEXO V disponível no endereço eletrônico www.cerroazul.pr.gov.br, e enviado para o email: concursos@cerroazul.pr.gov.br no período das 0h às 23h59min do dia 09/02/2026, observado o horário oficial de Brasília/DF.
Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 06 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL
Portaria n° 31/2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:2DE6DB38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026

Onde se lê:
Valor máximo estimado da licitação: **R$ 560.351,47 (setecentos mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos)**

Leia-se:
Valor máximo estimado da licitação: **R$ 560.351,47 (quinhentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).**

Cerro Azul/PR, 05 de fevereiro de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Pregoeiro/Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:F8175458

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 102, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02 (DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 102, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 02 (duas) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°18/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 06 e 07 de janeiro do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de fevereiro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:A33AE215

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 130, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELON RANGEL RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE FARMACÊUTICO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 130, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Elon Rangel Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Farmacêutico 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Elon Rangel Ribeiro de Souza ocupante do cargo de Farmacêutico vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°045/2026 - SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem até Curitiba PR, no dia 28 de janeiro do ano de 2026, por participar da reunião e cronograma de entrega de vacinas. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de fevereiro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:22A8B0E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 131, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO HENRIQUE MOTTIM, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 131, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal João Henrique Mottim, ocupante do cargo de Chefe de Divisão 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor João Henrique Mottim, ocupante do cargo de Chefe de Divisão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº48/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 06 de fevereiro do ano em curso, para cobrir demanda de pericias medicas vinculada á Secretaria Municipal de Assistência Social devido ao altos números de pericias agendadas através do INSS para esta data. Saída 08h00 min e retorno ás 17h00 min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de fevereiro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:4EE655B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 134, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO HENRIQUE LOVATO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 134, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bruno Henrique Lovato, ocupante Do Cargo de Secretário Municipal de Governo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Governo senhor Bruno Henrique Lovato, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 03 de fevereiro do ano de 2026, por representar o Prefeito em agenda institucional junto á Secretaria de Estado da Saúde, com Objetivo de tratar de demandas e assuntos de interesses do município. Com horário de saída 11h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 05 de fevereiro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:A34A0537

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 008/2026

PORTARIA Nº 008/2026

Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º Nomeia o Agente Comissionado Jean Victor Pedroso Coleraus para ocupar do cargo Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Clevelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia/PR, em 05 fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:7324FD14

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 009/2026

PORTARIA Nº 009/2026

Concede Promoção à servidora Eliaki Marceli Zanini

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Conceder promoção por titulação de graduação, à servidora Eliaki Marceli Zanini, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, conforme art. 10, II, Nível II, da Lei Municipal n. 2.714/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:3C9106E9

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 010/2026

PORTARIA Nº 010/2026

Concede Promoção à servidora Eliaki Marceli Zanini

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Conceder promoção por titulação de graduação, à servidora Eliaki Marceli Zanini, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, conforme art. 10, II, Nível III, da Lei Municipal n. 2.714/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:B936125C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 011/2026

PORTARIA Nº 011/2026

Concede Promoção ao servidor Julio Cesar Frosi

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Conceder promoção ao servidor Julio Cesar Frosi, ocupante do cargo de Procurador Legislativo, passando para a classe F, conforme art. 11 e anexo II da Lei Municipal n. 2.714/2019.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:4F9E6EBB

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 012/2026

PORTARIA Nº 012/2026

Concede Função Gratificada à servidora Alexandra Sant'Ana KleiNIBING

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Conceder à Servidora Alexandra Sant'Ana Kleinibing, ocupante do cargo Zeladora, gratificação de 30% (trinta por cento) de seus vencimentos de acordo com o disposto no art. 64 da Resolução Legislativa n. 007, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia - Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:3281DB3F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 013/2026

PORTARIA Nº 013/2026

Dispõe sobre nomeação de membros da Comissão Especial de Aperfeiçoamento e Avaliação Funcional de Servidor na Câmara Municipal de Clevelândia/PR.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 16 a 20 da Lei Municipal nº 2.714/2019, que tratam da Avaliação de Desempenho no âmbito do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir Comissão de Aperfeiçoamento e Avaliação Funcional, composta por no mínimo 03 (três) servidores efetivos, para condução do procedimento avaliativo;

CONSIDERANDO a finalidade de registrar e formalizar a avaliação periódica de desempenho de servidor em estágio probatório, assegurando contraditório e possibilidade de recurso;

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial de Aperfeiçoamento e Avaliação Funcional de Servidor na Câmara Municipal de Clevelândia, com a finalidade de realizar avaliação periódica de desempenho, em período de estágio probatório, da servidora Ariele Aparecida Felipe.

Art. 2º Designar para comporem a Comissão Especial de Aperfeiçoamento e Avaliação Funcional, nos termos dos art. 21 da Lei n. 2.714/2019, os seguintes membros:

Juliana Pogogelski Reali – Presidente
Julio Cesar Frosi – Membro
Débora Aline Binotto – Membro

Parágrafo Único. Os membros da comissão receberão o valor correspondente a uma única gratificação por encargo especial equivalente a 20% de seu vencimento básico, nos termos do art. 28 da Lei n. 2.714/2019.

Art. 3º Dentre as atribuições desta Comissão, compete:

Planejar e conduzir o procedimento de avaliação periódica de desempenho de servidor, observando os critérios legais e os instrumentos previstos na Lei Municipal nº 2.714/2019 e seus anexos;
Realizar as avaliações, atribuir pontuações/conceitos, registrar em ficha própria e consolidar os resultados em relatório;
Recomendar medidas de orientação e/ou capacitação visando melhoria do desempenho, quando necessário;
Dar ciência do resultado ao servidor avaliado, assegurando prazo para manifestação/recursos;
Receber, analisar e decidir/relatar recursos administrativos interpostos, na forma e prazo da Lei;
Encaminhar ao Presidente da Câmara o relatório final da avaliação, com as conclusões e providências cabíveis.

Art. 4º Após cumpridas as finalidades desta portaria, a comissão será automaticamente desmembrada e extinta.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:E2F487D1

GABINETE
DECRETO: 537/2025

DECRETO: 537/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2025, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2878 de 12 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2025, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.
07 - Secr. Munic. Educ. Cult. e Esportes

07.002 - Fundef/fundeb

07.002.0012.0361.0020.2024 - FUNDEB 70%

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
R$ 80.000,00
Total: R$ 80.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

1080 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI
R$ 80.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 31 de dezembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:BD88C5B0

GABINETE
EDITAL Nº 01/2026

EDITALNº01/2026
PSSEstagiários

2ªCONVOCAÇÃODOSCANDIDATOS

André Henrique Ribeiro Bueno, Presidente da Comissão de Teste Seletivo, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o EDITAL Nº 01/2026, visando o preenchimento de 102 (cento e duas) vagas de estágio não obrigatório remunerado, TORNA PÚBLICA a 2ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS, a saber:

SecretariaMunicipaldeEducação,CulturaeEsporte-30horas		
Classificação	**Nome**	**Nota**
31º	Taciana Rafaela dos Santos Garcia	7,2
32º	Gabriela Andressa Neuls	7,1
33º	Jozeana de Jesus Chaves	6,8
34º	Isabela Poliana Soares Moretto Aleixo	6,8

Os candidatos convocados deverão apresentar-se na Secretaria de Educação e Cultura no dia 06/02/2026, às 15h, portando seus documentospessoais.

Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora Municipal de Teste Seletivo Público Simplificado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Clevelândia,05defevereirode2026.

RAFAELA MARTINS LOSI	***ANDRÉ HENRIQUE RIBEIRO BUENO***
Prefeita Municipal	Presidente da Comissão de Teste Seletivo

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:8129CCD7

GABINETE
PORTARIA 019-2026

PORTARIA N° 019/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no exercício de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1° DETERMINAR à Comissão de Apuração e Aplicação de Penalidades, designada pela Portaria n° 276/2025, instaurar Processo Administrativo, visando apurar os fatos narrados no Despacho Administrativo, datado em 05 de fevereiro de 2026 e seus anexos.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:EE3EE33D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 28/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2026 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E L P DOS SANTOS.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 28/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E L P DOS SANTOS.

1. OBJETO:
Registro de preços visando REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, VISANDO O ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, ATRAVÉS DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, SOBRE A TABELA DE PREÇOS DO SISTEMA AUDATEX.

2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Os pagamentos ocorrerão conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a lei 14133/2021 o prazo será: i- em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração;

3. DO VALOR DA ATA:

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **R$ 350.000,0 (trezentos e cinquenta mil reais)**.

4. PRAZO CONTRATAÇÃO:

O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de até 12 meses a partir da sua publicação.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, é de 06/02/2026 até 06/02/2027.
FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 05/02/2026.
Clevelândia, 05 de fevereiro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:D2C54FFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 105/2026

PORTARIA N.º 105/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar o senhor **ADEMIR BARBOZA**, portador do CPF n.º 675.XXX.XXX-97**,** Matrícula n.º 15126, do Cargo de Diretor de Turismo, vinculado á Secretaria Municipal de Turismo, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de janeiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:C19D4410

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 106/2026

PORTARIA N.º 106/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor **ELTON FERNANDES CHOTE,** portador do CPF n.º 052.XXX.XXX-43, Matrícula n.° 15177, do cargo de Coordenador de Inovação e Investimentos no Departamento de Inovação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Nomear o senhor **ELTON FERNANDES CHOTE,** portador do CPF n.º 052.XXX.XXX-43, Matrícula n.° 15177, para o cargo de Diretor de Inovação, no Departamento de Inovação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de janeiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:8D06BC60

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 148/2026

PORTARIA N.º 148/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ERNESTO CHEL**I, portadora do RG n.º 10.XXX.XXX79, CPF n.º 074.XXX.XXX-30, para o cargo de Coordenador Jurídico, vinculado à Procuradoria Geral do Município, a partir de 02 de Fevereirode 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F9BACB33

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 149/2026

PORTARIA N.º 149/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a senhora **ANGELA FERREIRA LUZ,** portadora do CPF n.º 583.XXX.XXX-87**,** Matrícula n.º 15877, do Cargo de Coordenadora de Defesa Prévia e Recursos, no Departamento de Trânsito, vinculado á Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública, a partir de 19 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Nomear o senhor **ALEXANDRE MARTY DOS SANTOS**, portador do CPF nº 022.XXX.XXX-03, para o Cargo de Coordenador de Defesa Prévia e Recursos, no Departamento de Trânsito, vinculado á Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública, a partir de 19 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4C65094A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 150/2026

PORTARIA N.º 150/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor **CLAMILTO TIBLIER**, portador do CPF n.º 479.XXX.XXX-49**,** Matrícula n.º 18084, para Cargo de Coordenador de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico, no Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:97665ECF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 151/2026

PORTARIA N.º 151/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o senhor **ADEMIR BARBOZA**, portador do CPF n.° 675.XXX.XXX-97, Matrícula n° 15126, para o Cargo de Gestor do Núcleo de Medição, no Departamento de Projetos de Pavimentação, vinculado á Secretaria Municipal de Obras e Viação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:74E38FAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 152/2026

PORTARIA N.º 152/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANA CLARA CORACIN BATISTA DA SILVA,** portadora do CPF n.º115.XXX.XXX9-55, matrícula funcional n.º 17453, para a função de Coordenadorade Políticas Públicas para a Mulher, no Departamento de Direitos da Mulher na Secretaria Municipal de Mulher, Família e Direitos Humanos, a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Designar o servidor **ISRAEL SEBASTIAO DA SILVA,** portador do CPF n.º 914.XXX.XXX-49, matrícula funcional n.º 829, para a função de Diretor de Direitos Humanos, vinculado á Secretaria Municipal de Mulher, Família e Direitos Humanos, a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:B44D105A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 153/2026

PORTARIA N.º 153/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **LUCIANA GOMES,** portadora do CPF n.° 022.XXX.XXX-00, Matrícula n.° 16503, para a função de Coordenadora do Ginásio Jefferson José Mendes, no Departamento de Esportes, vinculado á Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir de 09 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6635AD20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 154/2026

PORTARIA N.º 154/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor **ZARYALA KHAN,** portadordo CPF nº 802.XXX.XXX-50, para o Cargo de Coordenador de Comércio e Serviços, no Departamento de Comércio e Serviços vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Exonerar o senhor **LEOMAR FERNANDES DE FARIA**, portador do CPF n.º 069.XXX.XXX-98, Matrícula nº 19484, do Cargode Gestor do Núcleo de Feiras Municipais de Comércio e Serviços, no Departamento de Comércio e Serviços, vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Nomear o senhor **LEOMAR FERNANDES DE FARIA**, portador do CPF n.º 069.XXX.XXX-98, Matrícula nº 19484, para o Cargo de Diretor de Trabalho vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 4º - Nomear a senhora **ELIZABET ALZIRA BONTORIN,** portadoradoCPFn.º 561.XXX.XXX-44, Matrícula nº 6252,para a Funçãode Gestora do Núcleo de Feiras Municipais de Comércio e Serviços, vinculado ao Departamento de Comércio e Serviços daSecretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partirde 02 de fevereiro de 2026.

Art. 5º - Nomear a senhora **MARIA KULKAMP DE MARCÍLIO**, portadora do CPF n.º XXXXXX.XXX-69, Matrícula n.º 18002, para a Função de Coordenadora de Fomento de Trabalho e Emprego, no Departamento Trabalho, vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026.

Art. 6º - Nomear o senhor **ANDREI RICARDO DE JESUS,** portador do CPF n.º 072.XXX.XXX-73**,** para o Cargo de Coordenador de Programas e Projetos de Apoia às Industrias, no

Departamento de Indústria, vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 7º - Exonerar a senhora **VANEZA KAYANE ANTUNES DE LIMA FERREIRA**, portadora do CPF n.º 043.XXX.XXX-65, Matrícula nº 19364, do Cargo d Coordenadora de Comércio e Serviços, no Departamento de Comércio e Serviços, vinculado á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 8º - Nomear a senhora **VANEZA KAYANE ANTUNES DE LIMA FERREIRA**, portadora do CPF n.º 043.XXX.XXX-65, Matrícula n.º 19364, para o Cargo de Diretora Executiva na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:1E6A5B53

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 155/2026

PORTARIA N.º 155/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor **RENATO MENDES TESSEROLLI,** portador do CPF n.° 097.933.598-20, para o cargo de Gestor do Núcleo Administrativo, no Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia partir de 09 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D8A85EA3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 156/2026

PORTARIA N.º 156/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **HENRIQUE KOBYLANSKI JUNIOR,** portador do CPF n.° 922.XXX.XXX-53, Matrícula n.° 18079, para o cargo de Gestor do Núcleo de Medição do Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário, vinculado á Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:89B2F264

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 157/2026

PORTARIA N.º 157/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA,** portador do CPF n.° 093.XXX.XXX-60, Matrícula n.° 17825, para o cargo de Gestor do Núcleo de Fiscalização de Obras e Posturas do Departamento de Urbanismo, vinculado á Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:73997A7A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 158/2026

PORTARIA N.º 158/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **VINICIOS ORTIZ KACHEL,** portador do CPF n.° 106.XXX.XXX-36, Matrícula n.° 18155, para o cargo de Gestor do Núcleo de Fiscalização e Controle Urbanístico do Departamento de Urbanismo, vinculado á Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0F2E980D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 159/2026

PORTARIA N.º 159/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **MARCELO VIANA DE CASTILHOS,** portador do CPF n.º 018.XXX.XXX-65**,** Matrícula n.º 11060, para a função de Coordenador de Inovação e Investimentos, no Departamento de Inovação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia apartirde 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Designar o servidor **AURELIO GASTÃO**, portador do CPF n.º 727.XXX.XXX-00**,** Matrícula n.º 10698, para a função de Gestor do Núcleo de Desenvolvimento e Inovação Urbana, no Departamento de Inovação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 3º - Designar o servidor **TIAGO AZEVEDO BASTOS**, portador do CPF n.º 141.XXX.XXX-40**,** Matrícula n.º 17805, para a função de Coordenador de Sistemas, no Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 4º - Designar o servidor **JEAN FELLIPE SGODA COLLI,** portador do CPF n.º 101.XXX.XXX-33**,** Matrícula n.º 17813, para a função de Gestor do Núcleo de Laboratório, no Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 5º - Designar o servidor **EDUARDO HENRIQUE ALBERTI COSTA,** portador do CPF n,º 114.XXX.XXX-89**,** Matrícula n.º 19224, para a função de Gestor do Núcleo de Relações Tecnológicas com a Comunidade, no Departamento de Inovação, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 6º - Designar a servidora **MIRELLA REGINA TELES DE LIMA,** portador do CPF n.º 097.XXX.XXX-64**,** Matrícula n.º 18161, para a função de Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Serviços, no Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação,vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia a partir de 02 de janeiro de 2026.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:8780280E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita do candidato: Maurício Rolim Carneiro, classificado em 07° posição;

II – Em decorrência da vacância (exoneração) da servidora Heloisa Carolina Chibicheski e em virtude do não preenchimento da vaga do edital de convocação n° 031/2025, convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
08°	LUCAS RONI DE LACERDA	ARQUITETO
09°	DIEGO NOGOSSEK DA ROCHA	ARQUITETO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:278330F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
02°	PAULO ALVES DA CUNHA	TOPÓGRAFO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:76C2D20A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Mônica Mendes Costa, classificada em 03° posição;

II – Em virtude do não preenchimento da vaga do edital de convocação n° 020/2025, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
04°	ALÉSSIA CAETANO ROSA	TURISMÓLOGO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:BE73E24D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
01°	RAFAEL GBUR CARDOSO	ECONOMISTA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:B481B408

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
01°	JACKELINE SAORI TEIXEIRA	SOCIÓLOGO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:5B1A9C62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
01°	ANNA PAULA DE SILVA LIMA	ENGENHEIRO AMBIENTAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:1F6F3705

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Cristiane Kucek, classificada em 03° posição;

II – Em virtude do não preenchimento da vaga do edital de convocação n° 023/2025, convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
04°	JONAS LUCKEMEYER LIMA	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:91DD9AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Dayane Panzenhagen dos Santos, classificada em 04° posição;

II – Em virtude do não preenchimento da vaga do edital de convocação n° 292/2024, convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
05°	JAMES DA CONCEIÇÃO SILVA	ENFERMEIRO DO TRABALHO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:972B1E78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência da vacância (exoneração) do servidor Felipe Wosniak, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
03°	BEATRIZ FIGUEIREDO DE SOUZA PINTO	BIBLIOTECÁRIO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:D1E9A38F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita do candidato: Edson Andre Coelho Levinski, classificado em 02° posição;

II – Convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
04°	PAULA YAMILLY GOMES CRUZ	ANALISTA CONTÁBIL
05°	RENILDO AGUIS BORGES JUNIOR	ANALISTA CONTÁBIL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:E28E3125

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
16° - 01° AFRO-BRASILEIRO	ANDRE GROTT DE CARVALHO	ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS
23° - 01° PcD	EDISON LUIS DA SILVA JUNIOR	ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:98FBA81F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Alessandra Cristina Sprung Dias, classificada em 16° posição;

II – Convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
17°	GUILHERME ALEXANDRE CHULTIZ	ENGENHEIRO CIVIL
18°	GIOVANE ANTONIO BONTORIN SILVA	ENGENHEIRO CIVIL
19°	GUILHERME FREDERICO SCHIAVON	ENGENHEIRO CIVIL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:BFD597DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022
A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
03°	RODRIGO RADICHEFSKI PENTEADO LANZARINI	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
04°	FELIPE RODRIGUES SOARES	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
26° - 01° AFRO-BRASILEIRO	THOMAS AUGUSTO CAMARGO CHAGAS	TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:D393B26D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência da vacância (exoneração) da servidora Aghata Kamila Fonseca de Freitas, convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
58° - 04° AFRO-BRASILEIRO	JOSIAS FLORENCIO GOMES DE ALMEIDA	TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:0A511CB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita das candidatas: Eliane Eclache Moreira de Camargo, classificada em 08° posição, Leticia Allebrandt Peiter da Silva, classificada em 09° posição e Mayara de Almeida Pereira, classificada em 10° posição;

II – Em virtude do não preenchimento da vaga do edital de convocação n° 024/2025, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
11°	THAÍS ÉLLEN BARBERINI	MÉDICO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - GINECOLOGISTA E OBSTETRÍCIA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:35124BFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência da vacância (exoneração) do servidor Fabiano dos Santos da Costa, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
38°	INGRID MARY GUIMARÃES	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:69C8FC88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Elaine Borsoi Pereira, classificada em 08° posição;

II – Em decorrência da vacância (exoneração) da servidora Danielah de Jesus Barbosa Ferreira, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
09°	THAYRINE MORGAN DE SOUZA	FONOAUDIÓLOGO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:66368153

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência da vacância (exoneração) do servidor Luis Gustavo da Silva Pilotto, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
36°	ANA PAULA VELOZO RAAB DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULOS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:A69D64EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Vanessa dos Reis Silva Bassan, classificada em 95° posição;

II – Informar a Desistência Tácita da candidata: Daniele Fernandes Gouveia Ramos, classificada em 94° posição;

III – Em decorrência da vacância (exoneração) da servidora Meiri Maria Cazelato e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 154/2025, convocar as aprovadas no Concurso Público abaixo relacionadas, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
97°	ISABEL MENDES DE ABREU	ENFERMEIRO
98°	LUANA STÉPHANIE DE ALMEIDA NUNES PETRIKOWSKI	ENFERMEIRO
99°	VANIA CADENA DOS SANTOS	ENFERMEIRO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:DEE5A878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Bruna Eduarda Mendes, classificada em 90° posição;

II – Em decorrência da vacância (exoneração) do servidor Madson Chiot Soares e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 152/2025, convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
91°	FERNANDO CANDIDO DA SILVA	EDUCADOR SOCIAL
92°	CÍNTIA SOUSA MENDES DE REZENDE	EDUCADOR SOCIAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:E062D3BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Juliana Vulcanis Rodrigues, classificada em 55° posição;

II – Em decorrência de vacâncias (exonerações e aposentadorias) de servidores e em virtude do não preenchimento da vaga do edital de convocação n° 155/2025, convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
56°	DAWANA FERREIRA CORDOVA	ASSISTENTE SOCIAL
57°	DANIELE SARABIA LIMA	ASSISTENTE SOCIAL
58°	ROSICLER FERREIRA DA LUZ GONZAGA	ASSISTENTE SOCIAL
59°	FLÁVIA LOPES MONTEZANO	ASSISTENTE SOCIAL
61°	GABRIELA MARTINS FONSECA REIMÃO	ASSISTENTE SOCIAL
95° - 10° AFRO-BRASILEIRO	FLAVIA PEREIRA CARDOSO	ASSISTENTE SOCIAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:6918634B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita do candidato: Luiz Fernando Stamposki dos Santos, classificado em 184° posição;

II – Em decorrência de vacâncias (exonerações, aposentadorias e óbito) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 156/2025, convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
185°	JONATAN LEITE DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
186°	CAMILA CARNEIRO ALVES TEIXEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
187°	ALINE DO NASCIMENTO COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
188°	MAGDA DE OLIVEIRA FERREIRA DE SOUZA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
358° - 19° AFRO-BRASILEIRO	JOSÉ OSIEL DE ASSIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
688° - 06° PcD	SUELEN APARECIDA FITZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
189°	JANAINA VALERIO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
190°	LIDIANA DO SOCORRO TEIXEIRA DE ARAÚJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
191°	CARLOS HENRIQUE DA COSTA MACHADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
192°	LUCAS ELIAS DE LIMA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
193°	RAYANE EMANOELA ALVES DE FREITAS DAMACENO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
194°	MARIA EDUARDA MARTINS PELEGRINI DUARTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
195°	INDIRA MIZUHO UADA JUIZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
196°	MARCIA WORMSBECKER	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
373° - 20° AFRO-BRASILEIRO	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:96005AF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2026
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Regina Claudia Teixeira Correa, classificada em 208° posição;

II – Em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 157/2025, convocar a aprovada no Concurso Público abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
209°	ROSANA RIBEIRO MACHADO	PROFESSOR 40 HORAS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:835C9231

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Rosmar Sarmento da Silva, classificada em 491° posição;

II – Informar a Desistência Tácita das candidatas: Karoline Freitas Mansur, classificada em 483° posição, Eloiza Cristine de Melo, classificada em 486° posição, Tania Aparecida Domingues, classificada em 488° posição, Amanda Caroline Nunes de Oliveira, classificada em 489° posição, Camila Moraes Marchioto Camargo, classificada em 492° posição, Sueli Aparecida da Costa Cherobim, classificada em 494° posição, Viviane Ferrari dos Santos, classificada em 496° posição, Cristiane de Souza Maria Florêncio, classificada em 650° - 50° Afro-brasileiro posição, Mary Luana dos Santos Freitas,

classificada em 497° posição, Lucimari Ribas dos Santos, classificada em 503° posição, Vanessa Busato Taverna, classificada em 505° posição, Ariana Rodrigues da Fonseca, classificada em 506° posição e Ana Luiza Kalamar de Oliveira, classificada em 668° - 51° Afro-brasileiro posição;

III – Em decorrência de vacâncias (exonerações e aposentadoria) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 158/2025, convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
507°	DOUGLAS CABRAL MORAES	EDUCADOR INFANTIL
508°	ROSEMARA APARECIDA DOS SANTOS	EDUCADOR INFANTIL
509°	BRUNA CRISTINA DE ALMEIDA MOURA	EDUCADOR INFANTIL
510°	PATRÍCIA DE PROENÇA TRINDADE	EDUCADOR INFANTIL
511°	AMANDA REGINA FRONZA	EDUCADOR INFANTIL
512°	FERNANDA GOMES DA SILVA	EDUCADOR INFANTIL
513°	CAMILA GONÇALVES BORGES DA SILVA	EDUCADOR INFANTIL
674° - 52° AFRO-BRASILEIRO	ALETICIA APARECIDA FERNANDES DE ASSIS DE MELO	EDUCADOR INFANTIL
514°	MONIQUE DA SILVA	EDUCADOR INFANTIL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:7B239FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita da candidata: Ana Luiza Scorissa de Moura, classificada em 529° posição;

II – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 160/2025, convocar os aprovados no Concurso Público abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
532°	HELEN FERREIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
533°	PAULA CRISTINA DE CARVALHO	ASSISTENTE DE ALUNOS
534°	MINIVE REGINA CAVALLI	ASSISTENTE DE ALUNOS
535°	GILMAR DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:2891C971

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência da vacância (exoneração) da servidora Ana Norian dos Santos Fagundes, convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
09°	VICTOR BANDEIRA DOS SANTOS	FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:E827DBAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
01°	VINICIUS HENRIQUE DE MOURA BREDA	ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:5BC661FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
01°	LUCAS DOS SANTOS BEZERRA	ENGENHEIRO AGRIMENSOR

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:FF62AFED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Convocar o aprovado no Concurso Público abaixo relacionado, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
01°	FERNANDO NEVES DA SILVA	INTÉRPRETE DE LIBRAS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:C667CA67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência da vacância (exoneração) da servidora Cristiane Moro Rosa, convocar a aprovada no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
03°	LETICIA AGNES GIACOMASSI	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:BB44084B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2024

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência de vacâncias (exonerações) dos servidores, Camila Prevedello Pereira Collaco, Guilherme Andrade Denadai e Juliana Karina Rocha Macedo, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
05°	TANIA ESTEVES GARCIAS GARCIA	CIRURGIÃO DENTISTA
136° - 01° AFRO-BRASILEIRO	JORGE NOGUEIRA ALVES	CIRURGIÃO DENTISTA
15° - 01° PcD	LISIANE TAMMY IGAMI	CIRURGIÃO DENTISTA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:62C1A558

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Juliana Bragato Martins, classificada em 05° posição;

II – Informar a Desistência Tácita da candidata: Eriane Maria Braz da Silva, classificada em 06° posição;

III – Em virtude do não preenchimento das vagas do edital de convocação n° 144/2025, convocar as aprovadas no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionadas, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco

Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
07°	MARCIA MOURA DOS SANTOS	TÉCNICO EM FARMÁCIA
08°	PATRICIA GIROTTI BESTEL	TÉCNICO EM FARMÁCIA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:746B122B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2024

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Adriana de Souza Alberto, classificada em 188° posição;

II – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Daniel Carlos Gonçalves, classificado em 185° posição, Juliane Contador Martins, classificada em 186° posição e Luis Wagner Silvino de Sena, classificado em 187° posição;

III – Em decorrência de vacâncias (exonerações e aposentadoria) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 142/2025, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
189°	ANGELA FRIAS REZENDE TEUFEL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
190°	CRISLAINE SIMÕES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
191°	EDINEIA SANTOS NOVAIS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
192°	ELY ROSE GUIMARAES DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
193°	OSMAIR APARECIDO GAMBARO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
194°	SARON DE OLIVEIRA FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
195°	TATIANE CRISTINA SINGALANI MOREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
196°	ANA MARIA DA SILVA COUTINHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
197°	KELLY RODRIGUES DA COSTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
198°	ADRIANA APARECIDA MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
199°	CRISTIANE PRATTO PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:60ABA393

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Silmara Cristina Boratto, classificada em 26° posição, Sara de Souza Sousa, classificada em 27° posição, Joyce de Oliveira Vieira, classificada em 28° posição, Cleiton Apolinario Chaves, classificado em 29° posição e Michele Soares de Gouvêa, classificada em 30° posição;

II – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 147/2025, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
32°	JENIFER CAMPREGHER DA ROSA	EDUCADOR SOCIAL
35°	RONI TEFFERSON ALBUQUERQUE GAEST	EDUCADOR SOCIAL
36°	SCARLET DE PONTES DE MOURA	EDUCADOR SOCIAL
37°	MARIA JOSE INACIO COSTA	EDUCADOR SOCIAL
38°	ROSANGELA MARIA FRANÇA ALCARAZ	EDUCADOR SOCIAL
39°	SIBELE CRISTINE RODRIGUES FORTES DE SOUZA	EDUCADOR SOCIAL
40°	MIRIAM CARVALHO DOS SANTOS	EDUCADOR SOCIAL
41°	VINICIUS DO CARMO BARBOSA SOUZA	EDUCADOR SOCIAL
42°	VIVAZ ERNESTO FRANCISCO BANDEIRA	EDUCADOR SOCIAL
43°	CLEIVE FAVACHO PAIXAO DOS SANTOS	EDUCADOR SOCIAL
44°	FABIULA GUTZ URBANSKI	EDUCADOR SOCIAL
46°	PAULO ROBERTO PAES	EDUCADOR SOCIAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:DD5E6770

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2024

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
30°	ROSA APARECIDA FERNANDES	ASSISTENTE SOCIAL
31°	MEURLYN CHRISTIAN NUNES IACHITZKI	ASSISTENTE SOCIAL
32°	LILIANE LACERDA FLEURI	ASSISTENTE SOCIAL
33°	FERNANDA CRISTINA HEBERLE	ASSISTENTE SOCIAL
34°	SILVANA MOREIRA RIBEIRO CHALCOSKI	ASSISTENTE SOCIAL
35°	RUBIANE ANGELOTTI	ASSISTENTE SOCIAL
36°	CAROLINE KABUCHI FIGUEIREDO	ASSISTENTE SOCIAL
50° - 03° AFRO-BRASILEIRO	ROSICLER BARRACA PALHANO	ASSISTENTE SOCIAL
37°	LAÍS SANTOS DOS ANJOS	ASSISTENTE SOCIAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:56FCFCFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2024

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
30°	ROSA APARECIDA FERNANDES	ASSISTENTE SOCIAL
31°	MEURLYN CHRISTIAN NUNES IACHITZKI	ASSISTENTE SOCIAL
32°	LILIANE LACERDA FLEURI	ASSISTENTE SOCIAL
33°	FERNANDA CRISTINA HEBERLE	ASSISTENTE SOCIAL
34°	SILVANA MOREIRA RIBEIRO CHALCOSKI	ASSISTENTE SOCIAL
35°	RUBIANE ANGELOTTI	ASSISTENTE SOCIAL
36°	CAROLINE KABUCHI FIGUEIREDO	ASSISTENTE SOCIAL
50° - 03° AFRO-BRASILEIRO	ROSICLER BARRACA PALHANO	ASSISTENTE SOCIAL
37°	LAÍS SANTOS DOS ANJOS	ASSISTENTE SOCIAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:67823E8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2024

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Dalete Aquino Pereira Santos, classificada em 97° - 06° PcD posição;

II – Informar a Desistência Tácita da candidata: Carolina Veras Vieira, classificada em 76° posição;

III – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 143/2025, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
77°	CAMILA WEINGARTNER	PSICÓLOGO
101° - 07° PcD	SABRINA REICHARDT	PSICÓLOGO
78°	ERICA BERNARDES DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	PSICÓLOGO
79°	GIOVANNA FERNANDES ROZA	PSICÓLOGO
80°	DAIANE BELEMER DOS SANTOS DE SOUZA	PSICÓLOGO
81°	NÚBIA RAIMUNDO CARDOZO DOS SANTOS	PSICÓLOGO
82°	VANESSA SAJNAJ FERREIRA	PSICÓLOGO
83°	GABRIELA VEIGA DE ARAUJO	PSICÓLOGO
84°	PAULA ROBERTA DE ARAÚJO CAVALCANTE	PSICÓLOGO
85°	AMANDA SELHORST DA SILVA	PSICÓLOGO
86°	GABRIELA BATISTA GERALDO	PSICÓLOGO
88°	ISABELLE PRIOTO	PSICÓLOGO

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:AC811015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Vânia Silva de Oliveira, classificada em 02° posição;

II – Informar a Desistência Tácita das candidatas: Alessandra Bueno dos Santos Ramon, classificada em 05° posição, Leila Margarida Alves Pinto, classificada em 16° posição, Bruna Borgia de Andrade, classificada em 84° - 02° PcD posição e Maria Solange Rocha dos Santos, classificada em 18° posição;

III – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
212° - 03° PcD	LAIS MARYANA SOARES PIRES	EDUCADOR INFANTIL
21°	LUCIMARA FLAVIANA DE MOURA	EDUCADOR INFANTIL
22°	CRISTIANE DE FATIMA SANTOS MARTINS	EDUCADOR INFANTIL

23°	MONIQUE CRISTINE DE MATTOS RODRIGUES DA SILVA	EDUCADOR INFANTIL
24°	NADIELI DA SILVA TOMASI	EDUCADOR INFANTIL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:50EDB2CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista da candidata: Juliana Amazonas Ribeiro, classificada em 14° posição;

II – Informar a Solicitação de Desistência dos candidatos: Giulianna Cristina Sangiorgi de Oliveira, classificada em 17° posição e Fabio Medeiros Alves, classificado em 271° - 08° Afro-brasileiro posição;

III – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Alex Alexandre Vidal Campos, classificado em 01° posição, Elaine Pereira dos Santos, classificada em 02° posição, Daiane Rocha da Silva, classificada em 53° - 02° Afro-brasileiro posição, Arnaldo Lavado Ferreira, classificado em 33° - 01° PcD posição, Lucia Gonçalves da Silva, classificada em 05° posição, Gustavo Marcos de Carvalho, classificado em 233° - 06° Afro-brasileiro posição, Suenen Aparecida de Lara, classificada em 19° posição, Cintia Caroline da Mota Santos, classificada em 240° - 07° Afro-brasileiro posição e Gisely Adams de Souza, classificada em 23° posição;

IV – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 149/2025, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
27°	RAIMUNDA MARIA PEREIRA ALMEIDA	ASSISTENTE DE ALUNOS
28°	MARCIA VITORINHO SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
29°	RAYZA CAROLINA MACHADO DA SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS
30°	LAYSSA RAPHAELA OLIVEIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
31°	LENITA ELIANA BAUER	ASSISTENTE DE ALUNOS
400° - 03° PcD	FERNANDA RODRIGUES BERNARDI	ASSISTENTE DE ALUNOS
32°	MARGARETE TERESINHA BONFIM STEENBOCK	ASSISTENTE DE ALUNOS
34°	DÉBORA MARINA PEREIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
35°	PALOMA MAIRA ALVES DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
36°	ROSEMERI ADORNES DOS SANTOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
37°	ELISE BUCHELE RAMOS	ASSISTENTE DE ALUNOS
38°	ELOIZA DOS SANTOS LEAL	ASSISTENTE DE ALUNOS
39°	QUEILA OLIVEIRA FONSECA	ASSISTENTE DE ALUNOS
40°	JANES XAVIER SILVA MARTINS	ASSISTENTE DE ALUNOS
41°	JHENIFFER MONIQUE DE JESUS SILVA	ASSISTENTE DE ALUNOS
42°	CRISTIANO RIBEIRO GONSALVES	ASSISTENTE DE ALUNOS
43°	ALANIS VITÓRIA DOS SANTOS BORGES	ASSISTENTE DE ALUNOS
44°	MIRAITA DE FATIMA SOUZA FERNANDES	ASSISTENTE DE ALUNOS
45°	ALESSANDRA PAVIN DA LUZ	ASSISTENTE DE ALUNOS
46°	ANA CLAUDIA HENRIQUE DE OLIVEIRA	ASSISTENTE DE ALUNOS
47°	LUCIANO JEFFERSON MAGALHÃES	ASSISTENTE DE ALUNOS
48°	ANALICE DA SILVA FERREIRA SANTANA	ASSISTENTE DE ALUNOS
49°	SILVIA DE OLIVEIRA BRATFISCH	ASSISTENTE DE ALUNOS
50°	LUCIANA PINHEIRO DE CASTRO DE SOUZA	ASSISTENTE DE ALUNOS
51°	GABRIELI CANDIDO BEZERRA	ASSISTENTE DE ALUNOS
52°	EVELIN APARECIDA PAULISTA DE FREITAS	ASSISTENTE DE ALUNOS
54°	JACKSON LUIS DA COSTA VAZ	ASSISTENTE DE ALUNOS
55°	LEVI AUGUSTO RIBAS AURICHIO	ASSISTENTE DE ALUNOS
56°	GISELE ALVAREZ COSTA	ASSISTENTE DE ALUNOS
57°	CATIA DEA RIGOLINO SCHERMAK	ASSISTENTE DE ALUNOS
58°	ADRIANO DANTE PELLIZZETTI	ASSISTENTE DE ALUNOS
59°	DENISE DE FÁTIMA POSNIK	ASSISTENTE DE ALUNOS
60°	CLEUSA MARIA WOSCH	ASSISTENTE DE ALUNOS
61°	ESTER LIMA DA SILVA CASTRO DE SOUZA	ASSISTENTE DE ALUNOS
62°	MARCELO MENDES BEZERRA	ASSISTENTE DE ALUNOS
63°	SARAH FABIANA BRASIL PEREIRA	ASSISTENTE DE ALUNOS
64°	SULIÃ INÊS DE LIMA	ASSISTENTE DE ALUNOS
65°	ADRIELE FRYDRIGEVSKI	ASSISTENTE DE ALUNOS
66°	JACKELINE DAMBROSKI DOS SANTOS CALORINO	ASSISTENTE DE ALUNOS
67°	DAYANE CORDEIRO LEONEL DE SOUZA	ASSISTENTE DE ALUNOS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:DA17395B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista dos candidatos: Edyn Mylza Severina Lemos, classificada em 16° posição, Aryane Rodrigues Agostinho, classificada em 22° posição, Caroline Sayuri Hamasaki, classificada em 24° posição, Anna Maria Victoria Zandona Mack, classificada em 27° posição e Matheus Henrique Silvério Rocha, classificado em 40° posição;

II – Informar a Solicitação de Desistência das candidatas: Eduarda Petsch, classificada em 26° posição e Maria Cristina Jakobovski, classificada em 32° posição;

III – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Lucas Moreira, classificado em 08° posição, Bruno Henrique Zanis, classificado em

10° posição, Ana Paula Weller Garcia, classificada em 11° posição, Paula Vitória Alves Barbon, classificada em 12° posição, Marina Maia Klsener, classificada em 14° - 02° PcD posição, Gustavo Alejandro Leano Mantilla, classificado em 15° posição, Iago de Melo Fontana, classificado em 21° posição, Vitoria Herbella Neves, classificada em 23° - 03° PcD posição, Brian Mauricio Velasquez Castro, classificado em 25° posição, Kamila Queiroz Barboza, classificada em 28° posição, Phaolla Amábily Salmoria, classificada em 30° posição, Danilo da Silva Kador, classificado em 31° posição, Eduardo Bervian, classificado em 33° posição, Renato Dalmagro, classificado em 36° posição e Eduarda Karine Monteiro Antunes, classificada em 38° posição;

IV – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas dos editais de convocação n° 145/2025 e 004/2026, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
43°	ANA PAULA DO NASCIMENTO	MÉDICO GENERALISTA
44°	LEONARDO DEON	MÉDICO GENERALISTA
45°	DEBORAH KURESKI	MÉDICO GENERALISTA
46°	MARCELO KAMPE	MÉDICO GENERALISTA
47°	VICTOR HENRIQUE DE CASTRO ALVES SCHWERTNER	MÉDICO GENERALISTA
48°	ADRIANO PAVAN RODRIGUES DE BARROS	MÉDICO GENERALISTA
49°	SABRINA COVRE JAQUES	MÉDICO GENERALISTA
50°	LETÍCIA WEILER PRADO	MÉDICO GENERALISTA
51°	RODRIGO ENZO TOMA TAMARI	MÉDICO GENERALISTA
52°	LARA DE PAULA BERTANHA GREGOLIN	MÉDICO GENERALISTA
53°	LAURA NATÁLIA DE LIMA TOLONI	MÉDICO GENERALISTA
54°	GUILHERME SILVA MALHEIROS	MÉDICO GENERALISTA
55°	ALICE TITON DE LIMA	MÉDICO GENERALISTA
56°	YURI PEREIRA DE SOUZA	MÉDICO GENERALISTA
57°	FERNANDA ZANANDREA GRESSLER	MÉDICO GENERALISTA
58°	MILENA CHRISTINE KROL DO NASCIMENTO	MÉDICO GENERALISTA
59°	DANIEL SCHMITT	MÉDICO GENERALISTA
60°	GABRIELE HARUMI SEKO	MÉDICO GENERALISTA
61°	GUSTAVO HENRIQUE MORCELLI DA COSTA	MÉDICO GENERALISTA
62°	RENATA YUMI VADA	MÉDICO GENERALISTA
63°	EDUARDA SCOTO DIAS	MÉDICO GENERALISTA
64°	HALANNA CATHERINE GRECA	MÉDICO GENERALISTA
65°	JULIA GHIRALDI	MÉDICO GENERALISTA
66°	GIULIA SCHAIDT	MÉDICO GENERALISTA
67°	REGIANE MATIAS DA SILVA	MÉDICO GENERALISTA

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:8CC6DDBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 048/2026 - POSTERGAÇÃO DE POSSE
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar que postergou a posse da seguinte candidata aprovada para o cargo de Médico Generalista ESF do Processo Seletivo supramencionado, até o término do gozo de sua licença maternidade, respectivamente: Ana Beatriz Schmidt (classificada em 38° posição) até **06/07/2026**.

II – Determinar que a candidata supramencionada compareça no Departamento de Recursos Humanos no prazo de um (01) dia útil após o término da referida licença para receber o encaminhamento de sua lotação e outros esclarecimentos.

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:FAF9746E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2026

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 005/2022

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista dos candidatos: Ayslan Magnu Lustosa, classificado em 40° posição e Claudir do Carmo Castro, classificado em 58° posição;

II – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Daniel Lima Vaz, classificado em 25° posição, Clovis Neres Junior da Silva, classificado em 27° posição, Alisson da Silva Martins, classificado em 38° posição, Fernando Augusto de Freitas Morais, classificado em 72° - 06° Afro-brasileiro posição, Joelmir Oleskovicz, classificado em 43° posição, Suelen Maren Wenceslau Ramos, classificada em 44° posição, Dylan Alexsander Gonçalves, classificado em 50° posição, Rommell Henrique Andrade Scherer, classificado em 52° posição, Lucas Vinicius Kaspchak, classificado em 55° posição, Everton Krueger de Oliveira, classificado em 57° posição e Eros Pinheiro Lima Penna, classificado em 60° posição;

III – Informar a eliminação dos candidatos: Alexandre Guilherme Oliveira Renisz, classificado em 37° posição e Gabriel Simael Fernandes Pinto, classificado em 49° posição, tendo em vista que não compareceram no exame de exame de higidez física (contemplando exames clínicos e toxicológico), de caráter eliminatório, conforme edital n° 079/2025 – Resultado do Exame de Higidez Física divulgado no dia 11 de junho de 2025;

IV – Informar a eliminação do candidato: Henrique Elias dos Santos, classificado em 24° posição, tendo em vista que o candidato não cumpre os critérios estabelecidos no Art. 4° do Decreto Municipal n° 16, de 30 de janeiro de 2024, de caráter eliminatório, conforme edital n° 161/2025 – Resultado do Exame de Investigação de Conduta divulgado no dia 02 de dezembro de 2025;

V – Informar a eliminação dos candidatos: Gabriel Felippi Alberti, classificado em 36° posição e Ramon Sa de Souza, classificado em 45° posição, tendo em vista que não apresentaram a documentação exigida para o exame de investigação de conduta, de caráter eliminatório, conforme edital n° 161/2025 – Resultado do Exame de Investigação de Conduta divulgado no dia 02 de dezembro de 2025;

VI – Informar a eliminação dos candidatos: Sebastião Pereira de Freitas Filho, classificado em 31° posição, Rodrigo Strechar, classificado em 122° - 08° Afro-brasileiro posição e Kelly Fernanda Winchert, classificada em 132° gênero posição, tendo em vista que não compareceram no teste psicológico para porte de arma de fogo, de caráter eliminatório, conforme edital n° 001/2026 – Resultado do Teste Psicológico divulgado no dia 06 de janeiro de 2026;

VII – Em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 041/2025, convocar os aprovados no Concurso Público

abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 25 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
66°	GUILHERME PETERSON DE LIMA KLAVA	GUARDA MUNICIPAL
67°	DOUGLAS MICHEL CAVALCANTE	GUARDA MUNICIPAL
68°	CLAUDIO HENRIQUE PALMEIRA DO AMARAL	GUARDA MUNICIPAL
69°	LEONARDO SANCHES BOBIESKI	GUARDA MUNICIPAL
71°	DILSON DONIZETE DA SILVA JÚNIOR	GUARDA MUNICIPAL
73°	JOÃO VITOR PIVOVAR CARDOZO	GUARDA MUNICIPAL
74°	EDEMILSON FELISARDO DA SILVA	GUARDA MUNICIPAL
123° - 09° AFRO-BRASILEIRO	JAN CARLO SCHIMERSKI DA CRUZ	GUARDA MUNICIPAL
75°	LUIZ HENRIQUE TAMALU DE LIMA	GUARDA MUNICIPAL
77°	GABRIEL DE SOUZA LIMA	GUARDA MUNICIPAL
78°	GIOVANE JALESKI	GUARDA MUNICIPAL
79°	DEMETRIO BUENO ALVES	GUARDA MUNICIPAL
80°	THALES ALVES SATLER	GUARDA MUNICIPAL
81°	JOAO ISRAEL FARIAS	GUARDA MUNICIPAL
82°	LUIZ GUSTAVO MUNHOZ ZONATTO	GUARDA MUNICIPAL
83°	LEONARDO LENKIU	GUARDA MUNICIPAL
84°	LEONARDO LUIS CAMPOS	GUARDA MUNICIPAL
126° - 10° AFRO-BRASILEIRO	ANDERSON LUIZ DE SOUZA	GUARDA MUNICIPAL
85°	JEAN BRUNO SCHEIBEL	GUARDA MUNICIPAL
86°	ADNILSON DE LIMA	GUARDA MUNICIPAL

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:134F06C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 044/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026 PROCESSO: 44.399/2025

Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS, GRANDE CURITIBA, VALE DO RIBEIRA E FORÇA DOS VENTOS - SICREDI, CNPJ n.º 81.466.286/0001-05
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr Jeronimo Strapasson, matrícula funcional n.º 16.119; e Fiscal de Contrato Sr Fabiano Mores Machado, matrícula funcional n.º 19.485.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio categoria OURO, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para ações exclusivas durante a "59ª Festa da Uva", no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026, no Parque Municipal da Uva, na cidade de Colombo/PR.
Vigência: O prazo de execução do Contrato de Patrocínio será durante a realização da "59ª FESTA DA UVA", e o prazo de vigência 30 (trinta) dias da emissão do Contrato.
Local e data da emissão: Colombo, 30 de janeiro de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:8997F717

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2026.

Processo:	4281/2026 - Dispensa Nº 017/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **A S DE OLIVEIRA PRODUÇÕES – ME. CNPJ: 24.857.061/0001-38.**
	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços, montagem e desmontagem de cenografia de ambientes para realização da 59ª Festa da Uva de Colombo 2026, a realizar- se no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 62.700,00 (sessenta e dois mil e setecentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei nº.14.133/2021.**Data 04/02/2026**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:1B90FB0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2026.

Processo:	4350/2026 - Dispensa Nº 018/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **W V SERVICOS LTDA. CNPJ: 42.129.716/0001-33. STILLO AR CONDICIONADO LTDA. CNPJ: 10.224.279/0001-40.**
	Contratação de Serviços de Climatização de ambientes, compreendendo a locação de equipamentos e mão de obra para montagem, desmontagem e logística durante a realização da 59ª Festa da Uva de Colombo 2026, a realizar- se no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 59.900 (cinquenta e nove mil e novecentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei nº.14.133/2021. **Data 04/02/2026**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:BA2ED2D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 1981-1982/2026.

N° do Empenho:	**1981-1982/2026.**
Data:	**04/02/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 59.900 (cinquenta e nove mil e novecentos reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**018/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **W V SERVICOS LTDA. CNPJ: 42.129.716/0001-33. STILLO AR CONDICIONADO LTDA. CNPJ: 10.224.279/0001-40.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Contratação de Serviços de Climatização de ambientes, compreendendo a locação de equipamentos e mão de obra para montagem, desmontagem e logística durante a realização da 59ª Festa da Uva de Colombo 2026, a realizar- se no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Meio Turismo.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:2245146D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 1983/2026.

N° do Empenho:	**1983/2026.**
Data:	**04/02/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 62.700,00 (sessenta e dois mil e setecentos reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**017/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **A S DE OLIVEIRA PRODUÇÕES – ME. CNPJ: 24.857.061/0001-38.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços, montagem e desmontagem de cenografia de ambientes para realização da 59ª Festa da Uva de Colombo 2026, a realizar- se no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Meio Turismo.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:5E072C12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 045/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO N.º 045/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026

Processo: 44.399/2025
Onde se Lê:
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará 30 (trinta) ANTES da realização da "59ª FESTA DA UVA", a execução se encerrará 1 (um) dia após, e a vigência no dia 08 de fevereiro de 2026.
Leia-se:

Vigência: O prazo de execução do Contrato de Patrocínio será durante a realização da "59ª FESTA DA UVA", e o prazo de vigência 30 (trinta) dias da emissão do Contrato.
Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/02/2026. Edição 3461.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:56E41D7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 006/2026.

CONTRATO: Nº 002/2025

CONTRATADA: URBIS 360 SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 37.232.010/0001-62.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação 01 (um) posto de serviços gerais, para limpeza interna com fornecimento de uniforme e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem o fornecimento de material de limpeza.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: reequilíbrio econômico-financeiro com base na CCT - 2026/2028.

VALOR TOTAL: R$ 68,95 (sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01 - Câmara Municipal, 001 - Legislativo Municipal; 01.031.0001-2001 - Manutenção do Poder Legislativo, 3.3.90.37.02.99 - Limpeza e Conservação demais Setores da Administração; 0001 - Recursos Ordinários (Livres).

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 05 de fevereiro de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 e seguintes da Lei Municipal nº 2047/2023 e Art. 124, II 'd' da Lei Federal nº 14.133/21.

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:D5AB838E

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 007/2026.

CONTRATO: Nº 002/2025.

CONTRATADA: URBIS 360 SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 37.232.010/0001-62.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação 01 (um) posto de serviços gerais, para limpeza interna com fornecimento de uniforme e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem o fornecimento de material de limpeza.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: extensão de prazo.

VALOR TOTAL: R$ 3.912,85 (três mil, novecentos e doze reais e oitenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01 - Câmara Municipal, 001 - Legislativo Municipal; 01.031.0001-2001 - Manutenção do Poder Legislativo, 3.3.90.37.02.99 - Limpeza e Conservação demais Setores da Administração; 0001 - Recursos Ordinários (Livres).

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 05 de fevereiro de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 e seguintes da Lei Municipal nº 2047/2023 e Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:3A4A5AF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2025
OBJETO: Contratação da empresa MASTER EVENTOS para execução do Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Profissionais da Educação
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
VALOR: R$ 205.000,000 (Duzentos e cinco mil reais).
CONTRATADA: MASTER EVENTOS, ORGANIZACAO E EDUCACAO CORPORATIVA LTDA, CNPJ nº 28.218.983/0001-56
DATA: 22/12/2025

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:2859439E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Aquisição de 3 veículo automotor de passeio, novo, zero quilômetro, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, destinado ao atendimento das demandas das Unidades Básicas de Saúde do Município
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.003.10.302.0019.1.048.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 3304 - Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros – superávit
07.003.10.302.0019.1.048.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 3501 - Receitas de Alienações de Ativos – superávit
07.003.10.302.0019.1.048.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 35181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - 2021 - superávit
VALOR: R$ 205.000,00
CONTRATADA: MOBILE AUTOMOVEIS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ:32.951.008/0001-20

AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 05/02/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:8F7E4AE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/2023
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e locação dos equipamentos de telefonia IP, destinado a prédios e serviços públicos desta municipalidade.
VALOR: 412,48
CONTRATADA: **SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA**, CNPJ **05.257.922/0001-00**
DATA: 04/02/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:76EDB407

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026 – ESTAGIÁRIO

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), selecionados (as) de acordo com o Edital de abertura nº 01/2026 do Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas e Cadastro de Reserva de Estagiários para os cargos relacionados abaixo, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data da publicação, a fim de manifestar o interesse em assumir a vaga e entregar a documentação estabelecida neste Edital de Convocação.

VAGA: ESTÁGIO – ADMINISTRAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	IZADORA COTOVICZ CHIESA
1° PCD	KAUANE APARECIDA KOTOVICZ CADENA
2°	KIMBERLLY RODRIGUES VIANA DA SILVA

VAGA: ESTÁGIO – AGRONOMIA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	DANIELE SOEK

VAGA: ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	LETICIA CAROLLINY DE CAMPOS GONCALVES
2°	GABRIELLE VITÓRIA KUTAK

VAGA: ESTÁGIO – LETRAS PORTUGUÊS ESPANHOL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	KASSIA EDUARDA LOPATA DEBERNE

VAGA: ESTÁGIO – PEDAGOGIA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	MONICHELI GREGÓRIO DA LUZ
2°	PATRICIA DE PAULA ANTOCHEVSKI
3°	MARILDA DROBINIEWSKI HUCAN
4°	ANA KARINA DOS SANTOS
5°	SELMA REGINA COSTA

Caso encontre-se impedido (a) ou não desejar assumir a referida vaga no prazo estipulado, poderá mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para ofinal da listados selecionados, para concorrer observada sempre a ordem de classificação e a validade do processo, a novo chamamento uma só vez, ou ainda poderá solicitar desistência definitiva da vaga, não estando sujeito(a) a novas convocações.

Decorrido o prazo estabelecido, será considerado desistente o candidato que não atender a presente convocação.

Contenda, 05 de fevereiro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

O candidato convocado terá que apresentar fotocópias e originais dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;
b) CPF;
c) Comprovante de Residência
d) Declaração de Matricula atualizada;

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:C72E1233

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2026

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legaisCONVOCAos (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), selecionados (as) de acordo com o Edital de abertura nº 001/2024 do Processo Seletivo Simplificado e Edital de Homologação do Resultado Final nº 016/2024 para os cargos relacionados abaixo, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a partir da data da publicação, a fim de manifestar o interesse em assumir o cargo e entregar a documentação estabelecida neste Edital.

CARGO: ATENDENTE INFANTIL – PSS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
56°	CÁLITA CARVALHO FURTADO

Decorrido o prazo estabelecido, será considerado desistente o candidato que não atender a presente convocação.

Contenda, 05 de fevereiro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

O candidato convocado terá que apresentar fotocópias e originais dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Comprovante de Quitação Eleitoral;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento
g) Certidão de Nascimento ou RG de dependentes, devendo também apresentar
obrigatoriamente CPF de cada um.
h) Carteira de Trabalho com número do PIS/PASEP e qualificação cadastral;
i) Comprovante de quitação com o serviço militar (apenas para candidatos do sexo
masculino);

j) 01 foto 3x4;
k) Diploma/certificado que comprove a conclusão do curso e a escolaridade requerida;
l) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
m) Comprovante do não registro de antecedentes criminais mediante auto declaração, ou pela apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos
Foros das Justiças Federal e Eleitoral, podendo ser obtida nos seguintes endereços
eletrônicos:
▪ Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, por meio de certidão obtida no site: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral
▪ Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05 (cinco) anos, obtida no site:
https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/crimes-eleitorais
▪ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça
Federal no site https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
n) Atestado de aptidão física e mental na forma do Anexo II deste edital.
o) Declaração de Bens atualizada ou a última Declaração Completa do Imposto de Renda;
p) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme
disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.
(Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).
q) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).

ANEXO II

ATESTADO DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL
1. Identificação:
Nome:_RG:_ UF:_ CPF:_Data de Nascimento:_/ /_Sexo:_ Estado Civil:_Escolaridade:_ Endereço:_
2. Cargo pretendido:
3. Parecer do médico examinador
Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico e encontra-se gozando de plena saúde
física e mental, e está:
( ) Apto a exercer as funções do cargo inscrito no referido processo
( ) Não apto a exercer as funções do cargo inscrito no referido processo
4. Outras informações consideradas relevantes a respeito do estado de saúde do candidato

Local:_Data:_/_/_

Médico Examinador Assinatura e Carimbo/CRM
Para preenchimento do candidato na data de sua contratação:
Eu,_, RG:_, declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função par a qual estou sendo contratado.

Local:_Data:_/_/_

Assinatura do candidato

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:1D2798F7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 057/2026

Súmula: "Altera a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de Saúde no âmbito do Município de Contenda."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.932/2021;
DECRETA

Art.1º Altera a Comissão de Qualificação, a qual conduzirá os trabalhos do processo de qualificação de Organizações Sociais de Saúde no Município de Contenda para eventual contrato de gestão, ficando assim constituída:

I - Juliana Good Soares (Presidente)
II - Alana Mazur Dos Anjos (Membro)
III - Deivid Augusto Fragoso (Membro)

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto nº 171/2024.

Prefeitura Municipal de Contenda, 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:89836918

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2026

Súmula: Constitui Junta Médica Oficial Municipal

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Lei Municipais nº 974/2005 e 1344/2012,

R E S O L V E

Art.1º - Fica constituída a Junta Médica Oficial Municipal, composta pelos profissionais abaixo relacionados:

Nome	Número do Registro no CRM	Condição
JESSICA CRUZ SAMPAIO	49519/PR	Presidente
NATALIA CYNTHIA MOURA	48450/PR	Membro
RODRIGO ALVES DAVATZ MENDES	46830/PR	Membro

Art. 2º - Caberá a Junta Médica analisar afastamentos para tratamento de saúde de servidores estatutários, em auxílio doença com iminência de completarem o período de 24 meses ou com diagnósticos que caracterizem a incapacidade permanente, a fim de atestar a invalidez quando confirmada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação, conforme art. 40 da Lei Municipal nº 974/2005 e art. 113, 114 e 166 da Lei Municipal nº 1344/2012.

Art.3º - A presente Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/02/2026, ficando revogada as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Contenda, 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:052F4E9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
DECRETO Nº 040/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA
Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação, os cidadãos abaixo relacionados:
Três representantes do Magistério: Indicados pelo prefeito Municipal:

• Titular: Denise Baja.
• Suplente: Nelci Pereira Cadena
• Titular: Marcia Ines Kuzeratski Guimarães.
• Suplente: Dalvane Aparecida Bora Graboski
• Titular: Cleide Francisco Sobota
• Suplente: Alexsandra Damborowiski da Silveira.

Dois representantes do Quadro do pessoal do Magistério:

• Titular: Silvia Letícia Staron
• Suplente: Editelvina Miranda Pasko.
• Titular: Lilian Kelly Wietzycoski
• Suplente: Katleen Montes Miguel.

Dois representantes do Quadro próprio de servidores:

• Titular: Rosângela Amorim Rodrigues da Silva.
• Suplente: Thays de Cássia Ramos.
• Titular: Rosane Gregovsky Gomes.
• Suplente: Eliete Setlik Wojcik.

Dois representantes dos Pais de alunos da Rede Municipal de Ensino:

• Titular: Regiane Filipak
• Suplente: Jhony Wilian Anjos
• Titular: Anna Karolyne Flores da Cunha Marques.
• Suplente: Bárbara Cristine Olech Rodrigues.

Um representante das instituições Privadas de Ensino:

• Titular: Valéria Barbosa dos Santos.
• Suplente: Leila Thais Cavalim dos Santos.

Dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

• Titular: Vanessa Aparecida Cordeiro Lopes.
• Suplente: Caroline de Almeida Leite.
• Titular: Aline dos Santos Drobnieski.
• Suplente: Suzana de Fátima Nunes Correia

Art 2º. Os membros do Conselho e respectivos suplentes exercerão o mandato de 02 (dois) anos, tendo início na data de 05/02/2026 a 05/02/2028, permitida a recondução por uma vez consecutiva.

Art 3º. Os membros do Conselho ora nomeados, observarão as competências que lhe são atribuídas pela Lei nº 1.101 de 05 de setembro de 2007.

Art 4º. Os membros do Conselho Municipal de Educação não receberam qualquer remuneração pelo exercício das atribuições conferidas neste Decreto, sendo, porém, consideradas de relevante interesse público.

Art 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05/02/2026, ficando revogado qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Gregovsky Gomes
Código Identificador:D6E80F2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Comitê do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança – PPAC

Dispõe sobre a publicação do calendário de reuniões do Comitê do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança (PPAC)

O COMITÊ DO PROGRAMA PREFEITAS E PREFEITOS AMIGOS DA CRIANÇA (PPAC), no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a adesão do Município ao Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança.
CONSIDERANDO a necessidade de organização, planejamento e acompanhamento das ações voltadas à construção da Política Municipal da Infância e Adolescência.
CONSIDERANDO a importância da participação intersetorial e do acompanhamento sistemático das deliberações do Comitê;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar e publicar o **Calendário de Reuniões do Comitê do Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança (PPAC),** conforme cronograma anexo à esta Resolução.

Art. 2° Estabelecer que o calendário aprovado deverá ser:

I – Encaminhado, por meio de ofício, a todas as Secretarias Municipais;

II – Disponibilizado no grupo oficial de WhatsApp do Comitê do PPAC;

III – Utilizado como instrumento de organização e acompanhamento das atividades do Comitê.

Art. 3° Determinar que as reuniões do Comitê contarão com a participação dos(as) Secretários(as) Municipais ou seus representantes oficialmente designados, conforme deliberação do Comitê, sempre que necessário e por meio de convocação.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Contenda, 05 de fevereiro de 2026.

GENOVEVA MORDASKI HORNUNG
Articuladora do Comitê do PPAC –

SUZANA DE FÁTIMA NUNES CORREIA
Mobilizadora do Comitê do PPAC –

ANEXO

MÊS	DATA	HORÁRIO	OBSERVAÇÕES
JANEIRO	21/01	9 horas	Planejamento geral e pactuação de metas
FEVEREIRO	11/02	14 horas	Diagnóstico situacional da infância
MARÇO	11/03	14 horas	Construção do Plano de Ação Intersetorial
ABRIL	08/04	14 horas	
MAIO	13/05	14 horas	
JUNHO	10/06	14 horas	
JULHO	08/07	14 horas	Avaliação semestral + Indicadores
AGOSTO	12/08	14 horas	
SETEMBRO	10/09	14 horas	
OUTUBRO	08/10	14 horas	
NOVEMBRO	12/11	14 horas	Revisão de metas e elaboração do relatório anual
DEZEMBRO	10/12	14 horas	Encerramento e apresentação dos resultados

Publicado por:
Rosane Gregovsky Gomes
Código Identificador:D73367B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 035 DE 05/02/2026 - PSS 002/2025

EDITAL Nº. 035/2026, de 05 de fevereiro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2025 DE 07/04/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 004/2025 de 27/05/2025 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;
Considerando que a(s) candidata(s) convocada(s) no edital nº 034/2026 de 02/02/2026, não compareceu no prazo estipulado no referido edital de convocação de candidatos habilitados no processo Seletivo Simplificado,
RESOLVE
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***Exclusão*** do(s) candidato(s) habilitado(s) no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025, para o provimento de vaga temporária conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Raquel Maria Fernandes	21º	1669/25
2	Dariane Bortolini da Rosa	29º	1637/25
3	Elizabet Rosa dos Santos	31º	1917/25

Art. 2º Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

JULIANO RIBEIRO
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:C0F2918C

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 036 DE 05/02/2026 - PSS 002/2025

EDITAL Nº. 036/2026, de 05 de fevereiro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2025 DE 07/04/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 004/2025 de 27/05/2025 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;
Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Ivone Santos Haefliger	40º	1915/25
2	Lorete Garbim Vanzin	41º	1871/25
3	Viviane Siqueira	42º	1667/25
4	Ana Carolina Santos Polese	45º	1839/25

Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Marcio Junior Calza	9º	1638/25

Art. 2º. O(A) Candidato(a) convocado(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **06 (seis) de fevereiro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 07/04/2025, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026, 137 da República e 71 do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

JULIANO RIBEIRO
Responsável Pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:8BCB375E

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 172 DE 05/02/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 172/2025 de 05/02/2026.
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 – Exclusão de Candidato(a)
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 2989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa, Lei Complementar nº. 056 de 27/04/2020 (dispões sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida-PR) e a Lei Complementar nº. 057 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologação) e,
Considerando que o candidato(a) convocado(a) no Edital nº. 171/2025 de 18/11/2025, para a vaga de Agente Administrativo, não se pronunciou no prazo estabelecido no edital, **RESOLVE**
TORNAR PÚBLICO
I. Que fica **excluído**(a) Candidato(a) **CAMILA POLTRONIERE,** inscrição nº. 176993, habilitado(a) no cargo público de **Engenheiro Civil**, do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 30/05/2022, por não se pronunciar no prazo estabelecido no Edital de Convocação nº. 171/2025 de 18/11/2025.
II. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos no Edital de Concurso Público Nº. 001/2022 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.

III. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

JULIANO RIBEIRO
Responsável Pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:0E2CD1A9

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 173 DE 05/02/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 173/2025, de 05 de fevereiro de 2026.
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação)
RESOLVE TORNAR PÚBLICO
I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Engenheiro Civil** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **06 (seis) de fevereiro de 2026,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.
2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.
III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.26 da Lei Complementar nº. 071/2025), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.
3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.
3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.
3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
V. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

JULIANO RIBEIRO
Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 173/2026 de 05/02/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Engenheiro Civil**

Ordem Nº.	Classifi-cação	Nome do Candidato	N. Inscrição	Lotação Funcional
1	8º	ADRIELI BRUSTOLIN GREGOLON	176077	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

ANEXO II
EDITAL Nº 173/2026 de 05/02/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.
Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, 1º comprovante de residência, ou ainda através de declaração de residência, assinada por duas testemunhas, cabendo à administração municipal, nos termos do Parágrafo Único do art. 10 da Lei nº 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no Inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência. 2º comprovante de residência deverá ser apresentado, por ocasião da nomeação, pelo candidato habilitado no concurso
demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:F14F7F87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO
Processo de Dispensa de Licitação nº 03/2026
Processo Licitatório nº 10/2026, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, declaro dispensável a licitação nos termos do Artigo 75, inciso XI, do diploma legal invocado, para contratação direta por dispensa de licitação. Contratação de empresa para prestação de serviços de curso de atividade curricular complementar Robótica. Contratada: SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI, inscrita no CNPJ sob nº 03.802.018/0002-86. Valor total de R$ 509.760,00 (quinhentos e nove mil, setecentos e sessenta reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Publique-se. Coronel Vivida, 04 de fevereiro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:A6E17F9E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
TIPO MENOR PREÇO - POR LOTE – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 09/02/2026 até às 08h do dia 26/02/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 26/02/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 26/02/2026. VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R$ 279.550,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 05 de fevereiro de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:ABECFBE5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
TÉCNICA E PREÇO – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE UM CONJUNTO INTEGRADO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES PUBLICITÁRIAS E MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. Recebimento das propostas: das 08h do dia 09/02/2026 às 08h do dia 01/04/2026. Abertura da Sessão Pública: às 09h do dia 01/04/2026. Local: www.bnc.org.br. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 700.000,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso à Concorrência estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 05 de fevereiro de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:A24A60EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 03 ao Contrato nº 37/2024 – Concorrência Eletrônica nº 01/2024. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: NOGALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 30.972.275/0001-58. Este Termo Aditivo tem por objeto o ACRÉSCIMO da META FÍSICA E FINANCEIRA Fica aumentado o valor de R$ 35.431,83, correspondente à execução de itens de prevenção e combate a incêndio, indispensáveis à conclusão e regularização do projeto, não previstos originalmente. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 03 de fevereiro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:16E5E240

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.2768/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação e contratação de Pessoal em cargo de Provimento Temporário, que especifica e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art.1º **NOMEAR E CONTRATAR** para ocupar o cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO,** do quadro de servidores municipais de Diamante D´Oeste, **ADRIANO GONÇALVES MOREIRA HARTMANN.**
Art. 2º **NOMEAR E CONTRATAR** para ocupar o cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO,** do quadro de servidores municipais de Diamante D´Oeste, **ADIONILDA THOMAZ DE OLIVEIRA.**
Art. 3º **NOMEAR E CONTRATAR** para ocupar o cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO,** do quadro de servidores municipais de Diamante D´Oeste, **GERLEI SALETE DA SILVA.**
Art. 4º **NOMEAR E CONTRATAR** para ocupar o cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO,** do quadro de servidores municipais de Diamante D´Oeste, **NADIA CRISTINA DA SILVA.**
Art. 5º **NOMEAR E CONTRATAR** para ocupar o cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO,** do quadro de servidores municipais de Diamante D´Oeste, **TATIANE ROBERTA BORTOLINI.**
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:CE904974

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº01/2026, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Resolução nº01/2026, de 04 de fevereiro de 2026.

SUMULA: Aprova a reprogramação de saldos, de recursos oriundos do governo federal, para execução de serviços e gestão da política de Assistência Social do município de Diamante D'Oeste, para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Diamante D'Oeste – Pr., de acordo com suas competências conferidas pela lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e Lei Municipal nº 096/2016, de 17 de outubro de 2016, considerando a deliberação da plenária do dia 04 de fevereiro de 2026:

Resolve

Art.1º - Reprogramar o saldo do ano de 2025, do Bloco da Proteção Social Básica: no valor de R$105.488,26 (cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), para execução no ano de 2026.

Art.2º - Reprogramar o saldo do ano de 2025, do Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade: no valor de R$126.504,41 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais, e quarenta e um centavos), para execução no ano de 2026.

Art.3º - Reprogramar o saldo do ano de 2025, do PROCAD-SUAS: no valor de R$20.484,49 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais, e quarenta e nove centavos), para execução no ano de 2026.

Art.4º - Essa resolução entra em vigor na data de publicação.

MARIA DO NASCIMENTO FREIMULLER
Presidente Do CMAS

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:6FB75A58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº02/2026, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Resolução nº02/2026, de 04 de fevereiro de 2026.

Aprova a Prestação de Contas do Incentivo Qualificação da Estrutura CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Diamante D'Oeste – Pr., de acordo com suas competências conferidas pela lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e Lei Municipal nº 096/2016 do CMAS, de 17 de outubro de 2016, considerando a deliberação da plenária do dia 04 de fevereiro de 2026:
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo Qualificação da Estrutura CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – repasse do governo estadual, via fundo a fundo, deliberação 088/2024/CEAS/PR, relativo ao período do pagamento, até 31 de dezembro de 2025.
Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de publicação.

MARIA DO NASCIMENTO FREIMULLER
Presidente Do CMAS

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:86C78394

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº03/2026, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Resolução nº03/2026, de 04 de fevereiro de 2026.

Aprova prestação de contas do Piso Único de Assistência Social (PAS) – repasse do governo estadual, via fundo a fundo.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Diamante D'Oeste – Pr., de acordo com suas competências conferidas pela lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e Lei Municipal nº 096/2016 do CMAS, de 17 de outubro de 2016, considerando a deliberação da plenária do dia 04 de fevereiro de 2026:
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao ano de 2025.
Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de publicação.

MARIA DO NASCIMENTO FREIMULLER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:718C230D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGOS PÚBLICOS PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL - PARANÁ - EDITAL 001 2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGOS PÚBLICOS PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL - PARANÁ - EDITAL 001 2026
Considerando a necessidade de contratação de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municpal de Educação, a fim de suprir demandas dos serviços de Professor 20 h, Professor 40 - Educador Infantil, Professor de Educação Física 20 h, Professor de Música Instrumentista 20, junto às Escolas e CMEIs do Município;
Considerando, que a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender a necessidade temporária e excepcional interesse público, encontra previsão no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal;
Considerando ainda, que os servidores a serem contratados temporariamente deverão atender às normas e permissivos legais vigentes neste Município, tendo em vista a inexistência de pessoal efetivo em número suficiente, bem como não haver lista de espera de pessoas aprovadas em Concurso Público;
O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR torna público e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos para contratação temporária nas funções públicas do quadro da Secretaria de Educação, em razão da necessidade de admissão de contingente extraordinário de pessoal, cuja relevância ou premência recomende a admissão de pessoal além dos servidores permanentes do quadro, que se regerão pelas disposições contidas na Lei Municipal 1618/2026 "Cria Cargos e Abre Vagas regula e autoriza a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a admissão temporária de professores substitutos para atender necessidade de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências." ; Lei Municipal 1619/2026 " Dispõe sobre reserva de vagas para Pessoas com Deficiência – PcD em Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado – PSS, no Município de Diamante do Sul e dá outras providências." ; Lei Municipal 1620/2026 " ; "Dispõe sobre reserva de vagas para pessoas indígenas, quilombolas e Afrodescendentes em Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado – PSS, no Município de Diamante do Sul e dá outras

providências.", bem como as alterações posteriores e ainda legislaçãoes complementares e demais normas contidas nesse Edital.

•
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital, por anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações.
1.2 O Processo Seletivo Simplificado será conduzido por Comissão Organizadora/ Executora/Supervisora, nomeada pelo Decreto 3474/2026 de 07/01/2026, abrangendo todas as etapas previstas, com o objetivo de preencher as vagas descritas no Anexo I, dentro do prazo de validade estabelecido neste Edital.
1.3 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade por 01 (um) ano a contar da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
1.4 O candidato terá acesso a esse Edital e aos respectivos anexos e alterações no endereço eletrônico "município de Diamante do Sul," link
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss-magisterio-001-2026/.

•
DAS VAGAS
2.1 Este Processo Seletivo Simplificado ofertará 10 vagas para os classificados, conforme Anexo I, com previsão de formação de cadastro de reserva para os classificados que excederem às vagas ofertadas, inclusive ás vagas reservadas as Pessoas com Deficiência (PcD), e/ou pessoas que se autodeclarem de cor preta ou etnia negra - afrodescentes, indígenas e quilombolas.

2.2 Fica reservado às pessoas Indígenas, Quilombolas e Afrodescendentes o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Município.
2.2.1 Quando o número de vagas reservadas a pessoas indígenas, quilombolas e afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior.
2.2.2 Somente haverá reserva de vagas para os candidatos (as) indígenas, quilombolas e afrodescendentes nos cargos com número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).
2.3 Ficam reservadas às Pessoas com Deficiência 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Processo Seletivo Simplificado, realizado pela administração pública para provimento de cargos de admissão temporária.
2.3.1 A fixação do número de vagas reservadas às pessoas com deficiência e respectivo percentual, far-se-á pelo total de vagas por cargo, no edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS e se efetivará no ato de convocação dos respectivos candidatos.
2.3.2 Quando o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior.
2.3.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos (as) com deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).
2.3.4 A nomeação obedecerá aos critérios de alternância e proporcionalidade, respeitada a relação entre total de vagas e vagas reservadas.
2.3.5 Para efeitos desta Lei, são considerados pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias descritas na Lei Federal de n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei Estadual de n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Lei Municipal 1619/2026 de 03/02/2026.
2.3.6 O candidato deverá comprovar a condição por laudo médico a ser entregue no momento de sua convocação na fase de apresentação de documentos junto ao Departamento de Recursos Humanos.
3.0 DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROFESSOR TEMPORÁRIO
3.1 Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, atuando nas Escolas e no Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino com as seguintes atribuições: participar da elaboração da proposta pedagógica da Escola, elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da Escola, zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento, ministrar as aulas e cumprir as horas atividades estabelecidas; cumprir os dias letivos previstos no Calendário Escolar; comparecer quando convocado às atividades não previstas no Calendário Escolar, participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional previsto no Calendário Escolar, colaborar com as articulações com as famílias com as famílias e a comunidade; obedecer aos preceitos vigentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente na Legislação Estadual e Municipal; desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da Escola e dom processo ensino - aprendizagem; cumprir as determinações da Secretaria Municipal de Educação; conhecimento em informática tais como word, excel, Power Point, utilizados para redigir textos, elaboração de planilhas, apresentações, etc...; Conhecimento em robótica educacional através de abordagens lúdicas que utilizam montagens, peças grandes e programação simples, para estimular o pensamento lógico, a coordenação motora e noções de causa e efeito.
3.2 O contrato de trabalho a ser estabelecido com o candidato aprovado é administrativo, pormtempo determinado, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.
4.0 DAS INSCRIÇÕES
4.1 A inscrição do candidato neste Processo Seletivo Simplificado implicará conhecimento e irrestrita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, assim como das normas legais pertinentes, e eventuais adiamentos, comunicações, instruções ou convocações relativas ao certame, em relação aos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
4.2 Dentre as condições estabelecidas, fica ciente o candidato de que, no ato voluntário da inscrição, concorda com a publicidade de dados tais como o nome completo, data de nascimento, nº da inscrições, notas e resultados advindos do certame para o qual se inscreveu, em obediência ao preceito constitucional insculpido no caput do art. 37 da Constituição da República, de 1988, ao inciso III do art. 2º, parágrafo 3º do inciso X do art 7º e aos incisos II, III e IV do mesmo artigo da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
4.3 Além das exigências previstas neste Edital, o candidato terá pleno conhecimento de que deverá assumir a vaga escolhida, conforme opção realizada no ato da incrição.
4.4 Estará vedada a acumulação de cargos, empregos ou funções, ressalvados os casos previstos no art. 37, inciso XVI da CF, caso haja compatibiliação de horários.
5.0 DOS PROCEDIMENTOS DAS INSCRIÇÕES
5.1 As inscrições para o Teste Seletivo Simplificado 001 2026, estarão abertas no período de 06/02/2026 a 20/02/2026, conforme cronograma anexo, no sítio eletrônico "município de diamante do sul" link, https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss-magisterio-001-2026/, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h00min às 17h, as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, destinado a admissão temporária de professores substitutos para atender necessidade de excepcional interesse
público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal objetivando a contratação de pessoal, por tempo determinado, nos termos da Lei 1618/2026, de 03/02/2026.
5.2 Não será cobrada taxa de inscrição.
5.3 A inscrição do candidato somente dar-se-á mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição (Anexo IV) deste Edital, disponível no sítio eletrônico "municipio diamante do sul" link https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss-magisterio-001-2026/.
5.4 Somente serão aceitos Requerimentos de Inscrição completamente preenchidos nos campos obrigatórios, com clareza, a tinta e sem rasuras.
5.5 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.
5.6 Após a conclusão da inscrição e da entrega da documentação o candidato não poderá alterar a sua inscrição.
5.7 A validação da incrição dar-se-á com a impressão do Requerimento de Inscrição (Anexo IV) que deve ser preenchido e colado no lado externo do envelope de Comprovação de Títulos, e entregue no período 06/02/2026 a 20/02/2026, na Secretaria Municipal de Educação do Município, sito à Av. Getulio Vargas sn -

Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-ferias das 8:00 as 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas.
5.8 A incrição implica em aceitação das condições etabelecidas para a realização do Processo Seletivo Simplificado 001 2026, dentre as constantes no presente Edital, não cabendo alegação de desconhecimento.
5.9 Em hipótese alguma serão recebidos títulos/documento fora do período e local estipulados.
5.10 O candidato poderá se inscrever somente para um cargo deste Edital.
6.0 DAS VAGAS PARA PESSOAS COM PcD
6.1 As pessoas com deficiência, assim entendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, Lei Municipal 1619/2026 de 03/02/2026, tem assegurado o direito da inscriçã desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições da função para a qual concorre.
6.2 As disposições desse Edital, referentes às Pessoas com Deficiência são correspondentes à Lei Estadual 18.419/2015, bem como a Súmula nº 377 do STJ, e as demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para as Pessoas com Deficiência.
6.3 Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.3 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento), das vagas oferecidas no certame.
6.4 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá entregar cópia autenticada e digitalizada do Laudo Médico com as informações descritas no ítem 6.1.
6.5 O Laudo Médico deverá ser cópia autenticada e digitalizada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, com citação do nome po extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão consideradors os Laudos Médicos emitidos nos últimos 12 meses anteriores à data de publicação deste Edital.
6.6 Na falta de candidatos aprovados para as bagas reservadas a pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de clasificação.
6.7 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Simplificado, e responderá civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do ato.
6.8 Aplicam-se às pessoas com deficiência as demais regras que regem este Proceso Seletivo Simplificado.
7.0 DAS VAGAS PARA PESSOAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS OU AFRODESCENDENTES
7.1 A fixação do número de vagas reservadas à pessoas indígenas, quilombolas e afrodescendentes e respectivo percentual, far-se-á pelo total de vagas por cargo, no Edital de Abertura de Processo Seletivo Simplificado e se efetivará no ato de convocação dos respectivos candidatos.
7.2 Quando o número de vagas reservadas a pessoas indígenas, quilombolas e afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior.
7.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos (as) indígenas, quilomboas e afrodescendentes nos cargos comm número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).
7.4 A nomeação obedecerá aos critérios de alternância e proporcionalidade, respeitada a relação entre total de vagas e vagas reservadas.
7.5 As nomeações de candidatos aprovados, abrangendo as vagas originalmente ofertadas e aquelas provenientes do cadastro de reserva, durante a vigência do certame, observarão os percentuais destinados aos candidatos cotistas de acordo com esta Lei e aos candidatos inscritos na condição de PCD.
7.6 Para efeitos desta Lei, consideram-se:
a) Pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;
b) Pessoa quilombola: aquela pertencente á grupo étnico-racial, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
c) Pessoa afrodescendente: aquela que assim se declare expressamente, identificando-se como de cor preta ou de etnia negra.
7.7 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá no ato da inscrição, se declarar como sendo de etnia negra ou cor preta, como indígena ou como quilombola, conforme Formulário de Autodeclaração constante no Anexo III, devendo tal informação integrar os registros cadastrais de servidores/empregados, observando-se o disposto no Art. 3º da Lei Municipal 1620/2026 de 03/02/2026.
7.8 Com o preenchimento do Anexo III, o candidato se autodeclara como pardos ou de etnia negra, indígena ou quilombola, apresentando as características fenotípicas através de descrição e foto 3x4.
7.9 As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira respondabilidade do candidato, respondendo esse por qualquer falsidade acarretando na rescisão contratual.
7.10 Aos candidatos inscritos para esta reserva de vagas, caso não homologada desta forma, fica assegurado o direito ao recurso, permanecendo a inscrição como ampla concorrência, desde que atendidos os critérios para tal.
7.11 Para fins de homologação da Autodeclaração não será considerada a ascendência do (a) candidato (a).
7.12 Os candidatos inscritos para vagas reservadas, PcD, indígenas, afrodescendentes ou quilombolas, concorrerão em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à análise dos títulos apresentados, à avaliação e aos critérios de aprovação, e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no Edital.
8.0 DA SELEÇÃO:
8.1 A seleção dos candidatos será realizada através de prova de títulos, de caráter eliminatório e classificatório, nos termos do Edital.
8.2 PROVA DE TÍTULOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR DE CARÁTER ELIMINATÓRIO (PRÉ-REQUISITO)
CARGO: Professor 20 h
FORMAÇÃO: Cópia do Diploma de Curso Superior em Pedagogia; ou
Cópia do Diploma de Licenciatura Plena na área de educação; ou
Cópia do Diploma Normal Superior mais habilitawção mas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil;
Cópia do Histórico Escolar Ensino Médio Modalidade Normal
CARGO: Professor 40 h - Educação Infantil
FORMAÇÃO: Cópia do Diploma de Curso Superior em Pedagogia; ou
Cópia do Diploma de Licenciatura Plena na área de educação; ou
Cópia do Diploma Normal Superior mais habilitawção mas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil;
Cópia do Histórico Escolar Ensino Médio Modalidade Normal
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 H
FORMAÇÃO: Cópia do Diploma de Licenciatura em Educação Física;
Cópia do Registro Profisional Ativo, no respectivo Conselho de Classe (CREF); Comprovante de regularidade dp registro Profissional
CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA 20 H
FORMAÇÃO: Cópia do Diploma ou Certificado de Formação Específica em Música ou Licenciatura em Música;
Cópia dos Cetificados de cursos complementares ou experiência na área musical
8.3 O candidato que não apresentar comprovante que atenda aos requisitos exigidos no ítem 9.3 não terá seu currículo analisado e estará eliminado.

•

0 DA PROVA DE TÍTULOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO:
9.1 Os candidatos aos cargos de Professor 20h, Professor 40 hy - Educação Infantil, Professor de Música receberão a pontuação de acordo com o descrito abaixo:

FORMAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA
(DIPLOMA OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO COM HISTÓRICO)
Graduação – área educação (além do Pré-requisito): Quantidade 03, Pontos 08, Máximo de pontos 24.
Especialização (lato-sensu) – na área da educação: Quantidade 06, Pontos 08, Máximo de pontos 48.

Mestrado – na área da educação: Quantidade 02, Pontos 09, Máximo de pontos 18.
Doutorado – na área da educação: Quantidade 01, Pontos 10, Máximo de pontos 10.
Ensino Médio – Modalidade Normal: Quantidade 01, Pontos 08.
TOTAL: 100.
9.1 Os candidatos ao cargo de Professor de Educação Física 20 h – receberão a pontuação de acordo com o descrito abaixo:
(DIPLOMA OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO COM HISTÓRICO)
Graduação – área educação (além do Pré-requisito): Quantidade 02, Pontos 08, Máximo de pontos 16.
Especialização (lato-sensu) – na área da educação: Quantidade 03, Pontos 08, Máximo de pontos 24.
Mestrado – na área da educação: Quantidade 01, Pontos 10, Máximo de pontos 10.
Doutorado – na área da educação: Quantidade 01, Pontos 10, Máximo de pontos 10.
Ensino Médio – Modalidade Normal: Quantidade 01, Pontos 08.
TOTAL: 60.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:
Experiência comprovada em pontos de atenção à educação no cargo: 04 pontos por ano de atuação (máximo 10 anos), Máximo de Pontos 40.
TOTAL: 40.
9.2 A análise curricular, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado composta por profissionais da área da Educação e Psicologia.
9.3 Os documentos entregues, em envelope lacrado, deverão obedecer à seguinte ordem:
a) Requerimento de Inscrição devidamente preenchido e colado no lado
externo do envelope;
b) Cópia legível do RG ou de Documento Oficial com foto;
c) Cópia legível do CPF ou da CNH
d) Cópia legível dos Diplomas (frente e verso|ou, em caso de ausência do Diploma, Certificado de conclusão de curso com Histórico Escolar
9.4 Para o cargo em que é preciso apresentar a experiência profissional
deverão ser anexados também:a) Cópia legível da folha de identificação da carteira do trabalho;
b) Cópia legível dos Contratos/Vínculos de trabalhos na área de educação.
c) Declaração emitida pelo ente empregador, constando as datas de início e fim de contrato e informação de forma idônea da realização de trabalho em pontos de atenção à educação.

9.5 Para os contratos/vínculos que se encontram em aberto, ou seja, sem data de saída, o candidato deverá anexar Declaração emitida, datada e assinada pelo contratante, informandoque o contrato/ vínculo continua ativo até a presente data, sob pena de não ser computador o período para experiência profissional.
9.6 Para a experiência profissional, é considerado ano de atuação o período
de 12 meses de experiência independentemente da quantidade de vínculos
no período.

9.7 A avaliação curricular dar-se-á mediante o somatório dos pontos obtidos
na análise da documentação apresentada, acrescido da pontuação de expe-
riência profissional, quando houver.

9.8 Será desclassificado o candidato que apresentar envelope com documentação incompleta.

9.9 Em nenhuma hipótese haverá a devolução dos documentos apresentados.

DA CLASSIFICAÇÃO
10.1 A classificação preliminar do candiato dar-se-á a partir da análise da documentação entregue e será divulgada em ordem decrescente de pontuação.

10.2 A nota obtida (informada) pelos candidatos no ato da inscrição poderá
ser revisada (alterada) quando da análise da documentração e será divul-
gada no resultado preliminar, de acordo com o item anterior.

10.3 A classificação final do candidato dar-se-á a partir da soma da pontua-
ção obtida na Prova de Títulos - Análise Curricular e será divulgada em
lista por ordem decrescente de pontuação.

10.4 Constarão no Resultado Final apenas os candidatos classificados e
aprovados.

10.5 Na classificação, entre candidatos com igual número de pontos, será
fator de desempate:
a) a idade em favor do candidato mais idoso;
b) maior tempo de serviço comprovado através de Certidão

10.6 Será eliminado o candidato que:
a) Fazer a inscrição de forma indevida;
b) Não comprovar os requisitos mínimos exigidos para o cargo;
c) Não entregar, via protocolo, envelope lacrado com Requerimento de
Inscrição a documentação da Prova de Títulos - Análise Curricular no prazo estipulado nesse Edital
d) Apresentar cópias ilegíveis;
e) Apresentar documentação incompleta

DOS RECURSOS
11.1 Caberá recurso quanto á:

a) Divulgação do Resultado das Inscrições;
b Divulgação do Resultado Prelominar;
c) Pontuação obtida na Prova de Títulos - Análise Curricular

11.2 Os candidatos poderão interpor recurso devidamente fundamentado,
no prazo através de requerimento próprio, Anexo VI, protocolizado na Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Getúlio Vargas sn - Centro,
no horário das 8:00 as 11:30 h e das 13:00 ás 17:00 horas.

11.3 O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias, conforme cronograma:

11.3.1 Não serão aceitos recursos protocolizados fora do prazo determinado.

11.3.2 Não será aceita a revisão de recurso ou recurso de recurso.

11.4 Das decisões da Banca Examinadora não caberão recursos adicio-
nais, nem nova apreciação da decisão de recurso.

11.5 O resultado dos Recursos e o Resultado Final do Processo Seletivo
Simplificado serão publicados no Órgão Oficial Eletrônico do Município
e divulgados no sítio oficial do "município de diamante do sul", link " https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss-magisterio-001-2026/

HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO
12.1 Divulgado o resultado final, após transcorridos os prazos e decididos
os recursos porventura interpostos, o Processo Seletivo Simplificado será
homologado pelo Prefeito do Município, e o resultado e classificação final

publicados no Jornal Oficial do Município e disponibilizados na Secretaria
de Educação do Município, bem como no site "municipio de diamante do
sul".

12.2 A homologação final do Processo Seletivo Simplificado e a divulga-
ção da classificação estão previstas para 27/02/2026.

12.3 As contratações serão realizadas, respeitando a ordem de classifica-
ção, conforme a necessidade verificada em cada situção, por tempo deter-
minado, podendo ser ate 20/12 2026, para atuar nas unidades educacio-
nais do Município, podendo haver a prorrogação do contrato por mais um
ano por decisão da administração pública.

12.4 A avaliação clínica a que o candidato deverá ser submetido, consiste
nos exames admissionais pertinentes a função, sendo considerado inapto
e desclassificado do Processo Seletivo Simplificado, aquele que não gozar
de boa saúde física e mental para o exercício da função.

12.5 A convocação dos candidatos para contratação dar-se-á por publi-
cação no Diário Oficial do Município. O não comparecimento dentro do
prazo estabelecido na convocação ou a apresentação dentro dos prazos
estabelecidos, porém sem satisfazer as exigências previstas em Edital,
implicará na inabilitação do candidato para o Processo Seletivo Simpli-
ficado, reservando-se ao Departamento de Recursos Humanos o direito
de convocar o próximo candidato da lista de classificação.

12.6 O candidato que vier a ser contratado por admissão temporária,
mediante este Processo Seletivo Simplificado serão regidos pelas Leis
1618/2026, 16/19,2026 e 1620/2026 e demais Leis que regem essas
contratações.

DOS REQUISITOS
13.1 São requisitos a serem atendidos pelo candidato aprovado, por oca-
sião de sua contratação, além de possuir a habilitação específica para o
desempenho da função;

a) Ter nacionalidade brasileira, ou estrangeira, nesse caso atendidos os requisitos da Lei específica;
b) Ter, na data da posse idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.
c) Haver cumprido as obrigações para o Serviço Militar, quando do sexo masculino.
d) Ser eleitot e estar quite com a Justiça Eleitoral.
e) Estar em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
f) Possuir aptidão física e mental, atestadas por Laudo Médico oficial;
g) Não acumular cargo ou função pública, com exceção dos casos permitidos pela Constituição Federal, apresentando declaração própria sobre essa condição.
h) Não acumular proventos e vencimentos, com exceção dos casos permitidos pela Constituição Federal, ou optar por vencimentos se for servidor aposentado em Órgão Público.
i) Não ter sido condenado (condenação transitada em julgado) por crime
contra o Patrimônio, contra a Administração, contra a Fé Pública, contra
os Costumes e os previstos na Lei 11.343 de 23/08/06, comprovando a regularidade através de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, apresentada no ato da contratação.
j) Não ter sido demitido(a) do serviço público Municipal, Estadual ou Federal, em período inferior a 05 (cinco| anos.
k) Cumprir as exigências contida neste Edital a ser aprovado nas fases nele previstas.
l) Conhecer e estar de acordo com as normas contidas neste Edital.

13.2 Publicada a convocação dos aprovados junto ao Órgão Oficial Ele-
trônico do Município, o candidato terá o prazo de 03 (três) dias úteis
para manifestar interesse em assumir a vaga, bem como para comprovar
os requisitos previstos em Edital, sob pena de perda de vaga.

13.3 A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera
ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

13.4 O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes

13.5 O candidato que atender aos requisitos exigidos para iniciar o exercício temporário da função pretendida, deverá ter disponibilidade imediata para início dos trabalhos ajustados, de acordo com as necessidades da administração pública, sob pena de perda da vaga e chamamento do candidato alocado à posição classificatória subsequente, sem direito ao benefício final da lista.

13.6 O candidato que atender aos requisitos exigidos para iniciar o exercício temporário da função pretendida, deverá ajustar previamente com a chefia imediata a data de início, horário e local de trabalho, assim como ter celebrado, assim como ter celebrado por escrito instrumento contratual confeccionado pela Secretaria pela Recursos Humanos.

13.7 Considerando que o presente processo é para contratação de caráter imediato e temporário, o candidato que não possuir condições plenas,
no ato da convocação, para o exercício das funções não poderá assumir
a vaga.

DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo Simplificado, contidas nos comunicados neste Edital e
em outros a serem publicados.

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publica-
ção de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo
Seletivo Simplificado, bem como de eventuais aditamentos e instruções
específicas para a realização do certame

14.3 Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certi-
dões relativas à seleção, à classificação ou às notas de candidatos, valendo para tal fim, a publicação do resultado final e homologação do Processo Seletivo Simplificado.

14.4 As atribuições e pré-requisitos pertinentes ás funções de Professor
20 h, Professor 40 h - Educação Infantil, Professor de Educação Física 20 h, Professor de Música 20 h, estão contidas no Anexo II deste Edital

14.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado objeto deste
Edital será até o dia 20/12/2026, prorrogável pelo período de 12 (meses),
com aditivação do contrato de trabalho á critério da Administração Pú-
blica Municipal.

14.6 Somente serão convocados candidatos aprovados, até o limite de

vagas abertas constante em Lei Municipal.

14.7 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação e Comissão instituída para executar o presente Processo Seletivo Simplifcado

14.8 Integram o presente Edital os anexos I,II, III, IV, V E VI

Diamante do Sul, 05 de fevereiro de 2026

Darci Tirelli Jocieli Adami
Prefeito Municipal Presidente da Comissão de PSS
ANEXO I
DAS CARGOS E VAGAS OFERTADAS
Professor 20 h

Professor 40 h – Educação Infantil
Vagas: 01
Escolaridade exigida: Licenciatura plena em Pedagogia ou outra área em Educação, Ensino Médio Modalidade Normal Magistério com habilitação para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apto(a) a ministrar aulas de Matemática, acrescida de especialização ou curso de pós-graduação na área de Informática Educacional, Tecnologia Educacional, Robótica Educacional ou áreas afins.
Obs.: Também poderão ser aceitos cursos de formação complementar e/ou certificações na área de Informática e Robótica Educacional, conforme critérios definidos no edital.
Jornada de trabalho: 20 horas semanais
Remuneração: R$ 2.200,00
Local de atuação: Unidades da Secretaria Municipal de Educação
Atividades desempenhadas: Apoio pedagógico, organização do trabalho escolar, acompanhamento de práticas educativas, atividades administrativas pedagógicas e atendimento à comunidade escolar.
Vagas: 01
Jornada de trabalho: 40 horas semanais
Remuneração: R$ 4.400,00

Professor de Educação Física – 20 h
Vagas: 01
Escolaridade exigida: Licenciatura em Educação Física e registro profissional
Jornada de trabalho: 20 horas semanais
Remuneração: R$ 2.200,00
Local de atuação: Unidades da Secretaria Municipal de Educação
Atividades desempenhadas: Realização de aulas, práticas corporais, atividades recreativas e esportivas, especialmente para atendimento dos horários da Educação Integral.

Professor de Música (Instrumentista) – 20 h
Vagas: 01
Escolaridade exigida: Formação específica em Música ou Licenciatura em Música
Jornada de trabalho: 20 horas semanais
Remuneração: R$ 2.200,00
Local de atuação: Unidades da Secretaria Municipal de Educação
Atividades desempenhadas: Desenvolvimento de atividades de musicalização, ensino instrumental, ensaios, oficinas e ações culturais, com foco na Educação Integral.

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES POR CARGO - PSS 01/2026
Professor 20 h
Professor 40 h – Educação Infantil
Descrição sumária das tarefas
Participar na elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, Deliberações do Conselho Municipal de Educação de Diamante do Sul, instruções Normativas da Secretaria Municipal da Educação, o Currículo Básico, o Projeto Político-Pedagógico; Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados.
Descrição detalhada das tarefas
Participar na elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, Deliberações do Conselho Municipal de Educação de Diamante do Sul, Instruções Normativas da Secretaria Municipal da Educação, o Currículo Básico, o Projeto Político-Pedagógico; Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados; Participar da elaboração, execução e avaliação do regimento escolar e do projeto político-pedagógico da escola; Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula, considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados; Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento; Emitir parecer, sempre que necessário, sobre recursos interpostos por pais ou responsáveis, com base no sistema de avaliação da escola; Planejar em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extraclasse a serem realizadas; Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico; Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdo a serem proporcionados aos alunos; Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da escola; Realizar observações, registro, avaliação e planejamento de atividades pedagógicas próprias de cada faixa etária em conjunto com a coordenação; Informar aos pais e/ou responsáveis sobre o desenvolvimento integral da criança (cognitivo, afetivo, motor e social); Controlar a frequência e pontualidade das crianças na instituição, comunicar à coordenação em caso de faltas e atrasos em excesso, de acordo com Regimento Interno; Auxiliar a criança na execução de atividades diárias, responsabilizando-se pelo processo de ensino-aprendizagem; Detectar casos de alunos que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao coordenador pedagógico; Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula; Executar todos os procedimentos de registros referentes às aulas, e ao processo de avaliação de seus alunos; Fazer os registros necessários no LRCOM – Livro de Registro de Classe Online – Municípios, conforme a instrução normativa que trata dos procedimentos de registro; Zelar pelo patrimônio escolar; Estudar o currículo escolar e responsabilizar-se pela sua aplicação; Planejar o trabalho diário de sala de aula; Manter os pais informados das condições de aprendizado de seus filhos; Participar das reflexões pedagógicas, formações/estudos e conselhos de classe, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas; Realizar procedimentos relacionados à saúde do aluno, medicando-o somente com receituário médico e prestando atendimento prévio em caso de acidentes, comunicando e orientando os pais/responsáveis; Discutir com a coordenação e direção da instituição, qualquer dúvida ou dificuldade em relação à criança e à família, acatando a orientação recebida; Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, no que diz respeito aos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais; Promover e/ou favorecer a adaptação dos alunos; Participar de reuniões, programações e do planejamento de atividades desenvolvidas pela instituição; Desempenhar outras atividades correlatas.

Professor 20 h
Professor 40 h – Educação Infantil
Descrição sumária das tarefas
Realizar o planejamento das atividades e dos projetos a serem realizados na instituição, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Deliberações do Conselho Municipal de Educação/Diamante do Sul, o Currículo Básico para a Região Oeste do Paraná/AMOP, NRE Laranjeiras do Sul, e o Projeto Político-Pedagógico.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função
Realizar o planejamento das atividades e dos projetos a serem realizados na instituição, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, BNCC – Base Nacional Comum Curricular, Deliberações do Conselho Municipal de Educação de Diamante do Sul, Instruções Normativas da Secretaria Municipal da Educação, o Currículo Básico, o Projeto Político-Pedagógico; Planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas de sala de aula,

considerando a qualidade de ensino, propondo alternativas de soluções para os problemas detectados; Dirigir e responsabilizar-se pelo processo de transmissão e assimilação do conhecimento; Planejar, em conjunto com a equipe pedagógica, atividades extra-classe a serem realizadas; Participar de reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento pedagógico; Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, crianças, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da Instituição de Ensino; Detectar casos de crianças que apresentem problemas e dificuldades específicos e encaminhá-los ao profissional responsável pelas áreas afins; Manter a equipe pedagógica informada dos problemas que interfiram no trabalho de sala de aula; Executar todos os procedimentos de registros referentes às aulas e ao processo de avaliação das crianças; Fazer os registros necessários no LRCOM – Livro de Registro de Classe Online – Municípios, conforme a instrução normativa que trata dos procedimentos de registro; Zelar pelo patrimônio da instituição de ensino; Planejar e desenvolver atividades atendendo ao que preconiza a legislação da Educação Infantil: o cuidar e o educar indissociavelmente, oportunizando uma educação integral, priorizando o desenvolvimento físico, motor, intelectual e afetivo às crianças sob sua responsabilidade; Atender as crianças, respeitando seu estágio de desenvolvimento, de acordo com suas habilidades e limitações; Responsabilizar-se pelas crianças de sua turma, durante o período em que estiverem na instituição de ensino em relação à educação, segurança, higiene e saúde, bem como no cuidado de todas, nos horários em que estiverem fora da sala, em outros espaços da instituição; Realizar observações, registro, avaliação e planejamento de atividades pedagógicas próprias de cada faixa etária em conjunto com a coordenação; Informar aos pais e/ou responsáveis sobre o desenvolvimento integral da criança (cognitivo, afetivo, motor e social); Orientar, acompanhar e auxiliar as crianças durante a alimentação, repouso e higienização; Incentivar hábitos de organização e asseio às crianças; Participar na elaboração, execução, avaliação e reformulação do regimento interno da instituição e do Projeto Político-Pedagógico; Respeitar os horários de medicamentos e dietas; Receber e entregar as crianças aos responsáveis; Contribuir com o bem-estar das crianças; Controlar a frequência e pontualidade; Auxiliar a criança na execução de atividades diárias; Tomar precauções para evitar doenças infectocontagiosas; Comunicar aos pais e coordenação quando a criança adoecer; Realizar procedimentos relacionados à saúde da criança; Discutir dúvidas com a coordenação/direção; Zelar pela ética profissional; Promover a adaptação das crianças; Participar de reuniões e planejamentos; Desempenhar outras atividades correlatas.

Professor de Educação Física – 20 h
Descrição sumária das tarefas
Planejar, organizar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas de Educação Física, promovendo o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social e emocional dos alunos, por meio de práticas corporais, esportivas, recreativas e de lazer, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, as diretrizes da Educação Integral e as normas da Secretaria Municipal de Educação.
Descrição detalhada das tarefas
Planejar, executar e avaliar aulas e atividades de Educação Física, respeitando as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o currículo municipal e o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; desenvolver práticas corporais, esportivas, recreativas e de lazer; promover a inclusão e o respeito à diversidade; organizar jogos, brincadeiras, atividades rítmicas, ginásticas e esportes; contribuir para a formação integral dos alunos; atuar de forma integrada com a equipe pedagógica; acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos alunos; zelar pela segurança e bem-estar; orientar quanto ao uso de materiais e espaços; participar de ações e projetos da Educação Integral; cumprir normas administrativas e pedagógicas; Executar todos os procedimentos de registros referentes às aulas; Fazer os registros necessários no LRCOM – Livro de Registro de Classe Online – Municípios; manter postura ética e profissional; desempenhar outras atividades correlatas.

Professor de Música – 20 h
Descrição sumária das tarefas
Planejar, organizar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas de música, promovendo a educação musical, a musicalização, o ensino instrumental e a apreciação musical, contribuindo para o desenvolvimento artístico, cultural, cognitivo, social e emocional dos alunos, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, as diretrizes da Educação Integral e as normas da Secretaria Municipal de Educação.
Descrição detalhada das tarefas
Planejar, executar e avaliar aulas e atividades de música; desenvolver atividades de musicalização, percepção sonora, ritmo, canto e prática instrumental; orientar o ensino instrumental; organizar ensaios, oficinas e apresentações musicais; estimular a criatividade e expressão artística; promover inclusão; atuar de forma integrada com a equipe pedagógica; realizar registros pedagógicos; zelar pelos instrumentos e espaços; orientar normas de segurança; participar de projetos e ações pedagógicas; cumprir normas administrativas; Executar todos os procedimentos de registros referentes às aulas; Fazer os registros necessários no LRCOM – Livro de Registro de Classe Online – Municípios; manter postura ética e profissional; desempenhar outras atividades correlatas compatíveis com a função.

ANEXO III
QUADRO DE VAGAS E PRÉ-REQUISITOS - PSS 01/2026
Professor 20 h
Vagas:
AC: 03
Afro: 01
Indígena: 01
Quilombola: –
PcD: –
Escolaridade:
Cópia do diploma de Curso Superior em Pedagogia;
ou Cópia do diploma de Licenciatura plena na área de educação;
ou Cópia do diploma Normal Superior mais habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil.
Ensino Médio Modalidade Normal.
Jornada de trabalho: 4 horas diárias e 20 horas semanais.
Remuneração: R$ 2.200,00.
Local de atuação: Escolas municipais na sede e no interior do Município de Diamante do Sul, SEM FIXAR TURNO E LOCAL, por períodos determinados para suprir licenças de servidores efetivos.
Atividades: Atendimento aos alunos regularmente matriculados nas escolas municipais e demais atribuições constantes do Anexo I.

Professor 40 h – Educação Infantil
Vagas:
AC: 03
Afro: 00
PcD: 00
Escolaridade:
Cópia do diploma de Curso Superior em Pedagogia;
ou Cópia do diploma de Licenciatura plena na área de educação;
ou Cópia do diploma Normal Superior mais habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental ou em educação infantil.
Ensino Médio Modalidade Normal.
Jornada de trabalho: 8 horas diárias e 40 horas semanais.
Remuneração: R$ 4.400,00.
Local de atuação: Escolas municipais na sede e no interior do Município de Diamante do Sul, SEM FIXAR TURNO E LOCAL, por períodos determinados para suprir licenças de servidores efetivos.
Atividades: Atendimento aos alunos regularmente matriculados nas escolas municipais e demais atribuições constantes do Anexo I.
Professor de Música T20 – PSS
Vagas:
AC: 01
Afro: 00
PcD: 00
Escolaridade:
Licenciatura em Música, reconhecida pelo MEC; ou Formação específica em Música, em nível técnico ou superior, com comprovação por diploma ou certificado, compatível com a área de atuação.
Jornada de trabalho: 4 horas diárias e 20 horas semanais.
Remuneração: R$ 2.200,00.

Local de atuação: Escola municipal do Município de Diamante do Sul, por períodos determinados, SEM FIXAR TURNOS, E DIAS SEMANAIS, para suprir licenças de servidores efetivos.
Atividades: Atendimento aos alunos regularmente matriculados na escola municipal e demais atribuições constantes do Anexo I.

AC – Vagas para candidatos inscritos como Ampla Concorrência
Afro – Vagas reservadas para candidatos inscritos como "Afrodescendentes"
PcD – Vagas reservadas para candidatos inscritos como "Pessoa com deficiência"

ANEXO IV
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PSS 01/2026
( ) Professor 20 h
( ) Professor de Educação Infantil – 40 h
( ) Professor de Educação Física 20 h
( ) Professor de Música 20 h
Nome Completo: _____
CPF: _____ Sexo: _____
RG: _____ Data Nasc: _____ UF: _____
Endereço: _____
Número: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____
Tel. Fixo: _____ Tel. Celular: _____
Tel. Recado: _____
E-mail: _____
Insc. AFRO
Insc. INDÍGENA
Insc. QUILOMBOLA ( ) Sim – sendo obrigatório anexar autodeclaração preenchida junto da documentação, conforme Anexo V.
Insc. PcD: ( ) Sim – obrigatório anexar laudo médico comprobatório junto da documentação.

Formação Acadêmica
(Se esta não for Pré-requisito – Conforme previsto no Edital)
Ensino Médio Modalidade Normal
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida *(para uso exclusivo da Comissão): _____
Graduação
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida *(para uso exclusivo da Comissão): _____
Pós-Graduação (Lato Sensu)
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida *(para uso exclusivo da Comissão): _____
Mestrado
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida *(para uso exclusivo da Comissão): _____
Doutorado
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida *(para uso exclusivo da Comissão): _____
Experiência Profissional – PSS)
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida (para uso exclusivo da Comissão): _____
TOTAL GERAL
Pontuação Declarada (para uso exclusivo do Candidato): _____
Pontuação Obtida *(para uso exclusivo da Comissão): _____
(marque a formação escolar ou acadêmica apresentada e/ou a quantidade de semestres de experiência profissional)
*(para uso exclusivo da Comissão)
ATENÇÃO Preencher somente os campos exclusivos para o candidato.

ANEXO V
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO AFRO PSS 001/2026

Eu, , Portador(a) do RG nº , CPF sob o nº , declaro que sou preto ( ) ou pardo ( ), conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Lei Estadual nº 14.274/2003, Lei Municipal 1357/2022, para o fim específico de atender ao item 2.13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, do Município de Diamante do sul, Estado do Paraná.

Declaro, ainda, estar ciente de que:
a) As vagas reservadas destinam-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa pretnegra, que assim sejam socialmente reconhecidas;
b) A presente declaração será analisada e o pedido pode ser deferido ou indeferido, e, em caso de indeferimento, serei classificado na listagem de ampla concorrência;
c) Conforme previsão no item 2.13.1, 2.12., 2.12.1, 2.12.2, 2.12.2.1, 2.13, as informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato(a), respondendo este(a) por qualquer falsidade.
As características fenotípicas que me identificam como pessoa preta ou parda são:

POR FIM, CONFIRMO MINHA AUTODECLARAÇÃO DE PRETO(A) OU PARDO(A) ( ) SIM ( ) NÃO

Data / / .

Assinatura do Candidato(a)

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DO PSS Nº 01/2026

À Comissão Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 Prefeitura Municipal de Diamante do sul

Inscrição: _____
Nome Completo: _____
CPF: _____
Cargo inscrito: _____
Vaga: ( ) AC ( ) Afro ( ) PcD

DESCREVA O RECURSO:
Diamante do sul, / /

Assinatura

ANEXO VII
CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026
06/02/2026 – Divulgação da Comissão do PSS
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss-magisterio-001-2026/
06/02/2026 – Autorização e justificativa
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss
06/02/2026 – Publicação e Divulgação do Edital
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss
06/02/2026 a 20/02/2026 – Período de Inscrições – entrega de envelope lacrado contendo a comprovação de Títulos/escolaridade.
Entrega no setor de Protocolo da Secretaria de Educação do Município de Diamante do Sul, sito à Av. Getúlio Vargas, S/N – Centro, Diamante do Sul – PR, 85408-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00m às 11h40m e das 13h00m às 17h, ou conforme item 2.1.
23/02/2026 – Publicação da Homologação das Inscrições
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss
24/02/2026 – Publicação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss
25 e 26/02/2026 – Período para interposição de Recurso do Resultado Preliminar da Prova de Títulos – Avaliação curricular.
Setor de Protocolo da Secretaria de Educação do Município de Diamante do Sul, sito à Av. Getúlio Vargas, S/N – Centro, Diamante do Sul – PR, 85408-000, no horário das 8h às 11h30min e das 13h00min às 17h, Setor de Protocolo da Prefeitura, ou conforme item 2.1.

27/02/2026 – Publicação da Decisão de Recursos da Prova de Títulos – Avaliação curricular
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss
02/03/2026 – Publicação do Resultado Final
https://diamantedosul.pr.gov.br/documentos/rh/pss

Cronograma sujeito a alterações

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:5B4CCA61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

Objeto: Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 06/02/2026

Data fim de recebimento de propostas: 25/02/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 05 de fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E51EFAB4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23054/2026

DECRETO Nº 23054/2026

Nomeia o Senhor Denilson Salvador de Jesus Viadescki para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 14.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **DENILSON SALVADOR DE JESUS VIADESCKI**, matrícula funcional 20624-1, regularmente aprovado em Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 14, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:1BE75213

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23055/2026

DECRETO Nº 23055/2026

Prorroga o Prazo de Posse à Anabele Pires Santos.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º PRORROGA o Prazo de Posse, conforme Art. 24, parágrafo único da Lei 577/93 (Estatuto dos Servidores) por trinta dias, a partir de 18 de fevereiro de 2026, a Sra. **ANABELE PIRES SANTOS**, regularmente aprovada no Concurso Público para o cargo de Médica Veterinária, com base no Edital 001/2023, convocada através do Edital de Convocação nº 001/2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AF309587

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23057/2026

DECRETO Nº 23057/2026

Concede Licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares à servidora Marlene Russi.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:
Art. 1º CONCEDE Licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares a servidora **MARLENE RUSSI**, matrícula funcional nº 17605-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, lotada junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Jardim da Colina, no período de 02 de fevereiro a 01 de abril de 2026, com base no inciso IX, do art. 94, da Lei 577/93, regulamentada pelos Decretos 1823/93 e 3703/98, conforme protocolo (1doc) nº 262/2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E749E9A2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23059/2026

DECRETO Nº 23059/2026

Nomeia o Senhor Romulo Felipe de Souza para o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, Nível-37.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **ROMULO FELIPE DE SOUZA**, matrícula funcional n° 20625-1, regularmente aprovado no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, Nível-37, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 04 de fevereiro de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:1AF07CB9

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23060/2026

DECRETO Nº 23060/2026

Nomeia a Senhora Fernanda Lucia Moreira para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **FERNANDA LUCIA MOREIRA**, matrícula funcional n° 20613-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal 28 de Novembro, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EFDC3067

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23061/2026

DECRETO Nº 23061/2026

Nomeia a Senhora Edina Francisca Rosa Tracznski para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **EDINA FRANCISCA ROSA TRACZNSKI**, matrícula funcional n° 20621-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal 28 de Novembro, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:468DDD34

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23062/2026

DECRETO Nº 23062/2026

Nomeia a Senhora Marciana de Oliveira para o cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **MARCIANA DE OLIVEIRA**, matrícula funcional n° 20612-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/CMEI Camila, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:CC410040

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23063/2026

DECRETO Nº 23063/2026

Exonera, a pedido, a servidora Elaine Letsch Borges do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **ELAINE LETSCH BORGES**, matrícula 18302-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada junto à Secretaria de Saúde/PSF Sul, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 12813/2016.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B2D0156D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23064/2026

DECRETO Nº 23064/2026

Exonera, a pedido, a servidora Talita Mireli Zamboni do cargo de provimento efetivo de Professora - Mestre.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **TALITA MIRELI ZAMBONI**, matrícula 19519-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora - Mestre, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal do Campo Plínio Salgado, a partir de 31 de janeiro de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 18735/2022.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:818A43B1

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23065/2026

DECRETO Nº 23065/2026

Nomeia a Senhora Senhora Rafaela De Col Vodzinski para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **RAFAELA DE COL VODZINSKI**, matrícula funcional n° 20614-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Jardim da Colina, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FB6CFA23

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23066/2026

DECRETO Nº 23066/2026

Nomeia a Senhora Senhora Elaine Letsch Borges para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **ELAINE LETSCH BORGES**, matrícula funcional n° 20630-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Jardim da Colina, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9E42416D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23067/2026

DECRETO Nº 23067/2026

Nomeia a Senhora Kauana Bobato Schimitt para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Planejamento de Projetos de Engenharia e Infraestrutura, Símbolo C-2.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **KAUANA BOBATO SCHIMITT**, matrícula funcional 20629-1, para o cargo de provimento em comissão de Assessora do Chefe de Planejamento de Projetos de Engenharia e Infraestrutura, Símbolo C-2, para desempenhar suas atividades junto a Secretária de Planejamento e Ações Estratégicas, a partir de 03 de fevereiro de 2026, enquadrado nos termos da Lei 1666/2011, de 09 de dezembro de 2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0DF95401

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23068/2026

DECRETO Nº 23068/2026

Anula o Decreto nº 22913/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Considerando erro material na expedição do Decreto de contratação,

D E C R E T A:

Art. 1º Anula o Decreto nº 22913/2026, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:01C41FD4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23069/2026

DECRETO Nº 23069/2026

Concede Função Gratificada ao servidor Olisses de Lima Bueno.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ao servidor **OLISSES DE LIMA BUENO**, matrícula funcional n.º 13725-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário, lotado junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cientifico e Tecnológico, Função Gratificada "G-D" de Diretor do Departamento de Industria, Comércio e Serviços, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei n.º 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 22921/2026.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:17B20AF2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23070/2026

DECRETO Nº 23070/2026

Nomeia o Senhor José Carlos Ventura Junior para o cargo de provimento em comissão de Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Símbolo AP.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **JOSÉ CARLOS VENTURA JUNIOR,** matrícula funcional 20598-1, para o cargo de provimento em comissão de Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Símbolo AP, a partir de 02 de fevereiro de 2026, enquadrado nos termos da Lei 1666/2011, de 09 de dezembro de 2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2D88DDF2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 013/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 013/2026

Contrato	029/2026 – Pregão Eletrônico nº 90108/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Mercado do Parente Ltda - CNPJ/MF nº 49.937.490/0001-46.
Objeto	Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Com itens de Ampla Concorrência, Cota Reservada e Exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 20.310,00 (vinte mil, trezentos e dez reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	28 de janeiro de 2026.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 060/2025 – Dispensa de Licitação nº 001/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Instituto Alicerce - CNPJ sob n.º 34.521.488/0001-14.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – Do Valor – Acresce ao contrato o valor de R$ 1.234.992,83 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos). Cláusula Segunda - Fica Alterada a Cláusula Segunda – Vigência E Prorrogação- Prorroga-se o prazo de vigência até 09 de fevereiro de 2027.
Data de Assinatura	30 de janeiro de 2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 081/2025 – Pregão Eletrônico nº 001/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Vale do Iguaçu Comercio de Pneus Ltda - CNPJ/MF nº 12.324.320/0001-86.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta – Preço–Acresce-se ao contrato o valor de R$ 4.691,70 (quatro mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta centavos.). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação- Prorroga-se o prazo de vigência até 06 de fevereiro de 2027.
Data de Assinatura	04 de fevereiro de 2026.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2023 – Pregão Eletrônico nº 001/2023	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	A. Prado Transportes Ltda - CNPJ/MF nº 28.980.748/0001-17.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – Do Valor– Acresce ao contrato original o valor de R$ 204.230,00 (duzentos e quatro mil e duzentos e trinta reais). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Terceira – Prazos de Execução e Vigência – Prorroga-se o prazo até 09 de fevereiro de 2027.
Data de Assinatura	04 de fevereiro de 2026.
Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 060/2025 – Dispensa de Licitação nº 001/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Instituto Alicerce - CNPJ sob n.º 34.521.488/0001-14.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – Do Valor – Acresce ao contrato o valor de R$ 77.847,84 (setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).
Data de Assinatura	05 de fevereiro de 2026.
Primeiro Termo Aditivo ao Chamamento Público nº 004/2025	

Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Objeto	Cláusula Primeira - Acresce ao valor original constante no edital do Chamamento Público, a importância de R$ 4.783.339,20 (quatro milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos). - Cláusula Segunda - Altera o item 12.1- do prazo de vigência constante no edital do Chamamento Público – Prorroga o prazo de vigência até 06 de fevereiro de 2027.
Data de Assinatura	04 de fevereiro de 2026.

Dois Vizinhos, 05 de fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A756B154

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N.º 017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

RESOLUÇÃO Ad Referendum N.º 017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos- PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal nº. 1973 de abril de 2015.

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar e padronizar os fluxos, rotinas e procedimentos das Unidades Básicas de Saúde do município, garantindo maior organização, eficiência operacional, segurança assistencial e qualidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que o regulamento, normas, fluxos e rotinas que orientam a organização e funcionamento das Unidades Básicas de Saúde - UBS já se encontra em execução no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com atividades em andamento para estruturação normativa, monitoramento e orientações operacionais nas UBS;

CONSIDERANDO que, a partir do exercício de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná passou a adotar nova sistemática de análise das prestações de contas anuais dos prefeitos, avaliando ações em áreas estratégicas como educação, saúde, assistência social, administração financeira, previdência, transparência, controle e relacionamento com o cidadão, incluindo em 2025 novas áreas de controle, abrangendo meio ambiente, aquisições e contratações, ampliando o detalhamento da avaliação e a necessidade de demonstrar formalização, padronização e execução de processos internos de gestão na saúde municipal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, caput, e no artigo 8º, §1º, da Instrução Normativa nº 172, de 11 de julho de 2022, que determina que a avaliação realizada pelo Tribunal de Contas será subsidiada por informações preenchidas eletronicamente por interlocutores municipais cadastrados pelo Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o prazo limite de 27/11/2025 para envio das informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo necessária a consolidação das ações e evidências relativas aos fluxos e rotinas assistenciais da rede de Atenção Primária à Saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a importância de assegurar que os processos organizacionais das Unidades Básicas de Saúde estejam devidamente registrados, normatizados, monitorados e alinhados às exigências legais, técnicas e de controle externo, fortalecendo a governança e a qualidade da atenção prestada à população.

RESOLVE AD REFERENDUM O CONSELHO MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS- PR.

ART. 1º Aprovar o regulamento, normas, fluxos e rotinas que orientam a organização e funcionamento das Unidades Básicas de Saúde - UBS.

ART. 2º Esta Resolução deverá ser referendada por ocasião da realização da próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

ART. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Município de Dois Vizinhos, 24 de novembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY
CPF: 734.238.400-30
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Dois Vizinhos- PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B736E530

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N.º 018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

RESOLUÇÃO Ad Referendum N.º 018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos- PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal nº. 1973 de abril de 2015.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes organizacionais, assistenciais e administrativas para padronizar, normatizar e regulamentar o processo de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) no município de Dois Vizinhos – PR;

CONSIDERANDO que o TFD constitui benefício complementar garantido pelo SUS aos usuários que necessitam de atendimento especializado não disponível no município, conforme Portaria SAS/MS nº 055/1999 e demais dispositivos legais vigentes;

CONSIDERANDO que a padronização de fluxos e rotinas permite maior transparência, rastreabilidade, segurança administrativa, zelo no uso de recursos públicos, equidade e continuidade da assistência;

CONSIDERANDO o conteúdo do Protocolo Operacional Padrão – POP do Tratamento Fora de Domicílio, atualizado em junho de 2025, que consolida o processo assistencial e administrativo do TFD no município;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir transparência, padronização, registro formal e rastreabilidade das ações executadas, inclusive para atendimento às exigências dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

RESOLVE AD REFERENDUM O CONSELHO MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS- PR.

ART. 1º Aprovar o Protocolo para tratamento fora de domicilio do Município de Dois Vizinhos, que estabelece diretrizes técnicas, administrativas e assistenciais para o processo de solicitação, regulação, controle do TFD no âmbito do SUS municipal.

ART. 2º Esta Resolução deverá ser referendada por ocasião da realização da próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

ART. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Município de Dois Vizinhos, 24 de novembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY
CPF: 734.238.400-30
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Dois Vizinhos- PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ACF8A60D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N.º 019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

RESOLUÇÃO Ad Referendum N.º 019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos- PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal nº. 1973 de abril de 2015.

CONSIDERANDO que a organização territorial é elemento estruturante para o processo de trabalho das equipes de Atenção Primária à Saúde (APS), facilitando o planejamento, o acompanhamento e a estratificação de risco da população adscrita;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 2.436/2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), define que cada equipe deve ter território definido, população adscrita e parâmetros assistenciais compatíveis com sua capacidade operacional;

CONSIDERANDO que a delimitação territorial organizada contribui para o fortalecimento das ações de vigilância, planejamento local, responsabilização sanitária e cuidado longitudinal dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);

RESOLVE AD REFERENDUM O CONSELHO MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS- PR.

ART. 1º Aprovar a delimitação do território de atuação das equipes de Atenção Primária à Saúde do Município de Dois Vizinhos – PR.

ART. 2º Esta Resolução deverá ser referendada por ocasião da realização da próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

ART. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Município de Dois Vizinhos, 24 de novembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY
CPF: 734.238.400-30
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Dois Vizinhos- PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AFD74E17

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESOLUÇÃO N.º 020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

RESOLUÇÃO N.º 020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos- PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal nº. 1973 de abril de 2015.

CONSIDERANDO que a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) constitui instrumento norteador da oferta de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, contribuindo para a racionalização da prescrição, garantia de acesso, uso responsável de recursos públicos e segurança clínica dos pacientes;

CONSIDERANDO que a REMUME deve ser periodicamente revisada para adequação às necessidades epidemiológicas, terapêuticas e assistenciais da população local, conforme normativas nacionais e municipais vigentes;

CONSIDERANDO o trabalho técnico realizado pela Secretaria Municipal de Saúde para atualização da REMUME 2025, com base em evidências científicas, protocolos assistenciais, diretrizes clínicas e disponibilidade real de oferta e financiamento;

CONSIDERANDO que a proposta da REMUME 2025 foi apresentada, analisada e discutida pelo Conselho Municipal de Saúde, com registro em ata e presença de conselheiros, durante reunião ordinária realizada em 10 de junho de 2025;

CONSIDERANDO que o colegiado deliberou favoravelmente à aprovação da REMUME 2025, conforme decisão registrada em ata;

RESOLVE O CONSELHO MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS- PR.

ART. 1º Aprovar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Município de Dois Vizinhos, 24 de novembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY
CPF: 734.238.400-30
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Dois Vizinhos- PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:CE3A1A75

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RESOLUÇÃO N.º 021 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

RESOLUÇÃO N.º 021 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, em reunião ordinária realizada em 09 de dezembro 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1973/2015;

CONSIDERANDO à Resolução SESA n° 1.862/2025, que habilita municípios a pleitearem adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o pleito municipal em aderir a referida Resolução;

RESOLVE O CONSELHO MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS- PR.

ART. 1º Aprovar o pleito de adesão a Resolução SESA nº 1.862/2025, ao Incentivo Financeiro para Obra de Construção de UBS Apoio Rural ao estabelecimento EAP Conrado, localizado Linha Conrado, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Município de Dois Vizinhos, 09 de dezembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY
CPF: 734.238.400-30
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Dois Vizinhos- PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7F9B8FE7

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO N.º 022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

RESOLUÇÃO N.º 022 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS- PR

Dispõe sobre as conclusões acerca da Programação Anual de Saúde para o ano de 2026, do Órgão Executor da Saúde do Município de Dois Vizinhos, o Fundo Municipal de Saúde, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, em reunião realizada em 09 de dezembro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1973/2015;

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Programação Anual de Saúde para o ano de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Dois Vizinhos, 09 de dezembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY	***CLAUDETE MEURER***
CPF: 734.238.400-30	CPF: 905.411.629-34
Presidente do Conselho Municipal de Saúde	Gestora de Saúde
Dois Vizinhos- PR	

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6224E004

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO N.º 023,

RESOLUÇÃO N.º 023, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos.

Dispõe sobre as conclusões acerca do Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2026 a 2029, do Órgão Executor da Saúde do Município de Dois Vizinhos, o Fundo Municipal de Saúde, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, em reunião realizada em 09 de dezembro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1973/2015;

RESOLVE:

ART. 1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde para o Quadriênio 2026 - 2029;

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Dois Vizinhos, 09 de dezembro de 2025.

FELIPE EDUARDO TECHY
CPF: 734.238.400-30
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Dois Vizinhos- PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:04A300D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 022/2026 NOMEAR, O SENHORA ALICE DA CRUZ DOS SANTOS, PORTADORA DO CPF/MF Nº 127.XXX.XXX-69, NO CARGO TEMPORÁRIO DE EDUCADOR SOCIAL.

DECRETO Nº 022/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 001/2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhora **ALICE DA CRUZ DOS SANTOS,** portadora do CPF/MF nº 127.xxx.xxx-69, no cargo temporário de EDUCADOR SOCIAL;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 04 de fevereiro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4B0B76C7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 023/2026 NOMEAR, O SENHORA PATRICIA RODRIGUES MIRANDA.

DECRETO Nº 023/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 001/2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhora **PATRICIA RODRIGUES MIRANDA,** portadora do CPF/MF nº 038.xxx.xxx-11, no cargo temporário de TÉCNICO DE ENFERMAGEM;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 05 de fevereiro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:946BF7FD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001-2026 EDITAL 002/2026 RETIFICAÇÃO DE CRONOGRAMA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001-2026
EDITAL 002/2026
RETIFICAÇÃO DE CRONOGRAMA

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que o período de inscrição inicialmente estabelecido coincidiu, em parte, com dias de final de semana, o que pode restringir o acesso de alguns interessados;

RESOLVE

I – Fica alterado o CRONOGRAMA do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, passando a vigorar conforme estabelecido abaixo:

CRONOGRAMA

04/02/2026 – Divulgação do Edital de Regulamentação;

05/02/2026 – Início do período de inscrições e do prazo para apresentação dos títulos;

09/02/2026 – Fim do período de inscrições e do prazo para apresentação dos títulos;

11/02/2026 – Divulgação das inscrições homologadas e da classificação preliminar;

12/02/2026– Prazo para recursos contra a classificação preliminar;

19/02/2026 – Divulgação da classificação final;

20/02/2026 - Edital de Homologação do resultado final do PSS;

II – Ficam mantidos todos os demais itens do Edital de Regulamentação;
III – Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Doutor Ulysses – PR, 04/02/2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:365DBF56

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 06/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 06/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°001/2025, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
RAMILSON PATRIKE JUNIOR ALPES	138	ENFERMEIRO ESF
RODRIGO PEREIRA DA SILVA	446	ENFERMEIRO ESF
SAMARA FIGUEIRA DO AMARAL	133	ENFERMEIRO ESF

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.
Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 04/02/2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3D2989D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 006/2026

SÚMULA: Concede Licença ao Servidor ALVARO JOSÉ FONTOURA e dá outras providências.

DATA: Em 06 de janeiro de 2.026.
.
O Vereador OSIEL GOMES ALVES — Presidente da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o requerimento datado de 11.12.2025, protocolado na mesma data, acompanhado de atestado médico datado de 09 de dezembro de 2.025 pelo Servidor do Quadro Próprio Efetivo da Câmara Municipal **Sr. ALVARO JOSÉ FONTOURA**, ocupante do cargo de **Secretário Executivo da Câmara Municipal**, trazendo em anexo Atestado Médico e Laudo Pericial de 21 de janeiro de 2.026, dando conta da necessidade de afastamento para Tratamento de Saúde;
CONSIDERANDO que o laudo pericial supra mencionado, em razão da falta de agenda do médico perito no período de fim do ano de 2025, somente foi emitido em 21 de janeiro de 2.026 e que o servidor não compareceu no serviço no período constante do atestado médico, por impossibilidade em decorrência da enfermidade codificada;
CONSIDERANDO o contido no artigo 109, §2º e §3º, da Lei Municipal nº 722/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde ao Servidor **ALVARO JOSÉ FONTOURA**, ocupante do cargo de **Secretário Executivo** – Símbolo SE do Quadro Próprio Efetivo da Câmara Municipal, pelo prazo de 30 dias, no período retroativo de *09 de dezembro de 2025 à 07 de janeiro de 2.026*, para tratamento de saúde, justificadas as faltas eventualmente constatadas em ponto de trabalho durante o período.
Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor nesta data.
PUBLIQUE-SE NA **FORMA** REGIMENTAL.
COMUNIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ENCAMINHE-SE AO SENHOR CONTADOR PARA ANOTAÇÃO EM SUA FICHA FUNCIONAL.

Dado e passado no Gabinete do Presidente da Mesa Diretora, em data supra.

VER. OSIEL GOMES ALVES
Presidente

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:E94E6BFC

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 007/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao Servidor ALVARO JOSÉ FONTOURA e dá outras providências.

DATA: Em 06 de janeiro de 2.026.
O Vereador OSIEL GOMES ALVES — Presidente da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO que a Portaria nº 017, de 29 de dezembro de 2.025, estabeleceu a escala de férias do Servidor Álvaro José Fontoura para o período de 05 de janeiro de 2.025 à 03 de fevereiro de 2.026,
CONSIDERANDO que o servidor ALVARO JOSÉ FONTOURA, na data do início de suas férias se encontrava em gozo de licença para tratamento de saúde pela Portaria nº 001/2026;

RESOLVE:

Artigo 1º - **Alterar o período de férias** do servidor **ÁLVARO JOSÉ FONTOURA**, ocupante do cargo de **Secretário Executivo** – Símbolo SE, do Quadro Próprio Efetivo da Câmara Municipal, constante da |Portaria nº 017/2025, para 08 *de janeiro de 2.026 à 06 de fevereiro de 2026*.
Artigo 2º - Ficam concedidas férias regulamentares ao Servidor **ÁLVARO JOSÉ FONTOURA**, à partir de 08 de janeiro de 2.026 até 06 de fevereiro de 2.026.
Artigo 3º - Fica revogada a Portaria nº 01, de 05 de janeiro de 2.026.
PUBLIQUE-SE NA **FORMA** REGIMENTAL.
COMUNIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ENCAMINHE-SE AO SENHOR CONTADOR PARA ANOTAÇÃO EM SUA FICHA FUNCIONAL.

Dado e passado no Gabinete do Presidente da Mesa Diretora, em data supra.

VER. OSIEL GOMES ALVES
Presidente

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:4D9BE70E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
CNPJ: 22.087.311/0001-72

OBJETO: Aquisição de peças para a Máquina Carregadeira de Modelo XCMG, da prefeitura municipal de Fernandes Pinheiro – PR.

VALOR: R$ 8.544,00 (oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fernandes Pinheiro, 05 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:A9E86038

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
ADITIVO : TIPO ADITIVO : ADITIVO DE REAJUSTE
CONTRATO Nº : 22/2024

Aditivo : Tipo Aditivo : Aditivo de Reajuste
Contrato Nº : 22/2024
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL
Contratada : MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTD
Valor : R$ 5,167.19
Objeto : Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e confecção/fornecimento de cartão eletrônico equipado com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários do Munícipio de Flor da Serra do sul-PR, para uso do benefício vale alimentação em conformidade com Lei Municipal nº 749/2021.
FLOR DA SERRA DO SUL, 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:DAEF8B46

LICITAÇÕES
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede à Rua Herminio Perondi, nº 176, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **Chamamento Público**, com a finalidade de **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA, INCLUINDO MARMITEX, CAFÉ E BUFFET LIVRE NO ÂMBITO LOCAL (MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL)**, conforme condições estabelecidas no Edital.
O presente Chamamento Público será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais legislações pertinentes.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos:
https://www.gov.br/compras/pt-br,
https://pncp.gov.br/app/editais
https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A==
Os pedidos de Credenciamento serão recebidos a partir de **09 de Fevereiro de 2026**, mediante protocolo digital, e serão julgados pela Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria n.º 111/2025, inicialmente no dia **24 de Fevereiro 2026 ás 09:00h.**
Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: **licitacao@fssul.pr.gov.br**
Flor da Serra do Sul, 05 de Fevereiro de 20256.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:BB65F9D7

LICITAÇÕES
CONTRATO N° 13/2026

Contrato N°	13/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER			
Valor:	1.766.600,00			
Vigência:	Início:	05/02/2026	Término:	26/01/2028
Licitação:	9/2025			
Objeto da Contratação: Construção do Paço Municipal contendo Escritório, Recepção, Copa, DML, Circulação, Escadas, Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-prefeito, Gabinete Chefe de Gabinete, Planejamento, Jurídico, Sala de Reunião, Sala de Atendimento, Contabilidade, Recursos Humanos, Licitação, Tributação, Átrios, Núcleo Vertical, Sanitário Feminino, Sanitário Masculino, Sanitário Feminino PcD e Sanitário Masculino PcD; com a execução dos serviços preliminares; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás - glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto.				
Flor da Serra do Sul, 05 de Fevereiro de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:4E05FAA9

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026.
PROCESSO DE COMPRA: 15/2026.
ITENS DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede a Rua Herminio Perondi, 176, em Flor da Serra do Sul, Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que realizará às **09:00(nove horas), do dia 24 de Fevereiro de 2026**, no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto: **Registro de Preços visando a Aquisição futura e eventual de concreto usinado convencional FCK, para atender as demandas de manutenção e reparos em vias públicas, praças, pontes e bueiros do Município de Flor da Serra do Sul-PR.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais e https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A== . Demais informações pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.
Flor da Serra do Sul, 05 de Fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:C00B0BDA

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026.
PROCESSO DE COMPRA: 13/2026.
LOTES EXCLUSIVOS ME E EPP, COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO REGIONAL, E LOTES DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede a Rua Herminio Perondi, 176, em Flor da Serra do Sul, Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que realizará às **09:00(nove horas), do dia 02 de Março de 2026**, no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto: **Registro de Preços visando à contratação futura e eventual de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, com fornecimento de materiais e garantia, para atender às necessidades da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Flor da Serra do Sul/PR.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais e https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A== . Demais informações pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.
Flor da Serra do Sul, 05 de Fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:1CD05582

RH
EDITAL 37/2026 RESULTADO DA CONVOCAÇÃO 36/2026 DO CONCURSO PÚBLICO 2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2022
EDITAL Nº 37/2026

RESULTADO DA CONVOCAÇÃO

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO,

1º - O RESULTADO DA CONVOCAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DO EDITAL 36/2026 dos candidatos aprovados no **Concurso Público Nº 02/2022**, sob o **REGIME ESTATUTÁRIO**, para provimento de vagas, do seu quadro de pessoal, conforme Edital de Abertura e Edital de Homologação do Resultado Final nº 11/2022.

2º - SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS:

2.1 - CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

NOME	CLASS	CARGO	SITUAÇÃO APÓS PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	REALIZAÇÃO DE EXAME ADMISSIONAL
CARLA NUNES RODRIGUES	36	PROFESSOR	COMPARECEU	APTO

3º- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:8239E492

RH
ERRATA DAS PORTARIAS 040/2026, 041/2026, 042/2026, 043/2026, 044/2026, 045/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
"ERRATA"

Retifica a Publicação das Portarias nº. 040/2026, 041/2026, 042/2026, 043/2026, 044/2026, 045/2026 de 29 de janeiro de 2026. Publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP) no dia 02 de fevereiro de 2026, Pgs 99 e 100, Edição Nº 3460 Considerando que na referida Publicação constou o nome **Decreto** no Título onde deveria constar **Portaria**, desta forma, **faz-se a correção:**

Onde Lê-se: "DECRETO Nº 040/2026, DECRETO Nº 041/2026, DECRETO Nº 042/2026, DECRETO Nº 043/2026, DECRETO Nº 044/2026, DECRETO Nº 045/2026"

Leia-se: "PORTARIA Nº 040/2026, PORTARIA Nº 041/2026, PORTARIA Nº 042/2026, PORTARIA Nº 043/2026, PORTARIA Nº 044/2026, PORTARIA Nº 045/2026"

Flor da Serra do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:DA357C2B

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
1º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 018/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ADRIEL BREGALDA***
OBJETO/CARGO: EDUCADOR FÍSICO– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 05/02/2026 a 05/05/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
2º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 034/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***JHONAS HENRIQUE PILATTI***
OBJETO/CARGO: MOTORISTA 40 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 05/02/2026 a 05/05/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:877BA623

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
2º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 017/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***CYNTHIA NARA PERONDI LOPES DE GÓES***
OBJETO/CARGO: Nutricionista 20 horas – PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: Conforme Contrato
VIGÊNCIA: 04/02/2026 a 24/07/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A8228863

RH
PORTARIA 054/2026

PORTARIA Nº 054/2026

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **CLECI APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA**, inscrita no RG sob nº 78022035 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, conforme relatório da Avaliação Médica, a partir de 01 de janeiro de 2026 até 23 de março de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:DC002FBF

RH
PORTARIA 055/2026

ORTARIA Nº 055/2026

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **MARIA APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA**, inscrita no RG sob nº 88757068– SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme relatório da Avaliação Médica, a partir de 01 de janeiro de 2026 até 06 de março de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:2421A556

RH
PORTARIA 056/2026

PORTARIA Nº 056/2026

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **TEREZINHA FÁTIMA LUZA**, inscrita no RG sob nº 13/C 3400493– SSP-SC, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, conforme relatório da Avaliação Médica, a partir de 22 de janeiro de 2026 até 15 de abril de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:2D63C749

RH
PORTARIA 057/2026

PORTARIA Nº 057/2026
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde para o Servidor Público Municipal Sr. FRANCIONE DE GOES, inscrito no RG sob nº 78022310- SSP-PR, ocupante dos cargos efetivos de Professor/ Professor de Ed. Infantil, conforme relatório de Avaliação Médica Pericial a partir de 01/01/2026 até 08/02/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:3B65CE30

RH
PORTARIA 058/2026

PORTARIA Nº 058/2026

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VALMOR FELIPE JUNIOR Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para o Servidor Público Municipal Sr. **SEBASTIÃO EMIDIO ANHAIA DOS SANTOS**, portador do RG nº 48391982 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Operador de máquinas, a partir de 01 de janeiro de 2026 até 26 de maio de 2026, quando deverá retornar para nova Avaliação Médica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:E9E5F5B4

RH
PORTARIA 059/2026

PORTARIA Nº 059/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2025

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos/atas referentes **a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2025, Processo Nº 121/2025**:

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
Construção De Paço Municipal Contendo Escritório, Recepção, Copa, DML, Circulação, Escadas, Gabinete Do Prefeito, Gabinete Do Vice-Prefeito, Gabinete Chefe de Gabinete, Planejamento, Jurídico, Sala de Reunião, Sala de Atendimento, Contabilidade, Recursos Humanos, Licitação, Tributação, Átrios, Núcleos Vertical, Sanitário Feminino, Sanitário Masculino, Sanitário Feminino PCD e Sanitário Masculino PCD; com a execução dos serviços preliminares; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás – glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto.	MAURICIO BERNARDON BENETTI
Fiscal	
DÉBORA VOLKWEIS	
Fiscal Suplente	
ANA PAULA SAVARIS	

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:03DD9C61

RH
PORTARIA 060/2026

PORTARIA Nº 060/2026

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL A PEDIDO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal em exercício de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o Sr. **FLÁVIO XAVIER,** inscrito no CPF: 0**.2*7.*79-*7, ocupante do Cargo Político de Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo a partir de 06 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:F35C61B4

RH
PORTARIA 061/2026

PORTARIA Nº 061/2026

SÚMULA: Nomeia Servidores sob regime Jurídico Único Estatutário.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

1º - NOMEAR, sob o Regime Único Estatutário, os servidores com os respectivos cargos, abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público N° 02/2022 realizado em conformidade do Edital de Abertura de 13 de junho de 2022, e Edital de Homologação Final nº 011/2022, **a partir 06 de fevereiro de 2026**, com início de Estágio Probatório conforme o Termo de Posse.

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

NOME	CPF	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL/REF. ANEXO CFE. LEI 495/2011
CARLA NUNES RODRIGUES	100.449.119-04	PROFESSOR	20 Horas	"NS" "1" "IV"

2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 06 de fevereiro de 2026, revogando as disposições em geral.

Gabinete do Prefeito de Flor da Serra do Sul – PR,
Em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:12C9722F

RH
PORTARIA 062/2026

PORTARIA Nº 062/2026

CONCEDE QUINQUÊNIO PARA SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder de acordo com o Artigo nº 68 da Lei Municipal Nº 033/93 de 16 de dezembro de 1993, adicional de 5% do vencimento no seu cargo efetivo correspondente a quinquênio, aos servidores abaixo descritos:

Nome	RG	Cargo	Data Efeito
ADRIANA PALUDO	91945649 – SSP-PR	Prof. Ed. Infantil	01/12/2025
NATALINA MOREIRA BARBOSA DE OLIVEIRA	79374679-SSP-PR	Servente de Serviços Gerais	31/01/2026

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da concessão do quinquênio retroagirão conforme data constante na tabela.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:DF48C088

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.536, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.536, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Interrompe as férias regulamentares concedidas à servidora Cássia Aparecida Vicentin Sette.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando critérios de conveniência para a Administração

RESOLVE:

Art.1º Fica interrompida, no período de 6 de fevereiro a 3 de março de 2026, a fruição das férias concedidas por meio da Portaria nº 2.516, de 19 de janeiro de 2026, à servidora Cássia Aparecida Vicentin Sette, Técnico em Higiene Dental, matrícula 201102.

Art.2º O período de interrupção disposto no art.1º, ficará registrado na ficha funcional da servidora para fins de fruição em data futura.

Art.3º No período futuro de fruição disposto no art.2º, não será devido o pagamento equivalente ao terço de férias, já registrado em sua integralidade.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 5 de fevereiro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:6B84ABC4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.537, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.537, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Prorroga licença para tratamento de saúde ao servidor Cleber Alexandre de Souza.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o resultado da perícia médica

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde, ao servidor Cleber Alexandre de Souza, matrículas 2-01057 e 2-01059, até a data de 18 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de janeiro de 2026.

Flórida, 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:7971E431

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 224/2025

Pregão Nº 29/2025
PARTES: Município de Foz do Jordão e a Empresa EMR SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Repactuação informando a atualização de salários através da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), ainda a previsão contratual de revisão dos preços e com base no Art. 135 da Lei Federal 14.133/2021, visando o princípio da boa fé objetiva e o princípio da da justiça contratual, tem por promover a repactuação de valores para o período restante de execução e vigência do contrato.
A Repactuação terá um aumento mensal no montante de R$ 806,57 (oitocentos e seis reais com cinquenta e sete centavos), passando o valor mensal do contrato ser de R$ 12.786,57 (doze mil setecentos e oitenta e seis reais com cinquenta e sete centavos).
VIGÊNCIA: 06/11/2025 a 05/11/2026

Foz do Jordão, 05 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:68D9385B

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
EDITAL DE CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, amparado no disposto no Parágrafo Único do art. 48 da Lei Complementar n° 101/2000,torna público a realização da audiência pública no próximo dia **25 de fevereiro do ano de 2026**, com início às 10h00min, nas dependências da sala de reunião do Centro Municipal de Saúde, localizado na Rua Padre Emilio Barbiéri, 439, para:

* demonstração do relatório de metas fiscais relativo ao **3º quadrimestre de 2025;**
* avaliação do plano municipal de saúde;
* avaliação do plano municipal da criança e do adolescente.

Atendendo a princípios da administração pública, consagrados em textos legais, fazemos chamamento público para assistir à audiência, consoante disposto na Lei Complementar n° 101/2000.

Gabinete do Prefeito de Foz do Jordão-Pr., 05 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:B9B666AF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 24/2026

PORTARIA Nº 024/2026

O Prefeito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, com base no Art. 84, II, f, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo Administrativo, conforme despacho do Gabinete, referente ao assunto da Decisão do Processo de Sindicância, portaria nº 370/2025, da Secretária Municipal de Educação, sendo a presente comissão processante composta pelos seguintes membros:

MARILIS LEITE DO PRADO DE MORAES – PRESIDENTE
ANGELITA DAS GRAÇAS DA SILVA MORAES – MEMBRO
ROGÉRIO MEDEIROS ALVES – MEMBRO

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência da Sra. **MARILIS L. DO P. DE MORAES** a reunir-se-á por convocação do mesmo.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 05 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:B3996027

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 25/2026

PORTARIA Nº 025/2026

O Prefeito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, com base no Art. 84, II, f, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo Administrativo, para apuração dos fatos conforme memorando nº 010/2026 da Secretaria Municipal de Educação, bem como fatos trazidos pelo Oficio 10/2025 do Controle Interno, sendo a presente comissão processante composta pelos seguintes membros:

DOV BRAIAN LEME – PRESIDENTE
IVONE APARECIDA DE CRISTO BORGES – MEMBRO
ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA – MEMBRO

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência do Sr. **DOV BRAIAN LEME** a reunir-se-á por convocação do mesmo.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 05 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:E17D97CD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 26/2026

PORTARIA Nº 026/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 716/2016 de 04 de Abril de 2016;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a senhora **"JOILCE DE SOUZA KRAUS MORAES"** portadora do RG nº 4.414.926-5 SSP/PR e inscrita no CPF nº 722.084.499-91, ocupante do Cargo Efetivo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA,** para compor a Equipe Pedagógica na função de **"ORIENTAÇÃO ESCOLAR" –** 20 hrs manhã.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria **050/2025.**

Foz do Jordão, 05 de Fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:D269EA05

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 27/2026

PORTARIA Nº 027/2026
O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 716/2016 de 04 de Abril de 2016;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a senhora **"FRANCISLEI PRESA"** portadora do RG nº 7.170.722-5 SSP/PR e inscrita no CPF nº 035.846.529-01, ocupante do Cargo Efetivo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR PEDAGOGIA,** para compor a Equipe Pedagógica na função de **"SUPERVISÃO ESCOLAR" –** 20 hrs manhã.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria **053/2025.**

Foz do Jordão, 05 de Fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:9A9543CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO PROCESSO DE PEQUENAS COMPRAS N.º 002/2026

EXTRATO PROCESSO DE PEQUENAS COMPRAS N.º 002/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO/PR
CONTRATADA: ART CETI LTDA
CNPJ: 44.200.629/0001-50

OBJETO: Aquisição de placa de identificação para a mesa do plenário, fabricada em madeira e em aço inox com as informações do Vereador empossado, Sr. Gilmar Francisco Ribeiro.

TIPIFICAÇÃO LEGAL: ARTIGO 95, §2º DA LEI 14.133/21.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.2.001.3.3.90.30.

Dotação orçamentária:
Órgão: Poder Legislativo
Unidade: 01
Projeto/Atividade: 2.001
Elemento: 3.3.90.30
Saldo atual: R$ 53.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 90 (noventa dias).

Valor: R$ 370,00 (Trezentos e setenta reais)

General Carneiro/PR, 05.02.2026.

Registre-se e Publique-se.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:8DE69158

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 080 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **10** dias de férias, a Sra**. ELISANDRA APARECIDA VARELA** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de **04/02/2026 a 13/02/2026** com retorno em **14/02/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo em 04/02/2026.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 05 de Fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:21065EC2

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 081 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 17 da Lei Municipal nº 1.905, de 04 de abril de 2023, com redação alterada pela Lei nº 2.118, de 23 de setembro de 2025, e considerando o disposto no Anexo III – Quadro de Gratificações da referida legislação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG 3, nos termos da Lei Municipal nº 1.905/2023, à servidora LUIZA DA ROSA, matrícula nº 3219, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação em razão de sua designação para o exercício da função extraordinária de maior responsabilidade e complexidade, a seguir especificada:

Função: **RESPONSÁVEL PELO CREAS**

Atribuições da Função:
I – Coordenar a execução dos serviços, programas e projetos do CREAS, conforme diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
II – Gerenciar a equipe técnica e administrativa, promovendo reuniões, capacitações e supervisões;
III – Representar o CREAS perante o SUAS, demais órgãos públicos e sociedade civil;
IV – Planejar e acompanhar o cumprimento de metas, ações e indicadores estabelecidos pelos instrumentos de gestão;
V – Garantir o atendimento qualificado às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos;

VI – Elaborar e enviar relatórios técnicos, administrativos e financeiros aos órgãos competentes;
VII – Zelar pelo patrimônio e recursos públicos sob a responsabilidade do CREAS;
VIII – Cumprir e fazer cumprir as normativas do MDS, do Conselho Municipal de Assistência Social e demais regulamentos aplicáveis.

Art. 2 º A gratificação de que trata esta Portaria será concedida em caráter precário, não cumulativa com outras da mesma natureza, e não se incorporará aos vencimentos da servidora, podendo ser revista, suspensa ou revogada a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de General Carneiro, em 05 de fevereiro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:3D2719C7

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 091 DE 05/02/2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria “C” e “D” e “E”, conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
15º	**BEATRIZ STAFFEN**	Psicólogo	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:A449081C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO N.º 001 DE 05/02/2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, **RECONVOCA** os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br. Considerando o esgotamento da lista final de classificação do Concurso Público nº 002/2023, para o cargo de **Psicólogo**, ficam **reconvocados** os candidatos que, à época da convocação regular, **optaram formalmente pela inclusão em final de fila**, observada a ordem de manifestação e as demais disposições editalícias.

RECONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria “C” e “D” e “E”, conforme requisito exigido para o cargo;

15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;

16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
4º	Maria Eduarda Cecchin	Psicólogo(a) – 20h	Ampla Concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:8E5141A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 082 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Designa a Comissão Avaliadora dos Requerimentos de Redução de Jornada de Trabalho previstos na Lei Municipal nº 2.110/2025 e no Decreto Municipal nº 353/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.110, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais pais ou responsáveis por crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista – TEA;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 353, de 22 de outubro de 2025, que regulamenta a referida Lei, especialmente o art. 7º, que prevê a constituição de Comissão Avaliadora mediante designação por portaria;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Avaliadora dos Requerimentos de Redução de Jornada de Trabalho, prevista no art. 7º do Decreto Municipal nº 353/2025, responsável pela análise e emissão de parecer opinativo sobre os pedidos formulados por servidores públicos municipais nos termos da Lei Municipal nº 2.110/2025.

Art. 2º A Comissão Avaliadora será composta pelos seguintes membros titulares:
I – NELSON DOS SANTOS MENDES – **Médico** – Matrícula Funcional nº 579.
II – JILCE APARECIDA KUKUL - **Psicóloga** – Matrícula Funcional nº 1470.
III – RHAMAYANE STEFANOWICZ NEUBAUER - **Assistente Social** – Matrícula Funcional nº 1551.
IV – MARCIA FREITAS DA ROCHA WASMANN – **Agente Administrativo** – Matrícula Funcional nº 1447.
V – SUZANA DE OLIVEIRA MACHADO – **Agente Administrativo** – Matrícula Funcional nº 119.

§1º Na hipótese de inexistência de médico efetivo disponível, poderá integrar a Comissão, de forma excepcional, médico prestador de serviços, nos termos do §1º do art. 7º do Decreto Municipal nº 353/2025.

§2º A Comissão poderá atuar com a maioria simples de seus membros, deliberando por maioria dos presentes.

Art. 3º Compete à Comissão Avaliadora:

I – Analisar os requerimentos e a documentação apresentada, verificando sua regularidade e adequação aos critérios legais;

II – Emitir parecer opinativo fundamentado quanto à recomendação e ao percentual de redução da jornada, observado o limite legal;
III – Solicitar, quando necessário, esclarecimentos ou documentos complementares;

IV – Encaminhar os pareceres à Procuradoria Municipal, sempre que houver dúvida quanto à interpretação ou aplicação das normas.

Art. 4º O Setor de Recursos Humanos prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão, inclusive secretariando suas reuniões e organizando os processos administrativos correspondentes.

Art. 5º A participação na Comissão será considerada **serviço público relevante**, não remunerada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:B7CF43A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
ERRATA - PORTARIA Nº. 011/2026/CM

Na matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 04 de fevereiro de 2026, edição nº 3462, no documento "Portaria nº 011/2026/CM".

Onde se lê:
"férias regulamentares por 15 (quinze) dias".

Leia-se:
"férias regulamentares por 10 (dez) dias".

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:C0E9115D

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 013/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 3,5 diárias a senhora **IVONETE AVELINO DA ROCHA, MATRÍCULA Nº.** 204; **CARGO:** Vereadora**,** correspondente a R$2.782,50 (dois mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2026, para participar de curso de capacitação em gestão pública "REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR" promovido pela NS Treinamentos em Gestão Pública Ltda, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 3 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:C57B3E2C

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 014/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 3,5 diárias a senhora **PATRICIA MARIA DA SILVA, MATRÍCULA Nº.** 213; **CARGO:** Assessor Legislativo**,** correspondente a R$2.537,50 (dois mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2026, para participar de curso de capacitação em gestão pública "REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR" promovido pela NS Treinamentos em Gestão Pública Ltda, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 3 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:3C3D3A48

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 015/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 3,5 diárias a senhora **ROSELI BOARA DUARTE, MATRÍCULA Nº.** 218; **CARGO:** Assessor Legislativo**,** correspondente a R$2.537,50 (dois mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2026, para participar de curso de capacitação em gestão pública "REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR" promovido pela NS Treinamentos em Gestão Pública Ltda, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 3 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:9BA86E82

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 016/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 3,5 diárias a senhora **LETÍCIA CRISTINA REZENDE DE SOUZA, MATRÍCULA Nº.** 212; **CARGO:** Assessor Legislativo**,** correspondente a R$2.537,50 (dois mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2026, para participar de curso de capacitação em gestão pública "REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR" promovido pela NS Treinamentos em Gestão Pública Ltda, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 3 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:9CE36228

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 017/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 4,0 diárias ao senhor **FABIANO APARECIDO BARBOZA, MATRÍCULA Nº.** 203; **CARGO:** Vereador**,** correspondente a R$3.180,00 (três mil cento e oitenta reais), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 9 a 14 de fevereiro de 2026, para participar de curso de capacitação em gestão pública "REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR" promovido pela NS Treinamentos em Gestão Pública Ltda, e participar de reunião na

Assembleia Legislativa e Secretaria de Saúde do Estado, visando tratar de assuntos de interesse público, conforme termo de solicitação de diária.

Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 3 de fevereiro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:E7619F71

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.646/2026

CEDE SERVIDOR PÚBLICO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE GOIOERÊ- APAE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

Considerando a autorização legal prevista no artigo 2º, Inciso VIII-A da Lei n.º 13.019/2014,

Considerando a autorização legal prevista no artigo 6º do Decreto Municipal nº 5.459/2017,

Considerando Acordo de Cooperação nº 001/2.026,

DECRETA:
Art. 1º Fica cedido a partir de 05 de fevereiro de 2026, o servidor público Municipal de Goioerê EDUARDO BALTAZAR DA SILVA, portador do RG nº 7.374.898-4 SSP/PR, para prestar serviços junto a associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Goioerê- APAE, através do termo de Cooperação nº 001/2025.

Art. 2º O prazo de cessão segue fixado no Acordo de Cooperação celebrado entre o município de Goioerê e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê- APAE, cujo prazo de vigência se encerra em 18 de dezembro de 2026.

Art. 3º Nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº. 2.504/2017, o ônus da remuneração do servidor público cedido recairá sobre o órgão cedente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 05 de fevereiro de 2026

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:9454751D

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 081/2026

Designa Comissão Especial de Avaliação de bens patrimoniais imóveis e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para constituir Comissão Especial de Avaliação de bens patrimoniais imóveis:

I – Bruno Scardelato Tertulino, matrícula nº 506240, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
II – Elianderson Alves Ferreira, matrícula nº 506588, ocupante do cargo de Agente Fiscal, lotado na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
III – João Victor de Oliveira Cavalcante, matrícula nº 506346, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria de Industria e Comércio;

Art. 2º A presente Comissão terá como atribuições precípuas:
I - Realizar vistorias e avaliações técnicas em bens imóveis de propriedade ou de interesse do Município, para fins de aquisição, alienação, permuta, desapropriação, locação, cessão de uso, leilão, ou quaisquer outras finalidades que demandem a aferição do valor de mercado ou venal dos bens.
II - Emitir laudos de avaliação, pareceres técnicos e relatórios circunstanciados, em conformidade com as normas técnicas pertinentes (ABNT, IBAPE, etc.) e a legislação aplicável.
III - Apresentar ao Gabinete do Prefeito ou à Secretaria competente os resultados dos trabalhos e as conclusões das avaliações realizadas, instruindo os processos administrativos com a documentação pertinente.
IV - Observar, em todas as etapas dos trabalhos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade, bem como as demais normas de direito público.
Art. 3º A Comissão ora instituída terá o prazo de 180 (cento e oitenta)] dias para a conclusão de seus trabalhos, contados á partir de 15 de janeiro de

2026, prorrogáveis por igual período mediante justificativa fundamentada e aprovação do Prefeito Municipal.

Art. 4º Fica estabelecido que os demais órgãos e Secretarias da Administração Pública Municipal deverão prestar o apoio e as informações necessárias ao bom desempenho das atividades da Comissão, sempre que solicitados.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2026, com o escopo de conferir plena validade e eficácia jurídica às atividades desenvolvidas pela Comissão de Avaliação de Imóveis a partir de então, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:545A9CD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 082/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, MAXLAINE CARDOSO PEDROSO LEAL, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, férias regulamentares por 30 (trinta), para goza-las de 02/02/2026 a 13/03/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:B7621441

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 083/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 03 de fevereiro de 2026, a servidora pública municipal PRISCILA VELOSO ELER ILTO, Matriculas: 505946 e 505113, do cargo em comissão de Assessor Pedagógico.
Art. 2º O servidor público indicado no caput, a partir de 03 de fevereiro de 2026, voltará a exercer as atribuições do cargo efetivo no qual se encontra investido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:47AAAE70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMDPI – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - ATA N° 48/2025

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI
Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas da manhã, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para a realização de reunião ordinária. O presidente, José Joaquim Soares, cumprimentou os presentes e deu início à pauta do dia, que consistiu na apreciação e aprovação da prestação de contas do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, referente ao incentivo Viaja Mais 60, conforme Deliberação nº 024/2023, com prestação de contas até 31/12/2024; na apreciação da prestação de contas do incentivo Centro Dia e outras linhas de ação em prol da população idosa, conforme Deliberação nº 019/2023, com prestação de contas até 31/12/2024; bem como na prestação de contas do incentivo de Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência, também com prazo até 31/12/2024. Após análise, todas as prestações de contas foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães, lavrei a presente ata, e a lista de presença consta em anexo.

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:F251DECF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMDPI – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMDPI

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, referente aos incentivos Viaja Mais, Centro Dia e outras linhas de ação, bem como do Incentivo de Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência, conforme deliberações do Conselho Estadual, com prazo até 31 de dezembro de 2024.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Municipal nº 2.662/2019**,
Considerando a **Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994**, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
Considerando a **Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003** (Estatuto da Pessoa Idosa);
Considerando a Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, regularmente realizada no dia 05 fevereiro de dois mil e vinte seis, ata 048/2026 para apreciação das prestações de contas dos recursos oriundos do **Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa**,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do **Incentivo Viaja Mais 60**, conforme **Deliberação nº 024/2023**, com prazo de prestação de contas até **31 de dezembro de 2024**, com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.
Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas do **Incentivo Centro Dia e outras linhas de ação em prol da população idosa**, conforme **Deliberação nº 019/2023**, com prazo de prestação de contas até **31 de dezembro de 2024**, com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.
Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas do **Incentivo de Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência**, com prazo de prestação de contas até **31 de dezembro de 2024**, com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ JOAQUIM SOARES
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:C9CB7833

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 212/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada para aquisição de SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, composto por material didático impresso e digital sendo serviço de natureza continuada para alunos de professores da educação infantil (alunos de 4 a 5 anos) e Ensino Fundamental (alunos do 1° ao 5° ano), da rede Municipal de Ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação do município de Goioerê-Pr.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: LIVRARIA GP LTDA

VALOR DA DESPESA: R$ 1.035.592,11

DATA: 05/02/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:8482FC16

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	05/02/2026	6.186,84

Goioerê, 05 de Fevereiro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:2A4C091D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 31 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026, RAFAELA VISENTIM DA ROSA.

PORTARIA Nº 31 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Resolve Conceder férias a servidora RAFAELA VISENTIM DA ROSA, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (TRINTA) dias, a contar a partir da data de 02 de fevereiro de 2026, a servidora RAFAELA VISENTIM DA ROSA, ocupante de Assessor da Divisão de Saúde da Criança e da Mulher, matrícula funcional nº 138053.

Art. 2º Esta portaria tem efeitos retroativos a contar da data de 02 de fevereiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 05 de fevereiro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:F4F4E234

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 32 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 CASSAR FÉRIAS FLAVIO BALDUINO SOARES

PORTARIA Nº 32 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2018; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE

Artigo 1.º- Cassar férias a partir do dia 05/02/2026 concedidas ao servidor :

SERVIDOR	CARGO
FLAVIO BALDUINO SOARES	Agente de Licitações

Férias essas concedidas através da Portaria nº24 de 30 de Janeiro de 2026.
Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/02/2026. Edição 3460

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 05 de fevereiro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:53903251

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA Nº 01/2026

AVISO DE DISPENSA Nº 01/2026
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR.

A Câmara Municipal de Guaíra, visando atender o § 3 do art. 75 – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que pretende realizar a contratação de empresa especializada em radiodifusão, devidamente autorizada, com sinal de transmissão de alcance em todo o território do Município de Guaíra-PR, para a prestação de serviços contínuos de transmissão ao vivo, semanal, das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guaíra, visando atender às necessidades institucionais do Poder Legislativo, de forma periódica, em conformidade com Art. 75, inciso II, podendo eventuais interessados apresentar Proposta Adicional de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a Administração selecionará a proposta mais vantajosa.

Valor Máximo Estimado: R$ R$ 29.465.10 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e dez centavos).

Regime de Compra: Menor Preço.

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 06/02/2026 às 00h00 até 11/02/2026 às 08h30.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS: Após às 8h30 do dia 11/02/2026.

ENTREGA DAS PROPOSTAS
A proposta deverá ser PROTOCOLADA **no Setor de Protocolos da Câmara Municipal de Guaíra-PR**, situada na Praça João XXIII, 200, Centro, Guaíra-PR – CEP – 85.980-000, no horário das 07h30 às 12h e da 13h30 às 17h, em dias úteis **ou pelo e-mail:**

compras@guaira.pr.leg.br até a data limite. O Aviso e o Termo de Referência da Dispensa estarão disponíveis no Site Oficial da Câmara Municipal de Guaíra https://camaraguaira.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais ou através do E-mail: compras@guaira.pr.leg.br**.**

Guaíra, 05 de fevereiro 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Guaíra/Gestão 2025-2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:BC96E3E2

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 032/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 171/2025 e Contrato de Prestação de Serviços nº 209/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SANTA ORANNA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.746.467/0001-25**

Objeto: aquisição de medalhas e troféus com a finalidade de atender a demanda da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura desse município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 209/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 171/2025.

Do Acréscimo do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 60.562,07 (sessenta mil quinhentos e sessenta e dois reais e sete centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:A70FFB80

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 033/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 170/2025 e Contrato de Prestação de Serviços nº 208/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ESPORTIVA RV LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.468.880/0001-53**

Objeto: aquisição de medalhas e troféus com a finalidade de atender a demanda da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura desse município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 208/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 170/2025.

Do Acréscimo do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 86.754,72 (oitenta e seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:32224BF3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2026

CONTRATANTE: Município de GUAÍRA, Estado do Paraná, com sede na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, na cidade de Guaíra, Estado do Paraná, CEP 85.980-000, inscrito no CNPJ nº 77.857.183/0001-90, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Gileade Gabriel Osti, portador da Cédula de Identidade RG nº 94426758 SESP PR e do CPF/MF nº 048.468.559-70, e

CONTRATADA: CONSAB VBA ENGENHARIA & SOLUCOES LTDA, CNPJ 50.176.335/0001-33.

OBJETO: Construção de Creche Social contendo salas, brinquedoteca, sala de amamentação, diretoria, secretaria, jardim sensorial, espera coberta, DMl, cozinha, despensa, lactário, sanitário feminino, sanitário masculino, sanitário feminino PcD e sanitário masculino PcD. Construção Creche Social com execução dos serviços preliminares e administração da obra, fundações, estruturas, alvenaria, divisórias, muros e fechos, cobertura, esquadrias, acessórios, vidros e espelhos, instal. elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação, instal. hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos, revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas, pavimentação e calcamento, paisagismo e equipamentos externos, diversos (limpeza, ensaios tecnológicos, equipamentos) e demais itens e especificações constantes em projeto , sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 021/2025.

VALOR: R$ 1.897.999,00 (um milhão e oitocentos e noventa e sete mil e novecentos e noventa e nove reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de fevereiro de 2026.

FORO: Comarca de Guaíra, Estado do Paraná.

Guaíra/PR, 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:62C7A102

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 094/2026

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 021/2025 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de **Concorrência Pública nº 021/2025,** cujo objeto é a construção de Creche Social contendo salas, brinquedoteca, sala de amamentação, diretoria, secretaria, jardim sensorial, espera coberta, DMl, cozinha, despensa, lactário, sanitário feminino, sanitário masculino, sanitário feminino PcD e sanitário masculino PcD. Construção Creche Social com execução dos serviços preliminares e administração da obra, fundações, estruturas, alvenaria, divisórias, muros e fechos, cobertura, esquadrias, acessórios, vidros e espelhos, instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação, instalações hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos, revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas, pavimentação e calcamento, paisagismo e equipamentos externos, diversos (limpeza, ensaios tecnológicos, equipamentos) e demais itens e especificações constantes em projeto, sendo a empresa vencedora:

CONSAB VBA ENGENHARIA & SOLUCOES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 50.176.335/0001-33**, vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$ 1.897.999,00 (um milhão e oitocentos e noventa e sete mil e novecentos e noventa e nove reais);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:37AFA641

PROJUR

12.EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 16/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AUD4241	275710NIC0000256	06/01/2026	50020
AXM1B70	275710NIC0000257	06/01/2026	50020
AXQ4I35	275710NIC0000261	06/01/2026	50020
ENH9H81	275710NIC0000259	06/01/2026	50020
EWV3C54	275710NIC0000254	06/01/2026	50020
FLJ3E71	275710NIC0000263	06/01/2026	50020
MFF7A38	275710NIC0000255	06/01/2026	50020
OKE3A04	275710NIC0000260	06/01/2026	50020
QAP2D79	275710NIC0000252	06/01/2026	50020
RHN3C27	275710NIC0000264	06/01/2026	50020
SEZ6I02	275710NIC0000258	06/01/2026	50020
SYK3A44	275710NIC0000253	06/01/2026	50020
TBG2D51	275710NIC0000262	06/01/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 29/01/2026 09:05 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:E71BC7B9

PROJUR

5. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 23/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ATO6C63	275710T000005508	25/11/2025	73662	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/02/2026 07:33 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:B3438912

PROJUR

8. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 23/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AKI0420	275710CND0000010	27/12/2025	50450

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/02/2026 07:33 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:61D99BB1

PROJUR

DECRETO N° 079/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando o disposto nos artigos 37 e 74 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de assegurar padrões éticos e de integridade na atuação do Controle Interno;

Considerando a importância de fortalecer a confiança da sociedade nas instituições municipais,

Considerando o memorando online sob o nº 3.124/2025,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o **Código de Ética do Controle Interno** do Município de Guaíra, Estado do Paraná, aplicável a todos os servidores efetivos, comissionados, estagiários e colaboradores vinculados à Unidade Central de Controle Interno e às atividades de Auditoria e Fiscalização no âmbito da Administração Direta.

Art. 2º A adesão ao Código de Ética é condição obrigatória para o exercício das funções de Auditoria e Controle Interno, formalizada por meio da assinatura de termo de compromisso conforme modelo anexo a este Decreto.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º - São direitos do Controle Interno:

I – exercer suas funções em ambiente de trabalho adequado, com preservação de sua integridade física, moral e psicológica;
II – receber tratamento isonômico em avaliações, promoções e oportunidades de capacitação;
III – ter preservada sua identidade em documentos preliminares ou em processos em que sua manifestação possa expô-lo a riscos;
IV – recusar-se a executar tarefas que configurem conflito de interesses, comunicando o fato à chefia imediata;
V – ser resguardado e pressões ou interferências indevidas no desempenho de suas atribuições.

Art. 4º - São princípios fundamentais da atuação do Controle Interno:

I – a integridade;
II – a objetividade;
III – a confidencialidade;
IV – o zelo profissional.

CAPÍTULO III
DAS CONDUTAS

Art. 5º Constituem condutas esperadas do Controle Interno:

I – atuar com respeito, cortesia e urbanidade nas relações funcionais;
II – assegurar transparência e clareza na comunicação institucional;
III – utilizar os recursos públicos de modo eficiente, econômico e responsável;
IV – cumprir prazos com qualidade e tempestividade;
V – contribuir para a cooperação e o equilíbrio no ambiente de trabalho.

Art. 6º É vedado ao Controle Interno:

I – solicitar ou aceitar presente, favores ou vantagens de qualquer natureza;
II – utilizar informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros;
III – manipular registros ou omitir informações relevantes em relatórios;
IV – utilizar o cargo para fins pessoais, políticos ou eleitorais.

CAPÍTULO IV
DOS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

Art. 7º O Controle Interno estará impedido de atuar em:

I – unidades em que tenha exercido função ou atividade nos últimos doze meses;
II – processos que envolvam parentes até o terceiro grau;
III – situações em que tenha prestado serviços de consultoria ou assessoria prévia.

Parágrafo único. Configuram suspeição as situações que possam comprometer ou aparentar comprometer a imparcialidade do agente, devendo este comunicar formalmente a ocorrência à chefia imediata.

CAPÍTULO V
DOS RELACIONAMENTOS COM O AUDITADO

Art. 8º O relacionamento do Controle Interno com os auditados deverá pautar-se pela cordialidade, clareza, objetividade e colaboração, vedada a prática de intimidação, coerção ou sobrecarga de exigências.

CAPÍTULO VI
DA RELAÇÃO ENTRE CONTROLE INTERNO E CONTROLE EXTERNO

Art. 9º O Controle Interno constitui apoio essencial ao Controle Externo, devendo atuar em cooperação e complementaridade, observados os seguintes princípios:

I – assegurar a tempestividade e consistência das informações encaminhadas;
II – garantir a clareza dos relatórios de prestação de contas;
III – manter alinhamento técnico e ético com o Tribunal de Contas;
IV – utilizar o sistema PROGOV e ferramentas de análise de consistência de dados;
V – manter atualizada a página oficial do Controle Interno Municipal como canal de transparência.

Art. 10. São direitos e obrigações do Controle Interno nesse relacionamento:

I – o direito de acesso a documentos, sistemas e registros necessários à apuração;
II – o dever de prestar contas com clareza e precisão;
III – a obrigação de utilizar ferramentas de análise de consistência de dados em suas atividades;
IV – a responsabilidade de manter íntegros e consistentes os dados enviados ao Controle Externo.

CAPÍTULO VII
DOS INSTRUMENTOS BÁSICOS DO PLANEJAMENTO DO CONTROLE INTERNO

Art. 11. A atuação ética do Controle Interno compreende a aplicação dos seguintes instrumentos, resguardada a proporção da estrutura administrativa a que se vincule:

I – mapeamento de processos administrativos e operacionais;
II – matriz de riscos, com classificação e tratamento;
III – ciclos de Auditoria planejados;
IV – plano de Auditoria com base em risco;
V – plano anual da Unidade Central do Controle Interno;
VI – relatórios de comunicação ao gestor;
VII – relatório anual de atividades da UCCI;
VIII – sistema de monitoramento contínuo;
IX – manual de rotinas internas e procedimentos de controle;
X – adaptação das práticas à realidade do porte e pessoal do município.

CAPÍTULO VIII
DOS INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES E PRÁTICAS AVANÇADAS

Art. 12. O fortalecimento ético-institucional do Controle Interno pressupõe a adoção de instrumentos complementares e práticas avançadas, resguardada a proporção da estrutura administrativa a que se vincule:

I – matriz de Segregação de Funções;
II – planejamento integrado das macrofunções do controle;
III – plano de desenvolvimento de pessoal da área de Controle Interno;
IV – plano de comunicação e transparência do Controle Interno;
V – procedimentos formais de gestão de denúncias;
VI – observância das normas da Lei de Licitações e Contratos;
VII – cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX
DA COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

Art. 13. Compete à Unidade Central de Controle Interno promover a divulgação, execução, acompanhamento e avaliação do cumprimento do Código de Ética, elaborando relatórios periódicos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo Municipal e, quando solicitado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Código de Ética será revisado a cada dois anos, ou sempre que houver alterações relevantes na Legislação ou nas práticas de Auditoria e Controle.

Art. 15. O descumprimento das disposições deste Código de Ética sujeitará o Agente às sanções previstas na legislação aplicável, sem prejuízo de responsabilidade administrativa, civil e penal.
Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto n° 079/2026 de 05/02/2026
Registrado no memorando online sob o n° 3.124/2025

TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo/função de _____, lotado na _____, declaro ter recebido, lido e compreendido o Código de Ética dos Agentes de Controle Interno do Município de Guaíra – PR, instituído via Decreto Municipal, comprometendo-me a cumprir integralmente suas disposições no exercício de minhas funções.

Declaro também estar ciente de que o descumprimento das normas éticas estabelecidas poderá resultar em sanções administrativas, sem prejuízo de responsabilização civil e criminal, resguardados os direitos de contraditório e ampla defesa.

Guaíra, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do servidor

Assinatura da Chefia Imediata

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:24EB050E

PROJUR
DECRETO Nº 078/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: EXONERA A PEDIDO ALINE BATISTA DE LIMA SIEBERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos do Artigo n° 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido **ALINE BATISTA DE LIMA SIEBERT, matrícula 29599-03, admitida em 11/04/2022, concursada para o cargo de Merendeira, lotada na Diretoria de Alimentação Escolar/Infantil - Efetivos, com desligamento em 03/02/2026, sendo este seu último dia de trabalho, com vacância do cargo até então ocupado.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 03 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:5DC15837

PROJUR
DECRETO Nº 080/2026 DATA: 05.02.2026

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e, considerando o memorando online sob o nº 3.124/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Os resultados dos trabalhos realizados pelos Auditores de Controle Interno da Administração Municipal deverão ser publicados na íntegra, em consonância com o art. 7º, § VII, alínea "b", da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011, e com o princípio da Publicidade, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de encaminhamento do trabalho à Unidade Auditada, e enviados à Câmara Municipal, em igual prazo.

Parágrafo Único. A publicação se dará no Portal do Órgão de Controle Interno, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná e em aba específica a ser criada no Portal da Transparência.

Art. 2º A publicação de que trata o art. 1º deste Decreto abrangerá Relatórios de Auditoria, Notas de Auditorias ou qualquer outro documento que, independentemente de sua denominação, contenha a manifestação final dos auditores decorrente da análise de determinado assunto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:C29BA42C

PROJUR
DECRETO Nº 081/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando que a Lei Municipal nº 1.443, de 13 de dezembro de 2006, criou o Sistema de Controle Interno, dispondo, em seus artigos 5º, §4º e 8º, § 1º, I e III, o seguinte:

*"*Art. 5º A coordenação das atividades do sistema de controle interno será exercida pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, como órgão central, com o auxílio dos serviços seccionais de controle interno.

§ 4º As unidades setoriais da administração indireta relacionam-se com a UCCI no que diz respeito às instruções e orientações normativas de caráter técnico-administrativo, e ficam adstritas às auditorias e às demais formas de controle administrativo instituídas pela Unidade Central de Controle Interno, com o objetivo de proteger o patrimônio público contra erros, fraudes e desperdícios."

"Art. 8º Compete à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno a organização dos serviços de controle interno e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema de Controle previstos no Art. 2º desta Lei.

§ 1º Para o cumprimento das atribuições previstas no caput, a Coordenadoria:
I - determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;

III - utilizar-se-á de técnicas de controle interno e dos princípios de controle interno do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e da INTOSAI - Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria;"

Considerando a Nota Técnica nº 29/2024, de 18 de julho de 2024, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) dispõe sobre o processo de análise da consistência dos dados das Prestações de Contas de Prefeito Municipal;

Considerando que a Nota Técnica nº29/2024, de 18 de julho de 2024, incumbiu que a execução da análise da consistência de dados será realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE – PR) e pelas Unidades Centrais de Controle Interno (UCCIs). Caberá a cada UCCI a decisão sobre a execução dos procedimentos estabelecidos nos RCDs, de acordo com critérios de oportunidade e conveniência e com respaldo na análise de risco para definição dos objetos a serem fiscalizados durante o exercício. A execução da análise da consistência de dados será considerada finalizada com a emissão do Relatório Final de Consistência de Dados (RFCD) por parte da UCCI executora;

Considerando o artigo 75 da Lei Federal nº 4.320/1964, que trouxe dispositivos que devem ser observados na execução orçamentária;

Considerando o artigo 31 da a Constituição da República de 1988 (CR/88), estabelece que "A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;

Considerando os artigos 70 e 74, incisos I a IV, da Constituição da República, bem como nos respectivos § 1º e 2º, que estabelecem como deve ser a forma de fiscalizar as entidades e como os controles internos devem proceder, inclusive repassando a quem de direito as informações que decorrerem dos trabalhos realizados e constatações verificadas;

Considerando o memorando online sob o nº 3.124/2025,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA AUDITORIA INTERNA

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Atividade de Auditoria Interna no âmbito da Administração Direta do Município de Guaíra, que será realizada pelo Sistema de Controle Interno Municipal (SCIM).

§1º O disposto neste Decreto aplica-se a administração direta, observados a legislação específica e os seus estatutos.

Art. 2º A Controladoria Geral Municipal é responsável por definir os procedimentos e rotinas de Auditoria Interna.

Art. 3º A Controladoria Geral Municipal está assegurada as seguintes prerrogativas no desempenho de suas funções:

I - terá acesso irrestrito às dependências e instalações de todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como a documentos, informações e sistemas informatizados do órgão ou entidade auditada, necessários ao desempenho de suas atribuições, mediante solicitação formal;
II - competência para requerer, mediante solicitações formais, documentos, informações e acessos, os quais devem ser atendidos no prazo máximo de 7 (cinco) dias úteis;
III - realização de entrevistas, reduzindo o conteúdo a termo, com o colhimento, no mínimo, das assinaturas do entrevistado e de componentes da unidade auditada;
IV - Emitir Relatórios de Auditoria direcionados à Unidade Auditada nos seguintes casos:

quando decorrentes das auditorias previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI);

quando se tratarem de auditorias extraordinárias originadas no decorrer do exercício; e
de forma imediata e pontual, no curso dos trabalhos, caso seja identificado risco iminente à segurança de pessoas ou prejuízo imediato ao patrimônio do Município ou de terceiros. Nessa última hipótese, o relatório deverá detalhar o fato, apresentar recomendações para medidas saneadoras e, obrigatoriamente, ser comunicado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º São princípios da Auditoria Interna:

I - integridade;
II - proficiência e zelo profissional;
III - autonomia técnica e objetividade;
IV - alinhamento às estratégias, objetivos e riscos da Unidade Auditada;
V -atuação respaldada em adequado posicionamento e em recursos apropriados;
VI - qualidade e melhoria contínua;
VII - comunicação eficaz;
VIII - transparência;
IX - confiabilidade;
X - prestação de contas e responsabilidade;
XI – independência funcional.

Parágrafo único. No que tange aos princípios elencados, no desempenho de suas responsabilidades o Controlador Interno deve manter objetividade e não ter conflito de interesse.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS CORRELACIONADOS À AUDITORIA

Art. 5º Para fins de apresentar conceitos da função de auditagem e de temas correlacionados;

I - Controle Interno: é o conjunto coordenado de métodos e de práticas operacionais que deve ser implantado em todos os níveis hierárquicos do Poder, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que, na consecução das metas e dos objetivos do Poder, serão observadas as seguintes diretrizes:

a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e transparente dos processos de trabalho;
b) cumprimento das obrigações de accountability;
c) cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da razoabilidade e da finalidade, dos atos legais e infralegais e das melhores técnicas de gestão;
d) preservação dos recursos públicos contra perda, mau uso e dano;

II - auditoria Interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

III - auditoria: o processo sistemático, documentado e independente, no qual se utilizam técnicas de amostragem e metodologia própria para avaliar situação ou condição, verificar o atendimento de critérios, obter evidências e relatar o resultado da avaliação;

IV - accountability: conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram e evidenciam sua responsabilidade, por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações;
V - escopo: aquilo que o controlador interno se limita a avaliar para dar sua opinião, sendo assim, deve guardar relação com as questões de auditoria;

VI - fraude: quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança (estes atos não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física);
VII - gerenciamento de risco (Gestão de risco): processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos do Município de Guaíra;

VIII - governança no setor público: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, com o objetivo de informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, compreendendo, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Seção I
Do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI
Art. 6ºA Auditoria Interna tem o compromisso de avaliar a qualidade dos processos e oferecer avaliação e consultoria aos gestores sobre os temas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos do Município de Guaíra.
Art. 7ºNão cabe à Auditoria Interna estabelecer estratégias para gerenciamento de riscos ou controles internos para mitigá-los, sendo estas atividades inerentes aos gestores.

Art. 8ºO Plano Anual de Auditoria Interna será elaborado no âmbito da Auditoria Interna pela Controladoria Geral, com a finalidade de definir os trabalhos prioritários de Auditoria Interna a serem realizados no exercício seguinte ao que esteja em curso.

Art. 9º Os trabalhos prioritários de auditoria interna, sem prejuízo da determinação de Auditorias Extraordinárias ou Especiais, devem ser realizados no período objeto do PAAI:

I - gestão de patrimônio;
II – roteiro de Consistências de Dados.
III - procedimentos operacionais e rito processual na execução das licitações, compras e contratos;
IV - outros objetos identificados ou que ofereçam riscos ao erário.

Art. 10. O PAAI conterá, no mínimo, as seguintes informações:

a) período e ano de referência e execução;
b) áreas, órgãos e/ou unidades administrativas em que se aplicam a execução;
c) período no qual serão desenvolvidas as ações de auditoria;
d) unidades administrativas e/ou órgãos envolvidos nas ações de auditoria;
e) atividades a serem desenvolvidas pela auditoria interna, incluindo a previsão de realização de auditoria, bem como a indicação da possibilidade de ocorrerem, no período.

§ 1º As Auditorias Ordinárias são as que forem previamente determinadas no PAAI, tendo sido definidas.

§ 2º As Auditorias Extraordinárias, constarão no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) apenas como uma possibilidade, devendo ser tratadas como exceção, as quais serão decididas e instauradas pela Controladoria Geral Municipal, no momento próprio, após análises das evidências apresentadas, em face do surgimento de fatos ou situações considerados de alta relevância, devidamente comprovados, dentre elas denúncias que contenham provas suficientes e pertinentes.

§ 3º Não cabe instaurar Auditorias Extraordinárias caso seu objeto possa ser seja alcançado por trabalho de Auditoria Ordinária cuja realização se mostre concomitante ou já tenha sido abordado em outra ocasião e/ou esteja a depender de ações próprias pelos gestores responsáveis por seu encaminhamento.

§ 4º As Auditorias Extraordinárias ou Especiais seguem as mesmas regras das Ordinárias no sentido de planejamento e execução.

§ 5º Quando se tratar de auditoria em objeto específico será observado o disposto no caput deste artigo e as particularidades do mesmo.

Art. 11. O PAAI depois de aprovado será disponibilizado no sítio oficial do Município de Guaíra, de forma a estabelecer um ambiente de fácil visualização.

Seção II
Da Determinação de Início dos Trabalhos

Art. 12 Os procedimentos de auditorias somente serão iniciados por determinação da Controladoria Geral Municipal, conforme o cronograma de execução do PAAI.
§ 1º A solicitação ou determinação de realização de procedimentos de auditoria deve ser acompanhada do escopo que se pretende alcançar.
§ 2º Deverá ser formalizada a sonegação de informações ou a ocorrência de situações que limitem ou impeçam a execução das atividades de auditoria e controle interno e anexar junto ao relatório de auditoria interna para eximir o controlador de responsabilidade solidária.

Art. 13. Os trabalhos de auditoria de maior complexidade ou especialização, poderão ter a colaboração técnica de outros servidores e/ou a contratação de terceiros, se necessário, mediante solicitação exclusiva da Controladoria Geral Municipal de forma justificada e cumprimento de exigências legais correspondentes.

Parágrafo único. Unidade Auditada é o órgão da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sobre o qual incide trabalho de auditoria e/ou consultoria realizado pela Controladoria Geral Municipal.

Seção III
Do Planejamento da Auditoria

Art. 14. O planejamento pontual dos trabalhos deve ser realizado de modo a assegurar que uma auditoria de alta qualidade seja conduzida de maneira econômica, eficiente, efetiva e com tempestividade.

Parágrafo único. O planejamento, por meio de Programa de Auditoria, tem por finalidade definir questões essenciais à realização da auditoria em vista, o que pressupõe adequado conhecimento do objeto a ser auditado e das práticas operacionais a ele aplicadas, sendo necessário, nesse sentido, uma imersão em busca de leis e normativos sobre o tema, reconhecimento de sistemas e/ou softwares com ele relacionados e, eventualmente, contatos com especialistas ou operadores pertinentes e, ainda, verificação de trabalhos anteriores ou referenciais, com abordagens análogas.

Seção IV
Do Desenvolvimento dos Trabalhos

Art. 15. Para a realização do trabalho de auditoria deverá observar e aplicar, no desempenho de suas funções, os aspectos técnicos, procedimentos e normas de conduta previstos nos regulamentos do Órgão ou da Entidade e da Controladoria Geral Municipal e demais normas de auditoria aplicáveis às boas práticas nacionais e internacionais.

Art. 16. No mérito das abordagens deve-se ficar atento especialmente em relação às exposições a riscos relativos à governança, às atividades operacionais e aos sistemas de informação, devendo ser analisado se há comprometimento quanto aos seguintes aspectos:

I - alcance dos objetivos estratégicos;
II - confiabilidade e integridade das informações;
III - eficácia e eficiência das operações e programas;
IV - salvaguarda de ativos;
V - conformidade dos processos e estruturas com leis, normas e regulamentos internos e externos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, à avaliação da adequação e da eficácia dos controles internos implementados pela gestão.

Art. 17. As solicitações feitas pela Controladoria Geral Municipal, com prazo máximo de atendimento de **5 (cinco) dias úteis**, deverão ser respondidas tempestivamente pelas Unidades Auditadas, mediante apresentação de documentos, processos e informações objetivas, que possibilitem a análise e a formação de opinião de trabalho dos auditores, observando-se os prazos estabelecidos, sempre que possível, em acordo com a unidade examinada.

§ 1º Em caso de descumprimento de prazos ou não apresentação das informações solicitadas, é imprescindível que sejam tomadas as providências internas adequadas. Isso inclui a análise do motivo do atraso ou da falha no atendimento, a tentativa de resolução junto à unidade auditada e a busca por uma solução acordada sempre que possível.

§ 2º O não atendimento após exauridas as possibilidades internas deverá ser avaliado pela Controladoria Geral Municipal, ser encaminhados ao Gestor e ao Tribunal de Contas para adoção de providências que se mostrarem pertinentes.

Art. 18. Os documentos e informações acessados pela Auditoria Interna na realização dos trabalhos de avaliação e consultoria serão tratados de forma compatível com o grau de confidencialidade classificado pelo Órgão ou pela Unidade Auditada.

Art. 19. Para efeito de documentação, a Controladoria Geral Municipal deve registrar nos documentos denominados "Papéis de Trabalho" informações relativas ao planejamento da auditoria, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos aplicados, os resultados obtidos e suas conclusões da evidência da auditoria.

Art. 20. Os Papéis de Trabalho de auditoria formam o conjunto de dados que contêm as informações e documentos obtidos, bem como das suas conclusões sobre os exames e constituem um registro permanente do trabalho efetuado.

Parágrafo único. É com base nos Papéis de Trabalho que o Controlador Interno irá construir seu relato dos fatos com as recomendações pertinentes.

CAPÍTULO IV
DOS DOCUMENTOS OPERACIONAIS DISPOSITIVOS

Seção I
Do Relatório de Auditoria

Art. 21 O Relatório de Auditoria é o documento emitido com a finalidade de detalhar as circunstâncias em que o trabalho foi realizado (objetivo, escopo, metodologia etc.), contendo o registro das constatações ou achados verificados, as conclusões decorrentes, e as recomendações pertinentes, de forma a determinar o posicionamento sobre o que foi auditado no período que abrange o relatório.

§ 1º O Relatório de Auditoria somente deve ser emitido em definitivo após esgotadas todas as dúvidas com os responsáveis pela Unidade Auditada, sendo que, para tanto, deve ser proporcionado a eles prévio acesso às constatações ou achados de auditoria, para que possam, em prazo definido pela equipe, exercer a oportunidade de apresentar, eventualmente, caso se mostrem plausíveis e pertinentes, as comprovações que possam contradizer o conteúdo dos apontamentos.
§ 2º Essa fase, que deve estar devidamente documentada, prévia à emissão do Relatório de Auditoria definitivo, objetiva esgotar, de toda forma, qualquer dúvida acerca dos apontamentos, para que, no futuro, no momento propício, com prazo de 10 (dez) dias úteis, os responsáveis pela Unidade Auditada apresentem somente planos de ações com soluções factíveis e não justificativas pelos erros, faltas e/ou falhas detectadas.

§ 3º O Relatório de Auditoria definitivo, por sua vez, deve ser elaborado com clareza, com apresentação concisa de todas as constatações havidas, além disso, conclusivo, contendo, ainda, recomendações pontuais, porém com indicativos de soluções abrangentes, notadamente quanto à observância de aspectos minimizadores de riscos porventura detectados durante o trabalho e que tenham relação com o processo organizacional examinado.

§ 4º Em trabalhos de auditoria que tenham mais de uma Unidade Auditada, considerando o objetivo almejado, podem ser emitidos relatórios diversos, em vista da necessidade de abordagem específica e/ou para atender situação merecedora de distinção.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO

Art. 22 Monitoramento é a fase do processo de auditoria posterior à apresentação do Relatório de Auditoria.

§ 1º A Controladoria Geral Municipal deve avaliar a adequação das propostas de ações corretivas apresentadas pelos gestores em relação às constatações e achados registrados no Relatório de Auditoria, bem como verificar se essas ações foram implementadas dentro dos prazos recomendados pela equipe de auditoria, com o propósito de sanar ou corrigir as fragilidades e/ou deficiências identificadas.

§2º Após a apresentação das ações corretivas pelos Gestores das Unidades Auditadas, deve ser avaliado, no âmbito da Controladoria Geral Municipal, se as propostas e respectivos prazos de implementação se mostrem coerentes e adequados aos apontamentos (constatações e/ou achados de auditoria) listados no Relatório da Auditoria.

§ 3º Caso a ação corretiva informada seja considerada pertinente, espera-se o vencimento do prazo de implementação e, em seguida, faz-se nova avaliação para verificar se se cumpriu o previsto.

§ 4º Admite-se a possibilidade de estender o prazo para implementação de forma suficiente da ação corretiva indicada no plano de ação, o que poderá ser autorizado pela Controladoria Geral Municipal, após analisar as justificativas e razões apresentadas pelo Gestor da Unidade Auditada, entretanto, é importante que o titular da Controladoria Geral Municipal informe, de imediato, ao Prefeito Municipal, acerca da inadimplência do não cumprimento da ação corretiva.

§ 5º Depois de esgotadas todas as possíveis formas de solucionar os apontamentos em instância administrativa, havendo inadimplência da Unidade Auditada, e tendo sido feita Notificação definitiva à autoridade competente, o que compete Controladoria Geral Municipal, far-se-á, comunicação da ocorrência ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

§ 6º Quando se tratar de procedimentos de compras e licitações, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 169, da Lei Federal nº14.133/2021, deverá ser recomendado ao setor de compras e licitações ajustes e republicações de seus atos, e posteriormente havendo inadimplência da instância administrativa, será enviado ao Ministério Público competente, cópia dos autos e dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência, inclusive fazendo prova que houve a tentativa sem êxito de solução administrativa.

CAPÍTULO VI
DA INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE

Art. 23. A Auditoria Interna será conduzida com independência funcional e técnica, devendo os auditores agir com imparcialidade, ética e sigilo profissional.

Art. 24. É vedado aos auditores internos:

I - Exercer funções gerenciais ou administrativas nas unidades auditadas;

III - Influenciar ou ser influenciado por interesses pessoais ou externos.

CAPÍTULO VII

DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 25. Os relatórios e recomendações da Auditoria Interna serão encaminhados ao Prefeito Municipal, aos responsáveis pelas unidades auditadas e, quando necessário, aos órgãos de controle externo.

Art. 26. A Controladoria Geral Municipal divulgará anualmente um relatório consolidado das atividades de auditoria e de monitoramento, observando as disposições legais sobre sigilo e proteção de dados.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Os casos omissos e dúvidas na aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Controladoria Geral Municipal.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:AF1F60C7

PROJUR
DECRETO Nº 082/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: ESTABELECE A SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO (UCCI), VEDA A ATUAÇÃO DE SEUS MEMBROS EM ATOS DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e, considerando o memorando online sob o nº 3.124/2025,

Considerando os princípios da Segregação de Funções e da independência do Controle Interno (art. 74, C.F.);

Considerando a necessidade de evitar que o Controlador Interno seja também o Gestor,
RESOLVE:

Art. 1º A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) atuará exclusivamente nas funções de Auditoria, Controle, Correição, Transparência e Ouvidoria.

Art. 2º Fica expressamente vedado aos servidores lotados na UCCI (Controlador, Auditores, Técnicos):

I - integrar, como membro titular ou suplente, Comissões de Licitação, Comissões de Recebimento de Objeto ou autuar como Pregoeiro;

II - atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos Administrativos;

III - atuar na gestão ou execução orçamentária e financeira (Ex.: Ordenar despesa, emitir empenhos, autorizar pagamentos);

IV - compor Comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Sindicância Investigativa (SINVE), salvo na função de Correição (Se houver).

Art. 3º A atuação da UCCI nos Processos de Licitação e Contratos (art. 2º, I e II) dar-se-á exclusivamente A POSTERIORI, por meio de Auditoria e Monitoramento, ou A PRIORI, na análise de risco de editais (Se previsto no Manual), sem co-gestão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:13ED8459

PROJUR
EDITAL Nº 004/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2022 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2022

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 002/2022 conforme Edital de abertura nº 001/2022, e, considerando o memorando online sob o n° 559/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR a candidata descrita a seguir, aprovada e classificada no Concurso Público Municipal nº 002/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e alterações subsequentes, a qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **09/02/2026** a **23/02/2026**, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munida de documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo conforme a seguir:

Para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.600-15	Rosane Maria de Brito Guimarães Morais	70º

2. A candidata convocada deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munida dos seguintes documentos originais e cópias:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo D para Motorista de Veículos;
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Registro no órgão da classe (quando for o caso);
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do cartão de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Certidão de registro de nascimento e CPF dos filhos dependentes, quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.
3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, os candidatos serão submetidos, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.
3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.

3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitar à realização dos mesmos será eliminado do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:0B949364

PROJUR
EDITAL Nº 006/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o n° 1.040/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR a candidata descrita a seguir, aprovada e classificada no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, as qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **09/02/2026 a 13/02/2026**, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munida dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Professor - Afrodescendente

Inscrição	Candidato	Classificação
153555	Débora Cristina da Conceição	8º

A candidata convocada deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munida dos seguintes documentos originais e cópias:

Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Registro no órgão da classe (quando for o caso);
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;
Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.553/2023.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, a candidata será submetida, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.

3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeada e empossada, poderá ser exonerada do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminarão os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:09EF2E7D

PROJUR
PORTARIA Nº 095/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 300/2025, 666/2025, 2.646/2025, 4.050/2025, 117/2026 e 174/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Amanda Vanessa Schisler Groff	29949-02	2024/2025	10/02/2026 a 19/02/2026
Lucimar Marques Damasceno Kontovski	29009-02	2024/2025	18/02/2026 a 19/03/2026
Maria Peluchen de Marchi	833-01	2023/2024	03/02/2026 a 17/02/2026
Monica Libanio de Araujo	29416-01	2022/2023	19/02/2026 a 20/03/2026
Valquiria Pedroso da Silva	30898-01	2025/2026	18/02/2026 a 28/02/2026
Waldir Azevedo Dias	20842-02	2022/2023	04/02/2026 a 05/03/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:3047DEE1

PROJUR
PORTARIA Nº 096/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: DESIGNA SERVIDOR COMO PREPOSTO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ALFANDEGÁRIAS INERENTES AO PORTO LACUSTRE INTERNACIONAL SETE QUEDAS PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, Estado do Paraná, e,

Considerando a Portaria RFB Nº 143 de 11 de fevereiro de 2022 que estabelece normas gerais e procedimentos para alfandegamento de local ou recinto;

Considerando que para o devido alfandegamento do Porto Internacional Lacustre Sete Quedas alguns requisitos devem ser formalizados, dentre eles a designação de fiel depositário e preposto;

Considerando a Portaria COANA nº 76 de 13 de maio de 2023 que solicita a apresentação dos Termos de Fiel Depositário e de Designação de Preposto;

Considerando o memorando online sob o nº 1.685/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o seguinte Servidor Público Municipal para atuar como preposto do Município de Guaíra, Estado do Paraná, perante a Receita Federal do Brasil:

Nome	Matrícula nº	Cargo	Lotação
Antonio Aparecido Cardoso	5821	Escriturário	Diretoria de Administração e Controle - Efetivos

Art. 2º Compete ao preposto representar o Município de Guaíra nos atos inerentes à guarda das mercadorias armazenadas, retidas ou apreendidas no Porto Internacional Lacustre Sete Quedas visando o processamento e manutenção do recinto perante a Receita Federal.

Art. 3º O desempenho das atribuições do preposto é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Portaria nº 096/2026 de 05/02/2026
Registrado no memorando online sob o n° 1.685/2023

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO
I – EMPRESA

Razão Social Município de Guaíra	**CNPJ** 77.857.183/0001-90
Endereço Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Guaíra/PR	

II – IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Sócio Diretor X Procurador	
Nome Completo GILIADE GABRIEL OSTI	**CPF** 048.XXX.XXX-70
Identidade Número do documento Tipo Órgão Emissor 034XXXXXX30 CNH DETRAN/PR	

III – LOCAL OU RECINTO ALFANDEGADO

Denominação Porto Lacustre Internacional Sete Quedas
Endereço Rua Bandeirantes, nº 3109, Guaíra/PR

IV – IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

Antonio Aparecido Cardoso	**CPF** 335.XXX.XXX-53
Identidade Número do documento Tipo Órgão Emissor 213XXX30 RG SSP/PR	

A empresa qualificada no quadro I, pelo seu representante legal qualificado no quadro II, na condição de fiel depositária das mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, objeto de operações de carga, descarga, movimentação, armazenamento ou passagem, realizadas no local ou recinto alfandegado identificado no quadro III, designa neste ato o preposto identificado no quadro IV para representá-la nos atos inerentes à guarda das mercadorias armazenadas, retidas ou apreendidas.

Local: Guaíra/PR

Data: **05 fevereiro de 2026**

_____
Assinatura

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:3DD2D02B

PROJUR
PORTARIA Nº 097/2026 DATA: 05.02.2026 EMENTA: SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DOADOS AO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Leis nacionais n.º 8.666 e 8.883, e,

Considerando a exoneração do servidor MARCELO CELESTRINO, matrícula funcional nº 24341-01 09.06.2025, nos termos do Decreto nº 342/2025;

Considerando o memorando sob nº 456/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal **BRUNO ANDREI COLCETTA**, matricula funcional nº 29173-01, em substituição ao Servidor **MARCELO CELESTRINO, n**a função de membro da Comissão de recebimento de bens móveis e imóveis doados ao Município de Guaíra, Estado do Paraná, constituída pela Portaria nº 049/2025 de 24.01.2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1° de fevereiro de 2026, permanecendo inalteradas as demais disposições da Portaria nº 049/2025.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:3DAAD5D7

PROJUR
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 001, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a produção de normas relativas às rotinas de trabalho do Sistema de Controle Interno a serem observados pelas Unidades da Estrutura do Poder Executivo Municipal.

Versão: 01
Ato de Aprovação: Despacho do Exmº. Sr. Prefeito na própria I.N.
Unidade Responsável: Controladoria Geral do Município

Justificativa: Justifica-se a presente instrução normativa pela necessidade de regulamentar os procedimentos administrativos relacionados a implantação e manutenção de Sistemas de Controle Interno pelos Poderes Municipais que se constituem em obrigação constitucional, a ser cumprida pela Administração Pública Municipal, de acordo com o prescrito nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal. Considerando que cabe aos Sistemas de Controle Interno Municipais, juntamente com o controle externo, exercido pelo Tribunal Contas do Estado, auxiliar a respectiva Câmara Municipal na fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais, em especial aqueles previstos na Lei Complementar nº 101/00 - a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF,
Fundamentação: A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações e normas:
Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
Lei Federal nº 4.320/1964 – Lei Geral de Direito Financeiro;
Constituição Federal de 1988;
Lei nº 1443/2006 – Cria O Sistema de Controle do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 31 da Constituição da República, e dá outras providências.

O Controlador Geral do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Municipal nº 1443/2006, propõe e o Prefeito Municipal aprova, a seguinte Instrução Normativa, a qual dispõe acerca dos procedimentos para a produção de normas relativas às rotinas de trabalho dos diversos subsistemas de Controle Interno à serem observados pela Unidade da Estrutura do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º. Regulamentar a produção de normas internas relativas às rotinas de trabalho, abrangendo todas as unidades da estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, quer sejam executoras de tarefas, fornecedoras ou receptoras de dados e informações em meio físico ou informatizado.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Esta Instrução Normativa estabelece requisitos para criação de normas pela Controladoria Geral do Município para produção de instruções normativas que possam abranger todas as Secretarias Municipais, bem como os órgãos da Administração Indireta, deverão observar os procedimentos estabelecidos pela CGM nos diversos subsistemas de controle interno do poder executivo municipal.

CAPÍTULO III
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Regulamentar a produção de normas internas relativas às rotinas de trabalho, abrangendo todas as unidades da estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, quer sejam executoras de tarefas, fornecedoras ou receptoras de dados e informações em meio físico ou informatizado.
Art. 4º Para os fins desta instrução administrativa considera-se:
I - **Instrução Normativa**: é o documento que estabelece normas internas relacionadas aos pontos de controle e procedimentos de padronização das atividades e rotinas de trabalho;
II - **Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle**: a coletânea das normas de todos os subsistemas administrativos;
III - **Manual de rotinas da unidade responsável**: o detalhamento do fluxograma a descrição das rotinas da respectiva unidade;
IV - **Fluxograma**: a demonstração gráfica das rotinas de trabalho relacionadas a cada sistema administrativo, com a identificação das unidades executoras;
V - **Sistema**: o conjunto de ações interligadas que, coordenadas, concorrem para um determinado fim;
VI - **Sistema Administrativo**: o conjunto de atividades relacionadas às funções finalísticas ou de apoio, objetivando um determinado resultado, distribuídas em diversas unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e executada sob a orientação técnica da respectiva unidade responsável;
VII - **Ponto de Controle**: o aspecto relevante da rotina de trabalho de um sistema administrativo ou um indicador, cuja importância, grau de risco ou efeitos ensejem procedimentos de controle;
VIII - **Procedimentos de Controle**: os procedimentos das rotinas de trabalho que visam assegurar a conformidade das operações de cada ponto de controle, restringir o ato de irregularidades ou ilegalidades e/ou preservar o patrimônio público;
IX **– Subsistema de controle interno:** representam um conjunto de Procedimentos e Rotinas detalhados, definidos em Normativos

próprios que correspondem as atividades administrativas a ser realizadas em cada repartição.

X - **Sistema de Controle Interno**: o conjunto de procedimentos de controle dos diversos subsistemas administrativos, executados por toda a estrutura organizacional sob a coordenação, orientação técnica e supervisão da Controladoria Geral do Município;
XI - **Unidade Responsável**: Secretarias municipais e todos os órgãos de assessoramento à alta Administração;
XII - **Unidades Executoras**: as diversas unidades da estrutura organizacional sujeitas às rotinas de trabalho e aos procedimentos de controle estabelecidos nas Instruções Normativas.

Art. 5º As Instruções Normativas a serem elaboradas pelas unidades responsáveis tem como fundamento a necessidade de padronização dos procedimentos e a fixação de procedimentos de controle nos termos das normas legais e regulamentares, das orientações da administração e das constatações da Controladoria de Controle Interno.

Art. 6º Cabe à unidade responsável a definição e formatação das Instruções Normativas de todos subsistemas inerentes ao respectivo sistema, sob a coordenação da Controladoria Geral do Município.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 7º São responsabilidades da unidade responsável:
I - Promover discussões técnicas entre as unidades executoras, para definir as rotinas de trabalho e identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos da Instrução Normativa a ser elaborada;
II - Submeter à Instrução Normativa à análise da Controladoria geral do Município;
III - Divulgar e implementar a Instrução Normativa depois de aprovada pelo Prefeito Municipal;
IV - Orientar as unidades executoras e mantê-las atualizadas quanto à aplicação da Instrução Normativa.

Art. 8º São responsabilidades das unidades executoras:
I - Alertar à unidade responsável sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho;
II - Manter a Instrução Normativa acessível a todos os servidores da unidade;
III - Cumprir e fazer cumprir a Instrução Normativa do respectivo sistema administrativo.

Art. 9º São responsabilidades da Controladoria Geral do Município:
I - Prestar apoio técnico às unidades responsáveis na fase de elaboração das Instruções Normativas e nas eventuais atualizações;
II - Avaliar, por meio de auditoria interna, a eficácia dos procedimentos de controle de cada sistema administrativo e propor alterações nas respectivas Instruções Normativas, quando necessárias;
III - Organizar e manter atualizado o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle, em meio físico e/ou em base de dados.

CAPÍTULO V
FORMATO E REDAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS
AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS DEVERÃO CONTER

Art. 10º A identificação da norma, compreendendo:

I - Número da Instrução Normativa: a numeração deverá ser única e sequencial, seguido do número e do ano de sua edição.
II - Formato: Instrução Normativa SYY NNNN/AAAA-V (número/ano-versão);
III - Indicação da Versão: Indica a última versão da Instrução Normativa aprovada pelo Prefeito Municipal;
IV - A data: usando o formato DD/MM/AAAA (dia, mês e ano);
VI - Unidade Responsável: O nome da unidade responsável pela elaboração da Instrução Normativa respectiva.

CAPÍTULO VI
A INSTRUÇÃO NORMATIVA DEVERÁ ESTABELECER

Art. 11º A Instrução Normativa deverá estabelecer:
I - **A sua finalidade**: especificar de forma resumida os motivos que levaram à elaboração da Instrução Normativa, indicando, sempre que possível, elaborar sua ação inicial e sua ação final da rotina de trabalho;
II - **A sua abrangência**: especificar as unidades executoras submetidas à respectiva norma e explicitar quando tais normas devem ser observadas, mesmo que parcialmente, por todas as unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal;
III - **Os conceitos**: as expressões técnicas deverão ser previamente definidas na Instrução Normativa, principalmente quando a abrangência se estender a todas as unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal;
IV - **A base legal e regulamentar**: indicar as normas legais e/ou regulamentares que fundamentam e orientam as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle a que se destina a Instrução Normativa;
V - **As responsabilidades**: especificar as responsabilidades da unidade responsável e das respectivas unidades executoras;

VI - **Os procedimentos**: descrever as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle;
VII - **As considerações finais**: se necessárias, com orientações ou esclarecimentos adicionais e eventuais exceções as regras da Instrução Normativa.

§ 1º As abreviaturas e/ou siglas deverão ser identificadas por extenso somente na primeira vez em que forem mencionadas.
§ 2º Sempre que a Instrução Normativa motivar efeitos externos à Administração, ou nas situações em que seja conveniente maior Divulgação, a aprovação deverá ocorrer através de Decreto.
§ 3º Deverá ser na forma de Decreto, a normatização cujos efeitos extrapolem o âmbito interno do Sistema de Controle Interno do poder Executivo Municipal ou nas hipóteses em que seja conveniente ampla divulgação.

CAPÍTULO VII
PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Art. 12º Com base na análise preliminar das rotinas e procedimentos que vêm sendo adotadas em relação ao assunto a ser normatizado, identificar as diversas unidades da estrutura organizacional que têm alguma participação no processo e, para cada uma, quais as atividades desenvolvidas, para fins da elaboração do fluxograma.

Parágrafo único: Também devem ser identificados e analisados os formulários utilizados para o registro das operações e as interfaces entre os procedimentos manuais e os sistemas informatizados (aplicativos).

Art. 13º A demonstração gráfica das atividades (rotinas de trabalho e procedimentos de controle) e dos documentos envolvidos no processo, na forma de fluxograma, deve ocorrer de cima para baixo e da esquerda para direita, observando-se os padrões e regras geralmente adotados neste tipo de instrumento, que identifiquem, entre outros detalhes, as seguintes ocorrências:

I - Início do processo (num mesmo fluxograma pode haver mais de um ponto de início, dependendo do tipo de operação);
II - Emissão de documentos;
III - Ponto de decisão;
IV - Junção de documentos;
V - Ação executada (análise, autorização, checagem de autorização, confrontação, baixa, registro, etc.), devendo ser indicados, também, os procedimentos de controle aplicáveis.

§ 1º As diversas unidades envolvidas no processo deverão ser segregadas por linhas verticais, com a formação de colunas com a identificação de cada unidade no topo.
§ 2º A identificação da unidade poderá ser genérica quando todas as unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal tiverem que se submeter a determinado segmento de rotina de trabalho.

§ 3º Se uma única folha não comportar a apresentação de todo o fluxograma, serão abertas tantas quantas necessárias, devidamente numeradas, sendo que neste caso, devem ser utilizados conectores, também numerados, para que seja possível a identificação da continuidade do fluxograma na folha subsequente e vice-versa.
§ 4º Procedimento idêntico ao descrito no parágrafo anterior deverá ser dotado quando for necessário o detalhamento de rotinas específicas em folhas auxiliares.
§ 5º Uma vez consolidado e testado, o fluxograma servirá de orientação para a descrição das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle na Instrução Normativa e dela fará parte integrante, como anexo.

Art. 14º As rotinas de trabalho e os procedimentos de controle estabelecidos na Instrução Normativa deverão ser descritos de maneira objetiva e organizada, com linguagem didática e destituída de termos ou expressões técnicas, de forma a evitar dúvidas ou interpretações diversas, especificando a forma de operacionalização das atividades, a fixação dos respectivos prazos e a identificação dos responsáveis pelas etapas do processo.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, deverão ser especificados os procedimentos a serem observados no dia-a-dia, em especial:
a) Os elementos obrigatórios em cada documento;
b) O número de vias e suas destinações;
c) O detalhamento das análises, confrontações e outros procedimentos de controle a serem executados em cada etapa do processo;
d) A relação de documentos obrigatórios para a validação da operação;
e) Os aspectos legais e/ou regulamentares a serem observados;
f) Os procedimentos de segurança em tecnologia da informação aplicáveis ao processo (controle de acesso lógico às rotinas e bases de dados dos sistemas aplicativos, crítica nos dados de entrada, geração de cópias back-up, etc.).

§ 2º Quando aplicáveis, os procedimentos de controle poderão ser descritos à parte, na forma de *"check-list"*, que passarão a integrar a Instrução Normativa como anexo, especificando qual a unidade responsável pela sua aplicação e em que fase do processo deverá ser adotado.

Art. 15º A Instrução Normativa concluída pela unidade responsável, ou a sua atualização, deverá ser encaminhada ao Controlador Geral para verificação do cumprimento das normas desta Instrução Normativa e avaliação dos procedimentos de controle.

§ 1º Se a Controladoria Geral sugerir alterações na respectiva Instrução Normativa devolverá a mesma à unidade responsável para se manifestar, caso contrário, encaminhará para publicação.

CAPÍTULO VIII
PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 16º O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da realização de ato contrário às normas instituídas, constituindo ainda, Infração passível de Improbidade Administrativa.

Art. 17º O Processo Administrativo é um procedimento voltado para apurar responsabilidade de servidores pelo descumprimento de normas de controle interno sem dano ao erário, mas, caracterizado como grave infração.

Art. 18º O processo administrativo será proposto pelo Sistema de Controle Interno e determinado pelo chefe de poder correspondente.

Art. 19º Instaurado o processo administrativo, sua conclusão se dará no prazo máximo de 120 (Cento e vinte) dias.

Art. 20º O processo administrativo será desenvolvido por comissão designada pela autoridade competente, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 21º Os fatos apurados pela comissão serão objetos de registro claro em relatório e encaminhamento ao Sistema de Controle Interno para emissão de parecer e conhecimento a autoridade competente com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, indicação das medidas punitivas cabíveis aos responsáveis, na forma do estatuto dos servidores.

Art. 22º A autoridade competente decidirá no prazo de 30 (Trinta) dias, a aplicação das penalidades indicadas no processo.

CAPÍTULO IX
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 23º Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Controladoria Geral do Município (CGM) que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Art. 24º Verificada a inobservância desta Instrução Normativa ao Sistema de Controle Interno adotará as providências de ordem Legal.

Art. 25º Esta Instrução Normativa entrará em vigência a partir da sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.
Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO
Controladora Geral do Município

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:BBECE901

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANALISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

ANALISE DO DOCUMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026, inexigibilidade 05/2026, com o objeto: **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software via web, destinado à consulta de banco de dados com preços de peças de veículos, contemplando peças genuínas de montadora, originais de fabricante e equivalentes, a ser utilizado como ferramenta eletrônica de orçamentação nos processos de licitação para aquisição de peças destinadas à manutenção de veículos médios, veículos pesados e máquinas pesadas que integram a frota municipal, bem como para futuras aquisições.**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 04/02/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba. A abertura dos envelopes será realizada pela comissão no dia 05/02/2026, e publicada na mesma data a ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 04 de fevereiro de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Presidente da Comissao

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:115AD4F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANÁLISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024-

ANÁLISE DO DOCUMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024, inexigibilidade 19/2024, com o objeto: **Credenciamento para prestação de serviços de atendimento de casa para abrigo institucional de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em atendimento a Secretaria de Ação Social, Criança, Adolescente e Assuntos da Família, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Chamamento.**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 02/02/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba. A abertura dos envelopes será realizada pela comissão no dia 05/02/2026, e publicada na mesma data a ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 04 de fevereiro de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Presidente da Comissão.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:1BCA1FA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 653/2026 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA 001/2025, DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR.

DECRETO Nº 653/2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA 001/2025, DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a conclusão da Seleção Pública Simplificada, realizada sob a exclusiva responsabilidade, organização e execução do Instituto IGEDUC;
CONSIDERANDO a necessidade de provimento temporário de funções públicas, visando à continuidade e à regular prestação dos serviços municipais;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica homologado o resultado definitivo da Seleção Pública Simplificada regida pelo Edital nº 001/2025, do Município de Guaraqueçaba/PR, executada pelo Instituto IGEDUC e cujo resultado encontra-se publicado no site www.igeduc.org.br e no site oficial da prefeitura de Guaraqueçaba www.guaraquecaba.pr.gov.br acessando "pessoal" e "concursos".
Art. 2º. A Administração Municipal poderá promover a convocação dos candidatos aprovados para apresentação da documentação comprobatória dos requisitos exigidos para a contratação, conforme cronograma próprio, a ser divulgado oportunamente, em local, datas e horários previamente definidos, observadas as disposições do edital e os princípios que regem a Administração Pública.
Art. 3º. A convocação dos candidatos observará rigorosamente a ordem geral de classificação, bem como a reserva de vagas destinadas aos grupos específicos, inclusive Pessoas com Deficiência (PCD), Pessoas Pretas, Pardas, Indígenas e Quilombolas (PPIQ) e acadêmicos, respeitadas as listas específicas e subsidiárias previstas no edital.
Art. 4º. A manutenção dos contratos firmados com a Administração Pública Municipal ficará condicionada ao desempenho satisfatório das atividades atribuídas ao contratado, sendo exigidos, dentre outros critérios, a eficiência, a eficácia, a pontualidade, a assiduidade, a habilidade técnica, bem como o comprovado domínio e conhecimento das atribuições exercidas, observado o interesse público.
Art. 5º. Os termos e condições específicos dos contratos a serem firmados com a Administração Municipal constarão dos respectivos instrumentos contratuais, em conformidade com as normas estabelecidas no edital, a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.
Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observada a legislação aplicável.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraqueçaba/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:E705CC69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28.2025

TERMO DE ADJUCIAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
O prefeito Municipal de Guaraqueçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 – Adjudicar e Homologar a presente Licitação neste termos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na
Rua Major Domingos Nascimento, nº 46, Centro, CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52.

CONTRATADA: Gladys haydee Salice & Cia Ltda, devidamente inscrita no CNPJ: 11.265.795/0001-86, com sede na Rua Paula mindanda nº 35, cidade de Guaraqueçaba –Pr, neste ato representada por intermédio de pela sua representante legal Srª Gladys Haydee Salice, CPF nº 009.253.609-37 e Rg nº V 109704 – Y.

O Objeto do Pregão Eletrônico, que deu origem ao presente Contrato é
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Transporte Marítimo Escolar, incluindo embarcações, tripulação qualificada (marinheiros) e monitores, para o deslocamento seguro e contínuo de alunos, profissionais da educação e materiais escolares, a fim de atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Guaraqueçaba/PR
01 Rota 001: Medeiros, Mariana, Massarapua, Ilha Rasa, Almeida e Ponta do Lanço. (aproximadamente 35 alunos nos turnos vespertino e Matutino, embarcação com capacidade mínima de 25 passageiros) Duas viagens ao dia para cada turno.
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00
02 Rota 002: Tromomo e Taquanduva. (aproximadamente 30 alunos nos turnos vespertino e Matutino, embarcação com capacidade mínima de 20 passageiros) Duas viagens ao dia para cada turno.
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00
Rota 003: Bertioga, Barbados e Tibicanga. (aproximadamente 20 alunos nos turnos vespertino e Matutino, embarcação com capacidade mínima de 20 passageiros). Duas viagens ao dia para cada turno.
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00
Rota 004: Vila Fátima, Canudal, Sebui, Puruquara e Tibicanga. (aproximadamente 15 alunos nos turnos vespertino e Matutino, embarcação com capacidade mínima de 15 passageiros). Duas viagens ao dia para cada turno.
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00
Rota 005: Puruquara, Guapecum e Guaraqueçaba. (aproximadamente 25 alunos nos turnos vespertino e Matutino, embarcação com

capacidade mínima de 20 passageiros). Duas viagens ao dia para cada turno.
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00
Rota 006: Comunidade Tekoa Vy'a e Sebui. (aproximadamente 15 alunos nos turnos vespertino e Matutino, embarcação com capacidade mínima de 15 passageiros). Duas viagens ao dia para cada turno.
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00
Rota de Apoio: SEDE - Itinerante (Comunidades locais e municípios próximos). (embarcação com capacidade mínima de 20 passageiros). Duas viagens ao dia para cada turno
Valor Diário (R$) 1.650,00 Valor total do lote R$ R$ 330.000,00

DOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

• **Transporte de profissionais:** (061) 3.3.90.39.00.0, (062) 3.3.90.39.00.0, (063) 3.3.90.39.00.0, (064) 3.3.90.39.00.0
• **Transporte de alunos:** (079) 3.3.90.39.00.0, (080) 3.3.90.39.00.0

Valor total R$ 2.310.000,00 (Dois milhões trezentos e dez mil reais).

Guaraqueçaba, 05 de Fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:AA7CB2E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º100 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR KAUAN DAS NEVES XAVIER PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA FAMILIA PARANAENSE

PORTARIA N. º100 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR KAUAN DAS NEVES XAVIER PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA FAMILIA PARANAENSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA, CONFORME DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025."

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR o Senhor KAUAN DAS NEVES XAVIER, inscrito no CPF n. º136.41****-46, para exercer o CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA FAMILIA PARANANENSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E GARANTIA DOS DIREITOS DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA/PR -, conforme disposto no art. 28,inciso IV da Lei Complementar n.º 61 de 15 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo todos seus efeitos legais, a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:E8A4DF18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º101 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR ALEX SCHARMAN RIBEIRO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AS FAMILIAS

PORTARIA N. º101 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR ALEX SCHARMAN RIBEIRO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AS FAMILIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA, CONFORME DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025."

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR o Senhor ALEX SCHARMAN, inscrito no CPF n. º118-.24****-09, para exercer o CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AS FAMILIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E GARANTIA DOS DIREITOS DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA/PR -, conforme disposto no art. 28,inciso VI da Lei Complementar n.º 61 de 15 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo todos seus efeitos legais, a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:C8077E51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º102 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR WELLINGTON XAVIER PEDRO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES E LOGISTICA

PORTARIA N. º102 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR WELLINGTON XAVIER PEDRO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES E LOGISTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA, CONFORME DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025."

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR o Senhor WELLINGTON XAVIER PEDRO, inscrito no CPF n. º084.86****-07, para exercer o CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES E LOGISTICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E GARANTIA DOS DIREITOS DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA/PR -, conforme disposto no art. 28,inciso IV da Lei Complementar n.º 61 de 15 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo todos seus efeitos legais, a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:2741E111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º104 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR GIDEONI RAMOS DA SILVA PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N. º104 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR GIDEONI RAMOS DA SILVA PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAQUEÇABA, CONFORME DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025."

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR o Senhor GIDEONI RAMOS DA SILVA, inscrito no CPF n.106.07*****-16 º, para exercer o CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA/PR -, conforme disposto no art. 30, inciso V da Lei Complementar n.º 61 de 15 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo todos seus efeitos legais, a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:318C3AE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO PORTARIA N. º82 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR JOÃO HENRIQUE DIAS GALDINO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DO LEITE DAS CRIANÇAS

RETIFICAÇÃO

PORTARIA N. º82 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR JOÃO HENRIQUE DIAS GALDINO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DO LEITE DAS CRIANÇAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA, CONFORME DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 061 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025."

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, **RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR o Senhor JOÃO HENRIQUE DIAS GALDINO, inscrito no CPF n.159.43****-81 º, para exercer o CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO PROGRAMA DO LEITE DAS CRIANÇAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E GARANTIA DOS DIREITOS DO MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA/PR -, conforme disposto no art. 28, inciso V da Lei Complementar n.º 61 de 15 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surgindo todos seus efeitos legais, a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:FCEADAA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 33 - CRÉDITO ESPECIAL

DECRETO nº 33/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.083 publicada em 05 de fevereiro de 2026, decreto;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar e Especial no valor de **R$ 35.181.740,11 (Trinta e cinco milhões cento e oitenta e um mil e setecentos e quarenta reais e onze centavos)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 15 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Ação: 2053 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			**Funcional: 0026.0782.0004**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
453	449051000000000000 – Obras e Instalações	1802	35.181.740,11
Total Ação			**35.181.740,11**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a ser aberto será utilizado recurso oriundo do **excesso de arrecadação de Recursos Vinculados** para o exercício vigente, mediante detalhamento na sequência:

Termo de convênio nº 824/2025 – Convênio que entre si celebram o estado do paraná, por intermédio da secretaria de estado da agricultura e do abastecimento, e o município de Honório Serpa, para implementação do programa estradas da integração – decreto nº 6.515/2012 – "estrada boa".
CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS
5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de **R$ 26.289.754,21 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e**

quatro reais e vinte e um centavos), serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho**.**

Termo de convênio nº 894/2025 – Convênio que entre si celebram o estado do paraná, por intermédio da secretaria de estado da agricultura e do abastecimento, e o município de Honório Serpa, para implementação do programa estradas da integração – decreto nº 6.515/2012 – "estrada boa".

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de **R$ 8.891.985,90 (oito milhões oitocentos e noventa e um mil novecentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos),** serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho**.**

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:DCDF99D6

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 34 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

DECRETO nº 34/2026

SÚMULA: Abre Crédito suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.084 publicada em 05 de fevereiro de 2026, decreto;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar no valor de **R$ 652.844,80 (seiscentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 12 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
Ação: 2026 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DP MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			**Funcional: 0020.0608.0003**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
116	449052000000000000 – Equipamentos e material permanente	1810	652.844,80
Total Ação			**652.844,80**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a ser aberto será utilizado recurso oriundo do **excesso de arrecadação de Recursos Vinculados** para o exercício vigente, mediante detalhamento na sequência:

Termo de convênio nº 886/2025 – Convênio que entre si celebram o estado do paraná, por intermédio da secretaria de estado da agricultura e do abastecimento, e o município de Honório Serpa, para implementação do programa estradas da integração – decreto nº 6.515/2012 – e fortalecimento da agricultura familiar.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de **R$ 719.138,00** ***(setecentos e dezenove mil cento e trinta e oito reais)***, serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. Sendo o montante de **R$ 652.844,80** ***(seiscentos e cinquenta e dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)*** referente a repasse do **CONCEDENTE** e o montante de **R$ 66.293,20** ***(sessenta e seis mil duzentos e noventa e três reais e vinte centavos)*** referente a contrapartida do CONVENENTE.

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:20876956

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 35 - CRÉDITO ESPECIAL

DECRETO nº 35/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.085 publicada em 05 de fevereiro de 2026, decreto;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Especial no valor de **R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 17 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ação: 2066 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			**Funcional: 0008.0244.0023**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
454	3449051000000000000 – Obras e Instalações	10062	2.800.000,00
Total Ação			**2.800.000,00**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a ser aberto será utilizado recurso oriundo do **excesso de arrecadação de Recursos Vinculados** para o exercício vigente, mediante detalhamento na sequência:

Termo de compromisso transferegov.br nº 983419 que entre si celebram a união, por intermédio do ministério das cidades, representado(a) pela caixa econômica federal, e o município de Honório Serpa, com a finalidade de construção de unidades habitacionais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto "CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS" a ser realizada no município de Honório Serpa/PR, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Compromisso, neste ato fixados em R$ 2.938.346,98 (dois milhões novecentos e trinta e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos) serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho

R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do **REPASSADOR**, UG 560018 assegurado pela Nota de Empenho nº 2025NE000831, vinculada ao Programa de Trabalho nº 16482232000TI0000, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Natureza da Despesa 444042;

II R$ 138.346,98 (cento e trinta e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), relativos à contrapartida do **RECEBEDOR/INTERVENIENTE/UNIDADE EXECUTORA**, consignados na Lei Orçamentária nº 1.031, de 13 de dezembro de 2024, do MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA/PR

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:E1D8D8AA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 36 - CREDITO ESPECIAL

DECRETO nº 36/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.086 publicada em 05 de fevereiro de 2026, decreto;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito especial no valor de **R$ 14.143.598,82 (quatorze milhões, cento e quarenta e três mil e quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 15 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Unidade: 1 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			**Funcional: 0015.0451.0004**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
451	449051000000000000 - Obras e instalações	1813	4.422.157,31
Total Ação			**4.422.157,31**

Órgão: 16 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Ação: 1006 – AMPLIAÇAÕ, REFORMAS ESCOLAS MUNICIPAIS			**Funcional: 0012.0361.0021**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
456	449051000000000000 – Obras e Instalações	10111	1.994.362,02
Total Ação			**1.994.362,02**

Órgão: 19 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS DO DISTRITO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS DO DISTRITO			
Ação: 2085 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS DO DISTRITO			**Funcional: 0015.0452.0033**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
452	449051000000000000 – Obras e Instalações	1813	7.727.079,49
Total Ação			**7.727.079,49**
TOTAL GERAL			**14.143.598,82**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a ser aberto será utilizado recurso oriundo do **excesso de arrecadação de Recursos Vinculados** para o exercício vigente, mediante detalhamento na sequência:

Excesso de arrecadação na Fonte 1813 – Recape Asfáltico - Convênio 630/2025 – SECID (Secretaria de Estado das Cidades), no valor de **R$ 4.973.298,42** (quatro milhões e novecentos e setenta e três mil e duzentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos), cabendo ao CONCEDENTE destinar o valor de **R$ 4.724.633,49** (quatro milhões e setecentos e vinte e quatro mil e seiscentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos) os quais correrão como forma de contrapartida, destinar o valor de **R$ 248.664,93** (duzentos e quarenta e oito mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos). Valor Empenhado em 2025. **R$ 302.476,18**, restando **R$ 4.422.157,31** (quatro milhões quatrocentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos) para ser suplementado no orçamento de 2026. Aprovada pela Lei Municipal nº 1.059 de 02 de setembro de 2025.

Excesso de arrecadação junto a **Fonte 10111 – Transferências de Outros Programas,** na qual serão alocados recursos da Resolução 212/2024 (retificada pela Resolução 029/2025) – da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**,** retificada pela Resolução 021/2025, destinados à **construção de uma Creche**, no valor de **R$ 1.994.362,02** (Um milhão, novecentos e noventa e quatro mil e trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos). Aprovada pela Lei Municipal nº 1.053 de 12 de agosto de 2025.

Excesso de arrecadação na Fonte 1813 – Recape Asfáltico - Convênio 588/2025 – SECID (Secretaria de Estado das Cidades) celebram como o Município, no valor de **R$ 3.923.241,57** (Três milhões e novecentos e vinte e três mil e duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos). cabendo ao CONCEDENTE destinar o valor de **R$ 3.727.079,49** (Três milhões e setecentos e vinte e sete mil e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos) os quais correrão à conta da dotação orçamentária, e ao CONVENENTE, como forma de **contrapartida**, destinar o valor de **R$ 196.162,08** (cento e noventa e seis mil, cento e sessenta e dois reais e oito centavos). Aprovada pela Lei Municipal nº 1.059 de 02 de setembro de 2025.

Excesso de arrecadação na Fonte 1813 – Recape Asfáltico - Convênio 500/2025 – SECID (Secretaria de Estado das Cidades) celebram como o Município, no valor de **R$ 4.286.455,22** (Quatro milhões duzentos e oitenta e seis mil reais e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos). cabendo ao CONCEDENTE destinar o valor de **R$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais) os quais correrão à conta da dotação orçamentária, e ao CONVENENTE, como forma de **contrapartida**, destinar o valor de **R$ 286.455,22** (duzentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Aprovada pela Lei Municipal nº 1.056 de 02 de setembro de 2025.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:A95DF711

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 37 - CRÉDITO ESPECIAL

DECRETO nº 37/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.088 publicada em 05 de fevereiro de 2026, decreto;

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito especial no valor de **R$ 4.082.910,92 (quatro milhões e oitenta e dois mil e novecentos e dez reais e noventa e dois centavos)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 12 - DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
Unidade: 1 - DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
Ação: 2026 - MANUT. DAS ATIV. DP. DE AGRIC, PECUARIA E MEIO AMBIENTE	**Funcional: 0020.0608.0003**

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
450	449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	1819	108.835,92
450	449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	1819	3.700.000,00
Total Ação			**3.808.835,92**

Órgão: 15 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Ação: 2053 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			**Funcional: 0015.0451.0004**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
455	449052000000000000 – Equipamentos e Material Permanente	1802	274.075,00
Total Ação			**274.075,00**
TOTAL GERAL			**4.082.910,92**

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos, serão utilizados recursos oriundos de:
Excesso de arrecadação da Fonte 1819 - CONVÊNIO SEAB Nº 030/2025. Envolve um repasse de **R$ 97.952,32 (noventa e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)**, para investimento com uma contrapartida de **R$ 10.883,60** (**dez mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos***)* Totalizando o valor de **R$ 108.835,92 (cento e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos).** O referido convênio está aprovado pela Lei Municipal nº 1.038 de 07 de maio de 2025.

Excesso de arrecadação da Fonte 1819 – CONVÊNIO SEAB – Aquisição de Equipamentos Agrícolas - Convênio SEAB Nº 475/2025. Visa unir esforços para melhorar a infraestrutura e a trafegabilidade das estradas rurais nos Municípios Convenentes, através da aquisição de equipamentos agrícolas. O total do convênio é de **R$ 4.410.666,67**, sendo **R$ 3.700.000,00** provenientes do CONCEDENTE e **R$ 710.666,67** da contrapartida do CONVENENTE. A iniciativa está aprovada pela Lei Municipal nº 1.059 de 02 de setembro de 2025.

Excesso de arrecadação junto a fonte 1802 – Transferências Voluntárias Públicas Estaduais, CONVÊNIO 870/2025 da Secretaria de Estado das Cidades, **SECID**, constitui objeto do presente convênio: Aquisição de um Triciclo automotor para pintura viária. No valor de **R$ 274.075,00 (Duzentos e setenta e quatro mil e setenta e cinco reais). A**provada pela Lei Municipal nº 1.073 de 22 de outubro de 2025.

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:9B62C1CD

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 19/2026

Contrato de Trabalho Nº 19/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Gisele Mello de Lima		
Endereço: Avenida da Liberdade, s/n	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR DE EDUAÇÃO FISICA PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 05 de fevereiro de 2026, vencendo em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 05 de fevereiro de 2026

Empregador: ***JOÃO CARLOS GARBIN*** Prefeito Municipal	Empregado(A) ***GISELE MELLO DE LIMA***

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:F6E9FA67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 027/2026

DECRETO Nº 027/2026

Súmula: Atribui a administração do Fundo Municipal de Esporte e Lazer ao titular da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

O prefeito Municipal de Iguaraçu, **CLAUDIO APARECIDO BERNIN**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

DECRETA
Art. 1º Fica atribuída ao atual Secretário Municipal de Esporte e Lazer, **Sr. RAUL CEZAR ZAGUI**, a administração do **FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**, competindo-lhe a prática

de todos os atos bancários, administrativos e operacionais necessários ao pleno exercício da gestão do referido Fundo.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paço municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:693F1F93

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 28/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 28/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram
conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO
DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 113.500,00, destinados ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08001 - DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.782.0013.2079000 - MANUTENÇÃO DO CONSORCIO CINDEPAR	
Despesa - 275 - 337170 - 00000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	113.500,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	113.500,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou
total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº
4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08001 - DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.782.0013.2079000 - MANUTENÇÃO DO CONSORCIO CINDEPAR	
Despesa - 274 - 317170 - 00000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	113.500,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	113.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 5 de fevereiro de 2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:10555F74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a **RETIFICAÇÃO** do edital em epígrafe, cujo objeto é o Contratação de empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, para a prestação de serviços contínuos de recebimento, transporte e destinação ou disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos – classe II, provenientes dos geradores da área urbana do município de Iguaraçu/PR, em atendimento às demandas da secretaria municipal de agricultura, pecuária, abastecimento e meio ambiente.

Considerando a retificação do edital, **a nova data de abertura do certame passa a ser em 26/02/2026 às 09h00min** no sistema Compras Gov.

O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma Compras Gov - https://www.comprasnet.gov.br.

Iguaraçu/PR, 05 de fevereiro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E12090EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 002/2024

EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 002/2024.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR – CNPJ: 00.358.098/0001-53
CONTRATADA: **OSMAIR RODRIGUES EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.517.560/0001-06
OBJETO: Adiciona-se o prazo mais 12 (doze) meses de vigência no presente contrato, a partir do último dia da vigência anterior, prorrogando até 25/02/2027, firmado na data da assinatura deste instrumento. Conforme previsão da Cláusula segunda, com fulcro no permissivo legal da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação de prazo na contratação definida neste instrumento, não importa em incremento de valores, ocorrerá através da manutenção do valor ora pactuado no contrato n°. 002/2024, para **Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza, higiene e utensílios diversos para o CIS Amcespar.**
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 05 de fevereiro de 2026.
FORO: IRATI-PR

BERTOLDO RPVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

OSMAIR RODRIGUES EPP
CNPJ/MF Nº 03.517.560/0001-06
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:2F7B3D05

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 002/2025.

EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 002/2025.
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR – CNPJ: 00.358.098/0001-53
CONTRATADA: **VITAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n. º 29.178.366/0001-37.**
OBJETO: Adiciona-se o prazo mais 12 (doze) meses de vigência no presente contrato, a partir do último dia da vigência anterior, prorrogando até 14/01/2027, firmado na data da assinatura deste instrumento. Conforme previsão da Cláusula segunda, com fulcro no permissivo legal da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação de prazo na contratação definida neste instrumento, não importa em incremento de valores, ocorrerá através da manutenção do valor ora pactuado no contrato n°. 02/2025, para **Aquisição de tira reativa para determinação quantitativa de glicemia, compatível com o modelo: G TECH VITTA E OU GTECH LITE.**
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 12 de janeiro de 2026.
FORO: IRATI-PR

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

VITAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP
CNPJ n.º 29.178.366/0001-37
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:EE188068

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 008/2023.

EXTRATO DE 3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 008/2023.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR – CNPJ: 00.358.098/0001-53
CONTRATADA: **ALCOM WEB SERVICE LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.143.977/0001-00
OBJETO: Adiciona-se o prazo mais 12 (doze) meses de vigência no presente contrato, a partir do último dia da vigência anterior, prorrogando até 02/02/2027, firmado na data da assinatura deste instrumento. Conforme previsão da Cláusula segunda, com fulcro no permissivo legal da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação de prazo na contratação definida neste instrumento, não importa em incremento de valores, ocorrerá através da manutenção do valor ora pactuado no contrato n°. 008/2023, para **contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Serviço de Acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), por fibra ótica, para o Centro de Especialidades Odontológicas do CIS/AMCESPAR – Localizado à Rua Pedro Choma, s/n, bairro Alto da Gloria II, do CIS/AMCESPAR.**
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 30 de janeiro de 2026.
FORO: IRATI-PR

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

ALCOM WEB SERVICE LTDA-ME
CNPJ n.º 13.143.977/0001-00
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:6BC4AC0F

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 60º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

EXTRATO DE 60º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

Início: 05/02/2026 Validade/Término: 21/02/2025

Objeto: Aquisição de Etanol e Gasolina Comum e Aditivada para veículos da Frota do CIS/AMCESPAR.

Razão Social: **POSTO POSECOL LTDA**
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **REEQUILIBRIO DE PREÇO/SUPRESSÃO**
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio de preço, devidamente comprovado

Item	Produto	Valor Unt.	Valor Unt. com reajuste
1	Gasolina Comum	R$ 5,99	R$ 6,17
2	Gasolina Aditivada	R$ 6,29	R$ 6,17

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preço, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 05 de fevereiro de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
Contratada
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:E8145020

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

Processo Administrativo nº005/2026

OBJETO: **Credenciamento pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas e atendimentos, para atuação no Banco de Sangue da cidade de Irati/PR, no âmbito do CIS Amcespar**.

FAVORECIDO: Todos aos credenciados que obedecerem aos requisitos.

VALOR ESTIMADO: R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)..

PRAZO: Até 25/09/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.100
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, inciso XLIII, em conjunto com Art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Declaração de inexigibilidade emitida pela Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. Bertoldo Rover, Presidente do CIS/AMCESPAR, de acordo com o parecer jurídico.
Irati, 05 de fevereiro de 2026

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Agente de Contração do CIS/AMCESPAR

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:834E1563

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 020/2026

DECRETO Nº 020/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,

DECRETA

Art.1º- Fica Decretado Ponto Facultativo, em todas as repartições públicas Municipais, os **dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2026,** retornando às atividades no dia **19 de fevereiro de 2026, quinta-feira.**

Art. 2º - A paralisação das atividades Municipais, decorrentes do presente Decreto, não interrompe os Serviços Essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de fevereiro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:6AE27023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 022/2026

DECRETO Nº 022/2026

SUMULA: Prorroga a jornada de servidor a fim de atender interesse público.

Considerando o disposto no artigo 46 da Lei Municipal 482/2009

O PREFEITO DE INÁCIO MARTINS, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos IX, XII e XII do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a jornada de trabalho da servidora **LUCELIA APARECIDA DOS SANTOS – Matricula 229-2**, lotada na Escola Maria de Jesus Turra, com ordem de serviços na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no cargo de Professor III, para 40 horas semanais, assegurados os vencimentos na mesma proporção.

Art. 2º O Presente Decreto entra em vigor retroativo a 01/02/2026, revogadas as disposições em contrário.

Inácio Martins, 04 de fevereiro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:37D7065F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 2021/2026

DECRETO Nº 021/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no Artigo 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artº 1º - Nomeia a Sra. **THAIARA DE CASSIA TAVARES DE MELO – Matricula 80000659,** para responder como **Coordenadora da Casa Lar São José.**

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Inácio Martins, 04 de fevereiro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:BB4A17FC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS ESTAGIÁRIOS 20/2026

20º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS ESTAGIARIOS Nº 01/2025

A Secretária Municipal de Educação do município de Inácio Martins convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Público de Estagiários de Nível Superior:

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FISICA

Classificação	Candidato	Data Nascimento	Pontuação
1º	Gabriel Ricardo Matozo do Nascimento	03/06/2007	4,4

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Classificação	Candidato	Data Nascimento	Pontuação
1º	Mariana Constante	13/01/2006	8,4

Os candidatos convocados deveram manifestar o interesse ou não a vaga de estagio nos 03 (três) dias úteis subsequentes à data da publicação no Diário Oficial, sendo considerado desistente após este prazo.
Inácio Martins, 05 de fevereiro de 2026.

MARINALDA FERNANDES
Secretária Municipal de Educação
Portaria 001/2025

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:5E178816

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 121/2026

PORTARIA Nº 121/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Designar a servidora **LUCELIA APARECIDA DOS SANTOS – Matrícula 229-1**, ocupante do cargo efetivo de Professor III, para exercer a função de Diretora da Escola Municipal do Campo Rio Claro, no período de 1º de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027.

Parágrafo Único. Pelo exercício da função de que trata o caput deste artigo, será devida à servidora designada a Gratificação de Direção de 20% (vinte por cento), calculada sobre o vencimento básico do nível e da classe em que se encontra na carreira, nos termos do disposto no Art. 32, § 1º, da Lei Municipal nº 637, de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:D5EF5568

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 122/2026

PORTARIA Nº 122/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor **NILSON DOS SANTOS VIEIRA – Matricula 80000624**, ocupante do cargo efetivo de Contador, como responsável técnico pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Inácio Martins/Pr, a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Parágrafo Único. Pelo exercício da função de que trata o caput deste artigo, será devido ao servidor a Gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base da tabela de vencimentos do cargo, nos termos do disposto no Art. 21, § 2º, da Lei Municipal nº 769, de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de fevereiro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:879D562F

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
EDITAL Nº 004/2026
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto n° 025/2025, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Leis Complementares Federais n° 123/2006, 147/2014 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 24/02/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, 0 KM, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES SESA Nº 1699/2024, 1041/2025, 1079/2025 E 1357/2025.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, em www.bll.org.br e em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br
Inácio Martins/PR, 05 de Fevereiro de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:78783F95

GOVERNO MUNICIPAL
CONTRATO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 003/2026
CONTRATO Nº 005/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arquitetura e urbanismo (CAU), para elaboração de projetos arquitetônicos, de loteamentos, paisagismo, topografia, regularização fundiária, memoriais descritivos, orçamentos, cronogramas, fiscalização de obras públicas, abrangendo edificações e pavimentação urbana, suporte técnico nas ações do plano diretor Municipal e plano Municipal de arborização, emissão de laudos e pareceres técnicos, entre outros descritos no termo de referência, com profissional 40 horas semanais. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **ARAMIS R. SENENKI FRANCO ARQUITETURA ME** – CNPJ n° 22.463.450/0001-53. Valor Contratual: R$ 16.007,94 (Dezesseis mil, sete reais e noventa e quatro centavos). Prazo de Execução e Vigência de 60 (sessenta) dias do dia 03/02/2026 a 03/04/2026. Assinatura: 03/02/2025.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:0F63F155

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 001 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 040/2025 - CONCORRÊNCIA N° 005/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de Sala de Espera, destinada à Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **CONTRATADA: NOVA ERA CONSTRUTORA LTDA** - CNPJ da Contratada nº 52.317.485/0001-45. Objeto do Termo Aditivo: Renovação Contratual por mais 60 (sessenta) dias, a partir da data de 08/02/2026 até a data 08/04/2026, justificado conforme descrito no Parecer Técnico de Engenharia n° 004/2026, solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, da Contratada e do Parecer Jurídico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 04/02/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:1C981FA7

GOVERNO MUNICIPAL
TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 002 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE
PREGÃO ELETRÔNIO N° 091/2023 - CONTRATO Nº 002/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR- CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. CONTRATADA: IONE MEIRA TRANSPORTES ME - CNPJ da Contratada nº 19.339.074/0001-85. Objeto do Termo Aditivo: Renovação contratual, prazo de execução por mais 12 (doze) meses, do dia 03/02/2026 ao dia 02/02/2027, e prazo de vigência por mais 13 (treze) meses, até dia 02/03/2027, e reajuste de valor pelo índice do IPCA-E de 4,29%, ficando o valor total do Aditivo em R$ 93.500,00 (Noventa e três mil e quinhentos reais), ref. ao lote: 09- LINHA São Domingos a Cachoeira, conforme solicitação da Contratada, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Parecer Jurídico, nos termos do ART. 106 E 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021. Assinatura: 03/02/2026.

TERMO ADITIVO Nº 002 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE
PREGÃO ELETRÔNIO N° 091/2023 - CONTRATO Nº 003/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR- CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. CONTRATADA: IVANCZUK TRANSPORTES LTDA - CNPJ da Contratada nº 21.423.533/0001-56. Objeto do Termo Aditivo: Renovação contratual, prazo de execução por mais 12 (doze) meses, do dia 03/02/2026 ao dia 02/02/2027, e prazo de vigência por mais 13 (treze) meses, até dia 02/03/2027, e reajuste de valor pelo índice do IPCA-E de 4,29%, ficando o valor total do Aditivo em R$ 87.450,00 (Oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), ref. ao lote: 07- LINHA MATÃO DE CIMA A DALLAGO, conforme solicitação da Contratada, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Parecer Jurídico, nos termos do ART. 106 E 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021. Assinatura: 03/02/2026.

TERMO ADITIVO Nº 010 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 025/2025 - CONCORRÊNCIA N° 004/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção de sistema de abastecimento de água potável, conforme instrumento de repasse nº 4110201/2023. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **CONTRATADA: L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA** - CNPJ da Contratada nº 24.475.164/0001-33. Objeto do Termo Aditivo: Renovação Contratual por mais 30 (trinta) dias, a partir da data de 03/02/2026 até a data 03/03/2026, justificado conforme descrito no Parecer Técnico de Engenharia n° 005/2026, solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, da Contratada, deferimento do Parecer Jurídico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 03/02/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:A585F08F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 041/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de fevereiro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADO: GREYCI KATHELIN NUNES DA SILVA **CPF:** 091xxx.xxx-77
OBJETO: Prestar serviços de AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
VALOR: R$ 1.943,46 (hum mil e novecentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 02 de fevereiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado conforme interesses de ambas as partes.
BASE LEGAL: aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital N° 004/2025 de 10/09/2025, Edital nº. 036/2025 de 13/10/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 039/2025 de 08/12/2025, para prestar serviços de AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

GREYCI KATHELIN NUNES DA SILVA /
Contratada

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:7D46951F

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 042/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de fevereiro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADO: LARISSA ELLEN PEREIRA NEULS **CPF:** 100.xxx.xxx-40
OBJETO: Prestar serviços de AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
VALOR: R$ 1.943,46 (hum mil e novecentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 02 de fevereiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado conforme interesses de ambas as partes.
BASE LEGAL: aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital N° 004/2025 de 10/09/2025, Edital nº. 036/2025 de 13/10/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 039/2025 de 08/12/2025, para prestar serviços de AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

LARISSA ELLEN PEREIRA NEULS /
Contratada

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2491CD02

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RECISÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 025/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de fevereiro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADO: PAULA CRISTIANI FAVERO MARINO **CPF:** 053.xxx.xxx-25
OBJETO: Prestar serviços de PROFESSOR, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
VALOR:R$2.433,88 (Dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos) mensais.

PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 02 de fevereiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado conforme interesses de ambas as partes.

BASE LEGAL: aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital N° 004/2025 de 10/09/2025, Edital nº. 036/2025 de 13/10/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 039/2025 de 08/12/2025, para prestar serviços de PROFESSOR, carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
DISPOSIÇÕES FINAIS: ao terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, a mesma assinou o termo de desistência referente ao cargo acima mencionado, por não ter interesse em exercer o mesmo.
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 03 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

PAULA CRISTIANI FAVERO MARINO/
Contratada

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E867BCAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 062/2026

DECRETO Nº 062/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis;

Art. 1º - Fica autorizada a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas por/para pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, no dia 07 e 08 de fevereiro de 2026 (sábado e domingo), a partir das 12h:00min com previsão de final para às 23h:00min, na rua R. Edgar Távora, 130 - Canisianas, Irati - PR, 84500-248 em frente ao estabelecimento 36.060.970/0001-20 - MUCHAU BEBIDAS LTDA, em razão da realização do evento: "GERMANIA FEST".

Art. 2º - A autorização de que trata este Decreto deverá observar as normas vigentes de segurança, sanitárias e de ordem pública, cabendo aos organizadores do evento a responsabilidade por sua adequada implementação, bem como pelo cumprimento, quando exigível, dos trâmites administrativos necessários à respectiva liberação.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo seus efeitos na data e local supracitados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 05 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:E5E94622

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 063/2026

DECRETO Nº 063/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
LORRAINE CAROLINE DOS SANTOS	Auxiliar de cozinha	Secretaria de Educação	XXX.XXX.499-29
SABRINA CHEMIN	Assessor Técnico I	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.599-89

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01/02/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 05 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:15D0CF14

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 064/2026

DECRETO Nº 064/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
CRISLAINE VIEIRA MONTEIRO	Professor - Pss 20 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.349-72

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 02/02/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 05 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:4DA765BD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 065/2026

DECRETO Nº 065/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
ANA CLAUDIA BORTOLETTO	Cuidador Social Pss 2024	Secretaria de Bem Estar Social	XXX.XXX.749-97

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 04/02/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 05 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:94DA237C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 066/2026

DECRETO Nº 066/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:
Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
FERNANDO HENRIQUE MUNHOZ CAETANO	Auxiliar De Serviços Gerais	Secretaria de Educação	XXX.XXX.869-96

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 05 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:E34976C6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 067/2026

DECRETO Nº 067/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor aprovado no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para o seguinte cargo:

CARGO: Auxiliar De Serviços Gerais / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
CELSO BATISTA	XXX.XXX.639-92	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 06 de fevereiro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:ACAB0180

PROCURADORIA
SEC. FAZENDA - EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00001, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003
MUNICÍPIO - IRATI – PR

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00001, de 30 de Janeiro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.
O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s) a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Constatação e Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s).
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo/ Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
MARCOS ROGERIO SANTINI	007.XXX.XXX-68	7607/00011/2025
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: JOBY AYUB Matrícula: 02957950 Cargo: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA / 3742025 Assinatura:		
Data de afixação: 30/01/2026 Data de desafixação: 14/02/2026		

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:7946D671

PROCURADORIA
SEC. SAÚDE - VISA - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTO - PROTOCOLO N° 085/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI
Vigilância Sanitária Municipal
FICHA CADASTRAL
MEDICAMENTO MISOPROSTOL

SOLICITAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DE SUBSTANCIAS LISTA C1 (eoutras substâncias sujeitas a controle especial da Portada SVS/MS n.°344/98)

Nos termos do parágrafo único do artigo 124 da Portaria nº.06/1999 do Ministérioda Saúde de 29/01/199 que regulamenta a Portaria nº.344/98 – MS, oestabelecimento abaixo discriminado requereu cadastro para comercialização domedicamento MISOPROSTOL junto a este órgão, apresentando todos osdocumentos relacionados nas Portarias vigentes.

PROTOCOLO nº 85/2026
ESTABELECIMENTO: SANTA CASA DE IRATI
RAZÃO SOCIAL: IRMANDADE DO HOSPITAL DE CARIDADE DE IRATI
C.N.P.J.: 78.143.153/0001-85
ENDEREÇO: RUA ZEFERINO BITENCOURT, Nº1111
MUNICÍPIO: IRATI
FARMACÊUTICO (A) RESPONSÁVEL: DANIELI CRISTINE PUQUEVICZ
STRASSMANN CRF - 27.338 PR
TELEFONE CONTATO: (42) 34231311

PRODUTO SOLICITADO
Princípio Ativo: MISOPROSTOL (PROSTAGLANDINA) 25MG E MISOPROSTOL (PROSTAGLANDINA) 200MG

Irati, 20 de janeiro de 2026.

WANESSA CIESLAK GUBERT
Farmacêutica Vig. Sanit.
CRF: 13.952-PR
Portaria nº02/2024

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:39399E92

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão, na forma eletrônica nº 007/2026. Processo Administrativo nº 248/2025
Objeto: Contratação de empresa para elaboração dos laudos de insalubridade, laudos de periculosidade, PGR, PCMSO e LTCAT de acordo com as leis vigentes, normas legais em especial atendendo a Lei Federal 8.112/1990 e as normas do Regime CLT, controle e envio dos eventos SST junto ao E-social, e demais serviços pertencentes a SST (Segurança e saúde do Trabalho).
A Autoridade Competente do Município de Irati-PR informa a suspensão do referido processo para análise de questionamentos.

Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/

Irati, 05 de fevereiro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:58083FC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica na área de saúde para a prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de ginecologia, para um período estimado em 12 meses.

RATIFICO por este termo, e **ADJUDICO E HOMOLOGO** a Inexigibilidade de Licitação nº 001/2026, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, para a empresa L.G. PIERETI CLÍNICA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.066.312/0001-54 (Protocolo nº 49/2026), situada na Avenida Edelina Meneghel Rando, nº 1384, Centro, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, pelo valor total de R$ 216.000,00(duzentos e dezesseis mil reais), que será despendido, conforme a demanda, para um período de 12 (doze) meses, nos termos do Artigo 74, IV, da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo em vista os elementos que instruem o Processo Administrativo nº 082/2025. DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação e a publicação deste Termo como condição de sua eficácia.

Itambaracá, 05 de fevereiro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:2C75F069

LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 002/2026 NA FORMA ELETRÔNICA
O Município de Itambaracá/Pr torna público que fará realizar-se no dia 20/02/2026, por meio da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para Contratação de empresa para Aquisição de material para limpeza e higienização dos veículos da frota municipal e material para uso no trabalho de limpeza e conservação das vias públicas e coleta de lixo comum, para o período de 12 (doze) meses. Limite para acolhimento das propostas de preços: 08h30min do dia 06/02/2026 às 08h30min do dia 20/02/2026. O edital completo estará à disposição dos interessados no site www.bllcompras.com, e no Portal de Transparência do Município.
Itambaracá Pr, 05 de fevereiro de 2026

AMARILDO TOSTES

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:8A36C6F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 096/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Jéssica Gislaine Tonet Bianconi matrícula nº 200899 no cargo de Assistente Administrativo, lotada no Departamento Municipal de Tesouraria, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 26/01/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 0122/2026 do Ofício nº 007/2026 do Secretário Municipal da Administração que solicita o Retorno de Férias da servidora relacionada abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da servidora pública **JÉSSICA GISLAINE TONET BIANCONI,** no cargo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **05/02/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:911DD297

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 097/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal

nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1446/2025 do Ofício nº 036/2025 do Diretor do Depto de Tributação que solicita Férias do referido servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de Férias regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período de Fruição	
				INICIO	FIM
LUIZ RENATO TONET	200752	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/01/2024 a 31/12/2024	09/02/2026	28/02/2026

Art. 2º. Converter 1/3 (um terço) das férias concedidas em abono pecuniário, nos termos do disposto do Art. 114 da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:1FD825AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 098/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 023/2026 do Ofício nº 010/2026 da Secretária Municipal de Saúde que solicita Férias da servidora abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
MYRIAM F. M. DALBEM	200910	FISIOTERAPEUTA	13/01/2025 A 12/01/2026	09/02/2026	10/03/2026

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:3E26C612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
1.º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2025

Fundamentação: LM nº 631/1994; Decreto Municipal nº 117/2021; Decreto nº 57/2025 e Edital PSS nº 001/2025.
Contratante: Prefeitura Municipal de Itambé/PR.
Contratado(a): - Rosângela Luiz de França Siani – Registro Geral-CPF: 919.336.xxx-xx
Objeto do aditamento: Ficam, em razão da relotação do Contratado, alteradas as Cláusulas 1.ª e 13.ª do pacto primitivo, passando a viger com a seguinte redação: "Cláusula 1.ª – (…) com lotação junto à Secretaria Municipal de Educação (...)"; Cláusula 13.ª - "(...) seguinte Dotação Orçamentária: 07.001.12.361.0004.2018- Manutenção da Escola Municipal Prof. Domingos Laudenir Vitorino - 3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, (...)."
Disposições gerais: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho nº 019/2025 que não foram expressamente alteradas por este instrumento (1.º Aditamento).
Data da assinatura: 05/02/2026.

Prefeitura Municipal de Itambé – PR, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:640DC045

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR ÉRICA CRISTINA GOMES DE BRANCO, aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, no cargo de Professor II, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;

g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;

j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:1EC3D180

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 026/2026

O Prefeito Municipal Itambé, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Vania de Oliveira Silva Avanci, ocupante do cargo de Secretária de Cultura e Turismo, portadora do RG n°. 7.291.481-3 e CPF n° 028.225.359-90 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao Carnaval de Rua 2026 do Município de Itambé.
Art. 2° - Designar o Servidor Luis Carlos Della Colleta Secretário de Planejamento do Municipal Itambé, ocupante do cargo de Fiscal, portador do RG n°. 5158208-2 e CPF n° 982.866.849-15, como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao Carnaval de Rua 2026 do Município de Itambé.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Itambé, 05 de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:4311B15C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 024/2026

O Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora ROSELY LINHARES DO NASCIMENTO, inscrita na Matrícula Funcional nº 8131, brasileira, casada, portadora da RG nº 7.125.445-3 SESP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no regime jurídico de trabalho Estatutário, para exercer as funções de seu cargo junto ao CMEI Silvia Maria Braga Alves, a partir de 05 de fevereiro de 2026.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Município de Itambé, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:F2667634

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

RESOLUÇÃO N° 001/2026

APROVA o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Itambé/PR-Gestão 2025/2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM, em Reunião realizada no dia 04 de fevereiro de 2026, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº. 1479 de 15 de dezembro de 2025;

RESOLVE,

Art. 1º - APROVAR o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, conforme ANEXO, parte integrante da presente resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Itambé, PR. 05 de fevereiro de 2026.

BRUNA TAVARES CONSTANTINO
Presidente do CMDM

Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, instituído pela Lei Municipal nº. 1401 de 16 de maio de 2023, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas públicas voltadas à mulher, com sede no Município Itambé, abrangência em todo o seu território municipal, vinculado à Secretaria Municipal responsável pela política pública da mulher, no nível de direção superior, reger-se-á por este Regimento Interno.
Parágrafo Único: São equivalentes, para fins deste Regimento Interno, as expressões Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, CMDM e Conselho.

TÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CMDM

Art. 2º O CMDM tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições e elaborações, auxiliar na

implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos das mulheres, em todas as esferas da administração pública do Município Itambé, a fim de garantir a promoção e proteção das mulheres, assim como atuar no controle social de políticas públicas para a igualdade de gênero e exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Município. Para isso, apresenta as seguintes competências:
– promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;
– avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município;
- propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração do Plano Municipal, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;
– acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando à Secretaria Municipal responsável pelas políticas da mulher as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento deste Conselho; **V –** acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;
– elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal responsável pelas políticas públicas da mulher, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;
– propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos municipais diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;
– oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;
– incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;
– articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;
– analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;
– pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;
– promover canais de diálogo com a sociedade civil;
– pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas pela Secretaria Municipal responsável pelas políticas da mulher;
– aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às mulheres que pretendam integrar o Conselho;
– elaborar o Regimento Interno do CMDM;
- apresentar, no prazo de 120 (cento e vinte dias) da data de promulgação desta Lei, o Plano Municipal de Políticas Públicas de Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;
– organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as mulheres.

Art. 3º Caberá ao CMDM, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias que antecede ao término do mandato de suas integrantes, convocar o processo eleitoral da Sociedade Civil com a finalidade de eleger novas representantes.
§ 1º – Para a organização e realização da Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, o CMDM constituirá uma comissão organizadora, composta paritariamente por membros de organizações governamentais e não governamentais.
§ 2º – Na falta de convocação para os fins deste artigo, dentro do prazo previsto, poderão as suas integrantes, em número mínimo de 20% (vinte por cento), efetivar sua convocação mediante comissão para este fim constituída.

TÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CMDM

Capítulo I
DA REPRESENTAÇÃO PARITÁRIA

Art. 4º O CMDM é composto paritariamente por órgãos governamentais e organizações da sociedade civil assim distribuídos:
§ 1º – A representação do Poder Público com 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes de órgãos ou políticas governamentais, devidamente indicadas e nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo.
§ 2º – A sociedade civil organizada é composta por 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes de entidades ligadas à promoção e à proteção dos direitos das mulheres eleitas em Assembleia específica para este fim, sendo que cada entidade terá direito a concorrer a uma única vaga no Conselho.
§ 3º – A função de conselheira do CMDM não será remunerada, sendo seu exercício considerado como relevante serviço prestado ao Município.
§ 4º – Consideram-se justificadas as ausências a quaisquer outros serviços ou funções, se houver convocação para o seu comparecimento ao Conselho ou participação em diligência ordenada por este.
§ 5º – As representantes titulares do CMDM serão substituídas, em suas faltas e impedimentos, pelas suas respectivas suplentes.

Capítulo II
DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS CONSELHEIRAS DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 5º A eleição das conselheiras não governamentais para o exercício do mandato de 02 (dois) anos junto ao CMDM, atenderá ao que dispõe a Lei Municipal 1401/2023, adotando-se os procedimentos previstos na regulamentação própria a ser elaborada pelo Conselho.

Capítulo III
DA PERDA DO MANDATO E SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIROS

Art. 6º Perderá o mandato a organização ou entidade da sociedade civil que incorrer em uma das seguintes condições:
– atuação de acentuada gravidade administrativa que a torne incompatível com as finalidades do Conselho;
– extinção de sua base territorial de atuação no Município;
– imposição de penalidade administrativa reconhecidamente grave, em consenso com a maioria absoluta dos membros do Conselho;
– desvio ou má utilização dos recursos financeiros recebidos de órgãos e entidades governamentais ou privadas;
– desvio de sua finalidade principal, pela não prestação dos serviços propostos na área da mulher;
– renúncia;
– apresentação de incompatibilidade com o exercício de representação do respectivo segmento;
– repetição consecutiva de número igual a 03 (três) faltas injustificadas.

Art. 7º A perda de mandato da organização ou entidade civil dar-se-á por deliberação da maioria absoluta das representantes do Conselho, em procedimento iniciado por provocação de qualquer das suas integrantes, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurado o direito de ampla defesa.
Parágrafo único. A conselheira titular que perder o mandato terá sua vaga assumida pela suplente e a suplência será ocupada pela participante que obteve a seguinte maior votação na Assembleia de eleição.

Art. 8º As representantes, titulares ou suplentes, do CMDM poderão ser substituídas por motivo de impedimento ou força maior, mediante solicitação oficial da entidade ou do órgão que representam, dirigida ao Conselho, que oficiará ao Prefeito para a formalização da nova nomeação.

Art. 9º Será substituída, necessariamente, a conselheira que:
– desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
– apresentar renúncia no Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à entrega para a Secretaria-Executiva do Conselho;
– apresentar comportamento incompatível com a dignidade das funções;
– for condenada por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.
§ 1º A substituição, quando necessária, dar-se-á por deliberação da maioria das conselheiras presentes na sessão do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do CMDM, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.
§ 2º Caso seja determinada a substituição de conselheira, caberá à respectiva integrante do CMDM a indicação de sua nova representante, sob pena de perda do mandato.

Art. 10º A deliberação sobre aplicação de qualquer penalidade será precedida de parecer, emitido por uma comissão temporária, sendo um governamental e um da sociedade civil, ambos indicados pelas comissões permanentes instituídas.
Parágrafo Único. Para emissão do parecer, será composta uma comissão de ética de caráter temporário a qual poderá instaurar processo administrativo disciplinar, garantida a ampla defesa, ouvido a indiciada e testemunhas, juntando documentos, requisitando certidões às repartições públicas e tomando outras providências que se fizerem necessárias.

Capítulo IV
DAS FALTAS E JUSTIFICATIVAS

Art. 11º As conselheiras titulares que não puderem comparecer aos eventos e reuniões do CMDM têm a obrigação de dirigir justificativa de ausência à Presidente do CMDM, via Secretaria-Executiva, no prazo de 05 (cinco) dias úteis anteriores ao evento ou reunião, salvo motivo de força maior posteriormente justificado.
§ 1º – Cabe, ainda, às conselheiras titulares, que não puderem comparecer aos eventos e reuniões do CMDM, a obrigação de comunicar sua suplente.
§ 2º – A Secretaria-Executiva expedirá convocação à conselheira suplente para a substituição da titular no evento ou reunião.
§ 3º – As conselheiras suplentes que não puderem comparecer para substituição da titular deverão justificar a ausência comunicando à Secretaria- Executiva.

Capítulo V
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 12º O CMDM tem como estrutura:

– Mesa diretora composta de presidente e vice-presidente;
– Secretaria-Executiva;
– Plenário.

Seção I
DA PRESIDENTE E DA VICE-PRESIDENTE

Art. 13º A presidente e a vice-presidente do CMDM serão eleitas entre suas integrantes, na segunda reunião da gestão, por um período de 02 (dois) anos.
§ 1º Os respectivos cargos serão ocupados por representação governamental e sociedade civil, alternadamente a cada ano;
§ 2º Na primeira reunião da gestão, os trabalhos serão conduzidos por uma coordenadora escolhida entre as novas conselheiras.

Art. 14º Compete à presidente do CMDM:
– convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
– representar o CMDM em todas as suas reuniões, em juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação, *ad referendum* do Conselho;
– cumprir e fazer cumprir todas as normas e decisões tomadas pela Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e pelo Conselho;
– cientificar-se de todos os assuntos e ações de caráter técnico e administrativo relacionadas com a sua área de atuação;
– manter as demais integrantes do CMDM informadas de todas as medidas administrativas decididas e em andamento;
– encaminhar as deliberações emanadas do Conselho aos órgãos responsáveis pela execução do que foi deliberado;
– formalizar, após a aprovação do CMDM, os afastamentos e licenças às suas integrantes;
– determinar a inclusão na pauta de trabalho dos assuntos submetidos a exame do CMDM;
– requisitar funcionários, por tempo determinado, do órgão afim na relação organizacional com o CMDM;
– submeter ao Plenário a programação físico-financeira das atividades, sempre que houver;
– instituir as comissões deliberadas pelo CMDM;
– decidir e expedir Atos, em caráter de urgência e comprovada relevância, sobre matérias que não exijam quórum qualificado;
– outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem autorizadas pelo Conselho.
Parágrafo Único. No caso do inciso XII, deverá a presidente justificar os Atos e decisões praticados ao Plenário do CMDM, na reunião imediatamente subsequente, assegurada a convalidação ou revogação.

Art. 15º A presidente do CMDM será substituída em suas faltas e impedimentos pela vice-presidente do Conselho, e, na ausência simultânea de ambas, presidirá o Conselho a sua integrante mais antiga.
Parágrafo Único. Será substituída a integrante da mesa diretora que renunciar ao cargo ou que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, cabendo à entidade, órgão ou instituição da integrante substituída proceder à nova indicação.

Seção II
DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 16º A secretária-executiva do CMDM será indicada pela Secretaria Municipal responsável pela política da mulher e aprovada pelo próprio Conselho.
Parágrafo Único. A Secretaria Municipal responsável pela política da mulher assegurará a estrutura administrativa, financeira e de pessoal necessárias para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 17º À Secretaria-Executiva do CMDM compete:
– providenciar a convocação, organizar e secretariar as reuniões do Conselho;
– elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;
– manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
– organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;
– exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Seção III
DO PLENÁRIO

Art. 17º Ao Plenário, que é composto pelas conselheiras presentes na reunião, compete deliberar matérias relativas à política de garantia de direitos das mulheres, no âmbito municipal, e acompanhar e fiscalizar em todos os âmbitos as ações de sua competência.

Art. 18º Para melhor desempenho do CMDM, poderão ser convidadas pessoas físicas com notória qualificação na área dos direitos da mulher, bem como representantes de instituições afins, com o objetivo de prestar assessoramento ao Colegiado em assuntos específicos.

Capítulo VI
DO FUNCIONAMENTO DO CMDM

Art. 19º O CMDM reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, conforme calendário aprovado em plenária e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de sua Presidente ou da maioria absoluta de suas representantes, observado em ambos os casos o prazo mínimo de 7 (sete) dias para a convocação da reunião, mencionando-se a respectiva pauta.

§ 1º As datas das Reuniões Ordinárias do Conselho constarão em cronograma anual, aprovado na primeira reunião do ano.
§ 2º Para a convocação das Reuniões Extraordinárias, o prazo estabelecido no caput poderá ser reduzido mediante justificativa que demonstre a impossibilidade do cumprimento do referido prazo, por tratar-se de demanda urgente.

Art. 20º As reuniões plenárias do CMDM realizar-se-ão com a maioria absoluta de suas integrantes em primeira chamada e com as conselheiras presentes em segunda chamada, a ser realizada 15 (quinze) minutos após a primeira.
§ 1º O CMDM tomará as suas decisões em reuniões plenárias, mediante votação por maioria simples, ressalvados os casos específicos deste Regimento Interno.
§ 2º Durante a sessão plenária, cada representante titular do CMDM terá direito a um único voto por matéria.

Art. 21º As reuniões do Conselho obedecerão aos procedimentos a seguir expostos:
– abertura, com verificação de presença e de existência de quórum para instalação do Plenário;
– a Presidente dará a palavra à secretária executiva, que apresentará as pautas;
- terminada a exposição, a matéria será posta em discussão aberta para todo o Plenário e às presentes na reunião, por ordem de inscrição;
- encerrada a discussão, far-se-á a votação.

Art. 21º Os temas para inclusão na pauta deverão ser encaminhados pelas conselheiras, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo mínimo de 10 (dez) dias anteriores à reunião.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22º O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante aprovação da maioria absoluta do CMDM.
Parágrafo Único. Quando a alteração for parcial, a matéria poderá ser debatida em reunião plenária, desde que conste, previamente, o tema na pauta de discussão; quando a alteração for total, deverá ser convocada reunião plenária especificamente para este fim.

Art. 23º Todos os órgãos e entidades integrantes do CMDM têm livre acesso a toda documentação do Conselho, bem como às deliberações, aos atos de sua instituição e regimentação e a outros existentes.

Art. 24º As delegadas da Conferência Municipal serão eleitas conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio a ser elaborado e aprovado pelo CMDM.

Art. 25º As sessões e convocações do CMDM e da Conferência Municipal serão públicas e procedidas de ampla divulgação.

Art. 26º Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária nas atividades do Conselho.

Art. 27º Nenhuma conselheira poderá agir em nome do Conselho sem prévia delegação.

Art. 28º O Conselho acompanhará todos os assuntos de seu interesse, realizando estudos, debates e propondo ações.

Art. 29º Os casos omissos deste Regimento Interno serão deliberados em sessão plenária do CMDM.

Art. 30º Este Regimento Interno, depois de lido, discutido e aprovado pelas lideranças do movimento organizado de mulheres e de representantes da Prefeitura, será homologado e publicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Itambé – Pr.

Art. 31º Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Itambé – Paraná, 04 de fevereiro de 2026.

BRUNA TAVARES CONSTANTINO
Presidente do CMDM

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:3B770745

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS

RESOLUÇÃO N° 001/2026

APROVA o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMI de Itambé/PR-Gestão 2025/2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMI, em Reunião realizada no dia 04 de fevereiro de 2026, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº. 1238 de 09 de agosto de 2016;

RESOLVE,

Art. 1º - APROVAR o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMI, conforme ANEXO, parte integrante da presente resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Itambé, PR. 05 de fevereiro de 2026.

SOLANGE FERREIRA
Presidente doCMI

REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal do Idoso – CMI – instituído pela Lei Municipal nº 1238, de 09 agosto de 2016, observado o dispositivo no art. 6º da Lei Federal 8.842/94, e o do que dispõe o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003.

Art. 2º O CMI com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, têm como objetivo básico o estabelecimento, controle, acompanhamento e avaliação da Política Municipal do Idoso.

Art. 3º O Conselho de que trata o art. 2º tem as seguintes finalidades:
– Implantar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas, que atendam as transformações que ocasionem mudanças na sua aplicação;
– Avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da Lei Orgânica do Município, através de emendas que a atualizem;
– Assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovam eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público Idoso, na conformidade da Lei;
– Colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas e privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;
– Assessorar o Governo Municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou

financeiros, a programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade de vida do indivíduo Idoso.
- Realizar juntamente ao Governo Municipal a Conferência Municipal do Idoso a cada dois anos, visando discutir questões do envelhecimento e as políticas públicas.
Parágrafo Único. O Conselho Municipal do Idoso de Itambé é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, ou seja, o órgão responsável pela Assistência Social do Município, com o qual coordenará a Política Municipal do Idoso.

Art. 4º Para os efeitos deste Regulamento considera-se Idoso o indivíduo, homem ou mulher, maior de sessenta anos de idade.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 5º São direitos dos Conselheiros Titulares:
– Tomar parte em todas as reuniões do Conselho, podendo falar pela ordem e votar nas proposituras apresentadas;
– Requerer a convocação de reuniões extraordinárias na forma estabelecida por este Regimento;
– Candidatar ao cargo de Presidente e de membros da diretoria; apresentar proposituras.

Art. 6º São deveres dos Conselheiros Titulares:
– Comparecer nas reuniões e acatar as suas deliberações;
– Votar nas proposituras apresentadas;
– Desempenhar com qualidade e responsabilidade o cargo para qual for eleito e designado;
– Prestigiar o Conselho com todos os meios ao seu alcance e propagar a harmonia entre seus membros;
– Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento, bem como a legislação vigente no tocante a política de proteção ao Idoso.

Art. 7º É direito dos Conselheiros Suplentes tomarem parte em todas as reuniões do Conselho, podendo falar pela ordem e votar na ausência do seu Titular.

Art. 8º São deveres dos Conselheiros Suplentes:
– Comparecer a pelo menos a uma reunião trimestral realizada pelo Conselho e acatar as suas deliberações;
– Desempenhar com qualidade e responsabilidade o cargo para o qual foi eleito ou designado;
– Prestigiar o Conselho com todos os meios ao seu alcance e propagar a harmonia entre os seus membros;
– Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento, bem como a legislação vigente no tocante a política de proteção ao Idoso.

Art. 9º Os direitos e deveres dos Conselheiros são pessoais e intransferíveis.

Art. 10º Considerar-se-á destituído automaticamente do Conselho:
– O Conselheiro que vier a perder a sua representatividade junto ao órgão ou segmento que representa;
– O Conselheiro que não comparecer a três reuniões consecutivas do Conselho ou a cinco alternadas no período de um ano, perderá o mandato. Salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior ou caso fortuito, justificada por escrito (via ofício, e-mail ou aplicativos de celular). Serão aceitas no máximo três justificativas durante o ano vigente e estas deverão ocorrer no prazo máximo de até 05(cinco) dias após a data da reunião.
– O Conselheiro que solicitar sua renúncia em caráter irrevogável e irretratável, por escrito, diretamente ao Presidente do Conselho;
Parágrafo Único. Na hipótese do item I, se representante das instituições de longa permanência ou do grupo da terceira idade, esses segmentos deverão se reunir e apresentar os seus substitutos.
Art.11 A perda do mandato do Conselheiro que não cumprir com as normas regimentais só poderá ser decretada em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com a aprovação da maioria simples dos membros presentes na reunião, com direito a voto.

Art.12 Havendo eliminação, destituição, renúncia ou falta do Conselheiro Titular, assumirá o cargo vago o seu Suplente legal.

Art. 13 Havendo eliminação, destituição, renúncia ou falta de Conselheiro o Suplente será imediatamente solicitada, pelo Presidente do Conselho junto ao órgão público ou segmento civil de origem, a sua substituição na forma prevista neste Regimento:
§1° Havendo renúncia de Conselheiro representante da Sociedade Civil, o CMI deverá ser comunicado ,o mais rápido possível, para realizar a substituição pelo seu Suplente ou por outro representante indicado pela entidade a qual representa.
§2° Havendo renúncia ou exoneração do Titular ou Suplente Representante Governamental, o CMI deverá ser comunicado, por escrito, o mais rápido possível e a Secretaria Municipal ou Órgão Governamental a qual pertence o respectivo membro deverá indicar seu substituto;
§3° Em se tratando de renúncia do Presidente do Conselho, será esta comunicada por escrito ao seu substituto regimentar que, dentro de cinco dias úteis, convocará o Conselho para as providências cabíveis.

Art. 14 Em conformidade com o Art. 6º, parágrafo 3º da Lei Municipal nº 1238 de 09 de agosto de 2016, a função de membro do Conselho Municipal do Idoso é considerada de interesse público e não será remunerada.

SEÇÃO II
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 15 O Conselho Municipal do Idoso é composto por 10 (dez) membros Titulares e 10 (dez) Suplentes, os quais apresentam paritariamente os Órgãos Governamentais e não Governamentais, sendo:
- Representantes de Órgãos Governamentais:
Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
Um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Cultura;
Um representante da Secretaria Municipal de Administração ou Finanças;
– Representantes de Órgãos não Governamentais:
Um idoso indicado por entidades do meio rural;
Um idoso indicado por entidades do meio urbano;
Um idoso indicado dentre entidades ou grupo de idosos;
Um representante de trabalhador na área do Idoso;
Um representante de serviços e organizações de Assistência Social (igrejas, grupos e centro de convivência de idosos, asilo, casa lar).
§1º Os Conselheiros de que trata o inciso I deste artigo serão indicados pelos secretários, dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos da pessoa idosa; não existindo funcionário com esse perfil, que seja indicado aquele que queira se envolver com a causa.
§2º Os Conselheiros de que trata o inciso II deste artigo, serão eleitos entre seus pares, em assembléias organizadas, conforme previsto no Regimento Interno, sendo o processo eleitoral acompanhado pelo Ministério Público.
§3º As funções dos membros do Conselho Municipal do Idoso, não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões, participação em diligências ou outras participações de interesse do Conselho do Idoso.
§4º O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio de publicação de Resolução aprovada pela maioria de seus membros.
§5º Os recursos financeiros para manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.
§6º Somente será admitida a participação no Conselho Municipal do Idoso - CMI, de entidades juridicamente constituídas sem fins lucrativos e em regular funcionamento, considerando os seguintes critérios:
- organização de usuários, as que, no âmbito municipal, congregam, representam e defendem os direitos e interesses dos Idosos;
- entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social de âmbito municipal, as que prestam atendimento assistencial

específico sem fins lucrativos ou assessoramento aos benefícios abrangidos por Lei e órgão de capacitação profissional, as universidades que promovam a formação de trabalhadores na área de Assistência Social;

- as entidades que representam as categorias profissionais, de âmbito municipal, com área de atuação específica no campo da assistência social ou defesa dos direitos da cidadania.

Art.16 Os membros do Conselho Municipal do Idoso - CMI, devem contar com Suplentes, igualmente designados pelos Órgãos Públicos e entidades da Sociedade Civil que os indicarem, sendo as nomeações efetivadas pelo Prefeito Municipal.
§1º O mandato dos Conselheiros e respectivos Suplentes será de 02 (dois anos), admitindo-se sua recondução, por igual período;
§2º Os integrantes do Conselho Municipal do Idoso - CMI, servidores públicos municipais, não receberão qualquer abono ou gratificação pela participação no órgão;
§3º As Comissões poderão ser integradas por entidades ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMI, sem direito a voto.

SEÇÃO III
DA ELEIÇÃO

Art.17 Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos, através de Assembléia própria que ocorrerá no mês de outubro em anos ímpares. As entidades que trabalham com acolhimentos de Idosos, deverão ser reconhecidas como de utilidade pública municipal, possuir registro do CMI e estarem regulamentadas dentro das legislações vigentes.
§1º O Presidente do CMI convocará com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias, e mínima de 15 (quinze) dias, antes do término do mandato dos Conselheiros, o processo de eleição dos novos representantes, mediante regulamento específico (Edital de Convocação publicado no Diário Oficial com antecedência de 10 (dez) dias, nomeando para acompanhamento uma Comissão provisória;
§2º A Titularidade da representação da Sociedade Civil será exercida pelas entidades com maior número de votos (registrado em ata) obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata este artigo;
§3º As entidades escolhidas para compor o CMI indicarão os seus representantes Titulares e Suplentes, por escrito, à Secretaria Executiva deste Conselho.

Art. 18 Os representantes governamentais Titulares e Suplentes serão indicados por Secretários Municipais ou pelo Prefeito Municipal que deverão comunicar, por escrito, à Secretaria Executiva deste Conselho.

Art. 19 Os representantes governamentais, bem como os da Sociedade Civil, poderão ser substituídos a qualquer tempo mediante comunicação escrita dirigida à Presidência por representante legal da entidade.

Art. 20 Conceder-se-á licença aos membros Titulares do CMI, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, desde que solicitada por escrito ao Presidente, devidamente justificada e fundamentada.

Art. 21 Os membros Conselheiros do CMI terão mandato de 02 (dois) anos.

SEÇÃO IV
DA DISPOSIÇÃO

Art. 22 O Conselho Municipal do Idoso possui a seguinte disposição:
Plenário;
Mesa Diretora;
Secretaria Executiva;

Art. 23 O Conselho será administrado por uma diretoria com mandato de 02 (dois) anos, composta de 04 (quatro) cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Parágrafo Único. Os membros da Diretoria serão eleitos pela maioria absoluta dos votos dentre os Conselheiros Titulares e poderão ser reeleitos uma única vez.

Art. 24 O processo de eleição da mesa diretora (composta por Presidente, Vice- Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário) será realizado através de votação aberta em Assembléia, observando a alternância entre governo e Sociedade Civil convocada previamente.
§1º A Mesa Diretora, de natureza colegiada, organizará a pauta de cada reunião, comunicando-a aos Conselheiros no ato de sua convocação;
§2º Compete à Mesa Diretora tomar decisões em caráter de urgência, "ad referendum" da Plenária;

Art. 25 - O plenário, órgão máximo do CMI, é constituída pela totalidade dos seus Conselheiros e será presidida pelo seu Presidente.
§1º O Presidente, nas suas ausências e impedimentos será substituído pelo Vice- Presidente;
§2° Nas ausências e impedimentos do Vice-Presidente, promover-se-á a escolha de um Conselheiro para presidir a reunião, escolhido pelo Primeiro Secretário;
§3° Em caso de vacância do Conselheiro que ocupa cargo na mesa diretora, e coordenação das Comissões Temáticas deverá realizar nova eleição em reunião ordinária.

Art. 26 A Secretaria será dirigida pelo Primeiro Secretário. Em sua falta ou impedimento, o Primeiro Secretário será substituído pelo Segundo Secretário e na falta ou impedimento deste, por um Conselheiro designado pelo Presidente.

Art. 27 Compete a Diretoria do Conselho:
– A representação e a defesa dos interesses do Conselho perante os poderes públicos e a sociedade;
– Dirigir o Conselho de acordo com o Regimento Interno e administrar o seu patrimônio social;
– Cumprir as Leis pertinentes em vigor e as determinações oriundas das autoridades competentes bem como este Regimento;
– Reunir-se ordinariamente, na medida de sua necessidade, em local, dia e hora designados pelo Presidente;
– Reunir-se extraordinariamente quando o Presidente assim requerer ou 2/3 (dois terços) do Grupo Titular (Conselheiros), especialmente para exame, debate e decisões em torno de assuntos relevantes, pertinentes às atividades do Conselho;
– No caso de vacância de cargo (os) na Diretoria, o Presidente convocará reunião extraordinária do Conselho para eleição para o preenchimento do(s) cargo(s) em disponibilidade;
– A Mesa Diretora, de natureza colegiada, organizará a pauta de cada reunião, comunicando-a aos Conselheiros no ato de sua convocação;
– Compete à Mesa Diretora tomar decisões em caráter de urgência, "ad referendum" da Plenária;

Art. 28 Compete ao Presidente do Conselho:
– Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
– Submeter as propostas ao debate e votação, providenciando o seu encaminhamento a quem de direito;
– Elaborar ou aprovar a pauta da ordem do dia nas reuniões;
– Assinar com o Secretário, as atas das reuniões;
– Assinar documentos, deliberações, resoluções, ordens e pareceres do Conselho;
– Praticar todos os atos administrativos de competência do Conselho;
– Representar o Conselho em juízo, em instituições públicas ou privadas;
– Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho e, em especial, o estabelecido neste Regimento;
– Despachar o expediente do Conselho;
– Fixar, com os demais membros do Conselho, o calendário de reuniões;
– Exercer o voto de qualidade para desempate;
– Designar os membros de comissões especiais;
– Assinar contratos e convênios aprovados pelo Conselho;
– Dirimir as dúvidas relativas a este Regimento;

– Fazer uso da imprensa seja de que modalidade for, nos assuntos pertinentes ao Conselho, ou designar Conselheiros para fazê-lo;

Art. 29 Compete ao Vice-Presidente do Conselho:
– Substituir o Presidente do Conselho em suas faltas e impedimentos;
– Auxiliar o Presidente quando solicitado.

Art. 30 Compete ao 1º Secretário do Conselho:
– Coordenar e controlar os serviços pertinentes ao Conselho;
– Assessorar o Presidente nos assuntos pertinentes ao Conselho;
– Organizar, com aprovação do Presidente, a ordem do dia das reuniões ordinárias e extraordinárias;
– Tomar as providências administrativas necessárias à convocação, instalação e funcionamento das reuniões do Conselho;
– Secretariar as reuniões, prestando informações e esclarecimentos necessários;
– Lavrar as atas das reuniões, assinando-as com o Presidente;
– Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
– Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo Presidente.

Art. 31 Compete ao 2º Secretário:
- Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
- Auxiliar o 1º Secretário, quando solicitado.

Art. 32 A Secretaria Executiva deve assessorar, prestar apoio técnico, administrativo e operacional ao CMI, as quais se incluem:
Prestar auxílio ao exercício da presidência;
Organizar a pauta das reuniões e enviá-la aos membros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
Acompanhar e zelar pela assinatura de todos os presentes no livro de registro de presença da reunião;
Colher a assinatura dos Conselheiros nas atas das reuniões após aprovação pela Plenária;
Manter arquivo e ementário de assuntos de interesse do Conselho, bem como das decisões tomadas em reuniões;
Realizar outras atribuições compatíveis com a natureza de suas competências;
Colaborar na preparação dos eventos promovidos pelo Conselho Municipal do Idoso;
Manter cadastro das entidades atualizadas e organizações de atendimento ao Idoso do município;
Prestar auxílio na preparação de proposta orçamentária e nos planos anuais de aplicação dos recursos destinados ao Conselho;
Preparar relatório anual das atividades do Conselho para encaminhamento à secretaria afim e ao Prefeito Municipal.

Art. 33 O funcionamento do Conselho obedecerá às seguintes normas:
– O órgão máximo de deliberação é o Plenário, devendo os assuntos debatidos serem votados em aberto;
– As reuniões serão públicas, salvo decisões em contrário, da maioria dos Conselheiros presentes à reunião com direito a voto;
– As reuniões ordinárias serão realizadas no mínimo uma vez por mês, em dia, local e hora designados pelo Presidente na reunião anterior;
– As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos membros Titulares, sendo por aquele dirigidas;
– Para a realização das reuniões ordinárias, com deliberações de aprovação de Planos de Trabalho para liberação de recursos, alteração na legislação, eleição de mesa diretora será necessário a presença da maioria absoluta do Conselho, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 01(um) dos membros do Conselho com direito a voto; para outras deliberações após 15 (quinze) minutos de espera poderá iniciar a reunião com qualquer número de Conselheiros;
– Cada membro Titular do Conselho terá direito a um único voto nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, cabendo ao Presidente apenas o voto de qualidade para desempate de alguma votação;
– Os membros Suplentes, quando presentes, terão assegurado o direito de se manifestarem, tendo o direito de voto apenas na ausência do Titular;
– Cada membro tem o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão ordenada, falando um de cada vez, porém, quando da votação, não poderá voltar a se manifestar sobre o assunto;
– Pessoas que se fizerem presentes na reunião e que não sejam membros Titulares ou Suplentes, não terão direito de se manifestar, salvo em situações em que o Conselho as tenha convidado especialmente para poderem prestar alguma informação relevante e necessária para deliberação do Conselho. Todavia, não terão direito a voto;
– Os assuntos tratados e as deliberações e decisões tomadas em cada reunião serão registrados em ata, em livro próprio, a qual será lida e aprovada na reunião subsequente, devendo ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário e os demais Conselheiros;
– A convocação para as reuniões do Conselho será feita a critério do Presidente, através de circular, telefonema, contato pessoal, internet, tendo também o mesmo valor à ciência da data em reunião ou o estabelecimento das datas para o ano, na primeira reunião anual;
– As reuniões terão duração máxima de 02 (duas) horas, salvo se houver prorrogação, por decisão da maioria dos membros presentes à reunião e com direito a voto;
– As reuniões ordinárias obedecerão a seguinte ordem: a) abertura; b) Leitura de correspondências recebidas, comunicações da Presidência; c) discussão e votação da(s) matéria(s) em pauta na ordem do dia; d) apresentação de proposituras para inclusão na ordem do dia da próxima reunião; e) encerramento;
– Não será objeto de discussão ou votação matéria que não conste da ordem do dia, salvo por decisão da maioria simples dos Conselheiros presentes e com direito de voto, hipótese que será apreciada após a conclusão dos temas programados para a reunião;
– Será considerada a matéria posta em discussão que obtiver anuência da maioria simples dos Conselheiros presentes e com direito a voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade para o desempate, se for o caso;
– Nas reuniões extraordinárias não poderão ser deliberados outros assuntos que não aqueles que estejam inscritos na ordem do dia e será necessária a presença da maioria absoluta do Conselho, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 01(um) dos membros do Conselho com direito a voto;

CAPÍTULO III
Da Gestão do Fundo Municipal de Direito do Idoso

Art. 34 Ao CMI, como órgão gestor do Fundo Municipal de Direito do Idoso, sem prejuízo das demais atribuições, compete:
– Elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do Idoso no seu âmbito de ação;
– Promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação do Idoso bem como do sistema de garantia dos direitos do Idoso no âmbito de sua competência;
– Elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do Idoso, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;
– Elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Direito do Idoso, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;
– Elaborar, aprovar e divulgar os editais de chamamento público, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório, a serem financiados com recursos do Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso, fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal de Direito do Idoso, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; contendo requisitos e prazos, para a apresentação e critérios de seleção.
– Publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo Municipal de Direito do Idoso;
– Monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Direito do Idoso, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e balanço anual, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica; monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do fundo, segundo critérios e meios definidos pelo CMI, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo Municipal de Direito do Idoso;

– Desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo Municipal de Direito do Idoso;
– Mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do Idoso, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo;
– Elaborar e aprovar plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Direito do Idoso;
– Fixar os critérios técnicos e as diretrizes para a destinação dos recursos do Fundo Municipal de Direito do Idoso;
– Estabelecer as prioridades a serem atendidas com os recursos do Fundo Municipal de Direito do Idoso;
– Acompanhar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Direito do Idoso;
– Examinar e aprovar, se forem o caso, os balancetes mensais e o balanço anual do Fundo Municipal de Direito do Idoso.
Parágrafo Único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao CMI o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

CAPÍTULO IV
Das Disposições Transitórias

Art. 36 O Presidente, após aprovação em plenário, poderá instituir comissões especiais para realização de tarefas afetas ao Conselho, as quais estarão automaticamente dissolvidas com a execução de seus objetivos.

Art. 37 O Presidente, ouvido o plenário do Conselho e observadas às legislações pertinentes em vigor, poderá estabelecer resoluções, portarias, circulares e normas complementares necessárias ao pleno funcionamento do Conselho.

Art. 38 Este Regimento Interno, após aprovado por maioria absoluta dos Conselheiros, entra em vigor na data de sua publicação.

Itambé – Paraná, 04 de fevereiro de 2026

SOLANGE FERREIRA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:28F82079

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS

RESOLUÇÃO N° 002/2026

Dispõe sobre a prestação de contas da Deliberação nº024/2023 - CEDI/PR - Incentivo Projeto Paraná Viaja Mais 60.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMI, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº. 1238 de 09 de agosto de 2016;
CONSIDERANDO reunião ordinária realizada às 14hs no dia 04 de fevereiro de 2026 na Sala de Reunião do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, conforme deliberação registrada na Ata nº001/2026:
RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a prestação de contas referente a Deliberação nº024/2023 - CEDI/PR - Incentivo Projeto Paraná Viaja Mais 60 referente a data depagamento até 31 de dezembro de 2024;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itambé, PR. 05 de fevereiro de 2026.

SOLANGE FERREIRA
Presidente do CMI

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:4EB14AD0

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 19/26 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.079. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE
420 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
423 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 190.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.244.0014.2.032. MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
497 - 3.3.90.48.00.00 01000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS
FÍSICAS 50.000,00
Total Suplementação: 260.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação
abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DR. LAFAYETTE GRENIER
395 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 210.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
547 - 3.3.90.48.00.00 01000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS
FÍSICAS 50.000,00
Total Redução: 260.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé , Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:E0803F97

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 20/26 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ **68.265,71 (sessenta e oito mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL
665 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.301.0003.2.067. MANUTENÇAO DA UBS/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PIONEIRA ESTER M. P. DE MELO
670 - 3.1.90.16.00.00 31064 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL
CIVIL 500,00

08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
671 - 3.1.90.16.00.00 31064 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL
CIVIL 2.800,00
672 - 3.3.90.36.00.00 31064 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
FÍSICA 6.115,71

08.001.10.302.0003.2.038. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - PSF E INCENTIVO SAÚDE DA FAMILIA
673 - 3.1.90.16.00.00 31064 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL
CIVIL 450,00

08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DR. LAFAYETTE GRENIER
674 - 3.1.90.16.00.00 31064 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL
CIVIL 900,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.20.606.0007.2.035. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
667 - 4.4.90.52.00.00 03000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.244.0014.2.032. MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL - CRAS
669 - 3.3.90.30.00.00 3934 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
668 - 3.3.90.30.00.00 31011 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
12.002.13.392.0015.2.047. MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA, TURISMO,
READEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO
666 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 30.000,00
Total Suplementação: 68.265,71

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:E9F887BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2026.
O Município de Itapejara D'Oeste – PR, torna público que fará realizar, às 10h00 (dez) horas do dia 25 (vinte e cinco) de Fevereiro do ano de 2026, no Portal de Compras do Governo Federal, https://www.gov.br/compras/pt-br,**CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada rural na linha Barra do Vitorino	Pavimentação em CBUQ	8.800 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Itapejara D'Oeste – PR, www.itapejaradoeste.pr.gov.br e no Portal de Compras do Governo Federal, https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Itapejara D'Oeste - PR, 02 (dois) de Fevereiro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação – Decreto Nº 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F64E2B17

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 027/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 027/2026
DATA: 04.02.2026

SÚMULA: Suspende temporariamente as licenças-prêmio por assiduidade e as licenças não remuneradas dos servidores públicos municipais, inclusive as em curso, e veda a concessão de novas licenças.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO o término da vigência do Concurso Público nº 001/2021, em 07 de março de 2026;
CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado em andamento ainda não foi concluído;
CONSIDERANDO a atual insuficiência de servidores públicos em exercício, o que compromete a continuidade e a regularidade dos serviços públicos essenciais;
CONSIDERANDO o princípio da supremacia do interesse público e a necessidade de garantir a eficiência da Administração Pública,
DECRETA:
Art. 1º) Ficam suspensas, a partir da data de publicação deste Decreto, pelo prazo de 06 (seis) meses, as licenças-prêmio por assiduidade e as licenças não remuneradas concedidas aos servidores públicos municipais, **inclusive aquelas já em curso**, bem como **fica vedada a concessão de novas licenças** durante o referido período.
Art. 2º) Os servidores que se encontrarem em gozo das licenças mencionadas no artigo anterior deverão retornar às suas atividades funcionais no prazo estabelecido pela Administração, observado o interesse público e as disposições legais aplicáveis.
Art. 3º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias de fevereiro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:41A45EE0

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 028/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 028/2026
DATA: 04.02.2026

SÚMULA: Declara ponto facultativo em repartições públicas municipais.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná.

DECRETA:
Art. 1º) Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2026.
Parágrafo Único – Para atendimento dos serviços essenciais e emergenciais, serão feitas escalas de serviços para garantir o atendimento.
Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dia do mês de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:614EB304

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 029/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 029/2026

DATA: 04.02.2026

SÚMULA: Exonera a Sra. Paola Maria Gnoato do Cargo de Professora Celetista.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) A pedido exonerar a partir de 02.02.2026 a Sra. Paola Maria Gnoato, cadastrada na matricula n° 017.624-1, do Cargo de Professora Celetista, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02.02.2026, revogando as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:D2429F52

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 030/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 030/2026
DATA: 04.02.2026

SÚMULA: Exonera servidoras do Cargo de Professora Celetista.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) A pedido exonerar a partir de 04.02.2026 a Sra. Marieli Detoni de Almeida, cadastrada na matricula n° 016.873-1, do Cargo de Professora Celetista, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais.
Art. 2°) A pedido exonerar a partir de 04.02.2026 a Sra. Luciana de Fatima de Oliveira, cadastrada na matricula n° 016.970-1, do Cargo de Professora Celetista, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais.
Art. 3°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 4°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:0FD9E5BA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 031/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 031/2026
DATA: 04.02.2026

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação referente ao Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) Nomear a partir de 05.02.2026 a Sra. Marieli Detoni de Almeida, portadora do CPF n° 092.732.279-02 e Cédula de Identidade RG n° 6.460.818, expedida pela SESP/SC, para o Cargo de Professora, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, face a aprovação em 35° lugar no Processo Seletivo n° 002/2025.
Art. 2°) Nomear a partir de 05.02.2026 a Sra. Luciana de Fatima de Oliveira, portadora do CPF n° 073.124.069-39 e Cédula de Identidade RG n° 9.836.765-9, expedida pela SESP/PR, para o Cargo de Professora, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, face a aprovação em 38° lugar no Processo Seletivo n° 002/2025.
Art. 3°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 4°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:03A8DDDC

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 032/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 032/2026
DATA: 05.02.2026

SÚMULA: Dispõe sobre férias de servidores públicos Municipais, e da outras providencias.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
DECRETA:
Art. 1º) Fica estabelecido o período de férias de servidores do Departamento de Saúde , conforme abaixo:
Mony Robson Zuchi, período compreendido de 09/02/2026 a 13/02/2026;
João Vitor Schuastz, período compreendido de 16/02/2026 a 17/03/2026.
Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A3FF2C2E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 033/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 033/2026
DATA: 05.02.2026

SÚMULA: Exonera o Sr. Jose Carlos Lopes Prunes do Cargo de Professora Celetista.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) A pedido exonerar a partir de 05.02.2026 o Sr. Jose Carlos Lopes Prunes, cadastrado na matricula n° 017.608-1, do Cargo de Professora Celetista, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:01B5337A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 066/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 066/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 1017438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 05/02/2026 as 09h00 e retorno dia 05/02/2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carona. Finalidade da viagem: Capacitação – Curso de Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e Adolescente. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: SESI. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 04.02.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C638835A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 01/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE E A EMPRESA EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S.A.

DAS PARTES:
CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D' OESTE, com sede na Avenida Manoel Ribas, N° 30 Centro, Itapejara D' Oeste, PR, CEP: 85.580-000 , inscrita no CNPJ sob n.° 77.778.629/0001-91, neste ato representada por seu presidente, JOÃO CARLOS VENTURIN, portador da CI/RG: 85501879 e CPF: 059.059.509-11.
CONTRATADA: EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S.A. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 95.420.188/0001-33, com sede na Rua Mato Grosso, Bairro: Presidente Kennedy, n° 55, cidade Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP: 85.605-280, neste ato representada por seu sócio/administrador, Sr. IVO ANTONIO PEGORARO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 17701686991 e CI/RG: 12699654.
DO OBJETO DO TERMO ADITIVO:
O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 01/2025, que versa sobre a **Contratação da assinatura anual do periódico "Jornal de Beltrão", com uma cópia diária de terça a sábado**. Este termo aditivo é realizado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 01/2025 por mais 01 (um) ano, iniciando-se em 11 de fevereiro de 2026 e encerrando-se em 10 de fevereiro de 2027, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.
CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor terá uma redução de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para R$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) anuais para a execução integral do mesmo objeto nos termos do Processo de Inexigibilidade n° 01/2025 da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste – PR.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 01/2025, bem como as condições de fornecimento, responsabilidades e obrigações das partes, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:
As partes ratificam integralmente o Contrato nº 01/2025 e este Termo Aditivo, que passa a integrá-lo para todos os fins e efeitos de direito, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Itapejara D' Oeste, 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS VENTURIN
Contratante Presidente da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste

IVO ANTONIO PEGORARO
Representente Contratada Editora Jornal de Beltrão S.A.

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:1E420D8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 09/2026 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO OBJETO DO EDITAL Nº 001/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, inciso III, da Constituição Federal, que autoriza a prorrogação do prazo de validade de concursos públicos, uma única vez, por igual período;

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público (Edital nº 001/2023) ocorrida em 07 de fevereiro de 2024, conforme o Edital Complementar nº 011;

CONSIDERANDO a conveniência e o interesse da Administração Pública em aproveitar candidatos aprovados para o provimento de cargos vacantes ou que venham a ser criados;

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado por 02 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itaperuçu, referente ao Edital nº 001/2023, homologado em 07 de fevereiro de 2024.

Art. 2º. A prorrogação de que trata este Decreto passará a contar a partir da data de vencimento do primeiro período de validade, ou seja, em 07 de fevereiro de 2026.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Mun. de Administração

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:BB7B34BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°211/2025 - REEQUILIBRIO

CONTRATO: Nº 211/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 74/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: GÁS VALLE LTDA
CNPJ: 53.147.001/0001-20
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÁS – GLP, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
DO VALOR: R$ 7.545,50 (SETE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 28 DE JANEIRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:CFDA330D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°245/2025 - PRAZO

CONTRATO: Nº 245/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 78/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: OTAVIO BEZERRA SAMPAIO
CNPJ: 52.667.472/0001-04
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA

NO DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA HORTA COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FOCO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA
DO PRAZO: 06 (SEIS) MESES, INICIANDO-SE EM 25 DE MARÇO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 25 DE SETEMBRO DE 2026.
DATA DA ASSINATURA: 27 DE JANEIRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EE008E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°36/2025 - RENOVAÇÃO

CONTRATO: Nº 36/2025
INEXIGIBILIDADE: Nº 05/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.
CNPJ: 07.797.967/0001-95.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE BANCO DE PREÇOS.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 07 DE FEVEREIRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 07 DE FEVEREIRO DE 2027.
DO VALOR: R$ 11.580,00 (ONZE MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 28 DE JANEIRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:2BFFAB89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°58/2025 - RENOVAÇÃO

CONTRATO: Nº 58/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 05/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CLESA SERVIÇOS GERAIS LTDA
CNPJ: 36.756.504/0001-83
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DE NATUREZA CONTÍNUA NAS FUNÇÕES DE: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA CATEGORIA B, MOTORISTA CATEGORIA C, MOTORISTA CATEGORIA D E GUARDIÃO NOTURNO**, INCLUINDO MÃO DE OBRA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU-PR.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 26 DE FEVEREIRO DE 2027.
DO VALOR: R$ 3.601.672,20 (TRÊS MILHÕES SEISCENTOS E UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 28 DE JANEIRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:B6973623

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 02/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições Legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA 02/2026**, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para produção e fornecimento de cartilhas educativas intituladas 'Protegendo os Animais'.** Cujo vencedor foi a empresa: **CHAGAS & CARDOSO LTDA ,** inscrito no **CNPJ nº 09.021.537/0001-02**, no valor de **R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais)**. Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares

Itaperuçu, 05 de fevereiro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:282AC73E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL N° 003/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições Legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **DISPENSA EMERGENCIAL 003/2026**, que tem como objeto a *"Contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios do tipo carnes, destinados à composição da merenda escolar, para atender os alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino por caráter* ***de DISPENSA EMERGENCIAL****"*, cujo vencedor foi a empresa: **JULIE DOS SANTOS PIRES ME ,** inscrita no **CNPJ nº 13.172.250/0001-50**, no valor de **R$ 169.041,00 (cento e sessenta e nove mil e quarenta e um reais)**. Em conformidade com a documentação apresentada, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares

Itaperuçu, 05 de fevereiro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D9316F3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 041/2026 DE 28 DE JANEIRO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder adicional de insalubridade de 20% a servidora **Soeli Ferreira de Lara**, portadora da cédula de identidade: **9******32/PR,** matricula: 63591, ocupante do Cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.
.

RUBIENE DE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:498C4A60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 048/2026

PORTARIA Nº 048/2026

SÚMULA: Concede prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a servidora Silvana de Massi dos Santos Braga, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90, **Considerando** o atestado médico apresentado pela Servidora; **Considerando** os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde, a servidora Silvana de Massi dos Santos Braga, matrícula nº 129, CPF 026.***.***-95, com o cargo efetivo de Auxiliar de Saúde, lotada no NIS II – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A Prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será por tempo indeterminado, a partir de 19/12/2025, conforme atestado médico, podendo ser alterada mediante parecer conclusivo da junta médica ou do médico perito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/12/2025, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ALEX JUNIOR DA SILVA
Diretor do Hospital Municipal.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:383A8527

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 049/2026

PORTARIA Nº 049/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 253/2023, que concedeu TIDE ao Servidor ocupante de Cargo Efetivo de motorista.

O Senhor **GILSON JOSÉ DE GÓIS**, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 20, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 002/2022, **RESOLVE:**

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 253/2023, de 28/08/2023, que concedeu gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva em conformidade com o Artigo 19, inciso VII e Artigo 26 da Lei Complementar Municipal nº 002/2022 ao Servidor Jose Aparecido Florenço, portador do CPF n° 250.5**.***-30, matrícula n° 801, ocupante do cargo de motorista, a partir de 05/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:F1C908DB

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 050/2026

PORTARIA Nº 050/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 081/2024, que concedeu TIDE ao Servidor ocupante de Cargo Efetivo de motorista.

O Senhor **GILSON JOSÉ DE GÓIS**, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 20, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 002/2022, **RESOLVE:**

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 081/2024, de 18/03/2024, que concedeu gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva em conformidade com o Artigo 19, inciso VII e Artigo 26 da Lei Complementar Municipal nº 002/2022 ao Servidor Marcelo Barbosa Bispo, portador do CPF n° 048.8**.***-70, matrícula n° 837, ocupante do cargo efetivo de motorista, a partir de 05/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:759178DE

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 051/2026

PORTARIA Nº 051/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 269/2023, que concedeu TIDE ao Servidor ocupante de Cargo Efetivo de motorista.

O Senhor **GILSON JOSÉ DE GÓIS**, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 20, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 002/2022, **RESOLVE:**

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 269/2023, de 18/09/2023, que concedeu gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva em conformidade com o Artigo 19, inciso VII e Artigo 26 da Lei Complementar Municipal nº 002/2022 ao Servidor Gerson Felipuci, portador do CPF n° 049.9**.***-48, matrícula n° 836, ocupante do cargo efetivo de motorista, a partir de 05/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:DF935FFF

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 052/2026

PORTARIA Nº 052/2026

Súmula: Dispõe sobre a alteração de lotação de servidor e da outras dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, GILSON JOSÉ DE GÓIS, no uso de suas atribuições legais e considerando o interesse público da Administração, **RESOLVE:**

Art. 1° - Alterar a lotação da servidora Municipal, Lucie Ferreira da Silva Santos, matrícula nº 423, CPF 218.2**.***-65, com cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal deste Município, constante na Lei Complementar Municipal nº 001/2022, para exercer funções inerentes a seu cargo junto ao Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde, a partir de 06/02/2026.

Parágrafo Único - A presente alteração representa a conveniência e oportunidade da Administração em remanejar a servidora de local anteriormente designada, tendo visto a necessidade do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ALEX JUNIOR DA SILVA
Diretor do Hospital Municipal.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:03E9A0B3

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
PORTARIA Nº 01/2026

Estabelece ponto facultativo e altera a sessão deliberativa ordinária para o primeiro dia útil subsequente.

Considerando o Decreto Municipal nº 014/2026, que fixa Ponto Facultativo nas repartições públicas no Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, em decorrência do "Feriado de Carnaval".

Considerando o disposto no artigo 257 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que estabelece a transferência da sessão deliberativa ordinária para o primeiro dia útil subsequente quando coincidir com feriado ou ponto facultativo.

O Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer ponto facultativo nas atividades da Câmara Municipal de Itaúna do Sul nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2026, em decorrência do Carnaval, bem como transferir a sessão deliberativa ordinária para o primeiro dia útil subsequente, ou seja, dia 18 de fevereiro de 2026, às 19h00m.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:F9642EF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMOADJ.HOM.DP042026

EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026
Processo Administrativo 014.2026
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de Kits escolares (infantil e Ensino Fundamental) devidamente montados, para os alunos da Rede Municipal de educação do Município de Itaúna do Sul-PR;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, II)
CONTRATADA: MOURA LEAL LTDA, estabelecida na RUA ADIB ABURAD, Nº 769, JD. PARAISO, PARANAVAÍ – PARANÁ, inscrita no CNPJ sob Nº 00.273.974/0001-49, neste ato representada por DEIZE ALVES DE MOURA LEAL, CASADA, SÓCIAADMINISTRADORA, BRASILEIRA, inscrita no CPF Nº 323.***.***-04, E-MAIL: licitacao_mouraeleal@hotmail.com, TELEFONE: (44) 3900-0999,
VALOR TOTAL: R$22.474,50
VIGÊNCIA: Imediata, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 03 de fevereiro de 2026

Ratificação: O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a Dispensa de Licitação, determinando a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.
Pesquisa de preço: Valdirene Lucas da Silva – Secretária de Educação
Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:930FBE80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO - TERMO CREDENCIAMNETO 012026

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL-PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO E ABERTURA DE PRAZO RECURSAL
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
O Município de Itaúna do Sul-PR, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público o resultado da análise das manifestações de interesse e documentos de habilitação referentes ao **Credenciamento nº 001/2026**, que tem como objeto **Contratação de serviços de perícia médica por pessoas jurídicas devidamente habilitadas, para a avaliação das condições de saúde, diagnóstico,**

prognóstico, terapêutica e outras situações dos servidores municipais.
Informamos que a seguinte empresa, até o presente momento, apresentou solicitação de credenciamento e teve sua documentação analisada e considerada credenciada/habilitada: **CLEVERSON HERMINIO MORITZ RAKOSKI EIRELI, CNPJ nº 22.528.816/0001-25, com sede na AVENIDA CANDIDO BERTHIER FORTES, 1736 - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, Guairaçá/PR.**
Em face da decisão de habilitação e em conformidade com o **Art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021**, e com o item 6.2 do Edital, **fica aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis**, a contar da data desta publicação, para que os interessados possam apresentar sua intenção de recurso.
A íntegra da Ata de Análise da Manifestação de Credenciamento encontra-se disponível para consulta no site oficial do Município de Itaúna do Sul-PR e/ou na sala do setor de licitações e contratos (Prefeitura Municipal, Av. Brasil, 883, centro, CEP: 87980-000), em horário de expediente.
Itaúna do Sul-PR, 05 de fevereiro de 2026.

BRUNA P. MARTINS ALVES
Agente de Contratação
Município de Itaúna do Sul-PR

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:0FA142E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº01, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - CMDI

Súmula: Aprovar a Prestação de Contas FINAL do Incentivo de garantia de direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, conforme Deliberação nº015/2022 – CEDI/PR, referente ao ano de 2024.

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI, do Município de Ivaí – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº1142/2015, considerando a decisão da plenária realizada em 05 de fevereiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o processo de Prestação de Contas FINAL do repasse: Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência advindo através da Deliberação nº015/2022 do CEDI/PR – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, referente ao ano de 2024.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 05 de fevereiro de 2026.

GILMA DE FARIAS ZIMMER
Presidente do CMDI – IVAÍ/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:7FB93334

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº02, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - CMDI

Súmula: Aprovar a Prestação de Contas FINAL do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, conforme Deliberação nº024/2023 – CEDI/PR, referente ao ano de 2024.

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI, do Município de Ivaí – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº1142/2015, considerando a decisão da plenária realizada em 05 de fevereiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o processo de Prestação de Contas FINAL do repasse: Incentivo Paraná Viaja Mais 60 advindo através da Deliberação nº024/2023 do CEDI/PR – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, referente ao ano de 2024 – Do pagamento até 31/12/2024.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 05 de fevereiro de 2026.

GILMA DE FARIAS ZIMMER
Presidente do Cmdi – Ivaí/ PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:DADCA15F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROFESSOR - PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, realizado para admissão no cargo de **PROFESSOR**,

C O N V O C A
MARGARETE BOBEK, aprovada pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o próximo dia 09 de fevereiro de 2026.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 05 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:CD6373FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃ

Ratifico a pretendida Dispensa de Licitação de n.º 02/2026 tudo em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo e ainda, com fundamento no *inciso II,* do Artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, em favor da empresa **PARKER COMERCIO, SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CPF/CNPJ: **50.739.376/0001-90**, com endereço na rua Anhumai, n. 3716, Jardim Tropical, Umuarama-PR, para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de painel de votação com dimensão mínima de 86 polegadas, resolução mínima 4K (Ultra HD), incluindo integração com o módulo de votação versão 4.0, bem como a entrega, instalação, configuração e testes de funcionamento, destinado ao plenário da Câmara Municipal de Ivatuba, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.
O valor total depreendido com a contratação será de R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais).
Face ao disposto no Artigo 72 da Lei n. 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.
Publique.

Ivatuba–PR, 05 de fevereiro de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:EDBAA0F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE LOCAL. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 - PMI

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 007/2026 - PMI.
TIPO: Menor preço por item.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Gêneros Alimentícios destinado a merenda escolar da rede municipal de ensino de Ivatuba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.
ABERTURA E RECEBIMENTO DOS LANCES: às 09 horas, do dia 25 de fevereiro de de 2026 no endereço eletrônico: www.bll.org.br.
EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no Setor de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 797, e junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba, ou através do site: www.bll.org.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: licita@ivatuba.pr.gov.br ou ivatubalicitacao@gmail.com

Ivatuba/Pr, 05 de fevereiro de 2026.

GIANCARLO GHELERE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:BCAC52E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 006/2026-PMI

CONTRATO Nº. 009/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 04.823.494/0001-65.**
OBJETO: **Adesão ao CISPAR (Consórcio Intermunicipal de Saneamento).**
FISCAL DESIGNADO: **Loana de Fatima Alves, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.**

Item	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Total R$
01	01	Adesão ao CISPAR (Consórcio Intermunicipal de Saneamento), que é requisito obrigatório para que o município seja contemplado com o Convênio - Expansão UVRs (Unidade de valorização de Recicláveis) com a Itaipu Binacional e Parquetec.	8.400,00

VALOR: **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **05 de fevereiro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **05 de fevereiro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 05 de fevereiro de 2026.

GIANCARLO GHELERE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:00B46FF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 004/2026-PMI

CONTRATO Nº. 008/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **NORTE AGRO SERVIÇOS AGROPECUARIOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 26.342.294/0001-23.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de projetos de engenharia para o Município de Ivatuba/PR, conforme Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Ambiental e Agronômica para a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.**
FISCAL DESIGNADO: **Nathalia Santos Castro Maia, lotada na Gerência de Fiscalização de Obras.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1.1	mensal	12	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de Consultoria e Assessoria Ambiental e Agronômica, com orientações técnicas e acompanhamento e análise de planos e projetos nas respectivas áreas, acompanhamento externo de reuniões junto ao IAT (Instituto Água e Terra) e Ministério Público. Vistorias in loco nas áreas rurais e urbanas nos dias disponíveis no município, elaboração de pareceres técnicos, orientação técnica para o Setor Jurídico na elaboração de Ofícios e respostas a processos ambientais e pedidos de licenças ambientais gerais. Deverá ser disponibilizado profissional técnico habilitado para presença in loco de 16 horas semanais e 04 horas através de videoconferência, ligações telefônicas, WhatsApp, e-mails e outros meios eletrônicos disponíveis em qualquer dia da semana em horário comercial, tendo em vista o surgimento de necessidades e urgências, deslocamentos para atendimento externo ao IAT e MP, entre outros que se fizerem necessário a representação do profissional.	6.490,00	77.880,00

VALOR: **R$ 77.880,00 (setenta e sete mil oitocentos e oitenta reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **04 de fevereiro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **04 de fevereiro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 04 de fevereiro de 2026

GIANCARLO GHELERE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:556A1B42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº. 004/2026-PMI

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 004/2026-PMI, que tem por objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de projetos de engenharia para o Município de Ivatuba/PR, conforme Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Ambiental e Agronômica para a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor de NORTE AGRO SERVIÇOS AGROPECUARIOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 26.342.294/0001-2**,** no valor total de R$ 77.880,00 (setenta e sete mil oitocentos e oitenta reais).

Ivatuba - Pr, 04 de fevereiro de 2026

GIANCARLO GHELERE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:5DBFD242

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 04.823.494/0001-65, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Adesão ao CISPAR (Consórcio Intermunicipal de Saneamento), conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 006/2026-PMI, no valor de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Ivatuba/Pr, 05 de fevereiro de 2026.

GIANCARLO GHELERE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:9D4D9C0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
CONTRATO DE RATEIO ENTRE O MUNICIPIO DE JAGUAPITÃ E O CIEDEPAR

NÚMERO: 040/2026

MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR
VIGÊNCIA: 01/01/2026 a 31/12/2026
VALOR: R$ 39.993,59 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos),
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
08.010.12.122.0011.2.209 – Participação no CIEDEPAR

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	Valor (R$)	Fonte
3.1.71.70.11.00	R$ 16.663,33	1.000
3.1.71.70.13.00.	R$ 7.300,23	1.000
3.1.71.70.46.00	R$ 1.540,07	1.000
3.3.71.70.14.00	R$ 227,40	1.000
3.3.71.70.30.00	R$284,25	1.000
3.3.71.70.33.00	R$ 341,10	1.000
3.3.71.70.35.00	R$ 0,95	1.000
3.3.71.70.36.00	R$ 659,46	1.000
3.3.71.70.37.00	R$9,48	1.000
3.3.71.70.39.00	R$12.670,43	1.000
3.3.71.70.47.00	R$ 66,33	1.000
4.4.71.70.51.00	R$ 37,90	1.000
4.4.71.70.52.00	R$ 192,66	1.000
Total do rateio	R$39.993,59	1.000

Data: 05/02/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Margarete Gabriel de Oliveira
Código Identificador:89D83EEB

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 016/2026

SÚMULA: DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ em razão do falecimento do Sr. DÁRIO GUZZI, pai da vereadora Scheila Moreli Guzzi.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. **DÁRIO GUZZI**, pai da vereadora Scheila Moreli Guzzi;

CONSIDERANDO que o velório ocorrerá no horário das 08h00 às 15h00, do dia 05/02/2026, nesta cidade, e que o sepultamento será às 15h00,

D E C R E T A:

Art. 1º – LUTO OFICIAL no Município de Jaguapitã, no dia 05/02/2026, em decorrência do falecimento do Sr. **DÁRIO GUZZI**, pai da **vereadora Scheila Moreli Guzzi**.

Art. 2º - O expediente da sede da Prefeitura no dia **05/02/2026, encerrará às 12h00.**

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de 05/02/2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 05 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:75ED3F4A

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO. EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.° 010/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADO: SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 78.262.102/0001-72

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR: R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

DATA: 05/02/2026

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:F1701F52

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 055/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

EXONERAR a Sra. FERNANDA APARECIDA RODRIGUES FERREIRA, portadora do CPF nº ***.641.749-**, do cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, a pedido conforme Protocolo Nº 455/2026, a partir de **04/02/2026**.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 05 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:BC0929C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

ADMINISTRAÇÃO
DECCRETO 262-2026

DECRETO Nº 262/2026

Dispõe sobre a atualização do endereço de funcionamento e a correção do nome fantasia do Município de Jardim Olinda, inscrito no CNPJ sob nº 76.970.383/0001-92, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizados os dados cadastrais do Município e de suas unidades perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, administrado pela Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO que a alteração de endereço e a correção do nome fantasia demandam atualização cadastral por meio do Documento Básico de Entrada – DBE, no âmbito da REDESIM;

CONSIDERANDO que o nome fantasia possui natureza meramente identificadora, não se confundindo com a denominação oficial do ente federativo;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização do nome fantasia e do endereço utilizados em documentos oficiais, sistemas administrativos, correspondências institucionais e registros cadastrais;

DECRETA:

Art. 1º – Da atualização do endereço
Fica atualizado o endereço de funcionamento da sede administrativa do Município de Jardim Olinda, inscrito no CNPJ sob nº 76.970.383/0001-92, passando a constar como endereço oficial:
Avenida Siqueira Campos, nº 83, Centro, CEP 87.690-030, Jardim Olinda – Paraná.

Parágrafo único. O endereço anteriormente cadastrado para fins de controle administrativo era:
Avenida Siqueira Campos, nº 1.000, Centro, CEP 87.690-000, Jardim Olinda – Paraná.

Art. 2º – Da correção do nome fantasia
Fica corrigido o nome fantasia do Município de Jardim Olinda, para fins cadastrais, administrativos e institucionais, passando a adotar a seguinte identificação:

• Nome fantasia anterior: PREFEIUTRA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
• Nome fantasia corrigido: PREFEITURA DE JARDIM OLINDA

Parágrafo único. A presente correção não altera a denominação oficial do ente federativo, sua natureza jurídica, competências constitucionais, estrutura administrativa ou regime jurídico aplicável, limitando-se à atualização cadastral e identificadora.

Art. 3º – Das providências administrativas
Compete aos setores responsáveis pela administração, contabilidade e cadastro municipal:
I – providenciar a atualização do endereço e do nome fantasia junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, mediante os procedimentos da REDESIM, com a emissão do respectivo DBE;
II – promover a atualização dos dados nos sistemas internos, cadastros municipais, documentos oficiais e registros administrativos;
III – comunicar, quando necessário, as instituições financeiras, órgãos de controle e demais entidades relacionadas.

Art. 4º – Da vigência
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos a partir de 05 de fevereiro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:B9DE494B

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
PORTARIA Nº 006/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a **Sra. Valdiceia da Silva,** servidora da Câmara Municipal de Jardim Olinda, ocupante do Cargo de provimento efetivo de **Contadora**, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardim Olinda, 20 (vinte) dias de Férias referentes ao período aquisitivo de 27/01/2025 a 26/01/2026 a serem concedidas na data de 09/02/2026 a 28/02/2026, e 10 (dez) dias convertidos em dinheiro nos termos do Art. 111 do estatuto do funcionário público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, publicado no Edital da Câmara Municipal e no Órgão de Imprensa Oficial do Município.

Registra-se.

Publica-se.

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jardim Olinda, 03 de fevereiro de 2.026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:45F12D85

CONTABILIDADE
DECRETO 258/2026

Decreto nº 258/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 53.500,28 (cinqüenta e três mil quinhentos reais e vinte e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.361.0403.2.088. FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL
689 - 3.1.90.11.00.00 10102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 25.241,84
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.361.0403.2.088. FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL
691 - 3.1.91.13.00.00 10102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 3.089,99
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.361.0403.2.088. FUNDEB – ENSINO FUNDAMENTAL
692 - 3.3.90.08.00.00 10102 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO 67,54
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0403.2.086. FUNDEB – CRECHE
693 - 3.1.90.11.00.00 10102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 22.330,52
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0403.2.086. FUNDEB – CRECHE
694 - 3.1.90.13.00.00 10102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 424,11
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0403.2.086. FUNDEB – CRECHE
695 - 3.1.91.13.00.00 10102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.346,28
Total Suplementação: 0,00

Artigo 2 º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação ;
Receita: 1.7.5.1.50.02.00.00000000 Fonte: 10000 53.500,28

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:D4A11943

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°17/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 17/2026 – De 03/02/2026 .
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Deyse Graziela Campos Beck	Pscicológa	Tomazina	03/02/2026	Acompanhamento pscicossocial de criança acolhida na casa Lar CISLAR de Tomazina como medida de proteção do ECA determinado pelo Juizo da Vara da infância e Juventude de Ribeirão do Pinhal/PR - Processo 0001695-47.2025.8.16.0145. Processo 0001258-79.2020.8.160145.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 03 de Fevereiro de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:95E46418

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°18/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº18/2026 - De 01/02/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Robson Mariano Lopes	Motorista	Capanema	01/02/2026	Levar atleta de alto rendimento no clube.	R$ 130,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,03 de Fevereiro de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:63B954B1

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°19/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº19/2026 - De 01/02/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Alexandre Negreiros Alves Lima	Motorista	Siqueira Campos	01/02/2026	Levar grupo de idosos no Baile da Terceira Idade.	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,03 de Fevereiro de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:E460EF5E

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°20/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº20/2026 - De 03/02/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Carlos Rodolfo da Silva	Motorista	Cornelio Procopio	03/02/2026	Buscar pó de Pedra.	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,04 deFevereiro de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:22E8FDC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº 36, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Convoca Audiência Pública para Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2025 do Município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 1424 de 09/10/1998, Lei Municipal nº. 3731 de 05/08/2020, regido pela Lei Municipal n° 4489 de 10/12/2025.
• Considerando o Artigo 3° inciso IX da Lei Municipal n° 3731, de 05 de Agosto de 2020;

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 05/02/2026, em reunião extraordinária;

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar Audiência Pública para Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2025 do Município de Lapa / PR, que realizar-se-á no dia 24 de Fevereiro de 2026, às 09h30m, no Auditório do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, situado à Rua Octávio José Kuss, nº. 383, Lapa/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 05 de Fevereiro de 2026.

ANGELA KRAINSKI DALLABONA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8E7E632B

GABINETE
DECRETO N° 29400, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 22, C.I.s 01 e 02, de 05/01/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 581.722,95 (Quinhentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Vinte e Dois Reais e Noventa e Cinco Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.05 Departamento de Transporte	
26.782.0010.2042 Adquirir Veículos	
1910: 4.4.90.52.00.394 – Equipamentos e material permanente	R$ 81.722,95
11.07 Departamento de Pavimentação	
15.451.0011.1002 Pavimentar e Recapear Ruas	
1911: 4.4.90.51.00.00.367 – Obras e instalações	R$ 500.000,00
TOTAL.....	**R$ 581.722,95**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 367, conta nº 42.318-1	R$ 500.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 394, conta nº 574208678-0	R$ 81.722,95
TOTAL.....	**R$ 581.722,95**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de Fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0C29B4D7

GABINETE
DECRETO N° 29401, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Operação de Crédito, devidamente autorizado pela Lei nº 4501, de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 22, de 05/01/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 292.639,48 (Duzentos e Noventa e Dois Mil, Seiscentos e Trinta e Nove Reais e Quarenta e Oito Centavos), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
09.07 Departamento de Pavimentação	
15.451.0011.1045 Operação de Crédito - Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana(Carta Consulta n° 944.2.3010/2017	
1660: 4.4.90.51.00.00.637 – Obras e instalações	R$ 292.639,48
TOTAL.....	**R$ 292.639,48**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizadas a:

Operação de Crédito da fonte 637, conta nº 575256255-0.....	R$ 292.639,48
TOTAL.....	**R$ 292.639,48**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de Fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BD4ECEEC

GABINETE
DECRETO N° 29404, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Demite, o(a) servidor(a) MARILDA DO ROCIO MEIRA HEIMOSKI.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

• Considerando o PD 2101/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o término de seu contrato de trabalho,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica DEMITIDO (A), em razão do término de seu contrato de trabalho, a partir de 04.02.2026, como dia trabalhado, o(a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

MARILDA DO ROCIO MEIRA HEIMOSKI
RG: 35656260/PR
CPF: 586.741.019-68

TECNICO DE ENFERMAGEM
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:60E15495

GABINETE
DECRETO N° 29405, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Demite, o(a) servidor(a) MARILENE APARECIDA MARQUES GOIS.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

• Considerando o PD 2101/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o término de seu contrato de trabalho,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica DEMITIDO (A), em razão do término de seu contrato de trabalho, a partir de 04.02.2026, como dia trabalhado, o(a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

MARILENE APARECIDA MARQUES GOIS
RG: 58580120/PR
CPF: 015.381.569-89
TECNICO DE ENFERMAGEM
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F546FD5C

GABINETE
DECRETO N° 29406, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Demite, o(a) servidor(a) CLAUDINEA DO ROSARIO ALVES RODRIGUES.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

• Considerando o PD 2101/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o término de seu contrato de trabalho,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica DEMITIDO (A), em razão do término de seu contrato de trabalho, a partir de 08.02.2026, como dia trabalhado, o(a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

CLAUDINEA DO ROSARIO ALVES RODRIGUES
RG: 7688689-0/PR
CPF: 028.927.329-30
TECNICO DE ENFERMAGEM
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:423054C8

GABINETE
DECRETO N° 29407, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) NATALIE MACHADO FIGURA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 2044/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 02.02.2026, como dia trabalhado, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

NATALIE MACHADO FIGURA
RG: 13360778-1/PR
CPF: 096.904.029-60
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DB5E3881

GABINETE
DECRETO N° 29408, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) MARIANA BORLOT CARREIRO.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 2030/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 01.02.2026, como dia trabalhado, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

MARIANA BORLOT CARREIRO
RG: 16068734-7/PR
CPF: 120.907.927-52
PROFESSOR
GRUPO OCUPACIONAL MAGISTERIO
CLASSE C
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D699D408

GABINETE
DECRETO N° 29409, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) DEISI CRISTIANE ROCHA GRANDE.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 2277/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 03.02.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

DEISI CRISTIANE ROCHA GRANDE
RG: 8864337-2/PR
CPF: 059.535.589-70
PROFESSOR
GRUPO OCUPACIONAL MAGISTERIO
CLASSE C
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DDF6DEB5

GABINETE
DECRETO Nº 29402, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Nomeia a partir de 10.02.2026, para provimento do cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, o(a) servidor(a) GILMAR SANTOS DE ABREU.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 4337, de 04.02.25,

• Considerando o Processo Digital nº 2624/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO(A), a partir de 10.02.2026, para exercer o Cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, o(a) Senhor(a):

GILMAR SANTOS DE ABREU
RG: 8.676.597-7/PR
CPF: 037.848.549-07
CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE
SÍMBOLO: CC-11
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:84792B47

GABINETE
DECRETO Nº 29403, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Nomeia KAROLINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do

concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 25543/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 10.02.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL, abaixo relacionado(a):

KAROLINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
RG: 13.971.021-5
CPF: 126.951.329-05
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO
CLASSE A
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Fevereiro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1EEDD6C6

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUALDE DIÁRIAS Nº04

DADOSDOSERVIDOR					
Nome: José Carlos Campos do Nascimento					Matrícula 82372
Cargo: Médico Veterinário			CPF 932.685.212-15		RG 5.53782-7
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal			Conta Corrente Poupança3190 000753396549-4		Banco/ Nº Agência Caixa Economica /3190
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 3855					
Destino(Dist. Aprox.)Curitiba			Período **12/12/2025**	a	**12/12/2025**
Hora de Saída9:00			Hora de Retorno 15:00		
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	AéreoOutros		----------
Valor Diária(s)(R$)40,00			Total a Receber(R$)40,00		
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 3855 de 12/12/2025. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento emergencial no HPET.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito a autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 26/01/ 2026 DataAssinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 26/01/ 2026 DataSecretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... Data					

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:40D0F351

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PORTARIA Nº 02 DE 02 FEVEREIRO DE 2026

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nomeado pelo Decreto nº 28.510/2025, de 25/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017 e Decreto nº 28.455/2025 de 12/02/2025. RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 2368/2026, de 02/02/2026;

(II) Considerando o (s) artigo o (s) artigo (s) de nº (s) 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º – REVOGAR, a partir de 02/02/2026, item da Portaria nº 01/2025, de 19/02/2025, que concedeu função gratificada (Assessoria Técnica de Desenvolvimento Turístico) ao (a) servidor(a) abaixo especificado(a).

NOME: MARIA GENOVEVA PORTES LEKE MACIEL
CIRG Nº: 6830419-9
MATRÍCULA: 8992-01
CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO
GRUPO OCUPACIONAL:
CLASSE: REFERÊNCIA:
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE TURISMO

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2026.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:739B99C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PORTARIA Nº 03 DE 02 FEVEREIRO DE 2026

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nomeado pelo Decreto nº 28.510/2025, de 25/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017 e Decreto nº 28.455/2025 de 12/02/2025. RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 2368/2026, de 02/02/2026;

(II) Considerando o (s) artigo o (s) artigo (s) de nº (s) 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 02/02/2026, item da Portaria nº 01/2025, de 19/02/2025, que concedeu função gratificada (Coordenação de Turismo – FG-04) ao (a) servidor(a) abaixo especificado(a).

NOME: MARIA GENOVEVA PORTES LEKE MACIEL

CIRG Nº: 6830419-9
Matrícula: 8992-01
CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO
GRUPO OCUPACIONAL:
CLASSE: REFERÊNCIA:
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE TURISMO

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2026.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 02 de Fevereiro de 2026.

_____
João Carlos Leonardi Filho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:441CFE3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PORTARIA Nº 04 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nomeado pelo Decreto nº 28.510/2025, de 25/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017 e Decreto nº 28.455/2025 de 12/02/2025. RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 9137/2025, de 11/04/2025;

(II) Considerando o (s) artigo o (s) artigo (s) de nº (s) 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 02/02/2026, a função gratificada (Seção de Eventos Turísticos - FG-01.) ao(a) servidor(a) abaixo especificado(a).

NOME: LEÔNIDAS DE DEUS BUENO
CIRG Nº: 1616402-0
MATRÍCULA: 10812
CARGO: ATENDENTE DE MUSEUS
GRUPO OCUPACIONAL:
CLASSE: REFERÊNCIA:
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE TURISMO

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2026.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C2A0B56F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PORTARIA Nº 05 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nomeado pelo Decreto nº 28.510/2025, de 25/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017 e Decreto nº 28.455/2025 de 12/02/2025. RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 2371/2026, de 02/02/2026;

(II) Considerando o (s) artigo o (s) artigo (s) de nº (s) 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 02/02/2026, a função gratificada (Seção de Projetos Turísticos - FG-01.) ao (a) servidor(a) abaixo especificado(a).

NOME: EDUARDO HOFFMANN FLORES
CIRG Nº: 10781260-1
MATRÍCULA: 9889
CARGO: ATENDENTE DE MUSEUS
GRUPO OCUPACIONAL:
CLASSE: REFERÊNCIA:
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE TURISMO

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2026.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:ADD65B9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2026

AVISO
PREGÃO ELETRONICO nº 04/2026
Procedimento Licitatório nº. 15/2026
O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE – INTERIOR DO MUNICÍPIO DE LARANJAL – PR.**
DATA DE ABERTURA: 25 de fevereiro de 2026, as 09:00 horas.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor global
VALOR GLOBAL: **R$ 90.960,57 (noventa mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos).**
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

Laranjal, 05 de fevereiro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:0CA4DE31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 100/2026

Portaria N°100/2026

SUMULA: Nomeia servidor para o cargo em Comissão e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve

Art. 1º -Nomear o servidor, JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA BORGES, para Cargo de Chefe de Seção Urbanismo.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entrara em na data de 05 de fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 05 do mês de fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:E790D846

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 101/2026

Portaria N° 101/2026

SUMULA: Nomeia servidor para o cargo em comissão

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve

Art. 1º - Nomear o servidor VALDOMIRO MENDES, para o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Ponte e Bueiros.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entrara em vigor na data de 05 de fevereiro de 2026

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 05 do mês de Fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:98949866

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 102/2026

PORTARIA Nº 102/2026

SÚMULA: Nomeia servidora para Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **VANESSA DA SILVA DO VALE**, matrícula nº **287015**, para exercer o cargo **em Comissão de Chefe de Seção – Saúde**, junto à Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, a partir de **05 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de **sua publicação**.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em **05 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:49833C2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 103/2026

PORTARIA N°103/2026

SUMULA: Exonera servidora de cargo em Comissão e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Exonerar

Art. 1º - Fica exonerada, servidora VALDENICE LEMOS, ocupante do cargo em comissão de Diretor Dpto Merenda Escolar, Matricula de nº 286980.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 05 de fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 05 dias do mês de Fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:B8B004CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 104/2026

SÚMULA: Exonera servidor ocupante de cargo em comissão e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Laranjal**, Estado do Paraná, **Maycon Lopes Simioni**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **EDEMAR FRANCISCO VELOSO**, matrícula nº **286994**, do cargo em comissão **010031 – Diretor do Departamento de Esportes**, da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, a partir de **05 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, em **05 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:80F37D7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 105/2026

PORTARIA Nº 105/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para o cargo de Agente Político – Secretário Municipal de Transportes e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. **RODRIGO DA ROCHA** para exercer o cargo de **Agente Político – Secretário Municipal de Transportes**, da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, a partir de **05 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, em **05 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:E0A301AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 99/2026

Portaria N°99/2026

SUMULA: Nomeia servidor para o cargo em Comissão e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve

Art. 1º -Nomear a servidora, LINDAURA APARECIDA VELOSO RIBEIRO, para Cargo de Chefe de Seção Saúde.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entrara em na data de 05 de fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 05 do mês de fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:D9E778A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 04/2026
Dispensa de Licitação Nº 04/2025
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA (00.661.865/0001-07)
Contratada: PANASSI & PANASSI LTDA (CNPJ nº 01.025.080/0001-00).
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para copa e cozinha, objetivando a manutenção das atividades da Câmara Municipal de Loanda/PR durante o exercício financeiro de 2026.
Valor total: R$ 7.489,89 (sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais oitenta e nove centavos)
Vigência: 05/02/2026 a 05/02/2027, podendo ser prorrogado até o prazo decenal do art. 107 da Lei n° 14133/21.
Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:5E6E016C

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 05/2026
Dispensa de Licitação Nº 04/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA (00.661.865/0001-07)
Contratada: D.CAMP ALIMENTOS LTDA (CNPJ nº 60.496.699/0001-54)
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para copa e cozinha, objetivando a manutenção das atividades da Câmara Municipal de Loanda/PR durante o exercício financeiro de 2026.
Valor total: R$ 10.306,71 (dez mil, trezentos e seis reais e setenta e um centavos)
Vigência: 05/02/2026 a 05/02/2027, podendo ser prorrogado até o prazo decenal do art. 107 da Lei n° 14133/21.
Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:B18683E5

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 023.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 23/2026 de 27/01/2026

Ementa**:** Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 445.920,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
1812 - 3.3.90.93.00.00	31922	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.600,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
1813 - 3.3.90.93.00.00	31947	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.820,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.006.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
03.006.04.122.0002.2.081.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
207 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
05.001.04.122.0008.2.123.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEIC	
235 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.071.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA	
590 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.071.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA	
598 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
647 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00

		TRABALHISTAS	
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.137.		GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	
807 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1052 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1147 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1426 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	80.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO-SELT	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS	
11.001.27.812.0011.1.089.		CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESPORTIVA COBERTA	
1489 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	246.000,00
		Total Suplementação:	**445.920,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
76 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	25.420,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.072.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
549 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.06.182.0031.1.078.		INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO	
673 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
718 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	46.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1183 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1331 - 3.3.90.34.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO-SELT	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS	
11.001.27.812.0011.1.075.		EXPANSÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER	
1486 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
		Total Redução:	**445.920,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 27 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:F6380514

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026-PML
PROCESSO Nº. 13/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de 01 (um) veículo do tipo Caminhão Caçamba Basculante, 6x4, zero km, através do Convênio nº 1034/2025 SEAB, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente Edital.

ABERTURA: às 09:00 do dia 25 de fevereiro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 924.333,30 (novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F5D4EE65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº002/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2026 – PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n° 038/2025-PML

PARTES: Município de Loanda e a empresa Paraná Equipamentos S/A

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de 01 (uma) Motoniveladora, através da adesão da Ata de Registro de Preços nº 003/2025, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 008/2025 referente ao Consorcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade das Bacias do Rio Xambrê e Piquiri – CIBAX, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, do Município de Loanda, Estado do Paraná.

VALOR CONTRATUAL: O valor total da contratação é de R$ 1.145.000,00 (um milhão e cento e quarenta e cinco mil reais), conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	QTD.	VALOR UNT.	VALOR MÁX.
1	MOTONIVELADORA NOVA. ZERO HORA. TIPO A. PESO OPERACIONAL DE NO MINIMO 17.000 KGS. CIB10101 CATERPILLAR 140GC	1	R$ 1.145.000,00	R$ 1.145.000,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após assinatura do contrato emitido pelo Município. O maquinário deverá ser entregue no prazo e local abaixo indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a

entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, em 15 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

MARCELO CARVALHO GRADE
Paraná Equipamentos S/A

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:ED304BF0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 091/2026

PORTARIA Nº.091/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora ROSELY MIOSHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de DENTISTA, matrícula n° 958771, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 04/02/2026 a 19/02/2026, devendo realizar nova perícia em 20/02/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:56E08FF2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 092/2026

PORTARIA Nº. 092/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder o servidor HÉLIO RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo OPERÁRIO matrícula n° 39131 auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 02/02/2026 a 01/08/2026, devendo realizar nova perícia em 02/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:9D771807

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 093/2026

PORTARIA Nº. 093/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Exonerar da FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DA DIVISÃO DA AGRICULTURA – SICA, constante da Lei Complementar nº. 022/2011 de 30/12/2011, a servidora CAMILA PELISSON SORGE MUNHOZ, matrícula n° 967039, ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, com efeitos retroativos a 01/02/02026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:811E8F9F

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COMUNICADO Nº 002

COMUNICADO
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, comunica às empresas participantes do Pregão Eletrônico nº 112/2025 - PML, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, que dia 06 de FEVEREIRO de 2026 (SEXTA-FEIRA), às 11:00 horas, faremos na Secretaria Municipal de Educação a análise das amostras encaminhada pelas respectivas empresas.

Loanda, 05 de fevereiro de 2026.

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:F2162669

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 024/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026, FICA EXONERADO, A PEDIDO, A PARTIR DE 01/02/2026, O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUILHERME VIEIRA GONÇALVES

DECRETO N.º 024/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o requerimento do servidor Guilherme Vieira Gonçalves, datado em 05/02/2026;

DECRETA

Art. 1º - Fica Exonerado, a pedido, a partir de 01/02/2026, o servidor público municipal Guilherme Vieira Gonçalves, portador do RG nº. *.604.***-7 e CPF nº. ***.216.609-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista, com carga horária semanal de 40 horas, nomeado em 24/05/2012, através do Decreto n.º 075/2012 de 23/05/2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:DC626718

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede administrativa na Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, no Município de Lobato, Estado do Paraná, CEP 86790-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. **MILTON KASUYUKI INOUE.**

CONTRATADA PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76.527.951/0001-85, com sede na Rodovia Br-116, n° 11.807, KM 100, Hauer, Curitiba/PR, Estado do Paraná, CEP 81.690-100.
OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA 4X4, TIPO A, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.500KG E MÁXIMO DE 7.900KG, SOB O CIB Nº 10108, MARCA/MODELO CATERPILLAR 416, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 567/2025 – SEAB, decorrente do Processo Administrativo de Adesão nº 104/2025; Edital nº 15/2025; Pregão Eletrônico nº 08/2025; Ata de Registro de Preços nº 03/2025, devidamente autorizado pelo Consórcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade das Bacias dos Rios Xambrê e Piquiri – CIBAX, na condição de Órgão Gerenciador, bem como a aceitação apresentada pela Contratada, na condição de fornecedora.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos na dotação abaixo discriminada:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
513	15.001	Aquisição de Equipamento Agrícolas	15.001.20.608.0010.2119.4.4.90.52.00 / 00501.00501.04.99.00.00.2.755.0000 - - Receitas de Alienações de Ativos
513	15.001	Aquisição de Equipamento Agrícolas	15.001.20.608.0010.2119.4.4.90.52.00 / 01950.01005.03.99.01.01.1.701.0000 - Convênio n. 567/2025 Sec. Est. Agricultura c/c 15673-6

VALOR TOTAL: R$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/02/2026 até 05/02/2027.

Lobato/PR, 05 de fevereiro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal, Em Exercício

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:479B7048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITAMENTO UNILATERAL AO CONTRATO N. º 79/2025. DISPENSA ELETRÔNICO N° 27/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, **PODER EXECUTIVO**, com sede administrativa à Rua Antônio Coletto, nº 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.

CONTRATADA: OBJETO DO ADITAMENTO: EMPORIO DAS LICITAÇÕES COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob nº **41.087.715/0001-00**, com sede na AV. Jacob Macanhan, n° 481, Bairro: Centro, Cidade: Pinhais, Estado: Paraná, CEP 14.025-040.

Objeto do Aditivo: Acréscimo quantitativo ao objeto do contrato, correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, visando à adequação da execução contratual às necessidades da Administração, conforme especificações constantes no processo administrativo.
Valor do Acréscimo R$= 1.699,00 (um mil seiscentos e noventa e reais).
Valor Total Atualizado do Contrato: R$ = 8.495,00 (oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Fundamentação legal: artigos 124, I, "b" e 125, da Lei 14.133/21.

Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

Lobato/PR., aos 05/02/2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:4F793C94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 070/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026, CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 12% INCIDENTE SOBRE O VENCIMENTO BASE, PELA DOCÊNCIA EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE APARECIDA CABERLIN PALHARES DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 070/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, Inciso II, § 2º, da Lei nº. 1.170/2011 de 08/11/2011;

CONSIDERANDO o Ofício nº. 016/2026 de 05/02/2026 da Escola Municipal Elias Abrahão – Ensino Fundamental e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 05/02/2026

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **Gratificação de 12%** incidente sobre o vencimento base, pela **Docência em Sala de Recursos Multifuncional** à servidora pública municipal **Eliane Aparecida Caberlin Palhares dos Santos**, portadora do RG nº. 4.***.192-* e CPF nº. 774.***.639-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária semanal de 20 horas, lotada na Escola Municipal Elias Abrahão - Ensino Fundamental, no horário matutino.

Art. 2º - A gratificação concedida vigorará pelo período compreendido entre **05/02/2026 a 18/12/2026**.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **05/02/2026**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:006BC318

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 071/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026, CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 12% INCIDENTE SOBRE O VENCIMENTO BASE, PELA DOCÊNCIA EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE APARECIDA MARION PIOVESAN

PORTARIA Nº. 071/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, Inciso II, § 2º, da Lei nº. 1.170/2011 de 08/11/2011;

CONSIDERANDO o Ofício nº. 017/2026 de 05/02/2026 da Escola Municipal Elias Abrahão – Ensino Fundamental e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 05/02/2026

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **Gratificação de 12%** incidente sobre o vencimento base, pela **Docência em Sala de Recursos Multifuncional** à servidora pública municipal **Elaine Aparecida Marion Piovesan**, portadora do RG nº. 6.***.755-* e CPF nº. 032.***.579-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária semanal de 20 horas, matrícula 201402, lotada na Escola Municipal Elias Abrahão - Ensino Fundamental, no horário vespertino.

Art. 2º - A gratificação concedida vigorará pelo período compreendido entre **05/02/2026 a 18/12/2026**.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **05/02/2026**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:7BC56D4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 3/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº 2/2026 fundamentada no Art. 86, § 2º, da Lei Federal n° 14.133/21 de 01 de abril de 2021;
RATIFICO e autorizo em consequência, a proceder-se à contratação direta nos seguintes termos:
CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76.527.951/0001-85, com sede na Rodovia Br-116, n° 11.807, KM 100, Hauer, Curitiba/PR, Estado do Paraná, CEP 81.690-100.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA 4X4, TIPO A, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.500KG E MÁXIMO DE 7.900KG, SOB O CIB Nº 10108, MARCA/MODELO CATERPILLAR 416, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 567/2025 – SEAB, decorrente do Processo Administrativo de Adesão nº 104/2025; Edital nº 15/2025; Pregão Eletrônico nº 08/2025; Ata de Registro de Preços nº 03/2025, devidamente autorizado pelo Consórcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade das Bacias dos Rios Xambrê e Piquiri – CIBAX, na condição de Órgão Gerenciador, bem como a aceitação apresentada pela Contratada, na condição de fornecedora**.**

VALOR TOTAL: R$ 465.000,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil reais)

Cumpra-se. E publique-se.
Lobato/PR, 05 de fevereiro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:30D7B68F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 09

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela nona seleção do Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 54/2025, devidamente publicado em 12/12/2025.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
RENATA APARECIDA DE SOUZA	42	17/10/1987	51º
JANAINA CARDOSO FUNARI	42	02/09/1994	52º
DANIELA BERNARDINO JUVENCIO	42	05/08/1998	53º
VITÓRIA LIBERATO SILVA	42	18/08/1999	54º
ADRIANA DE MORAES	41	10/02/1984	55º
MARISTHELA SILVA MORIMOTO	41	19/02/1985	56º
DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	41	02/06/1991	57º
FABIANA BATISTA BARBOSA	40	08/08/1981	58º
EDILENE DOS SANTOS	40	01/02/1988	59º
ROSA SOUZA SANTOS DA SILVA	39	01/11/1967	60º
DEISE LIRIANE DA CONCEIÇÃO	38	27/05/1993	61º
LUANA APARECIDA SILVA DA CRUZ	38	07/05/1997	62º

Os candidatos acima relacionados foram selecionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT e já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento, nos termos da comunicação previamente realizada, será considerado desistência, não cabendo recursos administrativos.

.

Lupionópolis, 05 de fevereiro de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:D8A68DDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
15º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Licitação Nº 04/2025 – Pregão Eletrônico Nº 02/2025. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR. CONTRATADA: CRESPO & CIA LTDA (CNPJ nº 75.466.755/0001-85).
OBJETO DO CONTRATO: Registro de preços para aquisição de combustível para abastecer a frota de veículos e máquinas do Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, visando garantir a continuidade do fornecimento de combustíveis até a conclusão de novo processo licitatório.
VIGÊNCIA:
Início: 06 de fevereiro de 2026.
Término: 07 de maio de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 104, § 2º, da Lei nº 14.133/21 e justificativa do Setor de Licitação face à inviabilidade de tempo hábil para novo certame antes do vencimento original.
DATA DE ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:7684F04E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026
O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 11 de FEVEREIRO de 2026, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS, SEIS UNIDADES DE MÁQUINAS ROÇADEIRAS, PARA REALIZAÇÃO DAS DEMANDAS NECESSÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.
.O Edital completo, estará à disposição dos interessados no Portal de transparência do município, disponível também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/ Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100, no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 05 de FEVEREIRO de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:187307CE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PE N° 07/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026
A Pregoeira Rafaela de Souza Menezes, designada pela portaria 08/2026, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Eletrônico 07/2026, que tem como objeto**:** A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ARENA, CAMAROTES, PALCO, ILUMINAÇÃO DE ARENA, SOM PROFISSIONAL, TENDAS, TELÕES DE LED, E OUTROS EQUIPAMENTOS SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO À REALIZAÇÃO DE EVENTO DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS É JUSTIFICADA EM RAZÃO DO CALENDÁRIO OFICIAL MUNICIPAL, QUE CONTEMPLA O EVENTO FESTA DO PEÃO DE RODEIO O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS-PR, NOS DIAS 05 A 08 DE MARÇO DE 2026. E alterar a data de realização do mesmo para o **dia 20 de fevereiro de 2026 às 09 horas**. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma Bolsa de Licitações BLL, disponível também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/ Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: pmllicitacao@uol.com.br no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBERIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauan Romão Gonçalves
Código Identificador:DCF34FD5

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO AO TERMO DE FOMENTO Nº 06/2025

Nº 01/2026

MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFANCIA DE LUPIONÓPOLIS

NOVA VIGÊNCIA: 31 DE MAIO DE 2026.

FINALIDADE: MANUTENÇÃO DA ENTIDADE

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:EC0A2ADB

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 15/2025

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 94/2025 Processo inexigibilidade nº 15/2025, a qual tem como objeto: CREDENCIAMENTO COMPLEMENTAR DE PESSOAS JURÍDICAS QUE SEJAM PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, POR MEIO DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE: CIRURGIÃO ODONTOLÓGICO, GERIATRIA, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA E PEDIATRIA., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 03/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa :

BM2 ODONTOLOGIA LTDA , no valor total de R$ 58.389,12 (cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e doze centavos).

Lupionópolis-Pr, 05/02/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:81371C7D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 15/2025

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 94/2025 Processo inexigibilidade nº 15/2025, a qual tem como objeto: CREDENCIAMENTO COMPLEMENTAR DE PESSOAS JURÍDICAS QUE SEJAM PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, POR MEIO DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE: CIRURGIÃO ODONTOLÓGICO, GERIATRIA, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA E PEDIATRIA., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 03/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa :

BM2 ODONTOLOGIA LTDA , no valor total de R$ 58.389,12 (cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e doze centavos).

Lupionópolis-Pr, 05/02/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:AAF7D2ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N.°06/2026

DATA DE ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor PEDRO KOWALCZYK.
CONTRATADO: CLÁUDIA CRISTIANE CHUSTER PRZYBYSZ, CPF: 031.119.969-05, domiciliada à Rua 7 de setembro, n° 114, Centro, na cidade de Mallet, Estado do Paraná .

OBJETO: Este Termo de Contrato tem como objeto a locação de imóvel urbano, situado à Rua Santos Dumont, nº 711, centro, Mallet - PR, para o funcionamento da Casa Lar de Mallet.

VALOR: O valor do aluguel mensal é de R$ 4.000 (quatro mil reais), perfazendo o valor total de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)..

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 08 de fevereiro de 2026 e encerramento em 08 de fevereiro de 2027.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:827EC66E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 068/2026.

DECRETO N.º 068/2026.

Súmula: Dispõe sobre a contratação de Funcionário Público, por prazo determinado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet e nos termos da Lei Municipal nº 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas);

Considerando o processo Cloud sob nº 1084.003.00203.000000197;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica contratada, **ELISÂNGELA ALVES GONÇALVES**, RG nº 15.***.***-7/PR, no cargo de Agente de Apoio Educacional – 40h, a partir de 06 de fevereiro de 2026, em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, homologado pelo Decreto nº 634 de 08 de setembro de 2025.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:8C40D546

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006.002/2026 – PSS 002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006.002/2026 – PSS 002/2025

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS
Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025 restou homologado pelo Decreto n° 635/2025;
Considerando o processo Cloud n° 000004554/2025.
Considerando o processo Cloud n° 00000319/2026.
Considerando o processo Cloud n° 000000397/2026.
Considerando os decretos 063/2026 e 064/2026;

TORNA PÚBLICO

I - As convocações das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 635 de 08 de setembro de 2025.**

I – PROFESSOR – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2771/2025	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	81	15°
2820/2025	ELISANGELA ALVES GONÇALVES	80,25	16°

II – O candidato deverá comparecer, até o dia **12 de fevereiro de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 002/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade

portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. Os candidatos convocados deverão entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Comprovante impresso CQC (comprovante de qualificação cadastral) – eSocial sem divergências;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;
III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:34BDD1B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 001.2026

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 001.2026
PSS 001.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
CNPJ: 75.654.566/0001-36
CONTRATADO: ELISÂNGELA ALVES GONÇALVES
RG nº 15.***.***-7/SSP-PR;
CPF n° 332.***.***-62
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação;
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 06 de fevereiro de 2026 a **06 de fevereiro de 2027**;
Processo Seletivo Simplificado 001/2025.
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL 40H,
DECRETO DE NOMEAÇÃO: 068/2026 de 05 de fevereiro de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 05 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:6823A17A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 055/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS

DECRETO Nº 055/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas a pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	ADMISSÃO	CARGO: PSS
PAULO SERGIO MARSOLA	04/02/2026	Auxiliar Administrativo - Temporario
ALESSANDRO FERNANDES SOARES	05/02/2026	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporario
CARLOS JOSE DA SILVA	06/02/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário
EDUARDO GONÇALVES COPELE	05/02/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário
MICHEL CARLOS CALIZOTTI FERREIRA	05/02/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário

NATAN LEONARDO BATISTA DA SILVA	05/02/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário
SHIRLENY PEREIRA MARTINS	05/02/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:D1ABA1CF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 057/2025 - NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DECRETO Nº 057/2025

Súmula: Nomeia servidor público municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora pública municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão:

NOME	ADMISSÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO
97152 – CAROLINY DIAS ROMANO SANTOS	01/06/2022	COORDENADOR GERAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – CC6

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:A6E0C329

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 54/2026 - DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 54/2026

Súmula: Dispõe sobre a transformação de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município de Mandaguari, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica transformado o cargo de provimento em comissão, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO ANTERIOR	CARGO DE NOMEAÇÃO	NOMEAÇÃO A PARTIR DE:
98382 FABIANO JOSE DE LIMA	03/11/2025	DIRETOR DE ARQUITETURA – CC3	ASSESSOR ESPECIAL DE PROJETOS E CONVÊNIOS – CC3	01/02/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de nomeação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:76EBEECC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 58/2026 - EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 58/2026

Súmula: Exonera servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal abaixo relacionado, pelo respectivo motivo, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
96576	GERALDO MANHOLER	Jardineiro	12/02/2020	04/02/2026	Exoneração por Aposentadoria

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8F05C550

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 038/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 038/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a

assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
17	MARIA APARECIDA CARVALHO DE SOUZA OLIVEIRA	80
18	DARA CHEREFE PINTO DE OLIVEIRA	78

Mandaguari, 05 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8680889C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 039/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 039/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 374/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 374/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 398/2024.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
03	DEBORA SILVA DE SOUZA MOURÃO	88

Mandaguari, 05 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:D928A187

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 040/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 040/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 331/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 331/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 378/2025.

ORIENTADOR SOCIAL 40 H

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
2	JOSIANE MENDES DA ROCHA	25

Mandaguari, 05 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:436314C8

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 041/2026 - ISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 041/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

MONITOR DO ENSINO INTEGRAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
08	AMANDA DE LIMA LEAL	31

Mandaguari, 05 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:A121E116

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 37/2026 - EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 RETIFICAÇÃO 10 - RESUMIDO - REPUBLICAÇÃO

EDITAL Nº 37/2026
EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025
RETIFICAÇÃO 10 - RESUMIDO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI, Estado do Paraná, realizará por meio do **Instituto OMNI**, na forma prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e regida de acordo com Legislação Municipal na Lei nº 4.220/2025 e Lei Complementar nº 4.221/2025 e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis, e alterações posteriores, torna público a **Retificação 10 do** Edital nº. 001/2025 que dispõe sobre a abertura de inscrições do **CONCURSO PÚBLICO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL COM AS SEGUINTES FASES, PROVA OBJETIVA, TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, AVALIAÇÃO MÉDICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL** visando selecionar candidatos, conforme segue:
I - ALTERA – SE NO CRONOGRAMA:

ANEXO III- CRONOGRAMA
MUNICIPIO DE MANDAGUARI- PR– CONCURSO PÚBLICO 01/2025

DATAS	EVENTOS
10/02/2026	Resultado da Avaliação Psicológica
11/02/2026 e 12/02/2026	Recurso Contra Resultado da Avaliação Psicológica e solicitação da Entrevista Devolutiva
20/02/2026	Convocação para Realização da Avaliação Médica
28/02/2026 e 01/03/2026	Realização da Avaliação Médica
03/03/2026	Resultado da Avaliação Médica
03/03/2026	Convocação para envio da documentação da Investigação Social
04/03/2026 a 06/03/2026	Prazo para envio da documentação da Investigação Social
11/03/2026	Resultado da Investigação Social
12/03/2026 a 13/03/2026	Prazo para recurso contra Resultado da Investigação Social.
17/03/2026	Divulgação do Resultado da Classificação Final e respostas dos recursos/Homologação do Concurso Público

- Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em caso da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de Mandaguari/PR em acordo com o Instituto OMNI.

II – OS DEMAIS ITENS PERMANECEM INALTERADOS.

Mandaguari, 05 de fevereiro de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita do Município de Mandaguari

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:78BD295B

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FORNECIMENTO REMOTO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONECTADO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO, ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL, COORDENAÇÃO COM A DISTRIBUIDORA DE ENERGIA LOCAL, FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS E DISPOSITIVOS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VERIFICAÇÃO DA CONEXÃO À REDE ELÉTRICA, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PÓS-INSTALAÇÃO NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO – OS DOCUMENTOS PARA FINS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DEVERÃO SER ENVIADOS, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: obras@mandaguari.pr.gov.br, **até o dia 19 de fevereiro de 2026**.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – SETOR DE LICITAÇÕES, RUA RENE TACCOLA, Nº 152 – MANDAGUARI - PR.

Mandaguari, 05 de fevereiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5BBFE5B7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026

DISPENSA Nº 3/ 2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CAROL DISTRIBUIDORA - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.654.231/0001-68, com endereço na NEY BRAGA, 440, VILA FRANCHELO, CEP: 87160-000, na cidade de Mandaguaçu/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO**, inscrito no CPF sob o nº. 960.210.989-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A OFICINA DE PÁSCOA PARA OS USUÁRIOS DO SUAS.

VALOR: 880,60.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 3 de Fevereiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO
Carol Distribuidora -EIRELI

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:1E2C3AC3

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 379/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025
PROCESSO Nº 118/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná**,** neste ato representado pela Prefeita Municipal **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n. 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas

sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa**PLENA MEDICA HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.032.903/0001-36, com endereço na SOUZA NAVES, 867, Jardim São Cristóvão, CEP: 87702-220, na cidade de PARANAVAI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **REGIANE RODRIGUES BRAGA**, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob nº 5.736.660-5 SSP/PR e CPF sob nº 856.228.269-34, têm justo e acertado o presente *Termo Aditivo a* **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 379/2025**, nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025,** bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
É do objeto do presente aditivo a substituição da marca do produto abaixo relacionado:

Lote	Descrição	Unidade	Marca homologada	Marca (TROCA)
16	LUVA PU PRETA M - Luva de segurança tricotada em náilon, revestimento em poliuretano na palma, face palmar e pontas dos dedos, punho com Elastano. Possui propriedade antiestática. Tamanho: M	PAR	KALIPSO	DANNY

CLÁUSULA SEGUNDA:
O presente aditivo fundamenta-se nas informações contidas no requerimento da Contratada solicitando a substituição da marca do item acima, bem como, parecer exarado pela secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 28 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

REGIANE RODRIGUES BRAGA
Plena Medica Hospitalar LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:CE4EDB23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA SAUDE 01/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA – ESTADO DO PARANÁ, FELIPE CLAUDINO MACHADO por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no uso de suas atribuições legais, e diante do resultado homologado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, convoca o candidato aprovado, conforme lista abaixo e de acordo com vagas solicitadas pela Secretaria Saúde, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos do Município, na sede da Prefeitura Municipal, Rua Augusto Dissenha, nº 44 – Centro – Mandirituba-PR, com documentos de Identificação, para retirar a relação de documentos necessários para contratação, ou solicitar pelo fone whatsapp: 41 98862 04 63.
Data: 06 de fevereiro de 2026.
Horário: das 08:00 as 12:00, 13:00 as 15:00 h
O candidato terá até dia 11 de fevereiro de 2026 para entrega de toda documentação exigida, incluindo atestado médico para admissão, de forma que o não cumprimento ou manifestação, implicará em desistência do Processo Seletivo nº 01/2025.
Médico ESF.

Inscrição	Nome	Classificação	Pontuação
APP	Joao Leonardo Dendevitz Gil Melcher	10	11

Mandirituba, 06 de fevereiro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida Santiago Pereira
Código Identificador:028835AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.°051/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA*: "Nomeação dos membros da Comissão Técnica para Análise e Avaliação de Projeto de Regularização da CIMAN e dá outras providências".*

O **Prefeito Municipal de Mandirituba**, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 93, II, "c" da Lei Orgânica,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão Técnica para *Análise e Avaliação de Projeto de Regularização da CIMAN.*

Parágrafo único: cabe ao representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico presidir os trabalhos desta Comissão Técnica.

Art. 2º Ficam designados os Secretários das pastas abaixo relacionados, para compor a Comissão instituída por esta Portaria:
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
Secretaria Municipal de Planejamento;
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico;
Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 029, de 09 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:EABA86AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 049 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º Admitir as candidatas aprovadas no Processo Seletivo Público n.° 001/2025, mencionadas abaixo para exercerem as funções em caráter temporário, observada a ordem de classificação, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM ARTES.

Mat.	Nome	Local de Trabalho	Data admissão
500478	Bruna Alves de Oliveira	Escola M. Alice Machado	03/02/2026
500475	Dejamir Roik	Escola M. Alice Machado	03/02/2026
500476	Jussara Radicheski	Escola M. Bom Jesus	03/02/2026
500477	Viviane Cristina Alves de Campos	Escola M. Vitor Leal Claudino	03/02/2026

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FISICA

Mat.	Nome	Local de Trabalho	Data admissão
500483	Alessandro Novaski Ribeiro	Escola M. Alice Machado	03/02/2026
500481	Aline Aparecida dos Santos Araújo	Escola M. N. Senhora do Rocio	03/02/2026
500480	Celso Rodrigues Leite	Escola M. Alice Machado	03/02/2026
500479	Dino Osmar Ribas Pereira	Escola M. Alice Machado	03/02/2026
500482	Francys Lana Evangelista da Silva	Escola M. Bom Jesus	03/02/2026
500484	Rosilene da Silva	Escola M. N. Senhora Rocio	03/02/2026

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUES/INGLES.

Mat.	Nome	Local de Trabalho	Data admissão
500473	Adielson Rodrigo Cardoso da Cruz	Escola M. Bom Jesus	03/02/2026
500474	Eriane Aparecida Ribeiro de Lima	Escola M. Nossa Senhora do Rocio	03/02/2026
500471	Kerolin Rodrigues da S.Araujo	Escola M. Vitor Leal Claudino	03/02/2026
500472	Penha Poletto Nunes Andrade	Escola M. Bom Jesus	03/02/2026

Art. 2º O contratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 03 de Fevereiro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:88E708C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 050/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

: *"Nomeação dos membros da Comissão da CoordenadoriaMunicipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC providências".*

O**Prefeito Municipal de Mandirituba**, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 93, II, "c" da Lei Orgânica,
RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Nomeação dos membros da Comissão da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC providênciade Mandirituba, Estado do Paraná, conforme segue:

COORDENADOR MUNICIPAL: Valdecir da Silva– mat.2118;

SECRETÁRIA: Isorete Teresinha Salesbran- mat.2105;

DIRETOR OPERACIONAL: Flavio Henrique Gelenski- mat.2100.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:CABF748D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2025
RESULTADO DA CONVOCAÇÃO Nº 004

PROFESSOR 20H:
AMPLA CONCORRÊNCIA

	NOME	D. N	INSCRIÇÃO
44.	ANA LÚCIA RIZZETTO	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
45.	LILIAN GONÇALVES GANNAM	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
46.	STELLA CHAVES ALVES RODRIGUES	PRESENTE	ESCOLA MUN. NOSSA SENHORA DO ROCIO
47.	DAIANE DELAVI DE OLIVEIRA	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
48.	JOSIELI JAINE DA CRUZ	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
49.	RAFAELA CESAR RAMALHO	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
50.	BRUNA DE OLIVEIRA ROCHA	PRESENTE	ESCOLA MUN. BOM JESUS
51.	LUSIANE CAMPESI NEGRELE	PRESENTE	ESCOLA MUN. BOM JESUS
52.	CLAUDETE PEREIRA DO NASCIMENTO	PRESENTE	CMEI PROF. DENIZE E. QUIRINIO
53.	DESIRE APARECIDA DE SOUZA	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)

Mandirituba, 05 de fevereiro de 2026.

CÍNTIA CRISTINA GOMES MONTEIRO
Presidente

GLEICY KELLY DE FÁTIMA MONTEIRO DE MEDEIRO
Secretária

SIMONE UKAN HALAMA
Membro

Publicado por:
Gleicy Kelly de Fatima Monteiro de Medeiro
Código Identificador:E861C444

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 03-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 3 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura Familiar para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do município de Manfrinópolis PR., conforme processo de Processo inexigibilidade nº 1/2026.
CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE PARANÁ. CNPJ: 12.123.856/0001-33
VALOR CONTRATADO: 123.775,70 (Cento e Vinte e Três Mil, Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 05/02/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após entrega dos materiais e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 05/02/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:1FAE65D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PAUTA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO ANO LEGISLATIVO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA (09/02/2026).

Pauta da 2ª Sessão Ordinária do segundo ano legislativo da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mangueirinha (09/02/2026).

-Matérias a apresentar:

- Projeto de Lei 015/2025- Denomina de Elizandra Fatima Trembulak – "Tatinha", o Centro Municipal de Educação Infantil do Bairro Jardim Europa. **(Diego Bortokoski)**

- Projeto de Lei 016/2025- Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), e dá outras providências.
- Projeto de Lei 017/2025- Denomina de Silvana Poleto Barp o Centro Municipal de Educação Infantil do Bairro Jardim Europa. **(Diogo Noll)**

- Indicações e Requerimentos a serem apresentadas:
-Indicação n.º 005/2026- Que o Poder Executivo Municipal através do setor competente efetue a instalação de lixeiras no BNH do Distrito do Morro Verde. **(João Leiteiro)**
-Indicação n.º 006/2026-Que o Poder Executivo Municipal faça pavimentação de calçamento na estrada que liga a Comunidade Vitor Lopes até o Distrito do Morro Verde. **(João Leiteiro)**
-Indicação n.º 007/2026-Que o Poder Executivo Municipal através do setor competente efetue a instalação de lixeiras na Comunidade Vitor Lopes. **(João Leiteiro)**
-Indicação n.º 008/2026-Que o Poder Executivo Municipal através do setor competente efetue a substituição das lixeiras da Avenida Iguaçu. **(João Leiteiro)**
-Indicação n.º 009/2026-Que o Poder Executivo Municipal aplique o piso do magistério aos servidores municipais detentores do cargo de Educador Infantil, conforme disciplina a Lei Federal n.º 15.326/2026. **(Maikon Ivo)**
-Indicação n.º 010/2026-Que o Poder Executivo Municipal faça um cronograma de pagamento retroativo dos benefícios aos servidores correspondentes ao período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 de acordo com a Lei Complementar nº 226/2026. **(Maikon Ivo)**
-Indicação n.º 011/2026-Que o Poder Executivo Municipal instale um redutor de velocidade Linha Clara, próximo a residência do Senhor Marcelo Machado. **(Doca)**

-Matérias constantes na Ordem do Dia:
Em segunda votação:
Do poder Legislativo Municipal:
-Projeto de Lei nº 39/2025 – Institui a Lei Contra a Prática de Nepotismo nas licitações e contratações públicas do Município de Mangueirinha.
Em votação única:
-Balancete Financeiro n.º 12/2025- no valor de R$ 239.598,39 (duzentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos).

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:2890BCAB

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PORTARIA Nº 005/2026

PORTARIA Nº 005/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto nº 001, de 05 de janeiro de 2026, do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e tornar público, com antecedência, o ponto facultativo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Determinar ponto facultativo na Câmara Municipal de Mangueirinha, nos dias 16 e 18 de fevereiro de 2026, em alusão as festividades de Carnaval e à Quarta-Feira de Cinzas.

Art. 2º. A Sessão Plenária Ordinária do dia 16 de março do corrente ano fica transferida para o dia 19 de fevereiro de 2026, às 18h00min, no local de costume.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha, 06 de fevereiro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:F59F94F0

LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - PMM

A Prefeitura Municipal de Mangueirinha torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, conforme o Edital de Concorrência Eletrônica nº 002/2026. A sessão está marcada para as 08h00 do dia 19 de março de 2026, por meio da plataforma ComprasGov. O objeto da licitação consiste na execução da obra do Centro Recreativo do Idoso, a ser implantado na Rua Getúlio Vargas, nº 1.100, Centro, com área total de 990,00 m² e prazo de execução de 240 dias. A pasta técnica contendo o inteiro teor do edital, seus modelos, adendos e anexos estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico da Prefeitura de Mangueirinha e na plataforma compras.gov.br. Informações adicionais, bem como dúvidas e pedidos de esclarecimento, poderão ser encaminhados ao Agente de Contratação por meio da própria plataforma eletrônica. Mangueirinha – PR, 05 de fevereiro de 2026.

LEANDRO DORINI,
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:DCAF93C5

LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 - PMM

A Prefeitura Municipal de Mangueirinha torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, conforme o Edital de Concorrência Eletrônica nº 003/2026. A sessão será realizada às 08h00 do dia 20 de março de 2026, por meio da plataforma ComprasGov. O objeto da licitação consiste na construção de infraestrutura urbana destinada ao lazer, a ser executada em Rua Projetada, com área total de 891,46 m² e prazo de execução de 180 dias. A pasta técnica contendo o inteiro teor do edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Mangueirinha e na plataforma compras.gov.br. Informações adicionais, bem como dúvidas e pedidos de esclarecimento, poderão ser encaminhados ao Agente de Contratação por meio da própria plataforma eletrônica. Mangueirinha – PR, 05 de fevereiro de 2026.

LEANDRO DORINI,
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:90BF9D5A

LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026 - PMM

A Prefeitura Municipal de Mangueirinha torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, conforme o Edital de Concorrência Eletrônica nº 004/2026. A sessão está marcada para as 08h00 do dia 23 de março de 2026, a ser realizada por meio da plataforma ComprasGov. O objeto da licitação consiste na execução de obra de construção de infraestrutura urbana destinada ao lazer, a ser implantada em Rua Projetada, com área total de 891,46 m² e prazo de execução de 180 dias. A pasta técnica contendo o inteiro teor do edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Mangueirinha e na plataforma compras.gov.br. Informações adicionais, bem como dúvidas e pedidos de esclarecimento, poderão ser encaminhados ao Agente de Contratação por meio da própria plataforma eletrônica. Mangueirinha – PR, 05 de fevereiro de 2026. Leandro Dorini, Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:1AA1B0C9

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 01/2026

RESOLUÇÃO N.º 01/2026
Deliberação da apresentação do Terceiro Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) 2025.
O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 29/01/2026, Deliberação da apresentação do Terceiro Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) 2025.

Mangueirinha,29 de janeiro de 2026.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 01/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:3A7779C1

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 02/2026

RESOLUÇÃO N.º 02/2026

Aprovação da Programação Anual de Saúde – PAS 2026

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em Reunião Ordinária, **realizada no dia 29/01/2026 a Programação Anual de Saúde PAS 2026.**
Mangueirinha, 29 de janeiro de 2026.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 02/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:2D526D13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 054/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº114/2025.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 033/2025, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, cujo objeto é aquisição de 01 Veículo tipo ônibus destinado a suprir as demandas da Gestão Municipal, afim de possibilitar a viabilidade dos trabalhos das secretarias, conforme Convênio nº 1197/25, firmado entre a SECID e o Município de Marilena, Estado do Paraná.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n.º 033/2025, em favor da empresa **RODO SERVICE LTDA, CNPJ Nº 00.688.075/0004-50,** com sua proposta no valor total de **R$ 568.000,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E OITO MIL REAIS).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:9E15852F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 55/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
considerando o processo de aposentadoria da servidora CIRLEI COSTA AMANCIO MEDEIROS,
DECRETA:
Art. 1º. Fica concedido a servidora CIRLEI COSTA AMANCIO MEDEIROS, brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo efetivo de zeladora, matrícula nº 216, residente e domiciliada na cidade de Marilena-PR, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO, no cargo efetivo de zeladora, com fundamento no artigo 45 e 64, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 1964/2021.
Art. 2º. Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$1.054,97 (um mil e cinquenta e quatro

reais e noventa e sete centavos), conforme cálculo de proventos, e para efeitos de recebimento com fundamento no § 2º, art. 201, da C.F./88, SERA UM SALARIO MINIMO NACIONAL.
Art. 3° - Os proventos serão revistos com fundamento no artigo 64, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 1964/2021.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos _05 de Fevereiro de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:2D7E5FE5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº011/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE COMPRA;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: RODO SERVICE LTDA, CNPJ Nº. 00.688.075/0004-50.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS DESTINADO A SUPRIR AS DEMANDAS DA GESTÃO MUNICIPAL, AFIM DE POSSIBILITAR A VIABILIDADE DOS TRABALHOS DAS SECRETARIAS, CONFORME CONVÊNIO Nº 1197/25, FIRMADO ENTRE A SECID E O MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 568.000,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E OITO MIL REAIS).

FONTE DE RECURSO:

08.001.12.361.0013.1172 - CV Nº1197/2025 SECID (AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS)
486 - 0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES - EXERCÍCIO CORRENTE
485 - 881 - CV Nº1197/25 - SECID (AQUISIÇÃO ÔNIBUS)

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS E A VIGÊNCIA SERÁ DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, POR CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA DOS ARTIGOS 105, 106 E 107 DA LEI FEDERAL N.14.133/2021.

MARILENA-PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:CD38964C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº. 061/2026

De 05 de Fevereiro de 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde por 030 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. **Tatiana Tobias,** matricula 6395, a partir do dia 26/01/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 26/01/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:2EE5D3A7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 062/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Cristiane Tonet Gonzaga dos Santos**,** matricula 220, referente ao período aquisitivo 2013/2018, a partir do dia 05/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:FEE3D428

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 063/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Elaine Cristina Benteo Marcos**,** matricula 236, referente ao período aquisitivo 2011/2016, a partir do dia 05/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:EFB3727C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 064/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Elizabete Vanzelli Mantuani**,** matricula 240, referente ao período aquisitivo 2010/2015, a partir do dia 05/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:84FC57B9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 065/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Leia da Costa de Lima**,** matricula 312, referente ao período aquisitivo 2016/2021, a partir do dia 05/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:9CD992EA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 066/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Simone Souza Ferreira**,** matricula 316, referente ao período aquisitivo 2011/2016 30 (trinta) dias e 2016/2021 60 (sessenta) dias, a partir do dia 05/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:B2E6CBB0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 067/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Marubya Clara Mazzotti Gonçalves Ponce**,** matricula 5644, referente ao período aquisitivo 2020/2025, a partir do dia 20/01/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20/01/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:4E187E62

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 068/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Vanilza Rodrigues dos Santos Silva**,** matricula 433, referente ao período aquisitivo 2019/2023, a partir do dia 26/01/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 26/01/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:8F81D11D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 069/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 15 (quinze) dias, ao Servidor Público Municipal Sr. Fagner Batista**,** matricula 6352, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a partir do dia 02/01/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/01/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:68D6015E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 070/2026

De 05 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Retorno da Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. Leonora Maria Ferreira Braga dos Santos**,** matricula 314, a partir do dia 02/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/02/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:539EDA65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025
Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município tendo em vista o resultado final do **Concurso Público** realizado através do **Edital Nº 001/2025** com resultado homologado pelo **Edital Nº 001.15/2025** de 05 de Agosto de 2025. **Resolve:** Convocar os candidatos abaixo, para comparecerem no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária, constantes na relação publicada a baixo deste edital na Página Oficial da Prefeitura, para a devida nomeação no Cargo para o qual se habilitaram no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação necessária serão considerados desistentes.

INSC.	NOME	CARGO	CLAS.
23786802	WILLIAN CARLOS DA SILVA CORREIA	PROFESSOR (A)	03º AFRO

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 04 de Fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:A8CCE58E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
III/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PSS 02/2025 ESTAGIÁRIOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO REMUNERADO E NÃO OBRIGATÓRIO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS, PR – EDITAL 02/2025 III/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2025 ESTAGIÁRIOS
Nível Superior – 20h/30h – Análise do Desenvolvimento de Sistemas – CR

	Nome	Curso	Nota
2°	Verônica Aparecida do Prado dos Santos	Sistemas	8,83

Mariópolis, 05 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:BC2B841B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 70/2026

PORTARIA N° 70/2026 DATA: 05/02/2026

SÚMULA: "Revoga a Portaria N° 23/2026 e nomeia para o cargo de Assessor III."

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** REVOGAR a **Portaria N° 23/2026, de 12 de janeiro de 2026**, a qual nomeia a Servidora Municipal **Elisangela Leite Gavenda,** para exercer o Cargo de Chefe da Divisão de Farmácia, a partir de 12 de janeiro de 2026 e nomeia a servidora para o cargo de Assessor (a) III, com vencimentos correspondentes ao Símbolo/Nível CC-9, da tabela de vencimentos para Cargos de Provimento em

Comissão, constantes no anexo II da Lei n°037/2005 de 22/12/2005, a partir de 04 de fevereiro de 2026; **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:408F8719

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 71/2026

Portaria Nº 71/2026 Data: 05/02/2026 SÚMULA: Nomear Mariana Valenga Valério, para exercer o cargo de Professora Municipal "C". Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Mariana Valenga Valério, Rg. 10.661.867-4, para exercer a partir de 05 de fevereiro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 05 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:C8E5A1E6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 72/2026

PORTARIA N° 72/2026 DATA: 05/02/2026 SÚMULA: "Revoga a Portaria N° 65/2010." **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** REVOGAR a **Portaria N° 65/2016, de 24 de setembro de 2010**, a qual concede à Servidora Municipal **Rosângela Magalhães Silveira, Rg nº 4.353.512-9,** ocupante do Cargo de Psicóloga, 16 (dezesseis) horas de aumento de carga horária de acordo com a Lei Municipal de nº 036/2010 de 23 de setembro de 2010; **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:BDBB64E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 011/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam revogadas, a pedido e por necessidade do serviço, as férias anteriormente concedidas através da Portaria 120/2025 ao Sr. CLEVERSON DE OLIVEIRA GONÇALVES.

Parágrafo único. O período remanescente das férias ora revogadasdeverá ser concedido através de nova portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de janeiro de 2026.

Matinhos, 15 de janeiro de 2026.

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
Presidente em Exercício

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:819B9FC2

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 012/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado,o Sr.**ALEX FERREIRA ALVES**, portador do RG n° 15.327.271-9, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. ROQUE SOZO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:54B05C85

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 013/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado,o Sr. **ODILON CARLOS NATALICIO DA SILVA**, portadordo RG n° 1.714.521-5, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. ROQUE SOZO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:5874E927

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 014/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, a Sra.**GISELLE GONÇALVES LEITE TAVARES**, portadora do RG n° 8.632.477-6, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. ROQUE SOZO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:6905ED8A

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 015/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado, o Sr. **RICARDO ALEXANDRE SALVADOR**, portadordo RG n° 5.105.706-6, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. MICHEL RODRIGO DE ARAUJO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:59828B6D

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 016/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado, o Sr.**RODRIGO COVRE COELHO**, portadordo RG n° 087.650.179-00, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. LUCAS PESCO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:5E37F533

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 017/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, a Sra.**CLEONICE MARCONDES MARTINS**, portadora do RG n° 5.398.613-7, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DA PRESIDÊNCIA – VER. JAIR DE BORBA ROSA, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:EF890187

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 018/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, a Sra. **EDINA CORDEIRO DA SILVA**, portadora do RG n° 8.732.261-0, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:E71A0B0A

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 019/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, a Sra. **SIMONE SILVANA DA SILVA KAWAMURA**, portadora do RG n° 6.163.151-8, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:50B6A9EE

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 020/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Sr. **JOVINO BORGES DA COSTA**, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, férias correspondentes ao período aquisitivo compreendido entre 09/01/2025 a 08/01/2026 como segue:

I - 20 (vinte) dias de gozo das férias a contar de 18 de fevereiroa 09de março de 2026.

II – conversão em pecúnia de 1/3 das férias de que trata o caput deste artigo, em conformidade com o disposto no Art. 1°, §3° da Lei Municipal 2012/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:AAA79185

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 021/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Sra. **FRANCIELLI DA SILVA RISDEN**, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, férias correspondentes ao período aquisitivo compreendido entre 03/12/2024 A 02/12/2025 como segue:

I - 20 (vinte) dias de gozo das férias a contar de 02 a 21 de março de 2026.

II – conversão em pecúnia de 1/3 das férias de que trata o caput deste artigo, em conformidade com o disposto no Art. 1°, §3° da Lei Municipal 2012/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:02169492

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 022/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada, a Sra. **EDNEIA TREVISAN DE ALMEIDA**, portadora do RG n° 8.000.186-0, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. SANDRO MOACIR BRAGA, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 03 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:FE231F69

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 023/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 36, XXVIII, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Sra. **VANESSA RIBEIRO RAMOS**, portadora do Rg nº 8.127.414-02, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Progressão por Conhecimento, nos termos do Art. 19, §3°, da Lei Municipal 1288/2009, alterada pela Lei 2447/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01de março de 2026.

Matinhos, 03 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:0D1390AD

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 024/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 36, XXVIII, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Sr. **RAFAEL VILLATORE DE MENEZES**, portadordo Rg nº 5.094.217-1, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, Progressão por Conhecimento, nos termos do Art. 19, §3°, da Lei Municipal 1288/2009, alterada pela Lei 2447/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de abril de 2026.

Matinhos, 03 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:7AFF8DDF

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 025/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado, o Sr. JULIO CEZAR DA SILVA, portadordo RG nº 8.439.073-9, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES – VER. DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Matinhos, 03 de fevereiro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:D5759AA3

GABINETE
DECRETO Nº 4708/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 417.975,70 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 417.975,70 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
13.001.0006.0182.0113.2035	3339030000000000000	Material de consumo	147.000,00	00000
12.001.0010.0301.0112.2026	3339092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	50.975,70	00303
12.001.0010.0301.0112.2026	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	220.000,00	00303

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 417.975,70 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
13.001.0006.0182.0113.2035	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	147.000,00	00000
12.001.0010.0302.0112.2028	3339034000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	270.975,70	00303

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° , de – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. de – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 5 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B0F28ED5

GABINETE
DECRETO Nº 4709/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação no valor de R$ 2.810.040,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil e quarenta reais) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 2.810.040,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil e quarenta reais) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0301.0112.2026	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.810.040,00	00500

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, abrir por

Superávit Financeiro no valor de R$ 2.810.040,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil e quarenta reais) na fonte de recurso 00500.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei , fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei , de - Lei do PPA 2026/2029, em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 5 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:E499B1D1

GABINETE
PORTARIA Nº 124/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020, n°2242/2021 e suas alterações, mediante ofício n° 014/2026-DG SMST, resolve:

REVOGAR

Art.1° Da servidora **KARIN CHARLISE PACHECO,** matrícula nº 62740/1, lotada na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, a função gratificada de **COORDENADOR DE EQUIPES DE COMBATE ÀS DROGAS,** simbologia **FG-3.**

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8C5E252B

GABINETE
PORTARIA Nº 125/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná**, Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e tendo em vista ao Laudo Pericial em anexo:
RESOLVE
Art. 1º Prorrogar readaptação, nos termos do artigo 65, § 4º, alínea a, da Lei Municipal nº 1165/2008, da servidora municipal **PAMELA VANESSA VIDAL,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 77496/1, por 180 (**cento e oitenta**) dias a contar de **28/01/2026 até 26/07/2026**, devendo se manter afastada de esforços físicos com membros superiores, conforme atestado médico e laudo pericial.
Considerando as atribuições preconizadas na Lei 1430/2011, a mesma pode,comunicar à chefia imediata a ocorrência de defeitos nos equipamentos e máquinas, bem como solicitar a reposição dos produtos utilizados na execução das tarefas; preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor; lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas; lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas; manter limpo os utensílios de copa e cozinha;verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; manter limpo e arrumado o local de trabalho e zelar pelo material sob sua guarda; comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; zelar por sua aparência pessoal, mantendo as vestimentas ou o uniforme em perfeitas condições de uso, bem como pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades; respeitar as normas de segurança e higiene no trabalho; participar de encontros de formação continuada quando convocado; zelar pela limpeza do local de trabalho e executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo conforme descrição do cargo prevista na lei n°1430/2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 28 de janeiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8BA51B29

GABINETE
PORTARIA Nº 126/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº1165/2008 e nº 2208/2021 e suas alterações, e em face ao processo nº 4029/2026:

RESOLVE

Art.1° Colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná o servidor **DINILSO MARQUES**, matrícula 70769/1, ocupante do cargo público de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em regime de Permuta com a Professora **RENATA CRISTINA ALVES DE BRITO**, a partir de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2026.

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F56906E7

GABINETE
PORTARIA Nº 127/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante processo n°. 3896/2026, resolve:

CONCEDER

A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 27 de fevereiro a 28 de março de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
66656/1	Danielle Priscila Tavares Goncalves Postal	Atendente Infantil	2025/2026	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 27 de fevereiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:E41CC6D2

GABINETE
PORTARIA Nº 128/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 4056/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Transito, **02 (dois) dias de férias**, concedida por meio da Portaria nº 075/2025 e suspensas por meio da portaria n° 131/2025, a contar de 02 a 03 de março de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101213/1	Leandro Pimentel Vassalo	Técnico Administrativo	2022/2023

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos nos dias 02 e 03 de março de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:5C7C57FD

GABINETE
PORTARIA Nº 129/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 4056/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Transito, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 04 de março a 02 de abril de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101213/1	Leandro Pimentel Vassalo	Técnico Administrativo	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 04 de março de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0DCEF2AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIAS MUNICIPAIS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DE CAMA, BANHO E HIGIENE
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR MÁXIMO GLOBAL: R$317.211,62 (trezentos e dezessete mil, duzentos e onze reais e sessenta e dois centavos)
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 23/02/2026 às 09h00min
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F3DCC4B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão da agente de contratação, nomeada conforme Decreto nº 3756/2025 de 07/04/2025, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025, que tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRIOS ELÉTRICOS DE GRANDE PORTE COM MOTORISTA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MATINHOS 2026, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, para as seguintes empresas: RSM EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.698.675/0001-21, no item 01 no valor total de R$228.597,00 (duzentos e vinte e oito mil quinhentos e noventa e sete reais). AVASSALADOR PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.422.713/0001-06, nos itens 02 e 03 no valor total de R$614.097,00 (seiscentos e quatorze mil e noventa e sete reais).

Matinhos, em 03 de fevereiro de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:C48813E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
ATA 001/2026 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ATA POSSE DIRETORAS REDE DE ENSINO MUNICIPAL

Ata 01/2026
Sessão solene de Posse dos Diretores da Rede Municipal de Ensino, eleitos sobre consulta Pública conforme lei 534/2017.

Aos Dois do mês de fevereiro de Dois mil e Vinte e Seis, a partir das oito horas da manhã nas dependências da Câmara Municipal de Mato Rico, reuniram se a Comissão consultiva municipal composta por pelos senhores: Vagner dos Santos Felisbino, Aurora de Fatima Zagulski de Oliveira, Evanilda Aparecida de Lara, Rosangela Aparecida Bednarczuk, Josilene Dias da silva, Luana Setni, Anderson Roberto Seguro e Luan Ricardo Mendes. Também estavam presentes as comissões consultivas das escolas municipais: Josilene Dias, Irene Ortiz, Maria Luiza Malamim, Sandra Tereza Recofka, Juliana Struz e Josiane Pereira representando a Escola Municipal Princesa Isabel. Helena Hey, Edegard Paulo Mendes, Erocélia Ferreira dos Santos, Maria Cristiane Araujo, Valeria Pereira palczuk Dal Santo e Jaqueline Boschen Regel representando o Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz. Tatiane Garcia, Suzana Gomes de França Mendes, Taisa Vidal Gonçalves, Luzia Sueli Korpan, Gilmar Chatoski e Franciele Rodrigues Delgado representando a Escola Municipal do Campo Pedro Mendes. Juntamente com as demais autoridades municipais professores, funcionários municipais para a posse das diretoras eleitas sob consulta pública, realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e cinco. Eleita toma posse Josiane da Rocha Antunes como Diretora da Escola Municipal Princesa Isabel, assumindo a direção na Gestão 2026/2027, toma posse Tereza Leopoldino Chmura, como diretora da Escola Municipal do Campo Pedro Mendes, assumindo a direção na Gestão 2026/2027, Eleita, toma posse Ivone Chagas Taborda como diretora do CMEI - Criança Feliz, assumindo a direção na Gestão 2026/2027. Por ser verdade, comprovada e publicada através dos documentos arquivadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Comissão Consultiva municipal, através de seus membros, das autoridades presentes, da secretária Municipal de Educação e Cultura o Senhor Luiz Fernando Seguro e o Prefeito Municipal de Mato Rico, Senhor Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, declaram empossadas as respectivas diretoras, assinando esta ATA.

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:87474B89

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 053/2026 DESIGNA DIRETORA ESCOLA PRINCESA IZABEL - JOSIANE ROCHA RIBEIRO

PORTARIA Nº 053/2026

SÚMULA – Designa Diretor Escola Municipal Princesa Isabel.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

DESIGNAR:

Artigo 1º - A Sra. **JOSIANE DA ROCHA ANTUNES,** portadora da cédula de identidade civil sob nº 6.990.825-0 e inscrita no CPF sob nº 024.135.649-00, admitida em 01/03/2002 e 03/02/2006, lotada na Secretaria de Educação e Cultura no cargo de " Professora c/ Magistério", sob matriculas Nºs 200447 e 200546, para desempenhar funções atinentes ao cargo de **Diretora da Escola Municipal Princesa Isabel – Ensino Fundamental**, com carga horária de 40 horas semanais, eleita com **99,30%** dos votos, de acordo com Consulta Pública, em 28/11/2025, – Gestão 2026/2027, instituída pela Lei 534/2017.

Artigo 2º - Percebendo gratificação de 20% (vinte por cento), por direção de escola de pequeno porte.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrario.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
05 de FEVEREIRO de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:B924D13B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 054/2026 DESIGNA DIRETORA ESCOLA PEDRO MENDES TEREZA LEOPOLDINO CHMURA

PORTARIA Nº 054/2026

SÚMULA – Designa Diretora Escola Municipal do Campo Pedro Mendes.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

DESIGNAR:

Artigo 1º - A Sra. **TEREZA LEOPOLDINO CHMURA,** portadora da cédula de identidade civil sob nº 3.436.829-5 e inscrita no CPF sob nº 396.613.009-28, admitida em 16/02/2017, lotada na Secretaria de Educação e Cultura no cargo de " Professora c/ Magistério", sob matricula nº 200816, para desempenhar funções atinentes ao cargo de **Diretora da Escola Municipal do Campo Pedro Mendes – Ensino Fundamental**, com carga horária de 20 horas semanais, eleita com **86,83%** dos votos, de acordo com Consulta Pública, em 28/11/2025, Gestão 2026/2027, instituída pela Lei 534/2017.

Artigo 2º - Percebendo gratificação de 20% (vinte por cento), por direção de escola de pequeno porte.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrario.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 05 de FEVEREIRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:14FA01AD

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 055/2026 DESIGNA DIRETORA ESCOLA PRINCESA IZABEL - IVONE CHAGAS TABORDA

PORTARIA Nº 055/2026

SÚMULA – Designa Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

DESIGNAR:

Artigo 1º - A Sra. **IVONE CHAGAS TABORDA,** portadora da cédula de identidade civil sob nº 5.249.354-4 e inscrita no CPF sob nº 748.421.619-24, admitida em 01/06/2004 e 18/05/2015, lotada na Secretaria de Educação e Cultura no cargo de " Professora c/ Magistério", sob matriculas Nºs 200507 e 200749, para desempenhar funções atinentes ao cargo de **Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI**, com carga horária de 40 horas semanais, eleita com **49,24%** dos votos, de acordo com Consulta Pública, em 28/11/2025, – Gestão 2026/2027, instituída pela Lei 534/2017.

Artigo 2º - Percebendo gratificação de 20% (vinte por cento), por direção de escola de pequeno porte.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrario.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
05 de FEVEREIRO de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:056A0A0F

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 056/2026 - EXONERAR SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO - ROSANGELA PEREIRA DOS SANTOS HARMATIUK

PORTARIA Nº 056/2026

SÚMULA – Exonerar a pedido cargo efetivo "PROFESSORA".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:

Artigo 1º - A pedido a Sra. **ROSANGELA PEREIRA SANTOS HARMATIUK**, portadora da cédula de identidade civil nº 5.733.555-6 e inscrição no CPF nº 797.572.009-72, do Cargo de "**PROFESSORA**" matricula nº 200880 admitida em 05/08/2024, **a partir de 03/02/2026**.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 03/02/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
05 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:5486AB68

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 058/2026 - FERIAS

PORTARIA Nº 058/2026

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias	Dias
				fruição	pecúnia
100355	Valdevino Alves de Assis	2025 2026	09022026	20	10
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,
Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
05 de FEVEREIRO de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:EA792259

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 059/2026 CONVOCAÇÃO TITULOS PSS 001 2025 FONOAUDIOLOGO

PORTARIA Nº 059/2026

SÚMULA – Convoca candidatos para apresentação de títulos e comprovação de tempo de serviço, classificados Concurso PSS 001/2025.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

CONVOCAR:

Artigo 1º - Em conformidade com o Edital de Classificação – Processo Seletivo Simplificado – PSS 001/2025 de 02/10/2025 - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIOS DO PARANÁ – 02/10/2025 – Edição 3376, **CONVOCAR** os (as) candidatos (as), abaixo relacionados (as), a comparecerem no Paço Municipal Luiz Bini, no Depto de Recursos Humanos, para apresentação de documentos e títulos declarados no ato de inscrição do referido processo de seleção, nos dias 03/12/2025 e 04/12/2025 tem o prazo de 05 (cinco) dias utéis a contar da publicação desta.

PSS 001/2025. Processo Seletivo Simplificado, Mato Rico PR. Cargo: "**Fonoaudiologo"**

Candidato	**Classificação**
Rute Alcinéia dos Santos	1º

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, **05 de fevereiro de 2026**

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:015CB4B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 001 DE 05 DE FEVEREIRO 2026.

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de contas do ano de 2024 do Incentivo Financeiro ao Projeto Viaja Mais 60 em prol da População Idosa o através da Deliberação nº024/2023, Município de Miraselva-Paraná.

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de Miraselva, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº518/2017 conforme reunião realizada em 04 de fevereiro de 2026, RESOLVE:
Art. 1o. Aprovar a prestação de contas Final **do Incentivo Financeiro para o Projeto Viaja Mais 60 em prol da população Idosa através da Deliberação nº024/2023, referente a data do recebimento do recurso até 31 de dezembro de 2024** para o **Município de Miraselva;**
a) Valor Recebido R$ 10.115,00 (Dez mil cento e quinze reais) para ações da Política de Assistência Social, promovendo e fomentando o acesso aos direitos das pessoas idosas, ao turismo, lazer e cultura bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.
b) Valor Gasto R$ 11.600,00 (Onze Mil e seiscentos reais) conforme plano de ação, diretrizes, metas e objetivos propostos.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 05 de Fevereiro de 2026.

ANDREA CRISTHIAN FARIA DANTAS
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa/CMDI

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:3F25C914

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 002 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Incentivo ao Serviço de Centro Dia e outras linhas de Ação em prol da População Idosa o através da Deliberação nº 019/2023 do Ano de 2024 do Município de Miraselva-Paraná.

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de Miraselva, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº518/2017 e conforme reunião realizada em 04 de fevereiro de 2026, RESOLVE:

Art. 1o. Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo Financeiro para o Serviço de Centro Dia e outras linhas de Ação em prol da População Idosa o através da Deliberação nº019/2023, referente a data do recebimento do recurso até 31 de dezembro de 2024 para o Município de Miraselva;
a) Valor recebido R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para ações da Política de Assistência Social, promovendo o acesso aos direitos sociais das pessoas idosas, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.
b) Valor em conta R$ 32.186,33 (Trinta e dois mil cento e oitenta e seis reais e trinta e trinta e três centavos), que foram reprogramados parcialmente gastos em 2025.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 05 de fevereiro de 2026.

ANDREA CRISTHIAN FARIA DANTAS
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa/CMDI

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:B0B91AA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EDITAL Nº 35, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 35, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **09 a 11 de fevereiro de 2026**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83350-000.

MÉDICO (A) GENERALISTA – CLASSIFICAÇÃO GERAL

Classificação	Nome Completo	Data Nascimento	RG	CPF
15	SABRINA EMMANUELI DE OLIVEIRA	18/08/1978	1521760	03639148622
16	ALVIR SILVA DE GOUVEIA	10/07/1979	6573505-9	02775266983
17	JULIANO DE SOUZA GENARO	27/07/1979	322844782	27551774890

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2025.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).

• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.

• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2025 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:96573CBB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 138/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 20 de fevereiro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por lote**, que tem por objeto a aquisição de cestas básicas, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano, no valor máximo de **R$ 418.068,00 (quatrocentos e dezoito mil, sessenta e oito reais),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.
Morretes, 05 de fevereiro de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:DFBD8788

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2626 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.021.450/0001-22
Exercício: 2026
Decreto n° 2626/2026 de 02/02/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar, m conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64 e inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 1.342/2024 de 27.12.2024, publicada em 27.12.2024, até a importância de R$207.092,00 (duzentos e sete mil e noventa e dois reais),para a suplementação das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme segue:

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.224		SISTEMA DE INFORMACAO	
89 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001.04.122.0040.2.086		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
452 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.092,00
		Total Suplementação:	207.092,00

Art 2º - O Crédito Adicional Suplementar autorizado no art. 1º será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total da seguinte dotação do orçamento vigente, conforme preceitua o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme segue Anulação de dotações;

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
77 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00
05.001.04.122.0040.2.217		ALMOXARIFADO	
79 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
05.001.04.122.0040.2.221		DESPESAS FIXAS - AGUA/LUZ/TELEFONE/INTERNET	
87 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
05.001.04.122.0040.2.225		MANUTENCAO PEQUENOS REPAROS	
92 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
12.001.23.695.2177.2.236		ATIVIDADES DE PROMOCAO E QUALIFICACAO DO DESTINO TURISTICO	
468 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.092,00
		Total Redução:	207.092,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 2 de Fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E7B4F3E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2631 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 2631 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

"Autoriza e regulamenta o evento "Carnaval 2026" no Município de Morretes e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "*o*", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a garantia ao pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e o apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais, disposto pelo art. 215 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que o Município deve criar espaço e promover o desenvolvimento de manifestações culturais, bem como incentivar os investimentos na produção cultural, nos termos do art. 7º, inciso X e art. 157, inciso V da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a presente autorização constitui poder discricionário do Poder Executivo Municipal e sua formalização objetiva coibir o crescimento desordenado do Município no setor de eventos;
CONSIDERANDO que cabe ao Município dispor e autorizar a utilização de seus bens públicos conforme o interesse público;

CONSIDERANDO que a autorização para uso temporário de espaços públicos deve seguir a legislação municipal e os preceitos da Lei Federal nº 8.987/1995, garantindo a adequada gestão do patrimônio público, a competitividade, o interesse coletivo e o princípio da impessoalidade;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto autoriza, regulamenta e dispõe sobre as normas de organização e segurança do "Carnaval de Morretes 2026".

Art. 2º. Fica autorizada utilização do espaço público municipal para o evento de "Carnaval de Morretes 2026", no Município de Morretes, a ser realizado nos dias 14 a 17 de fevereiro de 2026.

§ 1º O evento objeto deste Decreto está autorizado única e exclusivamente na data de 14 a 17 de fevereiro de 2026 na Praça dos Imigrantes, no Centro Histórico de Morretes, nos seguintes horários:

I – Dia 14 de fevereiro de 2026, sábado, das 15h00 às 02h00.

II – Dia 15 de fevereiro de 2026, domingo, das 15h00 às 02h00.

III – Dia 16 de fevereiro de 2026, segunda, das 15h00 às 02h00.

IV – Dia 17 de fevereiro de 2026, terça, das 15h00 às 02h00.

§ 2º Os horários de término de que trata o §1º deste artigo poderá contar com a tolerância de término, desmobilização e dispersão de público de até 01 (uma) hora.

Art. 3º. Excepcionalmente, admitir-se-á a expansão do evento para a Rua XV de Novembro, e adjacentes especificadas no Anexo I deste Decreto, em decorrência do Desfile dos Blocos de Carnaval, que seguirá o seguinte cronograma:

I – No dia 14 de fevereiro de 2026, sábado, às 18h, desfilará o Bloco Caranguejos do Samba;

II – No dia 15 de fevereiro de 2026, domingo, participarão:

a) Das 17h às 18h00, desfilará o Bloco Tzudas da Vila, com concentração na Rua Cesar Alpendre, na Vila Ferroviária;

b) Das 18h às 19h, desfilará a Escola de Samba Rocio Folia, com concentração na Rua Padre Walter Zimowski;

c) Das 19h às 20h, desfilará a Escola de Samba Vila Ferroviária, com concentração na Rua Cesar Alpendre, na Vila Ferroviária,

III – No dia 16 de fevereiro de 2026, segunda, participarão:

a) Das 17h às 18h00, desfilará o Bloco da Berereca, com concentração na Rua Horácio Luís Pinto, na Raia Velha;

§ 1º Os blocos deverão respeitar os itinerários e os trajetos previstos no Anexo I deste Decreto.

§ 2º Haverá alteração no trânsito local nas vias afetadas pelo Desfile dos Blocos Carnavalescos nos horários especificados neste artigo.

Art. 4º. A Rua Cel. Romulo José Pereira, desde o cruzamento da Rua XV de Novembro e o Largo Dr. José Pereira, e o entorno da Praça dos Imigrantes serão interditados à circulação e ao estacionamento de veículos particulares, do dia 12 a 19 de fevereiro de 2026, ficando livre apenas para circulação de pessoas.

Parágrafo primeiro. Admitir-se-á o trânsito de veículos de propriedade dos moradores do Largo Dr. José Pereira, exclusivamente para acesso às suas residências, devendo ser realizado com o pisca-alerta ligado e respeitando o limite máximo de velocidade de 10 km/h, em período em que não esteja ocorrendo a programação cultural.

Art. 5º. Poderão interditadas temporariamente à circulação e ao estacionamento de veículos particulares, de 14 à 17 de fevereiro de 2026, nos horários especificados no art. 3º deste Decreto, ficando livre apenas para circulação de pessoas durante os horários de desfile, as vias:

I – Rua XV de Novembro, desde a "Rotatória" até a Rua Cel. Romulo José Pereira;

II – Rua José de Moraes;

III – Rua Visconde do Rio Branco;

IV – Rua General Carneiro;

V – Rua Antônio Vieira dos Santos;

VI – Rua Conselheiro Sinimbu, no cruzamento com a Rua Antônio Vieira dos Santos;

VII – Largo Dr. José dos Santos Pereira Andrade;

VIII - Rua Horácio Luís Pinto; e

IX - Rua Fernando Amaro;

Art. 6º. A entrega de mercadorias aos estabelecimentos comerciais situados na Rua Cel. Romulo José Pereira e nas imediações do Largo Dr. José dos Santos Pereira Andrade deverá ser realizada exclusivamente por meio de carrinhos de pequeno porte.

Parágrafo único. Durante o período de 14 à 17 de fevereiro de 2026, será vedado o ingresso de caminhões na Rua Cel. Romulo José Pereira, desde o cruzamento da Rua XV de Novembro e o Largo Dr. José Pereira, na Rua General Carneiro e no Largo Dr. José dos Santos Pereira Andrade, devendo tais veículos permanecer na Rua XV de Novembro para a realização das entregas.

Art. 7º. A Prefeitura Municipal de Morretes colocará barreiras móveis que impeçam a passagem dos veículos, mas não dos foliões, nas vias interditadas, ficando a cargo da organização do evento, com apoio de segurança privada e/ou Polícia Militar, a fiscalização e prevenção de qualquer desrespeito ao presente Decreto.

Parágrafo único. A Polícia Militar realizará o congelamento e isolamento das ruas que compõe o trajeto do desfile, juntamente com a Secretaria de Cultura e Turismo, que providenciará os equipamentos necessários.

Art. 8º. Fica proibido o exercício do comércio ambulante sem a devida licença expedida pelo órgão competente do Município de Morretes durante o período de 14 a 17 de fevereiro de 2026, em razão das festividades de Carnaval 2026, nos termos do Decreto nº 1936/2024 e da Lei Complementar nº 64/2024 – Art. 212 (Código de Posturas Municipal).

Parágrafo único. O descumprimento desta norma sujeitará o infrator à apreensão imediata das mercadorias e equipamentos utilizados na atividade irregular, sem prejuízo de outras sanções administrativas previstas na legislação municipal

Art. 9º. Serão autorizados para a utilização do espaço público para a comercialização durante o evento "Carnaval de Morretes 2026", os credenciados pelo Edital nº 001/2026, munidos de Licença de Utilização de Espaço Público Temporário.

§ 1º Confere-se, a título precário, a autorização do uso aos munícipes credenciados, exclusivamente às datas e locais previstos para o evento

"Carnaval de Morretes 2026", para comercialização dos produtos indicados.
§ 2º É expressamente proibida a comercialização, cessão, locação, venda, sublocação, ou sub-rogação do espaço público permissionado, sob qualquer aspecto; bem como a comercialização de produtos diversos dos indicados no Processo de Credenciamento para utilização do espaço público.
§ 3º A autorização de que trata este artigo tem natureza precária e poderá ser revogada, a qualquer momento, quando constatada qualquer irregularidade ou desconformidade com as normas municipais, estaduais e/ou federais vigentes, pelos agentes de fiscalização do Município, cabendo, inclusive, interdição do local e do evento na forma disciplinada por Lei própria.

Art. 10. Fica expressamente proibida a venda de bebidas em embalagens de vidro (garrafas, copos e similares) nos bares e barracas compreendidos no raio de 1 km (um quilômetro) do evento carnavalesco, no período de 14 à 17 de fevereiro de 2026 do corrente ano, bem como, a venda e posse de bebidas em recipientes de vidro pelos vendedores ambulantes e pessoas que circularem no evento.

Parágrafo único. Para os restaurantes e lanchonetes compreendidos no raio de 1 km (um) quilômetro do evento carnavalesco, poderá ser comercializado, somente dentro dos estabelecimentos, bebidas em recipientes de vidro (garrafas, copos e similares), ficando os proprietários responsáveis pelo cumprimento deste decreto, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 251 e seguintes da Lei Complementar Municipal n° 64/2024(Código de Posturas Municipal).

Art. 11. As atrações deverão se atentar à tradicionalidade da festividade, devendo observar o repertório musical, evitando estilos que não coadunem com o evento, como *rap*, *funk*, *hip-hop* e *heavy metal*.

Art. 12. Fica proibida a reprodução sonora, de qualquer natureza, em equipamentos fixos ou em veículos, nas ruas definidas para o evento carnavalesco, conforme o croqui em Anexo II, bem como, suas adjacências no raio de 1 Km (um quilômetro), ressalvados aqueles oficialmente utilizados e autorizados para a promoção do evento.

Art. 13. Fica proibido o uso de fogos de artifício e quaisquer dispositivos que contenham pólvora ou substância explosiva.

Art. 14. O cumprimento das imposições deste Decreto ficará a cargo dos órgãos competentes para a manutenção das normas de ordem pública no Município de Morretes, inclusive com apoio da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 15. A violação de qualquer disposição deste Decreto fará incorrer aos infratores no pagamento de multa e demais sanções previstas na legislação em vigor, em especial as previstas nos artigos 252 e seguintes da Lei Complementar Municipal n° 64/2024 (Código de Posturas Municipal).

Art. 16. Fica expressamente proibida a prática de urinar em vias, logradouros e demais espaços públicos, nos termos do artigo 233 do Código Penal Brasileiro, que dispõe sobre a prática de ato obsceno em local público, aberto ou exposto ao público, sujeitando o infrator à pena de detenção de três meses a um ano, ou multa.

Art. 17. Fica determinada a realocação temporária da Feira da Praça dos Imigrantes para a Rua General Carneiro, no período de 12 de fevereiro de 2026 à 19 de fevereiro de 2026, conforme disposto no Anexo II deste Decreto.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos durante o período de 12 a 19 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 4 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I

CRONOGRAMA E ITINERÁRIO DOS BLOCOS:

14 DE FEVEREIRO DE 2026 - SÁBADO:

Às 18h00 - Bloco Caranguejos do Samba
Concentração: Estrada do Anhaia
Itinerário: Estrada do Anhaia, Rua Marcos Luís de Bona, Rua XV de Novembro, Rua General Carneiro, com encerramento no Largo Drº José dos Santos Pereira Andrade.

15 DE FEVEREIRO DE 2026 – DOMINGO:

Às 17h até às 18h - Bloco Tzudas da Vila

Concentração: Tv. João Turin, na Vila Ferroviária;
Itinerário: Tv. João Turin, Rua Lange de Morretes, Rua César Alpendre, Rua Marcos Malucelli, Rua Antônio Vieira dos Santos, Rua Conselheiro Sinimbú, Rua José Moraes, Rua XV de Novembro, com encerramento no Largo Drº José dos Santos Pereira Andrade.

15 DE FEVEREIRO DE 2026 – DOMINGO:

Às 18h até às 19h – Escola de Samba do Rocio

Concentração: Rua Padre Walter Zimowski, no Rocio;
Itinerário: Rua Padre Walter Zimowski, Rua Miguel Maceno, Rua Olavo Francisco Rebelo, Rua Odilon Negrão, Rua XV de Novembro, com encerramento no Largo Drº José dos Santos Pereira Andrade.

15 DE FEVEREIRO DE 2026 – DOMINGO:

Às 19h até às 20h - Escola de Samba da Vila Ferroviária

Concentração: Tv. João Turin, na Vila Ferroviária;
Itinerário: Tv. João Turin, Rua Lange de Morretes, Rua César Alpendre, Rua Marcos Malucelli, Rua Antônio Vieira dos Santos, Rua Conselheiro Sinimbú, Rua José Moraes, Rua XV de Novembro, com encerramento no Largo Drº José dos Santos Pereira Andrade.

16 DE FEVEREIRO DE 2026 – SEGUNDA:

Às 17h até às 18h - III – Bloco da Berereca:

Concentração: Rua Horácio Luís Pinto, na Raia Velha;

Itinerário: Rua Horácio Luís Pinto, Rodovia Mário Marcondes Lobo, Rua Fernando Amaro, Rua XV de Novembro, Rua Drº José dos Santos Pereira Andrade, Rua Gen. Carneiro.

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:99FFF308

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2632 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 2632 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, Sr. Sebastião Brindarolli Junior, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal 174/2012;

DECRETA:

Art.1º – O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), do município de Morretes, nomeado para o biênio 2026/2027, passa a ser composto pelos seguintes membros:

- CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:
I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: Rayza Tonetti de Ramos
SUPLENTE: Maria Cristina Moraes da Costa Pinto

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E ESPORTE
TITULAR: Ana Elisa Massuco
SUPLENTE: Adriana Assumpção

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TITULAR: Deisy Meduna Valério
SUPLENTE: Lizzandra Leslie de Cassia Oliveira Ervans G. N. dos Santos

IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TITULAR: Gabriel Nunes Silvério
SUPLENTE: Sueli do Pilar da Silva Barros

V - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR: Lilian Cristiane Machado
SUPLENTE: Rafaela Zanardi Bonzato

VI - REPRESENTANTES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TITULAR: Pollyana Carla Noskoski Taveira
SUPLENTE: Carine Hellen Toniolo

- CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

I – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO SHALON
TITULAR: Fernando Henrique Dias da Costa
SUPLENTE: Solange Pinheiro de Jesus

II - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MORRETES- APAE
TITULAR: Ivanise Scremin
SUPLENTE: Michele Lopes de Almeida Biudes

III – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE MORRETES (APMI)
TITULAR: Maria Victória da Cruz
SUPLENTE: Dilcenei Consentino Peres

IV – REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO GIOVANI MALUCELLI
TITULAR: Josemeri do Rocio Malucelli Pulsides
SUPLENTE: Josinez Malucelli Mellinger

V – REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA
TITULAR: Francisca Gomes de Lima
SUPLENTE: Rosecleia da Cruz

VI – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO ESPIRITA JESUS MARIA JOSÉ
TITULAR: Maria de Lourdes Teixeira
SUPLENTE: Aguinaldo Treaquim

Art.2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o decreto nº 2567 de 15 de dezembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 05 de fevereiro de 2026

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:76F6BF17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9727 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA N° 9727 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Revogação da Portaria nº 7821 de janeiro de 2026".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a seguinte Portaria nº 7821 de janeiro de 2026, publicada no diário oficial em 27/01/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3D50907B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7898 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7898 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Cecília Partala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Cecília Partala, portadora do RG 4.XXX.XXX-3, CPF 574.XXX.XXX-06 e PIS/PASEP nº 121.XXXXX.53-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BBB38B6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7899 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7899 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Cilmara Cristina Oliveira Takaski, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial De Direito Administrativo (REDA)**,** o contrato da Sra. Cilmara Cristina Oliveira Takaski, portadora do RG 4.XXX.XXX-6, CPF 697.XXX.XXX-68 e PIS/PASEP nº 123.XXXXX.88-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B1A63F4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7900 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7900 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Srº. Cristiano Dos Santos Ferreira, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato do Srº. Cristiano Dos Santos Ferreira, portador do RG 6.XXX.XXX-7, CPF 016.XXX.XXX-25 e PIS/PASEP nº 125.XXXXX.32-8, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9466E77B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7901 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7901 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Daianna Doris Santos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sra. Daianna Doris Santos, portadora do RG 5.XXX.XXX-5, CPF 029.XXX.XXX-00 e PIS/PASEP nº 127.XXXXX.53-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).
A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0074702B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7902 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7902 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Djenane De Ramos Ribeiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Djenane De Ramos Ribeiro, portadora do RG 4.XXX.XXX-0, CPF 017.XXX.XXX-09 e PIS/PASEP nº 123.XXXXX.70-9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8D85F819

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7903 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7903 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Edirene Do Pilar Santana, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sra. Edirene Do Pilar Santana, portadora do RG 7.XXX.XXX-0, CPF 030.XXX.XXX-32 e PIS/PASEP nº 127.XXXXX.50-5, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E5BC2335

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7904 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7904 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Elaine Cristina Araújo De Souza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Elaine Cristina Araújo De Souza, portadora do RG 7.XXX.XXX-5, CPF 031.XXX.XXX-62 e PIS/PASEP nº 127.XXXXX.53-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).
A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:14FE6709

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7905 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7905 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Eliane Nascimento Da Paz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Eliane Nascimento da Paz, portadora do RG 9.XXX.XXX-7, CPF 052.XXX.XXX-01 e PIS/PASEP nº 206.XXXXX.43-6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:75C75DCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7906 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7906 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Evani Célia De Oliveira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sra. Evani Célia De Oliveira, portadora do RG 5.XXX.XXX-8, CPF 029.XXX.XXX-30 e PIS/PASEP nº 127.XXXXX.52-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:466978A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7907 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7907 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Gilcéa Faria De Mello, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Gilcéa Faria De Mello, portadora do RG 0.XXX.XXX-4, CPF 854.XXX.XXX-00 e PIS/PASEP nº 107.XXXXX.57-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:74FF7EB0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7908 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7908 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Gisele Da Cruz Pereira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados

Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Gisele da Cruz Pereira, portadora do RG 7.XXX.XXX-6, CPF 027.XXX.XXX-00 e PIS/PASEP nº 125.XXXXX.53-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8FB9FEF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7909 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7909 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Graziela De Freitas Dias Dos Santos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Graziela de Freitas Dias dos Santos, portadora do RG 9.XXX.XXX-4, CPF 063.XXX.XXX-01 e PIS/PASEP nº 200.XXXXX.85-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C801CC5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7910 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7910 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Hélora Takata Porcides, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Hélora Takata Porcides, portadora do RG 12.XXX.XXX-2, CPF 096.XXX.XXX-89 e PIS/PASEP nº 210.XXXXX.97-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BDEB2EED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7911 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7911 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Jerusa Cordeiro Lisboa Ribeiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Jerusa Cordeiro Lisboa Ribeiro, portadora do RG 7.XXX.XXX-0, CPF 048.XXX.XXX-03 e PIS/PASEP nº 128.XXXXX.53-6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).
A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8FBA35E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7912 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7912 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Karen Cristine Silva Amarante, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Karen Cristine Silva Amarante, portadora do RG 1.XXX.XXX-13, CPF 076.XXX.XXX-82 e PIS/PASEP nº 131.XXXXX.50-9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DE17C2E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7913 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7913 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Márcia Petryszyn Wesolowicz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Márcia Petryszyn Wesolowicz, portadora do RG 6.XXX.XXX-0, CPF 873.XXX.XXX-91 e PIS/PASEP nº 122.XXXXX.27-7, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:816CCDBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7914 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7914 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Maristela Mendes Da Silva, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Maristela Mendes da Silva, portadora do RG 4.XXX.XXX-5, CPF 813.XXX.XXX-20 e PIS/PASEP nº 124.XXXXX.38-7, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A72A885E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7915 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7915 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Mayra Paola Cordeiro De Oliveira Fulgêncio, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Mayra Paola Cordeiro de Oliveira Fulgêncio, portadora do RG 16.XXX.XXX-1, CPF 464.XXX.XXX-38 e PIS/PASEP nº 168.XXXXX.07-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D5C347FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7916 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7916 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Mônica Corrêa Lima, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Mônica Corrêa Lima, portadora do RG 6.XXX.XXX-0, CPF 017.XXX.XXX-83 e PIS/PASEP nº 125.XXXXX.15-6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E05AC63A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7917 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7917 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Mônica Dos Santos Portela Barbosa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Mônica dos Santos Portela Barbosa, portadora do RG 7.XXX.XXX-0, CPF 033.XXX.XXX-33 e PIS/PASEP nº 128.XXXXX.52-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:36E7853A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7918 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7918 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Natalia Leandra Gonçalves De Paiva, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Natalia Leandra Gonçalves de Paiva, portadora do RG 1.XXX.XXX-1, CPF 115.XXX.XXX-01 e PIS/PASEP nº 207.XXXXX.25-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DEE08C28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7919 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7919 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Prescila Bolzon, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Prescila Bolzon, portadora do RG 7.XXX.XXX-8, CPF 028.XXX.XXX-30 e PIS/PASEP nº 207.XXXXX.83-0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A766BAF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7920 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7920 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Renata Nascimento, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Renata Nascimento, portadora do RG 9.XXX.XXX-9, CPF 053.XXX.XXX-11 e PIS/PASEP nº 206.XXXXX.21-5, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:39ABE3C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7921 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7921 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Rosana Pereira Vidal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Rosana Pereira Vidal, portadora do RG 7.XXX.XXX-7, CPF 025.XXX.XXX-80 e PIS/PASEP nº 200.XXXXX.11-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E5C0DE7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7922 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7922 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Rosiana Nascimento Da Veiga Souza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Rosiana Nascimento da Veiga Souza, portadora do RG 9.XXX.XXX-7, CPF 066.XXX.XXX-10 e PIS/PASEP nº 130.XXXXX.51-6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C6995738

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7923 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7923 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Vanessa Aparecida Nunes De Souza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Vanessa Aparecida Nunes de Souza, portadora do RG 12.XXX.XXX-5, CPF 050.XXX.XXX-40 e PIS/PASEP nº 153.XXXXX.27-5, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7D25C558

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7924 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 7924 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a admissão de servidor sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para o cargo de Professor I, Sr.ª. Viviane De Bona Dos Santos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ**, Sr.º **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 141/2011 de 24/05/2011 e demais legislações pertinentes; do Edital nº 001/2025, Abertura de PSS de 14/11/2025, de resultados Homologados em 12/01/2026; e Edital de Convocação nº 01/2026, de 16/01/2026; de resultados Homologados em 28/01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, pelo período de 04 de fevereiro de 2026 à 04 de fevereiro de 2027, sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), o contrato da Sr.ª. Viviane De Bona Dos Santos, portadora do RG 8.XXX.XXX-4, CPF 043.XXX.XXX-65 e PIS/PASEP nº 128.XXXXX.53-0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestação de serviços na função de Professor I, com carga horária de 20 h/s semanal, percebendo a remuneração mensal de R$ 1.996,27 (um mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assiantura.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B7F31352

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9725 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 9725 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Concede férias aos servidores municipais, referente ao mês de fevereiro/2026"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, **Sebastião Brindarolli Junior**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, férias aos funcionários municipais, mês de fruição Fevereiro de 2026, conforme quadro abaixo discriminado:

NOME	MAT.	PERIODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	TOTAL
1. ANA PAULA FERNANDES DOS SANTOS	512151	11/07/2024 a 10/07/2025	02/02/2026 a 03/03/2026	30
2. ANGELICA DE SOUZA LOURENCO	213682	09/08/2024 a 08/08/2025	23/02/2026 a 09/03/2026	15
3. ANGELINA PETENUSSO RIBEIRO	213331	01/06/2024 a 31/05/2025	18/02/2026 a 04/03/2026	15
4. CLEUZA MARIA VEIGA DA SILVA	213459	20/12/2024 a 19/12/2025	02/02/2026 a 03/03/2026	30
5. DANIELE CUNHA DOS SANTOS	2104	11/10/2024 a 10/10/2025	11/02/2026 a 12/03/2026	30
6. DANIELE ROBERTA DE CASTILHO	213332	01/06/2024 a 31/05/2025	23/02/2026 a 09/03/2026	15
7. DIARONE DO ROSARIO FILHO	214040	02/05/2024 a 01/05/2025	03/02/2026 a 13/02/2026	11
8. ELISANGELA GOMES KOVALSKI	213449	20/12/2024 a 19/12/2025	16/02/2026 a 02/03/2026	15
9. EVANDRO FERNANDES DE PAULA PAZINATTO	235991	01/05/2024 a 30/04/2025	02/02/2026 a 03/03/2026	30
10. INGRIA DA GUIA MARTINS SOLDATI CARDOSO	251561	08/02/2025 a 07/02/2026	02/02/2026 a 03/03/2026	30
11. JANAINA BORGES LEMOS	213003	01/10/2024 a 30/09/2025	26/01/2026 a 24/02/2026	30
12. JHONATAN DAMON CADENA	214045	02/05/2024 a 01/05/2025	09/02/2026 a 13/02/2026	5
13. JOÃO CARLOS PINTO	256721	01/07/2024 a 30/06/2025	02/02/2026 a 03/03/2026	30
14. LARISSA TAIS DA ROSA LANDUCCI	213441	04/12/2024 a 03/12/2025	09/02/2026 a 10/03/2026	30
15. LAURECI ALVES DE SOUZA	213417	13/08/2024 a 12/08/2025	23/02/2026 a 09/03/2026	15
16. LEIDIANE CONCEICAO COSTA	213990	03/01/2025 a 02/01/2026	23/02/2026 a 09/03/2026	15
17. LIZZANDRA LESLIE DE CASSIA OLIVEIRA ERVANS G. NEVES SANTOS	264401	01/04/2024 a 31/03/2025	02/02/2026 a 21/02/2026	20
18. LOANA CONFORTO FERREIRA	264661	14/05/2024 a 13/05/2025	23/02/2026 a 27/02/2026	5
19. LUCAS VALDIR MACHADO	214028	25/03/2024 a 24/03/2025	02/02/2026 a 16/02/2026	15
20. LUIS FERNANDO TRIAQUIM	264821	11/05/2024 a 10/05/2025	02/02/2026 a 03/03/2026	30
21. LUIS ROBERTO BRANDALISE	213971	01/11/2024 a 31/10/2025	04/02/2026 a 13/02/2026	10
22. MARCELA DA SILVA ELIAS	278101	01/07/2024 a 30/06/2025	23/02/2026 a 09/03/2026	15
23. MARCELA PATAGONIA BISCOTO	279261	02/02/2025 a 01/02/2026	23/02/2026 a 09/03/2026	15
24. NIBELLY DOS ANJOS RODRIGUES	213370	15/02/2024 a 14/02/2025	02/02/2026 a 21/02/2026	20
25. RAYZA TONETTI DE RAMOS	214091	01/07/2024 a 30/06/2025	09/02/2026 a 23/02/2026	15
26. SONIA REGINA BARBOZA DA COSTA	304291	20/05/2024 a 19/05/2025	23/02/2026 a 09/03/2026	15
27. SUELEN DA SILVA ROSA	213219	01/08/2024 a 31/07/2025	05/02/2026 a 06/03/2026	30
28. VAGNER GIL RAPP	213515	20/02/2024 a 19/02/2025	02/02/2026 a 16/02/2026	15

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 03 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:19E7613F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9726 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 9726 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Nomeação para o cargo Diretor Geral de Projetos, DAS – 2, Sr.ª. Claudia De Bona, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 04/02/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 04 de fevereiro de 2026, a Sr.ª. Claudia De Bona, para o cargo Diretor Geral de Projetos, DAS – 2, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, CPF n° 053.XXX.XXX-31, RG n° 9.XXX.XXX-3/PR, PIS nº 131.XXXXX.50-5.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:56C83B86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2023 – ID Nº 323/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2023 – ID Nº 323/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/ MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER **,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 13.XXX.XXX-9 SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, **determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 121/2023 – id Nº 323/2023, CONCORRENCIA PUBLICA nº 01/2023** , que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para execução da pavimentação em pavimento rígido da Estrada da América, no Município de Morretes, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura."

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao **CONCORRENCIA PUBLICA** n° 01/2023, cujo objetivo é a **inclusão** do disposto na **Cláusula sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 121/2023 - ID 323/2023,** prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

Red: 410	Programatica: 09.001.26.782.0330.1009.4.4.90.51.00.00	Fonte: 11005
Red: 410	Programatica: 09.001.26.782.0330.1009.4.4.90.51.00.00	Fonte: 31009

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 121/2023 — ID 323/2023.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 04 de fevereiro de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretária Municipal de Infraestrutura
Gestor

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:D126EE46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023- ID Nº 037/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023- ID Nº 037/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23, residente e domiciliado no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000; em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 025/2023, ID nº 037/2023, oriundo do Pregão Eletrônico 56/2022, que tem por objeto "*fornecimento de combustíveis, para os veículos pertencentes à frota municipal, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura".*

O presente instrumento advém do Pregão Eletrônico n° 56/2022, contrato administrativo n° 025/2023, com a empresa **AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.140.848/0001-15, estabelecida na Roa. BR 277, km 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo **Sr. DIOGO JOSÉ MOREIRA,** brasileiro, portador da identidade n° 7.020.054-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 003.392.759-60. CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID 037/2023, Pregão Eletrônico nº 56/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

RED 417 - **10.001.04.122.0013.2.060.3.3.90.30.00.00 .** - FONTE 1000 material de consumo.

RED 424 - **10.001.18.541.2184.2.246.3.3.90.30.00.00.** - FONTE 1000 material de consumo.

RED 424 - **10.001.18.541.2184.2.246.3.3.90.30.00.00.** - FONTE 1510 material de consumo.

RED 424 - **10.001.18.541.2184.2.246.3.3.90.30.00.00.** - FONTE 1511 material de consumo.

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID 037/2023, Pregão Eletrônico nº 56/2022.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 04 de fevereiro de 2026

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura
Gestor

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:F4D505F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2025 – ID Nº 72/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, Sra.

Maria Cristina Moraes da Costa Pinto**,** brasileiro, casada, portador do CPF/MF nº 023.XXX.XXX-27 e RG nº 6.XXX.XXX-0, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 24/2025 – id Nº 72/2025, Inexigibilidade nº 08/2025**, que tem por objeto a "Locação de imóvel situado no endereço Rua XV de Novembro, 263 Centro, na cidade de Morretes no Estado do Paraná, CEP: 83350-000, sob matrícula 3.515.275, imóvel devidamente averbado e documentado, registrado junto ao Cartório de Registro de imóveis da cidade de Morretes, para atendimento do Conselho Tutelar, pelo período de 1 (um) ano, com fundamento no caput do artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no protocolo nº 2093/2025.*"*

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado a **Inexigibilidade nº 08/2025,** cujo objetivo é a **inclusão** do disposto na **Cláusula Quinta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 24/2025 - ID 72/2025,** prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

8.002.08.243.0100.2053 - MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR 1000

Reduzido 361 08.002.08.243.0100.2053.3.3.90.36.00.00 fonte 1000. Natureza: Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Física.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 024/2025 — ID 72/2025.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social
Gestor

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:2BF12BFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025 - ID Nº 11/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025 - ID nº 11/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **MANOEL MEDEIROS MACHADO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 003.XXX.XXX-01, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal n º 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 01/2025, ID nº 11/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 063/2023, que tem por objeto **"*contratação de empresa para fornecimento de recarga de Oxigênio Hospitalar"***.

O presente instrumento advém do Pregão Eletrônico nº 063/2023, Contrato administrativo nº 01/2025 e ID nº 11/2025, com a empresa **IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA D GASES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 67.423.152/0001-78, estabelecida na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, nº 150, em Jundiaí/SP, neste ato representada pelo **Sr. NEWTON DE OLIVEIRA,** brasileiro, portador do Registro Geral nº 5.XXX.XXX-1, inscrito no CPF/MF sob n° 460.XXX.XXX-87. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no inciso IV do art. 136 da Lei Federal n º 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 01/2025, ID nº 11/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 063/2023, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quinta - da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

RED 255 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.30.00.00 – FONTE 1303 – MATERIAL DE CONSUMO

RED 255 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.30.00.00 – FONTE 1369 – MATERIAL DE CONSUMO

RED 255 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.30.00.00 – FONTE 1496 – MATERIAL DE CONSUMO
RED 255 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.30.00.00 – FONTE 7013 – MATERIAL DE CONSUMO

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1369 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1496 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7013 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 01/2025, ID nº 11/2025, do Pregão Eletrônico nº 063/2023.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:FB0714E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2024 - ID Nº 205 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2024 - ID nº 205 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **MANOEL MEDEIROS MACHADO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 003.XXX.XXX-01, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no

inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 067/2024, ID nº 205, oriundo da Dispensa de Licitação nº 37/2024, que tem por objeto **"*contratação de empresa especializada visando a prestação de serviços para aquisição de pacote com 20 (vinte) linhas de telefonia celular na modalidade pós-pago, com chip incluso, que contém descrição detalhada no termo de referência, com o fito de atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde*"**.
O presente instrumento advém da Dispensa de Licitação nº 37/2024, Contrato administrativo nº 067/2024 e ID nº 205, com a empresa **DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 22.366.517/0001-31, estabelecida na Avenida Santa Helena, nº 658, bairro Centro, em Descanso/SC, neste ato representada pelo **Sr. LEANDRO CARLOS SILVEIRA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n° 020.XXX.XXX-06. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 067/2024, ID nº 205, oriundo da Dispensa de Licitação nº 37/2024, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta - da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1495 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7011 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1369 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1496 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7013 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 067/2024, ID nº 205/2021, da Dispensa de Licitação nº 37/2024.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:ED285289

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2021 - ID Nº 228/2021 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2021 - ID nº 228/2021 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **MANOEL MEDEIROS MACHADO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 003.XXX.XXX-01, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 085/2021, ID nº 228/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 055/2021, que tem por objeto **"*contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento térmico de acordo com as normas técnicas da ABNT e normativas ambientais dos resíduos da saúde pertencentes aos grupos A 'infectante', B 'químicos' e 'perfuro cortante' e emissão do Certificado da destinação final, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde*"**.
O presente instrumento advém do Pregão Eletrônico nº 055/2021, Contrato administrativo nº 085/2021 e ID nº 228/2021, com a empresa **AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 07.067.001/0001-00, estabelecida na Rua Alexandre Zanchetta, nº 337, bairro Jardim Itália, em São José dos Pinhais/PR, neste ato representada pelo **Sr. ANDRÉ BERTO XAVIER DA SILVA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n° 023.XXX.XXX-20. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 085/2021, ID nº 228/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 055/2021, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta - da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1495 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7011 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1369 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1496 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7013 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 085/2021, ID nº 228/2021, do Pregão Eletrônico nº 055/2021.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:0BFB945B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2023 - ID Nº 265/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2023 - ID Nº 265/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, a Sra. **MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO**, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF n°. 063.XXX.XXX-50, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, em conformidade com a delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022. Com base no art. 65, §8° da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 109/2023, Id nº 265/2023, oriundo do Pregão nº 43/2023, que tem por objeto "*contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza pública, de roçadas e podas de árvores e arbustos, capinação, raspagem, varrição e remoção de resíduos resultantes dos serviços acima, de vidas, ruas, calçamentos, estradas pavimentadas ou não, calçadas, áreas de prédios públicos, largos e praças, com fornecimento de equipe, combustível, equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a execução dos serviços".*
O presente instrumento advém do Pregão n° 43/2023, contrato administrativo nº 109/2023, com a empresa **Fernando Andrade Moreira e Cia LTDA,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 03.182.785/0001-59, estabelecida na Vila Passa Sete, s/n, bairro Marta, Morretes-PR, neste ato representada pelo **Sr. FERNANDO ANDRADE MOREIRA,** brasileiro, portador da identidade n° 7.142.409-0, inscrito no CPF/MF sob n° 020.129.759-09. CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, §8° da Lei Federal n° 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 109/2023, Id nº 265/2023, oriundo do Pregão nº 43/2023, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1495 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 235 – 07.002.10.301.0160.2036.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7011 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1369 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1496 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7013 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 109/2023 – ID nº 265/2023, Pregão nº 43/2023.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:3B73CCCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2023 - ID Nº 322/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2023 - ID nº 322/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. **MANOEL MEDEIROS MACHADO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 003.XXX.XXX-01, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 120/2023, ID nº 322/2023, oriundo da Dispensa de Licitação nº 59/2023, que tem por objeto **"*a prestação de serviços continuados de monitoramento, por meio de dosimetria de radiação ionizante (monitoramento individual externa e padrão), leitura e registro das doses de radiação recebidas por cada usuário, monitorado e emissão de relatórios mensais e anuais, de acordo com as normas da comissão Nacional de Energia Nuclear- CNEN, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde*"**.
O presente instrumento advém da Dispensa de Licitação nº 059/2023, Contrato administrativo nº 120/2023 e ID nº 322/2023, com a **PRO-RAD COLSULTORES EM RADIO PROTEÇÃO S/A LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 87.389.086/0001-74, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 118, bairro Vila Jardin América, em Cachoeirinha/RS, neste ato representada pelo **Sr. ALWIN WILHELM ELBERN,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n° 111.XXX.XXX-15. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 120/2023, ID nº 322/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 059/2023, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta - da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1303 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1369 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 1496 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

RED 258 – 07.002.10.302.0160.2040.3.3.90.39.00.00 – FONTE 7013 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 120/2023, ID nº 322/2023, da Dispensa de Licitação nº 059/2023.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:43F340A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024 – ID Nº 150/2024 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024 – ID Nº 150/2024 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de **AGRICULTURA, INOVAÇÃO E ABASTECIMENTO**, Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.020.159-23 e RG nº 13.153.219-9 SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 053/2024 – ID nº 150/2024, Pregão Eletrônico Tipo Maior Desconto na forma de Percentual nº 18/2024,** que tem por objeto a *"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, para atender as demandas das Secretarias Municipais, do Poder Executivo Municipal."*

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 018/2024**, cujo objetivo é a **inclusão** do disposto na **Cláusula que dispõe sobre a dotação orçamentária, das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo já citado,** prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:
DOTAÇÃO 11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0
FONTES 1000, 1510 e 1511
REDUZIDO 440
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 053/2024 — 150/2024.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 02 de fevereiro de 2026

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretaria Demandante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:6F1198BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2023 – ID Nº 229/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2023 –
ID Nº 229/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, o Sra. **ADRIANA ASSUMPÇÃO,** brasileiro, divorciada, portador do CPF/MF nº 024.***.***-** e RG nº 7.***.***-7 SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no
§ 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993], **determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 96/2023 – ID Nº 229/2023, PREGÃO ELETRÔNICO N° 45/2023**, que tem por objeto a *"Contratação de serviços de transporte universitário aos estudantes e acadêmicos matriculados nas Universidades, Institutos e centro profissionalizante para fins de prestação de serviços de fretamento eventual de Micro-ônibus e Van em perfeitas condições de utilização e regularmente licenciados, para transporte de pessoas e suas bagagens, em percursos de ida e volta a diversas localidades para fins educacionais."*
CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 45/2023**, cujo objetivo é a **inclusão** do disposto na **Cláusula sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo nº 96/2023 – ID Nº 229/2023,** prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:
06.001.12.122.0041.2.070.3.3.90.39.00.00 - MANUTENCAO DE TRANSPORTE UNIVERSITARIO - ENSINO SUPERIOR - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS -
PESSOA JURIDICA – Reduzida 109 – Fonte 1000

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 96/2023 – ID Nº 229/2023.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 03 DE FEVEREIR DE 2026

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação
Gestor

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:279467A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N° 04 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA N° 04 de 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Designa servidora para operacionalização do Sistema de Registro Escolar."

A **Secretária Municipal de Educação**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Designa a servidora ANA LUCIA FONSECA PIRES DE PAULA, matrícula funcional nº 213514, exclusivamente para fins de acesso, alimentação e operacionalização do Sistema de Registro Escolar Online das Escolas Municipais Rurais, conforme exigência do Núcleo Regional de Educação – NRE.
Art. 2º A presente designação possui natureza meramente administrativa e instrumental, não caracterizando alteração de cargo, função, atribuições legais, nem gerando direito a gratificação, adicional, vantagem pecuniária ou qualquer modificação no contrato de trabalho da servidora.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 5701, de 08/04/2025

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:C5D2E794

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - 03/2026
Nº PROC. ADM. 10/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação DECRETO Nº15/2023 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 29/01/2026 14:11
INÍCIO REC. PROPOSTA: 09/02/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 20/02/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 20/02/2026 08:35
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 1.312.343,6000

OBJETO DO PROCESSO

Registro de Preços para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de fórmulas lácteas gêneros alimentícios: compostos alimentares adulto e infantil (tipo leite), para crianças e pacientes da rede municipal em estado de vulnerabilidade, do município de Nova América da Colina

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link:https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DFKNfRrV%2FRJG7wxOtQ8pCXhx_GUdnAFPLnPGnxSnj2a8myDRCKys1ZAsv3gMgZfmAzj9o1phcGm0xdrBYzfNDGoARqPdlSwOW9oa7_JzBdcY%3D

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:3E2AE5FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2024

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2024
Processo: 04/2024
Partes: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Paraná, no 276, em Nova América da Colina/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.827.204/0001-08 e Empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ –CIEE/PR**, com sede na cidade de CURITIBA/PR, sito à RUA IVO LEÃO, Nº 42, BAIRRO ALTO DA GLÓRIA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80
Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogação de prazo contratual nº25/2024, conforme processo administrativo no 04/2024
Vigência: Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, iniciado no dia 27/02/2026, passando a vencer em 27/02/2027.
Data:05/02/2026
Assinatura: Prefeita: Tania Cristina da Silva Basso / Empresa: Antoninho Caron

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:AC7CA706

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA DO TIPO MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de reforma do prédio do Fundo de Previdência Social de Nova Prata do Iguaçu -- PREVPRATA, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada, compreendendo serviços preliminares (placa de obra), demolições (alvenaria, forro de gesso, vidros e portas), pisos e revestimentos (rodapés, porcelanatos 60x60cm e 90x90cm, contrapisos, revestimentos em áreas molhadas, chapisco, emboço e reboco), paredes e divisórias (drywall e alvenaria de blocos), forro (mineral com estrutura metálica), esquadrias e portas (janelas de alumínio, portas de madeira e portas de correr em alumínio), pintura externa em todo o prédio (fundo selador, massa acrílica/látex e pintura acrílica premium, textura acrílica), instalações elétricas e de rede de internet (fiação completa 1,5mm² a 10mm², quadros de distribuição, disjuntores e DPS, tomadas, interruptores, luminárias LED internas e externas, pontos de internet, caixa de distribuição de rede, iluminação de alta qualidade), instalações hidráulicas e sanitárias (tubulações de PVC para água e esgoto, caixas sifonadas, registros, conexões, cubas, torneiras, louças sanitárias inclusive PCD, metais, caixa reservatória de água), climatização e ventilação (ar-condicionado tipo split inverter 9.000, 12.000, 24.000 e 48.000 BTU/h, rede de dutos e tubulações de cobre isoladas, exaustores axiais de parede 03 unidades), e implantação externa (calçadas em paver intertravado, construção do canteiro para implantação da grama), com área total de reforma de 207,07 m², localizado na Avenida Iguaçu/Rua Castelo Branco, Lote 01, Quadra 45, Centro, Nova Prata do Iguaçu-PR, novos e de primeira qualidade, com entrega completa, garantia e documentação conforme especificações, para garantia de instalações adequadas, funcionais,

acessíveis e seguras para prestação de serviços previdenciários de qualidade**.**

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/02/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de fevereiro de 2026.

CLEUSA APARECIDA DAMASIO TELLES

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:44C4291E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO - PNAE

MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026
O município Nova Prata do Iguaçu, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, nº11/59, inscrita no CNPJ sob nº 78.103.884/0001-05, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício o Senhor Sérgio Vitali, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de entre março à dezembro de 2026. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda **até as 17:00 horas da data de 09 de março de 2026**, no Departamento de Licitação, com sede na Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
Nova Prata do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026.

SÉRGIO VITALI
Prefeito Municipal em exercício

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:46596AD8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6103/2026

PORTARIA Nº 6103/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ESCOLHA DE VAGA EM PROCESSO SELETIVO E POSTERGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2024.

CONSIDERANDO a natureza temporária da contratação, a necessidade excepcional do serviço público e a necessidade de provimento imediato das vagas disponibilizadas;

CONSIDERANDO, que a candidata foi regularmente convocada no âmbito do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2024, através da Portaria nº 6090/2026;

CONSIDERANDOo requerimento e o atestado médico apresentados pela candidata, comprovando o estado gestacional/parto e a impossibilidade de assunção imediata das atividades, pois encontra-se em gozo de licença maternidade, com término previsto para 30 de maio de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à escolha da vaga, sem prejuízo ao afastamento legalmente concedido.

RESOLVE

Art. 1º-Garantir à candidata **Simone Figueiredo dos Santos Gruber**, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2024, o direito à escolha da vaga para a qual foi convocada, resguardado o direito de ser convocada novamente, durante o prazo de validade do edital, para a primeira vaga disponível após o término de sua licença maternidade.

Art. 2º- A Administração poderá convocar o próximo candidato habilitado para a vaga imediata, ante a necessidade excepcional do serviço público e a necessidade de provimento imediato das vagas disponibilizadas.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:35D9C4F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6104/2026

PORTARIA Nº 6104/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Declara abandono de vaga do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado 005/2024.

DECLARA

Art. 1º - Abandono de vaga do Processo Seletivo Simplificado 005/2024, abaixo relacionada:

SILVANI BARTNIK, convocada pela portaria nº 6090/2026, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, para o cargo de Professora, pelo não comparecimento em tempo hábil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:15BA16E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6105/2026

PORTARIA Nº 6105/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Declara abandono de vaga do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado 005/2024.

DECLARA

Art. 1º - Abandono de vaga do Processo Seletivo Simplificado 005/2024, abaixo relacionada:

SILVANI BARTNIK, convocada pela portaria nº 6090/2026, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, para o cargo de Professora, pelo não comparecimento em tempo hábil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:B5572E63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6106/2026

PORTARIA Nº 6106/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Autoriza afastamento de Servidora Pública Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, para missão oficial no país ou no exterior.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 106 da Lei Municipal n.º 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar afastamento da Servidora Pública Municipal **Luciane Lazzarotto**, matricula funcional nº 8661-02, ocupante de cargo efetivo de professora, para missão oficial no país ou no exterior, representando o Município de Nova Prata do Iguaçu no Programa de Intercâmbio Ganhando Mundo Professor no Estado do Paraná, para fins de participação na formação continuada no exterior promovida pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, com início em 06/02/2026 e término em 02/03/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:9579903D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6107/2026

PORTARIA Nº 6107/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Convoca candidatos aprovados em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2024 de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024.

RESOLVE

Art. 1º - Convocar candidatos aprovados em Processo Seletivo Simplificado nº 005/2024, conforme segue:

PROFESSOR

***Aline Terezinha Goudinho**

***Ana Paula Levinski da Cunha**

***Sayonara Eleuterio Picker**

Art. 2º - Os candidatos convocados deverão comparecer em até 02 (dois) dias úteis após a publicação em Diário Oficial do Município, no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:0374176C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6108/2026

PORTARIA Nº 6108/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Revoga férias de Servidora Pública Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Revogar férias concedida através da Portaria nº 6039/2025 da Servidora Pública Municipal **Daiane Anzolin Alberton**, matricula funcional nº 15281-01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, por necessidades administrativas, a partir de 23 de janeiro de 2026, ficando 11(onze) dias em haver deste período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 23 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:FE10CB52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6109/2026

PORTARIA Nº 6109/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Revoga férias de Servidora Pública Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Revogar férias concedida através da Portaria nº 6039/2025 da Servidora Pública Municipal **Magali Meurer**, matricula funcional nº 13001-01, ocupante do cargo de Farmacêutica, por necessidades administrativas, a partir de 31 de janeiro de 2026, ficando 10 (dez) dias em haver deste período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:D71322D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6110/2026

PORTARIA Nº 6110/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Revoga férias de Servidora Pública Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Revogar férias concedida através da Portaria nº 6039/2025 da Servidora Pública Municipal **Claudete Figuero Koerich**, matricula funcional nº 11521-02 ocupante do cargo de Enfermeira, por necessidades administrativas, a partir de 26 de janeiro de 2026, ficando 10 (dez) dias em haver deste período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 26 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:F05FD6F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6111/2026

PORTARIA Nº 6111/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Concede férias a Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, conforme segue:

MARISA SOUZA CORREA, matricula funcional nº 142346-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2024 a 01/05/2025, de 02/02/2026 a 16/02/2026 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:32DC837E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 6112/2026

PORTARIA N.º 6112/2026
DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Prorroga licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu e, dá outras providências.

SERGIO VITALI, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde para Servidora Pública, abaixo descrita:

Adriana Borges Mizerski, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, portadora da matricula 15511-1, conforme Perícia Médica (Requerimento nº 002/2026) até 18/04/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 19 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:671C1803

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista a documentação apresentada pela Comissão de Licitações, homologo o processo licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 062/2025, tendo como objeto a Aquisição de 01 (um) Triciclo Automotor para Pintura Viária em atendimento ao Termo de Convênio nº 733/2025 firmado entre o Município de Nova Prata do Iguaçu e a Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR, em favor a empresa **MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA – CNPJ Nº 11.089.258/0001-03.**
Determino a elaboração dos correspondentes contratos nos termos legais.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de fevereiro de 2026.

SERGIO VITALI
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2025
CONTRATANTE: Município de Município de Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, n° 11/59, centro, CEP: 85685-000 – Nova Prata do Iguaçu-Pr, inscrito no CGC/MF nº 78.103.884/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Em Exercício, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sergio Vitali, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.842.392-0 SSP/PR e do CPF/MF nº 980.015.159-15, e
CONTRATADA: MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA – CNPJ Nº 11.089.285/0001-03.
OBJETO: Fornecimento do seguinte equipamento, Lote 1: Máquina de Pintura de Sinalização Viária.
VALOR: R$ 295.360,00 (duzentos e noventa cinco mil trezentos e sessenta reais)
PRAZO DE ENTREGA: 60 (sessenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de fevereiro de 2026.
FORO: Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná.
Nova Prata do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:34ACD4D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 016/2025 – COM INVERSÃO DE FASES.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Rodovia PR-471, trecho que liga o município de Nova Prata do Iguaçu até a balsa de acesso ao município de Três Barras do Paraná (coordenadas iniciais Latitude: 25°37'32.98"S e Longitude: 53°20'27.13"W; coordenadas finais Latitude: 25°35'10.25"S e Longitude: 53°16'33.74"W), com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias, compreendendo serviços preliminares (placa de obra e estaqueamento), execução de remendos profundos com materiais pétreos (macadame seco) nos pontos críticos identificados, execução de base em brita graduada simples (BGS) sobre toda a extensão, aplicação de imprimação com emulsão EAI e pintura de ligação com emulsão RR-1C, revestimento asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) utilizando CAP 50/70, implantação de sistema completo de drenagem pluvial (bueiros tubulares de concreto, bocas de bueiro, caixas coletoras e dissipadores de energia), implantação de sinalização de trânsito horizontal e vertical, serviços complementares (limpeza, cascalhamento de bordas), administração local da obra, instalação de canteiro, mobilização e desmobilização de equipamentos, e realização de todos os ensaios tecnológicos necessários ao controle de qualidade, totalizando 54.000,00 m² de área pavimentada (9.000,00 metros de extensão x 6,00 metros de largura), no Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, em conformidade com as normas técnicas do DER/PR, DNIT e ABNT. Convênio nº 023/2025 – Secretaria da Infraestrutura e Logística (SEIL).
EMPRESA VENCEDORA:
MINERPAV LTDA – CNPJ Nº 46.782.494/0001-04
VALOR GLOBAL: R$ 11.202.548,63 (onze milhões, duzentos e dois mil quatrocentos quarenta e oito reais e sessenta três centavos).
Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto à empresa vencedora.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de fevereiro de 2026.

SÉRGIO VITALI
Prefeito Municipal Em Exercício

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista a documentação apresentada pela Comissão de Licitações, homologo o processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 016/2025 – COM INVERSÃO DE FASES, tendo como objeto Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Rodovia PR-471, trecho que liga o município de Nova Prata do Iguaçu até a balsa de acesso ao município de Três Barras do Paraná (coordenadas iniciais Latitude: 25°37'32.98"S e Longitude: 53°20'27.13"W; coordenadas finais Latitude: 25°35'10.25"S e Longitude: 53°16'33.74"W), com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias, compreendendo serviços preliminares (placa de obra e estaqueamento), execução de remendos profundos com materiais pétreos (macadame seco) nos pontos críticos identificados, execução de base em brita graduada simples (BGS) sobre toda a extensão, aplicação de imprimação com emulsão EAI e pintura de ligação com emulsão RR-1C, revestimento asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) utilizando CAP 50/70, implantação de sistema completo de drenagem pluvial (bueiros tubulares de concreto, bocas de bueiro, caixas coletoras e dissipadores de energia), implantação de sinalização de trânsito horizontal e vertical, serviços complementares (limpeza, cascalhamento de bordas), administração local da obra, instalação de canteiro, mobilização e desmobilização de equipamentos, e realização de todos os ensaios tecnológicos necessários ao controle de qualidade, totalizando 54.000,00 m² de área pavimentada (9.000,00 metros de extensão x 6,00 metros de largura), no Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, em conformidade com as normas técnicas do DER/PR, DNIT e ABNT. Convênio nº 023/2025 – Secretaria da Infraestrutura e Logística (SEIL), em favor a empresa **MINERPAV LTDA – CNPJ Nº 46.782.494/0001-04.**
Determino a elaboração do correspondente contrato nos termos legais.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de fevereiro de 2026.

SÉRGIO VITALI
Prefeito Municipal Em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2026
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 016/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Minerpav Ltda - CNPJ nº 46.782.494/0001-04 – Município de Realeza - Pr.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Rodovia PR-471, trecho que liga o município de Nova Prata do Iguaçu até a balsa de acesso ao município de Três Barras do Paraná (coordenadas iniciais Latitude: 25°37'32.98"S e Longitude: 53°20'27.13"W; coordenadas finais Latitude: 25°35'10.25"S e Longitude: 53°16'33.74"W), com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias, compreendendo serviços preliminares (placa de obra e estaqueamento), execução de remendos profundos com materiais pétreos (macadame seco) nos pontos críticos identificados, execução de base em brita graduada simples (BGS) sobre toda a extensão, aplicação de imprimação com emulsão EAI e pintura de ligação com

emulsão RR-1C, revestimento asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) utilizando CAP 50/70, implantação de sistema completo de drenagem pluvial (bueiros tubulares de concreto, bocas de bueiro, caixas coletoras e dissipadores de energia), implantação de sinalização de trânsito horizontal e vertical, serviços complementares (limpeza, cascalhamento de bordas), administração local da obra, instalação de canteiro, mobilização e desmobilização de equipamentos, e realização de todos os ensaios tecnológicos necessários ao controle de qualidade, totalizando 54.000,00 m² de área pavimentada (9.000,00 metros de extensão x 6,00 metros de largura), no Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, em conformidade com as normas técnicas do DER/PR, DNIT e ABNT. Convênio nº 023/2025 – Secretaria da Infraestrutura e Logística (SEIL)
VALOR: R$ 11.202.548,63 (onze milhões, duzentos e dois mil quatrocentos quarenta e oito reais e sessenta três centavos).
RUBRICA ORÇAMENTARIA: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; 003 Departamento de Estradas; 26.0782.0014.1015 Pavimentação e Adequação de Estradas; 4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações**.**
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA DA EXECUÇÃO: 06 (seis) meses.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:E7B3FDA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026
Tendo em vista a documentação apresentada, HOMOLOGO a contratação direta do processo administrativo n° 018/2026 da Dispensa de Licitação n° 002/2026, após parecer jurídico, com fundamento no inciso II do artigo nº 75 da Lei nº 14.133/2021, para Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria, visando à Elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, à Atualização do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como à Elaboração do Protocolo Intersetorial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e do Protocolo Intersetorial de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência Vítimas de Violência, para atender demanda do Município de Nova Prata do Iguaçu PR
DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total será de R$ 13.100,00 (treze mil e cem reais).
DA EMPRESA CONTRATADA: TRIUNFAR ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA – CNPJ N° 41.597.900/0001-45.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá a vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias da sua apresentação, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato.
OBS: Demais informações encontram-se dispostas no Termo de Referência, Edital de Dispensa Eletrônica n° 002/2026 e demais documentações que é parte integrante desta contratação.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de fevereiro de 2026.
Sérgio Vitali
Prefeita Municipal em Exercício
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 018/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Triunfar Assessoria, Consultoria e Treinamentos LTDA - CNPJ nº 41.597.900/0001-45 – Mandaguaçu - PR.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria, visando à Elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, à Atualização do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como à Elaboração do Protocolo Intersetorial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e do Protocolo Intersetorial de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência Vítimas de Violência, para atender demanda do Município de Nova Prata do Iguaçu PR.
VALOR: R$ 13.100,00 (treze mil e cem reais).
PAGAMENTO: Pagamento em até 30 (trinta) dias após a liquidação.
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 07 Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, para o Idoso e para o Imigrante; 002 Departamento de Articulações de Políticas Públicas; 08.244.0007.2-010 Manutenção da Secretaria de Políticas para a Mulher; 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:681BFE18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO ACRÉSCIMO DE ITEM PE 33/2025
EMPRESA D CAMP

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 | Esquina com Rua Estados Unidos, 1119
Fone: (44)3244-0444
CEP 87.140-000 | PAIÇANDU-PR
e-mail: educacao@paicandu.pr.gov.br
CNPJ: 30.372.351/0001-94
1° TERMO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE ITENS POR RESCISÃO
ATA DE REG. PREÇOS Nº 134/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 56/2025
FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com sede na Onésio Francisco de Farias , nº 782, Centro em Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representado pela sua Presidente Senhora **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI**, brasileira, portador da C.I/R.G. nº 7.870.995-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 032.744.339-18, denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **D. CAMP ALIMENTOS LTDA,** CNPJ nº 60.496.699/0001-54, com endereço Rua Marechal Floriano Peixoto, CEP 87140000, representada por **MAIZA DE CAMPOS NASSER**, Carteira de identidade nº **.325.***- 7, inscrito no CPF nº ***.643.***-87, denominada **CONTRATADA,** tendo em vistas o que dispõe as normas gerais da Lei nº 14.133/21 e suas alterações e demais disposições legais e ainda as condições do Pregão Eletrônico nº 33/2025, celebram o presente termo aditivo para **ACRÉSCIMO DO ITEM 51 – ORÉGANO com 100 gramas,** proveniente da RESCISÃO AMIGAVEL do fornecedor 1º colocado, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o **1º termo aditivo - ACRESCIMO DO ITEM 51 – ORÉGANO com 100 gramas pela rescisão total da ata do fornecedor 1º colocado (COMÉRCIO DE FRIOS MARTINS – ARP Nº 137/2025),** nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto é a Ata de Registro de Preços é a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) destinados a atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Centros Municipais de Educação Infantil deste Município para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
CLÁUSULA SEGUNDA
A partir desta data ficam **acrescidos** na presente ARP nº 137/2025, os seguintes itens:

ITEM	UN	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
51	1.200	UNID	ORÉGANO - Orégano: deve ser constituído de folhas sãs e limpas. Acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Deve apresentar coloração verde pardacenta, aspecto, cheiro e sabor característico. Embalagens de 100g, com dizeres de rotulagem, data de validade, conforme legislação vigente. Legislação: Resolução - RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005.	R$ 2,50	R$ 3.000,00

			TOTAL ACRÉSCIDO		**R$ 3.000,00**

CLÁUSULA TERCEIRA
O valor inicial desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 134/2025, passará do total de R$ 1.085.185,00 (um milhão, oitenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais) com o 1º termo de acréscimo para o valor de R$ 1.088.185,00 (um milhão, oitenta e oito mil, cento e oitenta e cinco reais).

Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Ata de registro de Preços Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 03 de fevereiro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

MAIZA DE CAMPOS NASSER
Administrador

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE ITENS POR RESCISÃO
ATA DE REG. PREÇOS Nº 134/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 56/2025
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.351/0001-94.
CONTRATADO: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 60.496.699/0001-54.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o **1º termo aditivo - ACRÉSCIMO DO ITEM 51 – ORÉGANO com 100 gramas pela rescisão total da ata do fornecedor 1º colocado (COMÉRCIO DE FRIOS MARTINS – ARP Nº 137/2025),** nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto é a Ata de Registro de Preços é a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) destinados a atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Centros Municipais de Educação Infantil deste Município para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
CLÁUSULA SEGUNDA
A partir desta data ficam **acrescidos** na presente ARP nº 94/2024, os seguintes itens:

ITEM	UN	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
51	1.200	UNID	ORÉGANO - Orégano: deve ser constituído de folhas sãs e limpas. Acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Deve apresentar coloração verde pardacenta, aspecto, cheiro e sabor característico. Embalagens de 100g, com dizeres de rotulagem, data de validade, conforme legislação vigente. Legislação: Resolução - RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005.	R$ 2,50	R$ 3.000,00
			TOTAL ACRÉSCIDO		**R$ 3.000,00**

CLÁUSULA TERCEIRA
O valor inicial desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 134/2025, passará do total de R$ 1.085.185,00 (um milhão, oitenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais) com o 1º termo de acréscimo para o valor de R$ 1.088.185,00 (um milhão, oitenta e oito mil, cento e oitenta e cinco reais).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 03 de fevereiro de 2025.

Fundação Educação De Paiçandu
ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:DF574105

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 05º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025

EXTRATO DO 05º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.372.351/0001-94.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 01º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 29/01/2026 às 09:20 horas,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Educação de Paiçandu, juntamente com o transporte escolar, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
5	ARLA	LITROS	BANDEIRA BRANCA	3,29

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
5	ARLA	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**2,99**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 89/2025 no Pregão nº 23/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu - PR, 29 de janeiro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:F6856DF0

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°37/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 11 fevereiro de 2026, às 10h30min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **FARMACÊUTICO 30HS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
SIRLEI SABINA PREZA	7ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;

g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do COREN, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do pedido de dispensa de Amanda Carolina dos Santos Barroso.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4FDABF33

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº35/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 11 de fevereiro de 2026, às 09h30min**, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS 40 horas.**

Nome das candidatas	Classificação
ELIANE APARECIDA MANCUZO DA SILVA	27ª
JOANA MARIA DOS SANTOS VOLTOLINO	28ª
JOSIMARA APARECIDA DE CARVALHO	29ª
MARIA GABRIELA MENEGASSI MACIEL	30ª
TEREZA KURUDZ DOS SANTOS	31ª
ADANIUVA CASSIMIRO	32ª
ERICA BENTO NASARIO	33ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;

j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Marily Souza Batista e Elidia Maria de Lima, dos términos de contratos de Roseli Aparecida da Ressureição Ribeiro, Cleonice Alves de Souza, Judite Aparecida Lopes de Andrade, Zuleide Monteiro Teles e Josimara Aparecida de Carvalho.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3CC804F8

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº36/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:
Convocar a candidata abaixo relacionado, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 11 de fevereiro de 2026, às 10h00min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **ENFERMEIRO 40HS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
ANAIELLE CRISTINA CARBONI	5ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do COREN, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Janaina da Silva Tavares.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8249AB20

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº38/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 11 de fevereiro de 2026, às 10h40min**, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **MOTORISTA "D" ou "E" PSS.**

Nome dos candidatos	Classificação
MARCIO SOTO RUIZ	26°
WAGNER DE SOUZA GOMES	27°
CLEVERSON WESLEY PICHELLI	28°
LUCIANE SANTOS FORESTI	29ª
JAMIL ALVES EL ALAM	30°

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, da Carteira Nacional de Habilitação "D" ou "E", do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Douglas Souza Alves, Celio Fonseca Sobrinho, André Joaquim dos Santos, Dirceu Rodrigues Sotos e Ademir Aparecido Gonçalves.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1948D3C8

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionados, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 11 de fevereiro de 2026, às 11h00min**, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM 35HS PSS.**

Nome das candidatas	Classificação
CELMA MARIA MARQUES	40ª
WANILDA DE MIRANDA BAZZOTTI	41ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do COREN, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Maria Claudina Baqueta e do pedido de dispensa de Solange Lopes Ribeiro.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2B536A87

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 5º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 6º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 29/01/2026 as 09:20 hrs),** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Saúde, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
5	ARLA	LITROS	BANDEIRA BRANCA	3,29

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
5	ARLA	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**2,99**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 1462/2024 no Pregão nº 21/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu – PR, 29 de janeiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:B3C3EB02

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 43/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***9 a 23 de fevereiro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora *MARCIA DE JESUS PEREIRA*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *173.***-7 SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.632.***-53,

ocupante do cargo efetivo de ZELADORA desde 2 de fevereiro de 1995.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:857F071A

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 44/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***19 de fevereiro a 20 de março de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora MARIA IZABEL BERNARDINO GONCALVES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº ***4562* SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.812.***-68, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE desde 4 de março de 2002.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FD36A75F

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 45/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***16 de fevereiro a 17 de março de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora *MICHELE DA COSTA SOUZA*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.239.***-7/SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.953.***-66, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO desde 03 de janeiro de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7B750093

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 46/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***19 de fevereiro a 10 de março de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora RENATA APARECIDA FANTIN DE MELO ASINELLI, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.907.***-6 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.139.***-72, ocupante do cargo efetivo de DENTISTA desde 10 de junho de 2002.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:168D3409

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 47/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***23 de fevereiro a 24 de março de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora ROSINEIDE DE FATIMA BORGO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº ***.727.** SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.021.***-53, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais desde 18 de janeiro de 2007.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3E3D014E

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 48/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***2 a 16 de fevereiro de 2026,*** a Servidora Pública Municipal, Senhora SILVANA DE FATIMA ARCENI NOGUEIRA, portadora

da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.637.***-8 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.233.***-89, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 3 de maio de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4FD6345D

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 49/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 1 de fevereiro de 2026, do cargo CLT de TECNICO DE ENFERMAGEM 35HS PSS, desde 14 de novembro de 2025, a Servidora Pública Municipal, Senhora SOLANGE LOPES RIBEIRO, portadora do Registro Geral número 036.***.699-** SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 036.***.699-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0E1842CD

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 50/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER, nas repartições públicas da Fundação de Saúde de Paiçandu, em virtude do feriado de carnaval (17/2/2026), **sem interrupção dos serviços essenciais,** recesso no dia 16 de fevereiro e 18 de fevereiro de 2026 até as 12:59 horas, retornando as atividades normais a partir das 13:00 horas.
.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2254C20B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 51/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de FARMACÊUTICO 30HS PSS, a Senhora AMANDA CAROLINA DOS SANTOS BARROSO, portadora do Registro Geral nº 10.***.896-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 086.***.759-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 3 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:28A35681

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convite
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Fundação Saúde de Paiçandu comunica e Convida, a população para AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizado presencial e on-line, no dia 27 de fevereiro de 2026 , para a prestação de contas do 3º quadrimestre de 2025.

A audiência acontecerá ás 19:00, será realizada presencial e on-line através do Facebook da Câmara Municipal e da Prefeitura de Paiçandu.

O objetivo da audiência,é garantir a transparência das ações realizadas pela Fundação de Saúde.

DATA: 27 de fevereiro de 2.026
HORA:19h
LOCAL: Auditório Câmara Municipal de Vereadores
ENDEREÇO: R. Onésio Francisco de Farias 703 – Jd Girotto Atenciosamente

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

ISMAEL BATISTA
Prefeito
Vice- Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:5B607C85

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº34/2026

de 3 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 11 de fevereiro de 2026, às 08h30min**, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HORAS PSS.**

Nome dos candidatos	Classificação
MARCELA ANDRADE PORFIRIO DE SOUZA	24ª
ISABELA POLOSCHI DOS SANTOS	25ª
RAIMUNDA EDGETE RODRIGUES DA SILVA	26ª
ANTONIO DONIZETTI DE SOUZA	27°
MARIA ALICE CELESTINO TEIXEIRA	28ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d)Comprovante de endereço atualizado,emitido nos últimos 60(sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

l) CPF, fotocópia e original da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Janaina Candida Pereira, Mara Priscila da Silva Veroneze, da exoneração de Rosilene Amaral Neves, do pedido de dispensa de Jessica Damasceno Lima e do Oficio n° 30/2026 do Transporte Sanitário.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 3 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B3D5FF23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 05º TERMO DE APOSTILAMENTO – POSTO MACEDO

EXTRATO DO 05º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 05º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 29/01/2026,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
5	**ARLA**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 3,29

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
5	**ARLA**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 2,99**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-PR, 05 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal De Paiçandu

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:ADB3C709

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO 07/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2026
DISPENSA Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATADO: **TRANSACACIA AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob n° 72.134.307/0001-96**.**
OBJETO: O objeto desta DISPENSA é Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, com fornecimento de veículos adequados e motorista habilitado, para o transporte de agricultores e empreendedores do turismo do município até o local de realização da 38º edição do Show Rural Coopavel, na cidade de Cascavel-PR, bem como o retorno.

ITEM	DESCRIÇÕES/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

		MEDIDA			R$
01	Ônibus executivo com 42 lugares, Ar condicionado, som ambiente, microfone, serviço de bordo (água), geladeira, porta copos, poltronas soft reclináveis, sanitário e bagageiro. 1 motorista	Un	01	R$ 5.300,00	R$ 5.300,00
	TOTAL				**R$ 5.300,00**

VALOR: R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

Paiçandu, 05 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:800E4BC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 35/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Camilo Gomes do Nascimento, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.163.099-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:34A4777E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 48/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Jose Paulo dos Reis, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.481.699-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:298AE3DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 49/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Jose Ramos, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.410.389-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C03EE6BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 50/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Motorista (“D” ou “E”) - PSS, o Senhor Jose Justino de Oliveira, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.648.029-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:41D880AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 53/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Motorista (“D” ou “E”) - PSS, o Senhor Reinaldo dos Santos, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.144.269-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C23C0793

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 54/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Motorista (“D” ou “E”) - PSS, o Senhor Marcos Bernardo da Silva, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.810.169-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4A36568D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 55/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Operador de Máquinas Pesadas- ``D´´- PSS, o Senhor Osvaldo Aparecido dos Santos, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.627.309-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:287FB586

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 56/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Educadora Social - PSS, a Senhorita Sonia Valeria Rossi, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.088.589-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F392CF17

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 57/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)- PSS, a Senhora Elina Boa Sorte Silva, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.983.789-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:77B5AC5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 58/2026

de 2 de fevereiro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 2 de fevereiro de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)- PSS, a Senhora Dayane Niedo de Souza, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.124.699-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 2 de fevereiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1B1850FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 – CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, delibera pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, referente a Deliberação nº 019/2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 2.379/2014, de 25 de Julho de 2014 órgão normativo, consultivo, deliberativo e controlador das respectivas ações em todos os níveis da estrutura organizacional do governo municipal e,
CONSIDERANDO a deliberação e aprovação na 1º reunião ordinária, ocorrida em 03 de fevereiro de 2026, registrada na ata ordinária nº01/2026;

RESOLVE:

Art. 1°. Deliberar pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, Deliberação nº 019/2023 - CEDIPI-PR, referente ao repasse de recursos do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paiçandu, 03 de fevereiro de 2026.

ROSELI CHEM
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:5F368298

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 – CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, delibera pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, referente a Deliberação nº 024/2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 2.379/2014, de 25 de Julho de 2014 órgão normativo, consultivo, deliberativo e controlador das respectivas ações em todos os níveis da estrutura organizacional do governo municipal e,
CONSIDERANDO a deliberação e aprovação na 1º reunião ordinária, ocorrida em 03 de fevereiro de 2026, registrada na ata ordinária nº01/2026;

RESOLVE:

Art. 1°. Deliberar pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, Deliberação nº 024/2023 - CEDIPI-PR, referente ao repasse de recursos do Incentivo Paraná Viaja Mais 60+;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paiçandu, 03 de fevereiro de 2026.

ROSELI CHEM
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:1DDC908E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispões sobre a constituição das Comissões Temáticas/ Técnicas, conforme artigo 13 do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI de Paiçandu - PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA** - CMDPI, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal nº 2379/2014;
CONSIDERANDO as orientações contidas no Art. 13º do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - Paiçandu/Paraná;
CONSIDERANDO a respectiva deliberação de sua plenária, ocorrida na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, realizada na data de 03/02/2026 e registrada na ata ordinária nº01/2026;

RESOLVE:

Art.1°. Deliberar pela composição atual das Comissões Temáticas/Técnicas permanentes ou temporárias de acordo com a necessidade, sendo constituídas por deliberação da sessão plenária do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI.
Art.2°. Conforme o artigo 13 do Regimento Interno do CMDPI, as 04(quatro) Comissões técnicas permanentes ou temporárias serão formadas, no mínimo de 02 (duas/dois) conselheiros (as), assim designadas:
I - À Comissão de Políticas Públicas:
Maria Madalena Raimundo;
Maria Lucia da Silva Justi.
II - À Comissão de Finanças:
Ana Maria Massoni de Oliveira;
Claudemir Aparecido Leibante.
III - À Comissão de Fiscalização e Cadastro:

Roseli Chem;
Paulino Gonçalves;
Ana Paula de Oliveira Ferreira;
Monica Pereira da Silva Bueno.

IV - À Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização:
Paulino Gonçalves;
Maria Inês da Silva Todon.

Art. 3°. A presente resolução entra em vigor na presente data.

Paiçandu, 04 de Fevereiro de 2026

ROSELI CHEM
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:86FF9016

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 15/01/2026

Ata da 1ª sessão extraordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 16 (dezesseis) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 1ª sessão extraordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador Diego Fabrício Zanetti, secretariada pelos Vereadores Fabíola Mereles 1ª Secretária, e Edenir José Gaio Flores 2º Secretário, e presentes os Vereadores, Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos e Roberto Bueno Marques, convocada para apreciação em 1ª discussão dos Projetos de Lei 6623 ao 6646/2026. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e informou que a discussão das atas das sessões anteriores, 46ª Sessão Ordinária e 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Sessões Extraordinárias, seriam transferidas para a próxima sessão. O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: Ofício 10/2026, em resposta ao ofício 300/2025 da Câmara informando que o Município de Palmeira recebeu e tomou ciência da Recomendação Administrativa nº 01/2025 do TCE-PR, reconhecendo seu caráter orientativo. Esclarece a estrutura atual da Administração Tributária,

composta por 7 fiscais, e destaca a evolução do requisito de escolaridade, que passou do nível médio para o superior nos concursos mais recentes. Informa ainda a adesão ao Portal Nacional da NFS-e e a utilização de sistema próprio já operacional. Por fim, ressalta que eventuais revisões futuras dependerão de estudos técnicos, jurídicos e orçamentários, reafirmando o compromisso com a legalidade, boa governança e segurança jurídica; Ofício 13/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6634/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 3.000,00; Ofício 14/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6632/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 5.000.000,00; Ofício 15/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6630/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.000.000,00; Ofício 16/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6626/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 30.000.000,00; Ofício 17/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6633/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 700.000,00; Ofício 18/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6627/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 190.000,00; Ofício 19/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6629/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.100.000,00; Ofício 20/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6631/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 500.000,00; Ofício 21/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6625/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 15.306.670,46; Ofício 22/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6623/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 13.000.000,00; Ofício 23/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6628/206 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 3.066.000,00; Ofício 24/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6624/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 400.000,00; Ofício 25/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6635/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 700.000,00; Ofício 26/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6637/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 20.000,00; Ofício 27/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6636/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.083.273,42; Ofício 28/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6638/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 11.000.000,00; Ofício 29/2026, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6641/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 3.926.670,00; Ofício 30/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 66400/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 27.000.000,00; Ofício 31/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6639/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 520.000,00; Ofício 32/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6642/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 650.000,00; Ofício 33/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6643/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.200.000,00; Ofício 34/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6644/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.001.720,08; Ofício 35/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6646/2025 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 9.241.446,00; Ofício 36/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6645/2026 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 260.000,00; Ofício 158/2025, do Senhor Juliano Barauce de Oliveira, Diretor Presidente do RPPS, informando o recebimento de ofício 13795/2025 do Ministério da Previdência Social que solicita esclarecimentos sobre as providências adotadas pelo Município quanto à discussão e aprovação de uma reforma do plano de benefícios do RPPS; Ofício do Senhor Odilmar Franco, Presidente da Associação Catavento, solicitando a cessão do Plenário da Câmara para realização de reunião com os presidentes e diretores das associações de moradores do município; Ofício 01/2026 do senhor Igor Henrique Michalski Moreira, Secretário de Cultura e Comunicação, o qual solicita a cessão do Plenário da Câmara para realização de Palestra sobre Empreendedorismo Feminino, no dia 02 de fevereiro às 19h; Do Departamento de Segurança e Trânsito: Ofício 125/2025, em resposta à indicação 339/2025, informando que a solicitação foi analisada e incluída no Programa de Mobilidade Urbana do Município, onde será considerada juntamente com as demais demandas; Da Secretaria Municipal de Saúde: Ofício 1133/2025 em resposta ao Anteprojeto 02/2025, informando que o Município considera inviável, no momento, implementar ou manter uma política municipal de fornecimento de absorventes higiênicos, uma vez que essa demanda já é atendida pela distribuição gratuita realizada pelo Programa Farmácia Popular, conforme legislação estadual do Paraná. Assim, a criação de uma nova ação municipal com a mesma finalidade seria desnecessária, sem prejuízo à continuidade do atendimento já assegurado; Ofício 1068/2025 em resposta ao Anteprojeto 07/2025, informando que é a execução é inviável no momento devido à alta e imprevisível demanda, aos custos elevados e contínuos de implantação e manutenção e às restrições legais e orçamentárias do município. Ressalta ainda que os recursos necessários comprometeriam ações prioritárias da saúde, concluindo que o município não possui condições administrativas, financeiras e legais para implementar o programa; Da Secretaria de Assistência Social: Ofício 255/2025 em resposta à indicação 403/2025, informando que com a citada proposta, é visto da previsibilidade da efetivação com grupos constituídos a partir da vigência e organização de novo organograma estrutural da secretaria de assistência Social; Ofício 352/2025 em resposta ao requerimento 73/2025, informando que os equipamentos do SUAS não possuem estrutura nem previsão normativa para funcionar como pontos permanentes de coleta e armazenamento de doações. Contudo, o município conta com entidades socioassistenciais credenciadas aptas a receber doações diretamente. Destaca-se ainda que o município realiza campanhas temporárias em períodos específicos e se coloca à disposição para orientar e divulgar essas informações à comunidade, em conformidade com as normas do SUAS; Da Secretaria de Desenvolvimento Urbano: Ofício 38/2025 em resposta à indicação 163/2025 informando que, para a execução da referida obra, é necessária a elaboração de um projeto de alargamento e revitalização total da área. A demanda será encaminhada à Equipe Técnica desta Secretaria, a fim de averiguar a viabilidade de sua realização e definir as providências cabíveis. Concluída a leitura das matérias do expediente, o senhor Presidente solicitou que a Senhora 1ª Secretária procedesse à verificação dos vereadores presentes e dos inscritos para fazer uso da palavra. Foi registrada a presença de todos os senhores vereadores e não houve vereador inscrito para fazer uso da palavra. Seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os senhores vereadores, em 1ª discussão foram os Projetos de Lei 6623 ao 6646/2026. Finalizada a discussão das matérias da ordem do dia não houve vereadores inscritos em explicação pessoal. O Senhor Presidente notificou os senhores vereadores que em razão da publicação da Portaria nº 1.385/2026, a qual concedeu licença do cargo eletivo ao vereador Joslei Sequineli, Vice-Presidente da Mesa Executiva, em virtude de sua investidura em cargo político de Secretário Municipal, e conforme o disposto no artigo 14 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, seria realizada eleição suplementar para o preenchimento do cargo de Vice-Presidente da Mesa Executiva, disse que a referida eleição ocorreria durante a Sessão Ordinária do dia 03 de fevereiro, oportunidade em que os Vereadores interessados deveriam apresentar sua candidatura no início da sessão e quando solicitado, nos termos regimentais. Também ressaltou que, por impedimento previsto no Regimento Interno, os Vereadores Suplentes não poderiam participar da referida eleição suplementar como candidatos. O Senhor Presidente lembrou que no dia 16 (dezesseis) de janeiro de 2026 às 16 (dezesseis) horas seria realizada a 2ª Sessão Extraordinária para apreciação em 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6623 ao 6646/2026. Não havendo mais nada para ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:5B163275

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 16/01/2026

Ata da 2ª sessão extraordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 16 (dezesseis) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 2ª sessão extraordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pela Vereadora Fabíola Mereles, secretariada pelos Vereadores Edenir José Gaio Flores 1º Secretário, e Lucas dos Santos 2º Secretário, e presentes os Vereadores, Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira e Roberto Bueno Marques, e ausentes os vereadores Diego Fabrício Zanetti e Fabiano da Conceição Catharina convocada para apreciação em 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6623 ao 6646/2026. Havendo número legal de Vereadores, a Senhora Presidente abriu a sessão e informou que devido ausência do Presidente Diego Zanetti e de que o cargo de Vice-presidente encontra-se vago, assumia a presidência da sessão nos termos do Regimento. Convidou o senhor vereador Lucas Santos para assumir a 2ª Secretaria. Informou que as atas das sessões anteriores, 46ª Sessão Ordinária e 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Sessões Extraordinárias, foram disponibilizadas previamente e submetidas ao conhecimento de todos os vereadores, as atas foram colocadas em discussão e não havendo nenhum questionamento, foram aprovadas. Informou que a discussão da ata da 1ª Sessão Extraordinária de 15 de janeiro seria transferida para a próxima Sessão. A Senhora Presidente solicitou que o senhor 1º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: Ofício 41/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6647/2026 que "Autoriza a doação de Eletrônicos de propriedade do Município de Palmeira recebidos por meio de destinação da Receita Federal à Câmara de Vereadores, para fins de repasse ao Parlamento Jovem"; Projeto de Lei 6648/2026, do vereador Vane "Dispõe sobre denominação de vias públicas do Loteamento Imigrantes". Concluída a leitura das matérias do expediente, a senhora Presidente solicitou que o Senhor 2º Secretário procedesse à verificação dos vereadores presentes e dos inscritos para fazer uso da palavra. Foi registrada a presença de todos os senhores vereadores com exceção do vereador Diego Fabrício Zanetti e do vereador Fabiano da Conceição Catharina e não houve vereador inscrito para fazer uso da palavra. Seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os senhores vereadores com exceção do vereador Diego Zanetti e Fabiano da Conceição Catharina, em 2ª discussão e votação os Projetos de Lei 6623 ao 6646/2026 foram aprovados por todos. Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia a Senhora Presidente encaminhou para a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os Projetos de Lei 6647 e 6648/2026 para análise e emissão de pareceres. Não houve vereadores inscritos em explicação pessoal. A Senhora Presidente lembrou que a próxima Sessão Ordinária seria no dia 03 (três) de fevereiro de 2026 no horário regimental constando na ordem do dia a discussão única e votação dos Requerimentos de Abono de Falta com protocolo nº 1129, 1130, 1133, 1136, 1137/2025, do Requerimento 97/2025, da Indicação 424/2025, da Emenda ao Projeto de Lei 6621/2025, e 1ª discussão ao Projeto de Lei 6621/2025. Não havendo mais nada para ser tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:C8AB6ECF

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 103/2026

A Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de publicação em jornal diário de grande circulação no estado do Paraná visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Data e horário da sessão: 02/03/2026 às 8h00min.
Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.eloweb.net/portaltransparencia/20/, Site Oficial do órgão na aba de Licitações pelo endereço eletrônico https://www.palmeira.pr.leg.br/.
Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: compras@palmeira.pr.leg.br.

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:96C9EF4D

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1399/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR IRMÃO FABIANO

PORTARIA Nº 1399/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador Irmão Fabiano

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 136/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para visita ao gabinete do Deputado Federal Geraldo Mendes, na data de 9/2/2026, na cidade de Curitiba/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Irmão Fabiano (Fabiano da Conceição Catharina)	Vereador	125	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos) (1)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 4 de fevereiro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

(1) Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:639B4988

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1400/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR SARGENTO GAIO

PORTARIA Nº 1400/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador Sargento Gaio

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 156/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de participar de reunião com o Departamento de Estradas de Rodagem, referente as obras da PR-151, na data de 9/2/2026, na cidade de Ponta Grossa/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Sargento Gaio (Edenir José Gaio Flores)	Vereador	117	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos) (1)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 4 de fevereiro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

(1) Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:F8D752DF

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1401/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR VANE

PORTARIA Nº 1401/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador Vane

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 155/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de participar de reunião com o Departamento de Estradas de Rodagem, referente as obras da PR-151, na data de 9/2/2026, na cidade de Ponta Grossa/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Vane (Jovane Sebastião Ferreira)	Vereador	118	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos) (1)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 4 de fevereiro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

(1) Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:7A89A716

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DA 2°. SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N°.10.2025

O Município de Palmeira Torna Público Que às 09:00 do Dia 13/02/2026 Realizará a Segunda Sessão Pública Para:
Abertura do Envelope N°.02. Elaboração de Planilha Geral da Proposta Técnica, Classificação de Propostas Técnicas e Manifestação de eventuais interposições de recursos quando ao juulgamento, conforme art. 165, inciso I, alínea "b" da Lei n°.14.133./2021.

Local: Www.bllcompras.org.br ´´acesso Identificado no Link– Bll Compras´´. os Interessados Poderão Obter o Edital na íntegra Através do Portal Nacional de Contratações Públicas– Pncp Pelo Endereço Eletrônico Www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município Pelo Endereço Eletrônico Www.palmeira.pr.gov.br, Através do Acesso Público da Bll Pelo Endereço Eletrônico Indicado Acima ou Junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, Nas Horas Normais de Expediente. Informações Adicionais, Dúvidas ou Pedidos de Esclarecimentos Poderão Ser Solicitados Através do Fone: 42-3909-5014 ou Pelo E-mail: Licitacao@palmeira.pr.gov.br .

05 de Fevereiro de 2026.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:B9315278

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 6/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2086/2026

Objeto: Contratação de serviço técnico especializado para realização da fase prática do Concurso Público Municipal nº 001/2023, para o cargo de Motorista II, baseado em decisão judicial (autos nº 0002805-18.2023.8.16.0124).

Fundamentação: Inciso I, do art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária: 00600104122000820233390390000 Fonte:1001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Empresa Vencedora: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, inscrita no CNPJ nº.03.757.610/0001-22, para todos os itens, com o valor total de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

05 de fevereiro de 2026

CARLA BEATRIZ TURMINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:B02423B5

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE SUSPENSÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 01/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 01/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2026

Objeto: aquisição de purificadores elétricos para fornecimento de água (gelada e natural), abastecimento manual, produto completo para uso imediato, visando atender as necessidades da Autarquia.
O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS por intermédio do Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 1.250 de 16/12/2025, torna público para ciência dos interessados a SUSPENSÃO do processo em epígrafe para análise de esclarecimentos ao aviso de contratação.

Informamos que todas as publicações relacionadas ao referido processo podem ser acompanhadas através do Portal da Transparência do RPPS que pode ser acessado pelo site: https://rppspalmeira.com.br/

Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos pelo telefone (42) 3252-6798 ou pelo e-mail:compraselicitacoes@rppspalmeira.com.br.

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026.

ALLYNE ALVES DE PAULA
Agente de Contratação

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:24EB0A80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.629, DE 05/02/2026 - ADIANTAMENTO
THAIS CAROLINE MIODUSKI RUPEL

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2603/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Pedagogo, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.002.08.245.0017.6.049.3.3.90.39.00.00
Fonte: 941

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Thais Caroline Mioduski Ruppel	*078.xxx.xxx-85*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:BF8B59FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.630, DE 05/02/2026 - ADIANTAMENTO
ADRIANA ROCHINSKI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 1772/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.002.08.244.0015.2.043.3.3.90.39.00.00
Fonte 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Adriana Rochinski	*021.xxx.xxx-64*	*R$ 500,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8D6C4D6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.631, DE 05/02/2026 - ADIANTAMENTO
LISLIANE LEAL

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2610/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.
Previsão orçamentária*:*
Dotação: 08.002.08.245.0017.6.050.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Lisliane Leal	*058.xxx.xxx-17*	*R$ 150,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B86285F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 18.974, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 18.811, DE 06 DE JANEIRO DE 2026, QUE NOMEIA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – NAF

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, bem como o contido nos Procedimentos Administrativos n° 1589/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, inciso IV do Decreto nº 18.811, de 06 de Janeiro de 2026, que nomeia servidores responsáveis pelo Núcleo Administrativo e Financeiro - NAF, o qual passa a vigorar de acordo com a seguinte redação:

"Art. 1º ----------

IV----------
a) João Atilio Visnieski Siqueira;

---------- *"(NR)*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 18.811, de 06 de Janeiro de 2026.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F747D5AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 22 DE JANEIRO DE 2026 -

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
LEONEL BISCHOF (ESPÓLIO DE)	150.XXX.XXX-04	7735/00014/2025
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Vitor Henrique Rocha Matrícula: 00400083 Cargo: Secretário Municipal de Finanças / 18802 Assinatura:		

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:144DB10A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 02/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – CIRURGIÃO DENTISTA - ESF – PSS – ANDRE ROBERTO DA SILVA ZAMPIERI.

Processo nº: 2272/2026
PSS nº: 01/2025
ADITIVO Nº. 02/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Saúde.
Contratado: ANDRE ROBERTO DA SILVA ZAMPIERI
Matrícula: 600976
Cargo: CIRURGIÃO DENTISTA - ESF - PSS
Regime: CLT
Vencimento R$ 6.414,63 (Seis mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e três centavos)
Vigência: 05/06/2025 à 02/09/2025
Prorrogação 1: 03/09/2025 à 01/12/2025
Prorrogação 2: 02/12/2025 à 01/03/2026
Prorrogação 3: 02/03/2026 à 30/05/2026

Data: 05/02/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:3109BE70

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 03/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PSS – DANILLE DELFRATE DE ALMEIDA.

Processo nº: 2419/2026
PSS nº: 03/2024
ADITIVO Nº. 03/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Assistência Social.
Contratado: DANILLE DELFRATE DE ALMEIDA
Matrícula: 600956
Cargo: AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PSS
Regime: CLT
Vencimento R$ 1.571,55 (Um mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência: 04/09/2024 à 03/09/2025
Prorrogação 1: 04/09/2025 à 03/03/2026
Prorrogação 2: 04/03/2026 à 31/08/2026

Data: 05/02/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A03FB6EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2024

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 09 de fevereiro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 003/2024, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequencia pelo imediato classificado, conforme processo nº. 32754/2025.

Cuidador De Acolhimento Institucional:

EWERTON KOPSSCH REIN

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8A2D647C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA NUTRICIONISTA CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 09 de fevereiro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para assumir o cargo de Nutricionista, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 28079/2025.

Nutricionista:

FERNANDA CAROLINE DE SOUZA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:7F4F3F05

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 09 de fevereiro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para assumir o cargo de Professor 20 H, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 1054/2026.

Professor 20 H:

ALBONI APARECIDA DE PAULA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6803719E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 09 de fevereiro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Técnico em Enfermagem, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 21495/2025.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

JANETE NOVAK

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:756EDB7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 09 de fevereiro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Técnico em Enfermagem, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 23674/2025.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

JACKSANE DAS NEVES PLUSKOTA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:57BD70C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 18.972 DE 05/02/2026 - DESIGNA O SERVIDOR GEOVANE ROCHA DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE TRANSPORTE E FROTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 680/2026.
Decreta:

Art. 1º - Fica designado o servidor **GEOVANE ROCHA DE SOUZA,** portador do R.G. nº. 9.xxx.xx3-1, inscrito no CPF sob o nº. 048.xxx.xxx-78, com efeitos a partir de 02/02/2026, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA II, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo em Comissão de **CHEFE DE TRANSPORTE E FROTAS**, percebendo a remuneração do cargo com o disposto no artigo 34, parágrafo único, da Lei 6.199 de 27/11/2025.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:83FB918F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 18.973 DE 05/02/2026 - DESIGNA A SERVIDORA MARINA GROSS GONCALVES, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 678/2026.
Decreta:

Art. 1º - Fica designada a servidora **MARINA GROSS GONCALVES,** inscrita no CPF sob o nº. 036.xxx.xxx-54, a partir de 02/02/2026, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PEDAGOGO**, para exercer o cargo em Comissão de **ASSESSOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do cargo com o disposto no artigo 34, parágrafo único, da Lei 6.199 de 27/11/2025.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:E85C82D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.975 DE 05/02/2026 - DESIGNA A SERVIDORA WALKIRIA SANTOS PONIJALSKI, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE INCLUSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 701/2026.
Decreta:

Art. 1º - Fica designada a servidora **WALKIRIA SANTOS PONIJALSKI,** inscrita no CPF sob o nº. 051.xxx.xxx-28, a partir de 02/02/2026, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR**, para exercer o cargo em Comissão de **ASSESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE INCLUSÃO**, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, percebendo a remuneração do cargo com o disposto no artigo 34, parágrafo único, da Lei 6.199 de 27/11/2025.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:06FB874B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.976 DE 05/02/2026 - DESIGNA A SERVIDORA SANDRA MARA BARAUCE, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PEDAGOGO DA UNIDADE EDUCACIONAL, ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE QUEIMADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente conferidas pelo cargo, com fulcro no art. 18, da Lei Municipal nº 4133, de 17 de maio de 2016, redação dada pela Lei Municipal nº 4882, de 27 de fevereiro de 2019, visando atender ao pedido formulado no Processo Administrativo protocolado sob nº 583/2026,
DECRETA

Artigo 1º: Fica designada a servidora municipal **SANDRA MARA BARAUCE**, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, sob matrícula nº 204167, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Pedagogo junto a Unidade Educacional, Escola Municipal do Campo de Queimadas, com efeitos a partir de 02/02/2026, permanecendo até perdurar o exercício na função designada.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C93E50E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.977 DE 05/02/2026 - DESIGNA O SERVIDOR EDORILDO JOSE DE LIMA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE APOIO A GESTAO CIVICO MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 703/2026.
Decreta:

Art. 1º - Fica designado o servidor **EDORILDO JOSE DE LIMA,** portador do R.G. nº. 6.xxx.xx0-8, inscrito no CPF sob o nº. 735.xxx.xxx-00, com efeitos a partir de 03/02/2026, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo em Comissão de **ASSESSOR DE APOIO A GESTAO CIVICO MILITAR**, percebendo a remuneração do cargo com o disposto no artigo 34, parágrafo único, da Lei 6.199 de 27/11/2025.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:33EAEE18

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.978 DE 05/02/2026 - NOMEAÇÃO DE GILNEI KUHN, PARA O CARGO EM COMISSÃO DIRETOR DE INSTRUÇÃO TÉCNICA EM ESCOLA CIVICO MILITAR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 373/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado **GILNEI KUHN,** inscrito no CPF sob nº. 577.xxx.xxx-68, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DE INSTRUÇÃO TÉCNICA EM ESCOLA CIVICO MILITAR**, matrícula nº 301579, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:332B7D33

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.979 DE 05/02/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MARGARETE ROCHINSKI, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR REGULADOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº 794/2026.

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada **MARGARETE ROCHINSKI,** portadora do RG nº 7.xxx.xx8-8, inscrita no CPF sob nº. 045.xxx.xxx-70, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR REGULADOR**, matrícula nº 301580, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/02/2026.

Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:48276936

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 01/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: MANOEL MESSIAS FERREIRA DE JESUS
Inscrição: 2926
Emprego público: Técnico em Enfermagem

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5D463B29

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2024 - CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 03/2024 de 24 de maio de 2024, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.9 do edital acima indicado.

Nome completo: **VANESSA RUSGOSKI XAVIER DE SOUZA**
Inscrição: 76
Emprego público: CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:30307F5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 25.628 DE 05/02/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, RAFAELA IURK, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 2115/2026, e conforme Lei 1700/1994 Art. 127 e Lei 2860/2009, e Art. 71 da Lei 8861/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, à servidora pública **RAFAELA IURK,** matrícula 204233, a partir de 28/01/2026 até 26/07/2026, ocupante do cargo de **CIRURGIAO DENTISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0CB95407

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 25.632 DE 05/02/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA DAIANA SANTANA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 1739/2026,

RESOLVE:

ART. 1º: Conceder 15 dias de férias no período de 02/03/2026 à 16/03/2026 referente ao período aquisitivo de 15/09/2024 à 14/09/2025, a servidora **DAIANA SANTANA,** matrícula 203883, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:9715A96C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 25.633 DE 05/02/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR, ALOIZE PAWLAK, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 6798/2025, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 03/02/2026 à 26/02/2026, ao servidor público municipal **ALOIZE**

PAWLAK, matrícula 203146, ocupante do cargo de TRABALHADOR BRACAL, lotado na Secretaria Municipal Meio Ambiente, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A7B6DBC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. º1378/2023

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão Pública, **Sra. Carla Beatriz Turmina,** inscrita no **CPF/MF sob o n.° 029.704.919-40**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º º 17.882 de 02/01/2025**, doravante denominado **CONTRATANTE**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **PROMAXIMA GESTÃO EMPRESARIAL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 16.538.909/0001-38,** neste ato representada pelo **Sr. Victor Hugo Soares da Costa**, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 032.412.854-13,** a seguir denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 931/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1378/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do presente instrumento contratual, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 09 de fevereiro de 2026 até a data de 08 de fevereiro de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido o reajuste contratual pelo índice de 1,478240%, correspondente à variação acumulada do IPCA nos últimos 12 (doze) meses, assim, o valor do objeto passa a ser de R$ 11.152,46 (cento e onze mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato n.º 1378/2023, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 30 de janeiro de 2026.

Promaxima Gestão Empresarial LTDA
CNPJ/MF n.º 16.538.909/0001-38
VICTOR HUGO SOARES DA COSTA
CPF/MF n.º 032.412.854-13
Contratada

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
CARLA BEATRIZ TURMINA
CPF/MF n.° 029.704.919-40
Secretária Municipal de Gestão Pública
Contratante

Testemunhas:

_____
Tiago Dombroski Moreira
Fiscal do Contrato
R.G sob o nº 13.762.251-3

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:71D90EE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - CONCURSO PÚBLICO 01/2023 - NUTRICIONISTA

Palmeira, 28 de janeiro de 2026

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Concurso Público nº 01/2023, homologado no Decreto nº 16.712 publicado em diário oficial no dia 29/12/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Saúde, na data de 26 de janeiro de 2026, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunhas que adiante também assinam.

Nome completo: **MAYARA APARECIDA PIETCZAK SILVA**
Inscrição: 223286
Emprego público: NUTRICIONISTA

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:57C4E798

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Palmeira, 05 de fevereiro de 2026

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2025, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Técnico em Enfermagem,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Saúde, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Nome completo: VANDA DE FATIMA MONEGATI DA SILVA
Inscrição: 2399
Emprego público: Técnico em Enfermagem

VANDA DE FATIMA MONEGATI DA SILVA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:46A959D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL-PR.

CONTRATADO(A): SERGIO GOMES – ACESSÓRIOS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.133.421/0001-77, sediado(a) na XV de Novembro, 1189, centro de Palmital-PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, acessórios e componentes para o veículo Jetta Comfortline 1.4 TSI – ano 2017, pertencente a frota da Câmara Municipal de Palmital – PR.

DATA DO CONTRATO: 05 de fevereiro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

VALOR TOTAL: R$ 3.018,00 (três mil e dezoito reais).

PAGAMENTO: O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, após a entrega do item solicitado, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:930C4CB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO CHAMAMENTO 02/2026

AVISO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº02/2026

OBSERVAÇÃO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) LOCAL E REGIONAL, EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.680.025/0001-82, com sede na Rau Moises Lupion, 1001 - Centro, na cidade de Palmital, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurado o processo de chamamento público para **CREDENCIAMENTO** chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços na sede do Município Junto a Secretaria Municipal de Esportes.

O presente Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de empresa para fornecimento de PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, COM GRADUAÇÃO SUPERIOR E REGISTRADOS NO CONSELHO DE CLASSE, CREF- CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E TAMBÉM PROFISISONAIS EM MUAY THAI E JIU JITSU, COM COMPROVAÇÃO CERTIFICADA, para atender as demandas da secretaria municipal de esportes, em conformidade com a Lei n° 14.133,/2021, os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados, a partir da publicação do presente edital, sendo que a sessão de abertura dos envelopes e julgamento será processada a partir da publicação do edital no paço municipal de palmital-pr

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis no site www.palmital.pr.gov.br , também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital/PR, 05 de Fevereiro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:3CFD11B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2026 - P.I. 03/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO INEXIGIBILIDADE NORMAL Nº 03/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 07/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: GOT SOLUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R Jose De Alencar, 200 - CEP: 85710000 - Bairro: Centro, Santo Antônio do Sudoeste/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº59.456.359/0001-10, neste ato representada por seu representante Legal, Senhor ALEX GOTARDI, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.***.***-29 denominada **CONTRATADA.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE USO, IMPLEMENTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CONTINUADA DO SOFTWARE SUPERCOTA, SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA QUE UTILIZA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA AUTOMAÇÃO DA FASE INTERNA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS.

DATA DO CONTRATO: 05/02/2026 (cinco dias de fevereiro de 2026)
VIGÊNCIA: 03/02/2027 (três dias de fevereiro de 2027).
VALOR TOTAL: R$ 59.155,76 (Cinqüenta e Nove Mil, Cento e Cinqüenta e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:4A8403CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA Nº 07, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

"Conceder Férias ao Servidor Público"

A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, que lhe confere a lei Complementar n. 181/2015, de acordo com a Lei Complementar n. 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 5823/2026,

RESOLVE:

I – Conceder férias ao servidor, conforme descrito abaixo:

Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Dias	Início	Término
41-00	Marcelo Branco Motta	17/03/2025 a 16/03/2026	15	06/04/2026	20/04/2026

II – Esta portaria entra em vigor após sua publicação.

Paranaguá, 05 de fevereiro de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:F95CB9BA

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 013/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **JOSIANE LUIZ DE BORBA**

CARGO OCUPADO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – A4013-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
4.362.385-0	590.231.639-15	5675-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 2.352,66 (Dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
94001/2025	26/11/2025	01/02/2026

ÓRGÃO DE ORIGEM:	CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 30 de janeiro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:37D73882

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 014/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **ZEMIR CORREIA DE SOUZA**

CARGO OCUPADO: **AGENTE OPERACIONAL - A3020-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
4.359.901-1	559.354.519-72	2085-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 3.034,14 (Três mil e trinta e quatro reais e quatorze centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
63114/2025	18/08/2025	01/02/2026

ÓRGÃO DE ORIGEM:	CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 30 de janeiro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:40E3F68E

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 018/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - MAGISTÉRIO**

NOME DO SEGURADO: **EDINA PEREIRA DE MATOS**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N22-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
4.318.994-8	755.062.209-44	5449-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Normal (Magistério), Art. 40, §5 da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 4.702,10 (Quatro mil, setecentos e dois reais e dez centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
74092/2025	19/09/2025	05/02/2026

ÓRGÃO DE ORIGEM:	CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 05 de fevereiro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:A326E3CA

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81328/2025

Objeto: "Aquisição de Produtos de Limpeza e Higienização", de modo a atender as necessidades da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA.
Contratada: ESPAÇO DA LIMPEZA LTDA
CNPJ: 03.136.242/0001-03
Valor Total: R$ 18.573,33 (Dezoito mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e três centavos).

RATIFICO todos os atos praticados no presente procedimento licitatório – modalidade Dispensa de Licitação n° 002/2026, por

verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Cumpra-se

Paranaguá, em 05 de Fevereiro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Mariza Voi Frezzatti
Código Identificador:20E0F63A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.489

•

DECRETO Nº 1.489

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:
Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Superintendência Municipal de Trânsito	
20.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.003.0006.0181.0023.2202	Proporcionar segurança efetiva e continua aos cidadãos, promovendo ações de prevenção ao crime, sempre em defesa da população. Desenvolver políticas de educação, segurança e fiscalização de trânsito, conferidas ao município, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro. Colaborar de forma integrada com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas que contribuam com a paz social. Desenvolver políticas públicas de prevenção primária à violência e criminalidade, podendo ser em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, com outros municípios ou com demais órgãos das esferas estadual e federal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01509 - Gerenciamento do Trânsito	R$ 400.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 400.000,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Superintendência Municipal de Trânsito	
20.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.003.0006.0181.0023.2202	Proporcionar segurança efetiva e continua aos cidadãos, promovendo ações de prevenção ao crime, sempre em defesa da população. Desenvolver políticas de educação, segurança e fiscalização de trânsito, conferidas ao município, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro. Colaborar de forma integrada com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas que contribuam com a paz social. Desenvolver políticas públicas de prevenção primária à violência e criminalidade, podendo ser em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, com outros municípios ou com demais órgãos das esferas estadual e federal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01509 - Gerenciamento do Trânsito	R$ 400.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 400.000,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de janeiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:AC255215

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.490

DECRETO Nº 1.490

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 786.140,74 (setecentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta reais e setenta e quatro centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 786.140,74 (setecentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta reais e setenta e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
10.001.0010.0122.0006.1000	A ação tem por objetivo garantir o acesso da população nas Unidades de Saúde - Reformas e/ ou ampliação de Unidades de Saúde Construção de Unidade de Saúde Garantir a manutenção de prédios da Secretaria da Saúde Construção do CAPS IJ Construção de um CAPS AD Aquisição de Imóveis	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0020.6002	Garantir proteção integral e acolhimento temporário para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou que se encontram em situação de risco, afastados temporariamente de suas famílias.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	R$ 205.452,50
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.003.0008.0246.0053.2207	Identificar as famílias de baixa renda no seu território, realizar seu cadastramento, registrar os dados na base nacional do Cadastro Único, manter as informações atualizadas e analisar possíveis inconsistências, garantido Programa de Transferência de Renda, de modo a fomentar condições para que seja possível a superação das situações de vulnerabilidade e pobreza, buscando garantir à essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde, promoção social, igualdade racial e de gênero, de maneira a priorizar a primeira infância.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e	R$ 80.688,24

	Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 786.140,74		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de janeiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1953EA87

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.487

DECRETO Nº 1.487

"Regulamenta o art. 144, parágrafo único, da Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022, com redação dada pela Lei Complementar nº 342/2026, que dispõe sobre a comercialização excepcional de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes em eventos realizados em áreas públicas, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 144 da Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022 (Código de Posturas do Município de Paranaguá), com redação alterada pela Lei Complementar nº 342/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, em caráter excepcional e precário, a comercialização de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes em eventos de interesse social, cultural, turístico ou esportivo;

CONSIDERANDO o dever do Poder Público de garantir a ordem pública, a saúde, a segurança, a proteção do consumidor e o interesse coletivo;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos, requisitos, fiscalização e sanções relativos à comercialização de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes, em caráter excepcional e precário, no perímetro de eventos realizados em áreas públicas, nos termos do art. 144, parágrafo único, da Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022.

Art. 2º A comercialização de bebidas alcoólicas por ambulantes somente será permitida quando o evento estiver previamente autorizado por Decreto do Poder Executivo Municipal, o qual deverá definir, no mínimo:

I - a delimitação territorial do evento;
II - os dias e horários autorizados para funcionamento;
III - as condições específicas para a comercialização de bebidas alcoólicas;
IV - os órgãos responsáveis pela fiscalização.

Art. 3º A autorização para comercialização de bebidas alcoólicas dependerá da expedição de licença especial e temporária, de caráter pessoal e intransferível, a ser concedida pelo órgão municipal competente.

§ 1º A licença terá validade restrita ao período e local do evento autorizado.

§ 2º A licença não gera direito adquirido, podendo ser revogada a qualquer tempo por motivo de interesse público.

Art. 4º Para a obtenção da licença especial e temporária, o comerciante ambulante deverá apresentar, no mínimo:

I - requerimento formal dirigido ao órgão competente;
II - documento de identificação pessoal;
III - Licença de Ambulante Municipal válida;
IV - termo de ciência e responsabilidade quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares.

Art. 5º O comerciante licenciado deverá cumprir integralmente:

I - as normas sanitárias vigentes, especialmente quanto ao acondicionamento, manipulação e higiene dos produtos;
II - as normas de segurança pública e de ordem urbana;
III - a legislação de defesa do consumidor;
IV - as condições estabelecidas no Decreto autorizativo do evento e na licença concedida.

Art. 6º É expressamente proibida a venda, o fornecimento ou a entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos.

§ 1º O comerciante deverá manter aviso visível no local de comercialização informando a proibição prevista no caput.

§ 2º O descumprimento deste artigo acarretará a cassação imediata da licença, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 7º A fiscalização do cumprimento deste Decreto será exercida, de forma integrada, pelos órgãos municipais competentes, sem prejuízo da atuação dos órgãos estaduais e das forças de segurança pública.

Parágrafo único. Os agentes fiscalizadores poderão, no exercício do poder de polícia administrativa, lavrar autos de infração, aplicar sanções e adotar medidas preventivas necessárias à preservação da ordem pública.

Art. 8º Constituem sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;
II - multa;
III - suspensão da licença;
IV - cassação da licença;
V - apreensão de mercadorias e equipamentos, quando cabível.

Parágrafo único. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

Art. 9º Aplicam-se o disposto na Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022 para a valoração da multa e os procedimentos de aplicação da multa e demais sanções administrativas.

Art. 10. Os casos omissos e as situações específicas serão resolvidos pelo órgão municipal competente, mediante ato administrativo fundamentado.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C0D5310B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.488

DECRETO Nº 1.488

"Prorroga por mais 90 (noventa) dias o prazo do Decreto n° 1.337 de 14 de novembro de 2025."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no art. 91, §1º e §2º, da Lei Complementar Municipal nº 296, de 01 de dezembro de 2022, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 4.989/2026, e,

CONSIDERANDO o contido no Art. 3º, do Decreto nº 1.337/2025

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 90 (noventa) dias, o prazo estabelecido no art. 3º do Decreto nº 1.337/2025, para conclusão dos estudos técnicos sobre o imóvel que foi residência e ateliê do Artista Plástico Alfredo Andersen.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D9BFD938

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.492

DECRETO Nº 1.492

"Regulamenta a fiscalização, o regime de infrações e as penalidades aplicáveis à concessão do serviço de transporte público coletivo no Município de Paranaguá e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO que é competência do Município a organização e a prestação, direta ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local, nos termos do Art. 30, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o dever do Poder Público de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços concedidos, garantindo o cumprimento das normas regulamentares e das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos, proporcionais e razoáveis para a aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da avaliação dos Critérios e Especificações do Sistema de Avaliação de Desempenho e Qualidade do Transporte Público de Passageiros, instituído por Decreto próprio;

CONSIDERANDO a importância de instituir mecanismos educativos, como a sanção de advertência, visando a correção imediata de falhas operacionais sem prejuízo da continuidade do serviço;

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A fiscalização da execução dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, operados pela concessionária, será exercida pelo Poder Executivo Municipal, visando assegurar a continuidade, segurança e qualidade do serviço.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Poder Concedente a Administração Pública Municipal, cabendo a esta a aplicação de sanções administrativas por descumprimento contratual ou regulamentar.

§1º São competentes para lavrar o auto de infração a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSU) e, também, a Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos (SEMFISC).

§2º A Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos será a unidade administrativa responsável pelo processamento.

CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES

Art. 3º As infrações administrativas classificam-se nos seguintes grupos e incisos:

I - Constituem infrações LEVES (Grupo I):

a) Deixar de tratar os passageiros com educação, cordialidade e respeito.
b) Adiantar ou atrasar o horário programado sem motivo justificado.
c) Não assegurar a prioridade de uso de assentos e espaços reservados.
d) Deixar de atender ao sinal de parada para embarque ou desembarque nos pontos marcados.
e) Não parar o veículo corretamente nos pontos iniciais, finais ou estações determinados.
f) Utilizar substâncias de limpeza prejudiciais à saúde do usuário ou ao meio ambiente.

II - Constituem infrações MÉDIAS (Grupo II):

a) Transitar com portas abertas ou movimentar o veículo durante o embarque e desembarque.
b) Desviar ou interromper o itinerário sem motivo justificado.
c) Deixar de afixar cartazes de interesse público solicitados.
d) Má conservação, higiene ou segurança das garagens e pátios.
e) Falta de fixação de adesivos determinados pelo Poder Concedente em adequado estado.
f) Desobediência às regras de trânsito, sinalização e velocidade em vias ou terminais.
g) Abrir as portas com o veículo em movimento.
h) Descumprir o prazo de resposta aos usuários de 20 (vinte) dias, que poderá ser prorrogado, uma única vez, por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.

III - Constituem infrações GRAVES (Grupo III):

a) Descumprir orientações ou determinações dos agentes de fiscalização.

b) Operar veículo com falta de iluminação interna ou nos letreiros indicativos.

c) Operar veículo com falta de campainha.
d) Operar veículo sem extintor de incêndio, vencido ou sem carga.
e) Desacatar, ameaçar ou constranger funcionário do Poder Concedente.
f) Obstruir ou dificultar a ação da fiscalização.
g) Omitir a comunicação de acidentes ao Poder Concedente na data da ocorrência.
h) Operar veículo com vazamento de combustível ou óleos lubrificantes na via pública.

IV - Constituem infrações GRAVÍSSIMAS (Grupo IV):

a) Apropriação indevida de receita do sistema.
b) Não promover a atualização tecnológica e melhoria da qualidade do serviço.
c) Manter veículo em operação sem laudo de inspeção técnica ou cadastro.
d) Omitir informações operacionais ou descumprir normas de operação.
e) Realizar abastecimento ou manutenção dos veículos com passageiros a bordo.
f) Interromper a viagem por falta de meios essenciais ou atrasar o início da operação.
g) Ingerir álcool ou substâncias tóxicas em serviço ou nas 12 horas antecedentes.
h) Portar qualquer tipo de arma em serviço.
i) Agressão física a usuários, operadores ou servidores.
j) Sonegar informações operacionais, de consumo ou financeiras.
k) Utilizar veículos fora dos requisitos regulamentares ou deixar de cumprir tabela por falta de pessoal/veículo.
l) Utilizar documentos adulterados ou falsificados.
m) Transmitir dados ilegíveis, incorretos ou modificados ao Poder Concedente.
n) Operar com lotação acima do permitido.
o) Deixar de apresentar balanços e balancetes nos prazos estabelecidos.
p) Impedir o livre acesso da fiscalização às instalações e veículos ou dificultar auditorias.
q) Não cadastrar alterações societárias em até 30 (trinta) dias.
r) Fraudar relatórios, dados operacionais ou omitir descumprimento de viagens.
s) Operar com veículo sem registro ou afastado de operação.
t) Executar serviço sem a devida delegação ou autorização.
u) Inadimplência de multas no prazo previsto.
v) Perda das condições de habilitação fiscal ou econômica exigidas.

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES E VALORES

Art. 4º As multas serão aplicadas em Unidades Fiscais do Município (UFM), conforme a tabela constante no Anexo I desta Lei.

Art. 5º A penalidade de advertência poderá ser aplicada por escrito nas infrações de natureza leve (Grupo I), desde que a concessionária não seja reincidente específica na mesma infração nos últimos 12 (doze) meses.

§1º A advertência tem caráter educativo e visa a imediata regularização da falta apontada pelo agente fiscalizador.

§2º Caso a irregularidade que motivou a advertência não seja sanada no prazo estipulado pela fiscalização, a sanção será automaticamente convertida na multa pecuniária correspondente ao Grupo I.
§3º A aplicação da advertência não desonera a concessionária da obrigação de corrigir a falha que lhe deu origem.

Art. 6º Em caso de reincidência específica na mesma infração em 12 (doze) meses, a multa será aplicada em dobro.
Parágrafo único. Considera-se reincidência o cometimento de nova infração idêntica após a decisão administrativa definitiva da infração anterior.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 7º O processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades observará o rito estabelecido neste capítulo, garantindo-se à concessionária o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º Constatada a irregularidade, será lavrado o Auto de Infração, que deverá conter obrigatoriamente:

I - A identificação da empresa autuada.
II - A descrição clara e objetiva da infração constatada.
III - A indicação do dispositivo legal infringido e o respectivo Grupo de Infração.
IV - A data, hora e local da constatação.
V - A assinatura do agente fiscalizador.

Art. 9º A concessionária será notificada do Auto de Infração, podendo apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da ciência.

Art. 10. O Auto de Infração será encaminhado à unidade administrativa responsável, que deverá realizar a autuação processual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 11. Indeferida a defesa prévia, a autoridade municipal aplicará a penalidade correspondente, cabendo recurso à Procuradoria-Geral do Município no prazo de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os valores arrecadados em decorrência das multas aplicadas com base nesta Lei serão destinados ao Fundo Municipal de Transportes ou, na ausência deste, para a conta do Tesouro Municipal vinculada à melhoria da infraestrutura de transporte.
Art. 13. Os prazos estabelecidos nesta Lei contam-se em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 14. A atualização dos valores das multas previstos no Anexo I ocorrerá anualmente, seguindo o índice de correção da Unidade Fiscal do Município (UFM) ou outro índice que venha a substituí-la.

Art. 15. A aplicação das sanções previstas neste Decreto dar-se-á sem prejuízo da avaliação de desempenho realizada no âmbito do Sistema de Avaliação de Desempenho e Qualidade (IAQTC).

§1º A penalidade pecuniária (multa) possui natureza sancionatória, punindo a infração específica ao regulamento ou contrato.

§2º Os relatórios de fiscalização e os Autos de Infração lavrados com base neste regulamento servirão como prova documental para a aferição dos indicadores operacionais de qualidade.

§3º A eventual redução da margem de rentabilidade decorrente do baixo índice de qualidade (IAQTC) possui natureza compensatória e de reequilíbrio por desempenho, não constituindo dupla punição (bis in idem) quando aplicada conjuntamente com as multas deste Decreto.

Art. 16. Caso a Concessionária comprove que o fato gerador da diminuição da remuneração foi fator determinante para a queda do índice IAQTC (Índice de Avaliação da Qualidade no Transporte Coletivo) abaixo de 80%, a Concessionária poderá requerer o abatimento do valor da multa paga no montante do desconto a ser aplicado na remuneração mensal.

§1º A compensação prevista no parágrafo anterior fica limitada ao valor necessário para garantir que a soma da penalidade (multa) e do reajuste por desempenho (redução de rentabilidade) não exceda o teto de 4% da remuneração mensal bruta da operação.

§2º O saneamento integral do vício que deu origem à autuação é condição indispensável para o pleito de compensação, devendo a regularização ser comprovada tecnicamente perante o órgão fiscalizador.

§3º A solicitação de compensação deverá ocorrer, obrigatoriamente, dentro do prazo do processo administrativo de contestação do relatório mensal do IAQTC, sob pena de preclusão do direito.
§4º Uma vez comprovado o saneamento e respeitado o prazo processual, o valor da multa paga será deduzido do desconto final aplicado sobre a margem de rentabilidade, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro e evitar a dupla penalização sobre o mesmo fato gerador.

§5º Não haverá compensação nos casos em que a redução da remuneração decorrer de indicadores de percepção do usuário (ISC - Nota de Satisfação), uma vez que estes não guardam relação direta com as multas de fiscalização de frota ou pessoal.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

CHRISTIANARA FOLKUENIG
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

ANEXO I – TABELA DE VALORES

Grupo	Classificação	Valor da Multa (UFM)
I	Leve	2.300 UFM
II	Média	3.300 UFM
III	Grave	6.300 UFM
IV	Gravíssima	16.300 UFM

ANEXO II – MODELO DE AUTO DE INFRAÇÃO

PREFEITURA DE PARANAGUÁ - AUTO Nº: ____/2026

DADOS: Concessionária;
CNPJ:
Local:
Data/Hora:
Veículo:

INFRAÇÃO: Grupo (I a IV); Art. 3º, Inciso ___

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

NOTIFICAÇÃO: Prazo de 10 dias úteis para defesa.

Paranaguá/PR, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9852DF87

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 342

LEI COMPLEMENTAR Nº 342, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

”Altera o inciso IV do art. 144 da Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022 (Código de Posturas do Município de Paranaguá), para permitir, em caráter excepcional, a comercialização de bebidas alcoólicas por comerciantes ambulantes, e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso IV do art. 144 da Lei Complementar nº 301, de 07 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo único e seus incisos:

“Art. 144. (...)

IV - A venda de bebidas alcoólicas, salvo o disposto no parágrafo único deste artigo;

(...)

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas por ambulantes poderá ser autorizada, em caráter excepcional e precário, exclusivamente no perímetro de eventos de especial interesse social, cultural, turístico ou esportivo, realizados em áreas públicas, desde que cumulativamente atendidos os seguintes requisitos:

I – prévia autorização do evento por meio de Decreto do Poder Executivo, que definirá os limites de horário e local para a comercialização;

II – obtenção de licença especial e temporária para a atividade, expedida pelo órgão municipal competente;
III – atendimento integral às normas sanitárias, de segurança pública e de proteção ao consumidor vigentes;

IV – proibição expressa de venda ou entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos, com a devida afixação de aviso em local visível, sob pena de cassação imediata da licença e demais sanções legais cabíveis;

V – respeito às condições específicas estabelecidas no ato autorizativo do evento e na respectiva licença.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, especialmente quanto:

I – Os procedimentos e requisitos para a expedição da licença especial de que trata o parágrafo único, inciso II, do art. 144;

II – As diretrizes para a fiscalização das condições de higiene, segurança e ordem pública durante os eventos;

III – O regime de sanções administrativas aplicáveis em caso de descumprimento das normas estabelecidas.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio São José, em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9D7B4766

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.658

LEI Nº 4.658, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

"Denomina-se de "Olga da Costa Leite" uma Rua, Logradouro Público ou Prédio Público em nossa cidade."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de "Olga da Costa Leite" uma Rua, Logradouro Público ou Prédio Público em nossa cidade.

Art. 2º A Municipalidade deverá promover todas as anotações e as finalizações que fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente Lei.

Parágrafo Único. Caso o Poder Público tenha viabilidade sugere-se que seja denominado uma Prédio Público na região dos Bairros Emboguaçu, Vila Primavera e Vila do Povo, o qual ainda não exista denominação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E9E73F9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.813

PORTARIA N° 1.813

"Substitui fiscal do contrato nº 187/2021."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o que estabelece a Lei Federal nº 14.133/21 e o art. 3º do Decreto Municipal nº 683/2018 e conforme o contido no protocolado nº 5.593/2026,

RESOLVE:

I - Designar o servidor JOEL CAETANO DOS SANTOS JUNIOR, matrícula nº 10.987-1, para acompanhar e fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 187/2021, firmado entre o Município de Paranaguá e a empresa ARTHURISMO TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA - ME, em substituição ao servidor JEFERSON LUIZ ALVES, matrícula nº 5.254-1.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, "Palácio São José", em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B3FCA6FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.814

PORTARIA Nº 1.814

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Luciana Trindade."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 5.051/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora LUCIANA TRINDADE, matrícula nº 8.572-1, ocupante do cargo de Agente de Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 27 de janeiro de 2026 e término em 03 de fevereiro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C89CCE96

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.815

PORTARIA Nº 1.815

"Relota o servidor municipal Andrey Rocha dos Santos para o órgão que especifica."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto Municipal n° 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Portaria nº 314/2017, e tendo em vista o contido no protocolado n° 2.093/2026,

RESOLVE:

I - Relotar o servidor ANDREY ROCHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 11.423-1, na Secretaria Municipal de Urbanismo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:EC78F614

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 DO CONTRATO N° 024/2023
PARNA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA
CNPJ: 76.551.258/0001-48

EXTRATO DE ADITIVO 03 DO CONTRATO N° 024/2023
PARNA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA
CNPJ: 76.551.258/0001-48

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PARNA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA

Data: 06/02/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **024/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES**, contados a partir de **02 DE FEVEREIRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **01 DE FEVEREIRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação n°: 005/2023
Processo Administrativo n°: 99482/2025

Valor: R$ 308.505,84 (Trezentos e oito mil, quinhentos e cinco reais e quatro centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
ISABELLE CRISTINA DO ROSÁRIO DIAS MEDUNA
GILBERTO CHAVES BATISTEL

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:9E1B9D12

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 04 DO CONTRATO N° 020/2022
CASA DE APOIO HOPE LTDA CNPJ: 33.504.445/0001-68

EXTRATO DE ADITIVO 04 DO CONTRATO N° 020/2022
CASA DE APOIO HOPE LTDA
CNPJ: 33.504.445/0001-68

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CASA DE APOIO HOPE LTDA

Data: 06/02/2026

Objeto: Aditivo 04 ao Contrato nº **020/2022**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **05 DE FEVEREIRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **04 DE FEVEREIRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 073/2021
Processo Administrativo n°: 3220/2026

Valor: R$ 296.707,68 (Duzentos e noventa e seis mil, setecentos e sete reais e sessenta e oito centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
RENATA GALVÃO MOURA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D3751B9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 05 DO CONTRATO N° 019/2022
CASA DE APOIO HOPE LTDA CNPJ: 33.504.445/0001-68

EXTRATO DE ADITIVO 05 DO CONTRATO N° 019/2022
CASA DE APOIO HOPE LTDA
CNPJ: 33.504.445/0001-68

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CASA DE APOIO HOPE LTDA

Data: 06/02/2026

Objeto: Aditivo 05 ao Contrato nº **019/2022**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **03 DE FEVEREIRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **02 DE FEVEREIRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 073/2021
Processo Administrativo n°: 3230/2026

Valor: R$ 278.770,20 (Duzentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta reais e vinte centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
RENATA GALVÃO MOURA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:EABCBB49

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 118/2025 WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 07.340.993/0001-90

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 118/2025
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.340.993/0001-90

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Data: 06/02/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 118/2025.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão das seguintes Dotações Orçamentárias, com o valor total de **R$ 587.500,00 (Quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Governo ao Contrato n° 118/2025:

Ref. 47 – 02.01.2002.3339033 Fonte 1000
Ref. 49 – 02.01.2002.3339039 Fonte 1000
Ref. 56 – 02.02.2340.3339033 Fonte 1000
Ref. 58 – 02.02.2340.3339039 Fonte 1000

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Pregão Eletrônico n°: 023/2025

Assinaturas:
THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:4DBF31AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 03 AO CONTRATO N° 144/2021 PORTAL TURISMO E SERVIÇOS EIRELLI CNPJ: 04.595.044/0001-62

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 03 AO CONTRATO N° 144/2021

PORTAL TURISMO E SERVIÇOS EIRELLI
CNPJ: 04.595.044/0001-62

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PORTAL TURISMO E SERVIÇOS EIRELLI

Data: 06/02/2026

Objeto: **Apostilamento 03 ao Contrato nº 144/2021.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão das seguintes Dotações Orçamentárias, com o valor total de **R$ 587.500,00 (Quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Governo ao Aditivo 05 do Contrato n° 144/2021:

Ref. 47 – 02.01.2002.3339033 Fonte 1000
Ref. 49 – 02.01.2002.3339039 Fonte 1000
Ref. 56 – 02.02.2340.3339033 Fonte 1000
Ref. 58 – 02.02.2340.3339039 Fonte 1000

Fundamentação Legal: Art. 65, §8º da Lei 8.666/93 ."

Pregão Eletrônico n°: 072/2021

Assinaturas:
THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D17DC934

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO 81/2025

EXTRATO DE ADITIVO Nº 1/2026

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR.
Contratada: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SANTA CATARINA
CNPJ: 81.040.024/0001-76
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE URGENCIA E EMERGENCIA - REFERÊNCIA HOSPITALAR REGIÃO LOANDA
Dotação Orçamentária: [2026]
35-01.001.0010.0302.2009.2002.33390395100000000000.2001
TIPO DE ADITIVO: Prorrogação
Prazo de Vigência: 05/02/2026 a 06/05/2026.
Valor: R$800.000,00 (oitocentos mil reais).
Modalidade do Processo: Inexigibilidade.
TIPO/Nº: Contrato nº 81/2025.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 05 de fevereiro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:24AA128B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 07/2025 - VI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Compras e Contratos
Termo Homologação – Credenciamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Inexigibilidade
Nº 16/2025
Processo Administrativo: 93/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.
Homologa
Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 16/2025, como segue, em conformidade com o objeto de contratação solicitado no Anexo I-A das proponentes abaixo relacionadas:

Cotação dos Lotes		
31259 - CLINICA RADIOLOGICA NOVA LONDRINA LTDA - PD 387/2026		
Lote	**Qtde**	**Valor Unitário**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ESPECIALIDADES, EXAMES DIAGNÓSTICOS E/OU TERAPIAS EM ESTRUTURA TERCEIRIZADA	1	R$13.419.731,83

Dos recursos orçamentários:
28 - 00.000.0000.3339039503000000000.00000000 - Serviços e procedimentos em saúde de média e alta complexidade

_____
Direção Geral
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:390FCE39

CONTROLADORIA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO – ENVELOPE Nº 02
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

A Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos, instituída pela **Portaria nº 2.273/2025**, torna público o **resultado do Envelope nº 02**, referente aos Chamamentos Públicos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme segue:

Edital nº 002/2025 – Projeto de Desenvolvimento Esportivo – Voleibol
Associação Paranavaiense de Voleibol – APAVOL
Situação: Habilitado

Edital nº 012/2025 – Projeto de Desenvolvimento Esportivo – Pedestrianismo
Instituto VC RUN
Situação: Habilitado

A Comissão de Seleção designada pela Portaria **2.273/2025, abre prazo de 05 dias úteis para interposição de recurso.** Caso as OSC's apresentem o interesse pela renúncia do prazo recursal em relação a esta etapa, deverão apresentar declaração assinada pelo presidente da Organização.

Paranavaí, 05 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

JOÃO CARLOS ANTUNES
Presidente

FERNANDA DOS SANTOS GUIMARÃES ARRABAÇA
Secretária

FELIPE DE SOUZA OLIVEIRA
Membro

BRUNO GAINO DA SILVA
Membro

ALINE CAMARGO SOARES
Membro

Publicado por:
Ligia Alves da Silva Aguiar
Código Identificador:8C348BF9

PROCURADORIA
DECRETO MUNICIPAL Nº 27.732/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM do Município de Paranavaí/PR e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM do
Município de Paranavaí - Paraná, os seguintes membros titulares e suplentes:

Representação do Poder Executivo:

Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família:
Titular: Eliane Regina Santos Maia Pereira
Suplente: Mônica Marieli de Almeida Barbieri

Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Tamara Franciele Jasper
Suplente: Marielen de Lima

Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Débora Cristina Pereira de Araújo
Suplente: Tamara Siqueira dos Reis

Secretaria Municipal de Esporte:
Titular: Leonice Silveira
Suplente: Fernanda dos Santos Guimarães Arrabaça
Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação:
Titular: Rosimeire Claudia Fracaroli de Lima
Suplente: Daniela Meneghetti Pontes

Secretaria Municipal da Fundação Cultural:
Titular: Ana Paula Máximo da Silva
Suplente: Rosineide Sanga

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito:
Titular: Vanessa Mercês de Moraes
Suplente: Samara Costa da Cruz

Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Hellen Cristine dos Santos de Souza
Suplente: Karina Braga Andrade de Assis

Representantes da Sociedade Civil:

Representantes de Organização da Sociedade Civil:
Titular: Elaine Volpato (PROVOPAR);
Suplente: Daniele da Silva Fialho (APAM);

Representantes de Atendimento à Pessoa Idosa:
Titular: Ranielli Coito (Instituto Maurício Gehlen);
Suplente: Letícia Vitória Zucco Cervantes (Instituto Maurício Gehlen);

Representantes de Instituições de Ensino Superior Privada:
Titular: Letícia Carla Baptista Rosa Jordão (Unifatecie);
Suplente: Andressa Rocha da Silveira (Unifatecie);

Representantes de Entidade Sindical:
Titular: Izabel do Nascimento Caetano (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Mandioca, Carne, Avícolas, Bebidas e Alimentação - SITIAM);
Suplente: Maria Júlia Nunes Rocha (APP - Sindicato);

Representantes de Associação de Profissionais de Classe:
Titular: Soleide da Silva Matiazo (Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social);
Suplente: Giselli Avelar (Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região);

Representante de Entidades de Atendimento à Pessoa com Deficiência e/ou pessoas com necessidades:
Titular: Priscila dos Santos Pardim(Centro de Apoio ao Autista - Paranavaí);
Suplente: Tháisla Rafaela Aparecida De Lima (Associação de pais e amigos dos excepcionais -APAE);

Representantes de Organização em prol da Igualdade Racial:
Titular: Nathalia de Almeida dos Santos (ANPIR- Associação Negritude de Promoção da Igualdade Racial);
Suplente: Neusa dos Santos Barbosa (ANPIRAssociação Negritude de Promoção da Igualdade Racial);

Representantes das Organizações de Políticas Públicas para Mulheres de Paranavaí:
Titular: Rose Annie Macfergus (coletivo LGBTI+ de Paranavaí);
Suplente: Yhara Luisa Quirino Bezerra (coletivo LGBTI+ de Paranavaí).

Art. 2º O prazo do mandato das conselheiras é para o biênio 2026-2028.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 27.552/2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 04 de fevereiro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí - Paraná.

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:7824D34E

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2026 - LOCAÇÃO DE PRÉDIO PARA A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANAVAÍ

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em alugar imóvel para a instalação da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paranavaí. O presente chamamento visa demonstrar os requisitos do imóvel necessário para o atendimento de tal finalidade, permitindo que proprietários de prédios disponíveis com tais características possam oferecê-los para conhecimento e análise de sua adequação ao fim proposto, visando dar maior publicidade ao ato. Nada obstante a obrigação deste procedimento, haja vista a possibilidade de locação

mediante contratação direta, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tal ação tem o intuito de cumprir os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência e, ainda, de proporcionar subsídios para decisão da escolha do imóvel.

RESUMO DO CHAMAMENTO

Objeto: Interesse de LOCAÇÃO de imóvel para a instalação da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme especificações do imóvel pretendido e da documentação necessária para eventual contratação que constam no Anexo II.

Prazo de locação: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, no interesse da administração pública e cumprimento das exigências legais.

Valor da locação: o valor proposto pelo locador será analisado pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí, que verificará sua adequação com preço do mercado imobiliário local.

Perímetro de localização do imóvel: dentro do perímetro urbano do Município de Paranavaí, preferencialmente central.

Da necessidade: o presente Chamamento Público visa à locação de imóvel que possibilite o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo em vista que o atual prédio da secretaria demanda reformas e expansão planejada dos servidores. A locação do referido imóvel tem por objetivo assegurar a continuidade das atividades da secretaria, garantindo espaço adequado para o desenvolvimento das ações administrativas e o atendimento à população. O novo espaço deverá comportar o setor administrativo, o almoxarifado para materiais de EPI – Equipamento de Proteção Individual, além de vagas para os veículos oficiais utilizados nas atividades rotineiras da secretaria. A escolha do imóvel será feita mediante chamamento público, a fim de verificar as potencialidades do mercado e as opções de imóveis que atendam as condições de locação almejadas pela administração, previstas neste edital.

Fundamentação legal: Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), **Lei nº 8.245/1991 (Lei de Locações ou Lei do Inquilinato)** e demais normas que regem a matéria.

Recebimento da proposta: de forma online, deverá ser enviada no e-mail da secretaria semampvai@gmail.com.

Data limite para recebimento das propostas: até o dia 06 de março de 2026, tendo em vista o prazo exíguo para realização de todo o procedimento para instalação do órgão público.

Detalhamento do chamamento: conforme consta no Anexo I.

ESCLARECIMENTOS

As dúvidas quanto a interpretação dos termos deste Edital e outros esclarecimentos necessários deverão ser enviadas para o e-mail da secretaria semampvai@gmail.com.

DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do processo de seleção pessoa física ou pessoa jurídica, excetuando-se:
Servidor ou dirigente de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
Membros da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí;
Empresas que estiverem sob falência ou concordata ou execução patrimonial;
Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da contratação.

Caso o imóvel seja selecionado para locação e celebração do contrato, o proprietário deverá possui a documentação constante no Anexo II, sob pena de impossibilidade da celebração do contrato de aluguel.

DA PROPOSTA DE ALUGUEL

Os interessados DEVERÃO FORMULAR PROPOSTA DO VALOR DE LOCAÇÃO, assinada na última página e rubricada nas demais pelo proprietário do imóvel ou por seu procurador, devendo conter minimamente:
Nome do proprietário ou razão social, endereço completo, telefones e e-mails de contato, número do CPF ou CNPJ, conforme o caso;
Especificação detalhada do imóvel, com sua localização e benfeitorias;
Indicação da validade da proposta, que deve ser de, no mínimo, 90 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.
É necessário apresentar, anexada à proposta, declaração de que não há nenhum ônus que recaia sobre o imóvel e de que possui todos os documentos de habilitação indicados no Anexo II, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

Recebimento proposta: de forma online, deverá ser enviada no e-mail da secretaria semampvai@gmail.com.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

A análise da documentação enviada e da compatibilidade dos imóveis ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a quem caberá definir, fundamentadamente, sobre a adequação, a conveniência e a capacidade para funcionamento do serviço.
Caso o imóvel aparente atender aos requisitos elencados, será necessária sua vistoria pela equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com a finalidade de avaliação e verificação da adequação do mesmo às características solicitadas e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí para avaliação do valor proposto e de sua compatibilidade com o valor de mercado, o que fica desde já autorizado pelo interessado, devendo apenas ser objeto de prévio agendamento.
Cada visita resultará na emissão de laudo devidamente motivado.
Não ocorrerá visita de imóvel objeto de proposta no caso de as características citadas na proposta já demonstrarem não serem condizentes com a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
A decisão final da Secretaria Municipal de Meio Ambiente sobre cada uma das propostas será comunicada aos proponentes, sendo divulgada lista final dos proponentes/imóveis avaliados, bem como daquele eventualmente contratado.

DAS CONDIÇÕES PARA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO

A proposta de locação do imóvel eventualmente escolhido ficará sujeita à comprovação do valor de mercado, feita através de Laudo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí que servirá de parâmetro para demonstrar a compatibilidade do valor apresentado com o valor de mercado.
O proprietário do imóvel eventualmente selecionado deverá apresentar a documentação mencionada no Anexo II, no prazo de 5 dias após recebimento da solicitação, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada do interessado, sendo que o descumprimento do prazo implica o não atendimento ao requisito, com a desconsideração da proposta.

O proponente-locador deverá entregar o imóvel em perfeitas condições de uso, pintado e liberado para ocupação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação de aprovação da contratação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O proponente é responsável pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desconsideração da intenção de locação do imóvel.
Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Este procedimento não gera direito à contratação, ficando o(a) proponente sujeito(a) a submeter(em)-se às demais condições exigidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo às constantes no Anexo II e, ainda, à discricionariedade da Administração quanto à oportunidade e conveniência da locação e da escolha do imóvel.
A escolha do imóvel dar-se-á por critérios de adequação do imóvel ao fim a que se destina e aos requisitos dos Anexos I e II, bem como à qualidade, condições do imóvel e preço, estando, ao final, a discricionariedade da Administração, visando resguardar a supremacia do interesse público sobre o privado.
O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Paranavaí-PR.

Paranavaí, 02 de janeiro de 2026.

ANDRESSA ROMAGNA TOMIELLO
Secretária Interina Municipal de Meio Ambiente
(Portaria Municipal nº 076/2026)

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO IMÓVEL

O imóvel para abrigar a Sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá apresentar as seguintes características:

Imóvel localizado dentro do perímetro urbano de Paranavaí, preferencialmente central:
garantindo **maior eficiência administrativa**, **facilidade de acesso da população aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente** e proximidade com a Prefeitura e demais secretarias municipais.

Área construída mínima de 400 m²:
a Secretaria Municipal de Meio Ambiente possui estrutura administrativa com diversos setores (planejamento, diretorias, fiscalização, atendimento ao público, etc.), necessitando de espaço suficiente para comportar os servidores e as atividades com conforto, segurança e funcionalidade. A metragem mínima é baseada em estimativa de ocupação por servidor e volume de atendimento, com margem para o crescimento da equipe.

Mínimo de 3 banheiros:
Considerando o número estimado de servidores e o fluxo de atendimento ao público, a estrutura sanitária deve atender de forma adequada as normas básicas de higiene e conforto. Essa quantidade visa separar o uso entre servidores e usuários externos, conforme as boas práticas de acessibilidade e saúde pública.

Garagem para mínimo de 4 veículos oficiais:
A secretaria utiliza veículos próprios para atividades de fiscalização ambiental, vistorias técnicas e apoio a ações nas áreas urbanas. A exigência garante local seguro e protegido para os veículos públicos, evitando gastos com estacionamentos externos ou riscos de danos e furtos.

Mínimo de 8 salas:
Essa configuração garante a divisão funcional dos setores da secretaria, permitindo que cada setor administrativo (como diretorias, fiscalização, atendimento ao público, etc.) opere de forma organizada e eficiente. Além disso, é indispensável que o secretário da pasta disponha de **ambiente exclusivo e reservado para atendimentos institucionais, reuniões e despachos administrativos**, o que exige uma sala própria, separado dos demais setores.

Boas condições das instalações elétricas e pontos de tomadas em todos os ambientes:
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente utiliza, em sua rotina de trabalho, **computadores de mesa, impressoras e outros equipamentos conectados à internet**, sendo essencial que todos os ambientes estejam preparados com **instalações elétricas em bom estado** e **quantidade adequada de tomadas**. Isso garante o funcionamento adequado dos sistemas administrativos, softwares, acesso à rede e comunicação.

Acessibilidade arquitetônica:
É obrigatória, por lei, a adequação dos espaços públicos às normas de acessibilidade (Lei nº 10.098/2000). A exigência visa garantir o acesso pleno de todos os cidadãos, inclusive pessoas com deficiência, ao atendimento presencial da secretaria.

Prazo para adequações (30 dias):
O prazo foi estipulado para permitir eventuais pequenas adaptações no imóvel proposto, sem comprometer o cronograma de instalação da nova sede. É um prazo razoável e proporcional, levando em conta a urgência administrativa e a viabilidade de ajustes simples.

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

O detentor da proposta aprovada deverá apresentar os documentos a seguir:
Cópia da matrícula do imóvel;
Certidão negativa de ônus do imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Se pessoa física:
Cópia de documento de identidade e CPF do(s) contratado(s) e de seu (s) cônjuge (s);
Cópia da certidão de casamento se for o caso;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67), em nome do(s) proprietário(s) e cônjuge(s);
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do(s) proprietário(s) e de seu(s) cônjuge(s);
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
Pela Prefeitura do Município do domicílio do(s) proprietário(s) e cônjuge(s), e também;
Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

Se pessoa jurídica:
Cópia do Contrato particular de administração de imóveis entre o proprietário do imóvel e a pessoa jurídica ou documento equivalente, se for o caso;
Cópia do contrato social da pessoa jurídica;
Cópia de Procuração se for o caso;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União);
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:

Pela Prefeitura do Município do domicílio da pessoa jurídica, e também;
Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
Comprovante de regularidade com o INSS e FGTS em nome da pessoa jurídica;
Comprovante de inscrição no cadastro geral de contribuintes;
Declaração de falência e Concordata em nome da pessoa jurídica;
Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III;
Os documentos necessários à contratação poderão ser em cópias simples, **desde que acompanhadas dos originais para conferência por servidor;**
Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas;
Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos;
Outros documentos complementares ou esclarecimentos poderão ser solicitados durante o procedimento de contratação de eventual escolhido.

ANEXO III - MODELOS SUGERIDOS

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS.

DECLARAÇÃO

(NOME) _____, com domicílio (ou sede) na cidade de_____, estado _____, endereço _____através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)_____, DECLARA para os fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto do Chamamento, que o imóvel objeto de sua proposta não possui ônus e que possui todos os documentos necessários indicados no Anexo II.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.
Assinatura
Nome do(a) representante legal

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

(NOME) _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas lei, e para fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.
Assinatura
Nome do(a) representante legal

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:47F50640

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 234/2026

Altera a Portaria Municipal nº 2.057/2025, que nomeia os representantes do Grupo Gestor do Programa Municipal de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - PMEARSU

Considerando o art. 2º, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº 27.516/2025;

Considerando o Processo Digital nº 3075/2026/IPM e o memorando nº 009/2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

O Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto na Lei Orgânica do Município e Constituição Federal de 1988, RESOLVE:

Art. 1º A Portaria Municipal nº 2.057/2025, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"*Art. 1° Nomear os seguintes representantes do Grupo Gestor do Programa Municipal de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - PMEARSU, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº 27.516/2025:*
(...)
IV - Secretaria Municipal de Comunicação:
Titular : Igor Mateus de Almeida Lima;
Suplente: Jefferson Larsen de Lima;

V - Conselho Municipal de Meio Ambiente:
Titular: Vera Márcia Teixeira de Lima;
Suplente: Chirlei Silva Vieira;
(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 3 DE FEVEREIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:EF031E5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2026
(ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO DIGITAL Nº 4532/2026)

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2026
(Alteração de Dotação Orçamentária - Processo Digital nº 4532/2026)

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 019/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário do Gabinete do Prefeito, **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF 596.187.609-87, doravante denominado contratante e a empresa **EXPERTPRIME SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.930.119/0001-17, estabelecida à Rua Francisco Alves do Nascimento, 1279, Jardim Aeroporto, na cidade de Paranavaí–Paraná, CEP 87.707-030, e-mail

expertprime2030@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **EDNILSON RODRIGUES**, inscrito no CPF 697.871.829-72.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1. Constitui objeto do presente contrato é a execução de obra de adaptações e adequações dos ambientes que compõem o Gabinete do Chefe do Poder Executivo, localizado na rua Getúlio Vargas, n 900, Centro, Paranavaí-Pr, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. Em conformidade com o disposto no art. 124º, da Lei nº 14.133/21, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 02/2026, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 01/2026/SEGAP.
Novas Dotações Orçamentárias:
Referência: 2002
Ação: 2033
Elemento: (344905100000) - Obras e instalações

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO Nº 02/2026).

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:49DB193B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - DECRETO MUNICIPAL Nº 27.731/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 27.731/2026

Dispõe sobre a nomeação de Equipe de Apoio com função de auxiliar a Pregoeira no desempenho de suas atribuições.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

DECRETA:

Art.1º. - Nomeação, nos termos do art. 8°, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 70, inciso III, §1º da Lei Municipal nº 3.891/2012, alterado pela Lei Municipal nº 5.248/2023, os servidores municipais abaixo relacionados, para comporem Equipe de Apoio com função de auxiliar a Pregoeira no desempenho de suas atribuições conforme Decreto Municipal nº 24.731/2023, no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, etanol, diesel S10, diesel comum e Arla 32) para atender os veículos e equipamentos que compõem a frota do Município de Paranavaí, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de por meio de cartões individuais (magnéticos, com chip, NFC, RFIC ou tecnologia similar) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis dentro e fora do município de Paranavaí – Paraná.:
- EDUARDO DE ARRUDA SESTARIO, matrícula 6859.
- FABIANO RICARDO CRUZ MASTEGUIM, matrícula 11268.
- ROGER JOSÉ AMÂNCIO FRATUCCI, matrícula 6988.
- LEONARDO CANCELIERI AVANCIO, matrícula 10173.

Art.2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Graziele Della Pria da Silva Maciel
Código Identificador:158ADC5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 235/2026

PORTARIA Nº 235/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal do Contrato nº 01/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:
Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Contrato nº: 01/2026.
Data de assinatura: 08/01/2026
Empresa:
Contrato 01 - PARABOLE EDUCAÇAO E CULTURA LTDA
Objeto:
Contratação do palestrante Nélio Spréa, por intermédio da empresa Parabolé Educação e Cultura. para ministrar a palestra com o tema: "Equidade que Inspira: Motivar para Transforma Vidas"; destinado à realização de Capacitação Pedagógica aos gestores, equipe pedagógica, educadores, estagiários e demais servidores da Rede Municipal de Ensino de Paranavaí, com carga horária de 4 horas, no período vespertino do dia 04 de fevereiro de 2026.

Secretaria Municipal de Educação	Gestor: ROSANGELA GONÇALVES VIANA
	Fiscal: ADRIANA DA SILVA CONTRERA
	Fiscal Suplente: LUCIANO GONÇALVES DE
	LIMA.

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no Documento de Formalização de Demanda da Inexigibilidade nº 50/2025 - processo digital IPM 58663/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 04 de fevereiro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:0FCBC857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 236/2026

PORTARIA Nº 236/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal do Contrato nº 04/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual

dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Contrato nº: 04/2026.
Data de assinatura: 15/01/2026 Empresa:
Contrato 04 - OM COMERCIO E EXPORTACAO DE BORRACHA LTDA

Objeto:
Concessão de direito real de uso de lotes localizados nas dependências do Distrito Industrial, situado no Distrito de Sumaré, no Município de Paranavaí/PR, com destinação específica para a instalação e operação de empreendimento voltado à atividade de reciclagem de pneus.

Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico e Turismo	Gestor: NADIELE ROCHA PEREIRA Fiscal: DANIELLA MENEGHETTI PONTES Fiscal Suplente: PATRICIA FALASZ BERTATE

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda** da Concorrência Pública nº **17/2025** - processo digital IPM 46913/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 04 de fevereiro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:6B8F3D84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 238/2026

PORTARIA Nº 238/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal dos Contratos nº 05, 06, 07, 08,09 e 10/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Contrato nº: 05, 06, 07, 08, 09 e 10/2026. Data de assinatura: 15/01/2026
Empresa:
Contrato 05 - MEDVERSUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Contrato 06 - HRMEDICAL SOLUCOES LTDA
Contrato 07 - PGE PRIME COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. Contrato 08 - F. C. DE PAULA JOSE LTDA
Contrato 09 - MASTERMED COMERCIAL LTDA Contrato 10 - 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. – ME
Objeto:
Aquisição de Gases Medicinais, Industriais e Acessórios para atendimento da Secretária Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Secretaria Municipal de Saúde	Gestor: SALETE DE AGUIAR FERREIRA RICATO Fiscal: SUZI MEIRE CLEMENTE GIMENEZ Fiscal Suplente: JESSICA CAROLINE R. A. DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	Gestor: GILBERTO SILVA DE CASTRO Fiscal: GILMAR SILVA DE CASTRO Fiscal Suplente: LUIZ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA.

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda** e Memorando nº 96/2026 do Pregão Eletrônico nº **68/2025** - processo digital IPM 46020/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 04 de fevereiro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:B06CFB29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 239/2026

PORTARIA Nº 239/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal do Contrato nº 11/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:
Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Contrato nº: 11/2026.
Data de assinatura: 16/01/2026
Empresa:
Contrato 11 - GARRAFAO PRODUCAO MUSICAL LTDA
Objeto:
Contratação da empresa Garrafão Produção Musical Ltda-ME para apresentação de show da banda GARRAFÃO, para o Festival de Carnaval 2026, que ocorrerá no dia 14 de fevereiro de 2026, ofertado a população de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí. Incluídas as despesas com cachê artístico, transporte, alimentação (abastecimento do camarim), logística, carregadores, encargos fiscais, com o tempo de duração da apresentação de show de 02h30 (duas horas e trinta minutos), conforme proposta apresentada.

Fundação Cultural de Paranavaí	Gestor: ANA PAULA MÁXIMO DA SILVA Fiscal: WILLIAM MOREIRA DA SILVA Fiscal Suplente: JESUS RODRIGUES SOARES

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no Documento de Formalização de Demanda da Inexigibilidade nº 01/2026 - processo digital IPM 60068/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 04 de fevereiro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:9A60830D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 260/2026

PORTARIA Nº 260/2026

Destitui servidor da função de Fiscal referente ao Contrato nº 055/2023.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Destituir o servidor abaixo relacionado da função de Fiscal do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2023, celebrado em 23/06/2023, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná e a empresa CONSTRUTORA GUILHERME LTDA, cujo objeto é a "Construção de AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DO PARANÁ (AME- PR), com área a ser edificada de 4.223,31 m², conforme detalhamentos constantes nas planilhas de serviços, memoriais, projetos arquitetônicos e complementares, por meio do CONVÊNIO Nº 203/2022/SESA/FUNSAUDE", oriundo da Concorrência nº 005/2023, Processo Administrativo nº 007/2023:

I – **Fiscal:** Renan Vilani de Camargo, Engenheiro Civil, CREA/PR 138128/D.

Art. 2º A destituição formal do Fiscal do contrato está conforme indicado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, através do Memorando n.º 065/2026/SEDUR, via processo digital IPM n.º 5651/2026.

Art. 3º Permanece em vigor a Portaria n.º 1900/2025 no que não contrariar esta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:FB7850CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 048/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 048/2025
(REAJUSTE DE VALORES)
(PROCESSO DIGITAL: 2784/2026)

INEXIGIBILIDADE Nº 12/2025

CONTRATO Nº 048/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato de Locação nº 048/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa GIMENEZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁIOS LTDA., na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde Sra. ANDREIA MARTINS DE SOUZA, brasileira, CPF sob nº 042.081.609-77, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-Pr, doravante denominada LOCATÁRIO e **GIMENEZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita sob CNPJ 41.391.312/0001-50, com sede à Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho, nº 5550, Apto.1003, zona 01, CEP: 87.020-035, na cidade de Maringá/PR, neste ato representada pelo Sr. CLEVERSON GIMENEZ FRANCO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 004.320.079-62, residente à Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho, 5550, Apto. 1003, zona 01, CEP: 87.020-035, na cidade de Maringá/PR, Estado do Paraná, doravante denominados LOCADOR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Locação de Imóvel para instalação dos serviços de agendamento de exames e consultas especializadas, cirurgias eletivas, tratamento fora de domicílio e transporte de paciente, a ser denominada CENTRAL DE AGENDAMENTOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – REAJUSTE DE VALORES

Através do presente Termo de Apostilamento, ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,264385%** referente variação do IPCA no período de JANEIRO/2024 a JANEIRO/2025, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato de Locação n° 48/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único: O Contrato de Locação nº 048/2025 segue com os valores conforme abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de Imóvel localizado na Rua Antônio Felipe, nº 905, Centro de Paranavaí - PR com área de 285,91 m2 totalmente construída, para instalação da Central de Agendamentos da Secretaria Municipal de Saúde	R$ 4.691,90	R$ 56.302,80
VALOR TOTAL: R$ 56.302,80 (cinquenta e seis mil, trezentos e dois reais e oitenta centavos)			

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 48/2025), datado de 25 de Abril de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:D6CD7237

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/2024
(DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
(PROCESSO DIGITAL: 5803/2026)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

CONTRATO Nº 049/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato de Prestação de Serviços nº **049/2024** da empresa **ALTAIR DE SOUZA MEIRA,** na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92, doravante denominado **contratante** e a empresa **ALTAIR DE SOUZA MEIRA**, pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ sob o nº 13.745.206/0001-92, estabelecida à Avenida Euclides da Cunha nº 270, Jardim São Jorge, na cidade de Paranavaí – PR, CEP 87710-130, e-mail: olga.diniz10@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **ALTAIR DE SOUZA MEIRA**, inscrito no CPF nº 810.592.309-25.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL E URBANO destinados ao Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Educação, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato, que passam a integrar este instrumento como se nele transcritos estivessem, no valor global estimado firmado entre as partes, através do Contrato de Prestação de Serviços nº 049/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Através do presente Terno de Apostilamento em conformidade com o disposto no **art. 136 da 14.133/2021**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 49/2024**, passa a ser inlcuída **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 154/2026, somente para a Secretaria Municipal de Educação:
Referência/Dotação: 782
Ação: 2562 – Atividades do Transporte Escolar.
Elemento: (3339033000000000000) – Passagens e despesas com locomoção
Subelemento: (3339033030000000000) Despesas com transporte escolar
Vínculo: 0102 – Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF

Referência/Dotação: 784
Ação: 2562 – Atividades do Transporte Escolar.
Elemento: (3339033000000000000) – Passagens e despesas com locomoção
Subelemento: (3339033030000000000) Despesas com transporte escolar
Vínculo: 00107 –Salario Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/2024), datado de 02 de Maio de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:5218D566

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 27/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 27/2025
(DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
(PROCESSO DIGITAL: 5820/2026)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

CONTRATO Nº 027/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato de Prestação de Serviços nº **027/2025** da empresa **LUMA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA,** na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92, doravante denominado **contratante** e a empresa **LUMA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.802.686/0001-05, estabelecida à Rua Antônio Felipe, nº 1690, Centro, Paranavaí – PR, CEP 87.704-030, e-mail: ronereis71@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **LUCAS BENESCIUTI DOS REIS**, inscrito no CPF nº 101.912.709-03.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS residentes em áreas rurais do município, através da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Através do presente Terno de Apostilamento em conformidade com o disposto no **art. 136 da 14.133/2021**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 27/2025**, passa a ser incluída **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 185/2026, somente para a Secretaria Municipal de Educação:
Referência/Dotação: 786
Ação: 2562 – Atividades do Transporte Escolar.
Elemento: (3339033000000000000) – Passagens e despesas com locomoção
Subelemento: (3339033030000000000) Despesas com transporte escolar
Vínculo: 00179 – Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2025), datado de 17 de março de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:546D6303

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 240/2026

Dispõe sobre a designação de servidora efetiva na Função de Confiança de Assessor de Secretário – Nível III, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o Processo Digital nº 5139/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora **HELOISE CRISTINE DADAM SIMAS**, matrícula nº. 10036-4 ocupante do cargo efetivo de **ANALISTA ADMINISTRATIVO**, na Função de Confiança de

ASSESSOR DE SECRETÁRIO – NÍVEL III, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30 de janeiro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:33559C29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 241/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº 6487/2026, no qual o servidor solicita a exoneração do cargo de Agente Administrativo;*
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor **JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR,** Matrícula nº 7500-1, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.307/2012, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:C8C935A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 242/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo em comissão de Diretor Especial de Gestão em Saúde – CCD, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº 6487/2026, no qual o servidor solicita a exoneração do cargo de Diretor Especial de Gestão em Saúde – CCD;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor **JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR,** Matrícula nº 7500-1, nomeado pelo Decreto Municipal nº 27.102/2025, do cargo em comissão de **DIRETOR ESPECIAL DE GESTÃO EM SAÚDE – CCD,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:4FBB6388

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 246/2026

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, HALIADINES MONIQUE DA SILVA DE SOUZA.

Considerando *o protocolo nº 770150902/2026, solicitando* Licença-maternidade, *o Atestado Médico e a Certidão de Nascimento anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **HALIADINES MONIQUE DA SILVA DE SOUZA**, Matrícula nº 10825-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 26/01/2026 e término em 24/07/2026.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 26 de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:D355418F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 247/2026

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, LIZEANE HEREN CANDIDO PEREIRA.

Considerando *o protocolo nº 770150845/2026, solicitando* Licença-maternidade, *o Atestado Médico e a Certidão de Nascimento anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **LIZEANE HEREN CANDIDO PEREIRA**, Matrícula nº 10934-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo

93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 27/01/2026 e término em 25/07/2026.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 27 de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:9A9620A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 248/2026

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, MARIA GABRIELA RIBEIRO MAZARO.

Considerando *o protocolo nº 770150933/2026, solicitando* Licença-maternidade*, o Atestado Médico e a Certidão de Nascimento anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **MARIA GABRIELA RIBEIRO MAZARO**, Matrícula nº 10917-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 01/02/2026 e término em 30/07/2026.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:CC03B3D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 249/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **MARCELO GOMES DOS SANTOS,** Matrícula n° 6422-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ORIENTADOR DE TRÂNSITO** junto a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 26 de dezembro de 2025, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 26 de dezembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:80D524B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 250/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **KARINA DA SILVA LIMA NIEHUES,** Matrícula n° 8142-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 26 de janeiro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 26 de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:762C01A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 251/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **LUSIMAR CATARINA DE OLIVEIRA DE NOVAES,** Matrícula n° 926-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE CRECHE II** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de janeiro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 27 de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:329B2F1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 252/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **JOSMARA APARECIDA BUCHNER DA ROSA FAXINA,** Matrícula n° 8103-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de janeiro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 29 de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:0803C243

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 253/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **RAYLANA DOMINGUES BICHERI SUK,** Matrícula n° 10844-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MÉDICO PEDIATRA (25 HORAS)** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:113F3FB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 254/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **SUELI MOLINA CASADEI,** Matrícula n° 4277-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:2B4F4AE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 255/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **RUTE RODRIGUES DOS SANTOS DE SOUZA,** Matrícula n° 9907-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de fevereiro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:439E76CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 256/2026

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação ao servidor **ANDERSON CARDOSO BIZO,** Matrícula nº 9983-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA,** conforme verificado em

Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **04 de fevereiro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:CF616E91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 257/2026

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **SONIA MARISA RODRIGUES CANATO,** Matrícula nº 4830-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **04 de fevereiro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:F5602773

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 258/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **MÁRCIA MEDINA SANCHES,** Matrícula nº 4682-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **05 de fevereiro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Kadija Valdez de Souza
Código Identificador:0F6ACD91

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 245/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

Considerando que o "Cartão de Todos" Unidade Paranavaí, realizará a divulgação das vantagens e benefícios oferecidos**,** incluindo consultas médicas acessíveis, descontos em farmácias, cashback e demais serviços para a população em geral.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o espaço localizado no calçadão do Centro, esquina da Rua Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves, com fundamento no artigo 73-A, parágrafo 5º da Lei Orgânica de Paranavaí;

Art. 2º Fica cedido, precariamente, o espaço no período compreendido das 08h00min às 12h00min, dos dias 07, 14, 21 e 28 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Dado o caráter precário, esta liberação poderá ser cassada unilateralmente, desde que motivada, por este órgão ou um de seus setores, ficando assim impedido a utilização do espaço cedido, mesmo que parcialmente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2.026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:E80B495E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PORTARIA Nº 210/2026

PORTARIA nº 210/2026

Determina a abertura de Processo Administrativo Sancionador em face da empresa Germano Pneus Ltda.

A Comissão Permanente para Processos Administrativos, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012 e Decreto Municipal nº 26.352/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador nº 05/2026 em face da empresa Germano Pneus Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 48.926.883/0001-91, para apuração do suposto cometimento de infrações às cláusulas do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 002/2024 e Ata de Registro de Preços nº 89/2024, referente à aquisição de pneus destinados à Secretaria Municipal de Agricultura, na forma do previsto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 26.352/2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de fevereiro de 2026.

VIVIANE CRISTINA RODRIGUES
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

EVERTON FERREIRA LEITE
Membro

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:84E9FEE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 1º TERMO APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2025

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e ANDREA DE MOURA LTDA, CNPJ/MF: 40.318.138/0001-58. **Objeto**:Fica reajustado, a partir de 29/01/2026, o valor da de Registro de Preços nº 1/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual prestação de serviço de sonorização, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), passando o valor por unidade de R$ 1.120,00 (um mil e cento e vinte reais) para R$ 1.167,71 (um mil, cento e sessenta e sete reais e setenta e um centavos), perfazendo o valor total estimado de R$ 14.012,52 (quatorze mil, doze reais e cinquenta e dois centavos) pelo período de 12 (doze) meses.**Dotação**: 133/.3.90.39.59.00.00 SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO. **Origem do Contrato**: Pregão Eletrônico nº 1/2025, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 2/2025. **Local, data e assinatura:**Pato Branco, 5 de fevereiro de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:90186E2E

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 3/2024

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e A S PINTO, CNPJ/MF: 22.865.751/0001-03. **Objeto**:Fica reajustado, a partir de 25/01/2026, o valor do Contrato nº 3/2024, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção, regulagem, assistência e suporte técnico nas áreas de sonorização e vídeo, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), passando o valor por hora de R$ 176,10 (cento e setenta e seis reais e dez centavos) para R$ 183,60 (cento e oitenta e três reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total estimado de R$ 18.360,00 (dezoito mil, trezentos e sessenta reais) pelo período de 12 (doze) meses..**Dotação**:133/3.3.90.39.17.01.00 SERV. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP.**Origem do Contrato**: Dispensa Eletrônica nº 1/2024, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 2/2024. **Local, data e assinatura:**Pato Branco, 5 de fevereiro de 2026. Joecir Bernardi- Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:C4DA722F

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 6/2024

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e Câmara Municipal de Pato Branco, CNPJ/MF: 43.153.652/0001-79. **Objeto**:Fica reajustado,a partir de 05/02/2025, o valor da Contrato nº 6/2024, cujo objeto é fornecimento fracionado de água mineral, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centéssimos por cento), passando o valor do: - Item 1, de R$ 1,18 (um real e dezoito centavos) para R$ 1,23 (um real e vinte e três centavos); Item 2 de R$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) para R$ 1,31 (um real e trinta e um centavos); Item 3 de R$ 33,10 (trinta e três reais e dez centavos) para R$ 34,51 (trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos), perfazendo o valor total de R$ 7.598,20 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos) pelo período de 12 (doze) meses.**Dotação**:136/3.3.90.30.07.99.00 - outras despesas com gêneros alimentícios. **Origem do Contrato**: Dispensa Eletrônica nº 3/2024, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 6/2024. **Local, data e assinatura:**Pato Branco, 5 de fevereiro de 2026. Joecir Bernardi- Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:038F1B4B

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 7/2024

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e ITACIR ALBERTON & CIA LTDA, CNPJ/MF: 85.474.252/0001-05. **Objeto**:Fica reajustado, a partir de 06/02/2025, o valor do Contrato nº 7/2024, cujo objeto é fornecimento fracionado de recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), passando o valor do item 1 de R$ 120,55 (cento e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 125,68 (cento e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), perfazendo o valor total de R$ 1.256,80 (um mil duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos) pelo período de 12 (doze) meses.**Dotação**:136/3.3.90.30.04.00.00 - GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS. **Origem do Contrato**: Dispensa Eletrônica nº 4/2024, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 7/2024. **Local, data e assinatura:**Pato Branco, 5 de fevereiro de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:E58277EA

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 5/2024

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e TELEFONICA BRASIL S.A , CNPJ/MF: 02.558.157/0001-62. **Objeto**:Fica reajustado, a partir de 08/01/2026, o valor do Contrato nº 5/2024, cujo objeto é a prestação de serviço de telefonia fixa comutada - STFC, com base navariação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, da Anatel, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 3,46 (três inteiros, quarenta e seis centéssimos por cento), conforme tabela de itens: ITEM 1:R$ 267,17; ITEM 2:R$ 5,40; ITEM 3:R$ 0,03; ITEM 4:R$ 0,03; ITEM 5:R$ 0,03; ITEM 6:R$ 0,03.**Dotação**:136/3.3.90.39.58.00.00 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. **Origem do Contrato**: Pregão Eletrônico nº 1/2024, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 3/2024. **Local, data e assinatura:**Pato Branco,5 de fevereiro de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:9809F878

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE INTENÇÃO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2024 - PROCESSO Nº 87/2024

O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, e com amparo legal na Lei 14.133/21, em seu Art. 71 e; **CONSIDERANDO** a deflagração do processo licitatório por meio do processo administrativo nº 5.804/2024; **CONSIDERANDO** que o Pregão Eletrônico nº 48/2024 – Processo nº 87/2024 tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de recepção, manutenção, operação, monitoramento ambiental, vigilância e destinação final ambientalmente adequada, dos resíduos sólidos urbanos do Aterro Sanitário Municipal, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; **CONSIDERANDO** que a abertura do processo licitatório estava marcada para ocorrer na data de 09 de setembro de 2024; **CONSIDERANDO** que devido à apresentação de impugnações ao edital, solicitou-se a suspensão do processo; **CONSIDERANDO** a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através da qual reconhece a ausência da licença de operação vigente para o aterro sanitário e informa que o objeto desta licitação é de alto custo, além de declarar a existência de ambiguidade nas especificações técnicas do objeto do processo em apreço; **CONSIDERANDO** o princípio da legalidade e da autotutela aplicáveis à Administração Pública, segundo os quais caberá a esta, nos termos da Súmula 473 do STF, "Anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."; A administração manifesta INTENÇÃO de **ANULAÇÃO** do processo licitatório de Pregão Eletrônico nº 48/2024 – Processo nº 87/2024, nos termos e fundamentos acima descritos; Em atendimento ao disposto no art. 71, § 3º, da Lei Federal 14.133/21, ficam os interessados intimados, em querendo se manifestar, apresentar defesa no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp). Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:8CFE5A1C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 02 CONTRATO N.º 17/2022 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2022 – PROCESSO Nº 26/2022

PARTES: Município de Pato Branco e PHD Laboratório de Patologia Humana Diagnóstica do Sudoeste.
OBJETO: Prestação de serviços de Patologia Clínica e Anatomia Patológica, pelos valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) e Tabela Municipal em procedimentos Municipais, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Pato Branco, bem como aos usuários referenciados por meio de pactuações firmadas com a Secretaria Municipal da Saúde de Pato Branco.
DO PRAZO: Prorrogação do prazo para mais 90 dias, ou seja, até 1º de maio de 2027.
DO VALOR: Permanece Inalterado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25793-33354, 35796-33357.
Pato Branco, 29 de janeiro de 2026. Geri Natalino Dutra – Prefeito. Indiamara Zanco Bonetto – Representante Legal

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:A45AA122

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 10 CONTRATO N.º 16/2022 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022 – PROCESSO Nº 25/2022

PARTES: Município de Pato Branco e Plátano Laboratório Ltda.
OBJETO: Prestação de serviços de Patologia Clínica e Anatomia Patológica, pelos valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) e Tabela Municipal em procedimentos Municipais, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Pato Branco, bem como aos usuários referenciados por meio de pactuações firmadas com a Secretaria Municipal da Saúde de Pato Branco.
DO PRAZO: Prorrogação do prazo para mais 12 meses, ou seja, até 31 de janeiro de 2027.
DO VALOR: Permanece Inalterado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25793-33354, 35796-33357.
Pato Branco, 29 de janeiro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito.

EVANDRO HENRIQUE FREIRE
Representante Legal

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:FC13E7C8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.834, de 04 de fevereiro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **EDUARDA KAMILLI GIACOMELLI,** Matrícula nº 10745-0, do cargo de Professora, função Professora de Educação Física, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos em 04 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:45BA3F2D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 110/2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 2.010 de 26 de janeiro de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Departamento de Cultura;

Considerando a Portaria nº 110 de 04 de fevereiro de 2026, publicada na Edição nº 3463 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026;

Considerando a necessidade de corrigir erro material verificado no referido ato administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 2º da Portaria nº 110 de 05 de fevereiro de 2026, onde se lê:

Onde se lê: "[...] 13 a 20 de fevereiro de 2026 [...]"
Leia-se: "[...] 13 a 20 de julho de 2026 [...]"

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na referida portaria.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:50A175FC

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.771, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 577.500,00 (quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 577.500,00 (quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.606	**Extensão Rural**	
20.606.0030	**Fomento à Agricultura e Pecuária**	
2.073	Manutenção das Atividades do Interior	
4.4.90.52 – 000 (26618)	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00
4.4.90.52 – 9021 (34597)	Equipamentos e Material Permanente	467.273,18
4.4.90.52 – 59021 (41238)	Equipamentos e Material Permanente	10.226,82

Total	**577.500,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias, do superávit financeiro do exercício de 2025 e do excesso de arrecadação de recursos de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

I - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.608	**Promoção da Produção Agropecuária**	
20.608.0079	**Programa de Desenvolvimento da Agricultura – PRODEAGRI**	
2.273	PRODEAGRI	
3.3.90.32 – 000 (26586)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	100.000,00

II - superávit Financeiro do exercício de 2025:

Código	Especificação	Valor (R$)
59021	Convênio Contrato de repasse nº 957826/2024 - MAPA Ministério da Agricultura e Pecuária - Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	10.226,82

III - excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada:

Código	Especificação	Valor (R$)
9021	Convênio Contrato de Repasse nº 957826/2024 - MAPA Ministério da Agricultura e Pecuária - Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	467.273,18

Total	**577.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:1078DDBD

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.772, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 80.784,45 (oitenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 80.784,45 (oitenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
20	**SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**	
20.03	**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES**	
14	**Direitos da Cidadania**	
14.122	**Administração Geral**	
14.122.0064	**Fortalecimento das Políticas Públicas para Mulheres**	
2.591	Gestão e Operação do Fundo Municipal de Direitos Humanos das Mulheres	
3.3.90.14 – 58015 (41245)	Diárias – Pessoal Civil	5.784,45

3.3.90.30 – 58015 (41244)	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.33 – 58015 (41246)	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
3.3.90.36 – 58015 (41243)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39 – 58015 (41242)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00

Total	**80.784,45**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
58015	Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres - Deliberação 04/2024 - CEDM / PR	80.784,45

Total	**80.784,45**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:82E96F9A

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.773, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.606	**Extensão Rural**	
20.606.0030	**Fomento à Agricultura e Pecuária**	
2.073	Manutenção das Atividades do Interior	
4.4.90.52 – 7033 (41249)	Equipamentos e Material Permanente	247.500,00

Total	**247.500,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos de fonte vinculadas do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
7033	Emenda Parlamentar Individual - Transferência Especial – nº 202537020015 - Promoção da Produção Agropecuária - Aquisição de um trator agrícola (Leandre Dal Ponte)	247.500,00

Total	**247.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:EF465B4C

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.774, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais) dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.608	**Promoção da Produção Agropecuária**	
20.608.0030	**Fomento à Agricultura e Pecuária**	
2.071	Apoio ao Desenvolvimento de Agroindústrias, Mercado do Produtor e Cooperativas da Agricultura Familiar	
4.4.90.52 – 9048 (41248)	Equipamentos e Material Permanente	382.000,00

Total	**382.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
9048	Convênio Termo nº 990416/2025 - Aquisição de Máquinas - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	382.000,00

Total	**382.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:60AD8C60

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 12, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026.

Altera dispositivo da Portaria nº 07/2025/GP, de 12 de março de 2025, que atualizou Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Pato Branco e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 8.117, de 3 de abril de 2017; e considerando o contido no Memorando nº 22.122, de 13 de agosto de 2024, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Altera o inciso I do art. 1º da Portaria nº 07/2025/GP, de 12 de março de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....
I -Pedro Angelo Dutra Beladelli - Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária - Presidente;
....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:B6856471

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 3372/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação para o cargo eletivo de Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.688/2025, de 09 de julho de 2025, que disciplina a forma de provimento do cargo eletivo de Diretora de Centro de Educação Infantil;

CONSIDERANDO o resultado do pleito eleitoral realizado em 28/11/2025, para escolha da Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Ruth Jensen de Lara, conforme Ata nº 01/2025, devidamente homologada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra., **ANGELA LACHOVSKI CUSTODIO,** para exercer o cargo eletivo de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Ruth Jensen de Lara, deste Município, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

Art. 2º O mandato terá vigência no período de 05 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na legislação municipal vigente.

Art. 3º A nomeada fará jus à remuneração e às demais vantagens inerentes ao cargo, na forma da Lei Municipal nº 1335/2014, art. 6º, §3º, III.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:941E0811

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3373/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação para o cargo eletivo de Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.688/2025, de 09 de julho de 2025, que disciplina a forma de provimento do cargo eletivo de Diretora de Centro de Educação Infantil;

CONSIDERANDO o resultado do pleito eleitoral realizado em 28/11/2025, para escolha da Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Neuza Behety Franco, conforme Ata nº 01/2025, devidamente homologada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra., **HELIANA SCUSSIATO FRANCO TEIXEIRA,** para exercer o cargo eletivo de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Neuza Behety Franco, deste Município, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

Art. 2º O mandato terá vigência no período de 05 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na legislação municipal vigente.

Art. 3º A nomeada fará jus à remuneração e às demais vantagens inerentes ao cargo, na forma da Lei Municipal nº 1335/2014, art. 6º, §3º, III.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:764B020A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3374/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação para o cargo eletivo de Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.688/2025, de 09 de julho de 2025, que disciplina a forma de provimento do cargo eletivo de Diretora de Centro de Educação Infantil;

CONSIDERANDO o resultado do pleito eleitoral realizado em 28/11/2025, para escolha da Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Juliana Aparecida Bueno, conforme Ata nº 01/2025, devidamente homologada;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Sra., **MARIA CLAUDIA DA SILVA,** para exercer o cargo eletivo de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Juliana Aparecida Bueno, deste Município, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

Art. 2º O mandato terá vigência no período de 05 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na legislação municipal vigente.

Art. 3º A nomeada fará jus à remuneração e às demais vantagens inerentes ao cargo, na forma da Lei Municipal nº 1335/2014, art. 6º, §3º, III.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:224F0CCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3375/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação para o cargo eletivo de Diretora de Escola, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.688/2025, de 09 de julho de 2025, que disciplina a forma de provimento do cargo eletivo de Diretora de Escola;

CONSIDERANDO o resultado do pleito eleitoral realizado em 28/11/2025, para escolha da Direção da Escola Municipal Mauro de Oliveira Cavallin, conforme Ata nº 01/2025, devidamente homologada;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Sra. **JOCELINE MENDES CARNEIRO**, para exercer o cargo eletivo de Diretora da Escola Municipal Mauro de Oliveira Cavallin, deste Município, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

Art. 2º O mandato terá vigência no período de 05 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na legislação municipal vigente.

Art. 3º A nomeada fará jus à remuneração e às demais vantagens inerentes ao cargo, na forma da Lei Municipal nº 1335/2014, art. 6º, §3º, III.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026, fica revogado o Decreto nº 2514/2021 de 08 de fevereiro de 2021.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:3A75C080

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3376/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação para o cargo eletivo de Diretora de Escola, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.688/2025, de 09 de julho de 2025, que disciplina a forma de provimento do cargo eletivo de Diretora de Escola;

CONSIDERANDO o resultado do pleito eleitoral realizado em 28/11/2025, para escolha da Direção da Escola Municipal do Campo Barão do Rio Branco, conforme Ata nº 01/2025, devidamente homologada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. **KELLY ADRIANE FERSCH LEVANDOSKI**, para exercer o cargo eletivo de Diretora da Escola Municipal do Campo Barão do Rio Branco, deste Município, nos termos da Lei Municipal nº 1.688/2025.

Art. 2º O mandato terá vigência no período de 05 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na legislação municipal vigente.

Art. 3º A nomeada fará jus à remuneração e às demais vantagens inerentes ao cargo, na forma da Lei Municipal nº 1335/2014, art. 6º, §3º, III.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2026, fica revogado o Decreto nº 3283/2025 de 01 de agosto de 2025.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:BFC5DEDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3377/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração de servidor de cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:

Art. 1º - EXONERAR a servidora **SONIA FROELICH**, inscrita no CPF nº ***.444.909.**, do cargo isolado de provimento em comissão de Diretora de Centro de Educação Infantil - Símbolo- CC3-, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 3189/2025 de 30 de janeiro de 2025.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:611E54A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMNADO
EDITAL Nº 01/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2024,** Homologado em 18 de novembro de 2024 e Prorrogado com o Decreto nº 3340/2025 de 03 de dezembro de 2025, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionados para apresentarem-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munidos da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foram classificados, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Professor –Ensino Fundamental -20 horas

Classificação	Nome
36º Lugar	Lucas Tenchena Primo
37º Lugar	Emily Cristini Pavoski de Souza

Paula Freitas, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:297780B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 053/2026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre revogação de designação de servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica revogada as Portaria nº 044/2021 de 08 de fevereiro de 2021 e Portaria nº 046/2021de 08 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre designação de servidor, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:298C3A67

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 054/2026– DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar a pedido a servidora **ADRIANE SABAI**, portador da carteira de identidade RG nº *****048-5-PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado –PSS, Edital nº 01/2024, ocupante do cargo temporário de Professor Ensino Fundamental-20 hrs a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 034/2026 de 02 de fevereiro de 2026.

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:86163357

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 055/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **SERGIO RICARDO GONÇALVES CORREIA,** portador da carteira de identidade RG nº *****725-0-PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 06 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:AF9A8C19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

DATA DE ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, CNPJ 77.007.474.0001/90, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor IRENEU INÁCIO ZACHARIAS.

CONTRATADO: AMBIENTETERRA TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 15.841.049/0001-44, representado por JOÃO LUIS BATISTA VERISSIMO.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração/revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Paulo Frontin-PR.
VALOR: R$ 11.000,00 (onze mil reais).
PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 12 (doze) meses.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:6227684B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 029/2026

PORTARIA Nº 029/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO

QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **ANDRÉIA APARECIDA SZYMCYSZYN**, inscrita no CPF sob nº. *.*.109-65 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 01/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:AA5AFDA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 030/2026

PORTARIA Nº 030/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **ANNA PAULA DIDUCH**, inscrita no CPF sob nº. *.*.709-41 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:FB5E8087

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 031/2026

PORTARIA Nº 031/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **BIANCA APARECIDA KOVALSKI**, inscrita no CPF sob nº. *.*.819-81 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.

Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:A7223C0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 032/2026

PORTARIA Nº 032/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **DANIELE ADRIANE KOZAN RODRIGUES DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº. *.*.309-46 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:977D8F94

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 033/2026

PORTARIA Nº 033/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **DANIELLY LISOSKI CORREIA**, inscrita no CPF sob nº. *.*.239-82 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:BE0C18D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 034/2026

PORTARIA Nº 034/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **DIULCÉLIA MARIELY CARDOSO BUENO**, inscrita no CPF sob nº. *.*.119-01 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:DE5E6DB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035/2026

PORTARIA Nº 035/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **ELIANE AZEVEDO MAZUREK**, inscrita no CPF sob nº. *.*.429-69 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 01/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:6FD895A3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 036/2026

PORTARIA Nº 0362026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **ELIANE MARTINS MACIEL CYMBALISTA**, inscrita no CPF sob nº. *.*.039-60 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:B82BD8F3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 037/2026

PORTARIA Nº 037/2026

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear o servidor **GABRIEL DIAS OPALOSKI**, inscrito no CPF sob nº. *.*.619-98 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. O servidor será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. O Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:F130D35E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 038/2026

PORTARIA Nº 038/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **GISELAINE FRANCZAK**, inscrita no CPF sob nº. *.*.049-43 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:33465A3A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 039/2026

PORTARIA Nº 039/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **GRAZIELLE APARECIDA STECIUK**, inscrita no CPF sob nº. *.*.509-41 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C92238DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 040/2026

PORTARIA Nº 040/2026

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear o servidor **GUSTAVO FURTOSO**, inscrito no CPF sob nº. *.*.018-03 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. O servidor será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. O Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:8823D927

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 041/2026

PORTARIA Nº 041/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **JANISE EMÍLIA OSTROWSKI**, inscrita no CPF sob nº. *.*.819-30 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:6CEC942F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 042/2026

PORTARIA Nº 042/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **LARISSA ALESSANDRA TENCZENA DA COSTA**, inscrita no CPF sob nº. *.*.519-03 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:1FA61315

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 043/2026

PORTARIA Nº 043/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **LUANA KULICZ MUDREK**, inscrita no CPF sob nº. *.*.019-55 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:D7F2E2C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 044/2026

PORTARIA Nº 044/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **MARIA CRISTINA BANHUKI FERREIRA**, inscrita no CPF sob nº. *.*.519-49 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C38126BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 045/2026

PORTARIA Nº 045/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **MARIA IVETE JAREMCZUK**, inscrita no CPF sob nº. *.*.909-53 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C97282BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 046/2026

PORTARIA Nº 046/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **PATRICIA SIERPINSKI**, inscrita no CPF sob nº. *.*.749-98 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:9D035426

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 047/2026

PORTARIA Nº 047/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **PRISCILA PONTES MACEDO**, inscrita no CPF sob nº. *.*.539-00 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:E1428F64

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 048/2026

PORTARIA Nº 048/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **SANDRA APARECIDA BERTOLDO DOS REIS**, inscrita no CPF sob nº. *.*.089-99 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:D96D389C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 049/2026

PORTARIA Nº 049/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **SILVIA NEIDE LACH**, inscrita no CPF sob nº. *.*.949-58 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 002/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:7CCC6278

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 050/2026

PORTARIA Nº 050/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Pessoal/Servidores para o Município;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público nº 001/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora **VANESSA CARLOTTO GROSSMANN CORDEIRO**, inscrita no CPF sob nº. *.*.799-44 para o cargo, Emprego Público de **PROFESSORA COM HABILITAÇÃO 20 HORAS**, pois atendeu os requisitos previstos no art. 1º, 2º e 3º, do Edital de Convocação nº. 001/2026.
Art. 2º. A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo, estão estabelecidos no Edital de Concurso Público, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º. A servidora será considerável estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório, previsto no Artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 4º. À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º. Fica o Setor de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato, especialmente convocação para assinatura de Termo de Posse.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:3D2783CA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA N° 03/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0000003
Processo Adm: Nº 0000010

O Prefeito Municipal, Ireneu Inácio Zacharias, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente as Leis 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:
Objeto: CONTRATACAO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA MECÃ?NICA PARA A EMISSAO DE PARECER TECNICO INDEPENDENTE (LAUDO DE FORCA CONTRATUAL) ACERCA DO SISTEMA DE CLIMATIZACAO (HVAC) DA OBRA DE REFORMA E AMPLIACAO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN.CONTRATACAO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA MECÃ?NICA PARA A EMISSAO DE PARECER TECNICO INDEPENDENTE (LAUDO DE FORCA CONTRATUAL) ACERCA DO SISTEMA DE CLIMATIZACAO (HVAC) DA OBRA DE REFORMA E AMPLIACAO DO PRONTO ATENDIMENTO
Empresas vencedoras valor total: R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais): **LC ENGENHARIA MECÂNICA LTDA** (49962240000166) com os lotes: 1 no valor total de R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) conforme edital , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
PAULO FRONTIN (PR), terça-feira, 5 de fevereiro de 2026

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:1C1ED3E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026
DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, torna público a Dispensa de Licitação a seguir:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS VETERINÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS AO SUPORTE DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE – PR, VISANDO A EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE, BEM COMO AS ATIVIDADES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA.
Valor total estimado: R$ 4.206,43 (Quatro mil, duzentos e seis reais e quarenta e três centavos).
Data da abertura: 13/02/2026.
Forma de Pagamento: Conforme a entrega.
Dotação Orçamentária:
10000-SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
10002-DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
20.608.12.2.36 – Desenvolvimento da Agricultura Municipal
3.3.90.30.00 – Material de Consumo (332)

Fundamento Legal: artigo 75, inciso II, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:4B030887

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2024.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: RODRIGO VARASCHINI.
ORIGEM: Contrato nº 03/2024 na modalidade de Credenciamento nº 16/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 05/02/2024 a 03/02/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 03/02/2026 a 02/02/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 03/02/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:A8E60D32

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2024.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: RODRIGO VARASCHINI.
ORIGEM: Contrato nº 04/2024 na modalidade de Credenciamento nº 21/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 05/02/2024 a 03/02/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 03/02/2026 a 02/02/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 03/02/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:C8E0E759

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2024.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **V BASSANESI & CIA LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 19/2024.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 05/11/2024 a 04/02/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 04/02/2026 a 03/02/2027
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:3F62065F

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2024.
OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **GILMAR LUCIETTO & CIA LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 19/2024.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 05/11/2024 a 04/02/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 04/02/2026 a 03/02/2027
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:FA9A5E0A

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2024.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **RODRIGO MENUSSI E CIA LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 19/2024.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 05/11/2024 a 04/02/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 04/02/2026 a 03/02/2027
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 04/02/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:FAF739BD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 14/2026

SUMULA: Dispõe sobre o cancelamento de concessão de função gratificada e dá outras providências.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Lei nº 1069/17 e posteriores alterações;
DECRETA

Art.1º- Fica **REVOGADO,** a partir da data 04.02.2026, por razões de interesse público, o Decreto de nº 31/2025, o qual havia nomeado a Servidora Municipal **SIMONE ANTONIO,** para exercer a função gratificada de Chefe do Departamento de Tesouraria – FG-6.

Art. 2º - **DESIGNAR**, a partir da data 05.02.2026 a servidora Municipal **SIMONE ANTONIO**, Matrícula 1758, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, do Grupo Ocupacional 08 – Assistência Social, para exercer a função gratificada de Assessoria Administrativa – FG-5, conforme Lei Municipal nº 1519/2025.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogado o Decreto 31/2025 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:C3A3CD70

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 15/2026

Nomeia Servidora para ocupar Cargo em Provimento em Comissão.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Leis n° 300/02, 771/11, 889/13, 1069/17 e alterações.

DECRETA

Art.1º- Fica **NOMEADA**, a partir desta data, **SUELI MARIA DE ALMEIDA,** para ocupar o Cargo em Provimento em Comissão de Assessoria Administrativa, símbolo C-06 do quadro de cargos em Comissão.
Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor nessa data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:6BD45E57

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 16/2026

Exonera Servidora Ocupante de Cargo em Provimento Temporário.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Leis, Resolve;

DECRETA

Art.1º- Fica **EXONERADA**, nesta data, **AMANDA TOMAZONI,** matricula 1847, ocupante do Cargo em Provimento Temporário de Professora, do Grupo Ocupacional 05 – Magistério.
Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogado o Decreto n° 27/2024 e as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:2982265B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do Artigo 69 da Lei Municipal nº 300/2002 (alterado pela Lei Municipal nº 1.102/2018).
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias a partir do dia 04.02.2026 até o dia 13.02.2026 a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Jovane Kolln de Souza	Auxiliar Administrativo

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 04.02.2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:DE146FB7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 18/2026

SÚMULA: *Designa Tesoureira da Prefeitura Municipal de Pérola D´Oeste.*

O Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar a Senhora JAQUELINE BRESSAN SCHWINGEL, Secretária de Administração, portadora da cédula de identidade sob nº x.x63.723-2 SSP-PR e CPF nº 001.337.829-xx, nomeada através do Decreto nº 01/2026 para responder como **Tesoureira** da Prefeitura Municipal de Pérola D´Oeste;

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de hoje, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 01/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:2098FFEA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 19/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 300/02, 771/11, 1069/17 e alterações;
CONSIDERANDO as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.485/2024, que alterou o Artigo 75, da Lei Municipal nº 889/2013, RESOLVE:

R E S O L V E

Art. 1º. Designar para exercer Função Gratificada de Coordenação Pedagógica na Instituição Educacional a Servidora abaixo relacionada, ocupante de Cargo em Provimento Efetivo de Professor do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Pérola D´Oeste-PR:

- Luciane Von Groll, CMEI Olga Fornari, por 40 horas;

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 02.02.2026, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:E736C1F9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 20/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve;

DESIGNAR

Art. 1°. A Senhora **SIMONE ANTONIO**, brasileira, maior de idade, divorciada, residente e domiciliada no município de Pérola D´Oeste-PR, Auxiliar Administrativo, para exercer as funções de **SECRETÁRIA EXECUTIVA** da Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Pérola D´Oeste, com início em 05 de fevereiro de 2026 até 31 de dezembro de 2030.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogando em seu inteiro teor a Portaria de nº 93 de 01 de outubro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:64D4202A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 21/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do Artigo 69 da Lei Municipal nº 300/2002 (alterado pela Lei Municipal nº 1.102/2018).

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias a partir do dia 02.03.2026 até o dia 31.03.2026 a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Alessandra Masutti	Farmacêutica/Bioquímica

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, em 05 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:C7A205D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCORRÊNCIA 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

O Agente de Contratações torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia **27 de fevereiro do ano de 2026**, na plataforma Bolsa Brasil de Licitações – BLL no site: www.bll.org.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, modo de disputa ABERTO a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de Execução
Rua Santo André Trigolândia Piên PR	Construção de creche	1.545,99m²	540 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura e na plataforma BLL. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Piên/PR, 03 de fevereiro de 2026.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:6993BB79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 069 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 069 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

NOMEIA CRISTIANE TELMA ABUDA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE - ASSESSOR DE ÁREA I – ÁREA MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013, e Lei Municipal 1.562/2025 de 15 de janeiro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **CRISTIANE TELMA ABUDA** portadora da cédula de identidade civil RG nº 05.***.***1/PR, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Assessor de Área I – Área de Meio Ambiente, símbolo CC2,** a contar de 06 de fevereiro de 2026, com as seguintes atribuições: Assessora o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente na coordenação da execução da política municipal do Meio Ambiente, do planejamento operacional e da formulação e execução da política de preservação dos recursos naturais renováveis; assessora na elaboração de diagnóstico do Meio Ambiente; coordena medidas de proteção da fauna e flora; coordena a fiscalização das reservas naturais do Município; assessora no encaminhamento dos processos de licenciamento e fiscalização de atividades e empreendimentos; assessora no combate permanente da poluição ambiental; coordena o cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal do Meio Ambiente; coordena a promoção de cursos e o desenvolvimento de pesquisas de Meio Ambiente; coordena a política de limpeza pública através do gerenciamento e fiscalização da coleta, reciclagem e a disposição final do lixo, por administração direta ou através de terceiros, de forma transparente e adequada; coordena a arborização de logradouros e vias públicas; assessora na supervisão da recuperação de matas ciliares e florestas municipais; coordena a fiscalização das margens dos rios, dos terrenos públicos e das áreas de proteção ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Piên, 05 de fevereiro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:C29B3C6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 006/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 006/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **06 de fevereiro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor

Classificação	Nome do Candidato
61º	LEIDE SANTANA GOMES DE MORAES

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:9C9FD0AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 017/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 017/2026

PROTOCOLO: 2185/2026

Objeto: Formalização de parcerias por meio de termo de fomento para repasse de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên (Escola Padre Ramiro) – APAE Piên referente a seleção de projetos sociais, inovadores e/ou complementares às políticas públicas básicas, voltados a garantia de direitos de crianças e adolescentes, com vistas ao aprimoramento dos atendimentos prestados em âmbito municipal, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal n° 8.069/1990) e da Resolução CMDCA n°015/2025 – EIXO 1: Direito à vida e à saúde, conforme Chamada Pública nº 008/2025, financiados com recursos provenientes da Deliberação nº 013/2025 do CEDCA/PR ao Fundo da Infância e adolescência – FIA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE PIÊN-APAE PIÊN.
CNPJ: 11.055.458-0001/64
VALOR: R$ 19.949,00 (dezenove mil, novecentos e quarenta e nove reais)

AUTORIZAÇÃO 05/02/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:1419FCC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 018/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 018/2026

PROTOCOLO: 2164/2026
Objeto: Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos a Associação Não tenha medo de recomeçar, conforme Chamamento Público nº 009/2025, para Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA NÃO TENHA MEDO DE RECOMEÇAR
CNPJ: 53.764.736/0001-00
VALOR: R$ 49.997,63 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos)

AUTORIZAÇÃO 05/02/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:38EB212F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 019/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 019/2026

PROTOCOLO: 2124/2026

Objeto Formalização de parcerias por meio de termo de fomento para repasse de recursos para a Associação Despertando Estrelas – ADE referente a seleção de projetos sociais, inovadores e/ou complementares às políticas públicas básicas, voltados á garantia de direitos de crianças e adolescentes, com vistas ao aprimoramento dos atendimentos prestados em âmbito municipal, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal n° 8.069/1990) e da Resolução CMDCA n°015/2025 – EIXO 4: Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, conforme Chamada Pública nº 008/2025, financiados com recursos provenientes da Deliberação nº 013/2025 do CEDCA/PR ao Fundo da Infância e adolescência – FIA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO DESPERTANDO ESTRELAS-ADE
CNPJ: 08.644.293/0001-51
VALOR: R$ 19.335,00 (Dezenove mil e trezentos e trinta e cinco reais)

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:B984EF2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 020/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 020/2026

PROTOCOLO: 2203/2026

Objeto: Inclusão de 01 veículo na apólice de seguros = SAVEIRO ROBUST 1.6 Placa UBE1C45

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: SEGUROS SURA S.A
CNPJ: 33.065.699/0001-27
VALOR: R$ 806,42 (Oitocentos e seis reais e quarenta e dois centavos).

AUTORIZAÇÃO 05/02/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:AFC97185

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 073 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 073 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **Isabelle Barcelos Malaquias,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 331.***.***-45 matrícula funcional nº 4765888, ocupante do cargo público de **Arquiteto,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação em workshop da AMEP sobre parcelamento do solo metropolitano	04/02/2026	Curitiba /PR	1(uma)	R$ 150,00	1223/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D5AEA232

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 05 de fevereiro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **JESSICA CALINE REIKDAL OBZUT**, convocado (a) pelo Edital nº 004/2026, residente e domiciliado na Estrada Principal, Vermelinho, Quitandinha/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF 097.***.***-01 venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

_____
JESSICA CALINE REIKDAL OBZUT

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:F4845B2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025

REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamento via processo de licitação tipo menor preço, através do financiamento da Fomento Paraná Contrato

de empréstimo 4592 – processo nº 23.357.704-9 E-PROTOCOLO, Prioridade nº 89 – Portal dos Munícipios – aquisição de equipamentos rodoviários.
O prefeito Municipal, no uso de suas atribuições resolve por REVOGAR o pregão, em conformidade com Parecer Jurídico.

Piên/PR, 05 de fevereiro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:BAC016AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 011/2026
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2025

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PIÊN-AMA

CNPJ: 34.696.848/0001-19

VALOR TOTAL: R$ 136.221,00 (cento e trinta e seis mil e duzentos e vinte e um reais).
Sendo 5 (cinco) parcelas mensais de R$ 13.669,00 e 4 (quatro) parcela de R$ 16.969,00.

OBJETO: Formalização de parceria entre o município de Piên e a Associação de Pais e Amigos do Autista de Piên- AMA referente ao Chamamento Público 009/2025.

FISCAL ADMINISTRATIVO: Rosangela Maidanchen Zappe e Luciana Lubke como suplente.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0E4B5A9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 012/2026
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2025

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DESPERTANDO ESTRELAS - ADE

CNPJ: 08.644.293/0001-51

VALOR TOTAL: R$ 118.141,00 (cento e dezoito mil e cento e quarenta e um reais). Sendo 8 (oito) parcelas mensais de R$ 13.126,77 e 1 parcela mensal de R$ 13.126,84.

OBJETO: Formalização de parceria entre o município de Piên e a Associação Despertando Estrelas- ADE - referente ao Chamamento Público 009/2025.

FISCAL ADMINISTRATIVO: Larissa do Carmo Honório e Anderleia Diana Cardoso das Neves como suplente.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:5B6C3285

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 013/2026
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2025

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PIÊN

CNPJ: 08.658.378/0001-99

VALOR TOTAL: R$ 27.854,00 (vinte e sete mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais).
Sendo 1 (uma) parcela mensal de R$ 11.870,00 e 8 (oito) parcelas mensais de R$ 1.998,00.

OBJETO: Formalização de parceria entre o município de Piên e a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên -ACCCP referente ao Chamamento Público 009/2025.

Fiscal Administrativo: Luciana Lubke e Alecsandro Lourenço Martins como suplente.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026

Coordenação de Contratos.

Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:A670F3B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 014/2026
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2025

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN – AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

VALOR TOTAL: R$ 84.799,68 (Oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos). Sendo 9 parcelas mensais de R$ 9.422,22.

OBJETO: Celebração de parceria, por meio de Termo de Fomento, para repasse de recursos para promoção do transporte coletivo dos

Universitários e Estudantes de cursos, vinculada a Associação dos Universitários de Piên (AUP), conforme chamada publica 009/2025.

FISCAL ADMINISTRATIVO: Rosangela Maidanchen Zappe fiscal e Luciana Lubke suplente.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:527E98DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 006/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 006/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 015/2026
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2025

INSTITUIÇÃO: MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS ANIMAIS - MIA

CNPJ: 43.406.722/0001-53

VALOR TOTAL: R$ 98.529,03 (Noventa e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais, e três centavos) sendo 9 (nove) parcelas mensais de R$ 10.947,67.

OBJETO: Formalização de parceria entre o município de Piên e o Movimento Independente dos Animais – MIA referente ao Chamamento Público 009/2025.

FISCAL ADMINISTRATIVO: Alexandre Forteski de Oliveira e Luciana Lubke como fiscal suplente.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:57027E5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 31/2026

DECRETO 31/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 106.568,60 (Cento e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 05 de Fevereiro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C69AE4FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 32/2026

DECRETO 32/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 10.710,90 (Dez mil setecentos e dez reais e noventa centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 05 de Fevereiro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:D4B3DB8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3318/2026

PORTARIA N.º 3.318/2026

Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal Irene Sima de Lima, ocupante do cargo efetivo de Professora 20h.

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR a pedido, a partir de 05 de fevereiro de 2026, a servidora pública municipal, IRENE SIMA DE LIMA, matricula funcional nº 29-1, CPF sob nº. 955.***.***.-15, ocupante do cargo efetivo de Professora 20h, Nível IV, referência B15, lotada no Departamento de Ensino, do quadro de cargos efetivo deste Executivo Municipal. O pedido de exoneração é, em virtude de ter obtido a

aposentadoria por Tempo de Serviço do Professor, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme benefício nº 238.276.579-2.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná 05 de fevereiro de 2026.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:6FE75091

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3320/2026

PORTARIA Nº. 3.320/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Artigo1º - Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

CONCEDER, férias ao Servidor Público Municipal, ARGEU ANTONIO GEITTENES, matricula funcional nº 317-1, ocupante do cargo efetivo de Contador, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026. As férias serão usufruídas por 20 (vinte) dias, entre 10/02/2026 a 01/03/2026 e o período compreendido de 02/03/2026 a 11/03/20262023 será convertido em abono pecuniário

CONCEDER, férias a Servidora Pública Municipal, MARCIA SOUZA SOLANO, matricula funcional nº 322-1 ocupante do cargo efetivo Agente Comunitário de Saúde, correspondente ao período aquisitivo 01/02/2025 a 31/01/2026. As férias serão usufruídas por 30 (trinta) dias entre 05/02/2026 a 06/03/2026.

CONCEDER, férias ao Servidor Público Municipal, ROBERTO LAVARDA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, matricula funcional nº 613-1, correspondente ao período aquisitivo 04/03/2025 a 03/04/2025. As férias serão usufruídas entre 04/02/2026 a 06/03/2026, conforme nos termos do art. 38 ,III, da Constituição Federal,

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:CC5AE932

SECRETARIA DE SAUDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHAL DE SÃO BENTO – PR
Rua Presidente Vargas, 273 – Pinhal de São Bento – PR
CEP – 85.727-000 – Pinhal de São Bento – PR
CNPJ – 08.862.734/0001-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 001/2026

Em cumprimento ao disposto na Lei 8689/93, em seu artigo 12, convocamos o Conselho Municipal de Saúde, bem como a população em geral para participarem da Audiência Pública da Saúde, referente ao terceiro quadrimestre do ano de 2025 a ser realizado no dia 10 de fevereiro de 2026 às 08:00 horas na Câmara Municipal de Vereadores de Pinhal de São Bento - PR.
Agradecemos antecipadamente a presença.

Pinhal de São Bento, 02 de fevereiro de 2026
.

KATIUÇA MARA PASA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jean Paulo Pettenon
Código Identificador:C4074FDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 11.001/2023 e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **Pregão Eletrônico** nº. 09/2025 – **Processo Administrativo** nº 41/2025 – **Objeto:** dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico SRP, cujo objeto é: Contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de saúde e segurança do trabalho (SST). Os serviços abrangem a elaboração e gestão de programas e laudos essenciais, tais como: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), incluindo mapeamento e gerenciamento de riscos psicossociais; Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Laudo de Insalubridade (LI); Laudo de Periculosidade (LP); Análise Ergonômica do Trabalho (AET); gestão integrada de laudos e programas de SST; e emissão e atualização de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos: **HOMOLOGA** o referido processo licitatório, **ADJUDICANDO** seu resultado à empresa:

VISÃO SAUDE & SEGURANCA DO TRABALHO LTDA,**CNPJ41.013.975/0001-31**,com sede na cidade de Curitiba/Pr, Rua Marechal Deodoro nº.51, bairro Centro pelo valor total de R$ 9.100,00 (Nove mil e cem reais).

Câmara Municipal de Piraquara, em 05 de fevereiro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:81E70E54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.410/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO

992783	ADRIANA ROCHA DE LIMA	PE-06	27/01/2026
748961	ANDREIA APARECIDA FRANÇA	PE-13	30/01/2026
992779	DAYANA ROSA DE LIMA	PD-06	02/02/2026
798041	EVELYN MARQUES DE OLIVEIRA	ESP-11	28/01/2026
992782	INDIANARA DE FATIMA CARNEIRO LOPES	PE-06	27/01/2026
753371	MARCIA VEDOI	PD-13	13/01/2026
992337	TATILA CRISTINE DE ALMEIDA	PE-08	29/01/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:FC052CE7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.411/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 600/2024, Processo de Seleção Simplificado – PSS para contratação de servidor temporário.
DECRETA:
Art. 1° A exoneração a pedido da servidora temporária abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Daniela Cristina Soares	1001093	Professor (20 Horas) - Pss	03/02/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 03/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:B865FBF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.412 /2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 600/2024, Processo de Seleção Simplificado – PSS para contratação de servidor temporário.
DECRETA:
Art. 1° A exoneração a pedido da servidora temporária abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Tais Raqueli Soares Pinto	1000780	Professor (20 Horas) - Pss	02/02/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5247AA2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.413/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Salma Andrea Fogaça Ramos	9582921612	Técnico em Enfermagem	01/02/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 04 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:3171C06D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.414/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os dispostos na Lei Municipal n.º 864/2006 de 21/12/2006:
DECRETA:
Art. 1º Os servidores Municipais, abaixo relacionados, terão seus níveis alterados, conforme aprovação em Progressão por Antiguidade, artigo 10°. § 1°. da Lei n°. 864/2006, a partir de **FEVEREIRO de 2026:**

CARREIRA – NÍVEL MÉDIO				
MATRÍCULA	**NOME**	**FUNÇÃO**	**CLASSE**	**NÍVEL**
661681	WILLIAN BEETZ BECH	Técnico Administrativo	2	11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D742913E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.415/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Cristina Aparecida dos Santos	450801	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7913F49E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.416/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Dalva Alves de Araujo Gehrke	295801	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D18C2FD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.417/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Dalva Alves de Araujo Gehrke	394461	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A58DDC7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.419/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Joanilde Alves	295801	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:460D3AB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.420/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Katia Regina Silva	540461	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:F48A446F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.421/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ticiana Lara Bozza Cordeiro	397301	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:75D89428

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.422/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ticiana Lara Bozza Cordeiro	539701	Professor III - Especialização	02/02/2026	Aposentadoria voluntária por Idade e tempo de contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 02/02/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de Fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:94EC05A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 010/2026- INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Eleição de representantes dos servidores para a formação da Comissão Representativa dos Servidores Públicos do Município de Piraquara/PR.
A Turma Eleitoral, instituída pelo Decreto nº 14.386/2026, no uso das atribuições constantes no Artigo 4º da Lei Municipal 953/2008, diante da ausência de recursos, resolve **HOMOLOGAR** as inscrições nos termos do Edital 006/2026:

SERVIDOR	SECRETARIA MUNICIPAL
Paulo Roberto Alves de Oliveira	Educação
Diogo Felipe Lourenço Amaral	Educação
Marcia Maria Feyh	Assistência Social
Elaine Pereira de Souza	Assistência Social
Liliane Santos Botasso	Assistência Social
Guilherme Duarte Pimenta	Assistência Social
Vera Lucia Rodrigues	Esporte, Lazer e Juventude
Diego Leonardo Stamm Paza	Esporte, Lazer e Juventude
Bernadete Brand	Cultura e Igualdade Racial
Rosemeri Moraes dos Santos	Desenvolvimento Econômico
Bruno Cesar Kaefer	Desenvolvimento Econômico

Karla Renata Cepeda Alvarez	Saúde
Luciana Muhlenhoff Cardoso	Saúde
Regiane Ribeiro de Lima	Saúde
Eduardo Batista Cruz	Finanças
Thiago da Silva Pereira	Segurança Pública
Daniele Moreira	Administração
Evandro Joeci Borges	Procuradoria Geral Municipal
Jefferson Furlanetto Moisés	Procuradoria Geral Municipal
Thiago Poteriko	Infraestrutura e Serviços Urbanos
Claudemiro Moreira de Castilho	Infraestrutura e Serviços Urbanos
Juan Biembengut Martins	Meio Ambiente

DO PERÍODO DA CAMPANHA

1.1 Os candidatos poderão realizar campanha entre os colegas desde que guardem o devido respeito e não tumultuem o andamento do serviço público, utilizando de todos os meios lícitos, no período compreendido entre **06 a 18 de fevereiro de 2026**.

É vedado o uso de meios institucionais oficiais (1DOC e E-mail institucional).
O candidato que utilizar-se destes meios de comunicação, terá sua candidatura anulada pela Turma Eleitoral.

Piraquara, 05 de fevereiro de 2026.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Matrícula nº 440751. Secretaria Municipal de Administração - SGP

GERSON SANTOS DE ANDRADE
Matrícula nº 739111. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Piraquara

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:67782AB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 58.753/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA a Inexigibilidade nº 03/2026 - Processo nº 58.753/2025**, de Locação de imóvel, de propriedade de EDSON BARROS GALVÃO, CPF N° xxx.313.509-xx e SALETE APARECIDA DE OLIVEIRA GALVÃO, CPF N° xxx.014.049-xx, sob o valor total global de R$ 435.078,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, setenta e oito reais), cujo objeto é a Locação de imóvel para instalação do novo Cmei, na Richard Lickfeld. Piraquara, 03 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CD7866E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.669/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,** no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:
Art. 1º Nomear a professora Luciane do Rocio F. Chrisostomo, matrícula 544701, para exercer a função de coordenadora pedagógica da Escola Municipal Emília Capelini Valenga - EJA, ficando concedida gratificação, de acordo com a Lei Municipal nº 1192/2012, art. 35, inciso III.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a partir de 27/01/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7FB12C62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 12/2026

Altera a composição da Comissão Municipal de Execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, instituída pela Portaria nº 02/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL, Adriana Patrícia Viana Rocha, do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Portaria nº 02/2025, que instituiu a Comissão Municipal de Execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da referida Comissão;
RESOLVE:
Art. 1º Alterar o inciso III do art. 1º da Portaria nº 02/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Instituir a Comissão Municipal de Execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB que será composta por 3 (três) representantes do Poder Público, indicados pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, abaixo relacionados:
I – Adriana Patrícia Viana Rocha, matrícula nº 992308;
II – Ricardo Kletlinguer, matrícula nº 992308;
III – Bernadete Brand, matrícula nº 618751.
Art. 2º Ficam ratificados e permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 02/2025.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na da de sua publicação.

Piraquara, 04 de fevereiro de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal da Cultura e Igualdade Racial
Decreto N.º 13.383/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:9FF8625F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 13/2026

Dispõe sobre a instituição e composição do Grupo de Trabalho da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB/CICLO 2, Lei nº 14.399/22, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA CULTURA E IGUALDADE RACIAL, do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, doravante denominado GT – PNAB, que será constituído por 3 (três) membros do Poder Público, indicados pela Secretaria Municipal da Cultura e Igualdade Racial de Piraquara, abaixo relacionados:
I – Claudio Roberto Yahiro Licheski, matrícula nº 738571;
II – Cristina Maria Rizzi Galerani, matrícula nº 9582922663;
III – Ricardo Kletlinguer, matrícula nº 992308.
Parágrafo único. O GT – PNAB será coordenado por Ricardo Kletlinguer.
Art. 2º São atribuições do GT – PNAB:
I – Contribuir, na construção de estratégias e diretrizes, para implementação e execução da Lei nº 14.399/22 no âmbito municipal;
II – Realizar estudos pertinentes ao processo de execução da PNAB;
III – Elaborar os instrumentais necessários para a coleta de informações e registro das ações de execução da PNAB;
IV – Elaborar os editais e submetê-los para análise e aprovação da Comissão Municipal de Execução da PNAB;

V – Elaborar relatórios de todas as atividades concluídas e outras formas de registros que se fizerem necessários;
VI – Subsidiar a Comissão Municipal de Execução da PNAB;

VII – Acompanhar o trâmite da documentação solicitada nos editais;
VIII – Acompanhar e orientar nas demais demandas relativas à PNAB.
Art. 3º O GT – PNAB se reunirá sempre que for necessário.
Art. 4º As atividades do GT – PNAB perdurarão pelo período que se fizer necessário para a execução das ações previstas na Lei nº 14.399/22 – Política Nacional Aldir Blanc/Ciclo 2.
Art. 5º Os membros do GT – PNAB não receberão remuneração referente à participação nas reuniões, caracterizando relevante serviço à comunidade.
Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 03/2025.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 04 de fevereiro de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal da Cultura e Igualdade Racial
Decreto N.º 13.383/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3EFF6DAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 14/2026

Institui a Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento dos projetos inscritos nos Editais de Chamamento Público nº 03/2026, nº 04/2026 e nº 05/2026, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

A Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial de Piraquara, Adriana Patricia Viana Rocha, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), o Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e a Instrução Normativa MinC nº 10/2023;
CONSIDERANDO o disposto nos Editais de Chamamento Público nº 03/2026, nº 04/2026 e nº 05/2026, que preveem a realização das etapas de seleção, habilitação, monitoramento e avaliação dos projetos culturais por Comissão formalmente instituída;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento, responsável pela análise, avaliação, classificação, julgamento, acompanhamento e monitoramento dos projetos culturais inscritos nos Editais de Chamamento Público nº 03/2026, nº 04/2026 e nº 05/2026, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no Município de Piraquara.
Art. 2º A Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento será composta pelos seguintes membros:
I – Ricardo Kletlinguer, Presidente;
II – Cristina Maria Rizzi Galerani, Membro;
III – Claudio Roberto Yahiro Licheski, Membro;
IV – Bernadete Brand, Membro;
§ 1º A Comissão contará com o apoio de avaliadores e/ou pareceristas externos, contratados ou designados especificamente para esse fim, conforme previsto no Edital de Chamamento nº 04/2025.
§ 2º Os avaliadores e pareceristas externos emitirão parecer técnico fundamentado, que subsidiará as decisões da Comissão.
Art. 3º Compete à Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento:
I – analisar a habilitação preliminar dos projetos inscritos;
II – avaliar o mérito cultural das propostas de forma técnica, imparcial e fundamentada;
III – atribuir pontuação conforme os critérios definidos nos Anexos dos respectivos Editais;
IV – observar a aplicação das ações afirmativas, cotas, reservas de vagas e critérios de desempate previstos nos Editais;
V – analisar a compatibilidade das planilhas orçamentárias com os preços praticados no mercado, podendo realizar glosas, nos termos dos editais;
VI – elaborar atas, relatórios e resultados preliminares e finais das etapas de seleção e habilitação;
VII – analisar e decidir os recursos interpostos relativos às etapas de seleção e habilitação, quando cabível;
VIII – realizar o monitoramento da execução dos projetos culturais contemplados, acompanhando o cumprimento do objeto pactuado no Termo de Execução Cultural;
IX – analisar os Relatórios de Objeto da Execução Cultural, emitindo manifestação técnica quanto ao cumprimento do objeto, nos termos do Edital e da legislação vigente;
X – solicitar, quando necessário, esclarecimentos, ajustes ou informações complementares aos agentes culturais, observados os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.
Art. 4º Os membros da Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento ficam impedidos de participar da apreciação de projetos nas hipóteses previstas nos Editais nº 03/2026, nº 04/2026 e nº 05/2026, especialmente quando houver conflito de interesses direto ou indireto.
Parágrafo único. O membro que se enquadrar em qualquer hipótese de impedimento deverá comunicar formalmente o fato e abster-se de atuar na análise, seleção ou monitoramento do respectivo projeto, sob pena de nulidade dos atos praticados.
Art. 5º A Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento exercerá suas atividades pelo período necessário à conclusão das etapas de seleção, análise de recursos, habilitação, monitoramento da execução e análise dos relatórios finais dos projetos inscritos nos Editais nº 03/2026, nº 04/2026 e nº 05/2026.
Art. 6º A participação na Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 04 de fevereiro de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal da Cultura e Igualdade Racial
Decreto N.º 13.383/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:6C95849E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 307/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos, 7°, inciso IV, e, 54, do Decreto Municipal n.º 6636/2018, e, tendo em vista o artigo 182, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piraquara, RESOLVE:
Art. 1.º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias úteis o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 272/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19 de agosto de 2025, Edição 3344, pelos motivos expostos no Memorando 1DOC n°4.953/2026.
Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 05 de fevereiro de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor-Geral do Município
Decreto n.º 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:39B94E16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 100, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** a servidora **EMILY VALERRY FERREIRA,** ocupante do cargo de Técnico Agrícola, matrícula nº **50035,** referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 16 de fevereiro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 18 de março de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de fevereiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9C61EFCC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 82, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal Patrimônio, Compras e Logística, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro à 31 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 02 de fevereiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
ANTONIO BEZUSKO SOBRINHO
Secretário Municipal de Patrimônio, Compras e Logística

ANEXO **ÚNICO**
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO – SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL PATRIMONIO, COMPRAS E LOGÍSTICA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
55004	Bárbara Maria Schon	Auxiliar Administrativo	20%	Atividades extraordinárias, apoio a outros setores, atendimento em regime de plantão.
55171	Edviges Antonia Iubel Trojan	Oficial Administrativo	20%	Atividades extraordinárias, apoio a outros setores, atendimento em regime de plantão.
50159	Vanessa dos Santos Franco	Oficial Administrativo	20%	Atividades extraordinárias, apoio a outros setores, atendimento em regime de plantão.
50058	Denise da Costa	Aux. de Serviços Gerais	30%	Atividades extraordinárias, apoio a outros setores, atendimento em regime de plantão.
208101	Márcio Socoloski	Auxiliar Administrativo	30%	Atividades extraordinárias, apoio a outros setores, atendimento em regime de plantão.
203361	Maria Elias do Nascimento	Aux. de Serviços Gerais	30%	Atividades extraordinárias, apoio a outros setores, atendimento em regime de plantão.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E7F47B0E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 98, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **21 (vinte e um)** dias de **férias** a servidora **ELOY DE LURDES OTTONI,** ocupante do cargo de **Professor**, matrícula nº **56811,** referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 29 de janeiro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 19 de fevereiro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 04 de fevereiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A6D16A56

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ORDEM DE SERVIÇO DA CONCORRÊNCIA N°15/2025.

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 01/2026

O Município de Pitanga, UF PR, inscrito no CNPJ sob o n°76.172.907/00001-08, fundamentando-se na licitação n°15/2025 e em cumprimento ao contrato n°22/2026, autoriza a empresa CONSTRUTORA KALUZ LTDA, localizada no endereço Rua Arthur Mehl, N°871, CENTRO, PITANGA – PR, CEP 85.200-000, e inscrita no CNPJ sob o n° 76.114.891/0001-79, a iniciar a execução de obra de construção de uma Unidade de Atenção Básica - Unidade Básica de Saúde Porte IV, objeto do contrato acima indicado, localizado no endereço Rua Francisco Berardi "A", 501 lote 40A, Quadra 751, Zona 01 - ZCS1, em estrita observância às orientações e exigências técnicas descritas nas portarias GM/MS Nº 381 de 06 de fevereiro de 2017 e Portaria nº 7.613 de 17 de Julho de 2025.

Pitanga/PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WILSON CARLOS JASKIV KALUZ
Eng.°Civil – Crea n°s.3889 – D/SC e 4926-V/PR.

DIRCEU MORAES
Prefeito
Município de Pitanga-PR.

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:6794A08A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 680/2026

SÚMULA: Altera dispositivo do Decreto nº 201/2022, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–
Art. 1º – Fica alterado o § 2° do Art. 1º do Decreto nº 201/2022, de 16/02/2022, acrescentado pelo Decreto n° 516/2025, de 06/01/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 1º – ...*

§ 1° – ...

***§ 2° – Para fins de cobrança através de cartório de protesto de títulos será considerado o valor mínimo correspondente a 1,0 (uma) Unidade Fiscal Municipal (UFM).*"**

Art. 2º – Permanecem inalterados e em plena vigência os demais dispositivos dos Decretos nº 201/2022 e n° 516/2025 não afetados pelas disposições do presente Decreto.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 03 de fevereiro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:261CCA3D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 681/2026

SÚMULA: Dispõe sobre declaração de bem móvel inservível do Município de Pitangueiras para efeito de doação, transferência ou descarte, autoriza a respectiva baixa patrimonial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que legais, e

Considerando o termo de inservibilidade emitido pela Comissão Especial nomeada através do Decreto n° 632/2025, de 18 de novembro de 2025, para avaliação e desfazimento de bens móveis e imóveis, de propriedade do Município de Pitangueiras,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica declarado como inservível, obsoleto e inutilizado para efeito de doação transferência ou descarte pela Administração Municipal, o bem patrimonial abaixo relacionado, pertencente ao Município de Pitangueiras:

I. Computador Pentium Dual Core, CPU E6500 @ 2,93 GHZ, 2,00 GB, cor preta, marca Positivo, cadastrado no Patrimônio Público Municipal com o nº 1741.

Art. 2º – Fica autorizada a baixa patrimonial do bem constante do Art. 1º do presente Decreto.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 04 de fevereiro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:218131C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Dispõe sobre a Prestação de Contas Final do FIPAR - ILPIs para Idosos – Ano de 2024.

O CONSELO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE PLANALTO – PARANÁ – CMDI no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1414 de 14 de Abril de 2009.
Conforme deliberação dos membros do CMDI realizada no dia 03 de Fevereiro de 2026 conforme ata nº 01/2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar prestação de contas Final Anual do ano de 2024, de 01-01-2024 à 31-12-2024 do FIPAR – ILPIs – Instituição de Longa Permanência de Idosos - de Planalto.
Art. 2º - Os membros do CMDI são de parecer favorável pela prestação de contas final. O valor do repasse foi de R$ 10.000, 00 sendo que no final do 2º semestre 2024 saldo R$ 0,00 com prestação de contas final.
Art. 3º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto, Pr. 03 de Fevereiro de 2026.

SIMONE RAQUEL BALDISSERA DRESCH
Presidente Do CMDI

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:15A238CD

ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Dispõe sobre a Prestação de Contas do FIPAR Incentivo ao Serviço Centro Dia – Ano de 2024.

O CONSELO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE PLANALTO – PARANÁ – CMDI no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1414 de 14 de Abril de 2009.
Conforme deliberação dos membros do CMDI realizada no dia 03 de Fevereiro de 2026 conforme ata nº 01/2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar prestação de contas Anual referente ao ano de 2024, Incentivo ao Serviço de Centro Dia e outras Linhas de Ações em pról da Pessoa Idosa Deliberação 19/ 2023.
Art. 2º - Os membros do CMDI são de parecer favorável pela prestação de contas. O valor do repasse inicial foi de R$ 40.000, 00 não sendo gasto o recurso. Saldo com aplicação foi de R$ 43.684,20.
Art. 3º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto, Pr. 03 de Fevereiro de 2026.

SIMONE RAQUEL BALDISSERA DRESCH
Presidente do CMDI

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:4C5461D0

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 17-2026 - PSS EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2026

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, de acordo com a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – **PSS EDITAL Nº 006/2025, para os cargos de Educador Infantil,** abaixo nominados, a comparecer na Secretaria Municipal de Educação – Rua Paraná, 1571, centro, dia **06 de Fevereiro de 2026 as 13:30 horas**, para distribuição de aulas do ano letivo de 2026.
O não comparecimento à convocação caracteriza desistência do candidato a vaga.

Nome	Cargo	Classificação
GEIZA FLOENCIO DA ROCHA	**EDUCADOR INFANTIL**	65º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SANDRA ANDRÉA BUDEL
Gestora Depto De Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:894DA284

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 18-2026 - PSS EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 18/2026

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, de acordo com a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – **PSS EDITAL Nº 006/2025, para os cargos de Professor,** abaixo nominados, a comparecer na Secretaria Municipal de Educação – Rua Paraná, 1571, centro, dia **06 de Fevereiro as 13:30 horas**, para distribuição de aulas do ano letivo de 2026.
O não comparecimento à convocação caracteriza desistência do candidato a vaga.

Nome	Cargo	Classificação
ADRIANA TEREZINHA QUANDT	**PROFESSOR**	136º
ELIZIANE APARECIDA HORING	**PROFESSOR**	137º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SANDRA ANDRÉA BUDEL
Gestora Depto De Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:F1019115

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 230-2026 NOMEAÇÃO REJANE LOPES

PORTARIA Nº 230 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para assumir cargo em provimento comissionado.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1º - Nomear a senhora *Rejane dos Santos Lopes*, documento de identificação nº 045.283.009-58, para assumir o cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Vistoria e Fiscalização.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos 03 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:256ED211

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 006/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 006/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Aquisição de colchonetes e quadros brancos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação deste município de Planalto PR.
VALOR: R$ 79.500,00(setenta e nove mil e quinhentos reais).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 23 de fevereiro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:16172EE6

LICITAÇÃO
RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 001/2026

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA
DISPENSA Nº 001/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base no Art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/21, dispensa de licitação a despesa abaixo especificada:
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde deste município de Planalto-PR.
EMPRESA: DENTAL MED + LTDA.
CNPJ Nº. 72.150.550/0001-06.
VALOR: R$ 2.463,13(dois mil e quatrocentos e sessenta e três reais e treze centavos).

EMPRESA: ODONTOSHOW - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
CNPJ Nº. 36.519.741/0001-20.
VALOR: R$ 1.567,45(um mil e quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

EMPRESA: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
CNPJ Nº. 10.633.441/0001-84.
VALOR: R$ 1.484,78(um mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos).
DATA: 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:2B768D2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 50/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 61/2026
Inexigibilidade Nº. 50/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 50/2026, que tem por Objeto: Adesão a Atas de Registro de Preços vigentes no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atendimento imediato das necessidades de equipamentos (geladeira industrial, bebedouro industrial, liquidificador comercial, fogão comercial e freezer vertical) para cozinhas escolares. Empresas Contratadas: Master Eletrodoméstico LTDA inscrita no CNPJ n.º 33.859.616/0001-71, valor homologado: R$ 37.674,00 (Trinta e sete mil seiscentos e setenta e quatro reais), MICROTECNICA INFORMATICA LTDA – FILIAL 1 inscrita no CNPJ nº 01.590.728/0009-30 valor homologado R$38.385,66 (Trinta e oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), FRILUX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ nº 05.730.111/0001-77 valor homologado R$ 74.250,00 (Setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais). Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.4.4.90.52.00.00- CR 420 - FR 104 10.003.12.361.0063.2.045.4.4.90.52.00.00 CR 466 FR 104 . Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:47802B47

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 52/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 63/2026
Inexigibilidade Nº. 52/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 52/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de serviço de apoio a rotina no Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente. Empresa Contratada: 49.994.646 KASSIA VIRIGINIA ALE, inscrita no CNPJ n.º 49.994.646/0001-20. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 21.124,80 (Vinte e um mil, cento e quatro reais).** Dotação orçamentária: 06.003.08.246.0009.2.020.3.3.90.34.00.00- CR 192 - FR 1000. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:07B05504

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 53/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 64/2026
Inexigibilidade Nº. 53/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 53/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de serviço de apoio a rotina no Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente. Empresa Contratada: IVONE GONÇALVES NASCIMENTO 04490813970, inscrita no CNPJ n.º 43.851.268/0001-40. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 21.124,80 (Vinte e um mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos).** Dotação orçamentária 06.003.08.246.0009.2.020.3.3.90.34.00.00- CR 192 - FR 1000. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:84998753

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 54/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 65/2026
Inexigibilidade Nº. 54/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 54/2026, que tem por Objeto: credenciamento de profissionais habilitados para execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da: Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 51.389.702 DANIEL SAMPAIO FORTES, inscrita no CNPJ n.º 51.389.702/0001-40. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 28.042,00 (Vinte e oito mil e quarenta e dois reais).** Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.39.00.00- CR 461 - FR 104. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:BA50B206

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 55/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação

Processo Licitatório nº 67/2026
Inexigibilidade Nº. 55/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 55/2026, que tem por Objeto: credenciamento de profissionais habilitados para execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da: Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 61.581.135 VERONICA LOURENÇO FERREIRA, inscrita no CNPJ n.º 61.581.135/0001-82. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 14.021,00 (Quatorze mil e vinte um reais).** Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.39.00.00- CR 461 - FR 104. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:9444A449

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 56/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 68/2026
Inexigibilidade Nº. 56/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 56/2026, que tem por Objeto: credenciamento de profissionais habilitados para execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da: Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: FELIPE MARTINS DA SILVA RICARDO, inscrita no CNPJ n.º 57.337.887/0001-25. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 28.042,00 (Vinte e oito mil e quarenta e dois reais).** Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.39.00.00- CR 461 - FR 104. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:DFC1BD8C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 57/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 69/2026
Inexigibilidade Nº. 57/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 57/2026, que tem por Objeto: credenciamento de profissionais habilitados para execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da: Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 59.836.568 ALINE CRISTINA DE SENA BONNET, inscrita no CNPJ n.º 59.836.568/0001-90. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 14.021,00 (Quatorze mil e vinte e um reais)** Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.39.00.00- CR 461 - FR 104. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:CE6E4714

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 51/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 62/2026
Inexigibilidade Nº. 51/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 51/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, pelo período de 12 meses. Empresa Contratada: 30.172.403 DENNIS GABRIEL FERREIRA DOS SANTOS MARTINS, inscrita no CNPJ n.º 30.172.403/0001-89. Data da ratificação e homologação**:** 05 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 6.000,00 (seis mil reais).** Dotação orçamentária: 07.005.23.695.0015.2.029.3.3.90.39.00.00 - CR 254 - FR 1000. Pontal do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:7E2ECA8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REUNIÃO

ATA DE REUNIÃO No dia 23 de janeiro de 2026 foi realizada a reunião com a Comissão de Contratação - PROCEDIMENTO AUXILIAR 23/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 23/2025, nomeada através da Portaria n.º 1054 de 23 de dezembro de 2025 para a distribuição da demanda, conforme previsto no Item 5 do edital de credenciamento, e a realização dos sorteios para alocação das demandas, cujos lotes foram escolhidos por mais de 1 (um) profissional credenciado. Os lotes que foram escolhidos por apenas 1 (um) profissional credenciado cada, a demanda foi direcionada para este profissional. Para os lotes que não foram escolhidos por nenhum profissional, foi feita a distribuição através de sorteio entre os que não foram selecionados anteriormente. Após a distribuição de demanda de todos os lotes, caso haja credenciados remanescentes, entrarão na fila de espera. Segue abaixo o resultado da sessão:
Protocolo Nome Lote
414/26 Valeria Peres da Cruz Santos 1
1144/26 Geisel Pedro Geja 2
724/26 William Rafael Kotovei 3
1285/26 Claudinei Gardin 4
34143/25 Carlos Roberto Moria 5
34146/25 Eleandro Ferreira Bastos 6
1284/26 Marcos Antonio Machado Macedo 7
1366/26 Rodrigo Faria Lopes 8
124/2026 Milena Matias do Nascimento 9
176/26 Vitoria Rafaelle Salvador Barboza 10
34156/25 Joel Gonçalves Tavares 11
1322/26 Lorran Silva Souza 12
34170/25 Karina de Fatima dos Santos 13
639/26 Carlinhos Albano 14
136/26 Raissa Siqueira da Silva 15
34164/25 Lucas Fernandes de Souza Agostinho Maria 16
2096/26 Israel Paiva Gaisler 17
1057/26 Tainara Brun da Silva 18
632/26 Luan Felipe dos Santos Neves 19

Ficarão na lista de espera:
34222/25 Helio Vandilson Martins Santos Junior

713/26 Edumar Ferreira de Sousa
Sem mais para o momento.

ATT. CHRISTIANO ELLIAN MONTE

ADRIANO DO AMARAL MAIA NASCIMENTO

CARLOS EDUARDO ALVES

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0920BE51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 225 – CMDPI -

Aos **treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco**, às **14h30**, nas dependências do **Centro de Convivência do Idoso – CCI**, reuniram-se em **sessão ordinária**, os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Pontal do Paraná – CMDPI**, estando presente: **Vanize Maschio(Educação); Plínio Aguiar (Turismo e Desenvolvimento); Lilian Alice de Campos Zerbinato e Marzanan Zerbinato (Casa da Cultura);Elizia Maciel de Lima (CRAS - Canoas); Marli Teresinha da Silva Recio (CCI); Luiz Papadilik Recio (CCI); Lúcia Helena Melo Menor (SMFDS); Luiz Carlos C. de Mello (Centro de Convivência do Idoso – CCI); Fátima Siqueira e Marco Antônio Ferreira (CRAS – Ipanema); Professora Jhomara Fernandes Rodrigues e Maria Cristina B. Schibelcrin (CCI)**,Indianara Grassi Garcia, Cristiano G. L. Machado e Lisiane Pereira (SMFDS) e Jonas Neves (Diretor do Esporte) e Eduardo Saçaki (Secretário de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude). A Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à leitura da ata anterior, que foi aprovada pelos presentes. Em seguida, passou-se à apreciação da pauta do dia, que consistiu nos seguintes itens: I – Informações sobre o Fundo Municipal do Idoso; II – Cadastramento de novas entidades; III – Festa da Primavera; IV – Jogos Estaduais em Foz do Iguaçu – PR; V – Assuntos pertinentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. No item **I - "Informações sobre o Fundo Municipal do Idoso"**, a Srta. Indianara e a Srta. Lisiane apresentaram aos conselheiros o balancete de despesas referente ao período de janeiro a novembro de 2025, detalhando as fontes de recursos e suas respectivas aplicações. Foi informado que a Fonte de Recursos 1000, composta por recursos livres do Município, está destinada à construção do Centro Dia do Idoso, à reforma e ampliação do Centro de Convivência do Idoso – CCI e à gestão das políticas públicas de atendimento à pessoa idosa, destacando-se diversos elementos de despesas , mas não tem para despesas com transporte, pois não havia previsão orçamentária específica para tal finalidade, tendo sido implantados, neste exercício, elementos de despesa referentes ao transporte (ônibus). Em razão dessa implantação, esclareceu-se que a locação de ônibus para os Jogos Estaduais em Foz do Iguaçu – PR será custeada pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, não sendo utilizada verba do Fundo Municipal do Idoso para essa finalidade. No que se refere aos gastos realizados com recursos livres (Fonte 1000), foram elencadas as seguintes despesas: transporte para participação em conferência (conselheiro Plínio Aguiar), confecção de camisetas para os Jogos do Banestado, contratação de hidroginástica pelo período de três meses, manutenção das calhas do CCI, locação para os Jogos do Banestado, fornecimento de lanche para os Jogos do Banestado, confecção de crachás para conferência, roçada do CCI, aquisição de micro-ondas para o CCI e fogão para o CRAS Ipanema. Quanto aos recursos estaduais, foram apresentadas as seguintes fontes, vinculadas à gestão de políticas para o atendimento da pessoa idosa: vindo através das – Deliberação nº 15/2022; – Deliberação nº 19/2023; – Deliberação nº 24/2023. Com relação à Fonte 33746 – Deliberação nº 15/2022, foi cancelado o empenho do oficineiro de violão, permanecendo como despesas efetivadas a contratação da empresa Brutextil, referente à aquisição de agasalhos para os Jogos Estaduais em Foz do Iguaçu – PR. Já no âmbito da Fonte 33994 – Deliberações nº 19/2023 e nº 24/2023, foram realizadas despesas com a aquisição de 200 garrafas de água para os jogos, alimentos para o CCI e hortifruti. Por fim, foi esclarecido que todas as fontes de recursos deverão ser executadas integralmente até o final do exercício financeiro, ou, alternativamente, reprogramadas para o exercício seguinte, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme a legislação vigente. Ainda no decorrer da reunião, foi apresentado aos conselheiros o recurso oriundo da Deliberação nº 049/2025 – CEDIPI/PR, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), referente ao Incentivo "Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo", destinado ao fortalecimento das ações voltadas à política da pessoa idosa. O recurso foi submetido à apreciação do plenário, juntamente com o Termo de Adesão e o respectivo Plano de Ação, os quais foram aprovados por unanimidade pelos conselheiros presentes. Na sequência, passou-se à Pauta **II – Cadastramento de Novas Entidades:** Conforme já relatado em ata anterior, a Presidente esclareceu que o cadastramento de entidades junto ao CMDPI abrange tanto as organizações governamentais quanto as organizações não governamentais que desenvolvem ações voltadas à pessoa idosa. Ressaltou, entretanto, que os Certificados de Registro são emitidos exclusivamente às entidades não governamentais, para fins de registro e participação em programas e ações voltadas à política da pessoa idosa. No caso dos equipamentos públicos municipais, tais como CRAS, CREAS, Casa da Cultura e CCI, o cadastramento será realizado em nome do equipamento ao qual o usuário esteja vinculado, com a finalidade de compor o mapeamento da rede de atendimento e proteção à pessoa idosa, não sendo emitido certificado para tais equipamentos. Destacou-se, ainda, que os usuários desses equipamentos poderão participar do Conselho somente como representantes da sociedade civil, por meio de entidades ou grupos devidamente cadastrados e eleitos em conferência, conforme a legislação vigente. No que se refere ao cadastramento de novas entidades, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI exerceu sua função fiscalizadora e de controle social, realizando visita institucional no dia 15 de outubro de 2025 (quarta-feira), às 17h30, na sede da A.M.I.E.M.I. – Associação da Melhor Idade Estrela do Mar de Ipanema, localizada na Travessa Solimões, nº 421 (antiga Itacolomi), Balneário Ipanema. Na ocasião, os conselheiros tiveram a oportunidade de conhecer o espaço físico, bem como os serviços ofertados às pessoas idosas pela referida entidade. Foi informado, ainda, que a próxima visita institucional do CMDPI será realizada na sede da Associação da Melhor Idade Coração de Pontal, situada à Rua Luiz da Silveira, s/nº, Balneário Shangri-lá, Pontal do Paraná, bem como será realizada visita técnica à Clínica de Fisioterapia Dr. Caetano, com o objetivo de conhecer e acompanhar os serviços ofertados à população idosa do município. A o que se refere **III – Festa da Primavera** foi alterado a data do evento para o dia 12/12 (sexta-feira) devido aos jogos estaduais ocorrerem no final do mês. Na Pauta **IV – Jogos Estaduais em Foz do Iguaçu – PR**, foi informado que o evento foi transferido de Foz do Iguaçu-PR para o litoral do Paraná, que ocorrerá em Janeiro de 2026. Foi relatado por um conselheiro ao plenário que houve o registro de agravo envolvendo a Professora Poliana, referente a alegações de discriminação e constrangimento durante o processo de seleção dos participantes para os referidos jogos. Foi esclarecido que a seleção contemplou 30 (trinta) integrantes, sendo 15 (quinze) mulheres e 15 (quinze) homens, entretanto, não ficaram devidamente explicitados aos interessados os critérios e termos adotados pelas profissionais responsáveis no momento da seleção, o que ocasionou questionamentos por parte de alguns idosos.O assunto foi apresentado ao Conselho para ciência, registro e acompanhamento, ficando consignada a necessidade de maior clareza, transparência e padronização dos critérios de seleção em futuras participações, a fim de evitar situações semelhantes. Na Pauta V – Assuntos Pertinentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, foi apresentada aos conselheiros a ciência dos e-mails recebidos referentes a procedimentos administrativos oriundos do Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, para que este Conselho desenvolva suas atribuições legais e preste as informações solicitadas ao Judiciário, dentro dos prazos estabelecidos. Foram apresentados os seguintes expedientes: – Ofício nº 315/2025, referente ao Procedimento Administrativo nº 0103.24.001585-1, classificado como URGENTE e SIGILOSO; – Ofício nº 247/2025, referente ao Procedimento Administrativo nº 0090.25.000038-8; – Ofício nº 260/2025, referente ao Procedimento Administrativo nº 0188.25.000201-4. O conteúdo dos referidos ofícios foi apresentado apenas para ciência do colegiado, ficando consignado que as providências e respostas serão adotadas em conformidade com as atribuições do CMDPI, observando-se o sigilo das informações e os encaminhamentos legais cabíveis junto aos

órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, Lúcia Helena Melo Menor, Secretária do CMDPI, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

LÚCIA HELENA MELO MENOR -
Secretária CMDPI

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BFF649D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 226 – CMDPI

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/12/2025), às 17h30min, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso – CCI, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Pontal do Paraná – CMDPI, em reunião ordinária, realizada com a presença dos seguintes conselheiros: Vanize Maschio (Educação); Lúcia Helena Melo Menor (SMFDS); Marzaman Zerbinato (online/Cultura); **Fátima Siqueira e Marco Antônio Ferreira (CRAS – Ipanema); Simone Cordeiro Guedes (Saúde); Luiz Carlos C. de Mello (Centro de Convivência do Idoso – CCI).** A Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à **leitura da ata anterior**, que foi apreciada pelos presentes. Em seguida, passou-se à **pauta do dia**, que consistiu nos seguintes itens: I- Festa da Primavera; II - Montagem da comissão para alterar a lei Municipal do Idoso e Regimento interno. III - Cronograma de reuniões para 2026. IV - Assuntos pertinentes ao Conselho do Idoso.**I – Festa da Primavera:** Com relação à **Festa da Primavera**, realizada no dia **12 de dezembro**, foi relatado que o evento foi muito bem organizado, contando com desfile da Rainha da Festa, Princesa e Simpatia. A alimentação foi elogiada, assim como o baile, que ocorreu de forma satisfatória. A repercussão do evento foi considerada muito positiva. **II – Montagem da Comissão para alteração da Lei Municipal do Idoso e do Regimento Interno:** Considerando o número reduzido de conselheiros presentes, foi possível a distribuição do material de estudo para todos, os quais se comprometeram a realizar a leitura prévia e participar de encontros futuros para discussão e elaboração da nova Lei Municipal do Idoso e do novo Regimento Interno. Ficaram designados para compor a comissão os seguintes conselheiros: **Marco, Fátima, Luiz Carlos Mello e Mazamann Zerbinato. III – Cronograma de reuniões para 2026:** Ficou definido que as reuniões ordinárias continuarão ocorrendo na **segunda quinta-feira de cada mês**. Excepcionalmente, no mês de janeiro, em razão do retorno recente das atividades da Prefeitura, a reunião foi transferida do dia **15/01/2026 para o dia 22/01/2026**. As reuniões dos meses seguintes ocorrerão sucessivamente nas datas corretas: **12/02, 12/03, 09/04**, e assim por diante. Também foi deliberado que as reuniões deverão ocorrer em **outros locais**, com **maior divulgação** junto à comunidade. **IV – Assuntos pertinentes ao Conselho do Idoso:** O Sr. Mazamann solicitou a retirada do repúdio registrado na última reunião, tendo em vista que a situação foi resolvida internamente, sendo registrada apenas uma ressalva, uma vez que houve consenso entre as partes. A Sra. Fátima também solicitou a retirada do repúdio, mesmo relatando que permanece magoada psicologicamente em razão da fala da professora Jhomara: *"Eu levo quem eu quiser"*. Informou-se ainda que os treinos retornarão a partir do dia **05/01/2026**. Deliberou-se realizar cobrança junto à **Secretaria Municipal de Saúde** referente à escala dos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS)**, solicitando informações sobre: Nome dos agentes por regional (UBS); Existência de déficit de profissionais; Relação de casas visitadas. Também foi sugerida a implantação de **caixa de sugestões em cada Unidade Básica de Saúde**. Relativamente ao grupo "Passo a Passo", foi solicitado esclarecimento quanto à forma de distribuição das vagas e aos critérios adotados para a frequência dos utilizadores, informação que será requerida junto da administração e da clínica do Dr. Caetano.Registou-se ainda reclamação relativa ao transporte da saúde, tendo em conta que ocorreram alterações no seu funcionamento, sendo que vários utilizadores relataram não ter sido informados sobre os novos procedimentos. A diretoria repassou as informações recebidas acerca das alterações implementadas por meio da Instrução Normativa n.º 006/2025, referente ao transporte sanitário eletivo de pacientes com atendimentos agendados para tratamento fora do domicílio, bem como à obrigatoriedade de acompanhante para menores de 18 anos, pessoas a partir dos 60 anos e indivíduos com necessidades especiais.Foram igualmente apresentadas as rotas dos hospitais, a saber: Rota 1 – Curitiba e região metropolitana Leste; Rota 2 – Curitiba Oeste, Norte e Campo Largo; e Rota 3 – Curitiba e toda a região metropolitana, além dos pontos de embarque existentes no município. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, Lúcia Helena Melo Menor, Secretária do CMDPI, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

LÚCIA HELENA MELO MENOR -
Secretária CMDPI

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:54285D02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 227 – CMDPI

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis (28/01/2026), às 17h30min, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso – CCI, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Pontal do Paraná – CMDPI, em reunião ordinária, realizada com a presença dos seguintes conselheiros: Vanize Maschio (Educação); Lúcia Helena Melo Menor (SMFDS); Marzaman Zerbinato (Cultura); **Fátima Siqueira e Marco Antônio Ferreira (CRAS – Ipanema); Simone Cordeiro Guedes (Saúde); Luiz Carlos C. de Mello (Centro de Convivência do Idoso – CCI); Plinia Aguiar (S. Turismo); Elizia Maciel de Lima (CRAS - Canoas); Marli Teresinha da Silva Recio (CCI); Lilian Alice de Campos Zerbinato** (Cultura). A Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à **leitura da ata anterior**, que foi aprovada pelos presentes. Em seguida, passou-se à **pauta do dia**, que consistiu nos seguintes itens: I – Prestação de Contas – Recursos Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR): II - Alteração da Lei Municipal da Pessoa Idosa. III - Cronograma de reuniões para 2026; IV - Assuntos pertinentes ao Conselho do Idoso .**I – Prestação de Contas – Recursos Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FIPAR):** O CMDPI apreciou as prestações de contas referentes aos recursos repassados pelo Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, relativas ao exercício de 2024, conforme demonstrativos financeiros e documentações apresentadas pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, referentes às seguintes deliberações: **I – Deliberação nº 019/2023 –** Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da população idosa, com prestação de contas anual 2024, considerando o período do pagamento até 31/12/2024; **II – Deliberação nº 015/2022 –** Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, com prestação de contas referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024; **III – Deliberação nº 024/2023 –** Incentivo Paraná Viaja Mais 60, com prestação de contas anual 2024, considerando o período do pagamento até 31/12/2024. Após análise da documentação apresentada, o colegiado constatou que as despesas estão em conformidade com os planos de aplicação aprovados, com a legislação vigente e com as normativas estabelecidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR. Colocadas em votação, as prestações de contas foram **aprovadas por unanimidade**, autorizando-se o encaminhamento das mesmas aos órgãos competentes para fins de registro e validação. Ficaram marcadas as próximas reuniões de prestação de contas a serem realizadas pela equipe da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social (SMFDS), sendo: 1º semestre em 09/07/2026 e 2º semestre em 03/12/2026. **II - Alteração da Lei Municipal da Pessoa Idosa**. Em razão da falta de tempo hábil para apresentação das alterações realizadas na nova Lei Municipal da Pessoa Idosa, ficou designada a próxima segunda-feira, dia 02/02, às 14h, para a 1ª apresentação da minuta de Lei à diretoria, estando a comissão em plena atividade. **III – Cronograma de reuniões para 2026:** Foi **aprovado** o cronograma de reuniões ordinárias para o ano de 2026, mantendo-se a realização das reuniões na segunda quinta-feira de cada mês. Quanto às alterações, ficou definido que, excepcionalmente, a reunião do mês de janeiro ocorreria no dia 22/01/2026, mas precisou ser feita dia 28/01, devido aos jogos 60+. Também foram ajustadas as datas das reuniões

dos meses de novembro, para o dia 05/11, e de dezembro, para o dia 03/12, em razão do encerramento das atividades administrativas no dia 18/12/2026. Deliberou-se, ainda, que as reuniões poderão ocorrer em outros locais, visando ampliar a participação e a divulgação junto à comunidade. **IV – Assuntos pertinentes ao Conselho do Idoso:** O Sr. Luiz Carlos Mello questionou se havia notícias com relação aos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS)**. Diante disso, ficou decidido que será oficializada a Secretaria Municipal de Saúde para obtenção das informações referentes à escala dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), bem como: nome dos agentes por regional/UBS; se existe déficit de profissionais; área/microárea de abrangência de cada ACS; número de famílias cadastradas por agente; indicativo do número de pessoas idosas atendidas por ACS, por UBS e por microárea; situação real do acompanhamento da população idosa, especificando periodicidade das visitas, principais demandas identificadas e casos de maior vulnerabilidade. Também será solicitada informação acerca dos principais atendimentos e serviços ofertados pelas UBS às pessoas idosas, bem como sobre as campanhas mensais realizadas ou previstas, incluindo, se possível, cronograma anual e temas. Deliberou-se, ainda, que serão oficializados a clínica responsável e a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social (SMFDS) para solicitação de informações referentes às **aulas de hidroginástica**, especialmente quanto à forma de distribuição das vagas, aos critérios adotados para a frequência dos usuários, ao valor pago mensalmente por aluno/mês, às condições e vigência do contrato, bem como: Quais são as formas de substituição em caso de falta do usuário? Como e por quem é realizado o aviso da ausência? Se outras pessoas podem ocupar a vaga em caso de falta, e em quais condições; Qual o período de permanência de cada usuário cadastrado no programa; Se o usuário pode permanecer continuamente ou se, em determinado momento, a vaga deve ser cedida a outro interessado; Qual foi a frequência registrada no ano de 2025, desde a implantação do serviço. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, Lúcia Helena Melo Menor, Secretária do CMDPI, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais presentes.

LÚCIA HELENA MELO MENOR -
Secretária CMDPI

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FB172F8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.307, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências***.**

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica exonerada, de seu respectivo cargo de provimento em comissão **CS – CHEFE DE SETOR DE COMPRAS E ESTOQUE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a **Sra. ANDREA CRISTINA THOALDO,** brasileira, portadora do **RG nº 7.789.014-9PR e CPF n.º 038.920.739-02** a partir desta data.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração da referida servidora**.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 03 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:1EF1CE7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.308, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências***.**

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica exonerada, de seu respectivo cargo de provimento em comissão **CS – CHEFE DE SETOR DA FARMÁCIA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a **Sra. MARILAINE BATISTA VIEIRA,** brasileira, portadora do **RG nº. 8.164.672-4 PR e CPF nº 036.673.559-26** a partir desta data.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração da referida servidora**.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 03 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4D775FF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.311 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências e conforme solicitado no* ***Protocolo nº 3.126/2026.***

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica exonerada, ***á pedido,*** do seu respectivo cargo de provimento em comissão **DD – DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, o Sr. (a) KATIANI APARECIDA LAURINDO MARTINS,** brasileira, portadora **do RG nº 8.087.886-9 PR e CPF n.º 044.585.529-02.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração da referida servidora a partir de **01 de fevereiro de 2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FA033A7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13313/2026 DE 05/02/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13313/2026 de 05/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$283.588,24 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
692 - 4.4.90.52.00.00	1577	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	283.588,24
Total Suplementação:			283.588,24

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.53 REPASSE - Convênio Ministério do Esporte nº 116/2025 –	283.588,24
Total da Receita:	283.588,24

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 5 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2D6E009A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13314/2026 DE 05/02/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13314/2026 de 05/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
692 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.500,00
		Total Suplementação:	19.500,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.002.13.391.0033.1.028		CONSTRUCAO DE MEMORIAL CAICARA	
693 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	19.500,00
		Total Redução:	19.500,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 5 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BE9F7D1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.309, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências.*

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica nomeado em seu respectivo cargo de provimento em comissão **CD - CHEFE DE DIVISÃO DO NÚCLEO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná **o Sr. ANTONIO FERREIRA,** brasileiro, portador do **RG nº. 5.969.366-2 PR e CPF n º 861.304.719-4** a partir desta data.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de nomeação do referido servidor.

Artigo 3º- Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:390404C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.310, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: "NOMEIA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências.*

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica nomeada em seu respectivo cargo de provimento em comissão **CD - CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO E CONTROLE DE FROTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná **a Sra. MARILAINE BATISTA VIEIRA,** brasileira, portadora do **RG nº 8.164.672-4 PR e CPF nº 036.673.559-26** a partir desta data.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de nomeação da referida servidora.

Artigo 3º- Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7F9FE251

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 082 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO** , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 1.831/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) - FERNANDO AUGUSTO GRATON SANTOS – MATRÍCULA: 323.402 , ocupante do cargo público de PSICOLOGO , lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir desta data .

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 03 de fevereiro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:379E9F02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 083 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO** , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 3.152/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual referente à aposentadoria por idade - CLEUSA MARA DE FREITAS MESQUITA – MATRÍCULA: 158.301 , ocupante do cargo público de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - EFS , lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 03 de fevereiro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A6FAAF8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 084 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO** , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 3.105/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) - ÉVILIN LORENA VIANA DE OLIVEIRA – MATRÍCULA: 325.477 , ocupante do cargo público de PROFESSOR , lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 03 de fevereiro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D946443D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 085 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 2.697/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **ROSELI SAMPAIO DE SOUZA DINA - MATRÍCULA- 232481,** ocupante do cargo de **Técnico Em Enfermagem** , lotado (a) na **Secretaria Municipal de Saúde - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **28 de janeiro de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:607A9D8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 086 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a **Lei nº 1150/2011** e contido no **Protocolo nº 32.895/2025.**
RESOLVE:

Artigo 1º – Colocar a servidora **MAURA DO CARMO MARQUES,** ocupante do cargo de **Professora**, do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, à disposição da Prefeitura Municipal de Matinhos, em regime de permuta com a senhora **JANE GONÇALVES HONÓRIO,** ocupante do cargo de **Professora**, do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Matinhos, a partir de **01 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.**
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir **01 de fevereiro de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0824E68A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 087 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da Lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 1.270/2026.**

RESOLVE:
Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **MARIA DO ROCIO DOS SANTOS GOMES - MATRÍCULA- 178501,** ocupante do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** , lotado (a) na **Secretaria Municipal de Saúde - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **15 (quinze) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **11 de janeiro de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4674027D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 088 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 2.652/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **JOSIANE BATISTA MACIEL SANTOS - MATRÍCULA- 233021,** ocupante do cargo de **EDUCADOR INFANTIL** , lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **02 de fevereiro de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:63C46661

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 089 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n°. 082/2026** e conforme solicitado no **Memorando nº 2.521/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: PROFESSOR – AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: VIRGÍLIO BORGES JUNIOR
CLASSIFICAÇÃO: 218º
ADMISSÃO:04/02/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 082/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,04 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:510194C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 090 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n°. 081/2026** e conforme solicitado no **Memorando nº 2334/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO – AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: DANIEL SCHNEIDER HESS
CLASSIFICAÇÃO: 40º
ADMISSÃO:05/02/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 081/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,05 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4CFC6975

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – C.M.D.P.I.

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMDPI

SÚMULA: "Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, da Deliberação CEDIPI/PR nº 019/2023".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 514/2004,

e considerando o que consta na Ata nº 227, da reunião ordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar as prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, relativas à Deliberação CEDIPI/PR nº 019/2023 – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da população idosa, considerando o período do pagamento até 31/12/2024.
Art. 2º – As prestações de contas aprovadas baseiam-se nos demonstrativos financeiros e relatórios apresentados pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, arquivados no CMDPI.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pontal do Paraná, 30 de janeiro de 2026.

VANIZE MASCHIO
Presidente do CMDPIPontal do Paraná

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9D03B396

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – C.M.D.P.I.

RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDPI

SÚMULA: "Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, da Deliberação CEDIPI/PR nº 015/2022.".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 514/2004, e considerando o que consta na Ata nº 227, da reunião ordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar as prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, relativas à Deliberação CEDIPI/PR nº 015/2022 – Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, considerando o período de 01/01/2024 a 31/12/2024.
Art. 2º – As prestações de contas aprovadas baseiam-se nos demonstrativos financeiros e relatórios apresentados pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, arquivados no CMDPI.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pontal do Paraná, 30 de janeiro de 2026.

VANIZE MASCHIO
Presidente do CMDPI
Pontal do Paraná

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:858EEC06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 – CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – C.M.D.P.I.

RESOLUÇÃO Nº 003/2026 – CMDPI

SÚMULA: "Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, da Deliberação CEDIPI/PR nº 024/2023".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 514/2004, e considerando o que consta na Ata nº 227, da reunião ordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar as prestações de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, referentes ao exercício de 2024, relativas à Deliberação CEDIPI/PR nº 024/2023 – Incentivo Paraná Viaja Mais 60, considerando o período do pagamento até 31/12/2024.
Art. 2º – As prestações de contas aprovadas baseiam-se nos demonstrativos financeiros e relatórios apresentados pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, arquivados no CMDPI.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pontal do Paraná, 30 de janeiro de 2026.

VANIZE MASCHIO
Presidente do CMDPI
Pontal do Paraná

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4EF51A7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO Nº 010/2026

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 010/2026

Na publicação do Decreto nº 010/2026, do dia 05/02/2026, edição nº 3463, página nº 320, **onde se lê**:

"ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 09/2026"

Leia-se:
ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 10/2026

Porecatu,05 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:5F298D7E

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PAUTA DA ORDEM DO DIA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
A REALIZAR-SE NO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2026

PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 56/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES HADRIEL JONATAS FELIPE DOS SANTOS E ROZALVO APARECIDO CARVALHO QUE INSTITUI O "DIA DA BRIGADA DE INCÊNDIO" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, INCLUI A DATA NO

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PRIMEIRA VOTAÇÃO - PROJETO DE LEI Nº 58/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR VALDEMIR DOS SANTOS BARROS QUE INSTITUI O PROGRAMA "VISÃO PARA O FUTURO – OFTALMOLOGISTA NA ESCOLA" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PRIMEIRA VOTAÇÃO - PROJETO DE LEI Nº 61/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR ROZALVO APARECIDO CARVALHO QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE GARANTIR ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA EM TODOS OS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE USO COLETIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 73/2025 DE AUTORIA DA VEREADORA NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA QUE INSTITUI A LEI TIAGO VIANA, DESTINADA À PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO PRECOCE E APOIO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM CÂNCER NO MUNICÍPIO DE PORECATU.

SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 77/2025 DE AUTORIA DA VEREADORA NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA QUE INSTITUI NO MUNICÍPIO DE PORECATU A CAMPANHA "DEZEMBRO VERDE", DEDICADA À CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AO ABANDONO E MAUS-TRATOS DE ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sala das Sessões, 05 de fevereiro de 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:808957BF

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA RESPOSTA

Fica prorrogado até 13/02/2026 o prazo para resposta ao Termo de Referência para aquisição de eletrodomésticos e móveis de copa/cozinha para a Câmara Municipal de Porecatu, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 21/01/2026, ano XIV nº 3452, página 297, Código Identificador 5D565682.

Porecatu, 05 de fevereiro de 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:EF03D820

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 012, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

1300	**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**	
1303	Divisão de Iluminação Pública	
2.065	Manutenção da Divisão de Iluminação Pública	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	185.000,00

Fonte de Recursos – 3830 – IP COPEL – C/C 27.875-2

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro.

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05.02.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:6C869A1B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°01/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 01/2026
Pregão Eletrônico nº 01/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

Contratada: **ALS UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA.**

CNPJ: **43.496.899/0001-98**

Valor: R$ 648,60 (seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 606
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 768
Dotação Orçamentária 3.3.90.30.28 - 1296

Porecatu, 05 de fevereiro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:1F753EEB

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°01/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 01/2026
Pregão Eletrônico nº 01/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

Contratada: **BLUSAFE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA.**

CNPJ: **36.091.140/0001-60**
Valor: R$ 10.649,55 (dez mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 606
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 768
Dotação Orçamentária 3.3.90.30.28 - 1296

Porecatu, 05 de fevereiro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:92C5E9C8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°01/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 01/2026
Pregão Eletrônico nº 01/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

Contratada: **MONTIBELER EQUIPAMENTOS LTDA.**

CNPJ: **02.214.939/0001-84**

Valor: R$ 14.285,96 (quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 606
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 768
Dotação Orçamentária 3.3.90.30.28 - 1296

Porecatu, 05 de fevereiro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C15F520D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°01/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 01/2026
Pregão Eletrônico nº 01/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

Contratada: **CARDOSO & SAITO LTDA.**

CNPJ: **01.949.116/0001-34**

Valor: R$ 3.744,00 (três mil, setecentos e quarenta e quatro reais)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 606
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 768
Dotação Orçamentária 3.3.90.30.28 - 1296

Porecatu, 05 de fevereiro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:DCB5E8DB

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°01/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 01/2026
Pregão Eletrônico nº 01/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)

Contratada: **BRUNO DUTRA DE QUEIROZ.**

CNPJ: **23.503.202/0001-51**

Valor: R$ 9.582,30 (nove mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta centavos)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 606
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.28 – 768
Dotação Orçamentária 3.3.90.30.28 - 1296

Porecatu, 05 de fevereiro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:38D7880D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 026/2026

P O R T A R I A Nº. 026/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

EXONERAR, a partir desta data, **LEONILCE DOS SANTOS SILVA**, portadora da Carteira de Trabalho e Previdência Social Nº. 92686/005 PR, matrícula Nº 1418-4, ocupante da função de Professora do Ensino Fundamental, lotada na Secretaria de Educação, por motivo de **Aposentadoria**, conforme Decreto Municipal n° 016/2021 junto com a Emenda Constitucional n° 103/2019.

EDIFICIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis. (04.02.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:90E8632A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°010/2025

AVISO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº010/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1769/2025

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material e execução de sistema individual de tratamento de esgoto sanitário, dimensionado para residência com 5 (cinco) pessoas, incluindo instalação de caixa de gordura, fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, todos subterrâneos, com fornecimento de materiais (anéis de concreto, tubos, britas, conexões) e mão de obra qualificada, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos nos anexos do edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 18 de março de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 18 de março de 2026.

LOCAL: www.bllcompras.org.br acesso "Sistema Silverlight"

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 111.060,00 (cento e onze mil e sessenta reais).

Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.

Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 05 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:CBFF4083

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 20/2026

DECRETO Nº 20, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera ocupante de cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RODRIGO ROGERIO DORNELES, matrícula 1000139, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo.
Art. 2º Revoga-se o Decreto Nº 07, de 08 janeiro de 2025, declarando a vacância do cargo mencionado no *caput* do artigo primeiro.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5307B848

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DELIBERAÇÃO Nº 03/2026

DELIBERAÇÃO Nº 03/2026

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2025, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 01/2026, que designou a audiência de instrução para o dia **11 de fevereiro de 2026**, às **09h30**, a ser realizada na **Biblioteca Cidadã Maria Geny Schühli Borges**, localizada na **Rua Conrado Geremias Schühli, s/nº, Centro**, neste Município;
CONSIDERANDO o e-mail enviado pela procuradora da indiciada que requereu o adiamento da audiência para data posterior ao término do afastamento médico;
CONSIDERANDO a impossibilidade de comparecimento da servidora à audiência designada;
CONSIDERANDO que a servidora retorna no dia 19 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

DELIBERA:
REDESIGNAR a audiência de instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2025 para o dia **20 de fevereiro de 2026**, às **09h30**, a ser realizada na **Biblioteca Cidadã Maria Geny Schühli Borges**, localizada na **Rua Conrado Geremias Schühli, s/nº, Centro**, neste Município.
MANTER as testemunhas indicadas pela defesa e pela Comissão, conforme rol constante da Deliberação nº 10/2025.
DETERMINAR a **INTIMAÇÃO** das testemunhas arroladas, tanto pela defesa quanto pela Comissão, devendo constar nos autos a comprovação da ciência, nos termos da Lei Municipal nº 1.158/2021.
DETERMINAR a intimação da indiciada e de seus procuradores constituídos quanto à data, horário e local da audiência, assegurada a participação em todos os atos da instrução.
REGISTRAR que as testemunhas **Ivone Terezinha Stawny Hoffmann** e **Rafaela Janaína Teixeira Menegon** poderão ser ouvidas por **videoconferência**, conforme requerido pela defesa.

Publique-se.
Cumpra-se.

Porto Amazonas PR, 05 de fevereiro de 2026

TATIANE DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2025

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:1C23246B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2026

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 02/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, em cumprimento a legislação, convida a população para a realização de Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 3º Quadrimestre/2025.

• Data:26 de fevereiro de 2026
• Horário:15h30min
• Local: Câmara Municipal
• Endereço: Rua Guilherme Schiffer, nº 75

Porto Amazonas, 04 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:CE93D20D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 06/2026

REPUBLICAÇÃO POR ALTERAÇÃO
PORTARIA Nº 06, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera a pedido, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem PSF e de cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Saúde, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas, e;
CONSIDERANDO o pedido de exoneração protocolado nesta Administração sob nº 60, de 21 de janeiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, **DIRLEI DE LIMA CHIMILOSKI**, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem PSF, matrícula 4732 e do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Saúde, matrícula 6481.
Art. 2º Revoga-se a Portaria Nº 22/2008 e a Portaria Nº 52/2018, declarando a vacância dos cargos mencionados no *caput* do artigo primeiro.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 03 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:2D01C0A0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 10/2026

PORTARIA Nº 10, DE 05 DE FEVEIRO DE 2026

Exonera ocupante de cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Serviços Rodoviários, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar GABRIEL LOPES RAMOS, matrícula 287754, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Serviços Rodoviários.
Art. 2º Revoga-se a Portaria Nº 83, de 05 de julho de 2021, declarando a vacância do cargo mencionado no *caput* do artigo primeiro.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:4F5CFCB3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°009/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1563/2025

MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa(s) para elaboração de Projeto Básico e Executivo, de Pavimentação Rural em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) no Município de Porto Amazonas-PR, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos nos anexos do edital.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Comissão de Contratação, Agente de Contratação, Parecer Jurídico e Controle Interno, constantes no presente processo administrativo e com fundamento no que dispõe o Art. 71 da Lei n°14.133/2021, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto à empresa **BEZERRA & SOUZA ENGENHARIA LTDA – CNPJ N°32.954.063/0001-73,** situada na Rua Saracura Do Banhado, n°58, Jardim Brasil, cidade de Arapongas, Estado do Paraná, com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

Porto Amazonas, 05 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:9526C87C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N°029/2025

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°029/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1809/2025

EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para confecção de fardas escolares (camisas e calças) destinadas aos estudantes matriculados na Escola Municipal Cívico-Militar Maria de Lourdes Affonso Heimbecher – Ensino Fundamental, situada no Município de Porto Amazonas, conforme edital e seus anexos.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Comissão de Contratação, Agente de Contratação, Parecer Jurídico e Controle Interno, constantes no presente processo administrativo e com fundamento no que dispõe o Art. 75 da Lei n°14.133/2021, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto à empresa:

HOP FARDAMENTOS LTDA – CNPJ N°54.641.491/0001-89, situada na Rua Raul Poitevin, 72, Casa 01, Alto Boqueirão, CEP: 81770-210, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o lote: 1 no valor total de R$ 21.297,90 (vinte e um mil e duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

Porto Amazonas, 05 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:FED18A5A

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 02/2026

RETIFICAÇÃO
EDITAL Nº 02/2026

Tendo em vista a abertura de Turno Suplementar para suprir vaga em aberto, por tempo determinado, devido à afastamento pelo período de férias, posterior à licença maternidade, no Centro Municipal de Educação Infantil – "CMEI Cassinha" previsto na Lei nº 848/2009 e de acordo com os critérios estabelecidos no Edital nº 01/2026, o Departamento Municipal de Educação e Cultura divulga o resultado **definitivo** de classificação, visto que tivemos **inscrição única** para a vaga em aberto.

I – Para professor em regime de Turno Suplementar no **Centro Municipal de Educação Infantil – "CMEI Cassinha"**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
_____	Joelma Rodrigues Paes Nóbrega	14 pontos

Porto Amazonas, 05 de fevereiro de 2026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Diretora – DEMEC

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:84965818

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o Processo Administrativo 008/2026 - Dispensa de Licitação nº 02/2026 e **ADJUDICO** a empresa informada nos autos do processo de contratação direta**.**

Neste mesmo ato, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base no artigo 75, inciso I, daLei 14.133/2021.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de caixa d'água e combate às pragas urbanas, englobando desinsetização, dedetização e desratização nas áreas internas e externas do CISPAR.

VALOR: R$ 2.960,00 (Dois mil novecentos e sessenta reais).

CONTRATADO: Desinsetizadora Baratek 10 Ltda.
CNPJ: 72.159.817/0001-18.
ENDEREÇO: Rua Pioneiro Olinto Mariani, nº 753, Jardim Diamante, Maringá/PR, CEP 87.024-010.
TELEFONE: (44) 3246 -6000.
E-MAIL: sac@baratek.com.br

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo, sito a Rua Pion. Miguel Jordão Matines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões, Maringá/PR, através do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3123-2800, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Maringá/PR, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo CISPAR

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:E64B1D96

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a demanda formalizada, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa técnica, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos legais e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, posto que:

1. A contratação direta da Editora Amigos da Natureza fundamenta-se na inviabilidade de competição (Art. 74, I da Lei 14.133/2021), uma vez que a empresa figura como detentora exclusiva dos direitos autorais e de comercialização, em todo o território nacional, das obras literárias e materiais paradidáticos descritos no Termo de Referência — especificamente as cartilhas 'Água H2Oba' e 'A Vida Pede Água'. Essa exclusividade editorial, comprovada por documentação da entidade de classe competente, impede a disputa de preços entre fornecedores distintos, tornando a presente editora a única apta a fornecer os referidos itens com a metodologia e o conteúdo intelectual singular demandados pelo CISPAR.

2. A contratação visa atender às demandas dos SAMAEs, SAAEs, demais departamentos de água e esgoto e Secretarias de Meio Ambiente dos seguintes municípios consorciados ao CISPAR: Boa Ventura de São Roque, Entre Rios do Oeste, Ibiporã, Mandaguaçu, Marialva, Paraíso do Norte, Quatro Pontes, Rio Branco do Sul, Sarandi e Terra Rica, conforme especificações do Termo de Referência.

OBJETO: Contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, da empresa EDITORA AMIGOS DA NATUREZA, especializada na elaboração e fornecimento de cartilha educativa alusiva ao Dia Mundial da Água, destinada a subsidiar e fortalecer ações de educação ambiental e conscientização sobre o uso racional da água, a ser utilizada em campanhas educativas a serem realizadas na referida data.

CONTRATADA: Editora Amigos Da Natureza Ltda.
CNPJ: 04.096.738/0001-55.
ENDEREÇO: Rua Goiás, nº 765, Centro, Marechal Candido Rondon/PR, CEP 85.960-000.
TELEFONE: (45) 3254-7631.
EMAIL: marcia@editoraamigos.com.br .
VALOR TOTAL: R$ 160.810,00 (Cento e sessenta, oitocentos e dez reais).

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o processo de Inexigibilidade e **ADJUDICO** a entidade acima mencionada.

Maringá-Pr, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo CISPAR

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:C5EC6E0A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026 - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Levamos ao conhecimento dos interessados que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em obediência ao § 3º do Art. 75, da Lei 14.133/2021, que **08h00min do dia 06 de fevereiro de 2026 até às 17h00min do dia 10 de fevereiro de 2026**, estará buscando propostas adicionais para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Software de Gestão Híbrida de Frequência e Jornada de Trabalho, na modalidade SaaS (Software as a Service - 100% Web), em conformidade com a Portaria MTP nº 671/2021, abrangendo o licenciamento de software para gerenciamento unificado, permitindo tanto a coleta automática de dados dos equipamentos físicos (REP-C) existentes, quanto o registro via aplicativo móvel/web (REP-P) com geolocalização. Incluindo as funcionalidades de tratamento de ponto, gestão de banco de horas, assinatura eletrônica e integração com a folha de pagamento, bem como os serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico especializado e manutenção evolutiva do sistema para o CISPAR.
Dessa forma, solicita-se o envio de uma proposta de preços para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br até a próxima **terça-feira (10/02/2026)**, que poderá ser encaminhada por meio do preenchimento do formulário de proposta anexado, ou por modelo próprio que atenda aos requisitos constantes do formulário juntado, documento esse que deverá ser devidamente assinado, carimbado e datado pelo proponente.

Ao formalizar sua proposta, a empresa declara que está de acordo com as condições estabelecidas na versão do Termo de Referência que foi disponibilizado para cotação de preços.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo, sito a Rua Pion. Miguel Jordão Matines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões, Maringá/PR, através do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br e site https://www.consorciocispar.com.br/site/ ou pelo telefone (44) 3123-2800, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Maringá-PR, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:3CE982AE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO DECRETO Nº 007/2026

Subdivide o lote nº 17, da quadra nº 05, localizado na Rua Maria Helena Witte nº 56, Jardim Nova Maragogipe, perímetro urbano deste Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, Matrícula nº 10.842, no CRI de Porecatu – PR, com área de 250,00 m².

O Prefeito Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1° Fica subdividido **lote nº 17, da quadra nº 05, localizado na Rua Maria Helena Witte nº 56, Jardim Nova Maragogipe,** com área de 250,00 m², passando a constituir os **lotes: nº 17A e nº 17B,** a seguir descritos:

ANTES DA SUBDVISÃO:
Lote nº 17: Rua Maria Helena Witte nº 56 - Frente: divisa com a Rua Maria Helena Witte, rumo SE 75°50'19" a distância de 10,00 metros; **Lado Direito:** divisa com o Lote n.º 18, rumo SE 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Lado Esquerdo:** divisa com o Lote n.º 16, SW 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Fundos:** divisa com o Lote n.º 12, rumo NW 75°50'19" a distância de 10,00 metros de quem da rua olha, formando a área total de 250,00 m². Cadastro Imobiliário nº 90379.

DEPOIS DA SUBDVISÃO:
Lote nº 17A: Rua Maria Helena Witte nº 56 - Frente: divisa com a Rua Maria Helena Witte, rumo SE 75°50'19" a distância de 5,00 metros; **Lado Direito:** divisa com o Lote n.º 17B, rumo SE 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Lado Esquerdo:** divisa com o Lote n.º 16, SW 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha**; Fundos:** divisa com o Lote n.º 12, rumo NW 75°50'19" a distância de 5,00 metros de quem da rua olha, formando a área total de 125,00 m². Cadastro Imobiliário nº 90379.

Lote nº 17B: Rua Maria Helena Witte nº 54 - Frente: divisa com a Rua Maria Helena Witte, rumo SE 75°50'19" a distância de 5,00 metros; **Lado Direito:** divisa com o Lote n.º 18, rumo SE 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Lado Esquerdo:** divisa com o Lote n.º 17A, SW 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Fundos:** divisa com o Lote n.º 12, rumo NW 75°50'19" a distância de 5,00 metros de quem da rua olha, formando a área total de 125,00 m². Cadastro Imobiliário nº 902840.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 02 de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:8DED3631

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 657 DE 12 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência do Plano Municipal de Educação (PME) de Prado Ferreira e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA** - Estado do Paraná, faz saber que Câmara Municipal, aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica prorrogado, por 01 (um) ano, o prazo de vigência do Plano Municipal de Educação (PME), aprovado pela Lei nº 410, de 16 de junho de 2015, que originalmente tinha duração de dez anos.
Parágrafo Único: A prorrogação de que trata o *caput* tem por finalidade garantir a continuidade das políticas e metas educacionais no âmbito municipal, enquanto se aguarda a aprovação e entrada em vigor do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e a subsequente adequação e elaboração do novo Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - Durante o período de prorrogação estabelecido no Art. 1º, o Plano Municipal de Educação (Lei nº 410/2015) permanecerá em pleno vigor e eficácia, mantendo-se inalteradas todas as suas diretrizes e a obrigatoriedade de acompanhamento e avaliação periódica por parte do Poder Público Municipal.

Art. 3º - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e do Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, deverá iniciar o processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação que vier a ser aprovado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 12 de janeiro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:DC321D96

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 012/2026

PSS Nº. 001/2026
3ª CONVOCAÇÃO

Teste seletivo para ingresso ao quadro de estagiários de ensino superior no Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná.

O **MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA,** pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 01.613.136/0001-30, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Silvio Antônio Damaceno, no uso de suas atribuições legais, resolve:
I -RESOLVE: CONVOCAR PARA TOMAR POSSE no quadro de estagiários de ensino superior na área de **Pedagogia** para atuar no Município de Prado Ferreira/PR.
CARGO: PEDAGOGIA

INSCR..	N O M E	CPF	CLASSIF.
007/2026	MARIA CLARA DUARTE ROSA	***.***.399-14	4º Colocado

Comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura no horário das 08h00 ás 12h00 e das 14h00 as 16h00, nos dias de 06 á 010 de fevereiro de 2026, para Apresentar documentação abaixo relacionados.
Apresentar declaração de Matrícula no curso superior;
Apresentar RG e CPF;
Apresentar comprovante de Endereço.

II - Publique-se.
Prado Ferreira, 05 de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:42D36C7C

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 3/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 3/2024, QUE ENTRE SI FAZEM O SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO E BETTA CONSULTORIA GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.755.525/0001-08, com sede na Rua Iguatemi, nº 511, Centro, CEP 86618-000, no Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Diretor, o Sr. Eder Junior Mazar, portador do RG nº 7.980.021-0 (SESP/PR) e inscrito no CPF sob o nº 027.452.239-09, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa BETTA CONSULTORIA GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.480.604/0001-04, com sede na Rua Clevelândia, nº 330, Vila São Carlos, Município de Apucarana, Estado do Paraná, CEP 86210-000, neste ato representada pelo Sr. Leandro Moreira Geraldo, inscrito no CPF sob o nº 038.960.229-97, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e acordado o presente Termo Aditivo, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, em razão da contratação direta por dispensa de licitação, autuada sob o nº 03/2024, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Segundo Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 03/2024, firmado em 22 de outubro de 2024, com vencimento atualmente prorrogado para 18 de fevereiro de 2026, conforme Primeiro Termo Aditivo, prorrogando-se o referido prazo por mais por mais 6(seis) meses, passando a vigorar até 18 de agosto de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Em decorrência da prorrogação mencionada na cláusula anterior, o valor do contrato será acrescido de R$ 28.761,72 (vinte e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), correspondentes a seis meses de prestação dos serviços, ao valor mensal de R$ 4.793,62 (quatro mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), permanecendo inalteradas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Prado Ferreira, 02 de fevereiro de 2026

EDER JUNIOR MAZAR
Diretor

_____
LEANDRO MOREIRA GERALDO

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:28DAEE7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11435/2026 DE 05/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento
Geral do Município, no valor de **R$ 15.800,00 (quinze mil oitocentos reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0012.2.076.	Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - P AB FIXO	
226 - 3.3.90.48.00.00	01303 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.800,00
06.001.10.302.0031.2.081.	Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
279 - 3.3.90.30.00.00	01303 MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
	Total Suplementação:	**15.800,00**

Redução		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0012.2.076.	Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - P AB FIXO	
208 - 3.3.72.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	4.800,00
06.001.10.302.0031.2.081.	Ações para Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas	
280 - 3.3.90.39.00.00	01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	Total Redução:	**5.800,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C7F97CF6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11436/2026

Súmula: Exonera os Servidores Municipais indicados do exercício de função gratificada.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, EXONERA os Servidores Municipais da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude, indicados a seguir, do exercício de função gratificada a partir de 01 de Fevereiro de 2026:

ESCOLA MUNICIPAL IZAIR LAGO
JEANNE CAROLLINE FILUS PAULA - DIRETORA
FRANCIELE FIDELIS LENHANI STOKOLOSA - COORDENADORA PEDAGOGICA
SIMONE GUIMARAES – COORDENADORA PEDAGOGICA
ANGELA GRACIELE CARVALHO - ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL RUI VALDIR PEREIRA KERN
CLEIA LUIZA COLLERE – DIRETORA
FABIELE NEVES DE OLIVEIRA – COORDENADORA PEDAGOGICA
ANGELA DE FATIMA LUCHTEMBERG – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL DIVANIRA CURUPANÁ FERREIRA ALVES
DEISEANI CORREA ROSENENTE DOMINGUES – DIRETORA
ANNA MARY GUARIZA – COORDENADORA PEDAGOGICA
VANESSA FATIMA BARROS GOMES – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL JOANNA VALACHE
PRISCILA AFONSO MAGALHAES – DIRETORA
LUCIANA MATIAS ANDRADE – COORDENADORA PEDAGOGICA
VANESSA REGINA DE ALCANTARA ALVES – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO CURUPANÁ DA SILVA
CRISTINA GODOY – DIRETORA
CAMILA MAGALHÃES DE SOUZA – COORDENADORA PEDAGOGICA
FABIANNY DE SOUZA CUNHA OLIVEIRA – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO MILANI
ROBERSON RAMOS – DIRETOR
SOELI DE FATIMA CORDEIRO OTTO – COORDENADORA PEDAGOGICA
PAMELA PEREIRA DOS PASSOS DANTES – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
GRACIELE ALVES PIRES- DIRETORA
MONICA PIKUSSA MASCARELLO – COORDENADORA PEDAGOGICA
OSANA ROBEIRO DO VALE MARTINS – ORIENTADORA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL OLAIR RIBEIRO LAGO
KARINA ANACLETO – DIRETORA
ANA PAULA JUSTINO – COORDENADORA PEDAGOGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA LEONOR
JESSIKA APARECIDA DOS PASSOS - DIRETORA
EMANUELLE KUSMA – COORDENADORA PEDAGOGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CECILIA DO PILAR DE LARA
CARINA ANDREATTA DE LARA BRUNATTO – DIRETORA
LEDIANE DA SILVA LOPES PIRES – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA CARMELITA
ANGELICA CRISTINA DE OLIVEIRA – DIRETORA
REGIANE DA LUZ ESPIRIDIÃO – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA JACI
MANUELA CELESTINE CORGAS DA SILVA – DIRETORA
SUELY APARECIDA DOS SANTOS – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA INEZ
PATRICIA BARBOSA DA SILVA – DIRETORA
MARINA ALIEVE CORDEIRO – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ELIANA
GIANCARLA RODRIGUES FERRARINE – DIRETORA
ANA MARCIA QUEIROZ – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ELENAI
PAMELA ARRUDA MIGUEL HILA – DIRETORA
CLAUDINEIA DE ASSIS – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL HAVANY EROSA DA SILVA
DILMA DE FATIMA ARRUDA – DIRETORA
FABIANA LEAL FERREIRA LIMA – COORDENADORA PEDAGÓGICA

Quatro Barras, 05 de Fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:99C171CB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11437/2026

Súmula: Designa os servidores municipais indicados para o exercício de função gratificada.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor DESIGNA os servidores municipais indicados a seguir para o exercício de função gratificada junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude, nos termos da Lei Municipal nº. 1124/2018, a partir de 01 de Fevereiro de 2026:

ESCOLA MUNICIPAL IZAIR LAGO
JEANNE CAROLLINE FILUS – DIRETORA
FRANCIELE FIDELIS LENHANI STOKOLOSA – COORDENADORA PEDAGÓGICA
ANGELA GRACIELE CARVALHO – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL RUI VALDIR PEREIRA KERN
ADRIANA APARECIDA BALDON GRASSMANN – DIRETORA
FABIELE NEVES DE OLIVEIRA – COORDENADORA PEDAGÓGICA
ANGELA DE FATIMA LUCHTEMBERG – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL DIVANIRA CURUPANÁ FERREIRA ALVES
DEISEANI CORREA ROSENENTE DOMINGUES – DIRETORA
ANNA MARY GUARIZA – COORDENADORA PEDAGÓGICA
VANESSA FATIMA BARROS GOMES – ORIENTADORA
ANGELICA CRISTINA DE OLIVEIRA – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL JOANNA VALACHE
PRISCILA AFONSO MAGALHAES – DIRETORA
VANESSA REGINA DE ALCANTARA ALVES – COORDENADORA PEDAGÓGICA
LUCELIA DO ROCIO KAMAROSKI BATISTA – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO CURUPANÁ DA SILVA
FABIANNY DE SOUZA CUNHA OLIVEIRA – DIRETORA
CAMILA MAGALHAES DE SOUZA – COORDENADORA PEDAGÓGICA
CLEIA LUIZA COLLERE – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO MILANI
ROBERSON RAMOS – DIRETOR
DANIELLY SEGUETTO E CAVALCANTE SILVA – COORDENADORA PEDAGÓGICA
PAMELA PEREIRA DOS PASSOS DANTES – ORIENTADORA

ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
GRACIELE ALVES PIRES – DIRETORA
MONICA PIKUSSA MASCARELLO – COORDENADORA PEDAGÓGICA
OSANA RIBEIRO DO VALE MARTINS – ORIENTADORA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL OLAIR RIBEIRO LAGO
KARINA ANACLETO – DIRETORA
ANA PAULA JUSTINO – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA LEONOR
JESSIKA APARECIDA DOS PASSOS FREITAS – DIRETORA
THAILINI TAVARES – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CECILIA DO PILAR DE LARA
CARINA ANDREATTA DE LARA BRUNATTO – DIRETORA
LEDIANE DA SILVA LOPES PIRES – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA CARMELITA
CRISTINA GODOY – DIRETORA
REGIANE DA LUZ ESPIRIDIÃO – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA JACI
MANUELA CELESTINE CORGAS DA SILVA – DIRETORA
EMANUELLE KUSMA – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA INEZ
PATRICIA BARBOSA DA SILVA – DIRETORA
MARINA ALIEVE CORDEIRO – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ELIANA
GIANCARLA RODRIGUES FERRARINE – DIRETORA
ELIZANGELA CARNEIRO ANDREATA – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ELENAI
PAMELA ARRUDA MIGUEL HILA – DIRETORA
CLAUDINEIA DE ASSIS – COORDENADORA PEDAGÓGICA

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL HAVANY EROSA DA SILVA
DILMA DE FATIMA ARRUDA – DIRETORA
FABIANA LEAL FERREIRA LIMA – COORDENADORA PEDAGÓGICA

Quatro Barras, 05 de Fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F976159C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando o processo administrativo nº 5957/2025;
Considerando o TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3462, no dia 04/02/2026, Código Identificador: 18CDB2F9;
Considerando a lista de Candidatos Reposicionados para o Final da Classificação do Concurso nº 001/2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 12/11/2025, Edição 3405, sob o código identificador: 182EF75C;
Considerando que a candidata classificada em 6º lugar na Ampla Concorrência, OLIVIA GABRIELA DIAS DE MACEDO, convocada pelo Edital de Chamamento publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3354, no dia 02/09/2025, Código Identificador: 4273E943, SOLICITOU FINAL DE LISTA para assumir a vaga ofertada;
Considerando o TERMO DE DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3346, no dia 21/08/2025, Código Identificador: A17298B1;
Considerando o TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3293, no dia 09/06/2025, Código Identificador: A725C7A0;
Considerando que a candidata classificada em 2º lugar na Ampla Concorrência, RAUDICLEIA BUENO DO NASCIMENTO, convocada pelo Edital de Chamamento publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3280, no dia 21/05/2025, Código Identificador: E2A01316, NÃO COMPARECEU para assumir a vaga ofertada.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias **09/02/2026 e 25/02/2026[1]** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.
A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **Desenvolvimento Social e Família**, para cumprimento da carga

horária diária das **10h às 12h e das 13:30h às 17:30h**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo. Após análise documental, será publicado edital com a situação do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
MICHAEL DAVID NATEL	9º	9º		

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.
Quatro Barras, 06 de Fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

[1] Em conformidade com o Decreto Municipal nº 11.339, de 16 a 18 de Fevereiro de 2026, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Quatro Barras, em razão do ponto facultativo relativo ao Carnaval e Quarta Feira de Cinzas, não sendo tais datas computadas como dias úteis para fins deste chamamento.

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C7727F0E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando os processos administrativos nºs 21724/2025 e 1469/2026;

Considerando a LISTA DE CANDIDATOS REPOSICIONADOS PARA O FINAL DA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024, publicada no Diario Oficial dos Municipios do Paraná, Edição 3462, no dia 04/02/2026, sob o código identificador: AC10E9BD;

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias **09/02/2026 e 25/02/2026[1]** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos

administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.
A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, para o **período da tarde**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo. Após análise documental, será publicado edital com a **situação** do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
LUCAS LEON PEIXOTO	10º	10º		
JACKELINE COLERE	12º	12º		

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.
Quatro Barras, 06 de Fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

[1] Em conformidade com o Decreto Municipal nº 11.339, de 16 a 18 de Fevereiro de 2026, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Quatro Barras, em razão do ponto facultativo relativo ao Carnaval e Quarta Feira de Cinzas, não sendo tais datas computadas como dias úteis para fins deste chamamento.

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:623B8639

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando os processos administrativos nºs. 21725/2025 e 1501/2026;
Considerando o Termo de Desistência do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 04/02/2026, Edição nº 3462, sob o Código Identificadore: DDC87A89;
Considerando o Termo de Não Comparecimento, o Termo de Desistência e a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/10/2025, Edição nº 3385, respectivamente sob os Códigos Identificadores: 96B442BB, 54C97A4C e 2FCF2E46;
A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **PROFESSOR MLPA** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na

Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias — **09/02/2026 e 25/02/2026**[1] —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.

A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.

A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, para o **período da tarde**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo.

Após análise documental, será publicado edital com a condição do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
ALEXANDRE DONIZETHE VALE RODRIGUES	119º	119º		
Classificação Pessoa com Deficiencia				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
CELSO EDUARDO JORGE	724º	8º		724º

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Quatro Barras, 06 de Fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

[1] Em conformidade com o Decreto Municipal nº 11.339, de 16 a 18 de Fevereiro de 2026, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Quatro Barras, em razão do ponto facultativo relativo ao Carnaval e Quarta Feira de Cinzas, não sendo tais datas computadas como dias úteis para fins deste chamamento.

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:

Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);

Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;

CPF;

Registro Civil de nascimento ou casamento;

Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;

Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;

Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)

Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;

Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)

Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;

Número PIS/PASEP/NIT/NIS;

Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone); ***ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024***

****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*

Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);

Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);

Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)

Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**

Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**

Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;

Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;

ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:6BD51814

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 08/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná,no uso de suas atribuições legais,em especial o art. 94, II, f da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o constante do Processo Administrativo n° 11950/2025 às fls. 132;

Considerando a previsão legal existente na Lei Municipal nº12/1999 e Decreto Municipal nº 7848/2020;
Considerando o disposto no art. 167 e seguintes da Lei Municipal nº12/1999.
PRORROGA a portaria 127/2025 para mais 60 (sessenta) dias, para a continuidade da instauração do Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo nº 11950/2025, devendo ser processada pela Comissão Geral de Processo Administrativo Disciplinar constituída através do Decreto Municipal nº 7848/2020.
Adicionalmente, ORDENA o afastamento cautelar da servidora pelo prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 166 da Lei Municipal nº12/1999.

Quatro Barras,05 de fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:17FD0055

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ANULAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 94/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara ANULADA a inexigibilidade
de licitação à despesa abaixo especificada, Processo n° 4236/2025. A Secretaria Municipal de
Administração Finanças e Planejamento, com sede em Quatro Barras/PR, em cumprimento ao
despacho nº 432/2025 do Processo Administrativo nº 4236/205, vem por meio deste tornar pública
a ANULAÇÃO da Inexigibilidade de Contratação de Prestação De Serviço Técnico De Consultoria
E Assessoria Tributária Para Regularização De Retenções Em Benefício À Fazenda Local Dos
Valores De Imposto De Renda (Irrf) De Fornecedores Municipais, Além De Realizar Recuperação
Administrativa De Eventuais Créditos Tributários Para O Período Não Prescrito. anteriormente
estabelecida para:
CONTRATADA: TRIBUTARIE EFICIÊNCIA FISCAL LTDA
CNPJ Nº 11.468.681/0001-33
VALOR TOTAL DE: R$ $ 0,20 (vinte centavos de real) para cada R$ 1,00 (um real) de crédito
efetivamente homologado na RFB, limitado a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)
referida ANULAÇÃO se fundamenta em razão da não conclusão da contratação por desacerto comercial
com a pretensa contratada que não aceitou a cláusula que estipulava o pagamento para momento
posterior à homologação da compensação com a RFB.
Este aviso entra em vigor na data de sua publicação.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:663DE516

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preços para eventual necessidade de fornecimento de material de expediente, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 06/02/2026 às 08h29 do dia 27/02/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 27/02/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 05 de fevereiro de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:02F6002D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS N° 863, 864/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 863/2026
BARBARA BOSSARDI DE JESUS – CPF. XXX.001.479-XX
I)Processo Administrativo n° 1357/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR DO PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO– SMDSF
III)Período de afastamento: 11/02/2026(06h) a 11/02/2026(23h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para visita a menor em acolhimento institucional, conforme ordem judicial, no município de Bombinhas/SC.

Requerimento de Diária n° 864/2026
FABRICIO ANDREATA – CPF. XXX.675.779-XX
I)Processo Administrativo n° 1357/2026
II) Cargo do servidor: CHEFE DE DEPARTAMENTO– SMDSF
III)Período de afastamento: 11/02/2026(06h) a 11/02/2026(23h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para visita a menor em acolhimento institucional, conforme ordem judicial, no município de Bombinhas/SC.

Quatro Barras, 05 de fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:11D75D0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 06/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 1063/2026. Objeto: Credenciamento de empresas para
serviços de guincho em atendimento à Secretaria Municipal de Ordem Pública, conforme especificações
contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido
edital. caput, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 268/2024.
CONTRATADA: MIREILE GIACOMITTI STENDER DOS SANTOS.
CNPJ Nº: 19.904.097/0001-22
VALOR TOTAL DE: R$ 7.937,35 (sete mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e cinco
centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
440 – 21.+0201.06.1891.007.2.010.3.3.90.39.00.00.– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:D2A70930

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 07/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa
abaixo especificada, Processo n° 1073/2026. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas,
para prestação de serviço multiprofissional de atendimento e acompanhamento especializado na área
psicologia, em regime ambulatorial a pacientes psicopatias, como TDHA e/ou transtorno do espectro autista
(TEA), entre outros, atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, múltiplas deficiências e/ou transtornos
associados, para a estimulação ao desenvolvimento neuropsicomotor de forma complementar a rede de
assistência à saúde do Município de Quatro Barras, Para esses serviços será indicado a quantidade de
1.920 sessões no valor unitário de R$ 93,57 totalizando R$ 179.654,40. com fulcro no com fulcro no inciso
IV Art. 74, caput, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 176/2025
CONTRATADA LF CORPO E MENTE LTDA.
CNPJ Nº: 35.839.833/0001-25
VALOR TOTAL DE: R$ R$ 179.654,40 (cento e setenta e nove mil seiscentos e cinqüenta e quatro
reais e quarenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
221 – 3.3.90.39.00.00..– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:228ED5E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº.001/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE - ESTADO DO PARANÁ E GENTE SEGURADORA S/A.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2025
Processo: Dispensa de Licitação 001/2025
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência
Contratante: Câmara Municipal de Querência do Norte - PR
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A
Fundamento Legal: Artigo 106 da Lei 14.133/2021
Vigência: Até 27/01/2027
Signatários: Pela CONTRATANTE o Sr. RICARDO PAULINO DA SILVA e pelo CONTRATADO o Sr. MARCELO WAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPCIALIZADA EM SEGURO DE VEÍCULOS

01.001.01.031.0001.2.001 - Manutenção de Despesas com Legislativo
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valor: **R$6.019,15 (seis mil novecentos e dezenove reais e quinze centavos)**, cujo pagamento será efetuado em parcela única.

Querência do Norte-PR, 16 de janeiro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:107ACC40

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO INEX 03

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **REGINALDO ALEIXO, Pessoa Física de Direito Privado, estabelecida à Rua Minas Gerais, Nº 167, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR** contratação de pessoa física de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 06/2025, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA

Custo estimado: R$ 26.730,72 (vinte e seis mil setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 40 horas semanais por um período de 12 meses, sendo pagamento mensais (caso haja algum tipo de adicional devidamente apurado, serão pagos de acordo com a Legislação vigente, calculados sobre o salário base acima);

Querência do Norte – PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:95FDC1E6

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO INEX 04

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **LUIZ CARLOS ALVES DE LIMA, Pessoa Física de Direito Privado, estabelecida à Rua Acre, Nº 493, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR,** contratação de pessoa física de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 06/2025, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.
CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA

Custo estimado: R$ 26.730,72 (vinte e seis mil setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 40 horas semanais por um período de 12 meses, sendo pagamento mensais (caso haja algum tipo de adicional devidamente apurado, serão pagos de acordo com a Legislação vigente, calculados sobre o salário base acima);

Querência do Norte – PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:417867F4

LICITAÇÃO
COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026

COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2026

DECLARO INEXIGÍVEL PROCESSO LICITATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 74, DA LEI Nº. 14.133/21, a contratação de **REGINALDO ALEIXO, Pessoa Física de Direito Privado, estabelecida à Rua Minas Gerais, Nº 167, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR**, contratação de pessoa física de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 06/2025, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA

Querência do Norte – PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:C7F759E0

LICITAÇÃO
COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2026

COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2026

DECLARO INEXIGÍVEL PROCESSO LICITATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 74, DA LEI Nº. 14.133/21, a contratação de **LUIZ CARLOS ALVES DE LIMA, Pessoa Física de Direito Privado, estabelecida à Rua Acre, Nº 493, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR,** contratação de pessoa física de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 06/2025, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.

CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA

Querência do Norte – PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:5916DA35

LICITAÇÃO
COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026

COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2026

DECLARO INEXIGÍVEL PROCESSO LICITATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 74, DA LEI Nº. 14.133/21, a contratação de **SIDNEY CORREIA DA SILVA, Pessoa Física de Direito Privado, estabelecida à Rua Rio Grande do Norte, Nº 93, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR**, contratação de pessoa física de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 06/2025, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA

Querência do Norte – PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:0D83D394

LICITAÇÃO
ERRATA DECRETO 06.2026

MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE
Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro - CEP. 87.930-000
CNPJ 76.973.692/0001-16-Querência do Norte – Paraná

ERRATA

Decreto Municipal nº 06/2026

Na edição 3453– DIARIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, publicada em 22/01/2026

Onde se lê: Alex Sandro Fernandes, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Leia-Se: Marcio Cristiano Esser, Prefeito Municipal em Exercício
Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Querência do Norte, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:AB460727

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 41.2026 PE 51.2025

EXTRATO DE CONTRATO N.º 41/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 51/2025

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE - PR, situado na RUA WALDEMAR DOS SANTOS, PR, CNPJ 76.973.692/0001-16, neste ato representado(a) pelo(a) prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade.
CONTRATADA: A empresa GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA, CNPJ Nº 32.084.616/0001-84, localizada na Via Marginal Doutor Celso Charuri, 7000 -sítio São Bento 2, Ribeirão Preto – SP, representada por VERA MARIA LEITE DE SIQUEIRA ALMEIDA, portador da cédula de identidade R.G. n. º 41***98 – SSP/MG inscrito no CPF sob n. º 599.***.206-** - residente na Via Marginal Doutor Celso Charuri, 7000 -, Ribeirão Preto - SP.

DO OBJETO DO CONTRATO
AQUISIÇÃO DE 25 COMPUTADORES DESKTOP EQUIPADOS COM TECLADO, MOUSE, MONITOR E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NO MODELO 7 - Lote nº 01. Juntamente com a entrega do objeto deverá ser fornecido catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético). Também deverão ser apresentados manuais completos de operação e manutenção detalhados.

DO VALOR
R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)

DOS RECURSOS
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
04.001.08.245.0009.1.007.4.4.90.52.00.00. reduzido 145.

CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO
180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de fornecimento é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura.

- DO FORO
Foro da Comarca de Loanda , Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Querência do Norte- PR, 03 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Contratante

Testemunhas:

_____
RG n.º

_____
RG n.º

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:D25E7193

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO CONC.14.2025 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2025
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:
R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA,
CNPJ 06.129.907/0001-31,
Rua Projetada A, 1646 – Parque Industrial III, CEP 87.507-135 – Umuarama - Paraná
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
Valor R$ 10.163.999,00 (dez milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais)

Querência do Norte PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:7A09DC8D

LICITAÇÃO
VISO DE RATIFICAÇÃO INEX 05

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **SIDNEY CORREIA DA SILVA, Pessoa Física de Direito Privado, estabelecida à Rua Rio Grande do Norte, Nº 93, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR,** contratação de pessoa física de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 06/2025, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA

Custo estimado: R$ 26.730,72 (vinte e seis mil setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 40 horas semanais por um período de 12 meses, sendo pagamento mensais (caso haja algum tipo de adicional devidamente apurado, serão pagos de acordo com a Legislação vigente, calculados sobre o salário base acima);

Querência do Norte – PR, 05 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:DF0DD6E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Anexo I

REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/2026

DEMONSTRATIVO TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
TOTAL ARRECADADO EM REAIS (R$)	**R$ 67.882,09**
VALOR PAGO PELO SERVIÇO BANCÁRIO	R$ 26,16
VALOR DO CUSTO DA ENERGIA CONSUMIDA	R$ 31.708,47
CUSTO DA MANUTENÇÃO – MÃO DE OBRA	R$ 7.728,60
CUSTO DA MANUTENÇÃO - MATERIAIS	R$ 17.046,00
CUSTO DA MANUTENÇÃO – LOCAÇÃO DE MUNCK	R$ 0,00
TOTAL GERAL	**R$ 11.372,86**

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:E5B6FC95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 44/2025 – TESTE SELETIVO 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 44/2026 – Teste Seletivo 01/2024

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
147ª F. L.	MARCIA TEREZINHA SOARES PISCHE	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
148 ª F. L.	THIAIS ADRIELE BAUER	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
149 ª F. L.	JHENIFER GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
150ª F. L.	JOELMA TOPOROVSKI MACHADO	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
151ª F. L.	BRUNA DE OLIVEIRA ROCHA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
152ª F. L.	VANESSA LARISSA GUEL	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
153ª F. L.	THAIS MARIA BARBOSA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral
154ª F. L.	JACQUELINE MOREIRA DIAS DE SOUZA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	Geral

Quitandinha, 05 de fevereiro de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:3297D743

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 CMDPI

SÚMULA: APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DELIBERAÇÃO 015/2022-CEDI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, reuniu-se extraordinariamente no dia 05 de fevereiro de 2026, Ata nº 001/2026, no uso de suas atribuições e considerando a Lei Municipal nº 654/07/2017 de 30 de março de 2017;

R E S O L V E:

Art. 1º - APROVAR a prestação de contas da deliberação 015/2022 - CEDI/PR - Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa, com repasse de recursos na modalidade fundo a fundo para execução de projetos, programas e serviços para atendimento a pessoa idosa, aprimoramento do controle social e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – referente a 01/01/2024 até 31/12/2024.

Art. 2º - O Conselho Municipal declara ciência e concorda com os documentos apresentados.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rancho Alegre D'Oeste, 05 de fevereiro de 2026.

MARIA CRISTINA DA SILVA
Presidente CMDPI

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:BB198831

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 CMDPI

SÚMULA: APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA DELIBERAÇÃO Nº 024/2023 – CEDI/PR – INCENTIVO AO PROJETO VIAJA MAIS 60.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, reuniu-se extraordinariamente no dia 05 de fevereiro de 2026, Ata nº 001/2026, no uso de suas atribuições e considerando a Lei Municipal nº 654/07/2017 de 30 de março de 2017;

R E S O L V E:
Art. 1º - APROVAR a prestação de contas FINAL da deliberação 024/2023 - CEDI/PR - Incentivo ao Projeto Viaja Mais 60, com repasse de recursos na modalidade fundo a fundo no valor de R$ 10.115,00 (dez mil cento e quinze reais) para ações de promoção e fomento ao turismo, lazer, cultura e direitos da Pessoa Idosa.

Art. 2º - O Conselho Municipal declara ciência e concorda com os documentos apresentados.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rancho Alegre D'Oeste, 05 de fevereiro de 2026.

MARIA CRISTINA DA SILVA
Presidente CMDPI

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:6A665016

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.634/2026 05/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER qualificação profissional Graduação conforme Leis complementares Nº01 e 02 de janeiro de 2022, a partir de fevereiro de 2026.

SERVIDOR	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
ANA PAULA CZYCZA	Agente Comunitário de Saúde	D07	E07

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:DE386DB1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.635/2026 05/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte dias), acrescidos de 60 (sessenta) dias de prorrogação dessa licença a servidora **ANGELITA SIMÕES**, ocupante do cargo temporário do PSS 10/2023 de Monitor Educacional 40H, com fins retroativos a partir da data de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:13939BDD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.636/2026 05/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- **NOMEAR** a partir da data de **06/02/2026**, a servidora abaixo relacionada para exercer, o cargo efetivo de PROFESSOR - MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, referente ao concurso público Nº01/2022, conforme Edital de convocação Nº162.
PROFESSOR - MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LUCIELI DALCANALLE	CPF 075.***.***-83

- **NOMEAR** a partir da data de 09/02/2026 a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Agente de Coleta de Resíduos**, conforme PSS (processo seletivo simplificado) Nº 06/2025, conforme Edital de convocação Nº13 por prazo determinado.
AGENTE DE COLETA DE RESÍDUOS

ADRIANA SCHMITZ DA CRUZ	RG Nº 9.074.664-2 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:FE2A82D4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.636/2026 05/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- **NOMEAR** a partir da data de **06/02/2026**, a servidora abaixo relacionada para exercer, o cargo efetivo de PROFESSOR - MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, referente ao concurso público Nº01/2022, conforme Edital de convocação Nº162.
PROFESSOR - MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LUCIELI DALCANALLE	CPF 075.***.***-83

- **NOMEAR** a partir da data de 09/02/2026 a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Agente de Coleta de Resíduos**, conforme PSS (processo seletivo simplificado) Nº 06/2025, conforme Edital de convocação Nº13 por prazo determinado.
AGENTE DE COLETA DE RESÍDUOS

ADRIANA SCHMITZ DA CRUZ	RG Nº 9.074.664-2 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2E4F1065

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024 EDITAL Nº 31 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Paulo Cezar Casaril, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no PSS Nº 02/2024, conforme Edital de Homologação Nº 06/2024, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à Rua Barão do Rio Branco, Nº 3507, Centro Cívico, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), **do dia 06 a 12 de fevereiro de 2025**, munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
337	BRUNA DE LARA GONÇALVES	12/08/1996	62º
260	ANA ALICE RODRIGUES PERON	04/10/1996	63º
251	LIAMARA DE ALMEIDA	29/07/1997	64º
292	MARIA EDUARDA RODRIGUES	28/11/1997	65º
278	ALINE RODRIGUES ANDRADE	27/12/1998	66º
298	KARINA ZONTA MEDEIRO	01/05/1999	67º
264	DAIANE CHAVES DE LIMA	20/10/1999	68º
281	LARISSA JENIFER HENCHS	20/09/2004	69º
333	ANDRIELLI DE LIMA CONCEIÇÃO	15/09/2005	70º

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
218	CLAUDINEIA ANTUNES	30/05/1984	20º - Final de Lista
312	ELIANE DE LIMA	25/11/1985	25º - Final de Lista

Realeza, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito
ANEXO I
CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO:_____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes ocumentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber);
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside (https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac);
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal (https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao).
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura

SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 202_____.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL
Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe:_____
Sexo: ____ Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____ Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____ Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: _____ Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____ Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____ CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), nascido(a) em ____/____/_____, residente e domiciliado(a), à Rua _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____,e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no PSS Nº 02/2024, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no PSS Nº 02/2024, para o cargo de _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, no endereço _____, nº_____, no bairro _____, aprovado no PSS Nº 02/2024, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do Edital do PSS, conforme o Edital de Homologação nº 06/2024, para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9506A7BD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2024 EDITAL Nº 15 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Paulo Cezar Casaril, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 04/2024, conforme Edital de Homologação Nº 09, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de oito (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação **(06 a 12 de fevereiro de 2026)**, munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE AMPLA CONCORRÊNCIA				
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**VAGA**	**CLASSIFICAÇÃO**
563	NEUSA MARISETE LUKASEWICZ	23/04/1974	AMPLA CONCORRÊNCIA	24º
423	DYANDRA MAYARA LOTICI DALLEK	25/04/1992	AMPLA CONCORRÊNCIA	26º
472	DIRCENE DE SOUZA FRIGO	06/08/1970	AMPLA CONCORRÊNCIA	27º
477	RENATA FURLAN PRATES	03/09/1999	AMPLA CONCORRÊNCIA	28º
446	RUBIA CORASSA	03/01/1994	AMPLA CONCORRÊNCIA	29º

Realeza, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber);
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside (https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac);
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal (https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico);
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura
SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2025.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe:_____
Sexo: ____ Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____ Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____ Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: _____ Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____ Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____ CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), nascido(a) em ____/____/_____, residente e domiciliado(a), à Rua _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____,e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 04/2024, para o cargo de PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE , convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao Concurso Público prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 04/2024, para o cargo de PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, no endereço _____, nº_____, no bairro _____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 04/2024, para o cargo de PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº ____/20____ , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:47965BB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Convocar a candidata aprovada em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009, Lei Municipal nº 1827 de 14 de dezembro de 2022 e 1840 de 19 de abril de 2023 e pela Lei Municipal nº 1932 de 20 de fevereiro de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionadas, aprovada e classificada dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022 e alterado pela Lei Municipal nº 1932 de 20 de fevereiro de 2025, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **20 de fevereiro de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Professor da Educação Infantil 40h

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
17	ISABELA ARISI	30/05/1994	71.25

Art. 2º -A convocada, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e órgão de classe
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, a candidata recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento da candidata convocada por este Edital até o prazo de 20 de fevereiro de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:F864D2F9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 053 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor Elizandro Joel Espindola.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal nº 404 de 27 de junho de 1989,

R E S O L V E:

Conceder gratificação por Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor **Elizandro Joel Espindola**, matricula 162091, **Motorista,** vinculado à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes**,** percebendo um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, a contar de 05 de fevereiro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:75189D9E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 054 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor Jonas Manoel Linhares.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal nº 404 de 27 de junho de 1989,

R E S O L V E:

Conceder gratificação por Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor **Jonas Manoel Linhares**, matricula 167561, **Motorista,** vinculado à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes**,** percebendo um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, a contar de 05 de fevereiro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:AF4D4F11

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 055 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor Marcelo Ramos Boeno.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal nº 404 de 27 de junho de 1989,

R E S O L V E:

Conceder gratificação por Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao servidor **Marcelo Ramos Boeno**, matricula 138201,

Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes**,** percebendo um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, a contar de 05 de fevereiro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:7FE6FC0C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 EDITAL Nº 016 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1939, de 09 de abril de 2025, Lei Municipal nº 1947 de 07 de maio de 2025, Lei Municipal nº 1950, de 21 de maio de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Professor 20h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
10º	Eliane Bortot*	60,00

2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:65533354

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 11/2026 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 11 de 05/02/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município – Secretaria de Obras, para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitório Antunes de Paula, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica no Art. 80, Inciso VIII;

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2023, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 19.350.152,89 (Dezenove Milhões, Trezentos e Cinqüenta Mil, Cento e Cinqüenta e Dois Reais e Oitenta e Nove Centavos), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
04.001	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
15.813.0004.1011	CONSTRUÇÃO, READEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS URBANAS E RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
881	01117-Pavimentaçao de Estradas Rurais - SIT 79308 - Convenio 804 241037770	19.350.152,89
	SUBTOTAL	19.350.152,89
	TOTAL	19.350.152,89

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma
I – Excesso de Arrecadação;

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
2.4.2.2.99.0.1.12.00.00.00.00	Transferências voluntárias Estaduais – Pavimentação de Estradas Rurais – SIT 79308 – Convenio 804 241037770	19.350.152,89
	TOTAL	19.350.152,89

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:E600FCF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1336 - CRÉDITO ADICIONAL

Lei Nº 1336 de 05/02/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município – Secretaria de Obras, para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2023, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 19.350.152,89 (Dezenove Milhões, Trezentos e Cinqüenta Mil, Cento e Cinqüenta e Dois Reais e Oitenta e Nove Centavos), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
04.001	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
15.813.0004.1011	CONSTRUÇÃO, READEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS URBANAS E RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
881	01117-Pavimentaçao de Estradas Rurais - SIT 79308 - Convenio 804 241037770	19.350.152,89
	SUBTOTAL	19.350.152,89
	TOTAL	19.350.152,89

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma:
I – Excesso de Arrecadação;

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
2.4.2.2.99.0.1.12.00.00.00.00	Transferências voluntárias Estaduais – Pavimentação de Estradas Rurais – SIT 79308 – Convenio 804 241037770	19.350.152,89
	TOTAL	19.350.152,89

Art. 3º - Esta Lei altera PPA e compatibiliza LDO e LOA, e entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 05 de fevereiro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:3D29EBBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 006/2026 SÚMULA: ALTERA A LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a lotação do servidor público Wagner Dias Felix, Motorista, inscrito no CPF sob número 068.XXX.XXX-48, atualmente lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para passar a ter exercício junto à Secretaria de Saúde, a partir de 02/01/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à 02/01/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 27 de janeiro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:60F43678

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 007/2026 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme prevê o Art. 119 da Lei 682/2010, fica concedida Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias ao S.r. JOSE MARIA ANTONICHEN inscrito no CPF nº: XXX.169.169-XX, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 28 de janeiro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:6DF17195

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 02/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão ELETRÔNICO, nº. 02/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 25 de FEVEREIRO de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS GRÁFICOS, IMPRESSOS EM GERAL E DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/ . O acolhimento das propostas comerciais ocorrerá ate às 07 hr 59 min do dia 25/02/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 25/02/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos

http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ artir do dia 06 de fevereiro de 2026.

Rio Azul, 05 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:20D9FED7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 07/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão ELETRÔNICO, nº. 07/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, mantendo a data de abertura para o dia 24 de fevereiro de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 30/01/2026 às 07 hr 59 min do dia 24/02/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 24/02/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 03 de fevereiro de 2026.

Rio Azul, 29 de janeiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:9266F2AE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES RECICLAVEIS NÃO PERIGOSOS**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: EDENEY VAVENCHACH - ME
CNPJ.: 14.007.903/0001-09
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 03 de fevereiro de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 04/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: EDENEY VAVENCHACH - ME
CNPJ.: 14.007.903/0001-09
VALOR: R$ **468.000,00** (Quatrocentos e Sessenta e Oito Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **03/02/2026** à **15/02/2027.**
ASSINATURA: 03/02/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)EDENEY VAVENCHCH
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:7B06D600

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 21/2026

DECRETO Nº 21/2026

Declara de utilidade pública imóvel particular para fins de instituição de servidão administrativa destinada à passagem de tubulação de escoamento de água e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO *o interesse público na implantação, ampliação e manutenção de infraestrutura destinada ao escoamento de águas, essencial à proteção da saúde pública, à prevenção de alagamentos e à preservação do meio ambiente;*
CONSIDERANDO *que a servidão administrativa constitui instrumento jurídico adequado para assegurar ao Poder Público o uso parcial de imóvel particular, sem transferência da propriedade, nos termos do art. 40 do Decreto-Lei nº 3.365/1941;*
CONSIDERANDO *a necessidade técnica de utilização de faixa específica de imóvel particular para a passagem de tubulação de escoamento de água, conforme projeto elaborado pelos órgãos técnicos municipais;*

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, o imóvel particular descrito no art. 2º deste Decreto, destinado à implantação, passagem, manutenção e operação de tubulação de escoamento de água, em favor do Município de Rio Azul.

Art. 2º - A servidão administrativa recairá sobre parte do imóvel de propriedade de Taciano Surmacz, inscrito no CPF/CNPJ nº XXX.XXX.009-94, registrado sob a Matrícula nº 17.175, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças-PR.

Art. 3º - A servidão administrativa ora instituída compreende o direito do Município em:
I – implantar e manter tubulação de escoamento de água;
II – realizar obras, inspeções, reparos e substituições necessárias;
III – acessar a área serviente sempre que necessário para a adequada operação do sistema, respeitados os limites do uso público.

Art. 4º - A instituição da servidão administrativa não implica transferência da propriedade, permanecendo o imóvel no domínio de seu proprietário, assegurada a indenização prévia e justa, caso haja comprovação de prejuízos efetivos, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio Azul-PR, aos 03 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:446F3A0F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

EXTRATO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

Espécie: Acordo Extrajudicial de Desapropriação Amigável.

Expropriante/Adquirente: Município de Rio Azul/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 75.963.256/0001-01.

Expropriados/Alienantes: Andressa Dusanoski, Celio Dusanoski, Ivair Jose Dusanoski, Joao Carlos Duzanoski, Mecias Dusanoski, Nelci Terezinha Turski, Sauli Andre Duzanoski e Silmara Dusanoski.

Objeto: Transferência amigável da posse e dos direitos sobre área declarada de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 175/2025, destinada à construção de Poço Artesiano na Comunidade Rural de Marumbi dos Ribeiros.

Descrição Resumida do Imóvel: Área de posse medindo aproximadamente 100,00 m², conforme mapa e memorial descritivo elaborado por profissional habilitado, integrante do procedimento administrativo de desapropriação.

Fundamento Legal: Art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365/1941 e Decreto Municipal nº 175/2025.

Valor da Indenização: R$ 1.000,00 (mil reais).

Forma de Pagamento: Parcela única, conforme pactuado entre as partes.

Data da Assinatura: 10 de outubro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:2DDB82C6

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DE PESSOAL - PSS

EDITAL Nº 15/2026 – PSS Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL

APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 142/2025 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º - Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, conforme publicação de resultado final homologado através do Decreto nº 142/2025, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 01 (um) Professor, com carga horária de 20h/s, munidos de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
61º	GESIELE LOURENÇO DE SOUZA	Professor
62º	VANESSA GAPINSKI KULKA	Professor

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Fotocópia da Carteira de Identidade,
Fotocópia do CPF
Fotocópia Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Uma foto colorida 3x4, recente;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;
Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2025– Abertura do PSS 01/2025;
01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;
Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 04 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:71D45FB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 051/2026- RH

PORTARIA Nº. 051/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA TRATAMENTO SAUDE a Sra. ADRIANA DE OLIVEIRA, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de FISIOTERAPEUPA, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 03 de Julho de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:2960A384

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 052/2026- RH

PORTARIA Nº. 052/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE a Sra. TERESA PEREIRA SALES, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 01 de Setembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:8387D7DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 053/2026- RH

PORTARIA Nº. 053/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 60 (Sessenta) dias de LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE a o Sr. ANTONIO CARLOS ROSA HASS, servidor efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 17 de Outubro de 2025 e outro atestado do dia 14 de Novembro .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:43972EA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 054/2026- RH

PORTARIA Nº. 054/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE a Sra. SIRLEI APARECIDA BUENO DOS SANTOS CHEVÔNICA, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 28 de Novembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:A616E295

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 055/2026- RH

PORTARIA Nº. 055 /2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. MICHELE DESPLANCHES CHOTE, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de PROFESSOR, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 09 de Outubro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:7AD9B983

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 056/2026- RH

PORTARIA Nº. 056/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - **CONCEDER AVANÇO DE ESCOLARIDADE**, a o servidor o Sr. **ARI JOAO HARTMANN**, Classe 01 nível B 09 (nove

) anos, para Classe 02 nível B 09 (nove) anos do quadro efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de MOTORISTA , a partir 05 de Fevereiro 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 06 de Fevereiro de 2026, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:394DC76D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 057/2026- RH

PORTARIA Nº 057/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. ERONI PONTES DE OLIVEIRA, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Artigo 84 e 85 da Lei Municipal nº 007/97 com inicio da data do atestado do dia 29 de Outubro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em data retroativa 30 de outubro 2025, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:640DF6EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
TERMO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025

TERMO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 01/2025 QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO BRANCO DO SUL E DE OUTRO LADO A EMPRESA DISTRIBUIÇÃO DE DOCES E EMBALAGENS 3 IRMÃOS LTDA.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede em Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, situada na Rua Domingos Alessandro Nodari, 52, Vila Velha, inscrita no CNPJ sob nº 78.000.460/0001-07, neste ato, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, o Vereador **Sr. Eleandro Fontoura Machado**, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, resolve, através do presente, ***publicar a EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2025,*** firmado com a empresa DISTRIBUIÇÃO DE DOCES E EMBALAGENS 3 IRMÃOS inscrita no CNPJ sob o nº 10.401.386.0001-05, em conformidade com as disposições legais, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 1.1 – A extinção contratual em questão se deu pelo esgotamento do saldo de créditos orçamentários destinados para a Dispensa nº 01/2025 em 05/02/2025, conforme Art. 105, da Lei nº 14.133/2021.
Rio Branco do Sul/PR, 05 de fevereiro de 2025.

ELEANDRO FONTOURA MACHADO
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:751D9A6B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N.º 8.318 /2026

"Institui a Comissão Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Rio Branco do Sul."

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, KARIME FAYAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO que o Município é o titular dos serviços públicos de saneamento básico;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO o contrato de prestação dos serviços de saneamento firmado com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;

CONSIDERANDO a atuação da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico, com a finalidade de monitorar e registrar a execução dos serviços de saneamento prestados no Município de Rio Branco do Sul, a fim de subsidiar a atuação da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR na fiscalização e cobrança de providências junto à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 2º A Comissão Municipal de Acompanhamento será composta pelos seguintes membros:

I - Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano::
Titular: Amanda Braghini Mioto, matrícula n° 90671;
Suplente: Alana Soares de Oliveira, matrícula n° 95822.

II - Da Secretaria Municipal de Obras Públicas:
Titular: Edi Carlos Pedroso, matrícula n° 90351;
Suplente: Vilmar Firmino Machado, matrícula n° 91491.

III - Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Titular: Marielle Barbosa Gefer Gorgosinho, matrícula n° 91291;
Suplente: José Cristiano Caetano Vieira da Silva, matrícula n° 51301.

Art. 3º As atribuições da Comissão Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico serão exercidas conforme as responsabilidades abaixo:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:

a) Analisar as intervenções da prestadora dos serviços no uso e ocupação do solo;
b) Colaborar na elaboração de relatórios sobre a prestação dos serviços.
c) Exigir e acompanhar a comunicação prévia da prestadora dos serviços quanto à realização de obras e intervenções em áreas urbanas;
d) Registrar ocorrências de intervenções realizadas sem comunicação prévia ou em desacordo com o planejamento e mobilidade urbana.

I - Secretaria Municipal de Obras Públicas:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução de obras, manutenções e intervenções realizadas pela prestadora dos serviços de saneamento;
b) Registrar ocorrências relacionadas a atrasos, falhas operacionais, descumprimento contratual e impactos em vias e equipamentos públicos;
c) Verificar a recomposição de pavimentação, calçadas e demais estruturas urbanas afetadas pelas obras de saneamento;
Apoiar tecnicamente a elaboração de relatórios e registros de campo.

II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

a) Acompanhar a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico sob o aspecto ambiental;
b) Registrar e relatar ocorrências relacionadas a problemas de esgotamento sanitário, lançamentos irregulares e demais impactos ambientais;
c) Apoiar a Comissão na análise de conformidade ambiental e no encaminhamento de informações à Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR, quando necessário.
Parágrafo único As Secretarias atuarão de forma integrada, compartilhando informações e registros, a fim de subsidiar a atuação da Comissão Municipal de Acompanhamento e o encaminhamento de manifestações à AGEPAR.

Art.4º A Comissão Municipal de Acompanhamento poderá solicitar informações e esclarecimentos à prestadora dos serviços de saneamento, bem como promover reuniões, vistorias e acompanhamentos técnicos, sempre que necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 04 de fevereiro de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:27ACF697

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.320/2026

"Dispõe sobre exonerações de servidores na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.466, de 19 de dezembro de 2024,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, do cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, a partir de 30 de janeiro de 2026, o servidor **RICARDO BORGES FERREIRA**, com matrícula funcional n° 95674, nomeado pelo Decreto n° 7.743/2025, na Secretaria Municipal de Obras Públicas.

Art. 2º Fica exonerado, do cargo de Diretor Nível 2, simbologia DAS-2, a partir de 31 de janeiro de 2026, o servidor **EDI CARLOS PEDROSO**, com matrícula funcional n° 90351, nomeado pelo Decreto n° 7.650/2025, na Secretaria Municipal de Obras Públicas.

Art. 3º Fica exonerada, do cargo de Diretor Nível 3, simbologia DAS-3, a partir de 31 de janeiro de 2026, a servidora **MILENA MORAES ARTIGAS**, com matrícula funcional n° 95749, nomeada pelo Decreto n° 8.002/2025, na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 04 de fevereiro de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C5A5E1E6

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.321/2026

"Dispõe sobre nomeação de servidores na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.466, de 19 de dezembro de 2024,

D E C R E T A:

Art.1º Fica nomeado o servidor **EDI CARLOS PEDROSO**, portador do CPF n° 070.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, na Secretaria Municipal de Obras Públicas, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art.2º Fica nomeada a servidora **MILENA MORAES ARTIGAS**, portadora do CPF n° 088.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 04 de fevereiro de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:5FDB9A1D

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL N º 002/2026 – 10ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 002/2025– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

KARIME FAYAD, PREFEITA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025 - SEMSA:

Cargo/Função: ENFERMEIRO

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASC.	MODALIDADE
21º	**SIMONE VELARTE**	**21/01/1989**	**AC**
22º	**LESLIE CORDEIRO FARIA**	**17/04/1995**	**AC**

Cargo/Função: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASC.	MODALIDADE
12º	**MARLI DOS ANJOS VAZ**	**01/08/1982**	**AC**
13º	**LILIANE DA ROSA**	**24/12/1985**	**AC**

AC – Ampla Concorrência **PCD -** Pessoa Com deficiência **PN –** Pessoa Negra

2- Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **09/02/202 á 13/02/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, paramanifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Cópia do Registro no Órgão de Classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
i) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
j) Certidão Negativa Criminal**expedida pela Polícia Federal;**
k) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
l) Número do PIS/PASEP;
m)Cópia Ctps (Carteira de Trabalho);
n) Cópia Diploma / Certificado Conclusão de Curso;
o)Outros documentos listados no momento do ato convocatório

É obrigatório apresentação de todos os documentos no ato do comparecimento.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, 04 de fevereiro de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:9640AA2D

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
12º ADITAMENTO PROCESSO DE PREGÃO 023/2021

Contrato: 097/2021. **Modalidade:** Processo De Pregão 023/2021. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Transporte Escolar para atender os estudantes das áreas Urbanas e Rurais do Município de Rio Branco do Sul com fornecimentos de veículos em bom estado com motorista. **Dispositivo Legal:** Lei nº 8666/93. **Contratado:** RGDS IMÓVEIS TRANSPORTES E SERVIÇOS EIREL. **Valor do aditamento:** R$ 3.543.926,11. **Motivo:** Prorrogar o contrato por mais 06 meses. **Prazo de Execução:** 06/02/2026 a 05/08/2026. **Vigência:** 04/12/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Educação. **Fiscal de Contrato**: Claudinei Stresser Artigas. **Data da ratificação:** 05/02/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:66C94890

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2025

Contrato: 062/2025. **Modalidade:** Processo De Dispensa De Licitação 010/2025. **Objeto:** Contratação de empresa de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Finanças para realizar a localização e entrega dos carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) mais a Taxa de Recolha dos Resíduos Sólidos (LIXO) para o exercício de 2026. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Valtencir Cordeiro Dos Santos – ME. **Valor do aditamento:** R$ 36.875,00. **Motivo:** Prorrogação de contrato, aumento de 25% do quantitativo e reajuste por índice. **Prazo de Execução:** 25/03/2026 – 24/03/2027. **Vigência:** 23/07/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Finanças. **Fiscal de Contrato**: Milena Artigas. **Data da ratificação:** 05/02/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4BD75A8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AUDIÊNCIA PÚBLICA

K**ARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL,** CONVIDA A TODOS OS MUNICÍPES, em cumprimento ao § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, para

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Apresentação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2025.

Local: Câmara Municipal de Vereadores
Data: 25/02/2026 às 08:30 horas

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:AA6512A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
EDITAL 01/2026

PROCESSO Nº 1/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2026

1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:
AQUISIÇÃO DE LONGARINAS PARA MELHORAR A CAPACIDADE DE PUBLICO NO PLÉNARIO, TENDO EM VISTA O CONSIDERÁVEL AUMENTO DE MUNICIPES PRESENTES NAS SESSÕES.

2 – EXECUTOR/CNPJ:
RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ 31.075.213/0001-06

3 – RAZÃO DA ESCOLHA:
MELHOR PREÇO

4 – PREÇO:
R$ 12.145,00

5 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
Preço compatível com pesquisa de mercado.

DATA, 04 de fevereiro de 2026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

WILSON MENDES JUNIOR
Membro

CLEONICE WITT
Presidente

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:2851685C

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
EDITAL 02/2026

PROCESSO Nº 2/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2026
1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Manutenção e higienização de 2 equipamentos de ar condicionado de 18.000 btu s

2 – EXECUTOR/CNPJ:
W HEINZ LTDA – DUAL CLIMA CNPJ 45.555.187/0001-28

3 – RAZÃO DA ESCOLHA:
MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS EQUIPAMENTOS

4 – PREÇO:
R$ 3.528,00

5 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
Preço compatível com pesquisa de mercado.

DATA, 04 de fevereiro de 2026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

WILSON MENDES JUNIOR
Membro

CLEONICE WITT
Presidente

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:3C8C7C3A

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
EDITAL 03/2026

PROCESSO Nº 3/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 1/2026

1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Inscrição no Curso "CONCURSO E PAD".

2 – EXECUTOR/CNPJ:
UNYFLEX – UNIGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA CNPJ 55.930.096/0001-89

3 – RAZÃO DA ESCOLHA:
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS

4 – PREÇO:
R$ 8.700,00

5 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
Preço compatível com pesquisa de mercado.

DATA, 05 de fevereiro de 2026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

WILSON MENDES JUNIOR
Membro

CLEONICE WITT
Presidente

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:3C9D64C5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 112/2026

A Portaria nº 112/2026, publicada na Edição nº 3460, de 2/2/2026, página 274, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção em em seu art. 1º.

Onde lê-se:

"Art. 1º ..., com matrícula nº 0192-9/2, ...".

Leia-se:

"Art. 1º ..., com matrícula nº 2585-2, ...".

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:149E9B9B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 159/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Eliane Maria Lazarino,*** com matrícula nº 0396-4/3, na Escola Municipal "Professor Celso Catalan", em substituição à professora Carla Adriana Fuchs de Castro, matrícula nº 2001-0/4, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 3 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F3A886F4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 166/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Janine Maria Koene,*** matrícula nº 2006-0/2, no Centro Municipal de Educação Infantil "Lenir Rodrigues", em substituição à professora Elisane Ruthes Herbele Wallauer, com matrícula n.º 2279-9/3, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9ABA883A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 167/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Cintia Grasiela Ferreira Ribas,*** matrícula nº 10021-8/4, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição à professora Alessandra Maria Pasdiora, com matrícula n.º 2463-5/1, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:44080395

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 168/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Zelina Terezinha Alves,*** matrícula nº 0522-3/2, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição à professora Rosangela Aparecida Kzeczik Wendt, com matrícula nº 1534-2/3, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2FEC2776

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 169/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Zenilda Wagner,*** matrícula nº 4014-2/2, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição à professora Rosangela Aparecida Kzeczik Wendt, com matrícula nº 1534-2/3, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9D60BC21

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 170/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Keila Micheli Moreira Bubniak,*** com matrícula nº 1998-4/3, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição à professora Marcela Lourenço Taborda, com matrícula nº 2596-8/1, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:75137B47

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 171/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Mara Cristina da Silva Custódio,*** matrícula nº 0490-1/1, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição à professora Marcela Lourenço Taborda, matrícula nº 2596-8/1, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3CAAEBAE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 172/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Margarete Bauer,*** matrícula nº 0973-3/1, na Escola Municipal "Ana Zornig", em substituição à professora Evelaine Ruda, matrícula nº 2135-0/5, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3AF58537

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 173/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Mirian Pereira de Souza,*** com matrícula nº 2531-1/5, na Escola Municipal "Professor Celso Catalan", em substituição à professora Luana Regina Leite Bastos Schafhauser, com matrícula nº 10087-0/5, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A0778B64

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 174/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Bruna Francisca Marques,*** com matrícula nº 1663-2/1, na Escola Municipal "Professor Celso Catalan", em substituição à professora Tatiane Cristine França, com matrícula nº 1058-8/7, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F5CC4A4B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 175/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Marilene Piaz,*** matrícula nº 2240-3/5, no Centro Municipal de Educação Infantil "Agostinho Paizani Filho", em substituição à professora Lilian Iara Sommer Raksa, com matrícula de nº 903-2/2, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C0D729FC

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 176/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária da servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Marilena Sebastiana Koller***, matrícula nº 10133-8/5, na Escola Rural Municipal "José de Lima", em substituição à professora Gisela Cunha, com matrícula nº 1889-9/5, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D532C4EA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 177/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Cristiane Schafhauser,*** matrícula nº 1985-2/5, na Escola Municipal "Mathias Augusto Bohn", em substituição a professora Rubia Valéria Gruber, com matrícula nº 2362-0/1, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:5C963B73

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 178/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Rosimar dos Santos Numer da Trindade,*** matrícula nº 1987-9/2, na Escola Municipal "Nossa Senhora Aparecida", em substituição a professora Josiane Vichinheski Prestes, matrícula nº 5339/3, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A4F9B16E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 179/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Elaine de Fátima Landoski de Bastos,*** matrícula nº 1665-9/1, na Escola Municipal "Nossa Senhora Aparecida", em substituição a professora Eva Rogaleski, matrícula nº 0221-6/1, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6BD8F863

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 180/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Mariles Eles Pszybyla,*** matrícula nº 0515-0/2, na Escola Municipal "Nossa Senhora Aparecida", em substituição a professora Eliane Alves, matrícula nº 2275-6/7, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1DB2FC23

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 181/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Marili Barbosa Seidel,*** matrícula nº 10218-0/4, na Escola Municipal "Olavo Bilac", em substituição a professora Viviane Lauri de Lima, matrícula nº 2508-9/5, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9A539619

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 182/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Simone Valério Scheffel,*** matrícula nº 0521-5/1, na Escola Municipal Rural "Paulino Valério", em substituição a professora Angelita de Souza Rodrigues, matrícula nº 2516-0/9, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6E47A0FC

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 183/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Suelyn Luiz,*** matrícula nº 1043-0/1, na Escola Municipal "Ricardo Nentwig", em substituição a professora Bianca Rosa Portes Chapiewski, com matrícula nº 1532-6/2, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3B5C4221

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 184/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Juliane Ferreira,*** matrícula nº 2474-0/5, na Escola Municipal "João da Silva Machado", em substituição a professora Giovana Stall Kalil, com matrícula nº 0225-9/2, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4468FC51

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 185/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Mara Amélia Borba Scheffer,*** matrícula nº 2483-0/7, na Escola Municipal "Tia Apolônia", em substituição a professora Norma Sirlene Junskowski, com matrícula nº 1751-5/4, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6405D51F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 186/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Nádia Xavier Scheck,*** matrícula nº 2531-3/4, na Escola Municipal "Tia Apolônia", em substituição a professora Márcia Maria Ciola de Moura, com matrícula nº 0192-9/2, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8ABA4586

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 187/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Simone Kelly Rankel,*** matrícula nº 1537-7/2, na Escola Municipal "Venceslau Muniz", em substituição a professora Rosa Angelina Peters, com matrícula nº 2142-3/1, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:580F2FCF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 188/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Sandra Aparecida Maia de Siqueira,*** matrícula nº 2008-7/1, na Escola Municipal "Venceslau Muniz", em substituição a professora ***Karla Cassiane Heide,*** matrícula nº 0524-0/2, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:5DD9B3EF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 189/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Ediane Bueno Costa,*** matrícula nº 1986-0/4, na Escola Municipal "Professor Celso Catalan", em substituição a professora Luana Regina Leite

Bastos Schafhauser, matrícula nº 10087-0/5, no período de 5 de fevereiro até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 5 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:609F33EC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026
UASG 987823

Processo: 018/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE REDE ELÉTRICA MUNICIPAL.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 06/02/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 06/02/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **26/02/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 04 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:56406B79

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 009 – PROCESSO N° 023/2026

Objeto: Aquisição de meias elásticas destinadas a atendimento assistencial de paciente em situação de vulnerabilidade. PRAZO DE EXECUÇÃO: 07 (sete) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:30D48633

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 010 – PROCESSO N° 026/2026

Objeto: Contratação de Octobarbike - Bike Alemã com 08 lugares para o Primeiro Festival Germânico de Rio Negro. PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karina Saiboth
Código Identificador:E818B7B1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 003/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RIO NEGRO-COOPERIONEGRO - CNPJ/MF sob n.º 47.889.790/0001-71, neste ato representada por RITA DE CÁSSIA VALÉRIO DE SOUZA, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 90/2025. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para merenda escolar. Vigência: 04/02/2026 até 04/08/2026. Execução: 06 (seis) meses Preço: R$ 218.968,01 (duzentos e dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e um centavo).
Recursos:
06.002.0012.0361.0009.6004.33390320500000000000-306 Fonte 10146
06.004.0012.0365.0009.6006.33390320500000000000-445 Fonte 10146
06.004.0012.0365.0009.6007.33390320500000000000-446 Fonte 10146
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 30/01/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CA15A5EC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 004/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE ORGÂNICOS NOSSA TERRA - CNPJ/MF sob n.º 11.508.951/0001-92, neste ato representada por DANIELE CRISTINA DE ANDRADE HERZER, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 90/2025. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para merenda escolar. Vigência: 04/02/2026 até 04/08/2026. Execução: 06 (seis) meses. Preço: R$ 139.382,91 (cento e trinta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos).
Recursos:
06.002.0012.0361.0009.6004.33390320500000000000-306 Fonte 10146
06.004.0012.0365.0009.6006.33390320500000000000-445 Fonte 10146
06.004.0012.0365.0009.6007.33390320500000000000-446 Fonte 10146
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 30/01/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D7B8D9A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 007/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: GRUPO MUSICAL OS SONATAS LTDA - CNPJ/MF sob n.º 80.096.357/0001-54, neste ato representada por EDISON SONCINI DE LIMA, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 6/2026. OBJETO: Contratação de Bandas Alemãs para o Primeiro Festival Germânico de Rio Negro. Vigência:

05/02/2026 até 05/03/2026. Execução: 01 (um) dia. Preço: R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).
Recursos: 07.004.0023.0695.0006.2118.3339039840100000000-499 Fonte 00000

Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 04/02/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:D011836D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE - CNPJ/MF sob n.º 07.453.253/0001-60, neste ato representada por VENDELINO KONELL, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 6/2026. OBJETO: Contratação de Bandas Alemãs para o Primeiro Festival Germânico de Rio Negro. Vigência: 05/02/2026 até 05/03/2026. Execução: 02 (dois) dias. Preço: R$ 22.445,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais).
Recursos: 07.004.0023.0695.0006.2118.3339039840100000000-499 Fonte 00000
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 04/02/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:FD7D1206

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 13 AO CONTRATO N.º 032/2021 REF. INEXIGIBILIDADE N.º 016/2021

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a Empresa **IPM SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86 – 6º andar da Torre Süden, Centro, na Cidade de **Florianópolis/SC**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **01.258.027/0001-41**, neste ato representada por seu sócio **ALDO LUIZ MEES**, inscrito no CPF/MF sob n.º **292.867.519-15**, acordam e ajustam firmar o presente aditivo nos termos da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.**CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO**
Conforme solicitação da Contratada e anuência da Contratante fica prorrogado **emergencialmente** por mais **3 (três) meses** a prestação dos SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA – MÓDULO OUVIDORIA, retroativo ao dia **26 de janeiro de 2026**. **1.2.** *Será rescindido total, após concluída a implantação do Contrato nº 76/2025 (Administrativo e Financeiro).* **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de R$ 344,91 (trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e um centavos) mensais, pelo período de 3 meses, resultando no valor total de R$ 1.034,73 (mil e trinta quatro reais e setenta e três centavos). CLAUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 1199 - 18.001.001.0004.0124.0002.2076.3.3.3.90.40 - Fonte 000 **CLAUSULA QUARTA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:679ABE30

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026

OBJETO: Contratação de agente culturalparao Primeiro Festival Germânico de Rio Negro. INTERESSADO: JULIANO JEFERSON CORREIA. CPF.: 051.624.419-10 JUSTIFICATIVA: De acordo com o Cadastro de Agentes Culturais a equipe da Secretaria de Cultura e Turismo selecionou o agente cultural para participação no evento. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 04 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:DECFD6E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026

OBJETO: Contratação de agente culturalparao Primeiro Festival Germânico de Rio Negro. INTERESSADO: SILVANA HERZER BORN 42156211949. CNPJ.: 29.694.839/0001-59. JUSTIFICATIVA: De acordo com o Cadastro de Agentes Culturais a equipe da Secretaria de Cultura e Turismo selecionou o agente cultural para participação no evento. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:56D500B4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026

OBJETO: Contratação de agente culturalparao Primeiro Festival Germânico de Rio Negro. INTERESSADO: SILVANA HERZER BORN 42156211949. CNPJ.: 29.694.839/0001-59. JUSTIFICATIVA: De acordo com o Cadastro de Agentes Culturais a equipe da Secretaria de Cultura e Turismo selecionou o agente cultural para participação no evento. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 05 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F838D14A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 6.223/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica **EXONERADA,** a pedido, a Senhora **HELOÍSA MARIA DE SOUZA,** matrícula 378655-2/1, do cargo de **Professor de Ensino**

Básico 20h, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia **02/02/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:4C26D999

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 6.224/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.

A Senhora **MARCIA BATISTA BASTOS**, matrícula **378811-3/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem – Urgência e Emergência**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 200 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **04/02/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:0368F5E9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 6.225/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.

A Senhora **VALQUIRIA PEREIRA DA SILVA**, matrícula **378812-1/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 30h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **05/02/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:72BA2DD8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.088/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **MARIUZA PAUTZ GUIMARÃES,** matrícula **33242-9/1**, admitido (a) em **21/03/2012**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **02/02/2026 a 03/03/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 1.373/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:DFB16CDC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.089/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **VANESSA BALSAN,** matrícula **33290-9/2**, admitido (a) em **23/07/2007** e matrícula **33290-9/1**, admitido (a) em **02/04/2012**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **30/01/2026 a 29/04/2026 (90 dias),** conforme protocolo nº 34.967/2025.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:FC3682C7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.090/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **SILVIA MIRANDA GODOI DE SOUZA,** matrícula **1912-7/1**, admitido (a) em **06/02/1998** e matrícula **1912-7/2**, admitido (a) em **26/07/2004**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **29/01/2026 a 28/04/2026 (90 dias),** conforme protocolo nº 18.262/2025.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:3C5EF9F3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.091/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **SIRLENE RODRIGUES DOS SANTOS,** matrícula **32276-8/1**, admitido (a) em **22/07/2004**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **29/01/2026 a 28/04/2026 (90 dias),** conforme protocolo nº 18.285/2023.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:5A7ED1F5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.092/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **POLIANA DA SILVA ROSA,** matrícula 378418-5/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **02/02/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:A20A922B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.093/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **SHEILA MICHELLI MAZER,** matrícula 377890-8/3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **02/02/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:86D25251

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.094/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **ANDREZA GOMES DOS SANTOS,** matrícula 378394-4/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **02/02/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:7D0192C9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.095/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:
SUPRIMIR, do (a) servidor (a) desta Municipalidade, **LOURDES CESÁRIO**, matrícula 1900-3/1, lotado (a) na Secretária Municipal de Educação, a função gratificada de **Coordenação da Alimentação Escolar,** a partir de **02/02/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:AA9179B5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.096/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ATRIBUIR, ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **ANA PAULA DE SOUZA VIEIRA,** matrícula 32586-4/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **Coordenação de Alimentação Escolar** partir de **02/02/2026**, conforme Memorando n° 1.455/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:AE6DF35D

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 08/2026 – RP

"Concede Pensão por Morte aos dependentes a que se refere e dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO O PROCESSO N° 459/2025

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER, com fundamento nos artigos 47 a 57 da Lei Municipal nº 3514/12 e Art. 40, § 7º e 8º da C.F, com provento integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente, sem paridade, o benefício de Pensão por Morte da segurada Sra. NEIDE BEZERRA, falecida em 08 de Novembro de 2025.

Art.2º - O benefício de que trata o art. 1º deste Decreto será concedido integralmente a seu dependente previdenciário na condição de cônjuge, Sr. ALAOR FRANCISCO, devidamente habilitado como pensionista, nas seguintes condições:

I – data de início do benefício: com efeitos retroativos a 09 de Novembro de 2025;

II -–– valor inicial da pensão: R$ 3.057,48 (Três mil e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), observado o disposto no Art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019;

III – duração do benefício: vitalício.

Parágrafo único. O valor inicial disposto no inciso II deste artigo será reajustado para preservar, em caráter permanente, o valor real, conforme estabelecido pelo art. 67 da Lei Municipal nº 3514/2012.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 05 de Fevereiro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:DA50144C

SECRETARIA GERAL
DECRETO 055, 04 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão de Sindicância.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO o constante no Ofício nº 08/2026 – Comissão de Sindicância Decreto nº 617/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pelo Decreto nº 617, de 11 de dezembro de 2025, a contar de 13/02/2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:C2B95224

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO 019/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 019/2025

REF.: INEXIGIBILIDADE: 012/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **VYSA – TURISMO E TRANSPORTES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.727.820/0001-97, estabelecida na Rua Shoshichi Sassaki, nº 330, na cidade de Rolândia, Jardim Rosangelo, CEP 86602-336, telefone (43) 3255-2070, e-mail: controle@vysa.com.br, neste ato, legalmente representada pelo Sr. JEFERSON MARQUES DA SILVA**,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 5.XXX.XXX-X SESP-PR do CPF/MF nº 607.XXX.XXX-XX**,** residente e domiciliado na cidade de CAMBÉ - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DA VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato prorrogando mais 12(doze) meses, com início em **14/02/2026 a 13/02/2027**, desde que cumpridas às condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
1. As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do

presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 de janeiro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*VYSA – TURISMO E TRANSPORTES LTDA*
Contratante	Contratada

Testemunhas:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	**PAULO ROGÉRIO DE LIMA** Secretária Municipal de Administração
HELENA LÚCIA KOCH Fiscal do Contrato	**ANA PAULA PIRANI** Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:43C62E41

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
9º ADITIVO DO CONTRATO 032/2022

9º ADITIVO DO CONTRATO N° 032/2022

REF: Pregão Presencial: 008/2022

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Rolândia, Estado do Paraná, comparecem partes, justas e contratadas, a saber, de um lado, na qualidade de contratante, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA,** Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76288760/0001-08, com sede à Av. Pres. Bernardes, 809, na cidade de Rolândia-Pr, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, doravante apenas designado CONTRATANTE e de outro lado, na qualidade de contratada, a empresa **SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 95.391.876/0001-12, estabelecida na Avenida Vereador Admar Bertolli , Nº 6159, Jd Marambaia, CEP 83.506-430, na cidade de Almirante Tamandaré – PR, neste ato legalmente representada pelo Senhor **LUIZ CARLOS POLI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 806.495-4 – SSP/PR, inscrito no CPF sob Nº 080.630.289-53, residente e domiciliado a Avenida Paraná, Nº 1.706, bairro Boa Vista, na cidade de Curitiba – PR, doravante designada como **CONTRATADA**, , ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
O prazo de aditivada a cláusula sexta deste contrato prorrogando por mais 12 (doze) meses, com início em **23/02/2026** e término em **22/02/2027**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula primeira no valor **R$ 77.563,74** (setenta e sete mil quinhentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), passando valor do contrato de **R$ 1.820.745,24** (um milhão oitocentos e vinte mil setecentos e quarenta e cinco reais e vinte quatro centavos), para **R$ 1.898.308,98** (um milhão oitocentos e noventa e oito mil trezentos e oito reais e noventa e oito centavos), com início na vigência do aditivo, tendo por base de reajuste o IPCA acumulado no período de **4,26%** (quatro inteiros e vinte e seis milésimos) daqui pra frente denominado **"valor contratual"**

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, as demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por estarem justos e contratados, assinam juntamente com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, em 02 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal	**Sanetran Saneamento Ambiental Ltda**
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:	
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**LUCAS OLIVEIRA SCHAUFF**
Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
MARCELLO JORDÃO GOMES RIBEIRO	
Fiscal do contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:B88380F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO N°6/2026

Contrato Nº: 6/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: ARA PRODUCOES LTDA ME
Valor.....: R$ 20.000,00
Vigência...: Início: 06/02/2026 Término: 06/05/2026
Licitação..: Inexigibilidade Nº.: 02/2026
Recursos...: Dotação: 623 - 1 . 9007 . 8 . 244 . 27 . 2.54 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
274 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.460 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO PADRE EZEQUIEL DAL POZZO.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 05/02/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:E4EB377B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2026

OBJETO:	Locação de imóvel rural, consistente no Lote de Terra Rural nº 57-A (cinquenta e sete A), da Gleba 67-FB (sessenta e sete-FB), destinado exclusivamente à retirada de até 5.000 (cinco mil) cargas de cascalho, a ser realizada diretamente pela Administração Municipal, com meios próprios, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de administração planejamento e finanças, especialmente para a manutenção e conservação de estradas vicinais.
CONTRATADO:	JUNIOR CESAR DE SOUZA
CNPJ:	006.163.719-00
VALOR:	60.000,00
VIGÊNCIA:	05/02/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 05 de fevereiro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:E7396AE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 149/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALTO DO LONTRA-PR
CONTRATADO:	MULTINEGOCIOS JMC LTDA

REEQUILIBRIO FINANCEIRO:	Lote nº 25 R$ 2,67 Lote nº 28 R$ 6,06 Lote nº 54 R$ 9,31 Lote nº 70 R$ 5,40 Lote nº 75 R$ 33,34
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F40EC08F

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1293-2026

DECRETO Nº 1293, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido a Servidora Municipal ROSELI KURKIEVICZ e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera a pedido em 05/02/2026 a servidora municipal Sra. **ROSELI KURKIEVICZ**, brasileira, portadora da matrícula 15245/1, admitida em 01/07/2024, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40h.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:21CFF6CA

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1294-2026

DECRETO Nº 1294, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Declara vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40hrs, ocupado pela servidora municipal ROSELI KURKIEVICZ e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40hrs, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, ocupado pela servidora municipal **ROSELI KURKIEVICZ**, brasileira, portadora da Matrícula 15245/1 admitida em 01/07/2024, conforme decreto de exoneração nº 1293 de 05 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:528EF4AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 181.2025

Decreto nº 181/2025

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar autorizado pela Lei nº 1636 de 10 de dezembro de 2024.

Antônio Carlos Tamais, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.120,00 (Dois Mil e Cento e Vinte Reais) para as seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.001 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0003.2.003 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
3.3.30.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
00262– 00328 – REVEILLON 2024 – SIT 68862 – SETU PR.....R$400,00
00263 – 00735 – Transferências Voluntárias Públicas Estaduais.....R$880,00
28.846.0003.3.008 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
3.3.90.47.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
00450– 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$20,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 – EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0005.2.015 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01035 – 00104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica .....R$820,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso "III" da Lei 4.320/64, de acordo com a especificação a seguir:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

04.001 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0004.2.014 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, OBRAS E INSTALAÇÕES
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
00690– 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$2.120,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Santa Amélia, 22 de dezembro de 2025

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Rodrigues
Código Identificador:CD7A8150

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ: 46.423.434/0001-03, no Pregão nº 1/2026
OBJETO:registro de preço para eventuais aquisições de madeiras
VALOR REGISTRADO: 1.787,00 (Um Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais)
DATA DO REGISTRO:05/02/2026
VALIDADE: 04/02/2027

Contratação de empresa(s) especializada para registrar o preço para eventuais aquisições de madeiras.

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:46484727

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa 61.407.272 FARHAN DANIEL LOPES MARANGON, CNPJ: 61.407.272/0001-03, no Pregão nº 1/2026
OBJETO:registro de preço para eventuais aquisições de madeiras
VALOR REGISTRADO: 32.500,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos Reais)
DATA DO REGISTRO:05/02/2026
VALIDADE: 04/02/2027

Contratação de empresa(s) especializada para registrar o preço para eventuais aquisições de madeiras.

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:3BA5497C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa JAIR WATANABE FILHO, CNPJ: 24.137.775/0001-71, no Pregão nº 1/2026
OBJETO:registro de preço para eventuais aquisições de madeiras
VALOR REGISTRADO: 18.840,00 (Dezoito Mil, Oitocentos e Quarenta Reais)
DATA DO REGISTRO:05/02/2026
VALIDADE: 04/02/2027

Contratação de empresa(s) especializada para registrar o preço para eventuais aquisições de madeiras.

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:BE8F440A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 59/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder 6 (seis) dias de férias ao servidor (a) público (a) municipal **RICARDO ALEXANDRE PAGLIACI**, matrícula n° 19011, ocupante do cargo de provimento efetivo de **DIRETOR DE TRIBUTACÃO**, Dia 23/02/2026 a 28/02/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 29 de fevereiro de 2026.

Art. 2° Conceder 2 (dois) dias de férias ao servidor (a) público (a) municipal **RICARDO ALEXANDRE PAGLIACI**, matrícula n° 19011, ocupante do cargo de provimento efetivo de **DIRETOR DE TRIBUTACÃO**, Dia 02/03/2026 a 03/03/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 04 de março de 2026.

Art. 3° Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 110 8/2005.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 05 de Fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:45CBB88B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 60/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
Agnaldo Ribeiro	Cornélio Procópio	UBD7J70	45,00	06/02/2026
Waldecir Edson Pagliaci	Cornélio Procópio	BCK6042	45,00	06/02/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em especial a portaria N°57/2026.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 05 de Fevereiro de 2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:15689157

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 61/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
André Vilalva Leal	Cornélio Procópio	RHP0B83	225,00	09/02 a 13/02/2026
Luis Paulo Bratz	Jacarezinho	BAL1747	225,00	09/02 a 13/02/2026
Luiz Walter Brasilino	Cornélio Procópio	BBZ9571	225,00	09/02 a 13/02/2026
Douglas Ricardo Vasconcelos	Cornélio Procópio	RHP0B84	225,00	09/02 a 13/02/2026
Manoel Marquito	Londrina	SEH5D40	225,00	09/02 a 13/02/2026
Luiz Antonio Camilo	Londrina	RHA2E66	225,00	09/02 a 13/02/2026
Paulo Edson Pereira	Ribeirão do Pinhal	TBW6A27	225,00	09/02 a 13/02/2026
Rafael Abner Severino	Ribeirão do Pinhal	BEP8A06	225,00	09/02 a 13/02/2026
José Roberto Vilalva	Bandeirantes	SES4E21	225,00	09/02 a 13/02/2026
André Vilalva Leal	Maringá	UBI3J67	140,00	05/02/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em especial a portaria n°54/2026.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 05 de fevereiro de 2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:7131CCAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDI N.º 001/2026

Resolução CMDI n.º 001/2026

Súmula: Dispõe sobre prestação de contas FIPAR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cecília do Pavão, criado pela Lei Municipal n.º591 de 26 de maio de 2010, dando cumprimento ao Estatuto do Idoso – Lei Federal n.º10.741 de 1.º de outubro de 2003, no uso de suas atribuições legais, sendo órgão colegiado e deliberativo;
CONSIDERANDO reunião realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis;
RESOLVE:
Art. 1. Aprovar por unanimidade a prestação de contas do recurso Incentivo à ILPIs (Instituição de Longa Permanência para Idosos) no período de 01/01/2024 até 31/12/2024
Art. 2. ° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme princípio da publicidade, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE – SE E PUBLIQUE –SE.

Santa Cecília do Pavão, 05 de fevereiro de 2026.

VALDIR AYALA
Presidente CMDI

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:8967525D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDI N.º 002/2026

Resolução CMDI n.º 002/2026

Súmula: Dispõe sobre prestação de contas FIPAR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cecília do Pavão, criado pela Lei Municipal n.º591 de 26 de maio de 2010, dando cumprimento ao Estatuto do Idoso – Lei Federal n.º10.741 de 1.º de outubro de 2003, no uso de suas atribuições legais, sendo órgão colegiado e deliberativo;
CONSIDERANDO reunião realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis;
RESOLVE:
Art. 1. Aprovar por unanimidade a prestação de contas do recurso Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023) no período do pagamento até 31/12/2024
Art. 2. ° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme princípio da publicidade, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE – SE E PUBLIQUE –SE.

Santa Cecília do Pavão, 05 de fevereiro de 2026.

VALDIR AYALA
Presidente CMDI

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2E12468C

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDI N.º 003/2026

Resolução CMDI n.º 003/2026

Súmula: Dispõe sobre prestação de contas FIPAR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cecília do Pavão, criado pela Lei Municipal n.º591 de 26 de maio de 2010,

dando cumprimento ao Estatuto do Idoso – Lei Federal n.º10.741 de 1.º de outubro de 2003, no uso de suas atribuições legais, sendo órgão colegiado e deliberativo;

CONSIDERANDO reunião realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis;
RESOLVE:
Art. 1. Aprovar por unanimidade a prestação de contas do recurso Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência no período de 01/01/2024 até 31/12/2024.
Art. 2. ° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme princípio da publicidade, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE – SE E PUBLIQUE –SE.

Santa Cecília do Pavão, 05 de fevereiro de 2026.

VALDIR AYALA
Presidente CMDI

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2CAF4B02

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMDI N.º 004/2026

Resolução CMDI n.º 004/2026

Súmula: Dispõe sobre prestação de contas FIPAR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cecília do Pavão, criado pela Lei Municipal n.º591 de 26 de maio de 2010, dando cumprimento ao Estatuto do Idoso – Lei Federal n.º10.741 de 1.º de outubro de 2003, no uso de suas atribuições legais, sendo órgão colegiado e deliberativo;
CONSIDERANDO reunião realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis;
RESOLVE:
Art. 1. Aprovar por unanimidade a prestação de contas do recurso Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023 no período do pagamento até 31/12/2024.
Art. 2. ° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme princípio da publicidade, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE – SE E PUBLIQUE –SE.

Santa Cecília do Pavão, 05 de fevereiro de 2026.

VALDIR AYALA
Presidente CMDI

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:B3DBA81A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CORDO DE COOPERAÇÃO ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO E A COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO RIO PARANÁ – SICREDI RIO PARANÁ.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO E A COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO RIO PARANÁ – SICREDI RIO PARANÁ.

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO**, Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Paulo Libânio, nº 700, cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, CEP: 87920-000, inscrito no CNPJ sob nº 75.462.820/0001-02, neste ato devidamente representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Senhor(a) **Willian Cezar Viega**, residente e domiciliado(a) na cidade de Pirapozinho, inscrito no CPF nº 033.782.079-14, doravante denominado **MUNICÍPIO**; e
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO RIO PARANÁ – SICREDI RIO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o número 81.206.039/0001-61, com sede Nova Londrina/PR, qualificada como Organização da Sociedade Civil nos termos do item "b" do inciso I do artigo 2º da **Lei nº 13.019/2014**, modificada pela **Lei nº 13.204/2015**, e do inciso III do artigo 3º de seu Estatuto Social, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **COOPERATIVA**.
Pelo presente acordo, conforme as normas contidas na **Lei nº 13.019/2014** e no **Decreto nº 8.726/2016**, as partes acima mencionadas e qualificadas ajustam o presente Acordo de Cooperação mediante as seguintes cláusulas, termos e condições:

CLÁUSULA DO OBJETO
O presente Acordo tem por objeto a implementação da metodologia de educação baseada em projetos, para desenvolvimento de princípios de Cooperação e Cidadania, de responsabilidade social do **SICREDI**.
Parágrafo Primeiro: Integra-se ao objeto deste Acordo o **Anexo I - Plano de Trabalho**, elaborado pela **COOPERATIVA**, documento indissociável deste instrumento.
Parágrafo Segundo: As metas deste Acordo consistem na execução integral das atividades relacionadas no **Anexo I - Plano de Trabalho**, conforme os prazos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES
As obrigações das partes são as seguintes:
I - DA COOPERATIVA:
a) Executar satisfatória e regularmente o objeto deste Acordo;
b) Observar as orientações do **MUNICÍPIO** no acompanhamento e supervisão das atividades;
c) Permitir o livre acesso de agentes da administração pública e órgãos de controle aos documentos e locais de execução do objeto;
d) Divulgar a parceria em seu sítio eletrônico ou em local visível de sua sede, informando dados essenciais, conforme o artigo 11 da **Lei nº 13.019/2014**;
II - DO MUNICÍPIO:
a) Aplicar a metodologia pedagógica e materiais fornecidos pela **COOPERATIVA**;
b) Disponibilizar educadores para formação continuada;
c) Garantir condições necessárias para o cumprimento do objeto;
d) Divulgar as parcerias celebradas no sítio oficial, conforme o artigo 11 da **Lei nº 13.019/2014**;

CLÁUSULA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
As partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, adotando as melhores práticas de segurança da informação e confidencialidade. Em caso de incidente com dados pessoais, a parte que deu causa deverá comunicar a outra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, detalhando as medidas tomadas para mitigar o impacto, conforme os requisitos de comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos dos artigos 48 e 50 da LGPD. As partes comprometem-se a cooperar integralmente para cumprir as exigências legais de proteção de dados.

CLÁUSULA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As Partes reconhecem que todas as marcas, nomes empresariais, logotipos, sinais distintivos, direitos autorais, materiais didáticos, conteúdos, metodologias, bem como quaisquer outros ativos de propriedade intelectual já existentes antes da assinatura deste Acordo, permanecerão de titularidade exclusiva da Parte que os detinha originalmente, não sendo o presente instrumento interpretado como

cessão, transferência ou concessão de qualquer direito de uso, salvo mediante autorização expressa e por escrito da Parte titular.

Eventuais marcas, logotipos ou sinais distintivos criados especificamente para identificação ou divulgação do **Programa A União Faz a Vida,** objeto deste Acordo serão registrados, se for o caso, em nome da **COOPERATIVA**, garantindo-se às demais Partes o direito de uso gratuito, não exclusivo e limitado às atividades previstas neste Acordo, enquanto vigente a parceria.

Quaisquer divulgações externas, incluindo, mas não se limitando a, comunicados a imprensa, materiais, entrevistas e reportagens relacionadas ao Acordo de Cooperação deverão ser previamente aprovadas, em conjunto, pelas Partes, e deverão mencionar expressamente a participação de todas as partes envolvidas, incluindo a **COOPERATIVA** e o **MUNICÍPIO**, em esforço conjunto.

As criações intelectuais eventualmente desenvolvidas em conjunto pelas Partes no âmbito do Programa (incluindo materiais pedagógicos, cartilhas, guias, apresentações, vídeos ou conteúdos digitais), quando não vinculadas a marca ou sinal distintivo, pertencerão em regime de cotitularidade entre a **COOPERATIVA** e o **MUNICÍPIO**, sendo vedada sua exploração econômica isolada por qualquer das Partes sem prévia anuência por escrito das demais.

Fica vedado às Partes, após a eventual rescisão ou término deste Acordo, utilizar-se de marcas, logotipos ou quaisquer sinais distintivos vinculados ao Programa, salvo mediante autorização expressa e por escrito do respectivo titular.

CLÁUSULA DOS CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR
As partes não serão responsabilizadas por descumprimento das obrigações assumidas neste Acordo em razão de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposto no artigo 393 do Código Civil, incluindo, mas não se limitando, a eventos imprevisíveis como pandemias, catástrofes naturais ou alterações abruptas na legislação. A parte afetada deverá notificar imediatamente a outra sobre o evento, indicando a extensão do impacto e o prazo estimado de duração do impedimento, sendo possível a renegociação das condições inicialmente estabelecidas, se necessário.

CLÁUSULA DA RESPONSABILIDADE CIVIL
As partes responderão objetivamente por danos causados, inclusive perante terceiros, por atos comissivos ou omissivos, dolosos ou culposos de seus prepostos, empregados e subcontratados, cabendo ação de regresso, se aplicável, conforme o princípio da causalidade previsto no Código Civil. Para fins de indenização por danos morais, as partes concordam que a responsabilidade será avaliada segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade consagrados pela jurisprudência nacional.

CLÁUSULA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As partes comprometem-se, no âmbito da execução deste Acordo de Cooperação, a observar e promover, de forma contínua, os princípios e as melhores práticas de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, em consonância com as legislações vigentes, especialmente a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas correlatas.
Parágrafo Primeiro. As partes envidarão esforços para garantir que as ações, projetos e atividades decorrentes deste Acordo sejam desenvolvidos com respeito à preservação do meio ambiente, à promoção da inclusão social, à valorização da diversidade e à geração de benefícios sociais e econômicos para a comunidade local.
Parágrafo Segundo. Caso sejam identificados impactos socioambientais adversos resultantes das ações desenvolvidas no âmbito deste Acordo, as partes deverão adotar, conjunta ou individualmente, conforme suas respectivas responsabilidades e competências, todas as providências cabíveis para mitigar ou reparar tais impactos, resguardados os princípios da prevenção e da precaução ambiental.
Parágrafo Terceiro. Esta Cláusula constitui obrigação de meio para ambas as PARTES, sendo certo que eventuais descumprimentos, quando dolosos ou culposos, poderão ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do presente Acordo, sem prejuízo da apuração de responsabilidades nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

O PARCEIRO(A) compromete-se a observar integralmente as disposições da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015, bem como a adotar práticas de integridade, transparência e compliance conforme padrões internacionais aplicáveis. Qualquer ato praticado em violação a essa legislação será considerado infração grave e sujeitará o infrator às sanções previstas, inclusive rescisão imediata deste Acordo, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DOS RECURSOS FINANCEIROS
Não haverá transferência de recursos do **MUNICÍPIO** para a **COOPERATIVA**, sendo esta última responsável por todas as despesas necessárias.

CLÁUSULA DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
Este Acordo vigorará do primeiro dia útil após sua publicação até **31/12/2029.**
Parágrafo Primeiro: A vigência poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo.
Parágrafo Segundo: Este Termo pode ser rescindido nos seguintes casos:

a) Por decurso de prazo;
b) Por comum acordo, mediante Termo de Distrato;
c) Por decisão unilateral com notificação prévia.

CLÁUSULA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
A **COOPERATIVA** deverá apresentar **Relatório de Execução do Objeto**, contendo o cumprimento das metas estabelecidas, até 90 dias após o término da vigência, prorrogáveis por 30 dias mediante justificativa.
Parágrafo Primeiro: O **MUNICÍPIO** fornecerá manuais específicos à **COOPERATIVA** para orientar a prestação de contas.
Parágrafo Segundo: A análise de contas será classificada como regular, regular com ressalvas ou irregular, conforme critérios da **Lei nº 13.019/2014**.

CLÁUSULA DO FORO
Fica eleito o foro da sede do **MUNICÍPIO** para dirimir eventuais controvérsias.

Por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente Acordo em duas vias de igual teor.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 26 de janeiro de 2026.

Município De Santa Cruz De Monte Castelo
WILLIAN CEZAR VIEGA
CPF º 033.782.079-14

COOPERATIVADE CRÉDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO RIO PARANÁ

Testemunhas:

_____
Nome: Clelia Maria Costa Ruiz
CPF nº: 917.219.031-00

2) _____
Nome: Adriele Costa Rossin
CPF nº: 059.917.929-50

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4E198391

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 006/2026.

EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 006/2026.
DISPENSA FÍSICA N.º 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700;

CONTRATADO: **PHANTERAS EDUCACIONAL SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E COMERCIO VAREJISTA LTDA,** inscrita no CNPJ de n.° 61.649.977/0001-29, localizada na Rua Vera, n° 288, Município de São Paulo, Bairro Vila Granada, CEP: 03623-000, no Estado de São Paulo, neste ato representado por **MARIA AMÉLIA DE OLIVEIRA SOUSA**, portadora do CPF de n.º 078.059.948-97, residente e domiciliada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo;

Fundamentação Legal: **O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação vigente, resolve celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE RESCISÃO AMIGÁVEL** Ao Contrato nº 006/2026, firmado entre o Município de Santa Cruz de Monte Castelo e a empresa **PHANTERAS EDUCACIONAL SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E COMERCIO VAREJISTA LTDA,** inscrita no CNPJ de n.° 61.649.977/0001-29**.**

A presente rescisão amigável tem por objeto a supressão dos itens 2, 3, 4, 5 e 6, no valor total de R$ 13.450,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta reais), do Contrato nº 006/2026, celebrado entre o Município de **SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** e a empresa **PHANTERAS EDUCACIONAL SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.**

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, aos 04 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:7BD1AD25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 019/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 019/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: EMBALIZE EMBALEGENS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ de n.º 52.980.969/0001-70, Rua Rosa, 338, centro, CEP: 85.420-000, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná;
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACO DE RÁFIA REUTILIZÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital
VALOR: R$ 50.440,00 (cinquenta mil quatrocentos e quarenta reais)
PRAZO DE ENTREGA: O serviço deverá ser executado em no máximo 20 dias após a emissão da nota de empenho.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas na Dispensa nº 005/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 03 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:3ED33EEB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 001/2026.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz de Monte Castelo
Lei Federal nº 8.842/94
Lei Municipal 100/2010

Resolução nº. 001/2026.

Súmula: Aprova a Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, Incentivo a ILPIs (Instituição de Longa Permanência para Idosos) anual 2024, 01/01/2024 até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 0100/2010, de 25 de junho de 2010 no uso de suas atribuições legais, realizou reunião no dia 04 de fevereiro de 2026, Ata 060.

Resolve:

Art.1º: Aprova a Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, Incentivo a ILPIs (Instituição de Longa Permanência para Idosos) anual 2024, 01/01/2024 até 31/12/2024.

Art 2º: Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Sala de Sessões, 04 de fevereiro de 2026.

ANDREA APARECIDA PERES LINARDI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:2FD2F63A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 002/2026.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz de Monte Castelo
Lei Federal nº 8.842/94
Lei Municipal 100/2010

Resolução nº. 002/2026.

Súmula: Aprova a Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em prol a População Idosa Del. 019/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 0100/2010, de 25 de junho de 2010 no uso de suas atribuições legais, realizou reunião no dia 04 de fevereiro de 2026, Ata 060.

Resolve:

Art.1º: Aprova a Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em prol a População Idosa Del. 019/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

Art. 2º: Aprovar a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao saldo superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total do Recurso, sendo justificado a dificuldade em realizar de forma efetiva as ações previstas no Plano de Ação devido à morosidade no processo licitatório, ficando reprogramado para execução no ano de 2025/2026, conforme termos que regulam este Cofinanciamento.

Art 3º: Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Sala de Sessões, 04 de fevereiro de 2026.

ANDREA APARECIDA PERES LINARDI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:C290DCA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 003/2026.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz de Monte Castelo
Lei Federal nº 8.842/94
Lei Municipal 100/2010

Resolução nº. 003/2026.

Súmula: Aprova o Plano de Providência da Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em prol a População Idosa Del. 019/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 0100/2010, de 25 de junho de 2010 no uso de suas atribuições legais, realizou reunião no dia 04 de fevereiro de 2026, ata nº 060.

Resolve:

Art.1º: Aprova o Plano de Providência da Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em prol a População Idosa Del. 019/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

Art 2º: Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Sala de Sessões, 04 de fevereiro de 2026.

ANDREA APARECIDA PERES LINARDI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:215AB1BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 004/2026.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz de Monte Castelo
Lei Federal nº 8.842/94
Lei Municipal 100/2010

Resolução nº. 004/2026.

Súmula: Aprova a Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 0100/2010, de 25 de junho de 2010 no uso de suas atribuições legais, realizou reunião no dia 04 de fevereiro de 2026, Ata 060.

Resolve:

Art.1º: Aprova a Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR, Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

Art. 2º: Aprovar a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao saldo superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total do Recurso, sendo justificado a dificuldade em realizar de forma efetiva as ações previstas no Plano de Ação devido à morosidade no processo licitatório, ficando reprogramado para execução no ano de 2025/2026, conforme termos que regulam este Cofinanciamento.

Art 3º: Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Sala de Sessões, 04 de fevereiro de 2026.

ANDREA APARECIDA PERES LINARDI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:A6CFA720

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 005/2026.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz de Monte Castelo
Lei Federal nº 8.842/94
Lei Municipal 100/2010

Resolução nº. 005/2026.

Súmula: Aprova o Plano de Providência da Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR, Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 0100/2010, de 25 de junho de 2010 no uso de suas atribuições legais, realizou reunião no dia 04 de fevereiro de 2026, ata nº 060.

Resolve:

Art.1º: Aprova o Plano de Providência da Prestação de Contas/Repasse de Recursos Fundo a Fundo, do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR, Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023, anual 2024, Do pagamento até 31/12/2024.

Art 2º: Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Sala de Sessões, 04 de fevereiro de 2026.

ANDREA APARECIDA PERES LINARDI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:D1FDED52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NCP, FIRMADA COM A EMPRESA DE IVG BRASIL LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA "ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO", IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB) E EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

CONTRATADA: IVG BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 35.519.422/0001-15, sediada na Rod MG-238, s/n, km 73.5 Bloco II Sala IVG, Distrito Industrial Norte, Sete Lagoas, Estado do Minas Gerais, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por sua Procuradora Amanda Graciano da Silva.

VALOR TOTAL: R$ 599.999,99 (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 04 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VEIGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:42F2E417

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 07/2026-PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2025 – PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é a **Contratação de empresa jornalística para a execução de serviços de publicação e divulgação dos atos oficiais e normativos da Prefeitura de Santa Fé, em jornal impresso e digital diário de grande circulação na Região da AMUSEP – Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, com distribuição gratuita da versão impressa e em site de livre acesso no formato digital, conforme o disposto no art. 54, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação municipal vigente, visando assegurar a publicidade, transparência e validade legal dos atos administrativos relacionados às licitações e contratações públicas**, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 26 de fevereiro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **26 de fevereiro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço global"
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:1AD373F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 08/2026-PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2025 – PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DE BASES DE CONCRETO EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, ENGLOBANDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO INTEGRAL DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, objetivando a viabilização de instalação dos aparelhos de Academia da Terceira Idade (ATI) e Academia da Primeiro Infância (API)**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 27 de fevereiro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **27 de fevereiro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço global"
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:18A33DB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº031/2026

Dispõe sobre exoneração a pedido de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e do protocolado nº334/2026,

DECRETA

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor abaixo de em seu respectivo cargo, retroativo ao dia 03 de fevereiro de 2026

I –RAFAEL ALVES DOS REIS - CPF nº 113.905.789-84, RG nº 12.787.635-5 -SSP-PR, Matricula nº401603, Assessor Nível Médio.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 05 de fevereiro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:9F85EC65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO – CARGO PÚBLICO N.º 38/2026, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026 – VIGÉSIMA TERCEIRA CHAMADA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO – CARGO PÚBLICO N.º 38/2026, de 06 de fevereiro de 2026 – Vigésima Terceira Chamada

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Regulamento Geral de Concursos e Edital de Concurso nº 01/2024, 03/2024, 05/2024, 07/2024, 09/2024, 11/2024, e o disposto no inciso II, Art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que as candidatas abaixo listadas foram aprovadas no certame;

CONSIDERANDO, a obrigatoriedade de provimento do cargo por meio de concurso público, conforme os princípios da legalidade e moralidade administrativa;

CONSIDERANDO, a necessidade de reposição do quadro de servidores públicos municipais, em decorrência de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento;

CONSIDERANDO, a necessidade de ampla publicidade e transparência no processo de seleção de servidores públicos para garantir igualdade de oportunidades a todos os interessados;

TORNA PÚBLICA

1 – A convocação das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público Municipal aberto pelo Edital nº 01/2024 de 02 de fevereiro de 2024, e realizado em 07 de abril de 2024, homologado pelo Edital de Concurso nº 11/2024 de 28 de maio de 2024, para reposição do quadro de servidores em razão de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento e nomeação.

2 – As candidatas deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos – DRH, da Prefeitura Municipal, situada à rua Canela, Esquina com a Rua Angico, 731 – Santa Izabel do Oeste – PR, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a partir da publicação deste Edital, as candidatas iniciarão suas atividades laborativas no dia 02 de março de 2026.

CARGO PÚBLICO: PROFESSOR

Classificação	Nome	Inscrição
55	PATRICIA ALVES DA SILVA CORAZZA	693
56	ELIZANDRA KOSVOSKI	280
57	DIANE RAFAELA EICHSTAEDT	680
59	AMANDA TONETTO	229

3 – As candidatas deverão apresentar-se portando os seguintes documentos originais para admissão:
1 foto 3x4;
Carteira de Identidade e CPF;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
CPF do cônjuge (caso seja casada);
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos ou dependentes de até 24 anos;
Carteira de Trabalho;
Cartão NIT/PIS;
Carteira de Motorista;
Comprovante de Residência;
Título de Eleitor e Comprovante de Regularidade Eleitoral;
Comprovante de Regularidade Militar, para os candidatos do sexo masculino;
Cartão de Vacinação e declaração de regularidade vacinal, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do município onde reside;
Certidão ou Diploma de Conclusão de escolaridade, correspondente ao cargo;
Carteira de Identidade Profissional (Ex: CRF, CRC, CRM, CRO, CREFITO, CAU, CREA e etc.) Quando houver.
Exame Médico Admissional;
Declaração que não ocupa cargo público, estadual ou municipal;
Declaração de Bens;
Certidão do Cartório Criminal, da Comarca onde reside dos últimos 5 (cinco) anos.

4 – O não comparecimento ou a falta de quaisquer das documentações exigidas no item anterior até a data estabelecida implica na perda dos direitos advindos do concurso, conforme artigo 3, inciso 3.1 e alíneas 3.1.1 a 3.1.12 do Edital de Concurso nº 01/2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Izabel do Oeste, em 06 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:7E599FDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 28/2026 AO CONTRATO Nº 575/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº 28/2026 AO CONTRATO Nº 575/2024
CONCORRÊNCIA 04/2024
PROCESSO LICITATORIO N° 90/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste/PR e B & B Construtora LTDA
OBJETO: Aditivo contratual para prorrogação de prazo até 08/04/2026.
DATA: 03/02/2026.

Publicado por:
Kamilly Dalletezze Pompermaier
Código Identificador:F9096C85

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15752 - CONCEDE APOSENTADORIA AO SERVIDOR MUNICIPAL ADÃO PAULO VAZ DE OLIVEIRA

PORTARIA N° 15.752
Data: 06/02/2026

Concede Aposentadoria ao Servidor Municipal Adão Paulo Vaz de Oliveira

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo de aposentadoria voluntária protocolado pelo servidor;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada pelo órgão previdenciário municipal, bem como o parecer jurídico favorável à concessão, que atestaram o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais para a concessão do benefício;
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso II, da Lei Municipal nº 2.349/2020, que regulamenta a concessão da aposentadoria voluntária no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, aos servidores que comprovarem o atendimento aos requisitos legais, sendo o cálculo dos proventos apurado, neste caso, conforme estabelece esta legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, ao servidor **ADÃO PAULO VAZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 688.***.***-10, ocupante do cargo efetivo de **Operador de Máquina Rodoviária**, integrante no quadro de servidores estatutários do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, **Aposentadoria Voluntária**, com paridade, no valor mensal de **R$ 7.961,85** (sete mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos) mensais, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º A concessão da aposentadoria fundamenta-se no **art. 5º, inciso II, da Lei Municipal nº 2.349/2020**, que dispõe sobre Aposentadoria Voluntária, integral, comum, com paridade, regra de transição pedágio 100% (cem por cento), tendo como base de cálculo a última remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em **06 de fevereiro de 2026**.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:4B57CECE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15753 - CONCEDE APOSENTADORIA À SERVIDORA MUNICIPAL JANICE ANA JURKOVSKI KIESKOSKI

PORTARIA N° 15.753
Data: 06/02/2026

Concede Aposentadoria à Servidora Municipal Janice Ana Jurkovski Kieskoski

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo de aposentadoria voluntária protocolado pela servidora;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada pelo órgão previdenciário municipal, bem como o parecer jurídico favorável à concessão, que atestaram o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais para a concessão do benefício;

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.349/2020, que regulamentam a concessão da aposentadoria voluntária no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, aos servidores que comprovarem o atendimento aos requisitos legais, sendo o cálculo dos proventos apurado, neste caso, conforme estabelece esta legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, à servidora **JANICE ANA JURKOVSKI KIESKOSKI**, brasileira, casada, portadora do CPF n° 581.***.***-91, ocupante do cargo efetivo de **Professor**, integrante no quadro de servidores estatutários do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, **Aposentadoria Voluntária**, sem paridade, no valor mensal de **R$ 1.734,40** (um mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) mensais, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º A concessão da aposentadoria fundamenta-se no **art. 40, § 1º, inciso III da Constituição Federal c/c art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.349/2020**, que dispõe sobre Aposentadoria Voluntária, integral, comum, sem paridade, tendo como base de cálculo 60% (sessenta por cento) da média simples das remunerações, acrescida de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder 20 (vinte) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em **06 de fevereiro de 2026**.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:004DBD1B

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15754 - CONCEDE APOSENTADORIA À SERVIDORA MUNICIPAL LAURA MADALENA SZYMANSKI

PORTARIA N° 15.754
Data: 06/02/2026

Concede Aposentadoria à Servidora Municipal Laura Madalena Szymanski

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento administrativo de aposentadoria voluntária protocolado pela servidora;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada pelo órgão previdenciário municipal, bem como o parecer jurídico favorável à concessão, que atestaram o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais para a concessão do benefício;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso II, da Lei Municipal nº 2.349/2020, que regulamenta a concessão da aposentadoria voluntária no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, aos servidores que comprovarem o atendimento aos requisitos legais, sendo o cálculo dos proventos apurado, neste caso, conforme estabelece esta legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, à servidora **LAURA MADALENA SZYMANSKI**, brasileira, divorciada, portadora do CPF n° 589.***.***-87, ocupante do cargo efetivo de **Professor**, integrante no quadro de servidores estatutários do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, **Aposentadoria Voluntária**, sem paridade, no valor mensal de **R$ 3.819,30** (três mil, oitocentos e dezenove reais e trinta centavos) mensais, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º A concessão da aposentadoria fundamenta-se no **art. 5º, inciso II, da Lei Municipal nº 2.349/2020**, que dispõe sobre Aposentadoria Voluntária; integral; prof. educação infantil, fundamental e médio; sem paridade; regra de transição pedágio 100% (cem por cento); tendo

como base de cálculo a média simples de 100% (cem por cento) das remunerações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em **06 de fevereiro de 2026**.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:B47B499D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N° 25/2026 AO CONTRATO Nº 132/2025

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N° 25/2026 AO CONTRATO Nº 132/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E MARIA EMILIA DIEHL
OBJETO: Prorrogação Até 29/01/2027
DATA:29/01/2026.

Publicado por:
Kamilly Dalletezze Pompermaier
Código Identificador:57C27F1A

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB 50 EDITAL DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS Nº 01/2025

RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB 50
EDITAL DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS Nº 01/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o disposto no Edital de Seleção de Famílias nº 01/2025, que regulamenta o processo de seleção de 20 (vinte) famílias beneficiárias de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS Sub 50, torna público o RESULTADO **PRELIMINAR** DE CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS INSCRITAS, após análise da documentação apresentada e avaliação da situação de vulnerabilidade social e habitacional das famílias, realizada pela Comissão de Seleção de Famílias, instituída pela Portaria nº 15.677/2025.

1. DO RESULTADO PRELIMINAR
1.1.Após o encerramento do período de inscrições e a análise das fichas e documentos apresentados, a Comissão de Seleção de Famílias procedeu à verificação dos critérios de elegibilidade e das vedações previstos no Edital nº 01/2025, bem como à avaliação da situação de vulnerabilidade social e habitacional das famílias inscritas, com base nos critérios de priorização constantes do Anexo II do referido edital, elaborando a classificação preliminar das famílias.
1.2. A relação das famílias classificadas preliminarmente encontra-se no ANEXO I deste Resultado Preliminar, contendo:

• as 20 (vinte) famílias preliminarmente classificadas como TITULARES das unidades habitacionais;
• as famílias classificadas em CADASTRO DE RESERVA, em ordem decrescente de pontuação.

1.3. A classificação ora divulgada tem caráter **preliminar,** estando sujeita a alterações em decorrência da análise de recursos administrativos, nos termos do Edital nº 01/2025.

2. DOS RECURSOS
2.1. Nos termos do item 7.3 do Edital nº 01/2025, fica assegurado às famílias inscritas o direito de interpor recurso contra o resultado preliminar ora divulgado.
2.2. O prazo para apresentação de recursos será até o dia 10/02/2026, devendo o interessado:
I – protocolar recurso por escrito, junto ao Setor de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizado no Paço Municipal, Rua Canela, nº 731, Centro, Santa Izabel do Oeste – PR; ou
II – encaminhar recurso por meio eletrônico, para o e-mail: assistenciasocial.sio@gmail.com, contendo identificação do responsável familiar, número de inscrição (se houver), telefone para contato e exposição fundamentada dos motivos do recurso.
2.3. Não serão conhecidos recursos:
apresentados fora do prazo;
não assinados;
sem identificação do responsável familiar;
ou desprovidos de fundamentação mínima.
2.4. Os recursos serão analisados pela Comissão de Seleção de Famílias, que emitirá decisão fundamentada, podendo manter, alterar ou retificar a classificação preliminar.
2.5. Na hipótese de não serem apresentados recursos dentro do prazo estabelecido, o resultado preliminar ora publicado será considerado, de pleno direito, como RESULTADO FINAL da seleção, servindo esta publicação como ciência às famílias selecionadas e às demais interessadas, cabendo à Secretaria Municipal de Assistência Social apenas a expedição do ato de homologação e convocação das famílias beneficiárias.

3. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL
3.1. Após a análise e decisão sobre os recursos, será elaborada a lista final de famílias selecionadas (titulares e cadastro de reserva), a qual será devidamente homologada e publicada em novo ato oficial, nos mesmos canais de divulgação utilizados para o presente resultado preliminar.
3.2. A lista final de famílias selecionadas será utilizada para prosseguimento das etapas seguintes junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50, incluindo os procedimentos de Trabalho Social e contratação habitacional junto ao agente financeiro.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. A íntegra do Edital de Seleção de Famílias nº 01/2025, bem como demais documentos relacionados ao processo de seleção, permanecerá disponível na Secretaria Municipal de Assistência Social e no site oficial do Município de Santa Izabel do Oeste – PR.
4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Famílias, em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, observada a legislação aplicável.

Santa Izabel do Oeste – PR, 06 de fevereiro de 2026.

DÉBORA V. C. CATTO
Secretária da Assistência Social

ANEXO I

RESULTADO PRELIMINAR DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

NOME CPF
1 ANA PAULA LOPES BELLO 084.826.849-06
2 CLAUDETE CONSUELO LERIAS DE LARA 749.107.799-49
3 DARCI NUNES 995.826.279-72
4 FABIANA MARIA DIAS DOS SANTOS 076.709.349-64
5 GERALDA SIRLEI DA SILVA DE OLIVEIRA 028.765.129-04
6 IVONE CHAVES DA SILVA 026.408.719-43
7 JACIRA DE LIMA 055.487.119-03
8 TEREZINHA PIRES 056.996.589-63
9 MARCIA OLKOSKI 051.336.069-74
10 MARLETE DO CARMO DA ROSA 066.007.549-07
11 NOELY TROIS 822.020.369-20
12 ROSA IZABEL DEZAN 018.123.689-33
13 ROSANE ROGOSKI 039.899.439-01
14 ROSANGELA DE MORAIS ANDRADE 098.206.159.50
15 SALETE RODRIGUES 057.808.629-82

16 SANDRA RODRIGUES 098.164.509-76
17 TANIA PEREIRA DIAS 055.241.029.23
18 VANDERLUCIA BENJMIN DE AZEVEDO RODRIGUES 963.434.272-87
19 VERONICA DAVID 074.200.449.02
20 ZILDA ALVES 079.186.699-83

CADASTRO RESERVA

1 ANA ELOISA WALENDOLF 080.308.819.16
2 LUCIANA RODRIGUES FARIAS 072.775.009-70
3 SOLANGE CAVANHOL DOS SANTOS 812851169-68
4 ELIS REGINA RAYMUNDO 086.643.089.00
5 MARIANA MARIA FACINI DIAS 090.141.699.14
6 LUANA MIRANDA REISDORFER 109.635.819-02

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:B0A15CE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

CONTRATANTE: Município de Santa lúcia - Paraná.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas, para atender as necessidades deste município.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 28.560,16 (Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Dezesseis Centavos).

DATA DA SESSÃO: Dia 13/02/2026, na Plataforma BNC, site https://bnc.org.br.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 09:00 horas do 13/02/2026 até 15:00 horas 13/02/2026.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 05/02/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:8DBDB00B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 008.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Aquisição de Produtos de Gêneros Alimentícios para Atendimento às Atividades das Secretarias e Departamentos Municipais.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 180.009,82 (cento e oitenta mil nove reais e oitenta e dois centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 de fevereiro de 2025, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site **https://bnc.org.br/;**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:EAD2A2FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA OUTORGA DE TÍTULO DEFINITIVO

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
OUTORGA DE TÍTULO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, **SILVANO TORTELLI**, no exercício de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 16-B/2015(numeração dada pelo Ato da Mesa nº 21/2024) de 07 de abril de 2015 e Lei Complementar n.º 40/2025 de 23 de julho de 2025, e após análise feita pela Comissão Especial de Regularização Fundiária, nomeada pela Portaria n.º 163/2025 de 22 de outubro de 2025. Faz saber a todos sobre o presente Edital e que dele tiverem conhecimento, que as pessoas abaixo, residentes e domiciliadas nesta cidade, estão requerendo o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE das áreas abaixo relacionadas, na instrução dos processos administrativos apresentaram documentos que comprovam a posse.
Face ao exposto convoca as pessoas que se julgarem prejudicadas pela concessão do TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, para, querendo, apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital. Findo o qual restara precluso o direito de impugnação ou contestação

Proprietários	Lote	Quadra	Endereço
Ana Therezinha Marion de Bona	21	31	Rua Guarapuava
Gilmar Borges Pereira	54	41	Rua Mandirituba
Dejanira Portela Martins	09	47	Rua Mandirituba
Carlos Alberto Borges e Eunice Ancelmo da Silva	18	16	Av. Orlando Luiz Zamprônio

Estando em termos, expede-se o presente edital para notificações dos interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a emissão dos Títulos Definitivos acima descritos, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os dados constantes no mesmo.

Santa Lucia - PR, 05 de fevereiro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:41B57136

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 04, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores Lucas Henrique Tubin Getrullio e Ricardo Affonso Marca a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: **“ Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).”,** Do **INTERLEGIS.** nos dias 09 e 10 de fevereiro do corrente ano, na cidade Curitiba/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 02 (duas) diárias integrais aos servidores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.
Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 05 de fevereiro de 2025.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice- Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:A1D9B469

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 01/2026 CMDCI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº.01/2026

Apreciação e aprovação da Prestação de Contas Final da Deliberação nº 024/2023 – Paraná Viaja Mais 60 referente do pagamento até 31 de dezembro de 2024 do município de Santa Lucia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 241/2006 e,
Considerando a deliberação deste Conselho, em 03/02/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas Final da Deliberação nº 024/2023 – Paraná Viaja Mais 60 referente do pagamento até 31 de dezembro de 2024 do município de Santa Lucia - PR.
Parágrafo único - Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Santa Lucia – PR,04 de fevereiro de 2026

CELSO ANTÔNIO GRASSI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:A69DA819

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2026 CMDCI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº.02/2026

Apreciação e aprovação da Prestação de Contas Final da Deliberação nº 015/2022 - Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, referente a 01/01/2024 a 31/12/2024 do município de Santa Lucia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 241/2006 e,
Considerando a deliberação deste Conselho, em 04/02/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas Final da Deliberação nº 015/2022 - Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência, referente a 01/01/2024 a 31/12/2024 do município de Santa Lucia – PR.
Parágrafo único - Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lucia – PR,05 de fevereiro de 2026.

CELSO ANTÔNIO GRASSI
Presidente Do CMDPI

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:84B87308

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 03/2026 CMDCI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº.03/2026

Apreciação e aprovação Final da Prestação de Contas da Deliberação nº 019/2023 – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa, referente Anual do pagamento a 31/12/2024 do município de Santa Lucia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 241/2006 e,
Considerando a deliberação deste Conselho, em 04/02/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas Final da Deliberação nº 019/2023 – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e Outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa, referente a Anual do pagamento até 31/12/2024 do município de Santa Lucia - PR
Parágrafo único - Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lucia – PR,05 de fevereiro de 2026

CELSO ANTÔNIO GRASSI
Presidente Do CMDPI

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:72704083

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: Pessoa Física José Joel Bueno, inscrito no CPF Sob nºxxx.696.xxx-49, residente e domiciliado no bairro Santo Antonio, Santa Maria do Oeste/PR.

OBJETO: "**AQUISIÇÃO DE UM TERRENO PARA O PROGRAMA HABITAÇÃO POPULAR ADQUIRIDO ATRAVÉS DO CHAMAMENTO PUBLICO 001/2025.**"

- Valor Total: R$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais)
Data de assinatura: 05 de Fevereiro de 2025.
Vigência:10/02/2027

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:6FA6F652

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N° 3444/2026

D E C R E T O Nº 3444/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1º - EXONERAR, a partir do dia 05/02/2026, a Servidora Municipal, FERNANDA CORREIA DE OLIVEIRA, nomeado pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS 001/2025, matrícula n.º 951, lotada no Cargo de ENFERMEIRA - PSS, conforme Lei n.º 1776/2025, de 25/02/2025, desta Prefeitura Municipal, a qual havia sido nomeada em data de 17/06/2025, conforme Decreto n.º 3351/2025, de 17/06/2025.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 05 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:5F601E3F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 095/2026

PORTARIA Nº. 095/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 e 89, inciso II, letra "a", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO *o disposto na Lei Complementar nº 39/2025, Lei Municipal n.º 1704/2023 e* 1729/2024*:*

RESOLVE

1) - DETERMINAR ao Departamento Contabilidade e Finanças vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, que se encarregue de empenhar a(as) seguinte(s) diária(s) ao Servidor **ALEXANDRE GUARNIERI ALVES**, conforme descrito abaixo:

2) - Fica AUTORIZADO a **ALEXANDRE GUARNIERI ALVES**, Servidor Municipal Motorista, Secretária de Saúde, para seu deslocamento até a cidade de JACAREZINHO - PR, no dia 06 de Fevereiro de 2026, com a finalidade de LEVAR PACIENTE PARA CONSULTA ESPECIALIZADA.

3) - Para cobrir as despesas do respectivo Servidor, será concedida (01) diária sem pernoite no valor total de R$ 50,00, conforme disposto na Lei Municipal n.º 1704/2023 e 1729/2024.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, em 05 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:162A050A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CRONOGRAMA OFICIAL
PROCESSO ELEITORAL DO PARLAMENTO JOVEM – ANO 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CRONOGRAMA OFICIAL

PROCESSO ELEITORAL DO PARLAMENTO JOVEM – ANO 2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.386/2025 e a Resolução nº 04/2025, torna público o presente Edital para **CONVOCAR** as instituições de ensino públicas e privadas do Município a participarem do processo de seleção do **Programa Parlamento Jovem** e estabelecer o cronograma oficial para o ano de 2026.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por finalidade definir as datas e os procedimentos para a implementação das eleições do Parlamento Jovem, estabelecendo as responsabilidades da Câmara Municipal e das escolas participantes em cada etapa do processo.

2. DA PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS

2.1. A participação das instituições de ensino é voluntária.

2.2. As escolas interessadas deverão seguir as etapas e prazos definidos no cronograma abaixo para garantir a inscrição de seus candidatos e a realização do pleito.

3. DO CRONOGRAMA OFICIAL

ETAPA	DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1. Divulgação Interna	**09/02/2026 a 13/02/2026**	Escolas	Divulgar o Programa Parlamento Jovem para todos os alunos, incentivando as inscrições.
2. Inscrição de Candidatos	**19/02/2026 a 25/02/2026**	Escolas	Realizar as inscrições dos candidatos, mediante preenchimento de ficha padrão e entrega da autorização dos pais (Anexo I da Resolução nº 04/2025).
3. Envio das Inscrições	**Até 27/02/2026**	Escolas	Encaminhar à Câmara Municipal as fichas de inscrição e as autorizações dos pais devidamente assinadas.
4. Eleição Escolar (1ª Fase)	**04/03/2026**	Escolas	Realizar a eleição por voto direto e secreto para escolher 1 (um) representante da escola.
5. Envio do Resultado	**Até às 16h de 05/03/2026**	Escolas	Comunicar formalmente à Câmara Municipal o nome do aluno eleito na primeira fase.
****6. Seleção Final (2ª Fase)**[1]**	**06/03/2026**	Câmara Municipal	Realização da segunda fase de seleção na sede do Poder Legislativo, caso aplicável.
7. Divulgação do Resultado Final	**09/03/2026**	Câmara Municipal	Publicação da lista oficial dos Vereadores Jovens e Suplentes eleitos no site da Câmara.
8. Sessão de Instalação e Posse	**13/03/2026 às 14h:00**	Câmara Municipal	Cerimônia de posse dos eleitos e eleição da Mesa Diretora do Parlamento Jovem.

[1] *A segunda fase ocorrerá somente se o número de escolas participantes for superior ao número de vagas para Vereador Jovem, conforme Art. 1º, § 7º, da Resolução nº 04/2025.*

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, em conjunto com a coordenação do Programa Parlamento Jovem.

4.2. Solicita-se ampla divulgação deste cronograma junto à comunidade escolar.

Publique-se e cumpra-se.

Santo Antônio do Sudoeste - PR, 05 de fevereiro de 2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:5FF78E23

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 16 CMS

RESOLUÇÃO CMS Nº 16 de 23 de Dezembro de 2025.

Dispõe sobre os ajustes no plano Municipal de Saúde 2022-2025 e na Programação Municipal de Saúde 2025, para fins de adequação no DigiSUS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, do município de Santo Antonio do Sudoeste**,** no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.165/10, de 19 de novembro de 2010:

R E S O L V E "AD REFERENDUM":

Art.1º Aprovar os ajustes no Plano Municipal de Saúde 2022-2025 e na Programação Municipal de Saúde 2025, para fins de adequação do DigiSUS.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DELIA SEGOBIA MACHADO PEREIRA
Presidente CMS

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:9BAD0FD1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ERRATA EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025 PREGÃO Nº 02/2025

ERRATA EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025
Pregão Nº 02/2025

OBJETO: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para as Secretarias Municipais da Administração Pública de Santo Antônio do Sudoeste-PR..

ONDE SE LÊ:
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: JIOVANE BRANDAO DE SOUZA - Representante Legal.

LEIA-SE:
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: PAULO HENRIQUE ANDREANI ARAÚJO- Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0065D04B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2025
Processo inexigibilidade Nº 14/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ROBERTO FALCADE FIORESE.
VIGÊNCIA: 09/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ROBERTO FALCADE FIORESE - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2779A67D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2025
Processo inexigibilidade Nº 14/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ANTONIO DUARTE NUNES.
VIGÊNCIA: 08/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 48.000,00(Quarenta e Oito Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ANTONIO DUARTE NUNES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C0308EA4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2025
Processo inexigibilidade Nº 14/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ELISANGELA SCHNEIDERS MENEZES PERON.
VIGÊNCIA: 08/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ELISANGELA SCHNEIDERS MENEZES PERON - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9B810051

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2025
Processo inexigibilidade Nº 14/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ILARIO ORTEGA.
VIGÊNCIA: 08/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 25.800,00(Vinte e Cinco Mil e Oitocentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.

Pela Contratante:
RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

E Pela Contratada:
ILARIO ORTEGA **-**
Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3A5627F4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2025 PROCESSO DISPENSA Nº 13/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2025
Processo dispensa Nº 13/2025

OBJETO: Aquisição de roçadeira e lavadora alta pressão em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Urbanismo do Município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: VENTURINO DAL MAGRO E CIA LTDA.
VIGÊNCIA: 09/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 23.500,00(Vinte e Três Mil e Quinhentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: VENTURINO DAL MAGRO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:61094A48

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 15/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2025
Processo inexigibilidade Nº 15/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 59.306.942 JAIR HENZ.
VIGÊNCIA: 10/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 31.640,00(Trinta e Um Mil, Seiscentos e Quarenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: JAIR HENZ - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:DF114A4A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 15/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025
Processo inexigibilidade Nº 15/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: GONZATTI ENGENHARIA LTDA.
VIGÊNCIA: 10/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 118.193,06 (Cento e Dezoito Mil, Cento e Noventa e Três Reais e Seis Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: LUIS HENRIQUE GONZATTI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2F74AE04

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 16/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2025
Processo inexigibilidade Nº 16/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: VALDIR CARMINATTI JUNKES.
VIGÊNCIA: 11/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: VALDIR CARMINATTI JUNKES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E09FEE31

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 16/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2025
Processo inexigibilidade Nº 16/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CLEOMAR TECCHIO.
VIGÊNCIA: 11/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: CLEOMAR TECCHIO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:989C8869

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 16/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025
Processo inexigibilidade Nº 16/2025

OBJETO: Locação de imóveis para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALTAIR ISER.
VIGÊNCIA: 11/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 24.000,00(Vinte e Quatro Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: ALTAIR ISER - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0CBB4267

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, torna Público o edital, supra citado, ficando a data de abertura para o dia 23/02/2026, às 09h:00min, pelo site: https://www.compras.gov.br, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo (**MENOR PREÇO POR ITEM)**, conforme se especifica a seguir:

Data de início de acolhimento de PROPOSTA: 06/02/2026 08:00h (Horário de Brasília/DF).

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 23/02/2026 08:30h (Horário de Brasília/DF).
OBJETO – REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO, FRACIONADA, DE ITENS ALIMENTÍCIOS PARA ESTA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, NOS TERMOS DESTE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA
Informações Complementares, bem como, a retirada do **Edital Completo**, poderão ser obtidos no site: www.cmsjs.pr.gov.br ou em horário de expediente na Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra fone: (0xx 43 3142-3501).

OBS: **Qualquer incongruência entre a descrição das características dos itens deste edital e do sistema comprasnet, prevalecerá a descrição da característica dos itens constante neste Edital.**

São Jerônimo da Serra, 05 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ GOBBO CAPELASSI
Pregoeiro

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:D9078599

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0019/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 002/2026
DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Vistos, etc.
Trata-se de processo administrativo instaurado com o objetivo de promover a contratação direta, por dispensa de licitação, para a aquisição de pneus, serviços de montagem, alinhamento e balanceamento, bem como macacos hidráulicos, destinados à manutenção da frota oficial da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
Verifico que o processo foi regularmente instruído, contendo Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, pesquisa de preços, dotação orçamentária com bloqueio dos recursos, edital/aviso de contratação direta, julgamento das propostas, habilitação do(s) vencedor(es) e parecer jurídico, não se constatando vícios ou irregularidades capazes de macular o procedimento.
Constato, ainda, que foram devidamente encerradas as fases de julgamento e habilitação, bem como não houve interposição de recursos administrativos, encontrando-se o feito apto à apreciação pela autoridade superior, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
Dessa forma, não vislumbro razões para determinar o retorno dos autos para saneamento, tampouco motivos de conveniência e oportunidade que justifiquem a revogação do certame, nem ilegalidade insanável que enseje a anulação do procedimento.
Assim, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e no uso das atribuições que me são conferidas,
DECIDO:
I –**ADJUDICAR**o objeto da Dispensa Presencial nº 002/2026 ao(s) fornecedor(es) declarado(s) vencedor(es), conforme julgamento constante dos autos, sendo a empresa vencedora: Santos e Barbosa Auto Center LTDA (CNPJ 27.219.883/0001-81), no valor total de Material (Pneus e Macaco) R$5.612,00 (cinco mil seiscentos e doze reais) e serviço (montagem, alinhamento e balanceamento) R$452,00 (quatrocentos e cinquenta e dois reais)
II –**HOMOLOGAR**o presente procedimento de contratação direta, para que produza seus jurídicos e legais efeitos;
III –**DETERMINAR**o prosseguimento do feito, com a adoção das providências administrativas subsequentes, especialmente a formalização do instrumento contratual ou documento equivalente, nos termos da legislação vigente.
Publique-se.
Cumpra-se.
São Jerônimo da Serra/PR, 05 de fevereiro de 2026.

CIRO FRANCISCO BISPO
Presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:B41D4167

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 279 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 2792025/2025 de 30 de Dezembro de 2025.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 335/2024 de 19 de Dezembro de 2024.
D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 4.614,06 (quatro mil e seiscentos e quatorze reais e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0094)	4.614,06

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0094)	4.614,06

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 30 de Dezembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:568E1F7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 280 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 2802025/2025 de 30 de Dezembro de 2025.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 335/2024 de 19 de Dezembro de 2024.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 0,01 (um centavo), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0094)	0,01

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	0,01

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 30 de Dezembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:587B3F0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 281 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 2812025/2025 de 30 de Dezembro de 2025.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 335/2024 de 19 de Dezembro de 2024.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.883,03 (três mil e oitocentos e oitenta e três reais e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - (Grupo/Fonte 0000)	1.422,95
10.301.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	1.245,49
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.214,59

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	3.883,03

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 30 de Dezembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:D55974DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 203/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
CONTRATO Nº 203/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025
Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, O CONTRATANTE **MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. VENICIUS DJALMA ROSA,** brasileiro,

portador do RG nº 8.241.196-8 SSP-PR, residente e domiciliado no município de São Jerônimo da Serra/PR, e de outro lado a Empresa **TAPAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Erasto Gaertner, nº 2.182. Bairro Bacacheri, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 51.850.958/0001-02, neste ato representada pelo Senhor **SILVANI MUNIZ DA SILVA,** portador do RG nº 34.899.11/3 e CPF nº 307.673.438-59, com o objetivo de formalizar a **RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** do Contrato n.º 203/2025 datado de 10 de novembro de 2025, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR,** haja vista o descumprimento das cláusulas contratuais e não cumprimento do cronograma , justificando a presente rescisão contratual. Sendo assim resolve rescindir unilateralmente o contrato em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

São Jerônimo da Serra, 05 de fevereiro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal--------

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:4E82C910

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 013/2026 - NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 013/2026
DATA: 05 de fevereiro de 2026

SÚMULA: Nomeia Candidata Aprovada em Concurso Público Municipal

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear apartir do dia 06 (seis) de fevereiro a Senhora **FABIANA GNOATTO,** portadora do CPF 01X.XXX.X52-96/PR, aprovada em concurso público municipal para o cargo de **Médico Clínico Geral** conforme Edital 006/2024 de 13 de março de 2024.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 05 de fevereiro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:1CA70ECD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 026/2026 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA AO SERVIDOR JONATHA MARQUES DO NASCIMENTO

PORTARIA N° 026 de 30 de janeiro de 2026

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: JONATHA MARQUES DO NASCIMENTO	
Cargo: Motorista	
CPF: 063.XXX.XX9-46	**RG:** 9.XXX.XX0-5
Destino: São José das Palmeiras/PR a Guarapuava/PR	
Justificativa: Levar paciente José Rodrigues de Souza, no hospital regional do centro oeste	
Veículo:Van Citroen Jumpy cargo	**Placa:** TAR – 7G40
Saída: 29 de janeiro de 2026	**Retorno:** 30 de janeiro de 2026
Valor Unitário da Diária: R$320,00	**Quantidade de Diária:** 01 (uma)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 320,00 (trezentos e vinte reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:435738AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, torna público que irá requerer junto ao Instituto Água e Terra (IAT) a Licença Prévia para a atividade de Transbordo de Resíduos Volumosos, a ser implantada na Estrada Gameleira, zona rural, São José das Palmeiras/PR.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D07AAF04

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 14/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 14/2026
DATA: 05 de fevereiro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 8º, do parágrafo |II da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R$ 6.100,00 (Seis Mil e Cem Reais), incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

99 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO
001 – Encargos Gerais do Município
28.846.0013.0068 – Devolução e Restituição de Valores
3.3.90.93.00.00 – 706 – Indenização e Restituição R$ 900,00
4.4.90.93.00.00 – 5898 – Indenização e Restituição R$ 5.200,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior será utilizado como recursos o provável excesso de arrecadação, conforme prevê o artigo 43, § 1º, Inciso I e II da Lei Federal nº 4320/64, da fonte que segue:

Provável Excesso da Fonte 0706 R$ 900,00
Provável Excesso da Fonte 5898 R$ 5.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de fevereiro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:24BF1A94

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO - DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO - METAS FISCAIS RELATIVAS AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente em cumprimento da lei complementar nº 101/2000, bem como outras legislações correlatas, **CONVOCA** o Presidente, Vereadores e a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara, a população e entidades civis e de classe do Município, para participar de Audiência Pública onde o Poder Executivo demonstrarão e avaliarão o cumprimento das Metas Fiscais relativas ao Terceiro Quadrimestre de 2025, a ser realizada na Sede do Poder Legislativo no dia 26 de fevereiro de 2026, às 14:00 horas.

São José das Palmeiras, em 05 de fevereiro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:86419ED6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social de São José das Palmeiras, Estado do Paraná no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar 101/2000, com a Lei Municipal 447/2010.
RESOLVE:
Convocar a população geral, todos os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar do Município de São José das Palmeiras, os vereadores para Audiência Pública, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2025, a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2026 às 14:00 horas na Câmara Municipal.

São José das Palmeiras, 05 de fevereiro de 2026.

TATIANE MARIA DE FRANÇA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:4F066F8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O Presidente do Fundo Municipal de Saúde de São José das Palmeiras, estado do Paraná no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar 101/2000, com a Lei Municipal 447/2010.

RESOLVE:
Convocar a população geral, todos os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde, os vereadores para Audiência Pública referente ao Terceiro Quadrimestre de 2025, a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2026 às 14:00 horas na Câmara Municipal.

São José das Palmeiras, 05 de fevereiro de 2026.

ERONISES FERNANDES DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:FE2505F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, **CONVOCA** o pessoal abaixo relacionado, classificado no credenciamento nº 12/2025, para comparecer junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, entre os dias **09/02/2026 à 12/02/2026**, das 08:00 às 11:30 horas, para tratarem de assuntos relacionados à contratação dos serviços.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS:

ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS SEMANAIS:

ORD	PROTOCOLO	NOME	CPF:
02	6515	SABRINA ALEXIA GARCIA SENE	075.817.399-70

São Pedro do Paraná-PR, 05 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:77F02F6F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2026 PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2026, do tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES (CAMISETAS DE MANGA CURTA E MANGA LONGA, SHORTS, SHORTS-SAIA E AGASALHOS) PARA OS(AS) ALUNOS(AS) DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ E DO DISTRITO DE PORTO SÃO JOSÉ, PARA O ANO LETIVO DE 2026, PARA UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 20 DE FEVEREIRO DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal

da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 05 de fevereiro de 2026.

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:FD8A6C74

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°59/2026

DECRETO Nº 059/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de show artístico e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para contratação de shows artísticos para as Festividades de Carnaval em Porto São José à ser realizado nos dias 14 e 16 de fevereiro de 2026 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO Nº 011/2026 SETU PROTOCOLO Nº 25.214.542-7, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º As contratadas são:

DEIXA CLAREAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.747.061/0001-80, e o valor a ser pago é R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

BEZEE MUSIC PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.782.018/0001-35, e o valor a ser pago é R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

JULIA SARTORI DIAS 00156561280, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.904.552/0001-08, e o valor a ser pago é R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 DE 05/02/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:3C5C1AA7

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 009/2026

LEI MUNICIPAL Nº 009 DE 2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 165.078,34 (cento e sessenta e cinco mil, setenta e oito reais e trinta e quatro centavos), execução Convênio Nº 011/2026 SETU - Carnaval 2026, cuja consignação far-se-á na seguinte dotação:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICÍPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 32058 Código Local 32058 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 011/2026 SETU - CARNAVAL 2026	165.078,34
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**165.078,34**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação Alínea de Receita do Exercício Corrente a seguir discriminados, a seguir discriminado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA**	**VALOR**
Fonte TCE 32058 Código Local 32058 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	Receita: 1.7.2.9.99.0.1.15.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 011/2026 SETU - CARNAVAL 2026	165.078,34
	Total do Excesso de Arrecadação	165.078,34
	Total Geral desta Lei	**165.078,34**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:F71D5C65

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 09/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e HERIVALDO C DE SOUSA – ME, CNPJ/MF nº 00.173.433/0001-49

OBJETO: contratação de empresa especializada para os serviços de locação de barracas externas tenda, palco para shows, sanitários químicos móveis normais e especial, segurança desarmada e vídeomaker para a realização de eventos turísticos com apoio do Programa Paraná Mais Eventos da Secretaria Estadual de Turismo SETU, instituído pela Lei Estadual nº 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.627/2024, no Distrito de Porto São José Município de São Pedro do Paraná nos dias 14 e 16 de fevereiro de 2026, conforme CONVENIO Nº 011/2026 SETU PROTOCOLO Nº 25.214.542-7

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026 DE 03/02/2026.
OBJETO: locação de barracas, palco, sanitários, segurança desarmada e videomaker
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Especificações	Unid	Qtd	Valor Unit	Valor Total
01	Locação de Barracas externas, Tenda, cobertura tipo pirâmide, tamanho mínimo de 5x5 metros, coberta em lona sanset anti-chama, devidamente instaladas até 02 (dois) dias antes do evento. Fechada	Diárias	04	1.200,00	4.800,00
02	Locação de um palco para shows para 02 (dois) dias de eventos, com as seguintes características mínimas: Tamanho 12 x 08 metros, com 8 metros de altura, cobertura em formato concha acústica, em lona sanset anti-chama, na cor branca e com house mix de 4x2,20 metros, devidamente instalados em até 02 (dois) dias antes início do evento. Deverá apresentar a laudo das estruturas e ART de montagem do mesmo	Unid	01	18.400,00	18.400,00
03	Locação de sanitários químicos móveis normais (masculino e feminino), por diária, devidamente instalados até 02 dias do início do evento	Unid	20	450,00	9.000,00
04	Locação de sanitários químicos móveis ESPECIAL (masculino e feminino), por diária, devidamente instalados até 02 dias do início do evento	Unid	04	600,00	2.400,00

Valor global de **R$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de janeiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e HOPE VIGILANCIA LTDA – ME, CNPJ/MF nº 45.388.599/0001-10

OBJETO: contratação de empresa especializada para os serviços de locação de barracas externas tenda, palco para shows, sanitários químicos móveis normais e especial, segurança desarmada e vídeomaker para a realização de eventos turísticos com apoio do Programa Paraná Mais Eventos da Secretaria Estadual de Turismo SETU, instituído pela Lei Estadual nº 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.627/2024, no Distrito de Porto São José Município de São Pedro do Paraná nos dias 14 e 16 de fevereiro de 2026, conforme CONVENIO Nº 011/2026 SETU PROTOCOLO Nº 25.214.542-7

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026 DE 03/02/2026.
OBJETO: locação de barracas, palco, sanitários, segurança desarmada e videomaker
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Especificações	Unid	Qtd	Valor Unit	Valor Total
05	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança desarmada com devido funcionamento emitido pela polícia federal em evento.	Unid	40	300,00	12.000,00

Valor global de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de janeiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e 54.428.915 ELESSANDRO RAFAEL DE MORAES VILAS BOAS – ME, CNPJ/MF nº 54.428.915/0001-21

OBJETO: contratação de empresa especializada para os serviços de locação de barracas externas tenda, palco para shows, sanitários químicos móveis normais e especial, segurança desarmada e vídeomaker para a realização de eventos turísticos com apoio do Programa Paraná Mais Eventos da Secretaria Estadual de Turismo SETU, instituído pela Lei Estadual nº 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.627/2024, no Distrito de Porto São José Município de São Pedro do Paraná nos dias 14 e 16 de fevereiro de 2026, conforme CONVENIO Nº 011/2026 SETU PROTOCOLO Nº 25.214.542-7

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº09/2026 DE 03/02/2026.
OBJETO: locação de barracas, palco, sanitários, segurança desarmada e videomaker
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Especificações	Unid	Qtd	Valor Unit	Valor Total
06	Videomaker	Serviço	01	17.500,00	17.500,00

Valor global de **R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de janeiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:DCAE96EB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 60/2026

DECRETO Nº 60/2026

SÚMULA: Considerando o Requerimento protocolado sob n.º 6617 em 02/02/2026, exonera Servidor Público Municipal e dá outras providências.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica exonerada a Senhora BRUNA BRAZIELLA MADUREIRA, matrícula nº 758, da função de SUPERVISOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA – cargo provimento em comissão, conforme Lei nº 01/2021.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 73/2025 em seu inteiro teor.

São Pedro do Paraná - Pr, em 05 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:2FC9BED5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

O Conselho Municipal de Saúde do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, - CMS, no uso das atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 01/1991 de 16 de abril de 1991 e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária realizada no dia 27 de janeiro de 2026.

Súmula:
Aprova prestação de contas do 3°RDQA de 2025;

RESOLVE

Art. 1°- Aprova o relatório detalhado do quadrimestre anterior referente a setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025.

Art.2°- Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 27 de janeiro de 2026.

.

São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO NEGRIZOLLI FILHO
Presidente CMS

ANE MARCELLY COLOMBO
Secretaria CMS

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:E2AA8E84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
RESOLUÇÃO Nº 001 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: *Aprova EIV do Empreendimento Central Multimarcas Amoreira.*

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CMDU) DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação municipal e o Plano Diretor vigente, e considerando a deliberação ocorrida na Reunião Extraordinária realizada no dia 05 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico favorável emitido pelo Setor de Engenharia Municipal, que atesta a conformidade do projeto com as normas urbanísticas e ambientais do município;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado pela empresa CENTRAL MULTIMARCAS AMOREIRA, inscrita no CNPJ nº 39.328.720/0001-16, de responsabilidade legal de Viviany Keiko Munhoz Tanaka.

Art. 2º – O empreendimento objeto desta aprovação está localizado na Avenida Belmiro Lourenço de Gouveia (Rodovia Agostinho Ducci), nº 681, Lote 18, Quadra 03, Residencial Antônio Galdino de Souza, perfazendo uma área construída total de 335,312 m².

Art. 3º – A aprovação de que trata esta Resolução fica condicionada ao estrito cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias, caso tenham sido apontadas no respectivo processo administrativo e no parecer da Engenharia Municipal.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, 05 de fevereiro de 2026.

VARTER HENRIQUE BRAGA
Presidente CMDU

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:4B347D7C

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 30/2026

Súmula: Nomeia Assessor da Secretaria de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 05 de fevereiro de 2026, a senhora **Larissa Gouveia Perez** portadora do CPF nº 098.***.*39-71, para ocupar o cargo de **Assessor da Secretaria de Saúde/Unidade Mista de Saúde**, em comissão, símbolo CC-4, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 04 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Portaria nº 77/2025

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:C0E67B38

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 31/2026

Súmula: Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS 06/2025 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº06/2025, Edital de abertura nº 18/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025 e Ofício nº01/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Processo Seletivo Simplificado – PSS 06/2025 fica convocados (a) o/a candidatos (a) aprovados (a), abaixo relacionados (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade e demais documentos apresentados para o PSS, a fim de formalizar contrato conforme o referido Edital.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados no item 11 e seus subitens do Edital nº018/2025.

Art. 3º- Os (a) candidatos (a) que não comparecerem no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

FONOAUDIÓLOGA - CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
THALITA ANTUNES DE ALMEIDA	40	01º

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 05 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Portaria nº 77/2025

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:25F95FDE

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 32/2026

Súmula: Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Concurso Público realizado de conformidade com o Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024 e Ofício nº 117/2026 Secretaria de Educação;

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2024 – fica convocado (a) o/a candidato (a) aprovado (a), abaixo relacionado (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade, a fim de formalizar contrato de trabalho, na forma da lei.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados nos itens 18 e, subitens, respectivamente, do Edital de Abertura Publicação nº 001/2024 juntamente com Laudo Médico Admissional.

Art. 3º- O (a) candidato (a) que não comparecer no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
JESSICA PAULA MARTINS RODRIGUES	71,25	41º

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 05 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Portaria nº 77/2025

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:9B16C82B

SECRETARIA DE SAÚDE
NOTIFICAÇÃO 001 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

NOTIFICAÇÃO N.º 001, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.
.

NOTIFICANTE: **MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Papa João XXIII, nº 1.086, centro, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, neste ato representado pela Secretaria de Saúde Priscila Souza Derbli

NOTIFICADA: GF DISTRIBUIDORA DE MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Papa João XXIII, nº 800, CEP: 37.902-382, na cidade de Passos/MG, cadastrada no CNPJ n° **49.014.354/0001-84**, representada pelo Sr. **Gabriel Bonequini Carvalho, Sócio Administrador**, portador do RG n° 399337 MT/MG e do CPF n° 116.353.346-75, residente e domiciliado em Passos - MG,

Considerando os termos do Contrato nº 31/2025;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei n°. 8.666/93, que tratam dos contratos administrativos;

Considerando que a **cláusula segunda do referido contrato** estabelece que **a empresa deverá entregar os equipamentos/produtos solicitados pela Administração no prazo máximo de até 15 (quinze) dias**, mediante solicitação, **a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou da SF – Solicitação de Fornecimento.**

Considerando a solicitação de fornecimento dos itens constantes no Empenho nº 4438/2025, SF Nº 2182/2022 solicitado via e-mail no dia 19/09/2025 no endereço gfmoveispassos@hotmail.com;

Considerando que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas;

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado transtornos à Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na cláusula oitava da aludida ata e nos artigos 86 e 87 da Lei n°. 8.666/93;

Resolve NOTIFICAR a empresa GF DISTRIBUIDORA DE MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado CNPJ n° 49.014.354/0001-84, para que:

(I) cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a rescisão contratual, multas legais e contratuais, além da abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública municipal; ou

(II) apresente justificativa devidamente fundamentada para o atraso no fornecimento das mercadorias solicitadas, no prazo improrrogável de 48h (quarenta e oito horas), contado desde o recebimento da presente notificação, cabendo ao Município de São Sebastião da Amoreira sua aceitação.

Transcorrido os prazos estipulados, não logrando êxito no fornecimento, será realizada a rescisão contratual e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do DOE – Diário Oficial Eletrônico de São Sebastião da Amoreira.

Fica, pois, Vossa Senhoria notificada, para todos os efeitos.

São Sebastião da Amoreira, 05 de fevereiro de 2026.

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:61188F5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2026

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso de Bem Público a Título Precário e Gratuito.

PARTES: Município de São Sebastião da Amoreira (Permitente) e a empresa MARCOS HENRIQUE DE PAULA CONFECÇÕES (Permissionária) – CNPJ nº 58.076.885/0001-92.

OBJETO: Permissão de uso de um barracão público com área de 140,00m², localizado na Rua Guadalajara, nº 607, fundos, para instalação de unidade industrial de confecções.

CONTRAPARTIDA: Geração de, no mínimo, 10 (dez) empregos diretos e manutenção integral do imóvel por conta da permissionária.

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31/12/2028.

FORO: Comarca de Assaí - PR.

DATA DA ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026.

Município de São Sebastião da Amoreira, em 05 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Permitente

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:1AA1F781

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA 02 DA CHAMADA PÚBLICA 08/2025

Aos **05 dias do mês de fevereiro do ano de 2026**, às 09:00h, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, situado à Rua Papa João XXIII, nº 1086, Centro, reuniu-se a Comissão designada pela Portaria nº 102/2025 para proceder à análise da documentação de novo interessado na **Chamada Pública nº 08/2025**. O objeto é o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços em residência inclusiva para acolhimento institucional de jovens e adultos com deficiência.

1. DO HISTÓRICO E FUNDAMENTAÇÃO A presente Chamada Pública rege-se pelo Edital nº 08/2025 e pela Lei Federal nº 14.133/2021. Conforme previsto no instrumento convocatório, o credenciamento permanece aberto para novas inscrições durante sua vigência. Esta sessão destina-se à avaliação do envelope protocolado pela empresa abaixo identificada, após a realização da primeira sessão ocorrida em 19/12/2025.

2. DA ANÁLISE DOCUMENTAL A Comissão procedeu à abertura e análise dos documentos de habilitação da empresa:

Empresa: CASA DE APOIO ANJO DA GUARDA LTDA
CNPJ: 41.597.585/0001-20 (conforme registro na JUCEPAR)
Representante Legal: Elder Bertoni dos Santos / Aline de Fatima Cavalheiro dos Santos

Após conferência detalhada frente às exigências do **Item 9 do Edital** (Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Econômico-Financeira), a Comissão constatou que a proponente apresentou toda a documentação exigida, estando em conformidade com as normas do edital.

3. DO RESULTADO Diante do exposto, a Comissão declara a empresa **CASA DE APOIO ANJO DA GUARDA LTDA** como **HABILITADA e CREDENCIADA**.

Conforme o item 10.13 do Edital e o deliberado na Ata nº 01/2025, a empresa ora credenciada passará a compor o **Cadastro de Reserva** do Município, observando-se que a contratação inicial já foi definida na sessão anterior. Eventuais convocações futuras ocorrerão de acordo com a necessidade da Administração e a ordem cronológica de credenciamento.

4. DO ENCERRAMENTO A presente Ata será encaminhada à autoridade competente para fins de homologação e publicação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Comissão.

São Sebastião da Amoreira – PR, 05 de fevereiro de 2026.

RÔMULO, RICARDO JANONI SOARES
Agente de Contratação – Port. 102/2025

ANDERSON CAETANO CLARO
Equipe de Apoio

LAIS APARECIDA DE OLIVEIRA LACERDA DA SILVA
Equipe de Apoio

WAGNER MINORU TAMEHIRO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:4D43A5A7

SETOR DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2/2026

OBJETO: Pavimentação de Vias Urbanas / Programa Asfalto Novo, Vida Nova - Termo de Convênio nº 2111/2025 SECID.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00 do dia 26/02/2026.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300.

São Sebastião da Amoreira, 05 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:D0C3B1D7

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - CT 107/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR DO CONTRATO Nº 107/2024
PREGÃO 32/2023

CONTRATANTE: Município de São Sebastião da Amoreira – PR.
CONTRATADA: ALINE MAYARA BEGO ALVES INFORMÁTICA EIRELI ME.
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de sistema de monitoramento por câmeras (CFTV) para departamentos municipais, incluindo equipamentos, software, instalação e treinamento.
OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo quantitativo de itens (câmeras, DVR, TV, cabos e serviços de instalação) para expansão do sistema de videomonitoramento.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 11.156,86 (onze mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 25% de acréscimo sobre os itens aditivados.
VALOR GLOBAL ATUALIZADO: R$ 70.157,65 (setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea “b”, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
FORO: Comarca de Assai - PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:EB0A5ACD

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - CT 294-2023

QUINTO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 294/2023 - PREGÃO N°38/2023

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº 09.000.336/0001-29, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.896.194/0001- 94, com sede à Rua Tupã, nº 1.643, recanto dos Magnatas no município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Leandro Joaquim de Souza, portador da Cédula de Identidade nº 8.715.232 - 4 e do CPF nº 035.470.069 - 37, residente e domiciliado na cidade de Maringá.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do contrato 294/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 38/2023, com nova data de vigência até 10 de fevereiro de 2027, nos termos da Cláusula oitava do contrato original e do art. 57, IV, parágrafo 2°, da Lei 8.666/1993.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total do contrato nº 294/2023, passa a ser de R$ 458.790,54 (quatrocentos e cinquenta e oito mil setecentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista no contrato original, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais explicitadas no contrato original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:50773629

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2026- CONCORRÊNCIA Nº 02/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026
CONTRATANTE: Município de Sapopema, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Manoel Ribas, 858, inscrito no CGC/MF nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Paulo Maximiano de Souza Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.985.239-8 e do CPF/MF nº 769.681.549-00, Residente e domiciliado na Rua Santa Ana nesta cidade.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DA ESTRADA RURAL DO LAMBARI (14 TRECHOS) CONFORME CONVÊNIO Nº 825/2025 – SEAB/PR.

CONTRATADA: J.M. PINHEIRO DE OLIVEIRA LTDA

CNPJ: 25.138.102/0001-07

CONTRATO Nº 26/2026

PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO: 12 (doze) meses.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de fevereiro de 2026

VALOR: R$ 2.987.524,71 (dois milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos)

FORO: Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

Sapopema, 05 de fevereiro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FC9EE516

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Processo Nº 15/2026

O Município de Sapopema-Pr, através do Prefeito municipal, por meio da Secretaria de Administração, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Valor Por Item, nos termos da Lei nº 14.133/2021, decretos Municipal e demais normas aplicáveis, torna

público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data de publicação deste, o Edital visando a Aquisição de Material de Expediente para as Secretarias Municipais. Data de início para apresentação de Proposta de preços será no dia 06/02/2026 as 08:30 h à 23/02/2026 às 08:55 h. Abertura será dia 23/02/2026 as 09:00h. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br www.sapopema.pr.gov.br , https://comprasbr.com.br , dúvidas e esclarecimentos através do E-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br , Tel: 0800 090 4201. Sapopema, 05 de fevereiro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR-
Prefeito

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:83DDDB5E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EDITAL N.º 002/2026-SMSA

O **Diretor-Geral** da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Convocar o(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em **CONCURSO PÚBLICO** aberto pelo **Edital nº 001/2023**, para comparecer à Divisão de Recursos Humanos desta Autarquia nos dias **09 a 13 de fevereiro de 2026**, das **08:30** às **11:00** e das **13:30** às **17:00** para preenchimento de vagas existentes, munido(s) dos documentos abaixo relacionados.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nome	Inscrição	Classificação Ampla concorrência	Classificação Negros
EVANIR MARIA DE LIMA	013.302.808-42	11	3

DOCUMENTOS (Original e cópia):
1. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo de identidade acompanhado do boletim de ocorrência;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
3. Registro civil de nascimento/casamento/casamento com averbação de divórcio;
4. Certificado de reservista, certificado de alistamento militar, certificado de dispensa de incorporação/isenção ou carta patente e fotocópia, se de sexo masculino;
5. Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;
6. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
7. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
8. Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
9. Número do PIS/PASEP/NIT/NIS;
10. Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
11. Declaração de imposto de renda ou formulário próprio de bens e valores que constituem o patrimônio preenchido;
12. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
13. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
14. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
15. Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
16. Certidão civil, criminal e vara de execuções penais. Caso a CND seja positiva, deverá apresentar também a certidão explicativa.

Art. 2º A falta da apresentação dos documentos e declarações dos itens 1 ao 16 caracterizará a desistência do candidato, conforme disposto no Edital do Concurso nº 01/2023, item 20.7.

Art. 3º O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, conforme disposto no Edital do Concurso nº 01/2023, item 20.8.

Sarandi/PR, 05 de fevereiro de 2026

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:989C7099

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 44/2026/SMSA

Desclassifica candidata convocada para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 01/2023 publicado no dia 10 de julho de 2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação e Classificação Final publicado no dia 07 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação n° 01/2026 publicado no dia 28 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o art. 23, § 3º da Lei Complementar Municipal nº 10/1992;

RESOLVE:

Art. 1° Tornar pública a desclassificação da candidata **FRANCYANE APARECIDA LENCINA DOS REIS BRITO**, convocada pelo Edital nº 01/2026 de 28 de janeiro de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de Abertura do Concurso nº 01/2023 item 20.8, ou seja, O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Art. 2º Determinar a convocação da próxima candidata aprovada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Sarandi/PR, 05 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:137D38B0

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 45/2026/SMSA

Constitui Comissão de Sindicância Administrativa para apuração de eventual irregularidade de conduta de servidor desta Autarquia.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 234 da Lei Complementar nº 10/92, declara instaurada a Sindicância **nº 01/2026/SMSA**.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor **RODRIGO CARVALHO DE SOUZA,** matrícula **nº 1521,** ocupante do cargo de Leiturista, como Presidente da Comissão.

Art. 2º Nomear o servidor **EMERSON RODRIGO BIGUETI,** matrícula **nº 2161,** ocupante do cargo de Encanador de rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como Secretário da Comissão.

Art. 3° Nomear a servidora **CRISTIANE VAZ DE ALMEIDA VIEIRA,** matrícula **nº 1211,** ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, como Membro da Comissão.

Art. 4° Os servidores nomeados nos artigos anteriores, sob a presidência do primeiro, constituirão comissão de sindicância destinada a apurar eventual irregularidade na conduta de servidor desta Autarquia, em possível desconformidade com o art. 210 da Lei Complementar nº 10/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sarandi, assim como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da data de publicação desta Portaria, para concluir os trabalhos e apresentar relatório conclusivo, conforme dispõe os artigos 236 e 239, da Lei Complementar nº 10/1992.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 05 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:8DCE8334

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA Nº 1692/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

CONCEDER ao servidor ***SERGIO EDUARDO RIBEIRO,*** lotado no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, com o cargo de Assistente Técnico Administrativo – NIV65 sob a matrícula n° 1458, **ABONO DE PERMANÊNCIA,** ao cumprir os requisitos previsto no art. 40, §19°, da Constituição Federal (Redação anterior á EC 103/2019), a partir de 31/07/2025, até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

PAÇO MUNICIPAL, em 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:9CC48426

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA Nº 1693/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

CONCEDER a servidora **TACIANA ANTONIA CAETANO DE SOUZA,** lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, com o cargo de Professor - 20 horas – VPMC30 sob a matrícula n° 1497, **ABONO DE PERMANÊNCIA,** ao cumprir os requisitos previsto no art. 40, §19°, da Constituição Federal (Redação anterior à EC 103/2019), a partir de 25/12/2025, até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,
PAÇO MUNICIPAL, em 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:CA9621EB

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA Nº 1694/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

CONCEDER a servidora ***MARIA DE LOURDES DA SILVA,*** lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, com o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – NIV01 sob a matrícula n° 3929, **ABONO DE PERMANÊNCIA,** ao cumprir os requisitos previsto no art. 40, §19°, da Constituição Federal (Redação anterior á EC 103/2019), a partir de 14/07/2025, até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,
PAÇO MUNICIPAL, em 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:A3A3631A

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA Nº 1695/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

CONCEDER a servidora ***CLARICE NUNES ASSUNÇÃO,*** lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, com o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – NIV01 sob a matrícula n° 1311, **ABONO DE PERMANÊNCIA,** ao cumprir os requisitos previsto no art. 40, §19°,

da Constituição Federal (Redação anterior á EC 103/2019), a partir de 20/07/2025, até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,
PAÇO MUNICIPAL, em 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:510FE183

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 20/2026

Concede progressão funcional por merecimento ao servidor Vagner Rafael Vaz.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional por merecimento ao servidor Vagner Rafael Vaz, Oficial Legislativo, matrícula nº 131, inscrito no CPF sob nº XXX.185.XXX-XX, GOL2C31 para o nível referencial GOL2C32 do quadro de pessoal efetivo, fundamentado na alínea "a" do inciso II do art. 38 da Lei nº 2.869, de 1º de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de fevereiro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:C5E190B3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
COMUNICADO DE CREDENCIAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 03/2025-PMS

OBJETO: **Credenciamento de profissionais com formação na(s) área(s) de comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a subcomissão técnica para análise e julgamento das propostas técnicas da futura Concorrência para contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para o Município de Sarandi – Paraná.**
Comunicamos às participantes do CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2025-PMS, que após sorteio realizado pela Comissão Contratação, respeitando o Item 1.2 do Edital. Segue os credenciados que foram sorteados e que irão compor a subcomissão técnica:

Classificação	Nome
1º	Gabriel Seiji Aray
2º	Kaio Santos Kauffman
3º	Eduardo Passarela Garcia dos Santos

Na sequência foi realizado sorteio para compor o rol de suplentes, os quais ficarão na lista de espera, em ordem e número em que foram sorteados:

Classificação	Nome
4º	Wilame do Prado Elias
5º	Osvaldo Sigles Junior
6º	Cássio Luís de Souza Soares
7º	Luan Giovane Fava Ribeiro
8º	Thuane Cassitas Goulart
9º	Ariádiny Rinaldi Sevidanis
10º	Isabella Dinardi Alves da Silva
11º	Evandro Mandadori
12º	Ismael Garcia dos Santos Filho
13º	Yasmin Gonçalves Santos
14º	Andréia Aparecida da Silva

Sarandi, 05 de fevereirode 2026.

Atenciosamente,

JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS
Presidente da CC
Portaria n° 1643/2026

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:10A8B950

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 912/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3108/2025 de 23/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.301.0017.2.222. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB
1949 - 3.3.90.34.00.00 03000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTESDE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 3.000.000,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
15.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS
15.002.15.452.0027.2.424. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
1950 - 3.3.90.36.00.00 03507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAFÍSICA 5.100.000,00

Total Suplementação: R$ 8.100.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do dispostopelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro.

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, em 03 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciscarla Ragonha
Código Identificador:164A73EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.408/2026

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

C O N C E D E

A servidora Patrícia Costa de França, ocupante do cargo de Agente Comunitário, matrícula funcional de n.º 9481, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 10(dez) dias de férias regulamentares, a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 31/01/2025 a 30/01/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:B73A0266

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.409/2026

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

C O N C E D E

A servidora Susiane Aparecida Ferreira dos Santos, ocupante do cargo de Professor MG3-21, matrícula funcional de n.º 7231, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 07(sete) dias de férias regulamentares, a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:69A6868B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 4.946/2026.

SÚMULA. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PARA AMPLIAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo,

CONSIDERANDO o disposto nos Art. 11, XXI e Art. 72, XXVIII da Lei Organica do Município;
CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º, *alínea "i"* do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de Junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar o espaço para estacionamento do Paço Municipal;

D E C R E T A

Art. 1º. – É declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a seguinte área:
I – *Um terreno urbano, situado no loteamento denominado Antonio Fernandes dos Santos, constituído pelo lote n.º 1-A, quadra n.º 70, com área de 192,00 m², que apresenta as seguintes divisas e confrontações: Quem de dentro do lote n.º 1 –A, olhando para os fundos, mede 12 metros, e divide com os terrenos do vendedor; olhando para frente, mede 12,00 metros, e divide com a Travessa Souza Naves; Olhando para o lado direito, mede 16,00 metros e divide com terrenos da Prefeitura Municipal de Sengés/PR; e olhando para o lado esquerdo mede 16,00 metros, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca com matrícula n.º 3.247;*

Art. 2º. – O imóvel acima referenciado será desapropriado com a finalidade de ampliação da área de estacionamento do Paço Municipal.

Art. 3º. – As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta de dotação própria.

Art. 4º. – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 5 de fevereiro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:4F709213

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

Na edição nº ANO XV Nº 3463 de 05 de fevereiro de 2026 deste Diário Oficial, foi publicado a DISPENSA DE LICITAÇÃO **nº 011/2026**, cujo objeto da presente dispensa é a Compra de bonés destinado ao evento 14º Dia de Campo através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, onde por um lapso foi digitado a uma frase a mais no objeto da dispensa, portanto **ONDE SE LÊ "**Compra de bonés destinado ao evento 14º Dia de Campo através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Municipal de Educação**" LEIAM-SE "**Compra de bonés destinado ao evento 14º Dia de Campo através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária**"**.

Informações poderão ser obtidas pelo Telefone (43) 3567-1400, pelo site www.senges.pr.gov.br ou pelo E-MAIL deptolicitacao@senges.pr.gov.br e no PNCP.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Sengés, 05 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:36CD50CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2026

OBJETO: Compra de bonés destinado ao evento 14º Dia de Campo através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, através de Dispensa de Licitação.

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

R APARECIDA ALVES CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, inscrita no **CNPJ n.º 48.645.921/0001-38**, no objeto

desta licitação com o valor global de em **R$ 18.320,00 (dezoito mil trezentos e vinte reais).**

Sengés, 05 de Fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:5D471BBF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 009/2026.

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a Inexigibilidade de licitação abaixo especificada:
Objeto: Contratação de empresa para promoção de shows nacionais com os artistas: MATEUS E KAUAN, ÍCARO E GILMAR, PANDA, LEONARDO, JIRAYA UAI E NATANZINHO LIMA, conforme requerido e justificado pela Secretaria Cultura, Esportes e Turismo fixando seu preço máximo total em R$ 2.970.000,00 (dois milhões novecentos e setenta mil reais).

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação disposição no artigo 74 inciso II da Lei 14.133/21.

Sengés, 05 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:1FAA8FB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

O Município de Sengés, representado neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público que estão abertas as inscrições para fins de **CREDENCIAMENTO** nas condições abaixo descrito:

1. DO OBJETO:-

1.1. Chamada Pública formalizada, para o Credenciamento de Agricultores Familiar e de Empreendedores Familiar Rural para o fornecimento de gêneros alimentícios da conforme §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções nº 06/2020 e suas alterações.

2. PRAZO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO:-

2.1. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período **de 06/02/2026 ao dia 02/03/2026** a partir das 08h00 até as 17h30min, no Prédio Sede da Prefeitura, localizada á Trav. Sen. Souza Naves, nº 95 - Fone (43) 3567-1222 CEP - 84.220-000 - Sengés – PR.

03. DEMAIS INFORMAÇÕES:-

3.1. INFORMAÇÕES: O Edital está à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, situada na Travessa Senador Souza Naves, n.º 95, centro, Sengés/PR. Os interessados que desejarem uma cópia poderá solicitar através de e-mail "deptolicitacao@senges.pr.gov.br" ou acessar no portal transparência do Município de Sengés disponível no site www.senges.pr.gov.br.

Sengés, 05 de fevereiro de 2026.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
Prefeitura de Sengés

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:064E425E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012/2026

Objeto: contratação de empresa através de Dispensa de Licitação para prestar serviços de levantamento topográficos na matricula n. 1.443 e de diversas áreas do perímetro urbano do município de Sengés, conforme requerido e justificado pela Secretaria de Obras Habitação e Saneamento, fixando seu preço máximo total em **R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)**, de acordo com o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21.

Ratifico a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 05 de Fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:35A77F1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Licitatório nº 023/2026)

O Município de Sengés, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, **RETIFICA** o Edital do processo supracitada, cuja licitação contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de sistema integrado de gestão de Assistência Social bem como portal do cidadão e aplicativo cidadão, compreendendo implantação, configuração, parametrização, customização, treinamento, atualização corretiva, adaptativa e evolutiva, diagnóstico e suporte técnico, conforme descrição abaixo e de acordo com demais especificações constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

I. Conforme justificativa anexada aos autos do processo, retificam-se os subitens do edital, na forma especificada abaixo:

a) O subitens o tópico "3" do subitem 09.10.10 e o subitem 09.10.19 e 09.10.20 do Termo de Referencia ANEXO 01 do edital, sejam retificados conforme abaixo:

"09.10.10. Dentro da prova de conceito (POC) será avaliado as seguintes característica:
3. [...]Se o licitante não atender o mínimo de 95% (Noventa e cinco por cento) das características técnicas do sistema, a comissão de avaliação emitirá parecer desclassificando-a e convocará o segundo colocado para a fase de habilitação e demonstração, e assim sucessivamente."

"09.10.19. A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que a solução ofertada atende o mínimo de 95% (Noventa e cinco por cento) das funcionalidades previstas nos itens 4.5 a 5.11."

"09.10.20. Se o licitante não atender o mínimo de 95% (Noventa e cinco por cento) das características técnicas do sistema, a comissão de avaliação emitirá parecer desclassificando-a e convocará o segundo colocado para a fase de habilitação e demonstração, e assim sucessivamente."

02. NOVA DATA DO CERTAME:

02.1. Fica designada a nova data do certame para o dia:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 26 de fevereiro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 26 de fevereiro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 26 de fevereiro de 2026.

02.2. – Demais condições estabelecidas no Edital permanecem inalteradas.

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas por meio do telefone (43) 3567 - 1400, no endereço eletrônico: deptolicitacao@hotmail.com.

Sengés, 05 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:978A62AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 028 05/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.388, de 18/12/2025

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 588.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.010.10.305.0000.0.000.		Vigilância Epidemiológica	
20.010.10.305.0008.0.000.		Vigilância em Saúde	
20.010.10.305.0008.2.236.		Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica-ProVigia-PR	
- 4.0.00.00.00.00	5182	DESPESAS DE CAPITAL	
- 4.4.00.00.00.00	5182	INVESTIMENTOS	
- 4.4.90.00.00.00	5182	APLICAÇÕES DIRETAS	
- 4.4.90.52.00.00	5182	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.010.10.301.0000.0.000.		Atenção Básica	
20.010.10.301.0007.0.000.		Atenção Básica	
20.010.10.301.0007.2.220.		Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde	
- 4.0.00.00.00.00	5182	DESPESAS DE CAPITAL	
- 4.4.00.00.00.00	5182	INVESTIMENTOS	
- 4.4.90.00.00.00	5182	APLICAÇÕES DIRETAS	
- 4.4.90.52.00.00	5182	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	570.000,00

Total da Suplementação: 588.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64. Considerando as Resoluções SESA nº 1.447/25 1.533/25.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Santo Soriani, em 05 de Fevereiro 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde-SERMUSA

SUELY ROQUE DE SOUZA SANTOS
Diretora do Departamento de Fazenda-SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:070EEE49

ASSESSORIA GERAL
EDITAL N.º 005/2026

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO – SERMUSA N.º 001/2026, EDITAL N.º 001/2026, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

A Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde – SERMUSA, do Município de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Teste Seletivo n.º 001/2026, datado de 12 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Município em data de 13 de janeiro de 2026, Edição n.º 3446; Edital de Divulgação de Classificação Final, datado de 28 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Município em data de 29 de janeiro de 2026, Edição n.º 3458; Edital de Homologação, datado de 04 de fevereiro de 2025, que homologou o resultado final do Teste Seletivo, faz saber que:

Ficam CONVOCADOS, os candidatos constantes da relação abaixo, aprovados e classificados no Teste Seletivo do SERMUSA n.º 001/2026, para realização de Exame de Sanidade Física:

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS:

Nome do Candidato	Classif.
JUCINEIA DA SILVA	1
THAÍS ANAMI ASSAHIDA DE AZEVEDO	2
ELENE MAISE SANTIAGO LOPES	3
CASSIANA CLAVERO CAMARGO	4

Os candidatos convocados por este Edital, **deverão se apresentar para a realização da avaliação de sanidade física em data de 11/02/2026 às 14h30m, com documentos pessoais, no Posto Central, localizado na Rua Dr. Gervásio Morales n.º 420, centro, para consulta com a Dra. Ana Flávia Miranda**.

O não comparecimento dos candidatos convocados, sem causa justificada, implicará na convocação do próximo candidato classificado.

Sertanópolis, 05 de fevereiro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:C30FEA99

ASSESSORIA GERAL
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº **009/2026**
PARTÍCIPES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS e ASSOCIAÇÃO CIVIL PARA OS ANIMAIS DE SERTANÓLIS - ACIPROAS.

OBJETO: Repasse de Recursos Financeiros destinados para o cuidado de gatos e cachorros abandonados e do canil de Sertanópolis, como também os gastos de veterinários, medicamentos, internações e cirurgias de emergências entre outros que a entidade necessite para continuar com seu atendimento.
VIGÊNCIA: Até 31/12/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.050.18.304.0014.2183.3.3.50.41.00.00
VALOR: R$59.027,77 (cinquenta e nove mil, vinte e sete reais e setenta e sete centavos)
DATA DA ASSINATURA: 06/02/2026
AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL.

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:1E7A2E76

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 09/02/2026 -

Pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária de 09/02/2026 - Sala das Sessões, às 19h00
Assunto: Comunicação da Ordem do Dia

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos a Vossa Senhoria a Ordem do Dia da Sessão Plenária que será realizada em 09 de fevereiro de 2026, às 19h, para apreciação e votação das seguintes proposições:

Requerimento ao Executivo Municipal para que encaminhe informações sobre as obras de pavimentação asfáltica no trecho que dá acesso à Pedreira Municipal.
Autoria: Vereadores Glauco Rogério Ghisleri, Anderson Reis Rodrigues e Marco Aurélio de Oliveira Biazotto.

Sertanópolis-Pr, 05 de fevereiro de 2026

Atenciosamente,

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:CFB5B534

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.52/2025

1° Termo aditivo da Ata de Registro de Preço nº.52/2025, decorrente de Pregão n° 34/2025 de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitas e refrigerantes para consumos dos servidores dos diversos Departamentos da Administração Pública, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Polícia Civil e Polícia Militar de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **CHAPAO RESTAURANTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 77.711.745/0001-93, com sede no endereço ROD CELSO GARCIA CID, S/N, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR., neste ato representada por **Fernando Zulian,** portador do RG n° 1.336.293, portador do CPF sob n° 235.203.619-49, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 9.085,34 (nove mil e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), corresponde ao acréscimo de 25,00% do item 01 e 02 do Lote 02, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Administração que justificou o aumento da demanda, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE 2 – JANTA

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Marmitex Grande Conforme Termo de Referência.	Unid.	325	R$ 25,49	R$ 8.284,25
2	Refrigerante de primeira qualidade, em garrafa PET de 2 litros, sabor COLA. Conforme Termo de Referência.	Unid.	81	R$ 9,89	R$ 801,09

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

SERTANÓPOLIS, 05 de fevereiro de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:085214A4

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.93/2025

1° Termo aditivo da Ata de Registro de Preço nº.93/2025, decorrente de Pregão n° 43/2025 de Registro de Preços para aquisição de uniformes escolares contendo tênis, sandália babuche, meia colegial, meia colegial, meia com solado, mochilas, estojos, calça, bermuda, shorts saia, jaqueta, japona, camiseta regata, camiseta manga curta, camiseta manga longa, kit bebê inverno, kit bebê verão, para atender os alunos das escolas municipais, CMEI e Entidades conveniadas do município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **ANDREA C. SCHUCKES BOMM LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 11.593.690/0001-56, com sede no endereço R DR MARURI, 1133, CENTRO, CONCÓRDIA-SC neste ato representada por **Andrea Cristina Schuckes Bomm,** portador do RG n° 2878280, portador do CPF sob n° 017.888.129-56, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 8.416,47 (oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), corresponde ao acréscimo de 10,00% dos itens 01, 02 e 04 e acréscimo de 05,00% do item 03, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Educação que justificou o aumento da demanda, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MOCHILA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME MODELO ILUSTRATIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DESCRITA NO TERMO DE REFERENCIA	41	R$ 42,50	R$ 1.742,50
2	MOCHILA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME MODELO ILUSTRATIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DESCRITA NO TERMO DE REFERENCIA	104	R$ 40,99	R$ 4.262,96
3	ESTOJO ESCOLAR, CONFORME MODELO ILUSTRATIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DESCRITA NO TERMO DE REFERENCIA	92	R$ 10,95	R$ 1.007,40
4	PASTA CMEI, CONFORME MODELO ILUSTRATIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DESCRITA NO TERMO DE REFERENCIA	39	R$ 35,99	R$ 1.403,61

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 05 de fevereiro de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:FDF4ECC3

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026.
O Município de Sertanópolis torna público que fará realizar, às 09h00min horas do dia 20 de março do ano de 2026, na plataforma www.gov.br/compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vias urbanas na Sede municipal	Recape em CBUQ	13.739,69 m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Sertanópolis e na plataforma www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Sertanópolis, 05 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:70ADAA83

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

Considerando o Município de Sertanópolis está devidamente consorciado ao **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR considerando** que o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS - PR** é pessoa jurídica de direito público interno integrante da Administração Indireta do Município de Sertanópolis, **considerando** que a Cláusula Sétima, I do Contrato de Consórcio Público do CISPAR autorizou a contratação do Consórcio pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação, **considerando** que a Cláusula Sétima, I**,** do mesmo Contrato de Consórcio Público prevê que os municípios consorciados autorizem a prestação do serviços públicos em regime de gestão associada, os quais serão prestados conforme o contrato de programa, em decorrência do qual o Consórcio poderá emitir documentos de cobrança de arrecadação dos serviços públicos prestados por si, **considerando** que o art. 2º, **caput**, XVI do Decreto Federal nº 7.217/10 prevê que o contrato de programa é o "instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenham para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa", **considerando** que o art. 2º, **caput**, XIII do mesmo decreto federal prevê que a prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa é "toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos", **considerando** que é interessante, oportuno e eficiente ao **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS** transferir os serviços e encargos abaixo referidos ao Consórcio, por meio de cooperação federativa a ser operada por meio de contrato de programa, haja vista a atuação institucional do Consórcio em proveito das autarquias integrantes dos municípios consorciados, com nítidos ganhos representativos, de escala e de aprimoramento nos assuntos relacionados ao desenvolvimento do saneamento, e **considerando** que a celebração de contrato de programa com ente da federação ou com entidade da administração indireta para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em consórcio público é hipótese de dispensa de licitação devidamente prevista no inciso XXVI do **caput** do art. 75, XI da Lei Federal nº 14.133/2021, **DISPENSO A LICITAÇÃO**, em proveito do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR** pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 04.823.494/0001-65, com sede na Rua Sofia Tachini, 237, Jardim Bela Vista, CEP 87.230-000, no Município de Jussara, Estado do Paraná, doravante denominado contratado para a formalização de contrato de programa para que sejam transferidos ao **CISPAR** os seguintes encargos e serviços mediante o pagamento dos valores devidamente estipulados pela Assembleia Geral do Consórcio:
1) realização de licitações, dentro das áreas de atuação do Consórcio, em nome do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS** das quais decorram contratos a serem celebrados diretamente pela autarquia;
2) realização de licitações compartilhadas, dentro das áreas de atuação do Consórcio, das quais decorram dois ou mais contratos celebrados pelas autarquias integrantes dos municípios consorciados;
3) aquisição e administração de bens para o uso da autarquia, de forma compartilhada com as demais autarquias integrantes dos municípios consorciados;
4) contratação e manutenção de profissionais e técnicos para prestarem serviços em proveito da autarquia, de forma direta ou indireta, sendo esta em caráter auxiliar, notadamente nas áreas de de engenharia civil e sanitária, química, jurídica e contábil;
5) capacitação técnica do pessoal da autarquia encarregado da prestação dos serviços de saneamento; e
6) prestação de serviços de apoio e assistência técnica, com as seguintes especificidades:
a)solução de demandas técnicas no saneamento básico;
b)intercâmbio com entidades em nível regional, estadual e nacional, públicas e privadas, e participação em cursos, seminários e eventos correlatos.
Fica devidamente **RATIFICADA** a presente dispensa.

PUBLIQUE-SE.

Sertanópolis, 05 de fevereiro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:20AA2F16

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026

CONTRATO DE RATEIO COM O CISPAR

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, autarquia municipal de direito público, inscrita no CNPJ n. 81.442.428/0001-96, com endereço na Av. 06 de junho, 825, na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Flávio Marcelino Fantin, portador da Cédula de Identidade Registro Geral n.º 8.921.453-0/SESP-PR, inscrito no CPF(MF) sob n.º 053.434.649-98;

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR).

OBJETO: Este contrato de programa tem por objeto transferir ao contratado os seguintes encargos e serviços mediante o pagamento dos valores devidamente estipulados pela Assembleia Geral do Consórcio:
1) realização de licitações, dentro das áreas de atuação do Consórcio, em nome do SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS - PR das quais decorram contratos a serem celebrados diretamente pela autarquia;
2) realização de licitações compartilhadas, dentro das áreas de atuação do Consórcio, das quais decorram dois ou mais contratos celebrados pelas autarquias integrantes dos municípios consorciados;
3) aquisição e administração de bens para o uso da autarquia, de forma compartilhada com as demais autarquias integrantes dos municípios consorciados;
4) contratação e manutenção de profissionais e técnicos para prestarem serviços em proveito da autarquia, de forma direta ou indireta, sendo esta em caráter auxiliar, notadamente nas áreas de engenharia civil e sanitária, química, jurídica e contábil;
5) capacitação técnica do pessoal da autarquia encarregado da prestação dos serviços de saneamento; e
6) prestação de serviços de apoio e assistência técnica, com as seguintes especificidades:
a)solução de demandas técnicas no saneamento básico;
b)intercâmbio com entidades em nível regional, estadual e nacional, públicas e privadas, e participação em cursos, seminários e eventos correlatos.

vIGÊNCIA: ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2026.

vALOR: R$ 35.280,00 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS).

Sertanópolis, 05 de fevereiro de 2026.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente
(Contratante)

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:D53529C2

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO/CONTRATO Nº: 05/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: DEODE INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA EM ENERGIA LTDA

OBJETO: ESTABELECER A PARCERIA E COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES COM VISTAS A ADMITIR A EMPRESA DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA — ESCO OU EMPRESA HABILITADA DE ENGENHARIA, PARA REPRESENTAR O SAAE EM CHAMADA PÚBLICA DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE – DA COPEL, NO QUE SE REFERE À ELABORAÇÃO E A APRESENTAÇÃO DE DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO E SUA RESPECTIVA PROPOSTA DE PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO USO FINAL DE ENERGIA ELÉTRICA EM SUAS INSTALAÇÕES.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 03 DE FEVEREIRO DE 2026

TÉRMINO: 03 DE FEVEREIRO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2025 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2025

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03 DE FEVEREIRO DE 2026

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:245BBF3A

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na Rua Angelo Razaboni, Nº320, na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: FARMÁCIA AJM LTDA, inscrita no CNPJ 20.531.105/0001-84.

OBJETO: Aquisição de fralda infantil XXXG – Huggies, para a paciente I.T.S, que possuem determinação judicial, processos: 0000468-39.2023.8.16.0162, atendida pelo Serviço Municipal de Saúde, SERMUSA.

VALOR: R$ 710,24 (setecentos e dez reais e vinte e quatro centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2(dois) meses.

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 05 de Fevereiro de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:2532FE60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PSS Nº 002/2026 REFERENTE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO-PSS Nº 001/2025

O Prefeito Municipal de Sulina – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Sulina, e tendo em vista o Edital de Processo Seletivo-PSS 001/2025 com a **HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO do resultado final através do Edital 005/2025 de 16/06/2025,** do Processo Seletivo destinado ao provimento de vagas existentes conforme Leis Municipais em vigor,

RESOLVE:

Convocar, a candidata abaixo relacionada, para que **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da data de publicação deste Edital, compareça na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sulina, na Rua Tupinambá, nº. 68, na cidade de Sulina, Estado do Paraná, munidos da documentação a que se refere no Item 8.6 e seguintes do Edital de Processo Seletivo – PSS Nº 001/2025, e demais documentos a serem exigidos pelo setor de Recursos Humanos para a efetiva nomeação conforme anexo I do presente Edital.

CARGO: Professor com Pedagogia – 20 horas		
4º	SOLANGE BOLANHO DOS SANTOS	

A não apresentação da documentação exigida e dos exames médicos no prazo acima estipulado acarretará ao candidato a perda do direito à vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE

Documento de Identidade (RG), CPF e título de eleitor;

Certidão de Nascimento ou casamento se for o caso;

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos, (se for o caso);

Comprovante de Escolaridade completa ou habilitação exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino oficial ou legalmente reconhecida;

Comprovante de votação da última eleição;

Uma foto 3 x 4, recente e colorida;

Aptidão no Atestado Admissional para o exercício do cargo que se habilitou;

Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública, ou que há compatibilidade na forma da lei;

Declaração assinada pelo candidato de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público de qualquer das esferas;

Cópia da Declaração de Imposto de Renda (2024/2025), ou declaração assinada, atestando os bens possuídos pelo candidato no ato da posse;

Carteira de Trabalho e Previdência Social e Cópia do PIS/PASEP

Conta salário junto ao banco do Brasil para deposito da remuneração;

Comprovante de endereço, número de telefone para contato e endereço eletrônico de e-mail;

Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se possuir);

Registro no respectivo conselho de classe; (se possuir)

Atestado de Antecedentes Criminais expedido pelo cartório distribuidor da Comarca a que pertence o convocado.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:FFF1E17E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 012/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV, conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1185/2024 que dispõe sobre a Estrutura da organização administrativa do Município de SULINA e dá outras providências,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear o Senhor **FABIANO GASPAR DA SILVA**, portador do CPF sob o nº 089.796.059-94, Registro Geral sob o número 13.051.420-0 SSP-PR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO E SAÚDE PREVENTIVA**, a partir de 05/02/2026, passando a perceber conforme simbologia CC-6 que se refere o Anexo IV da Lei Municipal nº 1.189/2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 05/02/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:72E37A46

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

O Município de Sulina, torna público aos interessados o Resultado da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2026, Tipo de Licitação: Menor preço por item Objeto**: "PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ, 12.000,00 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL. TRECHOS: - ESTRADA VICINAL LNHA BOM JESUS - INICIAL - ESTRADA VICINAL LINHA BOM JESUS - FINAL",** cujo resultado está abaixo descrito:
Empresa Vencedora: **PEDREIRA SANTIAGO LTDA.**
CNPJ: **77.744.134/0001-41**.
Valor: **R$ 2.630.000,22 (Dois milhões, seiscentos e trinta mil reais e vinte e dois centavos.**
Não houve manifestação de interposição de recurso, conforme registrado em ata. Sulina, 05 de fevereiro de 2026.

EDICEIA SCHAEFER ROSA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:F61539C5

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2026

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 39/2025
VALIDADE: 12 (doze) meses

DO OBJETO
1.1 O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORA TÉCNICA ESPECIALIZA NA ÁREA DE TOPOGRAFIA**, em conformidade com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico - Edital nº 39/2025 e em seus Anexos, partes integrantes deste instrumento, e nesta Ata.
2. DETENTOR DA ATA E DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Os preços, e o vencedor do certame, dos produtos registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo:

EMPRESA: M F CHERPINSKI ENGENHARIA	
CNPJ N. 09.309.351/0001-53	
ENDEREÇO:R QUINZE DE NOVEMBRO, APT 01, N. 2442 - BAIRRO: CENTRO- CEP: 85301-050 - CIDADE: LARANJEIRAS DO SUL - PR	
TOTAL DA ATA	**R$ 52.389,60 (Cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).**

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
3.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será o Município de Sulina-PR, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos. Sulina (PR), 05 de fevereiro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:D94CFF1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES ATA Nº 01-2026 DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 FUNDO FINANCEIRO

Aos **cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis**, às **13:30** horas, na sede do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares – PR**, em sessão pública, reuniu-se a **Agente de Contratação Sra. Janieli Dayane Rodrigues Evangelista**, devidamente designada conforme **Portaria nº 01-2026**, com a finalidade de **analisar e julgar a documentação apresentada** pela empresa **SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 08.940.668/0001-20**, com endereço na cidade de **Irati/PR**, a qual apresentou **envelope devidamente lacrado no dia 02/02/2026.**

A documentação foi apresentada em razão do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 do FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**, destinado ao **credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos periciais de natureza exclusivamente previdenciária**, no âmbito do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares – PR**, conforme disposto no respectivo **Termo de Referência e Edital**.

O Edital de Chamamento Público foi **devidamente publicado no dia 21/01/2026, com início previsto para o dia 02/02/2026,** permanecendo disponível para credenciamento por tempo indeterminado, nos termos da legislação vigente.

Procedida a abertura do envelope e a análise da documentação apresentada, verificou-se que a empresa **manifestou interesse em se credenciar para os três (03) itens previstos no Edital**, quais sejam:

Item 01 – Análise do enquadramento do requerimento de compensação previdenciária realizada por médico perito no sistema de compensação previdenciária (COMPREV) do Ministério da Previdência Social;
Item 02 – Revisão de perícias médicas por incapacidade laborativa, realizadas por médico do trabalho com RQE, com emissão de laudo médico fundamentado, para fins previdenciários;
Item 03 – Realização de perícias médicas previdenciárias de dependentes, envolvendo cônjuge, companheiro(a) e demais dependentes legais, executadas por médico do trabalho com RQE, com avaliação clínica e emissão de laudo técnico conclusivo.

Constatou-se, ainda, que a empresa **apresentou toda a documentação exigida**, encontrando-se **regular e em plena conformidade com as condições de habilitação previstas no Edital**, razão pela qual foi **declarada habilitada para o credenciamento**.

Dessa forma, fica estabelecida a seguinte **ordem de credenciamento**:

1ª Colocada - Nome da Empresa/CNPJ: SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº **08.940.668/0001-20.**

O **Edital de Chamamento Público permanecerá publicado por tempo indeterminado**, possibilitando o credenciamento de novos interessados, observadas as disposições editalícias.

Aos interessados em contestar esta habilitação, fica concedido o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação desta Ata, para eventual manifestação, nos meios oficiais indicados no Edital.

Não havendo nada mais a tratar, a Agente de Contratação encerrou a presente sessão, sendo lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada. A presente Ata será publicada no site oficial do Município e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, para que produza seus legais efeitos.

Teixeira Soares/PR, 05 de fevereiro de 2026.

JANIELI DAYANE RODRIGUES EVANGELISTA
Agente de Contratação
Regime Próprio de Previdência Social – RPPS
Município de Teixeira Soares/PR

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:64590F8B

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES PORTARIA Nº. 03, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Retifica a Portaria nº 25, de 06/12/2022 e dá outras providências.

A Diretora Presidente do Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.410, de 19 de Março de 2010 e considerando o contido nos autos 787089/22 do Tribunal de Contas do estado do Paraná.

R E S O L V E

Art. 1º - Fica retificada a Portaria nº 25, de 06 de dezembro de 2022, a qual passa a **vigorar** com a seguinte redação:

"Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TENPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora EUMARI TEREZINHA DE LIMA, portadora do RG 5.157.200-9 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 723.374.279-00, com o cargo de Agente de Serviços de Limpeza.

Art. 2º - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 2º da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 3º - O valor dos proventos de aposentadoria será de R$ 1.721,94 (Hum mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos), com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, valor este equivalente a 73,54%(setenta e três, cinquenta e quatro por cento) do valor da Média aritmética.

Art. 4º - Em virtude do disposto no art. 2º parágrafo 1º, inciso II, da Emenda Constitucional 41/2003, fica aplicado o redutor de 20% no valor de R$ 344,38, sendo que os proventos serão de R$ 1.377,55 (hum mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)"

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares, em 03 de fevereiro de 2026.

MARIA NES GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:64AA7889

FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
ATA Nº 01-2026 DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Aos **cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis**, às **13:30** horas, na sede do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares – PR**, em sessão pública, reuniu-se a **Agente de Contratação Sra. Janieli Dayane Rodrigues Evangelista**, devidamente designada conforme **Portaria nº 01-2026**, com a finalidade de **analisar e julgar a documentação apresentada** pela empresa **SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 08.940.668/0001-20**, com endereço na cidade de **Irati/PR**, a qual apresentou **envelope devidamente lacrado no dia 02/02/2026**.

A documentação foi apresentada em razão do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 do FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**, destinado ao **credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos periciais de natureza exclusivamente previdenciária**, no âmbito do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teixeira Soares – PR**, conforme disposto no respectivo **Termo de Referência e Edital**.

O Edital de Chamamento Público foi **devidamente publicado no dia 20/01/2026, com início previsto para o dia 02/02/2026,** permanecendo disponível para credenciamento por tempo indeterminado, nos termos da legislação vigente.

Procedida a abertura do envelope e a análise da documentação apresentada, verificou-se que a empresa **manifestou interesse em se credenciar para os três (03) itens previstos no Edital**, quais sejam:

Item 01 – Análise do enquadramento do requerimento de compensação previdenciária realizada por médico perito no sistema de compensação previdenciária (COMPREV) do Ministério da Previdência Social;
Item 02 – Revisão de perícias médicas por incapacidade laborativa, realizadas por médico do trabalho com RQE, com emissão de laudo médico fundamentado, para fins previdenciários;
Item 03 – Realização de perícias médicas previdenciárias de dependentes, envolvendo cônjuge, companheiro(a) e demais dependentes legais, executadas por médico do trabalho com RQE, com avaliação clínica e emissão de laudo técnico conclusivo.

Constatou-se, ainda, que a empresa **apresentou toda a documentação exigida**, encontrando-se **regular e em plena conformidade com as condições de habilitação previstas no Edital**, razão pela qual foi **declarada habilitada para o credenciamento**.

Dessa forma, fica estabelecida a seguinte **ordem de credenciamento**:
1ª Colocada - Nome da Empresa/CNPJ: SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº **08.940.668/0001-20.**

O **Edital de Chamamento Público permanecerá publicado por tempo indeterminado**, possibilitando o credenciamento de novos interessados, observadas as disposições editalícias.

Aos interessados em contestar esta habilitação, fica concedido o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação desta Ata, para eventual manifestação, nos meios oficiais indicados no Edital.

Não havendo nada mais a tratar, a Agente de Contratação encerrou a presente sessão, sendo lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada. A presente Ata será publicada no site oficial do Município e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, para que produza seus legais efeitos.

Teixeira Soares/PR, 05 de fevereiro de 2026.

JANIELI DAYANE RODRIGUES EVANGELISTA
Agente de Contratação
Regime Próprio de Previdência Social – RPPS
Município de Teixeira Soares/PR

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:251C48CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 26 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 26 de 05 de fevereiro de 2026.

Súmula: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE (FUMESP).

0 Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:
RESOLVE:
Art. 1º– Nomear o Sr. JOSÉ CARLO SALAPATA, RG nº 5XXX131-7 SESP/PR, CPF nº 7XX.768.XXX-87, ocupante do cargo de Secretário Municipal do Esporte e Lazer, para nos termos do §3º do Art. 3° da Lei Municipal nº 2.208, de 06 de maio de 2025, com gestor do Fundo Municipal do Esporte, da Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Art. 2º_ Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do
Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:7EAE2E47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 147/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 20/2025

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, **AMANDA DE SOUZA PIVA,** portadora do CPF nº 101.850.649-73 e RG nº 10.922.925-3, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº20/2025, nos termos da Lei nº. 14.133/2021 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 147/2025, que tem por objeto a **Contratação de pessoa física ou jurídica para atuar como**

Professor de Língua Brasileira de Sinais (Libras), em conformidade com a Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras), o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), no ensino fundamental da rede municipal de ensino do Município de Terra Boa-Pr e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de execução do referido contrato até 12 de junho de 2026, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CE33825D

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 148/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 21/2025

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, **MATHEUS FELIPE SAN'TANA DOS SANTOS,** portador do CPF nº 120.466.779-94 e RG nº 14.462.009-7, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº21/2025, nos termos da Lei nº. 14.133/2021 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 148/2025, que tem por objeto a **contratação por prazo determinado de Instrutor de Canto e Música para atender às atividades de Jornada Ampliada do Programa Escola em Tempo Integral, conforme demanda do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com amparo legal na Lei n° 14.640/2023 e na Resolução FNDE n° 18/2023, no ensino fundamental da rede municipal de ensino do Município de Terra Boa-Pr** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de execução do referido contrato até 12 de junho de 2026, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B1A867C9

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONCORRÊNCIA Nº 06/2020 CONTRATO Nº: 01/2021

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **VALTER PERES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e CPF sob o n° 534.948.579-20, e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **UNICA PROPAGANDA LTDA**, CNPJ nº 85.447.969/0001-68, com sede AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, 1667, ZONA 5 - 87.015-180, Maringá - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). **ODETE MARIA LAUTENSCHLAGER ZANKO**, CPF: 276.060.909-04, carteira de Identidade nº 757.084-8, residente e domiciliada a na cidade de MARINGÁ - PR, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Concorrência nº 06/2020 realizado nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 01/2021, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PUBLICIDADE, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010 e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 11/04/2026, com base no art. 57, § 4º, da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6595CF40

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **LUCIA APARECIDA DE SOUZA SILVA** servidora desta

Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **01/12/2025** a **29/01/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/12/2025.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:01AE16E8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 101/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 54 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Readaptação de Função a partir de **30/01/2026** a **29/04/2026**, devido a restrições médicas, a servidora **DIANA DE PAULA ALCANTARA DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA**.**

Parágrafo Único: A readaptação de que trata o artigo 1º deverá ser em atribuições afins ao cargo de concurso do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos 30/01/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E3717B6D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 102/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 54 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Readaptação de Função a partir de **30/01/2026**, devido a restrições médicas, a servidora **BRUNA REGINA GONÇALVES VALENTE**, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL**.**

Parágrafo Único: A readaptação de que trata o artigo 1º deverá ser em atribuições afins ao cargo de concurso do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos 30/01/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:70221F57

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 103/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 54 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Readaptação de Função a partir de **31/01/2026** a **30/05/2026**, devido a restrições médicas, a servidora **TACIANA PORCEL SOMMACAL SOTOCORNO**, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FISICA**.**

Parágrafo Único: A readaptação de que trata o artigo 1º deverá ser em atribuições afins ao cargo de concurso do servidor.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos 31/01/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A0B88ADD

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 83/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **DENISE BARBOSA DA SILVA CHIARAGATTO** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do

cargo de PROFESSORA, referente ao do período aquisitivo 2021/2026.
Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **03/02/2026** a **30/05/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/02/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:21181C69

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 84/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **JOSIANE SGRIGNOLI** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, referente ao do período aquisitivo 2020/2025.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **04/02/2026** a **04/05/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8FF3B2BF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 85/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **VALDIRENE RONCARI** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA, referente ao do período aquisitivo 2015/2020.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **04/02/2026** a **04/05/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A993EBE2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 86/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **EDINALVA VITORINO DOS SANTOS DE OLIVEIRA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **04/02/2026** a **13/02/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:4958EFDD

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 87/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **GISELE REGIANE PRADO** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **04/02/2026** a **13/02/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A827D03B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 88/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a senhora **CACIA LUZIA DE OLIVEIRA DIAS** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO HOSPITALAR, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **04/02/2026** a **05/03/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:3033F395

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 89/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao senhor **SILAS ALVES DE SOUZA** servidor desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **05/02/2026** a **06/03/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:F997E475

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 90/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 360 (trezentos e sessenta) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **CRISTIANE APARECIDA GOMES BENA** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA, sendo 90 dias referente ao do período aquisitivo 2003/2008, 90 dias referente ao período aquisitivo 2008/2013, 90 dias referente ao período aquisitivo 2013/2018 e 90 dias referente ao período aquisitivo 2018/2023.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **05/02/2026** a **30/01/2027.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:1492D109

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 91/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 63, da Lei nº 1725/2022, de 21 de setembro de 2022, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Administração Direta do município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Progressão de Nível a servidora abaixo relacionado, nos termos do Artigo 63, da Lei nº 1725/2022.

SERVIDOR	CARGO	NÍVEL	CLASSE
IVANESA DE SOUZA DA SILVA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO	C	06

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0B8B012A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 92/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 63, da Lei nº 1725/2022, de 21 de setembro de 2022, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Administração Direta do município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Progressão de Nível a servidora abaixo relacionado, nos termos do Artigo 63, da Lei nº 1725/2022.

SERVIDOR	CARGO	NÍVEL	CLASSE
VALQUIRIA LOUREIRO LIMA	AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL	D	08

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:D430B2C7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 93/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **ROSANA CELESTINA REGLI DA SILVA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **30/01/2026** a **30/03/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30/01/2026.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B8B74ED6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 94/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **PATRICIA TEREZINHA GARCIA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **22/01/2026** a **20/07/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/01/2026.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8ED0A496

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 95/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **CRISTIANE DOMINGOS LUCENA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **26/11/2025** a **23/02/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26/11/2025.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:19DD037B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 96/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 17/2022, de 21 de novembro de 2022, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 02/2022,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 06/02/2026 a Senhora **ADILENE BORGES** portadora do CPF 054.303.509-31 para exercer o cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:654C3D7E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 97/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023, e tendo em vista a exoneração, a pedido, da servidora CLAUDIA CRISTINA DE ALMEIDA GOMES,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos itens n.º 10.2 e 10.3 do Edital de Concurso nº 001/2023, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO
Nome do Candidato
ELISANGELA MARQUES
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:759E1DDE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 98/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **LUCINEIDE DA SILVA DE MELO** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **29/11/2025** a **27/04/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/11/2025.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:DE2C1EEE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 99/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde**,** ao SERGIO ARLINDO OLIVA DELPORTO servidor desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **25/11/2025** a **01/04/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25/11/2025.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:AE4B0463

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.247/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4247/2026 de 04/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.1.035.		EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE	

		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1480 - 4.4.90.52.00.00	854	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	400.000,00
		Total Suplementação:	**400.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Provável Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.2.99.01.04.00000000	Fonte: 854	400.000,00
Total da Receita:		**400.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, em 04 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:BD242350

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.248/2026

Exercício: 2026
Decreto nº 4248/2026 de 04/02/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1837/2025 de 09/09/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 8.400,00 (oito mil quatrocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
07.001.18.122.0011.2.031.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1490 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	8.400,00
Total Suplementação:			**8.400,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Preservação Ambiental	
07.002.18.541.0011.2.130.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA	
422 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.400,00
Total Redução:			**8.400,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 04 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES	***LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:31CE7881

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº.	001 / 2026
DATA DA CONCESSÃO:	02 02 2026
FAVORECIDO:	Victor Gabriel dos Santos
DESTINO DA VIAGEM:	Curitiba – Pr.
VIAGEM PREVISTA Período Saída 16/02/2025. Local de Destino: Curitiba – Paraná.**OBJETIVO DA VIAGEM: Acompanhar o prefeito em viagem oficial a Curitiba: saída 03h00 do dia 03/fevereiro e retorno 03h00 do dia 05/fevereiro. Itinerário: Casa Civil, Assembleia Legislativa e SEAB**	
PARTIDA E PROVÁVEL RETORNO	
PARTIDA:	03 02 2026 ás 03h00min
RETORNO:	05 02 2026 ás 03h00min
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	01 ½ (Uma e Meia) diária
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA:	R$ 598,71
VALOR TOTAL CONCEDIDO:	R$-898,06

Autorizo a Concessão.

Câmara Municipal de Terra Rica, Paraná, 02 fevereiro 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Alenice Evangelista Santana Frauches
Código Identificador:32479467

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº.	002 / 2026
DATA DA CONCESSÃO:	02 02 2026
FAVORECIDO:	Evandro da Silva Azevedo
DESTINO DA VIAGEM:	Curitiba – Pr.
VIAGEM PREVISTA Período Saída 03/02/2026. Local de Destino: Curitiba – Paraná.**OBJETIVO DA VIAGEM: A**companhar o prefeito em viagem oficial a Curitiba: saída 03h00 do dia 03/fevereiro e retorno 03h00 do dia 05/fevereiro. Itinerário: Casa Civil, Assembleia Legislativa e SEAB.	
PARTIDA E PROVÁVEL RETORNO	
PARTIDA:	02 02 2026 ás 03h00min
RETORNO:	05 02 2026 ás 03h00min
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	01 ½ (duas e meia) diárias
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA:	R$ 598,71
VALOR TOTAL CONCEDIDO:	R$-898,06

Autorizo a Concessão.

Câmara Municipal de Terra Rica, Paraná, 02 fevereiro 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Alenice Evangelista Santana Frauches
Código Identificador:58B95EB1

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

	CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA **Estado do Paraná** **Av. São Paulo, 1178 - Fone: (044) 3441-1231 - CEP. 87.890-000** **CNPJ Nº 01.432.222/0001-46** **E-mail: camaratr@terrarica.net**

ATO Nº.	003 / 2026
DATA DA CONCESSÃO:	02 02 2026
FAVORECIDO:	Itamar José Bregantini
DESTINO DA VIAGEM:	Curitiba – Pr.
VIAGEM PREVISTA Período Saída 03/02/2026. Local de Destino: Curitiba – Paraná.**OBJETIVO DA VIAGEM: Acompanhar o prefeito em viagem oficial a Curitiba: saída 03h00 do dia 03/fevereiro e retorno 03h00 do dia 05/fevereiro. Itinerário: Casa Civil, Assembleia Legislativa e SEAB.**	
PARTIDA E PROVÁVEL RETORNO	
PARTIDA:	02 02 2026 03h00min.
RETORNO:	05 02 2026 previsão de chegada às 3h00min.
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	01 ½ (uma e Meia) diária
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA:	R$ 598,71
VALOR TOTAL CONCEDIDO:	R$-898,06

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Autorizo a Concessão.

Câmara Municipal de Terra Rica, Paraná, 02 Fevereiro 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Alenice Evangelista Santana Frauches
Código Identificador:FF43221F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2023

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **EMPRESAS FL LTDA, CNPJ 17.922.286/0001-65** com endereço na RUA CALÇADA DOS MIRTILOS, 33 ANDAR 2, BAIRRO: CONDOMINIO CENTRO COMERCIAL ALPHAVILLE - CEP: 06.453-019, BARUERI/SP, neste ato representada por LUIS RICARDO DE MAGALHÃES ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 027.181.071-89, a seguir denominado CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 8.666/93, expediu Edital de Licitação na Modalidade Processo inexigibilidade 1/2023, objetivando a **Contratação de software para orçamentação eletrônica denominada TRAZ VALOR para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal, incluindo locação do sistema, treinamento e suporte.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 04 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, aditivado em mais R$ 21.105,48 (Vinte e um mil, cento e cinco reais e quarenta e oito centavos).

CLAÚSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 30/2023 de 08/02/2023.

Terra Rica-Pr, 04 de fevereiro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***EMPRESAS FL LTDA***
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:EB5C2B9B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ref: Processo Administrativo Sancionatório nº 654/2025.

A Prefeitura Municipal de Terra Rica/PR, torna público, por meio desta, a aplicação de sanções administrativas à empresa: **SJS EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ nº 48.462.984/0001-59, em vista de conduta irregular praticada pela empresa na execução da Ata de Registro de Preços nº 197/2025.
A apuração da conduta irregular pela referida empresa foi realizada nos termos do Processo Administrativo em epígrafe, que, após esgotados todos os procedimentos e recursos previstos nos termos da IN nº 10/2023/GTTNLL, concluiu pela aplicação das sanções de:

Impedimento de licitar e contratar, conforme art. 10, II, da IN nº 10/2023 GTTNLL, pelo período de: "**30 (trinta) meses**".

Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 197/2025, com fundamento na Cláusula Décima Primeira – Do Cancelamento, item 11.1, alínea "a".

Publique-se o presente extrato para conhecimento público.

Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:F2C1B176

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ref.: Processo Administrativo Sancionatório nº 697/2025.

A Prefeitura Municipal de Terra Rica/PR torna público, por meio desta, a aplicação de sanções administrativas à empresa **ELO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, CNPJ nº 11.128.636/0001-30, em vista de conduta irregular praticada pela empresa na execução das Atas de Registro de Preços nº 133/2025 e nº 267/2025.
A apuração da conduta irregular pela referida empresa foi realizada nos termos do Processo Administrativo em epígrafe, que, após esgotados todos os procedimentos e recursos previstos na IN nº 10/2023/GTTNLL, concluiu pela aplicação das sanções de:

a) **Impedimento de licitar e contratar**, conforme art. 10, II, da IN nº 10/2023 GTTNLL, pelo período de "**30 (trinta) meses**".

b) **Cancelamento das Atas de Registro de Preços nº 133/2025 e nº 267/2025**, nos termos da decisão administrativa proferida nos autos do PAS nº 697/2025.

Publique-se o presente extrato para conhecimento público.

Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:3657AD33

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N° 042/2026

DECRETO Nº 042/2026

Súmula: Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente do Município de Terra Rica.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ...
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente do Município de Terra Rica.

Art. 2º O Comitê a que se refere o art. 1º deste Decreto será composto por:
I – Ao menos 01 (um) representante de cada uma das seguintes Secretarias do Poder Executivo Municipal:
a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
b) Secretaria Municipal de Saúde;
II – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
III – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
IV – 01 (um) representante da Controladoria Interna do Poder Executivo Municipal;
V – 01 (um) representante da Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal;
VI – 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino no Município;
VII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar.
Parágrafo único. Os representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Civil e da Polícia Militar serão convidados a acompanhar e participar das atividades e reuniões promovidas pelo referido Comitê.

Art. 3º Os membros do Comitê Gestor da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente do Município de Terra Rica serão nomeados por meio de Portarias.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente do Município de Terra Rica:
I – mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, bem como auxiliar na definição de fluxos e protocolos de atendimento às crianças e adolescentes acompanhados pelo serviço;
II – ofertar suporte para assegurar o pleno e contínuo funcionamento da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente;
III – promover a capacitação inicial e continuada dos membros da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente;
IV – promover o diálogo entre as Secretarias Municipais e os representantes da Administração Pública acerca dos desafios e limitações enfrentados pelo Município, que demandem providências de caráter administrativo no âmbito das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, de forma semestral, para deliberações gerais e ordenamento de prioridades, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE SEIS (05/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:84E7B2ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 039/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeado o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 003/2025**, para o cargo temporário de **MÉDICO - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 060/2025**, **publicado em 12/12/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 073/2025, de 25/11/2025, para assumir seu cargo a partir de **05 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
ADRIANO CHIAPPIM HEREDIA	02º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (05/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:926ED625

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 041/2026

SÚMULA: EXONERA, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ADRIANA DE BARROS, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADA,** a servidora pública municipal Sra**. ADRIANA DE BARROS**, matrícula nº 20202194, do cargo em comissão de **ASSESSORA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, a partir do dia 05 de Fevereiro de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (05/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:572206B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para o cargo de**, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, devidamente homologado através do Edital nº 018/2025, de 04/06/2025.

O candidato convocado terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

Exames realizados em serviços públicos ou privados de saúde: *(somente serão válidos exames realizados após a data da convocação).*

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B.

Documentos pessoais: *(cópia autenticada ou cópia simples e original)*

Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
Carteira de Identidade;
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho, ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;
Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal;
Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS/PASEP, *(se possuir)*;
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS *(original)*;
Comprovante de endereço atual;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Título de Eleitor;

Declarações/Certidões: (*cópia autenticada ou cópia simples e original, ou, se gerados por via eletrônica, devem possuir mecanismo de autenticação)*

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: *www.tse.jus.br*, expedida nos últimos 30 *(trinta)* dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Estadual *(Fórum da Comarca)*, em que o candidato resida nos últimos 05 *(cinco)* anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 *(cinco)* anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento e de não parentesco com os membros de Comissão Organizadora *(Anexo III)*;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas *(Anexo II);*

Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 *(cinco)* anos *(Anexo III);*

01 (uma) foto 3 x 4 recente;

Aos candidatos convocados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

h.1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
h.2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
h.3. Carga horária do outro vínculo;
h.4. Horário de trabalho do outro vínculo;
h.5. Remuneração do outro vínculo

Documentos comprobatórios de escolaridade ou formação obrigatória, conforme requisitos de contratação;

Títulos, diplomas e certificados informados na inscrição, utilizados para o cômputo da pontuação;

Documentos informados na inscrição que comprovem tempo de experiência, utilizados para o cômputo da pontuação;

Após apresentação de todos os documentos acima descritos dentro do prazo legal e, após devidamente conferidos, o candidato apto ao prosseguimento da contratação será encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.

Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência.

A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos cinco dias de Fevereiro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº XXX/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	
Nome	**Classificação**
PAULA GUSTAVO DA SILVA MAZUTTI	19º
MONICA ANDRESSA PALARO	20º

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal,

bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: _____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:
Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
Declarante

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO,
DE REGULARIDADE DISCIPLINAR E DE RESIDÊNCIA
Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:
QueNÃO POSSUO VÍNCULO FAMILIAR(cônjuge, companheiro(a), parentesco consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau) comQUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo
QueNÃO FUI DEMITIDO(A)do serviço públicoFederal, Estadual, Distrital ou Municipalnos últimos 05 (cinco) anos, em decorrência de aplicação de pena disciplinar, nemPERDI O CARGOem razão de ordem judicial transitada em julgado, a ser cumprida ou em cumprimento.

• Relaciono abaixo todos osMunicípiose seus respectivosEstadosondeRESIDInos últimos 05 (cinco) anos:

Município:_____,Estado:_____;
Município:_____,Estado:_____;

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará naIMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃOdo processo seletivo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Local, _____ de _____ de _____.

____
(Assinatura do (a) candidato (a))

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:EF3AB1E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA N° 114/2026

PORTARIA Nº 114/2026

SÚMULA: CONSTITUI COMITÊ GESTOR DA REDE DE PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 042/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Art.1º - Designar os membros do **Comitê Gestor da Rede de Proteção Integral da Criança e do Adolescente do Município de Terra Rica**, instituído pelo Decreto Municipal nº 042/2026, composto pelos seguintes representantes:

Nome	Representação
LÍLIAN SECCHI COSTA	Secretaria Municipal de Assistência Social
NÁDIA JASER MUHAMMAD SHIHADEH	Secretaria Municipal de Assistência Social
ELISÂNGELA DE SOUZA GUINDA RAMOS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SIRLENE LOPES TRAVAGIN	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
VANESSA PERICOTEIXEIRA	Secretaria Municipal de Saúde
PAULO ALVES PEREIRA	Conselho Tutelar
SILVANA MARÇAL	Rede Estadual de Ensino no Município
DAIANE APARECIDA MACHADO DOS SANTOS	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MATHEUS APORTA PESSOA	Procuradoria Jurídica
JOSÉ ROBERTO PÉRICO	Controladoria Interna Municipal

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE SEIS (05/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:9B018A81

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 113/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MARIA MIGUEL DE SOUZA CUNHA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **MARIA MIGUEL DE SOUZA CUNHA,** matrícula Nº 11687, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de 05/01/2024 a 04/01/2025, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **03/02/2026 a 17/02/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (05/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:45172810

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE METAS FISCAIS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA,Estado do Paraná, amparado no disposto do § 4º do art. 9º da Lei Complementar n.º 101/2000 e tendo em vista o disposto no art. 15 e seu § 2º da Instrução Técnica n.º 23/2004 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
Torna público a realização de Audiência Pública pela COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO no**DIA 27DE FEVEREIRODE 2026(SEXTA-FEIRA), COM INÍCIO ÀS 16h00**, nas dependências da Câmara Municipal, para prestação de contas referente ao 3º quadrimestre de 2025.

Atendendo aos princípios da administração pública, consagrados em textos legais,**FAZEMOS CHAMAMENTO PUBLICO**, conforme § 4º do art. 9º da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a fim de que a população interessada possa acompanhar a referida audiência desta Comissão.

Informamos também que o evento será transmitidopelocanaldo YouTube, no seguinte endereço:**https://www.cmtr.pr.gov.br/tvcamara/videos/TV-Camara.**

Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:05C9612B

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ERRATA

ERRATA

Portaria n.º 004/2026 – de 03 de fevereiro de 2026, publicada na Edição n.º 3463 do dia 05/02/2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pelo presente, por lapso de digitação a seguinte correção:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Autorizar o pagamento de 03 (três) Diárias ao servidor Ulisses Genguini, para viajar até Curitiba-PR., para participar do curso sobre Portal LGPD e Ouvidoria, que será realizadono período de 13 a 16 de janeiro de 2026, pela UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

LEIA-SE

Art. 1º. Autorizar o pagamento de 03 (três) Diárias ao servidor Ulisses Genguini, para viajar até Curitiba-PR., para participar do curso sobre Portal LGPD e Ouvidoria, que será realizadono período de 10 a 13 de fevereiro de 2026, pela UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:25B9C94A

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ERRATA

ERRATA

Portaria n.º 005/2026 – de 03 de fevereiro de 2026, publicada na Edição n.º 3463 do dia 05/02/2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pelo presente, por lapso de digitação a seguinte correção:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Autorizar o pagamento de 03 (três) Diárias a servidora Adrielle Almeida Silva, para viajar até Curitiba-PR., para participar do curso sobre Portal LGPD e Ouvidoria, que será realizadono período de 13 a 16 de janeiro de 2026, pela UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

LEIA-SE

Art. 1º. Autorizar o pagamento de 03 (três) Diárias a servidora Adrielle Almeida Silva, para viajar até Curitiba-PR., para participar do curso sobre Portal LGPD e Ouvidoria, que será realizadono período de 10 a 13 de fevereiro de 2026, pela UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA.

Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:EFA57BC9

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

Objeto: Aquisição de três inscrições em curso presencial com o seguinte tema: “Governança e eficiência no controle de políticas públicas municipais” que será realizado no período de 10 a 13 de fevereiro de 2026, na cidade de Curitiba/PR e será organizado pela empresa ICAP - Instituto de Capacitação e Pesquisa.

Tendo em vista que a documentação referente à Inexigibilidade de Licitação n° 02/2026 atende a todos os requisitos do Artigo nº 74, Inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/21;

Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável a homologação da presente Inexigibilidade;

Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação n° 02/2026, objeto do Processo Administrativo n° 05/2026, para a contratação do serviço descrito abaixo.
CONTRATADO: ICAP - INSTITUTO DE CAPACITACAO E PESQUISA LTDA
CNPJ: 04.727.713/0001-02
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0100101.031.1000.2002.33.90.39.48
PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias úteis contados da emissão da nota fiscal e finalização da liquidação da despesa.
VALOR: R$ 8.670,00 (oito mil seiscentos e setenta reais).

Terra Roxa, 05 de fevereiro de 2026

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:EE661AF2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 013/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 013/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA que, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, IX e XVI da Constituição Federal e sob a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela portaria nº 16902/2025 de 03 de setembro de 2025.

TORNA PÚBLICO

I – A convocação dos candidatos abaixo relacionados aprovados e constantes no Cadastro Reserva - CR, inscritos no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025 – Edital n.º 53/2025 de 08 de setembro de 2025 e de acordo com a homologação do resultado final pelo Edital n.º 63/2025 de 30 de setembro de 2025.

CARGO: MONITOR EDUCACIONAL

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JOCELMA DA CONCEICÇÃO C. DA SILVA	7.0	36°
GREICE KELI GOSSLER	7.0	37°
VALDIERI CAMARGO VIEIRA	7.0	38°
ALESSANDRA BARZAGUE BUZIZIO	7.0	39°
LUANA FREIRE CARDOZO	7.0	40°
LIZ CAROLINA CARDOSO DE MAGALHÃES	7.0	41°
JENIFER ALANI SILVA	7.0	42°
CARLA NATANIELE FRASSETTO PEDRAL	7.0	43°
MATHEUS ALMEIDA ALVES DOS SANTOS	7.0	44°

*Considerando o não comparecimento de 34° e 35° classificados.

CARGO: MONITOR EDUCACIONAL - AFRODESCENDENTE

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ELIANE SILVA CRUZ**	6.0	2°

CARGO: MERENDEIRA

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LUCIA APARECIDA SOUZA SELL	3.0	20°
DEVANETE JOSE ALVES	3.0	21°

*Considerando o não comparecimento do 18° e 19° classificados.

II – O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme Anexo VII do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025 – Edital n.º 53/2025 de 08 de setembro de 2025.

III – O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:C2CF4042

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 014/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 014/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025
O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA que, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, IX e XVI da Constituição Federal e sob a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela portaria nº 16999/2025 de 23 de outubro de 2025.

TORNA PÚBLICO

I – A convocação dos candidatos abaixo relacionados aprovados e constantes no Cadastro Reserva – CR, inscritos no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2025 – Edital n.º 71/2025 de 30 de outubro de 2025 e de acordo com a homologação do resultado final pelo Edital n.º 80/2025 de 19 de novembro de 2025.

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARISSA KETHELYN SERRA TIMOTEO	6.0	48°

* Considerando o não comparecimento do 46º classificado.

CARGO: RECEPCIONISTA - AFRODESCENDENTE

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
PRISCILA MENDES SARTORELLI**	6.5	3°

OBS.:
**** - VAGAS AFRODESCENDENTES**

II – O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme Anexo VII do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2025 – Edital n.º 71/2025 de 30 de outubro de 2025.

III – O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:40CEEEFC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal IVAN REIS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, III e IX da Constituição Federal e sob a Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 3753/2021 de 22/09/2021
TORNA PÚBLICO

A convocação dos candidatos constante no Cadastro Reserva – CR, aprovado no Concurso Público - Edital de Abertura nº 279/2020 de 10/02/2020, homologado pelo Edital de Resultado Final nº 334/2022 de 07 de fevereiro de 2022.

CARGO: PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO
171	SIDINEIA ALVES DE JESUS
172	JAQUELINE VASSOLER DA SILVA
173	SANDRA REGINA RIBEIRO
174	BRUNO GARCIA DOS SANTOS GALHARDO
175	RAIANA MAIARA PEDRAL

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação desse Edital, obrigatoriamente munido de documento de identidade original juntamente com todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 3 e subitem 16.5 do Edital de Abertura nº 279/2020 de 10/02/2020.

O candidato convocado deverá comparecer na data e horário informados pelo Departamento de Recursos Humanos, munido de documento de identificação (com foto), para realização do exame médico admissional e avaliação psicológica, conforme subitem 16.4 do Edital de Abertura n.º 279/2020 de 10/02/2020.

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital de convocação para ser empossado.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no item II, desse edital, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, de acordo com item 16.2 do Edital de Abertura n.º 279/2020 de 10/02/2020.
Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:A278437F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17129/2026

PORTARIA Nº 17129/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. Tailine Adriele Fernandes De Souza, matrícula 149616 -03, ocupante do cargo de Diretor Do Departamento Educação De Diversidades Educação Especial, a partir de 06 de fevereiro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:34A5F2A3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4604/2026

DECRETO Nº 4604/2026

SÚMULA: Designa membros para comporem o Conselho de Iluminação Pública do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Inciso V do Artigo nº 66 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 12 da Lei Municipal nº 166/2003, de 11 de dezembro de 2003.

DECRETA:

ART. 1º- Ficam designados os seguintes membros, para sob a Presidência do primeiro, comporem o Conselho de Iluminação Pública do município de Terra Roxa, Estado do Paraná:

- Eder Simões – Secretário de Administração;
- Idojival Onorato da Silva – Eletricista;
- Orlando dos Santos Martins – Engenheiro Elétrico;
- Devanir Reis da Silva – Secretário de Infraestrutura e Obras Públicas;
- Ana Maria Bergamo – Presidente da ACIATRA;
- Ed Carlos da Silva Trindade – Engenheiro Civil.

ART. 2º - O Conselho Municipal de Iluminação Pública exercerá mandato de 02 (dois) anos.

ART. 3º - As atribuições do presente Conselho será o contido no Art. 12 da Lei 166/2003.
ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 4047/2023.

Gabinete do Prefeito do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:1942FC3F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17126/2026

PORTARIA Nº 17126, de 05 de fevereiro de 2026.

Designar Fiscais e Gestores de Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 75, II, “c”, “d” e “g” da Lei Orgânica e:

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o poder-dever de fiscalizar a execução de seus contratos para assegurar-se de que o objeto contratado seja executado a contento, e que as obrigações decorrentes sejam realizadas no tempo e modo devidos, cumprindo-se as cláusulas contratuais, a teor dos artigos 2º e 67 da Lei nº 8.666/93, aplicada aos contratos vigentes regidos por esta;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, em que foram mantidas em sua essência as disposições relativas à fiscalização dos contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados por secretaria, como fiscal de contratos correspondentes nos seguintes termos:

§1º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Administração:

I – Departamento de Suprimentos e Patrimônio geral:
a) Fábio Rodrigues da Silva – Matrícula nº 119792-03;
b) Moacir Carlos Comerlatto – Matrícula n° 80560-04;
c) Fabio Varanda Jorge – Matrícula n° 47597-00;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

II – Subprefeitura de Santa Rita D'Oeste:

Giovane Gustavo Beckenkamp – Matricula n° 1314548-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§2º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas:

a) Isabela Bortoli de Souza – Matrícula nº 1216813-00;
b) Idojival Honorato da Silva – Matrícula nº 1224689-00;
c) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
d) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
e) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
f) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§3º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social:

I – Secretaria Municipal de Familia e Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar:
Amaires Meirelles Siqueira Gonçalves – Matrícula n° 152595-01;
Ana Flavia Basso Martins - Matrícula n° 1256041-00;
Willian Jeferson Alves de Azevedo – Matricula n° 13072-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

II – Centro de Convivência dos Idosos:

Vera Lucia Zanatta – Matrícula n° 78026-03;
Willian Jeferson Alves de Azevedo – Matricula n° 13072-00;
Maria José Francisco Viana – Matricula n° 674-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

III – Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Vaca Mecânica:
Maria José Francisco Viana – Matricula n° 674-00;
Magaly Teixeira Cruz – Matrícula nº 141674-00;
Amaires Meirelles Siqueira Gonçalves – Matrícula n° 152595-01;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

IV – Casa Abrigo da Criança e do Adolescente

a) Amaires Meirelles Siqueira Gonçalves – Matrícula nº 152895-01;
b) Natalina Mayumi Nishida – Matrícula nº 127647-03;
c) Elaine de Andrade Camargo – Matrícula n° 209236-00;
d) Rosimere Aparecida de Carvalho Lins – Matricula n° 1298992-00;
e) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
f) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
g) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
h) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§4º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Viário:

a) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
b) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
c) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
d) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§5º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Agropecuária:

a) Gercio Marra – Matrícula nº 80233-00;
b) Tatiele de Jesus Fernandes – Matrícula nº 1234196-00;
c) Edson Pires dos Santos – Matrícula n° 142603-00;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§6º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego:

Joelma Lourenção Neves – Matrícula nº 179981-00;
Felipe Rodrigues Pdilha – Matrícula n° 209279-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§7º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I – Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Hugo Dherê:
Sandra Maria Sbizera – Matrícula n° 1476184-00;
Maria Lucia dos Santos – Matrícula n° 36447-00;
Claudete de Oliveira – Matrícula n° 14888102;
Denise Apolinario Lima Pereira – Matrícula n° 96180-02;
e) Evedir Magnoni Valladão – Matrícula nº 54208-03;
f) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
g) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
h) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
i) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

II – Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Primeiros Passos:

a) Angela Maria Koakoski Fachinetti – Matrícula nº 134511-00;
b) Marlí Aparecida Varolo Ribeiro – Matrícula nº 37575-04;
c) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
d) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
e) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
f) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

III – Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Girassol:
a) Cristiane Maria Breier – Matrícula nº 129836-00;
b) Íris Cristiane de Souza – Matrícula nº 79960-00;
c) Gabrielle Muller – Matrícula n° 176109-00;
d) Sidneia Alves de Jesus – Matrícula n° 133558-03;
e) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
f) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
g) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
h) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

IV – Escola Municipal Presidente Kennedy:

a) Fábio Kakimori Perisato – Matrícula nº 109681-00;
b) Renata Aparecida Pereira – Matrícula nº 132845-02;
c) Selma Fachinetti Neri – Matrícula nº 80152-00;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

V – Escola Rural Maria Carolina Engel:

a) Lucinéia de Oliveira – Matrícula nº 149780-01;
b) Raiana Maiara Pedral – Matrícula nº 135038-01;

c) Laressa Pedral Siqueira – Matricula n° 177067-00;
d) Luiza Francisca Pinheiro – Matrícula n° 1215370-00;
e) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
f) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
g) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
h) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

VI – Escola Rural Municipal José de Alencar:

a) Dejanira de Souza Alves Roque – Matrícula nº 133230-00;
b) Lucilene Luzia Barbosa – Matrícula nº 133329-00;
c) Gislaine da Silva – Matrícula n/ 177377-00;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

VII – Escola Rural Municipal Osvaldo Cruz:

a) Marlene Aparecida Gonçalves – Matrícula nº 99350-00;
b) Lucilene Luzia Barbosa – Matrícula nº 133329-00;
c) Adriana Tristão de Souza – Matrícula n° 101966-00;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

VIII – Escola Municipal Castro Alves:

a) Luiza Mancini Hoffman – Matrícula nº 79146-00;
b) Maria Ednalda Figueiredo Mancini – Matrícula nº 46701-06;
c) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
d) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
e) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
f) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

IX – Escola Municipal Rainha dos Apóstolos:

a) Maria Helena Lopes – Matrícula nº 48763-00;
b) Nágila Lobato Marconato Garcia – Matrícula nº 96210-03;
c) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
d) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
e) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
f) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

X – Escola Municipal Maximirian:

a) Vanderlei Aparecido Nougueira – Matrícula nº 133604-02;
b) Larrin Divino Souza – Matrícula nº 176168-01;
c) Cristiane Calssavara – Matrícula n° 74268-00;
d) Jaci Aparecida da Silva – Matrícula n° 37249-00;
e) Bárbara Caroline Lopes Ferreira – Matrícula n° 179612-00;
f) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
g) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
h) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
i) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

XI – Casa da Cultura:

a) Marilza Barbosa de Souza – Matrícula nº 110515-04;
b) Barbara Caroline Lopes Ferreira – Matrícula nº 179612-00;
c) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
d) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
e) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
f) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

XII – Secretaria Municipal de Educação
a) Sandra Maria de Oliveira – Matrícula nº 149101-01;
b) Danubia Serafim Vieira Graton – Matrícula n° 103357-02;
c) Wilson dos Santos Junior – n° 1308696-00;
d) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
e) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
f) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
g) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

XIII – Centro Municipal de Contraturno Escolar Suely Moreira Perissato
Higo Silva Monteiro – Matricula n° 175269-00;
Vinicius Hissayoshi Nishida – Matrícula n° 1259482-00;
c) Bárbara Caroline Lopes Ferreira – Matrícula n° 179612-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§8º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal do Esporte Lazer e Turismo:

Ricardo Alexandre da Silva – Matrícula n° 1240480-00;
Daniela Alexandra Garcia Trindade - Matrícula nº 39691-03;
Julio Cesar Gonçalves – Matrícula n° 115924-01;
Edicarlos Merencio Silvino – Matrícula n° 165999-01
Carlos Ricardo Colman Schimmel – Matrícula n° 211788-0;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§9º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Fazenda:

a) Fábio Rodrigues da Silva – Matrícula nº 119792-03;
b) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
c) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
d) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
e) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§10º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Saúde:

I – Secretaria Municipal de Saúde:

Daniele Cristina da Silva - Matrícula nº 150541-00;
Maiara Pereira dos Santos – Matrícula n° 1280456-00;
Regis Felipe Aprigio Manfroi – Matrícula n° 1221760-00;
Regis de Lima Nery – Matrícula nº 396482-00;
Wilson dos Santos Junior - Matrícula nº 1308696-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00;
Natalia Vieira da Silva Kalaf – Matrícula n° 177083-00;
Adão Vitoriano da Silva – Matrícula n° 28061-01.

II – Unidades Básicas de Saúde:

Franciele Gonzales Lopes Tanaka - Matrícula nº 175919-01;
Regis Felipe Agripino Manfroi – Matrícula nº 1221760-00;
Wilson dos Santos Junior - Matrícula nº 1308696-00;
Regis de Lima Nery – Matrícula nº 396482-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00;
Daniele Cristina da Silva – Matrícula n° 150541-00;
Maiara Pereira dos Santos – Matrícula n° 1280465-00;
Daniele Aparecida Signori – Matrícula n° 176370-00;
Izabel Leal Vitoriano da Silva – Matrícula n° 47104-02
Adão Vitoriano da Silva – Matricula n° 28061-01.

III – Pronto Atendimento Municipal:

a) Lídia de Lima – Matrícula nº 32310-00;
b) Maiara Pereira dos Santos – Matrícula nº 1280465-00;
c) Regis Felipe Agripino Manfroi – Matrícula nº 1221760-00;
d) Wilson dos Santos Junior - Matrícula nº 1308696-00;
e) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
f) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
g) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;

h) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00;
i) Daniele Cristina da Silva – Matrícula n° 150541-00;
j) Natalia Vieira da Silva Kalaf – Matrícula n° 177083-00;
k) Adão Vitoriano da Silva – Matrícula n° 28061-01.

IV – Medicamentos e Materiais Hospitalares em geral:

a) Enio Luiz Cruz – Matrícula nº 70548-00;
b) Debora Luzetti de Gomes – Matrícula nº 139483-01;
b) Maiara Pereira dos Santos – Matrícula nº 1280465-00;
c) Wilson dos Santos Junior - Matrícula nº 1308696-00;
d) Daniele Cristina da Silva – Matrícula n° 150541-00;
e) Natalia Vieira da Silva Kalaf – Matrícula n° 177083-00;
f) Izabel Leal Vitoriano da Silva – Matrícula n° 47104-02;
g) Adão Vitoriano da Silva – Matrícula n° 28061-01.

V – Vigilância em Saúde:

Regis Felipe Agripino Manfroi – Matrícula nº 1221760-00;
Regis de Lima Nery – Matrícula nº 396482-00;
Wilson dos Santos Junior - Matrícula nº 1308696-00;
Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00;
Telma Tristão de Camargo – Matrícula n° 50792-01;
Nayra Stelger da Silva – Matrícula n° 1244353-01;
Adão Vitoriano da Silva – Matrícula n° 28061-01.

§11º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal do Meio Ambiente:
a) Josiane Bolonhezi – Matrícula nº 1262866-01;
b) Estevan Eleutério Teixeira - Matrícula nº 224-00;
c) João Batista da Silva – Matrícula n° 29106-00;
d) Denilson Cosme de Almeida - Matricula n° 154040-00;
e) Valdecir Messias da Rocha – Matrícula n° 34274-00
f) Augusto Bachiega Ferreira – Matrícula n° 167118–00;
g) Norberto Amado de Camargo – Matrícula n° 11045-00;
h) Edson Pires dos Santos – Matrícula nº 142603-00;
i) João Geraldo Ferreira da Silva – Matrícula nº 33081-00.

§12º Ficam designados os fiscais de contratos na Secretaria Municipal de Planejamento:
Uelinton Fabio Geronimo – Matrícula nº 149560-00.

Art. 2º Incumbe aos fiscais de contrato nomeados no artigo anterior, receber o objeto(s) provisoriamente, para efeito de verificação de sua compatibilidade, natureza, qualidade, especificações, funcionamento, etc., com o que foi exigido no Edital e no Contrato Administrativo.
I. Fica fixado o prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** para que o fiscal de contrato promova o recebimento, fiscalização e exame quanto à adequação do objeto ou serviço, podendo promover testes ou outras verificações aplicáveis.
II. Incumbe ao fiscal avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las ao gestor do contrato para deliberação
III. Verificando o fiscal que o objeto ou serviço não atende as especificações exigidas, deverá ser rejeitado no todo ou em parte, concedendo-se prazo de **05 (cinco)** dias ao contratado para que corrija, substitua ou refaça as próprias custas.

Art. 3º Os fiscais nomeados nesta Portaria servirão para o recebimento do objeto, para aferir a sua eficácia, qualidade, especificidade e natureza e, ainda, se foi executado, prestado ou entregue em conformidade com as condições exigidas no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 4º Designar como gestores de contratos administrativos os secretários municipais nomeados em cada pasta.

Art. 5º Aos gestores de contrato caberão as seguintes atribuições:
I. convocar e coordenar reunião inicial, registrada em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual e da forma de apresentação dos documentos exigíveis para pagamento mensal ou eventual;
II. manter em sua unidade cópia do contrato e de suas atualizações e disponibilizá-la aos fiscais para conhecimento das regras estabelecidas, com vistas à devida e adequada gestão e fiscalização do contrato;
III. emitir ordens de serviço/fornecimento e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;
IV. receber, manifestar-se e dar o encaminhamento devido a dúvidas ou questionamentos feitos pela contratada e pela fiscalização, centralizando as informações;
V. zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação do Prefeito Municipal pedido de alteração;
VI. controlar o prazo de vigência do contrato para que a execução seja tempestiva;
VII. encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 60 dias do vencimento do contrato, o pedido devidamente justificado de prorrogação de vigência acompanhado da anuência da contratada, pesquisa de mercado e avaliação dos resultados obtidos que comprovem a necessidade e a vantagem econômica da contratação;
VIII. informar documentalmente à Secretaria Municipal de Administração, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato após o devido processo administrativo;
IX. acompanhar o saldo das notas de empenho e, quando necessário, requerer os respectivos reforços, mantendo o financeiro informado acerca dos pagamentos eventualmente pendentes;
X. informar ao financeiro, até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho a conta de restos a pagar;

Art. 6º A fiscalização de serviços e obras contratados pelo Município ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

§1º Fica designado como fiscal de obras contratas pelo Município de Terra Roxa o ocupante do cargo de Diretor de Obras e Edificações, e caberá as seguintes atribuições:
a. participar das reuniões inicial, de trabalho e de conclusão da execução contratual;
b. verificar se, na entrega de material ou na prestação de serviço, a especificação, valor unitário ou total, a quantidade e prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
c. anotar, em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato;
d. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;
e. manifestar-se acerca de solicitação da contratada para prorrogação da execução/entrega do objeto contratual sobre os seguintes itens:
− existência de interesse na continuidade de execução dos serviços;
− eventuais prejuízos causados a municipalidade em razão do atraso e do prazo de prorrogação a ser concedido, quando for o caso; e
− fatos supervenientes que justifiquem a prorrogação de prazos de execução dos serviços.
f. submeter ao gestor (secretário) a manifestação de prorrogação sobre a execução/entrega do objeto contratual;
g. receber provisoriamente, quando não houver designação de comissão de recebimento, as aquisições ou serviços de acordo com as regras contratuais;
h. propor a revisão de valores a serem pagos à contratada e registrar em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato, quando, por exemplo:
− não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as obrigações contratadas; e
− deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à pactuada.

i. apresentar relatórios que subsidiem o ateste da nota fiscal;
j. informar ao gestor eventual incapacidade técnica da empresa na execução contratual;

k. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento contratual, a aplicação de sanções à contratada de acordo com as regras estabelecidas no ato convocatório e/ou contrato;
l. elaborar, quando exigido, relatórios, laudos e pareceres das atividades de fiscalização técnica da execução do contrato; e
m. desenvolver outras atribuições oriundas das cláusulas e especificidades contratuais.

Art. 7º Em caso de necessidade eventual de substituição de fiscal ou gestores, será emitida Portaria específica para este fim.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se em especial a portaria nº 17092/2026.

Terra Roxa, 05 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:DD10D469

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17127/2026

PORTARIA N° 17127/2026

PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Ivan Reis da Silva, no uso das atribuições previstas na Lei Orgânica, e tendo em vista o Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Lei Municipal nº 1.776, de 22 de outubro de 2019,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os membros da Comissão Processante Permanente para Apuração e Aplicação de Medidas de Responsabilização de Pessoas Jurídicas pela Prática de atos lesivos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta – PAAR, instituída pela Portaria nº 16616/2025, de 26/03/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 27/03/2025, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas, no prazo de 30 dias, os fatos de que trata o Processo n° 02/2026 em desfavor da empresa SANIGRAN LTDA, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:A997C012

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17128/2026

PORTARIA N° 17128/2026

PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Ivan Reis da Silva, no uso das atribuições previstas na Lei Orgânica, e tendo em vista o Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Lei Municipal nº 1.776, de 22 de outubro de 2019,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os membros da Comissão Processante Permanente para Apuração e Aplicação de Medidas de Responsabilização de Pessoas Jurídicas pela Prática de atos lesivos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta – PAAR, instituída pela Portaria nº 16616/2025, de 26/03/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 27/03/2025, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas, no prazo de 30 dias, os fatos de que trata o Processo n° 03/2026 em desfavor da empresa MARCELO SIMONI - ME, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:2E369E70

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE REVELIA

TERMO DE REVELIA

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo, designado por V. Senhoria por meio da Portaria nº 16616/2025, de 26 de março de 2025, publicada no Diário Oficial em 27 de março de 2025, e tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 16 da Instrução Normativa nº 001/2023, **declaro a REVELIA** da senhora **SOLANGE MARIA DE CARVALHO PAIXÃO,** representante legal da empresa **GLOBAL TEK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 05.009.984/0001-95**, com último endereço sabido como Rua Canario da Terra n. 1157 - Aphaville, na cidade de Siqueira Campos – PR, CEP: 84.940-000 acusado no processo Administrativo nº 01/2026, por ter sido regularmente citado por edital publicado no Diário Oficial do Município de Terra Roxo-PR, conforme comprovam os documentos acostados aos autos às fls. 30, uma vez que o acusado foi citado e cientificado regularmente e não ter comparecido para, pessoalmente ou por intermédio de seu procurador legalmente constituído, acompanhar o processo administrativo, exercendo amplamente o seu direito de defesa e contraditório e apresentar defesa dentro dos prazos legais estabelecidos na legislação pertinente.

Terra Roxa, 05 de fevereiro de 2026.

JESSICA BISPO DOS SANTOS CAETANO
Presidente da Comissão PAAR

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:080B0CA5

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4603

DECRETO Nº.4603/2026

Ementa**:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 754.445,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	761	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	**12.1.15.122.1350.2050 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas** 339093 - Indenizações e restituições **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	600.000,00
Suplementar	909	Secretaria Municipal da Fazenda	**5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00501 - Receitas de Alienações de Ativos - E.C.	154.445,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o superávit Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2025, conforme prevê o inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de
março de 1964, na importância de R$ 754.445,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso	
00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	600.000,00
00501 - Receitas de Alienações de Ativos - E.C.	154.445,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 5 de Fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:8F7510A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 24/02/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2026, que tem como objeto a **Aquisição, Eventual E Futura De Combustíveis Para Os Veículos E Máquinas Que Compõem A Frota Municipal De Terra Roxa/Pr, Para Abastecimento No Distrito De Santa Rita D'oeste, Neste Município, Com Base No Maior Percentual De Desconto Sobre O Preço Médio Do Levantamento De Preços Da Agência Nacional Do Petróleo,** no valor máximo de R$ 422.620,00 (Quatrocentos e vinte e dois mil e seiscentos e vinte reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário de Administração

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:5D343D05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 118

O Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
WHELITON VIANA POLLI DOS SANTOS	201201	CONTADOR	6º
GILDO JOSÉ DA SILVA LIMA	200892	MOTORISTA D	20º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 1458, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da
última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação
4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista
5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 06 de fevereiro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:879A1886

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6056, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia membros do Conselho Municipal da Cidade de Tijucas do Sul.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal da Cidade de Tijucas do Sul, com as seguintes representações e representantes, conforme a Lei 242, de 27 de dezembro de 2010:

1.Representantes das Secretarias Municipais:
Titular: Everaldo Schlosser – RG 9.059.354-4/SSP/PR – Sec. Desenvolvimento Econômico
Suplente: Amanda Larissa Carvalho Mickus – RG 10.773.684-0 PR Sec. Desenvolvimento Econômico
Titular: Evandro Krachinski Duarte – RG 8.269.280-0/SSP/PR – Sec. Administração e Planejamento
Suplente: Eder Fabiano Santos – RG 10.605.344-8/PR Sec. Administração e Planejamento
Titular: Luan Henrique de Souza Silva – RG 9.567.692-8 PR Sec. Urbanismo, Segurança e Trânsito
Suplente: Jefferson Rocha de Lima – RG 9.612.830-4/SSP/PR – Sec. Cultura e Turismo
Titular: Keubi Jean da Costa – RG 10.959.795-7/SSP/PR – Sec. Meio Ambiente e Serviços Públicos
Suplente: Giovana de Oliveira da Costa – RG 14.071.245-0/SSP/PR – Sec. Meio Ambiente e Serviços Públicos
Titular: Jahir Alarcão Junior – RG 16.186.861-2/SSP/SP – Sec. Agricultura
Suplente: José Antônio dos Santos – RG 6.351.950-2/SSP/PR – Sec. Obras e Viação.

2. Associações Representativas dos Moradores Locais
Titular: Giovane José Chicovis – CPF: 069.902.229-05
Suplente: Pedro Luis da Rocha – CPF: 746.153.359-20
Titular: Carlos Sebastião Andrade – CPF: 038.838.599-58
Suplente: Jean Michael Faccin – CPF: 060.142.289-93

3. Representante do Comércio Local
Titular: Giovani Silva Nunes – CPF: 667.292.389-68
Suplente: Juliano dos Santos – RG 7.713.362-3 PR

4. Representante do Setor Imobiliário Local
Titular: João Alceu Zepechouka – CPF: 638.380.289-53
Suplente: Bianca Okayama Castanha – CPF: 001.395.469-52

5. Representante do Setor Industrial Local
Titular: Walter Leão Guimarães – RG 18R1456.438
Suplente: Roberta Bilau Moreira Santos – RG 10.084.112-6 PR

6. Representantes dos Trabalhadores / Produtores Rurais
Titular: Lourival Pereira da Silva – RG 6.197.509 PR
Suplente: João Camilo Valter – RG 4.313.424-2 PR

Art. 2º Fica eleito para presidente, Walter Leão Guimarães – RG 18R1456.438, representante do setor industrial local e para Secretário Executivo, Everaldo Schlosser - RG: 9.059.354-4/SSP/PR, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros, descritos no art. 1º deste Decreto, será até 01 de dezembro de 2027.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, não retroagindo seus efeitos.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:5DFC6310

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6057, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CONDE.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
DECRETA
Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Tijucas do Sul, os seguintes representantes, conforme a Lei Municipal 774-2021 e documentos correspondentes:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Titular: Everaldo Schlosser – RG: 9.059.354-4/SSP/PR;
Suplente: Elves Marcelo Leprevost – RG: 5.402.250-6/SSP/PR.
II – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:
Titular: Evandro Krachinski Duarte – RG: 8.269.280-0/SSP/PR;
Suplente: Adelar Cristovão Fagundes - RG: 1.613.596-8 /SSP/PR.
III – Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo, Segurança e Trânsito:
Titular: – Luan Henrique de Souza Silva – RG: 9.567.692-8/SSP/PR;
Suplente: Amanda Valenga Schelbauer – RG: 11.036.553-5/SSP/PR.
IV – Representantes de Associação Comercial e Empresarial de Tijucas do Sul:
Associação Comercial e Empresarial de Tijucas do Sul - ACETIS
Titular: Walter Leão Guimarães – RG: 18R1456438 SESP SC;
Suplente: Mélcior José Misga – RG: 4.895.603-3 PR.
V – Representantes do Conselho Municipal da Cidade:
Titular: José Antônio dos Santos - RG: 6.351.950-2/SSP/PR;
Suplente: Jahir Alarcão Junior – RG: 16.186.861-2/SSP/SP.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, não retroagindo seus efeitos.

Art. 4º O mandato dos Conselheiros, descritos no art. 1º deste Decreto, será até 21 de fevereiro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:61D28FE6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6058, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia membros da Comissão de Regularização Fundiária.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 13, da Lei nº 748, de 25 de maio de 2021
DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Regularização Fundiária do Município de Tijucas do Sul, composta pelos seguintes integrantes:

I – Representantes da Secretaria de Administração:
Aleksander Versalli Pereira, RG: 5.415.093-8/SSP/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil;
Amanda Valenga, RG: 11.036.553-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil.
Guilherme Elias de Arruda Scheer, RG: 6.977.177-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.
Laura Livia Correa, RG: 13.102.073-2/SSP/PR, ocupante do cargo de Coordenador I.

II – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Giovana de Oliveira da Costa, RG: 14.071.245-0/SSP/PR, ocupante do cargo em comissão de Assessor II.

III – Representante da Secretaria de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres:
Sônia Mara Rocha da Silva, RG: 4.186.119-3/SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente Social.

IV – Representante da Procuradoria Jurídica:
Flávio Adolfo Veiga, RG: 3.392.504-2/SSP/PR, ocupante do cargo de Advogado;

Art. 2º As decisões da comissão que tratem de indeferimento de pedido de regularização poderão ser firmadas por um mínimo de 03 (três) membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o representante da Procuradoria Jurídica.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4785, de 16 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:ECD60CCD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6059, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Membros da Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes servidores para compor a comissão de que trata este decreto:

- **Sandra Camargo**, portadora da cédula de identidade com RG nº 5.371.528-1/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

- **Andrea Zeglin**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 5.251.095-3/SSP/PR, titular do cargo de Assistente Administrativo III;

- **João Batista da Costa**, portador da cédula de identidade com R.G. 1.563.35-1/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Fiscal de Tributos.

- **Danilo José dos Santos**, portador da cédula de identidade com R.G. 8.436.670-6/SSP/PR, titular do cargo de Professor.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 5446/2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:5587FB40

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6060, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia os Membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Processo Administrativo Ordinário

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA
Art. 1º Nomear os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e de Processo Administrativo Ordinário, que passa a ter a seguinte composição:
- Presidente - **Sônia Gama Ruberti Birskis**, portadora do RG nº 73264146/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Advogado;
- Membro - **Samara Gislaine Pereira**, portadora da cédula de identidade com R.G. 10.773.501-1/SSP/PR, titular do cargo em comissão de Coordenador II;
- Membro - **Victor da Rocha Alves**, portador da cédula de identidade com R.G. 14.728.565-5/SSP/PR, titular do cargo em comissão de Assessor II.
- Membro - **Pedro Carlos de Lima**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 4.031.51-3, titular do cargo efetivo de Motorista D.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 4741/2023 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:C3F9C56C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6061, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera, a pedido, BRUNA YAMAGUCHI do cargo de Fisioterapeuta

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, **BRUNA YAMAGUCHI**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 6.567.381-9/SSP/PR, matrícula funcional nº 1508, do cargo de Fisioterapeuta, nomeada por meio do Decreto nº 2458, de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos em 08 de fevereiro de 2026.**

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:A590DD2D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6062, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Membros da Comissão para Deliberações e Autorizações necessárias do Mercado Municipal de Orgânicos de Tijucas do Sul.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados os seguintes servidores para compor a comissão de que trata este decreto:

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:
- **Jahir Alarcão Junior**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 16.186.861-2;

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
- **Elves Marcelo Leprevost**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 5.402.250-6;

Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:
- **Jefferson Rocha de Lima**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 9.612.830-4;

Representante da Coordenação do Mercado Público Municipal da Capital dos Orgânicos:
- **Antonio Claudio Martins**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 15.874.160-1;

Representante da Associação Comercial e Empresarial de Tijucas do Sul – ACETIS:
- **Carina Pereira Carvalho**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 8.515.476-1;

Representante da Cooperativa de Produtores de Orgânicos de Tijucas do Sul:
- **Eliana Maria Borges**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 13.459.484-5;

Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Rurais de Tijucas do Sul:
- **Marli Catarina Vieira Carvalho da Rocha**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 1.694.987-6;

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:
- **Ariadne Caroline Nascimento Saraiva**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.324.847-7;

Representante do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDERS:
- **João Camilo Valter**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 4.312.424-2

Representante do Conselho Municipal de Turismo:
- **Jane Beatriz Dissenha Fagundes**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 3.220.582-8.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 5838/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:C8A8399E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6063, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia LUIS ANTÔNIO CAMARGO para o cargo em comissão de Coordenador II

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado **LUIS ANTÔNIO CAMARGO**, portador da cédula de identidade nacional CIN nº 809.***.***.-87/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, desenvolvendo suas atividades de coordenação na Secretaria de Governo e demais funções descritas no Art. 16 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02 de fevereiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:93098300

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6064, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado **JOÃO ELÓI DA MAIA**, portador da cédula de identidade civil nº 3.367.428-7/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, desenvolvendo suas atividades de coordenação na Secretaria Municipal de Obras e Viação e demais funções descritas no Art. 16 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02 de fevereiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:9279770F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001, DE 07 DE JANEIRO DE 2026
(REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

"Divulga os Feriados Nacionais, Estaduais e Municipais e os dias de Ponto Facultativo para o ano de 2026 e confere outras providências''

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º Divulgar os Feriados Nacionais, Estaduais e Municipais e os dias de Ponto Facultativo para o ano de 2026, relativo aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e indireta do Poder Executivo, bem como para as atividades privadas locais do Município de Tijucas do Sul, Paraná, a seguir relacionados:

I - 1º de janeiro, quinta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
II - 2 de janeiro, sexta-feira, recesso;
III - 16 e 17 de fevereiro, segunda e terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
IV - 18 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas (ponto facultativo);
V - 2 de abril, quinta-feira (ponto facultativo);
VI - 3 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
VII - 20 de abril, segunda-feira (ponto facultativo);
VIII - 21 de abril, terça-feira, Tiradentes (feriado nacional);
IX - 1º de maio, sexta-feira, Dia do Trabalho (feriado nacional);
X - 4 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
XI - 5 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);
XII - 7 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
XIII - 14 de setembro, segunda-feira (ponto facultativo);
XIV - 15 de setembro, terça-feira, Dia de Nossa Senhora das Dores (feriado municipal);
XV - 12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
XVI - 28 de outubro, quarta-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
XVII - 2 de novembro, segunda-feira, Finados (feriado nacional);
XVIII - 14 de novembro, sábado, Dia da Emancipação Política do Município (feriado municipal);
XIX - 15 de novembro, domingo, Proclamação da República (feriado nacional);
XX - 20 de novembro, sexta-feira, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (feriado nacional);
XXI - 19 de dezembro, sábado, Emancipação Política do Estado do Paraná (ponto facultativo);
XXII - 24 de dezembro, quinta-feira, ponto facultativo (Referente ao Feriado de Natal);
XXII - 25 de dezembro, sexta-feira, Natal (feriado nacional);
XXIV - 31 de dezembro, quinta-feira, ponto facultativo (Referente ao Feriado da Confraternização Universal);

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais ou que não possam ser paralisados sem comprometimento da eficiência nas questões afetas às respectivas áreas.

Parágrafo único. Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a análise da eventual necessidade de expediente nos dias declarados como de ponto facultativo, bem como a deliberação sobre a forma de compensação do expediente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 07 de janeiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:22D80BB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 23, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder férias, no período de 04 de fevereiro a 13 de fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, ao servidor **CHRISTIANO CAMARGO**, matrícula nº 350, portador da cédula de identidade com RG nº 8.090.824-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Controlador Interno, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **04 de fevereiro de 2026.**

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:06D5A159

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 05, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Equipe de Apoio de Licitação cedida pela Prefeitura Municipal para realização de pregão no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a necessidade de realizar um pregão no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social para contratação de instituição financeira oficial para a prestação de serviços a fins de operacionalização e gerenciamento da folha de pagamento de remuneração de servidores ativos, aposentados e pensionistas do

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul;
CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal possui uma equipe especializada em licitações, capacitada para conduzir o processo de forma eficiente e em conformidade com a legislação vigente;
CONSIDERANDO o interesse em contar com o apoio da referida equipe de licitação para a realização do pregão no RPPS;
CONSIDERANDO que o TIJUCAS DO SUL PREV não possui quadro de servidores suficiente para composição de Comissão de Licitação, nos termos da lei;
CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul cedeu sua Comissão de Licitação para atender às necessidades do TIJUCAS DO SUL PREV;
CONSIDERANDO o Decreto nº 5980, de 05 de janeiro de 2026, da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul, que nomeia os Membros da Equipe de Apoio de Licitação para a modalidade Pregão e Servidor para exercer a função de Pregoeiro;

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear a Equipe de Apoio de Licitação da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul, conforme Decreto nº 5980, de 05 de janeiro de 2026, para realização de Pregão cujo objeto é a contratação de instituição financeira, público ou privada, inclusive sob a forma de cooperativa de crédito, em caráter de exclusividade de serviços centralizados de processamento de créditos da folha de pagamento gerada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV abrangendo os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a seguinte composição:
I – Pregoeira, Aline Woiakievicz Giombelli, portadora da cédula de identidade com RG n° 10.342.551-4/SSP/PR, nomeada no cargo de Auxiliar Administrativo;

II – Membro, Thaisa Gabrieli dos Santos, portadora da cédula de identidade com RG nº 13.374.515-7/SSP/PR, nomeada no cargo de Assessor I;

III – Membro, Maria Vitória Laska**,** portadora da cédula de identidade com RG nº 14.892.035-4 /SSP/PR, nomeado no cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2° - Caberá à equipe de licitação da Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul fornecer suporte técnico e esclarecer eventuais dúvidas ao RPPS durante todo o processo licitatório.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade até a conclusão do processo licitatório.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 23, de 28 de agosto de 2025.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Keli Cristina Zaclikevic de Lima
Código Identificador:7B8BD090

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

A Concorrência Eletrônica nº 01/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ DA ESTRADA MANOEL PEREIRA VALE, TRECHO LAGOINHA – SALTINHO, COM EXTENSÃO DE APROXIMADAMENTE 7,4 KM, CONFORME CONVÊNIO 83/2025 DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, SEGURANÇA E TRÂNSITO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR**, encontra-se suspenso, em conformidade com a solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo.
A publicação do aviso de suspensão é divulgada no Diário Oficial dos Municípios na edição do dia 06/02/2026.

Tijucas do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

THAISA GABRIELI DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:D38DAE2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO N° 07/2026

Súmula: Atualiza o valor de Requisição de Pequeno Valor no âmbito do Município de Tomazina, conforme a Lei Municipal n.º 409/2016.

O Prefeito de Tomazina, Estado do Paraná, com fundamento no art. 1º, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 409/2016, com redação dada pela Lei Municipal n.º 492/2020

DECRETA:

Art. 1° - O valor de Requisição de Pequeno Valor no âmbito do Município de Tomazina, para o ano de 2026, é de R$ 8.475,55 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme a Portaria Interministerial MPS/MF Nº 13/2026, e atualização prevista no art. 1º, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 409/2016, com redação dada pela Lei Municipal n.º 492/2020.
Art. 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tomazina, 05 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito de Tomazina – PR

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:986F6B8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6935/2026

DECRETO Nº 6935/2026
Data 04.02.2026

Súmula. Exonera servidora efetiva por Aposentadoria e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o art. 31 da Lei Municipal nº 2626/2024 (Estatuto do Servidor),

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada por Aposentadoria, a servidora efetiva, Senhora **Edite Jose de Lima Ferreira**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas, sob a matrícula funcional nº 2615-8/1, aprovada através do Concurso Público nº 003/2003 e nomeada pelo Decreto n°446/2004.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 04 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:A876EA50

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº. 197/2026

EDITAL Nº. 197/2026
05/02/2026
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Edital nº 001/2023 e o Decreto de Homologação nº 5541/2023,

TORNA PÚBLICO:

As convocações dos aprovados no **CONCURSO PÚBLICO** nº 001/2023, em seus respectivos cargos, conforme abaixo relacionados:

MOTORISTA

Classificação	Nome
13°	MATEUS RAMOS DA SILVA CORDEIRO
14°	PAULO RICARDO DE OLIVEIRA

Ficam convocados os aprovados acima descritos para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de 05 (cinco) dias, após sua publicação, em horário de 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min horas, munidos dos seguintes documentos (original e cópia autenticada): Cédula de Identidade, CPF, CTPS, Titulo de Eleitor, comprovante da última votação, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos, 01 (uma) foto 3x4 recente, Atestado de Saúde e Psicológico, Hemograma Completo, Glicemia de Jejum, Tipo sanguíneo, Certidão de Nascimento ou Casamento, Declaração de Bens, Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, comprovante de endereço, PIS/PASEP e Certidão de Antecedentes Criminais.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:D6A4FCA0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Processo Adm: Nº 07/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR A SER FORNECIDA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
Empresas vencedoras valor total: R$ 266.941,85(duzentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos):**YAN VICTOR BURATTI KEHRWALD**(29715044000180) com os lotes: 5, 6, 9 no valor total de R$ 101.670,45 (cento e um mil e seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos).**E J R FRUTAS LTDA**(40809136000161) com os lotes: 2, 3, 10 no valor total de R$ 45.178,70 (quarenta e cinco mil e cento e setenta e oito reais e setenta centavos).**RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA**(03657902000193) com os lotes: 1, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14 no valor total de R$ 120.092,70 (cento e vinte mil e noventa e dois reais e setenta centavos).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:7412EFFF

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Processo Adm: Nº 07/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR A SER FORNECIDA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
Empresas vencedoras valor total: R$ 266.941,85(duzentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos):**YAN VICTOR BURATTI KEHRWALD**(29715044000180) com os lotes: 5, 6, 9 no valor total de R$ 101.670,45 (cento e um mil e seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos).**E J R FRUTAS LTDA**(40809136000161) com os lotes: 2, 3, 10 no valor total de R$ 45.178,70 (quarenta e cinco mil e cento e setenta e oito reais e setenta centavos).**RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA**(03657902000193) com os lotes: 1, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14 no valor total de R$ 120.092,70 (cento e vinte mil e noventa e dois reais e setenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:F45672F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 02/2026 - PSS DE ESTÁGIO - ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado (PSS), designada por meio do Decreto nº 003/2026, no uso de suas atribuições legais,

TORNA PÚBLICO que fica **prorrogado o prazo de inscrições** do Processo Seletivo Simplificado para contratação de estagiários(as), passando a vigorar conforme disposto abaixo:

1. DA PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
Fica prorrogado o prazo para realização das inscrições até o dia **17 de março de 2026**, às **23h59min**.

2. DO CRONOGRAMA
Em razão da prorrogação do período de inscrições, o cronograma do Processo Seletivo Simplificado fica alterado, conforme **Anexo I** deste edital.

3. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Edital nº 01/2026 que não conflitarem com o presente edital de prorrogação.

Local e data a definir.
.

ANEXO I – CRONOGRAMA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS(AS)
EDITAL Nº 01/2026

Fases do Processo Seletivo	Datas
Publicação do Edital	28/01/2026
Início das inscrições	30/01/2026
Encerramento das inscrições	17/02/2026
Divulgação da relação dos inscritos(as)	24/02/2026
Prazo para interposição de recurso contra a relação dos inscritos	24/02/2026 e 25/02/2026
Homologações das inscrições, publicação do local, data, horário da prova e ensalamento	27/02/2026
Divulgação do Ensalamento	06/03/2026
Data provável da Prova Objetiva	08/03/2026
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova	09/03/2026
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar	09/03/2026 e 10/03/2026
Divulgação do gabarito definitivo	11/03/2026
Resultado Classificatório Preliminar	20/03/2026
Prazo para recurso contra o resultado preliminar das provas	23/03/2026 e 24/03/2026
Resultado Final Classificatório e Homologação	27/03/2026

Turvo, 05 de fevereiro de 2026.

SAMOEL CORDEIRO DE SOUZA PRIMO
Presidente da Comissão
Decreto 003/2026

Publicado por:
Cleia de Fátima Moteka Batista
Código Identificador:9C8671FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 29/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 29/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2023, homologado pelo Edital n. 05/2023, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2023, homologado pelo Edital n. 05/2023.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2023.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Auxiliar Educacional – 20 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Andreia Zagulski	103°
Gabriele Baumel	104°
Gabrielly Karolina Barbosa Portela	105°
Vanda Caroline Fiuza	106°
Jaine Stempniak	107°
Lauro Alves Carneiro Neto	108°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleia de Fátima Moteka Batista
Código Identificador:2F3F0AD8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 53/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 53/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Cleia Ribeiro**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 02 de fevereiro de 2026, com prazo de encerramento em 01 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleia de Fátima Moteka Batista
Código Identificador:D384BDFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 58/2026

PSS 03-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 58/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Maria Vanderlea Lara de Oliveira**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Professora, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	20 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 2.826,44 (dois mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 03 de fevereiro de 2026, com prazo de encerramento em 02 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 03 de fevereiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleia de Fátima Moteka Batista
Código Identificador:2BD89AB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 73/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 73/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Giuvane de Oliveira Neves**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza,

	na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 04 de fevereiro de 2026, com prazo de encerramento em 03 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 04 de fevereiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleia de Fátima Moteka Batista
Código Identificador:9ABFDF7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 74/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 74/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Andriele da Silva Martins**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 03 de fevereiro de 2026, com prazo de encerramento em 02 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 04 de fevereiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleia de Fátima Moteka Batista
Código Identificador:C72BB9AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 04/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 08/2026

ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 04/2026 – INEXIGIBILIDADE DELICITAÇÃO N° 08/2026 – Concedente: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica dedireito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 deMaio, 353, Centro, CEP85.150-000, Turvo(PR) – **Beneficiada:** ASSOCIACAO SANTA ANITA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob. nº00.056.983/0001-88, com sede na Estrada Principal, Localidade Saudade Santa Anita no Município de Turvo-PR, neste ato representado pelo seu atual presidente SenhorNivaldo Kaveski, portador do RG sob nº5.828.394-0 SESP/PR e do CPF nº 004.437.299 - 05, residente e domiciliado Saudade Santa Anita, Município de Turvo – **Objeto:** Termo de Colaboração tem por objeto o repasse de Óleo Diesel, conforme o Plano de Trabalho a ser realizado no ano de 2026-**Vigência:** Acordo de Cooperação vigorará de 04/02/2026 até 03/02/2027 – **Valorglobal:** R$21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) – **Foro: Guarapuava(PR) – Assinam,de umlado,o PrefeitodeTurvo(PR)e,deoutro,acontratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:134AED4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de gradil de aço galvanizado para cercamento das unidades escolares municipais de turvo (cmei semente do amanhã, escola santa anita e escola frida).
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 24 de fevereiro de 2026
Início da Sessão: 24 de fevereiro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”
Valor: R$ 291.180,00 (duzentos e noventa e um mil cento e oitenta reais)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 38/2025
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 38/2025)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:8D7D7375

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 10/26

Declara Estável Servidor Público Municipal após cumprimento do Estágio Probatório.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:
P O R T A R I A

CONSIDERANDO o disposto no **art. 19** do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de União da Vitória;
CONSIDERANDO que as servidoras AMANDA BEATRIZ GUIMARAES BUENO, ocupante do cargo de ADVOGADO, e ROSELI FHOGUES OLINQUEVICZ ocupante do cargo de AUXILIAR LEGISLATIVO cumpriram integralmente o estágio probatório, atendendo às exigências legais;
CONSIDERANDO que foram observadas todas as formalidades legais de avaliação, tendo sido emitido **parecer favorável à permanência no exercício do cargo** pela autoridade competente,
RESOLVE:
Art. 1º Declarar **ESTÁVEL** no Serviço Público Municipal de União da Vitória o(a) servidor(a) AMANDA BEATRIZ GUIMARAES BUENO, ocupante do cargo de Advogado e ROSELI FHOGUES OLINQUEVICZ ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo nos termos do art. 19 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

União da Vitória, 05 de Fevereiro de 2026.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO (PR)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:D477A856

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

OBJETO: Registro de preços, para futura e eventual contratação de empresa para locação de equipamentos/sistemas de som, sistema de iluminação e painel de LED, destinados aos eventos realizados pelo Município de União da Vitória/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço.

MODO DE DISPUTA: "Aberto"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 03/03/2026 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 893.458,00 (oitocentos e noventa e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)
Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1237.
E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – *Link*: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Marcelo Otto
Código Identificador:D1DAA9B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) veículos novos, zero quilômetro, cor branca, sendo dois veículos categoria SUV MÉDIO e dois veículos utilitários tipo "pick up" (um com cabine dupla e outro cabine simples) destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretarias Municipais de União da Vitória - PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

MODO DE DISPUTA:"Aberto"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:dia**27/02/2026 a partir das 09h00min**após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 641.220,28 (Seiscentos e quarenta e um mil duzentos e vinte reais e vinte e oito centavos).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, nº 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, cep 84.600-900. Telefone (42) 3521-1238, Telefone (42) 3521-1200.

E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br - ***links LICITAÇÃO e PORTAL DA TRANSPARÊNCIA***
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória - PR, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melissa Banhuk Ribeiro
Código Identificador:4CCB5991

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 46/2026

Altera o art. 15 do Decreto nº 648/2025, que regulamenta, no âmbito do Município de União da Vitória, a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no Sistema Nacional.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º O art. 15 do Decreto nº 648, de 18 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 15. A NFS-e poderá ser cancelada pelo próprio contribuinte até 10 (dez) dias após a emissão ou, após esse prazo, mediante solicitação do contribuinte, ou seu representante legal, devidamente constituído, por meio de processo administrativo, onde deverá conter:
I - identificação do contribuinte;
II - cópia da NFS-e a ser cancelada; e
III - justificativa do cancelamento.
§ 1º Fica a cargo da Divisão de Fiscalização Tributária a requisição de quaisquer outros dados ou documentos a fim de instruir o pedido de solicitação previsto no caput deste artigo, conforme o caso.
§ 2º Deferido o pedido, será feita a liberação da NFS-e para efetivação do cancelamento pelo próprio emitente.
§ 3º Se o cancelamento se realizar após o pagamento do imposto devido, o procedimento disposto neste artigo deverá ser complementado com as providências pertinentes à restituição e/ou compensação de valores."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 04 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:36980BC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 47/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido o Senhor **SILVANO PADILHA VAZ NETO**, da função de MOTORISTA – PSS, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 04 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:525B20D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 48/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **FERNANDA DO ROCIO FONTANA MARTINS**, do cargo de **ZELADORA**, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 04 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E310B09E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 49/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **VALKIRIA DE NOVAIS SANTIAGO**, do cargo de **PROFESSORA**, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 04 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:123BCAA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 50/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **PAOLA STACHNIAK**, da função de AUXILIAR ESCOLAR – PSS, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 04 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:10417A7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 51/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **DANIELE GARMENDIO**, da função de AUXILIAR ESCOLAR – PSS, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 04 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7FEE5692

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 52/2026

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a **2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE UNIÃO DA VITÓRIA**, a ser realizada no dia 12 de fevereiro de 2026, às 20 horas, no Auditório da Estação Ferroviária União, Centro de União da Vitória, a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º A 2ª Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:
I – Incentivar à participação popular na preservação e disseminação cultural com estratégias entre governo, artistas e comunidades, para fortalecer as diversas formas de cultura.
II – Discutir a cultura do município nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica;
III – Realizar eleição da sociedade civil e a escolha dos representantes governamentais do Conselho Municipal de Cultura;

Art. 3º A 2ª Conferência Municipal de Cultura de União da Vitória, terá como tema geral: **"União da Vitória: Cultura mais forte numa cidade Feliz"**

Art. 4º Fica o Secretário Municipal de Cultura autorizado a:
I – Aprovar e promover a publicação do Regulamento da 2ª Conferência Municipal de Cultura de União da Vitória;
II – Dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C4228BCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 52/2026

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a **2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE UNIÃO DA VITÓRIA**, a ser realizada no dia 12 de fevereiro de 2026, às 20 horas, no Auditório da Estação Ferroviária União, Centro de União da Vitória, a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º A 2ª Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:
I – Incentivar à participação popular na preservação e disseminação cultural com estratégias entre governo, artistas e comunidades, para fortalecer as diversas formas de cultura.
II – Discutir a cultura do município nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica;
III – Realizar eleição da sociedade civil e a escolha dos representantes governamentais do Conselho Municipal de Cultura;

Art. 3º A 2ª Conferência Municipal de Cultura de União da Vitória, terá como tema geral: **"União da Vitória: Cultura mais forte numa cidade Feliz"**

Art. 4º Fica o Secretário Municipal de Cultura autorizado a:
I – Aprovar e promover a publicação do Regulamento da 2ª Conferência Municipal de Cultura de União da Vitória;
II – Dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F8A020DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 53/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o Decreto 38/2026, de 30 de janeiro de 2026, que nomeou a Senhora **DARLI TEREZINHA KOSLOWSKI**, para exercer o cargo de **DIRETORA FINANCEIRA, do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor - IMAS**.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:57236079

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 54/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 75.552.136,99 (setenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e seis reais e noventa e nove centavos), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIV 1.003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
969	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	238.856,00
976	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.381.617,89
979	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	32.800.000,00
980	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.419.188,73
981	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.659,00
982	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	594.000,00
991	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.193.349,63
992	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000.000,00
993	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.891.169,21

PROJETO/ATIV 1.029 – Ampliação, Reforma de Bens Públicos

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
975	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.472.744,69
977	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	285.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 1.012 – Construção, Ampl. e Reforma de Centros de Ed. Infantil

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
963	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.053.590,83

ÓRGÃO 14 –SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
PROJETO/ATIV 1.004 – Construção e Manut. de Áreas Esportivas e Lazer

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
960	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	212.961,01

TOTAL CRÉDITO	**75.552.136,99**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação nas respectivas fontes.

Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 54/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4501EB53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 55/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE SUPERAVIT FINANCEIRO NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.271.497,36 (dois milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIV 1.003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
966	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	660.845,55
968	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	481.104,00
981	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	152.266,53
982	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	594.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 1.012 – Construção, Ampl. e Reforma de Centros de Ed. Infantil

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
963	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	381.844,88

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
943	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	1.436,40

TOTAL CRÉDITO	**2.271.497,36**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado superávit financeiro de exercícios anteriores nas respectivas fontes.

Art. 3º Este Decreto acresce os valores referente superávit financeiro ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 55/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de reprogramação de superávit financeiro.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E207B5C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa de Idosa de União da Vitória/PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 3959/2011.
Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Considerando a necessidade de apreciação e deliberação sobre a prestação de contas dos recursos destinados às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs);
Considerando a análise da Prestação de Contas do Incentivo às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), referente ao período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024;
Considerando que o recurso financeiro no valor de R$ 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais) foi integralmente utilizado no exercício de 2023, conforme finalidade do incentivo;
Considerando que o saldo existente em 31/12/2024, no valor de R$ 5.080,81 (cinco mil, oitenta reais e oitenta e um centavos), refere-se exclusivamente a rendimentos decorrentes de aplicação financeira;
Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 05 de fevereiro de 2026, conforme ATA Nº 01/2026.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024.
Art. 2º Registrar que o recurso no valor de R$ 72.800,00 00 (setenta e dois mil e oitocentos reais) foi utilizado no exercício financeiro de 2023, em conformidade com a finalidade do incentivo.
Art. 3º Registrar que o saldo financeiro existente em 31/12/2024, no valor de R$ 5.080,81 (cinco mil, oitenta reais e oitenta e um centavos) corresponde a rendimentos de aplicação financeira, permanecendo disponível em conta específica para utilização conforme a legislação vigente.
Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
União da Vitória/PR, 05 de fevereiro de 2026.

SOELI DE FREITAS GUIMARÃES
Presidente CMDPI

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:61C3BDDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa de Idosa de União da Vitória/PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 3959/2011.
Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Considerando a Deliberação nº 019/2023, que dispõe sobre o Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa;
Considerando a necessidade de apreciação e deliberação acerca da prestação de contas dos recursos destinados ao referido incentivo;
Considerando a análise da Prestação de Contas do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa, referente ao período anual de 2024, compreendendo os pagamentos realizados até 31 de dezembro de 2024;
Considerando que o valor do repasse foi de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), recebido no exercício de 2023;
Considerando que o saldo financeiro existente em 31/12/2024, no valor de R$ 65.203,71 (sessenta e cinco mil, duzentos e três reais e setenta e um centavos), encontra-se disponível em conta específica, decorrente de saldo remanescente e rendimentos de aplicação financeira;
Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 05 de fevereiro de 2026, conforme ATA Nº 01/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa, nos termos da Deliberação nº 019/2023, referente ao período anual de 2024, com pagamentos realizados até 31/12/2024.
Art. 2º Registrar que o recurso no valor de R$ 60.000,00 foi recebido no exercício financeiro de 2023.
Art. 3º Registrar que o saldo financeiro existente em 31/12/2024, no valor de R$ 65.203,71, permanece em conta específica, para utilização conforme a legislação vigente e a deliberação que instituiu o incentivo.
Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

União da Vitória/PR, 05 de fevereiro de 2026.

SOELI DE FREITAS GUIMARÃES
Presidente CMDPI

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5FCC88DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa de Idosa de União da Vitória/PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 3959/2011.
Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Considerando o repasse de recursos referente ao Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa;
Considerando a necessidade de apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas Final, referente ao período anual de 2024;
Considerando que o período de preenchimento do Sistema Integrado de Financiamento e Fiscalização – SIFF ocorreu de 12/12/2025 a 12/02/2026;
Considerando que o valor total do repasse foi de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), recebido no exercício de 2021;
Considerando que o saldo financeiro existente em 31/12/2024, no valor de R$ 99.725,21 (noventa e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos), não foi integralmente executado;
Considerando que houve a devolução de recursos ao Fundo Estadual da Pessoa Idosa, em 14/04/2025, no valor total de R$ 102.062,15 (cento e dois mil, sessenta e dois reais e quinze centavos), correspondente ao saldo remanescente acrescido de rendimentos de aplicação financeira;
Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 05 de fevereiro de 2026, conforme ATA Nº 01/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas Final do repasse referente ao Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa, relativa ao período anual de 2024.
Art. 2º Registrar que o recurso no valor de R$ 180.000,00 foi recebido no exercício financeiro de 2021.
Art. 3º Registrar que o saldo financeiro apurado em 31/12/2024, no valor de R$ 99.725,21, foi devolvido ao Fundo Estadual da Pessoa Idosa, em 14/04/2025, no montante total de R$ 102.062,15, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
União da Vitória/PR, 05 de fevereiro de 2026.

SOELI DE FREITAS GUIMARÃES
Presidente CMDPI

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:50E0CAC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa de Idosa de União da Vitória/PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 3959/2011.
Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Considerando a Deliberação nº 024/2023, que institui o Incentivo Paraná Viaja Mais 60;
Considerando a necessidade de apreciação e deliberação acerca da prestação de contas dos recursos destinados ao referido incentivo;
Considerando a análise da Prestação de Contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, referente ao período anual de 2024, compreendendo os pagamentos realizados até 31 de dezembro de 2024;
Considerando que o valor do repasse foi de R$ 10.115,00 (dez mil, cento e quinze reais);
Considerando que os gastos realizados em dezembro de 2024 totalizaram R$ 10.559,00 (dez mil, quinhentos e cinquenta e nove reais);
Considerando que o saldo financeiro existente em 31/12/2024, no valor de R$ 365,75 (trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), decorre de rendimentos de aplicação financeira;
Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 05 de fevereiro de 2026, conforme ATA Nº 01/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo Paraná Viaja Mais 60, nos termos da Deliberação nº 024/2023, referente ao período anual de 2024, com pagamentos realizados até 31/12/2024.
Art. 2º Registrar que o valor total executado no período foi de R$ 10.559,00, composto pelo valor do repasse acrescido de rendimentos de aplicação financeira.
Art. 3º Registrar que o saldo financeiro existente em 31/12/2024, no valor de R$ 365,75 (trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco

centavos), permanece em conta específica, para utilização conforme a legislação vigente e a deliberação que instituiu o incentivo.
Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
União da Vitória/PR, 05 de fevereiro de 2026.

SOELI DE FREITAS GUIMARÃES
Presidente CMDPI

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4ACDFDB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 005/2026

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 005/2026.
AUTUADO: J. V. DO NASCIMENTO LTDA
CNPJ: 49.631.883/0001-27
ENDEREÇO: Avenida Abilon de Souza Naves, n.º 1115, bairro Cidade Jardim, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Autos de Infração n.º 378/2025 e 379/2024, Termos de Apreensão e Inutilização n.º 382/2025 e 384/2025, todos lavrados em 06/10/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, VIII, XI, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, VIII, XI, e Art. 381.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento mantinha disponível ao público alimentos sem identificação adequada e/ou com prazo de validade expirada. Também, operava sem a Licença Sanitária emitida pelo órgão competente.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 05/2026 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, XI e Art. 542, I.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:2763420F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 007/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 007/2025
AUTUADO: MARIZA MARIA WLADYKA MARINHO LTDA
CNPJ: 79.794.921/0001-23
ENDEREÇO: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, n.º 1411, bairro Nossa Senhora do Rocio, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 186/2024 e Termo de Interdição Cautelar n.º 187/2024, lavrados em 11/06/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, XXXIV e XLIV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII, XXXIV e XLIV c/c Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 120, 124; Norma Técnica da Copel NTC 901100, item 4.20.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que a obra localizada no endereço acima qualificado se encontrava em fase de execução do segundo pavimento, situando-se próxima à rede de alta tensão e ultrapassando o limite de afastamento estabelecido em normativa da COPEL, configurando risco grave e iminente aos trabalhadores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 007/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:0CAE9909

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 013/2024

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 013/2024
AUTUADO: JURANDIR ROLF STEZINGER
CPF: 243.761.599-72
ENDEREÇO: Rua Dom Pedro II, n.º 407, bairro Centro, município de União da Vitória-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 080/2024 e Termo de Interdição Cautelar n.º 081/2024, lavrados em 15/03/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, XLIV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII, XLIV c/c Normas Regulamentadoras NR 18, item 18.12.12 e NR 35, Anexo II.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que a pessoa acima qualificada contratou trabalhadores para execução de serviços de construção civil (pintura) sem a verificação documental obrigatória; e não dispunha de sistema de ancoragem estrutural, deixando que os trabalhadores utilizassem sistema de ancoragem “improvisada”.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 013/2024 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, XI e Art. 542, I.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:4CEC7412

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO

DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 015/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 015/2025
AUTUADO: CLÁUDIA GUEDES KULLER
CPF: 804.390.049-34
ENDEREÇO: Rua Professora Francisca Maria Walnand, n.º 1995, bairro Cidade Jardim, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 339/2024 e Termo de Interdição Cautelar n.º 340/2024, lavrados no dia 13/09/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII; c/c Normas Regulamentadoras NR 35 e NR 18.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que a pessoa acima qualificada contratou empresa terceirizada para execução de serviços de construção civil, os quais realizavam as atividades sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs). Verificou-se, ainda, a ausência de documentos obrigatório em relação a saúde e segurança dos trabalhadores. Por fim, constatou-se que a edificação em obra se encontrava muito perto da rede de alta tensão, conforme notificação da COPEL.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 015/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7C558AD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 016/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 016/2025.
AUTUADO: SL CONECT SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ: 29.271.341/0003-45
ENDEREÇO: Rua Gastão Luiz Cruls, n.º 156, bairro Atuba, município de Curitiba-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 002/2025, lavrado em 07/01/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XLIV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XLIV c/c Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 66, §3º; Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 545, Parágrafo Único, Art. 555, §4º; Lei Federal n.º 6.437/1977, Art. 10, XXXI.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento deixou de cumprir exigências solicitadas através e Termo de Intimação.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 034/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D26803A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 019/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 019/2025
AUTUADO: JAMAL FARAJ
CNPJ: 559.427.099-04
ENDEREÇO: Rua Barão do Rio Branco, n.º 20, bairro Centro, município de União da Vitória.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 062/2025 e Termo de Interdição Cautelar n.º 061/2025, lavrados em 17/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII c/c Normas Regulamentadoras NR 7, NR 35, itens 35.3.1, 35.4, 35.6 e NR18, item 18.7.8.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que a pessoa acima qualificada contratou trabalhadores para execução de serviços de reparo em telhado, os quais realizavam as atividades sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), itens indispensáveis para esse tipo de trabalho. Verificou-se, ainda, a ausência de comprovantes de treinamento para trabalho em altura, bem como do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos trabalhadores para a execução das atividades citadas.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 019/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:AA4337B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 020/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 019/2025
AUTUADO: JAMAL FARAJ
CNPJ: 559.427.099-04
ENDEREÇO: Rua Barão do Rio Branco, n.º 20, bairro Centro, município de União da Vitória.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 062/2025 e Termo de Interdição Cautelar n.º 061/2025, lavrados em 17/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art.

543, XXXIII c/c Normas Regulamentadoras NR 7, NR 35, itens 35.3.1, 35.4, 35.6 e NR18, item 18.7.8.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que a pessoa acima qualificada contratou trabalhadores para execução de serviços de reparo em telhado, os quais realizavam as atividades sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), itens indispensáveis para esse tipo de trabalho. Verificou-se, ainda, a ausência de comprovantes de treinamento para trabalho em altura, bem como do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos trabalhadores para a execução das atividades citadas.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 019/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F9AB2653

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 021/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 021/2025
AUTUADO: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE UNIÃO DA VITÓRIA
CNPJ: 81.647.323/0001-73
ENDEREÇO: Rua Professora Amazília, n.º 348, bairro Centro, município de União da Vitória – PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 067/2025 e Termo de Interdição Cautelar n.º 068/2025, lavrados em 20/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII c/c Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 124; Normas Regulamentadoras NR 7, NR 18, item 18.7.8 e NR 35, itens 35.3.1, 35.4 e 35.6.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento acima qualificado contratou empresa terceirizada para prestar serviço de reparos em telhado (trabalho em altura) sem providenciar para seus trabalhadores o Sistema de Proteção Coletiva Contra Quedas (SPCQ) e o Sistema de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), equipamentos obrigatórios para a atividade em altura.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 021/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3F601E57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 022/2024

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 022/2024
AUTUADO: RAFAEL ROBERTO JACYNTO LTDA
CNPJ: 31.963.323/0001-04
ENDEREÇO: Rua Carlos Cavalcante, n.º 29, bairro Centro, município de União da Vitória-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 133/2024 e 137/2024, Termos de Inutilização Cautelar n.º 134/2024 e 136/2024 e Termo de Interdição Cautelar n.º 135/2024, todos lavrados em 16/05/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, IV, XL, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, IV, XL; c/c RDC ANVISA n.º 216/2004, Anexo, itens 4.1.1, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.12, 4.2, 4.4.1.2, 4.8.6, 4.8.18 e 4.9.1.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento mantinha armazenados alimentos, principalmente de origem animal, sem identificação de origem, data de validade e data de fracionamento. Também, operava a área de manipulação de alimentos com deficiências de boas práticas e na parte higiênico-sanitária.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 022/2024 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6520032C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 022/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 022/2025
AUTUADO: COMERCIAL DE CALHAS SCAPIN LTDA
CNPJ: 89.993.078/0001-70
ENDEREÇO: Rua Dr. João Augusto Barbosa, n.º 54, bairro São Pedro, município de Porto União - SC
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 069/2025, lavrado em 20/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII c/c Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 124; Normas Regulamentadoras NR 18, item 18.7.8 e NR 35, itens 35.3.1, 35.4 e 35.6.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento acima qualificado prestava serviço de reparos em telhado (trabalho em altura) no endereço Rua Professora Amazília, n.º 348, bairro Centro, município de União da Vitória-PR, sem providenciar para seus trabalhadores o Sistema de Proteção Coletiva Contra Quedas (SPCQ) e o Sistema de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), equipamentos obrigatórios para a atividade em altura.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 022/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:83B466B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 023/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 023/2025.
AUTUADO: ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ: 07.289.188/0001-89
ENDEREÇO: Rua Barão do Cerro Azul, n.º 525, bairro Centro, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 064/2025 e Termo de Interdição Cautelar n.º 063/2025, lavrados em 18/03/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXXIII c/c Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 124 e 126; Normas Regulamentadoras NR 11, NR 12, anexo 12, NR 18, itens 18.10.1.28-a e g, NR 35, itens 35.4.1, 35.4.1.2, 35.5.5, 35.5.7, 35.6.1 e 35.6.3.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o a empresa acima qualificada realizava trabalhos em altura com movimentação de carga – içamento de equipamento/máquina por guindaste, contrariando normas de segurança. Não apresentou plano de carga, comprovações de capacitações dos trabalhadores e nem os sistemas antiqueda SPQC E SPQI.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 023/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Art. 532, XI e Art. 542, II.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:07093E54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 026/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 026/2025
AUTUADO: INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA
CNPJ: 27.450.038/0001-12
ENDEREÇO: Rua Cristóvão Colombo, n.º 82, bairro Centro, município de Colina-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 023/2025 lavrado no dia 05/02/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XXIII, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XXIII; c/c Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 40; Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 501; Portaria GM/MS n.º 5.201/2024, anexo 1, item 1.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter deixado de notificar doença ou agravo a saúde, quando teria o dever de fazê-lo, sendo esta notificação obrigatória pelos estabelecimentos e assistência à saúde de interesse epidemiológico.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 026/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:14D2C90F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 034/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 034/2025
AUTUADO: BIJUTERIAS UNIÃO DA VITÓRIA LTDA
CNPJ: 46.860.959/0001-06
ENDEREÇO: Rua Carlos Cavalcanti, n.º 95, bairro Centro, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 148/2025, lavrado em 12/06/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XLIV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XLIV c/c Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 116, Parágrafo Único; Normas Regulamentadoras NR 1, item 1.4, 1.5 e 1.6 e NR 7, item 7.4.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento acima qualificado não apresentou, em inspeção sanitária, a documentação obrigatória relativas à segurança e saúde dos trabalhadores.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 034/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:72331EB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 044/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 044/2025
AUTUADO: MÓVEIS AMADEU'S
CNPJ: 38.483.610/0001-66
ENDEREÇO: Rua Cordovan Frederico de Melo, n.º 298, bairro Bento Munhoz da Rocha, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Autos de Infração n.º 149/2025 e 157/2025 e Termo de Interdição Cautelar n.º 151/2025, lavrados no dia 23/06/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, XLI, XLIV, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, XLI, XLIV c/c Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 121, Art. 128, Parágrafo Único, Art. 147, Parágrafo Único; Normas Regulamentadoras NR 6, item 6.5.1, NR 7, item 7.5.6 e 7.5.19, NR 12, item 12.5.1.
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que a empresa acima qualificada não apresentou diversos documentos obrigatórios em relação a saúde e segurança dos trabalhadores, além de possuir em seu acervo uma máquina com partes móveis desprotegidas, permitindo acesso dos trabalhadores quando em operação.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 044/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:95D51FFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 053/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 053/2025
AUTUADO: SAMARA TATIANE KRAMER
CNPJ: 43.457.110/0001-90
ENDEREÇO: Rua General Carneiro, n.º 03, bairro Cristo Rei, município de União da Vitória-PR.
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 170/2025 e Termo de Interdição Cautelar n.º 172/2025, lavrados em 13/06/2025.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, IV, XL, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, IV c/c RDC n.º 216/2004/ANVISA, Anexo, item 4.8.6, 4.8.18 e 4.9.1.
INFRAÇÃO COMETIDA: Foi constatado que o estabelecimento mantinha alimentos destinados ao consumo sem identificação de origem, data de validade ou data de fracionamento, especialmente produtos de origem animal. Verificaram-se, ainda, deficiências higiênico-sanitárias na área de manipulação de alimentos, ausência de fluxo adequado para o preparo e inexistência de mecanismos eficazes para prevenção de contaminação cruzada. Constatou-se também que o estabelecimento operava sem Licença Sanitária expedida pelo órgão competente.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 053/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.
Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:915912DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA DA SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) N.º 054/2025

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória, através do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) n.º 054/2025
AUTUADO: INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA
CNPJ: 27.450.038/0001-12
ENDEREÇO: Rua Cristóvão Colombo, n.º 82, bairro Centro, município de Colina-PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração n.º 199/2024, lavrado em 20/06/2024.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual n.º 13.331/01, Art. 63, I, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, Art. 543, I; c/c RDC ANVISA n.º 786/2023, Art. 28
INFRAÇÃO COMETIDA: Ter sido constatado que o estabelecimento operava o serviço de análises clínicas sem licença do órgão sanitário competente.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS n.º 054/2025 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Lei Estadual n.º 13.331/2001, Art. 55, I c/c Decreto Estadual nº 5.711/02, Arts. 532, I e 533.

Publique-se e arquive-se.

União da Vitória, 05 de fevereiro de 2026.

HERLI DANIEL DA SILVA
Diretor de Vigilância em Saúde
Decreto N.º 97/2025

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C6EFC2D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260205_175649.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 26/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAY9241	279370T000014803	20/01/2026	55412
AEN6119	279370T000014741	20/01/2026	55412
AKT2E26	279370T000014805	20/01/2026	55412
ALL8E34	279370T000014814	04/02/2026	51851
ANZ7H07	279370T000014735	20/01/2026	55412
ARW1A58	279370T000014743	20/01/2026	55412
ASZ0014	279370T000014734	20/01/2026	55412
AUN2J08	279370T000014742	20/01/2026	55412
AVC9D88	279370T000014804	20/01/2026	55412
AVL2D46	279370T000014733	20/01/2026	55412
AWJ4767	279370T000014761	04/02/2026	55417
AXW5J10	279370T000014745	20/01/2026	55412
AXZ6H26	279370T000014738	20/01/2026	55412
AZF6H39	279370T000014747	20/01/2026	55412
AZX4A84	279370T000014807	20/01/2026	55412
BAU8433	279370T000014808	20/01/2026	55412
BCJ1C60	116100T002901508	28/01/2026	54526
BEU8A33	279370T000014762	04/02/2026	76332
IWE6A93	279370T000014737	20/01/2026	55412
IWQ6C48	279370T000014810	20/01/2026	55412
JAW1C16	279370T000014748	20/01/2026	55412
MAI6H31	279370T000014740	20/01/2026	55412
MCM1F06	279370T000014749	20/01/2026	55412
MCP6A53	279370T000014809	20/01/2026	55412
MEH2501	279370T000014812	20/01/2026	55412
MJA6642	279370T000014802	20/01/2026	55412
MJX2C85	279370T000014744	20/01/2026	55412
NHO3B60	279370T000014813	04/02/2026	51851
OKE6B18	279370T000014750	20/01/2026	55412
OMB4C64	279370T000014801	20/01/2026	55412
QHA8A03	279370T000014806	20/01/2026	55412
QHP3502	279370T000014815	04/02/2026	55680
QIC8E98	279370T000014739	20/01/2026	55412
QIW9H91	116100T002901505	28/01/2026	54600
RLC1A87	279370T000014736	20/01/2026	55412
SDK3I30	279370T000014746	20/01/2026	55412
SXD3G91	279370T000014811	20/01/2026	55412
TPS1B75	279370NIC0008567	16/01/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:CFB70D09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DL 01/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
Processo Administrativo n.° 04/2026
Torna-se público que o(a) Município de Vitorino, Estado do Paraná , por meio do(a) gerencia de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso I*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.
Data da sessão: 13/02/2026
Link: //licitamaisbrasil.com.br/
Horário da Fase de Lances: das 08:00 até as 10:00
Modo de disputa: aberto
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição Totem de inauguração de obra em concreto armado, com fornecimento e instalação inclusos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:3E9B953A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DL 02/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026
Processo Administrativo n.° 05/2026
Torna-se público que o(a) Município de Vitorino, Estado do Paraná , por meio do(a) gerencia de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso I*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.
Data da sessão: 13/02/2026
Link: //licitamaisbrasil.com.br/
Horário da Fase de Lances: das 09:00 até as 11:00
Modo de disputa: aberto
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para fornecimento, retirada e instalação de películas automotivas (insufilme) em veículos e equipamentos rodoviários da frota municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:B596A222

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO DISPENSA 03/2026

Extrato publicação de Dispensa de Licitação 03/2026 - Contratante Município de Vitorino CNPJ 76995463000100 e a empresa **CREATIVE SOLUCOES VISUAIS LTDA** CNPJ – 51.266.660/0001-50. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de estruturas metálicas, comunicação visual institucional em letras caixa com e sem iluminação, para utilização no Centro Municipal de Convivência para Idosos (imóvel do Município) e Sede administrativa bairro Araucária., 8400,00- Dotação Orçamentária 21-24. Motivo da Dispensa. A contratação de serviços, objeto deste Processo é dispensável pelo disposto no artigo 72, da Lei nº. 14,133/21. Data 05/02/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:B3E2BCEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
PORTARIA 01/2026, 3 DE FEVEREIRO DE 2026.

Portaria 01/2026, 3 de fevereiro de 2026.

Institui a exigência de apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo nos processos de aprovação de projetos no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio do Município de Vitorino.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a competência administrativa do Município para disciplinar os procedimentos de análise e aprovação de projetos de edificações e reformas;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade formal da prestação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura e urbanismo submetidos à análise do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 20/2018 (Código Tributário Municipal), especialmente quanto ao cadastro de prestadores de serviços e à emissão de documentos fiscais;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de prevenir situações que possam caracterizar renúncia indevida de receita tributária;
CONSIDERANDO os princípios da moralidade administrativa, da legalidade e da transparência;
CONSIDERANDO o Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA, que veda a prática de honorários vis ou incompatíveis com a dignidade profissional, conforme o art. 10, inciso III, alínea “b”, do Código de Ética do CONFEA;
CONSIDERANDO a tabela de honorários profissionais da Associação dos Engenheiros do Sudoeste do Paraná – SUDENGE, homologada pelo CREA-PR;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, como condição administrativa obrigatória para o protocolo inicial de projetos de novas edificações, ampliações ou

reformas, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio, a apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços referente à elaboração do projeto técnico submetido à análise.

Art. 2º A exigência prevista nesta Portaria possui natureza exclusivamente administrativa, não se confundindo com exigência de comprovação de recolhimento de tributos, nem implicando análise tributária por parte da Secretaria.

Art. 3º A Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá observar as seguintes condições:
I – quando o projeto for elaborado por empresa ou escritório de engenharia, arquitetura ou urbanismo, a nota fiscal deverá ser emitida pela pessoa jurídica regularmente constituída;
II – quando o projeto for elaborado por profissional liberal, a nota fiscal deverá ser emitida pela pessoa física, preferencialmente no Município de Vitorino ou no município de origem do prestador de serviços;
Parágrafo Único – é vedada, para fins de atendimento a esta Portaria, a apresentação de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo, o qual não será aceito como documento hábil.

Art. 4º Nos casos em que a Nota Fiscal de Prestação de Serviços for emitida em município diverso de Vitorino, o responsável técnico deverá apresentar, conjuntamente, Certidão Negativa de Tributos Municipais do município de origem do prestador de serviços.

Art. 5º Quando a prestação de serviços ocorrer por meio de pessoa jurídica, o profissional ou empresa deverá estar regularmente cadastrado junto ao setor de tributação do Município de Vitorino, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 20/2018, quando aplicável.

Art. 6º O valor declarado na Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá ser compatível com a natureza, complexidade e porte do projeto, tendo como referência técnica a tabela de honorários da Associação dos Engenheiros do Sudoeste do Paraná – SUDENGE, homologada pelo CREA-PR.
§1º Valores manifestamente incompatíveis poderão caracterizar honorários vis, em afronta ao Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA.
§2º A Secretaria poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos ou documentação complementar quando identificar indícios de incompatibilidade relevante entre o valor declarado e o serviço prestado.

Art. 7º Ficam dispensados da exigência prevista nesta Portaria:
I – projetos elaborados gratuitamente no âmbito de programas de habitação social, interesse social ou políticas públicas;
II – projetos institucionais elaborados para o próprio Município de Vitorino, no exercício regular de suas atividades administrativas.

Art. 8º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio não exercerá função de fiscalização tributária, podendo, contudo, encaminhar ao setor de tributação municipal situações em que sejam identificados indícios relevantes de irregularidade fiscal ou documental.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todos os protocolos realizados a partir de sua vigência.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Vitorino/PR, 3 de fevereiro de 2026.

Ricardo Bertoncello
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio**Portaria 01/2026, 3 de fevereiro de 2026.**

Institui a exigência de apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo nos processos de aprovação de projetos no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio do Município de Vitorino.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a competência administrativa do Município para disciplinar os procedimentos de análise e aprovação de projetos de edificações e reformas;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade formal da prestação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura e urbanismo submetidos à análise do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 20/2018 (Código Tributário Municipal), especialmente quanto ao cadastro de prestadores de serviços e à emissão de documentos fiscais;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de prevenir situações que possam caracterizar renúncia indevida de receita tributária;
CONSIDERANDO os princípios da moralidade administrativa, da legalidade e da transparência;
CONSIDERANDO o Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA, que veda a prática de honorários vis ou incompatíveis com a dignidade profissional, conforme o art. 10, inciso III, alínea “b”, do Código de Ética do CONFEA;
CONSIDERANDO a tabela de honorários profissionais da Associação dos Engenheiros do Sudoeste do Paraná – SUDENGE, homologada pelo CREA-PR;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, como condição administrativa obrigatória para o protocolo inicial de projetos de novas edificações, ampliações ou reformas, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio, a apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços referente à elaboração do projeto técnico submetido à análise.

Art. 2º A exigência prevista nesta Portaria possui natureza exclusivamente administrativa, não se confundindo com exigência de comprovação de recolhimento de tributos, nem implicando análise tributária por parte da Secretaria.

Art. 3º A Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá observar as seguintes condições:
I – quando o projeto for elaborado por empresa ou escritório de engenharia, arquitetura ou urbanismo, a nota fiscal deverá ser emitida pela pessoa jurídica regularmente constituída;
II – quando o projeto for elaborado por profissional liberal, a nota fiscal deverá ser emitida pela pessoa física, preferencialmente no Município de Vitorino ou no município de origem do prestador de serviços;
Parágrafo Único – é vedada, para fins de atendimento a esta Portaria, a apresentação de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo, o qual não será aceito como documento hábil.

Art. 4º Nos casos em que a Nota Fiscal de Prestação de Serviços for emitida em município diverso de Vitorino, o responsável técnico deverá apresentar, conjuntamente, Certidão Negativa de Tributos Municipais do município de origem do prestador de serviços.

Art. 5º Quando a prestação de serviços ocorrer por meio de pessoa jurídica, o profissional ou empresa deverá estar regularmente cadastrado junto ao setor de tributação do Município de Vitorino, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 20/2018, quando aplicável.

Art. 6º O valor declarado na Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá ser compatível com a natureza, complexidade e porte do projeto, tendo como referência técnica a tabela de honorários da Associação dos Engenheiros do Sudoeste do Paraná – SUDENGE, homologada pelo CREA-PR.
§1º Valores manifestamente incompatíveis poderão caracterizar honorários vis, em afronta ao Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA.
§2º A Secretaria poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos ou documentação complementar quando identificar indícios de

incompatibilidade relevante entre o valor declarado e o serviço prestado.

Art. 7º Ficam dispensados da exigência prevista nesta Portaria:
I – projetos elaborados gratuitamente no âmbito de programas de habitação social, interesse social ou políticas públicas;
II – projetos institucionais elaborados para o próprio Município de Vitorino, no exercício regular de suas atividades administrativas.

Art. 8º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio não exercerá função de fiscalização tributária, podendo, contudo, encaminhar ao setor de tributação municipal situações em que sejam identificados indícios relevantes de irregularidade fiscal ou documental.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todos os protocolos realizados a partir de sua vigência.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Vitorino/PR, 3 de fevereiro de 2026.

RICARDO BERTONCELLO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:A3FFCCB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.094, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.094, de 05 de fevereiro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na Lei nº 1971, de 06 de julho de 2022, que dispõe sobre a readequação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Vitorino;

DECRETA

Art. 1º - Fica atribuída gratificação pelo exercício da função de Assessoramento Pedagógico, conforme disposto no Art. 73 da Lei 1971/2022, as seguintes servidoras:
Ana Rubia Testa, Professora - 40Hrs Educação Infantil, portadora do CPF nº. 082.457.xxx-xx;
Paloma Beatriz Rodrigues, Professora - 40Hrs Educação Infantil, portadora do CPF nº. 095.175.xxx-xx;

Art. 2º - Fica retirada a gratificação pelo exercício da função de Assessoramento Pedagógico, do seguinte servidor:
Deividy Jorge Lorena, professor, portador do CPF nº. 098.192.xxx-xx;

Art. 3º - Fica retirada a gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica, da seguinte servidora:
Marcia Aparecida de Lima da Silva, Professora - 40Hrs Educação Infantil, portadora do CPF nº. 781.069.xxx-xx;

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos em 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de fevereiro de 2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:CFFA7086

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.095, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.095, de 05 de fevereiro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na Lei nº 1971, de 06 de julho de 2022, que dispõe sobre a readequação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Vitorino;

DECRETA

Art. 1º - Fica atribuída gratificação pelo exercício das funções de treinamento esportivo, conforme disposto no Art. 73 da Lei 1971/2022, aos seguintes servidores:
Cristiano Pertile, Professor de Educação Física, portador do CPF nº. 054.342.xxx-xx;
Deividy Jorge Lorena, Professor de Educação Física, portador do CPF nº. 098.192.xxx-xx;
Evandro Gonsalves de Lima, Professor de Educação Física, portador do CPF nº. 036.817.xxx-xx;
Rafael Sales, Professor de Educação Física, portador do CPF nº. 069.985.xxx-xx;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos em 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de fevereiro de 2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:C456DE26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.096, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.096, de 05 de fevereiro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;
Considerando as justificativas apresentadas pela Secretária de Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria da Fazenda;

DECRETA

Art. 1º- Fica concedida a Gratificação Por Tempo Integral, no percentual de 60% (sessenta por cento), conforme previsto no Art. 83-B, I, da Lei 478/94 e suas alterações, aos seguintes servidores:
Rubens Eduardo Eschembach, portador do CPF nº. 058.215.xxx-xx, servidor efetivo investido no cargo de Técnico Administrativo;
Rudimar Ramos, portador do CPF nº. 049.237.xxx-xx, servidor efetivo investido no cargo de Motorista;

Art. 2º - Fica concedida a Gratificação Por Dedicação Exclusiva, no percentual de 40% (quarenta por cento), conforme previsto no Art. 83-B, II, da Lei 478/94 e suas alterações, aos seguintes servidores:
Rudimar Ramos, portador do CPF nº. 049.237.xxx-xx, servidor efetivo investido no cargo de Motorista;

Silvana Gonçalves Pereira, portadora do CPF nº. 997.591.xxx-xx, servidora efetiva investida no cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista;

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:6C22F62A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.097, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.097, de 05 de fevereiro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, Marciano Vottri, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação municipal,
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e convertida na Lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2022, que estabeleceu novas gratificações, bem como critérios objetivos e percentuais para a sua concessão aos servidores efetivos;

DECRETA

Art. 1º- Fica retirada a Função Gratificada FG/SS-06, da servidora Silvana Gonçalves Pereira, portadora do CPF/MF nº. 997.591.xxx-xx, conforme previsto no art. 4º da Lei 1917/2022;

Art. 2º - Ficam investidos em Funções Gratificadas, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 1.917/2021, os seguintes servidores:
I – Jussara dos Santos, CPF nº 038.026.xxx-x, investida na FG/SS-09;
II – Rubens Eduardo Eschembach, CPF nº 058.215.xxx-x, investido na FG/SF-01.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:8B62A329

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.098, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.098, de 06 de fevereiro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Conceição Portela dos Santos, portadora do CPF/MF n.° 051.774.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professora – 20 horas, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 06 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:2B8C0D5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.099, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.099, de 06 de fevereiro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Eloisa Folgassa da Silva Ferrari, portadora do CPF/MF n° 103.034.xxx-xx, aprovada no Concurso Público 01/2024, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira II, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 06 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:6F462D27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.100, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Decreto 6.100, de 05 de fevereiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na Lei nº 1971, de 06 de julho de 2022, que dispõe sobre a readequação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Vitorino,
Considerando o afastamento cautelar da direção da Escola Municipal José Bonifácio através da Portaria da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, nº 03 de 27 de janeiro de 2026.

DECRETA

Art. 1º - Fica atribuída gratificação pelo exercício da função de Direção Escolar, conforme disposto no Art. 73 da Lei 1971/2022, ao servidor Itamar Roberto Tomasi, Professor de Educação Física, portador do CPF nº. 043.477.xxx-xx;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos em 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:48B188C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 43, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Portaria 43, de 05 de fevereiro de 2026

Súmula: Designa servidor para exercerem suas atividades em Regime Suplementar, conforme disposto na Lei Municipal nº 1971/2022.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Itamar Roberto Tomasi, portador do CPF/MF nº. 043.477.xxx-xx, ocupante do cargo público de Professor de Educação Física, para exercer suas atividades em jornada de Regime Suplementar de 20 horas, conforme Lei Municipal 1971/2022, art. 54º;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:003E4C72

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 027/2026 - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PSS TERAPEUTA OCUPACIONAL TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 027/2026

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TERAPEUTA OCUPACIONAL

O Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Terapeuta Ocupacional, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e no Edital de Abertura nº 120/2025, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A **CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA** do Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Terapeuta Ocupacional, considerando a pontuação da prova objetiva, da prova de títulos e aplicados os critérios de desempate, constantes no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 05 de fevereiro de 2026.

CAMILA CANCELIER

Presidente

EDITAL Nº 027/2026 – ANEXO I

QUADRO 01 – TERAPEUTA OCUPACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	NOTA PROVA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	FRANCIELLI PATEL	09/05/1981	8,0	-	8,0
2º	GILDA MIRIAN BOTTINI GAMBETA	11/10/1983	6,5	-	6,5
ELIMINADO	CLECIR TERESINHA PAN GAMBETTA	29/12/1964	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	HAIDE WENDPAP	17/05/1980	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	CELIA RIBEIRO	16/09/1988	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	NADIANI HENGEM	13/05/1990	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	VALQUIRIA NAIARA DA SILVA	19/08/1990	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	ELAINE MARIA LOPES CARVALHO	24/01/1992	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	JANAINA PRICILA MORAES FERREIRA	28/04/2001	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
ELIMINADO	JHONATANN LOTTERMANN	07/10/2002	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:D64D78CD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
NORMATIVA 001-2026 PSS

NORMATIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

ABRE INSCRIÇÕES E INSTITUEM NORMAS DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS NO QUADRO DE PESSOAL NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU PARA ATENDER O PROGRAMA SAUDE DO TRABALHADOR.

O Prefeito Jean Carlos Cardoso, do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1640/2026, resolve instituir as normas para realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado a suprir as necessidades temporárias no Quadro de Pessoal do Município para atender o Programa Saúde do Trabalhador, regendo-se pelas seguintes regras:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O processo seletivo destina-se ao provimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal, para atender o Programa Saúde do Trabalhador conforme Lei Municipal nº 1640/2026, de acordo com a tabela do item 3.1 desta normativa, tem prazo de validade de 01 (um) ano a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Executivo Municipal.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste processo seletivo dar-se-á através do sitewww.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e no Diário Oficial do Município.

1.3. O processo seletivo destina-se ao provimento de vagas em caráter temporário, em regime especial, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

1.4. A convocação para as vagas informadas nesta normativa será feita de acordo com a necessidade e a conveniência do Poder Executivo Municipal, dentro do prazo de validade do processo seletivo.

1.5. A contratação decorrente deste processo seletivo não confere direitos ou expectativa à efetivação no serviço público.

1.6. A existência de classificados em cadastro de reserva não impede a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos pelo município para suprir os cargos previstos no presente edital.

1.7. O período de validade estabelecido para este processo seletivo não gera, para o Município de Cruzeiro do Iguaçu, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados por todo o período de vigência do processo seletivo, podendo ser encerrado o contrato a qualquer tempo.

1.8. A aprovação no processo seletivo não gera direito à contratação/convocação, mas apenas expectativa, sendo obedecida a ordem de classificação rigorosamente.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições serão realizadas **GRATUITAMENTE** pelo próprio candidato, exclusivamente no site da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br no período de **09/02/2026** à **24/02/2026**, finalizando às 23h 59 min. do dia **24/02/2026**.

2.2. Antes de inscrever-se no processo seletivo simplificado, o candidato deve observar, atentamente, as instruções desta normativa, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

2.3. Ao realizar e finalizar a inscrição, o candidato manifestará sua concordância com todos os termos desta normativa sobre o qual não poderá alegar desconhecimento.

2.4. Ficará reservado à pessoa com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das convocações para contratação temporária que venham a surgir durante o ano, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a sua deficiência.

2.5. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas nas Leis Estaduais n.º 16.945/11 e n.º 18.419/15.

2.6. Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o item 2.4, o candidato deverá assinalar, no ato da inscrição, a opção pessoa com deficiência ou PcD. O candidato com deficiência participará do processo seletivo simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste edital. Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos. Tipo de deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função, caracterizada ou não dentro da legislação vigente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado.

2.7. O candidato com deficiência que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos nesta normativa figurará em lista específica e também na listagem de ampla concorrência.

2.8. Ficará reservado o percentual de 10% (dez por cento) das contratações que venham a surgir durante o ano aos candidatos que se autodeclararem pessoa negra (preta ou parda com características fenotípicas negroides), na forma da Lei Municipal n.º 2258/2018.

2.9. Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o item 2.8 o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a função com a opção pessoa negra e entregar juntamente com os documentos de validação da inscrição a auto declaração de pessoa negra, conforme anexo deste edital, a qual passará por análise e verificação de uma Comissão especial para o fim. O candidato inscrito como pessoa negra participará do processo seletivo simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste edital. O candidato que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos nesta normativa figurará em lista específica e também na listagem de ampla concorrência.

3. DOS CARGOS, JORNADA DE TRABALHO, NÚMERO DE VAGAS, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO:

3.1. Estão abertas as inscrições para os seguintes cargos:

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Remuneração	Exigências
Enfermeiro	25h	1 + CR*	3.638,83	Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN
Farmacêutico	25h	1 + CR*	3.364,30	Graduação em farmácia e Registro no Conselho Regional de Farmácia - CRF
Técnico em Enfermagem	25h	1 + CR*	2.020,51	Técnico em Enfermagem e Registro no Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN

CR*: Cadastro de Reserva.

3.2. A jornada de trabalho será executada de segunda a sexta-feira no horário das 17h00 às 22h00, na Unidade Básica de Saúde do Município.

3.3. Os candidatos classificados no cadastro de reserva serão convocados para contratação, na estrita ordem de classificação e, de acordo com a necessidade quando houver o surgimento de novas vagas para o respectivo cargo, observando o prazo de vigência do processo seletivo.

4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

4.1. Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal.

4.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no momento da contratação.

4.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e se do sexo masculino, também com o serviço militar.

4.4. Estar apto física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo.

4.5. Possuir a escolaridade mínima exigida e demais requisitos para o exercício do cargo.

4.6. Não ter sofrido condenação criminal em qualquer âmbito judicial nos últimos 5 (cinco) anos.

4.7. Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, sendo comprovado por declaração assinada pelo candidato.

4.8. Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar em dia com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso.

4.9. Atender às demais exigências contidas nesta normativa.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

ENFERMEIRO:

Escolaridade: Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN

FUNÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

I – planejar, organizar, coordenar e executar as ações de enfermagem no horário estendido;

II – realizar consulta de enfermagem e procedimentos privativos do enfermeiro;

III – supervisionar as atividades do técnico em enfermagem;

IV – executar ações de promoção, prevenção e educação em saúde;

V – prestar assistência direta aos usuários do Programa;

VI – participar da elaboração de protocolos e fluxos de atendimento;

VII – registrar informações em prontuário e sistemas oficiais;

VIII – zelar pelos materiais, medicamentos e equipamentos sob sua responsabilidade;

IX – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;

X – responsabilidade técnica pelo programa e pelo estabelecimento de saúde,

XI – executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo.

FARMACÊUTICO:

Escolaridade: Graduação em farmácia e Registro no Conselho Regional de Farmácia - CRF

FUNÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

I – realizar a dispensação de medicamentos no horário estendido do Programa;

II – promover a atenção farmacêutica e orientar os usuários quanto ao uso correto dos medicamentos;

III – controlar, armazenar e zelar pela conservação dos medicamentos e insumos;

IV – acompanhar prescrições médicas, verificando interações e dosagens;

V – participar de ações educativas voltadas à saúde do trabalhador;

VI – manter registros e relatórios de controle farmacêutico;

VII – garantir o cumprimento das normas sanitárias e técnicas vigentes;

VIII – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;

IX – executar outras atividades compatíveis com a função.

TECNICO DE ENFERMAGEM:

Escolaridade: Técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN

FUNÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

I – prestar assistência de enfermagem sob supervisão do enfermeiro;

II – aferir sinais vitais e preparar pacientes para consultas e procedimentos;

III – administrar medicamentos conforme prescrição médica ou de enfermagem;

IV – realizar curativos, coleta de material para exames e demais procedimentos técnicos;

V – auxiliar no atendimento de urgências de baixa complexidade;

VI – organizar e manter a sala de atendimento em condições adequadas;

VII – registrar informações e procedimentos realizados;

VIII – cumprir normas de biossegurança e rotinas da unidade de saúde;

IX – executar outras atividades correlatas compatíveis com o cargo.

6. DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1. ENFERMEIRO: Os candidatos serão classificados de acordo com a titulação apresentada, à qual serão atribuídas pontuações referentes à ESCOLARIDADE, ao TEMPO DE SERVIÇO e aos títulos de APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, a classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidas as seguintes pontuações:

ESPECIFICAÇÃO	PONTOS
Diploma ou certificado de conclusão com histórico de Enfermagem e comprovante de registro no órgão de classe;	10 pontos
Diploma ou certificado com histórico de conclusão de pós-graduação na área relacionada com a função em que se inscreveu (máximo 02 diplomas/certificados sendo 10 pontos para cada diploma);	20 pontos
Diploma ou certificado de conclusão com histórico de pós-graduação em outras áreas (máximo 01 diploma/certificado sendo 05 pontos);	05 pontos
Diploma ou certificado com histórico de conclusão de mestrado e ou doutorado, (máximo 02 diplomas/certificados sendo 15 pontos para cada diploma);	30 pontos
Cursos na área da função em que se inscreveu a partir do ano de 2020 com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas (máximo de 05 Certificados, sendo 03 pontos por certificado apresentado);	15 pontos
Tempo de serviço na função, comprovado em carteira de trabalho ou declaração fornecida por empregador se órgão público, sem concomitância de tempo com outro vínculo empregatício na função, considerando tempo máximo de 10 anos, sendo o período entre 01/02/2016 a 31/01/2026, contabilizando 02 pontos por ano, não sendo considerado valores fracionados/inferiores a 01 ano.	20 pontos
TOTAL	**100 Pontos**

6.2. FARMACÊUTICO: Os candidatos serão classificados de acordo com a titulação apresentada, à qual serão atribuídas pontuações referentes à ESCOLARIDADE, ao TEMPO DE SERVIÇO e aos títulos de APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, a classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidas as seguintes pontuações:

ESPECIFICAÇÃO	PONTOS
Diploma ou certificado de conclusão com histórico de Farmácia e comprovante de registro no órgão de classe;	10 pontos

Diploma ou certificado com histórico de conclusão de pós-graduação na área relacionada com a função em que se inscreveu (máximo 02 diplomas/certificados sendo 10 pontos para cada diploma);	20 pontos
Diploma ou certificado de conclusão com histórico de pós-graduação em outras áreas (máximo 01 diploma/certificado sendo 05 pontos);	05 pontos
Diploma ou certificado com histórico de conclusão de mestrado e ou doutorado, (máximo 02 diplomas/certificados sendo 15 pontos para cada diploma);	30 pontos
Cursos na área da função em que se inscreveu a partir do ano de 2020 com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas (máximo de 05 Certificados, sendo 03 pontos por certificado apresentado);	15 pontos
Tempo de serviço na função, comprovado em carteira de trabalho ou declaração fornecida por empregador se órgão público, sem concomitância de tempo com outro vínculo empregatício na função, considerando tempo máximo de 10 anos, sendo o período entre 01/02/2016 a 31/01/2026, contabilizando 02 pontos por ano, não sendo considerado valores fracionados/inferiores a 01 ano.	20 pontos
TOTAL	**100 Pontos**

6.3. TECNICO EM ENFERMAGEM: Os candidatos serão classificados de acordo com a titulação apresentada, à qual serão atribuídas pontuações referentes à ESCOLARIDADE, ao TEMPO DE SERVIÇO e aos títulos de APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, a classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidas as seguintes pontuações:

ESPECIFICAÇÃO	**PONTOS**
Diploma ou certificado de conclusão com histórico de Técnico em Enfermagem e comprovante de registro no órgão de classe;	05 pontos
Diploma ou certificado com histórico de conclusão de graduação, (máximo 01 diploma/certificado);	10 pontos
Diploma ou certificado com histórico de conclusão de pós-graduação (máximo 02 diplomas/certificados sendo 10 pontos para cada diploma);	20 pontos
Diploma ou certificado com histórico de conclusão de mestrado e ou doutorado, (máximo 02 diplomas/certificados sendo 15 pontos para cada diploma);	30 pontos
Cursos na área da função em que se inscreveu a partir do ano de 2020 com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas (máximo de 05 Certificados, sendo 03 pontos por certificado apresentado);	pontos
Tempo de serviço na função, comprovado em carteira de trabalho ou declaração fornecida por empregador se órgão público, sem concomitância de tempo com outro vínculo empregatício na função, considerando tempo máximo de 10 anos, sendo o período entre 01/02/2016 a 31/01/2026, contabilizando 02 pontos por ano, não sendo considerado valores fracionados/inferiores a 01 ano.	20 pontos
TOTAL	**100 Pontos**

6.4. Os Cursos, capacitações ou treinamentos, realizados a partir de 1º de janeiro de 2020, desde que relacionados com a área da função em que se inscreveu, num total máximo de 15 (quinze) pontos, cujos certificados serão avaliados individualmente, através de certificados de conclusão do curso, de capacitação ou do treinamento, observada as suas respectivas validades, com a identificação/CNPJ da instituição que o realizou, a carga horária, o conteúdo desenvolvido, o registro do órgão expedidor e a assinatura e o carimbo/identificação do responsável (quando se tratar de documento impresso de páginas eletrônicas, o certificado deverá conter, ainda, o código de verificação de autenticidade, sem o qual o documento não será analisado pela Comissão Especial).

6.5. Para todas as funções, a comprovação de tempo de serviço será analisada pela comissão de seleção, sendo aceitos somente os documentos relacionados a seguir:

a) Para o tempo de serviço prestado no serviço público, incluindo o Município de Cruzeiro do Iguaçu: certidão/declaração de tempo de serviço cumprido em função correspondente à pretendida emitida nos últimos 90 dias;

b) Para tempo de serviço trabalhado na área privada, correlata à função pretendida: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou carteira de trabalho digital impressa de forma que possibilite a comprovação das informações, sendo anexada na validação da inscrição, de forma que possibilite a identificação do candidato e o respectivo vinculo;

c) Não será aceito declarações e ou certidões de estagio para contabilizar como tempo de serviço.

7. DA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

7.1. O candidato deverá apresentar na validação da inscrição cópia dos seguintes documentos:

Carteira de identidade;

CPF;

Declaração atualizada de tempo de serviço, expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias, com respectivos períodos com data de início e fim, conforme modelo anexo I, emitida nos últimos 90 dias (cópia autenticada em cartório ou originais);

Cópia autenticada em cartório da Carteira de Trabalho das anotações que identifique o candidato, comprovem o respectivo vinculo e comprovem o tempo de serviço ou a carteira de trabalho digital impressa de forma que possibilite a comprovação das informações;

Comprovante de escolaridade (cópia autenticada em cartório);

Certificado dos cursos (cópia autenticada em cartório) ou quando se tratar de documento impresso de páginas eletrônicas, o certificado deverá conter, o código de verificação de autenticidade;

Autodeclaração da condição de afrodescendente como pessoa negra (preta ou parda), se for o caso, conforme modelo anexo III;

Em caso de pessoa com deficiência, apresentar laudo médico comprobatório;

Comprovante de registro no respectivo órgão de classe;

Ficha de inscrição eletrônica (emitida pelo site) assinada pelo candidato.

7.2. A validação da inscrição será realizada pela comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto nº 6412/2026 após análise dos documentos que deverão ser protocolados no setor de tributação na sede da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu localizada na Avenida 13 de maio, nº 906, centro, município de Cruzeiro do Iguaçu no período de **23 à 25/02/2026, finalizando-se às 17h00 do dia 25/02/2026.**

7.3. A apresentação dos documentos que trata o item 7.1 deverá ser feita em envelope lacrado, contendo **cópias dos documentos pessoais, RG, CPF, laudo médico (para os inscritos portadores de necessidades especiais), declaração anexo III aos candidatos que se autodeclararem pessoa negra (preta ou parda), ficha de inscrição assinada emitida pelo site, e CÓPIAS AUTENTICADAS** em cartório ou originais dos documentos que comprovem a formação, e a comprovação de tempo de serviço, sendo que a documentação não será devolvida ao candidato posteriormente.

7.4. O envelope lacrado deverá ser entregue no local indicado no item 7.2, devidamente fechado, constando os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026

CANDIDATO:_____

Nº CPF: _____

ÁREA DE ATUAÇÃO: _____

7.5. O candidato não poderá se inscrever para mais de uma área de atuação**.**

7.6. A participação dos candidatos no processo seletivo simplificado 01/2026 não implica obrigatoriedade na sua contratação, ocorrendo apenas expectativa de convocação e contratação, ficando reservado à administração o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço público.

8. DO DESEMPATE:

8.1. Verificada a ocorrência de empate, o desempate será feito com a ordem que segue:

1º. possuir maior idade;

2º. Possuir maior nível de formação, pontuado no processo seletivo;

3°. Obter maior pontuação no quesito experiência profissional;

4°. Maior tempo de serviço público.

9. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO:

9.1. As listas classificatórias serão divulgadas no endereço eletrônico www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e no Diário Oficial do Município a partir de **04/03/2026.**

10. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

10.1. O candidato terá os dias **05 e 06/03/2026**, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à comissão do processo seletivo simplificado protocolando no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, por meio de requerimento (modelo em anexo II).

10.2. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia **10/03/2026**, por meio de Edital, a ser publicado nos murais da Prefeitura Municipal e no diário oficial eletrônico e no site da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br

DAS VAGAS:

A distribuição de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no processo seletivo simplificado e conforme a necessidade da administração.

Os candidatos classificados para o cadastro de reserva serão eventualmente convocados para contratação, na estrita ordem de classificação e, de acordo com a necessidade e com local de atuação definidos pela administração.

As vagas serão preenchidas conforme a classificação dos candidatos, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até onde prestarão o serviço.

A convocação realizar-se-á conforme necessidade da Administração, por meio do diário eletrônico oficial do município e no site da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br

Se o candidato convocado não aceitar a vaga a que tem direito passará para o fim de lista e será chamado o próximo classificado.

O candidato convocado deverá assumir a vaga pessoalmente.

O candidato convocado que não comparecer, perderá o direito de optar pela vaga existente, passando sua classificação para o fim de lista.

O candidato remetido para o fim de lista poderá ser reconvocado, se houver necessidade por parte da administração municipal, após todos os demais classificados serem convocados. A ordem de classificação original será utilizada entre os candidatos em fim de lista para efeito de contratação.

O candidato que desistir da vaga, não será mais chamado no decorrer do ano.

12. DA ADMISSÃO:

12.1. A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame médico, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidade da Administração.

12.2. Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento da vaga, deverá no prazo de 04 (quatro) dias úteis, apresentar- se ao setor de Recursos Humanos, junto à Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, sito à Avenida 13 de maio, 906, Centro, munidos dos documentos descritos abaixo, sob pena de perder a vaga.

12.3. Cópias e originais:

Cartão do PIS/PASEP;

Título Eleitoral;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

Carteira/Cédula de Identidade - RG;

Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF em situação regular;

Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

Diploma ou certificado de conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo público, reconhecido pelo MEC;

Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;

Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;

Prova de quitação com as obrigações eleitorais;

Certidão de antecedentes criminais, fornecida pelo cartório judicial estadual do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);

Declaração de não acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;

Conta corrente Cresol, Sicoob ou Caixa Econômica Federal sendo conta salário, vinculada com o CNPJ da prefeitura;

Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, na data da posse;

Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo comprovadas por exame médico admissional;

Comprovante de residência**;**

Certidão de que não recebe benefício por incapacidade junto ao INSS;

Declaração que não recebe nenhum benefício pelo Regime de Previdência Própria – RPPS, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal;

Ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12, da Constituição Federal;

1 (uma) fotografia 3x4 cm, atual colorida;

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos e cópia do CPF dos dependentes;

Declaração de Não ter sido demitido ou destituído por justa causa do serviço público.

Comprovante de Qualificação Cadastral (e-Social);

Declaração de bens e valores com dados referentes até a data da posse ou Declaração de imposto de renda do exercício imediatamente anterior;

Certidão negativa de antecedentes criminais Federal;

Certidão negativa de antecedentes criminais estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos).

12.4. Serão contratados em caráter excepcional e temporário, a fim de atender o Programa Saúde do Trabalhador.

12.5. Os servidores admitidos mediante o presente Processo Seletivo Simplificado serão submetidos ao regime jurídico estabelecido na Lei Municipal nº 1640/2026 e Lei Municipal nº 073/94 ou outra que venha substituir.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. A tabela de Remuneração poderá ter alterações de acordo com o reajuste dos demais servidores.

13.2. A secretaria de administração não se responsabiliza pela inscrição não realizada por motivos de ordem técnica, falhas de sistemas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados do equipamento utilizado pelo candidato ao sistema de inscrição do processo seletivo, portanto, é de exclusiva responsabilidade do candidato a realização correta da sua inscrição.

13.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Processo Seletivo Simplificado, divulgados no endereço eletrônico www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e no diário eletrônico oficial do município e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o processo seletivo.

13.4. As cópias dos documentos apresentados não serão devolvidas, pois serão confiadas ao órgão responsável após o término do processo.

13.5. Este processo seletivo simplificado terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por uma única vez por igual período.

13.6. O funcionário será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências e deixar de cumprir os deveres dispostos na Lei Municipal nº 1640/2026 e Lei nº 073/94 mediante registro realizado pela chefia imediata e entregue cópia ao Poder Executivo Municipal.

13.7. Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos desta normativa.

13.8. Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista na presente normativa serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

14. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão responsável pelo processo seletivo simplificado.

15. O prazo de impugnação desta normativa será de 48 (quarenta e oito) horas a partir da sua data de publicação, caso ele apresente itens com eventual ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade, devendo ser por escrito, fundamentado e protocolado no setor de tributação na sede da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu localizada na Avenida 13 de maio, nº 906, centro, município de Cruzeiro do Iguaçu.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE

Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria deAdministração

CRONOGRAMA	
Período de inscrições	**09/02/2026 à 24/02/2026**
Validação inscrição (entrega envelope com documentação comprobatória)	**23 a 25/02/2026**
Divulgação Listas Classificatórias	**04/03/2026**
Pedido de Reconsideração	**05 e 06/03/2026**
Classificação Final/Homologação do resultado final	**10/03/2026**

ANEXO I (Modelo)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO - SERVIÇO PUBLICO

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o (a) Sr(a)_____, portador da Cédula de Identidade Nº_____e do CPF Nº _____conta o tempo de serviço abaixo especificado na função_____:

Entidade/função	Período (data de início e término)	Total Geral (anos, meses e dias)

De acordo com o acima descrito, o interessado conta com efetivo exercício líquido de: anos, meses e dias.

E para que a presente Declaração surta os efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

(Município Emissor da Certidão) - PR,..... de ..... de 2026.

Assinatura do responsável pelas Informações

ANEXO II (modelo)

REQUERIMENTO

Pelo presente instrumento, (nome do candidato) _____ RG:___ ____, CPF: _____, inscrição n° _____, venho solicitar a revisão da pontuação de classificação do PSS na área de atuação _____, no item _____.

Justificativa:

Cruzeiro do Iguaçu - PR, ... de ..... de 2026.

Assinatura do candidato

ANEXO III (modelo)

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA – NORMATIVA DE PSS Nº 01/2026

Eu, [Nome do(a) Candidato(a)], de nacionalidade [ ], nascido(a) em / /____, no município de [ ], UF [ ], filho(a) de [ ] e [ ], Estado Civil [ ], residente na rua [ ], município de [ ], RG nº [ ], UF [ ], órgão expedidor [ ], e CPF nº [ ], inscrito(a) no Processo Seletivo Simplificado 01/2026 do município de Cruzeiro do Iguaçu.

Declaro, sob as penas da Lei, que sou pessoa: ( ) Preta ( ) Parda

com características fenotípicas negroides.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções previstas no Código Penal e demais cominações legais aplicáveis.

Cruzeiro do Iguaçu – PR, ___ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Validade deste documento sujeita à homologação por Comissão especial para este fim.

Referência Legal: Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, Art. 299: Omitir ou inserir declaração falsa em documento público ou particular, com pena de reclusão e multa.

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:CF965095

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LISTA DE LEILOEIROS CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – PR, por meio do procedimento de Credenciamento nº 01/2026, destinado à **contratação de Leiloeiro Público Oficial**, torna pública a relação dos leiloeiros **credenciados e habilitados**, conforme julgamento realizado pela Comissão de Contratação, nos termos do Edital nº 01/2026.

Nº	Leiloeiro	Matrícula	Situação
01	ANDERSON LUCHTENBERG	25/427-L	HABILITADO
02	FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	24/401-L	HABILITADO
03	JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	24/402-L	HABILITADO
04	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	24/399-L	HABILITADO
05	ANDRE LUIZ WUITSCHIK	20/327-L	HABILITADO
06	GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	22/344-L	HABILITADO
07	PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA	22/352-L	HABILITADO
08	ANTONIO CARLOS SEOANES	25/419-L	HABILITADO
09	DANIEL ELIAS GARCIA	20/316-L	HABILITADO
10	ALEX SANDRO VIEIRA FELIX	18/297-L	HABILITADO
11	CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	23/376-L	HABILITADO
12	LUIZ CARLOS DALL AGNOL	639	HABILITADO
13	JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	17/289-L	HABILITADO
14	LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	10/030-L	HABILITADO
15	LELIA MARIA DE PAULA LENZ CESAR GAUDENCIO	630	HABILITADO
16	CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES	22/343-L	HABILITADO
17	RICARDO FERREIRA GOMES	21/332-L	HABILITADO
18	SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	19/309-L	HABILITADO
19	NICOLAS TADASHI MATSUNE	25/424-L	HABILITADO
20	HELCIO KRONBERG	653	HABILITADO
21	JOSE VALÉRIO SANTOS JUNIOR	20/323-L	HABILITADO
22	JOACIR MONZON POUEY	18/295-L	HABILITADO
23	PEDRO LERNER KRONBERG	20/322-L	HABILITADO
24	ALEXSANDER PRETTI DOMINGOS	23/383-L	HABILITADO
25	JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	24/400-L	HABILITADO
26	JAQUELINE SPERANÇA	21/328-L	HABILITADO
27	ADALBERTO SCHERER FILHO	21/329-L	HABILITADO
28	LUCIANO MARANGONI	19/308-L	HABILITADO
29	SANDRA DE FATIMA SANTOS	22/364-L	HABILITADO
30	GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI	12/049-L	HABILITADO
31	FERNANDA RIBEIRO	25/435-L	HABILITADO
32	ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA	25/413-L	HABILITADO
33	EVANILDE AQUINO PIMENTEL ROSA	22/361-L	HABILITADO
34	CATIELE BORGES LEFFA	24/393-L	HABILITADO
35	PAULO ALEXANDRE HEISLER	25/416-L	HABILITADO
36	LUCAS EDUARDO DALCANALE	20/319-L	HABILITADO
37	CÁTIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI	24/390-L	HABILITADO
38	FABIO MARLON MACHADO	23/374-L	HABILITADO
39	RAFAEL DANIELEWICZ	16/286-L	HABILITADO
40	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO	24/405-L	HABILITADO
41	CLEVER ELMES MILANI	16/283-L	HABILITADO
42	DANIEL RIBAS ROSA FRAHM	18/301-L	HABILITADO

A presente **Lista de Credenciados** será **atualizada periodicamente**, conforme forem surgindo novos leiloeiros credenciados e habilitados no âmbito do Credenciamento nº 01/2026, observadas as disposições do Edital e da legislação vigente.

Nossa Senhora das Graças – PR, 05 DE FEVEREIRO DE 2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:D73CA00F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
4844 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - 12.833.516,21

Decreto nº. 4844/2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste para o exercício financeiro de 2026 crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.833.516,21 (doze milhões, oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e um centavos) conforme Relatório de Alteração Orçamentária anexo I ao presente decreto e demonstrativo de provável excesso.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua edição (21/01/2026).

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná aos vinte um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

Prefeito

Município de São Jorge D'Oeste - 2026			
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática			
Anexo I - Decreto nº 4844/2026 de 21/01/2026	**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 10462 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1213	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Previsto**	**Realizado**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	5.341.358,08	0,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	5.341.358,08
Suplementar	Superávit Financeiro	7.492.158,13	0,00
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	100.191,81
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	376.600,00
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	7.015.366,32

Despesa				
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER		Acréscimo	59.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais		Abertura	
16.482.0008.1010	Construção, reforma e infra estrutura habitacional		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
710 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS		Acréscimo	25.727,36
07.001	Departamento de Administração		Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
1965 00501	Receitas de Alienações de Ativos			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		Acréscimo	80.000,00
09.002	Departamento de Meio Ambiente		Abertura	
18.541.0016.2037	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2780 00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	47.910,03
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2039	Fundeb - Fundo de Man. e Des. Ens. Fund. e Educ. Básica		Superávit Financeiro Vinculado	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
2830 00101	Fundeb 60%			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	180.281,45
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
2880 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	2.585,12
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2970 00102	Fundeb 40%			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	129.358,23
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2975 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	245,42
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3075 01056	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS- Art. 5º, Inciso V, EC nº			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	39.797,79
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3076 01061	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	

10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	123.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Livre	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
3150 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	770.288,52
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
3155 00144	Construção Escolar Dist. Dr. Antônio Paranhos			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	105.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
3160 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	22.608,68
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
3195 00105	Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros -Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	2.504,35
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2041	Transporte Escolar		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
3320 00126	Convênio Transporte Escolar Estadual - PETE			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	537,11
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2041	Transporte Escolar		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
3330 00142	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	0,07
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2042	Merenda Escolar		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
3385 00126	Convênio Transporte Escolar Estadual - PETE			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	1.038,98
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2042	Merenda Escolar		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
3390 00141	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	10.000,00

10.005	Departamento de Cultura		Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3700 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	228.000,00
10.005	Departamento de Cultura		Abertura	
13.392.0014.2046	Difusão Cultural		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3705 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	104.600,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.1049	Construção e reformas de unidades de saúde		Superávit Financeiro Livre	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
3960 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	

11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	1.125.739,57
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.1049	Construção e reformas de unidades de saúde		Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
3975 00992	Termo de convênio 311/2023 Construção de edificaçao de Unidade Mista de Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	8.017,55
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
4020 01064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	2.676,07
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4110 00331	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - APSUS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	22.365,60
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4190 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	4.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4200 00331	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - APSUS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	1.234,98
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4201 01062	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	644,06
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4285 00304	Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	83.998,56
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2052	Bloco de estruturação da rede em Serviços de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
4321 00380	FAF PROGRAMA FORT DA VIGILANCIA EM SAUDE PROVIGIA PARANA 2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	28.329,10
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2052	Bloco de estruturação da rede em Serviços de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
4322 00492	Emendas Ind. Imp. (CAPITAL) - transferência com finalidade definida - (Inciso II do			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	50.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2052	Bloco de estruturação da rede em Serviços de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
4323 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	15.132,98
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
4340 00343	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	7.179,72
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	

3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL			
4369 00387	FAF INCENTIVO CUSTEIO FORTALECIMENTO DA APS RESOLUÇÃO 1466/2023			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	10.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4373 00334	Organização Assistencia Farmaceutica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	31,55
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4372 00337	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	62,25
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4376 00342	Emenda de Bancada Incremento PAP Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	0,26
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4377 00370	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	2.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4378 00372	Vigilância em Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	4.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4379 00374	Emendas Individuais - Incremento PAB Bloco custeio serviços de saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	40.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4391 00397	EMENDA PARLAMENTAR 40110001- INCREMENTO PAP SAÚDE (CUSTEIO)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	40.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4392 00404	EMENDA INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	150.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4374 00409	EMENDA (40740003) INCREMENTO AO CUSTEIO DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	200.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4375 00410	EMENDA (50410001) INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	81,58
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4398 00493	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	50.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4380 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	16.401,86
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4390 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	4.100,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4393 00374	Emendas Individuais - Incremento PAB Bloco custeio serviços de saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	10.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	

10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4396 00380	FAF PROGRAMA FORT DA VIGILANCIA EM SAUDE PROVIGIA PARANA 2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	27.674,46
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4397 00397	EMENDA PARLAMENTAR 40110001- INCREMENTO PAP SAÚDE (CUSTEIO)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	20.631,93
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4401 00404	EMENDA INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	50.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4394 00409	EMENDA (40740003) INCREMENTO AO CUSTEIO DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	22.809,80
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4395 00410	EMENDA (50410001) INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	8.155,92
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
4402 00956	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	5.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4423 00334	Organização Assistencia Farmaceutica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	3.316,71
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4426 00372	Vigilância em Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	106.102,38
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4427 00373	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (ESTADUAL)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	4.908,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4428 00377	Incentivo Financeiro custeio reabilitação síndrome pós covid-19 Resolução			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	40.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4429 00380	FAF PROGRAMA FORT DA VIGILANCIA EM SAUDE PROVIGIA PARANA 2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	3.247,50
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4431 00382	TRANSF. REC. ESTADO - SAÚDE BUCAL - RES. 859/2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	4.055,68
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4432 00386	FAF - INC FINANC.DE CUSTEIO EM CARÁTER EMERGENCIAL E EXCLUSIVO			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	20.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4433 00387	FAF INCENTIVO CUSTEIO FORTALECIMENTO DA APS RESOLUÇÃO 1466/2023			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	290,29
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4434 00389	FAF - Municípios Afetados por desastres, resol 1.657/2023			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	40.000,00

11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4435 00397	EMENDA PARLAMENTAR 40110001- INCREMENTO PAP SAÚDE (CUSTEIO)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	40.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4436 00404	EMENDA INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	100.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4424 00409	EMENDA (40740003) INCREMENTO AO CUSTEIO DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	230.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4425 00410	EMENDA (50410001) INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	27.668,70
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4430 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	30.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4437 00498	Assistência Farmacêutica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	46,75
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4438 00500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	20.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4439 00956	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	19.800,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4455 00334	Organização Assistencia Farmaceutica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	45,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4456 00375	INCENTIVO FIN. PARA AQUISIÇÃO DE TABLET´S PARA ACS - RESOLUÇÃO			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	6.717,81
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4457 00379	FAF Iincentivo Financeiro Investimento aquisição equipamentos Resolução			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	6.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4458 00382	TRANSF. REC. ESTADO - SAÚDE BUCAL - RES. 859/2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	9.024,10
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4459 00384	FAF INVESTIMENTO PARA AQUIS EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DA APS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	54.890,67
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4454 00385	FAF PARA AQUISIÇÃO DE KIT ODONTOLOGICO RESOLUÇAO 860/2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	105.065,34
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4453 00396	EMENDA PARLAMENTAR SÁUDE 30410018- EQUIP E MAT PERMANENTE PARA			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	

11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	250.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4461 00398	Resolução SESA Nº 937/2025 Aquisiçao Ambulancia Basica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	150.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4462 00400	RESOLUÇÃO SESA Nº 938/2025 INC FIN. AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS UBS			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	241.062,98
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4463 00401	Resoluçao SESA 1147/2025 Inc Financ aquisição de Van Transportes Pacientes			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	70.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4464 00402	Resolução SESA 1147/2025 Inc Financ aquisição de Veículo Básico			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	100.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4466 00403	Resoluçao SESA 1147/2025 Inc Financ aquisição de Veículo Utilitario			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	100.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4467 00406	RESOLUÇAO SESA 1357/2025 INC FINANCEIRO AQUISIÇAO TRANSPORTE			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	250.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4468 00407	RESOLUÇÃO SESA 1391/2025, INC FINANCEIRO AQUISIÇAO DE TRANSPORTE			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	250.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4469 00408	RESOLUÇAO SESA 1357/2025 AQUIS TRANSPORTE SANITÁRIO (AMBULANCIA)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	1.900.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4471 00412	RESOLUÇAO SESA 527/2025 REPASSE INV AQUISIÇÃO EQUIP E MAT			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	70.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4472 00498	Assistência Farmacéutica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	50.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			
4465 00410	EMENDA (50410001) INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	10.177,32
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2067	Bloco do Assistência Farmacêutica		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4530 00498	Assistência Farmacéutica			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	100.631,93
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.302.0011.2055	Bloco de Média e Alta Complexidade - MAC		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4573 00405	EMENDA INCREMENTO TEMP AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSIT HOSP. E			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	100.191,81
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.302.0011.2055	Bloco de Média e Alta Complexidade - MAC		Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4565 00411	EMENDA (50410002) INCREMENTO MAC - PORTARIA 8384			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	0,88
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.302.0011.2055	Bloco de Média e Alta Complexidade - MAC		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4574 00496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar			

Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	16.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.304.0011.2056	Bloco de Atenção e Vigilância em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4595 00380	FAF PROGRAMA FORT DA VIGILANCIA EM SAUDE PROVIGIA PARANA 2022			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	69,58
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.304.0011.2056	Bloco de Atenção e Vigilância em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4601 00390	Apoio Financeiro Ações Emergenciais em Dengue - Resolução 285.2024			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	5.243,27
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.304.0011.2056	Bloco de Atenção e Vigilância em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4600 00497	Vigilância em Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	65.090,09
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.304.0011.2056	Bloco de Atenção e Vigilância em Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4621 00395	FAF Incentivo financeiro Investimento PROVIGIA, resolução 726/2025 protoc			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS		Acréscimo	1.840.367,20
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos		Abertura	
15.451.0010.1057	Pavimentação urbana		Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
4681 01005	Termo de Convênio nº 459/2024 - Asfalto Novo - Vida Nova			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS		Acréscimo	2.375.251,31
12.001	Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Urbanos		Abertura	
15.451.0010.1057	Pavimentação urbana		Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
4685 01084	TERMO DE CONVENIO 1162/2025 SEDU - PAVIMENTAÇÃO URBANA			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS		Acréscimo	75.500,00
12.002	Departamento de Infra Estrutura Rural		Abertura	
26.782.0009.1060	Programa Estrada do Agricultor		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4850 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patriominiais não Previdenciárias			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**	
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	5.341.358,08	0,00	#
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	5.341.358,08	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	7.492.158,13	0,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	100.191,81	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	376.600,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	7.015.366,32	#

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:D079F180

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2025 - PMSI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO DE VIGÊNCIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2025-PMSI

ID N° 001/2025

PROCESSO 103/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024-PMSI

Primeiro termo aditivo à Ata de Registro de Preços nº 1/2025-PMSI, firmada em 07/02/2025, a qual tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual prestação de serviço de implementação, administração, gerenciamento, fiscalização, supervisão, emissão de benefício eventual de cesta básica (auxílio alimentação), na forma de créditos, disponibilizados por meio de cartão magnético, eletrônico ou de similar tecnologia, munidos de senha de acesso, com recargas de créditos, on-line,para aquisição de gêneros de alimentação em estabelecimentos comerciais do município de Saudade do Iguaçu-PR (supermercados, mercados, padarias e açougues), destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme Pregão Eletrônico n° 081/2024-PMSI, firmado entre o MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito

público, inscrito no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, estabelecida na Rua Frei Vito Berscheid, 708, nesta cidade, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGERIO GALLINA, ora denominado CONTRATANTE, e a proponente VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 2001, jardim Santa Ângela, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.020-525, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 06.344.497/0001-41, Inscrição municipal n° 11462001, Inscrição Estadual nº 90844807-35, E-mail: contato@verocheque.com.br, Telefone: (16) 4009-9500, neste ato representada pelo Sr. NICOLAS TEIXEIRA VEROZELI, brasileiro, casado, nascido em 24/01/1985, empresário, inscrito no CPF sob n° 225.xxx.xxx-26, RG nº 32.xxx.xxx-3, residente e domiciliado na Avenida Presidente Vargas, nº 2001, jardim Santa Ângela, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.020-525, ora denominada de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato acima citado, ficando assim:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS supracitada, passando seu vencimento para 06/06/2027, com fundamento no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável, por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA: Para este período estima-se um total de **R$ 286.800,00 (duzentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais).**

Lote	Descrição	Un	Marca	Taxa de Administração	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Contratação de empresa para prestação de serviço de implementação, administração, gerenciamento, fiscalização, supervisão, emissão de benefício eventual de cesta básica (Auxílio Alimentação), na forma de créditos, disponibilizados por meio de cartão magnético, eletrônico ou de similar tecnologia, munidos de senha de acesso, com recargas de créditos, on-line, para aquisição de gêneros de alimentação em estabelecimentos comerciais do município de Saudade do Iguaçu (supermercados, mercados, padarias e açougues), destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.	UN	própria	- 8,80	286.800,00	286.800,00

Obs: Importante deixar cristalino que o valor acima é referente ao custeio do município, porém a Contratada deverá repassar a todos beneficiários o valor mensal estipulado em Lei (conforme quadro abaixo), conforme emissão do pedido tendo em vista a possibilidade de variação para menos de quantidade de beneficiários, se não alcançado os critérios legais naquele determinado mês.

Os cartões serão divididos em três níveis de benefícios, conforme quadro abaixo:

Qtde. anual estimada	Unid	Descrição
360	und	Cartão magnético alimentação para atender as famílias acompanhadas e atendidas pela Secretaria de Assistência Social, no valor de R$ 130,00.
600	und	Cartão magnético alimentação para atender as famílias acompanhadas e atendidas pela Secretaria de Assistência Social, no valor de R$ 190,00.
600	und	Cartão magnético alimentação para atender as famílias acompanhadas e atendidas pela Secretaria de Assistência Social, no valor de R$ 210,00.

Portanto o valor total da ata de registro de preços será de **R$ 573.600,00** (quinhentos e setenta e três mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Ação: 08.244.0013.2.038 – Benefícios Eventuais e Sociais

Despesa: 3.3.90.48.99.08 – Auxílio-Alimentação Conforme Lei Municipal 1172/2018

Principal: 917 Despesa: 5500

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas permanecem inalteradas e de acordo com a Ata de Registro de Preços original.

E por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Saudade do Iguaçu, 4 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA

Prefeito Do Município De Saudade Do Iguaçu/ Contratante

VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA

CNPJ: 06.344.497/0001-41

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:9BCF475C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 029/2026

DECRETO Nº 029/2026

SÚMULA: Concede Progressão Por Avanço Vertical a Servidora Municipal e dá outras providências.

MARCOS MARIN Prefeito Municipal de Amaporã – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em Especial a Lei Municipal nº 362/2011 de 13/07/11 (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Amaporã);

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Progressão Por Avanço Vertical a Servidora Pública Municipal, lotada no Cargo de **PROFESSORA,** em cumprimento aos critérios de Titulação Acadêmica segue abaixo relacionada:

	Situação Anterior			Situação Atual		
Nome do Servidor(a)	**Nível**	**Classe**	**Ref.**	**Nível**	**Classe**	**Ref.**
Maria Luceli Carvalho Xavier	II	A	3	III	A	3

Art. 2º - A Servidora em vista ao Disposto no Art. 27 § 1º e Art. 28 § 1º da Lei Municipal nº 362/2011 de 13/07/2011, passara a perceber o vencimento e vantagens correspondentes ao nível citado acima, conforme o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01/01/2026**.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Amaporã, aos vinte e 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:FFAF43F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 022/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 088/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 022/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;

CONTRATADO: MURILO LOPES DA SILVA ME, CNPJ/MF: 20.911.767/0001-80.

OBJETO: Constitui o objeto deste contrato, a prestação de serviços de transporte escolar, destinados aos alunos que residem na zona rural ou distante da escola, e que estão matriculados na Rede de Ensino do Município de Astorga. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR DO CONTRATO: R$ 42.400,00 (quarenta e dois mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PROGRAMÁTICA	FONTE REC.	DESCRIÇAO
06002123610011202633390390000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004101220012204133390390000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
05002041220005200933903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123650011203033903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002121220011202533903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123650011203033903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123650011203033903900000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07002154510016207433903900000	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06007082450013206333903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004103010012204233903900000	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06005081220013206033903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06011278120015207133903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123610011202633903900000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06007082450013206333903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07006041220019208833903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06009133920014206833903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123650011203033903900000	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07004041220018208433903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004103010012204233903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004103010012204233903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07002154510016207433903900000	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002121220011202533903900000	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06009133920014206833903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
05002041220005200933903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123610011202633903900000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004101220012204133903900000	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07004041220018208433903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002121220011202533903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123610011202633903900000	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002121220011202533903900000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06005142430013600133903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07002154510016207433903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123610011202633903900000	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123650011203033903900000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06005081220013206033903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07006041220019208833903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06005142430013600133903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002121220011202533903900000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07002154510016207433903900000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004103010012204233903900000	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

06002121220011202533390390000	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123650011203033390390000	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004101220012204133390390000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06011278120015207133390390000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06002123610011202633390390000	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06004101220012204133390390000	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Murilo Lopes da Silva.

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:7B605825

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

PROTOCOLO Nº 1961/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **aquisição de vale-transporte para servidores municipais**, nos termos do caput do Artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: ASSOCIACAO METROCARD inscrito no CNPJ/CPF sob nº 10.319.963/0001-06 com sede na Rua Tibagi, nº 366, Bairro Centro, CEP: 80.060-110 na cidade de Curitiba/PR.						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	VALE TRANSPORTE - LINHAS QUE COMPREENDEM O VALOR TARIFÁRIO DE R$ 5,50	UND	21.588	5,50	118.734,00
2	1	VALE TRANSPORTE - LINHAS QUE COMPREENDEM O VALOR TARIFÁRIO DE R$ 6,50	UND	1.006	6,50	6.539,00
TOTAL						**125.273,00**

FORNECEDOR: MUNICIPIO DE CAMPO LARGO inscrito no CNPJ/CPF sob nº 76.105.618/0001-88 com sede na Avenida Padre Natal Pigatto, nº 925, Bairro Centro, CEP: 83.601-630 na cidade de Campo Largo/PR						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	1	VALE TRANSPORTE - LINHAS URBANAS QUE ATENDEM O MUNICIPIO DE CAMPO LARGO.	UND	14.148	5,80	82.058,40
TOTAL						**82.058,40**

FORNECEDOR: FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA inscrito no CNPJ/CPF sob nº 14.682.109/0001-60 com sede na Avenida Presidente Affonso Camargo, nº 330, Bairro: Centro, CEP: 80.060-090 na cidade de Curitiba/PR						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	1	VALE TRANSPORTE - LINHAS QUE COMPREENDEM A REDE INTEGRADA URBANA E CONVENCIONAL.	UND	2.310	6,00	13.860,00
TOTAL						**13.860,00**

Total: R$ 221.191,40 (duzentos e vinte e um mil, cento e noventa e um reais e quarenta centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
05001041220002201733390390000	510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
09002041220002209333390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12001103010016211533390390000	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
12001103010016211533390390000	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06001041220002202633390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
08001121220009204733390390000	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13002081220015212933390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 05 de Fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:9BE344BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - P.E 03/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º03/2026	**PROTOCOLO Nº 5/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, localizado na Av. Presidente Kennedy, nº 363, CEP 86960-000, aqui representado por Carlos Rosa Alves, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 26/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 3/2026, para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA ATENDER AOS EVENTOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR., conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA ATENDER AOS EVENTOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR., conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste registro de preços, em conformidade com lei federal 14.133 de abril de 2021 e Decreto municipal 26/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

FORNECEDOR	LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
A. H. PEREIRA LTDA	1	8	BANHEIRO QUÍMICO MEDINDO NO MÍNIMO 1,10M (L) X 1,20M (P) X 2,30M (A), 100% POLIETILENO, TETO TRANSLUCIDO, COM CAIXA DE DEJETOS, PORTA PAPEL, VASO COM TAMPA, MICTÓRIO, PLACA DE IDENTIFICAÇÃO MASCULINO/	DIÁRIA	200	194,99	38.998,00
J.A.M. LOCACOES LTDA	1	9	BANHEIRO QUÍMICO (PCD PESSOA COM DEFICIÊNCIA) MEDINDO NO MÍNIMO 1,10 M (L) X 1,20 M (P) X 2,30 M (A), 100% POLIETILENO, TETO TRANSLUCIDO, COM CAIXA DE DEJETOS, PORTA PAPEL, VASO COM TAMPA, MIC	DIÁRIA	100	279,00	27.900,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	1	TENDA TAMANHO DE 4 X 4 METROS = 16 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	30	472,79	14.183,70
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	2	TENDA TAMANHO DE 5 X 5 METROS = 25 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	50	476,29	23.814,50
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	3	TENDA TAMANHO DE 10 X 05 METROS = 50 METROS – COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	30	460,99	13.829,70
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	4	TENDA TAMANHO DE 10 X 10 METROS = 100 METROS - COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	90	963,69	86.732,10
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	5	FECHAMENTO EM LATA = NA COR PRATA PAINÉIS COM 2 METROS 02 X 2,20 ALTURA E LARGURA	M	1.800	22,79	41.022,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	6	FECHAMENTO EM LONA NA COR BRANCA ANTE CHAMAS COM 1 METRO DE ALTURA TIPO BALCÃO OU COM 2 METROS DE ALTURA OU COM 3 METROS DE ALTURA EM CASO DE TENDAS 10 X 10 METROS	metro	2.000	29,35	58.700,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	7	GRADE DE PROTEÇÃO DE ISOLAMENTO E CONTENÇÃO EM FERRO GALVANIZADO COM NO MÍNIMO 1,1 MT DE ALTURA, COM OS 4 CANTOS ARREDONDADOS.	M	600	18,50	11.100,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	2	2	TENDA TAMANHO DE 10 X 10 METROS = 100 METROS - COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	30	957,75	28.732,50

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Municipio.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da 14.133.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice informado no Edital, Anexo I – Termo de Referência, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro e publicação do resumo no Diário Oficial do município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema gestão pública utilizado pelo órgão , quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema gestão pública eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do município e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

Durante a vigência da ata de registro de preços o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento NÃO poderá aderir à ata de registro de preços.

A vedação se justifica pelo fato de que o Município não dispõe de estrutura administrativa, pessoal técnico ou capacidade operacional suficiente para gerir solicitações de adesão externa, tampouco para acompanhar e fiscalizar a execução de eventuais contratações por entes não participantes. Além disso, o objeto da contratação foi dimensionado com base exclusivamente nas necessidades da administração do Município de Barbosa Ferraz, não havendo previsão de quantitativos adicionais que comportem possíveis adesões. Permitir adesões externas implicaria desvirtuar os parâmetros definidos no estudo preliminar, na estimativa de preços e na alocação de recursos, além de comprometer a eficiência e o controle da execução contratual. Dessa forma, a vedação à adesão por entes não participantes está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade administrativa, assegurando que a contratação atenda exclusivamente ao interesse público local, de forma adequada e segura

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Barbosa Ferraz – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do município conforme regulamentação.

14.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência no www.barbosaferraz.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Barbosa Ferraz/PR, 05 de Fevereiro de 2026

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ

CNPJ: 76.950.062/0001-26

A. H. PEREIRA LTDA

CNPJ: 41.428.402/0001-79

J.A.M. LOCACOES LTDA

CNPJ: 54.767.838/0001-34

M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA – ME

CNPJ: 07.888.592/0001-79

Anexo da Ata de Registro de Preços

Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 3/2026

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
1	7	02.898.065/0001-21 - DNZ SERVICOS E LOCACOES	R$ 18,6000	GRADE DE PROTEÇÃO DE ISOLAMENTO E CONTENÇÃO EM FERRO GALVANIZADO COM NO MÍNIMO 1,1 MT DE ALTURA, COM OS 4 CANTOS ARREDONDADOS.	2
1	8	07.311.835/0001-01 - EFICAZ LOCADORA LTDA	R$ 195,0000	BANHEIRO QUÍMICO MEDINDO NO MÍNIMO 1,10M (L) X 1,20M (P) X 2,30M (A), 100% POLIETILENO, TETO TRANSLUCIDO, COM CAIXA DE DEJETOS, PORTA PAPEL, VASO COM TAMPA, MICTÓRIO, PLACA DE IDENTIFICAÇÃO MASCULINO/FEMININO, SISTEMA DE TRANCAMENTO COM INDICADOR LIVRE/OCUPADO, COM MANUTENÇÃO DE COLETA DE DEJETOS. - LOCAÇÃO POR 1 DIA COM MONTAGEM DESMONTAGEM INCLUSA.	2
1	9	16.096.071/0001-70 - R. GARDIM LOCAÇÕES	R$ 280,0000	BANHEIRO QUÍMICO (PCD PESSOA COM DEFICIÊNCIA) MEDINDO NO MÍNIMO 1,10 M (L) X 1,20 M (P) X 2,30 M (A), 100% POLIETILENO, TETO TRANSLUCIDO, COM CAIXA DE DEJETOS, PORTA PAPEL, VASO COM TAMPA, MICTÓRIO, PLACA DE IDENTIFICAÇÃO MASCULINO/FEMININO, SISTEMA DE TRANCAMENTO COM INDICADOR LIVRE/OCUPADO, COM MANUTENÇÃO DE COLETA DE DEJETOS. - LOCAÇÃO POR 1 DIA COM MONTAGEM DESMONTAGEM INCLUSA.	2
1	1	36.638.367/0001-82 - RV LOCACAO E FABRICACAO DE ESTRUTURAS LTDA	R$ 472,8000	TENDA TAMANHO DE 4 X 4 METROS = 16 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	2
1	2	36.638.367/0001-82 - RV LOCACAO E FABRICACAO DE ESTRUTURAS LTDA	R$ 476,3000	TENTENDA TAMANHO DE 5 X 5 METROS = 25 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERALDA TAMANHO DE 5 X 5 METROS = 25 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	2
1	3	36.638.367/0001-82 - RV LOCACAO E FABRICACAO DE ESTRUTURAS LTDA	R$ 461,0000	TENDA TAMANHO DE 10 X 05 METROS = 50 METROS – COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	2
1	4	36.638.367/0001-82 - RV LOCACAO E FABRICACAO DE ESTRUTURAS LTDA	R$ 963,7000	TENDA TAMANHO DE 10 X 10 METROS = 100 METROS - COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	2
1	6	36.638.367/0001-82 - RV LOCACAO E FABRICACAO DE ESTRUTURAS LTDA	R$ 29,3800	FECHAMENTO EM LONA NA COR BRANCA ANTE CHAMAS COM 1 METRO DE ALTURA TIPO BALCÃO OU COM 2 METROS DE ALTURA OU COM 3 METROS DE ALTURA EM CASO DE TENDAS 10 X 10 METROS	2
2	2	36.638.367/0001-82 - RV LOCACAO E FABRICACAO DE ESTRUTURAS LTDA	R$ 957,7900	TENDA TAMANHO DE 10 X 10 METROS = 100 METROS - COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	2
1	5	60.032.498/0001-04 - M.H.C EVENTOS E LOCACOES LTDA	R$ 22,8900	FECHAMENTO EM LATA = NA COR PRATA PAINÉIS COM 2 METROS 02 X 2,20 ALTURA E LARGURA	2

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:FEF7FE04

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

3° Termo aditivo do contrato nº21 / 2024, decorrente de PregãoN°1/ 2023 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS E SONORIZAÇÃO VOLANTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **ANDREIA APARECIDA DA SILVA 0974829099,** portador do CPF/CNPJ sob nº26.055.165/0001-54, neste ato representada por ARNALDO BRITO SILVANO, portador do CPF sob n° 01349524808, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 05/02/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 228,446.00, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de

um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	40723	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM DE PEQUENO PORTE CONTENDO: 02 - CAIXAS ACÚSTICAS DUAS VIAS 300W RMS COM ALTO-FALANTE DE 12" OU 15" E DRIVER DE TITÂNIO (SE POSSÍVEL CAIXAS ATIVAS). OU SIMILAR SUPERIOR	UNID	81	480,00	38.880,00
1	2	40724	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM DE MÉDIO PORTE COMPOSTO POR: DE 02 A 04 CAIXAS PARA SOM FRONTAL; 01 AMPLIFICADOR 3000W E 01 MIXER 12/14 CANAIS COM EQUALIZADOR E EFEITOS; 04 MICROFONES COM FIO; 02 PEDEST	UNID	71	550,00	39.050,00
1	3	40725	SISTEMA DE SOM DE GRANDE PORTE COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - 04 (QUATRO) COLUNAS DE SOM PA; - POTENCIA COM NO MÍNIMO 10.000 WATTS RMS; - MESA DE SOM COM NO MÍNIMO 32 CANAIS; - EQUALIZADO	UNID	33	1.380,00	45.540,00
1	4	40726	SERVIÇO DE PUBLICIDADE E/OU DE PROPAGANDA AMBULANTES PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS E CAMPANHAS DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL, EM BARBOSA FERRAZ, COMPREENDE:	HORAS	1140	45,00	51.300,00
1	5	40727	SERVIÇO DE PUBLICIDADE E/OU DE PROPAGANDA AMBULANTES PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS E CAMPANHAS DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL, NAS COMUNIDADES E DISTRITOS DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, COMPREE	HORAS	497	108,00	53.676,00

BARBOSA FERRAZ, 05 de fevereiro de 2026.

Contratante

Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz

CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Contratada

Andreia Aparecida Da Silva 0974829099

26.055.165/0001-54

ARNALDO BRITO SILVANO

Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:7552586F

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº44 / 2025, decorrente de PregãoN°2/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, PARA SEGURANÇA EM EVENTOS E PATRIMONIAL PARA ATENDER NECESSIDADE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº51.461.398/0001-02, neste ato representada por ANA CLEIDE FAVERO, portador do CPF sob n° 05470776964, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 15/01/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 69.506,25, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55311	SERVIÇO DE SEGURANÇA/VIGILÂNCIA, NÃO ARMADA, PARA ATIVIDADES DE SEGURANÇA PATRIMONIAL TEMPORÁRIO	HORAS	1.875,00	37,07	69.506,25

BARBOSA FERRAZ, 15 de janeiro de 2026.

Contratante

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Contratada

E.P.S. VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

51.461.398/0001-02

ANA CLEIDE FAVERO

Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:708ABD55

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 5/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PEUGEOT PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO DE 40.000 KM DO VEICULO: EXPERT, PLACA: TBH-2F35; INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS, EM ATENDIMENTO DA GARANTIA TÉCNICA

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CHANSON VEICULOS LTDA	03.326.331/0003-76	R$ 2.344,27

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	BIO-AIR LIMPA AR	UNIDAD	1	67,90	67,90
2	ELEMENTO DO FILTRO DE AR	UNID	1	383,73	383,73
3	ELEMENTO DO FILTRO	UNID	1	141,65	141,65
4	FILTRO DE ÓLEO	UNIDAD	1	107,63	107,63
5	FLUIDO DE FREIO	UNIDAD	2	31,83	63,66
6	JUNTA DO BUJAO 16	UNIDAD	1	7,78	7,78
7	KIT REVISÃO C/3 DSV	UNIDAD	1	66,84	66,84
8	LOTE FILTROS AUTO	UNIDAD	1	154,75	154,75
9	OLEO MOTOR 0W30	LTS	6	70,03	402,67
10	VISISON CRISTALIZA	UNIDAD	1	47,66	47,66
11	REVISÃO DE 40.000KM	HRS	2	500,00	900,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 2.344,27 (dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos

Barbosa Ferraz, 5 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:70991D56

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 3/ 2026
b) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO, FECHAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA ATENDER AOS EVENTOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL

A. H. PEREIRA LTDA	41.428.402/0001-79	R$ 38.998,00
J.A.M. LOCACOES LTDA	54.767.838/0001-34	R$ 27.900,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	07.888.592/0001-79	R$ 278.114,50

FORNECEDOR	LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
A. H. PEREIRA LTDA	1	8	BANHEIRO QUÍMICO MEDINDO NO MÍNIMO 1,10M (L) X 1,20M (P) X 2,30M (A), 100% POLIETILENO, TETO TRANSLUCIDO, COM CAIXA DE DEJETOS, PORTA PAPEL, VASO COM TAMPA, MICTÓRIO, PLACA DE IDENTIFICAÇÃO MASCULINO/	DIÁRIA	200	194,99	38.998,00
J.A.M. LOCACOES LTDA	1	9	BANHEIRO QUÍMICO (PCD PESSOA COM DEFICIÊNCIA) MEDINDO NO MÍNIMO 1,10 M (L) X 1,20 M (P) X 2,30 M (A), 100% POLIETILENO, TETO TRANSLUCIDO, COM CAIXA DE DEJETOS, PORTA PAPEL, VASO COM TAMPA, MIC	DIÁRIA	100	279,00	27.900,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	1	TENDA TAMANHO DE 4 X 4 METROS = 16 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	30	472,79	14.183,70
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	2	TENDA TAMANHO DE 5 X 5 METROS = 25 METROS –COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 2,5 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	50	476,29	23.814,50
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	3	TENDA TAMANHO DE 10 X 05 METROS = 50 METROS – COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	30	460,99	13.829,70
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	4	TENDA TAMANHO DE 10 X 10 METROS = 100 METROS - COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	90	963,69	86.732,10
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	5	FECHAMENTO EM LATA = NA COR PRATA PAINÉIS COM 2 METROS 02 X 2,20 ALTURA E LARGURA	M	1.800	22,79	41.022,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	6	FECHAMENTO EM LONA NA COR BRANCA ANTE CHAMAS COM 1 METRO DE ALTURA TIPO BALCÃO OU COM 2 METROS DE ALTURA OU COM 3 METROS DE ALTURA EM CASO DE TENDAS 10 X 10 METROS	metro	2.000	29,35	58.700,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	1	7	GRADE DE PROTEÇÃO DE ISOLAMENTO E CONTENÇÃO EM FERRO GALVANIZADO COM NO MÍNIMO 1,1 MT DE ALTURA, COM OS 4 CANTOS ARREDONDADOS.	M	600	18,50	11.100,00
M.P.L.ESTRUTURA PARA EVENTOS LTDA - ME	2	2	TENDA TAMANHO DE 10 X 10 METROS = 100 METROS - COBERTURA PIRAMIDAL EM LONA NA COR BRANCA, ALTURA PÉ DIREITO 3,00 METROS NA EXTREMIDADE E 4 METROS NA SUA PONTA COM CALHA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL	DIARIA	30	957,75	28.732,50

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 345.012,50 (trezentos e quarenta e cinco mil e doze reais e cinquenta centavos)

Barbosa Ferraz, 5 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:6E349A08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

Nº Processo: 01/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BANCADA E PIA DE GRANITO PARA COZINHA COMUNITÁRIA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Fundamento Legal: Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021. Ratificação em 05/02/2026 por Luiz Fabiano Zanatta, Prefeito Municipal. Valor Total: R$ 2.919,99 (Dois Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Noventa e Nove Centavos). Contratados: LEANDRO FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, CNPJ 51.145.284/0001-45, conforme quadro a seguir:

51.145.284 LEANDRO FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	AQUISIÇÃO DE PIA DE GRANITO COM BANCADA CONFORME PROJETO EM ANEXO. ESTES ITENS DEVEM SER INSTALADOS, COM AS FERRAGENS NECESSÁRIAS, DEVENDO TER ESPELHO E SAIA PADRÃO.	PROPRIA PIA DE GRANITO COM BANCADA		UN	1,00	2.919,99	2.919,99
TOTAL								2.919,99

Barra do Jacaré/PR, 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:090C8C28

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA OFERECIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO E CADASTRO DE RESERVA NA PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO JACARÉ-PR

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo para oferecimento de vagas de estágio e cadastro de reserva na Prefeitura Municipal Barra do Jacaré-PR

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital, destinado a abertura de inscrições para o Teste Seletivo de estagiário da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré n. º 01/2026 de Provas, para o preenchimento de vagas para a contratação de estagiários de nível Médio, Técnico e Superior (Educação Profissional e Pós Médio), para oferecimento de vagas e cadastro de reserva de estágio pela Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, conforme previsão da Lei Municipal nº 501/2013, e nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura do Município de Barra do Jacaré-PR, obedecidas as normas deste Edital.

1.2 - O Processo Seletivo destina-se a selecionar estudantes para estágios de complementação educacional em atividades acadêmicas compatíveis com o tipo de formação profissional, oportunizando ao candidato a vivência entre a teoria aprendida e a prática realizada na categoria estágio curricular não obrigatório.

1.3 - Aos candidatos participantes na qualidade de pessoas com deficiência ficará assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das oportunidades de estágio ofertadas por esta municipalidade, podendo concorrer em todos os níveis de ensino, desde que estejam cursando e opte por concorrer também ao percentual reservado.

1.4 - As vagas reservadas às pessoas com deficiência serão preenchidas conforme o decorrer do chamamento, considerando percentual do item anterior, de acordo com listagem própria.

1.5 - No ato da inscrição, a pessoa com deficiência deverá declarar se necessita de algum apoio diferenciado para prestação das provas, elencando sua necessidade, bem como trazer, no ato da inscrição, laudo médico, original ou autenticado em cartório, atestando a espécie e o grau ou nível da

deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças (CID), com a indicação da provável causa da deficiência.

1.6 - O presente processo seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da publicação da homologação do resultado final, sendo facultada a prorrogação por igual período.

1.7 - Os estagiários convocados estarão subordinados à Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) e às demais disposições legais pertinentes.

1.8 - O estagiário não terá, para qualquer efeito, vínculo empregatício com o Município, sendo regido pela Lei Federal n. º 11.788/2008 e pelas disposições deste edital e do Termo de Compromisso de Estágio.

1.9 - Os candidatos classificados poderão ser convocados para firmar o termo de compromisso de estágio, de acordo com o interesse e conveniência da Administração Municipal e, ainda, conforme contido neste edital.

1.10 - A realização do estágio dar-se-á mediante TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, celebrado entre estagiário e está municipalidade, com interveniência da Instituição de Ensino na qual o candidato encontra-se matriculado e desde que esta, mediante seu representante legal, aceite expressamente as disposições do Termo de Compromisso de Estágio.

1.11 - Será concedida bolsa estágio, conforme o ANEXO III deste Edital.

1.12 - A bolsa estágio visa auxiliar a cobertura de despesas relacionadas ao estágio e transporte, ficando vedada a concessão de qualquer auxílio adicional, não possuindo qualquer natureza salarial.

1.13 - As ausências injustificadas serão descontadas da bolsa auxílio.

1.14 - A carga horária do estágio deverá ser de 30 (trinta) horas semanais, conforme as disposições deste edital.

1.15 - Não será permitida a realização concomitante de mais de um estágio remunerado pelo mesmo candidato.

1.16 - O Teste Seletivo será realizado na cidade de BARRA DO JACARÉ-PR, conforme informações que serão publicadas no site da Prefeitura www.barradojacare.pr.gov.br.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.0 - Os candidatos interessados em participar do teste seletivo, deverão ter a idade mínima de 16 anos, na data da contratação, e estar devidamente matriculados e frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, Educação Profissional ou Ensino Médio, conforme art. 1º, Lei 11.788/2008.

2.1 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato a estágio deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

2.2 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.3 - O pedido de inscrição que não atender às exigências deste Edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

2.4 - O pedido de inscrição poderá ser efetuado das **09h às 11h30** e das **13h30 às 16h30**, no período de **09 a 23 de fevereiro de 2025**, presencialmente, na sede da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, situada na Rua Rui Barbosa, nº 27, Centro, em Barra do Jacaré – PR.

2.5 - As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Prefeitura o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornece dados inverídicos ou falsos.

2.6 - Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

2.7 - A Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, não se responsabiliza por solicitações de inscrições não protocoladas devidamente nos termos deste Edital, na respectiva repartição competente, sendo que o protocolo de inscrições será feito na Secretaria Municipal de Educação.

2.8 - É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico ou qualquer outra via senão aquelas estabelecidas neste Edital, bem como é vedado o encaminhado em desacordo com os prazos e condições previstos neste edital.

2.9 - A homologação das inscrições será divulgada no site www.barradojacare.pr.gov.br. e na Secretaria Municipal de Educação, devendo o candidato consultar diariamente tais endereços para que se mantenha atualizado sobre o processo seletivo.

2.10 - É de exclusiva responsabilidade do candidato tomar conhecimento do local, do horário e do endereço de realização da prova, bem como dos documentos e materiais necessários à realização das provas, devendo consultar diariamente as atualizações do *site* da Prefeitura www.barradojacare.pr.gov.br.

2.11 - O pedido de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas, vedada a apresentação de fotocópia.

2.12 - Não poderá inscrever-se o candidato que tenha estagiado pelo período igual ou superior a 01 (um) ano e 07 (sete) meses nesta municipalidade, nos casos de estágio curricular não obrigatório remunerado.

2.13 - Não poderá ingressar no estágio, mesmo que aprovado e classificado, o candidato que tiver a conclusão de curso prevista por período inferior a 6 (seis) meses, ou estiver com curso concluso, quando da sua convocação no referido teste.

2.14 - Não poderá haver inscrição em mais de uma área de formação, ou seja, só poderá existir uma inscrição por candidato e em apenas uma área de formação, sendo considerada válida a última inscrição efetuada pelo candidato.

3 - DA PROVA

3.1 - A seleção dos candidatos dar-se-á por meio de prova objetiva, conforme Anexo II.

3.2 - No ato de inscrição no processo seletivo, o candidato receberá comprovante de entrega da mesma assinada pelo funcionário recebedor da banca de inscrição.

3.3 - As questões serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos das provas, constantes nos ANEXOS II e IV deste edital.

3.4 - A prova será realizada no dia 01 de março de 2026 (domingo), ás 9:00 horas, na Escola Municipal Pio XII, localizada na Rua Paraná, nº 171, no município de Barra do Jacaré/PR.

3.5 - O portão de acesso será aberto as 8:30 horas, e o candidato deve estar no local com no mínimo 15 minutos de antecedência do horário da prova, estando impedido, por qualquer motivo, de ingressar o candidato que chegar ao local de prova após o horário estipulado.

3.6 - As provas serão classificatórias, todavia o candidato que zerar a prova objetiva será excluído do Processo Seletivo.

3.7 - A duração da prova objetiva será de 03 (três) horas, sendo que o candidato deverá comparecer ao local de prova com no mínimo 15 minutos de antecedência do horário estabelecido no Edital, conforme subitem 3.4, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, pedido de inscrição e documento original de identificação com foto.

3.8 - Serão considerados documentos de identidade: RG; passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com foto.

3.9 - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

3.10 - Por ocasião da realização das provas objetivas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 3.8 deste edital, não poderá fazer as provas objetivas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

3.11 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas objetivas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, juntamente com qualquer dos documentos considerados como de identificação, dos quais já foram elencados neste Edital.

3.12 - Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados no *site* www.barradojacare.pr.gov.br.

3.13 - Não haverá segunda chamada para as provas, nem a realização das mesmas fora da data, do horário e do local predeterminados em edital ou em comunicado, seja qual for o motivo alegado.

3.14 - Não será permitido, durante a realização das provas objetivas, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras, celulares, tablets, notebooks e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

3.15 - O Município de Barra do Jacaré não se responsabilizará por perda ou extravio de qualquer objeto durante a realização das provas.

3.16 - O não comparecimento do candidato à prova objetiva implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.

3.17 - O candidato que usar de atitudes de desacato ou desrespeito com qualquer dos fiscais ou responsáveis pela aplicação da prova objetiva, bem como aquele que descumprir o disposto no item 3.14, deste Edital, será excluído do Processo Seletivo.

3.18 - O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas.

3.19 - As respostas às questões objetivas serão transcritas para o gabarito com caneta esferográfica com tinta preta ou azul, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão.

3.20 - Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas dada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

3.21 - Não serão computadas, atribuindo-se nota zero às questões objetivas não assinaladas (em branco) na folha de respostas, assim como às questões que contenham mais de uma alternativa assinalada para a mesma questão (ainda que uma delas esteja correta), que contenha emenda, rasura e/ou alternativa marcada a lápis, ainda que legíveis, e quando a alternativa assinalada for a incorreta.

3.22 - Em nenhuma hipótese o caderno de provas será considerado para a pontuação do candidato.

3.23 - Em nenhuma hipótese o caderno de provas poderá ser levado embora, e o mesmo deverá ser entregue juntamente com o gabarito.

3.24 - Os dois últimos candidatos que terminarem a Prova Objetiva, em cada uma das salas, deverão rubricar, juntamente com os fiscais, o envelope em que serão depositadas as provas realizadas e gabaritos.

3.25 - O gabarito da prova objetiva será disponibilizado na internet, no dia seguinte ao da realização da prova, após às 17:00 horas, no endereço eletrônico www.barradojacare.pr.gov.br.

4 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

4.0 - A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações no gabarito de respostas, será pontuada por questão, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas, de acordo com a pontuação estabelecida no **Anexo II**.

4.1 - Será reprovado na prova objetiva e eliminado do Processo Seletivo o candidato que obtiver 0 (zero) pontos.

4.2 - O candidato eliminado não terá classificação no Processo Seletivo.

4.3 - A nota final no Processo Seletivo será a soma algébrica das pontuações sobre as questões que obtiverem acerto, de acordo com o **Anexo II**.

4.4 - Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final obtida no Processo Seletivo de estagiário, sendo a classificação realizada por área de formação, conforme informado no ato da inscrição.

4.5 - A convocação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação por área específica, de acordo com a necessidade de cada Secretaria da Administração Pública.

5 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.0 - Em caso de empate no resultado final (nota da prova objetiva) terá preferência o candidato que tiver:

a) Maior nota na disciplina de Língua Portuguesa.

b) Maior nota na disciplina de Informática.

c) Maior nota na disciplina de Atualidades.

d) Maior idade, persistindo o empate;

6 - DOS RECURSOS

6.6 - O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito provisório e contra o resultado provisório (nota da prova objetiva) poderá fazê-lo presencialmente no período de 24 horas de sua publicação, na Secretaria Municipal de Educação localizado na Rua Rui Barbosa, nº 27, no município de Barra do Jacaré-PR.

6.1 - O gabarito provisório e o resultado provisório divulgado poderão ser alterados, caso haja provimento de recursos interpostos, sendo que o resultado será modificado em todos os casos a que se amoldar o recurso.

6.2 - O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será indeferido.

6.3 - Os recursos que forem encaminhados por via postal, via fax, via correio eletrônico ou qualquer outro meio que não estiver previsto neste edital, não serão admitidos, nem analisados, independentemente da data em que tenham sido remetidos ou expedidos.

6.4 - Não serão admitidos recursos relativos ao preenchimento incompleto, equivocado, em duplicidade ou incorreto do cartão-resposta, nem pelo motivo de resposta que apresenta rasura.

6.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo estabelecido no item 6.0.

6.6 - Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso ou recursos de recursos.

CRONOGRAMA DE DATAS PREVISTAS

INSCRIÇÃO	09 a 23/02/2026
PUBLICAÇÃO LISTA DE INSCRITOS	24/02/2026
RECURSO LISTA DE INSCRITOS	25/02/2026
PUBLICAÇÃO CHAMAMENTO PROVA	26/02/2026
PROVA	01/03/2026
GABARITO	02/03/2026
RECURSO GABARITO	03/03/2026
RESULTADO PROVISÓRIO	05/03/2026
RECURSO RESULTADO PROVISÓRIO	06/03/2026
RESULTADO FINAL	10/03/2026

7 - DA HOMOLOGAÇÃO FINAL E DA CONVOCAÇÃO PARA O ESTÁGIO

7.0 - Divulgado o resultado final, depois de transcorridos os prazos e decididos os recursos porventura interpostos, o Processo Seletivo Público será homologado pelo Prefeito Municipal. O resultado e a classificação final serão publicados no endereço eletrônico www.barradojacare.pr.gov.br.

7.1 - A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à convocação e está obedecerá rigorosamente à ordem de classificação por curso e ficará condicionada à comprovação de documentos, conforme o disposto neste Edital.

7.2 - O candidato aprovado será convocado por meio de edital, sendo que o edital de convocação será publicado no Diário oficial do Município no site www.barradojacare.pr.gov.br. Em todo caso, a publicação da convocação no Diário oficial será tida como único meio de contagem do prazo para que o candidato se apresente.

7.3 - Terá o candidato convocado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do edital de convocação, para comparecer à Secretaria Municipal de Educação para orientações quanto aos procedimentos e documentações necessárias para regularização do estágio.

7.4 - O candidato será convocado para assumir vaga de estágio de 30 (trinta) horas semanais. No tempo da convocação para o comparecimento, o candidato poderá escolher assumir a vaga disponibilizada conforme a carga horária da vaga constante no Edital de Convocação.

7.5 - Na hipótese do subitem anterior, não comparecendo o candidato nem para optar por aguardar nova convocação, será automaticamente desclassificado e inabilitado no processo seletivo.

7.6 - No ato da contratação o candidato deverá estar munido dos seguintes documentos:

1 - Fotocópia do RG, CPF, Título de Eleitor (obrigatório para maiores de 18 anos);

2 - Fotocópia da certidão de nascimento/casamento;

3 - Fotocópia do comprovante de endereço;

4 - Comprovante de matrícula atualizado da instituição de ensino.

7.7 - O Município não se responsabiliza por informação de endereço eletrônico (e-mail) incorreto, incompleto, desatualizado ou com problemas de recepção.

7.8 - É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) atualizado para viabilizar os contatos necessários.

7.9 - O não comparecimento dentro do prazo estabelecido no subitem 7.4, implicará a inabilitação do candidato para o Teste Seletivo, reservando-se ao Município o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificação.

7.10 - O tempo de duração do estágio será de no mínimo 06 (seis) meses e no máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, não podendo extrapolar 24 (vinte e quatro) meses de estágio, ficando a data de início do estágio a ser definida pela Administração.

7.11 -O estágio firmado com o candidato na qualidade de pessoa com deficiência não se submete ao limite máximo temporal previsto no subitem 7.9, podendo ser prorrogado até a conclusão do curso.

7.12 - Será exigida do candidato convocado a execução do Termo de Compromisso de Estágio com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino, sendo que o mesmo somente poderá iniciar suas atividades acadêmicas de estágio após a entrega do Termo devidamente assinado.

7.13 - O candidato aprovado e convocado poderá desistir definitiva ou temporariamente da oportunidade de estágio, implicando a desistência temporária, em renúncia à classificação original e passando a posicionar- se em último lugar na lista dos (as) aprovados (as) do curso ao qual estiver inscrito.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo contidas nos comunicados, neste Edital e em outros a serem publicados.

8.2 - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, bem como de eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame.

8.3 - O candidato que porventura sentir-se mal durante a realização da prova, poderá interromper a mesma até que se restabeleça no próprio local de realização da prova. Caso o candidato não se restabeleça em tempo hábil para terminar sua prova dentro do horário estabelecido, estará eliminado do Processo Seletivo.

.

8.4 - Será excluído automaticamente do Teste Seletivo o candidato que:

a - Apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;

b - Não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;

c - Não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o subitem 3.7;

d - For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas; utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, celulares, tablets, notebooks, netbooks e outros, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

e - Estiver fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares;

f - Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

g - Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

h - Recusar-se a entregar a folha de respostas ao término do tempo destinado para a sua realização;

i - Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

j - Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou outros materiais não permitidos;

k - Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e na folha de respostas;

l - Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

m - Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Processo Seletivo;

n - Não permitir a coleta de sua assinatura;

o - Fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

p - Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

q - Apresentar documentos irregulares;

r - Não atender às determinações deste Edital.

8.5 - Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

8.6 - Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativas à seleção, à classificação ou às notas de candidatos, valendo, para tal fim, a publicação na Internet, no endereço eletrônico www.barradojacare.pr.gov.br. o resultado final e homologação do Teste Seletivo.

8.7 - O Município de Barra do Jacaré não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo.

8.8 - A Administração Pública não está obrigada ao chamamento de todos os classificados, bem como não está obrigada ao chamamento imediato de todos aqueles que passaram dentro do percentual de vagas existentes conforme este edital. O chamamento poderá ocorrer de forma fracionada, de acordo com a disponibilidade de vagas em cada Secretaria, observando-se a previsão orçamentária e o interesse da administração.

8.9 - O Processo Seletivo disciplinado por este Edital tem validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação e homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

8.10 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Educação, sendo estas as responsáveis pelos atos posteriores à homologação do procedimento, inclusive convocações e publicações.

Barra do Jacaré, 05 de fevereiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA

Prefeito Municipal

ANEXO I QUADRO DE VAGAS

Item	Nº de vagas	Área de formação	Nível	Requisitos
1	03	Administração	Superior/Médio	Estar cursando graduação de nível superior em **Administração, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, Ciências Contábeis e Economia e/ou áreas afins ou Curso Técnico em Administração e Recursos humanos ou Ensino Médio** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
2	01	Direito	Superior	Estar cursando graduação de nível superior em **Direito** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
3	03	Educação	Superior/ Médio	Estar cursando graduação de nível superior em **Pedagogia** ou outro **curso de nível superior que tenha habilitação em licenciatura; ou Ensino Médio na modalidade - Formação Pedagógica,** com estágio curricular supervisionado na área da Educação em instituição Cujo curso seja autorizado pelo MEC.
4	01	Enfermagem	Superior/Médio	Estar cursando graduação de nível superior em **Enfermagem** ou **Curso Técnico em Enfermagem** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
5	01	Serviço Social	Superior	Estar cursando graduação de nível superior em **Serviço Social** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
6	01	Psicologia	Superior	Estar cursando graduação de nível superior em **Psicologia** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
7	01	Informática	Superior	Estar cursando graduação de nível superior em **Informática e/ou áreas afins** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
8	01	Engenharia Civil / Arquitetura e Urbanismo	Superior	Estar cursando graduação de nível superior em **Engenharia Civil / Arquitetura e Urbanismo e/ou áreas afins** ou **Curso Técnico em Edificações** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.
9	01	Agronomia	Superior	Estar cursando graduação de nível superior em **Agronomia** em instituição cujo curso seja autorizado pelo MEC.

OBS: Não será permitida a inscrição em mais de uma área de formação.

ANEXO II

DA PROVA OBJETIVA E PONTUAÇÃO

ITEM 01 – DA PROVA OBJETIVA

NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

Quantidade de questões da prova objetiva: 10 (dez).

Prova objetiva: 05 (cinco) questões sobre Língua Portuguesa e 03 (três) questões sobre Informática e 02 (dois) questões sobre Atualidades.

Pontuação atribuída a cada acerto do candidato por questão: 0,5 (meio ponto).

ITEM 02 – DA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS E DA FORMA DE CÁLCULOS

CONTAGEM DE PONTOS

NOTA DA PROVA OBJETIVA = 5,0 (cinco pontos)

CURSANDO CURSO SUPERIOR: 5,0 (cinco pontos)

CURSANDO CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE: 2,0 (dois pontos)

CURSANDO ENSINO MÉDIO: 1,0 (um ponto)

ANEXO III

DA CARGA HORÁRIA E DA BOLSA DE ESTÁGIO

Carga Horária/ Valor da Bolsa de Estágio

30 horas = R$ 700,00 + R$ 50,00 (auxílio transporte)

Obs: Horas por semana.

ANEXO IV

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

PORTUGUÊS

1 - Língua Falada e Língua Escrita Norma ortográfica. Variação linguística: fatores geográficos, sociais e históricos.

Variação estilística: adequação da forma à situação de uso e aos propósitos do texto.

2 - Morfossintaxe Classes de palavras. Processos de derivação. Processos de flexão: verbal e nominal. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

3 - Processos Sintático-Semânticos Conectivos: função sintática e semântica. Coordenação e subordinação. Sentido literal e não literal.

INFORMÁTICA

1 - Operação de um aparelho modelo desktop ou laptop/notebook/netbook.

Gravação de mídias e conectividades do aparelho.

Nomenclaturas e funcionalidades de cada parte do aparelho.

Funcionalidades do aparelho computador.

2 - Sistema Operacional Windows e Pacote Office Operação do sistema.

Operação dos vários programas do sistema operacional. Armazenamento de arquivos. Instalação e remoção de programas. Demais funcionalidades do sistema.

3 - Conhecimento sobre a Internet e Redes

Navegação na internet e operação de navegadores (Internet Explorer; Chrome, Mozila, Opera) e sites populares. Operação em ambiente de rede e funcionalidades.

4 - Impressão e digitalização de documentos.

ATUALIDADES

1 - Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, divulgados na mídia local e/ou nacional nos últimos anos.

ANEXO V

DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do candidato:

Nº da Inscrição: Curso: _Período:

Instituição de Ensino:

RG: CPF:

Endereço: Telefone: ( )

Opção de Inscrição:

( ) Graduação em Administração e/ou áreas afins

( ) Graduação em Direito

( ) Graduação em Educação (Pedagogia e/ou Licenciatura)

( ) Graduação em Enfermagem

( ) Graduação em Serviço Social

( ) Graduação em Psicologia

( ) Graduação em Informática e/ou áreas afins

( ) Graduação em Engenharia Civil / Arquitetura e Urbanismo

( ) Graduação em Agronomia

( ) Técnico em Administração

( ) Técnico em Enfermagem

( ) Técnico em Edificações

( ) Formação Pedagógica (Ensino Médio)

( ) Ensino Médio

Barra do Jacaré, de de 2026.

_____

Assinatura do (a) candidato (a)

Recortar aqui:

- -

Via do candidato (nome):

Nº da inscrição:

Barra do Jacaré, de de 2026.

_____

Assinatura e Nome do servidor responsável pela inscrição

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:2F3BD331

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 24/2026

EDITAL Nº 24/2026

CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 08/2025

O **Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na legislação municipal aplicável, e **em estrita observância às disposições do Edital nº 08/2025**, torna público o presente **EDITAL DE CONFIRMAÇÃO, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS**, para conhecimento dos interessados, nos seguintes termos:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto **dar publicidade à análise da documentação entregue pelos candidatos**, realizada pela Comissão Organizadora, **em conformidade com as exigências previstas no Edital nº 08/2025**, bem como **formalizar o resultado da validação documental** no âmbito do Processo Seletivo Simplificado.

1.2. A análise documental compreende a verificação da **existência, regularidade, autenticidade, legibilidade e adequação** dos documentos exigidos no Edital nº 16/2026, incluindo, quando aplicável, escolaridade, títulos, experiência profissional e demais requisitos obrigatórios para o cargo.

2. DA CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

2.1. Fica confirmada a entrega da documentação **exclusivamente pelos candidatos que constam na relação nominal anexa a este Edital**, apresentada dentro do prazo, forma e local definidos no Edital nº 16/2026.

2.2. É de **inteira responsabilidade do candidato** a correta entrega de toda a documentação exigida, conforme especificações constantes do Edital nº 16/2026.

3. DA ANÁLISE E VALIDAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A documentação entregue foi analisada pela **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado**, designada por ato administrativo próprio, **observando rigorosamente os critérios, requisitos e condições estabelecidos no Edital nº 16/2026**.

3.2. A análise documental teve por finalidade verificar, entre outros aspectos:

• o atendimento integral aos requisitos do cargo;

• a correspondência entre os documentos apresentados e as declarações prestadas pelo candidato;

• a compatibilidade dos títulos e da experiência profissional com o cargo pretendido;

• a observância dos prazos, períodos e cargas horárias exigidos;

• a regularidade formal e material da documentação apresentada.

3.3. Documentos ilegíveis, incompletos, sem identificação, fora do período previsto, desacompanhados dos requisitos mínimos ou em desacordo com o Edital nº 16/2026 **não foram validados** para quaisquer efeitos no certame.

4. DA DESCLASSIFICAÇÃO

4.1. Foi **DESCLASSIFICADO do Processo Seletivo Simplificado** o candidato que:

• deixou de entregar a documentação exigida pelo Edital nº 16/2026;

• entregou documentação incompleta;

• apresentou documentos em desacordo com as exigências editalícias;

• não comprovou os requisitos obrigatórios para o cargo;

• apresentou documentação inválida, inconsistente ou incompatível com o cargo pretendido.

4.2. A desclassificação decorre da **inobservância das regras editalícias**, sendo aplicada de forma objetiva e impessoal, em respeito aos princípios da **legalidade, isonomia, vinculação ao edital e segurança jurídica**.

4.3. A relação dos candidatos **classificados e desclassificados**, com a respectiva indicação da situação, consta em **anexo próprio** a este Edital.

5. DA PUBLICIDADE E DOS RECURSOS

5.1. O presente Edital, bem como seus anexos, será publicado no **Diário Oficial do Município de Bocaiúva do Sul**, para conhecimento geral e produção de seus efeitos legais.

5.2. Caberá **recurso administrativo**, nos prazos e condições previstos no Edital nº 16/2026, exclusivamente quanto a eventuais erros materiais ou de procedimento, devidamente fundamentados.

5.3. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo, sem fundamentação ou que visem rediscutir critérios expressamente previstos no edital.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A análise e validação documental **não geram direito subjetivo à contratação**, constituindo etapa eliminatória do Processo Seletivo Simplificado.

6.2. A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, **anular atos**, inscrições ou classificações, caso constatada irregularidade ou falsidade documental, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, em consonância com o Edital nº 16/2026 e a legislação vigente.

Classificação	Nome Completo	Data de nascimento	Cargo de inscrição	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência	Situação
2	Geine Larice Taborda de Castro Lima	10/09/1979	Assistente Social	85			Desistência por não comparecimento
3	Diana Da Silva Macêdo	26/02/1986	Farmacêutico	85	sim		Desistência por não comparecimento
3	Luzimar Batista Dos Santos	08/03/1974	Enfermeiro	85	sim		Deferido
4	Luciane Patricio Redede	09/11/1974	Enfermeiro	85			Desistência por não comparecimento
24	Emeli Maira Lourenco	04/02/1987	Técnico de enfermagem	90	sim		Desistência por não comparecimento
25	Juliane De Castro Nascimento De Souza	13/01/1997	Técnico de enfermagem	90			Deferido

2. DO COMPARECIMENTO

Os candidatos deverão comparecer pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído, no período de:

• Data**: 04/02/2026**

• Horário: **das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30**

• Local: **Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul**

• Endereço: Carlos Alberto Ribeiro,21 – Centro de Bocaiúva do Sul

3. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

No ato do comparecimento, o candidato deverá apresentar original e cópia legível dos documentos abaixo relacionados, sendo indispensável a apresentação dos documentos comprobatórios das titulações declaradas na inscrição, sob pena de desclassificação ou não contratação:

3.1. Documentos pessoais e funcionais:

a) Documento oficial de identidade com foto (RG ou CNH);

b) CPF;

c) Carteira de Trabalho (física ou digital) e comprovante do PIS/PASEP;

d) Comprovante de residência atualizado;

e) Certidão de nascimento ou casamento;

f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver;

g) Certidão de Quitação Eleitoral;

h) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (para candidatos do sexo masculino);

i) Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal;

j) Dados bancários em nome do candidato (instituição indicada pelo Município);

k) Declaração de acúmulo ou não de cargos públicos;

l) Atestado de Saúde Ocupacional, conforme modelo previsto no edital.

3.2. Documentos comprobatórios da escolaridade e das titulações:

m) Diploma ou certificado de conclusão do curso de escolaridade obrigatória, acompanhado de histórico escolar, conforme exigido para o cargo;

n) Diploma ou certificado de conclusão de cursos de Pós-Graduação, acompanhado de histórico escolar, quando declarados;

o) Certificado de Mestrado e/ou Doutorado, acompanhado de histórico escolar, quando declarados;

p) Certificados de cursos de aperfeiçoamento, capacitação, congressos, seminários, palestras, jornadas ou eventos científicos, na área de atuação, com indicação expressa da carga horária mínima exigida no edital;

q) Documentos comprobatórios de experiência profissional, conforme previsto no edital (CTPS, certidão ou declaração do órgão empregador);

r) Registro no conselho de classe competente e comprovante de regularidade, quando exigido para o cargo;

s) Laudo médico, no caso de candidato inscrito como Pessoa com Deficiência (PCD);

t) Autodeclaração de Pessoa Negra (PN), quando aplicável;

u) Procuração, se for o caso.

4. DAS DISPOSIÇÕES IMPORTANTES

4.1. A não apresentação dos documentos comprobatórios das titulações declaradas, ou a apresentação em desacordo com as exigências do edital, implicará na desconsideração da pontuação correspondente, podendo resultar em reclassificação, desclassificação ou inviabilidade da contratação.

4.2. O não comparecimento no prazo, local e horário estabelecidos neste Edital acarretará desistência automática, sendo convocado o próximo candidato classificado.

4.3. A convocação não gera direito adquirido à contratação, tratando-se de expectativa de direito, condicionada à necessidade da Administração Pública e à regularidade documental.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 08/2025, observadas as normas do edital de abertura, a legislação municipal e os princípios que regem a Administração Pública.

Bocaiúva do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal

Presidente da Comissão Organizadora do PSS nº 08/2025

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:3BD0AC54

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 25/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 08/2025

CONVOCAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 08/2025, designada na forma do edital de abertura e da legislação municipal vigente, TORNA PÚBLICO o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS, destinado aos candidatos classificados para os cargos de Agente de Apoio Educacional e Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos termos a seguir estabelecidos.

1. DA FINALIDADE DA CONVOCAÇÃO

1.1. O presente Edital tem por finalidade convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025 para a comprovação presencial dos títulos declarados, conforme previsto no edital de abertura do certame, observadas as regras de pontuação, análise e validação documental.

1.2. A comprovação de títulos constitui etapa indispensável à conferência da pontuação atribuída, não gerando, por si só, direito subjetivo à contratação.

2. DOS CARGOS, DATAS E HORÁRIOS

Os candidatos convocados deverão comparecer exclusivamente na data e horário conforme cronograma abaixo:

• Data: 11 de fevereiro de 2026

• Horário:

• Manhã: das 9h00 às 11h30

• Tarde: das 13h30 às 15h30

3. DO LOCAL

3.1. A comprovação de títulos será realizada no prédio da Prefeitura Municipal de Bocaiuva do Sul, por ordem de chegada, mediante distribuição de senha.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os candidatos deverão apresentar documentos originais e cópias legíveis dos títulos declarados no ato da inscrição, estritamente conforme as exigências previstas no Edital do PSS nº 08/2025.

4.2. Somente serão analisados e pontuados os títulos que:

• tenham sido devidamente declarados no ato da inscrição;

• estejam em conformidade com os critérios, prazos e cargas horárias mínimas estabelecidos no edital do certame;

• sejam apresentados dentro da data, horário e local definidos neste Edital.

4.3 O candidato que não apresentar a documentação comprobatória dos títulos declarados no ato da inscrição, ou que apresentar documentação em desacordo com as informações prestadas, com os critérios estabelecidos no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2025 ou fora das condições exigidas, será DESCLASSIFICADO do certame, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, quando constatada a prestação de informações inverídicas.

5. DA CONDIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

5.1. Fica expressamente consignado que a convocação para comprovação de títulos não implica contratação imediata.

5.2. As contratações estão condicionadas à efetiva liberação de vagas, à necessidade da Administração Pública, à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao estrito interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e da legislação municipal aplicável.

5.3. Os candidatos convocados permanecem com mera expectativa de direito, não assistindo qualquer direito subjetivo à contratação automática.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O não comparecimento do candidato na data e horário estabelecidos neste Edital implicará sua desclassificação para a etapa de comprovação de títulos, sem prejuízo das demais disposições previstas no edital do certame.

6.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais referentes ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive eventuais editais complementares, convocações e comunicados.

6.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do PSS nº 08/2025, observada a legislação vigente.

Assistente Social

Classificação	Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Tempo de Serviço	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência
3	JEAN CARLOS BALDO	29/06/1982	Assistente Social	20	85		
4	Gilda Gomes Alves	13/11/1984	Assistente Social	20	85		
5	SAYRA NONATO LEITE SOARES	22/09/1989	Assistente Social	20	85	Sim	
6	Kelem Pereira Faria	17/11/1994	Assistente Social	20	85	Sim	
7	Bruna Alves	23/09/1996	Assistente Social	20	85		
8	Willian Robson Martins de Freitas	27/09/1984	Assistente Social	19	82		
9	Ione Aparecida de Campos	14/06/1989	Assistente Social	20	81	Sim	
10	WILLIAM DAVID PINHEIRO RIBEIRO	01/09/1982	Assistente Social	15	80		
11	Cristiane Hass	23/12/1982	Assistente Social	15	80		
12	ADRIANA DA SILVA PINHEIRO DE SOUZA LIMA PAES	18/11/1970	Assistente Social	20	77,5	Sim	
13	Erika Pereira Souza	26/08/1975	Assistente Social	20	77,5	Sim	
14	Gislaine Munhoz Martins	02/07/1981	Assistente Social	10	75	Sim	
15	Ronisi de oliveira lutz	16/08/1977	Assistente Social	9	74		
16	Dirce Arruda pereira	09/11/1966	Assistente Social	20	73,5	Sim	
17	Danieli Padilha Ferreira	19/08/1986	Assistente Social	18	73	Sim	
18	Cristina Villar Salvatori	12/12/1979	Assistente Social	20	70		
19	Fernanda Ferreira de Jesus	07/02/2000	Assistente Social	20	70		
20	ELAINE PEROCELLI	18/11/1978-	Assistente Social	4	69		

Cirurgião Dentista 20h

Classificação	Nome Completo	Data de nascimento	Cargo de inscrição	Tempo de Serviço	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência
3	Giuliana Martina Bordin	20/03/1984	Cirurgião Dentista 20h	10	90		
4	Gabrielle Gobbo Agnoletto	13/04/1995	Cirurgião Dentista 20h	20	90		
5	Jhenive Keller Cunha Hertl	29/08/1989	Cirurgião Dentista 20h	20	85	Sim	
6	Daniele Dutra De Almeida	20/03/1997	Cirurgião Dentista 20h	20	85		
7	Vinicius Villas Boas Petroni	14/10/1992	Cirurgião Dentista 20h	20	82,5		
8	Larissa Steilmann Demarchi	26/02/1996	Cirurgião Dentista 20h	20	81		

Cirurgião Dentista 40h

Classificação	Nome Completo	Data de nascimento	Cargo de inscrição	Tempo de Serviço	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência
3	Andréa Luísa De Souza Melo	07/02/1984	Cirurgião Dentista 40h	20	92	Sim	
4	Elismar Pereira Teixeira	08/11/1974	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
5	Igor Alfredo Da Silva Serrano	10/02/1981	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
6	Gervania Pereira Gigante	01/06/1983	Cirurgião Dentista 40h	20	85	Sim	
7	Gustavo Cafieiro De Toledo	27/05/1985	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
8	Michele Portela Da Luz	06/02/1990	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
9	Dheniffer França Rodrigues	04/01/1991	Cirurgião Dentista 40h	20	85	Sim	
10	Viviane Bispo De Assis	29/05/1992	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
11	Luiz Pedro Da Silva Fernandes	03/06/1997	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
12	Gilliane Da Silva Bentes	08/04/1999	Cirurgião Dentista 40h	20	85		
13	Gabriela Pestana Da Costa	27/06/1995	Cirurgião Dentista 40h	20	83	Sim	
14	Graziele Parize Souza De Oliveira	28/12/1989	Cirurgião Dentista 40h	20	82,5		
15	Saulo Kfouri Lopes	29/06/1985	Cirurgião Dentista 40h	5	81		
16	Estefani Luz Batista Foss	04/03/1994	Cirurgião Dentista 40h	20	81		
17	Letícia Juliana Silva Pedraça	06/08/1992	Cirurgião Dentista 40h	19	78		
18	Renato Santana Silva	06/06/1969	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5		
19	Jayanne Sabrina Rebouças Moraes	26/12/1981	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5		
20	Tamara Dos Santos Ferreira	15/12/1986	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5	Sim	
21	Karysma Kalderash Dela Torre	16/09/1991	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5		
22	Luan Machado	13/10/1991	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5		
23	Marcelo Cavalcante Siqueira Galdino	20/05/1996	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5	Sim	
24	Amanda Zanicotti Buchmann	15/05/1998	Cirurgião Dentista 40h	20	77,5		
25	Marisol Bechelli	07/06/1963	Cirurgião Dentista 40h	20	77		
26	Cristiano Shiguemi Amorim	30/10/1978	Cirurgião Dentista 40h	20	77		
27	Fernanda Jupyra Leguthi De Souza	15/04/1986	Cirurgião Dentista 40h	20	77		
28	Larissa Justina Wessler	23/04/1996	Cirurgião Dentista 40h	20	77		
29	Christielle Da Silva Alencar	26/07/1985	Cirurgião Dentista 40h	20	75	Sim	
30	Tomaz Manoel Joppert Minatti	16/11/1985	Cirurgião Dentista 40h	20	75		

Farmacêutico

Classificação	Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Tempo de Serviço	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência
4	Gabriela Maciel Chiullo	12/12/1995	Farmacêutico	20	85		
5	Ludson Vinícius Euzébio Pereira Da Silva	20/08/1997	Farmacêutico	20	85	Sim	
6	Alex Sandro Freire De Oliveira	19/05/1978	Farmacêutico	20	83	Sim	
7	Marques Soal Da Camara Da Silva	23/01/1983	Farmacêutico	20	83	Sim	Sim
8	Flávia Batista Ramos	13/07/1992	Farmacêutico	20	81		
9	Debora Cristina Rodrigues	28/06/1970	Farmacêutico	20	77,5		
10	Rute Helen De Souza Silva	28/06/1996	Farmacêutico	20	77,5		
11	Aiane Cristina Alves Cordeiro	15/08/1983	Farmacêutico	20	77		
12	IONAN Rocha NEPONUCENO	13/02/1981	Farmacêutico	20	75,5		
13	Ketelin Lorena De Oliveira Nascimento Ferracine	18/08/1994	Farmacêutico	20	70		
14	Mariana Tavares De Figueiredo	15/09/1987	Farmacêutico	20	68		
15	Debora Cristina Lopes Dallagnol	14/04/1969	Farmacêutico	20	64		
16	Alessandro Colere Fagundes	04/04/1986	Farmacêutico	20	60		
17	Jonatas Oliveira De Assis	04/12/1991	Farmacêutico	20	60		Sim
18	Veronica Do Carmo Alves Caron	07/11/1995	Farmacêutico	20	60		

Enfermeiro

Classificação	Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Tempo de Serviço	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência
5	Antonio Marcos Hirt Ferreira	28/10/1978	Enfermeiro	20	85		
6	Joyce Aniceto Moreira	19/11/1982	Enfermeiro	20	85	Sim	
7	Vanusa Maria De Sousa Da Silva	17/11/1984	Enfermeiro	20	85	Sim	
8	Sílvia Michelle Araújo Dos Santos	31/07/1985	Enfermeiro	20	85	Sim	
9	José Dione Bonfim	15/11/1990	Enfermeiro	20	85		
10	Tamires Valeria Polli Porkote	21/06/1993	Enfermeiro	20	85		
11	Marilene De Oliveira	29/09/1969	Enfermeiro	15	80		

Técnico de Enfermagem

Classificação	Nome Completo	Data de nascimento	Cargo de inscrição	Tempo de Serviço	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência
26	Anili Assunção Bruno	03/01/2000	Técnico de enfermagem	20	90		
27	Marcieli Dos Santos De Oliveira	23/07/1997	Técnico de enfermagem	7	87	sim	
28	Jaqueline Dos Santos Castro	14/10/1997	Técnico de enfermagem	12	87	sim	
29	Maria Cristiane Dos Santos Brocanello Coelho	02/11/1983	Técnico de enfermagem	6	86	sim	
30	Leonilda Rosa De Lara	11/04/1967	Técnico de enfermagem	20	85	sim	
31	Sílvia Regina Rosa	09/06/1971	Técnico de enfermagem	20	85	sim	
32	Leandro Cesar Moraes	01/05/1975	Técnico de enfermagem	20	85	sim	
33	Adriana Medeiros Proença	26/04/1976	Técnico De Enfermagem	20	85		
34	Cristiane Aparecida Rodrigues Fortes	12/08/1976	Técnico De Enfermagem	20	85	Sim	
35	Elisabete Dos Santos De Lima Soares	04/11/1983	Técnico De Enfermagem	20	85	Sim	
36	Rai De Souza Silva	12/11/1987	Técnico De Enfermagem	12	82	Sim	
37	Vera Alcídia Bandeira De Castro	21/03/1961	Técnico De Enfermagem	6	81	Sim	

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:1DA5A422

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - CONTRATO Nº 27/2026 - PREGÃO Nº 69/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO SENDO LOTE 1 – CAMINHÃO PLATAFORMA FIXA SOBRE CHASSI, 6X4, MODELO/FABRICAÇÃO 2024/2025, NOVO ZERO KM, POTÊNCIA MÍNIMA 280CV, PLATAFORMA COM COMPRIMENTO TOTAL, SEM CONSIDERAR A RAMPA MÍNIMO DE 6.500MM, LARGURA TOTAL DA PLATAFORMA MÍNIMA DE 2.600MM, RASPAS COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NO MODELO 07.

CONTRATADO: NORDICA VEICULOS S/A

CNPJ: 77.997.187/0001-74

VALOR: R$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CAMINHÃO PLATAFORMA FIXA SOBRE CHASSI, 6X4, MODELO/FABRICAÇÃO 2024/2025, NOVO ZERO KM, POTÊNCIA MÍNIMA 280CV, PLATAFORMA COM COMPRIMENTO TOTAL, SEM CONSIDERAR A RAMPA MÍNIMO DE 6.500MM, LARGURA TOTAL DA PLATAFORMA MÍNIMA DE 2.600MM, RASPAS COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NO MODELO 07.	VOLVO VMX-290	UN	1	R$ 740.000,00	R$ 740.000,00

Bocaiúva do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO

Secretário Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:909C6679

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO Nº 69/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2.021, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista da Ata de abertura e Julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	69/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Adjudicação:	05/02/2026
Objeto da Licitação:	Aquisição de equipamento rodoviário sendo lote 1 – caminhão plataforma fixa sobre chassi, 6x4, modelo/fabricação 2024/2025, novo zero km, potência mínima 280cv, plataforma com comprimento total, sem considerar a rampa mínimo de 6.500mm, largura total da plataforma mínima de 2.600mm, raspas com acionamento hidráulico e demais características técnicas constantes no modelo 07.

Fornecedores com itens adjudicados:

FORNECEDOR: NORDICA VEICULOS S/A - CNPJ: 77.997.187/0001-74

Valor Total do Fornecedor: 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CAMINHÃO PLATAFORMA FIXA SOBRE CHASSI, 6X4, MODELO/FABRICAÇÃO 2024/2025, NOVO ZERO KM, POTÊNCIA MÍNIMA 280CV, PLATAFORMA COM COMPRIMENTO TOTAL, SEM CONSIDERAR A RAMPA MÍNIMO DE 6.500MM, LARGURA TOTAL DA PLATAFORMA MÍNIMA DE 2.600MM, RASPAS COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NO MODELO 07.	VOLVO VMX-290	UN	1	R$ 740.000,00	R$ 740.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais)

Lavre-se o Termo de Homologação o Instrumento Contratual e após autorizo a emissão das notas de empenho correspondentes.

Bocaiúva do Sul, 05 de fevereiro de 2026.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO

Secretário Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:16FDCB22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

EDITAL Nº 001/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, **HELIO JOSE SURDI,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de provimento de cargos públicos e de se compatibilizar o quadro de pessoal com as atividades da administração pública e com as diretrizes estabelecidas pela legislação federal e municipal;

Considerando o estabelecimento de igualdade de condições entre os candidatos inscritos;

Considerando a valorização do conhecimento do cargo para o qual o candidato se inscreve;

Considerando a inclusão na prova de temas previstos dentre os conteúdos publicados, com o objetivo de buscar valorizar o conhecimento dos candidatos;

Considerando o Termo de Contrato n° 202/2025 e Dispensa de Licitação nº 12/2025, firmado entre o Município de Bom Jesus do Sul – PR e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;

Considerando a objetividade de julgamento, bem como do tratamento do processamento das respostas, por meio da elaboração de Prova Objetiva, Prova de Redação, Prova Prática, Avaliação de Títulos e demais critérios avaliativos estabelecidos neste edital;

Considerando o sigilo na elaboração, impressão e aplicação das provas;

TORNA PÚBLICO o Edital de Abertura nº 001/2026**,** referente à realização de **Concurso Público do Município de Bom Jesus do Sul - PR** e à abertura de inscrições destinadas ao provimento de diversos cargos vagos e que vierem a vagar ou tiverem suas vagas ampliadas durante o prazo de validade do Concurso, de acordo com o número de vagas e demais especificações constantes nos Anexos I a V deste Edital.

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este Edital abre inscrição para o processo de seleção referente ao Concurso para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Bom Jesus do Sul - PR.

1.2 O Concurso, observada a legislação específica, é regido pelas regras estabelecidas no presente Edital e executado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, por meio da Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos - COGEPS, com sede na Rua Universitária, 1619 – CEP 85.819-110, Cascavel - PR, endereço eletrônico www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes e correio eletrônico cogeps@unioeste.br, de acordo com o Cronograma de atividades - Anexo IV.

1.3 Este Concurso se dá em conformidade com o art. 37, II, da Constituição Federal e demais normas legais a seguir:

Lei nº 003/1997 (Estatuto do Servidor Público), que dispõe sobre o Regime Jurídico único do funcionalismo do Município, das autarquias e das fundações municipais de Bom Jesus do Sul;

Lei Orgânica do Município de Bom Jesus do Sul;

Lei Ordinária nº 517/2013, que reformula o Plano de Cargos do Magistério Municipal de Bom Jesus do Sul e adota outras providências;

Lei nº 570/2016, de Plano de Cargos e Carreiras de Bom Jesus do Sul;

Lei nº 826/2018, que altera o Quadro Próprio do Executivo Municipal de Bom Jesus do Sul e dá outras providencias;

Lei Ordinária nº 1087/2022, que reserva aos candidatos(as) afrodescendentes 10% (dez por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, bem como Processos Seletivos Simplificado no âmbito da administração pública municipal;

Lei Ordinária nº 1170/2025, que dispõe sobre a concessão de isenção de taxa de inscrições em concursos públicos e processos seletivos municipais para doadores de sangue no Município de Bom Jesus do Sul, e dá outras providências.

1.4 A inscrição no Concurso Público implica a aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital, incluindo possíveis alterações que forem publicadas durante a realização do Concurso, bem como de toda e qualquer referência que se faça em relação a Leis, Decretos, Resoluções, Normas e outros instrumentos jurídicos citados no corpo deste Edital.

1.5 O exame de seleção dos candidatos inscritos para o Concurso Público de que trata o presente Edital é individual, independente e realizado por meio das seguintes etapas:

TIPO DE PROVA	CARGOS	CARÁTER
PRIMEIRA ETAPA		
Prova Objetiva (PO)	Todos os cargos.	classificatório e eliminatório (nota mínima 50,00)
Prova de Redação (PR)	Auxiliar de Educação Infantil e Professor de Língua Inglesa	classificatório e eliminatório (nota mínima 50,00)
SEGUNDA ETAPA		
Prova Prática (PP)	Motorista de Veículo e Operador de Máquina	classificatório e eliminatório (nota mínima 50,00)
Avaliação de Títulos (AT)	Auxiliar de Educação Infantil e Professor de Língua Inglesa	classificatório

1.5.1 Após a convocação, o candidato aprovado deve submeter-se a avaliação médica oficial determinada pela prefeitura Municipal, de caráter eliminatório, com o fim de verificar sua capacidade física e mental, sob a responsabilidade do candidato.

1.6 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Concurso, disponíveis nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), bem como manter atualizados os dados informados no ato de inscrição através dos referidos *sites*.

1.7 Admite-se a impugnação deste Edital ou de suas eventuais alterações, desde que o candidato apresente argumentação por escrito e devidamente fundamentada no prazo de até 03 (três) dias, a contar de sua publicação, por meio do *link* na página do Concurso no *site* da UNIOESTE/COGEPS, (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes).

1.7.1 As respostas aos pedidos de impugnação são publicadas em Edital específico, disponibilizado no *site* da UNIOESTE/COGEPS, em até 03 (três) dias após o prazo de recebimento dos pedidos de impugnação.

1.7.2 Todos os prazos fixados neste Edital seguem o Cronograma - Anexo IV ou eventuais alterações, publicadas no *site* da UNIOESTE/COGEPS.

1.8 O prazo de validade do Concurso Público é de 02 anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por mais 02 anos, a critério da Administração Municipal.

1.9 O Concurso é acompanhado pela Comissão Organizadora Especial de Concursos - CEC, estabelecida por meio da Portaria n° 5711/2025, do Município de Bom Jesus do Sul - PR.

1.9.1 Os servidores nomeados pela referida portaria nº 5711/2025 diretamente envolvidos na execução do Concurso cujo cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, inscrever-se no Concurso devem ser oficialmente afastados de suas funções no processo até a homologação do Concurso.

1.9.2 Os motivos de suspeição e de impedimento devem ser comunicados ao Presidente da Comissão Organizadora Especial de Concursos - CEC, por escrito, em até 05 (cinco) dias após a publicação da homologação preliminar das inscrições, disponível em www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes.

2 DOS REQUISITOS, NÚMERO DE VAGAS E VENCIMENTO INICIAL

2.1 Os requisitos de admissão do Concurso Público, a carga horária, as vagas para a ampla concorrência, o valor da inscrição, o vencimento inicial, o tipo de prova e turno de realização da prova estão estabelecidos nos quadros que são parte integrante do Anexo I deste Edital.

QUADRO 1 – CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO	Ensino fundamental completo	40h	R$ 1.785,73	05	R$ 50,00	PO	MANHÃ
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO	Ensino fundamental completo	40h	R$ 1.785,73	02	R$ 50,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00).

QUADRO 2 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova

AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino médio completo	40h	R$ 3.151,29	01	R$ 70,00	PO	MANHÃ
MOTORISTA DE VEÍCULO	Ensino médio completo e Habilitação categoria "D"	40h	R$ 2.527,50	01	R$ 70,00	PO + PP	TARDE
OPERADOR DE MÁQUINAS	Ensino médio completo e Habilitação categoria "C"	40h	R$ 2.953,68	01	R$ 70,00	PO + PP	MANHÃ
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ensino médio completo e curso profissionalizante	40h	R$ 3.068,88*	01	R$ 70,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova Prática (PP):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00).

*poderá receber a insalubridade conforme Lei Municipal nº 3/1997

QUADRO 3 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Curso superior completo em pedagogia ou normal superior	40h	R$ 3.151,29	01	R$ 100,00	PO + PR + AT	TARDE
ENFERMEIRO	Curso superior específico na área e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43*	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
ENGENHEIRO CIVIL	Curso superior específico na área e registro no órgão da classe	40h	R$ 6.187,98	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
FONOAUDIÓLOGO	Graduação em Fonoaudiologia e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
MÉDICO DA FAMÍLIA	Curso superior específico (Clínico Geral) e registro no órgão da classe	40h	R$ 16.806,87**	02	R$ 100,00	PO	MANHÃ
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Formação em ensino de graduação plena em Letras e Inglês	40h	R$ 4.282,49***	01	R$ 100,00	PO + PR + AT	MANHÃ
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Graduação Terapia Ocupacional e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova de Redação (PR):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Avaliação de Títulos (AT):** classificatória.

*poderá receber a insalubridade conforme Lei Municipal nº 3/1997.

**limitado ao teto.

***poderá receber complementação de acordo com Lei Municipal nº 1.150/2025.

2.2 O número de vagas previstas, conforme Anexo I, refere-se à nomeação no prazo de validade do presente Concurso e sua prorrogação, podendo haver ampliação de vagas para atender eventuais demandas durante a validade deste Concurso.

2.3 O candidato classificado além do número de vagas ofertadas permanece em cadastro reserva e, caso haja demanda de novas investiduras acima do número de vagas disponibilizadas, dentro do prazo de validade do certame, pode ser convocado pela Administração Municipal, observando a ordem de classificação.

2.4 O ingresso no quadro dos cargos efetivos de cada cargo se dá no nível e na referência iniciais da respectiva carreira.

2.5 Os Servidores Públicos da Prefeitura Municipal serão regidos pelo Regime Jurídico conforme disposto na Lei Municipal nº 3/1997.

2.6 O candidato admitido deve prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Administração Municipal, observando-se as exigências e as atribuições dos respectivos cargos.

2.7 O candidato admitido filia-se ao Regime Geral de Previdência Social INSS, conforme legislação previdenciária vigente.

2.8 O candidato convocado deve comprovar os requisitos exigidos para o cargo, durante o prazo previsto na convocação.

2.9 A nomeação e a posse do candidato aprovado no Concurso Público implicam na aceitação por parte do candidato do dever de desempenhar fielmente as atribuições do seu cargo, descritas neste Edital e legislação aplicável, de acordo com as necessidades do Município de Bom Jesus do Sul - PR.

2.10 As atribuições dos cargos estão especificadas no Anexo II, parte integrante deste Edital, sendo que as atribuições ali descritas não limitam nem desobrigam os servidores de realizarem novas atribuições que venham a ser criadas por Leis, Decretos, Ordens de Serviço, legislações municipais e normativas sobre a profissão.

2.11 Todos os cargos estabelecidos neste Edital referem-se sobre o Quadro Próprio Pessoal da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul.

2.11.1 O cargo de Professor de Língua Inglesa estabelecido neste edital refere-se ao Plano de Cargos do Magistério Municipal, estabelecido pela Lei Ordinária nº 517/2013.

2.11.2 Os demais cargos previstos estão contemplados na Lei nº 570/2016, de Plano de Cargos e Carreiras de Bom Jesus do Sul.

3 DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o **Concurso Público nº 001/2026** do Município de Bom Jesus do Sul - PR, para provimento dos cargos objeto deste Edital, devem ser realizadas no período disposto no Cronograma - Anexo IV.

3.2 São condições para a inscrição no Concurso de que trata este Edital:

I – Preencher o respectivo formulário de inscrição, disponível no *site* UNIOESTE/COGEPS (https://concursos.unioeste.br/), e gerar a guia de recolhimento;

II – Preencher e anexar a documentação referente à isenção da taxa de inscrição e ter seu pedido deferido, conforme os dispostos no item 4 deste Edital, dentro dos prazos estabelecidos; ou

III - Efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo de vencimento da guia de recolhimento.

3.2.1 As inscrições devem ser realizadas exclusivamente através do *site* oficial da UNIOESTE/COGEPS (https://concursos.unioeste.br/), mediante o preenchimento *online* de formulário próprio.

3.2.2 **A cada candidato é permitida UMA ÚNICA INSCRIÇÃO POR PERÍODO neste Concurso Público,** observada as tabelas do item 2.1. Em caso de registro de mais de uma inscrição no mesmo período pelo mesmo candidato, vale a última inscrição paga ou isenta, com base no número da inscrição.

3.3 O pagamento da taxa de inscrição deve ser efetuado até a data especificada no Cronograma - Anexo IV, no **Banco do Brasil,** ou em agentes credenciados para o recebimento, dentro do horário de compensação bancária.

3.3.1 O valor da taxa de inscrição de cada cargo está especificado no Anexo I deste Edital.

3.3.2 Nas guias de recolhimento da taxa de inscrição consta como beneficiário o Município de Bom Jesus do Sul - PR.

3.3.3 Cabe ao candidato verificar se o pagamento agendado foi efetivado e não somente programado, sob pena de não homologação da respectiva inscrição por ausência do recolhimento da taxa.

3.3.4 O comprovante original do pagamento da taxa de inscrição deve ser guardado pelo candidato para futura comprovação, caso necessário.

3.3.5 Recomenda-se que o candidato efetue a emissão da guia de recolhimento em um computador e com a antecedência necessária para atender ao limite de horário de compensação do banco para efetuar o pagamento, para que seja possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido no Cronograma - Anexo IV.

3.3.6 A taxa de inscrição, uma vez paga, não é devolvida em nenhuma hipótese, salvo em caso de cancelamento do Concurso.

3.3.6.1 Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital, bem como de eventuais editais de retificação e certificar-se de que preenchem ou preencherá, durante o prazo previsto na convocação todos os requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.3.7 O candidato que, após o pagamento da inscrição, desejar efetuar alteração na escolha do cargo, pode fazê-la somente mediante preenchimento de novo formulário de inscrição e pagamento de nova taxa de inscrição, dentro dos prazos previstos, passando a valer, nesse caso, a inscrição referente ao último pagamento efetuado, sem ressarcimento do pagamento anterior.

3.4 Em hipótese alguma são consideradas solicitações de inscrição ou pagamentos encaminhados por fax, via postal, via correio eletrônico, pagas em cheque, depósito, PIX, transferência bancária ou qualquer outro meio não previsto neste Edital.

3.4.1 Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, incluindo o pagamento da taxa de inscrição fora do prazo estabelecido, a inscrição é indeferida.

3.4.2 O candidato tem sua inscrição deferida pela instituição organizadora somente após o recebimento da confirmação do banco referente ao pagamento de sua taxa de inscrição.

3.5 A UNIOESTE/COGEPS e a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por problemas de ordem técnica dos computadores ou celulares, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou a efetivação do pagamento da taxa de inscrição.

3.6 O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seus representantes, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de inscrição disponível pela via eletrônica.

3.7 Na hipótese de dados cadastrais digitados incorretamente no ato da inscrição, o candidato deve solicitar alteração até a data da homologação definitiva, informando quais alterações devem ser feitas, mencionando os dados que identificam a sua inscrição e anexando uma cópia de um documento com foto, por meio do endereço eletrônico cogeps@unioeste.br.

3.8 O candidato assume total responsabilidade pelas informações prestadas na efetivação da inscrição, pelas consequências de eventuais erros de digitação do nome, documentos pessoais e outros dados e de omissões ou falsidade de informações no preenchimento de qualquer de seus campos, o que pode implicar a não homologação da inscrição, a sua eliminação do Concurso e ainda a nulidade de eventual nomeação.

3.9 O candidato, ao realizar a inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação dos seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, número do RG e CPF, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Concurso Público. Não cabem reclamações posteriores neste sentido, ficando o candidato ciente também de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.10 A homologação das inscrições ocorre após o deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição ou após o efetivo recolhimento da respectiva taxa de inscrição, através do pagamento da guia de recolhimento e o fato é divulgado através de Edital específico publicado nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo IV.

3.10.1 A homologação das inscrições é feita em uma única listagem contendo os candidatos inscritos em ampla concorrência, os candidatos inscritos nas cotas para Pessoas Afrodescendentes/Negras e os candidatos inscritos nas cotas para Pessoas com Deficiência (PcD).

3.10.2 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida pode interpor recurso, através de *link* na página do Concurso, no prazo estabelecido no Cronograma - Anexo IV.

3.10.2.1 Não são admitidos recursos fora do prazo, recursos interpostos de maneira diferente da estipulada no item 10 deste Edital, recursos sem fundamentação ou com mensagem desrespeitosa ou ofensiva.

4 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 Pode solicitar a isenção de taxa de inscrição o candidato que:

I - Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, nos termos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008;

II – Tiver doado sangue no mínimo 01 (uma) vez nos últimos seis meses, no caso de homem, e nos últimos doze meses, no caso de mulher, nos termos da Lei Municipal nº 1170/2025.

4.2 PARA O INSCRITO NO CADÚNICO (HIPOSSUFICIENTE):

4.2.1 No ato da inscrição, o candidato deve preencher o campo “Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição” e informar o **número do NIS** no campo correspondente.

4.2.2. A análise dos dados do candidato que solicitar a isenção é feita com base nas informações do Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal por meio do Sistema de Isenção de Taxas de Concursos (SISTAC).

4.2.3 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato de baixa renda que estiver regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, assim como o que se enquadra nas disposições da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

4.3 PARA O DOADOR DE SANGUE:

4.3.1 No ato da inscrição, o candidato deve preencher o campo "Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição" e anexar no campo correspondente, cópia digitalizada de documento expedido pela entidade, devidamente atualizada, de que atende à condição estabelecida na **Lei Municipal nº 1170/2025**.

4.3.2 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que comprovar **01** (**uma) doação de sangue nos últimos seis meses, no caso de homem, e 01** (**uma) doação de sangue nos últimos doze meses, no caso de mulher,** anteriores à publicação do Edital de Abertura, por meio de documento oficial emitido por hemocentro ou por entidade reconhecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), discriminando ser doador de sangue, o número de doações e a data em que foram realizadas.

4.4 Em qualquer época, se constatadas a utilização de documentos falsos ou informações incompatíveis, a UNIOESTE/COGEPS e o Município de Bom Jesus do Sul podem realizar diligências para o esclarecimento dos fatos, que, se comprovados, impliquem no imediato indeferimento do pedido de isenção, podendo os responsáveis ser acionados judicialmente para responder pelo crime de falsidade ideológica.

4.5 O candidato que prestar informações falsas com o intuito de usufruir da isenção está sujeito a:

I. cancelamento da inscrição e exclusão do Concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II. exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III. declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

4.6 Não é concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações ou torná-las inverídicas;

b) fraudar ou falsificar qualquer documentação;

c) não observar as formas, os prazos e os horários estabelecidos neste Edital;

d) não apresentar todos os documentos solicitados.

4.7 O candidato toma conhecimento do deferimento ou do indeferimento da sua solicitação de isenção da taxa de inscrição por Edital específico, conforme Cronograma - Anexo IV, publicado nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

4.8 Para cumprir todo o procedimento e alcançar o benefício da isenção da taxa de inscrição, o interessado deve, ainda, aguardar o prazo estabelecido para análise e julgamento da Comissão Organizadora da COGEPS.

4.9 Com a listagem dos requerimentos deferidos, a UNIOESTE/COGEPS procede à validação das inscrições já realizadas e informadas, de modo que o candidato não precisa realizar o pagamento do boleto bancário.

4.10 Não são considerados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que já tiver efetuado o pagamento da taxa de inscrição no certame em andamento.

4.11 Cabe recurso ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, enviado através de *link* na página do Concurso, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo IV.

4.12 A homologação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição é divulgada em Edital específico, conforme Cronograma - Anexo IV.

4.13 O candidato com pedido de isenção homologado tem a sua inscrição efetivada antes do prazo de vencimento dos boletos.

4.14 O candidato cujo pedido de isenção da taxa de inscrição não for deferido, deve efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o último dia previsto no Cronograma - Anexo IV para efetivar inscrição no Concurso.

5 DAS VAGAS PARA PESSOAS AFRODESECENDENTES/NEGRAS

5.1 Fica reservado o percentual de **10% (dez por cento)** das vagas abertas e que venham a surgir durante a validade do Concurso Público, aos candidatos que se autodeclararem pessoa afrodescendente ou negra, nos termos da **Lei Estadual Paranaense nº 14.274/2003** e da **Lei Municipal n° 1087/2022.**

5.1.1 A fixação do número de vagas reserva aos afrodescendentes e respectivo percentual, far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura do concurso público e se efetivará no processo de nomeação.

5.1.2 Quando o número de vagas reservadas resultar em número fracionado, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

5.2 Os(as) candidatos(as) afrodescendentes/negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.2.1 Os(as) candidatos(as) afrodescendentes/negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5.2.2 Em caso de desistência e/ou impedimento de candidato(a) afrodescendente/negro aprovado(a) em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) afrodescendente/negro posteriormente classificado(a).

5.2.3 Na hipótese de não haver número de candidatos(as) afrodescendentes/negros aprovados(as) suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

5.2.4 A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos(as) afrodescendentes/negros e o preenchimento das vagas iniciar-se-á por: candidato(a) classificado(a) no sistema universal; e candidato(a) afrodescendente/negro (pretos ou pardos).

5.3 O percentual de vagas reservadas às pessoas afrodescendentes/negras é aplicado no Resultado Final do Concurso, não sendo considerado na convocação para demais etapas.

5.3.1 Para concorrer às cotas para Pessoas Afrodescendentes/Negras neste Concurso Público, o candidato deve, no **ato da inscrição,** responder **"SIM"** na opção **"Deseja Concorrer para vaga de Pessoas Pretas e Pardas?".**

5.3.1.1 O candidato que não efetuar a inscrição com observância do previsto no item anterior não concorre à vaga reservada a candidatos Afrodescendentes/Negros, e sim, automaticamente, à vaga de ampla concorrência.

5.4 Para os efeitos deste Concurso Público será considerado como integrante de população negra ou povos indígenas o candidato que assim se autodeclare no momento da inscrição, conforme os critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.4.1 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso e, se houver sido nomeado(a), ficará sujeito(a) à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.4.2 A autodeclaração constitui requisito inicial para a inscrição dentro das vagas reservadas, sendo que a homologação desta decorrerá da heteroidentificação pautada na fenotipia.

5.5 A Poder Executivo Municipal providenciará Comissão para verificação da veracidade do pertencimento racial, observados os seguintes procedimentos:

I - a verificação será feita somente com os(as) candidatos(as) aprovados(as), após homologada a classificação final, e o critério a ser utilizado observará o fenótipo, assim entendido o conjunto de características que constituem a manifestação do genótipo racial que o candidato(a) é portador(a);

II - caso remanescer dúvida pela aplicação do critério do fenótipo, será exigida do(a) candidato(a) a apresentação de documentação pública oficial, dele(a) próprio(a) e de seus genitores, nos quais esteja consignada cor diversa de branca, amarela ou indígena;

III - a posse do(a) candidato(a) para o cargo reservado à cota racial somente ocorrerá após a verificação e o parecer da Comissão referida no "caput" deste artigo;

IV - encerrado o processo de verificação e examinados eventuais recursos interpostos pelos(as) autodeclarados(as) negros(as) ou por outros(as) candidatos(as), a Comissão de Concurso reconhecerá o direito de participar do sistema de reserva de vagas, sendo que, em caso de indeferimento, manifestar-se-á sobre a possibilidade de participação do sistema universal ou sobre a exclusão do certame; e

V - a Comissão será composta com, no mínimo, um representante de organização da sociedade civil que tenha em suas finalidades o combate da discriminação e/ou a promoção da igualdade racial.

5.5.1 O candidato que por qualquer razão não comparecer ao procedimento de verificação passa a concorrer nas vagas de ampla concorrência.

5.6 Se, após a homologação da inscrição e mesmo depois na nomeação do servidor ou da contratação do empregado público, forem constatados indícios de fraude na inscrição às vagas reservadas, será instaurado procedimento de investigação que poderá conduzir à desclassificação do

candidato aprovado ou à demissão do servidor nomeado ou empregado público contratado, asseguradas a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo de outras sanções cabíveis na esfera administrativa e judicial.

5.6.1 Comprovada má-fé na declaração de que trata este artigo, o candidato será eliminado da lista de cotistas e passará a concorrer, exclusivamente, nas vagas oferecidas para ampla concorrência, assegurando-se, no entanto, a possibilidade do exercício da ampla defesa e do contraditório, pelo candidato, em regular processo administrativo para apuração da legitimidade de sua autodeclaração.

5.7 Não haverá diferenciação de critérios de seleção entre candidatos à concorrência geral e candidatos às vagas reservadas, no que se refira a conteúdo programático, características das provas, critérios de pontuação por título, pontuação mínima para classificação e demais elementos inerentes ao concurso ou processo seletivo público, em atendimento aos princípios constitucionais que regem a realização de tais procedimentos de seleção pública.

5.8 A convocação para nomeação ou contratação respeitará sempre a prioridade dada aos aprovados nas vagas reservadas, de modo que sempre que atingido o quantitativo de vinte convocados da listagem geral de classificação, será convocado um candidato classificado na listagem dos aprovados às vagas reservadas.

5.8.1 Caso os convocados da listagem de aprovados às vagas reservadas não atendam à convocação ou, comparecendo, desistam da nomeação ou contratação, será feita nova convocação dentro da mesma listagem classificatória, não se remanejando as vagas para a convocação de aprovados na listagem geral de classificados.

5.8.2 Se, tendo sido convocados todos os candidatos classificados na listagem de vagas reservadas, restarem vagas não preenchidas, serão estas remanejadas para convocação de classificados na listagem da concorrência geral.

6 DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1 Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso, **5% (cinco por cento)** serão reservadas aos portadores de deficiência, observado o disposto pelo artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal. **Lei Ordinária nº 826/2018**.

6.1.1 A fixação do número de vagas reservadas, far-se-á pelo total das vagas do edital e se efetivará no ato de nomeação e posse dos respectivos candidatos.

6.1.2 Quando a aplicação do percentual resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando-se o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas.

6.1.2.1 Considerada a reserva mínima de 5% (cinco por cento) e o teto de 20% (vinte por cento), a primeira investidura destinada à lista PcD ocorrerá na 5ª investidura do cargo; as seguintes, na 21ª, 41ª, 61ª, 81ª, e assim sucessivamente, durante a validade do concurso. Para fins de contagem, somente serão consideradas as investiduras efetivas (posses), não se computando convocações, nomeações tornadas sem efeito, desistências ou não localização do candidato.

6.1.2.2 Na hipótese de desistência, inaptidão na avaliação multiprofissional ou não posse do candidato PcD convocado, a vaga permanecerá reservada à PcD, devendo ser chamado o próximo candidato da lista específica; somente na inexistência de candidatos PcD aprovados a vaga reverterá à ampla concorrência.

6.1.2.3 O candidato PcD que figurar simultaneamente na ampla concorrência será nomeado pela ampla, preservando-se a reserva para os demais candidatos PcD.

6.1.2.4 Aplica-se o arredondamento para o número inteiro subsequente na fração resultante da aplicação do percentual mínimo de 5% às investiduras, respeitado o teto de 20%.

6.1.2.5 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

6.2 Na hipótese do não preenchimento da cota prevista neste item, as vagas reservadas e não preenchidas são revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a ordem de classificação.

6.2.1 Em caso de desistência de candidato aprovado em vaga reservada às pessoas com deficiência, a vaga é preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.

6.3 São consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Estado do Paraná e nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (“O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

6.3.1 Os interditados legalmente não podem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência (PCD), independentemente do tipo e do nível de deficiência em que estiverem enquadrados.

6.3.2 Não são consideradas como deficiências as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

6.4 Para concorrer à cota para Pessoas com Deficiência (PcD) neste Concurso, o candidato deve, no **ato da inscrição,** responder **“SIM”** na opção **“Pessoa com Deficiência?”**, e anexar, no campo designado, **cópia digitalizada autenticada do laudo médico**, redigido em letra legível, em que conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sob pena de o pedido ser indeferido por falta de informações no laudo.

6.4.1 O candidato que não efetuar a inscrição com observância do previsto no item anterior não concorre à vaga reservada a candidatos PcD, e sim, automaticamente, à vaga de ampla concorrência.

6.4.2 O candidato com deficiência, se aprovado, classificado e convocado, deverá apresentar laudo médico às próprias custas, sendo submetido à perícia médica.

6.4.3 O candidato deverá comprovar a condição por laudo médico a ser entregue no momento de sua convocação na fase de apresentação de documentos

6.5 No ato da inscrição pela internet, o candidato com deficiência fica ciente das condições previstas neste Edital e das atribuições dos cargos descritas no Anexo II, e de que estará sujeito, em caso de aprovação, à avaliação de desempenho correspondente a tais atribuições.

6.6 O percentual de vagas reservadas às pessoas com deficiência é aplicado no Resultado Final do Concurso, não sendo considerado na convocação para demais etapas.

6.7 Detectada a falsidade da declaração a que se refere este artigo, o candidato será eliminado do Concurso e terá o ato de admissão anulado, caso tenha sido nomeado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.8 O Município de Bom Jesus do Sul - PR e a UNIOESTE/COGEPS não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem as transferências de dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação do pedido de reserva.

6.9 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da realização das provas do Concurso devem requerê-lo no ato da inscrição, indicando os recursos necessários para a realização das provas nos campos **"Pessoa com Deficiência"** e **"Atendimento Especial".**

6.9.1 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deve requerê-lo no ato da inscrição pela internet, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, anexando de forma digitalizada a comprovação da deficiência.

6.10 O candidato com deficiência que não se enquadrar nas categorias definidas na legislação citada tem sua inscrição homologada na lista geral de candidatos (ampla concorrência).

6.11 O candidato nomeado para vaga reservada à pessoa com deficiência não pode arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de emprego, relotação, reopção de vaga, readaptação, redução de carga horária, alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições ou assistência de terceiros no ambiente do trabalho e para o desempenho das atribuições do cargo.

6.12 O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais enumeradas no item 6.3, participam do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida para aprovação.

7 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 O candidato que necessitar de condição especial para a realização da prova objetiva, sendo este portador de deficiência ou não, deve:

I – No ato da inscrição, indicar, no *site* da UNIOESTE/COGEPS, os recursos especiais necessários, conforme item 7.2, sob pena de não atendimento, não sendo admitida a interposição de recurso nestas hipóteses; e

II – Anexar a documentação demonstrando a necessidade de condição especial solicitada até a data limite das inscrições.

7.2 As condições especiais disponíveis para a realização da prova são:

a) Prova ampliada;

b) Fiscal ledor e/ou transcritor,

c) Intérprete de Libras;

d) Acesso à cadeira de rodas;

e) Tempo adicional de até 01 (uma) hora;

f) Acesso facilitado no local de provas;

g) Carteiras e cadeiras para grávidas e pessoas obesas.

7.3 Devido à possibilidade de a prova acontecer aos sábados, o candidato que por questões religiosas não puder fazer a prova no horário estabelecido deverá informá-lo no ato da inscrição.

7.3.1 O candidato que se enquadrar no item anterior é ensalado no horário normal da prova e aguarda em uma sala especial até o horário de início da sua prova no período noturno.

7.4. A candidata que necessitar amamentar durante a realização das provas deve, no ato da inscrição, solicitar atendimento especial na opção "lactante".

7.4.1 A candidata que necessitar amamentar deve, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto no dia da aplicação da prova objetiva, sob pena de ser impedida de realizar a prova, o qual fica responsável pela guarda do lactente (a criança) em sala reservada para amamentação.

7.4.2 Terminada a amamentação a candidata volta pra sala e o acompanhante fica com a criança na sala reservada, podendo a mãe retornar à sala reservada caso seja necessário outro turno de amamentação.

7.4.3 Não é permitido ao acompanhante o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 8.2.7 e subitens deste Edital durante a realização do certame.

7.4.4 A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR e a UNIOESTE/COGEPS não disponibilizam acompanhante para guarda da criança.

7.4.5 Não há compensação do tempo de amamentação no tempo de duração da prova.

7.5 O candidato que tiver contato com pessoas com suspeita de COVID-19 e que ainda não tenha sido diagnosticado devem comunicar à comissão organizadora do Concurso, através do *e-mail* cogeps@unioeste.br, com antecedência de 24 horas, a fim de realizar a prova em sala especial.

7.5.1 O candidato que, na data da prova presencial objetiva, estiver diagnosticado com COVID-19 fica impedido de realizá-la, sob pena de responder civil e criminalmente pelos seus atos, não sendo a prova aplicada em outro momento.

7.6 O candidato que não solicitar o atendimento especial e que não especificar os recursos necessários para tal não tem direito ao referido atendimento no dia da realização das provas.

7.7 Não são deferidos pedidos acompanhados apenas de laudo/documentos, sem a explicitação da necessidade.

7.8 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, é atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.9 Não é permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local de aplicação das provas, excetuando-se os casos previstos para amamentação.

8 DAS PROVAS

8.1 A avaliação de conhecimentos é realizada por meio de **Prova Objetiva (PO)**, de caráter classificatório e eliminatório, com questões de múltipla escolha; **Prova de Redação (PR)**, de caráter classificatório e eliminatório; **Prova Prática (PP)**, de caráter classificatório e eliminatório; e **Avaliação de Títulos (AT),** de caráter classificatório.

8.1.1 O **Edital de Convocação e de Ensalamento** será o único instrumento válido para a convocação em todas as etapas, independente de outros meios.

8.2 DA PROVA OBJETIVA (PO)

8.2.1 A Prova Objetiva (PO) será realizada no Município de Bom Jesus do Sul - PR e em municípios vizinhos, a depender do quantitativo de candidatos, na data prevista no Cronograma – Anexo IV, estando assim definida:

I – A Prova Objetiva tem caráter classificatório e eliminatório, composta de **40 (quarenta) questões** objetivas de múltipla escolha contendo 05 (cinco) alternativas (***A, B, C, D e E***) cada, das quais apenas uma é correta e o valor é atribuído conforme quadro abaixo:

Área de Conhecimento	**Tipo de Questões**	**Nº de Questões**	**Pontuação**	**Total de Pontos**
Língua Portuguesa	Objetivas	06	Acertos x 2,5	15,00
Matemática e Raciocínio Lógico	Objetivas	06	Acertos x 2,5	15,00
Conhecimentos Gerais e Legislação	Objetivas	03	Acertos x 2,5	07,50
Conhecimentos Específicos	Objetivas	25	Acertos x 2,5	62,50
TOTAL		**40**	-	**100,00**

8.2.1.1 O conteúdo programático para todas as áreas do conhecimento e cargos está disposto no Anexo III deste Edital.

8.2.1.2 A Prova Objetiva terá duração máxima de **03h30min (três horas e trinta minutos) para os cargos com Prova de Redação** e **03h00 (três horas) para os demais cargos**, incluído o tempo para assinatura e preenchimento do cartão de respostas e da redação, quando houver.

8.2.2 Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver a nota mínima de **50,00 (cinquenta) pontos.**

8.2.3 Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares nos estabelecimentos localizados no Município de Bom Jesus do Sul - PR, a UNIOESTE/COGEPS e o Município poderão determinar o uso de cadeiras e carteiras de tamanho infantil, bem como a realização das provas em outras datas e/ou em outros municípios, desde que essas datas correspondam a sábado ou domingo.

8.2.4 O edital com a definição dos horários e locais da realização da Prova Objetiva é publicado nos endereços oficiais do Concurso, após a homologação das inscrições, com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência da prova, através de editais específicos nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

8.2.4.1 A UNIOESTE/COGEPS não se responsabiliza pelas condições físicas e estruturais dos locais de prova, sendo estes disponibilizados pelo munícipio nas condições em que se encontram.

8.2.5 Em nenhuma circunstância ocorre segunda chamada para a Prova Objetiva, ficando eliminado do Concurso o candidato que não comparecer, sob qualquer justificativa, no dia e local designados para realização da prova.

8.2.6 Dentro da sala de provas, é permitido ao candidato portar apenas documento oficial com foto, caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, lápis, borracha e garrafa de água transparente/translúcida sem rótulo.

8.2.6.1 O candidato que ingressar na sala não poderá sair para ir ao banheiro até que comece a prova, assim como aquele que terminar a prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando-a.

8.2.7 É terminantemente proibido o ingresso em local de provas com bebida alcoólica de qualquer natureza.

8.2.7.1 Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.

8.2.7.2 Não é permitido ao candidato ingressar nas salas de provas com os seguintes equipamentos: *bip*, pager, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógios analógicos ou digitais, *smartwatch* ou qualquer outro aparelho eletrônico. Caso esteja com quaisquer objetos proibidos, estes serão identificados e acondicionados conforme orientação da banca examinadora, não acarretando qualquer responsabilidade à Município de Bom Jesus do Sul - PR ou à UNIOESTE/COGEPS sobre tais equipamentos.

8.2.7.2.1 Caso qualquer destes equipamentos emita algum som ou toque, o aparelho será recolhido e encaminhado à coordenação local.

8.2.7.2.2 Caso seja de extrema necessidade portar algum desses objetos, estes devem ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes ou porta objetos fornecidos pela instituição organizadora no dia da prova e conforme o previsto neste Edital. Nesses casos, o candidato deve desligar o celular e quaisquer outros equipamentos.

8.2.7.2.3 Caso algum candidato, durante a realização das provas, seja surpreendido portando qualquer item não permitido, o fato é lavrado no Termo de Ocorrência, e o candidato é encaminhado à Coordenação local.

8.2.7.3 Não é permitido, durante a realização da prova, o uso de óculos escuros, gorros, bonés ou qualquer outro acessório/objeto que impeça a visão total das orelhas do candidato, devendo os objetos ser guardados em local adequado, conforme orientação da banca examinadora.

8.2.7.4 Após a entrada na sala de provas, o candidato não pode consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.

8.2.7.5 Em hipótese alguma é permitido ao candidato:

I - realizar a prova sem que estejam portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;

II - realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;

III - ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;

IV - realizar a prova fora do horário ou espaço físico predeterminados;

V - comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;

VI - portar indevidamente ou fazer uso de quaisquer dos objetos ou equipamentos citados no subitem 8.2.7 deste Edital.

8.2.7.6 A UNIOESTE/COGEPS e a Município de Bom Jesus do Sul - PR não se responsabilizam pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes ao candidato, tampouco por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, ou ainda por danos neles causados.

8.2.7.7 Não é permitida a entrada de candidato no local de provas portando qualquer tipo de arma.

8.2.7.8 Não são permitidos ingresso ou permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no item 7.4 deste Edital.

8.2.8 O candidato com cabelos longos deve comparecer ao local de prova com os cabelos em condições que permitam a visualização das orelhas no momento de entrada no local de prova e durante a sua realização.

8.2.9 O ingresso nos locais de prova é permitido somente ao candidato munido de um dos documentos abaixo discriminados, apresentados de forma legível e em via original:

I – Carteira de Identidade;

II – Carteira de Identidade fornecida por órgão ou Conselho de representação de classe;

III – Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia) que contenha o número da Carteira de Identidade;

IV – Passaporte brasileiro, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que por lei Federal valham como identidade.

8.2.9.1 A identificação especial será exigida do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador, compreendendo coleta de assinaturas e/ou impressão digital.

8.2.9.2 No caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade, o candidato deve apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização das provas e, ainda, ser submetido à identificação especial de que trata o item 8.2.9.1, ficando ainda sujeito a posterior confirmação de identidade.

8.2.9.3 Não são aceitos como documentos de identidade para ingresso na sala de prova: Carteira de Trabalho, Certificado de Reservista, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF), Carteira Nacional de Habilitação sem foto, Carteira de Estudante, Carteira Funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados e outros documentos que não constem no item 8.2.9.

8.2.9.4 Não são aceitas fotos, cópias, ainda que autenticadas, nem protocolo de documentos de identidade.

8.2.10 Em hipótese alguma é permitido o ingresso do candidato no local determinado para a realização das provas após o horário preestabelecido ou sem a apresentação de um documento oficial de identificação com foto, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do Concurso Público.

8.2.11 A assinatura do candidato é lançada em lista de presença, especialmente elaborada com o respectivo número de identificação da inscrição.

8.3.11.1 A UNIOESTE/COGEPS pode, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos, utilizar detectores de metais durante a realização da prova e adotar medidas adicionais de segurança.

8.2.12 É eliminado e desclassificado do Concurso Público o candidato que, por qualquer motivo:

I – Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do Concurso Público;

II – For flagrado, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, seja oralmente, por escrito ou por gestos e sinais de qualquer natureza;

III – descumprir o disposto nos itens 16.2 e 16.3;

IV – Tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

V – Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, causando comportamento indevido;

VI – For surpreendido portando anotações de qualquer natureza;

VII – Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

VIII – Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta;

IX – Afastar-se da sala, enquanto estiver realizando a prova, sem o acompanhamento de fiscal;

X – Descumprir as instruções contidas no caderno de questões e no cartão-resposta;

XI – Não permitir a coleta de sua assinatura e, se solicitada, a coleta da impressão digital durante a realização das provas;

XII – For surpreendido utilizando qualquer outro material que não seja caneta fabricada em material transparente;

XIII – recusar-se a ser submetido ao detector de metal ou outros procedimentos de segurança utilizados na realização das provas;

XIV – Não comparecer às Prova Objetiva ou chegar após o horário estabelecido em Edital para a realização da prova.

XV – Não realizar qualquer etapa obrigatória para o cargo em que está inscrito.

8.2.13 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a UNIOESTE/COGEPS tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que é registrado em ata de sala e de coordenação.

8.2.14 As datas listadas neste Edital e/ou nos seus anexos poderão sofrer, sem prévia comunicação, alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, sendo eventuais alterações publicadas no site da UNIOESTE/COGEPS e/ou do Município, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar o andamento do Concurso por meio desses sites.

8.2.15 O candidato pode se retirar do local de provas somente após **60 minutos do início da prova**, levando consigo o caderno de provas.

8.3.15.1 Os **02 (dois) últimos candidatos** de cada sala ficarão retidos para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.

8.2.16 A liberação do candidato após o término da prova é autorizada pelo fiscal de sala, após a realização dos procedimentos administrativos necessários. O candidato que terminar a prova deve permanecer sentado e somente pode levantar-se para a entrega do material quando solicitado pelo fiscal.

8.2.16.1 Ao terminar a prova objetiva, o candidato, obrigatoriamente, entrega a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

8.2.16.2 Ao término da prova objetiva, o candidato pode anotar suas respostas para posterior conferência, desde que isso seja feito no campo destinado para tal finalidade. Qualquer outra anotação é considerada tentativa de fraude, sujeitando o candidato à eliminação do certame.

8.2.17 O candidato deve assinalar as respostas das questões da prova objetiva na Folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

8.2.17.1 As marcações feitas na folha de respostas, diferentes da orientação contida na capa do caderno de questões e folha de Respostas, tais como marcação rasurada, não preenchidas integralmente, danos provocados à folha de resposta pelo ato de amassar, molhar, dobrar, rasgar ou manchar, são de inteira responsabilidade do candidato, sendo que os prejuízos advindos podem impossibilitar a realização do processamento eletrônico, invalidando as questões.

8.2.17.2 Em hipótese alguma há substituição da Folha de Respostas devido a erros cometidos pelo candidato.

8.2.18 O gabarito provisório e definitivo é publicado nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), e o caderno de provas é disponibilizado na área do candidato, em formato PDF, em até um dia útil após a realização da Prova Objetiva (PO).

8.2.19 Os recursos contra o gabarito provisório devem ser cadastrados no *site* da UNIOESTE/COGEPS, (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), através do *link* disponível na página do Concurso durante o período de recurso previsto no Cronograma - Anexo IV.

8.2.19.1 Cada candidato deve cadastrar apenas um recurso por questão do gabarito provisório.

8.2.19.2 As respostas aos recursos são disponibilizadas na **"área do candidato"**, no site da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), no prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV.

8.2.20 O resultado da Prova Objetiva (PO) é divulgado, considerando-se a ordem de classificação, nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

8.2.20.1 O candidato não classificado terá a nota divulgada seguida do termo “desc.”, e o ausente terá o nome divulgado seguido dos termos “ausente” e “desc.”.

8.2.21 A correção da Prova Objetiva é feita por meio de leitura óptica do cartão-resposta, sem interferência humana.

8.2.21.1 Não são consideradas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ou que estejam em desacordo com as orientações de preenchimento no referido cartão-resposta.

8.2.22 A pontuação total da prova se constitui da soma dos pontos obtidos pelos acertos em cada área do conhecimento, multiplicado por seu respectivo peso.

8.2.23 Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou forem interrompidas, os candidatos afetados têm assegurado o tempo total previsto neste Edital para realização da prova.

8.2.23.1 No caso de ocorrer a situação indicada no item anterior, os candidatos afetados devem permanecer no seu local de prova e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

8.3 DA PROVA DE REDAÇÃO (PR)

8.3.1 A Prova de Redação (PR) será realizada juntamente com a Prova Objetiva (PO), na data prevista no Cronograma - Anexo IV, somente para os candidatos aos cargos de **Auxiliar de Educação Infantil** e **Professor de Língua Inglesa** aprovados na primeira etapa.

8.3.1.1 O tempo total de Prova (Objetiva e Redação) para esses cargos será de **03h30min (três horas e trinta minutos)**.

8.3.2 A Prova de Redação destina-se a verificar em condições reais ou simuladas, os conhecimentos e as habilidades que os candidatos possuem no desenvolvimento de atividades relacionadas às funções do cargo, de acordo com os critérios definidos neste Edital, de modo a avaliar se o candidato está apto a exercer satisfatoriamente as atribuições referentes ao cargo público pleiteado.

8.3.3 A Prova de Redação consiste na produção de um texto DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO acerca de questões da atualidade, de caráter **classificatório** e **eliminatório**, de acordo com os critérios previamente definidos por Comissão Avaliadora designada pela UNIOESTE/COGEPS, de modo a avaliar se o candidato está apto a exercer satisfatoriamente as atribuições referentes ao cargo pleiteado.

8.3.3.1 São considerados na correção da Prova de Redação os seguintes critérios:

ITEM	CRITÉRIO	PESO
A	Adequação à proposta	25 pontos
B	Conteúdo do texto	25 pontos
C	Coerência textual	25 pontos

D	Linguagem (coesão e atendimento à norma gramatical)	25 pontos
Total de pontos na Prova de Redação		**100 pontos**

8.3.4 A Redação deve ter no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas.

8.3.4.1 Espaços vazios no final das linhas ou espaços exagerados entre as palavras são somados e contabilizados como linhas em branco.

8.3.5 É desclassificada a Redação que não atender ao estabelecido no item 8.3.4 e que apresentar uma ou mais das seguintes condições:

I - não for escrita à caneta preta ou azul;

II - apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto;

III - apresentar texto escrito com letra ilegível ou feito em forma de desenhos, números ou outras formas não compatíveis com o tipo de texto solicitado;

IV - apresentar espaçamentos fora do normal entre palavras e no final das linhas ou desrespeitar as linhas da versão definitiva;

V - não for escrita na folha de versão definitiva;

VI - não apresentar o tipo de texto solicitado;

VII - apresentar fuga à temática proposta.

8.3.6 Serão corrigidas as questões discursivas somente dos candidatos aprovados na primeira etapa, ou seja, que obtiverem nota igual ou superior **50,00 (cinquenta) pontos na Prova Objetiva (PO).**

8.3.6.1 Para efeito de desempate do limite estabelecido no item acima, são considerados os critérios do item 9.5 deste Edital.

8.3.7 O candidato tem acesso ao espelho da sua Redação na sua "área do candidato" na data prevista no Cronograma – Anexo IV. Nesse campo não aparecerá a análise descritiva dos pontos de cada candidato, e sim, apenas a pontuação final recebida.

8.3.8 É considerado aprovado na Prova de Redação o candidato que obtiver a **nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos**, sendo os demais candidatos eliminados do Concurso Público, independente da nota obtida na Prova Objetiva.

8.3.9 Os resultados da Prova de Redação são divulgados nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), considerando-se a ordem de classificação.

8.3.10 O candidato pode interpor recurso devidamente fundamentado através de *link* na área do concurso, de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV, de acordo com as regras do item 10 deste edital.

8.3.10.1 Os recursos são apreciados por uma banca examinadora designada pela COGEPS, que emitirá decisão fundamentada, disponibilizada na **"área do candidato"**, no site da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), no prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV.

8.4 DA PROVA PRÁTICA (PP)

8.4.1 A avaliação da Prova Prática (PP) é destinada apenas para os cargos de **Motorista de Veículo** e **Operador de Máquina**, na data prevista no Anexo IV – Cronograma, por Comissão Avaliadora designada pela UNIOESTE/COGEPS.

8.4.2 A Prova Prática tem caráter **classificatório** e **eliminatório** e constitui-se no desenvolvimento de atividades inerentes ao cargo, com a finalidade de verificar os conhecimentos específicos, de modo a avaliar se o candidato está apto a exercer satisfatoriamente as atribuições referentes ao cargo pleiteado.

8.4.2.1 A prova prática destina-se a verificar a real capacidade operacional do candidato, constando de avaliação de sua aptidão, quando colocado em situações típicas do cargo e equivalentes ao seu dia a dia, efetuando serviços inerentes às funções do cargo, tendo por base as reais condições de sua operacionalidade.

8.4.3 A Prova Prática terá duração máxima de 20 (vinte) minutos no total para cada candidato. Durante esse tempo, o candidato fará o teste com um veículo/equipamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul – PR.

8.4.3.1 Os veículos, modelos, ano e especificações técnicas dos equipamentos serão publicados em edital específico de convocação para a Prova Prática.

8.4.4 Se, no dia de realização da Prova Prática, qualquer dos veículos apresentar alguma pane, será substituído por outro similar, sem prejuízo da realização da prova.

8.4.4.1 Os veículos e ferramentas utilizadas para a execução da Prova Prática serão disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul – PR, no estado em que se encontrarem.

8.4.5 A prova prática consistirá em exame de operação de veículo, com as mesmas tarefas/percurso a todos os candidatos, os quais deverão conduzir e efetuar manobras com estrita observância às normas de trânsito vigentes, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) Verificar a condição de operação e segurança do equipamento;

b) Ligar, arrancar e manobrar o equipamento com segurança;

c) Manobrar e conduzir o equipamento pelo trajeto determinado;

d) Parar, estacionar e arrancar o equipamento;

e) Operar o equipamento a fim de desenvolver a tarefa, atividade e procedimentos designados com aproveitamento, produtividade e eficiência, demonstrando habilidade e perícia de direção, técnica ao operar os instrumentos de comando, além de adotar condução defensiva;

f) Cumprir as tarefas e procedimentos de operação do equipamento;

g) Manter a postura exigida pela profissão, zelar pela sua segurança, da equipe de aplicação e do equipamento;

h) Desligar o equipamento realizando todos os procedimentos e manobras destinadas a manter a sua segurança.

8.4.5.1 Todos os participantes da Prova Prática realizam as mesmas tarefas/percursos, previamente elaboradas/elaborados para o cargo pela Comissão Avaliadora, tomando-se por base as atribuições da função, registrando-se a avaliação em planilhas individuais.

8.4.5.2 Na realização da Prova Prática, o candidato deve tomar todas as precauções com vistas a assegurar a sua segurança pessoal e a dos demais presentes, podendo ser eliminado do certame o candidato que demonstrar não possuir a necessária habilidade na condução do veículo ou equipamento, colocando em risco a sua segurança, a dos demais presentes ou a do equipamento.

8.4.5.3 O candidato, ao terminar a Prova Prática, deve retirar-se do local de aplicação da prova, a fim de não prejudicar o andamento do processo avaliatório e não interferir na avaliação de outros candidatos.

8.4.6 As especificações da avaliação serão publicadas em Edital Específico.

8.4.6.1 A Comissão Avaliadora, no caso de comprovada necessidade técnica, pode avaliar outros critérios relacionados às atribuições da função.

8.4.7 A prova prática será valorada da seguinte forma: o candidato inicia a prova com 100 pontos, sendo-lhe subtraído o somatório de pontos perdidos relativos às faltas cometidas durante a realização da prova, sendo sua pontuação final calculada de acordo com a fórmula abaixo:

Pontuação da Prova Prática = (**100 -** ∑ **PP**)

sendo "∑ PP" = somatória dos pontos perdidos

8.4.7.1 É considerado aprovado o candidato que obtiver **no mínimo 50,00 (cinquenta) pontos ou mais**, sendo os demais candidatos eliminados do Concurso Público.

8.4.8 A convocação será realizada mediante lista divulgada nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), conforme Cronograma – Anexo IV, contendo o dia e horário de cada candidato, observada a ordem de inscrição.

8.4.9 A Prova Prática, com base no número de classificados e número máximo estabelecido por cada cargo, pode ser realizada em dois ou mais dias ou nos finais de semanas.

8.4.9.1 A Prova Prática realiza-se, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para sua realização.

8.4.9.2 Em caso de necessidade de suspensão da Prova Prática, conforme avaliação da Comissão Avaliadora, publica-se novo Edital com remarcação de data e horário de aplicação da prova.

8.4.9.3 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento e a consulta para verificar o seu local de prova e data e horário de aplicação.

8.4.9.4 Não é aceito, em hipótese alguma, pedidos de realização do exame fora da data, horário e local estabelecidos pelo Edital de convocação para a realização da Prova Prática.

8.4.9.5 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da Prova Prática não são levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.

8.4.10 O candidato deve comparecer ao local designado para a Prova Prática com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para sua avaliação, munido da Carteira Nacional de Habilitação (física ou digital) conforme a categoria exigida no requisito do cargo, devendo o documento em questão estar dentro do prazo de validade, de acordo com a legislação vigente (Código de Trânsito Brasileiro), fazendo uso de óculos ou lentes de contato, quando houver a exigência na CNH.

8.4.10.1 O candidato sem a Carteira Nacional de Habilitação, com carteira com Categoria inferior à solicitada no Edital ou com Carteira vencida é automaticamente desclassificado e não participa da Prova Prática.

8.4.10.2 Não é aceito qualquer tipo de protocolo da habilitação.

8.2.10.3 O candidato que não apresentar documento de habilitação não faz a Prova Prática, mesmo que apresente boletim de ocorrência ou equivalente, e está automaticamente eliminado do certame.

8.4.11 Os resultados da Prova Prática e dos recursos são divulgados nos *sites* da Prefeitura Municipal de Porecatu - PR (https://porecatu.pr.gov.br/), e da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), considerando-se a ordem de classificação.

8.4.11.1 O candidato pode interpor recurso devidamente fundamentado através de *link* na área do concurso, de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV, de acordo com as regras do item 10 deste edital.

8.4.11.2 As respostas aos recursos são disponibilizadas na **"área do candidato"**, no site da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), no prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV.

8.5 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS (AT)

8.5.1 A Avaliação de Títulos tem caráter classificatório para os candidatos aos cargos de **Auxiliar de Educação Infantil** e **Professor de Língua Inglesa,** desde que aprovados na Prova Objetiva.

8.5.2 A apresentação dos Títulos deve ser realizada pelos candidatos aprovados na Prova Objetiva (PO), na página da UNIOESTE/COGEPS durante o período previsto no Cronograma - Anexo IV.

8.5.2.1 O candidato deve acessar a "Área do Candidato" e enviar digitalmente os documentos referentes à Avaliação de Títulos, clicando em **"Anexo de Títulos"** e anexando, na devida opção, a documentação digitalizada.

8.5.2.2 A UNIOESTE/COGEPS e o Município de Bom Jesus do Sul - PR não se responsabilizam pela documentação não recebida por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou a efetivação do envio dos arquivos.

8.5.2.3 Documentos anexados em outras opções do *site* ou enviados por *e-mail* não serão considerados.

8.5.2.4 Não é permitida a anexação dos Títulos no sistema após encerrado o período indicado para essa atividade.

8.5.3 Não são analisados os Títulos do candidato que não for aprovado nas etapas anteriores ou que não apresentar comprovante que atenda aos requisitos exigidos.

8.5.4

Os candidatos recebem a pontuação de acordo com o quadro a seguir:

Itens	Máximo de títulos	Peso Individual	Pontuação Máxima
Titulação de Doutorado em área afim	1	100,00	**100,00**
Titulação de Mestrado em área afim	1	70,00	**70,00**
Titulação de Pós-Graduação ou Especialização na área para a qual se inscreveu no concurso, com no mínimo 360 horas	2	25,00	**50,00**

8.5.5 É computada sempre e somente a maior titulação apresentada, mesmo que haja comprovação de outros Títulos inferiores.

8.5.5.1 A titulação de Graduação não é considerada por se tratar de requisito mínimo para o cargo.

8.5.6 A soma total da pontuação dos Títulos fica **limitada a 100 (cem) pontos**.

8.5.7 Ao candidato que não apresentar nenhum comprovante que atenda aos requisitos exigidos na Avaliação de Títulos é atribuída nota zero, o que não implica em sua desclassificação do Concurso Público.

8.5.8 São aceitos como Títulos os documentos que comprovem titulação **em área afim**, desde que devidamente concluída e emitida nos termos da legislação vigente, mediante apresentação de Certificado ou de Diploma de Conclusão de Curso, que tenham sido expedidos por instituição oficial autorizada e credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), até o período reservado para anexo de Títulos no sistema do Concurso.

8.5.8.1 As declarações devem estar acompanhadas do respectivo histórico escolar, no qual conste a carga horária do curso e as disciplinas cursadas.

8.5.8.2 Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou apresente falta de requisito de conclusão do curso, o certificado, declaração ou o diploma não é aceito para fins de pontuação na Avaliação de Títulos.

8.5.8.3 Somente são aceitos os Títulos de Especialização *lato sensu* enviados frente e verso, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas comprovadas. Tal informação geralmente vem expressa no verso do certificado, da declaração ou do diploma e deve compor os documentos de comprovação anexados no ato da inscrição.

8.5.9 O diploma de conclusão de curso expedido por instituições estrangeiras somente é considerado se estiver devidamente revalidado por instituição competente, na forma da legislação vigente, e se estiver traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

8.5.10 A avaliação dos Títulos apresentados é realizada por banca examinadora designada pela UNIOESTE/COGEPS e destinada somente aos candidatos que forem aprovados nas etapas anteriores.

8.5.11 Não são considerados na avaliação os documentos:

I – entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido neste Edital;

II – cuja imagem/arquivo esteja ilegível;

III – sem data de expedição;

IV – de Mestrado ou Doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.

8.5.12 O Edital com o resultado da pontuação da Avaliação de Títulos é divulgado nos *sites* do Município de Porecatu - PR (https://porecatu.pr.gov.br/) e da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), conforme Cronograma – Anexo IV.

8.5.12.1 O candidato pode interpor recurso devidamente fundamentado contra o resultado da Avaliação de Títulos através de *link* na área do concurso, de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV.

8.5.12.2 As respostas aos recursos são disponibilizadas na **"área do candidato"**, no site da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), no prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV.

8.5.13 Em caso de dúvidas quanto à autenticidade da documentação comprobatória apresentada para a Avaliação de Títulos, a Banca Examinadora pode solicitar ao candidato os documentos originais, mediante Edital de convocação.

8.5.14 A qualquer tempo, pode ser anulada a inscrição, a Avaliação de Títulos e a nomeação, por meio de processo administrativo devidamente instaurado, ouvido previamente o candidato, o que pode ocorrer inclusive

após a homologação do resultado do Concurso Público, desde que verificada, por qualquer meio, a prática de qualquer ilegalidade pelo candidato, tais como: falsidade nas declarações ou quaisquer irregularidades na Avaliação de Títulos ou nos documentos apresentados, entre outras, o que implica a eliminação do candidato, sem prejuízo das cominações legais.

8.5.15 Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o candidato é submetido ao competente processo administrativo disciplinar pelo Município, na forma da legislação municipal em vigor.

9 DO RESULTADO FINAL

9.1 A classificação final dos candidatos é publicada em Edital específico nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

9.2 O Resultado Final é obtido mediante o cálculo indicado nos itens 9.2.1 a 9.2.3.

9.2.1 Para os cargos de **Motorista de Veículo** e **Operador de Máquina** o resultado final será obtido mediante o seguinte cálculo:

[(PO) x 0,4 + (PP) x 0,6] = Classificação Final

PO = nota da Prova Objetiva; PP = nota da Prova Prática

9.2.2 Para o cargo de **Auxiliar de Educação Infantil** e **Professor de Língua Inglesa,** o resultado final será obtido mediante o seguinte cálculo:

[(PO) x 0,6 + (PR) x 0,3 + (AT) x 0,1] = Classificação Final

PO = nota da Prova Objetiva; PR = nota da Prova de Redação; AT = nota da Avaliação de Títulos

9.2.3 Para os cargos com **Prova Objetiva (PO)** como única etapa, é considerada apenas a nota obtida na prova em forma decrescente.

9.3 A publicação do resultado final do Concurso Público é feita em três listas, por ordem decrescente da pontuação final, sendo a primeira a lista geral com a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos PcD e Afro; a segunda, contendo somente a pontuação dos candidatos Afrodescendentes/Negros; e a terceira, contendo somente a pontuação dos candidatos PcD.

9.4 A classificação final no Concurso Público resulta da pontuação obtida pelo candidato em forma decrescente.

9.4.1 Todos os cálculos para composição de média citados neste Edital são considerados até a segunda casa decimal após a virgula, sendo que as notas das provas ou a nota final não sofrem nenhum processo de arredondamento ou aproximação.

9.5 Em caso de empate na nota final do Concurso Público, como critério de desempate, terá preferência o candidato que, sucessivamente:

Tiver maior idade entre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), completos até o último dia de inscrição, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

Obtiver maior nota na Prova Prática, quando houver;

Obtiver maior nota na Prova de Redação, quando houver;

Obtiver maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

Obtiver maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

Obtiver maior nota na Prova de Matemática e Raciocínio Lógico;

Obtiver maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais e Legislação;

Obtiver maior nota na Prova de Avaliação de Títulos, quando houver;

Tiver maior idade entre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;

Por sorteio público.

9.5.1 Quando necessário, os critérios do item 9.5 serão considerados para desempate em outras etapas.

9.6 A homologação final do resultado e da classificação dar-se-á através de Edital expedido pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR.

10 DOS RECURSOS

10.1 Caberá recurso, devidamente **fundamentado**, dirigido à UNIOESTE/COGEPS, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma - Anexo IV, através de ***link* na página do Concurso,** das etapas abaixo descritas:

do Edital de Abertura;

do Resultado do Pedido de Isenção;

da Homologação das Inscrições;

do Gabarito Provisório, quanto às questões da Prova Objetiva;

do Resultado da Prova Objetiva;

do Resultado da Prova de Redação;

do Resultado da Prova Prática;

do Resultado da Avaliação de Títulos;

do Resultado Preliminar do Concurso.

10.1.1 Recursos enviados por e-mail ou outras formas não especificadas neste Edital, não serão aceitos.

10.1.2 Todos os recursos cadastrados no *site* da UNIOESTE/COGEPS devem ser realizados através de um computador, considerando que a linguagem de alguns celulares/smartphones pode não ser compatível com o sistema.

10.2 Os recursos são apreciados por uma banca examinadora designada pela COGEPS, que emitirá decisão fundamentada, disponibilizada na **"área do candidato"**, no site da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), no prazo estabelecido no Cronograma – Anexo IV.

10.2.1 Ao preencher o formulário de recurso disponível na página do Concurso, o espaço reservado ao texto do recurso não pode conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de o recurso ser sumariamente indeferido.

10.2.2. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter exposição clara e objetiva dos argumentos, com indicação precisa dos pontos a serem revisados.

10.2.2.1. Serão liminarmente indeferidos os recursos que:

a) Apresentarem argumentação genérica, padronizada ou idêntica à de outros candidatos (cópia);

b) Não enfrentarem especificamente o conteúdo da questão ou do gabarito impugnado;

c) Utilizarem linguagem desrespeitosa ou ofensiva à Banca Examinadora;

d) Consistirem em mera transcrição de textos doutrinários ou legais sem a devida correlação fática com a questão impugnada.

10.2.2.2. A responsabilidade pela autoria, veracidade e coerência lógica do texto recursal é exclusiva do candidato, independentemente das ferramentas de pesquisa ou redação utilizadas.

10.3 Se qualquer recurso quanto às questões da Prova Objetiva for julgado procedente, determinando a anulação ou a alteração do resultado da questão, é emitido novo gabarito.

10.3.1 Os pontos relativos às questões anuladas são atribuídos a todos os candidatos que fizerem a Prova Objetiva.

10.4 Se qualquer recurso quanto às demais etapas do Concurso Público for julgado procedente, determinando a alteração de notas e resultados, é publicado novo Edital específico.

10.5 Para todas as etapas, a COGEPS emite decisão fundamentada através de editais específicos de acordo com o Cronograma - Anexo IV deste Edital.

11 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

11.1 Após a homologação, a convocação para posse é publicada nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação a serem publicados.

11.2 A convocação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas neste Edital ocorrerá de acordo com a necessidade, disponibilidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR, respeitando a ordem de classificação e a vigência do Edital.

11.2.1 A convocação dos candidatos será realizada através da publicação de Convocação em Diário Oficial do Município, ficando facultado à Administração o envio de e-mail e contato telefônico, sendo de responsabilidade do candidato manter seus dados atualizados junto à Administração por toda a vigência do Concurso.

11.2.2 Até o encerramento da vigência do Concurso deverão ser convocados todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas para o respectivo cargo público, ressalvada prorrogação, caso em que a convocação poderá ser postergada até o prazo final de validade do certame.

11.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação é considerado desistente e é substituído, seguindo a ordem de classificação.

11.3.1 Se o candidato não desejar assumir a vaga imediatamente, deverá solicitar formalmente o remanejamento para o final da lista de classificados, ciente de que, dentro da validade do certame, será chamado novamente apenas UMA vez, após esgotada toda a lista de classificados. O remanejo deverá ser solicitado no prazo estabelecido no item 11.4 deste edital, mediante requerimento direcionado ao ente signatário deste edital.

11.4 Os candidatos, após a convocação, deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR, no setor de Recursos Humanos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, onde receberão a relação de documentos e exames médicos exigidos.

11.5 O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implica eliminação do Concurso, abrindo-se vaga para o candidato subsequente, na ordem de classificação.

11.6 São requisitos básicos para o ingresso no Quadro Geral do Município de Bom Jesus do Sul - PR:

I - existência de vaga no cargo;

II - aprovação em Concurso Público;

III - idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data do ato de nomeação;

IV - ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado, e, se de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade com brasileiros e reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do artigo 13, do Decreto nº 70.436/72;

V - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei, na condição ativa;

VI - gozo dos direitos políticos;

VII - regularidade em relação às obrigações eleitorais e militares;

VIII - nível de escolaridade exigido para o desempenho do cargo;

IX - aptidão física e mental comprovada em exame admissional (as custas dos exames complementares serão do candidato);

X - idoneidade moral, comprovada por meio de Certidões Criminais Negativas Estadual e Federal;

XI - situação jurídica compatível com a investidura em cargo público municipal, por meio de autodeclaração sujeita ao contraditório, demonstrando:

a) não ter sofrido penalidade de demissão ou destituição de cargo público nos últimos 5 anos;

b) não ter sido demitido por justa causa de emprego público nos últimos 5 anos;

c) não ter tido rescisão por justa causa de contrato temporário com a Administração Pública nos últimos 5 anos.

d) não tiver sido condenado nas condições previstas na Lei Federal nº 11340/2006 por decisão transitada em julgado até o comprovado cumprimento da pena.

XII - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo, previstos em legislação;

XIII – certidões contempladas na Lei da Ficha Limpa, Lei Complementar nº 135 de 04 de junho de 2010;

XIV - demais documentos exigidos em edital convocatório.

11.7 Não atendidos quaisquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital ou na legislação que o rege, fica impedida a posse do candidato e o exercício do cargo, havendo a então a automática eliminação do candidato do Concurso Público.

11.8 Cabe à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR a definição da data de nomeação dos candidatos aprovados e convocados, não sendo permitida modificação desta data para qualquer fim que não seja necessidade e conveniência da Administração Pública.

11.9 Os candidatos nomeados devem apresentar-se à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR no prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da convocação.

11.10 A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado.

11.11 A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental torna sem efeito o ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.12 A admissão dos aprovados dá-se pelo Regime Estatutário, vinculado a Regime Geral de Previdência-RGPS - INSS, conforme legislação vigente, e a respectiva nomeação é procedida pela ordem de classificação dos candidatos, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, não havendo obrigatoriedade de nomeação do total dos aprovados no Concurso.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A validade do Concurso Público será de até 02 anos, a contar da data de publicação da homologação final, prorrogável por mais 02 anos, a critério do ente signatário deste edital.

12.1.1 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a aceitação de todas as condições nele estabelecidas.

12.2 A Município de Bom Jesus do Sul – PR e a Comissão Organizadora e Fiscalizadora, nomeada pela Portaria nº 5711/2025, do presente Concurso e a UNIOESTE/COGEPS estão isentos de qualquer responsabilidade por acidentes que resultarem na incapacidade parcial ou total do candidato, originados por imprudência, imperícia ou negligência, durante a realização do Concurso Público.

12.3 O candidato pode obter informações referentes ao Concurso Público junto à UNIOESTE/COGEPS ou relatar fatos ocorridos durante sua realização por meio do endereço eletrônico cogeps@unioeste.br, sendo o horário de atendimento das 08 horas às 12 horas e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

12.3.1 O candidato não é informado por telefone ou por mensagem via correio eletrônico a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.

12.3.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar e observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados nos locais previstos neste Edital.

12.4 As datas listadas neste Edital e/ou nos seus anexos poderão sofrer, sem prévia comunicação, alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, sendo eventuais alterações publicadas nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS

(www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes), do Município de Bom Jesus do Sul – PR (https://bomjesusdosul.pr.gov.br/publicacoes-oficiais) e do Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/), cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar os andamentos do Concurso por meio desses *sites*.

12.5 Não são fornecidos informações e documentos pessoais do candidato a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

12.6 A aprovação gera ao candidato apenas a expectativa de direito à convocação, não havendo, portanto, obrigatoriedade de contratação total dos aprovados. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul - PR reserva-se o direito de proceder às contratações conforme número de vagas ofertadas para cada cargo, dentro da validade do Concurso e prorrogação, caso haja, bem como em número que atenda às necessidades de serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes, respeitando a ordem classificatória e as normas legais em vigência.

12.7 Quaisquer alterações nas regras deste Edital somente poderão ser realizadas por meio de outro Edital.

12.8 Enquanto estiver vigente o Concurso, o candidato deve manter atualizado todos os seus dados cadastrais, especialmente endereço, telefone e *e-mail*, na área do candidato, no site da UNIOESTE/COGEPS.

12.9 É de inteira responsabilidade do candidato a interpretação deste Edital, bem como o acompanhamento da publicação de todos os atos, instruções e comunicados ao longo do período de vigência do Concurso Público, não podendo deles alegar desconhecimento.

12.10 São anexos integrantes deste Edital:

Anexo I: Quadro de cargos e vagas;

Anexo II: Atribuições dos cargos;

Anexo III: Conteúdo programático;

Anexo IV: Cronograma;

Anexo V: Documentos exigidos na nomeação.

12.11 Os casos omissos ou não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso Público.

12.12 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, 06 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul – PR

ANEXO I – QUADROS DE CARGOS E VAGAS

QUADRO 1 – CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO	Ensino fundamental completo	40h	R$ 1.785,73	05	R$ 50,00	PO	MANHÃ
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO	Ensino fundamental completo	40h	R$ 1.785,73	02	R$ 50,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00).

QUADRO 2 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino médio completo	40h	R$ 3.151,29	01	R$ 70,00	PO	MANHÃ
MOTORISTA DE VEÍCULO	Ensino médio completo e Habilitação categoria “D”	40h	R$ 2.527,50	01	R$ 70,00	PO + PP	TARDE
OPERADOR DE MÁQUINAS	Ensino médio completo e Habilitação categoria “C”	40h	R$ 2.953,68	01	R$ 70,00	PO + PP	MANHÃ
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ensino médio completo e curso profissionalizante	40h	R$ 3.068,88*	01	R$ 70,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova Prática (PP):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00).

*poderá receber a insalubridade conforme Lei Municipal nº 3/1997

QUADRO 3 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Curso superior completo em pedagogia ou normal superior	40h	R$ 3.151,29	01	R$ 100,00	PO + PR + AT	TARDE
ENFERMEIRO	Curso superior específico na área e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43*	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
ENGENHEIRO CIVIL	Curso superior específico na área e registro no órgão da classe	40h	R$ 6.187,98	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
FONOAUDIÓLOGO	Graduação em Fonoaudiologia e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
MÉDICO DA FAMÍLIA	Curso superior específico (Clínico Geral) e registro no órgão da classe	40h	R$ 16.806,87**	02	R$ 100,00	PO	MANHÃ
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Formação em ensino de graduação plena em Letras e Inglês	40h	R$ 4.282,49***	01	R$ 100,00	PO + PR + AT	MANHÃ
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Graduação Terapia Ocupacional e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova de Redação (PR):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova de Redação (PR):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Avaliação de Títulos (AT):** classificatória.

*poderá receber a insalubridade conforme Lei Municipal nº 3/1997.

**limitado ao teto.

***poderá receber complementação de acordo com Lei Municipal nº 1.150/2025.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realiza trabalhos de limpeza e conservação em geral, bem como serviços de recebimento, confecção e distribuição de alimentos, utilizando matérias e instrumentos adequados, e rotinas previamente definidas.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino Fundamental Completo Responsabilidade: Por materiais, equipamentos e utensílios.

TRIBUIÇÕES TÍPICAS Compreende a força de trabalho que se destina a preparar refeições e merendas nas escolas públicas e outros órgãos da administração direta ou não, selecionando os alimentos, temperando-os, refogando-os e dando o tratamento adequado, de modo a atender o programa de alimentação, previ - amente definido; Efetuar o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo e fornecimento da alimentação, recebendo-os e armazenando-os de forma adequada, segundo as instruções previamente definidas; Selecionar os ingredientes necessários ao preparo das refeições, de conformidade com o cardápio oferecido; Preparar refeições, selecionando, lavando, cortando, temperando e cozinhando os alimentos de acordo com orientação recebida; Verificar o estado de conservação dos alimentos, separando os que não estejam em condições adequadas de utilização a fim de assegurar a qualidade das refeições preparadas; Servir as refeições preparadas, de conformidade com as normas de procedimento previamente definidas; Registrar a quantidade de refeições servidas, alimentos recebidos e quantidades utilizada, em impressos previamente fornecidos, para possibilitar efetivo controle e cálculos estatísticos; Proceder a limpeza e manter em condições de higiene o local de preparo de refeição, bem como do local destinado a seu consumo; Acompanhar os alunos auxiliando-os quando necessário e lhe for solicitado; Requisitar material e mantimentos, quando necessários; Dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos; Lavar todos os guardanapos, panos de prato e demais panos utilizados na cozinha, mantendo-os em perfeitas condições de asseio; Compreende as atribuições de zelar pela limpeza e higiene do patrimônio público municipal; Higienizar e desinfetar as áreas e equipamentos sob sua responsabilidade; Zelar pelas condições de acondicionamento e destino do lixo, conforme normas da vigilância sanitária; Lavar, secar e passar peças de roupas; mudar a posição dos móveis e equipamentos, colocando-os nos locais designados, preparar e servir cafés, chá, sucos, lanches, merenda, refeições e outros; Guardar e manter o controle do gasto de materiais e produtos utilizados na desinfecção e higiene; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realiza trabalhos de limpeza em geral e serviços auxiliares em diversos Departamentos a fim de manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho, de equipa - mentos e de prédios públicos.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino Fundamental Completo Responsabilidade: Por materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS Executa o serviço de limpeza das vias, utilizando pás, vassouras apropriadas, ferramentas e máquinas, para manter a conservação e limpeza do município; Prepara a terra, rebaixando, se necessário, adubando e corrigindo suas deficiências, para receber mudas e plantas; Auxilia na poda das plantas na época certa, utilizando ferramentas destinadas a este fim, para manter o ambiente harmônico, limpo e agradável; Combate às pragas e controla as doenças, utilizando produtos químicos e/ou naturais, para evitar a propagação e o desequilíbrio da natureza; Separa os entulhos em tipos, empilhando-os para processar o reaproveitamento ou sucateamento, a fim de proteger o ambiente; Cuida da conservação de áreas internas e externas, executando a limpeza e a manutenção de prédios públicos, das instalações, tais como serviços de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, em máquinas e equipamentos, restauração de alvenaria, pintura e outros; Executa serviços de troca de lâmpadas, instalações de luminárias, atendendo a solicitações, para garantir o desenvolvimento dos trabalhos; Executa a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes ao poder público, verificando se portas, janelas, portões e outras vias acesso estão fechados corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar roubos, prevenir incêndios e outros danos; Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-lo; Efetua a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município; Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outras ou de um departamento para outro, quando solicitado; Realiza pequenos reparos em móveis, divisórias, foros ou outros que se fizerem necessários; Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento; Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho; Auxilia nos trabalhos gerais de marcenaria em uma oficina ou em um canteiro de obras, cortando, armando peças de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas, para confeccionar conjuntos ou peças de madeira e móveis, bem como auxilia a manutenção dos mesmos; Auxilia na manutenção mecânica de veículos automotores, para assegurar-lhes condições de funcionamento regular, bem como auxilia na manutenção de maquinários, regulagem e lubrificações convenientes, utilizando ferramentas, máquinas e instrumentos de medição de controle, para assegurar a essas máquinas o funcionamento regular e eficiente; Limpa veículos automotores e máquinas, lavando-os externamente e internamente para conservá-los e manter a boa aparência; Lubrifica veículos automotores, complementando, injetando ou trocando óleos ou graxas lubrificantes, utilizando engraxaterias, almotolias e outros equipamentos, para evitar desgastes anormais e prolongar o funcionamento dos veículos; Auxilia na conservação da malha rodoviária municipal; Zela pela conservação e limpeza do pátio e locais públicos, inclusive cortando grama com maquinas

e tesouras; - Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa serviços gerais de âmbito administrativo, tais como separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações e orientações, arquivamento de documentos, zelando pelos arquivos, facilitando a identificação dos mesmos sempre que se fizer necessário.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino Médio completo. Responsabilidade: Por material de expediente, documentos e informações.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Coleta dados diversos, consultando documentos, arquivos e fichários, efetuando cálculos, para obter informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa; Mantém atualizado fichários e arquivos, classificando os documentos por ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos; Recepciona o público em geral, anunciando-os ao setor que forem encaminhados; Faz a entrega de correspondência aos devidos setores ou servidores; Efetua anotações e entrega de recados aos Chefes de Departamentos, Chefes de

Divisão e de - mais Servidores; Consulta e coleta documentos, transcrições, arquivos e fichários; Executa serviços de digitação em geral; Opera a máquina fotocopiadora, sempre que for necessário; Redige e digita, ofícios, empenhos, cheques, escalas, comunicados, informativos e outros; Submete os trabalhos efetuados à apreciação do superior imediato; Protocola documentos, notas fiscais, recibos e outros, para empenho; Mantém em ordem as funções burocráticas do setor, que envolvam números e papéis; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato

MOTORISTA DE VEÍCULO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Conduz veículos automotores como carros de passeio, caminhonetes, ônibus e caminhões, entre outros, manipulando os comandos de marcha e direção, conduzindo o veículo no trajeto ou itinerário previsto, de acordo com as regras de trânsito, para o transporte de pessoas e cargas.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino Médio Completo. Responsabilidade: Por veículos e passageiros e cargas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Vistoria o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo, testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento; Informa defeitos do veículo, preenchendo ficha específica no almoxarifado, para ser encaminhada a manutenção; Dirige o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-los aos locais indicados; Porta os documentos do veículo e zela pela sua conservação; Realiza o transporte de passageiros, entre outros, sempre que se fizer necessário; Realiza o transporte de pedras, cascalho, mudas, areia, madeiras, entre outras, sempre que se fi zer necessário, Controla a carga e descarga do material transportado, orientando a sua arrumação no veículo para evitar acidentes, Carrega e descarrega os materiais utilizados pelos profissionais e setores da Prefeitura; Recolhe o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da Prefeitura; Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho; Colabora com a limpeza dos veículos, mantendo-os apresentáveis; Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

OPERADOR DE MÁQUINAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Conduz máquinas montadas sobre rodas ou esteiras que servem para escavar, nivelar, aplainar ou compactar a terra e materiais similares.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino Médio Completo. Responsabilidade: Por máquinas e equipamentos.

TRIBUIÇÕES TÍPICAS: Opera máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares; Opera máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários; Opera máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas; Opera máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplainar os materiais utilizados na construção nas estradas; Opera máquinas para estender camadas de asfalto ou de betume; Informa defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção; Executa a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras entre outros; Faz a recuperação, conservação e readequação de estradas; Retira entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade; Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho; Colabora na limpeza das máquinas, mantendo-as apresentáveis; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atende as necessidades dos pacientes portadores de diferentes doenças preparando-os para exames, consultas e outras, atua sob supervisão do enfermeiro, para auxiliar no atendimento aos pacientes.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino médio completo e curso específico na área. Responsabilidade: Por equipamentos e materiais.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Controla sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e a utilização de aparelhos de auscultara e pressão, verificando e registrando as anomalias; Faz curativos simples, utilizando noção de primeiros socorros ou observando prescrições, a fim de proporcionar alívio ao paciente e facilitar a cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações; Prepara os pacientes para consultas e exames, colocando-os na posição indicada para facilitar a realização das operações mencionadas; Prepara e esteriliza material instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo as prescrições, permitindo a realização de exames, tratamentos, pequenas intervenções cirúrgicas e atendimento obstétrico; Orienta pacientes, efetua aplicações de vacinas, elabora carteirinhas de controle, com prazos de - terminados para o retorno do paciente; Aplica injeções intra-musculares e endovenosas conforme determinações médicas para tratamento dos pacientes, orientando-os sobre as reações físicas que poderão ocorrer; Presta atendimentos domiciliares, conforme solicitações e sob orientação do superior imediato; Efetua a coleta de materiais para exames laboratoriais; Trabalha nos setores que forem determinados pelo superior imediato; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Auxilia o professor no desenvolvimento atividades com crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, subsidiando as tarefas do Professor Regente, promovendo o acolhimento dessa criança na classe e na unidade escolar, cuidando desde a higiene pessoal, alimentação, recreação e acompanhamentos de qualquer natureza.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Ensino Superior Completo em Pedagogia. Responsabilidade: Por materiais, pela segurança e bem-estar das crianças.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Promover o acolhimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade junto ao Professor Regente, à classe e à unidade escolar; Cuidar da higiene e limpeza pessoal das crianças, trocando fraldas, banhando-as, escovar os dentes, pentear os cabelos, vestir e calçar os sapatos, se necessário e orientar acerca dos cuidados e higiene pessoal das crianças; Servir, diariamente, café da manhã, almoço, lanche e jantar às crianças; Acompanhar a criança à Unidade de Saúde mais próxima, em caso de emergência médica, junto com outro representante da escola; Ministrar medicação às crianças, quando necessário, seguindo às prescrições médicas contidas na receita; Auxiliar na execução de projetos educativos; Auxiliar na socialização das crianças em todos os aspectos e estímulos de sua aprendizagem quer espacial, musical, interpessoal, pictórico, sinestésico e intrapessoal; Auxiliar na realização de passeios programados com as crianças de creches; Auxiliar diariamente na promoção de atividades educativas; Realizar atividades que promovam um ambiente de crescimento, socialização e aprendizagem das crianças da creche através do canto, dança, corrida e ginástica; Exercer outras responsabilidades / atribuições correlatas, sob a orientação do professor regente; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Buscar aperfeiçoamento profissional continuado para a realização de um trabalho que vise uma educação de qualidade; Participar de eventos e atividades extraclasse, relacionadas com a educação; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ENFERMEIRO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planeja, organiza, supervisiona e executa serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Curso superior específico na área e registro no órgão da classe. Responsabilidade: Por materiais, equipamentos, documentos, informações e supervisão de terceiros.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Atendimentos aos Programas das Especificidades da Saúde da Família: Participa da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades de interesse da instituição Identifica as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde; Elabora plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe; Planeja, coordena e organiza campanhas de saúde, como campanhas de vacinação e outras; Supervisiona equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos pacientes com eficiência, qualidade e segurança; Executa diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes; Efetua testes de sensibilidade, aplicando substâncias alergênicas e fazendo a leitura das reações para obter subsídio aos diagnósticos; Participa na elaboração, execução e avaliação dos planos de saúde, visando a melhoria da qualidade da assistência; Executa a distribuição de medicamentos valendo-se de prescrição médica; Participa da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos; Elabora escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade; Faz medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos e demais procedimentos necessários à recuperação do bem estar do paciente; Mantém uma previsão a fim de requisitar materiais e medicamentos necessários, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem; Realiza reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho; Faz a triagem nos casos de ausência do médico e presta atendimento nos casos de emergência; Providencia o recolhimento dos relatórios das unidades da Prefeitura Municipal, bem como realiza uma análise dos mesmos; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ENGENHEIRO CIVIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elabora e supervisiona projetos referentes a obras, projetos, planejando, orientando e controlando técnicas de utilização de material e mão de obra para possibilitar um maior rendimento e qualidade das obras municipais. Executar trabalhos que se destinam a estudar, avaliar e elaborar projetos de engenharia, bem como coordenar e fiscalizar sua execução; desenvolver projetos de engenharia civil; executar obras; planejar, orçar e contratar empreendimentos e coordenar a operação e a manutenção dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços contratados e executados; elaborar normas e documentação técnica e prestar consultorias e assessoramento.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Curso superior específico na área e registro no órgão da classe. Responsabilidade: Por equipamentos, materiais, informações e projetos.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Estudar, avaliar, elaborar, analisar e aprovar projetos de engenharia e de obras; Elaborar normas, cronogramas físico-financeiros, diagramas e gráficos relacionados à programação da execução de planos de obras; acompanhar licitações e controlar a execução de obras que estejam sob encargo da Prefeitura Municipal; Promover levantamentos das características de terrenos onde serão executadas as obras; Analisar processos e aprovar projetos de loteamento e de obras quanto aos seus diversos aspectos técnicos, tais como: orçamento, cronograma, projetos de pavimentação, de energia elétrica, entre outros; analisar processos, realizar perícias e emitir pareceres técnicos; fiscalizar a execução do plano de obras de loteamento, verificando o cumprimento de cronogramas e projetos aprovados; realizar adaptações de projetos de obras públicas na função das dificuldades e necessidades do órgão competente durante a execução do projeto; proceder à elaboração de relação de materiais para licitação e cotação de preços de mercado; elaborar projetos de sinalização, do sistema viário, de saneamento e de combate a enchentes; participar na discussão e interagir na elaboração das proposituras de legislação de edificações e urbanística, do plano diretor e de matérias correlatas; expedir certidões, na área, e em matérias de sua competência; fiscalizar a execução de obras, a observância das leis e do plano diretor; realizar trabalhos topográficos e geodésicos; estudar, projetar, dirigir, fiscalizar e executar a construção de estradas de rodagem e de ferro, de obras de captação e abastecimento de água, de obras de drenagem e irrigação, de obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos ás máquinas e fábricas, de obras relativas a rios e canais e das concernentes aos aeroportos e de obras peculiares ao saneamento urbano e rural; projetar, dirigir e fiscalizar os serviços de urbanismo; atuar na fiscalização do exercício profissional nas atividades relacionadas supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica e elaboração de orçamento; assistência, assessoria e consultoria;

direção, execução e fiscalização de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; desempenho de cargo e função técnica; ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; padronização, mensuração e controle de qualidade; produção técnica e especializada; condução de trabalho técnico e de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; instalação, montagem, reparo, operação e manutenção de equipamento e instalações; execução de desenho técnico; participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas e de programas e projetos que envolvam o planejamento urbano e geral do Município; participar em bancas examinadoras, nos concursos para provimento de cargo ou contratação de engenheiro civil ou técnico na área de engenharia; organizar e planejar atividades, palestras e cursos a pessoas integradas a programas de saúde, educação e assistência social, bem como de apoio a comunidades; Planeja, organiza, executa e controla projetos na área da construção civil; Realiza investigações e levantamentos técnicos, define metodologia de execução e desenvolve estudos ambientais; Revisa e aprova projetos, especifica equipamentos, materiais e serviços; Orça obra, compõe custos unitários de mão de obra, equipamentos, materiais e serviços, apropria custos específicos e gerais da obra; Executa obra de construção civil, controla cronograma físico e financeiro da obra; Fiscaliza obras, supervisiona segurança e aspectos ambientais da obra; Presta consultoria técnica, perícia projetos e obras(laudos e avaliações), avalia dados técnicos e operacionais; Programa inspeção preventiva e corretiva e avalia relatórios de inspeção; Controla a qualidade da obra, aceita ou rejeita materiais e serviços, identifica métodos e locais para a instalação de instrumentos de controle de qualidade; Elabora normas e documentação técnica, procedimentos e especificações técnicas, normas de avaliação de desempenho técnico e operacional, normas de ensaio de campo e de laboratório; Analisa projetos de engenharia, de loteamento de áreas urbanos e outros, verificando os padrões técnicos e a sua adequação a Legislação Urbanística vigente, para informar e dar pareceres em processos e outros correlatos; Atende o público em geral, realizando consultas em Leis, decretos, normas, memorandos, informações técnicas, cartas topográficas, dados cadastrais, plantas e outros, visando a atender as solicitações e demandas; Avalia a documentação dos imóveis verificando a validade e a adequação as exigências estabelecidas em Legislação; Realiza vistorias "*in loco*" em áreas e imóveis visando conferir as características topográficas; Elabora laudos, pareceres técnicos, instruções normativas e relatórios inerentes as atividades de engenharia civil; Organiza e promove as atividades relacionadas com projetos, construção, reconstrução, adaptação, reparo, ampliação, conservação, melhoria, manutenção e implantação do sistema viário; Pesquisa e propõe métodos de construção e material a ser utilizado, visando a obtenção de soluções funcionais e econômicas para o município; Organiza e supervisiona as atividades inerentes a pesquisas de mercado e composição de custos de obras e/ou serviços; Acompanha as licitações e contratos de obras e/ou serviços afetos a Prefeitura; Executa tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Interdita obras irregulares; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

FONOAUDIÓLOGO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Identificar problemas relacionados a comunicação humana e tanto verbal, quanto não verbal, empregando técnicas e/ou aparelhos específicos para avaliação, visando o treinamento fonético de dicção e outras para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala, integrar e atuar em conjunto com a equipe multidisciplinar;

PRÉ-REQUISITOS: Graduação em Fonoaudiologia e registro no órgão da classe

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Participar da equipe multidisciplinar. Elaborar programas de prevenção auditiva. Avaliar as deficiências de comunicação do paciente, tanto verbal como não verbal, tais como: fala, linguagem, voz, audição, leitura e escrita. Realizar exames fonéticos da linguagem, audiometria e outras técnicas próprias, para diagnóstico de liminares auditivos e bem como, visando estabelecer o plano de treinamento ou fonoterapia. Programa, desenvolve e supervisiona o treinamento de voz, fala, linguagem, compreensão do pensamento verbalizado e outros. Fazer demonstrações técnicas de respiração e empostação da voz, orientando o treinamento fonético, auditivo de dicção e organização do pensamento em palavras, visando a reeducação ou reabilitação do paciente. Auxiliar no diagnóstico de lesões auditivas do ouvido externo, ouvido médico e interno, fornecendo dados para indicação de aparelhos auditivos. Emitir pareceres em sua especialidade para estabelecer diagnósticos e tratamentos. Desenvolver atividades para atendimento aos alunos da educação inclusiva; Responsabilidade: por equipamentos e aparelhos. Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato;

MÉDICO DA FAMÍLIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Aplica os conhecimentos de medicina na prevenção e no diagnóstico das doenças do corpo humano, principalmente as relacionadas com a mortalidade e morbidade, prevenindo a população quanto às doenças e identificar fatores de risco aos quais a população está exposta.

PRÉ-REQUISITOS: Instrução: Curso superior específico (Clínico Geral) e registro no órgão da classe. Responsabilidade: Por materiais, equipamentos, aparelhos, informações e documentos.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Promove o conceito de saúde como um direito de cidadania e como qualidade de vida; Previne as doenças e identifica fatores de risco aos quais a população está exposta; Fornece atenção integral, oportuna, contínua e de boa qualidade nas especialidades básicas de saúde à população, seja no nível domiciliar, ambulatorial ou hospitalar; Atende os pacientes, preferencialmente através de horários agendados, entretanto, com a possibilidade de atendimentos eventuais e domiciliares, examinando-as e prescrevendo cuidados ou tratamentos, para avaliar, preservar ou recuperar sua saúde; Examina os pacientes, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Participa da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos; Prescreve medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos; Anota e registra em fichas específicas, o devido registro sobre os pacientes examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso; Participa de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade, decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais; Participa de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis; Atende à mulher no ciclo gravídico-puerperal, prestando assistência médica especifica, para preservar a vida e a saúde da mãe e do filho; Colabora na limpeza e organização do local de trabalho; Efetua outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Participar do processo de planejamento e elaboração da Proposta Pedagógica da escola; Mediar a aprendizagem dos alunos; Organizar as atividades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Elaborar e cumprir Plano de trabalho segundo a Proposta Pedagógica do educandário (plano de ensino, plano de aula, diário de classe).

PRÉ-REQUISITOS: Formação em ensino de graduação plena em Letras e Inglês Instrução: Responsabilidade: Por materiais, equipamentos, supervisão de terceiros, informações e documentos.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Participar ativamente da elaboração da proposta pedagógica da escola; - Elaborar e cumprir Plano de trabalho segundo a Proposta Pedagógica da escola (plano de ensino, plano de aula, diário de classe); - Atender alunos em nível de docência do Ensino Fundamental - Anos Inicias, planejar e executar o trabalho docente; orientar o processo de aprendizagem e avaliação do aluno, procedendo o registro das observações; - Organizar as operações inerentes ao processo ensino e aprendizagem; - Constatar necessidades especiais e encaminhar para atendimento específico com a Equipe Multiprofissional; - Cooperar com a Equipe Diretiva da Escola, colaborando com as atividades de articulação da instituição com as famílias e a comunidade; - Buscar aperfeiçoamento profissional continuado para a realização de um trabalho que vise uma educação de qualidade; - Participar de eventos e atividades extraclasse, relacionadas com a educação; - Executar tarefas afins; participar das discussões e elaboração da proposta pedagógica; - Cumprir os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; - Estabelecer estratégias de recuperação para alunos com dificuldades de aprendizagem; - Particiar de formação continuada, inclusive no período de recesso escolar; - Orientar os educandos para o desenvolvimento de Hábitos saudáveis e atitudes corretas quanto a alimentação; - Preencher as documentações referente a vida escolar do educando; - Manter a comunicação entre escola e família através de registro específicos para tal ato. - Relacionar-se com ética aos colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral; - Cumprir as regras internas da Instituição; - Realizar planejamento integrado com as demais áreas do conhecimento; - Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; - Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar o diagnóstico Terapêutico Ocupacional, compreendido como avaliação cinética-ocupacional, sendo está um processo pelo qual, através de metodologia e técnicas terapêuticas ocupacionais, são analisadas e estudadas as alterações psico-físico-ocupacionais, em todas as suas expressões e potencialidade, objetivando uma intervenção terapêutica específica; prescrever baseado no constatado na avaliação cinética-ocupacional, as condutas próprias da Terapia Ocupacional, qualificando-as e quantificando-as; ordenar todo processo terapêutico, fazer sua indução no paciente a nível individual ou de grupo, dar alta nos serviços de Terapia Ocupacional, utilizando o critério de reavaliações sucessivas que demonstrem não haver alterações que indiquem necessidade de continuidade destas práticas terapêuticas, integrar e atuar em conjunto com a equipe multidisciplinar;

PRÉ-REQUISITOS: Graduação Terapia Ocupacional e registro no órgão da classe.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS: Reavaliar sistematicamente o paciente para fins de reajuste ou alterações das condutas terapêuticas próprias empregadas, adequando-as à evolução da metodologia adotada. Buscar todas as informações que julgar necessárias no acompanhamento evolutivo do tratamento do paciente sob sua responsabilidade, recorrendo a outros profissionais da Equipe de Saúde, através de solicitação de laudos técnicos especializados acompanhados dos resultados dos exames complementares, a eles inerentes. Ter como meta restaurar a capacidade físico-mental do indivíduo. Lançar mão de conhecimentos e recursos próprios, com os quais, em razão das condições psicofísico-social, busca promover ou adaptar, através de uma relação terapêutica-ocupacional, o indivíduo a uma melhor qualidade de vida. Atuar juntamente com outros profissionais nos diversos níveis de assistência à Saúde, na administração de serviços, na área educacional e no desenvolvimento de pesquisas. Utilizar avaliação cinética-ocupacional, prescrição terapêutica ocupacional, programação e uso dos recursos terapêuticos, tratamento, reavaliação, e alta terapêutica ocupacional. Desempenhar outras atividades correlatas. Participar de equipes multidisciplinares; Responsabilidade: por equipamentos e aparelhos; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTO	NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de textos: reconhecimento das ideias principais e secundárias; estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais; interpretação do significado contextual de palavras e expressões; reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não padrão) e à modalidade (oral, escrita). Compreensão dos mecanismos de coesão textual. Domínio de aspectos morfológicos: classes de palavras variáveis; morfossintáticos: concordância verbal e nominal; e semânticos: tempos e modos verbais; sinônimo e antônimo. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação. Domínio da ortografia oficial, da acentuação gráfica e das regras de divisão silábica.
MATEMÁTICA	Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e Conjuntos Numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e Divisores (MMC e MDC). Números primos. Frações, decimais, dízimas e operações. Notação Científica. Regra de três simples. Equação de 1º. Porcentagem. Progressão aritmética. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Problemas de lógica matemática. Problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos).
CONHECIMENTOS GERAIS	Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Tópicos da História e da Geografia do estado e do Brasil. Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal. Lei Orgânica do Município, Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; Lei que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município; lei que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal e dá outras providências, bem como suas alterações. Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO	Questões que simulam as atividades da rotina diária do trabalho, noções de limpeza e higiene em geral, Equipamentos de Segurança (E.P.I. e E.P.C.), equipamentos que auxiliam o desenvolvimento das atividades de limpeza, o uso de produtos de limpeza, medidas mais usadas, conservação de materiais. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Noções de segurança e higiene do trabalho. Destinação de lixos: orgânicos, recicláveis, lixos contaminados. Organização de espaços e Relações Humanas.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO	Noções sobre materiais e ferramentas utilizados na construção civil. Noções sobre execução de: limpeza e higiene em geral, uso adequado de produtos de limpeza e higienização, jardinagem e cultivo de plantas, concretagem, argamassas, armação de vigas e lajes, alvenarias, pisos, azulejos, pinturas, marcenaria, esquadrias, revestimentos, impermeabilizações, escoramentos, formas, pavimentação, aterros, serviços elétricos, instalações hidráulicas e execução de fossas sépticas. Remoção de lixos e detritos. Noções básicas de construção, hidráulica e elétrica; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Materiais biodegradáveis (o que são, quais são), materiais recicláveis (o que são, quais são). Normas básicas de segurança para carregar e descarregar caminhões. Noções de segurança no trabalho. Segurança e higiene do trabalho. Controle de estoque. Organização de espaços. Relações Humanas.

CONHECIMENTO	NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de textos: percepção e compreensão da finalidade de textos de diferentes gêneros; localização de informações explícitas no texto; inferência de efeitos de sentido de palavras e expressões; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural; reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não padrão) e à modalidade (oral, escrita). Reconhecimento de relações de coesão sequencial e referencial e de aspectos relativos à coerência textual. Reescritadefraseseparágrafosdotexto; equivalência e transformação de estruturas. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação, da exploração de recursos ortográficos ou morfossintáticos e de campos semânticos. Domínio de aspectos morfológicos e morfossintáticos e semânticos: estrutura e formação de palavras; classes de palavras variáveis; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; tempos e modos verbais; pontuação. Domínio da ortografia oficial e da acentuação gráfica.
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e Conjuntos Numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e Divisores (MMC e MDC). Números primos. Polinômios e operações com polinômios. Frações, decimais, dízimas e operações. Notação Científica. Regra de três simples e composta. Equação de 1º. e 2º grau. Sistema de equações. Porcentagem. Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas. Progressão aritmética e geométrica. Probabilidade. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Problemas de lógica matemática. Problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos).
CONHECIMENTOS GERAIS	Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Tópicos da História e da Geografia do estado e do Brasil. Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal. Lei Orgânica do Município, Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; Lei que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município; lei que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal e dá outras providências, bem como suas alterações. Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Redação Oficial: ofícios, comunicações internas, cartas, requerimentos, protocolo, expedição e distribuição de correspondência. Expediente Funcional e Organizacional. Noções de Organização e Controle de Material de Expediente; Técnicas de Serviços de Escritório. Conceito de Documentação e sua Terminologia. Noções de recebimento e transmissão de informações. Noções básicas de informática: editores de texto (Word), e planilhas eletrônicas (Excel), Apresentação de Slides (Power Point). Noções básicas de relações humanas no trabalho e atendimento ao público. Ética profissional. Arquivologia. Noções de Direito Administrativo; Princípios da Administração pública; Administração direta, indireta e fundacional; Controle da Administração Pública; Contrato administrativo; Serviços públicos; Bens públicos; Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; Classificação de documentos e correspondências; Correspondência oficial: Decreto, Edital, Ofício e Memorando; Gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo; Qualidade no atendimento ao público; A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento; Relacionamento interpessoal, Código de Ética. Noções básicas de informática; Correio Eletrônico; Internet; Lei de Acesso à Informação. Lei Geral de Proteção de Dados. Controle Social.
MOTORISTA DE VEÍCULO	Direção defensiva; Noções de segurança individual, coletiva e de instalações; Legislação de trânsito: Código Nacional de Trânsito, abrangendo os seguintes tópicos: administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, os sinais de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, as infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito; Mecânica de veículos: conhecimentos elementares de mecânica de automóveis, troca e rodízio de pneus; regulagem de motor, regulagem e revisão de freios, troca de bomba de água, troca e regulagem de tensão nas correias, troca e regulagem da fricção, troca de óleo. Serviços corriqueiros de eletricidade: troca de fusíveis, lâmpadas, acessórios simples, entre outros; Qualidade em prestação de serviços: as dimensões da qualidade pessoal e profissional; fatores que determinam a qualidade de um serviço; normalização técnica e qualidade; qualidade no atendimento ao público interno e externo; comunicação e relações públicas; Ética profissional. Procedimentos de emergência. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Lei do Motorista – Lei nº 13.013/2015.
OPERADOR DE MÁQUINAS	Legislação e Sinalização de trânsito; Noções básicas dos procedimentos de segurança, de mecânica e manutenção de máquinas; Noções de primeiros socorros; Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos; Direção defensiva e preventiva. Cidadania; Ética no trabalho. Prática de Operação Veicular: Condução de veículos da espécie; Manobras; Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; Manutenção do veículo; Direção e operação veicular de máquinas leves e pesadas motorizadas.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ética e Bioética em Enfermagem. Conselho Federal e Regional de Enfermagem (COREN e COFEN). Técnicas Básicas de Enfermagem (higiene e conforto, aferição de sinais vitais, balanço hídrico, transporte de pacientes, cuidados com materiais e equipamentos hospitalares). Segurança do Paciente e qualidade em Serviços de Saúde. Noções de Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar. Biossegurança e Higiene em saúde. Esterilização, desinfecção, assepsia e antissepsia. Fontes de infecções: ambiente, paciente e equipe médica. Infecção hospitalar. Técnicas e procedimentos: admissão do paciente, sistema de informação em enfermagem - prontuário, sinais vitais, aferição de altura e peso, lavagem das mãos, arrumação de cama, higiene oral, banhos, lavagem intestinal, curativos, sondagem nasogástrica, sonda nasoenteral, nebulização, inalação, aspiração, retirada de pontos. Posições para exames. Administração de medicamentos (preparo, diluição, vias de administração, gotejamento, técnicas de aplicação). Assistência cirúrgica: central de material de esterilização, tipos, potencial de contaminação, materiais e equipamentos dos centros. Assistência de enfermagem a saúde da mulher no ciclo grávido-puerperal. Assistência de enfermagem às principais afecções ginecológica. Assistência de enfermagem ao recém-nascido e à parturiente (normal ou com complicações). Assistência de enfermagem ao aleitamento materno. Saúde do homem, saúde do idoso. Enfermagem pré-operatório: prevenção de complicações, instrumentais e fios cirúrgicos, cuidados pós-operatórios. Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, obstrução das vias aéreas superiores, hemorragias, traumatismos, desmaios, convulsões, queimaduras, afogamento, acidentes com animais peçonhentos. Saúde do trabalhador. Assistência de enfermagem no diagnóstico de morte encefálica e para os potenciais doadores de órgãos/tecidos para transplantes; legislação nacional sobre doação e transplante de órgãos no Brasil. Atuação da Enfermagem na Rede de Frio e Vacinação. Informática em Saúde. Conhecimento sobre as Doenças de notificação compulsória (SINAN). Enfermagem de Saúde Pública e Coletiva. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS). Programa Saúde da Família (PSF). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. Política Nacional de Atenção Básica.

CONHECIMENTO	NÍVEL SUPERIOR
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados: estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais; dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos; captação da linha argumentativa do autor; inferência de efeitos de sentido na textualidade; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural; identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos; reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não padrão) e à modalidade (oral, escrita).Domínio dos mecanismos de coesão textual e aspectos relativos à coerência textual. Compreensão da estrutura sintática e implicações semânticas no âmbito do parágrafo: reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: estrutura morfossintática do período; termos da oração; relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; pontuação. Domínio da acentuação gráfica. Domínio da ortografia oficial.
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e Conjuntos Numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e Divisores (MMC e MDC). Números primos. Polinômios e operações com polinômios. Frações, decimais, dízimas e operações. Notação Científica. Regra de três simples e composta. Equação de 1º. e 2º grau. Sistema de equações. Porcentagem. Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas. Progressão aritmética e geométrica. Probabilidade. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas. Problemas de lógica matemática. Problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos).
CONHECIMENTOS GERAIS	Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Tópicos da História e da Geografia do estado e do Brasil. Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal. Lei Orgânica do Município, Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; Lei que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município; lei que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal e dá outras providências, bem como suas alterações. Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente.
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1. A educação infantil e saúde. 2. Cuidados essenciais: higiene da criança, banho, dentes e trocas de fraldas, uso de máscaras. 3. Educação Alimentar. 4. Rotinas de atendimento à criança (proteção, primeiros socorros, sono, repouso e banho de sol). 5. Prevenção de acidentes e primeiros socorros no ambiente escolar. 6. Cuidar e Educar na rotina na creche. 7. Conhecimento e incentivo ao Desenvolvimento Infantil. 6. Ludicidade, jogos e brincadeiras. 8. Lei Federal nº 8.069/90 (ECA); 9. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 10. Educação Especial: aspectos legais, políticos e pedagógicos da educação inclusiva. 11. alimentação, nutrição, repouso. 12. Noções de leitura e escrita na educação infantil. 13. Desenho infantil. 14. Interações e processos de aprendizagem de crianças. 15. A organização do trabalho pedagógico, do tempo e do espaço na educação infantil - rotina e encaminhamentos pedagógicos.
ENFERMEIRO	Exames laboratoriais; Sinais Vitais; Administração de medicamentos; Processo de Enfermagem; Infecção/desinfecção/Higienização e esterilização; Segurança do Paciente; PNI (Programa Nacional de Imunização); Doenças crônicas não transmissíveis; Doenças cardiovasculares; Centro de material e esterilização; Cuidados no pré, Intra e pós-operatório; Doenças transmissíveis; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Doenças respiratórias; Farmacologia aplicada a enfermagem; Saúde da Mulher; Saúde do homem; Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Saúde do Adolescente; Saúde Mental; Saúde do idoso; Saúde do trabalhador; O Sistema Único de Saúde (SUS) e sua legislação basilar; Política Nacional de Humanização; Bioética; Epidemiologia no controle das doenças de notificação compulsória (SINAN); Biossegurança; Atendimento a afogamentos; Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, obstrução das vias aéreas superiores, hemorragias, traumatismos, desmaios, convulsões, queimaduras, afogamento, acidentes com animais peçonhentos. Avaliação de feridas e técnicas de curativo. Parâmetros para o funcionamento do SUS; Saúde e Doença: Promoção à saúde. Prevenção e controle de infecções. Prevenção de agravos. Atuação da Enfermagem na detecção e no controle de doenças; Introdução à Enfermagem: Origem e evolução da Enfermagem. Aspectos legais e éticos de exercício da Enfermagem. O ambiente de trabalho. Técnicas básicas de Enfermagem; Enfermagem Materno–Infantil e Pediatria: Atendimento de enfermagem à saúde materno–infantil e pediatria: pré–natal, parto puerpério e período neonatal; Políticas de saúde: noções sobre o Sistema Único de Saúde – SUS; Saúde da Criança e do Adolescente-Puericultura, Controle, Intervenções da Enfermagem na Assistência à Criança no aspecto preventivo e curativo: Doenças preveníveis por imunização: vacinas (rede de frio e esquema do Ministério da Saúde, Administração e Validade). Administração de enfermagem, processos de trabalho, trabalho em equipe, Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, diretrizes e Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. (arts. l96 a 200). Ética Profissional: Código de ética profissional. Conselho Federal e Regional de Enfermagem (COREN e COFEN); Política Nacional de Atenção Básica 2436/2017; Assistência de enfermagem ao pré-natal, puerpério, Integralidade da assistência em todas as fases de vida (criança, adolescente, mulher, homem e idosos); Técnicas de Sondagens. Cuidados e assistência no transporte de pacientes.
ENGENHEIRO CIVIL	Projeto e Execução de Obras Civis: locação de obra; sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; depósito e armazenamento de materiais; fundações profundas; fundações superficiais; escavações; escoramento; elementos estruturais; estruturas em concreto armado; concreto - controle tecnológico; argamassas; formas; armação; instalações prediais; alvenarias; paredes; esquadrias; revestimentos; coberturas; pisos; impermeabilização; equipamentos e ferramentas; segurança e saúde no trabalho; engenharia de custos. Patologias de construções. Materiais de Construção Civil: aglomerantes; agregados; argamassa; concreto; aço; madeira; materiais cerâmicos; vidros; tintas e vernizes. Mecânica dos Solos: índices físicos; caracterização de solos; propriedades dos solos arenosos e argilosos; prospecção geotécnica; compactação dos solos; compressibilidade dos solos; adensamento no solo. Resistência dos Materiais: análise de tensões; tensões principais; tração e compressão; flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem.

	Análise Estrutural: esforços seccionais - esforço normal, esforço cortante e momento fletor; relação entre esforços; apoios e vínculos; diagramas de esforços. Dimensionamento do Concreto Armado: características mecânicas e reológicas do concreto; tipos de aços para concreto armado; características mecânicas do aço; concreto armado - fundamentos; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação; detalhamento de armação em concreto armado. Instalações Prediais: instalações elétricas; instalações hidráulicas; instalações de esgoto e águas pluviais; instalações de telefonia e rede lógica; instalações de prevenção e combate a incêndio; instalações especiais. Estruturas de Aço. Estruturas de Madeira. Elaboração de projetos: arquitetônico; estrutural; instalações elétricas; instalações hidráulico-sanitárias-pluviais; dimensionamento de conjuntos motobomba. Orçamentos de obras e serviços de engenharia: levantamento e quantificação de serviços; qualificação de serviços; composição de preços; cronograma físico-financeiro; curva ABC; critérios de quantificação; tabelas referenciais. Fiscalização de obras e serviços de engenharia: levantamento de serviços executados; medições; critérios de medições; critérios de fiscalização; procedimentos e rotinas de fiscalização; recebimento de objetos contratados (obras e serviços de engenharia). Principais normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis aos temas mencionados. Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133/2021 e suas alterações no que se refere a obras e serviços de engenharia. Decreto Estadual nº 10.086 de 17/01/2022 e suas alterações no que se refere a obras e serviços de engenharia. Legislação e normas sobre acessibilidade, especificamente a NBR 9050/2020. Conhecimentos de informática, especificamente softwares AutoCAD, Microsoft Excel e Revit.
FONOAUDIÓLOGO	Anatomia, desenvolvimento típico, fisiologia e patologia das estruturas e funções relacionadas à comunicação humana. Atuação fonoaudiológica nas etapas do desenvolvimento: bebês, crianças, jovens, adultos e idosos. Promoção, Prevenção, Avaliação e Diagnóstico fonoaudiológico nas áreas da Linguagem Oral e Linguagem Escrita, Voz, Audição e Motricidade Orofacial. Legislações Fonoaudiológicas - Leis, Decretos, Pareceres, Recomendações e Resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Fundamentos, caracterização e condutas em Fonoaudiologia Educacional, Saúde Coletiva, Fonoaudiologia Hospitalar, Disfagia, Fonoaudiologia Educacional, Fonoaudiologia do Trabalho e Perícia Fonoaudiológica. Recursos e estratégias para a intervenção fonoaudiológica. Avaliação Audiológica Completa. Triagem Auditiva Neonatal. Dispositivos Eletrônicos Auditivos. Habilitação e Reabilitação Auditiva. Fundamentos teóricos do Processamento Auditivo Central. Transtornos do Processamento Auditivo Central. Otoneurologia. Patologias Auditivas. Doenças e disfunções vestibulares.
MÉDICO DA FAMÍLIA	Conceitos Fundamentais: Sistema Único de Saúde. Municipalização da Saúde. Controle Social na Saúde. Programa Saúde da Família. Atenção Primária à Saúde. Políticas Públicas do SUS: Lei 8.080/90. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Financiamento e repasse de recursos no SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde. Ética médica, responsabilidade profissional e bioética. Vigilância em Saúde. Vigilância Epidemiológica. Saúde do Trabalhador. Doenças e Agravos de Notificação Compulsória. Programa Nacional de Imunização. Medicina Preventiva e Social. Assistência Médica em Saúde do Adulto: Medicina de Família e Comunidade. Clínica Médica e Medicina Interna. Epidemiologia, Fisiopatologia, Quadro Clínico, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Cardiovasculares, Pulmonares, Endócrinas, Neurológicas, Reumatológicas, Hematológicas, Dermatológicas, Psiquiátricas, Gastrointestinais, Renais/Urológicas, Infecciosas e Sexualmente Transmissíveis. Trauma. Cirurgia Geral/ Noções de Técnica Cirúrgica. Princípios de Anestesiologia. Procedimentos médicos. Emergências clínicas e condutas no paciente grave. Acidentes com animais peçonhentos e Intoxicações Exógenas. Anatomia e Farmacologia aplicadas à prática clínica. Diagnóstico por Imagem e Radiologia Básica. Farmacologia e Toxicologia Clínicas. Patologia Clínica e Medicina Laboratorial. Assistência Médica em Ginecologia e Obstetrícia. Assistência Médica ao Idoso. Assistência Médica em Pediatria.
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas; Tendências Pedagógicas do Inglês na Educação; Relação ensino/escola/legislação; A teoria versus prática em Inglês na escola; Metodologias e concepções do ensino de Inglês; Tendências Pedagógicas do Inglês na Educação; Ensino de Inglês aliado à BNCC; Metodologias do ensino de Inglês; Materiais de ensino de Inglês; Inglês e Educação Inclusiva; Gramática: Fonética e fonologia; Ortografia; Morfologia; Sintaxe; Vocabulário; Compreensão e produção de gêneros textuais diversos; Prática pedagógica do ensino da língua inglesa: Abordagem comunicativa; Abordagem lexical; Análise e interpretação de textos: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos; Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos; Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação; Abordagem reflexiva; Interculturalidade e interdisciplinaridade no ensino de inglês; Competências para ensinar e aprender língua inglesa; Avaliação do processo ensino-aprendizagem e de seus atores; Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno; Conceito de letramento: aplicações ao ensino-aprendizagem de língua estrangeira/Inglês, entre as quais: leitura como letramento, comunicação oral como letramento, prática escrita como letramento; A metodologia da Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; Dimensões comunicativas do inglês; Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; A escrita e a linguagem oral do inglês; A natureza sociointeracional da linguagem; O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; Literatura Americana e Inglesa; Cognatos e falsos cognatos; Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto; Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos); Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo; Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês); Flexão do verbo; Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares; Expressões; Regência e concordância nominal/verbal; Preposições de tempo/lugar; Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição; Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação; Orações relativas; Pronomes interrogativas; Frases interrogativas.
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Código de Ética Profissional. Compreensão crítica da história da terapia ocupacional no Brasil. Conceitos básicos da terapia ocupacional socioterápica. Conceitos e ideias básicas dos modelos de terapia ocupacional. Conceitos e ideias que fundamentam a terapia ocupacional das críticas ao sistema segregativo e asilar, isto é, das práticas de transformação institucional. A ideia do trabalho como recurso de terapia ocupacional. Conceito de reabilitação e as propostas alternativas de atenção à saúde da população assistida em terapia ocupacional. A problemática da efetivação da cidadania da população assistida em terapia ocupacional, pessoas com deficiências e transtornos mentais. Políticas de Saúde Mental e referentes à saúde das pessoas portadoras de deficiência. O papel das unidades extra-hospitalares (U.B.S.), centro de convivência hospitais-dia e centros de referência diante da questão da não internação do paciente psiquiátrico e da não institucionalização da pessoa portadora de deficiência física, sensorial e/ou mental. A ação do terapeuta ocupacional na emergência psiquiátrica, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, assim como no tratamento hospitalar e ambulatorial de pessoas com deficiência. Análise crítica da reabilitação profissional no Brasil. Análise crítica da assistência e da atuação da terapia ocupacional no contexto da assistência às pessoas com deficiência mental em nosso país. Análise das relações entre saúde e trabalho. Área de Psiquiatria e Saúde Mental. Métodos da terapia ocupacional. A Lei 8.080/90, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, é a legislação que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil, e organiza o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

ANEXO IV – CRONOGRAMA

PASSOS	ATIVIDADES	DATAS
1	**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO**	
1.1	Publicação do Edital de Abertura do Concurso Público.	06/02/2026
1.2	Prazo para impugnação do Edital de Abertura do Concurso Público.	06/02 a 09/02/2026
1.3	Publicação das respostas aos pedidos de impugnação do Edital de Abertura.	12/02/2026
2	**PERÍODO DE INSCRIÇÕES**	
2.1	**Período de inscrições no sistema da UNIOESTE.**	**13/02 a 12/03/2026**
2.2	Data limite para o pagamento da taxa de inscrição.	13/03/2026
3	**ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO**	
3.1	**Período para pedido de isenção da taxa de inscrição.**	**13/02 a 20/02/2026**
3.2	Publicação do resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	26/02/2026
3.3	Prazo para recurso contra resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	26/02 a 27/02/2026
3.4	Publicação das respostas aos recursos e resultado definitivo da isenção da taxa de inscrição.	03/03/2026
4	**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**	
4.1	Publicação do Edital Preliminar com a relação dos candidatos inscritos na ampla concorrência, PcD e Afrodescendentes/Negros.	18/03/2026
4.2	Prazo para interposição de recurso contra o Edital preliminar de homologação das inscrições.	18/03 a 20/03/2026
4.3	Publicação das respostas aos recursos e Edital Definitivo de homologação das inscrições na ampla concorrência, PcD e Afrodescendentes/Negros.	24/03/2026
5	**PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO**	
5.1	Publicação do Edital de Convocação para a realização da Prova Objetiva e Redação, com ensalamento.	30/03/2026
5.2	**Realização da Prova Objetiva e Redação.**	**05/04/2026**
5.3	**PROVA OBJETIVA**	
5.3.1	Publicação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva, dos cadernos de provas e do link para recursos.	06/04/2026
5.3.2	Prazo para interposição de recursos contra o Gabarito Provisório da Prova Objetiva.	06/04 a 08/04/2026
5.3.3	Publicação das respostas aos recursos, Gabarito Definitivo e Resultado da Prova Objetiva.	16/04/2026
5.4	**PROVA DE REDAÇÃO**	
5.4.1	Resultado da Prova de Redação dos candidatos aprovados na Prova Objetiva.	24/04/2026
5.4.2	Prazo para interposição de recursos contra o resultado da Prova de Redação.	24/04 a 27/04/2026
5.4.3	Publicação das respostas dos recursos e do Resultado Definitivo da nota da Prova de Redação.	30/04/2026
6	**PROVA PRÁTICA**	
6.1	Convocação para a Prova Prática.	20/04/2026
6.2	**Realização da Prova Prática.**	**26/04/2026**
6.3	Publicação do resultado preliminar da Prova Prática.	27/04/2026
6.4	Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova Prática.	27/04 a 08/04/2026
6.5	Publicação das respostas aos recursos e do resultado da Prova Prática.	29/04/2026
7	**AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**	
7.1	**Período de inscrições e anexo de títulos no sistema da UNIOESTE.**	**17/04 a 24/04/2026**

7.2	Publicação do resultado preliminar da Avaliação de Títulos.	04/05/2026
7.3	Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos.	04/05 a 06/05/2026
7.4	Publicação das respostas aos recursos e do resultado da Avaliação de Títulos.	11/05/2026
8	**RESULTADO FINAL**	
8.1	Publicação do Resultado Final do Concurso, com as notas e respectiva classificação.	11/05/2026
8.2	**Homologação do Concurso Público.**	**A partir de 18/05/2026**

***OBS.: Este cronograma tem caráter orientador e pode ser alterado em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Comissão de Concurso e/ou COGEPS, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação definidos nas Disposições Preliminares deste Edital.

ANEXO V – DOCUMENTOS EXIGIDOS NA NOMEAÇÃO

O candidato aprovado e classificado às vagas ofertadas deve entregar, no ato da nomeação no respectivo cargo, os seguintes documentos, além dos demais requisitos previstos neste Edital:

a) Cédula de Identidade;

b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);

c) Cartão do PIS/PASEP;

d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;

e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;

f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);

g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;

h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;

i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;

j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;

k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;

l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);

m) Comprovante de endereço atual;

n) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;

o) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;

p) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;

q) exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função.

r) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pelo município de Bom Jesus do Sul - PR no ato da convocação;

s) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;

t) Conta bancária;

u) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar;

v) CNH na categoria “C” para operador de máquinas e CNH na Categoria “D” para Motorista de Veículos;

x) Declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;

y) Carteira de Trabalho onde consta o número, a série e a qualificação da mesma.

z) Declarar expressamente que não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou de regime geral de previdência social relativo a emprego público, de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art.37 da Constituição Federal.

OBSERVAÇÕES:

a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.

b) Além dos documentos listados acima, o município de Bom Jesus do Sul - PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1392BA26

ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

EDITAL Nº 001/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, **HELIO JOSE SURDI,** no uso de suas atribuições legais;

TORNA PÚBLICO o Edital de Abertura nº 001/2026**,** referente à realização de **Concurso Público do Município de Bom Jesus do Sul - PR** e à abertura de inscrições destinadas ao provimento de diversos cargos vagos e que vierem a vagar ou tiverem suas vagas ampliadas durante o prazo de validade do Concurso, de acordo com o número de vagas e demais especificações constantes do Edital.

ANEXO I – QUADROS DE CARGOS E VAGAS

QUADRO 1 – CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO	Ensino fundamental completo	40h	R$ 1.785,73	05	R$ 50,00	PO	MANHÃ
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO	Ensino fundamental completo	40h	R$ 1.785,73	02	R$ 50,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00).

QUADRO 2 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino médio completo	40h	R$ 3.151,29	01	R$ 70,00	PO	MANHÃ
MOTORISTA DE VEÍCULO	Ensino médio completo e Habilitação categoria "D"	40h	R$ 2.527,50	01	R$ 70,00	PO + PP	TARDE
OPERADOR DE MÁQUINAS	Ensino médio completo e Habilitação categoria "C"	40h	R$ 2.953,68	01	R$ 70,00	PO + PP	MANHÃ
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ensino médio completo e curso profissionalizante	40h	R$ 3.068,88*	01	R$ 70,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova Prática (PP):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00).

*poderá receber a insalubridade conforme Lei Municipal nº 3/1997

QUADRO 3 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial	Vagas	Valor de Inscrição	Tipo de Prova	Período Prova
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO	Curso superior completo em pedagogia ou normal	40h	R$ 3.151,29	01	R$ 100,00	PO + PR + AT	TARDE

INFANTIL	superior						
ENFERMEIRO	Curso superior específico na área e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43*	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
ENGENHEIRO CIVIL	Curso superior específico na área e registro no órgão da classe	40h	R$ 6.187,98	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
FONOAUDIÓLOGO	Graduação em Fonoaudiologia e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ
MÉDICO DA FAMÍLIA	Curso superior específico (Clínico Geral) e registro no órgão da classe	40h	R$ 16.806,87**	02	R$ 100,00	PO	MANHÃ
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Formação em ensino de graduação plena em Letras e Inglês	40h	R$ 4.282,49***	01	R$ 100,00	PO + PR + AT	MANHÃ
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Graduação Terapia Ocupacional e registro no órgão da classe	40h	R$ 5.393,43	01	R$ 100,00	PO	MANHÃ

Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova de Redação (PR):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Prova de Redação (PR):** classificatória e eliminatória (nota mínima 50,00); **Avaliação de Títulos (AT):** classificatória.

*poderá receber a insalubridade conforme Lei Municipal nº 3/1997.

**limitado ao teto.

***poderá receber complementação de acordo com Lei Municipal nº 1.150/2025.

Período de inscrições no sistema da UNIOESTE.	**13/02 a 12/03/2026**

As inscrições devem ser realizadas exclusivamente através do *site* oficial da UNIOESTE/COGEPS (https://concursos.unioeste.br/), mediante o preenchimento *online* de formulário próprio.

O edital de abertura completo e seus respectivos anexos encontram-se publicado no endereço eletrônico www.bomjesusdosul.pr.gov.br, murais da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul e na página www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul - PR, 06 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E49F33D2

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 217-2025

DECRETO Nº 217-2025 em 31 de dezembro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais):

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

18002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

28 - Encargos Especiais

846 - Outros Encargos Especiais

4 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.5 - DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES DE VALORES

51 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas

1000 - Recursos Ordinarios

R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1000 - Recursos Ordinarios	R$ 25.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de dezembro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br				**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias			1720-5460-523	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 217-2025 de 31/12/2025					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade orçamentária: 18002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS					
Função: 28 - Encargos Especiais					
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais					
Programa: 4 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Ação: 2.5 - DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES DE VALORES					
Despesa 51 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/12/2025	2061809	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	25.000,00	
		Excesso de arrecadação f1000			
			Total da despesa:	25.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	25.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	25.000,00	0,00
			Total do fundamento:	25.000,00	0,00
			Total geral	25.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FFBFCAA9

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 1-2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL1/2026

b) Modalidade: Inexigibilidade

c) Data de homologação: 05/02/2026

d) Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de uso, implementação, customização, treinamento, suporte técnico e manutenção continuada do software SuperCota, solução tecnológica integrada que utiliza inteligência artificial para automação da fase interna dos processos licitatórios.

e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7480 - GOT SOLUCOES LTDA (59.456.359/0001-10)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	32827 - Licenciamento anual do software SuperCota em modelo SaaS, pelo período de 12 meses, incluindo acesso irrestrito a todas as funcionalidades, suporte técnico especializado em dias úteis, manutenção evolutiva e atualizações do sistema, correção de bugs, adequações legais e armazenamento ilimitado de dados na plataforma em nuvem.	MES		12	2.974,22	35.690,64
2	32828 - Implantação, treinamento e personalização do sistema, incluindo configuração inicial conforme especificidades do órgão, parametrização de campos e módulos, cadastramento inicial de usuários, configuração de perfis de acesso, adequação de modelos de documentos, customização de identidade visual, migração de dados históricos quando aplicável e tecnicamente viável, treinamento presencial ou remoto para até 10 servidores usuários com carga horária mínima de 8 horas, fornecimento de material didático em formato digital, manuais de usuário e guias de referência rápida, tutoriais em vídeo e acompanhamento inicial de 30 dias após conclusão do treinamento	UN		1	14.000,00	14.000,00
Total (R$):						49.690,64

Bom Jesus do Sul-PR, 05/02/2026.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5EAB11CC

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 2-2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL2/2026

b) Modalidade: Inexigibilidade

c) Data de homologação: 05/02/2026

d) Objeto da licitação: Aquisição de equipamentos de videomonitoramento, novos e de primeiro uso, destinados a ampliação e modernização do sistema de monitoramento do Município de Bom Jesus do Sul.

e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7482 - METODO SYSTEM COMERCIO E SERVICOS LTDA (07.346.478/0001-17)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	32829 - Câmera Bullet com LPR - Hikvision Modelo: iDS-TCM403- BI/0832 + FC4805PN + Cartão SD 128Gb Classe 10.	UN		7	2.319,19	16.234,33
2	32830 - Frete	UN		1	400,00	400,00
3	32831 - DIFAL	UN		1	162,24	162,24
Total (R$):						16.796,57

Bom Jesus do Sul-PR, 05/02/2026.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7287FCB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 116/2025

Decreto n° 116/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 896/2024 de 01/01/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$513.162,18 (quinhentos e treze mil e cento e sessenta e dois reais e dezoito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.003		ASSESSORIA JURÍDICA	
02.003.04.121.0002.2.004		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURIDICA	
42 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2,00
43 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	750,94
02.006		JUNTA DE SERVIÇO MILITAR	
02.006.04.122.0002.2.007		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR	
77 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	507,19
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.017		IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
187 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	119.700,04
188 - 3.1.90.13.00.00	1104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.451,64
05.002.12.365.0018.2.016		IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
233 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.267,22
234 - 3.1.90.13.00.00	1104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	385,86
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.028		AÇÕES EM ATENÇÃO BÁSICA DE SAUDE	
281 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	191.378,52
282 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	24.247,45
06.001.10.302.0031.2.030		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
302 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	26.041,84
06.003		DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
06.003.10.301.0030.2.029		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
321 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.962,34
322 - 3.1.90.13.00.00	1303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.108,16
07		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002.18.541.0009.2.082		GESTÃO DAS POLITICAS PUBLICAS DE MEIO AMBIENTE	
376 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	630,00
08		SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	
08.004		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
08.004.26.782.0007.2.047		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
470 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.172,25
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
10.001.08.122.0008.2.052		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	
Suplementação			
500 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	267,60
10.004		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.004.08.244.0008.2.058		GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	
580 - 3.1.90.11.00.00	1940	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.986,00
581 - 3.1.90.13.00.00	1940	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	644,82
10.004.08.244.0016.2.075		ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPL	
612 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.089,06
11		SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
11.002		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
11.002.27.812.0020.2.068		ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESPORTE E LAZER MUNICIPAL	
697 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	569,25
Total Suplementação:			513.162,18

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002		ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	
4 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	4.354,60
8 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.178,85
9 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	890,31
02.002		CHEFIA DE GABINETE	
02.002.04.122.0002.2.003		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CHEFIA DE GABINETE	
11 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.284,09
12 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	611,48
15 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.005,70
02.002.04.122.0002.2.089		Departamento de Compras	
38 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.919,87

02.004		CONTROLADORIA GERAL	
02.004.04.122.0002.2.005		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL	
58 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.063,42
02.006		JUNTA DE SERVIÇO MILITAR	
02.006.04.122.0002.2.007		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR	
82 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.775,53
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
03.001.04.122.0002.2.008		MANUTENÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO	
96 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.283,02
03.002		DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS	
03.002.04.121.0002.2.009		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
107 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.591,01
115 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	736,94
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
Redução			
04.001.04.123.0002.2.011		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO E FINANÇAS	
120 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.913,77
04.002		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
04.002.04.123.0005.2.013		MANUTENÇÃO DIVISÃO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA	
137 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.471,95
04.002.28.846.0004.2.015		EMPRESTIMOS E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA	
147 - 3.2.90.21.00.00	1000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	3.047,33
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.017		IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
187 - 3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.460,96
191 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	12.535,01
05.003		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
05.003.13.392.0013.2.024		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
262 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.850,00
263 - 3.3.90.31.00.00	1000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.000,00
265 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.574,00
270 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.444,26
271 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.383,00
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.026		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
277 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	24.257,27
280 - 3.3.90.40.00.00	1303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.964,66
06.001.10.301.0029.2.028		AÇÕES EM ATENÇÃO BÁSICA DE SAUDE	
294 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.103,76
06.001.10.302.0031.2.030		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
304 - 4.4.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	21.439,00
06.002		DEPARTAMENTO DE SAUDE	
06.002.04.122.0002.2.025		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABONETE DA SECRETARIA DE SAUDE	
309 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	18.706,10
310 - 3.3.90.33.00.00	1303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.147,00
311 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.925,00
315 - 4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.956,00
06.003		DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
06.003.10.301.0030.2.029		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
323 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.956,00
324 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	11.521,40
325 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
330 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.383,00
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.304.0032.2.031		AÇÕES DE VIGILANCIA SANITARIA, AMBIENTAL E SAUDE DO TRABALHADOR	
336 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.866,00
337 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.911,00
Redução			
338 - 3.3.90.40.00.00	1303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	11.222,00
340 - 3.3.90.47.00.00	1303	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.861,39
341 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
06.004.10.305.0032.2.032		AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
346 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	17.402,89
348 - 3.3.90.36.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.911,00
349 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.122,00
351 - 3.3.90.47.00.00	1303	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.383,00
07		SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002.18.542.0024.2.048		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DE RESÍDUOS E COLETA SELETIVA	
381 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.483,21
07.002.20.606.0012.2.038		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
388 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.990,17
389 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.097,34
07.002.20.606.0012.2.039		POLITICAS DE INCENTIVOS A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL	
395 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.065,44
396 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.145,69
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.004		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.004.08.244.0014.2.070		MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS	
607 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.966,76
Total Redução:			513.162,18

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 16 de Dezembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI

Prefeito

Publicado por:
Lilian Rigamonti
Código Identificador:96CE09FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 155/2025 DISPENSA 057/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 155/2025

Nº Licitação: 057/2025

Modalidade: Dispensa Eletrônica

Objeto: Aquisição de materiais visitas domiciliares dos Técnicos em ACS.

Fornecedor: D M R BICAS

CNPJ: 41.141.952/0001-02

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Aparelho Medidor De Pressão De Braço Digital Elétrico Medidor de pressão digital para uso doméstico, com braçadeira para circunferência de braço aproximada de 22 a 43 cm acompanha estojo de nylon, fonte adaptador bivolt e pilhas AA ou AAA para uso portátil inclui manual de instruções em português e vem na caixa original do produto Marcas de referência: GTECH ±OMRON - TECHLINE	G-TECH	UNID	25	154,99	3.874,75

Fornecedor: 60.424.559 ANA LUISA FARIAS

CNPJ: 60.424.559/0001-70

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
2	1	Medidor de Glicemia OKmeter II	Cnf edital	UNID	25	159,85	3.996,25

		Baterias 3v Manual do usuário em Português Garantia de fábrica: 12 meses DESCRIÇÃO TÉCNICA: Volume de Sangue necessário para o teste: 0.7Ul. Tempo para Resultado do teste: 5 segundos. Faixa de medição: 5 ~700 mg/dL. Tipo de amostra: Sangue total arterial, capilar e venoso. Método de ensaio: Biossensor Eletroquímico ± Amperométrico. Intervalo de hematócrito: 20 - 60%. Tipo de enzima: Glicose Oxidase. Cálculo médio dos resultados: Últimos 7, 14 e 28 dias. Bateria: Duas baterias - (3 volts). Duração da bateria: 1.000 testes. Desligamento automático: em 3 minutos sem ação. Dimensões do medidor: 100 mm (L) x 63 mm (W) x 23 mm (H). Peso do medidor: Aproximadamente 76 g (com bateria). Condição de armazenamento do Medidor: -20 ºC~50 ºC, umidade relativa do ar abaixo de 90%. Condição de armazenamento das tiras de teste: entre 04ºC ~ 40ºC e umidade relativa do ar abaixo de 85%. Conservar em local seco e longe da incidência luz de solar.					

Total Homologado do Processo: R$ 7.871,00 (sete mil, oitocentos e setenta e um reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Manutenção do Centro de Saúde

05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.30 Fonte 335 – Red. 148

05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.30 Fonte 494 – Red. 148

05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.30 Fonte 495 – Red. 148

Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS

05.013.10.301.0012.2026 – 3.3.90.30 Fonte 494 – Red. 174

05.013.10.301.0012.2026 – 3.3.90.30 Fonte 303 – Red. 174

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:0A5D9C0B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA 004/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 012/2026

Nº Licitação: 04/2026

Modalidade: Dispensa

Objeto: Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025, para aquisição de AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA – Marca CATERPILLAR – modelo 140GC – no valor de R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais), por meio do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU.

Fornecedor : PARANA EQUIPAMENTOS S A

CNPJ: 76.527.951/0012-38

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**R$ Unitário**	**R$ Total**	**Marca**
01	01	Unid	MOTONIVELADORA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MINIMAS: NOVO (ZERO HORA); NA COR PREDOMINANTE AMARELA; ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2025 OU SUPERIOR; PESO OPERACIONAL IGUAL OU MAIOR A 17.150 KG; MOTOR A DIESEL, DA MESMA MARCA DO FABRICANTE OU GRUPO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, DE NO MÍNIMO 6 CILINDROS; DE POTÊNCIA BRUTA MÁXIMA IGUAL OU SUPERIOR A 170 HP; ASPIRAÇÃO: TURBOALIMENTADO, NÍVEL DE EMISSÃO DE POLUENTES CONFORME A NORMA VIGENTE, CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 240 LITROS; TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO 6 MARCHAS À FRENTE E 3 MARCHAS À RÉ, LÂMINA COM CONTROLE HIDRÁULICO DE DESLOCAMENTO ANGULAR E LATERAL, PNEUS NOVOS CONDIZENTES COM AS DIMENSÕES DO EQUIPAMENTO E ESPECIFICAÇÕES/CATÁLOGO DO MODELO, ALARME SONORO DE DESLOCAMENTO A RÉ, CABINE FECHADA DE FÁBRICA COM ARCONDICIONADO ORIGINAL E PROTEÇÕES DE TIPO ROPS/FOPS, ASSENTO DO OPERADOR ERGONÔMICO, AJUSTÁVEL, COM APOIO PARA OS BRAÇOS E CINTO DE SEGURANÇA, COM ESCARIFICADOR TRASEIRO E CONTRAPESO DIANTEIRO, COMPRIMENTO TOTAL IGUAL OU MAIOR A 8.500 MM, LARGURA, MEDIDA EXTERNAMENTE AO PNEU, IGUAL OU MAIOR A 2.400 MM, ALTURA, ATÉ O TOPO DA CABINE, IGUAL OU MAIOR A 3000 MM, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE, CONFORME CATÁLOGO COMERCIAL DO PRODUTO E COM TODOS OS DEMAIS EQUIPAMENTOS E ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO, garantia de no mínimo 12 (doze) meses.	1.093.000,00	1.093.000,00	CATERPILLAR
TOTAL:					**R$1.093.000,00**	

Valor Total do Pregão: R$ 1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais)

Total Homologado do Processo: R$1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais)

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA

09.001.20.608.0026.2060 - 4.4.90.52.00.00 - Fonte 884 – Red. 542

09.001.20.608.0026.2060 - 4.4.90.52.00.00 - Fonte 1000 – Red. 542

VALOR TOTAL: R$ 1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais)

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:9FDC8CDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA 005/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 013/2026

Nº Licitação: 05/2026

Modalidade: Dispensa

Objeto: Aquisição de Mochilas para as Equipes ESF.

Fornecedor : LEATHER CALIFÓRNIA BAG

CNPJ: 40.195.441/0001-00

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	60	Unid	Mochila em couro para Notebook - Mochila de couro resistente e confortável, com case para notebook até 15,6 polegadas. Medidas aproximadas; Altura 45 cm, Largura 32 cm e profundidade 15 cm, na cor Preta. As bolsas devem vir embaladas individualmente em sacos de TNT com gramatura mínima de 40 gramas, na cor branca e fechamento com cordão. COMPOSIÇÃO: * Couro Vacum, floater. * Tecido para revestimento interno jacquard 100% poliéster na cor Preta.	299,00	17.940,00

			* Ziper N°6 de nylon na cor preto com cursor niquel, de qualidade, alta durabilidade e deslizamento suave. * Costuras reforçadas e costuras triplas nas alças. * Alças anatômicas que se encaixa aos ombros, regulagem de tamanho e trava segura. * Costas e alças estofadas. COMPARTIMENTOS INTERNOS: * Bolso acolchoado para notebooks com medidas aproximadas de: 38 cm x 27 cm x 2,5 cm. * Bolso com zíper na cor preta (ideal para carteiras, cartões e outros pequenos itens de valor). * Porta cartão e 4 porta canetas. COMPARTIMENTOS EXTERNOS: * Bolso frontal médio com ziper na cor preta, medidas aproximadas de 25 cm x 32 cm. * Bolso frontal grande com ziper na cor preta, com medidas aproximadas de 33 cm altura, 32 cm de largura e 3 cm de profundidade. *Etiqueta metálica externa nas medidas 3 cm x 3 cm, com 3 mm de espessura, gravada a sigla ESF/Califórnia. Etiqueta deve ser fixada na frente, parte inferior direita na mochila. *Todos os ziperes deve ter puxadores metálicos entre 3 cm e 4 cm de comprimentos.		
TOTAL:					**17.940,00**

Valor Total do Pregão: R$ 17.940,00 (dezessete mil, novecentos e quarenta reais).

Total Homologado do Processo: R$ 17.940,00 (dezessete mil, novecentos e quarenta reais

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

MANUTENCAO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS

05.001.10.301.0007.2026 - 3.3.90.30.00.00 - Fonte 303 – Red.

198 05.001.10.301.0007.2026 - 3.3.90.30.00.00 - Fonte 494 – Red. 198

MANUTENCAO DO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE E DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 05.001.10.305.0008.2027 - 3.3.90.30.00.00 - Fonte 492 – Red. 230

VALOR TOTAL: R$ 17.940,00 (dezessete mil, novecentos e quarenta reais).

Califórnia, 05 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:AC512D45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITAMENTO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024

Processo nº	ARP nº	Nº Termo Aditivo	Objeto	Detentora	Valor do Aditivo	Data da Assinatura	Dotação Orçamentária
Pregão Eletrônico nº 50/2024	26/2024	1ª	- Prorrogação por 12 meses, vigendo até 07/02/2027 - Correção pelo IPCA	CHOCONTELLI – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES LTDA, CNPJ: 03.562.593/0001-78	R$ 23.420,97	05/02/2026	05.001.12.361.0005.2-009.3.3.90.39.00.00 Fonte 00000 00102 00103 00104 00107 06.001. 08.244.0006.2020.3.3.90.39.00.00 Fonte 00000 00394

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:E32292C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2024

Processo nº	Contrato nº	Nº Termo Aditivo	Objeto	Detentora	Valor do Aditivo	Data da Assinatura	Dotação Orçamentária
Inexigibilidade de Licitação nº 02/2024	06/2024	2ª	- Prorrogação por 12 meses, vigendo até 07/02/2027 - Correção pelo IPCA	EUGENIO & MARQUES LTDA ME, CNPJ: 01.600.153/0001-32	R$ 45.904,20	05/02/2026	04.001.10.301.0004.02007.3.3.90.39.00.00 Fonte 00303 00494

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:FDD9DE33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 980/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 6.970.218,80 (Seis milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e dezoito reais e oitenta centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizado pela Lei 1388/2024.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1388/2024 de 17 de Dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 6.970.218,80 (Seis milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e dezoito reais e oitenta centavos), como segue:

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
28.843.0000.0.002 – Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna			
4.6.90.71.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0000	379.000,00
TOTAL			379.000,00

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
28.694.0000.0.001 – Contribuição ao Pasep			
3.3.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contribuitivas	0000	65.000,00
TOTAL			65.000,00

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
04.123.1002.2.003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de FAzenda			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	91.003,17
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0255	138,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0766	335.007,78
TOTAL			426.148,95

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.361.1006.2.005 – Manutenção do Programa Salário Educação			
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0107	14.000,00
TOTAL			14.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.008 – Manutenção do Programa Transporte Escolar			
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1145	18.714,00
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0104	11.900,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0104	100.000,00
TOTAL			130.614,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.010 – Manutenção das Unidades Escolares - EF			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0104	20.000,00
TOTAL			20.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.011 – Manutenção do FUNDEB			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0101	600.000,00
TOTAL			600.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.365.1006.2.014 – Manutenção da Folha de Pagamento da Educação Básica			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0103	1.600.000,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0104	986.993,72
3.3.90.49.00.00	Auxílio Transporte	0104	49.000,00
TOTAL			2.635.993,72

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.033 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0500	21.836,77
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação	0495	994,36
TOTAL			22.831,13

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.034 – Manutenção da Folha de Pagamento - SESAU			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0303	1.230.000,00
3.3.90.46.00.00	Auxílio Alimentação	0303	40.000,00
TOTAL			1.270.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.188 – Manutenção da Atenção Especializada			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0496	11.000,00
TOTAL			11.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.186 – Unidade de Pronto Atendimento			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0333	70.000,00
TOTAL			70.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.305.1038.2.036 – Manutenção do Programa MAC/CAPS			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0496	220.977,19
TOTAL			220.977,19

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.037- Manutenção das UBS			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0495	350.000,00
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	0495	95.000,00
TOTAL			445.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.038 – Manutenção da Vigilância em Saúde			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0250	200.000,00
TOTAL			200.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.1.013 – Melhoria em INfraestrutura das UBS			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	0901	169.229,36
TOTAL			169.229,36

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.086 – Manutenção do SAMU			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0336	0,02
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0337	0,20
TOTAL			0,22

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTA			
18.541.1025.2.093 – Manutenção do Sistema de Coleta de Lixo			
3.3.71.70.00.00	Rateio pela Participação	0511	116.970,46
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0511	82.812,36
TOTAL			199.782,82

ÓRGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0853	23,74
TOTAL			23,74

ÓRGÃO 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
15.452.1019.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras			
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PF	0000	1.000,00
TOTAL			1.000,00

ÓRGÃO 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
15.452.1035.2.069 – Manutenção do Sistema de Iluminação Pública			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	26.617,67
TOTAL			26.617,67

ÓRGÃO 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
04.122.1022.2.207 – Manutenção da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	10.000,00
TOTAL			10.000,00

ÓRGÃO 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAL
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAL
04.122.1038.2.048 – Manutenção Folha de Pagamento – Administração Geral

3.1.90.01.00.00	Aposentadorias do RPPS, Reserva	0000	1.000,00
3.3.90.46.00.00	Auxílio Alimentação	0000	110.000,00
TOTAL			111.000,00

ÓRGÃO 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
04.122.1002.2.049 – Manutenção da Secretaria/Correio e Detran			
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PF	0000	42.000,00
TOTAL			42.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação, no importe de 3.715.186,05 (Três milhões, setecentos e quinze mil, cento e oitenta e seis reais e cinco centavos) e a anulação parcial de dotações no valor de 3.255.032,75 (Três milhões, duzentos e cinqüenta e cinco mil, trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), conforme segue:

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
04.126.1029.1.001 – Aquisição de Equipamentos e Informática e Mobiliário			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	30.000,00
TOTAL			30.000,00

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
28.843.000.0.002 – Encargo e Amortização da Dívida Fundada Interna			
3.2.90.21.00.00	Juros sobre a dívida por Contrato	0000	50.000,00
TOTAL			50.000,00

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
19.183.1002.2.115 – Georreferenciamento/Cadastro Imobiliário			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	5.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	4.000,00
TOTAL			9.000,00

ÓRGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
04.123.1002.2.003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de FAzenda			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	30.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PF	0000	55.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	20.000,00
TOTAL			105.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.361.1006.2.004 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação			
3.3.90.46.00.00	Auxílio Alimentação	0104	395.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0104	29.000,00
TOTAL			424.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.361.1006.2.005 – Manutenção do Programa Salário Educação			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0107	14.000,00
TOTAL			14.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.368.1006.2.246 – Sala de Recursos Multifuncional			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0104	50.000,00
TOTAL			50.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.008 – Manutenção do Programa Transporte Escolar			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0104	37.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0104	11.900,00

TOTAL			48.900,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.1.002 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para Unidades Escolares			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0104	46.000,00
TOTAL			46.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.1.003 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0104	16.993,72
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0104	63.000,00
TOTAL			79.993,72

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.012 – Manutenção das Unidades Escolares - EI			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0104	49.000,00
TOTAL			49.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.365.1006.2.014 – Manutenção da Folha de Pagamento da Educação Básica			
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	0104	100.000,00
TOTAL			100.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.368.1006.2.057 – Implantação e Manutenção de Período Integral			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0104	18.000,00
TOTAL			18.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.365.1006.2.058 – Implantação e Manutenção de Período Integral			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0104	22.000,00
TOTAL			22.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1029.2.059 – Inclusão Digital – Ensino Fundamental			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0104	330.000,00
TOTAL			330.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.033 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde			
3.3.90.14.00.00	Diárias Civil	0495	994,36
TOTAL			994,36

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.037- Manutenção das UBS			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0303	40.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0303	1.100.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0495	25.000,00
TOTAL			1.165.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.186 – Unidade de Pronto Atendimento			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0333	70.000,00
TOTAL			70.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.086 – Manutenção do SAMU			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0303	130.000,00
TOTAL			130.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.188 – Manutenção da Atenção Especializada			
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	0496	11.000,00
TOTAL			11.000,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTA			
18.541.1025.2.093 – Manutenção do Sistema de Coleta de Lixo			
3.3.71.70.00.00	Rateio pela Participação em consórcios	0511	1.527,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0511	50.000,00
TOTAL			51.527,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTA			
15.451.1030.2.120 – Operação de Crédito Finisa			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	0000	100.000,00
4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	0000	100.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	70.000,00
TOTAL			270.000,00

ÓRGÃO 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
15.452.1019.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	1.000,00
TOTAL			1.000,00

ÓRGÃO 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
15.452.1035.2.069 – Manutenção do Sistema de Iluminação Pública			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	26.617,67
TOTAL			26.617,67

ÓRGÃO 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
04.122.1022.2.207 – Manutenção da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	10.000,00
TOTAL			10.000,00

ÓRGÃO 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAL			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAL			
04.122.1038.2.048 – Manutenção Folha de Pagamento – Administração Geral			
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0000	111.000,00
TOTAL			111.000,00

ÓRGÃO 15 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
04.121.1029.1.017 – Estruturação da Rede de Informática			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	32.000,00
TOTAL			32.000,00

RESUMO

FONTE DE RECURSO	CRÉDITO ADICIONAL	ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	SUPERÁVIT
000	**715.620,84**	**644.617,67**	**71.003,17**	**0,00**
101	**2.000.000,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
104	**1.167.893,72**	**1.167.893,72**	**0,00**	**0,00**
107	**14.000,00**	**14.000,00**	**0,00**	**0,00**
255	**138,00**	**0,00**	**138,00**	**0,00**
303	**1.270.000,00**	**1.270.000,00**	**0,00**	**0,00**
333	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**

336	**0,02**	**0,00**	**0,02**	**0,00**
337	**0,20**	**0,00**	**0,20**	**0,00**
495	**555.994,36**	**25.994,36**	**530.000,00**	**0,00**
496	**231.977,19**	**11.000,00**	**220.977,19**	**0,00**
497	**200.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**0,00**
500	**21.836,77**	**0,00**	**21.836,77**	**0,00**
511	**199.782,82**	**51.527,00**	**148.255,82**	**0,00**
766	**335.007,78**	**0,00**	**335.007,78**	**0,00**
853	**23,74**	**0,00**	**23,74**	**0,00**
901	**169.229,36**	**0,00**	**169.229,36**	**0,00**
1145	**18.714,00**	**0,00**	**18.714,00**	**0,00**
TOTAL	**6.970.218,80**	**6.970.218,80**	**3.715.186,05**	**0,00**

Art. 3º- Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar indicando como recurso o superávit financeiro e o excesso de arrecadação, sem contar para o limite de 25% estipulado no artigo 8.º da Lei 1388/2024 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 02 de dezembro de 2025.

RILTON BOZA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:96A38AAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 172/2026 DATA: 05/02/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 no valor de **R$ 295.251,39** (duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e cinqüenta e um reais e trinta e nove centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.818 de 23 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 295.251,39** *(duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e cinqüenta e um reais e trinta e nove centavos)* nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
520	00000-Recursos Ordinários (Livre)	200.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	

06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.361.0005.2014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1095	00160-FNDE - FUNDEB - Complementação - ETI 70%	38.624,22
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1125	00160-FNDE - FUNDEB - Complementação - ETI 70%	6.553,33
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1220	00000-Recursos Ordinários (Livre)	18.079,17
1240	00139-Outras Transferências de Recursos do FNDE	6.689,38
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1260	00000-Recursos Ordinários (Livre)	8.386,90
12.361.0005.2013	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. PEDAGÓGICA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1060	00105-Alienação de Ativos - Educação	634,48
12.361.0005.2014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1300	00157-FNDE - FUNDEB - Complementação - VAAR	422,78
	SUBTOTAL	79.390,26
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
10.301.0007.2023	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
2000	00000-Recursos Ordinários (Livre)	3.542,38
	SUBTOTAL	3.542,38
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.003	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMAS)	
08.122.0006.2040	GESTÃO ADM. DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
3010	00000-Recursos Ordinários (Livre)	3.784,82
	SUBTOTAL	3.784,82
10	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
26.782.0003.2054	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
3780	00000-Recursos Ordinários (Livre)	8.533,93
	SUBTOTAL	8.533,93
	TOTAL	**295.251,39**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	207.327,20
00105	Alienação de Ativos - Educação	634,48
00139	Outras Transferências de Recursos do FNDE	6.689,38
00157	FNDE - FUNDEB - Complementação - VAAR	422,78
	TOTAL	**215.073,84**

II - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.2.1.01.1.1.01.19	REMUNERAÇÃO DB - CEF - MOVIMENTO LIVRE - 000	35.000,00
1.7.1.5.53.0.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	45.177,55
	TOTAL	**80.177,55**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 05 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:302F287C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESCALA CONSELHO TUTELAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESCALA CONSELHO TUTELAR

De acordo com as Leis Municipais nº 1.414/2017 e nº 1.509/2019 o CMDCA, de Candói-PR, torna pública as escalas de sobreavisos e de folgas semanais, bem como dos sobreavisos em finais de semana das Conselheiras Tutelares de Candói-PR, referente ao mês de fevereiro de 2026:

Segunda-feira	*Terça-feira*	*Quarta-feira*	*Quinta-feira*	*Sexta-feira*	*Sábado*	*Domingo*
					31, 01	
02 **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Karina Maria Orzechowski	**03** **Sobreaviso:** Mari Terezinha Zviegicoski Denise Raquel de Fatima Franco	**04** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**05** **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**06** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Denise Raquel de Fatima Franco	**07, 08** **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	
Folga: Denise Raquel de Fatima Franco	**Folga:** Karina Maria Orzechowski	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Aurora da Silva Gomes	**Folga:** Janaina Inacio Oliveira da Fonseca		
09 **Sobreaviso:** Mari Terezinha Zviegicoski Denise Raquel de Fatima Franco	**10** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**11** **Sobreaviso:** Karina M. Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**12** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Denise Raquel de Fatima Franco	**13** **Sobreaviso:** Karina M. Orzechowski Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**14, 15** **Sobreaviso:** Mari Terezinha Zviegicoski Denise Raquel de Fatima Franco	
Folga: Karina Orzechowski	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Aurora da Silva Gomes	**Folga:** Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**Folga:** Denise Raquel de Fatima Franco		
16 **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**17** **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**18** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Denise Raquel de Fatima Franco	**19** **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**20** **Sobreaviso:** Mari Terezinha Zviegicoski Denise Raquel de Fatima Franco	**21, 22** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	
Folga: Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Aurora da Silva Gomes	**Folga:** Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**Folga:** Denise Raquel de Fatima Franco	**Folga:** Karina Orzechowski		
23 **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**24** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Denise Raquel de Fatima Franco	**25** **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**26** **Sobreaviso:** Mari Terezinha Zviegicoski Denise Raquel de Fatima Franco	**27** **Sobreaviso:** Aurora da Silva Gomes Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**28** **Sobreaviso:** Karina Maria Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	
Folga: Aurora da Silva Gomes	**Folga:** Janaina Inacio Oliveira da Fonseca	**Folga:** Denise Raquel de Fatima Franco	**Folga:** Karina Orzechowski	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski		

· O regime de sobreaviso durante a semana inicia-se às 17h00 da referida data, com término às 08h00 do dia subsequente;

· O regime de sobreaviso nos finais de semana inicia-se às 08h00 de sábado com término às 08h00 da segunda-feira;

· Ressalta-se que no período das 12h às 13h00 o conselho estará atendendo em regime de sobreaviso, comunicado este feito ao CMDCA por meio do ofício 076/2020.

· Cada conselheira terá direito a 4 (quatro) horas de folga semanais, conforme a Resolução 07/2021.

· A escala de trabalho segue as orientações mencionadas na Resolução 07/2021.

· Este documento passa a valer a partir da data de sua assinatura.

Candói – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ELIZETE DO ROCIO BRUSTOLIM DÓI

Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rozane Hlusko
Código Identificador:769B8219

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA.

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 177/2026

2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria de Administração, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói-PR, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 expedida pela SESP/SC, e **MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.708.214/0001-31, com sede social na Avenida XV de Novembro, n° 67, Sala 3, Bairro Centro, Candói-PR, CEP: 85.140-000, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. NAIARA PACZKOWSKI MIS, brasileira, casada, inscrita no CPF n° 088.093.229-59, carteira de identidade RG nº 103087163 SSP-PR, residente e domiciliada na Área Rural Vila Nova, n° s/n, Vila Nova, Candói-PR, CEP: 85.140-000, endereço eletrônico modelocursospreparatorios@gmail.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O objeto deste termo aditivo é a correção de valor da ata de registro de preços nº 035/2025, do Pregão Eletrônico n° 099/2024 Processo Licitatório n° 4.685/2024, cujo objeto é o "Registro de preços de oficinas pedagógicas destinadas aos alunos da Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva, Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo, Escola Municipal Ormi França Araújo e Centro Municipal e Educação Infantil Professor Andrei Mugnol Ribeiro".

CLÁUSULA SEGUNDA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 106, §1º e Art. 107 do Decreto Municipal nº 296/2023, conforme previsão na cláusula segunda da Ata Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA MOTIVAÇÃO

O presente Termo Aditivo decorre da necessidade de correção de **erro material** identificado no 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 035/2025, uma vez que no momento de sua formalização, não foi observado que os valores das horas-aula já haviam sido repactuados em razão da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, devidamente registrada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº PR003002/2024.

Dessa forma, o presente aditivo tem por finalidade **corrigir os valores**, uma vez que aqueles consignados no 1º Termo Aditivo da ARP nº 035/2025 encontram-se incorretos, adequando-os aos parâmetros legais e convencionais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA

DO VALOR, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A prorrogação do valor da Ata de Registro de Preços deveria totalizar **R$ 620.188,50** (seiscentos e vinte mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). Contudo, o valor global aditivado no 1º Termo Aditivo foi de **R$ 563.461,00** (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e um reais), correspondente ao valor da hora-aula anterior à repactuação.

Diante disso, considerando que a reserva orçamentária já foi realizada com base no primeiro termo aditivo, o presente termo aditivo tem por finalidade **corrigir o valor da hora-aula e, consequentemente, o valor global**, sendo necessário o acréscimo de **R$ 56.727,50** (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), correspondente à diferença apurada.

Lote	Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço Repactuado
1	1	Oficina de Artes Cênicas (Teatro, Dança e Práticas Circenses).	H	500,00	28,70	31,74
1	2	Oficina de Leitura e Contos.	H	500,00	28,80	31,85
1	3	Oficina de Pintura e Artesanato.	H	500,00	28,80	31,85
1	4	Oficina de Iniciação Musical e Banda.	H	500,00	28,80	31,85
1	5	Oficina de Línguas Estrangeiras.	H	500,00	28,80	31,85
1	6	Oficina de Recreação, Brinquedoteca e Jogos (Jogos de Tabuleiro).	H	500,00	28,80	31,85
1	7	Oficina de Judô.	H	500,00	28,80	31,85
1	8	Oficina de Jiu-Jitsu.	H	500,00	28,80	31,85
1	9	Oficina de Esporte e Lazer (Futsal, Futebol, Basquete, Voleibol, Handebol, Ginástica e Tênis de Mesa).	H	500,00	28,80	31,85
1	10	Oficina de Promoção da Saúde.	H	500,00	28,80	31,85
1	11	Oficina de Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Financeira.	H	500,00	28,80	31,85
1	12	Oficina de Outra Categoria de Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica.	H	500,00	28,80	28,80
1	13	Oficina de Jornal Escolar (Fotografia, História Em Quadrinhos).	H	500,00	28,80	31,85
2	14	Oficina de Artes Cênicas (Teatro, Dança e Práticas Circenses).	H	450,00	29,10	32,18
2	15	Oficina de Leitura e Contos.	H	450,00	29,10	32,18
2	16	Oficina de Pintura e Artesanato.	H	450,00	29,10	32,18
2	17	Oficina de Iniciação Musical e Banda.	H	450,00	29,10	32,18
2	18	Oficina de Línguas Estrangeiras.	H	450,00	29,10	32,18
2	19	Oficina de Recreação, Brinquedoteca E Jogos (Jogos De Tabuleiros).	H	450,00	29,10	32,18
2	20	Oficina de Judô.	H	450,00	29,10	32,18
2	21	Oficina de Jiu-Jitsu.	H	450,00	29,10	32,18
2	22	Oficina de Esporte E Lazer (Futsal, Futebol, Basquete, Voleibol, Handebol, Ginástica E Tênis De Mesa).	H	450,00	29,10	32,18
2	23	Oficina de Promoção da Saúde.	H	450,00	29,10	32,18
2	24	Oficina de Educação Ambiental E Desenvolvimento Sustentável E Educação Financeira.	H	450,00	42,78	47,31
2	25	Oficina de Outra Categoria De Comunicação, Uso De Mídias E Cultura Digital E Tecnológica.	H	450,00	29,10	32,18
2	26	Oficina de Jornal Escolar (Fotografia, História Em Quadrinhos).	H	450,00	29,10	29,10
3	27	Oficina de Iniciação Musical e Banda.	H	850,00	29,10	32,18
3	28	Oficina de Artes Cênicas (Teatro, Dança e Práticas Circenses).	H	850,00	29,10	32,18
3	29	Oficina de Pintura e Artesanato	H	425,00	29,10	32,18
3	30	Oficina de Judô.	H	425,00	29,10	32,18
3	31	Oficina de Recreação, Brinquedoteca e Jogos.	H	425,00	29,10	32,18
3	32	Oficina de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Educação Financeira.	H	425,00	29,10	32,18
4	33	Oficina de Artes Cênicas (Teatro, Dança e Práticas Circenses).	H	850,00	29,10	32,18
4	34	Oficina de Iniciação Musical.	H	850,00	29,90	33,06
4	35	Oficina de Leitura E Contos.	H	850,00	29,90	33,06
4	36	Oficina de Jogos Psicomotores.	H	850,00	29,90	33,06

As despesas decorrentes deste termo aditivo, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária) de 2026, na seguinte dotação:

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)

001 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

12.361.0005.2014 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3390390000 – OUTROS SEVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

01220 – E 00000 0000/01/07/00/00 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRE)

01230 – E 00107 0107/99/01/00/00 – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

01240 – E 00139 1044/99/01/06/00 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE

01250 – E 00157 1040/02/01/00/00 – FNDE – FUNDEB – COMPLEMENTAÇÃO - VAAR

CLÁUSULA SEXTA

DA PUBLICAÇÃO

O contratante providenciará a publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:413C44A8

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E QUATI E PEDROSO SOLUÇÕES (SLU) LTDA.

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 407/2026

3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E QUATI E PEDROSO SOLUÇÕES (SLU) LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria de Administração, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói - PR, CEP 85.140- 000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói - PR, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 expedida pela SESP/SC, e **QUATI E PEDROSO SOLUÇÕES (SLU) LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 58.542.029/0001-85, com sede social na Estrada Assentamento matas do cavernoso, n° 01, Bairro três Palmeiras, Candói-PR, CEP: 85.140-000, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. PAULO PEDROSO DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n° 050.297.119-37, residente e domiciliado na Estrada Assentamento Matas do Cavernoso, n° 01, Bairro Três Palmeiras, Candói-PR, CEP: 85.140-000, endereço

eletrônico terceirizacaoquati@gmail.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui objeto deste termo aditivo a prorrogação de prazo do Contrato nº 017/2025, decorrente da Ata Registro de Preços n° 029/2025 do Pregão Eletrônico n° 90095/2024 e do processo licitatório nº 4.308/2024. Objeto "Fretamento de veículos destinados ao transporte rodoviário escolar municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 125 da Lei Federal 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA

DA MOTIVAÇÃO

O presente termo aditivo deu-se início a partir do memorando n° 2.799/2025 encaminhado pela Secretária de Educação, o qual esse consta anexo aos autos do Processo Administrativo nº 407/2026.

CLÁUSULA QUARTA

DOS PRAZOS

Conforme previsto em contrato e solicitação da Secretária de Educação o qual consta no Autos do Processo Administrativo, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato constante da cláusula 2.1, por um período de mais 12 (doze) meses.

- Fim da vigencia e execução: **11 de fevereiro de 2027.**

CLÁUSULA QUINTA

DO VALOR, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prorroga-se o valor global do contrato em **R$ 591.789,65** (quinhentos e noventa e um reais, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

O valor diário foi reajustado conforme previsto no edital, utilizando-se o índice INPC como parâmetro de correção, resultando em um reajuste de 3,90**%.**

Segue os itens:

Lote	Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
2	3	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 31 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Cavernoso III x Sede. Período: Matutino. Itinerário: Saída do Agostinho Padilha, Odilon de Quadros, Bananeira, Luiz Lopes, Varso, Assentamento Oito de Outubro, Teófilo Kawasnei, Fazenda São Rafael, Três Palmeiras, Corvo Branco até o Colégio Estadual Santa Clara, Escola Municipal Ormi França Araújo, Centro Municipal de Educação Infantil Maria Irene Araújo e Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 80 km	DIA	215,00	539,49	115.990,35
2	4	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 31 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Rio Bonito x Sede. Período: Noturno. Itinerário: Saindo da comunidade Rio Bonito, Fazenda Lineu Martins, Assentamento Oito de Outubro, Três Palmeiras, Assentamento Matas do Cavernoso, Fazenda Mercosul, Petel, Jorge, Valdecir Motta, Xaropinho, Jesus, Corvo Branco até o Colégio Estadual Santa Clara e CEEBJA. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 100 km	DIA	215,00	638,97	137.378,55
-	18	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 42 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Capão Alto x Lagoa Seca. Período: Integral. Itinerário: Saída da Fazenda Capão Alto, Fazenda Rodeio, Fazenda Santa Maria, Japonês, Lincon, BR 277, Fazenda Limoeiro, Agenor, Mariazinha, Alemão, Fazenda Guinter, Marcos Almeida, BR 277 até a Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo e Colégio Estadual do Campo de Lagoa Seca. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 95 km	DIA	215,00	638,97	137.378,55
-	19	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 31 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Fazenda Curucaca x Lagoa Seca. Período: Integral. Itinerário: Saída da Fazenda Curucaca, Fazenda Modelo, Fazenda Moacir Maicon, Fazenda Campo Real, Fazenda Alegria, Fazenda Marieda, BR 277 até a Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo e Colégio Estadual do Campo de Lagoa Seca. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 115 km	DIA	215,00	935,08	201.042,20

As despesas das parcelas vincendas em 2026 serão pagas com os créditos orçamentários da dotação relacionada a seguir consignadas na LOA (Lei Orçamentária Anual) conforme classificação abaixo.

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)

002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR

12.782.0005.2019 - MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR

01530 00000 E 06.002.12.782.0005.2019 - 3390330000

CLÁUSULA SEXTA

DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:5E41BC01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 16/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025** – **LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2025, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor
02.07.12.361.1400.3.003	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2107	R$ 103.689,02
02.13.08.245.1200.2.087	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	R$ 10.000,00
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21107	R$ 6.990,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 05 de Fevereiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:7804BDEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2° RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1687, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025 RETIFICA A PORTARIA Nº 1687, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE CONCEDE FÉRIAS DE ACORDO COM OS PERÍODOS AQUISITIVOS, CONFORME O ARTIGO 110 DA LEI 03/2002, DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA

2° RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1687, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Retifica a portaria Nº 1687, de 18 de dezembro de 2025, que concede férias de acordo com os períodos aquisitivos, conforme o artigo 110 da Lei 03/2002, dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Onde se lê:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	QUANTOS DIAS
ADIRLEI TIBLIER MACHADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025	30
ADRIANA BESTEL TEILO	PROFESSOR EFETIVO	12/02/2017 a 11/02/2018	30
ADRIANE DE FATIMA ALE	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2025 a 01/01/2026	30
ADRIANE DO CARMO LOURENÇO	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
ADRIANE DOS SANTOS	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
ADULTI PLATNER BITENCOURT	AGENTE ADMINISTRATIVO	20/03/2024 a 19/03/2025 20/03/2025 a 19/03/2026	30
ALESANDRA DE SOUZA	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
ANADIR DE JESUS DOS SANTOS LINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/03/2024 a 22/03/2025 23/03/2025 a 22/03/2026	27
ANDREIA CRISTIANE COUTINHO	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2025 a 31/03/2026	22
ANDREIA FALAVIGNA DE OLIVEIRA	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2025 a 18/04/2026	22
ANTONIO ALCEU MARIANO	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024 11/03/2024 a 10/03/2025	30
ARIETE DO CARMO PORFIRIO	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2024 a 01/01/2025	30
ARLINDA MARA MARCHE DOS SANTOS	PROFESSOR EFETIVO	01/01/2025 a 31/12/2025	30
CARLOS EVANDRO BRUNO	ADMINISTRADOR DE EMPRESA	04/07/2024 a 03/07/2025	30
CELIA DA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR EFETIVO	12/06/2024 a 11/06/2025	30
CIBELE MORAES BODI	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
CLAUDETE DE JESUS FARIAS	PROFESSOR EFETIVO	04/06/2024 a 03/06/2025 04/06/2025 a 03/06/2026	30
CLAUDIA BATISTA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/04/2024 a 12/04/2025 13/04/2025 a 12/04/2026	25
CLAUDINEIA DO CARMO ROSNER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025 16/03/2025 a 15/03/2026	30

CRISTIANE CARDOSO DE MATOS DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/03/2024 a 22/03/2025 23/03/2025 a 22/03/2026	30
DOGLACI DE MOURA E COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
DUCIMARA TABORDA PRESTES	AGENTE ADMINISTRATIVO	12/01/2025 a 11/01/2026	30
EDICLEIA DE MATOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2023 a 21/03/2024	30
EDIMARA APARECIDA MATIAS	PROFESSOR EFETIVO	26/04/2024 a 25/04/2025 26/04/2025 a 25/04/2026	30
EDIMARA CASTRO MOTIM	PROFESSOR EFETIVO	07/02/2024 a 06/02/2025 07/02/2025 a 06/02/2026	30
EDINEIA DE JESUS DO ESPIRITO SANTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025 16/03/2025 a 15/03/2026	30
EDIVALDO DE ASSUNÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025	30
EDNA MARI LEONARDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2025 a 14/03/2025	30
EGON EDUARDO DA SILVA GODOY	AGENTE ADMINISTRATIVO	14/03/2023 a 13/03/2024	30
ELIANE DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
ELIANE MARA LEONARDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09/05/2024 a 08/05/2025 09/05/2025 a 08/05/2026	30
ELIANE SCHNEIDER	PROFESSOR EFETIVO	24/02/2024 a 23/02/2025 24/02/2025 a 23/02/2026	30
ELIZIANE DE FATIMA COUTINHO OSTEN	PROFESSOR EFETIVO	03/07/2024 a 02/07/2025	30
ELVIO ROSNER MARCHE	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/01/2025 a 05/01/2026	30
EUDETE VAZ DO NASCIMENTO	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024	30
EVELLYN THAIS PEREIRA	PSICÓLOGO	16/04/2024 a 15/04/2025 16/04/2025 a 15/04/2026	30
EZEQUIEL BONETE	OPERARIO	02/01/2025 a 01/01/2026	30
EZILDA DE BOMFIM BODI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2024 a 14/03/2025 15/03/2025 a 14/03/2026	30
FABIELI MANGGER	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025	30
FERNANDA CHANDELIER LAIO JAQUETTI	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
FRANCINE DO ROCIO MEIRA CIOLA	FISIOTERAPEUTA	04/05/2017 a 03/05/2018	30
GENILDA DA LUZ DE PONTES	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
GISELMA MANGGER BONFIM	PROFESSOR EFETIVO	19/05/2023 a 18/05/2024 19/05/2024 a 18/05/2025	30
HILDA HARPS ALPS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/05/2024 a 18/05/2025 19/05/2025 a 18/05/2026	30
IBIRACY CORDEIRO DE MATTOS	INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FISICA	15/03/2025 a 14/03/2025	30
IVANI BARBOSA BESTEL	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025	30
IVETE DA APARECIDA DOS SANTOS PEDROSO	PROFESSOR EFETIVO	03/07/2023 a 02/07/2024 03/07/2024 a 02/07/2025	30
IVONETE DE BOMFIM ROSNER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2025 a 21/03/2026	25
IZABEL DA SILVA GODOY	PROFESSOR EFETIVO	26/03/2024 a 25/03/2025	30
JAIRO TIBLIER	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
JAMER LENON PLATNER	MOTORISTA	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
JANETE DE CASTRO MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/03/2024 a 20/03/2025 21/03/2025 a 20/03/2026	30
JOÃO WALDEMAR ROSNER NETO	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2024 a 10/03/2025 11/03/2025 a 10/03/2026	30
JOSE DE CASTRO	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2024 a 31/03/2025	30
JOSEANE DE FATIMA JAQUETTI ROSNER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/03/2017 a 28/02/2018	30
JOSELIA DA GUIA AGNER VAZ	PROFESSOR EFETIVO	01/30/2024 a 28/02/2025	30
JOSEMAR RODRIGUES MULLER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/07/2024 a 20/07/2025 21/07/2025 a 20/07/2026	30
JOSIELMA DE FATIMA LINS	PROFESSOR EFETIVO	18/02/2023 a 17/02/2024	30

		18/02/2024 a 17/02/2025	
JUCEMARA APARECIDA SCHIMIDT PORFIRIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
JUCIMARA DO PRADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/03/2024 a 12/03/2025	30
JULIANE BLUM	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
JURACI DE JESUS MATOS GODOI	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2024 a 01/01/2025	30
KALANDRA LAIS TIBLIER	PROFESSOR EFETIVO	10/02/2024 a 09/02/2025 10/02/2025 a 09/02/2026	30
LEONICE DO CARMO JAQUETTI	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2024 a 31/03/2025 01/04/2025 a 31/03/2026	30
LOURIVAL VAZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/04/2024 a 11/04/2025	30
LUCIENI DE LOURDES ZELA DE MEIRA	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2025 a 31/03/2026	22
LUCIMARA URSULINO DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025 14/03/2025 a 13/03/2026	30
MAGALI VON DER OSTEN	PROFESSOR EFETIVO	18/03/2025 a 17/03/2026	25
MARCIA ADRIANO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/02/2024 a 10/02/2025 11/02/2025 a 10/02/2026	30
MARIA APARECIDA ARTIGAS DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2024 a 21/03/2025	30
MARICLE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2025 a 01/01/2026	30
MARILEIA STRAUB	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
MARIZETE DE FATIMA CARNEIRO BRAINE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025 16/03/2025 a 15/03/2026	30
MARLETE CARNEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025	30
MARLI ROCHA OBLADEN	PROFESSOR EFETIVO	06/03/2023 a 05/03/2024 06/03/2024 a 05/03/2025	30
MICHELLE DE FREITAS GALVÃO	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2025 a 28/02/2026	25
MISLAINE CRISTINA MARCHE	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2025 a 31/03/2026	22
MONICA ALVES CORDEIRO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	03/02/2025 a 02/02/2026	27
NEILI DA APARECIDA CHRISTINO DE ARAUJO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025	30
NELCI TEREZINHA LEAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
NEREU LINO DO NASCIMENTO	MOTORISTA	01/08/2024 a 31/07/2025 01/08/2025 a 31/07/2026	30
NERLI DE FATIMA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/10/2024 a 06/10/2025	30
NILCE APARECIDA LINS MACHADO GONÇALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/05/2024 a 18/05/2025 19/05/2025 a 18/05/2026	30
NOELI SCHELEIDER DE LIMA	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2024 a 10/03/2025 11/03/2025 a 10/03/2026	30
PAULO DE MOURA E COSTA	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2017 a 01/01/2018	30
RAQUEL DE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2025 a 31/01/2026	27
REJEANE ANTONIA FURQUIM	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2025 a 13/03/2026	25
RITA DE JESUS BARBOSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/03/2024 a 11/03/2025 12/03/2025 a 11/03/2026	30
ROSANA DOS SANTOS DESPLANCHES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025	30
ROSANE DE FATIMA DOS REIS	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2025 a 28/02/2026	25
ROSELI GONÇALVES DA PAIXÃO	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2024 a 18/04/2025 19/04/2025 a 18/04/2026	30
ROSEMERI BRAINE	PROFESSOR EFETIVO	18/03/2024 a 17/03/2025 18/03/2025 a 17/03/2026	28
ROSI LAMBERT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/03/2024 a 12/03/2025 13/03/2025 a 12/03/2026	30
ROSICLER DE FATIMA LOPES	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2025 A 01/01/2026	30
ROSILENE VAZ DE FARIA	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2017 a 01/01/2018	30
ROZILDA LAMBERT	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
SANDRA MARA MOURA E COSTA TTIBLIER	AGENTE ADMINISTRATIVO	02/01/2025 a 01/01/2026	30
SILMARA CORDEIRO DE MOURA E COSTA	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30

SILVANA SOFIA LISSA COSTA	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024 11/03/2024 a 10/03/2025	30
SIMONE APARECIDA MANGGER JAQUETTI	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024 11/03/2024 a 10/03/2025	30
SIMONI FERREIRA DE MELO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2024 a 14/03/2025 15/03/2025 a 14/03/2026	30
SIONEIDE CAMARGO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2024 a 14/03/2025 15/03/2025 a 14/03/2026	30
SIRLEI DE OLIVEIRA	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
SIRLEI DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025	30
SIRLEI FAGUNDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025 14/03/2025 a 13/03/2026	30
SIRLENE CORDEIRO DE MATOS	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2024 a 18/04/2025	30
SOLANGE PONTES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/03/2024 a 01/03/2025 02/03/2025 a 01/03/2026	30
STELA LOURDES DE FATIMA TEILO	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2025 a 18/04/2026	22
VALDIR BRAINE	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2024 a 31/03/2025	30
VANESSA DA GUIA SCHELEIDER	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2023 a 31/01/2024 01/02/2024 a 31/01/2025	30
VANESSA MANGGER	PROFESSOR EFETIVO	11/02/2024 a 10/02/2025	30
VANIA MARIA DA GUIA SILVA	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2024 a 10/03/2025	30
VIVIANE TELES BRIATORI	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2024 a 19/04/2025	30
ZEILA DIOMIRA DOS SANTOS PAULUS	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
ZENI DOS SANTOS ANDOLFATO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/04/2024 a 11/04/2025 12/04/2025 a 11/04/2026	30
ZILDA DA APARECIDA FLORENCIO DE OLIVEIRA	GARI	13/03/2024 a 12/03/2025	30
ZULMIRA FITZ	PROFESSOR EFETIVO	11/02/2024 a 10/02/2025 11/02/2025 a 10/02/2026	30

Leia-se:

NOME	**CARGO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**QUANTOS DIAS**
ADIRLEI TIBLIER MACHADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025	30
ADRIANA BESTEL TEILO	PROFESSOR EFETIVO	12/02/2017 a 11/02/2018	30
ADRIANE DE FATIMA ALE	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2025 a 01/01/2026	30
ADRIANE DO CARMO LOURENÇO	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
ADRIANE DOS SANTOS	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
ADULTI PLATNER BITENCOURT	AGENTE ADMINISTRATIVO	20/03/2024 a 19/03/2025 20/03/2025 a 19/03/2026	30
ALESANDRA DE SOUZA	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
ANADIR DE JESUS DOS SANTOS LINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/03/2024 a 22/03/2025 23/03/2025 a 22/03/2026	27
ANDREIA CRISTIANE COUTINHO	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2025 a 31/03/2026	22
ANDREIA FALAVIGNA DE OLIVEIRA	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2025 a 18/04/2026	22
ANTONIO ALCEU MARIANO	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024 11/03/2024 a 10/03/2025	30
ARIETE DO CARMO PORFIRIO	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2024 a 01/01/2025	30
ARLINDA MARA MARCHE DOS SANTOS	PROFESSOR EFETIVO	01/01/2025 a 31/12/2025	30
CARLOS EVANDRO BRUNO	ADMINISTRADOR DE EMPRESA	04/07/2024 a 03/07/2025	30
CELIA DA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR EFETIVO	12/06/2024 a 11/06/2025	30
CIBELE MORAES BODI	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30

CLAUDETE DE JESUS FARIAS	PROFESSOR EFETIVO	04/06/2024 a 03/06/2025 04/06/2025 a 03/06/2026	30
CLAUDIA BATISTA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/04/2024 a 12/04/2025 13/04/2025 a 12/04/2026	25
CLAUDINEIA DO CARMO ROSNER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025 16/03/2025 a 15/03/2026	30
CRISTIANE CARDOSO DE MATOS DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	23/03/2024 a 22/03/2025 23/03/2025 a 22/03/2026	30
DOGLACI DE MOURA E COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
DUCIMARA TABORDA PRESTES	AGENTE ADMINISTRATIVO	12/01/2025 a 11/01/2026	30
EDICLEIA DE MATOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2023 a 21/03/2024	30
EDIMARA APARECIDA MATIAS	PROFESSOR EFETIVO	26/04/2024 a 25/04/2025 26/04/2025 a 25/04/2026	30
EDIMARA CASTRO MOTIM	PROFESSOR EFETIVO	07/02/2024 a 06/02/2025 07/02/2025 a 06/02/2026	30
EDINEIA DE JESUS DO ESPIRITO SANTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025 16/03/2025 a 15/03/2026	30
EDIVALDO DE ASSUNÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025	30
EDNA MARI LEONARDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2025 a 14/03/2025	30
EGON EDUARDO DA SILVA GODOY	AGENTE ADMINISTRATIVO	14/03/2023 a 13/03/2024	30
ELIANE DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
ELIANE MARA LEONARDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09/05/2024 a 08/05/2025 09/05/2025 a 08/05/2026	30
ELIANE SCHNEIDER	PROFESSOR EFETIVO	24/02/2024 a 23/02/2025 24/02/2025 a 23/02/2026	30
ELIZIANE DE FATIMA COUTINHO OSTEN	PROFESSOR EFETIVO	03/07/2024 a 02/07/2025	30
ELVIO ROSNER MARCHE	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/01/2025 a 05/01/2026	30
EUDETE VAZ DO NASCIMENTO	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024	30
EVELLYN THAIS PEREIRA	PSICÓLOGO	16/04/2024 a 15/04/2025 16/04/2025 a 15/04/2026	30
EZEQUIEL BONETE	OPERARIO	02/01/2025 a 01/01/2026	30
EZILDA DE BOMFIM BODI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2024 a 14/03/2025 15/03/2025 a 14/03/2026	30
FABIELI MANGGER	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025	30
FERNANDA CHANDELIER LAIO JAQUETTI	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
FRANCINE DO ROCIO MEIRA CIOLA	FISIOTERAPEUTA	04/05/2017 a 03/05/2018	30
GENILDA DA LUZ DE PONTES	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
GISELMA MANGGER BONFIM	PROFESSOR EFETIVO	19/05/2023 a 18/05/2024 19/05/2024 a 18/05/2025	30
HILDA HARPS ALPS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/05/2024 a 18/05/2025 19/05/2025 a 18/05/2026	30
IBIRACY CORDEIRO DE MATTOS	INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FISICA	15/03/2025 a 14/03/2025	30
IVANI BARBOSA BESTEL	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025	30
IVETE DA APARECIDA DOS SANTOS PEDROSO	PROFESSOR EFETIVO	03/07/2023 a 02/07/2024 03/07/2024 a 02/07/2025	30
IVONETE DE BOMFIM ROSNER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2025 a 21/03/2026	25
IZABEL DA SILVA GODOY	PROFESSOR EFETIVO	26/03/2024 a 25/03/2025	30
IZANDRA NICOLAU DA SILVA LOBO	PROFESSOR EFETIVO	13/02/2024 a 12/02/2025 13/02/2025 a 12/02/2026	30
JAIRO TIBLIER	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
JAMER LENON PLATNER	MOTORISTA	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30

JANETE DE CASTRO MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/03/2024 a 20/03/2025 21/03/2025 a 20/03/2026	30
JOÃO WALDEMAR ROSNER NETO	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2024 a 10/03/2025 11/03/2025 a 10/03/2026	30
JOSE DE CASTRO	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2024 a 31/03/2025	30
JOSEANE DE FATIMA JAQUETTI ROSNER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/03/2017 a 28/02/2018	30
JOSELIA DA GUIA AGNER VAZ	PROFESSOR EFETIVO	01/30/2024 a 28/02/2025	30
JOSEMAR RODRIGUES MULLER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/07/2024 a 20/07/2025 21/07/2025 a 20/07/2026	30
JOSIELMA DE FATIMA LINS	PROFESSOR EFETIVO	18/02/2023 a 17/02/2024 18/02/2024 a 17/02/2025	30
JUCEMARA APARECIDA SCHIMIDT PORFIRIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
JUCIMARA DO PRADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/03/2024 a 12/03/2025	30
JULIANE BLUM	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
JURACI DE JESUS MATOS GODOI	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2024 a 01/01/2025	30
KALANDRA LAIS TIBLIER	PROFESSOR EFETIVO	10/02/2024 a 09/02/2025 10/02/2025 a 09/02/2026	30
LEONICE DO CARMO JAQUETTI	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2024 a 31/03/2025 01/04/2025 a 31/03/2026	30
LOURIVAL VAZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/04/2024 a 11/04/2025	30
LUCIENI DE LOURDES ZELA DE MEIRA	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2025 a 31/03/2026	22
LUCIMARA URSULINO DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025 14/03/2025 a 13/03/2026	30
MAGALI VON DER OSTEN	PROFESSOR EFETIVO	18/03/2025 a 17/03/2026	25
MARCIA ADRIANO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/02/2024 a 10/02/2025 11/02/2025 a 10/02/2026	30
MARIA APARECIDA ARTIGAS DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/03/2024 a 21/03/2025	30
MARICLE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2025 a 01/01/2026	30
MARILEIA STRAUB	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
MARIZETE DE FATIMA CARNEIRO BRAINE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025 16/03/2025 a 15/03/2026	30
MARLETE CARNEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025	30
MARLI ROCHA OBLADEN	PROFESSOR EFETIVO	06/03/2023 a 05/03/2024 06/03/2024 a 05/03/2025	30
MICHELLE DE FREITAS GALVÃO	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2025 a 28/02/2026	25
MISLAINE CRISTINA MARCHE	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2025 a 31/03/2026	22
MONICA ALVES CORDEIRO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	03/02/2025 a 02/02/2026	27
NEILI DA APARECIDA CHRISTINO DE ARAUJO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025	30
NELCI TEREZINHA LEAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025 19/03/2025 a 18/03/2026	30
NEREU LINO DO NASCIMENTO	MOTORISTA	01/08/2024 a 31/07/2025 01/08/2025 a 31/07/2026	30
NERLI DE FATIMA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/10/2024 a 06/10/2025	30
NILCE APARECIDA LINS MACHADO GONÇALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/05/2024 a 18/05/2025 19/05/2025 a 18/05/2026	30
NOELI SCHELEIDER DE LIMA	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2024 a 10/03/2025 11/03/2025 a 10/03/2026	30
PAULO DE MOURA E COSTA	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2017 a 01/01/2018	30
RAQUEL DE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2025 a 31/01/2026	27
REJEANE ANTONIA FURQUIM	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2025 a 13/03/2026	25
RITA DE JESUS BARBOSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/03/2024 a 11/03/2025 12/03/2025 a 11/03/2026	30
ROSANA DOS SANTOS DESPLANCHES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/03/2024 a 18/03/2025	30
ROSANE DE FATIMA DOS REIS	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2025 a 28/02/2026	25
ROSELI GONÇALVES DA PAIXÃO	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2024 a 18/04/2025 19/04/2025 a 18/04/2026	30
ROSEMERI BRAINE	PROFESSOR EFETIVO	18/03/2024 a 17/03/2025	28

		18/03/2025 a 17/03/2026	
ROSI LAMBERT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/03/2024 a 12/03/2025 13/03/2025 a 12/03/2026	30
ROSICLER DE FATIMA LOPES	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2025 A 01/01/2026	30
ROSILENE VAZ DE FARIA	PROFESSOR EFETIVO	02/01/2017 a 01/01/2018	30
ROZILDA LAMBERT	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
SANDRA MARA MOURA E COSTA TTIBLIER	AGENTE ADMINISTRATIVO	02/01/2025 a 01/01/2026	30
SILMARA CORDEIRO DE MOURA E COSTA	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
SILVANA SOFIA LISSA COSTA	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024 11/03/2024 a 10/03/2025	30
SIMONE APARECIDA MANGGER JAQUETTI	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2023 a 10/03/2024 11/03/2024 a 10/03/2025	30
SIMONI FERREIRA DE MELO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2024 a 14/03/2025 15/03/2025 a 14/03/2026	30
SIONEIDE CAMARGO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/03/2024 a 14/03/2025 15/03/2025 a 14/03/2026	30
SIRLEI DE OLIVEIRA	PROFESSOR EFETIVO	01/03/2023 a 29/02/2024 01/03/2024 a 28/02/2025	30
SIRLEI DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/03/2024 a 15/03/2025	30
SIRLEI FAGUNDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2024 a 13/03/2025 14/03/2025 a 13/03/2026	30
SIRLENE CORDEIRO DE MATOS	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2024 a 18/04/2025	30
SOLANGE PONTES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/03/2024 a 01/03/2025 02/03/2025 a 01/03/2026	30
STELA LOURDES DE FATIMA TEILO	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2025 a 18/04/2026	22
VALDIR BRAINE	PROFESSOR EFETIVO	01/04/2024 a 31/03/2025	30
VANESSA DA GUIA SCHELEIDER	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2023 a 31/01/2024 01/02/2024 a 31/01/2025	30
VANESSA MANGGER	PROFESSOR EFETIVO	11/02/2024 a 10/02/2025	30
VANIA MARIA DA GUIA SILVA	PROFESSOR EFETIVO	11/03/2024 a 10/03/2025	30
VIVIANE TELES BRIATORI	PROFESSOR EFETIVO	19/04/2024 a 19/04/2025	30
ZEILA DIOMIRA DOS SANTOS PAULUS	PROFESSOR EFETIVO	01/02/2024 a 31/01/2025 01/02/2025 a 31/01/2026	30
ZENI DOS SANTOS ANDOLFATO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/04/2024 a 11/04/2025 12/04/2025 a 11/04/2026	30
ZILDA DA APARECIDA FLORENCIO DE OLIVEIRA	GARI	13/03/2024 a 12/03/2025	30
ZULMIRA FITZ	PROFESSOR EFETIVO	11/02/2024 a 10/02/2025 11/02/2025 a 10/02/2026	30

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 05 de fevereiro do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:B9A6A931

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO Nº031/2026

DECRETO Nº031/2026

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, Rafaela Martins Losi, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado a recomposição da bolsa auxílio dos estagiários em 3,90% (três virgula noventa por cento) referente ao INPC - Indice Nacional de Preço ao Consumidor, conforme dispõe o Art. 7º da Lei Municipal 2.792/2022.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento do presente decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 3° A tabela de remuneração para o ano de 2026 será:

I - Para estagiários com carga horária de 20 horas:

Nível de Escolaridade	Bolsa Auxílio	Auxílio Transporte	Total
Ensino Médio	621,86	95,66	717,52
Médio Profissionalizante	621,86	95,66	717,52
Pós Médio	621,86	95,66	717,52
Ensino Superior	818,20	95,66	913,86
Pós Graduação	818,20	95,66	913,86

II - Para estagiários com carga horária de 30 horas:

Nível de Escolaridade	Bolsa Auxílio	Auxílio Transporte	Total
Pós Médio	741,05	95,66	836,71
Ensino Superior	1.063,66	95,66	1.159,32
Pós Graduação	1.063,66	95,66	1.159,32

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI

Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:239ECDDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista dos candidatos: Suzy Angela Cristina Camargo Vargas, classificada em 19° posição, Jane Maria Zgierski, classificada em 24° posição, Joelma Fernandes Girardi, classificada em 37° posição, Patrícia Cristine Alves de Lima, classificada em 39° posição, Edimeia Evaristo dos Santos de Pontes, classificada em 327° - 12° Afro-brasileiro posição, Maria Luísa Pimentel dos Anjos, classificada em 357° - 13° Afro-brasileiro posição, Adriana de Almeida dos Santos, classificada em 44° posição, Celio Sebastião Cervanski, classificado em 51° posição, Derli de Fátima Santos Dias Polli, classificada em 52° posição, Patricia Polis Muchenski Sousa, classificada em 56° posição e Ed Carlos Nunes Valentim, classificado em 78° posição;

II – Informar a Inaptidão da candidata Renata Carolina de Paula, classificada em 66° posição, no exame admissional, psicológico;

III – Informar que a candidata Eliana de Fátima Pereira da Silva, classificada em 06° posição, não atende ao item 3.3 cumulado com o item 4, letra e, do Edital Normativo do Processo Seletivo n° 001/2025.

IV – Informar a Solicitação de Desistência da candidata: Lediane Aparecida Souza da Conceicao, classificada em 671° -23 ° Afro-brasileiro posição;

V – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Jefferson Alencar da Silva, classificado em 02° posição, Jeanine Luz Crocetti, classificada em 12° posição, Roseli Trentin, classificada em 15° posição, Adriana de Almeida, classificada em 203° - 02° PcD posição, Rosane Teixeira Travasso, classificada em 27° posição, Sandra de Jesus Santos, classificada em 29° posição, Sandra Regina Cruz, classificada em 33° posição, Renata Nadalin de Souza, classificada em 42° posição, Nubia Nara da Silva, classificada em 46° posição, Mariza de Ramos, classificada em 393° - 14° Afro-brasileiro posição, Amanda Carla Souza Pires, classificada em 50° posição, Anne Francielle Pereira Silva Santos, classificada em 61° posição, Fabiola Nascimento Teodoro, classificada em 67° posição, Tatyane Malko Bastos, classificada em 68° posição, Leide Bandeira, classificada em 74° posição, Aparecida de Fátima Canterteze, classificada em 76° posição, Bernadete Aparecida Bonifácio, classificada em 77° posição, Christiane Kelly Lopes Pires, classificada em 665° - 22° Afro-brasileiro posição, Izaias Carvalho de Oliveira, classificado em 80° posição, Norie Winkler, classificada em 82° posição e Dulcimara Nogueira, classificada em 83° posição;

VI – Em decorrência de vacâncias (exonerações, aposentadorias e óbito) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas do edital de convocação n° 159/2025, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
84°	SIRLEI DE FRANÇA	PROFESSOR 20 HORAS
85°	JUSSARA CRISTINA LAPAS CAMARGO	PROFESSOR 20 HORAS
676° - 24° AFRO-BRASILEIRO	SANDRA REGINA BATISTA DA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS
86°	ROSALVA VARDOSO IASCHITZKI	PROFESSOR 20 HORAS
568° - 07° PcD	ELIANA NEVES DE FREITAS CONCEIÇÃO	PROFESSOR 20 HORAS
87°	MARIA BEZERRA CORDEIRO	PROFESSOR 20 HORAS
88°	GILCINEA NUNES ANDRETTA	PROFESSOR 20 HORAS
690° - 25° AFRO-BRASILEIRO	SOLANGE CAVALHEIRO BISPO NUNES	PROFESSOR 20 HORAS
89°	MÁRCIA PEREIRA	PROFESSOR 20 HORAS
90°	DEBORA ALVES FERREIRA	PROFESSOR 20 HORAS
91°	VALDINA GOMES RODRIGUES	PROFESSOR 20 HORAS
92°	CRISTIAN COIS VEIGA	PROFESSOR 20 HORAS
721° - 26° AFRO-BRASILEIRO	JHEIMILLY ANE FOGACA DIONIZIO	PROFESSOR 20 HORAS
93°	EDINÉIA APARECIDA DE LARA DE CASTRO	PROFESSOR 20 HORAS
95°	ÁLIDA FAGUNDES	PROFESSOR 20 HORAS
96°	CLAUDETE RODRIGUES VARELA RIBAS	PROFESSOR 20 HORAS
97°	ELIZABETE ZEFERINO SILVESTRE	PROFESSOR 20 HORAS
98°	ARITUSA RODRIGUES DOS SANTOS SILVA	PROFESSOR 20 HORAS
99°	PAULA FRASSINETE BARBOZA	PROFESSOR 20 HORAS
100°	ELIANE MARIA BERTON DA FONSECA	PROFESSOR 20 HORAS
598° - 08° PcD	GISLAINE CAMILO TEIXEIRA SILVESTRE	PROFESSOR 20 HORAS
102°	DALVANIR SILVA ALMEIDA	PROFESSOR 20 HORAS
103°	ADRIANA LUKASKI	PROFESSOR 20 HORAS
104°	SILVIA REGINA AUGUSTA DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS
105°	GRAZIELA FIORESE CUBIS	PROFESSOR 20 HORAS
106°	VILMARA LUZIA GUEDES SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS
107°	FABIANA PEREIRA ANDRÉ	PROFESSOR 20 HORAS
108°	DEBORA WILA DOS SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS
109°	ANDRESA DE LARA ORTIZ	PROFESSOR 20 HORAS
110°	JANETE APARECIDA BANDEIRA DE PAULA	PROFESSOR 20 HORAS
111°	LETICIA FERNANDES	PROFESSOR 20 HORAS
113°	NARA LETICIA REZENDE MOTTA DA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS
114°	EDNA ISOLINA GONÇALVES CANTELE	PROFESSOR 20 HORAS
115°	VANIA CRUZ DOS SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS
116°	ANDRESSA RODRIGUES	PROFESSOR 20 HORAS
117°	MARILZA ALENCAR DA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS
118°	JULIANA GONÇALVES SANTOS BAPTISTA ARRAIS	PROFESSOR 20 HORAS
119°	LETÍCIA SILVA	PROFESSOR 20 HORAS
120°	KETLIN CRISTINA DOMINGUES TELES	PROFESSOR 20 HORAS
121°	CLAUDIA REGINA SILVA DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS
122°	FRANCELI DE FRANÇA GLIR	PROFESSOR 20 HORAS
123°	JULIANE VALLE PINA RUFINO	PROFESSOR 20 HORAS
124°	ELIANE PALEVODA DE APRÍGIO	PROFESSOR 20 HORAS
125°	DIVA MACHADO SOUZA	PROFESSOR 20 HORAS
126°	TATIANE FRANCO DA LUZ	PROFESSOR 20 HORAS
127°	ANE CRISTINA DE LIMA	PROFESSOR 20 HORAS
128°	PAMELLA CRISTINA DE PAULO ANTUNES	PROFESSOR 20 HORAS
129°	SILVIA LETICIA CARNEIRO FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR 20 HORAS
130°	JAQUELINE SATIRO DE OLIVEIRA FUGIMOTO	PROFESSOR 20 HORAS
131°	SUELEN DOS SANTOS RONDINI GOMES	PROFESSOR 20 HORAS
132°	ANA PAULA BARBOSA DE OLIVEIRA	PROFESSOR 20 HORAS
133°	LUANA CRISTINE SPECHELA BARCIK	PROFESSOR 20 HORAS
134°	JESSICA PATRICIA ALVES PANTOJA	PROFESSOR 20 HORAS
135°	GESIELY MILENA DA SILVA LINS	PROFESSOR 20 HORAS
136°	SIRLEANE PARRONCHI MENDES	PROFESSOR 20 HORAS
137°	MARIANE ANTUNES ALVES CARNEIRO	PROFESSOR 20 HORAS
138°	TÍFFANI ÉVELYN GASPARIN TRENTO	PROFESSOR 20 HORAS
139°	NATÁLIA DOS SANTOS CIRQUEIRA	PROFESSOR 20 HORAS
140°	BÁRBARA AUDREY DE OLIVEIRA	PROFESSOR 20 HORAS
141°	LUANA VIANA	PROFESSOR 20 HORAS
142°	LUCIANE ANTUNES DE ALMEIDA	PROFESSOR 20 HORAS
143°	LARISSA CRISTINA DA SILVA DE CARVALHO	PROFESSOR 20 HORAS
144°	LEIDE CAIRES SANTANA BARACHO	PROFESSOR 20 HORAS
145°	JULIANA DOS SANTOS ALVES MARKIV	PROFESSOR 20 HORAS
146°	MARIA APARECIDA RODRIGUES RIBEIRO	PROFESSOR 20 HORAS

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:6CC3821E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2026

PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Administração vem por meio deste:

I – Informar a Solicitação de Final de Lista dos candidatos: Alanis Carolina Guimarães, classificada em 152°- 03° PcD posição, José Ítalo Medeiros Cavalcante, classificado em 41° posição, Idalberto Abalos Fernandez, classificado em 43° posição, Marina Louzada Gumz, classificada em 49° posição, Gabriel Couto Correa, classificado em 50° posição, Ana Gabriela Fiorillo dos Santos, classificada em 52° posição e Fernanda Vivas Volpe, classificada em 53° posição;

II – Informar a Desistência Tácita dos candidatos: Vitor Roque Sauer, classificado em 138°- 02° PcD posição, Carolina Yuri Yamaçake, classificada em 22° posição, Yurandy Dominguez Zamora, classificado em 24° posição, Aline Nogueira da Silva, classificada em 25° posição, Hene Munir Bark, classificado em 28° posição, Camila Agnes Lumi Abe, classificada em 29° posição, Roger Donizeti Carvalho de Medeiros, classificado em 30° posição, Luiz Guilherme Gonçalves de Almeida Torres, classificado em 40° posição, Marina Schmitt, classificada em 42° posição, Nayara Cristielly de Oliveira Santos Gnoatto, classificada em 44° posição, Victoria Vieira Vockes, classificada em 46° posição, Lauane Ferreria Martins, classificada em 51° posição e João Vitor Machado da Silva, classificado em 54° posição;

III – Em decorrência de vacâncias (exonerações) de servidores e em virtude do não preenchimento total das vagas dos editais de convocação n° 146/2025 e 005/2026, convocar os aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado abaixo relacionados, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Francisco Camargo, 86, Centro, Colombo - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contar da data da publicação deste (**de 09 a 13 de fevereiro de 2026**), munido apenas de RG e CPF ou CNH. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará em desistência.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO
55°	RAUL BRAGUETTO NACAMURA	MÉDICO GENERALISTA ESF
56°	MICHELE LUISA PETRIW	MÉDICO GENERALISTA ESF
57°	EMILY CRISTINA FRANDOLOSO	MÉDICO GENERALISTA ESF
58°	FLAVIO ISSAMU KOIKE	MÉDICO GENERALISTA ESF
59°	ÉRICA BEVILAQUA	MÉDICO GENERALISTA ESF
60°	SOPHIA TROMPCZYNSKI HOFMEISTER	MÉDICO GENERALISTA ESF
61°	MARIA REGINA DOS SANTOS CIUKAILO	MÉDICO GENERALISTA ESF
62°	PRISCILA TONELLA	MÉDICO GENERALISTA ESF
63°	MATHEUS EDUARDO SCHUSTER GOMES	MÉDICO GENERALISTA ESF
64°	GIOVANNA THEOPHILO SALOMÃO	MÉDICO GENERALISTA ESF
66°	BRUNA TAMARA SUZANE PAGANELLI	MÉDICO GENERALISTA ESF
67°	ALLANA CAMPOS SOUZA	MÉDICO GENERALISTA ESF
68°	BIANCA GONÇALVES DE BARROS	MÉDICO GENERALISTA ESF
69°	NICOLLE ZANONI NICOLADELI	MÉDICO GENERALISTA ESF
70°	MARIA CAROLINA GOMES OGG DA VEIGA	MÉDICO GENERALISTA ESF
71°	HARIANE FATIMA MENIN	MÉDICO GENERALISTA ESF
72°	ISABELLA GOMES FERREIRA	MÉDICO GENERALISTA ESF
73°	LETICIA AIOLFI OLISKOWSKI	MÉDICO GENERALISTA ESF
74°	BEATRIZ GAMEL SALLUM	MÉDICO GENERALISTA ESF
75°	KAROLAYNE BRAZ PEREIRA	MÉDICO GENERALISTA ESF
76°	DAIANY ALZIRA SILVEIRA	MÉDICO GENERALISTA ESF
77°	DIULHIANE SEZEREMETA MICHELETO	MÉDICO GENERALISTA ESF
78°	ALINE MAGALHÃES REBOUÇAS SCHALANSKI	MÉDICO GENERALISTA ESF
79°	MILENA BELLANDA LUZIA ZOLIN	MÉDICO GENERALISTA ESF
80°	JOAO PEDRO FAGOTI FERRAZ CORNELIO	MÉDICO GENERALISTA ESF

Colombo, 05 de fevereiro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cintia Aparecida D'agostin
Código Identificador:11C4959A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 8934

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 8934/2026, de 28 de janeiro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3563/2026, de 16 de janeiro de 2026

DECRETA

Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 2.960.500,00 (dois milhões novecentos e sessenta mil e quinhentos reais**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural		
0701	Departamento de Agropecuária		
0701.20.606.0024.1.041	Estruturação e Modernização da Agropecuária		
4.4.90.51	Obras e Instalações	984-EA	2.960.500,00
TOTAL			2.960.500,00

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Voluntárias do Governo Federal, através do MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária – Convênio 956205/2024, nos termos do projeto aprovado pelo órgão repassador, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
CONVÊNIO MAPA 956205/2024 – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SÃO LUIZ	MAPA	984	2.960.500,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			2.960.500,00

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2026

JOÃO MARCO MIOTTO

Prefeito Municipal Em Exercício

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:3EA61A00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE, TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2025

PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 76/2025

DATA: 13/11/25 ABERTURA: 19/12/25 PROPOSTAS ATÉ: 08H DISPUTA: 09H

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Após análise e julgamento do recurso interposto pela empresa JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA EPP para os itens 07, 15, 19, 28, 30, 31, 44 e 50, sendo que para os itens 15, 28, 31 e 50 foi mantida a classificação das empresas. Já para os itens 07, 19, 30 e 44 foram convocados os próximos classificados.

Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e encaminhamos a autoridade superior o processo, para decisão final quanto a adjudicação e homologação dos itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	ZEUS COMERCIAL LTDA	576,00	34.560,00
2	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	309,00	3.090,00
3	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	225,00	4.500,00
4	ZEUS COMERCIAL LTDA	210,00	4.200,00
5	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	574,00	45.920,00
6	J.E PNEUS LTDA	950,00	11.400,00
7	TEREZA PNEUS LTDA	3.690,00	73.800,00
8	MAGBA E-COMMERCE LTDA	317,20	9.516,00
9	MAGBA E-COMMERCE LTDA	1.506,44	12.051,52
10	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	1.029,99	4.119,96
11	ZEUS COMERCIAL LTDA	2.060,00	8.240,00
12	ZEUS COMERCIAL LTDA	1.102,00	22.040,00
13	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	909,99	18.199,80
14	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	1.850,00	22.200,00
15	ZEUS COMERCIAL LTDA	5.700,00	68.400,00
16	ZEUS COMERCIAL LTDA	465,00	4.650,00
17	ZEUS COMERCIAL LTDA	480,00	9.600,00
18	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	600,00	2.400,00
20	COPAL-COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	1.680,00	134.400,00
21	CPX DISTRIBUIDORA S/A	1.180,00	82.600,00
22	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	1.690,00	16.900,00
23	ZEUS COMERCIAL LTDA	697,00	8.364,00
24	ZEUS COMERCIAL LTDA	928,00	7.424,00
25	MAGBA E-COMMERCE LTDA	936,79	18.735,80
26	MAGBA E-COMMERCE LTDA	317,20	12.688,00
27	FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI ME	469,00	9.380,00
28	MAGBA E-COMMERCE LTDA	1.390,06	97.304,20
29	ZEUS COMERCIAL LTDA	1.560,00	18.720,00
30	FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI ME	698,00	16.752,00
31	ZEUS COMERCIAL LTDA	1.437,00	43.110,00

32	ZEUS COMERCIAL LTDA	270,00	4.050,00
33	MAGBA E-COMMERCE LTDA	1.322,24	105.779,20
34	ZEUS COMERCIAL LTDA	201,00	3.216,00
35	ZEUS COMERCIAL LTDA	209,00	12.540,00
36	ZEUS COMERCIAL LTDA	198,00	7.920,00
37	ZEUS COMERCIAL LTDA	294,00	2.940,00
38	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	240,00	14.400,00
39	MAGBA E-COMMERCE LTDA	227,52	5.460,48
40	ZEUS COMERCIAL LTDA	222,00	888,00
41	ZEUS COMERCIAL LTDA	295,00	23.600,00
42	ZEUS COMERCIAL LTDA	553,00	5.530,00
43	MAGBA E-COMMERCE LTDA	341,99	2.735,92
45	MAGBA E-COMMERCE LTDA	341,99	2.735,92
46	GAMA PNEUS LTDA	590,00	4.720,00
47	ZEUS COMERCIAL LTDA	302,00	2.416,00
48	GAMA PNEUS LTDA	1.870,00	93.500,00
49	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	952,00	19.040,00
50	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	4.050,00	121.500,00
51	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	5.627,00	135.048,00
52	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	62,00	3.100,00
53	TEREZA PNEUS LTDA	35,40	354,00
54	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	22,00	440,00
55	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	32,00	3.200,00
56	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	142,00	2.840,00
57	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	97,00	1.940,00
58	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	62,00	620,00
59	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	420,00	4.200,00
60	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	169,99	10.199,40
61	TEREZA PNEUS LTDA	222,40	6.672,00
62	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	269,00	5.380,00
63	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	48,00	960,00
64	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	50,00	1.500,00
65	GAMA PNEUS LTDA	97,00	1.940,00
66	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	89,00	8.900,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
COPAL-COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	88.197.330/0001-60	134.400,00
CPX DISTRIBUIDORA S/A	10.158.356/0001-01	82.600,00
FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI ME	17.234.948/0001-04	26.132,00
GAMA PNEUS LTDA	55.623.647/0001-61	100.160,00
J.E PNEUS LTDA	48.910.213/0001-87	11.400,00
LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	56.933.664/0001-68	450.597,16
MAGBA E-COMMERCE LTDA	55.695.599/0001-17	267.007,04
TEREZA PNEUS LTDA	01.179.914/0001-24	80.826,00
ZEUS COMERCIAL LTDA	34.840.358/0001-44	292.408,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total da licitação é de R$ 1.445.530,20 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil quinhentos e trinta reais e vinte centavos).

Os itens 19 e 44 foram considerados fracassados.

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Coronel Vivida, 05 de fevereiro de 2026.

FERNANDO Q. ABATTI

Pregoeiro

ELAINE BORTOLOTTO

Equipe de Apoio

JULIANO RIBEIRO

Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 76/2025

DATA: 13/11/25 ABERTURA: 19/12/25 PROPOSTAS ATÉ: 08H DISPUTA: 09H

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 76/2025, HOMOLOGO e ADJUDICO os itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	ZEUS COMERCIAL LTDA	576,00	34.560,00
2	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	309,00	3.090,00
3	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	225,00	4.500,00
4	ZEUS COMERCIAL LTDA	210,00	4.200,00
5	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	574,00	45.920,00
6	J.E PNEUS LTDA	950,00	11.400,00
7	TEREZA PNEUS LTDA	3.690,00	73.800,00
8	MAGBA E-COMMERCE LTDA	317,20	9.516,00
9	MAGBA E-COMMERCE LTDA	1.506,44	12.051,52
10	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	1.029,99	4.119,96
11	ZEUS COMERCIAL LTDA	2.060,00	8.240,00
12	ZEUS COMERCIAL LTDA	1.102,00	22.040,00
13	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	909,99	18.199,80
14	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	1.850,00	22.200,00
15	ZEUS COMERCIAL LTDA	5.700,00	68.400,00
16	ZEUS COMERCIAL LTDA	465,00	4.650,00
17	ZEUS COMERCIAL LTDA	480,00	9.600,00
18	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	600,00	2.400,00
20	COPAL-COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	1.680,00	134.400,00
21	CPX DISTRIBUIDORA S/A	1.180,00	82.600,00
22	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	1.690,00	16.900,00
23	ZEUS COMERCIAL LTDA	697,00	8.364,00
24	ZEUS COMERCIAL LTDA	928,00	7.424,00
25	MAGBA E-COMMERCE LTDA	936,79	18.735,80
26	MAGBA E-COMMERCE LTDA	317,20	12.688,00
27	FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI ME	469,00	9.380,00
28	MAGBA E-COMMERCE LTDA	1.390,06	97.304,20
29	ZEUS COMERCIAL LTDA	1.560,00	18.720,00
30	FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI ME	698,00	16.752,00
31	ZEUS COMERCIAL LTDA	1.437,00	43.110,00
32	ZEUS COMERCIAL LTDA	270,00	4.050,00
33	MAGBA E-COMMERCE LTDA	1.322,24	105.779,20
34	ZEUS COMERCIAL LTDA	201,00	3.216,00
35	ZEUS COMERCIAL LTDA	209,00	12.540,00
36	ZEUS COMERCIAL LTDA	198,00	7.920,00
37	ZEUS COMERCIAL LTDA	294,00	2.940,00
38	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	240,00	14.400,00
39	MAGBA E-COMMERCE LTDA	227,52	5.460,48
40	ZEUS COMERCIAL LTDA	222,00	888,00
41	ZEUS COMERCIAL LTDA	295,00	23.600,00
42	ZEUS COMERCIAL LTDA	553,00	5.530,00
43	MAGBA E-COMMERCE LTDA	341,99	2.735,92
45	MAGBA E-COMMERCE LTDA	341,99	2.735,92
46	GAMA PNEUS LTDA	590,00	4.720,00
47	ZEUS COMERCIAL LTDA	302,00	2.416,00
48	GAMA PNEUS LTDA	1.870,00	93.500,00
49	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	952,00	19.040,00
50	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	4.050,00	121.500,00
51	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	5.627,00	135.048,00
52	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	62,00	3.100,00
53	TEREZA PNEUS LTDA	35,40	354,00
54	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	22,00	440,00
55	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	32,00	3.200,00
56	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	142,00	2.840,00
57	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	97,00	1.940,00
58	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	62,00	620,00
59	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	420,00	4.200,00
60	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	169,99	10.199,40
61	TEREZA PNEUS LTDA	222,40	6.672,00
62	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	269,00	5.380,00
63	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	48,00	960,00

64	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	50,00	1.500,00
65	GAMA PNEUS LTDA	97,00	1.940,00
66	LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	89,00	8.900,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
COPAL-COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	88.197.330/0001-60	134.400,00
CPX DISTRIBUIDORA S/A	10.158.356/0001-01	82.600,00
FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI ME	17.234.948/0001-04	26.132,00
GAMA PNEUS LTDA	55.623.647/0001-61	100.160,00
J.E PNEUS LTDA	48.910.213/0001-87	11.400,00
LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	56.933.664/0001-68	450.597,16
MAGBA E-COMMERCE LTDA	55.695.599/0001-17	267.007,04
TEREZA PNEUS LTDA	01.179.914/0001-24	80.826,00
ZEUS COMERCIAL LTDA	34.840.358/0001-44	292.408,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R$ 1.445.530,20 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil quinhentos e trinta reais e vinte centavos).

Os itens 19 e 44 foram considerados fracassados.

Não houve adesão ao cadastro de reserva para nenhum dos itens.

Coronel Vivida, 05 de fevereiro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Prefeito

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:F99F8983

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - RGF ANEXO I

CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025		
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.516.080,90	0,00
Pessoal Ativo	1.516.080,90	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.289.002,07	0,00
Obrigações Patronais	227.078,83	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00

Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.516.080,90	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.583.359,31	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	513.968,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	35.069.391,31	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**1.516.080,90**	**4,32**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.104.163,48	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.998.955,30	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.893.747,13	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 04/fev/2026 as 11h e 56m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

MIGUEL DOS ANJOS DIAS	*SANDRA ANDREA CARIBATTI*	*ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR*
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:6DF3DC26

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - RGF - ANEXO V

CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES									
PODER LEGISLATIVO									
ESTADO DO PARANÁ									
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL									
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2.025									
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")									R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597,14	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597,14	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	16.512,47	0,00	0,00	0,00	16.512,47	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	16.512,47	0,00	0,00	0,00	16.512,47	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.512,47	0,00	0,00	0,00	16.512,47	0,00	0,00	597,14	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, emitido em 04/fev/2026 as 11h e 56m.									

MIGUEL DOS ANJOS DIAS	*SANDRA ANDREA CARIBATTI*	*ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR*
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0B49154B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - RGF ANEXO VI

CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2.025		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	35.069.391,31	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.516.080,90	4,32
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <6,00%>	2.104.163,48	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	1.998.955,30	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	1.893.747,13	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	42.700.031,17	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.828.339,05	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	5.693.337,49	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	2.490.835,15	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, emitido em 04/fev/2026 as 11h e 57m.		

MIGUEL DOS ANJOS DIAS	***SANDRA ANDREA CARIBATTI***
Presidente	Contadora
ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR	
Controle Interno	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A7214DB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2025

INÍCIO: 05/02/2026 **VALIDADE:** 04/02/2027

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches, marmitas e refeições para os Departamentos Municipais.

Razão Social: 53.844.672 RAFAELA OLENIKI RIBEIRO

CNPJ: 53.844.672/0001-40

Endereço: Avenida Ivo Leão, nº 600, CEP: 84.535-000, Bairro: Centro, Fernandes Pinheiro/PR

Telefone: (42) 99802-6716

E-mail: rafaelaoleniki31@gmail.com

Representante Legal: Rafaela Oleniki Ribeiro

Cadastro: 172426-6

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO

1.1. Constitui o objeto do presente Termo Aditivo Contratual, Conforme solicitação da Secretaria, Memorando 213/2026 e parecer jurídico favorável o Registro de Preços visando: futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches, marmitas e refeições para os Departamentos Municipais.

1.2 O presente Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de **R$ 78.175,00 (setenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais)**, ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificadas abaixo:

Item	Nome do produto/serviço	Quant	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	Bebida pronta de café, acondicionada em garrafa térmica higienicamente fechada, conservado quente, adoçado e pronto para ser servido.	50	LT	R$ 14,30	R$ 715,00
2	Bebida pronta de café com leite, acondicionada em garrafa térmica higienicamente fechada, conservado quente, adoçado e pronto para ser servido. proporção de 1/1 de café e leite.	50	LT	R$ 15,30	R$ 765,00
21	Marmitex refeição fornecida em embalagem tipo marmitex, com peso mínimo exigido de 750 grs, ou tamanho médio. cardápio exigido: feijão, arroz, macarrão com molho, batata (formas variadas de preparo a cada dia), farofa, refogado, carne (tipo e formas variadas de preparo a cada dia) e saladas (variadas a cada dia).	1000	UN	R$ 14,00	R$ 14.000,00
32	Refeição buffet externo para servir em eventos contendo: 02 tipos de arroz, farofa, carne grelhada e carne com molho, 01 tipo de massa, maionese, saladas (mix de saladas verdes, mix de saladas cozidas, salada de tomate)	1.000	UN	R$ 41,30	R$ 41.300,00
33	Refeição servida nas dependências do contratado. estabelecimento deverá dispor de local próprio para acolher no mínimo 30 pessoas, com estrutura (mesas, cadeiras, talheres, pratos, funcionários e demais itens para a completa execução do serviço). refeição com 06 tipos de salada, 06 pratos quentes, 02 tipos de carne assada ou grelhada. sobremesa: salada de frutas + 01, refrigerante, em lata com no mínimo 300ml (marcas de referência: coca, sprite, fanta, kuat) ou suco em lata com no mínimo 300ml (marca de referência: dell valle, su fresh, maguary) ou água mineral em garrafas descartáveis com no mínimo 500ml (com ou sem gás).	500	UN	R$ 26,00	R$ 13.000,00
34	Salada de frutas servida em porção individual com no mínimo de 05 tipos de frutas picadas e que acompanhe colher descartável.	800	UN	R$ 9,00	R$ 7.200,00
39	Sopa de legumes com carne de frango ou gado servido no marmitex térmico tam grande	100	UN	R$ 11,95	R$ 1.195,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. Devido ao esgotamento antecipado dos itens da ata de registro de preços originalmente registrados e conforme previsão no Decreto Municipal nº 247/2025, e nos Decretos Estaduais nº 10.086/2022 e 7.389/2024, fica antecipada a renovação da referida ata de registro de preços.

2.2. O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, após a assinatura, **não sendo permitida a prorrogação**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original e não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, na forma digital conforme Decreto Municipal Nº 218/2023, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Fernandes Pinheiro/PR, 05 de fevereiro de 2026.

Município De Fernandes Pinheiro

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK

Prefeito Municipal em Exercício

RAFAELA OLENIKI RIBEIRO

Fornecedor

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:E319A621

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 416/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais) nos valores e discriminações abaixo:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
103	000	02.007.15.451.0010.1.015	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	4.4.90.51	R$ 67.000,00
293	000	06.001.12.361.0016.1.005	CONSTRUÇÃO ESCOLA MONTEIRO LOBATO	4.4.90.51	R$ 121.000,00
327	000	06.001.12.367.0016.2.083	MANUT. E VALORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.3.50.43	R$ 130.000,00

Art. 2º - Para a cobertura da alteração orçamentária de que trata o artigo anterior, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
27	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.3.50.43	R$ 210.000,00
115	000	02.007.26.782.0010.2.032	EXPANSÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	3.3.90.30	R$ 38.000,00
91	000	02.007.04.122.0009.2.047	MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	3.3.90.30	R$ 70.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA 2026–2029, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente, a fim de viabilizar a inclusão das suplementações previstas no art. 1º deste Decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:D6C651F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.647/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.846.0.3004-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$15.000,00
01065.01065.99.99.00.00.1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	15.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$30.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	30.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$30.000,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.000,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - FUNDO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.8.6002-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$40.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL INDUST,COM./TURISMO	
17.001.22.122.3.2074-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$20.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$30.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001 - GABINETE SECRET. MUN. SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001.6.181.5.2082-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	

09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$30.000,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2037-3.3.90.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	R$30.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	30.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$5.000,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$23.904,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	23.904,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$16.096,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	16.096,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$15.000,00
01065.01065.99.99.00.00.1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	15.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$15.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001 - GABINETE SECRET. MUN. SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001.6.181.5.2082-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 05 de fevereiro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:4B185027

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ / CONSAMU EDITAL Nº 021/2026

A presidente da comissão organizadora, examinadora / julgadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, nos termos do edital nº 009/2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições conferidas pela portaria nº 005/2026, **resolve tornar pública:**

1º - A homologação dos candidatos inscritos no processo seletivo simplificado, conforme segue:

Inscrição	Candidato	CPF	Emprego público
001/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	Técnico em Enfermagem
005/2026	Danielly Maximino Da Rocha	106.***.***-09	Médico 24h
006/2026	Graziela Aparecida Gonçalves Rioga	113.***.***-56	Médico 24h
007/2026	Kelly Cristina Teixeira	040.***.***-50	Técnico em Enfermagem
008/2026	Yasmin Cortez Cominetti	060.***.***-94	Médico 24h
009/2026	Monica Yanara De Arruda	104.***.***-03	Médico 24h
010/2026	Maria Isabela Oening	091.***.***-67	Médico 24h
011/2026	Augusto Bertoldo	052.***.***-60	Médico 24h
016/2026	Carlos Chumacero Rodrigues Cabezas	242.***.***-49	Médico 24h
018/2026	Fernanda Da Cunha Marquez	116.***.***-54	Técnico em Enfermagem
020/2026	Sâmera Hendges Heidemann	062.***.***-74	Médico 24h
024/2026	Lucas Vinicius Leal Martins De Sousa	020.***.***-26	Médico 24h
026/2026	Anne Caroline Boreski Dos Santos	078.***.***-76	Médico 24h
028/2026	Daiane Valério Becalli Milani	080.***.***-17	Técnico em Enfermagem
029/2026	Juliana Garcia Lisboa	101.***.***-63	Médico 24h
030/2026	Hariane Fatima Menin	110.***.***-00	Médico 24h
031/2026	Rubens Ary Junior	218.***.***-35	Médico 24h
032/2026	Kauana Pereira Dos Santos	125.***.***-38	Técnico em Enfermagem
033/2026	Simone Jesus Do Valle	029.***.***-02	Técnico em Enfermagem
034/2026	Vitor Mateus Peron	059.***.***-39	Técnico em Farmácia
035/2026	Nathália Larissa De Matos Abe	082.***.***-06	Médico 24h
037/2026	Francisco Macena Alves Junior	074.***.***-16	Médico 24h
038/2026	Yara Luiza Celoni Dondoni	098.***.***-30	Médico 24h
039/2026	Maria Fernanda Lava	092.***.***-25	Médico 24h
041/2026	Diogo Fernando Da Rosa	057.***.***-05	Médico 24h
042/2026	Angelica Bolzan Streda	031.***.***-45	Médico 24h
043/2026	Leonice Rocha Cezimbra Rosa	028.***.***-04	Técnico em Enfermagem
044/2026	Nicole Schneider	057.***.***-46	Médico 24h
046/2026	Vandeson Da Silva Ferreira	010.***.***-75	Técnico em Enfermagem
047/2026	Gabriel Prestes	095.***.***-12	Médico 24h
048/2026	Roberto Guerrero Delgado	065.***.***-77	Médico 24h
049/2026	Andre Carlos De Souza	087.***.***-51	Técnico em Enfermagem
050/2026	Eduarda Cavalet Lubenow	075.***.***-60	Médico 24h
055/2026	Juliana Cristina Dornelles Pottmeir	063.***.***-90	Técnico em Enfermagem
056/2026	Nathan Dos Santos Rocha	035.***.***-54	Médico 24h
057/2026	Fatima Carine Vogel Ribeiro	070.***.***-93	Técnico em Enfermagem
058/2026	Isabela Silva Trodorfe	082.***.***-50	Médico 24h
059/2026	Douglas Rocha Santos	003.***.***-46	Médico 24h
060/2026	Gabriel Pereira Dos Santos	101.***.***-10	Médico 24h
061/2026	Helliton Jonathan Frigo Cechinel	073.***.***-21	Médico 24h
062/2026	Rosilene Bonifacio De Souza	040.***.***-73	Técnico em Enfermagem
063/2026	Mariana Sala Kociolek	103.***.***-35	Médico 24h
065/2026	Kethellyn Dayanne Carvalho	093.***.***-83	Médico 24h
067/2026	Djenifer Larini Vieira Prestes	062.***.***-30	Técnico em Enfermagem
068/2026	Izabelly Nunoi Sobreira De Oliveira	032.***.***-97	Médico 24h
069/2026	Taise Pinto Santos	046.***.***-28	Técnico em Enfermagem
070/2026	Bruna Lenhardt Soares	066.***.***-61	Médico 24h
072/2026	Lia Aguiar Da Silva	051.***.***-63	Médico 24h
073/2026	Natália Regina Souza Da Silva	088.***.***-70	Médico 24h
074/2026	Juliana Tadeu Thomé	047.***.***-96	Médico 24h
075/2026	Geraldo Vicente Da Silva Junior	007.***.***-02	Técnico em Enfermagem
079/2026	Cleane Fernandes Pontes	603.***.***-65	Médico 24h
080/2026	Keila Regina Ortiz	059.***.***-29	Técnico em Enfermagem
081/2026	Fernando Henrique Cappellari Tolentino	005.***.***-66	Médico 24h
082/2026	Ana Carolina Lopes De Souza Pagnoncelli Rayzer	068.***.***-38	Médico 24h
084/2026	Celio Roberto Da Silva Borges	740.***.***-53	Médico 24h
085/2026	Vinicius Fernandes	108.***.***-12	Médico 24h
086/2026	Javier Diaz Arevalo	112.***.***-73	Médico 24h
087/2026	Ana Claudia Chagas Machado	063.***.***-02	Técnico em Farmácia
088/2026	Luiz Henrique Andrade De Souza	098.***.***-23	Técnico em Enfermagem
089/2026	Gustavo Silveira Girotto	077.***.***-41	Médico 24h
090/2026	Camila Juliana De Castilha	094.***.***-73	Médico 24h
091/2026	Maria Vitória De Araújo	098.***.***-60	Médico 24h
093/2026	Gabriel Bagarolo Petronilho	103.***.***-08	Médico 24h
094/2026	Bruna Pathrícia Ricardi Pasinato	071.***.***-28	Médico 24h
095/2026	Janice Alves Vissoto	859.***.***-53	Técnico em Enfermagem
096/2026	Natália Perão De Liz	099.***.***-25	Médico 24h
098/2026	Elaine Crestani	045.***.***-77	Técnico em Enfermagem
101/2026	Dilma Galvão Da Silva	023.***.***-28	Técnico em Enfermagem
102/2026	Maria Gabriela Santos Silva De Oliveira	452.***.***-01	Técnico em Enfermagem
103/2026	Mariana Castro Oliveira	068.***.***-05	Médico 24h
105/2026	Silvio Tavares Neto	024.***.***-62	Médico 24h
107/2026	Eduardo Flores Da Fonseca	027.***.***-82	Médico 24h
108/2026	Luana Nakamura Kageyama	013.***.***-45	Médico 24h
109/2026	Kainan Gabriel De Campos	121.***.***-30	Técnico em Enfermagem
110/2026	Carlos Eduardo Santana Do Nascimento	121.***.***-05	Médico 24h
111/2026	Tiago Spricigo	056.***.***-05	Médico 24h
113/2026	Kariny Costa De Oliveira	090.***.***-21	Técnico em Enfermagem
114/2026	Hanieli Dalfovo Do Carmo Eliziario	053.***.***-61	Médico 24h
115/2026	Sabrina Nogueira Rodrigues	107.***.***-17	Médico 24h
118/2026	Eduarda Silva Müller	085.***.***-90	Médico 24h
119/2026	Igor Dal Pozzo Da Costa	092.***.***-58	Médico 24h
120/2026	Maieli Vieira Guedes	089.***.***-79	Médico 24h
121/2026	Rosane Muller Dos Santos	071.***.***-58	Médico 24h
122/2026	Adriano Mota De Menezes	109.***.***-39	Médico 24h

123/2026	Cleverton Esma Lima	090.***.***-47	Médico 24h
124/2026	Alini Lemes Pavan	069.***.***-41	Médico 24h
126/2026	Eduardo Gonçalves	107.***.***-31	Técnico em Farmácia
127/2026	Gabrielle Karen Cardoso Villena	436.***.***-93	Médico 24h
128/2026	Tiago Arnecke Pereira	057.***.***-61	Médico 24h
129/2026	Alessandra Leticia De Araujo	105.***.***-07	Médico 24h
130/2026	Lucas Henrique Almeida Carvalho	109.***.***-44	Médico 24h
132/2026	Gabriela Granado Rosa	105.***.***-03	Médico 24h
134/2026	Ruan Kelvin Wink Schell	096.***.***-60	Médico 24h
136/2026	Amanda Roberta De Oliveira Guedes	086.***.***-42	Médico 24h
137/2026	Elis Simone Giroto	064.***.***-17	Médico 24h
138/2026	Lucas Dos Santos Siviero	089.***.***-77	Médico 24h
139/2026	Juliana Emi Shimabukuro	044.***.***-93	Médico 24h
140/2026	Luiz Gustavo Ferreira	014.***.***-14	Técnico em Farmácia
142/2026	Ingrid Nascimento Lima Barros	098.***.***-48	Médico 24h
143/2026	Rafaela Röhl Ferrandin	118.***.***-80	Médico 24h
145/2026	Joyce Cardosa Moi	115.***.***-54	Técnico em Enfermagem
146/2026	Lucas Werneck Mourão	056.***.***-31	Médico 24h
147/2026	Anna Carolina Domingos Rodrigues	103.***.***-04	Médico 24h
148/2026	Silvio Rereson Serrão	697.***.***-04	Técnico em Enfermagem
149/2026	Lucas Borba Marcondes	108.***.***-66	Médico 24h
150/2026	Andreisi Aline Rebello	064.***.***-90	Médico 24h
152/2026	Henrique Cassol De Oliveira	098.***.***-40	Médico 24h
154/2026	Marcelo Fernandes Zveiter	006.***.***-40	Médico 24h
155/2026	Rozane Tereza Meira Degrandis	039.***.***-17	Técnico em Farmácia
157/2026	Fernanda Barbara Macedo Ribeiro	063.***.***-41	Médico 24h
160/2026	Cristiane De Lara Cabrera	003.***.***-96	Técnico em Farmácia
163/2026	Kassio Rios Da Silva	049.***.***-06	Médico 24h
164/2026	Victor Fajardo Bortoli	054.***.***-83	Médico 24h
165/2026	Fernando Gabriel Freddo Peruffo	099.***.***-56	Médico 24h
166/2026	Willian Da Silva Wolff	127.***.***-31	Técnico em Enfermagem
167/2026	Vagner Fagnani Linartevichi	061.***.***-58	Médico 24h
172/2026	Leticia Voigt	080.***.***-54	Médico 24h
173/2026	Rodrigo Amaral Guimarães	106.***.***-04	Médico 24h
175/2026	Leonardo Luis Arcego	077.***.***-86	Médico 24h
176/2026	Jean Carlos Bez Fontana	046.***.***-06	Médico 24h
177/2026	Simone Aparecida Ambrosina Sousa Santos	274.***.***-57	Técnico em Enfermagem
178/2026	Anna Flávia Dos Reis Perusin	105.***.***-76	Técnico em Enfermagem
179/2026	Maria Eduarda Dias Bergamo	078.***.***-32	Médico 24h
180/2026	Pedro Henrique Batista De Oliveira	097.***.***-33	Médico 24h
181/2026	Larissa Torres Sant Anna De Andrade	059.***.***-47	Médico 24h
182/2026	João Vitor Rocha Ribeiro	084.***.***-21	Médico 24h
183/2026	Alessandra Meira Pontes Da Silva	078.***.***-98	Médico 24h
184/2026	Amanda Zamoner	080.***.***-47	Médico 24h
186/2026	Leonardo Pedro Salesse	068.***.***-89	Médico 24h
187/2026	Erica Nicchio Norvila	062.***.***-99	Médico 24h
188/2026	Samara Cristina Schu	058.***.***-85	Técnico em Enfermagem
189/2026	Luana Beatriz Kosmann	082.***.***-60	Médico 24h
194/2026	Wilton Lopes Galvao	424.***.***-07	Médico 24h
196/2026	Erick Campos	101.***.***-42	Médico 24h
197/2026	Priscila Goncalves Do Rosario	224.***.***-36	Técnico em Farmácia
198/2026	Berenice Fatima Alves	007.***.***-08	Técnico em Enfermagem
199/2026	Lianara Ketlin Tauchert	087.***.***-27	Médico 24h
200/2026	Heloísa Martendal Pazini	065.***.***-22	Médico 24h
202/2026	Daniel Alfredo Obrist Duarte	801.***.***-45	Médico 24h
203/2026	Gisela Malena Machado Pieniak	068.***.***-84	Médico 24h
204/2026	Rafaela Rodrigues De Mello	038.***.***-38	Médico 24h
205/2026	Jakeline Klassen Macedo	116.***.***-48	Técnico em Enfermagem
206/2026	Kamila Vargas Pleutim	008.***.***-56	Médico 24h
207/2026	Yasmin Escobar Franco	036.***.***-06	Médico 24h
209/2026	Nivaldo Dutra Pastusko Neuberger	072.***.***-11	Médico 24h
210/2026	Natalia Inocencio Valmorbida	089.***.***-07	Médico 24h
211/2026	Bárbara Pasqualotto	037.***.***-75	Médico 24h
212/2026	Isadora Alencar Martins	076.***.***-77	Médico 24h
213/2026	Giovanna Kszan Sierakowski	108.***.***-33	Médico 24h
215/2026	Fabiana Corrêa Nogueira Latrônico	051.***.***-19	Médico 24h
216/2026	Eloisa De Almeida	050.***.***-19	Médico 24h
218/2026	Brunno Scudeller	067.***.***-22	Médico 24h
220/2026	Maura Omori Morita	088.***.***-92	Médico 24h
221/2026	Andreia Simone Aparecida Pessoa	078.***.***-03	Técnico em Farmácia
223/2026	Mariana De Fatima Melo	080.***.***-10	Médico 24h
224/2026	Ana Leticia Pessatto	085.***.***-80	Médico 24h
225/2026	Marcus Vinicius Zorzela Oliveira Neves	126.***.***-14	Médico 24h
226/2026	Nauana Ribeiro Rocha	052.***.***-52	Médico 24h
228/2026	Alexia Lopes Santoro	048.***.***-22	Médico 24h
229/2026	Natalia Matos Brandt	098.***.***-42	Médico 24h
231/2026	Décio Moreno Aguilera Junior	022.***.***-38	Médico 24h
232/2026	Vinicius Furlan Erkmann	080.***.***-64	Médico 24h
233/2026	Ana Beatriz Derrenusson Nelli Margatto Nunes	050.***.***-54	Médico 24h
234/2026	Elytania Maria Neves Da Costa Lima	051.***.***-30	Médico 24h
235/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	Técnico em Enfermagem
236/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	Técnico em Enfermagem
237/2026	Rafaela Bearzi Reston	076.***.***-89	Médico 24h
240/2026	Eluan Joel Rodrigues Da Silva	110.***.***-21	Médico 24h
241/2026	Ângela Maria Dos Reis Perusin	018.***.***-63	Técnico em Enfermagem
242/2026	Vitoria Caroline Reis Bonafede	077.***.***-02	Médico 24h
243/2026	Luan Pereira Santos	120.***.***-40	Médico 24h
244/2026	Indria Borges	032.***.***-90	Técnico em Enfermagem
246/2026	Luciana Barboza Da Silva	087.***.***-79	Técnico em Enfermagem

247/2026	Alan Jackson Melquiades De Andrade	106.***.***-89	Médico 24h
248/2026	Eny De Azevedo Valente	328.***.***-91	Técnico em Farmácia
249/2026	Vitoria Dal Pai Melo	099.***.***-41	Médico 24h
250/2026	Roselaine Wentz Koch	957.***.***-68	Médico 24h
251/2026	Domingos Nazareth Dos Santos Junior	261.***.***-87	Médico 24h
252/2026	Yasmin Larissa Spricigo	099.***.***-65	Médico 24h
254/2026	Roberto Nadolny Godofredo	030.***.***-09	Médico 24h
257/2026	Claudio Camilo	677.***.***-20	Médico 24h
258/2026	Anielle De Souza Bubiak	075.***.***-14	Médico 24h
260/2026	Elisiane Rodrigues De Melo	971.***.***-15	Técnico em Enfermagem
261/2026	Bruna Spironello Anschau	090.***.***-86	Médico 24h
262/2026	Andressa Maisa Schneider	093.***.***-12	Médico 24h
263/2026	Wagner Veras Dos Santos	709.***.***-72	Médico 24h
264/2026	Sandra Da Silva Orso	025.***.***-94	Técnico em Enfermagem
265/2026	Gean Carlos Costa	069.***.***-92	Médico 24h
266/2026	Isadora Francisco Medeiros	117.***.***-05	Médico 24h
268/2026	Daniel Vieira Da Cruz	008.***.***-20	Médico 24h
269/2026	Jéssica Xavier Santini	081.***.***-16	Médico 24h
270/2026	Valentina Nunes Fontoura Dos Anjos	011.***.***-31	Médico 24h
271/2026	Andryela Tauana Bresolin	095.***.***-61	Médico 24h
272/2026	Eduardo Rabelo Fontenele	608.***.***-21	Médico 24h
273/2026	Priscila Mitie Nakamura	083.***.***-42	Médico 24h
274/2026	Lyandra Cristina Bosi	101.***.***-52	Médico 24h
276/2026	Paulo Silas Beltrami	347.***.***-66	Médico 24h
277/2026	Camila Cristina Steinmetz Becker	010.***.***-02	Médico 24h
278/2026	Sergio Rodrigo Becker Quadros Da Silva	064.***.***-36	Médico 24h
279/2026	Roberta Caroline Abbá Campos	009.***.***-66	Médico 24h
280/2026	Paola Tolotti Fernandes	080.***.***-31	Médico 24h
281/2026	Natani Gaio	111.***.***-46	Médico 24h
282/2026	Gabriela Stefanello Palaoro	112.***.***-55	Médico 24h
284/2026	Carolina Zaro Correa	122.***.***-67	Médico 24h
286/2026	Renata Garcez Da Luz	074.***.***-01	Médico 24h
287/2026	Juliane Pietras	117.***.***-64	Médico 24h
288/2026	Eder Ricardo Haag	036.***.***-62	Médico 24h
290/2026	Gabrielle Nakayama Doreto	113.***.***-39	Médico 24h
292/2026	Wilson Oliveira Silva Júnior	185.***.***-88	Médico 24h
293/2026	Renata Yumi Vada	093.***.***-46	Médico 24h
296/2026	Paola Bernardi Da Silva	075.***.***-62	Médico 24h
297/2026	Pablo Guarisco Ferreira	113.***.***-06	Médico 24h
298/2026	Ricardo Cordeiro Batista	077.***.***-66	Médico 24h
299/2026	Gabriel De Lima Chini	089.***.***-95	Médico 24h
300/2026	Juliana Yukari Oshiro	012.***.***-04	Médico 24h
301/2026	Glaidsan Moreira Da Silva Maia	878.***.***-87	Médico 24h
304/2026	Paulo Ferreira Da Silva	917.***.***-53	Técnico em Enfermagem
305/2026	Leticia Silva Barros	009.***.***-21	Médico 24h
306/2026	Bruno Marcel Hukusina	046.***.***-00	Médico 24h
309/2026	Angela Soledade Sachini Abbas	021.***.***-20	Médico 24h
311/2026	Wellington Jose Abade Correa	036.***.***-25	Médico 24h
312/2026	Francisco Augusto Sobral Feitosa Do Prado Júnior	840.***.***-04	Médico 24h
313/2026	Aline Monteiro Pereira	009.***.***-07	Médico 24h
314/2026	Thulio Moutinho Silva	113.***.***-50	Médico 24h
315/2026	Vinicius Eduardo Ribeiro Salles	083.***.***-79	Médico 24h
316/2026	Patrick Wesley Ferri Cardoso	103.***.***-42	Médico 24h
318/2026	Alexandra Candido Medeiros	077.***.***-60	Médico 24h
321/2026	Guilherme Barbosa	027.***.***-39	Médico 24h
322/2026	Leonardo Pedot Tonetto	111.***.***-09	Médico 24h
323/2026	Alexandre Coronado Do Nascimento	034.***.***-23	Médico 24h
326/2026	Amanda Thayna Menoncin	091.***.***-55	Médico 24h
327/2026	Sabin Khouri	705.***.***-30	Médico 24h
328/2026	Nicoly Magnes Sehn	012.***.***-60	Médico 24h
329/2026	William Marciano De Oliveira	077.***.***-86	Médico 24h
330/2026	Mayara De Almeida Loeblein	070.***.***-16	Médico 24h
331/2026	Leonardo De Freitas Cardoso	102.***.***-04	Médico 24h
333/2026	Roney Ricardo Menegheti	084.***.***-66	Médico 24h
334/2026	Rafaela Poloni Ferreira	109.***.***-35	Médico 24h
335/2026	Hellen Pinho Candado	024.***.***-08	Médico 24h
336/2026	Augusto César Costa Carvalho	080.***.***-71	Médico 24h
338/2026	Manoela Lourdes Dos Santos	074.***.***-51	Médico 24h
339/2026	Monica Gabrielle Do Prado	099.***.***-69	Médico 24h
342/2026	Annelise Tiemi Rodrigues Kazama	360.***.***-99	Médico 24h
343/2026	Ana Beatriz Flores	118.***.***-80	Médico 24h
344/2026	Lohana Gabriele Penazzo Machado	098.***.***-64	Médico 24h
345/2026	Alan Crisan Zocche	098.***.***-40	Médico 24h
346/2026	Niurbys Perez Vilches	719.***.***-20	Médico 24h
347/2026	Samara Regina Borssoi	102.***.***-74	Médico 24h
348/2026	Marli Groos De Abreu Wilmsen	050.***.***-28	Técnico em Enfermagem
349/2026	Júlia Bortolozzo Cazari	079.***.***-99	Médico 24h
352/2026	Alles Paulo De Souza	326.***.***-92	Médico 24h
353/2026	Barbara Bredow	098.***.***-08	Médico 24h
355/2026	Jean Carlos Vanelli	081.***.***-40	Médico 24h
356/2026	Luiz Carlos Menzel	016.***.***-88	Médico 24h
358/2026	Eliana Thaiane Mazarro Bortolini	041.***.***-40	Médico 24h
359/2026	Marisete Machado De Almeida	001.***.***-22	Técnico em Enfermagem
360/2026	Vitor Tessari Rossoni	110.***.***-61	Médico 24h
361/2026	Rodison Pinto Soares	960.***.***-59	Técnico em Enfermagem
362/2026	Rodison Pinto Soares	960.***.***-59	Técnico em Enfermagem
363/2026	Wesley Lucas Joahnn	099.***.***-70	Técnico em Enfermagem
364/2026	Lauren Valenthina Peres Timm	034.***.***-20	Médico 24h
365/2026	Rafael Roberto Jacobo Gil	716.***.***-41	Médico 24h

366/2026	Letícia Lumi Nakamura	109.***.***-76	Médico 24h
367/2026	Sarah Evelyn Silva Fernandes Echhardt	018.***.***-65	Médico 24h
368/2026	Ana Carolina Grande	093.***.***-21	Médico 24h
369/2026	Samuel Guarnieri Granero	084.***.***-67	Médico 24h
370/2026	João Gabriel Koval Santana	092.***.***-41	Médico 24h
371/2026	Ruan Araújo Farias Passos	030.***.***-23	Médico 24h
374/2026	Marcos Adriano Mendonça Da Silva	091.***.***-30	Médico 24h
375/2026	Wanderson Wruk	044.***.***-32	Médico 24h
376/2026	Eduardo Henrique Martinazzo Angelo	412.***.***-12	Médico 24h
377/2026	Luciana Maciel Pantoja Mendes	730.***.***-72	Médico 24h
379/2026	João Victor Dayrell Machado	120.***.***-30	Médico 24h
380/2026	Marie Klais Maciel	108.***.***-69	Médico 24h
381/2026	Igor Jose Moreira Montanher	082.***.***-10	Médico 24h
382/2026	Matheus Lira Henz	083.***.***-51	Médico 24h
384/2026	Henrique Prati	120.***.***-25	Médico 24h
385/2026	Dilceia Carmem Grecco	524.***.***-49	Técnico em Enfermagem
387/2026	Mateus Ahlert	077.***.***-02	Médico 24h
388/2026	Emilyane Batalha	090.***.***-24	Médico 24h
391/2026	Mary Ivy Cordeiro Da Silva	880.***.***-49	Técnico em Enfermagem
392/2026	Fernanda Marassi	090.***.***-56	Médico 24h
393/2026	Marcia Elisangela Alves Dos Santos Silva	016.***.***-54	Técnico em Enfermagem
394/2026	Morgana Pereira De Souza	050.***.***-00	Médico 24h
396/2026	Aline Santana Bortoluzzi	061.***.***-25	Médico 24h
399/2026	Mateus Heck De Souz	072.***.***-73	Médico 24h
404/2026	Amanda Bernal Bertoglio Monteiro	102.***.***-30	Médico 24h
405/2026	Cristini Rocha Pinto Braga	076.***.***-24	Técnico em Farmácia
408/2026	Camila Alexandra De Bortoli Silva	936.***.***-34	Médico 24h
409/2026	Kessia Allana Baiocco	057.***.***-40	Médico 24h
410/2026	Mônica Patrícia De Souza	073.***.***-38	Médico 24h
411/2026	Sarah Maryanne Oliveira Pereira	137.***.***-90	Médico 24h
412/2026	Marcela Yumi Obata	410.***.***-01	Médico 24h
414/2026	Susane Gauto Goncebatt	006.***.***-61	Médico 24h
415/2026	Jessica Pilonetto	059.***.***-02	Médico 24h
416/2026	Gabriela De Oliveira Beni	089.***.***-52	Médico 24h
418/2026	Rafaela Candido	088.***.***-80	Médico 24h
419/2026	Sophia Mandelli Petracca	074.***.***-79	Médico 24h
422/2026	Matheus Pereira Cruz	429.***.***-32	Médico 24h
425/2026	Henrique Leonardo Dias	085.***.***-99	Médico 24h
428/2026	Tais Da Silva Schmidt	102.***.***-10	Médico 24h
429/2026	Rufino Yavin Barreto Segovia	718.***.***-83	Médico 24h
430/2026	Tiago Da Silva	081.***.***-80	Técnico em Enfermagem
431/2026	Caroliny Gehlen	119.***.***-81	Médico 24h
433/2026	Vinícius Antonio Da Silva Martins	062.***.***-19	Médico 24h
434/2026	Simone Mayumi Hanada	070.***.***-18	Médico 24h
435/2026	Ana Clara Monteiro Marchini	068.***.***-38	Médico 24h
437/2026	Valentina Fornari Dambros	110.***.***-69	Médico 24h
438/2026	Jackson Guedes Dos Santos	002.***.***-90	Médico 24h
439/2026	Nathalia Frasson Cordeiro	104.***.***-82	Médico 24h
442/2026	Mariana Ortina	083.***.***-88	Médico 24h
443/2026	Elizandro Ribeiro Camargo	001.***.***-17	Médico 24h
446/2026	Suellen Cristina Figueiredo	376.***.***-18	Médico 24h
449/2026	Matheus Balabuch Neumann	070.***.***-77	Médico 24h
451/2026	Valeria Cezar Dos Santos	070.***.***-17	Médico 24h
452/2026	Ricardo Zeferino Pacheco	068.***.***-92	Médico 24h
454/2026	Leticia Silva Danielli	073.***.***-95	Médico 24h
456/2026	Martin Irion Almeida	853.***.***-49	Médico 24h
458/2026	Suzete Romilda Meira	039.***.***-99	Técnico em Farmácia
459/2026	Amanda Freires Da Silva	077.***.***-00	Médico 24h
462/2026	Alana Carla Campana Miranda	086.***.***-00	Médico 24h
463/2026	Alessandra Da Costa	103.***.***-39	Médico 24h
465/2026	Izabela Fernandes Chaves	104.***.***-00	Médico 24h
466/2026	Edivaldo Antunes De França	617.***.***-15	Médico 24h
469/2026	Jessica Cano Fontalva	113.***.***-14	Técnico em Enfermagem
470/2026	Marcelo De Oliveira Machado	105.***.***-84	Médico 24h
471/2026	Darlan Borges Macedo	706.***.***-32	Médico 24h
472/2026	Leticia Weiler Prado	089.***.***-40	Médico 24h
473/2026	Lara Henriqueta Bussolaro Ricardi	075.***.***-96	Médico 24h

**Candidato Portador De Deficiência.*

2° - A divulgação da ordem classificatória e desclassificados *(não atingiram pontuação mínima)* dos candidatos inscritos, conforme segue:

2.1 Médico 24h – Toledo/PR

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Pontuação
001º	301/2026	Glaidsan Moreira Da Silva Maia	878.***.***-87	8,6
002º	335/2026	Hellen Pinho Candado	024.***.***-08	8,6
003º	037/2026	Francisco Macena Alves Junior	074.***.***-16	8,6
004º	150/2026	Andreisi Aline Rebello	064.***.***-90	8,6
005º	011/2026	Augusto Bertoldo	052.***.***-60	8,6
006º	443/2026	Elizandro Ribeiro Camargo	001.***.***-17	7,5

007º	257/2026	Claudio Camilo	677.***.***-20	7,35
008º	263/2026	Wagner Veras Dos Santos	709.***.***-72	7,35
009º	311/2026	Wellington Jose Abade Correa	036.***.***-25	7,35
010º	206/2026	Kamila Vargas Pleutim	008.***.***-56	7,35
011º	412/2026	Marcela Yumi Obata	410.***.***-01	7,35
012º	396/2026	Aline Santana Bortoluzzi	061.***.***-25	7,35
013º	305/2026	Leticia Silva Barros	009.***.***-21	7,35
014º	306/2026	Bruno Marcel Hukusina	046.***.***-00	6,6
015º	167/2026	Vagner Fagnani Linartevichi	061.***.***-58	6,4
016º	146/2026	Lucas Werneck Mourão	056.***.***-31	6,4
017º	251/2026	Domingos Nazareth Dos Santos Junior	261.***.***-87	6,1
018º	154/2026	Marcelo Fernandes Zveiter	006.***.***-40	6,1
019º	312/2026	Francisco Augusto Sobral Feitosa Do Prado Júnior	840.***.***-04	6,1
020º	323/2026	Alexandre Coronado Do Nascimento	034.***.***-23	6,1
021º	408/2026	Camila Alexandra De Bortoli Silva	936.***.***-34	6,1
022º	434/2026	Simone Mayumi Hanada	070.***.***-18	6,1
023º	258/2026	Anielle De Souza Bubiak	075.***.***-14	6,1
024º	438/2026	Jackson Guedes Dos Santos	002.***.***-90	6,1
025º	355/2026	Jean Carlos Vanelli	081.***.***-40	6,1
026º	202/2026	Daniel Alfredo Obrist Duarte	801.***.***-45	6,1
027º	415/2026	Jessica Pilonetto	059.***.***-02	6,1
028º	142/2026	Ingrid Nascimento Lima Barros	098.***.***-48	6,1
029º	096/2026	Natália Perão De Liz	099.***.***-25	6,1
030º	338/2026	Manoela Lourdes Dos Santos	074.***.***-51	6,1
031º	024/2026	Lucas Vinicius Leal Martins De Sousa	020.***.***-26	6,1
032º	119/2026	Igor Dal Pozzo Da Costa	092.***.***-58	6,1
033º	379/2026	João Victor Dayrell Machado	120.***.***-30	6,1
034º	242/2026	Vitoria Caroline Reis Bonafede	077.***.***-02	6,1
035º	139/2026	Juliana Emi Shimabukuro	044.***.***-93	5,9
036º	218/2026	Brunno Scudeller	067.***.***-22	5,8
037º	339/2026	Monica Gabrielle Do Prado	099.***.***-69	5,7
038º	352/2026	Alles Paulo De Souza	326.***.***-92	5,35
039º	175/2026	Leonardo Luis Arcego	077.***.***-86	5,1
040º	209/2026	Nivaldo Dutra Pastusko Neuberger	072.***.***-11	5
041º	392/2026	Fernanda Marassi	090.***.***-56	4,95
042º	462/2026	Alana Carla Campana Miranda	086.***.***-00	4,9
043º	428/2026	Tais Da Silva Schmidt	102.***.***-10	4,9
044º	210/2026	Natalia Inocencio Valmorbida	089.***.***-07	4,9
045º	309/2026	Angela Soledade Sachini Abbas	021.***.***-20	4,85
046º	466/2026	Edivaldo Antunes De França	617.***.***-15	4,85
047º	254/2026	Roberto Nadolny Godofredo	030.***.***-09	4,85
048º	234/2026	Elytania Maria Neves Da Costa Lima	051.***.***-30	4,85
049º	163/2026	Kassio Rios Da Silva	049.***.***-06	4,85
050º	365/2026	Rafael Roberto Jacobo Gil	716.***.***-41	4,85
051º	265/2026	Gean Carlos Costa	069.***.***-92	4,85
052º	199/2026	Lianara Ketlin Tauchert	087.***.***-27	4,85
053º	429/2026	Rufino Yavin Barreto Segovia	718.***.***-83	4,85
054º	456/2026	Martin Irion Almeida	853.***.***-49	4,85
055º	367/2026	Sarah Evelyn Silva Fernandes Echhardt	018.***.***-65	4,85
056º	220/2026	Maura Omori Morita	088.***.***-92	4,85
057º	006/2026	Graziela Aparecida Gonçalves Rioga	113.***.***-56	4,85
058º	130/2026	Lucas Henrique Almeida Carvalho	109.***.***-44	4,85
059º	418/2026	Rafaela Candido	088.***.***-80	4,85
060º	089/2026	Gustavo Silveira Girotto	077.***.***-41	4,85
061º	105/2026	Silvio Tavares Neto	024.***.***-62	4,85
062º	044/2026	Nicole Schneider	057.***.***-46	4,85
063º	164/2026	Victor Fajardo Bortoli	054.***.***-83	4,85
064º	212/2026	Isadora Alencar Martins	076.***.***-77	4,85
065º	313/2026	Aline Monteiro Pereira	009.***.***-07	4,85
066º	404/2026	Amanda Bernal Bertoglio Monteiro	102.***.***-30	4,85
067º	437/2026	Valentina Fornari Dambros	110.***.***-69	4,85
068º	120/2026	Maieli Vieira Guedes	089.***.***-79	4,85
069º	472/2026	Leticia Weiler Prado	089.***.***-40	4,85
070º	233/2026	Ana Beatriz Derrenusson Nelli Margatto Nunes	050.***.***-54	4,7
071º	115/2026	Sabrina Nogueira Rodrigues	107.***.***-17	4,7
072º	207/2026	Yasmin Escobar Franco	036.***.***-06	4,65
073º	435/2026	Ana Clara Monteiro Marchini	068.***.***-38	4,5
074º	249/2026	Vitoria Dal Pai Melo	099.***.***-41	4,5
075º	381/2026	Igor Jose Moreira Montanher	082.***.***-10	4,5
076º	410/2026	Mônica Patrícia De Souza	073.***.***-38	4,45
077º	079/2026	Cleane Fernandes Pontes	603.***.***-65	4,45
078º	030/2026	Hariane Fatima Menin	110.***.***-00	4,3
079º	182/2026	João Vitor Rocha Ribeiro	084.***.***-21	4,3
080º	262/2026	Andressa Maisa Schneider	093.***.***-12	4,25
081º	223/2026	Mariana De Fatima Melo	080.***.***-10	4,25
082º	370/2026	João Gabriel Koval Santana	092.***.***-41	4,1
083º	358/2026	Eliana Thaiane Mazarro Bortolini	041.***.***-40	4,05
084º	290/2026	Gabrielle Nakayama Doreto	113.***.***-39	4,05
085º	346/2026	Niurbys Perez Vilches	719.***.***-20	3,9
086º	224/2026	Ana Leticia Pessatto	085.***.***-80	3,9
087º	107/2026	Eduardo Flores Da Fonseca	027.***.***-82	3,85
088º	278/2026	Sergio Rodrigo Becker Quadros Da Silva	064.***.***-36	3,85
089º	093/2026	Gabriel Bagarolo Petronilho	103.***.***-08	3,85
090º	328/2026	Nicoly Magnes Sehn	012.***.***-60	3,7
091º	252/2026	Yasmin Larissa Spricigo	099.***.***-65	3,65
092º	369/2026	Samuel Guarnieri Granero	084.***.***-67	3,65
093º	439/2026	Nathalia Frasson Cordeiro	104.***.***-82	3,65
094º	243/2026	Luan Pereira Santos	120.***.***-40	3,65
095º	377/2026	Luciana Maciel Pantoja Mendes	730.***.***-72	3,6

096º	050/2026	Eduarda Cavalet Lubenow	075.***.***-60	3,6
097º	042/2026	Angelica Bolzan Streda	031.***.***-45	3,6
098º	172/2026	Leticia Voigt	080.***.***-54	3,6
099º	082/2026	Ana Carolina Lopes De Souza Pagnoncelli Rayzer	068.***.***-38	3,6
100º	118/2026	Eduarda Silva Müller	085.***.***-90	3,6
101º	394/2026	Morgana Pereira De Souza	050.***.***-00	3,6
102º	029/2026	Juliana Garcia Lisboa	101.***.***-63	3,6
103º	134/2026	Ruan Kelvin Wink Schell	096.***.***-60	3,6
104º	213/2026	Giovanna Kszan Sierakowski	108.***.***-33	3,6
105º	454/2026	Leticia Silva Danielli	073.***.***-95	3,6
106º	409/2026	Kessia Allana Baiocco	057.***.***-40	3,45
107º	026/2026	Anne Caroline Boreski Dos Santos	078.***.***-76	3,45
108º	356/2026	Luiz Carlos Menzel	016.***.***-88	3,3
109º	282/2026	Gabriela Stefanello Palaoro	112.***.***-55	3,3
110º	176/2026	Jean Carlos Bez Fontana	046.***.***-06	3,25
111º	005/2026	Danielly Maximino Da Rocha	106.***.***-09	3,25
112º	316/2026	Patrick Wesley Ferri Cardoso	103.***.***-42	3,25
113º	327/2026	Sabin Khouri	705.***.***-30	3,25
114º	296/2026	Paola Bernardi Da Silva	075.***.***-62	3,1
115º	016/2026	Carlos Chumacero Rodrigues Cabezas	242.***.***-49	3,05
116º	375/2026	Wanderson Wruk	044.***.***-32	3,05
117º	331/2026	Leonardo De Freitas Cardoso	102.***.***-04	3,05
118º	459/2026	Amanda Freires Da Silva	077.***.***-00	3,05
119º	247/2026	Alan Jackson Melquiades De Andrade	106.***.***-89	3,05
120º	240/2026	Eluan Joel Rodrigues Da Silva	110.***.***-21	3,05
121º	286/2026	Renata Garcez Da Luz	074.***.***-01	2,9
122º	374/2026	Marcos Adriano Mendonça Da Silva	091.***.***-30	2,85
123º	065/2026	Kethellyn Dayanne Carvalho	093.***.***-83	2,85
124º	371/2026	Ruan Araújo Farias Passos	030.***.***-23	2,85
125º	293/2026	Renata Yumi Vada	093.***.***-46	2,85
126º	084/2026	Celio Roberto Da Silva Borges	740.***.***-53	2,7
127º	111/2026	Tiago Spricigo	056.***.***-05	2,7
128º	277/2026	Camila Cristina Steinmetz Becker	010.***.***-02	2,65
129º	186/2026	Leonardo Pedro Salesse	068.***.***-89	2,65
130º	330/2026	Mayara De Almeida Loeblein	070.***.***-16	2,65
131º	470/2026	Marcelo De Oliveira Machado	105.***.***-84	2,65
132º	318/2026	Alexandra Candido Medeiros	077.***.***-60	2,65
133º	280/2026	Paola Tolotti Fernandes	080.***.***-31	2,65
134º	250/2026	Roselaine Wentz Koch	957.***.***-68	2,5
135º	031/2026	Rubens Ary Junior	218.***.***-35	2,5
136º	041/2026	Diogo Fernando Da Rosa	057.***.***-05	2,5
137º	321/2026	Guilherme Barbosa	027.***.***-39	2,5
138º	072/2026	Lia Aguiar Da Silva	051.***.***-63	2,5
139º	059/2026	Douglas Rocha Santos	003.***.***-46	2,5
140º	333/2026	Roney Ricardo Menegheti	084.***.***-66	2,5
141º	342/2026	Annelise Tiemi Rodrigues Kazama	360.***.***-99	2,5
142º	147/2026	Anna Carolina Domingos Rodrigues	103.***.***-04	2,5
143º	173/2026	Rodrigo Amaral Guimarães	106.***.***-04	2,5
144º	063/2026	Mariana Sala Kociolek	103.***.***-35	2,5
145º	229/2026	Natalia Matos Brandt	098.***.***-42	2,5
146º	353/2026	Barbara Bredow	098.***.***-08	2,5
147º	086/2026	Javier Diaz Arevalo	112.***.***-73	2,5
148º	471/2026	Darlan Borges Macedo	706.***.***-32	2,5
149º	287/2026	Juliane Pietras	117.***.***-64	2,5
150º	010/2026	Maria Isabela Oening	091.***.***-67	2,5
151º	364/2026	Lauren Valenthina Peres Timm	034.***.***-20	2,5
152º	368/2026	Ana Carolina Grande	093.***.***-21	2,5
153º	288/2026	Eder Ricardo Haag	036.***.***-62	2,45
154º	181/2026	Larissa Torres Sant Anna De Andrade	059.***.***-47	2,45
155º	451/2026	Valeria Cezar Dos Santos	070.***.***-17	2,45
156º	203/2026	Gisela Malena Machado Pieniak	068.***.***-84	2,45
157º	081/2026	Fernando Henrique Cappellari Tolentino	005.***.***-66	2,4
158º	279/2026	Roberta Caroline Abbá Campos	009.***.***-66	2,4
159º	047/2026	Gabriel Prestes	095.***.***-12	2,4
160º	449/2026	Matheus Balabuch Neumann	070.***.***-77	2,25
161º	085/2026	Vinicius Fernandes	108.***.***-12	2,25
162º	129/2026	Alessandra Leticia De Araujo	105.***.***-07	2,25
163º	261/2026	Bruna Spironello Anschau	090.***.***-86	2,25
164º	103/2026	Mariana Castro Oliveira	068.***.***-05	2,25
165º	315/2026	Vinicius Eduardo Ribeiro Salles	083.***.***-79	2,25
166º	431/2026	Caroliny Gehlen	119.***.***-81	2,05
167º	344/2026	Lohana Gabriele Penazzo Machado	098.***.***-64	2
168º	463/2026	Alessandra Da Costa	103.***.***-39	1,85
169º	270/2026	Valentina Nunes Fontoura Dos Anjos	011.***.***-31	1,85
170º	297/2026	Pablo Guarisco Ferreira	113.***.***-06	1,65
171º	299/2026	Gabriel De Lima Chini	089.***.***-95	1,65
172º	452/2026	Ricardo Zeferino Pacheco	068.***.***-92	1,65
173º	411/2026	Sarah Maryanne Oliveira Pereira	137.***.***-90	1,6
174º	442/2026	Mariana Ortina	083.***.***-88	1,6
175º	268/2026	Daniel Vieira Da Cruz	008.***.***-20	1,45
176º	196/2026	Erick Campos	101.***.***-42	1,45
177º	272/2026	Eduardo Rabelo Fontenele	608.***.***-21	1,4
178º	422/2026	Matheus Pereira Cruz	429.***.***-32	1,4
179º	382/2026	Matheus Lira Henz	083.***.***-51	1,4
180º	231/2026	Décio Moreno Aguilera Junior	022.***.***-38	1,25
181º	074/2026	Juliana Tadeu Thomé	047.***.***-96	1,25
182º	215/2026	Fabiana Corrêa Nogueira Latrônico	051.***.***-19	1,25
183º	114/2026	Hanieli Dalfovo Do Carmo Eliziario	053.***.***-61	1,25
184º	314/2026	Thulio Moutinho Silva	113.***.***-50	1,25

185º	070/2026	Bruna Lenhardt Soares	066.***.***-61	1,25
186º	061/2026	Helliton Jonathan Frigo Cechinel	073.***.***-21	1,25
187º	121/2026	Rosane Muller Dos Santos	071.***.***-58	1,25
188º	073/2026	Natália Regina Souza Da Silva	088.***.***-70	1,25
189º	399/2026	Mateus Heck De Souz	072.***.***-73	1,25
190º	376/2026	Eduardo Henrique Martinazzo Angelo	412.***.***-12	1,25
191º	416/2026	Gabriela De Oliveira Beni	089.***.***-52	1,25
192º	136/2026	Amanda Roberta De Oliveira Guedes	086.***.***-42	1,25
193º	204/2026	Rafaela Rodrigues De Mello	038.***.***-38	1,25
194º	345/2026	Alan Crisan Zocche	098.***.***-40	1,25
195º	226/2026	Nauana Ribeiro Rocha	052.***.***-52	1,25
196º	300/2026	Juliana Yukari Oshiro	012.***.***-04	1,25
197º	090/2026	Camila Juliana De Castilha	094.***.***-73	1,25
198º	433/2026	Vinícius Antonio Da Silva Martins	062.***.***-19	1,25
199º	123/2026	Cleverton Esma Lima	090.***.***-47	1,25
200º	194/2026	Wilton Lopes Galvao	424.***.***-07	1,25
201º	216/2026	Eloisa De Almeida	050.***.***-19	1,25
202º	127/2026	Gabrielle Karen Cardoso Villena	436.***.***-93	1,25
203º	183/2026	Alessandra Meira Pontes Da Silva	078.***.***-98	1,25
204º	180/2026	Pedro Henrique Batista De Oliveira	097.***.***-33	1,25
205º	322/2026	Leonardo Pedot Tonetto	111.***.***-09	1,25
206º	380/2026	Marie Klais Maciel	108.***.***-69	1,25
207º	384/2026	Henrique Prati	120.***.***-25	1,25
208º	425/2026	Henrique Leonardo Dias	085.***.***-99	1,25
209º	465/2026	Izabela Fernandes Chaves	104.***.***-00	1,25
210º	473/2026	Lara Henriqueta Bussolaro Ricardi	075.***.***-96	1,25
211º	122/2026	Adriano Mota De Menezes	109.***.***-39	1,25
212º	334/2026	Rafaela Poloni Ferreira	109.***.***-35	1,25
213º	329/2026	William Marciano De Oliveira	077.***.***-86	1,25
214º	388/2026	Emilyane Batalha	090.***.***-24	1,25
215º	281/2026	Natani Gaio	111.***.***-46	1,25
216º	020/2026	Sâmera Hendges Heidemann	062.***.***-74	1,25
217º	274/2026	Lyandra Cristina Bosi	101.***.***-52	1,25
218º	298/2026	Ricardo Cordeiro Batista	077.***.***-66	1,25
219º	184/2026	Amanda Zamoner	080.***.***-47	1,25
220º	269/2026	Jéssica Xavier Santini	081.***.***-16	1,25
221º	056/2026	Nathan Dos Santos Rocha	035.***.***-54	1,25
222º	347/2026	Samara Regina Borssoi	102.***.***-74	1,25
223º	237/2026	Rafaela Bearzi Reston	076.***.***-89	1,25
224º	284/2026	Carolina Zaro Correa	122.***.***-67	1,25
225º	211/2026	Bárbara Pasqualotto	037.***.***-75	1,25
226º	038/2026	Yara Luiza Celoni Dondoni	098.***.***-30	1,25
227º	349/2026	Júlia Bortolozzo Cazari	079.***.***-99	1,25
228º	266/2026	Isadora Francisco Medeiros	117.***.***-05	1,25
229º	152/2026	Henrique Cassol De Oliveira	098.***.***-40	1,25
230º	035/2026	Nathália Larissa De Matos Abe	082.***.***-06	1,25
231º	128/2026	Tiago Arnecke Pereira	057.***.***-61	1,25
232º	228/2026	Alexia Lopes Santoro	048.***.***-22	1,25
233º	149/2026	Lucas Borba Marcondes	108.***.***-66	1,25
234º	091/2026	Maria Vitória De Araújo	098.***.***-60	1,25
235º	039/2026	Maria Fernanda Lava	092.***.***-25	1,25
236º	273/2026	Priscila Mitie Nakamura	083.***.***-42	1,25
237º	060/2026	Gabriel Pereira Dos Santos	101.***.***-10	1,25
238º	225/2026	Marcus Vinicius Zorzela Oliveira Neves	126.***.***-14	1,25
239º	008/2026	Yasmin Cortez Cominetti	060.***.***-94	1,25
240º	108/2026	Luana Nakamura Kageyama	013.***.***-45	1,25
241º	143/2026	Rafaela Röhl Ferrandin	118.***.***-80	1,25
242º	179/2026	Maria Eduarda Dias Bergamo	078.***.***-32	1,25
243º	232/2026	Vinicius Furlan Erkmann	080.***.***-64	1,25
244º	343/2026	Ana Beatriz Flores	118.***.***-80	1,25
Desclassificado	009/2026	Monica Yanara De Arruda	104.***.***-03	0
Desclassificado	048/2026	Roberto Guerrero Delgado	065.***.***-77	0
Desclassificado	058/2026	Isabela Silva Trodorfe	082.***.***-50	0
Desclassificado	068/2026	Izabelly Nunoi Sobreira De Oliveira	032.***.***-97	0
Desclassificado	094/2026	Bruna Pathrícia Ricardi Pasinato	071.***.***-28	0
Desclassificado	110/2026	Carlos Eduardo Santana Do Nascimento	121.***.***-05	0
Desclassificado	124/2026	Alini Lemes Pavan	069.***.***-41	0
Desclassificado	132/2026	Gabriela Granado Rosa	105.***.***-03	0
Desclassificado	137/2026	Elis Simone Giroto	064.***.***-17	0
Desclassificado	138/2026	Lucas Dos Santos Siviero	089.***.***-77	0
Desclassificado	157/2026	Fernanda Barbara Macedo Ribeiro	063.***.***-41	0
Desclassificado	165/2026	Fernando Gabriel Freddo Peruffo	099.***.***-56	0
Desclassificado	187/2026	Erica Nicchio Norvila	062.***.***-99	0
Desclassificado	189/2026	Luana Beatriz Kosmann	082.***.***-60	0
Desclassificado	200/2026	Heloísa Martendal Pazini	065.***.***-22	0
Desclassificado	271/2026	Andryela Tauana Bresolin	095.***.***-61	0
Desclassificado	276/2026	Paulo Silas Beltrami	347.***.***-66	0
Desclassificado	292/2026	Wilson Oliveira Silva Júnior	185.***.***-88	0
Desclassificado	326/2026	Amanda Thayna Menoncin	091.***.***-55	0
Desclassificado	336/2026	Augusto César Costa Carvalho	080.***.***-71	0
Desclassificado	360/2026	Vitor Tessari Rossoni	110.***.***-61	0
Desclassificado	366/2026	Letícia Lumi Nakamura	109.***.***-76	0
Desclassificado	387/2026	Mateus Ahlert	077.***.***-02	0
Desclassificado	414/2026	Susane Gauto Goncebatt	006.***.***-61	0
Desclassificado	419/2026	Sophia Mandelli Petracca	074.***.***-79	0
Desclassificado	446/2026	Suellen Cristina Figueiredo	376.***.***-18	0

2.2 Técnico em Enfermagem – Santa Tereza do Oeste/PR

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Pontuação
01º	166/2026	Willian da Silva Wolff	127.***.***-31	10
02º	067/2026	Djenifer Larini Vieira Prestes	062.***.***-30	8
03º	007/2026	Kelly Cristina Teixeira	040.***.***-50	7,6
04º	391/2026	Mary Ivy Cordeiro da Silva	880.***.***-49	7
05º	244/2026	Indria Borges	032.***.***-90	6,9
06º	361/2026	Rodison Pinto Soares	960.***.***-59	5,8
07º	430/2026	tiago da silva	081.***.***-80	5,8
08º	069/2026	TAISE PINTO SANTOS	046.***.***-28	5,4
09º	148/2026	SILVIO RERESON SERRÃO	697.***.***-04	4
10º	046/2026	VANDESON DA SILVA FERREIRA	010.***.***-75	3,9
11º	095/2026	JANICE ALVES VISSOTO	859.***.***-53	3,5
12º	359/2026	Marisete Machado de Almeida	001.***.***-22	3,2
13º	001/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	2,4
14º	075/2026	GERALDO VICENTE DA SILVA JUNIOR	007.***.***-02	1
15º	145/2026	Joyce Cardosa Moi	115.***.***-54	0,5
Desclassificado	032/2026	Kauana Pereira dos Santos	125.***.***-38	0
Desclassificado	033/2026	Simone Jesus do Valle	029.***.***-02	0
Desclassificado	055/2026	JULIANA CRISTINA DORNELLES POTTMEIR	063.***.***-90	0
Desclassificado	088/2026	Luiz Henrique Andrade de Souza	098.***.***-23	0,2
Desclassificado	098/2026	Elaine Crestani	045.***.***-77	0
Desclassificado	102/2026	Maria Gabriela Santos Silva de Oliveira	452.***.***-01	0
Desclassificado	385/2026	Dilceia carmem grecco	524.***.***-49	0

2.2 Técnico em Enfermagem – São José das Palmeiras/PR

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Pontuação
01º	188/2026	Samara Cristina Schu	058.***.***-85	8
02º	043/2026	Leonice Rocha Cezimbra Rosa	028.***.***-04	7,8
03º	062/2026	Rosilene Bonifacio De Souza	040.***.***-73	7,4
04º	205/2026	Jakeline Klassen Macedo	116.***.***-48	5
05º	304/2026	Paulo Ferreira Da Silva	917.***.***-53	4
06º	260/2026	Elisiane Rodrigues De Melo	971.***.***-15	3
07º	235/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	2,6
08º	348/2026	Marli Groos De Abreu Wilmsen	050.***.***-28	1
09º	057/2026	Fatima Carine Vogel Ribeiro	070.***.***-93	1

2.2 Técnico em Enfermagem – Tupãssi/PR

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Pontuação
01º	018/2026	Fernanda Da Cunha Marquez	116.***.***-54	8
02º	264/2026	Sandra Da Silva Orso	025.***.***-94	7
03º	362/2026	Rodison Pinto Soares	960.***.***-59	5,8
04º	198/2026	Berenice Fatima Alves	007.***.***-08	5,4
05º	363/2026	Wesley Lucas Joahnn	099.***.***-70	5
06º	393/2026	Marcia Elisangela Alves Dos Santos Silva	016.***.***-54	4,5
07º	241/2026	Ângela Maria Dos Reis Perusin	018.***.***-63	4
08º	177/2026	Simone Aparecida Ambrosina Sousa Santos	274.***.***-57	3,8
09º	101/2026	Dilma Galvão Da Silva	023.***.***-28	3
10º	236/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	2,4
11º	113/2026	Kariny Costa De Oliveira	090.***.***-21	2,2
12º	178/2026	Anna Flávia Dos Reis Perusin	105.***.***-76	2
13º	080/2026	Keila Regina Ortiz	059.***.***-29	1,6
14º	246/2026	Luciana Barboza Da Silva	087.***.***-79	0,5
Desclassificado	028/2026	Daiane Valério Becalli Milani	080.***.***-17	0
Desclassificado	049/2026	Andre Carlos De Souza	087.***.***-51	0
Desclassificado	109/2026	Kainan Gabriel De Campos	121.***.***-30	0
Desclassificado	469/2026	Jessica Cano Fontalva	113.***.***-14	0

2.2 Técnico em Farmácia – Cascavel/PR

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Pontuação
01º	197/2026	Priscila Goncalves Do Rosario	224.***.***-36	7
02º	458/2026	Suzete Romilda Meira	039.***.***-99	5
03º	087/2026	Ana Claudia Chagas Machado	063.***.***-02	5
04º	221/2026	Andreia Simone Aparecida Pessoa	078.***.***-03	5
05º	248/2026	Eny De Azevedo Valente	328.***.***-91	2,5
06º	034/2026	Vitor Mateus Peron	059.***.***-39	2
07º	126/2026	Eduardo Gonçalves	107.***.***-31	2
Desclassificado	140/2026	Luiz Gustavo Ferreira	014.***.***-14	0
Desclassificado	155/2026	Rozane Tereza Meira Degrandis	039.***.***-17	0
Desclassificado	160/2026	Cristiane De Lara Cabrera	003.***.***-96	0
Desclassificado	405/2026	Cristini Rocha Pinto Braga	076.***.***-24	0

3º A divulgação da ordem classificatória e desclassificados (não atingiram pontuação mínima) dos candidatos inscritos para vaga destinada a candidatos (as) **portadores de deficiência**, conforme segue:

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Emprego Público	Cidade
01º	242/2026	Vitoria Caroline Reis Bonafede	077.***.***-02	Médico 24h	Toledo
02º	209/2026	Nivaldo Dutra Pastusko Neuberger	072.***.***-11	Médico 24h	Toledo
03º	356/2026	Luiz Carlos Menzel	016.***.***-88	Médico 24h	Toledo
04º	084/2026	Celio Roberto Da Silva Borges	740.***.***-53	Médico 24h	Toledo
05º	330/2026	Mayara De Almeida Loeblein	070.***.***-16	Médico 24h	Toledo
06º	288/2026	Eder Ricardo Haag	036.***.***-62	Médico 24h	Toledo
07º	422/2026	Matheus Pereira Cruz	429.***.***-32	Médico 24h	Toledo
Desclassificado	385/2026	Dilceia Carmem Grecco	524.***.***-49	Técnico em Enfermagem	Santa Tereza do Oeste
01º	062/2026	Rosilene Bonifacio De Souza	040.***.***-73	Técnico em Enfermagem	São José das Palmeiras
02º	348/2026	Marli Groos De Abreu Wilmsen	050.***.***-28	Técnico em Enfermagem	São José das Palmeiras
01º	178/2026	Anna Flávia Dos Reis Perusin	105.***.***-76	Técnico em Enfermagem	Tupãssi
Desclassificado	155/2026	Rozane Tereza Meira Degrandis	039.***.***-17	Técnico em Farmácia	Cascavel

**Candidato Portador De Deficiência.*

4º Relação dos candidatos que não obtiveram homologação da inscrição, por não atenderem as exigências estabelecidas no item 2. do edital nº 009/2026, conforme segue:

Inscrição	Candidato	CPF	Motivo Indeferimento
002/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	Apenas a última inscrição é válida
003/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	Apenas a última inscrição é válida
004/2026	Gustavo Felipe Leandro Morsch	109.***.***-83	Apenas a última inscrição é válida
012/2026	Bruna Lenhardt Soares	066.***.***-61	Apenas a última inscrição é válida
013/2026	Bianca Bark Pinheiro Zandonai	088.***.***-63	Não apresentou carteira profissional
014/2026	Ariosto William Poplade	820.***.***-72	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
015/2026	Keila Monteiro Silva Dos Santos	098.***.***-70	Carteira profissional vencida
017/2026	Marcos Maciel	051.***.***-86	Não apresentou carteira profissional
019/2026	Geovana Dos Reis Buttner	091.***.***-90	Não apresentou carteira profissional
021/2026	Gisela Malena Machado Pieniak	068.***.***-84	Apenas a última inscrição é válida
022/2026	Lara Henriqueta Bussolaro Ricardi	075.***.***-96	Apenas a última inscrição é válida
023/2026	Bianca Rika Ebe Ishisaki	123.***.***-74	Não apresentou documento oficial com foto
025/2026	Thiago Mathias Dos Santos	115.***.***-47	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
027/2026	Bruna Camelo De Góes	004.***.***-42	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
036/2026	Bruna Sthephany Rodrigues Dos Santos	065.***.***-78	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional
040/2026	Diogo Fernando Da Rosa	057.***.***-05	Apenas a última inscrição é válida
045/2026	Simone Maria Da Silva	109.***.***-50	Não apresentou carteira profissional
051/2026	Nathielli Batista	129.***.***-09	Não apresentou verso do documento oficial com foto
052/2026	Victor Hugo Dranka Mori	080.***.***-67	Não apresentou documentos para inscrição
053/2026	Rosilene Bonifacio De Souza	040.***.***-73	Apenas a última inscrição é válida
054/2026	Juliana Cristina Dornelles Pottmeir	063.***.***-90	Apenas a última inscrição é válida
064/2026	Kethellyn Dayanne Carvalho	093.***.***-83	Apenas a última inscrição é válida
066/2026	Andressa Bezerra Evangelista	093.***.***-90	Certidão do conselho profissional vencida
071/2026	Nilson Camilo De Andrade	021.***.***-74	Carteira profissional vencida
076/2026	Matheus Scheid Da Silva	029.***.***-95	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional do estado do Paraná
077/2026	Talita Iara Lemos Santos	088.***.***-00	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional
078/2026	Fernando Henrique Cappellari Tolentino	005.***.***-66	Apenas a última inscrição é válida
083/2026	Fernando Gabriel Freddo Peruffo	099.***.***-56	Apenas a última inscrição é válida
092/2026	Erica Nicchio Norvila	062.***.***-99	Apenas a última inscrição é válida
097/2026	Elaine Crestani	045.***.***-77	Apenas a última inscrição é válida
099/2026	Laura De Arruda Martinhago	132.***.***-57	Não apresentou documento oficial com foto e carteira profissional
100/2026	Pedro Henrique Batista De Oliveira	097.***.***-33	Apenas a última inscrição é válida
104/2026	Pedro Henrique Castro Silva	101.***.***-10	Não apresentou carteira profissional
106/2026	Jessyca Ortis Oliveira	032.***.***-02	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
112/2026	Ananda Valquíria Moura Dos Santos	009.***.***-17	Não apresentou documento oficial com foto
116/2026	Eduarda Silva Müller	085.***.***-90	Apenas a última inscrição é válida
117/2026	Eduarda Silva Müller	085.***.***-90	Apenas a última inscrição é válida
125/2026	Luis Fernando Candido Rodrigues	358.***.***-22	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
131/2026	Francieli Fernandes Dias	050.***.***-63	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
133/2026	Juliana Almeida Lobato	000.***.***-65	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
135/2026	Glessy Leliebre Petell	119.***.***-83	Não apresentou carteira profissional
141/2026	Kaique Patricio De Jesus Da Silva	013.***.***-36	Não apresentou certificado de nível técnico
144/2026	Joyce Cardosa Moi	115.***.***-54	Apenas a última inscrição é válida
151/2026	Regiane Ribeiro Liduario Canterle	048.***.***-96	Não apresentou carteira profissional
153/2026	Marcelo Fernandes Zveiter	006.***.***-40	Apenas a última inscrição é válida
156/2026	Isabella Regina Foschera	104.***.***-21	Apenas a última inscrição é válida
158/2026	Daniel Rodrigues Silva Filho	020.***.***-19	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
159/2026	Josue Da Silva Laurentino	720.***.***-53	Não apresentou documento oficial com foto e carteira profissional
161/2026	Lucas Kyen Silva	077.***.***-31	Não apresentou carteira profissional
162/2026	Mardileia De Souza Benites	079.***.***-28	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
168/2026	Maria Eduarda Jacobucci Pereira	077.***.***-29	Não apresentou certificado de nível técnico
169/2026	Jose Luis Rodriguez Andrade	705.***.***-70	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
170/2026	Orson Santos De Morais	298.***.***-04	Não apresentou carteira profissional
171/2026	Tabitha Raisa Kiselar Aguilera	021.***.***-63	Não apresentou carteira profissional
174/2026	Adriane De Fátima Dos Santos	027.***.***-44	Não apresentou documento oficial com foto e carteira profissional
185/2026	Vitor Filipe Silva Pontes	073.***.***-48	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
190/2026	Cleidiane Cristina Da Silva	029.***.***-76	Não apresentou certificado de nível técnico
191/2026	Rafaela Bearzi Reston	076.***.***-89	Apenas a última inscrição é válida

192/2026	Lilia Crisostomo Deldoti	046.***.***-12	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
193/2026	Luiza Albertani Correa	094.***.***-01	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
195/2026	Neucelene Gonçalves Dias	056.***.***-40	Apresentou documento oficia com foto ilegível
201/2026	Ângela Maria Dos Reis Perusin	018.***.***-63	Apenas a última inscrição é válida
208/2026	Taís Cristine Lubenov Martins	040.***.***-59	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
214/2026	Mario Silva Dos Santos	036.***.***-63	Não apresentou documento oficial com foto e carteira profissional
217/2026	Edinaldo Pereira Souza	889.***.***-63	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
219/2026	Joao Vitor O. Sene	107.***.***-08	Não apresentou carteira profissional
222/2026	Josimara Da Rosa Tavares	068.***.***-50	Não apresentou carteira profissional e apresentou apenas frente do documento oficial com foto
227/2026	Morigliane Pinheiro Bertolin	959.***.***-91	Não apresentou carteira profissional
230/2026	Fernanda Martins De Almeida	167.***.***-22	Não apresentou carteira profissional
238/2026	Regiane Ferraz Da Silva	085.***.***-03	Apresentou carteira profissional fora do prazo de validade
239/2026	Luiz Eduardo Da Silva Cancelli	116.***.***-59	Apenas a última inscrição é válida
245/2026	Millena Lima De Oliveira	057.***.***-40	Não apresentou documento oficial com foto
253/2026	Raul Vinicius Alcantara	074.***.***-28	Apresentou carteira profissional fora do prazo de validade
255/2026	Joyce Portugal Leite	022.***.***-73	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
256/2026	Henrique Ziembowicz	039.***.***-12	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
259/2026	Frank Ricardo Izquierdo Rodríguez	037.***.***-04	Não apresentou carteira profissional
267/2026	Debora Giachini Lenhardt	055.***.***-95	Não apresentou carteira profissional
275/2026	Sergio Rodrigo Becker Quadros Da Silva	064.***.***-36	Apenas a última inscrição é válida
283/2026	Ariane Arruda De Moura	395.***.***-62	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
285/2026	Vinicius Klosowski	082.***.***-02	Não apresentou documento oficial com foto e carteira profissional
289/2026	Raul Braguetto Nacamura	078.***.***-65	Não apresentou carteira profissional
291/2026	Isabella Regina Foschera	104.***.***-21	Apenas a última inscrição é válida
294/2026	Pedro Rezec Rodrigues	706.***.***-36	Não apresentou documento oficial com foto e carteira profissional
295/2026	Philippe De Oliveira Matta Dos Santos	120.***.***-95	Apenas a última inscrição é válida
302/2026	João Victor Silva Faccin	109.***.***-00	Não apresentou carteira profissional
303/2026	Carlos Rodolfo Zanato Tureck	020.***.***-18	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
307/2026	Rafaeli Vidaletti Barbosa	077.***.***-07	Não apresentou carteira profissional
308/2026	Yunet Acevedo Velazquez	014.***.***-40	Apenas a última inscrição é válida
310/2026	Laura Marostica Brustolin	050.***.***-93	Não apresentou carteira profissional
317/2026	Alexandra Candido Medeiros	077.***.***-60	Apenas a última inscrição é válida
319/2026	Alexandre Coronado Do Nascimento	034.***.***-23	Apenas a última inscrição é válida
320/2026	Vinicios Elias Ferreira	416.***.***-23	Não apresentou carteira profissional
324/2026	Marisete Machado De Almeida	001.***.***-22	Apenas a última inscrição é válida
325/2026	Rayssa Cristina Souza	703.***.***-50	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional
332/2026	Marisete Machado De Almeida	001.***.***-22	Apenas a última inscrição é válida
337/2026	Kawane Carolina De Almeida Fanti	099.***.***-84	Não apresentou documento oficial com foto
340/2026	Mara Milena Aguero Valensuela	049.***.***-62	Não apresentou carteira profissional
341/2026	João Gabriel Koval Santana	092.***.***-41	Apenas a última inscrição é válida
350/2026	Luiz Eduardo Da Silva Cancelli	116.***.***-59	Apenas a última inscrição é válida
351/2026	Naiara Aparecida Parmegiani	109.***.***-74	Não apresentou carteira profissional do Estado do Paraná
354/2026	Leticia Weiler Prado	089.***.***-40	Apenas a última inscrição é válida
357/2026	Matheus Fideles Scaravonatti	053.***.***-98	Não apresentou documento oficial com foto
372/2026	Lino Rodrigues Ogliari	024.***.***-85	Não apresentou carteira profissional do Estado do Paraná
373/2026	Jorge Antonio Spilka Júnior	030.***.***-25	Não apresentou verso carteira profissional
378/2026	Natalia Oliveira De Carvalho	045.***.***-10	Não apresentou documento oficial com foto
383/2026	Kennedy Anderson Matos De Santana	061.***.***-76	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional
386/2026	Ana Clara Dal Bosco Sena	082.***.***-82	Não apresentou documento oficial com foto
389/2026	Luiz Eduardo Da Silva Cancelli	116.***.***-59	Não apresentou carteira profissional
390/2026	Mary Ivy Cordeiro Da Silva	880.***.***-49	Não apresentou carteira profissional
395/2026	Isabella Regina Foschera	104.***.***-21	Não apresentou carteira profissional
397/2026	Isabelle Thaiz Martini	106.***.***-14	Não apresentou verso do documento oficial com foto
398/2026	Queren Hapuque Oliveira Alencar	103.***.***-43	Apenas a última inscrição é válida
400/2026	Thiago Neves Gerber	052.***.***-27	Não apresentou carteira profissional
401/2026	Queren Hapuque Oliveira Alencar	103.***.***-43	Não apresentou documento oficial com foto
402/2026	Danielle Pacheco Matias	093.***.***-05	Não apresentou carteira profissional
403/2026	Yunet Acevedo Velazquez	014.***.***-40	Não apresentou carteira profissional
406/2026	Mayara Alexandra Madalosso	058.***.***-35	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
407/2026	Jackson Ferreira Teza	081.***.***-02	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
413/2026	Israel Dalmina Emilio Amadeu	058.***.***-99	Apenas a última inscrição é válida
417/2026	Débora Portillo Oligini	010.***.***-62	Não apresentou documento oficial com foto
420/2026	Israel Dalmina Emilio Amadeu	058.***.***-99	Certidão do conselho profissional vencida
421/2026	Kamila Cristina Moreira	109.***.***-81	Não apresentou carteira profissional
423/2026	Anna Victoria Verginassi	118.***.***-89	Não apresentou carteira profissional
424/2026	Giovanna Catharina De Castro	100.***.***-90	Não apresentou documento oficial com foto
426/2026	Augusto Fernandes Chaves	108.***.***-03	Apenas a última inscrição é válida
427/2026	Augusto Fernandes Chaves	108.***.***-03	Apenas a última inscrição é válida
432/2026	Carlos Eduardo De Brito	100.***.***-79	Apresentou carteira profissional fora do prazo de validade
436/2026	Matheus Nozomi Tsutumi	125.***.***-93	Não apresentou carteira profissional
440/2026	Ricardo Zeferino Pacheco	068.***.***-92	Apenas a última inscrição é válida
441/2026	Vanderlan Carvalho De Araujo	649.***.***-06	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional
444/2026	Matheus Arpini Coradi	077.***.***-00	Apenas a última inscrição é válida
445/2026	Julia Eloise Parizotto Pereira	088.***.***-55	Não apresentou carteira profissional do estado do Paraná
447/2026	João Paulo Bocca Paulin	090.***.***-50	Não apresentou documento oficial com foto
448/2026	Carolina Manami Senke	017.***.***-46	Não apresentou carteira profissional
450/2026	Gabriel Eduardo Amaral	088.***.***-03	Não apresentou carteira profissional
453/2026	Philippe De Oliveira Matta Dos Santos	120.***.***-95	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional
455/2026	Augusto Fernandes Chaves	108.***.***-03	Não apresentou carteira profissional
457/2026	Gabriela Bravim De Araujo	141.***.***-47	Não apresentou documento oficial com foto
460/2026	Maria Helena Fernandes Zancan	044.***.***-57	Não apresentou carteira profissional
461/2026	Matheus Arpini Coradi	077.***.***-00	Não apresentou documento oficial com foto
464/2026	Rafaela Pfeffer	095.***.***-40	Não apresentou documento oficial com foto
467/2026	Alessandra Cristine Oliveira	070.***.***-18	Não apresentou carteira profissional
468/2026	Francieli Aparecida Tramontin	056.***.***-14	Não apresentou documento oficial com foto nem carteira profissional

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel, 05 de fevereiro de 2026.

ANGELA DA SILVA

Presidente Da Comissão Organizadora, Examinadora / Julgadora.

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:A97ECBE4

PROJUR
10. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 20/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABM7E69	275710T000005748	29/01/2026	73400
AFM8C89	275710T000005521	29/01/2026	66372
AFM8C89	275710T000005522	29/01/2026	50100
AHI0A79	275710T000006102	29/01/2026	76331
AJQ3204	275710T000005746	29/01/2026	50100
ALD3E42	275710T000005526	29/01/2026	51852
ALN6001	275710T000005749	29/01/2026	50450
ALN6001	275710T000005750	29/01/2026	51851
AOM7E36	275710T000005525	29/01/2026	51852
APC3J20	275710T000006107	29/01/2026	51930
APR4538	275710T000006101	29/01/2026	51851
ATN1F69	275710T000005524	29/01/2026	51852
ATR3888	275710T000005523	29/01/2026	51851
AYQ0609	275710T000005530	29/01/2026	51852
AYY3467	275710T000005815	29/01/2026	55411
BCY1E53	275710T000005528	29/01/2026	51851
BEU6H64	275710T000006103	29/01/2026	51851
BKB6J89	275710T000005529	29/01/2026	51851
DGN3J98	275710T000000644	29/01/2026	55417
DKW9J03	275710T000006104	29/01/2026	67690
DKW9J03	275710T000006105	29/01/2026	51851
HGP4J36	275710T000006106	29/01/2026	51930
MFG3631	275710T000005747	29/01/2026	50100
SMG1A61	275710T000005527	29/01/2026	51851

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 30/01/2026 10:38 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:A364CCB9

PROJUR
11. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 19/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAF5566	275710S000006269	23/01/2026	60503
ABL4233	275710S000006347	25/01/2026	60503
ABS3D32	275710S000006330	25/01/2026	60503
ABU9J95	275710S000006407	26/01/2026	60503
ACW7F75	275710S000006318	24/01/2026	60503
ACZ5G16	275710S000006302	24/01/2026	60503
ADZ6011	275710T000005785	06/01/2026	59670
AFE6559	275710S000006335	25/01/2026	60503
AGA9E56	275710T000003259	28/01/2026	50100
AGA9E56	275710T000003260	28/01/2026	67690
AGA9E56	275710T000003261	28/01/2026	66372
AGA9E56	275710T000003262	28/01/2026	69120
AHD2J86	275710S000006262	23/01/2026	60503
AIQ4B41	275710S000006351	25/01/2026	56732

AJD7E49	275710NIC0000315	09/01/2026	50020
AJI8915	275710S000006297	24/01/2026	60503
AJK5050	275710S000006281	24/01/2026	60503
AKP8228	275710S000006309	24/01/2026	60503
AKQ6528	275710S000006293	24/01/2026	60503
AKY6741	275710S000006400	26/01/2026	60503
ALL6C27	275710S000006246	23/01/2026	60503
AMA3F06	275710S000006307	24/01/2026	60503
AMI7305	275710S000006398	26/01/2026	60503
ANU1879	275710S000006341	25/01/2026	60503
AOC2510	275710S000006421	26/01/2026	60503
AOM7478	275710S000006374	24/01/2026	56732
AOM8G70	275710S000006420	26/01/2026	60503
AOR7579	275710S000006267	23/01/2026	60503
AOZ7J27	275710S000006344	25/01/2026	60503
APS6449	275710S000006337	25/01/2026	60503
APU6B05	275710NIC0000313	09/01/2026	50020
AQJ3396	275710NIC0000320	09/01/2026	50020
AQJ3396	275710NIC0000316	09/01/2026	50020
AQZ8577	275710S000006409	26/01/2026	60503
ARE7G25	275710NIC0000290	09/01/2026	50020
ARL2G36	275710S000006308	24/01/2026	60503
ARX3322	275710S000006220	23/01/2026	56732
ARY3I23	275710S000006415	26/01/2026	60503

ASK0H42	275710S000006275	23/01/2026	60503
ASL6J23	275710S000006260	23/01/2026	60503
ASL6J23	275710S000006272	23/01/2026	60503
ASW3846	275710S000006354	25/01/2026	60503
AUB6E19	275710S000006396	26/01/2026	56732
AUG3H29	275710NIC0000310	09/01/2026	50020
AUM6F19	275710S000006419	26/01/2026	60503
AUN4256	275710S000006394	26/01/2026	56732
AUR9027	275710S000006429	26/01/2026	60503
AUV9167	275710S000006342	25/01/2026	56732
AVE0I29	275710NIC0000287	09/01/2026	50020
AVG9C61	275710NIC0000289	09/01/2026	50020
AVJ1I61	275710S000006382	25/01/2026	56732
AVT1F93	275710S000006368	24/01/2026	60503
AVY6125	275710S000006391	26/01/2026	60503
AWH3D88	275710S000006361	24/01/2026	56732
AWN6G62	275710S000006331	25/01/2026	60503
AWU2D16	275710S000006334	25/01/2026	60503
AXB6B32	275710S000006360	24/01/2026	56732
AXK5J20	275710S000006276	23/01/2026	60503
AXM1B70	275710NIC0000276	09/01/2026	50020
AXP3156	275710NIC0000274	09/01/2026	50020
AXR3F02	275710S000006389	25/01/2026	60503
AXZ8683	275710S000006395	26/01/2026	56732
AYG1258	275710S000006234	23/01/2026	60503
AYK7910	275710NIC0000282	09/01/2026	50020
AYR6091	275710S000006283	24/01/2026	60503
AYW0B90	275710S000006386	25/01/2026	60503
AYX2501	275710NIC0000331	09/01/2026	50020
AZD3589	275710S000006422	26/01/2026	60503
AZU4992	275710NIC0000275	09/01/2026	50020
AZY3J45	275710S000006356	24/01/2026	56732
BAE3D97	275710S000006411	26/01/2026	60503
BAE9J92	275710NIC0000314	09/01/2026	50020
BAJ6E97	275710S000006298	24/01/2026	60503
BAM1557	275710S000006299	24/01/2026	60503
BAM5B60	275710S000006372	24/01/2026	56732
BAM9C64	275710NIC0000324	09/01/2026	50020
BAO1I65	275710S000006387	25/01/2026	60503
BAV7948	275710S000006343	25/01/2026	60503
BBR5B50	275710NIC0000302	09/01/2026	50020
BCC1J14	275710S000006311	24/01/2026	60503

BCE1708	275710S000006263	23/01/2026	60503
BCK3E85	275710S000006340	25/01/2026	60503
BCP7F20	275710S000006346	25/01/2026	60503
BCT5C95	275710S000006418	26/01/2026	60503
BCX3550	275710S000006317	24/01/2026	60503
BDH1D79	275710S000006336	25/01/2026	60503
BDH8C83	275710S000006233	23/01/2026	56732
BDK7H60	275710S000006244	23/01/2026	60503
BDQ0030	275710S000006255	23/01/2026	60503
BDQ1B16	275710S000006367	24/01/2026	56732
BDQ5I48	275710S000006241	23/01/2026	60503
BDX1E66	275710S000006312	24/01/2026	60503
BEI9I01	275710S000006323	24/01/2026	60503
BEK5E03	275710S000006413	26/01/2026	60503
BER6J98	275710NIC0000306	09/01/2026	50020
BVY2978	275710S000006405	26/01/2026	60503
BXD2B84	275710S000006282	24/01/2026	60503

BXD2B84	275710S000006221	23/01/2026	60503
CDC4936	275710S000006287	24/01/2026	60503
CFP5G32	275710S000006427	26/01/2026	60503
CQU7I44	275710NIC0000285	09/01/2026	50020
CUA7755	275710S000006327	24/01/2026	60503
CWC3A90	275710S000006379	25/01/2026	56732
DKO9F16	275710NIC0000317	09/01/2026	50020
DTA5F64	275710S000006259	23/01/2026	56732
EEQ3G88	275710S000006333	25/01/2026	60503
EVW9F16	275710S000006290	24/01/2026	60503
EVZ2402	275710S000006226	23/01/2026	60503
EYF4I16	275710S000006270	23/01/2026	60503
EZX4801	275710S000006243	23/01/2026	60503
FEZ0E01	275710S000006358	24/01/2026	60503
FIK0837	275710S000006345	25/01/2026	60503
FIK0A52	275710S000006338	25/01/2026	60503
FIO5B99	275710S000006314	24/01/2026	60503
FKU0220	275710S000006355	25/01/2026	60503
FOO3D91	275710S000006322	24/01/2026	60503
FOV7I09	275710S000006364	24/01/2026	60503
FPI2C43	275710NIC0000304	09/01/2026	50020
FRA7H09	275710S000006424	26/01/2026	60503
FRW8C91	275710NIC0000326	09/01/2026	50020
FTY2C78	275710S000006423	26/01/2026	60503
GBA9A65	275710S000006320	24/01/2026	60503

GBC6J04	275710S000006284	24/01/2026	60503
GBO4G84	275710NIC0000267	09/01/2026	50020
GBO4G84	275710NIC0000312	09/01/2026	50020
GEV5595	275710NIC0000299	09/01/2026	50020
GFD9G65	275710S000006319	24/01/2026	60503
GFO6A79	275710S000006397	26/01/2026	56732
GFY4A86	275710S000006430	26/01/2026	60503
GWW9336	275710S000006321	24/01/2026	60503
HMJ2H28	275710S000006436	26/01/2026	60503
HPP7847	275710S000006240	23/01/2026	56732
HRN3B38	275710S000006279	24/01/2026	60503
HRN5A42	275710S000006239	23/01/2026	60503
HRY2A25	275710S000006390	25/01/2026	56732
HSH5731	275710NIC0000292	09/01/2026	50020
HTO5E56	275710S000006328	25/01/2026	60503
IKE9E44	275710S000006248	23/01/2026	60503
ILB0D22	275710S000006384	25/01/2026	60503
ILV3F14	275710S000006404	26/01/2026	60503
IMB2F02	275710S000006218	23/01/2026	60503
INS1943	275710S000006247	23/01/2026	60503
IOD6715	275710S000006261	23/01/2026	60503
IOE3F04	275710S000006403	26/01/2026	60503
IPF4D20	275710NIC0000269	09/01/2026	50020
IRV1J04	275710S000006329	25/01/2026	60503
IXJ1E82	275710S000006294	24/01/2026	60503
IYR6G15	275710S000006399	26/01/2026	60503
IZD0G39	275710NIC0000288	09/01/2026	50020
IZK8E19	275710S000006373	24/01/2026	56732
IZM9A19	275710S000006350	25/01/2026	60503
JAE9J12	275710S000006252	23/01/2026	60503
JAQ4C77	275710S000006375	24/01/2026	60503
JBA4I36	275710S000006266	23/01/2026	60503
JCC8B91	275710NIC0000277	09/01/2026	50020
JCG0G62	275710NIC0000286	09/01/2026	50020
JCZ0G74	275710NIC0000279	09/01/2026	50020
JIF3A09	275710S000006383	25/01/2026	60503
KDW1729	275710S000006388	25/01/2026	60503
KEN0D03	275710S000006228	23/01/2026	60503
KMP6H34	275710S000006296	24/01/2026	60503
KPI5H12	275710S000006325	24/01/2026	60503
LSI9G46	275710S000006277	23/01/2026	60503
LWX0014	275710S000006223	23/01/2026	60503

MBE6I83	275710S000006357	24/01/2026	60503
MBU4136	275710S000006371	24/01/2026	56732
MDP8A23	275710S000006380	25/01/2026	60503
MFK3E34	275710S000006352	25/01/2026	56732
MKV8F06	275710S000006237	23/01/2026	60503
MUD2163	275710S000006416	26/01/2026	60503
MXC3E29	275710S000006251	23/01/2026	60503
NBN6638	275710S000006235	23/01/2026	60503
NJF4I95	275710S000006250	23/01/2026	60503
NQM5A10	275710S000006426	26/01/2026	60503
NRL4343	275710S000006406	26/01/2026	60503
NRS3H23	275710S000006306	24/01/2026	60503
NRZ1F21	275710NIC0000311	09/01/2026	50020
NSB4416	275710S000006326	24/01/2026	60503
NSB4416	275710S000006278	23/01/2026	60503
NVO1B88	275710S000006401	26/01/2026	60503

OBF6459	275710S000006362	24/01/2026	56732
OMZ1E10	275710S000006370	24/01/2026	56732
ONQ2G29	275710S000006369	24/01/2026	60503
OOG2D66	275710S000006417	26/01/2026	60503
OOH0F36	275710S000006304	24/01/2026	60503
OOJ2H14	275710NIC0000309	09/01/2026	50020
OOJ5876	275710S000006295	24/01/2026	60503
OOK4C64	275710S000006219	23/01/2026	60503
OOR6707	275710S000006392	26/01/2026	60503
OOR9D90	275710S000006300	24/01/2026	60503
OOS8G40	275710S000006410	26/01/2026	60503
OOT9362	275710S000006428	26/01/2026	60503
PHT4I37	275710S000006292	24/01/2026	60503
PJB4E07	275710S000006222	23/01/2026	60503
PJM4E83	275710S000006378	25/01/2026	56732
PQS5567	275710S000006381	25/01/2026	60503
PXK8B87	275710S000006289	24/01/2026	60503
PZL9B49	275710S000006258	23/01/2026	56732
QAA1180	275710S000006408	26/01/2026	60503
QAF6A56	275710S000006377	25/01/2026	60503
QAF9H27	275710S000006353	25/01/2026	60503
QAK8D37	275710S000006249	23/01/2026	56732
QAQ9I20	275710S000006230	23/01/2026	60503
QAR1D68	275710S000006274	23/01/2026	60503
QAU5F63	275710S000006232	23/01/2026	60503
QBL6I16	275710NIC0000284	09/01/2026	50020

QBQ4A88	275710S000006286	24/01/2026	60503
QCG7H40	275710S000006332	25/01/2026	60503
QCJ9A56	275710S000006366	24/01/2026	60503
QCW9692	275710S000006231	23/01/2026	60503
QHH9I70	275710S000006254	23/01/2026	60503
QHL2683	275710S000006229	23/01/2026	60503
QID9B27	275710NIC0000303	09/01/2026	50020
QIV0066	275710S000006301	24/01/2026	60503
QIZ9896	275710NIC0000293	09/01/2026	50020
QJG7I29	275710NIC0000270	09/01/2026	50020
QPL8J14	275710S000006225	23/01/2026	60503
QRX0A84	275710S000006414	26/01/2026	60503
RAE5F70	275710S000006288	24/01/2026	60503
REM3F02	275710NIC0000283	09/01/2026	50020
REW0D31	275710S000006264	23/01/2026	56732
REW1B06	275710S000006315	24/01/2026	60503
REY9A79	275710S000006227	23/01/2026	60503
RHI3H94	275710S000006245	23/01/2026	60503
RHJ0G48	275710S000006349	25/01/2026	60503
RHK5F23	275710NIC0000305	09/01/2026	50020
RHX8E98	275710S000006256	23/01/2026	60503
RJF5C82	275710S000006285	24/01/2026	60503
RMK5B29	275710NIC0000298	09/01/2026	50020
RND3I44	275710S000006238	23/01/2026	56732
RQS2I08	275710NIC0000330	09/01/2026	50020
RRN0E38	275710S000006363	24/01/2026	60503
RTB0F83	275710S000006359	24/01/2026	56732
RTC3B28	275710S000006433	26/01/2026	60503
RUA6D11	275710NIC0000294	09/01/2026	50020
RVN1G07	275710S000006385	25/01/2026	56732
RWB3B63	275710NIC0000307	09/01/2026	50020
RWD4H77	275710NIC0000281	09/01/2026	50020
RWG0I08	275710S000006303	24/01/2026	60503
RXN7F95	275710S000006271	23/01/2026	60503
RXW2B81	275710NIC0000291	09/01/2026	50020
RXZ6E81	275710NIC0000273	09/01/2026	50020
RYV8D68	275710NIC0000280	09/01/2026	50020
RYV8D68	275710NIC0000268	09/01/2026	50020
SAR5H27	275710S000006348	25/01/2026	60503
SDU4F78	275710NIC0000266	09/01/2026	50020
SDZ5H82	275710S000006236	23/01/2026	60503
SEG8F63	275710S000006434	26/01/2026	60503

SEM7G81	275710S000006291	24/01/2026	60503
SFA1G98	275710S000006224	23/01/2026	60503
SFF2A37	275710NIC0000301	09/01/2026	50020
SFH1A93	275710NIC0000265	09/01/2026	50020
SFH1B85	275710NIC0000318	09/01/2026	50020
SFK5A16	275710S000006310	24/01/2026	56732
SFK8D69	275710S000006305	24/01/2026	60503
SFM7I05	275710NIC0000308	09/01/2026	50020
SFN3A98	275710S000006313	24/01/2026	60503
SFO7A04	275710S000006376	24/01/2026	56732
SHR1C17	275710NIC0000321	09/01/2026	50020
SIO3H32	275710NIC0000319	09/01/2026	50020
SIZ8E29	275710S000006242	23/01/2026	60503
SMA8F30	275710S000006432	26/01/2026	60503
SME0E72	275710S000006273	23/01/2026	60503

SMF4A83	275710NIC0000278	09/01/2026	50020
SMG9H31	275710S000006265	23/01/2026	60503
SMI2A70	275710NIC0000325	09/01/2026	50020
SMI8C75	275710S000006393	26/01/2026	56732
SML2B96	275710S000006280	24/01/2026	60503
SPY6D00	275710S000006365	24/01/2026	56732
SQA9C89	275710NIC0000297	09/01/2026	50020
SVD4B46	275710S000006257	23/01/2026	56732
SWY9A98	275710NIC0000271	09/01/2026	50020
SXD8D24	275710NIC0000328	09/01/2026	50020
SXJ2C23	275710NIC0000323	09/01/2026	50020
SXJ2C23	275710S000006253	23/01/2026	60503
SXW1E03	275710NIC0000296	09/01/2026	50020
SYL6G18	275710NIC0000322	09/01/2026	50020
TAO8H37	275710S000006402	26/01/2026	56732
TAQ8A61	275710S000006425	26/01/2026	60503
TAV4B90	275710S000006435	26/01/2026	60503
TAW7B86	275710S000006316	24/01/2026	60503
TAW9E18	275710S000006412	26/01/2026	56732
TAX6H55	275710S000006268	23/01/2026	60503
TBC8A76	275710S000006431	26/01/2026	60503
TBD9J04	275710NIC0000327	09/01/2026	50020
TBM6C32	275710NIC0000332	09/01/2026	50020
TBY1D84	275710NIC0000295	09/01/2026	50020
TCS0F60	275710NIC0000300	09/01/2026	50020
TLG7G82	275710NIC0000329	09/01/2026	50020
TQS3J85	275710NIC0000272	09/01/2026	50020

UAZ0J78	275710S000006324	24/01/2026	60503
UBB4C62	275710S000006339	25/01/2026	60503

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:80E524D2

PROJUR

1. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 26/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA3974	275710S000002514	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ABJ4E29	275710S000002495	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ACN4288	275710S000002482	26/11/2025	60503	R$ 293,47
ACU1E01	275710S000002379	24/11/2025	60503	R$ 293,47
ACU1E01	275710S000002540	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ADD9313	275710S000002449	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AEI9B07	275710T000005927	29/11/2025	65992	R$ 293,47
AEV0205	275710S000002519	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AFC1986	275710S000002426	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AFR9I90	275710S000002510	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AHD1G32	275710S000002538	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AJH1134	275710S000002407	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AJH1A55	275710S000002392	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AJV1D93	275710S000002361	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AKE2A31	275710S000002451	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AKN2A33	275710S000002542	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AKV7I52	275710S000002463	26/11/2025	60503	R$ 293,47
ALJ6F35	275710S000002460	26/11/2025	60503	R$ 293,47
ALO6890	275710S000002520	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ALW9H47	275710S000002528	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AMO6E80	275710S000002442	26/11/2025	60503	R$ 293,47
ANR6F83	275710S000002409	24/11/2025	60503	R$ 293,47
ANZ8G84	275710S000002356	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AOE9G28	275710S000002365	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AOO2283	275710S000002531	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AOQ6B22	275710S000002421	25/11/2025	60503	R$ 293,47
AOW9H66	275710T000005576	28/11/2025	73400	R$ 130,16
APF2E58	275710S000002513	27/11/2025	60503	R$ 293,47
APG5B65	275710S000002529	27/11/2025	60503	R$ 293,47
APJ1098	275710S000002552	27/11/2025	60503	R$ 293,47
APU6B05	275710S000002545	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AQX2654	275710S000002373	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AQZ2I22	275710S000002456	26/11/2025	60503	R$ 293,47
ARC8262	275710S000002562	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ARD4879	275710S000002522	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ARH1I84	275710CND0000004	05/11/2025	50450	R$ 293,47
ARP1I44	275710S000002431	26/11/2025	60503	R$ 293,47
ARX3939	275710S000002521	27/11/2025	60503	R$ 293,47

ASV5222	275710S000002419	25/11/2025	60503	R$ 293,47
ATB7477	275710S000002487	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ATI3H08	275710S000002364	24/11/2025	60503	R$ 293,47
ATL8D20	275710T000005574	24/11/2025	51180	R$ 880,41
ATL8D20	275710T000005575	24/11/2025	50100	R$ 880,41
AUD7192	275710S000002555	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AUO2D66	275710S000002375	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AUO7676	275710S000002526	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AUU2G76	275710S000002508	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AVA0B49	275710S000002505	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AVD5J94	275710S000002478	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AVU5418	275710S000002485	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AVW2102	275710S000002391	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AVY3B39	275710T000005511	29/11/2025	55411	R$ 195,23
AWF9D45	275710S000002358	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AWN5527	275710S000002387	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AXH1C97	275710S000002404	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AXJ9I12	275710T000005928	29/11/2025	66532	R$ 195,23
AXL1A39	275710S000002470	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AXM9C00	275710T000002012	27/11/2025	57970	R$ 2.934,70
AXP3156	275710S000002396	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AXS8A19	275710S000002438	26/11/2025	56732	R$ 130,16
AYO3B44	275710S000002420	25/11/2025	60503	R$ 293,47
AYT2F02	275710S000002506	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AZP3C10	275710S000002534	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AZP3C10	275710S000002504	27/11/2025	60503	R$ 293,47
AZP3C10	275710S000002455	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AZU4992	275710S000002448	26/11/2025	60503	R$ 293,47
AZU6C95	275710S000002377	24/11/2025	60503	R$ 293,47
AZY4175	275710S000002532	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BAC2H73	275710S000002415	24/11/2025	60503	R$ 293,47
BBQ7561	275710S000002352	24/11/2025	60503	R$ 293,47
BBZ4C77	275710S000002414	24/11/2025	60503	R$ 293,47
BCG3A39	275710S000002535	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BCU3F63	275710S000002541	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BCW1D07	275710S000002472	26/11/2025	60503	R$ 293,47
BDB9H45	275710S000002561	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BDC3C29	275710S000002428	26/11/2025	60503	R$ 293,47
BDM3F69	275710S000002553	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BDO7C60	275710S000002398	24/11/2025	60503	R$ 293,47
BDP1I23	275710S000002467	26/11/2025	60503	R$ 293,47
BDP9J55	275710S000002507	27/11/2025	60503	R$ 293,47

BDP9J55	275710S000002554	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BDX7F83	275710S000002523	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BED1C37	275710S000002357	24/11/2025	60503	R$ 293,47
BEH0A21	275710S000002447	26/11/2025	60503	R$ 293,47
BEI2H10	275710S000002489	27/11/2025	60503	R$ 293,47
BEI7B19	275710S000002453	26/11/2025	60503	R$ 293,47
BNR8C92	275710S000002539	27/11/2025	60503	R$ 293,47
CVE2A88	275710S000002386	24/11/2025	60503	R$ 293,47
CYO5072	275710S000002422	25/11/2025	60503	R$ 293,47
CYX7693	275710S000002501	27/11/2025	60503	R$ 293,47
DFH8D55	275710S000002512	27/11/2025	60503	R$ 293,47
DOK9G82	275710S000002445	26/11/2025	60503	R$ 293,47
DUS2I05	275710S000002380	24/11/2025	60503	R$ 293,47
DUS2I05	275710S000002527	27/11/2025	60503	R$ 293,47
DZC2A66	275710S000002474	26/11/2025	60503	R$ 293,47
DZC7H93	275710S000002434	26/11/2025	60503	R$ 293,47
EAD3C32	275710S000002369	24/11/2025	60503	R$ 293,47
EDN9A00	275710S000002430	26/11/2025	60503	R$ 293,47
EIW2J77	275710S000002417	25/11/2025	60503	R$ 293,47
EMV2H33	275710S000002439	26/11/2025	60503	R$ 293,47
EPV0H34	275710S000002461	26/11/2025	60503	R$ 293,47
EST5J08	275710S000002492	27/11/2025	60503	R$ 293,47
EWP1E31	275710S000002370	24/11/2025	60503	R$ 293,47
EYS9I65	275710S000002368	24/11/2025	60503	R$ 293,47
FNW3G58	275710S000002382	24/11/2025	60503	R$ 293,47
FPM3E14	116100T002338740	24/11/2025	54522	R$ 195,23
FQO7B06	275710S000002362	24/11/2025	60503	R$ 293,47
FTE9I10	275710S000002459	26/11/2025	60503	R$ 293,47
GGM7A23	275710S000002518	27/11/2025	60503	R$ 293,47
GJB1F02	275710S000002511	27/11/2025	60503	R$ 293,47
GWP6J78	275710S000002546	27/11/2025	60503	R$ 293,47
HRU9216	275710S000002560	27/11/2025	60503	R$ 293,47
HRZ3334	275710S000002515	27/11/2025	60503	R$ 293,47
HSB6261	275710S000002559	27/11/2025	60503	R$ 293,47
HSI3J67	275710S000002497	27/11/2025	60503	R$ 293,47
HSN2700	275710S000002516	27/11/2025	60503	R$ 293,47
HTC1B32	275710S000002441	26/11/2025	60503	R$ 293,47
HTI7J10	275710S000002376	24/11/2025	60503	R$ 293,47
HTN1H54	275710S000002424	25/11/2025	60503	R$ 293,47
HTR6H22	275710S000002403	24/11/2025	60503	R$ 293,47
IDG0G93	275710S000002374	24/11/2025	60503	R$ 293,47

IHD8F62	275710S000002416	24/11/2025	60503	R$ 293,47

ILB3H48	275710S000002465	26/11/2025	60503	R$ 293,47
IPS7A38	275710S000002413	24/11/2025	60503	R$ 293,47
IST1B56	275710S000002549	27/11/2025	60503	R$ 293,47
ITA8A00	275710S000002410	24/11/2025	60503	R$ 293,47
IUC4F84	275710S000002537	27/11/2025	60503	R$ 293,47
IWE2J77	275710S000002551	27/11/2025	60503	R$ 293,47
IZV9F72	275710S000002371	24/11/2025	60503	R$ 293,47
JCS3H08	275710S000002479	26/11/2025	60503	R$ 293,47
JKF4F04	275710S000002372	24/11/2025	60503	R$ 293,47
KHN1G76	275710S000002397	24/11/2025	60503	R$ 293,47
LBM1942	275710S000002458	26/11/2025	60503	R$ 293,47
LRU5I15	275710S000002469	26/11/2025	60503	R$ 293,47
MAO4523	275710S000002384	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MBK6689	275710S000002399	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MCJ9E67	275710S000002429	26/11/2025	60503	R$ 293,47
MCK4003	275710S000002367	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MEU1A10	275710S000002401	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MGG0J52	275710S000002353	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MJA5826	275710S000002366	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MKA9J45	275710S000002406	24/11/2025	60503	R$ 293,47
MKR1B42	275710S000002493	27/11/2025	60503	R$ 293,47
MTU6632	275710S000002475	26/11/2025	60503	R$ 293,47
MZZ3862	275710S000002499	27/11/2025	60503	R$ 293,47
NET3531	275710S000002383	24/11/2025	60503	R$ 293,47
NRQ1G31	275710S000002450	26/11/2025	60503	R$ 293,47
NRR9E72	275710S000002359	24/11/2025	60503	R$ 293,47
NRS4511	275710S000002443	26/11/2025	60503	R$ 293,47
NSD2C16	275710S000002524	27/11/2025	60503	R$ 293,47
NVK4A10	275710S000002432	26/11/2025	60503	R$ 293,47
OFT5B37	275710S000002390	24/11/2025	60503	R$ 293,47
OFT5B37	275710S000002543	27/11/2025	60503	R$ 293,47
OGR5959	275710S000002490	27/11/2025	60503	R$ 293,47
OOJ8782	275710S000002544	27/11/2025	60503	R$ 293,47
PBE2H21	275710S000002389	24/11/2025	60503	R$ 293,47
PYK2A88	275710S000002418	25/11/2025	60503	R$ 293,47
QAB2I82	275710S000002402	24/11/2025	60503	R$ 293,47
QAM8H83	275710S000002427	26/11/2025	60503	R$ 293,47
QAO5211	275710S000002464	26/11/2025	60503	R$ 293,47
QAR7B73	275710S000002500	27/11/2025	60503	R$ 293,47
QAY1G57	275710S000002496	27/11/2025	60503	R$ 293,47
QCB7E48	275710S000002454	26/11/2025	60503	R$ 293,47
QNK5D28	275710T000005510	29/11/2025	59670	R$ 1.467,35

QOF2F06	275710S000002411	24/11/2025	60503	R$ 293,47
QQW0A89	275710S000002363	24/11/2025	60503	R$ 293,47
QTS7D49	275710S000002484	26/11/2025	60503	R$ 293,47
QXM0E89	275710S000002433	26/11/2025	60503	R$ 293,47
RAU9C80	275710S000002437	26/11/2025	60503	R$ 293,47
RAU9C80	275710S000002502	27/11/2025	60503	R$ 293,47
RDU5F48	275710S000002400	24/11/2025	60503	R$ 293,47
REW1F53	275710S000002536	27/11/2025	60503	R$ 293,47
REZ3G03	275710S000002378	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RFI7D63	275710S000002395	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RHC7F00	275710S000002354	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RHG8G93	275710S000002530	27/11/2025	60503	R$ 293,47
RHJ7A47	275710S000002381	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RHK7B37	275710S000002457	26/11/2025	60503	R$ 293,47
RHK8F80	275710S000002494	27/11/2025	60503	R$ 293,47
RHV4H31	275710S000002423	25/11/2025	60503	R$ 293,47
RLE3D93	275710S000002385	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RLK4B04	275710S000002481	26/11/2025	60503	R$ 293,47
RLO8B12	275710S000002498	27/11/2025	60503	R$ 293,47
RMZ1I00	275710S000002466	26/11/2025	60503	R$ 293,47
RWB8H34	275710S000002388	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RWC1J55	275710S000002503	27/11/2025	60503	R$ 293,47
RWE6J14	275710S000002393	24/11/2025	60503	R$ 293,47
RWE6J14	275710S000002440	26/11/2025	60503	R$ 293,47
RWE6J14	275710S000002525	27/11/2025	60503	R$ 293,47
RWF9I30	275710S000002509	27/11/2025	60503	R$ 293,47
SDX3C19	275710S000002547	27/11/2025	60503	R$ 293,47
SEB1B60	275710T000001382	30/11/2025	53980	R$ 88,38
SET2G85	275710S000002394	24/11/2025	60503	R$ 293,47
SFB2J08	275710S000002491	27/11/2025	60503	R$ 293,47
SFE9E15	275710S000002355	24/11/2025	60503	R$ 293,47
SFL2J00	275710S000002477	26/11/2025	60503	R$ 293,47
SLW3E71	275710S000002476	26/11/2025	60503	R$ 293,47
SLW5F99	275710S000002548	27/11/2025	60503	R$ 293,47
SMC8J87	275710S000002446	26/11/2025	60503	R$ 293,47
SMF9F82	275710S000002488	27/11/2025	60503	R$ 293,47
SMH5B82	275710S000002556	27/11/2025	60503	R$ 293,47
SMI4F89	275710S000002360	24/11/2025	60503	R$ 293,47
SMJ5A54	275710S000002480	26/11/2025	60503	R$ 293,47
SUS1J53	275710NIC0000098	11/11/2025	50020	R$ 586,94

SXX7F24	275710S000002435	26/11/2025	60503	R$ 293,47
TAM2H43	275710S000002408	24/11/2025	60503	R$ 293,47

TAP2A01	275710S000002517	27/11/2025	60503	R$ 293,47
TAR3C19	275710S000002533	27/11/2025	60503	R$ 293,47
TAZ8A94	275710S000002405	24/11/2025	60503	R$ 293,47
TBL7E36	275710S000002550	27/11/2025	60503	R$ 293,47
TBV0I20	275710S000002425	25/11/2025	60503	R$ 293,47
TBV0I20	275710S000002558	27/11/2025	60503	R$ 293,47
TXF1H94	275710S000002557	27/11/2025	60503	R$ 293,47
UDA7F07	275710S000002462	26/11/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:C30AC85D

PROJUR

2. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 23/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AKV7I52	275710T000005311	25/11/2025	60844	R$ 195,23
AWL4I85	275710T000005310	25/11/2025	60844	R$ 195,23
BDP9J55	275710T000005926	25/11/2025	76332	R$ 293,47
BDT7E12	275710T000001379	25/11/2025	59593	R$ 1.467,35
BDU3J87	275710T000005925	24/11/2025	55417	R$ 195,23
BEO2C46	275710T000005507	25/11/2025	60681	R$ 195,23
CBH3D55	275710T000005505	25/11/2025	55411	R$ 195,23
DST6785	275710T000005509	25/11/2025	54527	R$ 195,23
FPM3E14	275710T000005802	25/11/2025	55411	R$ 195,23
FYO9H08	275710T000005506	25/11/2025	55411	R$ 195,23
GDJ6A22	275710T000005803	25/11/2025	54526	R$ 195,23
GFY8927	275710T000005308	25/11/2025	60844	R$ 195,23
HFD4C59	275710T000001381	25/11/2025	54950	R$ 195,23
NRG1700	275710T000005924	24/11/2025	55680	R$ 195,23
ODT1F27	275710T000005923	24/11/2025	55417	R$ 195,23
RAU9C80	275710T000001380	25/11/2025	59080	R$ 1.467,35
RWF2A32	275710T000001378	25/11/2025	59593	R$ 1.467,35
SEW4B91	275710T000005573	24/11/2025	55680	R$ 195,23
TBZ7C23	275710T000005309	25/11/2025	60844	R$ 195,23
TKC1J13	275710S000002047	20/11/2025	60503	R$ 293,47

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/02/2026 07:33 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:E24E6C60

PROJUR

3. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 19/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAE8F58	275710S000002010	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AAK8F14	275710S000002181	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AAK9433	275710S000002348	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AAY3J89	275710S000002308	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AAZ0I44	275710S000002027	19/11/2025	56732	R$ 130,16
ABL0F38	275710S000002053	20/11/2025	60503	R$ 293,47
ABW0C77	275710T000004448	20/11/2025	57380	R$ 293,47
ACB3224	275710S000002237	22/11/2025	60503	R$ 293,47
ACZ3A80	275710S000002342	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ADE8D13	275710S000002328	22/11/2025	60503	R$ 293,47
ADQ4867	275710S000002163	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AEL8J00	275710T000001846	18/11/2025	76252	R$ 293,47
AER8828	275710S000002193	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AEV0205	275710S000002054	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AEV0205	275710S000002186	22/11/2025	60503	R$ 293,47

AEZ5404	275710S000002024	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AFC1986	275710S000001969	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AFF7679	275710S000001930	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AFJ6C82	275710S000002288	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AFR4G49	275710S000002001	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AGF3D24	275710T000005043	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AGI9B18	275710S000001985	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AGJ9997	275710S000002056	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AGL8A55	275710S000001935	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AGM1768	275710S000002265	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AGO4J87	275710S000002082	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AGO4J87	275710S000002351	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AHD1083	275710S000002074	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AHE3377	275710S000002115	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AHH4A55	275710T000005024	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AHK0161	275710S000001932	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AHS8765	275710S000002130	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AIH5J14	275710S000002168	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AII4I32	275710S000002090	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AIM0H31	275710S000002039	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AJC4G99	275710S000001962	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AJC4G99	275710S000002084	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AJL3174	275710S000001961	18/11/2025	60503	R$ 293,47

AJW3162	275710S000001894	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AJY6B21	275710S000002014	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AKD1I28	275710S000001964	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AKN5595	275710S000001918	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AKO9E89	275710S000002015	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AKU5320	275710S000002254	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AKV9I37	275710S000002174	22/11/2025	56732	R$ 130,16
AKY6741	275710S000002102	21/11/2025	60503	R$ 293,47
ALB5H80	275710S000001974	19/11/2025	60503	R$ 293,47
ALG4H25	275710S000002008	19/11/2025	60503	R$ 293,47
ALK7118	275710T000005569	24/11/2025	50450	R$ 293,47
ALK7118	275710T000005571	24/11/2025	65992	R$ 293,47
ALK7118	275710T000005570	24/11/2025	66371	R$ 195,23
ALK7118	275710T000005572	24/11/2025	65561	R$ 293,47
ALL2A64	275710S000002041	20/11/2025	60503	R$ 293,47
ALV7176	275710S000002044	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AMJ8326	275710S000002095	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AMO5258	275710S000002269	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AMY9J88	275710S000002124	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AMZ5986	275710S000002035	19/11/2025	60503	R$ 293,47
ANJ7429	275710S000001960	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ANJ7828	275710S000002304	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ANM3986	275710S000002111	21/11/2025	60503	R$ 293,47
ANM5J88	275710T000005003	20/11/2025	58197	R$ 880,41
ANM7H33	275710T000001843	18/11/2025	55417	R$ 195,23
ANO4D86	275710S000001984	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AOA8J79	275710S000001920	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AOD1E83	275710S000002038	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AOD1E83	275710S000002251	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AOI5B41	275710S000001899	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AON0472	275710S000002281	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AOQ6B22	275710S000002260	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AOS9A95	275710S000001996	19/11/2025	60503	R$ 293,47
APC8J24	275710T000005027	20/11/2025	58197	R$ 880,41
APF6J21	275710S000002283	23/11/2025	60503	R$ 293,47
API2E22	275710S000002292	23/11/2025	60503	R$ 293,47
APO5691	275710S000002043	20/11/2025	60503	R$ 293,47
APQ1D76	275710S000002349	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AQE9H85	275710T000004295	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AQG1J27	275710S000001892	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AQJ3396	275710S000001948	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AQQ6G05	275710S000002080	19/11/2025	60503	R$ 293,47

AQR6897	275710T000005911	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AQT2491	275710S000002070	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AQT2491	275710S000001914	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ARA7886	275710T000005030	20/11/2025	58197	R$ 880,41
ARD0I71	275710S000002063	20/11/2025	60503	R$ 293,47
ARD3999	275710S000001987	19/11/2025	60503	R$ 293,47
ARG3B14	275710S000002249	22/11/2025	60503	R$ 293,47
ARZ9A77	275710S000001913	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ASD0H67	275710S000002280	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ASG8B46	275710S000002312	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ASI7926	275710S000001929	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ASI7926	275710S000001955	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ASL9D73	275710S000002129	21/11/2025	60503	R$ 293,47
ASR2245	275710T000001849	18/11/2025	55417	R$ 195,23
ASY1492	275710S000001895	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ASY1D34	275710T000004248	24/11/2025	57200	R$ 195,23
ASZ6D18	275710S000002142	21/11/2025	60503	R$ 293,47
ATB1482	275710T000005303	21/11/2025	55680	R$ 195,23

ATC9B80	275710S000002140	21/11/2025	60503	R$ 293,47
ATG6E58	275710S000002307	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ATH3E23	275710S000001978	19/11/2025	60503	R$ 293,47
ATH3E23	275710S000001934	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ATH7F26	275710S000001931	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ATN9F67	275710S000002243	22/11/2025	60503	R$ 293,47
ATP0G79	275710S000002313	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ATR7C22	275710S000001910	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AUE4I10	275710S000002212	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AUG9624	275710T000005468	23/11/2025	70481	R$ 293,47
AUM9I97	275710T000005028	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AUO8551	275710S000002073	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AUS7B07	275710S000001939	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AUW1B95	275710S000002202	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AUX8E89	275710T000005038	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AUY3963	275710T000005561	21/11/2025	66371	R$ 195,23
AVB3E01	275710T000004449	21/11/2025	55417	R$ 195,23
AVC5960	275710T000001848	18/11/2025	55417	R$ 195,23
AVD9707	275710S000002264	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AVG3F84	275710S000002241	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AVH1561	275710S000001988	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AVP2D22	275710S000002101	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AVR3I85	275710S000002092	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AVR5B48	275710T000001850	18/11/2025	55417	R$ 195,23

AVS2E36	275710S000002021	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AVT5D57	275710S000002301	23/11/2025	56732	R$ 130,16
AVT8I68	275710S000002077	20/11/2025	60503	R$ 293,47
AWB6C01	275710T000005565	22/11/2025	65992	R$ 293,47
AWB6C01	275710T000005564	22/11/2025	66372	R$ 195,23
AWF1J77	275710T000005034	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AWM5I06	275710S000002020	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AWM7C66	275710S000002195	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AWN2598	275710S000002299	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AWN2598	275710S000002341	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AWP0H15	275710S000001922	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AWQ8G59	275710S000002113	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AWR0J97	275710S000002007	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AWR1G44	275710S000002031	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AWR3J12	275710T000004298	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AWT5F00	275710S000001938	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AWV3G12	275710T000005913	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AWV9D24	275710S000002248	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AWW0F42	275710T000004246	22/11/2025	55417	R$ 195,23
AWW2E66	275710S000002100	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AWZ9392	275710S000002203	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AXB2180	275710S000002188	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AXE7D29	275710S000002268	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AXM9B90	275710S000002132	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AXP3156	275710S000002156	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AXR1573	275710S000002138	21/11/2025	60503	R$ 293,47
AXV3235	275710T000005044	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AYB6560	275710S000002286	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AYD1I45	275710S000002210	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AYE3H11	275710S000001946	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AYE4B21	275710T000004245	22/11/2025	55417	R$ 195,23
AYE7A93	275710T000004438	20/11/2025	60844	R$ 195,23
AYG6F00	275710T000005032	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AYI1D49	275710S000002030	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AYL4289	275710S000002177	22/11/2025	56732	R$ 130,16
AYP1176	275710S000002274	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AYQ5761	275710T000005302	21/11/2025	55417	R$ 195,23
AYV6I92	275710S000002222	22/11/2025	60503	R$ 293,47
AZH0J01	275710S000002275	23/11/2025	56732	R$ 130,16
AZI6311	275710T000005033	20/11/2025	58197	R$ 880,41
AZJ4270	275710S000001975	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AZK3A63	275710S000002049	20/11/2025	60503	R$ 293,47

AZL2H90	275710T000005502	18/11/2025	55411	R$ 195,23
AZP3C10	275710S000001927	18/11/2025	60503	R$ 293,47
AZQ7481	275710S000001972	19/11/2025	60503	R$ 293,47
AZT2873	275710S000002296	23/11/2025	60503	R$ 293,47
AZT2873	275710S000002311	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BAD3I21	275710S000002262	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BAD6525	275710S000002103	21/11/2025	60503	R$ 293,47
BAE1D58	275710S000002340	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BAI8H30	275710S000001981	19/11/2025	60503	R$ 293,47
BAK3720	275710S000001906	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BAL7E31	275710T000005004	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BAN2G68	275710T000005906	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BAO2G20	275710T000004443	20/11/2025	57380	R$ 293,47
BAP4C30	275710S000002332	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BAP9362	275710S000002062	20/11/2025	60503	R$ 293,47
BAU2443	275710S000002240	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BAU4D92	275710S000002078	19/11/2025	60503	R$ 293,47

BAW4H30	275710T000005559	20/11/2025	50100	R$ 880,41
BAW4H30	275710T000005558	20/11/2025	66371	R$ 195,23
BBF8G65	275710S000002319	22/11/2025	56732	R$ 130,16
BBH4H24	275710S000001904	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BBJ0E47	275710S000002323	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BBJ6912	275710T000005301	21/11/2025	55417	R$ 195,23
BBJ8A56	275710S000002315	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BBN8H84	275710T000005901	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BBQ7I34	275710S000002289	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BBR9H23	275710S000002324	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BBZ7B92	275710T000005011	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BCM3072	275710NIC0000097	04/11/2025	50020	R$ 586,94
BCO9E36	275710T000005560	21/11/2025	55680	R$ 195,23
BCP9661	275710T000005912	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BCR3F02	275710S000001953	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BCR8A44	275710S000002147	21/11/2025	60503	R$ 293,47
BCU7J66	275710T000005907	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BCU9G75	275710S000002279	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BCV0377	275710S000001940	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BCX0E75	275710T000004440	20/11/2025	60844	R$ 195,23
BDB0H61	275710S000002199	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BDH0407	275710S000001928	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BDJ1I16	275710S000002050	20/11/2025	60503	R$ 293,47
BDL3D72	275710T000005012	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BDM9E46	275710T000005917	20/11/2025	60760	R$ 293,47

BDN1F57	275710T000004293	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BDQ6E67	275710T000005555	20/11/2025	60412	R$ 195,23
BDQ7G92	275710S000002176	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BDR3F42	275710T000004437	20/11/2025	60844	R$ 195,23
BDS0H97	275710S000002234	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BDT7B60	275710T000005305	21/11/2025	55680	R$ 195,23
BDV0J19	275710T000005902	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BDX4A67	275710T000005921	20/11/2025	60760	R$ 293,47
BDX6I66	275710S000001999	19/11/2025	60503	R$ 293,47
BEF0711	275710S000002253	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BEH2716	275710T000005909	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BEK4E27	275710S000002331	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BEK4G66	275710S000002173	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BEN5A89	275710T000004296	20/11/2025	58197	R$ 880,41
BEO6B58	275710S000002238	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BES5E11	275710S000002086	19/11/2025	60503	R$ 293,47
BEW9F85	275710S000002017	19/11/2025	60503	R$ 293,47
BEX5F69	275710S000002346	23/11/2025	60503	R$ 293,47
BJH9468	275710S000002180	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BRC8431	275710S000001911	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BXA7H53	275710S000002235	22/11/2025	60503	R$ 293,47
BXD2B84	275710S000001947	18/11/2025	60503	R$ 293,47
BYZ8B93	275710T000005915	20/11/2025	58197	R$ 880,41
CEM1I83	275710S000002306	23/11/2025	60503	R$ 293,47
CHT1169	275710S000001957	18/11/2025	60503	R$ 293,47
CKZ8C57	275710S000002247	22/11/2025	60503	R$ 293,47
CMH3E90	275710S000002135	21/11/2025	60503	R$ 293,47
CUM4081	275710S000002088	19/11/2025	60503	R$ 293,47
CZA2A46	275710S000002057	20/11/2025	60503	R$ 293,47
DCL5C19	275710S000001924	18/11/2025	60503	R$ 293,47
DCU6J69	275710T000005035	20/11/2025	58197	R$ 880,41
DDE1030	275710S000002098	19/11/2025	60503	R$ 293,47
DEG6A91	275710T000004442	20/11/2025	60681	R$ 195,23
DFZ6C56	275710S000002327	22/11/2025	60503	R$ 293,47
DKQ0D28	275710S000002259	22/11/2025	60503	R$ 293,47
DPE2488	275710S000001963	18/11/2025	60503	R$ 293,47
DQA7093	275710S000002141	21/11/2025	60503	R$ 293,47
DRW8752	275710S000002083	19/11/2025	60503	R$ 293,47
DTA2F90	275710S000001949	18/11/2025	60503	R$ 293,47
DUS2I05	275710S000001967	18/11/2025	60503	R$ 293,47
DVI4494	275710T000005040	20/11/2025	58197	R$ 880,41
EBR8442	275710S000001897	18/11/2025	60503	R$ 293,47

EBZ5A00	275710S000002314	22/11/2025	60503	R$ 293,47
ECR3E59	275710T000005465	19/11/2025	55417	R$ 195,23
ECT9I83	275710S000002058	20/11/2025	60503	R$ 293,47
EDN9A00	275710S000001907	18/11/2025	60503	R$ 293,47
EEY2D36	275710S000001979	19/11/2025	60503	R$ 293,47
EFT3G78	275710S000002336	23/11/2025	60503	R$ 293,47
EFZ3G02	275710S000002347	23/11/2025	60503	R$ 293,47
EIO2A34	275710S000002048	20/11/2025	60503	R$ 293,47
ELK8H41	275710S000001896	18/11/2025	60503	R$ 293,47
EOA4A77	275710S000002267	23/11/2025	60503	R$ 293,47
EOB8F76	275710S000001937	18/11/2025	60503	R$ 293,47
EOO0E12	275710T000005001	20/11/2025	58197	R$ 880,41
EPQ0F13	275710S000001893	18/11/2025	60503	R$ 293,47
EQH7385	275710T000004439	20/11/2025	60844	R$ 195,23
EQQ2B92	275710S000002061	20/11/2025	60503	R$ 293,47
EQX0249	275710S000002143	21/11/2025	60503	R$ 293,47

ERI6E72	275710S000002145	21/11/2025	60503	R$ 293,47
ETY5F93	275710S000001952	18/11/2025	60503	R$ 293,47
ETZ3178	275710S000002059	20/11/2025	60503	R$ 293,47
EUV8A67	275710S000002226	22/11/2025	60503	R$ 293,47
EUZ8F14	275710S000002236	22/11/2025	60503	R$ 293,47
EVZ8F27	275710S000002200	22/11/2025	60503	R$ 293,47
EWS1212	275710S000002153	21/11/2025	60503	R$ 293,47
EYS4J52	275710S000002303	23/11/2025	60503	R$ 293,47
EZE4G66	275710S000002028	19/11/2025	60503	R$ 293,47
FAH2F14	275710T000005557	20/11/2025	64910	R$ 88,38
FCH7362	275710S000002244	22/11/2025	60503	R$ 293,47
FCW6H03	275710T000004435	20/11/2025	60844	R$ 195,23
FDM8G63	275710T000005049	20/11/2025	58197	R$ 880,41
FEK1I45	275710S000002079	19/11/2025	56732	R$ 130,16
FJB9G04	275710S000002334	23/11/2025	60503	R$ 293,47
FJY1J89	275710S000002162	21/11/2025	60503	R$ 293,47
FLF2D56	275710S000002037	19/11/2025	60503	R$ 293,47
FOG7921	275710S000002106	21/11/2025	60503	R$ 293,47
FOT0E13	275710S000002225	22/11/2025	60503	R$ 293,47
FQO7B06	275710S000002029	19/11/2025	60503	R$ 293,47
FRI6872	275710S000002099	21/11/2025	60503	R$ 293,47
FTI4F63	275710S000002146	21/11/2025	60503	R$ 293,47
FUH7I97	275710S000002257	22/11/2025	60503	R$ 293,47
FVM2358	275710T000005554	20/11/2025	60412	R$ 195,23
FWW4H18	275710T000005013	20/11/2025	58197	R$ 880,41
FXR8C59	275710S000001990	19/11/2025	60503	R$ 293,47

FXU9J41	275710S000002026	19/11/2025	60503	R$ 293,47
FYF0F99	275710S000001971	19/11/2025	60503	R$ 293,47
GAO7I78	275710S000002110	21/11/2025	60503	R$ 293,47
GBB2J92	275710S000002187	22/11/2025	60503	R$ 293,47
GCS7F24	275710T000005916	20/11/2025	58197	R$ 880,41
GDL4D22	275710S000002256	22/11/2025	60503	R$ 293,47
GEG2E73	275710S000002036	19/11/2025	60503	R$ 293,47
GIF6B54	275710S000001966	18/11/2025	60503	R$ 293,47
GIT8I44	275710S000002089	19/11/2025	56732	R$ 130,16
GIW3G06	275710S000002160	21/11/2025	60503	R$ 293,47
GKI6B83	275710T000005556	20/11/2025	57380	R$ 293,47
GOL6I41	275710S000002012	19/11/2025	60503	R$ 293,47
GWW9336	275710S000002223	22/11/2025	60503	R$ 293,47
HAF5B63	275710T000005039	20/11/2025	58197	R$ 880,41
HCO4I57	275710S000002298	23/11/2025	60503	R$ 293,47
HGG6G62	275710T000004299	20/11/2025	58197	R$ 880,41
HKY9A00	275710T000004300	20/11/2025	58197	R$ 880,41
HPQ5889	275710S000002170	22/11/2025	60503	R$ 293,47
HRF3747	275710S000002119	21/11/2025	60503	R$ 293,47
HRG8111	275710S000001980	19/11/2025	60503	R$ 293,47
HRM9654	275710S000002072	20/11/2025	60503	R$ 293,47
HRN3B38	275710S000002229	22/11/2025	60503	R$ 293,47
HSE5D12	275710S000002250	22/11/2025	60503	R$ 293,47
HSX9B30	275710S000002127	21/11/2025	60503	R$ 293,47
HTC2095	275710S000002066	20/11/2025	60503	R$ 293,47
HTF8242	275710S000002122	21/11/2025	60503	R$ 293,47
HTF8242	275710S000001898	18/11/2025	60503	R$ 293,47
HTG1A02	275710S000002282	23/11/2025	60503	R$ 293,47
HTG1D15	275710S000002164	21/11/2025	60503	R$ 293,47
HTH0B08	275710T000005005	20/11/2025	58197	R$ 880,41
HTN8D80	275710S000002032	19/11/2025	60503	R$ 293,47
HTS1I64	275710S000001917	18/11/2025	60503	R$ 293,47
HTT3576	275710S000002006	19/11/2025	60503	R$ 293,47
HTV1515	275710S000001921	18/11/2025	60503	R$ 293,47
HTW3620	275710S000001986	19/11/2025	60503	R$ 293,47
HWU1A57	275710S000002189	22/11/2025	60503	R$ 293,47
HXC0093	275710S000002300	23/11/2025	60503	R$ 293,47
IDF6E79	275710S000002094	19/11/2025	60503	R$ 293,47
IMW8A40	275710S000002326	22/11/2025	60503	R$ 293,47
IMX3B74	275710S000002277	23/11/2025	60503	R$ 293,47
IMY1708	275710S000002112	21/11/2025	60503	R$ 293,47
INL7H34	275710S000002133	21/11/2025	60503	R$ 293,47

IOD9D13	275710S000002252	22/11/2025	60503	R$ 293,47
IQO8B57	275710T000002009	18/11/2025	55417	R$ 195,23
IVX7C35	275710S000002167	21/11/2025	60503	R$ 293,47
IWL2C73	275710S000001945	18/11/2025	60503	R$ 293,47
IXH7048	275710S000002025	19/11/2025	60503	R$ 293,47
IZF4C76	275710S000002337	23/11/2025	60503	R$ 293,47
IZG8H19	275710S000002309	23/11/2025	60503	R$ 293,47
JBM8H93	275710S000002107	21/11/2025	60503	R$ 293,47
JDJ8A72	275710S000002011	19/11/2025	60503	R$ 293,47
JFP7I10	275710S000001908	18/11/2025	60503	R$ 293,47
JHS2849	275710S000002263	23/11/2025	60503	R$ 293,47
JJL1702	275710T000005018	20/11/2025	76332	R$ 293,47
JUU2577	275710T000004292	20/11/2025	58197	R$ 880,41
JUV9F19	275710S000002208	22/11/2025	60503	R$ 293,47
JYD8899	275710S000002230	22/11/2025	60503	R$ 293,47

KAA1J77	275710S000002093	19/11/2025	60503	R$ 293,47
KAB5F45	275710S000002287	23/11/2025	60503	R$ 293,47
KAH3456	275710S000002205	22/11/2025	60503	R$ 293,47
KDW8I57	275710T000005503	18/11/2025	55411	R$ 195,23
KEY1035	275710S000002227	22/11/2025	60503	R$ 293,47
KKM2C93	275710S000001977	19/11/2025	60503	R$ 293,47
KXQ9B30	275710S000002148	21/11/2025	60503	R$ 293,47
LMD7D39	275710S000002128	21/11/2025	60503	R$ 293,47
LPY4E33	275710S000001905	18/11/2025	60503	R$ 293,47
LRU8I57	275710S000002065	20/11/2025	60503	R$ 293,47
LSB5F47	275710S000002120	21/11/2025	60503	R$ 293,47
LWY1J20	275710S000002091	19/11/2025	60503	R$ 293,47
MAP0B52	275710S000001997	19/11/2025	60503	R$ 293,47
MBG4167	275710S000002016	19/11/2025	60503	R$ 293,47
MBP0C42	275710T000002011	18/11/2025	55417	R$ 195,23
MDY0106	275710S000001941	18/11/2025	60503	R$ 293,47
MEH8D64	275710S000002134	21/11/2025	60503	R$ 293,47
MEZ2H19	275710S000002152	21/11/2025	60503	R$ 293,47
MFE1725	275710S000002116	21/11/2025	60503	R$ 293,47
MFP1398	275710T000005042	20/11/2025	58197	R$ 880,41
MGG8C52	275710S000002005	19/11/2025	60503	R$ 293,47
MGV8B65	275710S000001994	19/11/2025	60503	R$ 293,47
MHI7E80	275710S000002076	20/11/2025	60503	R$ 293,47
MIO0B80	275710T000005801	18/11/2025	55411	R$ 195,23
MIT5H88	275710T000005006	20/11/2025	58197	R$ 880,41
MJE5E95	275710T000005047	20/11/2025	58197	R$ 880,41
MKF6665	275710S000002317	22/11/2025	56732	R$ 130,16

MKI4D68	275710S000001923	18/11/2025	60503	R$ 293,47
MLB2D53	275710S000002239	22/11/2025	60503	R$ 293,47
MLS9H33	275710S000002045	20/11/2025	60503	R$ 293,47
MLV9A82	275710S000002321	22/11/2025	60503	R$ 293,47
MMI2I19	275710S000002105	21/11/2025	60503	R$ 293,47
MNK1609	275710T000000638	22/11/2025	76252	R$ 293,47
MOH9J22	275710S000002046	20/11/2025	60503	R$ 293,47
NDB8I55	275710S000002297	23/11/2025	60503	R$ 293,47
NFN3I04	275710S000002310	23/11/2025	60503	R$ 293,47
NHK6F94	275710S000002108	21/11/2025	60503	R$ 293,47
NKP6439	275710T000005918	20/11/2025	60760	R$ 293,47
NRF0J10	275710S000001989	19/11/2025	60503	R$ 293,47
NRM4541	275710T000005566	22/11/2025	70481	R$ 293,47
NRM4541	275710T000005567	22/11/2025	66371	R$ 195,23
NRM4541	275710T000005568	22/11/2025	76841	R$ 130,16
NRS3B61	275710S000002161	21/11/2025	60503	R$ 293,47
NRS6C56	275710S000001925	18/11/2025	56732	R$ 130,16
NRU7E25	275710S000001942	18/11/2025	60503	R$ 293,47
NRW3B57	275710S000002198	22/11/2025	60503	R$ 293,47
NRY0207	275710S000001993	19/11/2025	60503	R$ 293,47
NRY5538	275710S000002213	22/11/2025	60503	R$ 293,47
NSB7D74	275710S000002266	23/11/2025	60503	R$ 293,47
NUO2C66	275710S000002117	21/11/2025	60503	R$ 293,47
OBA1D52	275710T000005037	20/11/2025	58197	R$ 880,41
OGX8A84	275710S000002345	23/11/2025	60503	R$ 293,47
ONK4405	275710S000002258	22/11/2025	60503	R$ 293,47
OOH1392	275710S000002157	21/11/2025	60503	R$ 293,47
OOI4A44	275710S000002350	23/11/2025	60503	R$ 293,47
OOJ8I71	275710S000002009	19/11/2025	60503	R$ 293,47
OOK5J71	275710S000001982	19/11/2025	60503	R$ 293,47
OOM8B86	275710S000002255	22/11/2025	60503	R$ 293,47
OOR6C83	275710S000002118	21/11/2025	60503	R$ 293,47
OOS9H67	275710S000001916	18/11/2025	60503	R$ 293,47
OOT5F73	275710S000002000	19/11/2025	60503	R$ 293,47
OPC4825	275710S000002325	22/11/2025	60503	R$ 293,47
OPE2I35	275710T000004450	21/11/2025	55417	R$ 195,23
OYV8I52	275710S000002318	22/11/2025	60503	R$ 293,47
PBC1J63	275710S000001943	18/11/2025	60503	R$ 293,47
PBW6C44	275710T000005045	20/11/2025	58197	R$ 880,41
PKS4G29	275710S000002320	22/11/2025	60503	R$ 293,47
PNN1B07	275710S000002071	20/11/2025	60503	R$ 293,47
PQV2J80	275710T000001842	18/11/2025	57970	R$ 2.934,70

PYN0D75	275710T000005008	20/11/2025	58197	R$ 880,41
PYT5G31	275710T000001847	18/11/2025	76252	R$ 293,47
PYW0A28	275710T000004446	20/11/2025	57380	R$ 293,47
PYW5G04	275710T000005922	20/11/2025	57970	R$ 2.934,70
QAA5353	275710S000002121	21/11/2025	60503	R$ 293,47
QAH5H58	275710S000002290	23/11/2025	60503	R$ 293,47
QAH7A08	275710T000005029	20/11/2025	58197	R$ 880,41
QAK2946	275710S000001970	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QAK7C39	275710S000002052	20/11/2025	60503	R$ 293,47
QAM0028	275710S000002272	23/11/2025	60503	R$ 293,47
QAM0701	275710S000002228	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QAM7H07	275710S000002191	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QAR1378	275710S000002197	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QAS6J78	275710S000002204	22/11/2025	60503	R$ 293,47

QAT4I39	275710S000002149	21/11/2025	60503	R$ 293,47
QAV3G42	275710S000001991	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QAY5H98	275710S000002003	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QAZ0B15	275710T000005015	20/11/2025	58197	R$ 880,41
QBS8992	275710S000002033	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QCK1I55	275710S000002245	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QCW1G01	275710S000001976	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QDX2B28	275710S000002067	20/11/2025	60503	R$ 293,47
QGQ8D93	275710T000004297	20/11/2025	58197	R$ 880,41
QID5J88	275710S000001903	18/11/2025	60503	R$ 293,47
QIJ8I88	275710S000002185	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QIU1H57	275710S000002216	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QIZ6H76	275710S000002220	22/11/2025	60503	R$ 293,47
QJF8G98	275710S000002040	20/11/2025	60503	R$ 293,47
QMX7E97	275710S000002270	23/11/2025	60503	R$ 293,47
QPI4I18	275710S000002126	21/11/2025	60503	R$ 293,47
QSP4H38	275710T000005009	20/11/2025	58197	R$ 880,41
QUV3G96	275710S000002034	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QXS1F54	275710S000002081	19/11/2025	60503	R$ 293,47
QZA0A81	275710S000002232	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RAT2H06	275710S000001900	18/11/2025	60503	R$ 293,47
RAZ5B73	275710S000002139	21/11/2025	60503	R$ 293,47
RCA4C73	275710S000002125	21/11/2025	60503	R$ 293,47
RDZ3J10	275710S000002075	20/11/2025	60503	R$ 293,47
REY3E68	275710S000001954	18/11/2025	60503	R$ 293,47
RHB6G44	275710T000005908	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RHB8E26	275710S000002224	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHC8I28	275710S000002165	21/11/2025	60503	R$ 293,47

RHG8G93	275710S000002097	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RHH3E68	275710T000005014	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RHI3G73	275710S000002018	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RHJ4C11	275710T000004447	20/11/2025	57380	R$ 293,47
RHJ5E88	275710S000001912	18/11/2025	60503	R$ 293,47
RHJ9J77	275710S000002215	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHK7C96	275710S000002114	21/11/2025	60503	R$ 293,47
RHM0H86	275710S000002096	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RHN1G60	275710S000002192	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHO1B20	275710T000004444	20/11/2025	57380	R$ 293,47
RHP5I04	275710T000005026	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RHQ3E99	275710S000002206	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHV3I01	275710S000002123	21/11/2025	60503	R$ 293,47
RHW3C46	275710S000002217	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHW6C02	275710S000001983	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RHW8B02	275710T000005007	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RHX0B36	275710S000002329	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHY5J69	275710S000002196	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RHZ2I43	275710S000001973	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RIY4F65	275710S000002194	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RNR7B38	275710T000004247	22/11/2025	54522	R$ 195,23
RNZ9F42	275710T000005048	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RRI1E05	275710S000001936	18/11/2025	60503	R$ 293,47
RRP9C52	275710S000002060	20/11/2025	56732	R$ 130,16
RSZ5A69	275710S000001998	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RUA8B08	275710S000002273	23/11/2025	60503	R$ 293,47
RUB6B91	275710S000002190	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RUH1H95	275710T000004294	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RUK4I90	275710S000002284	23/11/2025	60503	R$ 293,47
RUN6D31	275710T000005025	20/11/2025	58197	R$ 880,41
RWE1G97	275710S000002285	23/11/2025	60503	R$ 293,47
RWG1G04	275710S000002221	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RWH5D63	275710S000002316	22/11/2025	60503	R$ 293,47
RXM2H14	275710S000001901	18/11/2025	60503	R$ 293,47
RYO3I04	275710S000001992	19/11/2025	60503	R$ 293,47
RYR0G81	275710S000002333	23/11/2025	60503	R$ 293,47
RYW4B08	275710S000002246	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SDP8G18	275710T000005050	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SDS0E91	275710S000002013	19/11/2025	60503	R$ 293,47
SDU6F45	275710S000002219	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SDX2H56	275710T000005046	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SEB3E10	275710S000001909	18/11/2025	60503	R$ 293,47

SEC5H02	275710T000004445	20/11/2025	57380	R$ 293,47
SED2B78	275710T000005504	18/11/2025	55411	R$ 195,23
SED2D11	275710T000004290	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SED2F96	275710T000005903	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SEE3I27	275710S000002233	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SEF0G76	275710S000002131	21/11/2025	60503	R$ 293,47
SEG2F90	275710S000002302	23/11/2025	56732	R$ 130,16
SEH6B15	275710S000002343	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SEI1A78	275710S000002055	20/11/2025	60503	R$ 293,47
SEL4F05	275710S000002338	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SEM3F73	275710S000002002	19/11/2025	60503	R$ 293,47
SEN8I84	275710T000005010	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SEP6G83	275710T000005017	20/11/2025	58197	R$ 880,41

SEQ4H35	275710T000005905	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SEQ5J58	275710S000001950	18/11/2025	60503	R$ 293,47
SER1J09	275710T000005016	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SES1F51	275710S000002068	20/11/2025	60503	R$ 293,47
SEV1A52	275710S000002330	22/11/2025	56732	R$ 130,16
SEY0J51	275710T000004291	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SFA9J85	275710S000002087	19/11/2025	56732	R$ 130,16
SFB5F29	275710S000002294	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SFB9D69	275710T000004436	20/11/2025	60844	R$ 195,23
SFC1D77	275710S000002184	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SFC5G11	275710S000002231	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SFG5H26	275710S000002293	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SFJ5B97	275710T000005019	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SFK3C11	275710S000002022	19/11/2025	60503	R$ 293,47
SFL7E04	275710S000002201	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SFO1I00	275710T000005031	20/11/2025	58197	R$ 880,41
SFO5C21	275710S000002291	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SGT0E66	275710S000002144	21/11/2025	60503	R$ 293,47
SLW1H36	275710S000002150	21/11/2025	60503	R$ 293,47
SLW7E60	275710S000001919	18/11/2025	60503	R$ 293,47
SLW8I32	275710S000001926	18/11/2025	60503	R$ 293,47
SLY5B64	275710S000002019	19/11/2025	60503	R$ 293,47
SLZ5I69	275710S000002344	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SMB3B44	275710S000001933	18/11/2025	60503	R$ 293,47
SMB9A55	275710S000002169	21/11/2025	60503	R$ 293,47
SMD6F14	275710T000002010	18/11/2025	55417	R$ 195,23
SMG9B28	275710S000002137	21/11/2025	60503	R$ 293,47
SMH5C85	275710S000002023	19/11/2025	60503	R$ 293,47
SMI4D82	275710S000002305	23/11/2025	60503	R$ 293,47

SMK0C86	275710S000001995	19/11/2025	60503	R$ 293,47
SPM5A12	275710S000001968	18/11/2025	60503	R$ 293,47
SPN0D19	275710S000002158	21/11/2025	60503	R$ 293,47
SPW6D98	275710S000002335	23/11/2025	60503	R$ 293,47
STP2F06	275710S000001915	18/11/2025	60503	R$ 293,47
STR3G65	275710S000002278	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SXH5C34	275710S000002042	20/11/2025	60503	R$ 293,47
SXJ8H02	275710S000002295	23/11/2025	60503	R$ 293,47
SXK4H60	275710S000002207	22/11/2025	60503	R$ 293,47
SYW8F27	275710S000002209	22/11/2025	60503	R$ 293,47
TAK1B91	275710S000002211	22/11/2025	60503	R$ 293,47
TAR1A68	275710T000005022	20/11/2025	58197	R$ 880,41
TAU3F78	275710T000005466	19/11/2025	55417	R$ 195,23
TAY6I68	275710S000002004	19/11/2025	60503	R$ 293,47
TAZ9J65	275710S000002151	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBA8B41	275710S000002154	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBA8D34	275710S000001956	18/11/2025	60503	R$ 293,47
TBD4D39	275710S000002261	22/11/2025	60503	R$ 293,47
TBD5B97	275710S000002109	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBD6J07	275710S000002155	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBH4E37	275710S000002166	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBL5B26	275710S000002051	20/11/2025	60503	R$ 293,47
TBL8F13	275710S000002104	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBL8F13	275710S000002136	21/11/2025	60503	R$ 293,47
TBO0H66	275710S000002339	23/11/2025	60503	R$ 293,47
TBO9C02	275710S000001944	18/11/2025	60503	R$ 293,47
TBO9H57	275710T000004244	20/11/2025	76252	R$ 293,47
TBR3B05	275710S000002214	22/11/2025	60503	R$ 293,47
TBX7I56	275710T000005919	20/11/2025	60760	R$ 293,47
TBY6I66	275710T000005002	20/11/2025	58197	R$ 880,41
TEL6D54	275710S000002271	23/11/2025	60503	R$ 293,47
TGK6F53	275710T000005914	20/11/2025	58197	R$ 880,41
THM6I56	275710S000002064	20/11/2025	60503	R$ 293,47
TJJ5A70	275710T000005021	20/11/2025	58197	R$ 880,41
TQO5G36	275710S000002159	21/11/2025	60503	R$ 293,47
UBB0F34	275710S000002242	22/11/2025	60503	R$ 293,47
UGM1I16	275710T000005023	20/11/2025	58197	R$ 880,41

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:99CF039A

PROJUR

4. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 26/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ARV2589	275710S000002436	26/11/2025	56732	

AWA8324	275710S000002473	26/11/2025	56732	
AXL2F04	275710S000002444	26/11/2025	56732	
FIK5636	275710S000002486	26/11/2025	56732	
KHN1G76	275710S000002471	26/11/2025	56732	
MDT9C64	275710S000002483	26/11/2025	56732	
OOJ8841	275710S000002412	24/11/2025	56732	
TBV7B93	116100T003061954	22/11/2025	54600	08259943753

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/02/2026 07:33 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:CBC08EB1

PROJUR

6. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 19/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ARQ6H39	275710S000002179	22/11/2025	56732	
AVZ1C19	275710S000002183	22/11/2025	56732	
AWB6C01	275710T000005563	22/11/2025	64080	166280796
AYF7983	275710S000002085	19/11/2025	56732	
BBR0H95	275710S000002069	20/11/2025	56732	
BDE2E31	275710S000001958	18/11/2025	56732	
DAD8659	275710S000001965	18/11/2025	56732	
DRB9E48	275710S000001951	18/11/2025	56732	
GEA6G67	275710S000002172	22/11/2025	56732	
MEY7A61	275710S000002171	22/11/2025	56732	06944872366
MFS4H50	275710S000002322	22/11/2025	56732	
NHN3I05	275710S000001902	18/11/2025	56732	
PVJ0H51	275710S000001959	18/11/2025	56732	
QAE3I35	275710S000002182	22/11/2025	56732	
SFD3A47	275710S000002276	23/11/2025	56732	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 29/01/2026 09:05 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:B3FE6EF9

PROJUR

7. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 23/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
APC3J20	116100T003094310	26/01/2026	56222
APC3J20	116100T003094311	26/01/2026	54870
AQG1J27	275710NIC0000339	13/01/2026	50020
AQJ3396	275710NIC0000345	13/01/2026	50020
ATB1482	275710NIC0000338	13/01/2026	50020
AXP3156	275710NIC0000364	13/01/2026	50020
AYP1176	275710NIC0000374	13/01/2026	50020
BAP9362	275710NIC0000355	13/01/2026	50020
BBH4H24	275710NIC0000341	13/01/2026	50020
BBR9H23	275710NIC0000382	13/01/2026	50020
BDN1F57	275710NIC0000333	13/01/2026	50020
BEN5A89	275710NIC0000334	13/01/2026	50020
BEO6B58	275710NIC0000369	13/01/2026	50020
CUM4081	275710NIC0000357	13/01/2026	50020
EFZ3G02	275710NIC0000384	13/01/2026	50020
ERI6E72	275710NIC0000361	13/01/2026	50020
ETY5F93	275710NIC0000346	13/01/2026	50020
EYS4J52	275710NIC0000379	13/01/2026	50020
FJB9G04	275710NIC0000383	13/01/2026	50020
HTS1I64	275710NIC0000343	13/01/2026	50020
HWU1A57	275710NIC0000365	13/01/2026	50020
IMY1708	275710NIC0000359	13/01/2026	50020
IOD9D13	275710NIC0000370	13/01/2026	50020

IXH7048	275710NIC0000354	13/01/2026	50020
MGG8C52	275710NIC0000352	13/01/2026	50020
MLV9A82	275710NIC0000381	13/01/2026	50020
NSB7D74	275710NIC0000371	13/01/2026	50020
PBW6C44	275710NIC0000337	13/01/2026	50020
QAH5H58	275710NIC0000375	13/01/2026	50020
QAM0028	275710NIC0000372	13/01/2026	50020
QAY5H98	275710NIC0000350	13/01/2026	50020
RCA4C73	275710NIC0000360	13/01/2026	50020
RUA8B08	275710NIC0000373	13/01/2026	50020
RWH5D63	275710NIC0000380	13/01/2026	50020
RXM2H14	275710NIC0000340	13/01/2026	50020
RYO3I04	275710NIC0000348	13/01/2026	50020
SEE3I27	275710NIC0000368	13/01/2026	50020
SEG2F90	275710NIC0000378	13/01/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/02/2026 07:33 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 2

SES1F51	275710NIC0000356	13/01/2026	50020
SFB9D69	275710NIC0000335	13/01/2026	50020
SFC5G11	275710NIC0000367	13/01/2026	50020
SFG5H26	275710NIC0000376	13/01/2026	50020
SLW1H36	275710NIC0000362	13/01/2026	50020
SMH5C85	275710NIC0000353	13/01/2026	50020
SMK0C86	275710NIC0000349	13/01/2026	50020
STP2F06	275710NIC0000342	13/01/2026	50020
SXJ8H02	275710NIC0000377	13/01/2026	50020
SXK4H60	275710NIC0000366	13/01/2026	50020
TAY6I68	275710NIC0000351	13/01/2026	50020
TBA8B41	275710NIC0000363	13/01/2026	50020
TBA8D34	275710NIC0000347	13/01/2026	50020
TBD5B97	275710NIC0000358	13/01/2026	50020
TBO9C02	275710NIC0000344	13/01/2026	50020
TJJ5A70	275710NIC0000336	13/01/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/02/2026 07:33 Desenvolvido pela Celepar Página: 2 de 2

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:2223F396

PROJUR

9. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 23/03/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABF4484	275710S000006494	28/01/2026	60503
AEF4F78	275710S000006437	27/01/2026	60503
AEK3374	275710S000006438	27/01/2026	60503
AEV4987	275710S000006509	28/01/2026	60503
AFP9A90	275710S000006554	29/01/2026	56732
AJB5B94	275710S000006548	29/01/2026	60503
AKY8178	275710S000006516	29/01/2026	60503
ALN4J94	275710S000006446	27/01/2026	56732
AML1C28	275710S000006506	28/01/2026	60503
AMO5258	275710S000006441	27/01/2026	60503
AMV0337	275710S000006493	28/01/2026	60503
AOR7182	275710S000006460	27/01/2026	60503
ASC4E24	275710S000006510	28/01/2026	60503
ASS2D37	275710S000006492	28/01/2026	60503
ATQ6E34	275710S000006481	28/01/2026	60503
AUB5E91	275710S000006502	28/01/2026	56732
AUF1G99	275710S000006456	27/01/2026	60503
AUG9G39	275710S000006488	28/01/2026	60503
AUR9027	275710S000006531	29/01/2026	60503
AUW1897	275710S000006505	28/01/2026	56732
AUX4767	275710S000006511	28/01/2026	60503
AVI7H48	275710S000006522	29/01/2026	60503
AVU4G47	275710S000006500	28/01/2026	60503
AWA4823	275710S000006528	29/01/2026	60503
AWK5H90	275710S000006472	27/01/2026	60503
AXI4B00	275710S000006515	28/01/2026	60503
AXU2856	275710S000006540	29/01/2026	60503
AYE6F48	275710S000006477	27/01/2026	60503
AZA4I84	275710S000006498	28/01/2026	60503

AZH1628	275710S000006464	27/01/2026	56732
AZM6H14	275710S000006445	27/01/2026	60503
BAD2654	275710S000006462	27/01/2026	60503
BAE4D51	275710S000006523	29/01/2026	56732
BAR3D72	275710S000006561	29/01/2026	60503
BBT7B96	275710S000006459	27/01/2026	60503
BBV7H76	275710S000006466	27/01/2026	60503
BCI7175	275710S000006514	28/01/2026	56732
BCU1C30	275710S000006530	29/01/2026	60503

BCZ3J91	275710S000006501	28/01/2026	60503
BDB9I90	275710S000006533	29/01/2026	60503
BDL5B06	275710S000006443	27/01/2026	60503
BDN4C71	275710S000006450	27/01/2026	56732
BDT3B37	275710S000006504	28/01/2026	60503
BDT6B35	275710S000006486	28/01/2026	60503
BEE3C47	275710S000006491	28/01/2026	60503
BEQ3G23	275710S000006470	27/01/2026	60503
BET7F84	275710S000006480	28/01/2026	60503
BZB4000	275710S000006461	27/01/2026	60503
CUJ3E54	275710S000006532	29/01/2026	60503
DFE2G01	275710S000006549	29/01/2026	60503
DIV2I54	275710S000006535	29/01/2026	60503
DPP0464	275710S000006483	28/01/2026	60503
DXA0A08	275710S000006543	29/01/2026	60503
EAH9H93	275710S000006444	27/01/2026	60503
EMV2H55	275710S000006495	28/01/2026	60503
EWK9F68	275710S000006469	27/01/2026	60503
EXR3E34	275710S000006558	29/01/2026	60503
FCL0B56	275710S000006449	27/01/2026	60503
FIM4J84	275710S000006520	29/01/2026	56732
FIS4C59	275710S000006479	27/01/2026	60503
FKG0F81	275710S000006537	29/01/2026	60503
FTB9F91	275710S000006471	27/01/2026	60503
GDS7E67	275710S000006512	28/01/2026	60503
GGT9J39	275710S000006567	29/01/2026	56732
HRN2I42	275710S000006440	27/01/2026	56732
HTB6022	275710S000006550	29/01/2026	60503
HTJ7A59	275710S000006442	27/01/2026	56732
HTQ9032	275710S000006485	28/01/2026	60503
HYZ6G95	275710S000006525	29/01/2026	60503
IFB6D69	275710S000006463	27/01/2026	60503
ITO9754	275710S000006555	29/01/2026	60503
IVQ7C05	275710S000006476	27/01/2026	60503
JAO5C86	275710S000006560	29/01/2026	60503
JAT0I81	275710S000006519	29/01/2026	60503
JBI8B49	275710S000006563	29/01/2026	60503
JBN1A92	275710S000006457	27/01/2026	60503
JDE4G85	275710S000006562	29/01/2026	60503
LQO2B44	275710S000006526	29/01/2026	60503
MGL1A78	275710S000006496	28/01/2026	60503
MKV9E00	275710S000006497	28/01/2026	60503

MLE8E19	275710S000006547	29/01/2026	60503
NAO3F96	275710S000006556	29/01/2026	60503
NCR2G08	275710S000006478	27/01/2026	56732
NIZ3A30	275710S000006559	29/01/2026	60503
NRN5H42	275710S000006454	27/01/2026	60503
NSA9263	275710S000006565	29/01/2026	56732
NUG0F56	275710S000006473	27/01/2026	56732
OKX2B37	275710S000006536	29/01/2026	60503
OOJ8928	275710S000006544	29/01/2026	60503
OON1D89	275710S000006542	29/01/2026	56732
OOS8E83	275710S000006447	27/01/2026	60503
OOU8G74	275710S000006490	28/01/2026	60503
OYH0F96	275710S000006451	27/01/2026	60503
PKG5B76	275710S000006484	28/01/2026	60503
PNT7I92	275710S000006448	27/01/2026	60503
PPQ9E88	275710S000006507	28/01/2026	60503
PVP4F44	275710S000006475	27/01/2026	60503
QAI7H64	275710S000006452	27/01/2026	60503
QAJ1272	275710S000006513	28/01/2026	56732
QAN6C54	275710S000006499	28/01/2026	60503
QCW4J52	275710S000006482	28/01/2026	60503
QCX8B92	275710S000006534	29/01/2026	60503
QJK3A09	275710S000006517	29/01/2026	60503
QJO7A49	275710S000006524	29/01/2026	60503
QJT2I95	275710S000006453	27/01/2026	60503
QNW2H60	275710S000006557	29/01/2026	56732
QPM4F16	275710S000006551	29/01/2026	60503
QVS7F89	275710S000006474	27/01/2026	60503
RHC6E74	275710S000006521	29/01/2026	56732
RHM4J80	275710S000006468	27/01/2026	60503
RHT6I80	275710S000006529	29/01/2026	60503
RMK2H92	275710S000006487	28/01/2026	60503

RRL4D43	275710S000006518	29/01/2026	60503
RWC2A93	275710S000006503	28/01/2026	60503
RWH6G59	275710S000006465	27/01/2026	60503
RWI5H07	275710S000006458	27/01/2026	60503
RYP3J74	275710S000006552	29/01/2026	60503
SAS6F90	275710S000006545	29/01/2026	56732
SDQ9B62	275710S000006455	27/01/2026	60503
SET5A83	275710S000006538	29/01/2026	56732
SEY9I73	275710S000006539	29/01/2026	60503
SFA9F67	275710S000006553	29/01/2026	60503
SMD3E53	275710S000006541	29/01/2026	60503
SMH5D30	275710S000006568	29/01/2026	60503
SVC2A66	275710S000006467	27/01/2026	60503
SWJ9C74	275710S000006439	27/01/2026	60503
TAJ9J83	275710S000006508	28/01/2026	60503
TBH5E80	275710S000006489	28/01/2026	60503
TCP4G24	275710S000006546	29/01/2026	60503
TDA5E21	275710S000006566	29/01/2026	60503
UAY0B87	275710S000006527	29/01/2026	60503
UAY3G98	275710S000006564	29/01/2026	56732

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:95DDEDF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 26/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu	
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000	
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR	
DECRETO N.º 26/2026	
Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT	
FINANCEIRO e da outras providências.	
O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram	
conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.	
DECRETA:	
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento	
Geral do Município, no valor de R$ 752.435,09 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.	
Suplementação(ões)	
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade - 12002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional - 10.301.0010.2045000 - FUNCIONAMENTO UBS JARDIM COPACABANA	
Despesa - 564 - 339030 - 02328 - MATERIAL DE CONSUMO	104.383,99
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade - 12002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional - 10.301.0010.2044000 - FUNCIONAMENTO UBS ANTONIO MENDES VASCONCELOS	
Despesa - 565 - 339030 - 02329 - MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10002 - DEPARTAMENTO DO TRABALHO	
Funcional - 10.301.0010.2044000 - FUNCIONAMENTO UBS ANTONIO MENDES VASCONCELOS	
Despesa - 566 - 339039 - 02329 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	54.575,46
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10002 - DEPARTAMENTO DO TRABALHO	
Funcional - 10.301.0010.2044000 - FUNCIONAMENTO UBS ANTONIO MENDES VASCONCELOS	
Despesa - 567 - 339030 - 02330 - MATERIAL DE CONSUMO	139.155,95
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10002 - DEPARTAMENTO DO TRABALHO	
Funcional - 10.301.0010.2044000 - FUNCIONAMENTO UBS ANTONIO MENDES VASCONCELOS	
Despesa - 568 - 339039 - 02330 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10002 - DEPARTAMENTO DO TRABALHO	
Funcional - 10.301.0010.2045000 - FUNCIONAMENTO UBS JARDIM COPACABANA	
Despesa - 569 - 339039 - 02331 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.561,86
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10002 - DEPARTAMENTO DO TRABALHO	
Funcional - 10.301.0010.2042000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA E SAUDE BUCAL	
Despesa - 570 - 339030 - 02332 - MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10002 - DEPARTAMENTO DO TRABALHO	
Funcional - 10.301.0010.2045000 - FUNCIONAMENTO UBS JARDIM COPACABANA	
Despesa - 571 - 339032 - 02332 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	33.757,83
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	752.435,09
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício	
anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:	
Fontes:	
02328 - Emenda Parlamentar FMS ZD	
02329 - Emenda Parlamentar FMS ORIO	
02330 - Emenda Parlamentar FMS LC	
02331 - Emenda Parlamentar FMS SF	
02332 - Emenda Parlamentar FMS GH	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.	
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 5 de fevereiro de 2026	
Claudio Aparecido Bernin	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:8E720063

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
SEC. ASSIST. - RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001.2./2026 - 16ª CONVOCAÇÃO

RETIFICAÇÃO do EDITAL Nº 001.2./2026 - 16ª CONVOCAÇÃO

Irati, 06 de fevereiro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 421/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 420/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Membros: Gerson Arnold e Delma Braz Serenato) publicados no Diário Oficial do Município em 27/06/2025, Edição 3307, com base na RETIFICAÇÃO do RESULTADO DEFINITIVO do Processo Seletivo Simplificado nº 001.2/2025, **TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÂO da décima sexta convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMAS/SEMUCI visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.2/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 11 de fevereiro de 2026, com horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

ASSISTENTE SOCIAL PARA PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO							
Nº inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
057	WILLIAM DAVID PINHEIRO RIBEIRO	100	100	0	50	250	17º

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a. Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b. Carteira de Identidade – RG (cópia);

c. Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d. PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e. Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f. Título de Eleitor (cópia);

g. Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i. Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j. Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k. Comprovante de endereço atual (cópia);

l. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o. Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p. Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q. Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r. O cargo em Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Oficineiro(a) Práticas Corporais, Oficineiro(a) Práticas Esportivas, Oficineiro(a) Pilates, Oficineiro(a) de Natação e Hidroginástica, deverão apresentar declaração ou documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), dentro do prazo de validade, para os candidatos convocados à função de Motorista;

t. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

u. Declaração de Entrega dos Documentos Comprobatórios, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA

Decreto nº 420/2025

Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:E207118F

PROCURADORIA
SEC. ASSIST. - EDITAL Nº 001.2./2026 - 17ª CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 001.2./2026 - 17ª CONVOCAÇÃO

Irati, 06 de fevereiro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 421/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 420/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Membros: Gerson Arnold e Delma Braz Serenato) publicados no Diário Oficial do Município em 27/06/2025, Edição 3307, **TORNA PÚBLICO a décima sétima convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMAS/SEMUCI visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.2/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 11 de fevereiro de 2026, com horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

PSICÓLOGO(A) PARA PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO							
Nº inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
039	MARIA ELOISA MICHELIN KOPANSKI	50	20	0	100	170	15º

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a. Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b. Carteira de Identidade – RG (cópia);

c. Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d. PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e. Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f. Título de Eleitor (cópia);

g. Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i. Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j. Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k. Comprovante de endereço atual (cópia);

l. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o. Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p. Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q. Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r. O cargo em Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Oficineiro(a) Práticas Corporais, Oficineiro(a) Práticas Esportivas, Oficineiro(a) Pilates, Oficineiro(a) de Natação e Hidroginástica, deverão apresentar declaração ou documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), dentro do prazo de validade, para os candidatos convocados à função de Motorista;

t. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

u. Declaração de Entrega dos Documentos Comprobatórios, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA

Decreto nº 420/2025

Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:E00ACF24

PROCURADORIA
SEC. ASSIST. - RESULTADO DOS RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS Nº 001.3/2026

RESULTADO DOS RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS Nº 001.3/2026

A Prefeitura Municipal de Irati – PR, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais, torna pública o **Resultado dos Recursos** do **Processo Seletivo Simplificado nº 001.3/2026**, destinado à contratação temporária de profissionais de níveis médio e superior, para atuação nos serviços socioassistenciais do município

Irati, 06 de fevereiro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipaisnº **003/2026**, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº **002/2026** que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Membros: Gerson Arnold e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em **06/01/2026**, Edição **3441**, TORNA PÚBLICO o **RESULTADO DOS RECURSOS** do Processo Seletivo Simplificado visando a contratação temporária de profissionais de níveis médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas neste Edital.

Recurso	**Candidato(a):**	**Cargo Pretendido:**	**Inscrição**
nº 01	ANA PAULA ANTUNES	Cuidadora Social	nº 068
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou certificado de conclusão de Ensino Médio, alterando sua situação para **Classificada.** Desta forma, a documentação apresentada no envelope de inscrição foi avaliada, somando **20** pontos no Grupo II – Atividades de capacitação e formação e **71** pontos no Grupo IV - Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 91**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 02	MÁRCIA APARECIDA BOLDE	Cuidadora Social	nº 036
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 196**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 03	SÔNIA APARECIDA DE JESUS NEVES	Cuidadora Social	nº 059
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 117**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 04	DULCE REGINA DA SILVA CARDOSO	Cuidadora Social	nº 072
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 213**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 05	JÉSSICA RENATA GONÇALVES	Cuidadora Social	nº 020
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 92**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 06	JORANI APARECIDA DE ANDRADE LIMA	Cuidadora Social	nº 119
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 179**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 07	ÉDNA MARIA RIBAS	Cuidadora Social	nº 035
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 133**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 08	SILVANA LIQUEZ PENTEADO CHIQUETTO	Cuidadora Social	nº 102
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou mais um certificado conforme o item 2.1 do Grupo II – Atividades de capacitação e formação somando mais **10** pontos e a declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS somando **250** pontos. **Pontos adicionados: 260**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 09	DALIANE STRESSER DE CAMPOS	Cuidadora Social	nº 015
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 100**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 10	ROZENI FÁTIMA LAURIANO DOS SANTOS	Cuidadora Social	nº 086
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 154**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 11	MARIA ZENAIDE RIBEIRO	Cuidadora Social	nº 018
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 213**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 12	SILVANA FERREIRA DA SILVA BAUM	Cuidadora Social	nº 115
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 250**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 13	ADRIANA DE SOUZA	Cuidadora Social	nº 083
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 37**	

Recurso	Candidato(a):	Cargo Pretendido:	Inscrição
nº 14	ELIS CARINA PINHEIRO	Cuidadora Social	nº 045
Resultado:		**Justificativa:**	
DEFERIDO TOTALMENTE		A candidata apresentou declaração informando corretamente o tempo de experiência conforme o item 4.1 do Grupo IV – Experiência profissional na área para o qual se realiza o PSS. **Pontos adicionados: 250**	

FRANCIELI DWULATKA

Decreto nº 002/2026

Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:6F0D221A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - ATUALIZADA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

Política de Investimentos	**VERSÃO** 02.2026	**APROVADO** 05 de fevereiro 2026
Elaboração: Gestor dos Recursos e Comitê de Investimentos	**Aprovação:** Conselho Deliberativo	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.. 2

2. OBJETIVO.. 3

3. CATEGORIZAÇÃO DO RPPS. 4

4. ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA.. 6

5. META DE RENTABILIDADE. 9

6. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS. 10

7. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.. 20

8. CONTROLE DE RISCO.. 26

9. ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT. 32

10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO.. 33

11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA.. 34

12. CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE. 35

13. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS. 41

14. FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES. 47

15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.. 48

16. PLANO DE CONTINGÊNCIA.. 51

17. CONTROLES INTERNOS. 53

18. DISPOSIÇÕES GERAIS. 54

19. ASSINATURAS. 55

ANEXO I – PANORAMA ECONÔMICO.. 57

INTRODUÇÃO

A presente Política de Investimentos tem como propósito estabelecer os fundamentos que nortearão a aplicação dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**. Trata-se de um documento estratégico que reflete o compromisso da unidade gestora com a boa governança, a sustentabilidade e a proteção do patrimônio previdenciário.

Este instrumento busca assegurar que as decisões de investimento sejam tomadas de forma planejada, responsável e transparente, garantindo o alinhamento entre os recursos financeiros disponíveis e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, define diretrizes, limites, critérios de risco e mecanismos de acompanhamento que permitem à gestão previdenciária atuar de maneira prudente e eficiente.

A Política de Investimentos é também um instrumento de comunicação e prestação de contas à sociedade, aos segurados e beneficiários, bem como aos órgãos de controle. Sua função é demonstrar a seriedade com que a unidade gestora administra recursos de natureza pública, adotando práticas que privilegiam a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a solvência, sempre em equilíbrio com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Assim, esta Política de Investimentos representa, portanto, o compromisso do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** com a boa gestão dos recursos previdenciários, garantindo segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação às obrigações e transparência em todas as etapas de suas operações.

OBJETIVO

A presente Política de Investimentos tem por objetivo estabelecer as diretrizes, os princípios e os critérios que nortearão a aplicação dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, em conformidade com o disposto no art. 1º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, de modo a assegurar que as decisões de investimento sejam conduzidas com observância aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza das obrigações previdenciárias e transparência, preservando o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do regime.

Este documento orienta a seleção, a alocação, o acompanhamento e o controle dos investimentos, exigindo que os responsáveis pela gestão dos recursos atuem com boa-fé, lealdade, diligência, proteção tempestividade e prudência financeira, além de zelar por elevados padrões éticos e pela adoção de regras, procedimentos e controles internos compatíveis com a natureza pública da gestão previdenciária, com os segmentos, limites e requisitos previstos na regulamentação vigente e com as melhores práticas de governança aplicáveis aos RPPS.

Adicionalmente, a Política de Investimentos constitui instrumento essencial de transparência e de prestação de contas, permitindo que segurados, beneficiários, órgãos de controle e demais partes interessadas acompanhem, de forma clara e objetiva, as estratégias adotadas, os riscos assumidos e os resultados obtidos, contribuindo para o fortalecimento da confiança na gestão dos recursos previdenciários e para a proteção dos direitos presentes e futuros dos participantes do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

CATEGORIZAÇÃO DO RPPS

Para fins de classificação, os Regimes Próprios de Previdência Social podem ser enquadrados como **Investidor Comum, Qualificado ou Profissional**. Essa categorização é importante porque define quais tipos de investimentos o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá acessar e em quais condições.

De forma prática, a classificação leva em consideração dois aspectos principais:

Patrimônio Aplicado: o volume de recursos sob gestão, registrado no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;

Nível de Aderência ao Pró-Gestão RPPS: certificação que avalia governança, controles internos e práticas de gestão.

Para ser reconhecido como **Investidor Qualificado**, o RPPS deve possuir patrimônio aplicado igual ou superior a R$ 10 milhões e ter obtido Certificação Institucional no Pró-Gestão em um dos níveis de aderência. Já para a categoria de **Investidor Profissional**, exige-se patrimônio aplicado igual ou superior a R$ 500 milhões, além da Certificação Institucional Pró-Gestão no Nível IV.

Caso o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** não atenda a esses requisitos, será classificado como **Investidor Comum**, ficando restrito a investimentos compatíveis com essa categoria, sem acesso a fundos destinados a investidores qualificados ou profissionais.

Para apoiar essa classificação, são observadas as seguintes informações:

Análise do Perfil	
Patrimônio Líquido sob gestão (R$)	**19.283.368,78**
Nível de Aderência conquistado no Pró-Gestão	**Não se aplica**
Vencimento da Certificação Pró-Gestão	**Não se aplica**

Fonte: O próprio **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, a categorização do Regime Próprio de Previdência Social passa a considerar, de forma expressa, o nível de aderência à Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS como elemento determinante para a definição do universo de ativos elegíveis, dos limites de alocação e do grau de complexidade das estratégias de investimento passíveis de adoção. A realização de novas alocações em determinados segmentos e ativos financeiros está condicionada à comprovação do nível mínimo de certificação exigido para cada classe de investimento, conforme previsto na regulamentação vigente, de modo que a inexistência ou insuficiência de nível de Pró-Gestão implica restrições relevantes à diversificação da carteira. Assim, a estratégia de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá ser compatibilizada com o nível de certificação institucional alcançado, observando-se a capacidade operacional, a estrutura de governança, os controles internos e a gestão de riscos do RPPS.

Atualmente, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** encontra-se classificado como **INVESTIDOR COMUM**. Havendo a obtenção e/ou progressão na Certificação Pró-Gestão, a categorização será revista e o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá promover as adequações necessárias nesta Política de Investimentos dentro de prazo de **até 90 (noventa) dias**, de forma a refletir fielmente sua nova condição de enquadramento.

ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Os responsáveis pela gestão da unidade gestora do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** têm como uma de suas principais responsabilidades a busca contínua pelo aperfeiçoamento técnico, exercendo suas atividades com boa-fé, legalidade e diligência. Devem zelar por elevados padrões éticos e adotar boas práticas de gestão previdenciária, em consonância com os princípios do Pró-Gestão, de modo a garantir o cumprimento das obrigações do regime.

Entende-se por responsáveis aqueles que participam dos processos de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão, assim como os agentes de mercado que atuam na distribuição, intermediação e administração de fundos de investimento e ativos financeiros relacionados. As atribuições de cada agente estão detalhadas nos manuais internos e nas políticas institucionais do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, instituídos como Regras, Procedimentos e Controles Internos.

A governança do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** é composta por instâncias que atuam de forma integrada e complementar:

Conselho Deliberativo: órgão máximo de deliberação, responsável por aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução;

Conselho Fiscal: responsável por fiscalizar a gestão administrativa, contábil e financeira;

Comitê de Investimentos: órgão técnico de formulação e execução da Política de Investimentos, que analisa cenários, propõe estratégias e acompanha a performance da carteira de investimentos.

Todo o processo de execução da Política de Investimentos e de outras diretrizes legais devem ser deliberadas e fiscalizadas pelos conselhos competentes, com apoio dos mecanismos de controle interno, assegurando transparência e conformidade em todas as etapas.

Modelo de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu art. 95, incisos I, II e III, a gestão das aplicações dos recursos poderá ser realizada por meio de carteira própria, carteira administrada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** será **PRÓPRIA**.

A adoção deste modelo significa que a totalidade dos recursos financeiros ficará sob a gestão e responsabilidade do próprio **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, na figura dos colaboradores diretamente envolvidos no processo de gestão dos recursos e investimentos.

A gestão das aplicações dos recursos contará com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência, conforme exigido na Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações.

Órgãos de Execução, Deliberação e Fiscalização

Os recursos financeiros do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do Ente Federativo. Esses mesmos recursos serão geridos em conformidade com a Política de Investimentos, com os critérios para credenciamento das Instituições Financeiras e contratação de prestadores de serviços.

A estrutura interna definida através da Lei Complementar nº 1.440/2021, garante a segregação de atividades entre dirigentes, conselheiros, gestores dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, em linha com as boas práticas de gestão e governança previdenciária.

Conselho Deliberativo

Compete ao Conselho Deliberativo aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução, deliberar sobre as estratégias de gestão de recursos e zelar pelo cumprimento das normas e objetivos previdenciários. Atua como instância máxima de decisão no âmbito do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, com responsabilidade de orientar a condução da gestão em consonância com os princípios de legalidade, eficiência e interesse público.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir parecer sobre a gestão administrativa, contábil e financeira, acompanhar a execução orçamentária e verificar a conformidade da aplicação dos recursos com a legislação vigente e com esta Política de Investimentos. Sua atuação assegura a fiscalização independente e contínua das atividades do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, fortalecendo o controle interno.

Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos a formulação e execução da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, que devem submetê-la para aprovação do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, ambos órgãos superiores de competência do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Conflito de Interesses

Em casos de Conflito de Interesse entre os membros integrantes do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal, a participação do conflitante como voto de qualidade será impedida e/ou anulada, sendo devidamente registrado em ata de reunião.

Não fica excluída a possibilidade da participação de um Consultor de Valores Mobiliários no fornecimento de "minuta" para a elaboração da Política de Investimentos, bem como propostas de revisão para apreciação do Gestor dos Recursos, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

Observância aos Critérios de Elegibilidade

Os responsáveis pela gestão do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** e aqueles que participam diretamente do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão estão submetidos a critérios de elegibilidade, em razão da relevância de suas atribuições.

Os critérios de elegibilidade e permanência nos cargos dentro do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** estão descritos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 ("Lei nº 9.717/1998"), incluídos pela Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 ("Lei nº 13.846/2019") e na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu Art. 76, além das exigências constantes no Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5.

Os membros da Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Gestor dos Recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das situações de inelegibilidade previstas na legislação aplicável;

possuir certificação válida, obtida junto a entidade certificadora reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Previdência, conforme os critérios do Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5;

possuir experiência comprovada no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

ter formação superior.

Os critérios “a” e “b” se aplicam aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos.

De acordo com o Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5, os dirigentes, membros dos conselhos, o Gestor dos Recursos e os integrantes do Comitê de Investimentos estão obrigados a apresentar suas respectivas certificações dentro dos prazos estabelecidos. Caberá ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** e ao Ente Federativo verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e encaminhar as informações à Secretaria de Previdência.

A comprovação do critério “a” deverá ser atualizada a cada dois anos. Caso haja ocorrência impeditiva, o profissional deixará de ser considerado habilitado para o exercício da função a partir da data do ato ou fato obstativo. A comprovação do critério “b” será feita mediante apresentação do certificado emitido pela entidade certificadora após a obtenção da certificação RPPS, conforme as regras do Manual versão 1.5.

META DE RENTABILIDADE

A Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas avaliações atuariais seja equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média – ETTJ esteja o mais próximo à duração do passivo do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

A taxa atuarial de juros, também conhecida como meta atuarial, é utilizada no cálculo das avaliações atuariais para trazer ao valor presente líquido todos os compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, determinando o montante de patrimônio que o RPPS deverá possuir para manter o equilíbrio atuarial.

Esse equilíbrio somente será possível se os recursos forem remunerados, no mínimo, por uma taxa igual ou superior. Caso a taxa que remunere os recursos seja inferior à taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará deficitário, comprometendo o pagamento futuro dos benefícios.

Considerando:

a Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, em seu artigo 2º, que estabelece a taxa de juros parâmetro cujo ponto da ETTJ mais próximo à duração do passivo do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, no valor de % ();

a verificação do cumprimento da meta de rentabilidade nos últimos cinco exercícios antecedentes à data focal, podendo ser acrescidos 0,15 ponto percentual a cada ano na taxa de juros parâmetro definida, limitada a 0,6 ponto percentual;

Fica definida como Meta de Rentabilidade o valor de + % ().

Observada a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, em cumprimento à Lei nº 9.717/1998, em seu art. 1º, a meta de rentabilidade poderá ser diferenciada por períodos dentro do próprio exercício, prospectada de acordo com o perfil da carteira de investimentos e com o cenário macroeconômico e financeiro.

ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Os responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** devem observar os limites e critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 5.272/2025 e qualquer outro ato normativo relacionado ao tema, emitido pelos órgãos de fiscalização e orientação.

A estratégia de alocação dos recursos para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e das projeções futuras de déficit e/ou superávit.

Alocação Estratégica para o exercício de 2026 e os próximos 5 anos

				Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026	**Estratégia de Alocação - para os próximos 05 anos**

Tipo de Ativo	Limite da Resolução 5.272/25	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Art. 7º, I - Fundos Renda Fixa 100% Títulos Públicos	**100%**	0,00%	41,20%	100,00%	0,00%	100,00%
Art. 7º, II- Títulos Tesouro Nac. (Direto)	**100%**	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Art. 7º, III - Títulos Tesouro (Via Intermediação de IF)	**0%**	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, IV - Operações Compromissadas (Lastro Tesouro)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, V - Fundos Renda Fixa (Sem Crédito Privado)		0,00%	47,74%	49,74%	0,00%	49,74%
Art. 7º, VI - Ativos de IF Bancária (CDB, LF, LCI, LCA)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, VII - Fundos de RF com sufixo "Crédito Privado"		0,00%	3,41%	5,41%	0,00%	5,41%
Art. 7º, VIII - Debêntures de Infraestrutura (Leis 12.431/14.801)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, IX - FIDC (Cotas de Subclasse Sênior)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite de Renda Fixa			**92,35%**	**255,15%**		255,15%
Art. 8º, I - Fundos de Ações	**0%**	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 8º, II - Fundos de ETF de Ações (Brasil)		0,00%	3,65%	5,65%	0,00%	5,65%
Art. 8º, III - BDR-Ações ou BDR-ETF de Ações		0,00%	4,00%	6,00%	0,00%	6,00%
Art. 8º, IV - ETF Internacional (Negociado no Brasil)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10, I - Fundos Multimercado (Regime Aberto)	**0%**	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10, II - Fiagro		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10, III - FIP (Participações)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 11 - Fundos Imobiliários (FII)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite de RV, Estruturados e FII			**7,65%**	**11,65%**		11,65%
Art. 9º I - FI Renda Fixa - Dívida Externa	**0%**	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º II - FI Exterior Investidor Qualificado		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º III - FI Exterior Investidor Geral		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite de Investimentos no Exterior			**0,00%**	**0,00%**		0,00%
Art. 12º - Empréstimos Consignados	**5%**	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Total da Carteira de Investimentos			**100,00%**	**271,80%**		271,80%

Na tabela de alocação estratégica aplica-se a regra do Túnel de Movimentação: o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deve manter sua alocação dentro dos limites mínimo e máximo definidos para cada segmento, não podendo ultrapassar o teto nem permanecer abaixo do piso estabelecido. A gestão deve priorizar que a carteira de investimentos permaneça próxima ao percentual de referência indicado na coluna central da tabela, que corresponde à alocação estratégica definida para o exercício.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

Para efeitos de alocação estratégica, segundo a Resolução CMN nº 5.272/2025, art. 3º e 6º, são considerados recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**: (i) as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital; (ii) os demais ingressos financeiros auferidos pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**; (iii) as aplicações financeiras e (iv) os títulos e valores mobiliários.

Não serão considerados recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** para efeitos de alocação estratégica os recursos provenientes de: (i) ativos vinculados por lei ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**; (ii) demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; (iii) as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e (iv) as contas de fundos de investimento imobiliário.

Nos termos do art. 23 da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá realizar operações de empréstimo de classes de cotas de Fundos de Índice (ETF) integrantes de sua carteira de investimentos, desde que tais operações sejam cursadas exclusivamente em câmaras ou por prestadores de serviços de compensação e liquidação devidamente autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O registro das operações de empréstimo deverá ser efetuado em bolsa de valores, que atuará como contraparte central, por intermédio de prestador de serviços registrado e autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários a operar na respectiva câmara em que o ativo estiver custodiado, assegurando a adequada formalização, a mitigação de riscos operacionais e a transparência das transações realizadas.

A taxa de remuneração das operações de empréstimo, a ser paga pelo tomador ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** na condição de doador dos ativos, deverá estar aderente aos preços referenciais e aos limites de negociação estabelecidos pela câmara responsável, sendo vedada a realização de operações em condições que não reflitam práticas de mercado ou que impliquem assunção de riscos incompatíveis com os objetivos previdenciários.

O prazo de vigência das operações de empréstimo deverá ser compatível com as condições de liquidez da carteira de investimentos e com as obrigações previdenciárias do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, devendo ser observados os critérios de gestão de liquidez e de risco estabelecidos nesta Política de Investimentos.

Os ativos financeiros objeto de empréstimo continuarão sendo integralmente considerados para fins de verificação dos limites, enquadramentos e demais requisitos estabelecidos nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 5.272/2025, não implicando, em nenhuma hipótese, exclusão ou flexibilização dos controles prudenciais aplicáveis.

Segmento de Renda Fixa

Obedecidos os limites estabelecidos para o segmento de renda fixa pela Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá alocar até o limite máximo de 100% dos recursos garantidores do plano em ativos financeiros enquadrados nesse segmento.

As aplicações em títulos públicos federais observarão as disposições do art. 7º da referida Resolução, distinguindo-se, para fins operacionais, a forma de aquisição desses ativos. Nos termos do inciso II do art. 7º, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá adquirir títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, por meio de oferta primária ou em plataformas eletrônicas de negociação, desde que observados os procedimentos previstos no § 2º, incisos I e II, do mesmo artigo, sendo tais aplicações acessíveis a todos os RPPS, independentemente do nível de aderência ao Pró-Gestão RPPS.

Alternativamente, nos termos do inciso III do art. 7º, a aquisição de títulos públicos poderá ocorrer no mercado de balcão, por intermediação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e classificada como S1 ou S2, conforme o disposto no art. 21, § 2º, inciso I, hipótese esta restrita aos RPPS que comprovem, no mínimo, nível I de aderência ao programa de certificação institucional.

Em qualquer das modalidades, as operações diretas em títulos públicos deverão observar rigorosamente o § 2º do art. 7º, com a realização das negociações em ambientes que assegurem igualdade de condições entre os participantes, formação de preços em ambiente competitivo e transparente e possibilidade de registro das ofertas, bem como o disposto no art. 22 da Resolução, especialmente quanto à consulta prévia a preços e taxas de referência, à análise de propostas recebidas e à guarda dos registros relativos aos valores, volumes e condições efetivamente negociados.

Na hipótese de aquisição direta de títulos públicos, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá comprovar:

a consulta prévia às informações divulgadas por entidades representativas do mercado financeiro e de capitais, reconhecidas pela transparência e padrão técnico, considerando preços e taxas de referência, bem como o volume e condições das operações registradas no SELIC antes do fechamento da operação;

a realização das operações por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;

as informações relativas a taxas, riscos e custos de ativos com características similares obtidas de prestadores de serviços, instituições financeiras e participantes de mercado regulado pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações em Letras Financeiras deverão atender rigorosamente às condições de elegibilidade, limites e restrições estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo admitidas exclusivamente aquelas emitidas por instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que não possuam controle societário detido, direta ou indiretamente, por qualquer Estado ou pelo Distrito Federal, conforme disposto no art. 15 da referida Resolução.

As aplicações realizadas pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** em Letras Financeiras, consideradas de forma direta ou indireta em relação ao seu patrimônio líquido, observarão os limites máximos por emissor previstos no art. 18, sendo permitida a exposição de até **5%** (cinco por cento) quando o emissor for uma mesma instituição financeira bancária classificada como S1 ou S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, e de até **2,5%** (dois inteiros e cinco décimos por cento) quando o emissor estiver enquadrado nos demais segmentos.

Adicionalmente, aplica-se às instituições financeiras emissoras, bem como àquelas que detenham obrigação ou coobrigação relacionada às Letras Financeiras, o disposto no art. 21, § 6º, devendo ser realizado o seu prévio credenciamento e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do RPPS como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento. Esses critérios constituem parâmetros obrigatórios de seleção dos ativos, em consonância com os princípios de governança, solidez financeira, prudência e controle de riscos que regem a gestão dos recursos previdenciários.

Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados e Fundos de Investimentos Imobiliários

Em relação aos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos de investimento imobiliários, a Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, estabelece limites globais diferenciados de alocação, observados de forma cumulativa, de acordo com o nível de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional Pró-Gestão RPPS.

No segmento de renda variável, são admitidas aplicações em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como “Ações” e em cotas de classes de ETF de ações negociáveis em bolsa de valores, acessíveis exclusivamente aos RPPS que comprovem nível II ou superior de aderência ao Pró-Gestão RPPS. Adicionalmente, são permitidos investimentos em cotas de classes de fundos de investimento cujo patrimônio líquido seja composto majoritariamente por Brazilian Depositary Receipts – BDR-Ações ou BDR-ETF de ações, bem como em cotas de classes de ETF internacional admitidos à negociação em bolsa de valores no Brasil, sendo tais ativos restritos aos RPPS que comprovem nível III ou superior de aderência ao programa de certificação institucional.

São considerados investimentos estruturados, nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025, as aplicações em cotas de classes de fundos de investimento classificados como "Multimercado", os fundos de investimento em participações – FIP e os fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso", observados os respectivos limites individuais e globais previstos na regulamentação.

Adicionalmente, é admitida a aplicação de recursos em cotas de classes de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais – FIAGRO, desde que observados os limites legais, os requisitos de elegibilidade dos ativos e o nível mínimo de aderência ao Pró-Gestão RPPS exigido, sendo tais investimentos restritos aos RPPS que comprovem nível III ou superior de certificação institucional.

As aplicações em fundos de investimento imobiliário – FII são admitidas no âmbito deste segmento, desde que observados os critérios de elegibilidade, os limites de concentração e os requisitos de credenciamento previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo tais investimentos permitidos exclusivamente aos RPPS que comprovem nível III ou superior de aderência ao Pró-Gestão RPPS. Ressalta-se que os FII não se confundem com aportes diretos de bens, direitos e ativos de natureza imobiliária realizados pelo ente federativo ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, os quais possuem disciplina normativa específica e distinta.

As decisões de investimento nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos de investimento imobiliários deverão ser fundamentadas em análises técnicas consistentes, contemplando avaliação de risco, liquidez, custos e aderência à estratégia de alocação definida nesta Política de Investimentos, observando-se, de forma permanente, os princípios de segurança, transparência, diligência e compatibilidade com os objetivos de longo prazo do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Segmento de Investimentos no Exterior

No segmento classificado como "Investimentos no Exterior", a Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece que o limite legal dos recursos alocados não poderá exceder cumulativamente ao limite de 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

As aplicações nesse segmento poderão ser realizadas por meio de cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil que tenham como objetivo a aplicação em ativos financeiros no exterior, em cotas de classes de fundos de índice – ETF com exposição a mercados internacionais admitidos à negociação em bolsa de valores no País, bem como em cotas de classes de fundos de investimento no exterior, desde que acessados de forma indireta, por intermédio de veículos regulados e autorizados a funcionar no Brasil. Tais aplicações são restritas aos RPPS que comprovem, no mínimo, nível III de aderência ao programa de certificação institucional Pró-Gestão RPPS, em razão da maior complexidade, dos riscos de mercado, de liquidez e de exposição cambial associados a esses ativos.

Serão considerados aptos a receber recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** apenas os fundos de investimento constituídos no exterior que possuam histórico mínimo de 12 (doze) meses, cujos gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem, na data do aporte, montante de recursos de terceiros equivalente a pelo menos US$ 5 bilhões.

As aplicações deverão ser realizadas em conformidade com os critérios de governança, transparência e gestão de riscos estabelecidos na regulamentação vigente, observando-se sempre a compatibilidade com o perfil de investimentos e com os objetivos previdenciários de longo prazo do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Empréstimo Consignado

Para o segmento de Empréstimo Consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas, a Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece que o limite legal é de **5,00% (cinco por cento)** da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Com a obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá adotar como limite máximo o percentual de 10,00% (dez por cento) da totalidade dos recursos, observado o cumprimento dos requisitos de elegibilidade e governança exigidos, bem como a manutenção de níveis adequados de liquidez e solvência.

No processo de implantação da modalidade, caso seja de interesse do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, não serão caracterizados desenquadramentos os excessos temporários em relação aos limites aqui definidos, aplicando-se o prazo de **60 (sessenta) dias** para revisão e adequação desta Política de Investimentos aos novos parâmetros, nos termos do art. 12, § 11, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Taxa de Performance

A taxa de performance corresponde a uma taxa cobrada por um fundo de investimento pela rentabilidade acima de algum *benchmark* pré-estabelecido em regulamento, sendo, portanto, uma recompensa pelo bom desempenho dos gestores.

A aplicação dos recursos efetuados pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** em fundos de investimentos que prevê em regulamentos ou contratos cláusulas de pagamento da taxa de performance, deverão apresentar as seguintes condições:

Quando pode cobrar: somente se a rentabilidade do fundo superar 100% do benchmark.

Sem prejuízo: só haverá cobrança se o saldo do investimento estiver maior que o valor aplicado inicialmente ou maior que o saldo da última cobrança de performance (quando houver).

Periodicidade: a apuração e cobrança deve ocorrer no mínimo a cada 6 (seis) meses (não pode ser mensal ou trimestral).

Transparência: o regulamento/contrato deve informar, de forma simples, qual é o benchmark, qual é o percentual da taxa e como é feito o cálculo (período de medição e eventuais ajustes).

Relato de cobrança: a cada evento, o administrador/gestor deve enviar demonstrativo com a memória de cálculo e a comparação com o benchmark do período.

Fundos de fundos: deve-se evitar dupla cobrança (priorizar fundos com abatimento/compensação quando investem em outros fundos com performance).

Compatibilidade com o risco: só utilizar fundos de investimentos com taxa de performance se estiverem alinhados à alocação estratégica e aos limites de risco desta Política.

As condições acima integram os critérios de credenciamento e diligência para seleção e acompanhamento de fundos de investimentos, devendo constar nos relatórios de análise, pareceres e nos processos de seleção e monitoramento.

Limites Gerais

Para fins de acompanhamento e verificação dos limites gerais da carteira de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, serão consolidadas as posições das aplicações realizadas de forma direta, bem como aquelas efetuadas indiretamente por meio de classes de fundos de investimento, classes de investimento em cotas de fundos de investimento, ETF e carteiras administradas.

As aplicações realizadas pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, de forma direta ou indireta, calculadas em relação ao patrimônio líquido do próprio regime, observarão os seguintes limites máximos por emissor, conforme disposto no art. 18 da Resolução CMN nº 5.272/2025:

até **100%** (cem por cento) quando o emissor for o Tesouro Nacional;

até **5%** (cinco por cento) quando o emissor for uma mesma instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil classificada como Segmento 1 (S1) ou Segmento 2 (S2), para aplicações em ativos financeiros de renda fixa com obrigação ou coobrigação dessas instituições;

até **2,5%** (dois inteiros e cinco décimos por cento) quando o emissor for instituição financeira bancária classificada nos demais segmentos;

até **20%** (vinte por cento) em cotas de uma mesma classe de fundo de investimento, classe de investimento em cotas de fundos de investimento ou classe de ETF; e

até **5%** (cinco por cento) para os demais emissores.

Adicionalmente, as aplicações do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** ficam sujeitas a limites máximos de concentração em relação ao patrimônio líquido das classes de fundos classificados como FIDC – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios,

Crédito Privado e Fundos de Infraestrutura, a exposição em um mesmo fundo fica limitada a **5%** (cinco por cento); até **15%** (quinze por cento) do patrimônio líquido de uma mesma classe dos demais fundos de investimento ou ETF, excetuadas as classes compostas exclusivamente por títulos públicos federais; e até **10%** (dez por cento) do patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de verificação do limite de concentração em fundos de investimento classificados no segmento de investimentos no exterior, será considerado, quando aplicável, o patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior.

A participação dos Regimes Próprios de Previdência Social em um mesmo fundo de investimento ficará limitada ao percentual máximo de **50%** (cinquenta por cento) do respectivo patrimônio líquido, em exceção às classes de fundos de investimento cujas carteiras sejam integralmente constituídas por títulos de emissão do Tesouro Nacional ou por operações compromissadas lastreadas exclusivamente nesses títulos.

O total das aplicações dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** em classes de fundos de investimento e carteiras administradas não poderá exceder a **5%** (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros sob gestão de um mesmo gestor ou de gestoras pertencentes ao mesmo grupo econômico, em conformidade com o art. 20 da Resolução CMN nº 5.272/2025.

No que se refere aos limites globais agregados, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá observar, no conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, o limite máximo de até **40%** (quarenta por cento) da totalidade das aplicações caso comprove nível II de aderência ao programa de certificação institucional Pró-Gestão RPPS, de até **50%** (cinquenta por cento) caso comprove nível III de aderência, e de até **60%** (sessenta por cento) caso comprove nível IV de aderência, nos termos do art. 14 da Resolução CMN nº 5.272/2025.

A verificação do enquadramento aos limites legais e internos será realizada mensalmente, ou em periodicidade superior sempre que houver eventos relevantes, com o devido registro documental das evidências e reporte ao Comitê de Investimentos e às demais instâncias de governança.

Em eventual situação de desenquadramento, o Comitê de Investimentos, em conjunto com o Gestor dos Recursos, adotará as medidas previstas no Plano de Contingência desta Política de Investimentos, distinguindo-se os desenquadramentos passivos e ativos, com definição das providências cabíveis, prazos para reenquadramento e formalização das deliberações em ata, nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Demais Enquadramentos

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** observa todos os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 5.272/2025, destacando-se as disposições a seguir:

Poderão ser mantidas em carteira de investimentos, por até dois anos, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Política de Investimentos e a Resolução CMN nº 5.272/2025, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza de suas obrigações e transparência;

Poderão ainda ser mantidas em carteira de investimentos, até seu respectivo encerramento, os fundos de investimentos que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas superior a dois anos, estando o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** obrigado a demonstrar a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão dos recursos.

Serão entendidos como situações involuntárias:

Entrada em vigor de alterações da Resolução vigente;

Resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** não efetue novos aportes;

Valorização ou desvalorização dos demais ativos financeiros e fundos de investimentos que incorporam a carteira de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**;

Reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**;

Ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa;

Aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica, com exceção do exposto na Nota Técnica SEI nº 457/2022/MTP; e

Aplicações efetuadas em fundos de investimentos ou ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025.

Desvalorização decorrente de processos de recuperação judicial

Se os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimentos e os seus emissores deixarem de ser considerados como de baixo risco de crédito, após as aplicações realizadas pela unidade gestora.

Ademais, as classes de fundos de investimento e as classes de investimento em cotas de fundos de investimento objeto de aplicação por parte dos RPPSs devem conter previsão em regulamento de limitação de responsabilidade do cotista ao valor por ele subscrito.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, as alterações de limites decorrentes do nível de aderência não serão consideradas desenquadramento, ficando assegurado ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** o prazo de **90 (noventa) dias** para revisão e adequação desta Política aos novos parâmetros.

Todos os casos deverão ser registrados em ata, acompanhados de parecer técnico e plano de ação, com comunicação ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de superiores de deliberação.

Vedações

As vedações previstas na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Portaria MTP nº 1.467/2022 aplicam-se a todas as aplicações do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, diretas e indiretas. Compete ao Gestor dos Recursos e ao Comitê de Investimentos zelar pelo cumprimento dessas restrições.

Nos termos do art. 28 da Resolução CMN nº 5.272/2025, é vedado ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** realizar aplicações em ativos financeiros, operações ou estruturas que envolvam, direta ou indiretamente:

• a concessão de empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras formas de adiantamento de recursos, inclusive aos entes federativos patrocinadores, suas autarquias, fundações, empresas controladas ou coligadas, ressalvado o disposto no art. 12, da Resolução CMN nº 5.272/2025;

• a aquisição de ativos financeiros emitidos, coobrigados ou que tenham como contraparte o ente federativo instituidor do regime, suas autarquias, fundações, empresas controladas ou coligadas, excetuadas as hipóteses expressamente autorizadas na regulamentação vigente;

• a aplicação em ativos financeiros ou fundos de investimento que prevejam, em seu regulamento, cláusulas de responsabilidade solidária ou de assunção de passivos de terceiros pelo RPPS;

• a realização de operações com derivativos que não tenham como finalidade exclusiva a proteção da carteira (hedge), observado o disposto na regulamentação aplicável;

• a aplicação de recursos em ativos financeiros, fundos de investimento ou estruturas que não atendam aos critérios mínimos de governança, transparência, registro, custódia, liquidação e divulgação de informações exigidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025;

• a realização de operações que impliquem alavancagem da carteira, direta ou indireta, em desacordo com os limites e condições estabelecidos na regulamentação vigente;

• a aplicação de recursos em ativos financeiros ou fundos de investimento que não estejam expressamente previstos ou autorizados pela Resolução CMN nº 5.272/2025;

• a aquisição de ativos financeiros classificados abaixo do rating mínimo de risco de crédito estabelecido nesta Política de Investimentos, quando aplicável;

• a realização de operações compromissadas, excetuadas aquelas expressamente autorizadas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e desde que observadas integralmente as condições nela estabelecidas.

Quanto a aquisição de Títulos Públicos, conforme disposta na Portaria MTP nº 1.467/2022, fica o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** vedado de adquirir:

Títulos que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;

Títulos que não sejam registradas no SELIC; e

Títulos que sejam emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Objetivo

Com a possibilidade de concessão e administração de empréstimo consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas ("tomadores") pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, torna-se necessário estabelecer as políticas, condições, diretrizes, controles e a gestão dos processos que abrangem concessão, administração, operacionalização e cobrança.

O empréstimo consignado é considerado aplicação financeira para o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Este item integra esta **"Política de Investimentos como a Política de Crédito e Normas Operacionais"** exigida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 para a operacionalização da modalidade, considerando-se aprovada conjuntamente com esta Política e observada em todas as fases do processo.

Abrangência e Público-Alvo

Esta "Política de Crédito e Normas Operacionais" aplica-se às operações de empréstimo consignado concedidas pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** aos servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, conforme previsão nos regulamentos e normas internas.

Estão abrangidos os planos administrados pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** que prevejam a possibilidade de concessão de crédito consignado, observados os limites e diretrizes desta Política e da Resolução CMN nº 5.272/2025. Operações com terceiros não vinculados ao Ente Federativo e ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** não são admitidas.

A formalização das operações ocorrerá diretamente com o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, com desconto em folha de pagamento pelo órgão/entidade responsável, nos termos de convênio que discipline a verificação de margem consignável, os fluxos de repasse e a conciliação.

Para fins de elegibilidade, o tomador deve possuir vínculo ou benefício ativo no ente pagador, margem consignável disponível e ausência de impedimentos previstos nesta Política e/ou em normas internas. É vedada a cessão do crédito a terceiros e a constituição de coobrigados.

As operações observarão os limites desta Política e deverão preservar níveis adequados de liquidez e solvência do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**. O tratamento de dados pessoais seguirá as diretrizes internas de segurança da informação e a legislação aplicável.

Critérios de Elegibilidade

Poderão contratar empréstimo consignado junto ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** os servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas dos planos de benefícios administrados pelo próprio **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** ("tomadores"). A elegibilidade observará as características biométricas, funcionais, remuneratórias e a natureza do benefício, a partir das quais serão estabelecidos os requisitos e condições de concessão

O tomador será submetido a avaliação prévia, na qual serão estimadas a data provável de aposentadoria e as regras de cálculo do futuro benefício. Quanto aos dependentes, somente serão elegíveis ao empréstimo consignado quando em gozo de pensão por morte.

Não poderão contratar operações de empréstimo os tomadores que, no momento da solicitação:

não tenham disponibilidade de margem consignável para a contratação;

tenham causado inadimplência em operações de empréstimo consignado anteriormente tomadas perante o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**;

tenham perdido o vínculo com o Ente Federativo ou tenha sido cessado o benefício;

estejam em situação em que a remuneração/provento dependa do Ente Federativo (ou de suas transferências financeiras mensais) quando o Município não for classificado como "A" e "B" na Capacidade de Pagamento – CAPAG divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nos casos em que o Município possua classificação CAPAG "C" ou "D", os empréstimos somente poderão ser concedidos a aposentados e pensionistas vinculados ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Quando houver Segregação da Massa, somente os aposentados e pensionistas do Fundo em Capitalização terão acesso ao empréstimo consignado.

As demais condições de elegibilidade previstas nesta Política — tais como margem consignável, capacidade de pagamento, idade e prazo, regularidade cadastral e consentimento/ciência das condições — permanecem aplicáveis e devem ser verificadas previamente à contratação, com a respectiva guarda documental.

Margem Consignável e Limite por Tomador

Para efeito de fixação da margem consignável, serão observadas as disposições legais vigentes e suas eventuais atualizações. Para a administração da folha de pagamento dos tomadores, poderá ser emitido "regulamento" de suporte operacional.

Servidor ativo: é obrigatória a apresentação, pelo tomador, do comprovante de margem consignável disponível fornecido pelo Ente Federativo (órgão/entidade pagadora), que será validado previamente mediante análise.

Aposentados e pensionistas: a margem consignável corresponderá a 35% (trinta e cinco por cento) do benefício mensal líquido pago pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

A base de cálculo considera a remuneração/benefício líquido, após os descontos legais obrigatórios, sendo certo que verbas eventuais e transitórias, sem caráter permanente, não integram a base. A validação da margem será documentada no processo, com memória de cálculo e evidência fornecida pelo órgão/entidade pagadora.

Tabela Informativa

Informações	Critérios
Montante Disponível (%):	5% ou 10% do PL
Margem Geral (%):	35% da folha/benefício líquido
Prazo Máximo de Concessão (meses):	84 meses (teto do INSS)
Prazo Mínimo de Concessão (meses)	6 meses (mínimo do INSS)

O valor máximo do empréstimo não poderá exceder a margem consignável disponível, considerando o prazo contratado, a taxa de juros e o índice de atualização monetária. Será permitida apenas uma operação ativa por tomador, e as renovações somente ocorrerão com a quitação do contrato anterior (liquidação/portabilidade), sendo vedada a ampliação indevida do comprometimento da margem. Deve ser preservada renda líquida suficiente após o desconto da parcela, conforme normas internas.

Os empréstimos serão concedidos pelo sistema de amortização prefixado, com prestações mensais conforme o prazo estabelecido. Em repactuações ou situações extraordinárias, poderão ser adotadas condições específicas, desde que haja ciência do tomador e registro no processo.

O órgão ou entidade gestora do RPPS poderá, em caso de solicitação do segurado, utilizar valores do montante que vier a ser por ele contratado, para quitar o saldo devedor de empréstimo obtido anteriormente de instituição financeira, observado o cumprimento do requisito da margem individual consignável, dos demais critérios previstos e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais desses regimes.

Todo contrato deverá conter comprovante de margem, taxa de juros, índice de atualização, cronograma de amortização e demais condições. Alterações na base de desconto (ex.: suspensão do benefício, licença sem vencimentos) devem ser comunicadas e acarretarão reavaliação da capacidade de pagamento e adoção das medidas cabíveis, nos termos desta Política.

Os parâmetros de margem, valores e prazos estabelecidos neste subitem serão reavaliados na revisão anual desta Política ou sempre que houver alteração normativa relevante ou mudança material no perfil de risco ou no fluxo de caixa do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, devendo eventuais ajustes ser submetidos às instâncias competentes para aprovação.

Condições Financeiras e Parâmetros de Rentabilidade

As operações de empréstimo consignado observarão condições financeiras padronizadas, claras e compatíveis com os objetivos previdenciários do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**. A taxa de juros será definida por ato interno, de forma coerente com a Meta de Rentabilidade desta Política e com a preservação da solvência e da liquidez do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**. O Custo Efetivo Total (CET) será informado ao tomador antes da contratação, com memória de cálculo juntada ao processo.

A atualização monetária utilizará o Índice de Atualização Monetária (IPCA-IBGE); nos casos de atraso não imputável ao ente pagador, incidirão encargos de mora e multas conforme regulamento interno e contrato.

As operações serão celebradas pelo sistema de amortização prefixado, com prestações mensais fixadas no ato da contratação, respeitando-se os prazos mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 84 (oitenta e quatro) meses.

É assegurada a portabilidade do crédito, mediante liquidação do saldo devedor, e a liquidação antecipada poderá ocorrer a qualquer tempo, com recálculo proporcional dos encargos contratados. Carência somente será admitida quando expressamente prevista em ato interno, com duração limitada e condicionada à preservação da margem consignável e da capacidade de pagamento do tomador. Eventuais custos administrativos e tributos serão explicitados no contrato e comporão o CET.

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira de consignados buscarão compatibilidade com o perfil das obrigações do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, tendo em vista a necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial. Além disso, as operações observarão um parâmetro mínimo de rentabilidade alinhado à Meta de Rentabilidade, após custos administrativos, tributos, encargos e perdas esperadas.

Esse parâmetro de rentabilidade será revisado anualmente na atualização da Política ou quando houver alteração normativa relevante, e seu atingimento será acompanhado nos relatórios periódicos ao Comitê de Investimentos, com proposição de ajustes em caso de desvios materiais e recorrentes.

As prestações do empréstimo serão calculadas considerando, de forma integrada:

a Meta de Rentabilidade definida e aprovada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo e já informada nesta Política;

a Taxa de Administração;

a Taxa do Fundo de Investimento de Liquidez, destinada à guarda e à gestão dos valores a conceder; e

a Taxa do Fundo Garantidor e/ou Seguro, cobrada no ato da concessão.

O valor máximo da Taxa de Administração será fixado pelo Comitê de Investimentos e deliberado pelo Conselho Deliberativo, informado ao tomador na contratação e deduzido do principal no momento da liberação. Poderá ser cobrada quantia para composição do Fundo Garantidor, deduzida do montante solicitado; esse fundo será formado, preferencialmente, por percentual sobre as concessões e/ou por performance acima da Meta de Rentabilidade e será recomposto pelas recuperações de crédito obtidas em ações judiciais e extrajudiciais.

Após a concessão, os encargos incidentes não são passíveis de restituição; havendo quitação antecipada, haverá redução proporcional dos juros contratados. Todas as taxas e encargos integram o Custo Efetivo Total (CET) informado ao tomador.

As condições financeiras e os parâmetros de rentabilidade definidos neste item aplicam-se a todas as contratações, renovações, portabilidades e repactuações do consignado e serão verificados nos processos de contratação e de monitoramento, constituindo requisito para a manutenção da modalidade no âmbito do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Cobrança das Prestações

O pagamento das prestações ocorrerá mensalmente. No caso dos servidores ativos, a amortização do saldo devedor ocorrerá por consignação na folha de pagamento do Ente Federativo. Para os beneficiários, os pagamentos serão descontados da folha de benefícios do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Fica o Ente Federativo com a responsabilidade de informar o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** o motivo pelo qual não houve o desconto em folha da parcela de empréstimos no mês subsequente ao vencimento da prestação.

Os tomadores permanecem como os únicos responsáveis pelos pagamentos dos empréstimos. Caso o Ente Federativo, por qualquer motivo, não processe os descontos mensais, o tomador está obrigado a realizar os pagamentos das prestações correspondentes diretamente ao **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**. Para isso, deverá solicitar a emissão de boleto bancário em favor do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, com vencimento para o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao que deveria ser realizado o desconto na folha de pagamento.

Poderá ser determinado um outro meio de pagamento excepcional, desde que expressamente autorizado pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, sob pena de incorrer nos encargos de mora decorrentes da situação de contrato inadimplido.

Ocorrendo o atraso do pagamento de quaisquer prestações previstas no contrato de empréstimo, serão cobrados juros de mora e atualização monetária em percentual e índice definidos nesta Política de Investimentos, contados a partir da data do vencimento da prestação em atraso.

Os tomadores que atrasarem o pagamento de qualquer parcela do empréstimo serão considerados inadimplentes, incidindo sobre o valor devido juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA ou outro índice que o venha substituir expressamente.

Caso o servidor ativo passe a condição de aposentado, concederá à **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** autorização expressa e irrevogável para descontar mensalmente, do valor do benefício a que fizer jus, as parcelas correspondentes às prestações do contrato, respeitando o valor da margem consignável a ser apurada com base na renda mensal do benefício.

Obtida a informação do óbito do tomador, que poderá ser prestada pelo Ente Federativo ou familiar, o contrato de empréstimo será quitado mediante apresentação da Certidão de Óbito e o processo de cobrança cessado imediatamente.

Para a cobrança judicial e extrajudicial poderão ser contratadas empresas terceirizadas para auxiliar na atividade, como por exemplo, escritórios jurídicos ou o próprio intermediador pela operação.

No processo de manutenção e/ou implantação da modalidade Empréstimo Consignado, não serão considerados inconformidades e/ou desenquadramentos qualquer limite ou regra cima citada, tendo o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** prazo de **120 (cento e vinte) dias** para revisão e adequação da sua Política de Investimentos em atendimento aos novos parâmetros normativos e os que vierem a substituí-los.

CONTROLE DE RISCO

Em conformidade com o disposto no § 10 do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá adotar metodologia formal e procedimentos contínuos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos associados às aplicações financeiras, compatíveis com a natureza, complexidade e volume dos investimentos realizados, bem como com sua capacidade operacional e nível de governança. A análise de riscos deverá abranger, de forma integrada, os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e quaisquer outros riscos específicos inerentes a cada ativo, operação ou estratégia de investimento, observados os limites de tolerância definidos nesta Política.

O processo de gestão de riscos deverá considerar, de forma prospectiva, a exposição agregada da carteira, os efeitos de cenários adversos, a liquidez dos ativos e a aderência às obrigações atuariais, subsidiando a tomada de decisão e a adoção tempestiva de medidas de mitigação quando necessário. As aplicações financeiras estão sujeitas à ocorrência de eventos adversos que podem impactar negativamente o retorno esperado e o equilíbrio econômico-financeiro do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, razão pela qual o RPPS deverá exercer acompanhamento permanente e controle efetivo dos riscos assumidos, assegurando que estes permaneçam compatíveis com seus objetivos previdenciários e com os princípios da segurança, prudência e diligência, considerando entre eles:

Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro. O risco de mercado, também denominado risco sistemático, representa a exposição dos ativos às flutuações amplas e imprevisíveis do ambiente financeiro, decorrentes de fatores macroeconômicos, políticos e conjunturais globais. Trata-se de um risco que

afeta transversalmente os diferentes segmentos do mercado e que não pode ser eliminado por meio da diversificação da carteira, uma vez que se refere às variações sistêmicas que impactam o conjunto dos ativos financeiros

Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas. refere-se à possibilidade de o emissor ou tomador de recursos não honrar seus compromissos financeiros, total ou parcialmente, na data acordada;

Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negociação e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado. O risco de liquidez refere-se à possibilidade de um ativo financeiro não poder ser convertido em dinheiro com rapidez e sem perdas significativas de valor. Em outras palavras, é o risco de que o investidor enfrente dificuldades para vender ou resgatar determinado ativo no mercado, especialmente em momentos de instabilidade ou necessidade urgente de recursos;

Risco Operacional – é o risco de perdas financeiras causadas por erros **em** processos, políticas, sistemas ou eventos falhos ou falhas que interrompem as operações de negócios. Erros de funcionários, atividades criminosas como fraudes e eventos físicos estão entre os fatores que podem desencadear o risco operacional. Em outras palavras, o risco operacional é qualquer ameaça que possa afetar o funcionamento do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** e reduzir a qualidade operacional como um todo. O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas em processos internos, políticas, sistemas ou eventos externos que comprometem o funcionamento das operações de negócios. Entre os fatores que podem desencadear esse tipo de risco estão erros humanos, atividades ilícitas como fraudes, e eventos físicos inesperados. Em outras palavras, o risco operacional representa qualquer ameaça capaz de afetar o desempenho do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** e comprometer a qualidade das operações como um todo;

Risco Legal - O risco legal é a possibilidade de uma organização sofrer perdas financeiras ou de reputação como resultado de uma violação da lei ou de um processo legal. Isso pode ser causado por uma variedade de fatores. O risco legal pode ter um impacto significativo nas operações podendo levar a multas, indenizações, sindicâncias e processos administrativos. O risco legal refere-se à possibilidade de uma organização enfrentar perdas financeiras ou danos à reputação em decorrência de violações legais, litígios ou processos judiciais. Esse risco pode surgir por diversos fatores, como descumprimento de normas, contratos mal elaborados, práticas comerciais inadequadas ou mudanças na legislação. Seu impacto pode ser significativo, afetando diretamente as operações da empresa e resultando em multas, indenizações, investigações, processos administrativos e até restrições regulatórias.

Controle do Risco de Mercado

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** adota o **VaR - *Value-at-Risk*** para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo:

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** utiliza o modelo de Value-at-Risk (VaR) como principal ferramenta para o controle do risco de mercado. Essa métrica é amplamente reconhecida por sua capacidade de quantificar a exposição da carteira a variações adversas de mercado, estimando a perda máxima potencial esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e com base em um intervalo de confiança estatístico previamente definido.

O VaR permite à organização antecipar cenários desfavoráveis, avaliar o impacto de eventos extremos e adotar estratégias mitigadoras de forma proativa, contribuindo para uma gestão de risco mais robusta e eficiente.

Metodologia de Cálculo

O cálculo do VaR pode ser realizado por meio de diferentes abordagens, classificadas em dois grandes grupos:

VaR Paramétrico: Utiliza pressupostos estatísticos sobre a distribuição dos retornos dos ativos (geralmente normal), aplicando modelos como o de variância-covariância para estimar a perda esperada. É eficaz em ambientes com comportamento bem definido e baixa volatilidade;

VaR Não Paramétrico (Simulações): Dispensa qualquer hipótese sobre a distribuição dos retornos. Baseia-se em técnicas empíricas, como:

Simulação Histórica: Analisa retornos passados para projetar perdas potenciais futuras.

Simulação de Monte Carlo: Gera múltiplos cenários de retornos aleatórios com base em parâmetros de volatilidade, correlação e tendência, permitindo avaliar a dispersão das perdas.

Aplicação na Carteira do RPPS

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** adota o indicador Value-at-Risk (VaR) como ferramenta de controle e monitoramento do risco de mercado em sua carteira de investimentos.

Nesta análise, o VaR é calculado para todos os ativos que compõem o portfólio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e essa abordagem permite:

Identificar os limites de exposição ao risco sistêmico;

Avaliar a tolerância da carteira a perdas em cenários adversos;

Subsidiar decisões estratégicas de alocação e gestão de ativos.

Essa prática reforça o compromisso do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** com:

A governança financeira responsável;

A transparência na administração dos recursos;

A solidez e sustentabilidade da política de investimentos previdenciária.

Conforme estabelecido nesta Política, o cálculo do VaR segue os seguintes parâmetros:

Modelo paramétrico: baseado em pressupostos estatísticos sobre o comportamento dos retornos dos ativos;

Intervalo de confiança de 95%: o que significa que há 95% de probabilidade de que as perdas não ultrapassem o valor estimado em condições normais de mercado;

Horizonte temporal de 1 dia útil, 21 dias úteis e 252 dias úteis

Parâmetros de Monitoramento do Risco de Mercado

Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do risco de mercado da carteira de investimentos, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** define limites de exposição por segmento de ativos, conforme detalhado a seguir.

Esses parâmetros deverão ser rigorosamente acompanhados pelos membros do Comitê de Investimentos e pelo Gestor dos Recursos, que deverão proceder à reavaliação dos ativos sempre que os limites previamente estabelecidos, com base em uma janela móvel de 252 dias úteis, forem ultrapassados:

Segmento de Renda Fixa: **1,29%** do valor total alocado neste segmento;

Segmento de Renda Variável e Estruturados: **6,44%** do valor total alocado neste segmento;

Segmento de Investimentos no Exterior: **8,86%** do valor total alocado neste segmento.

Além do monitoramento individual por segmento, será apresentado periodicamente o **VaR consolidado** da carteira de investimentos, permitindo uma visão integrada da exposição ao risco de mercado. Essa análise visa subsidiar decisões estratégicas, reforçar a governança e garantir a aderência à Política de Investimentos vigente.

VAR CONSOLIDADO	
VaR 95% 1 du	0,20%
VaR 95,0% 21 du	1,27%
VaR 95,0% 252 du	2,72%
VaR 99,0% 1 du	0,28%
VaR 99,0% 21 du	1,79%
VaR 99,0% 252 du	3,84%

Como instrumento complementar de controle, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** realizará o monitoramento sistemático da rentabilidade dos fundos de investimento que compõem sua carteira, considerando diferentes janelas temporais: mensal, trimestral, semestral, anual e bienal (1, 3, 6, 12 e 24 meses).

Esse acompanhamento visa verificar o nível de aderência ao benchmark de cada ativo, permitindo a identificação de desvios relevantes em relação ao desempenho esperado.

Sempre que forem observadas variações significativas, os resultados deverão ser submetidos à análise do Comitê de Investimentos e do Gestor dos Recursos, que deliberarão sobre a manutenção, substituição ou readequação dos ativos em questão, conforme critérios técnicos e estratégicos definidos na Política de Investimentos.

Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação dos recursos financeiros em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORAS DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POOR'S	**BBB+ (perspectiva estável)**
MOODY'S	**Baa1 (perspectiva estável)**
FITCH RATINGS	**BBB+ (perspectiva estável)**
AUSTIN RATING	**A (perspectiva estável)**
LF RATING	**A (perspectiva estável)**
LIBERUM RATING	**A (perspectiva estável)**

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e autorizadas a operacionalizar no Brasil, utilizando metodologias reconhecidas para avaliar tanto o nível de risco de ativos financeiros quanto a solidez de instituições financeiras e dos fundos de investimento.

O baixo risco de crédito não deve ser observado apenas no momento da aplicação, mas também durante todo o período em que o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** mantiver recursos investidos, devendo ser monitorado de forma contínua. Essa avaliação compreende não apenas os ativos finais que compõem a carteira dos fundos de investimentos, mas também o *rating* das instituições financeiras que atuam como gestores, administradores, custodiantes ou contraparte das operações.

Adicionalmente, a análise deve considerar a Lista Exaustiva da Secretaria de Previdência – SPREV, a qual relaciona as Instituições Financeiras habilitadas a receber investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Assim, a decisão de investimento deve observar cumulativamente: (i) a nota de *rating* mínima exigida para os ativos e para as Instituições Financeiras envolvidas; e (ii) a habilitação da Instituição Financeira junto à Lista Exaustiva da SPREV.

Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em ativos financeiros que tem seu prazo de liquidez superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a aprovação de alocação dos recursos deverá ser precedida de estudo que comprove a análise de evidenciação quanto a capacidade do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

Entende-se como estudo que comprova a análise de evidenciação quanto a capacidade em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, o estudo de ALM – Asset Liability Management.

Controle do Risco Operacional e Legal

Para minimizar o impacto causado por erros operacionais e legais, que levam a possíveis perdas financeiras, danos à reputação, interrupção das operações ou até processos administrativos e sindicâncias, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** classifica como importante a implantação do processo de gestão de riscos, que possibilitem identificar, avaliar e mitigar esses riscos.

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá adotar a Certificação Institucional Pró-Gestão como mecanismo e sistema de qualidade para minimizar o impacto do risco operacional e legal.

A adesão a Certificação Institucional Pró-Gestão tem por objetivo incentivar o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** a adotar melhores práticas de gestão e governança, proporcionando maior controle dos seus ativos e passivos, aprimoramento da qualidade da governança no âmbito da gestão dos riscos, mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT

As aplicações dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** e a manutenção dos investimentos deverão observar, de forma permanente, a compatibilidade entre os ativos financeiros integrantes da carteira e os prazos, montantes, fluxos de caixa e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras, nos termos do art. 6º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre ativos e passivos do regime.

Para atendimento a esse princípio, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá manter procedimentos, metodologias e controles internos formalmente instituídos para a gestão dos riscos de liquidez, de mercado e de reinvestimento das aplicações, assegurando que os recursos financeiros estejam disponíveis nas datas previstas para o pagamento de benefícios previdenciários e demais obrigações legais. O acompanhamento sistemático dos fluxos de pagamentos, vencimentos, prazos de resgate e liquidez dos ativos que compõem a carteira de investimentos constitui requisito essencial para a adequada aderência entre os ativos financeiros e os compromissos previdenciários assumidos.

Com o objetivo de cumprir essas diretrizes e subsidiar o processo decisório da política de investimentos, o MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ poderá adotar, de forma permanente, a ferramenta de gestão conhecida como **Estudo de Asset Liability Management – ALM**, a qual compreende a análise integrada da estrutura de ativos e passivos do regime, considerando cenários econômicos, projeções atuariais, liquidez, riscos e retorno esperado da carteira. O Estudo de ALM permitirá identificar estratégias de alocação que contribuam para o cumprimento da meta atuarial, promovendo a otimização da carteira de investimentos e a preservação do equilíbrio financeiro no curto, médio e longo prazos.

O Estudo de ALM deverá ser elaborado, no mínimo, anualmente, após o encerramento da Avaliação Atuarial, e seu acompanhamento deverá ocorrer de forma periódica, com a emissão de relatórios de atualização em intervalos não superiores a seis meses, possibilitando a adoção de ajustes tempestivos na estratégia de investimentos e assegurando a manutenção da aderência entre ativos e passivos, conforme exigido pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em atendimento ao disposto no Art. 64, §§1º e 2º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** adotará medidas para honrar os compromissos estabelecidos no Plano de Custeio e/ou no Plano de Segregação de Massas, se houver, assegurando a adequação do Plano de Custeio aprovado e sua compatibilidade com a capacidade orçamentária e financeira do Ente Federativo.

Para tanto, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderá recorrer a consultoria especializada para a emissão de estudo de viabilidade que avalie a situação econômica, financeira e orçamentária, com vistas a propor medidas de equacionamento no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** realizará acompanhamento contínuo das informações constantes em seus demonstrativos, os quais deverão ser encaminhados aos órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de subsidiar a análise da capacidade econômica, financeira e orçamentária, garantindo o cumprimento das obrigações presentes e futuras.

POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

Em observância à Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, e ao disposto no § 3º do art. 2º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, as informações relativas à Política de Investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, bem como às suas revisões, deverão ser disponibilizadas aos interessados de forma ampla, clara e tempestiva, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data de sua aprovação, assegurando o acesso às diretrizes que orientam a aplicação dos recursos previdenciários.

Atendendo aos princípios e requisitos de transparência estabelecidos na regulamentação vigente, a Política de Investimentos deverá ser publicada no sítio eletrônico oficial do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, no Diário Oficial do Município ou em outro meio que assegure ampla divulgação e fácil acesso, sem prejuízo de sua disponibilização em outros canais institucionais de comunicação. A divulgação deverá contemplar, de forma compreensível, as estratégias de alocação, os limites de investimento, os riscos assumidos, os critérios de governança e os mecanismos de controle adotados na gestão dos recursos.

Nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução CMN nº 5.272/2025, deverão ser igualmente disponibilizados, de maneira organizada e acessível, os documentos e informações relacionados à análise, à avaliação, ao gerenciamento, ao assessoramento e à tomada de decisão sobre os investimentos, incluindo relatórios de acompanhamento da carteira, pareceres técnicos, registros das deliberações do Comitê de Investimentos e demais instâncias de governança, bem como informações sobre custos, taxas, rentabilidade e riscos, preferencialmente por meio do Portal da Transparência.

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá assegurar ampla publicidade aos custos decorrentes das aplicações financeiras realizadas, inclusive aquelas efetuadas por meio de classes de cotas de fundos de investimento ou de carteiras administradas. Para tanto, deverá providenciar, previamente à realização das aplicações, a obtenção e a análise das informações relativas à remuneração de todos os prestadores de serviços envolvidos na administração, gestão, distribuição e custódia dos ativos investidos, contemplando os valores ou percentuais efetivamente praticados. Adicionalmente, o RPPS deverá promover a divulgação periódica, no mínimo trimestral, das despesas incorridas com os ativos investidos e com a contratação de prestadores de serviços, de forma clara, detalhada e acessível, reforçando os princípios da transparência, da diligência e da accountability na gestão dos recursos previdenciários.

A política de transparência do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** alcança, de forma especial, os órgãos de fiscalização, supervisão e controle externo, tais como o Ministério da Previdência Social, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e demais instâncias competentes, aos quais deverão ser fornecidas, sempre que solicitadas, informações, relatórios e documentos necessários à verificação da regularidade, da conformidade normativa e da sustentabilidade da gestão previdenciária.

Nesse sentido, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** reafirma o compromisso de manter elevados padrões de divulgação, clareza e acessibilidade das informações relativas à gestão dos investimentos, assegurando que segurados, beneficiários, órgãos de controle e a sociedade em geral tenham conhecimento tempestivo e adequado sobre a condução da política de investimentos, as decisões adotadas e os resultados alcançados, fortalecendo a governança, a accountability e a confiança institucional no regime.·.

CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE

Modalidade de Credenciamento

Seguindo a Portaria MTP nº 1.467/2022, antes da realização de qualquer novo aporte, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, por meio de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos tenham sido objeto de prévio credenciamento.

O processo de credenciamento será formalizado por meio de Edital próprio, assegurando transparência, padronização de critérios e isonomia entre os participantes.

Conforme definido pela Resolução CMN nº 5.272/2025, em seu art. 1º, §1º, inciso VI, deverão observar o disposto no art. 21, § 2º e passar por credenciamento prévio conforme parâmetros definidos no art. 1º, §3º, as seguintes instituições:

a) o gestor e o administrador dos fundos de investimento;

b) a instituição financeira bancária que irá administrar a carteira de valores mobiliários ou cujos ativos forem selecionados para o investimento dos recursos;

c) a instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que será a responsável, de forma direta, pela intermediação da compra e venda de ativos; e

d) o custodiante.

Ademais, nos termos do art. 21, § 6º, o prévio credenciamento aplica-se às instituições financeiras emissoras de ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Complementarmente, conforme exposto no § 2º do art. 21, O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** somente poderá aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como S1 ou S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos Regimes Próprios de Previdência Social e

O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Conforme definido no art. 1º, §3º os parâmetros para o credenciamento previsto no inciso VI do § 1º deverão abranger, entre outros:

• o histórico e a experiência de atuação;

• o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição;

• a solidez patrimonial;

• a exposição a risco reputacional;

• o padrão ético de conduta;

• a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.

Ademais, conforme exposto no § 10, do art. 21, as operações de compra e venda de cotas de classes de fundos de investimento e demais ativos que envolvam recursos dos RPPSs somente podem ser realizadas por instituições financeiras que atendam ao disposto no inciso I do § 2º ou no § 8º e desde que realizadas de forma direta, sem prepostos, e com estrutura própria e responsável técnico pela atividade.

A conclusão da análise das informações, bem como a verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos, deverá ser formalizada por meio de Termo de Credenciamento específico, o qual deverá ser periodicamente revisado e atualizado, observando-se, no mínimo, os seguintes parâmetros:

• atualização obrigatória a cada 24 (vinte e quatro) meses, ou em prazo inferior, sempre que houver alteração relevante nas condições avaliadas; e

• instrução do processo com a documentação exigida no modelo disponibilizado pela Ministério da Previdência Social, mantendo-se os registros arquivados para fins de controle, fiscalização e auditoria.

Em aspectos mais abrangentes, no processo de seleção dos gestores e administradores, deverão ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise o mínimo:

Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;

Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "*compliance*", capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Os fundos de investimento possuem gestão discricionária, cabendo ao gestor a escolha dos ativos, desde que observados o regulamento do fundo e a regulamentação aplicável aos RPPS.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos, podendo os fundos de investimentos não enquadrados nos termos acima, permanecer na carteira de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** até seu respectivo resgate ou vencimento.

Processo de Execução

O credenciamento se dará por meio eletrônico, através do sistema eletrônico utilizado pelo **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e certidões negativas requisitadas.

Fica definido adicionalmente como medida de segurança e como critério documental para credenciamento, o relatório *Due Diligence* da ANBIMA entendidos como "Seção UM, DOIS e TRÊS".

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer Instituição Financeira o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como S1 ou S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional. As demais Instituições Financeiras que não cumprem tais requisitos, podem ser credenciadas normalmente, entretanto para tal Instituição Financeira estar apta ao aporte do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deve ter ao menos um dos prestadores de serviço devidamente enquadrado.

Os demais parâmetros para o credenciamento foram adotados no processo de implantação das regras, procedimentos e controles internos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** que visam garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando esta Política de Investimentos, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos estabelecidos e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em regulamentação da Secretaria de Previdência.

Validade

As análises realizadas nos processos de credenciamento deverão ser atualizadas a cada **24 (vinte e quatro) meses**, ou sempre que houver necessidade em razão de alteração significativa nas condições das instituições ou de seus serviços.

Processo de Due Diligence

Como as Instituições Financeiras já são objeto de credenciamento prévio, o processo de *due diligence* aplica-se, de forma específica, à contratação da Consultoria de Valores Mobiliários, garantindo que a empresa selecionada atenda plenamente aos requisitos normativos e mantenha padrões elevados de governança, transparência e solidez técnica.

Contratação de Consultoria de Valores Mobiliários

O **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** tem a prerrogativa da contratação de empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP n° 1.467/2022 com suas alterações e Resolução CVM nº 19/2021, na prestação dos serviços de **ORIENTAÇÃO, RECOMENDAÇÃO E ACONSELHAMENTO**, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção é de única e exclusiva responsabilidade do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Para a efetiva contratação da empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá realizar diligência e avaliação quanto ao perfil dos interessados, considerando no mínimo os critérios definidos abaixo:

Que a instituição seja de notória especialização, observados critérios isonômicos, técnicos e transparentes, pautados em medidas quantitativas e qualitativas.

Que a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento seja de forma profissional, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários;

Que a prestação dos serviços seja independente e individualizada, cuja adoção e implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos sejam exclusivas do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**;

Que a prestação de serviços de orientação, recomendação e aconselhamento abranjam no mínimo os temas sobre: (i) classes de ativos e valores mobiliários, (ii) títulos e valores mobiliários específicos, (iii) Instituições Financeiras no âmbito do mercado de valores mobiliários e (iv) investimentos no mercado de valores mobiliários em todos os aspectos;

As informações disponibilizadas pelo consultor de valores mobiliários sejam verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa;

Que apresente em contrato social um Consultor de Valores Mobiliários como responsável pelas atividades da Consultoria de Valores Mobiliários;

Que apresente em contrato social um Compliance Officer como responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos das normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 19/2021;

Que mantenha página na rede mundial de computadores na forma de consulta pública, as seguintes informações atualizadas: (i) formulário de referência; (ii) código de ética, de modo a concretizar os deveres do consultor de valores mobiliários; (iii) a adoção de regras, procedimentos e descrição dos controles internos e (iv) a adoção de política de negociação de valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa;

Que apresentem em seu quadro de colaboradores no mínimo um Economista devidamente registrado no Conselho Regional de Economia – CORECON;

Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem experiência profissional nas atividades diretamente relacionadas à consultoria de valores mobiliários, gestão de recursos de terceiros ou análise de valores mobiliários;

Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem possuírem no mínimo as certificações: CEA (Certificação ANBIMA de Especialistas em Investimento), CGA (Certificação de Gestores ANBIMA), CNPI (Certificação Nacional do Profissional de Investimento) e registro de Consultor de Valores Mobiliários pessoa física (a comprovação das Certificações não são cumulativas por profissional).

Não serão considerados aptos os prestadores de serviços que atuem exclusivamente com as atividades:

Como planejadores financeiros, cuja atuação circunscreva-se, dentre outros serviços, ao planejamento sucessório, produtos de previdência e administração de finanças em geral de seus clientes e que não envolvam a orientação, recomendação ou aconselhamento;

Que promovam a elaboração de relatórios gerenciais ou de controle que objetivem, dentre outros, retratar a rentabilidade, composição e enquadramento de uma carteira de investimento à luz de políticas de investimento, regulamentos ou da regulamentação específica incidente sobre determinado tipo de cliente;

Como consultores especializados que não atuem nos mercados de valores mobiliários, tais como aqueles previstos nas regulamentações específicas sobre fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliário e

Consultores de Valores Mobiliários que atuam diretamente na estruturação, originação, gestão, administração e distribuição de produtos de investimentos que sejam objeto de orientação, recomendação e aconselhamento aos seus clientes.

Será admitido que o Consultor de Valores Mobiliários contratado e as entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** em comum acordo, estabeleçam canais de comunicação e ferramentas que permitam conferir maior agilidade e segurança à implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos na execução de ordens.

Não serão aceitas ferramentas fornecidas ou disponibilizadas pelos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mesmo que de forma gratuita, não gerando assim Conflito de Interesse ou a indução a erros por parte do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.**

Fica vedada a contratação de empresas de Consultoria de Valores Mobiliários que possuam, em sua composição societária, pessoas físicas e jurídicas que atuem na gestão, administração ou distribuição de recursos. Essa proibição tem como objetivo evitar potenciais conflitos de interesse, assegurando que as recomendações e orientações fornecidas pela consultoria sejam independentes e isentas, em conformidade com as boas práticas de governança.

O processo de *due diligence* deverá ser documentado em Relatório Específico, atualizado a cada **24 (vinte e quatro) meses** ou sempre que ocorrer alteração relevante na estrutura da consultoria ou nos requisitos normativos aplicáveis.

PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Metodologia

Marcações

O processo de **marcação a mercado** consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de **marcação na curva** consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar a oscilações de preço auferidas no mercado.

Critérios de Precificação

Títulos Públicos Federais

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

Marcação a Mercado

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

Onde:

Vm = valor de mercado

= preço unitário atual

= quantidade de títulos em posso do regime

Marcação na Curva

Na aquisição dos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá cumprir cumulativamente as exigências da Portaria MTP n° 1.467/2021 sendo elas:

seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras;

sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;

seja comprovada a intenção e capacidade financeira do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** de mantê-los em carteira até o vencimento; e

sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

Tesouro IPCA – NTN-B

O Tesouro IPCA – NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

Onde:

= Valor Nominal Atualizado

= Valor Nominal Atualizado na data da compra

= Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

Tesouro SELIC – LFT

O Tesouro SELIC – LFT possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

Onde:

= Valor Nominal Atualizado

= Valor Nominal Atualizado na data da compra

= Inflação atualizada

Tesouro Prefixado – LTN

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

Onde:

= Taxa negociada no momento da compra

= Valor de negociação do Título Público na data final

= Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

Onde:

= Taxa negociada no momento da compra

= Valor de negociação do Título Público na data final

= Valor de negociação do Título na aquisição

Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

Em que *DUn* é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

Tesouro IGPM com Juros Semestrais – NTN-C

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGP-M ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

Onde:

= é o valor unitário apresentado em um dia

= taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

Onde:

= valor unitário do Título Público Federal

= Valor Nominal Atualizado

= é o valor unitário apresentado em um dia

Fundos de Investimentos

A Resolução CVM 175 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

: saldo inicial do investimento

: rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

Onde:

: valor atual do investimento

: valor da cota no dia

: quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

De acordo com os Arts, nº 143 a 147 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a forma como os ativos dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII são precificados segue regras específicas. O Art. nº 145 determina que esses ativos podem ser classificados como **disponíveis para negociação futura** ou **para venda imediata**. Nesses casos, é obrigatória a chamada **marcação a mercado**, ou seja, os ativos devem ser avaliados de acordo com o valor de mercado atual. No entanto, se os ativos forem mantidos até o vencimento, existe a possibilidade de usar outras formas de precificação, diferentes da marcação a mercado, como a **marcação patrimonial**, que segue normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme descrito no Art. 147. Essa flexibilidade de escolha permite adaptar a avaliação dos ativos conforme a estratégia e o perfil do fundo, sempre em conformidade com as regulamentações aplicáveis aos FIIs.

Títulos Privados

A precificação dos títulos privados deve seguir critérios técnicos de marcação a mercado, assegurando que os ativos reflitam adequadamente seu valor econômico e os riscos de crédito associados ao emissor.

Os ativos financeiros privados devem ser identificados pelo *International Securities Identification Number* – código ISIN ou qualquer outro código que seja capaz de identificar os ativos financeiros, de maneira individualizada, desde que sejam admitidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Certificados de Depósito Bancário – CDB

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é flutuante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

CDBs pré-fixados: a precificação é feita pela marcação a mercado, calculada pelo desconto do valor futuro do título pela taxa pré-fixada de mercado, acrescida de um spread de risco definido em função do prazo e do rating do emissor.

CDBs pós-fixados: atualizados pelo CDI, sua precificação é feita projetando o valor futuro pela taxa contratada (percentual ou CDI acrescido de spread) e descontando-o pela curva de juros de mercado, considerando também o spread de risco do emissor.

Letras Financeiras – LF

As Letras Financeiras – LF's são títulos emitidos por Instituições Financeiras, com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e sem liquidez antes do vencimento. Têm como objetivo a captação de recursos de longo prazo.

A precificação das LFs segue o método de marcação a mercado, sendo calculada pelo desconto do fluxo de pagamentos futuros do título (juros e principal) com base nas taxas de juros praticadas no mercado secundário para o prazo remanescente, acrescidas do spread de risco de crédito do emissor.

Em síntese, os critérios de precificação adotados visam refletir, de forma transparente e tempestiva, o valor econômico dos ativos privados, assegurando maior consistência na gestão da carteira e respeito às normas aplicáveis aos RPPS.

FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

Títulos Públicos Federais e debêntures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm);

Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html);

Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm);

Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/); e

Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP (http://www.b3.com.br/pt_br/).

POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação dos resultados da carteira de investimento e de seus respectivos fundos de investimentos, serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Como forma de acompanhamento, será obrigatório a elaboração de relatórios mensais, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas quanto as aplicações dos recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, bem como a aderência das alocações e dos processos decisórios relacionados.

O referido relatório mensal deverá ser acompanhado de parecer do Comitê de Investimentos, que deverá apresentar a análise dos resultados obtidos no mês de referência, inclusive suas considerações e deliberações.

O Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos.

Deverão fazer parte dos documentos do processo de acompanhamento e avaliação:

Editorial sobre o panorama econômico relativo à semana e mês anterior;

Relatório Mensal que contém: análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos; análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos; cumprindo a exigência da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados a Resolução CVM 175/2022 que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;

Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados como “Estruturados” que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo e

Relatório de Análise da Carteira de Investimentos com parecer opinativo sobre estratégia tática.

Política de Transição

A Política de Transição do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** tem por finalidade estabelecer diretrizes para a adequação gradual da gestão dos recursos garantidores do RPPS às exigências introduzidas pela Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, especialmente no que se refere à obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS e aos respectivos níveis de aderência exigidos para a realização de novas alocações em determinados segmentos e ativos financeiros.

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025, a ampliação do universo de ativos elegíveis, dos limites de alocação e do grau de diversificação da carteira de investimentos passa a estar diretamente condicionada ao nível de certificação Pró-Gestão alcançado pelo RPPS, conforme os critérios definidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pelo Manual de Certificação Profissional RPPS, versão 1.5. Dessa forma, a inexistência ou a insuficiência de nível de certificação institucional restringe a realização de novos aportes em segmentos de maior complexidade, impondo limitações relevantes à estratégia de alocação dos recursos.

Nesse contexto, o exercício de 2026 caracteriza-se como período de transição regulatória, no qual o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** deverá priorizar a consolidação de sua governança, controles internos, gestão de riscos e capacitação institucional, de modo a viabilizar a obtenção ou a elevação do nível de certificação Pró-Gestão RPPS. Durante esse período, o RPPS deverá avaliar de forma criteriosa seus recursos disponíveis, inclusive a parcela destinada ao custeio administrativo e à Taxa de Administração, direcionando esforços financeiros, operacionais e técnicos para o atendimento dos requisitos necessários à certificação, tendo em vista que a regulamentação vigente veda a realização de novas alocações em determinados ativos e segmentos na ausência do nível mínimo exigido.

A Política de Transição deverá considerar, ainda, que a obtenção progressiva dos níveis de certificação Pró-Gestão RPPS impactará diretamente a alocação estratégica dos recursos, permitindo, de forma gradual e responsável, a ampliação da diversificação da carteira, o acesso a instrumentos financeiros mais sofisticados e a adoção de estratégias de investimento compatíveis com o perfil atuarial do plano, sempre observados os princípios de segurança, liquidez, rentabilidade e solvência.

Durante o período de transição, eventuais limitações à diversificação decorrentes da ausência ou do nível de certificação institucional não serão caracterizadas como falha de gestão, desde que o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** demonstre, de forma documentada, a adoção de plano de ação específico voltado à obtenção da certificação Pró-Gestão RPPS, com definição de prazos, responsáveis e medidas de acompanhamento. A evolução do nível de certificação deverá ser periodicamente avaliada pelo Comitê de Investimentos e pelas demais instâncias de governança, sendo refletida, quando necessário, em revisões desta Política de Investimentos.

Na hipótese de ocorrência de desenquadramento em relação aos limites, condições ou requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** ficará impedido, até o efetivo reenquadramento da carteira, de realizar investimentos que agravem os excessos verificados, bem como de efetuar novos aportes em ativos ou classes de cotas que se encontrem desenquadrados, observado o disposto na regulamentação vigente.

As aplicações realizadas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025 em ativos financeiros enquadrados no art. 7º, caput, inciso VI, bem como em classes de cotas de fundos de investimento que, à época da aplicação, previam prazos para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas, poderão ser mantidas em carteira até o término desses prazos, desde que devidamente monitoradas e acompanhadas quanto aos riscos, à liquidez e à aderência às obrigações previdenciárias do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Ficam vedadas, em qualquer hipótese, novas aplicações de recursos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, de forma direta ou indireta, sob qualquer modalidade, estrutura ou denominação, que estejam em desacordo com as normas, limites e condições estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, cabendo aos responsáveis pela gestão dos recursos zelar pelo estrito cumprimento da regulamentação aplicável e pela adoção tempestiva das medidas necessárias ao reenquadramento da carteira.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência estabelecido, contempla a abrangência exigida pela Resolução CMN n° 5.272/2025, em seu Art. 4°, inciso VIII, ou seja, entende-se por "contingência" no âmbito desta Política de Investimentos a **excessiva exposição a riscos e potenciais perdas dos recursos**.

Com a identificação clara das contingências, chegamos ao desenvolvimento do plano no processo dos investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, como também o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

Exposição Excessiva a Risco

Entende-se como Exposição ao Risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

Desenquadramento da Carteira de Investimentos;

Desenquadramento do Fundo de Investimento;

Desenquadramento da Política de Investimentos;

Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento dos itens descritos, ficam os responsáveis pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Desenquadramento da Carteira de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
2 – Desenquadramento do Fundo de Investimento	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
3 – Desenquadramento da Política de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
4 – Movimentações Financeiras não autorizadas	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução; d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis.	Curto, Médio e Longo Prazo

Potenciais Perdas dos Recursos

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Potenciais perdas de recursos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica.	Curto, Médio e Longo Prazo

CONTROLES INTERNOS

Antes de qualquer aplicação, resgate ou movimentações financeiras ocorridas na carteira de investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, os responsáveis pela gestão dos recursos deverão seguir todos os princípios e diretrizes envolvidos nos processos de aplicação dos recursos.

O acompanhamento mensal do desempenho da carteira de investimentos em relação a Meta de Rentabilidade definida, garantirá ações e medidas no curto e médio prazo do equacionamento de quaisquer distorções decorrentes dos riscos a ela atrelados.

Com base nas determinações da Portaria MTP nº 1.467/2022, foi instituído o Comitê de Investimentos através da Lei Complementar nº 1.440/2021, com a finalidade mínima de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

Suas ações são previamente aprovadas em Plano de Ação estipulado para o exercício corrente e seu controle será promovido pelo Gestor dos Recursos e Presidente do Comitê de Investimentos.

Entende-se como participação no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos a abrangência de:

garantir o cumprimento das normativas vigentes;

garantir o cumprimento da Política de Investimentos e suas revisões;

garantir a adequação dos investimentos de acordo com o perfil do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**;

monitorar o grau de risco dos investimentos;

observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido;

garantir a gestão ética e transparente dos recursos;

garantir a execução dos processos internos voltados para área de investimentos;

instaurar sindicância no âmbito dos investimentos e processos de investimentos se assim houver a necessidade;

executar plano de contingência no âmbito dos investimentos conforme definido em Política de Investimentos se assim houver a necessidade;

garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;

garantir que a Alocação Estratégica esteja em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro e

qualquer outra atividade relacionada diretamente a área de investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em formato de relatório e/ou parecer, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequada ao porte do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**.

Os relatórios e/ou pareceres supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Secretária de Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal, Controle Interno e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, sendo que o prazo de validade compreenderá apenas o ano de 2026.

Reuniões extraordinárias promovidas pelo Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MTP nº 1.467/2022, Art. 76, Inciso II.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN n° 5.272/2025 e suas e à Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da **Ata do Comitê de Investimentos** que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e execução; cópia da **Ata do órgão superior de deliberação** competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento deverá ser assinado:

pelo representante do **MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ** e

pelos responsáveis pela **elaboração, aprovação e execução** desta Política de Investimentos em atendimento ao art. 91° da Portaria n° 1.467/2022.

ASSINATURAS

DIRETOR PRESIDENTE:_____

NOME: Ligiane Machado dos Santos Goes

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:_____

NOME: Rosangela Weiss

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

GESTOR DE RECURSOS: _____

NOME: Allan Thaler Domingos

MEMBRO: _____

NOME: Bruna Pereira Martins Alves

MEMBRO: _____

NOME: Giseli Dore Guilhem

MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO

CONSELHEIRO: _____

NOME: Abner Cristian Soares Pereira

CONSELHEIRO: _____

NOME: Ana Paula de Oliveira

CONSELHEIRO: _____

NOME: Caio Cesar de Santi Ferreira

CONSELHEIRO: _____

NOME: Elenir Barrientos Polo Iatchenco

CONSELHEIRO: _____

NOME:Evilin Angela Reis dos Santos

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:363A3114

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUALDE DIÁRIAS Nº05

DADOS DO SERVIDOR						
Nome :José Carlos Campos do Nascimento						Matrícula 82372
Cargo :Médico veterinário			CPF 932.685.212-15			RG 5.53782-7
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal			Conta Corrente Poupança3190 000753396549-4			Banco/ Nº Agência Caixa Economica /3190
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 4405						
Destino(Dist. Aprox.) Curitiba			Período **22/01/2026**	a	**22/01/2026**	
Hora de Saída 9:00			Hora de Retorno 15:00			
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------	
Valor Diária(s)(R$) 45,00			Total a Receber(R$) 45,00			
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 4405 de 22/01/2026. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento emergencial no HPET.						
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO						
Solicito a utorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 26/01 / 2026 Data Assinatura Servidor						

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

26/01/ 2026

Data Secretário(a) Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

...../...../..... .....

Data **Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:533B52C9

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUALDE DIÁRIAS Nº06

DADOSDOSERVIDOR					
Nome : Carlos Roberto de Oliveira					Matrícula 8387
Cargo : Auxiliar de Serviços Gerais			CPF 982.406.259-91		RG 6.748.122-4
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal			Conta Corrente Poupança 000812746593-1		Banco/ Nº Agência Caixa Economica Federal 0393
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 4406					
Destino(Dist. Aprox.) Curitiba			Período **22/01/2026**	a	**22/01/2026**
Hora de Saída 9:00			Hora de Retorno 15:00		
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------
ValorDiária(s)(R$) 45,00			Total a Receber(R$) 45,00		
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 4406 de 22/01/2026. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento emergencial no HPET.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito a utorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 26/01/ 2026 Data AssinaturaServidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 26/01/ 2026 Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7F8A2091

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUALDE DIÁRIAS Nº07

DADOS DO SERVIDOR					
Nome : Carlos Roberto de Oliveira					Matrícula 8387
Cargo : Auxiliar de Serviços Gerais			CPF 982.406.259-91		RG 6.748.122-4
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal			Conta Corrente Poupança 000812746593-1		Banco/ Nº Agência Caixa Economica Federal 0393
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 3854					
Destino(Dist. Aprox.) Curitiba			Período **12/12/2025**	a	**12/12/2025**
Hora de Saída 9:00			Hora de Retorno 15:00		
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s)(R$) 40,00			Total a Receber(R$) 40,00		
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 3854 de 12/12/2025. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento emergencial no HPET.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 26/01/ 2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 26/01/ 2026 Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... ..... Data					

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:396B5987

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUALDE DIÁRIAS Nº12

DADOS DO SERVIDOR					
Nome :Carlos Roberto de Oliveira					Matrícula 8387
Cargo : Auxiliar de Serviços Gerais			CPF982.406.259-91		RG6.748.122-4
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal			Conta Corrente Poupança 000812746593-1		Banco/ Nº Agência Caixa Economica Federal 0393
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 1403					
Destino(Dist. Aprox.) Curitiba			Período **27/01/2026**	a	**27/01/2026**
Hora de Saída7:00			Hora de Retorno 18:00		
Transporte	X	Ônibus	AéreoOutros		----------

Veículo Oficial							

Valor Diária(s)(R$) 40,90	Total a Receber(R$) 40,90
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 1403 de 27/01/2026. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento.	

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

29/01/ 2026

DataAssinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

29/01/ 2026

DataSecretário(a) Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

...../...../.....

Data**Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BE20DAD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: RPG COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
6	SABONETE INFANTIL PARA BEBÊ: HIPOALERGÊNICO; FORMATO ANATÔMICO; PESO DE NO MÍNIMO 80 GR; TESTADO E COMPROVADO PELA ANVISA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LACRADA, ORIGINAL E COM AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	123 BABY	UN	100	2,84	284,00
7	SABONETE COMUM: TABLETE DE NO MÍNIMO 90G; SENDO COMPOSTO POR: SÓDIO, ÁGUA, GLICERINA, FRAGRÂNCIA, AROMATIZANTES, CONSERVANTES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A	CLISS	UN	100	1,39	139,00

	PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
9	BUCHA PARA BANHO, ESPONJA DE POLIURETANO EM CORES SORTIDAS, ATÓXICA, ANTIALÉRGICA, TEXTURA DESENVOLVIDA PARA ABSORVER GRANDE QUANTIDADE DE ESPUMA.	OBER FRESH	UN	50	7,64	382,00
12	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS, EMBALAGEM COM 400 ML; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	EKOPURE	UN	60	13,72	823,20
13	CONDICIONADOR INFANTIL COM NO MÍNIMO 200 ML, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, QUE NÃO IRRITE OS OLHOS E DEIXE OS CABELOS MACIOS, FÁCEIS DE PENTEAR E CHEIROSOS. FÓRMULA SEM ÁLCOOL E COM PH BALANCEADO; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CLUBE ABELHINHA	UN	30	9,99	299,70
14	CONDICIONADOR PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 ML, TESTADOS DERMATOLOGICAMENTE, PODENDO SER UTILIZADO DIARIAMENTE; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	EKOPURE	UN	50	5,99	299,50
15	CREME DE CABELO INFANTIL PARA PENTEAR, SEM ENXAGUE, EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML COM EMOLIENTES QUE FACILITAM O DESEMBARAÇO DOS CABELOS, PODENDO SER UTILIZADO EM TODOS OS TIPOS DE CABELO; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CLUBE ABELHINHA	UN	30	14,99	449,70
17	TOALHAS/LENÇOS UMEDECIDO PARA HIGIENE: COM TOALHAS/LENÇOS INDIVIDUAIS DE NO MÍNIMO 19 CM X 15 CM; HIPOALERGÊNICAS; TESTADAS DERMATOLOGICAMENTE; SUAVE FRAGRÂNCIA; EMBALAGEM COM ADESIVO OU TAMPA ABRE-FECHA; SEM ÁLCOOL; PARA LIMPEZA E HIDRATAÇÃO DA PELE; PACOTE COM O MÍNIMO DE 100 UNIDADES; TESTADO E APROVADO PELA ANVISA; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	BABY FREE	PCT	300	6,84	2.052,00
25	TALCO INFANTIL CONTENDO 200 GRAMAS EM FRASCO PLÁSTICO; COM BICO DOSADOR; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE E CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	TRALALA	UN	20	13,99	279,80
26	ABSORVENTE HIGIÊNICO FEMININO HIPOALÉRGICO: COM ABAS; COBERTURA SUAVE; TRIPLA PROTEÇÃO; PACOTE COM NO MÍNIMO 08 UNIDADES. VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	MULHER ATIVA	PCT	50	3,31	165,50
30	BLOQUEADOR SOLAR FPS 30: FÓRMULA HIPOALERGÊNICA; SEM CAUSAR IRRITAÇÃO OCULAR; COM ALTA PROTEÇÃO CONTRA OS RAIOS UVA E UVB E AJUDA A PREVENIR QUEIMADURAS SOLARES; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E RESISTENTE À ÁGUA; NÃO CONTÉM FRAGRÂNCIA, ÓLEO OU CORANTE. FRASCO COM NO MÍNIMO 120 ML; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	ACTION	UN	20	19,99	399,80
31	PAPEL HIGIÊNICO - FOLHA DUPLA; CLASSE 01, FRAGRÂNCIA NEUTRA; NA COR BRANCA; MATÉRIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL; CADA ROLO COM NO MÍNIMO 30 METROS; ACABAMENTO GOFRADO; PICOTADO; NEUTRO; PACOTE CONTENDO QUATRO ROLOS.	TROPICOS	UN	100	6,58	658,00
VALOR TOTAL.....R$ 6.232,20						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeirode 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

RAFAEL PIRES GONÇALVES

RPG Comércio de Mercadorias e Serviços LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:42A8F6F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: KARLA KAROLINE FONTES MENESES ME

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
2	HASTES FLEXÍVEIS DE POLIPROPENO: COM PONTAS DE ALGODÃO HIDRÓFILO; CARBOXIMETILCELULOSE; BACTERICIDA; ANTI-GERME; EMBALAGEM COM NO MÍNIMO COM 75 UNIDADES CADA; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	USE IT	CX	100	1,60	160,00
3	CREME DENTAL ADULTO: COM FLÚOR; SEM CORANTES; POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE; EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. DEVE SER APROVADO PELA ABO - (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA). EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 90 GR; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FREEDENT	UN	100	2,00	200,00
4	CREME DENTAL INFANTIL: COM BAIXA CONCENTRAÇÃO DE FLÚOR DE NO MÁXIMO 500 (QUINHENTOS) PPM; DEVENDO ESTAR ESTAMPADA NO RÓTULO; ACONDICIONADO EM TUBO DE PLÁSTICO FLEXÍVEL; CONTER O PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM; EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 GR; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FREEDENT	UN	60	2,80	168,00
5	ESCOVA DENTAL: EMBALAGEM INDIVIDUAL EM CORES VARIADAS; COM CABEÇA E HASTE NO MESMO EIXO; COM CERDAS DE NYLON MACIAS E PONTAS ARREDONDADAS; COM NO MÍNIMO 32 TUFOS DE CERDAS; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO LACRADO; CABO RETO COM APROXIMADAMENTE 15 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FREEDENT	UN	100	0,95	95,00
10	SHAMPOO PARA BEBÊ, FÓRMULA SUAVE QUE NÃO IRRITA OS OLHOS, FRAGRÂNCIA NEUTRA E PH NEUTRO, COM GLICERINA PROPORCIONA BRILHO E MACIES NATURAL DOS CABELOS, TESTADOS DERMATOLOGICAMENTE FORMULADO DE MANEIRA A MINIMIZAR O POSSÍVEL SURGIMENTO DE ALERGIA, PODENDO SER UTILIZADO DIARIAMENTE EM TODOS OS TIPOS DE CABELO, COM EMBALAGEM CONTENDO 200 ML. VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	WM DOYTH	UN	50	7,80	390,00
11	SHAMPOO INFANTIL NEUTRO, FÓRMULA SUAVE, ANTIALÉRGICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LACRADA, ORIGINAL DO FABRICANTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DATA DE FABRICAÇÃO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, COM NO MÍNIMO 400 ML. VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	WM DOYTH	UN	50	7,30	365,00
18	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO RN, COM POLPA DE CELULOSE, POLÍMETRO SUPER ABSORVENTE, FILME DE POLITILENO, FIOS DE ELASTANO, COM FITA ADESIVA PARA FIXAR, PACOTE COM NO MÍNIMO 18 UNIDADES.	LIPPY BABY	PCT	100	16,00	1.600,00
VALOR TOTAL.....R$ 2.978,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

KARLA KAROLINE FONTES MENESES

Karla Karoline Fontes Meneses ME

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:3DD82657

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: 52.208.900 JOSÉ DE CASTRO GOMES FILHO

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
8	BUCHA VEGETAL DE PRODUÇÃO ORGÂNICA IDEAL PARA HIGIENE CORPORAL, PARA BANHO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL DE TAMANHO MÉDIO.	MINEIRINHA	UN	50	8,03	401,50
16	CREME DE CABELO ADULTO PARA PENTEAR, SEM ENXAGUE, EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML COM EMOLIENTES QUE FACILITAM O DESEMBARAÇO DOS CABELOS, PODENDO SER UTILIZADO EM TODOS OS TIPOS DE CABELO; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	RELVAZON	UN	30	11,99	359,70
28	PERFUME – ÁGUA DE COLÔNIA INFANTIL; SEM ÁLCOOL; ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM NO MÍNIMO 100 ML (PARA BEBÊ); TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	MURIEL BABY	UN	20	26,40	528,00
32	ÓLEO CORPORAL INFANTIL: EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 ML; HIPOALERGÊNICO; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; EMBALAGEM CONTENDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KIND BABY	UN	20	24,30	486,00
33	CREME HIDRATANTE CORPORAL INFANTIL: LOÇÃO CREMOSA HIDRATANTE INFANTIL; COM EXTRATO NATURAL DE AVEIA, ÓLEO DE AMÊNDOAS E BISABOLOL; FRAGRÂNCIA SUAVE; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; EMBALAGEM CONTENDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO; FRASCO COM NO MÍNIMO 200 ML; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	SKALINHA	UN	30	17,42	522,60
VALOR TOTAL.....R$ 2.297,80						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

JOSÉ DE CASTRO GOMES FILHO

52.208.900 José de Castro Gomes Filho

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:8FED105D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
19	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO P COM NO MÍNIMO 34 UNIDADES COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE E POLIPROPILENO; FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS ELÁSTICOS NAS PERNAS, FRAGRÂNCIA E FLOCOGEL, BARREIRAS ANTIVAZAMENTOS; PARA USO INFANTIL; NO TAMANHO PEQUENO, SUPORTANDO ATÉ 5 KG; E SUAS CONDIÇÕES DEVEM ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ATUAL.	LIPY	PCT	100	16,57	1.657,00
20	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE E POLIPROPILENO; FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS ELÁSTICOS NAS PERNAS, FRAGRÂNCIA E FLOCO GEL, BARREIRAS ANTIVAZAMENTOS; PARA USO INFANTIL; NO TAMANHO MÉDIO, SUPORTANDO DE 5 KG A 9 KG; E SUAS CONDIÇÕES DEVEM ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ATUAL.	LIPY	PCT	100	16,86	1.686,00
21	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G COM NO MÍNIMO 26 UNIDADES, COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE E POLIPROPILENO;	LIPY	PCT	100	16,50	1.650,00

	FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS ELÁSTICOS NAS PERNAS, FRAGRÂNCIA E FLOCO GEL, BARREIRAS ANTIVAZAMENTOS; PARA USO INFANTIL; NO TAMANHO GRANDE, SUPORTANDO DE 9 KG A 12 KG; E SUAS CONDIÇÕES DEVEM ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ATUAL.					
22	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XG, COM BARREIRA ANTIVAZAMENTO EM GEL SUPER ABSORVENTE EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO, COM GRAVURA NA EMBALAGEM INFORMANDO AS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL, CONTENDO NO MÍNIMO 24 UNIDADES EM CADA PACOTE.	LIPY	PCT	150	16,70	2.505,00
VALOR TOTAL.....R$ 7.498,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

ANA ADILES FANTICELLI BRAGA

Arlimed Distribuidora Hospitalar LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:84E376E2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: DANIEL DA SILVA DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	ALGODÃO HIDRÓFILO: CONFECCIONADO EM FIBRAS 100% ALGODÃO; BRANQUEADAS; ISENTO DE AMIDOS; ALVEJANTE ÓPTICO E PH; SUBSTANCIAS GORDUROSAS; SUBSTANCIAS SOLÚVEIS EM ÁGUA DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NA NBR 13300; ROLO COM 25GR; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CREMER	UN	100	5,90	590,00
27	CREME OU POMADA PREVENTIVA PARA ASSADURAS DE BEBÊS: COM RETINOL, COLECALCIFEROL, OXIDO DE ZINCO, VITAMINA A E VITAMINA D3, OXIDO DE ZINCO; COM FORMA FARMACÊUTICA; DENTRO DAS NORMAS VIGENTES DA ANVISA; EM FORMA DE BISNAGA COM NO MÍNIMO 60 GR; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	NATIGLOS	UN	50	7,95	397,50
VALOR TOTAL.....R$ 987,50						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

DANIEL DA SILVA

Daniel da Silva Distribuidora LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C6B834AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
29	DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE ROLL ON; NEUTRO; COM NO MÍNIMO 50GR; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	MOOD	UN	70	5,42	379,40

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

FABIANE ALANO DE CAMPOS CASTILHOS

Campos Soluções AtacadistasLTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:7E18585A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: J. F. COMÉRCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Socila, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
23	CURATIVOS ANTI SÉPTICO: COM AGENTE ANTIMICROBIANO; EMBALADO EM CAIXA APROPRIADA; CONTENDO NO MÍNIMO 30 UNIDADES; COMPOSTO POR FILME PLÁSTICO; ADESIVO TERMOPLÁSTICO; FIBRAS SINTÉTICAS; POLÍMERO ACRÍLICO; POLIETILENO; TRICLOSAN; VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	MISSNER	UN	50	13,85	692,50

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

JOZIANE FRANCO LEAL

J. F. Comércio de Material e Medicamentos Hospitalares LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6225B545

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: JUNQUEIRÓPOLIS COMÉRCIO ONLINE LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
9	CADEIRA SECRETÁRIA FIXA: cadeira fixa, com 4 pés, com encosto almofadado, cor preta, revestimento em couro PU (ecológico), com preenchimento do encosto e assento em espuma, peso suportado 120 kg, cor preta.	REGIANI MÓVEIS	UN	120	92,99	11.158,80
13	ARMÁRIO ALTO: armário alto 2 portas, com 4 repartições em cada porta, feita em MDP, com puxadores em polipropileno, com chave em ambas as portas, entregue montada, com pés, com parafusos e outros materiais necessários à montagem inclusos, mão de obra para instalação inclusa, medidas aproximadas: altura 160cm, largura de 80 cm, profundidade de 42cm. Cor cinza.	REGIANI MÓVEIS	UN	55	449,00	24.695,00
14	ARMÁRIO MISTO: armário multiuso cor branca, com 2 portas embaixo, com chaves, 3 nichos superiores, medidas aproximadas de altura 178 cm, largura de 70 cm, profundidade 32 cm, com a montagem incluída. Na cor cinza.	REGIANI MÓVEIS	UN	35	364,00	12.740,00
15	Armário Baixo Fechado 3 portas: Tampo e corpo MDP 18 mm; Fundo MDF 3 mm; Medidas Mínimas: L 1,19 x P 0,47 x A 0,75 m; Chave, Dobradiças 110 °, Puxadores em PVC, Pés niveladores, 1 Prateleira interna nas 2 portas e 1 prateleira em 1 porta. Cor cinza ou madeira (a critério da Secretaria requisitante)	REGIANI MÓVEIS	UN	27	445,00	12.069,00
VALOR TOTAL.....R$ 60.608,80						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

MAURO ROBERTO REGIANI

Junqueirópolis Comércio Online LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A3309637

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	ESTANTE DE AÇO: feito em aço, estrutura da bandeja em aço carbono 0,40 mm, estrutura da coluna em aço carbono 0,75 mm, tinta epóxi aquecida cerca de 210º C, capacidade: 25 KG bem distribuídos, peso: 12Kg, altura de 1,98cm, largura: 95cm, profundidade: 30 cm, com reforço nas bandejas, 6 bandejas reforçadas, com parafusos e porcas inclusos (48 parafusos e 48 porcas compatíveis com o produto).	LUNASA	UN	72	228,00	16.416,00
7	CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇO: regulagem de altura a gás, na cor preta, revestida em couro PU (ecológico), com recheio de espuma, rodinhas deslizantes (5 rodinhas nos 5 pés), braços, peso suportado 120 kg, cor preta.	PAPIROS MÓVEIS	UN	54	380,00	20.520,00
10	LONGARINA 3 LUGARES: com assento e encosto injetado de polipropileno (pp), cor preta, suportar 120 kg por lugar, estrutura em aço, design anatômico, os assentos deverão estar fixados sobre duas barras paralelas, cor preta.	PAPIROS MÓVEIS	UN	30	215,00	6.450,00
VALOR TOTAL.....R$ 43.386,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

FLAVIO PEREIRA GARALUZ

Paperflex Comercial LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F9CD8D07

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: FILIPE MOISES GARCIA LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
2	ARQUIVO DE AÇO 4 PORTAS: feito em aço chapa #26, com corrediças de nylon, suportando 10 kg distribuídos, com 2 chaves, fechamento de todas as gavetas, cor cinza, pintura eletrostática a pó, com medida aproximada de 133cm (alt.) x 46cm (larg.) x 49cm (prof.)	COMAÇO	UN	54	680,00	36.720,00
3	ESTANTE DE AÇO 2 PORTAS: com 2 portas, com chave, 4 prateleiras, medidas de 1,70m x 0,90m x 0,40m, produzido em aço 45mm, com puxadores, pintura epóxi eletrostática, cor cinza, entregue já montada. (ITEM PRINCIPAL)	COMAÇO	UN	51	850,00	43.350,00
4	ESTANTE DE AÇO 2 PORTAS: com 2 portas, com chave, 4 prateleiras, medidas de 1,70m x 0,90m x 0,40m, produzido em aço 45mm, com puxadores, pintura epóxi eletrostática, cor cinza, entregue já montada. (ITEM RESERVADO)	COMAÇO	UN	17	850,00	14.450,00
VALOR TOTAL.....R$ 94.520,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

FILIPE MOISES GARCIA

Filipe Moises Garcia LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:71C9CF1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS ME

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
5	ARMÁRIO PORTA CARTOLINA: produzida em MDP 15mm, pés com rodízio, duas portas, 10 divisões, cor cinza, altura 110 cm, largura 86cm e profundidade 56 cm aproximadamente, devendo ser entregue montada.	MARTINUCCI	UN	21	580,00	12.180,00
6	GAVETEIRO 3 GAVETAS: gaveteiro 3 gavetas com rodinhas, com chave para fechamento das gavetas, produzido em MDP, cor cinza, altura aproximada de 60cm, largura de 40 cm e profundidade de 45 cm, devendo ser entregue montado, com rodinhas.	MARTINUCCI	UN	42	285,00	11.970,00
11	MESA L COM GAVETAS: mesa L com (L x C x E) 65,4cm x 155cm x 0,15cm com tampo MDP 25mm com bordas em PVC 2mm, base em aço, entregue montada, com parafusos e outros materiais necessários à instalação inclusos, mão de obra para montagem inclusa, com gaveteiro, gaveteiro com chave,	MARTINUCCI	UN	60	590,00	35.400,00

puxadores, 2 gavetas no mínimo, na cor cinza, pés com ponteira plástica.						
VALOR TOTAL.....R$ 59.550,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS

Tiago Christiano Di Jorge Santos ME

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D84D478E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: NOVAFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÃO LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
17	COLCHÃO REVESTIDO P/ BERÇO: com medidas de 1,30 x 0,60 x 0,07 mts, cor azul, revestido em napa atóxica, 100% impermeável, com espuma de poliuretanos, com zíper. (ITEM PRINCIPAL)	VITTAFLEX	UN	263	71,20	18.725,60
18	COLCHÃO REVESTIDO P/ BERÇO: com medidas de 1,30 x 0,60 x 0,07 mts, cor azul, revestido em napa atóxica, 100% impermeável, com espuma de poliuretanos, com zíper. (ITEM RESERVADO)	VITTAFLEX	UN	87	71,20	6.194,40
VALOR TOTAL.....R$ 24.920,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

EMANUELA BIELESKI OKUYAMA

Novaflex Indústria e Comércio de Móveis e Colchão LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:65A9DDA0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: D.A.C. MÓVEIS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
12	PORTA GABINETE: porta gabinete alto, com divisão para estabilizador e gabinete, com rodinhas, feito em MDF, entregue montada, com parafusos e outros materiais necessários à instalação inclusos, mão de obra para montagem inclusa, altura aproximada de 46 cm, largura 26 cm e comprimento de 45cm, cor cinza.	DAC MÓVEIS	UN	62	120,00	7.440,00
16	MESA DE REUNIÃO, em mdf ou mdp, com medidas de 2,40 x 1,20 x 0,75, pés confeccionados em aço /ferro com pintura epóxi, entregue montada. Tampo na cor cinza ou madeira (conforme solicitação da Secretaria Municipal).	DAC MÓVEIS	UN	11	840,00	9.240,00
VALOR TOTAL.....R$ 16.680,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

DAILTON ALVES DA CRUZ

D.A.C. Móveis LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:FCE56BE3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015-2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: AVANTI OFFICE LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as mulheres, Trabalho e Ação Social, Esporte, Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
8	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA: cadeira giratória, com 5 pés e 5 rodinhas, com encosto e assento almofadado, cor preta, com regulagem de altura com pistão a gás, revestimento em couro PU (ecológico), com preenchimento do encosto e assento em espuma, peso suportado 120 kg, sem braço, cor preta.	MAQPEL	UN	55	208,00	11.440,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues/montados nos locais determinados pelas Secretarias municipais responsáveis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor, bem como poderá ser restabelecido o saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 23 de janeiro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

LUCAS GABRIEL

Avanti Office LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:2D93A335

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 027/2026

DECRETO Nº.027/2026

Súmula - Concede Progressão Horizontal.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Artigo 1º. Fica concedido aos servidores relacionados no anexo único do presente decreto, avanço horizontal, nos termos dos artigos 29 e 30, da Lei Complementar nº 002/2012, de 03/04/2012, alterada pela Lei Complementar nº. 09/2025 de 10 de novembro de 2025.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANEXO ÚNCO DO DECRETO N° 27/2026

Matricula	Nome	Cargo	Grupo Ocupacional	Faixa a ser Promovido	Posse		
					Dia	Mês	Ano
966182	MICHELY KARINA GIRARDI COSTA DECOZIMO	AGENTE ADMINISTRATIVO	GOA2	XXX-14	13	2	2012
966010	SILVIA DE OLIVEIRA MARANI SCAVAZINI	AUXILIAR ENF. PLANTONISTA	GOPL	III-116 IV-16	19	2	2010
966880	TALITA CANDIDO DA SILVA JANUARIO	ENFERMEIRO	GOP	XXIV-04	21	2	2022
966877	DEBORA VASCONCELOS VERISSIMO	FISIOTERAPEUTA	GOP	XXV-04	16	2	2022
965896	EDNILSON PEIXOTO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	GOSG1	XVI-17	4	2	2009
966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	MOTORISTA	GOSG1	XVI-14	23	2	2012
966204	JOAO PONCEANO DOS SANTOS	MOTORISTA	GOSG1	XVI-14	23	2	2012
965807	LUCIMAR ZANGARI	MOTORISTA	GOSG1	XVI-18	12	2	2008
966977	GIOVANA MICKAELLI PIRES DA SILVA	NUTRICIONISTA	GOP	XVI-03	1	2	2023
966004	ELISANGELA APARECIDA DA SILVA	OFICIAL DE ADMINISTRACAO-A	GOA	XVI-16	2	2	2010
81841	OSIASTE TERTULIANO DE BRITO	SECRETARIO ESCOLAR	GOA	VIII-26	16	2	2000
966195	ANA PAULA MESSIAS DOS SANTOS	SERVENTE	GOSG1	VI-14	14	2	2012
966186	ANDREIA DA SILVA	SERVENTE	GOSG1	VI-14	14	2	2012
966190	CAROLINE BATISTA DOS SANTOS	SERVENTE	GOSG1	VI-14	14	2	2012
80441	CLARICE APARECIDA DA SILVA LUCAS PEREIRA	SERVENTE	GOSG1	VI-26	16	2	2000

966878	ERIKA DE SOUZA FERREIRA	SERVENTE	GOSG1	VI-04	16	2	2022
966531	JIOVANA ALONSO GAVIOLI	SERVENTE	GOSG1	VI-10	1	2	2016
966530	PRISCIELLY APARECIDA MUNHOZ MARQUES	SERVENTE	GOSG1	VI-10	1	2	2016
966193	VANESSA SOARES	SERVENTE	GOSG1	VI-13	14	2	2012
966196	CINTIA TEIXEIRA BUENO FERNANDES	TECNICO EM SAUDE BUCAL	GOT	X-14	14	2	2012

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:632E782F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026.

MUNICIPIO DE LOBATO

LOBATO-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026.

Processo Administrativo Nº 01/2026.

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO

Data de Publicação: 07/01/2026 08:06:14

MOVIMENTOS DO PROCESSO		
13/01/2026 14:33:18	**CADASTRO DE PROPOSTA**	FABIANE PORTELA BARBOSA
15/01/2026 09:04:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI
15/01/2026 09:31:20	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI
15/01/2026 11:02:39	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA
20/01/2026 08:52:51	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS
20/01/2026 09:06:57	**CADASTRO DE PROPOSTA**	13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA
20/01/2026 09:24:44	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA
20/01/2026 11:16:03	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP
20/01/2026 11:40:31	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME
20/01/2026 13:53:07	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI
20/01/2026 14:24:50	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CREATIVE GROUP LTDA
20/01/2026 19:02:38	**CADASTRO DE PROPOSTA**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA
20/01/2026 19:42:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA
21/01/2026 07:45:21	**CADASTRO DE PROPOSTA**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA
21/01/2026 08:25:16	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
ABERTURA DA SESSÃO		
Bom dia! Logo iniciarei a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 01/2026, promovido pelo Município de Lobato. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns avisos a respeito da presente licitação.		
21/01/2026 08:25:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Peço que acompanhem este certame até o seu desfecho, pois conforme determinam as condições deste Edital, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro/Agente de Contratação será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.		
21/01/2026 08:25:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Não serão toleradas condutas que configurem conluio, fraude, violação ao sigilo das propostas e burla a aplicação de sanções administrativas, de modo que, em razão da constatação de conjunto de indícios (através de diligências e consultas às bases de dados), as empresas envolvidas serão desclassificadas e ficarão sujeitas às sanções.		
21/01/2026 08:26:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas no sistema (chat), com indicação da data e horário para sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.		
21/01/2026 08:26:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Quaisquer dúvidas que os licitantes venham a ter DURANTE A FASE DE LANCES serão sanadas somente via sistema (chat), não responderei e-mails e não atenderei ligações. Dúvidas técnicas quanto à utilização do sistema deverão ser esclarecidas diretamente com a Plataforma.		
21/01/2026 08:27:06	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Não se utilizar de aplicativos de mensagens instantâneas para comunicar-se com terceiros (servidores) que não estejam conduzindo o certame, com o intuito de obter informações privilegiadas. Reitero, constatada a comunicação com outro servidor como conduta maliciosa, o licitante será desclassificado imediatamente, além de eventuais sanções administrativas.		

21/01/2026 08:27:42	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Alerto que tenham o devido cuidado no registro dos valores, porquanto, o encerramento iminente de envio de lances poderá inviabilizar a exclusão do lance de forma tempestiva, prevalecendo, assim, o último valor registrado como a oferta a ser considerada, ou a desclassificação do licitante.		
21/01/2026 08:27:59	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.		
21/01/2026 08:28:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Portanto deverão comprovar a exequibilidade da proposta no prazo informado pela condutora do certame, através da Plataforma BLL.		
21/01/2026 08:28:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Deverão apresentar planilhas de custos detalhadas e demonstrativos que evidenciem a viabilidade financeira da proposta, notas fiscais (atuais) de serviços, atas e contratos com outros órgãos da Administração Pública. Não aceitarei "Declaração" elaborada pela própria licitante.		
21/01/2026 08:28:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Reitero atenção quanto aos lances e redução de valores sem o devido cuidado, pois as propostas devem ser elaboradas com responsabilidade, de modo a não prejudicar a Administração.		
21/01/2026 08:29:07	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
A fase de disputa será realizada DE FORMA PARCELADA DEFINIDA EM GRUPOS DE 02 ITENS/LOTES, DE MANEIRA QUE SEMPRE TERÁ 02 ITENS/LOTES NA DISPUTA.		
21/01/2026 10:32:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Aos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 22/01/2026.		
Sinta-se notificado!!		
21/01/2026 10:33:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante 13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 22/01/2026 17:00		
21/01/2026 10:33:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante 52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 22/01/2026 17:00		
21/01/2026 10:33:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 22/01/2026 17:00		
21/01/2026 10:33:57	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
23/01/2026 08:51:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 26/01/2026 17:00		
23/01/2026 08:51:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 26/01/2026 17:00		
23/01/2026 08:51:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante FABIANE PORTELA BARBOSA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 26/01/2026 17:00		
23/01/2026 12:53:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 1b33f04f62784513b596f143ebb160d9.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:09	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 5003f31a6dfa40fd9d55573356ce9528.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo fa657916e27b4d54816f6ed7f1f9b5de.pdf aos documentos complementares.		

23/01/2026 12:53:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo f28def11a5fb466e9c386ea2e05dfdca.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:11	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 38af8eccc5644b46a0952018a5b719b2.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:11	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 08f6bd7da8924d1c8fb2f52f8f635a67.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo ed67ca0104eb417ab8d6cf10d4349b89.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 5820254b618943bd8d07b947a2453c0d.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:14	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 616f17c974c3450ea353fd49ce8b461f.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 611c5f782bd54132ab5cd02db4b848af.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 2c8fe0b5fdc8418aae360fa54ba171de.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:17	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 40dfd2f78aca434d85c00752ab8a3166.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 13568f8e6e97473b9659f97b67a45231.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 8f7b5af472694d79b1074271d529f8a8.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:42	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 2264724d167b451c8af6dcf586c10d18.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:53:43	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 433353eb3bb24313941e9de2ba99c0b0.pdf aos documentos complementares.		
23/01/2026 12:55:43	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA adicionou o arquivo 0197575abeed4cecbf98f5f47ae84a89.pdf aos documentos complementares.		
27/01/2026 09:03:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O prazo de entrega dos documentos de habilitação do participante 13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA foi alterado para 28/01/2026 17:00		
27/01/2026 09:03:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O prazo de entrega dos documentos de habilitação do participante ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA foi alterado para 28/01/2026 17:00		
27/01/2026 09:03:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 28/01/2026 17:00		
27/01/2026 09:03:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 28/01/2026 17:00		
27/01/2026 10:19:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA adicionou o arquivo 651e5f2c1497456b9c901860f4bcfdcb.rar aos documentos complementares.		
29/01/2026 08:47:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante CREATIVE GROUP LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 30/01/2026 17:00		

29/01/2026 08:47:09	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 30/01/2026 17:00		
29/01/2026 08:47:19	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 30/01/2026 17:00		
04/02/2026 10:03:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO

Prezados licitantes, bom dia. Considerando que as empresas classificadas atenderam todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026. Assim, comunico que retornarei no dia 05/02/2026, às 11h00min, para a abertura do prazo de 30 (trinta) minutos destinado à manifestação de intenção de recurso.
Todos os licitantes ficam desde já devidamente notificados, devendo acompanhar o retorno pelo sistema. Eventuais alterações de horário, se necessárias, serão previamente informadas no chat.

LOTE 1 - EM ADJUDICAÇÃO			
1 - OFICINA DE TEATRO			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: OFICINA DE TEATROOFICINA DE TEATRO: Turma 01 - para atendimento do publico infantil (06 aos 13 anos) - 3 horas semanais e Turma 02 - para atendimento ao publico jovem (a partir dos 14 anos) Carga horaria: 3 horas semanais Descricao: Tecnicas de atuacao, improvisacao, interpretacao, exercicios teatrais que desenvolvem habilidades de comunicacao, expressao e a criatividade. Atividades para desinibicao em publico. Jogos teatrais que fortalecem a confianca e a expressao pessoal. Ao final da oficina, a turma estara preparada para uma apresentacao de 20 minutos, mostrando os resultados obtidos e agregando ao calendario das atividades culturais do municipio. Carga horaria total semanal= 6 horas			
Quantidade: 288	**Valor Unit.:** 50,00		**Valor Total:** 14.400,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACADEMIA DE PROCESSOS	280	43.661.399/0001-64	50,00	50,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	064	52.197.627/0001-88	50,00	41,00		Sim
FABIANE PORTELA BARBOSA	527	43.826.156/0001-39	50,00	43,11	5,1463	Sim
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	428	27.022.704/0001-11	50,00	48,00	11,3431	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	386	08.495.292/0001-92	49,50	49,50	3,1250	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	480	27.245.977/0001-25	49,99	49,99	0,9899	Sim
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	691	21.496.430/0001-16	50,00	50,00	0,0200	Sim
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	491	26.766.062/0001-00	50,00	50,00	0,0000	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	433	41.022.470/0001-33	50,00	50,00	0,0000	Não
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO	259	64.041.407/0001-40	50,00	46,73		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE			
07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**		
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 09:01:07	**DISPUTA**		
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 480)	**49,99**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 428)	**50,00**

21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 386)	**49,50**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 433)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 491)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**50,00**
21/01/2026 09:01:41	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**48,49**
21/01/2026 09:03:12	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**48,48**
21/01/2026 09:04:10	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**48,47**
21/01/2026 09:05:39	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**48,47**
21/01/2026 09:05:50	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**48,46**
21/01/2026 09:06:59	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**48,46**
21/01/2026 09:08:32	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**48,45**
21/01/2026 09:08:33	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 428)	**48,00**
21/01/2026 09:08:49	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**48,44**
21/01/2026 09:09:00	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**47,99**
21/01/2026 09:11:23	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**47,99**
21/01/2026 09:11:53	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**47,99**
21/01/2026 09:12:07	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,98**
21/01/2026 09:12:32	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,98**
21/01/2026 09:12:47	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,97**
21/01/2026 09:13:02	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,97**
21/01/2026 09:15:14	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,96**
21/01/2026 09:15:30	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,96**
21/01/2026 09:15:40	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,95**
21/01/2026 09:15:59	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,94**
21/01/2026 09:16:07	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 09:16:08	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,93**
21/01/2026 09:16:40	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**46,93**
21/01/2026 09:16:43	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,93**
21/01/2026 09:16:49	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,92**
21/01/2026 09:17:10	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,92**
21/01/2026 09:17:29	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,91**
21/01/2026 09:17:56	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,91**
21/01/2026 09:18:04	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,90**
21/01/2026 09:18:14	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,90**
21/01/2026 09:18:23	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,89**
21/01/2026 09:18:33	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,89**
21/01/2026 09:18:46	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,88**
21/01/2026 09:19:25	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,88**

21/01/2026 09:19:34	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,87**
21/01/2026 09:20:03	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,87**

21/01/2026 09:20:13	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,86**
21/01/2026 09:20:26	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,85**
21/01/2026 09:20:28	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**46,89**
21/01/2026 09:20:39	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,84**
21/01/2026 09:20:39	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,83**
21/01/2026 09:20:47	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,82**
21/01/2026 09:21:00	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,80**
21/01/2026 09:21:11	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,79**
21/01/2026 09:21:13	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,76**
21/01/2026 09:21:21	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,75**
21/01/2026 09:21:33	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**46,74**
21/01/2026 09:21:46	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 259)	**46,73**
21/01/2026 09:21:57	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**46,75**
21/01/2026 09:22:43	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**42,96**
21/01/2026 09:23:00	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 527)	**43,11**
21/01/2026 09:23:48	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**42,95**
21/01/2026 09:24:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 433, PARTICIPANTE 280, PARTICIPANTE 691, PARTICIPANTE 491 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:24:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 064, PARTICIPANTE 527, PARTICIPANTE 259			
21/01/2026 09:24:07	**FECHADO 1**		
21/01/2026 09:24:52	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 064)	**41,00**
21/01/2026 09:29:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 691, PARTICIPANTE 491, PARTICIPANTE 280, PARTICIPANTE 433 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:29:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA			
21/01/2026 09:29:08	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:40:30	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é FABIANE PORTELA BARBOSA			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:48:55	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 527: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 26/01/2026.			
27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:56:09	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA			

27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.		
27/01/2026 09:03:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 259: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 28/01/2026.		
29/01/2026 08:39:58	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada por não atender as exigências do edital (não apresentou Prova de Regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT) no prazo 28/01/2026 as 17:00h.		
29/01/2026 08:39:58	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI		
29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.		
29/01/2026 08:40:27	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME		
29/01/2026 08:46:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 691: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 30/01/2026.		
02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:18:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA		
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:19:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA		
05/02/2026 11:00:08	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
05/02/2026 11:30:08	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 2 - EM ADJUDICAÇÃO			
2 - OFICINA DE DANCA CRIATIVA			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 2	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: OFICINA DE DANCA CRIATIVAOFICINA DE DANCA CRIATIVA: Turma para atender o publico infanto juvenil (a partir dos 7 anos) Descricao: Tecnicas para Expressao e movimento, explorando diversos estilos de danca e performances criativas. Atividades e exercicios que desenvolvem a confianca corporal, ritmica e nao ritmica. Ao final da oficina, a turma estara preparada e disponivel para mostrar os resultados obtidos e agregar o calendario cultural do municipio.Carga horaria: 02 horas semanais			

Quantidade: 96	**Valor Unit.:** 50,00	**Valor Total:** 4.800,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACADEMIA DE PROCESSOS	586	43.661.399/0001-64	50,00	50,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	097	52.197.627/0001-88	50,00	42,99		Sim
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	533	27.022.704/0001-11	50,00	45,00	4,6755	Sim
FABIANE PORTELA BARBOSA	926	43.826.156/0001-39	50,00	45,26	0,5778	Sim
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	229	21.496.430/0001-16	50,00	49,44	9,2355	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	622	08.495.292/0001-92	49,50	49,50	0,1214	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	390	27.245.977/0001-25	49,99	49,99	0,9899	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	046	41.022.470/0001-33	50,00	50,00	0,0200	Não
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	238	26.766.062/0001-00	50,00	50,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO	501	64.041.407/0001-40	50,00	45,38		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE			
07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**		
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 09:01:07	**DISPUTA**		
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 926)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 390)	**49,99**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 533)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 622)	**49,50**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 046)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 238)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**50,00**
21/01/2026 09:01:07	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**50,00**
21/01/2026 09:02:01	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,49**
21/01/2026 09:04:48	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**49,48**
21/01/2026 09:05:43	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,47**
21/01/2026 09:05:59	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**49,47**
21/01/2026 09:08:42	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,46**
21/01/2026 09:09:08	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 926)	**49,48**
21/01/2026 09:09:19	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 533)	**49,45**
21/01/2026 09:11:34	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**49,45**
21/01/2026 09:11:58	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,44**
21/01/2026 09:12:22	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 926)	**49,44**
21/01/2026 09:12:47	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**49,44**
21/01/2026 09:12:54	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,43**
21/01/2026 09:13:18	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**49,43**
21/01/2026 09:15:05	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,42**
21/01/2026 09:15:18	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**49,42**
21/01/2026 09:15:46	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**49,41**

21/01/2026 09:16:07	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 09:16:08	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**46,40**
21/01/2026 09:16:18	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**46,39**
21/01/2026 09:16:27	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 926)	**46,39**
21/01/2026 09:16:37	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 501)	**45,38**
21/01/2026 09:16:38	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**49,44**
21/01/2026 09:17:07	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 926)	**45,39**
21/01/2026 09:17:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 238, PARTICIPANTE 586, PARTICIPANTE 046 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:17:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 501, PARTICIPANTE 926, PARTICIPANTE 097, PARTICIPANTE 229, PARTICIPANTE 533, PARTICIPANTE 622			
21/01/2026 09:17:08	**FECHADO 1**		
21/01/2026 09:19:10	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 097)	**42,99**
21/01/2026 09:19:16	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 533)	**45,00**
21/01/2026 09:19:48	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 926)	**45,26**
21/01/2026 09:22:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 586, PARTICIPANTE 046, PARTICIPANTE 238 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:22:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA			
21/01/2026 09:22:08	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:40:31	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:19	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é FABIANE PORTELA BARBOSA			
27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	

FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:56:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA			
27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
29/01/2026 08:39:58	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada por não atender as exigências do edital (não apresentou Prova de Regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT) no prazo 28/01/2026 as 17:00h.			
29/01/2026 08:39:58	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME			
29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.			

02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:18:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA		
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
05/02/2026 11:00:08	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
05/02/2026 11:30:09	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 3 - EM ADJUDICAÇÃO			
3 - OFICINA DE DANCA DE SALAO			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 3	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: OFICINA DE DANCA DE SALAOOFICINA DE DANCA DE SALAO: Turma para atender ao publico adulto (a partir dos 18 anos) no maximo 25 alunos. Descricao: tecnicas e aprimoramento da ritmica corporal atraves de estilos do cancioneiro popular brasileiro, tais como vanera, xote, vanerao, arrasta pe, forro e samba. Desenvolver habilidades de coordenacao, fortalecendo a confianca e a expressao corporal. Aulas praticas e divertidas, oportunidade de se conectar com outras pessoas que compartilham interesses semelhantes num ambiente acolhedor e de apoio. Ao final da oficina, a turma estara preparada e disponivel para mostrar os resultados obtidos e agregar o calendario cultural do municipio. Carga horaria: 2 horas semanais			
Quantidade: 96	**Valor Unit.:** 50,00		**Valor Total:** 4.800,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACADEMIA DE PROCESSOS	155	43.661.399/0001-64	50,00	50,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	774	52.197.627/0001-88	50,00	46,97		Sim
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	704	27.022.704/0001-11	50,00	49,00	4,3219	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	518	08.495.292/0001-92	49,50	49,50	1,0204	Sim
FABIANE PORTELA BARBOSA	834	43.826.156/0001-39	50,00	49,50	0,0000	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	198	27.245.977/0001-25	49,99	49,99	0,9899	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	554	41.022.470/0001-33	50,00	50,00	0,0200	Não
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	854	21.496.430/0001-16	50,00	50,00	0,0000	Sim
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	019	26.766.062/0001-00	50,00	50,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**		
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 09:23:03	**DISPUTA**		
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**50,00**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 518)	**49,50**

21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 554)	**50,00**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 774)	**50,00**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 198)	**49,99**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 704)	**50,00**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 019)	**50,00**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**50,00**
21/01/2026 09:23:03	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 834)	**50,00**
21/01/2026 09:27:40	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 774)	**49,51**
21/01/2026 09:27:50	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 704)	**49,49**
21/01/2026 09:28:13	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 774)	**49,50**
21/01/2026 09:31:12	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 834)	**49,50**
21/01/2026 09:33:46	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 774)	**49,49**
21/01/2026 09:38:03	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 09:41:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 704, PARTICIPANTE 774 que apresentaram o valor de 49.49.			
21/01/2026 09:41:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 834, PARTICIPANTE 518 que apresentaram o valor de 49.50.			
21/01/2026 09:41:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 019, PARTICIPANTE 854, PARTICIPANTE 155, PARTICIPANTE 554 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:41:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	

Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 704, PARTICIPANTE 774, PARTICIPANTE 834, PARTICIPANTE 518, PARTICIPANTE 198, PARTICIPANTE 019, PARTICIPANTE 854, PARTICIPANTE 155, PARTICIPANTE 554			
21/01/2026 09:41:03	**FECHADO 1**		
21/01/2026 09:41:36	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 774)	**46,97**
21/01/2026 09:43:51	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 704)	**49,00**
21/01/2026 09:46:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 518, PARTICIPANTE 834 que apresentaram o valor de 49.50.			
21/01/2026 09:46:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 554, PARTICIPANTE 854, PARTICIPANTE 019, PARTICIPANTE 155 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:46:04	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA			
21/01/2026 09:46:04	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:40:30	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:16	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI			

23/01/2026 08:49:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 518: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 26/01/2026.		
27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.		
27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.		
27/01/2026 08:58:41	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI		
27/01/2026 09:03:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 198: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 28/01/2026.		
29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.		
29/01/2026 08:40:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é CREATIVE GROUP LTDA		
29/01/2026 08:46:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 554: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 30/01/2026.		
02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:18:41	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA		
02/02/2026 08:19:12	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA		
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
05/02/2026 11:00:08	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
05/02/2026 11:30:09	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 4 - EM ADJUDICAÇÃO			
4 - Instrutor ajudante para Oficina de Danca de Salao Carga horaria: 1 hora semanal			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 4	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Instrutor ajudante para Oficina de Danca de Salao Carga horaria: 1 hora semanalInstrutor ajudante para Oficina de Danca de Salao Carga horaria: 1 hora semanal			
Quantidade: 48	**Valor Unit.:** 50,00		**Valor Total:** 2.400,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACADEMIA DE PROCESSOS	663	43.661.399/0001-64	50,00	50,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	813	52.197.627/0001-88	50,00	45,97		Sim
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	431	27.022.704/0001-11	50,00	49,49	7,6572	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	264	08.495.292/0001-92	49,50	49,50	0,0202	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	770	27.245.977/0001-25	49,99	49,99	0,9899	Sim
FABIANE PORTELA BARBOSA	520	43.826.156/0001-39	50,00	49,99	0,0000	Sim
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	563	26.766.062/0001-00	50,00	50,00	0,0200	Sim
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	964	21.496.430/0001-16	50,00	50,00	0,0000	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	199	41.022.470/0001-33	50,00	50,00	0,0000	Não
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**		
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		

21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 09:29:28	**DISPUTA**		
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 520)	**50,00**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 770)	**49,99**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 431)	**50,00**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 563)	**50,00**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**50,00**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**50,00**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 264)	**49,50**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 199)	**50,00**
21/01/2026 09:29:28	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 813)	**50,00**
21/01/2026 09:30:28	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 813)	**49,51**
21/01/2026 09:34:57	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 520)	**49,99**
21/01/2026 09:40:22	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 813)	**49,50**
21/01/2026 09:44:11	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 431)	**49,49**
21/01/2026 09:44:28	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 09:47:22	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 813)	**49,49**
21/01/2026 09:49:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes:			
PARTICIPANTE 770,	PARTICIPANTE 520 que apresentaram o valor de 49.99.		
21/01/2026 09:49:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 431, PARTICIPANTE 813 que apresentaram o valor de 49.49.			
21/01/2026 09:49:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 199, PARTICIPANTE 563, PARTICIPANTE 964, PARTICIPANTE 663 que apresentaram o valor de 50.00.			

21/01/2026 09:49:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 431, PARTICIPANTE 813, PARTICIPANTE 264, PARTICIPANTE 770, PARTICIPANTE 520, PARTICIPANTE 199, PARTICIPANTE 563, PARTICIPANTE 964, PARTICIPANTE 663			
21/01/2026 09:49:28	**FECHADO 1**		
21/01/2026 09:50:06	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 813)	**45,97**
21/01/2026 09:54:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 770, PARTICIPANTE 520 que apresentaram o valor de 49.99.			
21/01/2026 09:54:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 563, PARTICIPANTE 964, PARTICIPANTE 199, PARTICIPANTE 663 que apresentaram o valor de 50.00.			
21/01/2026 09:54:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA			
21/01/2026 09:54:29	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:40:32	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:19	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI			
27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:58:41	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI			
29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.			
29/01/2026 08:40:26	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA			
29/01/2026 08:46:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 563: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 30/01/2026.			
02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			

02/02/2026 08:19:13	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA		
05/02/2026 11:00:08	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
05/02/2026 11:30:09	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 5 - EM ADJUDICAÇÃO			
5 - Instrutor de Pintura em Tela Carga horaria: 4 hora semanais			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 5	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Instrutor de Pintura em Tela Carga horaria: 4 hora semanaisInstrutor de Pintura em Tela Carga horaria: 4 hora semanais			
Quantidade: 192	**Valor Unit.:** 75,00	**Valor Total:** 14.400,00	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

1 ACADEMIA DE PROCESSOS	295	43.661.399/0001-64	80,00	75,00		Sim
2 NOVO SABER CURSOS E	339	55.988.235/0001-25	80,00	76,92	2,56	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	062	27.022.704/0001-11	80,00	70,00		Sim
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	408	52.197.627/0001-88	80,00	71,97	2,8143	Sim
FABIANE PORTELA BARBOSA	709	43.826.156/0001-39	80,00	78,30	8,7953	Sim
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	407	21.496.430/0001-16	80,00	78,95	0,8301	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	648	08.495.292/0001-92	79,50	79,50	0,6966	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	743	27.245.977/0001-25	79,99	79,99	0,6164	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	141	41.022.470/0001-33	80,00	80,00	0,0125	Não
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	380	26.766.062/0001-00	80,00	80,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO	734	64.041.407/0001-40	80,00	80,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE			
07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**		
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 09:46:28	**DISPUTA**		
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 743)	**79,99**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 062)	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 709)	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 648)	**79,50**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 141)	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 380)	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 734)	**80,00**
21/01/2026 09:46:28	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**80,00**

21/01/2026 09:48:16	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**79,25**
21/01/2026 09:55:31	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**79,49**
21/01/2026 09:58:59	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**79,25**
21/01/2026 09:59:11	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,99**
21/01/2026 09:59:32	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**79,00**
21/01/2026 09:59:33	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 062)	**78,98**
21/01/2026 09:59:44	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,74**
21/01/2026 10:00:25	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**78,75**
21/01/2026 10:00:49	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**78,73**
21/01/2026 10:00:58	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,55**
21/01/2026 10:01:25	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**78,54**
21/01/2026 10:01:28	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 10:01:32	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,53**
21/01/2026 10:01:39	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,46**
21/01/2026 10:01:43	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,45**
21/01/2026 10:01:55	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,37**
21/01/2026 10:01:57	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,36**
21/01/2026 10:02:04	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,24**
21/01/2026 10:02:07	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,23**
21/01/2026 10:02:12	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 709)	**78,30**
21/01/2026 10:02:13	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,17**
21/01/2026 10:02:19	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,16**
21/01/2026 10:02:25	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,15**
21/01/2026 10:02:30	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,14**
21/01/2026 10:02:34	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**78,13**
21/01/2026 10:02:36	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,12**
21/01/2026 10:02:37	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,07**
21/01/2026 10:02:41	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**78,06**
21/01/2026 10:02:48	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**78,00**
21/01/2026 10:02:53	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**77,99**
21/01/2026 10:02:53	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**78,00**
21/01/2026 10:02:59	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**77,47**
21/01/2026 10:03:04	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**77,46**
21/01/2026 10:03:06	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**78,95**
21/01/2026 10:03:11	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**77,45**
21/01/2026 10:03:16	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**77,44**
21/01/2026 10:03:18	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**77,05**
21/01/2026 10:03:21	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**77,04**
21/01/2026 10:03:27	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**77,00**
21/01/2026 10:03:33	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**76,99**
21/01/2026 10:03:34	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**77,01**
21/01/2026 10:03:39	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,87**
21/01/2026 10:03:46	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**76,87**
21/01/2026 10:03:54	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,75**

21/01/2026 10:04:04	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**76,75**
21/01/2026 10:04:10	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,67**
21/01/2026 10:04:22	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**76,67**
21/01/2026 10:04:29	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,60**
21/01/2026 10:04:35	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**76,60**

21/01/2026 10:04:41	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,54**
21/01/2026 10:04:56	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**76,54**
21/01/2026 10:05:02	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,37**
21/01/2026 10:05:11	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**76,37**
21/01/2026 10:05:18	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**76,25**
21/01/2026 10:05:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 734, PARTICIPANTE 141, PARTICIPANTE 380 que apresentaram o valor de 80.00.			
21/01/2026 10:05:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 295, PARTICIPANTE 408, PARTICIPANTE 339, PARTICIPANTE 709, PARTICIPANTE 407, PARTICIPANTE 062, PARTICIPANTE 648, PARTICIPANTE 743, PARTICIPANTE 734, PARTICIPANTE 141, PARTICIPANTE 380			
21/01/2026 10:05:28	**FECHADO 1**		
21/01/2026 10:06:24	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**75,00**
21/01/2026 10:06:33	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 062)	**70,00**
21/01/2026 10:06:59	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 408)	**71,97**
21/01/2026 10:08:38	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 339)	**76,92**
21/01/2026 10:10:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 141, PARTICIPANTE 734, PARTICIPANTE 380 que apresentaram o valor de 80.00.			
21/01/2026 10:10:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP			
21/01/2026 10:10:29	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:18	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA			
27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
29/01/2026 08:39:58	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada por não atender as exigências do edital (não apresentou Prova de Regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT) no prazo 28/01/2026 as 17:00h.			
29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.			

02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.		
05/02/2026 11:00:09	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
05/02/2026 11:30:09	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 6 - EM ADJUDICAÇÃO			
6 - Projeto Muralismo Colorindo a Cidade - escolas Elias Abrahao, CEMEI, Conselho Tutelar, Agencia do Trabalho, Complexo Cultura, CRAS, Prefeitura Carga horaria; 2 horas semanais			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 6	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Projeto Muralismo Colorindo a Cidade - escolas Elias Abrahao, CEMEI, Conselho Tutelar, Agencia do Trabalho, Complexo Cultura, CRAS, Prefeitura Carga horaria; 2 horas semanaisProjeto Muralismo Colorindo a Cidade - escolas Elias Abrahao, CEMEI, Conselho Tutelar, Agencia do Trabalho, Complexo Cultura, CRAS, Prefeitura Carga horaria; 2 horas semanais			
Quantidade: 96		**Valor Unit.:** 75,00	**Valor Total:** 7.200,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ACADEMIA DE PROCESSOS	806	43.661.399/0001-64	80,00	75,00		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	630	27.022.704/0001-11	80,00	70,00		Sim
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	103	52.197.627/0001-88	80,00	77,77	11,1000	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	527	27.245.977/0001-25	78,00	78,00	0,2957	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	649	08.495.292/0001-92	79,50	79,50	1,9231	Sim
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	502	21.496.430/0001-16	80,00	79,99	0,6164	Sim
FABIANE PORTELA BARBOSA	307	43.826.156/0001-39	80,00	80,00	0,0125	Sim
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	430	26.766.062/0001-00	80,00	80,00	0,0000	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	822	41.022.470/0001-33	80,00	80,00	0,0000	Não
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**		
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 09:54:36	**DISPUTA**		
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**80,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 307)	**80,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 527)	**78,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 630)	**80,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 649)	**79,50**

21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 822)	**80,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 103)	**80,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 430)	**80,00**
21/01/2026 09:54:36	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**80,00**
21/01/2026 09:54:51	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**77,80**
21/01/2026 09:56:52	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 103)	**77,81**
21/01/2026 09:59:23	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 630)	**77,79**
21/01/2026 09:59:33	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**77,49**
21/01/2026 09:59:53	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 103)	**77,78**
21/01/2026 10:02:49	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**79,99**
21/01/2026 10:09:36	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 10:12:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 307, PARTICIPANTE 822, PARTICIPANTE 430 que apresentaram o valor de 80.00.			
21/01/2026 10:12:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 806, PARTICIPANTE 103, PARTICIPANTE 630, PARTICIPANTE 527, PARTICIPANTE 649, PARTICIPANTE 502, PARTICIPANTE 307, PARTICIPANTE 822, PARTICIPANTE 430			
21/01/2026 10:12:36	**FECHADO 1**		
21/01/2026 10:13:03	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**75,00**
21/01/2026 10:13:08	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 103)	**77,77**
21/01/2026 10:13:22	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 630)	**70,00**
21/01/2026 10:17:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 307, PARTICIPANTE 430, PARTICIPANTE 822 que apresentaram o valor de 80.00.			
21/01/2026 10:17:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP			
21/01/2026 10:17:36	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:16	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA			
23/01/2026 08:50:54	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 806: Prezado licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de hoje, 26/01/2026.			
27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			

29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
05/02/2026 11:00:09	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
05/02/2026 11:30:09	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 7 - EM ADJUDICAÇÃO			
7 - Aula de canto coral, treinamento da voz com exercicios de respiracao, afinacao e projecao, alem do estudo de leitura musical, ritmo e harmonia, para que o aluno possa se integrar a um grupo de vozes e			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 7	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Aula de canto coral, treinamento da voz com exercicios de respiracao, afinacao e projecao, alem do estudo de leitura musical, ritmo e harmonia, para que o aluno possa se integrar a um grupo de vozes e criar uma performance colaborativa. A pratica tambem desenvolve a percepcao musical, a concentracao, a expressividade e a habilidade de trabalhar em conjunto. Obs : A Carga horaria sera distribuida de acordo com a necessidade da Secretaria.Aula de canto coral, treinamento da voz com exercicios de respiracao, afinacao e projecao, alem do estudo de leitura musical, ritmo e harmonia, para que o aluno possa se integrar a um grupo de vozes e criar uma performance colaborativa. A pratica tambem desenvolve a percepcao musical, a concentracao, a expressividade e a habilidade de trabalhar em conjunto. Obs : A Carga horaria sera distribuida de acordo com a necessidade da Secretaria.			
Quantidade: 480	**Valor Unit.:** 45,00	**Valor Total:** 21.600,00	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE	898	13.175.411/0001-60	62,47	45,00		Sim
2 ACADEMIA DE PROCESSOS	777	43.661.399/0001-64	62,47	62,47	38,82	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO	098	52.197.627/0001-88	62,47	49,77		Sim

FABIANE PORTELA BARBOSA	877	43.826.156/0001-39	62,47	57,98	16,4959	Sim
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS	252	27.245.977/0001-25	61,00	59,89	3,2942	Sim
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	317	27.022.704/0001-11	62,47	60,00	0,1837	Sim
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA	764	26.766.062/0001-00	60,47	60,47	0,7833	Sim
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI	204	08.495.292/0001-92	62,00	62,00	2,5302	Sim
CREATIVE GROUP LTDA	856	41.022.470/0001-33	62,47	62,47	0,7581	Não
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	030	21.496.430/0001-16	62,47	62,47	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO	580	64.041.407/0001-40	62,47	62,47		Sim
MOVIMENTOS DO LOTE						
07/01/2026 08:06:14	**PUBLICADO**					
08/01/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**					

21/01/2026 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/01/2026 10:10:36	**DISPUTA**		
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 317)	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 877)	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 252)	**61,00**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI (PARTICIPANTE 204)	**62,00**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	CREATIVE GROUP LTDA (PARTICIPANTE 856)	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 098)	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA (PARTICIPANTE 764)	**60,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA (PARTICIPANTE 580)	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS	**62,47**
21/01/2026 10:10:36	**LANCE**	13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA (PARTICIPANTE 898)	**62,47**
21/01/2026 10:13:36	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 317)	**60,00**
21/01/2026 10:14:40	**LANCE**	13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA (PARTICIPANTE 898)	**59,99**
21/01/2026 10:17:29	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 877)	**60,00**
21/01/2026 10:19:24	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 098)	**60,01**
21/01/2026 10:24:58	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 098)	**60,00**
21/01/2026 10:25:36	**TEMPO RANDÔMICO**		
21/01/2026 10:26:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 580, PARTICIPANTE 030, PARTICIPANTE 777, PARTICIPANTE 856 que apresentaram o valor de 62.47.			
21/01/2026 10:26:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 877, PARTICIPANTE 317, PARTICIPANTE 098 que apresentaram o valor de 60.00.			
21/01/2026 10:26:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 898, PARTICIPANTE 877, PARTICIPANTE 317, PARTICIPANTE 098, PARTICIPANTE 764, PARTICIPANTE 252, PARTICIPANTE 204, PARTICIPANTE 580, PARTICIPANTE 030, PARTICIPANTE 777, PARTICIPANTE 856			
21/01/2026 10:26:36	**FECHADO 1**		
21/01/2026 10:26:47	**LANCE**	C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI (PARTICIPANTE 252)	**59,89**
21/01/2026 10:27:26	**LANCE**	13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA (PARTICIPANTE 898)	**45,00**
21/01/2026 10:28:06	**LANCE**	52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA (PARTICIPANTE 098)	**49,77**
21/01/2026 10:30:23	**LANCE**	FABIANE PORTELA BARBOSA (PARTICIPANTE 877)	**57,98**
21/01/2026 10:31:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 856, PARTICIPANTE 030, PARTICIPANTE 777, PARTICIPANTE 580 que apresentaram o valor de 62.47.			
21/01/2026 10:31:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA			
21/01/2026 10:31:36	**HABILITAÇÃO**		
23/01/2026 08:40:30	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			
23/01/2026 08:41:16	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 22/01/2026, às 17h00.			

27/01/2026 08:56:08	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FABIANE PORTELA BARBOSA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
27/01/2026 08:58:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
BHR TEIXEIRA BERBET EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 26/01/2026, às 17h00.			
29/01/2026 08:39:58	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada por não atender as exigências do edital (não apresentou Prova de Regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT) no prazo 28/01/2026 as 17:00h.			
29/01/2026 08:40:26	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
C SALGADO SERVICOS COMERCIAIS EIRELI desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:18:07	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:18:41	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CREATIVE GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
02/02/2026 08:19:13	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
NUCLEO DE DANCA CORPOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 30/01/2026, às 17h00.			
05/02/2026 11:00:09	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
05/02/2026 11:30:09	**EM ADJUDICAÇÃO**		

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO

Pregoeiro

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA

Agente De Contratação

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES

Agente De Contratação

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:7E16B7B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO		PREGÃO ELETRÔNICO
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato		**Nr.: 43/2025**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.:**	**92/2025**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo:**	**11/12/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	92/2025				
b) Nr. Licitação:	43/2025 - PE				
c) Modalidade:	Pregão eletrônico				
d) Data de Homologação:	04/02/2026				
e) Objeto da Licitação:	*Contratação de empresa especializada para fornecer brinquedos e materiais pedagógicos destinados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura*				
Participante: 18.474.333 LUCIA MENDES ENDOW (18.474.333/0001-18)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
21	FANTOCHES ANIMAIS DA FAZENDA Descritivo detalhado: Kit composto por 7 personagens caracterizados em feltro e E.V.A. Colorido. Personagens: Vaca, Cachorro, Cavalo, Gato, Ovelha, Pintinho e Porco. Medindo entre 26 a 36 cm de altura. Embalagem: Saco plástico com solapa colorida em papel couchê.	1,000	UND	150,00	150,00
Total do Participante:					**150,00**
Participante: 53.088.755 LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI (53.088.755/0001-56)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
33	LAPIS DE COR SEXTAVADO COM 12 CORES PRIMEIRA LINHA	40,000	UND	11,95	478,00
Total do Participante:					**478,00**
Participante: A C BEGALLI (38.305.565/0001-50)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
61	JOGO CRIANDO HISTÓRIAS Montagem necessária =Não; Funciona a bateria ou pilha=Não; Tipo(s) de material Papel; Tipo de controle remoto Não aplicável; Cor Multicor; idioma Português; Número do modelo 4279; Dimensões do produto 4,3 x 30,9 x 23,3 cm; 400 g	3,000	UND	56,99	170,97
Total do Participante:					**170,97**
Participante: C.B COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME (01.669.984/0001-60)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	GANGORRA INFANTIL MINHOCA POLIETILENO, 55X28X82 CM IDADE DE 1 A 4 ANOS - INMETRO CE-BRI/IQB 005923 CAPACIDADE 30 KGS - 1 ASSENTO	3,000	UND	114,30	342,90
11	ALMOFADAS NÚMEROS KIT COM 10 UNIDADES, Confeccionadas em couro, Dimensões de 40 cm x 40 cm cada, Preenchida com flocos de isopor, Peso aproximado do produto: 3 kilos, Idade: a partir de 3 anos.	1,000	UND	264,60	264,60
20	FANTOCHES BRINCANDO COM OS ANIMAIS Conjunto de Fantoches de Animais Domésticos, para criar e contar histórias. Composto por: Porco, Vaca, Cachorro, Pato, Coelho, Joaninha, Papagaio, Gato, Cavalo e Galinha. Material: Feltro; Nº de Peças: 10 – 280 x 150 mm (cada)	1,000	UND	167,58	167,58
22	PRATELEIRA CANTINHO DA LEITURA Descritivo detalhado: Confeccionado em madeira e M.D.F.	2,000	UND	177,50	355,00
32	ACTIVITY HOUSE BRINQUEDO DIDÁTICO E DIVERTIDO CE-BRI/IQB 005128 52053/18-001, Contém: 1 Activity House,6 Formas didáticas,1 Chave,1 Martelo,2 Bolinhas	3,000	UND	67,25	201,75
34	GIZ DE CERA JUMBO COM 12 CORES PRIMEIRA LINHA Cera atóxica, ideal para crianças acima de 36 meses. Formato redondo e retrátil, evitando quebras. Estojo inclui 12 cores vibrantes. Dimensões do giz: 9,2x0,8 cm para pequenas mãos.	40,000	UND	7,45	298,00
35	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 15 UNIDADES 220G À Base de amido, não tóxica, Super macia, Com aroma de Tutti-Frutti e Cores vivas brilhantes, Desperta o interesse das crianças para criativas e atividades. Cor: 15 Cores Sortida	40,000	UND	7,69	307,60
36	TINTA GUACHE 15ML COM 12 CORES Cobertura e Rendimento Ideal para atividades escolares; Á base de água; Cheiro neutro; Não tóxico	60,000	UND	8,35	501,00
46	GIRO MAGICO TRABALHANDO COORDENAÇÃO MOTORA Dimensões do Produto com Embalagem 12,7x12,7x38,5 cm; Material plástico de alta qualidade	4,000	UND	36,45	145,80
48	CARRIOLA PRAIA E JARDIM	5,000	UND	74,68	373,40
50	KIT FERRAMENTAS COMPLETO SERROTE, MORSA, MARTELO, CHAVE INGLESA, FURADEIRA E MUITO MAIS. Dimensões do Produto com Embalagem 23 x 10 x 50 cm	3,000	UND	57,26	171,78
60	PLUG IN C/500PÇS sacolão As peças são confeccionadas em plástico polipropileno atóxico de alto brilho e cores vivas.	2,000	UND	234,00	468,00
67	BOLA DE BORRACHA NUMERO 08 Circunferência: 38 40cm; Peso: 140 160g	4,000	UND	12,19	48,76

68	BOLA DE BORRACHA NMERO 10 Circunferência: 47 50cm; Peso: 255 270 g	4,000	UND	18,47	73,88
69	PULA CORDA INFANTIL DE 2,00 COM CABO DE MADEIRA Material Resistente: Fabricada com materiais duráveis para suportar o uso diário. Especificações do Produto: Comprimento: 2 metros Indicação: Brincadeira e exercício para crianças Cores: Sortidas (enviadas conforme disponibilidade de estoque) Material: Resistência e durabilidade para uso recreativo	20,000	UND	10,20	204,00
Total do Participante:					**3.924,05**
Participante: CAROL DISTRIBUIDORA LTDA (07.654.231/0001-68)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
42	SACOLÃO MONTA MONTA COM 500 PEÇAS	4,000	UND	114,41	457,64
Total do Participante:					**457,64**
Participante: JESSICA ALVES COMERCIAL LTDA (54.517.369/0001-03)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
10	MICROFONE SEM FIO DUPLO PROFISSIONAL Canal A | Canal B cada canal tem 50 Frequências para seleção no Bastão (handheld)	1,000	UND	605,00	605,00
Total do Participante:					**605,00**
Participante: KW INFORMATICA LTDA (14.208.959/0001-21)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
12	ALMOFADAS VOGAIS Costura dupla rebatida; Confeccionadas em courino, super resistentes, Preenchida com flocos de isopor; Kit com 6 almofadas; Dimensões de 40 cm x 40 cm cada	1,000	UND	129,95	129,95
16	TAPETE ALFABETIZAÇÃO DIV. 2X2 ESPESSURA 4 MM, PESO APROXIMADO 3 KG, FEITO EM CORINO MULTICOLORIDO SEM ESPUMA, SEM FAIXA ETARIA DE IDADE	1,000	UND	440,00	440,00
17	TAPETE DE CIDADE 1,30X2, Feito com 95% Trivinil e 5% Poliéster, isolamento térmico, Comprimento (cm)130 cm Largura (cm) 200 cm	2,000	UND	125,00	250,00
18	BANNER RÉGUA NUMERICA NUMÉRICA (régua do crescimento) Largura 1,5 m; Comprimento 1,7 m; Desenho = Com desenho; Superfícies recomendadas: Madeira, Painéis, Paredes, Vidros	1,000	UND	60,00	60,00
23	PRATELEIRA SUSPENSA C/03PÇS Kit 3 Nicho Mdf	2,000	UND	149,00	298,00
41	SACOLÃO ENCAIXE MAGICO COM 400 PEÇAS	4,000	UND	189,00	756,00
53	DADO PONTOS 30X30CM EM CORINO Dimensões do produto: 30 x 30 x 30 cm Peso aproximado do produto: 800g Itens inclusos 1 dado espumado Composição / Material: Espuma e Lona Plastificada	2,000	UND	120,00	240,00
56	PUFF PERA GIGANTE VERDE 90x60 em corino Enchimento: ACOMPANHA; Peso: 3 Kg Material: Couro Sintético; Cor Verde; Dimensões: Comprimento: 75 cm Altura: 1 m; Possui zíper na base para enchimento; Costura dupla reforçada;	2,000	UND	170,00	340,00
57	PUFF PERA GIGANTE AMARELO 90x60 em corino Enchimento: ACOMPANHA; Peso: 3 Kg; Material: Couro Sintético; Dimensões: Comprimento: 75 cm; Altura: 1 m; Possui zíper na base para enchimento; Costura dupla reforçada;	2,000	UND	239,00	478,00
58	PUFF PERA GIGANTE AZUL 90x60 em corino Enchimento: ACOMPANHA; Peso: 3 Kg; Material: Couro Sintético; Dimensões: Comprimento: 75 cm; Altura: 1 m; Possui zíper na base para enchimento; Costura dupla reforçada;	2,000	UND	239,00	478,00
70	JOGO DE DAMA TABULEIRO 30X30CM MDF Descritivo detalhado: Jogo com tabuleiro confeccionado em M.D.F. pintado e serigrafado com tinta ultravioleta atóxica formando casas claras e escura, medindo 30 x 30cm. 24 peças de M.D.F. (12 peças claras e 12 peças escuras) com 2,5cm de diâmetro. Embalagem: Saco plástico com solapa colorida em papel couchê.	4,000	UND	28,00	112,00
Total do Participante:					**3.581,95**
Participante: M A BERTOLINI GONCALVES LTDA (05.156.182/0001-08)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ESTANTE BIBLIOTECA COM 12 PRATELEIRAS DUPLA FACE MEDINDO 1,98M ALT X 92CM X 55CM	1,000	UN	2.681,00	2.681,00
Total do Participante:					**2.681,00**
Participante: MARIA MARTE SCHITICOSKI (59.031.654/0001-25)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5	GANGORRA BIDU 1 lugar 50X31.5X81 CM, PESO MÁXIMO 30 KGS , IDADE 1 A 2 ANOS, INMETRO CE-BRI/IQB 005923	1,000	UND	359,33	359,33
6	GANGORRA PEIXINHO 1 lugar Estrutura de plástico polietileno, IDADE 1 A 6 ANOS - Medidas: 80 x 24 x 46cm	1,000	UND	166,33	166,33
7	GANGORRA INFANTIL CAVALINHO POLIETILENO 49X39,5X106 CM, PESO MÁXIMO 30 KGS POR ASSENTO COM 02 ASSENTOS, IDADE A PARTIR DE 3 ANOS, INMETRO CE-BRI/IQB 005923	3,000	UND	338,66	1.015,98
8	GANGORRA DINOSSAURO 3 lugares 59 x 41 x 154 cm, A partir de 3 anos, 50 Kg por assento, apoios para pés são antiderrapantes. INMETRO CE-BRI/IQB 005923	1,000	UND	593,33	593,33
19	BANNER CARDÁPIO DA SEMANA, de 120x60cm; Bastões de madeira + corda na parte superior	1,000	UND	50,33	50,33
24	PRATELEIRA COLORIDA Confeccionada em madeira e M.D.F. Conjunto formado por 4 prateleiras coloridas com suporte em forma de lápis de cor, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores vermelha, verde, amarelo e azul. Montada mede: 60 x 25,5 x 106 cm.	1,000	UND	449,13	449,13
26	PLACA DE PREGOS COLORIDOS CONTEM 05 PLACAS DE EVA 5 FORMAS GEOMÉTRICAS E 33 PREGOS COLORIDOS	4,000	UND	89,12	356,48
27	QUEBRA CABEÇA HIGIENE BASE EM MDF COM 35 PEÇAS. Confeccionado em M.D.F. Medidas do quebra cabeça montado: 60 x 105 cm. Produto com certificação do INMETRO.	3,000	UND	33,33	99,99
37	TATAME EM EVA 1,00X1,00 ESPESSURA 10MM CORES VARIADAS; Kit Tatame EVA 30 peças; Medida: 100x100x1cm (10mm de espessura); Acompanha Bordas	30,000	UND	33,13	993,90
40	SACOLÃO POLIBOL CONFECIONADO EM PLÁSTICO ATOXICO COM 65 PEÇAS	4,000	UND	93,33	373,32
43	BLOCOS ENCAIXES EXPRESSÕES CADA PEÇA 10X10 CM COM10 PEÇAS	4,000	UND	91,12	364,48
45 49	QUEBRA CABEÇA DE ANIMAIS COM FILHOTES COM 10 UNIDADES CARRINHO DE BONECA ELISE PINK CARRINHO FERRO E TECIDO; Dimensões do produto 50 x 32 x 15 cm; 3,8 quilogramas; Idade recomendada 3 meses - 10 anos	2,000 3,000	UND UND	219,33 213,13	438,66 639,39
51	BALANÇO DUPLO 145X115X140CM EM POLIETILENO E TUBO DE AÇO	2,000	UND	1.066,66	2.133,32
52	APRENDA E BRINQUE LETRAS E NUMEROS BOLSA C/1000 PÇS A EMBALAGEM CONTÉM EM TORNO DE 250 NÚMEROS E 750 LETRAS 9 PODENDO OCORRER VARIAÇÕES PARA MAIS OU PARA MENOS). Medidas aprox de cada peça:3,0 cm; Recomendado para crianças à partir de 03 anos de idade	2,000	UND	72,22	144,44
54	GANGORRA JACARÉ 2 LUGARES POLIETILENO; Quantidade de assentos 2; Peso máximo suportado 50 kg; Idade mínima recomendada - Idade máxima recomendada 3 anos - 7 anos; não é giratório; Materiais Plástico	2,000	UND	139,33	278,66
59	FORME E TRANSFORME C/500PÇS: idade mínima recomendada: 3 anos. Fabricado em madeira reflorestada; 4cm largo, 28cm Longo e 28cm alto.	2,000	UND	133,22	266,44
62	JOGO COMO EU ME SINTO Dimensões do produto 31,5 x 30 x 0,1 cm; 360 g; Idade recomendada 7 anos e acima; Número de unidades 1; Objetivos educativos Desenvolvimento emocional e comunicação; Idioma: Português	2,000	UND	56,33	112,66
63	MEMORIA ANIMAIS E NOMES em mdf 40 peças Confeccionado em M.D.F. 20 pares totalizando 40 peças de 5 x 5 cm cada, serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 12,5 x 12,5 x 5 cm cada. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	4,000	UND	22,22	88,88
64	MEMORIA FORMAS GEOMETRICAS em mdf 40 peças	4,000	UND	22,12	88,48
65	MEMORIA MEIOS DE COMUNICACAO E TRANSPORTE em mdf 40 peças	4,000	UND	21,66	86,64
66	BOLA DE BORRACHA 06 Circunferência: 31 34 cm; Peso: 115 135 g	4,000	UND	12,33	49,32
71	KIT JOGOS 5 EM 1 conteúdo da embalagem;1 Kit com 5 Jogos; Dimensões aproximadas do produto;04 x 30 x 30 Cm (A x L x C); Dimensões aproximadas da embalagem;05 x 30 x 30 Cm (A x L x C);Peso aproximado do produto;1,075 K	4,000	UND	53,33	213,32
Total do Participante:					**9.362,81**
Participante: MP MULTI PISOS ECOLÓGICOS LTDA (08.585.286/0001-26)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
72	Piso Play 15mm produzido em borracha reciclada indicado para locais que precisam de amortecimento moderado, áreas internas e externas de playgrounds, ambientes recreativos de condomínios Placas de 50x50cm. ALTURA MÁXIMA DE AMORTECIMENTO DE QUEDA Até 0,8m. INSTALAÇÃO Colado com Cola PU. Cores azul, verde, terracota	70,000	UND	99,52	6.966,40
Total do Participante:					**6.966,40**
Total Geral:					**28.377,82**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$36.164,94
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 42,23
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.4.4.90.52.00	R$ 6.671,57
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.4.4.90.52.00	R$11.737,64
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.32.00	R$ 5.964,70

Lobato, 04 de Fevereiro de 2026

MILTON KASUYUKI INOUE

Vice-Prefeito

Assinatura Do Responsável

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:5B16461A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 89/2025

ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	PREGÃO ELETRÔNICO
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Nr.: 40/2025**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.: 89/2025**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo: 08/12/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 89/2025

b) Nr. Licitação: 40/2025 - PE

c) Modalidade: Pregão eletrônico

d) Data de Homologação: 04/02/2026

e) Objeto da Licitação: *REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO, PALESTRAS E APRESENTAÇÕES CULTURAIS*

Lote: 1					
Participante: TRIUNFAR ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA (41.597.900/0001-45)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Palestra presencial em alusão ao Janeiro Branco	4,000	SV	395,50	1.582,00
2	Palestra presencial em alusão ao Dia da Mulher (8 de março)	2,000	UND	1.321,80	2.643,60
3	Palestra show sobre o dia 18 de maio, dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	5,000	SV	1.414,50	7.072,50
4	Palestra show sobre o dia 12 de junho, dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil	4,000	SV	1.337,10	5.348,40
5	Palestra show sobre o dia 15 de junho (Junho Violeta), mês de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa	3,000	SV	2.269,30	6.807,90
6	Palestra presencial sobre o Autismo. Duração de 55 minutos	4,000	SV	1.425,00	5.700,00
7	Palestra presencial em alusão ao Combate às Drogas. Duração de 55 minutos.	6,000	SV	1.298,50	7.791,00
8	Palestra presencial em alusão ao Agosto Lilás (Combate à Violência Doméstica).	4,000	SV	592,60	2.370,40
9	Palestra presencial em alusão ao Setembro Amarelo – Prevenção ao Suicídio. Duração de 55 minutos.	5,000	SV	1.501,30	7.506,50
10	Palestra presencial em alusão a Semana da Pessoa com Deficiência.	3,000	SV	1.642,10	4.926,30
11	Palestra presencial em alusão ao Outubro Rosa.	2,000	SV	1.996,20	3.992,40
12	Palestra presencial em alusão a Semana da Pessoa Idosa (outubro).	2,000	SV	1.285,10	2.570,20
13	Palestra presencial em alusão ao Dia da Consciência Negra.	6,000	SV	1.195,70	7.174,20

14	Palestras para conferências municipais conforme a necessidade (Assistência Social, Pessoa Idosa, Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência e Direitos da Mulher).	3,000	SV	1.268,20	3.804,60
		Total do Participante:			**69.290,00**
Lote: 2					
Participante: ALEXANDRE ASSESSORIA LTDA (33.240.369/0001-20)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
15	Capacitação sobre o maio laranja (mês de combate à violência sexual de crianças e adolescentes) com profissionais da rede de atendimento municipal (conselho tutelar, assistência social, saúde e educação).	40,000	H	139,99	5.599,60
		Total do Participante:			**5.599,60**
Lote: 3					
Participante: HORUS SOLUCOES TREINAMENTO E ASSESSORIA LTDA (57.344.523/0001-72)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
16	Capacitação sobre o 15 de junho (Junho Violeta) mês de combate à Violência contra a Pessoa Idosa.	8,000	H	120,00	960,00
		Total do Participante:			**960,00**
Lote: 4					
Participante: HORUS SOLUCOES TREINAMENTO E ASSESSORIA LTDA (57.344.523/0001-72)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
17	Capacitação sobre o combate às drogas Formação para os profissionais da rede de atendimento municipal (Conselhos de direitos, Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Forças de Segurança, dentre outros órgãos da rede).	8,000	H	150,00	1.200,00
		Total do Participante:			**1.200,00**
Lote: 5					
Participante: ALEXANDRE ASSESSORIA LTDA (33.240.369/0001-20)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
18	Capacitação sobre o combate à Violência Doméstica para os profissionais da rede de atendimento municipal (Conselhos de direitos, Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Forças de Segurança, dentre outros órgãos da rede).	8,000	H	151,89	1.215,12
		Total do Participante:			**1.215,12**
Lote: 6					
Participante: INSTITUTO AQUILA LTDA (27.162.956/0001-46)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
19	Contratação de serviços especializados, de caráter continuado, para atender estudantes e comunidade em geral com necessidades específicas. Intérprete de Libras.	60,000	H	241,80	14.508,00
		Total do Participante:			**14.508,00**
Lote: 7					
Participante: ALEXANDRE ASSESSORIA LTDA (33.240.369/0001-20)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
20	Capacitação para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS com o tema: “Aprimoramento do Controle Social e da Participação a partir da capacitação dos Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS".	16,000	H	149,99	2.399,84
		Total do Participante:			**2.399,84**
Lote: 8					
Participante: HORUS SOLUCOES TREINAMENTO E ASSESSORIA LTDA (57.344.523/0001-72)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
21	Capacitação para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI.	4,000	H	160,00	640,00
		Total do Participante:			**640,00**
Lote: 9					
Participante: ALEXANDRE ASSESSORIA LTDA (33.240.369/0001-20)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
22	Capacitação para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.	16,000	H	149,99	2.399,84
		Total do Participante:			**2.399,84**
Lote: 10					
Participante: ALEXANDRE ASSESSORIA LTDA (33.240.369/0001-20)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
23	Capacitação para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.	8,000	H	159,99	1.279,92
		Total do Participante:			**1.279,92**
Lote: 11					
Participante: INSTITUTO AQUILA LTDA (27.162.956/0001-46)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
24	Apresentação teatral sobre o Dia da Consciência Negra (novembro).	5,000	SV	3.285,70	16.428,50
25	Apresentação teatral sobre a Semana da Pessoa Idosa (outubro).	1,000	SV	3.286,20	3.286,20
26	Apresentação teatral sobre o Setembro Amarelo mês de prevenção ao suicídio.	5,000	SV	3.285,70	16.428,50
27	Apresentação teatral sobre o combate à violência doméstica.	4,000	SV	3.285,70	13.142,80
28	Apresentação teatral sobre o combate às drogas.	5,000	SV	3.285,70	16.428,50
29	Apresentação teatral sobre o 15 de junho (Junho Violeta) mês de combate à Violência contra a Pessoa Idosa.	4,000	SV	3.285,70	13.142,80
30	Apresentação teatral sobre o Trabalho Infantil (12 de junho) visando atender os alunos das escolas municipais e estaduais.	5,000	SV	3.285,70	16.428,50
31	Apresentação teatral sobre o Maio Laranja visando atender os alunos das escolas municipais e estaduais.	6,000	SV	3.285,70	19.714,20
		Total do Participante:			**115.000,00**
				Total Geral: 214.492,32	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Serviços da Proteção Social Básica	07.004.08.244.0002.6087.3.3.90.39.00	R$ 1,00
Campanhas Sócias Educativas	07.004.08.244.0002.6065.3.3.90.39.00	R$ 1,00
APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD BOLSA FAMÍLIA	07.004.08.244.0002.2051.3.3.90.39.00	R$ 1,00
Piso Paranaense - PPAS 1	07.004.08.244.0002.2122.3.3.90.39.00	R$ 1,00
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSO IDOSA	07.006.08.241.0002.2108.3.3.90.39.00	R$ 1,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	07.005.08.243.0002.6001.3.3.90.39.00	R$ 1,00
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSO IDOSA	07.006.08.241.0002.2108.3.3.90.39.00	R$ 1,00
APOIO A PROGRAMA DESPORTIVOS	07.005.27.812.0002.6004.3.3.90.39.00	R$ 1,00
SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	07.004.08.244.0002.2087.3.3.90.39.00	R$ 1,00
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV Pessoa Idosa	07.004.08.244.0002.2118.3.3.90.39.00	R$ 1,00
SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	07.004.08.244.0002.2105.3.3.90.39.00	R$ 1,00
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSO IDOSA	07.006.08.241.0002.2108.3.3.90.39.00	R$ 1,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	07.005.08.243.0002.6001.3.3.90.39.00	R$ 1,00
APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD BOLSA FAMÍLIA	07.004.08.244.0002.2051.3.3.90.39.00	R$ 1,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	07.005.08.243.0002.6001.3.3.90.39.00	R$ 1,00
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	07.004.08.244.0002.2107.3.3.90.39.00	R$ 1,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	07.005.08.243.0002.6001.3.3.90.39.00	R$ 1,00
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA	07.005.08.243.0002.2106.3.3.90.39.00	R$ 1,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	07.005.08.243.0002.6001.3.3.90.39.00	R$ 1,00

Lobato, 04/02/2026

MILTON KASUYUKI INOUE	
Vice-Prefeito	**Assinatura do Responsável**

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:172A17D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

ESTADO DO PARANÁ	INEXIGIBILIDADE DE	
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	**Nr.: 3/2026**	
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato		
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.:**	**17/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo:**	**05/02/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 86, §2º e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	17/2026
b) Nr. Licitação:	3/2026 - IL
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação:	05/02/2026
e) Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA 4X4, TIPO A, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.500KG E MÁXIMO DE 7.900KG, SOB O CIB Nº 10108, MARCA/MODELO CATERPILLAR 416, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 567/2025 – SEAB.

Participante: PARANA EQUIPAMENTOS S A (76.527.951/0001-85)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Retroescavadeira 4x4, tipo A, peso operacional mínimo de 7.500kg e máximo de 7.900kg, sob o CIB nº 10108 - Retroescavadeira 4x4, tipo A, peso operacional mínimo de 7.500kg e máximo de 7.900kg, sob o CIB nº 10108 Marca: CATERPILLAR 416	1,000	UN	465.000,00	465.000,00
				Total do Participante:	**465.000,00**
				Total Geral:	**465.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Aquisição de Equipamento Agrícolas	15.001.20.608.0010.2119.4.4.90.52.00	R$ 455.000,00
Aquisição de Equipamento Agrícolas	15.001.20.608.0010.2119.4.4.90.52.00	R$ 10.000,00
Lobato, 05/02/2026		
MILTON KASUYUKI INOUE	_____	
Vice-Prefeito	**Assinatura do Responsável**	

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:10B2A66E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VENCEDORES DO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026.

MUNICIPIO DE LOBATO				
LOBATO-PR				
VENCEDORES DO PROCESSO				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026.				
Processo Administrativo Nº 01/2026.				
Tipo: AQUISIÇÃO				
PREGOEIRO: MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO				
Data de Publicação: 07/01/2026 08:06:14				
TOTAL DO PROCESSO: **69.600,00**				
ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATEGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA			**43.661.399/0001-64**	**48.000,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 280	Lance: 50,00	**Total: 14.400,00**
Item: 1	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: OFICINA DE TEATROOFICINA DE TEATRO: Turma 01 - para atendimento do publico infantil (06 aos 13 anos) - 3 horas semanais e Turma 02 - para atendimento ao publico jovem (a partir dos 14 anos) Carga horaria: 3 horas semanais Descricao: Tecnicas de atuacao, improvisacao, interpretacao, exercicios teatrais que desenvolvem habilidades de comunicacao, expressao e a criatividade. Atividades para desinibicao em publico. Jogos teatrais que fortalecem a confianca e a expressao pessoal. Ao final da oficina, a turma estara preparada para uma apresentacao de 20 minutos, mostrando os resultados obtidos e agregando ao calendario das atividades culturais do municipio. Carga				
horaria total semanal= 6 horas				
Quantidade: 288	Val. Ref.: 50,00	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 14.400,00
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 586	Lance: 50,00	**Total: 4.800,00**
Item: 2	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: OFICINA DE DANCA CRIATIVAOFICINA DE DANCA CRIATIVA: Turma para atender o publico infanto juvenil (a partir dos 7 anos) Descricao: Tecnicas para Expressao e movimento, explorando diversos estilos de danca e performances criativas. Atividades e exercicios que desenvolvem a confianca corporal, ritmica e nao ritmica. Ao final da oficina, a turma estara preparada e disponivel para mostrar os resultados obtidos e agregar o calendario cultural do municipio.Carga horaria: 02 horas semanais				
Quantidade: 96	Val. Ref.: 50,00	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 4.800,00
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 155	Lance: 50,00	**Total: 4.800,00**
Item: 3	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: OFICINA DE DANCA DE SALAOOFICINA DE DANCA DE SALAO: Turma para atender ao publico adulto (a partir dos 18 anos) no maximo 25 alunos. Descricao: tecnicas e aprimoramento da ritmica corporal atraves de estilos do cancioneiro popular brasileiro, tais como vanera, xote, vanerao, arrasta pe, forro e samba. Desenvolver habilidades de coordenacao, fortalecendo a confianca e a expressao corporal. Aulas praticas e divertidas, oportunidade de se conectar com outras pessoas que compartilham interesses semelhantes num ambiente acolhedor e de apoio. Ao final da oficina, a turma estara preparada e disponivel para mostrar os resultados obtidos e agregar o calendario cultural do municipio. Carga horaria: 2 horas semanais				
Quantidade: 96	Val. Ref.: 50,00	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 4.800,00
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 663	Lance: 50,00	**Total: 2.400,00**
Item: 4	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: Instrutor ajudante para Oficina de Danca de Salao Carga horaria: 1 hora semanalInstrutor ajudante para Oficina de Danca de Salao Carga horaria: 1 hora semanal				
Quantidade: 48	Val. Ref.: 50,00	**Valor Unit.: 50,00**		Total Item: 2.400,00
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 295	Lance: 75,00	**Total: 14.400,00**
Item: 5	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: Instrutor de Pintura em Tela Carga horaria: 4 hora semanaisInstrutor de Pintura em Tela Carga horaria: 4 hora semanais				
Quantidade: 192	Val. Ref.: 80,00	**Valor Unit.: 75,00**		Total Item: 14.400,00
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 806	Lance: 75,00	**Total: 7.200,00**
Item: 6	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: Projeto Muralismo Colorindo a Cidade - escolas Elias Abrahao, CEMEI, Conselho Tutelar, Agencia do				
Trabalho, Complexo Cultura, CRAS, Prefeitura Carga horaria; 2 horas semanaisProjeto Muralismo Colorindo a Cidade - escolas Elias Abrahao, CEMEI, Conselho Tutelar, Agencia do Trabalho, Complexo Cultura, CRAS, Prefeitura Carga horaria; 2 horas semanais				
Quantidade: 96	Val. Ref.: 80,00	**Valor Unit.: 75,00**		Total Item: 7.200,00
13.175.411 VERA LUCIA FRANCA DE OLIVEIRA			**13.175.411/0001-60**	**21.600,00**
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 898	Lance: 45,00	**Total: 21.600,00**
Item: 7	Unidade: Horas	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: Aula de canto coral, treinamento da voz com exercicios de respiracao, afinacao e projecao, alem do estudo de leitura musical, ritmo e harmonia, para que o aluno possa se integrar a um grupo de vozes e criar uma performance colaborativa. A pratica tambem desenvolve a percepcao musical, a concentracao, a expressividade e a habilidade de trabalhar em conjunto. Obs : A Carga horaria sera distribuida de acordo com a necessidade da Secretaria.Aula de canto coral, treinamento da voz com exercicios de respiracao, afinacao e projecao, alem do estudo de leitura musical, ritmo e harmonia, para que o aluno possa se integrar a um grupo de vozes e criar uma performance colaborativa. A pratica tambem desenvolve a percepcao musical, a concentracao, a expressividade e a habilidade de trabalhar em conjunto. Obs : A Carga horaria sera distribuida de acordo com a necessidade da Secretaria.				
Quantidade: 480	Val. Ref.: 62,47	**Valor Unit.: 45,00**		Total Item: 21.600,00

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO

Pregoeiro

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA

Agente De Contratação

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES

Agente De Contratação

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:1F8F271A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL

MANDAGUARI CAMARA MUNICIPAL		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/SEMESTRAL JULHO-DEZEMBRO		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	0,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	0,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	0,00	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.050.223,83	1,45
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	12.638.873,73	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	12.006.930,04	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	11.374.986,36	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-4.845,60	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	22.597.006,58	150.088.301,70

Publicado por:
Rogério de Moura Souza
Código Identificador:4B925137

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 56/2026 - EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

DECRETO Nº. 56/2026

Súmula: Exonera servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, pelos respectivos motivos, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
98248	THAINA PINHEIRO DA CRUZ	Monitor do ensino Integral Temporario	02/02/2025	01/02/2026	a pedido do servidor
98203	SHIRLENY PEREIRA MARTINS	Motorista Cartegoria D - Temporário	06/05/2025	02/02/2026	a pedido do servidor
97174	MICHELI DE MELO THADDEU	Assessor De Divisao Das Ubs'S	08/07/2022	03/02/2026	a pedido do servidor
97857	MICHEL CARLOS CALIZOTTI FERREIRA	Motorista Cartegoria D - Temporário	01/08/2024	02/02/2026	a pedido do servidor
98154	MARIA APARECIDA CRISPIM LOURENÇO	Tecnico De Enfermagem Em Turno De Revezamento	06/03/2025	02/02/2026	a pedido do servidor
1562	JOSE ARGEMIRO MEDEIROS	Jardineiro	03/08/1994	02/02/2026	exoneração por aposentadoria
97979	ELISANGELA GABRIG MANGUEIRA	Professor De Atendimento Educacional Especializado - Paee 20h	03/02/2025	01/02/2026	a pedido do servidor
97831	EDUARDO GONÇALVES COPELE	Motorista Cartegoria D - Temporário	02/07/2024	02/02/2026	a pedido do servidor
98086	EDUARDA DOS SANTOS GONCIM	Auxiliar Administrativo - Temporario	10/02/2025	02/02/2026	a pedido do servidor
98227	DAIANE LUZIA DE JESUS EUGENIO	Monitor do ensino Integral Temporario	23/05/2025	01/02/2026	a pedido do servidor

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:C5E4C468

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 011/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº. 011/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, aos servidores públicos municipais abaixo elencados, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante dos respectivos cargos, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
95002 APARECIDA DE OLIVEIRA BAHU	07/04/2015	EDUCADOR INFANTIL	06/04/2020	À	05/04/2025	02/02/2026	À	02/05/2026

2075 DONATE HEIDEMANN PINHEIRO DA SILVA	31/03/2002	EDUCADOR INFANTIL	30/03/2012	A	29/03/2017	02/02/2026	À	02/05/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (05/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8ABA8A5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
12º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

12° ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, formaliza ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.

As demandas não previstas no Plano de Contratações Anual foram solicitadas pelo respectivo Secretário responsável pela pasta e está autorizada pela autoridade competente.

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENIS E MEIAS ESCOLARES Justificativa Suscinta: Visando à padronização do uniforme escolar e à garantia de conforto e segurança aos estudantes. A demanda não foi prevista no Plano de Contratações Anual, por se tratar de necessidade identificada após a consolidação do planejamento anual.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	3.3.90.32	CALÇADO ESCOLAR TIPO TÊNIS COM FECHAMENTO EM VELCRO.	Pares	2.100	R$ 98,70	R$ 202.270,00	Médio	03/05/2026	Não
02	3.3.90.32	CALÇADO ESCOLAR TIPO TÊNIS COM FECHAMENTO EM CADARÇO.	Pares	1.500	R$ 108,60	R$ 162.900,00	Médio	03/05/2026	Não
03	3.3.90.32	MEIA ANTIDERRAPANTE CMEI.	Pares	500	R$ 38,60	R$ 19.300,00	Médio	03/05/2026	Não
03	3.3.90.32	MEIA ESCOLAR COM PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA.	Pares	3.100	R$ 14,60	R$ 45.260,00	Médio	03/05/2026	Não
Valor total: R$ 429.730,00									

04 de fevereiro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:1819DE39

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
HOMOLOGAÇÃO INEX 03/2026 - MANUTENÇÃO RAIO-X

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-000 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**INEXIGIBLIDADE DE** **Nr.:** 3/2026 **Processo Adm:** 11/2026 **Data do Processo:** 02/02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 74, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

a) Processo: 11/2026

b) Licitação: 03/2026 - IL

c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

d) Data Homologação: 02/02/2026

e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE RAIO-X EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Participante: EUGENIO & MARQUES LTDA (01.600.153/0001-32)

Item	Especificação	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva. 02 Raio X marca Lotus HF 630 composto por mesa de exames, Bucky mural, coluna porta tubo, gerador de altatensão. 02 Sistema DR(placa digital) composto por: Placa DR, Workstation, monitor e nobreak. 01 Equipamento instalado no	12,000	SERV	7.980,00	95.760,00

	Hospital Municipal de Mandirituba. 01 Equipamento instalado na Policlínica Municipal de Mandirituba. Manutenção preventiva bimestral e manutenção corretiva ilimitada (conforme demanda). Suporte remoto de segunda a sexta a sexta, com prazo de atendimento de no máximo 48 horas após o chamado oficial, quantas fores necessárias. Peças por conta da contratada (exceto peças de alto custo, gerador de Alta tensão, Ampola e sistema DR).				
Total do Participante: 95.760,00					

Total Geral: 95.760,00

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	08.003.10.302.0007.2017.3.3.90.39.00	R$ 95.760,00

Mandirituba, 05 de fevereiro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:9A85C322

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 01-2026

TERMO DE RATIFICAÇÂO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO INEXIGIBILIDADE N° 1/2026

O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4381/2026 resolve:

Com fundamentação nos termos do Inciso IV, do Artigo 74, da Lei Federal n.º 14.133/2021, RATIFICAR ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Processo inexigibilidade n° 1/2026 referente à **Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura Familiar para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do município de Manfrinópolis PR**, em favor da empresa conforme abaixo;

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Qtde	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	9831	Abóbora cabotiá. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	80,00	KG	8,25	660,00
2	9832	Abobrinha verde. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com textura macia, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	150,00	KG	6,84	1.026,00
3	9833	Acelga. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	200,00	KG	10,65	2.130,00
4	9834	Alface crespa ou lisa. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com textura das folhas macia, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	200,00	KG	11,39	2.278,00
5	9835	Alho. graúdo, de primeira qualidade, fresco com bulbos inteiro e sãos, sem brotos, sem grão chochos, ardidos, manchados ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação. Embalagem de 1 kg	50,00	KG	43,85	2.192,50
6	9836	Batata doce. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	150,00	KG	6,54	981,00
7	9837	Beterraba. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	250,00	KG	6,86	1.715,00
8	9838	Cebola. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	100,00	KG	7,58	758,00
9	9839	Cebolinha. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com textura das folhas macia, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	80,00	KG	17,52	1.401,60
10	9840	Cenoura. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	150,00	KG	7,38	1.107,00
11	9842	Chuchu. frescos e sãos, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	150,00	KG	8,09	1.213,50
12	9841	Couve manteiga. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com textura das folhas macia, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	80,00	KG	15,20	1.216,00
13	9843	Mandioca descascada. Limpas, de primeira qualidade sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor característico. sem machucados, perfurados, partes estragadas. Com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação. Devendo apresentar, rotulagem adequada conforme Resolução SESA nº 748/2014. Deve apresentar licença sanitária atualizada.	150,00	KG	9,03	1.354,50
14	9844	Milho verde descascado. limpo, de primeira qualidade sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor dos grãos típicos da variedade, no ponto de maturação adequado para consumo imediato. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis. sem machucados, perfurados, partes estragadas e presença de larva nos grãos. Com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação. Devendo apresentar, rotulagem adequada conforme Resolução SESA nº 748/2014. Deve apresentar licença sanitária atualizada.	100,00	KG	12,10	1.210,00
15	9845	Pepino. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	150,00	KG	8,65	1.297,50
16	9846	Repolho verde. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	250,00	KG	5,37	1.342,50
17	9847	Salsinha. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, com textura das folhas macia, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	80,00	KG	19,54	1.563,20
18	9848	Vagem. fresca e sãs, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	80,00	KG	19,79	1.583,20
TOTAL						25.029,50

Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Qtd	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	9849	Abacate. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	350,00	KG	18,27	6.394,50
2	9851	Banana caturra. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	500,00	KG	10,80	5.400,00
3	9850	Banana prata. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	500,00	KG	10,06	5.030,00
4	9852	Bergamota. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	300,00	KG	9,96	2.988,00
5	9853	Caqui. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	230,00	KG	14,33	3.295,90
6	9854	Laranja pera. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	500,00	KG	11,27	5.635,00
7	9855	Limão cravo. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	20,00	KG	11,66	233,20
8	9856	Limão galego. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	20,00	KG	10,14	202,80
9	9857	Melancia. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	850,00	KG	5,00	4.250,00
10	9858	Melão. tipo caipira. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	500,00	KG	10,35	5.175,00
11	9859	Morango. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: médio, cor característica, com polpa firme cor característica odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, presença de fungos, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	100,00	KG	41,58	4.158,00
12	9860	Nactarina. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, com polpa firme cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	200,00	KG	14,33	2.866,00
13	9861	Pêra. Tipo Williams, de primeira qualidade, fruto de tamanho médio, frescas e sãs, limpas. Apresentando grau de maturação que permita o consumo e que suporte a manipulação, transporte e a conservação. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis, com polpa firme, cor e sabor característicos. Isento de pontos amarelados ou apodrecimento, ausência de sujidades, larvas, parasitas e corpos estranhos aderidos à casca. Não apresentar lesões que afetem sua aparência e utilização Apresentação em embalagem em bom estado de conservação.	200,00	KG	14,98	2.996,00
14	9862	Pêssego. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, com polpa firme, cor característica, odor característico,	200,00	KG	15,36	3.072,00

		sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.				
15	9863	Pocã. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	300,00	KG	12,95	3.885,00
16	9864	Uva. frescos e sãos, limpos, ponto de maturação: maduro, cor característica, odor característico, sem machucados, perfurados, partes estragadas, com boa aparência, acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos em embalagem em bom estado de conservação.	250,00	KG	15,28	3.820,00
TOTAL						59.401,40

Lote: 3 - Lote 003

Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Qtd	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	9865	"Bolacha caseira. Produzidos com ingredientes sem adição de aditivos químicos e que contenham gordura trans. Bem assados, com textura macia, sem presença de mofo e partes queimadas. Embalagem plástica transparente, resistente e selada. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem lacrada, sem furos ou remendos contendo 1 kg. Deve apresentar licença sanitária atualizada.	100,00	KG	30,68	3.068,00
2	9866	"Bolacha de polvilho. Produzidos com ingredientes sem adição de aditivos químicos e que contenham gordura trans. Bem assados, com textura macia, sem presença de mofo e partes queimadas. Embalagem plástica transparente, resistente e selada. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem lacrada, sem furos ou remendos contendo 1 kg. Deve apresentar licença sanitária atualizada.	80,00	PC	31,42	2.513,60
3	9867	"Macarrão caseiro. Com ovos, congelado para macarronada, formato espaguete e talharim. Produzidos com ingredientes sem adição de corantes, aditivos químicos e que contenham gordura trans. Embalagem plástica transparente, resistente e selada. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem lacrada, sem furos ou remendos contendo 500g. Deve apresentar licença sanitária atualizada.	200,00	PC	27,26	5.452,00
4	9868	"Massa de lasanha. Ingredientes ovo e farinha. Produzidos com ingredientes sem adição de corantes, aditivos químicos e que contenham gordura trans. Embalagem plástica transparente, resistente e selada. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem lacrada, sem furos ou remendos contendo 1 kg. Deve apresentar licença sanitária atualizada.	200,00	PC	23,55	4.710,00
5	9869	"Pão caseiro. Bem assado, apresentar textura macia, miolo claro e bem cozido, sem presença de mofos e partes queimadas, contendo, no mínimo, os seguintes ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, gordura, fermento, e água. Embalagem plástica transparente, resistente e selada. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Unidade pesando aproximadamente 500g. Deve apresentar licença sanitária atualizada	200,00	KG	17,87	3.574,00
TOTAL						19.317,60

Lote: 4 - Lote 004

Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Qtd	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	9870	Açúcar mascavo tipo colonial. Açúcar mascavo, contendo no mínimo 90% de sacarose, elaborado a partir de caldo de cana, livre de fermentação, de cor amarelada, sabor característico, sem apresentar mofos e bolores, embalados plástica transparentes, resistentes e selados sem apresentar furos ou remendos. Isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. Contendo rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem de 1kg	100,00	KG	21,37	2.137,00
2	9871	Melado. Elaborado a partir de caldo de cana, batido, livre de fermentação, cor característica e uniforme, sem apresentar mofos e bolores, embalados em potes plásticos transparentes, resistentes e selados. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem de 1 kg.	80,00	KG	21,44	1.715,20
3	9872	Suco de uva. Integral sem adição de açúcar. Cor e sabor característico Embalagem de vidro, selado e limpo. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem de 1 litro. Deve apresentar registro no MAPA e licença sanitária atualizada.	400,00	L	25,06	10.024,00
TOTAL						13.876,20

Lote: 5 - Lote 005

Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Qtd	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	9873	Queijo tipo colonial. De sabor láctico, massa fechada com alguns furos, cor amarelo pálido. Produzido sem o uso de corantes ou conservantes. Consistência: Exterior duro ou semiduro, com interior macio, de cremosidade média, mostrando boa elasticidade em sua massa. Sem presença de manchas acinzentadas ou esverdeadas, sem presença de liga, cheiro característico, refrigerado. Com registro no Ministério ou Secretaria da Agricultura e informado na embalagem. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes, valor nutricional e peso. Embalagem lacrada, sem rasgos ou com embalagem dupla. Prazo de validade dentro do recomendado.	100,00	KG	61,51	6.151,00
TOTAL						6.151,00

Estando em conformidade com o Processo inexigibilidade 1/2026 datada de 04/02/2026. A entregas dos produtos objeto do presente processo será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 05/02/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:69F26BCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 010/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 010/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: RSM EVENTOS LTDA

CNPJ Nº: 44.698.675/0001-21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRIOS ELÉTRICOS DE GRANDE PORTE COM MOTORISTA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MATINHOS 2026, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	3	diárias	Locação de 01 (um) TRIO ELÉTRICO DE GRANDE PORTE, com motorista, equipe técnica, apoio artístico e atrações musicais, além de segurança operacional e de controle de acesso, pelo período de 05 (cinco) horas diárias, para utilização nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2026, conforme especificações técnicas e Rider Técnico - Trio Elétrico de Grande Porte. O serviço inclui transporte, operação durante os eventos, suporte técnico e acompanhamento integral da execução.	R$76.199,00	R$228.597,00
			TOTAL		R$228.597,00

VALOR TOTAL: R$228.597,00 (duzentos e vinte e oito mil quinhentos e noventa e sete reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:97A2D5EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 011/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 011/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: AVASSALADOR PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA

CNPJ Nº: 56.422.713/0001-06

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRIOS ELÉTRICOS DE GRANDE PORTE COM MOTORISTA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MATINHOS 2026, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	3	diárias	Locação de 01 (um) TRIO ELÉTRICO DE GRANDE PORTE, com motorista, equipe técnica, apoio artístico e atrações musicais, além de segurança operacional e de controle de acesso, pelo período de 05 (cinco) horas diárias, para utilização nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2026, conforme especificações técnicas e Rider Técnico - Trio Elétrico de Grande Porte. O serviço inclui transporte, operação durante os eventos, suporte técnico e acompanhamento integral da execução.	R$114.799,00	R$344.397,00
3	3	diárias	Locação de 01 (um) TRIO ELÉTRICO DE GRANDE PORTE, com motorista, equipe técnica, apoio artístico e atrações musicais, além de segurança operacional e de controle de acesso, pelo período de 05 (cinco) horas diárias, para utilização nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2026, conforme especificações técnicas e Rider Técnico - Trio Elétrico de Grande Porte. O serviço inclui transporte, operação durante os eventos, suporte técnico e acompanhamento integral da execução.	R$89.900,00	R$269.700,00
			TOTAL		R$614.097,00

VALOR TOTAL: R$614.097,00 (seiscentos e quatorze mil e noventa e sete reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:325C6677

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 057/2026 - LICENÇA PREMIO - LUCIA FERNANDES

PORTARIA Nº 057/2026

SÚMULA – Concede Licença prêmio por assiduidade, a servidores efetivos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, licença prêmio por assiduidade, de acordo com o artigo 146 da Lei 067/97 e alteração Lei nº 522/2017, pelo período de 90 dias e ou fracionado, relativas ao período aquisitivo constante, conforme tabela demonstrativa:

MAT	Funcionários	Período	Dias	INICÍO	FIM	Pecúnia
200490	**Lucia Fernandes**	2010 2015	90	23012026	22042026	-x-
-x-	**-x-**	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

revogando as disposições em contrário.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal

Mato Rico PR, 05 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:CAD3EF01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
DECRETO N° 2/2026

SÚMULA: "Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.495.200,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Noventa e Cinco Mil e Duzentos Reais), para reforço das Dotações do Orçamento em vigor, no Exercício de 2.026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 43, Parágrafo 1°, item III da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e Lei Municipal de n° 746/2025 de 18/10/2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 2.495.200,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Noventa e Cinco Mil e Duzentos Reais), para reforço da seguinte dotação do orçamento em vigor:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E INFRAESTRUTURA	
03.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
26.782.0006.1045	Asfaltar / Recuperar de vias urbanas e Rurais	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
620	00787-PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA - F.787	29.600,00
03.008	DIVISAO DE TRANSPORTES	
26.782.0006.1088	Adquirir Veiculos, Máquinas e Implementos Agrícola.	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1001	00799-CONV. EST. SEAB - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLA - 2025	2.108.100,00
03.012	DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
04.122.0002.1120	Manutenção da Divisão de Licitação	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
04	SECRETARIA DE SAÚDE	
04.001	DIVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO	
10.301.0004.2029	Atendimento ao Programa Saúde da Família	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1881	00310-Emendas Individuais Impositivas - Hauly 2025	185.000,00
10.301.0004.1082	Aquisição de Veiculo para Transporte de Pacientes	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00
1421	01500-Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Estadual	100.000,00
07	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
08.244.0003.6015	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3831	00953-PROGRAMA INCENTIVO À 1ª INFANCIA RES. 461 - F. 953	500,00
	TOTAL	2.495.200,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura do presente crédito, ficam utilizados os valores e fontes abaixo relacionados de recursos oriundos do superávit financeiro verificados em 31 de dezembro de 2025, para reforços no orçamento vigente.

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00
00310	Emendas Individuais Impositivas - Hauly 2025	185.000,00
00953	PROGRAMA INCENTIVO À 1ª INFANCIA RES. 461 - F. 953	500,00
01500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Estadual	100.000,00
	TOTAL	307.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Miraselva, aos 02 dias do mês de janeiro 2026

JOÃO MARCOS FERRER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:773AADD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº25/2026 REF. CHAMADA PÚBLICA Nº03/2025 / PROCESSO Nº13/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº25/2026

Ref. CHAMADA PÚBLICA nº03/2025 / Processo nº13/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, com sede à Avenida Paraná, 276, centro, inscrito no CNPJ: 75.827.204/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhora Tania Cristina da Silva Basso.

CONTRATO: MITRA DIOCESANA DE CORNÉLIO PROCÓPIO

CPF: **75.387.563/0001-83**

OBJETO: Contratação de locação de imóvel

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	locação do imóvel localizado à Rua Circular Norte, lote 32, CEP. 86.230-000, Nova América da Colina, Estado do Paraná, CEP. 86230-000, Nova América da Colina, Estado do Paraná, com área total de 533 m²	Mês	36	R$1.000,00	R$36.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$36.000,00 (trinta e seis mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta) meses, contados a partir da assinatura do contrato com vencimento em 02/02/2029.

FORO: Comarca de Assaí – Estado do Paraná

Nova América da Colina, 05 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO

Prefeita Municipal

Locatário

MARCOS JOSÉ DOS SANTOS

Locador

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:562ACFD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
ARP 152-2025 - CAROL DISTRIBUIDORA

FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU

PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com endereço FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI** portador da Cédula de Identidade nº 7.870.995-2, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.744.339-18, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 34/2025, homologado em 29/01/2026, integrante do Processo Administrativo nº 60/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ nº 07.654.231/0001-68, com endereço AV. NEY BRAGA, 440, CEP 87160000, representada por PÁSCOA APARECIDA CARAÇATO ROCCO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 960.210.989-00, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de MATERIAIS PEDAGÓGICOS para atender os alunos matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Paiçandu, para o ano letivo de 2026.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

51. O remanejamento somente poderá ser feito:

52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

61. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

69. Por razão de interesse público;

70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 04 de fevereiro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

_____

CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 069	19,95	**Total: 2.992,50**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: MERCOTOYS TORRE MÁGICA	Modelo: MERCOTOYS TORRE MÁGICA	
Descrição: MATERIAL PEDAGÓGICO EDUCATIVO TORRE MÁGICA DE EMPILHAR E ENCAIXAR - Material Pedagógico Educativo Torre mágica de empilhar e encaixar. Material Polipropileno, contendo 8 peças.				

Dimensões do produto: 10X10X20cm com 194 gramas multicor. Marca igual ou superior a Merco Toys		
Quantidade: 150	**Valor Unit.: 19,95**	Total Item: 2.992,50
VALOR TOTAL DO CONTRATO:		**2.992,50**

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:A9C0FE75

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE PROCESSO

LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado

pela comissão de

Licitação,

resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº : 3 /2026

b) Modalidade : Pregão

c) Data Homologação : 05/02/2026

d) Objeto Homologado : Aquisição de placas informativas destinadas a atender as demandas da Secretaria

Municipal de Meio Ambiente, incluindo

o cumprimento da contrapartida prevista no

Programa CATRAPET-PR - 5º Ciclo, Convênio nº 175/2025

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor						
DX DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	PLACAS ADESIVAS CONFORME MODELO A BAIXO, MEDINDO	CN SINAL	Ud	70,000	249,0000	17.430,00
2	PLACAS ADESIVAS CONFORME MODELO A BAIXO, MEDINDO	CN SINAL	Ud	100,000	249,0000	24.900,00
				Total:		42.330,00

Paiçandu, 05/02/2026

ISMAEL BATISTA

Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:08EEED64

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 1/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela legislação em vigor,

especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de

Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº : 2 /2026

b) Modalidade : Pregão

c) Data Homologação : 04/02/2026

d) Objeto Homologado : Aquisição de vacinas antirrábicas e materiais correlatos (agulhas e seringas),

destinados ao cumprimento da contrapartida do

Programa CATRAPET-PR - 5º

Ciclo, conforme Convênio nº 175/2025, bem como para imunização de animais de

rua e aqueles sob cuidados de protetores independentes no Município de

Paiçandu/PR.

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor						
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	AGULHA 25X7	MEDIX	Ud	700,000	0,1400	98,00
2	SERINGA 3 ML	MEDIX	Ud	700,000	0,2100	147,00
				Total:		245,00
Fornecedor						
AGRO LACTUS VGO LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
3	VACINA ANTI RÁBICA PARA CÃES E GATOS (AMPOLA)	LEMA	Ud	700,000	8,5200	5.964,00
				Total:		5.964,00

Paiçandu, 04/02/2026

ISMAEL BATISTA

Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:C6F8D01E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo n° 01/2026

Dispensa de Licitação Nº 01/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES PARA O VEÍCULO JETTA COMFORTLINE 1.4 TSI – ANO 2017, PERTENCENTE A FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL – PR.

Diante da documentação juntada aos autos e com fundamento nos arts. 71, IV da Lei 14.133/2021, **ADJUDICO** os objetos ao vencedor e **HOMOLOGO** o resultado da Dispensa de Licitação n° 01/2026, Processo Administrativo n° 01/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, acessórios e componentes para o veículo Jetta Comfortline 1.4 TSI – ano 2017, pertencente a frota da Câmara Municipal de Palmital – PR, conforme segue:

Empresa vencedora:

SERGIO GOMES - ACESSÓRIOS

CNPJ 06.133.421/0001-77

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	UND	FILTRO DE AR	TECFIL	R$ 75,00	R$ 75,00
02	01	UND	FILTRO DE AR CONDICIONADO	TECFIL	R$ 54,00	R$ 54,00
03	01	UND	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	TECFIL	R$ 127,00	R$ 127,00
04	01	UND	FILTRO DE ÓLEO	TECFIL	R$ 35,00	R$ 35,00
05	04	UND	OLEO DE MOTOR	IPIRANGA	R$ 56,00	R$ 224,00
06	01	UND	KIT CORREIA DENTADA	DAYCO	R$ 597,00	R$ 597,00
07	01	UND	TENSOR ALTERNADOR	NYTRON	R$ 490,00	R$ 490,00
08	01	UND	CORREIA MICRO V	DAYCO	R$ 124,00	R$ 124,00
09	01	UND	CORREIA AUXILIAR	GATES	R$ 72,00	R$ 72,00
10	01	SERVIÇO	ALINHAMENTO	PRÓPRIO	R$ 60,00	R$ 60,00
11	04	SERVIÇO	BALANCEAMENTO (compreendendo os 04 pneus)	PRÓPRIO	R$ 30,00	R$ 120,00
12	01	SERVIÇO	MÃO DE OBRA	PRÓPRIO	R$ 1.040,00	R$ 1.040,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					**R$ 3.018,00**	

O valor global da referida Dispensa de Licitação ficou em **R$ 3.018,00 (três mil e dezoito reais).**

Relata-se nos autos que a empresa declarada vencedora comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação, tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos, inclusive, por apresentar o menor preço dentre as empresas que participaram da disputa.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA

Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:6FA61471

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 99/2024 - P.I. 016/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Processo inexigibilidade Nº 016/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – 75/2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 99/2024

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE UTRASSONOGRAFIA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor DILAMAR JOSE RODRIGUES DA SILVA & CIA LTDA, com endereço à Rua Vicente Machado, 130 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no CNPJ sob nº 07.787.525/0001-68, neste ato por seu representante legal, Sr. DILAMAR JOSE RODRIGUES DA SILVA, denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 99/2024, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 1, do Contrato Administrativo n. 99/2024, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde / Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANTIDADE	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	3	37567	SERVIÇOS DE EXAMES COM ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEN TOTAL	UN	375,00	107,83	40.436,25
TOTAL							40.436,25

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 05/02/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Contratante

Dilamar Jose Rodrigues Da Silva & CIA LTDA

DILAMAR JOSE RODRIGUES DA SILVA,

Contratado

Testemunhas:

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS	DIULY NICOLY LEAL SALDANHA
031.***.****-30	121.***.***-24

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:7E9F6513

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
7 ADITIVO AO CONTRATO 53/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 018/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - 58/2023

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÃNICOS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL PARA SUPRIR AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.369.303-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.308.079-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **SERGIO GOMES ACESSORIOS**, com endereço à RUA XV DE NOVEMBRO, 0 CENTRO - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR inscrita no sob nº06.133.421/0001-77, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). SERGIO GOMES, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 ao Contrato Administrativo n. 53/2024, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor de 25% do Lote 37 do Contrato Administrativo n. 53/2024, conforme valor abaixo detalhado. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições legais.

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
23	1	35775	VW/17230EOD NEOBUS MEGA, PLACA: ARU - 7D76, ANO2009/2009-PEÇAS PATRIMONIO: 6485 CHASSI: 9BWRL82W99R929830 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	UND	1,00	4.162,40	4.162,40
31	1	35776	VW/17230EOD NEOBUS MEGA, PLACA: ARU - 7D76, ANO2009/2009-SERVIÇO MECAN PATRIMONIO: 6485 CHASSI: 9BWRL82W99R929830 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	UND	1,00	943,44	943,44

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 25/04/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Contratante

Sergio Gomes Acessorios

SERGIO GOMES,

Contratado(a)

Testemunhas:

ELTON OTTO BACK

CPF-098.366.099-97

LIDICANE SIMIANO

CPF- 067.017.659-12

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:9345CB26

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026 - P.E. 64/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 147/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RODOVIA BR 280, 280 - CEP: 89245000 - Bairro: Colegio Agricola, Araquari/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº19.639.940/0003-15, neste ato representada por seu representante Legal, Senhor TIAGO CRISTIANO CZARNECKI, portador do RG nº SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 873.080.889-87.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PRONTO SOCORRO, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS E GARANTIR A CONTINUIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO DE PALMITAL -PR. conforme segue:

ITENS								
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
299	1	38734	MACA CLÍNICA - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: CARRO MACA ELEVAÇÃO HIDRÁULICA ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE: PINTURA EPÓXI ACABAMENTO DAS RODAS: RODAS TERMOPLÁSTICA RODAS: 4 RODÍZIOS 8", SENDO 2 COM FREIO COMPONENTES: SUPORTE SORO REMOVÍVEL COMPONENTES 01: SUPORTE PARA CILINDRO DE O2 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOTRANSPARENTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: GRADES ESCAMOTEÁVEIS ACESSÓRIOS: BANDEJA APOIO	ALP	UND	2,00	10.590,00	21.180,00
TOTAL								21.180,00

DATA DO CONTRATO: 04/02/2026

VIGÊNCIA: 03/02/2027

VALOR TOTAL: R$ 21.180,00 (Vinte e Um Mil, Cento e Oitenta Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:2B0043CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2026 - P.E. 64/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 147/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Saira Ouro, 210, 210 - CEP: 86702820 - Bairro: Jardim Universidade, Arapongas/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº51.740.794/0001-60, neste ato por sua representante Legal, Senhora IRENE LOPES SALVI, inscrito no CPF/MF sob o nº 515.***.***-04.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PRONTO SOCORRO, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS E GARANTIR A CONTINUIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO DE PALMITAL -PR.

conforme segue:

ITENS								
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
182	1	22299	TOUCA SANFONADA HOSPITALAR, MATERIAL :NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO:COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR :COM COR, GRAMATURA :CERCA DE 20 G/M2, TAMANHO :ÚNICO, TIPO USO :DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01:HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX	ANADONA	UND	5.500,00	0,10	550,00
311	1	38752	PINÇA CIRÚRGICA, KELLY 12CM MODELO 1: KELLY FORMATO PONTA: PONTA CURVA TIPO PONTA: SERRILHADA COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 12 CM COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	ABC	UND	20,00	45,99	919,80
TOTAL								1.469,80

DATA DO CONTRATO: 04/02/2026

VIGÊNCIA: 03/02/2027

VALOR TOTAL: R$ 1.469,80 (Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:28E66106

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Unidade gestora: Município de Palmital					
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 03/02/2026**			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	2	76.287.740,00	94.534.514,23	82.638.492,87	(11.896.021,36)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3	6.831.000,00	7.408.000,00	7.556.849,57	148.849,57
IMPOSTOS		6.373.000,00	6.900.000,00	7.044.709,02	144.709,02
TAXAS		458.000,00	508.000,00	512.140,55	4.140,55
CONTRIBUIÇÕES	4	657.000,00	692.000,00	693.301,87	1.301,87
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		657.000,00	692.000,00	693.301,87	1.301,87
RECEITA PATRIMONIAL	5	1.200.490,00	1.310.695,81	990.836,44	(319.859,37)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		6.400,00	6.400,00	5.276,31	(1.123,69)
VALORES MOBILIÁRIOS		1.194.090,00	1.304.295,81	985.560,13	(318.735,68)
RECEITA AGROPECUÁRIA	6	50.300,00	50.300,00	44.698,74	(5.601,26)
RECEITA AGROPECUÁRIA		50.300,00	50.300,00	44.698,74	(5.601,26)
RECEITA INDUSTRIAL	7	1.300,00	1.300,00	0,00	(1.300,00)
RECEITA INDUSTRIAL		1.300,00	1.300,00	0,00	(1.300,00)
RECEITA DE SERVIÇOS	8	253.400,00	253.400,00	67.066,59	(186.333,41)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		153.000,00	153.000,00	0,00	(153.000,00)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE		10.400,00	10.400,00	20.980,99	10.580,99
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		90.000,00	90.000,00	46.085,60	(43.914,40)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9	66.988.250,00	84.333.549,25	72.979.355,41	(11.354.193,84)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		35.299.750,00	40.127.836,43	37.616.769,13	(2.511.067,30)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		20.028.500,00	32.468.712,82	23.697.584,18	(8.771.128,64)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	22.000,00	28.983,77	6.983,77
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		11.650.000,00	11.705.000,00	11.636.018,33	(68.981,67)
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.000,00	10.000,00	0,00	(10.000,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10	306.000,00	485.269,17	306.384,25	(178.884,92)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		10.000,00	10.000,00	1.714,03	(8.285,97)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		191.000,00	200.269,17	122.161,72	(78.107,45)
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		105.000,00	275.000,00	182.508,50	(92.491,50)
RECEITAS DE CAPITAL	2	3.250.000,00	11.999.670,00	1.639.460,90	(10.360.209,10)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11	3.000.000,00	5.000.000,00	519.827,94	(4.480.172,06)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		3.000.000,00	5.000.000,00	519.827,94	(4.480.172,06)
ALIENAÇÃO DE BENS	12	150.000,00	150.000,00	0,00	(150.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		150.000,00	150.000,00	0,00	(150.000,00)

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13	100.000,00	6.849.670,00	1.119.632,96	(5.730.037,04)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		100.000,00	3.322.000,00	650.675,97	(2.671.324,03)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		0,00	3.527.670,00	468.956,99	(3.058.713,01)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		79.537.740,00	106.534.184,23	84.277.953,77	(22.256.230,46)
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		79.537.740,00	106.534.184,23	84.277.953,77	(22.256.230,46)
DÉFICIT (IV)		0,00	2.637.151,95	5.904.138,13	3.266.986,18
TOTAL (V) = (III+IV)		79.537.740,00	109.171.336,18	90.182.091,90	(18.989.244,28)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15	0,00	5.618.151,95	5.618.151,95	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	5.618.151,95	5.618.151,95	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	16	67.356.140,00	76.450.450,73	70.050.958,20	69.911.178,23	69.567.103,30	6.399.492,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17	34.906.300,00	37.063.360,43	35.934.017,69	35.934.017,69	35.697.875,95	1.129.342,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18	900.000,00	1.136.000,00	1.106.067,83	1.106.067,83	1.106.067,83	29.932,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19	31.549.840,00	38.251.090,30	33.010.872,68	32.871.092,71	32.763.159,52	5.240.217,62
DESPESAS DE CAPITAL	20	8.180.600,00	32.700.885,45	20.131.133,70	12.160.620,43	10.553.720,43	12.569.751,75
INVESTIMENTOS	21	5.330.600,00	29.426.885,45	16.868.373,94	8.897.860,67	7.290.960,67	12.558.511,51
INVERSÕES FINANCEIRAS	22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23	2.850.000,00	3.274.000,00	3.262.759,76	3.262.759,76	3.262.759,76	11.240,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		75.556.740,00	109.171.336,18	90.182.091,90	82.071.798,66	80.120.823,73	18.989.244,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI +		75.556.740,00	109.171.336,18	90.182.091,90	82.071.798,66	80.120.823,73	18.989.244,28
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)		3.981.000,00	0,00	0,00	2.206.155,11	4.157.130,04	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		79.537.740,00	109.171.336,18	90.182.091,90	84.277.953,77	84.277.953,77	18.989.244,28

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	25	3.008,22	99.223,72	98.461,17	98.461,17	3.230,27	540,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.008,22	99.223,72	98.461,17	98.461,17	3.230,27	540,50

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS DE CAPITAL	25	19.040,87	1.819.821,29	1.818.510,59	1.818.510,59	0,01	20.351,56
INVESTIMENTOS		19.040,87	1.819.821,29	1.818.510,59	1.818.510,59	0,01	20.351,56
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25	22.049,09	1.919.045,01	1.916.971,76	1.916.971,76	3.230,28	20.892,06

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	26	253.888,16	171.479,31	178.814,99	73.495,15	173.057,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	155.768,92	155.768,92	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		253.888,16	15.710,39	23.046,07	73.495,15	173.057,33
DESPESAS DE CAPITAL	26	0,00	26.659,42	24.409,42	0,00	2.250,00
INVESTIMENTOS		0,00	26.659,42	24.409,42	0,00	2.250,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26	253.888,16	198.138,73	203.224,41	73.495,15	175.307,33
Notas Explicativas						

1 - O Anexo 12 da Lei 4.320/64 - Balanço Orçamentário, foi elaborado de conformidade com o que dispõe a 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte V. Compõe-se das RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS(Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas e Saldo) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas, Despesas Pagas e Saldo da Dotação). ANEXO I - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Inscitos em Exercícios Anteriores e em 31 de Dezembro do Exercício Anterior, Liquidados, Pagos, Cancelados e Saldo) e finalmente ANEXO II - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (Inscritos em Exercícios Anteriores e em 31 de Dezembro do Exercício Anterior, Pagos, Cancelados e Saldo. O presente anexo refer-se ao exercício financeiro de 2025.
2 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - PREVISÃO INICIAL - São as Receitas estimadas pelo Município quando da Elaboração da Lei Orçamentária Anual, dividem-se em RECEITAS CORRENTES - são as receitas constituídas pelas receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. RECEITAS DE CAPITAL: são as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital. PREVISÃO ATUALIZADA - constitui-se da Previsão Inicial acrescida das reestimativas de receita atraves de alteração orçamentária por excesso de arrecadação. RECEITAS REALIZADAS - São as receitas que efetivamente entraram nos cofres do Município durante o exercício financeiro, e SALDO - A diferença entre a PREVISÃO ATUALIZADA menos a RECEITA REALIZADA.
3 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - constitui-se das Receitas Próprias do Município como IPTU, ISSQN, IRRFonte, ITBI, Taxas e Contribuição de Melhorias.
Tanto do principal quando de multa e juros de mora do imposto e dívida ativa.
4 - CONTRIBUIÇÕES - No caso específico em tela, a única contribuição recebida refere-se a COSIP - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.
5 - RECEITA PATRIMONIAL - Constitui-se dos rendimentos auferidos pela exploração do patrimônio do Município como aluguéis, rendimentos de aplicação financeira e dividendos de participações societárias.
6 - RECEITA AGROPECUÁRIA - Receita proveniente da exploração de atividade agropecuária, especificamente com relação aos valores lançados neste balanço, se refere às comissões oriundas dos leilões de gado realizados no recinto de leilões do Município e execução do programa PIASTEC, onde os beneficiados custeiam parte do programa de inseminação artificial.
7 - RECEITA INDUSTRIAL - Receita pela venda de bens produzidos pelo Município, no caso em tela, venda de pedra britada. No corrente ano não houve arrecadação nesta Categoria Econômica de Receita.
8 - RECEITA DE SERVIÇOS - Especificamente com relação ao Município de Palmital, refere-se à remuneração pelos serviços prestados nas unidades de saúde e remunerados pelo SUS. também são lançados aqui serviços de transporte, quando o Municipio é remunerado por serviços de transporte de entulhos e terra, ainda. quando há pagamento de inscrição de processos seletivos, os mesmos são lançados nesta categoria economica.
9 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Constitui-se na maior fonte de arrecadação do Município, e, a tranferencia pode ser da União, do Estado do Paraná, de outros Municípios, de Instituições Privadas, de Pessoas Físicas e de Outras Instituições Públicas - FUNDEB. Da União temos Cota Parte do FPM, ITR, Fundo Especial do Petróleo, Recursos do FNDE (Merenda, transporte escolar e salário educação), fundo a fundo da Saúde e Assistência Social. Do Estado Temos (Cota Parte do ICMS, IPVA e IPI Exportação, Cide, Fundo a Fundo Saúde e Assistência Social e Auxilio ao Transporte Escolar. De Outras Instituições temos o FUNDEB.
10 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES - Refere-se às receitas da Categoria Econômica 19, que abrange, principalmente indenizações e restituiçãoes, indenizações pagas por seguradoras referente a sinistros, multas que não sejam de tributos e contribuições e outras receitas não classificadas em outras rubricas.
11 - RECEITAS DE CAPITAL/OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Receita proveniente de emprestimos realizados pelo Município para investimentos diversos.
12 - ALIENAÇÃO DE BENS - Receita auferida com a venda de bens inservíveis do Município através de leilão.
13 - TRANSFERENCIA DE CAPITAL - que podem ser da União e Suas Entidades e do Estado do Paraná, geralmente proveniente de convênios para investimento no Município.
14 - TOTAL DAS RECEITAS - Total previsto no Orçamento, atualizado pela Reestimativa da Receita, Arrecadado e Saldo. Neste caso somente do Poder Executivo.
15 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES/Superávit Financeiro - valor das suplementações ocorridas no exercício que tem como origem o superavit financeiro de exercícios anteriores.
16 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS/DESPESAS CORRENTES - Estão colocadas aqui somente as despesas do Executivo (Prefeitura), a Câmara e Fundo de Previdência tem contabilidade própria. DESPESAS CORRENTES são despesas de custeio, aquelas que ocorrem para manutenção do ente.
17 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - Despesa com Folha de Pagamento e Encargos Patronais devidos tanto para o Regime Geral de Previdencia Social - INSS quanto para o Regime Próprio - Fundo de Previdencia.
18 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - juros incidentes quando do pagamento de parcelas da dívida originária de Operações de Crédito (empréstimos).
19 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - englobam nesta categoria o Slário Familia Estatutário, as Diárias, Auxilio Financeiro a Estudantes, Material de Consumo, Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e Informática e Obrigações Tributárias e Contributivas, além de despesas dse exercícios anteriores e indenixzações e restituições, entre outras.
20 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS/DESPESAS DE CAPITAL - São despesas com Investimentos, Inversões Financeiras ou Amortização da Dívida.
21 - INVESTIMENTO - Despesas com Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente e Aquisição de Imóveis
22 - INVERSÕES FINANCEIRAS - refere-se a despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
23 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA - Despesas com o pagamento do PRINCIPAL das dívidas fundadas do Município incluindo as de Operações de Crédito, Parcelamentos de contribuições junto ao Fundo de Previdência, além do pagamento de precatórios.
24 - RESERVA DE CONTINGENCIA - Para suportar passivos contingentes e calamidade pública. Não está disciplinada sua utilização, razão pela qual o valor constante é apenas para cumprir a Lei.
25 - Anexo I - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - A Execução da Despesa Orçamentária, grosso modo possui três fases distnintas, quais sejam: empenho, liquidação e pagamento. Restos a Pagar Não Processados são empenhos inscritos ao final do exercício que não passaram ainda pela fase de liquidação (onde se comprova a entrega do bem ou realização do serviço). O valor que consta em CANCELADOS, geralmente trata-se de valores de convênios empenhados, cuja obra foi abandonada pela empresa contratada e teve que ser licitado novamente ou de valores empenhados em favor de fornecedor que não entregou a mercadoria ou realizou os serviços.
26 - Anexo II - DEMONSTRATIVO DE EECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - Sao restos a pagar inscritos que já passaram pelo processo de liquidação conforme esclarecimentos da nota 25.

ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador CRC: 024431/O-0	Controle Interno
Entidades Consolidadas:		
Município de Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:D8C7878A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Unidade gestora: Município de Palmital					
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 03/02/2026**			
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orcamentária (I)	84.277.953,77	83.622.588,99	**Despesa Orçamentária (VI)**	90.182.091,90	78.115.114,46
Ordinária	53.861.736,24	50.190.838,79	**Ordinária**	51.522.367,58	48.223.421,90
Vinculada	30.416.217,53	33.431.750,20	**Vinculada**	38.659.724,32	29.891.692,56
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.100.798,66	1.017.455,97	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	3.981.000,00	3.314.000,04
Recebimentos Extraorçamentários (III)	18.663.043,00	9.744.700,23	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	10.713.138,80	13.345.398,01
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	8.311.765,61	8.701.532,93	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	7.477.330,34	8.311.765,61
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.290.329,68	8.697.569,20	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.474.187,34	8.290.329,68
Realizável	21.435,93	3.963,73	Realizável	3.143,00	21.435,93
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	112.353.561,04	103.086.278,12	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	112.353.561,04	103.086.278,12
Notas Explicativas					
1 - BALANÇO FINANCEIRO - É o Anexo 13 da Lei Federal n.º 4.320/64 - A forma de elaboração do Balanço Financeiro está colocada no item 3 Parte V da 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, página 522 e seguintes. Abrange dados do exercício anterior e exercício atual para fins comparativos.					
2 - INGRESSOS: Composto pela Receita Orçamentária (I), que divide-se em Ordinária e Vinculada, a Vinculada esta subdividida em Vinculados à Educação, Vinculados à Saúde, Vinculados à Assistência Social, Vinculados a Convênios Outras Áreas, Vinculações Diversas e Operações de Crédito. As receitas Ordinárias compõem-se de recursos ordinários livres. Transferencias Financeiras Recebidas (II) - composto pela devolução dos recursos da Câmara Municipal. Recebimentos Extraorçamentários (III) - proveniente das Retenções em Caráter Consignatório realizados					
pelo Município especialmente quando do Pagamento da Folha dos Servidores. E finalmente: Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV) - onde constam as disponibilidades (dinheiro em conta corrente e aplicações financeiras) e o Realizável - despesas pagas pelo município que serão objeto de ressarcimento.					
3 - DISPÊNDIOS: Composto pela Despesa Orçamentária (VI), que divide-se em Ordinária e Vinculada, a Vinculada esta subdividida em Vinculados à Educação, Vinculados à Saúde, Vinculados à Assistência Social, Vinculados a Convênios Outras Áreas, Vinculações Diversas e Operações de Crédito. As Despesas Ordinárias compõe-se de recursos ordinários livres. Transferencias Financeiras Concedidas(VII) - composto pela transferencia de recursos à Câmara Municipal. Pagamentos Extraorçamentários (VIII) - proveniente das Baixas dos Valores Retidos em Caráter Consignatório realizados pelo Município					

especialmente quando do Pagamento da Folha dos Servidores. E Finalmente. Saldo em Espécie Para o Exercício Seguinte (IX) - onde constam as disponibilidades (dinheiro em conta corrente e aplicações financeiras) e o Realizável - despesas pagas pelo município que serão objeto de ressarcimento.

ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
	CRC: 024431/O-0	
Entidades Consolidadas:		
Município de Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:877369C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**	
Balanço Anual			
Município de Palmital			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	2	12.544.342,52	14.113.589,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3	7.474.187,34	8.290.329,68
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		7.474.187,34	8.290.329,68
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	4.065.955,61	5.217.224,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		2.150.741,03	2.197.142,92
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		2.837.189,02	3.020.081,08
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	(921.974,44)	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6	144.917,82	24.435,93
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		141.774,82	3.000,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		3.143,00	21.435,93
ESTOQUES	7	859.281,75	581.599,68
ALMOXARIFADO		620.598,25	327.685,28
OUTROS ESTOQUES		238.683,50	253.914,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8	102.713.663,39	92.644.392,44
IMOBILIZADO		102.713.663,39	92.644.392,44
BENS MOVEIS	9	40.776.591,16	32.227.301,17
BENS IMÓVEIS	10	75.708.122,87	72.063.492,89
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	11	(13.771.050,64)	(11.646.401,62)
TOTAL		**115.258.005,91**	**106.757.981,73**
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE	12	9.644.629,45	6.755.673,54
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	13	4.374.011,14	4.641.844,37
PESSOAL A PAGAR		3.021.982,29	3.043.887,56
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		8.750,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		1.343.278,85	1.597.956,81
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	14	1.799.561,73	908.710,21
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		1.799.561,73	908.710,21
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	15	1.873.600,52	295.142,97
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.873.600,52	295.142,97
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	16	1.597.456,06	909.975,99
VALORES RESTITUÍVEIS		93.864,28	85.032,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.503.591,78	824.943,91
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	17	17.673.246,79	19.657.773,94
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		11.225.808,32	11.225.808,32
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		11.225.808,32	11.225.808,32
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		6.447.438,47	8.431.965,62
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		6.447.438,47	8.431.965,62
TOTAL DO PASSIVO		**27.317.876,24**	**26.413.447,48**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício**
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
RESERVA DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		87.940.129,67	80.344.534,25

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ESPECIFICAÇÃO			**Exercício Atual**	**Exercício**	
RESULTADO DO EXERCÍCIO			7.522.100,27	4.629.166,85	
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			80.418.029,40	48.902.140,68	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	26.813.226,72	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			**87.940.129,67**	**80.344.534,25**	
TOTAL			115.258.005,91	106.757.981,73	
ATIVO FINANCEIRO	7.477.330,34	8.311.765,61	**PASSIVO FINANCEIRO***	10.351.331,84	2.478.153,07
ATIVO PERMANENTE	107.780.675,57	98.446.216,12	**PASSIVO PERMANENTE**	25.097.729,70	25.876.388,51
SALDO PATRIMONIAL				**79.808.944,37**	**78.403.440,15**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos					
ESPECIFICAÇÃO			**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR				0,00	0,00

DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**

Saldo dos Atos Potenciais Passivos

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	20	131.661.693,27	112.027.991,94
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**131.661.693,27**	**112.027.991,94**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

	FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
0	Recursos Ordinários (Livres)	(250.274,34)	101.484,00
3	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
94	Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
101	Transferência do FUNDEB 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00
102	Transferência do FUNDEB 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	34.278,37	234.897,79
103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	(15.988,65)	104,24
104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	(25.282,81)	629,00
107	Salário-Educação	24.673,49	7.291,53
133	Transferencia SEED - Transporte Escolar PETE	0,00	0,00
139	Convênio FNDE - Construção de Creche Proinfancia	0,00	169.828,51
142	Transferencia FNDE - Apoio a Creches - Brasil Carinhoso	0,00	0,00
143	Transferência FNDE - Infraestrutura Escolar - Eq e Mob. Proinfancia	3.564,94	3.216,01
146	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	2.274,51	1.265,37
148	Convênio FNDE - Ônibus Escolar - Termo PAR n.º 202001306-4	0,00	0,00
149	Outras Transferências de Recursos do FNDE - Escola em Tempo Integral - ETI	82,82	58.191,71
150	Emenda Individual - Transferência Especial - Mobiliário Educação	2.169,93	204.399,78
151	FIA - Fundo a Fundo - Fortalecimento Ações Primeira Infância - Creche - Delib 60/2023	225.316,04	135.488,91
152	Convênio FNDE - Ônibus Escolar - Termo 970080-4	2.022,51	0,00
303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	(90.644,55)	3.279,42
304	Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	52.393,33	140.333,00
310	Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	756,07	12.370,63
333	Inc. Financ. Investimento Aquisição Equipamentos Atenção Primaria	15.617,62	14.097,54
334	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - APSUS	82.077,09	8.750,42
337	Transferencia SESA PT 28/2018 - Readequação Centro de Fisioterapia	585,90	528,07
341	Emendas Individuais - Incremento Temporário ao Custeio At. Básica	1.201.735,65	252.277,91
342	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - Ambulancia	6.317,71	1.500,00
344	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - Van Saúde	222.384,63	11.200,00
345	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - Ass. Farm. IOAF	34.680,72	32.394,93
352	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - Aparelho Raio X	5.000,00	5.000,00
353	COVID-19 - Obesidade, Diabetes e Hipertensão - Portaria MS 2.994	139,92	139,92
354	COVID-19 - Assistência Odontológica - Portaria MS 3.008	0,00	0,00
355	Bloco de Investimento Rede de SPS - (COVID-19) Ação 21C0 - Portaria 3.389	0,00	0,00
360	Transferência Estado - Fundo a Fundo - ProVigiA-PR - Resol 1102/2021	57.147,57	126.382,10
363	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Construção UBS Tipo 1 - Res. Sesa 932/2021	0,00	0,00
366	Transferência Estado - Fundo a Fundo - ProVigiA-PR - Resol 808/2022 - Capital	99.114,78	55.257,49
367	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Veículo Comum - Resolução Sesa 858/2022	302.839,50	0,00
368	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Mat Gráficos Resol. 405/2023	0,00	4.253,63
370	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - Custeio Ambulância Tipo B SAMU - Resol 399/2023	0,00	26.250,00
371	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Kit Odontológico Resol. 860/2022	12.304,53	12.304,53
372	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Equipamentos Atenção Primária Resol. 860/2022	0,00	0,00
373	Bloco de Estruturação - Portaria GM/MS Nº 544/2023 - Computadores e Demais Equipamentos	689,00	689,00
374	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Programa Opera Paraná Resol Sesa 1413/2023	50.341,49	111.171,33
375	Emendas Individuais - Bloco de Estruturação - Atenção Primária	41.767,82	104.868,21
376	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Incentivo Custeio Atributos APS - Resol 1466/2023	3.347,90	5.520,40
377	Transferencia Estado - Fundo a Fundo - VAN - Resol 1432/2023	0,00	0,00
378	Transferência SUS - Fundo a Fundo - SAMU 192	68.250,00	17.062,50

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

	FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
379	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Ambulância - Resol 1429/2023	54.914,26	47.868,40
380	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Dengue Resol 285/2024	0,00	0,00
381	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Calamidade Pública Resol 1657/2023	0,00	0,00
382	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Van Transporte de Pacientes - Resol. 483/2024	0,00	0,00
383	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Qualif. do Acesso e Atend. Média Complex.- Resol	1.661,89	167.577,46
384	Transferência Estado - Fundo a Fundo - Qualif. da Atenção Primária em Saúde.- Resol	22.519,01	72.110,30
385	Convênio 1251/2025 - SECID - Automóvel Sedan Saúde	(105.326,47)	0,00
386	Tranferência Estado - Fundo a Fundo - Ônibus Saúde	703.591,79	0,00
494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	26.265,14	31.657,98
498	Assistência Farmacêutica	0,00	0,00
501	Receitas de Alienações de Ativos	28.216,55	160.018,36
504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	8.430,59	12.224,81
507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	884,54	(3.709,13)
510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	6.257,55	8.625,94
511	Taxas - Prestação de Serviços	22.991,05	1.411,39
512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	122,56	48,69
518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,81	0,81
555	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	36.140,87	80.312,44
556	Transferências Lei 9615/98	0,00	0,00
615	Operação de Crédito Pavimentação	(907.194,93)	(75.894,21)
675	Operações de Crédito Internas - Escola	1.570,80	1.417,05
791	Convênio MS - FNS Elaboração Plano de Saneamento Básico	0,00	87.713,01

804	Convênio Funasa 1562/17 - Melhorias Sanitárias Domiciliares	0,00	13.919,38
819	Convênio 415/2021 - SEAB - Cozinha Comunitária (Custeio e Investimentos)	8.197,83	7.395,47
822	Convênio 584/2021 - FEAP - MATRIZ - Revestimento Poliédrico	0,00	0,00
823	Convênio n.º 911022/2021 - MAPA - Caçamba, Grade e Ensiladeira	0,00	0,00
824	Convênio n.º 911041/2021 - MAPA - Caminhão Toco Novo	0,00	0,00
825	Convênio n.º 911787/2021 - MAPA - Trator e Carreta Agricola Metálica	0,00	0,00
826	Convênio n.º 920892/2021 - MAPA - Trator e Resfriadores	0,00	0,00
828	Convênio 922403/2021 - MIN. CIDADANIA - Construção do Creas	0,00	59.722,65
829	Convênio 627/2022 - SEDU - Pavimentação Vila Vicentin	0,00	0,00
831	Convênio 182/2022 - SEAB - Implementos Agricolas (Forr/Plant/Distr)	101.196,09	90.899,93
832	Convênio 229/2022 - SEAB - Mudas Frutíferas e Calcário	0,00	0,00
834	Convênio 396/2022 - SEAB - Carreta Subsolador Distr. Calcário	0,00	0,00
835	Convênio 1079/2022 - SEDU - Depto Segurança Alimentar e Nutricional - DESAN	0,00	1.781,72
836	Convênio n.º 927946/2022 - MAPA - Rolo, Resfriador, Roçadeira e Carreta	0,00	0,00
838	Convênio 200/2023 - SECID - Pavimentação Urbana	0,00	0,00
840	Convênio 4117800/2023 - ITAIPU - Pavimentação Estradas Rurais	298.510,76	2.113.033,13
841	Convênio n.º 941866/2023 - MAPA - Equip. Agrícolas, Retroescavadeira e Ensiladeira	7.711,35	34.813,46
842	Convênio n.º 941867/2023 - MAPA - Equip. Agrícolas, Plantadeiras e Motocultivador	4.794,54	477,72
843	Convênio n.º 941868/2023 - MAPA - Equip. Agrícolas, Grade Aradora e Resfriadores	973,09	108,70
844	Convênio n.º 941870/2023 - MAPA - Equip. Agrícolas, Plantadeiras	7.169,83	233,67
845	Convênio 118/2024 - SECID - Pá Carregadeira	0,00	533,31
846	Convênio 73/2024 - SEAB - Trator, Plantadeira, Ensiladeira e Retroescavadeira	364.235,01	316.940,90
848	Convênio 593/2024 - SECID - Equipamentos Rodoviários - Trator II	498,69	0,00
849	Emenda Individual - Transferência Especial - Cobertura Centro de Comercialização	64.133,84	135.250,04

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
	FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
850	Convênio n.º 941869/2023 - MAPA - Equip. Agrícolas, Trator Agrícola e Carreta	2.744,68	427,40
851	Convênio n.º 956741/2024 - MAPA - Equip. Agrícolas, Resfriadores, Colh. Forragem e	(1.694,02)	0,00
852	Convênio 850/2024 - SECID - Arquibancada Coberta no Centro de Eventos	78,65	0,00
853	Convênio 867/2024 - SECID - Aquisição de Dois Veículos Para Esporte	335,63	0,00
854	Convênio 76/2025 - SECID - Pavimentação Vila Verde e Outros	(1.633.525,00)	0,00
855	Convênio 247/2024 - IAT - Triturador de Galhos	3.144,53	0,00
857	Convênio 542/2025 - SECID - Retroescavadeiras	(1.420.815,20)	0,00
858	Convênio 353/2025 - SEAB - Equipamentos Rodoviários	(1.934.656,08)	0,00
859	Convênio 584 - SEAB - Pick-Up Agricultura	(101.220,28)	0,00
860	Convênio 2129/2025 - SECID - Caminhões Basculantes com Caçamba	(2.247.795,00)	0,00
863	Convênio Min. Cidades - 983444/2025 - Moradias - Programa FNHIS Sub-50	229.126,29	0,00
864	Convênio 493/2025 - SETU - Paraná Mais Viagem	30.219,21	0,00
866	Tranferência Estado - Fundo a Fundo - Programa Esporte Que Queremos	404.652,07	0,00
867	Convênio 804/2025 - SETU - Evento Natal Luz	104,69	0,00
908	Transferencia SESA - VIGIASUS - Custeio	39,11	35,36
909	Transferencia SESA - VIGIASUS - Capital	616,55	23.994,99
913	Transferencia Estado Fundo a Fundo - Crescer em Familia - Delib 055/2016 CEDCA	0,00	0,00
914	Transferencia Estado Serv. de Convivência e Fort. Vínculos - SCFV - DEL 062/2016 CEDCA	0,00	0,00
916	Transferencia Estado Fundo a Fundo - AFAI - Menor Infrator	0,00	0,00
918	Piso Paranaense de Assistencia Social - PPAS	125,00	125,00
919	Transferencia Estado - SUAS - IDOSO	84,45	76,12
920	Crescer em Família - DELIB 82/2017 - CEDCA/Pr	0,00	6.925,00
922	Incentivo Familia Paranaense VI - Delib 57/2019 - CEAS/Pr.	0,00	0,00
924	FIA - Fundo a Fundo - Primeira Infância - Delib 96/2018 - CEDCA/PR	0,00	167,45
925	FIA - Fundo a Fundo - Criança Vulnerab e Risco Social - Delib 89/2019 - CEDCA/PR	0,00	2.377,50
926	FIA - Fundo a Fundo - Incentivo e Apoio CMDCA - Delib 84/2019 - CEDCA/PR	0,00	336,29
927	FIPAR - Incent. Gar. Dir. Pessoa Idosa - CEDI 16/2021	0,00	515,93
928	FIA - Fundo a Fundo - Inc. Crianças Adolesc. Impacto COVID	0,00	1.323,68
929	FIA- Fundo a Fundo - Apoio e Fortalecimento 1ª Infancia - Delib. 47/2022 CEDCA	811,40	44.218,51
930	FIA - Fundo a Fundo - Prom. Dir. Criança Hig. Íntima - Delib. 78/2022 - CEDCA	110,09	3.931,28
931	FIA - Fundo a Fundo - Incentivo Atendimento Adolescentes Medidas Socioeducativas -	42.598,04	54.576,76
932	FIPAR - Fundo a Fundo - Programa Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo e Saudável -	36.602,39	65.694,25
933	FIPAR - Fundo a Fundo - Projeto Viaja Mais 60 - Delib 34/2024	155,36	25.170,91
934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	26.212,69	14.776,28
935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	17.739,69	15.265,49
936	Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	108,04	97,47
938	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS	(108,90)	989,50
940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria	21.991,82	55.457,29
941	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	1.198,58	3.725,60
942	Transferência SUAS - Piso SIGTV Estruturação Custeio	1.460,12	6.632,68
943	Transferência SUAS - SIGTV - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS	6.506,03	5.869,25
944	Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C.	220,92	7.297,62
945	FEAS - Fundo a Fundo - Incentivo Qualificação Estrutura CREAS - Delib CEAS 88/2024	9.970,25	30.109,39
946	FIA - Inc. Estadual Garantia Dir. Crianças e Adolescentes - DELIB CEDCA 13/2025	259.791,87	0,00
947	FEDPCO - Incentivo Fortalecimento Politica Pessoa Com Deficiencia - Delib. 05/2025	46.752,29	0,00
948	FEAS - Incentivo Construção do Cras - Delib 69/2025	122.600,70	0,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
	FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
949	FIPAR - Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025	40.378,62	0,00
950	FEDIM - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher -	60.000,00	0,00
951	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	14.400,00	0,00
1011	Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de Assistencia Social - PAS	33.523,42	353,91
1015	Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	14,55	14,55
1016	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.	61.864,82	53.545,20
1038	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no	9.063,27	0,00
1039	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no	3.466,39	0,00
1042	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação	9.546,43	3.054,50

1043	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	586,27	757,12
1051	Transf. Prov. do Gov. Fed. Destinadas ao Vencimento dos ACS e ACE	12.254,78	980,11
1052	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.294,61	431,29
1053	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	13.497,26
1054	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores	0,00	6.152,51
1060	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	287,04	0,00
1061	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação	851,18	0,00
1062	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	0,00	0,00
1063	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc	96,75	129.064,84
1064	Assistência Financeira da União - Complement. ao Pgto dos Pisos Salariais Profissionais	5.646,88	3.399,22
1067	Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da	904,23	6.940,44
1068	Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n°	0,00	0,00
1073	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições	16.383,33	16.383,33
1080	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - mínimo de 70% estabelecido no	998,74	0,00
TOTAL		**(2.874.001,50)**	**5.833.612,54**

Notas Explicativas

1 - O BALANÇO PATRIMONIAL é um Demonstrativo Fiscal, corresponde ao Anexo 14 da Lei Federal n.º 4.320/64, é composto de ATIVO - Onde se encontram os Bens e Direitos e PASSIVO - onde ficam resgistradas as Obrigações. O Resultado do valor do Ativo, diminuido do valor do Passivo é o Patrimônio Líquido. Quando da emissão deste Demonstrativo no Portal da Transparencia, é possível selecionar o Nível de Desdobramento, que pode ser até o 7º Nível. A forma de elaboração está na 11ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte V, Item 4, página 529 e seguintes.

2 - O Balanço Patrimonial é emitido trazendo os valores relativos ao Exercício Anterior - 2024 e Exercício Atual - 2025 - no ATIVO CIRCULANTE, constam os valores relativos às disponibilidades financeiras existentes em bancos e os créditos a receber de curto prazo referentes a tributos lançados e não arrecadadados assim como aqueles inscritos em dívida ativa e não recebidos, além dos valores constantes em estoque no Almoxarifado.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - R$ 7.474.187,34 - Refere-se aos valores dos recursos disponíveis em Contas Correntes e de Aplicação Financeira. O Município não possui qualquer valor em Caixa. Apenas em Instituições Financeiras Oficiais.

4 - CRÉDITOS DE CURTO PRAZO - R$ 4.065.955,61 - São os valores de Tributos lançados (Créditos Tributários a Receber) e não arrecadados e também da Dívida Ativa destes tributos (Dívida Ativa Tributária) ainda não recebidos pelo Município. Os valores foram atualizados em 31/12/2025 conforme dados exportados pelo Departamento de Tributação no módulo Tributário do SIM-AM do Tribunal de Contas do Paraná.

5 - (-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO - R$ 921.974,44 - Valores lançados a partir de 2025, esta conta redutora do ATIVO do Balanço Patrimonial registra as possíveis perdas com tributos lançados. Essas peras podem ser por prescrição ou simplesmente pela impossibilidade de cobrança.

6 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO - R$ 144.917,82 - neste grupo, são lançados os valores de adiantamentos concedidos a servidores para cobertura de despesas expressamente definidas em lei, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação na forma definida no art. 68 da Lei 4.320/64. No exercício atual este valor é de R$ 141.774,82, referem-se a valores de adiantamentos concedidos e ainda não prestados contas ou lançado a baixa no sistema. Consta ainda neste item, o valor R$ 1.625,00, referente ao Salário Familia INSS e 11.518,00 de Salário Maternidade INSS, pagos pelo municipio em dezembro de 2025 e ainda não compensados no recolhimento das Contribuições Previdenciárias.

7 - ESTOQUES - R$ 859.281,75 - São os valores relativos a materiais de consumo e materiais de distribuição gratuita que o municipio mantem no almoxarifado. Os lançamentos são realizados ao final de cada exercício mediante inventário físico efetuado por servidores lotados na Central de Controle, na Secretaria Municipal de Educação e na Secretaria Municipal de Saúde. Compõe-se de material de expediente, merenda escolar, outros generos de alimentação, pneus, peças, medicamentos, materiais médico hospitalares, combustíveis e lubrificantes, entre outros.

8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE- No modelo de Balanço Patrimonial trazido pela Lei 4.320/64, este grupo era denominado Ativo Permanente - que contempla os bens duráveis adquiridos ou construídos pelo Município.

9 - Dentro do ATIVO NÃO CIRCULANTE/IMOBILIZADO, encontramos o Grupo BENS MÓVEIS - no valor de R$ 40.776.591,16 - Referente ao valor de aquisição dos bens móveis, são aqueles adquiridos para utilização do Poder Público como veículos, máquinas, equipamentos, computadores, impressoras e mobiliário em geral. Os registros são feitos pelo valor de aquisição.

10 - Encontramos ainda o Grupo BENS IMÓVEIS - no valor de R$ 75.708.122,87 - Composto pelo valor de aquisição de imóveis como terrenos e glebas, pela construção de obras e instalações assim como pela incorporação de bens de domínio público como ruas, praças, avenidas e logradouros públicos.

11 - DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - (R$ 13.771.050,64) nesta conta, que tem saldo negativo, chamada técnicamente de conta redutora do Ativo Não Circulante, são lançados os valores relativos a depreciação dos bens, que nada mais é do que a perda do valor aquisitivo do bem em função do seu uso. Todos os bens móveis são depreciáveis, dos bens imóveis, a depreciação incide somente sobre as construções, obras e instalações. Terrenos, Glebas e Bens de Dominio Público não sofrem depreciação, sofrem, ao longo do tempo valorização que precisa ser lançada para que os valores registrados correspondam ao que realmente o Município possui pelo seu valor atual. As depreciações são realizadas no mês de dezembro de cada ano e de acordo com as alíquotas e percentuais definidos em Decreto do Exercutivo Municipal. Esta conta encerra os valores do ATIVO (bens e Direitos), do Balanço Patrimonial. A nota 12 já se refere ao PASSIVO.

12 - PASSIVO CIRCULANTE - R$ 9.644.629,45 - Compreende todas as obrigações de curto prazo do Município, representa os valores cuja obrigação de pagamento não seja superior a 12 meses. Estão incluidos aí os empenhos liquidados a pagar do exercício e de exercícios anteriores, os emprestimos, parcelamentos e financiamentos cujas parcelas vencem em até doze meses a partir do encerramento do exercício financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Constam ainda os valores relativos a Apropriação Mensal de Férias e 13º Salários com respectivos encargos patronais, nos moldes do disposto no Item 18 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP

13 - Dentro do Passivo Circulante temos o Grupo OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO no valor de R$ 4.374.011,14 - neste grupo são registrados os valores a pagar com folha de pagamento, encargos patronais e parcelamentos junto ao Fundo de Previdencia cujas parcelas tenham vencimento para até doze meses do encerramento do exercício além das apropriações conforme descrito na nota 12.

14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO R$ 1.799.561,73 - contempla os valores de parcelas do principal da dívida a vencer em até doze meses do encerramento do exercício, relativos a amortização de emprestimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras oficiais. Os valores foram ajustados em 31 de dezembro de 2025 para que correspondam exatamento aos valores do principal a vencer no período de 12 meses.

15 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO R$ 1.873.600,52 - este grupo contempla os valores dos empenhos liquidados e ainda não pagos, do exercício, assim como os Restos a Pagar de exercícios anteriores. Restos a Pagar é o tratamento dado, no exercício seguinte, dos empenhos não pagos em exercícios anteriores. Até 2012 constavam do Passivo Financeiro todos os empenhos emitidos, liquidados ou não. Eventuais empenhos não liquidados anteriores a 2013 tambem constam neste grupo.

16 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZ0 R$ 1.597.456,06 - neste grupo há o registro inicialmente, na conta Valores Restituíveis - R$ 93.864,28, dos depósitos em consignação, que são os valores retidos na folha de pagamento tais como contribuições previdenciárias, empréstimos consignados, pensões judiciais, contribuições sindicais, imposto de renda na fonte entre outros, que posteriormente serão repassados aos terceiros credores destes valores. Em Outras Obrigações de Curto Prazo - R$ 1.503.591,78, são registrados os valores relativos aos precatórios judiciais devidos pelo Município, inscritos e ainda não pagos, ou ainda, parcelados com vencimento futuro, além do valor de Diárias a Pagar.

17 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE - Refere-se às obrigações de Longo Prazo, representado pelos parcelamentos confessados, emprestimos e financiamentos contraídos, cujas parcelas, do principal, são exigíveis com prazo superior a doze meses do encerramento do exercício. no subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, o valor de R$ 11.225.808,32 são os parcelamentos que o Município tem com o Fundo de Previdência dos Servidores. Estes parcelamentos tem um saldo a pagar em 31/12/2025 de R$ 12.305.937,89 somados os valores lançados no Curto e Longo Prazo. O outro valor de R$ 6.447.438,47 contempla os compromissos a pagar referente a financiamentos contratados junto à Agencia de Fomento do Paraná e Caixa Econômica Federal, construção da Escola na Vila Santa Rita, e da Escola João de Oliveira Junior, melhorias na Rede de Iluminação Pública e Pavimentação de Diversas Vias Urbanas.

18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Na Nota Explicativa n.º 1, consta que o ATIVO é composto dos Bens e Direitos e o PASSIVO das obrigações. O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, por sua vez, é a diferença entre o ATIVO e o PASSIVO. O ATIVO é de R$115.258.005,91 e o PASSIVO R$ 27.317.876,24. Ao diminuirmos o PASSIVO do ATIVO, o Resultado é R$ 87.940.129,67, justamente o valor do PATRIMÔNIO LÍQUIDO. No exercício anterior, o valor era de R$ 80.344.534,25 que somado ao resultado do exercício atual, obtido no Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais de R$ 7.595.595,42, obtendo-se assim o resultado acumulado.

19 - O Quadro que apresenta ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO e ATIVO E PASSIVO PERMANENTE visa atender tão somente modelo de Balanço Patrimonial nos moldes da Lei Federal 4.320/64. No Passivo Financeiro constam ainda os restos a pagar não processados, daí a diferença de valores do PASSIVO entre os dois Balanços.

20 - SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - R$ 131.661.693,27 - Obrigações Contratuais a Executar são saldos de contratos vigentes com a Administração Municipal.

21 - O Demonstrativo do SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL demonstra, para cada fonte de recurso, seu saldo, considerando para tanto a disponibilidade da Fonte em contrapartida aos valores já compromissados da mesma. Os valores são negativos quando as obrigações são superiores às disponibilidades, do contrário, os saldos são positivos.

ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador CRC: 024431/O-0	Controle Interno
Entidades Consolidadas:		
Município de Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:C1CB5B96

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MUNICÍPIO DE PALMITAL		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
EXERCÍCIO:2025	**PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO**	**DATA EMISSÃO:03/02/2026**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**87.999.693,43**	**81.114.141,88**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3	**7.224.466,30**	**7.241.560,81**
IMPOSTOS		6.560.514,39	6.587.839,91
TAXAS		663.951,91	653.720,90
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4	**703.551,27**	**585.602,24**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		703.551,27	585.602,24
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	5	**116.647,53**	**114.281,97**
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		116.647,53	114.281,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	6	**1.041.409,46**	**949.934,10**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		93.234,03	111.697,90
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		948.175,43	838.236,14
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,06
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	7	**77.101.490,32**	**71.674.606,22**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.100.798,66	1.017.455,97
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		75.863.198,90	70.422.222,64
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		28.983,77	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		31.068,32	31.901,79
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	6.618,07
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		77.440,67	196.407,75
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	8	**1.479.444,50**	**228.275,53**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		1.477.548,71	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	219.077,77
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		1.895,79	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	9.197,76
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9	**332.684,05**	**319.881,01**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		37.384,70	39.497,23
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		295.299,35	280.383,78
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**80.477.593,16**	**76.484.975,03**
PESSOAL E ENCARGOS	11	**36.558.827,16**	**34.190.125,03**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		31.299.788,12	29.322.285,14
ENCARGOS PATRONAIS		5.162.317,28	4.867.839,89
BENEFÍCIOS A PESSOAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		96.721,76	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	12	**702.248,05**	**663.804,61**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		19.734,00	16.484,00
PENSÕES		25.152,40	21.459,65
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		300.765,13	409.625,10
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		356.596,52	216.235,86
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	13	**28.167.490,42**	**31.964.030,96**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		11.500.279,79	15.495.312,40
SERVIÇOS		14.540.665,82	14.639.267,37
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		2.126.544,81	1.829.451,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	14	**2.306.351,07**	**1.198.312,09**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		1.106.067,83	937.830,87
JUROS E ENCARGOS DE MORA		9.455,17	6.517,61
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		1.190.828,07	253.963,61
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	15	**10.418.289,26**	**7.229.771,85**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		8.056.654,29	6.754.650,20
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		1.870.634,97	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		491.000,00	287.848,90
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	187.272,75
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	16	**921.974,44**	**203.906,25**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		921.974,44	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	203.906,25
TRIBUTÁRIAS	17	**914.133,33**	**776.523,98**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		38.069,56	15.181,73
CONTRIBUIÇÕES		876.063,77	761.342,25
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**0,00**	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18	**488.279,43**	**258.500,26**
PREMIAÇÕES		14.093,20	25.316,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		474.186,23	233.184,26
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		7.522.100,27	**4.629.166,85**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		**0,00**	**0,00**
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	20	11.015.210,82	10.384.151,86
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	20	3.262.759,76	2.708.522,05
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	20	519.827,94	3.815.539,35
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	436.600,00

Notas Explicativas

1 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - Anexo 15 da Lei 4.320/64 elaborado de conformidade com a 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte V. É a DRE da Contabilidade Pública. As Variações Patrimoniais podem ser QUANTITATIVAS: Aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. e QUALITATIVAS: Aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

2 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS : Como o próprio nome já diz, tem a função de aumentar o patrimônio. Destaque para as variações oriundas do lançamento das receitas orçamentárias tanto própria quanto de transferências.

3 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS - Valor optido pelo lançamento das receitas próprias do Município tais como IPTU, ISS, ITBI e Taxas, pelo valor principal, multa e juros, dívida ativa e multa e juros da dívida ativa. Registra ainda a incorporação de ativos referente aos impostos eventualmente lançados e não pagos no exercício.

4 - CONTRIBUIÇÕES - Valor obtido pelo lançamento da Contribuição de Iluminação Pública, no Balanço do Executivo Municipal é a unica receita que compõe esta Categoria Econômica..

5 - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS - Receita oriunda de comissões de leilões realizados no recinto de leilões e lançamentos das receitas de serviço em especial dos serviços ambulatoriais pagos pelo SUS.

6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS - Pelo lançamento de receitas Patrimoniais como aluguel recebido e rendimentos de aplicação financeira, além de dividendos recebidos pela participação em empresas.

7 - TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - Pelo lançamento de receitas provenientes de Transferências da União, Estado e outros Municípios, compreende todas as receitas lançadas na Categoria Economica 17 - Transferencias Correntes e 24 - Transferencias de Capital.

8 - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - referente a lançamentos realizados de incorporação de ativos, no caso em tela, contabilização dos estoques existentes em 31/12/2024. Ainda, com reavaliação de Ativos, especialmente bens patrimoniais objetos de reavaliação.

9 - OUTRAS VARIAÇÕES PARIMONIAIS AUMENTATIVAS - pelo lançamento de variações patrimoniais aumentativas não classificadas em itens anteriores.

10 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS - São obtidas especialmente pelo lançamento das despesas, na fase de liquidação, além das desincorporaçãos de ativos, quando da arrecadação de receitas tributárias inscritas em dívida ativa e já incorporadas ao patrimonio quando da inscrição das mesmas pelo departamento tributário.

11 - PESSOAL E ENCARGOS - Na fase de liquidação da despesa, são geradas despesas de acordo com a parametrização do sistema, no caso em tela, quando ocorre a liquidação de folha de pagamento e encargos (INSS ou RPPS), são gerados lançamentos neste grupo. Ainda, por ocasião da apropriação mensal de férias e décimo terceiro salário com respectivos encargos, são lancados manualmente neste grupo de variações.

12 - BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAS: Lançamentos neste grupo ocorrem quando são liquidadas despesas com pensões e aposentadorias além do lançamento do salário familia e salário maternidade, assim como auxilio doença e auxilio reclusão.

13 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO: Por ocasião da liquidação das chamadas despesas de custeio, Material de Consumo, Material Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços Pessoa Física e Pessoa Jurídica inclusive de informatica, além das despesas com depreciação de bens móveis e imóveis ocorrem lançamentos neste grupo de contas.

14 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS: ocorrem quando da liquidação de despesas com juros em contratos de operações de crédito, além de eventuais multas recolhidas pelo Município.

15 - TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS: Ocorre lançamento neste grupo especialmente quando o Município transfere recursos de subvenção social a entidades do terceiro setor, assim como quando ocorre restituições de recursos de convenios para o Estado ou a União.

16 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS: o nome já demonstra que tipo de lançamentos ocorrem neste grupo, especialmente a baixa de bens inserviveis do patrimônio do Município ou alienação de bem com valor inferior ao registrado no patrimônio..

17 - TRIBUTÁRIAS: Despesa de maior expressão neste grupo são as contribuições para formação do PASEP, além de taxas recolhidas pelo Município como taxas de Licenciamento de veículos.

18 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS: ocorre lançamento neste grupo quando a variação não se enquadra em nenhum dos itens anteriores.

19 - RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO: Comparativo realizado entre as Variaçãoes Patrimoniais Aumentativas (VPA) diminuido das Variações Patriminiais Diminutivas (VPD).

No corrente exercício, a soma das VPA foi de R$ 87.999.693,43 e as VPD foi de R$ 81.114.141,88. A diferença foi um resultado positivo de R$ 7.522.100,27.

20 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS - São aquelas variações patrimoniais que alteram a composição dos elementos patrimoniais, sem afetar o Patrimônio Líquido.

Compõe-se especialmente de INCORPORAÇÃO DE ATIVO R$ 11.015.210,82 - Incorporação de bens adquiridos ou construídos pelo Município no exercício, quando da liquidação dos mesmos. DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO: R$ 3.262.759,76 - quando da Baixa de Amortização de Dívidas inscritas na Dívida Fundada do Município. INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS R$ 519.827,94 - ocorre pelo lançamento na receitas dos recursos recebidos provenientes de operação de crédito.

ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
	CRC: 024431/O-0	

Entidades Consolidadas:

Município de Palmital

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:3E682D62

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 16 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA - ANEXO 16	**Exercício 2025**
Balanço Anual	
Município de Palmital	

Entidade: 38 - Município de Palmital		
Num/Ano: 7/2016 Termo de Acordo de Parcelamento RPPS 600/2016 - Patronal 240 Meses		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Parcelamento	Tipo Dívida: Outros Parcelamentos	
Saldo Anterior		R$ 9.672.762,40
Inscrição 2.1.1.4.1.07.00.00.00.0 CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS		R$ 808.276,95

Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 872.819,19
Saldo Atual		R$ 9.608.220,16
Num/Ano: 10/2016 Termo de Acordo de Parcelamento RPPS 603/2016- Patronal 240 Meses		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Parcelamento	Tipo Dívida: Outros Parcelamentos	
Saldo Anterior		R$ 339.229,80
Inscrição 2.1.1.4.1.07.00.00.00.0 CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS		R$ 28.346,86
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 30.610,26
Saldo Atual		R$ 336.966,40
Num/Ano: 1/2017 Contrato 3654/2016 - Escola Vila Santa Rita		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Empréstimo	Tipo Dívida: Outras Operações de Crédito	
Saldo Anterior		R$ 188.804,95
Inscrição 2.1.2.5.1.01.01.00.00.0 JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS		R$ 15.152,53
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 121.987,58
Saldo Atual		R$ 81.969,90
Num/Ano: 1/2018 Roberta Souza Ritty Ribeiro - Alimentar		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Precatórios de Pessoal	
Saldo Anterior		R$ 96.441,34
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 42.124,78
Saldo Atual		R$ 54.316,56
Num/Ano: 2/2018 Hospital e Maternidade Mãe de Deus Ltda - ME		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 70.020,20
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 37.338,02
Saldo Atual		R$ 32.682,18
Num/Ano: 3/2018 Termo de Acordo de Parcelamento RPPS 938/2018 - Patronal 200 Meses		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Parcelamento	Tipo Dívida: Outros Parcelamentos	
Saldo Anterior		R$ 1.529.423,82
Inscrição 2.1.1.4.1.07.00.00.00.0 CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS		R$ 132.211,71
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 157.360,20
Saldo Atual		R$ 1.504.275,33
Num/Ano: 4/2018 Termo de Acordo de Parcelamento RPPS 939/2018 - Segurados 200 Meses		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Parcelamento	Tipo Dívida: Outros Parcelamentos	
Saldo Anterior		R$ 870.793,26
Inscrição 2.1.1.4.1.07.00.00.00.0 CONTRIBUICÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS		R$ 75.277,50
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 89.594,76
Saldo Atual		R$ 856.476,00
Num/Ano: 2/2019 Contrato n.º 0529433-35 - Caixa Econômica Federal - FINISA		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento	Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior		R$ 2.141.820,57
Inscrição 2.1.2.5.1.01.01.00.00.0 JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS		R$ 355.661,66
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 777.003,38
Saldo Atual		R$ 1.720.478,85
Num/Ano: 1/2020 Contrato 3990/2019 - Pavimentação Vila Parque Junior		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento	Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior		R$ 500.141,41
Inscrição 2.1.2.5.1.01.01.00.00.0 JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS		R$ 53.659,57
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 227.100,91
Saldo Atual		R$ 326.700,07
Num/Ano: 4/2020 Precatório - João Ludke Filho		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 223.229,67
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 72.542,97
Saldo Atual		R$ 150.686,70
Num/Ano: 7/2022 Contrato 4300/2021 - Iluminação Pública e Pavimentação		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Empréstimo	Tipo Dívida: Outras Operações de Crédito	
Saldo Anterior		R$ 3.356.942,98
Inscrição 2.1.2.5.1.01.01.00.00.0 JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS		R$ 355.481,01
Inscrição 2.2.2.1.1.02.98.00.00.0 OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS		R$ 519.827,94
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 945.641,61
Saldo Atual		R$ 3.286.610,32
Num/Ano: 8/2022 Contrato 4299/2021 - Escola Municipal João de Oliveira Junior		
Origem: Interna	Natureza: Contratual	
Grupo: Empréstimo	Tipo Dívida: Outras Operações de Crédito	
Saldo Anterior		R$ 3.152.965,92
Inscrição 2.1.2.5.1.01.01.00.00.0 JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS		R$ 326.113,06
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 647.837,92
Saldo Atual		R$ 2.831.241,06
Num/Ano: 9/2022 Precatório - Silvane Pierog Rodaen		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 10.316,63
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 928,80
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 11.245,43
Saldo Atual		R$ 0,00
Num/Ano: 10/2022 Precatório - Miguel Horban		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 103.166,35
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 9.287,97

Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 112.454,32
Saldo Atual		R$ 0,00
Num/Ano: 1/2023 Precatório - Eliana Terezinha Bruschi		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Precatórios de Pessoal	
Saldo Anterior		R$ 166.417,91
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 14.999,38
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 181.417,29
Saldo Atual		R$ 0,00
Num/Ano: 2/2023 Precatório - Wilson Carlos Monteiro Damião		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 16.641,79
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 1.368,41
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 18.010,20
Saldo Atual		R$ 0,00
Num/Ano: 3/2023 Precatório - União - Encargos (INSS e FGTS) Trabalhista Eliana Terezinha Bruschi		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 19.512,39
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 4.226,38
Baixa 1.1.1.1.1.02.00.00.00.0 CONTA ÚNICA		-R$ 23.738,77
Saldo Atual		R$ 0,00
Num/Ano: 4/2023 Precatório - A & L Auto Peças Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 14.344,39
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 2.913,35
Saldo Atual		R$ 17.257,74
Num/Ano: 5/2023 Precatório - A & L Auto Peças Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 25.241,07
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 5.126,46
Saldo Atual		R$ 30.367,53
Num/Ano: 1/2024 Precatório - Ridelson Schoma & Schoma Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 26.360,41
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 9.506,06
Saldo Atual		R$ 35.866,47
Num/Ano: 2/2024 Precatório - Ricardo Zenatti e Cia Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 14.318,85
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 1.537,84
Saldo Atual		R$ 15.856,69
Num/Ano: 3/2024 Precatório - Rosana Franco		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 37.817,91
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 9.700,29
Saldo Atual		R$ 47.518,20
Num/Ano: 1/2025 Precatório - Pitanga Monitoramento Eletrônico Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 16.022,86
Saldo Atual		R$ 16.022,86
Num/Ano: 2/2025 Precatório - Vieira e Retecheski Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 55.161,10
Saldo Atual		R$ 55.161,10
Num/Ano: 3/2025 Precatório - Previdencia Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 428.459,69
Saldo Atual		R$ 428.459,69
Num/Ano: 4/2025 Precatório - A. S. Pierog		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 42.845,69
Saldo Atual		R$ 42.845,69
Num/Ano: 5/2025 Precatório - A. M. de Oliveira - Ofício 00915861/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 24.780,56
Saldo Atual		R$ 24.780,56
Num/Ano: 6/2025 Precatório - A. M. de Oliveira - Ofício 00917727/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 35.962,36
Saldo Atual		R$ 35.962,36

Num/Ano: 7/2025 Precatório - Guavibel Distribuidora de Peças Para Tratores Ltda		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 72.657,83
Saldo Atual		R$ 72.657,83
Num/Ano: 8/2025 Precatório - J. de Souza - Ofício 00916953/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 40.017,88
Baixa 4.9.9.9.1.99.00.00.00.0 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES -R$ 10.694,38		
Saldo Atual		R$ 29.323,50
Num/Ano: 9/2025 Precatório - C. Zaiatz - Ofício 00917298/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 35.627,03
Baixa 4.9.9.9.1.99.00.00.00.0 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES -R$ 9.289,04		
Saldo Atual		R$ 26.337,99
Num/Ano: 10/2025 Precatório - D. L. de Souza - Ofício 00917728/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 43.315,32
Saldo Atual		R$ 43.315,32
Num/Ano: 11/2025 Precatório - G. L. de Souza - Ofício 00917729/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 43.315,32
Saldo Atual		R$ 43.315,32
Num/Ano: 12/2025 Precatório - A. L. de Souza - Ofício 00917730/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 43.315,32
Saldo Atual		R$ 43.315,32
Num/Ano: 13/2025 Precatório - L. L. de Souza - Ofício 00917731/2025		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 225.897,25
Saldo Atual		R$ 225.897,25
Num/Ano: 14/2025 Precatório - F. V. Mendes/J. de Souza		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 12.567,21
Saldo Atual		R$ 12.567,21
Num/Ano: 15/2025 Precatório - F. V. Mendes/C. Zaiatz		
Origem: Precatórios	Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios	Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior		R$ 0,00
Inscrição 2.1.8.9.1.13.01.00.00.0 PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		R$ 11.287,71
Saldo Atual		R$ 11.287,71
Total Entidade		
Saldo Inicial	R$ 22.576.714,02	
Inscrição	R$ 3.860.836,86	
Baixa	-R$ 4.388.811,01	
Est Inscrição	R$ 0,00	
Est Baixa	R$ 0,00	
Saldo Atual	R$ 22.048.739,87	
Total Geral		
Saldo Inicial	R$ 22.576.714,02	
Inscrição	R$ 3.860.836,86	
Baixa	-R$ 4.388.811,01	
Est Inscrição	R$ 0,00	
Est Baixa	R$ 0,00	
Saldo Atual	R$ 22.048.739,87	
ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
	CRC: 024431/O-0	
Entidades Consolidadas:		
Município de Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:667E15F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - ANEXO 17	**Exercício 2025**
Balanço Anual	
Unidade gestora: Município de Palmital	

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO ATUAL
2.1.8.8.1.00.00.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	10.043,47	3.417.550,25	3.418.894,00	8.699,72
2.1.8.8.1.01.00.00.00.00.00.00	CONSIGNAÇÕES	10.043,47	3.417.550,25	3.418.894,00	8.699,72
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 289 - 5 ELAINE TONETTI - SAMELA TONETTI	0,00	3.643,20	3.643,20	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 290 - 9 MARIA SILVANA MACIEL	0,00	690,86	690,86	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 291 - 7 EDIMARA MENDES DE GODOY	0,00	4.095,48	4.095,48	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 2432 - 5 KEITI HELEN NEVES TEIXEIRA	0,00	2.311,56	2.311,56	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 3104 - 6 JOCELMA MEIRA	0,00	8.800,00	8.800,00	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 3253 - 1 MARIA JULIA NEVES TEIXEIRA	0,00	2.311,56	2.311,56	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 4370 - 2 TEREZINHA APARECIDA VAIS	0,00	2.121,00	1.818,00	303,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 8263 - 5 SIRLENE LUCACIEVZ	0,00	607,20	607,20	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 15534 - 9 RAFAELA FERNANDES	0,00	13.397,15	13.397,15	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 18141 - 2 VALDINEIA BILESKI	0,00	7.286,40	7.286,40	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA - 29125 - 1 ROZELIA DEMENECK	0,00	2.297,76	2.297,76	0,00
2.1.8.8.1.01.13.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES - 2316 - 7 APP SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO	25,58	19.038,24	19.038,24	25,58
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 218 - 6 BANCO DO BRASIL S/A	986,52	1.733.666,22	1.733.646,22	1.006,52
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 222 - 4 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	534.304,68	534.304,68	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 276 - 3 CLUBE PREVIVIDA DE SEGURIDADE	7,61	0,00	0,00	7,61
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 932 - 6 BANCO BRADESCO SA	0,00	161.317,48	161.317,48	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 3656 - 1 COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS	0,00	324.726,37	324.726,37	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 3881 - 4 BANCO DO BRASIL SA	86,39	0,00	0,00	86,39
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 4051 - 7 COOP DE CRED E INVEST COM INTERACAO SOLIDARIA GRANDES LAGOS PR	1.116,68	200.912,65	200.912,65	1.116,68
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00.00.00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - 17783 - 1 COOPER DE POUP E CRED E LIVRE ADMISSAO DA REGIAODE MARINGA-	0,06	330.004,87	330.004,87	0,06
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 114 - 7 DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN	1.503,47	17.451,04	16.548,89	2.405,62
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 276 - 3 CLUBE PREVIVIDA DE SEGURIDADE	3.607,34	44.236,83	44.096,41	3.747,76
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 286 - 1 MUNICÍPIO DE PALMITAL	2.709,32	0,00	2.709,32	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 1881 - 3 VANDERLEIA PANIZZON	0,50	0,00	0,00	0,50
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 18141 - 2 VALDINEIA BILESKI	0,00	2.758,92	2.758,92	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 19346 - 1 FABIO VINICIO MENDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	0,00	1.101,50	1.101,50	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	OUTROS CONSIGNATARIOS - 27511 - 5 PINHEIRINHO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	0,00	469,28	469,28	0,00
2.1.8.8.2.00.00.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	0,00	2.121.455,59	2.121.455,59	0,00
2.1.8.8.2.01.00.00.00.00.00.00	CONSIGNAÇÕES	0,00	2.121.455,59	2.121.455,59	0,00
2.1.8.8.2.01.01.00.00.00.00.00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS - 287 - 9 PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE	0,00	2.121.455,59	2.121.455,59	0,00
2.1.8.8.3.00.00.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	73.639,74	3.027.440,43	3.017.863,48	83.216,69
2.1.8.8.3.01.00.00.00.00.00.00	CONSIGNAÇÕES	73.639,74	3.027.440,43	3.017.863,48	83.216,69
2.1.8.8.3.01.02.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - 92 - 2 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	56.545,16	796.042,27	789.716,58	62.870,85
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29 - 9 CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA. - EPP	62,40	374,40	374,40	62,40
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 38 - 8 COPEL DISTRIBUICAO S/A	0,00	8.546,04	7.617,33	928,71
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 66 - 3 OLAIR DE ANDRADE FILHO E CIA LTDA	533,27	3.562,38	3.589,42	506,23
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 84 - 1 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR	1.235,88	6.636,40	6.916,62	955,66
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 85 - 0 PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA	0,00	33,70	33,70	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 173 - 2 NELSON PRATES	248,27	3.497,30	3.745,57	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 286 - 1 MUNICÍPIO DE PALMITAL	0,00	2.016.139,82	2.016.139,82	0,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO ATUAL
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 776 - 5 CEZAR VAIS	0,00	98,88	98,88	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 815 - 0 EQUIPLANO SISTEMAS LTDA	408,00	2.858,14	2.838,94	427,20
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 889 - 3 GUAVIBEL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA	127,41	3.675,98	3.803,39	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 1245 - 9 AUTO POSTO LISBOA LTDA	658,01	3.891,56	4.549,57	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 1283 - 1 PSI - TESTES PSICOLOGICOS E PEDAGOGICOS LTDA	0,00	49,86	49,86	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 1574 - 1 VERITÁ VEICULOS LTDA	22,62	0,00	22,62	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 1590 - 3 CASA RURAL DE ORTIGUEIRA LTDA	0,00	16,14	16,14	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 1728 - 1 EDERALDO DE ANDRADE LTDA	0,00	597,85	597,85	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 1764 - 7 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,00	44,78	0,00	44,78
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 2037 - 1 ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA	0,00	5,39	1,80	3,59
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 2151 - 2 SERGIO GOMES ACESSORIOS	2.057,63	50.659,74	44.566,31	8.151,06
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 2570 - 4 CHANSON VEICULOS LTDA	0,00	2.833,58	2.742,00	91,58
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 2711 - 1 OPEN VEÍCULOS LTDA	0,00	196,22	196,22	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3024 - 4 HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME	0,00	12.831,36	10.175,35	2.656,01
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3029 - 5 JOÃO DIRCEU KOZINHARSKI	154,60	3.131,50	2.439,41	846,69
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3244 - 1 TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	758,03	6.825,71	6.825,71	758,03
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3274 - 3 ANTONIO BARANKIEVICZ	104,38	156,27	260,65	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3340 - 5 INDÚSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP	0,00	738,50	738,50	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3593 - 9 BOEING & ROCHA LTDA	113,18	610,34	663,67	59,85
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3688 - 9 SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,00	25,68	21,36	4,32
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3699 - 4 PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,00	91,90	91,90	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 3710 - 9 GENTE SEGURADORA S A	33,18	150,22	183,40	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 6054 - 2 LEOMAR MORCHE	154,60	2.022,48	2.008,54	168,54
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 16022 - 9 CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25,67	127,76	153,43	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 17994 - 9 ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	0,00	10,74	10,74	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 18972 - 3 S.N EHRLICH - SERVICOS MEDICOS S/S	540,00	8.548,20	8.402,40	685,80
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 19428 - 0 STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA	0,00	796,93	796,93	0,00

2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 19523 - 5 YAMADIESEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS - EIRELI	95,05	569,75	664,80	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 19814 - 5 MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,00	14,82	14,82	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 22220 - 8 MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO	0,00	42,76	42,76	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 22975 - 0 ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	69,12	2.454,08	2.523,20	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 23592 - 0 YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	36,60	0,00	36,60	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 24193 - 8 RDICOM SISTEMAS MÉDICOS LTDA	52,69	663,96	665,40	51,25
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 24716 - 2 VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,00	8,89	8,89	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 24736 - 7 OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI	13,86	0,00	13,86	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 24881 - 9 CAMERITE SISTEMAS S/A	4.291,28	12.873,84	15.019,48	2.145,64
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25204 - 2 NORTE SUL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA	1.441,57	793,11	2.234,68	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25276 - 0 DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA	0,00	7,48	7,48	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25335 - 9 DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	189,92	260,50	450,42	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25586 - 6 STA SOLUÇÕES COMERCIAIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA	0,00	220,21	220,21	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25811 - 3 PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI	0,00	10,58	10,58	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25813 - 0 EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA	0,00	20,83	20,83	0,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO ATUAL
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 25995 - 1 SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR	0,00	30,12	30,12	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27311 - 2 FORMULA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	0,00	243,74	243,74	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27312 - 1 L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA	76,32	305,28	381,60	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27364 - 3 LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA	0,00	305,70	305,70	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27739 - 8 L FERREIRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	0,00	2,66	2,66	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27741 - 0 MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES	28,01	41,27	33,21	36,07
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27802 - 5 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	33,90	175,91	209,81	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 27921 - 8 A.A. DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE ARTIGOS DE DECORACAO	0,83	17,58	18,41	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 28030 - 5 DENTAL MED+ LTDA	1,62	15,99	11,86	5,75
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 28039 - 9 BETANIAMED COMERCIAL EIRELI	560,40	0,00	560,40	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 28040 - 2 DENTAL MARIA-ME	0,00	10,80	10,80	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 28547 - 1 OFFICER MÓVEIS E ELETRÔNICOS LTDA	0,00	23,52	23,52	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 28633 - 8 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETROELETRONICOS	0,00	46,97	46,97	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 28639 - 7 COMERCIAL APP COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	0,00	208,72	0,00	208,72
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29415 - 2 BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA	0,00	69,55	69,55	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29424 - 1 SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	0,00	7,19	7,19	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29512 - 4 ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	0,00	20,31	20,31	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29539 - 6 NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRIÇÃO PRODUTOS MEDICOS E	0,00	12,96	12,96	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29551 - 5 ILG COMERCIAL LTDA ME	0,00	1,44	1,44	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29553 - 1 GRAMS&GRAMS LTDA - ME	37,94	38,48	76,42	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29566 - 3 BIG MÁQUINAS LTDA	0,00	4.580,40	4.580,40	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29664 - 3 PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA	0,00	28.766,18	28.766,18	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29760 - 7 AGRICULTE - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS	0,00	600,00	600,00	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29817 - 4 F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA	0,00	61,92	61,92	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29883 - 2 REIFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	778,44	0,00	778,44	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 29996 - 1 RUDINEI XAVIER DE GUSMAO ME	2.149,90	11.935,41	12.554,01	1.531,30
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 30292 - 9 BD INFORMATCA LTDA	0,00	186,07	186,07	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 30310 - 1 FORMIGARI COMERCIO DE MOVEIS LTDA	0,00	156,36	156,36	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 30374 - 7 METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,00	2,04	0,00	2,04
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 30705 - 0 INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTAO EMPRESARIAL	0,00	208,80	208,80	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 31192 - 8 ZAGONEL ILUMINAÇÃO S.A	0,00	84,97	84,97	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 31395 - 5 APPLAUSO VEICULOS LTDA	0,00	1.750,80	1.750,80	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 31751 - 9 IVG BRASIL LTDA	0,00	5.063,66	5.063,66	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 31770 - 5 AMBIENTALE ANALISES AMBIENTAIS E DE ALIMENTOS LTDA	0,00	11,77	11,77	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 31926 - 1 MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA	0,00	192,81	192,81	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 32100 - 1 SANTINI MEDICAMENTOS LTDA	0,00	3,24	0,00	3,24
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 32138 - 9 FORZA MAQUINAS AGRICOLAS E CONSTRUCAO LTDA	0,00	18.477,60	18.477,60	0,00
2.1.8.8.3.01.04.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - 32187 - 7 RAVI E-COMMERCE LTDA	0,00	11,38	0,00	11,38
2.1.8.8.5.00.00.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	1.348,87	35.328,56	34.729,56	1.947,87
2.1.8.8.5.01.00.00.00.00.00.00	CONSIGNAÇÕES	1.348,87	35.328,56	34.729,56	1.947,87
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 1728 - 1 EDERALDO DE ANDRADE LTDA	250,56	1.494,63	1.494,63	250,56
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 3244 - 1 TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	197,31	1.705,93	1.705,93	197,31
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO ATUAL
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 19428 - 0 STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA	0,00	614,14	614,14	0,00
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 19523 - 5 YAMADIESEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS - EIRELI	0,00	86,70	86,70	0,00
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 25204 - 2 NORTE SUL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA	901,00	495,70	1.396,70	0,00
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 25417 - 7 DALVAN SCHLOSSER DE FREITAS PALESTRAS	0,00	493,11	493,11	0,00
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 26607 - 8 M AMARAL DOS SANTOS GUIMARAES ME	0,00	3.000,00	1.500,00	1.500,00
2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 29061 - 1 SCC ARBITRAGEM E SEGURANÇA LTDA	0,00	431,91	431,91	0,00

2.1.8.8.5.01.08.00.00.00.00.00	ISS - 29664 - 3 PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA	0,00	27.006,44	27.006,44	0,00
Despesa Orçamentária		2.393.120,99	90.105.366,47	82.241.019,90	10.257.467,56
Saldo a Pagar do Exercício		0,00	90.182.091,90	80.120.823,73	10.061.268,17
Saldo a Pagar de Exercícios Anteriores (restos a pagar)		2.393.120,99	(76.725,43)	2.120.196,17	196.199,39
Total da Dívida Flutuante		2.478.153,07	98.707.141,3	90.833.962,5	10.351.331,8

ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno
	CRC: 024431/O-0	

Entidades Consolidadas:

Município de Palmital

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:DF578497

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI FEDERAL N.º 4.320/64 - ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MUNICÍPIO DE PALMITAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
2025
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 03/02/2026

DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	93.460.699,32	88.015.422,10
RECEITAS DERIVADAS	8.250.151,44	7.441.002,45
Receita Tributária	7.556.849,57	6.857.441,20
Receita de Contribuições	693.301,87	583.561,25
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	1.408.986,02	1.397.932,89
Receita Patrimonial	990.836,44	879.599,75
Receita Agropecuária	44.698,74	3.452,09
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	67.066,59	109.781,88
Outras Receitas Originárias	306.384,25	405.099,17
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	83.801.561,86	79.176.486,76
Intergovernamentais	62.433.986,27	59.652.839,42
da União	38.267.445,10	37.481.715,12
de Estados e Distrito Federal	24.166.541,17	22.171.124,30
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	11.665.002,10	10.878.674,88
Transferências Financeiras Recebidas	1.100.798,66	1.017.455,97
Recebimentos Extraorçamentários	8.601.774,83	7.627.516,49
DESEMBOLSOS	91.552.202,77	89.956.754,22
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	35.853.644,87	32.484.276,61
SAÚDE	7.622.452,68	7.042.028,06
ADMINISTRAÇÃO	6.281.663,33	6.044.253,90
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.629.479,57	1.547.664,59
AGRICULTURA	1.297.174,17	1.130.875,61
TRANSPORTE	1.673.412,40	1.609.519,73
EDUCAÇÃO	15.231.628,66	13.615.229,65
URBANISMO	524.763,37	286.453,60
GESTÃO AMBIENTAL	878.741,35	764.282,15
INDÚSTRIA	257.359,76	123.940,49
DESPORTO E LAZER	347.931,65	320.028,83
CULTURA	109.037,93	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.106.067,83	937.830,87
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.106.067,83	937.830,87
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	54.592.490,07	56.534.646,74
Intergovernamentais	14.347,69	120.806,82
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	14.347,69	120.806,82
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	42.004.199,75	45.357.999,33
Transferências Financeiras Concedidas	3.981.000,00	3.314.000,04
Pagamentos Extraorçamentários	8.592.942,63	7.741.840,55
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos/Redução Valor Recuperável	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.908.496,55	(1.941.332,12)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	436.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	436.600,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	436.600,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INGRESSOS	519.827,94	3.815.539,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	519.827,94	3.815.539,35
DESEMBOLSOS	3.262.759,76	2.700.574,55
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	3.262.759,76	2.700.574,55
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.742.931,82)	1.114.964,80
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(834.435,27)	(389.767,32)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	8.311.765,61	8.701.532,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.477.330,34	8.311.765,61

Notas Explicativas

1 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - O Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) é o relatório contábil responsável por evidenciar as movimentações ocorridas no caixa, ou equivalentes de caixa do Município. Essas movimentações podem ser decorrentes de atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. Afinal, os recursos da publicos podem ser destinados ao pagamento de atividades operacionais, de atividades de investimento ou de atividades de financiamento. Além disso, essas mesmas atividades também podem gerar recursos para o negócio.

2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Assim entendidas as principais atividades geradoras de receita da entidade e de outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. São explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da execução orçamentária do ente. Constitui-se de Ingressos (Receitas) e Desembolsos (Despesas). O Fluxo de caixa Líquido é o Resultado do confronto entre Ingressos e Desembolsos.

3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: O fluxo de caixa de investimento mostra quais são gastos com os ativos não-circulantes nos investimentos da ente, no bens Imobilizados ou Intangíveis. Ele mostra também as entradas por venda dos ativos. No caso em tela, houve nda de ativos o valor de R$ 508.700,00 e ainda não houve despesas vinculadas a estes recursos.

4 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: Compreende-se com atividades de financiamento, os ingressos de recursos provenientes de Operações de Créditos e os Desembolsos para Amortização e Refinanciamento de Dívidas.

ROBERTO CARLOS ROSSI	***ANTONIO SIMIANO***	***DEBORA REGINA COSTA***
Prefeito Municipal	Contador CRC: 024431/O-0	Controle Interno

Entidades Consolidadas:

Município de Palmital

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:00289023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.491

DECRETO Nº 1.491

"Concede promoção por Progressão Horizontal aos Profissionais do Quadro do Magistério."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 97.165/2025, e de acordo com a Lei Complementar nº 113/2009 e suas alterações, o Decreto nº 2.288/2011, e considerando a avaliação da Comissão Especial para Coordenação do Processo de Progressão dos Profissionais da Educação, designada pela Portaria nº 1.669, de 18 de dezembro de 2025, conforme relatório, parte do supracitado protocolado,

DECRETA:

Art. 1° Fica concedida a promoção por Progressão Horizontal, aos Profissionais do Quadro do Magistério, convalidando a avaliação realizada e apresentada pelo relatório da Comissão Especial para Coordenação do Processo de Progressão dos Profissionais da Educação, designada pela Portaria nº 1.669/2025, enquadrando-os as respectivas Classes, conforme discriminado no anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 1.491/2026

I - EDUCADOR INFANTIL			
MATRÍCULA	**NOME**	**NÍVEL ATUAL**	**NOVO NÍVEL**
95.644-1	ALESANDRA RIBEIRO DA SILVA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
6.614-1	ALESSANDRA DO ROCIO MARTINS DA SILVA	EINFB4011-1	EINFC4011-1
95.026-1	ALESSANDRA MÁRCIA SANTOS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.611-1	ALESSANDRA MOREIRA DA VEIGA	EINFB4013-1	EINFC4013-1
10.991-1	AMANDA CUNHA GONÇALVES RODRIGUES	EINFB4010-1	EINFC4010-1
95.450-1	ANA PAULA ANTUNES DA SILVA VIANA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.494-1	ANA PAULA ONORIO FARIAS	EINFB4009-1	EINFC4009-1
12.489-1	ANA PAULA TUCHINSKI DA SILVA BOTELHO	EINFB4009-1	EINFC4009-1
12.130-1	ANDREA GONCALVES TAVARES	EINFC4009-1	EINFD4009-1
95.451-1	ANNE PRISCILA MELO RODRIGUES DA SILVA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.609-3	ARLETE CRISTINA CRISANTO DE MIRANDA	EINFA4013-1	EINFB4013-1
95.645-1	BRUNA THEODORO DE MATTOS DUARTE	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.483-1	CARINE MARTINS DE SOUZA	EINFB4008-1	EINFC4008-1
94.716-2	CAROLINE MATEUS LOURENÇO DA ROSA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.850-1	CASSIA MENDES CANDIDO	EINFB4011-1	EINFC4011-1
11.000-1	CELIA REGINA RAMOS PINTO	EINFB4011-1	EINFC4011-1
12.496-2	CINTIA CARLA TORTATO	EINFA4009-1	EINFB4009-1
11.001-1	CLAUDIA ALVES NOGUEIRA	EINFB4011-1	EINFC4011-1
12.490-1	CRISTIANE DO ROSARIO GOMES	EINFB4009-1	EINFC4009-1
10.605-1	CRISTIANE SOUZA DA SILVA TEODORO	EINFA4013-1	EINFB4013-1
95.452-1	DANIELE CRISTINA DA SILVA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
6.741-1	DANIELE DOS REIS	EINFB4011-1	EINFC4011-1
95.113-1	DENIZE VERGINIO	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.028-1	ELAINE CRISTINA ARAUJO GONÇALVES	EINFB4009-1	EINFC4009-1
10.246-2	EVELY MARQUES DE OLIVEIRA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.926-1	FABIANA MIRANDA DA SILVA	EINFB4011-1	EINFC4011-1
95.120-1	FABIANI MAGRI	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.481-1	FABIELI NIERI SILVA	EINFB4009-1	EINFC4009-1
94.795-1	FRANCIELE DA SILVA MAFFEI	EINFB4007-1	EINFC4007-1
95.112-1	FRANCY BELLE ALVES	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.890-1	GABRIELA RIBEIRO MANTOVANI	EINFB4007-1	EINFC4007-1
95.110-1	GABRIELA RODRIGUES DE SOUSA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.024-1	GABRIELLA DOS REIS ROSA CARRARO	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.032-1	GIANNI GRASSMANN LANDUCCI	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.033-1	GLACIELLE DOS SANTOS RODRIGUES TAVARES	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.480-1	GRAZIELE PEREIRA	EINFC4009-1	EINFD4009-1
95.028-1	ISABELE DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.117-1	JACIARA MICHELE GONÇALVES CORDEIRO	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.214-3	JACQUELINE FRANCO DA COSTA PEREIRA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
94.256-2	JANAINA DOS SANTOS RIBEIRO	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.353-1	JANINE DE ABREU DE OLIVEIRA GONÇALVES	EINFB4005-1	EINFC4005-1
94.155-2	JAQUELINE CORDEIRO DOS SANTOS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.020-1	JAQUELINE NORONHA COSTA DE SOUZA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.115-1	JAQUELINE VELLOSO DA CRUZ	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.123-1	JOCIANE GALDINO MUNIZ	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.987-1	JOEL CAETANO DOS SANTOS JUNIOR	EINFA4011-1	EINFB4011-1
95.354-1	JOELMA XAVIER PINHEIRO COSTA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
7.870-1	JORGIANE MENDES	EINFB4013-1	EINFC4013-1
6.618-1	JOSANE ALVES FABRÍCIO	EINFB4013-1	EINFC4013-1
95.356-1	JOZAINE FERNANDES BISSULE DOS SANTOS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.482-1	JULIANA WAGNER LEANDRO	EINFB4009-1	EINFC4009-1
95.031-1	KAROLLYNE CRISTINE GONÇALVES DA SILVA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.491-1	KARYN CRISTINE DE MENDONÇA ALVES DA COSTA	EINFC4009-1	EINFD4009-1
10.849-1	KAYARA STELLA FERRO	EINFB4013-1	EINFC4013-1
11.884-1	KELLY CRISTINA XAVIER DE SOUZA FEITOZA	EINFB4011-1	EINFC4011-1
95.454-1	LACIANE SOUZA MATTOS SILVA PONTES	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.004-1	LAIS MIRANDA CUCH	EINFB4011-1	EINFC4011-1
94.336-2	LARISSA COLLA DE SOUZA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.455-1	LARISSA DE OLIVEIRA CASSILHA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.456-1	LARISSA MENDES BRAGA CARDOSO DA SILVA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.038-4	LAUDICEIA FERNANDES RIBEIRO	EINFB4009-1	EINFC4009-1
12.485-1	LETICIA DE FARIAS PEREIRA	EINFB4009-1	EINFC4009-1
95.119-1	LETICIA DE OLIVEIRA	EINFA4005-1	EINFB4005-1
12.026-3	LIDIANE CORREA ANTÔNIO	EINFB4005-1	EINFC4005-1

12.487-1	LINDAMARA CORDEIRO ALVES	EINFB4009-1	EINFC4009-1
95.457-1	LIZABELE BATISTA SAMPAIO CORRÊA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
7.142-3	LIZABETE DO ROCIO VANHONI GONCALVES	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.943-1	LORENA PAOLA CUSTODIO DUARTE	EINFB4009-1	EINFC4009-1
95.116-1	LORENA SILVA DOS SANTOS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.286-2	LUCIANA PINHEIRO RIBEIRO DOS SANTOS	EINFA4005-1	EINFB4005-1
95.039-1	MARA REGINA FERREIRA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.036-1	MARALINA FERNANDES DOS SANTOS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.459-1	MARIA DA LUZ DOS SANTOS MALETZKE	EINFB4005-1	EINFC4005-1
12.486-1	MARIA DE FATIMA DA SILVA XAVIER	EINFA4009-1	EINFB4009-1
10.984-1	MARILU RIBEIRO DE ARAÚJO	EINFA4011-1	EINFB4011-1
95.042-1	MARLUANA LOPES MATILDE	EINFB4005-1	EINFC4005-1
93.767-3	MICHELE CRISTINA ALVES DOS SANTOS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.044-1	MICHELLE DA SILVA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
7.877-1	MIRIAN DIAS VELOSO	EINFB4011-1	EINFC4011-1
7.818-1	NÁDIA DOS SANTOS TEIXEIRA	EINFA4005-1	EINFB4005-1
11.886-1	NÁDIA IARA DO AMARAL DOS SANTOS	EINFB4013-1	EINFC4013-1
11.887-1	NAIADE CRISTINA MIRANDA DE SOUZA SANTOS BRANCO	EINFB4011-1	EINFC4011-1
6.097-3	NEIFI LADEN	EINFB4010-1	EINFC4010-1
10.979-1	NÚBIA TASCIANE DE OLIVEIRA MEGIOLARO	EINFA4006-1	EINFB4006-1
95.114-1	PRISCILA MOREIRA LIMA CARDOSO	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.980-1	RAFAELA BENTO DOS SANTOS	EINFB4011-1	EINFC4011-1
95.462-1	RAFAELE LOUREÇO DO CARMO SOARES	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.463-1	RAFFAELLA MATOZO TROMER	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.359-1	ROSANE CAPETA BORBA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
11.880-1	ROSIMERI MATIAS DOS SANTOS	EINFB4011-1	EINFC4011-1
11.882-1	RUBIAMARA MAYUMI POLICARPO NISHIDA BUENO	EINFC4011-1	EINFD4011-1
11.835-3	SAMYRA DE MACEDO BEZERRA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
10.639-1	SELMA NUNES CORDEIRO	EINFB4013-1	EINFC4013-1
11.016-1	SILMARA BURAK	EINFA4010-1	EINFB4010-1
95.045-1	SILMARA DO ROCIO PEREIRA PEDRONI DA COSTA	EINFA4005-1	EINFB4005-1
7.900-1	SILMARA NUNES DE LIMA	EINFC4011-1	EINFD4011-1
11.881-2	SILVANA DO PILAR MACHADO	EINFA4009-1	EINFB4009-1
12.086-2	SILVANA MEDUNA	EINFC4009-1	EINFD4009-1
7.032-1	SILVANE OLIVEIRA DA COSTA	EINFB4013-1	EINFC4013-1
95.037-1	SILVIA LETICIA OLIVEIRA	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.360-1	SIMONE MATHIAS MONTE	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.111-1	TABITA FERNANDA COGO DE AQUINO TRAMUJAS	EINFB4005-1	EINFC4005-1
95.122-1	TATIANE ADELISE ANDRADE	EINFB4005-1	EINFC4005-1
7.876-1	TATIANE FATIMA DE SOUZA	EINFB4013-1	EINFC4013-1
10.638-1	TATIANE NUNES CORDEIRO	EINFA4009-1	EINFB4009-1
95.494-1	VIVIANE VIEIRA DA SILVA COSTA	EINFB4005-1	EINFC4005-1

II - MONITOR

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL ATUAL	NOVO NÍVEL
10.233-1	CARLA CRISTINA HONORIO DOS SANTOS	MD4011-1	ME4011-1
10.117-1	DAYANNY PIRES DE OLIVEIRA FEITOZA	MD4011-1	ME4011-1
9.918-1	DELIANE BERNADETE DE PAULA	MD4015-1	ME4015-1
10.153-1	DENILZA DO ROSARIO GONCALVES	MD4015-1	ME4015-1
9.823-1	GISLAINE FERNANDES DA CONCEIÇÃO	MD4013-1	ME4013-1
9.922-1	KARINA RIBEIRO BANQUES MOCELIN	MD4011-1	ME4011-1
10.282-1	MARELI DOS SANTOS TRAMUJAS	MD4015-1	ME4015-1
9.821-1	MICHELLE CRISTINA DA SILVA JIANNI	MD4015-1	ME4015-1
9.820-1	NOELI RODRIGUES DA SILVA CORREIA	MD4013-1	ME4013-1
9.274-1	RICHELME DO ROCIO CASBURGO	MD4015-1	ME4015-1
9.275-2	ROSANGELA ROSA	MD4015-1	ME4015-1
10.157-1	ROSENILZA DO ROSARIO GONCALVES	MD4012-1	ME4012-1

III - PROFESSOR

MAT	NOME	CARGO	NÍVEL ATUAL	NOVO NÍVEL
8.744-1	ADRIANA PAULA CHAVES MIQUILINI	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
95.466-1	ADRIANE FERREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.425-1	ADRIOMARA GONCALVES DE ARAUJO	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
11.461-2	ALESSANDRA PAULA REGIS GARCIA INÁCIO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.906-1	ALINE FRANCIELLE ARAUJO LOPES PINTO	PROFESSOR	PROFE20N11-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
11.906-2	ALINE FRANCIELLE ARAUJO LOPES PINTO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.080-1	ALINE KAROL DIAS PINHEIRO MAIA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.103-1	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA SILVA WAGNER	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
94.793-1	ANA CAROLINA MATTOS FARIA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.749-1	ANA CAROLINA RODRIGUES DA LUZ	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
8.749-2	ANA CAROLINA RODRIGUES DA LUZ	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
95.467-1	ANA CLAUDIA DA COSTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
93.996-2	ANA CLAUDIA NASCIMENTO TEIXEIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.750-1	ANA CLAUDIA PEREIRA VASCONCELOS	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
8.750-2	ANA CLAUDIA PEREIRA VASCONCELOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
6.692-1	ANA CRISTINA RIBEIRO DE FREITAS	PROFESSOR	PROFA20N14-1	PROFD20N14-1
7.621-3	ANA LÚCIA DE ALMEIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.182-2	ANA LUCIA VEIGA	PROFESSOR	PROFA20N12-1	PROFD20N12-1
8.753-1	ANDREA KELLI PERES MENDES ROMÃO	PROFESSOR	PROFD20N17-1	PROFE20N17-1
8.753-2	ANDREA KELLI PERES MENDES ROMÃO	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
9.866-1	ANDREIA BUENO	PROFESSOR	PROFD20N22-1	PROFE20N22-1
9.866-2	ANDREIA BUENO	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
11.922-1	ANDREIA MOREIRA ESSER ROSA	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
11.922-2	ANDREIA MOREIRA ESSER ROSA	PROFESSOR	PROFE20N11-1	PROFF20N11-1
12.424-1	ANDRESSA DE LIMA PINHEIRO	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1

7.974-2	ANDRESSA DO CARMO FERNANDES MACIEL	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
12.427-1	ANDRESSA MATTOZO SOARES BONARDO	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
9.991-1	ÂNGELA ESCOMAÇAO DE ALBUQUERQUE	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
9.991-2	ÂNGELA ESCOMAÇAO DE ALBUQUERQUE	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.365-2	ANGELA MARIA BRUSCO CHYZI	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.099-1	ANILZA FERNANDES PIRES SANT ANA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.884-1	ANTÔNIO GONÇALVES NUNES NETO	PROFESSOR	PROFF20N21-1	PROFG20N21-1
9.884-2	ANTÔNIO GONÇALVES NUNES NETO	PROFESSOR	PROFF20N15-1	PROFG20N15-1
95.106-1	ANUSKA VERNIZE ALVES ALEXANDRE	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.468-1	BARBARA JACINTO MACHADO MENDES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.077-1	CAMILA DOS SANTOS FERREIRA LOPES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.068-1	CAMILA NAOMI DA COSTA ISHISAKI NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.340-1	CAMILLA CRISTINA DO ROZÁRIO SANTOS FORTUNATO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.581-2	CAROLINE ADRIANA DE SOUSA ROVIGO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.469-1	CAROLINE ALÍPIO KESSELI FIATKOSKI	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.475-2	CAROLINE NEVES DO NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.168-1	CELAINE DAMACENO MARCELO	PROFESSOR	PROFE20N21-1	PROFF20N21-1
7.168-2	CELAINE DAMACENO MARCELO	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
10.588-2	CIBELLE GONÇALVES DE AZEVEDO SILVERIO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
6.630-1	CIRCE CARNEIRO DE LEÃO	PROFESSOR	PROFE20N23-1	PROFF20N23-1
8.768-3	CLAUDINALI DINA RAMOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.476-1	CLAUDINEIA MENDES DE LIMA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.473-1	CLAUDIO MARCOS VELOSO JUNIOR	PROFESSOR DE INGLES	PROFE20N05-1	PROFF20N05-1
3.815-2	CLICIANE DE SOUZA MEDUNA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.403-2	CRISTIANA MAURICIO RODRIGUES	PROFESSOR	PROFA20N03-1	PROFD20N03-1
12.131-1	CRISTIANE DA SILVA PINTO PEREIRA	PROFESSOR	PROFE20N09-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
12.131-2	CRISTIANE DA SILVA PINTO PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
6.697-4	CRISTIANE GONÇALVES MARTINS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.649-1	CRISTIANE PIRES DA COSTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.773-2	CRISTIANE RICARDO DO CARMO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.430-1	CRISTIANE VIEIRA PIANTEK	PROFESSOR	PROFD20N07-1	PROFE20N07-1
7.100-2	CYBELLE DE FATIMA GOMES PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N18-1	PROFE20N18-1
7.100-3	CYBELLE DE FATIMA GOMES PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.097-1	DAIANE LUCAS CABRAL	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.776-1	DAIANE MACHADO ÁVILA CHRISTAKIS	PROFESSOR	PROFE20N19-1	PROFF20N19-1
8.777-1	DAMARIS BATISTA FARYJ MIRANDA	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
12.369-2	DANIELLE NUNES DE JESUS	PROFESSOR	PROFA20N03-1	PROFD20N03-1
9.905-2	DEBORAH FROTA KRAVITZ	PROFESSOR	PROFA20N22-1	PROFD20N22-1
9.905-3	DEBORAH FROTA KRAVITZ	PROFESSOR	PROFA20N13-1	PROFD20N13-1
95.060-1	DEISI ROVER DO CARMO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.086-1	DELMA GISLAINE ABREU SANTANA BUHRER	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.091-2	DENISE ALVES DA ROSA	PROFESSOR	PROFD20N21-1	PROFE20N21-1
5.045-1	DENISE DO ROCIO BARBOSA PEREIRA	PROFESSOR	PROFE20N20-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
95.478-1	DILMARA BATISTA DE SOUZA LECHENAKOSKI	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.098-1	DINAIR IOLANDA DA SILVA NATAL	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.078-1	DIOGO DA CUNHA DO NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.100-1	ECKLINE CRISTINE COSTA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.191-1	EDILAINE CRISTINA RAUSIS NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFB20N12-1	PROFD20N12-1
8.788-2	ELAINE DA COSTA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
8.788-3	ELAINE DA COSTA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
95.095-1	ELAINI LOPES DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.921-1	ELIANA DO ROCIO SANTOS OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N13-1	PROFE20N13-1
11.921-2	ELIANA DO ROCIO SANTOS OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N11-1	PROFE20N11-1
9.848-1	ELIANE DO ROCIO MANASSES	PROFESSOR	PROFA20N14-1	PROFD20N14-1
9.888-3	ELIANE HENRIQUE MAGNO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.089-1	ELIAS BORGES RIBEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.599-1	ELIETE MATOSO DE FREITAS	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
8.793-2	ELISABETE LOPES	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
95.498-1	ELISANGELA SILVA DA COSTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.442-1	ELIZA JUVENTINO ZELLA	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
12.442-2	ELIZA JUVENTINO ZELLA	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
95.479-1	ELIZANDRA DOMINGUES DE PAULA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.797-2	ELLEN JORGE CARVALHO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.344-1	ELTON DOS SANTOS LEE	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.800-1	EMANUELLE DO ROCIO MOREIRA	PROFESSOR	PROFA20N14-1	PROFD20N14-1
9.850-1	EMILY NUNES SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N14-1	PROFE20N14-1
9.999-1	ESTER PINHEIRO PONTES	PROFESSOR	PROFE20N23-1	PROFF20N23-1
9.999-2	ESTER PINHEIRO PONTES	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
9.862-1	EVELINE TENORIO MENDES SILVA	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
95.104-1	FABIANO CORDEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.341-1	FERNANDA BARBOSA DE FREITAS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.967-1	FERNANDA NASCIMENTO PENICHE	PROFESSOR	PROFA20N03-1	PROFD20N03-1
7.163-1	FERNANDA SILVERIO TAKASSAKI CAGNI	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
95.342-1	FILOMENA MARLI OLIVEIRA DE ARAUJO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.171-2	FLAVIA SILVA DE SOUZA BATISTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.200-2	FRANCELI DA COSTA SILVA	PROFESSOR	PROFA20N09-1	PROFD20N09-1
8.807-1	FRANCIELE CORDEIRO DE SOUZA MARTINS	PROFESSOR	PROFB20N14-1	PROFD20N14-1
95.481-1	FRANCIELLI CRISTINA EINECK	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.469-1	FRANCINE OLIVEIRA CORDEIRO RODRIGUES	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
95.343-1	FRANCISLENA FALAVINE DO ROSÁRIO FLOR	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.650-1	FRANCISMARA JANAINA CORDEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.345-1	GABRIELA LUISA MOCELIN DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.482-1	GABRIELE ALCIONE TAVARES MARIANO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.105-1	GILCILIANE DOS SANTOS PONTES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.397-1	GISELE DE FATIMA FANINI	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
12.397-2	GISELE DE FATIMA FANINI	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
95.483-1	GISLAINE DIAS PRADO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.590-2	GISLAINE DOS SANTOS WEINFURTER	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.982-1	GRAZIELLE CORREA RAMOS	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1

9.982-2	GRAZIELLE CORREA RAMOS	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
95.079-1	HELEN MONICA DOS SANTOS DOMINGUES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.401-1	HERICA NATALY AURICHIO PINTO	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
11.907-2	INAJARA REJANI MACHADO VIEIRA ANDRIOLI	PROFESSOR	PROFA20N03-1	PROFD20N03-1
8.821-2	ISABELA RIBEIRO FERREIRA	PROFESSOR	PROFE20N05-1	PROFF20N05-1
8.821-3	ISABELA RIBEIRO FERREIRA	PROFESSOR	PROFA20N03-1	PROFD20N03-1
95.081-1	IVANILDA ALEXANDRINA DA CUNHA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
5.581-2	IVANILDA SOBRAL GONCALVES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.474-1	IVETE RAMOS DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR	PROFE20N19-1	PROFF20N19-1
8.474-2	IVETE RAMOS DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
6.703-2	IVONE RAMOS DA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
6.703-3	IVONE RAMOS DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.377-1	JANAINA AGOSTINHO PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
12.467-1	JANAINA COELHO CHEMURE	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
5.597-2	JANAINA RUSSI MARIANO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.357-1	JANE MARY PIRES DE TOLEDO	PROFESSOR DE MUSICA	PROFD20N17-1	PROFE20N17-1
93.796-1	JEANINE AGOSTINHO PEREIRA ARAUJO	PROFESSOR	PROFD20N06-1	PROFE20N06-1
9.978-2	JEFERSON CARDOSO DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.065-1	JERUSA CORDEIRO LISBOA RIBEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.826-2	JERUSA NASCIMENTO MENDES DO ROSARIO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
2.011-2	JERUSA ROSEMBACK SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.652-1	JESSICA BARBOSA XAVIER	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.121-1	JESSICA MARQUES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.346-1	JESSICA SILVA DE FREITAS	PROFESSOR	PROFA20N05-1	PROFD20N05-1
95.073-1	JESSYCA GAMA CORRÊA LOURENÇO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
6.688-2	JOELMA CORDEIRO LINHARES PERES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.955-1	JOICE CRISTINA PEREIRA	PROFESSOR	PROFE20N11-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
10.955-2	JOICE CRISTINA PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.031-2	JOSEMAR TIZZONI	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.347-1	JOSIANE FERREIRA GOMES LOURENÇO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.092-1	JOSIANE LOPES PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.828-1	JOSIANE MENDES LOPES	PROFESSOR	PROFE20N21-1	PROFF20N21-1
8.828-2	JOSIANE MENDES LOPES	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
95.646-1	JOSILENE MILITÃO MATOZO DA VEIGA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.602-1	JULIANA ALVES DA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N13-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
10.602-2	JULIANA ALVES DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.901-1	JULIANA MARONITTI RODRIGUES	PROFESSOR	PROFE20N11-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
11.901-2	JULIANA MARONITTI RODRIGUES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.949-1	JULIANA QUINTINO ROSIN	PROFESSOR	PROFA20N11-1	PROFD20N11-1
95.085-1	JULIANE NASCIMENTO DAS NEVES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.120-2	JUSIANI MARI CALADO	PROFESSOR	PROFE20N21-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
7.120-3	JUSIANI MARI CALADO	PROFESSOR	PROFD20N18-1	PROFE20N18-1
95.497-1	KAMILA DOS SANTOS MIRANDA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.238-1	KARIME KLINGELFUS CONGROSSI MOREIRA	PROFESSOR	PROFE20N23-1	PROFF20N23-1
7.238-2	KARIME KLINGELFUS CONGROSSI MOREIRA	PROFESSOR	PROFE20N21-1	PROFF20N21-1
5.515-3	KARINE FERNANDES BATISTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.417-2	KARIZE MORAIS LEANDRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.074-1	KAROLINE BONARDO FARIAS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.107-1	KASSIANA SÂMELLA NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.101-1	KATHRYN DOS SANTOS NOGUEIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.090-1	KÁTIA MARINA MARTINOWSKY ALVES	PROFESSOR	PROFB20N17-1	PROFD20N17-1
7.090-2	KÁTIA MARINA MARTINOWSKY ALVES	PROFESSOR	PROFD20N15-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
95.348-1	KATIUCIA CHRISTINA SOUZA NUNES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
6.687-2	KELLY BITENCOURT FAUSTINO	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
95.485-1	KELLY REGINA DE FRANÇA CORDEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.833-1	KESSILLY MEIRY FEITOSA MENDES	PROFESSOR	PROFD20N10-1	PROFE20N10-1
10.646-1	LAILA CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
10.646-2	LAILA CRISTINA NASCIMENTO DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.349-1	LAIZ DE MATTOS RIBEIRO E RIBEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
3.269-1	LEONIR CORDEIRO MAURICIO	PROFESSOR	PROFD20N22-1	PROFE20N22-1
9.285-2	LETÍCIA DE CASSIA NASCIMENTO BALDOINO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.087-1	LUANA GONÇALVES DA ROSA PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.896-2	LUCELIA FUMANERI	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
10.865-1	LÚCIA DA SILVA MAIA	PROFESSOR	PROFD20N12-1	PROFE20N12-1
10.865-2	LÚCIA DA SILVA MAIA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.220-1	LUCIANA MICHELE ROSA LEITE	PROFESSOR	PROFE20N15-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
9.220-2	LUCIANA MICHELE ROSA LEITE	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
6.694-1	LUCIANE GODOY BONAFINI	PROFESSOR	PROFF20N20-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
6.694-2	LUCIANE GODOY BONAFINI	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
5.585-1	LUCIANE REGINA JACINTO SMANIOTO	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
8.842-1	LUCINEIA MENDES MACHADO	PROFESSOR	PROFE20N13-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
6.846-1	MANUELA ANGELO GONSA'LVES	PROFESSOR	PROFE20N21-1	PROFF20N21-1
6.846-2	MANUELA ANGELO GONSALVES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.072-1	MANUELE CRISTINA VIDAL DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.436-1	MARA LUCIA MARTINS DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFE20N21-1	PROFF20N21-1
8.436-2	MARA LUCIA MARTINS DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFE20N19-1	PROFF20N19-1
10.956-2	MARA ZILDA MACHADO DO ROZARIO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.557-3	MARCELA CLAUDINO DOS SANTOS RODRIGUES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.957-1	MARCIA FUJIKO YASUDA	PROFESSOR	PROFE20N23-1	PROFF20N23-1
9.957-2	MARCIA FUJIKO YASUDA	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
95.063-1	MARCIA LOUREIRO GUIMARÃES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.457-3	MARGARETE APARECIDA GONCALVES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.414-2	MARGARETH CRISTINA MOREIRA DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.452-2	MARI LUCI BATISTA	PROFESSOR	PROFD20N13-1	PROFE20N13-1
12.452-3	MARI LUCI BATISTA	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
8.412-3	MARIA DO ROCIO XAVIER SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
94.289-1	MARIA ISABEL PADOVANI MARTINS	PROFESSOR	PROFE20N05-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
8.853-2	MARIA ZENILDA DE LIMA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1

10.676-1	MARIANE APARECIDA PETENUSSO	PROF. EDUC. FISICA	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
95.075-1	MARIANE CUNHA CORDEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.578-2	MARIANNA BASTOS PINHEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.228-1	MARILDA VEIGA	PROFESSOR	PROFD20N12-1	PROFE20N12-1
8.453-1	MARILDA VEIGA SIMONI DA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N16-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
8.453-2	MARILDA VEIGA SIMONI DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.635-1	MARILI RUTE MENDES CARDOSO	PROFESSOR	PROFE20N19-1	PROFF20N19-1
8.861-1	MARISTELLA ZAMBONI DE FARIAS	PROFESSOR	PROFE20N17-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
7.950-1	MARJA MARIA FAUSTINO SCHMIDT	PROFESSOR	PROFE20N20-1	PROFF20N20-1
9.225-1	MARKIELY BATISTA SOBRAL	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
12.451-1	MARLI THEODORO LOURENÇO	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
12.451-2	MARLI THEODORO LOURENÇO	PROFESSOR	PROFD20N09-1	PROFE20N09-1
9.994-1	MARTHA DE OLIVEIRA PINHEIRO	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
95.108-1	MATHEUS EDILBERTO ROTH	PROF. EDUC. FISICA	PROFE20N05-1	PROFF20N05-1
6.755-1	MEIRE APARECIDA XAVIER DO NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFE20N25-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
6.755-2	MEIRE APARECIDA XAVIER DO NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFE20N20-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
9.388-1	MICHELE MENDES DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N21-1	PROFE20N21-1
9.388-2	MICHELE MENDES DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N14-1	PROFE20N14-1
12.421-1	MICHELLE MARTINS FRANCISCO	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
12.421-2	MICHELLE MARTINS FRANCISCO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.229-2	MICHELLY ZELA ANTÔNIO CAETANO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.960-1	MIRA CAROLINA DOS SANTOS ZELA	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
96.112-1	MIRIAN SILVA VANHONI	PROFESSOR	PROFD20N03-1	PROFE20N03-1
95.487-1	NATÁLIA JAQUELINE DE DEUS PEREIRA DA COSTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.094-1	NICOLE ROSA DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.911-1	NOELI FERNANDES	PROFESSOR	PROFE20N11-1	PROFF20N11-1
95.062-1	ODETE DA SILVA	PROFESSOR	PROFA20N05-1	PROFD20N05-1
9.236-2	PAULA CRISTINA MAIA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.237-1	POLIANA ZACARIAS VERDIANO	PROFESSOR	PROFE20N20-1	PROFF20N20-1
9.237-2	POLIANA ZACARIAS VERDIANO	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
6.727-1	PRISCILA DANIELLE RIBEIRO	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
95.351-1	PRISCILLA CARNEIRO DA SILVA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.651-1	RAFAELA CRISTINA RODRIGUES DA COSTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.880-2	RAFAELA DOS SANTOS DEMETRIO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.987-2	RAIANE MARQUES NUNES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.090-1	RENATA DOS SANTOS BRITTES MARQUES JANDREY	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.352-1	ROBERTA CARDOZO COLODÉL MODESTO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.400-1	ROSANGELA FRANCA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFE20N08-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
12.400-2	ROSANGELA FRANCA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.950-1	ROSEMEIRE DE FÁTIMA VENÂNCIO MARTINS	PROFESSOR	PROFE20N19-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
10.950-2	ROSEMEIRE DE FÁTIMA VENÂNCIO MARTINS	PROFESSOR	PROFE20N09-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
11.935-1	ROSICLEIA FRANÇA TEODORO	PROFESSOR	PROFD20N03-1	PROFE20N03-1
12.955-2	ROSILENE CORREA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.084-1	RUTIELLE DO ROSÁRIO SILVA ALVES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.816-2	SABRINA NEVES LIMA PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.956-2	SALVENINA DE MACENO CORDEIRO TAGLIARI	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
9.956-3	SALVENINA DE MACENO CORDEIRO TAGLIARI	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.957-1	SANDRA JOSE VELLOZO	PROFESSOR	PROFE20N23-1	PROFF20N23-1
10.957-2	SANDRA JOSE VELLOZO	PROFESSOR	PROFE20N11-1	PROFF20N11-1
9.987-1	SANDRINALI PINHEIRO DOS SANTOS MOCELIN SOUZA	PROFESSOR	PROFD20N13-1	PROFE20N13-1
95.061-1	SELMA CAMILA SILVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.396-1	SELMA PEREIRA	PROFESSOR	PROFE20N19-1	PROFF20N19-1
9.396-2	SELMA PEREIRA	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
10.965-1	SERLIA MARIANO	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
10.965-2	SERLIA MARIANO	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
12.390-1	SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA	PROFESSOR	PROFE20N15-1	PROFF20N15-1
12.390-2	SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
10.598-2	SIBELE ANGÉLICA BARBOSA	PROFESSOR	PROFD20N11-1	PROFE20N11-1
10.598-3	SIBELE ANGÉLICA BARBOSA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.069-1	SILMARA LUIZ GONÇALVES GOUVÊA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.091-1	SILVANA CRISTINA BATISTA FERREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.910-1	SILVANA DE ARAUJO COSTA	PROFESSOR	PROFE20N11-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
11.910-2	SILVANA DE ARAUJO COSTA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.898-1	SILVANE PÔNCIO	PROFESSOR	PROFE20N21-1	PROFF20N21-1
8.898-2	SILVANE PÔNCIO	PROFESSOR	PROFE20N17-1	PROFF20N17-1
12.402-1	SILVANI DA SILVA CARDOSO	PROFESSOR	PROFE20N09-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
12.402-2	SILVANI DA SILVA CARDOSO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
10.959-2	SILVIA CRISTINA IATZSEKI CORREA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
5.740-2	SILVIA RANGEL MENDES	PROFESSOR	PROFE20N19-1	PROFF20N19-1
5.740-3	SILVIA RANGEL MENDES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
9.254-2	SIMONE DOS SANTOS ALVES	PROFESSOR	PROFD20N15-1	PROFE20N15-1
10.572-1	SIMONE FERNANDES KIRCHHOFF	PROFESSOR	PROFE20N13-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
10.572-2	SIMONE FERNANDES KIRCHHOFF	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
94.943-2	SIMONE VIDAL DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
11.916-2	SIRLEI MARIA DA ROSA NASCIMENTO	PROFESSOR	PROFD20N11-1	PROFE20N11-1
95.490-1	SIRLENE DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFD20N04-1	PROFE20N04-1
11.826-2	SUELEN DA SILVA SAMPAIO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.462-2	SUELEN PEREIRA SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.489-1	SURIEL CRISTINA MAIA PEREIRA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
94.709-2	TABATA FERNANDA VIANA SANTANA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.419-2	TATIANE VIANA FIGUEIRO	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.076-1	THAIS CRISTINA LOURENÇO DA SILVA	PROFESSOR	PROFA20N03-1	PROFD20N03-1
11.920-1	THAYS LURDES DOS SANTOS KLICHIEVITS	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
11.920-2	THAYS LURDES DOS SANTOS KLICHIEVITS	PROFESSOR	PROFE20N11-1	PROFF20N11-1

8.454-1	VALDELUCIA MATIAS DA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N21-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
8.454-2	VALDELUCIA MATIAS DA SILVA	PROFESSOR	PROFE20N16-1	NÍVEL JÁ CONCEDIDO
9.971-1	VALDENARIA DA SILVA OLIVEIRA ALVES	PROFESSOR	PROFE20N13-1	PROFF20N13-1
9.971-3	VALDENARIA DA SILVA OLIVEIRA ALVES	PROFESSOR	PROFD20N03-1	PROFE20N03-1
95.088-1	VALDIRENE METZ	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.470-1	VANIA LEMOS MATOZO DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
12.470-2	VANIA LEMOS MATOZO DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
7.181-1	VERA ELIS MENDES	PROFESSOR	PROFE20N22-1	PROFF20N22-1
7.181-2	VERA ELIS MENDES	PROFESSOR	PROFE20N20-1	PROFF20N20-1
5.565-2	VERA LIZ SILVERIO DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFE20N23-1	PROFF20N23-1
7.177-1	VERIDIANI FIGUEIREDO VIEIRA	PROFESSOR	PROFD20N23-1	PROFE20N23-1
7.177-2	VERIDIANI FIGUEIREDO VIEIRA	PROFESSOR	PROFD20N21-1	PROFE20N21-1
95.338-1	VERÔNICA CÉLIA CAMPOS DO AMARAL	PROF. EDUC. FISICA	PROFE20N05-1	PROFF20N05-1
6.704-1	VIVIAN REGIA VALE DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFF20N23-1	PROFG20N23-1
6.704-2	VIVIAN REGIA VALE DE OLIVEIRA	PROFESSOR	PROFF20N21-1	PROFG20N21-1
9.985-2	VIVIANE DE LIMA DOS SANTOS	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
95.064-1	VIVIANE PIRES MENDES TAKAHARA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
8.916-2	WANDACLER CRISTINI DE SOUZA CRUZ	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.407-1	WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA	PROFESSOR	PROFE20N09-1	PROFF20N09-1
12.407-2	WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1
12.027-1	WANESSA PRISCILLA MAURICIO	PROFESSOR	PROFE20N10-1	PROFF20N10-1
12.027-2	WANESSA PRISCILLA MAURICIO	PROFESSOR	PROFE20N04-1	PROFF20N04-1
95.499-1	WILMA CORDEIRO GOMES	PROFESSOR	PROFD20N05-1	PROFE20N05-1

IV - PEDAGOGO			
MATRÍCULA	**NOME**	**NÍVEL ATUAL**	**NOVO NÍVEL**
10.615-1	ADRIANA DO NASCIMENTO	PROPA40N13-1	PROPB40N13-1
10.944-1	ANA HELENA DE MATTOS	PROPB40N11-1	PROPC40N11-1
10.990-2	CAROLINE LOBO SANTOS DE QUEIROZ	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1
10.603-1	CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES	PROPC40N07-1	PROPD40N07-1
10.604-1	CLEMENCIA SANTA DA CUNHA	PROPA40N10-1	PROPB40N10-1
10.605-3	CRISTIANE PIRES DE MIRANDA DE CARLOS	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1
10.606-1	ELENIR IVETE KOEKE	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1
10.607-1	FRANCIELE VIEIRA DE QUEIROZ SANTOS	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1
10.608-2	LIBANIA MATIAS DA SILVA	PROPA40N11-1	PROPB40N11-1
10.609-1	MARIA MADALENA FERREIRA MACHADO CALADO	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1
10.610-2	MARIANA LAZAROTTI DA CONCEIÇÃO	PROPA40N05-1	PROPB40N05-1
10.611-1	RENATA DE MORAIS RODRIGUES	PROPB40N13-1	PROPC40N13-1
10.612-1	RONISE DO NASCIMENTO FERREIRA	PROPB40N09-1	PROPC40N09-1
10.613-1	TATIANA ALVES PINHEIRO	PROPB40N13-1	PROPC40N13-1
10.614-1	TATIANE OLIVEIRA BARBOSA	PROPB40N13-1	PROPC40N13-1
10.615-1	TATIANE TAVEIRA DOS SANTOS	PROPB40N11-1	PROPC40N11-1
10.616-1	TEREZINHA DE FATIMA NOGAROTTO SKODOWSKI	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1
95.473-1	VIVIAN LEAMARI MAGALHÃES BEZERRA	PROPB40N05-1	PROPC40N05-1

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:ED2EA6DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.493

DECRETO Nº 1.493

"Aprova os Critérios e Especificações do Sistema de Avaliação de Desempenho e Qualidade do Transporte Público de Passageiros do Município de Paranaguá."

O PREFEITO DA CIDADE DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a legislação existente que disciplina o Serviço de Transporte de Passageiros do Município de Paranaguá, adaptando-a às necessidades atuais do serviço;

CONSIDERANDO a necessidade de a Administração Pública aprimorar o atendimento aos usuários e exercer de maneira eficiente o controle e a fiscalização do serviço, visando o seu aperfeiçoamento;

CONSIDERANDO a importância do transporte público coletivo na integração municipal;

CONSIDERANDO a necessidade em existir maneiras práticas de medir a eficiência do sistema e que essas medições devem, idealmente, equilibrar critérios técnicos e indicadores da percepção do usuário, englobando, desde a manutenção veicular e as questões de segurança viária, à percepção de frequência das rotas e também do conforto das viagens.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de observação da legislação aplicável à espécie pelos operadores do Serviço de Transporte de Passageiros do Município de Paranaguá;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Caderno de Critérios e Especificações do Sistema de Avaliação de Desempenho e Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros na forma dos ANEXOS ao presente Decreto.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos poderá expedir normas complementares para execução do Sistema de Avaliação de Desempenho e Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros aprovados no presente Decreto.

Art. 3º O Sistema de Avaliação de Desempenho e Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros a que se refere o Art. 1º deverão ser revistos a cada cinco anos ou quando houver necessidade de alteração relevante.

Art. 4° O Processo de Apuração dos indicadores a serem monitorados durante a execução do contrato de prestação de serviços para o Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Paranaguá: serão realizados até o quinto dia útil do mês subsequente, quando então o PODER CONCEDENTE disponibilizará relatório consolidado contendo os dados apurados.

Art. 5° A CONCESSIONÁRIA terá prazo de 10 (dez) dias úteis para contestar os dados apresentados, podendo solicitar revisão mediante comprovação documental.

Parágrafo único: Havendo deferimento da defesa, o cálculo será corrigido antes da aplicação da penalidade.

Art. 6° Nos primeiros 90 (noventa) dias após a publicação deste Decreto, os índices serão apurados apenas para fins de acompanhamento e ajuste operacional, sem aplicação de penalidade. Após esse período, as penalidades serão aplicadas normalmente conforme estabelecido no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

CHRISTIANARA SANTOS ROSA

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

ANEXO I

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SERVIÇO

Art. 1º A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos é o órgão normativo, coordenador e fiscalizador do Serviço de Transporte de Passageiros do Município de Paranaguá;

Art. 2º Os procedimentos e indicadores constantes dos anexos do presente Decreto devem ser revisados periodicamente pelo PODER CONCEDENTE, de acordo com a dinâmica de atualização tecnológica e/ou introdução de novos equipamentos ou funcionalidades não previstas no início da operação do sistema de transporte.

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para o aferimento do bom funcionamento do serviço de transporte coletivo, serão propostos indicadores qualitativos e quantitativos, garantindo assim a qualidade e a confiabilidade do sistema devendo-se observar:

I - Regularidade: é a característica de atendimento das condições estabelecidas para a prestação dos serviços, especificadas no Edital de Concessão, Contrato e nas Normas Técnicas aplicáveis.

II - Continuidade: é a permanência da oferta do serviço concessionado durante a vigência do contrato.

III - Eficiência: garantia da execução dos serviços dentro das prerrogativas contratuais, nos padrões estabelecidos, garantindo o cumprimento das metas e objetivos da Concessão. Devem ser observados os padrões de excelência e atendimento das Normas Técnicas aplicáveis.

IV - Atualidade: compreende a dinâmica de atualização tecnológica, operacional e de procedimentos durante a Concessão. Engloba as técnicas aplicadas, os equipamentos e material rodante disponibilizado, as instalações para a prestação dos serviços, bem como a sua expansão, quando for o caso.

V - Generalidade: é a característica de impessoalidade do serviço prestado, sem nenhum tipo de discriminação.

VI - Cortesia: é a garantia da prestação do serviço concessionado de forma adequada aos usuários, tanto o atendimento quanto o tratamento.

VII - Modicidade: é a busca constante pela tarifa justa que remunera os serviços prestados.

CAPÍTULO III - DOS INDICADORES

Art. 4° Serão aplicados os seguintes indicadores a serem monitorados durante a execução do contrato de prestação de serviços para o Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Paranaguá:

I - INDICADOR OPERACIONAL — QUILOMETRAGEM (IOQ)

a) Objetivo: identificar o percentual da quilometragem operacional realizada, em relação à quilometragem programada, durante o mês de operação analisado.

b) Método: será identificada a quilometragem operacional realizada durante o mês de análise e também a quilometragem operacional programada. A partir do quociente entre as quilometragens realizadas sobre as programadas, obtém-se o percentual de atendimento da programação (%), de acordo com a Equação.

c) Fonte dos dados: Sistema de Monitoramento por GPS.

d) Periodicidade: mensal.

e) Peso: 10%

f) Meta:

IOQ – Quilometragem		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**Indicador**
98%		1
	97,99%	0,75
	96,99%	0,50
	95,99%	0,25
	95,50%	0

II - INDICADOR OPERACIONAL - REGULARIDADE (IOR)

a) Objetivo: identificar o percentual de viagens efetivamente realizadas durante o mês de operação analisado.

b) Método: serão identificadas todas as viagens programadas durante o mês de análise e também a quantidade de viagens efetivamente realizadas. A partir do quociente entre as viagens realizadas sobre as programadas, obtém-se o percentual de atendimento da programação (%), de acordo com Equação.

c) Definição de viagem: Operação de ida e volta do ponto de partida inicial.

d) Fonte dos dados: Sistema de Monitoramento por GPS.

e) Periodicidade: mensal.

f) Peso: 15%

g) Meta:

IOR – Regularidade		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**indicador**

98%		1
	97,99%	0,75
	96,99%	0,5
	95,99%	0,25
	95,50%	0

III - INDICADOR OPERACIONAL - CONFIABILIDADE (IOC)

a) Objetivo: identificar a confiabilidade do sistema a partir do percentual de partidas pontuais em relação às viagens realizadas.

b) Método: serão registrados os horários de partidas das viagens em sua origem que apresentem pontualidade em relação ao quadro-horário previamente estabelecido junto ao PODER CONCEDENTE. Serão consideradas como partidas pontuais aquelas ocorridas com uma diferença máxima de 4 minutos em relação ao horário programado, de acordo com a Equação.

c) Fonte dos dados: Sistema de Monitoramento por GPS.

d) Periodicidade: mensal.

e) Peso: 15%

f) Meta:

IOC – Confiabilidade		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**Indicador**
98%		1
	97,99%	0,75
	96,99%	0,5
	95,99%	0,25
	95,50%	0

IV - INDICADOR OPERACIONAL - MANUTENÇÃO (IOM)

a) Objetivo: mensurar os esforços da CONTRATADA em realizar a manutenção de sua frota de veículos. Para isso, deve ser calculada a quantidade de quebras de veículo durante a operação do sistema de transporte, e também a frota média disponibilizada no mês de avaliação.

b) Método: a frota operante é aquela determinada no Aditivo contratual 07. A partir da identificação das quebras de veículos durante todo o mês de apuração, será divido pela frota operante, de acordo com a equação.

c) Fonte dos dados: fiscalização do PODER CONCEDENTE, informação da empresa CONTRATADA, Sistema de Monitoramento.

d) Periodicidade: mensal

e) Peso: 25%

f) Meta:

IOM – Manutenção		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**Indicador**
	10%	1
10,01%		0,75
12,00%		0,5
15,00%		0,25
15,01%		0

V - INDICADOR OPERACIONAL - SEGURANÇA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA (IOS)

a) Objetivo: identificar a conservação e a limpeza realizadas pelo prestador de serviço em seus veículos em percentual de veículos reprovados sobre os vistoriados.

b) Método: o PODER CONCEDENTE deve programar vistorias periódicas completas nos veículos (chassis e carroceria). Nessa vistoria, serão avaliados quantos veículos apresentam falhas em itens de segurança, estado de conservação do veículo e limpeza, conforme previsto no 0 — APÊNDICE I.I CADERNO DE FROTA. Será levantado o total de veículos reprovados na vistoria e o total de veículos vistoriados. O índice é a divisão do total de reprovados sobre o total de vistoriados, chegando-se ao percentual de reprovação (%), de acordo com a Equação.

c) Fonte de Dados: vistorias programadas.

d) Periodicidade: semestral.

e) Peso: 15%

f) Meta:

IOS – Segurança e Limpeza		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**Indicador**
	20%	1
20,01%		0,75
22,00%		0,5
25,00%		0,25
25,01%		0

VI - INDICADOR OPERACIONAL - AUTUAÇÃO OPERADORES (IOO)

a) Objetivo: identificar a autuação dos colaboradores da prestadora de serviço durante a operação do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Paranaguá.

b) Método: a fiscalização do PODER CONCEDENTE deve realizar o monitoramento da operação do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Paranaguá, observando a condução dos motoristas, cobradores, demais responsáveis do atendimento ao público, avaliando o comportamento do pessoal da CONTRATADA. Quando ocorrer a observação de irregularidade, deve-se proceder com uma notificação para a CONTRATADA, contendo dia, hora, local, identificação do infrator e/ou veículo, tipo da infração cometida, e outros dados que o PODER CONCEDENTE julgar pertinentes. O indicador será calculado pela divisão do número de notificações sobre a soma de motoristas, cobradores e responsáveis pelo atendimento ao público da CONTRATADA.

c) Fonte de dados: relatórios de fiscalização.

d) Periodicidade: mensal.

e) Peso: 17%

f) Meta:

IOO – Conduta Operacional		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**Indicador**
	5%	1
5,01%		0,75
6,00%		0,5
7,00%		0,25
8,00%		0

VII - INDICADOR QUALIDADE - SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

a) Objetivo: avaliação da percepção daqueles que utilizam rotineiramente o sistema e que não expressam espontaneamente a sua satisfação (ou falta de) com o serviço prestado, a partir de pesquisas amostrais, anuais e quantitativas da qualidade de prestação dos serviços.

b) Método: o PODER CONCEDENTE promoverá pesquisas quantitativas para avaliar o Sistema de Transporte Público Coletivo de Paranaguá. O universo da pesquisa será o volume total de passageiros transportados. A amostragem deve ser probabilística e deve também ter um grau de confiança de ao menos 90%, com margem de erro máxima de 5% (para mais ou para menos). A distribuição amostral deve abranger todas as linhas de transporte, com os usuários do transporte coletivo estratificados de acordo com as determinações do PODER CONCEDENTE, fora de períodos atípicos de demanda, e também deve ser proporcional à curva de demanda diária. No Item 6 deste ANEXO é apresentado um exemplo de ficha a ser aplicada. Os seguintes itens devem ser avaliados:

I - Conforto dos Veículos;

II - Velocidade de uma viagem desde seu início até o seu final;

III - Segurança pessoal e de viagem;

IV - Confiança de chegar ao destino (em relação à efetividade da linha em operação);

V - Regularidade no cumprimento dos horários;

VI - Cobrança da Passagem;

VII - Atendimento e comunicação;

VIII - Cuidados com o Meio Ambiente.

c) Os resultados da pesquisa deverão ser publicados no endereço eletrônico do Município e da empresa CONTRATADA.

c.1) A pesquisa deverá ser aplicada anualmente.

c.2) Caso não tenha sido realizado a pesquisa, com devida justificativa, deverá ser adotado o ultimo índice ou 1.

d) Peso: 03%

e) Meta:

isc – Satisfação do cliente		
Tabela		
Maior ou igual	**Menor ou igual**	**Indicador**
90%		1
	75,00%	0,75
	65,00%	0,5
	60,00%	0,25
	50,00%	0

*A aplicação deverá seguir metodologia represente percentual final de satisfação do cliente para posterior tabulação de índice.

CAPÍTULO IV - QUANTIFICAÇÃO DE INDICADORES

Art. 5° O Índice de Avaliação da Qualidade no Transporte Coletivo (IAQTC) é composto pelos indicadores apresentados nos itens anteriores, sendo:

CAPÍTULO V - NIVEL DE CONFORMIDADE

Art. 6° O Índice de Avaliação da Qualidade no Transporte Coletivo (IAQTC) deverá ser calculado todos os meses e será avaliado trimestralmente a partir da média aritmética simples dos três meses em análise.

Art. 7° Será adotada a seguinte tabela de análise dos indicadores:

Classificação de Desempenho		
Nível	***Resultado***	***Interpretação***
Excelente	≥ 90%	Alto nível de atendimento;
Adequado	80% a 89%	Dentro do padrão mínimo exigido;
Regular	60% a 79%	Atendimento com necessidade de atenção; Redução na Rentabilidade do operador;
Insatisfatório	< 60%	Analise crítica do contrato; Ação imediata de regularização necessária; Desconto na Rentabilidade do operador;

CAPÍTULO VI - PLANO DE AÇÃO CORRETIVA

Art. 8º Para os Planos de Ação Corretiva são necessários os detalhamentos das atividades a serem desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA; sejam ações preventivas que visem minimizar as ocorrências identificadas que levam ao não atingimento Regular dos indicadores de qualidade, e as ações corretivas supram as deficiências identificadas por meio de indicadores e notificações. Ressalta-se que, tanto o plano de ação quanto a sua apresentação para anuência do PODER CONCEDENTE, é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

Art. 9º O Plano de Ação Corretiva deverá conter, no mínimo:

I - Investigação das causas fundamentais da não conformidade.

II - Prever a convocação de outras entidades envolvidas para investigar as causas da não conformidade, caso necessário.

III - Utilizar ferramentas de suporte, como softwares, metodologias, entrevistas, e outras que possam esclarecer e solucionar os problemas identificados. Essas devem ser discriminadas e apresentadas no Plano de Ação Corretiva caso utilizadas, comprovando dessa forma o estudo de causa da não conformidade.

Art. 10. Uma vez determinadas as ações corretivas ou preventivas, a prestadora do serviço deverá:

I - Encaminhar o Plano de Ação Corretiva ao PODER CONCEDENTE.

II - Determinar prazos, cronogramas de implantação ou ação para aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

III - Identificar os responsáveis pela implementação da Ação Corretiva/Preventiva.

Art. 11. O PODER CONCEDENTE deverá proceder a análise e aprovação do Plano de Ação Corretiva e de seus prazos. O órgão também pode solicitar revisões e adequações quando julgar necessário.

Art. 12. O PODER CONCEDENTE deverá verificar a efetividade das ações corretivas ou preventivas quando for finalizado o prazo determinado no Plano de Ação Corretiva; poderá ainda vistoriar, acompanhar e sugerir alterações no Plano de Ação durante a sua execução. Caso as ações não tenham sido efetivadas até o prazo estabelecido, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA e indicar ao responsável uma nova data para a efetividade das ações.

Art. 13. Após a implementação das medidas, o PODER CONCEDENTE deverá avaliar a implementação das mesmas conforme o que é descrito no Plano de Ação Corretiva, quanto a sua eficácia e a sua efetividade. Caso sejam identificados novos problemas ou recorrência dos atos de objeto do Plano de Ação Corretiva, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA e os demais órgãos competentes, buscando uma solução colegiada para a questão.

CAPÍTULO VII - ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE

Art. 14. Para que o PODER CONCEDENTE possa realizar o acompanhamento dos indicadores de desempenho e qualidade propostos para o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Paranaguá, deverá ser observada a lista de verificação para obtenção do Indicador de Qualidade e Satisfação dos Usuários.

Art. 15. A lista de verificação para avaliação dos indicadores de desempenho e qualidade do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Paranaguá a ser utilizado pela Prefeitura Municipal poderá ser editada a qualquer tempo, observando-se a necessidade de aprimoramento da avaliação, mediante prévia notificação da empresa concessionária.

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PARANAGUÁ-PR						
Nome do Responsável						
Departamento/Setor						
Data						
Assinatura						
PERIODICIDADE DO INDICADOR	**PERÍODO ANALISADO**	**FONTE DOS DADOS**	**ITENS A SEREM OBSERVADOS**			
			DESCRIÇÃO	**SIM**	**NÃO**	**OBSERVAÇÕES**
INDICADOR OPERACIONAL: MANUTENÇÃO (IOM)						
Mensal	Janeiro	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	Fevereiro	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	março	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			

		de frota				
Mensal	abril	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	maio	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	junho	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	julho	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	agosto	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	setembro	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	outubro	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	Novembro	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			
Mensal	dezembro	1. Fiscalização do PODER CONCEDENTE 2. Empresa Contratada 3. Sistema de Monitoramento de frota	Foi obtida a quantidade de veículos utilizada na operação neste mês			

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PARANAGUÁ-PR
Nome do Responsável
Departamento/Setor

Data						
Assinatura						
PERIODICIDADE DO INDICADOR	**PERÍODO ANALISADO**	**FONTE DOS DADOS**	**ITENS A SEREM OBSERVADOS**			
			DESCRIÇÃO	**SIM**	**NÃO**	**OBSERVAÇÕES**
INDICADOR OPERACIONAL: REGULARIDADE (IOR)						
Mensal	Janeiro	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Fevereiro	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Março	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Abril	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Maio	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Junho	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Julho	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Agosto	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Setembro	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Outubro	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Novembro	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			
Mensal	Dezembro	Sistema de Monitoramento de Frota	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO **COLETIVO DE PARANAGUÁ-PR**						
Nome do Responsável						
Departamento/Setor						
Data						
Assinatura						
PERIODICIDADE DO INDICADOR	**PERÍODO ANALISADO**	**FONTE DOS DADOS**	**ITENS A SEREM OBSERVADOS**			
			DESCRIÇÃO	**SIM**	**NÃO**	**OBSERVAÇÕES**
INDICADOR OPERACIONAL: SEGURANÇA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA (IOS)						
Semestral	1º Semestre	Vistorias Programadas	foi obtido o número total de			
			veículos reprovados na vistoria neste semestre?			
			Foi obtido o número total de veículos vistoriados neste semestre?			
Semestral	2º Semestre	Vistorias Programadas	foi obtido o número de viagens realizadas neste mês?			
			Foi obtido o número de viagens programadas neste mês?			

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO **COLETIVO DE PARANAGUÁ-PR**			
Nome do Responsável			
Departamento/Setor			
Data			
Assinatura			
PERIODICIDADE DO	**PERÍODO ANALISADO**	**FONTE DOS DADOS**	**ITENS A SEREM OBSERVADOS**

INDICADOR						
			DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
INDICADOR OPERACIONAL: AUTUAÇÃO OPERADORES (IOO)						
Semestral	1º Semestre	Relatório de fiscalização	foi obtido o número total notificações neste semestre?			
Semestral	2º Semestre	Relatório de fiscalização	foi obtido o número de veículos da frota total da CONTRATADA neste semestre?			

CAPÍTULO VIII - FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DO INDICADOR QUALIDADE - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 16. Os formulários a serem aplicados pelo PODER CONCEDENTE visando a obtenção do indicador de Qualidade — Satisfação dos Usuários podem seguir, a critério do PODER CONCEDENTE, os modelos que serão apresentados a seguir. Esses formulários devem ser breves e sucintos, pois, têm como objetivo a garantia da qualidade e da facilidade de suas aplicações, aperfeiçoando-se sempre que possível.

Art. 17. Os pesquisadores devem estar devidamente identificados com a utilização de crachás, folhas com formulários, prancheta, caneta, e outros materiais que se façam necessários para a realização da atividade. A aplicação das pesquisas, a tabulação, a compilação e a análise dos resultados ficam a cargo do PODER CONCEDENTE.

Art. 18. O relatório pormenorizando cada pesquisa realizada pelo PODER CONCEDENTE deve apresentar, no mínimo, todos os formulários impressos utilizados, além de fotos das pesquisas de campo, comprovando assim a realização das mesmas, junto dos métodos utilizados, da relação de pesquisadores e do calendário de realização da pesquisa, o qual deverá especificar data, horário, local e número de questionários aplicados e efetivamente respondidos.

Art. 19. O formulário, a seguir, deve ser realizado com passageiros dentro de veículos de todas as linhas do transporte público coletivo. Esta pesquisa deverá ser realizada anualmente, sendo que na ocasião será emitido relatório para apresentar a situação atual de cada linha, bem como os resultados tabulados. Dessa forma, será possível avaliar os maiores problemas do sistema de transporte e, assim, solucioná-los ou, ainda, potencializar os aspectos positivos identificados.

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E QUALIDADE						
PARTE I – IDENTIFICAÇÃO						
N° da entrevista (controle do pesquisador)						
Nome do Pesquisador						
Linha n°.						
Prefixo do ônibus:						
Sentido						
Tempo:		1. ensolarado	2. nublado	3. chuvoso		
Situação do usuário:		1. sentado		2. em pé		
PARTE II - AVALIAÇÃO						
1. Quantos dias da semana o (a) senhor (a) utiliza esta linha?						
a) é a primeira vez (ENCERRAR ENTREVISTA)						
b) 1 dia por semana						
c) 2 ou três dias por semana						
d) 4 ou mais dias por semana						
2. Nesta linha, qual das seguintes situações é a mais frequente:						
a) sempre viajo sentado (a)						
b) viajo mais sentado do que em pé						
c) viajo mais em pé do que sentado						
d) sempre viajo em pé						
3. O (a) sr. (a) sabe para quem/onde reclamar, sugerir ou pedir informações sobre esta linha de ônibus?						
a) PODER CONCEDENTE / Prefeitura						
b) Central de Atendimento da empresa de ônibus						
c) não sei						

d) outro (especificar)	
PARTE III – CONDIÇÕES DA LINHA	
1. Considerando apenas esta linha de ônibus, de uma nota de 0 a 5 para cada um dos itens a seguir, em que 0 é péssimo e 5 é excelente	
nota	**descrição**
	conforto dos bancos
	ventilação nos ônibus
	nível de ruído dos ônibus
	cuidado do motorista ao dirigir
	comodidade para os idosos

	Altura do piso para embarque/desembarque
	educação de outros passageiros dentro do ônibus
	lotação nos ônibus desta linha
	violência dentro do ônibus
	número de vezes que o ônibus para
	duração da viagem
	trajeto e itinerário desta linha
	condições de limpeza dos ônibus
	distância entre os pontos de ônibus
	respeitos dos passageiros ao motorista
	tempo de espera no ponto de ônibus
	regularidade no cumprimento dos horários
	segurança dentro do ônibus
	serviço de atendimento de reclamações/sugestões/observações
2. Analisando a linha de um modo geral, que nota o (a) sr. (a) daria para ela	
5	excelente
4	ótima
3	bom
2	regular
1	ruim
0	péssimo
3. O (a) sr. (a) teria alguma sugestão, reclamação ou observação a fazer sobre esta linha de ônibus ou sobre o transporte coletivo urbano de Paranaguá?	
PARTE IV – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	
1. Gênero	
a) feminino	
b) masculino	
c) outros	
2. Faixa etária	
a) 14 a 20 anos	
b) 21 a 30 anos	
c) 31 a 40 anos	
d) 41 a 50 anos	
e) 51 a 64 anos	
f) maior de 65 anos	
3. Grau de instrução	
a) analfabeto	
b) ensino fundamental incompleto	
c) ensino fundamental completo	
d) ensino médio incompleto	
e) ensino médio completo	
f) ensino superior incompleto	
g) ensino superior completo	
4. Renda Familiar	
a) R$0,00 a R$500,00	
b) R$500,01 a R$1000,00	
c) R$1000,01 a R$1500,00	
d) acima de R$1500,01	

ANEXO II - MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

I - Em caso de índice Regular, o concessionário terá sua margem de lucro (rentabilidade) do contrato reduzida em 2%.

II - Em caso de índice Insatisfatório a concessionaria terá sua margem de lucro (rentabilidade) do contrato reduzida em 4%, com a obrigatoriedade em conjunto de apresentar um plano de ação corretiva.

III - A Concessionária poderá contestar os índices após as análises mensais dos indicadores, onde deverá apresentar justificativas devidamente documentadas para análise da equipe técnica do Poder Concedente que terá o prazo de 20 dias do pedido realizado. Em caso de deferimento o índice será reavaliado e terá sua nota substituída. Em caso de indeferimento pela equipe técnica a concessionaria poderá solicitar reavaliação ao secretário da pasta nova avaliação, que terá um prazo de 20 dias após o pedido de reavaliação.

IV - O pagamento da remuneração será feito pela quilometragem programada, com descontos de viagens não realizadas.

V - A avaliação para um novo IAQTC será trimestral, onde o novo índice substituirá o anterior a ser aplicado a concessionaria.

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0B124E97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 12/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABK7330	277490A000166166	20/01/2026	76331
ACS4E35	277490A000166167	20/01/2026	76331
AIN4224	277490A000165644	14/01/2026	54870
AJL2088	277490A000165657	16/01/2026	55417
AJT5001	277490A000166163	20/01/2026	76331
AKZ1A77	277490A000166162	20/01/2026	57380
ALF5G80	277490A000165666	17/01/2026	51851
AOB4J51	277490A000165656	16/01/2026	57380
APM0D32	277490A000165650	15/01/2026	57380
ARP7204	277490A000165643	14/01/2026	57380
ARZ8092	277490A000165663	17/01/2026	76331
ATD8152	277490A000166204	16/01/2026	76251
ATY6A18	277490A000165635	13/01/2026	51851
AUE0145	277490A000165655	16/01/2026	57380
AUY9716	277490A000166160	16/01/2026	76331
AWA2926	277490A000165641	13/01/2026	51851
AWJ0H90	277490A000166206	16/01/2026	54522
AXC6I80	277490A000166209	16/01/2026	76331
AZC0145	277490A000165662	16/01/2026	55680
BAY3087	277490A000165658	16/01/2026	76331
BBP9F78	277490A000165630	30/12/2025	76331
BCS7I74	277490A000165633	30/12/2025	55417
BEO7F56	277490A000165651	16/01/2026	76252
CMZ3539	277490A000165649	15/01/2026	57380
ETM7I55	277490A000165634	13/01/2026	76331
JFV1635	277490A000165632	30/12/2025	55417
MAR1G38	277490A000166212	14/01/2026	55413
MHY2C57	277490A000165637	13/01/2026	54870
NOL3G50	277490A000166164	20/01/2026	76331
QMQ5F51	277490A000166207	16/01/2026	76331
RHQ6E97	277490A000165661	16/01/2026	57200
SEJ6D20	277490A000165646	15/01/2026	57380
SEK1G49	277490A000165660	16/01/2026	57200
TAP1A80	277490A000165639	13/01/2026	51851
TBN9G23	277490A000166165	20/01/2026	76331
UBE7E95	277490A000166208	16/01/2026	76251

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:7DC9375F

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AIO5C33	277490NIC0042078	30/12/2025	50020
AJK4E07	277490NIC0042075	30/12/2025	50020
AUK0952	277490NIC0042084	30/12/2025	50020
AXT6131	277490NIC0042088	30/12/2025	50020
AYN3612	277490NIC0042086	30/12/2025	50020
BCX4D78	277490NIC0042076	30/12/2025	50020
BEM1G52	277490NIC0042079	30/12/2025	50020
BEM1G52	277490NIC0042082	30/12/2025	50020
BEM1G52	277490NIC0042073	30/12/2025	50020
BEM1G52	277490NIC0042072	30/12/2025	50020
BEM1G52	277490NIC0042085	30/12/2025	50020
BEP0J98	277490NIC0042087	30/12/2025	50020
KPH7855	277490NIC0042083	30/12/2025	50020
QQD2I76	277490NIC0042080	30/12/2025	50020
SER6G66	277490NIC0042074	30/12/2025	50020
SSY0C43	277490NIC0042077	30/12/2025	50020
TAN0J27	277490NIC0042089	30/12/2025	50020

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:E309F3F3

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 12/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAA3998	277490F000190483	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AAA3998	277490W000030239	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AAD2319	277490F000190518	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AAI0B29	277490F000190370	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AAU2458	277490F000190704	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ABE3J38	277490W000030462	31/10/2025	55412	R$ 195,23
ABH0E50	277490F000190448	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ABL8437	277490F000190333	05/11/2025	60503	R$ 293,47
ABS6858	277490W000030491	31/10/2025	55412	R$ 195,23
ABS7547	277490W000030087	25/10/2025	55412	R$ 195,23
ABV9G63	277490F000190622	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ABW5986	277490F000190407	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ACA8989	277490W000030043	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ACR5668	277490F000190257	04/11/2025	60503	R$ 293,47
ACS7978	277490W000030282	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ADE2G23	277490F000190292	04/11/2025	60503	R$ 293,47
ADK4A22	277490F000190592	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ADS1665	277490W000030137	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ADX1315	277490W000030120	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AEC8362	277490W000030094	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AEQ0069	277490W000030054	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AES4B86	277490W000030232	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AES4B86	277490W000030176	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AEV4141	277490W000030250	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AEX3441	277490W000030205	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AFJ6G11	277490F000190472	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AFL9I73	277490F000190629	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AFM0070	277490F000190717	08/11/2025	56732	R$ 130,16
AFM2B02	277490F000190368	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AFV0028	277490W000030346	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AFW7J00	277490W000030148	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AGL7755	277490F000190686	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AGP0714	277490W000030325	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AGV2142	277490W000030508	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AGW2783	277490W000030037	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AHF7764	277490F000190252	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AHF7764	277490F000190251	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AHI9382	277490F000190410	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AHK5A14	277490F000190633	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AIC3F04	277490W000030256	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AIC9746	277490F000190499	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AID1494	277490W000030314	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AIL6I71	277490F000190637	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AIO2502	277490W000030139	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AJC4C80	277490W000030297	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AJC5272	277490F000190645	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AJD7380	277490W000030184	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AJF5026	277490F000190355	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AJH4F95	277490F000190576	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AJI9741	277490F000190331	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AJL3D14	277490W000030344	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AJL9870	277490F000190296	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AJN2177	277490F000190392	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AJO0297	277490W000030484	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AJO5062	277490F000190253	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AJQ0107	277490W000030119	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AJU1854	277490W000030027	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AJU8G19	277490W000030493	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AJX9491	277490W000030044	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AJZ3848	277490F000190224	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000190478	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000190568	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AKA3E85	277490W000030198	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AKB7070	277490W000030129	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AKD1759	277490F000190662	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AKD6420	277490W000030393	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AKG3150	277490W000030443	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AKJ0F27	277490F000190703	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AKM7139	277490W000030355	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AKN9293	277490F000190540	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AKX1091	277490F000190706	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AKX6210	277490W000030422	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AKZ4318	277490W000030378	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ALB3882	277490F000190510	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ALE0938	277490W000030423	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ALJ0164	277490W000030381	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ALJ0164	277490W000030102	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ALJ2022	277490W000030042	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ALL8967	277490F000190527	07/11/2025	60503	R$ 293,47

ALN9E37	277490W000030153	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ALR0567	277490W000030441	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ALR5D55	277490F000190496	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ALS4394	277490W000030497	31/10/2025	55412	R$ 195,23
ALS4J90	277490W000030499	31/10/2025	55412	R$ 195,23
ALT1608	277490F000190451	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ALV2572	277490W000030209	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ALV2572	277490F000190318	05/11/2025	60503	R$ 293,47
ALW4092	277490F000190705	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ALW4092	277490F000190457	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AMB0H25	277490W000030108	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AMB2151	277490F000190278	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AMB8339	277490W000030392	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AME5872	277490F000190558	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AML0692	277490W000030396	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AMN0D05	277490F000190332	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AMO7D58	277490W000030504	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AMP1I95	277490F000190394	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AMU3C69	277490F000190414	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AMU4607	277490W000030260	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AMU4607	277490W000030305	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AMU4607	277490W000030100	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AMU9C96	277490F000190547	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AMV4237	277490W000030475	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AMY4091	277490W000030183	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ANG4I65	277490F000190679	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ANI3503	277490W000030274	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ANJ8477	277490F000190422	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ANP3223	277490W000030408	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ANS5D78	277490F000190275	04/11/2025	60503	R$ 293,47
ANS6382	277490F000190534	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ANS9469	277490F000190697	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ANX3E63	277490F000190328	05/11/2025	60503	R$ 293,47
ANY9732	277490F000190390	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ANZ3290	277490F000190641	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOC0F55	277490W000030190	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AOH2501	277490F000190455	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190559	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190587	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190365	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190357	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190351	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190391	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190283	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190421	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190287	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190416	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190282	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190322	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190378	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190569	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190719	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190718	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190419	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOH2501	277490F000190428	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOL0I31	277490F000190230	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AOM3G99	277490F000190388	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOM6G44	277490F000190449	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AOM6H41	277490F000190313	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOM8887	277490F000190671	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AOO5406	277490F000190336	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AOS6856	277490F000190401	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AOT4867	277490W000030479	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030467	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030073	25/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030175	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030430	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030336	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030143	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AOT4867	277490W000030265	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AOW7D26	277490F000190494	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AOZ8I53	277490F000190511	07/11/2025	60503	R$ 293,47
APA8300	277490W000030096	27/10/2025	55412	R$ 195,23
APB6164	277490F000190602	09/11/2025	60503	R$ 293,47
APG5D35	277490F000190453	06/11/2025	60503	R$ 293,47
APH2599	277490W000030364	29/10/2025	55412	R$ 195,23
APH9I83	277490W000030420	30/10/2025	55412	R$ 195,23
APJ5263	277490F000190249	04/11/2025	60503	R$ 293,47
APJ9980	277490F000190285	04/11/2025	60503	R$ 293,47
APK3315	277490W000030174	28/10/2025	55412	R$ 195,23
APR0596	277490W000030272	29/10/2025	55412	R$ 195,23
APT7597	277490F000190687	08/11/2025	60503	R$ 293,47
APU6790	277490F000190603	09/11/2025	60503	R$ 293,47
APY0382	277490F000190485	07/11/2025	60503	R$ 293,47
APY0382	277490F000190389	06/11/2025	60503	R$ 293,47
APY2149	277490W000030040	24/10/2025	55412	R$ 195,23
APZ0217	277490F000190608	08/11/2025	60503	R$ 293,47
APZ4670	277490W000030244	28/10/2025	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000030213	28/10/2025	55412	R$ 195,23

AQA5A92	277490F000190546	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AQA5D33	277490F000190678	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AQF0E71	277490W000030074	25/10/2025	55412	R$ 195,23
AQF5I22	277490F000190436	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AQF8927	277490W000030283	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AQJ4012	277490W000030058	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AQL2F28	277490F000190470	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AQO8712	277490F000190621	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AQQ6903	277490W000030033	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AQR1C12	277490F000190327	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AQR2746	277490W000030310	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AQS3644	277490W000030365	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AQT2453	277490F000190573	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AQT6F75	277490W000030388	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AQU0173	277490F000190381	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AQV7554	277490W000030281	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AQV8586	277490F000190522	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ARA8021	277490W000030238	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ARB3I79	277490F000190346	05/11/2025	60503	R$ 293,47
ARB5367	277490F000190482	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ARD2A17	277490W000030109	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ARD4G28	277490F000190342	05/11/2025	56732	R$ 130,16
ARI0J67	277490W000030316	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ARI3601	277490W000030060	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ARI7D72	277490F000190279	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ARJ2F23	277490F000190456	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ARM6080	277490F000190521	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ARO5358	277490W000030223	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ARP3H26	277490F000190536	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ARP6894	277490F000190417	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ARR8I33	277490F000190323	05/11/2025	60503	R$ 293,47
ART3J97	277490W000030172	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ARU0G39	277490F000190658	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ARX1570	277490F000190519	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ARY7349	277490W000030266	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ARY9D24	277490F000190238	04/11/2025	60503	R$ 293,47
ASA1310	277490F000190640	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ASC6C63	277490F000190415	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ASC6C63	277490W000030147	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ASC7538	277490F000190524	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ASE5E95	277490F000190646	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ASG8E01	277490W000030294	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ASH9356	277490F000190281	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ASI9317	277490F000190543	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ASJ1337	277490F000190305	04/11/2025	60503	R$ 293,47
ASN8849	277490W000030157	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ASR5J82	277490W000030116	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AST4A80	277490W000030051	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AST6060	277490W000030199	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ASW6A84	277490F000190466	06/11/2025	60503	R$ 293,47
ASZ3B81	277490W000030312	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ASZ3B81	277490W000030295	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ASZ9817	277490W000030063	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ATA1A86	277490F000190324	05/11/2025	56732	R$ 130,16
ATA6D43	277490W000030069	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ATB6691	277490F000190626	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ATB9601	277490F000190445	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ATE3951	277490W000030076	25/10/2025	55412	R$ 195,23
ATE4454	277490W000030192	28/10/2025	55412	R$ 195,23
ATE9276	277490W000030401	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ATI8F40	277490F000190535	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ATJ0517	277490F000190611	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ATO1C08	277490F000190610	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ATO2564	277490W000030444	30/10/2025	55412	R$ 195,23
ATO7H96	277490F000190618	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ATQ5930	277490F000190256	04/11/2025	60503	R$ 293,47
ATR6073	277490F000190639	08/11/2025	60503	R$ 293,47
ATW6D10	277490W000030259	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ATX1C05	277490W000030088	25/10/2025	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000030028	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000030502	31/10/2025	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000030449	31/10/2025	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000030142	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000030059	24/10/2025	55412	R$ 195,23
ATZ7747	277490W000030156	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ATZ7747	277490W000030121	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AUE4932	277490W000030062	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AUE4932	277490W000030030	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AUE4932	277490W000030049	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AUH1F20	277490W000030343	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AUJ5360	277490W000030182	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AUO4297	277490F000190303	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AUP6D12	277490F000190343	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AUQ7I32	277490F000190727	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AUS4D37	277490F000190575	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AUY6854	277490F000190420	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AVA4E74	277490F000190493	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AVH0042	277490W000030371	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AVI5838	277490W000030257	28/10/2025	55412	R$ 195,23

AVJ5F64	277490F000190233	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AVJ5F87	277490F000190437	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AVK3160	277490W000030279	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK3160	277490W000030326	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000030039	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000030194	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000030114	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000030383	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000030075	25/10/2025	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000030296	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AVL9235	277490W000030222	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AVM0276	277490F000190239	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AVO1B20	277490W000030308	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AVS6C09	277490F000190606	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AVT2D11	277490F000190330	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AVW9785	277490W000030298	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030231	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030122	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030377	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030144	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030324	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030189	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030457	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AVW9785	277490W000030440	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AVY8339	277490W000030418	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AWA9J63	277490F000190372	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AWB8298	277490W000030454	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AWD3363	277490W000030306	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000030321	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6248	277490F000190260	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AWF6C00	277490F000190557	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AWF6E50	277490W000030480	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030066	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030214	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030124	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030057	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030242	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030098	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030261	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030458	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030034	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030301	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030339	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030387	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AWF6E50	277490W000030193	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AWG4664	277490F000190684	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AWG9E95	277490W000030409	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AWG9E95	277490W000030385	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AWJ9748	277490F000190304	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AWK0150	277490W000030290	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWN4B32	277490W000030335	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWN4H44	277490F000190526	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AWO5C43	277490F000190375	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AWO6671	277490W000030331	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AWR5862	277490W000030500	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AWR8E97	277490W000030478	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AWS0H59	277490W000030170	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AWU7E41	277490F000190469	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AWV0639	277490W000030391	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AWW9A02	277490F000190577	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AWX1H30	277490W000030099	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AWY4634	277490F000190402	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AXB1075	277490W000030200	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AXC2697	277490W000030460	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AXC6B80	277490W000030280	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AXC7567	277490F000190515	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AXE6G82	277490F000190607	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AXH7E74	277490W000030395	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AXJ3J17	277490F000190615	08/11/2025	56732	R$ 130,16
AXK1571	277490F000190444	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AXL5G33	277490W000030152	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AXM3403	277490W000030303	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AXM8504	277490F000190248	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AXN8C64	277490F000190382	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AXQ0D94	277490W000030107	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AXQ0D94	277490W000030258	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AXQ0D94	277490W000030158	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AXQ0D94	277490W000030135	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AXQ0D94	277490W000030439	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AXQ6C89	277490F000190345	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AXR9I61	277490F000190474	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AXT4345	277490W000030465	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AXU1F50	277490W000030090	25/10/2025	55412	R$ 195,23
AXV1080	277490F000190503	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AXW2193	277490F000190669	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AXX2116	277490F000190681	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AXX3H91	277490F000190642	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AXZ2J61	277490W000030164	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AXZ4776	277490W000030407	30/10/2025	55412	R$ 195,23

AYB5G36	277490F000190320	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AYB7053	277490F000190612	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AYE0840	277490W000030304	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AYE0840	277490W000030322	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AYE0840	277490W000030276	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AYE0840	277490W000030065	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AYE4648	277490F000190423	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AYG0512	277490F000190350	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AYG4418	277490F000190430	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AYI9770	277490W000030248	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AYN3B74	277490F000190247	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AYO6H00	277490F000190337	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AYO6H00	277490F000190538	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AYO8133	277490W000030084	25/10/2025	55412	R$ 195,23
AYP3G64	277490W000030323	29/10/2025	55412	R$ 195,23
AYP4I62	277490W000030138	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AYP4I62	277490W000030225	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AYR6057	277490F000190471	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AYR7434	277490F000190440	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AYR9J75	277490W000030166	27/10/2025	55412	R$ 195,23
AYS2G36	277490F000190530	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AYT2090	277490F000190508	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AYU9J07	277490F000190620	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AYW1B61	277490F000190486	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AYX2572	277490W000030026	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AZA4B46	277490F000190551	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AZA8839	277490W000030202	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AZE7478	277490F000190489	07/11/2025	60503	R$ 293,47
AZF6908	277490F000190725	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AZF6908	277490W000030041	24/10/2025	55412	R$ 195,23
AZJ1E25	277490W000030092	25/10/2025	55412	R$ 195,23
AZJ6553	277490W000030406	30/10/2025	55412	R$ 195,23
AZK5917	277490W000030471	31/10/2025	55412	R$ 195,23
AZN4I74	277490F000190670	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AZN6F48	277490F000190723	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AZP3J51	277490W000030196	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AZQ8D76	277490F000190459	06/11/2025	60503	R$ 293,47
AZR0312	277490W000030216	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AZS3397	277490W000030171	28/10/2025	55412	R$ 195,23
AZS3C83	277490F000190366	05/11/2025	60503	R$ 293,47
AZV1754	277490F000190596	08/11/2025	60503	R$ 293,47
AZV9166	277490F000190274	04/11/2025	60503	R$ 293,47
AZW7847	277490F000190277	06/11/2025	60503	R$ 293,47
BAB3E80	277490F000190434	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BAD6406	277490F000190572	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BAE8I22	277490F000190656	08/11/2025	60503	R$ 293,47
BAH5I82	277490W000030495	31/10/2025	55412	R$ 195,23
BAJ9025	277490W000030472	31/10/2025	55412	R$ 195,23
BAK2B61	277490W000030052	24/10/2025	55412	R$ 195,23
BAM3239	277490W000030404	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BAN9C01	277490F000190262	04/11/2025	60503	R$ 293,47
BAO5F83	277490F000190501	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BAS5I01	277490F000190348	05/11/2025	60503	R$ 293,47
BAW8E67	277490F000190473	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BAW8H93	277490W000030372	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BAY6G32	277490W000030167	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BBH6845	277490F000190664	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BBI5A09	277490W000030442	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BBI8G16	277490W000030332	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BBK7C56	277490W000030284	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BBL4712	277490F000190578	08/11/2025	60503	R$ 293,47
BBM5H73	277490F000190411	06/11/2025	60503	R$ 293,47
BBN2313	277490W000030389	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BBO3656	277490W000030086	25/10/2025	55412	R$ 195,23
BBO5E70	277490F000190601	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BBO5E70	277490F000190665	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BBO5E70	277490F000190655	08/11/2025	60503	R$ 293,47
BBQ1794	277490W000030101	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BBQ5315	277490W000030038	24/10/2025	55412	R$ 195,23
BBQ6F50	277490W000030333	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BBT9251	277490W000030438	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BBW1023	277490W000030362	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BBZ0J34	277490F000190726	08/11/2025	60503	R$ 293,47
BBZ0J34	277490F000190649	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BBZ0J34	277490F000190284	04/11/2025	60503	R$ 293,47
BCB1A34	277490W000030085	25/10/2025	55412	R$ 195,23
BCE6972	277490W000030270	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BCK3785	277490W000030415	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BCL6427	277490W000030186	28/10/2025	55412	R$ 195,23
BCM6269	277490W000030275	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BCM9221	277490F000190317	05/11/2025	60503	R$ 293,47
BCN1553	277490W000030482	31/10/2025	55412	R$ 195,23
BCP3702	277490W000030411	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BCT3G20	277490W000030469	31/10/2025	55412	R$ 195,23
BCT3J67	277490F000190589	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BCV5J77	277490W000030123	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BCY1A22	277490W000030424	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BCY7G37	277490W000030307	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BCZ4H50	277490F000190461	06/11/2025	60503	R$ 293,47

BDA2G28	277490W000030133	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BDA8B55	277490W000030169	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BDB7B30	277490F000190537	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BDD9E26	277490W000030070	24/10/2025	55412	R$ 195,23
BDL3D84	277490W000030434	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BDL6G95	277490W000030287	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BDL7D12	277490F000190409	06/11/2025	60503	R$ 293,47
BDN2B64	277490W000030235	28/10/2025	55412	R$ 195,23
BDN8G50	277490F000190367	05/11/2025	60503	R$ 293,47
BDO4I53	277490F000190581	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BDV3H74	277490F000190241	04/11/2025	56732	R$ 130,16
BDW9F33	277490F000190334	05/11/2025	60503	R$ 293,47
BDW9F33	277490F000190243	04/11/2025	60503	R$ 293,47
BDX9E39	277490W000030436	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BDZ6I28	277490F000190484	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BED3A35	277490F000190604	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BED4A85	277490F000190498	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BED4G56	277490W000030149	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BED6F15	277490W000030384	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BED6H70	277490F000190433	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BEJ6J68	277490F000190244	04/11/2025	56732	R$ 130,16
BEP8B04	277490F000190371	05/11/2025	60503	R$ 293,47
BER8B05	277490F000190326	05/11/2025	60503	R$ 293,47
BES1I30	277490W000030173	28/10/2025	55412	R$ 195,23
BES5J67	277490W000030334	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BEV2C58	277490F000190583	08/11/2025	60503	R$ 293,47
BEW1G15	277490F000190529	07/11/2025	60503	R$ 293,47
BGN1290	277490W000030292	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BIK1H27	277490W000030417	30/10/2025	55412	R$ 195,23
BJH8193	277490W000030219	28/10/2025	55412	R$ 195,23
BKD2F51	277490F000190293	04/11/2025	60503	R$ 293,47
BNW4213	277490W000030095	27/10/2025	55412	R$ 195,23
BOV2E93	277490F000190236	04/11/2025	60503	R$ 293,47
BWR8G80	277490W000030293	29/10/2025	55412	R$ 195,23
BXB1451	277490W000030269	29/10/2025	55412	R$ 195,23
CAJ5286	277490W000030104	27/10/2025	55412	R$ 195,23
CAJ5286	277490W000030206	28/10/2025	55412	R$ 195,23
CJT3I66	277490W000030105	27/10/2025	55412	R$ 195,23
COG4E78	277490F000190532	07/11/2025	60503	R$ 293,47
COH8624	277490W000030226	28/10/2025	55412	R$ 195,23
CPP1844	277490F000190359	05/11/2025	60503	R$ 293,47
CQX2666	277490F000190644	08/11/2025	60503	R$ 293,47
CSJ3F62	277490W000030046	24/10/2025	55412	R$ 195,23
CXE5874	277490W000030446	31/10/2025	55412	R$ 195,23
CXM3975	277490F000190721	08/11/2025	60503	R$ 293,47
CYJ6608	277490F000190460	06/11/2025	60503	R$ 293,47
CZY8586	277490W000030064	24/10/2025	55412	R$ 195,23
DAF4D99	277490W000030180	28/10/2025	55412	R$ 195,23
DBO2051	277490F000190380	05/11/2025	60503	R$ 293,47
DDC9252	277490F000190329	05/11/2025	60503	R$ 293,47
DDE9875	277490W000030146	27/10/2025	55412	R$ 195,23
DDN3174	277490F000190412	06/11/2025	60503	R$ 293,47
DDQ3I67	277490F000190638	08/11/2025	60503	R$ 293,47
DEH1C10	277490F000190379	05/11/2025	60503	R$ 293,47
DFH4865	277490W000030071	24/10/2025	55412	R$ 195,23
DGR2385	277490W000030128	27/10/2025	55412	R$ 195,23
DHU5332	277490W000030466	31/10/2025	55412	R$ 195,23
DIS9D08	277490F000190463	06/11/2025	60503	R$ 293,47
DIS9D08	277490F000190408	06/11/2025	60503	R$ 293,47
DJN7J10	277490W000030451	31/10/2025	55412	R$ 195,23
DJX9D87	277490F000190269	04/11/2025	60503	R$ 293,47
DJX9D87	277490F000190270	04/11/2025	60503	R$ 293,47
DLT0230	277490F000190591	08/11/2025	60503	R$ 293,47
DMT2453	277490W000030111	27/10/2025	55412	R$ 195,23
DNP0837	277490W000030035	24/10/2025	55412	R$ 195,23
DNP0837	277490W000030262	29/10/2025	55412	R$ 195,23
DNP1785	277490W000030045	24/10/2025	55412	R$ 195,23
DNU5D81	277490W000030091	25/10/2025	55412	R$ 195,23
DQY7642	277490F000190349	05/11/2025	60503	R$ 293,47
DTA1J77	277490F000190396	06/11/2025	60503	R$ 293,47
DWC7J01	277490W000030117	27/10/2025	55412	R$ 195,23
DXE2J64	277490W000030390	30/10/2025	55412	R$ 195,23
EAY4E22	277490W000030433	30/10/2025	55412	R$ 195,23
EAY4E22	277490W000030277	29/10/2025	55412	R$ 195,23
ECW8I60	277490F000190566	08/11/2025	60503	R$ 293,47
EDA5G20	277490W000030188	28/10/2025	55412	R$ 195,23
EDB2D03	277490W000030218	28/10/2025	55412	R$ 195,23
EDN1G36	277490W000030506	31/10/2025	55412	R$ 195,23
EEN0E13	277490F000190682	08/11/2025	60503	R$ 293,47
EET4323	277490W000030125	27/10/2025	55412	R$ 195,23
EET4323	277490W000030161	27/10/2025	55412	R$ 195,23
EET4323	277490W000030379	30/10/2025	55412	R$ 195,23
EET4323	277490W000030103	27/10/2025	55412	R$ 195,23
EFV0248	277490F000190715	08/11/2025	60503	R$ 293,47
EIS4120	277490W000030093	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ELT1J64	277490W000030113	27/10/2025	55412	R$ 195,23
EML2J10	277490F000190574	09/11/2025	60503	R$ 293,47
EMU6I15	277490W000030029	24/10/2025	55412	R$ 195,23
EMY4J84	277490F000190660	09/11/2025	60503	R$ 293,47

EMY4J84	277490F000190634	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ERF0J57	277490W000030140	27/10/2025	55412	R$ 195,23
ERJ9A03	277490W000030185	28/10/2025	55412	R$ 195,23
EUC3J78	277490W000030412	30/10/2025	55412	R$ 195,23
EUN5688	277490W000030155	27/10/2025	55412	R$ 195,23
EWS8G32	277490W000030414	30/10/2025	55412	R$ 195,23
EXB0E05	277490W000030360	29/10/2025	55412	R$ 195,23
EXF9494	277490W000030483	31/10/2025	55412	R$ 195,23
FBR7A14	277490W000030327	29/10/2025	55412	R$ 195,23
FGG5D95	277490F000190516	07/11/2025	60503	R$ 293,47
FGW9F40	277490W000030403	30/10/2025	55412	R$ 195,23
FIC9507	277490W000030410	30/10/2025	55412	R$ 195,23
FJL7F77	277490W000030337	29/10/2025	55412	R$ 195,23
FJZ9I00	277490F000190688	08/11/2025	60503	R$ 293,47
FKC0153	277490F000190563	09/11/2025	60503	R$ 293,47
FMN2F36	277490W000030134	27/10/2025	55412	R$ 195,23
FNI7202	277490W000030160	27/10/2025	55412	R$ 195,23
FPV8J96	277490W000030368	29/10/2025	55412	R$ 195,23
FUA8C71	277490F000190435	07/11/2025	60503	R$ 293,47
FUW1A31	277490W000030342	29/10/2025	55412	R$ 195,23
FUW1A31	277490W000030252	28/10/2025	55412	R$ 195,23
FWF3F87	277490F000190554	07/11/2025	60503	R$ 293,47
FZC1G91	277490W000030421	30/10/2025	55412	R$ 195,23
FZJ0F37	277490F000190302	04/11/2025	60503	R$ 293,47
GFY0017	277490F000190613	08/11/2025	60503	R$ 293,47
GIH1E69	277490F000190438	07/11/2025	60503	R$ 293,47
GJD6D13	277490F000190229	04/11/2025	60503	R$ 293,47
GRW5H49	277490W000030127	27/10/2025	55412	R$ 195,23
GZN7814	277490W000030370	30/10/2025	55412	R$ 195,23
HDK3C12	277490W000030405	30/10/2025	55412	R$ 195,23
HDK3C12	277490W000030320	29/10/2025	55412	R$ 195,23
HID2B48	277490F000190680	08/11/2025	60503	R$ 293,47
HMW1327	277490F000190509	07/11/2025	60503	R$ 293,47
HRK5808	277490F000190468	06/11/2025	60503	R$ 293,47
HRM8G84	277490W000030178	28/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030179	28/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030079	25/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030097	27/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030356	29/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030211	28/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030132	27/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030264	29/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030496	31/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030448	31/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030154	27/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030313	29/10/2025	55412	R$ 195,23
HSB9387	277490W000030254	28/10/2025	55412	R$ 195,23
HVD3592	277490F000190374	05/11/2025	60503	R$ 293,47
HVK7A10	277490F000190295	04/11/2025	60503	R$ 293,47
HVK9053	277490W000030032	24/10/2025	55412	R$ 195,23
HVP3511	277490W000030267	29/10/2025	55412	R$ 195,23
HWW1C53	277490W000030340	29/10/2025	55412	R$ 195,23
IDZ2901	277490F000190556	07/11/2025	60503	R$ 293,47
ILU7J70	277490W000030230	28/10/2025	55412	R$ 195,23
IZJ8I16	277490F000190507	07/11/2025	60503	R$ 293,47
JGD4J94	277490F000190259	04/11/2025	60503	R$ 293,47
JGM3765	277490F000190505	07/11/2025	60503	R$ 293,47
JIH7F35	277490W000030224	28/10/2025	55412	R$ 195,23
JUI7807	277490F000190497	07/11/2025	60503	R$ 293,47
JUL1257	277490W000030241	28/10/2025	55412	R$ 195,23
JYX6D89	277490F000190246	04/11/2025	60503	R$ 293,47
JZB6812	277490F000190545	07/11/2025	60503	R$ 293,47
KID6F20	277490F000190643	08/11/2025	60503	R$ 293,47
KLF4532	277490F000190405	06/11/2025	60503	R$ 293,47
KXQ0217	277490F000190580	09/11/2025	60503	R$ 293,47
KYK6B33	277490F000190520	07/11/2025	60503	R$ 293,47
LXR3886	277490W000030201	28/10/2025	55412	R$ 195,23
LZR8813	277490F000190481	07/11/2025	60503	R$ 293,47
MCI7H56	277490W000030081	25/10/2025	55412	R$ 195,23
MCS1C93	277490W000030468	31/10/2025	55412	R$ 195,23
MCS3046	277490F000190397	06/11/2025	60503	R$ 293,47
MCS3046	277490W000030083	25/10/2025	55412	R$ 195,23
MFI0G63	277490W000030247	28/10/2025	55412	R$ 195,23
MGG2F76	277490F000190245	04/11/2025	60503	R$ 293,47
MGG6C97	277490F000190579	08/11/2025	60503	R$ 293,47
MGW8481	277490W000030195	28/10/2025	55412	R$ 195,23
MGW8481	277490W000030233	28/10/2025	55412	R$ 195,23
MGW8481	277490W000030345	29/10/2025	55412	R$ 195,23
MHS7559	277490F000190541	07/11/2025	60503	R$ 293,47
MHS7559	277490F000190272	04/11/2025	60503	R$ 293,47
MIY0J00	277490F000190570	08/11/2025	60503	R$ 293,47
MJJ4B92	277490F000190571	09/11/2025	60503	R$ 293,47
MLD1F55	277490F000190648	09/11/2025	60503	R$ 293,47
MLF2I48	277490F000190406	06/11/2025	60503	R$ 293,47
NCE9E28	277490F000190552	07/11/2025	60503	R$ 293,47
NCQ7I74	277490F000190426	06/11/2025	60503	R$ 293,47
NHR8A21	277490W000030187	28/10/2025	55412	R$ 195,23
NJJ1175	277490W000030036	24/10/2025	55412	R$ 195,23
NKJ7D19	277490F000190542	07/11/2025	60503	R$ 293,47

NKL4937	277490W000030373	30/10/2025	55412	R$ 195,23
NLT5C59	277490F000190314	05/11/2025	60503	R$ 293,47
NOY0530	277490F000190635	09/11/2025	60503	R$ 293,47
NQE8G37	277490F000190353	05/11/2025	60503	R$ 293,47
NRK4757	277490W000030302	29/10/2025	55412	R$ 195,23
NRQ8702	277490F000190600	09/11/2025	60503	R$ 293,47
OAH7D75	277490W000030432	30/10/2025	55412	R$ 195,23
OAI5A10	277490W000030386	30/10/2025	55412	R$ 195,23
OAZ5C43	277490F000190491	07/11/2025	60503	R$ 293,47
OBG1987	277490W000030455	31/10/2025	55412	R$ 195,23
OBH0872	277490F000190240	04/11/2025	60503	R$ 293,47
OCI7450	277490W000030354	29/10/2025	55412	R$ 195,23
OOS9I32	277490F000190384	06/11/2025	60503	R$ 293,47
OVH7B38	277490F000190226	04/11/2025	60503	R$ 293,47
OWH4A04	277490F000190623	08/11/2025	60503	R$ 293,47
PKT0E35	277490W000030413	30/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030131	27/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030220	28/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030080	25/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030246	28/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030357	29/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030203	28/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030289	29/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030315	29/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030380	30/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030163	27/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030459	31/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030477	31/10/2025	55412	R$ 195,23
PKT0E35	277490W000030507	31/10/2025	55412	R$ 195,23
PUC0J10	277490W000030309	29/10/2025	55412	R$ 195,23
PWI1H97	277490W000030494	31/10/2025	55412	R$ 195,23
PZV6I32	277490W000030110	27/10/2025	55412	R$ 195,23
QAD4E88	277490F000190528	07/11/2025	60503	R$ 293,47
QAD8H02	277490F000190627	09/11/2025	60503	R$ 293,47
QCW5D58	277490W000030197	28/10/2025	55412	R$ 195,23
QJS0D61	277490F000190652	08/11/2025	60503	R$ 293,47
QJS0D61	277490F000190564	08/11/2025	60503	R$ 293,47
QKN4E39	277490F000190312	05/11/2025	60503	R$ 293,47
QPD9D18	277490W000030473	31/10/2025	55412	R$ 195,23
QSK0J56	277490F000190441	07/11/2025	60503	R$ 293,47
QUH4H15	277490F000190354	05/11/2025	60503	R$ 293,47
QXS7F65	277490W000030300	29/10/2025	55412	R$ 195,23
RAK7C14	277490W000030245	28/10/2025	55412	R$ 195,23
RHA7G15	277490F000190597	09/11/2025	60503	R$ 293,47
RHB8E14	277490F000190300	04/11/2025	60503	R$ 293,47
RHF2E71	277490F000190237	04/11/2025	60503	R$ 293,47
RHK3B58	277490W000030452	31/10/2025	55412	R$ 195,23
RHM4B57	277490W000030456	31/10/2025	55412	R$ 195,23
RHM6E44	277490F000190667	09/11/2025	60503	R$ 293,47
RHN3G73	277490W000030375	30/10/2025	55412	R$ 195,23
RHN3G73	277490W000030271	29/10/2025	55412	R$ 195,23
RHN9B29	277490F000190624	08/11/2025	60503	R$ 293,47
RHN9H79	277490F000190316	05/11/2025	60503	R$ 293,47
RHP3H51	277490W000030150	27/10/2025	55412	R$ 195,23
RHQ5I51	277490F000190398	06/11/2025	60503	R$ 293,47
RHV4B63	277490F000190289	04/11/2025	60503	R$ 293,47
RHY4G99	277490W000030453	31/10/2025	55412	R$ 195,23
RHY6H29	277490F000190321	05/11/2025	60503	R$ 293,47
RHZ8F43	277490W000030145	27/10/2025	55412	R$ 195,23
RKY3F09	277490F000190467	06/11/2025	60503	R$ 293,47
RLH1I90	277490W000030047	24/10/2025	55412	R$ 195,23
RMD8E00	277490F000190630	08/11/2025	60503	R$ 293,47
RND0F86	277490W000030249	28/10/2025	55412	R$ 195,23
RRJ9G57	277490F000190549	07/11/2025	60503	R$ 293,47
RVI6B57	277490W000030130	27/10/2025	55412	R$ 195,23
RWC8I41	277490F000190373	05/11/2025	60503	R$ 293,47
RWJ0G73	277490F000190480	07/11/2025	60503	R$ 293,47
RXN0H24	277490F000190631	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SDP6H90	277490W000030151	27/10/2025	55412	R$ 195,23
SDP7F45	277490W000030204	28/10/2025	55412	R$ 195,23
SDU5J35	277490W000030437	30/10/2025	55412	R$ 195,23
SDU6E47	277490F000190653	08/11/2025	60503	R$ 293,47
SDY7F82	277490W000030431	30/10/2025	55412	R$ 195,23
SDY8A10	277490W000030488	31/10/2025	55412	R$ 195,23
SEB4E21	277490W000030486	31/10/2025	55412	R$ 195,23
SEB4I17	277490F000190307	05/11/2025	60503	R$ 293,47
SED9A79	277490F000190584	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SEE6J26	277490W000030285	29/10/2025	55412	R$ 195,23
SEH6H26	277490F000190598	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SEH9A40	277490W000030397	30/10/2025	55412	R$ 195,23
SEM1E76	277490F000190297	04/11/2025	60503	R$ 293,47
SEN9C77	277490W000030126	27/10/2025	55412	R$ 195,23
SEN9D68	277490W000030349	29/10/2025	55412	R$ 195,23
SEO8B90	277490W000030217	28/10/2025	55412	R$ 195,23
SEP4I87	277490W000030078	25/10/2025	55412	R$ 195,23
SEP6B96	277490W000030352	29/10/2025	55412	R$ 195,23
SEQ4F80	116100T001104775	08/11/2025	54522	R$ 195,23
SEV4J27	277490F000190266	04/11/2025	60503	R$ 293,47
SEY8H98	277490W000030358	29/10/2025	55412	R$ 195,23

SEZ4J94	277490F000190265	04/11/2025	60503	R$ 293,47
SFA2A47	277490F000190299	04/11/2025	60503	R$ 293,47
SFA2H02	277490W000030505	31/10/2025	55412	R$ 195,23
SFB7A97	277490F000190341	05/11/2025	60503	R$ 293,47
SFD4J90	277490F000190360	05/11/2025	60503	R$ 293,47
SFE4C25	277490F000190585	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SFF5G47	277490F000190352	05/11/2025	60503	R$ 293,47
SFF5G47	277490F000190500	07/11/2025	60503	R$ 293,47
SFG3I09	277490F000190722	08/11/2025	60503	R$ 293,47
SFH4J80	277490F000190362	05/11/2025	60503	R$ 293,47
SFH4J80	277490W000030061	24/10/2025	55412	R$ 195,23
SFI8H95	277490F000190231	04/11/2025	60503	R$ 293,47
SFM0F60	277490F000190565	08/11/2025	60503	R$ 293,47
SHG8E87	277490F000190340	05/11/2025	60503	R$ 293,47
SJO8H75	277490W000030115	27/10/2025	55412	R$ 195,23
SLY4H96	277490F000190659	08/11/2025	60503	R$ 293,47
SME7G93	277490F000190590	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SXF4F29	277490F000190476	07/11/2025	60503	R$ 293,47
SXN2F42	277490F000190268	04/11/2025	60503	R$ 293,47
TAI5E57	277490W000030394	30/10/2025	55412	R$ 195,23
TAI9F15	277490W000030273	29/10/2025	55412	R$ 195,23
TAN5G46	277490W000030374	30/10/2025	55412	R$ 195,23
TAQ8E08	277490F000190651	08/11/2025	60503	R$ 293,47
TAQ8E08	277490F000190504	07/11/2025	60503	R$ 293,47
TAU9I11	277490F000190271	04/11/2025	60503	R$ 293,47
TAV9C78	277490F000190487	07/11/2025	60503	R$ 293,47
TAV9C78	277490F000190593	08/11/2025	60503	R$ 293,47
TAX3E22	277490F000190306	04/11/2025	60503	R$ 293,47
TAY6C43	277490F000190654	08/11/2025	60503	R$ 293,47
TBE8C10	277490F000190443	07/11/2025	60503	R$ 293,47
TBH1G44	277490F000190399	06/11/2025	60503	R$ 293,47
TBO4H33	277490F000190514	07/11/2025	60503	R$ 293,47
TBP4F39	277490F000190387	06/11/2025	60503	R$ 293,47
TBQ5F95	277490F000190403	06/11/2025	60503	R$ 293,47
TBS5D84	277490F000190560	08/11/2025	60503	R$ 293,47
TBS5D97	277490W000030227	28/10/2025	55412	R$ 195,23
TBU9G88	277490F000190364	05/11/2025	60503	R$ 293,47
TBW2J12	277490W000030490	31/10/2025	55412	R$ 195,23
TBX4C36	277490F000190550	07/11/2025	60503	R$ 293,47
TBX9F54	277490W000030428	30/10/2025	55412	R$ 195,23
TBY7F93	277490F000190255	04/11/2025	60503	R$ 293,47
TMJ6C33	277490F000190555	07/11/2025	60503	R$ 293,47
UAU0I20	277490W000030291	29/10/2025	55412	R$ 195,23
UAX8J34	277490F000190258	04/11/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:A0958FC9

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 13/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAU2458	277490F000190709	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AAW0197	277490F000190942	11/11/2025	60503	R$ 293,47
ABK3081	277490F000190995	12/11/2025	60503	R$ 293,47
ABV1G66	277490F000190872	11/11/2025	60503	R$ 293,47
ADI9934	277490F000190908	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AER0186	277490F000190987	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AFL9I73	277490F000190730	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AFR9I61	277490F000190957	12/11/2025	56732	R$ 130,16
AFZ4346	277490F000190914	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AHM8091	277490F000190812	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AHM8091	277490F000190689	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AIK0E59	277490F000190867	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AJN9E34	277490F000190702	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AJO9846	277490F000190876	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AJX1F07	277490F000190770	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000190964	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AKC6462	277490F000190756	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AKG3150	277490F000190878	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AKM9B21	277490F000190752	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AKS2004	277490F000190834	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AKY8G66	277490F000190795	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ALI1D67	277490F000190786	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ALN9E37	277490F000190771	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ALO3033	277490F000190777	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ALR2H95	277490F000190743	09/11/2025	60503	R$ 293,47

AMK7D42	277490F000190885	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AMW8170	277490F000190873	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AMX2B18	277490F000190750	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ANJ2587	277490F000190895	11/11/2025	60503	R$ 293,47
ANP7141	277490F000190754	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ANS9469	277490F000190699	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ANV1C14	277490F000190838	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AOG9F23	277490F000190966	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AOV0335	277490F000190693	09/11/2025	60503	R$ 293,47
APJ8615	277490F000190896	11/11/2025	60503	R$ 293,47
APL2712	277490F000190875	11/11/2025	60503	R$ 293,47
APT6054	277490F000190962	12/11/2025	60503	R$ 293,47
APV5B55	277490F000190883	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AQK7F12	277490F000190858	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AQP8C03	277490F000190763	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AQY6D05	277490F000190903	11/11/2025	60503	R$ 293,47
ARA1J08	277490F000190814	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ARF5B21	277490F000190766	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ARJ8233	277490F000190745	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ARS7208	277490F000190774	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000190936	11/11/2025	60503	R$ 293,47
ARW5370	277490F000190904	11/11/2025	60503	R$ 293,47
ASC6C63	277490F000190821	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ASD6G85	277490F000190790	10/11/2025	56732	R$ 130,16
ASM4H16	277490F000190952	12/11/2025	60503	R$ 293,47
ASX7G71	277490F000190806	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ASX9A68	277490F000190831	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ATB7D43	277490F000190981	12/11/2025	60503	R$ 293,47
ATI8F40	277490F000190826	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AUH5547	277490F000190953	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AUP4609	277490F000190749	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AUQ9459	277490F000190863	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AUT6F76	277490F000190992	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AUW9621	277490F000190915	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AUZ8151	277490F000190755	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AVA4E74	277490F000190982	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AVC2I01	277490F000190762	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AVF7C19	277490F000190747	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AVQ2966	277490F000190877	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AVS6C09	277490F000190694	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AVV3308	277490F000190940	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AVY4462	277490F000190847	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AWF6J62	277490F000190988	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AWI4967	277490F000190901	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AWZ9C95	277490F000190970	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AXG0G78	277490F000190799	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AXG6987	277490F000190673	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AXJ3J17	277490F000190736	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AXP4371	277490F000190938	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AXP8E90	277490F000190932	11/11/2025	56732	R$ 130,16
AXY9G57	277490F000190846	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AYP8F76	277490F000190768	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AYR7434	277490F000190967	12/11/2025	60503	R$ 293,47
AYS6427	277490F000190789	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AYY4827	277490F000190796	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AZD0A50	277490F000190955	11/11/2025	60503	R$ 293,47
AZD5A53	277490F000190816	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AZF3991	277490F000190785	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AZF6908	277490F000190855	10/11/2025	60503	R$ 293,47
AZP1441	277490F000190744	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AZP5781	277490F000190707	09/11/2025	60503	R$ 293,47
AZU0604	277490F000190691	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BAO3998	277490F000190761	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BAU2524	277490F000190708	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BAW2I07	277490F000190907	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BBK8H45	277490F000190784	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BBL4712	277490F000190818	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BBO5E70	277490F000190807	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BBP0831	277490F000190993	12/11/2025	56732	R$ 130,16
BBP6E52	277490F000190857	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BCB2J28	277490F000190989	12/11/2025	60503	R$ 293,47
BCK1I96	277490F000190984	12/11/2025	60503	R$ 293,47
BCM2792	277490F000190735	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BCM6E60	277490F000190710	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BCM6E60	277490F000190889	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BCP4292	277490F000190797	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BCX9J04	277490F000190853	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BDD4J12	277490F000190779	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BDE5I50	277490F000190945	12/11/2025	60503	R$ 293,47
BDK7I95	277490F000190668	09/11/2025	60503	R$ 293,47
BDM5I38	277490F000190859	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BDN3J44	277490F000190897	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BDO8J60	277490F000190864	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BED5B98	277490F000190748	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BED5B98	277490F000190753	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BED6C92	277490F000190923	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BEG5E67	277490F000190804	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BEH5B10	277490F000190892	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BEK2B34	277490F000190890	11/11/2025	60503	R$ 293,47

BEK3C30	277490F000190944	12/11/2025	60503	R$ 293,47
BEP2E06	277490F000190871	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BEW0F27	277490F000190884	11/11/2025	60503	R$ 293,47
BHP6F58	277490F000190854	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BVX9401	277490F000190824	10/11/2025	60503	R$ 293,47
BYB7993	277490F000190742	09/11/2025	60503	R$ 293,47
CIW3A64	277490F000190793	10/11/2025	60503	R$ 293,47
CJC8J71	277490F000190881	11/11/2025	56732	R$ 130,16
CSI3261	277490F000190899	11/11/2025	60503	R$ 293,47
CSI3261	277490F000190815	10/11/2025	60503	R$ 293,47
CVE2G96	277490F000190950	12/11/2025	60503	R$ 293,47
CWZ1856	277490F000190733	09/11/2025	60503	R$ 293,47
DJF7F57	277490F000190764	10/11/2025	60503	R$ 293,47
DJX9D87	277490F000190817	10/11/2025	60503	R$ 293,47
DLM3F65	277490F000190917	11/11/2025	60503	R$ 293,47
EEG0A51	277490F000190927	11/11/2025	56732	R$ 130,16
EEY5I10	277490F000190769	10/11/2025	60503	R$ 293,47
ELY3F97	277490F000190729	09/11/2025	60503	R$ 293,47
EPT0G97	277490F000190734	09/11/2025	60503	R$ 293,47
ERK5J66	277490F000190909	11/11/2025	60503	R$ 293,47
EYB0F70	277490F000190780	10/11/2025	60503	R$ 293,47
EZC2530	277490F000190930	11/11/2025	60503	R$ 293,47
FCA1E06	277490F000190850	10/11/2025	60503	R$ 293,47
FDI7H37	277490F000190674	09/11/2025	60503	R$ 293,47
FJD3E08	277490F000190978	12/11/2025	60503	R$ 293,47
FJI0H79	277490F000190844	10/11/2025	60503	R$ 293,47
FLS1A74	277490F000190829	10/11/2025	60503	R$ 293,47
FMC1485	277490F000190971	12/11/2025	56732	R$ 130,16
FMC1485	277490F000190958	12/11/2025	56732	R$ 130,16
FMO7A72	277490F000190783	10/11/2025	60503	R$ 293,47
GFZ5E40	277490F000190712	09/11/2025	60503	R$ 293,47
HBO7257	277490F000190840	10/11/2025	60503	R$ 293,47
HMQ0G59	277490F000190731	09/11/2025	60503	R$ 293,47
HTH1C38	277490F000190882	11/11/2025	60503	R$ 293,47
HTR6F33	277490F000190835	10/11/2025	60503	R$ 293,47
INA4D77	277490F000190801	10/11/2025	60503	R$ 293,47
JDA7B35	277490F000190965	12/11/2025	56732	R$ 130,16
KAJ2F40	277490F000190893	11/11/2025	60503	R$ 293,47
MAQ1756	277490F000190788	10/11/2025	60503	R$ 293,47
MBL6I22	277490F000190672	09/11/2025	60503	R$ 293,47
MBV8824	277490F000190757	10/11/2025	60503	R$ 293,47
MEW3D11	277490F000190782	10/11/2025	60503	R$ 293,47
MJA0498	277490F000190934	11/11/2025	60503	R$ 293,47
MJJ4B92	277490F000190994	12/11/2025	60503	R$ 293,47
NCH7C82	277490F000190759	10/11/2025	60503	R$ 293,47
NOY0530	277490F000190791	10/11/2025	60503	R$ 293,47
NPN0J51	277490F000190833	10/11/2025	60503	R$ 293,47
PRC3G12	277490F000190825	10/11/2025	60503	R$ 293,47
PYI7E50	277490F000190905	11/11/2025	60503	R$ 293,47
QAN0D12	277490F000190819	10/11/2025	60503	R$ 293,47
QAP3E15	277490F000190990	12/11/2025	60503	R$ 293,47
QCQ9415	277490F000190794	10/11/2025	60503	R$ 293,47
QNB3H95	277490F000190711	09/11/2025	60503	R$ 293,47
QUE3H08	277490F000190700	09/11/2025	60503	R$ 293,47
QXM5G17	277490F000190798	10/11/2025	60503	R$ 293,47
QXT5J22	277490F000190900	11/11/2025	60503	R$ 293,47
RDV4H33	277490F000190760	10/11/2025	60503	R$ 293,47
RFI3E13	277490F000190931	11/11/2025	60503	R$ 293,47
RHA4C38	277490F000190975	12/11/2025	60503	R$ 293,47
RHA4C38	277490F000190778	10/11/2025	60503	R$ 293,47
RHB4B73	277490F000190941	11/11/2025	60503	R$ 293,47
RHD2C14	277490F000190920	11/11/2025	60503	R$ 293,47
RHK3E84	277490F000190737	09/11/2025	60503	R$ 293,47
RHO4I24	277490F000190758	10/11/2025	60503	R$ 293,47
RHP5B48	277490F000190775	10/11/2025	60503	R$ 293,47
RHQ6B84	277490F000190960	12/11/2025	56732	R$ 130,16
RHU1H05	277490F000190939	11/11/2025	60503	R$ 293,47
RMY5F43	277490F000190935	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SDR6G17	277490F000190969	12/11/2025	60503	R$ 293,47
SDS8B32	277490F000190676	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SDV8H80	277490F000190922	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SEC4F14	277490F000190887	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SEE8B99	277490F000190933	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SEH5C88	277490F000190870	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SEO9G01	277490F000190732	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SEQ9E76	277490F000190888	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SEY7A71	277490F000190832	10/11/2025	60503	R$ 293,47
SFC4E74	277490F000190974	12/11/2025	60503	R$ 293,47
SFF5G47	277490F000190728	09/11/2025	60503	R$ 293,47
SFF5G47	277490F000190869	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SFM9H38	277490F000190898	11/11/2025	60503	R$ 293,47
SVC0I95	277490F000190845	10/11/2025	60503	R$ 293,47
SXK2I61	277490F000190949	12/11/2025	60503	R$ 293,47
TAI4G97	277490F000190695	09/11/2025	60503	R$ 293,47
TAO0C91	277490F000190946	12/11/2025	60503	R$ 293,47
TAQ8E08	277490F000190811	10/11/2025	60503	R$ 293,47
TAQ8E08	277490F000190828	10/11/2025	60503	R$ 293,47
TAV9C78	277490F000190937	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TAY8H91	277490F000190956	11/11/2025	60503	R$ 293,47

TAZ4C94	277490F000190991	12/11/2025	60503	R$ 293,47
TBE8C10	277490F000190849	10/11/2025	60503	R$ 293,47
TBN1J36	277490F000190926	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TBR6E78	277490F000190836	10/11/2025	60503	R$ 293,47
TBS8C75	277490F000190837	10/11/2025	60503	R$ 293,47
TBV8D65	277490F000190856	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TBX0G59	277490F000190918	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TCV9E31	277490F000190865	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TJA5C58	277490F000190919	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TKY5H29	277490F000190879	11/11/2025	60503	R$ 293,47
TXC4G42	277490F000190739	09/11/2025	60503	R$ 293,47
UAS7D71	277490F000190861	11/11/2025	60503	R$ 293,47
UAT4A97	277490F000190874	11/11/2025	60503	R$ 293,47
UAU7J04	277490F000190841	10/11/2025	60503	R$ 293,47
UAV9J12	277490F000190916	11/11/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:3D6BF7C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026º

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) WANESSA DURANTE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: EXPRESS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

CNPJ: 60.079.115/0001-45

Endereço: RUA ANTONIO JOSE DA SILVA, 1450 - JARDIM ANTIGO AEROPORTO, Paranavaí - PR, CEP 87.707-010

E-mail: aluiziojferronatto@gmail.com / expressalimentoslicitacao@gmail.com

Telefone: (44) 99974-3086

Nome do Representante: ALUIZIO JOSE FERRONATTO

CPF: 061.081.299-80

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 171/2025, Pregão Eletrônico nº 75 - 2025, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Aquisição de alimentos para complementação da merenda escolar, assegurando alimentação adequada e balanceada aos alunos.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo: Sem Lote.

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3 - Carne Bovina In Natura. Tipo Corte: Acém. Apresentação: Moida. Estado De Conservação: Congelado. Observações Complementares: Congelamento sob sistema IQF (congelamento rápido individual). Com selo/número de inspeção na embalagem, transportado em condições de temperatura conforme legislação. Entregue diretamente nas escolas e cmeis conforme cronorama de data e horário.	KG	friboi	11.700	R$ 27,49	R$ 321.633,00

12 - Carne Bovina In Natura. Tipo Corte: Acém. Apresentação: Moida. Estado De Conservação: Congelado. Observações Complementares: Congelamento sob sistema IQF (congelamento rápido individual). Com selo/número de inspeção na embalagem, transportado em condições de temperatura conforme legislação. Entregue diretamente nas escolas e cmeis conforme cronorama de data e horário.	KG	friboi	3.900	R$ 27,49	R$ 107.211,00
				Total do Lote:	R$ 428.844,00
			Total do Fornecedor:		R$ 428.844,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 2 de fevereiro de 2026

_____

ALUIZIO JOSE FERRONATTO

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

CPF: 025.577.729-92

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:BBEA3749

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2024

(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF 101.727.179-81; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF 361.953.089-00; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **RENATO DULTRA**, inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços é aquisição futura e parcelada de PILHAS E BATERIAS, destinadas à Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Proteção a Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Secretaria Municipal de Fazenda, Fundação Cultural, Procuradoria Geral do Município, Tiro de Guerra, Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **3,897866%** referente variação do INPC no período de JANEIRO/2024 a JANEIRO/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 130/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 130/2024, conforme segue:

Fornecedor: **IRENE DE OLIVEIRA 02845096712**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
2	Pilha, Tamanho: Palito, Modelo: AAA, Características Adicionais: Não Recarregável, Sistema Eletroquímico: Alcalina, Tensão Nominal: 1,5 V. Código CATMAT 419860. Observações Complementares: Embalagem com 02 unidades	Und	Alfacell Pilha Palito AAA 1.5V R03P4S - 2Un.	5.004	R$ 2,50	R$ 12.510,00
Total Fornecedor: **R$ 12.510,00**						

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2024), datada de 10 de Julho de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR

Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

RAFAEL LUCAS TORRENTE

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

LUCAS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO

Secretário Municipal de Fazenda

CÉLIA APARECIDA ZANATTA

Procuradora Geral do Município

ADILSON FRANCISCO

Chefe de Gabinete

RENATO DULTRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Fornecedor:

Empresa: Irene De Oliveira 02845096712

CNPJ: 44.010.279/0001-60

Endereço: Rua Orquídea, 37. Pavuna – CEP 21.535-620 – Rio de Janeiro/RJ

Fone: (21) 964969719B

Email: nereirmello@gmail.com

Nome do Representante:

IRENE DE OLIVEIRA

CPF: 028.450.967-12

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:AA369A5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2024

(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 032/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **RENATO DULTRA**, inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25; Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA,** brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; e Ilmo. Chefe de Gabinete Sr **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF nº 596.187.609-87, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços é aquisição futura e parcelada de **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO** destinados às Secretarias Municipais, Tiro de Guerra e Fundação Cultural de Paranavaí, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,264385%** referente variação do IPCA no período de JANEIRO/2024 a JANEIRO/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 156/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 156/2024, conforme segue:

Fornecedor: **MDX COMERCIO DE EPI LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
2	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO SAPATO EM EVA OBJETIVO: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. DESCRIÇÃO TÉCNICA: Calçado ocupacional tipo sapato, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol. UNIDADE DE MEDIDA: Produto adquirido em pares. TAMANHOS: Livre escolha 33 ao 44. COR: De acordo com a necessidade da secretaria, podendo ser preto ou branco. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. Similar, equivalente ou superior a WORKS; BRACOL. APROVADO PARA: proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. REFERENCIA CA: 31898	Par	Workflex EVA	774	R$ 49,25	R$ 38.119,50
Total R$ R$ 38.119,50 (trinta e oito mil, cento e dezenove reais e cinquenta centavos)						

Parágrafo Segundo - O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2024), datada de 10 de Setembro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

RENATO DULTRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR

Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA

Secretário Municipal de Agricultura

LUCAS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

RAFAEL LUCAS TORRENTE

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ADILSON FRANCISCO

Chefe de Gabinete

Fornecedor:

Empresa: Mdx Comércio De Epi LTDA

CNPJ: 50.401.485/0001-01

Endereço: Rua Monteiro Lobato, 525, Centro, Erechim - RS, CEP: 99700-258

Fone: (54) 99919-8600

Email: mdxepi@gmail.com

Nome do Representante:

VICTOR SCHONS DE LIMA

RG: 1083263259

CPF: 017.208.660-40

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:6C64CEA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024

(REAJUSTE DE VALORES)

(PROCESSO DIGITAL 1878/2026)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado por diversas Secretarias Municipais e Fundação Cultural, conforme abaixo.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços é Aquisição de Materiais de Expediente para as Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **3,89766%** referente variação do INPC no período de JANEIRO/2025 a JANEIRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 194/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor total (por item) da Ata de Registro de Preços n° 194/2024, no valor estimado de **R$ 212.636,16 (duzentos e doze mil, seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)** conforme segue:

Fornecedor: **LALUH COMERCIO DE PAPELARIA E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
101	PAPEL SULFITE BRANCO A4 Dimensões mínimas: 210 mm x 297 mm, gramatura: 75 g/m², reciclável, alcalino, produzido com madeira de florestas 100% plantadas e renováveis, livre de cloro elementar, cor branca, não atolamento. Embalagem 100 % reciclável, resistente a umidade com certificação inmetro estampado na embalagem, caixa com 10 resmas de 500 folhas.	CX	CHAMEX	1056	R$ 201,36	R$ 212.636,16
Valor do Fornecedor R$ 212.636,16 (duzentos e doze mil, seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)						

Parágrafo Segundo - O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024), datada de 01 de novembro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:

JEAN CARLOS DE MATTOS

(Laluh Comercio De Papelaria E Representações Comerciais LTDA)

CNPJ: 27.084.275/0001-07

Endereço: Rua Coronel Augusto Carlos, 32, Sala 02, Centro Campos Novos, SC, CEP 89620000

Fone: (49) 99961-1771

E-mail: laluh.licitacao@gmail.com

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:9EEB5E6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 052/2026 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA N.º 052/2026 – de 05 de Fevereiro de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Antônio Marcos Maciel	28/01/2026	28/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	29/01/2026	29/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	30/01/2026	30/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	30/01/2026	30/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Clarete Aparecida de Ramos	31/01/2026	31/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	02/02/2026	02/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	02/02/2026	02/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VW MASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	03/02/2026	03/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	03/02/2026	03/02/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	São Mateus do Sul/PR	VAN BDO 3E89	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	03/02/2026	03/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN TBG 1F89	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	04/02/2026	04/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN BDO 3E89	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	04/02/2026	04/02/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	São Mateus do Sul/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	04/02/2026	04/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Fazenda Rio Grande/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	05/02/2026	05/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	05/02/2026	05/02/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VW MASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
Francieli Daiane Bueno	30/01/2026	30/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Assistência Social
Adrielen Zamboni	30/01/2026	30/01/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Assistência Social

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 05 de Fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:3B38B1E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 072 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 072 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **Willyan Viana Barboza**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 114.***.***-08 matrícula funcional 4766196, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Área I - Urbanismo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação em workshop da AMEP sobre parcelamento do solo metropolitano	04/02/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 150,00	1203/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG

Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:581F408D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 11 RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023	
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	514.160,20	(514.160,20)
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	475.301,00	(475.301,00)
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	38.859,20	(38.859,20)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO A PAGAR (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	566.856,37	308.368,28	308.368,28	308.368,28	0,00	0,00	258.488,09
Despesas de Capital	566.856,37	308.368,28	308.368,28	308.368,28	0,00	0,00	258.488,09
Investimentos	566.856,37	308.368,28	308.368,28	308.368,28	0,00	0,00	258.488,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (i)**	**DO EXERCÍCIO (j) = (Ib – (IIf+ IIg))**	**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	342.078,81	205.791,92	547.870,73

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:16A3CF59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLCIOS DE SAÚDE - BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
01/11/2025 A 31/12/2025				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.		
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.075.975,00	1.518.500,87	346.232,92	22,80
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	247.460,00	247.460,00	9.766,53	3,95
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	192.000,00	192.000,00	6.157,10	3,21
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	175.165,00	443.690,87	125.895,22	28,37
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	461.350,00	635.350,00	204.414,07	32,17
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.087.725,00	22.635.157,07	4.411.599,36	19,49
Cota-Parte FPM	18.320.000,00	18.867.432,07	3.690.088,25	19,56
Cota-Parte ITR	9.100,00	9.100,00	391,83	4,31
Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	15.881,27	4,24
Cota-Parte ICMS	3.345.000,00	3.345.000,00	694.543,21	20,76
Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	38.625,00	10.694,80	27,69
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	23.163.700,00	24.153.657,94	4.757.832,28	19,70

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.794.300,00	3.472.106,61	715.794,41	20,62	715.794,41	20,62	743.753,24	21,42	0,00
Despesas Correntes	2.784.300,00	3.440.106,61	713.279,72	20,73	713.279,72	20,73	741.238,55	21,55	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	32.000,00	2.514,69	7,86	2.514,69	7,86	2.514,69	7,86	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.961.500,00	1.483.100,00	216.221,85	14,58	216.221,85	14,58	216.321,82	14,59	0,00
Despesas Correntes	1.951.000,00	1.482.600,00	216.144,77	14,58	216.144,77	14,58	216.244,74	14,59	0,00
Despesas de Capital	10.500,00	500,00	77,08	15,42	77,08	15,42	77,08	15,42	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	38.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	28.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	117.400,00	117.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	107.400,00	107.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.911.200,00	5.103.606,61	932.016,26	18,26	932.016,26	18,26	960.075,06	18,81	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	932.016,26	932.016,26	960.075,06
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	932.016,26	932.016,26	960.075,06
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			713.674,84
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	218.341,42	218.341,42	246.400,22
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	19,59	19,59	20,18

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	713.674,84	932.016,26	218.341,42	-28.058,80	0,00	0,00	0,00	-28.058,80	0,00	218.341,42
Empenhos de 2024	3.436.304,04	4.195.210,49	758.906,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	758.906,45
Empenhos de 2023	2.936.255,98	4.048.357,76	1.112.101,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.101,78
Empenhos de 2022	2.770.850,35	3.523.041,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.613.000,00	1.709.800,00	336.315,65	19,67
Proveniente da União	1.613.000,00	1.672.000,00	247.315,65	14,79
Proveniente dos Estados	0,00	37.800,00	89.000,00	235,45
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	1.100,00	33.796,54	3.072,41
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.613.000,00	1.710.900,00	370.112,19	21,63

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em restos a pagar não processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.086.515,35	2.205.568,10	406.727,19	18,44	406.727,19	18,44	411.564,61	18,66	0,00
Despesas Correntes	1.086.515,35	1.384.415,35	253.772,59	18,33	253.772,59	18,33	258.610,01	18,68	0,00
Despesas de Capital	0,00	821.152,75	152.954,60	18,63	152.954,60	18,63	152.954,60	18,63	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	393.484,65	393.484,65	32.660,52	8,30	32.660,52	8,30	32.660,52	8,30	0,00
Despesas Correntes	393.484,65	393.484,65	32.660,52	8,30	32.660,52	8,30	32.660,52	8,30	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	81.000,00	81.000,00	2.176,10	2,69	2.176,10	2,69	2.176,10	2,69	0,00
Despesas Correntes	81.000,00	81.000,00	2.176,10	2,69	2.176,10	2,69	2.176,10	2,69	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO						
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	Inscritas em restos a

CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	pagar não processados (g)
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.561.000,00	2.680.052,75	441.563,81	16,48	441.563,81	16,48	446.401,23	16,66	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.880.815,35	5.677.674,71	1.122.521,60	19,77	1.122.521,60	19,77	1.155.317,85	20,35	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.354.984,65	1.876.584,65	248.882,37	13,26	248.882,37	13,26	248.982,34	13,27	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	38.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	198.400,00	198.400,00	2.176,10	1,10	2.176,10	1,10	2.176,10	1,10	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.472.200,00	7.783.659,36	1.373.580,07	17,65	1.373.580,07	17,65	1.406.476,29	18,07	0,00

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 28/01/2026 10:22

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador: A95839A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 REECITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.075.975,00	1.518.500,87	1.716.601,65	113,05
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	247.460,00	247.460,00	146.075,25	59,03
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	192.000,00	192.000,00	82.116,42	42,77
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	175.165,00	443.690,87	613.345,14	138,24
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	461.350,00	635.350,00	875.064,84	137,73
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.087.725,00	23.090.157,07	23.394.093,37	101,32
Cota-Parte FPM	18.320.000,00	19.322.432,07	18.943.956,19	98,04
Cota-Parte ITR	9.100,00	9.100,00	10.573,77	116,20
Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	437.564,70	116,68
Cota-Parte ICMS	3.345.000,00	3.345.000,00	3.915.783,63	117,06
Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	38.625,00	57.329,55	148,43
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	28.885,53	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	23.163.700,00	24.608.657,94	25.110.695,02	102,04

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em restos a pagar não processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.794.300,00	3.598.218,14	3.529.732,60	98,10	3.529.732,60	98,10	3.529.732,60	98,10	0,00
Despesas Correntes	2.784.300,00	3.566.218,14	3.521.574,12	98,75	3.521.574,12	98,75	3.521.574,12	98,75	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	32.000,00	8.158,48	25,50	8.158,48	25,50	8.158,48	25,50	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.961.500,00	1.560.100,00	1.153.865,94	73,96	1.153.865,94	73,96	1.153.865,94	73,96	0,00
Despesas Correntes	1.951.000,00	1.559.600,00	1.153.403,46	73,96	1.153.403,46	73,96	1.153.403,46	73,96	0,00
Despesas de Capital	10.500,00	500,00	462,48	92,50	462,48	92,50	462,48	92,50	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	38.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	28.000,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	117.400,00	47.583,00	8.543,00	17,95	8.543,00	17,95	8.543,00	17,95	0,00
Despesas Correntes	107.400,00	37.583,00	8.543,00	22,73	8.543,00	22,73	8.543,00	22,73	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.911.200,00	5.256.901,14	4.692.141,54	89,26	4.692.141,54	89,26	4.692.141,54	89,26	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.692.141,54	4.692.141,54	4.692.141,54
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.692.141,54	4.692.141,54	4.692.141,54
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.766.604,25
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	925.537,29	925.537,29	925.537,29
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,69	18,69	18,69

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)	
Empenhos de 2025	3.766.604,25	4.692.141,54	925.537,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	925.537,29	
Empenhos de 2024	3.436.304,04	4.195.210,49	758.906,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	758.906,45	
Empenhos de 2023	2.936.255,98	4.048.357,76	1.112.101,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.101,78	
Empenhos de 2022	2.770.850,35	3.523.041,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.613.000,00	2.064.821,87	2.010.620,25	97,38
Proveniente da União	1.613.000,00	1.894.757,78	1.305.927,00	68,92
Proveniente dos Estados	0,00	170.064,09	704.693,25	414,37
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	1.100,00	176.957,43	16.087,04
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.613.000,00	2.065.921,87	2.187.577,68	105,89

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO						
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	Inscritas em restos a pagar não processados

CÁLCULO DO MÍNIMO			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	(g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.086.515,35	3.533.868,92	1.603.948,64	45,39	1.603.948,64	45,39	1.603.948,64	45,39	0,00
Despesas Correntes	1.086.515,35	2.407.296,09	1.381.685,31	57,40	1.381.685,31	57,40	1.381.685,31	57,40	0,00
Despesas de Capital	0,00	1.126.572,83	222.263,33	19,73	222.263,33	19,73	222.263,33	19,73	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	393.484,65	441.214,06	219.204,83	49,68	219.204,83	49,68	219.204,83	49,68	0,00
Despesas Correntes	393.484,65	402.274,70	189.963,15	47,22	189.963,15	47,22	189.963,15	47,22	0,00
Despesas de Capital	0,00	38.939,36	29.241,68	75,10	29.241,68	75,10	29.241,68	75,10	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	18.741,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	18.741,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	81.000,00	163.000,00	55.486,46	34,04	55.486,46	34,04	55.486,46	34,04	0,00
Despesas Correntes	81.000,00	163.000,00	55.486,46	34,04	55.486,46	34,04	55.486,46	34,04	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em restos a pagar não processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.561.000,00	4.156.824,54	1.878.639,93	45,19	1.878.639,93	45,19	1.878.639,93	45,19	0,00
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em restos a pagar não processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.880.815,35	7.132.087,06	5.133.681,24	71,98	5.133.681,24	71,98	5.133.681,24	71,98	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.354.984,65	2.001.314,06	1.373.070,77	68,61	1.373.070,77	68,61	1.373.070,77	68,61	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	38.000,00	69.741,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	198.400,00	210.583,00	64.029,46	30,41	64.029,46	30,41	64.029,46	30,41	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.472.200,00	9.413.725,68	6.570.781,47	69,80	6.570.781,47	69,80	6.570.781,47	69,80	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8EE5D133

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 13 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	27.158.739,32	31.628.022,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4286808E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO - BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
01/11/2025 A 31/12/2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	30.865.101,13
Previsão Atualizada da Receita	33.048.534,64
Receitas Realizadas	7.022.691,66
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	5.589.712,15
Dotação Inicial	29.615.101,13
Dotação Atualizada	37.131.769,58
Despesas Empenhadas	6.848.165,97
Despesas Liquidadas	8.736.551,86
Despesas Pagas	8.994.809,72
Superávit Orçamentário	174.525,69
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	6.848.165,97
Despesas Liquidadas	8.736.551,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	6.353.866,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	6.153.866,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	6.090.110,66
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado até o bimestre (b)**		**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	63.393.496,15	957.063,33		1,51 %
Resultado Primário	1.089.879,17	(2.595.370,83)		238,13 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo a pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	86.580,00	(86.580,00)	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	536.580,00	(86.580,00)	450.000,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	1.926.186,58	25%		34,44
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	680.351,76	70%		105,26
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	74.085,17	50%		127,93
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	37.472,78	15%		64,71
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		33.000,00	
Despesa de Capital Líquida	1.328.047,19		6.478.428,53	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	181.865,37		(181.865,37)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	49.851,49		160.290,80
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais** **% Mínimo a aplicar no exercício**	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	932.016,26	15%	19,59
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:5A14D3AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	30.865.101,13
Previsão Atualizada da Receita	35.104.113,79
Receitas Realizadas	40.118.532,43
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	5.589.712,15
Dotação Inicial	29.615.101,13
Dotação Atualizada	62.853.988,13
Despesas Empenhadas	38.231.347,29
Despesas Liquidadas	38.231.347,29
Despesas Pagas	38.231.347,29
Superávit Orçamentário	1.887.185,14
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	38.231.347,29
Despesas Liquidadas	38.231.347,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	31.628.022,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	30.853.022,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	30.576.746,35
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado até o bimestre (b)**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	63.393.496,15	1.215.321,19	1,92 %
Resultado Primário	1.089.879,17	904.173,71	82,96 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo a pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	86.580,00	(86.580,00)	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	536.580,00	(86.580,00)	450.000,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais** **% Mínimo a aplicar no exercício**		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	6.939.365,91	25%		25,28

Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.461.289,51	70%		92,05
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	259.773,97	50%		78,85
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	44.094,78	15%		13,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		33.000,00	
Despesa de Capital Líquida	11.195.979,83		19.047.155,27	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	514.160,20		(514.160,20)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	308.368,28		258.488,09
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.692.141,54	15%	18,69
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 28/01/2026 10:24			

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DD036741

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - SEMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 20/10/2023		
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	908.721,82	795.102,98	710.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	908.721,82	795.102,98	710.000,00
Empréstimos	908.721,82	795.102,98	710.000,00
Internos	908.721,82	795.102,98	710.000,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.023.565,31	7.254.069,99	8.040.164,68
Disponibilidade de Caixa	7.023.565,31	7.254.069,99	8.040.164,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.473.565,31	7.822.071,23	8.040.164,68
(-) Restos a pagar processados	450.000,00	501.476,74	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	66.524,50	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(6.114.843,49)	(6.458.967,01)	(7.330.164,68)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.158.739,32	28.622.070,97	31.628.022,35
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	550.000,00	250.000,00	775.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.608.739,32	28.372.070,97	30.853.022,35
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	3,42	2,80	2,30
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	22,98	22,77	23,76
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	31.930.487,18	34.046.485,16	37.023.626,82
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	28.737.438,47	30.641.836,65	33.321.264,14
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	86.580,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CA616299

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADE LÍQUIDA - QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 20/10/2023		
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º Quadrimestre	**até o 2º Quadrimestre**	**até o 3º Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	908.721,82	833.305,43	756.531,41	710.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	908.721,82	833.305,43	756.531,41	710.000,00
Empréstimos	908.721,82	833.305,43	756.531,41	710.000,00
Internos	908.721,82	833.305,43	756.531,41	710.000,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.023.565,31	7.491.693,93	7.079.946,78	8.040.164,68
Disponibilidade de Caixa	7.023.565,31	7.491.693,93	7.079.946,78	8.040.164,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.473.565,31	7.683.557,60	7.323.092,77	8.040.164,68
(-) Restos a pagar processados	450.000,00	127.806,94	175.672,37	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	64.056,73	67.473,62	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(6.114.843,49)	(6.658.388,50)	(6.323.415,37)	(7.330.164,68)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.158.739,32	27.984.068,86	29.168.478,81	31.628.022,35
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	550.000,00	550.000,00	325.000,00	775.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.608.739,32	27.434.068,86	28.843.478,81	30.853.022,35
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	3,42	3,04	2,62	2,30
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	22,98	24,27	21,92	23,76
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	31.930.487,18	32.920.882,63	34.612.174,57	37.023.626,82
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	28.737.438,47	29.628.794,37	31.150.957,11	33.321.264,14
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º Quadrimestre	**até o 2º Quadrimestre**	**até o 3º Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	86.580,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:5B4209C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 03/11/2022		
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º Quadrimestre	**até o 2º Quadrimestre**	**até o 3º Quadrimestre**
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	**27.158.739,32**	**27.984.068,86**	**29.168.478,81**	**31.628.022,35**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**550.000,00**	**550.000,00**	**325.000,00**	**775.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**26.608.739,32**	**27.434.068,86**	**28.843.478,81**	**30.853.022,35**

% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**5.853.922,65**	**6.035.495,15**	**6.345.565,34**	**6.787.664,92**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	**5.268.530,39**	**5.431.945,63**	**5.711.008,80**	**6.108.898,43**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º Quadrimestre	**até o 2º Quadrimestre**	**até o 3º Quadrimestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:907AC700

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - SEMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 03/11/2022		
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	10,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	10,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	**27.158.739,32**	**28.622.070,97**	**31.628.022,35**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**550.000,00**	**250.000,00**	**775.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**26.608.739,32**	**28.372.070,97**	**30.853.022,35**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**5.853.922,65**	**6.241.855,61**	**6.787.664,92**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	**5.268.530,39**	**5.617.670,05**	**6.108.898,43**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:41930A21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 4 DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00

Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.628.022,35	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	775.000,00	0,00%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	30.853.022,35	0,00%
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	4.936.483,58	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	4.442.835,22	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	2.159.711,56	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4B81249B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 4 DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SEMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.628.022,35	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	775.000,00	0,00%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	30.853.022,35	0,00%
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	4.936.483,58	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	4.442.835,22	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	2.159.711,56	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:6B5E1564

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO

DE 2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)	Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.586.744,05	31.628.022,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.639.505,87	1.824.027,86
IPTU	247.460,00	146.075,25
ISS	443.690,87	613.345,14
ITBI	192.000,00	82.116,42
IRRF	635.350,00	875.064,84
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	121.005,00	107.426,21
Contribuições	137.380,16	148.815,75
Receita patrimonial	690.510,91	836.368,65
Aplicações Financeiras (II)	690.510,91	836.368,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	32.001.867,11	28.601.343,15
Cota-Parte do FPM	17.745.715,07	17.490.613,21
Cota-Parte do ICMS	2.676.000,00	3.132.627,10
Cota-Parte do IPVA	300.000,00	350.052,56
Cota-Parte do ITR	7.280,00	8.459,10
Cota-Parte do IPI - Municípios	30.901,00	45.863,67
Transferências do FUNDEB	3.769.262,67	3.834.423,06
Outras transferências correntes	7.472.708,37	3.739.304,45
Demais receitas correntes	117.480,00	217.466,94
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	44.672,78
Receitas Correntes Restantes	117.480,00	172.794,16
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	33.896.233,14	30.746.980,92
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	517.369,74	8.490.510,08
Operações de Crédito (VIII)	33.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	475.301,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	475.301,00
Transferências de Capital	484.369,74	8.015.209,08
Convênios	484.369,74	7.191.046,98
Outras Transferências de Capital	0,00	824.162,10
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	484.369,74	8.490.510,08
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	34.380.602,88	39.237.491,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	34.380.602,88	39.237.491,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	32.310.853,03	27.035.367,46	27.035.367,46	27.035.367,46	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	10.619.323,60	10.333.104,98	10.333.104,98	10.333.104,98	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	168.500,00	146.395,76	146.395,76	146.395,76	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	21.523.029,43	16.555.866,72	16.555.866,72	16.555.866,72	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	32.142.353,03	26.888.971,70	26.888.971,70	26.888.971,70	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	30.243.135,10	11.195.979,83	11.195.979,83	11.195.979,83	450.000,00	0,00	0,00
Investimentos	29.923.135,10	10.994.345,59	10.994.345,59	10.994.345,59	450.000,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	320.000,00	201.634,24	201.634,24	201.634,24	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	29.923.135,10	10.994.345,59	10.994.345,59	10.994.345,59	450.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	62.365.488,13	37.883.317,29	37.883.317,29	37.883.317,29	450.000,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	62.365.488,13	37.883.317,29	37.883.317,29	37.883.317,29	450.000,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							904.173,71
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							904.173,71

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.089.879,17
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	904.173,71

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	63.393.496,15	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até o Bimestre / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	908.721,82	710.000,00
DEDUÇÕES (XL)	7.023.565,31	8.040.164,68
Disponibilidade de Caixa	7.023.565,31	8.040.164,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.473.565,31	8.040.164,68
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	450.000,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(6.114.843,49)	(7.330.164,68)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		1.215.321,19
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(450.000,00)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	765.321,19	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	765.321,19	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.589.712,15	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.589.712,15
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 28/01/2026 07:15	

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1B95FBCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
01/11/2025 A 31/12/2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	32.920.534,64	6.353.866,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.639.505,87	351.870,18
IPTU	247.460,00	9.766,53
ISS	443.690,87	125.895,22
ITBI	192.000,00	6.157,10
IRRF	635.350,00	204.414,07
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	121.005,00	5.637,26
Contribuições	137.380,16	21.962,82
Receita patrimonial	665.669,41	171.969,63
Aplicações Financeiras (II)	665.669,41	171.969,63
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	30.360.499,20	5.728.052,76
Cota-Parte do FPM	17.200.432,07	3.787.000,92
Cota-Parte do ICMS	2.676.000,00	555.634,60
Cota-Parte do IPVA	300.000,00	12.705,09
Cota-Parte do ITR	7.280,00	313,48
Cota-Parte do IPI - Municípios	30.901,00	8.555,84
Transferências do FUNDEB	3.461.610,00	690.967,45
Outras transferências correntes	6.684.276,13	672.875,38
Demais receitas correntes	117.480,00	80.011,27
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	44.463,24
Receitas Correntes Restantes	117.480,00	35.548,03
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	32.254.865,23	6.137.433,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	128.000,00	668.825,00
Operações de Crédito (VIII)	33.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	174.550,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	174.550,00
Transferências de Capital	95.000,00	494.275,00
Convênios	95.000,00	194.275,00
Outras Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	95.000,00	668.825,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	32.349.865,23	6.806.258,79
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	32.349.865,23	6.806.258,79

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	29.025.293,86	5.520.118,78	5.521.504,67	5.623.402,53	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	10.085.803,52	2.425.401,29	2.425.401,29	2.526.894,40	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	168.500,00	23.180,10	23.180,10	23.180,10	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	18.770.990,34	3.071.537,39	3.072.923,28	3.073.328,03	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	28.856.793,86	5.496.938,68	5.498.324,57	5.600.222,43	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	7.806.475,72	1.328.047,19	3.215.047,19	3.371.407,19	0,00	0,00	0,00
Investimentos	7.486.475,72	1.308.047,19	3.195.047,19	3.351.407,19	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	320.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	7.486.475,72	1.308.047,19	3.195.047,19	3.351.407,19	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	36.643.269,58	6.804.985,87	8.693.371,76	8.951.629,62	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	36.643.269,58	6.804.985,87	8.693.371,76	8.951.629,62	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	(2.145.370,83)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	(2.145.370,83)	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.089.879,17	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	(2.145.370,83)	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	63.393.496,15	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até o Bimestre / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	908.721,82	20.000,00
DEDUÇÕES (XL)	7.023.565,31	(2.115.870,38)
Disponibilidade de Caixa	7.023.565,31	(2.115.870,38)
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.473.565,31	(1.858.806,73)
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	450.000,00	191.742,14
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	65.321,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(6.114.843,49)	(2.095.870,38)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(4.018.973,11)	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(258.257,86)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	(4.277.230,97)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(4.277.230,97)	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	310.412,19	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	310.412,19
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2E60BDB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF DO PODER EXECUTIVO - QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6	Memória de cálculo TCE: Versão 1 - Publicada em 09/08/2024.	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	31.628.022,35	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	30.853.022,35	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	30.576.746,35	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	11.062.775,16	36,18
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.511.443,03	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.685.870,88	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.860.298,73	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-7.330.164,68	-23,76
Limite definido por resolução do senado federal	37.023.626,82	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	6.787.664,92	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	4.936.483,58	16,00

Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.159.711,56	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 28/01/2026 10:30		

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1E79975C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF DO PODER EXECUTIVO SEMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6	Memória de cálculo TCE: Versão 1 - Publicada em 09/08/2024.	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	31.628.022,35	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	30.853.022,35	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	30.576.746,35	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	11.062.775,16	36,18
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.511.443,03	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.685.870,88	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.860.298,73	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-7.330.164,68	-23,76
Limite definido por resolução do senado federal	37.023.626,82	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	6.787.664,92	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	4.936.483,58	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.159.711,56	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F95AFE34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8 RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
01/11/2025 A 31/12/2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.518.500,87	346.232,92
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	247.460,00	9.766,53
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	192.000,00	6.157,10
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	443.690,87	125.895,22
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	635.350,00	204.414,07
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	24.632.157,07	5.246.529,61
2.1 - Cota-parte FPM	20.864.432,07	4.525.018,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.867.432,07	3.690.088,25
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.997.000,00	834.930,25
2.2 - Cota-parte ICMS	3.345.000,00	694.543,21
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	10.694,80
2.4 - Cota-parte ITR	9.100,00	391,83
2.5 - Cota-parte IPVA	375.000,00	15.881,27
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.150.657,94	5.592.762,53
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	4.527.031,41	882.319,87
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) +	2.010.633,07	515.870,76

(2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.461.610,00	646.366,95
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.425.000,00	588.457,02
6.1.1 - Principal	3.425.000,00	581.966,48
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	4.947,98
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	1.542,56
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	36.610,00	57.909,93
6.3.1 - Principal	36.610,00	57.909,93
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(1.102.031,41)	(300.353,39)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		11.295,40
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		8.984,63
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		2.310,77
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		657.662,35

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.494.610,00	786.530,79	786.530,79	819.502,36	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.361.610,00	718.476,17	718.476,17	751.447,74	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.162.610,00	267.276,53	267.276,53	274.683,88	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.199.000,00	374.950,82	374.950,82	397.897,62	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	76.248,82	76.248,82	78.866,24	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	133.000,00	68.054,62	68.054,62	68.054,62	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	33.000,00	37.472,78	37.472,78	37.472,78	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	100.000,00	30.581,84	30.581,84	30.581,84	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	748.406,38	748.406,38	780.069,24	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	674.321,21	674.321,21	702.386,83	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	74.085,17	74.085,17	77.682,41	0,00	0,00	37.475,17
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	680.351,76	680.351,76	712.014,62	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	74.085,17	74.085,17	77.682,41	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	37.472,78	37.472,78	37.472,78	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	452.456,86	680.351,76	680.351,76	105,26
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	28.954,96	74.085,17	74.085,17	127,93
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de	8.686,49	37.472,78	37.472,78	64,71

Capital					

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	64.636,70	(102.039,43)	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	273.150,98	8.984,63	0,00	0,00	8.984,63	8.984,63
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	273.150,98	8.984,63	0,00	0,00	8.984,63	8.984,63
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.035.942,87	1.043.866,71	1.043.866,71	1.048.082,91	0,00
20.1 - Educação Infantil	95.379,00	94.378,24	94.378,24	94.378,24	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.673.563,87	949.488,47	949.488,47	953.704,67	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	267.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	6.163.552,87	1.723.566,84	1.723.566,84	1.758.137,19	0,00
21.1 - Educação Infantil	1.290.989,00	399.127,55	399.127,55	406.534,90	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.872.563,87	1.324.439,29	1.324.439,29	1.351.602,29	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.043.866,71
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					882.319,87
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					8.984,63
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					1.917.201,95
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			1.398.190,63	1.917.201,95	34,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	640.750,00	122.451,63
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	540.750,00	38.872,84
31.1.1 - Pessoal Ativo	332.500,00	28.412,35
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	58.250,00	26,11
31.1.4 - PNATE	50.000,00	10,43
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	100.000,00	10.423,95
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00

31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.000,00	83.578,79

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	605.750,00	231.296,07	232.681,96	232.681,96	(1.385,89)
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	474.471,79	76.970,21	78.356,09	78.356,09	(1.385,88)
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	131.278,21	154.325,86	154.325,87	154.325,87	(0,01)
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	7.136.302,87	1.816.971,01	1.818.356,90	1.854.235,96	(1.385,89)
33.1 - Despesas Correntes	6.350.302,87	1.535.097,38	1.536.483,27	1.572.362,33	(1.385,89)
33.1.1 - Pessoal Ativo	3.918.014,87	1.000.929,10	1.000.929,10	1.036.808,16	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100.000,00	30.581,84	30.581,84	30.581,84	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.332.288,00	503.586,44	504.972,33	504.972,33	(1.385,89)
33.2 - Despesas de Capital	786.000,00	281.873,63	281.873,63	281.873,63	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	786.000,00	281.873,63	281.873,63	281.873,63	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11.295,40	9.185,21
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.862.302,95	177.280,47
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	780.069,24	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.093.529,11	186.465,68
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	15,10	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	3.093.544,21	186.465,68

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A07A9F13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8 RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
01/11/2025 A 31/12/2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.518.500,87	346.232,92
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	247.460,00	9.766,53
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	192.000,00	6.157,10
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	443.690,87	125.895,22
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	635.350,00	204.414,07
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	24.632.157,07	5.246.529,61
2.1 - Cota-parte FPM	20.864.432,07	4.525.018,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.867.432,07	3.690.088,25
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.997.000,00	834.930,25
2.2 - Cota-parte ICMS	3.345.000,00	694.543,21
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	10.694,80
2.4 - Cota-parte ITR	9.100,00	391,83
2.5 - Cota-parte IPVA	375.000,00	15.881,27
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.150.657,94	5.592.762,53
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	4.527.031,41	882.319,87
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.010.633,07	515.870,76

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.461.610,00	646.366,95

6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.425.000,00	588.457,02
6.1.1 - Principal	3.425.000,00	581.966,48
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	4.947,98
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	1.542,56
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	36.610,00	57.909,93
6.3.1 - Principal	36.610,00	57.909,93
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(1.102.031,41)	(300.353,39)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	11.295,40
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	8.984,63
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	2.310,77
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	657.662,35

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.494.610,00	786.530,79	786.530,79	819.502,36	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.361.610,00	718.476,17	718.476,17	751.447,74	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.162.610,00	267.276,53	267.276,53	274.683,88	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.199.000,00	374.950,82	374.950,82	397.897,62	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	76.248,82	76.248,82	78.866,24	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	133.000,00	68.054,62	68.054,62	68.054,62	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	33.000,00	37.472,78	37.472,78	37.472,78	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	100.000,00	30.581,84	30.581,84	30.581,84	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	748.406,38	748.406,38	780.069,24	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	674.321,21	674.321,21	702.386,83	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	74.085,17	74.085,17	77.682,41	0,00	0,00	37.475,17
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	680.351,76	680.351,76	712.014,62	0,00	0,00	0,00

BÁSICA						
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	74.085,17	74.085,17	77.682,41	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	37.472,78	37.472,78	37.472,78	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	452.456,86	680.351,76	680.351,76	105,26
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	28.954,96	74.085,17	74.085,17	127,93
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	8.686,49	37.472,78	37.472,78	64,71

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	64.636,70	(102.039,43)	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	273.150,98	8.984,63	0,00	0,00	8.984,63	8.984,63
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	273.150,98	8.984,63	0,00	0,00	8.984,63	8.984,63
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.035.942,87	1.043.866,71	1.043.866,71	1.048.082,91	0,00
20.1 - Educação Infantil	95.379,00	94.378,24	94.378,24	94.378,24	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.673.563,87	949.488,47	949.488,47	953.704,67	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	267.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	6.163.552,87	1.723.566,84	1.723.566,84	1.758.137,19	0,00
21.1 - Educação Infantil	1.290.989,00	399.127,55	399.127,55	406.534,90	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.872.563,87	1.324.439,29	1.324.439,29	1.351.602,29	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.043.866,71
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	882.319,87
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	8.984,63
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	1.917.201,95

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.398.190,63	1.917.201,95	34,28

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	640.750,00	122.451,63
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	540.750,00	38.872,84
31.1.1 - Pessoal Ativo	332.500,00	28.412,35
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	58.250,00	26,11
31.1.4 - PNATE	50.000,00	10,43
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	100.000,00	10.423,95
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.000,00	83.578,79

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	605.750,00	231.296,07	232.681,96	232.681,96	(1.385,89)
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	474.471,79	76.970,21	78.356,09	78.356,09	(1.385,88)
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	131.278,21	154.325,86	154.325,87	154.325,87	(0,01)

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	7.136.302,87	1.816.971,01	1.818.356,90	1.854.235,96	(1.385,89)
33.1 - Despesas Correntes	6.350.302,87	1.535.097,38	1.536.483,27	1.572.362,33	(1.385,89)
33.1.1 - Pessoal Ativo	3.918.014,87	1.000.929,10	1.000.929,10	1.036.808,16	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100.000,00	30.581,84	30.581,84	30.581,84	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.332.288,00	503.586,44	504.972,33	504.972,33	(1.385,89)
33.2 - Despesas de Capital	786.000,00	281.873,63	281.873,63	281.873,63	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	786.000,00	281.873,63	281.873,63	281.873,63	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11.295,40	9.185,21
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.862.302,95	177.280,47
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	780.069,24	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.093.529,11	186.465,68
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	15,10	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	3.093.544,21	186.465,68

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2C5FBDD8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 9 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023	
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	33.000,00	0,00	33.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	30.243.135,10	11.195.979,83	11.195.979,83	0,00	19.047.155,27
Investimentos	29.923.135,10	10.994.345,59	10.994.345,59	0,00	18.928.789,51
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	320.000,00	201.634,24	201.634,24	0,00	118.365,76
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	30.243.135,10	11.195.979,83	11.195.979,83	0,00	19.047.155,27
RESULTADO PARA APURAÇÃO DE REGRA DE OURO III = (II - I)	30.210.135,10	11.195.979,83	0,00	0,00	19.014.155,27

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:47DCA272

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 30/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5437 - Decreto n° 30/2026 de 04/02/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		30.000,00
Despesa				
02	Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Anulação		30.000,00
02.005	Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura		
04.121.0402.2007	Manutenção da Assessoria de Planejamento			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
360 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo		30.000,00
05.004	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
27.812.1301.2034	Ampliação e Melhorias de Praças Esportivas			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
1680 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo		30.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação		30.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8F3642A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 32/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5443 - Decreto n° 32/2026 de 05/02/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Superávit Financeiro		10.710,90
Despesa				
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo		10.710,90
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura		
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2011 389	RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025 - FORTALECIMENTO ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROAPS			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo		10.710,90

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:AFDEC769

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 84, DE 02 FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal da Fazenda, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.

§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal da Fazenda.

§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.

§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro à 31 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 02 de fevereiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
SIDNEI ROMAN
Secretário da Fazenda

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO

SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO %	JUSTIFICATIVA
52526	Laércio Berton de Deus	Fiscal Geral	60%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
54964	Valdineia Cheliga	Fiscal Geral	50%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
6801	Mario João Valter	Oficial Administrativo	60%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
50045	Marilda Lisboa Machado	Fiscal Geral	55%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
50043	Geovana Mendes Vaz	Fiscal Geral	55%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
51644	Ivan Edinaldo Pereira Lopes	Fiscal Geral	35%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
50311	Juliana Aparecida Egler	Fiscal Geral	50%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
50042	Joswendel Serbai Hey	Fiscal Geral	55%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
50143	José Vito Prates	Fiscal Geral	50%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
51304	Neuto Janiski	Téc Cadastro Imobiliário	55%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
54984	Daniele Gomes Zierbarth	Auxiliar Administrativo	70%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de contabilidade
50774	Antonia Paula Campanharo	Fiscal Geral	80%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de contabilidade
50385	Elivelton Litikoski Hey	Oficial Administrativo	65%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de contabilidade
131881	Gilvane Picoloto de Lima	Auxiliar Administrativo	35%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de contabilidade
50381	Zulmara Vizentin Marques	Oficial Administrativo	60%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de tributação
50322	Angelica dos Santos S Peron	Fiscal Geral	25%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de contabilidade
506617	Andrei Marcel Muraro	Contador	20%	Trabalhos realizados além das funções do cargo dentro do departamento de contabilidade e tributação, auxílio nos controles e sistemas de informação das secretarias de saúde e educação.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:06DD755C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 85, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal de Gestão Pública, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.

§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria de Gestão.

§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.

§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro à 31 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 02 de fevereiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
CARLOS HENRIQUE PAROLO
Secretário Municipal de Gestão Pública

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO %	JUSTIFICATIVA
174261	Maria do Rocio M. Alves Geffer	Aux Serviços Gerais	40%	Plantão Cemitério
50755	Daniel dos Santos	Guardião	30%	Plantão Rodoviária/Cemiterios I e II
50967	Luiz Germano	Guardião	30%	Plantão Cemiterios I e II
51624	Airton dos Santos	Guardião	30%	Plantão Rodoviária
51825	Eliandro de Oliveira	Aux Serviços Gerais	20%	Patrulha Noturna
51807	Renilson de Almeida	Aux Serviços Gerais	20%	Patrulha Noturna
51804	Juliano Sokoloski	Aux Serviços Gerais	20%	Patrulha Noturna
505891	Osmar Ferreira de Souza	Guardião	20%	Patrulha Noturna
50054	Cleiton José Viana	Aux Serviços Gerais	20%	Patrulha Noturna
50745	Leandro Pereira	Aux Serviços Gerais	20%	Patrulha Noturna
50972	Douglas Teles	Aux Serviços Gerais	20%	Patrulha Noturna
51287	Jorge Paulo Paulino Santos	Aux Administrativo	80%	Documentações RH (Folha de Pagamento, Calculo do Quinquênio, Abono Permanência)
50150	Adryan de Paula Egler	Aux Administrativo	60%	Documentações RH (Portarias, Decretos, Aposentadoria, Documentações e controle dos Estagiários)
34091	Helcio Luiz Klosowski Ferreira	Aux Administrativo	20%	Documentações Reservista (Atendimento)
50046	Gladison Joaquim da Luz	Aux Administrativo	30%	Convênio Fórum
204871	Juçara Martins	Aux Serviços Gerais	20%	Limpeza em geral
13811	Soeli Wolf	Aux Serviços Gerais	20%	Limpeza em geral e alimentação delegacia
50753	Julia Pittner Machado	Aux Serviços Gerais	20%	Limpeza em geral
504341	Maria Bernadete Yey	Aux Serviços Gerais	20%	Limpeza em geral
145161	Elis Regina Korobinski	Aux Administrativo	20%	Convênio Polícia Civil

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3BDA3EA4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 86, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.

§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.

§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro à 31 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 02 de fevereiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
DEONIZIO CEDORAK
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
52644	Dirceu Furlaneto	Guardião	20%	Trabalha com carga horária especial
50968	Josmar Toneti	Guardião	20%	Trabalha com carga horária especial
51487	Marcio Gardin	Motorista	60%	Serviços de manutenção, limpeza, cascalho, coleta de volumoso e transporte de máquinas
16271	José Barankevicz	Eletricista	30%	Plantão para atendimento a todas as secretarias municipais
120251	José Luiz de Oliveira	Eletricista	30%	Plantão para atendimento a todas as secretarias municipais
52806	Jéferson Stoski	Operador de Maquinas	60%	Coordena equipe de execução de galerias de águas pluviais
52766	Alfredo Czerkay	Operador de Maquinas	60%	Coordena a equipe de cascalho.
50979	Renato Serbai	Aux Serviços Gerais	60%	Serviços limpeza de manutenção, equipe de cascalho de pavimentação
31071	José Adão da Silva	Aux Serviços Gerais	60%	Limpeza de manutenção, equipe de cascalho e pavimentação, equipe de galerias pluviais.
54584	José Maria Cardozo	Aux Serviços Gerais	60%	Equipe de cascalho e pavimentação, equipe de galerias pluviais.
50770	Miguel Bartiko Neto	Aux Serviços Gerai	60%	Equipe de limpeza e manutenção, equipe de cascalho e pavimentação, equipe de galerias pluviais.
54507	Edson José de Oliveira	Aux Serviços Gerai	60%	Equipe de limpeza e manutenção, e pavimentação, equipe de pintura viária
183341	Cirene Aparecida Moura	Gari	30%	trabalha com a limpeza em geral da secretaria de obras e sec. agricultura.
51611	Edileia Marinelli	Guardião	30%	Trabalha com carga horária especial
50901	Rafael Fernando Correia	Calceteiro	50%	Equipe de limpeza de ruas, coleta de galhos.
54505	Paulo Goes	Aux Serviços Gerais	60%	Equipe de limpeza de ruas, coleta de galhos, coleta de volumoso.
52505	João Batista Guimarães	Motorista	60%	Equipe de manutenção e limpeza, cascalho e coleta de sacolas e volumoso.
50027	Jeferson Lucas Chodoba	Aux Serviços Gerais	60%	Equipe de limpeza, caminhão-pipa, coleta de sacolas resíduos de limpeza equipe de pintura viária, com tintas especiais a base de epox
51491	Cristiano Jaskiu	Operador de Maquinas	60%	Retroescavadeira, carregamento, manilhamento, Coletas de galhas, entulhos, volumosos.
50301	Anderson Luiz Pauluk	Auxiliar Administrativo	40%	Serviços administrativos, agendamentos e atendimento ao público.
501751	Viviane Soares Mendonça	Aux Serviços Gerais	30%	Serviços de Coordenação das GARI
207951	Cleusi de Jesus Aramoni da Silva	Aux Serviços Gerais	30%	Serviços de limpeza e cozinha
501571	Mara Eliane dos Santos	Gari	20%	Serviços de limpeza sanitários do parque do lago e rodoviaria

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:174AD328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PSS ENFERMEIRO

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

PSS 01/2026

Onde lê-se:

Art. 1º ficam **Classificados** os candidatos, conforme listagem abaixo para o cargo de Enfermeiro:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	CARLIONEIA APARECIDA CAMPRA	62
02	ELIZANDRA PORTO	60
03	ELISA TAIARA BINDA CAON	59
04	RAFAELA ELISA THIESEN DOS SANTOS	57
05	FRANCIELLI OLIVEIRA DA CUNHA SPEROTTO	56
06	ROSÂNGELA DA ROSA OLIVEIRA	55
07	DARLICIANE CANTELLI	54
08	ROSANE SILVEIRA	52
09	EVELIN CRISTINA ROEHRS	49
10	FRANCIELE MENDES DE OLIVEIRA	45
11	FABRICIO DE MOURA TOLVI	43
12	GIOVANA FOQUEZATTO ALBANEZE FLECK	40
13	IDIAMARA MARIA RECH CASTILHO	39
14	JULIANO MALACARNE MARTINI	38
15	RENATA SILVA CAMPOS	32
16	GISELE LOTICI	29
17	ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA	21
18	TAYNARA GONÇALVES	21
19	BETHÂNIA MARA POSSATTO	16
20	ISADORA GIACHINI	5
21	GABRIELA SHRZYPCZAK LAVARDA	1

Leia-se:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	CARLIONEIA APARECIDA CAMPRA	62
02	ELIZANDRA PORTO	60
03	ELISA TAIARA BINDA CAON	59
04	RAFAELA ELISA THIESEN DOS SANTOS	57
05	ROSÂNGELA DA ROSA OLIVEIRA	55
06	FRANCIELLI OLIVEIRA DA CUNHA SPEROTTO	55
07	DARLICIANE CANTELLI	54
08	ROSANE SILVEIRA	52
09	EVELIN CRISTINA ROEHRS	49
10	FRANCIELE MENDES DE OLIVEIRA	45
11	FABRICIO DE MOURA TOLVI	43
12	GIOVANA FOQUEZATTO ALBANEZE FLECK	40
13	IDIAMARA MARIA RECH CASTILHO	39
14	JULIANO MALACARNE MARTINI	38
15	RENATA SILVA CAMPOS	32
16	GISELE LOTICI	29
17	ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA	21
18	TAYNARA GONÇALVES	21
19	BETHÂNIA MARA POSSATTO	16
20	ISADORA GIACHINI	5
21	GABRIELA SHRZYPCZAK LAVARDA	1

Este Edital entra em vigor na data se sua publicação, revogadas disposições contrarias.

Planalto, 05 de Fevereiro de 2026

CAMILA ZIMMER

Pres. Comissão Julgadora

Portaria nº 465/2026

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:4B43344E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL APTOS E INAPTOS 2025 - POS RECURSO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1413 de 10 de junho de 2021, torna pública a lista de *APTOS e INAPTOS* no Programa Atleta/Paratleta conforme Edital de Regulamentação n° 01/2025:

MODALIDADES INDIVIDUAIS

PROCESSO	NOME	PONTOS	MODALIDADE	CATEGORIA	RESULTADO
21197	LEONARDO COSTA	1610	BADMINTON	INTERNACIONAL	APTO
20249	ALICE CHEROBIN HARTINGER	1425	NADO ARTISTICO	INTERNACIONAL	APTO
20593	ISADORA FATIMA LOPES DE ARAUJO	1167	NADO ARTISTICO	NACIONAL	APTO
21074	LEONARDO SALGADO DE LIMA CHAVES	485	TENIS	NACIONAL	APTO
20414	PEDRO VINICIUS RODRIGUES SPERANCETA	335	TENIS	NACIONAL	APTO
20989	JULIA SCHMIDLIN	302	BADMINTON	NACIONAL	APTO
21056	JULIANA DA SILVA DOS SANTOS	230	ATLETISMO	NACIONAL	APTO
21157	KAUA VIEIRA PONTES	630	JIU-JTSU	ESTADUAL	APTO
21057	MARIA VITORIA DA SILVA DOS SANTOS	259	ATLETISMO	ESTADUAL	APTO
21129	ISADORA GARBELINI DALL'AGNOL DE MEIRA	224	KARATE	ESTADUAL	APTO
20893	ISABELLY DOS SANTOS DUARTE	223	BADMINTON	ESTADUAL	APTO
21162	VICTOR FERREIRA PONTES	210	JIU-JTSU	ESTADUAL	APTO
21026	ANDERSON DA SILVA BISCAIA	207	ATLETISMO	ESTADUAL	APTO
20892	ARTHUR DOS SANTOS LIMA DUARTE	189	BADMINTON	ESTADUAL	APTO
21073	NAOMY RIBEIRO DIAS	160	ATLETISMO	ESTADUAL	APTO
20791	SARAH VITORIA DE SOUZA SANTOS	120	JUDO	ESTADUAL	APTO
20790	ARTHUR RAMOS	131	BADMINTON	ESTADUAL	APTO
20172	ANGEL EDUARDO ZURITA LARA	102	ATLETISMO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21072	JOAO GABRIEL M DE OLIVEIRA	95	KARATE	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21130	GIOVANNI GARBELLINI DALL'AGNOL DE MEIRA	94	KARATE	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20489	DIMITRI MIENTKEQICZ DA SILVA	88	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21027	ANDERSON DA SILVA BISCAIA	85	ATLETISMO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20932	ADRIANA CRISTINA CABELLO MATA	76	BADMINTON	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20798	JEREMIAS JESUS ZERPA HERNANDEZ	75	ATLETISMO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20930	FABIANA ISABEL CABELLO MATA	72	BADMINTON	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20217	JULIA MARIA DOS SANTOS LIMA	70	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21020	MAXMILIAN LARCHERT DE LIMA	60	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20677	PEDRO HENRIQUE CORREIA RODRIGUES	54	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20564	ALANA DE LIMA SILVA FERNANDES	51	GINASTICA RITMICA	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21164	VALENTINA EMANUELE PONTES	50	JIU-JTSU	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21019	HERICK PIRES CAVALLI	41	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20896	VINICIUS DA SILVA BOIADEIRO	38	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21153	ISABELLA EDUARDA SOARES AGUSTIN	31	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21030	PEDRO PIRAJA INOUE GRAEBIN	28	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20852	ISADORA OLIVEIRA CONDE	26	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20549	MATHEUS ALVES DE OLIVEIRA	22	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21044	PEDRO HENRIQUE TALASKA	18	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20748	THALIA BEATRIZ DA SILVA METZGER	17	BADMINTON	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21022	OTAVIO AUGUSTO ANDREATA PEREIRA	13	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21169	BENICIO ZACARIAS SIQUEIRA	12	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21036	AYMÉE LESZAK MACHADO	12	KARATE	FORMADOR ESCOLAR	APTO
19963	MATHEUS MISAEL ROCHA MUNDT	10	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20279	NICOLAS CASTRO DOS SANTOS	8	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21016	DANIEL BATISTA SALVADOR	7	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21160	CLEVERSON PEREIRA PONTES	350	JIU-JTSU	INTERNACIONAL	LISTA DE ESPERA
21134	ANTONELLA PEREIRA KASPERKI	6	TENIS	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
20516	EDUARDA STRAPASSON DA SILVA	5	GINASTICA RITMICA	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
21063	EMANUELE CORREIA RODRIGUES	5	GINASTICA RITMICA	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
20632	HELOISA GREIN HOLLAS	3	NADO ARTISTICO	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
21058	BRYAN DIEGO GONÇALVES DA SILVA	0	JIU JTSU	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
19871	SOFIA VITORIA CARDOSO DOS ANJOS	0	JUDO	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
21023	MARIA VITORIA OLIVEIRA SIQUEIRA	0	NÃO CONSTA	FORMADOR ESCOLAR	LISTA DE ESPERA
21158	SUZANA VIEIIRA PONTES	0	JIU-JTSU	DEFERIDO	INAPTO
21152	ISABELLA EDUARDA SOARES AUGUSTI	0	JUDO	DEFERIDO	INAPTO
20781	LEANDRO SANTOS	0	JUDO	DEFERIDO	INAPTO

MODALIDADES COLETIVAS

PROCESSO	NOME	PONTOS	MODALIDADE	CATEGORIA	RESULTADO
20851	MARJORIE VITORIA DE SOUZA	253	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
21052	HELENA ROCHA PIRES	214	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
21177	VICTORIA VIEGAS	212	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
21253	IZABELA RIBEIRO MUTTI	202	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
21167	MARIA EDUARDA DA SILVA LARA	172	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
20589	ISABELLY LUISA RIBEIRO DOS SANTOS	167	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
20799	GABRIELA OTILIA BUENO LEGNANI	135	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
21128	SOFIA AMARAL SANTIAGO	120	FUTSAL	ESTADUAL	APTO

21042	HELLOISA FARIAS GONÇALVES DOS SANTOS	110	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
20638	LAIS MARCELI PENKOWSKY PEREIRA	109	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
21251	ISADORA ZANON PIRES	97	FUTSAL	ESTADUAL	APTO
20797	ISABELA CRISTIANA BUENO LEGNANI	78	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21053	LUIZA AGUIAR	53	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20780	MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CARDOSO	35	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21046	DAVI LUKAS NOGUEIRA LEME	33	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20778	LARISSA SANTOS MACHADO	29	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20854	ARTHUR MACHADO DE ARAUJO	25	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20775	THIAGO BORGES NEVES	19	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20998	GUSTAVO CORDEIRO PETSCH	19	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21000	JULYA GABRILY SOARES FAGA	16	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20450	KEVYN ALIEVE CORDEIRO	15	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21041	ARTHUR FARIAS GONÇALVES DOS SANTOS	15	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21200	RUAN LUCAS DE SOUZA VOLF	15	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20995	RAFAEL CAVALHEIRO FURQUIN	12	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21175	JULIA COLACO BARBOSA	11	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20886	GUSTAVO ABREU	10	FUTEBOL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21165	MARCEL AUGUSTO POPLADE	8	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20910	SAMUEL TARTAIA DOS SANTOS	7	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21140	HENRIQUE SIQUEIRA BORGES	3	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21192	DIEGO HENRIQUE GAVASSE SANTOS	3	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20392	RAPHAEL LENO ROSA	1	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20678	RAFAEL LUCAS DOMINGUES DE RAMOS	1	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
21051	ARTHUR BABISZ	1	FUTSAL	FORMADOR ESCOLAR	APTO
20449	KEVYNV ALIEVE CORDEIRO	0	FUTSAL	INDEFERIDO	INAPTO
21292	MATHEUS CESAR DOS SANTOS	0	FUTSAL	INDEFERIDO	INAPTO

FREDINEI SILVA RODRIGUES

Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude

Decreto: 8.537/2022

CRICIAN ANDREATTA DE LARA

Comissão Técnica

ANA CÉLIA BRIÃO DE SOUZA

Comissão Técnica

JÉSSICA CRISTINA LIMA RIBEIRO

Comissão Técnica

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F93C49EF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando os processos administrativos nºs. 1470/2026 e 21722/2025;

Considerando o TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3462, no dia 04/02/2026, Código Identificador: 18CDB2F9;

Considerando a LISTA DE CANDIDATOS REPOSICIONADOS PARA O FINAL DA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024, publicada no Diario Oficial dos Municipios do Paraná, Edição 3462, no dia 04/02/2026, sob o código identificador: AC10E9BD;

Considerando o Termo de Não Comparecimento e a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/10/2025, Edição nº 3385, respectivamente sob os Códigos Identificadores: 96B442BB e 2FCF2E46;

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) reposicionados para o **FINAL DA LISTA** para o cargo de **ATENDENTE INFANTIL** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — **09/02/2026 e 25/02/2026[1]** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.

A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.

A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo.

Após análise documental, será publicado edital com a condição do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Classificação Ampla Concorrência						Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**		**nome:**	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
GORETHE MARIA FERREIRA	3º	3º				BIANCA GABRIELLY GONçALVES DA SILVA	32º	32º		
EMILY MUNIZ DE PAULA	16º	16º				PIETRA CAROLINA FERREIRA DA SILVA	33º	33º		
CéLIA REGINA JUK DE SOUZA	18º	18º				ANDRIELE DE CASTRO ROSA	35º	35º		
DAMILYE DEMENJON DE CARVALHO	19º	19º				ALESSANDRA SERRA DOTTO	36º	36º		
EDUARDA ABDALLA FUCK	22º	22º				LILIAN BANDEIRA MARTINS SORDI	39º	39º		
ENAYVILIN SAMANTA LIMA VIEIRA	25º	25º				DILVANI TERESINHA MACHADO	40º	40º		
JOSEMAIRE CRISTIANE PEREIRA SOARES	28º	28º				IARA DIAS GONçALVES NOGUEIRA	42º	42º		
JULIETE MARQUES DA SILVEIRA SOUSA	30º	30º								

Quatro Barras, 06 de Fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Prefeito Municipal

[1] Em conformidade com o Decreto Municipal nº 11.339, de 16 a 18 de Fevereiro de 2026, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Quatro Barras, em razão do ponto facultativo relativo ao Carnaval e Quarta Feira de Cinzas, não sendo tais datas computadas como dias úteis para fins deste chamamento.

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme

Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:

Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);

Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;

CPF;

Registro Civil de nascimento ou casamento;

Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;

Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;

Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)

Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;

Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)

Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;

Número PIS/PASEP/NIT/NIS;

Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone); ***ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024***

****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*

Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);

Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);

Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)

Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**

Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**

Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;

Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;

ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura

https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:6C1249BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATESTADOS E DECLARAÇÕES

PORTARIA Nº. 019/2026

SÚMULA: Afastamento dos Servidores

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Tornar público o Afastamento dos Servidores abaixo relacionados, nos períodos indicados, de acordo com a Declaração, Certidão ou Atestado apresentado no Departamento de Recursos Humanos.

NOME	MOTIVO	PERÍODO	A PARTIR DE
JAQUELINE PEREIRA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	15/12/2025
MARIA DE FATIMA VALENCIO REGINATO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/12/2025
TAIS ANTONIA SCHWARTZ DA COSTA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/12/2025
ADRIANA REGINO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	11/12/2025
APARECIDA SANDRIN	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	18/12/2025
DELAINE GOMES DE OLIVEIRA REGINI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	16/12/2025
DELAINE GOMES DE OLIVEIRA REGINI	DECLARAÇÃO	01 DIA	18/12/2025
LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	18/12/2025
MARINEIDE FREITAS DE JESUS NOGUEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	09/12/2025
ROSANA MARIA PERES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/12/2025
ROSANA MARIA PERES	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	08/12/2025
ROSANA MARIA PERES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	18/12/2025
JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	15/12/2025
JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	05/12/2025
CLENILZA LINO DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	15/12/2025
CLENILZA LINO DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	09/12/2025
JOSEFA MOREIRA SILVA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	09/12/2025
ROSANGELA MOREIRA DA SILVA EGER	ATESTADO MÉDICO	11 DIAS	12/12/2025
SILVIA REGINA PAULINO DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	09/12/2025
SILVIA REGINA PAULINO DOS SANTOS	DECLARAÇÃO	01 DIA	05/12/2025
LUCIENE DOS SANTOS O. ROSSATO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	02/12/2025
SIMONE SANTIAGO DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	05/12/2025

TACIANA FAVONI ANGELICO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/12/2025
TACIANA FAVONI ANGELICO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	16/12/2025
ELAINE GOMES DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	11/12/2025
SIMONE SANTIAGO DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	01/08/2025
JAINE CRISTINA BEZERRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/12/2025
SILVIA REGINA PAULINO DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/12/2025
MARIA CLAUDINETE ALVES	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	04/12/2025
SIMONE SANTIAGO DA SILVA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	04/12/2025
NEUSA GONÇALVES DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/12/2025
TACIANA FAVONI ANGELICO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/12/2025
SIMONE SANTIAGO DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	19/11/2025
JAINE CRISTINA BEZERRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/12/2025
PRISCILA MARIANO	ATESTADO MÉDICO	07 DIAS	08/12/2025
IVANETE GOMES FERREIRA ALEIXO	DECLARAÇÃO	MATUTINO	01/12/2025
NEIVA BERTOZZI DIAS	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	15/12/2025
NEIVA BERTOZZI DIAS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/12/2025
MARIA DE FATIMA VALENCIO REGINATO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/12/2025
SUELI VOSS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/12/2025
MARIA ILDA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/12/2025
MARIA ILDA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	03/12/2025
LOURDES FRANÇA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	15 DIAS	09/12/2025
TAISA FLORES DA CUNHA	ATESTADO MÉDICO	10 DIAS	08/12/2025
GISCELIA FERREIRA DE LIMA DA SILVA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	01/12/2025
JAQUELINE PEREIRA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	11/12/2025
IEDA MARIA COELHO DE SOUZA ANDREOLI	ATESTADO MÉDICO	04 DIAS	07/12/2025
ANDREIA FATIMA DE LIMA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	18/12/2025
ANDREIA FATIMA DE LIMA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/12/2025
FERNANDA CRISTINA MENEGASSI DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	17/12/2025
FERNANDA CRISTINA MENEGASSI DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	07 DIAS	10/12/2025
DANIELI LAZAROTO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/12/2025
ELAIDE MARIA HAMMES MARTINELLI	DECLARAÇÃO	01 DIA	16/12/2025
ELAIDE MARIA HAMMES MARTINELLI	DECLARAÇÃO	01 DIA	04/12/2025
ELIZABETE APARECIDA DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	01/12/2025
ELIZABETE APARECIDA DOS SANTOS	DECLARAÇÃO	MATUTINO	24/11/2025
IVONE SIMAS FONSECA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/12/2025
IVONE SIMAS FONSECA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/12/2025
PATRICIA R. G. GHIOTTI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/12/2025
ENEDINA BECKER DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/12/2025
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	08 DIAS	04/12/2025
DULCINEIA BRITO	DECLARAÇÃO	MATUTINO	15/12/2025
CINTIA NATALIA APARECIDA DAVIES	DECLARAÇÃO	05 DIAS	01/12/2025
DULCINEIA BRITO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	14/11/2025
DULCINEIA BRITO	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	17/11/2025
DULCINEIA BRITO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/11/2025
DULCINEIA BRITO	DECLARAÇÃO	MATUTINO	23/10/2025
IRANI FERREIRA FIGUEIREDO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	06/11/2025
IRANI FERREIRA FIGUEIREDO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	26/11/2025
IRANI FERREIRA FIGUEIREDO	DECLARAÇÃO	01 DIA	03/12/2025
IRANI FERREIRA FIGUEIREDO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/12/2025
IRANI FERREIRA FIGUEIREDO	DECLARAÇÃO	01 DIA	11/12/2025
RAIMUNDA APª DE PAULA RIBEIRO	DECLARAÇÃO	01 DIA	26/11/2025
RAIMUNDA APª DE PAULA RIBEIRO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	07/11/2025
RAIMUNDA APª DE PAULA RIBEIRO	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	04/11/2025
MARLI NERY VIEIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	19/11/2025
MARCELA YARA BORSATTO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/11/2025
MARCELA YARA BORSATTO	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	17/11/2025
MARCELA YARA BORSATTO	DECLARAÇÃO	MATUTINO	03/12/2025
MARCELA YARA BORSATTO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	03/12/2025
MARCELA YARA BORSATTO	DECLARAÇÃO	03 DIAS	16/12/2025
BRUNA LORENA DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	07/11/2025
MAYARA POLINI SIMAS	DECLARAÇÃO	MATUTINO	28/11/2025
MAYARA POLINI SIMAS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	25/11/2025
MAYARA POLINI SIMAS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	17/11/2025
MAYARA POLINI SIMAS	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	13/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	07/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	17/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	03/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	24/11/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	16/12/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	15/12/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	08/12/2025
VANESSA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	01/12/2025
EDIPO FELIPE MORETTI	DECLARAÇÃO	MATUTINO	17/11/2025
EDIPO FELIPE MORETTI	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	25/11/2025
KAREN RHAIZA SCHMIDT TAVARES	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/11/2025
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	17/11/2025
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/11/2025
DAIZA FERNANDA DE FREITAS	DECLARAÇÃO	01 DIA	15/12/2025
DAIZA FERNANDA DE FREITAS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/11/2025
DAIZA FERNANDA DE FREITAS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/11/2025
DAIZA FERNANDA DE FREITAS	DECLARAÇÃO	01 DIA	18/11/2025
ELI MARTA GONÇALVES VOSS	DECLARAÇÃO	MATUTINO	29/09/2025
GUSTAVO SILVA SANTANA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	30/01/2026
GUSTAVO SILVA SANTANA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	02/02/2026
MARIA SOLANGE DE MORAIS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/01/2026

MARIA SOLANGE DE MORAIS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	21/01/2026
EVANDSON ALVES DE LIMA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/01/2026
FERNANDA REGINATO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	31/01/2026
MARISA MARTINS DE SÁ	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	09/01/2026
DJACIRA MARTINS GUIMARÃES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	05/01/2026
FABIANE BARTH MATEUS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	12/01/2026
JOELSON ZIANI COITO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	21/01/2026
DANIELA LUCIA CARNIEL	DECLARAÇÃO	01 DIA	30/01/2026
EDENILDA BORGES DA SIVLA DOS SANTOS	DECLARAÇÃO	01 DIA	30/01/2026

Querência do Norte, PR, 05 de fevereiro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:71537B44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D´OESTE – ESTADO DO PARANÁ - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BIMESTRAL - ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 5º BIMESTRE DE 2025

Unidade Gestora: 0000 Prefeitura Municipal

	Bimestre Anterior	Bimestre	Total
RECEITAS			
Receitas Correntes	22.200.146,58	7.268.951,23	29.469.097,81
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melho	1.635.471,52	342.635,66	1.978.107,18
Contribuicoes	509,69	165,93	675,62
Receita Patrimonial	827.201,94	272.280,24	1.099.482,18
Transferencias Correntes	19.616.462,28	6.652.836,96	26.269.299,24
Outras Receitas Correntes	120.501,15	1.032,44	121.533,59
Receitas de Capital	1.407.833,55	36.421,82	1.444.255,37
Transferencias de Capital	1.407.833,55	36.421,82	1.444.255,37
TOTAL DAS RECEITAS	23.607.980,13	7.305.373,05	30.913.353,18
DESPESAS Empenhadas			
DESPESA POR FUNCOES			
04 Administracao	5.906.024,50	1.526.847,15	7.432.871,65
08 Assistencia Social	826.858,63	322.933,95	1.149.792,58
10 Saude	5.384.789,65	1.298.239,89	6.683.029,54
12 Educacao	0,00	0,00	0,00
13 Cultura	1.472.485,26	85.410,40	1.557.895,66
15 Urbanismo	489.635,52	111.181,48	600.817,00
16 Habitacao	97.797,82	0,00	97.797,82
17 Saneamento	0,00	4.284,78	4.284,78
20 Agricultura	199.133,51	59.448,74	258.582,25
26 Transporte	1.694.189,99	467.031,87	2.161.221,86
27 Desporto e Lazer	462.593,80	60.222,26	522.816,06
Subtotal	16.533.508,68	3.935.600,52	20.469.109,20
DESPESA POR FUNCOES (MANUTENCAO DO ENSINO)			
08.243 Assistencia a Crianca e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00
12.306 Alimentacao e Nutricao	288.061,31	147.808,88	435.870,19
12.361 Ensino Fundamental	2.166.525,91	357.771,44	2.524.297,35
12.365 Educacao Infantil	193.780,52	161.948,74	355.729,26
12.367 Educacao Especial	118.360,00	10.230,00	128.590,00
Subtotal	2.766.727,74	677.759,06	3.444.486,80
DESPESA POR FUNCOES (MANUTENCAO DO ENSINO-100%)			
Subtotal	0,00	0,00	0,00
DESPESA POR FUNCOES (MANUTENCAO DO FUNDEB)			
12.361 Ensino Fundamental	778.468,48	270.651,72	1.049.120,20
12.365 Educacao Infantil	637.247,94	76.640,81	713.888,75
Subtotal	1.415.716,42	347.292,53	1.763.008,95
TOTAL DAS DESPESAS	20.715.952,84	4.960.652,11	25.676.604,95

RESUMO

Periodo	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Saldo a Pagar
1. Bimestre	5.645.136,29	4.093.143,02	3.822.112,20	3.585.068,53	508.074,49
2. Bimestre	5.154.925,77	6.388.066,38	5.741.084,55	5.462.909,92	925.156,46
3. Bimestre	6.070.808,61	4.673.894,64	4.979.151,23	5.027.317,43	-353.422,79
4. Bimestre	6.737.109,46	5.560.848,80	5.123.799,69	4.889.552,62	671.296,18
5. Bimestre	7.305.373,05	4.960.652,11	5.063.058,42	5.185.578,79	-224.926,68
Total	30.913.353,18	25.676.604,95	24.729.206,09	24.150.427,29	1.526.177,66
FONTE: Governanca Brasil - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 05/Fev/2026, 09h e 03m.					
Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE					

EVERTON CÁSSIO ZANUTO

Prefeito Municipal

JOSÉ REGINALDO PEPECE

CRCPR 033451/O-1

JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO

Diretora do Departamento de Fazenda

VIVALDO JOSÉ PEREIRA

Controle Interno

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:89DC7CF9

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D´OESTE – ESTADO DO PARANÁ - GESTAO DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - FMDCA – ARTIGO 18 DA INSTRUCAO 36/2009 - (TCE) - 5º BIMESTRE DE 2025

Unidade Gestora…: 0000 Prefeitura Municipal

Função ...: 8 Assistência Social

Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente

Nat. Despesa	Descricao	Anterior	No Periodo	No Ano
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	145.001,98	25.621,10	170.623,08
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	139.001,98	25.621,10	164.623,08
3.1.90.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	139.001,98	25.621,10	164.623,08
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	139.001,98	25.621,10	164.623,08
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.14.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.610,00	0,00	1.610,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.610,00	0,00	1.610,00
4.4.90.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.610,00	0,00	1.610,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.610,00	0,00	1.610,00
	Total	146.611,98	25.621,10	172.233,08
	Total Geral	146.611,98	25.621,10	172.233,08

FONTE: Governanca Brasil - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 05/Fev/2026, 09h e26m.

Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE

EVERTON CÁSSIO ZANUTO

Prefeito Municipal

JOSÉ REGINALDO PEPECE

CRCPR 033451/O-1

JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO

Diretora do Departamento de Fazenda

VIVALDO JOSÉ PEREIRA

Controle Interno

JANAYNA NAYARA SILA MARIANO

Presidente FMDCA

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:612CD115

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.633/2026 05/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- EFETIVAR a partir de fevereiro os servidores abaixo relacionados aprovados no estágio probatório pela Comissão Permanente referente ao Concurso Público 01/2022 e conceder a Progressão de Nível.

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA	NÍVEL	NÍVEL
EDUARDA CASIRAGHI	Agente de Endemias	3106248	C01	C02
GUSTAVO RODRIGO LOPES DA SILVA	Auxiliar Administrativo	3106251	C01	C02
ANDRE FELIPE LIBARDE	Auxiliar Administrativo	3106254	C01	C02
ISMAEL MACHADO	Auxiliar Administrativo	3106268	C01	C02
SILVERIO ALBINO VILANTE	Auxiliar Administrativo	3106260	C01	C02
RODRIGO EVARISTO DE OLIVEIRA JUNIOR	Médico Clínico Geral	3106253	E01	E02
ANGELICA DA SILVA LAZZARI	Professor	3106233	A01	A02
CARLA MUNIQUE APARECIDA GARDA	Professor	3106230	A01	A02

MARIANI VANESSA GOMES	Professor	3106232	A01	A02
RAQUEL FERREIRA METZDORF	Professor	3106228	A01	A02
MARCIA WEIMER	Professor	3106294	A01	A02
PATRICIA VANDRESEN	Professor	3106261	A01	A02
RAQUEL WALERIUS	Professor 2º padrão	3106302	A01	A02
ALEXANDRO SILVEIRA DOS SANTOS	Professor de Educação Física	3106235	A01	A02
DIAGNER DA SILVA DE OLIVEIRA	Professor de Educação Física	3106237	A01	A02
MATHEUS ANDREY DE CONTI RUBINI	Professor de Educação Física	3106236	A01	A02
ADRIANA APARECIDA MENDES	Técnico em Enfermagem	3106255	D01	D02

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL

Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AE0ECCFB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
CONCURSO PÚBLICO N°01/2023 EDITAL N°02/2026 CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

O Município de **Reserva do Iguaçu**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concurso Público, nomeada através da Portaria nº 46/2023, de 17 de agosto de 2023, **TORNA PÚBLICO:**

1° - A convocação do (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovado (s) no Concurso Público n° 01/2023, conforme edital nº 01/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final n° 11/2023.

2°- O candidato deverá comparecer no Departamento de RH da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação deste edital, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, e documentos indicados no anexo I deste edital, bem como os demais anexos se assim forem necessários: Termo de Aceite do Cargo – Anexo II; Declarações de Bens – Anexo III e IV; Declaração de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas – Anexo V; Declaração de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas – Anexo VI e VII; Declaração de desistência de vaga – Anexo VIII; Requerimento para inclusão em final de lista – anexo IX, para a aceitação da vaga/cargo ou desistência, no horário de expediente da Prefeitura Municipal **(08:00 às 11:30min e das 13:00 as 17:30min)**.

3º - O não comparecimento dentro do prazo descrito para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, sendo que o candidato perderá o direito de aprovação do concurso Público, conforme item 15.2 do Edital n° 01/2023. Caso seja necessário, o candidato (a) poderá solicitar prorrogação de prazo de até 5 (cinco) dias úteis através do anexo X deste edital. Não serão aceitos documentos de outra forma que não seja a entrega feita diretamente no setor de RH, de todas as vias físicas dos documentos autenticados em cartório.

4° - Após a análise da documentação, caso atenda os pré-requisitos, deverá o aprovado passar por exames pré-admissionais os quais serão agendados pelo Departamento de Pessoal do Município. Caso seja julgado apto, o candidato deverá comparecer ao setor de RH acompanhado da documentação exigida para a posse no cargo.

VETERINÁRIO								
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	CLASSIF.
312825	CLIDISNEI RIBEIRO DE LIMA	16/01/1982	4,00	2,00	4,00	64,00	**74,00**	2º

Art. 1º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Iguaçu – PR, 06 de fevereiro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito de Reserva do Iguaçu - PR

DAISY CRISTINA SCHMITZ

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2023 da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu - PR

ANEXO I

CÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS

1-Cédula de Identidade;

2-CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física;

3-Registro no Conselho de Classe (de acordo com o cargo);

4-CNH – Carteira Nacional de Habilitação categoria “D” ou “E” (exclusiva para o cargo de motorista/operador de máquina);

5-Certidão de Casamento ou Escritura de União Estável (se casado/convivente) ou certidão de nascimento;

6-Certidão de Nascimento dos dependentes (se possuir);

7-CPF dos dependentes;

8-Certificado de escolaridade/diploma/histórico escolar;

9-Certificado Militar (para homens);

10-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

11-Título de Eleitor;

12-Comprovante de Conta Bancária (Cresol);

13-Duas fotos 3X4;

14-Comprovante de residência. (água, luz, internet, atualizado).

CERTIDÕES:

Certidão Federal Cível e Criminal da Justiça Federal (TRF4);

Certidão Criminal da Justiça Eleitoral (TRE);

Certidão Cível (TJ-PR);

Certidão Criminal (TJPR).

Certidão de Quitação Eleitoral.

ANEXO II

TERMO DE ACEITE DO CARGO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____ e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que ACEITO O CARGO/VAGA para o qual fui aprovado em concurso público do Município de Reserva do Iguaçu (Edital 001/2023).

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Reserva do iguaçu - PR , em _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Requerente

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____ e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Reserva do iguaçu - PR, em _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____, e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

1._____Valor:_____ 2._____Valor:_____ 3._____Valor:_____
4._____Valor:_____ 5._____Valor:_____ 6._____Valor:_____
7._____Valor:_____ 8._____Valor:_____ 9._____Valor:_____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

Reserva do iguaçu - PR, em _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO para fins de posse no emprego público de _____, na Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, **QUE NÃO EXERÇO** qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, outrossim, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos Arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse.

DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar de que trata a Lei Complementar nº 04/1991.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

Reserva do iguaçu - PR, em _____de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO para fins de ocupação de cargo na Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu/PR, que exerço cargo, emprego ou função pública, nos órgãos abaixo:

Denominação do Órgão:_____ Cargo/Emprego/Função:_____ Carga horária:_____

HORÁRIO DE TRABALHO

Domingo das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

Segunda-feira das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

Terça-feira das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

Quarta-feira das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

Quinta-feira das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

Sexta-feira das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

Sábado das _____ às _____horas e das _____ às _____ horas

DECLARO ainda, sob as penalidades legais, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade. Prometo renovar esta declaração sempre que ocorrer alterações nos dados acima.

Reserva do iguaçu - PR, em _____de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que sou aposentado no cargo de _____ e recebo meus proventos através do _____.

DECLARO ainda, sob as penalidades legais, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Reserva do iguaçu - PR, em _____de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

Eu, _____, natural de _____; Estado Civil _____, portador(a) da Identidade nº _____; CPF nº _____, candidato(a) classificado(a) no Concurso Público - Edital nº 01/2023, classificado(a) em _____ lugar para o provimento do cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu/PR, conforme resultado final homologado em 15/12/2023; venho pela presente, DECLARAR A MINHA DESISTÊNCIA À VAGA referente ao cargo para o qual fui classificado, ainda publicado no Diário Oficial Municipal Eletrônico do Poder Executivo, renunciando a qualquer direito inerente ao concurso prestado.

Reserva do iguaçu - PR, em _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO IX

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO EM FINAL DE LISTA

Eu, _____, natural de _____; Estado Civil _____, portador(a) da Identidade nº _____; CPF nº _____, candidato(a) aprovado no Concurso Público - Edital nº 01/2023, classificado(a) em _____ lugar para o provimento do cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu/PR, conforme resultado final homologado em 15/12/2023, venho através do presente, **REQUERER A INCLUSÃO DO MEU NOME EM FINAL DE LISTA,** referente à vaga para cargo no qual fui aprovado em Concurso Público Municipal, publicado no Diário Oficial Municipal Eletrônico do Poder Executivo, renunciando a qualquer direito inerente a classificação inicial obtida no resultado final do certame (posição classificatória no certame).

Reserva do iguaçu - PR, em _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do(a) Declarante

ANEXO X

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Eu, _____ portador (a) do CPF _____, venho através deste solicitar prorrogação de prazo por mais 5 (cinco) dias úteis para apresentação da documentação para assumir o cargo de _____ para a qual fui convocado (a) através do edital 02/2026 do Concurso público nº 01/2023.

Reserva do Iguaçu - PR,_____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do declarante

CPF:

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:A342D360

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.324/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 1.659.472,30 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.659.472,30 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.006	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Funcional Programática: 08.006.0008.0245.0008.2064	**Atividade:**Políticas públicas voltadas para mulheres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		
Unidade Orçamentária: 16.003	Departamento de Pavimentação	
Funcional Programática: 16.003.0015.0451.0004.2025	**Atividade:**Ações de pavimentação urbana, recapeamento e tapa buracos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.600.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade Orçamentária: 13.002	Departamento de Fomento Artístico e Cultural	
Funcional Programática: 13.002.0013.0392.0004.1000	**Projeto:**Construção, ampliação e reforma de espaços de cultura, contemplação e lazer no Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.472,30
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	Departamento de Administração	
Funcional Programática: 08.001.0004.0122.0002.2002	**Atividade:**Ações para manter e ampliar a publicidade das ações da Administração Municipal	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.659.472,30		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.006	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Funcional Programática: 08.006.0008.0245.0008.2064	**Atividade:** Políticas públicas voltadas para mulheres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.006	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Funcional Programática: 08.006.0008.0245.0008.2064	**Atividade:** Políticas públicas voltadas para mulheres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.006	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Funcional Programática: 08.006.0008.0245.0008.2064	**Atividade:** Políticas públicas voltadas para mulheres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		
Unidade Orçamentária: 16.005	Departamento de Obras Públicas	
Funcional Programática: 16.005.0015.0451.0005.1002	**Projeto:** Ação finalística para a integração regional mediante a pavimentação das estradas que ligam Rio Branco do Sul a outros Municípios.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.600.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2016	**Atividade:** Manutenção, ampliação e melhorias no calendário esportivo do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.472,30
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	Departamento de Administração	
Funcional Programática: 08.001.0008.0244.0008.2066	**Atividade:** Ações de assistência social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 1.659.472,30		

Art.3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 04 de fevereiro de 2026.

KARIME FAYAD

Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B7EA00BF

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.325/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 1.496.108,38 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e oito reais e trinta e oito centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.496.108,38 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e oito reais e trinta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade Orçamentária: 13.002	Departamento de Fomento Artístico e Cultural	
Funcional Programática: 13.002.0013.0392.0004.1000	**Projeto:**Construção, ampliação e reforma de espaços de cultura, contemplação e lazer no Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 8.697,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
Unidade Orçamentária: 13.002	Departamento de Fomento Artístico e Cultural	
Funcional Programática: 13.002.0013.0392.0004.1000	**Projeto:**Construção, ampliação e reforma de espaços de cultura, contemplação e lazer no Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 7.410,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.005	Fundo de Habitação de Interesse Social	
Funcional Programática: 08.005.0008.0244.0008.2062	**Atividade:**Políticas públicas de habitação popular	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00610 - Operações de Crédito Internas	R$ 1.480.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.496.108,38		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Unidade Orçamentária: 09.004	Departamento de Turismo	
Funcional Programática: 09.004.0023.0695.0003.2012	**Atividade:** Promoção do calendário de eventos culturais do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.899,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Unidade Orçamentária: 09.003	Departamento de Indústria e Comércio	
Funcional Programática: 09.003.0023.0691.0005.2032	**Atividade:** Incentivo ao empreendedorismo local	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.899,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Unidade Orçamentária: 09.002	Departamento de Geração de Emprego e Renda	
Funcional Programática: 09.002.0011.0334.0005.2034	**Atividade:** Oferta de capacitação para empreendedores locais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.899,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	Departamento de Administração	
Funcional Programática: 08.001.0008.0244.0008.2066	**Atividade:** Ações de assistência social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 7.410,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.005	Fundo de Habitação de Interesse Social	
Funcional Programática: 08.005.0008.0244.0008.2062	**Atividade:** Políticas públicas de habitação popular	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00610 - Operações de Crédito Internas	R$ 1.480.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 1.496.108,38		

Art.3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 05 de fevereiro de 2026.

KARIME FAYAD

Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:488726AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 21/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 7/2026

OBJETO: Locação de espaço físico e de palco coberto para o Festival Gastronômico Germânico.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO - Locação de Espaço Físico para a Realização Festival Gastronômico Germânico. Espaço a ser fornecido pela Contratada, com capacidade mínima para comportar 200 (duzentas) pessoas, a ser disponibilizado nos dias 06, 07 e 08 de fevereiro de 2026, devendo o local ser entregue limpo e em plenas condições de uso, estando inclusa a limpeza pós-evento.	6.500,00	BAR E GASTRONOMIA WILLNER LTDA
2	1,00	SRV	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCO - Locação Palco House Mix Coberto 8x6 com 1m altura para apresentações Festival Gastronômico Germânico Palco a ser fornecido pela Contratada nos dias 06, 07 e 8, com estrutura metálica modular, medindo aproximadamente 8 m de largura por 6 m de profundidade, com altura 1 m compatível para boa visibilidade do público, capacidade de carga adequada para artistas, equipamentos e cenografia. O palco deverá possuir piso nivelado e em perfeitas condições de uso, incluindo cobertura, para proteção contra intempéries. A montagem, desmontagem e demais custos operacionais deverão estar inclusos, atendendo às normas técnicas e de segurança vigentes.	9.800,00	BAR E GASTRONOMIA WILLNER LTDA

Rio Negro, 05 de fevereiro de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0602B5FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 22/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 8/2026

OBJETO: Aquisição de Banner em lona para o Festival Gastronômico Germânico.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	BANNER EM LONA - - Banner em Lona de ilhós com impressão digital, Tamanho: 7 metros (largura) x 2 metros (altura), Material: Lona, Acabamento: Fosco (evita reflexos e melhora a leitura em ambientes iluminados), Ilhoses: Distribuídos ao longo das bordas para facilitar a fixação (sugestão: a cada 50 cm ou conforme necessidade específica). Impressão: Digital em alta resolução, com cores vivas e nítidas.	865,00	ELISANDRA DE FATIMA RANK LINKE 023780659

Rio Negro, 05 de fevereiro de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B17C14FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 15 AO CONTRATO N.º 096/2021 REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 056/2021

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal **Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF/MF sob n.º 936.249.729-87 e a **CONTRATADA:** Empresa **IPM SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86 – 6º andar da Torre Süden, Centro, na Cidade de **Florianópolis/SC**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **01.258.027/0001-41**, neste ato representada por seu sócio **ALDO LUIZ MEES**, inscrito no CPF/MF sob n.º **292.867.519-15**, tem entre si justo e acordado o seguinte Termo: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Por solicitação da CONTRATADA e anuência da CONTRATANTE fica prorrogado emergencialmente por mais 3 (três) meses, a contratação de licenciamento e prestação de serviços para utilização de Sistema de Gestão Pública, para a Câmara Municipal de Rio Negro de Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro - IPRERINE em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020 - SIAFIC, retroativo ao dia 26/01/2026. **1.2.** Será rescindido *total, após concluída a implantação do Contrato nº 76/2025 (Administrativo e Financeiro).* **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R$ 23.302,17 (vinte e três mil trezentos e dois reais e dezessete centavos)**.

LOTE 1 – Câmara Municipal de Rio Negro					
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 3 meses
1	2	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS.	3 meses	R$ 922,08	R$ 2.766,24
1	3	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.	3 meses	R$ 232,04	R$ 696,12
1	4	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PONTO ELETRÔNICO, FOLHA DE PAGAMENTO, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.	3 meses	R$ 1.367,84	R$ 4.103,52
1	5	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS E CONTRATOS.	3 meses	R$ 683,92	R$ 2.051,76
1	6	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PATRIMÔNIO.	3 meses	R$ 384,71	R$ 1.154,13
1	7	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PROTOCOLO E PROCESSO DIGITAL E MEMORANDO.	3 meses	R$ 415,24	R$ 1.245,72
1	8	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.	3 meses	R$ 409,13	R$ 1.227,39
TOTAL:					**R$ 13.244,88**
LOTE 2 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro - IPRERINE					
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	2	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS.	3 meses	R$ 873,21	R$ 2.619,63
2	3	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.	3 meses	R$ 378,60	R$ 1.135,80
2	4	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PONTO ELETRÔNICO, FOLHA DE PAGAMENTO, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.	3 meses	R$ 989,25	R$ 2.967,75
2	5	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS E CONTRATOS.	3 meses	R$ 537,36	R$ 1.612,08
2	6	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PATRIMÔNIO.	3 meses	R$ 256,48	R$ 769,44
2	7	LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE PARA GESTÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.	3 meses	R$ 317,53	R$ 952,59
TOTAL:					**R$ 10.057,29**

CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 126 – 05.005.04.126.0002.2.021.3.3.90.40.06 – Fonte 000 **CLÁUSULA QUARTA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:8FC88B91

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 17 AO CONTRATO N.º 080/2020 REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2020

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal **Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF/MF sob n.º 936.249.729-87 e a **CONTRATADA:** Empresa **IPM SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86 – 6º andar da Torre Süden, Centro, na Cidade de **Florianópolis/SC**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **01.258.027/0001-41**, neste ato representada por seu sócio **ALDO LUIZ MEES**, inscrito no CPF/MF sob n.º **292.867.519-15**, tem entre si justo e acordado o seguinte Termo: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Por solicitação da contratada e anuência da contratante fica prorrogado **emergencialmente** por mais 3 (três) meses a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO TECNOLÓGICA**,** retroativo ao dia **26 de janeiro de 2026**. 1.2. Será rescindido total após a conclusão da implantação do Contratos nº 76/2025 CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 124.639,47 (cento e vinte e quatro mil e seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos)**.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário R$	Preço Total R$
2	3	un	Locação mensal de software para gestão contábil e financeira	3.639,73	10.919,19
3	3	un	Locação mensal de software para gestão de Planejamento	2.057,02	6.171,06
4	3	un	Locação mensal de software para gestão de Patrimônio	1.080,55	3.241,65
5	3	un	Locação mensal de software para gestão de Frotas	1.023,68	3.071,04
6	3	un	Locação mensal de software para gestão do Portal da Transparência	1.300,80	3.902,40
7	3	un	Locação mensal de software para gestão de Protocolo e Processo Digital	1.631,06	4.893,18
8	3	un	Locação mensal de software para gestão de Recursos Humanos	4.165,11	12.495,33

9	3	un	Locação mensal de software para gestão de Atendimento	1.717,50	5.152,50
10	3	un	Locação mensal de software para gestão de ISSQN e Cadastro Imobiliário	16.210,90	48.632,70
11	3	un	Locação mensal de software para gestão de Licitações e Compras	1.537,32	4.611,96
12	3	un	Locação mensal de software para gestão de Contratos	836,00	2.508,00
13	3	un	Locação mensal de software para gestão de Almoxarifado	1.023,67	3.071,01
14	3	un	Locação mensal de software para gestão de Obras e Serviços Urbanos	3.753,50	11.260,50
15	3	un	Locação mensal de software para gestão de Procuradoria	1.569,65	4.708,95

2.2 – o Item 16 – Locação mensal de software para gestão de saúde, no valor de R$ 9.454,23 (nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos) mensais, será suprimido do contrato, pois já foi finalizado o processo de implantação e está contemplado no novo contrato 77/2025 com a empresa IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA. CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado nas seguintes dotações orçamentárias:

185 – 05.005.04.126.0002.2.021.3.3.90.40.06 – Fonte 000, 1052 - 13.004.0026.0782.0002.2057.3.3.90.40.06 – Fonte 000, **1067**- 13.006.0121.0002.2070 33904006000000 - Fonte 000, 83 - 03.002.0003.091.0002.2.005.3.3.90.40.06 – Fonte 000, 111 – 04.002.04.121.0002.2.009.3.3.90.40.06 – Fonte 000, 1166 - 17.003.04.129.0002.2.014.3.3.90.40.06 – Fonte 000, 1154 - 17.002.0004.0123.0002.2074 – 333904006, 1188 - 17.005.0004.0122.0002.2075 –333904006. **CLÁUSULA QUARTA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0D4D4FE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE INEXIGIBILIDADE Nº. 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2026

ARTIGO Nº. 74, III, ALÍNEAS *c* c/c *f*, DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES Nº. 14.133/2021

• **PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº. 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliadonesta cidade, nos termos do art. 74, inciso III, alíneas c c/c f, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público, que, realiza **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para **"**Prestação de Serviços no treinamento, capacitação, assistência e apoio para servidores com relação ao Imposto Territorial Rural - ITR, controle de prazos, emissão de notificação e intimação no processo de cobrança; apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal; atendimento e orientação aos produtores rurais e contadores, levantamento de informações de todas as propriedades rurais do município, levantamento das declarações feitas pelos produtores, orientação no processo de cobrança; Análise de Notas fiscais de compra e venda de produção agrícola; Insumos agrícolas; Índice de lotação da pecuária; Laudos; Decreto n.º 6.433/08 Lançamento por Declaração Homologação; Obrigatoriedade do Contribuinte; Instrução Normativa RFB n. 1877, de 14 de março de 2019 e suas atualizações; orientação para adesão do domicilio tributário eletrônico (DTE); Acesso ao sistema: Declaração, Imóvel Rural, Fiscalização, Preços de Terra Nua, Órgão Municipal, Créditos Tributários e Gerenciais; Comandos para emissão das DITRs em estoque; Sistema: Intimação, Termos de Constatação de Débitos, Notificação de Lançamento e acerto, Cobrança do ITR; Apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal, emissão TIF (Termo de Intimação Fiscal); TCI (Termo de Constatação e Intimação) NL (Notificação de Lançamento), Elaboração de Laudo para Valor da Terra Nua (VTN) conforme estabelece Instrução normativa 1877/2019. Fornecimento obrigatório de: Certificado do Curso de Formação de Servidores Municipais ou Distritais para a Fiscalização e Cobrança do ITR, "ITR Para Municípios" emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, através da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)", incluindo auxílio do jurídico da municipalidade nas rotinas da Nova Lei de Licitações nº. 14.133/21 e com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

• **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O objeto pretendido pela Administração e ora processado através da hipótese de inexigibilidade, com fulcro no art. 74, inciso III, alíneas *c* c/c *f*, da Lei Federal nº. 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos. Encontra-se aplicado ao presente processo as seguintes legislações:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e

- Lei Federal nº. 14.133, de Abril de 2021.

Art. 74: É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

• **JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA SECRETARIA DEMANDANTE**

Considerando o documento de justificativa juntado nos autos pela secretaria, a Secretaria Municipal de Finanças justifica que a gestão tributária do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um pilar essencial da autonomia municipal, representando uma fonte de receita de grande potencial para Rolândia (R$ 2.183.297,82 anuais). Contudo, a verdadeira complexidade e o desafio crucial residem na manutenção rigorosa da fiscalização e do próprio convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB), que exige o cumprimento preciso de normas dinâmicas e a execução de procedimentos técnicos de alta complexidade. Sem o apoio de especialistas, a equipe municipal fica vulnerável a erros de procedimento e interpretação, o que pode levar a autuações contestáveis, perda de eficiência na arrecadação e, no limite, a revogação do convênio pela RFB, resultando na perda de 100% do imposto arrecadado. É nesse contexto que a assistência e apoio especializados se justificam como um investimento estratégico para a sustentabilidade da gestão do ITR, configurando-se como um projeto de estruturação fiscal e tecnológica, e não uma simples terceirização de rotina. O serviço transcende a rotina de fiscalização e arrecadação, que é a atividade-fim do servidor. O objeto da contratação é a implantação de uma metodologia especializada de auditoria e fiscalização, cujo escopo exige conhecimentos avançados e interdisciplinares que a atual estrutura municipal não pode suprir. A fiscalização eficiente do ITR requer o cumprimento rigoroso de diversas exigências federais, como a correta Auditoria e homologação das DITRs, a Avaliação técnica do Valor da Terra Nua (VTN), e a aplicação de metodologia conforme as IN/RFB 1.640/2016 e IN 1.877/2019, englobando procedimentos técnicos que envolvem parâmetros agronômicos, fundiários, georreferenciados e tributários. A singularidade reside na necessidade de parametrização técnica do processo de auditoria, na criação de uma metodologia especializada de apuração e revisão do VTN (exigindo conhecimentos de fiscalização e mercado fundiário), e na estruturação da malha fiscal rural com cruzamento avançado de dados produtivos, notas fiscais e índices agronômicos. Tais atividades são incomuns e não padronizadas, exigindo uma expertise que mescla o domínio técnico da legislação federal específica (Lei 9.393/1996, Decreto 6.433/2008) com a capacidade de auditoria rural georreferenciada. Esta contratação possui uma Finalidade Específica e Determinada, afastando integralmente o caráter de "acompanhamento de gestão" contínuo. Trata-se de um projeto com início, meio e fim, cujo objeto é a entrega de produtos finais e verificáveis, incluindo a execução de metodologia técnica documentada, a elaboração de laudos e relatórios e notificações, e, crucialmente, o treinamento especializado e a transferência completa do conhecimento para os servidores. Após a finalização do contrato, a execução operacional rotineira será assumida integralmente pelo quadro municipal. A contratação se justifica pela inviabilidade técnica de exigir que os servidores recém-empossados executem, de imediato, tarefas que demandam experiência prática em auditoria federal, formação agronômica aplicada ao VTN e domínio de metodologias avançadas da Receita Federal. A ausência desta implantação e treinamento especializados gera um risco iminente de denúncia do convênio e a perda potencial de 50% da receita do ITR (cerca de R$ 1 milhão), além de nulidades em autuações. A contratação não decorre de mera conveniência, mas sim da necessidade de qualificação técnica avançada para garantir a segurança jurídica e financeira do Município, sendo um investimento estratégico que visa maximizar o potencial de arrecadação do ITR.

• **OBJETO E SERVIÇOS CONTRATADOS**

Compõe(m) o(s) item(ns) desta contratação:

Item	Und. De Medida	Quantidade	Discriminação do item	Preço Máximo Unitário	Preço Máximo total
1	SERVIÇO	12	Prestação de Serviços no treinamento, capacitação, assistência e apoio para servidores com relação ao Imposto Territorial Rural - ITR, controle de prazos, emissão de notificação e intimação no processo de cobrança; apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal; atendimento e orientação aos produtores rurais e contadores, levantamento de informações de todas as propriedades rurais do município, levantamento das declarações feitas pelos produtores, orientação no processo de cobrança; Análise de Notas fiscais de compra e venda de produção agrícola; Insumos agrícolas; Índice de lotação da pecuária; Laudos; Decreto n.º 6.433/08; Lançamento por Declaração Homologação; Obrigatoriedade do Contribuinte; Instrução Normativa RFB n. 1877, de 14 de março de 2019 e suas atualizações; orientação para adesão do domicilio tributário eletrônico (DTE); Acesso ao sistema: Declaração, Imóvel Rural, Fiscalização, Preços de Terra Nua, Órgão Municipal, Créditos Tributários e Gerenciais; Comandos para emissão das DITRs em estoque; Sistema: Intimação, Termos de Constatação de Débitos, Notificação de Lançamento e acerto, Cobrança do ITR; Apoio na fiscalização e orientação da documentação da malha fiscal, emissão TIF (Termo de Intimação Fiscal); TCI (Termo de Constatação e Intimação) NL (Notificação de Lançamento), Elaboração de Laudo para Valor da Terra Nua	R$5.000,00	R$60.000,00

			(VTN) conforme estabelece Instrução normativa 1877/2019. Fornecimento obrigatório de: Certificado do Curso de Formação de Servidores Municipais ou Distritais para a Fiscalização e Cobrança do ITR, "ITR Para Municípios" emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, através da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)		
				Total R$	R$60.000,00

• **CONTRATAÇÃO**

O futuro contratado será **AF CONSULTORIA LTDA** inscrito no CNPJ nº 40.089.775/0001-08, Rua Benedito José Muniz, nº 97, Jardim Castilho, CEP 87190-000, na cidade de SÃO JORGE DO IVAÍ - PR, representado pelo Sr. **LEONARDO AMBROSIO.**

A escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

• **DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor a ser contratado é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), devendo ser pago de forma parcelada, conforme o cronograma apresentado pela secretaria solicitante, em até 30 (trinta) dias após a emissão de nota fiscal.

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

• **PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de execução do presente processo será conforme cronograma apresentado pela secretaria solicitante.

• **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2025; consta nos autos do processo parecer contábil e reserva de saldo nº. 338/2026.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Finanças

Unidade Orçamentária: 01 – Coordenadoria Geral

Função: 04 – Administração

Funcional Programática: 04.125.0005.2.131 – Manutenção das Atividades da Nota Produtor Rural Elemento de Despesa: 3.3.90.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA Dotação: 3197 Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

• **DO FORO**

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente INEXIGIBILIDADE, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ROLÂNDIA/PR.

• **DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO**

Considerando o acima exposto acolho as justificativas apresentadas para a Inexigibilidade de Licitação e AUTORIZO publicação no site oficial do Município.

Rolândia, 05 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO

Prefeito Municipal

• **RATIFICAÇÃO DO ATO**

Considerando as manifestações carreadas, a fundamentação jurídica apresentada e a instrução do presente processo, ratifico a contratação por Inexigibilidade de Licitação, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que o compõe.

Rolândia, 05 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Marcello da Cunha
Código Identificador:2933FC69

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2025

PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2025

Ref. Pregão nº 009/2025 – Carro de Som – PA – 107/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa PUBLIC MUSIC MARKETING DIGITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 10.452.121/0001-28 com sede à Avenida Jácomo Rossini, nº 818, Jardim Ana Rosa, CEP nº 83.183-650, fone nº(43)99367-4271,(43)99637-4271 e-mail publiquemaisdigital@hotmail.com, na cidade de Cambé - PR, representada pelo Senhor JULIO CESAR BIGOLI LOPES, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.

Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 06/02/2026, o presente aditivo terá vigência de 07/02/2026 a 06/02/2027.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do item	R$ Unit.	R$ Total
1	1	SER	800,00	69260	Serviço de divulgação, anúncios em geral através de carro de som - horas de prestação de serviço para divulgações de eventos, campanhas e outros. Divulgações: Diurnas, noturnas, todos os dias da semana. Conforme a necessidade. Divulgação no município de Rolândia e distritos Nossa Senhora Aparecida (Bartira) e São Martinho. O veiculo deve ter no máximo 10 anos de fabricação.	59,00	47.200,00
	2	SER	150,00	69261	Serviço de gravação de mídia digital - gravação de mídia digital para posterior divulgação por meio de carro de som, meios digitais, rádios e outros. Spots com 15, 30, 60, ou 90 segundos.	85,32	12.798,00

CLÁUSULA SEGUNDA

Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 04 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal de Rolândia	***PUBLIC MUSIC MARKETING DIGITAL LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	WILSON SOCIO JUNIOR
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal Interino de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:D4048A27

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
QUINTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº011/2025

QUINTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº011/2025

Ref. Pregão nº 006/2025 – Hortifrutigranjeiro – PA – 10.753/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa JULIO C. TORREZAN & CIA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 07.395.491/0001-66 com sede à Rua Nereu Ramos, nº19, Centro, CEP nº86.600-001, fone nº(43)3256-1619,(43)99832-0600 e-mail julioctorrezan@hotmail.com, na cidade de Rolândia - PR, representada pelo Senhor JULIO CESAR TORREZAN , mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, reajustando o valor ofertado com base no índice do IPCA e renovando as quantidades originais de abertura.

Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 05/02/2026, o presente aditivo terá vigência de 06/02/2026 a 05/02/2027.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
3	KG	186,00	58799	Abóbora tipo Cabotiá, coloração interna laranja, externa verde escura tamanho médio. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	4,70	874,20	PRÓPRIA
6	KG	1.248,00	58802	Abóbora tipo paulista, firme. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	5,01	6.252,48	PRÓPRIA
7	KG	948,00	46159	Acelga, produção recente, in natura, folhas frescas e crocantes, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	4,96	4.702,08	PRÓPRIA
8	KG	1.595,00	46160	Alface crespa, tipo grande, especial, fresca, viçosa, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas.	11,49	18.326,55	PRÓPRIA
9	KG	1.412,00	62753	Alho DESCASCADO, produto higienizado e resfriado. Características: cor branca, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Classificação EXTRA: ótima qualidade, sem defeito, fisiologicamente desenvolvido, firme e intacto; sem broto, defeitos e lesões de origem física ou mecânica (rachaduras, perfurações e cortes); tamanho e coloração uniformes; devendo ser graúdo; sem material terroso ou sujidade, livre de substâncias tóxicas ou nocivas, sem pontos de bolores, parasitas ou larvas. Embalado em saco plástico atóxico, hermeticamente selado, resistente, com rotulagem de acordo com a legislação vigente. Pacote mínimo 0,5 kg e máximo de 1 kg.	32,91	46.468,92	PRÓPRIA
10	KG	480,00	47697	Almeirão fresco, coloração uniforme, isento de enfermidades, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos provenientes de manuseio e transporte.	9,92	4.761,60	PRÓPRIA
13	KG	720,00	67501	Batata doce extra, de 1° qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	3,03	2.181,60	PRÓPRIA
14	KG	2.350,00	58805	Batata tipo Monalisa, graúda, de primeira, safra nova, seca, rígida, apresentando tamanho e coloração uniformes. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	6,16	14.476,00	
15	KG	336,00	62754	Berinjela Extra AA, produção recente, isenta de bolor, casca lisa, cor firme e uniforme. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	3,66	1.229,76	PRÓPRIA
17	KG	534,00	62756	Brócolis, botões bem fechados e verdes, talos firmes com corte limpo, sem amolecimento, sem folhas, sem marcas de picadas de insetos e sem botões abertos em flor com coloração amarela ou branca. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	16,19	8.645,46	
19	KG	2.621,00	58810	Cebola média, Cx. 3, compacta, firme, produção recente, sem lesões físicas ou mecânicas, perfurações ou cortes, tamanho e coloração uniformes. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	3,92	10.274,32	PRÓPRIA
20	KG	220,00	58811	Cebolinha verde, fresca e viçosa com aroma característico. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	21,94	4.826,80	PRÓPRIA
22	KG	780,00	58813	Chicória, fresca, coloração uniforme, firme e intacta. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Peso mínimo 500 g.	10,97	8.556,60	PRÓPRIA
25	KG	1.018,00	58816	Couve tipo manteiga, fresca, de primeira, viçosa, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Peso mínimo 400g.	16,71	17.010,78	PRÓPRIA
26	KG	186,00	62758	Espinafre fresca, de primeira, viçosa, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Peso mínimo 400g	15,15	2.817,90	PRÓPRIA
27	KG	2.563,00	62759	Goiaba, tipo vermelha, inteira, firme (não dura), com cor e tamanho uniformes e sem manchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	6,27	16.070,01	PRÓPRIA
29	KG	340,00	69349	Inhame, de primeira qualidade, safra nova, apresentando tamanho e com formação uniformes, firme e intacto. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	13,58	4.617,20	PRÓPRIA
40	KG	1.260,00	62766	Maracujá, produção recente, viçoso, coloração uniforme, isento de bolor, umidade ou larvas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	10,97	13.822,20	PRÓPRIA
48	KG	730,00	58829	Pimentão verde extra AA, produção recente, casca lisa e firme, sem manchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	8,15	5.949,50	PRÓPRIA
49	KG	186,00	62771	Quiabo, firme, com cor verde intensa e sem manchas escuras. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	8.88	1.651,68	PRÓPRIA
51	KG	230,00	58832	Rúcula de primeira qualidade, com folhas íntegras, apresentando grau de evolução completo do tamanho, coloração uniforme. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	16,19	3.723,70	PRÓPRIA
52	KG	205,00	58833	Salsinha fresca, viçosa, coloração verde, aroma característico. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Maço com 500g.	29,77	6.102,85	PRÓPRIA
53	KG	2.980,00	62772	Tangerina poncan média, fresca, produção recente, frutos maduros, com coloração uniforme da casca, sem manchas, sem defeitos de formação e podridão. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	6,79	20.234,20	PRÓPRIA
57	KG	520,00	62775	Vagem manteiga, fresca, extra AA, bem desenvolvida, firme/crocante, sem manchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	17,24	8.964,80	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA

Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 02 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***JULIO C. TORREZAN & CIA LTDA ME***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:F56172BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
SÉTIMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº012/2025

SÉTIMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº012/2025

Ref. Pregão nº 006/2025 – Hortifrutigranjeiro – PA – 10.753/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa MINIMERCADO ATLANTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 48.044.125/0001-40 com sede à Avenida Atlanta, nº185, Bairro Califórnia, CEP nº86.606-008, fone nº(43)98849-5645,(43)98849-5695, e-mail geanbiazin26@gmail.com , na cidade de Rolândia - PR, representada pelo Senhor GEAN CORELLE BIAZIN VICENTE, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.

Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 05/02/2026, o presente aditivo terá vigência de 06/02/2026 a 05/02/2027.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	KG	1.060,00	58797	Abacate de 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca lisa e integra, coloração uniforme, sem sinais de apodrecimento. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	6,90	7.314,00	PRÓPRIA
2	KG	8.760,00	58798	Abacaxi Pérola, coloração verde amarelado, sabor doce. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Peso mínimo por unidade 1,3 kg.	14,90	130.524,00	PRÓPRIA
4	KG	1.040,00	58800	Abóbora, tipo menina, extra AA, coloração verde, firme ao toque, casca lisa, tamanho médio. Isento de sujidades,	2,00	2.080,00	PRÓPRIA

				enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.			
5	KG	258,00	58801	Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e coloração uniformes, casca firme. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	2,00	516,00	PRÓPRIA
11	KG	6.155,00	69350	Cota Exclusiva para ME - Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração da casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, presas a penca. Isenta de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	7,70	47.393,50	PRÓPRIA
12	KG	18.465,00	69351	Cota para ampla concorrência Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração da casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, presas a penca. Isenta de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	7,78	143.657,70	PRÓPRIA
16	KG	1.220,00	62755	Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso) devendo ser bem desenvolvida. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	2,80	3.416,00	PRÓPRIA
18	KG	1.228,00	62757	Caqui, TIPO: Fuyu, Inteiro, firme, sem manchas, sem rachaduras, com tamanho e coloração uniforme.Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	8,50	10.438,00	PRÓPRIA
21	KG	2.720,00	58812	Cenoura tamanho médio, fresca, coloração laranja, firme ao toque, sem folhas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	3,50	9.520,00	PRÓPRIA
23	KG	878,00	58814	Chuchu fresco, coloração verde, consistente, firme ao toque. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	3,20	2.809,60	PRÓPRIA
24	KG	268,00	58815	Couve flor, nova, firme, com talos firmes, compacta, com buquês bem fechados de cor branca ou creme, sem folhas, sem manchas escuras e sem sinais de estarem murchas. Isenta de sujidades, enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, quaisquer materiais que comprometam a sua qualidade.	24,95	6.686,60	PRÓPRIA
28	KG	80,00	58819	Hortelã, fresco viçoso, coloração verde, aroma característico. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Maço de 100 gramas.	17,00	1.360,00	PRÓPRIA
30	KG	4.258,00	69352	Cota Exclusiva para ME - Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, isenta de bolor ou murchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.Tamanho médio de 135 gramas.	6,50	27.677,00	PRÓPRIA
31	KG	12.775,00	69353	Cota para ampla concorrência-Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, isenta de bolor ou murchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.Tamanho médio de 135 gramas.	6,50	83.037,50	PRÓPRIA
32	KG	1.870,00	46185	Limão tipo taiti, graúdo, produção recente, fresco, polpa firme e intacta, bem desenvolvido e maduro, com tamanho e coloração uniformes, livre de resíduos de agrotoxicos, sujidades e parasitas, isento de bolor, umidade e murchos, sem danosfisicos e mecânicos decorrentes de manuseio e transporte.	3,40	6.358,00	PRÓPRIA
33	KG	2.450,00	69354	Cota Exclusiva para ME - Maçã nacional, tipo Fuji, fresca, de primeira, produção recente, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, madura, firme, sem manchas, amassados, orifícios ou murchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Tamanho médio.	7,00	17.150,00	PRÓPRIA
34	KG	7.350,00	69355	Cota para ampla concorrência - Maçã nacional, tipo Fuji, fresca, de primeira, produção recente, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, madura, firme, sem manchas, amassados, orifícios ou murchas. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Tamanho médio.	7,00	51.450,00	PRÓPRIA
35	KG	6.422,00	62763	Mamão tipo formosa, produção recente, maduro, polpa firme, coloração uniforme da casca, firme, sem rachaduras, partes escuras ou machucadas, nem picadas de insetos. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	6,50	41.743,00	PRÓPRIA
36	KG	1.168,00	62764	Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Embalada a vácuo, com rotulagem de acordo com a legislação vigente, pacotes de 1Kg.	6,50	7.592,00	PRÓPRIA
37	KG	186,00	58825	Mandioquinha Salsa de primeira qualidade, in natura, casca íntegra, apresentando grau de evolução completo do tamanho, sem sinal de amolecimento, raízes cilíndricas, coloração uniforme,colheita recente. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	20,00	3.720,00	PRÓPRIA
38	KG	2.560,00	69356	Cota Exclusiva para ME - Manga Tommy, produção recente, com polpa firme, intacta. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	8,50	21.760,00	PRÓPRIA
39	KG	7.680,00	69357	Cota para ampla concorrência-Manga Tommy, produção recente, com polpa firme, intacta. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	8,50	65.280,00	PRÓPRIA
41	KG	8.920,00	62767	Melancia produção recente, firme, lustrosa, sem manchas escuras, brocas, perfurações. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	3,50	31.220,00	PRÓPRIA
42	KG	6.272,00	62768	Melão, tipo amarelo, tamanho médio, Inteiro, casca firme, coloração forte, perfume agradável e sementes soltas, sem rachaduras e perfurações. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	6,41	40.203,52	PRÓPRIA
43	KG	1.050,00	51336	Milho verde in Natura, espigas inteiras descascadas, sem palha, íntegras, apresentando grau de evolução completo do tamanho, sem sinal de amolecimento, coloração uniforme,colheita recente, isento de enfermidades, bolor, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas. Embalagem plástica contendo 1kg.	12,80	13.440,00	PRÓPRIA
44	KG	340,00	62769	Morango, tamanho médio. In natura, fresco, inteiro, firme, com coloração vermelho vivo e talos bem verdes. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. EMBALAGEM: Bandeja com envoltório em papel filme.	40,00	13.600,00	PRÓPRIA
45	DZ	2.037,00	69358	Cota Exclusiva para ME - Ovos de galinha, tipo branco, extra, frescos, casca grossa e forte, sem deformação, homogênea, sem machucados, trincados ou amassados e porosidade, limpa de resíduos e sujeira, em bandejas com capacidade para 1 dúzia, com registro no S.I.F.	13,98	28.477,26	PRÓPRIA
46	DZ	6.112,00	69359	Cota para ampla concorrência- Ovos de galinha, tipo branco, extra, frescos, casca grossa e forte, sem deformação, homogênea, sem machucados, trincados ou amassados e porosidade, limpa de resíduos e sujeira, em bandejas com capacidade para 1 dúzia, com registro no S.I.F.	13,98	85.445,76	PRÓPRIA
47	KG	2.060,00	58828	Pepino extra AA, tipo caipira, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde brilhante, firme. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	4,00	8.240,00	PRÓPRIA
50	KG	1.560,00	58831	Repolho tipo liso, tamanho grande, produção recente, folhas frescas e crocantes, bem desenvolvido, firme e intacto. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade. Peso médio por cabeça 2KG.	3,80	5.928,00	PRÓPRIA
54	KG	2.592,00	69360	Cota Exclusiva para ME - Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	11,50	29.808,00	PRÓPRIA
55	KG	7.777,00	69361	Cota para ampla concorrência-Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer	11,50	89.435,50	PRÓPRIA

				materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.			
56	KG	420,00	62774	Uva, tipo itália, nacional, cacho bem cheio com bagos graúdos, firmes e lisos, cor verde. Isento de sujidades, enfermidades, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, quaisquer materiais estranhos que comprometam a sua qualidade.	12,00	5.040,00	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA

Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 02 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***MINIMERCADO ATLANTA LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:187AA67F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PORTARIA Nº 028/2026

PORTARIA Nº 028/2026

SÚMULA - Autoriza o pagamento de diárias aos Servidores Municipais, abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento de diárias aos Servidores Municipais, abaixo especificados e dá outras providências.

NOME	***CPF Nº***	***REQUISIÇÃO***	***DATA***	***DESTINO***
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*060/2026*	*26,27/01/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*061/2026*	*26,27/01/2026*	*Curitiba PR*
Ronaldo Lucietto	*066.970.889-58*	*062/2026*	*26/01/2026*	*Pato Branco PR*
Ademir de Campos	*640.783.459-72*	*063/2026*	*21/01/2026*	*Pato Branco PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*064/2026*	*21,22/01/2026*	*Curitiba PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*065/2026*	*23/01/2026*	*Nova Aurora PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*066/2026*	*26,27/01/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*067/2026*	*23/01/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*068/2026*	*26/01/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*069/2026*	*28,29/01/2026*	*Curitiba PR*

Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*070/2026*	*22/01/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*071/2026*	*27/01/2026*	*Nova Aurora PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*072/2026*	*28/01/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*073/2026*	*23/01/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*074/2026*	*26/01/2026*	*Guarapuava PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*075/2026*	*27/01/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*076/2026*	*22/01/2026*	*Pato Branco PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*077/2026*	*26/01/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*078/2026*	*28/01/2026*	*Missal PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*079/2026*	*21/01/2026*	*Missal PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*080/2026*	*23/01/2026*	*Cascavel PR*
Valdir L. Toscan	*459.194.881-15*	*081/2026*	*24/01/2026*	*Cascavel PR*
Wellington Lucas Santos	*081.504.299-05*	*082/2026*	*23/01/2026*	*Cascavel PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*083/2026*	*23/01/2026*	*Pato Branco PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*084/2026*	*26/01/2026*	*Pato Branco PR*
Valtair Laurindo	*778.709.649-72*	*085/2026*	*26/01/2026*	*Pato Branco PR*
Franciele T. N. Dorigoni	*020.732.601-01*	*086/2026*	*03,04,05/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*087/2026*	*28/01/2026*	*Cascavel PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*088/2026*	*29/01/2026*	*Guarapuava PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*089/2026*	*01/02/2026*	*Guarapuava PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*090/2026*	*30/01/2026*	*Nova Aurora PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*091/2026*	*02/02/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*092/2026*	*03/02/2026*	*Guarapuava PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*093/2026*	*30/01/2026*	*Missal PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*094/2026*	*03/02/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*095/2026*	*29/01/2026*	*Missal PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*096/2026*	*30/01/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*097/2026*	*03/02/2026*	*Nova Aurora PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*098/2026*	*04/02/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*099/2026*	*30/01/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*100/2026*	*02/02/2026*	*Guarapuava PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*101/2026*	*04/02/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*102/2026*	*28/01/2026*	*Guarapuava PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*103/2026*	*29/01/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*104/2026*	*30/01/2026*	*Guarapuava PR*
Valdir L. Toscan	*459.194.881-15*	*105/2026*	*30/01/2026*	*Cascavel PR*
Mariza Blasques	*813.085.742-15*	*106/2026*	*03/02/2026*	*Cascavel PR*
Rosangela da Silva	*047.883.369-52*	*107/2026*	*03/02/2026*	*Cascavel PR*

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa à 21 de janeiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Bueno
Código Identificador:12B3322F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 4/2026

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Chromebook, novo, de primeiro uso, com sistema operacional Chrome OS ou compatível oficialmente com a plataforma Google for Education, projetado para atividades educacionais, administrativas e de navegação na internet, compatível com aplicativos Android e Web. Processador com desempenho mínimo equivalente a Intel Celeron N4020 (2 núcleos, 1,1 GHz base, até 2,8 GHz turbo) ou superior (AMD A4, MediaTek MT8183 ou equivalente). Memória RAM	DIFROZEN SORVETERIA E LANCHERIA LTDA	Acer	115,0	1.399,90	160.988,50

		Mínimo de 4 GB DDR4 ou superior, soldada ou expansível. Armazenamento interno Mínimo de 64 GB eMMC ou SSD equivalente. Deve permitir uso de armazenamento em nuvem (Google Drive). Tela Tamanho mínimo de 11,6 polegadas, tecnologia LCD LED antirreflexiva, resolução mínima HD (1366 768). Áudio e vídeo. Altofalantes e microfone integrados; webcam com resolução mínima de 720p (HD). Conectividade sem fio Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac e Bluetooth 4.2 ou superior. Portas de entrada/saída Mínimo: 2 USB (tipo A e/ou tipo C), 1 saída de áudio 3,5 mm, e leitor de cartão microSD (opcional). Bateria. Recarregável de íons de lítio, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo. Teclado e touchpad Teclado padrão ABNT-2 com ç e acentuação em português; touchpad multitoque. Peso e dimensões. Sistema operacional Chrome OS oficiais, com atualizações automáticas garantidas pelo fabricante até, no mínimo, junho de 2032 (Auto Update Expiration AUE). Garantia Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional. Acessórios inclusos Fonte de alimentação/carregador compatível; cabo de energia; manual do usuário em português. Certificações Produto deve possuir certificação ANATEL (para Wi-Fi/Bluetooth) e homologação do fabricante do Chrome OS.					

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
DIFROZEN SORVETERIA E LANCHERIA LTDA	160.988,50

Salto do Lontra, 05 de fevereiro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F76DA84A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 6/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso V do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UN	UNIT.	TOTAL
1	1	Locação de imóvel Rural, Lote de Terra rural nº.57-A(cinquenta e sete A) da Gleba 67-FB (sessenta e sete-FB) para retirada de até 5.000(cinco mil) cargas de cascalho.	JUNIOR CESAR DE SOUZA	5.000,00	Und/ Carga	12,00	60.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
JUNIOR CESAR DE SOUZA	60.000,00

Salto do Lontra, 05 de fevereiro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:E21A2E3B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA Nº 27/2026

OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PORTÁTIL DO TIPO CHROMEBOOK PARA DISCIPLINA DE ROBÓTICA PARANÁ KIDS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALTO DO LONTRA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO.
CONTRATADO:	DIFROZEN SORVETERIA E LANCHERIA LTDA

Lote	Item	Descrição	Fornecedor	Marca	Qtd	Un	Unit.	Total
1	1	Chromebook, novo, de primeiro uso, com sistema operacional Chrome OS ou compatível oficialmente com a plataforma Google for Education, projetado para atividades educacionais, administrativas e de navegação na internet, compatível com aplicativos Android e Web. Processador com desempenho mínimo equivalente a Intel Celeron N4020 (2 núcleos, 1,1 GHz base, até 2,8 GHz turbo) ou superior (AMD A4, MediaTek MT8183 ou equivalente). Memória RAM Mínimo de 4 GB DDR4 ou superior, soldada ou expansível. Armazenamento interno Mínimo de 64 GB eMMC ou SSD equivalente. Deve permitir uso de armazenamento em nuvem (Google Drive). Tela Tamanho mínimo de 11,6 polegadas, tecnologia LCD LED antirreflexiva, resolução mínima HD (1366×768). Áudio e vídeo. Altofalantes e microfone integrados; webcam com resolução mínima de 720p (HD). Conectividade sem fio Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac e Bluetooth 4.2 ou superior. Portas de entrada/saída Mínimo: 2 × USB (tipo A e/ou tipo C), 1 × saída de áudio 3,5 mm, e leitor de cartão microSD (opcional). Bateria. Recarregável de íons de lítio, com autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo. Teclado e touchpad Teclado padrão ABNT-2 com “ç” e acentuação em português; touchpad multitoque. Peso e dimensões. Sistema operacional Chrome OS oficiais, com atualizações automáticas garantidas pelo fabricante até, no mínimo, junho de 2032 (Auto Update Expiration – AUE). Garantia Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional. Acessórios inclusos Fonte de alimentação/carregador compatível; cabo de energia; manual do usuário em português. Certificações Produto deve possuir certificação ANATEL (para Wi-Fi/Bluetooth) e homologação do fabricante do Chrome OS.	DIFROZEN SORVETERIA E LANCHERIA LTDA	Acer	115,00	Un	1.399,90	160.988,50

VIGÊNCIA:	05/02/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:EA6B843A

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 027-2026

PORTARIA N° 027 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Nº Portaria
01	Isabel Cristina Fasolin	Fisioterapeuta	06/01/2014	2021-2022	02/02/2026 a 16/02/2026	972/2025
02	Deoclesio de Oliveira	Motorista	01/04/2016	2023/2024	04/02/2026 a 18/02/2026	1002/2025
03	Joelcio Dalla Valle	Assis. Administrativo	02/04/2012	2019-2020	05/02/2026 a 19/02/2026	907/2025
04	Fernanda de Lima Ribeiro	Enfermeiro	03/04/2017	2024-2025	04/02/2026 a 18/02/2026	1024/2025

Art. 2º - Concede 30 (trinta) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Salete Giulianoti	Aux. de Serv. Gerais	08/04/2016	2024/2025	05/02/2026 a 06/03/2026
02	Catiane Bagio	Enfermeiro	01/04/2016	2023/2024	09/02/2026 a 10/03/2026
03	Giuliane Rohling	Gari	01/02/2012	2024/2025	04/02/2026 a 05/03/2026
04	Isabel Cristina Fasolin	Fisioterapeuta	06/01/2014	2022/2023	19/02/2026 a 20/03/2026

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 05 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:F0BA2839

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **ANTONIO CARLOS TAMAIS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo n°: 18/2026

Licitação n°: 7/2026

Modalidade: Processo dispensa

Data da Homologação: 05/02/2026

Data de adjudicação: 05/02/2026

Objeto homologado: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviço de Segurança Privada não Armada para

atender todas as demandas de eventos do Município de Santa Amélia Pr

COLORTEC SEGURANÇA PRIVADA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTRATAÇÃO DE SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA Prestação de serviço de segurança privada não armada, devidamente homologada pela Polícia Federal, com profissionais habilitados, uniformizados e identificados, incluindo pelo menos 01 (um) brigadista, para atendimento aos eventos anuais do Município por 8 horas. Incluso: alimentação, transporte e hospedagem (quando necessário).	DIA	160,00	230,00	36.800,00
TOTAL						36.800,00

Valor homologado: 36.800,00

Santa Amélia, 05 de fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS

Prefeito De Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:145389B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: IVG BRASIL LTDA. **CNPJ nº:** 35.519.422/0001-15
OBJETO	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NCP, FIRMADA COM A EMPRESA DE IVG BRASIL LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA "ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO", IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB) E EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.	
VALOR ESTIMADO	R$ 599.999,99 (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**Programática:** 11.001.04.122.0006.2010 - Manutenção das Atividades de Planejamento, Projetos e Engenharia 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.	

	Fontes: 31912 - CONVENIO N.488/2025 - SEAB

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 04 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:9B231E07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº.030/2026.

Dispõe sobre Homologação Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2026, para contratação temporária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2026;

CONSIDERANDO a conclusão das etapas do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2026;

CONSIDERANDO o disposto no Edital nº.001/2026 e outras publicações decorrentes das fases do Processo;**CONSIDERANDO** o resultado Final do processo emitido pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado referendando a legitimidade do objeto do Edital nº.001/2026;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado para que produza os devidos efeitos jurídicos, o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2026, para contratação temporária em seus respectivos cargos, conforme Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 04 de fevereiro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL Nº 01/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA.

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Obras e Urbanismo, Secretaria de Assistência Social.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS			
Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	17/01/1971	ELENA SANTANA PEREIRA	92
2	14/03/1996	HELOISA NAYARA TOMADON	88
3	31/07/1990	SUZANA MARIA DA SILVA SALES	88
4	28/07/1990	FERNANDA APARECIDA RODRIGUES FERREIRA	88
5	01/09/1993	THAIS MENDES VERLINGUE DE ALMEIDA	88
6	16/02/1973	CRISTIANE CABERLIN PALHARES GOMES	88
7	23/03/1989	ANGELICA PATRICIA RICARDO DA SILVA	87
8	01/04/1991	JÉSSICA MAIARA NASCIMENTO ALVES	85
9	17/08/1992	SUELI DE FATIMA DA SILVA	84
10	11/02/1981	CRISTIANE GARCINDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO	84
11	30/04/1993	CARLA TAMIRIS MARIA DA SILVA SERVELIN	84
12	06/06/1987	NATALIA OLIVEIRA DA SILVA	84
13	21/03/1988	IZABELA CRISTINA ALVES	84
14	09/06/1992	PAULA FERNANDA MARTINS	84
15	19/10/1994	JESSICA CAROLINE MIATO	84
16	29/03/1989	PRISCILA CRISTINA GARCINDO DE OLIVEIRA	84
17	03/09/1981	SIMARA APARECIDA DA SILVA	84
18	10/09/1998	KELLY NATHALIA DE BRITO SANTANA	84
19	10/02/1988	MARIA EDUARDA DAMASCENO	84
20	13/11/2001	LARA GABRIELA DE OLIVEIRA MILANI	84
21	20/02/1979	TANERI DE OLIVEIRA SILVA	83
22	22/05/1982	LUCIMARA SERVELIN	83
23	03/08/1987	TATIANE KARINA DE SOUZA	83
24	16/11/1978	SILVANA NEVES DE MACEDO	82
25	10/12/1981	MARCELA LEÃO FREDERIG	82
26	23/06/1967	SUELI APARECIDA BORGES OLIVEIRA	82
27	02/12/1991	DANIELE EMILIANA DA SILVA	82
28	23/06/1988	DAYANE SOUZA SILVESTRE	82
29	24/09/1997	CINTIA MARIA AGUETONI DA SILVA	80
30	19/08/1985	ADRIELLY MILENA FIGUEIRA RIBEIRO	80
31	14/03/1991	MARIELI SOUZA DA SILVA	80
32	31/07/1980	DIONE APARECIDA SANTIAGO ROBERTO	79
33	23/03/1985	ADRIANA MENDES VERLINGUE	79
34	01/02/1994	CAROLINE DA SILVA BRITO	79
35	23/09/1978	ROSELENE APARECIDA MOREIRA RIAS	77
36	27/09/1990	MARIELE CRISTINA MOREIRA DA SILVA	75
37	18/08/1997	INDIALICIA APARECIDA INACIO	75
38	03/04/1989	THAMI DE OLIVEIRA NUNES ADAO	74
39	21/01/1976	ANGELA CHAVES DOS SANTOS	73
40	18/06/1981	FERNANDA JOSINO DE SOUZA PORFIRIO	73
41	19/07/1979	ANGELA CIPRIANO DA SILVA BATISTA	73
42	25/10/1993	RAFAELA BATISTA DE SOUZA	73
43	11/04/1998	BRENDA CAROLINE DA SILVA	73
44	16/07/1999	MILENA ALVES DE OLIVEIRA MAZONI	72
45	08/02/1970	EDILEUZA DOS SANTOS GONÇALVES	72
46	10/12/1998	ISABELLA REBUCI FERLINI	71
47	09/04/1998	MARYANE MACIEL DUARTE DE PAULA	71
48	29/03/1979	ELAINE CRISTINA ALVES DAMASCENO	70
49	09/05/1981	LUZIA DOS SANTOS LIMA	70
50	09/03/1984	SOLANGE LAURINDA DA SILVA	70
51	16/03/1985	CAMILA NEVES SOARES DA SILVA	70
52	07/05/1991	JESSIKA MONIQUE PINHEIRO	70
53	02/05/1995	JESSICA BARROS DOS SANTOS	70
54	05/06/1999	TAINA APARECIDA NASCIMENTO DOS SANTOS	70
55	06/11/2001	BRUNA AGOSTINIS	70
56	04/10/1978	VANIA CRISTINA MARMENTINI LOPES	69
57	09/11/1991	VANESSA CARRENHO COUTO	69
58	02/03/1984	SIMONE GONZAGA DOS SANTOS	69
59	05/12/1991	FRANCIELE APARECIDA DOS SANTOS	67
60	16/02/1990	SANDRA PEREIRA RODRIGUES	65
61	14/11/1995	ANDRESSA GARCIA BERETA LIMA	65
62	20/07/1979	ERIKA MORAES WARPECHOWSKI	64
63	10/06/1994	SHEILA MARIA TANNO	64
64	01/01/1984	DILIANE BENTO	64
65	14/04/1988	DAIANE DE OLIVEIRA	63
66	16/02/1983	SUELI REGINA DE AFONSO MELO	60
67	24/02/1978	DAIANA FRANCISCA TORRENTE	60
68	03/04/1992	CHRISTINA SOUZA VIDAL LIMA	60
69	03/11/1991	ELAINE APARECIDA DIONIZIO DE CAMPOS	60
70	09/12/1990	JAQUELINE BARCELOS	60
71	25/02/1980	ELAINE DENISE MIRANDA COSTA	59
72	08/03/1995	JANAINE DE OLIVEIRA	55

73	04/03/1993	ELIANE DA SILVA LIMA SANTOS	55
74	15/02/1996	GRAZIELE APARECIDA DOS SANTOS	55
75	23/11/1998	ISABELA ROCHA	55
76	08/08/1976	EDILAINE DE ALMEIDA	50
77	21/08/1981	ELAINE CRISTINA AGUIAR DOS SANTOS NUNES	50
78	16/08/1985	GEANI CHAVES RESENDE	50
79	09/03/1988	DANIELA RODRIGUES ZACARIAS	50
80	28/11/1989	ILMA ROSA DE JESUS	50
81	24/07/1989	KARINA GOMES DA SILVA	50
82	30/05/1996	KAMILA PEREIRA DE MELLO	50
83	23/09/1999	MANUELA LOPES ROCHA	50
84	27/12/2000	ANDRESSA ANDRADE DA SILVA	50
85	20/12/2003	ANA MARIA DA SILVA	50
86	21/06/1993	BRUNA APARECIDA DA SILVA	1
87	16/10/1974	ANA GOMES DOS SANTOS ROCHA	1
88	30/08/1965	FRANCISCA APARECIDA CAMPOS	1

AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - AUXILIAR DE CRECHE - 40 HORAS

Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	31/07/1980	DIONE APARECIDA SANTIAGO ROBERTO	84
2	19/10/1994	JESSICA CAROLINE MIATO	80
3	02/03/1984	SIMONE GONZAGA DOS SANTOS	79
4	03/11/1997	ELAINE APARECIDA DIONIZIO DE CAMPOS	74
5	02/12/1991	DANIELE EMILIANA DA SILVA	70
6	25/02/1980	ELAINE DENISE MIRANDA COSTA	65
7	28/11/1989	ILMA ROSA DE JESUS	65
8	05/12/1988	JHENNIFER AGATHA JARDIM ROCHA	60
9	23/01/2002	LARISSA DA SILVA VIDOTO	60
10	09/03/1988	DANIELA RODRIGUES ZACARIAS	60
11	13/09/2006	GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA	60
12	19/12/1996	MARCELA FRANCISCA DA CRUZ	54
13	11/06/1975	SANDRA GARCIA DA SILVA	52
14	25/01/1976	ROSEMAR MEIRA DE SOUZA	50
15	21/01/1995	KELI REGINA DA SILVA	49
16	30/12/1995	JOICE LETICIA DA SILVA	49
17	16/06/2000	DAILYELLEN DANDARA DE OLIVEIRA	49
18	09/12/2003	VITORIA FERNANDES BATISTA FERREIRA	49
19	16/11/2005	BARBARA CAVAGNINI PASSARELLI	49
20	26/07/1997	INGRIDY OLIVEIRA LIMA	45
21	18/05/2006	MARIA HELOISA JOSINO RUFATO	45
22	09/06/1994	JESSICA FERNANDA ALVES DE SENA	44
23	20/03/1969	RITA DE CASSIA ARAUJO DE LIMA	40
24	13/08/1971	LOURDES APARECIDA PEREIRA DA SILVA	40
25	19/08/1972	KELY REGINA DE OLIVEIRA	40
26	13/05/1973	EDNA MARTINS DOS SANTOS	40
27	13/08/1973	LAUDICEIA CRISTINA DE SOUZA PORTO	40
28	16/10/1974	ANA GOMES DOS SANTOS ROCHA	40
29	08/08/1976	EDILAINE DE ALMEIDA	40
30	26/02/1977	ADRIANA PEREIRA ROSA DAVANSO	40
31	15/07/1979	SOLANGE CRISPIM DA SILVA	40
32	03/10/1981	FRANCINEIA FERREIRA DE SOUZA	40
33	21/04/1983	ROSANA FERREIRA ALMENARA PONTES	40
34	20/06/1984	MAIRA VILARINO	40
35	19/08/1984	CRISTIANE DA SILVA NASCIMENTO	40
36	15/01/1985	ARIADINE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	40
37	20/05/1985	ELIZANGELA MARIA DOS SANTOS	40
38	25/11/1987	JANAINA TOME DE SOUZA	40
39	28/04/1992	KELLY CRISTINA BARBOSA	40
40	28/08/1992	VIVIANE MARIA CARDOSO	40
41	14/11/1992	TATIANE CRISTINA DA SILVA	40
42	12/05/1995	ANDRESSA LUNARA DOMINGOS	40
43	20/06/1996	GABRIELA DOS SANTOS PEDRO	40
44	03/12/1998	AMANDA DE JESUS DELMUNDES	40
45	12/11/1999	LAISSE CAROLINE BRISOTTO SANTOS	40
46	04/06/2004	SARA ROCHA GOMES	40
47	25/07/1997	MILEIDE AGUIAR DA SILVA	1
48	22/07/2004	KEMILLI ALVES DA SILVA	1
49	30/08/1965	FRANCISCA APARECIDA CAMPOS	1

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	10/02/1998	MARIA EDUARDA DAMASCENO	88
2	02/12/1991	DANIELE EMILIANA DA SILVA	82
3	11/04/1987	CINTIA PORFIRIO DE OLIVEIRA	74
4	15/03/1994	EDNA MACIEL DOS SANTOS	74
5	06/10/1992	THAIS FERNANDA SIMARDE	69
6	15/08/1982	MARCELO BERALDI	64
7	28/09/1989	FLAVIA ROBERTA BERALDI RIPOLI	60
8	04/09/1998	AGNER BEZERRA ASSUNÇÃO	54
9	23/06/1988	DAYANE SOUZA SILVESTRE	53
10	21/08/1970	ROSEMEIRE DAMACENO GROLLA	45
11	21/08/2001	ROBERTA INACIO RIBEIRO	30
12	20/05/1985	ELIZANGELA MARIA DOS SANTOS	1

ASSISTENTE SOCIAL			
Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	20/06/1973	CIRLENE EUGENIO DA SILVA	96
2	17/11/1986	LIDIANE APARECIDA DOS SANTOS MOREIRA	88
3	11/08/1977	JAIRO ROBERTO DE LIMA	84
4	06/10/1970	ROSELI DE SOUZA OLIVEIRA	60

PSICOLOGO			
Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	20/11/1995	LUANNA KRUGER DOS SANTOS	96
2	29/01/1999	LETICIA RODRIGUES PEREIRA	96
3	11/08/1997	LEANDRO MIRAIA REUS	92
4	16/10/1998	PIETRA GIOVANA ARIGUSSI BROIANO	88
5	26/11/1989	SAMIRA MERI CRUZ	72
6	12/12/1993	LANESSA CAMPOS SANTOS GODOI	70
7	15/02/2001	GABRIELLE CESNIK CORREA	70
8	09/10/2001	EMANUELY BUZUTI CARNAUBA	70
9	09/09/1987	LUANA GRACIELLI DOS SANTOS	60
10	15/08/1996	REBECA SOARES DA SILVA	60
11	25/08/2001	LIVIA MANZANO CARDOSO	60
12	12/04/2002	BEATRIZ LEITE AMARAL	60

AGENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – MOTORISTAS -40 HORAS			
Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	17/09/1976	MARCELO ALEXANDRE SANTANA	94
2	10/03/1989	WUIMITA DION ROMER VIEIRA	90
3	26/12/1988	DIEGO DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA	81
4	19/07/1999	NATAN DE OLIVEIRA GARCIA	80
5	29/04/1979	RODRIGO XAVIER DE SOUZA	75
6	21/04/1984	TAERON DE OLIVEIRA SILVA	70
7	10/12/1988	DENIS DE OLIVEIRA ALMEIDA	70
8	14/12/1988	JOSE LUCIANO DOS SANTOS	70
9	11/11/1993	LUIZ FERNANDO MENDES DOS SANTOS	60
10	02/07/1970	WAGNER BUZUTTI	45
11	28/11/1997	MATHEUS DA SILVA GONZAGA	25
12	20/08/1954	ANTONIO PIRES DA SILVA	1
13	11/10/1958	TARCIZIO NATALINO DA SILVA	1

AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – OPERADOR DE MÁQUINA PESADAS. -40 HORAS			
Ordem	Data de Nascimento	Nome do Candidato	Pontuação
1	11/11/1993	LUIZ FERNANDO MENDES DOS SANTOS	80
2	28/01/1969	IZAEL ALVES DA ROCHA	45

Santa Fé, 27 de janeiro de 2026.

MARTA ELOISA LALLI

Presidente da Comissão.

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:9F33C6EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECÍFICA.

PORTARIA Nº 15.755

Data: 06.02.2026

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos servidores que específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido dos servidores às férias regulamentares, conforme disposto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o bem-estar dos servidores públicos;

CONSIDERANDO a importância de organizar o gozo de férias de forma a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do artigo 167 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **férias regulamentares,** aos servidores listados a seguir:

SECRETARIA DA SAÚDE			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ADRIANA CONCI	055.***.***-07	26/01/2026	2024/2025
ADRIANA DREHER PILZ	026.***.***-92	19/01/2026	2024/2025
ALCIONE CRISTINA BARANOSKI	090.***.***-66	27/01/2026	2024/2025
ALINE ANTUNES KUNZEL	111.***.***-39	03/02/2026	2023/2024
ERICA LARISSA CZARNOBAI DOS SANTOS	103.***.***-08	26/01/2026	2025/2026
EVA ANTONINHA AMARO DIAS	007.***.***-85	26/01/2026	2024/2025
IVONE FAUST SPONCHIADO	043.***.***-18	29/01/2024	2018/2021
IVONE FAUST SPONCHIADO	043.***.***-18	15/01/2025	2021/2022
JESSICA TAVARES DE SOUZA MORAWSKI	052.***.***-37	02/02/2026	2023/2024
KARINA TAGLIETTI	066.***.***-74	26/01/2026	2024/2025
MARCELO BRANDT	060.***.***-00	21/01/2026	2023/2024
MARILENE MERY MAGALHAES SANTIN	019.***.***-99	26/01/2026	2024/2025
MARLENE DE FATIMA DAL MOLIN DA CRUZ	855.***.***-04	27/01/2026	2024/2025
MARINES STEINER TOMKIEL	827.***.***-04	13/01/2026	2024/2025
RENATA FIORESE VANSETTO	052.***.***-06	17/01/2026	2024/2025
ROSANA ANTUNES DE OLIVEIRA	040.***.***-13	26/01/2026	2024/2025
ROSELI FAUST	038.***.***-55	28/01/2026	2024/2025
SILVANA GEHLEN	038.***.***-65	19/01/2026	2024/2025
SOLANGE MARIA ESTRAI DOS SANTOS	031.***.***-69	02/02/2026	2024/2025
VERONEI KEMPER	026.***.***-32	19/01/2026	2023/2024
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
INDIANARA THAIS RENNER SALDANHA	042.***.***-76	19/01/2026	2024/2025
RODRIGO LIMBERGER	039.***.***-62	17/01/2026	2023/2024
SECRETARIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
MAICON JACKSON SEBOLD	060.***.***-97	02/02/2026	2023/2024
MARCELO DORNELLES	067.***.***-97	02/02/2026	2024/2025
SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
FERNANDA DENES DEBIASI	065.***.***-23	21/01/2026	2023/2024

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições contidas no artigo primeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, 06 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:F0002541

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CONTABILIDADE
10-DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	410.000,00	0,00	410.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	410.000,00	0,00	410.000,00
Alienação de Bens Móveis	400.000,00	0,00	400.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	10.000,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	410.000,00	0,00	410.000,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
Investimentos	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(7.436,85)	0,00	(7.436,85)
Entidades:			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 04/02/2026 08:36			

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:5529FF80

CONTABILIDADE
13-DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	175.700.000,00
Previsão Atualizada da Receita	176.220.000,00
Receitas Realizadas	22.133.241,64
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	4.966.305,88
Dotação Inicial	172.165.000,00
Créditos Adicionais	5.486.305,88
Dotação Atualizada	177.651.305,88
Despesas Empenhadas	22.077.753,52
Despesas Liquidadas	18.430.638,99
Despesas Pagas	15.406.034,30

Superávit Orçamentário	3.702.602,65
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	22.077.753,52
Despesas Liquidadas	18.430.638,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	111.690.671,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	108.490.671,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	102.682.127,78
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**		**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00		6.514.006,25	0,00 %
Resultado Primário	(4.975.959,90)		6.757.101,61	(136,00 %)
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	457.565,00	0,00	139.740,00	317.825,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.135.384,64	54.000,00	235.729,56	1.845.655,08
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.592.949,64	54.000,00	375.469,56	2.163.480,08
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**		**Limites constitucionais anuais**	
			% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	2.511.198,12		25% / 18%	15,80
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	2.631.889,64		70%	60,23
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		200.000,00	
Despesa de Capital Líquida	4.995.320,64		51.329.299,43	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em 10º Referência**	**Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	400.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	410.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.043.460,59	15%	19,15
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:46AE3046

CONTABILIDADE
15-DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	15.522.395,32	16.987.563,56	19.767.869,76
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	15.522.395,32	16.987.563,56	19.767.869,76
Empréstimos	1.782.811,99	1.679.527,81	1.690.399,48
Internos	1.782.811,99	1.679.527,81	1.690.399,48
Externos	0,00	0,00	0,00

Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	13.739.583,33	15.308.035,75	18.077.470,28
Internos	13.739.583,33	15.308.035,75	18.077.470,28
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.064.651,72	4.564.849,73	11.891.544,89
Disponibilidade de Caixa	9.064.651,72	4.564.849,73	11.891.544,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.522.216,72	11.141.510,31	11.916.843,89
(-) Restos a pagar processados	457.565,00	6.576.660,58	25.299,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	6.457.743,60	12.422.713,83	7.876.324,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	109.513.306,16	115.825.102,37	123.115.553,72
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.850.000,00	2.950.000,00	3.082.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	106.663.306,16	112.875.102,37	120.033.553,72
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	14,55	15,05	16,47
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	6,05	11,01	6,56
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	127.995.967,39	135.450.122,84	144.040.264,46
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	115.196.370,65	121.905.110,56	129.636.238,02
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	2.135.384,64	362.099,36	1.107.350,18
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Entidades:			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 04/02/2026 09:21			

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:3D654B19

CONTABILIDADE
16-DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**109.513.306,16**	**115.825.102,37**	**123.115.553,72**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	**2.850.000,00**	**2.950.000,00**	**3.082.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**106.663.306,16**	**112.875.102,37**	**120.033.553,72**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**23.465.927,36**	**24.832.522,52**	**26.407.381,82**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**21.119.334,62**	**22.349.270,27**	**23.766.643,64**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:7B002FC9

CONTABILIDADE
17DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	3.000.000,00	5.000.000,00
Interna	3.000.000,00	5.000.000,00
Empréstimos	3.000.000,00	5.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	3.000.000,00	5.000.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	123.115.553,72	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.082.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	120.033.553,72	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	5.000.000,00	4,17 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	19.205.368,60	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	17.284.831,74	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	8.402.348,76	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:025BB158

CONTABILIDADE
19-DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	123.115.553,72	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	120.033.553,72	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	117.668.427,35	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa total com pessoal - DTP	44.735.225,70	38,02
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	63.540.950,77	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	60.363.903,23	51,30

Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	57.186.855,69	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida consolidada líquida	7.876.324,87	6,56
Limite definido por resolução do senado federal	144.040.264,46	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	26.407.381,82	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de crédito internas e externas	5.000.000,00	4,17
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	19.205.368,60	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	8.402.348,76	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	1.107.350,18	10.784.194,71
Entidades:		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:D658D5AD

CONTABILIDADE
1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	175.700.000,00	210.064.210,63	29.292.186,82	13,94	160.448.798,48	76,38	49.615.412,15
RECEITAS CORRENTES	128.132.997,00	139.826.940,15	22.400.563,33	16,02	123.115.553,72	88,05	16.711.386,43
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.626.000,00	15.526.000,00	2.131.867,50	13,73	13.629.339,05	87,78	1.896.660,95
IMPOSTOS	11.665.000,00	12.565.000,00	1.781.196,56	14,18	11.054.723,59	87,98	1.510.276,41
TAXAS	2.961.000,00	2.961.000,00	350.670,94	11,84	2.574.615,46	86,95	386.384,54
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.600.000,00	2.600.000,00	378.032,83	14,54	2.325.401,50	89,44	274.598,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	2.600.000,00	2.600.000,00	378.032,83	14,54	2.325.401,50	89,44	274.598,50
RECEITA PATRIMONIAL	2.174.464,50	2.303.407,65	189.504,21	8,23	1.244.495,00	54,03	1.058.912,65
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	8.970,00	22,43	31.030,00
VALORES MOBILIÁRIOS	2.034.464,50	2.163.407,65	189.504,21	8,76	1.235.525,00	57,11	927.882,65
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	110.000,00	2.108,00	1,92	75.756,81	68,87	34.243,19
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	80.000,00	0,00	0,00	61.211,00	76,51	18.789,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	2.108,00	7,03	14.545,81	48,49	15.454,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.587.532,50	119.172.532,50	19.638.762,12	16,48	105.565.826,87	88,58	13.606.705,63
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	59.186.390,00	68.548.390,00	12.650.920,13	18,46	61.829.985,26	90,20	6.718.404,74
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	27.826.142,50	29.049.142,50	3.674.136,99	12,65	24.247.981,85	83,47	4.801.160,65
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	380.000,00	380.000,00	26.000,00	6,84	208.000,00	54,74	172.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	195.000,00	195.000,00	21.500,76	11,03	168.255,69	86,28	26.744,31
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	21.000.000,00	21.000.000,00	3.266.204,24	15,55	19.111.604,07	91,01	1.888.395,93
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	115.000,00	60.288,67	52,42	274.734,49	238,90	(159.734,49)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	10.000,00	10.000,00	6.064,81	60,65	25.095,42	250,95	(15.095,42)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	105.000,00	105.000,00	54.223,86	51,64	249.639,07	237,75	(144.639,07)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	47.567.003,00	70.237.270,48	6.891.623,49	9,81	37.333.244,76	53,15	32.904.025,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	9.657.000,00	350.000,00	3,62	5.350.000,00	55,40	4.307.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	200.000,00	9.657.000,00	350.000,00	3,62	5.350.000,00	55,40	4.307.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.967.003,00	60.180.270,48	6.541.623,49	10,87	31.983.244,76	53,15	28.197.025,72
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	3.378.003,00	3.378.003,00	229.126,29	6,78	1.797.129,29	53,20	1.580.873,71
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	43.589.000,00	56.802.267,48	6.312.497,20	11,11	30.186.115,47	53,14	26.616.152,01
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	175.700.000,00	210.064.210,63	29.292.186,82	13,94	160.448.798,48	76,38	49.615.412,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	175.700.000,00	210.064.210,63	29.292.186,82	13,94	160.448.798,48	76,38	49.615.412,15
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	175.700.000,00	210.064.210,63	29.292.186,82	13,94	160.448.798,48	76,38	49.615.412,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.428.949,00	0,00	0,00	6.428.949,00	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	6.428.949,00	0,00	0,00	6.428.949,00	100,00	0,00
Entidades:							
Município de Santo Antonio do Sudoeste							

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:22E7F005

CONTABILIDADE
3- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2025										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	172.165.000,00	177.651.305,88	22.077.753,52	22.077.753,52	100,00	155.573.552,36	18.430.638,99	18.430.638,99	100,00	159.220.666,89
ADMINISTRAÇÃO	9.982.000,00	9.579.128,71	1.320.520,58	1.320.520,58	5,98	8.258.608,13	1.239.591,17	1.239.591,17	6,73	8.339.537,54
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.608.000,00	6.745.945,40	828.174,72	828.174,72	3,75	5.917.770,68	667.872,86	667.872,86	3,62	6.078.072,54
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.600.000,00	207.343,86	207.343,86	0,94	1.392.656,14	207.343,86	207.343,86	1,12	1.392.656,14
SAÚDE	56.047.000,00	57.713.108,93	5.199.361,37	5.199.361,37	23,55	52.513.747,56	5.021.910,50	5.021.910,50	27,25	52.691.198,43
EDUCAÇÃO	42.571.340,00	43.683.812,51	5.876.323,19	5.876.323,19	26,62	37.807.489,32	4.991.912,44	4.991.912,44	27,08	38.691.900,07
URBANISMO	7.827.000,00	14.659.992,06	2.106.771,24	2.106.771,24	9,54	12.553.220,82	2.004.692,89	2.004.692,89	10,88	12.655.299,17
GESTÃO AMBIENTAL	2.620.000,00	2.620.000,00	344.414,96	344.414,96	1,56	2.275.585,04	344.414,96	344.414,96	1,87	2.275.585,04
AGRICULTURA	5.663.560,00	6.725.826,79	710.357,08	710.357,08	3,22	6.015.469,71	700.623,53	700.623,53	3,80	6.025.203,26
INDÚSTRIA	4.559.097,00	4.708.749,87	799.491,24	799.491,24	3,62	3.909.258,63	649.990,54	649.990,54	3,53	4.058.759,33
COMÉRCIO E SERVIÇOS	756.003,00	756.003,00	11.232,54	11.232,54	0,05	744.770,46	8.602,66	8.602,66	0,05	747.400,34
ENERGIA	1.830.500,00	1.830.500,00	164.221,41	164.221,41	0,74	1.666.278,59	164.221,41	164.221,41	0,89	1.666.278,59
TRANSPORTE	24.383.500,00	19.153.107,61	3.218.923,91	3.218.923,91	14,58	15.934.183,70	1.193.984,35	1.193.984,35	6,48	17.959.123,26
DESPORTO E LAZER	2.305.000,00	2.463.131,00	493.796,17	493.796,17	2,24	1.969.334,83	438.656,57	438.656,57	2,38	2.024.474,43
ENCARGOS ESPECIAIS	5.112.000,00	5.112.000,00	796.821,25	796.821,25	3,61	4.315.178,75	796.821,25	796.821,25	4,32	4.315.178,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	172.165.000,00	177.651.305,88	22.077.753,52	22.077.753,52	100,00	155.573.552,36	18.430.638,99	18.430.638,99	100,00	159.220.666,89
Entidades:										
Município de Santo Antonio do Sudoeste										

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:CA65AE49

CONTABILIDADE
6- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	139.826.940,15	123.115.553,72	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.526.000,00	13.629.339,05	
IPTU	4.550.000,00	3.237.530,29	
ISS	3.060.000,00	3.197.381,16	
ITBI	1.005.000,00	879.966,36	
IRRF	3.950.000,00	3.739.845,78	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.961.000,00	2.574.615,46	
Contribuições	2.600.000,00	2.325.401,50	
Receita patrimonial	2.303.407,65	1.244.495,00	
Aplicações Financeiras (II)	2.163.407,65	1.235.525,00	
Outras Receitas Patrimoniais	140.000,00	8.970,00	
Transferências correntes	119.172.532,50	105.565.826,87	
Cota-Parte do FPM	41.200.000,00	40.811.430,28	
Cota-Parte do ICMS	19.420.000,00	17.588.961,16	
Cota-Parte do IPVA	6.460.000,00	3.809.994,44	
Cota-Parte do ITR	86.390,00	50.566,95	
Transferências da LC 61/1989	199.400,00	257.854,28	
Transferências do FUNDEB	25.430.000,00	23.208.338,88	
Outras transferências correntes	26.376.742,50	19.838.680,88	
Demais receitas correntes	225.000,00	350.491,30	
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	
Receitas Correntes Restantes	225.000,00	350.491,30	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	137.663.532,50	121.880.028,72	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	70.237.270,48	37.333.244,76	
Operações de Crédito (VIII)	9.657.000,00	5.350.000,00	
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	
Alienação de Bens	400.000,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	400.000,00	0,00	
Transferências de Capital	60.180.270,48	31.983.244,76	
Convênios	29.827.267,48	22.150.202,38	
Outras Transferências de Capital	30.353.003,00	9.833.042,38	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	60.580.270,48	31.983.244,76	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	198.243.802,98	153.863.273,48	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	198.243.802,98	153.863.273,48	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	133.301.841,16	116.687.788,34	116.652.643,16	116.652.643,16	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	50.581.185,47	47.128.297,34	47.128.297,34	47.128.297,34	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	3.256.000,00	3.255.100,97	3.255.100,97	3.255.100,97	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	79.464.655,69	66.304.390,03	66.269.244,85	66.269.244,85	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	130.045.841,16	113.432.687,37	113.397.542,19	113.397.542,19	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	79.654.153,47	36.915.995,40	35.843.790,40	35.818.491,40	457.565,00	2.007.344,23	2.007.344,23
Investimentos	78.204.153,47	35.468.220,17	34.396.015,17	34.370.716,17	457.565,00	2.007.344,23	2.007.344,23
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.450.000,00	1.447.775,23	1.447.775,23	1.447.775,23	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	78.204.153,47	35.468.220,17	34.396.015,17	34.370.716,17	457.565,00	2.007.344,23	2.007.344,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	208.249.994,63	148.900.907,54	147.793.557,36	147.768.258,36	457.565,00	2.007.344,23	2.007.344,23
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	208.249.994,63	148.900.907,54	147.793.557,36	147.768.258,36	457.565,00	2.007.344,23	2.007.344,23

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	3.630.105,89
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	3.630.105,89
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(4.975.959,89)
JUROS NOMINAIS	Até Dezembro / 2025 VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.235.525,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	2.946.896,10
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.918.734,79

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Dezembro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	15.522.395,32	19.767.869,76
DEDUÇÕES (XL)	9.064.651,72	11.891.544,89
Disponibilidade de Caixa	9.064.651,72	11.891.544,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.522.216,72	11.916.843,89
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	457.565,00	25.299,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	6.457.743,60	7.876.324,87

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(1.418.581,27)
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(5.261.247,67)
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Dezembro / 2025**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(432.266,00)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(1.850.847,27)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(139.476,17)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.428.949,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.428.949,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Entidades:	
Município de Santo Antonio do Sudoeste	

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:4AEC1A56

CONTABILIDADE
8-DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	12.565.000,00	11.054.723,59
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	4.550.000,00	3.237.530,29
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.005.000,00	879.966,36
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	3.060.000,00	3.197.381,16
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.950.000,00	3.739.845,78
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	80.865.000,00	76.978.570,74
2.1 - Cota-parte FPM	49.200.000,00	49.651.942,74
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	43.900.000,00	44.202.564,49
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	5.300.000,00	5.449.378,25
2.2 - Cota-parte ICMS	23.500.000,00	21.986.201,19
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	240.000,00	322.317,89
2.4 - Cota-parte ITR	100.000,00	63.208,53
2.5 - Cota-parte IPVA	7.500.000,00	4.762.493,31
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	325.000,00	192.407,08
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	93.430.000,00	88.033.294,33
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	15.113.000,00	14.305.838,50
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	8.244.500,00	7.702.485,08
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	25.260.000,00	22.966.953,73
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.150.000,00	19.209.879,35
6.1.1 - Principal	21.000.000,00	19.111.604,07

6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	150.000,00	98.275,28
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.830.000,00	2.564.068,32
6.3.1 - Principal	2.830.000,00	2.564.068,32
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.280.000,00	1.193.006,06
6.4.1 - Principal	1.280.000,00	1.193.006,06
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	5.887.000,00	4.805.765,57

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	728.876,55
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	728.876,55
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	23.695.830,28

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	26.280.314,31	23.881.728,07	23.881.728,07	23.881.728,07	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.765.000,00	17.922.340,26	17.922.340,26	17.922.340,26	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	6.090.000,00	5.715.614,58	5.715.614,58	5.715.614,58	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	12.675.000,00	12.206.725,68	12.206.725,68	12.206.725,68	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	7.515.314,31	5.959.387,81	5.959.387,81	5.959.387,81	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	2.676.780,50	1.909.371,08	1.909.371,08	1.909.371,08	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	4.838.533,81	4.050.016,73	4.050.016,73	4.050.016,73	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	22.926.003,45	22.926.003,45	22.926.003,45	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	19.172.419,57	19.172.419,57	19.172.419,57	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.564.068,32	2.564.068,32	2.564.068,32	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.189.515,56	1.189.515,56	1.189.515,56	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	17.922.340,26	17.922.340,26	17.922.340,26	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.564.068,32	2.564.068,32	2.564.068,32	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	769.027,07	769.027,07	769.027,07	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	15.241.763,37	17.922.340,26	17.922.340,26	82,31
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.282.034,16	2.564.068,32	2.564.068,32	100,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	384.610,25	769.027,07	769.027,07	29,99

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.296.695,37	40.950,28	40.950,28	0,00	0,18

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	2.061.180,61	728.876,55	700.979,31	0,00	27.897,24	27.897,24
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.838.202,84	728.876,55	700.979,31	0,00	27.897,24	27.897,24
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	222.977,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	13.370.833,20	8.455.314,87	8.455.314,87	8.455.314,87	0,00
20.1 - Educação Infantil	3.204.000,00	2.442.179,30	2.442.179,30	2.442.179,30	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	9.675.833,20	5.920.597,81	5.920.597,81	5.920.597,81	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	491.000,00	92.537,76	92.537,76	92.537,76	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	39.160.147,51	31.543.525,87	31.543.525,87	31.543.525,87	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	11.970.780,50	9.810.384,46	9.810.384,46	9.810.384,46	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	27.189.367,01	21.733.141,41	21.733.141,41	21.733.141,41	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	8.455.314,87
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	14.305.838,50
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	27.897,24
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	22.733.256,13

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			22.008.323,58	22.733.256,13	25,82
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	457.565,00	0,00	457.565,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	457.565,00	0,00	457.565,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.767.000,00	2.513.058,97
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.963.000,00	1.925.934,89
31.1.1 - Salário-Educação	1.800.000,00	1.384.653,74
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	503.000,00	421.377,44
31.1.4 - PNATE	210.000,00	119.903,71
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	450.000,00	0,00

31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.010.000,00	844,84
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	794.000,00	586.279,24

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	7.413.354,95	5.563.547,31	5.563.547,31	5.563.547,31	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.345.000,00	329.547,78	329.547,78	329.547,78	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.481.354,95	4.649.353,53	4.649.353,53	4.649.353,53	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	587.000,00	584.646,00	584.646,00	584.646,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	47.064.502,46	37.504.590,25	37.504.590,25	37.504.590,25	0,00
33.1 - Despesas Correntes	42.085.194,23	36.114.245,69	36.114.245,69	36.114.245,69	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	21.687.054,65	20.600.331,41	20.600.331,41	20.600.331,41	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	396.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	20.002.139,58	15.513.914,28	15.513.914,28	15.513.914,28	0,00
33.2 - Despesas de Capital	4.979.308,23	1.390.344,56	1.390.344,56	1.390.344,56	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	4.979.308,23	1.390.344,56	1.390.344,56	1.390.344,56	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
	(ah)	**(ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.158.544,31	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	23.306.614,16	1.384.653,74
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	24.380.243,35	1.384.653,74
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	84.915,12	0,00
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	84.915,12	0,00
Entidades:		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:6EDF2FA5

CONTABILIDADE
9-DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	9.657.000,00	5.350.000,00	4.307.000,00
DESPESAS		**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL		79.654.153,47	36.915.995,40	42.738.158,07
Investimentos		78.204.153,47	35.468.220,17	42.735.933,30
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		1.450.000,00	1.447.775,23	2.224,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte		0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		79.654.153,47	36.915.995,40	42.738.158,07
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)		69.997.153,47	31.565.995,40	38.431.158,07
Entidades:				
Município de Santo Antonio do Sudoeste				

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:612A6E02

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 4.315/2026

DECRETO Nº 4.315 /2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LOA, ALTERA AS AÇÕES DO PPA E LDO, DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 3.428/2025, decreta;

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional no Orçamento, no PPA e LDO do Município de Santo Antônio do Sudoeste para o exercício de 2026, no valor de R$ 7.354.390,71 (Sete Milhões, Trezentos e Cinqüenta e Quatro Mil, Trezentos e Noventa Reais e Setenta e Um Centavos), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	
03.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	
04.122.0402.2004	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.011	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0403.2009	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.999,23
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	48.382,66
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
510	00601-OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	60.000,00
	SUBTOTAL	116.381,89
05	SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO	
05.005	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
26.782.2601.2020	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	125.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.717,36
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
890	01175-CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA - CONV. Nº 159/2025	3.151,36
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
931	01087-CONV. EST. SEDU/CENTRO DE CONVIVÊNCIA NOVO HORIZONTE - CONV. Nº 331/2022	130.000,00
	SUBTOTAL	281.868,72
06	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
06.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.1201.2022	ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1061	01205-COMPLEMENTAÇÃO DO ETI - 70%	150.000,00
06.004	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
04.392.1301.2027	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	84.167,30
06.005	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.813.2701.2030	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.733,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.993,68
06.007	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.2023	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2160	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
	SUBTOTAL	321.893,98
07	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
07.001	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.451.2602.2012	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	53.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
2741	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	20.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2780	01178-CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025	49,60
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2840	00600-OPERAÇÃO DE CRÉDITO	27.000,00
2891	01189-CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DOIS TRATORES - CONV. Nº 1794/2025	567.980,00
	SUBTOTAL	698.029,60
08	SECRETARIA DE SAÚDE	

08.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	
10.301.1001.2040	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3160	01168-EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	158.006,53
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3201	01192-EMENDA DE COMISSÃO - SAUDE MAC	131,05
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3220	00492-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	20.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.986,10
3260	00492-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	10.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3350	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	6.935,33
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3420	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	293.064,77
3440	00492-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	23.403,31
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
3500	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3560	00500-Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	130.873,95
3570	00600-OPERAÇÃO DE CRÉDITO	270.649,67
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3630	00500-Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	2.800.000,00
3650	00600-OPERAÇÃO DE CRÉDITO	1.000.000,00
	SUBTOTAL	4.828.050,71
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2046	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.961,45
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	45.593,27
3950	00820-SIFF/CEAS 69/2022 - SERV ACOLHIM INSTIT DE PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA	4.138,00
09.002	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2044	ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4040	00753-PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	3.000,00
4080	01163-PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL- PAS	233,42
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4100	01163-PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL- PAS	1.155,56
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4170	00812-BLPSBFNAS/26931-X	15.674,33
4200	01163-PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL- PAS	24.601,90
09.003	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0801.6048	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DOS D DA C E ADOLESCENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4270	00813-FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	3.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4300	00813-FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	16.762,00
	SUBTOTAL	127.119,93
10	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
10.002	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
23.695.2201.2052	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.995,53
10.004	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
22.661.2201.1050	INCENTIVO INDUSTRIAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4681	01164-CONV.EST.SECID/BARRACÃO INDUSTRIAL - CONVÊNIO Nº 640/2024	361.428,65
	SUBTOTAL	378.424,18
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
11.004	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
20.606.2001.2056	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.780,50
20.606.2001.1055	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4890	01116-CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP - CONV. 941879/2023	15.750,98
20.606.2001.2056	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5111	01069-CONV. EST. SEAB/ESTRADAS RURAIS 3 TRECHOS	477.090,22
	SUBTOTAL	502.621,70
	TOTAL	7.354.390,71

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos indicados no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte maneira:

I – Anulação de dotação;

Anulação

Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.011	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0403.2009	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
530	00601-OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	60.000,00
	SUBTOTAL	160.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	
06.007	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.364.1203.2035	ATIVIDADES DE ENSINO SUPERIOR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2510	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
07	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
07.001	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.451.2602.2012	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2660	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	
10.301.1001.2040	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3420	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	330.000,00

II– Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	510.310,08
00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,10
00492	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	53.403,31
00500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	2.930.873,95
00600	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	297.649,67
00753	PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	3.000,00
00812	BLPSBFNAS/26931-X	15.674,33
00813	FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	19.762,00
00820	SIFF/CEAS 69/2022 - SERV ACOLHIM INSTIT DE PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA	4.138,00
01069	CONV. EST. SEAB/ESTRADAS RURAIS 3 TRECHOS	477.090,22
01116	CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP - CONV. 941879/2023	15.750,98
01163	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL- PAS	25.990,88
01168	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	158.006,53
01175	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA - CONV. Nº 159/2025	3.151,36
01178	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025	49,60
01192	EMENDA DE COMISSÃO - SAUDE MAC	130,81
	TOTAL	4.814.981,82

III – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CREDITO - FONTE 600	1.000.000,00
2.4.2.2.99.0.1.08.00.00.00.00	CONV. EST. SEDU/CENTRO DE CONVIVÊNCIA NOVO HORIZONTE - CONV. Nº 331/2022 - FONTE 1087	130.000,00
2.4.2.2.99.0.1.07.00.00.00.00	CONV.EST.SECID/BARRACÃO INDUSTRIAL - CONV. Nº 640/2024 - FONTE 1164	361.428,65
2.4.2.2.99.0.1.06.00.00.00.00	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DOIS TRATORES - CONV. Nº 1794/2025 - FONTE 1189	567.980,00
1.3.2.1.01.1.1.02.10.00.00.00	REND. APLIC. FINANC/EMENDA DE COMISSÃO - SAUDE MAC -FONTE 1192	0,24
1.7.1.5.53.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	150.000,00
	TOTAL	2.209.408,89

Art. 3º - Ficam alteradas as ações do orçamento do exercício de 2026, para fins de compatibilização com o Plano Plurianual – PPA e o anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes.

Art. 4º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Sudoeste, em 02 de janeiro de 2026.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:0C3AEC90

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ADJUDICAÇÃO MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 033/2025 - PROCESSO Nº 1490/2025

ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 033/2025 - Processo nº 1490/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas, 6.975,06m2, conforme planilhas, cronogramas e memoriais.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por lote

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
MINERPAV LTDA	1	1	Execução de pavimentação asfáltica Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas, 6.975,06m2, conforme planilhas, cronogramas e memoriais. Área Pavimentada: 6.975,06 m² Prazo de execução: 210 (duzentos e dez) dias; Local: RUAS: ARNALDO SORENSE, CARMEM MIRANDA, EGILDO PASCOAL PASAM FRANCISCO BATISTELLA, JOSÉ MULLER, MAZIR A. PRUNZEL E ROCHAFILHO	1,00	1.074.866,11

Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, em 08/01/2026.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:952D8F07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - ANEXO 17

ESTADO DO PARANÁ			
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA			Exercício de 2025
Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante			Período: Janeiro a Dezembro
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA			
TÍTULOS	**SALDO DO**	**MOVIMENTAÇÕES NO EXERCÍCIO**	**SALDO PARA O**

	EXERCÍCIO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	EXERCÍCIO SEGUINTE
RESTOS A PAGAR	0,00	87.112,63	0,00	87.112,63
Restos a Pagar Não Processados	0,00	87.112,63	0,00	87.112,63
2025	0,00	87.112,63	0,00	87.112,63
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	463.480,29	463.480,29	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - CAIXA	0,00	130.167,34	130.167,34	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - SICREDI	0,00	87.867,76	87.867,76	0,00
I.N.S.S.	0,00	125.715,11	125.715,11	0,00
IRRF A REPASSAR DE PESSOAS JURÍDICAS	0,00	3.659,27	3.659,27	0,00
IRRF A REPASSAR DE SERVIDORES ATIVOS	0,00	116.070,81	116.070,81	0,00
TOTAL GERAL	0,00	550.592,92	463.480,29	87.112,63
Nota(s) Explicativa(s):				
CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	***PAULA CRISTINA DIAS***		***ANDREA DE LIMA SILVA***	
Presidente	Contadora		Controle Interno	

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:3424D0F6

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - BALANCETE DA RECEITA - MÊS 01/2026

ESTADO DO PARANÁ	
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	Exercício de 2026
Balancete da Receita (Comparativo orçado/arrecadado (Líquido))	Período de: Janeiro à Dezembro
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA	

Parâmetros: Listar naturezas sintéticas: S; Entidades: [{"valor":"2726","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA"}]; Categoria do recurso: TODOS; Exercício: 2026; Tipo do recurso: TODOS; Colunas: O; Demonstrar deduções ao final do relatório: N; Mês Fim: 12;

Listar recursos e deduções: N; Assinatura: {"valor":"8793","descricao":"Balancete de Despesa CM / 1990-01-01"}; Demonstrar receitas: E; Demonstrar naturezas no nível: 8; Consolidado: N; Mês Início: 1; Tipo de Período: NO - Versão: 55 de 30/01/2026 19:19:10

Receita	Previsão inicial	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - CAIXA	0,00	10.535,13	10.535,13	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - SICREDI	0,00	9.820,02	9.820,02	0,00	0,00
I.N.S.S.	0,00	9.656,51	9.656,51	0,00	0,00
IRRF A REPASSAR DE PESSOAS JURÍDICAS	0,00	230,64	230,64	0,00	0,00
IRRF A REPASSAR DE SERVIDORES ATIVOS	0,00	4.406,21	4.406,21	0,00	0,00
ISS A REPASSAR PESSOAS JURÍDICAS	0,00	133,95	133,95	0,00	0,00
REPASSE DUODÉCIMO	0,00	255.000,00	255.000,00	0,00	0,00
Total:	**0,00**	**289.782,46**	**289.782,46**	**0,00**	**0,00**

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	***PAULA CRISTINA DIAS***	***ANDREA DE LIMA SILVA***
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:987E3F6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 61/2026

DECRETO Nº 61/2026

SÚMULA – Resultado de credenciamento para contratação de pessoa física e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PESSOA FÍSICA, ENFERMEIRO (A), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme classificação de Credenciamento nº 07/2025, efetivando-se-a mediante contratação direta.

Art. 2º Da classificação por ordem de protocolo:

CARGO: ENFERMEIRO (A) - Finais de semana e feriado

ORD	PROTOCOLO	NOME	CPF:
1	6302	MARCIA FERNANDES DO NASCIMENTO	324.560.658-32
2	6305	ANGELA DA SILVA DE ALCANTARA	006.913.199-60
3	6306	VANESSA COSTA DA SILVA	365.211.958-40
4	6309	CLEIDE ROBERTA DOS SANTOS	021.684.789-37
5	6315	RAFAELA CAVENAGHI ANUNCIATO	044.087.579-00
6	6339	IVONETE FREITAS LEITE	694.427.979-72
7	6491	MARLENE SANTANA DOS SANTOS DA SILVA	005.550.849-90
8	6613	ISIS GABRIELLI CAVENAGHI LEAO	125.314.959-32
9	6619	THAINARA ALBUQUERQUE GUERMANDI	101.908.859-12

CARGO: ENFERMEIRO (A) - Dias de semana.

ORD	PROTOCOLO	NOME	CPF:
1	6301	MARCIA FERNANDES DO NASCIMENTO	324.560.658-32
2	6306	VANESSA COSTA DA SILVA	365.211.958-40
3	6309	CLEIDE ROBERTA DOS SANTOS	021.684.789-37
4	6315	RAFAELA CAVENAGHI ANUNCIATO	044.087.579-00
5	6339	IVONETE FREITAS LEITE	694.427.979-72
6	6491	MARLENE SANTANA DOS SANTOS DA SILVA	005.550.849-90
7	6613	ISIS GABRIELLI CAVENAGHI LEAO	125.314.959-32
8	6619	THAINARA ALBUQUERQUE GUERMANDI	101.908.859-12

DESCLASSIFICADO:

ORD	PROTOCOLO	NOME	MOTIVO:
1	6376	REGIANE ORTIZ GARCIA	Não apresentou os anexos

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

07.001.10.301.0022.2060 PAB - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de fevereiro de 2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:9FE4E6E0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 010/2026

LEI MUNICIPAL Nº 010 DE 2026.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Especial e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional Especial, na importância total de R$ 25.000,00 (quinze mil reais), cuja consignação far-se-á na seguinte dotação:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.124.	Controle Externo	
03.001.04.124.0004.	SERVIÇOS COORD. PLANEJ. E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
03.001.04.124.0004.2.165.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	25.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**25.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento vigente, a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	25.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	**25.000,00**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Especial na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:9D55450C

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 08/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e INOVA TRUCK LTDA – ME, CNPJ/MF nº 19.184.214/0001-93

OBJETO: contratação de prestação de serviços de conserto, manutenção e substituição de velocímetros e tacógrafos e regularização junto ao Inmetro, com reposição de peças e mão de obra para atender as necessidades da frota do Município de São Pedro do Paraná

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº08/2026 DE 30/01/2026.

OBJETO: manutenção tacógrafo

03.001.04.122.0004.2.008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

04.001.04.122.0009.2.020. – ADIMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇAO E URBANIZAÇAO.

3.3.90.30.00.00. – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

04.001.17.512.0016.2035 –SERVIÇO DE COLETA DE LIXO, LIMPEZA PÚBLICA E ATERRO SANITÁRIO

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

04.001.26.782.0015.2038 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

05.001.12.361.0018.2045 – ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 5ª SÉRIES – RECURSOS PRÓPRIOS.

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

05.001.12.361.0018.2151 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

05.001.12.361.0018.2047 - MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

05.003.12.364.0005.2053 – TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

07.001.10.301.0022.2060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

08.001.08.244.023.2063 - CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

09.001.20.605.0028.2103 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Aferição de Tacógrafos (incluso selagem e ensaio)	SERV	25	350,00	8.750,00
2	Taxa Inmetro	UNID	25	90,09	2.252,25
3	Bobina para tacógrafo para no mínimo 10 impressões	UNID	15	55,00	825,00
4	Disco para tacógrafo	UNID	40	58,00	2.320,00
5	Serviço de recuperação, substituição de velocímetro, odômetro e tacógrafos, incluindo remoção, instalação e fornecimento de peças	HORAS	130	135,00	17.550,00
TOTAL					**31.697,25**

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS:

MICRO-ÔNIBUS MERCEDES	2009	ARR-6562
VAM DUCATO FIAT	2012	AVX-6843
ÔNIBUS MERCEDES	2017	BBF-9778
ÔNIBUS MERCEDES	2018	BBL-4753
VAN RENAULT	2018	BCX-6G24
VAN RENAULT	2018	BDG-2H51
CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES PAC2	2014	AYO-3843
CAMINHÃO IVECO	2014	AZX-6414
CAMINHÃO PIPA FORD	2015	BAX-7571
CAMINHÃO COLETA SELETIVA FORD	2018	BCL-4206

CAMINHÃO BASCULANTE FORD	2012	AXY-0984
VAM FIAT DUCATO	2015	BAC-0I45
MICRO-ÔNIBUS VOLARE APAE	2019	BDE-3H62
ONIBUS MERCEDES	1991	BWG-1503
ONIBUS MARCOPOLO VOLARE V8L 4X4	2022	RHX-6H24
VAN SPRINTER MERCEDES	2020	BEO-2F93
CAMINHÃO BASCULANTE IVECO	2020	BED-0H13
CAMINHÃO POLIGUINDASTE M. BENZ ATEGO 1719	2021	RHY-0F09
CAMINHÃO PIPA M. BENZ ATEGO 1719	2022	RHX-9I31
ONIBUS SCANIA K112	1988	BTS-7J72
VAN SPRINTER 416 MERCEDES	2022	SDP-3B86
AMBULÂNCIA SPRINTER 416 MERCEDES	2022	RHW-5F25
VAN SPRINTER 517 MERCEDES	2025	8AC907657SE254783
CAMINHÃO TECTOR 17 – 210 IVECO	2023	SFE – 4A80
ÔNIBUS VOLKBUSBUS 17 – 230	2023/2024	SFA - 3G17
AMBULÂNCIA RENAULT MASTER FURGÃO L1H1 - 8M3 2.3	2014/2015	AYI – 3641
AMBULÂNCIA RENAULT MASTER FURGÃO L1H1 - 8M3 2.3	2016/2017	BAO - 5441
IVECO BUS 15-210 ORE 3 CAIO AR AMARELO	2024/2024	TBB – 2E96
VAN MERCEDES	2024/2025	TFF – 7E31
AMBULÂNCIA RENALT MASTER FURGÃO L1H1 2.3 16 V DCI	2018/2019	BCN – 8049
VAN MERCEDEE SPRINTER 21 LUGARES 2.2 DIESEL	2024/2025	TAZ – 1H65
CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO 12 METROS AGRALE 4 X 2 A 18.000	2025/2025	9BYCBPALATC000015
CAMINHÃO AGRALE LIMPA FOSSA 8.600 LITROS	2025/2025	9BYCBNALATC000018
M. BENZ / SPRINTER 517 F. EXT	2025/2026	8AC907657TE264550
M. BENZ / SPRINTER 517 K 54 UP 3 COM ACESSIBILIDADE	2024/2025	8AC907857SE255958
RENAULT MASTER EXTRA PRO L3H2	2025/2026	93YF62S03TJ490367
RENAULT MASTER EXTRA PRO L3H2	2025/2026	93YF62S01TJ490383
RENAULT MASTER EXTRA PRO L3H2	2025/2026	93YF62S05TJ490371
CAMINHÃO RIGIDO VOLVO VM 8X4 R – PRANCHA PLATAFORMA FIXA 10 METROS	2025/2025	UBB – 7D85
CAMINHÃO VOLVO FH12 380 4 X 2 T	2004/2005	MDZ – 3E88

Valor global: **R$ 31.697,25 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:1E2AEB1D

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 10/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e HERIVALDO C DE SOUSA – ME, CNPJ/MF nº 00.173.433/0001-49

OBJETO: contratação de empresa especializada para os serviços de locação de Equipamentos de som, gerador de energia, painéis de Led, cerimonialista e inserções em rádio AM/FM para a realização de eventos turísticos com apoio do Programa Paraná Mais Eventos da Secretaria Estadual de Turismo SETU, instituído pela Lei Estadual nº 21.760/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 7.627/2024, no Distrito de Porto São José Município de São Pedro do Paraná nos dias 14 e 16 de fevereiro de 2026, conforme CONVENIO Nº 011/2026 SETU PROTOCOLO Nº 25.214.542-7

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026 DE 03/02/2026.

OBJETO: locação de Equipamentos de som, gerador de energia, painéis de Led, cerimonialista e inserções em rádio AM/FM

12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Especificações	Unid	Qtd	Valor Unit	Valor Total
01	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA PA, MESA DE SOM DIGITAL YAMAHA PM5D, COM 48 CANAIS DE ENTRADA, EQUIPADA COM MULTICABO COMPLETO DE 50 METROS; 01 PROCESSADOR DIGITAL DBX RACK DRIVE 4800; 16 CAIXAS SUBWOOFER SB218 (CONTENDO 02 AUTO-FALANTES DE 18" CADA) SISTEMA LINE ARRAY ATTACK LAS-208 18 CAIXAS; 15 AMPLIFICADORES DIVIDIDOS EM 05 RACKS; 03 MICROFONES SEM FIO SHURE BETA SM 58; 06 MICROFONES SHURE CONDENSADOR 07MICROFONES COM FIO SHURE SM58; 10 MICROFONES SM57 PARA INSTRUMENTOS DE PERCUÇÃO. 02 KITS DE MICROFONES COMPLETO PARA BATERIA MARCA SHURE 8 PEÇAS; 10 CLAMPS DE FIXAÇÃO; 22 PEDESTAIS, TIPO TRI-PÉ; COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE PALCO E PA. MONITORAÇÃO 01 MESA DE SOM DIGITAL YAMAHA M7CL-48 V-3, COM 48 CANAIS (EXPANDIDA PARA 24 OUTPUTS); 02 POWER PLAY, SOMANDO 8 VIAS DE MONITOR COM EXTENSÃO PARA FONE DE LOM CADA; 01 PROCESSADOR DIGITAL DBX RACK DRIVE 260; 01 SET DE GUITARRA LANEY CABEÇOTE VALVULADO E CAIXA ORIGINAL COM 4 FALANTES DE 12; 01 SET DE CONTRA BAIXO HARTKE COM CABEÇOTE HA3500 E CAIXA COM 4 DE 10 POLEGADAS E CAIXA COM 1 DE 15 POL ORGINAIS HARTKE; 02 SIDES, CONTENDO 4 CAIXAS EAW PARA MÉDIOS E 4 GRAVES SB850, STEREO E COMPLETAMENTE INDEPENDENTE DAS VIAS DE FONE; 04 MONITORES TIPO EV ORIGINAIS (CHÃO DE PALCO) CONTENDO 1 AUTO FALANTE DE 15" E UM DRIVER TITÂNIO CADA UM; 01 BATERIA PEARL EXPORT COMPLETA, 7 PEÇAS E PELES HIDRÁULICAS; 12 DIRECT BOX, COM CABOS XLR E PLO; CABEAMENTO COMPLETO PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO P-10 XLR E SUB SNAKES. ILUMINAÇÃO 14 MOVINGS BEAM 200 16 CANAIS; 06 STROBOS LED ATOMIX 3000; 34 CANHÕES LED RGBW 3W; 08 CANHÕES PAR 64 ALUMÍNIO FOCO-1; 06 MINI BRUT; 02 MESAS COMMAND WING MA; 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA	Unid	02	12.500,00	25.000,00
02	LOCAÇÃO DE GERADOR 260 KW COM CHAVE REVERSORA.	Unid	02	6.000,00	12.000,00
03	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED 6/4 METROS, MODELO P6 COM CONTROLADORA E NOT BOOK.	Unid	02	5.000,00	10.000,00
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CERIMONIALISTA	Unid	02	1.300,00	2.600,00
05	SERVIÇO DE INSERÇÕES EM RÁDIOS AM/FM PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E OUTROS	Unid	200	25,00	5.000,00
Total					54.600,00

Valor global de **R$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de janeiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:1060AF38

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 13/2026

PORTARIA N.º 13/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, prefeito municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e etc...

Art. 1º - Concede aos servidores municipais relacionados nesta portaria, suas férias, bem como determinar o pagamento do adicional de 1/3 de seus vencimentos.

Ordem	Nome do Servidor e nº matrícula	Período Aquisitivo	Período de Fluição
1	Beatriz Cristina de S. Santos -513	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
2	Angela Maria da Silva – 355	11-02-2025/10-02-2026	04-01-2027/23-01-2027
3	Andreia Santos Silva – 517	16-02-2025/15-02-2026	04-01-2027/23-01-2027
4	Ana Paula Aquino Da Cruz – 510	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
5	Cristiane F. Fernandes – 515	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
6	Daiani C. A. T. Fernandes – 352	01-02-2025/31-01-2026	13-07-2026/22-07-2026 04-01-2027/23-01-2027
7	Eduardo Leandro Perin – 212	20-02-2025/19-02-2026	04-01-2027/23-01-2027
8	Erica Perez Zanetti Da Silva – 328	08-02-2025/07-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
9	Izamara Marques Dos S.Silva - 482	10-02-2025/09-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
10	Jéssica Farinacio A. Soares - 483	10-02-2025/09-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
11	Karen Camila O. Garbelini – 354	03-02-2025/02-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
12	Luciana C. M. Moreno – 512	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
13	Maria Inês Bianchi Da Silva – 330	08-02-2025/07-02-2026	25-11-2026/24-12-2026
14	Mariana Ataides S. Sperandio– 504	01-02-2025/31-01-2026	13-07-2026/22-07-2026 04-01-202723-01-2027
15	Michele Rodrigues Forner – 507	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
16	Murilo Farias Caetano – 479	01-02-2025/31-01-2026	23-12-2026/11-01-2027
17	Robson Luis Cavenaghi – 433	02-02-2025/01-02-2026	01-09-2026/10-09-2026 15-02-2027/24-02-2027
18	Rosangela R. Salandim – 326	08-02-2025/07-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
19	Simone Da Silva De Jesus – 327	08-02-2025/07-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
20	Sebastiao Ribeiro – 268	02-02-2025/01-02-2026	02-03-2026/31-03-2026
21	Tathianne Ap. Da Trindade – 445	15-02-2025/14-02-2026	13-07-2026/24-07-2026 04-01-2027/21-01-2027
22	Beatriz Yohanna M.Tesserolli-561	04-02-2025/03-02-2026	04-01-2027/23-01-2027
23	Pedriene Sousa Nascimento - 562	04-02-2025/03-02-2026	13-07-2026/27-07-2026 10-12-2026/24-12-2026
24	Gleice Razente Paixão – 503	01-02-2025/31-01-2026	23-12-2026/21-01-2027
25	Simone Milaré Ribeiro Cruz - 511	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
26	Rosangela Bertoni E. Almeida- 536	12-02-2025/11-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
27	Elisabete Chesini - 323	17-01-2025/16-01-2026	12-02-2026/26-02-2026 16-11-2026/30-02-2026
28	Renan Cavalcanti Machado - 629	08-02-2025/07-02-2026	20-04-2026/29-04-2026 10-10-2026/19-10-2026 10-12-2026/19-12-2026
29	Ana Paula Aquino da Cruz Santos - 631	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
30	Andreia Rodrigues Alonso - 632	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
31	Gleice Razente Paixão - 630	16-02-2025/15-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
32	Andrea Teixeira de Souza Santana - 677	02-02-2025/01-02-2026	23-12-2026/21-01-2027
33	Deusdedi Vieira Albuquerque - 679	02-02-2025/01-02-2026	04-01-2027/23-01-2027
34	Letícia Roberta Alves de Oliveira - 678	02-02-2025/01-02-2026	03-02-2026/17-02-2026 20-07-2026/03-08-2026
35	Luis Felipe Silva Alves – 759	03-02-2025/02-02-2026	11-03-2026/20-03-2026 23-11-2026/02-12-2026
36	Juliana Siqueira Pinto – 760	04-02-2025/03-02-2026	13-07-2026/27-07-2026 19-10-2026/02-11-2026
37	Joice da Silva Augusti – 761	11-02-2025/10-02-2026	09-02-2026/18-02-2026 08-06-2026/17-06-2026
38	Italo Henrique de Oliveira - 762	19-02-2025/18-02-2026	23-02-2026/04-03-2026 13-07-2026/22-07-2026

Art. 2º - Conceder aos servidores municipais acima relacionados nos **números de ordem 2, 3, 7, 16, 17, 22, 33, 35, 37 e 38**, a conversão de 10 (Dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme artigo 101, do § 5º da Lei municipal 07/1993.

Art. 3º - Revogas as disposições em contrário, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 05 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:48815B72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA 36/2009 TCE/PR

RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA 36/2009 TCE/PR

6 º BIMESTRE DE 2025

(Novembro e Dezembro)

Secretaria Municipal de Assistência Social

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.2.173

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Ação		**Despesas**
Meta física	11	**Novembro/2025**
Número de atendidos	0	
Dotação inicial	R$ 207.021,00	3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas
Dotação atualizada	R$ 122.211,00	
Empenhados até o período	R$ 102.208,07	R$ 10.979,97
Liquidado	R$ 36.940,56	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 27.705,25	3.1.91.13.00.00. Contribuições patronais R$ 1.855,57 **Dezembro/2025** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 20.709,36 3.1.91.13.00.00. Contribuições patronais R$ 3.395,66
Total de despesas pagas no período de janeiro a dezembro/2025	R$ 93.537,08 (noventa e três mil,quinhentos e trinta e sete reais e oito centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.5.001

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA OS PROGRAMAS NA ÁREA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Ação		**Despesas**
Meta física	Não se aplica	No referido período, não houve movimentação neste projeto.
Número de atendidos	Não se aplica.	
Dotação inicial	R$ 464,00	
Dotação atualizada	R$ 454,671,60	
Empenhados até o período	R$ 110.207,60	

Liquidados	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 110.207,60 (cento e dez mil, duzentos e sete reais e sessenta centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.5002

OBRAS E INSTALAÇÕES PARA OS PROGRAMAS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação		**Despesas**
Meta física	Não se aplica	No referido período, não houve movimentação neste projeto.
Número de atendidos	Não se aplica	
Dotação inicial	R$ 234,00	
Dotação atualizada	R$ 234,00	
Empenhados até o período	R$ 0,00	
Liquidados	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 0,00 (zero reais).	

PROJETO ATIVIDADE 08.001.08.243.0012.6.002

MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Ação		**Despesas**
Meta física	Meta mensal: APAE: 20 PROMEC: “Conexão futuro”: 200 “Informática em foco”: 50 “Decolar fase II”: 25	**Novembro/2025** 3.1.50.43.00.00. Subvenções sociais APAE: R$ 1.126,66 (Pagamento foi parcial, referente a 13 dias). PROMEC: R$ 8.397,15 **Dezembro/2025** 3.1.50.43.00.00. Subvenções sociais APAE: R$ 2.600,00. PROMEC: R$ 9.185,75
Número de atendidos	Novembro APAE: 20 PROMEC “Conexão futuro”: 257 “Informática em foco”: 62 “Decolar fase II”: 62 PAEFI: 189 SEAS: 0 Dezembro APAE: 20 PROMEC “Conexão futuro”: 257 “Informática em foco”: 62 “Decolar fase II”: 62 PAEFI: 92	

	SEAS:0
Dotação inicial	R$ 1.053,00
Dotação atualizada	R$ 145.031,97
Empenhados até o período	R$ 143.978,97
Liquidados	R$ 21.309,56
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 21.309,56
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 77.020,31 (setenta e sete mil, vinte reais e trinta e um centavos).

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0012.6.012

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

Ação		**Despesas**
Meta física	demanda espontânea	Conforme Ofício CT n.º 13/2026
Número de atendidos	**244**	
Dotação inicial	R$ 836.320,00	Nov: 120
Dotação atualizada	R$ 917.240,00	
Empenhados até o período	R$ 858.126,78	Dez: 124
Liquidados	R$ 192.985,16	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 190.137,62	**Novembro/2025** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 54.262,79 3.1.90.13.00.00. Contribuições patronais R$ 4.316,00 3.1.91.13.00.00. Contribuições patronais R$ 3.601,45 3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil R$ 268,50 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 1.069,42 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 4.129,08 3.3.90.93.00.00 Indenizações e restituições R$ 175,98 **Dezembro/2025** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 102.249,00 3.1.90.13.00.00. Contribuições patronais R$ 7.696,87 3.1.91.13.00.00. Contribuições patronais R$ 7.222,20 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 1.301,23 3.3.90.36.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa física R$ 4.686,42 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 2.006,22
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 842.071,65 (oitocentos e quarenta e dois mil, setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.6.013

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Ação		**Despesas**
Meta física	600	CRAS Esperança:
Número de atendidos	**163**	
Dotação inicial	R$ 955.513,00	Nov: 37
Dotação atualizada	R$ 1.186.461,25	
Empenhados até o período	R$ 873.489,05	
Liquidados	R$ 201.948,96	

		Dez: 38 CRAS Independência: Nov:44 Dez:44 **Novembro/2025** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 49.632,77 3.1.91.13.00.00 Contribuições patronais R$ 6.663,43 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 907,79 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 7.040,93 **Dezembro/2025** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 105.088,67 3.1.91.13.00.00 Contribuições patronais R$ 15.427,28 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 13.832,40 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 3.355,69
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 199.533,28	
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 809.516,14 (oitocentos e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e quatorze centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.6.014

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MUNICIPAL

Ação		**Despesas**
Meta física	20	**Novembro/2025:17** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 100.778,33 3.1.90.13.00.00 Contribuições patronais R$ 1.069,50 3.1.91.13.00.00 Contribuições patronais R$ 9.935,97 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 5.738,49 3.3.90.36.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa física R$ 1.201,38 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 15.227,05 3.3.90.93.00.00 Indenizações e restituições R$ 40,92 **Dezembro/2025: 17** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 200.026,64 3.1.90.13.00.00 Contribuições patronais R$ 1.782,50 3.1.91.13.00.00 Contribuições patronais R$ 19.394,32 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 25.245,01
Número de atendidos	34	
Dotação inicial	R$ 2.190.078,00	
Dotação atualizada	R$ 2.223.173,44	
Empenhados até o período	R$ 1.796.095,08	
Liquidados	R$ 387.154,49	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 377.542,08	

		3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 8.363,96 3.3.91.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica R$ 1.423,80 3.3.90.39.00.00 Indenizações e restituições R$ 230,00
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 1.711.316,16 (um milhão, setecentos e onze mil trezentos e dezesseis reais e dezesseis centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.001.08.243.0012.6.015

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ação		**Despesas**
Meta física		**Novembro/2025 : 151** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 37.248,11 3.1.90.94.00.00 Indenizações e restituições trabalhistas R$ 7.857,65 3.1.91.13.00.00 Contribuições patronais R$ 5.253,65 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 1.861,14 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 3.674,16 **Dezembro/2025: 154** 3.1.90.11.00.00. Vencimentos e vantagens fixas R$ 51.895,47 3.1.91.13.00.00 Contribuições patronais R$ 7.403,45 3.3.90.30.00.00 Material de consumo R$ 934,92 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica R$ 83,38
Número de atendidos	305	
Dotação inicial	R$ 345.869,00	
Dotação atualizada	R$ 584.793,33	
Empenhados até o período	R$ 502.685,06	
Liquidados	R$ 116.211,93	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 112.511,34	
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 485.049,52 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).	

PROJETO ATIVIDADE: 08.002.08.243.0032.2.150

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Ação		**Despesas**
Meta física	Não se aplica	**No referido período, não houve movimentação neste projeto.**
Número de atendidos	Não se aplica.	
Dotação inicial	R$ 14.707,00	
Dotação atualizada	R$ 14.707,00	
Empenhados até o período	R$ 0,00	
Liquidados	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de novembro e dezembro/2025	R$ 0,00	
Total de despesas pagas no período de Janeiro a Dezembro/2025	R$ 0,00 (zero reais).	

Secretaria Municipal de Educação

ÓRGÃO 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 12.002.12.365.0037.2314

Ação	**INCENTIVO E APOIO ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**	**AMAS:**
Meta Física	12 Meses	187 atendimentos mensais
Número de atendidos	**atendimentos mensais** **387** **atendimentos bimestrais** **774**	R$ 94.719,05/ novembro R$ 94.719,05/ dezembro **R$ 189.438,10 bimestral**
Dotação Inicial	R$ 2.358.448,00	**BETEL:**
Dotação Atualizada	R$ 2.424.077,00	
Empenhados até o Período	R$ 2.400.273,61	200 atendimentos mensais
Liquidado	R$ 391.128,10	
Despesa Paga no período de novembro e dezembro	R$ 391.128,10	R$ 100.845,00/ novembro R$ 100.845,00/ dezembro **R$ 201.690,00 bimestral**
Total Despesa Paga no período de Janeiro a Dezembro	**2.400.273,61**	**Dois milhões, quatrocentos mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos.**

ÓRGÃO 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 12.004.12.367.0038.2317

Ação	**INCENTIVO E APOIO ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA O ENSINO ESPECIAL**	**1º APAE (Pintando e Bordando)**
Meta Física	**12 Meses**	R$ 14.314,02/ novembro
Número de atendidos	**283 atendimentos mensais** **565 atendimentos bimestrais**	R$ 14.314,02/ dezembro **R$ 28.628,04 Bimestral**
Dotação Inicial	R$ 872.380,00	**60 atendimentos mensais**
Dotação Atualizada	R$ 886.685,52	
Empenhados até o Período	R$ 834.881,64	_____
Liquidado	R$ 137.673,22	**2ºAPAE (Quebrando Barreiras)**
Total Despesa Paga período de novembro e dezembro	R$ 137.673,22	R$ 33.564,05 / novembro R$ 33.564,05/ dezembro **R$ 67.128,10 Bimestral** **160 atendimentos mensais**
		_____
		3º APAE (Sem Fronteiras)
		R$ 9.670,40 / novembro
		R$ 9.670,40 / dezembro
		R$ 19.340,80 Bimestral
		40 atendimentos mensais
		_____
		AMA MARINGA

		R$ 11.288,14 / novembro R$ 11.288,14 / dezembro **R$ 22.576,28 Bimestral** **23 atendimentos mensais**
Despesas paga no projeto período de Janeiro a Dezembro	**R$ 834.881,64**	**Oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos.**

INCENTIVO E APOIO PARA INVESTIMENTO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA O ENSINO ESPECIAL

PROJETO ATIVIDADE:12.004.12.367.0038.1.308

Ação	**INCENTIVO E APOIO PARA INVESTIMENTO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA O ENSINO ESPECIAL**	
Meta Física	**12 Meses**	
Número de atendidos		
Dotação Inicial	**R$ 5.618,00**	
Dotação Atualizada	**0,00**	
Empenhados até o Período	**0,00**	
Liquidado	**0,00**	
Total Despesa Paga no período	**0,00**	
Despesa paga no projeto no período.	**0,00**	

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO ATIVIDADE: 11.001.11.243.0012.6011 (MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E DOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL. PROJETO : PASSAPORTE PARA O FUTURO

Ação	Manutenção das Atividades de profissionalização de adolescentes e dos programas de Aprendizagem Profissional	**Projeto: "Passaporte para o Futuro" Pré Aprendiz e Jovem Aprendiz**
Meta Física	**100 adolescentes e jovens por 21 Meses**	**NOVEMBRO**
Número de atendidos 6.º Bimestre 2025	Pré Aprendiz, Aprendiz e Qualificação Profissional = 444 (Quatrocentos e quarenta e quatro) atendidos	**Jovem Aprendiz: 101 (cento e um) atendidos;** **Pré-Aprendiz: 124 (cento e vinte e quatro) atendidos;**
Unidade Orçamentária	11.001	**Total de atendidos em Novembro= 225 (duzentos e vinte e cinco) adolescentes e jovens atendidos.**
Despesa Orçada **Para 2025**	R$ 417.947,00	**DEZEMBRO**
Despesa Empenhada	R$ 31.454,32	**Jovem Aprendiz: 95 (noventa e cinco) atendidos;**
Despesa Liquidada	R$ 62.908,64	**Pré-Aprendiz: 124 (cento e vinte quatro) atendidos;**
Despesa Pagas	R$ 62.908,64	**Total de atendidos em Dezembro = 219 (duzentos e dezenove) adolescentes e jovens atendidos.**

SECULT

ÓRGÃO 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E JUVENTUDE

PROJETO ATIVIDADE: 13.001.13.243.0012.6008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

NE/ E	Exclusivo	Despesa				
Ação	Oferecer atendimento e garantia dos direitos fundamentais às crianças e adolescentes.	Pagamento de instrutores das oficinas Comunitárias de Cultura.				
		ATENDIDOS				
			Novembro		**Dezembro**	
		OFICINA	**Atendidos**	**Atendimentos**	**Atendidos**	**Atendimentos**
Meta Física	12 meses	Capoeira	15	71	18	54
		Danças Urbanas	58	330	68	214
Números de Atendidos Números de atendimentos	709 2.471	Ballet	134	513	108	360
Dotação Inicial	170.400,00	Teatro	15	85	15	86
Empenhado	000	Musicalização	65	181	60	86
Liquidados	10.701,90	Desenho	45	188	40	113
Total Despesa paga	10.503,80	Canto/Coral	11	32	14	16
		Jazz	21	79	22	63
		Total	**364**	**1.479**	**345**	**992**

ÓRGÃO 13 - SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER

PROJETO ATIVIDADE: 13.001.27.243.0012.6009

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

NE/ E	Exclusivo	Despesa				
Ação	Oferecer atendimento e garantia dos direitos fundamentais às crianças e adolescentes.	Pagamento de instrutores das oficinas Comunitárias de Cultura.				
		ATENDIDOS				
			Novembro		**Dezembro**	
		OFICINA	**Atendidos**	**Atendimentos**	**Atendidos**	**Atendimentos**
Números de Atendidos Números de atendimentos	2.728 16.748	Vôlei	369	1960	250	1269
		Futsal	232	1568	178	953
Dotação Inicial	386.717,00	Judô	320	1388	328	1832
Empenhado	84.848,00	Basquete	95	509	95	426
Liquidados	54.871,60	Handebol	95	914	95	765
Total Despesa Liquidada	54.871,60	Natação	130	928	131	804
		Kickboxing	47	611	52	676
		Muay Thai	150	1198	150	970
		Recreação	130	442	131	804
		Total	**1.568**	**9.518**	**1.160**	**7.230**

ÓRGÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 6007 - Manutenção das atividades de atendimento da criança e adolescente.

Ação	**Material, bem ou serviço para distribuição gratuita**	No período foram 209 pacientes atendidos na nutrição e somando fórmulas infantis e dietas enterais foram 1.890 fórmulas dispensadas. Os 96 pacientes atendidos nas farmácias do município receberam 8.190 unidades de medicamento Metilfenidato, no período também foram adquiridos doces sortidos para distribuição para crianças atendidas no setor de fonoaudiologia no valor total de R$ 686,73 (seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e três centavos).
Meta Física	Sem meta física, livre demanda.	
Número de atendidos	**209 Pacientes de nutrição por fórmulas infantis e dietas enterais e 96 pacientes receberam medicamento metilfenidato.**	
Dotação Inicial	R$ 1.076.362,00	
Dotação Atualizada	R$ 1.276.362,00	
Empenhados até o Período	R$ 1.232.835,54	
Liquidado em Novembro e Dezembro	R$ 142.563,68	
Total Despesa Paga no período de Novembro e Dezembro	**R$ 143.183,68**	

N.º	Projeto Atividade	Descrição	Valor Liquidado
01	5.001	Equipamentos e material permanente para programas na área da criança e do adolescente.	0,00
02	5.002	Obras e Instalações para programas na área da criança e do adolescente.	0,00
03	6002	Manutenção de Projetos de Atendimento à crianças e Adolescentes	21.309,56
04	6.007	Manutenção das Atividades de Atendimento à Saúde da Criança e do Adolescente.	142.563,68
05	6.008	Manutenção das Atividades Culturais para Crianças e Adolescentes.	10.701,90
06	6.009	Manutenção das Atividades de Esporte e Lazer para Crianças e Adolescentes.	54.871,60
07	6.011	Manutenção das Atividades de Profissionalização de Adolescentes.	62.908,64
08	6.012	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Conselho Tutelar.	192.985,16
09	6.013	Manutenção dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos com Recursos Próprios.	201.948,96
10	6.014	Manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional com Recursos Próprios.	387.154,49
11	6.015	Manutenção dos Serviços do Programa de Medidas Sócio- Educativas com Recursos Próprios	116.211,93
12	2.150	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	0,00
13	2.173	Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	36.940,56
14	2.314	Incentivo e apoio às Entidades sem fins lucrativos na área da Educação Infantil.	R$ 391.128,10

15	2.317	Incentivo e apoio às Entidades sem fins lucrativos na área da Educação Especial.	R$ 137.673,22
16	1.308	Incentivo e apoio às Entidades sem fins lucrativos na área da Educação Especial.	0,00
		TOTAL	**1.756.397,80**

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES

Secretária Municipal de Educação

LUCAS ADILSON ZAQUI

Secretário Municipal de Saúde

PAULO CÉSAR CAMARGO

Secretário Municipal da Cultura e Juventude

EVERSON NATALINO LEITE DE LÚCIA

Secretário Municipal do Esporte e Lazer

JANAINA CLAUDIA SANTORO DE PAULA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

DIEGO CARNEIRO MIRANDA

Secretário Municipal de Assistência Social

ELIZÂNGELA AP. FREITAS DE ALMEIDA

Controladora Geral

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:35491BED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025

Ao Instrumento Particular de Contrato para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento dos diversos Departamentos da Administração Direta e Indireta do Município de Sertanópolis– objeto do Pregão **PMS nº. 59/2025**, estabelecido entre o **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no M5F/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, Estado Do Paraná, neste ato representado pela diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e de outro lado a empresa **NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**, CNPJ nº 19.850.311/0001-78, situada na Rua Humberto Moacir Schenna, Nº 444, Centro, Ibaiti-PR, neste ato representado pelo senhor **CRISTIANO PARRA VIEIRA**, com cédula de identidade Nº 9.046.826-0 SSP/PR, inscrito no CPF Nº 055.174.029-92, residente e domiciliado na cidade de Londrina-PR, doravante denominada contratada.

Cláusula Primeira

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de valor contratado para readequação econômico-financeira, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Saldo restante	Valor Unit.	Valor unitário repactuado	Diferença unitária	Diferença Total
3	SERVIÇO DE MOTORISTA 40 HORAS SEMANAIS (CATEGORIA LEVE)	24	R$ 4.290,00	R$ 4.848,20	R$ 558,20	R$ 13.396,80

Cláusula Segunda

O valor do aditivo será de **R$ 13.396,80 (Treze mil e trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).**

Cláusula Terceira

A vigência deste aditivo se dará a partir de 14/01/2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos, certos e acordados com o presente **TERMO ADITIVO**, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.

Sertanópolis, 06 de Fevereiro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA

Serviço Municipal de Saúde

Contratante

CRISTIANO PARRA VIEIRA

Norte Sul Serviços de Saúde Ltda

Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:81EC1B7D

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
5º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 28/2024 PREGÃO ELETRÔNICO PMS Nº 10/2024

REGISTRAR PREÇOS PARA COMPRA DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE (SERMUSA), SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) E CÂMARA MUNICIPAL.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO MF/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, EM SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA DIRETORA SUPERINTENDENTE **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE REGISTRO GERAL N.º 6.487.109-1/SESP-PR, INSCRITA NO CPF(MF) SOB N.º 031.604.949-26, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR, DORAVANTE DENOMINADO DE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA **JOLA AUTO POSTO LTDA, CNPJ Nº 00.115.408/0001-09**, SITUADA NA RUA DISTRITO FEDERAL, Nº 470, CENTRO, SERTANÓPOLIS, CEP. 86.170-000. NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR ***LUIZ BENEDITO RAZABONI***, COM CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 3.106.587-9 -SSP/PR, INSCRITO NO CPF Nº 364.920.439-87, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA GOIÁS, 1074, CENTRO, CEP 86.170-000, NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA.

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A ALTERAÇÃO DA PRIMEIRA *CLÁUSULA – DO OBJETO E VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO*, DE N.º 28/2024 DO PREGÃO ELETRONICO PMS Nº 10/2024, DECORRENTE DE ADITIVO DE 25%. VALOR TOTAL DE **R$ 12.420,00 (DOZE MIL E QUATROCENTOS E VINTE REAIS)**. CONFORME TABELA ABAIXO:

Item	Especificação	Unidade	Quant. Ata de Registro de preço	Quat. Aditivada	Valor unitário	Valor total
4	ÓLEO DIESEL S10	LITROS	8.000	2.000	R$ 6,21	R$ 12.420,00

CLÁUSULA SEGUNDA.

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS.

E, POR ESTAREM JUSTOS E CERTOS E ACORDADOS COM O PRESENTE TERMO ADITIVO, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÃO ANEXADAS AO CONTRATO INICIAL, FEITO NA ÉPOCA E ADITADO NESTA OPORTUNIDADE NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 05 DE FEVEREIRO DE 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA

Diretora Superintendente Do Serviço Municipal De Saúde

Contratante

LUIZ BENEDITO RAZABONI

Jola Auto Posto LTDA

Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:4CDFFF2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.246/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Decreto nº 4246/2026 de 04/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 378.994,79 (trezentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.1.035.		EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1481 - 4.4.90.52.00.00	3501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.036,87
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.033.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1475 - 3.3.71.70.00.00	3000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	18.315,79
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.122.0002.1.060.		EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
1473 - 4.4.90.52.00.00	3104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.133,00
09.001.12.365.0006.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
1476 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
09.001.12.365.0006.2.099.		MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
1477 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.122.0007.2.063.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1484 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
10.001.10.302.0007.1.063.		EQUIPAR E REEQUIPAR A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
1482 - 4.4.90.52.00.00	3835	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.211,71
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
1489 - 3.3.90.39.00.00	3494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.10.302.0007.2.085.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	
1479 - 3.1.90.94.00.00	3494	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.729,72
10.001.10.303.0007.2.069.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
1485 - 3.1.90.11.00.00	3519	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.901,88
1486 - 3.1.90.13.00.00	3519	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
1487 - 3.3.90.30.00.00	3519	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
1488 - 3.3.90.39.00.00	3519	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.001.10.304.0007.2.070.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
1483 - 3.3.90.36.00.00	3519	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	27.500,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.079.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
1478 - 3.1.90.94.00.00	3000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.559,99
11.002.08.245.0003.2.082.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	
1491 - 3.1.90.94.00.00	3000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.605,83
11.002.08.245.0003.2.092.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
1474 - 3.3.90.39.00.00	3829	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
		Total Suplementação:	**378.994,79**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 04 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES

Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA

Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:1F12516C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **ECO STORE - PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA, CNPJ 37.082.371/0001-70** com endereço na RUA SANTOS DUMONT , 294 - CEP: 87050100 - BAIRRO: ZONA 03, neste ato representada por EDNA HORMEM ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 533.631.919-87, com domicilio na AVENIDA LONDRINA, 767 - CEP: 87050730 - BAIRRO: ZONA 08, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 153/2024, objetivando a **Aquisição de materiais pedagógicos atendendo as necessidades da secretaria de educação e cultura do Município de Terra Rica-PR.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou a Ata de Registro de Preços acima identificada, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais 12 meses, ou seja, até o dia 04/02/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo fica reajustado os Preço Unitários da Ata de Registro de Preços nº 33/2025, de acordo com índice INPC de 3,90% e renovado os quantitativos iniciais, conforme segue na tabela abaixo:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	56196	DIÁRIO DE PLANEJAMENTO PERSONALIZADO - PROFESSOR Descrição e Especificações mínimas Exigidas: - Formato 200 mm x 280 mm; - Com capa dura e design obtido através de fotografia de alta resolução contendo fotos exclusivas, com logos e brasão do município; - Duas lâminas por jogo de 150gr; - Impressão offset 4x0 cores, tinta escala, com aplicação de verniz, revestimento interno sem impressão, em papel sulfite de 120 gramas, custo com fotolito incluso; - Miolo: 300 páginas no formato 200 mm x 280 mm, impressão 4x4 cores com bordas exclusivas; - Anterior a primeira página deverá estar encadernada uma pasta, tipo bolsa 'canguru' que permita o acondicionamento de carteirinha ou outros papéis, esta bolsa deverá ser confeccionada com lâmina de pp (polipropileno) reciclado através de solda, corte e vinco; - As 04 primeiras páginas deverão ser personalizadas com (dados pessoais, mensagem exclusiva, calendário escolar);	PROPRIA	UNID	300,00	41,44	12.432,00

			- Acabamento com intercalação, refile, furado e colocação de espiral injetado de pet reciclado com 29mm; - Criação artesanal exclusiva da matriz em E.V.A. - Layout e arte final por conta do fornecedor e aprovado pela prefeitura.					
TOTAL								12.432,00

CLÁUSULA QUARTA: O valor total do aditivo é de R$ 12.432,00 (Doze mil, quatrocentos e trinta e dois reais).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 33/2025 de 06/02/2025.

Terra Rica-Pr, 04/02/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***EDNA HORMEM***
Prefeito Municipal	Eco Store - Papelaria Presentes E Conveniencia LTDA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:E8705AB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 040/2026

Súmula: Homologa Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade, Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, Programa de Gerenciamento de Riscos, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e dá outras providências.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA

Art. 1º- Ficam **HOMOLOGADOS** os Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (**LTIP**), Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (**LTCAT**), Programa de Gerenciamento de Riscos (**PGR**), e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (**PCMSO**), para o Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º Os Laudos/Programas mencionados no artigo 1º deste Decreto foram desenvolvidos pela Empresa **RESULT SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, cadastrada no CNPJ sob nº 48.417.169/0001-78, contratada pelo município através do Processo de Dispensa nº 026/2025, sob responsabilidade dos seguintes profissionais:

Descrição	Responsável	Formação	Registro
Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (**LTIP**)	Robson Caetano da Silva Oliveira	Engenheiro de Segurança do trabalho	CREA/PR-188246/D
Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (**LTCAT**)			
Programa de Gerenciamento de Riscos (**PGR**)			
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (**PCMSO**)	Thais Cristina Costa Fritzen	Médica	CRM/SP 265839

Art. 3º As disposições existentes nos Laudos/Programas homologados pelo presente Decreto serão aplicadas a todos os Servidores Públicos Municipais à partir do dia 01/02/2026.

Art. 4º Todos os arquivos que compõem o complexo normativo ora homologado, podem ser acessados através do link: http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=53&sessao=2fbf972 741lt2f

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 034/2026.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE SEIS (05/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Av. Euclides da Cunha, 1120, Fone: (44) 3441.8500– Fax: (44) 3441.8507 CEP 87.890-000 – e-mail: prefeitura@terrarica.pr.gov.br - Terra Rica - PR

SÍNTESE

Setor	Cargo	Função	Periculosidade	Insalubridade
Agência do Trabalhador	**Auxiliar administrativo**	**Agente SINE**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Agência do Trabalhador	**Diretor de indústria e comércio**	**Diretor de indústria e comércio**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Administrativo	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Administrativo	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Administrativo	**Diretor de viação e obras**	**Diretor de viação e obras**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Administrativo	**Secretário de viação e obras**	**Secretário de viação e obras**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Caminhões	**Motorista - caminhão caçambeira**	**Motorista - caminhão caçambeira**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Caminhões	**Motorista - caminhão coletor**	**Motorista - caminhão coletor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Caminhões	**Motorista - caminhão-pipa**	**Motorista - caminhão-pipa**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Manutenção	**Mecânico**	**Mecânico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Almoxarifado - Manutenção	**Mecânico - lavador e lubrificador**	**Mecânico - lavador e lubrificador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Almoxarifado - Máquinas	**Operador - motoniveladora (patrol)**	**Operador - motoniveladora (patrol)**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Máquinas	**Operador - pá carregadeira e retroescavadeira**	**Operador - pá carregadeira e retroescavadeira**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Almoxarifado - Máquinas	**Operador - trator agrícola**	**Operador - trator agrícola**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Máquinas Pesadas	**Operador de máquinas**	**Operador de máquinas**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Obras e Reparos	**Pedreiro**	**Pedreiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Almoxarifado - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais (entulho, lixo e variados)**	**Auxiliar de serviços gerais (entulho, lixo e variados)**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Almoxarifado - Transporte Escolar	**Motorista - ônibus e micro-ônibus**	**Motorista - ônibus e micro-ônibus**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado - Vigia	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado de Educação - Direção	**Diretor de alimentação escolar**	**Diretor de alimentação escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado de Educação - Direção	**Diretor de cultura**	**Diretor de cultura**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado de Educação - Nutrição	**Nutricionista da assistência social**	**Nutricionista da assistência social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado de Educação - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Almoxarifado de Educação - Transporte	**Motorista**	**Motorista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Área de Transbordo - Meio Ambiente	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Balsa Municipal- Fluvial	**Capitão fluvial**	**Capitão fluvial**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional incidente sobre o seu salário	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Balsa Municipal- Fluvial	**Marinheiro de convés**	**Marinheiro de convés**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Balsa Municipal- Fluvial	**Marinheiro de máquinas**	**Marinheiro de máquinas**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Biblioteca Municipal - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Casa Lar	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Casa Lar	**Educador social**	**Educador social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Auxiliar pedagógico**	**Auxiliar pedagógico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Diretor do CEMA**	**Diretor do CEMA**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Estagiário de educação física**	**Estagiário de educação física**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Estagiário pedagoga**	**Estagiário pedagoga**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Professor de educação física**	**Professor de educação física**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CEMA - Centro Municipal de Defesa e Proteção da Criança e Adolescente	**Secretário bombeiro mirim**	**Secretário bombeiro mirim**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Cemitério Municipal	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Cemitério Municipal	**Coveiro**	**Coveiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Centro de Convivência	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Centro de Convivência	**Diretor da divisão de idosos**	**Diretor da divisão de idosos**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Clínica de Fisioterapia - Academia Vida e Saúde - Fisioterapeuta	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Clínica de Fisioterapia - Academia Vida e Saúde - Fisioterapeuta	**Fisioterapeuta**	**Fisioterapeuta**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
CMEI Criança Feliz - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Criança Feliz - Administrativo	**Pedagogo**	**Pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Criança Feliz - Berçário, Maternal e Infantil	**Educador infantil**	**Educador infantil**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CMEI Criança Feliz - Berçário, Maternal e Infantil	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Criança Feliz - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Criança Feliz - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Criança Feliz - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Custódio Siriani Fernandes - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Custódio Siriani Fernandes - Berçário e Infantil	**Educador infantil**	**Educador infantil**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Custódio Siriani Fernandes - Berçário e Infantil	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Custódio Siriani Fernandes - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CMEI Custódio Siriani Fernandes - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Custódio Siriani Fernandes - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - Administrativo	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - Administrativo	**Pedagogo**	**Pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - berçario, Maternal e Infantil	**Educador infantil**	**Educador infantil**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - berçario, Maternal e Infantil	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI João Marcos Ferreira da Silva - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CMEI João Marcos Ferreira da Silva - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Menino Jesus - Administrativo	**Coordenador pedagogo**	**Coordenador pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CMEI Menino Jesus - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Menino Jesus - berçário, Maternal e Infantil	**Educador infantil**	**Educador infantil**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Menino Jesus - berçário, Maternal e Infantil	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Menino Jesus - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Menino Jesus - Serviços gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CMEI Menino Jesus - Serviços gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Conselho Tutelar	**Conselheiro**	**Conselheiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	**Coordenador do cadastro único**	**Coordenador do cadastro único**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	**Oficineiro**	**Oficineiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	**Orientador social**	**Orientador social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Equipe Técnica	**Coordenador**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Equipe Técnica - Zona Urbana	**Assistente social**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Equipe Técnica - Zona Urbana	**Psicólogo**	**Psicólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Equipe Técnica - Zonas Rurais	**Assistente social**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Equipe Técnica - Zonas Rurais	**Psicólogo**	**Psicólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Defesa Civil - Defesa Civil	**Agente de defesa civil**	**Agente de defesa civil**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional incidente sobre o seu salário(NR - 16 e seus anexos)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Defesa Civil - Defesa Civil	**Serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Departamento de Meio Ambiente - Meio Ambiente	**Diretor da divisão de meio ambiente**	**Diretor da divisão de meio ambiente**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Departamento de Meio Ambiente - Meio Ambiente	**Recepção da divisão de meio ambiente**	**Recepção da divisão de meio ambiente**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Administrativo	**Pedagogo**	**Pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Administrativo	**Secretário escolar**	**Secretário escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Ensino Fundamental	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Ensino Fundamental	**Professor**	**Professor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função	N.A. - As atividades exercidas pela função

Rodrigues - Serviços Gerais			não se caracterizam como atividades periculosas	não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Dirce Dionísio Rodrigues - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Administrativo	**Pedagogo**	**Pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Administrativo	**Secretário escolar**	**Secretário escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Educação Infantil e Ensino Fundamental	**Professor**	**Professor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Educação Infantil e Ensino Fundamental	**Professor biblioteca**	**Professor biblioteca**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Serviços gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Pequeno Príncipe - Serviços gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Administrativo	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Administrativo	**Coordenador pedagogo**	**Coordenador pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Educação Infantil e Ensino Fundamental	**Assistente alunos autistas**	**Assistente alunos autistas**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Educação Infantil e Ensino Fundamental	**Professor**	**Professor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rita de Cassia Gonçalves Lehn - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Administrativo	**Coordenador pedagogo**	**Coordenador pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Administrativo	**Diretor escolar**	**Diretor escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Administrativo	**Secretário escolar**	**Secretário escolar**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Educação Infantil e Ensino Fundamental	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Educação Infantil e Ensino Fundamental	**Professor**	**Professor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Monitoramento	**Auxiliar de serviços gerais**	**Portaria**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Monitoramento	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional.(Lei Municipal nº 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Escola Municipal Rosalina de Moraes - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Farmácia Municipal	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Farmácia Municipal	**Farmacêutico**	**Farmacêutico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei

				Municipal n° 072/2022)
Farmácia Municipal	**Farmacêutico chefe**	**Farmacêutico chefe**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Farmácia Municipal	**Farmacêutico especializado**	**Farmacêutico especializado**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)

Ginásio de Esportes - Esporte	**Assessor**	**Assessor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Ginásio de Esportes - Esporte	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Ginásio de Esportes - Esporte	**Auxiliar de serviços gerais geral**	**Auxiliar de serviços gerais geral**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Ginásio de Esportes - Esporte	**Diretor de esportes**	**Diretor de esportes**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Ginásio de Esportes - Esporte	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Ginásio de Esportes - Esporte	**Motorista**	**Motorista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Ginásio de Esportes - Esporte	**Secretário de esportes**	**Secretário de esportes**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Horta Municipal - Horta	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)

Hospital Municipal	**Assistente social**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Auxiliar administrativo**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Auxiliar de enfermagem**	**Auxiliar de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cabine de colindros**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)

Hospital Municipal	**Auxiliar de serviços gerais**	**Cozinha**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Coordenador**	**Coordenador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Hospital Municipal	**Diretor de hospital**	**Diretor de hospital**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Hospital Municipal	**Diretor de transporte**	**Diretor de transporte**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Hospital Municipal	**Enfermeiro**	**Enfermeiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)

Hospital Municipal	**Farmacêutico**	**Farmacêutico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)

Hospital Municipal	**Médico**	**Médico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Motorista**	**Motorista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Nutricionista**	**Nutricionista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Técnico em radiologia**	**Técnico em radiologia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Hospital Municipal	**Vigia**	**Vigia**	Periculosa(30%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades periculosas, assegurando o trabalhador 30% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Laboratório Municipal	**Auxiliar de laboratório**	**Auxiliar de laboratório**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Laboratório Municipal	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Laboratório Municipal	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Laboratório Municipal	**Farmacêutico (bioquímico)**	**Farmacêutico (bioquímico)**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Prefeitura Municipal - Administração	**Secretario administrativo**	**Secretario administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Compras	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Compras	**Diretor de administração**	**Diretor de administração**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Compras	**Diretor de compras**	**Diretor de compras**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Contabilidade	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Contabilidade	**Contador**	**Contador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Controladoria	**Assessor do secretario de administração**	**Assessor do secretario de administração**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Controladoria	**Chefe da controladoria interna**	**Chefe da controladoria interna**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Controladoria	**Controlador interno**	**Controlador interno**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Engenharia e Planejamento	**Engenheiro civil**	**Chefe do setor**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Engenharia e Planejamento	**Engenheiro civil**	**Engenheiro civil**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Engenharia e Planejamento	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Engenharia e Planejamento	**Técnico geral**	**Técnico geral**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Gabinete do Prefeito	**Chefe de gabinete**	**Chefe de gabinete**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Gabinete do Prefeito	**Prefeito**	**Prefeito**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Junta Militar,	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função	N.A. - As atividades exercidas pela função

Identificação de RG e Receita Federal			não se caracterizam como atividades periculosas	não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Junta Militar, Identificação de RG e Receita Federal	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Jurídico	**Advogado**	**Advogado**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Prefeitura Municipal - Jurídico	**Procurador comissionado**	**Procurador comissionado**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Licitação	**Assessor do secretario de administração**	**Assessor do secretario de administração**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Licitação	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Patrimonial	**Assessor comissionado**	**Assessor comissionado**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Patrimonial	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Posto Detran	**Chefe do posto do DETRAN**	**Chefe do posto do DETRAN**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Recursos Humanos	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Recursos Humanos	**Auxiliar de contabilidade**	**Auxiliar de contabilidade**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Recursos Humanos	**Diretor de RH**	**Diretor de RH**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Recursos Humanos	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Prefeitura Municipal - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Tesouraria	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Tesouraria	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Tesouraria	**Diretor da divisão de tesouraria**	**Diretor da divisão de tesouraria**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Tributação	**Assessor administrativo**	**Assessor administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Tributação	**Diretor da divisão de tributos**	**Diretor da divisão de tributos**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Prefeitura Municipal - Tributação	**Fiscal de tributo postura e obras**	**Fiscal de tributo postura e obras**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
PROVOPAR - Programa do Voluntário Paranaense	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social - Proteção Social Especial	**Assistente social**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social - Proteção Social Especial	**Psicólogo**	**Psicólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Secretaria de Assistência Social - Secretaria	**Assessor comissionado da assistência social**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social - Secretaria	**Chefe de divisão de assistência social**	**Chefe de divisão de assistência social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social - Secretaria	**Motorista**	**Motorista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social - Secretaria	**Secretario de assistência social**	**Secretario de assistência social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social - Secretaria	**Serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Secretaria de Assistência Social -Casa Lar	**Assistente social**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social -Casa Lar	**Psicólogo**	**Psicólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Assistência Social -Casa Lar	**Psicólogo comissionado**	**Psicólogo comissionado**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Administrativo	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Atendimento Infantil	**Fonoaudiólogo**	**Fonoaudiólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Atendimento Infantil	**Nutricionista**	**Nutricionista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Atendimento Infantil	**Psicólogo**	**Psicólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Coordenação	**Coordenador EJA**	**Coordenador EJA**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Coordenação	**Coordenador pedagogo**	**Coordenador pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Coordenação	**Pedagogo**	**Pedagogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Coordenação	**Secretario de educação**	**Secretario de educação**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Marketing	**Assessor comissionado**	**Assessor comissionado**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Educação - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Pedreiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Saúde - Administração	**Assessor**	**Secretario**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Saúde - Administração	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Saúde - Administração	**Coordenador de Licitação e Compras**	**Coordenador de Licitação e Compras**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Saúde - Administração	**Enfermeiro**	**Gerente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Administração	**Farmacêutico**	**Secretario municipal de saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Agendamento	**Agendador**	**Agendador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Agendamento	**Agente comunitária de saúde**	**Agendador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Agendamento	**Agente comunitária de saúde**	**Coordenador de agendamento**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Agendamento	**Auxiliar de saúde bucal**	**Agendador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Coordenadoria dos Postos	**Agente comunitária de saúde**	**Coordenador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Coordenadoria dos Postos	**Diretor de divisão de atenção básica e saúde da família**	**Diretor de divisão de atenção básica e saúde da família**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei

				Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Equipe Técnica	**Assistente social**	**Assistente social**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Equipe Técnica	**Psicólogo**	**Psicólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Secretaria de Saúde - Equipe Técnica	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Ouvidoria	**Auxiliar administrativo**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Saúde - Serviços Gerais	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Saúde - Transporte	**Motorista**	**Motorista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Secretaria de Turismo - Turismo e Lazer	**Assessor**	**Marketing**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Turismo - Turismo e Lazer	**Diretor de turismo e lazer**	**Diretor de turismo e lazer**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Secretaria de Turismo - Turismo e Lazer	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Secretaria de Turismo - Turismo e Lazer	**Secretario de turismo e lazer**	**Secretario de turismo e lazer**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Sub-Prefeitura - Sub-Prefeitura	**Assistente administrativo**	**Assistente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Sub-Prefeitura - Sub-Prefeitura	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Sub-Prefeitura - Sub-Prefeitura	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
Sub-Prefeitura - Sub-Prefeitura	**Secretario administrativo distrital**	**Secretario administrativo distrital**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
UBS - Adhemar de Barros	**Agente comunitário de saúde**	**Agente comunitário de saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional incidente sobre o salário base vigente.(Emenda Constitucional 120/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)

UBS - Adhemar de Barros	**Auxiliar de enfermagem**	**Auxiliar de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Dentista**	**Dentista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Enfermeiro**	**Enfermeiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Estagiário**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

UBS - Adhemar de Barros	**Farmacêutico**	**Farmacêutico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Médico**	**Médico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Motorista**	**Motorista**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20%

				de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional.(Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Adhemar de Barros	**Técnico em saúde bucal**	**Técnico em saúde bucal**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Agente comunitário de saúde**	**Agente comunitário de saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional incidente sobre o salário base vigente.(Emenda Constitucional 120/2022)
UBS - Central	**Auxiliar administrativo**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Auxiliar de odontologia**	**Auxiliar de odontologia**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Enfermeiro**	**Enfermeiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Estagiário**	**Estagiário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
UBS - Central	**Médico**	**Médico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Odontólogo**	**Odontólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Central	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Agente administrativo**	**Agente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Agente comunitário de saúde**	**Agente comunitário de saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional incidente sobre o salário base vigente.(Emenda Constitucional 120/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Auxiliar de enfermagem**	**Auxiliar de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Auxiliar em saúde bucal**	**Auxiliar em saúde bucal**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Enfermeiro**	**Enfermeiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Estagiário**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
UBS - Clínica da Mulher	**Médico**	**Médico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Odontólogo**	**Odontólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Clínica da Mulher	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Agente comunitário de saúde**	**Agente comunitário de saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função	Média(20%) - As atividades exercidas pela

			não se caracterizam como atividades periculosas	função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional incidente sobre o salário base vigente.(Emenda Constitucional 120/2022)
UBS - Maria Thereza	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Auxiliar em saúde bucal**	**Auxiliar em saúde bucal**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Enfermeiro**	**Enfermeiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Estagiário**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
UBS - Maria Thereza	**Médico**	**Médico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Odontólogo**	**Odontólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Técnico bucal**	**Técnico bucal**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Maria Thereza	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Agente administrativo**	**Agente administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Agente comunitário de saúde**	**Agente comunitário de saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional incidente sobre o salário base vigente.(Emenda Constitucional 120/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Auxiliar de enfermagem**	**Auxiliar de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Auxiliar de saúde bucal**	**Agendador**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
UBS - Vila Barbosa	**Auxiliar de serviços gerais**	**Limpeza**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Enfermeiro**	**Enfermeiro**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Estagiário**	**Recepção**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
UBS - Vila Barbosa	**Farmacêutico**	**Farmacêutico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Médico**	**Médico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Odontólogo**	**Odontólogo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal nº 072/2022)
UBS - Vila Barbosa	**Técnico de enfermagem**	**Técnico de enfermagem**	N.A. - As atividades exercidas pela função	Média(20%) - As atividades exercidas pela

			não se caracterizam como atividades periculosas	função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)

VISA - Vigilância em Saúde	**Agente comunitário de saúde**	**Coordenador de agente de endemias**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
VISA - Vigilância em Saúde	**Agente de combate às endemias**	**Agente de combate às endemias**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Média(20%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 20% de adicional incidente sobre o salário base vigente(Emenda Constitucional 120/2022)
VISA - Vigilância em Saúde	**Auxiliar administrativo**	**Auxiliar administrativo**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
VISA - Vigilância em Saúde	**Enfermeiro**	**Coordenador epidemiológico**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
VISA - Vigilância em Saúde	**Famacêutico**	**Chefe de vigilância em saúde**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres
VISA - Vigilância em Saúde	**Médico veterinário**	**Médico veterinário**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	Máximo(40%) - As atividades exercidas pela função se caracterizam como atividades insalubres, assegurando ao trabalhador 40% de adicional. (Lei Municipal n° 072/2022)
Viveiro Municipal - Viveiro	**Auxiliar de serviços gerais**	**Auxiliar de serviços gerais**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

Viveiro Municipal - Viveiro	**Diretor de lazer**	**Diretor de lazer**	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades periculosas	N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres

423/423

- ANEXOS

CREA-PR

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

1720254788924

3. Dados da Obra/Serviço

4. Atividade Técnica	**Quantidade**	**Unidade**
[Laudo] *de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)*	650,00	UNID
[Laudo] *de laudo de condições ambientais de trabalho – LTCAT*	650,00	UNID
[Laudo] *de insalubridade*	650,00	UNID
[Laudo] *de periculosidade*	650,00	UNID
[Laudo] *da Análise Ergonômica do Trabalho - AET (NR17)*	650,00	UNID

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

6. Declarações

Cláusula Compromissória: As partes decidem, livremente e de comum acordo, que qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, será resolvido por

arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96, de 23 de setembro de 1996 e Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015,

através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná –

CMA/CREA-PR, localizada à Rua Dr. Zamenhof, nº 35, Alto da Glória, Curitiba, Paraná, telefone 41 3350-6932, e de

conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste

Declaração assinada eletronicamente por ROBSON CAETANO DA SILVA OLIVEIRA, registro Crea-PR PR-188246/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 20/08/2025 e hora 10h31.

contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os

seustermos. **Contratante**

Valor da ART: R$ 103,03 Registradaem:20/08/2025 Valor Pago: R$ 103,03

MUNICIPIO DE TERRA RICA

AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA 1120, CENTRO, Terra Rica - PR

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:A784BDCB

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
DISPENSA 02/2026

Processo dispensa 2/2026

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação

Modalidade:Processo dispensa

Objeto: Aquisição de Massa asfáltica usinada

Contratada:BIOPAV ASFALTO RÁPIDO E CONSTRUTORA EIRELI, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n*°24.110.720/0001-78, com sede a, Rua Mario Pinotti, 023 - CEP: 15985000 - BAIRRO: Portal Cedro CIDADE/UF: Cedral/SP

Relação de itens e valor total da contratação:

BIOPAV ASFALTO RÁPIDO E CONSTRUTORA EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	MASSA ASFÁLTICA Massa asfáltica concreto betuminoso usinado a quente Para aplicação á frio com temperatura aproximada de 120C°, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, teor de betumem aproximadamente 5,5%, modificado com exclusivo retardador para processo de cura, polímero, pó de borracha e processos de mistura com agregados finos, não emulsionados, granulometria não inferior a 100% na peneira3/8", utilizado em manutenção de pavimentos (tapa buracos). Podendo ser compactados através placa vibratória, rolo de chapa ou pelo próprio trânsito. Pode ser aplicado mesmo em dias de chuva, sem a perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensa pintura de ligação, pode ser estocado no mínimo por 12 meses, saco de 25 Kg.	A.R.U.V		SC	1.000,00	22,89	22.890,00
TOTAL								22.890,00

Fundamento Legal:*art. 75,* inciso I ou II.*da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	34	11.001.17.512.0003.2004	76	3.3.90.30.24.00	Do Exercício

Julgamento:*Setor de Licitações, em 30/01/2026*

Ratificação: SAMAE*, em 05/02/2026*

Terra Rica, 05/02/2026

ADRIANO SERGIO NUNES

Diretor do SAMAE

Publicado por:
Cibele Aparecida da Silva
Código Identificador:4024EF25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6007, DE 23 DE JANEIRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do município de Tijucas do Sul, para o exercício de 2026, no valor de R$ 2.994.000,00

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pela lei Municipal 1068/2025, Lei Municipal 1067/2025 e Lei Federal 4320/64,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ ***2.994.000,00*** (Dois Milhões, Novecentos e Noventa e Quatro Mil Reais), para o exercício de 2026, para utilização de recursos, conforme discriminado.

ACRESCIMOS

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS, LICITAÇÕES RH E COMUNICAÇÃO	
04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO DO DEP DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA.	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
632	00699-Operação de Crédito FINISA (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento)	760.000,00
	SUBTOTAL	760.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001	DIRETORIA DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO	
04.123.0002.2005	MANUTENÇÃO DO DEP DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
925	01065-FEP - Fundo Especial Petroleo (Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES	
05.003	FUNDO MUNICIPAL DE CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0008.2008	GESTAO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1590	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	50.000,00
05.004	FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
08.241.0008.2009	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1640	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	300.000,00
05.005	FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA	
08.242.0008.2010	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA.	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1690	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	90.000,00
	SUBTOTAL	440.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
06.001	DIRETORIA DE AGRICULTURA	
20.608.0010.2013	MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL SUSTENTAVEL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2090	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	25.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.001	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.0005.2015	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2450	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	550.000,00
2461	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	200.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2541	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	30.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2600	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	50.000,00
2611	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	20.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
2825	00107-SALARIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE	20.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2840	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	50.000,00
	SUBTOTAL	920.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001	DIRETORIA DE SAÚDE: ATENÇÃO PRIMÁRIA E HOSPITALAR	
10.301.0007.2024	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
4260	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	50.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4331	00490-Receitas Estado Serv Prest. FAT SUS	114.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4420	00495-ATENCAO BASICA	20.000,00

4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4605	01018-Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	75.000,00
	SUBTOTAL	259.000,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO SEGURANÇA E TRANSITO	
13.001	DIRETORIA GERAL DE URBANISMO SEGURANÇA E TRANSITO	
15.452.0009.2034	DIRETORIA DE URBANISMO, SEGURANÇA E TRANSITO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5952	00655-Op de Crédito FINISA - Lei 1018 de 09 de 2025 (3 M).	570.000,00
	SUBTOTAL	570.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
14.002	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
27.695.0006.2036	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DO TURISMO	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
6200	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
	TOTAL	2.994.000,00

ANULAÇÕES

Anulação			
Programa de trabalho	Natureza da despesa	Fonte de recurso	Valor em R$
05.001.08.244.0008.2006	3.3.90.39.00.00	00000	440.000,00
06.001.20.608.0010.2013	3.3.90.30.00.00	00000	25.000,00
07.001.15.451.0009.2014	3.3.90.30.00.00	01065	10.000,00
08.001.12.361.0005.2015	3.3.90.30.00.00	00103	100.000,00
08.001.12.365.0005.2016	3.3.90.36.00.00	00103	100.000,00
08.001.12.365.0005.2017	3.3.90.39.00.00	00103	100.000,00
08.001.12.361.0005.2015	3.3.90.39.00.00	00107	20.000,00
08.001.12.361.0005.2015	3.3.90.93.00.00	00103	50.000,00
08.001.12.361.0005.2015	4.4.90.52.00.00	00103	250.000,00
08.001.12.365.0005.2017	4.4.90.52.00.00	00103	50.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.30.00.00	00303	50.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.32.00.00	00495	20.000,00
09.001.10.301.0007.2024	4.4.90.52.00.00	01018	75.000,00
14.002.27.695.0006.2036	3.3.90.39.00.00	00000	10.000,00
		TOTAL	1.300.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONTAS DE RECEITA

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
2.1.1.9.99.0.1.04.00.00.00.00	OPERAÇÃO CREDITO FINISA FONTE 655	300.000,00
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00.00.00	RECEITA OPERAÇÃO DE CREDITO FINISA	760.000,00
	TOTAL	1.060.000,00

SUPERAVIT FINANCEIRO

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00490	Receitas Estado Serv Prest. FAT SUS	114.000,00
00655	Op de Crédito FINISA - Lei 1018 de 09 de 2025 (3 M).	270.000,00
01018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	150.000,00
01080	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	250.000,00
	TOTAL	784.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 23 de janeiro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA

Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:23F7495E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL 013/2026

Edital 013/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PARANÁ PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

EDITAL N° 001/2025

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ, representada por

seu Prefeito Municipal, Sr. **GERSO FRANCISCO GUSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições contidas no Edital n° 001/2025**, RESOLVE PUBLICAR, o Resultado Definitivo da Avaliação de Títulos,** conforme segue:

Professor

Nº Inscrição	Nome	Pontos Títulos
28426	Adriana Aparecida Bueno Schutz	3,00
28817	Adriana Luzia Detofano	1,00
29180	Alessandra Eleonora Malinoski Bordim	0,00
28551	Alexandra Bresola Lunardi Goulart	3,00
30210	Aline Barbieri Martins	1,00
30425	Ana Alice Vieira Da Rocha Pavan	2,00
30416	Ana Karolina Santos Bruning	2,00
28536	Andreia Cristina Rosa Koene Favoretto	3,00
28389	Andressa Bazzo Bonamigo	1,00
29815	Bárbara Suellen Bassi	1,00
30417	Barbara Tartari	2,00
29627	Belisa Meurer Poma	2,00
29149	Bruna Emanuelly De Souza Gado	1,00
29447	Camila Alves De Oliveira	3,00
29420	Camile Dal Canton	1,00
28400	Carla Jaqueline Rotta	2,00
29700	Caroline Maria Trentin Chetco	3,00
29198	Cidinéia Grobs Cardoso	1,00
28495	Claudete Ramos Pires Correia	1,00
30426	Daiane Sikoski Da Veiga	1,00
29196	Daniele Dal Canton	1,00
29299	Dayelly Ribeiro Da Silva	1,00
28394	Derica Gomes Da Silva Peratt	2,00
30433	Edilaine Rosa Ribeiro	2,00
30269	Edilene De Matos Da Rocha	0,00
28594	Eliane Aparecida Martendal	3,00
29582	Elizangela Da Silva Silveira	3,00
28464	Erica Natalia Da Silva	1,00
28488	Fabiana Lima Helmann Rossi	2,00
30305	Fabiana Timóteo De Souza	2,00
29244	Fernanda Cequelero Babinski	1,00
28428	Francieli Aparecida Bordim	3,00
29461	Gabriela Chaves	1,00

28648	Gilson José Dembinski	1,00
28390	Gizele Cristina Langenberg	0,00
28768	Heloisa Aparecida Dezan	1,00
30205	Idiandra Aparecida Brand	1,00
28745	Isabelly Schreiber	1,00
28396	Jaqueline Aparecida Fagundes Zeferino	1,00
30253	Joselaine Zenere Da Veiga	3,00
28535	Jussara Fatima De Quadros	2,00
28813	Jussara Peccher Duffeck	3,00
28918	Karina Divensi Cassol	1,00
28831	Karoline De Fatima De Queiroz De Souza	3,00
28395	Keila Patricia Mocelin Dario	3,00
28434	Larissa Borges De Lara	1,00
29999	Leila De Farias Camargo	2,00
29253	Luciana Aparecida Soares	1,00
30016	Leriane Aparecida Farias Camargo	2,00
29113	Leticia Bolzan De Souza	3,00
29727	Luciane Bertoldo Forte	3,00
29104	Luziane Ludvichak	3,00
30226	Maiara Bremm Zorsi	3,00
29682	Maquelen Bremm Zorsi	2,00
29730	Márcia Schersvinski Apolinário De Lima	0,00
29558	Maria Dos Santos Soares	1,00
28940	Maria Ines Chaves Gulhak	1,00
28758	Mariane Cristina Dos Santos Brum	1,00
29477	Marilu Glen	0,00
29241	Marines Delabetta	3,00
29243	Marli Fornari Koskoski	3,00
29111	Mayara Liotto Rodrigues	3,00
29527	Meri Oenning	1,00
29160	Michelli Deniz Dos Santos	1,00
29197	Milena Aparecida Zanini Rosin	1,00
30306	Mirian Da Silva Bremm	3,00
28981	Monique Barcellos Teodoro	0,00
30419	Nicoly Martendal Ferrari	1,00
28539	Nilseia Fornasa	2,00
28520	Patricia Dellabetta Todescatto	1,00
29446	Patricia Menegatti	3,00
29911	Paula Cristina Dias Valtrich	2,00
28581	Railane Rocha Camargo	2,00
30025	Sabrina Fornasa Sigolin	0,00
30127	Samara Artecof Maciel	1,00
28823	Sidineia Inacio Da Silva De Souza	2,00
29468	Simone Dos Santos Rodrigues Jasper	3,00
28963	Simoni Pizzolitto De Azevedo Oliveira	3,00
30094	Sirlei Gonçalves Da Silva Cassani	1,00
29473	Suzilane Pollom	0,00
30428	Taina Maria Marchioro Blau	2,00
28387	Talita Steffens	3,00
29383	Thauany Koskoski	1,00
28611	Vanessa Luiza Marchioro	3,00
29583	Wagner Xavier De Souza	2,00

Professor de Apoio Educacional e Comunicação Alternativa

Nº Inscrição	Nome	Pontos Títulos
30440	Adriana Aparecida Bueno Schutz	3,00
29133	Adriana Fátima Degering	3,00
30430	Aline Barbieri Martins	1,00
28537	Andreia Cristina Rosa Koene Favoretto	3,00
30418	Barbara Tartari	0,00
29628	Belisa Meurer Poma	2,00
29701	Caroline Maria Trentin Chetco	3,00
29448	Claudia Patricia Guimara	0,00
28462	Derica Gomes da Silva Peratt	2,00
29240	Erika Ferreira Lopes	1,00
30420	Evelyn Thamara Souza Zanella	2,00
29437	Fernanda Cequelero Babinski	1,00
29215	Gilson José Dembinski	0,00
30206	Idiandra Aparecida Brand	1,00
28397	Jaqueline Aparecida Fagundes Zeferino	1,00
28921	Karina Divensi Cassol	0,00
29365	Karoline de Fatima de Queiroz de Souza	3,00
29161	Kelly Izabel Pieri Vargas	1,00
30018	Leriane Aparecida Farias Camargo	2,00
29179	Leticia Bolzan de Souza	3,00
30225	Maiara Bremm Zorsi	3,00
29681	Maquelen Bremm Zorsi	2,00
29246	Marines Delabetta	3,00
29186	Marivete Lourdes Chiquin Barcellos	3,00

29112	Mayara Liotto Rodrigues	3,00
29528	Meri Oenning	1,00
30427	Naiany Zanella	1,00
28494	Natiele de Souza dos Anjos	0,00
29003	Nilseia Fornasa	2,00
28519	Patricia Dellabetta Todescatto	1,00

29912	Paula Cristina Dias Valtrich	2,00
28818	Serlei de Fátima Pereira Marques Weber	2,00
28717	Suelen Cristiane Bez	0,00
30429	Taina Maria Marchioro Blau	0,00
28391	Tauana Steffens	2,00
29584	Wagner Xavier De Souza	2,00

Psicólogo

Nº Inscrição	Nome	Pontos Títulos
28407	Larissa Ascanio	1,00
30100	Leticia Maria Wronski Ronsani	2,00

Três Barras do Paraná, 04 de fevereiro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal Três Barras do Paraná

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:1CB77457

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA– CNPJ nº 03.657.902/0001-93

LOTE 01: ALIMENTOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ABACATE SELECIONADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃOS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. ACONDICIONADOS EM CAIXAS PLÁSTICAS LIMPAS PRÓPRIAS PARA ALIMENTOS OU EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: NO CASO DE PARTES ESTRAGADAS, PRODUTO MURCHO E/OU DANIFICADO	KG	CANTU	80	6,95	556,00
4	CARNE BOVINA EM CUBOS OU ÍSCAS SEM OSSO: CARNE BOVINA TIPO PATINHO OU COXÃO MOLE CORTADA EM CUBOS PEQUENOS DE APROXIMADAMENTE 2 CM OU EM ÍSCAS (CONFORME SOLICITADO NO PEDIDO), LIVRE DE GORDURA APARENTE, CARTILAGENS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS PARA O CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS, ORGANOLÉPTICAS- COR, CHEIRO, SABOR). O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA, PARTES FLÁCIDAS OU DE CONSISTÊNCIA ANORMAL. A CARNE A SER CORTADA DEVE ESTAR FRESCA	KG	PRÓPRIA	2.149	35,95	77.256,55

	(NOVA) E RESFRIADA PARA PROCESSAR/ CORTAR. CONGELAR ADEQUADAMENTE APÓS O CORTE, E ENTREGAR EM EMBALAGENS DE POLIETILENO ATÓXICO COM 1 KG DO PRODUTO POR PACOTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA.					
7	PIMENTÃO VERDE: COM CARACTERÍSTICA ÍNTEGRA E FIRME, COM GRAU DE MATU-RAÇÃO ADEQUADO, TAMANHO MÉDIO, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDA-DES, CORPOS ESTRANHOS E UMIDADE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DE PARTES AMOLECIDAS E APODRECIDAS. EMBALAGEM/ ROTULAGEM: SACOS PLÁSTI-COS TRANSPARENTES ATÓXICOS PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS. REPOSIÇÃO DO PRODU-TO: NO CASO DE PARTES ESTRAGADAS, MURCHO E/OU DANIFICADO.	KG	CANTU	105	7,95	834,75
8	SOBRECOXA E COXA DE FRANGO DESOSSADA: CORTE CONGELADO DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO (FILÉ), IN NATURA, NÃO TEMPERADO, COM PELE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA PRÓPRIA DO FRIGORIFICO. NO RÓTULO DEVE CONTER DADOS DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIP) E/OU FEDERAL (SIF). PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR SINAIS DE RECONGELAMENTO OU DESCONGELAMENTO, NEM MANCHAS ESVERDEADAS OU ESCURECIMENTOS, E TER ASPECTO FIRME. TRANSPORTAR ATÉ OS ESTABELECI-MENTOS DE ENSINO SOB REFRIGERAÇÃO OU EM CAIXAS TÉRMICAS DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: SE FOR ENTREGUE FORA DE REFRIGERAÇÃO, COM SINAIS DE DESCONGELAMENTO. COM SABOR E ODOR QUE NÃO SEJAM CARACTERÍSTICO DO PRODUTO.	KG	LE VIDA	3.696	10,95	40.471,20
11	LEITE DE VACA DESNATADO FLUIDO, ESTERILIZADO UHT, EMBALAGEM LONGA VIDA TIPO TETRAPAK, TAMPA ROSCA, CAIXA COM 1 LITRO. INGREDIENTES: LEITE DESNATADO E ESTABILIZANTES, FONTE NATURAL DE PROTEÍNAS E CÁLCIO, TEOR DE GORDURA 0%, E SEM GORDURA TRANS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM DO PRODUTO, TABELA DE INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGENS DANIFICADAS (AMASSADAS, ESTUFADAS), OU COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 90 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ-APROVADAS: FRIMESA, AURORA, PIRACANJUBA OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA O DESCRITIVO.	L	AMANHECER	40	3,39	135,60
12	MACARRÃO DE SEMOLA SEM OVOS, TIPO ESPAGUETE: SEMOLINA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTES NATU-RAIS (URUCUM E CÚRCUMA), ZERO GORDURA TRANS., ISENTO DE QUALQUER SUBS-TÂNCIA ESTRANHA OU NOCIVA. NÃO CONTER OVOS, POIS ATENDERÁ ALÉRGICOS À PROTEÍNA DE OVOS. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, ATÓXICA, CONTENDO 500 GRAMAS. NO RÓTULO APRESENTAR INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIENTES, LOTE E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTRE-GA. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGENS DANIFICADAS OU FORA DO PRAZO DE VALIDADE. MARCAS PRÉ-APROVADAS: GALO, PARATI OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.	PCT	NINFA	10	4,78	47,80
13	MACARRÃO DE SEMOLA SEM OVOS, TIPO PARAFUSO: SEMOLINA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTES NATU-RAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER SUBS-TÂNCIA ESTRANHA OU NOCIVA. NÃO CONTER OVOS, POIS ATENDERÁ ALERGICOS À PROTEÍNA DE OVOS. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, ATÓXICA, CONTENDO 500 GRAMAS. NO RÓTULO APRESENTAR INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIENTES, LOTE E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTRE-GA. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGENS DANIFICADAS OU FORA DO PRAZO DE VALIDADE. MARCAS PRÉ APROVADAS: GALO E PARATI OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.	PCT	NINFA	10	4,78	47,80
14	IOGURTE ZERO: LEITE DESNATADO (PASTEURIZADO EM PÓ OU RECONSTITUÍDO), PREPARADO DE FRUTA (MORANGO, FRUTAS VERMELHAS), AMIDO, FERMENTO LÁCTEO, ESTABILIZANTE/ ESPESSANTE (GELATINA, GOMA GUAR) E, AROMATIZANTE EDULCORAN-TES (SUCRALOSE, SACARINA, CICLAMATO). SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ZERO GORDURA E SEM GORDURA TRANS. INDICADO PARA DIABÉTICOS E PARA HIPERCO-LESTEROLEMIA. POTE OU COPO DE 160 A 170 GRAMAS. MARCA PRÉ-APROVADA: FRIMESA OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.	PT	FRIMESA	100	7,43	743,00
VALOR TOTAL					**R$ 120.092,70**	

Valor total para o fornecedor: R$ 120.092,70 (Cento e vinte mil noventa e dois reais e setenta centavos).

E J R FRUTAS LTDA – CNPJ Nº 40.809.136/0001-61

LOTE 01: ALIMENTOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	BANANA DO TIPO CATURRA DE 1ª QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO (NEM VERDES E NEM MUITO MADURAS). INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR DANIFICADAS POR LESÕES QUE AFETEM SUA APARÊNCIA E UTILIZAÇÃO. ISENTO PONTOS PRETOS OU APODRECIDOS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ENTREGAR EM CAIXAS PRÓPRIAS PARA ALIMENTOS. REPOSIÇÃO DO PRODUTO NO CASO DE PARTES ESTRAGADAS, PRODUTO FORA DO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO (“VERDE” OU " MUITO MADURA"), PRODUTO MURCHO OU DANIFICADO OU APODRECIDA.	KG	CEASA	3.840	5,98	22.963,20
3	BATATA INGLESA: LAVADA, LISA, DE 1ª QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, NÃO APRESENTAREM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, LIVRE DE ENFERMIDADES, ISENTA DE PARTES APODRECIDAS. COM TAMANHO UNIFORME, DEVENDO SER MÉDIA A GRAÚDAS (EM TORNO DE 150 GRAMAS). EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS, EM CAIXAS PLÁSTICAS LIMPAS OU SACOS DE BATATA. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: NO CASO DE PARTES ESTRAGADAS, PRODUTO MURCHO E/OU DANIFICADO OU MUITO PEQUENAS.	KG	CEASA	2.400	4,74	11.376,00
10	TOMATE: TAMANHO MÉDIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃS, DEVEM ESTAR FIRMES E COMPACTOS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, LIVRE DE RACHADURAS E CORTES, NÃO DEVEM ESTAR MURCHOS. DEVEM ESTAR ÍNTEGROS, COM TODAS AS PARTES APROVEITÁVEIS E COMESTÍVEIS, COM COR E	KG	CEASA	2.282	4,75	10.839,50

	SABOR CARAC-TERÍSTICOS, ISENTO DE PONTOS AMOLECIDOS OU APODRECIDOS, LIVRE DE SUJIDA-DES, PARASITAS OU LARVAS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSU-MO (NÃO MUITO VERDES NEM MUITO MADUROS). EMBALADOS ADEQUADAMENTE EM SACOS PLÁSTICOS ATÓXICOS OU EM CAIXAS PLÁSTICAS PRÓPRIAS PARA ALIMEN-TOS. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: NO CASO DE ESTAREM MURCHOS, COM PARTES ESTRAGADAS E QUE NÃO ATENDAM AO DESCRITIVO.					
VALOR TOTAL					**R$ 45.178,70**	

Valor total para o fornecedor: R$ 45.178,70 (Quarenta e cinco mil cento e setenta e oito reais e setenta centavos).

YAN VICTOR BURATTI KEHRWALD – CNPJ Nº 29.715.044/0001-80

LOTE 01: ALIMENTOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5	CARNE MOÍDA: CARNE BOVINA TIPO PATINHO OU COXÃO MOLE, SEM OU COM MÍNIMO DE GORDURA APARENTE, ISENTA DE OSSOS E CARTILAGENS. DEVE SER CARNE FRESCA (CARNE NOVA) RESFRIADA PARA MOER E CONGELAR ADEQUADAMENTE PARA ENTREGAR (SEM DEPOSITO DE SANGUE NA EMBALAGEM). ISENTA DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS PARA CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS, ORGANOLÉPTICAS -COR, CHEIRO, SABOR, APARÊNCIA). APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE CONTENDO 1 KG DO PRODUTO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SEM SINAIS DE RACHADURA OU FUROS E SEM ACÚMULO DE SANGUE. ETIQUETA ESPECIFI-CANDO: NOME DO FORNECEDOR (MERCADO), NOME DO PRODUTO, PESO E PROCEDÊNCIA.	KG	FRIGOSOL	2.611	29,97	78.251,67
6	OVOS DE GALINHA, DE GRANJA (BRANCO E/OU VERMELHO), NOVO, PESANDO EM MÉDIA 50 GRAMAS POR UNIDADE. ISENTOS DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RACHADURAS E/OU TRINCAS NA CASCA. APRE-SENTAÇÃO EM DÚZIAS, E ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE PAPELÃO PRÓPRIAS PARA O PRODUTO, CONTENDO DATA DE VALIDADE. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: NO CASO DE PRODUTO ESTRAGADO, QUEBRADO E TRINCADO, OU FORA DA VALIDADE.	DZ	CANTU	763	7,98	6.088,74
9	SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL: ELABORADO SOMENTE COM UVAS, SEM ADIÇÃO DE ÁGUA, CORANTES OU AÇÚCAR (SOMENTE O AÇÚCAR NATURAL DA FRUTA). PASTEURIZADO, NÃO ALCOÓLICO, NÃO FERMENTADO. EMBALAGEM DE VIDRO CONTENDO 1,5 LITROS. ROTULAGEM APRESENTANDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, REGISTRO NO MAPA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ-APROVADAS: GARIBALDI, AURORA, ALIANÇA, OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	FRS	DEL NONO TOMAZI	966	17,94	17.330,04
VALOR TOTAL					**R$ 101.670,45**	

Valor total para o fornecedor: R$101.670,45 (Cento e um mil seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos).

Lotes Fracassados

NÃO HOUVE

Desclassificações

NÃO HOUVE

Inabilitações

NÃO HOUVE

Três Barras do Paraná/Pr. 05 de fevereiro de 2025.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:CA75A0FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025				
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA			Período: Janeiro a Dezembro	
Anexo 12 - Balanço Orçamentário			Página: 1 / 1	
Entidades: CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA				
Parâmetros: Mês: 12; Enviar relatório para o Transparência Cloud: N; Exercício: 2025; Tipo do recurso: TODOS; Entidades: [{"valor":"417","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA"}]; Assinatura:				
{"valor":"15283","descricao":"Anexos Lei 4.320/64 / 2025-01-01"}; Enviar Relatório para o Transparência Fly: N; Consolidado: N - Versão: 5 de 15/07/2025 11:50:45				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO c = (b-a)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas*	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Déficit (IV)	0,00	7.500.000,00	3.093.344,58	-4.406.655,42
TOTAL (V) = (III + IV)	**0,00**	**7.500.000,00**	**3.093.344,58**	**-4.406.655,42**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	**0,00**	**0,00**	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores RPPS	-	**0,00**	**0,00**	-
Superávit Financeiro	-	**0,00**	**0,00**	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	**0,00**	**0,00**	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	7.087.195,00	7.087.195,00	3.092.849,58	3.092.040,62	3.092.040,62	3.994.345,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.113.195,00	5.113.195,00	2.582.757,92	2.582.757,92	2.582.757,92	2.530.437,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.974.000,00	1.974.000,00	510.091,66	509.282,70	509.282,70	1.463.908,34
DESPESAS DE CAPITAL	412.805,00	412.805,00	495,00	495,00	495,00	412.310,00
INVESTIMENTOS	412.805,00	412.805,00	495,00	495,00	495,00	412.310,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**7.500.000,00**	**7.500.000,00**	**3.093.344,58**	**3.092.535,62**	**3.092.535,62**	**4.406.655,42**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	**7.500.000,00**	**7.500.000,00**	**3.093.344,58**	**3.092.535,62**	**3.092.535,62**	**4.406.655,42**
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII + IX)	**7.500.000,00**	**7.500.000,00**	**3.093.344,58**	**3.092.535,62**	**3.092.535,62**	**4.406.655,42**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):						

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO	*IVAN RODRIGO NUNES DE SOUZA*	*SÉRGIO JOÃO DOHOPIATI*
Presidente.	Controle Interno.	Contador. - CRC-PR-052612/O-7.

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:AFEEC0D1

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

ESTADO DO PARANÁ					
MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA				Exercício de 2025	
Balanço Financeiro - Anexo 13				Período de: Janeiro à Dezembro	
				Despesa: Empenhada	
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**3.093.344,58**	**3.065.181,79**
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	3.093.344,58	3.065.181,79
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da	0,00	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00
			Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**7.500.000,00**	**7.200.000,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	**4.406.655,42**	**4.134.818,21**
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**1.122.526,11**	**965.242,65**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**1.123.167,15**	**963.792,65**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	808,96	1.450,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.450,00	0,00
Realizável - Inscrição Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	Realizável - Cancelam./Baixa Cisão,Fusão,Extin.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	1.121.717,15	963.792,65	Valores Restituíveis	1.121.717,15	963.792,65
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**1.450,00**	**0,00**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**808,96**	**1.450,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.450,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	808,96	1.450,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**8.623.976,11**	**8.165.242,65**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**8.623.976,11**	**8.165.242,65**
Nota(s) Explicativa(s):					

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO	*IVAN RODRIGO NUNES DE SOUZA*	*SÉRGIO JOÃO DOHOPIATI*
Presidente.	Controle Interno.	Contador. - CRC-PR-052612/O-7.

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:E93FC04C

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

MUNICIPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR		Exercício de 2025
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA		Até o Mês: Dezembro
Balanço Patrimonial - Anexo 14		
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA		
ATIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**23.975,84**	**21.012,46**
Caixa e Equivalentes de Caixa	808,96	1.450,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	23.166,88	19.562,46
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**178.597,83**	**218.027,37**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
Imobilizado	178.597,83	218.027,37
Bens Móveis	100.545,98	120.242,39
Bens Imóveis	78.051,85	97.784,98
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	**202.573,67**	**239.039,83**
PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE	**131.955,35**	**114.850,23**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	131.955,35	114.850,23
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar	0,00	0,00
Obrigações Fiscais	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**131.955,35**	**114.850,23**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Patrimônio Social/Capital Social	**0,00**	**0,00**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	**0,00**	**0,00**
Reservas de Capital	**0,00**	**0,00**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**0,00**	**0,00**
Reservas de Lucros	**0,00**	**0,00**
Demais Reservas	**0,00**	**0,00**
Resultados Acumulados	**70.618,32**	**124.189,60**
Resultado do Exercício	-53.571,28	11.286,24
Resultado de Exercícios Anteriores	124.189,60	112.903,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00

Outros Resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**70.618,32**	**124.189,60**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**202.573,67**	**239.039,83**
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO FINANCEIRO	808,96	1.450,00
ATIVO PERMANENTE	201.764,71	237.589,83
PASSIVO FINANCEIRO	808,96	1.450,00
PASSIVO PERMANENTE	131.955,35	114.850,23
SALDO PATRIMONIAL	**69.809,36**	**122.739,60**
Saldos dos Atos Potenciais Ativos		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**
Saldos dos Atos Potenciais Passivos		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	129.749,77	52.052,16
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	**129.749,77**	**52.052,16**
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
TOTAL POR FONTES DE RECURSOS	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):		
Há saldo em caixa e equivalentes de caixa, pois se está virando exercício com restos a pagar não processados. O estoque é composto por produtos de: limpeza, copa e cozinha, gêneros alimentícios, material de expediente e material elétrico e eletrônico. Ativo Imobilizado: O saldo de R$ 178.597,83 - corresponde ao valor líquido contábil dos bens: 1º - MÓVEIS, que possuem um valor residual de 10% sobre seu valor de aquisição ou de reavaliação, vida útil estipulada de 05 anos e taxa de depreciação de 20% ao ano e, 2º - IMÓVEIS - refere-se a valor investido na reforma do prédio que abriga a sede deste Poder Legislativo, e o saldo restante do valor investido, será amortizado em 04 anos (período restante do contrato de uso), à taxa de 7,69% ao ano. Saldo dos Atos Potenciais Passivos - Execução de Obrigações Contratuais - refere-se a valores de contratos de: fornecimentos de bens, locação de impressora e sistema informatizado, e prestadores de serviços, que possuem previsão de vigorar por um período em 2026. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar - refere-se a provisão do valor de 33,33% das férias (servidores efetivos), e licença prêmio (1º e 2º períodos aquisitivos) dos servidores efetivos, bem como os encargos incidentes.		
ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO	***IVAN RODRIGO NUNES DE SOUZA***	***SÉRGIO JOÃO DOHOPIATI***
Presidente.	Controle Interno.	Contador. - CRC-PR-052612/O-7.

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:BB91633C

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

MUNICIPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR	Exercício de 2025	
CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA	Mês: 12	
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15		
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício atual	**Exercício anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**7.500.000,00**	**7.200.000,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0.00	0.00
Impostos	0.00	0.00
Taxas	0.00	0.00
Contribuições de Melhoria	0.00	0.00
Contribuições	0.00	0.00
Contribuições Sociais	0.00	0.00
Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico	0.00	0.00
Contribuição de Iluminação Pública	0.00	0.00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0.00	0.00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0.00	0.00
Venda de Mercadorias	0.00	0.00
Venda de Produtos	0.00	0.00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0.00	0.00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0.00	0.00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0.00	0.00
Juros e Encargos de Mora	0.00	0.00
Variações Monetárias e Cambiais	0.00	0.00
Descontos Financeiros Obtidos	0.00	0.00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0.00	0.00
Transferências e Delegações Recebidas	7.500.000,00	7.200.000,00
Transferências Intragovernamentais	7.500.000,00	7.200.000,00
Transferências Intergovernamentais	0.00	0.00
Transferências das Instituições Privadas	0.00	0.00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0.00	0.00
Transferências de Consórcios Públicos	0.00	0.00
Transferências do Exterior	0.00	0.00
Delegações Recebidas	0.00	0.00
Transferências de Pessoas Físicas	0.00	0.00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0.00	0.00
Valorização e Ganhos com Ativos	0.00	0.00
Reavaliação de Ativos	0.00	0.00
Ganhos com Alienação	0.00	0.00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0.00	0.00
Desincorporação de Passivos	0.00	0.00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0.00	0.00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0.00	0.00

Resultado Positivo de Participações	0.00	0.00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0.00	0.00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0.00	0.00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**7.553.571,28**	**7.188.713,76**
Pessoal e Encargos	2.607.395,68	2.536.683,15
Remuneração a Pessoal	2.250.248,51	2.251.260,69
Encargos Patronais	349.614,53	278.028,42
Benefícios a Pessoal	7.532,64	7.394,04
Custo de Pessoal e Encargos	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0.00	0.00
Benefícios Previdenciários	0.00	0.00
Aposentadorias e Reformas	0.00	0.00
Pensões	0.00	0.00
Outros Benefícios Previdenciários	0.00	0.00
Benefícios Assistenciais	0.00	0.00
Benefícios de Prestação Continuada	0.00	0.00
Benefícios Eventuais	0.00	0.00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0.00	0.00
Outros Benefícios Assistenciais	0.00	0.00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	274.318,65	223.957,49
Uso de Material de Consumo	15.438,77	20.222,23
Serviços	218.955,34	170.299,45
Depreciação, Amortização e Exaustão	39.924,54	33.435,81
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0.00	0.00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0.00	0.00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0.00	0.00
Juros e Encargos de Mora	0.00	0.00
Variações Monetárias e Cambiais	0.00	0.00
Descontos Financeiros Concedidos	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0.00	0.00
Transferências e Delegações Concedidas	4.671.856,95	4.428.073,12
Transferências Intragovernamentais	4.671.856,95	4.428.073,12
Transferências Intergovernamentais	0.00	0.00
Transferências das Instituições Privadas	0.00	0.00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0.00	0.00
Transferências de Consórcios Públicos	0.00	0.00
Transferências do Exterior	0.00	0.00
Execução Orçamentária Delegada	0.00	0.00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0.00	0.00
Desvalorização e Perda de Ativos	0.00	0.00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0.00	0.00
Perdas com Alienação	0.00	0.00
Perdas Involuntárias	0.00	0.00
Incorporação de Passivos	0.00	0.00
Desincorporação de Ativos	0.00	0.00
Tributárias	0.00	0.00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0.00	0.00
Contribuições	0.00	0.00
Custo com Tributos	0.00	0.00
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0.00	0.00
Custo das Mercadorias Vendidas	0.00	0.00
Custo dos Produtos Vendidos	0.00	0.00
Custo dos Serviços Prestados	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0.00	0.00
Premiações	0.00	0.00
Resultado Negativo de Participações	0.00	0.00
Incentivos	0.00	0.00
Subvenções Econômicas	0.00	0.00
Participações e Contribuições	0.00	0.00
VPD de Constituição de Provisões	0.00	0.00
Custo de Outras VPD	0.00	0.00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0.00	0.00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-53.571,28**	**11.286,24**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

(decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício atual	**Exercício anterior**
Incorporação de Ativo	495,00	52.491,44
Desincorporação de Passivo	0,00	0,00
Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Ativo	0,00	0,00

Nota(s) Explicativa(s):

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO	***IVAN RODRIGO NUNES DE SOUZA***	***SÉRGIO JOÃO DOHOPIATI***
Presidente.	Controle Interno.	Contador. - CRC-PR-052612/O-7.

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:BE8E09B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 990/2026

LEI Nº 990/2026

DATA: 05/02/2026

SÚMULA: Concede reposição salarial aos servidores municipais efetivos e temporários que compõem o quadro do Magistério do Município de Boa Vista da Aparecida/PR, de acordo com o Piso Nacional da Categoria, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008, bem como altera os anexos I e II da Lei Municipal nº 790/2023, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição salarial aos servidores municipais efetivos e temporários que compõem o quadro do magistério municipal, de acordo com o Piso Nacional da Categoria, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008, no percentual de **5,4% (cinco vírgula quatro por cento)**, aplicado sobre a tabela vigente.

Art. 2º. Fica atualizado o valor do piso salarial para os profissionais do magistério público municipal, no valor de R$ 2.565,31 (PD-I-A), por força do disposto na Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e de acordo com a Medida Provisória nº 1.334, de 21 de janeiro de 2026 e PORTARIA MEC Nº 82, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

Art. 3º. Ficam alterados os **Anexos I e II** da Lei Municipal nº 790, de 22 de dezembro de 2023, que passam a vigorar de acordo com os Anexos I e II da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos financeiros retroativamente ao dia 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS

Prefeito Municipal

ANEXO I DA LEI Nº 990/2026

ANEXO I DA LEI MUNICIPAL N° 790/2023 – ALTERADO PELA LEI Nº 990/2026

QUADRO DO MAGISTÉRIO

SÍMBOLO	FORMAÇÃO	CLASSES	NÍVEIS	ESTÁGIOS	Nº DE VAGAS
I	Professor com habilitação em magistério	Classe A	I	De 01 a 18	75
II	Professor com licenciatura e graduação plena	Classe B	II	De 01 a 18	90
III	Professor com licenciatura e Pós-graduação	Classe C	III	De 01 a 18	180

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS

Prefeito Municipal

ANEXO II DA LEI Nº 990/2026

DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL – QUADRO EFETIVO

REFERÊNCIA DE VENCIMENTOS

ANEXO II DA LEI Nº 790/2023 – ALTERADO PELA LEI Nº 990/2026

CLASSE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
PD/I	R$ 2.565,31	R$ 2.629,44	R$ 2.695,18	R$ 2.762,56	R$ 2.831,62	R$ 2.902,41	R$ 2.974,97	R$ 3.049,35	R$ 3.125,58	R$ 3.203,72	R$ 3.283,81	R$ 3.365,91	R$ 3.450,06	R$ 3.536,31	R$ 3.624,72	R$ 3.715,33	R$ 3.808,22	R$ 3.903,42
PD/II	R$ 2.821,84	R$ 2.892,39	R$ 2.964,70	R$ 3.038,81	R$ 3.114,78	R$ 3.192,65	R$ 3.272,47	R$ 3.354,28	R$ 3.438,14	R$ 3.524,09	R$ 3.612,19	R$ 3.702,50	R$ 3.795,06	R$ 3.889,94	R$ 3.987,19	R$ 4.086,87	R$ 4.189,04	R$ 4.293,76
PD/III	R$ 2.906,50	R$ 2.979,16	R$ 3.053,64	R$ 3.129,98	R$ 3.208,23	R$ 3.288,43	R$ 3.370,64	R$ 3.454,91	R$ 3.541,28	R$ 3.629,81	R$ 3.720,56	R$ 3.813,57	R$ 3.908,91	R$ 4.006,64	R$ 4.106,80	R$ 4.209,47	R$ 4.314,71	R$ 4.422,58
BBLI-E	R$ 5.147,32	R$ 5.276,01	R$ 5.407,91	R$ 5.543,11	R$ 5.681,68	R$ 5.823,73	R$ 5.969,32	R$ 6.118,55	R$ 6.271,52	R$ 6.428,30	R$ 6.589,01	R$ 6.753,74	R$ 6.922,58	R$ 7.095,64	R$ 7.273,04	R$ 7.454,86	R$ 7.641,23	R$ 7.832,26

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 05 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:60256F72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8- RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO- REPUBLICADO

MUNICIPIO DE BRAGANEY		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.302.678,47	3.261.680,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	748.733,00	523.443,29
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.592.977,24	690.545,16
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.574.122,42	692.553,10
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.386.845,81	1.355.139,43
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.125.815,49	32.834.423,16
2.1- Cota-Parte FPM	16.210.563,00	21.279.405,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.076.049,00	18.943.957,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.134.514,00	2.335.447,81
2.2- Cota-Parte ICMS	12.539.262,00	10.147.733,41
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	189.309,06	147.457,36
2.4- Cota-Parte ITR	83.757,00	184.478,60
2.5- Cota-Parte IPVA	1.102.924,43	1.075.348,79
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**35.428.493,96**	**36.096.104,14**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**5.798.260,30**	**6.099.795,07**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**3.058.863,19**	**2.924.230,97**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.088.285,91	5.190.351,08
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.088.285,91	5.163.388,91

6.1.1- Principal	6.013.184,95	5.119.298,61
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	75.100,96	44.090,30
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	26.962,17
6.4.1- Principal	0,00	26.962,17
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**214.924,65**	**-980.496,46**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	234.847,95	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	234.847,95	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.425.199,03**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.408.851,11	5.150.559,22	5.150.559,22	5.120.283,73	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.635.038,68	4.696.603,32	4.696.603,32	4.666.327,83	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.505.224,03	2.382.106,04	2.382.106,04	2.361.638,59	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.605.610,22	1.971.623,82	1.971.623,82	1.964.438,46	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	384.210,92	312.780,49	312.780,49	310.157,81	0,00
10.1.5- Administração Geral	139.993,51	30.092,97	30.092,97	30.092,97	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	773.812,43	453.955,90	453.955,90	453.955,90	0,00
10.2.1- Educação Infantil	185.802,39	61.440,00	61.440,00	61.440,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	121.807,52	1.597,90	1.597,90	1.597,90	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	331.000,00	329.614,50	329.614,50	329.614,50	0,00
10.2.5- Administração Geral	135.202,52	61.303,50	61.303,50	61.303,50	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	4.953.081,70	4.953.081,70	4.922.806,21	0,00	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.953.081,70	4.953.081,70	4.922.806,21	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.580.653,08	4.580.653,08	4.550.377,59	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		3.614.372,24	4.580.653,08	4.580.653,08	88,71
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	519.035,11	237.269,38	237.269,38	0,00	4,57

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	476.581,47	161.857,71	197.477,52	0,00	-35.619,81	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	466.000,95	129.042,77	136.037,52	0,00	-6.994,75	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	10.580,52	32.814,94	61.440,00	0,00	-28.625,06	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.449.498,75	3.908.463,28	3.906.995,17	3.864.759,81	1.468,11
20.1- Educação Infantil	1.183.008,96	899.616,46	899.616,46	890.785,68	0,00
20.2- Ensino Fundamental	2.677.809,18	2.255.066,17	2.253.598,06	2.227.671,15	1.468,11
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	122.780,00	71.279,17	71.279,17	70.905,50	0,00
20.5- Administração Geral	823.652,53	682.501,48	682.501,48	675.397,48	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	642.248,08	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	9.187.697,27	7.418.445,36	7.416.977,25	7.354.566,75	1.468,11
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.782.470,35	3.190.157,47	3.190.157,47	3.160.859,24	0,00
21.1.1- Creche	3.782.470,35	3.190.157,47	3.190.157,47	3.160.859,24	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.405.226,92	4.228.287,89	4.226.819,78	4.193.707,51	1.468,11

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.908.463,28
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.099.795,07
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	1.860,83
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**10.006.397,52**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)

29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	9.024.026,04	10.006.397,52	27,72

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	133.802,23	145.685,82	176.717,37	1.860,83	-44.775,97
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	133.802,23	111.568,11	172.875,15	1.860,83	-40.933,75
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	34.117,71	3.842,22	0,00	-3.842,22
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	637.420,71	535.756,39
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	379.441,44	335.612,59
31.1.1- Salário-Educação	379.441,44	335.612,59
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.979,27	200.143,80

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.320.607,89	663.552,66	663.552,66	663.552,66	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	353.311,39	111.823,85	111.823,85	111.823,85	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	703.235,50	377.371,05	377.371,05	377.371,05	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	15.000,00	10.029,72	10.029,72	10.029,72	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	249.061,00	164.328,04	164.328,04	164.328,04	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	13.245.925,70	10.283.814,02	10.282.345,91	10.208.917,30	1.468,11
33.1- Despesas Correntes	12.872.827,70	10.094.345,79	10.092.877,68	10.019.449,07	1.468,11
33.1.1- Pessoal Ativo	8.174.463,01	6.980.493,53	6.980.493,53	6.925.287,52	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	384.150,41	329.614,50	329.614,50	329.614,50	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.314.214,28	2.784.237,76	2.782.769,65	2.764.547,05	1.468,11
33.2- Despesas de Capital	373.098,00	189.468,23	189.468,23	189.468,23	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	373.098,00	189.468,23	189.468,23	189.468,23	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	170.730,08	56.066,98

35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.339.121,91	335.612,59
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.124.125,95	171.641,51
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	385.726,04	220.038,06
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	312,43
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	94.418,53	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	291.307,51	220.350,49
Notas Explicativas		

VALDIR ZIELINSKI	*LILIAN RIGAMONTI*	*FLAVIA WRONSKI*
Prefeito	Contador(a)	Controle Interno

Publicado por:
Lilian Rigamonti
Código Identificador:6B7CE7D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESCALA CONSELHO TUTELAR

DEPARTAMENTO: SERVIÇOS RODOVIARIOS

Horário e Escala dos Serviços do Conselho Tutelar

Mês: FEVEREIRO 2026

Nome	Horário	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
CLAUDECIR CAMARGO	17:00 A 23:59						**S**																					
CLAUDECIR CAMARGO	00:00 A 23:59							**S**																				
CLAUDECIR CAMARGO	00:00 A 23:59								**S**																			
CLAUDECIR CAMARGO	00:00 A 08:00									**S**																		

Fe= Férias - **A**: Atestado médico - **L**: Licença - **S** - sobreaviso

Foz do Jordão, 05 de Fevereiro de 2026.

Assinatura do Secretario:_____

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:5A5EDF26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº 019/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL Nº 019/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Portaria nº 306/2025 e Resolução nº 003/2020 e suas alterações;

Considerando o Edital nº 014/2026 com o gabarito preliminar da prova objetiva, publicado em 26 de janeiro de 2026;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

Art. 1º - O gabarito da prova objetiva, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público do CONSAMU, para os candidatos de acordo com anexos I e II deste Edital.

Art. 2º - O Anexo I contém o Gabarito da Prova Objetiva após recursos e o Anexo II contém as respostas aos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva cadastrados do site da UNIOESTE/COGEPS durante o prazo estabelecido em cronograma.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO

Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU

ANGELA DA SILVA

Presidente da Comissão Organizadora dos Concursos Públicos do CONSAMU

Anexo I – Gabarito da Prova Objetiva									
Agente Administrativo									
1:B	2:E	3:A	4:D	5:A	6:A	7:C	8:D	9:E	10 : D
11 : C	12 : D	13 : B	14 : E	15 : A	16 : B	17 : B	18 : C	19 : D	20 : B
21 : B	22 : C	23 : D	24 : B	25 : C	26 : D	27 : C	28 : C	29 : D	30 : C
31 : C	32 : B	33 : D	34 : C	35 : B	36 : A	37 : A	38 : B	39 : C	40 : C
41 : D	42 : D	43 : C	44 : E	45 : B	46 : C	47 : A	48 : B	49 : D	50 : D
Assessor Jurídico									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : A	16 : C	17 : E	18 : D	19 : B	20 : C
21 : E	22 : A	23 : A	24 : A	25 : E	26 : B	27 : A	28 : C	**29 : A**	30 : D
31 : A	32 : D	33 : D	34 : C	35 : A	36 : A	37 : B	**38 : E**	39 : D	40 : A
41 : B	42 : B	43 : C	44 : B	**45 : N**	46 : B	47 : B	48 : E	49 : A	50 : E
Assistente Social									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : C	16 : E	17 : C	18 : A	19 : A	20 : C
21 : C	22 : C	23 : D	24 : B	25 : D	**26 : N**	27 : B	28 : E	29 : D	30 : B
31 : A	32 : A	33 : D	**34 : N**	35 : E	**36 : N**	37 : A	38 : A	39 : E	40 : B
41 : A	42 : A	43 : E	44 : B	45 : D	46 : A	47 : B	48 : B	49 : A	50 : B
Contador									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : A	16 : C	17 : E	18 : D	19 : B	20 : E
21 : C	22 : A	23 : D	24 : B	25 : B	26 : C	27 : D	28 : A	29 : E	30 : E
31 : C	32 : A	33 : B	34 : D	35 : C	36 : D	37 : E	38 : A	39 : B	40 : C
41 : A	42 : E	43 : D	44 : B	45 : E	46 : A	47 : C	48 : C	49 : D	50 : B

Enfermeiro									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : B	16 : D	17 : E	18 : C	19 : E	20 : A
21 : C	22 : E	23 : D	24 : A	25 : B	26 : D	27 : C	28 : B	29 : E	30 : E
31 : C	32 : D	33 : B	34 : E	35 : B	**36 : N**	37 : A	38 : D	39 : B	40 : A
41 : A	42 : E	43 : D	**44 : N**	45 : B	46 : A	47 : A	48 : D	49 : D	50 : C
Farmacêutico									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : C	**16 : N**	17 : A	18 : A	**19 : N**	20 : B
21 : B	22 : C	23 : B	24 : A	25 : C	26 : A	27 : B	28 : D	29 : D	30 : C
31 : C	32 : B	33 : A	34 : A	35 : C	36 : A	**37 : N**	38 : A	39 : B	40 : C
41 : D	42 : B	43 : C	44 : D	45 : B	46 : A	47 : B	48 : D	49 : C	50 : B
Fonoaudiólogo									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : B	16 : E	17 : B	18 : C	19 : A	20 : C
21 : E	22 : D	23 : A	24 : E	25 : E	26 : B	27 : E	28 : C	29 : D	30 : C
31 : A	32 : B	33 : A	34 : D	35 : B	36 : E	37 : D	38 : A	39 : E	40 : A
41 : B	42 : C	43 : E	44 : A	45 : B	46 : A	47 : D	48 : D	49 : C	50 : C
Médico 12h									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : C	**16 : N**	17 : B	18 : C	19 : B	20 : C
21 : A	22 : C	23 : D	24 : A	25 : B	26 : C	27 : B	28 : C	29 : C	30 : E
31 : E	32 : D	33 : E	**34 : C**	35 : B	36 : C	37 : B	38 : C	39 : C	40 : D
41 : C	42 : A	43 : E	44 : A	45 : D	46 : C	47 : A	48 : C	49 : D	50 : B

Médico 24h									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : C	**16 : N**	17 : B	18 : C	19 : B	20 : C
21 : A	22 : C	23 : D	24 : A	25 : B	26 : C	27 : B	28 : C	29 : C	30 : E
31 : E	32 : D	33 : E	**34 : C**	35 : B	36 : C	37 : B	38 : C	39 : C	40 : D
41 : C	42 : A	43 : E	44 : A	45 : D	46 : C	47 : A	48 : C	49 : D	50 : B
Médico 24h (SAMU)									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : C	**16 : N**	17 : B	18 : C	19 : B	20 : C
21 : A	22 : C	23 : D	24 : A	25 : B	26 : C	27 : B	28 : C	29 : C	30 : E
31 : E	32 : D	33 : E	**34 : C**	35 : B	36 : C	37 : B	38 : C	39 : C	40 : D
41 : C	42 : A	43 : E	44 : A	45 : D	46 : C	47 : A	48 : C	49 : D	50 : B
Médico 24h (UPA)									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : C	**16 : N**	17 : B	18 : C	19 : B	20 : C
21 : A	22 : C	23 : D	24 : A	25 : B	26 : C	27 : B	28 : C	29 : C	30 : E
31 : E	32 : D	33 : E	**34 : C**	35 : B	36 : C	37 : B	38 : C	39 : C	40 : D
41 : C	42 : A	43 : E	44 : A	45 : D	46 : C	47 : A	48 : C	49 : D	50 : B
Nutricionista									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : B	16 : B	17 : E	18 : A	19 : C	20 : D
21 : A	22 : C	23 : B	24 : A	25 : B	26 : C	27 : D	28 : B	29 : E	30 : A
31 : C	32 : E	33 : D	34 : D	35 : C	36 : B	37 : E	38 : A	39 : B	40 : D
41 : B	42 : E	43 : A	44 : D	45 : C	46 : A	47 : B	48 : E	49 : B	50 : B

Motorista Socorrista									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : E	17 : C	18 : D	**19 : N**	20 : C
21 : B	22 : D	23 : C	24 : D	25 : E	26 : D	27 : C	28 : D	29 : B	**30 : B**
31 : B	32 : D	33 : B	34 : D	35 : C	36 : A	37 : D	**38 : N**	39 : B	40 : A
Psicólogo									
1:B	2:E	3:D	4:B	5:C	6:E	7:D	8:A	9:C	10 : B
11 : B	12 : A	13 : B	14 : C	15 : B	16 : A	17 : D	18 : C	19 : E	20 : A
21 : D	22 : A	23 : B	24 : E	25 : C	26 : E	27 : A	28 : C	29 : D	30 : B
31 : N	32 : A	33 : C	34 : E	35 : B	36 : D	37 : A	38 : C	39 : B	40 : D
41 : E	42 : A	43 : C	**44 : N**	45 : B	46 : B	47 : E	48 : A	49 : D	50 : C
Rádio Operador									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : D	17 : C	18 : D	19 : A	20 : A
21 : E	22 : C	23 : A	**24 : N**	25 : D	26 : C	27 : B	28 : E	29 : B	30 : C
31 : E	32 : B	33 : D	34 : E	35 : A	36 : C	37 : A	38 : B	39 : A	40 : D
Técnico Auxiliar de Regulação Médica									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : C	17 : C	18 : B	19 : D	20 : B
21 : N	22 : E	23 : D	24 : C	25 : A	26 : B	27 : C	28 : B	**29 : N**	30 : E
31 : A	32 : D	33 : D	**34 : N**	35 : E	36 : C	37 : B	38 : B	39 : A	40 : B
Técnico em Enfermagem									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : B	17 : C	18 : B	19 : E	20 : D
21 : E	22 : C	23 : A	**24 : N**	25 : A	26 : E	27 : D	28 : D	29 : E	30 : B
31 : B	32 : D	33 : C	34 : C	35 : A	36 : D	37 : D	38 : A	39 : B	40 : C

Técnico em Enfermagem (Hospital)									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : B	17 : C	18 : B	19 : E	20 : D
21 : E	22 : C	23 : A	**24 : N**	25 : A	26 : E	27 : D	28 : D	29 : E	30 : B
31 : B	32 : D	33 : C	34 : C	35 : A	36 : D	37 : D	38 : A	39 : B	40 : C

Técnico em Enfermagem (SAMU)									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : B	17 : C	18 : B	19 : E	20 : D
21 : E	22 : C	23 : A	**24 : N**	25 : A	26 : E	27 : D	28 : D	29 : E	30 : B
31 : B	32 : D	33 : C	34 : C	35 : A	36 : D	37 : D	38 : A	39 : B	40 : C
Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : B	17 : C	18 : B	19 : E	20 : D
21 : E	22 : C	23 : A	**24 : N**	25 : A	26 : E	27 : D	28 : D	29 : E	30 : B
31 : B	32 : D	33 : C	34 : C	35 : A	36 : D	37 : D	38 : A	39 : B	40 : C
Técnico em Enfermagem (UPA)									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : B	17 : C	18 : B	19 : E	20 : D
21 : E	22 : C	23 : A	**24 : N**	25 : A	26 : E	27 : D	28 : D	29 : E	30 : B
31 : B	32 : D	33 : C	34 : C	35 : A	36 : D	37 : D	38 : A	39 : B	40 : C
Técnico em Farmácia									
1:D	2:B	3:C	4:A	**5:C**	6:D	7:C	8:A	9:B	10 : E
11 : B	12 : C	13 : D	14 : B	15 : C	16 : B	17 : B	18 : A	19 : D	20 : E
21 : A	22 : C	23 : E	24 : C	25 : E	26 : D	27 : A	28 : C	29 : B	30 : B
31 : E	32 : E	33 : B	34 : C	35 : A	36 : E	37 : A	**38 : N**	39 : D	40 : D

Anexo II – Respostas aos recursos contra o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Inscrição	Cargo	Quest/ Alt	Justificativa	Resposta	Status
004210	CASCAVEL - Médico 12h	46-N	O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 13) e o Código de Ética Médica (art. 25) determinam a obrigatoriedade da comunicação dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos aos órgãos competentes. Contudo, as normas não especificam se essa comunicação deve ocorrer de forma direta pelo médico ou por meio institucional, sendo reconhecida, na prática assistencial do SUS, a atuação multiprofissional, na qual o médico realiza o registro completo em prontuário e aciona a rede institucional de proteção, responsável pela efetivação da comunicação formal. A alternativa considerada correta não esclarece se a comunicação mencionada deve ser direta ou institucional, impondo interpretação única e absoluta e desconsiderando fluxos assistenciais legítimos, o que gera insegurança interpretativa. Diante da existência de dupla interpretação plausível, solicita-se a anulação da questão.	Recurso IMPROCEDENTE. A alternativa C descreve corretamente o dever do médico: registrar integralmente os achados e o relato, realizar a notificação compulsória e comunicar os órgãos competentes. A distinção entre comunicação direta ou institucional não altera a obrigação legal, tampouco gera ambiguidade ou insegurança interpretativa. Fluxos assistenciais internos não afastam nem relativizam o dever ético e legal de notificação. Inexiste dupla interpretação plausível ou vício na formulação da questão.	INDEFERIDO
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	49-C	Objeto: Recurso contra o Gabarito da Questão 49Prezada Banca Organizadora,Solicita-se a revisão do gabarito oficial da questão 49, que aponta a alternativa A como correta. A afirmação de que "A rifampicina aumenta os níveis séricos dos antirretrovirais" contraria frontalmente a literatura farmacológica e as diretrizes de manejo clínico da coinfecção TB-HIV.1. Do Erro Técnico na Alternativa AA Rifampicina é um potente indutor do sistema enzimático Citocromo P450 (especialmente a isoenzima CYP3A4). Ao induzir essas enzimas, ela acelera o metabolismo de outros fármacos que utilizam a mesma via, como os Inibidores de Protease (IP) e os Inibidores de Integrase (ex: Dolutegravir), resultando na redução drástica de seus níveis séricos, e não no aumento. Referência: Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos (Ministério da Saúde). O uso concomitante de Rifampicina e certos antirretrovirais pode levar à falha terapêutica e resistência viral devido à subdosagem do antirretroviral causada pela indução enzimática. 2. Da Veracidade da Alternativa CA alternativa C descreve corretamente o tratamento da Infecção Latente por Tuberculose (ILTB) conforme o Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil:* O uso de Isoniazida (9 meses/270 doses ou 6 meses/180 doses) é o padrão ouro histórico.* A introdução do esquema 3HP (Rifapentina + Isoniazida, 12 doses semanais) é a recomendação atual para otimizar a adesão, conforme evidenciado por estudos internacionais e adotado pelo Ministério da Saúde.3. Conclusão e PedidoConsiderando que a alternativa A apresenta uma afirmação farmacologicamente falsa (a Rifampicina diminui os níveis, não aumenta), e que a alternativa C encontra-se em total consonância com os protocolos vigentes, solicita-se:1. A alteração do gabarito da alternativa A para a alternativa C.2. Caso a	A alternativa correta é a letra C conforme o gabarito publicado.	INDEFERIDO

			banca entenda que houve erro de digitação na alternativa A, requer-se a anulação da questão por inexistência de resposta correta que não induza o candidato ao erro técnico.		
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	37-C	Recurso contra o Gabarito Oficial da Questão 37Prezada Banca Organizadora,Solicita-se a anulação da questão 37, uma vez que a mesma apresenta duas alternativas tecnicamente corretas (A e C) de acordo com a literatura de saúde pública e o histórico das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Brasil, impossibilitando a escolha de uma única resposta.1. Da Veracidade da Alternativa AA alternativa A afirma corretamente que a Declaração de Alma-Ata (1978) reconheceu o uso de plantas medicinais. Este é um marco histórico global aceito pela Organização Mundial da Saúde (OMS).2. Da Veracidade da Alternativa C (Fundamentação Principal)A alternativa C descreve com exatidão o marco legal brasileiro: "No Brasil... buscou estabelecer diretrizes na área de plantas medicinais e saúde pública, em 2006, ao publicar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)...".* Fundamento Legal: A Portaria MS/GM nº 971, de 3 de maio de 2006, aprova a PNPIC no âmbito do SUS.* Conformidade do Texto: O texto da alternativa C reproduz fielmente os objetivos da PNPIC de 2006, que visa justamente expandir o acesso a essas práticas (incluindo a fitoterapia) para responder aos anseios da população e diretrizes de saúde pública.3. Da Inconsistência do GabaritoManter apenas a alternativa A como correta invalida um fato histórico-normativo fundamental para o Direito Sanitário brasileiro e para a atuação do profissional de saúde no SUS, que é a publicação da PNPIC em 2006.Ambas as alternativas (A e C) abordam marcos temporais e conceituais verdadeiros e não excludentes. A coexistência de duas proposições verdadeiras fere o princípio da objetividade e da clareza necessária aos certames públicos.4. Conclusão e PedidoDiante da flagrante veracidade da alternativa C, amparada pela Portaria Ministerial 971/2006, e da correção histórica da alternativa A, resta configurada a duplicidade de respostas. Portanto, requer-se a ANULAÇÃO da questão 37, com a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos.	Recurso procede.	QUESTÃO ANULADA
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	26-D	Recurso contra o Gabarito Oficial da Questão 26Prezada Banca Organizadora,Solicita-se a revisão do gabarito ou a anulação da questão 26. A alternativa apontada como correta (A) é incompleta e restritiva, enquanto a alternativa D descreve com exatidão técnica as etapas consagradas da pesquisa clínica pré- comercialização.1. Da Incompleteza da Alternativa AA alternativa A afirma que os estudos de pré-comercialização "referem-se à avaliação da toxicidade e dos efeitos da nova molécula em animais de experimentação".* Embora correta para a fase pré- clínica, a afirmação é insuficiente para definir "todo o conhecimento sobre um novo medicamento lançado no mercado".* O conhecimento pré-comercialização inclui obrigatoriamente as Fases I, II e III da pesquisa clínica em humanos. Limitar o conhecimento apenas aos estudos animais induz o candidato ao erro.2. Da Exatidão Técnica da Alternativa DA alternativa D afirma: "Na Fase III, aplicada a pacientes, é estabelecida a eficácia do novo medicamento e são identificados e quantificados os efeitos indesejados mais frequentes".* Esta proposição é irrefutavelmente correta e representa o padrão-ouro da farmacologia clínica.* A Fase III é, por definição, o estudo multicêntrico realizado em grandes grupos de pacientes para confirmar	O tema pode ser consultado na literatura Todo conhecimento sobre um novo medicamento lançado no mercado é obtido por meio de estudos pré- comercialização. Os primeiros estudos, denominados pré- clínicos, referem-se à avaliação da toxicidade e dos efeitos da nova molécula em animais de experimentação. Caso não se observem efeitos tóxicos, são realizados estudos em humanos, os ensaios clínicos. Na Fase Ié verificada a tolerabilidade na espécie humana e são observados aspectos relativos à farmacocinética e farmacodinâmica; são realizados geralmente em voluntários sãos. Na Fase II estabelece-se a margem de dose; realiza-se emvoluntários sãos ou pacientes. Na Fase III, aplicada a pacientes, é estabelecidaa eficácia do	INDEFERIDO

			eficácia e monitorar reações adversas antes do registro sanitário e comercialização.3. Dos Erros nas Demais Alternativas* B: Incorreta. A Fase I é realizada em voluntários sadios, não portadores da doença.* C: Incorreta. A margem de segurança e eficácia preliminar é o foco, mas a Fase II é realizada em pacientes (grupo pequeno), não voluntários sãos.* E: Incorreta. Padrões de prescrição e superdoses em larga escala são avaliados na Fase IV (pós-comercialização/farmacovigilância).4. Conclusão e PedidoConsiderando que a alternativa D é tecnicamente superior, mais completa e descreve com precisão uma etapa essencial do conhecimento pré-comercialização, enquanto a A restringe-se apenas à fase inicial (animal), solicita-se:1. A alteração do gabarito para a alternativa D.2. Subsidiariamente, a anulação da questão por apresentar duas alternativas que podem ser interpretadas como corretas, gerando ambiguidade no certame.	novo medicamento e são identificados e quantificados os efeitos indesejados mais frequentes. Fonte: STORPIRTIS, Silvia. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. In: Farmácia clínica e atenção farmacêutica. 2008. p. 489-489.	
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	24-D	Objeto: Recurso contra o Gabarito Oficial da Questão 24Prezada Banca Organizadora,Solicita-se a revisão do gabarito da questão 24, que aponta a alternativa A como correta. A análise da legislação citada demonstra que a Lei 14.715/2023 não guarda relação com o tema proposto (intoxicação por metanol), enquanto a Lei 14.874/2024 é a norma que ampara a segurança de participantes de pesquisas e o fluxo de assistência em saúde no contexto atual.1. Do Equívoco na Alternativa A (Lei 14.715/2023)A Lei nº 14.715, de 31 de outubro de 2023, trata especificamente da anistia de infrações disciplinares de estudantes e servidores em casos específicos de mobilizações estudantis ou temas administrativos internos.* Não há qualquer menção a diretrizes toxicológicas, assistência em saúde, metanol ou logística de antídotos nesta lei.* Portanto, a alternativa A é factualmente incorreta em relação ao enunciado.2. Da Fundamentação da Alternativa D (Lei 14.874/2024)A alternativa D, que cita a Lei 14.874/2024, refere-se à lei publicada em 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui regras para a proteção de participantes.* O enunciado descreve um cenário crítico de intoxicação em massa e menciona a "política de informação e assistência toxicológica".* A Lei 14.874/2024 é o marco	O tema da questão é logistica de antídotos, não intoxicação por metanol.	INDEFERIDO

			legal mais recente que organiza as responsabilidades sobre assistência à saúde e segurança em casos de exposição a substâncias sob investigação ou monitoramento sanitário severo.3. Da Inconsistência do Enunciado e OpçõesCaso a intenção da banca fosse referir-se à lei que instituiu a Política Nacional de Atenção às Urgências ou diretrizes de Farmacovigilância, nenhuma das leis citadas nas alternativas A, B ou C (todas de 2023) trata de "metanol" ou "logística de antídotos".4. Conclusão e PedidoConsiderando que a Lei 14.715/2023 (Alternativa A) é estranha ao tema de toxicologia e que a Lei 14.874/2024 (Alternativa D) é o único marco legal de 2024 pertinente a protocolos de segurança em saúde e assistência mencionados no contexto de atualização do certame (CONSAMU 2025), solicita-se:1. A alteração do gabarito da alternativa A para a alternativa D.2. Subsidiariamente, a anulação da questão por erro material na indicação da legislação correspondente ao tema de intoxicação por metanol, visto que este tema é tradicionalmente regulado por Resoluções da ANVISA (como a RDC 20/2007) e Portarias do Ministério da Saúde, e não pelas leis administrativas citadas.		
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON -	16-B	Recurso contra o Gabarito Oficial da Questão 16Prezada Banca Organizadora,Solicita-se a revisão do gabarito da questão 16, que aponta a	A candidata está correta, houve um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA

	Farmacêutico		alternativa D (Somente a alternativa I está correta) como a resposta certa. A análise técnica fundamentada na Farmacopeia Brasileira (7ª edição) e nas normas de estabilidade de termolábeis demonstra que a alternativa correta é a B (Somente a alternativa II está correta).1. Do Erro na Afirmação IA afirmação I diz que a Farmacopeia define faixas específicas distinguindo entre medicamentos armazenados em temperatura ambiente "controlada, refrigerada ou de congelamento".* Contradição: Embora a Farmacopeia estabeleça condições de conservação, a definição de "temperatura ambiente controlada" é um conceito mais específico de guias de estabilidade internacionais e da própria RDC 430/2020. A Farmacopeia foca em faixas de temperatura (ex: ambiente 15°C a 30°C), mas a afirmação I é genérica e não é o ponto de maior precisão da questão.2. Da Veracidade da Afirmação IIA afirmação II diz: "Enfatiza a importância do controle da umidade e da exposição à luz, pois esses fatores podem acelerar processos de degradação química e física".* Fundamento: Este é um princípio basilar da Farmacopeia Brasileira e da estabilidade de fármacos. A umidade (hidrólise) e a luz (fotólise) são agentes externos primários de degradação. Esta afirmação é inquestionavelmente verdadeira e central para a segurança e eficácia dos medicamentos.3. Do Erro Crítico na Afirmação IIIA afirmação III diz que produtos termolábeis como insulinas e antibióticos injetáveis devem ser mantidos entre -2°C e +8°C.* Erro Técnico Grave: A faixa padrão para produtos refrigerados (termolábeis) é de +2°C a +8°C.* Consequência: Manter insulinas a -2°C (temperatura abaixo de zero) causaria o congelamento do produto. O congelamento de insulinas leva à desnaturação da proteína e perda total da eficácia terapêutica, além de poder causar reações no local da aplicação. Portanto, a afirmação III é falsa.4. Conclusão e PedidoConsiderando que a afirmação III está tecnicamente errada (faixa negativa para insulinas) e que a afirmação II reflete exatamente as diretrizes de proteção contra luz e umidade, a alternativa B é a única possível. Por conseguinte, solicita-se:1. A alteração do gabarito da alternativa D para a alternativa B.2. Caso a banca mantenha o entendimento de que a afirmação I também está correta (gerando duas afirmações verdadeiras, I e II), requer-se a anulação da questão por falta de alternativa que contemple "I e II estão corretas".		
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	6-A	À Banca Examinadora da UNIOESTE, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra a Questão 06, requerendo sua anulação, em razão da inexistência de alternativa única correta, decorrente de erros técnicos de natureza gramatical e metalinguística, bem como de incoerência entre o comando da questão e a fundamentação das alternativas. O enunciado solicita a identificação da alternativa que NÃO apresenta desvio da norma-padrão, a partir de fragmento da obra Quarto de Despejo, explicitamente caracterizada como texto cuja linguagem se afasta da norma culta por opção estética, social e política. Contudo, a análise das alternativas demonstra que mais de uma apresenta incorreções conceituais, inviabilizando resposta objetiva. A alternativa D incorre em erro técnico de acentuação gráfica, ao afirmar que o vocábulo “radio” deveria receber acento agudo “pelo mesmo motivo” que a palavra “Várias”. Tal afirmação é gramaticalmente incorreta, pois “rádio” é paroxítona terminada em ditongo crescente, enquanto “várias” é proparoxítona, estando submetidas a regras distintas de acentuação. A justificativa apresentada, portanto, é	Em relação ao argumento de que a afirmação dada em D é incorreta, “pois “rádio” é paroxítona terminada em ditongo crescente, enquanto “várias” é proparoxítona, estando submetidas a regras distintas de acentuação.”, o candidato não apresenta qualquer suporte teórico que sustente tal análise. É comum entre os gramáticos duas análises da mesma situação: ou entender o vocábulo como uma paroxítona terminada em ditongo crescente; ou entendê-lo como uma proparoxítona. Ambas as interpretações, portanto, encontram respaldo na literatura gramatical. O que não é pertinente é usar uma regra para um vocábulo e outra para outro, com as mesmas características. Assim, a análise está correta: ambos os vocábulos são acentuados pela mesma regra: ou por	INDEFERIDO

			conceitualmente falsa, o que invalida a alternativa, ainda que o vocábulo rádio exija acento. Por sua vez, a alternativa E apresenta erro de regência verbal, ao classificar o verbo “manusear” como transitivo indireto. De acordo com a gramática normativa, manusear é verbo transitivo direto, não exigindo preposição (“manusear um livro”). Assim, inexiste o desvio apontado, tornando a alternativa tecnicamente incorreta. Além disso, observa-se contradição lógica entre o enunciado e determinadas alternativas, uma vez que o próprio comando afirma que os afastamentos da norma- padrão no texto não constituem falha, mas elemento constitutivo do projeto discursivo da obra. Ainda assim, algumas alternativas tratam tais ocorrências como desvios gramaticais descontextualizados, em desacordo com a orientação interpretativa fornecida pela própria	serem paroxítonas terminadas em ditongo crescente; ou por serem proparoxítonas. Já a alternativa E apresenta uma análise inconsistente, uma vez que a oração “Gosto de manusear um livro” está adequada à norma padrão. Logo, é a alternativa a ser assinalada. Em relação ao argumento de que “observa-se contradição lógica entre o enunciado e determinadas alternativas, uma vez que o próprio comando afirma que os afastamentos da norma-padrão no texto não constituem falha, mas elemento constitutivo do projeto discursivo da obra”, o pleiteante toma uma análise da qualidade literária (não constitui falha) para indicar que não haveria	

			questão. Diante do exposto, verifica-se que a Questão 06 apresenta vício material, caracterizado pela ausência de alternativa plenamente correta, em afronta aos princípios da objetividade, da segurança jurídica e da unicidade da resposta, imprescindíveis à validade de itens avaliativos em concursos públicos. Requer-se, portanto, a ANULAÇÃO da Questão 06, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos. Termos em que,Pede deferimento.	desvio de norma culta, interpretação que o enunciado não suporta, uma vez que se diz, de forma explícita, antes da apresentação do recorte, que a obra é marcada "pelo afastamento da norma padrão". E é justamente esse ponto sobre o qual o enunciado recai, solicitando-se do candidato que identifique quais elementos mostram tal afastamento. Logo, o recurso não procede, ficando mantido o gabarito provisório.	
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	45-E		A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO
001682	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	45-E	À Banca Examinadora da UNIOESTE,Venho, respeitosamente, interpor recurso contra a Questão 45, requerendo sua ANULAÇÃO, em razão de imprecisão técnico- normativa na formulação das assertivas, especialmente do item II e III, o que compromete a objetividade da questão e a identificação inequívoca da alternativa correta.A questão fundamenta-se na Portaria SECTICS/MS nº 27, de 2023, que incorporou a tafenoquina ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento da malária por Plasmodium vivax, conforme critérios clínicos e laboratoriais específicos.De acordo com a referida Portaria:* I - A tafenoquina é indicada para casos de infecção por Plasmodium vivax, em consonância com a assertiva I;* II – A tafenoquina deve ser tomada uma única;Ocorre que a assertiva apresenta erro gramatical e estrutural, uma vez que a expressão "uma única" exige complemento nominal para que haja sentido e concordância adequados, como, por exemplo, "dose única" ou "uma única vez". Da forma como está redigida, a frase encontra-se incompleta, comprometendo a clareza e a correção da informação.Em provas de concurso público, exige-se que as assertivas estejam redigidas de forma clara, precisa e gramaticalmente correta, o que não ocorre no presente caso. Tal inadequação pode induzir o candidato ao erro ou gerar dúvida quanto à veracidade da	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO

			afirmativa, ferindo o princípio da objetividade da avaliação.* A utilização da tafenoquina está condicionada à realização prévia de teste quantitativo da atividade da enzima G6PD, como critério de segurança terapêutica, em razão do risco de hemólise em indivíduos com deficiência dessa enzima, além da observância do critério etário mínimo.Todavia, a assertiva III apresenta erro técnico relevante, ao afirmar que o teste quantitativo da atividade da G6PD seria utilizado "para confirmação diagnóstica". Tal afirmação não encontra respaldo na Portaria SECTICS/MS nº 27/2023, nem nos protocolos clínicos do Ministério da Saúde, uma vez que:* O diagnóstico da malária é realizado por métodos específicos (parasitológicos ou equivalentes);* O teste de G6PD não possui finalidade diagnóstica da malária, mas sim função de avaliação da elegibilidade e segurança do tratamento com tafenoquina.A redação da assertiva III, ao vincular o teste de G6PD à "confirmação diagnóstica", incorre em imprecisão conceitual, mesclando critérios distintos (diagnóstico da doença e segurança terapêutica), o que compromete sua correção técnica.Em razão desse vício, a questão passa a apresentar ambiguidade insanável, pois uma assertiva parcialmente correta é invalidada por justificativa normativa incorreta, inviabilizando a identificação objetiva da alternativa correta entre as opções apresentadas.Configura-se, assim, vício material na Questão 45, caracterizado por: Dessa forma, solicita-se: • A anulação da questão, em razão do erro de redação da assertiva II, ou, alternativamente,• A revisão do gabarito, desconsiderando a referida assertiva como critério para definição da resposta corretar.• Desconformidade com o conteúdo da Portaria SECTICS/MS nº 27/2023;• Erro técnico-científico na formulação do item;• Violação ao princípio da objetividade e da unicidade da resposta, exigidos em provas de múltipla escolha.Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 45, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos.Termos em que,Pede deferimento.		
003014	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	17-A	A questão tem duas respostas, tanto a alternativa A quanto a alternativa B estão corretas.	A lei que constitui o SUS é 8.080/90 .	INDEFERIDO
003014	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	27-C	Com base nas boas práticas de armazenamento de medicamentos, todas as alternativas estão corretas. Portanto a alternativa do gabarito preliminar não condiz com a resposta certa, que seria a alternativa E E ainda contém erro ortográfico na alternativa E.	A afirmativa II está incorreta porque não são normas internas a serem seguidas, são regulamentações nacionais. Desta forma a alternativa E está incorreta.	INDEFERIDO
003524	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-B	Por inconsistência nas alternativas dois e três pois é a mesma descrição nas duas alternativas	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000136	CASCAVEL - Assessor Jurídico	41-N		O recurso não merece provimento.	INDEFERIDO

				Verifica-se que a fundamentação apresentada pelo candidato encontra-se dissociada do enunciado efetivamente impugnado, havendo evidente confusão entre as Questões 41 e 45, ambas referentes à Consolidação das Leis do Trabalho, porém tratando de matérias distintas. No que se refere à Questão 41, o enunciado versa sobre o	
				prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial, cuja disciplina encontra-se no art. 800 da CLT. O dispositivo legal estabelece expressamente o prazo de 5 (cinco) dias, contado da notificação, antes da audiência, estando o gabarito em conformidade com a literalidade da norma. Já quanto à Questão 45, o recurso apresenta fundamentação baseada no art. 884 da CLT, que trata dos embargos à execução, porém não demonstra erro material capaz de infirmar o gabarito divulgado, tampouco evidencia ausência de alternativa compatível com o conteúdo cobrado. Em ambas as hipóteses, observa-se que o recurso não apresenta argumentação específica e tecnicamente adequada para desconstituir os fundamentos legais adotados na elaboração das questões, limitando-se a confundir dispositivos legais e temas distintos. Dessa forma, seja considerado como dirigido à Questão 41, seja à Questão 45, o recurso não aponta vício de legalidade, ambiguidade ou inexistência de alternativa correta que justifique revisão ou anulação. Portanto, recurso INDEFERIDO.	
003014	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	34-E	A resposta do gabarito preliminar não condiz com a resposta correta, pois a alternativa correta é a E	O que está na alternativa condiz com a resolução. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html	INDEFERIDO
004202	CASCAVEL - Farmacêutico	16-N	Solicita-se a ANULAÇÃO da questão. A assertiva I está correta, pois a Farmacopeia Brasileira 7ª ed. define faixas específicas de conservação (temperatura ambiente controlada, refrigerada e congelada). A assertiva II também está correta ao destacar a importância do controle da umidade e da exposição à luz para a estabilidade dos medicamentos. Entretanto, a assertiva III está incorreta ao afirmar a faixa de –2 °C a +8 °C para produtos termolábeis, visto que a Farmacopeia estabelece refrigeração entre +2 °C e +8 °C. Não há alternativa que contemple apenas as assertivas I e II, além de existir duplicidade de alternativas (A e E), configurando erro material e conceitual, impossibilitando resposta correta pelo candidato.	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002124	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	20-A	Foi dado como resposta correta a letra D. Entro então com pedido de revisão: minha resposta foi a letra A. Justificativa: Conforme Lei Recente do SUS e Ministério da Saúde, a partir de 40 anos até 74 anos.	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco.	INDEFERIDO

				FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	
002124	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)	19-A	Resposta correta foi dada como a letra E: justifico que a resposta certa seria letra D: criança sem esquema básico completo aos 11 meses de idade, deve receber vacina meningocócica C (conjugada) e não ACWY.	Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19). Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço	INDEFERIDO

				pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY. Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	
003376	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	Venho por meio deste, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 34 da prova de conhecimentos específicos do cargo de médico, que indicou como resposta correta a alternativa B (8 pontos) na Escala de Coma de Glasgow, pelos fundamentos técnicos a seguir expostos. O enunciado descreve os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular: “Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, isso corresponde a: Abertura ocular ao estímulo doloroso = O2 = 2 PONTOS Resposta verbal: “Emite palavras isoladas” Conforme a definição clássica da ECG, adotada pelo ATLS (Advanced Trauma Life Support): Palavras inapropriadas = V3 = 3 PONTOS A expressão “palavras isoladas” indica articulação verbal presente, ainda que desorganizada, o que caracteriza palavras inapropriadas (V3), e não sons incompreensíveis. Resposta motora: “Apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor” Segundo o ATLS, a resposta motora é classificada como: M5 – Localiza a dor M4 – Retirada ao estímulo doloroso (withdrawal) O próprio enunciado afirma que o paciente não localiza a dor, apenas retira o membro, caracterizando M4.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
			Pontuação correta da ECG O2 + V3 + M4 = 9 pontos Portanto, a pontuação correta é 9, correspondente à alternativa C, e não 8 pontos, como indicado no gabarito preliminar. Embasamento bibliográfico American College of Surgeons. Advanced Trauma Life Support (ATLS®) – Student Course Manual, 10ª edição.		

			O manual descreve claramente: O2: Abertura ocular ao estímulo doloroso V3: palavras inapropriadas M4: retirada ao estímulo doloroso M5: localização da dor (conduta distinta da retirada) TEASDALE, Graham; JENNETT, Bryan. Assessment of coma and impaired consciousness: a practical scale. The lancet, v. 304, n. 7872, p. 81-84, 1974 Artigo original da Escala de Coma de Glasgow, que diferencia retirada ao estímulo doloroso de localização da dor. Conclusão Diante da análise técnica detalhada e do respaldo em literatura amplamente reconhecida na área de urgência e emergência, fica evidente que o gabarito preliminar incorre em erro conceitual ao atribuir pontuação 8 à Escala de Coma de Glasgow. Requer-se, portanto, a alteração do gabarito da questão 34 para a alternativa C (9 pontos). Termos em que, Pede deferimento. Atenciosamente, Lediana Pereira Cardoso		
003153	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	25-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 25 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão supracitada, pelos motivos expostos a seguir: Do Enunciado e das AlternativasA questão solicita a dose recomendada de epinefrina para o tratamento de crupe moderado a grave, citando explicitamente as diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). No entanto, as alternativas apresentadas geram ambiguidade técnica que impossibilita a eleição de uma única resposta correta. Da Fundamentação TécnicaNão consta especificadamente a mg da ampola. Sendo que ampola de 1mg configuram 1mg/ml. Contudo, diversas literaturas de referência e protocolos práticos adotados por pediatras (e frequentemente cobrados em exames) variam a faixa terapêutica entre 0,2 ml/kg e 0,5 ml/kg, dependendo da gravidade e da concentração utilizada, sendo assim apresentando mais de uma alternativa correta. A alternativa C (0,2 ml/kg) e a alternativa E (0,3 ml/kg) também estão dentro da faixa terapêutica preconizada por diversos manuais de conduta clínica para casos de moderada gravidade. Segundo consulta e questionamento para Médico Pediatra Inscrito na SBP, Refere-se que a dosagem usada varia entre 0,2 ml e 0,03 ml por kilo, sendo assim configura novamente mais de uma alternativa a ser considerada.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI,	INDEFERIDO
			Segundo o livro: MANUAL DE FARMACOLOGIA CLINICA, TERAPEUTICA E TOXICOLOGICA, na sessão pediatrica de broncodilatadores, se recomenda : 0,01 mg/kg/dose, e a nebulização deve ser feita com 0,25%, (sendo que considerando 1 ampola a 1mg/ml, 0,25 contariam como 0,25 ml, sendo nem (0,2 e nem 0,3 considerando isso que a questao tem multiplas respostas) ou 0,05ml já diluída em 2 a 3,5 ml de agua destilada. CONFORME ANEXOS ABAIXO. Da ConclusãoAo oferecer as opções de 0,2 ml/kg, 0,3 ml/kg e 0,5 ml/kg simultaneamente, a questão torna-	2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de	

			se subjetiva, uma vez que todas as três dosagens podem ser tecnicamente justificadas como corretas dentro do espectro de tratamento do crupe moderada a grave. A falta de especificidade no enunciado quanto ao peso da criança ou ao protocolo exato de dosagem mínima/máxima induz o candidato ao erro. Diante da existência de múltiplas alternativas que contemplam a prática clínica e as diretrizes da SBP, solicita-se a anulação da questão por inexistência de resposta única e inequívoca. Atenciosamente, GECIELI FHINBEEN SOARES	administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	
002499	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	25-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 25 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão supracitada, pelos motivos expostos a seguir: Do Enunciado e das AlternativasA questão solicita a dose recomendada de epinefrina para o tratamento de crupe moderado a grave, citando explicitamente as diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). No entanto, as alternativas apresentadas geram ambiguidade técnica que impossibilita a eleição de uma única resposta correta. Da Fundamentação TécnicaNão consta especificadamente a mg da ampola. Sendo que ampola de 1mg configuram 1mg/ml. Contudo, diversas literaturas de referência e protocolos práticos adotados por pediatras (e frequentemente cobrados em exames) variam a faixa terapêutica entre 0,2 ml/kg e 0,5 ml/kg, dependendo da gravidade e da concentração utilizada, sendo assim apresentando mais de uma alternativa correta. A alternativa C (0,2 ml/kg) e a alternativa E (0,3 ml/kg) também estão dentro da faixa terapêutica preconizada por diversos manuais de conduta clínica para casos de moderada gravidade. Segundo consulta e questionamento para Médico Pediatra Inscrito na SBP, Refere-se que a dosagem usada varia entre 0,2 ml e 0,03 ml por kilo, sendo assim configura novamente mais de uma alternativa a ser considerada. Segundo o livro: MANUAL DE FARMACOLOGIA CLINICA, TERAPEUTICA E TOXICOLOGICA, na sessão pediatrica de broncodilatadores, se recomenda : 0,01 mg/kg/dose, e a nebulização deve ser feita com 0,25%, (sendo que considerando 1 ampola a 1mg/ml, 0,25 contariam como 0,25 ml, sendo nem (0,2 e nem 0,3 considerando isso que a questao tem multiplas respostas) ou 0,05ml já diluída em 2 a 3,5 ml de agua destilada. CONFORME ANEXOS ABAIXO. Da ConclusãoAo oferecer as opções de 0,2 ml/kg, 0,3 ml/kg e 0,5 ml/kg simultaneamente, a questão torna-se subjetiva, uma vez que todas as três dosagens podem ser tecnicamente justificadas como corretas dentro do espectro de tratamento do crupe moderada a grave. A falta de especificidade no enunciado quanto ao peso	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do	INDEFERIDO

			da criança ou ao protocolo exato de dosagem mínima/máxima induz o candidato ao erro. Diante da existência de múltiplas alternativas que contemplam a prática clínica e as diretrizes da SBP, solicita-se a anulação da questão por inexistência de resposta única e inequívoca. Atenciosamente,TATIANA RIBEIRO DA SILVA	profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	
003153	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	17-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 17 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão, pois há ambiguidade na alternativa considerada incorreta. A alternativa C afirma que os casos confirmados de hepatites virais devem ser notificados ao SINAN em até 24 horas. Entretanto, conforme o Guia de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, as hepatites virais são, de fato, doenças de notificação compulsória, podendo exigir notificação imediata (24h) em	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria	INDEFERIDO

			situações específicas, como surtos, casos graves ou eventos inusitados. Isso torna a questão imprecisa, pois:Pode induzir o candidato ao erro, já que a notificação padrão é semanal, mas há exceções legais.Dessa forma, a assertiva apresenta informação incompleta, não especificando o contexto da notificação, o que compromete a objetividade da questão. Considerando que as demais alternativas estão corretas de acordo com as normas vigentes, e que a alternativa apontada como incorreta admite interpretação técnica válida, solicita-se a anulação da questão, em respeito aos princípios da clareza e da isonomia na avaliação.Atenciosamente, GECIELI FHINBEEN SOARES		
002499	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	25-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 25 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão supracitada, pelos motivos expostos a seguir: Do Enunciado e das AlternativasA questão solicita a dose recomendada de epinefrina para o tratamento de crupe moderado a grave, citando explicitamente as diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). No entanto, as alternativas apresentadas geram ambiguidade técnica que impossibilita a eleição de uma única resposta correta. Da Fundamentação TécnicaNão consta especificadamente a mg da ampola. Sendo que ampola de 1mg configuram 1mg/ml. Contudo, diversas literaturas de referência e protocolos práticos adotados por pediatras (e frequentemente cobrados em exames) variam a faixa terapêutica entre 0,2 ml/kg e 0,5 ml/kg, dependendo da gravidade e da concentração utilizada, sendo assim apresentando mais de uma alternativa correta. A alternativa C (0,2 ml/kg) e a alternativa E (0,3 ml/kg) também estão dentro da faixa terapêutica preconizada por diversos manuais de conduta clínica para casos de moderada gravidade. Segundo consulta e questionamento para Médico Pediatra Inscrito na SBP, Refere-se que a dosagem usada varia entre 0,2 ml e 0,03 ml por kilo, sendo assim configura novamente mais de uma alternativa a ser considerada. Segundo o livro: MANUAL DE FARMACOLOGIA CLINICA, TERAPEUTICA E TOXICOLOGICA, na sessão pediatrica de broncodilatadores, se recomenda : 0,01 mg/kg/dose, e a nebulização deve ser feita com 0,25%, (sendo que considerando 1	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de	INDEFERIDO

			ampola a 1mg/ml, 0,25 contariam como 0,25 ml, sendo nem (0,2 e nem 0,3 considerando isso que a questao tem multiplas respostas) ou 0,05ml já diluída em 2 a 3,5 ml de agua destilada. CONFORME ANEXOS ABAIXO. Da ConclusãoAo oferecer as opções de 0,2 ml/kg, 0,3 ml/kg e 0,5 ml/kg simultaneamente, a questão torna-se subjetiva, uma vez que todas as três dosagens podem ser tecnicamente justificadas como corretas dentro do espectro de tratamento do crupe moderada a grave. A falta de especificidade no enunciado quanto ao peso da criança ou ao protocolo exato de dosagem mínima/máxima induz o candidato ao erro. Diante da existência de múltiplas alternativas que contemplam a prática clínica e as diretrizes da SBP, solicita-se a anulação da questão por inexistência de resposta única e inequívoca. Atenciosamente,TATIANA RIBEIRO DA SILVA	enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	
002499	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	17-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 17 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão, pois há ambiguidade na alternativa considerada incorreta. A alternativa C afirma que os casos confirmados de hepatites virais devem ser notificados ao SINAN em até 24 horas. Entretanto, conforme o Guia de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, as hepatites virais	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória	INDEFERIDO

			são, de fato, doenças de notificação compulsória, podendo exigir notificação imediata (24h) em situações específicas, como surtos, casos graves ou eventos inusitados.Isso torna a questão imprecisa, pois:Pode induzir o candidato ao erro, já que a notificação padrão é semanal, mas há exceções legais.Dessa forma, a assertiva apresenta informação incompleta, não especificando o contexto da notificação, o que compromete a objetividade da questão. Considerando que as demais alternativas estão corretas de acordo com as normas vigentes, e que a alternativa apontada como incorreta admite interpretação técnica válida, solicita-se a anulação da questão, em respeito aos princípios da clareza e da isonomia na avaliação.Atenciosamente,TATIANA RIBEIRO DA SILV	semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria	
003153	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	19-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 19 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão, pois há ambiguidade na alternativa considerada incorreta. (letra E) apresenta conteúdo compatível com as recomendações do Programa Nacional de Imunizações (PNI), gerando ambiguidade e comprometendo a objetividade da questão. A alternativa E afirma que, no adolescente, a indicação é para prevenção da doença meningocócica invasiva causada por Neisseria meningitidis dos sorogrupos A, C, W- 135 e Y, com administração de 1 dose entre 12 e 13 anos de idade. De acordo com o PNI, a vacina meningocócica ACWY é recomendada para adolescentes, sendo aplicada preferencialmente nessa faixa etária, conforme a situação vacinal encontrada. A delimitação etária apresentada na alternativa não torna a assertiva incorreta, uma vez que contempla faixa etária prevista no calendário	Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19). Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY.	INDEFERIDO

			vacinal e não contraria a indicação oficial. Além disso, as demais alternativas (A, B, C e D) estão corretas e de acordo com o PNI, não apresentando erro conceitual ou técnico evidente. Dessa forma, a questão não apresenta alternativa inequivocamente incorreta, o que fere os princípios de clareza, precisão e isonomia exigidos em avaliações. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, por ausência de alternativa claramente incorreta. Atenciosamente, GECIELI FHINBEEN SOARES	Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	
003153	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	24-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 24 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão 24, uma vez que há mais de uma alternativa plausível, o que compromete a objetividade da pergunta. A questão pergunta qual fator materno está mais associado ao risco aumentado de distocia de ombro, onde o gabarito aponta que a alternativa B como correta. Embora a alternativa B (Diabetes mellitus gestacional) esteja sim correta e seja frequentemente relacionada à distocia de ombro devido à associação com macrossomia fetal, a alternativa E (Obesidade) também está CORRETA, é reconhecida na literatura como importante fator de risco independente, inclusive quando não há diabetes associado. Diretrizes obstétricas e literatura científica apontam que tanto o diabetes mellitus gestacional quanto a obesidade materna aumentam significativamente o risco de distocia de ombro, principalmente por estarem associados ao aumento do peso fetal e do diâmetro biacromial. Dessa forma, não é possível afirmar de maneira inequívoca que apenas uma das alternativas	Recurso procede.	QUESTÃO ANULADA

			seja a “mais associada”, conforme enunciado da questão. Além disso, o enunciado não especifica contexto clínico, como presença de macrossomia, controle glicêmico ou associação de fatores, o que torna a interpretação subjetiva e permite dupla resposta correta, ferindo os princípios de clareza, precisão exigidos e esperados em avaliações. Diante disto, solicita-se a anulação da questão, por apresentar ambiguidade conceitual e mais de uma alternativa defensável como correta. Atenciosamente, GECIELI FHINBEEN SOARES		
003731	CASCAVEL - Assessor Jurídico	1-A	As alternativas apresentadas na prova estão todas incorretas. Veja que a alternativa “B”, apontada no gabarito como correta, consta que: No fragmento apresentado, o autor alerta para riscos e consequências negativas da imersão digital, como a perda de autonomia cognitiva diante do uso de máquinas. A alternativa está errada, pois no texto não há nenhuma alerta de risco, bem como não há qualquer indicação de perda de autonomia. A propósito, o texto indica que trata-se de um processo que tudo leva a crer que a influência digital tem um impacto profundo na mente humana”. Portanto, em momento algum o texto fala de alerta de risco ou de perda de autonomia.	O texto afirma explicitamente que estamos “subcontratando altas funções cognitivas e tomadas de decisão” a sistemas externos e que, diante desse processo, o cérebro passa a “não gastar mais energia” com determinadas tarefas, deixando de memorizar informações básicas e de realizar operações cognitivas elementares. Esse encadeamento argumentativo configura, sim, um alerta para consequências negativas da imersão digital, ainda que o termo “alerta” não esteja lexicalmente presente, uma vez que se trata de um efeito inferencial legítimo no plano interpretativo.	INDEFERIDO

			Portanto, requer a anulação da questão	Além disso, a descrição de que o cérebro abdica do esforço cognitivo ao delegar funções a máquinas corresponde, no plano semântico-discursivo, à perda ou redução de autonomia cognitiva, entendida como a capacidade de realizar e sustentar processos mentais de forma independente. A alternativa B, portanto, parafraseia adequadamente o sentido global do texto, sem extrapolação interpretativa. A afirmação final de que a influência digital tem “um impacto profundo na mente humana” não neutraliza o caráter crítico do fragmento; ao contrário, sintetiza e reforça a avaliação negativa previamente construída, sustentada por exemplos concretos de empobrecimento das funções cognitivas. Logo, fica mantido o gabarito provisório.	
003731	CASCAVEL - Assessor Jurídico	6-C	Questão 06 o gabarito preliminar indica a resposta letra “D”, no entanto, a questão está viciada, com erro material que induz o candidato a erro, em especial porque a questão trata de identificação de desvio de norma padrão. Na alternativa “c” consta: “objeto direito”, o que levou a crer que se tratava de uma “pegadinha”, induzindo o candidato a erro. Assim, requer seja a questão anulada.	A alegação de “erro material” na alternativa C, em razão do uso da expressão “objeto direito” em vez de “objeto direto”, não compromete a compreensão do enunciado nem o julgamento da alternativa, tampouco invalida a questão como um todo. Trata-se de um lapso gráfico evidente, facilmente identificável pelo contexto linguístico e gramatical da alternativa. Além disso, há alternativa que apresenta argumento explicitamente errôneo (letra E), ao afirmar que o verbo manusear exige preposição, quando se trata de verbo transitivo direto, o que caracteriza erro de análise gramatical inequívoco. Dessa forma, o candidato dispõe de elementos suficientes para identificar a alternativa que não apresenta desvio de norma padrão, não havendo prejuízo à objetividade, à isonomia nem à inteligibilidade da questão. Portanto, fica mentido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
002499	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	19-N	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 19 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão, pois há ambiguidade na alternativa considerada incorreta.(letra E) apresenta conteúdo compatível com as recomendações do Programa Nacional de Imunizações (PNI), gerando ambiguidade e comprometendo a objetividade da questão.A alternativa E afirma que, no adolescente, a indicação é para	Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de	INDEFERIDO

			prevenção da doença meningocócica invasiva causada por Neisseria meningitidis dos sorogrupos A, C, W-135 e Y, com administração de 1 dose entre 12 e 13 anos de idade.De acordo com o PNI, a vacina meningocócica ACWY é recomendada para adolescentes, sendo aplicada preferencialmente nessa faixa etária, conforme a situação vacinal encontrada. A delimitação etária apresentada na	reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19).	
			alternativa não torna a assertiva incorreta, uma vez que contempla faixa etária prevista no calendário vacinal e não contraria a indicação oficial.Além disso, as demais alternativas (A, B, C e D) estão corretas e de acordo com o PNI, não apresentando erro conceitual ou técnico evidente. Dessa forma, a questão não apresenta alternativa inequivocamente incorreta, o que fere os princípios de clareza, precisão e isonomia exigidos em avaliações.Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, por ausência de alternativa claramente incorreta, atenciosamente TATIANA RIBEIRO DA SILVA.	Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY. Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	
003731	CASCAVEL - Assessor Jurídico	18-A	Questão 18 A alternativa apontada no gabarito preliminar está equivocada, haja vista que a questão correta é a alternativa “A”, sendo V-F-V. Justifico. A administração pública é obrigada a observar a lei (princípio da legalidade), qualquer ato contrário a lei é considerado nulo em absoluto, pois precisa de previsão legal. Assim, tendo em vista que a administração pública só pode fazer o que está na lei, quando estiver diante de um vício insanável, que é o caso quando constatada a ilegalidade, a administração pública tem a obrigação de anular o respectivo ato, principalmente se o vício não tiver causado qualquer prejuizo {a defesa do interessado, e quando tiver interesse público.	O recurso não merece provimento. A alternativa indicada no gabarito preliminar (letra D – V, F, F) está correta e em conformidade com a Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Além disso, é necessário observar assertiva por assertiva para concluir que o gabarito preliminar está correto. Sobre a primeira assertiva (V), a afirmação está em consonância com o art. 55 da Lei nº 9.784/1999, que dispõe que os atos administrativos que apresentem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Trata-se de previsão legal expressa, razão pela qual o item está correto. No que tange à segunda assertiva (F), há a afirmação de que a convalidação seria admitida apenas para vícios de mérito, o que contraria o entendimento jurídico consolidado e o próprio texto legal. A convalidação não incide sobre vício de mérito, mas, em regra, sobre vícios de competência e forma, desde que sanáveis. Assim, o item está incorreto. Por fim, na terceira assertiva (F), o item sustenta que a nulidade deve ser declarada sempre que houver ilegalidade, ainda que inexistente prejuízo à defesa do interessado. Todavia, no âmbito do processo administrativo, aplica-se o princípio do pas de nullité sans grief (não há nulidade sem prejuízo), positivado no art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, da Lei nº 9.784/1999. Desse modo, a simples constatação de ilegalidade formal, sem demonstração de prejuízo, não impõe automaticamente a declaração de nulidade. O recurso fundamenta-se em interpretação que desconsidera a aplicação do princípio do prejuízo no processo administrativo e confunde vício de ilegalidade com nulidade automática e absoluta, o que não encontra amparo na Lei nº 9.784/1999. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Portanto, recurso INDEFERIDO. Gabarito mantido (alternativa D).	INDEFERIDO
003731	CASCAVEL - Assessor Jurídico	29-A	Questão 29 O gabarito preliminar está equivocado, pois indica como correta a letra “C”, quando na verdade a letra “A” está correta, pois duas assertivas são verdadeiras. De acordo com a CF, art. 136, o Presidente da República pode decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social, admitindo restrições temporárias, como restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; Portanto, as duas assertivas estão corretas, razão pela qual deve ser alterado a questão para constar como correta a alternativa “A”. Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. § 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I - restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;	O recurso merece provimento. A alegação do recorrente encontra respaldo na literalidade do art. 136 da Constituição Federal. A assertiva I, ao afirmar que, durante o estado de defesa, podem ser restringidos direitos relativos à liberdade de reunião e ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica, desde que tais medidas estejam expressamente previstas no decreto presidencial, está em conformidade com o § 1º, inciso I, do referido dispositivo constitucional, que expressamente autoriza tais restrições. A assertiva II também se mostra verdadeira, pois reproduz adequadamente o caput do art. 136 da Constituição Federal ao indicar que o estado de defesa destina-se à preservação ou ao pronto restabelecimento da ordem pública ou da paz social em locais restritos e determinados, admitindo restrições temporárias e proporcionais a direitos fundamentais, dentro dos limites estabelecidos pelo texto constitucional. Além disso, verifica-se que a segunda assertiva justifica a primeira, uma vez que a possibilidade de restrição a determinados direitos fundamentais decorre precisamente da finalidade constitucional do instituto do estado de defesa e de seu caráter excepcional, temporário e territorialmente delimitado. Dessa forma, conclui-se que ambas as assertivas são verdadeiras e que a segunda constitui fundamento explicativo da primeira. Portanto, recurso DEFERIDO, com alteração do gabarito para a alternativa A.	QUESTÃO ALTERADA
003731	CASCAVEL - Assessor Jurídico	38-E	Questão 38 O gabarito apontou como correta a alternativa “B”, contudo a alternativa correta é a letra “E”, tendo em vista que a assertiva II e a III, estão corretas. Na assertiva III, consta: III. O afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho. Veja, o afastamento do empregado do trabalho em virtude da percepção de auxílio- doença ou auxílio-doença acidentário constitui causa de suspensão do contrato de trabalho, hipótese na qual este permanece em vigor, porém, com a sustação temporária dos principais efeitos do liame empregatício, que só voltam a surtir efeitos após cessada a causa da suspensão. De qualquer modo a dúbia interpretação: O auxílio-doença acidentário é causa de suspensão do contrato de trabalho a partir do 16º dia de afastamento, momento em que o funcionário passa a receber pelo INSS e a empresa não paga salário. Nos primeiros 15 dias, pagos pela empresa, ocorre a interrupção e após o 15º dia é causa de suspensão. Como a questão não apresentou se estava no prazo de 15 dias ou de 16 dias, a alternativa deve ser considerada correta, com alteração do gabarito.	O recurso merece provimento. A assertiva I: “Na interrupção do contrato de trabalho, o empregado deixa de prestar serviços, não recebe salários e não tem o tempo de serviço computado para fins legais.”, está incorreta, pois descreve situação típica de suspensão, e não de interrupção contratual. Na interrupção do contrato de trabalho, embora o empregado não preste serviços, há pagamento de salários e contagem do tempo de serviço, razão pela qual o enunciado não se harmoniza com o conceito jurídico do instituto. A assertiva II: “Na suspensão do contrato de trabalho, cessam temporariamente as principais obrigações das partes, não havendo prestação de serviços nem pagamento de salários, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.”, está correta e corresponde à noção jurídica consolidada de suspensão contratual, compatível com a sistemática da CLT. Por fim, a assertiva III: “O afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho.”, também deve ser considerada correta. Nos termos do art. 476 da CLT, o empregado em gozo de benefício previdenciário é considerado em licença não remunerada, caracterizando hipótese de suspensão contratual a partir do momento em que o ônus do pagamento deixa de ser do empregador e passa à Previdência Social. Embora os primeiros 15 dias de afastamento configurem interrupção, a partir do início do benefício previdenciário o contrato assume natureza de suspensão. Assim, verifica-se que as assertivas II e III estão corretas. Portanto, recurso DEFERIDO, com alteração do gabarito para a alternativa E.	QUESTÃO ALTERADA
003731	CASCAVEL - Assessor	45-D	Questão 45 Deve ser anulada por falta de alternativa correta. Na questão a banca pede para o candidato assinalar a alternativa correta do	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser	QUESTÃO ANULADA

	Jurídico		seguinte enunciado: Nos termos da CLT, o executado terá o prazo de _____ dias para apresentar _____ à execução. Pois bem, os embargos à execução, é o meio principal de defesa na execução trabalhista, de acordo com o art. 884, da CLT, o prazo é de 5 dias, contados da garantia da execução. Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.	apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada "embargos". A alternativa "A" indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à "impugnação", medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	
003486	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	A questão 34 aborda sobre a escala de coma de glasgow, escala essa que tem a seguinte classificação: Motor- 1-nenhum /2- extensão /3- flexão /4- movimento de retirada / 5- localiza a dor /6- obedece a comandos Verbal- 1-nenhum/ 2-palavras incompreensivas/ 3-palavras soltas/ 4- confuso/ 5- orientado Ocular- 1-nenhum/ 2-à dor/ 3-à voz/ 4- espontanea sendo assim, na questão temos um paciente comolhos abertos apenas ao estimulo doloroso (2) + palavras soltas/isoladas (3)+ retirando o braço apenas ao estimulo, sem localizar a dor/ movimento de retirada (4)= sendo assima soma da questão so pode ser 9 Solicito avalicação para troca do gabarito da questão B para C, grata.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003761	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Na questão 21 há duas alternativas iguais, sendo a alternativa A e a alternativa D. No gabarito consta a D como correta, mas sendo as duas iguais a A também deveria valer, visto que são iguais. A- A internet funciona mesmo sem qualquer tipo de conexão com redes físicas ou sem fio. D- A internet funciona mesmo sem qualquer tipo de conexão com redes físicas ou sem fio. Tendo selecionado a alternativa A, não gostaria de ser prejudicada.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
002807	CASCAVEL - Enfermeiro	4-A	Prezada banca examinadora, Na questão 04, o gabarito preliminar indica como correta a alternativa B. Contudo, a alternativa A também se mostra tecnicamente correta. No trecho apresentado, observa-se o uso de vírgula após o fechamento dos parênteses separando o sujeito ("O NEP (Núcleo de Educação Permanente)") do predicado ("atua dentro do CONSAMU…"), o que configura inadequação gramatical segundo a norma padrão. Dessa forma, a alternativa A descreve corretamente o desvio sintático presente no texto, o que torna a questão passível de dupla interpretação, devendo ser considerada correta ou anulada. Solicita-se, portanto, a revisão do gabarito.	O recurso está adequado ao indicar que "a alternativa A descreve corretamente o desvio sintático presente no texto". Justamente por isso não é a alternativa a ser assinalada, já que o enunciado pede: "Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA." Portanto, fica mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
002807	CASCAVEL - Enfermeiro	18-E	Prezada banca examinadora,Na questão 04, o gabarito preliminar indica como correta a alternativa B. Contudo, a alternativa A também se mostra tecnicamente correta.No trecho apresentado, observa-se o uso de vírgula após o fechamento dos parênteses separando o sujeito ("O NEP (Núcleo de Educação Permanente)") do predicado ("atua dentro do CONSAMU…"), o que configura inadequação gramatical segundo a norma padrão.Dessa forma, a alternativa A descreve corretamente o desvio sintático presente no texto, o que torna a questão passível de dupla interpretação, devendo ser considerada correta ou anulada.Solicita-se, portanto, a revisão do gabarito.	Sistemas de tratamento A sobrevivência após uma PCR requer sistemas integrados de pessoas, protocolos, políticas e recursos, juntamente com a aquisição e revisão contínuas de dados. As diretrizes dos sistemas de tratamento seguem a Cadeia de sobrevivência unificada para PCR (Figura 3), começando com a prevenção e a preparação para ressuscitar, passando pela identificação precoce da PCR, ressuscitação eficaz, e chegando aos cuidados pós-PCR, sobrevivência e recuperação. A otimização dos desfechos após a PCR requer sistemas de tratamento que funcionem bem tanto no ambiente intra-hospitalar como no extra- hospitalar, além do compromisso de coletar e analisar dados voltados para a melhoria da qualidade em todos os elos da Cadeia de sobrevivência. Resumo das principais questões e alterações Uma Cadeia de sobrevivência única destina-se a ser aplicada à PCR intra-hospitalar (PCRIH) e à PCR extra- hospitalar (PCREH) adulta e pediátrica. Ao criar essa cadeia única, reconhece-se que, antes da PCR, a prevenção e a preparação podem tanto evitar a necessidade de ressuscitação como otimizá-la. Diversas recomendações foram unificadas em um bloco de conhecimento dedicado a iniciativas comunitárias para melhorar a respostado socorrista leigo à PCREH. Nele, o leitor encontrará recomendações sobre abordagens baseadas em sistemas destinadas a ampliar a conscientização da comunidade sobre a PCR e o papel crucial da RCP realizada por socorrista leigo e do uso de desfibriladores externos automáticos. Recomendações relacionadas ao uso de sistemas de alerta precoce e equipes de resposta rápida ou equipes de emergência médica para prevenir a PCRIH em crianças e adultos foram combinadas, com uma recomendação adicional sobre a realização de reuniões de segurança a prevenção da PCRIH. As políticas para facilitar o acesso público à naloxona são agora recomendadas juntamente com o acesso público à desfibrilação, visto que ambos têm potencial para salvar vidas. Os operadores de centrais de emergência agora recebem recomendações distintas para as instruções de RCP em adultos e crianças; eles devem orientar os socorristas leigos a usar a RCP apenas com as mãos em adultos e a RCP convencional, que inclui ventilações, em crianças. O protocolo No-No-Go (Não respira? Não responde? Inicie a RCP!) é reiterado como um método eficaz para reconhecer uma PCREH. As recomendações de debriefing clínico são reiteradas, com uma nova recomendação sobre a incorporação de debriefing imediato (quente) e tardio (frio) após eventos de RCP. FONTE: https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/2025- documents-for-cpr-heart-edits-posting/Resuscitation-Science/JN1580_PTBR_Hghlghts_2025ECCGuidelines_Fi nal_251021.pdf?sc_lang=en.	INDEFERIDO
002807	CASCAVEL - Enfermeiro	24-B	Prezada banca examinadora,A questão 18 aborda as atualizações das Diretrizes da American Heart Association (AHA) 2025 quanto à Cadeia de Sobrevivência.A alternativa E destaca a padronização dos elos com foco em sistemas de atendimento integrados, aspecto amplamente enfatizado nas atualizações recentes da AHA, que reforçam a importância da integração entre atendimento pré-hospitalar, hospitalar e pós-parada cardíaca.Dessa forma, a alternativa E encontra respaldo técnico nas diretrizes atuais, tornando a resposta indicada no gabarito preliminar passível de revisão.Solicita-se a correção do gabarito ou anulação da questão.	PARA FINS DESSA NORMA, CONSIDERA-SE: Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência: atendimento que procura chegar precocemente à vítima, mediante o acionamento de uma Central de Regulação das Urgências e o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, após ter ocorrido um agravo à saúde de natureza clínica, cirúrgica, traumática, psiquiátricas e outras, que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente pactuado. Central de Regulação das Urgências (CRU): estrutura física constituída por profissionais capacitados em regulação dos chamados telefônicos que demandam orientação e/ou atendimento de urgência, por meio de uma classificação e priorização das necessidades de assistência em urgência, além de ordenar o fluxo efetivo das referências e contra referências dentro de uma Rede de Atenção. ANEXO DA RESOLUÇÃO COFEN N° 655/2020 ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR A atuação do enfermeiro na assistência pré-hospitalar engloba as práticas assistenciais já reconhecidas para o Suporte Básico de Vida (SBV) e do Suporte Avançado de Vida (SAV) nos agravos de origem clínica, traumática, cirúrgica, psiquiátrica e outros, em todo ciclo vital. Sendo assim, compete ao enfermeiro na assistência	INDEFERIDO

				pré- hospitalar: Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de morte, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas, conforme protocolos assistenciais do serviço; Cumprir prescrição oriunda do médico regulador da Central de Regulação das Urgências fornecida por meio de rádio, telefones fixos e/ou móveis (a distância) e/ou conforme protocolos assistenciais estabelecidos e reconhecidos do serviço, observando a legislação vigente; Executar práticas de abordagem ventilatória e circulatória, inclusive com a utilização de dispositivos extraglóticos, dispositivos intravasculares periféricos ou intraósseos, entre outras tecnologias, desde que capacitado; Prestar a assistência de enfermagem à gestante, à parturiente e ao recém nato realizar partos sem distócia; Executar ações de salvamento terrestre, em altura e aquático, desde que esteja capacitado e portando os equipamentos de proteção individual e coletivos específicos para cada ação; Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde em urgências; Realizar o processo de enfermagem por meio da implementação da sistematização da assistência de enfermagem conforme legislação vigente.	
002807	CASCAVEL - Enfermeiro	34-A	Prezada banca examinadora,Na questão 24, o gabarito preliminar indica como correta a alternativa A. Entretanto, a alternativa B descreve atribuições que não competem à prática profissional da enfermagem conforme resoluções do COFEN.A execução de salvamento terrestre, em altura e aquático é atribuição de equipes especializadas, como Corpo de Bombeiros e resgatistas técnicos, não sendo competência legal da enfermagem no APH.Portanto, a alternativa B representa corretamente a exceção solicitada na questão, justificando a revisão do gabarito preliminar.		INDEFERIDO
002807	CASCAVEL - Enfermeiro	37-D	Prezada banca examinadora,A questão 34 solicita o cálculo da extensão da queimadura segundo a Regra dos Nove em adulto, envolvendo ambos os membros inferiores e a região perineal.Conforme protocolo:• Cada membro inferior = 18% • Ambos os membros inferiores = 36% • Períneo = 1%Total = 37%Assim, a alternativa A (37%) corresponde ao cálculo correto, estando o gabarito preliminar em desacordo com o método amplamente aceito.Solicita-se a correção do gabarito para a alternativa A.	Enfermeiro: - realizar Processo de Enfermagem conforme Resolução Cofen nº 358/2009; - capacitar equipe de enfermagem para cuidados ao paciente com o dispositivo; - realizar cuidados diretos ao paciente em estado crítico; - elaborar bundle, protocolos, manuais e Procedimentos Operacionais Padrão – POPs e juntamente da SCIH garantir assistência de qualidade e prevenção de déficites no cuidado; - realizar planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem.	INDEFERIDO
002807	CASCAVEL - Enfermeiro	46-B	Prezada banca examinadora,Na questão 37, referente às atribuições do enfermeiro no manejo da Derivação Ventricular Externa (DVE), a alternativa D trata da elaboração de protocolos, manuais e POPs, função de caráter institucional e gerencial, não sendo atribuição direta assistencial do enfermeiro conforme pareceres técnicos dos Conselhos Regionais de Enfermagem.As demais alternativas referem-se a cuidados diretos e capacitação da equipe, condutas compatíveis com a prática profissional.Dessa forma, a alternativa D representa corretamente a opção incorreta solicitada pela questão.Solicita-se revisão do gabarito.		INDEFERIDO
002739	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (SAMU)	5-D	calculando o total de salgadinhos menos os 22 que sobraram, 378 dividindo por 14 que cada convidade comeu, resulta em 27 o numero de convidados letra D	O recurso aponta questão de Matemática, não de Língua Portuguesa. Fica, portanto, sumariamente indeferido.	INDEFERIDO
000116	GUAÍRA - Médico 24h	34-C	Questão nº 34: Solicito a revisão do gabarito preliminar da questão 34, cujo gabarito divulgado foi a alternativa B (8 pontos). De acordo com o enunciado, o paciente apresenta os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso, correspondendo a 2 pontos; Emissão de palavras isoladas, correspondendo a 3 pontos, compatível com Palavras Inapropriadas conforme definição clássica da Escala de Coma de Glasgow; Flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor, compatível com Movimento de Retirada, 4 pontos. Ressalta-se que a resposta verbal V2 refere-se a sons incompreensíveis, o que não se aplica ao caso descrito, uma vez que o paciente emite Palavras Isoladas. Dessa forma, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é: AO 2 + RV 3 + RM 4 = 9 pontos, correspondente à alternativa C. Diante do exposto, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa C, por ser a única compatível com os dados clínicos apresentados no enunciado. Referências: Advanced Trauma Life Support (ATLS); Prehospital Trauma Life Support (PHTLS).	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
000116	GUAÍRA - Médico 24h	19-N	Questão nº 19: Solicita-se a anulação da questão 19, tendo em vista ambiguidade no enunciado e possibilidade de mais de uma alternativa correta, conforme os protocolos do SAMU – Emergências Clínicas (método ACENA). O enunciado descreve paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal e comportamento imprevisível, informando que a equipe realizou abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso. Entretanto, a própria questão introduz, na alternativa D, a hipótese de o paciente estar portando arma de fogo, o que, segundo o método ACENA, caracteriza cena insegura, na qual não é permitida intervenção clínica, devendo a equipe manter distância segura, priorizar a própria segurança e aguardar o apoio policial. Dessa forma, observa-se que: Na situação descrita no enunciado (sem arma visível), a alternativa B é tecnicamente correta, ao indicar tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal; Contudo, ao introduzir a hipótese de porte de arma de fogo, a alternativa D descreve uma conduta que também encontra respaldo no protocolo, uma vez que, em cenários de ameaça armada, a prioridade absoluta é a segurança da equipe, sendo indicada a manutenção de distância e aguardo da autoridade policial. Assim, a questão apresenta dupla interpretação válida, pois: O método ACENA determina condutas distintas conforme o nível de risco da cena; A alternativa D descreve um cenário plausível e compatível com o mesmo quadro clínico, porém com risco ambiental agravado; O enunciado não delimita de forma inequívoca que a hipótese da alternativa D deva ser considerada incorreta, criando conflito entre alternativas com respaldo normativo. Diante da falta de univocidade da resposta e da possibilidade de mais de uma alternativa correta à luz do protocolo oficial do SAMU, solicita-se a ANULAÇÃO da questão, em respeito aos princípios da objetividade e da isonomia do certame.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000116	GUAÍRA - Médico 24h	16-N	Questão nº 16: Solicita-se a anulação da questão 16, questão onde solicita a alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica (tipo II). Entretanto, a questão apresenta mais de uma alternativa correta, o que viola o princípio da univocidade exigido em questões de múltipla escolha, motivo pelo qual se requer sua anulação. Fundamentação: Alternativa A (Contusão pulmonar): Trata-se de uma lesão pulmonar alveolar que causa extravasamento de líquido para o interstício e alvéolos, gerando shunt e alteração da relação ventilação/perfusão, resultando em insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I). Não cursa com hipercapnia primária. Alternativa E (Edema agudo de pulmão cardiogênico): Também cursa com shunt intrapulmonar e hipoxemia, configurando insuficiência respiratória do tipo I. A hipercapnia, quando presente, ocorre apenas tardiamente, devido à fadiga ventilatória, não sendo mecanismo fisiopatológico inicial. Dessa forma, ambas as alternativas A e E estão corretas. Solicito, portanto, a anulação da questão nº 16, em razão da existência de mais de uma alternativa correta, o que prejudica a isonomia e a justiça na avaliação. Referências: WEST, John B. Respiratory Physiology: The Essentials. 10ª ed., Lippincott Williams & Wilkins, 2015. HARRISON'S Principles of Internal Medicine, 20ª ed., McGraw Hill, 2018. Protocolos da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT); Diretrizes sobre	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			manejo de insuficiência respiratória..		
000116	GUAÍRA - Médico 24h	30-N	Questão nº 30: Solicita-se anulação da questão 30, onde solicita a identificação da alternativa CORRETA sobre hipocalemia. No entanto, observa-se que a alternativa C apresenta conteúdo compatível com a prática clínica, o que gera ambiguidade, inviabilizando a existência de apenas uma alternativa correta. A alternativa C afirma: "Recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada." Embora pacientes com hipocalemia leve e assintomática possam, em alguns contextos, não necessitar de eletrocardiograma imediato, o enunciado não delimita o cenário clínico, tampouco restringe a avaliação a pacientes assintomáticos ou sem comorbidades. Na prática clínica, a indicação de eletrocardiograma em pacientes com hipocalemia independe exclusivamente do valor sérico do potássio, devendo considerar sintomas associados, presença de doença cardiovascular e risco de arritmias. Conforme publicação da Revista Qualidade HC – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, a hipocalemia pode cursar com alterações eletrocardiográficas relevantes, sendo mandatória a realização de eletrocardiograma como parte da avaliação diagnóstica desses pacientes (Revista Qualidade HC – USP, artigo "Hipocalemia", disponível em: https://hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/216/216.pdf Adicionalmente, a BMJ Best Practice recomenda a obtenção de eletrocardiograma na avaliação de pacientes com hipocalemia, como ferramenta fundamental para detecção de alterações cardíacas associadas ao distúrbio eletrolítico, independentemente da gravidade inicial (BMJ Best Practice – Hypokalemia, disponível em: https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/59. Conforme revisão publicada no PubMed Central ("Hypokalemia: a clinical update"), a hipocalemia pode causar disfunções na condução elétrica cardíaca e arritmias com potencial de risco, o que justifica a utilização de eletrocardiograma na investigação clínica da hipocalemia em contextos adequados. Dessa forma, a alternativa C não pode ser considerada incorreta de forma absoluta, uma vez que há respaldo em literatura nacional e internacional para a realização de eletrocardiograma como parte da avaliação inicial de pacientes com hipocalemia, inclusive nos casos leves a moderados, dependendo do contexto clínico. Assim, embora a alternativa E contenha afirmação correta, a existência de outra alternativa igualmente aceitável fere o princípio da unicidade de resposta exigido em questões objetivas, tornando a questão passível de anulação. Solicita-se, portanto, a anulação da questão 30. Referências: -Revista Qualidade HC, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, intitulada "Hipocalemia". Disponível em: https://hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/216/216.pdf. -BMJ Best Practice, na abordagem clínica da hipocalemia. Disponível em: https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/59. -PubMed Central (National Institutes of Health), intitulada "Hypokalemia: a clinical update". Disponível em: https://pmc-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/articles/PMC5881435/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr _pto=tc.	Recurso INDEFERIDO. Conforme a referência Medicina de Emergência – USP, recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação em pacientes com hipocalemia moderada a grave, uma vez que alterações eletrocardiográficas em níveis leves são incomuns, geralmente ocorrendo quando o K? < 2,7 mEq/L. A alternativa C afirma que o eletrocardiograma deve ser realizado como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada, o que extrapola a recomendação da referência adotada, tornando a assertiva tecnicamente incorreta à luz do texto-base. A alternativa E, por sua vez, está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio, conduta expressamente respaldada pela literatura de emergência.	INDEFERIDO
000147	SANTA HELENA - Médico 24h	16-N	PREZADA BANCA AVALIADORA, VENHO POR MEIO DESTE RECURSO ADMINISTRATIVO SOLICITAR A NULIDADE DA QUESTÃO 16 QUE PERGUNTA SOBRE QUAL DAS ALTERNATIVAS NÃO REPRESENTA UMA CAUSA DE INSUFICIENCIA RESPIRATÓRIA DO TIPO HIPERCÁPNICA. NAS ALTERNATIVAS COLOCADAS, TEMOS 2 EXEMPLOS DE CAUSAS DE INSUFICIÊCIA RESPIRATÓRIA DO TIPO HIPOXÊMICA: CONTUSÃO PULMONAR (A) E EDEMA AGUDO DE PULMÃO CARDIOGÊNICO (E), SENDO ASSIM NECESSÁRIO SEREM ACEITAS AMBAS ALTERNATIVAS OU A QUESTÃO CONSIDERADA NULA. EXPLICAÇÃO: A insuficiência respiratória aguda (IRpA) é uma síndrome clínica definida pela incapacidade do organismo em realizar trocas gasosas de forma adequada, de instalação aguda, decorrente da disfunção em um ou mais dos componentes do sistema respiratório (parede torácica, pleura, diafragma, vias aéreas, alvéolos, circulação pulmonar, sistema nervoso central e periférico). A insuficiência respiratória pode ser classificada em: ? Tipo 1: hipoxêmica (PaO2 < 60 mmHg): – Há falência primária na oxigenação. – Desenvolvida em condições em que a ventilação se encontra preservada: a hipoxemia é decorrente de alteração na relação ventilação/perfusão (V/Q) – efeito shunt ou espaço morto – ou na difusão dos gases pela membrana alveolocapilar. – Gasometria arterial: hipoxemia está presente, sem hipercapnia. A PaCO2 pode estar baixa na tentativa de se compensar a hipoxemia com hiperventilação. São exemplos de insuficiencia respiratória tipo hipoxêmica: infecções (pneumonias), edema agudo de pulmão cardiogênico, edema agudo de pulmão não-cardiogênico, lesão pulmonar, embolia pulmonar, atelectasia, fibrose pulmonar (intersticiopatias), hemoptise, neoplasia, trauma (contusão pulmonar) ? Tipo 2: hipercápnica (PaCO2 > 45 mmHg): – Hipercapnia é definida como PaCO2 > 45 mmHg. – A pressão parcial de CO2 é diretamente proporcional à sua produção (VCO2) e inversamente proporcional à ventilação alveolar (eliminação de CO2). A ventilação alveolar é dependente da ventilação minuto e da relação entre espaço morto e volume corrente. Aumento do espaço morto e redução da ventilação minuto são causas comuns de hipercapnia; aumento da produção de CO2 raramente resulta em hipercapnia importante devido aos mecanismos de compensação. São exemplos de insuficiência cardiaca do tipo hipercápnica: asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), medicações depressoras do sistema nervoso central (opioides, barbitúricos, benzodiazepinicos), transtornos do sistema nervoso central (AVC, TCE, infecções), doenças neuromusculares (Guillain-Barré, miastenia gravis, distrofia muscular, esclerose lateral amiotrófica), sindrome da hipoventilação da obesidade, causas metabólicas (hipoglicemia, hipernatremia, hiponatremia, hipercalcemia). REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA: VELASCO, I. T. et al. (eds). Medicina de emergência: abordagem prática. 14. ed. Barueri: Manole, 2020. p. 37-38; 115-122.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000147	SANTA HELENA - Médico 24h	34-C	PREZADA BANCA EXAMINADORA, VENHO POR ESSE MEIO SOLICITAR A MUDANÇA DE GABARITO DA QUESTÃO 34 QUE DISCORRE SOBRE UM ATENDIMENTO A PACIENTE VITIMA DE ATROPELAMENTO, EXPONDO QUE O MESMO APRESENTA ABERTURA OCULAR À DOR, MOVIMENTO DE RETIRADA DO MEMBRO SEM LOCALIZAR DOR E FALA PALAVRAS ISOLADAS, PEDINDO ENTÃO QUE SEJA CALCULADA A PONTUAÇÃO COM BASE NA ESCALA DE COMA DE GLASGOW. A Escala de Coma de Glasgow (ECG) oferece um método objetivo para descrever a extensão do comprometimento da consciência em pacientes com condições médicas agudas ou trauma. A escala avalia três aspectos da responsividade: abertura ocular, respostas verbais e motoras. O relato de cada componente separadamente permite que os médicos comuniquem um quadro claro e detalhado do estado neurológico do paciente. Os achados individuais de cada componente também podem ser agregados em uma pontuação total da Escala de Coma de Glasgow, oferecendo um resumo conciso, embora menos detalhado, da gravidade geral. A Pontuação da escala varia de 3 a 15 pontos, sendo a somatoria de cada um dos três aspectos da responsividade. Abertura ocular: 4 - espontanea; 3- ao chamado; 2 - a dor; 1- sem abertura; Resposta verbal: 5 - fala orientada; 4 - fala confusa; 3 - palavras isoladas; 2 - sons incompreenciveis ; 1 - fala ausente Resposta motora: 6- obedece comandos; 5 - localiza a dor ; 4 - movimento de flexão (retirada) sem localizar a dor; 3- flexão anormal dos membros; 2 - extensão anormal dos membros; 1- sem movimento TENDO EM VISTA ISSO, A PONTUAÇÃO ADEQUADA PARA O CASO EXPOSTO É DE 9 PONTOS: ABERTURA OCULAR A DOR (2) + PALAVRAS ISOLADAS (3) + MOVIMENTO DE RETIRADA (4). EM ANEXO ENVIO TABELA COM A ESCALA DE COMA DE GLASGOW. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS: VELASCO, I. T. et al. (eds). Medicina de emergência: abordagem prática. 14. ed. Barueri: Manole, 2020. p. 30-32.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
000126	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	31-B	Olá! Bom dia. Venho respeitosamento pedir anulação da questão N°31. No edital (Conteúdo programático) não informa sobre vacinação, sendo assim não vejo porque ter cobrado este assunto. Peço anulação da questão. Obrigada!	Contraindicações da vacina Febre Amarela: Crianças menores de 6 meses de idade (risco de meningoencefalite); Pessoa com neoplasia maligna; Transplante de órgãos sólidos. Vacina sarampo, rubéola, caxumba e varicela (atenuada) – tetraviral – SCRV, Idade para vacinação e/ou grupo recomendado é aos 15 meses de idade, crianças que já tenham recebido a primeira dose da vacina tríplice viral, até 4 anos, 11 meses e 29 dias de idade. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 184/2025- DPNI/DATHI/SVSA/MS - A vacinação contra a hepatite A em usuários de PrEP deve ser realizada em esquema de duas doses, aplicadas por	INDEFERIDO

				via intramuscular (IM). Essa recomendação baseia-se na observação de uma possível redução na resposta/imunológica nessa população, o que contribui para uma maior vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, a vacinação é uma medida preventiva essencial para garantir a saúde e o bem-estar desses usuários. Gestantes: Uma dose de dTpa, a partir da 20ª semana de gestação. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf.	
000126	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	43-C	Olá! Bom dia. Venho respeitosamente pedir anulação da questão N°43, pois a opção E também é considerada correta conforme portaria abaixo. A notificação compulsória imediata no Brasil, atualizada pela Portaria GM/MS nº 5.201, de 15 de agosto de 2024, é exigida para casos que representam alto risco à saúde pública, devendo ser comunicada à autoridade local em até 24 horas. Malária e Violência têm regras específicas, com a violência tendo componentes de urgência dependendo da gravidade, enquanto a malária segue o fluxo de controle de endemias.	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms- n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	INDEFERIDO
000126	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	24-B	Bom dia. Venho respeitosamente pedir anulação da questão N°24. Opção A é considerda CORETO, compete SIM ao enfermeiro na assitência pré hospitalar prestar assitência de enfermagem à gestante, à parturiente e ao recém- nato, realizar partos com distocia. Conforme protocolo SUPORTE AVANÇADO DE VIDA / Elaboração: Janeiro/2016. AGO2 – Assistência ao parto iminente. Uma vez que nem sempre terá profissional médico presente na cena... A opção B é considerada incorreta devido o SAMU não realizar atividades de resgates em alturas e aquáticos, pois é de responsabilidade do bombeiro militar. A função de resgate em altura e aquático no Brasil é, primariamente, de responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) dos Estados e do Distrito Federal, fundamentado na Constituição Federal de 1988 e leis estaduais específicas. Aqui estão os pontos principais baseados na legislação e atribuições: Constituição Federal (Art. 144): Estabelece que aos Corpos de Bombeiros Militares incumbe a execução de atividades de defesa civil, busca e salvamento. Busca e Salvamento: As atividades de salvamento aquático (prevenção de afogamentos, guarda-vidas) e resgate em altura (estruturas elevadas, locais de difícil acesso) fazem parte das missões de busca e salvamento dos bombeiros militares. Leis Estaduais e Manuais Técnicos: Cada estado possui sua própria Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros, que detalha essas competências, além de manuais operacionais técnicos, como o Manual de Salvamento em Altura e o Manual de Salvamento Aquático. Atuação Profissional (Guarda-Vidas): Em áreas de grande fluxo aquático (praias, lagos), o CBM realiza o salvamento, muitas vezes com guarda-vidas, e atua também na regulação e fiscalização de outros serviços. NR-35 (Trabalho em Altura): Embora as normas regulamentadoras do trabalho (como a NR-35) obriguem empresas a terem planos de emergência e resgate em altura, o socorro público de alto risco ou de emergência geral é competência do Corpo de Bombeiros Militar.	PARA FINS DESSA NORMA, CONSIDERA-SE: Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência: atendimento que procura chegar precocemente à vítima, mediante o acionamento de uma Central de Regulação das Urgências e o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, após ter ocorrido um agravo à saúde de natureza clínica, cirúrgica, traumática, psiquiátricas e outras, que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente pactuado. Central de Regulação das Urgências (CRU): estrutura física constituída por profissionais capacitados em regulação dos chamados telefônicos que demandam orientação e/ou atendimento de urgência, por meio de uma classificação e priorização das necessidades de assistência em urgência, além de ordenar o fluxo efetivo das referências e contra referências dentro de uma Rede de Atenção. ANEXO DA RESOLUÇÃO COFEN N° 655/2020 ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR A atuação do enfermeiro na assistência pré-hospitalar engloba as práticas assistenciais já reconhecidas para o Suporte Básico de Vida (SBV) e do Suporte Avançado de Vida (SAV) nos agravos de origem clínica, traumática, cirúrgica, psiquiátrica e outros, em todo ciclo vital. Sendo assim, compete ao enfermeiro na assistência pré- hospitalar: Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de morte, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas, conforme protocolos assistenciais do serviço; Cumprir prescrição oriunda do médico regulador da Central de Regulação das Urgências fornecida por meio de rádio, telefones fixos e/ou móveis (a distância) e/ou conforme protocolos assistenciais estabelecidos e reconhecidos do serviço, observando a legislação vigente; Executar práticas de abordagem ventilatória e circulatória, inclusive com a utilização de dispositivos extraglóticos, dispositivos intravasculares periféricos ou intraósseos, entre outras tecnologias, desde que capacitado; Prestar a assistência de enfermagem à gestante, à parturiente e ao recém nato realizar partos sem distócia; Executar ações de salvamento terrestre, em altura e aquático, desde que esteja capacitado e portando os equipamentos de proteção individual e coletivos específicos para cada ação; Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde em urgências; Realizar o processo de enfermagem por meio da implementação da sistematização da assistência de enfermagem conforme legislação vigente.	INDEFERIDO
000403	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Técnico em Enfermagem	24-E	O fator maternos mais associados ao risco de distorcia de ombro em RN são: baixa estatura, obesidade preexistente, diabetes, excessivo ganho de peso na gravidez e idade materna avançada.		QUESTÃO ANULADA
000403	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Técnico em Enfermagem	17-N	Questão confusa apresentando mais de uma resposta. Solicito a anulação da questão	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria	INDEFERIDO
000285	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	QUESTÃO 34: A questão apresenta paciente com os seguintes achados clínicos: abertura ocular apenas ao estímulo doloroso, emissão de palavras isoladas e flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor. De acordo com a Escala de Coma de Glasgow: Abertura ocular ao estímulo doloroso corresponde a E2; Emissão de palavras isoladas corresponde a V3; Retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localização da dor, corresponde a M4, Assim, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é 9 pontos (E2 + V3 + M4). Dessa forma, solicita-se a alteração do gabarito da alternativa B para a alternativa C, visto que a resposta considerada correta não corresponde à aplicação adequada dos critérios da Escala de Coma de Glasgow conforme descrito na literatura médica.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
002297	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	34-C	Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso = 2 pontos Emite palavras isoladas= 3 pontos Flexão normal dos membros superiores ao estímulo doloroso= 4 pontos ECG: 9 pontos alternativa C	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
002297	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	24-B	A alternativa "B" afirma que o choque medular caracteriza-se por hipotensão e bradicardia decorrentes da perda do tônus simpático, sendo mais comum em lesões cervicais altas e está correta, pois descreve exatamente o mecanismo fisiopatológico relacionado à perda do controle simpático, frequentemente associado a lesões cervicais altas, que podem cursar com manifestações autonômicas. a alternativa "A" está errada, devido afirmar que o choque medular não tem relação com instabilidade hemodinâmica.	Conforme o ATLS (11ª edição), choque neurogênico e choque medular são entidades distintas e não devem ser confundidas.O choque neurogênico é um choque distributivo, caracterizado por hipotensão e bradicardia decorrentes da perda do tônus simpático, geralmente em lesões acima de T6, com repercussão hemodinâmica evidente. Por outro lado, o choque medular é um fenômeno neurológico transitório, marcado por perda de reflexos e do tônus muscular abaixo do nível da lesão, sem relação com instabilidade hemodinâmica, conforme explicitado pelo próprio ATLS, que ressalta tratar-se de uma denominação inadequada do ponto de vista hemodinâmico, uma vez que não se associa à instabilidade	INDEFERIDO

				circulatória. A eventual coexistência temporal das duas condições não altera suas definições nem seus critérios diagnósticos. Assim, a alternativa A descreve corretamente a distinção entre as entidades, estando plenamente de acordo com a bibliografia de referência.	
002031	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	20-E	SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO VENDO QUE, SEGUNDO A NORMATIVA ATUAL DO MINISTERIO DA SAÚDE A AMPLIAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA GARANTE ACESSO Á MULHERES COM IDADE DE 40 A 74 ANOS, VISTO QUE NÃO POSSUI NENHUMA DESSAS ALTERNATIVAS.	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
002031	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	29-A	SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO VENDO QUE A MESMA PEDE ALTERNATIVA INCORRETA, CONSIDERANDO AS NOVAS DIRETRIZES PARA A CLASSIFICAÇÃO DE NIVEIS PRESSORICOS HÁ MAIS DE UMA INCORRETA, SENDO QUE 120/80 NÃO SE CONSIDERA MAIS PRESSÃO NORMAL E HIPERTENSÃO ESTÁGIO 3 SE DEFINE A PARTIR DE 180/110.	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
002031	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	25-E	SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO VISTO QUE O ENUNCIADO APRESENTA- SE INCOMPLETO ONDE TRAZ ML/KG SEM INFORMAR A CONCENTRAÇÃO E VIA DE ADMINISTRAÇÃO, NO CASO POR NEBULIZAÇÃO A DOSE CORRETA DEPENDE DIRETAMENTE DA CONCENTRAÇÃO DA SOLUÇÃO. SEM ESSA INFORMAÇÃO NÃO É POSSIVEL CALCULAR A DOSE COM SEGURANÇA.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
000969	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	18-N	QUEM FAZ ANAMNESE E LEITURA DE EXAMES LABORATORIAIS E O MEDICO, NÃO O TECNICO DE ENFERMAGEM.	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO
000969	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	25-N	QUEM DETERMINA A DOSAGEM DA MEDICAÇÃO E O MEDICO CONFORME O QUADRO DO PACIENTE.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
003010	CASCAVEL - Médico 12h	6-D	O verbo manusear é transitivo direto Isso significa que ele exige um complemento sem preposição obrigatória (objeto direto), pois a ação de mexer, folhear ou manejar algo recai diretamente sobre o objeto. Na questão está que ele é transitivo indireto https://michaelis.uol.com.br/busca?id=0L3zo#:~:text=1%20Mexer%20ou%20mover%20algo%20com%20as%20m%C3%A3os;%20manejar.&text=2%20Compulsar%20livro %2C%20jornal%20ou%20revista;%20folhear. https://www.dicio.com.br/manusear/	A análise está correta. Isso quer dizer que a letra E NÃO identifica adequadamente um DESVIO da norma padrão e, por isso, é a alternativa a ser assinalada. Todas as outras alternativas apresentam desvios que de fato ocorrem. Portanto, considerando que a oração “Gosto de manusear um livro” está adequada à norma padrão, fica mantido o gabarito que a ponta a letra E como alternativa a ser assinalada.	INDEFERIDO
001680	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Solicito a revisão do gabarito da questão 34 onde é apontado como respota correta a letra B. A classificação atribuída à resposta verbal não está de acordo com os critérios estabelecidos pelo ATLS – Advanced Trauma Life Support, 11ª edição. Conforme descrito no ATLS (11ª edição), págia 106, tabela 7-4, a Escala de Coma de Glasgow (ECG) classifica a resposta verbal da seguinte forma: • 5 pontos – Orientado • 4 pontos – Confuso • 3 pontos – Palavras inapropriadas • 2 pontos – Sons incompreensíveis • 1 ponto – Nenhuma resposta verbal O escore 3 (três) corresponde à emissão de palavras isoladas, desconexas ou sem relação lógica com o estímulo ou contexto, definição esta que engloba a descrição clínica de “palavras isoladas”. Ainda segundo o ATLS (11ª edição), o escore 2 (sons	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			incompreensíveis) refere-se exclusivamente a vocalizações sem formação de palavras, como gemidos ou grunhidos, o que não se confunde com a emissão de palavras reconhecíveis, ainda que desorganizadas. Dessa forma, a descrição "palavras isoladas" está corretamente enquadrada como resposta verbal = 3 pontos, conforme padronização oficial do ATLS, não havendo respaldo técnico para sua pontuação diversa. Assim, a pontuação da escala de coma de glasgow, conforme descrição na questão, se faz: 2 pontos para abertura ocular, já que o paciente faz abertura somente após estimulo doloroso, 3 pontos para resposta verbal, já que as palavras são soltas, e 4 pontos para resposta motora, tendo em vista que, o paciente faz uma flexão normal dos membros superiores retirando o braço ao estimulo, sem localizar a dor. Totalizando assim: 2+3+4 = 9 pontos e portanto, reposta letra C. Diante do exposto, requer-se a retificação do gabarito, com a atribuição da pontuação correta, ou, subsidiariamente, a anulação da questão, por divergência com a literatura de referência adotada internacionalmente. Atenciosamente. Referência: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS - Advanced Trauma life Support (ATLS): student course manual. 11. ed. Chicago: American college Of Surgeons, 2018.		
004315	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	21-E	A função do técnico de enfermagem é administrar medicamentos conforme a prescrição médica E essa questão pede qual é o medicamento é indicado	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove "certos": usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
004315	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	25-B	Questão pede dose recomendada de epinefrina Função do técnico de enfermagem é administrar medicamentos conforme prescrição médica	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove "certos": usuário certo, dose certa, medicamento	INDEFERIDO

				certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	
003650	CASCAVEL - Farmacêutico	15-A	Alternativa com erro de digitação, assim confunde questão	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	32-N		A classificação das contraindicações ao transporte aeromédico adotada na questão baseia-se expressamente no Protocolo Aeromédico do SAMU. O comando da questão remete de forma explícita a esse protocolo. Conforme o SAV AERO 2, o pneumotórax não drenado é classificado como contraindicação relativa ao transporte aeromédico, estando corretamente descrito na alternativa B. Dessa forma, não há duplicidade de assertivas incorretas. Apenas a alternativa D contraria o protocolo oficialmente adotado pela questão.	INDEFERIDO
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	16-E	Solicita-se a anulação da referida questão por inexistência de alternativa correta que atenda ao comando da questão ('NÃO é causa de insuficiência respiratória hipercápnica') ou, subsidiariamente, a alteração do gabarito para a Alternativa E. O gabarito preliminar aponta a Alternativa A (Contusão Pulmonar) como a exceção. Todavia, tal entendimento diverge frontalmente da bibliografia de referência para trauma exigida em editais desta natureza. O manual ATLS® 11ª Edição (2024), no Capítulo 5 (Avaliação e Manejo da Respiração e Ventilação), é categórico ao descrever a fisiopatologia da contusão pulmonar: 'A contusão pulmonar resulta em dano alveolar com acúmulo de sangue e fluido... Esses efeitos fisiopatológicos podem levar à hipoxemia e à hipercapnia.' (ATLS® 11ª Edição, Cap. 5). Adiante, o mesmo manual reitera que as consequências do trauma torácico grave incluem, invariavelmente, a hipercapnia. Portanto, a Alternativa A é, comprovadamente, uma causa de insuficiência respiratória hipercápnica, o que a torna incorreta frente ao comando da questão. Por outro lado, a Alternativa E (Edema agudo de pulmão cardiogênico) descreve uma patologia que, embora em estágios terminais de fadiga muscular possa cursar com retenção de CO_2, é classicamente definida na literatura médica (HARRISON, 21ª Ed.; UPTODATE, 2025) como o modelo de Insuficiência Respiratória Tipo 1 (Hipoxêmica), cursando habitualmente com hipocapnia por taquipneia compensatória. Diante da evidência literal de que a Contusão Pulmonar causa hipercapnia segundo o ATLS 11ª Ed, a questão carece de resposta única e objetiva, induzindo o candidato ao erro. Assim, em respeito ao princípio da vinculação ao edital e à literatura médica vigente, requer-se a anulação da questão ou a inversão do gabarito para a alternativa E.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	32-N	A questão solicita que o candidato assinale a alternativa INCORRETA sobre os protocolos de Transporte Aeromédico. Embora a Alternativa D esteja de fato incorreta (ao sugerir o clampeamento do dreno durante o voo, o que pode causar pneumotórax hipertensivo), a Alternativa B também apresenta um erro técnico grave à luz da bibliografia de referência (ATLS 11ª Edição), o que prejudica a unicidade da resposta e exige a anulação da questão. A Alternativa B classifica o "pneumotórax não drenado" como uma contraindicação relativa. No entanto, o ATLS 11ª Edição estabelece que a presença de pneumotórax exige intervenção mandatória antes do transporte aéreo, devido à expansão	A classificação das contraindicações ao transporte aeromédico adotada na questão baseia-se expressamente no Protocolo Aeromédico do SAMU. O comando da questão remete de forma explícita a esse protocolo. Conforme o SAV AERO 2, o pneumotórax não drenado é classificado como contraindicação relativa ao transporte aeromédico, estando corretamente descrito na alternativa B. Dessa forma, não há duplicidade de assertivas incorretas. Apenas	INDEFERIDO

			gasosa em altitude (Lei de Boyle). No Capítulo 5 (Avaliação e Manejo da Respiração e Ventilação), seção "Gestão do Pneumotórax", o manual é explícito: "Em cenários de pneumotórax clinicamente oculto e transferência aérea planejada, o médico responsável deve discutir a necessidade de inserção de dreno torácico antes da transferência com o médico receptor. A mudança na pressão transpleural com a altitude pode potencialmente resultar no aumento do pneumotórax e na conversão de assintomático para sintomático durante o voo." (Fonte: ATLS® 11ª Edição, Capítulo 5, Seção: Gestão do Pneumotórax). Para reforçar que essa conduta não é "relativa", mas sim uma medida de segurança indispensável, o Capítulo 15 (Transferência para Cuidados Definitivos) determina que a descompressão deve ser feita preventivamente: "Antecipar o agravamento das lesões é crucial; portanto, medidas preventivas como [...] descompressão de um pneumotórax que possa se expandir devem ser adotadas." (Fonte: ATLS® 11ª Edição, Capítulo 15, Seção: Lista de Verificação de Transferência ATLS). A literatura demonstra que transportar um paciente com pneumotórax não drenado em aeronave expõe o doente ao risco iminente de morte por pneumotórax hipertensivo devido à expansão gasosa hipobárica. Portanto, a condição "pneumotórax não drenado" impede o transporte seguro até que seja tratada. Classificá-la apenas como "relativa" induz o médico ao erro de acreditar que o transporte pode ser realizado sem a drenagem prévia, violando os princípios de segurança do ATLS. Conclusão: A questão possui DUAS assertivas incorretas: 1. A Alternativa D (Gabarito da banca) erra ao indicar o clampeamento do dreno. 2. A Alternativa B erra ao classificar o pneumotórax não drenado como contraindicação relativa, ignorando a obrigatoriedade de drenagem prévia para a segurança de voo preconizada pelo ATLS. Diante da duplicidade de respostas corretas para o comando "assinale a incorreta", solicita-se a ANULAÇÃO da questão.	a alternativa D contraria o protocolo oficialmente adotado pela questão.	
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	19-N		Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	19-N	Solicita-se a anulação da questão 19 por apresentar duas alternativas (B e C) tecnicamente corretas e complementares, gerando ambiguidade que impede a eleição de uma resposta única e inequívoca. O gabarito preliminar aponta a Alternativa B (tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal) como correta. No entanto, no cenário do atendimento pré- hospitalar (SAMU), a conduta clínica é indissociável da segurança da cena. Conforme os protocolos do PHTLS (10ª Edição) e o Manual de Intervenção para o Comportamento Agitado (Ministério da Saúde/SAMU 192), diante de um paciente com comportamento imprevisível e risco potencial à integridade da equipe, a prioridade absoluta é a segurança da cena, o que frequentemente exige o apoio de forças de segurança pública (Polícia/Guarda Municipal), conforme descrito na Alternativa C. É tecnicamente temerário e contrário aos preceitos do método ACENA (Avaliação da Cena) sugerir que a intervenção medicamentosa (procedimento que exige proximidade física e vulnerabilidade da equipe) deva ser tentada sem que a segurança da cena esteja plenamente garantida. Portanto, a Alternativa C não é apenas 'correta', mas é o pré-requisito logístico para que a Alternativa B possa ser executada com segurança. Havendo duas condutas previstas em protocolos de APH que se sobrepõem e se complementam no manejo do paciente agitado, a questão carece de objetividade e clareza quanto à prioridade cronológica exigida. Por ferir o princípio da resposta única e o rigor técnico dos protocolos vigentes, requer-se a anulação do item.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	39-D	Solicita-se a alteração do gabarito da Alternativa C para a Alternativa D ou, subsidiariamente, a anulação da questão por evidente descompasso entre o enunciado clínico e a literatura médica de referência. O gabarito preliminar aponta a Síndrome de Mallory-Weiss (C) como o diagnóstico mais provável. Todavia, a análise dos sinais vitais e da anamnese descrita torna tal afirmação clinicamente improsperável. O paciente apresenta hematêmese volumosa associada a instabilidade hemodinâmica manifesta: Hipotensão Arterial (95 x 60 mmHg), Taquicardia significativa (112 bpm) e palidez cutâneo-mucosa. Segundo o tratado Harrison's Principles of Internal Medicine (21ª Ed.), a Síndrome de Mallory-Weiss caracteriza-se por lacerações longitudinais na junção esofagogástrica, cujo sangramento é autolimitado em mais de 80% a 90% dos casos. O manual é enfático ao afirmar que a instabilidade hemodinâmica e o choque são ocorrências raras nesta patologia, ocorrendo em menos de 10% dos pacientes. Além disso, a literatura exige, para este diagnóstico, o relato de vômitos não sanguinolentos ou esforços de tosse precedendo a hematêmese — dado ausente no enunciado. Em contrapartida, a Ruptura de Varizes Esofágicas (Alternativa D) é a causa por excelência de hemorragia digestiva alta catastrófica em pacientes com histórico de etilismo crônico. O consumo prolongado de álcool é o principal fator etiológico para cirrose e hipertensão portal no Brasil. Conforme o Sleisenger and Fordtran's Gastrointestinal and Liver Disease, a ruptura de varizes deve ser a primeira hipótese diagnóstica em qualquer etilista com hematêmese volumosa e choque, dada a sua elevada taxa de mortalidade e necessidade de intervenção imediata (terapia com octreotide/terlipressina e ligadura elástica). Portanto, diante de um quadro de choque hipovolêmico em paciente etilista, a alternativa D apresenta maior probabilidade diagnóstica, coerência fisiopatológica e relevância epidemiológica. Requer-se a reforma do gabarito para a alternativa D ou a anulação da questão por indução ao erro diagnóstico.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C –	INDEFERIDO

				Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
000486	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	34-N	Solicita-se a anulação da referida questão por apresentar erro objetivo de soma aritmética em escala clínica padronizada, o que compromete a validade do item e a aferição do conhecimento técnico. O enunciado descreve um paciente com os seguintes parâmetros neurológicos: Abertura Ocular: Apenas ao estímulo doloroso = 2 pontos; Resposta Verbal: Emissão de palavras isoladas/inapropriadas = 3 pontos; Resposta Motora: Flexão inespecífica/retirada ao estímulo doloroso = 4 pontos. A aplicação da Escala de Coma de Glasgow exige a somatória matemática simples dos três eixos. Portanto: +2 (Ocular) + 3 (Verbal) + 4 (Motor) = 9 pontos O gabarito preliminar aponta como correta uma alternativa que indica o total de 8 pontos. Todavia, conforme a padronização internacional da escala (Teasdale & Jennett), não há margem para interpretação subjetiva nos critérios descritos: a retirada à dor é invariavelmente pontuada com 4 na resposta motora. Considerando que a pontuação correta 9 pontos diverge daquela indicada como oficial pela banca examinadora, e que o erro no processamento do cálculo clínico pelo examinador vicia a questão em sua origem, o item torna-se nulo. A manutenção de um gabarito matematicamente incorreto fere o princípio da legalidade e da vinculação ao edital, que pressupõe respostas baseadas em evidências científicas e exatidão técnica. Diante do vício insanável na formulação da resposta, requer-se a anulação da questão.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	39-N	Na questão apresentada tanto a letra B quanto a D estão corretas, pois o propofol é uma solução lipídica. Sim, o propofol é formulado como uma emulsão lipídica (branca e leitosa), pois o princípio ativo é altamente insolúvel em água. Essa emulsão geralmente contém óleo de soja, glicerol e fosfatídeo de ovo, o que confere ao medicamento sua característica de emulsão lipídica, utilizada para facilitar a administração intravenosa, sendo necessário uso de técnica asséptica rigorosa devido ao risco de contaminação. Emulsão Lipídica: A forma comum é um "leite" (emulsão) com 10% de óleo de soja e, às vezes, conservantes como edetato dissódico ou metabissulfito de sódio. Aparência: O aspecto leitoso branco é devido aos componentes lipídicos. Uso: É um anestésico geral, não um barbitúrico, usado para indução e manutenção da sedação. Observação Importante: Embora existam pesquisas sobre nanoemulsões não lipídicas, a forma comercial padrão é a emulsão lipídica. O propofol é, portanto, uma medicação lipídica usada rotineiramente em ambiente hospitalar, principalmente por sua rápida metabolização e recuperação. https://www.google.com/search?q=propofol+%C3%A9+uma+solu%C3%A7%C3%A3o+lip%C3%ADdica+ou+n%C3%A3o&sca_esv=6b6a4b9baede048b&ei=IJN4aer-Gq7d5OUPoPC4-QM&biw=1920&bih=859&aic=0&oq=propofol+%C3%A9+uma+solu%C3%A7%C3%A3o+lipida&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiIHByb3BvZm9sIMOpIHVtYSBzb2x1w6fDo28gbGlwaWRhKgIIATIHECEYoAEYCjIHECEYoAEYCkiEQlAAWMwrcAB4AZABAJgBmQGgAaoaqgEEMi4yN7gBA8gBAPgBAZgCHaACoxzCAgUQABiABMICCBAuGIAEGLEDwgIIEAAYgAQYsQPCAg4QABiABBixAxiDARiKBcICCxAAGIAEGLEDGIMBwgIKEAAYgAQYQxiKBcICDRAAGIAEGLEDGEMYigXCAgcQABiABBgKwgIGEAAYFhgewgIIEAAYgAQYogTCAgUQABjvBcICCBAAGBYYChgewgIFECEYoAHCAgUQIRifBZgDAJIHBDAuMjmgB_CQAbIHBDAuMjm4B6McwgcIMC42LjkuMTTIB8IBgAgA&sclient=gws-wiz-serp A troca de equipos de infusão contínua (soroterapia, medicamentos) deve ocorrer a cada 96 horas para prevenir infecções. No entanto, prazos menores (72h) podem ser aplicados segundo diretrizes do CDC/INS e, em casos de nutrição parenteral com emulsão lipídica, a troca é recomendada a cada 24 horas. Principais Diretrizes de Troca (ANVISA/CDC/INS): Equipos de infusão contínua: A cada 96 horas, a menos que haja desconexão ou contaminação. Nutrição Parenteral (NPT) com emulsão lipídica: A cada 24 horas. Nutrição Parenteral (NPT) apenas com aminoácidos e glicose: A cada 96 horas. Nutrição Enteral (NE): Troca a cada 24 horas (sistema fechado) ou a cada troca de frasco (sistema aberto). Sangue e Hemocomponentes: Após cada unidade ou no máximo a cada 4 a 6 horas. Propofol: Troca do equipo a cada 6 ou 12 horas (conforme fabricante). Recomendações Gerais: Sujidade/Contaminação: Trocar imediatamente se houver sujidade visível, dano ou suspeita de contaminação. Desconexão: Se o sistema for desconectado, a troca é recomendada. Higienização: Antes de manipular, realizar desinfecção com álcool a 70%. Identificação: Todos os equipos devem ser datados com o dia e hora de instalação para garantir o monitoramento. Nota: As normas da ANVISA (RDC nº 539/2021) focam na qualidade dos materiais, enquanto os protocolos de trocas frequentemente se baseiam nas recomendações da INS/CDC. https://www.google.com/search?q=troca+de+equipos+anvisa%2Fcdc&sca_esv=6b6a4b9baede048b&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=RpN4aZ3sGq2y5OUPsJeZkAM&ved=0ahUKEwidp_apwauSAxUtGbkGHbBLBjIQ4dUDCBE&uact=5&oq=troca+de+equipos+anvisa%2Fcdc&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiG3Ryb2NhIGRlIGVxdWlwb3MgYW52aXNhL2NkYzIIEAAYgAQYogQyCBAAGKIEGIkFMggQABiABBiiBEjkO1AAWL0zcAB4AJABAJgBiAGgAZcYqgEEMi4yNbgBA8gBAPgBAZgCG6ACuRrCAgsQABiABBixAxiDAcICEBAAGIAEGLEDGEMYgwEYigXCAggQABiABBixA8ICBRAAGIAEwgIKEAAYgAQYsQxiKBcICDBAAGIAEGEMYigUYCsICCxAuGIAEGLEDGIMBwgINEAAYgAQYsQMYQxiKBcICCBAuGIAEGLEDwgIIEAAYgAQYkgPCAgsQABiABBiSAxiKBcICBxAAGIAEGArCAgsQABiABBixAxjJA8ICBhAAGBYYHsICBRAhGKABmAMAkgcEMC4yN6AHl5EBsgcEMC4yN7gHuRrCBwkwLjEuMTIuMTTIB94BgAgA&sclient=gws-wiz-serp	- A cada 96 horas para equipos de sistema fechado de monitorização hemodinâmica e pressão arterial invasiva; - A cada 24 horas para equipos para infusão intermitente; - A cada 24 horas ou a cada bolsa infundida para equipos de nutrição parenteral (com ou sem lipídios); - A cada 12 horas para bolsas de emulsões lipídicas, incluindo o equipo e dispositivo complementar; - A cada 6 a 12 horas para soluções de propofol, incluindo o equipo e o dispositivo complementar juntamente com o frasco do medicamento, de acordo com a recomendação do fabricante; - A cada bolsa infundida de equipo de hemocomponentes e hemoderivados; - Sempre nas trocas dos cateteres intravenosos (periféricos ou centrais) para equipos e dispositivos complementares; De acordo com a recomendação do fabricante ao considerar equipos utilizados para bombas de infusão [....] (BRASIL, 2017; GORSKI et al., 2021). FONTE: Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção relacionada à Assistência à Saúde. Brasília, 2017.	INDEFERIDO
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	40-N	Solicito cancelamento da questão 40 devido falta de informações na questão. A questão em si não especifica as MG da apresenta do frasco do medicamento disponível ficando assim inviável chegar a uma resposta apresentada. A anulação de questões de concurso público por falta de informações (omissão de dados necessários para a resposta, questões dúbias ou confusas) baseia-se no princípio da vinculação ao edital e no princípio da legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal), pois a falha da banca examinadora viola as regras preestabelecidas. A banca examinadora tem o dever de elaborar questões claras e completas. A jurisprudência consolidada, inclusive pelo STF (Tema 485), permite a anulação de questões quando houver erro grosseiro ou ilegalidade manifesta. Principais fundamentos legais e jurisprudenciais: Erro Material ou Omissão de Dados: Questões com erros na redação, grafia ou falta de dados necessários para a solução configuram erro material, passível de anulação, pois impedem o candidato de encontrar a alternativa correta. Princípio da Vinculação ao Edital: O edital é a "lei" do concurso. Se a questão cobra algo não previsto, com dados conflitantes ou omissos, viola o edital. Jurisprudência do STF e STJ: É permitida a intervenção judicial quando a questão é inconstitucional, ilegal ou contém erro grosseiro, não competindo ao juiz reavaliar critérios de correção, mas sim anular questões que induzam ao erro. https://www.google.com/search?q=qual+lei+para+cancelar+quest%C3%A3o+de+concurso+faltando+informa%C3%A7%C3%B5es&biw=1920&bih=859&aic=0&sca_esv=6b6a4b9baede048b&ei=8ZZ4adqdBfCH5OUPu5aq0QI&oq=qual+lei+para+cancelar+quest%C3%A3o+de+concurso+faltando+info&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiOXF1YWwgbGVpIHBhcmEgY2FuY2VsYXIgcXVlc3TDo28gZGUgY29uY3Vyc28gZmFsdGFuZG8gaW5mbyoCCAAyBRAhGKABMgUQIRigAUiwaFAAWJpbcAF4AJABAJgBnAGgAe0sqgEEMC40NbgBA8gBAPgBAZgCLqACkzDCAgoQABiABBhDGIoFwgIQEAAYgAQYsQMYQxiDARiKBcICBRAAGIAEwgIIEAAYgAQYsQPCAgsQABiABBixAxiDAcICCxAAGIAEGLEDGIoFwgIIEC4YgAQYsQPCAg0QABiABBixAxhDGIoFwgIEEAAYA8ICDhAAGIAEGLEDGIMBGIoFwgIGEAAYFhgewgIFEAAY7wXCAggQABiABBiiBMICCBAAGKIEGIkFwgIHECEYoAHCAgUQIRifBcICBxAhGKABGAqYAwCSBwQxLjQ1oAfd-wGyBwQwLjQ1uAeJMMIHCTAuNi4yNy4xM8gHmwKACAA&sclient=gws-wiz-serp	Dados do problema Dose prescrita: 160 mg Concentração: metronidazol 5% Via: endovenosa Pergunta: volume (mL) por dose Passo 1 – Converter a porcentagem em mg/mL Solução a 5% significa:5 g em 100 mL Converter gramas para miligramas:5 g = 5.000 mg Então:5.000 mg / 100 mL = 50 mg/mL Concentração = 50 mg/Ml Volume=50 mg/mL160 mg?=3,2 mL	INDEFERIDO
004517	CASCAVEL - Técnico	35-N	Solicito o cancelamento da questão devido ter esterilização por derivados fenólicos, então todas as respostas estão corretas. Sim, derivados	4.10- Derivados fenólicos. Os fenóis e derivados são conhecidos de longa data como	INDEFERIDO

	em Enfermagem		fenólicos (compostos fenólicos) são amplamente utilizados para desinfecção e, em concentrações específicas e sob certas condições, podem agir como esterilizantes de baixo nível ou desinfetantes de alto nível. Eles são eficazes contra bactérias (incluindo Mycobacterium tuberculosis), fungos e vírus. Aqui estão os pontos principais sobre o uso de fenólicos para essa finalidade: Ação: Agem destruindo a parede celular dos microrganismos e desnaturando proteínas. Aplicações: São comumente usados para desinfetar superfícies inanimadas, tais como mesas de laboratório, grades de cama, e para descontaminação de instrumentos não críticos ou semicríticos (como endoscópios e fórceps cirúrgicos) antes da esterilização final. Limitações: Embora eficazes, os fenólicos podem ter dificuldade em eliminar esporos bacterianos, sendo necessário longos tempos de exposição. Toxicidade: Causam irritação e corrosão em tecidos, sendo, portanto, utilizados apenas em objetos, não na pele (exceto em concentrações muito baixas ou preparações específicas). Exemplos: Paraclorometaxilenol (PCMX), diclorometaxilenol (DCMX), triclosan (embora com restrições atuais) e cresóis. O uso de compostos fenólicos é comum em indústrias biológicas, farmacêuticas e biomédicas para garantir que as superfícies permaneçam livres de patógenos. Sim, derivados fenólicos (compostos fenólicos) são amplamente utilizados para desinfecção e, em concentrações específicas e sob certas condições, podem agir como esterilizantes de baixo nível ou desinfetantes de alto nível. Eles são eficazes contra bactérias (incluindo Mycobacterium tuberculosis), fungos e vírus. Aqui estão os pontos principais sobre o uso de fenólicos para essa finalidade: Ação: Agem destruindo a parede celular dos microrganismos e desnaturando proteínas. Aplicações: São comumente usados para desinfetar superfícies inanimadas, tais como mesas de laboratório, grades de cama, e para descontaminação de instrumentos não críticos ou semicríticos (como endoscópios e fórceps cirúrgicos) antes da esterilização final. Limitações: Embora eficazes, os fenólicos podem ter dificuldade em eliminar esporos bacterianos, sendo necessário longos tempos de exposição. Toxicidade: Causam irritação e corrosão em tecidos, sendo, portanto, utilizados apenas em objetos, não na pele (exceto em concentrações muito baixas ou preparações específicas). Exemplos: Paraclorometaxilenol (PCMX), diclorometaxilenol (DCMX), triclosan (embora com restrições atuais) e cresóis. O uso de compostos fenólicos é comum em indústrias biológicas, farmacêuticas e biomédicas para garantir que as superfícies permaneçam livres de patógenos.	venenos protoplasmáticos gerais, precipitando e desnaturando as proteínas. O fenol, em soluções diluídas, age como antisséptico e desinfetante, com espectro anti- bacteriano que varia com a espécie do micróbio, não sendo esporocida. É usado principalmente para desinfetar instrumentos e para cauterizar ulceras e áreas infectadas da pele. O fenol, na concentração de 1/500 a 1/800, é bacteriostático, e nas concentrações de 1/50 a 1/100 torna-se bactericida. Os cresóis, derivados metílicos do fenol, menos irritantes e menos tóxicos que o fenol e parecem possuir ação anti-séptica mais poderosa. Os derivados halogenados dos fenois são também antimicrobianos mais potentes que o fenol, como o hexilresorcinol, por exemplo. Os derivados fenólicos são usados principalmente para desinfetar objetos porque são cáusticos e tóxicos para os tecidos vivos. O fenol e os cresóis não devem ser usados para desinfetar artigos de borracha, de plástico, ou tecidos que possam entrar em contato com a pele, de que podem resultar queimaduras. Atualmente não mais se usa fenol como antisséptico ou desinfetante. Em resumo: O derivado fenólico tem ação bactericida e não esporocida, utilizados em instrumental. FONTE: Moriya T, Módena JLP. Assepsia e antissepsia: técnicas de esterilização. Medicina (Ribeirão Preto). 2008; 41 (3): 265-73.	
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	32-D	Solicito cancelamento da questão devido não estar clara a pergunta, pois entende-se duplo sentido em respostas verbais inadequadas, não justifica se paciente se encontra confuso que é 4 (conversas confusas/ mas com frases) ou 3 que são palavras/frases inapropriadas (palavras soltas ou aleatórias), dando duplo sentido a questão. Abertura ocular ao estimulo doloroso - 2 respostas verbais inadequadas, temos duas opções segundo o enunciado por não estar claro, pois 4 é conversas confusas e 3 são palavras ou frases inapropriadas, dando a entender que pode ser tanto 4 como 3. Localiza a dor 5 Como avaliar a Escala de Glasgow? Avaliar a Escala de Coma de Glasgow (ECG) envolve observar a Abertura Ocular (EO), a Resposta Verbal (EV) e a Resposta Motora (EM) do paciente, atribuindo pontos para cada categoria e somando-os para um total de 3 a 15, onde pontuações mais baixas indicam pior nível de consciência, sendo 3 o mínimo (coma profundo) e 15 o máximo (alerta total). A avaliação foca em estímulos (chamado, dor) e a melhor resposta obtida, com considerações para fatores que impeçam a resposta, como intubação (T) ou limitação física (NT). 1. Abertura Ocular (EO) - (1 a 4 pontos) 4: Espontânea (olhos abertos sem estímulo). 3: Ao som/chamado (abre os olhos quando você fala). 2: À dor (abre os olhos ao estímulo de pressão, como no trapézio ou leito ungueal). 1: Nenhuma (sem resposta). 2. Resposta Verbal (EV) - (1 a 5 pontos) 5: Orientado (sabe quem é, onde está, data). 4: Confuso (conversas confusas, mas com frases). 3: Palavras/frases inapropriadas (palavras soltas ou aleatórias). 2: Sons incompreensíveis (gemidos, resmungos). 1: Nenhuma. T (Não testável): Intubado, não pode falar. 3. Resposta Motora (EM) - (1 a 6 pontos) 6: Obedece comandos (ex: "levanta a mão"). 5: Localiza a dor (tenta alcançar o local do estímulo doloroso). 4: Retirada à dor (afasta-se do estímulo doloroso). 3: Flexão anormal (decorticação, braços encurvados). 2: Extensão anormal (descerebração, braços esticados). 1: Nenhuma. https://www.google.com/search?q=escala+de+glasgow&sca_esv=3d16839f334d68f5&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=FJl4abn7I5HY5OUP6P706QE&ved=0ahUKEwi51cnuxquSAxURLLkGHWg_PR0Q4dUDCBE&uact=5&oq=escala+de+glasgow&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiEWVzY2FsYSBkZSBnbGFzZ293MggQABiABBixAzIFEAAYgAQyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAYgAQyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAYgAQyBRAAGIAEMgUQABiABEiUG1AAWL8ZcAB4AZABAJgBeKABkQ6qAQQyLjE1uAEDyAEA-AEBmAIRoALVD8ICChAAGIAEGEMYigXCAgsQABiABBixAxiDAcICDhAAGIAEGLEDGIMBGIoFwgILEAAYgAQYkgMYigXCAgQQABgDwgILEAAYgAQYsQMYyQPCAg0QABiABBixAxhDGIoFwgIIEC4YgAQYsQOYAwCSBwQwLjE3oAemZbIHBDAuMTe4B9U PwgcGMi0zLjE0yAedAYAIAA&sclient=gws-wiz-serp	Pontuação e parâmetros A Escala de Coma de Glasgow (ECG) avalia os seguintes 3 parâmetros de responsividade: melhor resposta ocular (E), melhor resposta verbal (V) e melhor resposta motora (M). Os níveis de resposta nos componentes da ECG são pontuados de 1, para nenhuma resposta, até os valores normais de 4 (resposta de abertura ocular), 5 (resposta verbal) e 6 (resposta motora). A pontuação total da ECG varia, portanto, de 3 a 15, sendo 3 a mais baixa e 15 a mais alta. A pontuação é a soma das pontuações, bem como dos elementos individuais. Por exemplo, uma pontuação de 10 pode ser expressa como GCS10 = E3V4M3. Os clínicos devem indicar qualquer componente não testável da Escala de Coma de Glasgow (ECG) como “NT” (não testável) e evitar usar a pontuação total quando um componente não for testável. As seguintes pontuações são atribuídas a cada parâmetro de resposta: Melhor resposta ocular Nenhuma abertura de olhos Abrindo os olhos para a dor. Os olhos se abrem para o som. Os olhos se abrem espontaneamente Melhor resposta verbal Sem resposta verbal. Sons incompreensíveis Palavras inapropriadas Confuso Orientado Melhor resposta do motor Sem resposta do motor Extensão anormal com dor Flexão anormal em resposta à dor Retirada da dor Localização da dor Obedece às ordens. FONTE: https://www-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/books/NBK513298/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc	INDEFERIDO
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	31-N	Solicito cancelamento da questão, pois quem pode avaliar quadro clínico do paciente não é o técnico de enfermagem, segue justificativa. A avaliação do quadro clínico é realizada por profissionais de saúde habilitados, com destaque principal para o médico, que analisa o conjunto de sintomas, histórico do paciente e exames físicos e laboratoriais para determinar um diagnóstico. Médico (Geral ou Especialista): É o principal responsável por realizar a anamnese (entrevista), o exame físico, solicitar exames complementares e definir o diagnóstico e conduta terapêutica. Enfermeiro: Realiza a avaliação de enfermagem, que inclui anamnese e exame físico, fundamental para identificar necessidades, riscos e formular o diagnóstico de enfermagem. Outros Profissionais de Saúde: Especialistas como fisioterapeutas, nutricionistas e psicólogos também realizam avaliações clínicas dentro de suas respectivas áreas de atuação para compor o entendimento geral do paciente. A avaliação clínica baseia-se em dados obtidos tanto por métodos subjetivos (relatos do paciente) quanto objetivos (exames físicos, sinais vitais). https://www.google.com/search?q=quem+avalia+quadro+cl%C3%ADnico&sca_esv=3d16839f334d68f5&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=Zpl4abOgDsG95OUPzaj0-Qw&oq=quem+avalia+quadro+linico&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiGXF1ZW0gYXZhbGlhIHF1YWRybyBsaW5pY28qAggAMgcQIRigARgKMgcQIRigARgKMgcQIRigARgKSPAzUABYyiFwAHgBkAEAmAHAAaABmhmqAQQwLjI1uAEDyAEA-AEBmAIZoAKFG8ICCBAAGIAEGLEDwgIFEAAYgATCAgsQABiABBixAxiDAcICCBAuGIAEGLEDwgIKEAAYgAQYQxiKBcICDRAAGIAEGLEDGEMYigXCAgQQABgDwgIFEC4YgATCAgYQABgWGB7CAggQABiABBiiBMICBRAAGO8FwgIFECEYoAHCAgUQIRifBZgDAJIHBjAuMjQuMaAHgHeyBwYwLjI0LjG4B4UbwgcJMS4yLjExLjExyAevAYAI AA&sclient=gws-wiz-serp O técnico de enfermagem avalia o quadro clínico do paciente por meio de observação contínua, monitoramento de sinais vitais e relato de alterações ao enfermeiro, atuando na execução de cuidados assistenciais e na coleta de dados, conforme a Lei do Exercício Profissional. Embora não realize o diagnóstico de enfermagem ou médico (privativos do enfermeiro e médico, respectivamente), sua avaliação é fundamental para identificar precocemente complicações. Atribuições do Técnico na Avaliação Clínica: Verificação de Sinais Vitais: Aferir e interpretar, dentro de sua competência, PA, frequência cardíaca, respiratória, temperatura e dor. Monitoramento de Alterações: Avaliar o estado geral, como dificuldades respiratórias, recusa alimentar, alteração no nível de consciência e integridade da pele. Observação de Diurese e Eliminações: Monitorar o balanço hídrico (ingestão e excreção de líquidos). Anotação de Enfermagem: Registrar dados objetivos e subjetivos, como "paciente relatou dor", "paciente com febre", ou "melhora no apetite", descrevendo com clareza o horário e o ocorrido. Aplicações de Escalas: Auxiliar na aplicação de escalas de risco, como a de Braden (úlceras) e Morse (quedas). Comunicação Imediata: Comunicar ao enfermeiro qualquer alteração significativa no quadro clínico do paciente. O que o Técnico de Enfermagem NÃO faz: Diagnosticar doenças ou condições de saúde. Prescrever medicamentos ou tratamentos. Elaborar planos de cuidado ou procedimentos de alta complexidade. A avaliação realizada pelo técnico de enfermagem baseia-se na observação direta durante os cuidados básicos, administração de medicações e no acompanhamento contínuo do paciente. https://www.google.com/search?q=tecnico+de+enfermagem+avalia+quadro+cl%C3%ADnico&sca_esv=3d16839f334d68f5&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=45t4af7wBO-	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO

			BhuMP7_TF8QQ&oq=tecnico+de+enfermagem+avalia+quadro+c&gs_lp=Egxnd3Mtd 2l6LXNlcnAiJXRlY25pY28gZGUgZW5mZXJtYWdlbSBhdmFsaWEgcXVhZHJvIGMqAg gAMgUQIRigATIFECEYoAEyBRAhGJ8FMgUQIRifBUiYSVAAWKNBcAR4AZABAZgB vwGgAeAmqgEEMy4zOLgBA8gBAPgBAZgCLKACsSnCAgsQABiABBixAxiDAcICCB AAGIAEGLEDwgIFEAAYgATCAhEQLhiABBixAxjRAxiDARjHAcICCxAuGIAEGLEDGI MBwgIKEAAYgAQYQxiKBcICEBAAGIAEGLEDGEMYgwEYigXCAgsQLhiABBjHARiv AcICDhAAGIAEGLEDGIMBGIoFwgIEEAAYA8ICBxAAGIAEGArCAgkQABiABBgKGA vCAggQABgWGAoYHsICBhAAGBYYHsICDRAAGIAEGLEDGIMBGA3CAhAQABiAB BixAxiDARiKBRgNwgIHEAAYgAQYDcICCBAAGIAEGKIEwgIFEAAY7wWYAwCSBw Q0LjQwoAfemgKyBwQwLjQwuAeDKcIHCTAuMi4xMi4zMMgHIwOACAA&sclient=gws -wiz-serp		
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	25-N	Solicito cancelamento da questão devido ser funcão médica definir a dosagem de Epinefrina a ser utilizada no paciente. Antes de administrar qualquer medicamento a uma criança, é fundamental consultar um profissional de saúde qualificado. As informações fornecidas aqui são apenas para conhecimento geral e não devem ser interpretadas como aconselhamento médico. A quantidade de epinefrina (adrenalina) em nebulização (NBZ) para crianças é definida estritamente por um médico pediatra ou médico emergencista, levando em consideração o peso corporal, a idade e a gravidade do quadro clínico. A concentração de adrenalina utilizada na nebulização pediátrica geralmente é de 1:1000 (1mg/mL). Pontos importantes definidos por protocolos médicos: Avaliação clínica: A avaliação contínua da criança é essencial para monitorar possíveis eventos adversos durante o tratamento com epinefrina nebulizada. Peso como fator determinante: O peso da criança é um fator crucial na determinação da dose apropriada de epinefrina para administração, seja inalatória, intramuscular (IM) ou intravenosa (EV). Em situações de emergência, como choque anafilático ou laringite grave, a prescrição médica é imediata e personalizada para garantir o tratamento adequado e evitar subdosagem ou superdosagem. https://www.google.com/search?q=quem+define+quantidade+de+epinefrina+em+nbz+ para+crian%C3%A7as&sca_esv=3d16839f334d68f5&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=5 514afDJFonA5OUPwu69gAU&oq=quem+define+quantidade+de+epinfrina+em+NBZ+ para+crian&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiNXF1ZW0gZGVmaW5lIHF1YW50aWRhZG UgZGUgZXBpbmZyaW5hlGVtIE5CWiBwYXJhIGNyaWFuKgIIADIHECEYoAEYCkiFh AFQAFiYeXAAeAGQAQCYAdcBoAG_PqoBBjAuNDkuNLgBA8gBAPgBAZgCNaACvk LCAgUQABiABMICCxAAGIAEGLEDGIMBwgIIEC4YgAQYsQPCAgoQABiABBhDGIoF wgIIEAAYgAQYsQPCAgsQABiABBixAxiKBcICBBAAGAPCAgUQLhiABMICBRAAGO 8FwgIGEAAYFhgewgIIEAAYogQYiQXCAgYQABgNGB7CAggQABiABBiiBMICBRAhG KABwgIFECEYnwXCAgQQIRgKmAMAkgcGMC40Ny42oAeurwKyBwYwLjQ3Lja4B75 CwgcLMC40LjMxLjE3LjHIB98CgAgA&sclient=gws-wiz-serp	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove "certos": usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-N	Solicito cancelamento da questão, pois segundo rede SUS a nova faixa etária é de 40 a 74 anos, e nas opções de resposta a letra D porem 50 a 74 anos, estando confusa a resposta. A partir de setembro de 2025, o Ministério da Saúde do Brasil anunciou uma importante atualização nas diretrizes de rastreamento do câncer de mama no Sistema Único de Saúde (SUS), caracterizada pela ampliação do rastreamento ativo para uma faixa etária maior, visando a detecção precoce. O que mudou (Rastreamento Ativo Ampliado): Nova Faixa Etária: O rastreamento preventivo passa a ser recomendado para mulheres de 40 a 74 anos. Anteriormente: O foco do rastreamento (preventivo) era para mulheres de 50 a 69 anos. Periodicidade: A recomendação oficial com a mudança é que a mamografia seja realizada preventivamente a cada dois anos, mas a ampliação busca aumentar a detecção precoce em mulheres a partir dos 40 anos. Justificativa: Quase 60% dos casos de câncer de mama estão concentrados na faixa de 50 a 74 anos, mas a inclusão da faixa dos 40-49 anos visa o diagnóstico mais precoce e o aumento das chances de cura. Diferença entre Rastreamento e Ampliação (Mamografia com Ampliação): Mamografia de Rastreamento (Screening): É o exame rotineiro, realizado em mulheres sem sintomas, para detectar tumores pequenos. Mamografia com Ampliação (ou Magnificação): É um exame diagnóstico específico, utilizado quando uma alteração é encontrada na mamografia de rastreamento. Ela fornece imagens ampliadas de áreas suspeitas para maior detalhamento. Pontos importantes: Cura precoce: A detecção precoce aumenta as chances de cura para até 95% ou mais, especialmente quando o tumor tem menos de 1 cm. Acesso: O SUS assegura o exame para essa faixa etária ampliada, permitindo o acompanhamento de mulheres que antes não eram o foco principal do rastreamento. Nota: Em casos de alto risco ou histórico familiar, o médico pode indicar rastreamentos personalizados, que diferem das diretrizes de rastreamento populacional. https://www.google.com/search?q=mamografias+de+rastreamento+ativo+ampliado& sca_esv=3d16839f334d68f5&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=96F4aaC- C4PN5OUP37mpSQ&ved=0ahUKEwjglZirz6uSAxWDJrkGHd9cKgkQ4dUDCBE&uact =5&oq=mamografias+de+rastreamento+ativo+ampliado&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcn AiKm1hbW9ncmFmaWFzIGRlIHJhc3RyZWFtZW50byBhdGl2byBhbXBsaWFkbzIFEC EYoAFIrDxQ_CVY0DdwAXgBkAEAmAHBAaAB5hCqAQQwLjE1uAEDyAEA- AEBmAIQoALbEcICChAAGLADGNYEGEfCAgYQABgWGB7CAggQABiABBiiBJgDAI gGAZAGCJIHBjEuMTQuMaAHyC6yBwYwLjE0LjG4B9cRwgcGMC40LjEyyAc_gAgA& sclient=gws-wiz-serp	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
004517	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	18-N	Solicito cancelamento da questão, pois quem realizado diagnóstico é médico, o técnico precisa saber os cuidados de enfermagem. O diagnóstico da rabdomiólise é feito principalmente por médicos em ambiente hospitalar ou de urgência/emergência, através de avaliação clínica (histórico de dor muscular, fraqueza e urina escura) e exames de laboratório. Os profissionais e especialidades mais indicados para o diagnóstico e tratamento incluem: Clínico Geral / Médico de Emergência: Geralmente o primeiro a atender e suspeitar do quadro, solicitando os exames iniciais. Nefrologista: Especialista crucial, pois a rabdomiólise pode causar lesão renal aguda (insuficiência renal) grave devido à liberação de mioglobina na corrente sanguínea. Intensivista (Médico de UTI): Responsável em casos graves que exigem monitoramento contínuo e suporte de órgãos. Ortopedista/Medicina Esportiva: Habilitado para avaliar a lesão muscular, especialmente quando relacionada a exercícios intensos ou traumas. Como é feito o diagnóstico?O diagnóstico de certeza é laboratorial e baseia-se no alto nível de Creatina Quinase (CK) no sangue (geralmente 5 a 10 vezes o limite superior normal). Outros marcadores incluem: Urina de cor avermelhada/amarronzada (sem presença de glóbulos vermelhos). Elevação de mioglobina, potássio, fósforo e creatinina. Sintomas de alerta:Dor muscular intensa (mialgia), fraqueza extrema e urina com cor de "Coca-Cola" ou "chá mate" após exercícios, traumas, longos períodos de imobilização ou uso de certas medicações. Atenção: A rabdomiólise é uma emergência médica. Procure um pronto-socorro imediatamente se houver suspeita. https://www.google.com/search?q=diagn%C3%B3stico+quem+faz+de+rabdomi%C3% B3lise&sca_esv=3d16839f334d68f5&biw=1920&bih=859&aic=0&ei=M6R4abL1I83Q5 OUPn9nIyAE&oq=diagn%C3%B3stico+quem+faz+de+rabsomiol&gs_lp=Egxnd3Mtd2l 6LXNlcnAiImRpYWduw7NzdGljbyBxdWVtIGZheiBkZSByYWJzb21pb2wqAggAMgcQI RigARgKSP1JULsNWIBAcAZ4AZABAJgBowGgAeASqgEEMC4xOLgBA8gBAPgBAZ gCGKACrxTCAgoQABiwAxjWBBhHwgIGEAAYFhgewgIFECEYoAHCAgUQIRifBZgDA IgGAZAGCJIHBDYuMTigB8FbsgcEMC4xOLgHgRTCBwgwLjcuMTUuMsgHeIAIAA&s client=gws-wiz-serp	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO
002270	OURO VERDE DO OESTE - Motorista	38-B	A ALTERNATIVA:APÓS CONTROLAR A HEMORRAGIA, É IMPORTANTE PROTEGER A FERIDA,MESMO QUE COM CURATIVOS INFECTADOS. O GABARITO AFIRMA QUE ESSA AFIRMAÇÃO É VERDADEIRA, ENTRETANTO NÃO SE DEVE	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA

	Socorrista		PROTEGER FERIDA COM CURATIVO INFECTADO, LOGO ESSA AFIRMAÇÃO É FALSA, PORTANTO A QUESTÃO DEVE SER ANULADA.		
001738	CASCAVEL - Médico 12h	19-C	Solicitação de Anulação da Questão 19 Prezada Banca Examinadora, Solicito a anulação da questão 19 ou a alteração de gabarito, visto que a alternativa apontada como correta (B) contradiz princípios fundamentais de segurança da cena em Atendimento Pré-Hospitalar, enquanto a alternativa (C) apresenta a conduta de segurança preconizada pelos manuais oficiais. Justificativa: O enunciado descreve um paciente em via pública apresentando "agitação psicomotora intensa", "discurso agressivo" e "ameaça verbal a transeuntes". Trata-se de uma cena de risco e comportamento violento. • Segurança da Cena: Conforme os Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 (Ministério da Saúde) e diretrizes do PHTLS, em situações onde há risco de agressão física à equipe, a prioridade é garantir a segurança da cena, solicitando apoio policial e aguardando sua chegada antes de aproximações invasivas. A alternativa (C) reflete corretamente essa necessidade ("indicação de solicitação de apoio policial"). • Inviabilidade da Alternativa B: A alternativa (B) sugere a administração de haloperidol e prometazina (IM). No entanto, para realizar uma injeção intramuscular em um paciente com agitação intensa e agressividade, é pré-requisito obrigatório a contenção física. Realizar contenção física em paciente violento sem o apoio de forças de segurança coloca a equipe de saúde em risco iminente. Portanto, a conduta medicamentosa (B) não pode ser dissociada da necessidade de apoio policial (C). Ao considerar a alternativa B como única correta, a questão ignora o passo crucial de segurança (apoio policial para contenção) necessário para viabilizar a própria medicação, induzindo o candidato a uma conduta que fere os princípios de segurança do trabalho em APH. Diante da ambiguidade gerada e do fato de que a solicitação de apoio policial é medida indispensável no cenário descrito, solicito a anulação da questão.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
002087	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	17-A	A questão contém duas respostas certas sendo elas letra A e B.	A lei que constitui o SUS é 8.080/90 .	INDEFERIDO
002087	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	27-E	Resposta correta não condiz o gabarito oficial. E contém erro ortográfico na letra E.	A afirmativa II está incorreta porque não são normas internas a serem seguidas, são regulamentações nacionais. Desta forma a alternativa E está incorreta.	INDEFERIDO
002087	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	32-C	Questões 32,36,38 com o mesmoerro ortográfico na opção E prejudicando o entendimento das questões.		INDEFERIDO
002087	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	34-B	Questão 34 com o mesmo erro ortográfico na opção E prejudicando o entendimento das questões.	O que está na alternativa condiz com a resolução. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rd c0067_08_10_2007.html	INDEFERIDO
002087	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	27-E	Solicito a revisão do gabarito da questão 27, uma vez que a afirmativa ll apresenta inconsistência técnica e normativa. A afirmativa ll declara que medicamentos com prazo de validade vencidos devem ser baixados do estoque e destruídos "obedecendo o disposto nas normas internas da instituição".Entretanto, o descarte de medicamentos vencidos não pode se restringir ás normas internas, devendo obrigatoriamente seguir a legislação sanitária e ambiental vigente, como as normas da ANVISA e as diretrizes sobre gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Dessa forma, a afirmativa ll encontra-se incorreta por omitir a obrigatoriedade do cumprimento da legislação sanitária aplicável, o que compromete sua validade conceitual. Assim, não é possível considerar corretas simultaneamente as afirmativas l,ll e lll, tornando indevida a alternativa E, restando correta apenas a alternativa que contempla as afirmativas l e lll.	A afirmativa II está incorreta porque não são normas internas a serem seguidas, são regulamentações nacionais. Desta forma a alternativa E está incorreta.	INDEFERIDO
003701	CASCAVEL - Rádio Operador	27-C	A questão apresenta dupla interpretação gerando uma dualidade na escolha da alternativa correta. ?1. Vício de Imprecisão: O enunciado inicia com a premissa de que "todo atendimento ao público" deve seguir um padrão. Ao não especificar que se trata de um atendimento de emergência médica dentro do comando da questão, a alternativa B torna-se restritiva e tecnicamente incorreta para atendimentos administrativos ou de outros setores da administração pública.?2. Princípio da Clareza: Em concursos públicos, as questões devem ser claras e não dar margem a múltiplas interpretações. Sem a indicação do setor (ex: "No âmbito do SAMU"), a fraseologia de "Urgência" não pode ser considerada a única correta universalmente.3. ?Sugestão de Anulação: Por não haver uma contextualização setorial no comando da questão que justifique a frase "Atendimento de Urgência" em detrimento de uma saudação padrão e educada, a questão deve ser anulada por ambiguidade. Desde já agradeço a atenção.	O enunciado estabelece que o atendimento ao público deve observar qualidade, eficiência e padronização, com base em procedimentos previamente estabelecidos, o que remete à utilização de fraseologia institucional no atendimento telefônico. A alternativa B – "Atendimento de Urgência, como posso ajudar?" atende plenamente a esses critérios, pois identifica o serviço, adota linguagem objetiva e impessoal e assegura clareza e padronização na comunicação. A alternativa C – "Alô, tudo bem? Como posso ajudar?", por sua vez, apresenta caráter informal e ausência de identificação do serviço, não atendendo aos princípios de padronização e eficiência exigidos no enunciado, ainda que seja utilizada em contextos genéricos de atendimento. Não há ambiguidade na questão nem possibilidade de mais de uma resposta correta, uma vez que apenas uma alternativa contempla, de forma conjunta, todos os requisitos apresentados. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Recurso indeferido.	INDEFERIDO
000815	CASCAVEL - Médico 12h	27-D	Venho por meio deste solicitar respeitosamente, a alteração do gabarito da questão 27 da prova do referido concurso para o cargo de Médico 12h Fundamentação do recurso A questão descreve paciente com quadro clínico e eletrocardiográfico compatível com Infarto Agudo do Miocárdio com supradesnivelamento do segmento ST (IAMCSST) em serviço sem disponibilidade de hemodinâmica, com tempo estimado para angioplastia primária superior a 120 minutos. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa **B**, que propõe fibrinólise imediata associada a AAS e clopidogrel, condicionando a conduta à inexistência de contraindicações. Todavia, tal alternativa possui caráter hipotético, não absoluto, pois depende de uma condição não plenamente avaliada no enunciado. Por outro lado, a alternativa **D** afirma que história de úlcera péptica ativa configura contraindicação absoluta à fibrinólise, o que está integralmente correto e de acordo com as principais diretrizes nacionais e internacionais, não havendo qualquer controvérsia científica a respeito. As Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC, 2022) estabelecem que sangramento gastrointestinal ativo, incluindo úlcera péptica ativa, constitui contraindicação absoluta à terapia fibrinolítica no IAM com supra de ST. De forma concordante, as Diretrizes da European Society of Cardiology (ESC) e da American Heart Association/American College of Cardiology (AHA/ACC) classificam úlcera péptica ativa como contraindicação absoluta à fibrinólise, devido ao elevado risco de sangramento grave e potencialmente fatal. Assim, a alternativa **D** apresenta afirmação objetiva, correta e respaldada por diretrizes consolidadas, ao passo que a alternativa **B** depende de premissa condicional ("na ausência de contraindicações"), o que fragiliza sua adequação como única resposta correta, conforme o padrão de exigência da banca. Por isso solicito, diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito da questão 27 para a alternativa D, por se tratar de assertiva correta, objetiva e respaldada por diretrizes oficiais, em conformidade com os critérios técnico-científicos exigidos pela banca UNIOESTE. Referências bibliográficas * SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretriz Brasileira de Síndrome Coronariana Aguda com Supra de ST – 2022. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 2022.* IBANEZ, B. et al. 2017 ESC Guidelines for the management of acute myocardial infarction in patients presenting with ST-segment elevation. *European Heart Journal*, 2018.* O'GARA, P. T. et al. 2013 ACCF/AHA Guideline for the Management of ST-Elevation Myocardial Infarction. *Circulation*, 2013.* UpToDate®. Contraindications to fibrinolytic therapy in acute ST-elevation myocardial infarction.	Recurso IMPROCEDENTE. História de úlcera péptica, mesmo ativa, não constitui contraindicação absoluta à fibrinólise, sendo classificada como contraindicação relativa. Contraindicação absoluta refere-se a sangramento gastrointestinal ativo ou recente, condição não descrita no enunciado. Tal distinção está de acordo com o Medicina de Emergência – USP, 18ª edição. Assim, a alternativa D foi corretamente considerada incorreta.	INDEFERIDO
002787	TOLEDO - Médico 12h	34-C	Cara banca avaliadora. Solicito reavaliação de questão 34. A mesma tem como resposta correta a alternativa B que pontua o paciente do caso com 8 pontos da Escala de Coma de Glasgow. Conforme ATLS a pontuação correta seria 9. Paciente abre olhos ao estímulo doloroso: 2 pontos. Emite palavras isoladas: 3 pontos. Flexão normal de membros superiores, retirando braço ao estímulo, sem localizar a dor: 4 pontos.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal)	QUESTÃO ALTERADA

			Totalizando, portanto, 9 pontos, sendo portanto a alternativa C como correta. Grata	→ 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
000815	CASCAVEL - Médico 12h	19-C	Venho por meio deste solicitar respeitosamente a mudança do gabarito da questão 19. A questão descreve atendimento pré-hospitalar pelo SAMU a paciente masculino, 29 anos, em via pública, apresentando agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, inquietação e ameaça verbal a transeuntes, com comportamento imprevisível, sem arma de fogo visível. A equipe realizou avaliação de cena pelo método ACENA e tentou abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso. De acordo com os protocolos de segurança e atuação do Suporte Avançado de Vida do SAMU, bem como normas nacionais de atendimento pré-hospitalar, a segurança da equipe, da vítima e de terceiros é sempre prioridade absoluta. Em situações de agressividade ativa, ameaça a terceiros e falha da desescalada verbal, há indicação formal de solicitação de apoio policial, devendo intervenções clínicas ocorrer somente após garantia da segurança da cena. A alternativa C afirma corretamente que: "Há indicação de solicitação de apoio policial, devendo qualquer intervenção clínica aguardar a chegada da autoridade." Tal conduta está em plena concordância com os protocolos oficiais, que determinam que nenhuma sedação farmacológica deve ser realizada em ambiente inseguro, especialmente em via pública, diante de paciente agressivo e imprevisível. Análise da alternativa indicada no gabarito (B) A alternativa B propõe o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular após falha da negociação verbal. Entretanto, essa conduta não pode ser considerada prioritária nem automática em cenário descrito como potencialmente inseguros, com ameaça a terceiros e ausência de contenção ambiental adequada. Os protocolos do SAMU e diretrizes de atendimento a pacientes agitados estabelecem que: A contenção química somente deve ser realizada após a cena estar segura; Em via pública, com risco iminente e comportamento imprevisível, é obrigatória a solicitação de apoio policial antes de qualquer intervenção medicamentosa; A sedação sem garantia de segurança expõe equipe e terceiros a risco elevado, inclusive durante o tempo de latência do fármaco. Portanto, a alternativa B desconsidera o princípio fundamental da segurança da cena, configurando conduta inadequada como resposta única correta. Fundamentação bibliográfica e normativa Ministério da Saúde – Manual de Atendimento Pré-Hospitalar – SAMU 192: "Em situações de violência, agressividade ou ameaça, a equipe deve aguardar apoio policial antes de qualquer abordagem clínica." Protocolos do SAMU – Suporte Avançado de Vida: A contenção química só deve ser realizada quando a cena estiver segura e sob controle. Advanced Trauma Life Support (ATLS®), 10ª edição: "Scene safety is the first priority. No patient care should begin until the scene is secure." World Health Organization (WHO) – Management of psychomotor agitation: Em ambientes não controlados, a intervenção clínica deve ser precedida de medidas de segurança institucional. Conselho Federal de Medicina (CFM) – Pareceres sobre contenção de pacientes agitados: A sedação em ambiente inseguro sem apoio institucional configura risco ético e assistencial. Diante do exposto, verifica-se que a alternativa C é a única que reflete conduta correta, segura e alinhada aos protocolos oficiais do SAMU, priorizando a segurança da cena antes de qualquer intervenção clínica. A alternativa B, indicada no gabarito preliminar, ignora esse princípio basilar e, portanto, não pode ser considerada correta. Por fim, requer-se, assim, a alteração do gabarito da questão 19 para a alternativa C, por estar em conformidade com os protocolos técnicos, normativos e bibliografia oficial que regem o atendimento pré-hospitalar no âmbito do SAMU.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO

			BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Atendimento Pré-Hospitalar – SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos de Intervenção para o Suporte Avançado de Vida no Atendimento Pré-Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde. AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. Advanced Trauma Life Support (ATLS®): Student Course Manual. 10ª ed. Chicago: American College of Surgeons, 2018. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Management of psychomotor agitation and aggressive behavior in emergency settings. Geneva: WHO. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Pareceres e recomendações sobre contenção física e química em pacientes com agitação psicomotora. Brasília: CFM.		
000815	CASCAVEL - Médico 12h	21-C	A questão descreve atendimento pré-hospitalar pelo SAMU a gestante de 28 anos, G2P1, a termo, em período expulsivo, com exteriorização da cabeça fetal sem desprendimento dos ombros, associada à retração da cabeça contra o períneo (sinal da tartaruga), apesar de contrações eficazes. O quadro descrito é típico de distócia de ombro, uma emergência obstétrica bem caracterizada na literatura médica. Segundo os protocolos obstétricos e diretrizes de atendimento pré-hospitalar, a primeira conduta recomendada na distócia de ombro é a manobra de McRoberts, podendo ser associada à pressão suprapúbica. No entanto, a alternativa A, apontada como correta no gabarito, descreve duas manobras concomitantes como "primeira medida", sem respeitar a sequência progressiva e hierarquizada preconizada nos protocolos. Além disso, a alternativa A induz a interpretação de que a pressão suprapúbica deve ser obrigatoriamente associada à McRoberts como primeira manobra, o que não é consensual e pode levar a erro conceitual, uma vez que a pressão suprapúbica é considerada manobra adjuvante, aplicada caso a McRoberts isolada não seja eficaz. Por outro lado, a alternativa C descreve a manobra de Woods, uma manobra clássica, reconhecida e formalmente indicada quando as manobras iniciais não resultam na liberação dos ombros, sendo tecnicamente correta e segura, especialmente em cenários onde a resolução imediata é necessária. A alternativa C afirma: "Posicionar a parturiente em decúbito dorsal horizontal e realizar a manobra de Woods (adução do ombro posterior e abdução do ombro anterior fetal)." Tal descrição está correta do ponto de vista técnico, compatível com a definição clássica da manobra de Woods e alinhada com as diretrizes obstétricas nacionais e internacionais para resolução da distócia de ombro. As principais diretrizes estabelecem: A manobra de McRoberts como abordagem inicial, podendo ser seguida por pressão suprapúbica e não associada como informa a alternativa A; Persistindo a distócia, são indicadas manobras internas, como Woods ou Rubin; A descrição da alternativa C corresponde fielmente a uma dessas manobras internas recomendadas. Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito da questão 21 para a alternativa C, por ser a assertiva tecnicamente correta, plenamente respaldada por protocolos obstétricos e bibliografia oficial, enquanto a alternativa A apresenta imprecisão conceitual ao definir manobras associadas como primeira medida. Referências bibliográficas BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Assistência ao Parto Normal. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. FEBRASGO. Manual de Emergências Obstétricas. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, 2021. AMERICAN COLLEGE OF OBSTETRICIANS AND GYNECOLOGISTS (ACOG). Practice Bulletin No. 178: Shoulder Dystocia. Obstetrics & Gynecology, 2017. WHO. Managing complications in pregnancy and childbirth. Geneva: World Health Organization, 2017.	Recurso IMPROCEDENTE. De acordo com o Protocolo SAV AGO 5 – Assistência ao parto iminente distócico: ombros, a primeira conduta recomendada diante de distócia de ombro é a manobra de McRoberts, podendo e devendo ser associada à pressão suprapúbica, conforme descrito de forma explícita no protocolo institucional. A alternativa A descreve corretamente essa conduta inicial, ao indicar a hiperflexão das pernas sobre o abdome materno (manobra de McRoberts) associada à pressão suprapúbica, não havendo erro conceitual ou desrespeito à hierarquização das manobras no contexto do atendimento pré-hospitalar. A pressão suprapúbica, no âmbito do SAV AGO 5, não é apresentada como manobra exclusiva de segunda linha, mas como manobra associada à McRoberts, realizada precocemente para aumentar a taxa de resolução da distócia e reduzir o tempo de impactação dos ombros. A alternativa C descreve a manobra de Woods, a qual, embora tecnicamente correta, é indicada apenas quando as manobras iniciais (McRoberts ± pressão suprapúbica) não forem eficazes, não correspondendo, portanto, à primeira conduta solicitada no enunciado. Assim, não há ambiguidade nem contradição com o protocolo oficial. A alternativa A permanece como a única correta, por refletir fielmente a conduta inicial preconizada pelo AGO 5.	INDEFERIDO

000815	CASCAVEL - Médico 12h	47-C	A questão descreve paciente masculino, 65 anos, lúcido, orientado, hemodinamicamente estável, com indicação de internação hospitalar para avaliação cirúrgica no mesmo dia, que recusa a internação, mesmo após esclarecimento detalhado e afirmando compreender os riscos envolvidos. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa A, que propõe respeitar a decisão do paciente, registrar a recusa em prontuário e fornecer orientações. Contudo, tal alternativa não contempla de forma completa as obrigações éticas do médico diante de situação potencialmente grave, especialmente quando há risco significativo à saúde ou à vida. Ademais quando o médico fornece orientações caracteriza que o profissional está concordando com a conduta do paciente, o que contraria a recomendação médica como posta no enunciado. De acordo com o Código de Ética Médica (CFM), embora a autonomia do paciente seja princípio fundamental, ela não é absoluta, devendo ser analisada à luz dos princípios da beneficência, não maleficência e proteção à vida. Em situações nas quais a recusa possa resultar em dano grave ou irreversível, o médico deve ampliar o processo decisório, envolvendo familiares ou responsáveis legais, como forma de garantir decisão mais segura e compartilhada. A alternativa C afirma: "Comunicar familiares para autorizar a internação, uma vez que se trata de paciente idoso." Tal conduta encontra respaldo ético quando há indicação médica relevante, risco potencial e necessidade de apoio familiar para tomada de decisão, especialmente em pacientes idosos, nos quais fatores como vulnerabilidade, pressão emocional e possibilidade de prejuízo ao autocuidado devem ser considerados. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reforça a necessidade de proteção integral à saúde da pessoa idosa, atribuindo à família, à sociedade e aos profissionais de saúde o dever de atuar para prevenir danos e garantir assistência adequada. Além disso, o Código de Ética Médica orienta que o médico deve empregar todos os meios disponíveis para esclarecer, proteger e promover a saúde do paciente, não se limitando a simples registro formal de recusa quando há possibilidade de agravamento clínico. Portanto, a alternativa C traduz de forma mais completa e prudente a conduta ética esperada, ao priorizar a decisão compartilhada, a proteção do paciente idoso e a responsabilidade profissional diante de indicação cirúrgica no mesmo dia. Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito da questão 47 para a alternativa C, por melhor refletir os princípios éticos, legais e assistenciais aplicáveis ao atendimento de paciente idoso com recusa de internação diante de indicação médica relevante. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica. Resolução CFM nº 2.217/2018. BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Pareceres sobre autonomia do paciente e tomada de decisão compartilhada. BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. Principles of Biomedical Ethics. 7ª ed. Oxford University Press.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão descreve paciente idoso, porém lúcido, orientado, consciente e hemodinamicamente estável, que recusa internação após esclarecimento adequado, afirmando compreender os riscos envolvidos. Nesse contexto, a alternativa A reflete corretamente a conduta ética prevista no ordenamento jurídico e no Código de Ética Médica vigente: respeitar a autonomia do paciente capaz, registrar a recusa em prontuário e fornecer orientações sobre sinais de alarme. Não procede a alegação de que a autonomia do paciente idoso seria relativizada de forma automática. A idade, por si só, não implica incapacidade civil ou decisória, inexistindo respaldo ético ou legal para submeter paciente capaz à vontade de familiares apenas em razão da idade. Tal conduta configuraria violação direta à autonomia e ao direito de autodeterminação do paciente. A alternativa C é incorreta justamente por pressupor incapacidade decisória do idoso, ao propor comunicação de familiares para autorizar internação contra a vontade expressa de paciente lúcido e capaz, o que não encontra amparo no Código de Ética Médica, no Estatuto do Idoso ou na legislação civil vigente. O envolvimento de familiares é recomendável como apoio ao processo decisório, mas não substitui a vontade do paciente capaz, nem autoriza a imposição de conduta médica. Quanto à invocação da Resolução CFM nº 2.232/2019, destaca-se que dispositivos centrais relacionados à recusa terapêutica foram suspensos por decisão judicial, conforme amplamente divulgado (https://crmms.org.br/noticias/justica-federal-suspende- parte-da-resolucao-cfm-no-2-232-2019), tornando inadequada sua utilização como fundamento normativo absoluto. Ainda assim, mesmo à luz do Código de Ética Médica e da legislação civil, a recusa informada de paciente capaz deve ser respeitada, desde que não haja incapacidade mental, risco a terceiros ou abuso de direito — situações não descritas no enunciado. Portanto, não há omissão ética, tampouco inadequação da alternativa A, que traduz corretamente a conduta médica diante de recusa terapêutica em paciente capaz.	INDEFERIDO
002272	CASCAVEL - Farmacêutico	16-N	A afirmativa I está correta, uma vez que a Farmacopeia Brasileira estabelece, de forma clara, faixas específicas de conservação, contemplando condições como temperatura ambiente, temperatura controlada, refrigeração e congelamento, sendo essas definições essenciais para assegurar a estabilidade, qualidade e eficácia dos medicamentos ao longo de sua validade. A afirmativa II também está correta, pois a Farmacopeia enfatiza a importância do controle de umidade e exposição à luz, reconhecendo que tais fatores ambientais podem acelerar processos de degradação química e física dos medicamentos. O compêndio oficial orienta o armazenamento em locais adequados, protegidos da luz e da umidade, bem como o uso de embalagens apropriadas para medicamentos fotossensíveis. Entretanto, a afirmativa III encontra-se incorreta, ao afirmar que produtos termolábeis, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, devem ser mantidos entre –2 ºC e +8 ºC. Conforme estabelece a Farmacopeia Brasileira, esses produtos devem ser conservados sob refrigeração, geralmente entre +2 ºC e +8 ºC, sendo que temperaturas abaixo de 0 ºC podem causar congelamento, desnaturação de proteínas e perda de eficácia terapêutica, salvo quando houver indicação específica do fabricante, o que não é o caso apresentado na afirmativa. Dessa forma, apenas as afirmativas I e II estão em conformidade com a Farmacopeia Brasileira, razão pela qual solicita-se a retificação do gabarito oficial.	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002272	CASCAVEL - Farmacêutico	28-E	A questão aborda estudos quantitativos de consumo de medicamentos, cujo objetivo é quantificar o uso, permitindo comparações entre regiões ou períodos distintos. Segundo a literatura técnico-científica da área de Farmácia e Saúde Pública, os estudos quantitativos de utilização de medicamentos utilizam como principais fontes de dados: Registros de serviços de saúde, tais como sistemas de dispensação e bases administrativas; Indicadores de prescrição, como DDD (Dose Diária Definida), taxas de prescrição e consumo por habitante. Esses dados permitem mensuração objetiva, padronizada e comparável do consumo de medicamentos, atendendo exatamente ao conceito apresentado no enunciado da questão. Dessa forma, a alternativa (E) – "Dados de serviços de saúde e indicadores de prescrição" é a que melhor contempla o conceito de estudos quantitativos, estando em consonância com referências clássicas da área, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda o uso desses indicadores para análise do consumo de medicamentos. As demais alternativas apresentam limitações conceituais, por incluírem estudos de adesão (caráter qualitativo), dados de vendas (que não refletem necessariamente o consumo real) ou combinações que não representam adequadamente o objetivo descrito no enunciado.	Estudos de prescrição: são aqueles em que se descreve qualitativamente os hábitos de prescrição. Centram-se naadequação do uso, buscando cruzar informações pertinentes à indicação, à dose, ao curso e à extensão da terapêutica.São geralmente aplicados a toda uma instituição ou a setores específicos, na forma de intervenções contínuas, que propiciem diminuição de custos e incrementos na qualidade. Podem ser retrospectivos ou prospectivos. Enquanto nosprimeiros analisa-se a forma como o fármaco vem sendoutilizado, nos últimos o objetivo é prevenir problemas relacionados à terapêutica que porventura venham a surgir.Nos estudos de prescrição é possível, por exemplo, analisar padrões de uso de medicamentos por características dospacientes, tais como sexo, idade ou diagnóstico, e identificar e estudar os determinantes da prescrição, bem como asinfluências das informações particulares ou das campanhas publicitárias. O candidato está confundindo com dados de prescrição.	INDEFERIDO
002272	CASCAVEL - Farmacêutico	24-N	Solicita-se a ANULAÇÃO da questão, uma vez que a mesma exige conhecimento específico de legislação não prevista no conteúdo programático do editaA questão solicita a identificação da lei que ampara a assistência toxicológica e a logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações, apresentando como alternativas leis federais específicas e recentes, a exemplo da Lei nº 14.562/2024.Contudo, conforme disposto no edital, o conteúdo programático para o cargo de Farmacêutico restringe-se às seguintes normas legais: Lei nº 8.080/1990, Portaria nº 2048/GM/MS/2002 e Portaria nº 1600/2011, não havendo qualquer menção às leis apresentadas na questãoRessalta-se que, de acordo com o princípio da vinculação ao edital, a banca examinadora deve ater-se exclusivamente aos conteúdos expressamente previstos, sendo vedada a cobrança de legislação não indicada, sobretudo normas recentes que extrapolam o escopo programático.Dessa forma, a questão torna-se impossível de resolução com base apenas no edital, prejudicando a	O edital é claro, legislação e ética profissional, esta questão se enquadra neste tema do edital, legislação profissional.	INDEFERIDO

			isonomia entre os candidatos, motivo pelo qual requer-se sua anulação, com a consequente atribuição de pontuação a todos os candidatos.		
002272	CASCAVEL - Farmacêutico	15-N	Prezados membros da Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso em face da Questão nº 15, em razão de erro material insanável na sua estrutura. A referida questão apresenta alternativas identificadas como "U, B, C, D e E", em desacordo com o padrão oficial adotado em provas objetivas, que exige a identificação sequencial das alternativas pelas letras "A, B, C, D e E". A utilização da alternativa "U" configura erro formal grave, capaz de comprometer a clareza, a objetividade e a segurança jurídica da questão, além de potencialmente induzir o candidato a erro ou gerar dúvida quanto à correta marcação da resposta pretendida, violando o princípio da isonomia entre os concorrentes. Ressalta-se que tal vício não pode ser sanado por interpretação posterior da banca, uma vez que afeta diretamente a estrutura da questão e o padrão de resposta, motivo pelo qual requer-se a anulação da Questão nº 15, com a consequente atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos. Termos em que,Pede deferimento.	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
004020	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-D	Essa questão está incoerente, pois há duas alternativas iguais. Devido ao fato de estar duplicada (A/B iguais), naturalmente, tanto a alternativa "A" quanto "B" estaria correta, pois são as mesmas. Porém, a banca considerou errada.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
004020	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Essa questão esta incoerente, pois há duas alternativas iguais(A/D). Devido ao fato de ter duas alternativas idênticas, naturalmente, tanto uma quanto outra se fossem marcadas, deveriam ter sido consideradas corretas. Porém, a banca determinou que apenas a alternativa "D" estivesse correta.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	6-D	A questão 6 (D) também se apresenta coretamente a palavra radio é acentuada como rádio, sendo uma paroxitona terminada em ditongo crescente, asim como várias. A alternativa dessa frase apresentada na alternativa (sem acento) é que possui o desvio, mas a alternativa afirma que a frase está correta, ou seja ela não identifica um desvio. pois ela está afirmando que rádio precisa ser acentuado.	Na alternativa D, o candidato interpreta de forma equivocada o comando da questão e o conteúdo da alternativa. O enunciado solicita a identificação da alternativa que NÃO reconhece corretamente um desvio da norma padrão. No entanto, a alternativa D efetivamente identifica um desvio, ao afirmar que, no trecho "Liguei o radio", o substantivo "radio" deveria receber acento agudo (rádio), assim como ocorre em "Várias". Ou seja, a alternativa não afirma que a frase está correta; ao contrário, aponta corretamente o desvio ortográfico existente no texto, já que a forma apresentada no fragmento está sem acento e em desacordo com a norma padrão. O fato de a explicação da alternativa mencionar a necessidade do acento é justamente o reconhecimento do desvio, e não sua negação. Dessa forma, a alternativa D cumpre adequadamente o objetivo da questão, não havendo erro material nem incoerência que justifique anulação ou alteração de gabarito. Mantém-se, portanto, o gabarito provisório.	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	18-N	A questão 18 onde a pergunta fala sobre as Diretrizes AHA (AMERICAN HEART ASSOCIATION) 2025, A PRINCIPAL MUDANÇA NA CADEIA DE SOBREVIVENCIA FOI: ESSA NOVA DIRETRIZ QUE FOI ATUALIZADA E PUBLICADA EM OUTUBRO DE 2025 A MESMA NÃO FOI CITADA NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE ESTUDO PARA O CARGO DE ENFERMEIRO COMO CONSTA NO EDITAL PUBLICADO (Anexo II - Conteúdo Programático E em 27-11-2025) PREJUDICANDO MEU DESEMPENHO ACADEMICO DA RESPOSTA CORRETA E COERENTE, SENDO QUE O MESMO DEVERIA CONSTAR EM EDITAL. SENDO QUE Nas Diretrizes AHA (AMERICAN HEART ASSOCIATION) 2020, A REPOSTA CORRETA SERIA (QUESTÃO E: A PADRONIZAÇÃO DOS ELOS COM FOCO EM SISTEMAS DE ATENDIMENTOS INTREGRADOS). DESDE JÁ AGREÇO SUA ATENÇÃO.	Sistemas de tratamento A sobrevivência após uma PCR requer sistemas integrados de pessoas, protocolos, políticas e recursos, juntamente com a aquisição e revisão contínuas de dados. As diretrizes dos sistemas de tratamento seguem a Cadeia de sobrevivência unificada para PCR (Figura 3), começando com a prevenção e a preparação para ressuscitar, passando pela identificação precoce da PCR, ressuscitação eficaz, e chegando aos cuidados pós-PCR, sobrevivência e recuperação. A otimização dos desfechos após a PCR requer sistemas de tratamento que funcionem bem tanto no ambiente intra-hospitalar como no extra- hospitalar, além do compromisso de coletar e analisar dados voltados para a melhoria da qualidade em todos os elos da Cadeia de sobrevivência. Resumo das principais questões e alterações Uma Cadeia de sobrevivência única destina-se a ser aplicada à PCR intra-hospitalar (PCRIH) e à PCR extra- hospitalar (PCREH) adulta e pediátrica. Ao criar essa cadeia única, reconhece-se que, antes da PCR, a prevenção e a preparação podem tanto evitar a necessidade de ressuscitação como otimizá-la. Diversas recomendações foram unificadas em um bloco de conhecimento dedicado a iniciativas comunitárias para melhorar a respostado socorrista leigo à PCREH. Nele, o leitor encontrará recomendações sobre abordagens baseadas em sistemas destinadas a ampliar a conscientização da comunidade sobre a PCR e o papel crucial da RCP realizada por socorrista leigo e do uso de desfibriladores externos automáticos. Recomendações relacionadas ao uso de sistemas de alerta precoce e equipes de resposta rápida ou equipes de emergência médica para prevenir a PCRIH em crianças e adultos foram combinadas, com uma recomendação adicional sobre a realização de reuniões de segurança a prevenção da PCRIH. As políticas para facilitar o acesso público à naloxona são agora recomendadas juntamente com o acesso público à desfibrilação, visto que ambos têm potencial para salvar vidas. Os operadores de centrais de emergência agora recebem recomendações distintas para as instruções de RCP em adultos e crianças; eles devem orientar os socorristas leigos a usar a RCP apenas com as mãos em adultos e a RCP convencional, que inclui ventilações, em crianças. O protocolo No-No-Go (Não respira? Não responde? Inicie a RCP!) é reiterado como um método eficaz para reconhecer uma PCREH. As recomendações de debriefing clínico são reiteradas, com uma nova recomendação sobre a incorporação de debriefing imediato (quente) e tardio (frio) após eventos de RCP. FONTE: https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/2025- documents-for-cpr-heart-edits-posting/Resuscitation-Science/JN1580_PTBR_Hghlghts_2025ECCGuidelines_Fi nal_251021.pdf?sc_lang=en.	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	29-N	A SIFILIS TERCIARIA ALÉM DE APRENSENTAR PERIOSTITE, OSTITE GOMOSA OU ESCLEROSANTE CONFORME RESPOSTA CORRETA CITADA NA RESPOSTA E, TAMBÉM PODE APRESENTAR LINFADENOPATIA CARACTERIZADAS POR GOMAS QUE CAUSAM UMA INFECÇÃO CRÔNICA E DESTRUIÇÃO DOS TECIDOS PODENDO ENVOLVER OS LINFONOS NO CONTEXTO DE DESTRUIÇÃO TECIDUAL LOCALIZADA ONDE DEVE SER INVESTIGADA PARA DIFERENCIAR O LINFOMA DE OUTRAS INFECÕES PRINCIPALMENTE SE O INDIVIDTEM A SIFILIS TERCIARIA E HVI ONDE A LINFADENOPATIA É UM INDICADOR DE QUE O CORPO ESTA COMBATENDO A INFEÇÇAO PELO TREPONEMA PALIDUM. NA PERGUNTA DIZ A SIFILIS APRESENTA DIFERENTES MANIFESTAÇÕES CLINICAS: ENTÃO A QUESTÁO A (LINFADENOPATIA GENERALIZADA) ESTÁ CORRETA.	Sífilis primária - Cancro duro (úlcera genital) Linfonodos regionais Sífilis secundária - Lesões cutâneo-mucosas (roséola, placas mucosas, sifílides papulosas, sifílides palmoplantares, condiloma plano, alopecia em clareira, madarose, rouquidão) Micropoliadenopatia, Linfadenopatia generalizada, Sinais constitucionais Quadros neurológicos, oculares, hepáticos. Sífilis terciária - Cutâneas: lesões gomosas e nodulares, de caráter destrutivo. Ósseas: periostite, osteíte gomosa ou esclerosante, artrites, sinovites e nódulos justa-articulares. Cardiovasculares: estenose de coronárias, aortite e aneurisma da aorta, especialmente da porção torácica. Neurológicas: meningite, gomas do cérebro ou da medula, atrofia do nervo óptico, lesão do sétimo par craniano, manifestações psiquiátricas, tabes dorsalis e quadros demenciais como o da paralisia geral. FONTE: Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 211 p. : il. Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_atecao_integral_ist.pdf ISBN 978-65-5993-276-4	INDEFERIDO

000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	40-N	Na questão 40 os acidentes por lanomia lagarta venenosa amplamente encontrada no Brasil no final da pergunta diz assinale a alternativa que não está relacionada ao quadro clínico que seria hemiparestesia como a alternativa correta. Porém todas as alternativas estão corretas Sim, a picada da lagarta Lonomia obliqua pode causar hemiparestesia, que é uma sensação anormal de formigamento, ardência ou picada em uma metade do corpo. *Livro que consta a informação:* Um livro que consta a informação sobre a hemiparestesia causada pela picada da lagarta Lonomia obliqua é: - "Toxicologia Clínica: Princípios e Práticas" - Editora Guanabara Koogan, 2013. Neste livro, os autores descrevem a toxicidade da lagarta Lonomia obliqua e os efeitos da sua picada, incluindo a hemiparestesia. *Outras fontes:* Nesse caso essa questão deve ser anulada. - "Lonomia obliqua: uma revisão sobre a toxicidade e o tratamento" - Revista Brasileira de Toxicologia, Vol. 20, No. 1, 2007. - "Envenenamento por Lonomia obliqua: uma revisão" - Revista de Patologia Tropical, Vol. 36, No. 3, 2007. A hemiparestesia é um sintoma raro, mas possível, em acidentes com lagartas venenosas. O tratamento é sintomático e pode incluir medicamentos para controlar a dor e a ansiedades.	Sindrome hemorrágica por contato com Lonomia Introdução O contato com lagartas do gênero Lonomia sp pode desencadear síndrome hemorrágica que, nos últimos anos, vem adquirindo significativa importância médica em virtude da gravidade e da expansão dos casos, principalmente na região Sul. Os acidentes com manifestações hemorrágicas foram inicialmente descritos na década de 1960 nas florestas tropicais da Venezuela. A partir de 1983, alguns casos provocados por contato com lagarta do gênero Lonomia foram observados nos estados do Amapá e Pará, com alta letalidade. Mais recentemente, a partir de 1989, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, acidentes hemorrágicos vêm sendo descritos com incidência crescente, atingindo principalmente trabalhadores rurais. Além desses estados, foram registrados acidentes no Paraná, São Paulo, Goiás e Pará. Verifica-se na região Sul uma maior freqüência de acidentes nos meses de novembro a abril. Ações do veneno O mecanismo pelo qual a toxina da Lonomia sp induz à síndrome hemorrágica não está esclarecido. Algumas frações do veneno foram isoladas, tais como fosfolipase, substância caseinolítica e ativadora de complemento, não se conhecendo exatamente o seu papel no envenenamento humano. Verifica-se hipofibrinogenemia atribuída a uma atividade fibrinolítica intensa e persistente, associada a uma ação pró-coagulante moderada. A ação do veneno parece também estar associada à diminuição dos níveis de fator XIII, responsável pela estabilização da fibrina e controle da fibrinólise. Não se observa alteração nas plaquetas. Quadro clínico A síndrome hemorrágica causada pelo veneno de Lonomia está associada ao desenvolvimento de coagulação intravascular disseminada (CIVD), onde a ativação descontrolada da coagulação leva ao consumo dos fatores de coagulação, aumentando o risco de hemorragias. Outra complicação crítica é a insuficiência renal aguda, que ocorre em uma parcela dos casos graves e é um dos principais fatores de risco para o óbito. Constitui a forma mais grave do erucismo. Além do quadro local de dermatite urticante, presente imediatamente após o contato, manifestações gerais e inespecíficas podem surgir mais tardiamente, tais como: cefaléia holocraniana, mal-estar geral, náuseas e vômitos, ansiedade, mialgias e, em menor freqüência, dores abdominais, hipotermia, hipotensão. Após um período que pode variar de uma até 48 horas, instala-se um quadro de discrasia sangüínea, acompanhado ou não de manifestações hemorrágicas que costumam aparecer oito a 72 horas após o contato. Equimoses podem ser encontradas podendo chegar a sufusões hemorrágicas extensas (fig. 62), hematomas de aparecimento espontâneo ou provocados por trauma ou em lesões cicatrizadas, hemorragias de cavidades mucosas (gengivorragia, epistaxe, hematêmese, enterorragia), hematúria macroscópica (fig. 63), sangramentos em feridas recentes, hemorragias intra- articulares, abdominais (intra e extraperitoniais), pulmonares, glandulares (tireóide, glândulas salivares) e hemorragia intraparenquimatosa cerebral. FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2001. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Boletim Epidemiológico – Volume 55 – Nº 10: Acidentes causados por lagartas peçonhentas no Brasil no período de 2019 a 2023. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, 2024. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. Guia de Animais Peçonhentos do Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Doenças Transmissíveis.	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	43-N	Nessa questão a notificação compulsória tanto a malária na região extra Amazônica como casos de dengue devem ser feito as notificações compulsória imediatas essa questão deve ser anulada pois consta duas alternativas corretas. Alternativa c e d estão corretas.a notificação compulsória é uma comunicação obrigatória e imediata de uma doença ou agravo à saúde pública. No caso da dengue, ela deve ser notificada imediatamente. *Livro que consta a informação:* Um livro que consta a informação sobre a notificação compulsória da dengue é: - "Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso" - Editora Guanabara Koogan, 2015. Neste livro, os autores descrevem a dengue como uma doença de notificação compulsória imediata, de acordo com a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde. *Outras fontes:* - "Manual de Vigilância Epidemiológica" - Ministério da Saúde, 2017. - "Guia de Vigilância em Saúde" - Ministério da Saúde, 2019. A notificação compulsória da dengue é importante para: - Permitir a tomada de medidas de controle e prevenção da doença - Monitorar a situação epidemiológica da doença - Avaliar a eficácia das ações de controle e prevenção A notificação deve ser feita imediatamente, por meio de formulário específico, para a autoridade de saúde local	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms- n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	43-N	Nessa questão a notificação compulsória tanto a malária na região extra Amazônica como casos de dengue devem ser feito as notificações compulsória imediatas essa questão deve ser anulada pois consta duas alternativas corretas. Alternativa c e d estão corretas.a notificação compulsória é uma comunicação obrigatória e imediata de uma doença ou agravo à saúde pública. No caso da dengue, ela deve ser notificada imediatamente. *Livro que consta a informação:* Um livro que consta a informação sobre a notificação compulsória da dengue é: - "Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso" - Editora Guanabara Koogan, 2015. Neste livro, os autores descrevem a dengue como uma doença de notificação compulsória imediata, de acordo com a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde. *Outras fontes:* - "Manual de Vigilância Epidemiológica" - Ministério da Saúde, 2017. - "Guia de Vigilância em Saúde" - Ministério da Saúde, 2019. A notificação compulsória da dengue é importante para: - Permitir a tomada de medidas de controle e prevenção da doença - Monitorar a situação epidemiológica da doença - Avaliar a eficácia das ações de controle e prevenção A notificação deve ser feita imediatamente, por meio de formulário específico, para a autoridade de saúde local.	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms- n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	5-N	A alternativa *INCORRETA* é a letra *C*: "A equipe de enfermagem atendeu a todos os pacientes da ala de emergência." *Explicação:* A alternativa é considerada incorreta porque o termo "ala de emergência" pode ser interpretado de forma ampla, e o atendimento pode envolver diversas equipes multidisciplinares, não apenas a equipe de enfermagem. *Análise das outras alternativas:* - A: "A equipe teve acesso a equipamentos cirúrgicos modernos." - Correta. - B: "A fisioterapeuta retornou à ambulância após o atendimento domiciliar." - Correta. - D: "O médico prestou orientações a pacientes em observação." - Correta. - E: "O médico a encontrou caída no consultório." - Correta. *Base teórica:* - "Atendimento em Emergência" - protocolos de atendimento em emergência. - "Equipe Multidisciplinar em Saúde" - conceitos de trabalho em equipe. *Autores e Fontes:* As explicações baseiam-se em princípios gerais de medicina de emergência, gestão em saúde e gramática portuguesa,	A questão avalia exclusivamente o uso do acento grave indicativo de crase, isto é, um fenômeno morfossintático, e não a adequação semântica, institucional ou pragmática do enunciado no campo da saúde. Na alternativa apontada no recurso, “A equipe de enfermagem atendeu a todos os pacientes da ala de emergência.”, não há qualquer problema gramatical relacionado à crase. O verbo atender, nesse contexto, rege objeto cujo núcleo é um pronome masculino, que não admite crase. Apenas a letra C apresenta elemento que exige crase, motivo pelo qual essa alternativa é a que deveria ter sido assinalada. Logo, mantém-se o gabarito provisório.	INDEFERIDO

			com referências a manuais e guias do Ministério da Saúde do Brasil. A questão deve ser anulada.		
000686		5-N	A alternativa *INCORRETA* é a letra *C*: "A equipe de enfermagem atendeu a todos os pacientes da ala de emergência."*Explicação:*A alternativa é considerada incorreta porque o termo "ala de emergência" pode ser interpretado de forma ampla, e o atendimento pode envolver diversas equipes multidisciplinares, não apenas a equipe de enfermagem.*Análise das outras alternativas:*- A: "A equipe teve acesso a equipamentos cirúrgicos modernos." - Correta.- B: "A fisioterapeuta retornou à ambulância após o atendimento domiciliar." - Correta.- D: "O médico prestou orientações a pacientes em observação." - Correta.- E: "O médico a encontrou caída no consultório." - Correta.*Base teórica:*- "Atendimento em Emergência" - protocolos de atendimento em emergência.- "Equipe Multidisciplinar em Saúde" - conceitos de trabalho em equipe.*Autores e Fontes:*As explicações baseiam-se em princípios gerais de medicina de emergência, gestão em saúde e gramática portuguesa, com referências a manuais e guias do Ministério da Saúde do Brasil.A questão deve ser anulada.	A questão 5 é de Língua Portuguesa e não da área especifica, portanto indefiro o recuroso	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	3-N	A questão pede para assinalar a alternativa que apresenta uma análise *INCORRETA*. A alternativa incorreta é a *C*. Explicação: As vírgulas antes e depois da expressão “de uma maneira geral” foram empregadas para isolar um *adjunto adverbial* (e não uma expressão adverbial intercalada, o que seria um uso inadequado da classificação). O adjunto adverbial de modo “de uma maneira geral” está corretamente isolado por vírgulas. Normalmente, análises gramaticais desse tipo podem se basear em autores como: - *Evanildo Bechara* (gramática normativa); - *Celso Cunha & Lindley Cintra* (gramática do português); - *Luiz Antonio Sacconi* (análises sin tácticas). No gabarito consta como incorreta apensa a questão D seria questão C e D, no qual são as incorretas. A afirmação D está *incorreta*. A frase correta seria: "Para garantir adequação à norma, o verbo deveria estar grifado com acento circunflexo em 'a influência digital tem um impacto profundo na mente humana'." Explicação: - O termo correto é "circunflexo" (e não "circunferência"). - A preposição "a" antes de "influência" deveria ter um acento grave (`à`), pois é uma contração da preposição "a" + artigo "a" (adequação à norma). Autores de referência para esse tipo de análise incluem: - *Evanildo Bechara* (gramática normativa); - *Celso Cunha & Lindley Cintra* (_Nova Gramática do Português Contemporâneo_).	O recurso não procede.A alternativa C está correta, pois “de uma maneira geral” pode ser corretamente analisada como expressão adverbial intercalada, já que todo adjunto adverbial é uma expressão adverbial.A alternativa D é a única incorreta, já que o verbo tem não deve receber acento circunflexo, pois o sujeito está no singular.Assim, mantém-se o gabarito provisório.	INDEFERIDO
000686	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	6-N	A questão E Conforme indicação no gabarito se apresenta como correta pois essa questão está incorreta está *incorreta*.s correta é a letra C O verbo "manusear" é transitivo direto, ou seja, não exige preposição. A frase correta é "Gosto de manusear um livro".	A justificativa apresentada no recurso está adequada ao indicar que se faz uma afirmação INCORRETA em E e uma afirmação CORRETA em C.	INDEFERIDO
			A preposição "de" em "Gosto de" é exigida pelo verbo "gustar" (ou "gosto"), e não pelo verbo "manusear". Autores como *Evanildo Bechara* e *Celso Cunha & Lindley Cintra* confirmam que "manusear" é transitivo direto. A alternativa correta é a *C*. Justificativa (com base em autores de referência da gramática normativa): - A opção C afirma que, em "Dei banho nas crianças e preparei para sair", falta o elemento que atuaria como objeto direto do verbo "preparar". O verbo _preparar_ é transitivo direto, exigindo um objeto direto (ex.: _preparar as crianças_ ou _prepará- las_). - Autores como *Evanildo Bechara* (em _Moderna Gramática Portuguesa_) e *Celso Cunha & Lindley Cintra* (em _Nova Gramática do Português Contemporâneo_) explicam que desvios da transitividade verbal são erros em relação à norma padrão. As demais alternativas apresentam desvios efetivos da norma (crase, concordância, acentuação ou regência.	O enunciado pede “Em relação ao fragmento acima, todas as alternativas a seguir identificam desvio(s) da norma padrão, EXCETO”. Ou seja, a alternativa E é a que deve ser assinalada, uma vez que é a única que apresenta uma identificação incorreta de desvio da norma padrão. Ao afirmar que o verbo manusear é transitivo indireto e exigiria a preposição “a”, a alternativa E incorre em erro gramatical, já que manusear é verbo transitivo direto, não admitindo tal preposição. Logo, fica mantido o gabarito provisório.	
004164	CASCAVEL - Médico 12h	16-E	O edema agudo de pulmão cardiogênico é classicamente classificado como causa de insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), uma vez que seu mecanismo fisiopatológico predominante consiste no alagamento alveolar, shunt intrapulmonar e prejuízo da oxigenação, com preservação relativa da eliminação de CO? nas fases iniciais, conforme descrito em obras de referência como o Harrison’s Principles of Internal Medicine. Já a contusão pulmonar também é causa típica de insuficiência respiratória hipoxêmica, em razão do alagamento alveolar, shunt intrapulmonar e alteração da relação ventilação/perfusão. Todavia, isso não exclui a possibilidade de hipercapnia em quadros graves em que há falência ventilatória secundária, correspondendo assim ao tipo de insuficiência respiratória do tipo II. Motipo pelo qual não se pode considerar a alternativa A como correta.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000273	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	25-B	Solicita-se a anulação da questão, uma vez que o gabarito preliminar aponta como correta a alternativa “0,5 ml/kg de epinefrina”, conduta que não encontra respaldo nas diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria. Conforme recomendações da SBP, no tratamento do crupe moderado a grave, a epinefrina deve ser administrada por via inalatória em dose fixa, sendo: epinefrina racêmica 2,25% na dose de 0,05 ml/kg, com dose máxima de 0,5 ml, ou epinefrina comum 1:1.000 em dose fixa, diluída em soro fisiológico. Dessa forma, a prescrição em “ml/kg” conforme apresentado nas alternativas, especialmente “0,5 ml/kg”, configura erro técnico e pode induzir a administração de dose excessiva e potencialmente perigosa. Assim, solicita-se a anulação da questão, por inexistência de alternativa correta.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
000273	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	20-D	Solicita-se a anulação da questão, uma vez que o gabarito preliminar indica como correta a alternativa “50 a 74 anos”, faixa etária que não corresponde às diretrizes nacionais consolidadas do Sistema Único de Saúde para rastreamento mamográfico populacional. Conforme recomendações amplamente difundidas pelo Ministério da Saúde e pelo INCA, o rastreamento mamográfico bienal é indicado para mulheres de 50 a 69 anos, sendo que fora dessa faixa etária a indicação ocorre de forma individualizada. A questão fundamenta-se em informações recentes e não normatizadas, sem citação de portaria ou diretriz oficial vigente, o que compromete a objetividade e a segurança da resposta. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão por inexistência de alternativa plenamente correta.	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO

000033	PALOTINA - Motorista Socorrista	38-D	Questao 38 (V) a hemorragia ocorrendo em um membro, é recomendado elevá-lo acima do nível do coração para reduzir o fluxo sanguíneo e ajudar a controlar o sangramento, VERDADEIRA Elevação do membro: consiste em elevar o membro afetado acima do nível do tórax, normalmente usado em combinação com a compressão direta para controlar a hemorragia de uma extremidade. (https://www.einstein.br/n/glossario-de- saude/hemorragias). (F) após controlar a hemorragia, é importante proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados, FALSA Use gazes ou um pano limpo sobre a lesão. (http://cbm.sc.gov.br/index.php/dicas-de- prevencao/primeiros-socorros). Nunca se deve usar materiais sujos ou infectados para fazer curativos, pois isso introduz bactérias e causa infecções na ferida. Deve-se usar material limpo (pano, gaze). (V) durante todo o procedimento de controle de hemorragia, é importante monitorar os sinais vitais da vítima respiração, pulso, pressão arterial) para garantir que ela esteja estável e segura, VERDADEIRA É importante ainda verificar a presença de sinais vitais. (https://sanarmed.com/como- e-a-abordagem-inicial-ao-paciente-com-hemorragia-na-emergencia-carreiramed/) (V) se a compressão direta não for suficiente, pode ser necessário aplicar compressão em um ponto específico da artéria para reduzir o fluxo sanguíneo. Para isso, basta pressionar a artéria contra o osso subjacente. VERDADEIRA Essa técnica chama-se de compressao indireta. Se a hemorragia ocorrer em um membro superior ou inferior, mantenha-o elevado, fazendo compressão indireta no mesmo vaso em local distante do ferimento; (https://www.famep.com.br/site/repositorio/producao-cientifica/graduacao/enfermagem/57-principais-dispositivos-utilizados-para-conter- hemorragias-nos-primeiros-socorros.pdf) Portantao o gabarito seria V - F -V - V, e não há esspa opção, dessa forma, solicito respeitosamente anulação da questão 38. A. V-V-V-V B. V-V-V-F C. F-F-F-V D. F-F-V-F E. F-V-F-V	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
004164	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Abertura ocular à dor: 2 Resposta verbar palavras isoladas: 3 Resposta motora com flexão NORMAL de membros superiores, porém não localiza: 4 Escala de Coma de Glasgow: 2+3+4: 9 (alternativa C).	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
004164	CASCAVEL - Médico 12h	49-N	De acordo com o enunciado, extrai-se o seguinte comando: “conforme a legislação vigente, assinale a alternativa que apresenta corretamente o princípio do SUS e sua definição”. Todavia, o gabarito preliminar aponta como alternativa correta a assertiva “D”, que trata da “descentralização”. Porém, é de suma importância consignar que tanto para a Constituição Federal, quanto para a própria lei do SUS (Lei n° 8.080/90), a descentralização é apontada, especialmente, como “Diretriz” e não como “princípio”. Na literalidade da Constituição Federal (considerada, lato sensu, como “legislação vigente”), o artigo 198 apresenta o seguinte: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; [...]; III - participação da comunidade.”. Já o artigo 7º da Lei do SUS, sacramenta que: “As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal [...]”. Ou seja, a própria legislação de regência do SUS reconhece que a descentralização é uma diretriz, nos termos da CF. A confusão gerada se dá quando, no final do caput do Art. 7º, há a indicação sobre “princípios”, e o inciso IX traz como sendo um deles a: “IX - descentralização político- administrativa, com direção única em cada esfera de governo: a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios; b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde”. Inobstante, é evidente que a questão não se agarrou à literalidade da Lei do SUS, mas sim se fundamentou no texto literal da Constituição Federal, que, por sua vez, deixa claro e evidente que a descentralização se trata de uma diretriz, e não de um princípio. Aliás, a jurisprudência e a doutrina constitucionalista entendem que os princípios doutrinários (éticos, ideológicos ou filosóficos) do SUS são: a Universalidade, a Integralidade e a Equidade. Sendo assim, nota-se que a questão traz esses três princípios nas assertivas “A”, “B” e “C” (embora com as conceituações incorretas), extraídas também do texto da Constituição Federal (art. 196), enquanto as assertivas “D” e “E”, a seu turno, versam sobre diretrizes, à luz da literalidade do texto constitucional (conforme já visto anteriormente, nos incisos I e III do art. 198, CF). Por fim, afasta-se a aplicação da Lei do SUS por inexistir, nas assertivas, os termos condizentes com aqueles utilizados na literalidade da legislação, como: “universalidade de acesso” (inciso I); “integralidade de assistência” (inciso II); “igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie [equidade]” (inciso IV); e, "descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo: a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios; b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde" (inciso IX). Assim, tendo em vista que a questão se baseou no texto constitucional (que considera a descentralização expressamente como “diretriz” e não “princípio”), ela deve ser considerada sem nenhuma assertiva correta, razão pela qual a anulação é a medida que se impõe. Portanto, ante o exposto, em razão de não haver nenhuma assertiva correta na questão 49, pugna-se pela sua anulação, pelos fatos e fundamentos utilizados neste recurso. Pede deferimento.	Recurso IMPROCEDENTE. É correto afirmar que, no texto do art. 198 da Constituição Federal, a descentralização é expressamente referida como diretriz de organização do Sistema Único de Saúde. Do mesmo modo, o art. 7º da Lei nº 8.080/1990 estabelece que as ações e serviços de saúde são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no referido dispositivo constitucional. Todavia, a própria Lei nº 8.080/1990, ao regulamentar o SUS, positiva expressamente a descentralização no rol de princípios que orientam o sistema, conforme redação literal do art. 7º, inciso IX, ao dispor sobre a “descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo”. No âmbito dos concursos públicos e conforme consta em edital, é entendimento consolidado que a lei específica de regência do SUS constitui referência normativa direta para a definição e classificação dos seus princípios e fundamentos operacionais, especialmente quando a própria legislação ordinária incorpora tais elementos de forma expressa. Assim, embora exista distinção conceitual entre princípios doutrinários (universalidade, integralidade e equidade) e diretrizes organizativas do SUS, a classificação adotada pela Lei nº 8.080/1990 legitima o tratamento da descentralização como princípio organizativo, para fins de avaliação objetiva, como ocorre na alternativa D. Ressalta-se, ainda, que a alternativa D é a única que apresenta definição fiel ao texto legal vigente, ao passo que as demais alternativas associam conceitos incompatíveis aos respectivos princípios, o que inviabiliza sua correção. Dessa forma, não há erro material, ambiguidade ou afronta à legislação que justifique a anulação ou alteração do gabarito.	INDEFERIDO
000273	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	17-A	A questão 17 deve ser anulada, pois cobra conteúdos não previstos no edital, tais como vacinação, esquemas vacinais, políticas de imunização, vigilância epidemiológica e notificação no SINAN, temas próprios do PNI e da Atenção Básica, inexistentes no conteúdo programático do certame, violando o princípio da vinculação ao edital. Além disso, o gabarito aponta a alternativa C como incorreta ao afirmar que os casos confirmados de hepatites virais devem ser notificados ao SINAN em até 24 horas, o que é tecnicamente impreciso, pois a notificação imediata se aplica apenas a situações específicas, como surtos, e não a todos os casos confirmados. Ressalta-se ainda que a alternativa A, assinalada pelo candidato, está correta, ao afirmar que as hepatites A e E possuem transmissão oral-fecal. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão.	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria.	INDEFERIDO

000273	CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)	38-D			INDEFERIDO
000864	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	32-N	Solicita-se a análise e anulação da presente questão, em razão de ambiguidade técnica na alternativa D, quando confrontada com os Protocolos de Transporte Aeromédico do SAMU, referência oficialmente utilizada pela banca para o conteúdo abordado. A alternativa D afirma que "recomenda-se" a manutenção do dreno torácico fechado durante o voo com a finalidade de evitar refluxo aéreo decorrente das variações de pressão. Tal justificativa apresenta paralelismo direto com o texto do Protocolo SAMU 192 – Protocolos de Aeromédico, AERO 5 – Aspectos do manejo clínico, o qua estabelece que, durante o voo, o dreno deverá permanecer aberto desde que não exista a possibilidade de refluxo quando em selo d'água, reconhecendo expressamente que as variações de pressão inerentes ao transporte aeromédico constituem causa potencial de refluxo. Destaca-se que o risco de refluxo não é teórico, mas inerente ao transporte aeromédico, uma vez que o voo envolve oscilações inevitáveis de pressão atmosférica capazes de interferir no funcionamento dos sistemas de drenagem pleural, especialmente quando utilizados selos d'água convencionais. Assim, a própria diretriz oficial admite que a conduta deve ser condicional e individualizada, conforme o risco de refluxo. Nesse contexto, ao associar a recomendação de manutenção do sistema fechado à prevenção de refluxo decorrente das variações de pressão, a alternativa D pode ser interpretada como tecnicamente correta, de acordo com o racional do protocolo adotado pela banca. Tal imprecisão compromete a objetividade da questão, não sendo possível identificar, de forma inequívoca, uma alternativa incorreta, uma vez que todas as alternativas podem ser consideradas corretas à luz da diretriz de referência. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, em observância aos princípios da clareza, da fidelidade às diretrizes oficiais e da isonomia entre os candidatos.	Recurso IMPROCEDENTE. O Protocolo de Transporte Aeromédico do SAMU (SAV AERO 5) orienta que o dreno torácico permaneça aberto durante o voo, com clampeamento apenas no embarque e desembarque, desde que não haja risco de refluxo no selo d'água. A alternativa D afirma clampeamento durante todo o voo, conduta não prevista no protocolo. A menção às variações de pressão não autoriza o fechamento contínuo do dreno.	INDEFERIDO
000864	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	40-N	Solicita-se a anulação da Questão 40, por apresentar inconsistência técnico- conceitual ao considerar correta a alternativa que associa o uso de cateter nasal simples de oxigênio ao manejo da insuficiência respiratória aguda (IRA). O próprio enunciado utiliza o termo insuficiência respiratória aguda, condição que, segundo a literatura médica e os Protocolos de Suporte Avançado de Vida do SAMU – Ministério da Saúde, corresponde a um quadro clínico grave, caracterizado por falha aguda da oxigenação e/ou ventilação, exigindo oxigenoterapia em alto fluxo, ventilação assistida ou suporte ventilatório avançado, conforme a gravidade. Nos Protocolos Nacionais de Intervenção do SAMU 192, o cateter nasal simples é descrito como dispositivo de baixo fluxo, indicado apenas para pacientes estáveis, com desconforto respiratório leve, no contexto de Suporte Básico de Vida, não sendo recomendado para situações de insuficiência respiratória aguda. Já os quadros graves, compatíveis com IRA, demandam interfaces como máscara com reservatório, ventilação com bolsa-válvula-máscara, ventilação não invasiva ou via aérea avançada, condutas próprias do Suporte Avançado de Vida. Ressalta-se ainda que a afirmação de que se trata de um quadro "sem shunt" não descaracteriza a insuficiência respiratória aguda. A IRA pode ocorrer por diversos mecanismos fisiopatológicos, como desequilíbrio ventilação-perfusão, hipoventilação alveolar ou distúrbios de difusão, não estando condicionada exclusivamente à presença de shunt intrapulmonar. Assim, a ausência de shunt não reduz a gravidade do quadro nem justifica o uso de oxigenoterapia de baixo fluxo. Dessa forma, a alternativa considerada correta apresenta contradição interna, ao associar um diagnóstico reconhecidamente grave a uma interface não indicada para tal condição, contrariando tanto a literatura médica quanto os protocolos oficiais do SAMU/Ministério da Saúde, o que compromete a objetividade e a correção da questão. Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 40, por erro conceitual relevante na formulação do enunciado e da alternativa considerada correta.	Recurso IMPROCEDENTE. O comando da questão é claro ao solicitar, "em relação ao tema", a identificação da alternativa correta quanto ao mecanismo de ação e à indicação clínica das interfaces de oxigênio. A alternativa D descreve corretamente a indicação do cateter nasal de oxigênio em situações de baixa necessidade de FiO? e baixos fluxos. Assim, inexiste erro conceitual ou contradição, havendo apenas extrapolação do comando por parte do candidato.	INDEFERIDO
000864	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	32-N	Solicita-se a análise e anulação da questão 32 , em razão de ambiguidade técnica na alternativa D, quando confrontada com os Protocolos de Transporte Aeromédico do SAMU, referência oficial do conteúdo. A alternativa D afirma que "recomenda-se" a manutenção do dreno torácico fechado durante o voo com a finalidade de evitar refluxo aéreo decorrente das variações de pressão. Tal justificativa apresenta paralelismo direto com o texto do Manual do SAMU, o qual estabelece que o dreno deve permanecer aberto desde que não exista a possibilidade de refluxo quando em selo d'água, reconhecendo explicitamente que as variações de pressão inerentes ao transporte aeromédico constituem causa potencial de refluxo. Destaca-se que o risco de refluxo não é teórico, mas inerente ao transporte aeromédico, uma vez que o voo envolve oscilações inevitáveis de pressão atmosférica, capazes de interferir no funcionamento dos sistemas de drenagem pleural, especialmente quando utilizados selos d'água convencionais. Assim, a própria diretriz oficial admite que a conduta deve ser condicional e individualizada, conforme o risco de refluxo. Dessa forma, ao vincular a recomendação de manutenção do sistema fechado à prevenção de refluxo decorrente das variações de pressão, a alternativa D pode ser interpretada como tecnicamente correta, de acordo com o racional do manual. Tal imprecisão compromete a objetividade da questão, não sendo possível identificar, de maneira inequívoca, uma alternativa incorreta, uma vez que todas as alternativas podem ser consideradas corretas à luz da diretriz adotada. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, em observância aos princípios da clareza, da fidelidade às diretrizes oficiais e da isonomia entre os candidatos.	Recurso IMPROCEDENTE. O Protocolo de Transporte Aeromédico do SAMU (SAV AERO 5) orienta que o dreno torácico permaneça aberto durante o voo, com clampeamento apenas no embarque e desembarque, desde que não haja risco de refluxo no selo d'água. A alternativa D afirma clampeamento durante todo o voo, conduta não prevista no protocolo. A menção às variações de pressão não autoriza o fechamento contínuo do dreno.	INDEFERIDO
003676	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	29-B	Solicito revisão/anulação da questão 29 por divergência com diretrizes técnicas consolidadas e possível ausência de padronização da referência adotada. A alternativa "E" define Hipertensão Estágio 3 como PAS ≥ 170 mmHg e/ou PAD 110 mmHg. Entretanto, diretrizes amplamente utilizadas na prática clínica e em materiais de referência classificam Estágio 3, em geral, como PAS ≥ 180 mmHg e/ou PAD ≥ 110 mmHg, tornando o corte "≥170" inconsistente. Diante da divergência, a questão se torna passível de anulação (ou alteração de gabarito), pois apresenta classificação conflitante sem explicitar qual diretriz foi utilizada como referência oficial. Referências técnicas: diretrizes/consensos de hipertensão (classificação com Estágio 3 ≥180/≥110).A banca pediu: "assinale a alternativa incorreta" sobre classificação da PA. O item E traz: "HA Estágio 3: PAS ≥ 170 e/ou PAD 110." Isso é suspeito porque muitas diretrizes usam Estágio 3 com PAS ≥ 180 e/ou PAD ≥ 110 (não 170) A questão apresenta conduta clínica que, segundo protocolos oficiais, não é exclusiva,	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09-e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO

			permitindo mais de uma alternativa correta, o que anula o princípio da resposta única. Solicito a anulação da questão, uma vez que o enunciado não apresenta dados clínicos suficientes (como nível de consciência, saturação periférica de oxigênio e padrão respiratório) para determinar uma única conduta correta. Conforme os Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 (Ministério da Saúde, 2016) e o Manual de Enfermagem em Urgência e Emergência, as intervenções devem ser individualizadas de acordo com a avaliação clínica do paciente, não sendo possível estabelecer conduta absoluta sem tais parâmetros.		
001109	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-N		Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
001973	GUAÍRA - Médico 24h	19-C		Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
003282	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Questão 21 com duas Respostas iguais Opções A e D São exatamente iguais, minha resposta foi a A. E no gabarito está a D porém as 2 são exatamente a mesma resposta.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
001973	GUAÍRA - Médico 24h	32-N	Prezada Banca Examinadora, Solicito a anulação da questão 32, pois apresenta mais de uma alternativa incorreta. A alternativa D, apontada como gabarito, está de fato incorreta, visto que o clampeamento rotineiro de dreno torácico durante transporte aéreo contraria os princípios fisiológicos da expansão gasosa em altitude e as recomendações de transporte aeromédico, podendo precipitar pneumotórax hipertensivo. Entretanto, a alternativa B também está incorreta ao classificar como contraindicações relativas condições que os protocolos de transporte aeromédico tratam como contraindicações absolutas ou impeditivas até estabilização, especialmente: Pneumotórax não drenado, classicamente contraindicado para voo devido ao risco de expansão gasosa e evolução para pneumotórax hipertensivo; Instabilidade hemodinâmica e respiratória, que exigem estabilização prévia antes do transporte aéreo, dada a limitação de recursos e as alterações fisiológicas da altitude. Dessa forma, a alternativa B apresenta erro conceitual na classificação das contraindicações, assim como a alternativa D contém erro técnico quanto ao manejo do dreno torácico. Como a questão solicita a identificação de uma única alternativa incorreta, mas possui duas alternativas tecnicamente incorretas, solicita-se a anulação da questão. Atenciosamente, Fabiana Corrêa Nogueira Latrônico	A classificação das contraindicações ao transporte aeromédico adotada na questão baseia-se expressamente no Protocolo Aeromédico do SAMU. O comando da questão remete de forma explícita a esse protocolo. Conforme o SAV AERO 2, o pneumotórax não drenado e instabilidade respiratória/hemodinâmica são classificadas como contraindicações relativas ao transporte aeromédico, estando corretamente descrito na alternativa B. Dessa forma, não há duplicidade de assertivas incorretas. Apenas a alternativa D contraria o protocolo oficialmente adotado pela questão.	INDEFERIDO
003671	GUAÍRA - Médico 24h	34-C	Recurso – Questão 34 O gabarito preliminar atribui 8 pontos à Escala de Coma de Glasgow do paciente descrito. Entretanto, a análise criteriosa do enunciado indica pontuação 9, conforme critérios padronizados da ECG. O paciente: Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso: 2 pontos Emite palavras isoladas: 3 pontos Apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor: 4 pontos	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos.	QUESTÃO ALTERADA

			Ressalta-se que a retirada do membro ao estímulo doloroso, sem descrição de postura anormal, corresponde à flexão normal, pontuada com 4, e não à flexão anormal (decorticação), que seria 3 pontos e não foi mencionada no enunciado. Dessa forma, o somatório correto é: 2 + 3 + 4 = 9 pontos. Solicita-se, portanto, a revisão do gabarito, uma vez que a resposta oficial não corresponde à descrição clínica apresentada.	A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
003671	GUAÍRA - Médico 24h	19-C	Solicita-se a revisão do gabarito da questão 19, uma vez que a alternativa C é a que melhor se adequa aos protocolos operacionais do SAMU e aos princípios de segurança da cena no atendimento pré-hospitalar. O enunciado descreve paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a transeuntes e comportamento imprevisível, configurando risco potencial à equipe, ao próprio paciente e a terceiros. Embora não haja arma de fogo visível, a imprevisibilidade do comportamento caracteriza cena não segura. De acordo com o método ACENA, amplamente adotado no atendimento pré- hospitalar, a segurança da equipe é prioridade absoluta, devendo-se solicitar apoio policial sempre que houver risco de violência, antes de qualquer intervenção clínica invasiva, incluindo contenção física ou sedação. A tranquilização medicamentosa só deve ser realizada após a cena estar controlada e segura, o que, em situações de ameaça ativa em ambiente público, depende do apoio das forças de segurança. Dessa forma, a alternativa C está correta ao afirmar que há indicação de solicitação de apoio policial, devendo as intervenções clínicas ocorrer após o restabelecimento da segurança da cena. As demais alternativas apresentam condutas que contrariam os protocolos de segurança do SAMU, seja por priorizarem intervenção clínica em cenário inseguro, seja por minimizarem o risco ambiental descrito no enunciado. Diante do exposto, solicita-se, respeitosamente a alteração do gabarito para a alternativa C, por ser a única que respeita a hierarquia de segurança preconizada no atendimento pré-hospitalar.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por	INDEFERIDO

				via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	
004764	SANTA HELENA - Médico 24h	49-B	A pergunta é clara em relação a um PRINCÍPIO do SUS Não podendo ter descentralização como resposta, visto que descentralização é uma diretriz organizativa e não um princípio. Conforme lei orgânica 8080/1990	Recurso IMPROCEDENTE. Conforme dispõe expressamente o art. 7º da Lei nº 8.080/1990, as ações e serviços de saúde do SUS obedecem a princípios, dentre os quais se inclui a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, prevista no inciso IX do referido artigo. Embora a descentralização também seja classificada pela doutrina como diretriz organizativa do SUS, a própria lei a elenca de forma expressa no rol de princípios, conferindo- lhe natureza de princípio organizativo, conforme redação legal vigente. Assim, a alternativa D apresenta definição fiel ao texto legal, ao descrever a descentralização como a distribuição de responsabilidades entre as esferas de governo, com direção única em cada nível, estando plenamente de acordo com a Lei nº 8.080/1990. As demais alternativas permanecem incorretas por associarem definições incompatíveis aos respectivos princípios. Dessa forma, mantém-se o gabarito, não havendo fundamento legal para acolhimento do recurso.	INDEFERIDO
002599	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Recurso – Questão 34 – Prova CONSAMU Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito oficial da questão 34, que indica como correta a alternativa B (8 pontos), por entender que, conforme os critérios oficiais da Escala de Coma de Glasgow (ECG) descritos no ATLS – 11ª edição, a pontuação correta do paciente é 9 pontos, correspondente à alternativa C. O enunciado descreve os seguintes achados durante a avaliação neurológica inicial: “Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso”Segundo o ATLS 11ª edição, a abertura ocular ao estímulo doloroso corresponde à pontuação 2 na ECG. “Emite palavras isoladas”Conforme o ATLS 11ª edição, a emissão de palavras isoladas caracteriza resposta verbal = 3 (palavras inapropriadas), não se enquadrando como sons incompreensíveis (pontuação 2). “Apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor”De acordo com o ATLS 11ª edição, a retirada ao estímulo doloroso, sem localização da dor, corresponde à resposta motora = 4.Ressalta-se que o próprio enunciado afasta a possibilidade de localização da dor (pontuação 5), bem como não descreve flexão anormal (decorticação), que corresponderia à pontuação 3. Assim, somando-se as pontuações conforme o ATLS – 11ª edição: Abertura ocular: 2 Resposta verbal: 3 Resposta motora: 4 Total = 9 pontos Dessa forma, a alternativa correta é a letra C (9), e não a letra B, conforme indicado no gabarito preliminar. Diante do exposto, solicita-se a revisão do gabarito e da questão 34, ou, subsidiariamente, a anulação da questão, caso a banca entenda haver inconsistência ou ambiguidade na interpretação da resposta motora. Referência:AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. Advanced Trauma Life Support (ATLS®): Student Course Manual. 11ª ed. Chicago: ACS, 2023.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
000940	CASCAVEL - Médico 12h	16-N	O gabarito preliminar aponta a alternativa A (contusão pulmonar) como aquela que NÃO é causa de insuficiência respiratória hipercápnica. De fato, a contusão pulmonar é classicamente associada à insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), por mecanismos de shunt intrapulmonar e alteração da relação ventilação/perfusão. Entretanto, o edema agudo de pulmão cardiogênico, embora também seja causa primária de hipoxemia, pode cursar com retenção de CO? em quadros graves, especialmente por fadiga da musculatura respiratória, redução da ventilação alveolar efetiva e aumento do trabalho respiratório. A literatura reconhece que a hipercapnia pode ocorrer no edema agudo de pulmão em apresentações graves, não sendo possível excluí-lo de forma absoluta como causa de insuficiência respiratória hipercápnica. Assim, a alternativa E não pode ser considerada inequivocamente incorreta, comprometendo a unicidade da resposta. Diante disso, solicita-se a revisão do gabarito ou, alternativamente, a anulação da questão, em respeito ao princípio da objetividade. Referências: Harrison – Principles of Internal Medicine, 21ª ed.; UpToDate – Hypercapnic respiratory failure.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000940	CASCAVEL - Médico 12h	19-N	O gabarito preliminar considerou correta a alternativa B, que trata da tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal. Contudo, a alternativa C também encontra respaldo técnico nos protocolos do atendimento pré-hospitalar, os quais determinam que, diante de paciente com comportamento imprevisível e risco potencial à equipe e a terceiros, deve-se priorizar a segurança da cena, com solicitação de apoio policial, antes da continuidade de intervenções clínicas. A redação da alternativa C não exclui definitivamente a atuação clínica subsequente, permitindo interpretação válida e compatível com o método ACENA e com os princípios do PHTLS e do SAMU. Dessa forma, observa-se sobreposição conceitual entre as alternativas B e C, configurando dupla interpretação plausível. Em provas objetivas, tal ambiguidade fere o princípio da resposta única e inequívoca. Assim, solicita-se a anulação da questão. Referências: Manual do SAMU – Ministério da Saúde; PHTLS – NAEMT; UpToDate – Management of the acutely agitated patient.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000940	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Na avaliação neurológica descrita, aplicando-se corretamente a Escala de Coma de Glasgow, o paciente apresenta abertura ocular apenas ao estímulo doloroso (2 pontos), emissão de palavras isoladas (3 pontos) e retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localização da dor (4 pontos). De acordo com a padronização internacional da escala, a retirada ao estímulo doloroso corresponde a 4 pontos na resposta motora. A soma correta, portanto, é 9 pontos, e não 8 como indicado no gabarito preliminar. Trata-se de erro objetivo de pontuação, não sujeito a interpretação clínica diversa. Diante do exposto, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa C (9 pontos). Referências: ATLS – 10ª edição; Teasdale G, Jennett B; Harrison – Principles of Internal Medicine, 21ª ed.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa	QUESTÃO ALTERADA

				forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
000940	CASCAVEL - Médico 12h	39-D	O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C (Síndrome de Mallory- Weiss). Contudo, a análise clínica detalhada do caso demonstra que o diagnóstico mais provável é a ruptura de varizes esofágicas, alternativa D, sendo o gabarito passível de revisão. O paciente apresenta hematêmese em grande quantidade, associada a instabilidade hemodinâmica, evidenciada por hipotensão arterial (PA 95×60 mmHg), taquicardia (FC 112 bpm) e palidez cutânea, além de histórico de etilismo crônico, importante fator de risco para hepatopatia crônica e hipertensão portal. Esses achados são clássicos de hemorragia digestiva alta de origem varicosa. A síndrome de Mallory-Weiss caracteriza-se por lacerações longitudinais da mucosa na junção esofagogástrica, geralmente desencadeadas por vômitos repetidos, e, segundo a literatura médica, na maioria dos casos cursa com sangramento autolimitado, raramente levando a instabilidade hemodinâmica significativa. Embora possa ocorrer em etilistas, a magnitude do sangramento e a repercussão clínica descritas no enunciado não correspondem ao padrão típico dessa síndrome. Por outro lado, a ruptura de varizes esofágicas é reconhecida como causa frequente de hematêmese volumosa, com rápida deterioração hemodinâmica, especialmente em pacientes com alcoolismo crônico. As principais diretrizes e textos clássicos descrevem esse quadro como emergência médica grave, com alto risco de choque hipovolêmico, exatamente como apresentado no caso clínico da questão. Dessa forma, a alternativa C não representa o diagnóstico mais provável, enquanto a alternativa D apresenta maior coerência clínica, fisiopatológica e epidemiológica. Assim, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa D. Subsidiariamente, caso a banca entenda haver possibilidade interpretativa, requer-se a anulação da questão, em respeito aos princípios da objetividade e da melhor resposta. Referências:Harrison – Principles of Internal Medicine, 21ª edição;Sleisenger & Fordtran – Gastrointestinal and Liver Disease;UpToDate – Variceal upper gastrointestinal bleeding.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	INDEFERIDO
003498	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	20-C	https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do- sus?utm_source=chatgpt.com Link de referência	Toda rede de servic?os, ale?m de estar integrada, deve ser regulada pelos gestores. As principais diretrizes da regulac?a?o sa?o:» Cada prestador de servic?o responde a apenas um gestor, isto e?, um hospital deve se rela- cionar apenas com um gestor – municipal ou estadual – em relac?a?o a?s regras de acesso, recursos financeiros e humanos etc. Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas Raphaela Karla de Toledo Solha	INDEFERIDO
003498	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	24-B	Rdc n°222/ 2018 página 22	Consultar a referência: Oppermann, Carla MariaManual de biossegurança para serviços de saúde. / CarlaMaria Oppermann, Lia Capsi Pires. — Porto Alegre :PMPA/SMS/CGVS, 2003.80p. : i https://fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranc a/manual_biosseguranca-servicos_saude.pdf	INDEFERIDO
003117	TOLEDO - Enfermeiro	26-D	quando ocorre uma alcalose metabolica, alem do pH elevado e o HCO3 elevado, o PaCO3 tambem se eleva para compensar a alcalose, entao a questao nao atras nenhuma laternativa correta, visto que todos os parametros ali citados nas alternativas, deveriam aumentar, e na alternativa D tras p PaCO3 normal, sendo que ele se eleva na alcalose	Alcalose metabólica Ocorre quando o pH está superior a 7,35, a PaCO2 está normal ou ligeiramente elevada, e o [HCO3-] está elevado (> 22mEq/l). Tanto o excesso de base quanto à perda de ácidos no organismo podem provocar alcalose metabólica. O excesso de base ocorre da ingestão excessiva de antiácidos, uso excessivo de bicarbonato ou uso de lactato em diálise. A perda de ácidos pode ocorrer secundária a vômitos intensos, administração excessiva de diuréticos, níveis elevados de aldosterona. FONTE: https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/12222/mod_resource/content/3/un01/top07p02.html.	INDEFERIDO
000255	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	A questão tem duas questões corretas sendo a resposta a alternativa A e a D no gabarito marquei a alternativa A mas no gabarito esta a D como fica essa questão as duas vale como resposta certa a questão será anulada ou todos que marcaram uma das alternativas serão pontuados. fico no aguardo obrigado!	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000289	SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista	23-N	Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a revisão da questão nº 23 da prova objetiva, do Cargo de Motorista Socorrista - Concurso Público – Edital nº. 001/2025, pelos fatos e fundamentos a seguir declinados: A Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa C da questão 23. 23. O sistema de arrefecimento dos veículos, tem como função de controlar a temperatura do motor dentro de intervalos seguros, evitando superaquecimento. Fazem parte desse sistema, exceto? A Líquido de arrefecimento, termostato, Bomba d'água. B. Radiador, sensor de temperatura do motor, ventoinha. C. Velas de ignição, ventoinha, radiador. D. Liquido de arrefecimento, sensor de temperatura do motor, Bomba d'água E. Ventoinha, termostato, Bomba d'água. Ocorre que, ao acessar um site automobilístico, onde trata do referido assunto, constata-se que em todas as alternativas possuem itens que compõem o Sistema de arrefecimento, consequentemente não há uma questão correta, haja vista o enunciado da questão solicitando que assinale uma questão que tenha itens que não fazem parte do Sistema de arrefecimento. Ante ao exposto, faz-se imperiosa anulação da referida questão, visto que a alternativa dada como correta pela banca, possui um item que compõe o sistema de arrefecimento, ou seja, o radiador. Segue o link de acesso. https://www.tecfil.com.br/sistema-de-arrefecimento-entenda-seu-funcionamento-no- veiculo/	Vela de ignição e sistema de arrefecimento. A vela de ignição não faz parte do sistema de arrefecimento. Ela é um componente essencial do sistema de ignição, responsável por iniciar a combustão da mistura ar/combustível dentro do motor. O sistema de arrefecimento, por outro lado, é responsável por resfriar e estabilizar o calor do motor, mantendo sua temperatura dentro dos limites seguros de operação.	INDEFERIDO
000998	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	17-A	Questão com duas respostas certas sendo elas letra A e B	O SUS e? constitui?do por uma se?rie de servic?os, que possuem objetivos diferentes e complementares, mas sempre com foco na sau?de e seguindo os princípios e diretrizes preconizados pela lei nº 141/2012. A lei que constitui o SUS é 8.080/90 .	INDEFERIDO
000998	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	27-E	Gabarito está com a resposta certa errada O certo é letra E E tem erro ortográfico na opção	A afirmativa II está incorreta porque não são normas internas a serem seguidas, são regulamentações nacionais. Desta forma a alternativa E está incorreta.	INDEFERIDO
000988	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	34-B	Na questão 34 do caderno de prova, onde diz que. III- A RDC 67/07 define que o prazo de validade dos medicamentos, após violada a embalagem primária, deve ser de 25% do tempo remanescente para preparações magistrais. Essa opção está incorreta, segundo a RDC 67/07 os 25% do tempo remanescente para a preparações magistrais pode alterado quando houver recomendações específicas do fabricante e também da forma em que a embalagem for armazenada. Segue em anexo	O que está na alternativa condiz com a resolução. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rd c0067_08_10_2007.html	INDEFERIDO
000988	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	34-B	Na questão 34 do caderno de prova, onde diz que.III- A RDC 67/07 define que o prazo de validade dos medicamentos, após violada a embalagem primária, deve ser de 25% do tempo remanescente para preparações magistrais.Essa opção está incorreta, segundo a RDC 67/07 os 25% do tempo remanescente para a preparações magistrais pode alterado quando houver recomendações específicas do fabricante e também da forma em que a embalagem for armazenada.Sendo assim essa alternativa está errada, e a resposta correta seria a letra B. Segue em anexo	O que está na alternativa condiz com a resolução. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rd c0067_08_10_2007.html	INDEFERIDO

001447	CASCAVEL - Enfermeiro	27-A	RECURSO – QUESTÃO 27 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENFERMEIRO) Questão 27 – Morte Encefálica Gabarito preliminar: alternativa C Síntese do pedido Solicita-se a revisão do gabarito da questão 27, uma vez que a alternativa indicada como correta pela banca (C) não está incorreta, enquanto a alternativa A apresenta erro conceitual, em desacordo com a normativa vigente que regula os critérios e pré- requisitos para a abertura do protocolo de determinação de morte encefálica. Fundamentação técnica O enunciado da questão solicita a alternativa INCORRETA, considerando os critérios e pré-requisitos necessários para a abertura do protocolo de morte encefálica. Análise da alternativa C (gabarito preliminar) “Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, os testes devem ser de, no mínimo, 2 horas.” A afirmativa não está incorreta. De acordo com a Resolução CFM nº 2.173/2017, o intervalo mínimo exigido entre os dois exames clínicos em pacientes adultos é de 1 hora, sendo perfeitamente aceitável a realização dos exames com intervalo maior, como 2 horas, não havendo qualquer violação normativa ou técnica. Dessa forma, a alternativa C descreve uma prática compatível com a legislação vigente, não atendendo ao comando da questão que exige a identificação da alternativa incorreta. Fonte: Conselho Federal de Medicina – Resolução CFM nº 2.173/2017 https://portal.cfm.org.br/normas/resolucao-cfm-no-2-173-2017/ Análise da alternativa A (verdadeiramente incorreta) “É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, com o uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão.” A alternativa apresenta erro conceitual grave, pois afirma a presença de sedação e bloqueadores neuromusculares como condição associada à abertura do protocolo. Segundo a Resolução CFM nº 2.173/2017, bem como os manuais técnicos nacionais: Sedação e bloqueadores neuromusculares são condições confundidoras do coma; Para a abertura do protocolo de morte encefálica, tais condições devem estar ausentes; A alternativa mistura critérios de exclusão como se fossem critérios de inclusão, contrariando frontalmente a normativa vigente. Portanto, a alternativa A é a que efetivamente se encontra incorreta, conforme solicitado no enunciado da questão. Fontes: Conselho Federal de Medicina – Resolução CFM nº 2.173/2017 https://portal.cfm.org.br/normas/resolucao-cfm-no-2-173-2017/ Associação de Medicina Intensiva Brasileira – Manual de Morte Encefálica https://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/amib/2018/junho/13/ME_- _Manual_AMIB.pdf Ministério da Saúde – Morte Encefálica https://www.gov.br/saude/pt- br/assuntos/transplantes/morte-encefalica Conclusão Diante do exposto: A alternativa C não é incorreta, pois está em conformidade com a legislação vigente; A alternativa A apresenta erro técnico e normativo, sendo incompatível com os critérios exigidos para a abertura do protocolo de morte encefálica; O gabarito preliminar não atende ao comando da questão. Pedido Requer-se, portanto, a retificação do gabarito da questão 27, com a alteração da alternativa correta para a letra A, ou, subsidiariamente, a anulação da questão, por apresentar inconsistência técnica capaz de prejudicar os candidatos. Nestes termos, pede deferimento.	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021- 05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	INDEFERIDO
001447	CASCAVEL - Enfermeiro	47-D	RECURSO À QUESTÃO 47 Objeto: Contestação de Gabarito / Pedido de Alteração para Alternativa D (Universalidade) Fundamentação: O enunciado apresenta elementos que remetem a diferentes princípios do SUS, gerando ambiguidade interpretativa. Ênfase na condição de estrangeira e não cadastrada: O texto destaca que a paciente é "peruana" e "não cadastrada na unidade", elementos centrais da Universalidade, prevista no Art. 196 da Constituição Federal e na Lei 8.080/1990, garantindo acesso à saúde a todos, independentemente de nacionalidade ou vínculo administrativo. Este é o ato inicial que possibilita todo o atendimento subsequente. Ambiguidade do comando da questão: Embora a priorização do atendimento (triagem) remeta à Equidade, o enunciado não delimita que este seja o único critério relevante. A Universalidade é condição prévia e imprescindível para que qualquer outra ação ocorra, sendo portanto o princípio que norteou o acolhimento inicial da paciente. Precedência lógica: Sem o cumprimento do princípio da Universalidade, não seria possível sequer iniciar o atendimento, independentemente da gravidade clínica ou da priorização. Portanto, a Universalidade é o princípio fundante da conduta descrita, enquanto Equidade e Integralidade são consequências ou complementos dessa ação. Conclusão: Diante da ambiguidade pedagógica do enunciado e da ênfase na nacionalidade e não cadastramento da paciente, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa D (Universalidade) ou a anulação da questão, por admitir mais de uma interpretação legítima. Referências: Constituição Federal, Art. 196 Lei nº 8.080/1990, Art. 2º, 3º e 7º Paim JS, et al. Sistema Único de Saúde: Conceitos e Princípios. Fiocruz, 2020	A paciente, mesmo não sendo cadastrada na unidade, apresentou um quadro agudo e grave (precordialgia com irradiação, sugestivo de síndrome coronariana aguda). Diante disso, a equipe priorizou seu atendimento em relação aos demais usuários, considerando a necessidade clínica e o risco iminente, e não a ordem de chegada ou vínculo prévio com a unidade. a decisão foi baseada na gravidade do quadro (dor precordial típica); houve vaga zero, reforçando urgência vital. Isso é tratamento diferenciado baseado na necessidade → equidade. Portanto, a priorização baseada na necessidade clínica caracteriza claramente o princípio da equidade. Art. 196 da Constituição Federal“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.Esse conceito ampliado de saúde funda, então, um sistema de saúde baseado também no princípio da equidade.	INDEFERIDO
000051	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	20-C	faixa etária prioritária para o rstreamento mamográfico bianual no sus é de 50a 69 anos	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025-CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
000051	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	23-A	a resposta correta é a letra A , pois visa amenizar a hipovolemia e prevenir a insuficiência renal e disfusão organica		INDEFERIDO
000051	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	29-B	a resposta correta é a letra A , pois visa amenizar a hipovolemia e prevenir a insuficiência renal e disfusão organica	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
004078	TOLEDO - Farmacêutico	37-N	Solicita-se a anulação da referida questão por apresentar duas alternativas corretas: (A e C), gerando ambiguidade, não sendo possivel a escolha de uma resposta única; Na alternativa A a Declaração de Alma-Ata (1978), marco fundamental da Atenção Primária à Saúde, realmente reconheceu e incentivou a integração de práticas tradicionais e plantas medicinais nos sistemas nacionais de saúde; porém a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) de 2006, que institucionalizou a Fitoterapia no SUS, foi citada corretamente na alternativa C. Sendo assim, as alternativas (A e C) apresentam fatos históricos e conceituais verdadeiros relacionados ao enunciado, que solicita a "alternativa correta sobre este tema" sem delimitar o período, apenas à legislação. A existência de dois itens corretos sobre o tem gera duvidas e confusão. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão e a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos.	As alternativas A e C estão corretas.	QUESTÃO ANULADA
000051	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	23-A	recurso contra gabarito préliminar da questão 23 a questão aborda o objetivo primordialda reposição volêmica em pacientes com queimaduras extensas nas primeiras 24 hs ,o gabarito aponta a alternativa A (minimizar hipovolemia , insuficiência renal orgânica como correta). reitera-se a manutensão da alternativa A como correta , as demais opções aumento do débito cardiaco acima do basal ou aumento rápido do volume urinario acima de 2 ml/kg/h podem levar a complicações como		INDEFERIDO

			edema pulmonar e sindrome da ressucitação excessiva		
004078	TOLEDO - Farmacêutico	39-E	A RDC 71/2009, QUE DITA AS REGRAS PARA ROTULAGENS DE MEDICAMENTOS PROIBE IMAGENS QUE PROMETAM CURA OU INDUZAM AO ERRO, MAS EM MOMENTO NENHUM CITA OU RESTRINGE A QUANTIDADE DE CORES.SEGUE TRECHO DA RDC E SUAS PROIBIÇOES: Art. 17. Não podem constar nos rótulos dos medicamentos, designações, símbolos, figuras, representações gráficas ou quaisquer indicações que possam tornar a informação falsa e incorreta, que possibilitem interpretação falsa, equívoco, erro e confusão em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, qualidade, forma de uso, finalidade e características do medicamento. § 1° É proibido: I - incluir imagens de pessoas fazendo uso do medicamento; II - incluir selos, marcas nominativas, figurativas ou mistas de instituições governamentais, entidades filantrópicas, fundações, associações e sociedades médicas, organizações não-governamentais, associações que representem os interesses dos consumidores ou dos profissionais de saúde e selos de certificação de qualidade, exceto se exigidos em normas específicas; III - inclusão de imagens ou figuras que remetam à indicação do sabor do medicamento; IV - usar expressões ou imagens que possam sugerir que a saúde de uma pessoa poderá ser afetada por não usar o medicamento; e, V - utilizar rótulos com layout semelhante ao de um medicamento com o mesmo princípio ativo, forma farmacêutica e concentração, registrado anteriormente por outra empresa. § 2° É permitido: I - utilizar figuras anatômicas, a fim de orientar o profissional de saúde ou o paciente sobre a correta utilização do produto; e, II - informar o sabor do medicamento.SENDO ASSIM, O GABARITO CORRETO DA QUESTÃO É A LETRA E	O conteúdo da questão pode ser consultado no site da ANVISA. https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publica coes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de- fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pd	INDEFERIDO
000051	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	29-B	recurso quanto a alternativa incorreta , a alternativa B comprrende pré hipertensão compreendePAS 120-139 E OU /PAD 80-89 mmhg contudo tecnicamente a pressao normal é de PAS80mmhg	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
000051	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	20-C	o enunciado da questão menciona que em 2025, havéra uma estrategia de ampliação de faixa etária para rastreamento. No entanto , a questão solicita a faixa etária defenidada para o rastreanento bianual preventivo conforme as normas vigentes , segundo o caderno de atenção básica n 13 do misisterio da saude e as diretrizes do inca , a recomendação para o rastreamento populacional de rotina por meio da mamografia é destinada a mulheres faixa etária de 50a 69anos , solicito a confirmação do gabarito na alternativa C	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025-CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
003732	CASCAVEL - Farmacêutico	15-N	Venho, respeitosamente, pedir a anulação da referida questão devido a erro gráfico de impressão que compromete significativamente a sua resolução. A questão foi impressa contendo as alternativas "u, B, C, D e E". A alternativa "u" não faz parte das opções para serem assinaladas no cartão de resposta e, dessa forma, há erro claro e objetivo para que possa ser respondida adequadamente, sendo este fato prejudicial aos candidatos.	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
003732	CASCAVEL - Farmacêutico	16-B	Solicita-se a revisão do gabarito da questão que aborda as diretrizes de armazenamento e conservação de medicamentos segundo a Farmacopeia Brasileira, 7ª edição (ANVISA, 2024), uma vez que a alternativa indicada como correta no gabarito preliminar (alternativa D) não encontra respaldo técnico-normativo no referido compêndio oficial, enquanto a alternativa B está plenamente alinhada ao texto da Farmacopeia. A assertiva I afirma que a Farmacopeia define faixas específicas de conservação, distinguindo entre medicamentos armazenados em temperatura ambiente controlada, refrigerada ou de congelamento. Contudo, conforme a Farmacopeia Brasileira 7ª edição, Volume I, não há definição normativa de “conservação por congelamento” como categoria geral aplicável a medicamentos. O congelamento não é apresentado como condição padrão de conservação e, ao contrário, é reconhecido como potencialmente prejudicial à estabilidade de diversos medicamentos, salvo quando houver indicação expressa do fabricante. Dessa forma, a inclusão do congelamento como faixa definida de conservação caracteriza extrapolação do texto oficial da Farmacopeia, tornando a assertiva I incorreta. A assertiva II, por sua vez, está em plena consonância com a Farmacopeia Brasileira 7ª edição, Volume I, o qual enfatiza expressamente a necessidade de controle da umidade e da proteção contra a luz, reconhecendo que esses fatores podem acelerar processos de degradação química e física dos medicamentos. O controle ambiental, especialmente no que se refere à umidade e à exposição à luz, é reiteradamente mencionado como elemento essencial para a manutenção da qualidade, segurança e eficácia dos produtos farmacêuticos. Por fim, a assertiva III afirma que produtos termolábeis, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, devem ser mantidos entre –2 °C e +8 °C. Entretanto, a Farmacopeia Brasileira estabelece, de forma geral, a faixa de 2 °C a 8 °C como condição de armazenamento refrigerado. Temperaturas negativas caracterizam congelamento, condição que não é recomendada de maneira geral para esses produtos e que pode comprometer sua estabilidade físico-química e biológica. Assim, a faixa indicada na assertiva III não corresponde ao padrão estabelecido pela Farmacopeia, o que a torna incorreta. Diante do exposto, verifica-se que apenas a assertiva II está corretamente fundamentada no texto da Farmacopeia Brasileira 7ª edição, enquanto as assertivas I e III apresentam inconsistências técnicas em relação às definições oficiais. Dessa forma, a alternativa D, indicada no gabarito preliminar, mostra-se incorreta, sendo a alternativa B a única que atende integralmente ao conteúdo normativo do compêndio farmacopéico.	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
003732	CASCAVEL - Farmacêutico	26-D	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão que trata dos estudos de pré-comercialização de novos medicamentos, na qual foi considerada correta a alternativa A. Contudo, à luz das normas regulatórias nacionais, bem como das referências técnico-científicas consagradas, verifica-se que o gabarito divulgado não corresponde ao conceito correto de estudos pré-comercialização, razão pela qual se requer sua revisão. A alternativa A afirma que os estudos pré-comercialização: “Estes estudos referem-se à avaliação da toxicidade e dos efeitos da nova molécula em animais de experimentação”. No entanto, tal descrição corresponde exclusivamente aos estudos pré-clínicos, realizados antes da administração do medicamento em seres humanos. De acordo com a ANVISA, os estudos em animais têm como finalidade subsidiar o início dos ensaios clínicos, não sendo suficientes, por si só, para caracterizar o conjunto de estudos pré-comercialização. A esse respeito, dispõe a RDC nº 945 de 2024 (ANVISA), que regula os ensaios clínicos com medicamentos no Brasil, ao definir que o desenvolvimento clínico ocorre após a fase pré-clínica, compreendendo as Fases I, II e III, todas anteriores ao registro e à comercialização do medicamento (ou seja, etapas imediatamente pré-comercialização). Ainda, a página do Ministério da Saúde define que o desenvolvimento de um novo fármaco passa obrigatoriamente pelas seguintes etapas: Pesquisa experimental ou fase pré-clínica: Antes de começar os testes em seres humanos, os pesquisadores realizam testes em células e em animais. Pesquisa clínica: Nesta fase o objetivo principal é testar a segurança e a eficácia deste novo medicamento em seres humanos. Acessado em (26/01/2025): https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/pesquisa/ensaios- clinicos/fases-de-desenvolvimento-de-um-novo-medicamento Inclui-se também nos testes pré-clínicos as analises in vitro e não somente as analises in vivo (animais). Portanto, restringir os estudos de pré-comercialização apenas à experimentação animal constitui redução conceitual indevida, em desacordo com a regulamentação sanitária vigente. No entanto, a alternativa D afirma que: “Na Fase III, aplicada a pacientes, é estabelecida a eficácia do novo medicamento e são identificados e quantificados os efeitos indesejados mais frequentes.”	Alternativa está de acordo com a literatura. Ciências Farmacêuticas - Uma Abordagem Hospitalar	INDEFERIDO

			Essa descrição está integralmente correta e em consonância com: a RDC nº 945 de 2024 (ANVISA), que reconhece a Fase III como etapa confirmatória de eficácia e segurança, realizada em populações maiores de pacientes; as Diretrizes Internacionais de Boas Práticas Clínicas – ICH E6 e ICH E8, que definem a Fase III como responsável por confirmar o benefício terapêutico e caracterizar o perfil de eventos adversos mais comuns; a literatura clássica de farmacologia, como Katzung & Trevor – Farmacologia Básica e Clínica, 13ª edição, página 17, que descreve: "Na fase 3, o fármaco é avaliado em números muito maiores de pacientes com a doença-alvo – geralmente milhares – para melhor estabelecimento e confirmação de sua segurança e eficácia... Os ensaios de fase 3 geralmente são realizados em cenários similares aqueles previstos para o uso final do fármaco... Certos efeitos tóxicos, em especial aqueles causados por processos imunológicos, podem se tornar aparentes pela primeira vez na fase 3". Dessa forma, a alternativa D descreve um estudo de fase III. Diante do exposto, requer-se a revisão do gabarito preliminar, com a alteração da resposta correta para a alternativa D, por ser a única que descreve adequadamente uma etapa de estudos clínicos pré-comercialização.		
003732	CASCAVEL - Farmacêutico	47-E	Solicita-se a alteração do gabarito da alternativa B para a alternativa E, visto que o item III da questão afirma: "Na prática, um CIM deve contar com pelo menos um profissional farmacêutico em tempo integral, treinado e com experiência clínica e/ou bioquímica, competente para realizar a seleção, utilização e avaliação crítica da literatura". Entretanto, tal afirmação não encontra respaldo expresso nem conceitual nos principais manuais e diretrizes que regem os Centros de Informação sobre Medicamentos, apresentando impropriedade técnica relevante. Isso pois, os documentos de referência para CIM — nacionais e internacionais — não estabelecem a "experiência bioquímica" como requisito para atuação em Centros de Informação sobre Medicamentos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS): "Os Centros de Informação sobre Medicamentos devem contar com farmacêuticos com formação e experiência adequadas em farmácia clínica, farmacologia e avaliação crítica da literatura médica." (WHO. The Role of the Pharmacist in the Health Care System, 1994) Em nenhum momento a OMS faz menção à experiência bioquímica como critério para composição da equipe de um CIM. Ainda, o Ministério da Saúde, por meio do Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos: princípios, organização, prática e trabalho em redes para promoção do Uso Racional de Medicamentos, 2020, tópico 1.6 Profissional especialista em informação sobre medicamentos, página 27, explicita as competências necessárias para o profissional na pratica de um CIM: "Para realizar a sequência de tarefas por meio das quais os achados de pesquisas relacionadas com medicamentos podem ser aplicados rápida e efetivamente sobre programas de cuidados ao paciente, a International Pharmaceutical Federation (2012) recomenda que o quadro profissional de um CIM/SIM inclua, durante o tempo integral de funcionamento, um farmacêutico clínico ou um farmacologista clínico. Adicionalmente, o CIM de Kentucky reforçou que esse profissional deve possuir competência em escolher seletivamente a literatura usada para transmitir um conceito de pesquisa em farmacologia clínica ou para fundamentar conclusões relacionadas à situação de um medicamento específico ou grupos de medicamentos, em diversas condições de uso clínico (WALTON, 2006). Guyatt et al. (2008) descrevem, de maneira ampla, os conhecimentos e as habilidades necessárias para excelência no apoio à prática baseada em evidências. Esses autores citam que os profissionais devem ter conhecimentos aprofundados em prática clínica; habilidades de busca e avaliação crítica eficazes; capacidade de definir e compreender os benefícios e riscos das alternativas; compreensão fisiológica aprofundada, permitindo a aplicação de evidências ao indivíduo; sensibilidade e habilidades de comunicação necessárias para uma compreensão completa do contexto do paciente; capacidade de entender os valores e as preferências do paciente e aplicá-los às decisões de gestão (GUYATT et al., 2008). É consenso que o treinamento e a experiência na área clínica são essenciais para uma comunicação efetiva com os profissionais da área da Saúde, como médicos, enfermeiros e farmacêuticos (INTERNATIONAL PHARMACEUTICAL FEDERATION, 2012). Além disso, é necessário que a comunicação seja clara, concisa e siga terminologia consistente com o nível profissional do solicitante (MALONE; KIER; STANOVICH, 2006)." Sendo assim, a bioquímica, embora seja uma área do conhecimento relevante dentro das Ciências Farmacêuticas, não é citada e nem suficiente e adequada, isoladamente, para responder às demandas práticas e clínicas de um CIM. Assim, o problema técnico da assertiva III está no uso do termo "e/ou". O uso da expressão "experiência clínica e/ou bioquímica" introduz ambiguidade grave, pois admite a possibilidade de atuação exclusiva com experiência bioquímica e dispensa a experiência clínica, que é essencial e indissociável do exercício das atividades do CIM. Tal interpretação contraria frontalmente o escopo do Centro de Informação sobre Medicamentos, conforme definido pela OMS, OPAS e Ministério da Saúde. Diante do exposto, o item I está correto (promoção do Uso Racional de Medicamentos); o item II está correto (definição ampla e adequada de URM); e o item III está incorreto, por introduzir requisito não previsto e por permitir interpretação que exclui a experiência clínica. Dessa forma, a alternativa B torna-se incorreta, e a alternativa E (Somente as alternativas I e II estão corretas) passa a ser a única compatível com a literatura técnica e normativa vigente. Diante da inconsistência técnica e da ausência de respaldo bibliográfico para o item III, requer-se a alteração do gabarito da alternativa B para a alternativa E.	O conteúdo desta questão consta em: Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica Luciana dos Santos; Mayde S. Torriani; Elvino Barro Capítulo 15	INDEFERIDO
003732	CASCAVEL - Farmacêutico	49-N	Solicita-se a revisão do gabarito da questão referente ao tratamento da tuberculose, tendo em vista a existência de ambiguidade entre as alternativas B e C, ambas contendo informações corretas e respaldadas por referências oficiais, o que contraria o princípio da unicidade da resposta correta em questões objetivas. A alternativa B afirma que "Para retratamento a bedaquilina, é uma opção. Esse fármaco interfere nas enzimas bacterianas. Este medicamento está associado ao risco aumentado de morte cardíaca, e os pacientes devem ser monitorados a intervalos frequentes com ECG, devido ao prolongamento do intervalo QT". Todas essas afirmações encontram respaldo direto na bula oficial do medicamento Sirturo® (bedaquilina), aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segundo a bula, a bedaquilina "é indicado para pacientes adultos (? 18 anos) e pediátricos (12 anos a menores de 18 anos de idade e pesando pelo menos 30 kg) como parte do tratamento combinado da tuberculose pulmonar (TB) causada por Mycobacterium tuberculosis resistente a múltiplas drogas, quando, de outra forma, não for possível constituir um regime de tratamento eficaz por razões relacionadas com a resistência ou tolerabilidade", condição que se enquadra no contexto de retratamento da tuberculose. Seu mecanismo de ação descrito em bula consiste em "A bedaquilina inibe especificamente a ATP (adenosina 5'-trifosfato) sintase da micobactéria, uma enzima que é essencial para a geração de energia no Mycobacterium tuberculosis", sendo tecnicamente correta a afirmação de que o fármaco interfere em enzimas bacterianas. A bula do medicamento descreve expressamente que o tratamento com bedaquilina está associado ao "Prolongamento do intervalo QTc foi observado durante os estudos clínicos com SIRTURO® em adultos (ver "Reações Adversas"). Um eletrocardiograma deve ser obtido antes e após o início do tratamento com SIRTURO® para monitorar o intervalo QTc." Ainda, a bula alerta para "Este medicamento pode potencializar o prolongamento do intervalo QT, o que aumenta o risco de ataque de arritmias ventriculares graves do tipo "torsades de pointes", que é potencialmente fatal (morte súbita)". Dessa forma, a afirmação de que o medicamento está associado a risco aumentado de morte cardíaca não constitui extrapolação conceitual, mas sim reprodução fiel das advertências oficiais de segurança e que, por conta disso, os pacientes devem ser monitorados a intervalos frequentes (antes e após o início da terapia) com ECG. Por sua vez, a alternativa C também apresenta informações corretas ao descrever esquemas reconhecidos para o tratamento da tuberculose latente, incluindo o uso de isoniazida por seis a nove meses e o esquema semanal de rifapentina associada à isoniazida por doze semanas, conforme	A alternativa B está incorreta porque não é indicado para retratamento, seu uso é para tratamento. FORD, Susan M. Farmacologia Clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.	INDEFERIDO

			diretrizes da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde. Diante da presença simultânea de duas alternativas tecnicamente corretas, resta caracterizada ambiguidade insanável na questão, comprometendo sua validade. Assim, requer-se a revisão do gabarito, com a consequente anulação da questão, em observância aos princípios da objetividade, da isonomia e da segurança jurídica que regem os certames públicos.		
000988	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	7-N	Quanto vale 8/3 de hora em minutos? Essa pergunta está incompreensível pois ela não diz quantos de horas seria sendo assim confusa para responder.	A questão está pedindo para converter 8/3 de hora em minutos, portanto, tem-se: (8/3)*60 = 160 minutos. Letra C.	INDEFERIDO
000291	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Prezados membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 34, que considerou correta a alternativa B (8 pontos). Conforme a descrição clínica apresentada no enunciado, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow totaliza 9 pontos, e não 8, conforme demonstrado a seguir: Abertura ocular: abre os olhos apenas ao estímulo doloroso: 2 pontos Resposta verbal: emite palavras isoladas: 3 pontos Resposta motora: retira o membro ao estímulo doloroso, sem localizar a dor: 4 pontos (retirada ao estímulo doloroso) No caso da questão, não há descrição de localização da dor, o que afasta a classificação 5 pontos e sim, 4 pontos na resposta motora. Dessa forma, a soma correta é 2+ 3+ 4 = 9 pontos, correspondente à alternativa C. A classificação está de acordo com a Escala de Coma de Glasgow original e com os manuais consagrados (ATLS), que definem: abertura ocular 2 pontos, palavras isoladas 3 pontos e retirada ao estímulo doloroso sem localizar, 4 pontos. Assim, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa C. Referência Bibliográfica: American College of Surgeons Committee on Trauma. ATLS®: Advanced Trauma Life Support – Student Course Manual. 10th ed. Chicago: American College of Surgeons; 2018. Atenciosamente, Larissa Torres Sant Anna de Andrade	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003872	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	39-E	A alternativa III - Produdos com embalagens com muitas cores ou imagens. Esta opção esta errada a maneiro como foi colocada contextualiza de formar erronea gerando varios interpretações. A maneira correta seria como está no manual de ORIENTAÇÕES SOBRE O USO DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa na pag. 19 Como esta no Manual de Fitoterapicos: - Produtos com embalagens com muitas cores ou imagens, pois apenas é permitido em medicamentos o uso de imagens que sejam referentes à parte específica da planta medicinal utilizada ou de figuras anatômicas que tenham como função orientar o profissional de saúde ou o paciente sobre a correta utilização do produto;	O conteúdo da questão pode ser consultado no site da ANVISA. https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publica coes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de- fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf	INDEFERIDO
003872	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	45-A	A alternativa II está formulada de forma erronea. II - A tafenoquina deve ser tomada uma única... Unica o que? unida vez ao dia, unida dose? Sendo assim nao termina a afirmação para dar sentindo da frase. Alternativa II- Errada	A resposta está condizente a PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023.	INDEFERIDO
003872	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	47-E	A alternativa III-Na prática, um CIM deve contar com pelo menos um profissional farmacêutico em tempo integral, treinado e com experiência clínica e/ou bioquimíca, compretente para realizar a seleção e avaliação crítica da literatura. Essa afirmação está errada Na RESOLUÇÃO Nº 671, DE 25 DE JULHO DE 2019 o Art. 6º diz: Art. 6º - As informações produzidas nos CIM, SIM e NAT sobre temas privativos à Farmácia deverão ser elaboradas somente por farmacêutico. Diz que tem que ser elaborada por Farmacêutico mais nao Por Farmacêutic com experiência Clinica e/ou Bioquimica.	Conteúdo disponível em: Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica Luciana dos Santos; Mayde S. Torriani; Elvino Barro	INDEFERIDO
003872	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	31-N	Conteúdo de Licitação (LEI 14133/2021) não estava no contéudo programatico. Conteudo Programático para Farmacêutico; FARMACÊUTICO Seleção de medicamentos, aquisição, armazenamento (estoque mínimo e estoque máximo), distribuição, dispensação e atenção farmacêutica; Promoção do uso racional de medicamentos; Informação sobre medicamentos; Informática aplicada à farmácia; Farmacoeconomia; Farmacovigilância; Farmacologia geral; Princípios gerais de farmacocinética; Princípios gerais de farmacodinâmica; Fármacos que atuam sobre o sistema nervoso central e autônomo; Fármacos que atuam sobre o sistema cardiovascular e renal; Fármacos que atuam sobre o trato gastrointestinal; antiácidos, colagogos, laxantes e purgantes; Fármacos antimicrobianos; Fármacos antiparasitários; Fármacos antivirais; analgésicos, antitérmicos, antiinflamatórios e anti-histamínicos; Fármacos contraceptivos; Farmacotécnica; Classificação dos medicamentos; Formas farmacêuticas; Formulação; Controle de qualidade; Dispensação e acondicionamento das formulações; Fitoterapia; legislação e ética profissional. Conhecimentos sobre equipamentos de proteção individual - EPIs; Reconhecer o uso de equipamentos de segurança e higiene do trabalho. Lei 8.080/90 de 19/9/1990 e suas alterações. Portaria nº 2048/GM/MS, de 05 de novembro de 2002, que regulamenta tecnicamente as urgências e emergências. Portaria nº 1600 de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às urgências e institui a rede de atenção às urgências no Sistema Único de Saúde.	O tema legislação e ética profissional é um tema amplo. A legislação que regulamenta licitações, forma pela qual as compras são realizadas pelo sistema publico, cabe ao farmacêutico, em um cargo publico ter este conhecimento.	INDEFERIDO
003872	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	23-N	PORTARIA Nº 1600 07/07/2011 ART. 6º Dispoe sobre o composição do Comitês Gestores das Redes Regionais de Atenção ás Urgencias. A alternativa (B) que a banca diz estar correta está imcompleta faltando outros representantes, portando concluo que a afirmação pode ser considerada errada. TEXTO DA RESULAÇÃO QUE FALA SOBRE; 6º Fica recomendado que os Comitês Gestores das Redes Regionais de Atenção às Urgências, sob coordenação estadual e com fluxo operacional compatível e de acordo com a realidade regional, tenham a seguinte composição: I - Coordenador Regional da Rede de Atenção às Urgências ou outro representante da SES que assuma tal função; II - Coordenadores Municipais da Atenção às Urgências; III - representantes dos serviços de saúde (prestadores da área das urgências); IV - representante do Corpo de Bombeiros, Polícias Rodoviária, Civil e Militar, onde essas corporações atuem na atenção às urgências; V - representante da Defesa Civil; VI - representante dos gestores municipais e estadual da área de trânsito e transportes; e VII -conforme a necessidade justificar, representantes da Aeronáutica, Marinha e Exército brasileiros.		INDEFERIDO
003308	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	30-B	Venho respeitosamente interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 30, que considerou correta a alternativa C. Entretanto, conforme a Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, a ambulância Tipo C (Resgate) é destinada a operações de resgate e salvamento, especialmente em locais de difícil acesso, não sendo voltada ao atendimento clínico de pacientes graves. A alternativa B é a que descreve corretamente essa definição. Dessa forma, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa B, ou, subsidiariamente, a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento.	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
003308	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	38-B	Venho respeitosamente interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 38, que considerou correta a alternativa B (V-V-V-F). Ocorre que a segunda afirmativa — "após controlar a hemorragia, é importante proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados" — está tecnicamente incorreta, pois os protocolos de primeiros socorros e as orientações do Ministério da Saúde estabelecem que não se deve utilizar curativos sujos ou infectados, devido ao risco elevado de infecção e complicações ao paciente. Dessa forma, a referida afirmativa deveria ser considerada FALSA, o que torna a alternativa indicada no gabarito incorreta, não havendo opção plenamente compatível com a sequência correta. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, ou a retificação do gabarito conforme o entendimento técnico adequado. Termos em que, Pede deferimento.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA

001356	CATANDUVAS - Motorista Socorrista	30-B	função da Ambulância Classe C (Resgate) é o atendimento pré-hospitalar de vítimas de acidentes ou pacientes em locais de difícil acesso. Ela é projetada para realizar o salvamento terrestre, aquático ou em alturas antes ou durante o suporte à vida.	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
001356	CATANDUVAS - Motorista Socorrista	38-N	Nunca use curativos infectados ou sujos, pois isso aumenta drasticamente o risco de sepse e complicações graves. Utilize sempre materiais limpos e estéreis para proteger a ferida após conter o sangramento.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
004765	CASCAVEL - Assessor Jurídico	29-A	Ilustre Banca Examinadora, O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C, contudo há erro, pois ambas as assertivas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira. A assertiva I está correta, pois o art. 136, §1º, I, da Constituição Federal autoriza, durante o estado de defesa, restrições à liberdade de reunião e ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica, desde que previstas no decreto presidencial. A assertiva II também é verdadeira, uma vez que o art. 136, caput, da CF, define que o estado de defesa destina-se à preservação ou ao pronto restabelecimento da ordem pública ou da paz social em locais restritos e determinados, admitindo restrições temporárias e proporcionais a direitos fundamentais. Além disso, a assertiva II justifica a assertiva I, pois a possibilidade de restrição a direitos fundamentais decorre exatamente da finalidade e do caráter excepcional do estado de defesa previstos constitucionalmente. Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa A, ou, subsidiariamente, a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento.	O recurso merece provimento. A assertiva I afirma que, durante o estado de defesa, podem ser restringidos direitos relativos à liberdade de reunião e ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica, desde que tais medidas estejam expressamente previstas no decreto presidencial. Tal afirmação encontra amparo direto no art. 136, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, que autoriza expressamente, no âmbito do estado de defesa, a restrição ao direito de reunião e ao sigilo de correspondência, de comunicação telegráfica e de comunicação telefônica, desde que previstas no decreto que instituir a medida excepcional. Dessa forma, a assertiva I deve ser considerada verdadeira. A assertiva II também é verdadeira, pois reproduz adequadamente o caput do art. 136 da Constituição Federal ao estabelecer que o estado de defesa destina-se à preservação ou ao pronto restabelecimento da ordem pública ou da paz social em locais restritos e determinados, admitindo restrições temporárias e proporcionais a direitos fundamentais, nos limites constitucionais. Verifica-se, ainda, que a segunda assertiva justifica a primeira, pois a possibilidade de restrição a determinados direitos fundamentais decorre precisamente da finalidade constitucional do estado de defesa e de seu caráter excepcional, temporário e territorialmente delimitado. Diante disso, conclui-se que ambas as assertivas são verdadeiras e que a segunda constitui fundamento explicativo da primeira. Portanto, recurso DEFERIDO, com alteração do gabarito para a alternativa A.	QUESTÃO ALTERADA
004102	CASCAVEL - Enfermeiro	43-E	A questão 43 solicita a identificação de um agravo de notificação compulsória imediata, conforme a legislação vigente. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa D (Malária na região extra- amazônica). Contudo, a questão apresenta ambiguidade normativa, pois a alternativa E (Violência doméstica e/ou outras violências) também pode ser enquadrada como situação que exige comunicação imediata às autoridades competentes, o que compromete a unicidade da resposta correta. Nos termos da Portaria de Consolidação nº 4/2017 do Ministério da Saúde, a violência interpessoal e autoprovocada constitui agravo de notificação compulsória em todo o	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-	INDEFERIDO

			território nacional. Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 13, determina que os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra criança ou adolescente devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. De igual modo, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 10.778/2003 estabelecem a obrigatoriedade da notificação dos casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde, reforçando o caráter de urgência da comunicação aos órgãos competentes, sobretudo diante do risco iminente à integridade física e psicológica da vítima. Nesse sentido, a prática assistencial e a normativa legal indicam que os casos de violência demandam comunicação imediata, não apenas para fins epidemiológicos, mas também para a proteção da vítima e adoção de medidas intersetoriais urgentes. Assim, a alternativa E pode ser interpretada como agravo de notificação imediata, o que gera dúvida objetiva na resolução da questão. Além disso, a alternativa C ("casos de dengue") também pode suscitar interpretação ambígua, uma vez que surtos, óbitos e casos graves de dengue são considerados de notificação imediata, o que evidencia a imprecisão da redação da questão. Diante do exposto, resta caracterizada a existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, em afronta ao princípio da objetividade das questões de múltipla escolha. Pedido Diante do exposto, requer-se: a) a anulação da questão 43, por apresentar ambiguidade e mais de uma alternativa passível de interpretação como correta; ou, subsidiariamente, b) a revisão do gabarito preliminar. Termos em que, Pede deferimento.	n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	
004102	CASCAVEL - Enfermeiro	27-A	A questão 27 solicita a identificação da alternativa incorreta acerca dos critérios para abertura do protocolo de determinação de morte encefálica. Contudo, verifica-se que mais de uma alternativa apresenta incorreções técnicas, o que compromete a objetividade da questão. A alternativa A afirma que o paciente pode apresentar "uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves" no momento da abertura do protocolo. Entretanto, de acordo com as diretrizes	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio	INDEFERIDO

			estabelecidas pela Resolução CFM nº 2.173/2017, atualizada pela Resolução CFM nº 2.386/2024, a determinação de morte encefálica exige a exclusão de fatores confundidores, incluindo sedação, bloqueio neuromuscular, hipotermia e distúrbios metabólicos graves. Assim, a alternativa A apresenta informação incompatível com os critérios técnicos e legais vigentes. Por outro lado, a alternativa C afirma que os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de 2 horas entre eles em adultos. Todavia, a legislação atual não estabelece intervalo mínimo fixo para adultos, sendo o tempo entre os exames determinado por critérios clínicos e protocolos institucionais, o que torna a alternativa igualmente incorreta. Dessa forma, constata-se a existência de duas alternativas incorretas, o que inviabiliza a identificação de apenas uma resposta correta, caracterizando falha na	sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo	

			elaboração da questão. Pedido Diante do exposto, requer-se a anulação da questão 27, por apresentar mais de uma alternativa incorreta, em desacordo com os princípios da objetividade e da unicidade da resposta em questões de múltipla escolha.	mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021- 05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	
004102	CASCAVEL - Enfermeiro	27-A	A questão 27 solicita a identificação da alternativa incorreta acerca dos critérios para abertura do protocolo de determinação de morte encefálica. Contudo, verifica-se que mais de uma alternativa apresenta incorreções técnicas, o que compromete a objetividade da questão.A alternativa A afirma que o paciente pode apresentar "uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves" no momento da abertura do protocolo. Entretanto, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CFM nº 2.173/2017, atualizada pela Resolução CFM nº 2.386/2024, a determinação de morte encefálica exige a exclusão de fatores confundidores, incluindo sedação, bloqueio neuromuscular, hipotermia e distúrbios metabólicos graves. Assim, a alternativa A apresenta informação incompatível com os critérios técnicos e legais vigentes.Por outro lado, a alternativa C afirma que os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de 2 horas entre eles em adultos. Todavia, a legislação atual não estabelece intervalo mínimo fixo para adultos, sendo o tempo entre os exames determinado por critérios clínicos e protocolos institucionais, o que torna a alternativa igualmente incorreta.Dessa forma, constata-se a existência de duas alternativas incorretas, o que inviabiliza a identificação de apenas uma resposta correta, caracterizando falha na elaboração da questão.PedidoDiante do exposto, requer-se a anulação da questão 27, por apresentar mais de uma alternativa incorreta, em desacordo com os princípios da objetividade e da unicidade da resposta em questões de múltipla escolha.	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	INDEFERIDO
002458	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-N	A questão 45 solicita ao candidato que complete as lacunas com base na literalidade da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referente ao prazo e ao meio de defesa do executado. O enunciado dispõe: "Nos termos da CLT, o executado terá o prazo de dias para apresentar à execução." O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C ("dez - defesa"). Contudo, tal assertiva carece de qualquer amparo legal, contrariando frontalmente o texto expresso da legislação trabalhista.	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida	QUESTÃO ANULADA

			O procedimento de defesa na execução trabalhista é regido pelo Artigo 884 da CLT, que estabelece: "Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação." Da leitura do dispositivo legal, extraem-se duas conclusões objetivas que invalidam o gabarito preliminar: Quanto ao Prazo: A lei fixa o prazo peremptório de 5 (cinco) dias, e não "dez" dias, como afirma a alternativa "C". Não existe previsão na CLT de prazo de 10 dias para esta fase processual. Quanto à Nomenclatura: A peça técnica de defesa do executado denomina-se Embargos à Execução (ou Embargos à Penhora), e não o termo genérico "defesa" apresentado na alternativa "C". Ademais, ao analisar as demais alternativas em busca de uma resposta correta, constata-se a inexistência de opção válida: A Alternativa A traz o prazo correto ("cinco"), mas a nomenclatura errada ("impugnação" – peça privativa do exequente/credor nesta fase). A Alternativa B traz a nomenclatura correta ("embargos"), mas o prazo errado ("oito" – prazo recursal, inaplicável à defesa inicial na execução). Dessa forma, a alternativa "C" é materialmente falsa, pois inventa um prazo inexistente na lei (10 dias), e nenhuma outra alternativa preenche os requisitos cumulativos do Art. 884 da CLT (prazo de 5 dias + embargos). Diante da impossibilidade de marcação de uma resposta que corresponda à legislação vigente, a questão padece de vício insanável de conteúdo.Por fim, solicita- se a ANULAÇÃO da questão 45 e a atribuição dos pontos a todos os candidatos.	a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada “embargos”. A alternativa “A” indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à “impugnação”, medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	
003108	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	A questão menciona que o paciente abre os olhos apenas com estímulos dolorosos(pontuando 2 pontos na ECG), emite palavras isoladas(pontuando 3 pontos) e apresenta flexão NORMAL, não localiza dor mas retira ao estímulo(pontuando 4 pontos). Totalizando 9 pontos. O gabarito contas 8 pontos.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos	QUESTÃO ALTERADA

				Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
003483	CASCAVEL - Médico 12h	16-N	Prezada banca examinadora, Solicito analise e posterior anulação da questão 16 Gabarito preliminar: A Enunciado: “Qual das alternativas abaixo NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica?” A letra A cai num erro conceitual importante Palavras absolutas (“sempre”, “nunca”, “todo paciente”) quase sempre tornam a alternativa falsa em clínica médica.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de	QUESTÃO ANULADA

			JUSTIFICATIVA TÉCNICA: A insuficiência respiratória é classicamente dividida, conforme a fisiopatologia e os achados gasométricos, em: Insuficiência respiratória hipoxêmica (Tipo I): caracterizada por hipoxemia (PaO? < 60 mmHg), com PaCO? normal ou reduzida. Insuficiência respiratória hipercápnica (Tipo II): caracterizada por retenção de CO? (PaCO? > 50 mmHg), secundária à hipoventilação alveolar. Essa classificação é adotada de forma uniforme na literatura médica nacional. ANÁLISE DA ALTERNATIVA (E): O edema agudo de pulmão cardiogênico decorre do aumento da pressão hidrostática capilar pulmonar, levando ao extravasamento de líquido para o interstício e para os alvéolos. O principal mecanismo fisiopatológico envolvido é: Alteração da relação ventilação/perfusão. Presença de shunt intrapulmonar. Comprometimento da oxigenação, e não da ventilação alveolar. Dessa forma, o quadro clínico predominante é de insuficiência respiratória hipoxêmica (Tipo I), e não hipercápnica. Inicialmente, esses pacientes costumam apresentar hiperventilação reflexa, o que mantém a PaCO? normal ou até reduzida, conforme descrito nos manuais nacionais de clínica médica e terapia intensiva. CONFIRMAÇÃO EM LITERATURA NACIONAL Manual de Medicina de Urgência – Ministério da Saúde Classifica o edema agudo de pulmão cardiogênico como causa típica de insuficiência respiratória hipoxêmica, relacionada a shunt e distúrbio V/Q, sem retenção primária de CO?. Clínica Médica – Artmed (Porto & Porto) Descreve que no edema agudo cardiogênico “a hipoxemia é o achado predominante, enquanto a hipercapnia ocorre apenas	interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	

			tardiamente ou em situações associadas”. Diretrizes Brasileiras de Insuficiência Cardíaca – Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) Referem que o edema agudo pulmonar cursa com insuficiência respiratória por falha de oxigenação, sendo a retenção de CO? incomum no quadro inicial. Tratado de Pneumologia – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) Diferencia claramente causas de hipoventilação (asma grave, intoxicação por opioides, doenças neuromusculares) das causas de shunt pulmonar, incluindo o edema cardiogênico. CONCLUSÃO: Diante da fisiopatologia envolvida e do respaldo da literatura médica nacional, conclui- se que o edema agudo de pulmão cardiogênico é causa de insuficiência respiratória hipoxêmica, motivo pelo qual o gabarito correto é a alternativa E, e não a alternativa A, conforme gabarito parcial, por esse motivo a questão deve ser anulada. Desde já, muito obrigado.		
002951	CAFELÂNDIA - Médico 24h	16-E	Considerando que a Questão 16 solicita uma causa de insuficiência respiratória NÃO- hipercápnica, ou seja, hipoxêmica, a alternativa correta é a letra E (Edema Agudo de Pulmão cardiogênico), conforme cita a Tabela 1 em anexo, do capítulo 7 (Insuficiência respiratória aguda) da bibliografia abaixo citada	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto	QUESTÃO ANULADA

			Referências bibliográficas: CÂMARA, R. A.; et al. Medicina de emergência: abordagem prática. 17. ed. São Paulo: USP, 2023. Cap. 7, p. 334-336.	clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	
002951	CAFELÂNDIA - Médico 24h	34-C	De acordo com os dados da Questão 34, a paciente pontua na Escala de Coma de Glasgow: Abre os olhos ao estímulo doloroso: Pontua 2 pontos Emite palavras isoladas: Pontua 3 pontos Retira o braço ao estímulo, sem localizar a dor (flexão normal dos membros superiores): Pontua 4 pontos Total: 9 pontos Alternativa correta, letra . Referências bibliográficas: CÂMARA, R. A.; et al. Medicina de emergência: abordagem prática. 17. ed. São Paulo: USP, 2023. Cap. 1, p. 158–159.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
002951	CAFELÂNDIA - Médico 24h	49-N	Considerando que a questão 49 solicita a correspondência entre o principio do SUS e sua definição, conforme a legislação vigente, não há resposta correta, visto que de acordo com a Lei 8080/90 o conceito de descentralização é: Capítulo II - Dos princípios e diretrizes	Recurso IMPROCEDENTE. A utilização da expressão “direção única em cada nível” não configura impropriedade terminológica nem vício conceitual capaz de invalidar a alternativa. No contexto do	INDEFERIDO

			Art. 7°, inciso IX "IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo." A alternativa considerada correta (D) com a definição de Descentralização como sendo: "distribuição de responsabilidades entre as esferas de governo, com direção única em cada nível" é inadequada, pois o trecho que cita "direção única em cada nível" pode causar conflito de intepretação com "Nível de atenção" ou seja: nível primário, secundário e terciário, visto que o enunciado trata-se do SUS. A definição deveria ser: com direção única em cada esfera Alternativa correta: nulo. Referências bibliográficas: BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990. Art. 7º, inciso IX.	SUS, os termos “nível” e “esfera de governo” são empregados de forma equivalente na linguagem administrativa e em provas objetivas, sem implicar hierarquia entre os entes federativos ou afronta ao pacto federativo. A alternativa apresenta correspondência conceitual adequada ao instituto da descentralização político- administrativa, ao mencionar a distribuição de responsabilidades com direção única em cada instância de gestão, não sendo exigida a reprodução literal do texto constitucional ou legal. Ainda, a ausência de menção expressa à municipalização não compromete a correção da definição, por se tratar de elemento complementar, e não essencial, à caracterização da descentralização. Inexistem, à luz do entendimento da banca examinadora, vícios terminológicos ou conceituais aptos a justificar a anulação da questão.	
002951	CAFELÂNDIA - Médico 24h	24-N	Na questão 24 não há alternativa correta, visto que embora o choque medular e o choque neurogênico sejam fisiopatologicamente diferentes, o choque medular ocorre simultaneamente ou após o choque neurogênico na fase aguda do trauma raquimedular. Portanto, indiretamente pode haver si instabilidade hemodinâmica. Definição de choque neurogênico de acordo com a bibliografia abaixo: "Choque neurogênico: ocorre geralmente em vítimas de	Conforme o ATLS (11ª edição), choque neurogênico e choque medular são entidades distintas e não devem ser confundidas.O choque neurogênico é um choque distributivo, caracterizado por hipotensão e bradicardia decorrentes da perda do tônus simpático, geralmente em lesões acima de T6, com repercussão hemodinâmica evidente. Por outro lado, o choque medular é um fenômeno neurológico transitório, marcado por perda de reflexos e do tônus muscular abaixo do nível da lesão, sem relação com instabilidade hemodinâmica, conforme explicitado pelo próprio ATLS, que ressalta tratar-se de uma denominação inadequada do ponto de vista hemodinâmico, uma vez que não se associa à instabilidade circulatória.	INDEFERIDO

			traumatismo cranioencefálico grave e lesão da medula espinhal, sobretudo se esta for acima de T6, levando à interrupção das vias autonômicas, com diminuição da resistência vascular e alteração do tônus vagal." Referências bibliográficas: CÂMARA, R. A.; et al. Medicina de emergência: abordagem prática. 17. ed. São Paulo: USP, 2023. Cap. 9, p. 408.	A eventual coexistência temporal das duas condições não altera suas definições nem seus critérios diagnósticos. Assim, a alternativa A descreve corretamente a distinção entre as entidades, estando plenamente de acordo com a bibliografia de referência.	
000318	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	39-D	Gabarito incorreto	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos	INDEFERIDO

				explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
000318	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-N	Anulação por dupla resposta correta	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas	QUESTÃO ANULADA

				como corretas, dependendo do contexto clínico considerado.	

				Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	
001889	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-D	A banca examinadora do concurso público UMIOESTE/COGESPS. Eu Fabiane Novaes dos Santos inscrita sob o CPF 070.035.589.80,venho, respeitosamente solicitar a anulação das questões 21 , referente matéria de conhecimentos específicos, aplicada no dia 25/01/2026, pedido fundamentado no fato de que aduaa opções iguais nas alternativas d. Diante do exposto, solicito a anulação das referentes questões com a consequência de pontuação a todos os candidatos, com observância nos princípios de legalidade,isonomia e segurança jurídica.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
001889	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-N	A banca organizadora do concurso público UNIOESTE/COGESPS Eu Fabiane Novaes dos Santos inscrita sob o CPF 070.035.599.80, venho , respeitosamente, por meio deste, solicitar a anulação das questão 29 referente a matéria de conhecimentos específicos, aplicada em 25/01/2026. Pedido fundamentado no fato de que a duas opções iguais nas alternativas diante do exposto, solicito a anulação da referente questão , com a consequência de pontuação a todos os candidatos, com observância aos princípios se legalidade, isonomia, e segurança jurídica. Fabiane Novaes dos Santos 07003558980 1889 26/01/2026	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
001889	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-N	A banca examinadora do concurso público UNIOESTE/ COGESPS Eu Fabiane Novaes dos Santos inscrita sob o CPF 070.035.589-80, venho, respeitosamente, por meio deste, solicitar a anulação da questão 21, referente a matéria de conhecimentos específicos, aplicada em 25/01/2026. Pedido fundamentado no fato de que a duas opções iguais nas alternativas.Diante só exposto , solicito a anulação da referida questão, com a consequência de pontuação a todos os candidatos , com observância aos princípios de legalidade, isonomia, e segurança jurídica. Fabiane Novaes dos Santos 070.036.589.80 1889 26/02026	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000763	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	15-A	Alternativas das peguntas : U,B,C,D,E Gabarito não coincide : A, B,C,D,E	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento do candidato.	INDEFERIDO
003964	TOLEDO - Motorista	37-D	Com base no art. 145-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), incluído pela Lei nº		INDEFERIDO

	Socorrista		13.154/2015, para conduzir ambulâncias, o candidato deve comprovar treinamento especializado e reciclagem em cursos específicos a cada 5 (cinco) anos, nos termos da normatização do Contran. Fundamentação: Art. 145-A, inciso II, do CTB. Reciclagem: O curso especializado deve ser atualizado quinquenalmente (a cada 5 anos) para garantir a aptidão do condutor de veículos de emergência.	o gabarito deu como certo a altenativa D..5 anos .. a mesma alternativa que o candidato está apontando como certa	

003964	TOLEDO - Motorista Socorrista	38-N	( ) após controlar a hemorragia, é importante proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados alternativa incorreta Fundamentação Nos primeiros socorros, o controle da hemorragia deve ser realizado de forma a reduzir a perda sanguínea e prevenir infecções. De acordo com os princípios da assepsia e antissepsia, qualquer material utilizado no contato direto com uma ferida deve estar limpo ou estéril, a fim de evitar a introdução de microrganismos patogênicos (BRASIL, Ministério da Saúde). A utilização de curativos infectados ou contaminados pode favorecer a colonização bacteriana da ferida, aumentando o risco de infecção local, atraso na cicatrização, sepse e outras complicações sistêmicas. Estudos demonstram que a contaminação da ferida está diretamente associada ao aumento da morbidade e do tempo de recuperação do paciente (SMELTZER & BARE, 2014). Além disso, as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dos protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) orientam que, na ausência de material estéril, deve-se priorizar o controle do sangramento por compressão direta, evitando a aplicação de materiais potencialmente contaminados sobre a lesão. Portanto, a afirmação de que a ferida deve ser protegida “mesmo que com curativos infectados” contraria os fundamentos científicos e técnicos dos primeiros socorros, tornando a proposição incorreta. QUESTÃO (v) a hemorragia ocorrendo em um membro, é recomendado elevá-lo acima do nível do coração para reduzir o fluxo sanguíneo e ajudar a controlar o sangramento. (f) após controlar a hemorragia, é importante proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados. (v) durante todo o procedimento de controle de hemorragia, é importante monitorar os sinais vitais da vítima respiração, pulso, pressão arterial) para garantir que ela esteja estável e segura. (v) se a compressão direta não for suficiente, pode ser necessário aplicar compressão em um ponto específico da artéria para reduzir o fluxo sanguíneo. Para isso, basta pressionar a artéria contra o osso subjacente. Como não e ofertao nenhuma alternativa que correnponda a afirmativas de verdadeiro e falsso a mesma deve ser anulada.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
001255	CASCAVEL - Farmacêutico	16-N	CONTESTAÇÃO DE QUESTÃO – FARMACOPEIA BRASILEIRA Venho, respeitosamente, interpor contestação à questão que aborda as condições de armazenamento e conservação de medicamentos, fundamentando-me na	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA

			Farmacopeia Brasileira, 7ª edição, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, 2019). A referida questão apresenta três afirmativas e solicita a identificação da(s) correta(s). A afirmativa I está correta, uma vez que a Farmacopeia Brasileira estabelece, de forma clara e padronizada, faixas específicas de conservação, contemplando condições como temperatura ambiente, temperatura controlada, refrigeração e congelamento. Tais definições são fundamentais para assegurar a estabilidade, a qualidade e a eficácia dos medicamentos ao longo do prazo de validade. A afirmativa II também está correta, pois a Farmacopeia Brasileira ressalta a importância do controle da umidade e da exposição à luz, reconhecendo que esses fatores ambientais podem acelerar processos de degradação química e física dos medicamentos. O compêndio oficial orienta o armazenamento em locais adequados, protegidos da luz e da umidade, bem como o uso de embalagens apropriadas, especialmente no caso de medicamentos fotossensíveis. Por outro lado, a afirmativa III encontra-se incorreta ao afirmar que produtos termolábeis, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, devem ser mantidos entre –2 ºC e +8 ºC. Conforme estabelecido pela Farmacopeia Brasileira, esses produtos devem ser conservados sob refrigeração, geralmente entre +2 ºC e +8 ºC.		

			Temperaturas inferiores a 0 ºC podem ocasionar congelamento, desnaturação de proteínas e consequente perda da eficácia terapêutica, salvo quando houver indicação específica do fabricante, o que não é mencionado na afirmativa apresentada. Dessa forma, conclui-se que apenas as afirmativas I e II estão em conformidade com a Farmacopeia Brasileira. Assim, a alternativa que contempla exclusivamente essas afirmativas deve ser considerada como a única correta, ou, alternativamente, solicita- se a retificação do gabarito oficial. Nestes termos, pede deferimento.		
001255	CASCAVEL - Farmacêutico	24-N	RECURSO CONTRA A QUESTÃO Nº 24 Requer-se a anulação da questão nº 24, uma vez que a mesma exige conhecimento específico de legislação não prevista no conteúdo programático estabelecido no edital. A referida questão solicita a identificação da norma legal que ampara a assistência toxicológica e a logística de antídotos e medicamentos utilizados em casos de intoxicação, apresentando como alternativas leis federais específicas e recentes, a exemplo da Lei nº 14.562/2024. Entretanto, conforme disposto no edital do certame, o conteúdo programático exigido para o cargo de Farmacêutico restringe-se às seguintes normas legais: Lei nº 8.080/1990, Portaria nº 2.048/GM/MS/2002 e Portaria nº 1.600/2011, não havendo qualquer previsão ou menção às leis federais apresentadas na questão impugnada. Cumpre destacar que, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a banca examinadora deve limitar-se estritamente aos conteúdos expressamente previstos no instrumento convocatório, sendo vedada a cobrança de legislação não indicada, especialmente normas recentes que extrapolam o escopo programático definido. Dessa forma, a questão torna-se inviável de resolução com base exclusivamente no conteúdo previsto no edital, comprometendo a isonomia entre os candidatos. Assim,	O edital é claro, legislação e ética profissional, esta questão se enquadra neste tema do edital, legislação profissional.	INDEFERIDO

			requer-se a anulação da questão nº 24, com a consequente atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos.		
001255	CASCAVEL - Farmacêutico	28-E	RECURSO CONTRA A QUESTÃO Nº 28 Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 28, pelos motivos a seguir expostos. A questão aborda os estudos quantitativos de utilização de medicamentos, cujo objetivo é quantificar o consumo, possibilitando comparações entre diferentes regiões e períodos de tempo. Conforme a literatura técnico-científica da área de Farmácia e Saúde Pública, os estudos quantitativos de utilização de medicamentos utilizam, como principais fontes de dados: Registros de serviços de saúde, tais como sistemas de dispensação e bases administrativas; Indicadores de prescrição e consumo, como a Dose Diária Definida (DDD), taxas de prescrição e consumo por habitante. Essas fontes de informação permitem a mensuração objetiva, padronizada e comparável do consumo de medicamentos, atendendo plenamente ao conceito apresentado no enunciado da questão. Dessa forma, a alternativa (E) – “Dados de serviços de saúde e indicadores de prescrição” é a que melhor contempla o conceito de estudos quantitativos de utilização de medicamentos, estando em consonância com referências clássicas da área, como as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que preconiza o uso desses indicadores para a análise do consumo de medicamentos. Por outro lado, a alternativa (D) – “Registros de vendas e dados de serviços de saúde”, indicada como correta no gabarito preliminar, não atende adequadamente ao conceito proposto, uma vez que os registros de vendas não refletem, necessariamente, o consumo real dos medicamentos. Esses dados dizem respeito à comercialização ou distribuição dos produtos, sem garantir que tenham sido efetivamente dispensados ou utilizados pelos pacientes, além de não considerarem fatores como perdas, estoques ou uso racional. Assim,	Estudos de prescrição: são aqueles em que se descreve qualitativamente os hábitos de prescrição. Centram-se naadequação do uso, buscando cruzar informações pertinentes à indicação, à dose, ao curso e à extensão da terapêutica.São geralmente aplicados a toda uma instituição ou a setores específicos, na forma de intervenções contínuas, que propiciem diminuição de custos e incrementos na qualidade. Podem ser retrospectivos ou prospectivos. Enquanto nosprimeiros analisa-se a forma como o fármaco vem sendoutilizado, nos últimos o objetivo é prevenir problemas relacionados à terapêutica que porventura venham a surgir.Nos estudos de prescrição é possível, por exemplo, analisar padrões de uso de medicamentos por características dospacientes, tais como sexo, idade ou diagnóstico, e identificar e estudar os determinantes da prescrição, bem como asinfluências das informações particulares ou das campanhas publicitárias. O candidato está confundindo com dados de prescrição.	INDEFERIDO

			o uso de registros de vendas pode gerar distorções e superestimar o consumo, não sendo considerado uma fonte apropriada como principal parâmetro em estudos quantitativos padronizados. A literatura especializada e as diretrizes da OMS reforçam a utilização de dados de serviços de saúde associados a indicadores de prescrição e consumo, justamente por permitirem análises mais fidedignas e comparáveis entre populações, regiões e períodos distintos. Pedido Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa (E). Termos em que, Pede deferimento.		
003316	CAFELÂNDIA -	16-N	A questão nº 16 aponta o gabarito preliminar para a assertiva E como a correta, e		INDEFERIDO

	Assistente Social		afirma que somente as assertivas I, II e IV estão corretas. Contudo, a assertiva V também apresenta uma afirmação verdadeira conforme o artigo 13 da Resolução CFESS nº 1.114, de 4 de setembro de 2025. Portanto, solicita-se a anulação da questão. REFERÊNCIA: CFESS.Resolução CFESS nº 1.114 de 4 de setembro de 2025. Fonte: CFESS.org.br: https://cfess.org.br/uploads/legislacao/5343/oLyINKoMJ2ER4kgTHGr- _EpRWI-heQ6n.pdf	Prezada(o), A questão apresentada solicita a resposta considerando o exposto no Capítulo III Da Garantia Do Sigilo Profissional da Lei citada. Portanto, está correta! Mantém a questão!	
003316	CAFELÂNDIA - Assistente Social	26-N	A questão nº 26 solicita para assinalar a alternativa correta, e apresenta como o gabarito preliminar a assertiva B. Entretanto, a assertiva do gabarito preliminar é a unica que apresenta informações equívocadas em relação ao enunciado. Conforme nos afirma Nascimento, 2010 pag. 100, apud Sposati 2006 pag.134: "Ela não pode ser considerada antagônica ou substutiva da setorialidade, mas complementar, ou seja, deve-se realizar uma combinação entre política setorial com intersetorial e não contrapô-las no processo de gestão". (Nascimento, 2010, pag 100, apud Sposati, 2006). Tudo leva a crer que foi invertido o pedido da questão, ao invés de solicitar a incorreta pediu a correta. Portanto solicita-se a anulação da questão. REFERÊNCIA: Nascimento, S.d. (janeiro de 2010). scielo. Acesso em 26 de janeiro de 2026, disponível em scielo: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/?=pdf&lang=pt.	Prezado, considerando que a questão deveria solicitar a marcação da resposta incorreta, a questão será anulada!	DEFERIDO
001255	CASCAVEL - Farmacêutico	15-N		O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
003316	CAFELÂNDIA - Assistente Social	34-N	A questão 34 solicita a assertiva correta, e aponta a letra E como o gabarito preliminar. Contudo, a assertiva E é a única afirmativa que não contém no artigo 9º da Lei 13.146/2025, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Pensa-se que a intenção do examinador ao final era solicitar a assertiva incorreta, pois 4 das cinco alternativas apresentam infomações verdadeiras em relação ao enunciado, e somente a assertiva do gabarito preliminar apresenta informações falsas. Sendo assim, solicita-se a anulação da questão. REFERÊNCIA: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Planalto: https: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2015-2018/2015/lei/I13.146.htm	Prezado, Concordamos com o recurso, uma vez que houve um erro de digitação o texto correto seria "Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:"e não correta!	QUESTÃO ANULADA
003316	CAFELÂNDIA - Assistente Social	36-N	A questão 36 aponta a letra E como o gabarito preliminar. Contudo, o site oficial da OXFAM Brasil (fonte da formulação da questão), afirma que as principais causas da desigualdade social no Brasil é a "má distribuição de renda (descrito na assertiva A); acesso a educação deficitário (descrito na assertiva B); investimentos governamentais insuficientes (descrito na assertiva C); não garantia de serviços básicos (descrito na assertiva D). Apenas a assertiva do gabarito, a letra E, não aparece nas afirmações do site. Tudo leva a crer que foi invertido o pedido da questão, ao invés de solicitar a incorreta, pediu a correta. Sendo assim, solicita-se a anulação da questão. REFERÊNCIA: OXFAM Brasil. (06 de julho de 2021). Acesso em 26 de janeiro de 2026, disponível em OXFAM Brasil: https://www.oxfam.org.br/entenda-as-causas-da-	Prezadas, Concordamos com o recurso, uma vez que ouve um erro de digitação o texto correto seria "Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:"e não correta!	QUESTÃO ANULADA

			desigualdade-social-e-como-afeta-a-população/ Link de acesso: Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população		

003842	CASCAVEL - Médico 12h	29-A	Solicita-se a revisão do gabarito da questão 29 (ou anulação), uma vez que o quadro clínico apresenta sobreposição de sintomas que não permitem excluir a Apendicite Aguda (Alternativa A). Além disso, o início súbito e a irradiação inguinal podem ocorrer em apendicites retrocecais, onde a ausência de sinais de irritação peritoneal anterior é comum. Embora a banca tenha indicado a cólica nefrética (C), a literatura médica especializada, especificamente o Tratado de Cirurgia de Sabiston, afirma que na apendicite de localização retrocecal, o órgão está isolado da parede abdominal anterior. Isso faz com que os sinais clássicos de irritação peritoneal (como a defesa e o rebote) estejam frequentemente ausentes, e a dor se localize justamente no flanco. De acordo com a literatura médica, quando o apêndice encontra-se em posição retrocecal ou retrocolica, a inflamação pode irritar estruturas retroperitoneais e gerar dor no flanco ou nas costas, em vez da dor típica na fossa ilíaca direita. Essa apresentação clínica pode mimetizar outras condições, incluindo cólica renal, e cursar com exame abdominal inicial pouco expressivo. Tal variação anatômica com repercussões clínicas é descrita em fontes de referência como no Harrison-Medicina Interna, Schwartz-Cirugia e Clinician.comAlém disso, a afirmação da alternativa C de que a conduta seria tomografia apenas na ausência de sinais de complicação ignora que a paciente já apresenta sintomas sistêmicos (vômitos e dor intensa) que demandam investigação imediata, gerando ambiguidade na interpretação da melhor conduta inicial. Harrison's Principles of Internal Medicine, 20ªed. Sessão 1(dor), capítulo 12 (dor abdominal) Schwartz's Principles of Surgery, 10ª ed. Cap 30-el apéndice (p. 1244) Acute Appendicitis: Meeting the Challenge of Diagnosis — Clinician.com (revisão de literatura sobre apresentação clínica da apendicite)	O quadro clínico descrito é típico de cólica nefrética, sendo este o diagnóstico mais provável. A alternativa A está incorreta, pois a apendicite aguda costuma apresentar dor progressiva, geralmente com migração para a fossa ilíaca direita e sinais inflamatórios locais, inexistentes no enunciado. Além disso, propor antibioticoterapia empírica e avaliação cirúrgica imediata sem investigação por imagem é conduta inadequada na ausência de peritonite ou instabilidade. A possibilidade teórica de apendicite retrocecal não se sobrepõe ao diagnóstico mais provável solicitado no enunciado. A alternativa C descreve corretamente a conduta inicial, com analgesia, hidratação e tomografia de abdome sem contraste, exame de escolha na suspeita de cólica nefrética não complicada. Recurso indeferido.	INDEFERIDO
003842	CASCAVEL - Médico 12h	39-D	Solicita-se a revisão do gabarito da questão 39 (ou anulação), uma vez que o quadro clínico apresenta sobreposição de sintomas que não permitem excluir a ruptura de varizes esofágicas. O enunciado descreve um paciente etilista crônico com hematêmese volumosa e instabilidade hemodinâmica (taquicardia e hipotensão limítrofe). Segundo o Tratado de Medicina Interna de Harrison e o Sabiston Tratado de Cirurgia, a Síndrome de Mallory-Weiss (Alternativa C) costuma apresentar sangramentos autolimitados e de menor monta. Já a ruptura de varizes esofágicas é a causa diagnóstica mais provável e severa em pacientes com histórico de etilismo crônico que apresentam sangramento massivo. Harrison's Principles of Internal Medicine, 20ªed, Cap. 44 (hemorragia digestiva) Sabiston Tratado de Cirurgia, 20ªed, Cap 46 (hemorragia gastrointestinal aguda; lacerações de Mallory-Weiss; sangramento relacionado à hipertensão portal)	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou	INDEFERIDO
				hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram	

				deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
003842	CASCAVEL - Médico 12h	32-C	Solicita-se anulação da questão 32, tendo em vista que não há, nos documentos normativos nacionais de acesso público — incluindo manuais do Ministério da Saúde (SAMU 192) e regulamentos da ANAC (RBAC) — uma definição expressa, objetiva e padronizada que classifique tais situações, de forma inequívoca, como contraindicações absolutas universais ao transporte aeromédico. A decisão pelo transporte nessas condições é descrita na prática como dependente de avaliação médica, contexto clínico, condições operacionais e segurança de voo, o que torna a assertiva excessivamente categórica para um tema que não possui uniformização normativa explícita. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão, por permitir mais de uma alternativa tecnicamente contestável como incorreta. 1. Brasil. Ministério da Saúde – Manual de Regulação Médica das Urgências – SAMU 192 2. ANAC – RBAC 135 – Operações Aeromédicas	Recurso IMPROCEDENTE. Não procede a alegação de inexistência de normativas expressas e padronizadas para o transporte aeromédico. O SAMU dispõe de protocolos oficiais específicos para o transporte aeromédico, notadamente o SAV AERO, que estabelece diretrizes claras e operacionais para preparação do paciente, composição da equipe, manejo de dispositivos e segurança durante o voo. De forma expressa, o protocolo AERO 5 orienta que o dreno torácico deve ser clampeado no embarque e desembarque, permanecendo aberto durante o voo, o que torna a alternativa D o gabarito, pois foi solicitada alternativa incorreta.	INDEFERIDO
003842	CASCAVEL - Médico	34-C	Solicita-se a revisão do gabarito da questão 34 (ou anulação), uma vez que de acordo		QUESTÃO

	12h		com as diretrizes atuais da Glasgow Coma Scale (2018) e o manual ATLS (10ª edição), a pontuação deve ser decomposta da seguinte forma:* Abertura Ocular: O enunciado afirma que o paciente "abre os olhos apenas ao estímulo doloroso". Conforme a escala atualizada, a resposta ao estímulo de pressão/dor confere 2 pontos.* Resposta Verbal: O paciente "emite palavras isoladas". Na classificação da ECG, a emissão de palavras soltas e inteligíveis (porém sem conversação) caracteriza "palavras inadequadas", o que confere 3 pontos. (Sons incompreensíveis/gemidos confeririam 2 pontos, o que não é o caso).* Resposta Motora: O paciente está "retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor". Este achado é classificado como "Flexão Normal" ou "Retirada Inespecífica", conferindo 4 pontos. (A localização do estímulo conferiria 5 pontos, e a flexão anormal/decorticação conferiria 3 pontos).2. Cálculo FinalA somatória simples dos três domínios resulta em:Ocular (2) + Verbal (3) + Motora (4) = 9 pontos.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	ALTERADA
000090	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	23-C	No cabeçalho da pergunta, se refere a qual item nao faz parte do sistema de arrefecimento do veículo. Fazem parte desse sistema, exceto?	Vela de ignição e sistema de arrefecimento. A vela de ignição não faz parte do sistema de arrefecimento. Ela é um componente essencial do sistema de ignição, responsável por iniciar a combustão da mistura ar/combustível dentro do motor. O sistema de arrefecimento, por outro lado, é responsável por resfriar e estabilizar o calor do motor, mantendo sua temperatura dentro dos limites seguros de operação. portanto a opção C é a correta conforme gabarito	INDEFERIDO
001294	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	19-C	Segundo o protocolo do SAMU para Suporte Avançado de Vida, no desescalonamento de "Agitação e situação de violência" com o paciente desarmado, deve-se investir no diálogo compreensivo e centrado na resolução da situação, por meio da oferta de opções ao paciente e do distensionamento das situações de raiva. Porém, por vezes, o diálogo não será suficiente, como descrito no protocolo: "Em situação de agressão iminente, buscar o apoio e a aproximação de outras pessoas na mediação, de modo a transmitir a mensagem de superioridade de força." Pelo enunciado da questão, percebe-se a falha no diálogo, já que o paciente continua com comportamento imprevisível e ameaçador, por insucesso na abordagem verbal. Portanto, é válido pedir apoio de outras pessoas na mediação, seja por meio de outra ambulância do Samu, seja por meio de apoio policial.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e	INDEFERIDO

			https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf	desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento	

				foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	
001294	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	Segundo o protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU, a avaliação do Glasgow é dividida em abertura ocular, resposta verbal e resposta motora. O enunciado da questão 34 diz que o paciente "emite palavras isoladas" na categoria de resposta verbal. O uso de palavras isoladas deve ser interpretado como sinônimo de palavras inapropriadas, já que não se enquadra na condição de "confuso" (na questão, não há descrição desorientação tempo-espaço, sendo incorreto a classificação do paciente nesta categoria) nem de "sons incompreensíveis". Portanto, o paciente receberia 3 pontos na resposta verbal. Abertura ocular ao estímulo doloroso = 2 pontos Resposta motora em flexão normal ("retirada"), sem localizar a dor = 4 pontos Glasgow: 2 + 3 + 4 = 9 pontos => ALTERNATIVA C "2. Avaliar a resposta verbal e pontuar segundo a melhor resposta obtida possível: Utilizar perguntas simples para avaliação da orientação em tempo, espaço e pessoa: “Como é seu nome?” ou “O que aconteceu com você?”.• Considerar “orientado” o	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			paciente que responde coerentemente às perguntas: 5 pontos;• Considerar “confuso” o paciente que, embora responda às perguntas, demonstra desorientação notempo e no espaço e/ou incompreensão da situação atual e/ou incoerência com a realidade:4 pontos;• Considerar o uso de palavras inapropriadas: 3 pontos;• Considerar o uso de sons incompreensíveis: 2 pontos;• Na ausência de resposta verbal: 1 ponto." https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf	Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
004226	SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista	30-B	À Banca Examinadora, Objeto: Recurso – Questão 30 Solicito a alteração do gabarito da Questão 30 da alternativa C para a B, com base na Portaria nº 2.048/GM do Ministério da Saúde. Fundamentação: A alternativa C, apontada como correta, descreve o atendimento a pacientes com "risco de vida", o que define tecnicamente a Ambulância Tipo D (Suporte Avançado/UTI Móvel). A Ambulância Tipo C (Resgate), conforme a referida Portaria, é especificamente destinada a "vítimas em locais de difícil acesso, operações de resgate terrestre, salvamento em áreas remotas ou transporte de alta complexidade". Esta descrição corresponde exatamente ao texto da alternativa B. Portanto, por haver erro na classificação técnica dos veículos na alternativa C, requer- se a retificação do gabarito para a alternativa B. Atenciosamente.	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
002349	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 21, uma vez que a referida questão apresenta duas alternativas idênticas, quais sejam, as alternativas A e D. Ressalta-se que o enunciado apresentado em ambas as alternativas é exatamente o mesmo, inclusive correspondendo, ao meu entendimento, ao conteúdo que configura a resposta correta da questão. Dessa forma, a duplicidade de alternativas compromete a objetividade do item e prejudica o candidato no momento da escolha, uma vez que há mais de uma alternativa passível de marcação como correta. Diante desse equívoco na formulação das alternativas, solicita-se a anulação da questão, em observância aos princípios da isonomia, da clareza e da segurança jurídica que devem nortear os processos avaliativos. Nestes termos, pede deferimento.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
002349	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-A	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 29, uma vez que a referida questão apresenta duas afirmativas idênticas, quais sejam, as afirmativas II e III. Ressalta-se que o enunciado apresentado em ambas as afirmativas é exatamente o mesmo. Dessa forma, a duplicidade de afirmativas compromete a objetividade do item e prejudica o candidato no momento da escolha, uma vez que, conforme o gabarito preliminar, a alternativa correta corresponde a uma das afirmativas idênticas. Diante desse equívoco na formulação das afirmativas, solicita-se a anulação da questão, em observância aos princípios da isonomia, da clareza e da segurança jurídica que devem nortear os processos avaliativos.	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA

			Nestes termos, pede deferimento.		
004226	SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista	38-N	Objeto: Contestação do Gabarito Oficial - Questão 38. Pleito: Anulação da questão por erro conceitual grave e inexistência de alternativa correta.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA

			Argumentação: A alternativa considerada correta pela banca (Letra B) apresenta graves equívocos técnicos que invalidam a questão: Erro no Item II: O gabarito classifica como "Verdadeira" a afirmação de que se deve proteger a ferida "mesmo que com curativos infectados". Tal recomendação fere frontalmente os princípios de assepsia e biossegurança. O uso de material sabidamente infectado ou contaminado em feridas abertas aumenta drasticamente o risco de infecção local e sistêmica (sepse). Protocolos internacionais (AHA/PHTLS) exigem o uso de materiais estéreis ou, no mínimo, limpos. Portanto, este item é Falso. Erro no Item IV: O gabarito classifica como "Falsa" a técnica de pressionar a artéria contra o osso subjacente. Contudo, esta é a descrição técnica exata da "Compressão Indireta" (Pontos de Pressão), manobra clássica ensinada para controle de hemorragias em membros. Portanto, este item é Verdadeiro. Inexistência de Resposta: A sequência tecnicamente correta é V-F-V-V. Como essa opção não consta entre as alternativas (A, B, C, D, E), a questão não possui resposta válida. Atenciosamente.		
003092	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	A questão fala sobre a avaliação da escala de coma de Glasgow de um paciente, escala amplamente usada e difundida na literatura. O enunciado diz que o paciente foi encontrado caído ao solo, sem sinais de intixicação e suspeita de TCE. cONFORME O ENUNCIADO DA QUESTÃO: "abre os olhos apenas ao estímulo doloroso, emite palavras isoladas e apresenta flexão normal dos MMSS, retirando o braço ao estímulo, SEM LOCALIZAR A DOR" Assim ESCALA DE COMA DE GLASGOW Melhor resposta ocular Nenhuma abertura de olhos Abrindo os olhos para a dor. Os olhos se abrem para o som.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			Os olhos se abrem espontaneamente Melhor resposta verbal Sem resposta verbal. Sons incompreensíveis Palavras inapropriadas Confuso Orientado Melhor resposta do motor Sem resposta do motor Extensão anormal com dor Flexão anormal em resposta à dor Retirada da dor Localização da dor Obedece às ordens Soma: 9 pontos 1. Abertura Ocular (O) Descrição: Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso (atualmente referido como "estímulo à pressão"). Pontuação: 2 2. Resposta Verbal (V) Descrição: Emite palavras isoladas (palavras soltas, sem formar frases ou nexo). Pontuação: 3 3. Resposta Motora (M)		

			Descrição: Apresenta flexão normal dos membros superiores e retira o braço ao estímulo, sem localizar a dor. O enunciado é bem específico aqui: se ele retira o membro mas não localiza o ponto exato da dor, ele pontua como "Flexão inespecífica/Retirada". Pontuação: 4 Sendo assim, o GABARITO CORRETO é a LETRA C (9 pontos), devendo a questão ter o gabarito alterado de letra B (8 pontos) para: LETRA C GABARITO CORRETO REFERÊNCIAS https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK513298/ https://www.glasgowcomascale.org/		

003092	CASCAVEL - Médico 12h	47-D	Recurso contra Questão 47– Prova Médico 12h Assunto: Divergência doutrinária e normativa acerca da formalização da recusa terapêutica. Argumentação: A questão em si afirma que houve uma recusa terapêutica de um paciente e pergunta como agir. Devido ao princípio da autonomia do paciente, este tem o direito de recusar o tratamento, desde que lúcido e orientado: Constituição Federal (Art. 5º, II): Estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Não havendo lei que obrigue a internação de um paciente estável contra sua vontade, a liberdade individual prevalece. Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18): * Art. 31: Veda ao médico desrespeitar o direito do paciente de decidir sobre sua pessoa. Art. 22: Exige que o médico informe o paciente sobre riscos e benefícios, garantindo que a decisão seja "esclarecida". Código Civil (Art. 15): Reforça que ninguém pode ser constrangido a submeter-se a tratamento médico, salvo em risco iminente de morte. Resolução CFM nº 2.232/2019: Esta resolução específica trata do direito de recusa terapêutica e estabelece que a recusa deve ser registrada e, sempre que possível,	Recurso IMPROCEDENTE. A questão descreve paciente idoso, porém lúcido, orientado, consciente e hemodinamicamente estável, que recusa internação após esclarecimento adequado, afirmando compreender os riscos envolvidos. Nesse contexto, a alternativa A reflete corretamente a conduta ética prevista no ordenamento jurídico e no Código de Ética Médica vigente: respeitar a autonomia do paciente capaz, registrar a recusa em prontuário e fornecer orientações sobre sinais de alarme. Não procede a alegação de que a autonomia do paciente idoso seria relativizada de forma automática. A idade, por si só, não implica incapacidade civil ou decisória, inexistindo respaldo ético ou legal para submeter paciente capaz à vontade de familiares apenas em razão da idade. Tal conduta configuraria violação direta à autonomia e ao direito de autodeterminação do paciente. A alternativa C é incorreta justamente por pressupor incapacidade decisória do idoso, ao propor comunicação de familiares para autorizar internação contra a vontade expressa de paciente lúcido e capaz, o que não encontra amparo no Código de Ética Médica, no Estatuto do Idoso ou na legislação civil vigente. O envolvimento de familiares é recomendável como apoio ao processo decisório, mas não substitui a vontade do paciente capaz, nem autoriza a imposição de conduta médica. Quanto à invocação da Resolução CFM nº 2.232/2019, destaca-se que dispositivos centrais relacionados à recusa terapêutica foram suspensos por decisão judicial, conforme amplamente divulgado (https://crmms.org.br/noticias/justica-federal-suspende-	INDEFERIDO

			assinada pelo paciente. Assim, conforme a resolução do CFM acima, que regulamentam a conduta médica no Brasil: 1. Da obrigatoriedade da formalização (Resolução CFM nº 2.232/2019): A Resolução CFM nº 2.232/2019, que estabelece normas éticas para a recusa terapêutica, é clara em seu Art. 3º: "A recusa terapêutica deve ser respeitada pelo médico, desde que este informe ao paciente os riscos e as opções de tratamento, e deve ser registrada de forma pormenorizada no prontuário e formalizada por meio de documento assinado pelo paciente e pelo médico." Portanto, para o Conselho que disciplina a ética médica, a formalização via documento assinado não é apenas uma recomendação, mas uma exigência do rito procedimental para validar o exercício da autonomia. 2. Do Princípio do Consentimento Esclarecido: O Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), no seu Art. 22, veda ao médico deixar de obter o consentimento do paciente após esclarecê-lo sobre o procedimento. No caso da recusa, o Termo de Responsabilidade é a prova material de que o dever de informação foi cumprido. Sem a assinatura (ou o registro de testemunhas na impossibilidade desta), há uma vulnerabilidade jurídica e ética, pois não se comprova que a recusa foi "esclarecida". 3. Da Jurisprudência Ética: A doutrina bioética e o Direito Médico moderno (conforme preleciona o Art. 15 do Código Civil) estabelecem que a recusa é um direito, mas a sua documentação é um ato de segurança mútua. A ausência do termo assinado contraria o protocolo de segurança do paciente e as normas de registro documental exigidas pelos órgãos de classe. Conclusão: Diante do exposto, visto que a norma cogente do CFM (Res. 2232/2019) exige expressamente a formalização da recusa por documento assinado, solicita-se a anulação da questão ou a alteração do gabarito, considerando as letras A e D, pois a alternativa A, gabarito provisório, não contempla a formalização do registro por meio de documento assinado pelo médico e pelo paciente.. O argumento de que "ninguém é obrigado a assinar" com base na Constituição, é desbancado pelo argumento de na esfera administrativa e ética médica, o médico é obrigado a colher essa assinatura para validar o ato.	parte-da-resolucao-cfm-no-2-232-2019), tornando inadequada sua utilização como fundamento normativo absoluto. Ainda assim, mesmo à luz do Código de Ética Médica e da legislação civil, a recusa informada de paciente capaz deve ser respeitada, desde que não haja incapacidade mental, risco a terceiros ou abuso de direito — situações não descritas no enunciado. Portanto, não há omissão ética, tampouco inadequação da alternativa A, que traduz corretamente a conduta médica diante de recusa terapêutica em paciente capaz.	
004480	CAFELÂNDIA - Nutricionista	50-E	Não a necessidade da exclusão total e permanente do glúten na doença celíaca que nem afirma a alternativa B, o mais correto seria a alternativa E, pois se a melhora clinica do paciente no quadro os alimentos que possuem o glutén podem ser inseridos na dieta de maneira flexivel e em pequenas quantidades.	Prezado, consta no sistema o gabarito como letra B, indicando a afirmativa correta sobre a Portaria em questão. Logo, recurso não procede.	INDEFERIDO
002781	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Solicito revisão do gabarito da questão em referência, cujo gabarito preliminar atribuiu Escala de Coma de Glasgow = 8, porém, conforme a descrição clínica apresentada no enunciado, a pontuação correta é 9,	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é:	QUESTÃO ALTERADA

			conforme fundamentação abaixo. 1. Abertura ocular (AO): O enunciado descreve que o paciente “abre os olhos apenas ao estímulo doloroso”, o que corresponde, segundo a Escala de Coma de Glasgow, a:		
			AO = 2 2. Resposta verbal (RV): Consta no enunciado que o paciente “emite palavras isoladas”, caracterizando fala inadequada, sem conversação coerente. De acordo com a Escala de Glasgow: Palavras inapropriadas = RV = 3 Caso o paciente só emitisse sons incompreensiveis, como gemidos, gritos ou grunhidos a resposta verbal seria 2. Mas não é este o caso 3. Resposta motora (RM): O texto afirma que o paciente “apresenta flexão normal dos membros superiores, retraindo o braço ao estímulo, sem localizar a dor”. Essa descrição é compatível com retirada ao estímulo doloroso, e não com localização da dor. Segundo a Escala de Coma de Glasgow: Retirada ao estímulo doloroso = RM = 4 Localização da dor exigiria movimento dirigido ao local do estímulo, o que foi explicitamente negado no enunciado (“sem localizar a dor”). 4. Soma correta da pontuação: AO = 2 RV = 3 RM = 4 Total = 9 pontos Dessa forma, a atribuição de Glasgow 8 não encontra respaldo na descrição clínica fornecida, sendo a pontuação correta Glasgow 9, motivo pelo qual solicito a anulação da questão ou alteração do gabarito.	Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
002781	CASCAVEL - Médico 12h	16-E	A questão solicita a alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica (tipo II). Entretanto, observa-se que mais de uma alternativa apresentada cursa predominantemente com insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), o que compromete a unicidade da resposta. O edema agudo de pulmão cardiogênico caracteriza-se fisiopatologicamente por aumento da pressão hidrostática capilar pulmonar, levando ao extravasamento de líquido para o interstício e alvéolos, com consequente alteração da relação	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a	QUESTÃO ANULADA
			ventilação/perfusão e formação de shunt intrapulmonar. Esse mecanismo resulta primariamente em hipoxemia, com PaCO? normal ou reduzida nas fases iniciais, sendo, portanto, uma causa clássica de insuficiência respiratória tipo I (hipoxêmica), conforme descrito na literatura de fisiologia respiratória e	questão deve ser ANULADA.	

			medicina intensiva. A hipercapnia, quando presente no edema agudo de pulmão, é geralmente tardia, associada à fadiga muscular respiratória ou falência ventilatória secundária, e não constitui o mecanismo fisiopatológico primário da doença. Dessa forma, tanto a alternativa A (contusão pulmonar) quanto a E (edema agudo de pulmão cardiogênico) representam causas típicas de insuficiência respiratória hipoxêmica, tornando a questão ambígua, uma vez que mais de uma opção poderia ser considerada correta frente ao enunciado proposto. Diante do exposto, solicita-se anulação da questão, por ausência de alternativa única e inequívoca.		
002781	CASCAVEL - Médico 12h	30-N	A questão aborda a hipocalemia e solicita a alternativa CORRETA. O gabarito preliminar aponta a alternativa E como única correta. Contudo, observa-se que a alternativa C também está correta, o que compromete a unicidade da resposta. A alternativa C afirma: “Recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada.” Tal assertiva está em consonância com a prática clínica e com diretrizes de emergência e clínica médica, uma vez que a hipocalemia, mesmo em graus leves a moderados, pode cursar com alterações eletrocardiográficas potencialmente relevantes, como achatamento da onda T, onda U proeminente, prolongamento do intervalo QT e predisposição a arritmias, especialmente em pacientes com comorbidades cardiovasculares, uso de digitálicos ou outros fármacos pró-arrítmicos. Dessa forma, a realização de eletrocardiograma faz parte da avaliação inicial recomendada em pacientes com hipocalemia, não estando restrita apenas aos quadros graves. A alternativa E, por sua vez, também está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio. Assim, verifica-se que há pelo menos duas alternativas corretas (C e E), o que torna a questão ambígua, não atendendo ao princípio de alternativa única exigido em provas objetivas. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, por permitir mais de uma resposta correta conforme fundamentos clínicos amplamente aceitos.	Recurso INDEFERIDO. Conforme a referência Medicina de Emergência – USP, recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação em pacientes com hipocalemia moderada a grave, uma vez que alterações eletrocardiográficas em níveis leves são incomuns, geralmente ocorrendo quando o K? < 2,7 mEq/L. A alternativa C afirma que o eletrocardiograma deve ser realizado como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada, o que extrapola a recomendação da referência adotada, tornando a assertiva tecnicamente incorreta à luz do texto-base. A alternativa E, por sua vez, está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio, conduta expressamente respaldada pela literatura de emergência.	INDEFERIDO
000090	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	29-D	Tendo em vista o serviço prestado pelo samu que é urgencia e emergencia, a ambulancia de categoria (b) basica mais conhecida como USB, é enviada após passar por médico regulador, tendo esse um prévio conhecimento do estado do paciente. Muitas vezes o paciente é liberado no proprio local sem a necessidade de deslocamento com a unidade.	A ambulância Tipo B é designada como “ambulância de suporte básico.” Ela é usada para transportar pacientes com risco de vida desconhecido. Diferentemente da Tipo A, a Tipo B é equipada com materiais de suporte à vida. A tripulação padrão de uma ambulância Tipo B consiste em um motorista e um técnico de enfermagem. Além disso, a	INDEFERIDO

				presença de um médico não é obrigatória nessas situações.	
000090	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	38-D	Analisando a questao, em nenhuma literatura indica o uso de curativos infectados em feridas abertas ou hemorragias, pois o risco de infeccoes é altissimo, sendo essa alternativa considerada no ponto de vista do APH e médico como falsa.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
000800	TOLEDO - Motorista Socorrista	20-E	A questão 20 , apresenta erro de formulação ao não especificar o tipo de veículo envolvido na conduta descrita. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a infração possui enquadramentos distintos: – Art. 252, IV, para automóveis, caracterizando infração de natureza média; – Art. 244, II, para motocicletas, motonetas ou ciclomotores, caracterizando infração gravíssima, com	Art. 252. Dirigir o veículo: II - transportando pessoas, animais ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas; infração média.	INDEFERIDO

			penalidade de suspensão do direito de dirigir. Dessa forma, a ausência de especificação do veículo impossibilita a definição de uma única alternativa correta, ferindo o princípio da objetividade, razão pela qual requer-se a ANULAÇÃO da questão.	no art 244..que se refere a motociletas em nenhum momento se refere ao transporte de pessoas, animais ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas.	
000800	TOLEDO - Motorista Socorrista	30-B	A alternativa indicada como correta pela banca não corresponde à definição normativa da ambulância de resgate – Tipo C. Conforme a Portaria MS nº 2048/2002, a ambulância Tipo C é destinada a operações de resgate, especialmente em situações de difícil acesso terrestre, salvamento e cenários de emergência, o que corresponde à alternativa B. A alternativa C descreve situação típica de ambulância de suporte avançado (Tipo D), caracterizando imprecisão conceitual e comprometendo a objetividade da questão. Diante disso, requer-se a revisão do gabarito ou a anulação da questão.	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
000800	TOLEDO - Motorista Socorrista	34-B	Conforme dispõe expressamente o art. 222 do Código de Trânsito Brasileiro, deixar de manter ligado, nas situações de atendimento de emergência, o sistema de iluminação intermitente dos veículos de polícia, de socorro de incêndio e salvamento, de fiscalização de trânsito e das ambulâncias, ainda que parados, configura: Infração: GRAVÍSSIMA Penalidade: multa Dessa forma, o enquadramento indicado no gabarito preliminar como infração média está em desacordo com a literalidade da lei, não havendo margem para interpretação diversa, uma vez que o dispositivo legal é claro quanto à natureza da infração. Pedido: Requer-se a retificação do gabarito, com a indicação da alternativa correta correspondente à infração gravíssima, ou, subsidiariamente, a anulação da questão.	Art. 222. Deixar de manter ligado, nas situações de atendimento de emergência, o sistema de iluminação intermitente dos veículos de polícia, de socorro de incêndio e salvamento, de fiscalização de trânsito e das ambulâncias, ainda que parados: (Redação dada pela Lei nº 14.440, de 2022) Infração - média; Penalidade - multa.	INDEFERIDO
000800	TOLEDO - Motorista Socorrista	36-B	A alternativa A, indicada como correta no gabarito preliminar, descreve a conduta prevista no art. 231, inciso II, do CTB, que trata de: Transitar com o veículo derramando, lançando ou arrastando sobre a via qualquer objeto que possa acarretar risco de acidente. Referida conduta é classificada pelo CTB como infração GRAVE, e não gravíssima, conforme expressamente previsto na legislação. Por outro lado, a alternativa B descreve conduta tipificada no art. 195 do CTB, que	Art. 231. Transitar com o veículo: I - danificando a via, suas instalações e equipamentos; II - derramando, lançando ou arrastando sobre a via: a) carga que esteja transportando; b) combustível ou lubrificante que esteja utilizando; c) qualquer objeto que possa acarretar risco de acidente:	INDEFERIDO

			dispõe: Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito quando houver fiscalização ou controle de trânsito por agente, mediante sinais sonoros ou gestos. Tal infração é classificada como GRAVÍSSIMA, atendendo exatamente ao comando do enunciado da questão. Pedido:	c) qualquer objeto que possa acarretar risco de sinistro: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023) Infração - gravíssima; Penalidade - multa; Medida administrativa - retenção do veículo para regularização;	

			Requer-se a retificação do gabarito, com a indicação da alternativa B como correta.		
000800	TOLEDO - Motorista Socorrista	38-D	A afirmativa II (“proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados”) é manifestamente falsa, pois não se utiliza material infectado ou contaminado em primeiros socorros, sob risco de infecção e agravamento do quadro da vítima. Considerando a II como falsa e a afirmativa III (monitorar sinais vitais durante o controle da hemorragia) como verdadeira, não há alternativa que represente corretamente a sequência, inexistindo gabarito compatível com o enunciado. Diante da inconsistência, requer-se a ANULAÇÃO da questão.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
000948	TUPÃSSI - Técnico em Enfermagem	29-N	Peço a anulação da questão 29, pois ela usa o termo “pré-hipertensão”, que não é mais usado nas diretrizes mais atuais sobre pressão alta. Hoje, a classificação correta é pressão normal, pressão elevada e hipertensão por estágios.Além disso, o edital não informou qual diretriz deveria ser usada, o que pode confundir os candidatos. Por isso, a questão usa conteúdo desatualizado e deve ser anulada.	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp- content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
000948	TUPÃSSI - Técnico em Enfermagem	39-N	Solicita-se a anulação da questão 39, pois o enunciado é ambíguo.A questão menciona normas da ANVISA/CDC, mas não define qual referência deve ser adotada. Os prazos de troca de equipos variam conforme o tipo de solução, medicamento e fabricante, permitindo mais de uma alternativa correta.	- A cada 96 horas para equipos de sistema fechado de monitorização hemodinâmica e pressão arterial invasiva; - A cada 24 horas para equipos para infusão intermitente; - A cada 24 horas ou a cada bolsa infundida para equipos de nutrição parenteral (com ou sem lipídios); - A cada 12 horas para bolsas de emulsões lipídicas, incluindo o equipo e dispositivo complementar; - A cada 6 a 12 horas para soluções de propofol, incluindo o equipo e o dispositivo complementar juntamente com o frasco do medicamento, de acordo com a recomendação do fabricante; - A cada bolsa infundida de equipo de hemocomponentes e hemoderivados; - Sempre nas trocas dos cateteres intravenosos (periféricos ou centrais) para equipos e dispositivos complementares; - De acordo com a recomendação do fabricante ao considerar equipos utilizados para bombas de infusão [ ] (BRASIL, 2017; GORSKI et al., 2021). FONTE: Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção relacionada à Assistência à Saúde. Brasília, 2017.	INDEFERIDO

002106	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-E	Prezada Banca Examinadora, Solicito a mudança de gabarito da questão 16. A questão indaga: "Qual das abaixo NÃO é uma causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica?". O gabarito preliminar indicou a alternativa "A" (Contusão pulmonar). Entretanto, baseando-se na fisiopatologia respiratória e nos Protocolos de Suporte Avançado de Vida (incluindo as diretrizes do SAMU), a alternativa que melhor preenche o enunciado é a "E" (Edema agudo de pulmão cardiogênico).Contusão Pulmonar (Alternativa A - Gabarito Preliminar) Embora a contusão pulmonar cause distúrbio de troca gasosa (shunt), ela é, no contexto do trauma torácico, frequentemente acompanhada de dor intensa e fraturas de costelas. Segundo o ATLS (Advanced Trauma Life Support) e o PHTLS, a dor torácica limita a expansibilidade da caixa torácica, levando o paciente a realizar incursões respiratórias superficiais. Esse mecanismo gera hipoventilação alveolar, que é a causa primária da retenção de CO2?. Portanto, a contusão pulmonar, pelo cenário de trauma e dor associada, pode ser e frequentemente é uma causa de insuficiência ventilatória (hipercápnica) secundária à restrição mecânica álgica.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			Edema Agudo de Pulmão Cardiogênico (Alternativa E - mais adequada ao enunciado) O Edema Agudo de Pulmão (EAP) cardiogênico é, classicamente, o protótipo da Insuficiência Respiratória Tipo I (Hipoxêmica). De acordo com os Protocolos de Intervenção do SAMU (Ministério da Saúde, 2016) e literatura médica consagrada (como Harrison's Principles of Internal Medicine), o acúmulo de líquido no espaço alveolar gera efeito shunt e desequilíbrio V/Q. A resposta fisiológica imediata do paciente com EAP é a taquipneia (aumento da frequência respiratória) na tentativa de melhorar a oxigenação. Essa taquipneia provoca a "lavagem" do CO2?. Consequentemente, a gasometria arterial típica de um paciente com EAP apresenta hipoxemia acompanhada de hipocapnia (alcalose respiratória), e não hipercapnia. A hipercapnia no EAP é um evento tardio, pré-parada, decorrente de exaustão muscular, e não a característica primária da doença. Conclui-se que o Edema Agudo de Pulmão é a opção que, conceitualmente, NÃO se enquadra primariamente como causa hipercápnica, diferenciando-se das demais opções que envolvem falha de bomba, depressão de drive ou restrição ventilatória. Diante do exposto, solicito respeitosamente a alteração do gabarito para a alternativa E ou, caso a banca entenda que ambas (A e E) são causas primárias de hipoxemia (tornando a questão ambígua), a anulação da questão. Nestes termos, peço deferimento. Referências: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. Advanced Trauma Life Support (ATLS): Student Course Manual. 11. ed. Chicago: American College of Surgeons, 2024. p. 74- 76. (Capítulo 4: Thoracic Trauma - Pulmonary Contusion and Chest Wall Injury). BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos de Intervenção do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. (Seção: Insuficiência Respiratória Aguda e Edema Agudo de Pulmão) GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. Goldman-Cecil Medicine. 26. ed. Philadelphia: Elsevier, 2020. (Capítulo: Approach to the Patient with Respiratory Disease - Classification of Respiratory Failure)		

			Toledo, 27 de janeiro de 2026		
001831	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	30-B	Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação a questão de número 30 que segundo o gabarito preliminar trás a letra C,como resposta correta, porém a letra B seria a resposta correta de acordo com a definição dos veículos de atendimento pré - hospitalar. Tipos C = Ambulância de resgate, utilizando em operações de resgate em difícil acesso	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
001831	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	31-A	Venho, respeitosamente, apresentar recurso em relação a questão de número 31 que apresenta duas respostas tanto a letra A, como a Letra B, pode ser entendido como ambulância de suporte Avançado de vida. Visto que esse tipo de ambulância são acionadas para pessoas que estão em emergência correndo risco de Vida.	Profissionais de saúde geralmente denominam a ambulância Tipo D como "suporte avançado de vida". Ela atende e transporta pacientes de alto risco em situações de emergência pré-hospitalar ou em transferências entre hospitais que exigem cuidados médicos intensivos. Profissionais de saúde altamente qualificados compõem a equipe de uma ambulância Tipo D. Além disso, essa equipe pode incluir médicos, enfermeiros e, em alguns casos, um técnico de enfermagem. Dessa forma, ela atua em ocorrências de alta complexidade para fornecer cuidados intensivos a pacientes em estado grave, garantindo suporte avançado e realizando intervenções médicas essenciais para salvar vidas.	INDEFERIDO
001187	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	39-N	Prezada banca avaliadora, venho por meio deste solicitar a reavaliação da questão 39, visto que a questão se refere a um paciente de 58 anos com hematêmese aguda em grande quantidade, logo após varios episodios de vomitos nas ultimas horas, além de ser etilista crônico e estar com odor etilico. Visto isso a quetão poderia ser respondida com 2 alternativas, póis a resposta dada como correta (Letra C) seria sim uma opção de resposta devido ao esforço dos vomitos referidos, porém a alternativa D (Ruptura de varizes esôfagicas) também se considera como correta, póis o paciente é etilista, teve varios episodios de esforço por vomitos prévios, o que também pode gerar a hemorragia digestiva alta deste paciente, assim deixando a questão muito ambigua. caso não tivesse a alternativa D dentro das resposta ai sim não haveria ambiguidade.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação	INDEFERIDO

			Desta forma solicito a ANULAÇÃO desta questão e desde já agradeço a compreensão e o tempo de atenção com este recurso.	da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou	
				hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
002948	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	32-B	A questão pede a alternativa incorreta sobre transporte aeromédico. A alternativa B afirma que instabilidade respiratória, instabilidade hemodinâmica, pneumotórax não drenado e aneurisma dissecante de aorta constituem contraindicações relativas ao transporte aeromédico, e está incorreta visto que instabilidade e pneumotorax não drenado devem ter estabilização e atendimento inicial realizados antes do transporte aéreo, em conformidade com a portaria nº 2048/2002, o transporte aeromédico destina-se justamente a pacientes graves, desde que estabilizados previamente e acompanhados por equipe capacitada, sob regulação médica. Além disso, os protocolos disponiveis no edital de conteúdo programático não estabelecem critérios especificos de contraindicação a esta modalidade de transporte, ficando a cargo do regulador a definição do transporte adequado a cada caso.	Recurso IMPROCEDENTE. O Protocolo de Transporte Aeromédico do SAMU (SAV AERO 5) orienta que o dreno torácico permaneça aberto durante o voo, com clampeamento apenas no embarque e desembarque, desde que não haja risco de refluxo no selo d'água. A alternativa D afirma clampeamento durante todo o voo, conduta não prevista no protocolo. A menção às variações de pressão não autoriza o fechamento contínuo do dreno.	INDEFERIDO
002948	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	A questão 34 solicita ao candidato que calcule a Escala de Coma de Glasgow do caso apresentado, que conta com:	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é:	QUESTÃO ALTERADA
			Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso ? corresponde a 2 pontos, segundo a definição do UpToDate ("eye opening to pain"). Emissão de palavras isoladas ? corresponde a 3 pontos, classificada como palavras inapropriadas ("inappropriate	Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal)	

			words"), conforme a padronização da ECG no UpToDate. Retirada do braço ao estímulo doloroso, sem localização da dor ? corresponde a 4 pontos, definida como retirada à dor ("withdrawal from pain") Assim, a soma correta da Escala de Coma de Glasgow é: ECG = 2 (ocular) + 3 (verbal) + 4 (motora) = 9 pontos (alternativa C) Referencia: UpToDate®. Glasgow Coma Scale and evaluation of traumatic brain injury.	→ 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
002948	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-E	A questão pergunta qual entre as causas de insuficiencia respiratória citadas não é hipercapnica, conforme Harrison (Medicina interna de Harrison, 2021): "Esse tipo de insuficiência respiratória (hipercapnica) é uma consequência de hipoventilação alveolar e resulta de incapacidade para eliminar dióxido de carbono efetivamente. Os mecanismos são classificados como comprometimento do estímulo do sistema nervoso central (SNC) para a respiração (coloquialmente chamado "paciente que não respira"), comprometimento da força com falência da função neuromuscular no sistema respiratório e aumento da(s) carga(s) no sistema respiratório (coloquialmente chamado "paciente que não consegue respirar"). As razões para a diminuição do estímulo respiratório no SNC incluem superdosagem de fármacos, lesão do tronco encefálico, distúrbios ventilatórios do sono e hipotireoidismo grave. A redução da força pode advir de diminuição da transmissão neuromuscular (p. ex., miastenia grave, síndrome de Guillain-Barré, esclerose lateral amiotrófica) ou da fraqueza dos músculos ventilatórios (p. ex., miopatia, distúrbios eletrolíticos, fadiga)." Já a insuficiencia respiratória hipoxemica, segundo o mesmo autor: "[...] ocorre com inundação alveolar e subsequente desequilíbrio na ventilação-perfusão e shunt fisiológico intrapulmonar. A inundação alveolar pode ser consequência de edema pulmonar, trauma pulmonar, pneumonia ou hemorragia alveolar." Além dessas duas classificações, o autor define ainda insuficiencias respiratórias por atelectasia pulmonar e demandas metabólicas Logo, compreende-se que edema agudo de pulmão é a alternativa incorreta, pois não é hipercapnica e sim hipoxêmica.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

001364	CASCAVEL - Médico 12h	16-E	Fundamentação técnica A insuficiência respiratória hipercápnica (tipo II) resulta de hipoventilação alveolar, com retenção de CO?, estando classicamente associada a condições que comprometem a ventilação, como depressão do centro respiratório, obstrução das vias aéreas e doenças neuromusculares. A contusão pulmonar caracteriza-se por edema e hemorragia alveolar, levando à alteração da relação ventilação/perfusão e shunt intrapulmonar, sendo descrita na literatura como causa típica de insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), não sendo classificada como causa primária de insuficiência hipercápnica. De forma semelhante, o edema agudo de pulmão cardiogênico apresenta fisiopatologia predominantemente relacionada ao shunt intrapulmonar e à hipoxemia, configurando, de maneira clássica, insuficiência respiratória tipo I. A ocorrência de hipercapnia nesses casos é descrita como secundária, tardia ou associada à fadiga respiratória, não sendo mecanismo primário. Assim, tanto a contusão pulmonar (alternativa A) quanto o edema agudo de pulmão cardiogênico (alternativa E) não configuram causas primárias de insuficiência respiratória hipercápnica segundo a classificação fisiopatológica tradicional. Conclusão	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			Diante da fisiopatologia descrita na literatura, observa-se que há pelo menos duas alternativas plausíveis como resposta correta (A e E), o que compromete a objetividade da questão e inviabiliza a existência de gabarito único. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão, por apresentar ambiguidade técnica, conforme critérios adotados no concurso público. Referências bibliográficas West JB. Fisiologia Respiratória – Princípios Básicos. Artmed. Murray JF, Nadel JA. Textbook of Respiratory Medicine. Elsevier. Goldman-Cecil Medicine. Elsevier. UpToDate. Pathophysiology of acute respiratory failure; Pulmonary contusion; Cardiogenic pulmonary edema. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). Diretrizes de Insuficiência Respiratória Aguda.		
001364	CASCAVEL - Médico 12h	25-N	Fundamentação técnica e semântica A alternativa B afirma:	Recurso IMPROCEDENTE.	INDEFERIDO

			“a taxa horária inicial recomendada é de 2 mL/kg/%SCQ, com meta de débito urinário de 0,5 mL/kg/h.” Entretanto, segundo o ATLS (11ª edição) e a literatura clássica em queimaduras, o valor de 2 mL/kg/%SCQ não corresponde a uma taxa horária, mas sim ao volume total de reposição volêmica estimado para as primeiras 24 horas, a ser administrado de forma fracionada no tempo. A ressuscitação volêmica em queimados segue o princípio de: 50% do volume nas primeiras 8 horas, e 50% nas 16 horas subsequentes, tendo como referência o tempo a partir da queimadura, e não uma “taxa horária fixa inicial” expressa diretamente em mL/kg/%SCQ. Portanto, do ponto de vista sintático e conceitual, a expressão “taxa horária inicial de 2 mL/kg/%SCQ” é tecnicamente incorreta, pois: mistura unidade de volume total com conceito de taxa, e induz interpretação errônea quanto à prescrição de fluidos. Consequência para a validade da alternativa Como a alternativa considerada correta: utiliza terminologia imprecisa, descreve de forma conceitualmente inadequada a reposição volêmica preconizada pelo ATLS, não é possível considerá-la inequivocamente correta, comprometendo a objetividade da questão.	A expressão “taxa horária inicial” empregada na alternativa não configura erro conceitual, mas sim forma operacionalmente aceita de descrever o início da infusão, que será posteriormente ajustada conforme resposta clínica e parâmetros fisiológicos, conforme preconiza o ATLS. Não há confusão entre volume total e taxa de infusão, tampouco indução a conduta inadequada. A alternativa descreve corretamente o valor de referência inicial da reposição e a meta de débito urinário, conforme diretrizes atuais do ATLS. Ainda, a questão não afirma exclusividade nem caráter absoluto do valor apresentado, tampouco desconsidera o ajuste subsequente conforme resposta clínica. Não há erro conceitual, terminológico ou violação de diretriz oficial. Dessa forma, não há erro terminológico ou conceitual que justifique anulação.	

			Conclusão Diante do erro terminológico e conceitual presente na alternativa B, solicita-se a anulação da questão, uma vez que a alternativa indicada como correta não expressa		

			adequadamente a recomendação do ATLS 11ª edição, inviabilizando resposta única correta. Referências bibliográficas American College of Surgeons. Advanced Trauma Life Support® (ATLS®): Student Course Manual. 11th ed. Chicago: ACS; 2023–2025. Baxter CR, Shires T. Physiological response to crystalloid resuscitation of severe burns. Ann N Y Acad Sci. UpToDate. Initial management of moderate and severe burns in adults. Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ). Diretrizes para tratamento inicial do paciente queimado.		
001364	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Fundamentação técnica A pontuação da Escala de Coma de Glasgow (ECG) deve ser realizada pela soma objetiva das três respostas: ocular, verbal e motora, conforme critérios internacionalmente padronizados. 1. Abertura ocular (E) Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso = E2 2. Resposta verbal (V) Emite palavras isoladas, sem conversação adequada = V3 (palavras inapropriadas) 3. Resposta motora (M) “Flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor” Segundo a definição da ECG:	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			Localiza a dor = M5 Retirada ao estímulo doloroso = M4 O próprio enunciado afirma que o paciente não localiza a dor, caracterizando claramente retirada ao estímulo doloroso, correspondente a M4, e não a M3. Soma correta da pontuação E2 + V3 + M4 = 9 pontos Inconsistência do gabarito preliminar Para que a pontuação total fosse 8 pontos, seria necessário atribuir:		

			resposta motora M3 (flexão anormal/decorticação), o que não está descrito no enunciado. O texto descreve flexão normal com retirada do membro, o que exclui flexão anormal e sustenta pontuação M4, tornando o gabarito 8 tecnicamente incorreto. Conclusão Diante da descrição clínica apresentada e da aplicação correta da Escala de Coma de Glasgow, a pontuação adequada do paciente é 9 pontos, correspondente à alternativa C. Solicita-se, portanto, a revisão do gabarito, com alteração da resposta correta de B para C, por erro na interpretação da resposta motora. Referências bibliográficas Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness. Lancet. 1974. Advanced Trauma Life Support (ATLS®). 11ª ed. American College of Surgeons. Brain Trauma Foundation. Guidelines for the Management of Traumatic Brain Injury. UpToDate. Glasgow Coma Scale assessment in adults.		

001364	CASCAVEL - Médico 12h	16-N	Fundamentação técnica A insuficiência respiratória hipercápnica (tipo II) resulta de hipoventilação alveolar, com retenção de CO?, estando classicamente associada a condições que comprometem a ventilação, como depressão do centro respiratório, obstrução das vias aéreas e doenças neuromusculares. A contusão pulmonar caracteriza-se por edema e hemorragia alveolar, levando à alteração da relação ventilação/perfusão e shunt intrapulmonar, sendo descrita na literatura como causa típica de insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), não sendo classificada como causa primária de insuficiência hipercápnica. De forma semelhante, o edema agudo de pulmão cardiogênico apresenta fisiopatologia predominantemente relacionada ao shunt intrapulmonar e à hipoxemia, configurando, de maneira clássica, insuficiência respiratória tipo I. A ocorrência de hipercapnia nesses casos é descrita como secundária, tardia ou associada à fadiga respiratória, não sendo mecanismo primário. Assim, tanto a contusão pulmonar (alternativa A) quanto o edema agudo de pulmão cardiogênico (alternativa E) não configuram causas primárias de insuficiência respiratória hipercápnica segundo a classificação fisiopatológica tradicional. Análise das demais alternativas Asma: causa hipercapnia por obstrução grave ao fluxo aéreo. Intoxicação por opioides: hipercapnia por depressão do centro respiratório. Miastenia gravis: hipercapnia por falência da musculatura respiratória. As alternativas B, C e D enquadram-se de forma inequívoca como causas de insuficiência respiratória hipercápnica.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			Conclusão Diante da fisiopatologia descrita na literatura, observa-se que há pelo menos duas alternativas plausíveis como resposta correta (A e E), o que compromete a objetividade da questão e inviabiliza a existência de gabarito único. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão, por apresentar ambiguidade técnica, conforme critérios adotados em concursos públicos. Referências bibliográficas West JB. Fisiologia Respiratória – Princípios Básicos. Artmed.		
			Murray JF, Nadel JA. Textbook of Respiratory Medicine. Elsevier. Goldman-Cecil Medicine. Elsevier. UpToDate. Pathophysiology of acute respiratory failure; Pulmonary contusion; Cardiogenic pulmonary edema. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). Diretrizes de Insuficiência Respiratória Aguda.		
001831	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	38-A	Venho, respeitosamente, através deste recurso pedir para que seja revisado a questão de número 38, devido a segunda alternativa de falso ou verdadeiro, não estar correta, pois as literaturas recomendam que se use na ferida um pano preferencialmente limpo ou esterelizado, a própria alternativa diz que a hemorragia já está controlada, que é o foco principal em uma hemorragia, e somente após proteger a ferida.Visto que o objetivo e proteger de microorganismos externos, e o uso de material infectado seria o oposto. Na quarta alternativa também apresenta um erro, já que e recomendado aplicar compressão em um ponto específico da artéria contra um osso subjacente para reduzir o fluxo sanguíneo, se a compreensão direta Não for suficiente	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
003779	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-D	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, por meio deste recurso, requerer a anulação da questão 45, tendo em vista que, não há aternativa correta, pois segundo a CLT , o prazo para o executado apresentar EMBARGOS são de 5 dias, vejamos: "Art. 884-CLT - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação". Sendo assim, no gabarito provisório a banca colocou como alternativa correta a letra C: "dez dias o prazo e o nome do recurso como-defesa", ou seja, totalmente equivocada, pois está totalmente em desacordo com a CLT. Por esta razão, a candidata, não teve opção e colocou a alternativa, em razão da banca não colocar alternativa correta, indiziu a candidata ao erro, devendo a questão ser anulada e a pontuação validada a candidata. Atenciosamente. Alessandra Santa Helena Heidemann	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada “embargos”. A alternativa “A” indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à “impugnação”, medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que	QUESTÃO ANULADA
				reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha.	

				Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	
003344	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	16-E	Solicito anulação da questão por ambiguidade, uma vez que há mais de uma alternativa compatível com o enunciado. A insuficiência respiratória hipercápnica (tipo 2) decorre de hipoventilação alveolar, sendo classicamente causada por asma grave, depressão do SNC (ex.: opioides) e doenças neuromusculares, como miastenia gravis. Por outro lado, tanto a contusão pulmonar quanto o edema agudo cardiogênico são descritos como causas típicas de insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo 1), associadas a shunt/VQ mismatch, com predomínio de hipoxemia, não se enquadrando como causas clássicas de hipercapnia. Dessa forma, a questão apresenta mais de uma alternativa passível de correta, inviabilizando resposta única. 1. Mirabile VS, Shebl E, Sankari A, et al. Respiratory Failure in Adults. [Updated 2023 Jun 11]. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2025 Jan. 2. Chau HS, Gutkin PM, Knight AW, Forrester JD. Contemporary management of pulmonary contusions: a narrative review. Current Challenges in Thoracic Surgery. 2025. paginas 2 e 3. 3. Vidhani K, Kause J, Parr M. Should we follow ATLS® guidelines for the management of traumatic pulmonary contusion: the role of non-invasive ventilatory support. Resuscitation. 2002 Mar;52(3):265–268. doi:10.1016/S0300-9572(01)00475- 0	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
003344	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	34-N	Requeiro a ANULAÇÃO da Questão 34 por ambiguidade na descrição da resposta motora da Escala de Coma de Glasgow (ECG), inviabilizando a determinação inequívoca do escore. O enunciado informa, quanto ao item motor: “apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor.” Contudo, de acordo com o ATLS (10ª edição, Capítulo de Trauma Cranioencefálico, Tabela 6-2 – Glasgow Coma Scale), a resposta motora é discriminada entre categorias adjacentes que exigem caracterização objetiva do padrão motor: M4: “Flexion withdrawal to pain / Normal flexion” (retirada/flexão de fuga ao estímulo doloroso) M3: “Abnormal flexion (decorticate) / Abnormal flexion” (flexão anormal/decorticação) A redação empregada (“flexão normal” e “retirando o braço”) não descreve elementos clínicos mínimos que diferenciam, na prática, retirada/flexão de fuga (M4) de flexão anormal em postura de decorticação (M3), conforme preconiza a padronização do ATLS. Assim, permanece margem interpretativa para enquadrar o achado motor em M3 ou M4, gerando escores totais distintos e, consequentemente, mais de uma alternativa plausível. Diante dessa imprecisão/insuficiência descritiva no componente motor da ECG —	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar	QUESTÃO ALTERADA

			item que, pelo ATLS, depende de definição objetiva para correta pontuação — requer- se a ANULAÇÃO da questão, por ausência de univocidade da resposta.	que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
003344	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	50-B	Recurso para troca de gabarito para letra B ou anulação. A alternativa E afirma que a “Atenção Hospitalar na RUE restringe-se aos serviços de alta complexidade, não incluindo hospitais gerais com portas de urgência.”Contudo, a própria descrição oficial do Ministério da Saúde sobre a Rede de Atenção às Urgências explicita que a rede é constituída por componentes que incluem “Unidades Hospitalares” (logo, não se restringe à alta complexidade). Além disso, o Ministério da Saúde descreve o Componente Hospitalar como constituído por Portas de Entrada Hospitalares de Urgência, enfermarias de retaguarda, leitos de cuidados intensivos etc. O Manual Instrutivo da RUE também explicita que as portas de entrada hospitalares prestam atendimento ininterrupto às urgências clínicas, pediátricas, cirúrgicas/traumatológicas, obstétricas e de saúde mental, além de caracterizar a tipologia de Hospital Geral como parte do desenho/qualificação dessas portas (com incentivo próprio). Portanto, é incompatível com os documentos basilares da RUE afirmar que a atenção hospitalar “restringe-se à alta complexidade” ou que não inclui	Prezado, consta no sistema o gabarito como letra B, indicando a afirmativa correta sobre a Portaria em questão. Logo, recurso não procede.	INDEFERIDO

			hospitais gerais com portas de urgência. A alternativa E, assim, não pode ser considerada correta. A alternativa B afirma, em síntese, que o SAMU integra a rede e atua no atendimento pré-hospitalar móvel e participa da regulação do acesso.O Ministério da Saúde, ao apresentar a Rede de Atenção às Urgências, explicita o SAMU 192 como componente da rede e relaciona a melhoria dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel como parte do objetivo de coordenação/qualificação da rede. O Manual Instrutivo da RUE reforça que a RUE deve assegurar atenção às urgências incluindo situações clínicas, gineco-obstétricas, psiquiátricas, pediátricas e relacionadas a causas externas (trauma/violências/acidentes)E, quanto à regulação, o mesmo Manual define que a Central de Regulação Médica de Urgências é parte integrante do SAMU 192, sendo estrutura voltada à classificação e priorização das demandas de urgência. Assim, a alternativa B é a que melhor corresponde à organização formal da RUE: SAMU 192 integra a rede, executa o pré-hospitalar móvel e possui central de regulação médica, participando diretamente do ordenamento do acesso. Diante do exposto e com base em fontes institucionais do Ministério da Saúde que descrevem os componentes da RUE, o Componente Hospitalar e o papel do SAMU 192 e sua Central de Regulação, requer-se a ALTERAÇÃO do gabarito da Questão 50 para a alternativa B, por ser a única compatível com a estrutura e atribuições da Rede de Atenção às Urgências. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção de Urgência. Portal Gov.br, [s. l.], [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dahu/atencao-de- urgencia. Acesso em: 27 jan. 2026. BRASIL. Ministério da Saúde. Componente Hospitalar. Portal Gov.br, [s. l.], [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dahu/atencao-de-		

			urgencia/componente-hospitalar. Acesso em: 27 jan. 2026. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, jan. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgenci as.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.		
001117	CAFELÂNDIA - Médico 24h	19-C	A própria questão descreve que a equipe realizou avaliação do ambiente pelo método ACENA, porém não revela na questão que a cena é segura. Da insuficiência de dados sobre riscos ambientais O enunciado limita-se a afirmar apenas a ausência de arma de fogo visível, não esclarecendo: Presença de objetos perfurocortantes Uso de pedras, garrafas, paus ou outros instrumentos improvisados Proximidade de transeuntes Possibilidade de fuga, ataque súbito ou escalada de violência Segundo os protocolos, a ausência de arma de fogo visível não equivale à inexistência de risco. AC40.2 “Em caso de presença de objetos que podem ser utilizados para agressão ou autoagressão, informar o médico regulador para solicitar apoio da autoridade policial” Por fim, claramente pelos dados fornecidos na questão: agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, inquietação, ameaça verbal a transeuntes, comportamento imprevisível. Mesmo que seja necessária a contenção química, necessita-se de apoio para a provável escalada a contenção física que necessariamente exige mais de 3 pessoas que normalmente compõe a equipe. No caso exposto como a prioridade sempre será a segurança e a alternativa não deixa claro ao discorrer o caso, a resposta adequada com base no protocolo é a	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico,	INDEFERIDO

			alternativa C. Da segurança da cena como princípio absoluto Conforme os Protocolos de Suporte Avançado de Vida do SAMU 192, toda abordagem deve obedecer prioritariamente ao princípio dos 3 “S”: Segurança da cena Segurança da equipe Segurança do paciente	deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta,	

				estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	
001117	CAFELÂNDIA - Médico 24h	43-N	Considerando que no enunciado da questão nos coloca em ambiente intra-hospitalar (não revelando o porte ou capacidades) e não revela se foi feita alguma conduta anterior ou foi atendido por APH. Após os dados apresentados na questão a pergunta direta é: qual a próxima conduta? Segundo ATLS 10ª o paciente se encontra em choque classe III, necessitando de transfusão de sangue (pag 49, 50) Porém na avaliação inicial A,B,C,D,E que é o primeiro passo de toda abordagem ao paciente, refere infusão de solução Cirstaloide aquecida 1000ml IV e posterior a isso a transfusão em caso de não responder. (Pag 9) Sengundo ATLS 11ª o choque entre moderado-grave, que também indica a transfusão sanguínea como escolha. (Pag 80,81) Portanto independente se utilizar o ATLS 10ª ou 11ª, seja A,B,C,D,E ou X,A,B,C,D,E a avaliação inicial desse paciente no C tenho que fazer 2 acessos calibrosos e infundir volume, preferencialmente sangue, porém até conseguir o mesmo, o cristaloide seria a próxima conduta. O paciente tem indicação de laparotomia exploradora, porém até ocorrer os preparativos e acionar a equipe, a ressuscitação volêmica é necessária ainda que em hipotensão permissiva. Não se aplicaria o X na situação descrita, devido a impossibilidade de resolução imediata da hemorragia. Então não existe na questão alternativa correta.	Recurso IMPROCEDENTE. O quadro clínico descrito é de trauma abdominal penetrante associado a instabilidade hemodinâmica e sinais de peritonite, situação que configura indicação absoluta de laparotomia exploradora imediata, sem necessidade de exames complementares para confirmação diagnóstica. As demais alternativas apresentam inadequações relevantes de conduta no contexto apresentado. Embora a ressuscitação volêmica faça parte do manejo inicial simultâneo, ela não posterga nem substitui a indicação cirúrgica imediata, que permanece como a conduta prioritária e definidora do desfecho.	INDEFERIDO

000142	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	20-B	Questão nº: _Assunto: Faixa etária do rastreamento mamográficoTexto do recurso:Solicito a revisão do gabarito da questão, uma vez que o enunciado menciona as estratégias adotadas em 2025, destacando a ampliação da faixa etária para o rastreamento ativo ampliado, com solicitação preventiva da mamografia a cada dois anos.De acordo com comunicações recentes do Ministério da Saúde, houve a ampliação do acesso ao rastreamento mamográfico, incluindo mulheres fora da faixa etária tradicional, com incentivo à solicitação preventiva do exame.Dessa forma, o enunciado pode gerar interpretação ambígua, ao não delimitar claramente se se refere ao rastreamento populacional clássico (50 a 74 anos) ou às estratégias ampliadas adotadas a partir de 2025, o que compromete a objetividade da questão.Diante disso, solicita-se a anulação da questão ou a aceitação de mais de uma alternativa, em respeito ao princípio da clareza e da segurança jurídica do	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO

			certame.		
003785	CASCAVEL - Farmacêutico	15-A	COMO PODE SER VISTO NA PROVA NÃO EXISTIA UMA DAS LETRAS PARA SER ASSINALADA (CONTRARIANDO O EDITAL, ONDE DIZ QUE TERÃO 5 LETRAS: A,B,C,D,E), CAUSANDO CONFUSÃO NA HORA DE MARCAR A ALTERNATIVA CORRETA.	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
002664	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	27-D	Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 27, defendendo a correção da alternativa D, à luz da literatura médica clássica e das diretrizes vigentes. A alternativa D afirma que a presença de úlcera péptica ativa configura contraindicação absoluta à fibrinólise. Tal assertiva está tecnicamente correta, sendo amplamente respaldada por referências consagradas da Medicina. De acordo com o Harrison – Principles of Internal Medicine, em seu capítulo sobre Síndromes Coronarianas Agudas, o uso de agentes fibrinolíticos está formalmente contraindicado em situações de sangramento ativo ou alto risco hemorrágico, incluindo explicitamente o sangramento gastrointestinal ativo, no qual se enquadra a úlcera péptica ativa. O texto destaca que a fibrinólise aumenta de forma significativa o risco de hemorragia digestiva potencialmente fatal nesses pacientes. Da mesma forma, diretrizes internacionais, como as da American College of Cardiology/American Heart Association (ACC/AHA) e da Sociedade Brasileira de Cardiologia, classificam a úlcera péptica ativa como contraindicação absoluta ao uso de fibrinolíticos, justamente pelo risco inaceitável de sangramento maior, que supera qualquer potencial benefício terapêutico. Portanto, do ponto de vista científico, fisiopatológico e normativo, a alternativa D descreve corretamente uma condição que impede a realização de fibrinólise, sendo uma afirmação verdadeira e alinhada à prática médica baseada em evidências. Diante disso, solicita-se a reconsideração da alternativa D como correta, ou, alternativamente, a anulação da questão, caso se entenda haver mais de uma resposta tecnicamente válida.	Conforme diretrizes consolidadas (AHA/ACC, ESC e SBC) [imagem anexada], a contraindicação absoluta à fibrinólise é a presença de sangramento ativo. A úlcera péptica ativa, na ausência de sangramento ativo, é classificada como contraindicação relativa. Portanto, a alternativa D está incorreta ao afirmar que úlcera péptica ativa configura contraindicação absoluta, não havendo ambiguidade normativa ou conflito entre diretrizes. Ainda, o eletrocardiograma apresentado, em conjunto com o quadro clínico típico, é compatível com IAM com supradesnivelamento do segmento ST, atendendo aos critérios clínico-eletrocardiográficos exigidos para decisão terapêutica. O enunciado é claro ao informar que: o serviço não dispõe de hemodinâmica, o tempo estimado para angioplastia primária é de 3 horas e o paciente não apresenta contraindicações à fibrinólise. Nessas condições, as diretrizes internacionais e nacionais são inequívocas ao recomendar fibrinólise imediata, associada a AAS e clopidogrel, quando o tempo até a angioplastia primária excede 120 minutos, como corretamente descrito na alternativa B. A exigência de ECG “inequívoco” ou de repetição seriada de exames, como sugerido no recurso, não se aplica diante de um quadro clínico-eletrocardiográfico compatível e tempo-dependente, sob pena de atraso terapêutico injustificado.	INDEFERIDO
002664	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	Recurso – Questão nº 34 – Escala de Coma de Glasgow Solicita-se que a alternativa C seja considerada correta na questão nº 34, uma vez que a pontuação adequada da Escala de Coma de Glasgow, de acordo com a descrição clínica apresentada no enunciado, é 9 pontos. Conforme descrito:	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso, correspondente a 2 pontos; Emissão de palavras isoladas, caracterizando 3 pontos na resposta verbal; Retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localização da dor, caracterizando flexão normal, correspondente a 4 pontos na resposta motora. Dessa forma, a pontuação total é:	Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão	

			2 (ocular) + 3 (verbal) + 4 (motora) = 9 pontos, compatível com a alternativa C. A classificação adotada encontra respaldo nos critérios originais da Escala de Coma de Glasgow e nos manuais de trauma amplamente aceitos, que definem a retirada ao estímulo doloroso como resposta motora distinta da flexão anormal. Referências: Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. The Lancet. 1974;2(7872):81–84. American College of Surgeons. Advanced Trauma Life Support (ATLS®): Student Course Manual. 10ª ed. Chicago: ACS; 2018.	normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
000793	PALOTINA - Enfermeiro	4-C	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da Questão 04, que solicita a identificação da alternativa que apresenta análise INCORRETA. O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa B, cujo enunciado afirma: “A regência adequada da preposição ‘perante’ é: ‘perante ao atendimento…’.” Entretanto, tal afirmação encontra-se em desacordo com a norma culta da Língua Portuguesa, uma vez que o termo “perante” não rege a preposição “a”, não sendo admitida a construção “perante ao”. A regência correta é direta, como em: “perante o atendimento”, “perante a autoridade”, “perante o juiz”, conforme gramáticas normativas consagradas (Cunha & Cintra; Bechara; Celso Luft). Dessa forma, a alternativa B apresenta erro gramatical objetivo, caracterizando análise incorreta. Além disso, a alternativa C também apresenta análise incorreta ao afirmar que a palavra “continua” seria um adjetivo que deveria receber acentuação gráfica. No contexto do texto, “continua” exerce função verbal (3ª pessoa do singular do verbo continuar), não sendo adjetivo e, portanto, não admite acento gráfico. Logo, a análise proposta na alternativa C também é equivocada. Verifica-se, portanto, a existência de mais de uma alternativa incorreta, o que fere o princípio da unicidade da resposta em questões objetivas, gerando ambiguidade e comprometendo a validade da questão. Diante do exposto, requer-se:A anulação da Questão 04, ouA revisão do gabarito, considerando a inconsistência técnica apresentada. Termos em que,Pede deferimento.	A letra B apresenta, de fato, uma análise que NÃO encontra respaldo na literatura especializada e mesmo no uso comum. Por isso, é a alternativa a ser assinalada, uma vez que se pede para indicar a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA. Já a alternativa C apresenta uma análise correta. Não se trata de verbo, mas de um adjetivo que modifica o substantivo ‘capacitação’. Uma paráfrase com uma oração adjetiva comprova essa análise: “com o objetivo de promover a capacitação QUE OCORRE DE FORMA CONTÍNUA de todos os profissionais perante o atendimento realizado em urgência e emergência”. Já uma paráfrase com outro verbo mostra que, nesse contexto linguístico, não é possível identificar “continua” como verbo: “com o objetivo de promover a capacitação MANTÉM de todos os profissionais perante o atendimento realizado em urgência e emergência.”. Logo, fica mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
000793	PALOTINA - Enfermeiro	38-B	Prezada Banca Examinadora,		INDEFERIDO

			Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da Questão 38, a qual solicita a identificação da alternativa INCORRETA, tendo sido indicado como correta no gabarito preliminar a alternativa D. Contudo, observa-se que mais de uma alternativa apresenta inconsistência técnica, o que compromete a objetividade da questão e fere o princípio da unicidade da resposta. Inicialmente, a alternativa B afirma que é proibido ao enfermeiro ministrar curso de punção intraóssea a profissionais que não possuam competência legal para executar o procedimento. Entretanto, a Resolução COFEN nº 648/2020 regulamenta a execução do procedimento pelo enfermeiro capacitado, não estabelecendo vedação expressa quanto à atuação do enfermeiro como instrutor em cursos de capacitação. Assim, a alternativa extrapola o conteúdo normativo ao criar proibição não prevista em resolução, caracterizando incorreção interpretativa. Ademais, a alternativa C apresenta inconsistência técnica ao afirmar que, no adulto, existem como opções de sítios	Art. 1º No âmbito da equipe de enfermagem, é privativo do Enfermeiro a realização da punção intraóssea, em situações de urgência e emergência, na impossibilidade de obtenção do acesso venoso periférico. Parágrafo único. Para realização da punção intraóssea, recomenda-se a utilização de dispositivos designados para esse fim e legalmente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não devendo ser utilizadas agulhas hipodérmicas, cateteres sobre agulha ou qualquer outro material não específico para esse procedimento. Art. 2º Para a realização da punção intraóssea, o enfermeiro deve estar devidamente capacitado, por meio de curso presencial com conteúdo que inclua teoria e prática simulada. Art. 3º Os Enfermeiros instrutores de cursos de capacitação para a punção intraóssea devem possuir	

			anatômicos de punção a tíbia proximal e distal, cabeça do úmero e esterno. Conforme protocolos assistenciais e diretrizes clínicas, a tíbia distal não é sítio recomendado para acesso intraósseo em adultos, sendo a tíbia proximal e a cabeça do úmero os sítios prioritários. O uso do esterno também não é rotina e possui restrições específicas, o que torna a assertiva tecnicamente imprecisa. Dessa forma, constata-se que há pelo menos duas alternativas incorretas (B e C), o que inviabiliza a identificação inequívoca de apenas uma resposta, conforme exige o padrão das questões objetivas. Diante do exposto, requer-se:A anulação da Questão 38, por apresentar mais de uma alternativa incorreta, ouA revisão do gabarito, considerando as inconsistências técnicas apontadas. Termos em que,Pede deferimento.	especialização na área de urgência e emergência, ou outras afins, que contemplem na matriz curricular o conteúdo relacionado ao procedimento de que trata esta resolução. Parágrafo único. É proibido ao Enfermeiro ministrar curso de punção intraóssea a profissionais que não possuem competência legal para executá-los (Técnicos/Auxiliares de Enfermagem, Bombeiros Militares, Bombeiros Civis, Socorristas, entre outros similares). Art. 4º Recomenda-se que o curso de capacitação de punção intraóssea esteja ligado a uma sociedade de especialistas, núcleo de educação às urgências, ou uma instituição de ensino. Art. 5º Para a plena execução do procedimento de punção intraóssea, deverão ser estabelecidos protocolos e a respectiva capacitação, bem como a disponibilização de materiais e equipamentos destinados às melhores práticas e segurança dos pacientes e equipe. Parágrafo único. Recomenda-se às instituições um plano de revalidação das habilidades no procedimento, no máximo, a cada 02 (dois) anos a partir de sua implantação. Art. 6º A realização do procedimento de punção intraóssea deverá ser executada no contexto do processo de enfermagem. Art. 7º Integra a presente resolução, em forma de anexo, informações técnicas e os tipos de dispositivos próprios para punção intraóssea, disponível no sítio de internet do Cofen (www.portalcofen.gov.br). Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.	

000659	CASCAVEL - Enfermeiro	4-C	Venho, respeitosamente, solicitar a revisão/anulação da Questão 04, pois o gabarito divulgado (alternativa B) não assegura unicidade de resposta correta, apresentando vício técnico de formulação que compromete a objetividade da questão.A alternativa B, indicada como “INCORRETA”, afirma haver inadequação no uso da preposição “perante” no fragmento. Tal análise não procede. O emprego de “perante” no texto é plenamente adequado, considerando sua acepção normativa de “diante de / em relação a”, registrada nos principais dicionários da língua portuguesa e consentânea com o sentido do período. Assim, não há erro de regência ou impropriedade semântica, o que invalida o rótulo de “análise incorreta” atribuído à alternativa.Além disso, as alternativas A e C também podem ser marcadas como corretas, inviabilizando a exigência de gabarito único. A C, em especial, apresenta afirmação plenamente compatível com a ortografia vigente, não sendo possível classificá-la como incorreta. Já a alternativa A admite interpretação divergente e controversa no plano sintático, o que compromete o critério de exclusividade requerido em provas objetivas.Diante da existência de duas ou mais respostas aceitáveis e da ausência de unicidade, a questão viola o princípio de objetividade da avaliação, razão pela qual requer-se a anulação da questão, ou alternativamente, a alteração do gabarito.Termos em que, pede deferimento.	O enunciado pede: “Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA”. A alternativa B indica: “A regência adequada da preposição “perante” é: “perante ao atendimento...”. Tal análise está INCORRETA, pois não há nem necessidade nem possibilidade de uso de preposição após a preposição ‘perante’. Logo, é a alternativa a ser assinalada. Em relação ao argumento de que “A C, em especial, apresenta afirmação plenamente compatível com a ortografia vigente, não sendo possível classificá-la como incorreta”, a análise está adequada. Como não foi classificada como incorreta, não se configura como objeto de discussão. No que tange à análise de que a “a alternativa A admite interpretação divergente e controversa no plano sintático, o que compromete o critério de exclusividade requerido em provas objetivas.”, não foram apresentadas razões que pudessem sustentar tal análise, sendo inequívoca a interpretação de que se tem uma vírgula separando sujeito e predicado naquele caso. Logo, não tendo mais de uma alternativa passível de ser assinalada, fica mentido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	24-D	Recurso — Questão 24Solicito a anulação da questão 24 por ausência de gabarito único, uma vez que a alternativa indicada como correta (letra A) não pode ser considerada incompatível com as atribuições do enfermeiro no atendimento pré- hospitalar. A assistência à gestante, parturiente e recém-nascido, bem como a condução de emergências obstétricas, integra as competências da enfermagem previstas na Resolução COFEN nº 713/2022, que regulamenta a atuação no APH e na Central de Regulação. A referida resolução inclui entre as atribuições do enfermeiro a atuação em situações críticas de urgência e emergência, inclusive obstétricas, com tomada de decisão imediata, até estabilização e encaminhamento.Adicionalmente, as demais alternativas (B, C, D e E) também correspondem a atribuições compatíveis com a prática do enfermeiro no APH, inexistindo opção que atenda ao pedido do enunciado (“exceto”), o que viola o princípio de objetividade das questões de múltipla escolha, dado que não há resposta inequívoca. Assim, solicita-se a anulação da questão, com atribuição de ponto a todos os candidatos.Termos em que, pede deferimento.	PARA FINS DESSA NORMA, CONSIDERA-SE: Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência: atendimento que procura chegar precocemente à vítima, mediante o acionamento de uma Central de Regulação das Urgências e o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, após ter ocorrido um agravo à saúde de natureza clínica, cirúrgica, traumática, psiquiátricas e outras, que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente pactuado. Central de Regulação das Urgências (CRU): estrutura física constituída por	INDEFERIDO

				profissionais capacitados em regulação dos chamados telefônicos que demandam orientação e/ou atendimento de urgência, por meio de	
				uma classificação e priorização das necessidades de assistência em urgência, além de ordenar o fluxo efetivo das referências e contra referências dentro de uma Rede de Atenção. ANEXO DA RESOLUÇÃO COFEN N° 655/2020 ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR A atuação do enfermeiro na assistência pré-hospitalar engloba as práticas assistenciais já reconhecidas para o Suporte Básico de Vida (SBV) e do Suporte Avançado de Vida (SAV) nos agravos de origem clínica, traumática, cirúrgica, psiquiátrica e outros, em todo ciclo vital. Sendo assim, compete ao enfermeiro na assistência pré- hospitalar: Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de morte, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas, conforme protocolos assistenciais do serviço; Cumprir prescrição oriunda do médico regulador da Central de Regulação das Urgências fornecida por meio de rádio, telefones fixos e/ou móveis (a distância) e/ou conforme protocolos assistenciais estabelecidos e reconhecidos do serviço, observando a legislação vigente; Executar práticas de abordagem ventilatória e circulatória, inclusive com a utilização de dispositivos extraglóticos, dispositivos intravasculares periféricos ou intraósseos, entre outras tecnologias, desde que capacitado; Prestar a assistência de enfermagem à gestante, à parturiente e ao recém nato realizar partos sem distócia; Executar ações de salvamento terrestre, em altura e aquático, desde que esteja capacitado e portando os equipamentos de proteção individual e coletivos específicos para cada ação; Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde em urgências; Realizar o processo de enfermagem por meio da implementação da sistematização da assistência de enfermagem conforme legislação vigente.	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	4-C	Venho, respeitosamente, solicitar a revisão/anulação da Questão 04, pois o gabarito divulgado (alternativa B) não assegura unicidade de resposta correta, apresentando vício técnico de formulação que compromete a objetividade da questão.A alternativa	O enunciado pede: “Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA”. A alternativa B indica: “A	INDEFERIDO
			B, indicada como “INCORRETA”, afirma haver inadequação no uso da preposição “perante” no fragmento. Tal análise não procede. O emprego de “perante” no texto é plenamente adequado, considerando sua acepção normativa de “diante de / em relação a”, registrada nos principais dicionários da língua portuguesa e consentânea com o sentido do período. Assim, não há erro de regência ou impropriedade semântica, o que invalida o rótulo de “análise incorreta” atribuído à alternativa.Além disso, as alternativas A e C também podem ser marcadas como corretas, inviabilizando a exigência de gabarito único. A C, em especial, apresenta afirmação plenamente compatível com a ortografia vigente, não sendo possível classificá-la como incorreta. Já a alternativa A admite interpretação divergente e controversa no plano sintático, o que compromete o critério de exclusividade requerido em provas objetivas.Diante da existência de duas ou mais respostas aceitáveis e da ausência de univocidade, a questão viola o princípio de objetividade da avaliação, razão pela qual requer-se a anulação da questão, ou alternativamente, a alteração do gabarito.Termos em que, pede deferimento.	regência adequada da preposição “perante” é: “perante ao atendimento...”. Tal análise está INCORRETA, pois não há nem necessidade nem possibilidade de uso de preposição após a preposição ‘perante’. Logo, é a alternativa a ser assinalada. Em relação ao argumento de que “A C, em especial, apresenta afirmação plenamente compatível com a ortografia vigente, não sendo possível classificá-la como incorreta”, a análise está adequada. Como não foi classificada como incorreta, não se configura como objeto de discussão. No que tange à análise de que a “a alternativa A admite interpretação divergente e controversa no plano sintático, o que compromete o critério de exclusividade requerido em provas objetivas.”, não foram apresentadas razões que pudessem sustentar tal análise, sendo inequívoca a interpretação de que se tem uma vírgula	

				separando sujeito e predicado naquele caso. Logo, não tendo mais de uma alternativa passível de ser assinalada, fica mentido o gabarito provisório.	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	27-D	Recurso – Questão 27Solicito revisão/anulação da Questão 27, pois o gabarito divulgado (alternativa C) não corresponde ao item incorreto exigido pelo enunciado. O parâmetro “sódio sérico < 155 mEq/L” apresentado na alternativa C é critério normativo correto e utilizado oficialmente para abertura do protocolo de morte encefálica, conforme estabelecido pela Resolução CFM nº 2.173/2017 e pelo protocolo nacional do Sistema Nacional de Transplantes. Assim, a alternativa C não pode ser classificada como incorreta.Em contrapartida, a alternativa E apresenta informação incompatível com a normatização vigente, ao afirmar que os exames clínicos devem ser realizados “por dois médicos transplantadores”, quando o protocolo determina que os exames sejam realizados por dois médicos habilitados, sendo um com experiência em neurologia e outro sem vínculo com equipe de transplantes, não permitindo conflito de interesse. Portanto, a alternativa E é a única incorreta, o que descaracteriza o gabarito divulgado e compromete a objetividade da questão.Diante disso, solicita-se a alteração do gabarito para a letra E ou, subsidiariamente, a anulação da questão.Termos em que, pede deferimento.	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes	INDEFERIDO

				transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	27-D		Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	INDEFERIDO
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	27-D	Recurso – Questão 27Solicito revisão/anulação da Questão 27, pois o gabarito divulgado (alternativa C) não corresponde ao item incorreto exigido pelo enunciado. O parâmetro “sódio sérico < 155 mEq/L” apresentado na alternativa C é critério normativo correto e utilizado oficialmente para abertura do protocolo de morte encefálica, conforme estabelecido pela Resolução CFM nº 2.173/2017 e pelo protocolo nacional do Sistema Nacional de Transplantes. Assim, a alternativa C não pode ser classificada como incorreta.Em contrapartida, a alternativa E apresenta informação incompatível com a normatização vigente, ao afirmar que os exames clínicos devem ser realizados “por dois médicos	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles.	INDEFERIDO

			transplantadores", quando o protocolo determina que os exames sejam realizados por dois médicos habilitados,		

			sendo um com experiência em neurologia e outro sem vínculo com equipe de transplantes, não permitindo conflito de interesse. Portanto, a alternativa E é a única incorreta, o que descaracteriza o gabarito divulgado e compromete a objetividade da questão.Diante disso, solicita-se a alteração do gabarito para a letra E ou, subsidiariamente, a anulação da questão.Termos em que, pede deferimento.	Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	36-D	Recurso – Questão 36Solicito a anulação da questão 36 por ausência de gabarito único. A alternativa indicada como correta (C — Peritonite) realmente não causa choque obstrutivo, no entanto a alternativa D (Síndrome de Leriche) também não cursa com choque obstrutivo, tampouco implica choque de qualquer natureza no contexto clínico habitual. Dessa forma, ambas as alternativas atendem ao comando da questão ("qual não causa choque obstrutivo"), configurando dupla resposta possível.Questões de múltipla escolha devem apresentar gabarito unívoco e inequívoco, o que não se verifica no caso em análise; portanto, solicita-se a anulação da questão com pontuação atribuída a todos os candidatos.Termos em que, pede deferimento.		QUESTÃO ANULADA
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	38-C	Solicito revisão da Questão 38, pois a alternativa marcada como correta (D) não apresenta incorreção, uma vez que a revalidação periódica das habilidades para punção intraóssea é recomendada em protocolos assistenciais e materiais técnicos de capacitação, incluindo diretrizes para procedimentos de baixa frequência e alta criticidade no APH.A alternativa que contém informação incorreta é a letra C, ao incluir o esterno entre os sítios indicados para punção em adultos, o que não é previsto nas normativas do COFEN para punção intraóssea (Resolução 743/2020) e contradiz o protocolo assistencial vigente, sendo o esterno um sítio utilizado apenas com dispositivos específicos (FAST) em contexto militar, não configurando sítio recomendado no APH civil.Diante disso, solicita-se alteração do gabarito para a letra C ou, subsidiariamente, a anulação da questão.	Art. 1º No âmbito da equipe de enfermagem, é privativo do Enfermeiro a realização da punção intraóssea, em situações de urgência e emergência, na impossibilidade de obtenção do acesso venoso periférico. Parágrafo único. Para realização da punção intraóssea, recomenda-se a utilização de dispositivos designados para esse fim e legalmente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não devendo ser utilizadas agulhas hipodérmicas, cateteres sobre agulha ou qualquer outro material não específico para esse procedimento. Art. 2º Para a realização da punção intraóssea, o enfermeiro deve estar devidamente capacitado, por meio de curso presencial com conteúdo que inclua teoria e prática simulada.	INDEFERIDO

				Art. 3º Os Enfermeiros instrutores de cursos de capacitação para a punção intraóssea devem possuir especialização na área de urgência e emergência, ou outras afins, que contemplem na matriz curricular o conteúdo relacionado ao procedimento de que trata esta resolução. Parágrafo único. É proibido ao Enfermeiro ministrar curso de punção intraóssea a profissionais que não possuem competência legal para executá-los (Técnicos/Auxiliares de Enfermagem, Bombeiros Militares, Bombeiros Civis, Socorristas, entre outros similares). Art. 4º Recomenda-se que o curso de capacitação de punção intraóssea esteja ligado a uma sociedade de especialistas, núcleo de educação às urgências, ou uma instituição de ensino.	

				Art. 5º Para a plena execução do procedimento de punção intraóssea, deverão ser estabelecidos protocolos e a respectiva capacitação, bem como a disponibilização de materiais e equipamentos destinados às melhores práticas e segurança dos pacientes e equipe. Parágrafo único. Recomenda-se às instituições um plano de revalidação das habilidades no procedimento, no máximo, a cada 02 (dois) anos a partir de sua implantação. Art. 6º A realização do procedimento de punção intraóssea deverá ser executada no contexto do processo de enfermagem. Art. 7º Integra a presente resolução, em forma de anexo, informações técnicas e os tipos de dispositivos próprios para punção intraóssea, disponível no sítio de internet do Cofen (www.portalcofen.gov.br). Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	31-A	RECURSO – Questão 31Solicito revisão da Questão 31, pois o gabarito divulgado (alternativa C) não corresponde à única alternativa correta exigida pelo enunciado.Além da alternativa C, a alternativa E também está correta segundo o Calendário Nacional de Vacinação do PNI (adultos e gestantes), que recomenda a administração de 1 dose de dTpa a cada gestação, preferencialmente após a 27ª semana, com o objetivo de proteção materna e transferência de anticorpos para o RN.Dessa forma, a questão apresenta duas alternativas simultaneamente corretas (C e E), o que viola o princípio de univocidade e compromete a objetividade da avaliação, cabendo anulação.Termos em que, Pede deferimento.	Contraindicações da vacina Febre Amarela: Crianças menores de 6 meses de idade (risco de meningoencefalite); Pessoa com neoplasia maligna; Transplante de órgãos sólidos. Vacina sarampo, rubéola, caxumba e varicela (atenuada) – tetraviral – SCRV, Idade para vacinação e/ou grupo recomendado é aos 15 meses de idade, crianças que já tenham recebido a primeira dose da vacina tríplice viral, até 4 anos, 11 meses e 29 dias de idade. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 184/2025-	INDEFERIDO

				DPNI/DATHI/SVSA/MS - A vacinação contra a hepatite A em usuários de PrEP deve ser realizada em esquema de duas doses, aplicadas por via intramuscular (IM). Essa recomendação baseia-se na observação de uma possível redução na resposta/imunológica nessa população, o que contribui para uma maior vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, a vacinação é uma medida preventiva essencial para garantir a saúde e o bem-estar desses usuários. Gestantes: Uma dose de dTpa, a partir da 20ª semana de gestação. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui-o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf.	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	49-B	Solicito a anulação da Questão 49, uma vez que o enunciado determina a identificação de uma única alternativa incorreta conforme os “Destaques das Diretrizes AHA 2020–2025”, porém existem duas alternativas simultaneamente incorretas, configurando violação ao princípio de univocidade do gabarito em provas objetivas.As Diretrizes da American Heart Association (AHA) para suporte básico e avançado de vida, atualizadas em 2020 e revisadas em 2025, e referenciadas no documento “Highlights of the 2025 AHA Guidelines for CPR and ECC”, mantêm as recomendações publicadas pelo ILCOR (International Liaison Committee on Resuscitation) para manejo da obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE), diferenciando claramente lactentes de crianças:Lactentes (	2025 (atualização): Destaques das Diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência de 2025 da American Heart Association Para bebês com OVACE grave, devem ser executados ciclos repetidos de 5 golpes nascostas alternados com 5 compressões torácicas até que o objeto seja expelido ou o bebê fique inconsciente. 2025 (atualização): Para crianças com obstrução de via aérea por corpo estranho (OVACE) grave, devem ser realizados ciclos repetidos de 5 golpes nas costas alternados com 5 compressões abdominais até que o objeto seja expelido ou a criança fique inconsciente (consulte o algoritmo atualizado). 2025 (atualização): Para bebês e criança sem PCR com ritmo inicial não chocável, é aceitável administrar a dose inicialde epinefrina o mais rápido possível. Em adultos com OVACE grave, devem ser executados ciclos repetidos de 5 golpes nas costas, seguidos de 5 compressões abdominais, até que o objeto seja expelido ou a vítima fique	INDEFERIDO

				inconsciente. 2025 (novo): Pode ser aceitável realizar compressões no terço inferior do esterno, tomando cuidado para se manter acima do processo xifoide ao aplicar compressões torácicas em recém-nascidos. Motivo: Um estudo de autópsia de bebês e crianças pequenas constatou que a aplicação de compressões na região média do esterno não estava associada à ruptura do fígado. Lacerações superficiais na cápsula do fígado	
				foram produzidas quando as compressões foram aplicadas no processo xifoide, e todos os pacientes que receberam compressões torácicas e abdominais simultâneas ou apenas compressões abdominais apresentaram ruptura hepática. Estudos radiográficos de tórax identificam que o coração se localiza sob o terço inferior do esterno na maioria dos bebês.	
000659	CASCAVEL - Enfermeiro	16-A	Solicita-se a anulação da questão 16, visto que ela fundamenta-se na Resolução COFEN nº 258/2001, atualmente REVOGADA pela Resolução COFEN nº 729/2022, não podendo ser utilizada como referência normativa válida em um certame público.Ademais, o edital do cargo (recorte abaixo) não inclui, em seu conteúdo programático, a temática relativa à habilitação do enfermeiro para inserção de PICC, tampouco menciona a Resolução COFEN nº 258/2001 ou qualquer legislação correlata. O edital exige, ao contrário, conhecimento atualizado sobre SBV/SAV (AHA), protocolos SAMU, Portarias do Ministério da Saúde e normas éticas.Dessa forma, a questão incorre em dupla irregularidade:(1) Cobrança de conteúdo não previsto no edital(2) Utilização de base normativa revogada, contrariando o princípio da legalidade e o entendimento reiterado de bancas e tribunais quanto à impossibilidade de cobrança de normas sem vigência.Tais inconsistências comprometem a objetividade e a isonomia da avaliação, razão pela qual solicita-se a anulação da questão.	ENFERMEIRO Lei do exercício profissional; Ética e Bioética em enfermagem; Administração em enfermagem; Sistematização daassistência de enfermagem; Risco ocupacional relacionado à exposição de agentes biológicos; Materiais eequipamentos para urgência e emergência; Triagem e classificação de risco; Técnicas de enfermagem; Assistênciade enfermagem na infusão de drogas nas urgências e emergências; Assistência de enfermagem a adultos ecrianças nas urgências e emergências de distúrbios respiratórios, cardiovasculares, circulatórios, hematológicos,metabólicos, renais, neurológicos, musculoesqueléticos; Assistência e enfermagem nas emergências obstétricas:trabalho de parto normal e apresentação distócica, hipertensão, hemorragia, abortamento; Assistência deenfermagem às vítimas de violência sexual; Assistência de enfermagem ao recém-nascido; Suporte básico de vida;Suporte avançado de vida; Assistência de enfermagem no transporte de pacientes críticos; Assistência deenfermagem em acidentes com múltiplas vítimas; Assistência de enfermagem nas urgências traumáticas no adulto,criança e gestante: traumatismo crânio-encefálico, raquimedular, partes moles, abdominal, genitourinário, fraturasexpostas, fraturas de coluna, de membros; Intoxicações exógenas; Assistência de enfermagem em urgênciaspsiquiátricas: tentativa de suicídio, depressão, agitação psicomotora; Assistência de enfermagem nas injúriasambientais: queimaduras, acidentes ofídicos, picadas de insetos, aranhas e escorpiões, acidentes provocados poranimais aquáticos peçonhentos e traumatizantes. Conhecimentos sobre equipamentos de proteção individual -EPIs; Reconhecer o uso de equipamentos de segurança e higiene do trabalho. Lei 8.080/90 de 19/9/1990 e suasalterações. Portaria nº 2048/GM/MS, de 05 de novembro de 2002, que	INDEFERIDO
				regulamenta tecnicamente as urgências eemergências. Portaria nº 1600 de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às urgências einstitui a rede de atenção às urgências no Sistema Único de Saúde. Constituição da República Federativa do Brasil,de 1988 e suas alterações. (arts l96 a 200). Ética Profissional: Código de ética profissional. Conselho Federal eRegional de Enfermagem (COREN e COFEN).Protocolos Nacionais de Intervenção para o SAMU 192. (Protocolos de Suporte Básico de Vida e Protocolos deSuporte Avançado de Vida). Disponível no site:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_ suporte_basico_vida.pdfhttps://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf	
000453	SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista	5-A	RECURSO – QUESTÃO Nº 05 Solicita-se a revisão do gabarito da questão nº 05, uma vez que a alternativa considerada correta apresenta erro de concordância nominal, em desacordo com	Observa-se que, na alternativa B, o verbo “solicitar” é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso (“que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…”), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão (“Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.”).	QUESTÃO ALTERADA

			a norma culta da língua portuguesa, exigida pelo enunciado da questão. Na referida alternativa, consta a expressão “mantenham-se atento às orientações”. Ocorre que o adjetivo “atento” exerce função de predicativo do sujeito e deve concordar em número com o sujeito da oração, que é “os enfermeiros”, no plural. Assim, a forma correta, conforme a gramática normativa, seria “mantenham-se atentos às orientações”. Dessa forma, resta caracterizado desvio gramatical na alternativa apontada como correta, o que inviabiliza sua manutenção como resposta válida, considerando que a questão exige frases isentas de erros segundo a norma culta. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão, por apresentar erro de concordância na alternativa considerada correta. Termos em que, Pede deferimento.	Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	
003385	CASCAVEL - Médico 12h	16-E	Solicita-se a anulação da questão ou gabarito com duas alternativas A e E, uma vez que amba podem ser consideradas corretas, conforme a literatura médica sobre a classificação da insuficiência respiratória aguda (IRA). A questão solicita a identificação da alternativa que NÃO representa causa de insuficiência respiratória aguda do tipo hipercápnica (tipo 2). A alternativa A (Contusão pulmonar), de forma correta, é associada à insuficiência respiratória aguda hipoxêmica (tipo 1), decorrente de lesão do parênquima pulmonar, com edema alveolar, hemorragia e shunt intrapulmonar, sem retenção primária de CO?. Entretanto, a alternativa E (Edema agudo de pulmão cardiogênico) também é classificada, de forma consistente na literatura, como causa típica de insuficiência respiratória aguda tipo 1, caracterizada por hipoxemia com PaCO? normal ou	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			reduzida, especialmente nas fases iniciais e na maioria dos quadros clínicos. Segundo revisao publicada pela European Respiratory Society (ERS): “Acute hypoxaemic failure covers miscellanea of causes of lung damage including acute cardiogenic pulmonary edema, pneumonia and trauma. Acute respiratory distress syndrome (ARDS) is a frequent cause of severe hypoxaemia. This clinical syndrome is characterised by acute inflammatory lung injury, associated with increased pulmonary vascular permeability, increased lung weight, and loss of aerated lung tissue.“ A mesma revisao discorre tambem sobre etiologias classicas para insuficiencia respiratoria aguda hipercapnica (tipo 2): “In acute hypercapnic respiratory failure (i.e. pump failure) an imbalance exists between the load imposed on the respiratory muscles and the capacity of the muscle pump. This category mainly includes patients with acute exacerbation of chronic obstructive pulmonary disease (COPD), as well as patients with neuro-miopathies, chest wall deformities and obesity.“ (Highlights in acute respiratory failure) Da mesma forma, West – Fisiopatologia pulmonar (princípios básicos), descreve: “O alvéolo edematoso encolhe devido à força de tensão superficial. Em função disso, a ventilação é limitada, e, dependendo do quanto a perfusão estiver preservada, ocorre shunt, e a hipoxemia se torna inevitável.” “O edema alveolar causa hipoxemia grave basicamente pela manutenção de fluxo sanguíneo para áreas não ventiladas. Essas áreas podem ser alvéolos completamente preenchidos de líquido ou áreas supridas por vias aéreas completamente ocluídas por ele.“ “A Pco2 alveolar é normal ou baixa no edema por causa do aumento da ventilação de alvéolos não edemaciados. Em parte, isso é		

			provocado pela hipoxemia e também por estimulação de receptores pulmonares.“ O Manual MSD, fonte frequentemente atualizada, reforça: ”Define-se insuficiência respiratória hipoxêmica aguda como hipoxemia grave (PaO2 < 60 mmHg) sem hipercapnia. É causada por desvio intrapulmonar do sangue, resultando em desequilíbrio ventilação-perfusão (V/Q) devido ao preenchimento ou colapso do espaço aéreo (p. ex., edema pulmonar cardiogênico ou não cardiogênico, pneumonia, hemorragia pulmonar) ou possivelmente doença das vias respiratórias (p. ex., às vezes asma, DPOC); ou derivação intracardíaca do sangue da circulação do lado direito para o esquerdo. Os achados incluem dispneia e taquipneia. O diagnóstico é feito por gasometria arterial e radiografia de tórax. O tratamento inclui várias estratégias não invasivas de oxigênio, como oxigênio de alto fluxo, pressão positiva contínua das vias respiratórias ou outras estratégias não invasivas de oxigênio, ou ventilação mecânica invasiva, quando necessário.” Dessa forma, do ponto de vista fisiopatológico e classificatório, tanto a contusão pulmonar (A) quanto o edema agudo de pulmão cardiogênico (E) não são causas		

			primárias de insuficiência respiratória aguda hipercápnica, tornando a questão ambígua.		
003385	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Sugere-se mudança de gabarito da questo para letra C (9). A questao descreve um paciente em cenário de atropelamento e indaga a pontuação segundo a Escala de Coma de Glasgow. No texto, é evidenciado que paciente possui abertura de olhos somente ao estímulo doloroso, emissao de palavras isoladas e flexao normal dos membros superiores, com retirada ao estimulo e sem localizaçao da dor. Segundo a Escala de Coma de Glasgow, as pontuações corretas, por tipo de resposta, seriam: Resposta ocular: abertura somente ao estimulo doloroso - 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas - 3 pontos Resposta motora: flexão normal, retirada ao estímulo, sem localização da dor - 4 pontos Assim, a soma das respostas e consequente pontuação seria: 2 + 3 + 4 = 9 Portanto, o gabarito preliminar (letra B - 8) está incorreto, sendo a resposta correta a letra C, referente a pontuação de 9. Segue em anexo a Escala de Coma de Glasgow.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003204	CASCAVEL - Enfermeiro	40-B	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da Questão 40, que trata dos sintomas associados ao acidente por Lonomia, cujo enunciado solicita a alternativa que não está relacionada ao quadro clínico. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa A (Hemiparestesia). Contudo, tal assertiva não pode ser considerada correta, uma vez que manifestações neurológicas, incluindo parestesias e déficits sensitivos focais, estão descritas na literatura científica em acidentes por Lonomia, especialmente em quadros moderados a graves. Essas manifestações decorrem, sobretudo, de distúrbios de coagulação, hemorragias intracranianas e eventos isquêmicos cerebrais, mecanismos fisiopatológicos reconhecidos nesse tipo de envenenamento. O Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos, do Ministério da Saúde,	Quadro Clínico de Acidente por Lonomia Em casos de envenenamento por Lonomia, o quadro clínico se inicia rapidamente após o contato: Sensação imediata de ardência intensa e dor local que pode irradiar para o membro afetado; A área costuma apresentar vermelhidão e edema, e pequenas lesões vermelhas podem aparecer onde as cerdas urticantes penetraram a pele; e	INDEFERIDO

			descreve que o acidente por Lonomia pode cursar com complicações neurológicas secundárias, além de distúrbios hemorrágicos e insuficiência renal aguda, o que abrange déficits sensitivos focais como a hemiparestesia. Ademais, todas as demais alternativas da questão (edema, epistaxe, equimose e insuficiência renal aguda) são manifestações clássicas e bem documentadas, inexistindo, portanto, alternativa inequivocamente "não relacionada", o que caracteriza ambiguidade e compromete a objetividade da questão. Diante do exposto, requer-se a anulação da Questão 40, por erro conceitual e ambiguidade, uma vez que a alternativa indicada como correta descreve uma	Os sintomas sistêmicos tendem a se instalar após algumas horas, podendo incluir cefaleia, náuseas, vômitos e dor abdominal. Em algumas pessoas, o contato com a lagarta provoca febre e sensação de ansiedade. Nos casos mais graves, os sintomas evoluem para um quadro hemorrágico, no qual o paciente apresenta sinais de sangramento em diferentes regiões do corpo, como	

			manifestação possível do quadro clínico, conforme literatura científica e documentos oficiais do Ministério da Saúde.	gengivas, pele e leito ungueal. As hemorragias podem ser espontâneas ou desencadeadas por traumas mínimos, resultando em hematomas, equimoses, epistaxe (sangramento nasal) e hematúria (presença de sangue na urina). Em situações mais severas, o quadro hemorrágico pode progredir para sangramentos internos graves, como hemorragias gastrointestinais e intracranianas, sendo potencialmente fatais. A síndrome hemorrágica causada pelo veneno de Lonomia está associada ao desenvolvimento de coagulação intravascular disseminada (CIVD), onde a ativação descontrolada da coagulação leva ao consumo dos fatores de coagulação, aumentando o risco de hemorragias. Outra complicação crítica é a insuficiência renal aguda, que ocorre em uma parcela dos casos graves e é um dos principais fatores de risco para o óbito. SÌndrome hemorrágica por contato com Lonomia Introdução O contato com lagartas do gênero Lonomia sp pode desencadear síndrome hemorrágica que, nos últimos anos, vem adquirindo significativa importância médica em virtude da gravidade e da expansão dos casos, principalmente na região Sul. Os acidentes com manifestações hemorrágicas foram inicialmente descritos na década de 1960 nas florestas tropicais da Venezuela. A partir de 1983, alguns casos provocados por contato com lagarta do gênero Lonomia foram observados nos estados do Amapá e Pará, com alta letalidade. Mais recentemente, a partir de 1989, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, acidentes hemorrágicos vêm sendo descritos com incidência crescente, atingindo principalmente trabalhadores rurais. Além desses estados, foram registrados acidentes no Paraná, São Paulo, Goiás e Pará. Verifica-se na região Sul uma maior freqüência de acidentes nos meses de novembro a abril. Ações do veneno O mecanismo pelo qual a toxina da Lonomia sp induz à síndrome hemorrágica não está esclarecido. Algumas frações do veneno foram isoladas, tais como fosfolipase, substância caseinolítica e ativadora de complemento, não se conhecendo exatamente o seu papel no	

				envenenamento humano. Verifica-se hipofibrinogenemia atribuída a uma atividade fibrinolítica intensa e persistente, associada a uma ação pró-coagulante moderada. A ação do veneno parece também estar associada à diminuição dos níveis de fator XIII, responsável pela estabilização da fibrina e controle da fibrinólise. Não se observa alteração nas plaquetas. Quadro clínico Constitui a forma mais grave do erucismo. Além do quadro local de dermatite urticante, presente imediatamente após o contato, manifestações gerais e inespecíficas podem surgir mais tardiamente, tais como: cefaléia holocraniana, mal-estar geral, náuseas e vômitos, ansiedade, mialgias e, em menor freqüência, dores abdominais,	

				hipotermia, hipotensão. Após um período que pode variar de uma até 48 horas, instala-se um quadro de discrasia sangüínea, acompanhado ou não de manifestações hemorrágicas que costumam aparecer oito a 72 horas após o contato. Equimoses podem ser encontradas podendo chegar a sufusões hemorrágicas extensas (fig. 62), hematomas de aparecimento espontâneo ou provocados por trauma ou em lesões cicatrizadas, hemorragias de cavidades mucosas (gengivorragia, epistaxe, hematêmese, enterorragia), hematúria macroscópica (fig. 63), sangramentos em feridas recentes, hemorragias intra- articulares, abdominais (intra e extraperitoniais), pulmonares, glandulares (tireóide, glândulas salivares) e hemorragia intraparenquimatosa cerebral. Referências Bibliográficas MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2001.	
003204	CASCAVEL - Enfermeiro	36-D	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da Questão 36, que solicita a condição que não causa choque obstrutivo. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa C (Peritonite). Contudo, tal assertiva não pode ser considerada absolutamente correta, uma vez que quadros graves de peritonite podem, sim, cursar com fisiopatologia compatível com choque obstrutivo, conforme descrito na literatura médica. Embora a peritonite seja classicamente associada ao choque séptico e ao choque hipovolêmico (terceiro espaço), há evidência consolidada de que, em situações		QUESTÃO ANULADA

			graves, ela pode evoluir com: íleo paralítico maciço distensão abdominal importante hipertensão intra-abdominal síndrome compartimental abdominal Essas condições promovem compressão da veia cava inferior, redução do retorno venoso e queda do débito cardíaco, configurando mecanismo típico de choque obstrutivo secundário. A World Society of the Abdominal Compartment Syndrome (WSACS) reconhece que a hipertensão intra-abdominal e a síndrome compartimental abdominal podem causar instabilidade hemodinâmica grave por obstrução mecânica ao retorno venoso, quadro compatível com choque obstrutivo. Dessa forma, não é tecnicamente correto afirmar que a peritonite “não causa” choque obstrutivo, ainda que tal mecanismo seja secundário e menos frequente. Ademais, as demais alternativas da questão (pneumotórax hipertensivo, embolia pulmonar, síndrome de Leriche e tamponamento cardíaco) são causas clássicas e indiscutíveis de choque obstrutivo, inexistindo, portanto, alternativa inequivocamente correta como “não causa”, o que caracteriza ambiguidade conceitual e compromete a objetividade da questão. Diante do exposto, requer-se a anulação da Questão 36, por ambiguidade e erro conceitual, uma vez que a alternativa indicada como correta descreve uma condição que pode, sim, cursar com choque obstrutivo secundário, conforme literatura científica consolidada.		
003649	TOLEDO - Enfermeiro	18-N	A questão nº 18 exige do candidato conhecimento técnico fundamentado em diretrizes internacionais de atendimento em parada cardiorrespiratória, notadamente aquelas editadas pela American Heart Association, inclusive em versões atualizadas. Tal exigência extrapola de forma inequívoca o conteúdo programático previsto	Sistemas de tratamento A sobrevivência após uma PCR requer sistemas integrados de pessoas,	INDEFERIDO

			no edital do certame. O edital do cargo de Enfermeiro estabelece de maneira expressa e vinculante que os conteúdos relativos à urgência e emergência devem ser estudados com base nos Protocolos Nacionais de Intervenção para o SAMU 192, elaborados pelo Ministério da Saúde. Não há, no instrumento convocatório, qualquer autorização para cobrança de diretrizes internacionais, tampouco menção à AHA como fonte normativa. O Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU 192 é claro ao estabelecer que as condutas adotadas no atendimento pré-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde devem seguir padronização nacional, conforme se extrai do seguinte trecho: “Os protocolos nacionais têm por objetivo padronizar as condutas no atendimento pré- hospitalar no âmbito do SUS, garantindo uniformidade e segurança assistencial.” A exigência de conteúdo não previsto no edital viola frontalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de afrontar os princípios constitucionais	protocolos, políticas e recursos, juntamente com a aquisição e revisão contínuas de dados. As diretrizes dos sistemas de tratamento seguem a Cadeia de sobrevivência unificada para PCR (Figura 3), começando com a prevenção e a preparação para ressuscitar, passando pela identificação precoce da PCR, ressuscitação eficaz, e chegando aos cuidados pós-PCR, sobrevivência e recuperação. A otimização dos desfechos após a PCR requer sistemas de tratamento que funcionem bem tanto no ambiente intra-hospitalar como no extra- hospitalar, além do compromisso de coletar e analisar dados voltados para a melhoria da qualidade em todos os elos da Cadeia de sobrevivência. Resumo das principais questões e alterações	

			da legalidade, da isonomia e da segurança jurídica, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal. Endereço oficial para consulta: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf Diante da cobrança de conteúdo estranho ao edital, requer-se a anulação da questão nº 18.	Uma Cadeia de sobrevivência única destina-se a ser aplicada à PCR intra-hospitalar (PCRIH) e à PCR extra- hospitalar (PCREH) adulta e pediátrica. Ao criar essa cadeia única, reconhece-se que, antes da PCR, a prevenção e a preparação podem tanto evitar a necessidade de ressuscitação como otimizá-la. Diversas recomendações foram unificadas em um bloco de conhecimento dedicado a iniciativas comunitárias para melhorar a respostado socorrista leigo à PCREH. Nele, o leitor encontrará recomendações sobre abordagens baseadas em sistemas destinadas a ampliar a conscientização da comunidade sobre a PCR e o papel crucial da RCP realizada por socorrista leigo e do uso de desfibriladores externos automáticos. Recomendações relacionadas ao uso de sistemas de alerta precoce e equipes de resposta rápida ou equipes de emergência médica para prevenir a PCRIH em crianças e adultos foram combinadas, com uma recomendação adicional sobre a realização de reuniões de segurança a prevenção da PCRIH. As políticas para facilitar o acesso público à naloxona são agora recomendadas juntamente com o acesso público à desfibrilação, visto que ambos têm potencial para salvar vidas. Os operadores de centrais de emergência agora recebem recomendações distintas para as instruções de RCP em adultos e crianças; eles devem orientar os socorristas leigos a usar a RCP apenas com as mãos em adultos e a RCP convencional, que inclui ventilações, em crianças. O protocolo No-No-Go (Não respira? Não responde? Inicie a RCP!) é reiterado como um método eficaz para reconhecer uma PCREH. As recomendações de debriefing clínico são reiteradas, com uma nova recomendação sobre a incorporação de debriefing imediato (quente) e tardio (frio) após eventos de RCP. FONTE: https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/2025- documents-for-cpr-heart-edits-posting/Resuscitation- Science/JN1580_PTBR_Hghlghts_2025ECCGuidelines_Final_251021.pdf?sc_lang=en.	
003649	TOLEDO - Enfermeiro	21-N	A questão nº 21 apresenta situação clínica cuja resolução depende da interpretação de critérios diagnósticos e prognósticos baseados em parâmetros clínicos e	O pré-natal representa uma janela de oportunidade para	INDEFERIDO

			laboratoriais específicos, caracterizando atividade típica de diagnóstico médico.	que o sistema de saúde atue integralmente na promoção e, muitas vezes, na recuperação da saúde das mulheres. Dessa forma, a atenção prestada deve ser qualificada, humanizada e hierarquizada de acordo com o risco	

			O conteúdo programático do edital para o cargo de Enfermeiro delimita claramente a atuação profissional à assistência de enfermagem, planejamento do cuidado, execução de procedimentos e avaliação da resposta assistencial, não incluindo a formulação de diagnóstico médico ou definição de prognóstico clínico baseado em exames complementares. A Lei nº 7.498/1986, que regulamenta o exercício da enfermagem, dispõe em seu artigo 11 que compete ao enfermeiro a direção, o planejamento, a organização, a coordenação, a execução e a avaliação dos serviços de assistência de enfermagem. O texto legal não atribui ao enfermeiro a competência para estabelecer diagnósticos médicos ou prognósticos clínicos fechados, atribuições estas reservadas a outros profissionais legalmente habilitados. Trecho legal aplicável: "O enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe a direção, o planejamento, a organização, a coordenação, a execução e a avaliação dos serviços de assistência de enfermagem." A cobrança de conteúdo que extrapola as atribuições legais do cargo configura violação ao princípio da legalidade administrativa, bem como ao princípio da vinculação ao edital, tornando a questão incompatível com o perfil profissional exigido. Endereço oficial para consulta: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm Diante da extrapolação do conteúdo e das atribuições legais do cargo, requer-se a anulação da questão nº 21.	gestacional. Para isso, é fundamental a compreensão, por parte dos profissionais envolvidos no processo assistencial, da importância de sua atuação e da necessidade de aliarem o conhecimento técnico específico ao compromisso com um resultado satisfatório da atenção para o binômio materno-fetal. A organização dos processos de atenção durante o pré- natal, que inclui a estratificação de risco obstétrico, é um dos fatores determinantes para a redução da mortalidade materna. Essa iniciativa deve estar organizada a partir de um pensamento sistêmico que busca, acima de tudo, a colaboração entre todos os envolvidos no cuidado à saúde dos binômios. Nesse sentido, a estratificação de risco gestacional busca que cada gestante receba o cuidado necessário às suas demandas, por equipes com nível de especialização e de qualificação apropriados. FONTE: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas.Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.692 p. : il.	
003649	TOLEDO - Enfermeiro	23-N	A questão nº 23 fundamenta-se em resolução específica do Conselho Federal de Enfermagem publicada recentemente, sem que o edital tenha delimitado de forma clara e objetiva qual normativo, numeração ou período de vigência deveria ser considerado pelos candidatos. O edital limita-se a prever, de maneira genérica, conhecimentos sobre legislação profissional, ética e bioética em enfermagem, bem como sobre o sistema COFEN/COREN, não autorizando a cobrança direcionada de resolução específica, especialmente quando recente e sem consolidação ampla na prática profissional. A exigência de norma infralegal específica, sem previsão expressa no edital, compromete a previsibilidade do certame e viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência administrativa. A Administração Pública encontra-se estritamente vinculada às regras que ela própria estabelece, sendo vedada a exigência de conhecimento normativo não claramente delimitado no edital. Endereço oficial para consulta das normas: https://www.cofen.gov.br		INDEFERIDO
003649	TOLEDO - Enfermeiro	30-N	A questão nº 30 estabelece prazo fixo e absoluto para permanência de dispositivo invasivo, tratando tal prazo como regra universal, o que não encontra respaldo nas	FONTE: https://efivest.com.br/wp-	INDEFERIDO

			normas sanitárias nacionais vigentes. A RDC ANVISA nº 7/2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva, orienta que o manejo de dispositivos invasivos deve ser fundamentado na avaliação contínua do risco- benefício, considerando a condição clínica do paciente e a ocorrência de complicações, não estabelecendo prazos máximos rígidos e universais. Trecho da norma aplicável: "A assistência ao paciente crítico deve ser baseada na avaliação contínua do risco-benefício dos procedimentos invasivos, considerando a necessidade clínica." A assertiva apresentada na questão desconsidera a individualização do cuidado, os protocolos institucionais e a avaliação clínica contínua, induzindo o candidato a erro e contrariando a normativa sanitária vigente. Endereço oficial para consulta: https://www.gov.br/anvisa/pt- br/assuntos/legislacao/rdc/rdc-7-2010.pdf Diante da inexistência de respaldo normativo para a fixação de prazo rígido, requer-se a anulação da questão nº 30.	content/uploads/2023/08/Manual-de-Cuidados-de- Enfermagem-em-Procedimentos-de-Intensivismo.pdf	
003649	TOLEDO - Enfermeiro	49-N	A questão nº 49 exige novamente conhecimento técnico fundamentado em diretrizes internacionais da American Heart Association, não previstas no conteúdo programático do edital, repetindo vício já	Com pouco mais de 10 anos de existência o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 se anuncia como mais uma potente instituição do SUS, capaz de ligar todos os pontos de atenção da Rede de Urgência. Suas Centrais de Regulação, distribuídas no território nacional, disponibilizam acolhimento e resposta às solicitações de atendimento de mais de 75% da população.Só em 2014, a previsão é que 13,6 milhões de solicitações de atendimento cheguem às Centrais deRegulação das Urgências e a resposta às necessidades	INDEFERIDO

			identificado em outra questão da prova. O edital restringe expressamente as referências para atendimento em urgência e emergência aos Protocolos Nacionais de Intervenção do SAMU 192, elaborados pelo Ministério da Saúde, inexistindo autorização para cobrança de diretrizes estrangeiras. Os protocolos nacionais do SAMU 192 estabelecem que as condutas devem ser padronizadas conforme normativas nacionais, visando uniformidade, segurança assistencial e isonomia entre os profissionais do SUS. Endereço oficial para consulta: https://bvsms.saude.gov.br A cobrança reiterada de conteúdo não previsto no edital viola o princípio da legalidade e compromete a lisura do certame. Diante disso, requer-se a anulação da questão nº 49.	desses cidadãos será realizada por mais de 55 mil profissionais de saúde que atuam no SAMU 192. Para isso, esses profi ssionais contam com unidades de suporte básico, unidades de suporte avançado, motolâncias, ambulanchas e unidades aeromédicashabilitadas e disponíveis.Esses profissionais exercitam diariamente uma luta em favor da saúde dos cidadãos e enfrentam toda a sorte de urgências, do parto à parada cardiorrespiratória, da crise convulsiva ao politraumatizado, da intoxicação à queimadura, da dor no peito à hipoglicemia e muito mais. É um verdadeiro desafi o diário na busca poruma oferta de ações de saúde de qualidade.Diante dessa variabilidade e imprevisibilidade, para uma resposta pronta, efi caz e no momento oportuno, esses profissionais precisam muito mais do que ambulâncias, materiais e equipamentos. A boa estruturação,uma gestão eficiente, educação permanente e ferramentas modernas de condução das ações e de apoio àtomada de decisão, podem auxiliar muito.O	

				Ministério da Saúde tem efetivado ações que buscam o desenvolvimento institucional do SUS comintervenções tecnológicas, gerenciais e de capacitação por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS) com a ajuda de importantes parceiros. Para o SAMU e a Rede deUrgência, dentre as várias ações de impacto que estão sendo desenvolvidas destacam-se a Capacitação Nacional dos Profissionais do SUS que já alcançou mais de 15 mil profissionais do SAMU e a elaboração dos “Protocolos de Intervenção para o SAMU 192”.Essas ações se complementam e preparam o caminho necessário para a disponibilização da melhor prática e consequentemente do alcance de melhores resultados de saúde. A elaboração de protocolos clínicos é internacionalmente reconhecida como uma ação efetiva para a melhoria de processos assistenciais e de gestão em saúde. Diante da forte presença do SAMU em todo opaís, tais protocolos se concretizam como uma importante ação para o aprimoramento da qualidade da assistência prestada e com potencial impacto sobre toda a Rede de Atenção às Urgências e seus resultados.Nesse momento importante da evolução do SUS, apresento o 1º grupo de Protocolos Nacionais deIntervenção para o SAMU 192 para as modalidades de Suporte Avançado e Suporte Básico lançado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz por meio do PROADI. São temas relevantes que foram selecionados por seu impacto na morbimortalidade, sua frequência como motivo de solicitação ou sua importância para a estruturação dos serviços ou da Rede. O 2º Grupo de protocolos já está em desenvolvimento e seu lançamento, para complementação do material ora lançado, está previsto para o início de 2015.Os Protocolos Nacionais de Intervenção para o SAMU 192 foram construídos a partir da análise deexperiências nacionais e internacionais de desenvolvimento de protocolos, da análise da legislaçãobrasileira que rege o exercício profissional das diferentes categorias envolvidas no cuidado e sua base fundamental foi composta pela literatura científica mais recente sobre cada tema.Protocolo Samu 192 BC5 PCR e RCP – Guidelines AHA 2015- PÁGINA 17 BC9 Algoritmo geral de PCR-RCP SBV – Guidelines AHA 2015 - PÁGINA 19 BC5 – PCR RCP em adultos (Guidelines AHA 2015)	

				PÁGINA 37. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_sup orte_basico_vida.pdf	
003286	TOLEDO - Enfermeiro	16-B	esta alternativa é incorreta	O Conselho Federal de Enfermagem já normatizou através da Resolução Cofen n° 258/2001, dando parâmetros para o enfermeiro atuar com segurança nesta área. “Art. 1º – É lícito ao Enfermeiro, a Inserção de Cateter Periférico Central. Art. 2° – O Enfermeiro para o desempenho de tal atividade, deverá ter-se submetido a qualificação e/ou capacitação profissional”.	INDEFERIDO
003286	TOLEDO - Enfermeiro	27-B	esta alternativa é incorreta	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o pacienteesteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras.	INDEFERIDO

				Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021- 05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	
003286	TOLEDO - Enfermeiro	31-E	esta é a alternativa incorreta	Contraindicações da vacina Febre Amarela: Crianças menores de 6 meses de idade (risco de meningoencefalite); Pessoa com neoplasia maligna; Transplante de órgãos sólidos. Vacina sarampo, rubéola, caxumba e varicela (atenuada) – tetraviral – SCRV, Idade para vacinação e/ou grupo recomendado é aos 15 meses de idade, crianças que já tenham recebido a primeira dose da vacina tríplice viral, até 4 anos, 11 meses e 29 dias de idade. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 184/2025- DPNI/DATHI/SVSA/MS - A vacinação contra a hepatite A em usuários de PrEP deve ser realizada em esquema de duas doses, aplicadas por via intramuscular (IM). Essa recomendação baseia-se na observação de uma possível redução na resposta/imunológica nessa população, o que contribui para uma maior vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, a vacinação é uma medida preventiva essencial para garantir a saúde e o bem-estar desses usuários. Gestantes: Uma dose de dTpa, a partir da 20ª semana de gestação. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf.	INDEFERIDO
003286	TOLEDO - Enfermeiro	43-E	eata alternativa esta correta	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms- n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	INDEFERIDO
003286	TOLEDO - Enfermeiro	20-A	esta esta corret	As diretrizes de 2021 da American Heart Association/American College of Cardiology/American Society of Echocardiography/American College of Chest Physicians/Society for Academic Emergency Medicine/Society of Cardiovascular Computed	INDEFERIDO
				Tomography/Society for Cardiovascular Magnetic Resonance para a avaliação e o diagnóstico da dor torácica aguda fazem recomendações importantes, incluindo o reconhecimento da troponina cardíaca de alta sensibilidade (hs-cTn) como o biomarcador preferencial, a adoção do percentil 99 como limite superior de referência para definir lesão miocárdica e o uso de protocolos clínicos de decisão, bem como o reconhecimento da singularidade das mulheres e de outros subgrupos de pacientes. Detalhes sobre como integrar a hs-cTn à prática clínica são abordados de forma menos abrangente. Os médicos devem estar cientes de alguns aspectos analíticos relacionados aos ensaios de hs-cTn, como o limite de detecção e o limite de quantificação, e como eles são usados ??clinicamente, especialmente na estratégia de amostra única para descartar infarto agudo do miocárdio. Da mesma forma, é importante que os médicos compreendam questões relacionadas à derivação do limite superior de referência do percentil 99; o valor dos limites superiores de referência do percentil 99 específicos para cada sexo; como usar as variações de concentração (deltas) para facilitar o diagnóstico e a estratificação de risco de pacientes com suspeita de síndrome coronariana aguda, incluindo a diferenciação entre lesão miocárdica aguda e crônica; e como integrar da melhor forma o uso da hs-cTn aos protocolos clínicos. Com o uso da hs-cTn, condições como o infarto do miocárdio tipo 2 tornam-se mais comuns, enquanto outras, como a angina instável, tornam-se menos frequentes, mas ainda ocorrem. Seções relacionadas a essas questões estão incluídas. FONTE: https://www.ahajournals.org/doi/10.1161/CIRCULATIONA HA.122.059678	
000113	GUAÍRA - Médico 24h	16-N	Questão nº 16: Na questão onde solicita a alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica (tipo II). Entretanto, a questão apresenta mais de uma alternativa correta, o que viola o princípio da univocidade exigido em questões de múltipla escolha, motivo pelo qual se requer sua anulação. Alternativa A (Contusão pulmonar): Trata-se de uma lesão pulmonar alveolar que causa extravasamento de líquido para o interstício e alvéolos, gerando shunt e alteração da relação ventilação/perfusão, resultando em insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I). Não cursa com hipercapnia primária. Alternativa E (Edema agudo de pulmão cardiogênico): Também cursa com shunt intrapulmonar e hipoxemia, configurando insuficiência respiratória do tipo I. A hipercapnia, quando presente, ocorre apenas tardiamente, devido à fadiga ventilatória, não sendo mecanismo fisiopatológico inicial.Dessa forma, ambas as alternativas A e E estão corretas. Referênicas: WEST, John B. Respiratory Physiology: The Essentials. 10ª ed., Lippincott Williams & Wilkins, 2015. HARRISON'S Principles of Internal Medicine, 20ª ed., McGraw Hill, 2018. Protocolos da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT); Diretrizes sobre manejo de insuficiência respiratória..	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000113	GUAÍRA - Médico 24h	19-N	Questão nº 19: Solicita-se a anulação da questão 19, tendo em vista ambiguidade no enunciado e possibilidade de mais de uma alternativa correta, conforme os protocolos do SAMU – Emergências Clínicas (método ACENA). O enunciado descreve paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal e comportamento imprevisível, informando que a equipe realizou abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso. Entretanto, a própria questão introduz, na alternativa D, a hipótese de o paciente estar portando arma de fogo, o que, segundo o método ACENA, caracteriza cena insegura, na qual não é permitida intervenção clínica, devendo a equipe manter distância segura, priorizar a própria segurança e aguardar o apoio policial. Dessa forma, observa-se que: Na situação descrita no enunciado (sem arma visível), a alternativa B é tecnicamente correta, ao indicar tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal;Contudo, ao introduzir a hipótese de porte de arma de fogo (escondida e com o paciente agressivo, relatando ameaças e com comportamento imprevissivel), a alternativa D descreve uma conduta que também encontra respaldo no protocolo, ate porque em primeiro lugar vem a segurança da sena e da equipe, uma vez que, em cenários de ameaça armada, a prioridade absoluta é a segurança da equipe, sendo indicada a manutenção de distância e aguardo da autoridade policial.Assim, a questão apresenta dupla interpretação válida, pois: O método ACENA determina condutas distintas conforme o nível de risco da cena;A alternativa D descreve um cenário plausível e compatível com o mesmo quadro clínico, porém com risco ambiental agravado;O enunciado não delimita de forma inequívoca que a hipótese da alternativa D deva ser considerada incorreta, criando conflito entre alternativas com respaldo normativo.Diante da falta de univocidade da resposta e da possibilidade de mais de uma alternativa correta à luz do protocolo oficial do SAMU, solicita-se a ANULAÇÃO da questão, em respeito aos princípios da objetividade e da isonomia do certame.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000113	GUAÍRA - Médico 24h	34-C	Questão nº 34: Solicito a revisão do gabarito preliminar da questão 34, cujo gabarito divulgado foi a alternativa B (8 pontos). De acordo	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é:	QUESTÃO ALTERADA

			com o enunciado, o paciente apresenta os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso, correspondendo a 2 pontos;Emissão de palavras isoladas, correspondendo a 3 pontos, compatível com Palavras Inapropriadas conforme definição clássica da Escala de Coma de Glasgow;Flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor, compatível com Movimento de Retirada, 4 pontos. Ressalta-se que a resposta verbal V2 refere-se a sons incompreensíveis, o que não se aplica ao caso descrito, uma vez que o paciente emite Palavras Isoladas. Dessa forma, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é: AO 2 + RV 3 + RM 4 = 9 pontos, correspondente à alternativa C. Diante do exposto, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa C, por ser a única compatível com os dados clínicos apresentados no enunciado. Referências: Advanced Trauma Life Support (ATLS); Prehospital Trauma Life Support (PHTLS).	Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
000113	GUAÍRA - Médico 24h	30-N	Questão nº 30: Solicita-se anulação da questão 30, onde solicita a identificação da alternativa CORRETA sobre hipocalemia. No entanto, observa-se que a alternativa C apresenta conteúdo compatível com a prática clínica, o que gera ambiguidade, inviabilizando a existência de apenas uma alternativa correta. A alternativa C afirma: "Recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada." Embora pacientes com hipocalemia leve e assintomática possam, em alguns contextos, não necessitar de eletrocardiograma imediato, o enunciado não delimita o cenário clínico, tampouco restringe a avaliação a pacientes assintomáticos ou sem comorbidades. Na prática clínica, a indicação de eletrocardiograma em pacientes com hipocalemia independe exclusivamente do valor sérico do potássio, devendo considerar sintomas associados, presença de doença cardiovascular e risco de arritmias. Conforme publicação da Revista Qualidade HC – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, a hipocalemia pode cursar com alterações eletrocardiográficas relevantes, sendo mandatória a realização de eletrocardiograma como parte da avaliação diagnóstica desses pacientes (Revista Qualidade HC – USP, artigo "Hipocalemia", disponível em: https://hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/216/216.pdf Adicionalmente, a BMJ Best Practice recomenda a obtenção de eletrocardiograma na avaliação de pacientes com hipocalemia, como ferramenta fundamental para detecção de alterações cardíacas associadas ao distúrbio eletrolítico, independentemente da gravidade inicial (BMJ Best Practice – Hypokalemia, disponível em: https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/59. Conforme revisão publicada no PubMed Central ("Hypokalemia: a clinical update"), a hipocalemia pode causar disfunções na condução elétrica cardíaca e arritmias com potencial de risco, o que justifica a utilização de eletrocardiograma na investigação clínica da hipocalemia em contextos adequados. Dessa forma, a alternativa C não pode ser considerada incorreta de forma absoluta, uma vez que há respaldo em literatura nacional e internacional para a realização de eletrocardiograma como parte da avaliação inicial de pacientes com hipocalemia, inclusive nos casos leves a moderados, dependendo do contexto clínico. Assim, embora a alternativa E contenha afirmação correta, a existência de outra alternativa igualmente aceitável fere o princípio da unicidade de resposta exigido em questões objetivas, tornando a questão passível de anulação. Solicita-se, portanto, a anulação da questão 30. Referências: -Revista Qualidade HC, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, intitulada "Hipocalemia". Disponível em: https://hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/216/216.pdf. -BMJ Best Practice, na abordagem clínica da hipocalemia. Disponível em: https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/59. -PubMed Central (National Institutes of Health), intitulada "Hypokalemia: a clinical update". Disponível em: https://pmc-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/articles/PMC5881435/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr _pto=tc.	Recurso INDEFERIDO. Conforme a referência Medicina de Emergência – USP, recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação em pacientes com hipocalemia moderada a grave, uma vez que alterações eletrocardiográficas em níveis leves são incomuns, geralmente ocorrendo quando o K? < 2,7 mEq/L. A alternativa C afirma que o eletrocardiograma deve ser realizado como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada, o que extrapola a recomendação da referência adotada, tornando a assertiva tecnicamente incorreta à luz do texto-base. A alternativa E, por sua vez, está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio, conduta expressamente respaldada pela literatura de emergência.	INDEFERIDO
000265	GUAÍRA - Médico 24h	30-C	Cara banca venho por meio desta, solicitar a anulação da questão 30, onde pede a identificação da alternativa CORRETA sobre hipocalemia. No entanto, observa-se que a alternativa C apresenta conteúdo compatível com a prática clínica, o que gera ambiguidade, anuland a existência de apenas uma alternativa correta. A alternativa C afirma: "Recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada." Embora pacientes com hipocalemia leve e assintomática possam, em alguns contextos, não necessitar de eletrocardiograma imediato, o enunciado não delimita o cenário clínico, tampouco restringe a avaliação a pacientes assintomáticos ou sem comorbidades. Na prática clínica, a indicação de eletrocardiograma em pacientes com hipocalemia independe exclusivamente do valor sérico do potássio, devendo considerar sintomas associados, presença de doença cardiovascular e risco de arritmias. Conforme publicação da Revista Qualidade HC – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, a hipocalemia pode cursar com alterações eletrocardiográficas relevantes, sendo mandatória a realização de eletrocardiograma como parte da avaliação diagnóstica desses pacientes (Revista Qualidade HC – USP, artigo "Hipocalemia", disponível em: https://hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/216/216.pdf Adicionalmente, a BMJ Best Practice recomenda a obtenção de eletrocardiograma na avaliação de pacientes com hipocalemia, como ferramenta fundamental para detecção de alterações cardíacas associadas ao distúrbio eletrolítico, independentemente da gravidade inicial (BMJ Best Practice – Hypokalemia, disponível em: https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/59. Conforme revisão publicada no PubMed Central ("Hypokalemia: a clinical update"), a hipocalemia pode causar disfunções na condução elétrica cardíaca e arritmias com potencial de risco, o que justifica a utilização de eletrocardiograma na investigação clínica da hipocalemia em contextos adequados. Dessa forma, a alternativa C não pode ser considerada incorreta de forma absoluta, uma vez que há respaldo em literatura nacional e internacional para a realização de eletrocardiograma como parte da avaliação inicial de pacientes com hipocalemia, inclusive nos casos leves a moderados, dependendo do contexto clínico. Assim, embora a alternativa E contenha afirmação correta, a existência de outra alternativa igualmente aceitável fere o princípio da unicidade de resposta exigido em questões objetivas, tornando a questão passível de anulação. Solicita-se, portanto, a anulação da questão 30. Referências: -Revista Qualidade HC, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, intitulada "Hipocalemia". Disponível em: https://hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/216/216.pdf. -BMJ Best Practice, na abordagem clínica da hipocalemia. Disponível em: https://bestpractice.bmj.com/topics/pt-br/59. -PubMed Central (National Institutes of Health), intitulada "Hypokalemia: a clinical update". Disponível em: https://pmc-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/articles/PMC5881435/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr _pto=tc.	Recurso INDEFERIDO. Conforme a referência Medicina de Emergência – USP, recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação em pacientes com hipocalemia moderada a grave, uma vez que alterações eletrocardiográficas em níveis leves são incomuns, geralmente ocorrendo quando o K? < 2,7 mEq/L. A alternativa C afirma que o eletrocardiograma deve ser realizado como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada, o que extrapola a recomendação da referência adotada, tornando a assertiva tecnicamente incorreta à luz do texto-base. A alternativa E, por sua vez, está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio, conduta expressamente respaldada pela literatura de emergência.	INDEFERIDO
000265	GUAÍRA - Médico 24h	34-N	Cara banca venho por meio desta, solicita a revisão do gabarito preliminar da questão 34, cujo gabarito divulgado foi a alternativa B (8 pontos). De acordo com o enunciado, o paciente apresenta os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso, correspondendo a 2 pontos;Emissão de palavras isoladas, correspondendo a 3 pontos, compatível com Palavras Inapropriadas conforme definição clássica da Escala de Coma de Glasgow;Flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor, compatível com Movimento de Retirada, 4 pontos.Ressalta-se que a resposta verbal V2 refere-se a sons incompreensíveis, o que não se aplica ao caso descrito, uma vez que o paciente emite Palavras Isoladas. Dessa forma, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é: AO 2 + RV 3 + RM 4 = 9 pontos, correspondente à alternativa C. Diante do exposto, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa C, por ser a única compatível com os dados clínicos apresentados no enunciado. Referências: Advanced Trauma Life Support (ATLS); Prehospital Trauma Life Support (PHTLS).[13:45, 27/01/2026] Isa Adame: Questão nº 19: Solicita-se a anulação da questão 19, tendo em vista ambiguidade no enunciado e possibilidade de mais de uma alternativa correta, conforme os protocolos do SAMU – Emergências Clínicas (método ACENA). O enunciado descreve paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal e comportamento imprevisível, informando que a equipe realizou abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso. Entretanto, a própria questão introduz, na alternativa D, a hipótese de o paciente estar portando arma de fogo, o que, segundo o método ACENA, caracteriza cena insegura, na qual não é permitida intervenção clínica, devendo a equipe manter distância segura, priorizar a própria segurança e aguardar o apoio policial.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			Dessa forma, observa-se que: Na situação descrita no enunciado (sem arma visível), a alternativa B é tecnicamente correta, ao indicar tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal;Contudo, ao introduzir a hipótese de porte de arma de fogo, a alternativa D descreve uma conduta que também encontra respaldo no protocolo, uma vez que, em cenários de ameaça armada, a prioridade absoluta é a segurança da equipe, sendo indicada a manutenção de distância e aguardo da autoridade policial.Assim, a questão apresenta dupla interpretação válida, pois: O método ACENA determina condutas distintas conforme o nível de risco da cena;A alternativa D descreve um cenário plausível e compatível com o mesmo quadro clínico, porém com risco ambiental agravado;O enunciado não delimita de forma inequívoca que a hipótese da alternativa D deva ser considerada incorreta, criando conflito entre alternativas com respaldo normativo.Diante da falta de univocidade da resposta e da possibilidade de mais de uma alternativa correta à luz do protocolo oficial do SAMU, solicita-se a ANULAÇÃO da questão, em respeito aos princípios da objetividade e da isonomia do certame.		
000265	GUAÍRA - Médico 24h	19-N	Cara banca venho por meio desta, solicita a anulação da questão 19, tendo em vista ambiguidade no enunciado e possibilidade de mais de uma alternativa correta, conforme os protocolos do SAMU – Emergências Clínicas (método ACENA). O enunciado descreve paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal e comportamento imprevisível, informando que a equipe realizou abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso. Entretanto, a própria questão introduz, na alternativa D, a hipótese de o paciente estar portando arma de fogo, o que, segundo o método ACENA, caracteriza cena insegura, na qual não é permitida intervenção clínica, devendo a equipe manter distância segura, priorizar a própria segurança e aguardar o apoio policial. Dessa forma, observa-se que: Na situação descrita no enunciado (sem arma visível), a alternativa B é tecnicamente correta, ao indicar tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal;Contudo, ao introduzir a hipótese de porte de arma de fogo, a alternativa D descreve uma conduta que também encontra respaldo no protocolo, uma vez que, em cenários de ameaça armada, a prioridade absoluta é a segurança da equipe, sendo indicada a manutenção de distância e aguardo da autoridade policial.Assim, a questão apresenta dupla interpretação válida, pois: O método ACENA determina condutas distintas conforme o nível de risco da cena;A alternativa D descreve um cenário plausível e compatível com o mesmo quadro clínico, porém com risco ambiental agravado;O enunciado não delimita de forma inequívoca que a hipótese da alternativa D deva ser considerada incorreta, criando conflito entre alternativas com respaldo normativo.Diante da falta de univocidade da resposta e da possibilidade de mais de uma alternativa correta à luz do protocolo oficial do SAMU, solicita-se a ANULAÇÃO da questão, em respeito aos princípios da objetividade e da isonomia do certame.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000265	GUAÍRA - Médico 24h	16-N	Cara banca venho por meio desta, solicitar a anulação da questão 16, questão onde solicita a alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica (tipo II). Entretanto, a questão apresenta mais de uma alternativa correta, o que viola o princípio da univocidade exigido em questões de múltipla escolha, motivo pelo qual se requer sua anulação. Fundamentação: Alternativa A (Contusão pulmonar): Trata-se de uma lesão pulmonar alveolar que causa extravasamento de líquido para o interstício e alvéolos, gerando shunt e alteração da relação ventilação/perfusão, resultando em insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I). Não cursa com hipercapnia primária.Alternativa E (Edema agudo de pulmão cardiogênico): Também cursa com shunt intrapulmonar e hipoxemia, configurando insuficiência respiratória do tipo I. A hipercapnia, quando presente, ocorre apenas tardiamente, devido à fadiga ventilatória, não sendo mecanismo fisiopatológico inicial.Dessa forma, ambas as alternativas A e E estão corretas. Solicito, portanto, a anulação da questão nº 16, em razão da existência de mais de uma alternativa correta, o que prejudica a isonomia e a justiça na avaliação. Referênicas: WEST, John B. Respiratory Physiology: The Essentials. 10ª ed., Lippincott Williams & Wilkins, 2015. HARRISON'S Principles of Internal Medicine, 20ª ed., McGraw Hill, 2018. Protocolos da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT); Diretrizes sobre manejo de insuficiência respiratória..	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
003539	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 12h	34-C	Segundo o enunciado da questão, o paciente apresenta resumidamente a seguinte clínica neurologica: Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso; Emite palavras isoladas; Apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor. Conforme o ATLS – Advanced Trauma Life Support®, última edição, página 163, capítulo 6, tabela 6-2, a Escala de Coma de Glasgow é composta por três parâmetros, de acordo com os dados fornecidos na questão: Abertura ocular (O):– Ao estímulo doloroso ? 2 pontos Resposta verbal (V):– Palavras inapropriadas / palavras isoladas ? 3 pontos Resposta motora (M):Segundo o ATLS, localizar a dor (M5) exige que o paciente realize um movimento direcionado ao local do estímulo doloroso, demonstrando tentativa consciente de removê-lo.Já a retirada ao estímulo doloroso (M4) caracteriza- se por flexão normal do membro, sem movimento direcionado ao local da dor. O prresente enunciado afirma o paciente "retira o braço ao estímulo, sem localizar a dor", o que, corresponde à resposta motora M4, conforme definição do ATLS. Dessa forma, a pontuação correta é: O=2 V=3 M=4 Total: 9 pontos, correspondente à alternativa C. Ressalta-se que a interpretação adotada no gabarito oficial atribui pontuação incompatível com a descrição clínica apresentada, contrariando a padronização estabelecida pelo ATLS, referência internacional amplamente aceita para avaliação do trauma. Diante do exposto, solicita-se a revisão do gabarito, com a alteração da resposta correta para a alternativa C (9 pontos). Referência bibliográfica: 1. AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. Advanced Trauma Life Support: Student Course Manual. 11. ed. Chicago: American College of Surgeons, 2025.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	15-N	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra a questão nº 15 tendo em vista a existência de erro material na identificação das alternativas. Observa-se que uma das opções de resposta encontra-se identificada como "letra U", enquanto as demais seguem o padrão B, C, D e E. Tal inconsistência foge ao padrão adotado em provas objetivas e compromete a clareza da questão, podendo gerar confusão e prejuízo ao candidato no momento da escolha da alternativa correta. O erro material na identificação das alternativas viola os princípios da legalidade, da isonomia e da segurança jurídica, uma vez que não assegura igualdade de condições a todos os candidatos na interpretação da questão. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão, ou, subsidiariamente, a adoção de providência que não prejudique os candidatos, com a devida atribuição da pontuação correspondente. Termos em que, Pede deferimento.	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento do candidato.	INDEFERIDO
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	16-N	Solicita-se a anulação da questão 16, em razão de erro material e inconsistência técnico-científica, conforme exposto a seguir. Inicialmente, observa-se erro material grave, uma vez que as alternativas A e E apresentam exatamente o mesmo conteúdo ("Somente as alternativas I e III estão corretas"), o que compromete a unicidade das alternativas e viola os princípios da objetividade, clareza e isonomia exigidos em provas de múltipla escolha. No mérito, verifica-se que as assertivas I e II estão corretas, conforme a Farmacopeia Brasileira, 7ª edição, que estabelece faixas de conservação (temperatura ambiente controlada, refrigeração e congelamento) e enfatiza o controle da umidade e da exposição à luz como fatores determinantes da estabilidade dos medicamentos. Entretanto, a assertiva III está incorreta, pois indica que produtos termolábeis, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, devem ser mantidos entre –2 °C e +8 °C, quando a Farmacopeia estabelece, de forma geral, a refrigeração entre 2 °C e 8 °C, sendo temperaturas negativas inadequadas para esses produtos, podendo causar perda de eficácia. Dessa forma, não há alternativa que represente corretamente o conjunto das assertivas, além do erro material identificado, motivo pelo qual requer-se a anulação da questão, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos.	A candidata está correta, houve um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	19-N	Requer-se a anulação da questão 19, em razão de erro material no enunciado, que compromete a correta interpretação da norma cobrada. O enunciado faz referência à Portaria nº 2048/2022, norma inexistente no ordenamento jurídico com o conteúdo mencionado.		QUESTÃO ANULADA

			A regulamentação aplicável ao tema de atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência é a Portaria GM/MS nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. O equívoco quanto ao ano da portaria induz o candidato a erro, viola o princípio da clareza, da segurança jurídica e da vinculação ao edital, uma vez que não é possível exigir interpretação correta de norma legal incorretamente identificada no próprio enunciado da questão. Diante do erro material insanável no enunciado, requer-se a anulação da questão, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos. Segue em anexo a portaria cobrada Portaria GM/MS nº 2.048, de 5 de novembro de 2002.		
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	26-D	Requer-se a anulação da questão 26 ou a retificação do gabarito, em razão de inconsistência técnica entre o enunciado e a alternativa considerada correta. O enunciado trata de estudos pré-comercialização de medicamentos, correspondentes às Fases I, II e III, conduzidos em seres humanos, com objetivos de avaliação de segurança, tolerabilidade, farmacocinética, farmacodinâmica e eficácia, conforme estabelecido em: ANVISA – Resolução RDC nº 9/2015 ICH – Guidelines for Good Clinical Practice (GCP E6(R2)) OMS – Guidelines for Clinical Evaluation of Drugs A análise detalhada das alternativas segue: Alternativa A – INCORRETA: descreve estudos de toxicidade e efeitos em animais, característicos de estudos pré-clínicos, que precedem os estudos clínicos. Estes não fazem parte dos estudos pré-comercialização em humanos. Alternativa B – INCORRETA: descreve a Fase I, mas incorretamente afirma que os estudos são realizados em voluntários portadores da doença. Conforme ANVISA e ICH-GCP, a Fase I é conduzida em voluntários sadios, visando avaliar tolerabilidade, farmacocinética e farmacodinâmica. Alternativa C – INCORRETA: descreve a Fase II, mas erra ao indicar voluntários sadios. Na realidade, a Fase II é conduzida em pacientes com a doença, para avaliar eficácia preliminar, dose-resposta e segurança. Alternativa D – CORRETA: descreve a Fase III, realizada em um grupo extenso pacientes, onde são estabelecidas a eficácia do medicamento e os efeitos adversos mais frequentes e a segurança do produto, exatamente o escopo dos estudos pré-comercialização de acordo com ANVISA, OMS e ICH-GCP. Alternativa E – INCORRETA: aborda padrões de prescrição, uso pelo paciente e superdoses, que são avaliados apenas em estudos pós-comercialização (Fase IV), ou seja, em farmacoepidemiologia e farmacovigilância, e não constituem estudo pré- comercialização. Portanto, a alternativa A, indicada como correta no gabarito preliminar, não corresponde ao conteúdo dos estudos clínicos pré-comercialização, enquanto a alternativa D está em perfeita consonância com as normas nacionais e internacionais. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão ou a retificação do gabarito para a letra D, garantindo a correta atribuição de pontuação a todos os candidatos.	O tema pode ser consultado na literatura Todo conhecimento sobre um novo medicamento lançado no mercado é obtido por meio de estudos pré- comercialização. Os primeiros estudos, denominados pré- clínicos, referem-se à avaliação da toxicidade e dos efeitos da nova molécula em animais de experimentação. Caso não se observem efeitos tóxicos, são realizados estudos em humanos, os ensaios clínicos. Na Fase Ié verificada a tolerabilidade na espécie humana e são observados aspectos relativos à farmacocinética e farmacodinâmica; são realizados geralmente em voluntários sãos. Na Fase II estabelece-se a margem de dose; realiza-se emvoluntários sãos ou pacientes. Na Fase III, aplicada a pacientes, é estabelecidaa eficácia do novo medicamento e são identificados e quantificados os efeitos indesejados mais frequentes. Fonte: STORPIRTIS, Silvia. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. In: Farmácia clínica e atenção farmacêutica. 2008. p. 489-489.	INDEFERIDO
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	30-N	Requer-se a anulação da questão 30, em razão de erro de elaboração e ausência de alternativa correta. O enunciado trata das limitações da pesquisa clínica, que envolvem aspectos qualitativos, quantitativos e metodológicos, reconhecidos em diretrizes nacionais e internacionais, como ICH-GCP, ANVISA e OMS. A análise das alternativas é a seguinte: I – Dados da prescrição: Limitação quantitativa e qualitativa, pois informações sobre prescrição podem estar incompletas, incorretas ou indisponíveis, impactando a confiabilidade dos dados. ? II – Heterogeneidade da população-alvo: Limitação metodológica clássica, uma vez que diferenças entre idade, sexo, comorbidades, hábitos de vida e genética podem afetar a generalização e interpretação dos resultados. ? III – Latência de um evento adverso: Limitação temporal importante, pois eventos adversos podem se manifestar após o término do estudo, dificultando sua detecção em ensaios clínicos pré-comercialização. ? Portanto, todas as alternativas I, II e III representam limitações reconhecidas da pesquisa clínica. No entanto, nenhuma das alternativas fornecidas no enunciado contempla a totalidade das limitações. Diante disso, solicita-se a anulação da questão, garantindo a atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos, por inexistir alternativa tecnicamente correta.	O conteúdo pode ser consultado na seguinte referência: Farmácia clínica e atenção farmacêutica / Sílvia Storpirtis... [et al.]. – Rio deJaneiro : Guanabara Koogan, 2008.	INDEFERIDO
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	39-N	Recurso – Questão 39 Requer-se a anulação da questão 39 ou a retificação do gabarito, em razão de inconsistência técnica entre o enunciado e a alternativa considerada correta. O enunciado trata de itens que podem indicar irregularidades em fitoterápicos, tema regulado pela ANVISA, em orientações e normativos como: RDC ANVISA nº 26/2014 – Regulamento Técnico de Fitoterápicos RDC ANVISA nº 67/2007 – Rotulagem de Produtos Fitoterápicos A análise detalhada das alternativas segue: I – Produtos indicados para muitas doenças diferentes ou que atuem em várias partes do corpo: Correto. Produtos que prometem efeitos múltiplos e abrangentes são considerados suspeitos de irregularidade, pois não condizem com registro técnico nem comprovação científica. II – Produtos contendo muitas plantas medicinais como substâncias ativas: Incorreto. A presença de mais de uma planta medicinal não caracteriza irregularidade por si só. Fitoterápicos podem conter combinações autorizadas de plantas, desde que registradas e aprovadas pela ANVISA. Portanto, a inclusão desta alternativa no gabarito é tecnicamente equivocada. III – Produtos com embalagens com muitas cores ou imagens: Correto. Embalagens exageradas, chamativas ou com imagens comerciais são indicativos de irregularidade, conforme orientações da ANVISA sobre rotulagem e propaganda. Produtos regulamentados possuem rotulagem padronizada e informativa, sem apelo comercial excessivo. Portanto, as alternativas I e III estão corretas, enquanto a alternativa II é incorreta, tornando a alternativa B (“I, II e III”) tecnicamente inválida. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão ou a retificação do gabarito, garantindo a correta atribuição de pontuação a todos os candidatos. Referências: ANVISA – RDC nº 26/2014 – Regulamento Técnico de Fitoterápicos ANVISA – RDC nº 67/2007 – Rotulagem de Produtos Fitoterápicos	Conteúdo pode ser consultado no material disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publica coes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de- fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf	INDEFERIDO
001610	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	45-N	Prezados membros da banca, Venho, por meio deste, apresentar recurso referente à questão 45, especificamente à alternativa II, que diz: "A tafenoquina deve ser tomada uma única" Observa-se que a frase está incompleta, pois não especifica o substantivo que completa seu sentido. O correto seria: "A tafenoquina deve ser tomada em dose única" Sem essa complementação, a alternativa ficou gramaticalmente incorreta e ambígua, tornando impossível considerá-la clara e compreensível. Dessa forma, solicito que a banca reavalie a formulação da alternativa II, considerando que, na forma apresentada, ela não pode ser classificada como correta. Solicito portanto anulação da questão.	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO
001811	OURO VERDE DO OESTE - Motorista Socorrista	38-D	A afirmativa II da questão afirma que é importante proteger a ferida “mesmo com curativos infectados”, o que está em desacordo com os princípios básicos de primeiros socorros. Conforme manuais do Ministério da Saúde e protocolos de Atendimento Pré- Hospitalar (APH/SBV), jamais deve ser utilizado material contaminado ou infectado em ferimentos, pois isso eleva o risco de infecção e agrava o quadro da vítima. Dessa forma, a afirmativa II é falsa, tornando incorreta a sequência apresentada no gabarito oficial. Diante do erro técnico da questão, solicita-se a alteração do gabarito ou, subsidiariamente, a anulação da questão.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
003022	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	16-N	A questão possui ambiguidade / mais de uma resposta possível. A questão pergunta “NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica”, o item não define se “tipo hipercápnica” se refere ao critério gasométrico (presença de hipercapnia/PaCO? elevada) ou ao mecanismo fisiopatológico (falência ventilatória por hipoventilação alveolar). Essa falta de delimitação torna a questão ambígua. Contusão pulmonar pode cursar com hipercapnia (contestando o gabarito A). A literatura descreve que, após trauma pulmonar/contusão, pode ocorrer insuficiência respiratória com hipoxemia e hipercarbia, com pico por volta de 72 horas. Além disso, “hipercarbia” é um dos critérios usuais para ventilação mecânica em contusão pulmonar, reconhecendo a possibilidade de hipercapnia no quadro.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
003513	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	39-D	Prezada Banca Examinadora, Venho respeitosamente interpor recurso em relação à questão que aborda paciente masculino, 58 anos, etilista crônico, com quadro de hematêmese volumosa precedida por episódios de vômitos, associada a instabilidade hemodinâmica (PA 95x60 mmHg e FC 112 bpm). Embora o gabarito preliminar aponte a Síndrome de Mallory-Weiss como diagnóstico mais provável, o enunciado não apresenta elementos clínicos suficienes sugerindo a hipótese, tornando a questão passível de algumas interpretações diagnósticas. Conforme descrito no Harrison, a síndrome de Mallory-Weiss geralmente cursa com sangramento autolimitado, sendo incomum a presença de instabilidade hemodinâmica, ao passo que, na questão em análise, há presença de hematêmese volumosa associada a hipotensão e taquicardia o qual é mais frequentemente observada nos sangramentos varicosos, os quais podem ocorrer mesmo na ausência de sinais clínicos evidentes de hepatopatia crônica. Ressalta-se ainda que a ausência de sinais clínicos evidentes de	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos	INDEFERIDO

			hepatopatia crônica (icterícia, ascite ou circulação colateral) não exclui sangramento varicoso, uma vez que tais manifestações podem estar ausentes em uma parcela dos pacientes no primeiro episódio hemorrágico. Ademais, o enunciado não fornece dado que permitam afastar de forma segura a presença de hipertensão portal. Dessa forma, considerando que o quadro clínico descrito permite mais de uma hipótese diagnóstica, sem dados suficientes para definição de uma única alternativa correta, solicita-se a anulaçã da referida questão por ambiguidade diagnóstica. Desde já, agradeço a atenção e a análise da Banca Examinadora.	constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
003019	TOLEDO - Médico 12h	34-C	Solicito a revisão do gabarito da questão que aborda a aplicação da Escala de Coma de Glasgow em vítima de atropelamento, uma vez que a pontuação indicada no gabarito oficial (8 pontos) não condiz com a descrição clínica apresentada no enunciado. De acordo com o caso descrito: •Abertura ocular: “abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” → corresponde a E2, conforme definição clássica da Escala de Glasgow. •Resposta verbal: “emite palavras isoladas” → caracteriza palavras inapropriadas, correspondendo a V3. Não há descrição de sons incompreensíveis, gemidos ou ausência de resposta verbal, o que excluiria pontuação inferior. •Resposta motora: “apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor” → descreve claramente retirada ao estímulo doloroso, sem localização da dor, correspondendo a M4. Não há elementos que indiquem flexão anormal (decorticação), o que seria necessário para pontuação M3. Assim, a pontuação correta é: E2 + V3 + M4 = 9 pontos Para que o resultado fosse 8 pontos, seria necessário que o enunciado descrevesse flexão anormal dos membros (M3) ou sons incompreensíveis (V2), o que não ocorre no texto da questão. Dessa forma, o gabarito oficial encontra-se em desacordo com os critérios padronizados da Escala de Coma de Glasgow, motivo pelo qual solicito a retificação do gabarito ou a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003019	TOLEDO - Médico 12h	19-C	Solicito a revisão do gabarito da questão 19, cujo gabarito oficial aponta a alternativa B como correta, por entender que tal alternativa contraria os princípios fundamentais de segurança da cena e os protocolos do atendimento pré-hospitalar do SAMU. O enunciado descreve paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a transeuntes e comportamento imprevisível, além de falha da abordagem verbal e das técnicas de desescalada, caracterizando cena potencialmente insegura. De acordo com os protocolos do SAMU e com o método ACENA, a segurança da equipe, do paciente e de terceiros é prioridade absoluta, sendo vedada qualquer intervenção clínica invasiva antes da garantia de controle da cena. A alternativa B propõe a administração de medicação sedativa intramuscular (haloperidol associado à prometazina) sem que o enunciado assegure a segurança do ambiente, o que expõe a equipe a risco físico grave, além de contrariar o princípio basilar do APH: “cena insegura não se aborda”. Por outro lado, a alternativa C descreve conduta compatível com os protocolos vigentes, ao indicar a solicitação de apoio policial e a postergação de intervenções clínicas até que a cena esteja segura, conduta esta expressamente recomendada em situações de agressividade, ameaça a terceiros e imprevisibilidade do paciente. Ressalta-se que a contenção química só é indicada após controle ambiental e com equipe em segurança, condição não explicitada no enunciado. Assim, a alternativa B pressupõe cenário seguro não descrito no texto da questão, o que torna sua escolha indevida. Dessa forma, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa C ou, subsidiariamente, a anulação da questão, por permitir interpretações conflitantes e por ausência de elemento essencial à definição da conduta correta (segurança da cena). Termos em que, Pede deferimento.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
002450	CASCAVEL - Farmacêutico	16-N	Prezados, A Farmacopeia Brasileira, 7ª edição (ANVISA) estabelece, nas monografias e capítulos gerais, que as condições de conservação dos medicamentos incluem orientações como “proteger da luz” e “conservar em recipiente bem fechado, protegido da umidade”. Tais determinações reconhecem que a exposição à luz e à umidade compromete a estabilidade físico-química dos medicamentos, podendo acelerar sua degradação. Ainda em anexo, artigo de 2025 utilizando a citação da farmacopeia como referência. Dessa maneira, É CORRETO afirmar que as sentenças I e II estão corretas, razão pela qual se requer a revisão do gabarito e anulação da questão, pois a referida não possui essa alternativa disponível para assinalar	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002450	CASCAVEL - Farmacêutico	35-A	De acordo com os documentos oficiais do Ministério da Saúde, o ciclo da Assistência Farmacêutica é composto pelas etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação/utilização dos medicamentos, não havendo nenhuma etapa intitulada “normalização”. A normalização refere-se a atividades de padronização e elaboração de normas, de caráter transversal, e não a uma etapa formal do ciclo da assistência farmacêutica. Para chegar a etapa de AQUISIÇÃO, primeiro ocorrem a seleção e a programação, como descrito no enunciado da questão. Referências: Assistência Farmacêutica no SUS – Coleção Progestores (MS) Assistência Farmacêutica no Brasil – Políticas de Saúde e Acesso a Medicamentos (MS) Portaria GM/MS nº 4.283/2010 (diretrizes para farmácia hospitalar) Anex	Este termo encontra-se descrito em: STORPIRTIS, Silvia. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. In: Farmácia clínica e atenção farmacêutica. 2008. p. 489-489.	INDEFERIDO
002450	CASCAVEL - Farmacêutico	45-N	Solicito a anulação da questão sobre tafenoquina, uma vez que o enunciado está incompleto e não apresenta informações suficientes para permitir a escolha de uma alternativa correta em relação a dosagem, tornando a interpretação da questão ambígua e tecnicamente imprecisa.	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO
002450	CASCAVEL - Farmacêutico	48-N	De acordo com o artigo científico “Antibiotics and Bacterial Resistance — A Short Story of an Endless Arms Race” (International Journal of Molecular Sciences, seções 2.5 - em anexo), as sulfonamidas são classificadas como antibióticos de amplo espectro com efeito bacteriostático. Ao mesmo tempo, sim, as sulfonamidas potencializam os efeito dos anticoagulantes. Por esse motivo, solicito anulação da questão pela dificuldade a escolha da alternativa correta devido ao teor ambíguo;	Conteúdo disponível em: FORD, Susan M. Farmacologia Clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.	INDEFERIDO
000405	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-E	RECURSO – QUESTÃO 20 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 20, cujo gabarito preliminar aponta como correta a alternativa D (50 a 74 anos). A questão afirma que, em 2025, houve ampliação da faixa etária para o rastreamento ativo do câncer de mama, com solicitação preventiva da mamografia a cada dois anos, e solicita qual seria essa faixa etária definida. Entretanto, de acordo com as diretrizes mais recentes do Ministério da Saúde, divulgadas no contexto da ampliação das estratégias de rastreamento, a faixa etária considerada para o rastreamento ativo ampliado é de 40 a 69 anos, o que corresponde à alternativa E. Ressalta-se que: A faixa 50 a 74 anos corresponde a recomendações utilizadas por outras instituições e diretrizes internacionais; Já no âmbito das ações ampliadas no SUS, especialmente voltadas à detecção precoce e ampliação do acesso, a faixa 40 a 69 anos vem sendo adotada em comunicações institucionais e políticas públicas recentes. Dessa forma, observa-se que o enunciado permite interpretação compatível com mais de uma diretriz, o que compromete a objetividade da questão. Assim, solicita-se a revisão do gabarito, com a alteração para a alternativa E, ou, alternativamente, a anulação da questão, por apresentar ambiguidade conceitual. Termos em que, Pede deferimento.	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO

000405	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	19-D	RECURSO – QUESTÃO 20 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 20, cujo gabarito preliminar aponta como correta a alternativa D (50 a 74 anos). A questão afirma que, em 2025, houve ampliação da faixa etária para o rastreamento ativo do câncer de mama, com solicitação preventiva da mamografia a cada dois anos, e solicita qual seria essa faixa etária definida. Entretanto, de acordo com as diretrizes mais recentes do Ministério da Saúde, divulgadas no contexto da ampliação das estratégias de rastreamento, a faixa etária considerada para o rastreamento ativo ampliado é de 40 a 69 anos, o que corresponde à alternativa E. Ressalta-se que: A faixa 50 a 74 anos corresponde a recomendações utilizadas por outras instituições e diretrizes internacionais; Já no âmbito das ações ampliadas no SUS, especialmente voltadas à detecção precoce e ampliação do acesso, a faixa 40 a 69 anos vem sendo adotada em comunicações institucionais e políticas públicas recentes. Dessa forma, observa-se que o enunciado permite interpretação compatível com mais de uma diretriz, o que compromete a objetividade da questão. Assim, solicita-se a revisão do gabarito, com a alteração para a alternativa E, ou, alternativamente, a anulação da questão, por apresentar ambiguidade conceitual. Termos em que, Pede deferimento.	Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19). Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY. Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	INDEFERIDO

000405	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	19-D		Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19). Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY. Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui-o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	INDEFERIDO
000405	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	29-B	Recurso – Questão 29 A questão 29 solicita que o candidato assinale a alternativa incorreta, afirmando expressamente que a classificação deve estar de acordo com as novas diretrizes para os níveis pressóricos em adultos. Entretanto, observa-se que a alternativa B utiliza o termo “pré-hipertensão”, classificação que não é mais adotada nas diretrizes atuais. Conforme as recomendações mais recentes da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e diretrizes internacionais, o termo “pré-hipertensão” foi substituído por “pressão arterial elevada”, não sendo mais considerado tecnicamente adequado. Dessa forma, a alternativa B apresenta inconsistência conceitual, estando em desacordo com a nomenclatura vigente mencionada no próprio enunciado da questão, o que a caracteriza como alternativa incorreta. Considerando que o gabarito preliminar aponta a alternativa E como incorreta, verifica-se a existência de mais de uma alternativa passível de erro, tornando a questão ambígua e comprometendo a objetividade necessária à avaliação. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão 29, por apresentar divergência conceitual frente às diretrizes atuais explicitadas no enunciado.	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp- content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
000405	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	39-D	Recurso – Questão 39 Prezada Banca Examinadora,	- A cada 96 horas para equipos de sistema fechado de	INDEFERIDO

			Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 39, cujo gabarito divulgado aponta a alternativa B como correta. Entretanto, observa-se que a alternativa D também encontra respaldo nas normas de controle de infecção da ANVISA e em recomendações amplamente aceitas na prática da enfermagem, ao afirmar que a troca dos equipos de nutrição parenteral (com ou sem	monitorização hemodinâmica e pressão arterial invasiva; - A cada 24 horas para equipos para infusão intermitente; - A cada 24 horas ou a cada bolsa infundida para equipos de nutrição parenteral (com ou sem	

			lipídios) deve ocorrer a cada 12 horas ou a cada bolsa infundida. Tal orientação está de acordo com protocolos institucionais e diretrizes sanitárias vigentes, sendo uma conduta padronizada e objetiva. Já a alternativa B apresenta caráter genérico ao vincular o intervalo de troca "de 6 a 12 horas" apenas à recomendação do fabricante, o que pode variar e não representa uma norma única e padronizada. Dessa forma, verifica-se a existência de mais de uma alternativa tecnicamente correta, o que compromete a objetividade da questão. Diante do exposto, solicita-se, respeitosamente, a anulação da questão ou a revisão do gabarito, considerando-se também a alternativa D como correta.	lipídios); - A cada 12 horas para bolsas de emulsões lipídicas, incluindo o equipo e dispositivo complementar; - A cada 6 a 12 horas para soluções de propofol, incluindo o equipo e o dispositivo complementar juntamente com o frasco do medicamento, de acordo com a recomendação do fabricante; - A cada bolsa infundida de equipo de hemocomponentes e hemoderivados; - Sempre nas trocas dos cateteres intravenosos (periféricos ou centrais) para equipos e dispositivos complementares; De acordo com a recomendação do fabricante ao considerar equipos utilizados para bombas de infusão [.....] (BRASIL, 2017; GORSKI et al., 2021). FONTE: Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção relacionada à Assistência à Saúde. Brasília, 2017.	
000405	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	14-N	Recurso – Questão 14 (Noções de Ética e Cidadania) Questão 14 – Cidadania pode ser entendida como: Venho respeitosamente interpor recurso em relação ao gabarito preliminar da questão 14. A alternativa A – "O ato de residir em um país", por mim assinalada, pode ser compreendida como correta à medida que o conceito de cidadania, em sentido amplo e introdutório, também se relaciona ao vínculo do indivíduo com o Estado e o território em que reside, especialmente em abordagens simplificadas voltadas a provas de nível médio. Além disso, o enunciado da questão não especifica se o conceito de cidadania deveria ser analisado sob o ponto de vista político-jurídico restrito ou sociológico ampliado, o que pode gerar dupla interpretação por parte do candidato. Dessa forma, considerando a ausência de delimitação conceitual mais precisa no enunciado, solicita-se a revisão do gabarito, com a consequente anulação da questão ou aceitação de mais de uma alternativa.	O simples fato de residir em um país não lhe confere a cidadania se o mesmo não participar da vida política e social desse país, como exemplo o cidadão que recebe a cidadania italiana por exemplo precisa votar nas eleições italianas sob pena de ter seus direitos casados. A cidadania é um conceito que se refere à condição de um indivíduo como membro de uma sociedade ou nação, conferindo-lhe direitos e deveres. Ela abrange não apenas a legalidade de pertencer a um país, mas também a participação ativa na vida política, social e econômica da comunidade. A cidadania é fundamental para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, e envolve a responsabilidade de contribuir para o bem-estar da sociedade. Além disso, a cidadania pode ser vista como um vínculo direto entre o indivíduo e o Estado, reconhecendo a subordinação política e a participação ativa na vida pública. indeferido	INDEFERIDO
001381	OURO VERDE DO OESTE - Técnico em Enfermagem	17-E	Fundamentacao 17. Sobre Hepatites virais assinale a alternativa incorretaAnswer: D A alternativa D está incorreta porque, embora a vacina contra a Hepatite A seja recomendada para usuários de PrEP, o esquema vacinal no SUS para esta população é de dose única, e não duas doses com 6 meses de intervalo. O esquema	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo	INDEFERIDO

			de duas doses com intervalo de 6 meses é o padrão para a vacina em clínicas privadas e em alguns contextos específicos, mas a recomendação padrão do SUS, inclusive para crianças aos 15 meses de idade, é de uma dose única. As outras alternativas estão corretas:A e E: A transmissão das hepatites A e E é, de fato, oral- fecal. B: O esquema vacinal para Hepatite B em adultos no Brasil segue o padrão de 3 doses (0, 1 e 6 meses). C: As hepatites virais são doenças de Notificação Compulsória e os casos confirmados devem ser notificados no SINAN. ANULAÇÃO DA QUESTÃO	mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria.	
001381		37-E	A fundamentação para a Questão 37, que trata da compatibilidade para transfusão de concentrado de hemácias, baseia-se nas interações entre	Características dos Tipos Sanguíneos: Oito Perfis e Suas Compatibilidades O tipo sanguíneo A+ é um dos mais comuns, presente em cerca de 34% da população brasileira. Pode doar para A+ e	INDEFERIDO

	OURO VERDE DO OESTE - Técnico em Enfermagem		os antígenos presentes nas hemácias do doador e os anticorpos presentes no plasma do receptor.?A questão solicita a alternativa incorreta.?Análise Técnica das Alternativas?A) Um paciente A+ pode receber de A+, A-, O+ e O-: Correta. O receptor A+ possui antígenos A e Rh. Ele pode receber sangue que não tenha antígenos estranhos (como o O) e tanto sangue Rh positivo quanto negativo.?B) Um paciente AB+ pode doar apenas para AB+ e receber de todos: Correta. O AB+ é o receptor universal, pois não possui anticorpos (anti-A, anti-B ou anti-Rh) que atacariam as células doadas. Porém, ele só pode doar para quem também é AB+, para não causar reação em outros tipos.?C) Um indivíduo B- pode receber concentrado de B- e O-: Correta. Pacientes com fator Rh negativo só podem receber sangue Rh negativo. Como ele é tipo B, pode receber do seu próprio tipo ou do tipo O (doador universal).?D) Um paciente A- pode doar concentrado para A- e AB- apenas: Incorreta (Gabarito). Esta é a "pegadinha" da questão. O indivíduo A- pode doar para A-, A+, AB- e AB+. O sangue Rh negativo pode sempre ser doado para quem é Rh positivo do mesmo sistema ABO.?E) O tipo O+ pode receber sangue O- e O+: Correta. O receptor O+ só pode receber sangue do tipo O (pois tem anticorpos anti-A e anti-B no plasma), mas aceita tanto o Rh negativo quanto o positivo. ANULAÇÃO DA QUESTÃO	AB+, e receber de A+, A-, O+ e O-. Já o A- é mais raro e pode doar para A-, A+, AB- e AB+, mas só recebe de A- e O-. O tipo B+ representa aproximadamente 10% da população. Pode doar para B+ e AB+ e receber sangue de B+, B-, O+ e O-. O tipo B-, mais raro, pode doar para B-, B+, AB- e AB+, e só recebe de B- e O-. O tipo AB+ é conhecido como receptor universal, pois pode receber sangue de todos os tipos, mas só pode doar para AB+. Já o AB-, além de raro, pode doar para AB- e AB+, e receber de AB-, A-, B- e O-. O tipo O+, o mais frequente entre os brasileiros (cerca de 36% da população), pode doar para todos os tipos com Rh positivo (A+, B+, AB+, O+) e receber apenas de O+ e O-. Por fim, o O- é o doador universal de hemácias, podendo doar para todos os outros tipos, mas só pode receber de O-. FONTE: https://www.saude.pr.gov.br/servicos/Saude/Doacoes/Doa r-sangue-no-Parana-vGr5gN0Y	
001381	OURO VERDE DO OESTE - Técnico em Enfermagem	29-B	Fundamentação da Questão 29 (Versão 2025) a alternativa B estaria incorreta por incluir os valores 120-129. se a cobrou a atualização de 2025, a alternativa B passaria a ser tecnicamente correta, o que obriga a banca a anular a questão ou mudar o gabarito. diretriz de 2020 ou a de 2025. Se não citar, a tendência é cobrarem a mais atual (2025), onde 12/8 já é pré-hipertensão. ANULAÇÃO DA QUESTÃO	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp- content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO

001381	OURO VERDE DO OESTE - Técnico em Enfermagem	5-E	A questão 05 solicita a identificação da frase que não apresenta desvios de ortografia, pontuação ou norma culta (o "EXCETO").?A alternativa correta é a A: "A coordenação recomenda, que os enfermeiros mantenham-se atento as orientações disponibilizadas na plataforma online.".?Análise Técnica das Alternativas?Para fundamentar por que a A é a resposta (considerando que o enunciado pede o item sem erros), vamos analisar os desvios presentes nas demais opções:?Alternativa B: "Solicitamos que todos os profissionais de saúde revirem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.".?Desvio: Provável erro de digitação/semântica no verbo "revirem" (o esperado seria revisem).?Alternativa C: "Solicitamos aos motoristas da equipe, que desempenhem suas atividades de acordo com as diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas na última reunião.".?Desvio: Erro de pontuação. A vírgula após "equipe" separa incorretamente o verbo do seu complemento (quem solicita, solicita algo a alguém).?Alternativa D: "Ressaltamos a importância da utilização dos recursos digitais, no contexto da saúde, uma vez que eles contribuem, para a comunicação, o registro adequado das informações e à integração entre as equipes.".?Desvio: Erro de paralelismo sintático e regência. O uso da crase em "à integração" quebra a sequência de objetos diretos ("a comunicação", "o registro"). Além disso, há excesso de vírgulas desnecessárias separando o verbo "contribuem" de seu complemento.?Alternativa E: "Informamos que: os profissionais, que apresentam pendências na entrega de relatórios registros ou atividades obrigatórias, deverão regularizar a situação até o dia 15 de março, impreterivelmente.".?Desvio: Erro de pontuação grave. O uso de dois-pontos após "que" e a falta de vírgula entre "relatórios registros" (falta de enumeração) tornam a frase incorreta.?Por que a 'A' está correta??Embora a alternativa A apresente uma vírgula facultativa ou levemente estilística após "recomenda" (que alguns gramáticos poderiam questionar como separação de oração objetiva direta), nas provas de concurso, ela é considerada a mais íntegra em comparação aos erros estruturais graves das outras opções. Ela mantém a concordância verbal e nominal e a grafia correta das palavras. ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A letra A apresenta desvio de pontuação e regência (falta de acento grave indicador de crase). Observa-se que, na alternativa B, o verbo “solicitar” é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso (“que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…”), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão (“Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.”). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	QUESTÃO ALTERADA
001932		16-E	O edema agudo de pulmão cardiogênico classicamente é descrito como uma insuficiência respiratória tipo I	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão	QUESTÃO ANULADA

	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 12h		(hipoxêmica), sendo inclusive o principal exemplo clínico desse tipo de insuficiência respiratória citado pelas referências. Dessa forma, a alternativa E também deveria ser aceita como correta.	cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	
001932	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 12h	34-C	O paciente da questão pontua 9 na escala de glasgow. Abertura ocular corresponde a 2 Resposta verbal corresponde a 3 Resposta motora corresponde a 4	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos	QUESTÃO ALTERADA

				Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
001544	CAFELÂNDIA - Assistente Social	6-D	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da questão 06, tendo em vista que a alternativa indicada pela banca como correta (letra E) não exclui a correção da alternativa D, a qual também atende plenamente ao comando da questão, conforme o conteúdo apresentado no texto base. Ao analisar atentamente o enunciado e as alternativas propostas, observa-se que a alternativa D, marcada por este candidato, expressa de forma coerente e fiel a ideia central do texto, mantendo compatibilidade com as informações explicitadas e com o sentido global desenvolvido pelo autor. A alternativa E, apontada como correta pela banca, de fato apresenta uma interpretação possível do texto; entretanto, não é a única interpretação válida, uma vez que a alternativa D igualmente sintetiza e representa adequadamente o conteúdo textual, sem contrariar qualquer informação presente no enunciado. Dessa forma, constata-se que a questão admite dupla resposta correta, o que fere o princípio da objetividade e da unicidade da resposta exigido em provas de múltipla escolha, conforme os critérios técnicos que regem avaliações dessa natureza. Assim, diante da existência de duas alternativas corretas, resta configurada a impossibilidade de se definir uma única resposta, motivo pelo qual se impõe a anulação da questão. Pedido Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão 06, em razão da existência de mais de uma alternativa compatível com o comando da questão e com o texto apresentado. Termos em que, Pede deferimento.	A letra D apresenta uma análise integralmente correta. Isso indica que o desvio apresentado DE FATO ocorre no texto. Como o enunciado pede para que se identifique a alternativa que NÃO apresenta desvio(s) da norma padrão, essa letra não é passível de ser assinalada. Logo, fica mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
001544	CAFELÂNDIA -	16-A	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito atribuído à questão 16, que trata da Resolução CFESS nº 1.114/2025, especialmente do Capítulo III – Da Garantia do Sigilo Profissional, uma vez que a alternativa indicada como correta pela banca (letra E) baseia-se em interpretação genérica e ampliativa do texto normativo, não excluindo a correção da alternativa A, assinalada por	Prezada(o), A questão apresentada solicita a resposta considerando o exposto no Capítulo III Da Garantia Do Sigilo Profissional da Lei citada. Portanto, está	INDEFERIDO

	Assistente Social		este candidato. A alternativa A considera corretas apenas as assertivas I, II e V, as quais encontram	correta! Mantém a questão!	

			respaldo direto e literal na Resolução CFESS nº 1.114/2025: Assertiva I – Correta, ao afirmar que o atendimento em espaço físico e digital deve assegurar privacidade e sigilo de som, imagem e texto; Assertiva II – Correta, ao dispor que o tratamento de dados e informações em ambiente digital não exime o(a) assistente social da responsabilidade pelo sigilo profissional; Assertiva V – Correta, ao estabelecer que a documentação técnica, física ou digital, deve observar padrões e a legislação vigente quanto à gestão e ao acesso. Por outro lado, a assertiva IV, incluída pela banca como correta na alternativa E, afirma que: “A instalação de câmeras em salas ou espaço da realização da intervenção profissional viola o sigilo profissional”. Entretanto, a Resolução CFESS nº 1.114/2025 não estabelece vedação absoluta à instalação de câmeras, mas trata do sigilo profissional a partir da finalidade do atendimento, da proteção de dados, do contexto institucional e da observância dos princípios éticos, não sendo possível afirmar, de forma genérica, que toda e qualquer instalação de câmeras configure, por si só, violação automática do sigilo profissional. Dessa forma, a assertiva IV extrapola o texto normativo ao apresentar uma generalização não expressa na resolução, o que compromete sua correção objetiva. Assim, verifica-se que a alternativa A apresenta interpretação estritamente compatível com o texto legal, enquanto a alternativa E se apoia em entendimento ampliado, gerando ambiguidade na questão e violando o princípio da unicidade da resposta em questões de múltipla escolha. Pedido Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão 16, em razão da existência de mais de uma alternativa plausível e tecnicamente compatível com o texto da Resolução CFESS nº 1.114/2025. Termos em que, Pede deferimento.		
001815	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	À Banca Organizadora do Concurso Objeto: Recurso contra o gabarito preliminar da Questão 34. Fundamentação: Escala de Coma de Glasgow (Atualização 2018/Teasdale et al.). Solicito a revisão do gabarito da questão 34, que indica a pontuação 8 (Alternativa B), com base nos critérios clínicos estabelecidos pela Escala de Coma de Glasgow (ECG), amplamente utilizada na prática médica e no atendimento pré-hospitalar.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			Análise do Enunciado e Aplicação da Escala: * Abertura Ocular: O enunciado descreve que o paciente "abre os olhos apenas ao estímulo doloroso". Segundo os critérios da ECG, a abertura ocular à pressão (dor) corresponde a 2 pontos. * Resposta Verbal: O texto afirma categoricamente que o paciente "emite palavras isoladas". De acordo com a escala, a emissão de palavras soltas e inteligíveis (sem formar frases) caracteriza a pontuação 3. (Sons	Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos	

			incompreensíveis/gemidos corresponderiam a 2 pontos, o que não é o caso descrito). * Resposta Motora: O enunciado relata que o paciente "apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor". Na ECG, a flexão normal (retirada inespecífica) é classificada com 4 pontos. (A flexão anormal/decorticação receberia 3 pontos, mas o enunciado especifica "flexão normal"). Conclusão: A somatória dos critérios descritos no caso clínico (2 + 3 + 4) totaliza 9 pontos. Portanto, a descrição fática apresentada no enunciado é incompatível com o resultado 8. A alternativa correta, seguindo a literatura médica de urgência e emergência, é a Alternativa C (9). Diante do exposto, solicita-se a alteração do gabarito oficial para a Alternativa C ou, subsidiariamente, a anulação da questão por erro na descrição dos parâmetros. Respeitosamente, Natália I. Valmorbida	Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
004888	CASCAVEL - Psicólogo	31-B	As alterntivas A e D eram as mesmas.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	QUESTÃO ANULADA
003745	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	Prezada Banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 34, que apontou como correta a alternativa B, requerendo revisão do gabarito, pelos fundamentos a seguir. A questão descreve paciente vítima de atropelamento, com os seguintes achados neurológicos: Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso Emite palavras isoladas	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			Apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor Conforme os critérios da Escala de Coma de Glasgow, adotados universalmente e descritos no ATLS – Advanced Trauma Life Support: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal com palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora com retirada ao estímulo doloroso, sem localização da dor → 4 pontos O próprio ATLS define que: Localização da dor (M5) ocorre quando o paciente direciona o membro ao local do estímulo doloroso; Retirada ao estímulo doloroso (M4) ocorre quando há flexão e afastamento do membro, sem direcionamento ao local do estímulo, exatamente como descrito no enunciado (“retirando o braço ao	Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	

			estímulo, sem localizar a dor"). Dessa forma, o escore correto da Escala de Coma de Glasgow é: 2 (ocular) + 3 (verbal) + 4 (motora) = 9 pontos Assim, a alternativa correta é a que indica Glasgow = 9, correspondente à alternativa C, sendo o gabarito preliminar incompatível com os critérios estabelecidos pelo ATLS e pela definição clássica da Escala de Coma de Glasgow. Diante do exposto, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa C, por ser a única que corresponde fielmente à descrição clínica apresentada. Termos em que, peço deferimento.		
002378	CASCAVEL - Farmacêutico	15-N	Devido a folha de instruções requerer entre as alternativas (A, B, C, D e E) a correta. Esta questão inicia-se com a letra u. O qual não segue a solicitação da folha de instruções. Consequentemente, requer-se a anulação da mesma. Obrigada.	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
002378	CASCAVEL - Farmacêutico	16-N	Nesta questão encontra-se duas alternativas (A e E), como o mesmo enunciado: Somente as alternativas I e III estão corretas. Com isso, esta questão viola a objetividade solicitada na folha de instruções, onde deve-se apenas escolher (entre as letras da questão), uma como correta (A ou B ou C ou D ou E) e não duas, como foi esta questão 16. Neste caso, requere-se a anulação desta questão. Obrigada	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002378	CASCAVEL - Farmacêutico	26-N	Nesta questão, refere-se aos estudos pré-comercialização para a chegada do novo medicamento no mercado farmacêutico. Além da avaliação da toxicidade e os efeitos da nova molécula em animais em experimentos serem descritos. Esta fase caracteriza-se também, por um período longo onde é realizado a descoberta do mesmo, para então, posteriormente, determinar seus efeitos benéficos e sua toxicidade e assim, desenvolver sua pesquisa junto aos animais de experimento para depois ser enviado ao mercado farmacêutico.E não, ser logo, determinado sua toxicidade e posteriormente seus efeitos em animais de experimentos.	Alternativa está de acordo com a literatura. Ciências Farmacêuticas - Uma Abordagem Hospitalar	INDEFERIDO

002378	CASCAVEL - Farmacêutico	36-C	Pois é de carácter do farmacêutico a conferência de todo e qualquer medicamento que se chega em seu destino, o qual deve avaliar o lote, data de validade, armazenamento, nome do produto e confrontar seus dados junto a nota fiscal em que veio este medicamento. Caso, algo esteje fora dos padrões, o mesmo deve refutar a entrega e notificar os órgãos competentes. Pois ele é o profissional habilitado para realização estas inspeções. Nesta questão, a letra A declara que qualquer pessoa pode realizar a conferência do medicamento que chega no local, sendo que esta função é de exclusividade do farmacêutico, conforme a RDC 44 de 17 de agosto de 2009, seção II, artigo 34, em que menciona: "No momento do recebimento deverá ser verificado o bom estado de conservação, a legibilidade do número de lote e prazo de validade e a presença de mecanismo de conferência da autenticidade e origem do produto, além de observadas outras especificidades legais e regulamentares vigentes sobre rótulo e embalagem, a fim de evitar a exposição dos usuários a produtos falsificados, corrompidos, adulterados, alterados ou impróprios para o uso" Com isso, a resposta que condiz com a RDC é a letra C	A questão não refere em nenhum momento que qualquer pessoa pode realizar esta atividade. A questão apenas pergunta qual seria a primeira barreira para evitar este tipo de falha e não refere a quem realiza.	INDEFERIDO
000837	TOLEDO - Farmacêutico	35-A	Requer-se a alteração do gabarito para a alternativa "A – Aquisição", ou, subsidiariamente, a anulação da questão, por inconsistência conceitual. O enunciado descreve uma etapa que compreende atividades de seleção, especificação, classificação e codificação dos produtos, destacando que tais procedimentos são essenciais para identificar quais produtos devem ser adquiridos. Tais atividades constituem instrumentos técnicos inerentes à etapa de aquisição, a qual	NORMALIZAÇÃOA normalização compreende as etapas de seleção, especificação, classificação e codificação dos produtos, sendo essencial para identificar quais produtos devem ser adquiridos. STORPIRTIS, Silvia. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. In: Farmácia clínica	INDEFERIDO

			integra formalmente o ciclo da assistência farmacêutica. A alternativa indicada no gabarito preliminar (“C – Normalização”) não corresponde a uma etapa do ciclo da assistência farmacêutica, tratando-se de procedimento técnico- administrativo de apoio, sem previsão como etapa formal nas diretrizes do Ministério da Saúde. Dessa forma, a alternativa “A – Aquisição” é a que melhor atende ao comando do enunciado, motivo pelo qual requer-se a alteração do gabarito ou, na impossibilidade, a anulação da questão.	e atenção farmacêutica. 2008. p. 489-489.	
000837	TOLEDO - Farmacêutico	49-N	Requer-se a anulação da questão, uma vez que o gabarito preliminar indica como correta a alternativa “C”, a qual apresenta inconsistência técnica em relação aos esquemas terapêuticos recomendados para o tratamento da infecção latente por tuberculose. De acordo com o Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil, o tratamento da infecção latente pode ser realizado com isoniazida em esquema diário por 6 ou 9 meses, ou pela associação rifampicina/isoniazida em esquema semanal por 12 semanas. Não há recomendação de esquema quinzenal de isoniazida para tratamento da tuberculose latente nos protocolos oficiais vigentes, de modo que a alternativa indicada como correta contém informação incorreta. Assim, verifica-se que a questão não apresenta alternativa plenamente correta, motivo pelo qual requer-se a anulação da questão.	Tratamento da TB latenteEsse tratamento é administrado em pessoas infectadas pelo M. tuberculosis, mas que não apresentam a doença. Esses indivíduos apresentam testes cutâneo/sanguíneo positivos, embora não sejam infectantes e não disseminem a doença para outras pessoas. Se não tratados, 5 a 10% desses indivíduos acabam apresentando doença ativa no decorrer da vida. Portanto, normalmente recebem isoniazida (INH), em esquema posológico diário ou quinzenal, durante 6 a 9 meses. Para aumentar a adesão ao tratamento e prevenir o desenvolvimento de resistência aos fármacos, protocolos menos frequentes estão sendo utilizados, como	INDEFERIDO

				associação de rifapentina/isoniazida, tomada semanalmente, durante 12 semanas. A questão corresponde a uma possibilidade de tratamento e não se refere ao protocolo de tratamento. FORD, Susan M. Farmacologia Clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. E-book. p.65. ISBN 9788527735681.	
001544	CAFELÂNDIA - Assistente Social	18-B	Venho interpor recurso contra o gabarito da questão 18, que trata do art. 4º da Lei nº 8.662/1993, uma vez que a alternativa indicada como correta (letra A) não exclui a correção da alternativa B, assinalada por este candidato. A alternativa B descreve atividades como elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, conteúdo que se encontra em consonância com o art. 4º da Lei nº 8.662/93, que define as competências profissionais do Assistente Social. A alternativa A, por sua vez, apresenta formulação ampla e genérica, gerando sobreposição conceitual entre competências e atribuições profissionais, o que permite dupla interpretação da questão. Dessa forma, verifica-se a existência de mais de uma alternativa compatível com o texto legal, ferindo o princípio da unicidade da resposta em questões objetivas. Requer-se, portanto, a ANULAÇÃO da questão.	Prezada Fernanda, A resposta está de acordo com a "Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras Providências, no artigo 4º trata do que constituem competências do(a) Assistente Social". E a solicitação da resposta é assinalar a alternativa correta que constitui competência do(a) Assistente Social! Mantém a questão!	INDEFERIDO
001544	CAFELÂNDIA - Assistente Social	19-N	Venho interpor recurso contra o gabarito da questão 19, uma vez que a alternativa indicada como correta (letra A) não corresponde de forma literal às atribuições privativas previstas no art. 5º da Lei nº 8.662/1993. A alternativa B, assinalada por este candidato, descreve elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social, conteúdo que se encontra expressamente previsto no art. 5º da referida lei como atribuição privativa do Assistente Social. Por outro lado, a alternativa A apresenta atividade de natureza genérica, não caracterizada como	Prezada Fernanda, A resposta está de acordo com a "Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras Providências, no artigo 5º trata do que Constituem atribuições privativas do(a) Assistente Social". E a solicitação da resposta é assinalar a alternativa correta que constitui atribuição privativa do(a)	INDEFERIDO

			atribuição privativa exclusiva na legislação profissional, podendo ser desempenhada por outros profissionais. Dessa forma, constata-se ambiguidade na questão, comprometendo a objetividade exigida em provas de múltipla escolha. Requer-se, portanto, a ANULAÇÃO da questão.	Assistente Social! Mantém a questão!	
001544	CAFELÂNDIA - Assistente Social	36-A	A questão aborda o Índice de Gini, indicador utilizado para medir a desigualdade de renda. Assim, a principal causa associada ao seu valor elevado é a má distribuição de renda, conforme amplamente reconhecido por instituições como o IBGE e a OXFAM. A alternativa E é incorreta, pois programas assistenciais não constituem causa da desigualdade social, mas sim instrumentos de mitigação das desigualdades existentes. Além disso, trata-se de afirmação de cunho valorativo, sem respaldo técnico ou estatístico, o que compromete a objetividade da questão. Diante disso, requer-se a revisão do gabarito, com a consideração da alternativa A como correta, ou, subsidiariamente, a anulação da questão.	Prezadas, Concordamos com o recurso, uma vez que ouve um erro de digitação o texto correto seria "Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:"e não correta!	QUESTÃO ANULADA
001544	CAFELÂNDIA -	43-D	A alternativa indicada como correta pela banca apresenta erro material. A afirmativa		INDEFERIDO

	Assistente Social		III afirma que as entidades não governamentais devem ser registradas no Conselho Tutelar, o que contraria o art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que o registro deve ser realizado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Assim, a afirmativa III é falsa, o que invalida a sequência apresentada na alternativa E. A sequência correta é (V, V, F, V, F), correspondente à alternativa D. Diante do exposto, requer-se a revisão do gabarito, com a consideração da alternativa D como correta.	Prezada, Considerando o solicitado e o artigo 90 do ECA a questão está correta! Mantém a questão!	
002378	CASCAVEL - Farmacêutico	15-N	Devido a folha de instruções constarem apenas as letras: A, B, C, D e E para escolher apenas uma das opções como a correta. Nesta questão 15, não segue estas opções da folha de instruções, pois se tem a letra u para uma das alternativas a serem escolhidas para resposta. Logo, está questão não segue a objetividade em que se pede nesta primeira folha do concurso. Sendo assim, requer-se a anulação desta questão.	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento dos candidatos.	INDEFERIDO
003730	CASCAVEL - Assessor Jurídico	38-E	A questão exige a análise das assertivas segundo a literalidade da CLT quanto à interrupção e suspensão do contrato de trabalho. O gabarito preliminar apontou a alternativa B (Apenas II correta). Contudo, tal indicação não se sustenta, pois a assertiva III também está correta. De acordo com o artigo 476 da CLT "Em caso de seguro-doença ou auxílio- enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo concedido pela instituição de previdência social para recebimento do benefício". Conforme a lição de Maurício Godinho Delgado, o afastamento por motivo de saúde (seja auxílio-doença comum ou acidentário) configura suspensão contratual a partir do momento em que o encargo financeiro se desloca do empregador para a autarquia previdenciária (DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 19ª ed. São Paulo: LTr, 2023). Nesse mesmo sentido, Vólia Bomfim Cassar leciona que: "Durante os primeiros 15 dias de afastamento por doença ou acidente, o contrato está interrompido (ônus do empregador). A partir do 16º dia, com o início do benefício pago pelo INSS, o contrato passa ao estado de suspensão, pois o empregador não mais paga salários e o empregado não presta serviços." CASSAR, Vólia Bomfim.	O recurso merece provimento. A assertiva I: “Na interrupção do contrato de trabalho, o empregado deixa de prestar serviços, não recebe salários e não tem o tempo de serviço computado para fins legais.”, está incorreta, pois descreve situação típica de suspensão, e não de interrupção contratual. Na interrupção do contrato de trabalho, embora o empregado não preste serviços, há pagamento de salários e contagem do tempo de serviço, razão pela qual o enunciado não se harmoniza com o conceito jurídico do instituto. A assertiva II: “Na suspensão do contrato de trabalho, cessam temporariamente as principais obrigações das partes, não havendo prestação de serviços nem pagamento de salários, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.”, está correta e corresponde à noção jurídica consolidada de suspensão contratual, compatível com a sistemática da CLT. Por fim, a assertiva III: “O afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho.”, também deve ser considerada correta. Nos termos do art. 476 da CLT, o empregado em gozo de benefício previdenciário é considerado em licença não remunerada, caracterizando hipótese de suspensão contratual a partir do	QUESTÃO ALTERADA

			Direito do Trabalho. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. Dessarte, embora o contrato sofra efeitos de interrupção nos primeiros 15 dias (pagos pelo empregador), a partir do 16º dia, com o recebimento do benefício previdenciário, é considerado suspensão do contrato de trabalho. Considerando que tanto a assertiva II quanto a assertiva III estão corretas à luz da literalidade da CLT e da doutrina majoritária, solicita-se a retificação do gabarito da alternativa B para a alternativa E.	momento em que o ônus do pagamento deixa de ser do empregador e passa à Previdência Social. Embora os primeiros 15 dias	

				de afastamento configurem interrupção, a partir do início do benefício previdenciário o contrato assume natureza de suspensão. Assim, verifica-se que as assertivas II e III estão corretas. Portanto, recurso DEFERIDO, com alteração do gabarito para a alternativa E.	
003730	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-N	1. A questão 45 exige o preenchimento das lacunas relativas ao prazo e ao nome da peça processual cabível ao executado na execução trabalhista. Contudo, nenhuma alternativa atende simultaneamente aos requisitos do art. 884 da CLT. Consoante estabelece o art. 884 da CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Logo, a alternativa indicada como correta (cinco – impugnação) contraria o art. 884, caput, da CLT, que estabelece prazo de 5 dias para o executado apresentar embargos à execução, enquanto a impugnação é medida exclusiva do exequente. As demais alternativas que estabelecem os prazos de 8 e 15 dias, igualmente, encontram-se incorretas, visto que destoam daquele previsto no processo do trabalho. Como os embargos do executado e a impugnação do exequente possuem naturezas distintas, a questão exige resposta juridicamente impossível, induzindo o candidato ao erro. 2. Portanto, diante da inexistência de alternativa que combine prazo correto (5 dias) e peça adequada ao executado (embargos), requer-se a anulação da questão 45.	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada “embargos”. A alternativa “A” indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à “impugnação”, medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	QUESTÃO ANULADA
003280	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Segundo o enunciado da questão, o paciente "abre os olhos apenas ao estímulo doloroso", que corresponde à pontuação 2 na avaliação da melhor resposta ocular; "emite palavras ISOLADAS", que corresponde a 3 pontos na avaliação da melhor resposta verbal, e "apresenta flexão NORMAL dos membros superiores, RETIRANDO o braço ao estímulo, sem localizar a dor", que corresponde a 4 pontos na melhor resposta motora, totalizando, portanto, 9 pontos na Escala de Coma de Glasgow, conforme consta na alternativa "C". Como a banca considerou correta a alternativa B - 8 pontos, reforço que, conforme tabela em português publicada no site oficial "glasgowcomascale.org" (em anexo), na avaliação da melhor resposta verbal, a pontuação 2 é atribuída a "sons incompreensíveis" - e não a palavras inapropriadas; e na avaliação da melhor resposta motora, a pontuação 3 é atribuída a "flexão ANORMAL em resposta à dor/decorticação"- e não a flexão normal ou movimento de retirada. Portanto a soma	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			de pontos 8 é incorreta ao seguir estritamenteas informações do enunciado da questão. Fonte: Royal College of Physicians and Surgeons of Glasgow. “Glasgow Coma Scale.” Glasgow Coma Scale, 2018, www.glasgowcomascale.org. Acesso em: 27 JAN 2026.	Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com	

				retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
003280	CASCAVEL - Médico 12h	16-E	A questão aborda a alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica. Conforme tradução livre de um trecho do capítulo 17, da sessão 2, da 20° edição do Harrissons Manual of Medicine (1): "Existem dois tipos principais de insuficiência respiratória aguda: hipoxêmica e hipercápnica. A insuficiência respiratória hipoxêmica pode resultar de pneumonia, edema pulmonar (devido a pressões microvasculares pulmonares elevadas na insuficiência cardíaca e sobrecarga de volume intravascular, ou com pressões microvasculares pulmonares normais na síndrome do desconforto respiratório agudo [SDRA]) e hemorragia alveolar. (...) Condições associadas à insuficiência respiratória hipercápnica incluem doenças neuromusculares (por exemplo, miastenia gravis), processos de doenças que causam diminuição do impulso respiratório (por exemplo, overdose de drogas, lesão do tronco cerebral) e doenças respiratórias associadas à fadiga muscular respiratória (por exemplo, exacerbações de asma e doença pulmonar obstrutiva crônica [DPOC])." Portanto, as alternativas A - Contusão Pulmonar e E - Edema agudo de pulmão cardiogênico, segundo a definição acima descrita, deveriam ser consideradas corretas, pois ambas podem ser classificadas como insuficiência respiratória do tipo hipoxêmica, e por consequência, não hipercápnica. Além disso, o protocolo de insuficiência respiratória aguda de 2025 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (2), em seu Quadro 1 "principais entidades clínicas que cursam com IRpA e achados clínicos peculiares", na página 5, aloca o edema agudo de pulmão cardiogênico no tipo IRpA hipoxêmica, e a contusão pulmonar no tipo mista, justificando a alternativa E como correta para essa questão. Fontes: 1) RESPIRATORY Failure. In: JAMESON, J. et al. (org.). Harrison's Manual of Medicine. 20. ed. [S. l.]: McGraw-Hill Education, 2020. Disponível em: https://accessmedicine.mhmedical.com/content.aspx?bookid=2738&sectionid=227555 669. Acesso em: 27 jan. 2026. 2) HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO. Protocolo de Insuficiência Respiratória Aguda: PRO. URES-HUWC.003. Versão 3. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; EBSERH, 2025. 15 p. Quadro 1, Principais entidades clínicas que cursam com IRpA e achados clínicos peculiares, p. 5. Acesso em: 27 jan. 2026.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
001829	CAFELÂNDIA - Médico 12h	49-N		Recurso IMPROCEDENTE. A alegação de que a questão apresenta definições em desacordo com a legislação oficial do SUS não procede. A Lei nº 8.080/1990, norma central de regência do Sistema	INDEFERIDO

				Único de Saúde, expressamente enumera os princípios e diretrizes que orientam o SUS em seu art. 7º, incluindo, de forma literal, a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, conforme disposto no inciso IX. A alternativa indicada como correta apresenta correspondência conceitual adequada com o texto legal, não havendo incorreção normativa ou afronta à legislação vigente. Dessa forma, inexistem fundamentos legais ou técnicos que justifiquem a anulação da questão.	
001829	CAFELÂNDIA - Médico 12h	49-N	???? Solicito a anulação da questão, por apresentar definições incorretas dos princípios do SUS, em desacordo com a legislação oficial do SUS e com a referência normativa adotada pelo CONSAMU/SAMU.Referências Oficiais • Lei nº 8.080/1990 — Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. • Lei nº 8.142/1990 — Define políticas de participação social no SUS. • Decreto nº 7.508/2011 — Regulamenta a organização do SUS e seus princípios.	Recurso IMPROCEDENTE. A alegação de que a questão apresenta definições em desacordo com a legislação oficial do SUS não procede. A Lei nº 8.080/1990, norma central de regência do Sistema Único de Saúde, expressamente enumera os princípios e diretrizes que orientam o SUS em seu art. 7º, incluindo, de forma literal, a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, conforme disposto no inciso IX. A alternativa indicada como correta apresenta correspondência conceitual adequada com o texto legal, não havendo incorreção normativa ou afronta	INDEFERIDO

				à legislação vigente. Dessa forma, inexistem fundamentos legais ou técnicos que justifiquem a anulação da questão.	
001829	CAFELÂNDIA - Médico 12h	34-C	???? A Avaliação Neurológica Inicial em atendimento pré-hospitalar inclui o uso da Escala de Coma de Glasgow (GCS) para classificar o nível de consciência de pacientes com trauma cranioencefálico ou alteração neurológica. Essa escala é parte da avaliação padrão em ATLS/SAMU e é usada para orientar prioridades de manejo (como necessidade de intubação, transporte e intervenções) no atendimento pré- hospitalar. ????? A GCS é composta por três componentes: • Ocular (E) • Verbal (V) • Motora (M)Esses três escores são somados para formar o total de 3 a 15 pontos. ????? No caso da questão 34, a pontuação foi: • O = 2 (abre olhos somente a estímulo/painful) • V = 3 (palavras isoladas/inteligíveis) • M = 4 (retira membro ao estímulo)Total: 2 + 3 + 4 = 9 pontos ? portanto a alternativa C (9) está correta.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos.	QUESTÃO ALTERADA

				A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
001829	CAFELÂNDIA - Médico 12h	44-N	A alternativa E (“Fraturas orbitárias com encarceramento muscular devem ser manejadas inicialmente com observação clínica…”) foi classificada como correta. Contudo, essa proposição contraria as diretrizes oficiais de trauma ocular segundo o protocolo do SAMU/SUPORTE, adotado como base normativa no edital. Referência Oficial • Protocolo de Suporte Avançado de Vida – SAMU 192, Ministério da Saúde – Brasil(Seção: Abordagem do trauma ocular/emergências oftalmológicas)	Prezada, a questão solicita a alternativa CORRETA em relação ao trauma ocular, tendo como gabarito letra A. A letra E está, de fato, incorreta. Portando, o recurso não procede.	INDEFERIDO
001829	CAFELÂNDIA - Médico 12h	4-E	No enunciado da questão 04 aparece o trecho retirado do site oficial do CONSAMU sobre o NEP (Núcleo de Educação Permanente). No texto original do CONSAMU está escrito exatamente assim:“… promover a capacitação contínua de todos os profissionais perante o atendimento realizado em urgência e emergência.” ?Portanto:? “capacitação” é o núcleo do substantivo da frase – isto é, aquilo que está sendo promovido pelo NEP. ?? Referência bibliográfica (norma ABNT - simples):CONSAMU – Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste/PR. NEP (Núcleo de Educação Permanente). Disponível em: https://www.consamu.com.br/nep. Acesso em: (coloque a data que você acessou).Essa citação mostra que quem está sendo promovido é a “capacitação contínua” (núcleo do termo), e não “profissionais”, que aparece apenas como complemento.	A expressão cujo núcleo é “capacitação” atua como objeto direto de promover (Promover o quê? “A capacitação contínua...”). No entanto, o substantivo abstrato “capacitação” não é completo em si; ele pede um complemento (Capacitação de quem? “de todos os profissionais”). Trata-se, portanto, de um complemento nominal (já que complementa um nome/substantivo) cujo núcleo é o substantivo “profissionais”. Por isso a letra E é uma alternativa que apresenta uma análise CORRETA, não devendo, portanto, ser assinalada, pois o enunciado solicita a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA. A única alternativa que apresenta análise incorreta é a letra B. Mantém-se o gabarito provisório.	INDEFERIDO
003730	CASCAVEL - Assessor Jurídico	29-A	A questão n° 29 versa sobre o instituto do Estado de Defesa, disciplinado no Art. 136 da Constituição Federal. O gabarito preliminar indicou a alternativa "C" como correta, o que pressupõe que a Assertiva I seja falsa. Contudo, tal entendimento contraria o disposto na CF. A assertiva I reproduz fielmente o art. 136, §1º, I, da Constituição, que autoriza, durante o estado de defesa, a restrição aos direitos de reunião e ao sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas e telefônicas, desde que previstas no decreto. Trata-se de literalidade constitucional, não havendo qualquer extrapolação do texto da Carta. Vejamos: § 1º - O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I - restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;"	O recurso merece provimento. A argumentação apresentada encontra respaldo na literalidade do art. 136 da Constituição Federal, razão pela qual se verifica equívoco no gabarito preliminar. A assertiva I, ao afirmar que, durante o estado de defesa, podem ser restringidos direitos relativos à liberdade de reunião e ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica, desde que tais medidas estejam expressamente previstas no decreto presidencial, está em consonância com o art. 136, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, que expressamente autoriza tais restrições. A menção à comunicação telefônica consta de forma textual no dispositivo constitucional, não havendo extrapolação de	QUESTÃO ALTERADA

			Nesse ponto, embora quanto a comunicação telefônica o art. 5º, XII, da CF/88 exija ordem judicial e finalidade de investigação criminal ou instrução processual penal para interceptação telefônica, tal circunstância não torna a alternativa I errada, porque ela não afirma que o decreto dispensa outros requisitos constitucionais; ela apenas repete a literalidade do art. 136. Já a assertiva II descreve corretamente a finalidade do estado de defesa, qual seja: a preservação ou pronta restauração da ordem pública em áreas determinadas. Sendo a Assertiva I relativa aos meios e a Assertiva II relativa ao fim, ambas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira. Portanto, como ambas as assertivas estão em conformidade com o art. 136 da Constituição Federal, impõe-se o reconhecimento de que são verdadeiras. Diante da conformidade da Assertiva I com a literalidade do art. 136, §1º, I, da CF/88, e da correção da Assertiva II quanto à finalidade do instituto, requer-se a retificação do gabarito para a alternativa A, a qual reflete fielmente o texto previsto na Constituição Federal.	seu conteúdo. A circunstância de o art. 5º, inciso XII, da Constituição prever requisitos específicos para interceptação telefônica em contexto diverso não invalida a assertiva, pois esta se limita a reproduzir o rol de restrições admitidas no estado de defesa. A assertiva II igualmente se mostra verdadeira, pois descreve corretamente a finalidade constitucional do estado de defesa, prevista no caput do art. 136 da Constituição Federal, qual seja, a preservação ou o pronto restabelecimento da ordem pública ou da paz social em locais restritos e determinados, admitindo restrições temporárias e proporcionais a direitos fundamentais. Observa-se, ainda, que a segunda assertiva justifica a primeira, uma vez que a possibilidade de restrição a determinados direitos fundamentais decorre precisamente da finalidade constitucional do instituto e de seu caráter excepcional, temporário e territorialmente delimitado. Diante disso, conclui-se que ambas as assertivas são verdadeiras e que a segunda constitui fundamento explicativo da primeira. Portanto, recurso DEFERIDO, com alteração do gabarito para a alternativa A	
001673	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	À Banca Examinadora, A questão se refere a um paciente, vítima de trauma, que apresenta durante atendimento: abertura ocular apenas ao estímulo doloroso, emissão de palavras isoladas e flexão normal dos membros superiores ao retirar o braço ao estímulo, sem localizar a dor. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa B (8 pontos). No entanto, a aplicação rigorosa dos critérios da escala demonstra que a pontuação correta é a alternativa C (9 pontos). Cálculo da pontuação correta e fundamentação: Quanto a ABERTURA OCULAR: 2 pontos. Apresenta abertura ocular apenas ao estímulo doloroso. Quanto a RESPOSTA VERBAL: 3 pontos. Emite palavras isoladas. Quanto a RESPOSTA MOTORA: 4 pontos. Apresenta flexão normal dos membros superiores ao retirar o braço ao estímulo, sem localizar a dor. Totalizando 9 pontos (2+3+4), portanto, alternativa C. Referência: Protocolos de Suporte Avançado de Vida no Trauma (ATLS), 10ª Edição.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
002505	CASCAVEL - Médico	34-C	Solicito a revisão do gabarito da questão 34, que atribuiu como correta a alternativa B		QUESTÃO

	12h		(Glasgow = 8), uma vez que, de acordo com a descrição clínica apresentada e com a literatura consagrada, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é 9, que consta na alternativa C. Conforme o enunciado: Abertura ocular: “abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” ? E2 Resposta verbal: “emite	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4	ALTERADA

			palavras isoladas” ? V3 Resposta motora: “flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor” ? M4 Ressalta-se que a retirada ao estímulo doloroso corresponde a M4, enquanto a localização da dor (M5) exige movimento intencional em direção ao local do estímulo, o que não foi descrito no caso apresentado. Dessa forma, a soma correta é: E2 + V3 + M4 = 9. Tal pontuação está em conformidade com a descrição original da Escala de Coma de Glasgow e com os manuais de trauma amplamente utilizados. Diante do exposto, solicito a retificação do gabarito, considerando correta a alternativa C, correspondente à Escala de Coma de Glasgow igual a 9. Referências: Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness: a practical scale. Lancet. 1974. American College of Surgeons. Advanced Trauma Life Support (ATLS), 11ª edição.	pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
000856	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	20-N	Solicito anulação da questão vendo que , segundo a normativa atual do ministério da saude a ampliação da faixa etária garante acesso à mulheres com idade de 40 a 74 anos , visto que nao possui nenhumas dessas alternativas como opção	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
000856	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem	29-N	Solicito a anulação dessa questão vendo que a mesma pede alternativa incorreta , considerando as novas diretrizes para classificação de niveis pressoricos há mais de uma incorreta , sendo que 120/80 não se considera mais pressão normal e	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110.	INDEFERIDO
	(UPA/Hospital)		hipertensaõ estagio 3 se define a partir de 180/110 .	FONTE: https://abccardiol.org/wp- content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09-e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	
000856	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	25-A	Solicito a anulação dessa questão vendo que a mesma pede alternativa incorreta , considerando as novas diretrizes para classificação de niveis pressoricos há mais de uma incorreta , sendo que 120/80 não se considera mais pressão normal e hipertensaõ estagio 3 se define a partir de 180/110 .	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO

001374	SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista	17-C	17. Motor conta com sistemas auxiliares que garantem seu funcionamento adequado, exceto A . Sistema de alimentação B. Sistema de ignição C. Sistema do freio (correta) D. Sistema de arrefecimento E. Sistema de lubrificação (incorreta) A resposta correta para essa pergunta seria o sistema de freio que não não faz parte para um bom funcionamento de motor .	a questão está correta a altenativa do gabarito é a C, o candidato informa que está a opção E, o mesmo deve ter trocado a alternativa da questão.	INDEFERIDO

			E a resposta correta no gabarito saiu a pergunta E , que está incorreta		
001903	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 12h	27-D	Questão de um paciente masculino de 63 anos apresentando eletrocardiograma demonstrando IAM de parede inferior. A alternativa dada como certa no gabarito oficial traz a letra B, a qual indica a administração de alteplase para a trombólise devido ao tempo porta-agulha. No entanto, a alternativa D fala que em caso de o paciente ter ulcera péptica ATIVA, isso configuraria uma contraindicação absoluta à fibrinólise. Embora as sociedades internacionais e nacionais possam divergir em alguns criterios de contraindicações absolutas e relativas, tanto a SBC, quanto a ESC e a AHA concordam que no caso de sangramentos ativos, isso inclui sangramento do trato gastrointestinal, a trombólise esta contraindicada de forma absoluta.	Recurso IMPROCEDENTE. Há equívoco conceitual ao equiparar úlcera péptica ativa a sangramento gastrointestinal ativo. Tais condições não são sinônimas e não se confundem do ponto de vista clínico nem normativo. A presença de úlcera péptica ativa, por si só, não implica obrigatoriamente sangramento gastrointestinal ativo. Uma úlcera pode estar ativa do ponto de vista inflamatório ou ulcerativo, sem exteriorização hemorrágica ou instabilidade clínica associada. Já o sangramento gastrointestinal ativo pressupõe evidência clínica ou laboratorial de hemorragia em curso, condição esta que, de fato, configura contraindicação absoluta à fibrinólise nas principais diretrizes. As diretrizes nacionais e internacionais (USP, SBC, AHA) são consistentes ao definir como contraindicação absoluta a hemorragia ativa, incluindo sangramento do trato gastrointestinal, não sendo possível extrapolar automaticamente tal condição para toda e qualquer úlcera péptica ativa. Dessa forma, a assertiva que trata úlcera péptica ativa como contraindicação absoluta à fibrinólise está conceitualmente incorreta, não havendo conflito com as diretrizes ao se manter o gabarito oficial.	INDEFERIDO
000620	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	A escala de Coma de Glasgow é calculada por 3 critérios: Resposta ocular, resposta verbal e resposta motora. Para a RESPOSTA OCULAR, temos a seguinte informação do ENUNCIADO: "Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso". Pela escala, abertura com estímulo doloroso pontuará 2 pontos Para a RESPOSTA VERBAL, temos a seguinte informação do ENUNCIADO: "emite palavras isoladas" Pela escala, palavras isoladas pontuará 3 pontos Para RESPOSTA MOTORA, temos a seguinte informação do ENUNCIADO: "Flexão NORMAL dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor".	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar	QUESTÃO ALTERADA

			Pela escala, a FLEXÃO NORMAL + Retirada do membro configura 4 pontos Caso o paciente localizasse a dor, a pontuação seria acrescida em um ponto Caso o paciente apresentasse flexão ANORMAL a pontuação seria descontada em um ponto PORTANTO: Somando a RESPOSTA OCULAR (2) + RESPOSTA VERBAL (3) + RESPOSTA MOTORA (4), teremos um total de 9 PONTOS, tornando a alternativa C (9) correta e a alternativa do gabarito provisório incorreta. SOLICITO ALTERAÇÃO DO GABARITO PARA LETRA C -	que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
003151	TOLEDO - Médico 12h	16-E	A insuficiência respiratória hipercápnica (tipo II) é definida por hipoventilação alveolar com retenção de CO? (PaCO? > 45 mmHg), conforme descrito por West e Goldman- Cecil. A contusão pulmonar (alternativa A) cursa predominantemente com insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), em razão de shunt intrapulmonar, atelectasias e distúrbio da relação ventilação/perfusão, levando à queda da PaO?. Segundo West – Fisiologia Respiratória, a PaCO? costuma estar normal ou reduzida, devido à hiperventilação compensatória, não sendo a hipercapnia manifestação primária desse quadro. De forma semelhante, Murray & Nadel descrevem que a retenção de CO? na contusão pulmonar ocorre apenas em fases tardias ou casos extensos, não caracterizando causa típica de insuficiência respiratória hipercápnica. O edema agudo de pulmão cardiogênico (alternativa E) também é classificado como causa de insuficiência respiratória hipoxêmica, decorrente de inundação alveolar e shunt, com PaCO? geralmente normal ou diminuída nas fases iniciais, conforme descrito no Goldman-Cecil Medicine, não sendo causa de insuficiência respiratória tipo II. As demais alternativas (asma, intoxicação por opioides e miastenia gravis) são causas clássicas de hipoventilação alveolar, levando à retenção de CO?, conforme amplamente descrito na literatura. Dessa forma, com base na fisiopatologia e em referências consagradas, solicita-se a revisão do gabarito, reconhecendo a alternativa E como correta. Referências Bibliográficas West, J. B. Fisiologia Respiratória – Princípios Básicos. 10ª ed. Artmed, 2016. Murray, J. F.; Nadel, J. A. Murray & Nadel's Textbook of Respiratory Medicine. 6th ed. Elsevier, 2016.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			Goldman-Cecil Medicine. 26th ed. Elsevier, 2020.		
003151	TOLEDO - Médico 12h	34-C	A questão descreve paciente vítima de trauma, com os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso Emissão de palavras isoladas Flexão normal dos membros superiores, com retirada ao estímulo doloroso, sem localização da dor. A correta aplicação da Escala de Coma de Glasgow, conforme critérios clássicos e atualizados, conduz necessariamente à pontuação total de 9 pontos, pelos fundamentos que seguem. Inicialmente, quanto à resposta ocular, a abertura dos olhos apenas mediante estímulo doloroso corresponde a E2,	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			conforme definido por Teasdale e Jennett na descrição original da escala. No que se refere à resposta verbal, a emissão de palavras isoladas, sem articulação de frases ou diálogo coerente, enquadra-se no critério de palavras inapropriadas, pontuadas como V3, conforme consenso da literatura. Por fim, no tocante à resposta motora, o enunciado descreve retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localização da dor, o que caracteriza retirada inespecífica ao estímulo, classificada como M4. A própria descrição afasta a hipótese de localização da dor (M5), a qual exige movimento intencional e direcionado ao local estimulado, critério não preenchido no caso concreto. Assim, a soma objetiva e técnica das respostas é: E2 + V3 + M4 = 9 pontos Tal interpretação encontra respaldo inequívoco na bibliografia médica de referência. Diante disso, conclui-se que a única pontuação compatível com os dados clínicos apresentados é 9 pontos, correspondendo à alternativa C, razão pela qual se requer a revisão do gabarito. Referências bibliográficas: Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness: a practical scale. The Lancet, 1974. Advanced Trauma Life Support (ATLS®) – Student Course Manual, American College of Surgeons. Harrison's Principles of Internal Medicine, 21ª ed.	Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	

			Bates' Guide to Physical Examination and History Taking, 12ª ed.		
000794	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	39-D	Recurso – Questão nº 39 Prezada banca, o gabarito preliminar indica a alternativa C – Síndrome de Mallory- Weiss como resposta correta. Entretanto, apesar de a presença de vômitos nas horas que antecederam o quadro poder estar associada à síndrome de Mallory-Weiss, a alternativa não representa a causa mais provável do quadro sindrômico descrito. O enunciado relata hematêmese em grande quantidade, acompanhada de palidez cutânea, sudorese, hipotensão arterial (95×60 mmHg) e taquicardia (112 bpm), caracterizando choque hipovolêmico secundário a hemorragia digestiva alta volumosa. A síndrome de Mallory-Weiss, apesar de relacionada a vômitos, não costuma cursar com sangramento volumoso nem com instabilidade hemodinâmica, sendo geralmente autolimitada. Já a alternativa D – Ruptura de varizes esofágicas representa a principal causa de hemorragia digestiva alta volumosa com choque, sendo a mais provável diante do quadro clínico apresentado. Solicita-se, portanto, a alteração do gabarito para a alternativa D ou, alternativamente, a anulação da questão, uma vez que a alternativa indicada não atende ao critério de maior probabilidade clínica solicitado pelo enunciado. De acordo com diretrizes do American College of Gastroenterology, o sangramento por Mallory-Weiss é tipicamente autolimitado e raramente causa choque; por outro lado, a ruptura de varizes esofágicas constitui a principal causa de hemorragia digestiva alta volumosa com instabilidade hemodinâmica.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com	INDEFERIDO

				sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico.	
				Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
000045	CAFELÂNDIA - Farmacêutico	39-E	Solicito a revisão do gabarito da questão 39. De acordo com a legislação sanitária vigente (RDC nº 26/2014 e RDC nº 10/2010), a caracterização de irregularidade em medicamentos fitoterápicos está relacionada a aspectos como composição inadequada, ausência de registro ou notificação, alegações terapêuticas não permitidas e ausência de comprovação de segurança e eficácia. O item I está correto, pois produtos que indicam tratar múltiplas doenças ou agir em diversos sistemas configuram indício de propaganda irregular. O item II está correto, pois produtos com grande número de plantas medicinais dificultam o controle de qualidade, padronização e avaliação de segurança. O item III é incorreto, pois características estéticas da embalagem, como quantidade de cores ou imagens, não constituem critério técnico-sanitário para definir irregularidade. Dessa forma, a alternativa correta é a letra E (somente I e II), e não a letra B, conforme gabarito preliminar. Solicita-se, portanto, a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	O conteúdo da questão pode ser consultado no site da ANVISA. https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf	INDEFERIDO
001865	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-C	A faixa etária para o rastreamento do câncer de mama no qual a mamografia é solicitada a cada dois anos, é de mulheres de 50 a 69 anos e não de mulheres de 50 a 74 anos .	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
001502	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	16-E	A questão solicita a alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica (insuficiência respiratória tipo II). Conforme a literatura médica consolidada, a insuficiência respiratória hipercápnica é definida pela presença de retenção de dióxido de carbono (PaCO? > 45 mmHg), tendo como mecanismo fisiopatológico central a hipoventilação alveolar, e não primariamente distúrbios de oxigenação. De acordo com o UpToDate (2025), em “Acute hypercapnic respiratory failure in adults”, afirma-se que: “A insuficiência respiratória hipercápnica resulta de hipoventilação alveolar, e não de alterações primárias da oxigenação.” São causas clássicas de insuficiência respiratória hipercápnica: Doenças obstrutivas graves (asma grave, DPOC em exacerbação); Depressão do centro respiratório (opioides, sedativos); Doenças neuromusculares (ex.: miastenia gravis). Entretanto, tanto a contusão pulmonar quanto o edema agudo de pulmão cardiogênico, apresentados como	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			alternativas na questão, são descritos na literatura como causas predominantemente hipoxêmicas (insuficiência respiratória tipo I), e não como causas primárias de hipercapnia. O ATLS – 11ª edição (2024–2025) descreve a contusão pulmonar como: “Lesão caracterizada por hemorragia alveolar e edema intersticial, levando a distúrbio ventilação-perfusão e hipoxemia; a hipercapnia não é característica inicial, podendo ocorrer apenas tardiamente por fadiga ventilatória.” Da mesma forma, o UpToDate – Cardiogenic Pulmonary Edema (2025) afirma: “A principal alteração gasométrica no edema agudo de pulmão cardiogênico é a hipoxemia por shunt intrapulmonar; a hipercapnia é incomum, ocorrendo apenas em situações de fadiga muscular respiratória.” Portanto, ambas as condições (contusão pulmonar e edema agudo de pulmão cardiogênico) não configuram causas típicas de insuficiência respiratória hipercápnica, o que torna mais de uma alternativa compatível com o comando “NÃO é causa de insuficiência respiratória hipercápnica”. Tal situação caracteriza ambiguidade, contrariando o princípio de que questões objetivas devem conter uma única resposta correta, clara e inequívoca.		
001502	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	32-B	A questão solicita que se assinale a alternativa INCORRETA a respeito dos protocolos de transporte aeromédico. O gabarito oficial aponta como incorreta a alternativa D, que afirma ser recomendável manter o dreno torácico clampeadodurante o voo para evitar refluxo aéreo decorrente de variações de pressão. De fato, tal afirmação é incorreta, uma vez que o clampeamento do dreno torácico não é recomendado, pois pode precipitar pneumotórax hipertensivo, especialmente em ambiente hipobárico. Entretanto, observa-se que a alternativa B também apresenta incorreção técnica relevante, ao classificar o pneumotórax não drenado apenas como contraindicação relativa ao transporte aeromédico. De acordo com a literatura especializada em medicina aeroespacial e transporte aeromédico, o pneumotórax não drenado representa risco significativo durante o voo, em razão da expansão dos gases intratorácicos com a altitude, conforme a Lei de Boyle, podendo evoluir rapidamente para pneumotórax hipertensivo. Dessa forma, tal condição é descrita como contraindicação importante ao transporte aéreo até que seja realizada drenagem adequada, e não meramente uma contraindicação relativa simples.	A classificação das contraindicações ao transporte aeromédico adotada na questão baseia-se expressamente no Protocolo Aeromédico do SAMU. O comando da questão remete de forma explícita a esse protocolo. Conforme o SAV AERO 2, o pneumotórax não drenado é classificado como contraindicação relativa ao transporte aeromédico, estando corretamente descrito na alternativa B. Dessa forma, não há duplicidade de assertivas incorretas. Apenas a alternativa D contraria o protocolo oficialmente adotado pela questão.	INDEFERIDO

			O UpToDate (2024–2025), em “Air medical transport of critically ill adults”, afirma que: “Pneumotórax não tratado representa risco significativo durante transporte aéreo devido à expansão gasosa associada à altitude, devendo ser drenado previamente sempre que possível.” De modo semelhante, o tratado Aviation Medicine (Ernsting et al.) descreve que: “Coleções gasosas intratorácicas não drenadas podem expandir-se em altitude e evoluir para pneumotórax hipertensivo, sendo consideradas contraindicação ao voo até adequada drenagem.” Além disso, o Manual de Regulação Médica das Urgências – SAMU 192, do Ministério da Saúde, estabelece que o transporte aeromédico deve ser realizado apenas após estabilização adequada das condições clínicas que possam se agravar durante o voo, o que inclui situações com risco de expansão gasosa. Dessa forma, tanto a alternativa D quanto alternativa B apresentam incompatibilidade com as recomendações técnicas vigentes, caracterizando a existência de mais de uma alternativa incorreta.		
001502	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	17-D	Solicita-se a ANULAÇÃO da Questão 17, uma vez que nenhuma das alternativas apresentadas descreve de forma plenamente correta e inequívoca o quadro clínico proposto, havendo inconsistências conceituais em	Recurso IMPROCEDENTE. A questão descreve paciente vítima de traumatismo torácico em atendimento pré-	INDEFERIDO

			relação à semiologia cardiovascular e ao manejo do trauma torácico, conforme diretrizes e literatura médica. A questão descreve paciente politraumatizado com hipotensão arterial, taquicardia, ingurgitamento jugular, abafamento de bulhas cardíacas e pulso paradoxal, quadro clínico classicamente compatível com tamponamento cardíaco no contexto do trauma. De acordo com a literatura médica, o tamponamento cardíaco apresenta como achados clássicos a Tríade de Beck(hipotensão, turgência jugular e bulhas cardíacas abafadas) e o pulso paradoxal, definido como queda da pressão arterial sistólica maior que 10 mmHg durante a inspiração. Conforme descrito no Braunwald – Heart Disease, o pulso paradoxal é considerado achado característico do tamponamento cardíaco, embora possa estar ausente em apresentações agudas. O UpToDate, em "Cardiac tamponade", afirma que o pulso paradoxal é um achado físico típico, ainda que nem sempre presente, especialmente em cenários de trauma. O ATLS (11ª edição) ressalta que, no tamponamento traumático agudo, a apresentação clínica pode ser incompleta, porém não descaracteriza o pulso paradoxal como achado associado ao tamponamento, apenas alerta para sua possível ausência. Entretanto, ao analisar as alternativas apresentadas, observa-se que: - A alternativa C afirma que o pulso paradoxal seria mais frequentemente associado ao pneumotórax hipertensivo e incomum no tamponamento cardíaco traumático, o que contraria a semiologia cardiovascular clássica, que reconhece o pulso paradoxal como achado típico do tamponamento. - A alternativa B, apontada como correta no gabarito oficial, utiliza a baixa voltagem no eletrocardiograma como elemento favorecedor do diagnóstico de tamponamento. Todavia, tal achado é mais frequentemente associado a derrames pericárdicos	hospitalar, com hipotensão arterial, taquicardia, ingurgitamento jugular, choque progressivo, abafamento de bulhas cardíacas e pulso paradoxal, quadro compatível com diagnósticos diferenciais de choque obstrutivo, notadamente tamponamento cardíaco traumático e pneumotórax hipertensivo. A alternativa considerada correta (letra B) afirma que o achado de baixa voltagem no eletrocardiograma de 12 derivações favorece o diagnóstico de tamponamento cardíaco em detrimento do pneumotórax hipertensivo, o que está correto do ponto de vista fisiopatológico e semiológico, uma vez que: A baixa voltagem no ECG está classicamente associada à presença de líquido no espaço pericárdico, que atua como isolante elétrico, sendo descrita como achado compatível com tamponamento cardíaco, inclusive em contexto traumático. No pneumotórax hipertensivo, não há mecanismo fisiopatológico primário que justifique redução difusa da voltagem elétrica no eletrocardiograma, podendo ocorrer, no máximo, desvios do eixo elétrico ou alterações secundárias à compressão mediastinal, e não baixa	
			crônicos, sendo incomum e pouco confiável no tamponamento traumático agudo, conforme descrito em revisões clínicas e diretrizes de trauma. Dessa forma, verifica-se que nenhuma alternativa contempla de maneira adequada e coerente o conjunto de achados clínicos apresentados, o que impede a identificação de uma resposta única, correta e inequívoca, violando o princípio da univocidade das questões objetivas.	voltagem generalizada. Embora o eletrocardiograma não seja exame confirmatório isolado no atendimento inicial ao trauma, a questão não solicita método diagnóstico de escolha, mas sim o achado que favorece um diagnóstico em detrimento de outro, o que torna a assertiva adequada ao comando do enunciado. Dessa forma, a alternativa B permanece como a única correta, não havendo ambiguidade ou erro conceitual que justifique a anulação ou alteração do gabarito.	
002651	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	20-E	Questão 20, que trata da faixa etária adequada para o rastreamento do câncer de mama pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mediante mamografia preventiva bienal. O enunciado menciona explicitamente a implementação de estratégias pelo SUS visando "ampliar a cobertura e reforçar a importância do diagnóstico precoce", entre 2024 e 2025, o que contextualiza a necessidade de utilização das diretrizes mais atualizadas sobre rastreamento mamográfico. Ministério da Saúde do Brasil – Departamento de Ações em Saúde Protocolo de Rastreamento do Câncer de Mama (2024/2025) O Ministério da Saúde ampliou a faixa etária para rastreamento mamográfico no SUS para: Mulheres de 40 a 69 anos, com mamografia a cada 2 anos. Link do documento (PNI / protocolos do MS – Brasil): https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/cancer-de-mama	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO

			Instituto Nacional de Câncer – INCA O INCA é referência no Brasil para prevenção, rastreamento e tratamento do câncer. Eles orientam que o rastreamento regular (exames periódicos em mulheres assintomáticas) deve ser feito em: Mulheres de 40 a 69 anos – mamografia a cada 2 anos. INCA – Rastreamento do Câncer de Mama: https://www.inca.gov.br Por esse motivo, solicito a manutenção da alternativa E (“40 a 69 anos”) como correta.		
002651	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	17-D	A Questão 17 solicita a alternativa incorreta sobre hepatites virais. A alternativa D afirma que a vacina contra hepatite A é “amplamente disponibilizada no SUS para usuários de PrEP”, em esquema de duas doses. Entretanto, conforme o Programa Nacional de Imunizações (PNI), a vacina contra hepatite A não é ofertada de forma universal para adultos, sendo indicada rotineiramente apenas para crianças aos 15 meses de idade, em dose única, além de situações específicas definidas pelo Ministério da Saúde.	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com	INDEFERIDO

			Dessa forma, a alternativa D apresenta informação incorreta, motivo pelo qual requer- se a manutenção do gabarito que a indica como resposta correta.	mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria.	
002651	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	25-C	A Questão 25 aborda o tratamento do crupe moderado a grave e solicita a dose recomendada de epinefrina. Conforme o Manual de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) do Ministério da Saúde e as diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria, a epinefrina nebulizada (1:1000) deve ser administrada na dose de 0,2 mL/kg, com dose máxima de 5 mL. Dessa forma, a alternativa que apresenta a dose de 0,2 mL/kg de epinefrina corresponde à recomendação oficial vigente, devendo ser considerada correta. Requer-se, portanto, a manutenção do gabarito, para alternativa C	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
000811	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	10-D	Prezados examinadores, solicito a anulação da questão nº 10 do caderno de matematica. O enunciado pede Maria Amélia emprestou R$ 40.000,00 de seu pai para comprar um carro. O empréstimo será pago em 5 meses, com juros simples de 0,5% ao mês. Qual será o valor total que Maria Amélia deverá pagar ao final do	A questão 10 traz: “Maria Amélia emprestou R$ 40.000,00 de seu pai para comprar um carro. O empréstimo será pago em 5 meses, com juros simples de 0,5% ao mês.	INDEFERIDO

			período?, porém a alternativa correta aponta R$ 41.000,00, que diverge do conceito aceito por A. R$ 2.500,00. B. R$ 41.000,00. C. R$ 5.000,00. D. R$ 42.500,00. E. R$ 1.000,00. Sendo assim, a questão não possui alternativa correta ou possui dupla interpretação. Fica confusa.	Qual será o valor total que Maria Amélia deverá pagar ao final do período?" Interpretar o problema faz parte de sua resolução. Vejamos: C = 40.000 T= 5 meses J = 0,5% = 0,005 J = P * i * n = 4000 * 5 * 0,005 = 1.000 M = C + J = 40.000 + 1.000= 41.000 Portanto alternativa B.	
000811	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	17-E	Prezados examinadores, solicito a anulação da questão nº 17 do caderno CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS. O enunciado pede 17. A profilaxia pós-exposição (PEP) ao HIV, às hepatites virais, à sífilis e a outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções após potencial exposição de risco. Marque a alternativa incorreta., porém a alternativa correta aponta E. A profilaxia é realizada por 32 dias. que diverge. Sendo assim, a questão não possui alternativa correta ou possui dupla interpretação. Fica confusa a interpretacao. A profilaxia pós-exposição (PEP) ao HIV, às hepatites virais, à sífilis e a outras infecções sexualmentetransmissíveis (ISTs) consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções após potencialexposição de risco. Marque a alternativa incorreta.A. No caso do HIV, a PEP é considerada uma situação de urgência.B. PEP deve ser iniciada no máximo em até 72 horas após a exposição.C. Ela tem por base o uso de medicamentos antirretrovirais com o objetivo de reduzir o risco de infecção emsituações de potencial exposição ao vírus.D. A PEP é uma tecnologia inserida no conjunto de estratégias da Prevenção Combinada.E. A profilaxia é realizada por 32 dias.	PEP (Profilaxia Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV, ISTs e Hepatites Virais) A profilaxia pós-exposição (PEP) ao HIV, às hepatites virais, à sífilis e a outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções após exposição com potencial risco. A PEP deve ser utilizada após situações em que exista risco de contágio, tais como: Violência sexual. Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com seu rompimento). Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). A PEP é uma tecnologia inserida no conjunto de estratégias da Prevenção Combinada, cujo principal objetivo é ampliar as formas de intervenção para atender às necessidades de cada pessoa ou, ainda, às possibilidades de inserir o método preventivo na sua vida. Essas medidas visam evitar novas infecções, seja pelo HIV ou pela hepatite B e outras ISTs. Como funciona a PEP para o HIV? No caso do HIV, a PEP é considerada uma situação de urgência, tendo em vista o tempo limitado para a iniciar a profilaxia medicamentosa. Ela tem por base o uso de medicamentos antirretrovirais com o objetivo de reduzir o risco de infecção em situações de potencial exposição ao vírus. A PEP deve ser iniciada no máximo em até 72 horas após	INDEFERIDO

				a exposição, sendo recomendado seu início o quanto antes. A profilaxia é realizada por 28 dias e a pessoa necessita ser acompanhada pela equipe de saúde, inclusive após esse período, fazendo os exames necessários. Como funciona a PEP para HBV? A indicação de profilaxia para o HBV dependerá da situação vacinal e sorológica do paciente. Para os pacientes imunes para HBV, não há indicação de medida profilática adicional. Recomenda-se vacinar toda pessoa suscetível à hepatite B. Pessoa suscetível é aquela que não foi vacinada ou que não tenha comprovante vacinal. Na situação de uma exposição a material biológico possivelmente infectante, se houver dúvida quanto à	

				vacinação completa ou presença de títulos adequados de anti-HBs, recomenda-se indicar a vacinação para HBV. A vacina para o HBV está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) que disponham de sala de vacina. Em algumas situações de maior risco identificado, recomenda-se o uso associado da imunoglobulina humana anti-hepatite B (IGHAHB). Nesse caso, o usuário deve ser encaminhado para um Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE) portando relatório de encaminhamento com os motivos da indicação em receituário médico. A dose recomendada de imunoglobulina é de 0,06ml/Kg de peso corporal. Não há contraindicação à administração simultânea de vacina e imunoglobulina, desde que aplicadas em locais diferentes. A gravidez também não é contraindicação a estes imunobiológicos. Tanto a vacina quanto a imunoglobulina devem ser administradas preferencialmente nas primeiras 24 horas após a exposição, não excedendo 14 dias. Exposição em violência sexual se configura uma situação de alto risco para hepatite B. Nestas situações, deve ser indicada a profilaxia do HBV com vacina e IGHAHB além das medidas estabelecidas em Norma Técnica publicada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério das Mulheres. FONTE: https://www.gov.br/aids/pt- br/assuntos/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv	
000811	CAFELÂNDIA -	49-N	Prezados examinadores, solicito a anulação da questão nº 49 do caderno especificas.		INDEFERIDO

	Enfermeiro		O enunciado pede Destaques das Diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência de 2025 da American Heart Association. Assinale a alternativa incorreta. porém a alternativa correta aponta diverge a resposta. Sendo assim, a questão não possui alternativa correta ou possui dupla interpretação. Ficou uma questao confusa.	Destaques das Diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência de 2025 da American Heart Association Para bebês com OVACE grave, devem ser executados ciclos repetidos de 5 golpes nascostas alternados com 5 compressões torácicas até que o objeto seja expelido ou o bebê fique inconsciente. 2025 (atualização): Para crianças com obstrução de via aérea por corpo estranho (OVACE) grave, devem ser realizados ciclos repetidos de 5 golpes nas costas alternados com 5 compressões abdominais até que o objeto seja expelido ou a criança fique inconsciente (consulte o algoritmo atualizado). 2025 (atualização): Para bebês e criança sem PCR com ritmo inicial não chocável, é aceitável administrar a dose inicialde epinefrina o mais rápido possível. Em adultos com OVACE grave, devem ser executados ciclos repetidos de 5 golpes nas costas, seguidos de 5 compressões abdominais, até que o objeto seja expelido ou a vítima fique inconsciente. 2025 (novo): Pode ser aceitável realizar compressões no terço inferior do esterno, tomando cuidado para se manter acima do processo xifoide ao aplicar compressões torácicas em recém-nascidos. Motivo: Um estudo de autópsia de bebês e crianças pequenas constatou que a aplicação de compressões na região média do esterno não estava associada à ruptura do fígado. Lacerações superficiais na cápsula do fígado foram produzidas quando as compressões foram aplicadas no processo xifoide, e todos os pacientes que receberam compressões torácicas e abdominais simultâneas ou apenas compressões abdominais apresentaram ruptura hepática. Estudos radiográficos de tórax identificam que o coração se localiza sob o terço inferior do esterno na maioria dos bebês.	

000490	GUAÍRA - Médico 24h	15-E	A questão aborda o manejo da parada cardiorrespiratória em adulto com ritmo chocável (fibrilação ventricular), em cenário com suporte avançado disponível. Embora o gabarito preliminar indique como correta a alternativa que recomenda a desfibrilação precoce seguida imediatamente por compressões torácicas, o enunciado apresenta fragilidade ao não contextualizar adequadamente a integração entre os protocolos de trauma e ressuscitação. De acordo com o ATLS - Suporte Avançado de Vida no Trauma, 11ª edição (2025), a abordagem da parada cardiorrespiratória em vítimas de trauma deve sempre priorizar	Recurso IMPROCEDENTE. A questão trata de parada cardiorrespiratória em adulto com ritmo chocável (fibrilação ventricular). Nessa situação, a conduta imediata é desfibrilação precoce seguida de compressões torácicas, conforme os protocolos de ressuscitação (ACLS/AHA). A invocação do ATLS é inadequada ao escopo da	INDEFERIDO

			a identificação e o tratamento das causas potencialmente reversíveis, especialmente hipóxia, hipovolemia e tamponamento cardíaco, sendo a desfibrilação indicada quando confirmada FV/TV sem pulso, porém inserida em um contexto sistematizado de avaliação primária (XABCDE). O enunciado simplifica excessivamente a tomada de decisão, desconsiderando a necessidade de correção imediata de causas traumáticas associadas, o que pode induzir o candidato a interpretar que a desfibrilação é uma conduta isolada e absoluta, dissociada do manejo global do trauma, o que não está de acordo com o ATLS. Dessa forma, embora a alternativa indicada no gabarito esteja alinhada às diretrizes de ressuscitação, a formulação da questão não avalia adequadamente o raciocínio clínico exigido do médico emergencista no contexto do trauma, comprometendo a validade pedagógica do item. PEDIDO: Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão, por simplificação excessiva do manejo da parada cardiorrespiratória traumática, em desacordo com a abordagem sistematizada preconizada pelo ATLS 11ª edição. Referência: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11th ed. Chicago: ACS, 2025.	questão, pois este não substitui os algoritmos específicos de PCR após a identificação de ritmo chocável. A desfibrilação integra o manejo padronizado da PCR e não depende de reavaliação do XABCDE. Não há ambiguidade nem erro conceitual. A alternativa C é a única correta.	
000490	GUAÍRA - Médico 24h	17-D	A questão descreve um quadro clínico compatível com tamponamento cardíaco traumático, caracterizado por hipotensão arterial, ingurgitamento jugular, abafamento de bulhas cardíacas e presença de pulso paradoxal, configurando a clássica Tríade de Beck, conforme descrito no ATLS. O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa que atribui valor discriminatório ao achado de baixa voltagem no eletrocardiograma para diferenciar tamponamento cardíaco de pneumotórax hipertensivo. Entretanto, segundo o ATLS - 11ª edição (2025), o diagnóstico do tamponamento cardíaco no trauma é essencialmente clínico, podendo ser auxiliado pelo FAST estendido ou ecocardiografia, não sendo o eletrocardiograma um método confiável ou prioritário para esse fim no atendimento inicial. O ATLS enfatiza que achados eletrocardiográficos são inespecíficos e inconsistentes no tamponamento traumático, especialmente no cenário agudo, não devendo ser utilizados como critério diferencial em relação ao pneumotórax hipertensivo. A alternativa considerada correta, portanto, atribui valor diagnóstico inadequado ao ECG, contrariando a literatura oficial. PEDID Diante da incorreção conceitual e da contradição com as diretrizes do ATLS 11ª edição, requer-se a ANULAÇÃO da questão. Referência: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11th ed. Chicago: ACS, 2025.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão descreve paciente vítima de traumatismo torácico em atendimento pré-hospitalar, com hipotensão arterial, taquicardia, ingurgitamento jugular, choque progressivo, abafamento de bulhas cardíacas e pulso paradoxal, quadro compatível com diagnósticos diferenciais de choque obstrutivo, notadamente tamponamento cardíaco traumático e pneumotórax hipertensivo. A alternativa considerada correta (letra B) afirma que o achado de baixa voltagem no eletrocardiograma de 12 derivações favorece o diagnóstico de tamponamento cardíaco em detrimento do pneumotórax hipertensivo, o que está correto do ponto de vista fisiopatológico e semiológico, uma vez que: A baixa voltagem no ECG está classicamente associada à presença de líquido no espaço pericárdico, que atua como isolante elétrico, sendo descrita como achado compatível com tamponamento cardíaco, inclusive em contexto traumático. No pneumotórax hipertensivo, não há mecanismo fisiopatológico primário que justifique redução difusa da voltagem elétrica no eletrocardiograma, podendo ocorrer, no máximo, desvios do eixo elétrico ou alterações secundárias à compressão mediastinal, e não baixa	INDEFERIDO

				voltagem generalizada. Embora o eletrocardiograma não seja exame confirmatório isolado no atendimento inicial ao trauma, a questão não solicita método diagnóstico de escolha, mas sim o achado que favorece um diagnóstico em detrimento de outro, o que torna a assertiva adequada ao comando do enunciado. Dessa forma, a alternativa B permanece como a única correta, não havendo ambiguidade ou erro conceitual que justifique a anulação ou alteração do gabarito.	
000490	GUAÍRA - Médico 24h	18-A	A questão descreve um quadro clínico compatível com tamponamento cardíaco traumático, caracterizado por hipotensão arterial, ingurgitamento jugular, abafamento de bulhas cardíacas e presença de pulso paradoxal, configurando a clássica Tríade de Beck, conforme descrito no ATLS.O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa que atribui valor discriminatório ao achado de baixa voltagem no eletrocardiograma para diferenciar tamponamento cardíaco de pneumotórax hipertensivo. Entretanto, segundo o ATLS - 11ª edição (2025), o diagnóstico do tamponamento cardíaco no trauma é essencialmente clínico, podendo ser auxiliado pelo FAST estendido ou ecocardiografia, não sendo o eletrocardiograma um método confiável ou prioritário para esse fim no atendimento inicial.O ATLS enfatiza que achados eletrocardiográficos são inespecíficos e inconsistentes no tamponamento traumático, especialmente no cenário agudo, não devendo ser utilizados como critério diferencial em relação ao pneumotórax hipertensivo. A alternativa considerada correta, portanto, atribui valor diagnóstico inadequado ao ECG, contrariando a literatura oficial.PEDIDODiante da incorreção conceitual e da contradição com as diretrizes do ATLS 11ª edição, requer-se a ANULAÇÃO da questão.Referência: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11th ed. Chicago: ACS, 2025.	O recurso recebido não condiz à questão.	INDEFERIDO
000490	GUAÍRA - Médico 24h	19-E	A questão aborda o manejo de paciente com agitação psicomotora intensa em via pública, após falha da abordagem verbal e de técnicas de desescalada, indicando como correta a alternativa que recomenda o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular. Entretanto, conforme os princípios de segurança do atendimento emergencial descritos no ATLS -11ª edição (2025), a abordagem do paciente agitado deve ser individualizada, priorizando a segurança da equipe, do paciente e de terceiros, sem impor uma conduta farmacológica única e padronizada como regra geral. O ATLS e manuais de emergência reconhecem que a contenção química pode ser necessária, porém não estabelecem uma associação medicamentosa específica como obrigatória, especialmente diante dos riscos conhecidos da combinação de antipsicóticos com anti-histamínicos sedativos, como depressão respiratória, hipotensão e prolongamento do intervalo QT. Outras estratégias farmacológicas são descritas como clinicamente aceitáveis, a depender do contexto, do perfil do paciente e dos recursos disponíveis.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento	INDEFERIDO

			Assim, a alternativa considerada correta não se apresenta como a única conduta válida, e a questão incorre em pluralidade de respostas tecnicamente defensáveis, o que contraria o princípio de unicidade exigido em questões objetivas. PEDIDO Diante da existência de múltiplas condutas clinicamente aceitáveis, sem hierarquização clara nas diretrizes oficiais, requer-se a ANULAÇÃO da questão. Referência: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11th ed. Chicago: ACS, 2025.	foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como	

				segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	
000490	GUAÍRA - Médico 24h	21-C	A questão aborda o manejo de paciente com agitação psicomotora intensa em via pública, após falha da abordagem verbal e de técnicas de desescalada, indicando como correta a alternativa que recomenda o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular.Entretanto, conforme os princípios de segurança do atendimento emergencial descritos no ATLS - 11ª edição (2025), a abordagem do paciente agitado deve ser individualizada, priorizando a segurança da equipe, do paciente e de terceiros, sem impor uma conduta farmacológica única e padronizada como regra geral.O ATLS e manuais de emergência reconhecem que a contenção química pode ser necessária, porém não estabelecem uma associação medicamentosa específica como obrigatória, especialmente diante dos riscos	O recurso recebido não corresponde à questão.	INDEFERIDO

			conhecidos da combinação de antipsicóticos com anti-histamínicos sedativos, como depressão respiratória, hipotensão e prolongamento do intervalo QT. Outras estratégias farmacológicas são descritas como clinicamente aceitáveis, a depender do contexto, do perfil do paciente e dos recursos disponíveis.Assim, a alternativa considerada correta não se apresenta como a única conduta válida, e a questão incorre em pluralidade de respostas tecnicamente defensáveis, o que contraria o princípio de unicidade exigido em questões objetivas.PEDIDODiante da existência de múltiplas condutas clinicamente aceitáveis, sem hierarquização clara nas diretrizes oficiais, requer-se a ANULAÇÃO da questão.Referência: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11th ed. Chicago: ACS, 2025.		
000490	GUAÍRA - Médico 24h	3-E	A questão solicita a identificação de uma análise incorreta. Entre as alternativas, consta a afirmação de que o verbo “tem” deveria receber acento circunflexo na frase “a influência digital tem um impacto profundo na mente humana”. Do ponto de vista da norma-padrão da língua portuguesa, o verbo “ter” somente recebe acento circunflexo na forma plural (“têm”), quando o sujeito também está no plural. No trecho apresentado, o sujeito é singular (“a influência digital”), razão pela qual a forma verbal “tem”, sem acento, está corretamente empregada. Trata-se, portanto, de um erro gramatical elementar, cuja incorreção é evidente e não demanda análise linguística aprofundada. A presença de alternativa com erro tão básico compromete o caráter avaliativo da questão, que se propõe a analisar aspectos mais complexos da linguagem. PEDIDO Diante da fragilidade técnica e do erro gramatical evidente, requer-se a ANULAÇÃO da questão, por inadequação ao nível da prova. REFERÊNCIA: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.	A análise apresentada no recurso está correta, ou seja, a afirmativa apresentada na letra D é INCORRETA. Daí a razão para ter sido assinalada, já que se pede: "Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA." Logo, o recurso não procede.	INDEFERIDO
000490	GUAÍRA - Médico 24h	6-E	A questão solicita a identificação de uma análise incorreta. Entre as alternativas, consta a afirmação de que o verbo “tem” deveria receber acento circunflexo na frase “a influência digital tem um impacto profundo na mente humana”.Do ponto de vista da norma-padrão da língua portuguesa, o verbo “ter” somente recebe acento circunflexo na forma plural (“têm”), quando o sujeito também está no plural. No trecho apresentado, o sujeito é singular (“a influência digital”), razão pela qual a forma verbal “tem”, sem acento, está corretamente empregada.Trata-se, portanto, de um erro gramatical elementar, cuja incorreção é evidente e não demanda análise linguística aprofundada. A presença de alternativa com erro tão básico compromete o caráter avaliativo da questão, que se propõe a analisar aspectos mais complexos da linguagem.PEDIDODiante da fragilidade técnica e do erro gramatical evidente, requer- se a ANULAÇÃO da questão, por inadequação ao nível da	O recurso não apresenta argumento relativo à questão 6, motivo pelo qual fica sumariamente indeferido.	INDEFERIDO

			prova.REFERÊNCIA:BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova		
			Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.		
000490	GUAÍRA - Médico 24h	7-B	A questão apresenta um problema envolvendo sistema de equações, com dados relativos ao preço unitário de bananas e maçãs, valor total gasto e diferença entre as quantidades adquiridas. Entretanto, ao analisar as alternativas apresentadas, verifica-se que algumas combinações não satisfazem simultaneamente todas as condições do enunciado, especialmente no que se refere ao valor total gasto e à diferença exata entre as quantidades de frutas. Além disso, o enunciado não explicita se todas as quantidades devem ser necessariamente inteiras e positivas, nem esclarece o método esperado de resolução, o que pode conduzir a interpretações divergentes. Essa falta de precisão compromete a unicidade da resposta correta, requisito essencial em questões objetivas. PEDID Diante da ambiguidade matemática e da insuficiência de critérios explicitados no enunciado, requer-se a ANULAÇÃO da questão. REFERÊNCIA: IEZZI, Gelson et al. Matemática – Ciência e Aplicações. Vol. 1. São Paulo: Atual, 2019. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática, 2018.	A questão 7 traz: “A escola Reino Encantado vai preparar uma salada de frutas. As crianças só gostam de bananas e maçãs. Por isso, a professora do Infantil 2 comprou apenas esses dois tipos de frutas. Cada banana custou R$ 2,50 e cada maçã custou R$ 5,00. Sabe-se que a professora gastou R$ 50,00 e que comprou 5 bananas a mais que as maçãs. Quantas bananas e maçãs foram compradas?” Dados do problema: Banana: R$ 2,50 cada Maçã: R$ 5,00 cada Total gasto: R$ 50,00 Foram compradas 5 bananas a mais que maçãs Vamos chamar: x = número de maçãs x + 5 = número de bananas Agora calculamos o valor gasto: Maçãs: 5 * x Bananas: 2,5 * (x + 5) Resolvendo temos: 5x + 2,5 (x+5) = 50 5x + 2,5x + 12,5 = 50 7,5 x = 50 – 12,5 7,5 x = 37,5 X = 5 Temos 5 maçãs e 10 bananas Portanto resposta D.	INDEFERIDO
000490	GUAÍRA - Médico 24h	9-D	A questão apresenta um problema envolvendo sistema de equações, com dados relativos ao preço unitário de bananas e maçãs, valor total gasto e diferença entre as quantidades adquiridas.Entretanto, ao analisar as alternativas apresentadas, verifica-	A questão 09 apresenta: "Sabendo que um triângulo retângulo tem altura igual a 15m e base igual a 20m, qual	INDEFERIDO
			se que algumas combinações não satisfazem simultaneamente todas as condições do enunciado, especialmente no que se refere ao valor total gasto e à diferença exata entre as quantidades de frutas.Além disso, o enunciado não explicita se todas as quantidades devem ser necessariamente inteiras e positivas, nem esclarece o método esperado de resolução, o que pode conduzir a interpretações divergentes. Essa falta de precisão compromete a unicidade da resposta correta, requisito essencial em questões objetivas.PEDIDODiante da ambiguidade matemática e da	o valor da sua hipotenusa em centímetros?". Os argumentos que pedem a anulação da questão não procedem.	

			insuficiência de critérios explicitados no enunciado, requer-se a ANULAÇÃO da questão. REFERÊNCIA:IEZZI, Gelson et al. Matemática – Ciência e Aplicações. Vol. 1. São Paulo: Atual, 2019.DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática, 2018.	Interpretar a questão faz parte de sua resolução. Como o enunciado apresenta tratar-se de um triângulo retângulo, sabemos por definição, que dois de seus lados são necessariamente perpendiculares entre si, caracterizando os catetos, enquanto o terceiro lado corresponde à hipotenusa. Nesse contexto, ao informar que o triângulo retângulo possui base igual a 20 m e altura igual a 15 m, não é necessário dizer que são perpendiculares, isso já foi dito ao afirmar que o triângulo é retângulo. Além disso, os termos (base e altura) são utilizados no nível fundamental e médio como referência aos catetos de um triângulo retângulo, quando sua perpendicularidade já está assegurada pela própria definição da figura. Para resolução da questão bastava aplicar o Teorema de Pitágoras, e se atentar ao final para a conversão de metros em centímetros. Resposta C Portanto opino pelo indeferimento do recurso.	
001981	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	A partir das informações sobre o paciente contidas no enunciado, como abertura dos olhos apenas ao estímulo doloroso, emissão de palavras desconexas e flexão normal dos membros superiores sem localização da dor, ao utilizar como base a Escala de Coma de Glasgow teremos como resultado 9 pontos, constituídos por 2 pontos da abertura ocular, 3 pontos da resposta verbal e 4 pontos da resposta motora.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

003642	GUAÍRA - Médico 24h	34-C	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da questão, que atribuiu Escala de Coma de Glasgow igual a 8 ao paciente descrito no enunciado. De acordo com os dados apresentados: -Abertura ocular: “abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” - 2 pontos -Resposta verbal: “emite palavras isoladas” - 3 pontos -Resposta motora: “apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor”	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			Conforme a Escala de Coma de Glasgow padronizada: -Retirada ao estímulo doloroso (withdrawal) corresponde a 4 pontos -Flexão anormal (decorticação) corresponde a 3 pontos O enunciado descreve explicitamente retirada do membro ao estímulo doloroso, sem mencionar postura anormal ou padrão de decorticação, o que caracteriza resposta motora 4, e não 3. Assim, a soma correta seria: 2 (ocular) + 3 (verbal) + 4 (motora) = 9 pontos Diante do exposto, solicita-se a alteração do gabarito, considerando que, conforme a descrição apresentada, a pontuação correta é Glasgow 9.		
002256	CASCAVEL - Psicólogo	31-N	A questão veio com duas alternativas iguais, a letra A e a letra .	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	QUESTÃO ANULADA
002256	CASCAVEL - Psicólogo	20-N	Nenhuma das alternativas contempla o que é o caps: Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços públicos do SUS para pessoas com sofrimento mental grave e persistente, incluindo dependência de álcool/drogas, oferecendo cuidado contínuo e reinserção social com equipe multiprofissional, atividades terapêuticas e foco no território, sem necessidade de agendamento, articulando-se com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para um cuidado integral e humanizado, visando autonomia e vida em comunidade. As alterantivas apresentam fragmentos do que é o CAPS, impossibilitando o candidato a uma escolha adequada.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 20 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: Embora o recurso impetrado pelo(a) candidato(a) traga uma definição GENÉRICA do que seja um CAPS, a questão de número 20 não solicitava aos candidatos a definição do que é um CAPS, mas que os mesmos, a partir do enunciado dado, marcassem a alternativa	INDEFERIDO

				CORRETA (dentre as alternativas propostas na questão de número 20) no que concerne aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A esse respeito, vale ressaltar que a ALTERNATIVA A é a única resposta assertiva e de acordo com a Portaria nº 3088/2011 e, ademais, a única resposta possível (por eliminação), pois as demais se distanciam do que preconiza a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diante do exposto, decide-se por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO MANTENDO COMO ÚNICA RESPOSTA CORRETA A ALTERNATIVA A.	
002368	CAFELÂNDIA - Médico 24h	34-C	Conforme a Escala de Coma de Glasgow abaixo a somatória do caso que consta na questão 34 seria : abre os olhos ao estímulo doloroso; 02 pontos, emite palavras isoladas; 03 pontos , flexão normal dos membros superiores retirando o braço ao estímulo; 04 pontos. Somatória final : 02+03+04: 09 Melhor resposta ocular (4 pontos): Sem abrir os olhos; Abertura dos olhos para a dor; Abertura dos olhos ao som; e Olhos abertos espontaneamente. Melhor resposta verbal (5 pontos): Nenhuma resposta verbal;	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			sons incompreensíveis; palavras impróprias; Confuso; e Orientado. Melhor resposta motora (6 pontos): Sem resposta motora; Extensão anormal da dor; Flexão anormal à dor; Retirada da dor; Localizando a dor; e Obedece aos comandos. REFERÊNCIAS:	Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	

			ATLS – Advanced Trauma Life Support for Doctors. 10. ed. Chicago: Committee on Trauma, 2018, 9 p.		
000031	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	30-B	A AMBULANCIA DO TIPO: C, é utilizada para o atendimento e transporte de pacientes em situações de urgencia e emergencia pré-hospitalar que envolvem traumas,acidentes e locais de dificil acesso... a resposta C esta incompleta a questao	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
000031	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	31-A	ambulancia do tipo:D uti movel é utilizada para emergencias de alto risco que necessitam de intervenção médica intensiva imediata... a banco considerou uma questão em parte certa.Mas deixou claro que é para emergencia pré-hospitalar;e não é vdd.	Profissionais de saúde geralmente denominam a ambulância Tipo D como “suporte avançado de vida”. Ela atende e transporta pacientes de alto risco em situações de emergência pré-hospitalar ou em transferências entre hospitais que exigem cuidados médicos intensivos. Profissionais de saúde altamente qualificados compõem a equipe de uma ambulância Tipo D. Além disso, essa equipe pode incluir médicos, enfermeiros e, em alguns casos, um técnico de enfermagem. Dessa forma, ela atua em ocorrências de alta complexidade para fornecer cuidados intensivos a pacientes em estado grave, garantindo suporte avançado e realizando intervenções médicas essenciais para salvar vidas.	INDEFERIDO
001488	CASCAVEL - Farmacêutico	24-N	Conforme anexo abaixo, conteúdos relacionados a toxicologia ou a própria Lei 14.715/2023 não constam como assuntos programáticos previstos no edital, portanto a cobrança extrapola os limites do edital, razão pela qual requer a anuação da questão	Este tema faz parte do conteúdo legislação e ética profissional, pois trata de uma lei que o farmacêutico deve compreender.	INDEFERIDO
002368	CAFELÂNDIA - Médico 24h	16-E	A banca examinadora indicou como gabarito preliminar a alternativa A (Contusão pulmonar) como a opção que NÃO seria uma causa de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica. Entretanto, tal afirmação contradiz diretamente a bibliografia de referência mundial para o atendimento ao trauma, o manual ATLS® (Advanced Trauma Life Support) do Colégio Americano de Cirurgiões, 11ª Edição.Ao analisar a fisiopatologia da Contusão Pulmonar no Capítulo 5 (Avaliação e Manejo da Respiração e Ventilação), o manual é explícito ao afirmar que esta condição leva tanto à hipoxemia quanto à hipercapnia.Segue o trecho do ATLS 11ª Edição, na seção "Fisiopatologia da Contusão Pulmonar":"A contusão pulmonar resulta em dano alveolar com acúmulo de sangue e fluido nos tecidos pulmonares. Ocorre um descompasso entre ventilação e perfusão, criando um shunt intrapulmonar e dano pulmonar segmentar com perda da complacência pulmonar. Esses efeitos fisiopatológicos podem levar à hipoxemia e	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			à hipercapnia." (Fonte: ATLS® Manual do Curso para Alunos, 11ª Edição, Capítulo 5: Avaliação e Manejo da Respiração e Ventilação, Seção: Fisiopatologia da Contusão Pulmonar). Além disso, ao discutir as consequências gerais do trauma torácico grave (que frequentemente envolve contusão e fraturas de costelas), o manual reitera:"Fraturas de múltiplas costelas resultam em dor ou movimento paradoxal da parede torácica, o que pode prejudicar a expansão pulmonar. As consequências comuns do trauma torácico grave são hipoxemia, hipercapnia e hipotensão com acidose." (Fonte: ATLS® Manual do Curso para Alunos, 11ª Edição, Capítulo 5).Portanto, a literatura comprova que a Contusão Pulmonar (Alternativa A) é, de fato, uma causa de insuficiência respiratória com componente hipercápnico (devido à dor, perda de complacência e hipoventilação associada), tornando		

			incorreto assinalá-la como a exceção da questão. Por outro lado, a Alternativa E (Edema agudo de pulmão cardiogênico) descreve a clássica Insuficiência Respiratória Tipo 1 (Hipoxêmica), onde o mecanismo principal é o preenchimento alveolar por transudato, gerando efeito shunt e hipoxemia, cursando habitualmente com hipocapnia (devido à taquipneia reflexa) nas fases iniciais e não sendo uma causa primária de falência ventilatória hipercápnica.Conclusão: Diante da evidência literal do ATLS 11ª Edição de que a contusão pulmonar causa hipercapnia, a Alternativa A não pode ser a resposta para "qual das abaixo NÃO é uma causa". Solicita-se, respeitosamente, a alteração do gabarito para a Alternativa E, que representa a etiologia classicamente hipoxêmica (não hipercápnica) entre as opções apresentadas.		
002368	CAFELÂNDIA - Médico 24h	32-N	A questão solicita que o candidato assinale a alternativa INCORRETA sobre os protocolos de Transporte Aeromédico.Embora a Alternativa D esteja de fato incorreta (ao sugerir o clampeamento do dreno durante o voo, o que pode causar pneumotórax hipertensivo), a Alternativa B também apresenta um erro técnico grave à luz da bibliografia de referência (ATLS 11ª Edição), o que prejudica a unicidade da resposta e exige a anulação da questão. A Alternativa B classifica o "pneumotórax não drenado" como uma contraindicação relativa. No entanto, o ATLS 11ª Edição estabelece que a presença de pneumotórax exige intervenção mandatória antes do transporte aéreo, devido à expansão gasosa em altitude (Lei de Boyle).No Capítulo 5 (Avaliação e Manejo da Respiração e Ventilação), seção "Gestão do Pneumotórax", o manual é explícito:"Em cenários de pneumotórax clinicamente oculto e transferência aérea planejada, o médico responsável deve discutir a necessidade de inserção de dreno torácico antes da transferência com o médico receptor. A mudança na pressão transpleural com a altitude pode potencialmente resultar no aumento do pneumotórax e na conversão de assintomático para sintomático durante o voo." (Fonte: ATLS® 11ª Edição, Capítulo 5, Seção: Gestão do Pneumotórax).Para reforçar que essa conduta não é "relativa", mas sim uma medida de segurança indispensável, o Capítulo 15 (Transferência para Cuidados Definitivos) determina que a descompressão deve ser feita preventivamente:"Antecipar o agravamento das lesões é crucial; portanto, medidas preventivas como [...] descompressão de um pneumotórax que possa se expandir devem ser adotadas." (Fonte: ATLS® 11ª Edição, Capítulo 15, Seção: Lista de Verificação de Transferência ATLS).A literatura demonstra que transportar um	Recurso IMPROCEDENTE. A classificação das contraindicações ao transporte aeromédico adotada na questão baseia-se expressamente no Protocolo Aeromédico do SAMU. O comando da questão remete de forma explícita a esse protocolo. Conforme o SAV AERO 2, o pneumotórax não drenado é classificado como contraindicação relativa ao transporte aeromédico, estando corretamente descrito na alternativa B. Dessa forma, não há duplicidade de assertivas incorretas. Apenas a alternativa D contraria o protocolo oficialmente adotado pela questão.	INDEFERIDO

			paciente com pneumotórax não drenado em aeronave expõe o doente ao risco iminente de morte por pneumotórax hipertensivo devido à expansão gasosa hipobárica. Portanto, a condição "pneumotórax não drenado" impede o transporte seguro até que seja tratada. Classificá-la apenas como "relativa" induz o médico ao erro de acreditar que o transporte pode ser realizado sem a drenagem prévia, violando os princípios de segurança do ATLS. Conclusão:A questão possui DUAS assertivas incorretas:1. A Alternativa D (Gabarito da banca) erra ao indicar o clampeamento do dreno.2. A Alternativa B erra ao classificar o pneumotórax não drenado como contraindicação relativa, ignorando a obrigatoriedade de drenagem prévia para a segurança de voo preconizada pelo ATLS.Diante da duplicidade de respostas corretas para o comando "assinale a incorreta", solicita-se a ANULAÇÃO da questão.		
000175	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-C	A questão até o enunciado está correta mas apartir disso, as alternativas 2 e 3 as repetem, sendo assim afetando as todas as respostas que poderiam ser preenchidas no gabarito	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
002368	CAFELÂNDIA - Médico 24h	19-N	O gabarito preliminar considerou correta a alternativa B, que trata da tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal. Contudo, a alternativa C também encontra respaldo técnico nos protocolos do atendimento pré-hospitalar, os quais determinam que, diante de paciente com comportamento imprevisível e risco potencial à equipe e a terceiros, deve-se priorizar a segurança da cena, com solicitação de apoio policial, antes da continuidade de intervenções clínicas. A redação da alternativa C não exclui definitivamente a atuação clínica subsequente, permitindo interpretação válida e compatível com o método ACENA e com os princípios do PHTLS e do SAMU. Dessa forma, observa-se sobreposição conceitual entre as alternativas B e C, configurando dupla interpretação plausível. Em provas objetivas, tal ambiguidade fere o princípio da resposta única e inequívoca. Assim, solicita-se a anulação da questão. Referências: Manual do SAMU – Ministério da Saúde; PHTLS – NAEMT; UpToDate – Management of the acutely agitated patient.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000175	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-D	A alternativa (A) e a (D) são as mesmas alternativas então ocorre um erro no gabarito da resposta	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000782	CASCAVEL - Psicólogo	31-A	Existem duas alternativas iguais, a A e a D.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a	QUESTÃO ANULADA

				banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	
000175	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-D	2 alternativas se encontram repetida	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000175	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-D	2 alternativas se acontecerem repetidamente	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000175	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	17-E	Em uma das alternativas fala o flash realiza chamada de emergência automaticamente sem discar o número e ela tá incorreta só que na alternativa letra e que fala do mute que desativa o microfone impedindo que o interlocutor ou susuário no caso ela também está incorreta porque quando você ativa o mute se for no lado de quem está ligando ele vai desativar realmente para o interlocutor mas se for um interlocutor que vai usar essa opção então quem não vai ouvir vai ser o usuário somente então ficou meio controverso a situação da questão da onde descreve o que vai estar fazendo	Recurso indeferido, a alternativa C está incorreta pois a tecla flash é utilizada na transferência de ramais, necessitando do flash+número do ramal necessário.	INDEFERIDO
001488	CASCAVEL - Farmacêutico	39-E	A questão solicita a identificação de irregularidades em fitoterápicos. As afirmativas I e II apresentam critérios técnicos e plausíveis, entretanto a questão III baseia-se exclusivamente em características visuais da embalagem, como uso de muitas cores e imagens, sem qualquer referência a critérios técnicos ou normativos previsto na legislação sanitária, como lote e nome científico da planta. O simples designer da embalagem não configura, por si só, irregularidade, além de não apresentar a imagem para avaliação objetiva.Portanto a afirmativa III apresenta caráter subjetivo e carece de respaldo técnico-regulatório, comprometendo a objetividade da questão. Outro fator que agrava essa questão é que naturalmente os fitoterápicos (medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico) possuem embalagens mais coloridas e ilustradas, quando comparadas com as embalagens de medicamentos sintéticos, o que cria mais um caráter de confusão.Segue em anexo embalagens de fitoterápicos.	O conteúdo da questão pode ser consultado no site da ANVISA. https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publica coes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de- fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf	INDEFERIDO
001488	CASCAVEL - Farmacêutico	45-D	A questão na afirmativa II - A tefenoquina deve ser tomada uma única...Está incompleta, não sendo possível a interpretação e a análise da afirmativa, impossibilitando ao candidato inferir corretamente a informação pretendida. Uma vez que a ausência da palavra ou expressão subsequente compromete totalmente o significado, como, por exemplo, "posologia", "tomada", "dose" etc.	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO
001488	CASCAVEL - Farmacêutico	26-D	Solicito a revisão do gabarito da questão 26, uma vez que o termo 'estudos pré- comercialização' engloba tanto a fase pré-clínica quanto as fases clínicas I, II e III. A alternativa D descreve corretamente a Fase III, que é parte integrante e essencial dos estudos realizados antes da comercialização.Uma vez que o teste em animais está relacionadas com etapas bastante prévias a comercialização, mais especificamente em testes pré-clínicos.	Alternativa está de acordo com a literatura. Ciências Farmacêuticas - Uma Abordagem Hospitalar	INDEFERIDO
002598	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)	20-N	solicito a anulação da questao vendo que, segundo a normativa atual do ministerio da saude, apliação da faixa etaria garante acesso as mulheres com idade de 40 a 74 anos, visto que essa resposta nao se encontra em nem uma alternatia	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
002570	TOLEDO - Médico 12h	34-C	Recurso – Questão 34Olá, solicito a revisão do gabarito da questão 34, uma vez que o score atribuído pela banca (8 pontos) não corresponde à correta aplicação da Escala de Coma de Glasgow, conforme descrito no enunciado.De acordo com as informações apresentadas:• Abertura ocular: ocorre apenas ao estímulo doloroso ? E2• Resposta verbal: emite palavras isoladas ? V3, conforme definição da Escala de Glasgow (palavras discerníveis, porém desconexas ou inadequadas)• Resposta motora: realiza retirada do braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor ? M4Assim, a pontuação correta é: E2 + V3 + M4 = 9 pontos - gabarito correto seria letra CPara que o score total fosse 8, seria necessário que a resposta verbal fosse classificada como sons incompreensíveis (V2), o que não se aplica ao caso, visto que o enunciado descreve claramente a emissão de palavras isoladas, critério inequívoco de V3. Dessa forma, requer-se a alteração do gabarito para 9 pontos - alternativa C	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003006	TOLEDO - Médico 12h	16-N	A insuficiência respiratória pode ser classificada em hipoxêmica (tipo I) ou hipercápnica (tipo II), conforme o mecanismo fisiopatológico predominante. Segundo o Manual de Medicina de Emergência da FMUSP, a insuficiência respiratória tipo I caracteriza-se por falência primária da oxigenação, com ventilação relativamente preservada. O mesmo manual classifica explicitamente o edema agudo de pulmão cardiogênico como causa de insuficiência respiratória hipoxêmica (figura 1, em anexo), ao lado de SDRA, pneumonia grave e tromboembolismo pulmonar, enquanto reserva a insuficiência respiratória hipercápnica para situações de hipoventilação alveolar, como: Miastenia gravis Síndrome de Guillain-Barré Intoxicação por sedativos/opioides O Harrison’s Principles of Internal Medicine descreve explicitamente o edema pulmonar dentro do	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			contexto da insuficiência respiratória tipo I (hipoxêmica): “Esse tipo de insuficiência respiratória ocorre com inundação alveolar e subsequente desequilíbrio na ventilação-perfusão e shunt fisiológico intrapulmonar. A inundação alveolar pode ser consequência de edema pulmonar, trauma pulmonar, pneumonia ou hemorragia alveolar.” O texto deixa claro que o edema pulmonar, inclusive o cardiogênico, produz insuficiência respiratória por inundação alveolar, shunt intrapulmonar e desequilíbrio V/Q, mecanismos clássicos de hipoxemia, e não de hipercapnia primária. O West – Fisiopatologia Pulmonar reforça essa distinção ao afirmar que: “A causa mais importante da hipoxemia na insuficiência respiratória é o desequilíbrio entre ventilação-perfusão (incluindo o fluxo sanguíneo através de pulmão não ventilado).” Já em relação à hipercapnia, o autor é claro ao restringir suas causas principais a contextos específicos: “A hipoventilação é a causa [da hipercapnia] em doenças neuromusculares, como a síndrome de Guillain-Barré, na intoxicação por substâncias (…) ou em doenças da parede torácica.” E complementa que o desequilíbrio V/Q como causa de hipercapnia ocorre em situações bem delimitadas, como DPOC grave e doença intersticial de longa data, O próprio West ressalta que, em situações como edema pulmonar leve associado a infarto agudo do miocárdio, o impacto principal é sobre a oxigenação, e não sobre a ventilação alveolar. Analisando as alternativas: A) Contusão pulmonar – Lesão parenquimatosa com edema e hemorragia alveolar, levando a shunt e desequilíbrio V/Q, mecanismo também típico de insuficiência respiratória hipoxêmica. B) Asma – Doença obstrutiva; pode cursar com hipercapnia em crises graves. C) Intoxicação por opioides – Depressão do centro respiratório; causa clássica de hipoventilação alveolar e hipercapnia. D) Miastenia gravis – Doença neuromuscular; causa clássica de insuficiência respiratória hipercápnica. E) Edema agudo de pulmão cardiogênico – Classicamente causa insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), por inundação alveolar e shunt intrapulmonar, conforme Harrison, West e Manual de Medicina de Emergência da USP. Diante da análise integrada das principais referências médicas: Tanto a contusão pulmonar (A) quanto o edema agudo de pulmão cardiogênico (E) são descritos classicamente como causas de insuficiência respiratória hipoxêmica, e não hipercápnica; A hipercapnia, quando presente nos casos de edema agudo pulmonar, ocorre de forma secundária ou associada, configurando insuficiência respiratória mista, o que não é o objeto do enunciado; Assim, o item apresenta mais de uma alternativa possível como resposta à pergunta formulada, violando o princípio da unicidade da resposta correta. Diante do exposto, com base em literatura médica clássica, convergente e amplamente aceita, solicita-se a ANULAÇÃO da questão, por ambiguidade conceitual e ausência de alternativa única e inequívoca. Referências HARRISON, T. R. et al. Harrison: princípios de medicina interna. 21. ed. Porto Alegre: AMGH/McGraw-Hill, 2022. WEST, John B. Fisiopatologia pulmonar: princípios básicos. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina. Manual de medicina de emergência. 3. ed. São Paulo: Manole, 2019.		
002718	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	RECURSO QUESTÃO 34 Prezada Banca Examinadora, venho interpor recurso contra o gabarito preliminar da questao 34, que aponta como correta a alternativa B (8 pontos), requerendo a alteracao para a alternativa C (9 pontos), conforme fundamentacão técnica a seguir: Analisando a questão: O enunciado descreve paciente vítima de trauma cranioencefálico, com os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso. De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, isso corresponde a abertura ocular ao estímulo doloroso, totalizando 2 pontos. Emite palavras isoladas. Segundo a Escala de Coma de Glasgow original, a emissao de palavras isoladas, sem conversação coerente, corresponde a resposta verbal 3, classificada como palavras inapropriadas. Flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor. Na Escala de Coma de Glasgow, a retirada ao estímulo doloroso corresponde a resposta motora 4. O próprio enunciado informa que o paciente não localiza a dor, afastando a pontuação 5. Cálculo final da pontuação correta: Abertura ocular: 2 pontos Resposta verbal: 3 pontos Resposta motora: 4 pontos Total: 2 + 3 + 4 = 9 pontos Conclusão: Dessa forma, a pontuação correta do paciente na Escala de Coma de Glasgow é 9 pontos, correspondendo à alternativa C, e não à alternativa B, conforme indicado no gabarito preliminar. Portanto, solicito a troca de gabarito definitivo para a letra C. Referência bibliográfica: TEASDALE G, JENNETT B. Assessment of coma and impaired consciousness a practical scale. The Lancet. 1974;304(7872):81-84.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003323	TOLEDO - Médico 12h	34-B	Senhores examinadores, Venho respeitosamente solicitar a revisão do gabarito da questão 34, cuja alternativa indicada como correta foi a B (8), enquanto que a pontuação correta na Escala de Coma de Glasgow (ECG) para o quadro descrito é 9. Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso -> E = 2.Não há dúvida, pois não abre os olhos espontaneamente nem à voz,	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			apenas à dor. Resposta verbal: “emite palavras isoladas” -> V = 3.Na ECG padrão, “palavras isoladas” (discurso limitado a palavras, mas compreensíveis) corresponde ao nível 3. O nível 4 é para “fala confusa” (resposta conversacional, mas desorientada). O paciente, com suspeita de TCE, não está conversando, apenas palavras soltas — portanto, V=3. Resposta motora: “flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor” -> M = 4.“Flexão normal” (retirada do membro ao estímulo doloroso, sem padrão patológico) está claramente descrito. O nível 5 (“localiza a dor”) seria se ele tentasse, por exemplo, levar a mão ao estímulo doloroso no pescoço/cabeça. Como “não localiza”, mas retira o braço normalmente, é M = 4. Soma:E(2) + V(3) + M(4) = 9. Conclusão: O quadro descrito corresponde à ECG 9, alternativa C, e não 8. A alternativa B (8) só seria possível se houvesse erro na atribuição de V=2 ou M=3, o que não se sustenta na descrição fornecida. Solicito, portanto, a reanálise da pontuação com base nos critérios da Escala de Coma de Glasgow e a alteração do gabarito para a alternativa C. Referência: Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet. 1974;2(7872):81-84.		
003132	CASCAVEL - Psicólogo	16-N		Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 16 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido não está devidamente fundamentado, carecendo de justificativa. Diante do exposto, INEXISTINDO MERÍTO DA QUESTÃO, decide-se por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.	INDEFERIDO
003132	CASCAVEL - Psicólogo	31-N	Recurso – Questão 31 (Psicopatologia – Dalgalarrondo, 2019) Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 31, uma vez que o item apresenta erro material na formulação das alternativas, comprometendo a clareza e a objetividade da questão. Observa-se que as alternativas A e D são idênticas, ambas trazendo a expressão “Caracteres de sensorialidade e Generalização”. Tal duplicidade fere os princípios técnicos de elaboração de questões de múltipla escolha, segundo os quais cada alternativa deve ser única e semanticamente distinta. Além disso, a presença de alternativas repetidas gera insegurança ao candidato e prejudica a avaliação justa do conhecimento, tornando a questão passível de questionamento independentemente da existência de uma alternativa conceitualmente correta. Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, a fim de garantir a lisura, a isonomia e a equidade do processo avaliativo.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	QUESTÃO ANULADA
003132	CASCAVEL - Psicólogo	44-N	Recurso – Questão 31 (Psicopatologia – Dalgalarrondo, 2019)Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à Questão 31, uma vez que o item apresenta erro material na formulação das alternativas, comprometendo a clareza e a objetividade da questão.Observa-se que as alternativas A e D são idênticas, ambas trazendo a expressão “Caracteres de sensorialidade e Generalização”. Tal duplicidade fere os princípios técnicos de elaboração de questões de múltipla escolha, segundo os quais cada alternativa deve ser única e semanticamente distinta.Além disso, a presença de alternativas repetidas gera insegurança ao candidato e prejudica a avaliação justa do conhecimento, tornando a questão passível de questionamento independentemente da existência de uma alternativa conceitualmente correta.Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, a fim de garantir a lisura, a isonomia e a equidade do processo avaliativo.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	QUESTÃO ANULADA
000544	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	1. Objeto do Recurso Interposição de recurso contra o gabarito preliminar da Questão 34, que atribuiu como correta a alternativa B (8 pontos), por divergência com os critérios técnicos oficiais da Escala de Coma de Glasgow (ECG). 2. Síntese do Enunciado O paciente apresenta os seguintes achados neurológicos: Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso Emite palavras isoladas Flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor 3. Enquadramento Técnico pela Escala de Coma de Glasgow 3.1 Abertura Ocular (E) Descrição: “Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” Classificação: E2 – Abertura ocular ao estímulo doloroso 3.2 Resposta Verbal (V) Descrição: “Emite palavras isoladas” Classificação: V3 – Palavras inapropriadas Definidas na literatura como verbalizações isoladas, sem construção de frases, sem resposta coerente ou contextualizada. 3.3 Resposta Motora (M) Descrição: “Retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor” Classificação: M4 – Retirada ao estímulo doloroso (flexão normal) Não se enquadra em M5 (localização da dor), pois não há direcionamento do membro ao local do estímulo doloroso, apenas retirada reflexa. 4. Cálculo da Pontuação Parâmetro Pontuação Abertura ocular (E2) 2 Resposta verbal (V3) 3 Resposta motora (M4) 4 Total: 9 pontos 5. Divergência do Gabarito Oficial A alternativa B (8 pontos) somente seria compatível caso a resposta verbal fosse classificada como V2 (sons incompreensíveis) ou a resposta motora como M3 (flexão anormal), o que não corresponde à descrição do enunciado, que afirma claramente a emissão de palavras e retirada ao estímulo. 6. Fundamentação Bibliográfica Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness: A practical scale. The Lancet, 1974. —	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			Define “withdrawal from pain (normal flexion)” como Motor 4 e “inappropriate words” como Verbal 3. American College of Surgeons. ATLS® – Advanced Trauma Life Support Student Course Manual. 10ª edição. — Tabela oficial da ECG: Verbal 3: Palavras inapropriadas Motor 4: Retirada ao estímulo doloroso American Heart Association (AHA). Guidelines for CPR and Emergency Cardiovascular Care. — Classifica retirada ao estímulo sem localização como M4. Royal College of Physicians. National Clinical Guideline for the Management of Head Injury in Adults. — Padroniza “withdrawal from pain” como resposta motora nível 4. Brain Trauma Foundation. Guidelines for the Management of Severe Traumatic Brain Injury. — Adota a mesma estratificação da ECG para resposta verbal e motora. UpToDate®. Glasgow Coma Scale in adults: Assessment and clinical significance. — Define palavras isoladas como Verbal 3 e retirada ao estímulo como Motor 4. Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Traumatizado (SBAIT). Manual de Atendimento ao Trauma. — Mantém equivalência com o ATLS na classificação da ECG. 7. Conclusão Técnica À luz da literatura médica nacional e internacional, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow no caso apresentado é 9 pontos, correspondente à alternativa C. 8. Pedido Diante do exposto, requer-se: a) A retificação do gabarito para a alternativa C, ou b) Alternativamente, a anulação da questão, por incompatibilidade entre o gabarito e os critérios técnicos formais da Escala de Coma de Glasgow.		
000544	CASCAVEL - Médico 12h	17-N	1. Objeto do Recurso Interposição de recurso contra o gabarito preliminar da Questão 17, por incompatibilidade entre a alternativa considerada correta e os protocolos técnicos de atendimento ao trauma no contexto pré-hospitalar e hospitalar inicial. 2. Síntese do Enunciado Paciente com trauma torácico apresenta: Hipotensão arterial Taquicardia Ingurgitamento jugular Abafamento de bulhas cardíacas Pulso paradoxal 3. Análise Técnica O conjunto de sinais descritos corresponde classicamente à Tríade de Beck, indicativa de tamponamento cardíaco traumático. A alternativa considerada correta pela banca fundamenta o diagnóstico diferencial em baixa voltagem no eletrocardiograma, entretanto: O ECG não integra os critérios diagnósticos primários no atendimento inicial ao trauma Os protocolos atuais priorizam avaliação clínica e ultrassonografia à beira-leito (E- FAST) para confirmação de tamponamento cardíaco A baixa voltagem no ECG não é critério validado nem específico para diferenciar tamponamento cardíaco de pneumotórax hipertensivo no cenário agudo do trauma 4. Divergência do Gabarito A alternativa indicada utiliza um critério não padronizado nos protocolos ATLS/SAMU/AHA como elemento decisório, contrariando a abordagem sistematizada preconizada para o atendimento inicial ao politraumatizado. 5. Fundamentação Bibliográfica American College of Surgeons. ATLS® – Advanced Trauma Life Support Student Course Manual. 10ª e 11ª edições. Tintinalli JE et al. Tintinalli’s Emergency Medicine: A Comprehensive Study Guide. SBAIT. Manual de Atendimento ao Trauma. American College of Emergency Physicians (ACEP). Trauma Ultrasound Guidelines. 6. Pedido Diante da inconsistência técnica apresentada, solicita-se a anulação da Questão 17.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão descreve paciente vítima de traumatismo torácico em atendimento pré-hospitalar, com hipotensão arterial, taquicardia, ingurgitamento jugular, choque progressivo, abafamento de bulhas cardíacas e pulso paradoxal, quadro compatível com diagnósticos diferenciais de choque obstrutivo, notadamente tamponamento cardíaco traumático e pneumotórax hipertensivo. A alternativa considerada correta (letra B) afirma que o achado de baixa voltagem no eletrocardiograma de 12 derivações favorece o diagnóstico de tamponamento cardíaco em detrimento do pneumotórax hipertensivo, o que está correto do ponto de vista fisiopatológico e semiológico, uma vez que: A baixa voltagem no ECG está classicamente associada à presença de líquido no espaço pericárdico, que atua como isolante elétrico, sendo descrita como achado compatível com tamponamento cardíaco, inclusive em contexto traumático. No pneumotórax hipertensivo, não há mecanismo fisiopatológico primário que justifique redução difusa da voltagem elétrica no eletrocardiograma, podendo ocorrer, no máximo, desvios do eixo elétrico ou alterações secundárias à compressão mediastinal, e não baixa voltagem generalizada. Embora o eletrocardiograma não seja exame confirmatório isolado no atendimento inicial ao trauma, a questão não solicita método diagnóstico de escolha, mas sim o achado que favorece um diagnóstico em detrimento de outro, o que torna a assertiva adequada ao comando do enunciado. Dessa forma, a alternativa B permanece como a única correta, não havendo ambiguidade ou erro conceitual que justifique a anulação ou alteração do gabarito.	INDEFERIDO
000544	CASCAVEL - Médico 12h	18-N	1. Objeto do Recurso Recurso contra o gabarito da Questão 18, por ambiguidade no enunciado em relação à sequência temporal das manobras de reanimação neonatal. 2. Síntese do Enunciado Recém-nascido apresenta: Hipotonia Não chora Frequência cardíaca de 70 bpm Saturação pré-ductal de 72% Após medidas iniciais e clampeamento do cordão. 3. Análise Técnica De acordo com os protocolos de reanimação neonatal: FC < 100 bpm ? indicação imediata de ventilação com pressão positiva (VPP) FC < 60 bpm após 30 segundos de VPP eficaz ? indicação de compressões torácicas O enunciado não informa se a VPP foi iniciada e avaliada por 30 segundos de forma eficaz, o que gera dúvida entre: Iniciar VPP (alternativa C) Iniciar compressões (alternativa A) 4. Divergência do Gabarito A ausência dessa informação essencial compromete a definição da conduta “imediata mais adequada”, tornando a questão ambígua e com mais de uma interpretação tecnicamente válida. 5. Fundamentação Bibliográfica American Heart Association. Neonatal Resuscitation Program (NRP), 8ª edição. Sociedade Brasileira de Pediatria. Reanimação Neonatal – Diretrizes 2022. ILCOR. International Consensus on Neonatal Life Support. 6. Pedido Solicita-se a anulação da Questão 18, por ambiguidade técnica no enunciado.	Recurso IMPROCEDENTE. O enunciado informa que, após as medidas iniciais, o recém-nascido apresenta frequência cardíaca de 70 bpm, não chora e encontra-se hipotônico, caracterizando indicação imediata de ventilação com pressão positiva (VPP), conforme as diretrizes vigentes de reanimação neonatal. De acordo com os protocolos, compressões torácicas somente estão indicadas quando a frequência cardíaca permanece abaixo de 60 bpm após 30 segundos de VPP eficaz, situação não descrita no enunciado. Assim, não há ambiguidade, uma vez que a conduta imediata mais adequada, diante dos dados apresentados, é iniciar VPP por máscara e monitorizar a frequência cardíaca. Dessa forma, a alternativa C permanece como a única correta, não havendo erro conceitual ou omissão relevante que justifique alteração do gabarito ou anulação da questão.	INDEFERIDO
000544	CASCAVEL - Médico 12h	25-N	1. Objeto do Recurso Recurso contra o gabarito da Questão 25, por generalização indevida de protocolo não universal para reposição volêmica em queimados. 2. Análise Técnica A alternativa considerada correta afirma como recomendação padrão: “2 mL/kg/%SCQ” Entretanto, a literatura médica e o ATLS mantêm como referência principal: Fórmula de Parkland: 4 mL/kg/%SCQ nas primeiras 24 horas (50% nas primeiras 8 horas) O volume de 2 mL/kg/%SCQ é descrito em alguns protocolos institucionais como estratégia modificada, não como padrão universal. 3.	Recurso IMPROCEDENTE. A expressão “taxa horária inicial” empregada na alternativa não configura erro conceitual, mas sim forma operacionalmente aceita de descrever o início da infusão, que será posteriormente ajustada conforme resposta clínica e parâmetros fisiológicos, conforme preconiza o ATLS. Não há confusão entre volume total e taxa de infusão, tampouco indução a conduta inadequada. A alternativa descreve corretamente o valor de referência inicial da reposição e a meta de débito urinário, conforme diretrizes atuais do ATLS. Ainda, a questão não afirma exclusividade nem caráter absoluto do valor apresentado, tampouco desconsidera o ajuste subsequente conforme resposta clínica. Não há erro conceitual, terminológico ou violação de diretriz oficial. Dessa forma, não há erro terminológico ou conceitual que justifique anulação.	INDEFERIDO

			Divergência do Gabarito A questão trata um modelo alternativo como diretriz oficial única, o que contraria a literatura consagrada e os manuais de trauma. 4. Fundamentação Bibliográfica American College of Surgeons. ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11ª edição. American Burn Association. Burn Resuscitation Guidelines. UpToDate®. Initial management of moderate and severe burns. 5. Pedido Requer-se a anulação da Questão 25, por incorreção conceitual e generalização indevida.		
000544	CASCAVEL - Médico 12h	32-N	1. Objeto do Recurso Recurso contra o gabarito da Questão 32, por apresentar erro técnico com potencial risco clínico direto ao paciente. 2. Análise Técnica A alternativa considerada incorreta afirma que: O dreno torácico deve permanecer clampeado durante todo o voo. Entretanto, os protocolos aeromédicos e de trauma orientam que: O dreno NÃO deve ser clampeado em transporte aéreo, pois a redução da pressão atmosférica em altitude pode levar à expansão gasosa intratorácica e desenvolvimento de pneumotórax hipertensivo 3. Fundamentação Técnica O manejo correto é manter o dreno em sistema aberto com selo d'água ou válvula unidirecional apropriada. 4. Fundamentação Bibliográfica Ministério da Saúde. Manual do Transporte Aeromédico – SAMU. *ATLS® – Advanced Trauma Life Support. EAST. Thoracic Trauma Guidelines. *International Aeromedical Evacuation Guidelines. 5. Pedido Solicita-se a anulação da Questão 32, por erro técnico com potencial dano à segurança do paciente.	Recurso IMPROCEDENTE. Não procede a alegação de inexistência de normativas expressas e padronizadas para o transporte aeromédico. O SAMU dispõe de protocolos oficiais específicos para o transporte aeromédico, notadamente o SAV AERO, que estabelece diretrizes claras e operacionais para preparação do paciente, composição da equipe, manejo de dispositivos e segurança durante o voo. De forma expressa, o protocolo AERO 5 orienta que o dreno torácico deve ser clampeado no embarque e desembarque, permanecendo aberto durante o voo, o que torna a alternativa D o gabarito, pois foi solicitada alternativa incorreta.	INDEFERIDO
000544	CASCAVEL - Médico 12h	36-N	1. Objeto do Recurso Recurso contra a Questão 36, por uso de afirmação absoluta incompatível com os protocolos de trauma. 2. Análise Técnica A alternativa considerada correta afirma: "Independentemente do padrão da fratura, deve-se estabilizar com binder" Segundo o ATLS e diretrizes de trauma: O binder pélvico é indicado prioritariamente em pacientes hemodinamicamente instáveis com suspeita de fratura pélvica instável	Recurso IMPROCEDENTE. A alternativa indicada como correta está em plena conformidade com o ATLS (11ª ed), que recomenda a estabilização imediata da pelve com binder ou lençol em pacientes hemodinamicamente instáveis com suspeita de fratura pélvica, independentemente do padrão específico da fratura, uma vez que qualquer padrão pode cursar com hemorragia significativa. O termo "independentemente do padrão da fratura" não configura afirmação absoluta incompatível com os protocolos, mas reflete exatamente a orientação do ATLS de que, na instabilidade hemodinâmica, a prioridade é reduzir o volume pélvico e conter sangramento, antes da classificação definitiva da fratura.	INDEFERIDO
			Seu uso indiscriminado em fraturas estáveis não é obrigatório nem universalmente recomendado 3. Divergência do Gabarito A alternativa emprega o termo "independentemente", o que contraria a estratificação clínica e hemodinâmica preconizada nos protocolos oficiais. 4. Fundamentação Bibliográfica American College of Surgeons. ATLS® – Trauma Manual. World Society of Emergency Surgery (WSES). Pelvic Trauma Guidelines. SBAIT. Manual de Atendimento ao Trauma. 5. Pedido Requer-se a anulação da Questão 36, por generalização indevida e imprecisão técnica.	A alegação do recurso decorre de interpretação excessivamente literal, dissociada do contexto do atendimento inicial ao trauma, no qual a decisão precede a estratificação mecânica detalhada.	
000544	CASCAVEL - Médico 12h	40-N	1. Objeto do Recurso Recurso contra a Questão 40, por imprecisão técnica na indicação dos dispositivos de oxigenoterapia. 2. Análise Técnica A alternativa considerada correta sugere que o cateter nasal convencional é adequado para pacientes com doenças pulmonares crônicas que necessitam de baixa FiO?. Entretanto, as diretrizes afirmam que: Em pacientes com DPOC, a modalidade preferencial é a máscara de Venturi, por permitir controle preciso da fração inspirada de oxigênio O cateter nasal não garante controle confiável da FiO? administrada 3. Divergência do Gabarito A alternativa conflita com as recomendações formais de controle de oxigenoterapia em pacientes com risco de retenção de CO?. 4. Fundamentação Bibliográfica GOLD. Global Initiative for Chronic Obstructive Lung Disease Guidelines. British Thoracic Society. Guideline for Oxygen Use in Adults in Healthcare and Emergency Settings. UpToDate®. Oxygen therapy in COPD. 5. Pedido Solicita-se a anulação da Questão 40, por imprecisão técnica e conflito com diretrizes clínicas formais.	Recurso IMPROCEDENTE. A preferência pela máscara de Venturi em pacientes com DPOC não exclui o uso do cateter nasal convencional para administração de baixa FiO?, prática comum e clinicamente aceita. A alternativa D descreve indicação adequada do cateter nasal, sem afirmar exclusividade ou preferência absoluta. Não há imprecisão técnica, mas extrapolação indevida de recomendações por parte do candidato.	INDEFERIDO
004046	OURO VERDE DO OESTE - Motorista Socorrista	38-N		Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
001307	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	5-C	Solicita-se anulação da questão 5, uma vez que o enunciado indica haver uma frase correta na sua totalidade, no entanto, se observar, tanto a questão que eu marquei "C", quanto ao do gabarito "B" estão corretas. Ou seja, isso traz prejuízo ao candidato que compreender a questão.	O enunciado pede: "Considere as frases a seguir como parte da mensagem de um memorando. Todos os períodos deveriam ser revisados por apresentarem desvios (ortográficos, de pontuação ou de norma culta), EXCETO:". A letra B é a ÚNICA que não apresenta nenhum desvio dos tipos indicados. Logo, é a alternativa a ser assinalada. Considerando que há apenas uma resposta possível, fica mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
001307	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Solicita-se anulação da questão 5, uma vez que o enunciado indica haver uma frase correta na sua totalidade, no entanto, se observar, tanto a questão que eu marquei "C", quanto ao do gabarito "B" estão corretas. Ou seja, isso traz prejuízo ao candidato que compreender a questão.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
001307	CASCAVEL - Técnico	29-C	Solicita-se anulação da questão 29, pois o gabarito "A" diz que a terceira opção é		QUESTÃO ANULADA
	Auxiliar de Regulação Médica		correta, e essa vai contra os requisitos para exercício da função de telefonista- auxiliar de regulação, e em todas as alternativas, tem essa opção, sendo inviável acerta a questão, independente de qual assinalar.	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	
003325	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	5-C	Fundamentação Teórica: O enunciado da questão solicita que o candidato assinale a única alternativa que NÃO apresente desvios ortográficos, de pontuação ou de norma culta. O gabarito preliminar indica a Alternativa B como correta. No entanto, a Alternativa C apresenta- se igualmente correta, não contendo qualquer desvio gramatical. Da Correção da	Observa-se que, na alternativa B, o verbo "solicitar" é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso ("que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…"), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão ("Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de	QUESTÃO ALTERADA

			Alternativa C: A frase "Solicitamos aos motoristas da equipe que desempenhem suas atividades de acordo com as diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas na última reunião" observa rigorosamente as normas gramaticais: Regência Verbal: O verbo "solicitar" é transitivo direto e indireto. A construção "solicitar a alguém (aos motoristas) algo (que desempenhem suas atividades)" é padrão na norma culta. Segundo o Dicionário Prático de Regência Verbal de Celso Pedro Luft, o verbo admite o objeto indireto de pessoa introduzido pela preposição "a". Concordância Nominal: O trecho "diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas" está correto, com os adjetivos em concordância com o substantivo feminino plural "diretrizes". Ortografia e Pontuação: O vocábulo "desempenhem" está grafado corretamente e a pontuação segue a ordem direta, sem interrupções indevidas. Da Inexistência de Erro Diferenciador: Ao comparar as alternativas B e C, percebe-se que ambas utilizam a mesma estrutura de regência ("Solicitamos que..." na B e "Solicitamos aos... que..." na C), ambas aceitas pela gramática normativa. Não há desvio que torne a alternativa C incorreta frente à alternativa B. Das Referências Bibliográficas: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. (Confirma a regência e concordância nominal). LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. São Paulo: Ática. (Registra a regência "solicitar algo a alguém"). CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa. (Valida a estrutura sintática da alternativa C). Conclusão: Diante da presença de duas alternativas (B e C) integralmente corretas e isentas de desvios, a questão carece de resposta única e objetiva. Tal ambiguidade prejudica a avaliação isonômica dos candidatos.	encaminhar o relatório ao coordenador.”). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	
003470	CAFELÂNDIA - Nutricionista	4-A	Pleito: Anulação da questão por duplicidade de alternativas incorretas. Fundamentação Jurídico-Gramatical 1. Sobre a Alternativa A: A alternativa afirma que a vírgula após os parênteses é "inadequada por separar o sujeito do predicado". No entanto, a vírgula após o termo intercalado entre parênteses — no caso, (Núcleo de Educação Permanente) — não exerce função de separação entre sujeito e predicado. Ela serve para isolar a estrutura explicativa ou, em termos de pontuação textual, dar prosseguimento à oração principal após a interrupção dos parênteses. Portanto, a análise presente na alternativa A é gramaticalmente falsa (incorreta). 2. Sobre a Alternativa B: A alternativa afirma que "A regência adequada da preposição 'perante' é: 'perante ao atendimento...'". Segundo a norma culta da língua portuguesa (CUNHA; CINTRA, 2017), a preposição "perante" é essencialmente simples e rege diretamente o seu complemento, sem o auxílio da preposição "a". O uso de "perante a" (preposição + artigo) é aceitável, mas "perante ao" (preposição + preposição + artigo) constitui um erro de regência. Ao afirmar que essa forma errônea é a "adequada", a alternativa B também apresenta uma análise gramaticalmente falsa (incorreta). Conclusão Considerando que o enunciado solicita ao candidato que assinale a alternativa que apresenta uma "análise INCORRETA", e dado que tanto a alternativa A quanto a B trazem afirmações tecnicamente equivocadas sobre os fatos linguísticos, a questão não oferece uma única resposta correta. Dessa forma, em respeito ao princípio da objetividade e da legalidade que rege os certames públicos, solicita-se a anulação da referida questão.	A análise apresentada em relação à letra A está inadequada, uma vez que o elemento gráfico responsável por separar a expressão por extenso – significado da sigla – são os parênteses. Assim, a vírgula separa o sujeito, “O NEP (Núcleo de Educação Permanente)”, do predicado, cujo núcleo é o verbo “atuar”. Portanto, a análise apresentada na letra A é CORRETA. Fica mentido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
002685	CAFELÂNDIA - Médico 24h	34-C	Prezada Banca avaliadora, A questão descreve paciente vítima de atropelamento, com suspeita de traumatismo cranioencefálico, apresentando os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular apenas ao estímulo doloroso → O2 Emissão de palavras isoladas → V3 Flexão normal dos membros superiores, com retida ao estímulo doloroso, sem localizar a dor → M4 De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, a resposta motora caracterizada como flexão normal sem localizar a dor, corresponde à pontuação M4, sendo distinta da resposta M3 (flexão anormal). Assim, a pontuação total correta do paciente é: O2 + V3 + M4 = 9 pontos.O gabarito preliminar, ao indicar pontuação 8, incorre em erro ao subestimar a resposta motora descrita no enunciado. Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito da questão 34 para a alternativa “C”, correspondente a 9 pontos. Referências ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11ª edição, American College of Surgeons. Protocolos de Suporte Avançado de Vida - SAMU, página 242 - AP27 – Escala de coma de Glasgow.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003470	CAFELÂNDIA - Nutricionista	4-A	Solicita-se a anulação da Questão 04, tendo em vista que o enunciado exige a identificação de uma única alternativa que apresente análise INCORRETA, porém mais de uma alternativa incorreta pode ser identificada, o que compromete a objetividade da questão. O período analisado é: “O NEP (Núcleo de Educação Permanente), atua dentro do CONSAMU com o objetivo de promover a capacitação contínua de todos os profissionais perante o atendimento realizado em urgência e emergência.” A alternativa B é, de fato, incorreta, uma vez que a preposição “perante” não rege a preposição “a”, sendo inadequada a	A análise apresentada em relação à letra A está inadequada, uma vez que o elemento gráfico responsável por separar a expressão por extenso – significado da sigla – são os parênteses. Assim, a vírgula separa o sujeito, “O NEP (Núcleo de Educação Permanente)”, do predicado, cujo núcleo é o verbo “atuar”. A vírgula não é optativa nesse caso. Nem é permitida. As explicações buscadas em gramáticas não foram adequadamente aplicadas. O que os gramáticos dizem é que não se incorre em erro quando há uma expressão intercalada entre sujeito e predicado, sendo esta separada por DUAS vírgulas, como ocorre em: “O NEP, Núcleo de Educação Permanente, atua...”, por exemplo. Nesse caso, as vírgulas são usadas justamente para isolar a expressão em questão. Portanto, a análise apresentada na letra A é CORRETA. Fica mentido o gabarito provisório.	INDEFERIDO

			construção “perante ao atendimento”, conforme a norma culta. Entretanto, a alternativa A também apresenta análise incorreta, ao afirmar que a vírgula empregada após o fechamento dos parênteses é inadequada por separar o sujeito do predicado. Tal justificativa não procede do ponto de vista gramatical. De acordo com a gramática normativa, o segmento “Núcleo de Educação Permanente” constitui aposto explicativo, isolado por parênteses, os quais exercem função equivalente à das vírgulas ou travessões. Conforme expõem Cunha e Cintra (2014), os parênteses são empregados para intercalar explicações acessórias sem prejuízo da estrutura sintática da oração principal. Bechara (2015) esclarece que, em casos de intercalação explicativa, a retomada da oração principal após parênteses não caracteriza separação indevida entre sujeito e predicado, sendo a vírgula, nesse contexto, sintaticamente justificável ou, ao menos, opcional. Do mesmo modo, Rocha Lima (2013) afirma que a separação condenável entre sujeito e predicado ocorre quando a vírgula incide diretamente entre esses termos sem intercalação explicativa, o que não se verifica no período em análise. Assim, ainda que se discuta a conveniência estilística da vírgula após parênteses, é incorreto afirmar que ela separa sujeito e predicado, o que torna a análise da		

			alternativa A tecnicamente equivocada. Dessa forma, constata-se que há mais de uma alternativa incorreta (A e B), infringindo o princípio da resposta única exigido em questões objetivas. Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 04. Referências: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.		
002685	CAFELÂNDIA - Médico 24h	23-E	Prezada Banca avaliadora, A questão solicita a identificação da alternativa correta sobre particularidades anatômicas da via aérea pediátrica no atendimento inicial ao trauma. Contudo, as alternativas apresentadas contêm imprecisões conceituais ou afirmações incompletas, não havendo opção plenamente correta e inequívoca. A alternativa indicada no gabarito preliminar (letra D) afirma que o occipício proporcionalmente maior em lactentes e crianças pequenas pode levar à flexão do pescoço em posição supina, ocasionando obstrução das vias aéreas. Embora seja correto que o occipício aumentado favoreça a flexão cervical, a literatura ressalta que a obstrução ocorre principalmente pelo desalinhamento dos eixos da via aérea, condição habitualmente corrigida com posicionamento adequado (ex.: elevação escapular), não podendo ser atribuída de forma direta e isolada à flexão cervical. Além disso: A laringe pediátrica é mais cefálica e anterior, dificultando — e não facilitando — a visualização da glote. A língua é proporcionalmente maior, aumentando o risco de obstrução. A epiglote infantil é mais longa e flexível, não semelhante à do adulto. O ponto mais crítico da via aérea pediátrica situa-se classicamente na região subglótica/cricoide, especialmente em crianças menores, sendo o diâmetro do tubo endotraqueal fator essencial para o sucesso da intubação. Dessa forma, verifica-se que nenhuma alternativa apresenta conteúdo completamente correto e alinhado à literatura de referência, comprometendo a objetividade da questão. Diante da inexistência de alternativa inequivocamente correta, requer-se a anulação da questão 23. Referências ATLS® – Advanced Trauma Life Support. 11ª edição, American College of Surgeons. PALS® – Pediatric Advanced Life Support. American Heart Association.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão solicita que se assinale a alternativa correta acerca das particularidades anatômicas da via aérea pediátrica, não exigindo esgotamento da descrição fisiopatológica completa do mecanismo de obstrução.	INDEFERIDO
003470	CAFELÂNDIA - Nutricionista	5-N	Requer-se a ANULAÇÃO da Questão 05, uma vez que ela apresenta erro técnico grave, capaz de comprometer a validade do item e o critério de avaliação adotado. A questão solicita a identificação da alternativa em que “deveria ocorrer o acento grave indicativo de crase”. Contudo, a alternativa E apresenta a seguinte construção: “O médico à encontrou caída no consultório.” Tal enunciado contém erro sintático grosseiro, completamente alheio ao fenômeno da crase. O verbo “encontrar” é verbo transitivo direto, não exigindo preposição, o que torna impossível, do ponto de vista sintático, a ocorrência do acento grave indicativo de crase. Ressalte-se que: Não se trata de ausência de crase, mas de inviabilidade estrutural da construção; O uso de “à” antes de verbo ou pronome configura erro gramatical absoluto; A alternativa extrapola o objeto da questão, que deveria restringir-se à análise de contextos normativos de regência e uso da crase. Conforme a gramática normativa, a crase somente ocorre quando há simultaneamente: exigência de preposição a pelo termo regente; e possibilidade de artigo feminino a pelo termo regido (BECHARA, 2015; CUNHA; CINTRA, 2014). Nenhuma dessas condições se verifica na alternativa E, o que evidencia falha técnica grave na elaboração do item. A presença de alternativa com erro estrutural dessa natureza vicia a questão, compromete a isonomia entre os candidatos e afronta os princípios de clareza e objetividade que regem provas de concurso público. Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 05. Referências BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.	A análise apresentada enfoca na letra E, que de fato não suporta estrutura com crase. A alternativa a ser assinalada é a letra C: “O fisioterapeuta retornou a ambulância após o atendimento domiciliar.”. Nesse caso, o verbo retornar pede a preposição A, e o substantivo ‘ambulância’ pede o artigo definido ‘a’, já que se trata de uma ambulância em específico. Portanto, há uma alternativa a ser assinalada, e é a única possível. Fica, então, mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
002685	CAFELÂNDIA - Médico 24h	30-C	Prezada Banca avaliadora, A alternativa indicada no gabarito preliminar (letra E) está correta; contudo, a alternativa C também se mostra correta, uma vez que a realização de eletrocardiograma é recomendada como parte da avaliação inicial de pacientes com hipocalemia, inclusive nos quadros leves a moderados, devido ao risco de alterações eletrocardiográficas e arritmias. Dessa forma, a existência de mais de uma alternativa correta compromete a objetividade da questão, razão pela qual solicita-se a anulação da questão. Referncias: Gennari FJ. Hypokalemia. New England Journal of Medicine. UpToDate®. Clinical manifestations and evaluation of hypokalemia. Harrison’s Principles of Internal Medicine, 21ª edição.	Recurso INDEFERIDO. Conforme a referência Medicina de Emergência – USP, recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação em pacientes com hipocalemia moderada a grave, uma vez que alterações eletrocardiográficas em níveis leves são incomuns, geralmente ocorrendo quando o K? < 2,7 mEq/L. A alternativa C afirma que o eletrocardiograma deve ser realizado como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada, o que extrapola a recomendação da referência adotada, tornando a assertiva tecnicamente incorreta à luz do texto-base. A alternativa E, por sua vez, está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio, conduta expressamente respaldada pela literatura de emergência.	INDEFERIDO
003470	CAFELÂNDIA - Nutricionista	25-A	Solicita-se a anulação da Questão 25 por vício manifesto na construção do item, uma vez que apresenta duas alternativas corretas (A e B), ferindo o princípio da unicidade da resposta, indispensável em provas objetivas. O enunciado determina: “Em relação à avaliação antropométrica em adultos e idosos, é correto afirmar que:” Entretanto, as alternativas: A: “O índice de massa corporal é limitado na avaliação do estado nutricional de idosos.” B: “A circunferência da cintura é um indicador importante de risco cardiovascular associado à obesidade central.” são ambas tecnicamente corretas e fundamentadas pela literatura científica. A alternativa A expressa uma limitação amplamente reconhecida do IMC na população idosa, devido a fatores como sarcopenia e alteração da estatura, conforme destacado por órgãos oficiais e autores consagrados (BECHARA, 2015; MINISTÉRIO DA	Prezado candidato, A alternativa A diz: O índice de massa corporal é ISENTO de limitações na avaliação do estado nutricional de idosos. No seu recurso você fala justamente da limitação que existe, mas a questão traz a isenção da mesma. Deste modo, a única alternativa correta segue sendo a B	INDEFERIDO

			SAÚDE, 2019; ESPEN, 2017). A alternativa B aborda conceito amplamente aceito e consensual sobre a circunferência da cintura como indicador confiável de risco cardiovascular e obesidade central (WHO, 2008; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). O enunciado genérico, ao englobar adultos e idosos, cria ambiguidade que legitima a validade simultânea das duas respostas, impedindo a escolha de uma única alternativa correta. Essa duplicidade compromete a objetividade e a clareza do item, configurando erro material e prejudicando a isonomia entre os candidatos. Diante do exposto, requer-se a anulação da Questão 25, garantindo a justiça e a legalidade do certame. Referências BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Básica – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2019. ESPEN – European Society for Clinical Nutrition and Metabolism. Guidelines on clinical nutrition and hydration in geriatrics. Clinical Nutrition, 2017. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Physical Status: The Use and Interpretation of Anthropometry. Geneva, 2008.		
002685	CAFELÂNDIA - Médico 24h	31-B		Prezado, o comando da questão solicita a alternativa INCORRETA, sendo o gabarito, portanto, letra E. Logo, o recurso não procede.	INDEFERIDO
002685	CAFELÂNDIA - Médico 24h	31-B	Prezada Banca avaliadora, A alternativa E afirma que a progressão da fraqueza por período superior a quatro semanas é compatível com o espectro esperado da Síndrome de Guillain-Barré na fase aguda. Contudo, a literatura descreve que a fase de progressão da SGB ocorre tipicamente em até quatro semanas, sendo a progressão além desse período considerada atípica e sugestiva de formas subagudas ou diagnóstico diferencial, como a polineuropatia desmielinizante inflamatória crônica. Dessa forma, a assertiva apresenta imprecisão conceitual, tornando a questão ambígua, razão pela qual solicita-se a anulação da questão. Referências: Harrison's Principles of Internal Medicine, 21ª edição UpToDate®. Guillain-Barré syndrome: Pathogenesis, clinical features, and diagnosis Ropper AH, Samuels MA. Adams and Victor's Principles of Neurology	Prezado, o comando da questão solicita a alternativa INCORRETA, sendo o gabarito, portanto, letra E. Logo, o recurso não procede.	INDEFERIDO
003470	CAFELÂNDIA - Nutricionista	9-N	Pedido: ANULAÇÃO O presente recurso visa impugnar a Questão nº 09, a qual se encontra maculada por erro conceitual grave e ausência de rigor matemático, circunstância que compromete de forma incontornável sua validade em concurso público. O enunciado informa que um "triângulo retângulo tem altura igual a 15 m e base igual a 20 m", solicitando o valor da hipotenusa. Todavia, do ponto de vista técnico da Geometria Plana, os termos "altura" e "base" não caracterizam, por si sós, os catetos de um triângulo retângulo, tampouco autorizam a aplicação direta do Teorema de Pitágoras. Em linguagem matemática rigorosa, altura não é sinônimo de lado. Conforme definição clássica, a altura de um triângulo é o segmento perpendicular traçado de um vértice ao lado oposto ou ao seu prolongamento, podendo ou não coincidir com um dos lados da figura. Assim, não é tecnicamente correto presumir que a "altura" mencionada no enunciado corresponda a um cateto, sobretudo quando o texto não afirma explicitamente que base e altura são perpendiculares entre si. Tal imprecisão conceitual viola frontalmente o rigor exigido em avaliações objetivas, pois obriga o candidato a adotar uma interpretação subjetiva e não declarada pelo enunciado, o que é vedado em concursos públicos. Fundamentação doutrinária A literatura matemática é uníssona ao distinguir altura de lado: IEZZI et al. – Fundamentos de Matemática Elementar (Geometria Plana): a altura é definida como segmento perpendicular, e não como lado do triângulo. DANTE, Luiz Roberto – Matemática: Contexto & Aplicações: reforça que altura é um elemento auxiliar, não um lado intrínseco da figura. EVES, Howard – Introdução à História da Matemática: destaca a necessidade de precisão terminológica para evitar inferências indevidas. Jurisprudência administrativa e entendimento de bancas É entendimento consolidado em bancas examinadoras que questões baseadas em conceitos mal definidos ou que exigem suposições não expressas devem ser anuladas, ainda que exista alternativa compatível com determinada interpretação. Diversas bancas, como FCC, FGV, VUNESP e IBFC, já decidiram pela anulação de itens em situações análogas, quando: há confusão entre altura e lado; o enunciado não assegura perpendicularidade entre grandezas; a resolução depende de inferência não autorizada pelo texto. Destaca-se o princípio administrativo da objetividade e isonomia, segundo o qual todos os candidatos devem partir das mesmas premissas claramente estabelecidas, o que não ocorre na presente questão. Consequência lógica Ainda que se chegue a um resultado numérico coerente assumindo que base e altura sejam catetos, tal conclusão decorre de uma construção mental imposta ao candidato, e não de informação expressa no enunciado. Em concursos públicos, resultado correto obtido a partir de premissa conceitualmente incorreta não valida a questão. Diante do exposto, resta evidente que a Questão nº 09 apresenta vício insanável de formulação, por falta de precisão conceitual e violação do rigor matemático, motivo pelo qual REQUER-SE SUA ANULAÇÃO, com a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos, em respeito aos princípios da legalidade, objetividade e isonomia.	Interpretar a questão faz parte de sua resolução. Como o enunciado apresenta tratar-se de um triângulo retângulo, sabemos por definição, que dois de seus lados são necessariamente perpendiculares entre si, caracterizando os catetos, enquanto o terceiro lado corresponde à hipotenusa. Nesse contexto, ao informar que o triângulo retângulo possui base igual a 20 m e altura igual a 15 m, não é necessário dizer que são perpendiculares, isso já foi dito ao afirmar que o triângulo é retângulo. Além disso, os termos (base e altura) são utilizados no nível fundamental e médio como referência aos catetos de um triângulo retângulo, quando sua perpendicularidade já está assegurada pela própria definição da figura. Para resolução da questão bastava aplicar o Teorema de Pitágoras, e se atentar ao final para a conversão de metros em centímetros. Resposta C Portanto opino pelo indeferimento do recurso.	INDEFERIDO
002825	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - Técnico em Enfermagem	29-A	PA normal: PAS (mmHg) < 120 e PAD (mmHg) < 80. NÃO É MAIS VCLASSIFICADA COMO PA NORMAL.	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp- content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09- e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
002580	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	5-B	A questão 05 solicita que o candidato assinale a alternativa que não apresenta desvios gramaticais (EXCETO). Ocorre que a questão é nula por apresentar duplicidade de respostas corretas, uma vez que tanto a Alternativa B quanto a Alternativa C estão inteiramente de acordo com a norma culta. A Alternativa B não apresenta qualquer erro de ortografia, pontuação ou sintaxe, sendo um período gramaticalmente impecável. A Alternativa C também se apresenta livre de desvios, com concordância, regência e pontuação corretas. Considerando que as alternativas B e C são ambas respostas válidas para o comando 'EXCETO', a questão não possui uma resposta única, o que fere o caráter objetivo da avaliação e a isonomia entre os candidatos. Portanto, a única decisão justa é a anulação da questão."	Observa-se que, na alternativa B, o verbo "solicitar" é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso ("que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…"), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão ("Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador."). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C. O recurso aponta questão de Matemática, não de Língua Portuguesa. Fica, portanto, sumariamente indeferido.	QUESTÃO ALTERADA
002580	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	17-D	solicita-se a anulação da questão 17 por apresentar duas alternativas tecnicamente incorretas (C e D), o que impossibilita a escolha de uma resposta única, conforme os fundamentos abaixo: Imprecisão na Alternativa C: A alternativa afirma que a notificação deve ser feita em até 24 horas. Contudo, conforme a Portaria de Consolidação nº 4/2017 e a Portaria GM/MS nº 217/2023, as Hepatites Virais são de notificação compulsória semanal (prazo de até 7 dias), e não imediata. Erro Técnico na Alternativa D: A alternativa afirma que a vacina contra Hepatite A para usuários de PrEP é aplicada em um esquema de duas doses com 6 meses de intervalo. Todavia, de acordo com o Manual do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE) do Ministério da Saúde e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para PrEP, o esquema vacinal da Hepatite A para populações vulneráveis/grupos especiais é de 0 e 6 a 12 meses, dependendo da avaliação clínica e do imunobiológico disponível, não sendo um intervalo estrito e invariável de "6 meses" como afirma a questão. Além disso, o calendário vacinal do SUS, em sua rotina padrão, prevê a vacina de Hepatite A em dose única para crianças, gerando confusão no enunciado ao misturar recomendações gerais do PNI com recomendações específicas do CRIE. Conclusão: Considerando que a alternativa C apresenta erro de prazo de notificação e a alternativa D apresenta imprecisão quanto ao intervalo e esquema vacinal fixo em relação às normas vigentes do Ministério da Saúde para imunobiológicos especiais, a questão possui duas assertivas incorretas. Pedido: Ante a duplicidade de alternativas incorretas, requer-se a anulação da questão e a atribuição da pontuação a todos os candidatos, em respeito ao princípio da legalidade e da objetividade.	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria.	INDEFERIDO
002580	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	19-C	solicita-se a anulação da questão 19 por apresentar informações divergentes das atualizações recentes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, gerando mais de uma alternativa incorreta. Contradição na Alternativa E: A assertiva limita a vacinação de adolescentes à faixa de	Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação	INDEFERIDO

			12 a 13 anos. Contudo, conforme a Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação vigente, a vacina Meningocócica ACWY (conjugada) é destinada a adolescentes de 11 a 14 anos de idade. Portanto, a alternativa está incorreta ao restringir a idade. Inconsistência na Alternativa C: A alternativa afirma que a dose de reforço aos 12 meses deve ser feita "preferencialmente com o uso da vacina ACWY". Todavia, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança do PNI/SUS, o reforço aos 12 meses de idade é realizado com a vacina Meningocócica C (conjugada). A vacina ACWY é disponibilizada pelo PNI apenas para a população adolescente, e não como reforço infantil de 12 meses na rotina das Unidades Básicas de Saúde. Conclusão: Visto que tanto a alternativa C quanto a alternativa E apresentam informações em desacordo com as normas técnicas atuais do PNI, a questão possui duas respostas possíveis para o comando "assinale a alternativa incorreta". Tal imprecisão prejudica o julgamento objetivo do candidato. Pedido: Diante do exposto, requer-se a anulação da questão	excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19). Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY. Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	
002580	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-C	solicita-se a anulação da questão 20, pelas razões expostas: A questão exige conhecimento sobre uma suposta estratégia de "rastreamento ativo ampliado" para o ano de 2025, indicando como correta a faixa etária de 50 a 74 anos (Alternativa D). Contudo, o documento oficial que rege as normas de rastreamento de câncer de mama no Brasil, publicado pelo Ministério da Saúde e pelo INCA (Diretrizes para o Rastreamento do Câncer de Mama), estabelece como padrão para o SUS a faixa etária de 50 a 69 anos, com periodicidade bienal. Embora existam debates e recomendações internacionais recentes (como a da USPSTF em 2024) que sugerem a ampliação até os 74 anos, tais medidas ainda não foram formalmente consolidadas como protocolo oficial de rotina do PNI/SUS em manuais técnicos de ampla circulação para concursos públicos até a data de publicação deste edital. Ao cobrar uma projeção para o ano de 2025 que diverge do manual técnico vigente do INCA (50 a 69 anos), a banca exige do candidato o conhecimento de "Atualidades Médicas" ou "Diretrizes Futuras" não previstas de forma clara no conteúdo programático de Enfermagem, visto que a Alternativa C (50 a 69 anos) reflete o protocolo oficial impresso em todos os manuais de saúde pública do país até o momento. Pedido: Pela evidente divergência entre o protocolo oficial vigente (50 a 69 anos) e a alternativa dada como correta (50 a 74 anos), solicito a revisão para a anulação da questão por falta de embasamento em bibliografia oficial consolidada do Ministério da Saúde para o ano do certame.	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025-CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
002580	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	24-E	solicita-se a anulação da questão 24, uma vez que ela apresenta duas alternativas corretas (B e E), impossibilitando a escolha de uma resposta única e objetiva por parte do candidato. A questão questiona qual fator materno está mais associado ao risco de distocia de ombro. O gabarito preliminar indicou a alternativa B (Diabetes mellitus gestacional). Contudo, a literatura técnica e científica amplamente utilizada na área da enfermagem obstétrica (como o Manual de Gestação de Alto Risco do Ministério da Saúde) aponta que a Obesidade Materna (Alternativa E) é, reconhecidamente, um dos principais fatores de risco independentes para a distocia de ombro. Estudos epidemiológicos demonstram que, embora o diabetes esteja associado à macrossomia, a obesidade materna possui uma prevalência maior na população obstétrica e está diretamente ligada ao aumento da gordura nos tecidos moles da pelve materna, o que dificulta a passagem do diâmetro biacromial do feto, independentemente da presença de diabetes. Conforme o tratado de obstetrícia de Williams e protocolos da FEBRASGO, tanto a obesidade quanto o diabetes são listados como fatores de risco anteparto de igual relevância técnica para essa intercorrência. Ao oferecer ambas as opções como alternativas distintas, a questão torna-se ambígua e subjetiva, pois a "maior associação" pode variar conforme a base estatística ou bibliográfica adotada (clínica ou epidemiológica). Pedido: Diante da existência de dois fatores de risco clássicos e consagrados nas alternativas B e E, a questão carece de uma resposta única e inequívoca. Portanto, requer-se a anulação da questão em respeito aos princípios da objetividade.		QUESTÃO ANULADA
000523	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Prezada banca avaliadora, solicito revisão do gabarito preliminar da questão 34 da prova para o cargo de Médico 12h. A questão traz um caso clínico de trauma cranioencefálico (TCE) e pede qual a pontuação atribuída ao paciente na Escala de Coma de Glasgow (ECG) no atendimento pré-hospitalar. No gabarito preliminar, consta como alternativa correta a letra “B”, com ECG=8. Entretanto, ao analisar, tanto o ATLS 10 quanto o ATLS 11 nos capítulos de Trauma Cranioencefálico, além de Porto e Porto (2023) e as manifestações clínicas do paciente da questão, a pontuação de ECG = 8 encontra-se equivocada. As pontuações aceitas da ECG, segundo as respectivas literaturas, são: Abertura Ocular Espontânea = 4 A estímulo verbal = 3 A estímulo doloroso = 2 Ausente= 1 Resposta Verbal Orientada = 5 Confusa = 4 Palavras = 3 Sons incompreensíveis = 2 Ausente = 1 Resposta Motora Obedece comandos = 6 Localiza a dor = 5 Flexão normal = 4 Flexão anormal = 3 Extensão = 2 Ausente = 1 O comando da questão aponta que o paciente: “abre os olhos apenas ao estímulo doloroso; emite palavras isoladas; apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor.” Diante disso, a pontuação do referido paciente seria: “abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” à 2 pontos; “emite palavras isoladas” à 3 pontos; “apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor.” à 4 pontos. Pontuação Final à 9 pontos. Portanto, pede-se alteração do gabarito da referida questão de letra “B” para letra “C”. Referências: AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS: Advanced Trauma Life Support - Student Course Manual. 10th ed. Chicago: American College of Surgeons, 2018. AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. ATLS: Advanced Trauma Life Support. 11th ed. Chicago: American College of Surgeons, 2025. PORTO, Celmo Celeno; PORTO, Arnaldo Lemos. Exame Clínico. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003480	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	O paciente ds questão 34 durante a avaliação neurológica inicial, abre os olhos apenas ao estímulo doloroso; emite palavras isoladas; apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor. Segundo o Protocolo SAMU 192 -Suporte avançado de vida, disponibilizado no edital deste concurso a Escala de coma de Glasgow é formado por 3 parâmetros (abertura ocular, melhor resposta verbal e melhor resposta motora. O paciente abre os olhos apenas ao estímulo doloroso. No protocolo se o paciente abrir os olhos após o estímulo doloroso: 2 pontos. O paciente emite palavras isoladas. O protocolo onsidera o uso de palavras inapropriadas: 3 pontos; O paciente apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor. O protocolo considera resposta de “retirada” se o paciente tentar afastar o estímulo doloroso mediante flexão do membro estimulado: 4 pontos. 2+3+4= 9 A soma correta segundo a Escala de Coma de Glasgow é 9. Segundo a escala disponibilizada no site do Ministerio da Saúde, palavras inapropriadas pontua 3 pontos, palavras incompreensivies pontuar 2 pontos o que não é o caso do paciente dessa questão.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
002510	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	36-B	Prezada banca examinadora venho por meio deste recurso solicitar a análise da questão acima citada onde na questão era pra marcar uma questão considerada uma infração gravíssima conforme o cbt podemos analisa a questão B também como uma alternativa correta onde o cbt informa como gravíssima deixar de reduzir a velocidade de forma compatível com a segurança no trânsito e não respeitar os comandos do agente de Trânsito. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Art. 220. Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito: I - quando se aproximar de passeatas, aglomerações, cortejos, préstitos e desfiles: Infração - gravíssima; Penalidade - multa	I - quando se aproximar de passeatas, aglomerações, cortejos, préstitos e desfiles: essa infração acareta infração gravíssma.... os demais itens desse artigo do II ao XII acaretam em infração grave. II - nos locais onde o trânsito esteja sendo controlado pelo agente da autoridade de trânsito, mediante sinais sonoros ou gestos; III - ao aproximar-se da guia da calçada (meio-fio) ou acostamento; IV - ao aproximar-se de ou passar por interseção não sinalizada; V - nas vias rurais cuja faixa de domínio não esteja cercada; VI - nos trechos em curva de pequeno raio; VII - ao aproximar-se de locais sinalizados com advertência de obras ou trabalhadores na pista; VIII - sob chuva, neblina, cerração ou ventos fortes; IX - quando houver má visibilidade; X - quando o pavimento se apresentar escorregadio, defeituoso ou avariado; XI - à aproximação de animais na pista; XII - em declive; Infração - grave; (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência) Penalidade - multa; (Incluído	INDEFERIDO

				pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)	
002671	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Enfermeiro	44-B	De acordo com o ministério da saúde e protocolo da EBSERH, o isolamento em ambiente hospitalar para herpes zoster é de contato e aerossóis. obs: arquivo da ebserh está na página 39. Link de referência: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/herpes#:~:text=Pacientes%20internados:%20isolamento%20de%20contato,em%2 0surtos%20de%20ambiente%20hospitalar. https://www.gov.br/anvisa/pt- br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/Protocolo5Medidasd ePrecauoeIsolamentoFINAL.pdf		QUESTÃO ANULADA
002510	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista	17-A	Prezada banca na alternativa acima refere funcionamento adequado do motor nem umas das respostas poderia ser analisada como exceto visto que todas em um conjunto e essencial para o bom funcionamento do veículo são um conjunto onde uma supri a necessidade da outra está e uma questão para ser anulada. Sim, o sistema de freio é fundamental para garantir o funcionamento adequado, a estabilidade e, principalmente, a segurança de um veículo. Ele é classificado como o principal sistema de segurança ativa, sendo responsável por reduzir a velocidade ou parar o veículo de forma eficiente, controlando a energia cinética e transformando-a em calor. Como o Sistema Garante o Funcionamento e Segurança: Controle e Parada Segura: O sistema permite que o motorista pare o carro no menor espaço possível, essencial para evitar colisões e acidentes. Distribuição de Força (EBD/ABS): Sistemas modernos como o ABS evitam o travamento das rodas em frenagens bruscas, mantendo a dirigibilidade, enquanto o EBD balanceia a frenagem entre as rodas dianteiras e traseiras. Componentes Atuantes: Composto por componentes hidráulicos (cilindro mestre, fluido, pinças) e mecânicos (pastilhas, discos, lonas/tambores), o sistema precisa estar com todos os itens funcionando em conjunto para não comprometer a frenagem.	a questão está correta a altenativa do gabarito é a C, o candidato informa questões de segurança, mas a pergunta se rerefe ao motor.	INDEFERIDO
000897	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C		De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
004835	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Prezados, Informo que assinalei a alternativa A, a qual continha a afirmação "A internet funciona mesmo sem qualquer tipo de conexão com redes físicas ou sem fio". Ocorre que essa mesma afirmação também consta na alternativa D, indicada como correta no gabarito oficial.Diante dessa duplicidade de conteúdo entre as alternativas A e D, verifica-se que a opção por mim assinalada igualmente se mostra compatível com o entendimento exigido pela questão. Assim, considerando que ambas as alternativas apresentam a mesma assertiva, entendo que minha resposta deve ser considerada válida.Dessa forma, solicito a revisão da questão nº 21. Atenciosamente,	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
003480	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-N	A questão solicita identificar qual alternativa não corresponde a uma causa de insuficiência respiratória hipercápnica. A contusão pulmonar pode evoluir, em quadros graves, com hipoventilação secundária, levando à insuficiência hipercápnica. Assim, a questão deixou possibilidade de dupla interpretação.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa "Contusão pulmonar" quanto "Edema agudo de pulmão cardiogênico" podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000835	TOLEDO - Médico 12h	19-C	Recurso contra o Gabarito Preliminar – Questão 19 Gabarito Preliminar: B Sugestão de Alteração: Alteração para a alternativa C ou Anulação. Fundamentação Teórica 1. A Insuficiência da Alternativa B e o Risco à Equipe: A alternativa considerada correta (B) indica o uso de haloperidol e prometazina via intramuscular após falha da abordagem verbal. No entanto, o enunciado descreve um paciente com "agitação psicomotora intensa", "comportamento imprevisível" e "ameaça verbal a transeuntes" em via pública. Para realizar uma medicação intramuscular em um paciente nesse estado de agressividade, é imprescindível a contenção física prévia. Tentar administrar medicação em um paciente em surto psicótico agressivo sem o apoio de força pública ou contenção mecânica adequada coloca a integridade física da equipe do SAMU em risco direto, o que contraria o primeiro preceito do socorrismo: a segurança da cena. 2. O Método ACENA e a Segurança da Cena: O enunciado menciona explicitamente que a equipe realizou a avaliação do ambiente pelo método ACENA (Avaliação da Cena, Cinética, Estabelecimento de número de vítimas, Necessidade de recursos adicionais e Avaliação da segurança). O "A" de ACENA prioriza a Segurança da Equipe. Diante de um paciente com "ameaça verbal" e "comportamento imprevisível", o recurso adicional necessário (letra "N" do ACENA) é o apoio policial (Força Pública). 3. Protocolos de Suporte Avançado de Vida (SAV): Os protocolos nacionais e internacionais de manejo de crises agressivas no APH estabelecem que intervenções clínicas (como a sedação química) só devem ser iniciadas quando a cena estiver segura. A alternativa C afirma que há indicação de solicitação de apoio policial. Embora a alternativa sugira que "qualquer intervenção clínica deva aguardar", isso é tecnicamente correto do ponto de vista da biossegurança: sem o controle da agressividade física (geralmente providenciado pelo apoio policial em vias públicas), a intervenção médica é inviável e perigosa. Referência: Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Suporte Avançado de Vida. Brasília: Ministério da Saúde.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
002733	TOLEDO - Médico 12h	34-C	Uma equipe de atendimento pré-hospitalar é acionada para socorrer um homem de 35 anos, vitima de atropelamento em via urbana. O paciente foi encontrado caído ao solo, sem sinais de intoxicação aparente e com suspeita de trauma cranioencefálico, Durante a avaliação neurológica inicial, observam-se os seguintes achados: abre os olhos apenas ao estímulo doloroso; emite palavras isoladas; apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estimulo, sem localizar a dor. Qual a pontuação deste paciente na Escala de Coma de Glasgow? Segundo a Escala de Coma de Glasgow, Abertura ocular: 4 abertura espontanea / 3 abertura ao chamado / 2 abertura à dor / 1 Ausente - Logo, abertura a dor = 2 pontos Resposta Verbal: 5 Orientado / 4 Confuso / 3 Palavras / 2 Sons / 1 Ausente - Logo, palavras = 3 pontos Resposta Motora: 6 Obedece / 5 Localiza / 4 Flete / 3 Flexão anormal / 2 Extensão / 1 Ausente - Logo flexão norma sem localizar a dor = 4 pontos 2+3+4=9 pontos. Solicito, portanto, alteração do gabarito para letra C	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003347	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	30-D	Venho, respeitosamente, pedir para conferir a questão de número 30 que está incorreta, após verificar o gabarito preliminar e fazer pesquisa a alternativa correta será a letra B. Visto que a classificação tipo C de ambulância e destinado a operações de resgate de difícil acesso em áreas remotas	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
003347	BOA VISTA DA APARECIDA	31-E	Na questão de número 31, existem duas respostas, após conferir o gabarito preliminar e pesquisar a alternativa correta, a alternativa A e B, pode ser	Profissionais de saúde geralmente denominam a ambulância Tipo	INDEFERIDO

	- Motorista Socorrista		entendido como Ambulância de classificação tipo D, para pacientes que precisam de suporte avançado de Vida.	D como “suporte avançado de vida”. Ela atende e transporta pacientes de alto risco em situações de emergência pré-hospitalar ou em transferências entre hospitais que exigem cuidados médicos intensivos. Profissionais de saúde altamente qualificados compõem a equipe de uma ambulância Tipo D. Além disso, essa equipe pode incluir médicos, enfermeiros e, em alguns casos, um técnico de enfermagem. Dessa forma, ela atua em ocorrências de alta complexidade para fornecer cuidados intensivos a pacientes em estado grave, garantindo suporte avançado e realizando intervenções médicas essenciais para salvar vidas.	
002733	TOLEDO - Médico 12h	19-C	A equipe do SAMU é acionada para atendimento de um homem de 29 anos, em via pública, com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, inquietação e ameaça verbal a transeuntes. No local, o paciente encontra-se consciente, sem sinais de trauma grave, sem arma de fogo visível, porém com comportamento imprevisível. A equipe realiza avaliação do ambiente (método ACENA) e inicia abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso. Considerando os protocolos do Suporte Avançado de Vida do SAMU, assinale a alternativa CORRETA. Se o paciente está em via pública e ainda não foi contido devido a inquietação, não é possivel realizar a aplicação das medicações sugeridas no gabarito (haloperidol e prometazina). Dessa forma, como o paciente apresenta inquietação, discurso de ameaça e comportamentos imprevisíveis, o mesmo coloca em risco a segurança da cena, item inicial e fundamental no atendimento de qualquer ocorrência, e o SAMU por não poder se valer da força para imobilizar o paciente (função essa atribuída a polícia), necessitaria de apoio policial, para imobilizar o paciente E ENTÃO seguir com as medicações como as sugeridas no item B. Por conta disso, solicito alteração do gabarito para letra C, pois inicialmente seria necessário a presença da policia no local para garantir a segurança da cena e realizar a imobilização do paciente.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
003347	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	38-D	A Questão de número 38, após fazer pesquisa, entende se e indicado se nescessário aplicar compressão direta em um ponto específico da artéria contra o osso subjacente. E após controlar a hemorragia, importante sim proteger a ferida, porém as literaturas trás que com pano limpo ou material esterelizado, a questão vai ao oposto, o sangramento já está controlado que seria o foco principal	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
000068	CASCAVEL - Rádio Operador	24-A	RECURSO CONTRA GABARITO PRELIMINAR – QUESTÃO 24 OBJETO: Pedido de alteração de gabarito da alternativa "C" para a alternativa "A" (ou anulação da questão por ausência de resposta tecnicamente exata). FUNDAMENTAÇÃO: 1. Erro na Grafia do Código Fonético Internacional: A alternativa considerada correta pela banca (Letra C) utiliza o termo "Foxtrott" (com dois "t") para representar a letra "F". No entanto, de acordo com o Alfabeto Fonético da ICAO (Organização de Aviação Civil Internacional) e o Manual de Radiocomunicações da ITU (União Internacional de Telecomunicações), a grafia oficial e única para a letra "F" é "FOXTROT". A inserção de um "T" adicional na alternativa "C" configura um erro ortográfico que invalida a alternativa, uma vez que o enunciado exige a "forma correta de transmissão" baseada no Código Fonético Internacional. 2. Legitimidade da Alternativa "A": A alternativa "A" utiliza o termo "Fox". Em diversos manuais de procedimentos operacionais de segurança pública e forças auxiliares no Brasil (onde o Código Fonético é aplicado na prática), adota-se a simplificação "Fox" para agilizar a comunicação em situações de emergência, como a narrada no enunciado. Não havendo a opção "Foxtrot" (grafia correta com apenas um 't') entre as alternativas, a Letra A apresenta-se como a única tecnicamente viável e livre de erros ortográficos em relação aos demais componentes. 3. Inconsistência Linguística: Se a banca optar pela tradução de termos (como "Novembro" em vez de "November"), deve manter a fidelidade aos termos base. O termo "Foxtrott" não é uma tradução, mas sim um erro de escrita que não consta em nenhum manual de comunicações aeronáuticas, marítimas ou militares. CONCLUSÃO: Ante o exposto, observa-se que a alternativa C está incorreta por vício de grafia no termo "Foxtrott". Solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa A ou, por precaução e respeito ao rigor técnico do Código Fonético Internacional, a ANULAÇÃO da questão, visto que nenhuma alternativa apresentou a grafia exata "Foxtrot" conforme o padrão internacional mencionado no enunciado. Dica extra para o envio: Se o seu edital for para algum estado específico (como PM ou Bombeiros), verifique se o manual da própria corporação não escreve "Fox". Se o manual deles disser "Fox", o recurso fica imbatível.	Recurso procede. Questão anulada.	QUESTÃO ANULADA
000068	CASCAVEL - Rádio Operador	27-C	Solicita-se a revisão do gabarito da questão 27, a qual aborda a fraseologia adequada para o atendimento telefônico ao público. O enunciado estabelece que o atendimento deve seguir um padrão mínimo de qualidade e eficiência, baseado em procedimentos e conceitos previamente estabelecidos, com o objetivo de garantir clareza e padronização na comunicação. Todavia, não há no comando da questão qualquer exigência explícita quanto à identificação imediata do setor, órgão ou natureza específica do atendimento na fraseologia apresentada. Nesse contexto, a alternativa C – “Alô, tudo bem? Como posso ajudar?” atende plenamente aos critérios definidos no enunciado, uma vez que: •apresenta clareza na comunicação; •é adequada ao atendimento ao público em geral; •cumpre a função básica de abertura de atendimento telefônico; •é amplamente utilizada em atendimentos institucionais e administrativos, sem prejuízo à eficiência da comunicação. A alternativa considerada correta no gabarito pressupõe uma interpretação não expressamente exigida no enunciado, qual seja, a obrigatoriedade de identificação imediata do setor de atendimento, o que não foi delimitado como critério eliminatório para as demais opções. Dessa forma, verifica-se que a questão admite mais de uma interpretação válida, permitindo que mais de uma alternativa seja considerada correta, o que compromete a objetividade exigida em questões de múltipla escolha. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão ou, alternativamente, a aceitação de mais de uma resposta como correta, por atenderem aos critérios estabelecidos no enunciado. Termos em que, Pede deferimento.	O enunciado estabelece que o atendimento ao público deve observar qualidade, eficiência e padronização, com base em procedimentos previamente estabelecidos, o que remete à utilização de fraseologia institucional no atendimento telefônico. A alternativa B – “Atendimento de Urgência, como posso ajudar?” atende plenamente a esses critérios, pois identifica o serviço, adota linguagem objetiva e impessoal e assegura clareza e padronização na comunicação. A alternativa C – “Alô, tudo bem? Como posso ajudar?”, por sua vez, apresenta caráter informal e ausência de identificação do serviço, não atendendo aos princípios de padronização e eficiência exigidos no enunciado, ainda que seja utilizada em contextos genéricos de atendimento. Não há ambiguidade na questão nem possibilidade de mais de uma resposta correta, uma vez que apenas uma alternativa contempla, de forma conjunta, todos os requisitos apresentados. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Recurso indeferido.	INDEFERIDO

000881	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-N	Questão 20: Rastreamento de Câncer de Mama • Gabarito assinalado: C (50 a 69 anos). • Fundamento para Recurso: A questão menciona explicitamente estratégias adotadas em 2025e um "rastreamento ativo ampliado". Se houver nova diretriz do Ministério da Saúde ou lei recente ampliando a faixa para 40 a 74 anos (Opção A) ou 50 a 74 anos (Opção D) — como sugerido em debates legislativos recentes no Brasil — a alternativa C, baseada na norma antiga de 50-69 anos, estaria desatualizada frente ao enunciado que pede a regra de 2025. • Sugestão de Pedido: "Solicita-se a revisão pois o enunciado cita especificamente o ano de 2025 e o termo 'rastreamento ampliado', o que indica a adoção de novas diretrizes que divergem do padrão histórico de 50-69 anos."	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025-CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
000881	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	25-N	Questão 25: Dose de Epinefrina no Crupe • Gabarito assinalado: E (0,3 ml/kg). • Fundamento para Recurso: Na literatura pediátrica e nos protocolos da SBP para crupe viral, a dose de adrenalina (epinefrina) padrão para nebulização costuma ser de 0,5 ml/kg (até um máximo de 5 ml) [Opção A]. A marcação no gabarito em 0,3 ml/kg pode ser considerada incorreta dependendo da referência bibliográfica exata utilizada pela banca. • Sugestão de Pedido: "A literatura técnica (Tratado de Pediatria SBP) recomenda a dose de 0,5~ml/kg para nebulização com adrenalina standard 1:1000 no tratamento do crupe moderado a grave. A alternativa considerada correta não possui amparo nos protocolos clínicos vigentes."	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove "certos": usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
000881	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	29-N	Questão 29: Classificação da Hipertensão (HAS) • Gabarito assinalado: C (Estágio 1: 140-159 / 90-99). • Fundamento para Recurso: A questão pede a alternativa INCORRETA. • A alternativa C está correta conforme as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. • A alternativa E afirma que o Estágio 3 é ge 170. Na verdade, o Estágio 3 é definido por PAS ge 180 mmHg. Portanto, a E é a incorreta e deveria ser o gabarito. • Sugestão de Pedido: "A questão solicita a alternativa incorreta. A opção C descreve corretamente o Estágio 1. A opção E está incorreta ao definir o Estágio 3 como ge 170 mmHg, quando o critério técnico correto é ge 180 mmHg. Solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa E."	PA normal: < 120 e < 80 HA Estágio 3: ≥ 180 e/ou 110. FONTE: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-122-09-e20250624/0066-782X-abc-122-09-e20250624.x66747.pdf	INDEFERIDO
000881	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	37-N	Questão 37 – Compatibilidade Sanguínea • Fundamento: Erro técnico na alternativa considerada correta. • Argumento: A questão pede a alternativa incorreta. O gabarito marcado como E afirma que "O tipo O+ pode receber sangue O- e O+" (o que é uma afirmação correta na prática clínica). Entretanto, a alternativa D afirma que o tipo A- pode doar para A- e AB- apenas. Isso é tecnicamente falso, pois o sangue A- também pode ser doado para receptores A+ e AB+, ampliando o leque de doação. • Pedido: Alteração do gabarito para a alternativa D (que é a afirmação verdadeiramente incorreta).	Características dos Tipos Sanguíneos: Oito Perfis e Suas Compatibilidades O tipo sanguíneo A+ é um dos mais comuns, presente em cerca de 34% da população brasileira. Pode doar para A+ e AB+, e receber de A+, A-, O+ e O-. Já o A- é mais raro e pode doar para A-, A+, AB- e AB+, mas só recebe de A- e O-. O tipo B+ representa aproximadamente 10% da população. Pode doar para B+ e AB+ e receber sangue de B+, B-, O+ e O-. O tipo B-, mais raro, pode doar para B-, B+, AB- e AB+, e só recebe de B- e O-. O tipo AB+ é conhecido como receptor universal, pois pode receber sangue de todos os tipos, mas só pode doar para AB+. Já o AB-, além de raro, pode doar para AB- e AB+, e receber de AB-, A-, B- e O-. O tipo O+, o mais frequente entre os brasileiros (cerca de 36% da população), pode doar para todos os tipos com Rh	INDEFERIDO

				positivo (A+, B+, AB+, O+) e receber apenas de O+ e O-. Por fim, o O- é o doador universal de hemácias, podendo doar para todos os outros tipos, mas só pode receber de O-. FONTE: FONTE: https://www.saude.pr.gov.br/servicos/Saude/Doacoes/Doa r-sangue-no-Parana-vGr5gN0Y	
000205	OURO VERDE DO OESTE - Motorista Socorrista	38-N	A prova está marcando como verdadeiro a opção " após controlar a hemorragia, é importante proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
000547	CASCAVEL - Enfermeiro	18-N	Venho, respeitosamente, interpor recurso com pedido de ANULAÇÃO da questão 18, que aborda as Diretrizes de Ressuscitação Cardiopulmonar da American Heart Association (AHA) 2025, pois a questão solicita que se identifique "a principal mudança na Cadeia de Sobrevivência" segundo as Diretrizes AHA 2025. Entretanto, o enunciado é impreciso e subjetivo, pois as Diretrizes da AHA 2025 não estabelecem de forma explícita, hierarquizada ou nominal uma única "principal mudança" na Cadeia de Sobrevivência. As atualizações apresentadas pela AHA em 2025 são descritas como reforços conceituais e estruturais, envolvendo múltiplos aspectos relevantes, tais como o fortalecimento do cuidado pós-parada cardiorrespiratória (pós-PCR) como elo essencial para desfechos neurológicos favoráveis; a padronização e integração dos elos da cadeia; e a ênfase em sistemas de atendimento integrados e melhoria contínua da qualidade. Dessa forma, mais de uma alternativa apresentada na questão pode ser considerada correta, a depender da interpretação técnica adotada, especialmente porque a alternativa D (inclusão do cuidado pós-PCR) é amplamente reconhecida em materiais didáticos, resumos oficiais e cursos baseados nas diretrizes da AHA como um destaque central das atualizações contemporâneas e a alternativa E (padronização dos elos com foco em sistemas integrados) também é defensável, por representar uma ênfase conceitual importante das diretrizes recentes. Ao utilizar a expressão "principal mudança", sem delimitar critério objetivo, temporal ou conceitual, o enunciado viola o princípio da objetividade, essencial em avaliações de múltipla escolha, permitindo dupla interpretação plausível, o que compromete a isonomia entre os candidatos. Referências: AMERICAN HEART ASSOCIATION. 2025 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. Dallas: American Heart Association, 2025. AMERICAN HEART ASSOCIATION. Highlights of the	Sistemas de tratamento A sobrevivência após uma PCR requer sistemas integrados de pessoas, protocolos, políticas e recursos, juntamente com a aquisição e revisão contínuas de dados. As diretrizes dos sistemas de tratamento seguem a Cadeia de sobrevivência unificada para PCR (Figura 3), começando com a prevenção e a preparação para ressuscitar, passando pela identificação precoce da PCR, ressuscitação eficaz, e chegando aos cuidados pós-PCR, sobrevivência e recuperação. A otimização dos desfechos após a PCR requer sistemas de tratamento que funcionem bem tanto no ambiente intra-hospitalar como no extra- hospitalar, além do compromisso de coletar e analisar dados voltados para a melhoria da qualidade em todos os elos da Cadeia de sobrevivência. Resumo das principais questões e alterações Uma Cadeia de sobrevivência única destina-se a ser aplicada à PCR intra-hospitalar (PCRIH) e à PCR extra-hospitalar (PCREH) adulta e pediátrica. Ao criar essa cadeia única, reconhece-se que, antes da PCR, a prevenção e a preparação podem tanto evitar a necessidade de ressuscitação como otimizá-la. Diversas recomendações foram unificadas em um bloco de conhecimento dedicado a iniciativas comunitárias para melhorar a respostado socorrista leigo à PCREH. Nele, o leitor encontrará recomendações sobre abordagens baseadas em sistemas destinadas a ampliar a conscientização da comunidade sobre a PCR e o papel crucial da RCP realizada por socorrista	INDEFERIDO

			2025 American Heart Association Guidelines Update for CPR and ECC. Dallas: American Heart Association, 2025. AMERICAN HEART ASSOCIATION. Chain of Survival. Dallas: American Heart Association, 2025. AMERICAN HEART ASSOCIATION; PERKINS, G. D.; et al. Post–Cardiac Arrest Care: 2025 Update. Circulation, Dallas, 2025. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.	leigo e do uso de desfibriladores externos automáticos. Recomendações relacionadas ao uso de sistemas de alerta precoce e equipes de resposta rápida ou equipes de emergência médica para prevenir a PCRIH em crianças e adultos foram combinadas, com uma recomendação adicional sobre a realização de reuniões de segurança a prevenção da PCRIH. As políticas para facilitar o acesso público à naloxona são agora recomendadas juntamente com o acesso público à desfibrilação, visto que ambos têm potencial para salvar vidas. Os operadores de centrais de emergência agora recebem recomendações distintas para as instruções de RCP em adultos e crianças; eles devem orientar os socorristas leigos a usar a RCP apenas com as mãos em adultos e a RCP convencional, que inclui ventilações, em crianças. O protocolo No-No-Go (Não respira? Não responde? Inicie a RCP!) é reiterado como um método eficaz para reconhecer uma PCREH. As recomendações de debriefing clínico são reiteradas, com uma nova recomendação sobre a incorporação de debriefing imediato (quente) e tardio (frio) após eventos de RCP. FONTE: https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/2025- documents-for-cpr-heart-edits-posting/Resuscitation-Science/JN1580_PTBR_Hghlghts_2025ECCGuidelines_Fi nal_251021.pdf?sc_lang=en.	
000547	CASCAVEL - Enfermeiro	27-A	Venho, respeitosamente, requerer a retificação do gabarito, pois o gabarito traz a alternativa "C" como incorreta, mas conforme a legislação e normas vigentes no Brasil, especialmente a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 2.173/2017, para a abertura do protocolo de morte encefálica é obrigatório que o paciente esteja em coma não perceptivo (Escala de Glasgow = 3); não apresente condições confundidoras do coma, como: uso de sedativos; uso de bloqueadores neuromusculares; distúrbios metabólicos graves; hipotermia; hipóxia; hipotensão. Sendo assim, a alternativa "A" torna-se incorreta, pois afirma ser possível iniciar o protocolo mesmo na presença de sedação, bloqueadores neuromusculares, hipotermia e distúrbios metabólicos graves, o que contraria expressamente os critérios normativos. As demais alternativas estão em conformidade com a legislação vigente, não apresentando incorreções técnicas. Referências: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução nº 2.173, de 23 de novembro de 2017. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 dez. 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual para diagnóstico de morte encefálica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.262, de 16 de junho de 2021. Atualiza os critérios técnicos para a determinação de morte encefálica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2021. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.	Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o paciente esteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021- 05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	INDEFERIDO
000547	CASCAVEL - Enfermeiro	31-N	Venho, respeitosamente, interpor recurso com pedido de ANULAÇÃO da questão 31, uma vez que, a questão solicita que seja assinalada a alternativa correta sobre recomendações vacinais, trazendo a alternativa "C" como correta. Contudo, o item E, que trata da administração da vacina dTpa em gestantes, apresenta inconsistência temporal e normativa, o que compromete a objetividade da questão, pois afirma que a vacina dTpa deve ser administrada "a partir da 22ª semana de gestação", entretanto, as normas oficiais do Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, recomendam a administração da dTpa a partir da 20ª semana de gestação, em todas as gestantes, a cada gestação; além de que diversos manuais, notas técnicas e calendários vacinais vigentes utilizam como referência ? 20 semanas, enquanto outros documentos técnicos e materiais didáticos adotam ? 22 semanas, gerando divergência documental. Essa falta de uniformidade normativa faz com que a avaliação da alternativa dependa da fonte utilizada pelo candidato, e não de um consenso técnico inequívoco. Assim, a alternativa E pode ser considerada correta ou incorreta, dependendo do documento de referência adotado, o enunciado não indica o protocolo, manual ou ano de referência utilizado pela banca, além disso, o edital do certame não faz qualquer menção ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), tampouco especifica manual, protocolo oficial ou ano de referência a ser adotado para as recomendações vacinais, limitando-se a tratar o tema de forma genérica dentro dos conteúdos de enfermagem e saúde pública. Dessa forma, não foi fornecido aos candidatos critério claro e prévio quanto à fonte normativa que deveria embasar a resposta, portanto, há quebra do princípio da objetividade e da isonomia, prejudicando candidatos que estudaram por fontes oficiais igualmente válidas. Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Técnica nº 384/2016 – CGPNI/DEVIT/SVS/MS. Atualiza recomendações para vacinação com dTpa em gestantes. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático de vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Informe Técnico da Vacina dTpa (Difteria, Tétano e Coqueluche). Brasília: Ministério da Saúde, 2021. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.	Contraindicações da vacina Febre Amarela: Crianças menores de 6 meses de idade (risco de meningoencefalite); Pessoa com neoplasia maligna; Transplante de órgãos sólidos. Vacina sarampo, rubéola, caxumba e varicela (atenuada) – tetraviral – SCRV, Idade para vacinação e/ou grupo recomendado é aos 15 meses de idade, crianças que já tenham recebido a primeira dose da vacina tríplice viral, até 4 anos, 11 meses e 29 dias de idade. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 184/2025- DPNI/DATHI/SVSA/MS - A vacinação contra a hepatite A em usuários de PrEP deve ser realizada em esquema de duas doses, aplicadas por via intramuscular (IM). Essa recomendação baseia-se na observação de uma possível redução na resposta/imunológica nessa população, o que contribui para uma maior vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, a vacinação é uma medida preventiva essencial para garantir a saúde e o bem-estar desses usuários. Gestantes: Uma dose de dTpa, a partir da 20ª semana de gestação. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf.	INDEFERIDO
000711	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	38-A	Solicito anulação da questão, pois na mesma, existem duas alternativas com respostas iguais. As alternativas A e C. Tornando a alternativa A também valida por ser identica a alternativa C de acordo com o gabarito	Realmente há duas alternativas iguais.	QUESTÃO ANULADA
000711	CASCAVEL - Técnico em Farmácia	35-E	Solicito revisão da questão por erro ortográfico nas afirmações do enunciado!	Não foi detectado nenhuma informação que interfira na interpretação do enunciado.	INDEFERIDO
001139	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	5-C	Venho por meio deste recurso pedir que a questão de numero 5 seja anulada, pelo seguinte motivo, as alternativas "B"e"C" não apresentam sinais de desvios citados no enunciado (ortográficos, de pontuação ou de norma culta).Assim fica claro que a questão contem duas alternativas corretas, e por este motivo peço o cancelamento da questão.	Observa-se que, na alternativa B, o verbo "solicitar" é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso ("que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…"), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão ("Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador."). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C. O recurso aponta questão de Matemática, não de Língua Portuguesa. Fica, portanto, sumariamente indeferido.	QUESTÃO ALTERADA
003439	CASCAVEL - Farmacêutico	45-N	A alternativa II da questão 45 está incompleta em "A tafenoquina deve ser tomada uma única...", confundindo a interpretação da questão.	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO

004659	TOLEDO - Motorista Socorrista	20-N	Fundamentação: O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa C (infração média).	Art. 252. Dirigir o veículo:	INDEFERIDO
			Entretanto, o enunciado da questão afirma apenas que o motorista conduz o veículo transportando pessoas, animais ou volume à esquerda ou entre braços e pernas, sem informar se houve prejuízo à dirigibilidade ou à segurança do trânsito. O art. 252, V, do CTB tipifica tal conduta como infração média. Contudo, a ausência de elementos objetivos no enunciado permite também o enquadramento no art. 169 do CTB (dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança), que caracteriza infração leve. Dessa forma, a questão apresenta ambiguidade interpretativa, permitindo mais de um enquadramento legal válido, o que fere o princípio da objetividade exigido em provas de múltipla escolha. Pedido: Diante da redação imprecisa e da possibilidade de dupla interpretação legal, requer-se a ANULAÇÃO da questão 20.	II - transportando pessoas, animais ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas; infração média. no art 244..que se refere a motociletas em nenhum momento se refere ao transporte de pessoas, animais ou volume à sua esquerda ou entre os braços e pernas.	
004659	TOLEDO - Motorista Socorrista	26-N	Fundamentação: A questão solicita que o candidato identifique quais afirmações correspondem a crimes de trânsito. Entretanto, a afirmativa II (“Deixar de retirar todo e qualquer objeto utilizado para sinalização temporária da via”) apresenta redação genérica e imprecisa, não deixando claro o enquadramento legal específico. Tal conduta é tratada no Código de Trânsito Brasileiro como infração administrativa, e não como crime, porém a forma como a afirmativa foi redigida induziu o candidato a erro, ao misturar conceitos de crime e infração sem a devida clareza normativa. Além disso, a questão exige conhecimento jurídico específico sem indicar o dispositivo legal aplicável, comprometendo a segurança jurídica e a objetividade da resposta. Pedido: Diante da redação confusa e da indução a erro, requer-se a ANULAÇÃO da questão 26.	o argumento do candidato não procede, querer vincular o item II como um crime de trânsito, ou seja, deixar de retirar algum objeto da via em caso de sinalização temporária se fosse desta forma todos motoristas quando sinalizam com galhos ou mato um veículo parado a frente acabam deixando esse material sobre a pista e isso não se se enquadra em um crime de trânsito.	INDEFERIDO
004659	TOLEDO - Motorista Socorrista	38-N	Fundamentação: O gabarito preliminar considera correta a sequência V–V–V–F. Contudo, a segunda afirmativa afirma que a ferida deve ser protegida “mesmo que com curativos infectados”, o que contraria frontalmente os protocolos básicos de primeiros socorros, que vedam o uso de materiais contaminados. Assim, a segunda afirmativa é falsa, o que invalida a sequência indicada no gabarito. A sequência correta seria V–F–V–V, a qual não consta entre as alternativas, configurando erro de elaboração. Pedido: Diante do erro técnico e da ausência de alternativa correta, requer-se a ANULAÇÃO da questão 38.	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
004659	TOLEDO - Motorista Socorrista	36-N	Fundamentação: A questão solicita que o candidato identifique uma infração de natureza gravíssima. A alternativa B menciona a conduta de “deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito nos locais onde o trânsito esteja sendo controlado pelo agente da autoridade de trânsito, mediante sinais sonoros ou gestos”. Ocorre que o art. 220, inciso XIII, do Código de Trânsito Brasileiro, incluído pela Lei nº 14.071/2020, tipifica como infração gravíssima a conduta de não reduzir a velocidade ao ultrapassar ciclista, situação não descrita no enunciado da alternativa B. A alternativa apresentada pela banca trata de contexto diverso, relacionado ao controle do trânsito por agente da autoridade, não sendo possível aplicar, por analogia, a gravidade prevista para a proteção de ciclistas. As demais alternativas da questão correspondem a infrações leves ou graves, conforme os arts. 229, 231 e 228 do CTB, inexistindo, portanto, alternativa que descreva corretamente uma infração de natureza gravíssima nos termos legais. Dessa forma, verifica-se erro de enquadramento legal, com descrição de conduta que não corresponde ao dispositivo citado implicitamente, além da ausência de alternativa correta. Pedido: Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão 36, por erro material e inadequado enquadramento legal da conduta descrita.	Art. 231. Transitar com o veículo: I - danificando a via, suas instalações e equipamentos; II - derramando, lançando ou arrastando sobre a via: a) carga que esteja transportando; b) combustível ou lubrificante que esteja utilizando; c) qualquer objeto que possa acarretar risco de acidente: c) qualquer objeto que possa acarretar risco de sinistro: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023) Infração - gravíssima; Penalidade - multa; Medida administrativa - retenção do veículo para regularização;	INDEFERIDO
004811	CASCAVEL - Médico 12h	19-C	Prezada banca examinadora, Solicito, respeitosamente, a revisão do gabarito, uma vez que, conforme os Protocolos de Suporte Avançado de Vida do SAMU 192, a alternativa C é a correta. O enunciado descreve um paciente com agitação psicomotora intensa, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, em via pública, sem resposta às técnicas de abordagem verbal e desescalada, após avaliação inicial da cena pelo método ACENA. Tal contexto caracteriza risco iminente à equipe, ao paciente e a terceiros. De acordo com os Protocolos do SAMU 192, a segurança da cena é princípio absoluto e prioritário, antecedendo qualquer intervenção clínica. O protocolo PE1 – Aspectos gerais de avaliação da segurança de cena estabelece que, havendo risco à integridade da equipe, o atendimento não deve ser iniciado ou deve ser interrompido, sendo obrigatória a solicitação de apoio de forças de segurança. Além disso, o protocolo AC40 – Agitação e situação de violência orienta que, diante de comportamento violento ou imprevisível, a equipe do SAMU não deve realizar contenção física ou farmacológica sem que a cena esteja completamente segura. Dessa forma, a alternativa C está correta ao afirmar que há indicação de solicitação de apoio policial, devendo qualquer intervenção clínica aguardar a chegada da autoridade, ao contrário da alternativa B, uma vez que a administração de medicações sedativas deve ser realizada apenas após segurança da cena, justamente para evitar agressões, contenções inadequadas e risco de eventos adversos durante a aplicação da medicação. Agradeço, desde já, a atenção desta banca.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
004811	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Prezada Banca Examinadora, Solicito a revisão do gabarito da questão, pois a análise correta dos dados clínicos apresentados leva à pontuação 9 na Escala de Coma de Glasgow, correspondente à alternativa C. Conforme o enunciado: Abertura ocular: o paciente abre os olhos apenas ao estímulo doloroso, o que corresponde a 2 pontos. Resposta verbal: o paciente emite palavras isoladas/ inapropriadas, com pontuação de 3 pontos. Resposta motora: o paciente apresenta flexão normal com retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localizar a dor, o que corresponde a retirada ao estímulo doloroso, com 4 pontos, e não localização da dor (5 pontos). Dessa forma, a soma correta é: Abertura ocular (2) + Resposta verbal (3) + Resposta motora (4) = 9 pontos. A alternativa B (8) estaria incorreta, pois exigiria pontuação menor em algum dos domínios, o que não condiz com os achados descritos no caso clínico. Assim, fica evidente que a alternativa C (9) é a única compatível com a correta aplicação da Escala de Coma de Glasgow. Agradeço a atenção desta banca.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
000859	TOLEDO - Médico 12h	34-N	A questão 34 se refere a pontuação na Escala de Coma de Glasgow. Analisando o enunciado, pode-se inferir, de acordo com os Protocolos de Suporte Avançado e Básico de Vida (SAMU) que o paciente pontua em ABERTURA OCULAR (2) pois "abre os olhos do estímulo doloroso..."; RESPOSTA MOTORA (5), RESPOSTA VERBAL (3) pois "emite palavras isoladas", o que pode ser facilmente confundido com PALAVRAS INAPROPRIADAS (previsto em escala). Não há alternativa correta na questão, pois ficou vago o entendimento de PALAVRAS ISOLADAS e RESPOSTA CONFUSA (que é o que está no numero 4 da Resposta Verbal de escalas previstas em Protocolos). NÃO HAVENDO POSSIBILIDADE DA SOMA DOS QUESITOS DA ESCALA CONFIGURAR 8 PONTOS, SENDO A MAIS ACEITÁVEL 9 OU 10 PONTOS. SOLICITO, GENTILMENTE, ANULAMENTO DESTA QUESTÃO	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
000859	TOLEDO - Médico 12h	19-C	Na questão 19, o paciente atendido na rua com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, inquietação e ameaça a	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de	INDEFERIDO

			transeuntes. Apesar de não estar com arma de fogo visível, estava com comportamento imprevisível e NÃO HÁ GARANTIA DE QUE NÃO ESTIVESSE PORTANDO ALGUMA ARMA ESCONDIDA (NÃO VISUALIZADA NA ABORDAGEM). Por isso, na falha da abordagem verbal, segundo os Protocolos de Suporte Avançado e Básico de Vida do SAMU, o mais correto a se fazer é CHAMAR APOIO POLICIAL para não colocar em risco a equipe de atendimento. REFERÊNCIA: PROTOCOLO AC40 - AGITAÇÃO E SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (PÁG. 111 DO ARQUIVO PDF EM ANEXO). Então, solicito, gentilmente, que considerem como CORRETA A ALTERNATIVA C (HÁ INDICAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE APOIO POLICIAL, DEVENDO QUALQUER INTERVENÇÃO CLINICA AGUARDAR A CHEGADA DA AUTORIDADE).	inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	
004484	CASCAVEL - Psicólogo	31-A	A questão n°31 do caderno de provas apresenta duas alternativas que se repete: letra A e E. Considerando que as questões são de múltipla escolha, com 5 alternativas que não devem se repetir, e que tal irregularidade gráfica fora comunicada ao fiscal de prova imediatamente após a percepção, requer-se a anulação da questão.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	QUESTÃO ANULADA
001139	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	38-C	A questão nº 38 apresenta erro técnico grave ao empregar o termo “curativos infectados” como conduta adequada em primeiros socorros no controle de hemorragias. Do ponto de vista técnico e científico, não existe recomendação de utilização de curativo infectado em primeiros socorros. Ao contrário, os protocolos estabelecem que, após o controle da hemorragia, a ferida deve ser protegida com curativo limpo e, preferencialmente, estéril, a fim de prevenir infecções secundárias e outras complicações. A questão traz quatro afirmações a serem julgadas como verdadeiras ou falsas. 1ª afirmação - Verdadeira: a elevação do membro acima do nível do coração auxilia na redução do fluxo sanguíneo por ação da gravidade; 2ª afirmação - Falsa: o uso de “curativos infectados” contraria os princípios básicos de assepsia e primeiros socorros; 3ª afirmação - Verdadeira: o monitoramento contínuo dos sinais vitais é conduta obrigatória para identificação de instabilidades; 4ª afirmação - Verdadeira: a compressão em pontos de pressão é técnica válida quando a compressão direta não é suficiente. Dessa forma, a sequência correta seria V – F – V – V, a qual não consta entre as alternativas apresentadas. O gabarito preliminar, ao considerar a segunda afirmação como verdadeira, incorre em erro conceitual. Pelo motivo de não haver alternativa correta a ANULAÇÃO da questão de nº 38, seria o mais adequado. Referências: Manual de Primeiros Socorros - Cruz Vermelha Brasileira Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. American Heart Association – Suporte Básico de Vida. Protocolos de Atendimento Pré-Hospitalar do Ministério da Saúde/SAMU. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_basico_vida.pdf	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
001139	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	30-B	O gabarito preliminar indica a alternativa C, porém tal alternativa apresenta descrição genérica, limitando-se a afirmar que se trata de atendimento a pessoa em emergência com risco de vida, característica que não é exclusiva da ambulância Tipo C, podendo também se aplicar a outros tipos de ambulância, como suporte básico ou avançado. De acordo com o Manual de Suporte Básico de Vida e a Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, a ambulância Tipo C (Resgate) é destinada a operações de resgate, especialmente em locais de difícil acesso terrestre, áreas remotas ou situações que demandam salvamento, com equipamentos específicos para tal finalidade. Nesse sentido, a alternativa B é a que efetivamente descreve a ambulância de resgate – Tipo C, estando em consonância com a normatização oficial, enquanto a alternativa C não permite identificar corretamente o tipo de ambulância solicitado. Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa B, por ser a única compatível com a definição técnica prevista nos manuais oficiais.	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
000859	TOLEDO - Médico 12h	39-D	Na questão 39, o paciente apresenta quadro agudo de hematêmese em grande quantidade após vômitos, com hipotenção, taquicardia, histórico de etilismo crônico e, aparentemente, com sinal de embriaguez. Sabendo que as varizes esofágicas, em pacientes estilistas, podem ocorrer mesmo sem a presença de ascite e que a ruptura das mesmas pode ocorrer espontâneamente ou por vômitos causando instabilidade hemodinâmica (hipotenção e taquicardia conforme enunciado da questão), TORNA-SE IMPOSSÍVEL DIFERENCIAR ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO CLÍNICA E PELOS DADOS FORNECIDOS NO ENUNCIADO QUE POSSA SER UNICAMENTE A SÍNDROME DE MALLORY-WEISS. SENDO ASSIM, A RESPOSTA D "RUPTURA DE VARIZES ESOFÁGICAS" TAMBÉM ESTÁ CORRETA. PEÇO, GENTILMENTE, QUE CONSIDEREM A RESPOSTA D TAMBÉM COMO ALTERNATIVA CORRETA A ESSA QUESTÃO. SEGUE REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS VARIZES ESOFÁGICAS: SILVA, et. al. Hemorragia digestiva alta por varizes esofágicas: do diagnóstico ao tratamento. Brazilian Journal of Health Review. DOI:10.34119/bjhrv6n5-546. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK448078/.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica descrita não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	INDEFERIDO

000388	TRÊS BARRAS DO PARANÁ - Técnico em Enfermagem	19-B	Prezada banca peço para que reavalie a questão 19 do concurso para o cargo de técnico de enfermagem samu a alternativa incorreta como pede a questão seria a B, pois o esquema básico com 2 doses aos 3 e 5 meses com intervalo mínimo de 30 dias não condiz exatamente com o recomendado pelo PNI, que pode indicar 3 doses ou um intervalo diferente.	Esquema básico: 2 doses, aos 3 meses e aos 5 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses, mínimo de 30 dias (em situação excepcional*); Dose de reforço: 1 dose aos 12 meses, preferencialmente, com uso da vacina meningocócica ACWY (conjugada), observando o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico com a vacina meningocócica C (conjugada), podendo ser administrada até 4 anos, 11 meses e 29 dias (Tópico 19). Administrar 1 dose de reforço aos 12 meses de idade, preferentemente, com a vacina menACWY (Tópico 19). Considerar o intervalo de 60 dias após a 2ª dose do esquema básico. Não sendo possível, o reforço pode ser administrado até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. Vacina meningocócica ACWY (conjugada) – MenACWY. Adolescente entre 11 anos e 14 anos de idade. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui- o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf	INDEFERIDO
003090	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-B	Considerando a questão nº 29, informo que assinalei a alternativa B, a qual abrangia os itens I, II e III. Ocorre que os itens II e III apresentam conteúdo idêntico, Diante disso, embora o gabarito indique como correta a alternativa A, correspondente aos itens I e III, observa-se que, em razão da duplicidade entre os itens II e III, a alternativa por mim assinalada também se mostra compatível com o entendimento da questão. Assim, solicito, respeitosamente, a revisão da questão nº 29.	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000125	CASCAVEL - Assessor Jurídico	4-N	Prezada Banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da Questão 04, cujo gabarito preliminar indicou a alternativa B, requerendo sua anulação, por conter mais de uma alternativa correta. A questão solicita expressamente a análise da única questão incorreta sobre o texto, todavia, verifica-se que mais de uma alternativa apresenta análise incorreta, especificamente as letras A e B, o que torna a questão objetivamente inválida, devendo assim ser anulada. O texto referenciado pela questão lê-se: "O NEP (Núcleo de Educação Permanente), atua dentro do CONSAMU com o objetivo de promover a capacitação continua de todos os profissionais perante o atendimento realizado em urgência e emergência." O gabarito preliminar apontado pela banca é a que a alternativa B está incorreta, com ela afirmando: 'Alternativa B - A regência adequada da preposição "perante" é: "perante ao atendimento..."' Tal assertiva está gramaticalmente incorreta.O vocábulo “perante” é preposição que rege objeto direto, sem artigo e sem a preposição “a”,conforme gramáticas normativas: Autores como Celso Cunha & Lindley Cintra e Evanildo Bechara são uníssonos ao afirmar que“perante” não admite a construção “perante a" ou "perante ao”. Logo, a análise contida na alternativa B está, de fato, incorreta. Entratanto, a alternativa A também apresenta análise incorreta, ao afirmar: Alternativa A - A vírgula empregada após o fechamento dos parênteses é inadequada, pois separa o sujeito do predicado Tal análise não procede.No trecho do texto:“O NEP (Núcleo de Educação Permanente), atua dentro do CONSAMU...” A expressão entre parênteses constitui aposto explicativo. A vírgula após o parêntese é gramaticalmente obrigatória, pois encerra o aposto intercalado, nos termos da norma culta. A estrutura correta é: Sujeito + aposto explicativo intercalado + vírgula + predicado. Portanto, a vírgula não separa indevidamente sujeito e predicado, mas apenas finaliza o aposto explicativo, estando em plena conformidade com a norma gramatical. Assim, a análise feita na alternativa A também é incorreta. Dessa forma, como ambas as alternativas A e B contém análises incorretas da frase, resta configurada a existência de duas alternativas corretas para a pergunta formulada, o que viola o edital, especificamente no seu ponto 6.1, a, que dispõe que a prova objetiva é de múltipla escolha, "com uma única alternativa correta" Assim, requer-se a anulação da questão 4, por ter mais de uma alternativa correta.	A análise apresentada em relação à letra A está inadequada, uma vez que o elemento gráfico responsável por separar a expressão por extenso – significado da sigla – são os parênteses. Assim, a vírgula separa o sujeito, “O NEP (Núcleo de Educação Permanente)”, do predicado, cujo núcleo é o verbo “atuar”. A vírgula não é optativa nesse caso. Nem é permitida. As explicações buscadas em gramáticas não foram adequadamente aplicadas. O que os gramáticos dizem é que não se incorre em erro quando há uma expressão intercalada entre sujeito e predicado, sendo esta separada por DUAS vírgulas, como ocorre em: “O NEP, Núcleo de Educação Permanente, atua...”, por exemplo. Nesse caso, as vírgulas são usadas justamente para isolar a expressão em questão. Portanto, a análise apresentada na letra A é CORRETA.	INDEFERIDO
000426	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-C	A questão apresenta duas alternativas iguais, fazendo com que a alternativa D (correta) seja incorreta, estando na mesma situação da alternativa A.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000426	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-B	A questão apresenta duas alternativas iguais, fazendo com que a alternativa D (correta) seja incorreta, estando na mesma situação da alternativa A.	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
002872	CASCAVEL - Rádio Operador	5-C	a alternativa q NÃO possui nenhum erro ortográfico, de pontuação ou de norma culta é a letra "C" e não a "b" como esta no gabarito preliminar, espero que seja feita a correção da questão, ou então uma explicação do motivo de ser a alternativa "b", desde já agradeço.	Observa-se que, na alternativa B, o verbo “solicitar” é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso (“que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…”), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão (“Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.”). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	QUESTÃO ALTERADA
004625	GUAÍRA - Médico 12h	32-B	Essa alternativa contempla pelo menos uma contraindicação absoluta, mas diz que são todas contraindicações relativas, logo essa esta INCORRETA. Agradeço a atenção	Recurso IMPROCEDENTE. A alternativa mencionada engloba condições classificadas como contraindicações absolutas nos Protocolos de Transporte Aeromédico do SAMU (SAV AERO 2), mas as apresenta indevidamente como contraindicações relativas, o que a torna tecnicamente incorreta. Dessa forma, a alternativa foi corretamente considerada INCORRETA, não havendo erro no gabarito.	INDEFERIDO
000125	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-N	Prezada Banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da Questão 45, cujo gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C (“dez – defesa”), requerendo sua anulação, por estar em desacordo com a literalidade da Consolidação das Leis do Trabalho. A questão solicita expressamente a análise do prazo e do meio de manifestação do executado “nos termos da CLT”, ao indagar: “Nos termos da CLT, o executado terá o prazo de _ dias para apresentar _ à execução.” Todavia, a alternativa indicada como correta pela banca não encontra respaldo na legislação trabalhista, uma vez que diverge frontalmente do texto legal expresso. O tema é disciplinado de forma clara pelo art. 884 da CLT, que dispõe: “Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.” Da leitura do dispositivo legal, extrai-se que a CLT estabelece, de maneira inequívoca: o prazo de 5 (cinco) dias, e não de 10 (dez) dias; o meio processual cabível denominado embargos à execução, e não “defesa”. Assim, a alternativa C (“dez – defesa”) incorre em duplo equívoco, ao indicar prazo diverso daquele previsto em lei e ao utilizar terminologia que não é empregada pela legislação trabalhista para o ato processual em questão. Ressalte-se, ainda, que a CLT possui regra própria, expressa e específica acerca do prazo e do instrumento de manifestação do executado na execução trabalhista, razão pela qual não se admite interpretação extensiva ou aplicação subsidiária do CPC, nos termos do art. 769 da CLT, justamente pela inexistência de lacuna normativa. Dessa forma, qualquer alternativa que indique prazo diverso de cinco dias ou denominação distinta de embargos à execução mostra-se incompatível com o texto legal vigente. Diante do exposto, requer-se a anulação da Questão 45, por não haver alternativa em conformidade com a literalidade da CLT	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada “embargos”. A alternativa “A” indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à “impugnação”, medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	QUESTÃO ANULADA
004625	GUAÍRA - Médico 12h	34-C	a soma correta da ECG é 9 pontos. Não 8 pontos	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos	QUESTÃO ALTERADA

				Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	5-C	Na referida questão (Questão 5) a alternativa do gabarito preliminar, aponta a alternativa B como sendo a correta. Porém a mesma contém uma omissão de flexão de infinitivo na palavra "encaminhar" onde o correto seria "encaminharem", o que contraria o enunciado que exige um período sem desvios. Como o sujeito da ação de encaminhar é claro no plural ("todos os profissionais de saúde"), a flexão do verbo no plural (encaminharem) destaca os agentes da ação, tornando a frase mais precisa.Solicita-se a alteração do gabarito da questão para a Alternativa C. Pois a mesma apresenta sintaxe, pontuação e ortografia em total conformidade com a norma culta.Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e que a alternativacorreta seja considerada, ou a anulação da questão, garantindo a precisão ea justiça no processo de avaliação.	Observa-se que, na alternativa B, o verbo "solicitar" é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso ("que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…"), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão ("Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador."). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C. O recurso aponta questão de Matemática, não de Língua Portuguesa. Fica, portanto, sumariamente indeferido.	QUESTÃO ALTERADA
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	19-N	Na referida questão (Questão 19) a alternativa do gabarito preliminar, aponta a alternativa C como sendo a correta. Porém o Índice Glicemico apontado como não sendo um dos sinais vitais está icorreto, pois o mesmo consta como sendo o quinto sinal vital importante.Especialmente em situações de urgência para pacientes diabéticos. Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e anulada, devido todas as alternativas serem corretas, garantindo a precisão ea justiça no processo de avaliação.	a candidata está correta o índice glicemico embora não se ja o quinto conforme ela mencionou, mas atualmente passou a ser considerado como um sinal vital. anular a questão	QUESTÃO ANULADA
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	21-N	Na referida questão (Questão 21), a alternativa do gabarito preliminar aponta a alternativa B como sendo a correta.Porém, a nomenclatura de sirenes refere-se a normas da ABNT e de fabricantes, não constando no CTB, nem em manuais básicos de APH/Primeiros Socorros, tampouco na sinalização de trânsito, além de serem nomenclaturas em inglês. Trata-se de conteúdo de norma técnica da ABNT e de fabricantes, não previsto no edital. Isso vai contra o edital do conteúdo programático, no qual não constam normas da ABNT e de fabricantes, nem mesmo nomenclaturas em inglês. Considerando o Anexo II - Conteúdo Programático (Consolidado), conforme edital N° 215/2025 MOTORISTA SOCORRISTA (condutor de ambulância)Noções básicas e procedimentos de segurança. Equipamentos de proteção. Noções elementares de mecânica(veículos e tratores). Conservação e manutenção de veículos. Novo código de trânsito brasileiro. Infrações epenalidades. Normas gerais de circulação e conduta. Habilitação. Direção defensiva e preventiva. Sinalização detrânsito. Noções de segurança no trabalho. Prevenção e combate a incêndios. Primeiros socorros. Sinais vitais.Imobilização. Ressuscitação Cárdio Pulmonar (RCP). Atendimento a acidentes de trânsito. Ressalta-se que tais conteúdos não constam no CTB (Sinalização de Trânsito) nem em manuais básicos de APH/Primeiros Socorros, sendo conteúdo de norma técnica da ABNT e de fabricantes, não prevista no edital. Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e anulada, devido ao exposto acima, garantindo a precisão e a justiça no processo de avaliação.	A questão trata do som da sirene da ambulância, conforme conteúdo programático esse tema pode ser tratado em Noções básicas e procedimentos de segurança. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva e preventiva. Sinalização de trânsito. Ou seja, a questão está dentro do conteúdo.	INDEFERIDO
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	27-N	Na referida questão (Questão 27), a alternativa do gabarito preliminar aponta a alternativa C como sendo a correta.Porém, a nomenclatura de sirenes refere-se a normas da ABNT e de fabricantes, não constando no CTB, nem em manuais básicos de APH/Primeiros Socorros, tampouco na sinalização de trânsito, além de serem nomenclaturas em inglês. Trata-se de conteúdo de norma técnica da ABNT e de fabricantes, não previsto no edital. Isso vai contra o edital do conteúdo programático, no qual não constam normas da ABNT e de fabricantes, nem mesmo nomenclaturas em inglês. Considerando o Anexo II - Conteúdo Programático (Consolidado), conforme edital N° 215/2025 MOTORISTA SOCORRISTA (condutor de ambulância)Noções básicas e procedimentos de segurança. Equipamentos de proteção. Noções elementares de mecânica(veículos e tratores). Conservação e manutenção de veículos. Novo código de trânsito brasileiro. Infrações epenalidades. Normas gerais de circulação e conduta. Habilitação. Direção defensiva e preventiva. Sinalização detrânsito. Noções de segurança no trabalho. Prevenção e combate a incêndios. Primeiros socorros. Sinais vitais.Imobilização. Ressuscitação Cárdio Pulmonar (RCP). Atendimento a acidentes de trânsito. Ressalta-se que tais conteúdos não constam no CTB (Sinalização de Trânsito) nem em manuais básicos de APH/Primeiros Socorros, sendo conteúdo de norma técnica da ABNT e de fabricantes, não prevista no edital. Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e anulada, devido ao exposto acima, garantindo a precisão e a justiça no processo de avaliação.	A questão trata do som da sirene da ambulância, conforme conteúdo programático esse tema pode ser tratado em Noções básicas e procedimentos de segurança. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva e preventiva. Sinalização de trânsito. Ou seja, a questão está dentro do conteúdo.	INDEFERIDO
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	30-B	Na referida questão (Questão 30), a alternativa do gabarito preliminar aponta a alternativa C como sendo a correta.Porém, sobre a classificação das ambulâncias, a ambulância Tipo C (resgate) é utilizada para atendimento e transporte de vítimas de acidentes ou em locais de difícil acesso, equipadas para salvamento, tornando a alternativa B correta. Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e que a alternativa seja alterada ou que a questão seja anulada, devido ao exposto acima, garantindo a precisão e a justiça no processo de avaliação.	houve erro de digitação, questão alterada para a opção B	QUESTÃO ALTERADA
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	32-N	Na referida questão (Questão 32), a alternativa do gabarito preliminar aponta a alternativa D como sendo a correta.Porém, a nomenclatura de sirenes refere-se a normas da ABNT e de fabricantes, não constando no CTB, nem em manuais básicos de APH/Primeiros Socorros, tampouco na sinalização de trânsito, além de serem nomenclaturas em inglês. Trata-se de conteúdo de norma técnica da ABNT e de fabricantes, não previsto no edital. Isso vai contra o edital do conteúdo programático, no qual não constam normas da ABNT e de fabricantes, nem mesmo nomenclaturas em inglês. Considerando o Anexo II - Conteúdo Programático (Consolidado), conforme edital N° 215/2025 MOTORISTA SOCORRISTA (condutor de ambulância)Noções básicas e procedimentos de segurança. Equipamentos de proteção. Noções elementares de mecânica(veículos e tratores). Conservação e manutenção de veículos. Novo código de trânsito brasileiro. Infrações epenalidades. Normas gerais de circulação e conduta. Habilitação. Direção defensiva e preventiva. Sinalização detrânsito. Noções de segurança no trabalho. Prevenção e combate a incêndios. Primeiros socorros. Sinais vitais.Imobilização. Ressuscitação Cárdio Pulmonar (RCP). Atendimento a acidentes de trânsito. Ressalta-se que tais conteúdos não constam no CTB (Sinalização de Trânsito) nem em manuais básicos de APH/Primeiros Socorros, sendo conteúdo de norma técnica da ABNT e de fabricantes, não prevista no edital. Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e anulada, devido ao exposto acima, garantindo a precisão e a justiça no processo de avaliação.	A questão trata do som da sirene da ambulância, conforme conteúdo programático esse tema pode ser tratado em Noções básicas e procedimentos de segurança. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva e preventiva. Sinalização de trânsito. Ou seja, a questão está dentro do conteúdo.	INDEFERIDO
002644	BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista	38-N	Na referida questão (Questão 38), a alternativa do gabarito preliminar aponta a alternativa B como sendo a correta, considerando verdadeiras as situações 1, 2 e 3, e falsa apenas a quarta situação. Entretanto, de acordo com os protocolos oficiais de Primeiros Socorros, conforme orientações do Ministério da Saúde, SAMU e diretrizes do PHTLS, apenas as situações 1 e 3 estão corretas. A situação 2, "após controlar a hemorragia, é importante proteger a ferida, mesmo que com curativos infectados", não está correta, pois os manuais oficiais de primeiros socorros orientam que a proteção da ferida deve ser realizada com material limpo	Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA

			ou estéril, uma vez que a utilização de curativos infectados oferece risco de contaminação, podendo agravar o quadro clínico do paciente posteriormente. Da mesma forma, a quarta situação, "se a compressão direta não for suficiente, pode ser necessário aplicar compressão em um ponto específico da artéria para reduzir o fluxo sanguíneo", também não se torna correta, pois os protocolos atuais de primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar orientam que, quando a compressão direta não é suficiente para controlar a hemorragia, deve-se lançar mão do uso do torniquete, não sendo a compressão de pontos arteriais uma conduta indicada nos manuais básicos. Diante do exposto, solicito que a questão seja revisada e que seja anulada, uma vez que não há alternativa que corresponda corretamente às condutas preconizadas nos protocolos oficiais de primeiros socorros, garantindo, assim, a precisão e a justiça no processo de avaliação.		
003438	CORBÉLIA - Técnico em Enfermagem	16-C	Venho respeitosamente interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 16 da prova de Técnico em Enfermagem-SAMU Na questão, a pergunta refere-se a sinais e sintomas, visto que não é um dever do técnico em Enfermagem saber quais sinais é caracteristico de uma fase especifica de uma doença Segundo o COREN o Art.12 diz: Art. 12 – O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente: § 1º Participar da programação da assistência de Enfermagem; § 2º Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei; § 3º Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar; § 4º Participar da equipe de saúde.	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO
003438	CORBÉLIA - Técnico em Enfermagem	18-C	Venho respeitosamente interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 18 da prova de Técnico em Enfermagem-SAMU QUESTÂO:Qual síndrome clínica envolve a ruptura do tecido muscular esquelético? Os sinais e sintomas incluem fraqueza muscular, mialgias e urina marrom- avermelhada, embora essa tríade ocorra em menos de 10% dos pacientes. O diagnóstico é pela anamnese e confirmação laboratorial da creatinoquinase (CK) elevada, geralmente superior a 5 vezes o limite superior de normalidade. Na questão, a pergunta refere-se a dizer um diagnóstico por base da anamnese apresentada, porém ocorre em menos de 10% dos pacientes sendo uma pergunta especifica, não sendo atribuição do técnico de enfermagem saber o diagnóstico, esta questão não deveria ser de nivel Técnico, deveria ser anulada Segundo o COREN o Art.12 diz: Art. 12 – O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente: § 1º Participar da programação da assistência de Enfermagem; § 2º Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei; § 3º Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar; § 4º Participar da equipe de saúde. Além de que não caiu questoes sobre o Conteúdo Programático (Consolidado) liberado em edital	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO
004052	CASCAVEL - Médico 12h	34-C		De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003330	CAFELÂNDIA - Agente Administrativo	31-N	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra a questão nº 31, pelos motivos a seguir expostos: A referida questão solicita que o candidato considere a "Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/202", entretanto, a referência legal encontra-se incorreta, uma vez que não existe no ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 14.133/202. A legislação correta que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos é a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme amplamente conhecido e publicado no Diário Oficial da União. Tal erro material na identificação da norma legal compromete a clareza, a precisão e a segurança jurídica da questão, podendo induzir o candidato ao erro, gerar dúvida interpretativa e prejudicar a correta resolução do item, ferindo os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da isonomia e da objetividade, que regem os certames públicos. Dessa forma, requer-se a ANULAÇÃO da questão nº 31, por conter erro formal relevante na indicação da lei que fundamenta o enunciado, prejudicando a correta interpretação e resolução da questão. Termos em que, Pede deferimento.	Mantém-se a questão. A recorrente pleiteia a anulação da questão sob o argumento de que a indicação "Lei 14.133/202" estaria incorreta, ferindo a segurança jurídica e a precisão técnica necessária ao certame. Em que pese o erro de digitação apontado (supressão do último dígito do ano), entende esta Banca que tal vício caracteriza-se como mero erro material/formal, insuficiente para ensejar a anulação do item, pelos seguintes motivos: Inexistência de Dúvida Razoável: A expressão "Nova Lei de Licitações e Contratos" precede a numeração. No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 14.133 é unicamente associada ao referido marco legal. A ausência do numeral "1" ao final do ano (2021) configura erro de digitação evidente que não impede a identificação inequívoca da norma. Princípio da Instrumentalidade das Formas: No Direito Administrativo, os atos devem ser válidos desde que atinjam sua finalidade. O objetivo do enunciado foi delimitar o campo temático à nova legislação, o que foi plenamente alcançado pela citação correta do número da lei (14.133). Precedentes Jurídicos: O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunais de Justiça estaduais possuem entendimento consolidado de que erros materiais irrelevantes em enunciados de concursos, que não causem prejuízo à compreensão do conteúdo ou à	INDEFERIDO

				interpretação das alternativas, não são causas de nulidade. Portanto, o erro apontado não possui o condão de induzir o candidato ao erro, uma vez que não existe outra "Lei 14.133" com ano semelhante que pudesse gerar confusão hermenêutica. A exigência de anulação por mera falta de um dígito, quando o corpo da lei e o tema estão corretos, configuraria formalismo	

				excessivo, além do mais o enunciado da próxima questão a de nº 32, traz o digito vejamos: Considerando as definições dispostas na Nova Lei de Licitação e Contratos - Lei 14.133/2021. Assinale a alternativa CORRETA. INDEFERE-SE o pedido de anulação, mantendo-se o gabarito original.	
001018	CASCAVEL - Farmacêutico	24-E	A referida questão solicita a identificação da lei que ampara a política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações, indicando como gabarito a Lei nº 14.715/2023. Entretanto, verifica-se que tal legislação não consta expressamente no conteúdo programático previsto no edital para o cargo de Farmacêutico. O conteúdo programático limita-se, no que se refere à legislação em saúde, à Lei nº 8.080/1990, bem como às Portarias nº 2.048/2002 e nº 1.600/2011, não havendo qualquer menção a leis federais recentes relacionadas à política nacional de assistência toxicológica ou à logística de antídotos. Ressalta-se que a questão não aborda conceitos gerais de farmacologia, farmacovigilância ou atenção farmacêutica, mas exige do candidato o conhecimento específico e literal de uma lei federal recente, identificada por número e ano, o que caracteriza cobrança de conteúdo normativo não previsto no edital. Tal exigência afronta o princípio da vinculação ao edital, amplamente reconhecido na doutrina e na jurisprudência administrativa, segundo o qual a banca examinadora deve restringir-se estritamente aos conteúdos previamente estabelecidos, garantindo isonomia e segurança jurídica aos candidatos. Dessa forma, por cobrar legislação específica não contemplada no conteúdo programático, a questão incorre em vício material, razão pela qual requer-se a anulação da questão nº 24.	O edital é claro, legislação e ética profissional, esta questão se enquadra neste tema do edital, legislação profissional.	INDEFERIDO
001018	CASCAVEL - Farmacêutico	16-B	A questão fundamenta-se na Farmacopeia Brasileira – 7ª edição (ANVISA, 2019) e apresenta três assertivas sobre armazenamento e conservação de medicamentos. Entretanto, a análise técnica dos itens demonstra inconsistências: Item I – Afirma que a Farmacopeia distingue armazenamento em temperatura ambiente, refrigerada e de congelamento. Todavia, a Farmacopeia Brasileira não estabelece o “congelamento” como categoria padrão de conservação farmacopéica para medicamentos, não sendo classificada como faixa geral normativa de armazenamento, o que torna o item tecnicamente incorreto. Item II – Destaca a importância do controle de umidade e proteção da luz, fatores reconhecidamente responsáveis por processos de degradação química e física. Tal assertiva está correta, sendo plenamente compatível com as diretrizes farmacopéicas e princípios de estabilidade de medicamentos. Item III – Indica faixa de -2 °C a +8 °C para produtos termolábeis. Contudo, o intervalo normativo correto para refrigeração é de +2 °C a +8 °C, sendo -2 °C característico de congelamento, condição inadequada e não recomendada para vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, configurando erro técnico grave. Dessa forma, verifica-se que o item II é o único tecnicamente correto e o gabarito oficial, ao indicar como correta a alternativa “Somente a alternativa I está correta”, contraria os fundamentos técnicos da Farmacopeia Brasileira e da farmacotécnica. Diante dos erros conceituais e normativos identificados, requer-se a ANULAÇÃO da questão nº 16, com a consequente atribuição da pontuação a todos os candidatos.	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
004601	SANTA HELENA - Médico 24h	34-C	Prezada Banca Examinadora, Solicito, respeitosamente, a revisão do gabarito da questão que aborda a pontuação da Escala de Coma de Glasgow (ECG) em paciente vítima de atropelamento, uma vez que a resposta indicada no gabarito (8 pontos) não corresponde à aplicação correta dos critérios da escala conforme a literatura consagrada. Análise do enunciado O paciente apresenta os seguintes achados neurológicos: Abertura ocular: “Abre os olhos apenas ao estímulo doloroso” 2 pontos (abertura ocular à dor). Resposta verbal: “Emite palavras isoladas” Corresponde a fala inapropriada, definida como emissão de palavras isoladas ou desconexas, sem conversação adequada, o que equivale a 3 pontos na Escala de Coma de Glasgow. Resposta motora: “Apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor” A retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localização da dor, caracteriza retirada à dor (flexão normal), correspondente a 4 pontos. Ressalta-se que o próprio enunciado afasta a possibilidade de localização da dor, que exigiria movimento direcionado ao local do estímulo doloroso. Pontuação correta: Abertura ocular: 2 Resposta verbal: 3 Resposta motora: 4 Total: 9 pontos Fundamentação A interpretação acima está de acordo com a descrição original da Escala de Coma de Glasgow e com referências amplamente utilizadas no ensino médico e na prática clínica: TEASDALE, G.; JENNETT, B. Assessment of coma and impaired consciousness: a practical scale. The Lancet, 1974. ATLS® – Advanced Trauma Life Support, American College of Surgeons. Diretrizes para atendimento ao trauma cranioencefálico. Em tais referências, a retirada à dor sem localização corresponde a 4 pontos, e a fala inapropriada/palavras isoladas corresponde a 3 pontos, totalizando ECG = 9. Conclusão Diante da aplicação objetiva dos critérios da Escala de Coma de Glasgow ao quadro descrito no enunciado, requer-se a alteração do gabarito para 9 pontos, ou, subsidiariamente, a anulação da questão, caso a banca entenda haver inconsistência na correção. Termos em que,Pede deferimento.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
001018	CASCAVEL - Farmacêutico	24-E	A questão nº 24 solicita a identificação da lei que ampara a política de informação e assistência toxicológica e a logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações, apontando como alternativa correta a Lei nº 14.715/2023. Ocorre que a referida legislação não consta expressamente no conteúdo programático previsto no edital para o cargo de Farmacêutico. Conforme o conteúdo programático divulgado, a cobrança de legislação em saúde restringe-se à Lei nº 8.080/1990, bem como às Portarias nº 2.048/2002 e nº 1.600/2011, não havendo qualquer menção a leis federais recentes relacionadas à Política Nacional de Informação e Assistência Toxicológica ou à logística de antídotos. Ressalte-se que a questão não se limita à avaliação de conhecimentos gerais em farmacologia, farmacovigilância ou atenção farmacêutica, mas exige do candidato o conhecimento específico e literal de uma lei federal recente, identificada por número e ano, o que caracteriza cobrança de conteúdo normativo não previsto no edital. Tal exigência afronta o princípio da legalidade e da isonomia, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dos quais decorre o princípio da vinculação ao edital. Conforme entendimento consolidado na jurisprudência dos tribunais superiores, o edital constitui a lei interna do concurso público, vinculando a Administração Pública e os candidatos, sendo vedada a cobrança de conteúdos não expressamente previstos no instrumento convocatório. Diante do exposto, por exigir legislação específica não contemplada no conteúdo programático, a questão nº 24 apresenta vício material, comprometendo a isonomia entre os candidatos, razão pela qual requer-se a sua anulação.Referências:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28/01/202	O edital é claro, legislação e ética profissional, esta questão se enquadra neste tema do edital, legislação profissional.	INDEFERIDO
001018	CASCAVEL - Farmacêutico	16-B	A questão nº 16 fundamenta-se na Farmacopeia Brasileira – 7ª edição, atribuindo-lhe o ano de 2019, o que já configura inconsistência material, uma vez que a 6ª edição foi publicada em 2019, enquanto a 7ª edição é posterior. Tal imprecisão compromete a correta identificação da referência normativa adotada pela banca. Ainda que se considere o conteúdo técnico da Farmacopeia Brasileira, a análise das assertivas demonstra que não há alternativa plenamente correta, conforme se expõe a seguir. O Item I afirma que a Farmacopeia distingue faixas de conservação em temperatura ambiente, refrigerada e de congelamento. De fato, conforme o capítulo “Conservação” da Farmacopeia Brasileira, são previstas condições como congelador (–20 ºC a 0 ºC), refrigerador (2 ºC a 8 ºC) e temperatura ambiente (15 ºC a 30 ºC), o que confere respaldo técnico à assertiva. O Item II enfatiza a importância do controle da umidade e da proteção da luz, fatores expressamente reconhecidos pela Farmacopeia como essenciais para evitar a contaminação ou deterioração de substâncias farmacêuticas, estando, portanto, tecnicamente correto. O Item III, entretanto, indica que produtos termolábeis devem ser mantidos entre –2 ºC e +8 ºC, faixa que não corresponde às definições farmacopéicas. A Farmacopeia estabelece a refrigeração entre 2 ºC e 8 ºC, sendo temperaturas negativas associadas a congelamento, condição que pode comprometer a estabilidade e a eficácia de diversos produtos, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis. Dessa forma, verifica-se que os itens I e II encontram respaldo técnico, enquanto o item III é incorreto, inexistindo alternativa que represente corretamente o conjunto das assertivas. O gabarito oficial, ao indicar resposta diversa, incorre em erro técnico e torna a questão insuscetível de resolução objetiva. Diante da inconsistência normativa, da imprecisão quanto à edição da Farmacopeia citada e da inexistência de alternativa correta, requer-se a ANULAÇÃO da questão nº 16.Referências:	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002317	CASCAVEL - Rádio Operador	33-A	Solicito aalteração do gabarito de D para alternativa A, visto que, assim como o enunciado informa, o acidente ocorreu próximo a um cruzamento evidenciando grande fluxo de veículos, bem como que o solicitante não precisa prestar atendimento as vítimas, dando a entender que não houve feridos. Dessa forma, a melhor orientação é a de retirada dos veículos do local, afim de liberar o trânsito. Na alternativa D, a parte de sinalização da via esta correta, porém essa sinalização deve ocorrer com o auxílio de um triângulo.	O enunciado não autoriza a retirada de veículos do local, ainda que não haja necessidade de atendimento imediato às vítimas. Em situações de emergência, especialmente em cruzamentos, a conduta prioritária é a prevenção de novos acidentes, por meio da sinalização adequada da via. A orientação de retirada de veículos pode comprometer a segurança e a preservação da cena, não sendo recomendada pelo atendente. A alternativa D apresenta a	INDEFERIDO

				conduta mais segura e compatível com os protocolos de atendimento de emergência. Mantém-se o gabarito preliminar. Recurso indeferido.	
002317	CASCAVEL - Rádio Operador	35-N	Solicito anulação anulação da questão,visto que, não há alternativa correta. A alternativa indicada como uma não representação de um campo de atuação do SUS, na verdade pode estar inserida dentro da assistência terapêutica integral que dispõe a lei 8080/90. No Capítulo VIII, art 19, parágrafo II, fala sobre a oferta de procedimentos terapêuticos que podem ser a nível domiciliar, ambulatorial ou hospitalar descritos em tabela elaborada pelo gestor federal do Sus. Estes procedimentos terapêuticos estão descritos na chamada PICS e, de acordo com o glossário disponibilizado pela biblioteca virtual do GOV, pagina 68, a massoterapia é uma das abordagens terapêuticas utilizadas	A Lei nº 8.080/1990 estabelece, de forma expressa, os campos de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), não constando entre eles a assistência massoterapêutica. Ainda que a massoterapia possa ser contemplada em políticas específicas ou normativas complementares, tais instrumentos não alteram o rol legal previsto na lei, que é o parâmetro adotado pela questão. Assim, considerando a interpretação direta do texto legal, o gabarito preliminar está correto e não há fundamento para anulação da questão. Recurso indeferido.	INDEFERIDO
002277	TOLEDO - Enfermeiro	43-E	De acordo com a Portaria GM/MS nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, que estabelece a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, a violência interpessoal e autoprovocada está classificada como agravo de notificação compulsória imediata, devendo ser comunicada aos serviços de vigilância em saúde em até 24 horas.Essa determinação foi mantida e consolidada posteriormente pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, Anexo V, que reafirma a violência como agravo de notificação imediata em todo o território nacional, independentemente de confirmação diagnóstica ou região.Dessa forma, a alternativa “Violência doméstica e/ou outras violências” está de acordo com a legislação vigente. Já a alternativa “Malária na região extra-amazônica”, embora seja de notificação compulsória, não se apresenta de forma clara e geral como notificação imediata no contexto da questão, pois depende de critérios epidemiológicos e fluxos específicos da vigilância.	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms- n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	INDEFERIDO
002317	CASCAVEL - Rádio Operador	33-N	Solicito anulação da questão visto que, existem 2 alternativas corretas. De acordo com o Art. 178 do CTB no caso de acidentes sem vítimas (oque o enunciado da a entender, ja que, o solicitante não precisa prestar atendimento as vitmas) é necessária a retirada dos veículos para um local seguro, sob risco de multa, afim de liberar o trânsito bem como evitar novos acidentes. Desse modo, a alternativa A também esta correta. Art. 178. Deixar o condutor envolvido em sinistro sem vítima de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023) Infração - média; Penalidade - multa	O enunciado não autoriza a retirada de veículos do local, ainda que não haja necessidade de atendimento imediato às vítimas. Em situações de emergência, especialmente em cruzamentos, a conduta prioritária é a prevenção de novos acidentes, por meio da sinalização adequada da via. A orientação de retirada de veículos pode comprometer a segurança e a preservação da cena, não sendo recomendada pelo atendente. A alternativa D apresenta a conduta mais segura e compatível com os protocolos de atendimento de emergência. Mantém-se o gabarito preliminar. Recurso indeferido.	INDEFERIDO
002315	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	19-C	RECURSO ADMINISTRATIVO Pedido de ALTERAÇÃO DE GABARITO Questão: 19 Gabarito preliminar: alternativa B Resposta correta pleiteada: alternativa C O enunciado descreve atendimento em via pública a paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a transeuntes e comportamento imprevisível, com falha da abordagem verbal inicial. Todavia, o enunciado não fornece elementos suficientes para classificar a cena como segura, pois não informa: posição do paciente (em pé, deambulando, contido ou não); exclusão de porte de arma branca ou objetos potencialmente lesivos (como pedras, garrafas, etc) controle ambiental do local. A ausência de arma de fogo visível não exclui risco, especialmente diante de comportamento imprevisível, sendo plenamente possível agressão física à equipe ou a terceiros, principalmente diante de ameaça verbal, discurso agressivo e comportamento imprevisível. Nesse sentido, na abordagem do O Protocolo de Suporte Básico de Vida – SAMU 192, do Ministério da Saúde, determina que a avaliação da cena precede qualquer abordagem clínica, devendo ser realizada de forma sistematizada, sendo a segurança da cena prioridade. Deve-se considerar fatores ambientais, comportamentais e de risco que possam comprometer a segurança da equipe e de terceiros. O protocolo orienta que a equipe avalie: “tipo/natureza do evento; acesso (difícil?); situação geral; pessoas no entorno; presença de outros serviços; presença de agentes de risco que comprometam a segurança: animais, fogo, produtos perigosos, instabilidade de estruturas, fios elétricos, acesso difícil, tráfego intenso, armamento, aglomeração de pessoas e risco de pânico em massa, fluidos corporais, múltiplos pacientes, etc.” (Protocolo de Suporte Básico de Vida – SAMU 192). O documento também determina que se avalie a possibilidade de evolução da situação, considerando explicitamente a ocorrência ou agravamento de hostilidade ou violência interpessoal, bem como o aumento do risco à equipe. “Considerar as possibilidades de evolução da situação nos próximos minutos ou horas: fios energizados e soltos?; choque elétrico?; • explosão?; • intoxicação por fumaça?; colapso de estruturas?; hostilidade e/ou violência interpessoal?; vazamento de produtos?; contaminação?; vias intransitáveis?; aumento do número de pacientes?, etc.” (Protocolo de Suporte Básico de Vida – SAMU 192). Diante da identificação de risco, o protocolo é expresso ao orientar que se considere o acionamento de recursos de apoio e/ou especializados, incluindo policiamento, devendo tais acionamentos serem realizados pela Central de Regulação Médica. Após a avaliação, o protocolo determina: “Após avaliar os três passos, definir: ‘CENA SEGURA’: iniciar os procedimentos de aproximação e abordagem do paciente. ‘CENA INSEGURA’: posicionar-se em local seguro e próximo (considerar ações de segurança já realizadas ou sinalizadas por outros serviços presentes na cena); comunicar-se imediatamente com a Central de Regulação para informar detalhes e definir solicitação de apoio; se necessário considerar as ações básicas de segurança e controle da cena; aguardar orientação e apoio em local seguro.” (Protocolo de Suporte Básico de Vida – SAMU 192). O protocolo ainda reforça: “Considerar as ações de segurança e controle da CENA INSEGURA utilizando regras básicas de posicionamento diante de riscos (…) cenários hostis com possibilidade de violência contra a equipe (presença de armas, indivíduos hostis, animais, etc.) manter equipe afastada em local seguro até a chegada de apoio.” (Protocolo de Suporte Básico de Vida – SAMU 192). O Prehospital Trauma Life Support (PHTLS) estabelece de forma inequívoca que a segurança da cena é o primeiro e mais importante passo de qualquer atendimento, antecedendo qualquer avaliação clínica ou intervenção terapêutica. Conforme descrito no manual do PHTLS, “the first priority in any prehospital situation is the safety of the rescuers” (NAEMT, PHTLS, 9ª ed.). Ainda segundo o mesmo protocolo, “no patient care should be initiated until scene safety has been established”, deixando claro que a assistência não deve prosseguir enquanto houver ameaça à integridade da equipe. Diante do quadro descrito no enunciado, não é possível classificar a cena como segura. Trata-se de paciente em via pública, com agitação psicomotora intensa, comportamento imprevisível e ameaça verbal a terceiros, sem sucesso das tentativas de desescalada verbal e sem qualquer informação que assegure controle ambiental ou ausência de risco físico à equipe. Nessas condições, não há como garantir aproximação segura do paciente para realização de contenção física ou farmacológica, uma vez que o comportamento imprevisível implica risco concreto de agressão, podendo resultar em lesões físicas aos profissionais envolvidos. A realização de contenção química pressupõe aproximação física e controle do paciente, o que, em cenário potencialmente hostil e sem apoio policial descrito, coloca a equipe em situação de risco direto, contrariando os princípios basilares do atendimento pré-hospitalar. Os protocolos oficiais são claros ao estabelecer que a segurança da cena é condição prévia para qualquer intervenção clínica, sendo vedada a abordagem quando há possibilidade de violência contra a equipe. Analisando as alternativas: Alternativa A: Incorreta. Contenção física isolada, sem controle da cena e sem apoio policial, expõe a equipe a risco direto, contrariando protocolos nacionais e internacionais. Alternativa B (Gabarito complementar): Incorreta no contexto apresentado. A administração de medicação sedativa intramuscular pressupõe aproximação física segura, o que não está garantido no enunciado. Realizar sedação em ambiente potencialmente hostil viola o princípio da segurança da cena, explícito e reforçado nos principais protocolos de atendimento pré-hospitalar. Alternativa C: Correta. A solicitação de apoio policial e a suspensão de intervenções clínicas até o controle da cena estão expressamente previstas no protocolo oficial do Ministério da Saúde. Alternativa D: Incorreta. A presença de ameaça violenta (com ou sem arma de fogo explicitada) contraindica manutenção de abordagem ativa sem controle da cena. Alternativa E: A avaliação primária (ABCDE) não precede a segurança da cena, conforme diretrizes oficiais. Diante de paciente agressivo e comportamento imprevisível em via pública, não há condições de garantir segurança da equipe, conforme entendido nos Protocolos do SAMU 192 e ATLS. A única alternativa que respeita integralmente os princípios e diretrizes operacionais consiste em solicitar apoio policial e aguardar a	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO

			neutralização do risco antes de intervenção clínica, o que corresponde à alternativa C. Solicito a ALTERAÇÃO DO GABARITO para a alternativa C, por ser a única compatível com as diretrizes oficiais do SAMU 192 (Protocolos de Suporte Básico e Avançado de Vida), com as recomendações internacionais de segurança de cena do PHTLS, e com a lógica operacional do atendimento pré-hospitalar emergencial. Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Suporte Básico de Vida – SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_basico_vida.pdf BRASIL. Ministério da Saúde.Protocolo de Suporte Avançado de Vida – SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS (NAEMT). PHTLS: Prehospital Trauma Life Support. 9. ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2018.		
000359	NOVA AURORA - Técnico em Enfermagem	25-N	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra a questão supracitada, que exige do Técnico em Enfermagem o conhecimento e cálculo de dose específica em mg/kg de epinefrina por via inalatória, conteúdo que extrapola as atribuições legais do cargo, conforme legislação vigente e normativas do sistema COFEN/COREN. 1. Fundamentação Legal – Lei do Exercício Profissional A Lei nº 7.498/1986, que regulamenta o exercício da Enfermagem, bem como o Decreto nº 94.406/1987, estabelecem claramente as atribuições de cada categoria profissional. De acordo com o art. 10 do Decreto nº 94.406/87, compete ao Técnico em Enfermagem: "Executar ações assistenciais de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro, sob supervisão do enfermeiro." Em especial, o art. 12 do mesmo decreto dispõe que o técnico pode: "Administrar medicamentos conforme prescrição médica ou de enfermagem, sob supervisão do enfermeiro." Ou seja, não cabe ao Técnico em Enfermagem prescrever, calcular ou definir dose terapêutica, mas administrar o medicamento já prescrito, seguindo orientação e supervisão. 2. Normas do COFEN e entendimento do sistema COREN O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), por meio de suas resoluções e pareceres técnicos, reforça que: Cálculo de dosagem, especialmente em mg/kg, envolve avaliação clínica, farmacológica e responsabilidade técnica, sendo atribuição do Enfermeiro; O Técnico em Enfermagem atua de forma executora, e não decisória, quanto à terapêutica medicamentosa. A Resolução COFEN nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem) veda ao profissional: "Executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal." Exigir do Técnico o domínio de dosagem específica em mg/kg de epinefrina, ainda mais por via inalatória, configura cobrança de competência privativa do enfermeiro, contrariando o entendimento do sistema COFEN/COREN. 3. Conteúdo incompatível com o cargo Além do aspecto legal, a questão aborda: Cálculo de dose em mg/kg; Fármaco de alta vigilância (epinefrina); Via de administração específica e pouco usual (inalatória). Tais conhecimentos são compatíveis com atribuições do Enfermeiro, não do Técnico, e não podem ser exigidos em prova para este cargo, sob pena de violação ao princípio da legalidade e da vinculação ao edital. 4. Pedido Diante do exposto, requer-se: ? A anulação da questão, por exigir conhecimento técnico-científico além das atribuições legais do Técnico em Enfermagem, em desacordo com a Lei nº 7.498/86, Decreto nº 94.406/87 e normativas do COFEN/COREN. Termos em que, Pede deferimento.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove "certos": usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
000359	NOVA AURORA - Técnico em Enfermagem	40-N	boa tarde, Solicita-se a anulação da questão, uma vez que o enunciado apresenta falta de informações essenciais para a resolução inequívoca do cálculo proposto. A questão informa apenas que a instituição dispõe de metronidazol solução injetável a 5% em frasco de 100 mL, porém não descreve de forma explícita a apresentação/concentração da medicação em termos de mg/mL, tampouco esclarece se a solução segue o padrão convencional de 5 g/100 mL (50 mg/mL). Em cálculos de dosagem em pediatria, é indispensável que o enunciado traga de maneira clara e inequívoca a concentração da medicação, pois diferentes apresentações comerciais podem levar a interpretações distintas, comprometendo a objetividade da resposta. Dessa forma, a ausência dessa informação essencial torna a questão passível de interpretação, violando o princípio da clareza e da objetividade exigido em provas de concurso público, o que prejudica a igualdade de condições entre os candidatos. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão, por insuficiência de dados para resolução segura e precisa.	Dados do problema Dose prescrita: 160 mg Concentração: metronidazol 5% Via: endovenosa Pergunta: volume (mL) por dose Passo 1 – Converter a porcentagem em mg/mL Solução a 5% significa:5 g em 100 mL Converter gramas para miligramas:5 g = 5.000 mg Então:5.000 mg / 100 mL = 50 mg/mL Concentração = 50 mg/Ml Volume=50 mg/mL160 mg?=3,2 mL	INDEFERIDO
000706	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-B	A questão apresenta vício de forma e erro material que impossibilitam o julgamento objetivo pelo candidato. Primeiramente, observa-se que as afirmações II e III são idênticas ("Não é necessária disposição para cumprir ações orientadas pelo médico regulador"), o que configura erro de digitação/montagem da prova. Assim não tendo uma alternativa correta para a questão	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
002838	TOLEDO - Médico 12h	34-C	Questão: 34 Gabarito preliminar: alternativa B Resposta pleiteada: alternativa C A questão avalia a correta aplicação da Escala de Coma de Glasgow (ECG) em paciente vítima de atropelamento, com suspeita de trauma cranioencefálico. A ECG é instrumento padronizado e validado, amplamente utilizado no atendimento pré- hospitalar, devendo ser aplicada conforme critérios objetivos e bem definidos, especialmente aqueles constantes nos protocolos oficiais indicados no edital, notadamente o Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU – Ministério da Saúde. Conforme o referido protocolo, a ECG é composta pela soma independente de três parâmetros: abertura ocular, melhor resposta verbal e melhor resposta motora, sendo obrigatória a consideração da melhor resposta observada em cada item. O enunciado informa que o paciente "abre os olhos apenas ao estímulo doloroso". De acordo com o Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU (BP14 – Escala de Coma de Glasgow), a abertura ocular é pontuada da seguinte forma: Abertura ocular espontânea: 4 pontos Abertura ocular ao comando verbal: 3 pontos Abertura ocular ao estímulo doloroso: 2 pontos Sem abertura ocular: 1 ponto (Protocolo de Suporte Avançado de Vida – SAMU, BP14) Assim, a pontuação correta para a abertura ocular neste caso é E = 2, não havendo controvérsia quanto a esse item. O enunciado descreve que o paciente "emite palavras isoladas" durante a avaliação neurológica inicial. Segundo a tabela oficial da Escala de Coma de Glasgow constante no Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU, a melhor resposta verbal é classificada como: Resposta adequada (orientada): 5 pontos Resposta confusa: 4 pontos Respostas inapropriadas: 3 pontos Sons incompreensíveis: 2 pontos Sem resposta verbal: 1 ponto (Protocolo de Suporte Avançado de Vida – SAMU, BP14) O mesmo critério é reproduzido em material oficial do Ministério da Saúde, que diferencia claramente "palavras inapropriadas" (3 pontos) de "palavras ou sons incompreensíveis" (2 pontos), conforme tabela disponibilizada na plataforma Linhas de Cuidado. A expressão "palavras isoladas", utilizada no enunciado, indica produção verbal com articulação linguística reconhecível, ainda que sem coerência ou contextualização adequada. Tal descrição não corresponde a sons incompreensíveis, que se referem a gemidos, grunhidos ou vocalizações sem formação de palavras. Portanto, à luz do Protocolo do SAMU e do Ministério da Saúde, a emissão de palavras isoladas enquadra-se de forma objetiva como resposta verbal inapropriada, devendo ser pontuada como V = 3. O enunciado descreve que o paciente "apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor". Segundo o Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU (BP14 – Escala de Coma de Glasgow), a resposta motora é classificada da seguinte forma: Obedece a comandos: 6 pontos Localiza estímulos dolorosos: 5 pontos Retira ao estímulo doloroso (flexão normal): 4 pontos Flexão anormal (decorticação): 3 pontos Extensão anormal (descerebração): 2 pontos Sem resposta motora: 1 ponto O próprio protocolo diferencia claramente flexão normal de posturas patológicas. A flexão anormal (decorticação) caracteriza-se por flexão rígida dos membros superiores, adução dos braços e postura estereotipada, sem afastamento do estímulo doloroso. A extensão anormal (descerebração), por sua vez, é marcada por extensão rígida dos membros superiores, rotação interna e resposta motora grave. No caso descrito, o paciente retira o braço ao estímulo doloroso, sem qualquer descrição de rigidez, postura patológica ou padrão compatível com decorticação ou descerebração. A resposta apresentada corresponde exatamente à definição de flexão normal com retirada ao estímulo, conforme descrito no Protocolo do SAMU, sendo corretamente classificada como M = 4. Aplicando-se corretamente os critérios oficiais: Abertura ocular: 2 pontos Resposta verbal: 3 pontos Resposta motora: 4 pontos Total: 2 + 3 + 4 = 9 pontos Diante do exposto, com base estrita nos critérios técnicos da Escala de Coma de Glasgow, conforme definidos no Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU e em material oficial do Ministério da Saúde, conclui-se que a pontuação correta do paciente descrito é 9 pontos, correspondente à alternativa C, e não 8 pontos, conforme a alternativa B considerada como correta pela banca.. Requer-se, portanto, a alteração do gabarito da questão para a alternativa C, por ser a única compatível com os	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

			protocolos oficiais adotados no atendimento pré-hospitalar e indicados no edital do certame. Referências BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Suporte Avançado de Vida. Brasília: Ministério da Saúde. BP14 – Escala de Coma de Glasgow. BRASIL. Ministério da Saúde. Escala de Coma de Glasgow. Linhas de Cuidado – AVC no Adulto. Disponível em:https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/acidente- vascular-cerebral-(AVC)-no-adulto/glasgow		
002839	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	45-D	Sugiro análise da questão 45, pois o item 2(II) está formulado de forma incompleta A tafenoquina deve ser tomada uma única Deixando a questão com diversas interpretação, como Uma única vez Uma única dose Uma única mg	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO
002839	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	16-B	Sugiro análise da questão 16, pois em meu caderno de prova a alternativa A e E, eram iguais A) somente as alternativas I e III estão corretas E) Somente as alternativas I e III estão corretas	A candidata está correta, houve um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002839	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico	15-A	Sugiro análise da questão 15, pois em meu caderno de prova nas alternativas disponíveis havia a alternativa u, onde seria o lugar da alternativa A. C	O gabarito correto é a letra C, não havendo interferência na resposta da questão o questionamento do candidato.	INDEFERIDO
003412	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-N	Solicito revisão da banca, na questão nº 21, as alternativas apresentava duplicidade, impossibilitando a identificação de uma resposta correta. Diante disso, chamei a fiscal de prova no momento da aplicação e optei por não assinalar nenhuma das alternativas, com isso solicito a anulação da questão.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
003412	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-N	Solicito revisão da banca, na questão nº 29, as alternativas apresentava duplicidade, impossibilitando a identificação de uma resposta correta. Diante disso, chamei a fiscal de prova no momento da aplicação e optei por não assinalar nenhuma das alternativas, com isso solicito a anulação da questão.	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
000771	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Técnico em Enfermagem	25-C	À Banca Examinadora, REFERENTE: Recurso quanto à Questão nº 25 – Prova de técnico de Enfermagem. Solicito a anulação da questão supracitada, pelos motivos expostos a seguir: Do Enunciado e das Alternativas A questão solicita a dose recomendada de epinefrina para o tratamento de crupe moderado a grave, citando explicitamente as diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). No entanto, as alternativas apresentadas geram ambiguidade técnica que impossibilita a eleição de uma única resposta correta. Da Fundamentação Técnica Não consta especificadamente a mg da ampola. Sendo que ampola de 1mg configuram 1mg/ml. Contudo, diversas literaturas de referência e protocolos práticos adotados por pediatras (e frequentemente cobrados em exames) variam a faixa terapêutica entre 0,2 ml/kg e 0,5 ml/kg, dependendo da gravidade e da concentração utilizada, sendo assim apresentando mais de uma alternativa correta. A alternativa C (0,2 ml/kg) e a alternativa E (0,3 ml/kg) também estão dentro da faixa terapêutica preconizada por diversos manuais de conduta clínica para casos de moderada gravidade. Segundo consulta e questionamento para Médico Pediatra Inscrito na SBP, Refere-se que a dosagem usada varia entre 0,2 ml e 0,03 ml por kilo, sendo assim configura novamente mais de uma alternativa a ser considerada. Segundo o livro: MANUAL DE FARMACOLOGIA CLINICA, TERAPEUTICA E TOXICOLOGICA, na sessão de broncodilatadores, se recomenda : 0,01 mg/kg/dose, e a nebulização deve ser feita com 0,25%, (sendo que considerando 1 ampola a 1mg/ml, 0,25 contariam como 0,25 ml, sendo nem (0,2 e nem 0,3 considerando isso que a questao tem multiplas respostas) ou 0,05ml já diluída em 2 a 3,5 ml de agua destilada. CONFORME ANEXOS ABAIXO. Da Conclusão Ao oferecer as opções de 0,2 ml/kg, 0,3 ml/kg e 0,5 ml/kg simultaneamente, a questão torna-se subjetiva, uma vez que todas as três dosagens podem ser tecnicamente justificadas como corretas dentro do espectro de tratamento do crupe moderada a grave. A falta de especificidade no enunciado quanto ao peso da criança ou ao protocolo exato de dosagem mínima/máxima induz o candidato ao erro. Diante da existência de múltiplas alternativas que contemplam a prática clínica e as diretrizes da SBP, solicita-se a anulação da questão por inexistência de resposta única e inequívoca. Atenciosamente, JAKELINE KLASSEN MACEDO.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica	INDEFERIDO
003128	CATANDUVAS - Motorista Socorrista	38-B		Houve erro de digitação das alternativas, a correta deveria ser V - F -V - V, desta forma anula-se a questão.	QUESTÃO ANULADA
003212	CAFELÂNDIA - Enfermeiro	24-N	Recurso – Questão 24 ?Disciplina: Conhecimentos Específicos Cargo: Enfermeiro Objeto: Contestação do Gabarito / Pedido de Anulação ?Fundamentação Técnica: ?Ambiguidade no Enunciado e Alternativa A: A alternativa A afirma que compete ao enfermeiro, exceto, "realizar partos com distocia". Embora a distocia seja uma complicação que muitas vezes exige intervenção médica, a legislação de enfermagem não proíbe o enfermeiro de realizar manobras de alívio em situações de emergência no APH para garantir a sobrevida do binômio mãe-filho até a chegada a uma unidade hospitalar. ?Resolução COFEN nº 516/2016: Esta norma estabelece que o Enfermeiro Obstetra e o Generalista (em situações de emergência) possuem competência para a identificação de distocias e a execução de manobras de baixa e média complexidade para o seu manejo imediato, visando minimizar riscos. ?Conflito com a Prática no APH: No contexto do Atendimento Pré-Hospitalar (foco do concurso CONSAMU), o enfermeiro é frequentemente o profissional de maior nível técnico na cena. Impedir ou "excetuar" o manejo de uma distocia (como a de ombro) vai contra os protocolos de suporte de vida, como o preconizado pela American Heart Association e manuais de emergências obstétricas, que ensinam manobras (ex: McRoberts) que devem ser executadas prontamente pelo enfermeiro presente. ?Alternativa B também passível de dúvida: A alternativa B menciona a execução de salvamento terrestre, em altura e aquático pelo enfermeiro. Embora o enfermeiro possa atuar nessas áreas, essas são atividades primordiais de equipes de resgate (Bombeiros), o que gera confusão sobre qual "exceção" é mais correta perante as atribuições privativas do cargo. ?Conclusão: Diante da imprecisão técnica e do fato de que o enfermeiro possui, sim, respaldo legal para intervir em distocias em caráter de emergência no APH, solicita-se a anulação da questão por falta de uma alternativa que represente uma proibição absoluta e inequívoca na legislação vigente.	PARA FINS DESSA NORMA, CONSIDERA-SE: Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência: atendimento que procura chegar precocemente à vítima, mediante o acionamento de uma Central de Regulação das Urgências e o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, após ter ocorrido um agravo à saúde de natureza clínica, cirúrgica, traumática, psiquiátricas e outras, que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente pactuado. Central de Regulação das Urgências (CRU): estrutura física constituída por profissionais capacitados em regulação dos chamados telefônicos que demandam orientação e/ou atendimento de urgência, por meio de uma classificação e priorização das necessidades de assistência em urgência, além de ordenar o fluxo efetivo das referências e contra referências dentro de uma Rede de Atenção. ANEXO DA RESOLUÇÃO COFEN N° 655/2020 ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR A atuação do enfermeiro na assistência pré-hospitalar engloba as práticas assistenciais já reconhecidas para o Suporte Básico de Vida (SBV) e do Suporte Avançado de Vida (SAV) nos agravos de origem clínica, traumática, cirúrgica, psiquiátrica e outros, em todo ciclo vital. Sendo assim, compete ao enfermeiro na assistência pré-hospitalar: Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de morte, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas, conforme protocolos assistenciais do serviço; Cumprir prescrição oriunda do médico regulador da Central de Regulação das Urgências fornecida por meio de rádio, telefones fixos e/ou móveis (a distância) e/ou conforme protocolos assistenciais estabelecidos e reconhecidos do serviço,	INDEFERIDO

				observando a legislação vigente; Executar práticas de abordagem ventilatória e circulatória, inclusive com a utilização de dispositivos extraglóticos, dispositivos intravasculares periféricos ou intraósseos, entre outras tecnologias, desde que capacitado; Prestar a assistência de enfermagem à gestante, à parturiente e ao recém nato realizar partos sem distócia; Executar ações de salvamento terrestre, em altura e aquático, desde que esteja capacitado e portando os equipamentos de proteção individual e coletivos específicos para cada ação; Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde em urgências; Realizar o processo de enfermagem por meio da implementação da sistematização da assistência de enfermagem conforme legislação vigente.	
004747	CAFELÂNDIA - Médico 24h	34-C	À Banca Examinadora, solicitando a revisão do gabarito da questão nº 34 referente à pontuação na Escala de Coma de Glasgow. O gabarito preliminar indica a alternativa B (8 pontos), porém, a análise técnica dos dados fornecidos no enunciado aponta para a alternativa C (9 pontos), conforme os critérios estabelecidos pelo padrão-ouro do atendimento ao trauma, o Advanced Trauma Life Support (ATLS), 11ª edição (2024). De acordo com o quadro clínico descrito, o paciente abre os olhos apenas ao estímulo doloroso, o que caracteriza 2 pontos no componente de abertura ocular (E2). No que tange à resposta verbal, o uso de palavras isoladas sem formação de frases lógicas atribui ao paciente 3 pontos (V3). O ponto crucial de divergência reside na resposta motora: o enunciado afirma categoricamente que o paciente apresenta "flexão normal" e "retira o braço ao estímulo". Segundo a tabela 6.1 do ATLS (pág. 106), a retirada do membro frente à dor é classificada como flexão normal, recebendo 4 pontos (M4). Para que o total fosse de 8 pontos, como sugere a alternativa B, o paciente deveria apresentar flexão anormal (M3), que pressupõe uma postura estereotipada de decorticação, achado clínico que não consta na descrição da questão. Portanto, ao realizar o somatório dos componentes identificados (E2 + V3 + M4), o resultado aritmético é rigorosamente 9 pontos. Diante disso, solicito a retificação do gabarito para a alternativa C. Grato.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
004255	CASCAVEL - Psicólogo	31-N	Na questão n° 31 observa-se que há duas alternativas idênticas, sendo elas a letra A e a letra D, o que compromete a clareza da questão e impede a identificação da resposta correta, gerando ambiguidade na interpretação por parte do candidato.	Em resposta ao recurso impetrado pelo(a) candidato(a), no que concerne a questão de número 31 do caderno de prova de psicologia, a banca vem por meio deste exarar a seguinte resposta: O pedido está devidamente fundamentado, pois a questão de número 31 apresenta erro material, demonstrando tecnicamente que existem duas alternativas idênticas (alternativa A e alternativa D) violando a isonomia e o princípio da objetividade, sendo portanto, passível de anulação. Diante do exposto, decide-se por DAR PROVIMENTO AO RECURSO ANULANDO A QUESTÃO.	QUESTÃO ANULADA
001416	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-E	O presente recurso tem por objetivo solicitar a anulação da questão 16, em virtude de ambiguidade técnica e da existência de duplicidade de alternativas corretas, fato que impossibilita a eleição de uma resposta única e objetiva. O enunciado da referida questão solicita ao candidato a identificação da patologia que não constitui causa de insuficiência respiratória hipercapnia. Contudo, uma análise fundamentada na literatura médica evidencia que mais de uma opção satisfaz a este critério: Alternativa A (Contusão Pulmonar): Conforme os protocolos do ATLS (Advanced Trauma Life Support), a contusão pulmonar é definida classicamente como uma lesão que compromete a oxigenação. Sua fisiopatologia baseia-se no preenchimento alveolar por sangue e edema, o que gera shunt intrapulmonar e resulta em insuficiência respiratória do tipo hipoxêmica, e não hipercapnica. Alternativa E (Edema Agudo de Pulmão Cardiogênico): De forma análoga, esta condição é descrita na literatura como uma causa primária de insuficiência respiratória do Tipo I (hipoxêmica). O mecanismo patológico envolve o acúmulo de fluido que prejudica a troca gasosa, sem necessariamente cursar com retenção de dióxido de carbono (hipercapnia) em sua fase inicial. Visto que tanto a contusão pulmonar quanto o edema agudo de pulmão representam distúrbios de troca gasosa (hipoxêmicos) e não falhas de ventilação (hipercapnicos), ambas as opções atendem corretamente ao comando da questão.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
001416	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	19-D	A questão 19 apresenta uma contradição entre a intervenção clínica proposta como correta e os protocolos de segurança da cena vigentes para o atendimento pré- hospitalar, especificamente no manejo de crises e agitação psicomotora. O enunciado descreve um paciente em via pública apresentando comportamento imprevisível e proferindo ameaças verbais a transeuntes, citando explicitamente a utilização do método ACENA (Aproximação, Contato, Escuta, Negociação, Apartação/Ação). Segundo este protocolo, a segurança da equipe é a prioridade absoluta e deve preceder qualquer intervenção invasiva ou física. Ao considerar a alternativa que preconiza a contenção química por via intramuscular como a única correta, a banca examinadora ignora que tal procedimento exige contato físico direto e prolongado com um paciente em surto agressivo. Em um ambiente não controlado, como a via pública, a tentativa de realizar uma punção intramuscular sem a prévia garantia de imobilização mecânica ou apoio de força pública expõe os profissionais de saúde a um risco de agressão física e acidentes com material biológico. A conduta de aguardar o apoio policial, prevista na alternativa "D", é a medida de segurança padrão estabelecida em protocolos internacionais e nacionais para garantir que a equipe possa atuar sem danos à sua integridade. A argumentação implícita de que apenas a presença de uma arma de fogo justificaria o aguardo por autoridade policial é tecnicamente falha. A agressividade verbal, somada à imprevisibilidade do comportamento em ambiente aberto, já caracteriza, por si só, uma "Cena Insegura" de acordo com os manuais de gerenciamento de riscos. Dessa forma, a questão induz o candidato a ignorar preceitos básicos de biossegurança e gerenciamento de riscos no SAMU, o que justifica o pedido de anulação da referida questão por apresentar ambiguidade nas condutas de segurança e insuficiência na descrição dos riscos da cena. Referências para Fundamentação: Portaria GM/MS nº 2.048/2002: Estabelece os sistemas estaduais de urgência e emergência, enfatizando que a segurança da equipe é requisito básico para o início de qualquer atendimento no ambiente pré-hospitalar. Protocolo de Intervenção para o SAMU 192 (Ministério da Saúde): No capítulo sobre urgências psiquiátricas, orienta explicitamente que, em situações de agressividade e risco à equipe, deve-se solicitar o apoio da força policial para a contenção física antes de qualquer tentativa de contenção química. Diretrizes da Secretaria de Saúde / Protocolo ACENA: Preconiza o escalonamento da força e a interrupção da progressão do contato físico sempre que a segurança dos profissionais for ameaçada pela imprevisibilidade do paciente. Conselho Federal de Medicina (CFM), Resolução nº 1.598/2000: Norma que disciplina o atendimento médico em urgências e emergências psiquiátricas, ressaltando a obrigatoriedade de garantir condições de segurança para o ato médico e para a integridade do paciente e da equipe.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
004329	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	16-N	QUESTAO 16) O gabarito preliminar aponta a alternativa A (contusão pulmonar) como aquela que NÃO é causa de insuficiência respiratória hipercápnica. De fato, a contusão pulmonar é classicamente associada à insuficiência respiratória hipoxêmica (tipo I), por mecanismos de shunt	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico”	QUESTÃO ANULADA

			intrapulmonar e alteração da relação ventilação/perfusão. Entretanto, o edema agudo de pulmão cardiogênico, embora também seja causa primária de hipoxemia, pode cursar com retenção de CO? em quadros graves, especialmente por fadiga da musculatura respiratória, redução da ventilação alveolar efetiva e aumento do trabalho respiratório. A literatura reconhece que a hipercapnia pode ocorrer no edema agudo de pulmão em apresentações graves, não sendo possível excluí-lo de forma absoluta como causa de insuficiência respiratória hipercápnica. Assim, a alternativa E não pode ser considerada inequivocamente incorreta, comprometendo a unicidade da resposta. Diante disso, solicito a anulação da questão, em respeito ao princípio da objetividade. Referências: Harrison – Principles of Internal Medicine, 21ª ed.; UpToDate – Hypercapnic respiratory failure.	podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	
004329	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	19-C	RECURSO DA 19) O gabarito preliminar considerou correta a alternativa B, que trata da tranquilização medicamentosa após falha da abordagem verbal. Contudo, a alternativa C também encontra respaldo técnico nos protocolos do atendimento pré-hospitalar, os quais determinam que, diante de paciente com comportamento imprevisível e risco potencial à equipe e a terceiros, deve-se priorizar a segurança da cena, com solicitação de apoio policial, antes da continuidade de intervenções clínicas. A redação da alternativa C não exclui definitivamente a atuação clínica subsequente, permitindo interpretação válida e compatível com o método ACENA e com os princípios do PHTLS e do SAMU. Dessa forma, observa-se sobreposição conceitual entre as alternativas B e C, configurando dupla interpretação plausível. Em provas objetivas, tal ambiguidade fere o princípio da resposta única e inequívoca. Assim, solicita-se a anulação da questão. Referências: Manual do SAMU – Ministério da Saúde; PHTLS – NAEMT; UpToDate – Management of the acutely agitated patient.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
001416	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	49-E	A alternativa assinalada como correta pela banca examinadora apresenta imprecisões terminológicas e conceituais que comprometem sua validade técnica frente ao ordenamento jurídico vigente. O texto da alternativa utiliza a expressão "direção única em cada nível" para definir o princípio da descentralização. No entanto, a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), em seu Artigo 7º, inciso IX, bem como a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 198, inciso I, estabelecem taxativamente que a descentralização político-administrativa deve operar com "direção única em cada esfera de governo". A substituição do termo jurídico-administrativo "esfera" pelo vocábulo "nível" não constitui mera variação semântica, mas sim um vício conceitual. No Direito Público e na Administração Sanitária, o termo "nível" pode sugerir uma estrutura de subordinação hierárquica vertical, o que colide com o princípio da autonomia federativa estabelecido pelo Pacto Federativo. No Sistema Único de Saúde, as esferas municipal, estadual e federal gozam de autonomia de gestão, não havendo hierarquia administrativa entre os entes, mas sim cooperação técnica e financeira com competências específicas. Ademais, a referida alternativa é omissa quanto ao vetor fundamental da municipalização, requisito essencial para a caracterização da descentralização no SUS. O texto constitucional determina que a descentralização deve ser realizada com "ênfase na descentralização para os municípios". Ao restringir a definição a uma "distribuição de responsabilidades", a alternativa falha em distinguir o princípio da descentralização político-administrativa de uma simples desconcentração burocrática. Essa simplificação, aliada à ambiguidade sobre a estrutura da direção única, torna a opção tecnicamente insuficiente para representar os preceitos organizativos do sistema. Portanto, ante a ausência de uma alternativa que reproduza com exatidão a literalidade e o espírito da norma jurídica, solicita-se a anulação da questão. Referências para Fundamentação: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 198, inciso I): Define as diretrizes do SUS, estabelecendo a descentralização com direção única em cada esfera de governo. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Art. 7º, inciso IX): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, reiterando o princípio da descentralização político-administrativa com direção única. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011: Regulamenta a Lei nº 8.080/90 para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Doutrina de Direito Administrativo e Sanitário: Reforça a distinção entre esferas autônomas e níveis hierárquicos, sendo a autonomia dos entes federados pilar da descentralização do SUS.	Recurso IMPROCEDENTE. A utilização da expressão “direção única em cada nível” não configura impropriedade terminológica nem vício conceitual capaz de invalidar a alternativa. No contexto do SUS, os termos “nível” e “esfera de governo” são empregados de forma equivalente na linguagem administrativa e em provas objetivas, sem implicar hierarquia entre os entes federativos ou afronta ao pacto federativo. A alternativa apresenta correspondência conceitual adequada ao instituto da descentralização político- administrativa, ao mencionar a distribuição de responsabilidades com direção única em cada instância de gestão, não sendo exigida a reprodução literal do texto constitucional ou legal. Ainda, a ausência de menção expressa à municipalização não compromete a correção da definição, por se tratar de elemento complementar, e não essencial, à caracterização da descentralização. Inexistem, à luz do entendimento da banca examinadora, vícios terminológicos ou conceituais aptos a justificar a anulação da questão.	INDEFERIDO
004329	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	39-N	O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa C (Síndrome de Mallory- Weiss). Contudo, a análise clínica detalhada do caso demonstra que o diagnóstico mais provável é a ruptura de varizes esofágicas, alternativa D, sendo o gabarito passível de revisão. O paciente apresenta hematêmese em grande quantidade, associada a instabilidade hemodinâmica, evidenciada por hipotensão arterial (PA 95×60 mmHg), taquicardia (FC 112 bpm) e palidez cutânea, além de histórico de etilismo crônico, importante fator de risco para hepatopatia crônica e hipertensão portal. Esses achados são clássicos de hemorragia digestiva alta de origem varicosa. A síndrome de Mallory-Weiss caracteriza-se por lacerações longitudinais da mucosa na junção esofagogástrica, geralmente desencadeadas por vômitos repetidos, e, segundo a literatura médica, na maioria dos casos cursa com sangramento autolimitado, raramente levando a instabilidade hemodinâmica significativa. Embora possa ocorrer em etilistas, a magnitude do sangramento e a repercussão clínica descritas no enunciado não correspondem ao padrão típico dessa síndrome. Por outro lado, a ruptura de varizes esofágicas é reconhecida como causa frequente de hematêmese volumosa, com rápida deterioração hemodinâmica, especialmente em pacientes com alcoolismo crônico. As principais diretrizes e textos clássicos descrevem esse quadro como emergência médica grave, com alto risco de choque hipovolêmico, exatamente como apresentado no caso clínico da questão. Dessa forma, as alternativas propostas geram duvida no candidato, ferindo o princípio de resposta única, solicito assim a anulação da questão Referências: Harrison – Principles of Internal Medicine, 21ª edição; Sleisenger & Fordtran – Gastrointestinal and Liver Disease; UpToDate – Variceal upper gastrointestinal bleeding.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão não se propôs a avaliar a causa mais frequente de hemorragia digestiva alta volumosa, tampouco a realizar juízo epidemiológico de probabilidade, mas sim a diferenciação diagnóstica a partir dos elementos clínicos explicitamente descritos no enunciado. O caso clínico apresentado fornece dados objetivos e suficientes para a identificação da Síndrome de Mallory- Weiss, notadamente: hematêmese precedida por múltiplos episódios de vômitos; etilismo crônico; ausência de sinais clínicos de hepatopatia crônica ou hipertensão portal; ausência de estigmas de doença hepática descompensada; exame abdominal sem sinais de ascite ou circulação colateral. Tais elementos constituem o clássico contexto clínico da Síndrome de Mallory-Weiss, cuja identificação precoce é	INDEFERIDO
				de extrema relevância na prática clínica de emergência, sendo exatamente esse o	

				objetivo pedagógico da questão. A instabilidade hemodinâmica não afasta o diagnóstico de Mallory-Weiss, uma vez que, embora frequentemente autolimitada, a síndrome pode cursar com sangramento significativo, especialmente em pacientes etilistas, não sendo critério excludente para o diagnóstico. Os recursos incorrem em erro ao substituir a análise clínica dirigida por uma argumentação baseada em frequência estatística, o que não foi solicitado pelo enunciado. A alternativa referente à ruptura de varizes esofágicas exige, para sua maior probabilidade, elementos clínicos não presentes no caso, como sinais de hipertensão portal ou hepatopatia avançada, os quais foram deliberadamente afastados no enunciado. Dessa forma, a alternativa C – Síndrome de Mallory-Weiss permanece como a única que corresponde de maneira direta, coerente e intencional aos dados clínicos fornecidos.	
001416	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	Solicito a revisão do gabarito preliminar da questão 34, que indicou a Alternativa B (8 pontos) como correta. Após análise técnica dos sinais clínicos descritos no enunciado, demonstra-se que o somatório exato da Escala de Coma de Glasgow (ECG) para o paciente em questão é de 9 pontos, o que fundamenta a retificação para a Alternativa C. A fundamentação baseia-se na aplicação rigorosa dos critérios de avaliação da escala, conforme preconizado pelo PHTLS (Prehospital Trauma Life Support, 10ª Edição) e pelo ATLS (Advanced Trauma Life Support, 10ª Edição). Segundo estas referências, os achados clínicos do enunciado devem ser pontuados da seguinte forma: Abertura Ocular: O paciente responde "apenas ao estímulo doloroso", o que atribui 2 pontos (Abertura à pressão), conforme a padronização de resposta a estímulo físico. Resposta Verbal: A descrição de "palavras isoladas" caracteriza o uso de palavras inadequadas sem a capacidade de conversação, critério que confere 3 pontos na escala verbal. Resposta Motora: O texto cita "flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor". De acordo com o PHTLS e o ATLS, a retirada inespecífica do membro (flexão normal) sem a capacidade de localizar o estímulo físico define o escore de 4 pontos. Dessa forma, a soma aritmética dos parâmetros apresentados (AO: 2 + RV: 3 + RM: 4) totaliza invariavelmente 9 pontos. A manutenção do gabarito na alternativa B implicaria em um erro de cálculo clínico, uma vez que a descrição dos sinais não deixa margem para o somatório de 8 pontos. Diante da precisão dos dados fornecidos e da literatura médica vigente citada, solicita-se a alteração do gabarito oficial para a Alternativa C.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA

000143	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	40-B	Solicito anulação/revisão da questão, pois a concentração informada (metronidazol solução injetável a 5%) não corresponde à apresentação usual do medicamento na prática clínica hospitalar, que é de 500 mg em 100 mL (5 mg/mL).Além disso, a forma de expressão ‘5%’ gera ambiguidade quanto à concentração real (m/v), podendo induzir o candidato ao erro. Dessa forma, a questão apresenta inconsistência técnica e potencial interpretação equivocada. Na prática hospitalar:Metronidazol EV geralmente vem como 500 mg em 100 mL (5 mg/mL),não como 5% (50 mg/mL). Ou seja: A concentração apresentada (5%) não é a forma usual do medicamento para infusão.Isso pode confundir o candidato, pois na prática clínica o cálculo seria outro. Além disso: A questão não deixa claro se é concentração peso/volume (m/v), o que gera ambiguidade conceitual.	A QUESTÃO É UM PROBLEMA DE CÁLCULO: Dados do problema Dose prescrita: 160 mg Concentração: metronidazol 5% Via: endovenosa Pergunta: volume (mL) por dose Passo 1 – Converter a porcentagem em mg/mL Solução a 5% significa:5 g em 100 mL Converter gramas para miligramas:5 g = 5.000 mg Então:5.000 mg / 100 mL = 50 mg/mL Concentração = 50 mg/Ml Volume=50 mg/mL160 mg?=3,2 mL	INDEFERIDO
000143	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	38-E	Venho respeitosamente solicitar a revisão do gabarito da questão 38.	Resolução COFEN nº 564/2017 — que trata especificamente do aborto e de como o profissional de enfermagem deve se posicionar:	INDEFERIDO

			O enunciado solicita a alternativa que NÃO é proibida ao profissional de enfermagem segundo o Código de Ética. A alternativa E afirma: “Prestar serviços que por sua natureza competem a outro profissional, exceto em caso de emergência.” De acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017), é vedado ao profissional exercer atividades privativas de outro profissional, salvo em situações de urgência e emergência, nas quais é permitido agir para preservar a vida e a saúde do paciente. Assim, a alternativa E configura exceção prevista em norma ética vigente, sendo a única alternativa que NÃO representa conduta proibida. Diante do exposto, solicita-se a correção do gabarito, com a consideração da alternativa E como correta, ou, alternativamente, a anulação da questão.	Art. 73. Provocar aborto, ou cooperar em prática destinada a interromper a gestação, exceto nos casos permitidos pela legislação vigente. Parágrafo único: Nos casos permitidos pela legislação, o profissional deverá decidir de acordo com a sua consciência sobre sua participação, desde que seja garantida a continuidade da assistência	
000695	CASCAVEL - Médico 12h	27-D	A questão da 27 da como incorreta a alternativa D, onde diz "Caso o paciente tivesse história de úlcera péptica ativa, isso configuraria contraindicação absoluta à fibrinólise.", porém história de sangramento ativo gastrointestinal é uma contraindicação absoluta para fibrinólise.	Recurso IMPROCEDENTE. História de úlcera péptica, mesmo ativa, não constitui contraindicação absoluta à fibrinólise, sendo classificada como contraindicação relativa. Contraindicação absoluta refere-se a sangramento gastrointestinal ativo ou recente, condição não descrita no enunciado.	INDEFERIDO

				Tal distinção está de acordo com o Medicina de Emergência – USP, 18ª edição. Assim, a alternativa D foi corretamente considerada incorreta.	
004678	SANTA HELENA - Médico 24h	16-N	Solicita-se a anulação da questão, uma vez que o enunciado afirma que a contusão pulmonar não cursa com insuficiencia respiratória do tipohipercapnia, afirmação que não condiz com a literatura médica nem com a prática clínica em urgência e emergência. A contusão pulmonar é caracterizada por lesão do parênquima pulmonar com edema e hemorragia alveolar, levando a importante comprometimento da troca gasosa. Sua fisiopatologia envolve desequilibrio entre a ventilação/perfusão, aumento do shunt intrapulmonar, redução da complacência pulmonar e hipovenlação alveolar, alterações que podem resultar tanto em hipoxemia quanto em hipercapnia, especialmente nos casos moderados a graves. A literatura descreve claramente que pacientes com contusão pulmonar podem apresentar retenção de dióxido de carbono, sobretudo nas primeiras 24 a 72 horas após o trauma, período em que ocorre intensificação do edema e da resposta inflamatória pulmonar. O artigo de revisão “Lung Contusion: A Clinico-Pathological Entity with Unpredictable Clinical Course”, publicado no Bulletin of Emergency & Trauma, descreve que, clinicamente, os pacientes manifestam hipoxemia, hipercapnia e aumento do trabalho respiratório, sendo a hipercapnia parte do quadro clínico esperado. Além disso, a própria abordagem do paciente politraumatizado no atendimento pré- hospitalar avançado reconhece que a contusão pulmonar pode evoluir com falência respiratória justificando, inclusive, a necessidade de ventilação mecânica em determinados casos. Dessa forma, ao afirmar de forma absoluta que a contusão pulmonar não cursa com hipercapnia, a questão apresenta um erro conceitual, não havendo alternativa plenamente correta à luz da fisiopatologia e das evidências científicas atuais. Por esse motivo, solicita-se a anulação da questão. Seque em PDF o artigo base do pedido de anulação.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
002513	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	34-C	A conta do Glasgow está incorreta: abertura ocular a dor = 2 palavras isolada = 3 flexao normal dos membros retirando o braço ao estimulo, sem localizar = 4 2+3+4= 9	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos	QUESTÃO ALTERADA

				Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	

000143	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	25-E	Solicito revisão do gabarito da presente questão, tendo em vista que o enunciado apresenta imprecisão quanto à posologia da epinefrina, permitindo mais de uma interpretação correta. O enunciado questiona a "dose recomendada de epinefrina" no crupe moderado a grave, entretanto não informa o peso da criança, dado fundamental para o cálculo da dose, uma vez que a posologia é expressa em mL/kg. De acordo com protocolos pediátricos (SBP / PALS), a epinefrina nebulizada é administrada em dose dependente do peso corporal, geralmente: 0,5 mL/kg de solução 1:1000, com dose máxima de 5 mL. Assim, sem a informação do peso da criança, não é possível definir uma única alternativa correta, pois a dose final varia conforme os quilos do paciente. Além disso, conforme orientação médica especializada, a dose realmente depende do peso da criança, o que reforça que a questão carece de dados clínicos essenciais para resposta única. Dessa forma, solicita-se: Anulação da questão, por ausência de informação indispensável ao cálculo da dose, ou Alteração do gabarito, caso tenha sido considerada alternativa incompatível com os protocolos oficiais.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove "certos": usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
001047	CASCAVEL - Assessor Jurídico	6-N	Venho interpor recurso com pedido de anulação da Questão 06, pois há erro material na alternativa indicada no gabarito (letra E), o que compromete a objetividade do item. Erro material na letra EA alternativa E afirma que "falta uma preposição 'a'" porque o verbo manusear seria transitivo indireto. Ocorre que "manusear" é verbo transitivo	O enunciado pede: "Em relação ao fragmento acima, todas as alternativas a seguir identificam desvio(s) da norma padrão, EXCETO:". A letra E é admissível porque	INDEFERIDO

			direto (ex.: "manusear um tecido/um livro"), de modo que a construção "manusear um livro" está adequada e não exige preposição. Incompatibilidade com o comandoO enunciado solicita a alternativa em que todas identificam desvio(s) da norma padrão, EXCETO (isto é, a que não identifica desvio no fragmento). A letra E, porém, tenta identificar um desvio ("falta preposição"), apenas o faz com fundamento gramatical incorreto, o que torna o item ambíguo: a "exceção" passa a ser a alternativa errada, e não a alternativa que efetivamente não aponta desvio no texto. Dúvida objetiva (mais de uma leitura possível)Além disso, a redação do item permite discussão sobre qual alternativa realmente seria a "EXCETO", porque o comando pode ser interpretado como:• "marque a alternativa que não aponta desvio no fragmento"; ou• "marque a alternativa cuja análise está errada (logo, não identifica desvio de fato)".Essa dupla interpretação, somada ao erro material de transitividade em E, prejudica a aferição objetiva do conhecimento. PedidoDiante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 06, por erro material na alternativa indicada e por consequente quebra de objetividade/clareza do critério de resposta.	NÃO IDENTIFICA DESVIO(S) DA NORMA PADRÃO. Todas as outras alternativas apresentam desvios que de fato ocorrem. Logo, fica mantido o gabarito provisório.	

001047	CASCAVEL - Assessor Jurídico	21-N	RECURSO – QUESTÃO 21 (Anulação por ausência de previsão expressa do Decreto-Lei 3.365/1941 no edital)Do princípio da taxatividade do editalO edital é a lei interna do concurso público, vinculando tanto candidatos quanto a Administração. O conteúdo programático deve indicar expressamente as normas cuja literalidade será exigida, sob pena de violar os princípios da publicidade, isonomia e segurança jurídica.Da ausência de previsão expressa do Decreto-Lei 3.365/1941O Anexo II – Conteúdo Programático (cargo de Assessor Jurídico) relaciona o tema "desapropriação" no item 14, mencionando genericamente "conceito, fundamentos e requisitos. O procedimento e o processo desapropriatório. A declaração da utilidade pública, a imissão provisória e a justa indenização".[Anexo]Contudo, não há menção expressa ao Decreto-Lei nº 3.365/1941, diploma legal que foi objeto específico da Questão 21, a qual exigiu conhecimento literal de seus dispositivos (competência para declaração, prazos de caducidade, imissão provisória).Da necessidade de indicação expressa de legislação específicaQuando o edital exige conhecimento da literalidade da lei (como ocorreu na questão 21, que cobrou dispositivos específicos – art. 6º sobre competência para decreto, art. 10 sobre caducidade), é imprescindível que o diploma legal esteja expressamente citado no conteúdo programático, a exemplo do que ocorreu com outras normas (Lei 9.784/1999, Lei 8.666/93, Lei 14.133/2021, Constituição Federal etc.).Da quebra da isonomiaA cobrança de legislação não prevista expressamente prejudica candidatos que se prepararam estritamente conforme o edital, privilegiando aqueles que estudaram normas além do programa oficial, em ofensa ao princípio da isonomia.JurisprudênciaO STJ reconhece que "o edital deve prever, de modo expresso e inequívoco, todo o conteúdo programático exigido" e que "a cobrança de matéria não prevista no edital viola o princípio da vinculação ao edital".PedidoDiante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 21, por cobrar a literalidade do Decreto-Lei 3.365/1941, diploma legal não previsto expressamente no Anexo II do Edital, com pontuação integral a todos os candidatos.	O recurso não merece provimento. A alegação recursal sustenta que a questão deveria ser anulada por ausência de previsão expressa do Decreto- Lei nº 3.365/1941 no conteúdo programático do edital. Todavia, tal argumento não procede. O conteúdo programático previsto para o cargo de Assessor Jurídico contemplou expressamente o tema "Desapropriação: conceito, fundamentos e requisitos. O procedimento e o processo desapropriatório. A declaração da utilidade pública, a imissão provisória e a justa indenização", o que abrange, de forma direta e inequívoca, o diploma legal que disciplina a matéria no ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, o Decreto-Lei nº 3.365/1941. Em concursos públicos de natureza jurídica, é pacífico o entendimento de que a indicação do instituto jurídico no conteúdo programático autoriza a cobrança de sua legislação de regência, ainda que o diploma normativo não esteja nominalmente citado, especialmente quando se trata de norma central e historicamente consolidada sobre o tema. No caso da desapropriação por utilidade pública, o Decreto-Lei nº 3.365/1941 constitui a principal e tradicional fonte normativa, sendo referência obrigatória para o estudo do instituto. Não há, portanto, extrapolação do conteúdo programático nem violação aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia ou da segurança jurídica. A questão limitou-se a exigir conhecimento compatível com o tópico expressamente previsto, sem introduzir matéria estranha ou alheia ao programa. Ademais, a alternativa apontada como correta, que dispõe que a declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito, corresponde à literalidade do art. 6º do referido diploma legal, inserindo-se exatamente no núcleo temático indicado no edital. Dessa forma, não se verifica irregularidade na elaboração da questão, tampouco prejuízo aos candidatos. Portanto, recurso INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito alternativa E.	INDEFERIDO

001047	CASCAVEL - Assessor Jurídico	22-N	RECURSO – QUESTÃO 22 (Anulação por ausência de previsão expressa do Decreto-Lei 25/1937 no edital)Do princípio da taxatividade do editalO edital é a lei interna do concurso público, vinculando tanto candidatos quanto a Administração. O conteúdo programático deve indicar expressamente as normas cuja literalidade será exigida, sob pena de violar os princípios da publicidade, isonomia e segurança jurídica.Da ausência de previsão expressa do Decreto-Lei 25/1937O Anexo II – Conteúdo Programático (cargo de Assessor Jurídico) relaciona o tema "tombamento" no item 13, mencionando apenas "Espcies de limitaes administrativas autonomia e propriedade privadas. Tombamento e servido".Contudo, não há menção expressa ao Decreto-Lei nº 25/1937, diploma legal que foi objeto específico da Questão 22, a qual exigiu conhecimento literal de seus dispositivos, inclusive com comando expresso solicitando respostas "considerando a literalidade da lei".Da necessidade de indicação expressa de legislação específicaQuando o edital exige conhecimento da literalidade da lei (como ocorreu na questão 22, que cobrou dispositivos específicos – arts. 1º, 5º, 6º, 14 do Decreto-Lei 25/1937), é imprescindível que o diploma legal esteja expressamente citado no conteúdo programático, a exemplo do que ocorreu com outras normas (Lei 9.784/1999, Lei 8.666/93, Lei 14.133/2021, Lei Complementar 113/2005, Constituição Federal etc.).Do agravamento: cobrança expressa de "literalidade da lei"A Questão 22 trouxe o comando "assinale a alternativa incorreta, considerando a literalidade da lei", deixando inequívoco que a banca exigia conhecimento textual do diploma normativo. Essa exigência torna ainda mais imprescindível que o Decreto-Lei 25/1937 estivesse expressamente previsto no edital.[Anexo]Da quebra da isonomiaA cobrança de legislação não prevista expressamente prejudica candidatos que se prepararam estritamente conforme o edital, privilegiando aqueles que estudaram normas além do programa oficial, em ofensa ao princípio da isonomia.JurisprudênciaO STJ reconhece que "o edital deve prever, de modo expresso e inequívoco, todo o conteúdo programático exigido" e que "a cobrança de matéria não prevista no edital viola o princípio da vinculação ao edital".PedidoDiante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 22, por cobrar a literalidade do Decreto-Lei	O recurso não merece provimento. A insurgência fundamenta-se na alegação de que o Decreto-Lei nº 25/1937 não constaria expressamente no conteúdo programático do edital, o que inviabilizaria a cobrança de seus dispositivos em prova objetiva. Todavia, tal entendimento não procede. O conteúdo programático do cargo contemplou expressamente o tema "Espécies de limitações administrativas à autonomia e à propriedade privadas. Tombamento e servidão", inserindo o instituto do tombamento de forma direta e inequívoca entre os tópicos exigidos. Tal previsão abrange necessariamente a legislação de regência do instituto, sendo o Decreto-Lei nº 25/1937 o principal e histórico diploma normativo que disciplina a matéria no ordenamento jurídico brasileiro.Em concursos públicos na área jurídica, a indicação do instituto jurídico no programa autoriza a cobrança de sua norma estruturante, ainda que o diploma não esteja nominalmente citado, especialmente quando se trata de legislação clássica, tradicional e indissociável do tema indicado. Não se trata de exigência de conteúdo estranho ou extrapolação do edital, mas de conhecimento inerente ao próprio estudo do instituto do tombamento.	INDEFERIDO

			25/1937, diploma legal não previsto expressamente no Anexo II do Edital, com pontuação integral a todos os candidatos.	O fato de o enunciado mencionar “considerando a literalidade da lei” não altera essa conclusão, pois a literalidade exigida refere-se justamente à lei que organiza e disciplina o tombamento no Brasil, cuja identificação constitui conhecimento jurídico elementar dentro do tópico previsto. Dessa forma, não se verifica violação aos princípios da vinculação ao edital, da publicidade ou da isonomia, uma vez que o conteúdo cobrado guarda correspondência direta com o programa divulgado aos candidatos. Por fim, a alternativa apontada como incorreta (letra A) efetivamente contraria o texto legal, pois o tombamento é ato administrativo que se aperfeiçoa com a inscrição no Livro do Tombo, não dependendo de decisão judicial com trânsito em julgado para produzir efeitos. Portanto, recurso INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito alternativa A.	

001047	CASCAVEL - Assessor Jurídico	38-N	Recurso – Questão 38 (pedido de anulação)Requer-se a anulação da Questão 38, pois o gabarito oficial considerou apenas a assertiva II como correta, contudo a assertiva III também está correta à luz da literalidade da CLT, gerando incompatibilidade com o gabarito divulgado.1) Da correção da assertiva IIIA assertiva III afirma que “o afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho”. A CLT dispõe que “em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício”, o que caracteriza suspensão do contrato (ausência de trabalho e de salários).Como o auxílio-doença acidentário é espécie de benefício por incapacidade (auxílio-doença), incide o regime de licença não remunerada/suspensão previsto no art. 476, tornando correta a assertiva III.2) Da consequência no gabarito e quebra de objetividadeA assertiva II descreve adequadamente a suspensão como cessação temporária das obrigações principais (sem prestação de serviços e sem salários, ressalvas legais).Logo, a questão apresenta pelo menos duas assertivas corretas (II e III), o que torna incorreto o gabarito que apontou somente a II como correta e compromete a objetividade do item.[PedidoDiante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 38, diante da existência de mais de uma assertiva correta (II e III), em desconformidade com o gabarito oficial divulgado.	O recurso não merece provimento. A assertiva I: “Na interrupção do contrato de trabalho, o empregado deixa de prestar serviços, não recebe salários e não tem o tempo de serviço computado para fins legais.”, está incorreta, pois descreve situação típica de suspensão do contrato de trabalho. Na interrupção contratual, embora o empregado não preste serviços, há pagamento de salários e contagem do tempo de serviço, o que torna o enunciado incompatível com o conceito jurídico do instituto. A assertiva II: “Na suspensão do contrato de trabalho, cessam temporariamente as principais obrigações das partes, não havendo prestação de serviços nem pagamento de salários, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.”, está correta e corresponde à noção jurídica de suspensão contratual prevista na sistemática da CLT. A assertiva III: “O afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho.”, também está correta, pois, nos termos do art. 476 da CLT, o empregado em gozo de benefício previdenciário é considerado em licença não remunerada, caracterizando suspensão contratual a partir do momento em que o ônus do pagamento deixa de ser do empregador e passa à Previdência Social. Verifica-se, portanto, que há duas assertivas corretas (II e III). Todavia, a existência de mais de uma assertiva verdadeira não conduz à anulação da questão, uma vez que o item apresenta alternativa específica que contempla corretamente essa combinação, preservando a objetividade e a validade do enunciado. Dessa forma, não se verifica vício que justifique a anulação pretendida.Esclarece-se que a banca, diante de outros recursos interpostos em face da mesma questão, alterou o gabarito preliminar para a alternativa "E", que contempla, inequivocamente, as assertivas corretas da questão (II e III). Portanto, recurso INDEFERIDO para fins de anulação da questão.	INDEFERIDO

001047	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-N	Recurso – Questão 45 (pedido de anulação por ausência de alternativa correta)Requer-se a anulação da Questão 45, pois não há alternativa compatível com a literalidade da CLT quanto ao prazo e ao meio de defesa cabível ao executado na execução trabalhista.FundamentaçãoA CLT prevê que, garantida a execução ou penhorados bens, o executado terá 5 dias para apresentar embargos à execução (art. 884).Entretanto, as alternativas apresentadas são:• A) cinco – impugnação• B) oito – embargos• C) dez – defesa• D) quinze – embargos• E) oito – impugnaçãoLogo, nenhuma opção corresponde a “cinco dias – embargos”, que é exatamente a combinação exigida pela CLT para o executado.Além disso, “impugnação” é instrumento associado ao exequente (impugnação aos embargos) ou a outras fases/procedimentos, não sendo o meio típico indicado pela CLT como “à execução” para o executado no art. 884.PedidoDiante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 45,	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução,	QUESTÃO ANULADA

			por inexistência de alternativa correta conforme a CLT, com atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos.	cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada “embargos”. A alternativa “A” indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à “impugnação”, medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	
004678	SANTA HELENA - Médico 24h	34-C	Alternativa correta mostra soma de 9 pontos e não de 8 pontos como mostra o gabarito, analisando o enunciado vemos: ABERTURA OCULAR: "abre os olhos apenas com estímulo doloroso!" pontuação correta 2 na escala que diz -> Abertura ocular sob estímulo doloroso MELHOR RESPOSTA VERBAL: "emite palavras isoladas" pontuação 3 na escala que diz -> Respostas inapropriadas MELHOR RESPOSTA MOTORA: "apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor" pontuação 4 na escala que diz Retira ao estímulo doloroso. O GABARITO OFICIAL DÁ A PONTUAÇÃO 8 PARA O PACIENTE, ENTRETANTO, NÃO HÁ COMO TIRAR MAIS UM PONTO DE ACORDO COM O QUE FOI PASSADO PELO ENUNCIADO, SE TENTAR TIRAR NA PARTE DA RESPOSTA VERBAL NÃO SERÁ CERTO, POIS A PONTUAÇÃO 2 DIZ SOBRE SONS	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos	QUESTÃO ALTERADA

			INCOMPREENSÍVEIS E NO ENUNCIADO ESTÁ "PALAVRAS ISOLADAS" SE ENCAIXANDO MELHOR NA PONTUAÇÃO 3 QUE É RESPOSTA INAPROPRIADA. REFERÊNCIA: ESCALA DE COMA DE GLASGOW PRESENTE NO PROTOCOLO DO SAMU 192. SUPORTE BÁSICO DE VIDA. PÁGINA 16	Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
002747	TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)	24-E	A questão 25 está errada pois a obesidade materna também se associa ao risco aumentado de distocia de ombro no RN. "Os principais fatores de risco anteparto são: Macrossomia fetal. Diabetes mellitus. História pregressa de DO. Gestação pós-termo. Sexo fetal masculino. Obesidade materna/ganho excessivo de peso gestacional e idade materna." FONTE: https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/assistencia-parto/modulo2/modulo2- aula3.html. Fatores de risco de distocia do ombro Os fatores de risco incluem Macrossomia fetal		QUESTÃO ANULADA

			Obesidade materna Diabetes mellitus Distocia de ombro em uma gestação prévia Parto vaginal operatório Trabalho de parto rápido		

			Trabalho de parto prolongado FONTE: https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/ginecologia-e-obstetr%C3%ADcia/complica%C3%A7%C3%B5es-intraparto/distocia-do-ombro#Tratamento_v87827475_pt "Outros fatores que alguns estudos têm associado a taxas elevadas de macrossomia fetal (e, presumivelmente, distocia de ombro) incluem: baixa estatura, obesidade preexistente, diabetes, excessivo ganho de peso na gravidez e idade materna avançada" FONTE: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Protocolo+de+Dist%C3%B3cia+de+Ombro.pdf/07965062-46ef-9137-10da-c83ed3660333?t=1703069242450#:~:text=Outros%20fatores%20que%20alguns%20 estudos,e%20idade%20materna%20avan%C3%A7ada10%2D13.		
003828	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	34-C	Respeitosamente solicito a revisão do gabarito preliminar da questão 34, que atribuiu como correta a alternativa B (8 pontos). Conforme descrito no enunciado, o paciente “emite palavras isoladas”, achado que corresponde, segundo a Escala de Coma de Glasgow, à resposta verbal V3 (palavras inapropriadas), conforme descrito no ATLS® – Advanced Trauma Life Support for Doctors, 10ª edição, American College of Surgeons. A pontuação V2 é restrita à emissão de sons incompreensíveis, o que não foi descrito no caso. Adicionalmente, o paciente apresenta abertura ocular apenas ao estímulo doloroso (E2) e retirada do membro ao estímulo doloroso, sem localização da dor (M4). Dessa forma, a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é E2 + V3 + M4 = 9, correspondente à alternativa C. Diante da incompatibilidade entre a descrição literal do enunciado e a pontuação adotada no gabarito preliminar, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa C ou, subsidiariamente, a anulação da questão.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
004651	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	34-C	Prezada banca, solicito encarecidamente a revisão da Questão 34, onde é solicitado o CÁLCULO DE GLASGOW. Os achados do paciente em questão, são: "abre os olhos apenas ao estímulo doloroso" = 02pontos, "emite palavras isoladas" = 03pontos e " apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo, sem localizar a dor" = 04pontos, Totalizando assim, 09 PONTOS, ou seja, ALTERNATIVA	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é:	QUESTÃO ALTERADA

			C da questão, não correspondente ao gabarito provisório, onde cita alternativa B como correta. Grata.	Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos	

				Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	
002631	CASCAVEL - Farmacêutico	45-N	Prezados membros da banca avaliadora, solicito revisão da questão número 45 da Prova Objetiva para o cargo de Farmacêutico, devido erros gramaticais evidentes e quebra de sentido nas assertivas, fato que leva à discordância do gabarito preliminar. A escrita das assertivas não permite determinar uma alternativa correta. A assertiva II mostra-se incompleta, bem como a assertiva III apresenta-se gramaticalmente confusa, com quebra de sentido, isto é, com duas informações distintas sem conectividade adequada. Ambas não permitem uma correta interpretação da questão, por apresentarem informações desconexas. Como seguem retiradas (sem alterações) do caderno de provas: "II- A tafenoquina deve ser tomada uma única"; "III-Este medicamento pode ser utilizados em pacientes com 16 anos de idade ou mais e do teste quantitativo da atividade da enzima glicose-6-fosfato desidrogenase (G6PD) para confirmação diagnóstica.". Antecipadamente, agradeço pela atenção dedicada a esta avaliação.	A alternativa está de acordo com o protocolo, tomada unica. PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA SECTICS/MS Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional	INDEFERIDO
001934	CASCAVEL - Assessor Jurídico	18-A	A questão nº 18 exige a análise das assertivas à luz da Lei Federal nº 9.784/1999. No tocante à primeira assertiva, não há controvérsia: o seu conteúdo reproduz fielmente o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/1999, razão pela qual deve ser considerada verdadeira. A segunda assertiva, por sua vez, mostra-se manifestamente falsa, uma vez que a convalidação não se aplica a vícios de mérito, mas, sim, a vícios sanáveis, notadamente de competência e forma, conforme entendimento pacífico da doutrina administrativa e a literalidade do art. 55 da referida lei. A controvérsia reside na terceira assertiva, que afirma: “A nulidade de ato administrativo deve ser declarada sempre que constatada ilegalidade, ainda que o vício não tenha causado qualquer prejuízo à defesa do interessado.” À luz de uma interpretação literal e sistemática da Lei nº 9.784/1999, a assertiva deve ser considerada verdadeira. Isso porque o art. 53 do diploma legal é expresso ao estabelecer que: “A	O recurso não merece provimento. A primeira assertiva: “O ato administrativo que apresentar defeito sanável pode ser convalidado pela própria Administração, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.”, está correta, pois reproduz adequadamente o conteúdo do art. 55 da Lei nº 9.784/1999, que admite a convalidação de atos administrativos com vícios sanáveis, desde que ausentes lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros. A segunda assertiva: “A convalidação é admitida apenas para atos administrativos que contenham vício de mérito, sendo vedada nos casos de vício de competência ou forma.”, é incorreta, uma vez que a convalidação não se	INDEFERIDO

			Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade (...)”. Já o art. 55 excepciona tal dever apenas nos casos de defeitos sanáveis, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, hipótese em que se admite a convalidação. Assim, fora das hipóteses de vício sanável, a própria lei impõe à Administração o dever jurídico de anular o ato ilegal, não condicionando essa anulação à demonstração de prejuízo à defesa do interessado. A terceira assertiva não distingue vício sanável de insanável, limitando-se a afirmar que, constatada a ilegalidade, a nulidade deve ser declarada, conclusão que encontra respaldo direto no comando do art. 53 da Lei nº 9.784/1999. Dessa forma, ao exigir que seja desconsiderada a literalidade do art. 53, a questão extrapola o texto legal e	aplica a vícios de mérito, mas, em regra, justamente a vícios sanáveis de competência e de forma, conforme entendimento doutrinário pacífico e a literalidade do art. 55 da referida lei. Quanto à terceira assertiva: “A nulidade de ato administrativo deve ser declarada sempre que constatada ilegalidade, ainda que o vício não tenha causado qualquer prejuízo à defesa do interessado.", a argumentação recursal não merece acolhimento. Embora o art. 53 da Lei nº 9.784/1999 estabeleça que a Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, tal dispositivo não pode ser interpretado de forma isolada. A leitura sistemática do diploma legal impõe a observância dos princípios que regem o processo administrativo, notadamente o previsto no art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, que consagra a vedação à imposição de sanções ou invalidações sem a devida demonstração de prejuízo, refletindo o princípio do pas de nullité sans	

			impõe interpretação restritiva não expressamente indicada no enunciado. Portanto, à luz da lei federal expressamente indicada no enunciado, mostra-se plenamente possível considerar a terceira assertiva como verdadeira, conduzindo à sequência: V – F – V, correspondente à alternativa A. Diante do exposto, requer-se a revisão do gabarito, para que seja igualmente considerada correta a alternativa A, ou, subsidiariamente, a anulação da questão, diante da plausibilidade jurídica das interpretações apresentadas.	grief. A assertiva impugnada utiliza a expressão “sempre”, atribuindo caráter absoluto à obrigatoriedade de declaração de nulidade mesmo quando inexistente qualquer prejuízo, o que não se harmoniza com a sistemática da Lei nº 9.784/1999 nem com o entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência administrativas. A ilegalidade do ato não conduz automaticamente à nulidade irrestrita e automática, especialmente diante da possibilidade de saneamento ou da ausência de lesão concreta. Dessa forma, permanece correta a sequência V – F – F, correspondente à alternativa D. Portanto, recurso INDEFERIDO, com manutenção do gabarito.	
001934	CASCAVEL - Assessor Jurídico	29-D	Requer-se a revisão do gabarito da questão 29, para que seja considerada correta a alternativa D, pelos fundamentos a seguir expostos. A assertiva I é verdadeira, pois reproduz fielmente o conteúdo do art. 136, §1º, inciso I, da Constituição Federal, que autoriza, durante o estado de defesa, a imposição de restrições aos direitos de reunião, ao sigilo de correspondência e ao sigilo das comunicações telegráfica e telefônica, desde que tais medidas estejam expressamente previstas no decreto presidencial que institui o estado de defesa. Isso porque o artigo 136 da Constituição estabelece que: "O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social	O recurso não merece provimento. A conclusão apresentada pelo recorrente parte de interpretação restritiva e dissociada da sistemática constitucional do instituto do estado de defesa. A assertiva I é verdadeira, pois reproduz adequadamente o conteúdo do art. 136, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, que autoriza, durante o estado de defesa, restrições ao direito de reunião e ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica, desde que tais medidas estejam	INDEFERIDO

			ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. § 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes[...]". Ou seja, o decreto DEVE prever as medidas aplicadas e vigorarão APENAS aquelas nele previstas. Por outro lado, a assertiva II é falsa, ao afirmar que as restrições aos direitos fundamentais, no estado de defesa, ocorreriam “nos limites estabelecidos pela Constituição”. Isso porque o texto constitucional é expresso ao dispor que o decreto presidencial indicará as medidas coercitivas “nos termos e limites da lei” (art. 136, §1º, caput), remetendo à legislação infraconstitucional a disciplina específica dessas restrições. Assim, ao afirmar que os limites decorrem diretamente da Constituição, a assertiva II incorre em imprecisão jurídica, pois desconsidera a expressa autorização constitucional para que a regulamentação das medidas coercitivas seja feita por lei, e não exclusivamente pelo texto constitucional. Tal distinção não é meramente semântica, mas estrutural no sistema de repartição de competências normativas. Conclui-se, portanto, que a primeira assertiva é verdadeira e a segunda é falsa, razão pela qual deve ser reconhecida como correta a alternativa D.	expressamente previstas no decreto presidencial. Todavia, a assertiva II não é falsa, como sustenta o recurso. Ao afirmar que o estado de defesa admite restrições temporárias e proporcionais a direitos fundamentais “nos limites estabelecidos pela Constituição”, a proposição permanece correta sob o ponto de vista jurídico-constitucional. Isso porque o próprio art. 136 da Constituição Federal define os pressupostos, a finalidade, a competência, o alcance territorial e o rol taxativo de direitos que podem sofrer restrição, estabelecendo, portanto, os limites constitucionais primários do instituto. A expressão constante no § 1º do art. 136, “nos termos e limites da lei”, não afasta nem substitui os limites constitucionais, mas apenas indica que a lei infraconstitucional poderá regulamentar a execução das medidas coercitivas dentro do espaço normativo previamente delimitado pela própria Constituição. Trata-se de complementação normativa, e não de deslocamento da fonte de limitação. Assim, não há imprecisão jurídica na assertiva II, pois as restrições no estado de defesa são, simultaneamente, condicionadas pela Constituição e regulamentadas pela legislação infraconstitucional, sendo incorreto afirmar que os limites não decorreriam do texto constitucional. Dessa forma, não se sustenta a conclusão de que a segunda assertiva seria falsa. Portanto, recurso INDEFERIDO.	
001934	CASCAVEL - Assessor Jurídico	37-A	A questão 37 solicita a análise das assertivas “à luz da literalidade da CLT”, no que se refere ao contrato individual de trabalho e à sua alteração. A banca indicou como correta a alternativa B (apenas I e II corretas). Todavia, tal gabarito merece reparo, pois a assertiva II não é absolutamente verdadeira, razão pela qual apenas a assertiva I deve ser considerada correta.	O recurso não merece provimento. A assertiva I: “Considera-se contrato individual de trabalho o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.”, está correta, pois reproduz fielmente o art. 442, caput, da CLT, que define o contrato individual de trabalho exatamente nesses termos.	INDEFERIDO

			A assertiva I dispõe que:“Considera-se contrato individual de trabalho o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.” Tal enunciado reproduz fielmente o art. 442 da CLT, estando, portanto, correto à luz da literalidade da legislação trabalhista. A assertiva II afirma que: “Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.” Embora tal redação se assemelhe ao caput do art. 468 da CLT, a assertiva incorre em generalização indevida, ao empregar a expressão “só é lícita”, conferindo caráter absoluto à exigência de mútuo consentimento. Entretanto, a própria CLT prevê hipóteses expressas de alteração unilateral do	A assertiva II: “Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.”, também está correta à luz da literalidade do art. 468, caput, da CLT. O dispositivo legal estabelece como regra geral a necessidade de mútuo consentimento e a vedação de prejuízo ao empregado para que a alteração contratual seja válida. A utilização da expressão “só é lícita” não	

			contrato de trabalho pelo empregador, o que afasta a veracidade literal da assertiva. Nesse sentido, destaca-se o art. 75-C da CLT, que dispõe expressamente que:"A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho."Ou seja, trata-se de cláusula constante do contrato individual de trabalho. Em seguida, o §2° do artigo dispõe que: “Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.” A norma é clara ao autorizar a alteração unilateral de condição contratual (regime de trabalho), independentemente de mútuo consentimento. Cumpre ressaltar, ainda, que a alteração unilateral do regime de teletrabalho para o presencial pode, inclusive, acarretar prejuízos ao empregado, tais como aumento de despesas com transporte, alimentação, necessidade de mudança de domicílio ou reorganização da rotina familiar, evidenciando que a própria CLT admite a modificação contratual independentemente de mútuo consentimento, ainda que potencialmente onerosa ao trabalhador. Tal circunstância reforça que a assertiva II, ao afirmar de forma absoluta a exigência de consentimento bilateral, não se sustenta à luz da literalidade da legislação vigente. Assim, resta evidente que não é correto afirmar, à luz da literalidade da CLT, que toda e qualquer alteração contratual dependa exclusivamente de mútuo consentimento, tornando a assertiva II materialmente incorreta. A assertiva III, ao admitir alteração unilateral ainda que importe prejuízo econômico ao empregado, afronta diretamente o art. 468 da CLT e o princípio da inalterabilidade contratual lesiva, sendo manifestamente incorreta. Diante do exposto, a única alternativa compatível com a literalidade da CLT é a alternativa A (Apenas I está correta). Requer-se, assim, a alteração do gabarito da questão 37 para a alternativa A.	descaracteriza a veracidade do enunciado, pois reflete exatamente o comando normativo do referido artigo, que fixa a inalterabilidade contratual lesiva como princípio estruturante das relações de trabalho. A argumentação recursal invoca o art. 75-C da CLT para sustentar a possibilidade de alteração unilateral, especialmente no caso do teletrabalho. Contudo, tal exceção não invalida a regra geral prevista no art. 468, nem afasta a correção literal da assertiva. A questão expressamente indicou que a análise deveria ser feita “à luz da literalidade da CLT” no que se refere à regra de alteração contratual, sendo o art. 468 o dispositivo central e estruturante sobre o tema. A existência de hipóteses excepcionais previstas em dispositivos específicos não torna incorreta a formulação da regra geral. Por fim, a assertiva III, “É lícita a alteração unilateral do contrato de trabalho pelo empregador sempre que fundada no exercício do jus variandi, ainda que importe prejuízo econômico ao empregado.”, está incorreta, pois contraria diretamente o art. 468 da CLT. O jus variandi não autoriza modificações que acarretem prejuízo ao empregado, sendo vedada a alteração contratual lesiva. Dessa forma, permanecem corretas apenas as assertivas I e II. Portanto, recurso INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito alternativa B.	
001934	CASCAVEL - Assessor Jurídico	38-E	A banca examinadora considerou correta a alternativa B, sob o fundamento de que apenas a assertiva II estaria correta. Todavia, a decisão merece revisão, pois a assertiva III também está correta, razão pela qual a alternativa correta deve ser a E (II e III). Não há controvérsia quanto à assertiva II, corretamente considerada verdadeira pela banca, ao afirmar que, na suspensão do contrato de trabalho, cessam temporariamente as principais obrigações das partes, não havendo prestação de serviços nem pagamento de salários, ressalvadas as hipóteses legais. A assertiva III afirma que: “O afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza	O recurso merece provimento. A assertiva I: “Na interrupção do contrato de trabalho, o empregado deixa de prestar serviços, não recebe salários e não tem o tempo de serviço computado para fins legais.”, está incorreta, pois descreve situação típica de suspensão, e não de interrupção contratual. Na interrupção do contrato de trabalho, embora o empregado não preste serviços, há pagamento de salários e contagem do tempo de serviço, razão pela qual o enunciado não se harmoniza com o conceito jurídico do instituto. A assertiva II: “Na suspensão do contrato de trabalho, cessam temporariamente	QUESTÃO ALTERADA

			hipótese de suspensão do contrato de trabalho." Tal assertiva está em conformidade com a literalidade da CLT, notadamente com o art. 476, que dispõe expressamente: "Em caso de seguro-doença ou auxílio- enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício." A licença não remunerada prevista no dispositivo legal caracteriza, segundo a doutrina majoritária e a própria sistemática da CLT, hipótese de suspensão do contrato de trabalho, uma vez que não há prestação de serviços pelo empregado e	as principais obrigações das partes, não havendo prestação de serviços nem pagamento de salários, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.", está correta e	
			não há pagamento de salários pelo empregador. O fato de o auxílio-doença acidentário gerar efeitos jurídicos específicos, como o recolhimento do FGTS (art. 15, §5º, da Lei nº 8.036/90) e a estabilidade provisória (art. 118 da Lei nº 8.213/91), não desnatura a natureza jurídica da suspensão contratual, tratando-se apenas de exceções legalmente previstas. Assim, à luz da literalidade da CLT, conforme exigido no enunciado da questão, o afastamento em razão de auxílio-doença acidentário configura, sim, suspensão do contrato de trabalho, tornando a assertiva III correta. Diante do exposto, verifica-se que as assertivas II e III estão corretas, razão pela qual a alternativa que melhor atende ao comando da questão é a alternativa E, e não a alternativa B. Requer-se, portanto, a revisão do gabarito, com a consequente atribuição de correção à alternativa E (II e III).	corresponde à noção jurídica consolidada de suspensão contratual, compatível com a sistemática da CLT. Por fim, a assertiva III: "O afastamento do empregado em razão de auxílio-doença acidentário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho.", também deve ser considerada correta. Nos termos do art. 476 da CLT, o empregado em gozo de benefício previdenciário é considerado em licença não remunerada, caracterizando hipótese de suspensão contratual a partir do momento em que o ônus do pagamento deixa de ser do empregador e passa à Previdência Social. Embora os primeiros 15 dias de afastamento configurem interrupção, a partir do início do benefício previdenciário o contrato assume natureza de suspensão. Assim, verifica-se que as assertivas II e III estão corretas. Portanto, recurso DEFERIDO, com alteração do gabarito para a alternativa E.	
001934	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-N	A banca considerou correta a alternativa C (dez – defesa), contudo o gabarito não se sustenta à luz da legislação trabalhista vigente, razão pela qual a questão deve ser anulada. Nos termos do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, o meio processual adequado para o executado se opor à execução é o embargo à execução, e não "defesa" ou "impugnação". Trata-se de terminologia técnica expressamente prevista na CLT, de modo que incabível o reconhecimento de gabarito que aponte como correta a terminologia "defesa".Ora, não existe, NOS TERMOS DA CLT (como constante do comando), "Defesa à execução". O que existe são "Embargos à execução". Veja-se o dispositivo legal:"Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação." Dessa forma, a CLT não prevê a apresentação de "defesa" em sede de execução, tampouco fixa prazo de dez dias para tal manifestação. O uso da expressão "defesa" revela-se impreciso e incompatível com o sistema processual trabalhista, especialmente em prova objetiva, na qual se exige rigor técnico. Além disso, nenhuma das alternativas apresenta a redação fiel ao comando legal (cinco dias para embargos), o que por si só já compromete a validade da questão. A alternativa indicada pela banca, ao mencionar "defesa", cria instituto inexistente na execução trabalhista, induzindo o candidato a erro. Assim, diante da ausência de alternativa correta, bem como da adoção de terminologia não prevista na CLT,	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada "embargos". A alternativa "A" indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à "impugnação", medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	QUESTÃO ANULADA

			impõe-se a anulação da questão. Requer-se, portanto, a anulação da Questão 45.		
002439	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Tinha alternativas repetidas, a alternativa A contém a mesma resposta que a alternativa correta (D)	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma	QUESTÃO ANULADA

002439	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-C	Contém alternativas repetidas no enunciado na questão, mais especificamente as afirmativas seguintes:II - Não é necessária disposição para cumprir ações orientadas pelo médico regulador. III - Não é necessária disposição para cumprir ações orientadas pelo médico regulador.	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
001548	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Venho respeitosamente interpor recurso contra a questão nº 21 da prova do TARM, que trata do funcionamento da internet e solicita a alternativa incorreta. Ao analisar as opções apresentadas, verifica-se que as alternativas A e D são idênticas, ambas afirmando que “a internet funciona mesmo sem qualquer tipo de conexão com redes físicas ou sem fio”. Tal afirmação é incorreta, uma vez que a internet depende necessariamente de meios físicos ou sem fio para transmissão de dados, como cabos, fibra óptica, rádio ou redes móveis. Dessa forma, a presença de duas alternativas iguais e igualmente incorretas permite mais de uma resposta possível, retirando o caráter objetivo da questão e prejudicando a correta escolha por parte do candidato. Assim, solicita-se a anulação da questão, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos, em respeito aos princípios da isonomia e da lisura do certame.	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
004196	CASCAVEL - Rádio Operador	5-E	Apesar da alternativa "B" está correta, a alternativa "C" também está de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Desta forma, solicito a anulação da questão número 5. Pontos a serem obervados da análise sintática da alternativa C “Solicitamos aos motoristas da equipe que desempenhem suas atividades de acordo com as diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas na última reunião.” 1- O verbo solicitamos concorda com o sujeito oculto "eu" e é bitransito(verbo transitivo direto e indireto) , ou seja, tem um objeto direto e indireto: "aos motoristas(objeto indireto)" e "que desempenhem suas habilidades"(objeto direto). Nesse caso a regência verbal está correta. 2- que desempenhem - o verbo precedido pelo pronome relativo "que" está no futuro do presente que indica uma ação que acontecerá em um momento posterior ao da fala, expressando certeza ou probabilidade, ou seja, a conjugação verbal está correta. 3-A locução prepositiva de acordo com tem o significado de "conformidade". Nesse caso está correta quanto à ortografia e à norma culta. 4- As diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas na última reunião -É uma oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, com valor de adjetivo e está correta também quanto à ortografia e à norma culta. 5- No tocante à pontuação se observa a frase da alternativa "C" em uma ordem direta, ou seja, sujeito + verbo + complemento e também é verificado nesta frase	Observa-se que, na alternativa B, o verbo “solicitar” é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso (“que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…”), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão (“Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.”). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	QUESTÃO ALTERADA

			ausência de intercalções oracionais e ou explicativas. Neste caso a pontuação está correta. Toda essa análise sintática está embasada nos livros dos eminentes professores Evanildo Bechara(Moderna Gramática Portuguesa 39ª Edição: 2019), Celso Pedro Luft(ABC da Língua Culta ,Ano: 2010 -edição póstuma comum) e do professor Antônio Saconni(Nossa Gramática Completa -28ª edição em 2004, pela Editora Harbra).		
004196	CASCAVEL - Rádio Operador	5-E	Apesar da alternativa "B" está correta, a alternativa "C" também está de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Desta forma, solicito a anulação da questão número 5. Pontos a serem obervados da análise sintática da alternativa C “Solicitamos aos motoristas da equipe que desempenhem suas atividades de acordo com as diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas na última reunião.” 1- O verbo solicitamos concorda com o sujeito oculto "Nós" e é bitransito(verbo transitivo direto e indireto) , ou seja, tem um objeto direto e indireto: "aos motoristas(objeto indireto)" e "que desempenhem suas habilidades"(objeto direto). Nesse caso a regência verbal está correta. 2- que desempenhem - o verbo precedido pelo pronome relativo "que" está no futuro do presente que indica uma ação que acontecerá em um momento posterior ao da fala, expressando certeza ou probabilidade, ou seja, a conjugação verbal está correta. 3-A locução prepositiva de acordo com tem o significado de "conformidade". Nesse caso está correta quanto à ortografia e à norma culta. 4- As diretrizes operacionais estabelecidas e divulgadas na última reunião -É uma oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, com valor de adjetivo e está correta também quanto à ortografia e à norma culta. 5- No tocante à pontuação se observa a frase da alternativa "C" em uma ordem direta, ou seja, sujeito + verbo + complemento e também é verificado nesta frase ausência de intercalções oracionais e ou explicativas. Neste caso a pontuação está correta. Toda essa análise sintática está embasada nos livros dos eminentes professores Evanildo Bechara(Moderna Gramática Portuguesa 39ª Edição: 2019), Celso Pedro Luft(ABC da Língua Culta ,Ano: 2010 -edição póstuma comum) e do professor Antônio Saconni(Nossa Gramática Completa -28ª edição em 2004, pela Editora Harbra).	Observa-se que, na alternativa B, o verbo “solicitar” é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso (“que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…”), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão (“Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.”). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	QUESTÃO ALTERADA
001959	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	37-A	Solicito a revisão da questão 37, cujo gabarito aponta a alternativa D como a incorreta. A referida alternativa afirma que o sangue do tipo 'A Negativo (A-) pode doar apenas para A- e AB-'. No entanto, de acordo com os protocolos de hemoterapia e hematologia clínica, o indivíduo com sangue A- é doador compatível não apenas para os tipos negativos, mas também para os seus correspondentes com fator Rh positivo. Portanto, o sangue A- pode doar para: A-, A+, AB- e AB+. O uso do advérbio 'apenas' na alternativa D restringe a capacidade de doação do grupo,	Características dos Tipos Sanguíneos: Oito Perfis e Suas Compatibilidades O tipo sanguíneo A+ é um dos mais comuns, presente em cerca de 34% da população brasileira. Pode doar para A+ e AB+, e receber de A+, A-, O+ e O-. Já o A- é mais raro e pode doar para A-, A+, AB- e AB+,	INDEFERIDO

			tornando a afirmação tecnicamente falsa. Todavia, a alternativa A que foi marcada, também apresenta informações que podem gerar dubiedade conforme a literatura. Diante da presença de mais de uma alternativa incorreta ou formulação ambígua que prejudica a interpretação técnica, solicita-se a anulação da questão."	mas só recebe de A- e O-. O tipo B+ representa aproximadamente 10% da população. Pode doar para B+ e AB+ e receber sangue de B+, B-, O+ e O-. O tipo B-, mais raro, pode doar para B-, B+, AB- e AB+, e só recebe de B- e O-. O tipo AB+ é conhecido como receptor universal, pois pode receber sangue de todos os tipos, mas só pode doar para	

				AB+. Já o AB-, além de raro, pode doar para AB- e AB+, e receber de AB-, A-, B- e O-. O tipo O+, o mais frequente entre os brasileiros (cerca de 36% da população), pode doar para todos os tipos com Rh positivo (A+, B+, AB+, O+) e receber apenas de O+ e O-. Por fim, o O- é o doador universal de hemácias, podendo doar para todos os outros tipos, mas só pode receber de O-. FONTE: FONTE: https://www.saude.pr.gov.br/servicos/Saude/Doacoes/Doa r-sangue-no-Parana-vGr5gN0Y	
001959	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-E	Respeitosamente, solicita-se a revisão do gabarito da questão 20. A questão aborda a faixa etária para o exame de mamografia. O gabarito oficial indica a alternativa C (50 a 69 anos), baseando-se em diretrizes de rastreamento populacional. Contudo, a Lei Federal nº 11.664/2008, com suas atualizações recentes e em consonância com a Lei 14.335/2022, assegura o direito à realização de mamografia a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade no Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando que o enunciado não especifica se refere-se exclusivamente ao 'rastreamento bianual do Ministério da Saúde' ou ao 'direito garantido em lei', a alternativa E (40 a 69 anos) torna-se igualmente válida ou, no mínimo, induz o candidato ao erro por omissão de critério legislativo. Pede-se a anulação ou alteração do gabarito."	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
001959	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	30-D	Texto do Recurso: > "A questão 30 trata da classificação de resíduos de serviços de saúde. Solicito a revisão do item, pois a classificação de resíduos como Grupo B (Químicos) ou Grupo D (Comuns) depende intrinsecamente do estado de contaminação e esvaziamento do recipiente. De acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, recipientes de soluções que não apresentam periculosidade química ou biológica (como frascos de soro vazios ou equipos sem medicação de risco) podem ser classificados no Grupo D. Se o enunciado não detalhou a substância química específica ou o estado do resíduo, a questão permite múltiplas interpretações. Solicito a anulação por falta de clareza no descritivo do material a ser descartado."	Grupo B – Resíduos com risco químico Contêm substâncias químicas que podem causar risco à saúde ou ao meio ambiente.Exemplos: Medicamentos vencidos ou contaminados Quimioterápicos Produtos saneantes e desinfetantes Reagentes de laboratório FONTE: BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 mar. 2018.	INDEFERIDO

002082	GUAÍRA - Assistente Social	34-A	Na Lei 13.146/2015 Capítulo II Seção Única do Atendimento prioritário no artigo 9° I , transcreve exatamente: I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias. A alternativa colocada pela banca como correta sequer é citada na lei.	Prezada, Concordamos com o recurso, uma vez que houve um erro de digitação o texto correto seria "Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:"e não correta!	QUESTÃO ANULADA
002082	GUAÍRA - Assistente Social	36-A	Segundo a OXFam em artigo publicado em 06/07/2021 : Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população. No ícone do tópico: Quais são as principais causas da desigualdade social? Má distribuição de renda, Acesso a educação deficitário, Administração ruim dos recursos público , Investimentos governamentais insuficientes e Não garantia de serviços básicos. O artigo refere-se a essas causas exemplificando cada uma delas ou seja todas estão corretas menos a E que foi o gabarito dado pela banca.	Prezadas, Concordamos com o recurso, uma vez que houve um erro de digitação o texto correto seria "Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:"e não correta!	QUESTÃO ANULADA

000145	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h	34-C	Abertura ocular ao estímulo doloroso pontua 2, palavras isoladas pontua 3, flexão NORMAL dos membros superiores pontua 4. Soma-se, então, 9 pontos, como está na alternativa C.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003630	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	19-N	A questão apresenta caso clínico de paciente que se enquadra no protocolo AC40, do SAMU 192 do Ministério da Saúde, referente a "Agitação e situação de violência", vide critérios de inclusão: "Paciente com quadro de hiperatividade, inquietude, angústia, irritabilidade e verborreia ou em uma atitude hostil (física e/ou verbal), ameaçadora ou em franca agressão…" Destaco que a questão não elucida se o paciente descrito está desarmado ou armado, apenas que não possui "arma de fogo visível", reforçando seu comportamento imprevisível. Fato que tornaria a alternativa C correta - já que qualquer intervenção clínica deveria aguardar a chegada de apoio policial. Além disso, o paciente descrito pela questão também enquadra-se nos critérios de inclusão do protocolo AP42 - "Contenção Física", devido à presença de ameaças verbais e comportamento imprevisível. "Sua indicação é restrita às situações em que for o único meio disponível para prevenir dano imediato ou iminente ao paciente e/ou aos demais, tais como: situações de violência nas quais haja risco iminente de auto ou heteroagressão, ..." Considera-se que para realização de medicação IM em paciente com risco iminente de heteroagressão, como o paciente descrito no caso, é necessária previamente a contenção física do mesmo, inviabilizando a alternativa B como gabarito da questão, visto que ela prevê diretamente a medicação antes de qualquer outra intervenção. Dessa forma, solicito a anulação da questão.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão.	INDEFERIDO
000554	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	5-D	A alternativa D apresenta erro, a palavra "importância" possui acento circunflexo (^) na primeira letra a" da palavra.	Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual. A alterarnativa D apresenta, de fato, desvio. O gabarito provisório indicou a letra B. Porém, observa-se que, na alternativa B, o verbo "solicitar" é bitransitivo (solicitar ALGO a ALGUÉM). No período em análise, o objeto direto está expresso ("que todos os profissionais de saúde revisem cuidadosamente os registros…"), porém não se explicita o objeto indireto, isto é, o destinatário da solicitação. Trata-se de estrutura própria da oralidade e de textos menos formais. Em textos administrativos formais, como o memorando, a omissão do objeto	QUESTÃO ALTERADA

				indireto exigido pelo verbo caracteriza incompletude sintática e demanda revisão (“Solicitamos A todos os profissionais de saúde QUE revisem cuidadosamente os registros sob sua responsabilidade antes de encaminhar o relatório ao coordenador.”). Já a alternativa C não apresenta qualquer desvio, sendo, portanto, a letra a ser assinalada. Assim, muda-se o gabarito da letra B para a letra C.	
002056	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	18-N	A questão exige reconhecimento e confirmação diagnóstica baseada em exame laboratorial (CK elevada),atribuição privativa do profissional médico,extrapolando assim o escopo de atuação do Técnico de Enfermagem,especialmente no contexto pré-hospitalar do SAMU	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO
003674	CAFELÂNDIA - Médico 12h	19-C	Solicito a revisão do gabarito preliminar da questão número 19, a qual aponta como correta a alternativa (B). No entanto, baseando-se nos protocolos de Suporte Avançado de Vida, PHTLS e diretrizes de atendimento a urgências psiquiátricas do Ministério da Saúde, a conduta descrita na alternativa (B) viola princípios fundamentais de segurança da cena. A alternativa tecnicamente correta e mais segura é a (C).Abaixo, expõem-se os fundamentos técnicos: A segurança da cena deve ser prioridade absoluta: O enunciado descreve um paciente em via pública com "agitação psicomotora intensa", "discurso agressivo", "ameaça verbal" e "comportamento imprevisível". A banca sustenta o gabarito (B) sob a premissa de que o paciente está "sem arma de fogo visível". Contudo, é imperativo destacar que ausência de evidência visual não constitui evidência de inexistência de risco. O método ACENA (Avaliação da cena, Conexão, Estimativa, Notificação e Abordagem), citado no enunciado, é uma ferramenta de avaliação macroscópica do ambiente e não substitui a busca pessoal (revista) para detecção de armamentos. A revista pessoal é prerrogativa das forças de segurança. O fato de uma arma não estar visível não descarta, em hipótese alguma, que o indivíduo porte armas de fogo ou brancas ocultas sob as vestes (bolsos, cintura, tornozelos). Nesse sentido, existe um grande risco na intervenção farmacológica (Alternativa B) sem apoio policial, visto que a alternativa (B) sugere a administração de medicação intramuscular (haloperidol + prometazina). A execução dessa conduta exige aproximação física íntima, de modo que haja uma zona de contato da equipe com o paciente. Ao tentar aproximar-se para realizar a administração de um medicamento injetável em um paciente agressivo, que faz ameaças verbais e tem comportamento imprevisível, sem a garantia de que ele está desarmado (apenas "sem arma visível", como citado no caput da questão), a equipe de saúde expõe-se a um risco inaceitável de morte ou lesão grave. Se o paciente sacar uma arma oculta no momento da aproximação para a administração dos medicamentos, a equipe não terá tempo de reação. Protocolos internacionais, como o próprio PHTLS, determinam que, se a cena não é segura ou torna-se insegura (falha da verbalização e manutenção da agressividade), a equipe deve recuar e solicitar apoio policial. Face ao exposto, diante da falha da desescalada verbal e da persistência da hostilidade em via pública, o protocolo de segurança determina que a equipe de saúde não possui poder de polícia para realizar a contenção física forçada inicial de um indivíduo que representa ameaça ativa. A alternativa (C) ("Há indicação de solicitação de apoio policial...") reflete a conduta mandatória de segurança: aguardar que as forças de segurança garantam a aproximação e realizem a contenção/revista, assegurando que o paciente não porta armas ocultas, para só então a equipe médica atuar com a contenção química. Sob essa ótica, considerar a alternativa (B) como correta induz ao erro de que a equipe de saúde deve negligenciar a possibilidade de armas ocultas e avançar para procedimentos invasivos em pacientes violentos não revistados. Isso contraria o pilar número um do atendimento pré-hospitalar: a integridade da equipe. Desta forma, solicita-se a ALTERAÇÃO DO GABARITO para a alternativa (C), visto que é a única conduta que respeita integralmente os critérios de biossegurança em situações de violência urbana. Nestes termos, pede deferimento.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
002056	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	21-N	USO DE BICARBONATO DE SÓDIO EM PC A questão exige decisão terapêutica sobre qual fármaco usar em PCR conforme causa clínica específica (academia,hipercalemia,intoxicação por ADT)	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
002056	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	25-N	A questão exige a definição da dose ml/kg,de epinefrina.	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como	INDEFERIDO

				os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	
002056	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	39-N	A questão cobra rotinas hospitalares incompatíveis com o contexto operacional do SAMU.	- A cada 96 horas para equipos de sistema fechado de monitorização hemodinâmica e pressão arterial invasiva; - A cada 24 horas para equipos para infusão intermitente; - A cada 24 horas ou a cada bolsa infundida para equipos de nutrição parenteral (com ou sem lipídios); - A cada 12 horas para bolsas de emulsões lipídicas, incluindo o equipo e dispositivo complementar; - A cada 6 a 12 horas para soluções de propofol, incluindo o equipo e o dispositivo complementar juntamente com o frasco do medicamento, de acordo com a recomendação do fabricante; - A cada bolsa infundida de equipo de hemocomponentes e hemoderivados; - Sempre nas trocas dos cateteres intravenosos (periféricos ou centrais) para equipos e dispositivos complementares; - De acordo com a recomendação do fabricante ao considerar equipos utilizados para bombas de infusão [....] (BRASIL, 2017; GORSKI et al., 2021). FONTE: Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção relacionada à Assistência à Saúde. Brasília, 2017.	INDEFERIDO
002056	VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem	39-N	A questão cobra rotinas hospitalares incompatíveis com o contexto operacional do SAMU.	- A cada 96 horas para equipos de sistema fechado de monitorização hemodinâmica e pressão arterial invasiva; - A cada 24 horas para equipos para infusão intermitente; - A cada 24 horas ou a cada bolsa infundida para equipos de nutrição parenteral (com ou sem lipídios); - A cada 12 horas para bolsas de emulsões lipídicas, incluindo o equipo e dispositivo complementar; - A cada 6 a 12 horas para soluções de propofol, incluindo o equipo e o dispositivo complementar juntamente com o frasco do medicamento, de acordo com a recomendação do fabricante; - A cada bolsa infundida de equipo de hemocomponentes e hemoderivados; - Sempre nas trocas dos cateteres intravenosos (periféricos ou centrais) para equipos e dispositivos complementares; - De acordo com a recomendação do fabricante ao considerar equipos utilizados para bombas de infusão [....] (BRASIL, 2017; GORSKI et al., 2021). FONTE: Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção relacionada à Assistência à Saúde. Brasília, 2017.	INDEFERIDO
003674	CAFELÂNDIA - Médico 12h	22-N	A questão apresenta um caso clínico de paciente vítima de trauma torácico fechado, evoluindo na sala de emergência com sinais clássicos de pneumotórax hipertensivo e choque obstrutivo. O gabarito preliminar indicou como correta a assertiva "C" (descompressão com agulha). Contudo, respeitosamente, solicito a revisão deste entendimento, pleiteando a anulação da questão, com base nas diretrizes do Advanced Trauma Life Support (ATLS) 10ª Edição e na literatura cirúrgica vigente. A alternativa "C" sugere a descompressão com agulha, citando como opção o 2º espaço intercostal na linha hemiclavicular. Embora historicamente aceito, o ATLS 10ª Edição e estudos anatômicos recentes demonstram que este sítio apresenta taxas inaceitáveis de falha em adultos (chegando a 50% em algumas séries), devido à espessura da parede torácica superar o comprimento das agulhas convencionais. Indicar o 2º espaço intercostal como conduta correta para um homem adulto (40 anos) expõe o paciente a um risco significativo de "falsa descompressão" e manutenção do choque, conduta esta desencorajada pelas evidências atuais que preferem o 5º espaço intercostal ou a toracostomia cirúrgica. Em contrapartida, a alternativa "B" propõe "realizar imediatamente a drenagem torácica". Importante salientar que, no ambiente intra-hospitalar, o ATLS 10ª Ed. preconiza a toracostomia digital como método preferencial de descompressão em detrimento da agulha, justamente pela alta taxa de falha desta última. A toracostomia é, tecnicamente, o tempo inicial e obrigatório da drenagem torácica.Ao optar pela alternativa "B", o candidato escolhe a via definitiva e segura: a incisão e divulsão imediata (toracostomia) resolvem a fisiopatologia do pneumotórax hipertensivo com 100% de eficácia, sem o viés de falha do material da agulha. Interpretar que a "drenagem imediata" atrasaria o socorro é ignorar que o primeiro passo da drenagem (a abertura da pleura) é tão rápido quanto a punção e muito mais eficaz. Portanto, a questão apresenta duas falhas: valida uma conduta com alta taxa de ineficácia técnica em adultos (uso do 2º espaço intercostal na opção C) e penaliza a conduta cirúrgica definitiva e mais segura em ambiente hospitalar (opção B). Diante da dubiedade e da penalização do conhecimento atualizado sobre as falhas da toracocentese no 2º espaço, solicita-se a anulação da questão.	Recurso IMPROCEDENTE. A alternativa C está em plena conformidade com o ATLS – 11ª edição, que permanece categórico ao afirmar que o pneumotórax hipertensivo é diagnóstico clínico e impõe descompressão torácica imediata, antes de qualquer exame de imagem, podendo ser realizada por agulha ou por toracostomia digital, conforme o cenário clínico e os recursos disponíveis. De acordo com o capítulo 5 do ATLS 11ª edição, publicado em 2025, a descompressão com agulha continua sendo conduta válida, sendo descritos como locais aceitáveis:o 2º espaço intercostal, tradicionalmente na região anterior, ou o 5º espaço intercostal, na linha axilar anterior ou média, não havendo, no texto oficial, exclusão do 2º espaço intercostal como opção possível, mas sim ênfase na escolha do local com base no biotipo do paciente, espessura da parede torácica e disponibilidade técnica. O recurso incorre em erro ao tratar recomendações de preferência como se fossem proibição. O ATLS 11ª edição reconhece limitações técnicas da agulha em adultos, porém não invalida a descompressão por agulha, tampouco a torna conduta incorreta ou passível de penalização em questão objetiva. Ademais, a alternativa B está incorreta por indicar drenagem torácica imediata em selo d’água como primeira conduta, quando o próprio ATLS estabelece que a descompressão emergencial precede a drenagem definitiva, sendo esta realizada após a estabilização inicial, o que afasta a alegação de que a opção cirúrgica teria sido penalizada. Ressalte-se, ainda, que o enunciado da alternativa C contempla ambos os sítios aceitos pelo ATLS 11ª edição, não restringindo a conduta exclusivamente ao 2º espaço intercostal, o que inviabiliza a tese de risco técnico ou “falsa descompressão” sustentada no recurso. Portanto, a questão não apresenta desatualização, não penaliza conhecimento atualizado e não viola as diretrizes vigentes do ATLS 11ª edição, inexistindo ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
003674	CAFELÂNDIA - Médico 12h	32-N	A questão pede para identificar a afirmativa incorreta. O gabarito preliminar aponta a alternativa D ("manter o dreno clampeado"), que é de fato uma conduta proscrita e perigosa, validando-a como incorreta. Contudo, a alternativa B afirma que "pneumotórax não drenado... são consideradas contraindicações relativas". Esta afirmação também é tecnicamente incorreta. De acordo com a Lei de Boyle-Mariotte e as diretrizes de medicina aeroespacial (Portaria 2048/GM/MS, manuais da ANAC/AMIB, bem como as próprias cartilhas da Câmara Técnica de Medicina Aeroespacial do Conselho Federal de Medicina (CFM), o pneumotórax não drenado é classificado como uma contraindicação ABSOLUTA para o transporte aeromédico, devido ao risco fatal de expansão volumétrica do gás em altitude, que pode converter um pneumotórax simples em hipertensivo. Ao classificar uma contraindicação absoluta como relativa, a alternativa B torna-se falsa. Havendo, portanto, duas afirmativas incorretas (B e D) em uma questão que busca o erro, o item apresenta vício de duplicidade. Solicita-se a ANULAÇÃO da questão. Fonte: https://portal.cfm.org.br/images/stories/pdf/cartilha_medicina_aeroespacialfinal2.pdf (página 31) https://portal.cfm.org.br/images/stories/documentos/cartilha%20aeroespacialcfm.pdf (página 1)	A classificação das contraindicações ao transporte aeromédico adotada na questão baseia-se expressamente no Protocolo Aeromédico do SAMU. O comando da questão remete de forma explícita a esse protocolo. Conforme o SAV AERO 2, o pneumotórax não drenado é classificado como contraindicação relativa ao transporte aeromédico, estando corretamente descrito na alternativa B. Dessa forma, não há duplicidade de assertivas incorretas. Apenas a alternativa D contraria o protocolo oficialmente adotado pela questão.	INDEFERIDO
003674	CAFELÂNDIA - Médico 12h	16-N	A insuficiência respiratória do tipo II (hipercápnica) é caracterizada primordialmente por falha na ventilação (bomba respiratória). A questão pede a exceção a essa regra. O gabarito preliminar aponta a alternativa A (Contusão Pulmonar) como a resposta correta. De fato, a contusão pulmonar causa distúrbio V/Q e shunt, levando primariamente à insuficiência hipoxêmica (Tipo I). Entretanto, a alternativa E (Edema Agudo de Pulmão Cardiogênico) também descreve uma patologia cuja fisiopatologia principal é o preenchimento alveolar e o distúrbio da difusão/V/Q, caracterizando-se classicamente como uma Insuficiência Respiratória Hipoxêmica (Tipo I). Na apresentação clínica típica do Edema Agudo de Pulmão (EAP), o paciente apresenta hipoxemia associada à hipocapnia (devido à taquipneia compensatória). A hipercapnia no EAP não é a regra, ocorrendo apenas em fases tardias de fadiga muscular, assim como pode ocorrer na contusão pulmonar grave. Fontes consagradas como UpToDate, Harrison's Principles of Internal Medicine classificam tanto a Contusão Pulmonar quanto o Edema Cardiogênico primariamente no grupo das insuficiências	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

			hipoxêmicas. Portanto, existem duas alternativas (A e E) que atendem ao comando "NÃO é causa hipercápnica", impossibilitando a escolha de uma única resposta. Solicita-se a ANULAÇÃO da questão. Fontes: https://www.uptodate.com/contents/pathophysiology-of-cardiogenic- pulmonary-edema		
003674	CAFELÂNDIA - Médico 12h	34-C	A questão solicita o cálculo da Escala de Coma de Glasgow (ECG) com base nos descritores fornecidos. Analisando cada componente conforme a padronização internacional (ATLS 10ª e 11ª edições), linha de cuidado do próprio Ministério da Saúde, o qual disponibiliza a escala no proprio site: Abertura Ocular: Ocorre apenas ao estímulo doloroso. Pontuação: 2 (Pressão). Resposta Verbal: Emite palavras isoladas (inapropriadas). Pontuação: 3. Resposta Motora: O enunciado descreve "flexão normal" e "retirada". A flexão normal/retirada inespecífica corresponde à pontuação 4. (Nota-se que a flexão anormal/decorticação receberia 3 pontos, mas o texto é explícito ao citar "flexão normal"). Realizando a somatória simples dos componentes (2 + 3 + 4), obtém-se o escore total de 9. O gabarito preliminar indicou a alternativa "B" (8 pontos), o que constitui um erro aritmético objetivo, visto que a soma dos descritores apresentados resulta inequivocamente em 9. A única alternativa correta disponível é a "C". Diante do exposto, solicita-se a ALTERAÇÃO DO GABARITO da alternativa B para a alternativa C. Fonte:	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
004394	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	21-A	Na aquestão 21 as alternativas A e D SÃO IDENTICAS	Duplicidade nas alternativas A e D, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
004394	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	29-A	Na questão 29 as afirmativas II e III são identicas	Duplicidade nas assertivas II e III, incapacita a resolução da mesma.	QUESTÃO ANULADA
003639	TOLEDO - Médico 12h	19-C	RECURSO – Questão 19 (SAMU / SAV) – Alteração de gabarito (B → C) ou Anulação À Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 19, cuja resposta foi considerada alternativa B, pelos fundamentos a seguir. 1) Síntese do enunciado Trata-se de ocorrência em via pública com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a transeuntes e comportamento imprevisível. A equipe realiza avaliação de cena (método ACENA) e tenta abordagem verbal/desescalada sem sucesso. Não há arma de fogo visível, porém o risco permanece elevado pela imprevisibilidade e ameaça a terceiros. 2) Ponto central: em SAV pré-hospitalar, a conduta é condicionada à SEGURANÇA DA CENA Em atendimento pré-hospitalar (SAMU/SAV), o princípio operativo é: segurança da equipe e da cena é condição para qualquer intervenção clínica.O próprio enunciado destaca ACENA e descreve um cenário de ameaça a terceiros e comportamento imprevisível, o que caracteriza cena potencialmente insegura, especialmente quando falha a desescalada verbal. Nessa situação, a conduta mais alinhada ao raciocínio operacional é solicitar apoio policial para garantir segurança e possibilitar abordagem/contensão com menor risco para equipe, paciente e população. 3) Por que a alternativa B não é "necessariamente" correta no contexto apresentado A alternativa B afirma que, após falha da negociação verbal, "está indicada medicação para tranquilização", sugerindo inclusive haloperidol + prometazina IM. Ocorre que o enunciado não assegura condições mínimas de segurança/controle para administração IM e monitorização adequada, pois: o paciente está em via pública, agressivo e imprevisível; não há informação de que a equipe conseguiu contenção segura (física/ambiental) para aplicação IM sem risco de luta corporal, lesão por agulha, escalada de violência ou fuga; em protocolos de APH, a tranquilização medicamentosa não é etapa automática após falha verbal: ela depende de controle do risco na cena, equipe suficiente e condições operacionais para monitorização e manejo de complicações. Assim, não há base inequívoca no enunciado para concluir que a alternativa B seja a conduta correta "neste caso", pois a prioridade operacional continua sendo a segurança. 4) A alternativa C se torna a mais compatível com o cenário (ou, ao menos, gera ambiguidade) A alternativa C: "Há indicação de solicitação de apoio policial, devendo qualquer intervenção clínica aguardar a chegada da autoridade." Dado o cenário descrito (ameaça + imprevisibilidade + falha de desescalada), é plenamente defensável que a intervenção clínica só ocorra após a cena estar segura, o que, em via pública e sem controle do paciente, frequentemente exige apoio policial. Ainda que a redação "qualquer intervenção clínica aguardar" seja rígida, ela se alinha ao princípio de não expor equipe e terceiros a risco quando a cena não está controlada. Em outras palavras: sem segurança, não há abordagem clínica efetiva. 5) Pedido Diante do exposto, requer-se: (a) a alteração do gabarito para a alternativa C, por ser a que melhor preserva a prioridade do APH/SAMU (segurança de cena) no contexto concreto descrito; ou, subsidiariamente(b) a anulação da questão, por ambiguidade, já que o enunciado não fornece elementos operacionais suficientes (p.ex., número de profissionais, possibilidade de contenção segura, tempo de resposta policial, condições para monitorização) para afirmar de modo inequívoco que a tranquilização medicamentosa IM é a conduta correta "neste caso". Termos em que,Pede deferimento. LITERATURA ATLS	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
003639	TOLEDO - Médico 12h	23-A	Recurso – Questão 23 – Via aérea pediátrica no trauma Solicito a revisão do gabarito da questão 23 (vias aéreas em crianças no atendimento inicial ao trauma). O enunciado exige o reconhecimento de diferenças anatômicas pediátricas. A alternativa apontada no gabarito (D) descreve: "occipício proporcionalmente maior… pode resultar em flexão do pescoço quando em posição supina, levando à obstrução das vias aéreas". Embora o occipício proporcionalmente maior seja uma característica anatômica, a assertiva vincula a conclusão ("levando à obstrução") a uma condição de posicionamento em supino, que pode variar conforme técnicas de manejo e imobilização, especialmente no contexto do trauma (posição neutra, uso de coxins, imobilização cervical). Assim, a alternativa D não se mantém como enunciado anatômico independente, pois depende de circunstâncias assistenciais e posicionais para que a "obstrução" ocorra. Diante disso, requer-se a anulação da questão por apresentar alternativa cuja correção depende de condição externa (posicionamento/técnica) e não exclusivamente de particularidade anatômica, conforme solicitado pelo comando. Termos em que, pede deferimento.	Recurso IMPROCEDENTE. O reconhecimento das particularidades anatômicas pediátricas tem finalidade prática, voltada à prevenção de complicações no manejo da via aérea durante o atendimento. A alternativa D descreve corretamente essa particularidade e sua repercussão clínica, não havendo exigência de dissociação entre anatomia e prática assistencial.	INDEFERIDO
003639	TOLEDO - Médico 12h	40-E		Recurso IMPROCEDENTE. A expressão "sem shunt" é utilizada de forma funcional na prática clínica para diferenciar quadros de insuficiência respiratória responsivos à oxigenoterapia convencional daqueles com hipoxemia refratária. Não se trata de negar a existência de shunt fisiológico, mas de classificação clínica adequada ao nível da questão. A alternativa D descreve corretamente a indicação do cateter nasal de O? para situações de baixa FiO? e baixos fluxos, estando alinhada ao ensino básico e à prática assistencial. A alegação apresentada decorre de interpretação inadequada do conteúdo, inexistindo imprecisão técnica ou ambiguidade que justifique a anulação da questão.	INDEFERIDO
003639	TOLEDO - Médico 12h	40-E	Objeto: Recurso contra o gabarito da Questão 40. Argumentação: Solicitação de Anulação. Prezada Banca Examinadora, O candidato vem, respeitosamente, solicitar a anulação da questão 40, tendo em vista a imprecisão técnica encontrada na alternativa considerada correta (D), o que prejudica a avaliação objetiva do conhecimento. A alternativa D afirma que o cateter nasal de O? é utilizado para "insuficiência respiratória aguda sem shunt". O termo "sem shunt" é fisiologicamente impreciso e tecnicamente inadequado para descrever a indicação clínica. Fisiologia: O shunt intrapulmonar (ou desvio) é um mecanismo fisiopatológico presente em diversas condições de insuficiência respiratória. Mesmo em indivíduos saudáveis, existe um shunt fisiológico. Em pacientes com insuficiência respiratória aguda hipoxêmica, o mecanismo de shunt ou desigualdade V/Q está frequentemente presente. Indicação Clínica: O cateter nasal é indicado para hipoxemias leves a moderadas. Dizer que ele é usado "sem shunt" sugere que ele não serve para tratar hipoxemia causada por shunt (o que é parcialmente verdade para shunts verdadeiros extensos, que são refratários a O?), mas a redação confunde o mecanismo fisiopatológico com a gravidade clínica. Um paciente pode ter um	Recurso IMPROCEDENTE. A expressão "sem shunt" é utilizada de forma funcional na prática clínica para diferenciar quadros de insuficiência respiratória responsivos à oxigenoterapia convencional daqueles com hipoxemia refratária. Não se trata de negar a existência de shunt fisiológico, mas de classificação clínica adequada ao nível da questão. A alternativa D descreve corretamente a indicação do cateter nasal de O? para situações de baixa FiO? e baixos fluxos, estando alinhada ao ensino básico e à prática assistencial. A alegação apresentada decorre de interpretação inadequada do conteúdo, inexistindo imprecisão técnica ou ambiguidade que justifique a anulação da questão.	INDEFERIDO

			pequeno efeito shunt e ainda assim responder ao cateter nasal. A generalização torna a afirmativa cientificamente questionável. Ademais, a alternativa E, embora incorreta quanto à porcentagem (>80%), refere-se à Máscara de Venturi, que é um sistema de alto fluxo de gás total (embora com FiO? limitada a 50-60%). A confusão gerada pela imprecisão da alternativa D induz o candidato ao erro, uma vez que não há uma resposta inequivocamente correta e completa que abranja a complexidade da fisiologia respiratória descrita. Diante da redação dúbia e pouco científica da alternativa D, solicita-se a anulação da questão.		
003639	TOLEDO - Médico 12h	41-D	Objeto: Solicitação de Anulação da Questão nº 41. Argumentação: A questão apresenta um caso clínico de meningite bacteriana em escolar de 8 anos. O gabarito preliminar aponta a alternativa "C" como correta, baseando-se no achado de "diplococos Gram-positivos" para diagnosticar Streptococcus pneumoniae. No entanto, solicito a revisão da questão baseada na insuficiência de dados morfológicos para um diagnóstico diferencial preciso apenas pela bacterioscopia descrita de forma genérica. Embora o S. pneumoniae seja classicamente descrito como diplococo Gram-positivo, a literatura médica (ex: Mandell, Douglas, and Bennett's Principles and Practice of Infectious Diseases) enfatiza que sua morfologia típica é "lanceolada" (em chama de vela), característica crucial para diferenciá-lo de outras espécies de estreptococos ou até enterococos que podem, ocasionalmente, se apresentar aos pares. A ausência do termo "lanceolado" ou "em chama de vela" empobrece a descrição técnica e pode induzir o candidato ao erro, uma vez que o termo "diplococo" é, na prática clínica de urgência, gatilho mental imediato para a suspeita de Neisseria meningitidis (ainda que esta seja Gram-negativa), dada a gravidade e necessidade de bloqueio epidemiológico imediato. Ademais, em cenários de emergência (UPA), a conduta de precaução (isolamento e notificação) muitas vezes precede a confirmação do Gram, e a questão mistura conduta clínica com detalhe microbiológico estrito, gerando dubiedade na melhor prática a ser seguida (segurança do paciente e contatos vs. preciosismo microbiológico). Diante da descrição morfológica incompleta para um padrão-ouro de definição etiológica no enunciado, solicita-se a anulação da questão.	Recurso IMPROCEDENTE. O quadro clínico e liquórico apresentado é compatível com meningite bacteriana, e a bacterioscopia evidenciando diplococos Gram-positivos constitui dado suficiente para a suspeição do agente etiológico mais provável no contexto descrito. Ademais, a questão não aborda condutas de vigilância epidemiológica pré-laboratorial, mas sim a correlação clínico-laboratorial e a conduta quanto à quimioprofilaxia, que está corretamente descrita na alternativa indicada. Não há, portanto, ambiguidade ou insuficiência de dados que justifique a anulação da questão, permanecendo correta a alternativa C.	INDEFERIDO
003639	TOLEDO - Médico 12h	26-A	Recurso – Pedido de Anulação da Questão 26 Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão 26, pelos motivos expostos a seguir. A questão aborda um quadro clínico compatível com episódios de hipoglicemia em indivíduo jovem, previamente hígido, com sintomas adrenérgicos (mal-estar, sudorese fria, palpitações) e neuroglicopênicos (confusão mental), desencadeados em jejum prolongado e com melhora após ingestão de carboidratos. A banca considerou como correta a alternativa C, que descreve a clássica Tríade de Whipple: “Sintomas compatíveis com hipoglicemia, documentação de glicemia baixa no momento dos sintomas e alívio dos sintomas após correção da glicemia.” De fato, a descrição da Tríade de Whipple na literatura tradicional inclui esses três elementos. Entretanto, há problemas técnicos e de formulação que tornam a questão passível de anulação, pois: A questão não fornece todos os elementos da Tríade de Whipple, tal como exigidos pela própria alternativa considerada correta: O enunciado descreve apenas: Sintomas compatíveis com hipoglicemia; Melhora após ingestão de carboidratos. Em nenhum momento há “documentação de glicemia baixa no momento dos sintomas”, que é justamente um dos pilares da Tríade de Whipple e elemento central da alternativa C. Ou seja, a alternativa C descreve um critério diagnóstico clássico que não está plenamente suportado pelo enunciado, havendo extrapolação de dados não fornecidos. A alternativa A, embora não seja a formulação clássica da Tríade de Whipple, também apresenta elementos coerentes com o quadro clínico descrito e utiliza parâmetros objetivos: Sintomas autonômicos: presentes no enunciado (mal-estar, sudorese fria, palpitações). Glicemia de jejum persistentemente baixa e cetonemia: ainda que não mencionados, são frequentemente associados a estados de hipoglicemia prolongada em jejum, especialmente em contextos de hiperinsulinismo endógeno. Dessa forma, a alternativa A, apesar de não corresponder à definição clássica da Tríade de Whipple, apresenta coerência fisiopatológica com o quadro proposto, o que cria zona de ambiguidade na escolha da resposta. Conflito entre enunciado e comando da questão: O comando pede: “Assinale a alternativa que corresponde corretamente aos elementos da Tríade de Whipple, fundamentais para a suspeita diagnóstica nesse caso”. A Tríade de Whipple, por definição, é um critério clínico-bioquímico que exige comprovação laboratorial de hipoglicemia no momento do sintoma. Como essa informação não é trazida no enunciado, a questão obriga o candidato a assumir um dado clínico não fornecido, o que contraria o princípio de que as alternativas devem ser respondidas exclusivamente com base nas informações contidas no texto. Em provas de múltipla escolha, é esperado que: Haja uma única alternativa indiscutivelmente correta, sem necessidade de suposições; O enunciado forneça todos os dados necessários para o reconhecimento do conceito cobrado. Nesta questão, contudo, é preciso inferir que a glicemia foi documentada como baixa no momento do sintoma (critério da alternativa C), o que não está no enunciado. Diante disso, há: Desalinhamento entre o conceito teórico (Tríade de Whipple) e os dados efetivamente apresentados no enunciado; Alternativa considerada correta (C) que depende de informação não fornecida; Ambiguidade com outra alternativa (A), que também guarda coerência com o quadro, comprometendo o critério de unicidade da resposta correta. Por esses motivos, a questão apresenta vício de formulação e obrepõe-se ao conteúdo efetivamente descrito no enunciado, tornando a resposta apontada como correta discutível do ponto de vista técnico e metodológico. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão 26, em respeito aos princípios de clareza, objetividade e segurança jurídica do certame.	Recurso IMPROCEDENTE. O enunciado da questão tem caráter contextual, com a finalidade de situar o cenário clínico sugestivo de hipoglicemia. Já o comando da questão é claro e objetivo ao solicitar a identificação da alternativa que corresponde corretamente aos elementos da Tríade de Whipple. Não há exigência de que o enunciado apresente, de forma literal, todos os critérios da Tríade de Whipple. O objetivo da questão é avaliar o conhecimento conceitual do candidato sobre quais são os três elementos que compõem essa tríade clássica, e não a confirmação diagnóstica completa no caso clínico apresentado. As demais alternativas não correspondem à definição clássica da tríade, apresentando critérios inexistentes, incompletos ou fisiopatológicos não pertencentes à Tríade de Whipple, não havendo qualquer ambiguidade entre as opções. Portanto, inexiste conflito entre enunciado e comando da questão, tampouco extrapolação de dados, sendo plenamente válida a alternativa indicada no gabarito oficial.	INDEFERIDO
003865	CASCAVEL - Médico 12h	16-N	PREZADA BANCA AVALIADORA, VENHO POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A NULIDADE DA QUESTÃO 16, QUE QUESTIONA SOBRE QUAL DAS ALTERNATIVAS NÃO REPRESENTA UMA CAUSA DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA DO TIPO HIPERCÁPNICA. NAS ALTERNATIVAS COLOCADAS, TEM-SE DOIS EXEMPLOS DE CAUSAS DE INSUFICIÊCIA RESPIRATÓRIA DO TIPO HIPOXÊMICA: CONTUSÃO PULMONAR NA ALTERNATIVA(A) E EDEMA AGUDO DE PULMÃO CARDIOGÊNICO, ALTERNATIVA (E), SENDO ENTÃO NECESSÁRIO A ACEITAÇÃO DE AMBAS ALTERNATIVAS OU A ANULAÇÃO DA QUESTÃO. A insuficiência respiratória aguda (IRpA) é uma síndrome clínica definida pela incapacidade do organismo em realizar trocas gasosas de forma adequada, de instalação aguda, decorrente da disfunção em um ou mais dos componentes do sistema respiratório (parede torácica, pleura, diafragma, vias aéreas, alvéolos, circulação pulmonar, sistema nervoso central e periférico). A insuficiência respiratória pode ser classificada em: Tipo 1: hipoxêmica (PaO2 < 60 mmHg): – Há falência primária na oxigenação. – Desenvolvida em condições em que a ventilação se encontra preservada: a hipoxemia é decorrente de alteração na relação ventilação/perfusão (V/Q) – efeito shunt ou espaço morto – ou na difusão dos gases pela membrana alveolocapilar. – Gasometria arterial: hipoxemia está presente, sem hipercapnia. A PaCO2 pode estar baixa na tentativa de se compensar a hipoxemia com hiperventilação. São exemplos de insuficiência respiratória tipo hipoxêmica: infecções (pneumonias), edema agudo de pulmão cardiogênico, edema agudo de pulmão não-cardiogênico, lesão pulmonar, embolia pulmonar, atelectasia, fibrose pulmonar (intersticiopatias), hemoptise, neoplasia, trauma (contusão pulmonar) Tipo 2: hipercápnica (PaCO2 > 45 mmHg): – Hipercapnia é definida como PaCO2 > 45 mmHg. – A pressão parcial de CO2 é diretamente proporcional à sua produção (VCO2) e inversamente proporcional à ventilação alveolar (eliminação de CO2). A ventilação alveolar é dependente da ventilação minuto e da relação entre espaço morto e volume corrente. Aumento do espaço morto e redução da ventilação minuto são causas comuns de hipercapnia; aumento da produção de CO2 raramente resulta em hipercapnia importante devido aos mecanismos de compensação. São exemplos de insuficiência respiratória do tipo hipercápnica: asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), medicações depressoras do sistema nervoso central (opioides, barbitúricos, benzodiazepinicos), transtornos do sistema nervoso central (AVC, TCE, infecções), doenças neuromusculares (Guillain-Barré, miastenia gravis, distrofia muscular, esclerose lateral amiotrófica), síndrome da hipoventilação da obesidade, causas metabólicas (hipoglicemia, hipernatremia, hiponatremia, hipercalcemia). REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: VELASCO, I. T. et al. (eds). Medicina de emergência: abordagem prática. 14. ed. Barueri: Manole, 2020. p. 115-122.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA

003865	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	PREZADA BANCA AVALIADORA, VENHO POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A MUDANÇA DO GABARITO DA QUESTÃO 34 DO ITEM B PARA O ITEM C, POIS O PACIENTE ABORDADO NA QUESTÃO APRESENTA EM SEU EXAME NEUROLÓGICO, ABERTURA OCULAR APENAS A ESTÍMULO DOLOROSO, EMITE PALAVRAS ISOLADAS, APRESENTA FLEXÃO NORMAL DOS MEMBROS SUPERIORES, RETIRANDO O BRAÇO AO ESTÍMULO, SEM LOCALIZAR A DOR. PORTANTO SEGUNDO A ESCALA DE COMA DE GLASGOW SUA PONTUAÇÃO É 9. ABERTURA OCULAR: 2 PALAVRAS ISOLADAS: 3 FLEXÃO NORMAL DOS MEMBROS SUPERIORES RETIRANDO O BRAÇO AO ESTÍMULO, SEM LOCALIZAR A DOR: 4 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: VELASCO, I. T. et al. (eds). Medicina de emergência: abordagem prática. 14. ed. Barueri: Manole, 2020. p. 31-32.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003461	SANTA HELENA - Médico 24h	34-C	RECURSO – QUESTÃO 34 Recurso contra o gabarito preliminar – Questão 34Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão 34, uma vez que a alternativa indicada como correta (letra B) não corresponde à pontuação adequada da Escala de Coma de Glasgow descrita no enunciado.Conforme os dados apresentados, o paciente apresenta abertura ocular apenas ao estímulo doloroso (2 pontos), emite palavras isoladas (3 pontos) e apresenta flexão normal dos membros superiores, retirando o braço ao estímulo doloroso, sem localizar a dor, o que corresponde à resposta motora de retirada ao estímulo doloroso (4 pontos).Dessa forma, a soma da Escala de Coma de Glasgow é 9 pontos (2 + 3 + 4), correspondendo à alternativa letra C, e não à letra B, conforme consta no gabarito preliminar.Ressalta-se que a pontuação motora 3 pontos refere-se à flexão anormal (decorticação), condição que não foi descrita no enunciado, não sendo possível atribuir pontuação inferior à resposta motora apresentada.Diante do exposto, solicita- se a retificação do gabarito preliminar, com a alteração da alternativa correta da letra B para a letra C, por refletir corretamente a pontuação da Escala de Coma de Glasgow conforme critérios técnicos amplamente aceitos.Termos em que,Pede deferimento. Referências bibliográficas Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness. The Lancet, 1974.ATLS® – Advanced Trauma Life Support, 10ª edição. American College of Surgeons.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
003461	SANTA HELENA - Médico 24h	6-N	Prezada Banca Examinadora, respeitosamente solicita-se a ANULAÇÃO da questão nº 06. A alternativa indicada como incorreta no gabarito oficial (letra E) fundamenta-se na alegação de que o verbo "manusear" exigiria preposição, caracterizando erro de regência no trecho analisado. Entretanto, conforme a gramática normativa da língua portuguesa, o verbo "manusear" é classificado como verbo transitivo direto, não exigindo preposição para seu complemento, sendo plenamente correta a construção "manusear um livro". Dessa forma, o erro apontado pela alternativa não existe, baseando-se em fundamentação gramatical equivocada e atribuindo desvio inexistente ao enunciado analisado. Tal vício compromete a validade da análise solicitada pela questão, tornando-a tecnicamente incorreta. Diante do exposto, requer- se a ANULAÇÃO da questão nº 06. Referências: Cunha, Celso; Cintra, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Houaiss, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.	A análise está correta. Isso quer dizer que a letra E NÃO identifica adequadamente um DESVIO da norma padrão e, por isso, é a alternativa a ser assinalada. Todas as outras alternativas apresentam desvios que de fato ocorrem. Portanto, considerando que a oração "Gosto de manusear um livro" está adequada à norma padrão, fica mantido o gabarito que a ponta a letra E como alternativa a ser assinalada. Portanto, fica mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
003461	SANTA HELENA - Médico 24h	32-N	Prezada Banca Examinadora, respeitosamente solicita-se a ANULAÇÃO da questão nº 32. A alternativa considerada correta no gabarito oficial (letra D) afirma que o dreno torácico deve permanecer clampeado durante todo o voo em pacientes submetidos a transporte aeromédico. Entretanto, tal conduta está em desacordo com protocolos técnicos e assistenciais vigentes, uma vez que o clampeamento rotineiro do dreno torácico é contraindicado por elevar o risco de pneumotórax hipertensivo, especialmente diante das variações de pressão atmosférica durante o voo. A conduta recomendada é manter o dreno pérvio e funcionante, conectado a sistema de drenagem adequado, com monitorização contínua do paciente. Dessa forma, a alternativa indicada como correta apresenta erro técnico grave, comprometendo a segurança assistencial e a validade da questão. Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão nº 32. Referências: Advanced Trauma Life Support (ATLS). American College of Surgeons. Manual do ATLS. Ministério da Saúde. Protocolos do SAMU – Transporte Aeromédico. Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Trauma (SBAIT).	Recurso IMPROCEDENTE. O SAMU dispõe de protocolos oficiais específicos para o transporte aeromédico, notadamente o SAV AERO, que estabelecem diretrizes claras e operacionais para preparação do paciente, composição da equipe, manejo de dispositivos e segurança durante o voo. De forma expressa, o protocolo AERO 5 orienta que o dreno torácico deve ser clampeado no embarque e desembarque, permanecendo aberto durante o voo, o que torna a alternativa D o gabarito, pois foi solicitada alternativa incorreta.	INDEFERIDO
002859	CASCAVEL - Médico 12h	34-C	Prezados membros da banca avaliadora, Apresento recurso em relação ao gabarito preliminar da Questão 34, que atribuiu como correta a alternativa B (8 pontos). Entretanto, com base nas informações descritas no enunciado, tem-se que a pontuação correta da Escala de Coma de Glasgow é 9 pontos, conforme aplicação padronizada da escala: Abertura ocular: abertura apenas ao estímulo doloroso → E2 Resposta verbal: emissão de palavras isoladas → V3 Resposta motora: retirada do membro ao estímulo doloroso, sem descrição de localização da dor → M4 Não há, no enunciado, qualquer referência à localização do estímulo doloroso, o que impossibilita a classificação como M5. Assim, a soma correta é E2 + V3 + M4 = 9 pontos, correspondente à alternativa C, havendo incompatibilidade com o gabarito preliminar divulgado. Diante disso, solicito, por gentileza, retificação do gabarito para a alternativa C, equivalente a 9 pontos. Grato. Referências bibliográficas: Teasdale G, Jennett B. Assessment of coma and impaired consciousness: a practical scale. Lancet. 1974;304(7872):81–84. Teasdale G, Jennett B. Assessment and prognosis of coma after head injury. Acta Neurochir (Wien). 1976;34(1–4):45–55. American Heart Association. Advanced Cardiovascular Life Support (ACLS) Provider Manual. Dallas: American Heart Association; 2020. American Heart Association. Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. Circulation. 2020;142(16 Suppl 2):S366–S468.	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
002408	TOLEDO - Enfermeiro	4-A	Solicita-se a anulação da questão 04 por apresentar duas alternativas tecnicamente incorretas (A e B). O gabarito oficial aponta a letra B como a análise incorreta. Todavia, a alternativa A também apresenta uma análise correta sobre um erro gramatical no texto: a utilização da vírgula entre o sujeito 'O NEP' e o verbo 'atua', o que infringe as regras básicas de pontuação do período simples. Além disso, sobre a letra B, a regência da preposição 'perante' não admite a combinação com a preposição 'a' (formando 'ao'), sendo a forma 'perante ao' gramaticalmente inadequada. Diante da existência de duas afirmações que apontam erros reais ou que são, elas mesmas, incorretas, a questão carece de alternativa única, devendo ser anulada.	A questão 4 pede uma análise INCORRETA. A letra A apresenta uma análise correta, uma vez que aponta um desvio que realmente ocorre e o justifica adequadamente. Logo, não há duas respostas possíveis, ficando mantido o gabarito provisório.	INDEFERIDO
002408	TOLEDO - Enfermeiro	18-D	Solicita-se a anulação ou alteração do gabarito da questão 18. O gabarito preliminar aponta a alternativa C como correta, afirmando a criação de uma cadeia 'única' para adultos, crianças e diferentes ambientes. Tal afirmação contradiz as Diretrizes da American Heart Association (AHA) 2020, que mantêm cadeias distintas para adultos e pediatria, bem como fluxos diferenciados para os ambientes Intra-hospitalar (ACIH) e Extra-hospitalar (ACEH), respeitando as particularidades de cada cenário. Por outro lado, a alternativa D apresenta a verdadeira inovação estrutural das diretrizes atuais: a inclusão do sexto elo (Recuperação), que compõe o cuidado pós-PCR. Diante do erro conceitual da alternativa C, que descreve uma unificação inexistente nos protocolos oficiais, solicita-se a revisão para a alternativa D ou a anulação da questão por erro de conteúdo.	Sistemas de tratamento A sobrevivência após uma PCR requer sistemas integrados de pessoas, protocolos, políticas e recursos, juntamente com a aquisição e revisão contínuas de dados. As diretrizes dos sistemas de tratamento seguem a Cadeia de sobrevivência unificada para PCR (Figura 3), começando com a prevenção e a preparação para ressuscitar, passando pela identificação precoce da PCR, ressuscitação eficaz, e chegando aos cuidados pós-PCR, sobrevivência e recuperação. A otimização dos desfechos após a PCR requer sistemas de tratamento que funcionem bem tanto no ambiente intra-hospitalar como no extra- hospitalar, além do compromisso de coletar e analisar dados voltados para a melhoria da qualidade em todos os elos da Cadeia de sobrevivência. Resumo das principais questões e alterações Uma Cadeia de sobrevivência única destina-se a ser aplicada à PCR intra-hospitalar (PCRIH) e à PCR extra- hospitalar (PCREH) adulta e pediátrica. Ao criar essa cadeia única, reconhece-se que, antes da PCR, a prevenção e a preparação podem tanto evitar a necessidade de ressuscitação como otimizá-la. Diversas recomendações foram unificadas em um bloco de conhecimento dedicado a iniciativas comunitárias para melhorar a respostado socorrista leigo à PCREH. Nele, o leitor encontrará recomendações sobre abordagens baseadas em sistemas destinadas a ampliar a conscientização da comunidade sobre a PCR e o papel crucial da RCP realizada por socorrista leigo e do uso de desfibriladores externos automáticos. Recomendações relacionadas ao uso de sistemas de alerta precoce e equipes de resposta rápida	INDEFERIDO

				ou equipes de emergência médica para prevenir a PCRIH em crianças e adultos foram combinadas, com uma recomendação adicional sobre a realização de reuniões de segurança a prevenção da PCRIH. As políticas para facilitar o acesso público à naloxona são agora recomendadas juntamente com o acesso público à desfibrilação, visto que ambos têm potencial para salvar vidas. Os operadores de centrais de emergência agora recebem recomendações distintas para as instruções de RCP em adultos e crianças; eles devem orientar os socorristas leigos a usar a RCP apenas com as mãos em adultos e a RCP convencional, que inclui ventilações, em crianças. O protocolo No-No-Go (Não respira? Não responde? Inicie a RCP!) é reiterado como um método eficaz para reconhecer uma PCREH. As recomendações de debriefing clínico são reiteradas, com uma nova recomendação sobre a incorporação de debriefing imediato (quente) e tardio (frio) após eventos de RCP. FONTE: https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/2025- documents-for-cpr-heart-edits-posting/Resuscitation- Science/JN1580_PTBR_Hghlghts_2025ECCGuidelines_Final_251021.pdf?sc_lang=en.	
002408	TOLEDO - Enfermeiro	27-A		Para iniciar um protocolo de ME, o paciente deve preencher alguns critérios bem estabelecidos. É essencial que o pacienteesteja em Glasgow 3, sem incursões ventilatórias voluntárias e sem condições confundidoras para o coma, como uso de sedação e bloqueadores neuromusculares, hipotermia ou distúrbios metabólicos graves, hipóxia ou hipotensão. Alguns distúrbios são as principais dúvidas da equipe que iniciará o protocolo. O valor do sódio sérico é um deles. Idealmente, o valor de sódio deve ser próximo do normal, abaixo de 155 mEq/L. Entretanto, caso o sódio alterado seja consequência do descontrole endócrino-metabólico decorrente do processo fisiopatológico de ME e exista outra causa clara e documentada para a ME, não há restrição para início do protocolo. A temperatura deve estar acima de 35?C. O início do protocolo deve ser adiado até a correção da hipotermia. Os exames clínicos devem ser realizados por dois médicos diferentes, não envolvidos com as equipes transplantadoras. Os exames clínicos devem ser realizados com intervalo mínimo de tempo entre eles. Em adultos, o intervalo entre os testes deve ser de, no mínimo, 1 hora. FONTE: https://www.paranatransplantes.pr.gov.br/sites/transplante s/arquivos_restritos/files/documento/2021- 05/manual_de_diagnostico_e_manutencao.pdf	INDEFERIDO
002408	TOLEDO - Enfermeiro	38-B	A questão 38 solicita a identificação da alternativa incorreta sobre o procedimento de punção intraóssea. O gabarito preliminar aponta a alternativa D como a resposta a ser marcada. Todavia, a afirmação contida na alternativa D — que recomenda às instituições um plano de revalidação das habilidades no máximo a cada um ano — não pode ser considerada um erro técnico. ?Pelo contrário, a recomendação de revalidação anual de competências em procedimentos invasivos e de alta complexidade é um pilar da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e das diretrizes de Segurança do Paciente, visando a mitigação de erros e a atualização frente a novas evidências. Trata-se de uma recomendação de 'boas práticas', e não de uma afirmação falsa ou tecnicamente errada. Ademais, a alternativa B apresenta ambiguidade ao utilizar o termo 'proibido' para a atividade docente do enfermeiro. Embora o técnico de enfermagem não tenha competência legal para a execução da punção (conforme Resolução COFEN nº 648/2020), o enfermeiro possui o dever ético e legal de capacitar sua equipe quanto ao manejo, manutenção do acesso e reconhecimento de complicações, atividades que compõem um 'curso de punção intraóssea' no âmbito teórico-prático de auxílio. ?Diante da correção conceitual da alternativa D e da imprecisão da alternativa B, a questão falha em apresentar uma única opção claramente incorreta, o que fere o princípio da objetividade dos concursos públicos, restando apenas a sua anulação.	Art. 1º No âmbito da equipe de enfermagem, é privativo do Enfermeiro a realização da punção intraóssea, em situações de urgência e emergência, na impossibilidade de obtenção do acesso venoso periférico. Parágrafo único. Para realização da punção intraóssea, recomenda-se a utilização de dispositivos designados para esse fim e legalmente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não devendo ser utilizadas agulhas hipodérmicas, cateteres sobre agulha ou qualquer outro material não específico para esse procedimento. Art. 2º Para a realização da punção intraóssea, o enfermeiro deve estar devidamente capacitado, por meio de curso presencial com conteúdo que inclua teoria e prática simulada. Art. 3º Os Enfermeiros instrutores de cursos de capacitação para a punção intraóssea devem possuir especialização na área de urgência e emergência, ou outras afins, que contemplem na matriz curricular o conteúdo relacionado ao procedimento de que trata esta resolução. Parágrafo único. É proibido ao Enfermeiro ministrar curso de punção intraóssea a profissionais que não possuem competência legal para executá-los (Técnicos/Auxiliares de Enfermagem, Bombeiros Militares, Bombeiros Civis, Socorristas, entre outros similares). Art. 4º Recomenda-se que o curso de capacitação de punção intraóssea esteja ligado a uma sociedade de especialistas, núcleo de educação às urgências, ou uma instituição de ensino. Art. 5º Para a plena execução do procedimento de punção intraóssea, deverão ser estabelecidos protocolos e a respectiva capacitação, bem como a disponibilização de materiais e equipamentos destinados às melhores práticas e segurança dos pacientes e equipe. Parágrafo único. Recomenda-se às instituições um plano de revalidação das habilidades no procedimento, no máximo, a cada 02 (dois) anos a partir de sua implantação. Art. 6º A realização do procedimento de punção intraóssea deverá ser executada no contexto do processo de enfermagem. Art. 7º Integra a presente resolução, em forma de anexo, informações técnicas e os tipos de dispositivos próprios para punção intraóssea, disponível no sítio de internet do Cofen (www.portalcofen.gov.br). Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.	INDEFERIDO
002408	TOLEDO - Enfermeiro	43-E	A questão 43 solicita a identificação de um agravo que apresente notificação compulsória imediata, conforme a legislação vigente. O gabarito preliminar aponta a alternativa D (Malária na região extra-amazônica). De fato, a Malária em região extra- amazônica exige notificação imediata (em até 24 horas) para as três esferas de governo, conforme a Portaria de Consolidação nº 4/2017 do Ministério da Saúde. ?Todavia, a alternativa E (Violência doméstica e/ou outras violências) apresenta uma redação genérica que inclui agravos de notificação imediata obrigatória. De acordo com a Lista Nacional de Notificação Compulsória, a Violência Sexual e a Tentativa de Suicídio (classificadas no grupo de 'outras violências') exigem notificação imediata às autoridades de saúde. ?Além disso, a legislação específica (Lei nº 10.778/2003 e atualizações) estabelece que a violência contra a criança, adolescente e idoso, quando confirmada ou suspeitada, deve ser comunicada imediatamente. Como o enunciado da questão não especificou o perfil da vítima nem excluiu a violência sexual do termo genérico 'outras violências', a alternativa E também pode ser considerada uma resposta válida para o critério de imediação. ?Diante da falta de especificidade do enunciado e da existência de dois itens que contemplam a obrigatoriedade de notificação imediata segundo os protocolos do Ministério da Saúde, solicita-se a anulação da referida questão para garantir a isonomia do certame.	Violência doméstica e/ou outras violências – Notificação semanal Violência sexual e tentativa de suicídio – Notificação imediata FONTE: Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms- n-6.734-de-18-de-marco-de-2025-620767223	INDEFERIDO
002408	TOLEDO - Enfermeiro	44-A	Para pacientes imunocompetentes com Herpes Zoster localizado (como o descrito, apenas na região torácica), as diretrizes de biossegurança recomendam Precaução Padrão. A precaução por contato só seria indicada se as lesões fossem disseminadas ou em pacientes imunocomprometidos, o que o enunciado não afirma.		QUESTÃO ANULADA
002408	TOLEDO - Enfermeiro	47-N	Solicita-se a anulação da questão 47 por apresentar múltiplas alternativas tecnicamente corretas frente ao caso narrado. O enunciado descreve o atendimento de uma cidadã estrangeira sem cadastro (Universalidade), que recebe priorização clínica imediata sobre os demais usuários devido ao risco (Equidade) e que é referenciada para outro ponto da rede para garantir a continuidade do cuidado (Integralidade). Ao perguntar qual princípio 'norteou a conduta', a questão falha em especificar qual etapa da conduta deseja destacar, tornando as alternativas A, D e E igualmente válidas conforme a doutrina do SUS. Tal imprecisão induz o candidato ao erro e fere o critério de objetividade do certame.	A paciente, mesmo não sendo cadastrada na unidade, apresentou um quadro agudo e grave (precordialgia com irradiação, sugestivo de síndrome coronariana aguda). Diante disso, a equipe priorizou seu atendimento em relação aos demais usuários, considerando a necessidade clínica e o risco iminente, e não a ordem de chegada ou vínculo prévio com a unidade. Portanto, a priorização baseada na necessidade clínica caracteriza claramente o princípio da equidade. Art. 196 da Constituição Federal“A saúde é direito de	INDEFERIDO

				todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação".Esse conceito ampliado de saúde funda, então, um sistema de saúde baseado também no princípio da equidade.	
002408	TOLEDO - Enfermeiro	49-N	Solicita-se a anulação da questão referida por apresentar ambiguidade no enunciado que impossibilita a escolha de uma única resposta correta. O enunciado utiliza o termo genérico 'bebê' sem especificar a faixa etária do paciente. De acordo com as diretrizes da American Heart Association (AHA), a conduta para desobstrução de vias aéreas em lactentes (até 1 ano) requer golpes dorsais e compressões torácicas, enquanto para crianças (acima de 1 ano) a conduta indicada é a manobra de compressão abdominal (Heimlich). Visto que o termo 'bebê' pode ser interpretado clinicamente em ambas as faixas etárias e que as manobras para cada caso são distintas e excludentes, a questão não apresenta clareza técnica, devendo ser anulada para não prejudicar o candidato.	2025 (atualização): Destaques das Diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovasculare Emergência de 2025 da American Heart Association Para bebês com OVACE grave, devem ser executados ciclos repetidos de 5 golpes nascostas alternados com 5 compressões torácicas até que o objeto seja expelido ou o bebê fique inconsciente. 2025 (atualização): Para crianças com obstrução de via aérea por corpo estranho (OVACE) grave, devem ser realizados ciclos repetidos de 5 golpes nas costas alternados com 5 compressões abdominais até que o objeto seja expelido ou a criança fique inconsciente (consulte o algoritmo atualizado). 2025 (atualização): Para bebês e criança sem PCR com ritmo inicial não chocável, é aceitável administrar a dose inicialde epinefrina o mais rápido possível. Em adultos com OVACE grave, devem ser executados ciclos repetidos de 5 golpes nas costas, seguidos de 5 compressões abdominais, até que o objeto seja expelido ou a vítima fique inconsciente. 2025 (novo): Pode ser aceitável realizar compressões no terço inferior do esterno, tomando cuidado para se manter acima do processo xifoide ao aplicar compressões torácicas em recém-nascidos. Motivo: Um estudo de autópsia de bebês e crianças pequenas constatou que a aplicação de compressões na região média do esterno não estava associada à ruptura do fígado. Lacerações superficiais na cápsula do fígado foram produzidas quando as compressões foram aplicadas no processo xifoide, e todos os pacientes que receberam compressões torácicas e abdominais simultâneas ou apenas compressões abdominais apresentaram ruptura hepática. Estudos radiográficos de tórax identificam que o coração se localiza sob o terço inferior do esterno na maioria dos bebês.	INDEFERIDO
002752	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	19-C	Considerando o Protocolo de Suporte Avançado de Vida do SAMU, mais precisamente no módulo AC39 Manejo da crise em saúde mental, subitem 12, diz que Policiais/Bombeiros podem ser acionados em caso que coloquem em risco a segurança da cena. Uma vez que o paciente encontrava-se com agitação intensa, inquietação, discurso agressivo e ameaçador, com comportamento imprevisível e não houve sucesso na abordagem verbal, se torna absolutamente inviável tentar aplicar qualquer medicação no paciente sem antes realizar a contenção física e para isto se faz necessária a presença de, pelo menos, 4 pessoas treinadas, mais uma para administrar a medicação, justificando o acionamento da polícia antes de qualquer intervenção, uma vez que a equipe da USA é composta por 3 profissionais. A questão é clara em dizer que não há arma de fogo visível porém não há como descartar a presença de arma de fogo ou arma branca o que coloca em risco a segurança da cena e torna extremamente arriscada a aproximação de algum membro da equipe para realizar medicação, até mesmo porque o paciente encontra-se agitado, agressivo, inquieto e não colaborativo. Assim sendo, solicito a alteração do gabarito para alternativa C.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
002752	TOLEDO - Médico 24h (SAMU)	34-C	Considerando o ATLS 11° edição, a pontuação da escala de coma de Glasgow do paciente é 9. Abertura ocular ao estímulo doloroso: 2 Emite palavras isoladas: 3 Flexão normal sem localizar a dor: 4 Total: 9 Assim sendo, solicito a alteração do gabarito para alternativa C	De acordo com a Escala de Coma de Glasgow, conforme o ATLS, a pontuação correta é: Abertura ocular ao estímulo doloroso → 2 pontos Resposta verbal: palavras isoladas → 3 pontos Resposta motora: retirada ao estímulo doloroso, sem localizar a dor (flexão normal) → 4 pontos Totalizando Glasgow = 9 pontos. A descrição do enunciado é compatível com retirada à dor, e não com flexão anormal. Assim, o gabarito preliminar que indicou 8 pontos está incorreto. Dessa forma, o gabarito é retificado para a alternativa C.	QUESTÃO ALTERADA
001098	CASCAVEL - Enfermeiro	28-N	A questão solicita a alternativa que corresponde à fórmula de Parkland, contudo não especifica se o paciente é adulto ou pediátrico, tampouco o tipo de queimadura ou situação clínica, o que compromete a objetividade da questão. Conforme ATLS: - Na página 173, recomenda-se que a reposição volêmica em pacientes pediátricos seja iniciada com 3ml/kg/%ASCQ; - Na página 174, o ATLS apresenta uma tabela na qual 4ml/kg/%ASCQ é indicado para queimaduras elétricas, em razão da maior demanda volêmica. Dessa forma, mais de uma alternativa pode ser considerada correta, a depender da população e do tipo de queimadura, informações não fornecidas no enunciado. Tal fato configura ambiguidade, ferindo o princípio da objetividade exigido nas provas objetivas. Solicita-se, portanto, a anulação da questão.	ENUNCIADO NÃO REFERE EM PACIENTE PEDIÁTRICO. FONTE: https://translate.google.com/translate?u=https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK537190/&hl=pt&sl=en&tl=pt&client= srp	INDEFERIDO
002114	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	34-C	Bom dia, Venho por meio deste, solicitar a análise da questão 34, pois a mesma está com as respostas ao lado de cada alternativa, letras V/F identificando quais eram Verdadeiras e quais eram Falsas Att	Recurso deferido, anulação da questão 34 por conter informação no final das alternativas sobre a possivel resposta.	QUESTÃO ANULADA
002114	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	34-C		Recurso deferido, anulação da questão 34 por conter informação no final das alternativas sobre a possivel resposta.	QUESTÃO ANULADA
002114	CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica	34-C	Boa tarde, Venho por meio deste, solicitar a análise da QUESTÃO 34, onde a mesma já está com as referidas respostas ao lado de cada item, V/F, conforme anexo. att	Recurso deferido, anulação da questão 34 por conter informação no final das alternativas sobre a possivel resposta.	QUESTÃO ANULADA
003789	CASCAVEL - Médico 12h	5-N		Não são apresentadas justificativas, motivo pelo qual o recurso fica sumariamente indeferido.	INDEFERIDO
003789	CASCAVEL - Médico 12h	5-N	Prezada Banca Examinadora,Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 05, que trata do uso do acento grave indicativo de crase.O gabarito preliminar aponta como correta a alternativa D ("O médico prestou orientações a pacientes em observação"). Contudo, tal alternativa não admite crase, pois o termo "pacientes" é substantivo masculino plural, não havendo artigo feminino que justifique a fusão da preposição "a" com artigo "a".Por outro lado, a alternativa C ("O fisioterapeuta retornou a ambulância após o atendimento domiciliar") exige o uso do acento grave, uma vez que o verbo "retornar", no sentido de deslocamento, rege a preposição "a", e o substantivo "ambulância" admite artigo feminino "a", configurando a fusão obrigatória: retornou à	A análise apresentada no recurso procede e coincide com o gabarito previamente apresentado, que aponta a alternativa C como aquela que deveria ter sido assinalada. Logo, o recurso perde seu efeito.	INDEFERIDO

			ambulância.Tal uso está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, conforme gramáticas normativas amplamente adotadas.Diante do exposto, solicito a retificação do gabarito da Questão 05, considerando correta a alternativa C, ou, alternativamente, a anulação da questão.Termos em que,Pede deferimento.		
003789	CASCAVEL - Médico 12h	16-N	Prezada Banca Examinadora da UNIOESTE, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 16, que solicita a identificação da alternativa que NÃO é causa de insuficiência respiratória hipercápnica. O gabarito preliminar indica como correta a alternativa E (edema agudo de pulmão cardiogênico). Entretanto, ressalta-se que, embora o edema agudo de pulmão seja classicamente associado à insuficiência respiratória hipoxêmica, em situações clínicas específicas, pode cursar com hipoventilação alveolar secundária, aumento do trabalho respiratório e fadiga muscular, podendo evoluir com retenção de CO?, especialmente em fases avançadas ou em pacientes com comorbidades respiratórias associadas. Adicionalmente, a alternativa A (contusão pulmonar) também se caracteriza predominantemente por distúrbio de troca gasosa do tipo hipoxêmico, não sendo classicamente descrita como causa primária de insuficiência respiratória hipercápnica, o que gera ambiguidade conceitual entre as alternativas apresentadas. Dessa forma, considerando a possibilidade de interpretação clínica plausível para mais de uma alternativa, solicita-se a anulação da questão, por ausência de opção inequivocamente correta. Termos em que,Pede deferimento.	Recurso PROCEDENTE. Tanto a alternativa “Contusão pulmonar” quanto “Edema agudo de pulmão cardiogênico” podem ser interpretadas como corretas, dependendo do contexto clínico considerado. Dessa forma, diante da existência de mais de uma alternativa passível de interpretação como correta, a questão deve ser ANULADA.	QUESTÃO ANULADA
000434	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	20-E	O Enunciado encontra-se errado pois segundo as recomendações oficiais do SUS para rastreamento mamografico populacional o exame deve ser realizado de forma preventiva a cada 2 anos na faixa etária de 50 a 74 anos que substitui o limite anterior que era de 50 a 69 anos. Portanto a alternativa correta é alternativa D e não E	Outra medida é a ampliação da faixa etária para rastreamento ativo, quando a mamografia deve ser solicitada de forma preventiva a cada dois anos. A idade limite, que até então era de 69 anos, passará a ser de até 74 anos. Quase 60% dos casos da doença estão concentrados dos 50 aos 74 anos e o envelhecimento é um fator de risco. FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 626/2025- CGCAN/DECAN/SAES/MS.	INDEFERIDO
000434	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	1-C	O Enunciado tem xomo alternativa xorreta a opção D mas não é correta pois o texto charme mostra a criança ressignificando a marquinha de nascença tratando-a de forma positiva e identitária que mostra a melhor interpretação do texto.	A questão solicita uma análise do funcionamento linguístico-discursivo da expressão, e não apenas da atitude subjetiva da criança. O fato de a personagem tentar atribuir um valor positivo ao traço não elimina o caráter de eufemização da expressão, que pressupõe a existência de um estigma social subjacente — elemento central para a crítica da charge. Assim, a alternativa D permanece correta, pois descreve adequadamente o efeito de sentido produzido pela escolha lexical “marquinha de nascença”. Já a alternativa C é incorreta porque não encontra respaldo no funcionamento discursivo do texto. A fala da menina não indica que a marca seja socialmente entendida como elemento identitário positivo. Ao contrário, o efeito de sentido da charge se constrói justamente sobre o descompasso entre a tentativa infantil de suavização (“marquinha de nascença”) e o conhecimento social compartilhado de que se trata de um traço historicamente estigmatizado pelo racismo. Ou seja, a alternativa C desloca a interpretação do plano social e discursivo para uma leitura ingênua e literal da fala da criança, ignorando a crítica implícita ao racismo estrutural que sustenta o texto. Portanto, mantém-se o gabarito provisório.	INDEFERIDO
000434	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	26-E	O Enunciado pede a alternativa incorreta segundo a ética e normativas do cofen enquanto o gabarito aponta a questão E como incorreta	Art. 108 As penalidades a serem impostas pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme o que determina o art. 18, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, são as seguintes: I – Advertência verbal; II – Multa; III – Censura; IV – Suspensão do Exercício Profissional; V – Cassação do direito ao Exercício Profissional.	INDEFERIDO
000434	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	32-A	O Enunciado encontra-se errado pois trás como resposta a alternativa D 10 pontos enquanto se somar abertura do olho ao estímulo doloroso são 2 pontos,, Resposta verbal inadequada mais 2 pontos e localiza o ponto da dor somam 5 pontos então 2+2+5=9 pontos e não 10	Pontuação e parâmetros A Escala de Coma de Glasgow (ECG) avalia os seguintes 3 parâmetros de responsividade: melhor resposta ocular (E), melhor resposta verbal (V) e melhor resposta motora (M). Os níveis de resposta nos componentes da ECG são pontuados de 1, para nenhuma resposta, até os valores normais de 4 (resposta de abertura ocular), 5 (resposta verbal) e 6 (resposta motora). A pontuação total da ECG varia, portanto, de 3 a 15, sendo 3 a mais baixa e 15 a mais alta. A pontuação é a soma das pontuações, bem como dos elementos individuais. Por exemplo, uma pontuação de 10 pode ser expressa como GCS10 = E3V4M3. Os clínicos devem indicar qualquer componente não testável da Escala de Coma de Glasgow (ECG) como “NT” (não testável) e evitar usar a pontuação total quando um componente não for testável. As seguintes pontuações são atribuídas a cada parâmetro de resposta: Melhor resposta ocular Nenhuma abertura de olhos Abrindo os olhos para a dor. Os olhos se abrem para o som. Os olhos se abrem espontaneamente Melhor resposta verbal Sem resposta verbal. Sons incompreensíveis Palavras inapropriadas Confuso Orientado Melhor resposta do motor Sem resposta do motor Extensão anormal com dor Flexão anormal em resposta à dor Retirada da dor Localização da dor Obedece às ordens. FONTE: https://www-ncbi-nlm-nih- gov.translate.goog/books/NBK513298/?_x_tr_sl=en&_x_tr _tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc	INDEFERIDO
001222	CASCAVEL - Assessor Jurídico	45-N	Nos termos da CLT o executado terá prazo de 5 dias para apresentar embargos à execução e não 10 dias conforme traz o gabarito. Tampou o nome adequado é defesa, mas sim EMBARGOS. Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação. Logo a questão deve ser anulada por não conter gabarito correto.	O recurso merece provimento. A questão solicitava o prazo e a modalidade de defesa a ser apresentada pelo executado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, ao se analisar o disposto no art. 884 da CLT, verifica-se que o dispositivo legal estabelece expressamente que, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Nesse contexto, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas contempla corretamente, de forma simultânea, o prazo legal de 5 (cinco) dias e a nomenclatura adequada “embargos”. A alternativa “A” indica o prazo correto, porém associa-o indevidamente à “impugnação”, medida própria do exequente. As demais alternativas apresentam prazos divergentes do texto legal. Dessa forma, verifica-se a inexistência de alternativa que reflita fielmente o comando do art. 884 da CLT, o que compromete a objetividade e a precisão exigidas em questão de múltipla escolha. Portanto, recurso DEFERIDO, com a consequente anulação da questão 45.	QUESTÃO ANULADA
000030	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	27-E	Atendimento em Níveis: A UBS funciona como a "porta de entrada" (atenção primária) e, ao identificar uma necessidade especializada que não pode ser resolvida no posto, o médico encaminha o paciente para a atenção especializada (cardiologista), garantindo a continuidade do cuidado. Integralidade na Prática: O conceito de integralidade no SUS considera o indivíduo como um todo, abrangendo ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. O encaminhamento assegura que o paciente com problemas cardíacos tenha acesso ao tratamento especializado. Rede de Atenção à Saúde (RAS): O encaminhamento faz parte da organização das Redes de Atenção, que busca integrar a Atenção Básica com a Atenção Ambulatorial Especializada (média complexidade). Portanto, quando a UBS realiza esse encaminhamento de forma eficiente, está aplicando o princípio de que o SUS deve atender todas as demandas de saúde do cidadão, do mais simples ao mais complexo. No SUS, a integralidade significa que o atendimento à saúde deve ser completo e contínuo,	Regionalização e Hierarquização Os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/sus	INDEFERIDO

			cuidando da pessoa em sua totalidade, desde a prevenção de doenças, passando pelo diagnóstico, tratamento, até a reabilitação, considerando o indivíduo em seu contexto social, familiar e cultural, e articulando os diferentes níveis de atenção (básica, especializada, hospitalar). Não é só a doença, mas o ser humano por completo, em todas as suas necessidades. O que a integralidade engloba na prática: Cuidado Holístico: Ver o paciente como um todo, não apenas um problema de saúde isolado, incluindo fatores sociais e ambientais que afetam sua saúde. Ações Abrangentes: Ir além da cura, englobando promoção da saúde (campanhas de vacinação, educação em saúde), prevenção, tratamento e reabilitação. Continuidade do Cuidado: Garantir que o paciente tenha acesso a todos os serviços necessários, sem interrupção, através dos diversos níveis de complexidade do SUS (UBS, ambulatórios, hospitais). Humanização e Acesso: Oferecer um atendimento acolhedor, resolutivo e sem discriminação, colocando as necessidades do usuário no centro do cuidado. Articulação de Redes: Integrar os diferentes serviços e profissionais de saúde para que a jornada do paciente seja fluida e completa, sem gargalos. Em resumo, a integralidade é a visão de que o SUS deve oferecer uma atenção à saúde total, completa e conectada para cada cidadão, reconhecendo sua complexidade e seu ambiente.		
000928	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	15-A	Objeto do recurso: Alteração de gabarito (de A para C) ou anulação (se a banca insistir na possibilidade de “2 min de compressões antes do choque” com desfibrilador disponível). Fundamentação: O enunciado descreve parada cardiorrespiratória em adulto, com ritmo chocável (fibrilação ventricular) e informa que o atendimento ocorre com suporte avançado disponível, logo com desfibrilador disponível. Conforme algoritmos e diretrizes vigentes, em FV/TV sem pulso, a conduta prioritária é desfibrilação o mais precoce possível, seguida de retorno imediato às compressões torácicas por 2 minutos, sem atrasar o choque por ciclo prévio de compressões quando o desfibrilador está disponível. A alternativa C (“Realizar desfibrilação precoce, seguida imediatamente por compressões torácicas”) é a que corresponde ao algoritmo de manejo do ritmo chocável. Já a alternativa A (“Iniciar compressões por 2 minutos antes da desfibrilação”) implica postergar a desfibrilação apesar de desfibrilador disponível, o que contraria o princípio de choque precoce em ritmo chocável. Pedido: Diante do exposto, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa C por ser a conduta compatível com os protocolos; subsidiariamente, caso a banca entenda haver dupla interpretação, requer-se anulação por ambiguidade. Bibliografia (base normativa/técnica): American Heart Association (AHA). Adult Cardiac Arrest Algorithm (2020) – VF/pVT: choque e retorno imediato ao CPR. Ministério da Saúde (Brasil). Protocolo de Suporte Avançado de Vida – SAMU 192 (atualização 2024).	Prezado, a alternativa correta é letra C, conforme consta em gabarito do sistema.	INDEFERIDO
000928	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	30-C	Objeto do recurso: Anulação por ausência de unicidade (há mais de uma alternativa defensável como correta em referência clínica). Fundamentação: A alternativa E (“na hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de K pode ser ineficaz; recomenda-se correção concomitante de Mg”) é verdadeira e bem estabelecida: deficiência de magnésio agrava a hipocalemia e pode torná-la refratária à reposição de potássio, devendo o Mg ser corrigido concomitantemente. Entretanto, a alternativa C (“recomenda-se ECG como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada”) também é defensável no escopo de avaliação inicial clínica, pois a obtenção de ECG é recomendada na avaliação de pacientes com hipocalemia, especialmente por risco de manifestações elétricas/arrítmicas, sendo prática recomendada em referências clínicas estruturadas. Assim, coexistem duas alternativas plausivelmente corretas (C e E), o que viola o princípio de questão de múltipla escolha com resposta única, tornando o item ambíguo. Pedido: Diante da existência de mais de uma alternativa correta possível, requer-se a ANULAÇÃO da questão 30. Bibliografia: Huang C-L, Kuo E. Mechanism of Hypokalemia in Magnesium Deficiency (American Society of Nephrology). Demonstra que hipomagnesemia torna hipocalemia refratária à reposição de K. JAMA Internal Medicine (Arch Intern Med). Hypomagnesemia-associated refractory hypokalemia (casuística clássica). BMJ Best Practice. Evaluation of hypokalemia – recomenda ECG na avaliação de pacientes com hipocalemia.	Recurso INDEFERIDO. Conforme a referência Medicina de Emergência – USP, recomenda-se a realização de eletrocardiograma como parte inicial da avaliação em pacientes com hipocalemia moderada a grave, uma vez que alterações eletrocardiográficas em níveis leves são incomuns, geralmente ocorrendo quando o K? < 2,7 mEq/L. A alternativa C afirma que o eletrocardiograma deve ser realizado como parte inicial da avaliação de todo paciente com hipocalemia leve a moderada, o que extrapola a recomendação da referência adotada, tornando a assertiva tecnicamente incorreta à luz do texto-base. A alternativa E, por sua vez, está correta ao afirmar que, na presença de hipocalemia associada à hipomagnesemia, a reposição isolada de potássio pode ser ineficaz, sendo necessária a correção concomitante do magnésio, conduta expressamente respaldada pela literatura de emergência.	INDEFERIDO
000928	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	31-C	Objeto do recurso: Anulação por ambiguidade (mais de uma assertiva pode ser interpretada como incorreta, conforme referência). Fundamentação: O caso clínico é típico de Síndrome de Guillain-Barré (SGB): fraqueza progressiva ascendente, arreflexia, sensibilidade relativamente preservada, infecção prévia. A alternativa E afirma que progressão de fraqueza por período superior a 4 semanas seria compatível com o espectro esperado “na fase aguda”. Porém, na SGB, a progressão costuma atingir nadir em até 4 semanas na grande maioria, e progressão além disso sugere entidades de curso subagudo/crônico (p.ex., CIDP/variantes), tornando a assertiva contestável. Ao mesmo tempo, a alternativa C (“disfunção autonômica… é frequente e pode ocorrer mesmo em apresentações leves”) pode ser	O recurso não merece provimento. A questão descreve quadro clínico típico de Síndrome de Guillain-Barré, e o comando solicita a identificação da alternativa INCORRETA. A alternativa E é objetivamente incorreta ao afirmar que a progressão da fraqueza por período superior a quatro semanas é compatível com a fase aguda da doença, o que contraria o critério temporal clássico amplamente aceito, sendo necessário considerar diagnósticos diferenciais a partir de então. Ademais, não procede a alegação de ambiguidade envolvendo a alternativa C. A disautonomia é frequente na SGB e pode ocorrer mesmo em apresentações clinicamente leves, conforme descrito na literatura, não havendo generalização excessiva ou incompatibilidade conceitual no enunciado. Assim, não há dupla interpretação plausível, inexistindo fundamento para anulação da questão.	INDEFERIDO

			interpretada como generalização excessiva, pois a disautonomia é frequente em SGB e pode incluir instabilidade pressórica/arrítmica, mas sua relevância clínica e necessidade de vigilância intensiva é mais típica em pacientes com maior gravidade. Isso abre margem para dupla interpretação do item, especialmente em prova. Assim, há insegurança objetiva sobre qual alternativa seria a "incorreta" de modo único. Pedido: Diante de dupla possibilidade interpretativa para a alternativa incorreta, requer-se a ANULAÇÃO da questão 31. Bibliografia: CONITEC/Ministério da Saúde. PCDT – Síndrome de Guillain-Barré. Springer. Definição clínica: SGB atinge nadir em até 4 semanas em >90%. Springer (revisão). Diferença temporal entre SGB (8 semanas). Springer (revisão). Disautonomia em SGB pode ocorrer em até dois terços (arrítmias, labilidade pressórica).		
000928	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	17-N	Solicita-se a ANULAÇÃO da questão 17, por imprecisão conceitual e extrapolação diagnóstica não sustentada pelo enunciado clínico apresentado. O caso descreve vítima de trauma torácico com hipotensão arterial, taquicardia, ingurgitamento jugular, bulhas cardíacas abafadas e pulso paradoxal, achados compatíveis com choque obstrutivo, sendo o tamponamento cardíaco traumático uma hipótese fortemente sugerida pelo quadro clínico. Entretanto, a alternativa considerada correta fundamenta-se em achado eletrocardiográfico (baixa voltagem no ECG), dado não informado no enunciado, o que viola o princípio de correlação direta entre as informações clínicas apresentadas e a resposta exigida. Além disso, a baixa voltagem no ECG não é achado sensível nem específico, podendo ocorrer em diversas outras condições clínicas, como pneumotórax, obesidade, DPOC e derrames pleurais volumosos, não sendo critério decisório isolado no atendimento pré-hospitalar. Dessa forma, a questão induz o candidato a utilizar informação não fornecida para definição da resposta, comprometendo a objetividade e a unicidade do gabarito, razão pela qual requer-se sua anulação. BIBLIOGRAFIA – QUESTÃO 17 Tintinalli JE. Emergency Medicine: A Comprehensive Study Guide. 9ª ed. – Capítulo: Cardiac Tamponade. UpToDate. Low voltage ECG: differential diagnosis and clinical significance. ATLS® – 10ª edição. American College of Surgeons – Choque obstrutivo no trauma torácico.	Recurso IMPROCEDENTE. A questão descreve paciente vítima de traumatismo torácico em atendimento pré-hospitalar, com hipotensão arterial, taquicardia, ingurgitamento jugular, choque progressivo, abafamento de bulhas cardíacas e pulso paradoxal, quadro compatível com diagnósticos diferenciais de choque obstrutivo, notadamente tamponamento cardíaco traumático e pneumotórax hipertensivo. A alternativa considerada correta (letra B) afirma que o achado de baixa voltagem no eletrocardiograma de 12 derivações favorece o diagnóstico de tamponamento cardíaco em detrimento do pneumotórax hipertensivo, o que está correto do ponto de vista fisiopatológico e semiológico, uma vez que: A baixa voltagem no ECG está classicamente associada à presença de líquido no espaço pericárdico, que atua como isolante elétrico, sendo descrita como achado compatível com tamponamento cardíaco, inclusive em contexto traumático. No pneumotórax hipertensivo, não há mecanismo fisiopatológico primário que justifique redução difusa da voltagem elétrica no eletrocardiograma, podendo ocorrer, no máximo, desvios do eixo elétrico ou alterações secundárias à compressão mediastinal, e não baixa voltagem generalizada. Embora o eletrocardiograma não seja exame confirmatório isolado no atendimento inicial ao trauma, a questão não solicita método diagnóstico de escolha, mas sim o achado que favorece um diagnóstico em detrimento de outro, o que torna a assertiva adequada ao comando do enunciado. Dessa forma, a alternativa B permanece como a única correta, não havendo ambiguidade ou erro conceitual que justifique a anulação ou alteração do gabarito.	INDEFERIDO
000928	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	19-N	olicita-se a ANULAÇÃO da questão 19, por desconsiderar o princípio fundamental da segurança da cena, previsto nos protocolos do atendimento pré-hospitalar móvel. O enunciado descreve paciente com agitação psicomotora intensa, comportamento imprevisível e ameaça verbal em via pública, sem sucesso das técnicas de abordagem verbal. Em tais situações, os protocolos do SAMU e da Política Nacional de Atenção às Urgências estabelecem que a segurança da equipe é condição prévia para qualquer intervenção clínica, sendo mandatória a solicitação de apoio policial quando há risco potencial à integridade física dos profissionais. A alternativa considerada correta prioriza intervenção medicamentosa sem que esteja claramente estabelecida a segurança operacional da cena, o que contraria o princípio de autoproteção da equipe, amplamente normatizado no atendimento pré-hospitalar. Assim, diferentes interpretações podem ser sustentadas quanto à conduta prioritária, especialmente entre aguardar apoio policial ou iniciar contenção química, configurando ambiguidade e comprometendo a unicidade da resposta. Diante disso, requer-se a anulação da questão, por permitir interpretação divergente e não contemplar adequadamente a hierarquia de segurança operacional preconizada nos protocolos oficiais. BIBLIOGRAFIA – QUESTÃO 19 Portaria GM/MS nº 2.048/2002 – Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Ministério da Saúde. Manual de Atendimento Pré-Hospitalar – SAMU 192. PHTLS® – 9ª edição. National Association of Emergency Medical Technicians – Scene safety and violent patient management.	Recurso IMPROCEDENTE. O caso clínico apresentado preenche claramente os critérios de inclusão do Protocolo AC 39 e 40 – conforme o SAV do SAMU: paciente com agitação psicomotora intensa, discurso agressivo, ameaça verbal a terceiros e comportamento imprevisível, encontrando-se consciente e desarmado, sem sinais de trauma grave. O enunciado explicitamente informa que: foi realizada avaliação do ambiente e segurança da cena (método ACENA) e optado pela continuação do atendimento foram tentadas abordagem verbal e técnicas de desescalada, sem sucesso não há arma de fogo visível ou outro armamento descrito não há menção a agravamento clínico, deterioração neurológica ou tempo excessivo de cena Dessa forma, estão esgotadas as medidas iniciais não farmacológicas, passando-se à etapa seguinte prevista no AC 40, que é a medicação para tranquilização do paciente, quando a agitação persiste e representa risco ao próprio paciente, à equipe ou a terceiros. Ressalta-se, ainda, que a contenção física não é conduta inicial, devendo ser evitada de forma isolada, sendo indicada apenas como medida excepcional, associada à sedação, quando necessária para garantir a segurança da cena, conforme expressamente orientado pelos protocolos do SAV/SAMU. A alternativa B descreve exatamente essa conduta, estando em plena consonância com o protocolo, que prevê o uso de haloperidol associado à prometazina por via intramuscular em pacientes agitados após falha da negociação verbal, quando desarmados e com cena previamente avaliada como segura. As alegações apresentadas em recurso extrapolam o enunciado, desconsideram informações expressamente fornecidas e introduzem suposições não previstas pela questão. Não há, portanto, ambiguidade ou erro conceitual.	INDEFERIDO
000928	TOLEDO - Médico 24h (UPA)	27-N	Solicita-se a ANULAÇÃO da questão 27 por ambiguidade diagnóstica, uma vez que a conduta proposta como correta pressupõe a existência de IAM com supradesnivelamento do segmento ST (IAMCSST) claramente caracterizado no eletrocardiograma apresentado, o que não se demonstra de forma inequívoca na imagem fornecida. A indicação de fibrinólise no contexto do infarto depende de critérios eletrocardiográficos objetivos (elevação do ST em derivações contíguas acima de limiares padronizados, ou padrões equivalentes, como BRE novo com critérios específicos, infarto posterior com alterações típicas, entre outros). Quando o traçado não permite confirmar de forma inequívoca o diagnóstico de IAMCSST, a conduta recomendada inclui repetição seriada do ECG, ampliação de derivações (ex.: derivações direitas/posteriores, conforme suspeita topográfica) e integração clínica/laboratorial, antes de instituir terapia fibrinolítica, devido ao risco hemorrágico inerente. Assim, ao exigir como resposta a trombólise imediata sem que o ECG apresentado permita concluir de modo inequívoco por IAMCSST, a questão passa a depender de interpretação subjetiva do traçado, o que compromete a unicidade da alternativa correta. Dessa forma, requer-se a anulação da questão. BIBLIOGRAFIA – QUESTÃO 27 Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) – Diretriz de Síndrome Coronária Aguda com supradesnivelamento	Conforme diretrizes consolidadas (AHA/ACC, ESC e SBC) [imagem anexada], a contraindicação absoluta à fibrinólise é a presença de sangramento ativo. A úlcera péptica ativa, na ausência de sangramento ativo, é classificada como contraindicação relativa. Portanto, a alternativa D está incorreta ao afirmar que úlcera péptica ativa configura contraindicação absoluta, não havendo ambiguidade normativa ou conflito entre diretrizes. Ainda, o eletrocardiograma apresentado, em conjunto com o quadro clínico típico, é compatível com IAM com supradesnivelamento do segmento ST, atendendo aos critérios clínico-eletrocardiográficos exigidos para decisão terapêutica. O enunciado é claro ao informar que: o serviço não dispõe de hemodinâmica, o tempo estimado para angioplastia primária é de 3 horas e o paciente não apresenta contraindicações à fibrinólise. Nessas condições, as diretrizes internacionais e nacionais são inequívocas ao recomendar fibrinólise imediata, associada a AAS e clopidogrel, quando o tempo até a angioplastia primária excede 120 minutos, como corretamente descrito na alternativa B. A exigência de ECG "inequívoco" ou de repetição seriada de exames, como sugerido no recurso, não se aplica diante de um quadro clínico-eletrocardiográfico compatível e tempo-dependente, sob pena de atraso terapêutico injustificado.	INDEFERIDO

			do ST: critérios eletrocardiográficos e indicação de reperfusão (angioplastia/fibrinólise). ESC Guidelines – ST-elevation myocardial infarction (STEMI): critérios formais de supra de ST e indicação de reperfusão farmacológica quando PPCI não é possível no tempo recomendado. AHA/ACC Guidelines – STEMI: critérios diagnósticos de IAMCSST e conduta baseada em confirmação eletrocardiográfica/ECG seriado quando necessário.		
000220	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	18-N	O técnico de enfermagem não é habilitado para diagnosticar síndromes ou doenças através de exame físico. De acordo com a legislação brasileira (Lei do Exercício Profissional nº 7.498/1986 e Resolução COFEN nº 358/2009), a realização de consulta de enfermagem, exame físico completo (que inclui inspeção, palpação, percussão e ausculta) e a emissão de diagnósticos de enfermagem são atividades privativas do enfermeiro. Aqui estão os pontos principais sobre as competências: Técnico de Enfermagem: Atua na observação, coleta de dados objetivos (sinais vitais, glicemia, peso, etc.) e na identificação de alterações (anormalidades) durante os cuidados prestados, relatando-as ao enfermeiro. Enfermeiro: Utiliza as técnicas propedêuticas (exame físico) para validar os achados da anamnese, identificar problemas, definir o diagnóstico de enfermagem e planejar a assistência. Diagnóstico de Síndrome: Trata-se de um conjunto específico de diagnósticos de enfermagem que ocorrem juntos e exige alto nível de julgamento clínico, sendo, portanto, atribuição do enfermeiro. O técnico de enfermagem pode e deve auxiliar no exame físico, mas o diagnóstico final de enfermagem é responsabilidade do enfermeiro de nível superior. SEGUE O ANEXO DO COREN COM O RESPALDO AO TECNICO DE ENFERMAGEM DO QUAL NAO TEM CAPACITAÇÃO TECNICA PARA OBTER DIAGNOSTICO EM LEITURA DE EXAMES E EXAME FISICO.NÃO CABE AO TECNICO SABER OS TIPO DE SINDROMES APENAS NAS AVALIAÇÕES CLINICAS. SOLICITICO ANULAÇAO DESTA QUESTÃO	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO
000220	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	28-N	A QUESTAO REFERE-SE ALÉM DE IDENTIFICAR AS NECESSIDADES DE MEDIDAS PREVENTIVAS AO PACIENTE,DESCREVE TAMBÉM A ORIENTAR O PACIENTE E FAMILIARES,QUE NO CASO ENTRARIA NA META 2 ,AONDE DIZ FOCAR EM EFICACIA DA COMUNICAÇÃO VERBAL. Detalhes da Meta 2: Objetivo Principal: Assegurar que informações vitais sejam transmitidas de forma clara, completa e sem ambiguidades. Foco: Reduzir falhas de comunicação que podem levar a erros (como em ordens verbais/telefônicas) e garantir que o paciente compreenda seu tratamento. Exemplos Práticos: Confirmação: O profissional que recebe uma ordem verbal deve repeti-la para quem a deu, confirmando o entendimento (técnica "read-back"). Escuta Ativa: Perguntar ao paciente ou familiar se entendeu as informações passadas, incentivando perguntas. Informações Críticas: Comunicação objetiva sobre resultados de exames urgentes, alergias ou mudanças no plano de tratamento. As Outras Metas Internacionais (para contexto):As Metas Internacionais, estabelecidas pela Joint Commission International (JCI) em parceria com a OMS, são seis no total, incluindo: Identificar o paciente corretamente. Melhorar a comunicação eficaz. Melhorar a segurança dos medicamentos (especialmente os de alta vigilância). Assegurar cirurgia segura (local, procedimento e paciente corretos). Reduzir o risco de infecções associadas aos cuidados de saúde (higienização das mãos). Reduzir o risco de quedas e lesões por pressão. OBS: PORTANTO EXISTE DURANTE A LEITURA DA QUESTÃO DOIS PROTOCOLOS DA META, O (6) E O (2). SEGUE ANEXO DO COREN SOBRE SEGURANÇA DO PACIENTE. SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO	As Metas Internacionais, estabelecidas pela Joint Commission International (JCI) em parceria com a OMS, são seis no total, incluindo: Identificar o paciente corretamente. Melhorar a comunicação eficaz. Melhorar a segurança dos medicamentos (especialmente os de alta vigilância). Assegurar cirurgia segura (local, procedimento e paciente corretos). Reduzir o risco de infecções associadas aos cuidados de saúde (higienização das mãos). Reduzir o risco de quedas e lesões por pressão.	INDEFERIDO
000220	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	31-N	A QUESTÃO CITADA NÃO HABILITA O TECNICO DE ENFERMAGEM A REALIZAR AVALIAÇÕES DE SINAIS DE QUADRO CLINICO PARA SER COMPATIVEL A ALGUMA PATOLOGIA CLINICA QUE NÃO LHE CABE A COMPETENCIA FINAL. O técnico de enfermagem não é habilitado a dar diagnósticos clínicos ou patológicos, sendo esta uma atividade privativa do médico. O técnico de enfermagem pode e deve descrever o quadro clínico através de sinais e sintomas observados (ex: "paciente apresenta febre, tosse produtiva e dispneia"), mas não deve correlacionar esses achados a uma patologia específica (ex: "quadro compatível com pneumonia") no prontuário, pois isso configura diagnóstico. Aqui estão os pontos principais baseados na legislação brasileira: Atribuições Técnicas: O técnico de enfermagem realiza registros de enfermagem, que incluem observações sobre o estado do paciente, verificação de dados vitais (pressão, temperatura, etc.) e a evolução do quadro, baseando-se no que foi observado e aferido. Limitação Ética e Legal: A Lei do Exercício Profissional (Lei nº 7.498/86) determina que a consulta e o diagnóstico de enfermagem são competências do enfermeiro (nível superior), enquanto a identificação de doenças (diagnóstico médico) é exclusiva do médico. Anotações de Enfermagem: A anotação deve ser técnica, objetiva e sem conclusões clínicas ou	O técnico de enfermagem, no exercício de suas atribuições legais, tem o dever e a responsabilidade de identificar sinais e sintomas apresentados pelo paciente, uma vez que essa competência está expressamente prevista na legislação e nas resoluções que regulamentam o exercício profissional da enfermagem no Brasil. De acordo com a Lei nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e com o Decreto nº 94.406/1987, que a regulamenta, compete ao técnico de enfermagem participar da assistência de enfermagem, incluindo a observação sistemática do paciente, a identificação de alterações no estado de saúde e a comunicação imediata dessas alterações ao enfermeiro, contribuindo para a tomada de decisões e para a segurança do cuidado. Além disso, a Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, estabelece como dever ético do profissional atuar com responsabilidade, competência técnica e científica, sendo vedado executar atividades para as quais não possua conhecimento. Assim, reconhecer sinais e sintomas é parte essencial do cuidado seguro, pois subsidia a continuidade da assistência e previne agravos à saúde do paciente. Portanto, identificar sinais e sintomas não configura diagnóstico médico, mas sim uma atribuição inerente à prática do técnico de enfermagem, indispensável para o monitoramento do paciente, a comunicação eficaz com a equipe multiprofissional e a garantia da qualidade e da segurança da assistência prestada.	INDEFERIDO

			diagnósticos de patologias. O que o técnico de enfermagem deve fazer:Descrever minuciosamente o estado do paciente: "Paciente queixando-se de dor precordial, com sudorese, náuseas e PA 160/100 mmHg." O que o técnico de enfermagem NÃO deve fazer:Concluir ou anotar: "Paciente com quadro de infarto agudo do miocárdio." (Esta avaliação é médica). Em resumo, o técnico de enfermagem descreve o como o paciente está (sinais/sintomas), mas não o que ele tem (diagnóstico da patologia). SEGUE ANEXO DE GUIA DE RECOMEDAÇÕES E REGISTRO DE ENFERMAGEM PELO COFEN		
000220	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	17-N	SOLICITO A ANULAÇÃO DA QUESTAO POIS A RESPOSTA SERIA A LETRA E. E está incorreta porque diz “1 dose” sem mencionar a necessidade da segunda dose de reforço no esquema infantil do SUS. não é 1 dose aos 15 meses, o esquema atual do SUS é: 1ª dose aos 15 meses 2ª dose aos 5 anos (ou 6 meses de intervalo em situações especiais)	A vacinação será realizada conforme os seguintes critérios: Usuários (as) sem comprovação vacinal: Vacinar com duas doses, conforme faixa etária, utilizando intervalo mínimo de 6 meses entre as doses. Usuários (as) com comprovação vacinal (duas doses): Não vacinar. Usuários (as) com comprovação vacinal (uma dose):Vacinar com mais uma dose, conforme faixa etária. Usuários (as) com comprovação sorológica (anti-HAV total ou antiHAV IgG reagente(s): Não vacinar. Portaria GM/MS nº 6.734, de 18 de março de 2025 indica notificação compulsória semanal para Hepatites Virais. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt- br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria.	INDEFERIDO
000220	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	25-N	Para informações sobre a dose recomendada de epinefrina no tratamento de crupe, é essencial consultar as diretrizes médicas oficiais. O crupe é uma infecção viral que afeta o trato respiratório superior, caracterizada por tosse e dificuldade para respirar. O tratamento pode incluir várias abordagens, e a nebulização com adrenalina (epinefrina) pode ser utilizada em determinados casos, conforme as indicações de sociedades médicas como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). A dosagem apropriada de qualquer medicamento deve ser determinada por um profissional de saúde, levando em consideração a condição específica do paciente. Recomenda-se sempre seguir as orientações de um médico ou das diretrizes clínicas atualizadas para garantir o manejo adequado da condição. Esse tipo de pergunta sobre a dose recomendada não cabe ao tecnico de enfermagem essa atribuição,pois esse conhecimento especifico cabe ao médico especializado,conforme o caso de cada paciente. A função do técnico de enfermagem é administrar e em caso de duvida,assim não o fazer e buscar esclarecer ao seus superiores,portanto dose recomendada,não cabe em nenhum momento a esse profissional. O técnico é responsável por preparar e administrar a medicação e monitorar o paciente. A técnica de enfermagem deve ser rigorosa na verificação da medicação para garantir a segurança do paciente, assegurando que a apresentação correta da epinefrina seja utilizada para a via inalatória. SOLICITO A ANULAÇÃO DESSA QUESTÃO	Para tudo isso, os profissionais devem ser dotados de conhecimentos e informações, que favoreçam o desempenho de suas ações e de todo o processo que contempla a administração de medicamentos, de maneira consciente e segura (SILVA et al., 2007). Neste cenário, é de responsabilidade da enfermagem o domínio e a habilidade, para a administração segura do medicamento, além da competência ética, legal e o planejamento das ações; fatores que constituem indicadores de qualidade da assistência e são hoje utilizados por diferentes instituições de saúde. Além dos indicadores de qualidade, existem estratégias que podem ser aplicadas para garantir a segurança do paciente na prática medicamentosa, conhecidos como os nove “certos”: usuário certo, dose certa, medicamento certo, hora certa, via certa, anotação certa, orientação ao paciente, compatibilidade medicamentosa e o direito do paciente em recusar a medicação (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Tais aspectos evidenciam a necessidade do conhecimento das diferentes fases desse processo por toda a equipe de enfermagem, sendo imprescindível a supervisão do Enfermeiro, que recebe em sua formação conhecimentos farmacológicos para conduzir tal prática de modo seguro (SILVA et al., 2007). Art. 78 Administrar medicamentos sem conhecer indicação, ação da droga, via de administração e potenciais riscos, respeitados os graus de formação do profissional. FONTE: https://www.coren-ro.org.br/codigo-de-etica/	INDEFERIDO
002836	CASCAVEL - Farmacêutico	16-N	A afirmativa I está correta, uma vez que a Farmacopeia Brasileira estabelece, de forma clara, faixas específicas de conservação, contemplando condições como temperatura ambiente, temperatura controlada, refrigeração e congelamento, sendo essas definições essenciais para assegurar a estabilidade, qualidade e eficácia dos medicamentos ao longo de sua validade. A afirmativa II também está correta, pois a Farmacopeia enfatiza a importância do controle de umidade e exposição à luz, reconhecendo que tais fatores ambientais podem acelerar processos de degradação química e física dos medicamentos. O compêndio oficial orienta o armazenamento em locais adequados, protegidos da luz e da umidade, bem como o uso de embalagens apropriadas para medicamentos fotossensíveis. Entretanto, a afirmativa III encontra-se incorreta, ao afirmar que produtos termolábeis, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, devem ser mantidos entre –2 ºC e +8 ºC. Conforme estabelece a Farmacopeia Brasileira, esses produtos devem ser conservados sob refrigeração, geralmente entre +2 ºC e +8 ºC, sendo que temperaturas abaixo de 0 ºC podem causar congelamento, desnaturação de proteínas e perda de eficácia terapêutica, salvo quando houver indicação específica do fabricante, o que não é o caso apresentado na afirmativa. Dessa forma, apenas as afirmativas I e II estão em conformidade com a Farmacopeia Brasileira, razão pela qual solicita-se a retificação do gabarito oficial.	Os candidatos estão corretos a temperatura -2º foi um erro de digitação.	QUESTÃO ANULADA
002836	CASCAVEL - Farmacêutico	28-E	A afirmativa I está correta, uma vez que a Farmacopeia Brasileira estabelece, de forma clara, faixas específicas de conservação, contemplando condições como temperatura ambiente, temperatura controlada, refrigeração e congelamento, sendo essas definições essenciais para assegurar a estabilidade, qualidade e eficácia dos medicamentos ao longo de sua validade.A afirmativa II também está correta, pois a Farmacopeia enfatiza a importância do controle de umidade e exposição à luz, reconhecendo que tais fatores ambientais podem acelerar processos de degradação química e física dos medicamentos. O compêndio oficial orienta o armazenamento em locais adequados, protegidos da luz e da umidade, bem como o uso de embalagens apropriadas para medicamentos fotossensíveis.Entretanto, a afirmativa III encontra-se incorreta, ao afirmar que produtos termolábeis, como vacinas, insulinas e antibióticos injetáveis, devem ser mantidos entre –2 ºC e +8 ºC. Conforme estabelece a Farmacopeia Brasileira, esses produtos devem ser conservados sob refrigeração, geralmente entre +2 ºC e +8 ºC, sendo que temperaturas abaixo de 0 ºC podem causar congelamento, desnaturação de proteínas e perda de eficácia terapêutica, salvo quando houver indicação específica do	Estudos de prescrição: são aqueles em que se descreve qualitativamente os hábitos de prescrição. Centram-se naadequação do uso, buscando cruzar informações pertinentes à indicação, à dose, ao curso e à extensão da terapêutica.São geralmente aplicados a toda uma instituição ou a setores específicos, na forma de intervenções contínuas, que propiciem diminuição de custos e incrementos na qualidade. Podem ser retrospectivos ou prospectivos. Enquanto nosprimeiros analisa-se a forma como o fármaco vem sendoutilizado, nos últimos o objetivo é prevenir problemas relacionados à terapêutica que porventura venham a surgir.Nos estudos de prescrição é possível, por exemplo, analisar padrões de uso de medicamentos por características dospacientes, tais como sexo, idade ou diagnóstico, e identificar e estudar os determinantes da prescrição, bem como asinfluências das informações particulares ou das campanhas publicitárias. O candidato está confundindo com dados de prescrição.	INDEFERIDO

			fabricante, o que não é o caso apresentado na afirmativa.Dessa forma, apenas as afirmativas I e II estão em conformidade com a Farmacopeia Brasileira, razão pela qual solicita-se a retificação do gabarito oficial.		
001156	GUAÍRA - Assistente Social	36-A	Prezada Banca Examinadora,O gabarito preliminar indicou como correta a alternativa (E) – Excesso de programas assistenciais, entretanto, tal assertiva não possui respaldo teórico nem empírico nos estudos sobre desigualdade social.O enunciado fundamenta-se em dados da OXFAM Brasil e do IBGE, utilizando o Índice de Gini, indicador que mede exclusivamente a desigualdade na distribuição de renda. Assim, a causa central da desigualdade social apontada pelo próprio referencial da questão é a má distribuição de renda, conforme expresso na alternativa (A.Ressalta-se que os programas assistenciais não são causa da desigualdade, mas sim respostas estatais às expressões da questão social, previstas na Constituição Federal de 1988 e no SUAS, com o objetivo de mitigar desigualdades historicamente produzidas.Diante do exposto, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa A ou, subsidiariamente, a anulação da questão, por inconsistência entre o enunciado e o gabarito apresentado.Termos em que, Pede deferimento.	Prezadas, Concordamos com o recurso, uma vez que houve um erro de digitação o texto correto seria "Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:"e não correta!	QUESTÃO ANULADA
000030	CASCAVEL - Técnico em Enfermagem	27-E	Solicito a revisão da questão 27, acredito que resposta escolhida plea banca nçao seria a mais adequada. A questão descreve que um paciente procura a unidade basica de suade e logo, é encamihado oa cardiologista, ou seja, caracteriza a continuidade do cuidado. De acordo com os principios do SUS, a situação refere-se à integralidade, que é a oferta de serviço contínuo, de forma articulada. O destaque é a atenção completa ao usuário, que foi encaminhado para atendimento especializado. A hierarquização trata da forma como o sistema é organizado, e a integralidade descreve o caso citado, que é o atendimento completo do usuario conforme sua necessidade.	Regionalização e Hierarquização Os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região. FONTE: https://www.gov.br/saude/pt-br/sus	INDEFERIDO
001156	GUAÍRA - Assistente Social	26-D	Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito da questão nº 26, que trata da intersetorialidade nas políticas sociais. A alternativa assinalada, letra D – “busca uma articulação horizontal das políticas e programas sociais”, expressa de forma objetiva o conceito central de intersetorialidade. Conforme a literatura das políticas públicas e do Serviço Social, a intersetorialidade consiste na articulação horizontal entre setores e políticas, visando superar a fragmentação das ações e promover a integralidade da atenção. Autores frequentemente utilizados em provas da UNIOESTE, como Inojosa (2001) e Pereira (2011), afirmam que a intersetorialidade não elimina a setorialidade, mas a articula de forma cooperativa, respeitando as competências institucionais. Nesse sentido, a alternativa D traduz corretamente a perspectiva da intersetorialidade na organização e gestão das políticas sociais. As demais alternativas apresentam abordagens parciais ou conceitualmente imprecisas, não definindo o núcleo do conceito solicitado. Diante do exposto, requer-se a revisão do gabarito, com a alteração da resposta correta para a alternativa D, ou, subsidiariamente, a anulação da questão. Termos em que, Pede deferimento.	Prezada, considerando que a questão deveria solicitar a marcação da resposta incorreta, a questão será anulada!	DEFERIDO

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:450626B1

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº 020/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL Nº 020/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Portaria nº 306/2025 e Resolução nº 003/2020 e suas alterações;

Considerando o Edital nº 019/2026 com o gabarito da prova objetiva, publicado em 05 de fevereiro de 2026;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

Art. 1º - O resultado da prova objetiva, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público do CONSAMU, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.

Art. 2º - A Prova Objetiva tem caráter classificatório e eliminatório, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver a nota mínima de 50,00 pontos na Prova Objetiva.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel, Estado do Paraná, em 05 de fevereiro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO

Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU

ANGELA DA SILVA

Presidente da Comissão Organizadora dos Concursos Públicos do CONSAMU

Anexo Único – Resultado da Prova Objetiva									
ASSIS CHATEUBRIAND - Técnico em Enfermagem									
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F. Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.862	PATRICIA DE OLIVEIRA ROCHA	4	3	5	13	62,50	62,50 APROV	1º	26/11/1990
312	LILIAMAR LOURENÇO TAVARES	3	4	4	7	45,00	45,00 REPRO	--	26/02/1990
3.920	ANDRESSA PRISCILA BARBOSA BERTOGNA	2	3	3	9	42,50	42,50 REPRO	--	02/05/1997

4.562	ANDREIA APARECIDA NERIS PEREIRA	1	1	4	10	40,00	40,00 REPRO	--	05/05/1979
3.201	PAULA KAROLAINE ALVES MUNIZ	3	0	4	9	40,00	40,00 REPRO	--	10/10/1998
883	FERNANDA APARECIDA MOSCA GAIAS	2	2	4	8	40,00	40,00 REPRO	--	28/08/1986
3.993	NATHALIA MARIA DOS SANTOS	2	3	4	7	40,00	40,00 REPRO	--	01/12/1996
3.366	ERINALDO BARBOSA DIAS	1	2	2	10	37,50	37,50 REPRO	--	06/04/1994
3.857	VILSAMAR THOMAZINI	1	2	3	9	37,50	37,50 REPRO	--	20/08/1976
4.295	VALDINEIA RINK ORTIZ	0	3	5	6	35,00	35,00 REPRO	--	14/10/1983
616	ELIZABETH JULIA DE OLIVEIRA	3	2	2	3	25,00	25,00 REPRO	--	01/07/1981
2.477	MAGDA MARIA GRASSI DE MELO	1	0	4	4	22,50	22,50 REPRO	--	04/10/1978
4.370	ADRIELE SICATI	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	12/07/2002
4.857	ALINE DE FATIMA FERREIRA ARIOZI	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	19/07/1989
1.697	GEANE VALÉRIA CORDEIRO RIZZIERI	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	12/06/1978
4.190	LUCIANE ELISA BASOLI DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	31/07/1974
4.324	MARIA FERNANDA BASOLI DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	26/04/2007
1.805	MARILENE SILVÉRIO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	20/04/1984
3.160	SILVANA MONTEIRO SCARLASSARE RIBEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	21/07/1987
4.153	VANESSA SIQUEIRA RODRIGUES	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	09/08/1995
BOA VISTA DA APARECIDA - Motorista Socorrista									
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F. Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.139	JAIR JARDELI NOVACK	5	5	4	22	90,00	90,00 APROV	1º	07/12/1995
1.831	CLESIO ROQUE CORDEIRO NUNES	4	5	4	21	85,00	85,00 APROV	2º	21/10/1989
3.407	TINO ROSA	3	4	5	20	80,00	80,00 APROV	3º	15/12/1977
2.076	OTHON MATEUS BIANDARO	3	4	5	19	77,50	77,50 APROV	4º	30/06/1998
31	EVANDRO APARECIDO PEREIRA	3	1	4	21	72,50	72,50 APROV	5º	25/03/1995
1.336	WELLINGTON LUCAS DOS SANTOS	2	3	5	19	72,50	72,50 APROV	6º	03/05/1991
3.308	IARA CRISTINA FALCADE	3	3	3	19	70,00	70,00 APROV	7º	22/06/1992
3.554	MARCIO HESPER	4	3	4	17	70,00	70,00 APROV	8º	19/10/1989
2.799	EVERTON CAMARGO DE SOUZA	2	4	5	16	67,50	67,50 APROV	9º	26/08/1992
1.784	RODRIGO ANTONIO KOWALSKI POLICENO	3	5	4	15	67,50	67,50 APROV	10º	27/05/1994
356	PAULO RICARDO DUARTE COSTA	1	4	4	17	65,00	65,00 APROV	11º	17/10/1995
557	OSMAIR MENDES	2	4	4	16	65,00	65,00 APROV	12º	23/05/1987
3.862	RICARDO DALLELASTE BORILLI	2	4	4	16	65,00	65,00 APROV	13º	21/12/1989
4.108	ADSON CRISTIAN CORDEIRO VEADO	2	4	5	14	62,50	62,50 APROV	14º	17/07/1999
2.644	MIRIAN SILVEIRA DE LIMA	3	3	4	14	60,00	60,00 APROV	15º	30/04/2002
1.457	RODRIGO DE ARAUJO CALODINO	1	2	4	15	55,00	55,00 APROV	16º	13/02/1995
1.526	LUIZ ALBENEIR FLORESTIN	1	4	4	13	55,00	55,00 APROV	17º	13/06/1989
2.375	LEANDRO REBELLO LOEHDER	0	1	4	16	52,50	52,50 APROV	18º	18/09/1986
3.543	EMILIO RODRIGUES DA SILVA	1	2	4	14	52,50	52,50 APROV	19º	11/10/1979
1.033	DANRLEY MASCARELLO	0	2	4	14	50,00	50,00 APROV	20º	15/08/1995
1.476	SANDRO LOUBACK SIMAO	1	5	3	11	50,00	50,00 APROV	21º	05/05/1985
3.665	ELVES CORRÊA DE PAULA	2	0	3	14	47,50	47,50 REPRO	--	08/07/1990
3.347	ELIS VALERIA BROCHI RAMOS	0	2	4	11	42,50	42,50 REPRO	--	14/11/1995
3.572	LEANDRO DOMINGES	1	1	3	6	27,50	27,50 REPRO	--	11/09/1982
1.293	CAETANO CARLOS OATAVIANO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	09/09/1975
820	DARLAN FABIANO BRESSAN	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	05/08/1987
4.847	DEIVID SCHULTZ	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	19/10/1989
4.350	JOAO CARLOS NUNES BENEDITO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	28/06/1977
3.778	LUCAS ALVES DE CARVALHO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	10/03/1996
3.958	LUIZ ANTONIO ZANOTO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	14/08/1992
207	MARCOS VINICIUS RIBEIRO DE CASTILHO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	07/07/2006
2.316	RONALDO MARIANO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	23/04/1980
229	WILLIAN BORTOLOTTO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	25/05/1994
BOA VISTA DA APARECIDA - Técnico em Enfermagem									
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F. Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.574	PAULO CESAR CAETANO	3	2	4	6	37,50	37,50 REPRO	--	29/08/1979
1.276	POLYANA DE MORAIS FARIAS	2	1	5	5	32,50	32,50 REPRO	--	19/07/1997
803	CAMILA CRISTINA PRATES MACHADO	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	19/05/2002
2.150	THALIA GABRIELE MARTA DOS REIS	0	0	0	0	0,00	0,00 AUSEN	--	18/11/2001
CAFELÂNDIA - Agente Administrativo									

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	INF	NOC. ÉT CID	NOC DIR CONST ADM	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.144	LUCAS SILVA FERREIRA	7	2	4	10	11	68,00	68,00	APROV	1º	17/02/2009
3.330	MARIANY VITORIA ALBUQUERQUE PEREIRA	6	3	4	8	11	64,00	64,00	APROV	2º	21/02/2008
3.229	VANESSA FERNANDES DOS REIZ	7	3	3	10	9	64,00	64,00	APROV	3º	12/07/2008
2.322	EDUARDO DIBA NETO	5	4	5	9	9	64,00	64,00	APROV	4º	20/11/1995
4.627	ROMUALDO DE SOUZA GONÇALVES JUNIOR	9	3	4	10	6	64,00	64,00	APROV	5º	21/07/1991
4.357	GUILHERME IOP	5	4	4	8	7	56,00	56,00	APROV	6º	20/02/2008
2.127	ELOISE CAROLINE MOTTER	7	1	4	7	8	54,00	54,00	APROV	7º	20/12/2007
1.763	DIENNIFER DOS SANTOS	5	3	4	10	5	54,00	54,00	APROV	8º	30/09/1991
4.222	TAINA MORAIS RAMIRO	7	1	4	9	5	52,00	52,00	APROV	9º	25/09/2004
2.396	BERENICE ROCHA CAMARGO BATISTA	7	2	5	9	3	52,00	52,00	APROV	10º	07/09/1968
2.622	ANA PAULA ARUEIRA RODRIGUES	5	1	3	7	9	50,00	50,00	APROV	11º	11/05/2000
2.263	GILMAR SILVA GUIMARAES	5	3	4	6	7	50,00	50,00	APROV	12º	10/06/1967
1.173	FRANCIELI LUZIA BRITO FOSCARINI	4	2	4	10	5	50,00	50,00	APROV	13º	13/12/1990
4.714	FABIANO CASANOVA	2	2	4	8	8	48,00	48,00	REPRO	--	07/04/1989
1.148	LUIZ JUNIOR DOS SANTOS CARDOZO	5	1	3	8	7	48,00	48,00	REPRO	--	22/01/2001
2.299	LELIANE BATISTA	6	3	3	6	6	48,00	48,00	REPRO	--	04/12/1986
821	SINÉIA MELO DE MOURA	6	0	4	8	6	48,00	48,00	REPRO	--	17/03/1978
1.118	JHENIFFER DALMAGRO BUGLIANI	5	2	4	7	6	48,00	48,00	REPRO	--	04/03/1995
1.505	CATIANA SOARES DOS REIS DA SILVA	5	3	4	8	4	48,00	48,00	REPRO	--	20/08/1997
3.735	ELENIR ELINO DA SILVA MARTINS	5	2	4	8	4	46,00	46,00	REPRO	--	24/11/1968
3.082	ADRIANA MEZZAROBA	4	1	2	7	6	40,00	40,00	REPRO	--	14/03/1983
993	SILVANA PEREIRA	1	0	4	6	6	34,00	34,00	REPRO	--	30/11/1997
2.319	ELISIANE MARTINS DE SOUZA	3	3	2	5	4	34,00	34,00	REPRO	--	25/10/1986
2.085	RENARA RIBEIRO KRAUSE	1	1	3	8	3	32,00	32,00	REPRO	--	26/03/1997
853	VINICIO COELHO DA SILVA	2	2	2	7	1	28,00	28,00	REPRO	--	04/01/1995
1.611	CLÉIA FABIANE MORAES CARLI	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/08/1981
2.988	NAYARA CRISTINA SCHIAVON COUTO	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/08/1989
3.680	THAYNARA THALLYA DURAN	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/04/1997
3.000	KEILA PATRICIA RIBEIRO OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/11/1988
1.927	MAIRA DE PAULA MARQUES	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/03/1993
513	ANGÉLICA ANDRÉ CHAGAS	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/09/1993
805	CEZAR HENRIQUE UEKITA GENITORI	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/12/1994
3.747	IGOR EDUARDO GULAK	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/01/2000
2.503	LUIZ OZENIO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/12/1972
1.737	CAROLINE RODRIGUES DE AGUIAR TEIXEIRA DE ARAUJO	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/09/1994
610	MARCOS JOSE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/01/1977
4.683	DIRCE MARIA PAULI	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/11/1978
1.845	GUILHERME REGO DOURADO	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/09/2000
42	GIOVANI HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	0	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/01/2005

CAFELÂNDIA - Assistente Social

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
3.316	REGINALDO FERNANDO GATI	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	1º	09/03/1988
1.097	DAIANE TEIXEIRA DOS REIS	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	2º	16/09/1986
4.774	JEANILSO MUNHOZ MACEDO	3	2	4	21	60,00	60,00	APROV	3º	27/01/1988

1.544	FERNANDA THOMAZ	3	4	3	20	60,00	60,00	APROV	4º	10/04/1992
241	MIGUEL LEONIR DE MARINHO	2	3	2	22	58,00	58,00	APROV	5º	28/09/1983
895	PAMELA BALDUSSI	2	2	4	18	52,00	52,00	APROV	6º	31/03/1993
978	EVELYN THAINARA SALES	3	1	3	15	44,00	44,00	REPRO	--	20/08/1994
1.110	SIMONE APARECIDA CHIRNEV	3	1	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	27/08/1973
2.257	ROSEMERI APARECIDA BATISTA DO PRADO	3	0	1	13	34,00	34,00	REPRO	--	26/09/1984
1.273	DAIANE MAIARA MOURA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/07/1990
233	DANIELA DE AQUINO TENÓRIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/02/1994
1.184	CAROLINA CLODA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/01/2003

CAFELÂNDIA - Enfermeiro

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
3.212	JAQUELINE PASETTI MARTINS	6	1	4	19	60,00	60,00	APROV	1º	01/02/2000
71	DIANA CATANEO AVANCINI	3	2	1	23	58,00	58,00	APROV	2º	19/11/1992
126	HYNAE BRIANA DA PAZ	2	3	2	21	56,00	56,00	APROV	3º	23/06/1998
2.586	KARINA SILVEIRA GUSMÃO ZVIR	5	2	4	15	52,00	52,00	APROV	4º	25/06/1990
4.383	GEYSIBEL PEDROSO FUZER	3	1	3	18	50,00	50,00	APROV	5º	01/02/1982
2.867	TALITA GRECCO	3	2	4	16	50,00	50,00	APROV	6º	29/07/1994
3.780	LUCIANA KARLA COELHO	2	1	3	18	48,00	48,00	REPRO	--	21/06/1984
4.227	MARIA CECILIA ATAMANTCHUK DA SILVA	4	1	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	30/06/2001
190	MIREILE CRISTINA CONSTANTINI	3	3	3	15	48,00	48,00	REPRO	--	09/02/1990
811	POLIANE CATELANI	4	1	4	14	46,00	46,00	REPRO	--	26/10/1997
59	LEIDIANE CATIA DA HORA	1	1	4	16	44,00	44,00	REPRO	--	26/07/1982
1.076	BRUNA RAFAELA JASPER	4	2	3	13	44,00	44,00	REPRO	--	22/02/1999

686	ELEINE PATRICIA GUSSON	2	3	3	13	42,00	42,00	REPRO	--	26/04/1983
209	MARTA DE SOUZA PINHEIRO DE OLIVEIRA	1	2	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	21/07/1979
1.685	NIVETE PERUZZO ZANINI DOPICO ULLIVARRI	1	1	3	14	38,00	38,00	REPRO	--	04/05/1958
3.706	SUZANA JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	1	1	3	13	36,00	36,00	REPRO	--	18/05/1979
2.657	KAUANNY MURIEL PAVAN	1	2	4	11	36,00	36,00	REPRO	--	16/12/2003
3.931	CELIA APARECIDA KINUPP	2	0	3	12	34,00	34,00	REPRO	--	21/05/1975
797	ANA PAULA PEREIRA	1	1	4	11	34,00	34,00	REPRO	--	28/05/1989
4.565	MAICON REULISON DA SILVA ARAÚJO	2	1	4	10	34,00	34,00	REPRO	--	22/03/1977
3.044	JULIANA BERNARDES LOPES	1	2	4	10	34,00	34,00	REPRO	--	15/08/1996
1.537	ANGELA LOPES DE SOUSA	0	0	3	13	32,00	32,00	REPRO	--	16/07/2001
779	MATEUS WELLINTON DE ANDRADE MEIRA	0	2	4	9	30,00	30,00	REPRO	--	21/01/2004
4.451	ALIANE DA SILVA DE SOUZA	2	1	2	9	28,00	28,00	REPRO	--	06/11/1999
3.980	GRETE DE OLIVEIRA FRAGOSO	0	0	3	9	24,00	24,00	REPRO	--	23/12/1984
4.205	EDICLÉIA TEIXEIRA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/09/1982
2.116	ELENARA TAINÁ FERRETI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/01/2004
2.180	DEOZANE DE FATIMA RONFIM GONÇALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/03/1986
3.001	IVONETE SAMPAIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/01/1990
3.536	BRUNA LUZIA SASSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/09/1993

CAFELÂNDIA - Farmacêutico

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.338	LUCAS FRANCELINO DE ARAÚJO	6	3	4	16	58,00	58,00	APROV	1º	11/07/1994
4.268	FERNANDA SCHUROFF SILVA	5	1	3	17	52,00	52,00	APROV	2º	15/09/1990
3.872	VINICIUS ADAMO DE ANDRADE	4	3	4	15	52,00	52,00	APROV	3º	02/04/1987
324	ANA BEATRIZ NOGUEIRA DA SILVA	4	3	4	14	50,00	50,00	APROV	4º	12/02/2003
680	GIOVANNI WILTGEN	3	3	4	14	48,00	48,00	REPRO	--	10/04/1981
763	DAIANE KELLY DE SOUZA AMARAL MOURA	2	3	3	15	46,00	46,00	REPRO	--	15/03/1990
3.295	NELSON DE JESUS BARBOSA	5	2	3	13	46,00	46,00	REPRO	--	10/01/1979
45	FLAVIA BARBOSA	2	2	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	16/09/1994
4.702	CRISTIANY LUCIANO	1	2	4	14	42,00	42,00	REPRO	--	25/04/1978
4.837	JULIA ROBERTA LOURENÇO	3	2	3	11	38,00	38,00	REPRO	--	09/04/2001
462	PAMELA THAINARA PERASSOLLI DE MORAIS	3	3	4	9	38,00	38,00	REPRO	--	14/05/1995
1.295	FABRICIO DIAS DOS SANTOS	2	2	4	9	34,00	34,00	REPRO	--	06/03/1976
4.648	JOSIMARI FERNANDES DE OLIVEIRA ARISTIDES	5	0	4	8	34,00	34,00	REPRO	--	30/03/1983

19	MICHEL HIDEKI YAMAMOTO	1	1	1	10	26,00	26,00	REPRO	--	26/08/1990
2.052	EVANDRO JOSÉ AGOSTINI	1	1	1	8	22,00	22,00	REPRO	--	18/03/1981
4.403	CAMILA RENATA CADAMURO LEMOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/04/1992
432	EDER LUIZ CASQUETE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/07/1982
3.218	DANIELI FERMINO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/10/1984
2.028	ANNY KAROLLINNY ARAUJO NUNES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/02/1996
CAFELÂNDIA - Médico 12h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.155	LUANA ISABELA BACARIN	5	4	4	30	86,00	86,00	APROV	1º	16/12/1998
3.579	JEAN CARLOS BROETTO BISINELLA	6	4	4	28	84,00	84,00	APROV	2º	27/08/1984
1.630	FLÁVIA POLATTO PEPECE	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	3º	12/05/2002
1.829	ANY KARINE FRUHAUF	3	3	3	28	74,00	74,00	APROV	4º	22/04/1992
2.947	ISABELLA PROKOPOWISKI BOCHI	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	5º	19/11/1999
4.759	MATHEUS ARENGHERI VICENTE	6	3	4	21	68,00	68,00	APROV	6º	17/02/2001
4.756	JANIELE STAIANOV SCHINDLER	5	2	4	22	66,00	66,00	APROV	7º	27/04/1999
4.849	ALEXANDRE OMAIRI	6	2	4	20	64,00	64,00	APROV	8º	15/04/2000
362	JOÃO VÍTOR DA COSTA	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	9º	23/12/1998
3.629	ELOISA DE ALMEIDA	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	10º	13/05/1997
3.739	ANA CAROLINA VIEIRA DUARTE DE SOUZA	4	2	4	20	60,00	60,00	APROV	11º	28/07/2000
3.720	MYLENA DE OLIVEIRA	6	4	3	17	60,00	60,00	APROV	12º	12/03/1999
3.674	JHOAN HENRIQUE VALGAS MENDES	5	4	4	17	60,00	60,00	APROV	13º	20/03/2000
933	HELLEN PINHO CANDADO	3	2	3	21	58,00	58,00	APROV	14º	06/02/1988
516	ANSELMO SILVA LUZ	3	0	3	20	52,00	52,00	APROV	15º	23/11/1981
2.211	DEBORAH TAVARES BIEZUS	4	1	3	18	52,00	52,00	APROV	16º	26/04/1996
1.846	VITHÓRIA CRISTHINE CASTANHETTI	2	1	3	18	48,00	48,00	REPRO	--	16/08/2000
98	JEFFERSON REINALDO SCHNEIDER	3	3	3	15	48,00	48,00	REPRO	--	10/02/1982
4.459	HENRIQUE DE CARVALHO SOLTOSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/03/1999
CAFELÂNDIA - Médico 24h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.097	PABLO POMPEU QUINI	5	4	4	33	92,00	92,00	APROV	1º	16/09/2002
4.747	EVANDRO SMIGUEL DE GODOY	6	4	4	31	90,00	90,00	APROV	2º	01/07/1997
2.685	ERICK CAMPOS	4	3	4	26	74,00	74,00	APROV	3º	10/03/2001
2.368	EMELIN KISSNER	6	3	4	24	74,00	74,00	APROV	4º	25/04/2002
1.117	FRANCISCO MACENA ALVES JÚNIOR	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	5º	29/05/1989
4.558	DANTE HENRIQUE COSTA INKOT	4	4	4	24	72,00	72,00	APROV	6º	23/08/1996
3.471	ANGELA RAFAELA BERLATTO	3	4	3	25	70,00	70,00	APROV	7º	12/11/1997
754	MATHEUS RAMOS PINTO	4	3	4	24	70,00	70,00	APROV	8º	19/11/1996
1.804	AUGUSTO FERNANDES CHAVES	4	3	4	24	70,00	70,00	APROV	9º	16/05/2001
4.791	LUCAS RIBEIRO COSTA	3	3	3	25	68,00	68,00	APROV	10º	17/04/1995
2.951	NATÁLIA REGINA VIEIRA IACONO	2	3	4	25	68,00	68,00	APROV	11º	02/03/1993
3.797	BRUNO GANDHI SANTOS DOS SANTOS	3	3	4	24	68,00	68,00	APROV	12º	05/11/1999
1.186	GABRIELLE NAKAYAMA DORETO	5	4	4	21	68,00	68,00	APROV	13º	14/05/1999
3.313	LINDSEY MIKULSKI ITAHIDES	6	2	4	21	66,00	66,00	APROV	14º	06/08/2002
1.279	RHENAN TOLENTINO TANAKA	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	15º	13/07/1998
2.225	MARIA EDUARDA SOUZA CRISTOFOLINI	2	3	4	22	62,00	62,00	APROV	16º	30/12/2002
2.912	ALESSANDRA CRISTINE OLIVEIRA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	17º	16/10/1998
4.686	GABRIELA TAMIRES DA CONCEIÇÃO	5	4	4	18	62,00	62,00	APROV	18º	22/09/1999
4.644	JOÃO VICTOR SILVA FACCIN	3	2	4	21	60,00	60,00	APROV	19º	27/06/2002
2.960	KELLY CRISTINA REZZADORI MULLER DE SOUZA LIBANIO	3	2	4	20	58,00	58,00	APROV	20º	04/06/1982
3.632	CAROLINA NUÑO MOREIRA	5	3	3	18	58,00	58,00	APROV	21º	06/01/2000
1.887	MARCOS ADRIANO MENDONÇA DA SILVA	5	4	4	16	58,00	58,00	APROV	22º	22/11/1994
3.625	GABRIEL PRESTES	4	4	3	17	56,00	56,00	APROV	23º	21/11/1996
760	DANIELLY MAXIMINO DA ROCHA	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	24º	01/09/1998
3.997	MATHEUS FREITAG MACORIM	6	2	4	16	56,00	56,00	APROV	25º	08/03/2000
2.732	MATHEUS ALEIXO DA COSTA	3	4	4	16	54,00	54,00	APROV	26º	08/05/1998
2.024	MARTIANE APARECIDA OLIVEIRA ALVES	1	2	3	20	52,00	52,00	APROV	27º	24/09/1992
4.814	FERNANDO MITSUHIRO FUSANO	3	1	4	17	50,00	50,00	APROV	28º	26/08/1983
3.413	ELIDE ANDRADE CATANIO	3	2	3	16	48,00	48,00	REPRO	--	07/11/1996
2.559	MARINA GABRIELA BEUREN HENTGES	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	23/11/1993
2.869	GREICY DA ROCHA SANTOS AMORIM	3	2	4	13	44,00	44,00	REPRO	--	03/01/1984
3.247	CAROLINA ZARO CORREA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/06/2000

2.705	BRUNA TAINÁ MARIA FERREIRA DE MATOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/03/1995
3.994	MARIA CLARA FURLAN GASPAR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/07/2001
3.586	DANIEL MAINAR MOMBELLI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/12/1997
4.688	BRENO PRIMON BRITZKE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/11/2001
4.730	DÉBORA TAYNÁ BERTI DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/08/1998
2.392	MARIA VITORIA SILVA DE MATOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/10/1999
4.787	GABRIEL DE SOUZA CRUZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/01/1998
CAFELÂNDIA - Nutricionista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.480	GABRIEL HENRIQUE LARREA TOLEDO	3	1	4	34	84,00	84,00	APROV	1º	19/09/2002
3.470	LUAN MATHEUS DOS SANTOS RODRIGUES	4	1	4	33	84,00	84,00	APROV	2º	07/10/1997
3.220	CAMILA FRANCO PAZZINATTO	3	2	4	32	82,00	82,00	APROV	3º	01/08/2005
4.705	SOPHIA LUCIANO MUNIZ	4	2	3	29	76,00	76,00	APROV	4º	11/08/2003
4.785	NAFTALE RODRIGUES DE MAGALHAES	1	2	0	30	66,00	66,00	APROV	5º	26/06/2001
3.670	NATALIE SOUSA FARIA BATISTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/01/1982
1.867	KELVIN DOLVITSCH FAREZIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/01/2002
3.765	ANA PAULA LOPES MACIEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/09/2002
CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (Hospital)										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.721	MIRIAN DE ALMEIDA RODRIGUES	5	2	5	12	60,00	60,00	APROV	1º	09/04/1990
2.842	AYRTON SENNA VAN DAL LIMA	3	4	5	12	60,00	60,00	APROV	2º	05/05/1994
273	MARINES DIEHL SIMOES	3	3	5	10	52,50	52,50	APROV	3º	30/11/1982
107	DENISE DE FREITAS DE ANDRADE	2	3	4	11	50,00	50,00	APROV	4º	23/11/1982
3.155	CRISTINA MADALENA BANDEIRA	4	4	5	7	50,00	50,00	APROV	5º	07/07/1985
1.165	KATIA DA SILVA FREITAS	2	4	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	18/02/1996
347	LAURA BECKER BUENO DE LACERDA	1	4	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	12/10/2001
1.151	MAURI DE OLIVEIRA	2	1	3	11	42,50	42,50	REPRO	--	29/09/1993
1.660	DANIELE SILVA DE PAIVA	1	2	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	25/03/1992
230	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS DA HORA	1	3	4	8	40,00	40,00	REPRO	--	17/08/1982
3.884	ELIANE TERESINHA DAL MASO	4	2	3	6	37,50	37,50	REPRO	--	01/11/1981
418	ANA CLAUDIA PEREIRA DE ALMEIDA	1	1	4	8	35,00	35,00	REPRO	--	23/05/1991
777	IRIS LUNA FERREIRA	1	0	3	9	32,50	32,50	REPRO	--	25/08/1987
198	SONIA FARIAS DE OLIVEIRA CAMARGO	1	2	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	12/10/1981
2.035	SILVANA APARECIDA GAIOTTI DE OLIVEIRA	2	2	5	4	32,50	32,50	REPRO	--	12/01/1980
549	IVONE RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	4	8	30,00	30,00	REPRO	--	02/04/1975
299	MARILZA SALVADOR DE OLIVEIRA DA SILVA	1	1	3	7	30,00	30,00	REPRO	--	21/04/1972
1.369	INES FORMAIO DE MORAES	0	1	4	6	27,50	27,50	REPRO	--	30/03/1988
768	ELIZETE APARECIDA NUNES DOS SANTOS	4	1	2	4	27,50	27,50	REPRO	--	08/07/1979
556	JUREMA RIBEIRO BRAVATTI	0	1	2	6	22,50	22,50	REPRO	--	11/04/1970
2.840	MARIA JOSE DA SILVA LIMA	1	0	3	3	17,50	17,50	REPRO	--	15/08/1983
275	DEUSEDI DOS SANTOS ROCHA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/02/1966
4.483	LARISSA ELEN ZANOTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/05/1992
CAFELÂNDIA - Técnico em Enfermagem (SAMU)										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.219	HELOISA APARECIDA SEITZ PEREIRA	4	3	5	10	55,00	55,00	APROV	1º	07/03/2007
4.776	LUIZ ELIAS DE SOUZA	4	3	5	8	50,00	50,00	APROV	2º	15/05/2002
3.061	REGIANE FERRAZ DA SILVA	2	0	4	13	47,50	47,50	REPRO	--	07/01/1993
3.084	LUZINETE FAGIONATO DE LIMA	2	1	3	7	32,50	32,50	REPRO	--	01/06/1976
2.058	SANDRA FLORENTINO DOS SANTOS	1	1	4	5	27,50	27,50	REPRO	--	10/07/1987
1.164	DANIELY DOS SANTOS CORREIA	0	2	2	6	25,00	25,00	REPRO	--	29/09/1986
50	JAQUELINE MARTINS GARCIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/06/2000
1.924	JORGE MIGUEL SILVA CANTANHEDE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/03/1982
4.288	LUCIANA BARBOSA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/11/1990
CAFELÂNDIA - Técnico em Farmácia										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.794	CAMILA ZANG BERNO	4	4	4	12	60,00	60,00	APROV	1º	22/05/2000
4.061	ELIS REGINA CAUMO	4	5	4	11	60,00	60,00	APROV	2º	30/10/1987
1.209	TANIA FERNANDES MELO	4	2	4	12	55,00	55,00	APROV	3º	29/05/1988
2.756	MARISETE MARTINS MORAIS	2	3	5	10	50,00	50,00	APROV	4º	16/02/1985

2.249	EDI MARCIA MAZUREK	1	4	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	29/08/1980
2.825	FERNANDA VALERIO DIAS	4	2	5	8	47,50	47,50	REPRO	--	10/04/1998
908	CAMILA VALERIA RAUBER	2	3	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	27/04/2005
2.660	JAQUELINE KALINOSKI KRAUSE	3	3	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	27/04/1988
2.596	LETICIA REBELLO LOEHDER	2	2	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	26/05/1994
1.101	ONEDIA FONSECA DE VARGAS	2	3	3	8	40,00	40,00	REPRO	--	04/01/1981
476	CLEIDE MARIA GUTH	2	2	5	7	40,00	40,00	REPRO	--	26/11/1976
4.344	CILIANE RIBEIRO DE LIMA	2	4	4	6	40,00	40,00	REPRO	--	04/08/1979
1.030	DJENIFER LARINI VIEIRA PRESTES	1	0	4	9	35,00	35,00	REPRO	--	04/09/1997
1.642	JANICE ALVES VISSOTO	1	2	3	8	35,00	35,00	REPRO	--	27/08/1974
4.242	DEBORA WAZEN	3	0	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	28/09/1990
3.303	ADRIANA MARIA WOLL SANTOS TONET	1	1	2	5	22,50	22,50	REPRO	--	15/03/1969
3.032	ALINE ANTUNES KUNZEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/03/2000
1.283	ANA MARIA SANTIN RAUCH	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/01/1997
111	BRUNA MARTINS GEREMIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/12/1996
3.961	CARLA NELIDA JUNGBLUT	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/04/1990
914	DAIANI DE OLIVEIRA RIFFEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/08/1993
1.057	FRANCIELI DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/08/1990
1.034	GUILHERME TEODORO MAIER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/09/2003
3.597	MARIA MARILVA MAESTRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/10/1979
2.224	VALERIA LOPES BIAZZI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/04/1994
CASCAVEL - Assessor Jurídico										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.730	LUCIMARA FATIMA DE MACEDO SAVITRAZ	5	3	4	36	96,00	96,00	APROV	1º	27/02/1998
1.244	MATEUS DE OLIVEIRA MARTINS	3	4	4	32	86,00	86,00	APROV	2º	20/07/1998
1.934	ARTHUR FELIPE BECKER VOGT	6	4	4	29	86,00	86,00	APROV	3º	10/12/2001
512	DIEGO CARDOSO TORRES	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	4º	09/11/1995
4.406	JULIA DALLA SANTA DOS SANTOS	5	2	4	30	82,00	82,00	APROV	5º	29/05/1999
3.758	JUANA RANAKOSKI BARBOSA	5	3	4	28	80,00	80,00	APROV	6º	14/06/2000
3.717	JULIA HELOISA DE MORAES VIEIRA	5	3	3	28	78,00	78,00	APROV	7º	17/03/2000
2.288	CAMILA DE LIMA DIAS	5	3	4	27	78,00	78,00	APROV	8º	01/09/1995
3.731	DIANA VIEIRA DE LIMA SOUZA	4	4	4	27	78,00	78,00	APROV	9º	03/05/1975
4.765	ELEOMAR WONS DA SILVA	4	3	4	27	76,00	76,00	APROV	10º	08/09/1990
269	JOAO FELIPE PERIOLO	4	3	4	27	76,00	76,00	APROV	11º	01/02/2000
223	DANIELA MARCON	6	2	4	26	76,00	76,00	APROV	12º	24/11/1993
692	ANA CAROLINE MUNCHEN BUSATTA	6	3	4	25	76,00	76,00	APROV	13º	19/06/2000
1.222	WANDERLÉIA PEREIRA GOMES GAIDARJI	6	4	4	24	76,00	76,00	APROV	14º	12/09/1979
3.130	VIVIANE DE FATIMA FRANCA	5	3	3	26	74,00	74,00	APROV	15º	01/11/1983
3.584	LUCAS GONÇALVES BARBOSA	5	2	4	26	74,00	74,00	APROV	16º	18/05/1996
1.967	POLYANNA MORAES MACHADO	6	3	4	24	74,00	74,00	APROV	17º	11/10/1987
2.830	JOÃO VITOR DE SOUZA DAL BEM	4	2	4	26	72,00	72,00	APROV	18º	18/08/2003
3.653	CLAUDIA TEIXEIRA TOLEDO	5	3	3	25	72,00	72,00	APROV	19º	17/03/1983
4.789	ANDRESSA IZABELA DE SOUZA	5	4	3	24	72,00	72,00	APROV	20º	28/01/2000
125	MATHEUS BERNARDO BACK RECH	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	21º	03/05/2001
4.421	RONEY CARLOS BECKER	6	3	4	23	72,00	72,00	APROV	22º	12/08/1987
3.256	ANDRE FELIPE VELOSKI PERETO	4	1	4	26	70,00	70,00	APROV	23º	30/04/1997
4.604	MILENA APARECIDA DOMENI	5	2	4	24	70,00	70,00	APROV	24º	25/05/1999
4.707	LARA MARUZKA	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	25º	16/02/1997
2.458	PEDRO YGOR OLIVEIRA DOS SANTOS	5	4	4	22	70,00	70,00	APROV	26º	11/02/1998
3.533	ALEX SAYEV MARTINS SALES	5	1	4	24	68,00	68,00	APROV	27º	23/05/1995
2.701	LETICIA RODRIGUES DAROS	4	3	3	24	68,00	68,00	APROV	28º	08/05/1997
276	JAINE RIBEIRO	4	2	4	24	68,00	68,00	APROV	29º	04/06/1999
4.561	PAULA JOANNA BROGNI	6	3	3	22	68,00	68,00	APROV	30º	05/05/1990
1.523	LUANA PAN MATTOS	6	2	4	22	68,00	68,00	APROV	31º	03/02/2001
4.041	GUSTAVO JOSE MAZZARINO	5	4	4	21	68,00	68,00	APROV	32º	12/03/1988
2.107	PEDRO HENRIQUE BALBINOTTI DE PAULA NEVES	5	4	4	21	68,00	68,00	APROV	33º	29/12/1999
791	FERNANDA EUGENIA DE SIQUEIRA LINN MIYAZAKI	3	4	4	22	66,00	66,00	APROV	34º	29/05/1995
1.701	BRUNA LOBATO SANCHES FERREIRA	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	35º	18/08/2000
1.047	GUSTAVO PISTA SILVA	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	36º	20/01/2002
3.246	GUSTAVO HENRIQUE MARTINES	4	4	4	21	66,00	66,00	APROV	37º	08/07/1999
4.716	EDIANE PRUDENTE DE OLIVEIRA	5	2	4	21	64,00	64,00	APROV	38º	13/10/1997

767	JESSICA KAROLINE ALVES BENTO	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	39º	17/05/1995
4.820	THIAGO CAMPOS MACEDO	6	2	4	20	64,00	64,00	APROV	40º	28/08/1996
1.951	VITOR BARBOSA PINTO	3	3	3	22	62,00	62,00	APROV	41º	03/07/1997
3.566	PEDRO HENRIQUE PRATTO	3	4	4	20	62,00	62,00	APROV	42º	09/11/2000
4.050	MARIANA RABEL	6	2	4	19	62,00	62,00	APROV	43º	04/11/1997
4.099	ANA JULIA PIZZATTO BECKER	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	44º	12/05/2004
3.587	JUAN KIRATCZ FRAGOSO BRUNHEROTTO	5	4	4	18	62,00	62,00	APROV	45º	26/03/1999
2.089	ANA MARIA ALVES DE SOUZA	2	2	4	22	60,00	60,00	APROV	46º	06/01/1997
1.971	MARCELO GABRIEL MORITA AZUMA	4	2	4	20	60,00	60,00	APROV	47º	18/01/1999
1.225	GABRIEL GATTI SOUZA	3	3	4	20	60,00	60,00	APROV	48º	02/05/2003
890	MANOEL JUNIOR DIEMER ROSA DE LIMA	5	2	4	19	60,00	60,00	APROV	49º	09/02/1994
4.771	ANA CLÁUDIA FERNANDES CASTAGIN	5	2	4	19	60,00	60,00	APROV	50º	31/03/1997
766	ERICK DIEGO AUGUSTO	5	3	4	18	60,00	60,00	APROV	51º	21/01/1998
4.758	JULIANA PADILHA DE VASCONCELOS MEDEIROS	3	2	3	21	58,00	58,00	APROV	52º	03/09/1996
4.471	MARIANE APARECIDA PEREIRA	1	3	4	21	58,00	58,00	APROV	53º	01/04/1996
3.569	RAFAELA JUSTEN MATSUNAGA	5	1	4	19	58,00	58,00	APROV	54º	07/04/1998
4.034	RICARDO SAMPAIO DOS SANTO S	4	2	4	19	58,00	58,00	APROV	55º	06/10/2002
3.328	SARAH REGINA DE OLIVEIRA	3	3	4	19	58,00	58,00	APROV	56º	18/10/1999
4.339	ARIANE FAZOLO IPÓLITA	2	3	4	19	56,00	56,00	APROV	57º	24/08/2003
4.058	GABRIEL LEITZKE LIRA	4	2	4	18	56,00	56,00	APROV	58º	09/09/1996
3.713	ALEXANDRO TINTI ROLIM	3	4	4	17	56,00	56,00	APROV	59º	09/02/1991
4.511	CLEONICE WAGNER NEGRÃO	2	1	4	20	54,00	54,00	APROV	60º	26/11/1970
136	ROSENEIDE FERREIRA MANOEL	3	1	4	19	54,00	54,00	APROV	61º	11/06/1977
4.134	ANE NATACHA MENEGUETTI	3	0	4	19	52,00	52,00	APROV	62º	19/06/1995
3.779	ALESSANDRA SANTA HELENA HEIDEMANN	2	2	4	18	52,00	52,00	APROV	63º	13/09/1990
3.193	RICARDO CESAR DA SILVA PAULINO	2	3	4	17	52,00	52,00	APROV	64º	08/12/1977
3.207	MARÍLIA GABRIELA LORENÇO PONCIO	5	2	3	16	52,00	52,00	APROV	65º	10/03/1990
1.205	KAUANY VITÓRIA DE FRANÇA	5	1	4	16	52,00	52,00	APROV	66º	22/09/2003
4.369	ALINE DE FATIMA BALBINO PASQUALI	3	2	3	17	50,00	50,00	APROV	67º	04/06/1996
4.100	FLAVIO LUIS DOS SANTOS	2	4	2	17	50,00	50,00	APROV	68º	18/11/1981
3.050	GABRIELLA FRIZON DE ARAUJO	6	1	4	14	50,00	50,00	APROV	69º	21/01/2000
4.278	RENAN DO NASCIMENTO STEIN	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	07/03/1996
4.461	BRUNNA ALYNE TEIXEIRA	4	3	4	13	48,00	48,00	REPRO	--	13/07/1994
3.820	ANA FABYA CORIOLANO CAVALCANTI OLIVEIRA	1	1	4	16	44,00	44,00	REPRO	--	16/04/1999
3.380	THALIA DE JESUS MACHADO	2	3	4	12	42,00	42,00	REPRO	--	10/09/2000
76	RAQUEL MONTEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/02/2000
316	DAYANE ALEIXO PRIETO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/07/1994
138	MARCOS VINICIUS DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/08/1991
266	PEDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/11/1997
2.282	EDUARDO NATANIEL SOARES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/08/1985
527	ELIZETH CRISTINE DE MELLO RIBEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/06/1988
4.526	GABRIELLE LOPES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/05/2002
4.564	KAILANE SOUZA ESPÍRITO SANTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/09/1992
311	IGOR APARECIDO TIBES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/04/2001
2.071	MARIA LÚCIA MACHADO DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/07/2001
841	EVELIN DANIEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/02/1996
3.933	WELLINGTON CÂNDIDO RUFATO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/03/1997
938	HELAINE MACHADO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/09/1990
1.949	ÁGATHA ZAMPIERI COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/03/2001
4.598	JULIANES MORAES DAS CHAGAS JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/10/1983
2.981	RAFAEL DO PRADO MAY	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/01/2000
3.515	CAIO MENDONÇA JANNUZZI MARTINS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/08/1999
169	SAMARA ZIMERMANN ALIPIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/01/1987
3.133	HELLEN RODRIGUES DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/04/1996
308	SOLANGE NOVAES DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/08/1999
4.139	PRISCILA BRANCO DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/12/1994
1.957	THAINE MOSSULIN MENDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/09/1997
206	ANNA JULIA MORAES TURCATTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/09/2002
1.607	CARLOS HENRIQUE DE ARRUDA PAIVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/02/1993
1.038	HALISON MEURER CORREIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/03/1995
3.135	LAISA DURANTE CHAVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/01/2003

455	ADRYELLE CECILIA GIMENES PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/08/1996
4.228	ALESSANDRO RESENDE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/02/1975
2.020	ANNA CAROLINA JOST SARTORI MENEGAT	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/02/1999
2.171	JOSE MAURICIO CAZAROTTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/07/1974
20	JAQUELINE DA CONCEICAO DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/10/1987
558	LUCAS MELLO RODRIGUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/05/1985
195	MAIRA DE OLIVEIRA MUCHINSKI FONSECA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/11/1993
4.677	CLÁUDIA NATHÁLIA BOFF	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/10/1999
CASCAVEL - Contador										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.417	ALANA VITORIA DE LIMA ZIELINSKI	6	3	4	33	92,00	92,00	APROV	1º	28/06/2003
4.203	MARIA GABRIELLE OLIVEIRA ALVES	6	4	4	32	92,00	92,00	APROV	2º	02/09/1997
4.284	FABIO DE LARA	5	3	4	33	90,00	90,00	APROV	3º	30/05/1983
3.136	ARIELLI SZEREMETA FIORAVANTE DOS REIS	5	4	4	32	90,00	90,00	APROV	4º	24/02/1995
375	VITOR NUNES DE SOUZA	5	2	4	32	86,00	86,00	APROV	5º	23/07/1985
3.142	TATHIANE KAROLINE DA LUZ SOHM	5	3	4	30	84,00	84,00	APROV	6º	11/10/1991
755	DWER WEWER VITKOWSKI	4	3	3	31	82,00	82,00	APROV	7º	28/10/1992
3.913	EDU FELIPE MACEDO SILVA	5	4	3	29	82,00	82,00	APROV	8º	12/09/2002
3.940	EMERSON ANDRE TONETO	4	4	4	29	82,00	82,00	APROV	9º	22/02/1988
1.420	EDNA APARECIDA CECCHIN	5	2	4	29	80,00	80,00	APROV	10º	31/01/1973
3.715	JOISILAINE MARCHI DE PAULA	3	2	4	30	78,00	78,00	APROV	11º	10/06/1989
3.801	DAIANE FRANCIELE DOS SANTOS	4	2	4	29	78,00	78,00	APROV	12º	19/12/1986
3.270	JULIA REBELATO ALBARELLO	5	3	2	26	72,00	72,00	APROV	13º	20/04/2000
247	DOUGLAS DE SOUZA	5	3	3	25	72,00	72,00	APROV	14º	27/10/2000
3.766	MARIA EDUARDA BUCHNER	5	1	4	25	70,00	70,00	APROV	15º	05/06/1999
439	KARINE DA SILVA BIANKI	3	1	4	23	62,00	62,00	APROV	16º	06/07/1990
3.644	CLOVIS ANGELO ARAUJO SILVA	2	3	3	20	56,00	56,00	APROV	17º	02/11/1975
2.455	ANGELICA RIBEIRO	2	2	4	20	56,00	56,00	APROV	18º	26/04/1988
435	JUDITE PEREIRA	3	3	4	17	54,00	54,00	APROV	19º	07/01/1988
4.521	ANDRÉIA DE SOUZA LIMA	1	1	4	19	50,00	50,00	APROV	20º	16/06/1999
4.425	TUANY CAROLINE BAUMGARTNER JOHANN	4	2	3	15	48,00	48,00	REPRO	--	02/12/1994
305	VALDINEIA LOCATELLI	3	1	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	29/11/1992
3.146	GEOVANE LUIZ DOS SANTOS	1	0	3	9	26,00	26,00	REPRO	--	14/10/1996
1.064	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/02/1982
CASCAVEL - Enfermeiro										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.313	PRISCILA BATISTA GONTIJO GARCIA	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	1º	07/01/1994
2.943	THANIA RAQUEL KREBS BAGLI	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	2º	04/10/1986
1.543	GABRIELE DA SILVA BORGES	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	3º	01/10/1998
2.397	EDUARDA GILIO	4	1	4	27	72,00	72,00	APROV	4º	10/02/2000
1.447	GISLAINE MARCELINA DE FREITAS LUTZ	6	2	3	24	70,00	70,00	APROV	5º	03/06/1994
1.834	BEATRIZ MAGALHÃES OST	5	4	3	23	70,00	70,00	APROV	6º	10/11/2003
3.249	CAMILA MAYUMI KANEZAWA LOBO	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	7º	12/02/2002
3.845	MARYANNA DE ANDRADE	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	8º	21/08/2002
444	JHENYFER EDUARDA RHODEN	3	2	4	25	68,00	68,00	APROV	9º	04/02/1999
4.631	THAISE MOREIRA DA SILVA	6	2	4	22	68,00	68,00	APROV	10º	14/10/1998
2.665	ANDRESSA MARCANTE DE PAULA	4	4	4	22	68,00	68,00	APROV	11º	06/08/1993
4.547	LUIZ GUSTAVO ARFELLI	3	2	3	25	66,00	66,00	APROV	12º	07/06/1995
2.942	DANIELE APARECIDA SIGNORI	4	2	3	24	66,00	66,00	APROV	13º	10/10/1987
2.642	SIMONE DE FATIMA RIBAS	3	2	4	24	66,00	66,00	APROV	14º	30/07/1989
2.395	DARCSON NOGUEIRA DANTAS FILHO	3	4	4	22	66,00	66,00	APROV	15º	13/01/1987
2.863	BIANCA BAUER	4	4	4	21	66,00	66,00	APROV	16º	29/09/2004
162	JAQUELINE DE LIMA	5	2	4	21	64,00	64,00	APROV	17º	21/07/2001
2.055	ANA GRAZIELLE SOEIRO BARROS	5	1	3	22	62,00	62,00	APROV	18º	19/05/1999
4.400	GENEZI GUEDES DA SILVA	3	3	3	22	62,00	62,00	APROV	19º	29/12/1978
3.088	SILMARA MARFORT CARDOSO RECULIANO	3	2	4	22	62,00	62,00	APROV	20º	09/02/1999
3.481	CASSIA ALVES DE CAMPOS	1	3	3	23	60,00	60,00	APROV	21º	11/10/1988
3.666	IVANILDO SOUSA AZEVEDO	3	1	4	22	60,00	60,00	APROV	22º	09/10/1989
2.748	DAYANE FERREIRA DE SOUZA DE OLIVEIRA	4	2	3	21	60,00	60,00	APROV	23º	27/08/1991
1.688	JULIANA DOS SANTOS	5	1	4	20	60,00	60,00	APROV	24º	11/10/1984
3.204	ISADORA GABRIELLE SANTANA COSTA	4	2	4	20	60,00	60,00	APROV	25º	09/09/1999

3.699	JULIA CRISTINE GUIMARAES	3	3	4	20	60,00	60,00	APROV	26º	30/08/2001
743	ANDREZA GUIZZO	4	3	4	19	60,00	60,00	APROV	27º	03/04/1983
4.871	JOAZ IANI PACZKOWSKI MORAIS	1	4	3	21	58,00	58,00	APROV	28º	05/12/1998
1.277	GISELA DAYRA BEZERRA RODRIGUES	3	2	4	20	58,00	58,00	APROV	29º	13/03/2002
833	TAIS VIEIRA DOS REIS	5	1	4	19	58,00	58,00	APROV	30º	10/09/1998
2.348	SOFIA REGINA MORELLO GONGORA	4	2	4	19	58,00	58,00	APROV	31º	02/04/1993
1.055	SALUHU IBRAHIM	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	32º	15/03/1981
1.372	KELLY DENISE MACHADO MOTTER	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	33º	06/07/1987
3.769	WESLEY GABRIEL TEIXEIRA DA SILVA	4	3	4	18	58,00	58,00	APROV	34º	23/05/2000
3.305	LEONARDO BATISTA DE FIGUEIREDO	4	3	4	18	58,00	58,00	APROV	35º	09/07/2003
3.225	MARIA CAROLINA FERNANDES NODARI	5	4	3	17	58,00	58,00	APROV	36º	18/10/2001
4.102	ALINE FERNANDA KECHI BERNARDES	2	2	2	22	56,00	56,00	APROV	37º	23/04/1987
3.729	MARIANE CAMILA CANTELE	4	1	3	20	56,00	56,00	APROV	38º	20/05/2000
2.797	JOSE MICAEL NASCIMENTO DE LIMA	3	2	3	20	56,00	56,00	APROV	39º	16/05/1996
918	ROSANE DA SILVA LIMA	2	3	3	20	56,00	56,00	APROV	40º	26/01/1979
1.007	ALTAIR JOSE STEIN	4	1	4	19	56,00	56,00	APROV	41º	19/04/1991
769	ALESSANDRA FONSECA DO AMARAL	3	3	3	19	56,00	56,00	APROV	42º	14/11/2003
659	ISAIAS WILSON PRESTES BERNARDO	3	2	4	19	56,00	56,00	APROV	43º	13/04/1993
108	VANESSA ZATESKO DA SILVA	2	3	4	19	56,00	56,00	APROV	44º	28/10/1998
823	WANDRESSA ARGENTE	6	0	4	18	56,00	56,00	APROV	45º	21/06/1991
3.288	MILENA SILVA ANTUNES	4	2	4	18	56,00	56,00	APROV	46º	27/11/2004
3.190	LARISSA CARNIEL	5	2	4	17	56,00	56,00	APROV	47º	27/07/2004
2.198	MARIA VITÓRIA LORENZETTI	5	3	4	16	56,00	56,00	APROV	48º	23/09/2005
1.571	LIDIANE RIBEIRO DA SILVA	6	3	4	15	56,00	56,00	APROV	49º	31/03/1990
2.153	IVONETE DE FATIMA LIMA DA SILVA	1	2	3	21	54,00	54,00	APROV	50º	21/06/1981
3.195	GABRIEL MENDES PEREIRA	3	1	3	20	54,00	54,00	APROV	51º	09/04/1999
1.143	JOSIANE DEMETRIO GALLERT	3	2	3	19	54,00	54,00	APROV	52º	18/04/1991
3.093	JESSICA BORGES LUCIO BARHART	3	1	4	19	54,00	54,00	APROV	53º	16/05/1998
2.073	RUTECLEA DA COSTA OLIVEIRA	2	3	3	19	54,00	54,00	APROV	54º	03/04/1977
3.506	EDUARDO AUGUSTO DA SILVA	4	2	3	18	54,00	54,00	APROV	55º	07/06/1994
1.817	EDERSON VEIGA DE OLIVEIRA	4	1	4	18	54,00	54,00	APROV	56º	23/08/1991
1.212	VITORIA THOME	3	2	4	18	54,00	54,00	APROV	57º	05/03/1999
547	FRANCIELLY APARECIDA OLIVEIRA DE LIMA	6	1	3	17	54,00	54,00	APROV	58º	30/12/1998
4.076	CARMELINDA FABIANE SCHLEDER MONTEIRO	5	3	2	17	54,00	54,00	APROV	59º	02/12/1985
2.952	THIAGO HENRIQUE DO NASCIMENTO	4	2	4	17	54,00	54,00	APROV	60º	15/03/2002
4.709	JULY MIHO DAIKUBARA	5	4	2	16	54,00	54,00	APROV	61º	07/08/1999
3.300	GABRIEL SCHMITT	5	3	3	16	54,00	54,00	APROV	62º	23/10/1997
3.860	DIOGO ALEXANDRE RIBEIRO	5	2	4	16	54,00	54,00	APROV	63º	18/04/2002
1.802	CLEUNI APARECIDA DA SILVA	1	1	4	20	52,00	52,00	APROV	64º	27/04/1976
3.283	ISABEL RODRIGUES LIMA DE ANDRADE	3	2	2	19	52,00	52,00	APROV	65º	19/03/1967
4.346	GILMARA GONCALVES BATTISTI	2	1	4	19	52,00	52,00	APROV	66º	17/01/1976
3.647	MIRIELLE RAMOS FERREIRA	4	2	2	18	52,00	52,00	APROV	67º	24/05/1995
2.519	SARA SCHINDLER	3	1	4	18	52,00	52,00	APROV	68º	29/08/1976
3.651	GABRIELLY YUKI DA GLORIA YONEDA CIRILLI	3	1	4	18	52,00	52,00	APROV	69º	28/05/2002
1.888	MARCIA KELLY PERATT	2	2	4	18	52,00	52,00	APROV	70º	29/12/1979
153	GABRIELA CHASTALO SANDRI	5	1	3	17	52,00	52,00	APROV	71º	13/04/2005
4.612	CLAUDIA ALISSA LIRIO ANDRES	4	1	4	17	52,00	52,00	APROV	72º	19/10/1999
4.200	IVONETE LUIZA MOREIRA MIRANDA	5	2	3	16	52,00	52,00	APROV	73º	01/05/1976
3.152	RAIANE MAIARA BLACHAK	5	2	3	16	52,00	52,00	APROV	74º	19/05/1998
1.375	VITORIA CAROLINE MEDINA CORDEIRO DE OLIVEIRA	4	3	3	16	52,00	52,00	APROV	75º	05/01/2001
3.855	RICARDO FRANCO MEIRELES	4	2	4	16	52,00	52,00	APROV	76º	07/09/1983
1.822	IANARA OLIVEIRA MORAES	4	2	4	16	52,00	52,00	APROV	77º	06/12/1999
4.235	JOAO ITALO LINDA DOS SANTOS SILVA	3	4	3	16	52,00	52,00	APROV	78º	19/11/1998
1.167	JAMILLY FERREIRA GALDINO NEVES	5	4	2	15	52,00	52,00	APROV	79º	06/07/1997
186	BRUNA DE OLIVEIRA MARTELLI	4	3	4	15	52,00	52,00	APROV	80º	21/08/1999
128	THAISE LUANA DE LIMA SILVA FREITAS	3	4	4	15	52,00	52,00	APROV	81º	30/05/1992
4.579	DIRLEI SANDRA CARNEIRO	2	1	3	19	50,00	50,00	APROV	82º	21/03/1981
2.823	GABRIELA FERNANDES KONZEN	2	1	3	19	50,00	50,00	APROV	83º	14/04/1997
1.098	HELLEM CRISTINA MACHADO CAMPOS	1	1	4	19	50,00	50,00	APROV	84º	28/07/1991
2.431	ELISÂNGELA RODRIGUES	1	1	4	19	50,00	50,00	APROV	85º	26/09/1994
1.403	GESSICA DE LIMA	3	1	3	18	50,00	50,00	APROV	86º	04/11/1996

3.711	DANIELLA GOMES FONSECA DE FARIAS	4	1	3	17	50,00	50,00	APROV	87º	09/12/1991
2.629	LETHICIA DE QUADRA GALVÃO	3	2	3	17	50,00	50,00	APROV	88º	18/05/2001
3.487	JULIANA RAZINI	3	1	4	17	50,00	50,00	APROV	89º	31/03/1991
3.104	ATARRILSON PINHO DA SILVA	2	2	4	17	50,00	50,00	APROV	90º	20/08/1997
194	MAIARA THIESEN NOETZOLD	1	4	3	17	50,00	50,00	APROV	91º	26/09/1984
1.933	FABIANE RIBEIRO DA SILVA	2	3	4	16	50,00	50,00	APROV	92º	27/05/1982
1.275	ANDRESSA CAROLINA DA CONCEIÇÃO	4	3	3	15	50,00	50,00	APROV	93º	25/11/1997
2.807	TIAGO ZORNITTA	3	3	4	15	50,00	50,00	APROV	94º	26/04/1989
4.530	LARINE BARBOSA VASQUEZ	0	0	4	20	48,00	48,00	REPRO	--	05/04/2000
4.224	MARIZETE DA SILVA DE SOUZA	1	2	2	19	48,00	48,00	REPRO	--	09/09/1993
737	LUCAS RENAN DOS SANTOS	1	1	3	19	48,00	48,00	REPRO	--	22/09/1995
492	PAMELA DA SILVA	1	2	3	18	48,00	48,00	REPRO	--	02/09/2004
1.674	MANUELA PIRES GONZALES	2	2	3	17	48,00	48,00	REPRO	--	29/08/1983
1.953	ELIZETE LUIZA HASSELMANN	1	2	4	17	48,00	48,00	REPRO	--	12/07/1976
2.573	ANDERSON RODRIGUES	1	2	4	17	48,00	48,00	REPRO	--	30/05/1991
2.002	YAGO EDUARDO PEREIRA DEOTTI	3	2	3	16	48,00	48,00	REPRO	--	06/10/2001
935	PATRICK RODRIGUES DOS SANTOS	2	2	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	05/08/1992
3.728	RAFAEL ALVES	2	2	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	17/03/2003
950	IZA DE OLIVEIRA	4	2	3	15	48,00	48,00	REPRO	--	25/10/1977
2.468	YNGRID SHIRLENE BARROS DE LIMA	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	28/12/1998
3.410	FABIANA DO NASCIMENTO	4	2	4	14	48,00	48,00	REPRO	--	02/12/1998
3.276	MARIA EDUARDA FERREIRA CAMILO PEREIRA	5	2	4	13	48,00	48,00	REPRO	--	03/08/2003
3.504	ROBERTA ANTUNES BOBROSKI	4	3	4	13	48,00	48,00	REPRO	--	13/12/2003
539	PAOLA ALICE BATISTA FIGUEREDO LOMBALDO	5	3	4	12	48,00	48,00	REPRO	--	30/09/1987
4.271	MARLENE MARCAL	1	1	2	19	46,00	46,00	REPRO	--	13/04/1970
2.290	FRANCIELE PEREIRA SOVRANI RIBEIRO	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	17/08/1986
1.918	GLEYDSON LUIZ PAIVA	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	18/04/1985
3.537	RAPHAELA BOLIGON	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	18/07/1998
4.399	KAROLINE MARTINS	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	26/12/1996
4.307	BARBARA BACHIEGA DOS SANTOS	3	1	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	17/06/2000
2.941	AMANDA BANDEIRA SCOPEL	2	2	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	16/09/2000
2.694	JENNYFER MARIA MARCHETTI MARTINS	3	1	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	10/10/2001
2.687	SIMONE MELO DOS SANTOS	3	1	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	14/06/1976
1.879	KÁTIA DOS SANTOS STEINHEUSER	2	2	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	06/04/1991
1.284	THAIS ISABEL LOPES	2	2	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	28/11/1995
5	HARISSA ROSCOZ REZENDE	2	2	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	31/12/1990
1.036	CAROLINE SILVESTRO	4	2	3	14	46,00	46,00	REPRO	--	25/02/1998
100	RAQUEL FATIMA BORTOLI MONTEIRO	4	1	4	14	46,00	46,00	REPRO	--	23/05/1978
2.533	CLEBER CLEYTON FERNANDES KLOSTER	3	3	3	14	46,00	46,00	REPRO	--	10/02/1983
4.378	KELLY SUMANI DA ROSA	3	2	4	14	46,00	46,00	REPRO	--	07/05/1984
3.669	DANIEL ALVES LUSTOSA	5	4	3	11	46,00	46,00	REPRO	--	10/04/1983
636	YASMINNE CORREA LOPES	1	2	2	17	44,00	44,00	REPRO	--	05/09/1995
1.218	LUCIANE MEDIANEIRA DALLA VALLE DE JESUS	3	0	3	16	44,00	44,00	REPRO	--	31/05/1974
1.208	JULIANE DA SILVA REGINATO	2	1	3	16	44,00	44,00	REPRO	--	01/08/1986
562	JHENIFER RIGOTTI	1	2	3	16	44,00	44,00	REPRO	--	18/04/1997
3.106	WANDERSON WILLIAN DOS SANTOS BLANCK	1	1	4	16	44,00	44,00	REPRO	--	02/12/1993
2.572	WESLEY RODRIGUES PIRES	1	1	4	16	44,00	44,00	REPRO	--	08/03/1997
1.881	RAFAELA BARBOSA E SILVA	4	0	3	15	44,00	44,00	REPRO	--	04/09/1983
3.924	EZAMILDE MARIA DA SILVA	3	0	4	15	44,00	44,00	REPRO	--	16/04/1972
3.799	ALICE GABRIELE WASOVICZ DOS SANTOS	2	1	4	15	44,00	44,00	REPRO	--	14/12/2002
4.331	PAMELA IZABELA MORAES SANTOS	1	2	4	15	44,00	44,00	REPRO	--	14/01/1999
1.135	SILVIA PRESLAK DE ANDRADE MATOS	1	2	4	15	44,00	44,00	REPRO	--	17/02/1976
2.413	MILENA MUSSI BAZZO	4	1	3	14	44,00	44,00	REPRO	--	06/04/1980
93	ANDERSON KALINOSKI	4	0	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	10/06/1995
4.241	GABRIELA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA LINKOSCKI	3	4	2	13	44,00	44,00	REPRO	--	01/05/1992
4.415	MAYCON RODRIGO PETRECHEN	3	4	3	12	44,00	44,00	REPRO	--	07/01/1990
3.873	CRISTIANE SANTOS NICOLAU	1	2	1	17	42,00	42,00	REPRO	--	14/11/1978
281	EDINA DE OLIVEIRA	2	0	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	23/03/1997
3.878	CINTYA MICHELLA BENTO	1	2	3	15	42,00	42,00	REPRO	--	26/03/1987
456	GILSON PEREIRA DOS SANTOS	1	1	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	08/08/1989
1.679	GREICE MIRIANI LOTHERMANN	1	1	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	14/06/1983

1.542	BRUNA SAYURI YOKOYAMA MOREIRA	1	1	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	30/06/1998
3.398	AMANDA CAROLINA CORDEIRO PEREIRA	0	2	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	04/04/2003
1.235	TAIANE FERNANDES BARRICHELLO	4	0	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	19/04/1992
1.478	TALITA IARA LEMOS SANTOS	3	2	2	14	42,00	42,00	REPRO	--	08/06/1993
2.768	DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	3	1	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	05/08/1991
346	BEATRIZ FERNANDA CADINI	3	1	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	21/12/1998
4.739	LAURA JACOMINI	1	2	4	14	42,00	42,00	REPRO	--	27/06/2002
358	JULIA MILENA PAPINI DOS REIS	3	2	3	13	42,00	42,00	REPRO	--	23/04/2003
1.816	JULIANA TEIXEIRA AGUIAR CORREA	3	2	3	13	42,00	42,00	REPRO	--	27/03/1990
4.054	ERIC FERRETO DE LIMA	3	1	4	13	42,00	42,00	REPRO	--	13/08/2003
2.001	VITÓRIA SOARES SILVA	3	1	4	13	42,00	42,00	REPRO	--	15/12/2001
1.612	ELOISA PEREIRA DE PAIVA	4	2	3	12	42,00	42,00	REPRO	--	25/09/1981
2.057	MARCIA NAHUM DOS SANTOS	3	2	4	12	42,00	42,00	REPRO	--	29/09/1980
4.170	GABRIEL JAUREGUY BENITES	2	1	2	15	40,00	40,00	REPRO	--	13/06/1997
1.681	DIENY THAISA RIBEIRO CAMARGO	2	0	3	15	40,00	40,00	REPRO	--	25/06/1987
4.829	MARÍLIA ATAYANE DOS SANTOS	4	1	1	14	40,00	40,00	REPRO	--	13/10/1995
3.694	LUCAS GONZALES	2	1	3	14	40,00	40,00	REPRO	--	17/05/1998
3.254	JULIANO JOSE CASOLA	2	1	3	14	40,00	40,00	REPRO	--	23/09/1985
1.638	JANAINA FORTUOSO MUJOL	2	1	3	14	40,00	40,00	REPRO	--	25/09/1990
3.814	ALCIDA MARIA LINDA DA MOTA	1	1	4	14	40,00	40,00	REPRO	--	17/01/1971
632	KARINE ARGENTE	3	1	3	13	40,00	40,00	REPRO	--	20/02/1988
2.689	ELEUZA CABRERIA MENDONÇA	2	2	3	13	40,00	40,00	REPRO	--	16/10/1977
3.798	JESSICA IZAURA BATISTA DA PAIXÃO	2	2	3	13	40,00	40,00	REPRO	--	18/05/1992
2.507	PAULA DANIELLY WILHELM MANFE	2	2	3	13	40,00	40,00	REPRO	--	25/01/1986
370	ADILSON DA SILVA RIBEIRO	2	1	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	01/08/1978
2.603	DIRCE TEREZINHA ANTUNES DE RAMOS LEAL	2	1	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	03/06/1982
4.267	LAYS CRISTIANNY DA SILVA DUARTE	2	1	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	14/12/1989
1.006	ELISANDRA DA SILVA BARROS	2	1	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	21/09/1995
2.630	SAMARA DE SOUZA PINTO	4	1	3	12	40,00	40,00	REPRO	--	25/01/1994
3.709	LARISSA MENEZES DOSSENA	3	1	4	12	40,00	40,00	REPRO	--	04/10/2004
4.629	ELORAYNE DANUBIA SANTOS DA SILVA	3	1	4	12	40,00	40,00	REPRO	--	17/06/2002
702	VEREDIANA ALMEIDA MAGALHAES	3	1	4	12	40,00	40,00	REPRO	--	25/03/2003
3.179	GIOVANA CAROLINA XAVIER	2	2	4	12	40,00	40,00	REPRO	--	11/04/1996
3.954	HENRIQUE CORDEIRO GONCALVES	4	1	4	11	40,00	40,00	REPRO	--	04/10/2003
2.677	BRUNA GABRIELA SLOVINSKI	2	0	2	15	38,00	38,00	REPRO	--	02/03/1991
2.054	ROMILDA RODRIGUES DOS SANTOS	1	1	2	15	38,00	38,00	REPRO	--	10/08/1969
517	FORLAN DE OLIVEIRA FILHO	1	0	3	15	38,00	38,00	REPRO	--	06/01/2005
1.588	MARISETE GAYARDO	0	1	3	15	38,00	38,00	REPRO	--	13/07/1977
2.243	ROSINEIDE MARIA FIGUEIREDO NOVACK	1	1	3	14	38,00	38,00	REPRO	--	27/05/1983
3.324	FABIENNE JACQUET	2	1	3	13	38,00	38,00	REPRO	--	18/02/2000
3.746	ELENICE VIEIRA FREITAS	2	1	3	13	38,00	38,00	REPRO	--	19/05/1983
99	DANIELI DAMASCENO SOARES BRENNER	1	2	3	13	38,00	38,00	REPRO	--	10/04/1998
4.080	ROSENILDA FERREIRA DE SOUSA OLIVEIRA	1	1	4	13	38,00	38,00	REPRO	--	06/04/1978
1.617	JULIANA ALVES VIEIRA	3	2	2	12	38,00	38,00	REPRO	--	16/02/1993
1.663	FATIMA APARECIDA GARCIA	3	1	3	12	38,00	38,00	REPRO	--	05/07/1979
3.199	EDENILSON DIAS ANTUNES	1	2	4	12	38,00	38,00	REPRO	--	09/07/1978
2.980	MATEUS TERRAS DE CAMPOS	2	2	4	11	38,00	38,00	REPRO	--	02/06/2002
2.645	ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA	2	2	4	11	38,00	38,00	REPRO	--	04/07/1984
2.846	GUILHERME EDUARDO FRANÇA	4	2	3	10	38,00	38,00	REPRO	--	04/04/2003
1.253	AMANDA MASOTTI	4	1	4	10	38,00	38,00	REPRO	--	13/04/2003
1.731	DANIELLY APARECIDA NENEVE	3	2	4	10	38,00	38,00	REPRO	--	28/01/2000
2.128	LUCIDEIA PINTO SOARES	1	1	1	15	36,00	36,00	REPRO	--	14/01/1980
4.193	GIOVANA APARECIDA DE MOURA	1	2	1	14	36,00	36,00	REPRO	--	08/11/1983
846	GISLAINE DOS SANTOS	1	1	3	13	36,00	36,00	REPRO	--	21/07/1991
2.636	APARECIDA BARBOSA DE ANDRADE ZENATTI	2	2	2	12	36,00	36,00	REPRO	--	29/11/1973
2.555	CARLA MARIA GRACIANO ALVES CORREA	2	1	3	12	36,00	36,00	REPRO	--	18/02/1979
1.182	VITORIA CAROLINE SOARES	2	1	3	12	36,00	36,00	REPRO	--	24/08/2004
4.031	KAYLA ARAÚJO BENITES	2	1	3	12	36,00	36,00	REPRO	--	29/11/1992
2.835	PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DE LIMA	2	2	3	11	36,00	36,00	REPRO	--	16/02/2002
1.195	THIAGO HENRIQUE LUIZ DA SILVA	1	2	4	11	36,00	36,00	REPRO	--	07/07/1988
1.880	LUCIVANI KREIN	3	2	3	10	36,00	36,00	REPRO	--	07/07/1986

2.864	GABRIELA MOURA TOBALDINI	2	4	3	9	36,00	36,00	REPRO	--	11/08/2003
2.714	GISLAINE HERTHCAPF PLANK	0	0	3	14	34,00	34,00	REPRO	--	10/09/1984
1.662	GILVANA ISABEL RIGO	1	1	3	12	34,00	34,00	REPRO	--	09/05/1986
401	KELLY CRISTINA BRAGA	1	0	4	12	34,00	34,00	REPRO	--	01/02/1990
633	REGINA APARECIDA DA SILVA KURMANN	0	1	4	12	34,00	34,00	REPRO	--	20/08/1972
2.978	MARTIMIANA DE SOUZA SUTIL	2	1	3	11	34,00	34,00	REPRO	--	16/05/1994
3.164	ANDREIA SCHLICKMANN	2	0	4	11	34,00	34,00	REPRO	--	18/06/1981
816	AMANDA DA ROCHA MARTINS	3	1	3	10	34,00	34,00	REPRO	--	14/06/2001
4.548	HANNA LAURA BOHNERT	2	2	4	9	34,00	34,00	REPRO	--	30/06/2000
1.909	VINICIUS HENRIQUE DO NASCIMENTO	3	2	4	8	34,00	34,00	REPRO	--	10/01/2006
3.611	JEFERSON COELHO RAMOS	1	1	1	13	32,00	32,00	REPRO	--	08/08/1995
3.637	OSMAIARA SILVA DE SOUZA	1	1	1	13	32,00	32,00	REPRO	--	27/01/1993
2.737	FABIANA NUNEZ	1	0	2	13	32,00	32,00	REPRO	--	20/01/1984
4.018	DANIELA NICOLAU BORBA FRANCISCO	0	1	3	12	32,00	32,00	REPRO	--	03/02/1982
526	ELEN BRUNA FERREIRA ALVES	2	1	2	11	32,00	32,00	REPRO	--	23/07/1997
3.230	ROSANE QUINOR GARCIA PORTELA	1	1	3	11	32,00	32,00	REPRO	--	05/12/1980
2.247	MARTA APARECIDA DOS SANTOS GONÇALVES	1	1	3	11	32,00	32,00	REPRO	--	20/08/1971
3.459	ALLICYA ANDREZA MORAIS TORRES	0	1	3	11	30,00	30,00	REPRO	--	26/03/1998
1.348	ROSANA BARBOSA	0	1	3	11	30,00	30,00	REPRO	--	26/05/1987
407	ERONI PILONETO EVANGELISTA	1	2	3	9	30,00	30,00	REPRO	--	12/01/1975
1.776	DANIELE VITORIA BILESKI	1	2	3	9	30,00	30,00	REPRO	--	31/01/2002
1.189	SAULO IGOR SANTANA DA SILVA	0	0	3	11	28,00	28,00	REPRO	--	31/05/1986
1.095	VANESSA GRETA BOTTINI	1	1	2	10	28,00	28,00	REPRO	--	29/09/1978
66	JAYNI APARECIDA AGRA	0	1	3	10	28,00	28,00	REPRO	--	10/10/2002
1.486	RENATA TAVARES	1	0	2	10	26,00	26,00	REPRO	--	29/07/1979
3.180	EUNICE RAQUEL DE OLIVEIRA KRAKOVVSKI	0	1	2	10	26,00	26,00	REPRO	--	05/08/1985
300	CRISTIANE QUADROS DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/08/1990
4.572	MARIANA RIBEIRO ARAUJO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/09/1983
1.620	LUANA RIBEIRO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/11/2001
3.386	ANDREIA GRITHEN DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/01/1992
3.501	ROSANGELA PIRES VIEIRA NOVAIS DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/02/1977
4.165	VANESSA ALESSANDRA KUSKVINSKI DE OLIVEIRA DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/03/1991
4.432	HEMILLY LUIARA CALEGARO CHAFRE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/03/2000
891	CLAUDIOHANA CARRER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/06/1997
2.376	MARIA JULIA NAVARRO KASSIM	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/02/1992
3.110	PAMELA CRISTINA MACIEL HIRT	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/09/1991
2.295	LARISSA BLANK DA ROCHA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/12/1997
3.697	NIKOLAS SCHWARTZ GRANIERI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/08/2002
1.226	LARISSA DA COSTA MIRANDA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/10/1999
528	TATIANA DOS SANTOS TONIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/01/2000
4.119	GESSICA SANTOS PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/03/1996
2.883	EVANILDA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/09/1979
4.060	JOSILENE DAMIAO DA SILVA PEDROSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/03/1979
363	RANIEL RIVAS JEAN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/11/1996
4.062	THAIS KINSEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/08/1994
2.852	ADRIANA DE FATIMA DUARTE GONCALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/10/1988
3.361	JHULLYEN VANI TEIXEIRA BARROS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/07/1999
679	MATHIAS NETO DA SILVA XAVIER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/11/1996
3.206	DANIELE CRISTINA NARDI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/06/1980
237	DHEINIFFER MAIKELLY BATISTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/09/1991
3.786	FERNANDO DA COSTA XAVIER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/10/1998
3.449	ADRIANO FERNANDES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/06/1996
1.300	ANA CAROLINE BARBOSA CASSIANO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/07/2000
1.049	LUCIMAR CONCEIÇÃO CARVALHEIRO BERNARDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/10/1985
4.580	LUIZIANE AGOSTINE ALVES DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/09/1983
4.741	ANA CLAUDIA AMARO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/01/1996
69	DAIANE DEWES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/03/2001
919	ACASSIO LUIZ ROSSETTO BARRETO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/02/1992
2.296	JESSICA PORTILHO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/04/1994
1.433	ANDRESSA KOMINEK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/05/2002
3.696	ZILDA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/07/1970

1.370	ESTELINA DA HORA GUILHERME	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/12/1984
698	TAILA THISSIANE OLIVEIRA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/11/2002
1.838	JOSELAINE MEURER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/12/1985
216	GADIEL EDUARDO FLORES DIAZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/03/1994
2.741	VICTORIA STEFANI STEINBACH ORRU DE LEMOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/06/2000
3.548	ROBISON RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/09/1992
1.390	IOLANDA DE MATOS PAIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/02/1981
1.219	ISAIAS YAMIL FERNANDEZ JARA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/08/2003
3.963	ANNA GABRIELLA MAINO STEFFLER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/12/2001
4.720	GRAZIELE APARECIDA SCHOFFEN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/02/1997
1.621	VINICIUS JOSE DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/06/1997
2.199	SANDRA BEATRIZ DIAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/10/1971
4.684	MARIA PATRICIA SANINI VIEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/10/1976
2.394	EDIVANE SALETE DE MATTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/09/1980
4.021	DANIELA ALVES ROCHA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/11/1984
1.794	JOSIANE SIEVES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/01/1998
3.749	EDUARDO GOUVEIA FRANCISCO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/05/1998
2.170	JULIANA SANTOS BAPTISTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/10/2000
2.940	NATAN GABRIEL MENDONÇA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/12/2002

CASCAVEL - Farmacêutico

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.754	FELIPE GORONSKI	6	4	4	22	72,00	72,00	APROV	1º	31/07/1999
1.992	LAHURA RODRIGUES	4	4	4	23	70,00	70,00	APROV	2º	24/08/1998
3.785	MATEUS FOLTZ DELABENETA	6	3	4	22	70,00	70,00	APROV	3º	17/08/1994
3.223	BRUNO ARAGAO DOS SANTOS	2	3	4	25	68,00	68,00	APROV	4º	02/10/1990
3.732	CRISTIANO CORREIA BACARIN	5	2	4	22	66,00	66,00	APROV	5º	11/01/1987
3.439	DEBORA LORENA QUEIROZ	5	2	4	22	66,00	66,00	APROV	6º	01/12/1999
4.070	LUIZA MOTA VARGAS	5	2	4	22	66,00	66,00	APROV	7º	07/06/2003
3.394	ISABELA TAVARES RAMPIM	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	8º	26/01/1995
2.631	ALINE NEMOTO FERNANDES	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	9º	05/12/2001
1.397	ELIZETE NUNES	5	4	4	19	64,00	64,00	APROV	10º	27/11/1971
2.334	VITOR CARREIRA GAIOLA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	11º	12/12/1998
2.381	RHAMON ANTONIO MARTINI	3	4	4	20	62,00	62,00	APROV	12º	11/02/2000
2.220	MARIA EDUARDA CARBONIÉRI	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	13º	12/03/2001
751	MARIA ISABELA VASCONCELOS DA SILVA	3	2	4	21	60,00	60,00	APROV	14º	13/01/2000
947	MARCIA SOUZA LOPES	5	2	3	20	60,00	60,00	APROV	15º	17/04/1975
2.595	MARCOS PAULO WILLE	3	4	4	19	60,00	60,00	APROV	16º	16/06/1985
1.640	ANA LETICIA LEMKE PADILHA	5	3	4	18	60,00	60,00	APROV	17º	10/12/2004
628	TALITA HELENA SANTOS DA SILVA	4	1	4	20	58,00	58,00	APROV	18º	23/02/1997
2.589	ANA CAROLINE ROCHA BARBOSA	2	4	3	20	58,00	58,00	APROV	19º	08/12/1987
4.595	JÚLIA THAYS KAVA MARTINS	5	3	4	17	58,00	58,00	APROV	20º	04/09/2002
1.488	JEFFERSON GOULART GOMES	4	1	4	19	56,00	56,00	APROV	21º	07/02/1995
2.609	BRUNA LUISA THEISEN	4	1	4	19	56,00	56,00	APROV	22º	01/03/1999
4.303	MARA LÚCIA TOLENTINO	6	1	3	18	56,00	56,00	APROV	23º	13/10/1982
2.813	VINÍCIUS SOARES DE ARAÚJO	4	2	4	18	56,00	56,00	APROV	24º	26/11/2000
430	NATÁLIA ARISA NAKAMURA LIMA	5	2	4	17	56,00	56,00	APROV	25º	21/10/1998
2.450	PAULA CAROLINE DE FAVERI DIAS	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	26º	02/06/1992
3.068	ISABELA GASPARIN SOLIGO	3	4	4	17	56,00	56,00	APROV	27º	06/08/2005
4.168	MATHEUS YURI ANTUNES	4	3	3	17	54,00	54,00	APROV	28º	14/12/2002
2.836	CINARA REGINA SCHAPPO	5	2	4	16	54,00	54,00	APROV	29º	15/12/1979
1.331	RUBIO CESAR BASSO	5	2	4	16	54,00	54,00	APROV	30º	14/01/1980
4.146	CLAUDIA GOMES DA SILVA	3	4	4	16	54,00	54,00	APROV	31º	08/05/1987
1.018	KARINE SARTORO TURATTI	3	1	4	18	52,00	52,00	APROV	32º	13/07/1996
2.133	LETICIA MOREIRA OLIVEIRA	5	1	3	17	52,00	52,00	APROV	33º	01/03/2000
1.671	JULIANO DE RAMOS IRENO BRANCO	3	2	4	17	52,00	52,00	APROV	34º	24/07/1985
2.386	JESSICA SANTOS SOUSA	4	2	4	16	52,00	52,00	APROV	35º	05/02/1998
2.378	BRUNA RAFAELA CORREIA	6	2	4	14	52,00	52,00	APROV	36º	27/09/1993
2.399	ANDRESSA ANJOS DE SOUZA	2	1	4	18	50,00	50,00	APROV	37º	01/08/1997
3.495	SONIA REGINA ROSA DE SOUZA E SILVA	3	2	3	17	50,00	50,00	APROV	38º	21/02/1969
2.949	NATHALIA APARECIDA MILANSKI	2	2	4	17	50,00	50,00	APROV	39º	13/05/2003
2.895	TATIANI CARDOSO DE MATTOS LOEBLEIN	3	3	3	16	50,00	50,00	APROV	40º	26/12/1992

192	LEANDRO JOSÉ WARKEN	5	2	3	15	50,00	50,00	APROV	41º	10/03/1986
4.528	ALESSANDRA SANTOS LIMA CAMBÃO	5	2	3	15	50,00	50,00	APROV	42º	28/11/1987
2.279	FERNANDA PEREIRA RIGON	2	2	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	27/05/1996
74	BARBARA FRATA	4	1	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	28/10/2002
1.676	LARISSA VIDAL VIDOVIX	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	19/05/2004
4.298	KARINE DA SILVA SANTOS	6	2	3	13	48,00	48,00	REPRO	--	13/12/1994
219	MYLENA DIAS DE OLIVEIRA	5	2	4	13	48,00	48,00	REPRO	--	30/06/1997
3.698	MATEUS BOITA DE ALMEIDA	0	3	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	12/03/1998
3.736	ISABELLA BOIS FERREIRA	5	1	1	16	46,00	46,00	REPRO	--	05/03/1997
134	LUANA CANAVIER DA SILVA	3	3	3	14	46,00	46,00	REPRO	--	13/01/2004
2.272	FRANCIELE APARECIDA FÁVARO	4	3	3	13	46,00	46,00	REPRO	--	23/05/1985
675	CAMILA ALVES DE OLIVEIRA	5	2	4	12	46,00	46,00	REPRO	--	18/11/1998
627	KAUANE LETICIA DOS SANTOS	3	1	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	15/05/2004
3.650	ANDRÉIA BOSSONI GALINDO DE ASSIS	1	4	3	14	44,00	44,00	REPRO	--	14/03/1982

1.255	RAFAELA DE SOUZA MARQUEZONI	4	2	3	12	42,00	42,00	REPRO	--	24/02/1993
3.273	FRANCIELE DE LIMA SILVA	1	1	2	16	40,00	40,00	REPRO	--	13/12/1988
178	CAROLINE SIMON	1	2	2	15	40,00	40,00	REPRO	--	20/02/1998
185	MARLENE DE FREITAS	1	1	3	15	40,00	40,00	REPRO	--	04/01/1977
3.100	MARIA CAROLINA EPIFANIO PIMENTEL	0	1	4	15	40,00	40,00	REPRO	--	25/02/1987
4.202	JANETE KOAKOSKI	0	3	2	13	36,00	36,00	REPRO	--	21/05/1974
3.804	GABRIELLE DOS SANTOS CAMARGO	2	2	2	12	36,00	36,00	REPRO	--	27/04/1997
1.196	WANDERSON DAMASCENO BRAGA	1	0	3	13	34,00	34,00	REPRO	--	09/05/1978
3.945	JAQUELINE DA COSTA LIMA	1	2	4	10	34,00	34,00	REPRO	--	27/06/1995
1.340	LUANA STEFANI COELHO DE MOURA	1	1	2	12	32,00	32,00	REPRO	--	23/01/2003
201	KAMILA LUIZA DE TONI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/08/2001
244	RENATA HAYASHI HIGUCHI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/06/1990
3.042	WELBERT AUGUSTO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/12/1990
1.508	ALEXSANDRA APARECIDA MEDEIROS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/11/1979
1.667	CARLA FRANCIANY SKALESKI SIQUEIRA WILLE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/05/1987
3.185	ANDRESSA PAULA DE SOUZA DUARTE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/09/1997
1.495	LEONARDO MARGARIZO REBOLHO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/03/2003
977	LUANA VOLKMANN SIQUEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/01/1996
4.136	CAMILA JONSSON OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/11/1994
683	DANIELLY FREITAS DE SOUSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/08/1984
3.211	HUGO LEONARDO ZECHIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/05/1979
4.723	DANIELLE REGINA TEBALDI RODRIGUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/05/1980
CASCAVEL - Fonoaudiólogo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
646	EMYLLI DE OLIVEIRA	5	2	4	27	76,00	76,00	APROV	1º	25/11/2004
CASCAVEL - Médico 12h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.985	AMANDA FAUTH DE PÁDUA COELHO	6	3	4	33	92,00	92,00	APROV	1º	21/06/1999
1.364	THIAGO ASSIS SANTOS	5	4	4	33	92,00	92,00	APROV	2º	23/07/1999
4.640	GUILHERME FERNANDES KULA	5	4	4	33	92,00	92,00	APROV	3º	18/09/2000
4.052	GABRIELLA COLODEL BAZZI	6	4	4	32	92,00	92,00	APROV	4º	20/02/2000
2.670	GABRIEL PEREIRA TOSSIN	5	4	4	32	90,00	90,00	APROV	5º	29/09/2000
3.280	AMANDA EBERT BRIANCINI	5	4	4	32	90,00	90,00	APROV	6º	15/06/2003
2.613	RAFAEL ROBERTO JACOBO GIL	5	2	4	33	88,00	88,00	APROV	7º	26/12/1991
3.624	LUCAS MENDONÇA JANNUZZI MARTINS	4	4	4	32	88,00	88,00	APROV	8º	15/06/1996
2.341	VINICIUS MAIA DE OLIVEIRA	5	4	4	31	88,00	88,00	APROV	9º	20/05/1998
2.065	PATRICIA ENGELMANN	6	4	4	30	88,00	88,00	APROV	10º	07/07/2000
3.385	JOÃO PEDRO SILVA MOREIRA	6	4	4	30	88,00	88,00	APROV	11º	24/04/2001
3.161	MARIA ISABELA OENING	6	4	4	30	88,00	88,00	APROV	12º	13/06/2001
2.505	ISABELLA FILIPAKE PABIS	6	3	4	30	86,00	86,00	APROV	13º	04/11/2002
2.781	NAYARA DA SILVA PAZETTO	5	4	4	30	86,00	86,00	APROV	14º	19/09/1990
3.726	GUSTAVO KENZO KATSUMATA	5	4	4	30	86,00	86,00	APROV	15º	28/12/1999
1.388	NATALIA FABRIS LOCKS	6	4	4	29	86,00	86,00	APROV	16º	21/02/1996
2.204	JULIA MAYUMI UEDA	6	4	4	29	86,00	86,00	APROV	17º	20/05/2000

3.284	GEAN CARLOS COSTA	3	3	4	32	84,00	84,00	APROV	18º	23/07/1992
3.571	AMANDA FRANCO MARTINS	4	3	4	31	84,00	84,00	APROV	19º	03/10/2003
3.215	ISABELLA HIKARI KINOSHITA NISHIYAMA	5	3	4	30	84,00	84,00	APROV	20º	21/01/2000
3.092	PRISCILA ACCACIO CORREA	4	4	4	30	84,00	84,00	APROV	21º	01/10/1990
4.117	RAFAELA SCHELBAUER	4	4	4	30	84,00	84,00	APROV	22º	14/10/2003
3.448	JAQUELINE APARECIDA TOIGO	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	23º	07/07/1988
3.108	ANNA JULIA WUNSCH DIAS	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	24º	15/02/2000
479	YARA LUIZA DONDONI CELONI	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	25º	12/07/2000
940	LUCAS WERNECK MOURÃO	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	26º	25/07/2000
3.576	MAURÍCIO BATISTA TEIXEIRA	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	27º	23/01/2002
3.072	VICTOR MARCHESAN DIAS	6	4	4	28	84,00	84,00	APROV	28º	29/04/1991
4.811	MATHEUS PEREIRA GUARINI	6	4	4	28	84,00	84,00	APROV	29º	20/10/1998
2.213	MARIANA MARTINS	5	2	4	30	82,00	82,00	APROV	30º	15/08/1995
3.929	KARINA BIAVATTI ZAVAREZZI	4	3	4	30	82,00	82,00	APROV	31º	19/07/2000
357	DANIELE CRISTINA VICENTIN	5	3	4	29	82,00	82,00	APROV	32º	20/05/1983
2.859	EDUARDO RABELO FONTENELE	4	4	4	29	82,00	82,00	APROV	33º	01/11/1994
3.842	LUCAS RIBAS ANGELI	4	4	4	29	82,00	82,00	APROV	34º	02/08/2002
3.607	GUSTAVO DA SILVA BRITO	6	3	4	28	82,00	82,00	APROV	35º	05/11/1997
1.738	RICARDO ACADROLI	3	4	4	29	80,00	80,00	APROV	36º	17/02/1996
1.188	GEORGE HENRIQUE GNASS	4	4	4	28	80,00	80,00	APROV	37º	01/01/1992
2.389	RAQUEL LAIS KREUZ	4	4	4	28	80,00	80,00	APROV	38º	09/11/1995
523	JULIANO ALCINDO DE ALMEIDA	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	39º	21/07/1995
3.065	EMILYANE BATALHA	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	40º	16/03/1999
1.228	GUILHERME MORILLOS DA COSTA	6	4	4	26	80,00	80,00	APROV	41º	21/05/1993
4.715	RAFAELA RIBEIRO D AZEVEDO CARNEIRO	6	4	4	26	80,00	80,00	APROV	42º	11/02/1999
4.379	LEONARDO RIBEIRO	4	3	4	28	78,00	78,00	APROV	43º	29/11/1996
3.363	MAIRA ROCHA ALMEIDA	5	3	4	27	78,00	78,00	APROV	44º	22/06/1998
3.991	MARCO ANTONIO MASOCHIN	5	3	4	27	78,00	78,00	APROV	45º	10/08/2000
2.471	MAIELI VIEIRA GUEDES	4	4	4	27	78,00	78,00	APROV	46º	17/12/1999
2.563	CARLOS HENRIQUE SODRÉ BARREIRA	6	3	4	26	78,00	78,00	APROV	47º	09/05/2002
4.447	MAYARA DUMKE DA SILVA	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	48º	23/06/1989
1.673	RAFAELA CANDIDO	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	49º	28/02/1997
2.355	NATHALIA ROBERTA GIANOTO	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	50º	07/04/1997
2.164	CECÍLIA SAMPAIO DE SOUZA	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	51º	31/10/2001
4.491	LUISA BIANCA REIS PARODE	6	4	4	25	78,00	78,00	APROV	52º	06/12/2000
4.490	CLEYTON GABRIEL PADILHA RIBEIRO	3	2	4	29	76,00	76,00	APROV	53º	29/12/1999
1.601	MAYRA SANTOS DE LIMA	5	2	3	28	76,00	76,00	APROV	54º	08/10/1987
1.214	GIOVANNA CATHARINA DE CASTRO	4	2	4	28	76,00	76,00	APROV	55º	30/03/2001
2.997	PAULA CRISTINA BREDA COLPANI	5	2	4	27	76,00	76,00	APROV	56º	26/07/1992
2.540	MANOELA LOURDES DOS SANTOS	4	3	4	27	76,00	76,00	APROV	57º	12/05/1997
2.599	ISADORA MARCON	4	3	4	27	76,00	76,00	APROV	58º	20/02/2001
3.326	JULIA NAOMI VADA	6	2	4	26	76,00	76,00	APROV	59º	20/02/2001
4.875	NATHÁLIA FORNARI DAMBROS	5	4	3	26	76,00	76,00	APROV	60º	30/10/1995
3.187	TAYONARA GEORGIANE NEPPEL	5	3	4	26	76,00	76,00	APROV	61º	02/03/1993
703	JOSÉ RAFAEL GOVATISKI	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	62º	30/12/1994
3.891	ELAINE WERNCKE	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	63º	03/06/1996
2.419	RAFAELI VIDALETTI BARBOSA	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	64º	16/02/1998
3.570	BARBARA FRANCO MARTINS	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	65º	03/10/2003
2.488	BRUNA RIBAS GELNSKI	5	4	4	25	76,00	76,00	APROV	66º	09/10/1997
3.617	ISABELLE THAIZ MARTINI	5	4	4	25	76,00	76,00	APROV	67º	11/03/1998
828	ANA CAROLINA SOUZA DEITOS	6	4	4	24	76,00	76,00	APROV	68º	06/03/1996
1.405	EDUARDO HENRIQUE MARTINAZZO ANGELO	3	1	4	29	74,00	74,00	APROV	69º	25/12/1992
1.958	BEATRIZ MARIA ANDREOLI FELLINI	3	3	4	27	74,00	74,00	APROV	70º	06/01/1998
2.353	FERNANDA DA COSTA GOLFIERI HENZ	5	2	4	26	74,00	74,00	APROV	71º	20/05/1991
695	CARLOS EDUARDO SANTANA DO NASCIMENTO	4	3	4	26	74,00	74,00	APROV	72º	10/08/2000
3.490	MIGUEL ALBERTO CARDOZO MOUZULLY	3	4	4	26	74,00	74,00	APROV	73º	01/07/1997
3.593	ANNA CAROLINA CURSINO FACUNDES	5	4	3	25	74,00	74,00	APROV	74º	27/03/2000
3.026	RAFAELA PFEFFER	5	4	3	25	74,00	74,00	APROV	75º	29/04/2000
2.096	LAUREN VALENTHINA PERES TIMM	5	4	3	25	74,00	74,00	APROV	76º	09/11/2001
310	FRANCISCO AUGUSTO SOBRAL FEITOSA DO PRADO JUNIOR	5	3	4	25	74,00	74,00	APROV	77º	20/07/1979
4.150	AMANDA MOTTA SCALIANTE	5	3	4	25	74,00	74,00	APROV	78º	15/10/1999

2.625	RÔMULO MICAEL LACERDA VIEIRA	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	79º	08/02/2000
3.321	ALEXANDRE DENARDIN	6	3	4	24	74,00	74,00	APROV	80º	07/03/1999
3.530	MARCELLA BIEITES MARINHO DA SILVA FURQUIM	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	81º	17/04/1981
694	ANDRESSA NAOMY TAMURA	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	82º	23/08/1995
4.366	ADELIA GONCALVES DA SILVA	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	83º	31/01/1989
3.009	FELIPE YUDI MARCINIAK ARAKE	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	84º	10/06/1998
2.402	JULIANA TADEU THOMÉ	3	2	4	27	72,00	72,00	APROV	85º	14/05/1984
3.781	ANDRÉ BASTAZINI LOPES DE OLIVEIRA	2	3	4	27	72,00	72,00	APROV	86º	28/07/2000
954	DELIS MARQUES GREGOSKI	3	3	4	26	72,00	72,00	APROV	87º	04/07/1998
2.403	STHEFANI KLOCK THIESEN	5	3	3	25	72,00	72,00	APROV	88º	08/11/2000
3.764	RAFAELA ALVES GONÇALVES MARIOTO	5	2	4	25	72,00	72,00	APROV	89º	26/01/2002
1.815	NATALIA INOCENCIO VALMORBIDA	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	90º	30/03/1998
1.380	KELLY ABREU ARMELIN	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	91º	01/09/2000
274	FLORENCE FANTIN DE VARGAS	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	92º	27/09/2000
3.865	CLEANE FERNANDES PONTES	3	4	4	25	72,00	72,00	APROV	93º	13/04/1994
962	AMANDA LETÍCIA SCHELL FLANDOLI	5	4	3	24	72,00	72,00	APROV	94º	30/11/1998
3.532	BRUNO LEANDRO MAXIMILIANO BARBOSA	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	95º	28/01/1991
4.619	MARIANA REGINA DUCHESQUI	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	96º	04/10/1996
4.721	LUANA CRISTINA AMANCIO DA SILVA	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	97º	25/04/1999
3.640	MARIA CÂNDIDA FIORENTIN CAVALHEIRO	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	98º	24/09/2002
4.495	LUIZ BRESSAN	4	4	4	24	72,00	72,00	APROV	99º	16/06/1997
3.437	JULIANA PERES	4	4	4	24	72,00	72,00	APROV	100º	11/08/2000
1.813	ANA LETÍCIA PESSATTO	4	4	4	24	72,00	72,00	APROV	101º	31/01/2001
3.934	LUCIANE GIL VARASCHINI	6	4	3	23	72,00	72,00	APROV	102º	18/05/1981
4.017	LUIZ EDUARDO EXTECKOETTER	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	103º	26/03/1996
3.813	ODILO GARCIA OLIVEIRA NETO	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	104º	19/06/1999
4.662	LARA AUANA DA ROSA	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	105º	15/01/2000
4.172	GABRIELA GRAGEL DINIZ	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	106º	21/05/2000
3.704	JOSIELLI CRISTINA OPUSKEVICH VANZO	6	4	4	22	72,00	72,00	APROV	107º	19/12/1985
4.848	CAROLINE BORTOLOSSI	6	4	4	22	72,00	72,00	APROV	108º	04/07/1997
3.558	ALEXANDRA CANDIDO MEDEIROS	5	0	3	27	70,00	70,00	APROV	109º	20/08/1999
3.217	LUANA RAIZER DA SILVA	3	1	4	27	70,00	70,00	APROV	110º	16/04/1998
3.620	AMANDA SALVATI BECK LIMA	5	2	3	25	70,00	70,00	APROV	111º	19/11/1999
4.124	PAULO RENNAN SCHINEIDER SOBRAL	3	3	4	25	70,00	70,00	APROV	112º	19/02/2000
1.316	MURILO GODOY KLEIN	2	4	4	25	70,00	70,00	APROV	113º	16/01/2000
3.932	RENAN HAMUD	3	4	4	24	70,00	70,00	APROV	114º	13/01/2001
3.645	NATALIA MALINOSKI FRANCIO	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	115º	07/08/1997
3.635	AMANDA RODRIGUES DE SOUZA	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	116º	28/07/2000
3.858	CASSIA ROBERTA SBARDELOTTO PETZHOLD	4	4	4	23	70,00	70,00	APROV	117º	05/09/2000
1.680	MIRIAN GRASIELE DE BORTOLI	5	4	4	22	70,00	70,00	APROV	118º	14/08/1982
1.768	GUSTAVO HENRIQUE SINHORIN	5	4	4	22	70,00	70,00	APROV	119º	19/04/1993
4.164	MARIA HELENA FERNANDES ZANCAN	6	4	4	21	70,00	70,00	APROV	120º	16/06/1999
1.514	ELOISA MACHADO FERREIRA	1	2	4	27	68,00	68,00	APROV	121º	12/12/1999
3.241	RENATA GARCEZ DA LUZ	4	1	3	26	68,00	68,00	APROV	122º	17/08/1998
1.017	MARIANA DE FATIMA MELO	3	3	3	25	68,00	68,00	APROV	123º	02/12/1999
2.459	THAIS BEDIN FELSKY	3	2	4	25	68,00	68,00	APROV	124º	30/07/1987
815	BRUNO MARCEL HUKUSINA	2	3	4	25	68,00	68,00	APROV	125º	16/06/1985
1.989	MATHEUS BALABUCH NEUMANN	2	3	4	25	68,00	68,00	APROV	126º	11/06/1995
2.426	LARISSA BACK	5	1	4	24	68,00	68,00	APROV	127º	29/07/2004
3.279	GUILHERME SCHIBICHEWSKI DE OLIVEIRA	4	3	3	24	68,00	68,00	APROV	128º	19/08/2000
285	ANGELICA BOLZAN STREDA	5	3	3	23	68,00	68,00	APROV	129º	12/09/1992
579	ANANDA RENATA MIAN	5	2	4	23	68,00	68,00	APROV	130º	20/07/1996
4.306	HELLEN LORRANY BARBOSA DE SOUSA	5	2	4	23	68,00	68,00	APROV	131º	14/07/1997
1.767	LUISE GABRIELA DOS REIS MOURA	5	2	4	23	68,00	68,00	APROV	132º	14/01/1999
4.509	MARIA LUIZA DE SOUZA RODRIGUES	5	2	4	23	68,00	68,00	APROV	133º	02/09/2000
4.646	GREIZLE SCAPINI VON MUHLEN	4	4	3	23	68,00	68,00	APROV	134º	01/03/1983
4.133	DYLSON JUNYOR NECKEL LINDEN	3	4	4	23	68,00	68,00	APROV	135º	17/03/2003
449	QUEREN HAPUQUE OLIVEIRA ALENCAR	5	4	3	22	68,00	68,00	APROV	136º	06/02/1996
3.861	KESSIA ALLANA BAIOCCO	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	137º	30/01/1987
4.438	MERABE STHEFANE DA SILVA OLIVEIRA	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	138º	22/05/1996
3.866	LAURA MACEDO LINHARES	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	139º	07/04/1998

2.920	GABRIELLI PARZIANELLO	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	140º	28/10/2002
4.026	CAMILLE SCHMIDT DE PROENÇA	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	141º	20/03/2003
3.076	KASSIO RIOS DA SILVA	4	4	4	22	68,00	68,00	APROV	142º	26/12/1984
3.829	SUYANNE PAULA SCHWADE GIROTTO	4	4	4	22	68,00	68,00	APROV	143º	04/11/1997
685	ARTUR GASPAROVIC CHAGAS	2	1	4	26	66,00	66,00	APROV	144º	11/05/2002
3.486	LUIZE MARQUES LODI	4	2	3	24	66,00	66,00	APROV	145º	27/10/2001
3.113	JACIRA ESPÓSITO DOS SANTOS DURAN SCHATZMANN	3	2	4	24	66,00	66,00	APROV	146º	04/03/1984
271	BÁRBARA PASQUALOTTO	5	1	4	23	66,00	66,00	APROV	147º	16/06/2000
4.587	LABINE KRELLING MOUSSE	4	3	3	23	66,00	66,00	APROV	148º	09/04/1998
2.640	INGRID CARA LIMA	5	2	4	22	66,00	66,00	APROV	149º	29/04/1998
3.317	DANIELE CRISTINA APOLUCENO DE SOUZA CAMPELO	4	3	4	22	66,00	66,00	APROV	150º	16/12/1981
3.905	LETICIA DAMBROS	4	3	4	22	66,00	66,00	APROV	151º	14/08/1995
2.950	GABRIELLA ROSA DE SOUZA MACULAN	5	4	3	21	66,00	66,00	APROV	152º	09/06/2002
3.681	LUCAS MEINE	5	4	3	21	66,00	66,00	APROV	153º	14/07/2002
738	CLAUDIA DE OLIVEIRA REZENDE	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	154º	03/07/1995
544	ALAN CRISAN ZOCCHE	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	155º	03/09/1995
3.137	CAMILA RIGOLIN CROZATTI	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	156º	11/01/2000
1.749	LAURA ENDERLE BERNARDI	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	157º	28/01/2001
1.596	GIULIA WICHOSKI CAMPIOL	4	4	4	21	66,00	66,00	APROV	158º	06/03/2001
3.445	VICTORIA RIBEIRO DE MEDEIROS	6	4	3	20	66,00	66,00	APROV	159º	21/09/1996
4.708	BEATRIZ DE BRITO FRACARO	6	3	4	20	66,00	66,00	APROV	160º	12/11/1996
2.887	ISABELA CATANI	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	161º	07/11/1997
2.443	VITTORIA MARTELLI	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	162º	18/05/2000
2.187	MÁRJORY SCHIAVO MARTINS	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	163º	05/05/2001
761	RODRIGO PIMENTEL SANTIAGO	6	4	4	19	66,00	66,00	APROV	164º	30/03/1989
3.205	THAIS RIBEIRO FAVORETTO	3	0	4	25	64,00	64,00	APROV	165º	23/02/1992
3.614	MONIQUE EVELYN VENTURIN	3	1	4	24	64,00	64,00	APROV	166º	18/07/1994
3.374	LUAN PEREIRA SANTOS	4	3	2	23	64,00	64,00	APROV	167º	11/02/2001
3.156	CAROLINA HARLEY GEMELLI DA COSTA	4	2	4	22	64,00	64,00	APROV	168º	10/07/1997
384	EDUARDA BACCIN DA LUZ	4	2	4	22	64,00	64,00	APROV	169º	02/02/2001
3.677	CLOVIS CASAGRANDE JUNIOR	3	3	4	22	64,00	64,00	APROV	170º	12/11/1989
4.673	BEATRIZ POMPEU DE ABREU	3	3	4	22	64,00	64,00	APROV	171º	25/03/1997
2.982	YASMIN LARISSA SPRICIGO	2	4	4	22	64,00	64,00	APROV	172º	08/01/1996
2.851	RENATA YUMI VADA	2	4	4	22	64,00	64,00	APROV	173º	17/08/1998
1.908	SILVIA REGINA SEIBEL DE MATOS	5	3	3	21	64,00	64,00	APROV	174º	16/08/2001
4.038	AMANDA GONÇALVES TOCHETTO	5	2	4	21	64,00	64,00	APROV	175º	14/12/1998
4.263	ISADORA ALENCAR MARTINS	4	4	3	21	64,00	64,00	APROV	176º	28/11/1998
3.595	ISABELLE DE ALMEIDA MATRONE	4	4	3	21	64,00	64,00	APROV	177º	09/04/2000
784	MAURA OMORI MORITA	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	178º	10/11/1994
4.650	LANA FERREIRA PORTO COELHO NETTO	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	179º	30/06/1995
3.525	EDVALDO LISBOA SANTOS	3	4	4	21	64,00	64,00	APROV	180º	14/11/1977
4.131	HELOÍSA GEMELLI TANSINI DA SILVA	6	3	3	20	64,00	64,00	APROV	181º	22/03/2003
2.289	KAMILY SILVA NAKKA	5	3	4	20	64,00	64,00	APROV	182º	05/07/1999
3.864	KALIANDRA SCHREINER CRUZ	5	3	4	20	64,00	64,00	APROV	183º	27/08/2001
3.274	VINICIUS GUTH	4	4	4	20	64,00	64,00	APROV	184º	28/08/2000
3.320	CARLOS DANIEL DE ARAÚJO DAMASCENO	5	4	4	19	64,00	64,00	APROV	185º	21/11/1996
2.718	LARISSA ROCHA ALMEIDA	5	4	4	19	64,00	64,00	APROV	186º	22/06/1998
1.757	HELCIUS MENEGON BERTOLDI	6	4	4	18	64,00	64,00	APROV	187º	13/07/1979
3.516	BIANCA MICHELIN SMANIOTTO	2	2	4	23	62,00	62,00	APROV	188º	12/06/1999
4.232	MARIA CAROLINA CASAGRANDE	4	1	4	22	62,00	62,00	APROV	189º	01/04/1996
2.870	GIULIA LARGURA PACHECO DE ANDRADE	4	3	3	21	62,00	62,00	APROV	190º	16/05/1998
2.014	FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS	5	2	4	20	62,00	62,00	APROV	191º	11/04/1999
291	LARISSA TORRES SANT ANNA DE ANDRADE	4	4	3	20	62,00	62,00	APROV	192º	05/03/1996
1.693	RAFAELA BUZOLIN HARTMANN	4	4	3	20	62,00	62,00	APROV	193º	13/01/2000
2.346	JOSE LUIZ OCHOA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	194º	13/10/1966
379	EMILLIE PINHEIRO BARROS	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	195º	15/06/1994
3.482	SOPHIA MANDELLI PETRACCA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	196º	09/02/2001
4.746	JOAO MIGUEL FERREIRA MARTINES	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	197º	18/11/1999
801	ALANA RICIELI MAFFINI	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	198º	08/01/2000
3.817	DAIANA TORRES PERES DE SOUSA	5	4	4	18	62,00	62,00	APROV	199º	12/10/1989
2.773	GESSICA THAIS SINHORIN	6	4	4	17	62,00	62,00	APROV	200º	24/11/1994

3.551	MONICA YANARA DE ARRUDA	2	1	3	24	60,00	60,00	APROV	201º	19/03/1997
270	JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA LIMA NONAKA FRADE	1	2	3	24	60,00	60,00	APROV	202º	24/09/1998
2.242	MATEUS HECK DE SOUZA	4	2	2	22	60,00	60,00	APROV	203º	08/10/1992
4.672	KARINA DA SILVA ARNOLD	4	1	3	22	60,00	60,00	APROV	204º	17/04/1993
3.719	JEAN CARLOS VANELLI	3	3	4	20	60,00	60,00	APROV	205º	06/02/1992
2.262	GIOVANA PELLIN DOS SANTOS	3	3	4	20	60,00	60,00	APROV	206º	14/05/1996
2.878	MARIA EDUARDA IGNCHEVSKI POPPI	5	2	4	19	60,00	60,00	APROV	207º	21/04/2000
4.216	VALQUIRIA WEILLER HERMES	4	3	4	19	60,00	60,00	APROV	208º	02/09/1997
1.016	BIANCA TRAVAGLIA BARBIZAN	4	3	4	19	60,00	60,00	APROV	209º	06/11/2000
4.053	BERNARDO ANTÔNIO VERÍCIO DOS SANTOS	6	2	4	18	60,00	60,00	APROV	210º	07/12/2003
1.470	EDUARDA CAVALET LUBENOW	5	3	4	18	60,00	60,00	APROV	211º	25/03/1990
4.630	JOAO PEDRO BORTOLOSSI	4	4	4	18	60,00	60,00	APROV	212º	28/08/1991
102	MAYARA ORTOLANI MATERA	6	3	4	17	60,00	60,00	APROV	213º	13/11/1997
4.127	DEBORA RUBINATTO ROSOLEM	6	3	4	17	60,00	60,00	APROV	214º	05/12/2003
1.245	KAIO LUÍS PUNTEL	5	4	4	17	60,00	60,00	APROV	215º	10/11/1998
858	GABRIELA VANZELA	1	2	3	23	58,00	58,00	APROV	216º	23/05/1999
60	ELAINE CRISTINA DAKA MOI	4	0	3	22	58,00	58,00	APROV	217º	12/08/1997
3.483	IZAIAS THIAGO DE OLIVEIRA	1	2	4	22	58,00	58,00	APROV	218º	02/01/1989
381	GUSTAVO MORENO FREDERICO	4	1	4	20	58,00	58,00	APROV	219º	30/01/1995
4.035	ELEANDRO ZANON	4	1	4	20	58,00	58,00	APROV	220º	19/08/1998
3.209	GABRIELLE PORTO MAGALHÃES ALVES	3	3	3	20	58,00	58,00	APROV	221º	09/12/1995
1.385	JESSICA BEATRIZ VOIDELO	4	2	4	19	58,00	58,00	APROV	222º	13/11/1991
2.434	JAIR FRANCISCO NUNES JUNIOR	3	4	3	19	58,00	58,00	APROV	223º	08/07/1993
1.823	ALESSANDRA FLÁVIA MARIN	3	4	3	19	58,00	58,00	APROV	224º	12/07/1997
3.568	LAURIANE GASPARELLO	3	4	3	19	58,00	58,00	APROV	225º	25/10/1999
3.027	ARTHUR DE SOUZA BORDIN	2	4	4	19	58,00	58,00	APROV	226º	06/10/2000
4.087	JOÃO AIRTON DE OLIVEIRA	6	1	4	18	58,00	58,00	APROV	227º	17/06/1993
3.442	NICOLE SCHNEIDER	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	228º	06/10/1998
1.391	ANDRYELA TAUANA BRESOLIN	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	229º	22/09/2000
4.505	ALEXANDRE SIMÕES FLÓRIO JUNIOR	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	230º	23/04/2002
1.037	RODRIGO SILVA OLIVEIRA	4	3	4	18	58,00	58,00	APROV	231º	24/12/1991
2.983	ELIANA THAIANE MAZARRO BORTOLINI	6	3	3	17	58,00	58,00	APROV	232º	09/07/1986
749	CAMILA MONTIBELLER PERETO	5	3	4	17	58,00	58,00	APROV	233º	03/10/1996
149	NATALIA OLIVEIRA DE CARVALHO	4	4	4	17	58,00	58,00	APROV	234º	08/10/1988
1.774	GEZANIA DANIELI BERCHEMBROCK SCHULTZ	4	4	4	17	58,00	58,00	APROV	235º	03/12/1992
4.144	GEOVANA CORREIA DE MENEZES	4	4	4	17	58,00	58,00	APROV	236º	24/10/2002
343	ESTEFANY CAROLINA DAKA MOI	3	2	3	20	56,00	56,00	APROV	237º	06/06/1999
4.752	GABRIEL ALVES PEREIRA DE SOUZA	2	2	4	20	56,00	56,00	APROV	238º	06/04/2002
595	JACKSON GUEDES DOS SANTOS	1	3	4	20	56,00	56,00	APROV	239º	12/06/1991
917	RENE AUGUSTO WEIRICH	4	3	3	18	56,00	56,00	APROV	240º	06/05/1992
3.334	FERNANDO GUARANHA	2	4	4	18	56,00	56,00	APROV	241º	04/06/1985
1.546	CAROLINA BONIFÁCIO GOMES	5	3	3	17	56,00	56,00	APROV	242º	28/01/1997
916	GABRIELA DE OLIVEIRA BENI	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	243º	03/06/1993
3.988	THAYLISE CAROLINE YURK	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	244º	22/01/1996
3.371	GEOVANA MARIA DUARTE	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	245º	14/09/1998
4.066	LARISSA PAULA ZATTI	5	4	3	16	56,00	56,00	APROV	246º	30/03/2002
4.110	JOÃO PAULO BOCCA PAULIN	5	3	4	16	56,00	56,00	APROV	247º	17/09/1999
3.742	DANIELE HERMES	6	4	4	14	56,00	56,00	APROV	248º	17/10/1985
3.208	HARIANE FATIMA MENIN	2	1	4	20	54,00	54,00	APROV	249º	18/07/1999
3.175	VANESSA SCHIAVO	4	2	2	19	54,00	54,00	APROV	250º	31/03/1995
2.704	ISABELLA RODRIGUES PEZZINI	3	3	3	18	54,00	54,00	APROV	251º	06/03/2002
2.189	HELOÍSA MARTENDAL PAZINI	3	2	4	18	54,00	54,00	APROV	252º	28/09/1999
4.289	LUIZ HENRIQUE DIAS GEIER	4	3	3	17	54,00	54,00	APROV	253º	04/08/1998
3.565	ANA CAROLINA LENZI BERTOLUCCI	4	2	4	17	54,00	54,00	APROV	254º	10/02/1987
597	KETHELLYN DAYANNE	3	3	4	17	54,00	54,00	APROV	255º	14/03/1995
3.574	CARLOS EDUARDO DE BRITO	3	3	4	17	54,00	54,00	APROV	256º	07/11/1997
3.722	MARTIN IRION ALMEIDA	4	4	4	15	54,00	54,00	APROV	257º	14/03/1994
4.786	ELYTANIA MARIA NEVES DA COSTA LIMA	3	1	3	19	52,00	52,00	APROV	258º	11/01/1984
1.966	GRAZIELE CARVALHO DA SILVA	0	3	4	19	52,00	52,00	APROV	259º	06/01/1990
3.023	IZABELLY NUNOI SOBREIRA DE OLIVEIRA	3	2	3	18	52,00	52,00	APROV	260º	05/03/1999
2.406	JOAO LUIS BARP DE SOUZA	3	1	4	18	52,00	52,00	APROV	261º	10/12/1986

4.735	MORIGLIANE PINHEIRO BERTOLIN	2	2	4	18	52,00	52,00	APROV	262º	18/09/1992
2.946	KAROLINE ZOTTI	1	3	4	18	52,00	52,00	APROV	263º	13/04/1985
141	ANA CAROLINA LOPES DE SOUZA PAGNONCELLI RAYZER	5	1	4	16	52,00	52,00	APROV	264º	26/04/1994
3.010	MANOELA DE MOURA GERVAZONI	4	3	3	16	52,00	52,00	APROV	265º	27/04/2001
1.803	BRENDA DE FREITAS RODRIGUES	4	2	4	16	52,00	52,00	APROV	266º	26/01/1997
4.210	FLAVIA CRISTINA OSAKU MINELLA	4	3	4	15	52,00	52,00	APROV	267º	24/06/1981
2.062	ANNA CAROLINA DOMINGOS RODRIGUES	4	4	4	14	52,00	52,00	APROV	268º	27/11/1996
1.568	GIOVANNA BRAMATTI SANTOS	2	1	3	19	50,00	50,00	APROV	269º	04/11/1999
447	ANA LAURA TORETTA	2	1	3	19	50,00	50,00	APROV	270º	21/06/2000
1.161	DAFFINE AMANDA SOTA KUTZ	3	2	3	17	50,00	50,00	APROV	271º	04/02/1994
2.567	GABRIELA DIAS VAGETTI	1	3	4	17	50,00	50,00	APROV	272º	23/06/1996
4.085	LETICIA DALLA VECHIA	4	2	4	15	50,00	50,00	APROV	273º	29/03/1999
4.215	MATEUS VAGNER STEINBACH	3	3	4	15	50,00	50,00	APROV	274º	11/03/1999
1.586	ANA CAROLINA PASSOS RIBEIRO PEREIRA	5	3	4	13	50,00	50,00	APROV	275º	22/06/2003
3.793	JAQUELINE GRAZIELE DA PENHA PAVANI	1	1	4	18	48,00	48,00	REPRO	--	13/06/1993
2.706	VICTOR HUGO DRANKA MORI	2	3	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	21/06/1999
3.771	ANA FERNANDA DAKA VIEIRA	3	1	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	19/09/1994
2.340	CELSO FAGUNDES	4	1	4	14	46,00	46,00	REPRO	--	26/03/1964
97	ANA PAULA DE MELLO JIMENEZ	4	1	3	14	44,00	44,00	REPRO	--	07/04/1980
4.182	ALINE MARTINS MOURA ZARDO	4	0	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	22/07/1986
4.047	MATHEUS ARPINI CORADI	3	2	3	14	44,00	44,00	REPRO	--	04/06/1997
2.410	JOSE ALEXSANDRO DE ARAUJO NASCIMENTO	4	2	4	12	44,00	44,00	REPRO	--	08/05/1986
1.530	ALINE PEDROSO MOSCAL	3	3	4	12	44,00	44,00	REPRO	--	23/06/1993
3.789	WASHINGTON HENAN DE SOUSA SAMPAIO	3	3	1	14	42,00	42,00	REPRO	--	30/04/1984
2.729	FERNANDA MARASSI	2	1	4	14	42,00	42,00	REPRO	--	13/01/1996
4.440	INGRID VITORIA SIMARDO	5	1	4	11	42,00	42,00	REPRO	--	19/07/2001
1.132	YUDIT RAMIREZ VILLA	1	1	3	15	40,00	40,00	REPRO	--	11/04/1984
4.689	EDUARDA RANPANI DIAS	1	3	1	10	30,00	30,00	REPRO	--	25/06/1998
1.589	JONAS ANDRE JACHIMOWSKI PINHEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/02/1995
4.316	CRYSTAL DIAS D'LABANCA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/01/1986
4.479	GABRIELA RIEGER BIAZUS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/04/1999
4.822	DIANEFER LUDMILA VENANCIO IMOLESI ROSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/04/1982
2.108	MONICA GABRIELLE DO PRADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/11/1998
4.312	TYAGO ORTOLAN ARANTES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/07/1993
3.856	JOANA ROSA RODRIGUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/05/1999
4.007	ANDRESSA PINHEIRO VALCANOVER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/08/1994
2.424	LARISSA ISRAEL FONSECA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/10/1998
3.683	THAIANE REGINA COUTO HURTADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/04/1996
4.880	AMANDA SARMENTO CORREA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/06/1998
4.525	CAMILE BEATRIZ STERTZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/04/1998
3.107	BIANCA RIKA EBE ISHISAKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/11/2001
3.342	ALISSA HIDEMI HACHIYA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/06/1997
4.861	ANA PAULA ZAMPIERI LAGO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/10/1995
3.604	PEDRO ARTHUR DALLMOLIM REIS SILVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/04/1993
1.765	SERGIO HENRIQUE MARRAFON	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/11/1984
1.043	LUIZA MORANDINI GASPAR DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/02/2000
2.377	MAURICIO MIGLIORINI STELO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/02/1993
2.666	LAURA FIORENTIN CAVALHEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/09/1998
1.493	WESLEY THIAGO RODRIGUES DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/11/1997
2.000	MARIANNA ASSUNÇÃO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/01/2000
1.533	NATHALIE CAROLINE DOS SANTOS LOURENCO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/04/1997
4.841	DAYANE FIRIASSE DA SILVA CARVALHO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/07/1984
3.721	CAROLINE DRESCH SABADIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/07/2000
3.922	VINICIUS HENRIQUE DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/11/1998
3.168	BEATRIZ PASCOALI CUNHA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/10/2001
4.850	JOSE EID LEAL DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/11/1981
1.026	ANDREISI ALINE REBELLO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/05/1990
3.441	HENRIQUE VITOR BEVILAQUA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/09/2001
3.783	AMANDA BACKES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/12/1998
868	ANGELA SOLEDADE SACHINI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/04/1977
3.679	MATHIAS IVAN RIVERO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/07/1993

3.877	KAMILA VARGAS PLEUTIM	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/05/1991
3.821	ALBERTO ANGELO SORDI LUNARDI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/07/1999
2.454	VICTOR HUGO PIZZAIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/08/1994
2.789	PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA MACHADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/05/1993
2.643	LESSANDRO KARDEK DA SILVA MIRANDA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/12/1990
CASCAVEL - Nutricionista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.474	KATIUSCIA DIER FRANCISCO	5	4	4	36	98,00	98,00	APROV	1º	22/08/1975
4.468	KAROLINE ZAMPIVA RABELO	5	4	4	36	98,00	98,00	APROV	2º	21/02/1997
1.107	KELI CRISTINA LOUREIRO BORDIN DAMBROSIO	5	3	4	36	96,00	96,00	APROV	3º	05/09/1984
2.965	BARBARA COSTA PAULINO	5	3	4	36	96,00	96,00	APROV	4º	05/02/1991
3.352	FABIANA ZULIAN	5	4	4	35	96,00	96,00	APROV	5º	25/02/1991
1.615	ISABELLA CAROLINA CHIARADIA	5	2	4	36	94,00	94,00	APROV	6º	26/04/1996
4.042	FERNANDA LOZOWEI	5	2	4	36	94,00	94,00	APROV	7º	11/04/1999
838	KETLLEN CAUANY GONÇALVES EING	5	2	4	36	94,00	94,00	APROV	8º	12/07/2004
2.293	ISABELLA MARANHÃO SANTANA	4	3	4	34	90,00	90,00	APROV	9º	12/06/2002
3.115	FRANCIELY MESSIAS	5	1	3	35	88,00	88,00	APROV	10º	21/01/1984
3.400	ANA PAULA CERIOTTI CAMBOIN	4	1	4	35	88,00	88,00	APROV	11º	26/04/1989
3.393	MICHELE CARVALHO MARTINS	5	2	4	33	88,00	88,00	APROV	12º	19/08/2004
2.844	ANA CAROLINA PRUCHAKI GARROTE	2	1	4	36	86,00	86,00	APROV	13º	06/05/2003
720	KALLYAN GONTIJO DOS SANTOS	2	2	3	35	84,00	84,00	APROV	14º	16/07/1997
167	DANIELI GALLINA	3	1	4	34	84,00	84,00	APROV	15º	28/02/1984
4.807	RENATA GABRIELI CAMERA	3	1	3	34	82,00	82,00	APROV	16º	22/04/2000
4.234	GIOVANA CARAÍBA DE AGUIAR	2	1	4	34	82,00	82,00	APROV	17º	11/05/2003
1.942	ROSANGELA WEIZENMANN	3	3	2	33	82,00	82,00	APROV	18º	22/05/1990
3.938	DEBORA ROCHELE ODORCIK TAVARES	2	1	3	31	74,00	74,00	APROV	19º	03/09/1997
4.023	VANESSA DA CRUZ	1	1	3	30	70,00	70,00	APROV	20º	10/08/1984
1.328	ISAMIELI RODRIGUES BUZELI	2	1	3	27	66,00	66,00	APROV	21º	23/03/1995
1.849	THAILA CRISTINA ORBEM	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/12/1990
1.764	SEBASTIANA DE OLIVEIRA ROSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/02/1987
1.866	JOSENE CRISTINA BIESEK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/11/1982
1.912	LEONARDO PAN WERTHEIMER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/12/2002
298	MAYZA REGO GALVÃO NESTOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/02/1989
1.419	MARCELO PIO DA SILVA TAVARES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/10/1997
4.092	THAIS DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/09/1992
676	SHAUANA COSTA PERON	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/01/1989
4.710	BRUNA LETICIA MULLER BISINELA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/08/1996
3.528	ISABEL CRISTINA TEIXEIRA PROENÇA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/08/1986
2.475	JORDANA GONCALVES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/04/1995
1.075	FELIPE DE SOUZA ANDRADE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/01/2002
CASCAVEL - Psicólogo										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.084	JOÃO HENRIQUE NUNES DA ROSA	4	2	4	31	82,00	82,00	APROV	1º	22/09/2000
79	SABRINA GABRIELLA SPOHN	5	3	4	26	76,00	76,00	APROV	2º	08/05/2002
332	SARA MARTINS CLAUDIO	5	4	3	25	74,00	74,00	APROV	3º	12/11/2000
782	CAMILA MARTINS NASCIMENTO	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	4º	24/02/1995
519	THAIS RAMOS JOSUE THOMA	5	2	4	25	72,00	72,00	APROV	5º	15/10/1993
4.374	REGIS MALISZEWSKI DA SILVA	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	6º	06/01/1982
3.172	ALEXIA CRISTINE MACHADO	6	2	4	24	72,00	72,00	APROV	7º	19/06/1998
2.391	JOÃO VICTOR LAURIANO	6	4	4	22	72,00	72,00	APROV	8º	14/04/1996
3.372	JÚLIA GABRIELLY GEREMIA MOREIRA	5	3	3	24	70,00	70,00	APROV	9º	12/12/2003
2.853	CAMILA DE MARI	4	4	4	23	70,00	70,00	APROV	10º	06/03/2001
2.757	GABRIELLI NATALIA GERHARDT	4	3	3	24	68,00	68,00	APROV	11º	25/12/2002
1.573	RICARDO RODRIGO FRANÇA DA SILVA	4	1	4	24	66,00	66,00	APROV	12º	22/02/1988
3.834	RAFAEL LOPES NOMELINI	4	3	4	22	66,00	66,00	APROV	13º	13/03/1994
4.484	CRISTIANE GABRIELE DE ALMEIDA IRENO	5	3	4	21	66,00	66,00	APROV	14º	21/03/2002
3.132	GABRIEL SALES DE OLIVEIRA	4	2	2	24	64,00	64,00	APROV	15º	12/06/1998
552	MARIA JULIA FILUS PÉRICO	3	2	3	24	64,00	64,00	APROV	16º	10/07/2003
750	VICTORIA EMANUELA DEBASTIANI	4	1	4	23	64,00	64,00	APROV	17º	09/12/1997
2.896	RAFAELA MATOS RODRIGUES	5	2	4	21	64,00	64,00	APROV	18º	23/07/2002
1.025	ERICA BARTOLOMEU BUERA	4	2	3	22	62,00	62,00	APROV	19º	10/09/1998

4.654	GIOVANNA LEONARDI	4	3	3	21	62,00	62,00	APROV	20º	28/05/2001
4.626	BEATRIZ PEIXOTO PONTES	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	21º	11/06/2001
3.514	ARTHUR KRUEGER RANSOLIN	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	22º	12/11/1997
2.307	ROBERTA HELENA REISDORFER	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	23º	31/07/2000
2.256	IZABELA SCHVAN VILACA	4	1	4	21	60,00	60,00	APROV	24º	04/03/1995
234	BEATRIZ DE LIMA OLIVEIRA	4	1	4	21	60,00	60,00	APROV	25º	06/12/2000
3.341	JONATAN JOSÉ ARANTES	3	2	4	21	60,00	60,00	APROV	26º	18/08/1993
4.255	GABRIELLA FIGUEIREDO	6	2	3	19	60,00	60,00	APROV	27º	28/05/2002
852	MONIQUE CAROLINA DO NASCIMENTO	6	1	4	19	60,00	60,00	APROV	28º	02/09/2002
4.474	GERMANICE NUNES DE SOUSA	1	3	4	21	58,00	58,00	APROV	29º	19/02/1979
2.218	RAISSA MARIANA PIRES CAMARGO	4	1	4	20	58,00	58,00	APROV	30º	20/02/2002
3.589	DHENIFER CHRISTINE SANTOS DE VARGAS	4	1	4	20	58,00	58,00	APROV	31º	27/04/2003
2.478	LUKAS FORTES DE ALBUQUERQUE	3	2	4	20	58,00	58,00	APROV	32º	23/12/1993
1.575	SUZANA PAULA MENDES FERRAZ	2	3	4	20	58,00	58,00	APROV	33º	03/02/1985
2.473	AMANDA MARQUES DE ALMEIDA	4	2	4	19	58,00	58,00	APROV	34º	25/03/1996
211	CAMILA TIEMI OUTA	3	4	3	19	58,00	58,00	APROV	35º	11/01/1995
3.186	DEBORAH PINHEIRO	4	1	3	20	56,00	56,00	APROV	36º	14/06/2003
2.046	ELSO ALVES PEREIRA	3	1	4	20	56,00	56,00	APROV	37º	11/03/1979
2.104	CRISLAINE SANTOS MICHALCZECHEN	3	1	4	20	56,00	56,00	APROV	38º	18/06/2001
4.237	SARA GABRIELLE BARBIERI	5	1	3	19	56,00	56,00	APROV	39º	13/11/2003
1.207	MARIELLI ZANELLA DUTRA	3	2	4	19	56,00	56,00	APROV	40º	09/02/1997
4.233	GUILHERME MIOLO	2	3	4	19	56,00	56,00	APROV	41º	10/09/2001
4.888	DANIELI BORTOLINI	5	2	3	18	56,00	56,00	APROV	42º	02/01/2002
1.896	ROUGMAR DE JESUS CAMPOS PEREIRA	6	2	4	16	56,00	56,00	APROV	43º	26/09/1982
4.456	THAIS PELENTIER	3	3	3	18	54,00	54,00	APROV	44º	19/11/1996
3.472	MARIA ANDRESSA BLOCHENSKI	5	2	4	16	54,00	54,00	APROV	45º	23/05/1999
221	SIMONE RODRIGUES DA SILVA	2	1	3	20	52,00	52,00	APROV	46º	05/10/1988
3.105	ELAINE CRISTINA DA SILVA	3	1	3	19	52,00	52,00	APROV	47º	20/01/1985
1.848	SUELI DOS SANTOS	3	1	4	18	52,00	52,00	APROV	48º	01/03/1993
2.552	MATHEUS FERNANDO SANTOS	4	3	4	15	52,00	52,00	APROV	49º	05/03/2001
4.091	JERSON LUIZ VANELLI	2	1	4	18	50,00	50,00	APROV	50º	06/08/1961
2.110	MAKELLE DA COSTA QUINOR	3	2	3	17	50,00	50,00	APROV	51º	16/07/1997
4.647	MARIA FATIMA DA SILVA VIEIRA	3	1	4	17	50,00	50,00	APROV	52º	07/08/1978
1.510	DEISE APARECIDA MITRUT	1	3	4	17	50,00	50,00	APROV	53º	27/02/1995
4.669	NIKOLLY DALLA COSTA DE SOUZA	4	1	4	16	50,00	50,00	APROV	54º	15/07/2002
1.094	WESLEY FERNANDO MULLER DE SOUZA	3	1	3	17	48,00	48,00	REPRO	--	19/02/1992
4.605	CLAUDIANE APARECIDA PEREIRA ALIXANDRE	2	1	4	17	48,00	48,00	REPRO	--	29/07/1990
4.259	MARINA COLOMBO BRUNO	3	1	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	30/04/1985
4.660	DOUGLAS WILLIAM ALVES	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	15/02/1995
757	LUCAS LUIZ DOS SANTOS	4	1	3	15	46,00	46,00	REPRO	--	24/02/1999
4.687	NATHALYA REMPEL TORRES	2	1	2	17	44,00	44,00	REPRO	--	10/11/2003
1.633	ALANA PACZKOVSKI	1	2	4	14	42,00	42,00	REPRO	--	14/07/2000
4.079	KAMILA SILVA DE OLIVEIRA	3	1	3	12	38,00	38,00	REPRO	--	26/11/2001
1.238	BIANCA MARTINS DE SOUZA	2	2	3	12	38,00	38,00	REPRO	--	27/05/2002
2.380	SANDRA VENTURA DA SILVA	0	0	2	10	24,00	24,00	REPRO	--	08/08/1970
210	THAIS APARECIDA BARBOSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/10/1999
3.868	SUELLEN KUHN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/08/1996
260	CRISTINA AKI SAORI GIOMO SAITO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/03/2002
1.008	WALTER MAYKON DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/04/1989
715	VANDERLEIA LARA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/09/1981
4.864	EDUARDO HENRIQUE SUCHENSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/02/2002
876	MARIANA PENA MIRANDA PAUPÉRIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/12/1999
4.171	CARLOS EDUARDO PERUFO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/01/2002
472	ANA CAROLINA ROCHA SOARES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/04/2002
3.140	LUCAS EDUARDO VOINASKI DALL AGNOL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/11/1998
3.992	JOAO EDUARDO CORDEIRO PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/03/1996

CASCAVEL - Rádio Operador

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
4.004	JEFFERSON JARDIM ESPINDOLA	4	5	5	25	97,50	97,50	APROV	1º	04/05/1987
4.196	JOAS ALMEIDA SOUZA	4	5	5	24	95,00	95,00	APROV	2º	10/09/1991
1.160	MELISSA PAOLETTI DE SOUZA	5	5	5	23	95,00	95,00	APROV	3º	26/01/1994

4.325	JOSÉ ROBERTO ALVES DE MELO	5	5	5	22	92,50	92,50	APROV	4º	04/06/2001
3.701	WAGNER ROCHA	2	5	5	24	90,00	90,00	APROV	5º	24/08/1985
3.975	SOELI MIGLIORINI	4	5	4	23	90,00	90,00	APROV	6º	08/07/1974
1.159	THALUAN RAFAEL DEBARBA BAUMBACH	4	5	4	23	90,00	90,00	APROV	7º	24/07/1993
4.729	DANIEL DHUAN ESPOSITO	3	5	5	23	90,00	90,00	APROV	8º	12/05/1987
4.583	FELIPE AUGUSTO COSTA	4	5	5	22	90,00	90,00	APROV	9º	24/09/2002
3.184	VICTOR ALEXANDRE MACHADO DA SILVA	5	5	5	21	90,00	90,00	APROV	10º	25/04/2006
3.475	MARIA EDUARDA BARTH MOURA DIAS	3	5	3	24	87,50	87,50	APROV	11º	21/03/2003
57	GUSTAVO URBANOWISKI RAMOS	3	5	4	23	87,50	87,50	APROV	12º	24/01/1994
3.832	CARLOS EDUARDO CORREIA	2	5	5	23	87,50	87,50	APROV	13º	07/06/1998
3.499	WANDERSON GOMES BALTAZAR	2	5	5	23	87,50	87,50	APROV	14º	29/09/1974
4.817	LUIZ FELIPE BARBOSA PAIVA	4	5	4	22	87,50	87,50	APROV	15º	31/10/2000
3.912	CRISTIANA FATIMA GONZAGA DA SILVA	4	5	5	21	87,50	87,50	APROV	16º	05/09/1993
335	FELIPE NUNES RIBEIRO DE OLIVEIRA	3	3	5	23	85,00	85,00	APROV	17º	09/02/2007
1.853	GEOVANE APARECIDO DA CRUZ	2	4	5	23	85,00	85,00	APROV	18º	03/01/1986
4.825	LIVIA CAROLINA DA SILVA	5	3	4	22	85,00	85,00	APROV	19º	30/09/2005
2.759	ANA CAROLINA KRONBAUER WEIMER	3	4	5	22	85,00	85,00	APROV	20º	22/03/2007
1.498	VALDECIR DE CUFFA	3	5	5	21	85,00	85,00	APROV	21º	04/09/1980
4.818	PAULO VITOR SANDERS	3	5	3	22	82,50	82,50	APROV	22º	27/11/1987
251	ANA CARLA RODRIGUES PASTRI	3	3	5	22	82,50	82,50	APROV	23º	28/11/1998
4.590	ALEXANDRE DOS SANTOS	2	4	5	22	82,50	82,50	APROV	24º	30/03/2000
2.508	WILLIAN EDER DE ALMEIDA RUDNICK	1	5	5	22	82,50	82,50	APROV	25º	27/05/1997
327	RAFAEL BRACIAK CERQUEIRA LEITE	4	3	5	21	82,50	82,50	APROV	26º	14/03/2003
2.317	CAROLINE MARTINS WILL REIS	4	5	4	20	82,50	82,50	APROV	27º	24/08/2001
4.308	ADRIANO DA LUZ SILVA	2	3	4	23	80,00	80,00	APROV	28º	18/02/2000
3.628	RAUL ALEXANDRE	3	3	4	22	80,00	80,00	APROV	29º	07/05/2005
68	SAIMON ELISACOSKI DE OLIVEIRA	3	3	4	22	80,00	80,00	APROV	30º	05/11/1997
1.819	DANIELI SAMAI ROCHA	3	4	4	21	80,00	80,00	APROV	31º	12/12/1978
1.857	THAIS DE SOUZA	2	5	4	21	80,00	80,00	APROV	32º	19/08/2002
261	JOÃO VITOR BEILKE CALZA	4	5	3	20	80,00	80,00	APROV	33º	11/08/2004
1.711	MATHEUS GONCALVES PEDRASSOLLI	3	4	5	20	80,00	80,00	APROV	34º	03/06/2000
2.872	RICARDO MURILO LUCIETTO	5	5	3	19	80,00	80,00	APROV	35º	14/06/2006
3.198	KHAMYLLA SOUZA	2	3	4	22	77,50	77,50	APROV	36º	01/01/1998
4.633	VALDINEI SANTOS CIRIACO	3	3	4	21	77,50	77,50	APROV	37º	10/05/1988
2.183	IGOR CALZAVARA EICHINGER	2	3	5	21	77,50	77,50	APROV	38º	15/06/1999
1.361	CASSIANO CLECIO HENICKA	4	2	5	20	77,50	77,50	APROV	39º	29/07/1987
670	ALESSANDRA FERNANDES DE FRANCA	3	5	3	20	77,50	77,50	APROV	40º	23/06/1981
2.730	LUIZI DAIANE LOUNAY BATELS	3	5	5	18	77,50	77,50	APROV	41º	12/06/2008
4.356	FERNANDO THOMAZELLI DA SILVA	3	5	5	18	77,50	77,50	APROV	42º	08/02/2008
4.816	KELLY CRISTINA BARBOSA	2	1	5	22	75,00	75,00	APROV	43º	04/09/1980
2.964	JEAN MARCELL MOURA	3	3	3	21	75,00	75,00	APROV	44º	13/02/1987
1.185	JULIA BARBOSA BLANCH ZAPAROLLI	3	1	5	21	75,00	75,00	APROV	45º	15/07/2004
3.319	DANIEL PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	2	2	5	21	75,00	75,00	APROV	46º	07/07/1984
330	JHENIFER CHICOSKI	3	3	4	20	75,00	75,00	APROV	47º	30/12/2001
2.648	ANDRE AUGUSTO MARTINS	2	5	3	20	75,00	75,00	APROV	48º	27/08/1986
3.841	CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS JÚNIOR	1	4	5	20	75,00	75,00	APROV	49º	19/07/1999
591	FABIANA SCHROEDER	3	4	4	19	75,00	75,00	APROV	50º	16/06/2001
3.261	CARLOS ALBERTO BACK JUNIOR	3	4	4	19	75,00	75,00	APROV	51º	06/12/2004
4.877	MAIARA SANTOS	0	2	5	22	72,50	72,50	APROV	52º	21/10/1998
4.434	GEOVANE JOSÉ GENTIL	1	2	5	21	72,50	72,50	APROV	53º	23/02/1992
4.250	ELIOMAR MELO AUGUSTO	4	1	4	20	72,50	72,50	APROV	54º	07/12/1994
3.306	JOYCE APARECIDA MONTEIRO BOPP	2	3	4	20	72,50	72,50	APROV	55º	10/06/1997
1.105	JOHNNY BONZANINI	2	3	4	20	72,50	72,50	APROV	56º	26/05/1982
1.554	PAMELA PICHETTI DE LIMA	2	5	3	19	72,50	72,50	APROV	57º	26/10/2000
4.582	MARCOS EDINEI DE OLIVEIRA	0	4	5	19	70,00	70,00	APROV	58º	16/03/1979
2.728	JONATHAN WEVERTON QUADROS CARAIBA	3	3	4	18	70,00	70,00	APROV	59º	26/10/1994
2.193	PAMELA CAROLINE CAETANO	0	1	3	23	67,50	67,50	APROV	60º	10/07/2005
1.168	ANNE CAROLINA DOS SANTOS	1	1	4	21	67,50	67,50	APROV	61º	03/04/1995
4.504	FERNANDA GONÇALVES DA SILVA	2	1	4	20	67,50	67,50	APROV	62º	03/09/1998
2.105	NATHIELLE DA SILVA	2	1	4	20	67,50	67,50	APROV	63º	14/09/1991
1.088	OSMAR DE OLIVEIRA	1	2	4	20	67,50	67,50	APROV	64º	12/09/1985

4.236	GILSON DE MATOS RIBEIRO	1	5	4	17	67,50	67,50	APROV	65º	30/11/1993
3.638	LAURA BEATRIZ ROSA	3	1	4	18	65,00	65,00	APROV	66º	08/06/2007
4.414	DEBORA PILARSKI DA SILVA SANTOS	2	1	5	18	65,00	65,00	APROV	67º	06/08/2004
4.497	JOÃO VITOR KISIEL	1	5	2	18	65,00	65,00	APROV	68º	12/04/2000
4.473	MARILUS TEREZINHA NOVAK	1	2	3	19	62,50	62,50	APROV	69º	24/05/1964
3.216	IVONETE TERESINHA GONÇALVES	1	1	4	19	62,50	62,50	APROV	70º	30/10/1997
4.876	LUANA QUADROS GONÇALVES DA SILVA	1	3	3	18	62,50	62,50	APROV	71º	23/01/1998
187	STEFANI EVANGELISTA DA SILVA	2	3	3	17	62,50	62,50	APROV	72º	04/08/1990
248	GABRIELA BARBARA DA SILVA	2	2	4	17	62,50	62,50	APROV	73º	29/10/2001
3.182	YARA BANDEIRA ORLANDINI	0	2	4	18	60,00	60,00	APROV	74º	21/03/1990
3.509	DANIELI DO NASCIMENTO	0	1	4	17	55,00	55,00	APROV	75º	07/01/1982
2.139	MARCIA CHIES MILIORANSA	1	2	5	14	55,00	55,00	APROV	76º	16/10/1983
1.742	STHEFANI DUARTE DO NASCIMENTO	0	0	5	16	52,50	52,50	APROV	77º	21/11/1999
4.577	MARIANGELA TOCCOLINI	2	0	3	14	47,50	47,50	REPRO	--	10/08/1997
1.310	ALICE DOS SANTOS BARBOSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/06/1998
1.561	ALINE CRISTINA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/07/1987
2.025	ALINE MARIA ALLEBRANDT	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/05/1990
974	ALYSSON WENDELL DOS PASSOS PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/10/2001
319	ANA JULIA LOPES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/12/1999
971	ANNE CAROLINE FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/02/2005
3.432	BRUNA ESTER ECKHARDT OJEDA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/04/1999
1.983	BRUNO GAUER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/09/1982
4.305	BRUNO HENRIQUE IBERSE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/10/2006
844	CAMILA BRESSIANI DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/09/1984
2.550	CINTHYA CRISTINA PASSOS ALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/07/1988
4.187	CRISTIANE DOS SANTOS LONHESKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/07/1997
1.302	GABRIEL UCHÔA GURGEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/12/2007
4.614	GUSTAVO RODRIGUES ALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/06/2007
2.414	JOÃO PAULO VIEIRA PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/12/2001
3.748	JULIANA DOS SANTOS COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/08/1991
1.362	JUVITE MAYER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/11/1971
1.257	LAURO SANTANA DOS SANTOS NETO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/04/1984
4.286	LUCAS ELIEL NEVES LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/02/1998
3.751	PEDRO GABRIEL GODINHO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/08/2007
4.886	SANDRAMARA APARECIDA SCHUCK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/09/1993
1.206	SUELEM RODRIGUES COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/06/1989
1.901	THAIANY RAFAEL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/07/2005
1.179	TIAGO VIEIRA MARCELINO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/11/1997
295	VANUSA MARIA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/08/1970
2.514	VINICIUS FERREIRA FREITAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/09/2002
CASCAVEL - Técnico Auxiliar de Regulação Médica										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
924 3.734	JUSSARA TRENTO JULIANA MARIA DO NASCIMENTO	4 4	5 5	5 5	25 24	97,50 95,00	97,50 95,00	APROV APROV	1º 2º	25/09/1969 08/12/1996
1.307	TAYNARA DE QUEIROZ GUELSI	5	5	4	23	92,50	92,50	APROV	3º	24/08/1995
2.349	JAQUELINE ANGELO DOS SANTOS DENARDIN	5	4	5	23	92,50	92,50	APROV	4º	10/09/1992
2.439	GUSTAVO DE PAULA SANTOS	4	5	3	24	90,00	90,00	APROV	5º	26/04/2004
1.548	DANIELA FATIMA FICANHA SCHMITZ	4	4	4	24	90,00	90,00	APROV	6º	05/12/2003
2.241	VITÓRIA MARIA SANTANA FARIAS	4	4	5	23	90,00	90,00	APROV	7º	01/04/2006
3.425	ERIC MARQUES PITA DE SOUZA	5	5	5	21	90,00	90,00	APROV	8º	07/05/2007
426	LARISSA CAMILA PUERTAS BERNARDI	5	4	5	21	87,50	87,50	APROV	9º	11/01/1999
879	ANA KAROLINA MATOS	5	5	5	20	87,50	87,50	APROV	10º	07/01/2006
255	GUILHERME ANTONIO GUSMAO CARVALHO	2	4	5	23	85,00	85,00	APROV	11º	24/02/1999
706	ERICA CRISTINA NUNES DA CUNHA	4	3	5	22	85,00	85,00	APROV	12º	15/06/2003
2.114	MÁRCIA REGINA SILVA DOS REIS	4	5	4	21	85,00	85,00	APROV	13º	17/07/1971
4.020	NOELI PEREIRA DE CALDAS	3	2	5	23	82,50	82,50	APROV	14º	13/11/1982
105	ANTONIO MANTOVANI	2	3	5	23	82,50	82,50	APROV	15º	27/11/2001
3.282	PATRICIA RIBEIRO DOS REIS	3	4	4	22	82,50	82,50	APROV	16º	02/03/1986
4.767	CAROLINE BATISTA DA SILVA	3	5	4	21	82,50	82,50	APROV	17º	29/05/1991
2.461	PEDRO HENRIQUE ALVES BATISTA	3	5	4	21	82,50	82,50	APROV	18º	02/04/2008
1.487	MÔNICA MARIA DE LIMA NERIS DA SILVA	2	3	4	23	80,00	80,00	APROV	19º	10/08/1967
1.665	ANTONIO AGUINALDO MENDEZ MENDONÇA	4	1	5	22	80,00	80,00	APROV	20º	26/12/1995

3.712	CINTHIA IARA CARNIEL	5	2	4	21	80,00	80,00	APROV	21º	01/05/1993
1.626	JOÃO HENRIQUE DE PAULA SALES	3	5	4	20	80,00	80,00	APROV	22º	22/08/2005
1.078	EUNICE NAITZK	4	0	5	22	77,50	77,50	APROV	23º	09/04/1973
3.761	ERIKA DOMINGUES BENEDITO	2	2	5	22	77,50	77,50	APROV	24º	28/05/1989
4.458	FERNANDO HENRIQUE MILKE	2	4	4	21	77,50	77,50	APROV	25º	28/04/1993
1.889	FABIANE NOVAES DOS SANTOS	3	1	3	23	75,00	75,00	APROV	26º	08/12/1990
175	ALYSSON DITZ	2	2	3	23	75,00	75,00	APROV	27º	14/05/2005
1.468	TALITA DOS ANJOS	3	0	5	22	75,00	75,00	APROV	28º	11/05/1992
313	SAMUEL PEIXOTO DE OLIVEIRA	3	2	5	20	75,00	75,00	APROV	29º	04/06/1975
4.394	SILVANA MARIA PARECY	1	2	4	22	72,50	72,50	APROV	30º	01/06/1961
4.518	ALINE RIBEIRO DE CRISTO MAIER	2	1	5	21	72,50	72,50	APROV	31º	27/07/1989
3.524	ROSANGELA DANIELLE DA SILVA OLIVEIRA SOUZA	2	3	4	20	72,50	72,50	APROV	32º	29/09/1985
3.412	TAIRA VITORIA SANTOS DE SOUZA	1	2	4	21	70,00	70,00	APROV	33º	28/09/2001
3.090	SUELLEN SILVA DE SOUZA	1	2	4	21	70,00	70,00	APROV	34º	31/01/2000
792	MAIKEL DULCIR FIM	1	2	4	21	70,00	70,00	APROV	35º	12/02/2007
4.793	ANDERSON BRAGANHOLI	3	2	3	20	70,00	70,00	APROV	36º	06/06/1986
364	MARIA JOSÉ AIRES	1	2	4	19	65,00	65,00	APROV	37º	17/06/1982
1.712	DELSIRENE PEREIRA	3	4	3	15	62,50	62,50	APROV	38º	14/04/1981
4.835	CASSIELE CRISTINA DA SILVA	2	1	1	19	57,50	57,50	APROV	39º	20/04/1995
21	EDUARDO AFONSO MARCANTE	2	0	4	14	50,00	50,00	APROV	40º	21/12/1996
1.999	BRUNA CATARINE DA GUARDA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/07/1997
1.154	ELOISA DA SILVA LEAL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/09/2005
4.883	FABIANE DE OLIVEIRA BARBARA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/09/1990
3.260	JULIA MARIA SEDREZ ALBERTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/05/2004
3.189	KRISLAINE DRUM MORALES RUSSIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/01/1988
2.833	LUCAS PEREIRA DE BRITO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/01/1988
1.480	MARCELO CHALITO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/07/1986
1.357	MATEUS CARVALHO CANDIDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/08/1996
2.495	PEDRO RAFAEL SANTINE DOS SANTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/09/2000
1.766	THAYNA MARIA DELAZZARI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/06/1997
4.347	VERONICE APARECIDA DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/03/1991
4.270	VITHOR GRIGOLETTO PAIXÃO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/10/1998
CASCAVEL - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.930	CÍNTIA MICHELE RAUBER	5	3	5	15	70,00	70,00	APROV	1º	12/11/1997
1.755	FÁTIMA RENATA DO SANTOS LIMA	4	5	4	15	70,00	70,00	APROV	2º	28/07/1996
1.748	ADRIANY CRISTINA GONCALVES	2	5	4	16	67,50	67,50	APROV	3º	06/10/1989
4.788	ELBER OLIVEIRA PEREIRA	5	5	5	12	67,50	67,50	APROV	4º	19/03/1982
3.794	PATRICIA POLIANE PRADA DOS SANTOS	4	4	5	13	65,00	65,00	APROV	5º	28/09/1989
2.820	LUCIANA FONTANA	4	5	5	12	65,00	65,00	APROV	6º	15/06/1976
840	MARCUS VINICIUS BISAGGIO FILHO	4	5	5	12	65,00	65,00	APROV	7º	03/10/1993
1.153	NEUZA LUZIA SUSSI	3	3	4	15	62,50	62,50	APROV	8º	28/06/1981
3.555	ROSIANE KRASNIEVIZ GOMES	3	5	4	13	62,50	62,50	APROV	9º	01/10/2003
734	RAQUEL APARECIDA MENDES MACENA	2	5	5	13	62,50	62,50	APROV	10º	02/02/1977
2.806	CINTHIA GONCALVES	4	5	4	12	62,50	62,50	APROV	11º	11/04/1999
1.241	ANDREIA ROCHA	3	2	5	14	60,00	60,00	APROV	12º	19/03/1988
678	FERNANDA RAQUEL SCHNEIDER	2	4	5	13	60,00	60,00	APROV	13º	10/04/1992
1.060	ISABELLY MARIA DA SILVA SOUZA GONCALVES	2	4	5	13	60,00	60,00	APROV	14º	24/04/1992
4.211	ANA LETÍCIA CORDEIRO DE ALMEIDA	4	4	4	12	60,00	60,00	APROV	15º	26/04/1988
83	JULIANA GOMES DA SILVA MARTINS	3	4	5	12	60,00	60,00	APROV	16º	02/02/1988
2.580	MARAISA SILVA LAZAROTO	5	4	4	11	60,00	60,00	APROV	17º	13/10/1997
4.523	JHONATAN ALCANTARA DA SILVA	5	3	5	11	60,00	60,00	APROV	18º	27/07/2001
554	FERNANDA HELLEN RODRIGUES SOUZA	4	5	4	11	60,00	60,00	APROV	19º	10/12/2001
389	DANIEL JOAQUIM DE BRITO	3	5	5	11	60,00	60,00	APROV	20º	17/04/1987
2.429	MARIA EDUARDA SAUER	5	4	5	10	60,00	60,00	APROV	21º	12/07/2003
1.150	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA NUNES	3	3	4	13	57,50	57,50	APROV	22º	26/05/1978
1.836	EDUARDA SAMPAIO DE ALBUQUERQUE	2	4	4	13	57,50	57,50	APROV	23º	06/07/2000
1.865	IONEIDE MARIA DOS SANTOS ARAUJO	2	3	5	13	57,50	57,50	APROV	24º	10/11/1992
1.296	KELLY CRISTINA ANDRADES DE MATTOS	4	4	4	11	57,50	57,50	APROV	25º	20/11/2001
1.350	ELIANE APARECIDA BARBOSA DA SILVA	4	4	4	11	57,50	57,50	APROV	26º	12/06/1976
1.972	MARIA EDUARDA BERNARDES VENTURIN	4	4	4	11	57,50	57,50	APROV	27º	13/11/1998

555	MIRIAN CAMPOS BISPO ARAUJO	3	5	4	11	57,50	57,50	APROV	28º	30/04/1995
2.525	THAIS ARCANJO DE OLIVEIRA	3	4	5	11	57,50	57,50	APROV	29º	09/04/1998
158	ALINE APARECIDA BATISTA	4	5	4	10	57,50	57,50	APROV	30º	05/10/1993
1.762	ANA JULIA BLANCK	4	4	5	10	57,50	57,50	APROV	31º	20/02/2005
3.200	CLAUDINEIA OLENICZ NOVO	1	2	5	14	55,00	55,00	APROV	32º	26/01/1991
912	MARIA APARECIDA PORTEIRO LUCENA	1	4	4	13	55,00	55,00	APROV	33º	21/05/1966
1.801	ADRIANA CALDEIRA DE ASSIS BENEDITO	2	4	4	12	55,00	55,00	APROV	34º	16/01/1983
624	JHENIFER RAFAELA SEUBERT TERUEL	4	4	4	10	55,00	55,00	APROV	35º	15/04/1987
1.147	VANDESON DA SILVA FERREIRA	3	4	5	10	55,00	55,00	APROV	36º	28/05/1999
1.450	PATRICIA DE FRANCA MACHADO CAMILO	4	5	4	9	55,00	55,00	APROV	37º	09/07/1987
927	ROSILÉIA SOARES DOS SANTOS	3	1	4	13	52,50	52,50	APROV	38º	30/09/1978
728	ALINE MARIA FRANCISCHETO	4	1	4	12	52,50	52,50	APROV	39º	16/09/1990
3.836	MATHEUS WITT KNACK	2	3	4	12	52,50	52,50	APROV	40º	26/01/1999
3.762	SILVANA SANTOS	1	4	4	12	52,50	52,50	APROV	41º	04/02/1976
3.585	VALQUIRIA POTIN PACHECO	4	3	3	11	52,50	52,50	APROV	42º	15/08/1984
482	DYULI DE SOUZA OLIVEIRA	4	2	4	11	52,50	52,50	APROV	43º	15/08/1989
713	SHEILA GABRIELA MARTINS	3	3	4	11	52,50	52,50	APROV	44º	29/10/1985
3.600	CHARLINE DA ROCHA OVIEDO	2	3	5	11	52,50	52,50	APROV	45º	04/05/1989
902	ROZIMERE ALVES CASEMIRO	4	2	5	10	52,50	52,50	APROV	46º	23/12/1974
4.247	JESSICA LYSZMANN PEREIRA	3	4	4	10	52,50	52,50	APROV	47º	08/07/1998
4.067	DANIELE DE MAGALHAES GOMES	3	3	5	10	52,50	52,50	APROV	48º	23/05/1992
4.712	ANA CAROLINA LOPES POMBAL	2	5	4	10	52,50	52,50	APROV	49º	25/11/1994
842	ELIANE MAGALHAES BAZZANELLA	4	4	5	8	52,50	52,50	APROV	50º	06/05/1980
4.296	ALEXANDRA MODEL DA SILVA	4	4	5	8	52,50	52,50	APROV	51º	22/02/1981
3.562	VANESSA RIBEIRO DE SOUZA	3	5	5	8	52,50	52,50	APROV	52º	26/05/1986
2.594	DERONI DOS SANTOS	3	0	4	13	50,00	50,00	APROV	53º	19/03/1972
290	CATIA BEATRIZ SCHULTZ	1	3	4	12	50,00	50,00	APROV	54º	20/01/1975
168	SILVIO RERESON SERRAO CORREA	4	1	4	11	50,00	50,00	APROV	55º	06/10/1981
2.652	MATILDE NARCISO	2	3	4	11	50,00	50,00	APROV	56º	04/10/1976
3.702	JOCINETE DE MELLO FERREIRA VALVERDE	2	2	5	11	50,00	50,00	APROV	57º	15/07/1996
4.101	THAINARA CRISTINA DOS SANTOS	2	2	5	11	50,00	50,00	APROV	58º	28/07/1995
2.159	ALESCIA BELO	3	4	3	10	50,00	50,00	APROV	59º	22/06/1999
4.775	DIEGO LUIS SANTOS DIAS	2	5	3	10	50,00	50,00	APROV	60º	24/09/1994
4.340	SOLANGE CRISTINA GUIZELINI DE OLIVEIRA	2	3	5	10	50,00	50,00	APROV	61º	25/12/1987
4.621	VITORIA COSTA DE CARVALHO	2	3	5	10	50,00	50,00	APROV	62º	13/09/2002
1.111	RAFAEL HENRIQUE BARROTO ANDRADE	2	3	5	10	50,00	50,00	APROV	63º	19/05/1993
1.720	SIRLEI FÁTIMA VEIGA	4	4	3	9	50,00	50,00	APROV	64º	26/07/1996
995	ROBSON APARECIDO BUSS	4	2	5	9	50,00	50,00	APROV	65º	02/07/1985
1.747	JULIANE KARVAT	3	4	4	9	50,00	50,00	APROV	66º	06/01/1986
2.436	LUCIANE BROETTO	3	3	5	9	50,00	50,00	APROV	67º	21/12/1971
1.203	DAIANE ALBERGHINI	2	4	5	9	50,00	50,00	APROV	68º	13/06/1986
976	ADRIANA MICHEL	2	4	5	9	50,00	50,00	APROV	69º	09/01/1992
3.058	FERNANDA ROSA DO NASCIMENTO	2	5	5	8	50,00	50,00	APROV	70º	18/06/2000
4.569	DEVID WILKISON NOGUEIRA DE SOUSA	5	4	4	7	50,00	50,00	APROV	71º	07/02/2000
4.299	LUIS FERNANDO BOZIO	4	5	4	7	50,00	50,00	APROV	72º	27/05/2003
3.844	ANA VITORIA PILLONI TOMINC	5	4	5	6	50,00	50,00	APROV	73º	04/04/2001
662	BIANCA PEREIRA ONIAS PAIVA	2	0	3	14	47,50	47,50	REPRO	--	27/05/1990
4.777	GISLENE PRAINHA DE ASSIS	2	1	4	12	47,50	47,50	REPRO	--	09/03/1982
4.551	CLAUDINEIA PADILHA	2	2	4	11	47,50	47,50	REPRO	--	30/10/1992
1.818	ROSANGELA ALBINO AHLMANN	1	3	4	11	47,50	47,50	REPRO	--	12/07/1980
1.947	MARIANE LAIS DA SILVA	1	2	5	11	47,50	47,50	REPRO	--	25/11/1997
460	MARLISE SALES NEVES	1	2	5	11	47,50	47,50	REPRO	--	29/05/1982
2.588	SILVANA PADILHA GONCALVES	0	3	5	11	47,50	47,50	REPRO	--	06/10/1984
3.202	BRUNA CRISTINA RAMOS	3	4	2	10	47,50	47,50	REPRO	--	16/12/1987
3.810	GABRIELA FERNANDA MACHADO	3	2	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	24/10/1998
2.626	VITORIA BOSI MARTINS DE MORAES	3	1	5	10	47,50	47,50	REPRO	--	28/10/1997
2.330	INES SCHROEDER	2	3	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	09/02/1984
708	CLEDIR LOURDES GENEWEI	2	2	5	10	47,50	47,50	REPRO	--	19/01/1987
4.517	SANDRA MARA LUFT	1	5	3	10	47,50	47,50	REPRO	--	23/01/1984
121	LUANA THAIS DE ALMEIDA	1	3	5	10	47,50	47,50	REPRO	--	08/10/1993
220	PATRICIA BATALLA CARDOSO	4	2	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	05/04/1979

218	ERIK GUILHERME ROWEDER THOMAS	4	1	5	9	47,50	47,50	REPRO	--	05/11/2000
1.897	ANDREIA CORDEIRO DOS SANTOS PIMENTA	3	3	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	08/06/1986
666	DIANA DA LUZ TOZATTI	3	2	5	9	47,50	47,50	REPRO	--	10/03/1996
808	SIDINEI VARGAS SANCHES	2	3	5	9	47,50	47,50	REPRO	--	30/05/1984
4.201	EDIANE CAROLINE DE SOUZA VARGAS	3	4	4	8	47,50	47,50	REPRO	--	09/09/1995
4.813	LUCAS SANTOS HERNANDES	3	4	4	8	47,50	47,50	REPRO	--	30/04/1997
3.094	VANESSA KLABUNDE NIRES	2	5	4	8	47,50	47,50	REPRO	--	29/05/1985
991	SOELI LOURENCO PIRES	4	3	5	7	47,50	47,50	REPRO	--	03/09/1978
3.158	ALINE MORAES	3	5	4	7	47,50	47,50	REPRO	--	07/02/1998
3.882	ELIANE COSTA	3	5	4	7	47,50	47,50	REPRO	--	07/10/1977
1.825	MARCIELI APARECIDA DE OLIVEIRA	3	4	5	7	47,50	47,50	REPRO	--	12/02/1991
4.472	VANESSA GAMA DOS SANTOS	2	5	5	7	47,50	47,50	REPRO	--	20/08/1989
2.526	GERALDO VICENTE DA SILVA JUNIOR	3	5	5	6	47,50	47,50	REPRO	--	29/11/1981
4.148	ANA CLÁUDIA MAGALHÃES	1	1	4	12	45,00	45,00	REPRO	--	03/03/1983
1.752	ELEXSANDRA FERREIRA DE CARVALHO PACO	2	0	5	11	45,00	45,00	REPRO	--	28/06/1989
475	ADRIANA PAULA DA SILVA	3	1	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	22/11/1990
4.065	BEATRIZ RIBEIRO SOUZA	2	2	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	10/06/1998
2.605	DARLENE DE LARA QUAGLIOTTO	2	2	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	12/03/1983
30	RAQUEL CORDEIRO GRANT	2	2	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	27/12/1980
428	MARCO ROGERIO BOEHM	1	4	3	10	45,00	45,00	REPRO	--	16/06/1974
1.599	JOSIELI OLIVEIRA	1	2	5	10	45,00	45,00	REPRO	--	23/06/1994
4.246	ELAINE BOCHENECKI DE LIMA	4	1	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	15/05/1994
3.741	GABRIEL DIAS ROCHA	4	1	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	15/04/2002
2.226	SOLANGE CRISTINA FERREIRA DE LIMA	3	2	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	19/07/1992
1.791	LUCIANA DOS SANTOS MELO SITTA	2	3	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	30/05/1976
2.147	GISLAINE DE LIMA KRAUSS FORTES	2	2	5	9	45,00	45,00	REPRO	--	28/10/1993
3.619	DAIANE BEDIN	1	5	3	9	45,00	45,00	REPRO	--	03/07/2003
3.083	ROGER GUILHERME RAMOS	1	4	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	02/11/1988
2.702	SUELI MENDES	1	3	5	9	45,00	45,00	REPRO	--	18/10/1979
929	GISELE ALINE DOS SANTOS BRAGA	2	3	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	09/11/1998
1.099	LEANDRA APARECIDA PIRES SOARES	2	3	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	05/07/1988
1.891	CLAUDIA REGINA DE JESUS	1	4	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	13/07/1995
503	LUIZ HENRIQUE ANDRADE DE SOUZA	4	2	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	26/05/2001
4.294	DENILDA CEZARIO	3	3	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	30/08/1977
827	ALICE SOARES CORONEL	2	5	4	7	45,00	45,00	REPRO	--	18/02/1964
3.468	ELAINE CRISTINA DAS NEVES	2	4	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	28/10/1981
4.212	MARIANE APARECIDA KACZMAREK PEREIRA	2	5	5	6	45,00	45,00	REPRO	--	31/03/1992

2.909	LOIRI TEREZA GUARNIERI	1	1	4	11	42,50	42,50	REPRO	--	23/10/1975
1.753	IDACIRA APARECIDA DALLA VALLE	1	0	5	11	42,50	42,50	REPRO	--	13/07/1968
1.518	CHEILA REIMUNDI SCHREIBER BRZOZOSKI	3	0	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	01/06/1987
900	ALESSANDRA CARLA LUIZ	2	1	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	16/08/1993
778	KETLEN THAIS DA ROSA	2	1	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	31/03/1996
3.849	SHIRLEI CRISTIANE CARDOSO SANTANA	2	0	5	10	42,50	42,50	REPRO	--	28/01/1986
3.502	DAIANE GOMES DOS SANTOS	0	3	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	27/12/1986
2.775	VITORIA APARECIDA DOS SANTOS	3	2	3	9	42,50	42,50	REPRO	--	14/10/1998
4.396	GRAZIELI FIGUEREDO	3	1	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	04/11/2000
4.393	MARIA EDUARDA DE MELO DUARTE	2	2	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	08/08/2006
577	ALINE ANDIARA TONINI PEREIRA	1	2	5	9	42,50	42,50	REPRO	--	11/06/1989
661	MAIKON RUIZ	1	2	5	9	42,50	42,50	REPRO	--	22/08/1997
2.690	EDILAINE MORETTI	3	3	3	8	42,50	42,50	REPRO	--	21/06/1990
405	ANA KELLI GOMES FERREIRA	3	2	4	8	42,50	42,50	REPRO	--	17/08/1994
3.428	SILVIA GONÇALVES CLAUDIO	3	2	4	8	42,50	42,50	REPRO	--	02/11/1980
849	LIAMARA CANDIDO DE MOURA	3	1	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	16/04/1997
1.366	LUCIMARA SOUZA DO NASCIMENTO	3	1	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	30/01/1986
1.424	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA	3	1	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	26/03/1986
1.739	TALITA MARRIE DE ALMEIDA PIRES	2	5	2	8	42,50	42,50	REPRO	--	23/02/1991
263	CRISTIANE DE SOUZA	2	2	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	27/04/1991
1.675	JOCIMAR DA SILVA LEAO	2	2	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	10/11/1983

3.538	KAUANY BERNARDI RUAZ DOS SANTOS	2	2	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	13/06/2004
688	SILVIA GOMES DE SOUZA	2	2	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	23/07/1974
550	JAQUELINE RIBEIRO RAMOS DA SILVA	1	3	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	07/08/1988
4.302	TATIANE CAROLINA DA SILVA	3	3	4	7	42,50	42,50	REPRO	--	28/12/1995
850	EDNEIA FIDENCIO CUNHA	3	2	5	7	42,50	42,50	REPRO	--	09/10/1982
4.129	LARISSA GABRIELY AMARO	3	2	5	7	42,50	42,50	REPRO	--	22/01/2005
1.959	WEMERSON BERNARDES DE OLIVEIRA	2	4	4	7	42,50	42,50	REPRO	--	27/06/1998
4.869	DOUGLAS PEDRO PAMOCENE FELIX	2	3	5	7	42,50	42,50	REPRO	--	13/07/1993
3.033	INGRID LETÍCIA LAVANDOSKI ALTÍSSIMO	3	4	4	6	42,50	42,50	REPRO	--	28/01/2001
2.236	SUZANA BRUGNAGO	2	5	4	6	42,50	42,50	REPRO	--	17/09/1985
1.668	MIRELI DA SILVA CASTRO	4	4	4	5	42,50	42,50	REPRO	--	04/08/1999
2.015	ALEXANDRE MELO	2	5	5	5	42,50	42,50	REPRO	--	05/04/1983
1.806	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS	0	1	3	12	40,00	40,00	REPRO	--	20/02/1982
2.466	OLITA TRISAN DE MELO	0	3	3	10	40,00	40,00	REPRO	--	24/02/1993
813	ALINE SILVEIRA DA LUZ	3	1	3	9	40,00	40,00	REPRO	--	06/04/1992
1.779	SELMA FÁTIMA LOURENÇO	2	0	5	9	40,00	40,00	REPRO	--	22/07/1987
4.827	VANDERLÉIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTO	1	1	5	9	40,00	40,00	REPRO	--	26/03/1984
3.418	RODISON PINTO SOARES	3	2	3	8	40,00	40,00	REPRO	--	30/10/1983
881	WILIAM NASCIMENTO ARAUJO	3	2	3	8	40,00	40,00	REPRO	--	13/05/1999
860	ALESSANDRA DIAS LESZCZYNSKI	3	0	5	8	40,00	40,00	REPRO	--	21/07/1972
434	LUIZ CARLOS NUNES	2	3	3	8	40,00	40,00	REPRO	--	17/11/1971
4.427	CAMILA LOPES DA SIVA	2	1	5	8	40,00	40,00	REPRO	--	12/05/1994
2.654	ANDRESSA DA SILVA LO	1	3	4	8	40,00	40,00	REPRO	--	09/07/1991
4.003	JOSÉ APARECIDO FRANÇA JUNIOR	1	3	4	8	40,00	40,00	REPRO	--	20/02/1984
1.438	LEANDRO SOARES DE SOUZA	1	3	4	8	40,00	40,00	REPRO	--	27/09/1983
1.870	ROSIMERI MARLI ALVES DE OLIVEIRA	3	1	5	7	40,00	40,00	REPRO	--	29/11/1973
4.599	CLAUDETE LESME NUNES	2	3	4	7	40,00	40,00	REPRO	--	31/03/1980
830	KEILA ALVES TRINDADE	2	3	4	7	40,00	40,00	REPRO	--	13/12/1988
788	SALETE RODRIGUES DA SILVA PARANHOS	2	2	5	7	40,00	40,00	REPRO	--	19/04/1980
2.398	GISELLY GONCALVES MOREIRA DE MATOS	4	3	3	6	40,00	40,00	REPRO	--	17/07/1999
3.292	MALOEDE FREITAS DE ALENCAR JUNIOR	2	4	4	6	40,00	40,00	REPRO	--	22/05/1993
2.074	PRISCILA DONATO	3	3	5	5	40,00	40,00	REPRO	--	05/10/1984
509	DANIELE LORENA GIMENES	0	0	3	12	37,50	37,50	REPRO	--	25/01/1985
2.908	LUCIA MARLI GRYMUZA	1	1	2	11	37,50	37,50	REPRO	--	20/06/1973
621	BRUNA MARIA FONTANA	2	1	2	10	37,50	37,50	REPRO	--	10/02/1989
1.787	VALDIRENE ARANTES DE MATOS ANDRADE	1	1	3	10	37,50	37,50	REPRO	--	10/04/1990
1.809	SILVANA VEIGA PIETROSKI	1	0	4	10	37,50	37,50	REPRO	--	17/07/1986
4.056	SILVANA APARECIDA DA SILVA SANTOS	1	2	3	9	37,50	37,50	REPRO	--	03/08/1979
1.145	FELIPE EDUARDO FELIX NICHETTI	1	1	4	9	37,50	37,50	REPRO	--	08/07/1994
4.865	JACKELINE DE JESUS MEDINA DE FIGUERA	1	1	4	9	37,50	37,50	REPRO	--	28/09/1981
1.824	KARINA DOS SANTOS SILVA	1	1	4	9	37,50	37,50	REPRO	--	02/01/1994
4.315	MARLI FATIMA NEUBERGER	1	1	4	9	37,50	37,50	REPRO	--	06/03/1979
1.744	LOHANA FOGACA DE ALMEIDA ZANINI	1	0	5	9	37,50	37,50	REPRO	--	15/03/2000
4.009	VERA LUCIA DOS SANTOS REIS	0	2	4	9	37,50	37,50	REPRO	--	06/06/1974
1.629	DAYANE SILVA DOS SANTOS	0	1	5	9	37,50	37,50	REPRO	--	05/05/1987
3.147	JOSENICE FERNANDA FRANCO BOMBASSARO	3	0	4	8	37,50	37,50	REPRO	--	13/07/1987
4.585	MARIA GERALDA GONSALVES SANTOS	3	0	4	8	37,50	37,50	REPRO	--	23/09/1963
4.792	PEDRO TABORDA MIRANDA	2	3	2	8	37,50	37,50	REPRO	--	21/11/1971
238	FRANCIELLE JANKE PEDROSO	2	2	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	06/03/1992
834	JULIANA DOS SANTOS MOREIRA	2	2	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	02/10/1988
3.895	ROMILDA FRANCISCO	2	2	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	22/08/1976
4.512	ROSARIA DINIZ	2	2	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	28/04/1975
361	JANAINA RODRIGUES DA COSTA DOS SANTOS	2	1	4	8	37,50	37,50	REPRO	--	23/01/1983
1.496	FRANCIELLE TAUANE PEREIRA TORRALBO	2	0	5	8	37,50	37,50	REPRO	--	02/08/1996
4.239	ALESSANDRA SCHITKOSKI DE AQUINO	1	3	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	07/02/1983
1.354	KARINA PEDROZO DE ANDRADE	1	3	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	02/11/1994
3.535	KEZIA BONIFACIO	1	2	4	8	37,50	37,50	REPRO	--	18/12/1987
2.491	ANA INÊS MALLMANN	0	2	5	8	37,50	37,50	REPRO	--	05/11/1985
1.023	NATHALIA KAROLINA BELLO DOS REIS DE MENEZES	4	0	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	21/12/2001
3.484	MARIZA GREGÓRIO	3	1	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	21/05/1978
3.676	DÉBORA KOENE	3	0	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	21/12/1985

4.105	KAREN GRAZIELI GULARTE PENTEADO	2	2	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	12/05/1994
4.000	CLEUNICE FERREIRA DE SOUZA	2	1	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	01/01/1972
4.464	MEURICLÉBIA DE MORAES DA FONSECA	2	1	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	17/01/1988
848	THUANNY VANESSA TORRES DA SILVA	2	1	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	20/06/1995
515	JANETE APARECIDA RIBEIRO	1	4	3	7	37,50	37,50	REPRO	--	26/10/1972
4.348	BRUNA RENATA ALVES STIMER	1	3	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	24/05/1996
4.859	GENNESIS NATHALI VELÁSQUEZ	1	3	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	25/01/2002
3.318	LUANA CAVALHEIRO TITTON	1	2	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	03/05/1996
1.758	CRISTIANE BARCELLOS	2	3	4	6	37,50	37,50	REPRO	--	12/03/1978
672	MARLENE APARECIDA DE JESUS	2	2	5	6	37,50	37,50	REPRO	--	19/08/1992
3.145	MATHEUS ALVES DA SILVA	1	3	5	6	37,50	37,50	REPRO	--	10/12/1997
2.612	VALDINEI DOS SANTOS	4	2	4	5	37,50	37,50	REPRO	--	27/10/1980
4.549	MAYARA DA CRUZ DE BRITO	3	3	4	5	37,50	37,50	REPRO	--	23/02/1991
3.489	CLARICE DE FATIMA MACIEL PRUZAK	3	2	5	5	37,50	37,50	REPRO	--	27/01/1985
1.722	REGILANIO SALES ROCHA	3	2	5	5	37,50	37,50	REPRO	--	27/02/1984
3.086	LESANGELA DOS REIS	2	4	4	5	37,50	37,50	REPRO	--	06/08/1982
458	ROSEMERI APARECIDA RIBEIRO	2	3	5	5	37,50	37,50	REPRO	--	20/02/1988
631	HELIA ZAVELINSKI	1	0	3	10	35,00	35,00	REPRO	--	26/01/1971
2.484	ALEXANDRE CAMPOS LINS	2	0	3	9	35,00	35,00	REPRO	--	01/10/1980
4.027	ELIANE SALETE ZACHI	2	0	3	9	35,00	35,00	REPRO	--	24/10/1970
1.525	SIMONE FERREIRA DA SILVA	1	1	3	9	35,00	35,00	REPRO	--	22/11/1982
2.312	TEREZINHA DE JESUS LIMA RIBEIRO	1	0	4	9	35,00	35,00	REPRO	--	01/10/1993
660	PRISCILA FARIAS BARROS	0	1	4	9	35,00	35,00	REPRO	--	02/06/1993
1.820	SUELEN ALEXANDRE VIECILI	0	1	4	9	35,00	35,00	REPRO	--	24/03/1992
1.407	JAQUELINE GOMES DA SILVA	0	0	5	9	35,00	35,00	REPRO	--	12/04/2000
3.296	DA LUZ PEREIRA	2	0	4	8	35,00	35,00	REPRO	--	01/10/1974
2.078	FLAVIO PEREIRA DOS SANTOS	2	0	4	8	35,00	35,00	REPRO	--	10/04/1988
3.693	LEONICE MARIA RIBEIRO	2	0	4	8	35,00	35,00	REPRO	--	17/02/1977
1.482	TEREZINHA DE LIMA	1	2	3	8	35,00	35,00	REPRO	--	08/04/1979
669	EKTA HIKIRIS DOS SANTOS DA SILVA	1	0	5	8	35,00	35,00	REPRO	--	27/10/1989
1.952	IVONE SENDOSKI	0	2	4	8	35,00	35,00	REPRO	--	28/08/1971
1.071	CRISTIANE ROSSI	2	2	3	7	35,00	35,00	REPRO	--	04/10/1979
4.784	TATIANA SANTOS PEREIRA	2	2	3	7	35,00	35,00	REPRO	--	15/08/1981
2.044	MARCELA CRISTIANE DE PAULA	2	1	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	26/07/1984
3.236	NELCI PINHEIRO DOS REIS SILVA	1	2	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	26/06/1981
2.876	PAULINA FORTESKI DA SILVA	1	2	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	25/06/1970
664	VINICIUS ROSA DE ALMEIDA	1	2	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	06/01/2000
23	AUREA ADRIELLE AREVALO COSTA	1	1	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	22/12/1999
1.435	HELMA DE ANDRADE OLIVEIRA NOBREGA SOUZA	1	1	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	12/10/1978
3.658	JOSIANE RODRIGUES	0	3	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	02/08/1976
736	KEILA RIBEIRO DOS SANTOS DE SOUZA	0	2	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	04/10/1983
3.451	ADRIANE DA ROCHA	2	3	3	6	35,00	35,00	REPRO	--	17/10/1980
452	VANESSA CECILIA DE SOUZA	2	2	4	6	35,00	35,00	REPRO	--	18/01/2001
2.979	ROZILDA APARECIDA DE LIMA	2	1	5	6	35,00	35,00	REPRO	--	28/10/1979
3.388	SUSANA MARGARETE THOMAZINE TRINDADE	1	2	5	6	35,00	35,00	REPRO	--	02/10/1977
3.095	ANDREIA PARUSSOLO WILCZAK	4	2	3	5	35,00	35,00	REPRO	--	05/10/1988
2.467	CLEUNICE ALVES MARTINS	3	2	4	5	35,00	35,00	REPRO	--	23/02/1975
2.509	MAIZA PESSOA VASCONCELOS	2	3	4	5	35,00	35,00	REPRO	--	19/03/1977
415	ROSELYA DIZELAINNY PAES LEME	2	2	5	5	35,00	35,00	REPRO	--	25/01/1992
4.824	ISADORA LOURENÇO	1	3	5	5	35,00	35,00	REPRO	--	01/08/2001
4.143	KEILA ARCIELI GULARTE PENTEADO	3	2	5	4	35,00	35,00	REPRO	--	12/05/1994
583	GABRIELY SILVA AMARAL	0	0	4	9	32,50	32,50	REPRO	--	14/08/1998
617	IRENE OLIVEIRA DE SOUZA	1	1	3	8	32,50	32,50	REPRO	--	18/10/1970
867	THALIA SANTOS BEZERRA DA MATA	1	1	3	8	32,50	32,50	REPRO	--	21/03/1997
3.956	TATIANE FERREIRA	1	0	4	8	32,50	32,50	REPRO	--	10/08/1984
4.360	TATIANNY DA SILVA NOGUEIRA	1	0	4	8	32,50	32,50	REPRO	--	09/06/1989
441	ANDREA FAGUNDES DE SOUZA BOEHM	0	1	4	8	32,50	32,50	REPRO	--	23/02/1975
4.380	SIDINÉIA MARIA JOSÉ CANGUÇU	0	1	4	8	32,50	32,50	REPRO	--	14/10/1968
4.446	ELOIR DA SILVA BERGAMIM	1	0	5	7	32,50	32,50	REPRO	--	19/09/1975
1.716	SIMONE BARBOSA PROGENIO	0	3	3	7	32,50	32,50	REPRO	--	06/10/1973
2.861	SUZANA MOURA	0	2	4	7	32,50	32,50	REPRO	--	01/12/1976

1.192	RAQUEL NEVES AMARAL	3	1	3	6	32,50	32,50	REPRO	--	05/02/1975
4.695	CARMEN LUCIA VIANA GUIMARAES	3	0	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	02/05/1978
3.379	VILMA APARECIDA GONCALVES CORREIA	2	2	3	6	32,50	32,50	REPRO	--	16/09/1973
865	ADRIANE MARCELINA LAVORATTI	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	25/02/1975
3.902	DANILO CARRI WORDELL	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	06/06/1987
872	IVONE APARECIDA CORREA DA SILVA	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	13/12/1979
1.003	RICARDO ALVES ANDRADE DA SILVA	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	10/05/1978
1.921	ROSANGELA RODRIGUES DE ARAUJO	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	27/10/1975
2.973	ROSENI DELORDES ALFF MERLO	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	16/09/1966
2.611	ALICIO DOS SANTOS	3	2	3	5	32,50	32,50	REPRO	--	22/04/1995
2.917	DANIELE CRISTINA SCARAVONATO DE SOUSA	2	2	4	5	32,50	32,50	REPRO	--	09/09/1980
942	MARCIA REGINA DA SILVA	2	2	4	5	32,50	32,50	REPRO	--	31/12/1972
3.368	RENATA TATIANA PRESTES	2	2	4	5	32,50	32,50	REPRO	--	24/04/1990
1.683	PATRICIA LOPES	2	1	5	5	32,50	32,50	REPRO	--	23/10/1980
533	NILZA NIZ DA LUZ	1	4	3	5	32,50	32,50	REPRO	--	23/04/1988
553	ALESSANDRA FILUS PERICO	1	4	4	4	32,50	32,50	REPRO	--	14/09/1974
2.141	PATRICIA PINHEIRO MARIANO	1	0	2	9	30,00	30,00	REPRO	--	11/02/1995
2.156	KEILA MONTEIRO SILVA DOS SANTOS	0	0	3	9	30,00	30,00	REPRO	--	05/04/1996
3.384	ELIANE MARIA ZICH	2	0	3	7	30,00	30,00	REPRO	--	14/09/1989
3.399	MARILEIDE APARECIDA FREGNANI XAVIER	1	2	2	7	30,00	30,00	REPRO	--	30/09/1967
3.839	HAYSSA SAMARA MENDONÇA MACHADO	1	1	3	7	30,00	30,00	REPRO	--	08/11/1996
53	JANE VIEIRA	1	1	3	7	30,00	30,00	REPRO	--	30/11/1976
2.444	DIOANE CRISTINA DA SILVA BUCHINGER	1	0	4	7	30,00	30,00	REPRO	--	15/10/1995
3.333	IDALINA BONIFACIO	3	1	2	6	30,00	30,00	REPRO	--	12/02/1979
495	GIOVANA FERNANDES SANTANA	0	1	5	6	30,00	30,00	REPRO	--	24/09/1972
264	PATRÍCIA VIEGAS BADZIAK	3	1	3	5	30,00	30,00	REPRO	--	16/03/1980
922	CARLA CRISTINA DE MATHIAS LEITE	2	3	2	5	30,00	30,00	REPRO	--	15/11/1979
3.370	MARISTELA PELIZZONI DE SOUZA	2	1	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	05/07/1975
4.482	SIRLENE MADUREIRA BRANCO MATIAS	1	2	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	02/11/1971
1.242	JOICE CAROLINE PACÍFICO TRATES	1	1	5	5	30,00	30,00	REPRO	--	17/11/2004
716	MARIZETE VALANSUELO FRANCO DOS SANTOS	1	1	5	5	30,00	30,00	REPRO	--	29/12/1985
183	ROSELEI XAVIER NOVO	1	1	5	5	30,00	30,00	REPRO	--	20/11/1978
4.173	ANDRESSA CRISTINA ALVES	3	0	5	4	30,00	30,00	REPRO	--	20/05/1997
770	VALDIRENE GARDIN DE CERQUEIRA LUCAS	0	4	4	4	30,00	30,00	REPRO	--	13/09/1986
3.534	JOELMA DOS SANTOS POKREWIESKI	2	0	2	7	27,50	27,50	REPRO	--	17/03/1990
3.353	LORECI DE FATIMA MORAES RIBEIRO	1	2	1	7	27,50	27,50	REPRO	--	20/05/1972
4.010	ELYS BALESTRIN SILVA	1	0	3	7	27,50	27,50	REPRO	--	18/01/1988
3.351	JESULA FILS AIME	0	1	3	7	27,50	27,50	REPRO	--	13/12/1972
1.494	GABRIELA DE OLIVEIRA SOARES	0	0	4	7	27,50	27,50	REPRO	--	28/01/2004
4.866	ANDREIA PACIFICO CHIMANSKI	3	0	2	6	27,50	27,50	REPRO	--	07/01/1975
2.313	LUCIMARA NUNES GONCALVES	1	2	2	6	27,50	27,50	REPRO	--	09/05/1988
173	MAYSA TAMIANE SCHAEFERDECKER DE SOUZA	1	0	4	6	27,50	27,50	REPRO	--	07/04/1997
4.463	ALANA CRISTINI GALAN	0	1	4	6	27,50	27,50	REPRO	--	22/05/1999
1.639	LARISSA CRISTINA BAPTISTA HELENO	0	1	4	6	27,50	27,50	REPRO	--	26/10/1996
4.353	MARINA THAIS BUENO AMARO	1	3	2	5	27,50	27,50	REPRO	--	25/08/1994
3.939	ELISANGELA DA ROCHA RAFAEL	1	2	3	5	27,50	27,50	REPRO	--	28/06/1973
862	ANGELITA DA ROCHA	1	1	4	5	27,50	27,50	REPRO	--	28/01/1994
648	FRANCIELI DA SILVA SOUZA	1	1	4	5	27,50	27,50	REPRO	--	16/12/1994
1.172	LUANA PLONKOSKI PENA	2	0	5	4	27,50	27,50	REPRO	--	03/06/2000
984	LUCILENE APARECIDA DA COSTA	2	2	4	3	27,50	27,50	REPRO	--	21/07/1982
1.946	DAISY VIEIRA FIGUEREDO DE OLIVEIRA	0	1	2	7	25,00	25,00	REPRO	--	24/09/1990
1.563	JOANA GABRIELA FERNANDES MACENA DA SILVA	2	0	2	6	25,00	25,00	REPRO	--	01/06/1982
1.327	JESSICA MEIRE VIEIRA BORBA REOLON	1	1	2	6	25,00	25,00	REPRO	--	13/12/1987
2.401	LUAN MILLER BARBOSA FERRAZ	1	0	3	6	25,00	25,00	REPRO	--	10/01/1998
2.254	ERICA VARGAS SANCHES	0	1	3	6	25,00	25,00	REPRO	--	21/03/1986
926	ELIANE BARBOSA DA SILVA	2	1	2	5	25,00	25,00	REPRO	--	27/03/1972
2.231	DEISE BONILHA PINHEIRO DAMAZIO	1	1	3	5	25,00	25,00	REPRO	--	15/05/1983
4.467	DIRLENE DE SOUZA BONET	1	1	3	5	25,00	25,00	REPRO	--	02/05/1979
2.692	GISELE APARECIDA DA ROSA	1	1	3	5	25,00	25,00	REPRO	--	05/04/1985
406	MARILIA INES DO NASCIMENTO	0	2	3	5	25,00	25,00	REPRO	--	08/06/1984
1.251	COSMO DE PAULA ARAUJO	0	1	4	5	25,00	25,00	REPRO	--	23/09/1986

4.722	ROSANA MARIA DA SILVA	2	1	3	4	25,00	25,00	REPRO	--	08/11/1976
2.610	JUARESSA MONTANARI FABRIS	1	2	3	4	25,00	25,00	REPRO	--	07/05/1987
3.903	JULIANA VITORIA FRANCISCO	0	4	2	4	25,00	25,00	REPRO	--	07/03/2003
869	ANGELITA APARECIDA DE LIMA SILVA	2	2	3	3	25,00	25,00	REPRO	--	06/04/1985
2.210	EDMEIA LEOPOLDINA DE SOUZA	0	0	2	7	22,50	22,50	REPRO	--	24/03/1980
4.711	WASHINGTON ANDERSON MOURA DE ALMEIDA	1	1	2	5	22,50	22,50	REPRO	--	24/07/1994
522	FERNANDES ALVES MARTINS	0	1	3	5	22,50	22,50	REPRO	--	04/10/1982
931	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS CHAVES	0	1	3	5	22,50	22,50	REPRO	--	12/07/1978
668	JOZEMARI RODRIGUES DOS SANTOS	0	0	4	5	22,50	22,50	REPRO	--	20/01/1987
2.308	ILCELEIA AMADO JOSE FERRAZ	1	3	1	4	22,50	22,50	REPRO	--	07/02/1981
1.507	FATIMA DA SILVA PADILHA ALBERTO	1	1	3	4	22,50	22,50	REPRO	--	18/07/1974
1.868	ROSELAINE CAVICCHIOLI DE LIMA	1	1	3	4	22,50	22,50	REPRO	--	19/07/1976
3.424	JULIANA DA SILVA COLAÇO	0	2	3	4	22,50	22,50	REPRO	--	12/05/1993
4.606	MARCELIO ALVES FERREIRA	0	2	3	4	22,50	22,50	REPRO	--	01/10/1980
4.524	SOELI PEREIRA VESCOVI	0	1	4	4	22,50	22,50	REPRO	--	27/08/1969
3.238	ELIRES SALETE DOS SANTOS	2	1	3	3	22,50	22,50	REPRO	--	05/12/1968
3.129	IVANIR DO NASCIMENTO DA SILVA	1	3	3	2	22,50	22,50	REPRO	--	21/09/1963
1.659	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA ROCHA	0	0	3	5	20,00	20,00	REPRO	--	05/04/1989
4.496	ÂNDREA FREITAS DE SÁ	0	0	4	4	20,00	20,00	REPRO	--	06/01/1989
604	CLAUDIANA ARAUJO DOS SANTOS	1	1	3	3	20,00	20,00	REPRO	--	07/06/1977
2.063	SELIUZA DE SOUZA PEREIRA	1	1	4	2	20,00	20,00	REPRO	--	05/11/1981
1.783	LUCINEIA SIQUEIRA NUNES	0	0	2	5	17,50	17,50	REPRO	--	17/01/1981
1.119	SIMONE LIMA DE SOUSA	2	0	2	3	17,50	17,50	REPRO	--	20/04/1983
1.236	ANA CLAUDIA LIMA DA SILVA	1	1	2	2	15,00	15,00	REPRO	--	20/03/1996
3.875	ROSANGELA LIMA DOS ANJOS	1	0	3	2	15,00	15,00	REPRO	--	18/04/1983
4.428	ADEMAR DE MORAES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/12/1978
2.837	ADRIANA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/06/1988
321	ADRIANA MARCULINA GONCALVES PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/06/1997
2.826	ADRIANA MENDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/10/1998
1.549	ADRIANO CANDIDO MARICAUA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/08/1989
1.935	ALESSANDRA IVANI BARTNIK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/10/1980
2.521	ALINE FERNANDES FIGUEIREDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/02/1993
4.658	ALISSON DA COSTA RIBEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/08/1993
1.499	ALLAN JACKSON MAGALHÃE SORTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/07/2008
2.283	AMANDA KAROLAINE KACZMARECK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/10/1999
35	ANA BEATRIZ LEOCADIO NUNES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/03/2004
4.567	ANA CAROLINE NICACIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/01/2001
2.888	ANA PAULA CURTY DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/10/1985
2.655	ANA PAULA PEGORARO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/12/1985
2.606	ANALISSA DOS SANTOS MORAIS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/12/1992
1.009	ANDREA LUCIA ARAGAO ARANGO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/06/1995
3.953	ANDREIA MATIAS DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/06/1985
2.221	ANGELA MARCIA AZELINO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/05/1984
4.045	ANTÔNIA RIBEIRO CARLOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/06/1975
1.593	ARIANE APARECIDA RODRIGUES GOSSMANN BRASIL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/07/1997
4.466	BEATRIZ SILVA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/12/1988
2.219	BRUNA DAIANI GARCIA DOMINGUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/10/1995
2.010	BRUNO CALDEIREIRO BRITO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/07/2003
2.325	CARLA VERÔNICA DE JESUS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/10/1997
1.224	CAROLINE GOMES DE AGUIAR SCHEREDER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/09/1994
2.538	CHRISTIANE DOS SANTOS AJALA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/02/1982
392	CIBELLI ANDREA BRISTOTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/05/1982
2.427	CLERIA FATIMA MIKULSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/02/1968
2.774	CLEVIS GIACOMIN LAGNI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/08/1979
2.122	DEBORA LUCIANE DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/11/1993
2.743	DEBORAH CRISTINA JAGAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/10/1996
2.930	DEISE DE OLIVEIRA DAMBOSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/11/1989
3.807	EDINEIDE MARCELA KIRATCZ FRAGOSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/09/1980
29	EDSON GONZAGA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/02/1985
2.191	EDUARDA NATIELLE GEREMIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/12/1992
1.452	ELAYNE CRISTINA DE ANDRADE BACELAR ALBUQUERQUE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/02/1990

671	ELENIR MARQUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/05/1987
1.702	ELOIZA CAROLINE DO ESPIRITO SANTO GIMENES REPINSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/03/1989
3.695	EMANUELLY PELTZ DE FREITAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/01/1981
1.657	ERIKA CRISTIANE SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/02/1985
1.664	ESTHER CHAVES EMERICK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/02/1979
2.974	EVA FONSECA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/10/1978
433	FABIANA PEREIRA DOS SANTOS DALA COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/08/1986
565	GABRIELA RIBEIRO DO NASCIMENTO STEIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/02/1996
3.768	GEOVANE RODRIGUES FORTES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/04/1991
1.136	GILVANETE DE MORAES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/03/1993
1.775	GLAICE SILVA LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/04/1981
122	HELEN FABIANE NASCIMENTO LIMA FURTADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/05/1990
710	ISABELY PELLOSO DOS SANTOS GONÇALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/01/2002
1.894	IVETE CITADIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/08/1998
2.490	JENNIFER FERNANDA SOUZA MACHADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/11/1994
1.545	JESSICA APARECIDA GOETZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/09/1984
733	JESSICA GABRIELA DE AGUIAR MENGISDSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/07/1990
3.577	JOSIANI DE ALMEIDA GHELLERE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/10/1986
1.661	JULIANY EMILIA MOREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/06/1991
2.967	JUSSARA ELAINE LAUTENSCHLEGER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/01/1978
732	KARINE SAMARA LOPES RAMOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/01/1987
496	KELLY BATTISTUSSI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/01/1985
906	KELLY CRISTINA TEIXEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/06/1984
1.028	LAINE SOARES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/06/1995
3.622	LEONIR TASCA DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/12/1974
1.513	LUCELIA GORETE DA CRUZ DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/11/1975
4.527	MAIARA ANIBAL DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/08/2001
3.228	MARCELO EVANGELISTA BARBOSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/04/1983
360	MARCELO LOPES DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/04/1977
2.639	MARIA APARECIDA LALAU DE SOUSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/05/1981
863	MARIA ISABELA DORNELAS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/01/2000
4.858	MARIA TERESINHA KRUK NASCIMENTO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/07/1979
730	MARILDE DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/08/1982
4.363	MARISA PANTOJA NUNES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/02/1996
2.174	MARISETE MACHADO DE ALMEIDA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/07/1982
1.684	MARISTER NENEVE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/03/1980
3.691	MARY IVY CORDEIRO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/05/1991
44	MAURILIO ALEXANDRE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/09/1978
419	MAYARA PAIM DA SILVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/12/1998
1.689	MELANIE LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/01/1991
854	MICHELE APARECIDA GODOY	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/01/1995
2.446	MONIQUE ALVES DA FONSECA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/08/1989
809	NAELY PEREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/06/2004
493	NAYURI SOARES CRESTANI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/03/2002
500	NOELI OVIEDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/02/1969
4.798	PAMELLA BARRETO LUCIANO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/07/1995
1.056	PAULA FRANCIELE THOMAS LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/11/1986
4.051	RAFAELY BERTIPAGLIA PELISSARI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/11/1995
1.547	RAYANE RABELO GOMES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/07/1994
243	ROSANE MAYEVSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/09/1974
2.568	ROSANGELA GOMES ALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/04/1971
166	SABRINA FERNANDA PAVOSKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/11/1993
690	SABRINA RODRIGUES AMARANTE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/12/1989
3.457	SANDRA AMELIA ARRAIS PEDROSA BARRETO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/11/1987
796	SANDRA DA COSTA PESSATTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/05/1975
4.863	SARA GABRIELE MARTINS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/04/2004
1.456	SILMARA MARIA MAGNABOSCO RAYZER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/06/1974
1.529	SIMONE CAMILO BATISTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/10/1987
3.998	SIMONI DA SILVA MACHADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/06/1988
4.314	SOLANGE WILLRICH MATTOS WELLER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/04/1979
1.995	STEFANI JULIANE SANTOS DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/07/2001

4.610	TALITA CAROLINE ALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/06/1999
4.084	TATIANE CORREIA CAUTON	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/07/1984
3.091	THAYNARA REGINA ZANINI CAMPOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/12/1997
1.837	URSULA RODRIGUES FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/04/1992
4.121	VANDERLEI DIAS DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/02/1972
3.942	VANIA OLENIK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/04/1984
2.442	VANUZA GONCALVES DOS SANTOS GROSSKLAUS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/07/1984
1.524	YASMIN REGINA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/12/1994
CASCAVEL - Técnico em Farmácia										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
572	KLEBER SAATKAMP	4	5	5	12	65,00	65,00	APROV	1º	07/01/1993
711	EDUARDO GONCALVES	2	4	5	13	60,00	60,00	APROV	2º	16/01/1997
3.498	NEUCELENE GONCALVES DIAS	3	4	5	12	60,00	60,00	APROV	3º	25/10/1985
3.496	RAPHAELA MONDO DA SILVA STURMER	3	2	5	11	52,50	52,50	APROV	4º	19/06/1996
259	KEMBERLYS GRACIELA HOLDER CORRALES	1	4	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	07/07/1989
272	MATEUS ALVES DE MENESES	2	4	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	12/03/2004
3.014	ROSIMERI CRISTINA NAIVERTH	1	1	4	12	45,00	45,00	REPRO	--	09/06/1980
2.367	VITOR MATEUS PERON	2	2	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	07/04/1989
988	MATHEUS FORNARI SALING	4	2	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	22/01/1991
998	ANA CLAUDIA CHAGAS MACHADO	2	5	4	7	45,00	45,00	REPRO	--	15/03/1988
4.416	CLICIONI SOARES ALVES DIAS	2	1	3	9	37,50	37,50	REPRO	--	21/03/1984
2.030	JANAYNA PYL	2	2	4	6	35,00	35,00	REPRO	--	10/01/1991
2.087	SUZETE ROMILDA MEIRA	1	1	5	5	30,00	30,00	REPRO	--	22/05/1984
4.853	LUCIA GREGORIO FELIPE	0	0	3	6	22,50	22,50	REPRO	--	10/08/1974
1.449	ANDERSON LUIZ SMANIOTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/06/1994
1.065	GESSICA FERNANDA ROBERTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/10/1997
1.062	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/09/1983
56	PRISCILA GONCALVES DO ROSARIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/01/1982
1.406	REGINA PEREIRA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/05/1987
CATANDUVAS - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.356	ERMISON LUIZ RIBEIRO	3	5	4	20	80,00	80,00	APROV	1º	07/04/1988
3.485	VANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS	2	4	3	20	72,50	72,50	APROV	2º	26/07/1998
4.520	RODRIGO CARDOSO	5	5	4	15	72,50	72,50	APROV	3º	06/07/1992
1.970	RODRIGO DOS SANTOS SOARES	4	5	5	14	70,00	70,00	APROV	4º	16/02/1994
3.128	JUNIOR CEZAR DAMASCENA ANTUNES	1	3	5	16	62,50	62,50	APROV	5º	12/12/2000
1.968	SILVIANE ALVES DA SILVA	4	4	3	14	62,50	62,50	APROV	6º	29/07/1987
4.238	ARLINDO FARIAS	2	3	3	15	57,50	57,50	APROV	7º	24/05/1987
2.911	ANTONIO CARLOS LOPES	0	4	3	15	55,00	55,00	APROV	8º	17/10/1997
3.848	DANIEL DE OLIVEIRA RAMOS DOS SANTOS	1	2	3	14	50,00	50,00	APROV	9º	20/04/1998
2.708	LUCIANO REBTT DE MORA	0	3	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	06/08/1993
1.873	DIEQUISON CESAR CORREA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/09/1976
1.504	GILMAR GONÇALVES JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/08/1994
2.361	LEANDRO RIBEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/09/1991
2.451	SAMUEL ROCHA DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/12/1998
CATANDUVAS - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.625	STELIANNY PATRICIE VAZ	3	4	5	8	50,00	50,00	APROV	1º	21/02/1997
1.654	LUCIA JANAINA GARCIA	1	2	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	03/07/1990
785	GISLAINE FERREIRA GONCALVES	0	2	4	7	32,50	32,50	REPRO	--	05/10/1991
3.166	ANDERSON JOSE LUCIANO	1	2	5	5	32,50	32,50	REPRO	--	16/08/1979
2.126	ROSANGELA APARECIDA DA COSTA RODRIGUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/05/1982
CORBÉLIA - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.438	GIOVANA BALDEGA MIRANDA	2	2	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	31/07/2003
2.281	LUCAS DE FREITAS DA SILVA	0	1	4	10	37,50	37,50	REPRO	--	04/08/1974
1.694	JUCELIA DE SOUZA MARCELO FAVIL	1	1	3	8	32,50	32,50	REPRO	--	20/05/1980
3.981	ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS MARANGON	1	1	5	4	27,50	27,50	REPRO	--	13/08/1983
1.718	POLIANA PEREIRA DOS SANTOS EXTERKOTTER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/01/1989
GUAÍRA - Assistente Social										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**

1.936	MATHEUS GEOGETE DOS SANTOS LOPESS	6	2	4	28	80,00	80,00	APROV	1º	23/06/1997
3.688	CARLOS UELES CIRQUEIRA LOPES	3	2	4	23	64,00	64,00	APROV	2º	04/08/1990
1.156	VANILDE GOMES DA SILVA NAKAZA	4	3	3	22	64,00	64,00	APROV	3º	16/01/1976
2.082	ANDRESSA DE PAULA BORGES	4	2	4	22	64,00	64,00	APROV	4º	29/12/1976
1.729	BIANCA DE LIMA DOS SANTOS	5	3	4	18	60,00	60,00	APROV	5º	02/07/1998
596	GABRIELA CAVALCANTE LEAL	2	0	4	19	50,00	50,00	APROV	6º	17/11/1991
1.606	ETHIANE GLEICI MARIANO DOS SANTOS	0	3	2	18	46,00	46,00	REPRO	--	02/03/1991
599	NOEMI SILVANA MORAES	2	1	2	7	24,00	24,00	REPRO	--	13/08/1973
1.306	VALERIA APARECIDA GATO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/03/1979
		GUAÍRA - Farmacêutico								
				NOC ÉT						
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**		**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
				CID						
3.874	RICHARD LINO IMENO LA ROSA	2	0	4	18	48,00	48,00	REPRO	--	18/02/1987
2.566	AGOSTINHO BESPALEZ FILHO	2	4	3	15	48,00	48,00	REPRO	--	09/09/1985
1.961	FRANCISCO TALYSON ESTEVAM	5	2	4	10	42,00	42,00	REPRO	--	13/11/1999
1.886	SABRINA ROSA RIEDI	1	0	3	15	38,00	38,00	REPRO	--	14/11/1995
1.594	FRANCIELE APARECIDA DA PAULA BUCALAO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/04/1983
GUAÍRA - Médico 12h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.423	ALNO POIARES VIEIRA	6	4	3	27	80,00	80,00	APROV	1º	12/09/1985
3.492	VAGNER FAGNANI LINARTEVICHI	6	4	3	23	72,00	72,00	APROV	2º	07/04/1988
4.625	ARTHUR MARTINS TAMIOZZO	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	3º	11/07/1997
3.517	ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO	2	0	3	28	66,00	66,00	APROV	4º	10/10/2000
4.198	MARCELO ROXINSKI	4	2	3	24	66,00	66,00	APROV	5º	27/05/1981
2.422	PATRICIA RODRIGUES MELO	2	1	4	23	60,00	60,00	APROV	6º	29/02/1988
4.581	KELLY LETICIA ZAMPIERI SOARES	4	2	3	18	54,00	54,00	APROV	7º	16/04/1986
1.140	MICHELE LUISA PETRIW	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/09/1994
3.429	GABRIEL PINATO ORTI DE ARAUJO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/07/1991
3.633	KELLY CRISTINA AGOSTINI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/05/1980
GUAÍRA - Médico 24h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.064	IGOR JOSE MOREIRA MONTANHER	4	4	4	33	90,00	90,00	APROV	1º	14/11/2000
3.642	RAYANA ENDY MAZIERO	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	2º	20/04/1994
638	LARA HENRIQUETA BUSSOLARO RICARDI	6	4	3	28	82,00	82,00	APROV	3º	30/10/1998
4.132	MATHEUS HENRIQUE SANCHES GONCALVES	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	4º	02/04/1996
999	GABRIELLA FEILSTRECKER BALANI	6	4	4	26	80,00	80,00	APROV	5º	06/09/2000
113	ISABELE CRISTYNE FOGACA DOS SANTOS ADAME	4	2	4	28	76,00	76,00	APROV	6º	07/11/1990
1.973	FABIANA CORRÊA NOGUEIRA LATRÔNICO	4	3	4	27	76,00	76,00	APROV	7º	03/08/1985
3.157	CARLA MARIA DO NASCIMENTO	5	4	3	26	76,00	76,00	APROV	8º	26/07/1997
116	EDUARDO FLORES DA FONSECA	2	3	3	29	74,00	74,00	APROV	9º	05/04/1991
4.797	TAÍS DA SILVA SCHMIDT	3	4	3	27	74,00	74,00	APROV	10º	28/12/1997
3.822	VICTOR DE SOUZA PIANOVSKI	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	11º	23/05/2001
2.534	MARIAH EDUARDA DE OLIVEIRA BALENA	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	12º	11/12/1999
1.386	LEONARDO LUIS ARCEGO	6	3	4	23	72,00	72,00	APROV	13º	30/10/1999
518	MARIA EDUARDA DA SILVA PELINCEL	6	2	4	23	70,00	70,00	APROV	14º	06/08/1999
2.786	TANIELLY CELLI JULIÃO	6	3	4	22	70,00	70,00	APROV	15º	09/02/2002
645	GABRIEL CORDOVA	4	1	4	25	68,00	68,00	APROV	16º	12/10/2002
3.671	ANA CAROLINNE FLORES AMARAL	5	4	3	22	68,00	68,00	APROV	17º	10/03/1994
4.075	PERCIVAL HENRIQUE DE SOUSA FERNANDES	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	18º	18/04/1982
2.961	MARIA FERNANDA LAVA	3	2	3	25	66,00	66,00	APROV	19º	18/01/2001
265	ANNE CAROLINE BORESKI DOS SANTOS	5	1	4	23	66,00	66,00	APROV	20º	17/06/1994
2.620	GIOVANE FARIAS AITA	4	4	4	21	66,00	66,00	APROV	21º	26/05/1997
3.375	JOAO PAULO STECCA	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	22º	21/06/1982
2.828	ELISANA LARISSA ABEL	2	3	3	24	64,00	64,00	APROV	23º	13/11/1985
3.271	MARCELLY PEREIRA PACHECO	3	3	4	22	64,00	64,00	APROV	24º	29/04/2001
2.464	NATALIA MENDES GAMARRA DA SILVA PINTO	5	1	2	23	62,00	62,00	APROV	25º	13/08/1997
182	SAMIS FARIAS SIMAS	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	26º	08/06/1975
320	PEDRO GUILHERME STRAESSER	3	4	4	20	62,00	62,00	APROV	27º	09/08/2000
1.200	VINICIUS FERNANDES	2	3	4	21	60,00	60,00	APROV	28º	15/08/1997
2.790	LARISSA GIOVANA DA SILVA PORTO	4	2	4	20	60,00	60,00	APROV	29º	19/11/1995

3.235	ELIANE MARCONDES DE CAMPOS	3	3	4	20	60,00	60,00	APROV	30º	21/06/1970
3.876	WANDERSON DE CARVALHO RIBEIRO	5	4	4	17	60,00	60,00	APROV	31º	04/10/1977
588	LUCAS HENRIQUE ALMEIDA CARVALHO	2	1	4	22	58,00	58,00	APROV	32º	03/01/1996
3.737	LAURA HELENA MARCON TEIXEIRA	4	2	4	19	58,00	58,00	APROV	33º	28/07/1979
799	ERICA NICCHIO NORVILA	3	1	4	19	54,00	54,00	APROV	34º	02/07/1999
2.700	TATIANE MARIA PEREIRA COLLA	4	1	3	18	52,00	52,00	APROV	35º	10/03/1979
2.390	SARA DE LOS ANGELES ROJAS BALBUENA	2	2	3	18	50,00	50,00	APROV	36º	19/10/1989
2.812	SERGIO GABRIEL GERONAZZO	4	2	4	15	50,00	50,00	APROV	37º	22/12/1981
490	PAULO VITOR VICENTE ROSADO	2	0	3	19	48,00	48,00	REPRO	--	30/12/1997
2.463	CAMILA FRANCIELE MOREIRA DE JESUS	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	17/04/1992
3.069	LUIGGI VASCONCELOS VITO	1	4	3	15	46,00	46,00	REPRO	--	26/02/1998
593	WENYO JOSE CARVALHO SANTOS	3	2	3	14	44,00	44,00	REPRO	--	09/10/1986
4.098	GABRIELA STEFANELLO PALAORO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/03/2001
3.291	ISMAEL MONDESIR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/12/1995
4.868	MARIA LUIZA DIAS NOLETO VASCONCELOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/12/1996
885	ANTONIO MARCOS DOS REIS JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/04/1997
966	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/05/1999
489	JOÃO PEDRO GONÇALVES COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/01/2001
1.728	PAOLA DOURADO NEVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/11/1999
1.376	EDUARDO ALI DOMINGUEZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/04/1982
GUARANIAÇU - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.279	EDINEI CHAGAS DE MORAES	4	5	5	17	77,50	77,50	APROV	1º	05/05/1994
3.947	DJALMA PEREIRA DO AMARAL	3	5	4	18	75,00	75,00	APROV	2º	04/08/1997
3.853	ACLARIUDO BARBOSA DOS SANTOS	1	3	3	20	67,50	67,50	APROV	3º	30/05/1969
208	ADRIANO PEREIRA	1	2	5	17	62,50	62,50	APROV	4º	20/12/1980
4.478	LEANDRO CEZAR DE RAMOS	1	2	2	15	50,00	50,00	APROV	5º	24/07/1978
1.560	CARLOS EMILIO HONIG	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/04/1994
2.131	FELIPE DA SILVA VIEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/04/1999
4.311	LEONARDO DOS SANTOS RIBAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/09/2001
973	MARWIN ADRIEL BORTOLOTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/01/1990
609	MATEUS ELIZEIRE BILH	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/07/1982
GUARANIAÇU - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
997	VITORIA EDUARDA SOARES CARRIEL	4	5	5	8	55,00	55,00	APROV	1º	15/03/2005
1.000	DIRCE SOARES DOS SANTOS	2	5	5	9	52,50	52,50	APROV	2º	21/09/1975
2.742	KARINA DE FATIMA SANTOS	2	2	4	11	47,50	47,50	REPRO	--	11/05/2000
344	WAGNER JÚNIOR RIBEIRO DA SILVA	1	2	3	6	30,00	30,00	REPRO	--	01/02/2006
2.958	ANA CRISTINA RIBEIRO TURCATTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/05/2002
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Enfermeiro										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
986	ELIANE CRISTINA NIEDERLE SALES	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	1º	23/02/1979
1.827	BÁRBARA HUGEN	6	2	4	24	72,00	72,00	APROV	2º	01/12/2000
1.274	EDICLEI LIMA	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	3º	22/01/1980
4.290	GABRIELA AGUIAR GARCIA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	4º	07/09/2000
1.204	FERNANDA GRACIELI SLOMP	4	3	3	20	60,00	60,00	APROV	5º	23/04/1985
2.919	CARLOS PEDRO MAGALHAES DA SILVA	4	2	4	18	56,00	56,00	APROV	6º	20/12/1999
232	EDLA SAMARA WILMSEN BATISTA	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	7º	25/01/1988
3.124	CAMILA BRANDÃO MACHADO DE CAMPOS HENRIQUE	6	3	4	15	56,00	56,00	APROV	8º	10/09/1981
2.671	GEOVANA SCHMIDT	1	2	4	20	54,00	54,00	APROV	9º	09/09/1997
4.728	FRANCIELE DA COSTA	4	3	4	16	54,00	54,00	APROV	10º	08/04/1991
722	ANA LUIZA GRENZEL	5	2	3	16	52,00	52,00	APROV	11º	03/04/2001
4.823	LALIDANE BERLANDA ANTONIO	3	1	4	17	50,00	50,00	APROV	12º	06/05/1983
4.269	MIRLENE GONTIJO LOPES	5	2	3	15	50,00	50,00	APROV	13º	26/02/1990
2.972	LEUZA BATISTA SILVA	3	0	3	18	48,00	48,00	REPRO	--	17/10/1973
1.090	ALESSANDRA DA MOTA SACAKURA	3	1	2	17	46,00	46,00	REPRO	--	29/08/1970
4.292	LUMA CEQUINATO PARLATO	3	2	3	15	46,00	46,00	REPRO	--	27/03/2001
1.166	ROSILENE BONIFACIO DE SOUZA	3	2	4	14	46,00	46,00	REPRO	--	13/09/1982
3.782	NÁTALY DIAS DA SILVA TEMISTOCLE	3	3	4	12	44,00	44,00	REPRO	--	02/12/1997
1.541	JESSICA SCHAEDLER	1	1	3	16	42,00	42,00	REPRO	--	08/03/1996
1.345	TATIANE APARECIDA WANSOVSKI BENDER	3	1	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	07/08/1984

3.500	ANA PAULA CRIVELARO DOS SANTOS	2	1	4	14	42,00	42,00	REPRO	--	28/03/2001
4.602	CAMILA DE OLIVEIRA SEEHAGEL DA SILVA	2	2	4	13	42,00	42,00	REPRO	--	17/11/2004
3.103	CLODOALDO CARMINDO HENRIQUE	1	3	4	13	42,00	42,00	REPRO	--	11/04/1976
2.565	ELIZIANE CARDOSO DALLA VALLE BESPALEZ	2	1	3	14	40,00	40,00	REPRO	--	03/05/1983
3.427	KAILAINE DA SILVA PORTO	3	2	4	11	40,00	40,00	REPRO	--	04/09/2003
3.636	SIMONICA DA ROCHA	2	3	2	11	36,00	36,00	REPRO	--	09/06/1975
2.003	MARIANA COSTA E SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/04/1998
1.053	AMANDA DE OLIVEIRA BARBALHO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/03/1989
4.069	JESSICA STRANBURGER DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/12/1993
1.484	ANDREIA TRIBESS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/05/1978
1.044	EDUANE RITHELI GONÇALVES BARBOSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/05/1990
1.883	WELLINGTON HENRIQUE DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/01/2002
1.645	TATIANE PAULA LOPES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/07/1988
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Farmacêutico										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.521	JANIRA MARIA NASCIMENTO ALVES BEZERRA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	1º	15/08/1990
880	JULIANA MIKI NAKANISHI	5	4	4	17	60,00	60,00	APROV	2º	03/09/1998
4.448	MIRIAN EDNA GIBBERT	3	3	4	18	56,00	56,00	APROV	3º	10/03/1979
1.085	DAFNE DA MOTA GURGEL	6	3	3	16	56,00	56,00	APROV	4º	16/09/1988
4.666	MARIA DOS REIS DOS SANTOS	4	1	4	17	52,00	52,00	APROV	5º	12/08/1975
1.610	MAIRA ALANA HOLLMANN	5	2	4	14	50,00	50,00	APROV	6º	19/09/1991
2.064	NATHALY DE MATOS QUIOZINI	4	1	3	16	48,00	48,00	REPRO	--	28/10/1997
227	EDNA CRISINA FERNANDES	1	3	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	29/08/1976
1.682	RAFAELA SILVA SARRI	2	1	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	02/04/1994
3.616	JHONNY VIEIRA DA SILVA	0	1	3	15	38,00	38,00	REPRO	--	20/10/1988
2.839	SALETE MARTINS	2	1	3	12	36,00	36,00	REPRO	--	29/03/2004
3.843	JANAICE DE OLIVEIRA NOLASCO	2	2	3	11	36,00	36,00	REPRO	--	17/01/1995
3.757	KAUAN PEREIRA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/03/2000
2.539	TÂNIA DOS SANTOS FARIAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/04/1989
2.993	THAIS DE LARA SEGUNDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/04/1997
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 12h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.932	LETÍCIA CARVALHO NASCIMENTO SANTALHA	5	4	4	32	90,00	90,00	APROV	1º	06/09/1995
4.334	RAFAEL VITOR FERREIRA DE FREITAS	4	3	3	27	74,00	74,00	APROV	2º	08/01/1991
1.112	RUAN ARAÚJO FARIAS PASSOS	3	2	4	25	68,00	68,00	APROV	3º	16/10/1997
1.903	SUSAN FISCHER MULLER	5	2	3	24	68,00	68,00	APROV	4º	15/03/2002
3.382	GABRIELA CAROLINA CREMONESE VON BORSTEL	4	2	4	22	64,00	64,00	APROV	5º	16/12/2001
4.607	VALÉRIA CEZAR DOS SANTOS	5	3	3	20	62,00	62,00	APROV	6º	07/04/1999
3.446	GUILHERME ALLAN BEZERRA SEVERO	4	0	4	22	60,00	60,00	APROV	7º	29/10/1991
2.798	UDSON VIEIRA VELOSO	3	1	4	22	60,00	60,00	APROV	8º	16/01/1998
1.199	DAIANA ZUBKO LUCAS	3	2	4	21	60,00	60,00	APROV	9º	17/02/1983
3.497	ANA CLARA BERTOTTI BRANCAGLIÃO	6	1	4	18	58,00	58,00	APROV	10º	16/05/2001
920	EVERTHON DE ALMEIDA PACHECO	4	3	4	18	58,00	58,00	APROV	11º	08/10/1988
3.539	AMANDA NICOLY VELOSKI PERETO	2	1	4	20	54,00	54,00	APROV	12º	04/05/1999
473	VICTOR FAJARDO BORTOLI	3	2	3	19	54,00	54,00	APROV	13º	16/11/1998
3.176	CAIRO VINICIUS WEBER SANTOS	5	2	4	14	50,00	50,00	APROV	14º	12/09/1999
239	RUTE SANTANA	0	1	3	14	36,00	36,00	REPRO	--	29/10/1977
2.531	EDER RICARDO HAAG	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/02/1982
4.622	IONE DAVIA VALENTIM DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/11/1982
2.987	ANDRESSA FERNANDA OST DE MENECH	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/11/1989
780	GUSTAVO COSTA CONCI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/02/1999
2.866	FABIO FRANCISCO NINELLO DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/05/1989
165	GABRIEL DA SILVA FRAGA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/12/1986
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Médico 24h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.344	MATEUS AHLERT	6	4	4	30	88,00	88,00	APROV	1º	12/02/1999
4.651	LARISSA MAYUMI SATO	6	3	3	31	86,00	86,00	APROV	2º	25/02/2000
3.513	NATHALIA LARISSA DE MATOS ABE	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	3º	10/09/2000
145	PABLO MILHORANÇA PINHEIRO	6	3	4	28	82,00	82,00	APROV	4º	11/03/2002
2.966	YASMIN CORTEZ COMINETTI	6	4	4	26	80,00	80,00	APROV	5º	12/03/2001
3.434	VINICIUS ANTONIO DA SILVA MARTINS	4	3	2	30	78,00	78,00	APROV	6º	06/04/1996

4.376	LUIZ HENRIQUE CASAGRANDE PIOVEZANI	4	2	4	29	78,00	78,00	APROV	7º	03/09/1996
2.901	RAFAELA ROHL FERRANDIN	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	8º	04/06/2001
4.819	LEONARDO RAFAEL KAYSER TORRES DOS REIS	5	4	4	25	76,00	76,00	APROV	9º	19/09/1999
2.865	MARIA DA GRAÇA LEPRE HAWERROTH	4	4	3	26	74,00	74,00	APROV	10º	27/02/1998
4.724	ERMERSON MACHDO TIMM	4	3	4	26	74,00	74,00	APROV	11º	21/06/1989
2.482	LUCAS ALEXANDRE ECCO POLTRONIERI	5	4	3	25	74,00	74,00	APROV	12º	22/03/2000
3.951	GUILHERME DE FREITAS OLIVEIRA	5	3	4	25	74,00	74,00	APROV	13º	18/12/1999
1.187	VITOR HUGO NERES GOVEIA	5	3	4	25	74,00	74,00	APROV	14º	28/06/2000
794	THAIENE PINHEIRO STURM	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	15º	30/07/1994
1.727	JULIA MARTINS XIMENES	6	3	3	24	72,00	72,00	APROV	16º	12/10/1997
3.950	CESAR AUGUSTO BECKER LONGEN	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	17º	19/04/2000
284	SUZIANI RODRIGUES BARBOSA DE JESUS	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	18º	06/11/2000
4.682	VICTOR EDUARDO KAYSER TORRES DOS REIS	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	19º	02/02/2001
4.055	CAMILLA ROMAN	6	2	4	23	70,00	70,00	APROV	20º	15/09/2001
2.547	JAQUELINE DANIELE BATISTA DE SOUZA	3	2	4	25	68,00	68,00	APROV	21º	27/06/1997
2.764	JACKSON FERREIRA TEZA	3	2	4	25	68,00	68,00	APROV	22º	04/05/2000
1.627	HANIELI DALFOVO DO CARMO ELIZIARIO	4	2	4	24	68,00	68,00	APROV	23º	01/10/1985
3.067	MARIA FERNANDA MUNHAK DA SILVA	5	3	3	23	68,00	68,00	APROV	24º	09/08/2001
3.063	MARIANA PIANO VARGAS	5	2	3	23	66,00	66,00	APROV	25º	16/07/1998
2.971	IVAN MAURICIO BATSCHKE	4	4	3	22	66,00	66,00	APROV	26º	26/01/1989
1.190	LUCAS CABRIANA FAJARDO	3	4	4	22	66,00	66,00	APROV	27º	11/12/1985
4.174	RAFAELLA FERNANDA ROESLER	6	2	3	21	64,00	64,00	APROV	28º	30/09/1996
2.347	RHAFAEL FERREIRA OCHOA	5	3	4	20	64,00	64,00	APROV	29º	31/08/1999
3.523	BRUNA LENHARDT SOARES	3	2	4	22	62,00	62,00	APROV	30º	19/12/1988
465	HELLEN CRISTINA LIMA DE OLIVEIRA	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	31º	06/09/1997
1.528	LILLIAN KARLA BERTACCHINI MOREIRA SILVA	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	32º	24/02/1983
4.611	RICARDO ZEFERINO PACHECO	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	33º	04/10/2002
4.532	JOÃO VITOR DE AZAMBUJA SILVA	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	34º	30/07/1999
3.900	PEDRO GUSTAVO MASSING	3	2	4	21	60,00	60,00	APROV	35º	26/06/2001
2.500	NATÁLIA GURGEL DO CARMO	5	4	4	17	60,00	60,00	APROV	36º	31/07/1985
3.177	GABRIELA ENGERS LUNARDI	5	4	4	16	58,00	58,00	APROV	37º	20/11/1996
1.552	IVANETE RIBEIRO CAIRES DALBOSCO	1	3	3	20	54,00	54,00	APROV	38º	15/06/1980
3.165	CARLOS DANIEL BREDOW	4	2	4	17	54,00	54,00	APROV	39º	27/02/1954
1.077	RONEY RICARDO MENEGHETI	3	4	3	16	52,00	52,00	APROV	40º	15/04/1993
2.273	JEAN CARLOS PRADO DA SILVA	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	01/06/1992
3.051	ANA PAULA APPELT	4	2	4	14	48,00	48,00	REPRO	--	08/12/2002
543	JEISE JULIANA DOS SANTOS	1	1	3	18	46,00	46,00	REPRO	--	06/06/1994
2.113	CAROLINA DE SOUZA SETTE	2	2	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	18/04/1994
3.299	FELIPE FERREIRA SANTOS	3	4	3	13	46,00	46,00	REPRO	--	29/12/1998
3.307	ADRIANO MOTA DE MENEZES	3	2	4	13	44,00	44,00	REPRO	--	16/12/1998
1.415	ANGELA RAIANE DE LIMA MENDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/08/1993
2.740	TATIANA HONORIO GARCIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/02/1984
72	JOÃO PAULO DE ARAUJO LIMA MENDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/08/1989
4.104	LEONARDO NERY	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/02/1999
2.069	ALCIONE BASÍLIO DE ABREU	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/12/1982
2.496	NATHAN DOS SANTOS ROCHA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/04/2000
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.628	ADIEL IVAN SANTOS ELIZIARIO	3	4	4	17	70,00	70,00	APROV	1º	16/02/1981
1.339	MARCEL FELIPE MULLER	2	3	5	17	67,50	67,50	APROV	2º	29/04/1992
90	VALDIR CARDOSO HOFMAN	0	5	5	16	65,00	65,00	APROV	3º	06/06/1991
4.699	LUIS FELIPE ALCANTARA DE OLIVEIRA	4	4	5	13	65,00	65,00	APROV	4º	31/03/1994
2.510	ALEXANDRE ALI AWADA	1	3	4	15	57,50	57,50	APROV	5º	13/01/1994
1.988	FABIO BERNARDES DE SANTANA	2	0	5	14	52,50	52,50	APROV	6º	09/04/1980
3.590	EDERSON DE PAULA TAIT	0	4	3	14	52,50	52,50	APROV	7º	23/04/1995
3.087	GENIVALDO FERRAZ DA GRAÇA	0	3	4	12	47,50	47,50	REPRO	--	06/01/1999
2.843	MARCOS ALEXANDRE DE MELO	2	1	5	11	47,50	47,50	REPRO	--	18/01/1988
199	PATRICIA EUSTAQUIA AGUILERA DE GUIMARAES	2	1	3	11	42,50	42,50	REPRO	--	01/02/1992
1.600	MARIA TEREZINHA FINK ALVES	1	1	3	11	40,00	40,00	REPRO	--	16/03/1992
301	MÁRCIA BECKER	0	1	4	9	35,00	35,00	REPRO	--	26/10/1999
3.458	LILIAN STELGER WALDOW	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/07/1999

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (SAMU)

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
4.696	EDUARDO DA SILVA	4	5	5	15	72,50	72,50	APROV	1º	10/05/1991
4.063	MIRIAN ZANON	4	1	4	14	57,50	57,50	APROV	2º	11/08/1982
2.739	SILVANE DE OLIVEIRA CARDOSO	3	5	4	9	52,50	52,50	APROV	3º	13/01/1990
4.600	JHESSICA DOLORES POLICARPO ALBUQUERQUE SILVA	3	2	5	10	50,00	50,00	APROV	4º	11/02/1999
1.108	ALINE JAQUELINE AMES	2	2	5	10	47,50	47,50	REPRO	--	26/12/1994
1.337	CINTIA MAYARA DOS REIS MULLER	2	4	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	09/02/1992
4.309	ROSELI GERMANO PEREIRA	3	2	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	09/01/1978
2.953	LETÍCIA CRISTINA FERREIRA VIEIRA	4	2	4	8	45,00	45,00	REPRO	--	02/12/2003
955	SOLANGE ALINE SCHMIDT BUTKE	0	2	4	11	42,50	42,50	REPRO	--	16/11/1993
921	CLAUDIA DOS SANTOS CABRERA	2	1	3	10	40,00	40,00	REPRO	--	31/10/1997
352	SAMARA KRUMMENAUER DE OLIVEIRA FLORES	1	4	4	7	40,00	40,00	REPRO	--	01/03/1995
3.541	CLARICE BRAGA DE AMORIM MOKFA	3	1	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	20/11/1978
4.244	FERNANDA DESENGRINI REDIESS	1	2	3	8	35,00	35,00	REPRO	--	21/11/2000
4.291	OSLEANDRA DE OLIVEIRA DIAS	0	3	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	02/10/1987
4.094	PRISCILA MARIA DE OLIVEIRA GOES	1	1	4	7	32,50	32,50	REPRO	--	31/03/1985
1.812	SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA ELIZEO	2	1	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	21/05/1985
2.111	JOSINALDO GOMES MACEDO	0	2	3	7	30,00	30,00	REPRO	--	09/06/2000
3.599	TATIANE SIMOES DE MORAES	0	2	3	7	30,00	30,00	REPRO	--	16/11/1995
2.448	MIRIAN GRACIELI SIMSEN SIMON	1	1	3	6	27,50	27,50	REPRO	--	01/11/1980
487	MORGANA SIEBRE TRINDADE	1	0	4	6	27,50	27,50	REPRO	--	08/09/1999
1.463	ANDREIA CATARINA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/11/1985
1.317	DYONI KAMILA DA ROSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/08/1991
429	ELIANI PATRICE BESEN FURTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/11/1988
4.044	FREDERICO MIGUEL FERRON	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/06/2001
3.805	JOICE SIQUEIRA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/03/1996
2.013	SIMONE APARECIDA AMBROSINA SOUSA SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/05/1977
3.527	VANESSA LUIZA FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/01/1992

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Técnico em Enfermagem (UPA/Hospital)

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.221	ADRENICE MUCH	2	3	5	14	60,00	60,00	APROV	1º	12/02/1979
2.050	MARCIA CRISTINA RIBEIRO	2	4	5	12	57,50	57,50	APROV	2º	21/10/1968
2.598	DARLAN MARINHO DE MELLOS	4	4	5	10	57,50	57,50	APROV	3º	07/10/1993
776	GUALTER LOUREIRO DE ALENCAR JUNIOR	2	3	4	13	55,00	55,00	APROV	4º	22/09/1993
4.620	ANGELA BEATRIZ TERRA	2	4	4	12	55,00	55,00	APROV	5º	01/01/1979
1.396	ESTEFANI CUNHA	3	5	3	11	55,00	55,00	APROV	6º	29/07/2001
466	MARCIA MADALENA RAMBO	3	4	4	11	55,00	55,00	APROV	7º	07/06/1981
1.178	CLAUDIA ROBERTA MANICA	2	2	3	14	52,50	52,50	APROV	8º	29/04/1988
1.692	RAFAELLA DOMINGAS DA SILVA CONCEIÇÃO	2	1	5	12	50,00	50,00	APROV	9º	13/07/2004
443	TAYNARA CRISTINE ZALESKI CANCIAN	3	3	4	10	50,00	50,00	APROV	10º	06/10/1993
2.562	KAROLYNE FRANCIELE VAZ NALESSO BURNIER	3	3	4	10	50,00	50,00	APROV	11º	16/01/1999
2.499	TATIANA RIBEIRO DA SILVA	3	4	5	8	50,00	50,00	APROV	12º	15/10/2003
7	GISELE CRISTINA SENGER TONELLI	4	1	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	14/03/1997
142	JULIANA RODRIGUES	3	2	5	9	47,50	47,50	REPRO	--	20/06/1990
2.037	OZANA MARIA DOS SANTOS	3	4	4	8	47,50	47,50	REPRO	--	18/12/1984
563	REGIANE CALDEIRA CUNHA PINTO	2	3	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	23/07/1975
3.153	GECIELI FHINBEEN SOARES	3	4	4	7	45,00	45,00	REPRO	--	31/05/2001
856	DIANE DA SILVA SOARES	2	4	3	8	42,50	42,50	REPRO	--	13/06/1993
3.272	SILVANE SERVELIN GOTARDO	1	3	3	9	40,00	40,00	REPRO	--	04/08/1977
4.137	DANIELLY SOARES DA SILVA BOESING	3	3	4	6	40,00	40,00	REPRO	--	23/09/1984
1.384	MAIARA DE LIMA RODRIGUES	3	2	5	6	40,00	40,00	REPRO	--	25/07/1996
3.269	THAYNA BRITO BENTES	2	1	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	14/06/1992
4.584	ORSON SANTOS DE MORAIS	2	2	5	6	37,50	37,50	REPRO	--	12/09/1963
4.830	JOSIANE PEREIRA PADILHA	3	2	2	7	35,00	35,00	REPRO	--	24/12/1991
231	DAIANE DENISE PARECY	4	0	4	6	35,00	35,00	REPRO	--	19/03/1999
3.609	SILVANE SOARES DE LIMA	2	1	5	6	35,00	35,00	REPRO	--	27/02/1988
1.321	DANIELE CAROLINE GONÇALVES	1	1	3	8	32,50	32,50	REPRO	--	21/06/1995
4.704	ANI LIZE LOFF ANTONELO	2	2	2	7	32,50	32,50	REPRO	--	03/11/1992
658	JULIA MARIA LUDVIG	0	2	4	7	32,50	32,50	REPRO	--	21/08/1995
1.666	SIRLEI APARECIDA DA SILVA FERNANDEZ	0	2	4	7	32,50	32,50	REPRO	--	27/05/1988

2.031	ANGELA MARIA DE SOUZA	2	0	5	6	32,50	32,50	REPRO	--	21/06/1981
6	ANGELICA FAUSTO DA COSTA	0	2	5	6	32,50	32,50	REPRO	--	13/10/1991
129	MICHELLY DAIANE PEDRY	2	1	5	5	32,50	32,50	REPRO	--	18/05/1993
582	ANGELICA GONZALVES DA LUZ	1	2	5	5	32,50	32,50	REPRO	--	03/03/1999
3.415	NOELI HACHMANN CERNY	1	2	3	6	30,00	30,00	REPRO	--	19/03/1975
2.094	CAMILA MISLAINE MORAES MULLER	1	1	4	6	30,00	30,00	REPRO	--	08/08/1997
3.377	JANE RUVER GENZ	1	2	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	23/03/1981
673	LOVANI COLOMBELLI	0	3	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	05/05/1972
2.327	JOICI DO CARMO GULARTE	2	3	3	4	30,00	30,00	REPRO	--	15/12/1983
2.435	DAIANE REGINA DOS SANTOS	0	2	4	5	27,50	27,50	REPRO	--	02/03/1994
753	TATIANE CORREA BRITO	0	0	3	7	25,00	25,00	REPRO	--	21/07/1995
2.246	FABIANA DA SILVA UCHOA	1	1	3	5	25,00	25,00	REPRO	--	24/01/1998
2.669	CLEONICE RIBEIRO LASKE	0	0	5	5	25,00	25,00	REPRO	--	08/07/1982
3.233	ROSEMERY KERBER	0	1	3	5	22,50	22,50	REPRO	--	16/06/1970
2.668	MARLI DOS SANTOS ROGOGINSKI	0	0	3	3	15,00	15,00	REPRO	--	03/08/1975
2.356	JUDIVANE MELO DUARTE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/06/1992

NOVA AURORA - Técnico em Enfermagem

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
359	FERNANDA DA CUNHA MARQUEZ	2	4	4	17	67,50	67,50	APROV	1º	21/05/1996
3.767	GEOVANNA DE OLIVEIRA SILVA	2	1	5	12	50,00	50,00	APROV	2º	13/04/2003
2.624	ERICA COSTA DOS SANTOS CORDEIRO	2	0	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	18/05/1990
4.223	JULIANA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/02/1995
2.906	MÔNICA DE OLIVEIRA SILVA MARCHINIAKI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/08/1985
1.342	ROSÂNGELA DA SILVA MONTEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/12/1990

OURO VERDE DO OESTE - Motorista Socorrista

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
4.046	ERICSSON SCHUTZE	4	5	5	21	87,50	87,50	APROV	1º	03/11/1999
205	CLEIPSOM ALAN PEREIRA ALVES	4	5	4	17	75,00	75,00	APROV	2º	06/04/1999
3.898	CLAUDINEI DOS SANTOS	3	2	5	17	67,50	67,50	APROV	3º	30/01/1995
2.270	CLEBER LEANDRO FONTANA	3	5	5	13	65,00	65,00	APROV	4º	22/03/1982
4.083	MILTON BEIGUE SOARES RIBEIRO	3	4	4	14	62,50	62,50	APROV	5º	14/11/1977
2.093	ADIEL OLIVEIRA DE SA	3	4	4	13	60,00	60,00	APROV	6º	05/11/2000
112	CLAIRTON MARCOS FERREIRA DOS SANTOS	3	3	5	11	55,00	55,00	APROV	7º	11/02/1984
4.873	ADENILSON SEHNEM	0	2	4	15	52,50	52,50	APROV	8º	16/06/1983
3.985	TIAGO VALADÃO DA SILVA	1	4	2	14	52,50	52,50	APROV	9º	10/02/1985
1.811	MARCOS SELL	1	4	3	13	52,50	52,50	APROV	10º	09/05/1993
888	NORMELIA JACIRA NUNES DE OLIVEIRA	3	3	4	11	52,50	52,50	APROV	11º	23/10/1986
1.960	TAINARA FOKS DO NASCIMENTO	0	2	4	13	47,50	47,50	REPRO	--	05/04/1999
130	JOSE IGNACIO VOGINHAK MARTINS	1	1	3	13	45,00	45,00	REPRO	--	10/10/1993
3.163	RODRIGO PEREIRA BERTO	2	0	4	12	45,00	45,00	REPRO	--	03/09/1995
1.169	CLAUDIA GUAREIS PETRY	1	0	2	10	32,50	32,50	REPRO	--	30/01/1993
4.809	CLEONEI ALEXANDRE WEBER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/11/1980
2.447	VALDIR BERNARDO SOBRINHO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/12/1975
3.465	YASMIN MONANDRA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/10/1998

OURO VERDE DO OESTE - Técnico em Enfermagem

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
304	VITÓRIA NATIELE VENÂNCIO ALVES	2	3	5	12	55,00	55,00	APROV	1º	12/09/2002
257	GRACIELI DE OLIVEIRA JOSE	1	1	5	11	45,00	45,00	REPRO	--	21/05/1984
3.074	NATALINA GERALDA GRACIANA DOS SANTOS MEDEIROS TABORDA	2	4	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	01/12/1979
1.381	VITÓRIA EMANUELLE BARBOSA	2	4	5	6	42,50	42,50	REPRO	--	14/02/2001
913	ADRIANA LOPES DO PRADO FONTES DA SILVA	2	1	3	6	30,00	30,00	REPRO	--	05/01/1980
839	VIVIA LUANA GOMES TELES ESSER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/04/1999

PALOTINA - Enfermeiro

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
944	PAULO GUSTAVO DO NASCIMENTO	3	3	4	23	66,00	66,00	APROV	1º	01/10/1982
3.452	MARCUS VINICIUS FERNANDES GAUDIE LEY	3	4	4	18	58,00	58,00	APROV	2º	27/01/2000
3.231	LORENA BRINHOLE TEODORO DOS REIS	4	1	3	20	56,00	56,00	APROV	3º	22/01/2004
368	UZEMIRE SANTOS DE OLIVEIRA	2	2	2	21	54,00	54,00	APROV	4º	30/04/1994

4.068	SUELI BARBOSA SHIMIZU TABORDA	3	1	2	20	52,00	52,00	APROV	5º	30/05/1980
2.097	FERNANDA FREZARINE ROCCO BRAGA	1	3	4	18	52,00	52,00	APROV	6º	28/11/1991
3.627	DANIEL ROBERTO DOS SANTOS	3	2	4	17	52,00	52,00	APROV	7º	13/03/1998
4.766	CÁSSIA LAURINDO SOARES	3	3	1	18	50,00	50,00	APROV	8º	13/05/1999
2.041	CAMILA VANESSA ZSCHORNACK	3	1	4	17	50,00	50,00	APROV	9º	15/12/1991
4.541	MATHEUS MASSARANDUBA DA SILVA	4	2	4	15	50,00	50,00	APROV	10º	18/08/1997
793	THAIS APARECIDA WESTPHAL	2	2	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	04/09/2002
1.781	MARIA EDUARDA DANTAS DE SOUSA	5	2	2	15	48,00	48,00	REPRO	--	09/08/2002
790	GRASIELLI PRADO BERALDI FELICIO	2	2	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	02/11/1982
2.969	GABRIELA SANTI MARIANI	2	2	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	25/01/1986
2.769	PATRICIA ALVES DA SILVA	3	1	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	04/04/1997
3.598	JULIANA DOMINGUES ANTONIO	3	1	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	04/08/2000
2.882	CARLOS MARCOS NAZARO JUNIOR	2	1	3	15	42,00	42,00	REPRO	--	14/09/1985
3.047	AGILENO ANTONIO DA SILVA	2	0	3	14	38,00	38,00	REPRO	--	23/03/1982
1.427	BRUNA KATIELY PEREIRA	2	1	3	13	38,00	38,00	REPRO	--	18/11/1993
3.776	VALCIRLEY BARBOSA ENIDIO	1	3	3	12	38,00	38,00	REPRO	--	22/03/1999
4.834	RYAN MARCOS BACKES	3	2	3	11	38,00	38,00	REPRO	--	20/10/2001
606	LARISSA ALINE IRAO	3	1	4	10	36,00	36,00	REPRO	--	03/10/1988
843	AMANDA BUTTINI RAIDE	1	1	3	10	30,00	30,00	REPRO	--	26/06/1999
3.173	FRANCIELE MARTINS DA SILVA	0	1	0	13	28,00	28,00	REPRO	--	23/02/1987
4.462	BEATRIZ GRIS BASSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/10/2000
566	POLLYANA MARQUES CARMO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/08/1998
1.980	PAMELA NAYARA PEDROSO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/12/1993
1.324	JESSICA DAIANE HENCKLEIN GRANVILE DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/10/1994
4.553	CARLA LORENA DE ANDRADE BUENO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/09/2000
4.011	RENATO IURI BARAVIERA TOSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/01/1981
758	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/03/1987
586	SEVERINO DA ROCHA SILVA JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/11/1994

PALOTINA - Motorista Socorrista

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.770	IONOMAR DALLA VALLE	2	5	5	18	75,00	75,00	APROV	1º	08/04/1973
1.163	MILER TIERRI DOS SANTOS MELIN	4	2	5	18	72,50	72,50	APROV	2º	07/12/1992
4.812	VALMIR NOGUEIRA	4	4	4	17	72,50	72,50	APROV	3º	07/08/1981
4.321	MATHEUS AUGUSTO SOMENSI DE SOUZA	3	5	4	17	72,50	72,50	APROV	4º	25/02/2000
2.267	CLEISON ANDRÉ DOS SANTOS	3	5	4	17	72,50	72,50	APROV	5º	01/04/1997
1.916	ILSIVAN MENDES VIEIRA	3	4	5	16	70,00	70,00	APROV	6º	13/06/1979
140	ESRAEL DA SILVA	2	3	4	17	65,00	65,00	APROV	7º	26/05/1984
2.910	ELAINE BARREIROS RODER	4	1	5	16	65,00	65,00	APROV	8º	12/01/1981
1.624	ROBSON GARCIA DE OLIVEIRA MENEZES	1	3	5	16	62,50	62,50	APROV	9º	21/05/1988
1.305	CLAUDEMIR DA SILVA	2	4	5	14	62,50	62,50	APROV	10º	11/05/1970
1.024	RENATO VIEIRA BARBOSA	3	2	4	15	60,00	60,00	APROV	11º	03/11/1991
1.061	VAGNER GONÇALVES MINCOFF	3	4	3	14	60,00	60,00	APROV	12º	31/03/1986
2.581	WANDERSON JOSE WINKERT	3	0	4	16	57,50	57,50	APROV	13º	30/09/1994
204	LUCAS DOS SANTOS	3	4	3	13	57,50	57,50	APROV	14º	20/06/2001
33	DHIONATA CARVALHO FARIA	4	4	4	11	57,50	57,50	APROV	15º	11/06/1983
2.970	FABIANO MARTINS BRANDORFF	2	2	5	13	55,00	55,00	APROV	16º	05/05/1991
3.823	ROGÉRIO OLIVEIRA DOS SANTOS	1	5	4	12	55,00	55,00	APROV	17º	16/09/1977
32	LEONARDO FRATA ALVES	1	3	3	14	52,50	52,50	APROV	18º	27/01/1998
4.782	CARLOS ALESSANDRO ALMENDRO MAGALHÃES	0	3	5	13	52,50	52,50	APROV	19º	26/01/1986
3.367	JARDEL AUGUSTO COSTA	2	1	3	12	45,00	45,00	REPRO	--	27/03/1985
3.369	EDILSON LUIZ DA SILVA	1	3	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	03/05/1985
4.878	ROGERIO DOMINGOS DA SILVA	0	0	2	11	32,50	32,50	REPRO	--	25/02/1985
154	ANDERSON RAIMUNDI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/11/1990
1.906	ANTONIO BANDEIRA GOMES NETO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/02/1996
341	CARLOS EDUARDO ANDRADE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/10/1980
2.623	CHARLES WILLIAN DE OLIVEIRA ALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/07/1994
3.285	CLEITON DA SILVA ROMERA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/10/1981
3.123	FABIO APARECIDO SANTANA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/08/1981
2.607	FELIPE LOURENÇO DE AZEVEDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/01/1994
2.194	GESIEL HELIO BARROS OSSUNA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/06/1991
684	JOÃO PAULO CORREA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/01/1989

1.048	JOHNNY CARDOSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/03/1988
451	JOSÉ RENATO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/03/1996
91	JOSE ROMAO DA SILVA NETO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/01/1997
534	LEANDRO RICARDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/01/1986
958	MARCO ANTÔNIO RODRIGUES FILHO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/10/1995
1.907	MARCOS GUALBERTO DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/04/1980
431	ROBERTO SOUZA DA COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/09/1996
932	SABRINA FERNANDA MARTINS FARIA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/08/1995
1.032	TANIA DOS SANTOS DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/01/1986
PALOTINA - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.761	ROSELI ALVES MARTINS	1	5	4	11	52,50	52,50	APROV	1º	05/07/1983
1.539	RAILA JULIANE DA SILVA	3	4	5	9	52,50	52,50	APROV	2º	24/08/1995
256	ELIARA DE LIMA DA SILVA	2	2	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	02/02/1992
3.302	INARA DOMINGUES GOMES	2	2	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	31/01/1961
14	THIAGO LUCIANO DE SOUZA NOBREGA DA COSTA	2	1	5	9	42,50	42,50	REPRO	--	11/12/1989
303	TATIANE DE CAMPOS CAVALCANTE	1	3	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	23/12/1992
704	JAQUELINE WASOVICZ	3	2	4	8	42,50	42,50	REPRO	--	27/06/1987
2.344	CRISTIANE APARECIDA DEOLA	1	3	4	8	40,00	40,00	REPRO	--	14/04/1986
3.575	ROSÂNGELA APARECIDA BORGES	2	4	4	6	40,00	40,00	REPRO	--	12/02/1975
656	JHESSICA DE SOUSA CORREIA DA SILVA	1	2	3	9	37,50	37,50	REPRO	--	04/11/1997
3.567	ANDRESSA OLIVEIRA FERREIRA	3	1	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	30/09/1993
1.940	JULIANA DO CARMO DA SILVA	1	2	3	8	35,00	35,00	REPRO	--	18/05/1999
4.422	ANDRESSA SCHERER MO	1	0	5	8	35,00	35,00	REPRO	--	09/02/2000
2.405	RAQUEL THAIS CASARIN	0	2	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	04/02/1992
4.733	SARA FERNANDA ROBERTO	2	2	4	6	35,00	35,00	REPRO	--	19/03/1998
2.902	IGOR COSTA ARAUJO	3	1	4	5	32,50	32,50	REPRO	--	12/11/2002
4.665	SUELI SILVA DE SOUZA	2	1	2	6	27,50	27,50	REPRO	--	01/05/1984
2.585	JULIANA GUEDES SOUZA MORAES	1	1	5	4	27,50	27,50	REPRO	--	07/12/1990
542	THAYNA KARINE DA SILVA SANTOS	1	0	3	6	25,00	25,00	REPRO	--	11/10/1995
1.584	SIDCLEIA GARCIA DE OLIVEIRA	0	0	4	6	25,00	25,00	REPRO	--	09/08/1989
4.596	NILTON CESAR DA SILVA DEMAZZI	1	2	3	4	25,00	25,00	REPRO	--	29/09/1986
3.402	ADRIANA PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/06/1985
4.742	EDUARDO MARCONDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/05/1967
4.365	FLÁVIA LAÍS PEREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/04/1992
1.040	LETICIA APARECIDA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/12/1996
3.301	MIQUELE OLIVEIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/12/1987
1.477	MÔNICA DA SILVA DE MENEZES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/07/1991
3.350	ROSELI FONSECA DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/03/1975
2.135	ROSENILDA ALVES DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/07/1979
QUEDAS DO IGUAÇU - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
SANTA HELENA - Médico 24h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.404	DAIANE RECH PIVA ROCHA	4	3	4	32	86,00	86,00	APROV	1º	04/05/1988
3.806	HUSSEIN HAIDAR ISMAIL	5	4	4	30	86,00	86,00	APROV	2º	27/01/1998
67	RUBENS ARY JUNIOR	4	1	4	32	82,00	82,00	APROV	3º	30/04/1981
2.791	GRAZIELI ANDREA FERRAZZO BORGES DOS SANTOS	4	3	4	30	82,00	82,00	APROV	4º	11/11/1998
3.327	ALYSON JOSÉ KOCHHANN	4	4	4	29	82,00	82,00	APROV	5º	19/03/2002
147	LUCAS VINICIUS LEAL MARTINS DE SOUSA	6	3	4	28	82,00	82,00	APROV	6º	10/10/1997
372	ISAAC CARVALHO HOFFMANN	5	3	4	28	80,00	80,00	APROV	7º	02/08/1996
979	PEDRO HENRIQUE BATISTA DE OLIVEIRA	4	4	4	27	78,00	78,00	APROV	8º	12/01/1998
1.950	FLAVIO ANTONIO VINCENZI	6	4	4	25	78,00	78,00	APROV	9º	28/03/2000
4.678	DEBORAH SANTOS ANGELI	6	4	4	25	78,00	78,00	APROV	10º	10/04/2000
4.601	KAMILA CRISTINA MOREIRA	5	4	4	25	76,00	76,00	APROV	11º	06/11/2001
3.116	JESSICA THAÍS SWALUK	5	4	3	25	74,00	74,00	APROV	12º	29/09/2000
4.455	CINDY NATANRI CORREA	4	2	3	26	70,00	70,00	APROV	13º	08/07/1999
262	CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA	4	0	4	26	68,00	68,00	APROV	14º	02/01/1992
77	LEONEL AUGUSTO DA CRUZ	2	3	4	25	68,00	68,00	APROV	15º	25/06/1987
4.754	ANA LUIZA ROTH	4	3	4	23	68,00	68,00	APROV	16º	04/03/2000
3.461	VANDERLAN CARVALHO DE ARAUJO	3	2	4	24	66,00	66,00	APROV	17º	10/10/1979

3.395	JONATHAN DE SOUSA GOMES	1	3	4	24	64,00	64,00	APROV	18º	03/09/1996
1.553	FERNANDO SILVA LEITE	3	3	4	22	64,00	64,00	APROV	19º	26/08/1999
131	NATALIA REGINA SOUZA DA SILVA	6	4	3	19	64,00	64,00	APROV	20º	09/05/1990
4.656	BÁRBARA THAINÁ DE SOUZA	6	4	4	18	64,00	64,00	APROV	21º	28/02/2000
1.464	DIOGO FERNANDO DA ROSA	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	22º	04/07/1987
2.430	JOÃO PEDRO BARUKI MELO LEITE	5	3	3	20	62,00	62,00	APROV	23º	21/03/2000
3.995	DAIANA APARECIDA SILVA SILVESTRE	4	2	4	20	60,00	60,00	APROV	24º	20/08/1986
4.799	PEDRO GUILHERME MIRANDA	4	4	3	19	60,00	60,00	APROV	25º	11/06/1999
104	EDINARDO ALVES SANTOS	3	4	4	19	60,00	60,00	APROV	26º	11/03/1984
987	VAGNER OLIVEIRA	1	1	0	27	58,00	58,00	APROV	27º	12/01/1985
4.033	LOHRAN DA SILVA DE FREITAS	3	1	3	22	58,00	58,00	APROV	28º	28/05/1996
3.556	ACACIO SANTOS DE PAULA	1	3	4	21	58,00	58,00	APROV	29º	25/03/1988
4.764	PEDRO NARCIZO CAMBÃO SOUZA	4	1	4	20	58,00	58,00	APROV	30º	01/02/1988
3.048	CRISLAYNE SHARLINE PEFFE	2	3	4	20	58,00	58,00	APROV	31º	21/05/1992
3.923	JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA PAS	6	3	4	16	58,00	58,00	APROV	32º	04/10/2002
653	DAYANI DE MORAIS	3	1	3	21	56,00	56,00	APROV	33º	17/11/1984
471	FERNANDA RAFAELA MANSOUR	3	1	4	20	56,00	56,00	APROV	34º	24/04/1989
1.603	MIRIA TELLES SANTOS GUSTMANN WULFF	3	1	4	19	54,00	54,00	APROV	35º	18/11/2002
701	ANIELLE DE SOUZA BUBIAK	3	2	1	20	52,00	52,00	APROV	36º	13/06/1990
4.338	PHILIPPE DE OLIVEIRA MATTA DOS SANTOS	1	2	3	20	52,00	52,00	APROV	37º	07/10/1987
2.230	MARCELO LIMA FEITOSA	2	4	4	16	52,00	52,00	APROV	38º	10/03/1998
3.682	LUIS HENRIQUE SOARES	2	2	4	17	50,00	50,00	APROV	39º	11/04/1978
2.276	LUKA VALCARENGHI PANNEBECKER	3	2	3	16	48,00	48,00	REPRO	--	09/08/2000
2.850	PATRÍCIA PEREIRA SANTANA SOUZA	1	2	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	03/12/1987
2.314	CLAUDIO CAMILO	3	1	3	14	42,00	42,00	REPRO	--	03/07/1968
329	MARIANA RITTER NIZER	3	2	4	12	42,00	42,00	REPRO	--	02/01/1994
2.556	WELLINGTON JOSE ABADE CORREA	0	2	2	11	30,00	30,00	REPRO	--	27/08/1982
1.041	NEWTON DA SILVA NASCIMENTO BLACK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/04/1978
4.392	LETICIA LOPES ANESI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/02/1999
4.435	GLAUBER FERNANDO RATZKOB	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/02/1992
2.173	HENRIQUE ENGELHARDT DO PRADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/03/1996
4.804	JOAO EDUARDO SOUZA SAMEK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/12/1994
1.732	NATASHA ALVES ABOUD	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/01/2000
531	KAMILLA RAFAELE VILELA TURRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/12/1997
1.460	ANDREIA SCARLETTI LUGLI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/01/1975
4.623	ZAENNY DE SOUSA MORAIS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/11/1993
309	RUBER GLAUBER BATISTA DE ANDRADE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/12/1985
438	MARCOS CORREIA DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/07/1975
SANTA TEREZA DO OESTE - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.226	LUIZ FERNANDO ANTUNES	4	5	5	21	87,50	87,50	APROV	1º	09/02/1990
3.409	SERGIO LUIZ TUSSOLINI	3	3	5	22	82,50	82,50	APROV	2º	11/10/1984
289	JEAN LEAL	4	4	5	18	77,50	77,50	APROV	3º	22/02/1992
4.157	ELTON JUCELI MACEDO PINTO	4	3	5	18	75,00	75,00	APROV	4º	31/12/1987
2.577	DHESS WULLI FOGACA	2	4	5	18	72,50	72,50	APROV	5º	16/03/1998
567	WALTER JUNIOR DA SILVA	2	4	4	18	70,00	70,00	APROV	6º	19/01/1991
1.410	DOUGLAS CARDOSO FIGUEREDO	3	5	4	16	70,00	70,00	APROV	7º	10/09/1992
3.837	DANILTON ALVES LUSTOSA	2	5	5	16	70,00	70,00	APROV	8º	30/09/1988
2.766	WILLIAM DE LIMA ROMANO	4	4	5	14	67,50	67,50	APROV	9º	21/02/1998
453	FRANCYS JULIA GOLFETTO	2	1	4	18	62,50	62,50	APROV	10º	01/12/1997
1.703	CLEBER BATISTA DOS SANTOS	1	3	4	17	62,50	62,50	APROV	11º	08/03/1980
746	LUIZ EDUARDO DAMBROSIO DA SILVA	2	4	4	15	62,50	62,50	APROV	12º	29/03/1999
4.231	BELONI APARECIDA DOS PASSOS	3	3	5	14	62,50	62,50	APROV	13º	14/09/1979
2.803	ADAN LUIS DE SOUZA	3	3	5	14	62,50	62,50	APROV	14º	12/04/1995
402	DANIEL HENRIQUE DA SILVA	2	1	4	17	60,00	60,00	APROV	15º	03/03/1999
2.516	ISRAEL VARGAS	2	2	4	16	60,00	60,00	APROV	16º	01/07/1981
2.497	SONIA APARECIDA NAITZK	2	3	4	15	60,00	60,00	APROV	17º	18/08/1970
3.053	DENIZE APARECIDA MORETI	4	3	5	12	60,00	60,00	APROV	18º	28/09/1982
2.383	ERIVALDO DA SILVA E SILVA	0	3	5	15	57,50	57,50	APROV	19º	29/07/1981
2.744	PERLA PIANA TADIOTO	4	2	4	13	57,50	57,50	APROV	20º	09/12/1979
383	HENRIQUE COSTA GOMES	4	1	5	13	57,50	57,50	APROV	21º	26/04/1999

4.142	ANDRE DIAS DA SILVA	3	3	2	14	55,00	55,00	APROV	22º	08/10/1982
4.398	LUCAS LIVIO BRASIL	5	2	4	11	55,00	55,00	APROV	23º	17/12/1990
2.102	DANIEL ALAOR DA SILVA DE SOUZA	4	2	5	10	52,50	52,50	APROV	24º	13/01/2000
4.113	ERYCK CAMARGO DO PRADO	1	2	4	13	50,00	50,00	APROV	25º	11/03/2002
3.550	BRUNO PATRYCK DA CRUZ	3	3	2	12	50,00	50,00	APROV	26º	15/11/1999
1.374	MATHEUS ARTHURO MOURA	1	2	5	12	50,00	50,00	APROV	27º	25/11/1994
4.330	WANDERSON DA ROCHA	2	3	2	12	47,50	47,50	REPRO	--	09/12/1979
1.355	ROSANGELA DA SILVA ALMEIDA	2	2	4	11	47,50	47,50	REPRO	--	26/10/1982
878	EVERTON GOMES RODRIGUES	1	1	3	13	45,00	45,00	REPRO	--	11/04/1998
3.005	EVERTON PLACIDO DOS SANTOS	1	2	4	11	45,00	45,00	REPRO	--	29/06/1989
1.517	CLAUDENIR FERNANDES DE MARÃES	1	2	5	8	40,00	40,00	REPRO	--	15/04/1985
2.208	ALEXANDRE MARQUES	0	1	3	11	37,50	37,50	REPRO	--	08/12/1986
24	EDILAINE VANESSA DA SILVA	1	2	3	9	37,50	37,50	REPRO	--	26/06/1996
1.559	PATRICK LOPES PANTALEÃO	2	3	3	5	32,50	32,50	REPRO	--	30/03/1993
1.422	LUAN HENRIQUE DA SILVA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/05/2001
4.343	ANDRE LUIZ RODRIGUES NOGUEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/10/1983
103	GEVAIR MARCELO DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/10/1986
983	JORZIMÁRIO SANTOS CAVALCANTE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/03/2001
3.775	KÁTIA OLIVEIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/12/1990
612	LEONARDO MARCHETI GOMES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/06/1990
2.593	TAYLOAN MOREIRA DE TOLEDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/03/1995
1.503	VALDEMIR RODRIGUES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/10/1985
SANTA TEREZA DO OESTE - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.948	VINICIUS CASAIS DE MORAIS	3	3	5	16	67,50	67,50	APROV	1º	29/09/1993
2.373	TIAGO DA SILVA	3	4	5	10	55,00	55,00	APROV	2º	06/10/1992
3.120	BRUNA RAFAELI ANTUNES	0	4	4	13	52,50	52,50	APROV	3º	19/04/1991
123	WELLINGTHON MILIORANSA DO NASCIMENTO	2	4	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	28/06/2002
3.447	MIRIA APARECIDA DOS SANTOS	3	1	4	10	45,00	45,00	REPRO	--	05/10/1989
3.615	DOUGLAS HEITOR LOPES WEIBER	2	3	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	13/11/1989
2.385	KLEBER WALLACE KMIECIK FARIAS	1	2	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	07/01/1978
4.354	JANAINA LONGEN	2	3	4	5	35,00	35,00	REPRO	--	28/02/1979
3.989	ANGELINA BARBOSA VIEIRA	1	1	2	8	30,00	30,00	REPRO	--	10/09/1987
3.661	KETLYN FERNANDA SILVA BIAZETTI	0	3	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	27/05/1993
1.358	DOLORES GUIMARÃES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/07/1970
982	ELIANE APARECIDA NERIS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/09/1988
4.781	VALDENEI CARLOS DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	21/02/1978
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.819	DIONILSON ANTONIO GALDINO	4	5	5	20	85,00	85,00	APROV	1º	08/04/1995
1.367	LUCIANO JUNIOR VIEIRA	2	5	5	16	70,00	70,00	APROV	2º	14/06/1994
2.250	JAQUELINE EDUARDA WEISS DA SILVA	3	2	4	18	67,50	67,50	APROV	3º	09/06/1999
2.323	ELIANE DE CESARO	1	4	5	15	62,50	62,50	APROV	4º	14/05/1987
1.746	GENIVAL ALVES COUTO	2	4	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	02/11/1975
424	CLEBERSON RIBEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/10/1991
3.815	FLAVIO ALVES MARTINS NOGUEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/01/1994
4.575	MARCOS MARTINS IANEGITZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/12/1978
1.987	MILTON GONÇALVES JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/06/1997
2.042	TADEU DE JESUS CRUZ FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/01/1992
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
771	JAKELINE KLASSEN MACEDO	2	2	5	12	52,50	52,50	APROV	1º	13/11/2002
1.210	EDINA RODRIGUES DA SILVA	3	4	5	9	52,50	52,50	APROV	2º	08/04/1985
403	MONIQUE RITIELI DO CARMO	3	2	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	04/07/1990
267	MILENI RODRIGUES DA SILVA	1	2	4	10	42,50	42,50	REPRO	--	29/09/2002
2.954	LETICIA CAROLINA VERA MELLO	1	3	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	02/08/1998
4.256	SAMARA CRISTINA SCHU	1	1	5	9	40,00	40,00	REPRO	--	13/03/1984
3.013	FATIMA CARINE VOGEL RIBEIRO	3	1	3	6	32,50	32,50	REPRO	--	03/05/1994
146	ALINE NEGRINI DE MIRANDA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/07/2001
2.621	GABRIELA DA SILVA NUNES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/09/1997
TOLEDO - Enfermeiro										

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.309	EDUARDA HACHMANN NOGUEIRA	4	2	3	27	72,00	72,00	APROV	1º	04/08/2003
4.355	GABRIEL VIEIRA DA SILVA	4	1	4	24	66,00	66,00	APROV	2º	08/02/1999
4.773	ADRIELE SEMPREBOM FERREIRA BETTI	3	2	4	24	66,00	66,00	APROV	3º	28/02/2002
2.885	NATHANY CRISTINA GARDASZ PETRIU	4	3	4	22	66,00	66,00	APROV	4º	22/09/2002
2.658	PRISCILA ANDREIA MENTZ	5	1	4	22	64,00	64,00	APROV	5º	06/06/1989
2.408	BRUNA WEBER	5	3	3	21	64,00	64,00	APROV	6º	03/06/1997
3.085	MARIA EDUARDA BORCHART	3	1	4	23	62,00	62,00	APROV	7º	24/12/2001
1.634	GABRIELA MARCONI DE SOUZA DOS SANTOS	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	8º	10/10/1999
2.880	DALILA SANTOS DO NASCIMENTO	1	3	4	22	60,00	60,00	APROV	9º	17/10/1991
2.736	EDEVANIA DE FATIMA JUCOSKI ENZ	3	2	3	21	58,00	58,00	APROV	10º	08/08/1989
1.123	CARLA SCHNEIDER VOSS	4	2	4	19	58,00	58,00	APROV	11º	08/11/2000
719	LUIZA DE MARCHI FELINI	3	3	4	19	58,00	58,00	APROV	12º	05/01/2002
4.001	MARIANA HALAT FRESKI	6	2	4	17	58,00	58,00	APROV	13º	11/05/2003
4.543	DAYANE PEREIRA BERNINI DE SOUZA	1	2	4	21	56,00	56,00	APROV	14º	25/03/1996
179	LAUANA EMANUELLY FERREIRA	3	1	4	20	56,00	56,00	APROV	15º	30/11/1998
2.277	KAREN GABRIELLY DA SILVA COELHO	3	3	3	19	56,00	56,00	APROV	16º	03/07/2005
1.913	SANDRA BREMER DE OLIVEIRA	4	2	4	17	54,00	54,00	APROV	17º	16/08/1982
551	MATHEUS HENRIQUE SILVA FLIEGNER	2	1	3	20	52,00	52,00	APROV	18º	28/11/2002
2.772	KATHLEENN NOGUEIRA LESSI	3	2	3	18	52,00	52,00	APROV	19º	15/08/1999
1.454	ISABELA GUZZI PERUÇO	3	3	4	16	52,00	52,00	APROV	20º	06/05/2003
4.634	BRUNA TAMIRES FERNANDES NASCIMENTO	5	2	4	15	52,00	52,00	APROV	21º	27/11/1998
4.860	RAVENA CAMILA LOPES NASCIMENTO	2	2	3	18	50,00	50,00	APROV	22º	23/08/1995
3.263	SABRINA LOCATELLI GEHLEN	1	2	4	18	50,00	50,00	APROV	23º	21/10/2001
748	GUSTAVO HENRIQUE RODRIGUES	2	2	4	17	50,00	50,00	APROV	24º	16/01/2003
2.661	IDIAMARA MARIA RECH CASTILHO	3	3	4	15	50,00	50,00	APROV	25º	09/08/1987
3.117	ROSEMERY RODRIGUES DE FREITAS PIRES	3	2	2	17	48,00	48,00	REPRO	--	17/04/1987
3.649	LINDOMAR JUNIOR DA SILVA MOLINA	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	21/03/1993
4.664	GUSTAVO SILVA MORAIS	3	2	4	15	48,00	48,00	REPRO	--	25/09/2002
936	EMANUELLE DA SILVA KANIGOSKI	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	18/11/2002
2.582	SAULO DIVINO MOREIRA BENTO DE OLIVEIRA	1	1	4	17	46,00	46,00	REPRO	--	22/02/1999
2.860	CIRENE HERMOGENES DA SILVA	2	2	3	16	46,00	46,00	REPRO	--	24/01/1989
3.286	ELIANEAPARECIDA DA VEIGA	1	3	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	26/08/1991
4.642	BRUNA FRAGATA DOS SANTOS	4	3	3	13	46,00	46,00	REPRO	--	11/10/1997
2.749	ELINEIA DE SOUSA FONTOURA	1	0	2	19	44,00	44,00	REPRO	--	30/03/1982
1.039	LUIZ RAIMUNDO DA SILVA	1	3	4	14	44,00	44,00	REPRO	--	07/05/1981
4.372	BERENICE FATIMA ALVES	5	2	2	13	44,00	44,00	REPRO	--	07/09/1981
1.926	ISADORA KHAUANA ANTONIO GONÇALVES	0	2	3	16	42,00	42,00	REPRO	--	07/04/2003
3.812	FABIANA CORIOLANO CAVALCANTI	1	1	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	01/08/1979
3.389	BEATRIZ BIBIANO DA ROCHA	1	1	4	15	42,00	42,00	REPRO	--	28/01/1998
2.370	MARCIO LUIS ODY BEVILAQUA	3	2	4	12	42,00	42,00	REPRO	--	01/05/1986
393	RAYSSA FERNANDA MACHADO DE SOUZA BROTTO	2	3	4	12	42,00	42,00	REPRO	--	07/01/2001
4.074	EDUARDA DIAS SEVERO	4	2	4	11	42,00	42,00	REPRO	--	03/06/2003
1.437	MARCIA WESTPHAL DE CAMPOS	2	0	3	15	40,00	40,00	REPRO	--	03/06/1984
2.560	SAMUEL MENDES DA SILVA	1	0	4	15	40,00	40,00	REPRO	--	16/11/1979
214	KARINA TONO DOMICIANO	3	1	3	13	40,00	40,00	REPRO	--	04/08/1997
480	JOSIANE SPOHR	2	1	4	13	40,00	40,00	REPRO	--	27/03/1985
2.200	KACIANA AMANDA SCHUCK ZALEVSKI	3	3	4	10	40,00	40,00	REPRO	--	16/07/1996
3.656	ALEX SANDRO ENEAS	2	2	1	14	38,00	38,00	REPRO	--	14/11/1993
4.115	EDNA FERREIRA DUTRA	1	0	4	14	38,00	38,00	REPRO	--	04/07/1973
2.529	ROSANGELA VIEIRA DE SOUZA	2	2	2	13	38,00	38,00	REPRO	--	10/12/1978
3.391	MARILENE GONÇALVES LEITE	2	1	3	13	38,00	38,00	REPRO	--	05/11/1974
2.924	FABIOLA QUEIROZ	1	2	4	12	38,00	38,00	REPRO	--	14/01/1985
1.152	CAIO VINICIUS FERREIRA TEODORO	3	2	3	11	38,00	38,00	REPRO	--	28/02/1999
613	GABRIELLY VITÓRIA DE OLIVEIRA	3	1	3	11	36,00	36,00	REPRO	--	05/04/2007
491	PETTY GENICOR CHUNG	1	0	3	13	34,00	34,00	REPRO	--	18/11/1981
2.931	SOLANGE MARIA ZIMMER	1	2	3	11	34,00	34,00	REPRO	--	01/10/1978
3.763	FERNANDO DA SILVA WALOSZEK FERNANDES	3	2	2	9	32,00	32,00	REPRO	--	06/07/1988
787	DEUZILENE DA SILVA OLIVEIRA	1	1	3	10	30,00	30,00	REPRO	--	06/11/1982
421	QUELLEN JASMINE OLIVEIRA RODRIGUES	1	1	2	10	28,00	28,00	REPRO	--	22/10/1992
4.362	KATIANE MARTELO	0	1	1	11	26,00	26,00	REPRO	--	25/02/1977

4.493	STEFFANI RODRIGUES DE SOUZA	1	1	2	9	26,00	26,00	REPRO	--	24/11/2000
3.852	DEBORA MARTINS DE CASTRO	2	1	3	7	26,00	26,00	REPRO	--	11/03/1995
3.916	ISABEL QUINONEZ ARGUELLO	1	0	4	6	22,00	22,00	REPRO	--	21/03/1993
812	BRUNA CONCEIÇÃO SANTOS DE ARAÚJO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/01/1989
3.378	LARISSA GENERALI OLIVEIRA ZANONI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/12/2002
2.889	RAFAEL EDUARDO FANTINATI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/09/1972
4.206	EMERSON SULZBACHER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/10/1984
3.373	GREICY KELLY DA SILVA GOMES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/03/1996
4.570	FRANCIELLE DOS SANTOS MARTINS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/10/1995
2.999	VANDA FARIAS BATISTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/03/1988
2.011	GRACIELI NESKE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/08/1992
2.877	CAMILA VITORIA BORGES PARRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/10/2002
TOLEDO - Farmacêutico										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
2.535	IGOR FABRICIO DOS SANTOS	5	2	4	20	62,00	62,00	APROV	1º	04/05/1995
4.560	CIMARA FRANCIELI BUDSKE	5	4	4	18	62,00	62,00	APROV	2º	05/05/1997
4.078	ALINE FERNANDA GOMES FERREIRA	4	1	4	19	56,00	56,00	APROV	3º	29/01/1987
3.949	JANAINA SARTORELLI	5	3	4	16	56,00	56,00	APROV	4º	10/10/1988
2.819	CAMILA DE FREITAS ANTUNES	4	2	4	17	54,00	54,00	APROV	5º	27/09/1994
717	GISLAYNI CAROLINI DA SILVA	5	3	4	15	54,00	54,00	APROV	6º	31/10/2002
1.091	LUANA PAOLA HAUPENTHAL	2	1	4	19	52,00	52,00	APROV	7º	11/03/2000
2.641	ANIELA POLIANA DUMKE MUELLER	3	2	3	18	52,00	52,00	APROV	8º	04/01/2001
847	ANA TERESA PANDOLFO	3	2	4	17	52,00	52,00	APROV	9º	10/12/2002
3.560	PEDRO AUGUSTO DE MATOS	4	3	3	16	52,00	52,00	APROV	10º	07/04/2003
837	KARINE DE FREITAS INFANTINO AMBROZINI	3	3	4	16	52,00	52,00	APROV	11º	25/11/1992
4.738	CELINA KIMIE KUMAGAI NAKAMURA	6	3	3	14	52,00	52,00	APROV	12º	05/02/1972
2.109	EDUARDO AUGUSTO SCHAHCT KONZEN	1	4	3	17	50,00	50,00	APROV	13º	21/08/1987
894	KAUANA EDUARDA DE SOUZA ALVES	3	2	4	16	50,00	50,00	APROV	14º	18/12/2003
2.936	FRANCIELE RUTHES RESTELATTO BARBOSA DE LIMA	4	3	4	14	50,00	50,00	APROV	15º	23/06/1983
2.760	DOUGLAS RAFAEL BOCK	3	1	3	17	48,00	48,00	REPRO	--	24/01/1992
2.292	RAFAELI STRACKE	1	3	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	23/10/2003
3.526	AMANDA JAHN VINHOLIS	4	2	4	14	48,00	48,00	REPRO	--	05/07/2001
2.209	ADRIANA HARTMANN	1	3	4	15	46,00	46,00	REPRO	--	22/06/1987
3.248	THALIA DA SILVA DE MATOS	5	0	4	13	44,00	44,00	REPRO	--	22/10/1997
3.967	THAYNARA MARIS FERREIRA	2	3	3	11	38,00	38,00	REPRO	--	18/06/1997
3.348	DINAIR DA SILVA KAISER SOUZA	0	2	4	12	36,00	36,00	REPRO	--	08/08/1968
1.928	MARCIA CRISTINA THOME	2	1	4	11	36,00	36,00	REPRO	--	15/07/1995
875	TATIANY ALVES NIERRI	2	0	2	13	34,00	34,00	REPRO	--	05/11/1998
941	DANIELY ZANOTTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/06/1990
1.408	ISABELLY ZABINI CICOTE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/10/2002
2.998	SAMOARA GIACOMETTI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/02/1992
1.931	FILIPE ALMEIDA NERY	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/11/1993
TOLEDO - Médico 12h										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
184	VINICIUS EDUARDO RIBEIRO SALLES	5	4	3	31	86,00	86,00	APROV	1º	29/01/2000
2.838	MILENA BELLI BOCHNIA	4	4	3	31	84,00	84,00	APROV	2º	27/12/2002
3.111	JULIANA YUKARI OSHIRO	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	3º	27/02/1996
3.345	LUIZ EDUARDO DA SILVA CANCELLI	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	4º	20/01/1999
3.055	JAYME EUCLYDES PICASKY DA SILVEIRA FREITAS	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	5º	14/09/2000
2.374	LUIS GUSTAVO PAGLIARIN	3	3	4	31	82,00	82,00	APROV	6º	15/05/2000
2.733	BRUNO HENRIQUE PAZZA PEREIRA	5	3	3	30	82,00	82,00	APROV	7º	24/07/1998
835	INGRID NASCIMENTO LIMA	4	3	4	29	80,00	80,00	APROV	8º	02/09/1995
2.570	ANA JÚLIA VENDRAMETTO	5	3	4	28	80,00	80,00	APROV	9º	30/05/2003
3.151	LUIZ EDUARDO DAMBROS	4	4	4	28	80,00	80,00	APROV	10º	05/03/2000
3.323	THAYNA CRISTINE DE SOUZA	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	11º	15/07/1996
3.971	EMANUELLY VITÓRIA DALLA VALLE	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	12º	03/02/2000
4.522	ANA PAULA PARCIANELLO	5	2	4	28	78,00	78,00	APROV	13º	15/04/2000
3.838	RODRIGO AMARAL GUIMARÃES	6	2	4	27	78,00	78,00	APROV	14º	02/05/1997
859	ALAN JACKSON MELQUIADES DE ANDRADE	5	3	4	27	78,00	78,00	APROV	15º	24/02/1999
2.407	SARAH EVELYN SILVA FERNANDES	6	3	4	26	78,00	78,00	APROV	16º	16/10/1994
2.544	DEBORA GIACHINI LENHARDT	3	2	3	30	76,00	76,00	APROV	17º	19/05/2000

2.337	JOÃO CARLOS PEGORARO DE ALMEIDA	5	2	4	27	76,00	76,00	APROV	18º	08/11/1992
2.092	GUSTAVO SILVEIRA GIROTTO	4	3	4	27	76,00	76,00	APROV	19º	07/08/1997
3.639	BRENO EMANUEL SANTANA REGO	3	4	4	27	76,00	76,00	APROV	20º	25/05/1996
649	JEAN CARLOS BEZ FONTANA	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	21º	26/09/1984
3.019	JOÃO VITOR ROCHA RIBEIRO	4	4	4	26	76,00	76,00	APROV	22º	30/08/2000
2.474	LUANA LINDNER CRUZ	5	4	4	25	76,00	76,00	APROV	23º	03/03/1997
3.099	LIANARA KETLIN TAUCHERT	4	3	4	26	74,00	74,00	APROV	24º	07/02/1993
181	AMANDA CRISTINA POHL	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	25º	19/02/2001
2.098	ALESSANDRA MEIRA PONTES DA SILVA	4	3	3	26	72,00	72,00	APROV	26º	10/01/1998
1.174	ANDRESSA BIASUZ CAMPOS	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	27º	04/07/1999
3.581	EDUARDA MARAN	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	28º	28/05/1999
3.006	EDUARDO LANG TEN CATEN	4	4	4	24	72,00	72,00	APROV	29º	29/04/1996
4.326	AMANDA BERNAL BERTOGLIO MONTEIRO	6	4	4	22	72,00	72,00	APROV	30º	25/08/1999
3.854	GABRIELA LARSSEN	4	2	4	25	70,00	70,00	APROV	31º	21/07/1997
2.787	PATRICIA CRISTIANE RIBEIRO PINHEIRO	4	3	4	24	70,00	70,00	APROV	32º	28/08/1985
3.935	RODRIGO SANTOS DA SILVA	4	4	4	23	70,00	70,00	APROV	33º	13/07/1987
1.982	JULIA GABRIELA FRANCK	5	4	4	22	70,00	70,00	APROV	34º	05/10/2002
1.994	SABRINA NOGUEIRA RODRIGUES	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	35º	25/11/1998
1.618	ALAN RICARDO NABARRETE	1	3	4	25	66,00	66,00	APROV	36º	09/12/1990
4.430	JOYCE REGINA DA CRUZ	2	4	4	23	66,00	66,00	APROV	37º	23/10/1997
2.318	DANIELE VERÔNICA WEILER	6	4	4	19	66,00	66,00	APROV	38º	04/11/1995
4.040	LETICIA FERNANDA COLTRI	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	39º	10/08/2001
2.925	WILTON LOPES GALVÃO	5	3	4	20	64,00	64,00	APROV	40º	23/03/1997
985	NELSON SALDANA BAPTISTA	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	41º	14/11/1994
2.682	MAYANE TAYNÁ DA SILVA	5	2	4	20	62,00	62,00	APROV	42º	24/02/2000
4.470	JHESSICA MARTELLI SEIBERT	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	43º	30/06/2000
2.713	RODOLFO DOS SANTOS BARROS	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	44º	25/09/1992
2.771	LUANA BEATRIZ KOSMANN	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	45º	27/10/1995
1.346	ANNELISE TIEMI RODRIGUES KAZAMA	4	4	4	19	62,00	62,00	APROV	46º	23/03/1994
3.580	EVELYN EIDRI ACKERMANN COELHO	4	4	4	18	60,00	60,00	APROV	47º	14/02/2001
2.721	STEPHANIE PIANARO DE CASTRO	4	2	3	20	58,00	58,00	APROV	48º	25/03/1993
3.125	LETICIA SILVA BARROS	3	2	4	20	58,00	58,00	APROV	49º	28/02/1997
2.441	RAQUEL MIGLIORINI TANZAWA BREDA	4	2	3	19	56,00	56,00	APROV	50º	18/04/1987
2.523	FRANCIELI MANICA	2	3	4	19	56,00	56,00	APROV	51º	12/04/1982
2.445	ANGÉLICA FACCO COCCO	4	3	4	17	56,00	56,00	APROV	52º	04/04/1992
3.336	MARCOS VINICIUS DA SILVA	4	2	4	17	54,00	54,00	APROV	53º	29/04/1999
3.126	IGOR ALEXSANDRO FURMANN DA SILVA	2	2	3	19	52,00	52,00	APROV	54º	18/09/1995
4.534	LUIZ CARLOS MENZEL	2	1	3	19	50,00	50,00	APROV	55º	08/03/1976
911	ELUAN JOEL RODRIGUES DA SILVA	4	2	3	14	46,00	46,00	REPRO	--	05/06/1999
3.262	GLAIDSAN MOREIRA DA SILVA MAIA	3	2	4	14	46,00	46,00	REPRO	--	02/05/1987
4.856	LARISSA ROSSI	2	2	3	15	44,00	44,00	REPRO	--	25/04/2000
4.844	DAYANE LAIS ROSSI	3	0	4	14	42,00	42,00	REPRO	--	23/01/1996
240	GABRIELA KAROLAINE TEIXEIRA	1	1	3	15	40,00	40,00	REPRO	--	24/09/1997
4.593	MARCELA YUMI OBATA	2	1	3	14	40,00	40,00	REPRO	--	21/03/1992
4.887	MILENA GOMES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/07/1999
1.271	LETICIA MARTINUSSI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/01/1998
4.552	MAYLA DANIELLA BRAZ PINTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/06/1996
4.114	HENRIQUE PRATI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/07/1998
1.998	WADAD GABRIELLY HAMAD	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/05/2000
4.199	EDUARDA FERRETO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/01/2001
4.391	LIA AGUIAR DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	22/10/1989
156	LUANA GABRIELA BARP	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/01/2000
TOLEDO - Médico 24h (SAMU)										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC ÉT CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
85	GABRIEL BAGAROLO PETRONILHO	5	3	4	32	88,00	88,00	APROV	1º	06/03/1999
3.138	ALYSSON GABRIEL PRESTES	6	4	4	30	88,00	88,00	APROV	2º	30/01/1999
2.433	ANA BEATRIZ FLORES	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	3º	22/08/2001
3.329	LAYSA BOEING	6	2	4	28	80,00	80,00	APROV	4º	03/01/1996
4.794	VITÓRIA CAROLINE REIS BONAFEDE	5	3	4	28	80,00	80,00	APROV	5º	21/05/1999
3.605	WITAKER DEUNER GONÇALVES	6	4	4	25	78,00	78,00	APROV	6º	15/07/1992
3.602	PATRICK WESLEY FERRI CARDOSO	2	3	4	29	76,00	76,00	APROV	7º	10/11/1999

2.752	THIAGO PANTOJA CORREA	5	3	4	26	76,00	76,00	APROV	8º	26/11/1985
4.152	DIEGO DA	2	2	4	29	74,00	74,00	APROV	9º	06/09/1990
258	HELTON JEFFERSON FARIAS	4	3	4	26	74,00	74,00	APROV	10º	01/10/1982
4.500	SERGIO RODRIGO BECKER QUADROS DA SILVA	6	2	4	25	74,00	74,00	APROV	11º	16/07/1995
4.424	MATHEUS FIDELES SCARAVONATTI	5	3	4	25	74,00	74,00	APROV	12º	17/01/1995
486	LUCAS CARVALHO DA MATA ALVES RIBEIRO LEOCADIO	5	3	4	25	74,00	74,00	APROV	13º	11/12/1998
2.849	JOAO VITOR OLIVEIRA SENE	2	2	3	29	72,00	72,00	APROV	14º	12/07/1998
1.965	NATÁLIA PERÃO DE LIZ	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	15º	28/09/1995
1.795	JOÃO DALTO VIGANÓ PASTRO	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	16º	27/12/1981
3.944	IGOR SCHNEIBERG ORANGES D'ALESSANDRO VIANA	5	4	4	23	72,00	72,00	APROV	17º	11/01/2002
2.179	IGOR DAL POZZO DA COSTA	1	3	4	27	70,00	70,00	APROV	18º	25/12/1997
1.502	JAQUELINE TRENTIN	4	2	4	25	70,00	70,00	APROV	19º	04/08/1994
2.297	EVA GONÇALVES E SILVA	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	20º	04/07/1995
4.675	ALESSANDRA DA COSTA	5	4	4	22	70,00	70,00	APROV	21º	05/11/1997
249	PAULO LUIZ DA CUNHA JUNIOR	3	3	4	24	68,00	68,00	APROV	22º	16/05/1985
323	MARA MILENA AGUERO VALENSUELA	4	3	4	23	68,00	68,00	APROV	23º	05/06/1995
3.343	ALEXANDRE HENRIQUE LACERDA DE MARI	5	4	4	21	68,00	68,00	APROV	24º	17/06/1998
1.485	LUCAS EDUARDO JOCHINS	3	3	2	25	66,00	66,00	APROV	25º	06/11/1997
365	AUGUSTO BERTOLDO	3	3	4	23	66,00	66,00	APROV	26º	14/06/1994
2.358	BRUNO LUÍS PINTO MOURA	4	4	4	21	66,00	66,00	APROV	27º	11/06/1990
3.692	THIAGO NEVES GERBER	2	2	3	25	64,00	64,00	APROV	28º	04/08/1984
3.828	MARCUS VINICIUS ZORZELA OLIVEIRA NEVES	2	3	3	24	64,00	64,00	APROV	29º	12/02/2001
3.974	FERNANDA ORLANDINI DO NASCIMENTO	4	1	4	23	64,00	64,00	APROV	30º	29/09/1990
3.549	GABRIELA MARIA BORGES DE OLIVEIRA SIQUEIRA	4	3	4	21	64,00	64,00	APROV	31º	20/12/1996
336	GUILHERME MARTINS DE FARIAS	3	2	3	23	62,00	62,00	APROV	32º	01/02/1990
3.022	ANNA LUIZA TEIXEIRA DELLA COSTA	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	33º	23/05/1998
2.646	LEONARDO MENEGUESSO BIDÓIA	4	4	3	20	62,00	62,00	APROV	34º	10/01/2000
4.006	LEONARDO FLAVIANO FAGUNDES DE OLIVEIRA	1	3	4	22	60,00	60,00	APROV	35º	28/11/1994
1.713	ROSELAINE WENTZ KOCH	3	3	4	20	60,00	60,00	APROV	36º	22/12/1979
3.169	MIRIAN LUCIA VENDRAMIN LAUXEN	3	3	3	20	58,00	58,00	APROV	37º	01/11/1983
3.040	PAULO SILAS BELTRAMI	1	4	4	20	58,00	58,00	APROV	38º	17/12/1986
712	WANDEMARIO LIRA DE BRITO	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	39º	24/07/1980
4.743	ELIZANDRO RIBEIRO CAMARGO	5	2	4	18	58,00	58,00	APROV	40º	22/02/1983
4.214	JOSE LUIS PINHEIRO BARCESSAT	4	3	4	18	58,00	58,00	APROV	41º	29/10/1985
3.904	LUMA MAGALHAES FERREIRA	3	3	4	17	54,00	54,00	APROV	42º	26/09/1992
4.024	LUANA DE CARALHO ARAUJO	4	3	4	16	54,00	54,00	APROV	43º	27/05/1993
1.869	ANDRÉ AUGUSTO FUJIKI	1	3	4	17	50,00	50,00	APROV	44º	26/10/1984
3.244	ELIANE FERREIRA GHIDINI	3	1	4	16	48,00	48,00	REPRO	--	13/11/1978
3.529	ALINE BRANDÃO QUEIROZ PRATIS	3	3	4	13	46,00	46,00	REPRO	--	24/07/1989
2.934	RICARDO BARBOSA DE LIMA	0	1	3	17	42,00	42,00	REPRO	--	19/11/1979
3.191	YUNET ACEVEDO VELAZQUEZ	0	2	3	16	42,00	42,00	REPRO	--	24/05/1984
4.333	LETHICIA FERRARIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/12/1998
602	BIANCA DA SILVA PRADO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/01/1997
1.325	EDUARDO FICAGNA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/11/1998
4.749	ADRIANO ANDRE SILVA SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/05/1976
246	BRUNA CAROLINE SACCHET	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/07/1995
3.469	BÁRBARA PIRES BUENO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/12/1997
4.805	LETICIA HELENA DOS REIS SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/08/1997
4.546	GRASIELLE MELISSA TAVARES MOREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/07/1978
4.808	ELOISA GONCALVES BRITO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/07/1998
1.714	VITÓRIA DAL PAI MELO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/09/2000
4.122	BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/12/1996
963	LUIZ ANTONIO FERREIRA PENHA JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/10/1980
1.250	LUANA PACHECO DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/05/1997
4.545	CAMILA RUBIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/03/1990
537	CAIO HENRIQUE NOBRE CABRAL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/10/1997
2.304	JÚLIA ZOBOLI CHIODI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/04/1998
1.434	FATIMA HARUMI TAKIGUCHI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/10/1991
4.498	BRUNA FERREIRA RAMOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/02/1992
1.050	KAMILA BORBA COELHO DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/04/1989
4.594	MARIO WESLEY FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/08/1995

2.678	THALITA IAROCZINSKI ALVES DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/11/1997
1.672	AMANDA FREIRES DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/01/1998
4.285	FERNANDA BÁRBARA MACÊDO RIBEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/12/1995
2.602	ITALO EDUARDO FRANCOLINO GUIRRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/02/2000
4.591	SIMONE FERREIRA ALVES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/04/1973
2.324	LEONARDO JOSÉ KUHN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/01/2000
4.769	JOÃO VICTOR FÁVERO LENHARDT	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/02/2002
2.545	BRENO BATISTA TAVARES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/06/1994

TOLEDO - Médico 24h (UPA)

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.231	VALENTINA NUNES FONTOURA DOS ANJOS	5	4	4	33	92,00	92,00	APROV	1º	20/05/1998
795	GABRIELA BRAVIM DE ARAUJO	5	3	4	33	90,00	90,00	APROV	2º	13/05/2001
1.582	ANA CAROLINA GRANDE	5	3	4	33	90,00	90,00	APROV	3º	22/02/2002
3.467	LEONARDO YUDI MATSUMOTO	4	4	4	33	90,00	90,00	APROV	4º	03/06/1993
3.066	DANIEL HENRIQUE FERREIRA MARTINS	6	4	3	32	90,00	90,00	APROV	5º	28/06/1999
2.315	ANNA VICTORIA VERGINASSI	6	4	4	31	90,00	90,00	APROV	6º	06/10/2000
1.294	PAOLA BERNARDI DA SILVA	6	4	4	31	90,00	90,00	APROV	7º	11/01/2001
620	SAMUEL PEDRO SOLIS RODRIGUES DA SILVA	6	3	4	31	88,00	88,00	APROV	8º	08/08/2000
2.664	VINICIUS FURLAN ERKMANN	6	4	4	30	88,00	88,00	APROV	9º	17/08/2001
4.436	LAURA MAROSTICA BRUSTOLIN	5	3	4	31	86,00	86,00	APROV	10º	07/05/1999
3.511	MATHEUS NOZOMI TSUTUMI	6	3	4	30	86,00	86,00	APROV	11º	30/04/2001
1.431	JOANA SIMIONI	5	4	3	30	84,00	84,00	APROV	12º	31/07/2000
3.662	CAROLINY GEHLEN	4	4	4	30	84,00	84,00	APROV	13º	15/12/2000
3.310	MATHEUS ROCHA JAVAROTTI	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	14º	01/03/1996
2.986	VICTORIA SCHUCH BORGES CHAVES	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	15º	02/11/1997
3.745	BRUNA SPIRONELLO ANSCHAU	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	16º	13/06/1998
1.109	ALLAN CEZAR FARIA ARAUJO JÚNIOR	5	4	4	29	84,00	84,00	APROV	17º	31/12/2001
4.801	GIUSEPPE OLIVEIRA ZANDONÁ	5	3	3	30	82,00	82,00	APROV	18º	07/08/2001
622	DANIELA DE CAMPOS PERIN	4	3	4	30	82,00	82,00	APROV	19º	09/02/2001
2.948	PAOLA REGINA MOMBACH LAZZARON	6	3	4	28	82,00	82,00	APROV	20º	08/03/2003
2.513	VICTOR NASCIMENTO DOS SANTOS	5	4	4	28	82,00	82,00	APROV	21º	02/03/2000
3.463	ELOISA CRISTINA PIEZZOTI OLIVEIRA	5	4	4	28	82,00	82,00	APROV	22º	19/09/2000
318	GISELA MALENA MACHADO PIENIAK	6	2	4	28	80,00	80,00	APROV	23º	30/10/1999
3.376	LEDIANA PEREIRA CARDOSO	5	3	4	28	80,00	80,00	APROV	24º	09/03/1983
1.416	LAURA BEATRIZ SEGAT	6	3	4	27	80,00	80,00	APROV	25º	05/03/2003
1.243	DARLAN BORGES MACEDO	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	26º	26/05/1999
3.059	MARIA LUIZA CAMPAGNOLO	5	4	4	27	80,00	80,00	APROV	27º	16/09/2000
601	SILVIO TAVARES NETO	6	4	4	26	80,00	80,00	APROV	28º	05/06/1998
1.851	LURIAN NATHALIA FRITSCH DOS REIS	5	3	3	28	78,00	78,00	APROV	29º	12/06/2001
2.453	MÔNICA LIZIANE DALLA POZZA	6	3	3	27	78,00	78,00	APROV	30º	04/09/1996
2.382	MARIA EDUARDA ESTEVES NUNES	6	3	3	27	78,00	78,00	APROV	31º	24/08/1998
798	VINICIUS KLOSOWSKI	5	3	4	27	78,00	78,00	APROV	32º	21/08/1996
2.166	OLGA CARVALHO GOMES DA COSTA	5	3	4	27	78,00	78,00	APROV	33º	04/06/1999
4.737	JOAQUIM FERNANDO VARGAS DORNELLES DA ROCHA	4	4	4	27	78,00	78,00	APROV	34º	23/09/1982
3.024	KATRINE DE SOUZA FERREIRA	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	35º	20/09/1998
4.831	GABRIEL EDUARDO AMARAL	5	4	4	26	78,00	78,00	APROV	36º	24/02/2001
3.450	CAROLINA MULLER DIAS	6	4	4	25	78,00	78,00	APROV	37º	12/03/1999
637	RAYSSA CRISTINA SOUZA	3	2	4	29	76,00	76,00	APROV	38º	17/04/1998
2.051	JHONNY ROCHA DE OLIVEIRA	4	3	3	28	76,00	76,00	APROV	39º	27/09/1997
4.167	ISADORA ORIGE RAUEN	4	2	4	28	76,00	76,00	APROV	40º	25/09/2000
4.159	RAMILLE MACHADO SALES NEULS	3	3	4	28	76,00	76,00	APROV	41º	07/12/1978
4.221	LUNA DE CASSIA BONOMO	3	3	4	28	76,00	76,00	APROV	42º	13/05/2002
951	JÚLIA BORTOLOZZO CAZARI	6	4	4	24	76,00	76,00	APROV	43º	23/08/2000
1.981	JOÃO GABRIEL KOVAL SANT'ANA	6	4	4	24	76,00	76,00	APROV	44º	09/10/2000
2.751	NATHALIA CRISTINA FIGUEIREDO CORREA	5	2	4	26	74,00	74,00	APROV	45º	03/05/1986
2.995	IGOR EIDI PIRES KAWAMOTO	4	3	4	26	74,00	74,00	APROV	46º	17/06/1999
4.162	BRUNA STHEPHANY RODRIGUES DOS SANTOS	3	4	4	26	74,00	74,00	APROV	47º	19/03/1998
897	PEDRO HENRIQUE CASTRO SILVA	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	48º	03/09/1998
3.618	MATHEUS CARVALHO DOMINGUES	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	49º	03/08/2000
548	LUCAS BADO	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	50º	16/10/2000
1.011	KAIK GABRIEL MORAES	4	4	4	25	74,00	74,00	APROV	51º	06/09/2003

990	CLEISON FERREIRA DA SILVA	6	3	4	24	74,00	74,00	APROV	52º	15/12/2000
2.493	ELENARA BRIDA RIBEIRO DE ASSIS	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	53º	03/05/1998
3.621	KAMILI CRISTINA DA SILVA	5	4	4	24	74,00	74,00	APROV	54º	25/09/2003
4.862	BIANCA LIMA ALESSI	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	55º	25/06/1997
3.542	THALIA MAYUMI KIMURA	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	56º	12/09/1997
2.684	PABLO GUARISCO FERREIRA	6	4	4	23	74,00	74,00	APROV	57º	30/08/1999
3.791	ASSIA JIHAD JOMAA	5	3	3	25	72,00	72,00	APROV	58º	27/10/2000
3.426	CLAUDETE BRIETZKE	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	59º	01/03/1983
3.355	NATALIA MARQUARDT ITO	4	3	4	25	72,00	72,00	APROV	60º	24/07/2002
4.274	PAULA VENTURINI PIVOTTO	5	3	4	24	72,00	72,00	APROV	61º	21/07/1999
4.854	MARIA FERNANDA PAREJA RIBEIRO	6	3	4	23	72,00	72,00	APROV	62º	02/12/1999
3.727	CLAUDIA REGINA STIIPP	2	2	4	27	70,00	70,00	APROV	63º	16/01/1995
4.795	MARIANA CASTRO OLIVEIRA	4	2	4	25	70,00	70,00	APROV	64º	28/03/1999
2.365	REGIANE RIBEIRO LIDUARIO	3	4	3	25	70,00	70,00	APROV	65º	02/05/1986
576	MATEUS BELL'AVER	5	3	3	24	70,00	70,00	APROV	66º	13/04/1999
2.927	ISRAEL DALMINA EMILIO AMADEU	4	3	4	24	70,00	70,00	APROV	67º	14/03/2000
3.036	ANA PAULA ASCARI MEURER CORREIA	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	68º	21/09/1998
3.364	TAÍSA YAMAGUCHI	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	69º	20/03/2001
3.480	VITORIA GABRIELA GRANDO	5	3	4	23	70,00	70,00	APROV	70º	01/01/2002
3.289	WANDERSON WRUK	4	4	4	23	70,00	70,00	APROV	71º	25/01/1985
3.251	FABIANO WICTHOFF DITTERT	4	4	4	23	70,00	70,00	APROV	72º	14/09/1989
1.448	LUCAS MOTTA PAZ	2	3	4	25	68,00	68,00	APROV	73º	03/03/1993
217	ROSANE MULLER DOS SANTOS	5	2	3	24	68,00	68,00	APROV	74º	27/03/1990
1.014	LETÍCIA LUMI NAKAMURA	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	75º	15/09/1999
3.613	CAMILA MOREIRA BARBOSA	5	3	4	22	68,00	68,00	APROV	76º	19/02/2001
3.652	MATHEUS LIRA HENZ	4	4	4	22	68,00	68,00	APROV	77º	10/06/1999
4.408	LUIZA TUSSET BOTTEGA	6	3	4	21	68,00	68,00	APROV	78º	11/11/2003
3.630	GUILHERME RAMOS LIMA	5	4	4	21	68,00	68,00	APROV	79º	16/06/2001
4.770	YASMINE OLIVEIRA LUNELLI	6	4	4	20	68,00	68,00	APROV	80º	22/05/1997
4.489	DANIELE LARISSA RODRIGUES DE SOUZA	3	2	4	24	66,00	66,00	APROV	81º	23/07/1999
3.725	DANIEL ALFREDO OBRIST DUARTE	2	3	4	24	66,00	66,00	APROV	82º	11/12/1992
1.892	GUSTAVO ANTONIO GONÇALVES LIMA	5	4	3	21	66,00	66,00	APROV	83º	14/07/1992
2.680	PAULO VITOR LEAL PEREIRA	4	4	4	21	66,00	66,00	APROV	84º	14/01/1998
532	NICOLAS TACIANO KUNKEL	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	85º	30/10/1997
4.135	MARIA EDUARDA TURCATTO	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	86º	27/02/1998
4.329	RAFAEL MESSIAS DE ARAUJO	5	4	4	20	66,00	66,00	APROV	87º	11/02/2002
1.778	MAYARA DE ALMEIDA LOEBLEIN	6	4	4	19	66,00	66,00	APROV	88º	14/04/1996
4.154	LUANA DA CRUZ DICK	3	4	4	21	64,00	64,00	APROV	89º	02/03/2001
877	CARLOS FERNANDO ZORZI FILHO	5	3	4	20	64,00	64,00	APROV	90º	27/12/1999
3.131	SABIN KHOURI	5	3	4	20	64,00	64,00	APROV	91º	14/10/2000
4.554	PEDRO REZEC RODRIGUES	4	4	4	20	64,00	64,00	APROV	92º	02/08/1998
3.700	MARCELO DE OLIVEIRA MACHADO	6	4	4	18	64,00	64,00	APROV	93º	10/09/1998
1.632	MARIAM WALID HAMDAN	4	2	3	22	62,00	62,00	APROV	94º	06/12/1995
864	ANA BEATRIZ DERENUSSON NELLI MARGATTO NUNES	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	95º	15/04/1997
4.048	LETÍCIA RIBEIRO COSTA	4	2	4	21	62,00	62,00	APROV	96º	16/07/2001
2.922	NATYELE RIPPEL SILVEIRA	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	97º	21/06/1990
2.991	RAFAELA POLONI FERREIRA	3	3	4	21	62,00	62,00	APROV	98º	23/12/1998
2.935	NICOLY MAGNES SEHN	5	2	4	20	62,00	62,00	APROV	99º	31/03/1998
2.384	SÂMERA HENDGES HEIDEMANN	5	2	4	20	62,00	62,00	APROV	100º	12/07/1999
2.129	PEDRO HENRIQUE MACHADO	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	101º	05/07/2000
4.019	MONIQUE VIEIRA GERALDO	4	3	4	20	62,00	62,00	APROV	102º	25/07/2001
3.667	LEONARDO DE FREITAS CARDOSO	3	4	4	20	62,00	62,00	APROV	103º	12/08/1996
43	CLEVERTON ESMA LIMA	5	3	4	19	62,00	62,00	APROV	104º	25/07/1996
188	GABRIEL PEREIRA DOS SANTOS	2	2	4	22	60,00	60,00	APROV	105º	24/01/2001
3.453	RICARDO CORDEIRO BATISTA	5	2	4	19	60,00	60,00	APROV	106º	10/08/1999
2.106	IAN THEODORO RUDENCO GOMES PALMA	5	4	4	17	60,00	60,00	APROV	107º	27/05/1999
3.277	JOANA MARTINS PACHECO	3	2	3	21	58,00	58,00	APROV	108º	22/07/2001
889	RAFAELA BEARZI RESTON	4	2	3	20	58,00	58,00	APROV	109º	20/05/2000
1.643	SAULO GUILHERME SILVA RIBEIRO	3	3	4	19	58,00	58,00	APROV	110º	17/09/1997
2.238	MATHEUS FELIPE BERNARDI	4	3	4	18	58,00	58,00	APROV	111º	16/05/2001
4.166	REINALDO LUIS SIMONETTO FIORELLO	3	4	4	18	58,00	58,00	APROV	112º	16/09/2000

2.066	MONICA PATRICIA DE SOUZA	4	4	4	17	58,00	58,00	APROV	113º	28/08/1992
2.647	VINÍCIUS MENEGUESSO BIDÓIA	4	4	4	17	58,00	58,00	APROV	114º	16/10/2002
1.899	LYANDRA CRISTINA BOSI	3	1	3	21	56,00	56,00	APROV	115º	30/07/1999
2.197	GABRIEL TURRA KUCHINISKI	5	4	3	16	56,00	56,00	APROV	116º	14/07/1997
4.680	GUILHERME HENRIQUE ANDERLE	6	3	4	15	56,00	56,00	APROV	117º	13/02/2000
2.848	MATHEUS PEREIRA CRUZ	1	1	3	22	54,00	54,00	APROV	118º	02/07/1998
3.221	ESTEFANY SARTORELLI ALCANTARA	2	1	3	21	54,00	54,00	APROV	119º	26/05/1999
1.120	ANA CAROLINE DA COSTA	3	2	4	18	54,00	54,00	APROV	120º	09/05/1994
2.217	MAYARA GESSI ZANETTIN	4	4	3	16	54,00	54,00	APROV	121º	01/02/1992
3.545	VITÓRIA CAROLINE EGUES CASTRILLON	4	4	3	16	54,00	54,00	APROV	122º	13/05/2000
2.357	EDUARDA SILVA MULLER	4	3	4	16	54,00	54,00	APROV	123º	16/10/1995
3.194	GUILHERME AUGUSTO DE BORBA	4	4	2	16	52,00	52,00	APROV	124º	08/03/1994
3.753	ANA CRISTINA HRECIUK	4	3	4	15	52,00	52,00	APROV	125º	22/10/1995
2.703	GABRIELLA FLORES COMARELLA	5	4	4	13	52,00	52,00	APROV	126º	05/12/1996
3.673	JULIANA ARAUJO FARIAS VESCOVI	3	1	3	18	50,00	50,00	APROV	127º	22/09/1996
3.030	BARBARA BREDOW	3	1	3	18	50,00	50,00	APROV	128º	09/04/1998
1.106	DANIEL VIEIRA DA CRUZ	3	2	3	17	50,00	50,00	APROV	129º	30/07/1985
1.115	CRISTIANE RIBEIRO	4	1	4	16	50,00	50,00	APROV	130º	16/08/1983
3.387	ISABELA MONTEIRO HORTOLAM	5	3	3	14	50,00	50,00	APROV	131º	08/05/1999
1.945	MARIA AUGUSTA BRACHT	5	2	4	14	50,00	50,00	APROV	132º	19/06/1998
3.002	JHONATHAN DA SILVA TEOTONIO	2	2	3	17	48,00	48,00	REPRO	--	02/05/1992
2.717	VICTÓRIA SULDOFSKI LUCCA	4	4	4	12	48,00	48,00	REPRO	--	03/10/2003
3.957	LARISSA PORTILHO AGUIAR	2	1	3	17	46,00	46,00	REPRO	--	29/09/2000
4.494	CAMILA CRISTINA STEINMETZ BECKER	1	2	4	16	46,00	46,00	REPRO	--	03/08/1991
928	DEBRAIL ALVES NETO	2	1	3	16	44,00	44,00	REPRO	--	20/07/1981
3.114	JONATA MARCIEL MARTINS FERREIRA	1	4	4	12	42,00	42,00	REPRO	--	14/02/2001
1.087	JAÍNE FRIGHETTO	2	2	3	13	40,00	40,00	REPRO	--	04/07/2001
3.759	WALDICLEA CARDOSO FONSECA	3	1	2	13	38,00	38,00	REPRO	--	20/06/1978
4.839	GISLAINE BERGAMO DOS SANTOS	1	2	3	11	34,00	34,00	REPRO	--	17/04/1979
3.390	DÉBORA DA SILVA CONCEIÇÃO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/06/1991
1.937	GABRIELLA KOZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/06/1998
4.506	LUIS HENRIQUE FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/04/1999
689	PAOLA LIS OCHIAL DE BARROS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/04/1999
4.806	DANIELA VIEIRA DE PAULA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/12/1994
3.056	JENNEFER DE SOUSA LUZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/05/2000
4.719	LARISSA COMPANHONI PANIS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/07/1998
507	ALYSSON AÑEZ ALCANTARA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	15/12/1992
3.800	NATANI GAIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/05/1999
2.157	MOISES GOMES PEREIRA JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/06/1988
3.552	TIAGO SPRICIGO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/06/1986
747	MAYKON LUIZ REBERTE CUNHA ROSSI	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/07/1992
1.590	ISABELA MACEDO RIBAS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/09/1997
3.522	VITÓRIA ADAMEK PILOTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/12/1997
1.707	CESAR KUHNEN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	27/08/1989
1.335	LUANI RISSO CARDOSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/06/1992
2.155	ELOARA DA SILVA FRAILE GOMES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/06/1999
2.125	MATHEUS NEVES DE LIMA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/09/1995
629	AMANDA ZAMONER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/08/1999

TOLEDO - Motorista Socorrista

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
469	JOSUE MARCOS DA SILVA	4	5	4	17	75,00	75,00	APROV	1º	17/12/1994
4.889	MICHAEL LARIO HIRSCH	3	5	5	17	75,00	75,00	APROV	2º	20/11/1993
3.265	GUSTAVO HENRIQUE SANDESKI	5	4	3	17	72,50	72,50	APROV	3º	24/03/1997
1.126	EDUARDO COSMANN	2	4	4	18	70,00	70,00	APROV	4º	10/12/2001
2.923	WILLIAN CESAR BLOOT	4	4	3	17	70,00	70,00	APROV	5º	08/06/1985
4.503	ADRIANO JANN MOTTA	2	5	5	16	70,00	70,00	APROV	6º	16/06/1981
4.367	RODRIGO RUIS DE OLIVEIRA	2	4	4	17	67,50	67,50	APROV	7º	20/03/1997
1.985	LAYRA CRISTINA ARUDA	3	4	4	16	67,50	67,50	APROV	8º	24/07/1995
3.964	MADERSON ALVES FERREIRA	1	4	2	19	65,00	65,00	APROV	9º	29/04/1989
959	EVELTON DOS SANTOS PEREIRA	1	4	5	16	65,00	65,00	APROV	10º	02/12/1978
41	LUIZ FERNANDO CHAVES	4	3	4	15	65,00	65,00	APROV	11º	28/03/2000

2.481	EDUARDO FERREIRA RAMOS	1	5	5	15	65,00	65,00	APROV	12º	10/08/1990
800	JEFERSON RICARDO CARDOZO	3	2	4	16	62,50	62,50	APROV	13º	12/06/1991
4.659	LUCAS LISOWSKI CARVALHO	3	3	5	14	62,50	62,50	APROV	14º	06/08/2003
3.242	ANDERSON LUÍS MAFFIOLETI	2	4	3	15	60,00	60,00	APROV	15º	12/05/1989
1.002	WILLIAN VICTOR DE SOUSA	2	3	4	15	60,00	60,00	APROV	16º	27/09/1996
2.036	LUIZ VILSON SCHEID	1	5	4	14	60,00	60,00	APROV	17º	09/06/1975
4.542	LOYANE GABRYELLE MARQUES VARJAO	4	2	5	13	60,00	60,00	APROV	18º	21/05/2000
2.411	HERNAN JOSE DE LIMA SANTOS	1	0	4	18	57,50	57,50	APROV	19º	27/08/1978
4.320	TIAGO CARDOSO SIEVES	1	2	3	17	57,50	57,50	APROV	20º	27/02/1995
3.999	ANDERSON RODRIGO DE SOUZA	4	3	5	11	57,50	57,50	APROV	21º	26/08/1984
611	GIZELE CAVALHEIRO DA SILVA	1	1	4	16	55,00	55,00	APROV	22º	28/09/1989
1.882	CRISTIAN DIEGO ALMADA BALBINO	0	1	5	16	55,00	55,00	APROV	23º	06/04/1993
4.588	MAIARA ALVES DE JESUS	4	0	3	15	55,00	55,00	APROV	24º	19/07/1996

2.016	CLEOFAS GONCALVES	1	1	3	16	52,50	52,50	APROV	25º	03/09/1985
1.229	FÁBIO JUNIOR PEREIRA	3	2	5	11	52,50	52,50	APROV	26º	03/04/1994
825	OZIEL MELO DE VASCONCELOS	1	1	5	13	50,00	50,00	APROV	27º	08/12/1987
3.685	ADEMAR BARBOSA DA SILVA	3	2	3	12	50,00	50,00	APROV	28º	28/01/1992
2.758	ADEMAR WAGNER	0	3	5	12	50,00	50,00	APROV	29º	07/10/1981
1.698	DIEGO ALAN DREY DA ROCHA	4	2	3	11	50,00	50,00	APROV	30º	14/06/2003
4.025	UESLEN BARBOSA CARDOSO	1	2	2	14	47,50	47,50	REPRO	--	05/12/1993
3.531	ARISTON JOHN BORGES RODRIGUES	2	2	2	13	47,50	47,50	REPRO	--	02/02/2000
477	FÁBIO GONÇALVES DIAS	0	1	5	13	47,50	47,50	REPRO	--	29/05/1993
4.744	ARGEO MONTEIRO DA SILVA	1	3	3	12	47,50	47,50	REPRO	--	30/08/1973
3.788	WILLIAM DIEGO CAIRES	0	3	4	12	47,50	47,50	REPRO	--	28/10/1989
967	DIONATHAM BLOCHENSKI	3	2	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	10/09/2004
2.707	GELCIMAR ALVES PEREIRA	2	0	4	12	45,00	45,00	REPRO	--	07/11/1985
1.977	EVERTON JÚNIOR MIGUEL	0	3	4	11	45,00	45,00	REPRO	--	01/05/1992
2.761	VINICIUS GABRIEL BARBOSA DA SILVA	2	2	3	10	42,50	42,50	REPRO	--	23/12/1999
964	EDEVILSON DE SOUZA LEAL	0	4	3	10	42,50	42,50	REPRO	--	30/07/1981
592	CLODOALDO VIEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/01/1980
721	CRISTIANO LOURENCO DE SOUZA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/10/1990
4.502	DOUGLAS DA COSTA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/10/1988
4.842	FLAVIO PINHEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	25/07/1966
1.131	GABRIEL HENRIQUE KOLODZIEJ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/03/2000
4.039	LUIZ ARAUJO DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/03/1981
4.123	MARCIANO ANDRE WECKER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/01/1993
3.250	MAYCON ANTÔNIO HEREK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/02/1994
2.994	SAMUEL SYLVESTER FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	05/05/1997
4.641	SANDRO JUNIOR VALENTE QUEIROZ	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/12/2002
4.703	VAGNER RENAN SANTANA LINK	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/05/1996
1.022	VALDINEI DE OLIVEIRA GUERRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/09/1982

TOLEDO - Nutricionista

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC ÉT CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.922	NICOLE TERRA DA SILVA	6	4	4	36	100,00	100,00	APROV	1º	18/11/2001
3.122	PRISCILA KIELING	3	1	4	36	88,00	88,00	APROV	2º	17/03/1999
896	EVELINE DALLA COSTA MARTINS DA SILVA	3	3	3	35	88,00	88,00	APROV	3º	20/08/1986
4.725	RAFAEL BARACY MARQUES	3	3	3	35	88,00	88,00	APROV	4º	04/05/2002
2.904	MILENE APARECIDA DE MOURA GLAAB	1	3	4	35	86,00	86,00	APROV	5º	15/09/2002
3.750	PATRYCIA MARIA MORAES MIEHE	5	3	3	32	86,00	86,00	APROV	6º	07/09/1984
3.826	BIANCA WATANABE	5	0	3	33	82,00	82,00	APROV	7º	15/02/1999
2.184	ANGELA MARCIA DOS SANTOS	3	3	4	30	80,00	80,00	APROV	8º	12/06/1973
4.361	JOICE MAYARA CARDOSO DE ARAÚJO	3	2	4	30	78,00	78,00	APROV	9º	11/08/1997
1.404	MARIA EDUARDA CAMARGO	3	2	3	29	74,00	74,00	APROV	10º	08/05/2005
4.481	JORGE MACHADO ALENCAR	0	3	4	29	72,00	72,00	APROV	11º	12/11/1962
1.872	GABRIEL KARAN PERMONIAN SOARES	1	1	3	29	68,00	68,00	APROV	12º	05/12/2003
202	ELIANA DE SOUZA DE SA MOTTER	1	1	1	13	32,00	32,00	REPRO	--	12/05/1982
3.462	MARIANE BARBOSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/02/2003
1.475	HYRANA GABRIELA LUCAS GUADAGNINI CANDIDO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	14/10/2003

TOLEDO - Técnico em Enfermagem (SAMU)

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.651	GRACIELLE DO AMARAL PEREIRA	3	4	4	14	62,50	62,50	APROV	1º	07/12/1994
2.801	CAUANA CORREIA DE SOUZA	2	5	4	14	62,50	62,50	APROV	2º	15/02/1988
3.473	TATIANI PRADO DA SILVA ALEIXO	2	3	5	14	60,00	60,00	APROV	3º	05/08/1985
1.444	ELAINE MARIA PICK	3	3	4	12	55,00	55,00	APROV	4º	30/06/1978
1.298	ANA PAULA THOME	4	4	4	10	55,00	55,00	APROV	5º	06/03/1997
3.809	KETLYN PATRICIA MAGALHAES DE OLIVEIRA	1	3	4	13	52,50	52,50	APROV	6º	03/07/1996
3.139	ROSELI FERRREIRA COELHO	3	3	4	11	52,50	52,50	APROV	7º	14/03/1974
3.070	DANIELI FERNANDA DOS REIS KOLLING	3	4	4	10	52,50	52,50	APROV	8º	27/05/1990
714	ELIZABETE PIRES NUNES	3	2	3	12	50,00	50,00	APROV	9º	09/08/1995
3.325	IZABELA REGINA SAVARIS	3	3	4	10	50,00	50,00	APROV	10º	23/10/2002
2.747	JULIANA CRISTINA FIUSA	4	3	4	9	50,00	50,00	APROV	11º	05/03/2001
2.019	HEMERSON DOS SANTOS ALMEIDA	5	2	5	8	50,00	50,00	APROV	12º	09/03/2001
143	KAINAN GABRIEL DE CAMPOS	3	4	5	8	50,00	50,00	APROV	13º	23/04/1999
3.540	LUIZ CARLOS PAIM DE ANDRADE	2	3	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	09/05/1982
4.846	CARLIANE PINTO BARBOSA	4	3	4	8	47,50	47,50	REPRO	--	21/08/1988
2.504	REGINA COELHO SIQUEIRA	2	1	4	11	45,00	45,00	REPRO	--	10/02/1988
3.332	ERICA DE OLIVEIRA DA SILVA	2	3	3	10	45,00	45,00	REPRO	--	21/12/1985
1.730	ARNALDO GABRIEL MARECOS JAIME	2	2	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	18/03/2005
4.488	MATHEUS HENRIQUE DOS REIS LIMA	2	2	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	06/09/2000
2.873	JESSICA XAVIER CARMO	3	2	4	8	42,50	42,50	REPRO	--	18/07/2005
326	VANESSA DOMINGUES GARCIA	2	3	5	7	42,50	42,50	REPRO	--	12/04/1993
4.197	REGIANE CRISTINE BISPO	0	2	4	10	40,00	40,00	REPRO	--	04/03/1987
1.644	BRUNA SOUZA DOS SANTOS	2	1	5	8	40,00	40,00	REPRO	--	16/03/1997
51	KEILA REGINA ORTIZ	1	2	5	8	40,00	40,00	REPRO	--	16/01/1986
1.149	GISELE BATISTA DOS SANTOS FERREIRA	1	4	4	7	40,00	40,00	REPRO	--	19/08/1998
1.929	SIDINEIA LUIZ GONÇALVES	1	0	4	10	37,50	37,50	REPRO	--	24/08/1986
2.753	LIDIANE DE SOUSA VASCONCELOS	1	1	4	9	37,50	37,50	REPRO	--	27/03/1987
1.769	PRISCILA REFATTI	2	2	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	22/05/1991
826	JÉSSICA CAROLINE SANTANA	2	3	4	6	37,50	37,50	REPRO	--	15/02/1995
2.579	JURACI CARDOSO GERONIMO	2	1	3	8	35,00	35,00	REPRO	--	01/04/1979
3.518	JOÃO TOMAZ DA MOTA	3	0	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	06/08/1970
8	TOMAZ LIMA DOS SANTOS	2	0	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	26/03/1999
2.886	PÁBILA DOS SANTOS COSTA	0	2	5	7	35,00	35,00	REPRO	--	15/03/1992
3.454	GABRIELA CAROLINE FERGUTZ	4	0	5	5	35,00	35,00	REPRO	--	05/03/2004
395	JOEL FLORENTINO DE SOUZA	1	3	2	7	32,50	32,50	REPRO	--	20/12/1987
1.619	ADELSO ROBAK ROSA	2	2	3	6	32,50	32,50	REPRO	--	08/02/1978
587	FABIANE SOARES DIAS ALMEIDA	1	2	3	6	30,00	30,00	REPRO	--	30/12/1988
614	LUCIANA CALOU DA PAIXAO	2	1	2	6	27,50	27,50	REPRO	--	02/04/1993
975	JAQUELINE DUARTE DO NASCIMENTO	1	2	2	6	27,50	27,50	REPRO	--	03/02/1990
3.831	LAURA HELENA MAIA DA COSTA	0	0	4	6	25,00	25,00	REPRO	--	08/08/1980
2.009	YARA ANGELO MARTINS	2	0	4	4	25,00	25,00	REPRO	--	29/11/2001
4.694	FABIO DE SOUSA FERREIRA	0	0	4	4	20,00	20,00	REPRO	--	05/09/1996
4.158	ALEXSANDRO ROSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	10/08/1994
3.686	ANGELA CRISTINA BENASSI BACCHI BASTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	11/09/1982
1.974	CINTIA CRISTINA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/04/1995
930	CLIZZILA SAMANTHA TEIXEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/12/2005
1.058	DAYANNE DE ALMEIDA MATOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/09/2004
623	GEANE APARECIDA NASCIMENTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	03/07/1989
687	GIRLAYNE FRAZAO BEZERRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/06/1997
2.178	JOANA DARC OLIVEIRA RAMOS DE ALCANTARA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/06/1978
397	JOSIMAR FRANCISCO VIEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/11/1986
1.423	LUCILENE SOUZA DA TRINDADE	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/03/1985
4.608	NELSON FAGUNDES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/12/1972
1.821	PATRICIA SOUSA PEREIRA DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/08/1997
818	RAQUEL CRISTINA CARRARO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/07/1984
1.272	SUELI MEZABARBA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/10/1978
731	VALDIRENE APARECIDA FERMINO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/09/1987
396	VANIA FATIMA GEHLEN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/06/1990

TOLEDO - Técnico em Enfermagem (UPA)

Inscrição	Candidato	L.P	MAT	NOC. ET. CID	C. ESP	T.P.O.	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.808	ROSELI ROSA DA SILVA MOTA	2	4	4	16	65,00	65,00	APROV	1º	24/11/1977
857	ROBERSON THIAGO BERTOLIN	2	5	5	14	65,00	65,00	APROV	2º	14/11/1987
3.360	WANESSA BEATRIZ DIAS CARDOZO	4	4	5	11	60,00	60,00	APROV	3º	15/12/2002
802	ADCLEY DOS SANTOS MORAES	3	5	5	11	60,00	60,00	APROV	4º	30/10/1996
2.881	KELLY CARINA LOHMANN	1	3	5	13	55,00	55,00	APROV	5º	09/01/1989
725	PEDRO HENRIQUE DA FONSECA	4	2	4	12	55,00	55,00	APROV	6º	04/03/2003
3.419	THAINÁ DE MELO COELHO	3	2	4	12	52,50	52,50	APROV	7º	12/09/1999
3.833	CINTIA CAROLAINE SCHONS DOS SANTOS	3	3	4	11	52,50	52,50	APROV	8º	22/07/2001
2.462	IZAURA CLAUDETE DE MERCEDES IARUCHWSKI	4	4	5	8	52,50	52,50	APROV	9º	24/03/1991
4.885	JUCELIA VIEGAS PEREZ	1	1	3	15	50,00	50,00	APROV	10º	22/10/1990
4.571	SILVANIA CRISTINA JOSÉ AGOSTINHO	2	3	3	12	50,00	50,00	APROV	11º	26/05/1977
1.031	MARIA BERNÁGINA ALVES MAGALHÃES	2	2	5	11	50,00	50,00	APROV	12º	18/11/1971
3.259	SIMONE DOS SANTOS PETRONILIO	1	4	5	10	50,00	50,00	APROV	13º	05/05/1987
314	RAFAELLA ZOTTIS SANCHES	3	3	5	9	50,00	50,00	APROV	14º	24/08/1993
655	ROSILENE ELIZA DE SOUZA BRAGA	4	3	5	8	50,00	50,00	APROV	15º	15/08/1987
253	ANDREIA PONTIM DO NASCIMENTO	4	4	5	7	50,00	50,00	APROV	16º	16/12/1984
3.264	CLAIR ELIANE DOS SANTOS DO NASCIMENTO	1	2	4	12	47,50	47,50	REPRO	--	23/01/1980
3.479	ANGÉLICA CRISTINA DOS SANTOS	3	3	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	01/05/1998
412	TALITA MARTINES NEVES DE LIMA	2	3	5	9	47,50	47,50	REPRO	--	04/05/1988
2.228	THIAGO PIRES SOARES	4	5	4	6	47,50	47,50	REPRO	--	06/02/2002
2.561	BRUNA FRANCIELE DE PAULA	2	3	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	01/11/1987
4.195	ANA CRISTINA CAMPOS	1	3	5	9	45,00	45,00	REPRO	--	14/12/1986
4.176	ROSANGELA LUIZA RODRIGUES BARBOSA DE JESUS	3	3	5	7	45,00	45,00	REPRO	--	21/07/1978
1.736	ANABEL MEDEIROS DOS SANTOS	2	2	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	11/04/1999
657	NILSON CAMILO DE ANDRADE	2	4	3	8	42,50	42,50	REPRO	--	22/04/1977
4.107	ALINE FRANCIELLE GOMES	2	2	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	16/11/1983
3.648	NATÁLIA VITÓRIA FREITAG	1	3	5	8	42,50	42,50	REPRO	--	13/01/1998
1.635	ROSENEIDE DO NASCIMENTO LIMA	3	4	3	7	42,50	42,50	REPRO	--	12/10/1969
1.777	JANAINA BARRETO DA SILVA	2	3	5	7	42,50	42,50	REPRO	--	27/06/1987
1.760	PATRICIA SIMONE DO CARMO GABRIEL	2	3	5	7	42,50	42,50	REPRO	--	29/11/1976
3.101	ANA CLAUDIA WRUK STARK	3	3	5	6	42,50	42,50	REPRO	--	30/01/1996
845	KIMBERLI FERNANDA ALVES DE LIMA	3	4	5	5	42,50	42,50	REPRO	--	20/02/2001
2.959	PATRICIA MAIARA DA SILVA FERREIRA	2	1	3	10	40,00	40,00	REPRO	--	15/09/1996
2.731	ANDRE CARLOS DE SOUZA	2	1	4	9	40,00	40,00	REPRO	--	30/05/1993
3.770	VILMA VIEIRA LIMA	2	1	4	9	40,00	40,00	REPRO	--	12/11/1971
2.502	ADRIANE CRISTINA HUBNER	2	1	5	8	40,00	40,00	REPRO	--	30/08/1985
752	ELIANE DE OLIVEIRA ABREU	1	4	3	8	40,00	40,00	REPRO	--	06/05/1990
2.124	MAGNA CARLYLE MILNIKEL	1	3	3	8	37,50	37,50	REPRO	--	23/08/1988
2.518	CRISTIANE DA SILVA LIMA	3	2	3	7	37,50	37,50	REPRO	--	12/12/1984
2.266	ROSANI SANTA MARTINELLI GROELER	3	1	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	23/10/1970
4.149	JESSICA TALITA FILHO	2	2	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	22/10/1991
355	FRANCIELE LUCIA BELLON	1	3	4	7	37,50	37,50	REPRO	--	12/12/1985
3.969	LEIA FERNANDA BARTOLOMEU	3	3	3	6	37,50	37,50	REPRO	--	31/08/1996
2.746	MARIA MARCIELE KOSTKA DE SALOMAO	3	3	3	6	37,50	37,50	REPRO	--	18/01/1989
3.846	REBECA SILVA LEITE	3	2	4	6	37,50	37,50	REPRO	--	04/04/2005
3.493	DOUGLAS RAYSON SILVA COSTA	2	2	5	6	37,50	37,50	REPRO	--	28/12/1996
2.372	WANDERLEY DA SILVA FIRMINO	1	0	5	8	35,00	35,00	REPRO	--	20/07/1975
2.291	ROSINETE FABIAN PIANCOL	0	2	4	8	35,00	35,00	REPRO	--	24/11/1980
4.264	MARIA CONCEIÇÃO SANTOS SILVA	3	1	3	7	35,00	35,00	REPRO	--	28/01/1968
3.591	JADSON SILVA DOS SANTOS	2	2	3	7	35,00	35,00	REPRO	--	26/04/1988
2.915	MONICA BUENO VALADAO	2	2	3	7	35,00	35,00	REPRO	--	17/05/1985
3.034	MARIA APARECIDA FERREIRA GANDARA GONÇALVES	1	2	4	7	35,00	35,00	REPRO	--	20/09/1976
235	SAMIRA BAHIA FACCIOCHI	3	1	4	6	35,00	35,00	REPRO	--	02/05/2002
348	DANIELE MARIA DE SÁ CERQUEIRA	2	2	5	5	35,00	35,00	REPRO	--	18/08/1984
89	ELAINE GONÇALVES DOS SANTOS	1	0	3	9	32,50	32,50	REPRO	--	28/10/1989
2.336	PETTERSON CARLOS BATISTA SANTOS	0	0	4	9	32,50	32,50	REPRO	--	06/01/1998
3.678	JESINARA SILVA LEITE	2	0	4	7	32,50	32,50	REPRO	--	10/04/1997
939	ROSENI ROSA DE SOUZA	2	3	2	6	32,50	32,50	REPRO	--	05/05/1980
2.268	LARISSA GOMES PEREIRA	2	0	5	6	32,50	32,50	REPRO	--	21/03/1997
4.095	JOYCE GONÇALVES DA SILVA	1	2	4	6	32,50	32,50	REPRO	--	12/01/1996

589	ELIELMA MATOS DE SOUZA	2	1	5	5	32,50	32,50	REPRO	--	21/04/1983
3.232	CRISTIANE SCHMIDT FRANCA	1	3	4	5	32,50	32,50	REPRO	--	19/06/1986
4.576	IONI ALVES CARDOSO FERNANDES DE ARAUJO	2	0	4	6	30,00	30,00	REPRO	--	04/03/1977
4.449	LEIGESIANE DOS SANTOS	1	1	4	6	30,00	30,00	REPRO	--	11/08/1986
3.098	ELLEN PATRICIA DE FREITAS	1	2	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	04/05/1987
1.678	MARLENE ORTIZ DE ARAUJO	0	0	2	9	27,50	27,50	REPRO	--	14/06/1987
1.418	FRANCIELE PADILHA	1	1	2	7	27,50	27,50	REPRO	--	13/07/1982
3.255	ELIANE APARECIDA BELLON REIS	1	1	3	6	27,50	27,50	REPRO	--	18/07/1987
3.708	ELISETE APARECIDA MOREIRA	1	2	3	5	27,50	27,50	REPRO	--	17/05/1982
3.796	LAUCIELI DIAS CORREIA	1	0	4	5	25,00	25,00	REPRO	--	21/10/1996
884	SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA DOS SANTOS	1	2	1	5	22,50	22,50	REPRO	--	28/12/1974
654	SHIRLEY LIRIANE DOS SANTOS	2	0	3	3	20,00	20,00	REPRO	--	24/02/1980
4.734	ANDREIA SANTANA SCAIN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/09/1978
2.587	BRUNA JENNIFER BIAZOTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	31/08/1996
461	CARLA DIONISIO BINOTTO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/02/1993
3.914	DALVA WALTEMAN ZANROSSO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	29/11/1969
925	EVELIN TATIANE JEGGLE SERAFIM	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	26/06/1996
448	INGRID APARECIDA XAVIER DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/11/1983
2.275	IVANIR DE ALMEIDA PINHEIRO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	24/04/1978
1.669	JOICE CAROLINE KUHN	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/05/1996
1.341	JOSELI STROHER	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	18/06/1993
1.299	JUCENI DOS SANTOS DREY	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	19/10/1971
373	KARINY COSTA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	17/01/1996
898	LORENI PAULINO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	13/12/1985
28	MARIANA MALVESTIO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/05/2001
2.635	MARLI DILL	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	08/03/1978
4.663	MAYCON DOUGLLAS BERALDO SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	02/07/2000
4.439	SABRINA AVELINO BARBOSA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	01/10/1999
340	TATIANE OLIBONE DE CAMARGO	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	28/12/1985
TRÊS BARRAS DO PARANÁ - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
388	JESSICA THALYA ANTUNES DE SOUZA	1	4	4	10	47,50	47,50	REPRO	--	16/06/1997
3.346	JOAO VITOR LUIZ	4	2	3	9	45,00	45,00	REPRO	--	02/03/1999
2.192	IANCA FONTANA DA SILVA	2	4	4	7	42,50	42,50	REPRO	--	30/03/1996
1.893	ROSANE OLIBONI DA SILVA	0	3	5	7	37,50	37,50	REPRO	--	05/10/1992
3.268	GISELI APARECIDA FERREIRA	2	1	3	7	32,50	32,50	REPRO	--	24/05/2002
3.959	VERONICA SUTIL DE OLIVEIRA THOMAZONI	0	1	5	6	30,00	30,00	REPRO	--	22/01/1989
TUPÃSSI - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
4.851	RODRIGO GONÇALVES BORGES	3	4	5	15	67,50	67,50	APROV	1º	22/10/1984
2.676	ORLANDO JOSÉ CORREIA	2	5	5	14	65,00	65,00	APROV	2º	03/08/1978
2.136	ANDREA BURDELAKE	3	3	5	14	62,50	62,50	APROV	3º	18/11/1987
1.745	SIMONE DE OLIVEIRA MARTINS	2	3	4	15	60,00	60,00	APROV	4º	26/06/1983
2.832	CLEITON DOMINGUES PIVA	2	5	3	13	57,50	57,50	APROV	5º	24/08/1993
1.751	EURICO DE OLIVEIRA	1	0	5	15	52,50	52,50	APROV	6º	21/09/1980
1.743	ROGERIO DEBONI SEREIA	0	4	3	14	52,50	52,50	APROV	7º	17/02/1985
3.311	JOAREZ DE OLIVEIRA THOMAZ	2	3	3	12	50,00	50,00	APROV	8º	15/05/1985
342	FABIO MENDES	1	2	2	14	47,50	47,50	REPRO	--	16/11/1990
2.168	MARIA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	0	2	4	13	47,50	47,50	REPRO	--	05/10/1969
TUPÃSSI - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
17	NIVALDO DUTRA PASTUSKO NEUBERGER	3	4	5	11	57,50	57,50	APROV	1º	20/12/1987
3.743	MARCIA DAPONT DA SILVA	3	4	4	7	45,00	45,00	REPRO	--	01/11/1984
948	LENIR OLIVEIRA MARTINS DE FREITAS	2	5	4	7	45,00	45,00	REPRO	--	27/06/1991
3.243	CRISTINA DA SILVA DO NASCIMENTO	2	1	5	4	30,00	30,00	REPRO	--	25/12/1974
VERA CRUZ DO OESTE - Motorista Socorrista										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
735	FELIPE GABRIEL FERNANDES SPIERING	5	5	5	15	75,00	75,00	APROV	1º	18/02/2001
2.549	NELSON EDUARDO BACKES	3	4	5	16	70,00	70,00	APROV	2º	31/07/2001
1.363	ALBERTO LUIZ VANONI JUNIOR	2	2	4	19	67,50	67,50	APROV	3º	25/07/1996
411	GENIVALDO DE OLIVEIRA SANTOS	1	4	3	18	65,00	65,00	APROV	4º	25/08/1987

2.302	CLAUDINEIA LAGO DE MOURA	3	5	5	13	65,00	65,00	APROV	5º	10/03/1991
893	THIAGO DORNELLES BRAJAK	2	2	5	16	62,50	62,50	APROV	6º	05/02/1985
225	CLEBER LUIZ DE OLIVEIRA	2	1	3	15	52,50	52,50	APROV	7º	10/09/1992
2.215	JEFERSON LUIZ MARTINI	0	2	4	15	52,50	52,50	APROV	8º	10/12/2010
2.551	VANIRA LUIZ	2	3	4	12	52,50	52,50	APROV	9º	13/05/1971
1.855	DIVONEI GOMES DE LARA	1	3	1	13	45,00	45,00	REPRO	--	27/04/1974
2.280	ALEX JUNIOR DE LIMA LEONARDO	1	3	2	10	40,00	40,00	REPRO	--	16/02/1995
2.723	ISAEL PEREIRA DA SILVA	1	2	3	10	40,00	40,00	REPRO	--	12/02/1979
1.035	ADEMIR WENDLING	0	3	3	10	40,00	40,00	REPRO	--	23/12/1984
4.275	BRUNO GUILHERME PIRES FERREIRA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	06/06/1993
4.828	LUCAS PARDINHO DA FONSECA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	30/03/2002
625	RAFAEL VAN DER VEEM	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	04/01/1994
353	SILVALDO BATISTA DOS SANTOS	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	16/03/1977
VERA CRUZ DO OESTE - Técnico em Enfermagem										
Inscrição	**Candidato**	**L.P**	**MAT**	**NOC. ET. CID**	**C. ESP**	**T.P.O.**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
3.170	ADRIELLI MENDES NOGUEIRA	1	4	5	13	57,50	57,50	APROV	1º	12/05/1985
3.756	ARY DOMINGUES NUNES JUNIOR	3	4	4	9	50,00	50,00	APROV	2º	21/12/1990
585	ANA PAULA BLODOW	3	3	4	9	47,50	47,50	REPRO	--	17/10/1986
1.569	SABRINA CACERES MARTINI	2	3	4	9	45,00	45,00	REPRO	--	06/02/1990
2.056	NATAN PEREIRA RODRIGUES	2	3	5	8	45,00	45,00	REPRO	--	11/01/1993
3.237	DENISE RODRIGUES DA SILVA GATES	1	3	4	9	42,50	42,50	REPRO	--	19/02/1998
969	REGIANE MEDINA	1	2	5	9	42,50	42,50	REPRO	--	01/06/1979
4.515	JESSICA CRISTINA TODESCHINI SEIBT	3	4	2	8	42,50	42,50	REPRO	--	05/11/1997
474	LEONICE ROCHA CEZIMBRA ROSA	2	3	4	8	42,50	42,50	REPRO	--	31/07/1990
2.252	MARIA APARECIDA DE LIMA LEONARDO	2	1	2	11	40,00	40,00	REPRO	--	29/03/1976
2.811	ANGELA MARIA VICENTE	2	2	3	9	40,00	40,00	REPRO	--	23/08/1979
3.547	DEISE DE OLIVEIRA NARCISO	1	4	3	8	40,00	40,00	REPRO	--	30/07/1985
4.671	SANDRA REGINA NEGRAO DA SILVA	1	3	5	7	40,00	40,00	REPRO	--	25/07/1980
2.905	ROSINEIDE PEREIRA NEVES ANTUNES	2	0	4	6	30,00	30,00	REPRO	--	30/01/1985
1.079	SANDRA REGINA DE MORAES	0	3	4	5	30,00	30,00	REPRO	--	09/04/1970
4.336	GILVANEIDE ROBERTA DA SILVA	0	1	2	6	22,50	22,50	REPRO	--	01/12/1975
1.602	GUSTAVO FELIPE LEANDRO MORSCH	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	12/10/2000
1.308	HADSON FELIPE DA SILVA	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	20/07/1995
1.877	IVANILDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	23/01/1991
4.106	JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	07/12/1993
2.824	MAIARA VIRLAINE RODRIGUES SOARES	0	0	0	0	0,00	0,00	AUSEN	--	09/07/1997

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:A8D8C9FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MANDAGUARI CAMARA MUNICIPAL		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/SEMESTRAL JULHO-DEZEMBRO		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS** **(Últimos 12 Meses)**	

	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)
	Janeiro 2025	Fevereiro 2025	Março 2025	Abril 2025	Maio 2025	Junho 2025	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	316.754,08	240.817,80	246.764,52	236.655,76	238.163,55	277.054,18	272.299,24	220.658,33	223.290,00	219.302,33	236.433,50	322.030,54	3.050.223,83	0,00
Pessoal Ativo	316.754,08	240.817,80	246.764,52	236.655,76	238.163,55	277.054,18	272.299,24	220.658,33	223.290,00	219.302,33	236.433,50	322.030,54	3.050.223,83	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	289.444,28	213.113,10	219.788,33	209.429,89	210.764,21	251.626,20	244.445,92	195.272,87	197.601,78	194.072,87	210.186,65	279.622,04	2.715.368,14	0,00
Obrigações Patronais	27.309,80	27.704,70	26.976,19	27.225,87	27.399,34	25.427,98	27.853,32	25.385,46	25.688,22	25.229,46	26.246,85	42.408,50	334.855,69	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização(exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	316.754,08	240.817,80	246.764,52	236.655,76	238.163,55	277.054,18	272.299,24	220.658,33	223.290,00	219.302,33	236.433,50	322.030,54	3.050.223,83	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**213.658.871,51**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**500.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**2.510.976,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**210.647.895,51**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**3.050.223,83**	**1,45**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**12.638.873,73**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**12.006.930,04**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**11.374.986,36**	**5,40**
Notas Explicativas		

Publicado por:
Rogério de Moura Souza
Código Identificador:1D625B83

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MANDAGUARI CAMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/SEMESTRAL JULHO-DEZEMBRO										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	25.584.094,25	0,00	0,00	197.675,19	10.743,34	0,00	25.375.675,72	0,00	0,00	25.375.675,72
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	11.659.016,38	0,00	0,00	144.834,61	0,00	0,00	11.514.181,77	0,00	0,00	11.514.181,77
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	13.914.334,53	0,00	0,00	52.840,58	0,00	0,00	13.861.493,95	0,00	0,00	13.861.493,95
Antecipação da Receita OrçamentáriaARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	10.743,34	0,00	0,00	0,00	10.743,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.945.301,03	0,00	0,00	47.167,98	0,00	0,00	7.898.133,05	2.422,80	0,00	7.895.710,25
Recursos Ordinários/Livres	7.945.301,03	0,00	0,00	47.167,98	0,00	0,00	7.898.133,05	2.422,80	0,00	7.895.710,25
TOTAL (III) = (I + II)	**33.529.395,28**	**0,00**	**0,00**	**244.843,17**	**10.743,34**	**0,00**	**33.273.808,77**	**2.422,80**	**0,00**	**33.271.385,97**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	33.529.395,28	0,00	0,00	244.843,17	10.743,34	0,00	33.273.808,77	2.422,80	0,00	33.271.385,97
Notas Explicativas										

Publicado por:
Rogério de Moura Souza
Código Identificador:A8210F91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 343

LEI COMPLEMENTAR Nº 343, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

”Concede reajuste de vencimentos aos servidores públicos do Quadro do Magistério Municipal.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedido o reajuste do percentual de 5,40% (cinco vírgula quarenta por cento), no salário base dos servidores públicos do quadro magistério, que até a presente data estão abaixo do Piso Nacional do Magistério, de acordo com a Lei Federal nº 11.738/2008, com efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2026, devendo a implantação ocorrer no mês corrente.

Art. 2º Fica concedido o reajuste no mesmo percentual do reajuste do Piso Nacional do Magistério, 5,40% (cinco vírgula quarenta por cento), no salário base dos servidores públicos do quadro do magistério, que até a presente data estão acima do piso, com efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2026, devendo a implantação ocorrer no mês corrente.

Art. 3º As tabelas constantes dos Anexos III, IV, V e VI da Lei Complementar nº 113, de 22 de dezembro de 2009, alteradas pela Lei Complementar nº 184, de 03 de dezembro de 2015, passam a vigorar com os reajustes instituídos pela presente Lei Complementar, conforme anexo.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio São José, em 05 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL

Procurador Geral do Município

ANEXO I

EDUCADOR INFANTIL, EDUCADOR INFANTIL - ILHA DO MEL														
EINFA40 - Habilitação em Magistério em Nível Médio ou Equivalente			EINFB40 - Licenciatura Plena em Normal Superior			EINFC40 - Licenciatura Plena em Normal Superior e Pós-Graduação na área de educação			EINFD40 - Licenciatura Plena em Normal Superior e Mestrado na área de educação			EINFE40 - Licenciatura Plena em Normal Superior e Doutorado na área de educação		
40 HORAS SEMANAIS														
A	1	R$ 5.130,63	B	1	R$ 6.608,02	C	1	R$ 7.268,84	D	1	R$ 9.449,47	E	1	R$ 14.174,20
A	2	R$ 5.233,24	B	2	R$ 6.740,18	C	2	R$ 7.414,19	D	2	R$ 9.638,48	E	2	R$ 14.457,69
A	3	R$ 5.337,90	B	3	R$ 6.875,01	C	3	R$ 7.562,49	D	3	R$ 9.831,24	E	3	R$ 14.746,82
A	4	R$ 5.444,69	B	4	R$ 7.012,50	C	4	R$ 7.713,72	D	4	R$ 10.027,89	E	4	R$ 15.041,74
A	5	R$ 5.553,57	B	5	R$ 7.152,76	C	5	R$ 7.867,98	D	5	R$ 10.228,45	E	5	R$ 15.342,60
A	6	R$ 5.664,63	B	6	R$ 7.295,80	C	6	R$ 8.025,37	D	6	R$ 10.433,00	E	6	R$ 15.649,43
A	7	R$ 5.777,94	B	7	R$ 7.441,71	C	7	R$ 8.185,86	D	7	R$ 10.641,67	E	7	R$ 15.962,42
A	8	R$ 5.893,46	B	8	R$ 7.590,54	C	8	R$ 8.349,60	D	8	R$ 10.854,46	E	8	R$ 16.281,68
A	9	R$ 6.011,33	B	9	R$ 7.742,37	C	9	R$ 8.516,56	D	9	R$ 11.071,53	E	9	R$ 16.607,31
A	10	R$ 6.131,55	B	10	R$ 7.897,23	C	10	R$ 8.686,90	D	10	R$ 11.292,97	E	10	R$ 16.939,46
A	11	R$ 6.254,17	B	11	R$ 8.055,16	C	11	R$ 8.860,67	D	11	R$ 11.518,83	E	11	R$ 17.278,24
A	12	R$ 6.379,29	B	12	R$ 8.216,26	C	12	R$ 9.037,86	D	12	R$ 11.749,21	E	12	R$ 17.623,82
A	13	R$ 6.506,88	B	13	R$ 8.380,59	C	13	R$ 9.218,60	D	13	R$ 11.984,18	E	13	R$ 17.976,32
A	14	R$ 6.637,03	B	14	R$ 8.548,19	C	14	R$ 9.402,99	D	14	R$ 12.223,86	E	14	R$ 18.335,84
A	15	R$ 6.769,74	B	15	R$ 8.719,16	C	15	R$ 9.591,05	D	15	R$ 12.468,34	E	15	R$ 18.702,57
A	16	R$ 6.905,14	B	16	R$ 8.893,56	C	16	R$ 9.782,88	D	16	R$ 12.717,69	E	16	R$ 19.076,59
A	17	R$ 7.043,27	B	17	R$ 9.071,44	C	17	R$ 9.978,56	D	17	R$ 12.972,08	E	17	R$ 19.458,16
A	18	R$ 7.184,15	B	18	R$ 9.252,87	C	18	R$ 10.178,11	D	18	R$ 13.231,50	E	18	R$ 19.847,29
A	19	R$ 7.327,83	B	19	R$ 9.437,91	C	19	R$ 10.381,70	D	19	R$ 13.496,12	E	19	R$ 20.244,26
A	20	R$ 7.474,37	B	20	R$ 9.626,67	C	20	R$ 10.589,34	D	20	R$ 13.766,04	E	20	R$ 20.649,09
A	21	R$ 7.623,83	B	21	R$ 9.819,20	C	21	R$ 10.801,14	D	21	R$ 14.041,35	E	21	R$ 21.062,12
A	22	R$ 7.776,35	B	22	R$ 10.015,59	C	22	R$ 11.017,11	D	22	R$ 14.322,24	E	22	R$ 21.483,36
A	23	R$ 7.931,86	B	23	R$ 10.215,90	C	23	R$ 11.237,46	D	23	R$ 14.608,65	E	23	R$ 21.913,02
A	24	R$ 8.090,50	B	24	R$ 10.420,23	C	24	R$ 11.462,23	D	24	R$ 14.900,82	E	24	R$ 22.351,29
A	25	R$ 8.252,29	B	25	R$ 10.628,64	C	25	R$ 11.691,46	D	25	R$ 15.198,84	E	25	R$ 22.798,29

ANEXO II

MONITOR (em extinção)						
MA40 - Formação em Nível Fundamental	MB40 - Formação em Nível Médio	MC40 - Formação de docentes da Educação Infantil e anos iniciais, em nível médio, na modalidade normal ou equivalente	MD40 - Licenciatura Plena em Normal Superior	ME40 - Licenciatura Plena em Normal Superior e Pós-Graduação na área de	MF40 - Licenciatura Plena em Normal Superior e Mestrado na área de educação	MG40 - Licenciatura Plena em Normal Superior e Doutorado na área de educação

												educação								
40 HORAS SEMANAIS																				
A	1	R$ 3.890,85	B	1	R$ 4.323,12	C	1	R$ 5.130,63	D	1	R$ 5.643,61	E	1	R$ 5.724,59	F	1	R$ 7.441,99	G	1	R$ 11.162,97
A	2	R$ 3.968,68	B	2	R$ 4.409,59	C	2	R$ 5.233,24	D	2	R$ 5.756,45	E	2	R$ 5.839,10	F	2	R$ 7.590,80	G	2	R$ 11.386,24
A	3	R$ 4.048,03	B	3	R$ 4.497,77	C	3	R$ 5.337,89	D	3	R$ 5.871,57	E	3	R$ 5.955,87	F	3	R$ 7.742,63	G	3	R$ 11.613,94
A	4	R$ 4.129,00	B	4	R$ 4.587,70	C	4	R$ 5.444,69	D	4	R$ 5.989,01	E	4	R$ 6.075,00	F	4	R$ 7.897,51	G	4	R$ 11.846,23
A	5	R$ 4.211,63	B	5	R$ 4.679,44	C	5	R$ 5.553,57	D	5	R$ 6.108,78	E	5	R$ 6.196,53	F	5	R$ 8.055,46	G	5	R$ 12.083,14
A	6	R$ 4.295,84	B	6	R$ 4.773,06	C	6	R$ 5.664,62	D	6	R$ 6.230,97	E	6	R$ 6.320,43	F	6	R$ 8.216,54	G	6	R$ 12.324,80
A	7	R$ 4.381,74	B	7	R$ 4.868,52	C	7	R$ 5.777,94	D	7	R$ 6.355,56	E	7	R$ 6.446,85	F	7	R$ 8.380,87	G	7	R$ 12.571,31
A	8	R$ 4.469,39	B	8	R$ 4.965,89	C	8	R$ 5.893,45	D	8	R$ 6.482,69	E	8	R$ 6.575,78	F	8	R$ 8.548,49	G	8	R$ 12.822,74
A	9	R$ 4.558,77	B	9	R$ 5.065,19	C	9	R$ 6.011,33	D	9	R$ 6.612,35	E	9	R$ 6.707,30	F	9	R$ 8.719,47	G	9	R$ 13.079,17
A	10	R$ 4.649,97	B	10	R$ 5.166,49	C	10	R$ 6.131,54	D	10	R$ 6.744,58	E	10	R$ 6.841,46	F	10	R$ 8.893,84	G	10	R$ 13.340,76
A	11	R$ 4.742,96	B	11	R$ 5.269,82	C	11	R$ 6.254,17	D	11	R$ 6.879,50	E	11	R$ 6.978,27	F	11	R$ 9.071,74	G	11	R$ 13.607,57
A	12	R$ 4.837,81	B	12	R$ 5.375,24	C	12	R$ 6.379,29	D	12	R$ 7.017,08	E	12	R$ 7.117,82	F	12	R$ 9.253,17	G	12	R$ 13.879,73
A	13	R$ 4.934,56	B	13	R$ 5.482,73	C	13	R$ 6.506,88	D	13	R$ 7.157,42	E	13	R$ 7.260,18	F	13	R$ 9.438,25	G	13	R$ 14.157,33
A	14	R$ 5.033,28	B	14	R$ 5.592,40	C	14	R$ 6.637,02	D	14	R$ 7.300,56	E	14	R$ 7.405,39	F	14	R$ 9.627,03	G	14	R$ 14.440,50
A	15	R$ 5.133,95	B	15	R$ 5.704,26	C	15	R$ 6.769,73	D	15	R$ 7.446,60	E	15	R$ 7.553,51	F	15	R$ 9.819,57	G	15	R$ 14.729,30
A	16	R$ 5.236,61	B	16	R$ 5.818,31	C	16	R$ 6.905,13	D	16	R$ 7.595,52	E	16	R$ 7.704,57	F	16	R$ 10.015,96	G	16	R$ 15.023,91
A	17	R$ 5.341,33	B	17	R$ 5.934,69	C	17	R$ 7.043,27	D	17	R$ 7.747,42	E	17	R$ 7.858,66	F	17	R$ 10.216,22	G	17	R$ 15.324,39
A	18	R$ 5.448,19	B	18	R$ 6.053,39	C	18	R$ 7.184,15	D	18	R$ 7.902,37	E	18	R$ 8.015,82	F	18	R$ 10.420,54	G	18	R$ 15.630,87
A	19	R$ 5.557,16	B	19	R$ 6.174,46	C	19	R$ 7.327,83	D	19	R$ 8.060,44	E	19	R$ 8.176,16	F	19	R$ 10.628,96	G	19	R$ 15.943,51
A	20	R$ 5.668,29	B	20	R$ 6.297,96	C	20	R$ 7.474,37	D	20	R$ 8.221,62	E	20	R$ 8.339,68	F	20	R$ 10.841,54	G	20	R$ 16.262,38
A	21	R$ 5.781,66	B	21	R$ 6.423,91	C	21	R$ 7.623,85	D	21	R$ 8.386,06	E	21	R$ 8.506,47	F	21	R$ 11.058,40	G	21	R$ 16.587,64
A	22	R$ 5.897,29	B	22	R$ 6.552,38	C	22	R$ 7.776,34	D	22	R$ 8.553,79	E	22	R$ 8.676,61	F	22	R$ 11.279,57	G	22	R$ 16.919,39
A	23	R$ 6.015,23	B	23	R$ 6.683,44	C	23	R$ 7.931,86	D	23	R$ 8.724,89	E	23	R$ 8.850,12	F	23	R$ 11.505,17	G	23	R$ 17.257,77
A	24	R$ 6.135,53	B	24	R$ 6.817,08	C	24	R$ 8.090,50	D	24	R$ 8.899,38	E	24	R$ 9.027,15	F	24	R$ 11.735,29	G	24	R$ 17.602,92
A	25	R$ 6.258,25	B	25	R$ 6.953,42	C	25	R$ 8.252,28	D	25	R$ 9.077,37	E	25	R$ 9.207,68	F	25	R$ 11.969,98	G	25	R$ 17.955,00

ANEXO III

Professores: PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ATUACAO EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ILHA DO AMPARO, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ILHA DO MEL, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ILHA DO NACAR, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ILHA DO TEIXEIRA, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ILHA EUFRASINA, PROFESSOR DE 1º A 4º SÉRIE - ILHA SAO MIGUEL, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA, PROFESSOR DE ESPANHOL, PROFESSOR DE INGLES, PROFESSOR DE MUSICA.																					
PROFA20 - Magistério em Nível Médio (Em Extinção)			PROFB20 - Magistério em Nível Médio acrescido de Estudos Adicionais (Em Extinção)			PROFC20 - Magistério em Nível Médio acrescido de Licenciatura Curta (Em Extinção)			PROFD20 - Licenciatura Plena específica			PROFE20 - Licenciatura Plena específica e Pós-Graduação na área de educação			PROFF20 - Licenciatura Plena específica e Mestrado na área de educação			PROFG20 - Licenciatura Plena específica e Doutorado na área de educação		
20 HORAS SEMANAIS																				
A	1	R$ 2.565,31	B	1	R$ 2.815,17	C	1	R$ 2.832,02	D	1	R$ 3.303,95	E	1	R$ 3.634,37	F	1	R$ 4.724,67	G	1	R$ 7.087,02
A	2	R$ 2.616,63	B	2	R$ 2.871,46	C	2	R$ 2.888,65	D	2	R$ 3.370,05	E	2	R$ 3.707,01	F	2	R$ 4.819,16	G	2	R$ 7.228,77
A	3	R$ 2.668,95	B	3	R$ 2.928,91	C	3	R$ 2.946,43	D	3	R$ 3.437,45	E	3	R$ 3.781,20	F	3	R$ 4.915,54	G	3	R$ 7.373,34
A	4	R$ 2.722,32	B	4	R$ 2.987,49	C	4	R$ 3.005,39	D	4	R$ 3.506,19	E	4	R$ 3.856,83	F	4	R$ 5.013,88	G	4	R$ 7.520,83
A	5	R$ 2.776,76	B	5	R$ 3.047,25	C	5	R$ 3.065,47	D	5	R$ 3.576,33	E	5	R$ 3.933,99	F	5	R$ 5.114,17	G	5	R$ 7.671,25
A	6	R$ 2.832,30	B	6	R$ 3.108,21	C	6	R$ 3.126,81	D	6	R$ 3.647,81	E	6	R$ 4.012,65	F	6	R$ 5.216,45	G	6	R$ 7.824,67
A	7	R$ 2.888,95	B	7	R$ 3.170,38	C	7	R$ 3.189,34	D	7	R$ 3.720,79	E	7	R$ 4.092,92	F	7	R$ 5.320,78	G	7	R$ 7.981,17
A	8	R$ 2.946,74	B	8	R$ 3.233,74	C	8	R$ 3.253,10	D	8	R$ 3.795,17	E	8	R$ 4.174,80	F	8	R$ 5.427,19	G	8	R$ 8.140,78
A	9	R$ 3.005,66	B	9	R$ 3.298,41	C	9	R$ 3.318,17	D	9	R$ 3.871,09	E	9	R$ 4.258,27	F	9	R$ 5.535,75	G	9	R$ 8.303,58
A	10	R$ 3.065,78	B	10	R$ 3.364,41	C	10	R$ 3.384,56	D	10	R$ 3.948,52	E	10	R$ 4.343,44	F	10	R$ 5.646,48	G	10	R$ 8.469,63
A	11	R$ 3.127,10	B	11	R$ 3.431,68	C	11	R$ 3.452,25	D	11	R$ 4.027,51	E	11	R$ 4.430,31	F	11	R$ 5.759,39	G	11	R$ 8.639,04
A	12	R$ 3.189,63	B	12	R$ 3.500,32	C	12	R$ 3.521,32	D	12	R$ 4.108,03	E	12	R$ 4.518,90	F	12	R$ 5.874,61	G	12	R$ 8.811,79
A	13	R$ 3.253,40	B	13	R$ 3.570,32	C	13	R$ 3.591,74	D	13	R$ 4.190,21	E	13	R$ 4.609,29	F	13	R$ 5.992,10	G	13	R$ 8.988,03
A	14	R$ 3.318,43	B	14	R$ 3.641,73	C	14	R$ 3.663,55	D	14	R$ 4.274,02	E	14	R$ 4.701,48	F	14	R$ 6.111,95	G	14	R$ 9.167,78
A	15	R$ 3.384,84	B	15	R$ 3.714,56	C	15	R$ 3.736,84	D	15	R$ 4.359,53	E	15	R$ 4.795,49	F	15	R$ 6.234,22	G	15	R$ 9.351,14
A	16	R$ 3.452,57	B	16	R$ 3.788,86	C	16	R$ 3.811,57	D	16	R$ 4.446,71	E	16	R$ 4.891,41	F	16	R$ 6.358,88	G	16	R$ 9.538,16
A	17	R$ 3.521,57	B	17	R$ 3.864,63	C	17	R$ 3.887,79	D	17	R$ 4.535,64	E	17	R$ 4.989,21	F	17	R$ 6.486,06	G	17	R$ 9.728,95
A	18	R$ 3.592,02	B	18	R$ 3.941,92	C	18	R$ 3.965,57	D	18	R$ 4.626,35	E	18	R$ 5.089,00	F	18	R$ 6.615,80	G	18	R$ 9.923,53
A	19	R$ 3.663,86	B	19	R$ 4.020,75	C	19	R$ 4.044,87	D	19	R$ 4.718,87	E	19	R$ 5.190,77	F	19	R$ 6.748,11	G	19	R$ 10.121,98

A	20	R$ 3.737,14	B	20	R$ 4.101,15	C	20	R$ 4.125,79	D	20	R$ 4.813,23	E	20	R$ 5.294,56	F	20	R$ 6.883,08	G	20	R$ 10.324,40
A	21	R$ 3.811,86	B	21	R$ 4.183,18	C	21	R$ 4.208,31	D	21	R$ 4.909,51	E	21	R$ 5.400,50	F	21	R$ 7.020,72	G	21	R$ 10.530,90
A	22	R$ 3.888,10	B	22	R$ 4.266,83	C	22	R$ 4.292,45	D	22	R$ 5.007,70	E	22	R$ 5.508,49	F	22	R$ 7.161,15	G	22	R$ 10.741,50
A	23	R$ 3.965,85	B	23	R$ 4.352,20	C	23	R$ 4.378,28	D	23	R$ 5.107,84	E	23	R$ 5.618,68	F	23	R$ 7.304,35	G	23	R$ 10.956,34
A	24	R$ 4.045,18	B	24	R$ 4.439,23	C	24	R$ 4.465,87	D	24	R$ 5.210,00	E	24	R$ 5.731,06	F	24	R$ 7.450,43	G	24	R$ 11.175,47
A	25	R$ 4.126,09	B	25	R$ 4.528,02	C	25	R$ 4.555,20	D	25	R$ 5.314,22	E	25	R$ 5.845,68	F	25	R$ 7.599,46	G	25	R$ 11.398,96

ANEXO IV

PROFESSOR PEDAGOGO COORDENADOR, PROFESSOR PEDAGOGO ORIENTADOR											
PROPA40 - Licenciatura Plena em Pedagogia			PROPB40 - Licenciatura Plena em Pedagogia e Pós-Graduação na área de			PROPC40 - Licenciatura Plena em Pedagogia e Mestrado na área de educação			PROPD40 - Licenciatura Plena em Pedagogia e Doutorado na área de educação		
40 HORAS SEMANAIS											
A	1	R$ 6.623,59	B	1	R$ 7.285,93	C	1	R$ 9.471,71	D	1	R$ 14.207,55
A	2	R$ 6.756,05	B	2	R$ 7.431,63	C	2	R$ 9.661,15	D	2	R$ 14.491,71
A	3	R$ 6.891,13	B	3	R$ 7.580,28	C	3	R$ 9.854,38	D	3	R$ 14.781,54
A	4	R$ 7.028,99	B	4	R$ 7.731,89	C	4	R$ 10.051,46	D	4	R$ 15.077,22
A	5	R$ 7.169,56	B	5	R$ 7.886,50	C	5	R$ 10.252,49	D	5	R$ 15.378,73
A	6	R$ 7.312,97	B	6	R$ 8.044,22	C	6	R$ 10.457,52	D	6	R$ 15.686,31
A	7	R$ 7.459,21	B	7	R$ 8.205,11	C	7	R$ 10.666,69	D	7	R$ 16.000,05
A	8	R$ 7.608,38	B	8	R$ 8.369,23	C	8	R$ 10.880,05	D	8	R$ 16.320,07
A	9	R$ 7.760,57	B	9	R$ 8.536,61	C	9	R$ 11.097,62	D	9	R$ 16.646,46
A	10	R$ 7.915,76	B	10	R$ 8.707,36	C	10	R$ 11.319,58	D	10	R$ 16.979,40
A	11	R$ 8.074,07	B	11	R$ 8.881,51	C	11	R$ 11.545,94	D	11	R$ 17.318,97
A	12	R$ 8.235,56	B	12	R$ 9.059,13	C	12	R$ 11.776,86	D	12	R$ 17.665,36
A	13	R$ 8.400,24	B	13	R$ 9.240,32	C	13	R$ 12.012,40	D	13	R$ 18.018,68
A	14	R$ 8.568,27	B	14	R$ 9.425,12	C	14	R$ 12.252,66	D	14	R$ 18.379,04
A	15	R$ 8.739,63	B	15	R$ 9.613,61	C	15	R$ 12.497,74	D	15	R$ 18.746,62
A	16	R$ 8.914,44	B	16	R$ 9.805,89	C	16	R$ 12.747,69	D	16	R$ 19.121,53
A	17	R$ 9.092,71	B	17	R$ 10.002,04	C	17	R$ 13.002,64	D	17	R$ 19.503,96
A	18	R$ 9.274,55	B	18	R$ 10.202,08	C	18	R$ 13.262,69	D	18	R$ 19.894,05
A	19	R$ 9.460,06	B	19	R$ 10.406,09	C	19	R$ 13.527,94	D	19	R$ 20.291,95
A	20	R$ 9.649,24	B	20	R$ 10.614,22	C	20	R$ 13.798,55	D	20	R$ 20.697,79
A	21	R$ 9.842,25	B	21	R$ 10.826,51	C	21	R$ 14.074,48	D	21	R$ 21.111,74
A	22	R$ 10.039,13	B	22	R$ 11.043,03	C	22	R$ 14.355,96	D	22	R$ 21.533,97
A	23	R$ 10.239,87	B	23	R$ 11.263,95	C	23	R$ 14.643,07	D	23	R$ 21.964,64
A	24	R$ 10.444,68	B	24	R$ 11.489,19	C	24	R$ 14.935,94	D	24	R$ 22.403,95
A	25	R$ 10.653,58	B	25	R$ 11.718,95	C	25	R$ 15.234,70	D	25	R$ 22.852,07

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7559FCB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 13 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	27.158.739,32	31.628.022,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:003C51CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023				
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.865.101,13	35.104.113,79	7.022.691,66	20,01	40.118.532,43	114,28	(5.014.418,64)
RECEITAS CORRENTES	30.832.101,13	34.586.744,05	6.353.866,66	18,37	31.628.022,35	91,45	2.958.721,70
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.196.980,00	1.639.505,87	351.870,18	21,46	1.824.027,86	111,25	(184.521,99)
IMPOSTOS	1.075.975,00	1.518.500,87	346.232,92	22,80	1.716.601,65	113,05	(198.100,78)
TAXAS	121.005,00	121.005,00	5.637,26	4,66	107.426,21	88,78	13.578,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	119.975,00	137.380,16	21.962,82	15,99	148.815,75	108,32	(11.435,59)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	119.975,00	137.380,16	21.962,82	15,99	148.815,75	108,32	(11.435,59)
RECEITA PATRIMONIAL	533.586,00	690.510,91	171.969,63	24,90	836.368,65	121,12	(145.857,74)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	533.586,00	690.510,91	171.969,63	24,90	836.368,65	121,12	(145.857,74)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	117.480,00	117.480,00	10.461,00	8,90	70.844,64	60,30	46.635,36
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	117.480,00	117.480,00	10.461,00	8,90	70.844,64	60,30	46.635,36
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.864.080,13	32.001.867,11	5.728.052,76	17,90	28.601.343,15	89,37	3.400.523,96
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	22.341.625,13	24.903.110,65	4.450.028,46	17,87	20.775.738,06	83,43	4.127.372,59
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.326.455,00	3.558.756,46	696.057,82	19,56	4.422.797,11	124,28	(864.040,65)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.196.000,00	3.540.000,00	581.966,48	16,44	3.402.807,98	96,12	137.192,02
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	69.550,27	6.955.027,00	146.622,30	14.662.230,00	(146.622,30)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	69.550,27	6.955.027,00	146.622,30	14.662.230,00	(146.622,30)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	517.369,74	668.825,00	129,27	8.490.510,08	1.641,09	(7.973.140,34)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	174.550,00	17.455.000,00	475.301,00	47.530.100,00	(475.301,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	174.550,00	17.455.000,00	475.301,00	47.530.100,00	(475.301,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	484.369,74	494.275,00	102,05	8.015.209,08	1.654,77	(7.530.839,34)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	853.856,19	85.385.619,00	(853.856,19)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	484.369,74	494.275,00	102,05	7.161.352,89	1.478,49	(6.676.983,15)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	30.865.101,13	35.104.113,79	7.022.691,66	20,01	40.118.532,43	114,28	(5.014.418,64)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	30.865.101,13	35.104.113,79	7.022.691,66	20,01	40.118.532,43	114,28	(5.014.418,64)
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	30.865.101,13	35.104.113,79	7.022.691,66	20,01	40.118.532,43	114,28	(5.014.418,64)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.589.712,15	0,00	0,00	5.589.712,15	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	5.589.712,15	0,00	0,00	5.589.712,15	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo	Despesa pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não processados (k)
			No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.615.101,13	62.853.988,13	6.848.165,97	38.231.347,29	24.622.640,84	8.736.551,86	38.231.347,29	24.622.640,84	38.231.347,29	0,00
DESPESAS CORRENTES	27.645.481,13	32.310.853,03	5.520.118,78	27.035.367,46	5.275.485,57	5.521.504,67	27.035.367,46	5.275.485,57	27.035.367,46	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.438.524,65	10.619.323,60	2.425.401,29	10.333.104,98	286.218,62	2.425.401,29	10.333.104,98	286.218,62	10.333.104,98	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	168.500,00	168.500,00	23.180,10	146.395,76	22.104,24	23.180,10	146.395,76	22.104,24	146.395,76	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.038.456,48	21.523.029,43	3.071.537,39	16.555.866,72	4.967.162,71	3.072.923,28	16.555.866,72	4.967.162,71	16.555.866,72	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.669.620,00	30.243.135,10	1.328.047,19	11.195.979,83	19.047.155,27	3.215.047,19	11.195.979,83	19.047.155,27	11.195.979,83	0,00
INVESTIMENTOS	1.349.620,00	29.923.135,10	1.308.047,19	10.994.345,59	18.928.789,51	3.195.047,19	10.994.345,59	18.928.789,51	10.994.345,59	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	320.000,00	320.000,00	20.000,00	201.634,24	118.365,76	20.000,00	201.634,24	118.365,76	201.634,24	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo	Despesa pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não processados (k)
			No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.615.101,13	62.853.988,13	6.848.165,97	38.231.347,29	24.622.640,84	8.736.551,86	38.231.347,29	24.622.640,84	38.231.347,29	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	29.615.101,13	62.853.988,13	6.848.165,97	38.231.347,29	24.622.640,84	8.736.551,86	38.231.347,29	24.622.640,84	38.231.347,29	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	1.887.185,14	0,00	0,00	1.887.185,14	0,00	1.887.185,14	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	29.615.101,13	62.853.988,13	6.848.165,97	40.118.532,43	0,00	8.736.551,86	40.118.532,43	0,00	40.118.532,43	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:3FE793F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS 01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	944.988,13	843.197,04	851.891,08	859.806,31	834.257,48	870.860,40	910.392,39	882.687,93	893.183,21	879.383,46	875.327,16	1.729.091,99	11.375.066,58	0,00
Pessoal Ativo	845.175,51	751.007,60	761.980,02	777.601,39	764.004,98	799.757,24	799.142,13	804.400,24	794.387,40	795.067,18	789.607,58	1.631.239,71	10.313.370,98	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	748.470,02	663.078,08	671.543,21	687.474,83	673.442,06	696.996,96	696.488,05	701.518,42	692.526,77	693.574,07	687.276,75	1.420.643,52	9.033.032,74	0,00
Obrigações Patronais	96.705,49	87.929,52	90.436,81	90.126,56	90.562,92	102.760,28	102.654,08	102.881,82	101.860,63	101.493,11	102.330,83	210.596,19	1.280.338,24	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	3.036,00	19.734,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	3.036,00	19.734,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	98.294,62	90.671,44	88.393,06	80.686,92	68.734,50	69.585,16	87.292,26	76.769,69	97.277,81	82.798,28	84.201,58	94.816,28	1.019.521,60	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.440,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.071,43	22.304,51	22.304,20	25.173,20	23.731,46	24.533,60	23.676,21	22.949,71	22.949,71	29.456,51	22.033,75	50.107,13	312.291,42	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	21.252,00	22.304,51	22.304,20	21.392,69	21.252,00	22.054,14	21.196,75	21.252,00	21.252,00	21.139,37	21.252,00	45.184,73	281.836,39	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	1.819,43	0,00	0,00	3.780,51	2.479,46	2.479,46	2.479,46	1.697,71	1.697,71	8.317,14	781,75	4.922,40	30.455,03	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	921.916,70	820.892,53	829.586,88	834.633,11	810.526,02	846.326,80	886.716,18	859.738,22	870.233,50	849.926,95	853.293,41	1.678.984,86	11.062.775,16	0,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.628.022,35	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	775.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	276.276,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	30.576.746,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	11.062.775,16	36,18%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.511.443,03	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.685.870,88	51,30%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.860.298,73	48,60%

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A9096FB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/11/2025 A 31/12/2025
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875.327,16	1.729.091,99	2.604.419,15	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	789.607,58	1.631.239,71	2.420.847,29	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	687.276,75	1.420.643,52	2.107.920,27	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.330,83	210.596,19	312.927,02	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518,00	3.036,00	4.554,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518,00	3.036,00	4.554,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.201,58	94.816,28	179.017,86	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.033,75	50.107,13	72.140,88	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.252,00	45.184,73	66.436,73	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	781,75	4.922,40	5.704,15	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	853.293,41	1.678.984,86	2.532.278,27	0,00

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	6.353.866,66	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	200.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	63.756,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	6.090.110,66	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.532.278,27	41,58%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.288.659,76	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.124.226,77	51,30%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.959.793,78	48,60%

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A3C16E8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
01/09/2025 A 31/12/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")									Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 – Publicada em 09/08/2024.					
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	893.183,21	879.383,46	875.327,16	1.729.091,99	4.376.985,82	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794.387,40	795.067,18	789.607,58	1.631.239,71	4.010.301,87	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	692.526,77	693.574,07	687.276,75	1.420.643,52	3.494.021,11	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.860,63	101.493,11	102.330,83	210.596,19	516.280,76	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	3.036,00	7.590,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	3.036,00	7.590,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.277,81	82.798,28	84.201,58	94.816,28	359.093,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.949,71	29.456,51	22.033,75	50.107,13	124.547,10	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.252,00	21.139,37	21.252,00	45.184,73	108.828,10	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.697,71	8.317,14	781,75	4.922,40	15.719,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870.233,50	849.926,95	853.293,41	1.678.984,86	4.252.438,72	0,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												11.766.957,19		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)												450.000,00		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)												0,00		
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)												106.260,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)												11.210.697,19		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)												4.252.438,72	37,93%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												6.053.776,48	54,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												5.751.087,66	51,30%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)												5.448.398,83	48,60%	

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2E215DCD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÂO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.615.101,13	62.853.988,13	6.848.165,97	38.231.347,29	100,00	24.622.640,84	8.736.551,86	38.231.347,29	100,00	24.622.640,84	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	4.197.073,89	5.032.799,08	1.272.501,29	4.653.617,46	12,17	379.181,62	1.377.001,29	4.653.617,46	12,17	379.181,62	0,00	
Planejamento e Orçamento	20.040,00	5.040,00	0,00	0,00	0,00	5.040,00	0,00	0,00	0,00	5.040,00	0,00	
Administração Geral	3.120.945,00	3.808.319,54	1.058.910,48	3.572.375,12	9,34	235.944,42	1.163.410,48	3.572.375,12	9,34	235.944,42	0,00	
Administração Financeira	687.868,89	717.770,89	143.207,11	658.512,55	1,72	59.258,34	143.207,11	658.512,55	1,72	59.258,34	0,00	
Controle Interno	86.200,00	88.436,00	18.717,08	86.372,82	0,23	2.063,18	18.717,08	86.372,82	0,23	2.063,18	0,00	
Tecnologia da Informação	51.500,00	62.680,00	8.995,83	60.416,19	0,16	2.263,81	8.995,83	60.416,19	0,16	2.263,81	0,00	
Demais Subfunções	230.520,00	350.552,65	42.670,79	275.940,78	0,72	74.611,87	42.670,79	275.940,78	0,72	74.611,87	0,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.109.160,13	2.890.308,20	478.075,61	1.832.136,46	4,79	1.058.171,74	478.075,61	1.832.136,46	4,79	1.058.171,74	0,00	
Assistência ao Idoso	285.010,00	397.425,00	39.532,64	187.741,32	0,49	209.683,68	39.532,64	187.741,32	0,49	209.683,68	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	4.010,00	43.411,02	39.401,02	39.401,02	0,10	4.010,00	39.401,02	39.401,02	0,10	4.010,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	541.020,00	844.070,00	209.064,55	410.128,47	1,07	433.941,53	209.064,55	410.128,47	1,07	433.941,53	0,00	
Assistência Comunitária	1.279.120,13	1.605.402,18	190.077,40	1.194.865,65	3,13	410.536,53	190.077,40	1.194.865,65	3,13	410.536,53	0,00	
SAÚDE	6.472.200,00	9.413.725,68	1.383.259,44	6.915.076,99	18,09	2.498.648,69	1.383.259,44	6.915.076,99	18,09	2.498.648,69	0,00	
Atenção Básica	3.880.815,35	7.132.087,06	1.122.521,60	5.208.455,71	13,62	1.923.631,35	1.122.521,60	5.208.455,71	13,62	1.923.631,35	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.354.984,65	2.001.314,06	248.882,37	1.584.694,56	4,15	416.619,50	248.882,37	1.584.694,56	4,15	416.619,50	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	38.000,00	69.741,56	9.679,37	56.055,26	0,15	13.686,30	9.679,37	56.055,26	0,15	13.686,30	0,00	
Vigilância Sanitária	198.400,00	210.583,00	2.176,10	65.871,46	0,17	144.711,54	2.176,10	65.871,46	0,17	144.711,54	0,00	
EDUCAÇÃO	5.877.381,00	8.877.826,23	2.124.798,57	7.488.299,90	19,59	1.389.526,33	2.126.184,46	7.488.299,90	19,59	1.389.526,33	0,00	
Ensino Fundamental	4.252.352,79	6.165.624,33	1.502.638,91	4.927.086,57	12,89	1.238.537,76	1.504.024,79	4.927.086,57	12,89	1.238.537,76	0,00	
Educação Infantil	1.277.000,00	1.803.342,09	399.127,55	1.744.659,21	4,56	58.682,88	399.127,55	1.744.659,21	4,56	58.682,88	0,00	
Educação Especial	100.000,00	215.000,00	30.581,84	183.491,04	0,48	31.508,96	30.581,84	183.491,04	0,48	31.508,96	0,00	
Administração Geral	0,00	65.000,00	38.124,41	60.875,59	0,16	4.124,41	38.124,41	60.875,59	0,16	4.124,41	0,00	
Demais Subfunções	248.028,21	628.859,81	154.325,86	572.187,49	1,50	56.672,32	154.325,87	572.187,49	1,50	56.672,32	0,00	
CULTURA	168.850,00	280.224,29	62.569,66	230.677,93	0,60	49.546,36	62.569,66	230.677,93	0,60	49.546,36	0,00	
Difusão Cultural	168.850,00	280.224,29	62.569,66	230.677,93	0,60	49.546,36	62.569,66	230.677,93	0,60	49.546,36	0,00	
URBANISMO	7.984.640,11	20.190.967,57	1.215.393,91	10.813.723,19	28,28	9.377.244,38	1.215.393,91	10.813.723,19	28,28	9.377.244,38	0,00	
Infra-Estrutura Urbana	5.763.235,11	18.342.141,70	990.711,18	9.713.701,69	25,41	8.628.440,01	990.711,18	9.713.701,69	25,41	8.628.440,01	0,00	
Serviços Urbanos	2.057.410,00	1.631.475,63	193.852,91	971.380,21	2,54	660.095,42	193.852,91	971.380,21	2,54	660.095,42	0,00	
MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÂO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025												
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)			
Demais Subfunções	163.995,00	217.350,24	30.829,82	128.641,29	0,34	88.708,95	30.829,82	128.641,29	0,34	88.708,95	0,00	
GESTÃO AMBIENTAL	141.510,00	198.160,00	56.950,00	154.729,13	0,40	43.430,87	56.950,00	154.729,13	0,40	43.430,87	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	141.510,00	198.160,00	56.950,00	154.729,13	0,40	43.430,87	56.950,00	154.729,13	0,40	43.430,87	0,00	
AGRICULTURA	1.481.216,00	13.889.880,08	158.212,98	5.581.597,37	14,60	8.308.282,71	1.940.712,98	5.581.597,37	14,60	8.308.282,71	0,00	
Extensão Rural	1.178.576,00	13.301.438,23	132.859,53	5.430.574,23	14,20	7.870.864,00	1.915.359,53	5.430.574,23	14,20	7.870.864,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	92.610,00	478.074,00	25.353,45	127.017,14	0,33	351.056,86	25.353,45	127.017,14	0,33	351.056,86	0,00	
Demais Subfunções	210.030,00	110.367,85	0,00	24.006,00	0,06	86.361,85	0,00	24.006,00	0,06	86.361,85	0,00	
INDÚSTRIA	126.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	
Promoção Industrial	126.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	
TRANSPORTE	100.000,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	
DESPORTO E LAZER	168.570,00	308.597,00	53.224,41	213.458,86	0,56	95.138,14	53.224,41	213.458,86	0,56	95.138,14	0,00	
Desporto Comunitário	168.540,00	308.567,00	53.224,41	213.458,86	0,56	95.108,14	53.224,41	213.458,86	0,56	95.108,14	0,00	
Demais Subfunções	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	
ENCARGOS ESPECIAIS	488.500,00	488.500,00	43.180,10	348.030,00	0,91	140.470,00	43.180,10	348.030,00	0,91	140.470,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	488.500,00	488.500,00	43.180,10	348.030,00	0,91	140.470,00	43.180,10	348.030,00	0,91	140.470,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	29.615.101,13	62.853.988,13	6.848.165,97	38.231.347,29	100,00	24.622.640,84	8.736.551,86	38.231.347,29	100,00	24.622.640,84	0,00	
MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÂO												

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025												
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)			
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 28/01/2026 10:14												

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:993CFB72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III												Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**(Últimos 12 meses)**	**atualizada 2025**
RECEITAS CORRENTES (I)	2.801.178,66	3.118.486,90	2.478.859,11	2.666.244,31	2.805.665,34	3.202.609,35	3.359.616,35	2.581.773,30	3.061.105,11	2.995.114,67	3.015.399,26	4.220.787,08	36.306.839,44	39.004.285,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	97.890,19	113.294,86	138.809,00	211.644,92	138.200,28	120.366,86	133.685,87	146.089,83	162.068,64	210.107,23	155.167,23	196.702,95	1.824.027,86	1.639.505,87
IPTU	5.427,77	6.470,07	15.697,46	67.651,69	10.426,49	11.885,15	9.873,57	4.161,43	2.904,18	1.810,91	1.179,06	8.587,47	146.075,25	247.460,00
ISS	29.154,53	42.892,93	30.257,33	38.680,92	42.765,90	34.051,61	47.288,87	69.077,65	51.706,33	101.573,85	68.843,46	57.051,76	613.345,14	443.690,87
ITBI	1.906,00	2.600,00	8.010,80	5.000,00	11.571,77	1.000,00	2.867,39	0,00	24.106,75	18.896,61	5.071,10	1.086,00	82.116,42	192.000,00
IRRF	59.033,35	58.025,57	59.594,41	64.944,10	65.196,84	60.987,84	64.123,38	70.358,93	82.125,69	86.260,66	79.742,57	124.671,50	875.064,84	635.350,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.368,54	3.306,29	25.249,00	35.368,21	8.239,28	12.442,26	9.532,66	2.491,82	1.225,69	1.565,20	331,04	5.306,22	107.426,21	121.005,00
Contribuições	11.275,48	12.372,81	13.573,84	23.099,90	12.842,80	12.313,36	10.885,74	10.031,54	9.857,32	10.600,14	10.527,23	11.435,59	148.815,75	137.380,16
Receita patrimonial	52.530,09	55.350,68	54.423,59	58.420,93	70.036,42	65.315,46	80.313,45	72.053,67	71.938,93	84.015,80	73.695,82	98.273,81	836.368,65	690.508,63
Rendimentos de Aplicação Financeira	52.530,09	55.350,68	54.423,59	58.420,93	70.036,42	65.315,46	80.313,45	72.053,67	71.938,93	84.015,80	73.695,82	98.273,81	836.368,65	690.508,63
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	1.310,00	4.088,41	6.523,58	4.397,00	6.082,72	1.761,55	3.343,15	14.790,00	14.411,77	3.675,46	6.071,00	4.390,00	70.844,64	117.480,00
Transferências correntes	2.637.941,85	2.932.337,58	2.265.529,09	2.368.472,02	2.575.339,67	2.983.836,57	3.131.388,11	2.338.808,23	2.784.100,37	2.652.034,31	2.769.937,94	3.840.434,50	33.280.160,24	36.419.411,11
Cota parte do FPM	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	21.279.404,00	21.409.715,07
Cota parte do ICMS	347.836,11	290.636,63	300.322,27	352.921,98	264.085,80	314.590,90	364.586,42	294.960,57	362.695,68	328.604,06	306.198,06	388.345,15	3.915.783,63	3.345.000,00
Cota parte do IPVA	170.142,72	53.852,61	56.006,99	41.190,88	44.844,96	20.566,55	10.213,07	4.991,84	11.688,24	8.185,57	4.947,46	10.933,81	437.564,70	375.000,00
Cota parte do ITR	34,92	22,85	20,46	62,93	152,12	174,63	29,34	195,94	2.598,54	6.890,21	277,60	114,23	10.573,77	9.100,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	3.965,92	4.489,45	4.889,15	4.590,33	4.459,60	5.076,91	4.355,89	4.811,56	5.102,56	4.893,38	4.836,43	5.858,37	57.329,55	38.625,00
Transferências do FUNDEB	382.661,46	320.890,38	295.377,07	326.502,52	291.914,70	310.684,75	298.240,27	280.749,59	271.778,12	364.656,75	318.069,40	372.898,05	3.834.423,06	3.769.262,67
Outras transferências correntes	160.942,05	152.521,87	219.431,27	231.252,71	168.739,18	482.721,20	509.474,70	254.762,71	228.789,99	663.570,47	402.132,91	270.742,47	3.745.081,53	7.472.708,37
Outras receitas correntes	231,05	1.042,56	0,01	209,54	3.163,45	19.015,55	0,03	0,03	18.728,08	34.681,73	0,04	69.550,23	146.622,30	0,00
DEDUÇÕES (II)	418.867,49	491.784,93	353.258,07	362.143,21	423.989,46	439.144,56	303.521,35	360.659,09	318.367,96	324.761,29	409.947,03	472.372,65	4.678.817,09	4.417.544,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	418.867,49	491.784,93	353.258,07	362.143,21	423.989,46	439.144,56	303.521,35	360.659,09	318.367,96	324.761,29	409.947,03	472.372,65	4.678.817,09	4.417.544,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.382.311,17	2.626.701,97	2.125.601,04	2.304.101,10	2.381.675,88	2.763.464,79	3.056.095,00	2.221.114,21	2.742.737,15	2.670.353,38	2.605.452,23	3.748.414,43	31.628.022,35	34.586.741,77
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325.000,00	0,00	0,00	250.000,00	200.000,00	0,00	775.000,00	655.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES	2.382.311,17	2.626.701,97	2.125.601,04	2.304.101,10	2.381.675,88	2.763.464,79	2.731.095,00	2.221.114,21	2.742.737,15	2.420.353,38	2.405.452,23	3.748.414,43	30.853.022,35	33.931.741,77

DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	42.504,00	276.276,00	286.260,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.361.059,17	2.605.449,97	2.104.349,04	2.282.849,10	2.360.423,88	2.742.212,79	2.709.843,00	2.199.862,21	2.721.485,15	2.399.101,38	2.384.200,23	3.705.910,43	30.576.746,35	33.485.481,48
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 28/01/2026 07:14														

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:5D4ADAC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
01/11/2025 A 31/12/2025														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III									Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023					
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**(Últimos 12 meses)**	**atualizada 2025**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.015.399,26	4.220.787,08	7.236.186,34	39.004.288,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.167,23	196.702,95	351.870,18	1.639.505,87
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.179,06	8.587,47	9.766,53	247.460,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.843,46	57.051,76	125.895,22	443.690,87
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.071,10	1.086,00	6.157,10	192.000,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.742,57	124.671,50	204.414,07	635.350,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331,04	5.306,22	5.637,26	121.005,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.527,23	11.435,59	21.962,82	137.380,16
Receita patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.695,82	98.273,81	171.969,63	690.510,91
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.695,82	98.273,81	171.969,63	690.510,91
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.071,00	4.390,00	10.461,00	117.480,00
Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.769.937,94	3.840.434,50	6.610.372,44	36.419.411,11
Cota parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.733.476,08	2.791.542,42	4.525.018,50	21.409.715,07
Cota parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.198,06	388.345,15	694.543,21	3.345.000,00
Cota parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.947,46	10.933,81	15.881,27	375.000,00
Cota parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	277,60	114,23	391,83	9.100,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.836,43	5.858,37	10.694,80	38.625,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.069,40	372.898,05	690.967,45	3.769.262,67
Outras transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402.132,91	270.742,47	672.875,38	7.472.708,37
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	69.550,23	69.550,27	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.947,03	472.372,65	882.319,68	4.417.544,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.947,03	472.372,65	882.319,68	4.417.544,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.605.452,23	3.748.414,43	6.353.866,66	34.586.744,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	655.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.405.452,23	3.748.414,43	6.153.866,66	33.931.744,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.252,00	42.504,00	63.756,00	286.260,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.384.200,23	3.705.910,43	6.090.110,66	33.485.483,76

CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)														
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 28/01/2026 07:15														

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B57FE53F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 5 DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR DO PODER EXECUTIVO - ANUAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2025 À 12/2025
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alinea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	4.103.141,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.103.141,33	0,00	0,00	4.103.141,33
Recursos Não Vinculados de Impostos	2.093.129,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.093.129,02	0,00	0,00	2.093.129,02
Outros Recursos não Vinculados	2.010.012,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010.012,31	0,00	0,00	2.010.012,31
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assistência e Previdência)										
Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	4.103.141,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.103.141,33	0,00	0,00	4.103.141,33
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 28/01/2026 10:31										

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:3A8D3967

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 7 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)						Memória de cálculo STN: 14ª edição - Atualizada em 03/2023.						
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total**
	Inscritos		**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo**	**Inscritos**		**Liquidados**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2024 (b)**	**(c)**	**(d)**	**e = (a+b)-(c+d)**	**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2024 (g)**	**(h)**	**(i)**	**(j)**	**k = (f+g)-(i+j)**	**L = (e+k)**
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
Município de Pinhal de São Bento	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**450.000,00**	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**86.580,00**	**0,00**	**0,00**	**86.580,00**	**0,00**	**0,00**
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 28/01/2026 10:17												

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:68BD77DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE-PR - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 5º BIMESTRE DE 2025

REPUBLICAÇÃO - Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

R$ 1,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.305.373,05	19,11	30.913.353,18	80,86	7.317.101,06
RECEITAS CORRENTES	36.247.389,29	36.247.389,29	7.268.951,23	20,05	29.469.097,81	81,30	6.778.291,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.690.065,63	3.690.065,63	342.635,66	9,29	1.978.107,18	53,61	1.711.958,45
Impostos	2.526.211,65	2.526.211,65	307.040,42	12,15	1.726.715,88	68,35	799.495,77
Taxas	346.010,65	346.010,65	8.576,71	2,48	93.704,80	27,08	252.305,85
Contribuição de Melhoria	817.843,33	817.843,33	27.018,53	3,30	157.686,50	19,28	660.156,83
CONTRIBUIÇÕES	101.204,69	101.204,69	165,93	0,16	675,62	0,67	100.529,07
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	101.204,69	101.204,69	165,93	0,16	675,62	0,67	100.529,07
RECEITA PATRIMONIAL	490.611,90	490.611,90	272.280,24	55,50	1.099.482,18	224,10	(608.870,28)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.308,68	12.308,68	-	-	-	-	12.308,68
Valores Mobiliários	478.303,22	478.303,22	272.280,24	56,93	1.099.482,18	229,87	(621.178,96)
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.941,05	10.941,05	-	-	-	-	10.941,05
RECEITA DE SERVIÇOS	25.301,18	25.301,18	-	-	-	-	25.301,18
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.154,35	6.154,35	-	-	-	-	6.154,35
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	19.146,83	19.146,83	-	-	-	-	19.146,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.446.491,08	31.446.491,08	6.652.836,96	21,16	26.269.299,24	83,54	5.177.191,84
Transferências da União e de suas Entidades	18.845.139,03	18.845.139,03	4.984.916,25	26,45	17.463.439,27	92,67	1.381.699,76
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.686.668,65	10.686.668,65	1.355.100,21	12,68	7.131.831,49	66,74	3.554.837,16
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.914.683,40	1.914.683,40	312.820,50	16,34	1.674.028,48	87,43	240.654,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	482.773,76	482.773,76	1.032,44	0,21	121.533,59	25,17	361.240,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	482.773,76	482.773,76	336,06	0,07	3.513,67	0,73	479.260,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	1.750,00	-	(1.750,00)
Demais Receitas Correntes	-	-	696,38	-	116.269,92	-	(116.269,92)
RECEITAS DE CAPITAL	1.983.064,95	1.983.064,95	36.421,82	1,84	1.444.255,37	72,83	538.809,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.367.631,00	1.367.631,00	-	-	-	-	1.367.631,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.367.631,00	1.367.631,00	-	-	-	-	1.367.631,00
ALIENAÇÃO DE BENS	615.433,95	615.433,95	-	-	-	-	615.433,95
Alienação de Bens Móveis	478.670,85	478.670,85	-	-	-	-	478.670,85
Alienação de Bens Imóveis	136.763,10	136.763,10	-	-	-	-	136.763,10
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	36.421,82	-	1.444.255,37	-	(1.444.255,37)
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	7.950,00	-	33.189,31	-	(33.189,31)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	28.471,82	-	1.411.066,06	-	(1.411.066,06)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.305.373,05	19,11	30.913.353,18	80,86	7.317.101,06
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.305.373,05	19,11	30.913.353,18	80,86	7.317.101,06
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.305.373,05	19,11	30.913.353,18	80,86	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	8.856.206,31	-	-	8.856.206,31	-	-

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 09h e 35m.

Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

R$ 1,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	8.856.206,31	-	-	8.856.206,31	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.141.454,24	46.057.115,40	4.458.236,46	23.146.375,16	22.910.740,24	4.560.642,77	22.198.976,30	23.858.139,10	21.620.197,50	-
DESPESAS CORRENTES	28.149.614,42	32.559.681,48	4.340.131,05	22.049.632,76	10.510.048,72	4.528.971,12	21.515.667,66	11.044.013,82	20.938.014,23	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.258.917,15	15.397.081,70	2.051.157,88	10.175.470,93	5.221.610,77	2.040.927,88	10.162.478,92	5.234.602,78	10.110.764,02	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	80.000,00	80.000,00	6.087,21	35.280,32	44.719,68	6.087,21	35.280,32	44.719,68	35.280,32	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.810.697,27	17.082.599,78	2.282.885,96	11.838.881,51	5.243.718,27	2.481.956,03	11.317.908,42	5.764.691,36	10.791.969,89	-
DESPESAS DE CAPITAL	4.718.313,62	13.223.907,72	118.105,41	1.096.742,40	12.127.165,32	31.671,65	683.308,64	12.540.599,08	682.183,27	-
INVESTIMENTOS	4.538.313,62	13.043.907,72	87.572,80	949.653,12	12.094.254,60	1.139,04	536.219,36	12.507.688,36	535.093,99	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	30.532,61	147.089,28	32.910,72	30.532,61	147.089,28	32.910,72	147.089,28	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	273.526,20	273.526,20	-	-	273.526,20	-	-	273.526,20	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.839.000,00	3.274.000,00	502.415,65	2.530.229,79	743.770,21	502.415,65	2.530.229,79	743.770,21	2.530.229,79	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.980.454,24	49.331.115,40	4.960.652,11	25.676.604,95	23.654.510,45	5.063.058,42	24.729.206,09	24.601.909,31	24.150.427,29	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	35.980.454,24	49.331.115,40	4.960.652,11	25.676.604,95	23.654.510,45	5.063.058,42	24.729.206,09	24.601.909,31	24.150.427,29	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	5.236.748,23	-	-	6.184.147,09	-	6.762.925,89	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	35.980.454,24	49.331.115,40	4.960.652,11	30.913.353,18	-	5.063.058,42	30.913.353,18	24.601.909,31	30.913.353,18	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.839.000,00	3.274.000,00	502.415,65	2.530.229,79	743.770,21	502.415,65	2.530.229,79	743.770,21	2.530.229,79	-
DESPESAS CORRENTES	2.839.000,00	3.274.000,00	502.415,65	2.530.229,79	743.770,21	502.415,65	2.530.229,79	743.770,21	2.530.229,79	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.449.000,00	1.447.000,00	210.442,69	1.070.364,99	376.635,01	210.442,69	1.070.364,99	376.635,01	1.070.364,99	-

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 09h e 35m.

R$ 1,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			

	INICIAL (d)			(f)			(h)			(k)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.390.000,00	1.827.000,00	291.972,96	1.459.864,80	367.135,20	291.972,96	1.459.864,80	367.135,20	1.459.864,80	-

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 09h e 35m.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO

Prefeito Municipal

JOSÉ REGINALDO PEPECE

CRCPR 033451/O-1

JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO

Diretora do Departamento de Fazenda

VIVALDO JOSÉ PEREIRA

Controle Interno

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:9FF9D490

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE-PR - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 5º BIMESTRE DE 2025

REPUBLICAÇÃO - Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.526.211,65	2.526.211,65	1.726.715,88	68,35

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.059.914,03	1.059.914,03	44.112,75	4,16
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	-	423.951,49	-
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	281.048,17	281.048,17	96.547,82	34,35
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.185.249,45	1.185.249,45	1.162.103,82	98,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.779.761,16	30.779.761,16	25.609.832,28	83,20
Cota-Parte FPM	16.700.000,00	16.700.000,00	15.253.867,94	91,34
Cota-Parte ITR	957.341,70	957.341,70	2.025.541,25	211,58
Cota-Parte IPVA	1.094.104,80	1.094.104,80	813.299,83	74,33
Cota-Parte ICMS	11.686.406,90	11.686.406,90	7.410.804,86	63,41
Cota-Parte IPI-Exportação	341.907,76	341.907,76	106.318,40	31,10
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	33.305.972,81	33.305.972,81	27.336.548,16	82,08

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.483.769,66	3.627.769,66	2.936.385,75	80,94	2.902.526,07	80,01	2.887.499,09	79,59
Despesas Correntes	3.363.769,66	3.562.769,66	2.907.193,50	81,60	2.892.897,03	81,20	2.878.995,42	80,81
Despesas de Capital	120.000,00	65.000,00	29.192,25	44,91	9.629,04	14,81	8.503,67	13,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	969.300,54	939.300,54	839.189,30	89,34	839.189,30	89,34	839.189,30	89,34
Despesas Correntes	969.300,54	939.300,54	839.189,30	89,34	839.189,30	89,34	839.189,30	89,34
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	448.700,00	448.700,00	357.930,51	79,77	350.460,78	78,11	325.751,94	72,60
Despesas Correntes	448.700,00	448.700,00	357.930,51	79,77	350.460,78	78,11	325.751,94	72,60
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	53.050,00	53.050,00	39.270,46	74,03	39.270,46	74,03	39.270,46	74,03
Despesas Correntes	53.050,00	53.050,00	39.270,46	74,03	39.270,46	74,03	39.270,46	74,03
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	86.400,00	86.400,00	79.865,66	92,44	79.865,66	92,44	79.865,66	92,44
Despesas Correntes	86.400,00	86.400,00	79.865,66	92,44	79.865,66	92,44	79.865,66	92,44
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	25.000,00	25.000,00	24.920,20	99,68	24.920,20	99,68	24.920,20	99,68
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	24.920,20	99,68	24.920,20	99,68	24.920,20	99,68
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	540.000,00	1.349.494,63	499.495,04	37,01	467.240,10	34,62	413.687,97	30,66
Despesas Correntes	540.000,00	1.349.400,00	499.495,04	37,02	467.240,10	34,63	413.687,97	30,66

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 10h e 40m.

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	94,63	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.606.220,20	6.529.714,83	4.777.056,92	73,16	4.703.472,57	72,03	4.610.184,62	70,60

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.777.056,92	4.703.472,57	4.610.184,62
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.777.056,92	4.703.472,57	4.610.184,62
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.100.482,22
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			4.100.482,22

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	602.990,35	509.702,40
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	17,21	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO2	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	4.100.482,22	4.703.472,57	602.990,35	-	-	-	-	-	-	602.990,35
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 10h e 40m.

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO2	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	

		(x)	(y)	(z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	2.410,74	-	-	-	2.410,74
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	2.410,74	-	-	-	2.410,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.105.722,82	2.105.722,82	2.309.899,60	109,70
Proveniente da União	2.105.722,82	2.105.722,82	1.474.298,23	70,01
Proveniente dos Estados	-	-	835.601,37	-
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	192.468,35	192.468,35	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.298.191,17	2.298.191,17	2.309.899,60	100,51

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.097.870,35	2.492.807,99	1.449.692,23	58,15	1.166.119,32	46,78	1.115.804,88	44,76
Despesas Correntes	954.269,09	1.964.326,30	1.191.667,54	60,67	1.161.461,32	59,13	1.111.146,88	56,57
Despesas de Capital	143.601,26	528.481,69	258.024,69	48,82	4.658,00	0,88	4.658,00	0,88

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 10h e 40m.

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	242.001,16	320.001,16	235.592,84	73,62	235.592,84	73,62	226.344,56	70,73
Despesas Correntes	242.001,16	320.001,16	235.592,84	73,62	235.592,84	73,62	226.344,56	70,73
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	6.000,00	11.640,00	1.994,02	17,13	1.994,02	17,13	1.994,02	17,13
Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	1.994,02	99,70	1.994,02	99,70	1.994,02	99,70
Despesas de Capital	4.000,00	9.640,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	90.469,43	90.469,43	11.503,76	12,72	11.503,76	12,72	11.503,76	12,72
Despesas Correntes	46.735,26	46.735,26	11.503,76	24,61	11.503,76	24,61	11.503,76	24,61
Despesas de Capital	43.734,17	43.734,17	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	87.200,00	202.187,54	105.231,83	52,05	105.231,83	52,05	105.231,83	52,05
Despesas Correntes	87.200,00	145.200,00	105.231,83	72,47	105.231,83	72,47	105.231,83	72,47
Despesas de Capital	-	56.987,54	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	54.354,86	54.354,86	100,00	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	54.354,86	54.354,86	100,00	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.523.540,94	3.171.460,98	1.858.369,54	58,60	1.520.441,77	47,94	1.460.879,05	46,06

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	

	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	4.581.640,01	6.120.577,65	4.386.077,98	71,66	4.068.645,39	66,47	4.003.303,97	65,41
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.211.301,70	1.259.301,70	1.074.782,14	85,35	1.074.782,14	85,35	1.065.533,86	84,61

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 10h e 40m.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	454.700,00	460.340,00	359.924,53	78,19	352.454,80	76,56	327.745,96	71,20
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	143.519,43	143.519,43	50.774,22	35,38	50.774,22	35,38	50.774,22	35,38
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	173.600,00	288.587,54	185.097,49	64,14	185.097,49	64,14	185.097,49	64,14
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	25.000,00	25.000,00	24.920,20	99,68	24.920,20	99,68	24.920,20	99,68
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	540.000,00	1.403.849,49	553.849,90	39,45	467.240,10	33,28	413.687,97	29,47
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	7.129.761,14	9.701.175,81	6.635.426,46	68,40	6.223.914,34	64,16	6.071.063,67	62,58

Notas:
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Fev/2026, 10h e 40m.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO

Prefeito Municipal

JOSÉ REGINALDO PEPECE

CRCPR 033451/O-1

JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO

Diretora do Departamento de Fazenda

VIVALDO JOSÉ PEREIRA

Controle Interno

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:8C70A5CE

ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICAÇÃO – PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE - PR - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - 5º BIMESTRE DE 2025

REPUBLICAÇÃO – Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro – 5º Bimestre										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	33.141.454,24	46.057.115,40	4.458.236,46	23.146.375,16	90,15	22.910.740,24	4.560.642,77	22.198.976,30	89,77	23.858.139,10
Administração	10.008.747,26	11.282.175,01	1.249.465,20	6.037.857,62	23,52	5.244.317,39	1.276.671,12	5.834.148,30	23,59	5.448.026,71
Planejamento e Orçamento	460.000,00	541.000,00	81.705,81	455.347,42	1,77	85.652,58	81.705,81	455.347,42	1,84	85.652,58
Administração Geral	8.067.917,29	9.715.640,11	1.010.237,87	4.910.732,85	19,13	4.804.907,26	1.037.443,79	4.707.023,53	19,03	5.008.616,58
Administração Financeira	1.022.829,97	567.534,90	82.534,43	313.062,44	1,22	254.472,46	82.534,43	313.062,44	1,27	254.472,46
Controle Interno	152.000,00	152.000,00	19.054,40	97.315,98	0,38	54.684,02	19.054,40	97.315,98	0,39	54.684,02
Administração de Receitas	306.000,00	306.000,00	55.932,69	261.398,93	1,02	44.601,07	55.932,69	261.398,93	1,06	44.601,07
Assistência Social	1.826.347,90	2.718.083,09	322.933,95	1.149.792,58	4,48	1.568.290,51	228.849,30	1.030.029,18	4,17	1.688.053,91
Assistência à Pessoa Idosa	103.072,36	103.072,36	16.832,00	49.689,62	0,19	53.382,74	16.832,00	49.689,62	0,20	53.382,74
Assistência à Criança e ao Adolescente	358.400,00	337.400,00	25.621,10	172.233,08	0,67	165.166,92	25.621,10	172.233,08	0,70	165.166,92
Assistência Comunitária	1.364.875,54	2.277.610,73	280.480,85	927.869,88	3,61	1.349.740,85	186.396,20	808.106,48	3,27	1.469.504,25
Saúde	6.687.486,90	9.175.901,57	1.208.160,44	6.229.565,48	24,26	2.946.336,09	1.274.146,24	5.818.053,36	23,53	3.357.848,21
Administração Geral	320.000,00	1.103.849,49	184.583,55	328.849,90	1,28	774.999,59	158.778,02	242.240,10	0,98	861.609,39
Atenção Básica	4.277.640,01	5.813.577,65	632.902,07	4.157.613,92	16,19	1.655.963,73	700.875,75	3.840.181,33	15,53	1.973.396,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.293.027,46	1.341.027,46	286.869,97	1.122.385,22	4,37	218.642,24	286.869,97	1.122.385,22	4,54	218.642,24
Suporte Profilático e Terapêutico	454.700,00	460.340,00	57.322,31	359.924,53	1,40	100.415,47	81.139,96	352.454,80	1,43	107.885,20
Vigilância Sanitária	143.519,43	143.519,43	8.591,76	50.774,22	0,20	92.745,21	8.591,76	50.774,22	0,21	92.745,21
Vigilância Epidemiológica	173.600,00	288.587,54	36.951,78	185.097,49	0,72	103.490,05	36.951,78	185.097,49	0,75	103.490,05
Alimentação e Nutrição	25.000,00	25.000,00	939,00	24.920,20	0,10	79,80	939,00	24.920,20	0,10	79,80
Educação	9.151.498,08	9.905.924,47	890.097,34	4.525.744,05	17,63	5.380.180,42	905.640,86	4.426.967,72	17,90	5.478.956,75
Alimentação e Nutrição	489.705,24	557.356,90	147.808,88	435.870,19	1,70	121.486,71	138.995,40	390.925,39	1,58	166.431,51
Ensino Fundamental	6.199.087,60	6.104.305,82	493.468,91	2.891.665,85	11,26	3.212.639,97	508.086,13	2.863.887,43	11,58	3.240.418,39
Educação Infantil	2.304.705,24	3.086.261,75	238.589,55	1.069.618,01	4,17	2.016.643,74	232.841,33	1.056.423,90	4,27	2.029.837,85
Educação Especial	158.000,00	158.000,00	10.230,00	128.590,00	0,50	29.410,00	25.718,00	115.731,00	0,47	42.269,00
Cultura	359.655,58	2.010.685,03	85.410,40	1.557.895,66	6,07	452.789,37	141.321,99	1.543.773,41	6,24	466.911,62
Difusão Cultural	359.655,58	2.010.685,03	85.410,40	1.557.895,66	6,07	452.789,37	141.321,99	1.543.773,41	6,24	466.911,62
Urbanismo	821.275,38	1.261.768,20	111.181,48	600.817,00	2,34	660.951,20	112.415,31	600.725,58	2,43	661.042,62
Serviços Urbanos	821.275,38	1.261.768,20	111.181,48	600.817,00	2,34	660.951,20	112.415,31	600.725,58	2,43	661.042,62
Habitação	200.000,00	1.513.344,66	0,00	97.797,82	0,38	1.415.546,84	0,00	97.797,82	0,40	1.415.546,84
Habitação Urbana	200.000,00	1.513.344,66	0,00	97.797,82	0,38	1.415.546,84	0,00	97.797,82	0,40	1.415.546,84
Saneamento	13.963,70	13.963,70	4.284,78	4.284,78	0,02	9.678,92	4.284,78	4.284,78	0,02	9.678,92
Saneamento Básico Urbano	13.963,70	13.963,70	4.284,78	4.284,78	0,02	9.678,92	4.284,78	4.284,78	0,02	9.678,92
Gestão Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Controle Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Agricultura	1.051.696,41	3.894.363,96	59.448,74	258.582,25	1,01	3.635.781,71	59.223,59	258.357,10	1,04	3.636.006,86

Administração Geral	232.000,00	12.000,00	6.401,47	11.974,83	0,05	25,17	6.195,92	11.769,28	0,05	230,72
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Extensão Rural	819.696,41	3.882.363,96	53.047,27	246.607,42	0,96	3.635.756,54	53.027,67	246.587,82	1,00	3.635.776,14
Transporte	2.232.000,00	3.264.122,68	467.031,87	2.161.221,86	8,42	1.102.900,82	487.226,00	2.065.660,93	8,35	1.198.461,75
Transporte Rodoviário	2.232.000,00	3.264.122,68	467.031,87	2.161.221,86	8,42	1.102.900,82	487.226,00	2.065.660,93	8,35	1.198.461,75
Desporto e Lazer	503.256,83	731.256,83	60.222,26	522.816,06	2,04	208.440,77	70.863,58	519.178,12	2,10	212.078,71
Desporto Comunitário	503.256,83	731.256,83	60.222,26	522.816,06	2,04	208.440,77	70.863,58	519.178,12	2,10	212.078,71
Reservas	273.526,20	273.526,20	0,00	0,00	0,00	273.526,20	0,00	0,00	0,00	273.526,20
Reserva de Contingência	273.526,20	273.526,20	0,00	0,00	0,00	273.526,20	0,00	0,00	0,00	273.526,20
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	2.839.000,00	3.274.000,00	502.415,65	2.530.229,79	9,85	743.770,21	502.415,65	2.530.229,79	10,23	743.770,21
TOTAL (III)=(I+II)	35.980.454,24	49.331.115,40	4.960.652,11	25.676.604,95	100	23.654.510,45	5.063.058,42	24.729.206,09	100	24.601.909,31
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.839.000,00	3.274.000,00	502.415,65	2.530.229,79	9,85	743.770,21	502.415,65	2.530.229,79	10,23	743.770,21
Administração	1.450.000,00	1.751.000,00	277.381,95	1.395.014,03	5,43	355.985,97	277.381,95	1.395.014,03	5,64	355.985,97
Administração Geral	1.450.000,00	1.751.000,00	277.381,95	1.395.014,03	5,43	355.985,97	277.381,95	1.395.014,03	5,64	355.985,97
Saúde	524.000,00	607.000,00	90.079,45	453.464,06	1,77	153.535,94	90.079,45	453.464,06	1,83	153.535,94
Administração Geral	220.000,00	300.000,00	45.000,00	225.000,00	0,88	75.000,00	45.000,00	225.000,00	0,91	75.000,00
Atenção Básica	304.000,00	307.000,00	45.079,45	228.464,06	0,89	78.535,94	45.079,45	228.464,06	0,92	78.535,94
Educação	865.000,00	916.000,00	134.954,25	681.751,70	2,66	234.248,30	134.954,25	681.751,70	2,76	234.248,30
Ensino Fundamental	850.000,00	916.000,00	134.954,25	681.751,70	2,66	234.248,30	134.954,25	681.751,70	2,76	234.248,30
Educação Infantil	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.839.000,00	3.274.000,00	502.415,65	2.530.229,79	9,85	743.770,21	502.415,65	2.530.229,79	10,23	743.770,21
Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.										
JOSE REGINALDO PEPECE		***EVERTON CÁSSIO ZANUTO***			***JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO***					
CRCPR-033451/O-1		Prefeito Municipal			Diretora de Departamento de Fazenda					
VIVALDO JOSE PEREIRA										
Controle Interno										

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:3E2D6C07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PROCESSO SELETIVO MODELIDADE EMPREGO PÚBLICO N°01/2025 EDITAL N°09/2026 CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

O Prefeito de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e Lei Municipal n. 1.152 de 15 de dezembro de 2021, e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Testes Seletivos, nomeada através da Portaria nº **131/2025**:

RESOLVE

1º - CONVOCAR os seguintes candidatos classificados conforme Edital de Homologação 05/2026 para assumirem as respectivas vagas no Processo Seletivo Nº01/2025.

PROFESSOR LICENCIADO OU EM FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA (ESC. MUN. SANTA LUZIA)

N	NOME	NASC.	GR	PG	ME	DR	CA	TS	PT

3	**LORENA APARECIDA CALDAS FELIX**	15/06/1994	30	5	0	0	5	6	46

PROFESSOR DE ARTES – SEC. DE EDUCAÇÃO

N	NOME	NASC.	GR	PG	ME	DR	CA	TS	PT
6	**PATRICIA TEREZINHA SVITALSKI**	11/08/1990	30	10	0	0	5	10	55
7	**MARILDE ALVES DE LIMA**	01/01/1989	30	5	0	0	0	2	37

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (INTERIOR)

N	NOME	NASC.	GR	PG	ME	DR	CA	TS	PT
2	**LARISSA ANTUNES DOS ANJOS**	12/03/1995	30	5	0	0	0	0	35

Os(as) Candidatos(as) acima convocados(as), deverão comparecer munidos dos documentos abaixo relacionados, no Departamento de Recursos Humanos, do Município de Reserva do Iguaçu, no período de **06/02/2026 a 12/02/2026, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.**

FASE II – CONTRATAÇÃO CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DE VAGA

CÓPIA AUTENTICADA DOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS

1-Cédula de Identidade;

2-CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física;

3-Registro no Conselho de Classe (de acordo com o cargo);

4-Certidão de Casamento ou Escritura de União Estável (se casado/convivente) ou certidão de nascimento;

5-Certidão de Nascimento dos dependentes (se possuir);

6-CPF dos dependentes;

7-Certificado de escolaridade/diploma/histórico escolar;

8-Certificado Militar (para homens);

9-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

10-Título de Eleitor;

11-Comprovante de Conta Bancária (CRESOL);

12-Comprovante de residência. (água, luz, internet, atualizado);

13 – CTPS Carteira de Trabalho.

14 - Declaração de não acumulação remunerada de cargo público, excetuando-se os casos estabelecidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, bem como funções ou empregos, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público, na forma do disposto no art. 37, inciso XVII, da Constituição Federal. **(ANEXO I DO PRESENTE EDITAL)**

15 – Atestado De Saúde Ocupacional – Aso (Exame Admissional) **

**Exames necessários para cada cargo:

Professor de Artes: Exame clínico.

Professor de Educação Física: Exame clínico.

Professor Licenciado ou em Formação em Pedagogia: Exame clínico.

OBS: É necessário que o exame seja feito por um MÉDICO DO TRABALHO.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Iguaçu/PR, 06 de fevereiro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito de Reserva do Iguaçu - PR

COMISSÃO ORGANIZADORA DE TESTES SELETIVOS MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:80390B3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CONTABILIDADE
11-DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	11.665.000,00	12.565.000,00	11.054.723,59	87,98

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.550.000,00	4.550.000,00	3.237.530,29	71,15
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.005.000,00	1.005.000,00	879.966,36	87,56
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.060.000,00	3.060.000,00	3.197.381,16	104,49
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.050.000,00	3.950.000,00	3.739.845,78	94,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	73.820.000,00	75.565.000,00	71.529.192,49	94,66
Cota-Parte FPM	42.500.000,00	43.900.000,00	44.202.564,49	100,69
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	63.208,53	63,21
Cota-Parte IPVA	7.500.000,00	7.500.000,00	4.762.493,31	63,50
Cota-Parte ICMS	23.500.000,00	23.500.000,00	21.986.201,19	93,56
Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	240.000,00	322.317,89	134,30
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	325.000,00	192.407,08	59,20
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	85.485.000,00	88.130.000,00	82.583.916,08	93,71

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	15.042.000,00	18.648.200,00	17.586.094,76	94,30	17.586.094,76	94,30	17.586.094,76	94,30	0,00
Despesas Correntes	14.922.000,00	18.209.057,77	17.279.017,33	94,89	17.279.017,33	94,89	17.279.017,33	94,89	0,00
Despesas de Capital	120.000,00	439.142,23	307.077,43	69,93	307.077,43	69,93	307.077,43	69,93	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	65.000,00	65.000,00	22.355,21	34,39	22.355,21	34,39	22.355,21	34,39	0,00
Despesas Correntes	65.000,00	65.000,00	22.355,21	34,39	22.355,21	34,39	22.355,21	34,39	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	15.107.000,00	18.713.200,00	17.608.449,97	94,10	17.608.449,97	94,10	17.608.449,97	94,10	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	17.608.449,97	17.608.449,97	17.608.449,97
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	17.608.449,97	17.608.449,97	17.608.449,97
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			12.387.587,41
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	5.220.862,56	5.220.862,56	5.220.862,56
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	21,32	21,32	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	

Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -
Empenhos de 2025	12.387.587,4	17.608.449,9	5.220.862,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.220.862,56	
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00	

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	39.280.000,00	41.870.000,00	20.184.970,50	48,21
Proveniente da União	13.030.000,00	15.167.000,00	10.737.050,01	70,79
Proveniente dos Estados	26.250.000,00	26.703.000,00	9.447.920,49	35,38
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	597.550,00	600.550,00	666.440,83	110,97
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	39.877.550,00	42.470.550,00	20.851.411,33	49,10

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	38.775.000,00	44.415.710,78	18.928.448,38	42,62	18.877.881,90	42,50	18.877.881,90	42,50	50.566,48
Despesas Correntes	12.645.000,00	16.864.801,57	12.849.172,32	76,19	12.820.820,84	76,02	12.820.820,84	76,02	28.351,48
Despesas de Capital	26.130.000,00	27.550.909,21	6.079.276,06	22,07	6.057.061,06	21,98	6.057.061,06	21,98	22.215,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.905.000,00	3.587.000,00	2.422.275,92	67,53	2.422.275,92	67,53	2.422.275,92	67,53	0,00
Despesas Correntes	1.905.000,00	3.587.000,00	2.422.275,92	67,53	2.422.275,92	67,53	2.422.275,92	67,53	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	40.680.000,00	48.002.710,78	21.350.724,30	44,48	21.300.157,82	44,37	21.300.157,82	44,37	50.566,48

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	53.817.000,00	63.063.910,78	36.514.543,14	57,90	36.463.976,66	57,82	36.463.976,66	57,82	50.566,48
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.970.000,00	3.652.000,00	2.444.631,13	66,94	2.444.631,13	66,94	2.444.631,13	66,94	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	55.787.000,00	66.715.910,78	38.959.174,27	58,40	38.908.607,79	58,32	38.908.607,79	58,32	50.566,48
Entidades:									
Município de Santo Antonio do Sudoeste									

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:AFCAB57F

CONTABILIDADE
12-DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Novembro a Dezembro de 2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL
		Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)											
Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	123.115.553,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Município de Santo Antonio do Sudoeste											

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:DB72891A

CONTABILIDADE
14-DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.205.547,23	3.563.720,91	3.561.279,10	3.381.051,27	3.300.574,17	3.488.738,02	5.199.094,12	3.785.017,51	3.962.194,80	3.731.075,46	3.799.231,11	6.191.677,93	47.169.201,63	0,00
Pessoal Ativo	3.102.536,04	3.459.388,24	3.458.516,92	3.279.528,39	3.204.495,65	3.393.308,65	5.051.714,91	3.682.953,54	3.860.305,74	3.629.387,75	3.705.909,37	6.044.003,31	45.872.048,51	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.844.850,09	3.041.699,02	3.156.424,94	2.990.534,70	3.050.344,65	3.290.972,93	4.546.963,75	3.214.947,87	3.391.111,95	3.162.582,98	3.232.357,47	5.146.134,94	41.068.925,29	0,00
Obrigações Patronais	257.685,95	417.689,22	302.091,98	288.993,69	154.151,00	102.335,72	504.751,16	468.005,67	469.193,79	466.804,77	473.551,90	897.868,37	4.803.123,22	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	103.011,19	104.332,67	102.762,18	101.522,88	96.078,52	95.429,37	139.912,59	93.321,74	93.321,74	93.321,74	93.321,74	139.912,47	1.256.248,83	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	73.027,79	72.667,40	71.096,91	69.857,61	65.121,07	65.496,40	95.376,88	63.388,77	63.388,77	63.388,77	63.388,77	95.376,83	861.575,97	0,00
Pensões	29.983,40	31.665,27	31.665,27	31.665,27	30.957,45	29.932,97	44.535,71	29.932,97	29.932,97	29.932,97	29.932,97	44.535,64	394.672,86	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.466,62	8.742,23	8.567,32	8.365,97	0,00	7.762,15	40.904,29	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	233.419,18	251.614,79	188.365,17	194.726,00	173.140,61	161.868,11	178.257,79	172.836,93	171.554,02	165.103,91	194.260,50	348.828,92	2.433.975,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	233.229,34	251.424,95	188.365,17	194.373,44	172.977,89	156.670,37	178.257,79	172.836,93	171.554,02	165.103,91	194.260,50	346.588,92	2.425.643,23	0,00

Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	189,84	189,84	0,00	352,56	162,72	5.197,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.240,00	8.332,70	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.972.128,05	3.312.106,12	3.372.913,93	3.186.325,27	3.127.433,56	3.326.869,91	5.020.836,33	3.612.180,58	3.790.640,78	3.565.971,55	3.604.970,61	5.842.849,01	44.735.225,70	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	123.115.553,72	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.082.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	115.450,37	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	2.249.676,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	117.668.427,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	44.735.225,70	38,02%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	63.540.950,77	54%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	60.363.903,23	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	57.186.855,69	48,6%

Entidades:

Município de Santo Antonio do Sudoeste

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:97461B90

CONTABILIDADE
18-DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2025 À 12/2025
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	510.590,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510.590,26	0,00	0,00	510.590,26
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	510.590,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510.590,26	0,00	0,00	510.590,26
BLPSBFNAS/26931-X	15.674,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.674,33	0,00	0,00	15.674,33
FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	19.762,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.762,00	0,00	0,00	19.762,00
CONV. EST. SEAB/ESTRADAS RURAIS 3 TRECHOS	530.864,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.864,97	0,00	0,00	530.864,97

Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,10	0,00	0,00	300.000,10
SIFF/CEAS 69/2022 - SERV ACOLHIM INSTIT DE PESSOAS IDOSAS E COM	9.222,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.222,24	0,00	0,00	9.222,24
CONV. EST. IAT/PARQUE AMBIENTAL - CONV. Nº 255/2021	507,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	507,06	0,00	0,00	507,06
CONV. EST. SEDU/CENTRO DE CONVIVÊNCIA NOVO HORIZONTE - CONV. Nº	366,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	366,90	0,00	0,00	366,90
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	350.149,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.149,17	52.499,50	0,00	297.649,67
OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	110.820,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.820,55	0,00	0,00	110.820,55
CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP -	33.436,57	0,00	25.299,00	0,00	0,00	0,00	8.137,57	0,00	0,00	8.137,57
CONV.EST.SESA/HOSPITAL MUNICIPAL	30.086,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.086,47	0,00	0,00	30.086,47
REPASSE DELIBERAÇÃO 24/2023 - PARANÁ VIAJA MAIS 60	27.999,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.999,31	0,00	0,00	27.999,31
PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	1.073.663,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.073.663,19	0,00	0,00	1.073.663,19
CONV. EST. SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS- CONV. Nº 486/2024	111,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,66	0,00	0,00	111,66
CONV. EST. SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS- CONV. Nº 488/2024	28,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,77	0,00	0,00	28,77
CONSTRUÇÃO DE CRECHE- RES. 219/2024 - SEDEF - FIA	638.495,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	638.495,45	0,00	0,00	638.495,45
CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA- CONVÊNIO Nº 951736	59.383,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.383,88	0,00	0,00	59.383,88
CONV.EST.SEAB/PAV.ASFÁLTICA EM 11 TRECHOS DO INTERIOR - CONV. Nº	969.484,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	969.484,88	0,00	0,00	969.484,88
CONV. EST.SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS/CONV.Nº 978/2024	157,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157,46	0,00	0,00	157,46
PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-PAS	25.990,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.990,88	0,00	0,00	25.990,88
EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	158.006,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.006,53	0,00	0,00	158.006,53
CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE	3.151,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.151,36	0,00	0,00	3.151,36
EMENDA INDIVIDUAL/TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.023.688,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.023.688,93	0,00	0,00	1.023.688,93
CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DUAS MINICARREGADEIRAS, UM GUINDASTE	181,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181,89	997.490,50	0,00	(997.308,61)
CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA	49,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49,60	0,00	0,00	49,60
CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CONTAINER E EQUIPAMENTO FEIRA LIVRE -	274.877,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.877,73	0,00	0,00	274.877,73
CONV.FED.MTUR/CENTRO DE TURISMO-CR 964994/2024 - EMENDA DE	583.025,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583.025,47	0,00	0,00	583.025,47
INCENTIVO AO FORTALECIMENTO PESSOA COM DEFICIENCIA - DEL. Nº	47.013,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.013,84	0,00	0,00	47.013,84
REPASSE DO PROGRAMA ACESSO E PERMANENCIA NA ESCOLA - ASSISTÊNCIA	1.336,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336,15	0,00	0,00	1.336,15
INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ/ENVELHECIMENTO ATIVO - DELIBERAÇÃO Nº	40.326,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.326,73	0,00	0,00	40.326,73
REPASSE DELIBERAÇÃO 15/2025 CEDM/PR- DIREITOS DA MULHER - CAPITAL	75.224,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.224,63	0,00	0,00	75.224,63
MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
01/2025 À 12/2025										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM	
		Restos a Pagar	Restos a Pagar	Demais						

		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Obrigaçãoes Fianceiras (e)	VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
EMENDA DE COMISSÃO - SAUDE MAC	130,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,81	0,00	0,00	130,81
REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 e TERMO DE COLABORAÇÃO	4.950,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.950,50	0,00	0,00	4.950,50
TERMO DE COMPROMISSO Nº 983410/2025/MCIDADES - 20 UNIDADES	229.126,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.126,29	0,00	0,00	229.126,29
COMPLEMENTAÇÃO DO ETI - 70%	84.915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.915,12	0,00	0,00	84.915,12
ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	5.284,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.284,84	0,00	0,00	5.284,84
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	730.644,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	730.644,33	35.145,18	0,00	695.499,15
Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade -	13.479,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.479,26	0,00	0,00	13.479,26
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	3.934.633,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.934.633,78	22.215,00	0,00	3.912.418,78
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	11.406.253,63	0,00	25.299,00	0,00	0,00	0,00	11.380.954,63	1.107.350,18	0,00	10.273.604,45
TOTAL (III) = (I + II)	11.916.843,89	0,00	25.299,00	0,00	0,00	0,00	11.891.544,89	1.107.350,18	0,00	10.784.194,71
Entidades:										
Município de Santo Antonio do Sudoeste										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 04/02/2026 09:39										

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:C07BB265

CONTABILIDADE
2- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025										
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e										
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	172.165.000,00	212.955.994,63	22.411.697,92	153.603.783,74	59.352.210,89	24.076.362,31	152.496.433,56	60.459.561,07	152.471.134,56	1.107.350,18
DESPESAS CORRENTES	120.972.997,00	133.301.841,16	19.074.803,06	116.687.788,34	16.614.052,82	19.770.242,19	116.652.643,16	16.649.198,00	116.652.643,16	35.145,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.221.200,00	50.581.185,47	9.983.146,89	47.128.297,34	3.452.888,13	9.983.146,89	47.128.297,34	3.452.888,13	47.128.297,34	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.700.000,00	3.256.000,00	629.796,24	3.255.100,97	899,03	629.796,24	3.255.100,97	899,03	3.255.100,97	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.051.797,00	79.464.655,69	8.461.859,93	66.304.390,03	13.160.265,66	9.157.299,06	66.269.244,85	13.195.410,84	66.269.244,85	35.145,18
DESPESAS DE CAPITAL	50.892.003,00	79.654.153,47	3.336.894,86	36.915.995,40	42.738.158,07	4.306.120,12	35.843.790,40	43.810.363,07	35.818.491,40	1.072.205,00
INVESTIMENTOS	49.692.003,00	78.204.153,47	3.008.897,73	35.468.220,17	42.735.933,30	3.978.122,99	34.396.015,17	43.808.138,30	34.370.716,17	1.072.205,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.200.000,00	1.450.000,00	327.997,13	1.447.775,23	2.224,77	327.997,13	1.447.775,23	2.224,77	1.447.775,23	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	172.165.000,00	212.955.994,63	22.411.697,92	153.603.783,74	59.352.210,89	24.076.362,31	152.496.433,56	60.459.561,07	152.471.134,56	1.107.350,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	172.165.000,00	212.955.994,63	22.411.697,92	153.603.783,74	59.352.210,89	24.076.362,31	152.496.433,56	60.459.561,07	152.471.134,56	1.107.350,18
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	3.535.000,00	0,00	6.880.488,90	6.845.014,74	(6.845.014,74)	5.215.824,51	7.952.364,92	(7.952.364,92)	7.977.663,92	(1.107.350,18)

TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	175.700.000,00	212.955.994,63	29.292.186,82	160.448.798,48	52.507.196,15	29.292.186,82	160.448.798,48	52.507.196,15	160.448.798,48	0,00
Entidades:										
Município de Santo Antonio do Sudoeste										

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:33A99CE4

CONTABILIDADE
4- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	172.165.000,00	177.651.305,88	22.077.753,52	22.077.753,52	100,00	155.573.552,36	18.430.638,99	18.430.638,99	100,00	159.220.666,89
ADMINISTRAÇÃO	9.982.000,00	9.579.128,71	1.320.520,58	1.320.520,58	5,98	8.258.608,13	1.239.591,17	1.239.591,17	6,73	8.339.537,54
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.185.000,00	8.775.000,00	1.200.863,16	1.200.863,16	5,44	7.574.136,84	1.131.925,30	1.131.925,30	6,14	7.643.074,70
DIFUSÃO CULTURAL	797.000,00	804.128,71	119.657,42	119.657,42	0,54	684.471,29	107.665,87	107.665,87	0,58	696.462,84
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.608.000,00	6.745.945,40	828.174,72	828.174,72	3,75	5.917.770,68	667.872,86	667.872,86	3,62	6.078.072,54
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.287.000,00	2.287.000,00	69.059,04	69.059,04	0,31	2.217.940,96	69.059,04	69.059,04	0,37	2.217.940,96
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.321.000,00	4.458.945,40	759.115,68	759.115,68	3,44	3.699.829,72	598.813,82	598.813,82	3,25	3.860.131,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.600.000,00	207.343,86	207.343,86	0,94	1.392.656,14	207.343,86	207.343,86	1,12	1.392.656,14
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.600.000,00	1.600.000,00	207.343,86	207.343,86	0,94	1.392.656,14	207.343,86	207.343,86	1,12	1.392.656,14
SAÚDE	56.047.000,00	57.713.108,93	5.199.361,37	5.199.361,37	23,55	52.513.747,56	5.021.910,50	5.021.910,50	27,25	52.691.198,43
ATENÇÃO BÁSICA	54.077.000,00	55.743.108,93	5.070.241,67	5.070.241,67	22,97	50.672.867,26	4.893.725,70	4.893.725,70	26,55	50.849.383,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.970.000,00	1.970.000,00	129.119,70	129.119,70	0,58	1.840.880,30	128.184,80	128.184,80	0,70	1.841.815,20
EDUCAÇÃO	42.571.340,00	43.683.812,51	5.876.323,19	5.876.323,19	26,62	37.807.489,32	4.991.912,44	4.991.912,44	27,08	38.691.900,07
ENSINO FUNDAMENTAL	27.089.340,00	27.395.032,01	3.647.342,78	3.647.342,78	16,52	23.747.689,23	3.280.390,35	3.280.390,35	17,80	24.114.641,66
ENSINO SUPERIOR	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	14.664.000,00	15.470.780,50	2.162.980,41	2.162.980,41	9,80	13.307.800,09	1.645.522,09	1.645.522,09	8,93	13.825.258,41
EDUCAÇÃO ESPECIAL	486.000,00	486.000,00	66.000,00	66.000,00	0,30	420.000,00	66.000,00	66.000,00	0,36	420.000,00
URBANISMO	7.827.000,00	14.659.992,06	2.106.771,24	2.106.771,24	9,54	12.553.220,82	2.004.692,89	2.004.692,89	10,88	12.655.299,17
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.827.000,00	14.659.992,06	2.106.771,24	2.106.771,24	9,54	12.553.220,82	2.004.692,89	2.004.692,89	10,88	12.655.299,17
GESTÃO AMBIENTAL	2.620.000,00	2.620.000,00	344.414,96	344.414,96	1,56	2.275.585,04	344.414,96	344.414,96	1,87	2.275.585,04
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.620.000,00	2.620.000,00	344.414,96	344.414,96	1,56	2.275.585,04	344.414,96	344.414,96	1,87	2.275.585,04
AGRICULTURA	5.663.560,00	6.725.826,79	710.357,08	710.357,08	3,22	6.015.469,71	700.623,53	700.623,53	3,80	6.025.203,26
EXTENSÃO RURAL	5.663.560,00	6.725.826,79	710.357,08	710.357,08	3,22	6.015.469,71	700.623,53	700.623,53	3,80	6.025.203,26
INDÚSTRIA	4.559.097,00	4.708.749,87	799.491,24	799.491,24	3,62	3.909.258,63	649.990,54	649.990,54	3,53	4.058.759,33
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	4.559.097,00	4.708.749,87	799.491,24	799.491,24	3,62	3.909.258,63	649.990,54	649.990,54	3,53	4.058.759,33
COMÉRCIO E SERVIÇOS	756.003,00	756.003,00	11.232,54	11.232,54	0,05	744.770,46	8.602,66	8.602,66	0,05	747.400,34
TURISMO	756.003,00	756.003,00	11.232,54	11.232,54	0,05	744.770,46	8.602,66	8.602,66	0,05	747.400,34
ENERGIA	1.830.500,00	1.830.500,00	164.221,41	164.221,41	0,74	1.666.278,59	164.221,41	164.221,41	0,89	1.666.278,59
ENERGIA ELÉTRICA	1.830.500,00	1.830.500,00	164.221,41	164.221,41	0,74	1.666.278,59	164.221,41	164.221,41	0,89	1.666.278,59
TRANSPORTE	24.383.500,00	19.153.107,61	3.218.923,91	3.218.923,91	14,58	15.934.183,70	1.193.984,35	1.193.984,35	6,48	17.959.123,26
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	24.383.500,00	19.153.107,61	3.218.923,91	3.218.923,91	14,58	15.934.183,70	1.193.984,35	1.193.984,35	6,48	17.959.123,26
DESPORTO E LAZER	2.305.000,00	2.463.131,00	493.796,17	493.796,17	2,24	1.969.334,83	438.656,57	438.656,57	2,38	2.024.474,43
LAZER	2.305.000,00	2.463.131,00	493.796,17	493.796,17	2,24	1.969.334,83	438.656,57	438.656,57	2,38	2.024.474,43
ENCARGOS ESPECIAIS	5.112.000,00	5.112.000,00	796.821,25	796.821,25	3,61	4.315.178,75	796.821,25	796.821,25	4,32	4.315.178,75
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.900.000,00	3.900.000,00	587.244,19	587.244,19	2,66	3.312.755,81	587.244,19	587.244,19	3,19	3.312.755,81
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.112.000,00	1.112.000,00	209.577,06	209.577,06	0,95	902.422,94	209.577,06	209.577,06	1,14	902.422,94
MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2025											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	172.165.000,00	177.651.305,88	22.077.753,52	22.077.753,52	100,00	155.573.552,36	18.430.638,99	18.430.638,99	100,00	159.220.666,89
Entidades:										
Município de Santo Antonio do Sudoeste										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 03/02/2026 17:08										

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:D88EDBD7

CONTABILIDADE
5- DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL OUTUBRO .

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão atualiza 2025**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**		
RECEITAS CORRENTES (I)	12.188.296,66	11.535.191,93	9.944.014,47	12.014.434,01	10.552.361,73	10.909.283,25	12.158.134,75	11.001.689,93	10.957.519,27	11.200.649,15	10.933.017,33	14.026.799,19	137.421.391,67	153.001.150,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	793.257,14	924.762,40	1.180.680,23	2.338.279,12	1.050.770,03	1.013.775,07	1.173.524,04	1.068.492,34	1.015.624,63	938.306,55	905.760,11	1.226.107,39	13.629.339,05	15.526.000,00
IPTU	70.195,07	141.435,74	321.520,02	1.191.671,30	269.422,72	254.219,32	250.758,53	211.910,39	209.913,55	136.209,31	89.680,57	90.593,77	3.237.530,29	4.550.000,00
ISS	299.033,64	187.363,55	289.122,53	328.874,38	238.290,23	218.856,35	262.153,36	295.110,69	270.769,03	266.834,20	237.915,68	303.057,52	3.197.381,16	3.060.000,00
ITBI	31.177,60	167.233,42	33.447,39	42.824,62	48.270,68	56.224,76	102.642,45	90.848,43	60.944,21	57.300,69	114.986,78	74.065,33	879.966,36	1.005.000,00
IRRF	220.044,38	244.206,26	288.227,14	315.865,81	280.447,15	277.975,47	376.315,55	279.621,01	285.167,10	301.079,00	288.834,49	582.062,42	3.739.845,78	3.950.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	172.806,45	184.523,43	248.363,15	459.043,01	214.339,25	206.499,17	181.654,15	191.001,82	188.830,74	176.883,35	174.342,59	176.328,35	2.574.615,46	2.961.000,00
Contribuições	190.416,17	186.808,09	184.591,67	230.427,17	198.763,19	201.887,76	185.001,37	188.056,14	186.093,11	195.324,00	192.229,05	185.803,78	2.325.401,50	2.600.000,00
Receita patrimonial	77.459,04	104.421,32	96.199,14	96.325,41	120.783,70	143.227,42	114.212,07	82.953,21	147.332,95	72.076,53	89.768,24	99.735,97	1.244.495,00	2.303.407,65
Rendimentos de Aplicação Financeira	77.459,04	104.421,32	96.199,14	96.325,41	111.813,70	143.227,42	114.212,07	82.953,21	147.332,95	72.076,53	89.768,24	99.735,97	1.235.525,00	2.163.407,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	8.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.970,00	140.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	17.715,33	2.963,00	1.104,00	1.291,43	1.527,00	547,00	1.191,65	3.459,40	8.907,00	34.943,00	1.288,00	820,00	75.756,81	110.000,00
Transferências correntes	11.102.463,61	10.303.408,17	8.477.224,37	9.337.615,17	9.068.447,55	9.543.702,14	10.665.822,42	9.635.609,20	9.583.962,41	9.955.394,47	9.722.422,22	12.475.593,09	119.871.664,82	132.346.742,50
Cota parte do FPM	3.668.836,91	4.923.155,50	3.242.124,39	3.294.551,61	4.202.667,70	4.316.717,15	4.537.139,69	3.496.117,33	4.436.710,23	2.975.545,72	4.044.777,51	6.513.599,00	49.651.942,74	49.200.000,00
Cota parte do ICMS	1.956.527,76	1.605.050,41	1.717.433,07	1.984.194,56	1.484.740,65	1.738.682,85	2.049.774,32	1.658.324,56	2.039.144,18	1.847.474,58	1.721.503,83	2.183.350,42	21.986.201,19	23.500.000,00
Cota parte do IPVA	1.752.239,17	550.931,28	544.427,08	469.114,38	465.628,68	165.439,43	149.005,57	153.985,15	147.955,30	145.810,35	104.079,99	113.876,93	4.762.493,31	7.500.000,00
Cota parte do ITR	736,30	395,79	186,43	803,37	181,88	26,48	27,61	886,52	5.953,22	50.889,79	1.827,06	1.294,08	63.208,53	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	22.297,19	25.240,57	27.487,72	25.807,77	25.072,77	28.543,36	24.489,56	27.051,50	28.687,54	27.511,55	27.191,37	32.936,99	322.317,89	240.000,00
Transferências do FUNDEB	2.684.398,23	1.898.878,46	1.764.590,99	2.049.015,77	1.773.378,72	1.887.681,18	1.817.838,32	1.730.896,97	1.642.203,62	2.047.388,44	1.844.379,10	2.067.689,08	23.208.338,88	25.430.000,00
Outras transferências correntes	1.017.428,05	1.299.756,16	1.180.974,69	1.514.127,71	1.116.777,15	1.406.611,69	2.087.547,35	2.568.347,17	1.283.308,32	2.860.774,04	1.978.663,36	1.562.846,59	19.877.162,28	26.376.742,50
Outras receitas correntes	6.985,37	12.828,95	4.215,06	10.495,71	112.070,26	6.143,86	18.383,20	23.119,64	15.599,17	4.604,60	21.549,71	38.738,96	274.734,49	115.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.480.127,43	1.426.747,49	1.118.046,90	1.154.894,31	1.241.575,62	1.261.834,72	977.738,53	1.067.272,96	1.008.900,45	1.009.446,35	1.179.875,88	1.379.377,31	14.305.837,95	13.174.210,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.480.127,43	1.426.747,49	1.118.046,90	1.154.894,31	1.241.575,62	1.261.834,72	977.738,53	1.067.272,96	1.008.900,45	1.009.446,35	1.179.875,88	1.379.377,31	14.305.837,95	13.174.210,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.708.169,23	10.108.444,44	8.825.967,57	10.859.539,70	9.310.786,11	9.647.448,53	11.180.396,22	9.934.416,97	9.948.618,82	10.191.202,80	9.753.141,45	12.647.421,88	123.115.553,72	139.826.940,15
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.460.000,00	0,00	0,00	0,00	272.000,00	3.082.000,00	3.332.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	10.708.169,23	9.758.444,44	8.825.967,57	10.859.539,70	9.310.786,11	9.647.448,53	10.180.396,22	8.474.416,97	9.948.618,82	10.191.202,80	9.753.141,45	12.375.421,88	120.033.553,72	136.494.940,15
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	115.450,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.450,37	2.116.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	346.104,00	2.249.676,00	2.265.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	10.535.117,23	9.585.392,44	8.652.915,57	10.571.037,33	9.137.734,11	9.474.396,53	10.007.344,22	8.301.364,97	9.775.566,82	10.018.150,80	9.580.089,45	12.029.317,88	117.668.427,35	132.113.940,15
Entidades: Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 03/02/2026 17:10														
Município de Santo Antonio do Sudoeste														

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:A0FF0977

CONTABILIDADE
7-DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e +k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g) - (i**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**457.565,00**	**457.565,00**	**0,00**	**0,00**	**265.208,50**	**1.870.176,14**	**2.007.344,23**	**2.007.344,23**	**128.040,41**	**0,00**	**0,00**
EXECUTIVO												
Município de Santo Antonio do Sudoeste	**0,00**	**457.565,00**	**457.565,00**	**0,00**	**0,00**	**265.208,50**	**1.870.176,14**	**2.007.344,23**	**2.007.344,23**	**128.040,41**	**0,00**	**0,00**
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.208,50	603.781,49	868.989,99	868.989,99	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	0,00	457.565,00	457.565,00	0,00	0,00	0,00	13.255,77	13.255,77	13.255,77	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	927.375,80	873.375,80	873.375,80	54.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.950,00	127.950,00	127.950,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.813,08	123.772,67	123.772,67	74.040,41	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I	**0,00**	**457.565,00**	**457.565,00**	**0,00**	**0,00**	**265.208,50**	**1.870.176,14**	**2.007.344,2**	**2.007.344,2**	**128.040,41**	**0,00**	**0,00**
Entidades:												
Município de Santo Antonio do Sudoeste												

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:0D3ADFA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - BALANCETE DE DESPESAS - MÊS 01/2026

ESTADO DO PARANÁ	
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	Exercício de 2026

Balancete da Despesa (Detalhamento mensal pago)													Período de: Janeiro a Janeiro
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA													
Parâmetros: Tipo do Recurso: TODOS; Exercício: 2026; Entidades: [{"valor":"2726","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA"}]; Mês Fim: 1; Categoria do Recurso: TODOS; Demonstrar despesas: O; Tipo de Período: NO; Assinatura: {"valor":"8793","descricao":"Balancete de Despesa CM / 1990-01-01"}; Consolidado: N; Mês Início: 1; Colunas: CLP; Listar despesas orçamentárias por: NPO - Versão: 62 de 28/01/2026 08:21:13													
Natureza da despesa (LOA)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	91.711,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.711,33
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.961,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.961,90
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
Total:	**97.573,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**97.573,23**
CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA					***PAULA CRISTINA DIAS***					***ANDREA DE LIMA SILVA***			
Presidente					Contadora					Controle Interno			

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:84DB362E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026

A Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e, considerando a **CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APÓS ANÁLISE DE RECURSOS, BEM COMO, LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO GERAL E PREFERENCIAL** do teste, para preenchimento de vagas para o cargo de Agente de Combate às Endemias, em caráter excepcional,

TORNA PÚBLICA: A Homologação da Classificação Final para o Teste Seletivo:

NOME	DIP. E. F.	CURSO ACS/ACE	CURSO TEC. SAÚDE	CAP. VIG. EPIDEMIO, ZOO...	EXP. ACE	EXP. S. PÚBLICA	CURSOS ÁREA	CAP. INST. S. PÚBLICA	NOTA FINAL	CLASSIF. GERAL	CLASSIF. PNE	CLASSIF. AFRO
JUCINEIA DA SILVA	SIM	SIM	SIM	SIM	0	0	10	10	**55**	**1**		
THAÍS ANAMI ASSAHIDA DE AZEVEDO	SIM	SIM	NÃO	SIM	0	0	10	6	**46**	**2**		
ELENE MAISE SANTIAGO LOPES	SIM	SIM	NÃO	NÃO	20	0	0	0	**45**	**3**		
CASSIANA CLAVERO CAMARGO	SIM	SIM	SIM	NÃO	0	0	10	8	**43**	**4**		
WELINTON MANOEL DA SILVA JÚNIOR	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	30	0	0	0	**40**	**5**		**1**
GABRIEL ALVES RODRIGUES	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	6	10	**36**	**6**		**2**
EDGAR DE ANDRADE PEREIRA	SIM	SIM	NÃO	SIM	0	0	10	0	**35**	**7**		**3**
VENERANDA LIMA DA CUNHA	SIM	SIM	SIM	SIM	0	0	0	0	**35**	**8**		
ARIANE DOS SANTOS RODRIGUES	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	10	0	0	**30**	**9**		
SARAH STEPHANIE SANTOS BARBOSA	SIM	NÃO	SIM	SIM	0	5	2	2	**29**	**10**		
LUDIMILA MARTINS GALLEGO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	10	5	0	0	**25**	**11**		
WILSON CUNHA GONÇALVES	SIM	SIM	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**25**	**12**		
CLAUDIA DIAS DE SOUSA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	2	2	**24**	**13**		**4**

VÂNIA FRANCISCO DE ASSIS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	4	10	**24**	**14**		
ALYNE CHINELLI GALERA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**15**		
ARETA MELO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**16**		**5**
HELLENARA LINARES FERREIRA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**17**		
JESSICA CRISTINA ZANUTO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**18**		**6**
KARINA MENDES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	10	0	0	**20**	**19**		
MARIA ED. DOS SANTOS FRANÇA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**20**		
MAYCON VINICIUS FERREIRA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**21**		**7**
RENATA NASCIMENTO DE SOUZA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**22**		
TIAGO HENRIQUE COVINO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**23**		
VALQUIRAS CARDOSO DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**24**		
VITOR HUGO DOMINGOS CARDENAS	SIM	NÃO	SIM	NÃO	0	0	0	0	**20**	**25**		
EDUARDO DE BRITO PEREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	2	**12**	**26**		
HEYZEL MIGLIOZZI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	2	**12**	**27**		
PATRÍCIA APARECIDA REIS DORIGON	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	2	0	**12**	**28**		
ADRIELE CAUANE DE GODOY SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**29**		
ALESSANDRA EVANGELISTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**30**		
ALINE DA ROCHA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**31**		
ALINE MAIARA DE LIRA DANTAS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**32**		
ALINE RODRIGUES DE CARVALHO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**33**		
AMANDA JENNIFER ARANTES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**34**		
AMARILDO BATISTA DA SILVA BARROS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**35**		
AMÉLIA THAIS ROMEIRO SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**36**		
ANA CAROLINA DA SILVA P. FONSECA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**37**		
ANA CAROLINE NICOMEDES BORGES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**38**		
ANA CLÁUDIA PARREIRA TEIXEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**39**		
ANA JULIA MARTINEZ	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**40**		
ANDRÉ LUIZ BARBIERI DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**41**		
ANDRE MARTINS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**42**		**8**
ANDREIA CRISTINA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**43**		
ANDREZA DOS SANTOS RODRIGUES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**44**		
ANGELICA PAULINO PORFIRIO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**45**		
ANNA KARENINA MELO DE FARIAS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**46**		
ARIANE DOS SANTOS GOMES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**47**		
AYME DELFINO DE OLIVEIRA MOTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**48**		
BRUNA ALEXANDRA DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**49**		
BRUNA KAROLYNE ANGELO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**50**		
BRUNA TAISA DA PIEDADE DE SOUSA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**51**		
CAMILA AYUMI YOKOYAMA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0		0	**10**	**52**		
CAMILA DESIREE DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**53**		
CAMILLE VITÓRIA TEIXEIRA JULIANI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**54**		
CARINA AP DE AZEVEDO VILME	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**55**		
CAROLINA AP FERNANDES DE LIMA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**56**		

CAROLINA MUNHOS GUAITA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**57**		
CAROLINA MUNHOS GUAITA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**58**		
CAROLINA SILVA BRITO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**59**		
CECÍLIA ROSA DUTRA HONORATO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**60**		
CLEBER MAZETTO BORGES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**61**		
CLEONICE MORENO DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**62**		**9**
DADIMILA ALENCARINA S. FERREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**63**		
DAIANA C. DE OLIVEIRA MARTINEZ	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**64**		
DAIANA SANTOS PRATIS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**65**		
DANIELLI PATRÍCIA CALEFFI CAMPOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**66**		
DEBORA ELIANE HOSTI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**67**		**10**
DIONE VARELY DA SILVA MARQUES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**68**		
EDIJANE FERREIRA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**69**		
EDUARDO DA SILVA CARMO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**70**		
EDUARDO PARREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**71**		
ELISABETE APARECIDA COSTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**72**		
ELISÂNGELA DE PAULA SILVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**73**		
ÉRICA DA SILVA ROSA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**74**		
ERICA PEREIRA DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**75**		
ESTELA FERNANDA PEREIRA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**76**		
EUNICE MIRIAM ALVES LUCAS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**77**		
FABIANA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**78**		
FABIANA LOPES ROSA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**79**		
FABIANE APARECIDA BARBIERI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**80**		
FÁBIO TIBÚRCIO DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**81**		
FRANCIELE REY	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**82**		
GABRIELLY APARECIDA BARCO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**83**		**11**
GENEVAL RODRIGUES DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**84**		**12**
GISELE DE OLIVEIRA DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**85**		
GRACIANE CRISTINA SOARES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	10	86		13
HELOISE LIMA REIS TERASSI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**87**		
INEIAS DE SIQUEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**88**	**1**	
INGRID LAISA RAIMUNDO	SIM		NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**89**		
ISABELLY PESCADOR QUEIROZ	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**90**		
JESSIANE LIMA DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**91**		
JESSICA F. COSTA DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**92**		**14**
JESSICA LENE PEREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**93**		
JHENIFER MONIQUE LEMES MEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**94**		
JOÃO VITOR A. ALBU.FERREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**95**		
JULIA MARTINS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**96**		
JULIA MARTINS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**97**		
JULIANA ALVES DIAS BANDEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**98**		**15**
JULIANA GRAZIELA MARQUES MORAES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**99**		
KARINA DE PAULA MARTINS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**100**		
KARINI APARECIDA DIAS DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**101**		**16**
KATHUSE APARECIDA COSTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**102**		
KAUANE MILEIDE S. DO ESP. SANTO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**103**		**17**

LARA MONIQUE DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**104**		
LARYSSA BEATRYZ REFUNDINI ALVES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**105**		
LAURA DE FREITAS ANGELO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**106**		
LAYSE AMANDA PAZINATO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**107**		
LÉA DE JESUS BARBOSA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**108**		
LEANDRO HUMBERTO NOGUEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**109**		**18**
LEDIANE GRACIELE PIRES BARBOZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**110**		
LETICIA ANTUNES DA SILVA FELIX	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**111**		**19**
LETÍCIA AP PERUCELLI MIRANDA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**112**		
LETÍCIA BLENDA H. SALLES FERREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**113**		
LILIANE RIBEIRO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**114**		**20**
LUCIANA ANTONIA DOS SANTOS SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**115**		**21**
LUCIANA REGINA C. DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**116**		
LUCILENE LEITE FERREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**117**		
LUCIMAR DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**118**		
LUIS ANTÔNIO POCAS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**119**		
LUÍS OTÁVIO DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**120**		
MAIARA CRISTINA S. ALVIM COSTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**121**		
MARCIA REGINA PINHEIRO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**122**		
MARCOS ANTÔNIO MACHADO DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**123**		
MARGARETE FERNANDES PISSINATI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**124**		
MARIA EDUARDA DOS SANTOS FRANÇA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**125**		
MARIA EUGÊNIA SANTOS RAMOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**126**		
MARIA FERNANDA DINIZ FERREIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**127**		**22**
MARIA FERNANDA SANTANA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**128**		
MARIA GRACIANE DOS SANTOS SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**129**		
MARIA HELOÍSA RODRIGUES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**130**		
MARIA JÚLIA SANTOS RAMOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**131**		
MARIANA DE FÁTIMA OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**132**		**23**
MARIANI DE MORAES DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**133**		
MATEUS PATROCÍNIO DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**134**		**24**
MATHEUS FELIPE DUARTE DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**135**		
MERY ELLEN BARBIERI PIERINI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**136**		
MICHELA CARLA DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**137**		
MICHELE BARBOSA HERCULANO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**138**		
MONICA OLIVEIRA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**139**		
NATALINO DE OLIVEIRA LEOCADIO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**140**		
OCELIANE FÁTIMA CECÍLIO SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**141**		
PAMELA KARLA OLIVEIRA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**142**		
PÂMELA MARIA VENDITI REFUNDINI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**143**		
PATRICIA APARECIDA DE ALMEIDA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**144**		

PAULA GODOY DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**145**		
PAULO SÉRGIO MOREIRA DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**146**		
PEDRO ED. OLIVEIRA A. DE ARAUJO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**147**		
PRISCILA NICOLE ROMEIRO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**148**		
RAFAELA MARIA PAZINATO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**149**		
RENAN FAVORETTI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**150**		
RHYANA BHEATRIZ STRAPASSONI	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**151**		
RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**152**		
ROSANA FRANCIELI DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**153**		
ROSELI BATISTA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**154**		
ROSELI MARTINS DE SIQUEIRA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**155**		
ROSICLER SILVA GOMES RIBEIRO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**156**		**25**
ROSIMARA DE JESUS BATISTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**157**		
ROSINEIDE MARIA DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**158**		
ROZANGELA APARECIDA RODRIGUES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**159**		
ROZELEI MARSOLA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**160**		
SANDRA GONÇALVES DA MOTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**161**		
SARA ALVES DE MORAES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**162**		
SHEILA DE CARVALHO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**163**		
SILVANA DO CARMO DE OLIVEIRA REIS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**164**		
SILVIA CRISTINA T. DE S. ZAMARIANO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**165**		
SILVIA DE ALMEIDA DA HORA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**166**		
SIMONI FRANCISCA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**167**		
SOLANGE APARECIDA FRAGASSO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**168**		
STEFANY EVANGELISTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**169**		
TAIZI FERREIRA LEITE	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**170**		
TATIANE ALVES DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**171**		
THAILINI APARECIDA DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**172**		
THALIA EDUARDA DE SOUZA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**173**		
THALIA SUTIL LOPES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**174**		
THAYS FERNANDA DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**175**		
VINICIUS DA COSTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**176**		
VITOR BARRETO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**177**		**26**
VITÓRIA CLEY MANOEL GONÇALVES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**178**		
VIVIANE APARECIDA COSTA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**179**		
WESLLER FERNANDES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**10**	**180**		
ALEXIA KAROLINE CHAGAS EUZÉBIO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
BRUNA MATIAS DA SILVA SANCHES	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
CAMILLE VITÓRIA GALO DOS REIS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
ERENILDA LOPES DA SILVA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
FLAVIO AUGUSTO A. A. PERALTA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
FRANCIELE DAIANE DOS SANTOS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
GABRIELA IBANEZ	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
GEISYANE COSTA DE OLIVEIRA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
GISELE DE OLIVEIRA DE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		

SOUZA												
GLÓRIA ESTEFANI DA MOTA PORTELLA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
INDIAMARY EXPEDITA R. DE PAULA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
JEFFERSON A. DE FREITAS GARCIA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
JOELMA AP. DOS SANTOS DINIZ	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
JOHANA INDY DOS SANTOS VITORINO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
JOSÉ ANTONIO A. DE SOUZA NETO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
KAROLINE BERNARDINO MEIRA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
LORENA BUENO ROCHA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
MAICON SALDANHA RIBEIRO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
MARIA CAROLINE F. MARTINS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
MARIA JÚLIA SANTOS RAMOS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
NATHALIA DIAS MARTINS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
RONALDO HENRIQUE DA SILVA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
TALITHA THAIS DE MATOS BORGES	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
TAYNARA GUIDE BONFAIN	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		
YASMIN LAIANE FERREIRA MUNHOZ	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	0	0	**0**	**N/C**		

Sertanópolis, 04 de fevereiro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA

Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:EB8FE713